REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX SUP. "E" AO Nº 207 SÁBADO, 19 DE DEZEMBRO DE 2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL E SUAS SUBCOMISSÕES

VOLUME III/IV

BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)
1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
3º Secretário

Senadora Ângela Portela (PT-RR)
4ª Secretária

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

Roberta Lys de Moura Rochael
Coordenadora de Elaboração de Diários

José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

ATA DA 103ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 6 DE NOVEMBRO DE 2015, SEXTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia cinco de novembro de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senador Hélio José**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senador Hélio José e da Senadora Angela Portela. Registra-se a presença dos Deputados Federais Izalci e Erika Kokay. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº172 de 2015-CDH de autoria do Senador Hélio José, para debater sobre: "A forma de atuação dos órgãos de Segurança Pública do Governo do Distrito Federal ante as manifestações de servidores públicos em greve, notadamente no dia 28 de outubro último, quando houve uso da força e de produtos químicos para dispersão de manifestações". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Rodrigo Rodrigues; Secretário-Geral da Central Única dos Trabalhadores - CUT/DF; João Cardoso da Silva, Presidente do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Distrito Federal - SINDATE/DF; Rosilene Correa, Diretora do Sindicato dos Professores do Distrito Federal; Ibrahim Yusef, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Tribunal de Contas do Distrito Federal; Cristiano Torres, Presidente do Sindicato dos Servidores da Carreira Socioeducativa do Distrito Federal - Sindsse/DF. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no plenário: Deputada Federal Erika Kokay; Ronaldo Martins; Claudio Antunes, Diretor do Sinpro; Magnete Barbosa Guimarães (a Meg), Diretora do Sinpro-DF e Vice-Presidente da CUT/DF; Professor Clovis; Helvécio Ferreira, Presidente do Conselho de Saúde do DF; Antônio Ricardo Guillen, da Central Sindical e Popular – Conlutas; Edmilson Barbosa da Silva, da AMCI – Associação Movimento Comunitário do Itapoã; Luiz Alberto Gomes Miguel, Diretor do Sinpro-DF; Gonzaga Negreiros, Diretor Nacional da Nova Central; e Cleber Soares, do Sinpro. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) realizar reunião com o Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal e Territórios e com o Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, para tratar do tema debatido na audiência; 2) realizar reunião com o responsável pelo Fundo Constitucional de repasses de recursos para o DF, a fim de verificar como ele está sendo gerido. O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Faz uso da palavra o Senador Hélio José. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e trinta e quatro minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hélio José
Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Quero desejar um bom dia a todos.

Declaro aberta a 103ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 172, de 2015-CDH, de minha autoria, para debater a forma de atuação dos órgãos de Segurança Pública do Governo do Distrito Federal ante a manifestação de servidores públicos em greve, notadamente no dia 28 de outubro último, quando houve o uso de força e de produtos químicos para a dispersão de manifestantes.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários e/ou perguntas, podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no *link* http://www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, por meio do telefone 0800-612211. Repito: podem participar ao vivo através do *link* http://www.senado.leg.br/ecidadania e do Alô Senado, por meio do telefone 0800-612211.

Nós estamos ao vivo neste momento, e eu gostaria de, primeiramente, dizer que o objetivo inicial desta audiência pública, tal como inicialmente aprovado, foi alterado por outro, que é a superação da crise do Distrito Federal. Para nós, não interessa discutir conflito de categoria com categoria. Inclusive até soltei uma nota – que faço questão de ler aqui –, e acho que vários colegas a receberam.

E tivemos algumas reuniões da Bancada aqui também, e meu assessor, Alisson, sabe que eu havia pedido para editar o objetivo da audiência pública. E eu não sei por que não foi encaminhado. Não é culpa nenhuma aqui da nossa Comissão, que é extraordinária e trabalha de uma forma muito forte para atender a todos os movimentos sociais da luta dos trabalhadores. E nem nossa. Mas eu faço questão de ler essa outra nota aqui para deixar claro, porque eu acho que meu objetivo – e de todos que estão aqui – é a superação da crise; é superarmos a situação crítica em que se encontra hoje Distrito Federal, em especial os colegas da luta da educação, os colegas da luta da saúde, os colegas da luta do movimento dos servidores da Administração Direta do Distrito Federal, da própria Polícia Militar. Todo mundo sabe o quão importante a Polícia Militar foi para a eleição do Governador que está aí, especialmente quando ele garantiu, em vídeo, que ia discutir e resolver o problema do interstício da Polícia Militar. Hoje, há soldados que ficam 13, 14, 15 anos sem uma promoção na Polícia Militar. Garantiu ainda S. Exª que iria resolver o problema do plano de cargos e salários deles, com o reenquadramento que, na Polícia Militar, é chamado de reclassificação, assim como no Corpo de Bombeiros Militar. Essas duas coisas inquietam sobremaneira a tropa, que anda muito chateada com isso ao longo do tempo. Governos entraram, saíram, prometeram que iam fazer e nada fizeram.

Então, essas duas questões são muito importantes para que possamos estar aqui, hoje, conversando, já que o cenário mudou um pouquinho: dos últimos dias para cá, o GDF esteve conosco aqui na Bancada... Primeiro, recebeu a Bancada na terça – e eu não estava aqui porque estava em uma viagem, a trabalho, ao Caribe, participando do Congresso Internacional de Energia Solar; depois, esteve aqui conosco na quarta-feira, no final do dia, quando veio aqui o Secretário de Fazenda e o Secretário da Casa Civil, e nós reunimos toda a Bancada para discutir a situação financeira do DF, ocasião em que se colocou uma série de números aqui. E, hoje, teríamos esta audiência.

Ontem, pelo menos do que se soube pelos jornais – vocês poderão dizer melhor aqui, o Rodrigo, a Rosilene, o pessoal do movimento de luta –, parece que algumas coisas avançaram em relação a algumas categorias no sentido da superação da crise.

Eu não sei, na área da educação, como ficou o nível de avanço, mas a Rosilene vai nos esclarecer daqui a pouquinho.

O que interessa é que esta audiência pública visa, única e exclusivamente, a nós trabalharmos para superar a crise do DF – que não interessa a professores, que não interessa, acredito eu, ao GDF, não interessa a servidores públicos da Administração Direta, Polícia Militar, não interessa para os nossos Parlamentares. Não interessam a ninguém essa crise e essa confusão que estão no GDF e que não foram causadas por nós.

Nós fomos às urnas, votamos, elegemos um Governo e acreditamos que o Governo tem que cumprir o seu programa de trabalho. Vários aqui votaram no candidato A, no B, no C. Não estamos nem discutindo em quem nós votamos, pois o que interessa é que o Governo foi eleito e tem um programa de trabalho que precisa ser cumprido, e esse programa visa a dialogar e a resolver os entraves que possam estar acontecendo. E o nosso objetivo hoje aqui é este: continuar avançando nessa linha.

Então, nós chamamos para esta audiência pública o Governador – que justificou, falando que hoje continua com uma série de negociações, em conversa com os movimentos sindicais, e que não poderia vir. Chamamos o Sérgio Sampaio, da Casa Civil, que é o responsável pela negociação. Mandou para mim, também, uma mensagem no WhatsApp, que só fui vera hoje de manhã cedo, dizendo que não poderia vir porque estava... Vou ler até a mensagem para não fazer injustiça aqui ao Secretário. Ele falou que também estaria em mesa de negociação a manhã inteira e que, por isso, não teria condições de vir.

Fica, com isso, caracterizada a posição do GDF de não prestigiar uma Casa na qual o Governador foi Senador por quatro anos; onde o Governador, no Congresso, foi Deputado Federal por quatro anos; foi Deputado Distrital por dois anos. Aqui, ele teria um palco privilegiado para dialogar com o movimento social, porque ninguém veio aqui para fazer nenhum ato de constrangimento, nem nada. Estamos aqui para dialogar e para poder conversar, e o objetivo aqui era esse. E eu acho que ele nos desprestigia não vindo e nem mandando o Secretário da Casa Civil para vir dialogar conosco. Demonstra que a nota pública – nós soltamos cem mil notas no Distrito Federal – está correta. O grande problema é a falta de diálogo, porque todos nós somos pessoas adultas, inteligentes – educadores, servidores da saúde e outras pessoas – e sabemos interpretar números, sabemos ler, sabemos lidar com a situação. Se a situação é insuperável, se nos convencer de uma situação insuperável no diálogo, nós vamos chegar a uma situação que seja possível e aceitável. O que não se pode é querer impor uma situação de humilhação ao já conquistado. E parece que é esse o objetivo de alguns; não sei se de todos. E isso é inaceitável!

E a nossa Bancada tem tomado uma postura muito franca e muito séria. Para fazer justiça, nenhum dos 11 Parlamentares – os três Senadores e os oito Deputados Federais – deixou, em momento algum, de apoiar a questão dos movimentos sociais e sua luta com relação a buscar uma solução. Nenhum dos 11 Parlamentares.

Cada um com a sua tática, com a sua forma, uns mais opositores, outros mais situação, mas todo mundo apoia o direito justo do movimento social que está aqui buscando que aquele acordo que já fora feito seja cumprido. Se não há condições de cumpri-lo por isso ou por aquilo, mostre direitinho e aponte uma solução, dizendo quando vai cumprir; o que não pode é descumprir o que já foi acertado. Está certo?

Então, esse é o objetivo desta audiência. O objetivo desta audiência não é discutir incidentes de percurso. Incidentes de percurso já deram nisso aí – o Secretário de Segurança saiu. Sinceramente, eu acho que foi uma boa para o GDF, porque o Secretário de Segurança, desculpem-me, mas acho que ele estava muito ruim. Acabou com uma das principais coisas que existiam no governo anterior, que era o Esporte à Meia-Noite, um programa muito importante para tirar o jovem da droga, para dar ocupação para o pessoal. Não teve a sensibilidade de compreender que esse programa tinha que continuar. Pegou uma autarquia importante, como o Detran, que tinha uma administração profissional, boa no governo anterior, e transformou o Detran em uma administração péssima, com pessoas citadas na CPI do Cachoeira. E eu coloquei para ele que não deveria fazer isso. O Detran hoje é uma inoperância – todo mundo sabe disso. Está muito pior do que era no governo anterior. Tudo bem que outros lugares melhoraram, mas, de fato, alguns pioraram, e o Detran é um deles.

Eu nunca deixei de colocar essa questão. E o diálogo piorou também. Porque, se o governo anterior era bom ou ruim, pelo menos ele dialogava – e é preciso voltar a dialogar e apontar soluções.

Eu acho que o objetivo aqui é esse; não é ficar jogando pedra em ninguém nem colocando uns contra os outros. Eu queria que abrissem aqui só para eu ler a nota que eu falei sobre a questão da PM, mas não consigo.

Vamos compor a Mesa: Rosilene Correa, Diretora do Sindicato dos Professores do Distrito Federal. É um prazer que esteja aqui conosco. (*Palmas.*)

Rodrigo, Secretário-Geral da Central Única dos Trabalhadores do Distrito Federal. (*Palmas.*)

O Ibrahim não chegou. Na hora em que o Ibrahim chegar, vamos chamá-lo para a Mesa.

Convidamos o Sr. João Cardoso da Silva, Presidente do Sindate do Distrito Federal(Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem) para compor a Mesa. (*Palmas.*)

Excepcionalmente, eu vou convidar também para a Mesa o Presidente Sindicato dos Servidores da Carreira Socioeducativa do Distrito Federal (SINDSSE/DF), nosso querido Cristiano Torres. (*Palmas.*)

Eu queria aqui anunciar a presença aqui do Deputado Izalci, da Deputada Érika, e cumprimentá-los – como já falei – pelo trabalho intenso da nossa Bancada. Os Deputados podem falar quando for necessário. É só levantar o dedo, e eles podem falar, porque esta Casa aqui é doida. Nós temos tanto trabalho que, muitas vezes, não podemos acompanhar tudo do início ao fim.

Por isso, em qualquer audiência pública nossa, os Parlamentares, quando precisam falar, eles podem falar. E, se tiverem que sair, eles vão sair para cumprir o resto da agenda do dia a dia do Congresso.

Então, nós vamos começar esse trabalho aqui, ouvindo do Presidente da Central Única dos Trabalhadores, Rodrigo Rodrigues, como ele está vendo essa crise e que soluções ele aponta para superarmos essa crise.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Ah! Você é o Rodrigo, Secretário-Geral. O Rodrigo bancário é o Presidente. Você é o Rodrigo professor?

O SR. RODRIGO RODRIGUES – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Parabéns ao professores, Secretário-Geral da CUT.

Por favor, Rodrigo, com a palavra.

O SR. RODRIGO RODRIGUES – Bom dia a todos e a todas. Bom dia, Senador Hélio José. Saúdo V. Exª, a Deputada Érika, que, assim como o Senador, está conosco intensamente, e os demais Deputados da Bancada Federal do Distrito Federal pela iniciativa desta audiência pública, na tentativa de solucionar este momento de impasse em que o serviço público do DF se encontra – razão do calote que foi aplicado pelo Governo aos servidores públicos.

Antes de entrar na questão específica aqui da pauta geradora da Comissão, eu gostaria de dizer, Senador, que não foi um acidente de percurso o que aconteceu no dia 28. A violência com que os professores foram atacados no Eixão não é um caso isolado. Este Governo, desde que tomou posse, tem como marca, na segurança pública, o excesso exacerbado da violência, em especial contra as manifestações da classe trabalhadora.

Nós temos relatos de diversos trabalhadores que foram atacados da mesma forma ou até com maior violência do que os professores foram atacados no dia 28. Temos relato de incursões de policiais não identificados em acampamentos de trabalhadores rurais sem-terra, prisões em que demoramos a saber para onde são levados companheiros e a termos acesso a informações.

Então, é uma decisão política. A saída do Secretário de Segurança, a carta que ele apresenta e as acusações que ele faz refletem muito bem a decisão política de ação policial e o uso da violência para silenciar manifestações, inclusive chegando ao ponto de ter sido aprovada – mas, dessa vez, acertadamente vetada pelo Governador – uma lei que impedia manifestações ao longo do Eixo Monumental.

Esse veto está na Câmara, e esperamos que os Deputados reconheçam a inconstitucionalidade, reconheçam a falta de democracia que seria aprovar essa lei. Na prática, as forças do Estado têm exercido a função de silenciar os trabalhadores quando estes tentam se manifestar.

Bom, nós estamos numa situação, hoje, que leva a classe trabalhadora a estar nas ruas e, em especial os servidores públicos, mas também os trabalhadores da iniciativa privada, aqueles que têm vínculo empregatício com o GDF, estão numa situação de extrema instabilidade. Obviamente, o calote cometido contra os servidores públicos efetivos, ligados diretamente ao GDF, é mais visível, até pela força de organização dos servidores públicos nos seus diversos sindicatos. Essa situação levou à eclosão, no DF, ao mesmo tempo, de mais de 20 greves. Num levantamento feito ontem pela Central Única, nós tínhamos ainda 14 sindicatos conduzindo greves de suas categorias, mais outros 7 sindicatos mantendo a categoria em estado de greve, podendo tomar a decisão de paralisar as atividades em todo o tempo.

Os companheiros de medidas socioeducativas, do sistema prisional estão vivendo uma situação de extrema periculosidade, inclusive sofrendo uma pressão muito grande pela sua ação de defesa das suas categorias. Os trabalhadores terceirizados estão numa situação de ameaça de demissão o tempo todo, caso não aceitem o arrocho salarial.

Esse calote, na minha visão, na visão da Central Única tem alguns objetivos que vão além do simples arrocho salarial que nos está sendo imposto. Obviamente, num primeiro momento, há a questão financeira, orçamentária que vem sendo colocada na imprensa o tempo todo. A versão que o GDF tenta fazer vingar e ser vitoriosa é a questão da crise financeira aliada à falta de orçamentos, de recursos financeiros. Esse é um debate que precisa ser feito através de discussões técnicas e números. Mas esses números são claramente controlados pelo Governo e inclusive foram criticados pelo Presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais do DF, que disse que não há clareza e transparência para afirmar que os números são verdadeiros. Essa declaração foi publicada na mídia e está registrada.

Então, não se trata de um debate apenas numérico. O que se está visando também com esse calote são ações políticas que, em primeiro lugar, tentam diminuir a presença do Estado em vários setores que prestam atendimento à população. Então, é um projeto político de Estado, de um Estado mínimo, de redução da presença do Estado junto à população mais necessitada.

Um outro objetivo que se atinge com esse tipo de ação é o do enfraquecimento do próprio movimento sindical no que diz respeito à organização da classe trabalhadora. E eu entendo que o enfraquecimento do movimento sindical no que diz respeito à organização da classe trabalhadora vem com o intuito de implementar outras políticas de Estado com as quais os servidores não concordariam. Nós não concordamos com isso e seremos, sem sombra de dúvida, uma força de resistência a essas tentativas de privatização do espaço público de atendimento à população através da organizações sociais, através da entrega para empresas sociais, para empresas da iniciativa privada da administração de espaços, como hospitais e escolas, além de outros setores, como é o caso das medidas socioeducativas também. Essa privatização e essa entrega já vêm sendo feitas.

Outros governos já tentaram fazer essa mesma privatização, essa mesma entrega dos serviços públicos para empresas privadas. Nós tivemos exemplos que foram extremamente combatidos pelos nossos sindicatos. Em especial, na educação, nós tivemos um enfrentamento muito grande. Atacam-se direitos dos trabalhadores, desorganiza-se a instituição de organização e representação e aí implementam-se mudanças que visam a beneficiar os interesses privados e não os interesses públicos.

Por fim, ontem, o Governo reconheceu o direito ao reajuste e a data do mesmo, quando apresentou uma proposta a alguns sindicatos que estiveram reunidos com ele, de pagamento do retroativo que se deveria fazer com o reajuste, mas apresenta apenas para o ano de 2017.

Então, além de reconhecer a data – é um avanço o Governo reconhecer que deve, e a dívida é para agora, a partir de setembro para algumas categorias –, mas tenta empurrar esse pagamento para 2017. Na minha opinião, numa avaliação que faço, congela os nossos salários, impedindo a organização de novos pedidos de reajuste salarial para até 2018, pois empurra o nosso reajuste para 2016 e só vai pagar o que deve retroativamente em 2017.

Usaria essas mesmas alegações, com os mesmos argumentos que apresenta agora – de caixa, de orçamento financeiro –, para a impossibilidade de conceder novos reajustes.

Aí, quero perguntar aos meus companheiros que estão aqui no plenário acompanhando esta audiência pública: quem aceitaria tranquilamente três anos de arrocho salarial, de manutenção do poder de compra dos

seus salários, até que, somente em 2018, possamos discutir uma nova recomposição do poder de compra dos nossos salários?

Essa é a intenção que o Governo tem, ao apresentar a proposta que, mais uma vez, assim como o pagamento em outubro de 2016, é uma provocação ao movimento sindical, uma provocação ao conjunto dos servidores públicos e à organização da classe trabalhadora!

Então, companheiros e companheiras, Senador Hélio José, o Governo precisa reconhecer, sim, o direito, pois este já foi reconhecido pela própria Justiça, quando questionada a constitucionalidade dos nossos reajustes, mas ele precisa apresentar uma proposta que seja séria, factível, minimamente aceitável pelos trabalhadores, para poderem retomar as atividades do atendimento à população, através dos serviços públicos.

Por fim, quero dizer que continuaremos organizando as nossas categorias, fazendo as nossas discussões. Não aceitaremos nenhum tipo de violência e truculência contra a classe trabalhadora. Brasília não vai tornar-se um novo Paraná.

A tentativa de calar os trabalhadores com a violência policial foi um tiro que saiu pela culatra contra o Governo, usando aí a expressão do tiro, que foi arremetido aos professores. Essa violência tem de ser mais bem avaliada, principalmente por esta Comissão de Direitos Humanos, que tem de acompanhar as ações da polícia.

O momento de troca do secretário de Segurança Pública é um momento em que a Comissão precisa estar presente, acompanhando tudo, pois não basta trocar o nome do secretário, exonerar o comandante da Polícia Militar e fazer esses tipos de ações sensacionalistas, como se tentou fazer, exonerando, para dar uma resposta pública, ou com o Secretário se exonerando e soltando uma carta em que faz várias denúncias.

É preciso ter uma mudança de postura do que é a segurança pública no DF. É preciso haver uma mudança de postura sobre os comandos das ações da Polícia Militar. E o Governo precisa reconhecer que não vai silenciar, nem com tiro, nem com arrocho, a classe trabalhadora na defesa de seus direitos.

A Central Única dos Trabalhadores está na luta junto com todos os servidores, junto com todos os trabalhadores da iniciativa privada. Estivemos desde janeiro, quando os nossos salários atrasados, não foram pagos, e continuaremos na luta, junto com todas categorias que estejam, em greve ou não, lutando pelos seus direitos.

Finalizo, fazendo um convite, Senadores, estendendo a todo o plenário, para que, no dia 08, neste domingo, na 116 Sul, no local onde foi feito o ataque e o massacre aos professores, todos estejam presentes, porque realizaremos um ato de desagravo aos professores, ao calote, ao "tarifaço" e a todas as medidas de arrocho do Governo do Distrito Federal.

A Central Única dos Trabalhadores promoverá uma ação cultural, com diversas atividades culturais, para as nossas crianças, que, infelizmente não estão poder ir às escolas.

Quero dizer que vai ser uma oportunidade, inclusive, de que meus filhos se reencontrem com suas professoras, pois eles estão sentindo falta das aulas, por conta da nossa greve. Será um momento em que vamos discutir com a população, levar os nossos informes e falar as razões pelas quais estamos em luta.

Então, a partir das 8h, no dia 8, domingo agora, no Eixão do Lazer, no mesmo local em que os professores foram atacados, faremos um ato de desagravo, um ato cultural e um ato de denúncia sobre os desmandos e a violência da segurança pública no Distrito Federal contra os trabalhadores, na tentativa de reivindicarem os seus direitos.

Continuaremos na luta. Contamos com o apoio desta Comissão, dos Parlamentares Federais do Distrito Federal, para que possamos avançar e encontrar uma solução, a fim de que o serviço público do DF volte à normalidade, e possamos cumprir a nossa missão, que é atender à população.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Agradeço, Rodrigo Rodrigues. Fui diretor da CUT por cinco mandatos há tempos, anos atrás, e quero dizer que o recebo com muito orgulho – a Central Única dos Trabalhadores –, que tem sido partícipe ativa aqui, assim como a CUT nacional, a local e outras, discutindo o dia a dia da classe trabalhadora brasileira.

O senhor só nos orgulha, por ter vindo aqui, colocando essas suas palavras de conciliação e de trabalho, deixando claro que o trabalhador não vai fugir da luta.

Sinceramente, acho importante destacar que o Distrito Federal, como uma unidade federativa, com um enorme peso do funcionalismo público na sua economia, só terá a perder se continuar com essa situação de arrocho e falta de diálogo com a sua classe trabalhadora.

O SR. RODRIGO RODRIGUES – V. Exª poderia conceder-me só mais um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Pois não.

Vou conceder esse tempo ao senhor, porque, inclusive, não usou todo o tempo a que o senhor tinha direito.

O SR. RODRIGO RODRIGUES – Não usei todo o tempo a que tinha direito. Gostaria somente de dizer que estou recebendo mensagem de companheiros que estão lá fora, impedidos de entrar para participar desta reunião.

Também quero deixar aqui uma reclamação. Todas as vezes em que viemos a audiência públicas, até quando somos convidados a compor Mesa, há uma extrema de termos acesso a esta Casa, que parece ter adotado as medidas de restrição da Câmara Federal, que, infelizmente, sob a gestão do atual Presidente, tem tentado restringir ao máximo a participação popular.

Então, fica aqui o registro de repúdio a isso, porque há companheiros nossos, lá fora, querendo participar da audiência.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Correto. Pode falar a eles que a sala anexa está liberada, e a audiência está sendo transmitida pelo telão. Podem avisar para liberá-los, para que eles possam vir para à Ala Alexandre Costa, sala 7, nesta mesma ala, porém do outro lado, mas, como há o telão, todos poderão acompanhar ao vivo, sentados e acomodados.

Então, pode falar para o pessoal da segurança liberar as pessoas, porque há espaço para todos poderem sentar e ordeiramente continuar o nosso trabalho.

Vamos ouvir agora o nosso querido Cardoso, Presidente do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Distrito Federal. Trata-se de um importante segmento, a saúde do Distrito Federal.

Deixei registrado, inclusive, na última reunião da Bancada ocorrida com o GDF, que, por exemplo, não culpo o médico e o enfermeiro, não culpo o médico e o dentista, mas eles eram representados, no governo anterior, por um governador e um excelente secretário. Eles conseguiram, pela primeira vez na história, quebrar algo, em que todo o nível superior da saúde recebia igual no DF. Agora, um enfermeiro, um psicólogo e um nutricionista passaram a receber quase metade do que recebe um médico e um dentista, por um acordo passado, que ele não está conseguindo pagar.

Então, há um passivo e uma herança muito grande com o setor de enfermagem e demais setores da saúde do Distrito Federal, que precisam ser revistos. Não sei quando isso acontecerá, mas espero que isso aconteça em algum momento, porque essa discriminação, que nunca ocorreu, salarial, entre médico e dentista para com aos demais profissionais com nível superior da área de saúde não pode continuar. Há também as pendências existentes com o nível técnico e médio, bem representado pelo nosso querido Cardoso.

Concedo a palavra ao Sr. Cardoso, que dispõe de 10 minutos. A campainha irá tocar no nono minuto, e o senhor terá mais um minuto para concluir, com uma certa tolerância, se for o caso.

O SR. JOÃO CARDOSO DA SILVA – Obrigado, Senador Hélio José.

Bom dia às senhoras e aos senhores, às autoridades e em especial ao Presidente Hélio José. Queria saudar também a Deputada Erika Kokay, uma pessoa que nos tem ajudado bastante e participado de todos os movimentos, colaborando com todos os setores da nossa saúde.

O Deputado Izalci Lucas também tem colaborado conosco e ajudado em algumas estratégias de logística. Então, quero agradecer ao Deputado a colaboração para o nosso setor.

Este Governo parece que veio para massacrar o trabalhador do Distrito Federal, um Governo que ajudamos a eleger. Assumimos a campanha do partido socialista, porque acreditávamos que a situação iria melhorar. Quer dizer, havia situação em que ele falava do apagão de gestão. Se ele visualizava um apagão de gestão no governo anterior, acreditamos que ele poderia fazer algo muito melhor. Ou seja, as luzes iriam acender, no sentido da melhoria da gestão do Distrito Federal, mas, na realidade, o que está acontecendo hoje é bastante diferente. É o contrário do que acreditávamos e do que ele pregava na campanha no seu dia a dia.

As greves surgiram exatamente porque a gestão não foi aquilo que se esperava. A primeira coisa que ele fez, quando começaram as greves, foi pedir ao Judiciário que decretasse a ilegalidade das mesmas.

Fomos a primeira categoria que entrou em greve. Isso aconteceu no dia 7 de outubro, e saímos da greve ontem. Depois de muita luta, conseguimos algumas promessas de melhoria daquilo que reivindicamos há muitos anos, mas a questão financeira não avançou em nada, parece-me, para nenhuma categoria.

O Rodrigo disse que ele vai assumir a questão do pagamento retroativo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOÃO CARDOSO DA SILVA – Ele reconhece.

Isso é até um avanço, porque ele sempre dizia que não iria, não tinha como pagar o retroativo. Este retroativo é zero. Acabou. Quando argumentávamos que iríamos ter de judicializar essa situação, ele respondia que isso era problema nosso, ou seja, isso não parecia preocupá-lo. Essa já é uma sinalização, de alguma forma, positiva.

Além do mais, quando o Judiciário decretou a ilegalidade, houve uma multa de R$100 mil por sindicato – cinco sindicatos – de uma só vez. Há sindicato, desses cinco, que tem uma base em torno de 1.600 pessoas, a base total, e 300 ou 400 filiados, no máximo, com uma multa de R$100 mil por dia.

Em seguida, dentro de, mais ou menos, três ou quatro dias, essa multa triplicou para R$300 mil por dia. Depois, com o Sindicato dos Professores, a multa aumentou para R$400 mil/dia.

Então, o nosso entendimento é o de que ele quer acabar com o sindicato! Extinguir o sindicato! Como é que um governo socialista, em tese, popular, quer acabar com um sindicato? Sindicato existe no mundo todo! É necessário que ele exista! É a defesa do trabalhador! Pelo visto, ele quer extinguir o sindicato pela falta de condições financeiras.

Já vivemos uma situação financeira difícil no nosso dia a dia. São poucos os sindicatos que têm uma saúde financeira boa. São pouquíssimos no Distrito Federal. Aqui, a maioria dos sindicatos, em torno de 80%, vive e convive com uma situação financeira caótica.

Somos um dos sindicatos mais novos, surgidos no setor público do Distrito Federal, e temos uma receita muito pequena. Como vamos pagar R$100 milhões?

Na última 2ª feira, perguntei pessoalmente ao Governador a respeito da multa, se ele iria minimizá-la. Ele disse que isso seria uma questão para ser resolvida no âmbito da Justiça, ou seja, ele não tem nada a ver com isso; ele está lavando suas mãos.

É complicado negociar com um governo de uma nota só: não, não, não e não de novo! Ele nunca diz sim. Ele sempre diz não. Parece que, quando estamos conversando com ele, ele se sente convencido, mas não admite. Ele não tem argumento em contrário, mas para ali e torna a dizer não.

Além do mais, essa questão da violência contra os professores, na minha opinião, foi um exagero. Foi demais! Todas as entidades sindicais, todas as pessoas, inclusive muitos membros da sociedade, entenderam como uma violência extrema.

Não havia necessidade! Ninguém está fazendo bagunça! Ninguém está com violência contra ninguém.

Há situações muito piores, que ocorrem no dia a dia, de fechamento de pista na área rural, e nunca aconteceu isso. Agora, quando os professores, de maneira ordeira, fecham uma pista... Quantas vezes nós fechamos o Eixão? Quantas vezes a categoria tem fechado esse Eixão? E aí o policial vai lá tratar os professores como bandidos... Isso é inadmissível!

Solidarizamo-nos com os professores. Fica o nosso repúdio sobre esse tipo de violência. E o Governador parece entender que aquilo é uma situação normal. A polícia estava fazendo o seu papel. Não concordamos com esse papel tão violento dessa maneira.

Então, nós, do Sindicato de Auxiliares e Técnicos de Enfermagem, conseguimos fazer uma greve de que todos participaram. Conseguimos mobilizar todas as categorias da saúde, não só a nossa base, como todas.

Não saímos com um vitória, mas conseguimos arrancar algumas coisas, para nós, de grande importância. Por exemplo, para a carreira de enfermagem, prometeu criar um grupo de trabalho que vai cuidar da mudança da nomenclatura – isso é muito importante para nós, pois alguém pode dizer que é vaidade nossa. Não é vaidade porque somos técnicos de enfermagem e estamos com nomenclatura de técnicos em enfermagem. Isso é importante para a nossa classe.

A enfermagem é a única categoria com divisão de formação: o enfermeiro, o técnico e o auxiliar. Existe uma carreira de enfermeiro, mas entendemos que deve haver uma carreira de enfermagem. Dentro dessa carreira, existe o enfermeiro, o técnico e o auxiliar. Estamos numa outra carreira, de assistência pública à saúde, junto com a parte administrativa e tal. Nesse ponto, conseguimos avançar.

Outro ponto em que avançamos também foi na questão de que todo nível superior da Secretaria de Saúde já chega ao final da carreira com 18 anos de trabalho. Antes, chegávamos ao final com 25 anos de trabalho. Então, vai ser mandado um projeto de lei para a Câmara Legislativa, para que cheguemos ao final da carreira com 18 anos de trabalho. São pequenos avanços, não suficientes.

Quanto à parte financeira, esta só acontecerá em outubro, porém ele disse que esse grupo de trabalho vai apontar as possibilidades de poder antecipar. Quer dizer pode ser antecipado para setembro, agosto, julho, enfim...

Foi baseado nisso que conseguimos voltar. Além do mais, o movimento vai subindo, depois chega ao pico e começa a descer. Então, as nossas assembleias eram em torno de 1.500 a 2.000 pessoas, e esse número começou a cair. Há pressões de todos os lados. Então, a categoria começar a voltar a trabalhar, com medo, por mais que disséssemos que não haveria problema, que resolveríamos isso depois. As pessoas sempre têm medo. Todas as categorias são assim.

Diante da proposta, voltamos a trabalhar, mas ficamos em estado de greve, pois, se não cumprirem o que foi prometido, voltaremos à greve imediatamente. Inclusive, foi colocada uma data. O grupo de trabalho vai ter sua primeira reunião no dia 16, agora, e o prazo de 45 dias para concluir os trabalhos.

Então, essa foi uma das razões.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO CARDOSO DA SILVA – Quero deixar aqui o meu repúdio, com relação à violência dos professores e a qualquer trabalhador. Que este Governo nunca mais ponha a polícia para bater em trabalho em qualquer que seja a situação! Nunca formos bandidos, nem seremos! Somos pessoas que defendem os seus direitos, já garantidos em lei, feita pela Câmara Legislativa, e o Governo está descumprindo a legislação.

Não é admissível que um governador seja eleito pela população e descumpra a legislação do seu Estado.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Quero passar a palavra à nossa Deputada Erika Kokay, que vai viajar daqui a pouco.

S. Exª tem a liberdade de falar pelo tempo que quiser.

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF) – Queria parabenizar V. Exª, Senador Hélio José, como coordenador da nossa Bancada do Distrito Federal, no Congresso Nacional, pela realização desta audiência, assim como por todas as participações e ações desenvolvidas pela própria Bancada.

Fizemos uma reunião e estivemos com o Governador do Distrito Federal. Posicionamo-nos através de uma moção, apoiando o movimento dos trabalhadores e das trabalhadoras no serviço público do Distrito Federal, e solidarizamo-nos, até porque temos um entendimento de que o Governador do Distrito Federal, ao não honrar o que está previsto em lei, desrespeita os movimentos, porque todas essas conquistas foram fruto de muita luta. Os trabalhadores foram às ruas, se movimentaram, enfim, fizeram valer a sua própria voz, para conseguir transformar essas reivindicações em uma proposição que tramitou pelo Poder Legislativo. Portanto, há um desrespeito não só aos movimentos, como há um desrespeito ao Poder Legislativo, que aprovou essas leis. São leis; são leis. E um desrespeito ao próprio Poder Judiciário, que deu acolhida, como legais, a essas expressões e a essas leis que tiveram essa construção a partir do sonho e da luta das próprias categorias.

Portanto, ao não pagar o reajuste, o Governo desrespeita o Estado democrático de direito, desrespeita o Poder Legislativo, desrespeita o Poder Judiciário, desrespeita as entidades sindicais e desrespeita as diversas categorias que cumprem uma função absolutamente fundamental para que possamos ter uma cidade autônoma, uma cidade livre e uma cidade feliz. Sem serviço público, não podemos atingir a qualidade de vida, porque nós não temos as políticas públicas sendo efetivadas.

Portanto, não há desrespeito maior à cidade do que levar os trabalhadores a estarem em um movimento paredista para fazer valer o que está na própria lei.

Para além disso, o Governador do Distrito Federal peca em vários aspectos. Peca porque tentou judicializar os movimentos. Não é a Justiça que decide conflitos trabalhistas. Conflito trabalhista se decide na mesa de negociação, com respeito aos representantes e às representantes dos trabalhadores e trabalhadoras no serviço público.

Portanto, ao judicializar, está buscando instrumentos de pressão e abrindo mão da função de um governador. Governador tem que governar. O governador não pode ficar com um discurso que está varando o décimo primeiro mês do seu governo com uma nota só, como foi dito pelo João Cardoso. É uma toada de uma nota só, que não tem recurso.

Porque cabe ao governador governar. E governar significa analisar as situações que existem – e eu não estou entrando no mérito se há ou se não há déficit, porque há muita polêmica acerca disso. Nós não sabemos, até o momento, se há realmente um déficit ou se o déficit tem sido criado ou potencializado como biombo para esconder a incompetência do Governo do Distrito Federal. (*Palmas.*)

Portanto, independente disso, porque nunca foi feita uma auditoria democrática acerca desse déficit que o Governo do Distrito Federal carrega.

E é em função do déficit que o Governo tem implementado uma série de políticas que são nocivas, particularmente para a população de baixa renda.

Quem utiliza o restaurante comunitário que sofreu esse nível de majoração que nós não temos certeza e segurança de quanto isso representou de arrecadação para o próprio Estado? Nós não sabemos. Quanto isso impactou do ponto de vista das receitas do Governo do Distrito Federal? Mas foi majorada a refeição nos restaurantes comunitários.

Quem utiliza ônibus nessa cidade? Quem utiliza ônibus nessa cidade se não são os trabalhadores e trabalhadoras e particularmente os que não têm um carro. E a passagem de ônibus foi majorada, e nós não temos segurança de quanto isso representou de aumento de receita, como o aumento do ingresso no zoológico, como

a utilização do próprio Fundo de Apoio à Cultura, como a utilização do superávit do instituto de previdência dos servidores públicos. O Governador utilizou-se de todas essas fontes de receita e até o momento não prestou contas, de forma livre, democrática ao conjunto da sociedade.

Mas independente de haver ou não déficit, cabe a um governo resolver o déficit e honrar os seus compromissos. Cabe ao governo apresentar quais são as propostas necessárias para resolver e sanar o déficit e, a partir daí, honrar os seus compromissos. Porque o Governo reconhece o direito. Não tem como não reconhecer. Depois da decisão do Poder Judiciário, não tem como não reconhecer que é um direito. O governador optou por estar em conflito com a lei.

E quer cortar salário de servidor? Quer cortar salário? Quer criminalizar movimentos? Quer estabelecer multas às representações sindicais, quando quem está em conflito com a lei é o próprio Governador do Distrito Federal? Ele é quem deveria abrir mão de seu salário, porque está em conflito com a lei. O Governo não pode governar à margem e enfrentando a própria lei.

Mas eu diria que o Governo, ao estabelecer essa tática de criminalização do movimento, de tentar derrotar os movimentos, de validar, porque acabou por validar, de forma inconteste uma violência policial que não se justifica... Não se trata trabalhador arrancando-o de dentro do carro, jogando-o no chão, algemando-o, atirando nele com balas de borracha, em qualquer seja a circunstância. Se é um problema de obstrução de via, há o diálogo para se tentar resolver a obstrução da via, e não a truculência das botas e baionetas, que não são mais metafóricas, mas literais, a partir desta ação! Mas o Governo, quando decide, quando faz uma opção pela ação policial, em detrimento, inclusive, da manutenção do Secretário – sem entrar no mérito do seu exercício na política pública –, está validando uma violência policial.

Portanto, penso que, para além da estratégia de se estar utilizando do discurso de uma nota só, da toada de uma nota só para poder se criar um biombo para que não se veja a sua incompetência e a sua falta de compromisso, o governador busca outra coisa com essa postura: busca colocar a população contra o serviço público. E o serviço público, o servidor público é fundamental para a população. É fundamental! Os educadores são fundamentais para que nós tenhamos pessoas inteiras. Os profissionais da Saúde, os profissionais do sistema socioeducativo, do sistema prisional, os profissionais de todas as políticas são fundamentais para a população! E o Governo tenta jogar os servidores contra a própria população.

A fala do representante da Casa Civil à Bancada foi de que nós não temos investimentos porque gastamos 80% dos recursos do Distrito Federal com servidores, como se isso não fosse investimento! Como se isso não fosse investimento na humanidade da população, em seu desenvolvimento humano e na condição de fazermos os lutos dos períodos traumáticos da nossa história, que só vamos fazer com políticas públicas de qualidade.

Portanto, ele busca jogar a população contra os próprios servidores. Não vai conseguir! Não vai conseguir! Não vai conseguir e não tem conseguido!

Segundo, ele busca justificar, por meio do aprofundamento do caos, a terceirização de vários serviços públicos e a lógica do Estado mínimo. É o Estado mínimo que está sendo implementado! E, para implementar o Estado mínimo, tem que se quebrar a resistência das entidades, tem que se quebrar a resistência dos trabalhadores e trabalhadoras no serviço público. Ele busca estabelecer a construção do Estado mínimo. E, por fim, busca criar uma proposta – e tem razão o Rodrigo; estou apenas repetindo os seus argumentos –, busca criar uma política de que trabalhadores vão estar, até o final do governo atual, recebendo apenas aquilo que deveriam ter recebido como última parcela no ano de 2015. Por quê? Em 2016 se paga o reajuste que deveria ser feito em 2015 e em 2017 se começa a pagar o retroativo desse reajuste.

Então o Governo, com essa estratégia, está impedindo, está dificultando, cerceando e impossibilitando que as categorias entrem em movimento. As categorias vão ficar em movimento para receber a última parcela de um reajuste que deveriam ter sido pago em 2015. Em 2016 se paga a parcela, em 2017 começa-se a pagar o retroativo, e 2018 é ano eleitoral. Então, portanto, ele extingue, esteriliza qualquer possibilidade de avanço nos próximos quatro anos. Os movimentos vão estar acontecendo para se pagar o que foi acordado em 2012, o que foi acordado em 2013, e não as necessidades que os trabalhadores precisam para recompor os seus salários, porque nós temos uma inflação que precisa sempre ser recomposta.

Por isso, eu diria que o Governador do Distrito Federal não vai conseguir criar por muito tempo esses biombos para que a sua incompetência e a sua falta de compromisso com a cidade sejam escondidas e não tenham a clareza solar que a cada dia se constrói na nossa cidade.

Por isso, vou encerrar apenas dizendo o seguinte: se o governo quer fazer um grupo de trabalho agora para ver como vai pagar e que formas vai ter, que governo é este? Que governo é este que, no décimo primeiro mês de sua gestão, sabendo de uma proposta de uma lei já estabelecida, já dada, agora vai começar a discutir com um grupo de trabalho? Agora vai querer começar a governar como vai pagar um reajuste que vai ser um reajuste que já deveria ter sido dado à categoria este ano.

Por isso, eu diria que o Governador Rollemberg não vai conseguir manter por muito tempo essa própria farsa, que é a farsa de tentar retirar direito de trabalhadores, de mudar a concepção de Estado, de criar um modelo de Estado de Estado mínimo e, ao mesmo tempo, colocar nas cordas o movimento sindical. Ele precisaria ter mais experiência sindical, mais experiência de luta e mais calo de governo na mão para respeitar mais os trabalhadores e as trabalhadoras do serviço público, respeitar mais a população do Distrito Federal e valorizar as entidades sindicais, que são fruto de muita construção, muita luta, muita dor, mas também de muita fé e muita esperança do povo brasileiro.

Era isto, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Pessoal, as palavras da Érica são as palavras de sentimento de toda a Bancada, não uma coisa isolada. Ele realmente ficou sem dialogar com a Bancada. Foi preciso haver essa questão toda para ele convidar a Bancada para ir ao Palácio do Buriti para uma segunda reunião. Ele, que foi Deputado Distrital por dois mandatos, Deputado Federal por um mandato e Senador por quatro anos, deixa de vir falar na Comissão de Direitos Humanos com os trabalhadores.

Então, quer dizer, na verdade, há um vácuo no interesse em dialogar e resolver os problemas. Alguma coisa está errada e precisa ser ajustada. Esperamos nós, torcemos para que isso seja ajustado e que as coisas possam avançar. E o objetivo aqui hoje é exatamente mostrar para Brasília e para o Brasil inteiro que nós não estamos contentes com a forma como estamos sendo tratados. Inclusive, o que houve aqui hoje é mais um exemplo disso. Ele não veio e não me retornou para dizer por que não viria. Eu conversei com o assessor dele, que falou dessa dificuldade, que relatei no início, para estar aqui hoje.

Vamos ouvir o nosso Ibrahim Yusef.

Há uma questão grave com relação aos trabalhadores da nossa Administração Direta, que é questão do SLU, que, inclusive, na minha notinha, eu fiz questão de citar. Acho que o Ibrahim é egresso do SLU. Essa categoria, além de não ter nada, teve o seu salário rebaixado. Tudo bem que foi uma medida imposta por uma resolução judicial, mas o governo tinha que ter antecipado e apresentado uma proposta que não levasse ao rebaixamento do salário dessas famílias do SLU, que hoje tanto sofrem e são fundamentais para manter a nossa limpeza urbana no Distrito Federal.

Quero ouvir do Ibrahim, porque sei que a categoria do Sindireta voltou, se apontaram alguma solução para a questão do SLU no conjunto das conversas que houve com o Sindireta e se isso pesou inclusive no retorno da categoria.

Ibrahim, com a palavra. O senhor tem dez minutos, mas vou tocar a campainha aos nove minutos.

O SR. IBRAHIM YUSEF – Senador, inicio a minha fala parabenizando V. Exª por essa iniciativa de trazer o tema da atuação dos órgãos do segurança do Distrito Federal. E nos preocupa como o exercício da nossa atividade sindical quando o órgão deveria dar apoio aos trabalhadores. E vamos para a rua numa situação de guerra. E a gente viveu isso no passado, quando não tínhamos as nossas bandeiras. Vivemos essa dificuldade. Mas isso foi o passado do Brasil. Isso aconteceu no Brasil de antes de 1995.

E nós vimos esses guerreiros professores... Eu aprendi, lá na minha escola pública, no centro da Ceilândia, um recado de luta, que os professores me passaram. E hoje, se eu sou um grande líder, é porque eu aprendi na escola pública. Eu sou orgulhoso por causa disso. Sempre estudei em escola pública, no Centro Educacional nº 3 da Ceilândia. O primeiro grêmio estudantil, as primeiras lutas nasceram ali. E quem me ensinou a exercer a democracia brasileira foram os professores.

Então, é de se estranhar, em plena capital do País, onde hospedamos as embaixadas, que o governo do Distrito Federal, sem nenhuma sensibilidade, coloque a sua polícia de maneira truculenta, Senador, e isto em um dia em que se comemora o Dia do Servidor Público. Isto é de se estranhar. Em que país nós estamos? E eu me recordo do grande compositor Renato Russo, que pergunta, na letra de uma música, que país é esse. Isto é ruim, porque o Rodrigo Rollemberg sempre teve oportunidade de falar no nosso carro de som, na sua atuação como Deputado Distrital, como Deputado Federal. Ele sempre deu seu recado.

No entanto, quando ele se instala no Palácio do Buriti, as primeiras pessoas que ele escolhe são exatamente os servidores públicos, colocando uma crise no colo dos servidores públicos, ameaçando retirar as conquistas de anos e anos. Aqui, eu estou vendo vários líderes, que sabem do que eu estou falando.

Então, para não me alongar, Senador, quero dizer que nós estamos precisando daquele apoio que nós tivemos antes da chamada democracia deste País, porque todos os atos do Governo do Distrito Federal são arbitrários.

É engraçado que ontem eu tive uma reunião, no Instituto do Meio Ambiente, com os nossos servidores que estão trabalhando nos parques. Então, eu vi a maneira truculenta com que a diretora trata os servidores, com movimentos antes sindicais, quando ela trouxe ameaças aos servidores que estão exercendo um direito constitucional nosso, que é o direito à greve.

Eu pediria a esta Casa, eu clamo aqui, em nome de todos os servidores, para que esta Casa tome uma medida emergente, que é exatamente a regulamentação da lei que trata de greve no âmbito do serviço público, porque nós estamos de carona nas legislações da CLT até hoje.

Senador, com relação à negociação, quero dizer a V. Exª que elas realmente não têm avançado muito, não. Inclusive, ontem, ele recebeu o sindicato e, somente após muita luta nossa, reconheceu a lei distrital dos aumentos.

Mas existe uma campanha – e eu acho que a Erika foi muito feliz nas suas colocações, quando ela a retratou – de instalação do Estado mínimo contra os servidores públicos. Aquela equipe econômica não cede. Eu nunca, na história de negociação sindical, o governo não ter nenhuma contraproposta. Nem na época da ditadura a gente vivia essa situação.

No entanto, o governo traz para a mesa a discussão que reconheceria esse nosso retroativo, mas só do jeito que ele quer pagar. E, infelizmente, esse Judiciário que está no Distrito Federal está curvado. Infelizmente, nós não podemos exercer o direito de independência do Poder Judiciário. Porque em um Estado democrático de direito, em que existe uma lei, somente uma lei revoga outra. E a gente viu que a posição do Tribunal de Justiça foi a de judicializar, colocando, arbitrando multas altíssimas aos sindicatos, porque a Justiça manda fechar os sindicatos do Distrito Federal.

Senador, eu teria muito a conversar aqui, mas sei que ainda há aqui muitos líderes que querem compartilhar essa situação que nós estamos vivendo no Distrito Federal. Então, eu queria aqui me solidarizar com os nobres professores, que me ensinaram a exercer essa democracia.

O Sindicato dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Tribunal de Contas do Distrito Federal – Sindireta manifesta repúdio à atuação truculenta do Governador Rodrigo Rollemberg, por meio da tropa de choque da Polícia Militar do DF, contra os professores da rede pública de ensino.

As agressões ocorreram no dia 28 de outubro, dia dos Servidores Públicos, data que deveria ser comemorada pela categoria, mas que foi manchada por cenas de terror, por imagens chocantes que refletem a falta de respeito do Governo do Distrito Federal aos servidores públicos. O governo ultrapassou todos os limites éticos e morais.

A tentativa de criminalizar nossa luta por direitos conquistados não terá êxito. A população do Distrito Federal agora conhece a verdadeira face deste governo opressor e covarde. Não seremos intimidados. Não aceitaremos calados. Estamos firmes na luta, empunhando a bandeira da lealdade, do respeito às leis. A tirania de Rodrigo Rollemberg ficará marcada na história, assim como a força da nossa união.

Em nome de toda a diretoria do Sindireta, eu quero saudar os nobres professores e dizer que nós, do Sindicato, estaremos juntos com vocês.

Obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Agradeço a você, Ibrahim.

Quero dizer que não concordamos, de forma nenhuma, com a judicialização. Inclusive, um dos encaminhamentos que nós vamos fazer agora, depois que as coisas começarem a caminhar, é uma reunião – eu até falei isto com a Rosilene – com o nosso Desembargador Presidente do TJDFT, Dr. Getúlio, para discutir e colocar que não é possível essa situação.

Vamos fazer uma reunião com o Tribunal de Contas do Distrito Federal para que, de fato, o Presidente do Tribunal de Contas nos esclareça essa questão de caixa na visão deles, porque a visão do Governo do Distrito Federal nós recebemos aqui na quarta-feira. Segundo todas as análises, ainda não convence. Então, precisamos ver com o Presidente do Tribunal de Contas do DF. Então, vou marcar uma reunião com ele para poder ver essa questão.

E também vamos falar com o Coordenador do Fundo Constitucional do Distrito Federal, o que, por equívoco nosso, não está no Ministério do Planejamento, mas no Ministério da Fazenda e na Secretaria do Tesouro Nacional, vamos visitá-lo para que ele nos mostre como está sendo administrado esse Fundo Constitucional do DF, qual o percentual que vai para o setor A, qual o percentual que vai para o setor B, quanto vai para o setor C, porque o que nós sabemos é que o Fundo Constitucional do DF foi criado para pagar cem por cento da segurança pública do Distrito Federal e contribuir com o pagamento dos professores, com a educação e com a saúde. Então, queremos saber o percentual real que o Fundo Constitucional do DF está destinando para a saúde e está destinando para a educação para ajudar a cobrir as contas e também para não ficarmos nesse disse-me-disse. Com esses valores em mãos, nós vamos passá-los para os dirigentes para que eles tenham conhecimento deles, pois os valores são públicos e têm que ser repassados.

Então, eu, como coordenador da Bancada, como Senador da República, vou tomar as medidas para fazermos esses encaminhamentos. Vou ao Presidente do Tribunal de Contas para conversar com ele a respeito

da situação, vou ao Getúlio, Presidente do TJDFT, para deixar claro que não concordamos com essa judicialização, com essa criminalização e com essa intenção de fechar os sindicatos na marra, por pressão econômica, e vou tratar da questão do Fundo Constitucional, para abrir a caixa para todo mundo saber o que acontece lá.

Eu tive o prazer de apresentar, na semana passada, um projeto de lei que, visando fazer justiça a essa categoria do socioeducativo, trata da questão da aposentadoria, dos direitos deles. Esse projeto foi protocolado. É o Projeto nº 731, de 2015, de minha autoria. Eu acho que essa é uma categoria importante que tem contribuído muito para o Distrito Federal.

Eu quero passar a palavra ao nosso Cristiano, do socioeducativo.

O SR. CRISTIANO TORRES – Bom dia a todos!

Bom dia, Senador, na pessoa de quem eu cumprimento todos os companheiros da Mesa.

Quero dizer que nós, servidores da carreira socioeducativa, também ficamos assustados com o que ocorreu no dia 28 de outubro com os professores. Vou puxar um pouquinho daquilo que o Ibrahim colocou. Se hoje nós somos servidores públicos, devemos isso aos professores. Eu também, Ibrahim, como acredito que é o caso da maioria dos presentes, vim, estudei minha vida inteira em escola pública. Eu, por exemplo, sempre estudei em escola pública daqui, do Distrito Federal. Então, nós, servidores da carreira socioeducativa, sentimos muito o que aconteceu.

Para nós, enquanto estivemos em um piquete em frente a uma de nossas unidades, também foi chamada a Patamo, mas quem fechou a rua no momento em que nós estávamos lá não fomos nós, servidores da carreira socioeducativa, e sim a própria polícia. E, numa negociação em que nós estávamos, junto com a diretora da unidade, com a qual nós estávamos fazendo o piquete, por muito pouco também não houve um movimento de agressão contra os servidores da carreira socioeducativa.

Então, o recado que o Governo passou, por meio de seus secretários, que, a nosso entender, são "secretários jabutis", porque eles estão lá em cima da árvore, mas ninguém sabe como é que se colocou esse jabuti lá, é o de que não há o mínimo de trato com o servidor público. Essa é uma das verdades que nós temos hoje aqui, no Distrito Federal, Senador.

Ouvir o Governador, no dia de ontem, dizer que reconhece o retroativo foi um avanço? Foi. Mas ouvir da boca do Governador que ainda vai ser montado um grupo de trabalho em que nós servidores é que temos que dizer de onde é que virá o dinheiro... Então, manda o secretariado embora. Vamos governar! (*Palmas.*)

Para que precisa de Secretário da Fazenda? Para que precisa de Secretário do Planejamento se nós, servidores, é que temos que dizer de onde virá o dinheiro para pagar um retroativo que é reconhecido por lei, aprovado pela Câmara Legislativa, que foi averbado pelo Tribunal de Justiça por 17 a zero? Nós, servidores, é que temos que dizer de onde virá o dinheiro para nos pagar.

Com relação à greve da carreira socioeducativa, se há uma coisa que é preciso dizer é que o Governador conseguiu unir sindicatos que têm pensamentos diferentes, conseguiu unir centrais de trabalhadores que têm viés políticos diferentes, conseguiu unir toda a Bancada do Distrito Federal, que tem partidos diferentes, posições políticas diferentes, em prol do funcionalismo público daqui, do DF.

Quando judicializou a nossa greve da carreira socioeducativa, nós, sindicalistas, diretores do sindicato, nós fomos, literalmente, caçados. Oficial de justiça batia todo dia na porta de nossa casa, na porta da casa das nossas famílias, nós tivemos que sair de nossas casas... Por quê? Porque, se há a notificação, como a multa, como o Presidente Ibrahim colocou aqui, é altíssima, ela inviabiliza a situação do sindicato e enfraquece a greve. E, detalhe, em determinadas categorias, o que aconteceu foi que o Governador chamava para uma possível negociação para o oficial de justiça, que estava lá na porta do Buriti, poder notificar os presidentes dos sindicatos.

Isso aconteceu – eu posso citar nomes – com a Marli, do SindSaúde, isso aconteceu conosco e isso aconteceu com o SINDPEN.

Desculpem-me se eu esqueci algum outro sindicato com que tenha acontecido esse tipo de coisa. Mas sei que isso aconteceu com esses três sindicatos, pelo que eu sei.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTIANO TORRES – Aconteceu com o Sindireta também, não é, Ibrahim?

No nosso caso, nós mandamos uma comissão de greve, porque nós já sabíamos que isso poderia acontecer, e o oficial de justiça já estava lá na porta. Depois, ainda vieram com a desculpa esfarrapada de dizer que não era isso, que "fomos pegos de surpresa". Ora, quem é que sabia dessa reunião do sindicato com o Governo lá no Buriti senão o Buriti e nós? Fomos nós que ligamos para o oficial de justiça e o mandamos ir lá para nos notificar?

Então, chega a ser cômico como o Governo atual trata o servidor público. Nós conseguimos aprovar, na Câmara Legislativa, leis que concedem reajuste, que não cobrem nem a inflação. Como o Rodrigo colocou aqui,

ele vai travar toda a pauta de reivindicação salarial. Nós temos ainda várias outras pautas, como, por exemplo, no caso específico do socioeducativo, a questão da insalubridade, em que nós temos professores também que labutam nas medidas socioeducativas que perderam a insalubridade, sendo que nós que estamos na medida socioeducativa nunca a tivemos, e nós temos várias outras situações, como a gratificação de titulação, que tem que ser transformada em gratificação de habilitação, porque hoje não vale mais a pena apresentar um diploma de nível superior ou um diploma de pós-graduação porque o Governo desestimula o servidor a estudar. E nós do socioeducativo vivemos com a sombra da terceirização.

Eu vou citar para vocês um fato que vai acontecer. Nós estamos alertando o Governo quanto a isso desde o dia 1º de janeiro.

Nós temos um contrato precário, que foi feito pelo Governo anterior, a que somos totalmente contrários, mas que, graças a Deus, se encerra no dia 31 de dezembro de 2015, e temos uma unidade, que é a Unidade de Internação Provisória de São Sebastião, antiga Cesame, que tem 100% de seus trabalhadores com esse contrato temporário, que se encerra, repito, em 31 de dezembro. Aí, vamos ter cerca de 130 adolescentes que não vai ter quem cuide deles. Por quê? Porque, hoje, as medidas socioeducativas têm um déficit muito grande. Com muito custo, conseguimos fazer com que saísse o edital do nosso concurso. Mas estamos alertando o Governo: "olha, em 31 de dezembro se encerra-se o contrato do Cesame!" E o que o Governo tem feito? Nada. Nada.

Nós tínhamos uma Secretária, a Drª Jane Klébia, que foi substituída nesse interstício, enquanto estávamos de greve. Então, assumiu um novo secretário, que tem dito que entrou agora e que tem que ver como está a situação. Mas nós temos passado para ele: "Secretário, o senhor pode não ter memória, mas nós temos memória. Nós temos o caminho das pedras. Sabemos o que pode e o que não pode ser feito. Se o senhor tiver um pouquinho de sabedoria e nos ouvir, talvez consigamos evitar o pior, que é, mais uma vez, um contrato precário ou a volta de uma organização social que sempre tomou conta do sistema socioeducativo. Essa organização atuava em duas unidades e passou a atuar em apenas uma, mas, graças a Deus, conseguimos tirá-la dessa unidade. Porém, pelo que estamos vendo, o Governo está caminhando, mais uma vez, para terceirizar uma unidade socioeducativa do Distrito Federal.

Temos uma assembleia marcada para o dia 12 próximo - inclusive, quero deixar aqui o convite para o Deputado Federal Izalci, que se encontra aqui e tem nos ajudado também nas nossas causas na Câmara Federal, e para o Senador Hélio José -, às 14h, em frente à Secretaria da Criança, onde, acredito, com uma proposta dessa de que nós, servidores, temos que dizer de onde vai sair o dinheiro para pagar um retroativo e de que nós, servidores, temos que governar, decidiremos, não vejo outra forma, voltar à greve.

O Governador conseguiu fazer com que parássemos... Foi a primeira vez que paramos as visitas nas unidades de internação das medidas socioeducativas do DF. Foi a primeira vez. Por quê? A paralisação de visitas é o ato mais extremo que sempre tivemos com relação às nossas greves, e ele conseguiu fazer com que fizéssemos isso. Ele conseguiu fazer o servidor se levantar de uma cadeira, de um local, de uma situação que não imaginávamos que fosse acontecer quando ele foi eleito. Ele foi eleito com a promessa de valorizar o servidor público. Podem-se ver no Youtube as promessas de campanha dele. Só que essas promessas foram jogadas ao vento. Como diz o nosso colega Rodrigo, parece que ele, agora, descobriu que existe uma greve na cidade. Tomara que ele agora assuma o Governo do Distrito Federal. E eu disse a ele, numa reunião que tivemos, e repito aqui para todo mundo, que ele está muito mal assessorado. Enquanto ele estiver mal assessorado, Brasília ficará parada. (*Palmas.*)

Se há um recado que temos que dar para o Governador é: Governador, aqui, no Distrito Federal, há gente competente para assumir todas as secretarias, todas as secretarias do Distrito Federal. Não precisa trazer gente de Minas, gente do Paraná, do Rio Grande do Sul, seja lá de onde for. Aqui, no DF, temos pessoas competentes o suficiente para assumir todas as secretarias do Distrito Federal. E temos certeza de que, se ele tivesse ouvido, no começo do ano, nós, sindicalistas, Brasília não estaria neste caos.

Portanto, pessoal, é o recado que temos para passar. No dia 12, os servidores das medidas socioeducativas, infelizmente, não vemos outra alternativa senão paralisar novamente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Vamos passar para a nossa última oradora, e, depois, vamos abrir a palavra.

O Deputado Izalci fala quando quiser, mas ainda não pediu a palavra. Ele é o primeiro orador. Se quiser fazer uso da palavra...

Para democratizar o direito de manifestação das pessoas, por apenas três minutos, vou abrir para de cinco a oito oradores, por ordem de inscrição.

Quem quiser se inscrever, pode fazê-lo na nossa Secretaria.

Vamos ouvir a nossa querida Rosilene, que conheço de muitas datas, desde a minha época de diretor da CUT, que é amiga da minha esposa.

Sei da luta da Rosilene, uma pessoa de muita batalha, na pessoa de quem eu homenageio todas as amigas professoras e professores aqui. É por isso que é a nossa última oradora da Mesa a nossa presidente do Sindicato dos Professores, Rosilene.

A SRª ROSILENE CORREA – Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Ah, diretora. Desculpe-me. Lá é um colegiado, não é, Rosilene?

Com a palavra.

A SRª ROSILENE CORREA – Bom dia, Senador Hélio José!

Bom dia, Rodrigo, Cristiano, Ibrahim, companheiro João!

Quero cumprimentar meus colegas na pessoa da Meg, que é nossa colega e Vice-Presidente da CUT. Então, todos estão cumprimentados na pessoa da Meg. (*Palmas.*)

Eu sei que ainda está muito vivo em nossas memórias tudo que aconteceu no dia 28, mas eu pedi para recuperar aqui algumas imagens para a gente dar início à minha fala.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Acho que, com relação à ação da polícia e do Governo do Distrito Federal, que a gente tem que entender isso, as imagens já falam por si só. E nós demos a resposta na assembleia seguinte, muito maior. Foi a luta que mostrou... (*Palmas.*)

... qual seria e é a nossa resposta.

Eu tenho certeza de que isso que aconteceu fez com que muita gente, os mais velhos, recuperasse o que já viveu aqui mesmo, nesta capital, na ditadura. Eu vejo as imagens – eu não participei do momento, mas a gente ouve histórias –, e elas parecem imagens lá de 1964, de 1970. Então, é algo que não combina com a beleza do nosso País e com a boniteza da nossa profissão. (*Palmas.*)

Vou passar para outra pauta, porque esta aqui é muito delicada.

Eu acho que nós temos procurado muito, Senador, o porquê da greve, porque eu tenho certeza de que nós temos condições de sobreviver com uma redução de R$200,00 no salário, mas nós não temos condições de ficar na sala de aula com um desrespeito diário do Governo a essa categoria, à educação pública no Distrito Federal, porque é isso que nós temos vivido desde o início, desde a posse do Governador Rodrigo Rollemberg, infelizmente.

Então, nós temos, sim, uma lei que está sendo descumprida, mas, muito mais que isso, nós temos um descaso com a educação pública, nós temos uma tentativa de retirada de direitos...

Quando nós pegamos um relatório, na verdade não chega a ser uma proposta do que tem sido negociado, você fica mais indignado, porque você está ali, numa tendência a comemorar algo que já foi conquistado, que já é direito adquirido, e na luta. Nós temos que mudar a lógica – eu tenho dito muito isto – de que trabalhador, para ter direito, primeiro tem que sofrer muito. Por que nós temos que sofrer tanto, apanhar, para ter nossos direitos garantidos? No nosso caso agora, da Lei nº 5.105, foram 52 dias de greve, que hoje já somam mais 23. Nós não estamos aqui falando de coisa nova.

Quando o Governo insiste em dar notícias como se ele estivesse sendo camarada, é inexplicável uma atitude como essa de um governador, porque, na verdade, não há nada de novo. É aquilo que já temos conquistado, e conquistado mesmo, na luta, e não porque algum governador chegou, pegou o canetão e o decreto do *Diário Oficial*, concedendo alguma coisa.

A postura do Governador de criminalizar o movimento é a pior opção que ele faz. Primeiro, porque nenhuma categoria retornou por isso; e dá uma demonstração de desrespeito, de não reconhecer a legitimidade da organização dos trabalhadores, a legitimidade das entidades que os representam, quando ele vai para a televisão anunciar suas medidas sem primeiro passar pelos representantes das categorias. Essa tem sido uma prática.

Ontem – quero registrar aqui pela primeira vez –, ele teve o cuidado de, por telefone, ainda que por telefone, informar-nos do recuo dele de não reconhecer o retroativo. Agora, existe uma diferença enorme, porque, como disse a Érica, reconhecer, ele não está fazendo nada em reconhecer! Há uma lei que está em vigor. Então, não há nenhuma vantagem nisso. Ele teria que reconhecer. Isso é inevitável. Quando ele anuncia isso para 2017, acho que ele só reforça uma postura equivocada.

Quando fazemos a leitura, e ele tem tentado fazer muito isso e com a ajuda, infelizmente, da imprensa, para variar; ele está enganando a população. Ele gera esse desgaste no serviço público, porque, num primeiro momento, as pessoas até podem achar que o "Governador está preocupado com o atendimento a esse bando de gente que ganha dinheiro para me atender mal", mas ele se esquece de que o Governo está comprome-

tendo o futuro de Brasília; está dizendo que não haverá mais concurso público. É isso que ele está fazendo, e as pessoas não se atentam a isso. Nós precisamos alertar as pessoas, porque é a geração futura que estará aí, refém, se se finalizar a 4.330. O futuro que se está colocando é este: o fim do serviço público; a precarização do serviço; voltar ao tempo em que nós teremos que nos submeter a qualquer norma, a qualquer lei, a qualquer exigência do patrão. É isso que se pretende fazer.

Quando a Érica fala de Estado mínimo, isso está muito claro. As intenções do Governo são realmente de enfraquecimento do serviço público; convencer que o serviço público, da forma em que está com a gestão pública, não funciona, e para isso é preciso privatizar.

O início disso é o que está anunciado de OSs. Nós temos modelos em Estados do País em que isso acontece, e o caminho é esse. Abre-se isso. Nós já temos na nossa categoria os contratos temporários que o tempo todo têm prejuízos, têm ameaças. É a precarização. Então, se você abre mais espaço ainda para isso, daqui a pouco não teremos volta.

É responsabilidade de todo Parlamentar fazer com que tenhamos um Estado forte. O que nós precisamos fazer não é mudar o modelo de gestão. Temos, sim, que melhorar; tudo tem que ser melhorado. Agora, nós precisamos, na verdade, de um serviço público fortalecido; e, no caso da educação, nós precisamos de mais educação integral, precisamos de mais escolas, precisamos de mais quadras, precisamos de mais equipamentos tecnológicos nas nossas escolas e precisamos, sobretudo, de servidor valorizado, e o Governador está andando na contramão com essa postura que ele tem adotado. Não estou aqui me referindo exclusivamente à greve e à lei que está sendo descumprida, mas ao todo.

Eu não tenho dúvida de que a intenção do Governo em que ele está tem uma combinação aí de intransigência com incompetência. Para mim, é este o perfil do Governo: intransigente e incompetente. Porque até para ser intransigente você tem que ter competência, porque o estrago que ele está fazendo é o que ele pode não recuperar mais.

(Soa a campainha.)

A SRª ROSILENE CORREA – Porque nós teremos, sim, não servidores fazendo boicote, mas teremos servidores sem estímulo nenhum, sem vontade nenhuma, porque você precisa ter autoestima, você precisa se sentir valorizado. E aí quando você faz isso, você só tem uma categoria adoecida. A nossa categoria hoje já é uma categoria adoecida. E, com esse tratamento, isso só tende a se agravar. Então, com o Governador, dá uma demonstração de que não tem compromisso, não tem responsabilidade com a população do Distrito Federal. Não é só com o servidor público. Mas com todo mundo. (*Palmas.*)

O que nós realmente precisamos é fazer uma reflexão, sobretudo nós, especialmente nós educadores. O que nós temos são ameaças e principalmente ameaça à democracia. Nós tivemos uma demonstração disso no dia 28. Mas ao se atacar a educação pública, está-se atacando a democracia, porque a escola é o espaço público onde se forma cidadãos do futuro e pessoas com capacidade de olhar para o outro de entender o espaço de cada um nesse mundo. E nós não podemos permitir que isso aconteça.

Para isso, realmente, o Cristiano falou uma coisa perfeita: o Governador, se tem algo que nós temos que reconhecer nele foi a capacidade de provocar a unidade da classe trabalhadora do Distrito Federal. E é isso que nós não abriremos mão, porque é isso que vai nos fortalecer a cada dia, vai fazer com que tenhamos a capacidade de combater todas as tentativas deste Governo no sentido de retirar direitos, de destruir aquilo que nós construímos, porque não foi nenhum governo que construiu. Mas foi cada um e cada uma de nós aqui que construímos. Cada trabalhador do Distrito Federal é que construiu a história deste Distrito Federal, da nossa cidade, e nós não podemos permitir nenhum desmonte. A impressão que eu tenho é que esse Governo quer desconstruir, desmontar o Distrito Federal. E nós não vamos permitir isso. Eu tenho certeza disso.

Como o meu tempo já terminou, eu quero registrar, Senador e todos os colegas aqui, que eu não tenho dúvida do que nós teremos de enfrentar pela frente. Existe uma intenção, um projeto como eu já disse. E que nós precisamos ter a clareza... No dia em que essa greve acabar, a nossa e a de outros, é só o término de um momento, de uma etapa, é a suspensão de um processo. Mas, no dia seguinte, infelizmente – não tenho dúvida –, nós teremos que estar resistentes novamente. É o tempo só de dormir e trocar a camiseta, talvez a estampa da camiseta, o *slogan* da camiseta, porque parece-me que há uma decisão do Governo que é de confronto. E eu tenho certeza de que ninguém aqui vai abrir mão disso.

Quando se fala da equipe montada, eu acho que aí, Cristiano, não é que ele não teve competência de montar equipe. Pelo contrário. Ele teve o cuidado de escolher muito bem a equipe para o modelo de gestão que ele pretende para o Distrito Federal. Então, é isso que nós precisamos realmente ficar muito atentos, porque o que está posto aqui é que estamos vivendo uma situação no País que não é só o Distrito Federal, quan-

do temos uma Lei da Mordaça circulando no País todo, isso é atentado à democracia deste País. É atentado ao nosso direito de educadores. (*Palmas.*)

Quando você tem um Congresso que impõe um modelo de família para as pessoas, também é um atentado à democracia. (*Palmas.*)

Quando você tem intolerância religiosa, também é um atentado à democracia. (*Palmas.*)

Então, nós estamos vivendo um momento em que nós temos que reagir e não abrirmos mão do País que nós conquistamos, e o conquistamos das ruas, porque é lá que é lugar do povo brasileiro. E eu tenho certeza de que nós não abriremos mão disso.

Um abraço a todos!

Eu termino aqui lembrando Paulo Freire, até porque tem muita gente neste País que não sabe quem é Paulo Freire ainda. "Me movo como educador, porque primeiro me movo como gente". E é isso de que nós precisamos: sermos mais gente. Está faltando gente neste País.

Um beijo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Eu agradeço à Rosilene pelas palavras, principalmente por essa frase final que, realmente, é muito importante: está precisando de gente, de gente, de gente!

Quero dizer que neste Congresso Nacional, pelo menos eu, o Senador Paulo Paim e outros Senadores da Comissão de Direitos Humanos, temos nos postado frontalmente contra este 4.330, ou seja, essa precarização, essa terceirização discriminada, inclusive nas atividades-fim. Temos feito uma série de debates pelo Brasil afora, tanto que o Senador Paulo Paim hoje não está aqui porque está exatamente fazendo um debate como esse em algum Estado. O Brasil todo em nome desta Comissão, porque este Projeto nº 4.330, aqui nesta Casa não terá vida fácil. Ele tem um pequeno dado positivo, que é regulamentar os já terceirizados, que é o pessoal da segurança, da copa, telefonistas, essa regulamentação é importante, a enxergamos como importante. Mas querer terceirizar e precarizar atividades-fim é inconcebível e inaceitável.

O Presidente da Casa já deixou claro que teremos todo o cuidado possível, e não vejo vida fácil para esse projeto, acho muito difícil que ele sobreviva. Mas concordo com a Rosilene que temos de estar atentos, vigilantes e fazermos pressão para que não aconteçam surpresas com relação a essa questão.

Hoje também vou participar de um debate sobre a violência nas escolas, fruto de um discurso que fiz no plenário desta Casa. Será hoje, de 18 às 20 horas, no Caic Assis Chateaubriand, em Planaltina, Distrito Federal. Estão todos convidados, professores, educadores, a população em geral, para discutir sobre a violência nas escolas.

Sabemos que o Batalhão da Polícia Militar do DF é restrito, com apenas 600 pessoas e não tem condição de dar apoio a todas as escolas. Isso foi fruto de um discurso meu aqui, fruto de um pedido meu ao Governador para que amplie esse Batalhão. Os educadores e os auxiliares em educação precisam de melhores condições de segurança para fazer seu trabalho, assim como os alunos precisam de segurança para ir e vir para sua escola. Então, faremos este debate no Caic Assis Chateaubriand, em Planaltina, a partir das 18 horas.

Quero dizer que, além da questão da terceirização, Izalci, eu comuniquei aqui, você havia saído, que procuraremos ter uma reunião com o Getúlio, Presidente do TJDFT, para deixar claro o descontentamento da Bancada, que não concordamos com essa criminalização e com essa definição de colocar essas multas e querer fechar o sindicato por falta de recurso... (*Palmas.*)

Isso é um absurdo! Deixamos claro também que vamos procurar o Renato Rainha, Presidente do TCDF, para ele nos mostrar, de fato, a real condição de caixa no DF, da visão do Tribunal do Contas do Distrito Federal como anda, porque fala-se que não há recurso e nem todo mundo se convence de que não há recurso para cumprir o que já foi definido. A equipe, quando entrou, tinha que ter feito o planejamento para cumprir o que já tinha sido feito.

E também outra reunião com o Marcelo Amorim, que, por confusão nossa, eu me penitencio também, que é do Tesouro Nacional e não do Ministério do Planejamento, para ele deixar claro para nós como anda a questão do Fundo Constitucional do Distrito Federal, como estão definidas as verbas para educação, saúde e para segurança, quanto está entrando, quanto está saindo para cada setor, para não ficar este jogo de empurra com relação a esta questão. Então, falei ontem com o Secretário do Tesouro e faremos esta reunião com o Marcelo e ele, para podermos discutir isso.

Passo a palavra para o Izalci. Você quem faz o seu tempo, Izalci, o Parlamentar não tem o controle do tempo. Depois, passarei a palavra para os oito inscritos no período de três minutos, a campainha toca aos dois, tendo mais um minuto para concluir.

O primeiro inscrito é o Ronaldo Martins, que já me tinha pedido, não sei se está no controle, depois terão os sete na sequência, conforme as inscrições tenham sido pedidas.

Deputado Izalci, com a palavra. Fique à vontade.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Em primeiro lugar, quero parabenizá-lo, Hélio, por esta audiência. Acho importante o debate, até para conhecermos um pouco melhor o que está acontecendo, ouvindo as pessoas. Estou aqui mais para ouvir mais do que falar, não vou falar muito.

Mas quero aproveitar a oportunidade para registrar que, de fato, acho que vocês sabem, eu dei aula a minha vida toda. Sempre fui professor; eu estou Deputado. Portanto, sei das dificuldades do professor no Brasil. Tenho acompanhado isso. Como sou da Comissão de Educação, temos acompanhado a situação da educação no Brasil todo. Nunca se cortou tanto no Orçamento da educação como agora, também no ano passado, neste ano e no ano vindouro inclusive. A educação, realmente, não tem sido privilegiada ou prestigiada nesses últimos anos. Pelo contrário. Só há *slogan*. "Pátria educadora" é uma afronta até para o País em relação ao que está sendo feito.

Mas nós estamos sendo governados, não só em nível federal, mas em nível local também, pelo improviso. O que faltou, o que falta a muitos governos é, de fato, conhecer a realidade e trabalhar com planejamento. Não se governa sem credibilidade, e a prova disso está aí, ninguém sabe exatamente qual é a realidade, porque cada um fala uma coisa, e gera-se insegurança, infelizmente.

Eu também sou muito pragmático, sou contador, sou auditor, então trabalho muito com números. E a realidade é está: não se tem como administrar, se não houver realmente dados confiáveis.

Vejo que o Governo do Distrito Federal não estava preparado para governar. Acho que caiu no colo dele esse mandato. Ele não fez a transição. Acho que agora, depois de dez meses, é que ele está conhecendo a realidade e, muitas vezes, sem ter informações precisas, porque não tem grupo, vamos dizer assim também, não tem pessoas que conheçam. E sabemos, quem já foi Executivo sabe das dificuldades, da diferença que há entre o Legislativo e o Executivo. Criticar, fazer discurso, prometer é muito fácil, agora, fazer é muito difícil.

Então, concordo plenamente: há secretários que não têm a mínima noção do que é o Distrito Federal e que, muitas vezes, são levados por informações até imprecisas ou incorretas ou até induzidas, de forma que não espelham a realidade.

Acho que o Governo está começando agora a conhecer a máquina e a conhecer a situação.

Lamentavelmente, cada governo que passa tem deixado muito a desejar o Distrito Federal. Brasília está pagando um preço muito alto pela incompetência, pela irresponsabilidade e pela corrupção. Nunca se roubou tanto neste País, nunca se roubou tanto também no Distrito Federal.

E, quando falo, falo como auditor, e provo. Eu disse aqui, no dia 1º de janeiro de 2011, que o Distrito Federal estaria sendo governado por uma quadrilha. E é exatamente o que aconteceu de 2011 até o ano passado. E fiz auditoria para isso. Tenho provas disso. Então, de lá para cá, evidentemente, como não havia planejamento nenhum, a coisa está sendo tocada no improviso.

Quero dizer a vocês, e V. Exª, Senador Hélio, como nosso coordenador da Bancada, sabe que sempre estive à disposição. Gosto muito de ouvir. Na medida do possível, ajudamos naquilo que for possível. Então, a todos os sindicatos que me procuram sempre deixei meu gabinete aberto, na maior boa vontade de ajudar dentro daquilo que acreditamos e do que podemos fazer. E não há ninguém neste Congresso Nacional, não há ninguém, pode ser igual, mas ninguém trabalha mais para melhorar a educação do que eu aqui, nesta Casa. Podem ter certeza disso. (*Risos.*)

Dentro daquilo que acredito. Fui aluno da escola pública do Distrito Federal.

(Soa a campainha.)

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Fui aluno aqui, no ginásio do Guará, nos anos 1970 e me lembro muito bem de que só entrava na universidade quem estudava em escola pública.

Isso nos anos 1970. Agora, infelizmente, a gestão de lá para cá não correspondeu a isso. Mas podem ter certeza de que, com a educação... Agora, temos de debater. Na Comissão é isso, o Parlamento é isso. Quando as pessoas chegam aqui com alguma proposta, nós a apresentamos. Agora, temos de ter a capacidade de convencer os pares e que aquilo não é o melhor.

Projeto de lei é isso, você apresenta e vai para o debate, e se discute isso. Eu não sou dono da verdade, mas, na prática, estamos aqui no Congresso, na Comissão, através de audiência pública, através de emendas.

Até mesmo, Hélio, a maioria dos projetos é apresentada para o debate. E, muitas vezes, apoiamos o projeto não para entrar no mérito, porque para determinados assuntos você tem que ter um número de assinaturas, para apresentar uma PEC, para apresentar um projeto de lei complementar, você tem que ter apoio. Mas muitas vezes você apoia para o debate.

Então, eu sempre apoiei todos. Falou em CPI, falou em projeto, eu assino tudo para o debate. Tivemos um problema sério na época da PEC 37, que vários Deputados assinaram e foi taxado como se fosse contra o Ministério Público. Muito pelo contrário, ninguém ajuda mais o Ministério Público aqui que a gente, você sabe disso.

Estou disposto, estamos aqui para isso. Aqui é a Casa do debate. Quero me colocar à disposição. Acho que ficou muito claro, não preciso falar sobre o vídeo. Houve, de fato, um atentado, uma irresponsabilidade, porque são atitudes... E está aí o reflexo disso. Acho que o Governo errou mais ainda, na medida em que não teve a coragem de demitir todos aqueles que com ele confrontaram. E simplesmente acabou aceitando a demissão do secretário de segurança, que – acho – demonstra, mais uma vez, a fraqueza e insegurança deste Governo.

Parabenizo V. Exª pela audiência pública. V. Exª sabe que pode contar comigo. Estamos à disposição.

Tenho que me retirar, mas acho que deu para entender muito bem a realidade.

Agradeço e parabenizo vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Agradeço-lhe, nobre Deputado, pela sua participação e pelo seu apoio aqui nesta Casa.

Eu e o Izalci somos os dois únicos Parlamentares do Distrito Federal que estamos na CMO (Comissão Mista do Orçamento), trabalhando de forma intensiva para trazer recursos para o Distrito Federal. Sou Relator da indústria, do comércio e da micro e pequena empresa; o Izalci é responsável por um grupo de trabalho que faz uma análise global de uma série de capítulos e, juntos, estamos trabalhando para trazer uma grande emenda para o Entorno, para ver se diminui o impacto do Entorno sobre o Distrito Federal.

Obrigado, Izalci. Um abraço.

Antes de passar a palavra aos inscritos, quero fazer uma grande saudação às pessoas que estão no Plenário 7, que está lotadíssimo, que estão nos assistindo pela TV. Acho muito importante aplaudi-los. (*Palmas.*)

Ontem foi publicado pela Casa o Ato Administrativo nº 15, que proíbe as pessoas ficarem em pé, superlotarem e trazerem faixas e coisas do tipo para as plenárias. Isso é um absurdo! Eu sou contra!

O Senador Paulo Paim e eu, tão logo ele chegue de viagem, vamos conversar com o Senador Renan Calheiros, na próxima terça-feira, sobre esse ato, que violenta o direito democrático de manifestação das pessoas. Nós somos contra isso.

Esta Comissão tem que cumprir as ordens e está agindo de forma tranquila para isso.

Quero saudar os diretores do Sinpro presentes, o Cleber, o Cláudio, o Luiz, o Assis, a Meg, a Meire e todos os outros diretores das outras entidades sindicais aqui presentes, o Helvécio, presidente do Conselho de Saúde do Distrito Federal, que vai falar daqui a pouco.

Quero saudar todos que estão aqui e parabenizá-los pelo espírito democrático por estarem ouvindo e participando dessa conversa, que é o nosso objetivo.

Ronaldo Martins, por três minutos. A campainha toca aos dois, e você tem mais um minuto para conclusão.

O SR. RONALDO MARTINS – Primeiro eu quero saudar todos os professores e todas as categorias que estão em estado de greve. Quem não está em greve está em estado de greve.

E quero aqui, de público, como pai, entender e ouvir muito – e venho ouvindo muito nos últimos dias – sobre o apoio da greve, principalmente, a dos professores. Porque isso, em outros tempos, era questionável. Muitas vezes quando os professores entravam em greve, tinha a contradição, mas não tinham o apoio na totalidade como estão tendo agora. Eu acho muito importante para a categoria dos professores que a população esteja entendendo aquilo que vocês adquiriram.

Quero também parabenizar o Senador Hélio José pela coragem que teve em chamar essa audiência. Todo mundo sabe que o Senador Hélio José é da Base do Governo do Distrito Federal, mas, em nenhum momento, ele negou suas origens, que é o movimento sindical, o movimento popular. Ele optou por fazer essa audiência mesmo contra muita gente, contra 80%. Mas o que é preciso, Hélio, é você estar ao lado do seu berço, e o seu berço é o movimento sindical, é o movimento popular, e é assim que você vai adquirir ainda mais respeito do que já tinha com as demais categorias.

Está do seu lado o Rodrigo, da Central Única dos Trabalhadores; está do seu lado o Sindicato dos Professores, na pessoa da Roseli. Por isso eu pedi a fala para dar esse testemunho.

E queria relembrar o que foi a campanha de 2014. Nela, eu sai abraçado com o Governador Rollemberg fazendo roda de conversa...

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO MARTINS – Olha a contradição em que estamos aqui nesta audiência pública, falando da falta de comunicação!

Ora, se a gente ganhou o governo através das rodas de conversa, conversando com todos os segmentos da sociedade, agora, em um momento crucial desse, onde há mais de 20 categorias ou paradas ou em estado de alerta para parar não vai haver essa conversa!

Então, esse era o meu depoimento.

O meu total apoio como pessoa do movimento popular que entende que o GDF tem que cumprir aquilo que foi abordado, porque é questão de Estado. O GDF não é maior do que a lei.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Quero anunciar também a presença do Luiz Gonzaga de Negreiros, que é da NCST, a Nova Central Sindical.

Obrigado pela presença, Luiz.

Quero anunciar também que, pelas centrais sindicais, além da Central Única dos Trabalhadores, há aqui o João Cardoso, que é da UGT, a União Geral dos Trabalhadores; temos também o Guillem, que é da Central Sindical e Popular Conlutas. Não sei se há alguma outra central sindical aqui presente. O Ibrahim está lá na CSPB - Confederação dos Servidores Públicos do Brasil.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Exato.

Passo a palavra para o Cláudio Antunes, Diretor do Sinpro, por três minutos. A campainha toca aos dois, Cláudio.

O SR. CLÁUDIO ANTUNES – Obrigado, Senador.

Primeiro, eu gostaria de dizer que esta Casa, como foi apresentada, a Casa do debate, realmente precisa rever algumas das coisas que são debatidas aqui. Não dá para sustentar esse título de "Casa do debate", promovendo discussão sobre a Lei da Mordaça. Esse é um dos tipos de projetos que a Casa analisa em âmbito federal e que nós já estamos no magistério tendo de combater em todos os Estados e em vários Municípios, porque se não ganha a voz do tamanho que deseja aqui na Casa, então, está se tentando passar o projeto pelas Câmaras Legislativas dos Estados e Municípios, como no Distrito Federal nós já temos combatido esse projeto.

Então, eu acho que cabe uma reflexão da Câmara Federal, aqui do Senado, enfim...

O Distrito Federal, Senador, tem passado hoje por um conflito na democracia, o que é do Estado de direito. Nós não estamos, no Distrito Federal, tendo as leis respeitadas. E isso se dá no contexto justamente da falta do debate, de o debate haver se perdido na democracia.

A gente acredita que o debate ainda existe, não só no Brasil, como no Distrito Federal, mas se não cuidarmos perderemos um dos principais pilares da democracia: o debate. Foi justamente a falta dele que levou, no Dia do Servidor – um dia que deveria ser de comemoração –, a um massacre contra os professores e outros trabalhadores. Não foram só os professores que apanharam, que foram presos naquele dia. Quero aqui até registrar a nossa gratidão aos rodoviários de Brasília, que tiveram um papel muito importante naquele dia, demonstrando toda a solidariedade de classe e garantindo também,... (*Palmas.*)

(Soa a campainha.)

O SR. CLÁUDIO ANTUNES – ... junto com os demais colegas, a libertação dos professores e dos rodoviários – que nos ajudavam na ação pacífica e que se transformou no que se transformou por ordem do Governador Rollemberg – da delegacia.

Então, hoje, nós gostaríamos que o Senado reafirmasse os pilares da democracia e possamos, portanto, voltar a ter um Distrito Federal que respeite as leis. Hoje é o nosso plano de carreira. As tabelas salariais não estão sendo pagas, nossos salários estão reduzidos pela falta de cumprimento da lei. O Senado precisa recuperar esse pilar no conjunto da democracia, para que possamos voltar a ter a normalidade das nossas aulas, do serviço público como um todo no Distrito Federal.

Quero, ainda, registrar aqui os meus parabéns à luta dos lutadores, dos trabalhadores, dos servidores públicos no Distrito Federal, que não se calam, não se calaram e não se calarão a nenhum tipo de violência e truculência contra os trabalhadores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Agradeço ao Cláudio. Passando a palavra, imediatamente, para a Srª Magnete Barbosa Guimarães, a Meg, Diretora do Sinpro/DF, Vice-Presidente da CUT/DF, e acho que, muito importante também, moradora do Gama, não sei se continua lá.

A SRª MAGNETE BARBOSA GUIMARÃES – Agora estou em Taguatinga.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Agora está em Taguatinga?

A SRª MAGNETE BARBOSA GUIMARÃES – Agora sou cidadã de Taguatinga.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Abandonou o Gama. Mas ótimo, Taguatinga também é uma cidade muito importante.

A SRª MAGNETE BARBOSA GUIMARÃES – Mas eu amo o Gama.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Isso, Meg! (*Risos.*)

Três minutos.

A SRª MAGNETE BARBOSA GUIMARÃES – Bom dia a todos e todas!

Primeiramente eu quero cumprimentar a Mesa, na pessoa da minha companheira Rosilene, que nos representou muito bem, fez uma excelente fala. Quero parabenizar o Senador Hélio José pela iniciativa e parabenizar toda a Comissão de Direitos Humanos desta Casa.

Eu gostaria de começar pela fala do Deputado Izalci, que, infelizmente, teve que sair, e eu não poderia me calar diante do que ele falou. Eu como petista, filiada ao Partido dos Trabalhadores, me senti ofendida e quero ter o direito de fazer esse desagravo aqui. Quando ele diz que o Distrito Federal foi governado por bandidos de 2011 a 2014, ele está falando do governo do Partido dos Trabalhadores. E eu quero registrar aqui que nós fizemos talvez, em 2012, no governo Agnelo, do PT, uma das mais duras greves dessa categoria. Foi uma greve dura, uma greve difícil. E lembrar, inclusive, que nós ocupamos – nós não ocupamos só pistas, eixo, várias vezes – o Buriti, que foi, inclusive, notícia nacional e internacional a nossa ocupação. E, em nenhum momento, nós apanhamos da polícia, em nenhum momento nós sofremos as agressões que nós sofremos no dia 28 a mando do Governador Rollemberg do PSB aqui no Distrito Federal. Então eu só queria registrar isso.

Primeiramente, dizer que os acontecimentos do dia 28 demonstram claramente o tipo de política que hoje tomou conta do Distrito Federal. A política representada pelo Governador Rollemberg, como eu já falei, do PSB, que, desde que assumiu o seu mandato em janeiro, só tem desferido ataques contra o conjunto dos servidores públicos do DF.

(Soa a campainha.)

A SRª MAGNETE BARBOSA GUIMARÃES – Não só à nossa categoria, mas 31 outras categorias que, desde o início do ano, vêm se mobilizando e enfrentando as várias tentativas de retiradas de direitos, de não cumprimento de leis, de acordos feitos em outros governos arrancados a partir da nossa luta.

Como se não bastasse a tentativa constante de ataques e de retirada de direitos, o Governo agora tenta, com essa ação e com outras ações também contra o movimento sindical organizado, contra os movimentos sociais do DF, criminalizar os movimentos sociais. É exatamente isso que está em jogo. Quando eu, Meg, professora, orientadora educacional, Vice-Presidente da CUT e Diretora do Sinpro, fui presa, algemada – aliás, por mais de uma hora algemada, coisa de que não havia necessidade –, arrancada de maneira violenta de dentro de um carro, não foi a Meg que foi ofendida, que foi aviltada naquele momento: foi uma categoria inteira! Foi a categoria dos professores da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. (*Palmas.*)

Quem foi agredido, quem foi humilhado, foi o Sinpro, um dos maiores sindicatos de educadores deste País. Quem foi aviltada foi a CUT, a Central Única dos Trabalhadores. Portanto, é fundamental que nós tenhamos a clareza de que a política aí está, que hoje é representada pelo Governador Rollemberg, que impõe o ajuste fiscal contra o conjunto dos servidores e contra o conjunto da população, como bem colocou a companheira Rosilene, é uma política nefasta, que nós temos de combater.

Podem ter certeza de que os próximos anos serão tão duros quanto este. A gente ainda vai enfrentar muita coisa. Por isso é fundamental a unidade da nossa categoria, a unidade dessa aguerrida categoria, a unidade do conjunto dos servidores, para que possamos, de fato, unidos, impor um recuo a essa política, que não é a política que interessa ao conjunto dos servidores e dos trabalhadores.

Fica aqui o meu abraço. Mais uma vez, o meu agradecimento à esta Casa, ao Senador Hélio José, e à minha aguerrida categoria que eu quero saudar. Quero aqui dizer que tenho orgulho de fazer parte dessa categoria. (*Palmas.*)

Quero, inclusive, agradecer pelas várias manifestações de solidariedade e apoio, vindas não só da parte do conjunto da categoria, individualmente, mas também da parte das várias organizações sociais, não só de Brasília, mas do Brasil e até do mundo. Nós tivemos moção de apoio, por exemplo, da Central Chavista da Venezuela, que, inclusive, colocou numa reunião as cenas do palco de guerra que foi o dia 28.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Obrigado, Meg.

A SRª MAGNETE BARBOSA GUIMARÃES – Nosso agradecimento aos movimentos sociais que, com certeza, estão conosco.

Então é isso.

Muito obrigada a todos e todas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Até em homenagem à Meg, que foi presa, que esteve submetida à essa situação pela luta, porque ela é uma guerreira... Por isso que ela excedeu alguns minutinhos, mas com tranquilidade e compreensão da Mesa, até em valorização às nossas companheiras mulheres que, cada vez mais, tanto que o Senado inclusive definiu que, de agora para a frente, vai haver um mínimo de vagas, e que vai crescendo até 2025. Esperamos que breve, breve, tenhamos aqui 50% a 50%. A mulher ainda tem poucas vagas no Parlamento, nós precisamos aumentar. A gente concedeu essa dilatação de prazo.

Nosso abraço, nossa solidariedade a você, às mulheres brasilienses, às mulheres brasileiras. Que todas possam, cada vez mais, participar efetivamente da vida política.

Acabei de vir, inclusive, Meg, lá do Caribe, dessa convenção de energia solar, energias alternativas. A Presidenta do Parlamento lá de Aruba, que nos recebeu, é uma mulher, a Marisol, uma pessoa muito atuante na política. Ela é Senadora lá, por Aruba; lá o parlamento é unicameral, todo mundo é Senador. São 21 membros, e ela é a Presidente. Então, em homenagem a isso, por isso, que Deus te ajude.

O próximo inscrito é o Clóvis, e depois é o Helvécio.

Prof. Clóvis, por favor.

O SR. CLÓVIS – Bom dia a todos os colegas!

Senador, quero homenagear a sua iniciativa, homenagear essa bela Mesa que está composta, na pessoa da mais bela, a minha colega Rosilene, única mulher presente à Mesa. (*Risos.*)

Mas não menos importante, além da beleza, a competência e história de luta que ela traz.

Senador, eu fico muito feliz de poder estar vivenciando esse momento aqui perante colegas. Eu me aposentei ano passado, depois de 34 anos exclusivamente em magistério público e de militância sindical feita na base.

Nunca ocupei cargo de direção, apenas de delegado. E precisamos, Senador, espelhar-nos em exemplos. Meu pai me ensinou isso. E o seu exemplo hoje fica na história, Senador Hélio José. O seu exemplo que o senhor coloca de público, com toda a tranquilidade de quem o conhece, que é o exemplo verdadeiro, não é mascarado, não é de momento.

Quero dar esse testemunho, pelo convívio que tenho contigo, há alguns anos, sem querermos dizer tempo aqui, e o senhor não arreda pé das suas convicções; quem não o conhece está tendo a oportunidade de vivenciar esse momento e constatar isso. O senhor, como base de governo, vi trocar noites...

(Soa a campainha.)

O SR. CLÓVIS – ... e convívio familiar para se eleger governador e está aí nessa frente, chamando a esse diálogo, mostrando como se faz democracia, como se faz, na prática, o que o Executivo deveria estar fazendo.

Infelizmente, o que tenho que externar aqui é um lamento por ver um governo de erres, como professor que prima pela língua pátria, inclusive fazendo parênteses, para quem não sabe, o Senador Hélio, nesse plenário aqui, numa audiência que se discutiu a defesa das manifestações religiosas, numa audiência pública promovida pelo ausente Senador Cristovam, pelo ausente Senador Reguffe, externou a preocupação que muitos talvez não tenham tomado conhecimento de que tiremos da Língua Portuguesa essas denominações que são historicamente autoritárias, repressivas e separativas, como denegrir, que a situação está preta, está negra, está sendo judiada. Ele teve esse cuidado de manifestar aqui naquele momento para que as pessoas pudessem – jornalistas, professores – ter o cuidado nessa questão da língua, que é como nos comunicamos no dia-a-dia.

Mas, como dizia, esse governo é dos erres, os erres de Rodrigo Rollemberg, os erres que se transformaram em r de um governo errático, r de raivoso, r de repressor, de retaliador, um r que nós professores podemos dizer de reprovado, um r de retrocesso. (*Palmas.*)

Quero encerrar, Senador, lembrando a todos que foi da sua iniciativa destinar metade das emendas que o senhor tinha direito para a educação do Distrito Federal, a outra metade, que a lei obriga ir para a saúde, Senador destinou praticamente a outra metade para a educação, assumindo o compromisso com o Secretário de Educação de que, com a implantação de placas fotovoltaicas que, para nós, é uma novidade que poucos conhecem, as escolas teriam a colocação de placas fotovoltaicas numa eficiência energética. E, zerando as contas de energia, esses valores seriam revertidos para projetos pedagógicos dessas escolas. E isso ainda não foi implantado pelo Governo do Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – O dinheiro está liberado pelo FNDE.

O SR. CLÓVIS – E, infelizmente, não está sendo dada a devida atenção.

É preciso que o sindicato divulgue isso.

Pela primeira vez na vida, um Parlamentar...

(Soa a campainha.)

O SR. CLÓVIS – ... é homenageado até por profissionais da Casa, por essa iniciativa de trazer uma modernidade para o nosso País, que já é antiguidade na Europa e no exterior.

Placas fotovoltaicas iriam zerar a conta de energia e aqueles valores pecuniariamente se transformariam, com o compromisso do secretário, em projeto pedagógico gerido pela própria escola. Dezessete escolas, com as emendas do Senador este ano. Mais do que isso – ele não se ateve a isso –, encaminhou uma proposta de que paralelamente à implantação das placas se discutiria, em cada unidade escolar do Distrito Federal, o projeto pedagógico transversal...

(Soa a campainha.)

O SR. CLÓVIS – ...sobre a eficiência energética. Essas escolas apresentariam trabalho que, na Semana de Ciência e Tecnologia, a própria Secretaria elegeria os melhores trabalhos dos alunos e essas escolas de onde esses alunos são egressos que recebiam as próximas emendas. Isso não foi feito. Isso não foi encaminhado.

Para que essa discussão nas escolas? Para que se possa, através dos alunos, através das escolas públicas, são 600, mais de 1.500 alunos, levar essa discussão para cada lar, para cada esquina, para que cada comerciante possa ter a sua diversidade energética e contribua com a matriz energética brasileira. É uma grandeza, Senador, parabéns. Infelizmente, a gente vê que tem que caminhar muito.

Para concluir, quero deixar, objetivamente, dois encaminhamentos. Acho que está passando da hora de esta Casa, Senador... Acho que o Fórum pode fazer isso, o movimento sindical pode estartar, abrir uma audiência pública, um debate sobre a contradição, ou a complementação, como queiram alguns, da LRF à LRS. A Lei de Responsabilidade Fiscal não pode mais ser desculpa para massacres, para arrochos. É impossível que se discuta arrocho, que é o pão da mesa de cada um, quando há gastanças desmesuradas e se usa o argumento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A questão do percentual, Senador, para concluir mesmo, de fato, foi trazida naquele momento passado, da criação da LRF no Governo FHC, pelo FMI. Ele não tem nenhum fundamento científico para definir qual o percentual em nosso País, até porque a nossa sociedade é dinâmica. Aquela realidade do passado não é a realidade de hoje. Está passando o tempo de instituirmos a discussão sobre a lei de responsabilidade social, em contraponto à Lei de Responsabilidade Fiscal, com esse percentual que restringe o Poder Público.

Por último, a gente tem que ir ao TCDF, está aqui a minha companheira América, temos o Tribunal, e o ex-Secretário de Governo é conselheiro desse Tribunal. Ele pode dar essa condição dos números, às claras, para o movimento sindical. O Sindicato do Fórum precisa procurá-lo, precisa que o Tribunal se manifeste a respeito dessas contas.

Muito obrigado, desculpe o avançar do tempo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Passou um pouquinho aí. Você falou da nossa linda companheira, elogios, então, a gente teve a tolerância. É merecedora.

Helvécio Ferreira, Presidente do Conselho de Saúde do Distrito Federal, nosso companheiro, que esteve ontem com a gente aqui, numa importante audiência pública que estava discutindo o suicídio e a depressão. Todo mundo sabe quantas pessoas são acometidas do suicídio e da depressão. Tivemos esse debate importante ontem aqui.

Helvécio com a palavra.

O SR. HELVÉCIO FERREIRA SILVA – Caríssimo Senador Hélio José; ilustres membros da Mesa; musa da educação, Profª Rosilene; João Cardoso; Rodrigo; Cristiano e Ibrahim, o cenário que vivenciamos hoje na Capital da República é de extrema gravidade. Temos cenas explícitas de violência cometidas contra servidores públicos professores. A educação é a forja da cidadania; a saúde, o sustentáculo da vida. Sem esses dois pilares, não há civilidade.

Num paralelo à reunião de ontem, Senador, o Estado parece estar querendo cometer suicídio. A degradação do Estado preocupa a sociedade organizada. Para onde iremos? Onde queremos chegar? Porque maior do que a violência explícita cometida contra os professores é a violência praticada contra a sociedade, com a degradação dos serviços públicos, porque é a sociedade que financia esses serviços. Nós não vamos admitir isso. Na cena passada no vídeo, só faltou a figura do General Newton Cruz no seu cavalo. Quem vivenciou os anos 70 e os anos 80 sabe o preço da democracia que vivenciamos hoje. É inadmissível que haja uma ruptura dessa democracia, assim como uma mutação hoje dos Poderes: o Judiciário quer ser Executivo. Nós estabelecemos castas que se sobrepõem hoje, silenciosamente, contra a própria sociedade que as sustenta.

O Conselho de Saúde já estabeleceu a discussão, no seu plenário, da composição de uma audiência pública, na Câmara Legislativa, com o Tribunal de Contas do Distrito Federal, os órgãos de controle de contas e o

TJDFT. Se alguém pegar a peça orçamentária para 2016, a LOA até 2019, parece que há um esfacelamento da estrutura organizacional do Estado de propósito. Para quê? Vão entregar o Estado para quem?

Para vocês terem ideia, o orçamento da saúde para 2016 é menor que o de 2015, consequentemente menor que o de 2011. Qual o propósito disso?

Urge a identificação imediata, na peça orçamentária, a organização do Estado e o fortalecimento dos serviços públicos, porque o que se está usando hoje como cenário econômico...

(Soa a campainha.)

O SR. HELVÉCIO FERREIRA SILVA – ...é a degradação dos serviços públicos, é a entrega do Estado para interesses outros. É preciso identificar o que está em jogo. Urge essa discussão imediatamente. Não dá para entender hoje, basta ir ao Hospital de Base e ver a fila da morte na alta complexidade. Nós não vamos admitir isso.

Ontem, na solenidade dos médicos, nós solicitamos de público que a presidente da casa estabelecesse uma audiência pública, convocando inclusive a Bancada do DF, porque aqui está o Senador Hélio José presente. Onde estão os dois outros Senadores ausentes? Onde está o protagonismo dos dois representantes outros no Senado Federal? O que está acontecendo? Serão cúmplices por participação ou por omissão? O que está em jogo? É a sociedade. Quem representa a sociedade tem a responsabilidade de cumprir o seu dever.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Agradeço a participação de Helvécio Ferreira, Presidente do Conselho de Saúde do DF.

Passo a palavra para o Antonio Ricardo Guillen, da Central Sindical e Popular – Conlutas.

O SR. ANTONIO RICARDO MARTINS GUILLEN – Caro Senador Hélio José, Rosilene e demais membros da Mesa, a Central Sindical e Popular – Conlutas vem aqui dar o seu apoio, a sua solidariedade a todos os servidores e aos professores contra o Governador Rollemberg.

A gente está vivendo hoje uma situação em que o Rollemberg desencadeou a mais violenta ofensiva para retirar o direito de todos os trabalhadores, dos professores e servidores públicos e do povo também, através de impostos, taxas e aumento de tarifas. E está também recebendo o troco. Os trabalhadores estão respondendo com uma poderosíssima onda de greves e a sua popularidade está caindo abaixo de 7%.

E eu queria dizer o seguinte: o povo é sábio, e as palavras de quando o povo se dirige a ele são as seguintes: "enrollemberg", "rollemnóquio", "rollemhitler" e acima de tudo grande caloteiro, porque prometeu, prometeu e não cumpriu absolutamente nada. Pelo contrário, está retirando direito dos trabalhadores.

Então, temos que repudiar essas atitudes desse cara, desse governador, que não merece apoio de ninguém.

E tenho certeza de que os trabalhadores vão levar essa popularidade dele a zero se ele não atender as reivindicações dos trabalhadores.

E aqui também a gente precisa deixar uma coisa clara: são dois pesos e duas medidas. Contra os trabalhadores a repressão, a dureza, os ataques. E contra os empresários, nada. Contra os sonegadores de impostos, nada. Contra os grandes beneficiados que roubam o Estado público, nenhuma medida é feita.

Por isso a gente tem que ter uma coisa clara. Esse cara não merece o menor apoio de ninguém.

Então, nós queremos aqui expressar todo o nosso apoio à luta dos trabalhadores e deixar claro que em nível nacional também existe a criminalização de outras greves. O nosso apoio também à grande greve dos petroleiros, que também estão em luta contra o arrocho, contra a terceirização, contra a privatização e que já começam a sofrer a repressão nas obras.

Por isso o nosso apoio aqui e fora Rollemberg.

E para encerrar quero dizer o seguinte: o senhor vai até o Tribunal de Contas, certo? E vai ter acesso aos dados. Que o senhor transforme esses dados em públicos e que a gente instaure de fato uma grande auditoria para deixar claro que esse governador está mentindo a todo o povo de Brasília e do Brasil. (*Palmas.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Cumprimento a Conlutas, na pessoa do Guillen, a quem agradeço pela presença.

Passo a palavra para Francisco Assis de Souza Lucena, membro do Sinpro-DF.

O Sinpro não tem Presidente, o Sinpro tem uma diretoria colegiada. São 39 Presidentes.

O SR. FRANCISCO ASSIS DE SOUSA LUCENA (*Fora do microfone.*) – Eu retirei a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Retirou-a, Francisco? Desculpe-me. É que a risquei em outro lugar.

Passo a palavra ao orador seguinte: Edmilson Barbosa da Silva, da AMCI (Associação Movimento Comunitário do Itapoã).

O SR. EDMILSON BARBOSA DA SILVA – Bom dia a todos!

Parabéns, Senador Hélio, por sua atitude nesta Casa! Brasília estava mesmo merecendo um Senador que pudesse representar o povo e, mais ainda, as categorias que foram agredidas pelo Governador, a mando dele.

Uma das coisas em que deveríamos pensar, Senador, é que, se os filhos do Governador estudassem em um colégio público, com certeza os professores não teriam sido agredidos daquela forma. Por outro lado, a única coisa que ele fez, a não ser humilhar os professores dentro do DF, foi trazer para o lado dele a indignação do povo de Brasília. Podem ter certeza disso. Para finalizar, quero dizer que o julgamento dele não vai demorar muito, não, pois será feito nas urnas, em 2018.

Bom dia a todos! Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Essa é a voz comunitária do Itapoã, de Edmilson Barbosa da Silva.

Obrigado, Edmilson, por estar aqui presente.

Passamos a palavra para Luiz Alberto Gomes Miguel, Diretor do Sinpro-DF.

O SR. LUIZ ALBERTO GOMES MIGUEL – Bom dia a todos e a todas!

Quero parabenizar a Mesa, especialmente a Central Única dos Trabalhadores; o Sinpro-DF, na pessoa de Rosilene; o nobre Senador Hélio José e os demais presentes.

Senador Hélio, acho que a maior dureza desse Governo foi a nota dele depois do ataque. Aquela nota demonstra que aquela foi uma atitude do Governador. Essa turbulência com a PM demonstra a fraqueza do Governo em relação a isso.

Quero dizer que essas atitudes continuam, Senador Hélio. Na quinta-feira, após o ato, eu, particularmente, recebi voz de prisão de um coronel – não me recordo do nome dele –, na Rodoviária, num ato com os estudantes. Na terça-feira agora, dia 3 de novembro, a Polícia Militar acompanhou todas as assembleias regionais dos professores na escola. Então, fomos vigiados, pela primeira vez na história do DF, pela Polícia Militar, num assembleia regional de professores dentro de uma escola. A PM a acompanhou.

Então, esse Governo vem, de forma truculenta e desrespeitosa, tratando o trabalhador. Não só houve agressão aos sindicalistas, aos militantes de cada sindicato, mas também houve uma ofensiva na direção de se retirarem todos os direitos conquistados em todas as carreiras que estão presentes aqui. Acho que devem estar aqui presentes representantes de mais de 20 carreiras. E aí digo que há essa agressão por parte do Sr. Rodrigo Rollemberg.

Então, eu pediria que, além de fazer uma auditoria nessas contas, o senhor e os outros dois Senadores abrissem uma comissão, para que soubéssemos o que houve, que truculência foi aquela, com falta de respeito, até porque, Senador, eu e o companheiro Kleber – somos diretores do Sinpro – negociamos, todo o instante, com o Capitão Thales. É bom lembrar que, quando negociamos a retirada, quando todos os professores se encaminhavam para os carros, para seus automóveis, o batalhão de choque começou a jogar bombas, com tiros, com uma explosão. E aí não houve mais nenhum diálogo, só agressões.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Agradeço a Luiz Alberto.

Passamos a palavra, imediatamente, para os dois últimos inscritos. Não posso estender a reunião, pois temos um tempo para terminá-la. Depois, passaremos às considerações finais da Mesa.

Com a palavra, Márcio Paiva, Vice-Presidente do Sindireta.

Ao mesmo tempo, quero anunciar que Raimundo Cavalcante, também do Sindireta, desejava falar.

Eu lhe agradeço, Raimundo, mas não temos mais espaço para inscrição.

Márcio Paiva está inscrito aqui e vai falar. (*Pausa.*)

Ele não está presente.

Então, passo a palavra ao próximo inscrito, que é Gonzaga de Negreiros, Diretor Nacional da Nova Central.

Por favor, Gonzaga, o senhor está com a palavra.

Depois, falará o Márcio.

O SR. GONZAGA NEGREIROS – Eu quero cumprimentar todos os professores com um bom dia. Exmo. Sr. Senador Hélio José, bom dia.

Todos os sindicalistas na mesa eu cumprimento, na pessoa do Ibrahim, Presidente do Sindireta.

Queria parabenizar o Senador Hélio José por essa iniciativa, uma iniciativa nobre que esta Casa promove no momento oportuno. Nós, do Distrito Federal, precisamos das nossas representações, neste momento, com energia para reprimir também a ditadura que está botando a cara na janela, com este Governo estabelecido no Distrito Federal.

A Nova Central Sindical presta solidariedade ao Sinpro e aos professores, tanto a Nova Central quanto a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil. Nós queríamos deixar registrada aqui uma sugestão para que possamos fazer uma denúncia na Organização Internacional do Trabalho (OIT)... (*Palmas.*)

...porque não se pode ferir, atingir a democracia dessa forma sem que os organismos internacionais sejam também notificados. Então, queria sugerir ao Sinpro, à CUT, dizer que a Nova Central, a CSPB e o Sindireta estão prontos para ingressar com uma denúncia na OIT, na Organização Internacional do Trabalho.

As cenas são fortes. Foi um ataque frontal à democracia, no Século XXI, no nosso País. Nós não podemos, simplesmente, achar que isso vai parar por aí. Se não tratarmos com energia, outros episódios como esse podem vir a acontecer.

Queria também deixar registrado que a base do Sindireta está toda em greve. Ontem, estivemos... Eu gostaria que o Senador Hélio José prestasse atenção, pois vou fazer uma denúncia seríssima! Ontem, estivemos no Instituto Brasília Ambiental (Ibram). A sua Presidente, Jane Maria Vilas Boas, foi totalmente arrogante, autoritária com o movimento sindical, com os servidores.

Eu gostaria que o Senador, numa oportunidade, conversasse com a então Senadora Marina Silva, que é a representação política dela, que a sua representada no Ibram está tomando atitudes desrespeitosas, oprimindo os servidores, promovendo assédio moral. Ela tem excesso de cargos, sobrando. Nós, ontem, falávamos para ela que estaríamos nesta Comissão, que iríamos denunciar isso, e ela disse: vocês podem ir aonde vocês quiserem, eu não estou nem aí. Então, ela se sentiu totalmente à vontade, antidemocrática. Essa cidadã é repressiva, a Presidente do Ibram.

Essa é uma denúncia do Sindireta. Os servidores lá estão sendo oprimidos, eles estão precisando ser assistidos. Não podemos compactuar com isso, aceitar essas práticas na capital do Brasil, querendo atacar o movimento sindical. E digo mais, o que foi feito com o Sinpro é um ataque ao movimento sindical brasileiro, não é só ao Sinpro nem só aos professores, é um ataque ao movimento sindical brasileiro. Precisamos estar muito atentos, porque se deixarmos isso passar com desculpas...

(Soa a campainha.)

O SR. GONZAGA NEGREIROS – O Governador Rodrigo Rollemberg precisa se posicionar, porque ele é o responsável pela capital do Brasil, capital que hospeda a União, hospeda as Embaixadas e está ferindo a democracia do Brasil.

Então, eu peço a esta Casa, peço ao Senador Hélio José. Gostaria que o Senador Paulo Paim estivesse também aqui. Vamos pedir a alguns Senadores que conhecemos que possam estar atentos neste momento à democracia, para que ela não seja ferida, para não ser neste momento manchada, apesar de já ter sido manchada dessa forma.

Mais uma vez, Senador, obrigado pela sua iniciativa. Demais Senadores da representação de Brasília, nós ficamos muito tristes, inclusive. Sabemos que daqui a pouco eles vão aparecer novamente, querendo se esconder nesta Casa. Onde estão esses Senadores? Onde está a representação de Brasília neste momento? Ainda bem que esse cidadão que foi eleito lá deixou um representante aqui, porque senão estaríamos numa situação mais difícil ainda.

Obrigado a todos. Parabéns. Um abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Sobre a questão que você coloca, quero dizer que não somos do movimento sindical, somos Parlamentares, mas não temos problema nenhum em apoiar. Você pode fazer a representação das duas questões, que a gente formula um documento escrito colocando a questão à ex-Senadora Marina, atual Presidente da Rede, da qual também participa o Senador Randolfe, onde você formulará os termos, colocará em papel.

E a questão da solicitação à OIT também. Se as centrais sindicais aqui, ou você próprio que é da Nova Central, solicitar, a gente faz o apoiamento a essa solicitação junto à OIT, está bem?

Obrigado.

A SRª MAGNETE BARBOSA GUIMARÃES – Nosso representante da CUT já está encaminhando isso, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Que coisa boa! Nosso Antônio Lisboa, ex-Secretário Geral do Sinpro? Que bacana! Muito bom!

Vamos passar para o último inscrito. Outros pediram a inscrição, vou citar os nomes e agradecer, e podem, depois, formular por escrito.

Márcio Paiva, Vice-Presidente do Sindireta. Chegou? (*Pausa.*)

Tudo bem, vamos passar para o seguinte, para completar as dez falas: Cleber Soares, do Sinpro

O SR. CLEBER RIBEIRO SOARES – Primeiro, quero cumprimentar o Senador Hélio José. Acho que uma iniciativa como esta é sempre importante e é necessária. Isso faz com que a história da Casa do debate não seja só falácia, mas comece a se concretizar.

Segundo, eu quero cumprimentar minha companheira Rosilene, a única mulher presente à Mesa. Acho que isso demonstra o quanto precisamos avançar nessa discussão do espaço e do empoderamento das mulheres.

E eu quero começar minha intervenção citando uma reportagem muito curiosa que saiu no Jornal da Record ontem, emblemática, porque demonstra muito qual é a característica desse Governo do Distrito Federal, o Governo Rollemberg. A reportagem dizia da incompetência do Governo, por conta da burocracia, que deixou de arrecadar, neste ano de 2015, R$3 bilhões por não ter conseguido conceder os alvarás para as empresas que queriam funcionar no Distrito Federal. (*Palmas.*)

Então, é um governo que vem com o discurso da necessidade de recursos, mas eu sempre digo e tenho dito isso nas rodadas de negociação, Senador, que esse é um governo que, entre outros problemas, carece de uma criatividade enorme, e é de uma perversidade maior ainda, porque penaliza a classe trabalhadora, penaliza a sociedade mais necessitada, excluída, e não busca alternativas que resolvam a situação do Distrito Federal. Penalizou a parcela mais pobre da nossa sociedade, majorando os restaurantes comunitários, aumentando o valor da passagem de ônibus, aprofundando a precarização do serviço de saúde e querendo responsabilizar os profissionais da saúde, deixando de investir – o Tribunal de Contas disse isso recentemente – o mínimo em educação pública. Isso foi relatado pelo próprio Tribunal de Contas.

(Soa a campainha.)

O SR. CLEBER RIBEIRO SOARES – É um governo que tem uma incompetência muito grande. E eu aprendi com minha mãe que uma das formas de encobrir a incompetência é a violência, é a truculência. Daí, um governo incompetente para agir, para administrar, é um governo incompetente para negociar, e o que ele faz é usar da truculência, como ele fez com os professores, trabalhadores e trabalhadoras. E é sempre bom a gente lembrar que a violência contra os trabalhadores e trabalhadoras no Eixão Sul é uma violência contra a classe trabalhadora, que, infelizmente – e aí o Deputado Izalci devia estar aqui –, não é novidade porque é uma recuperação de uma situação que nós vivenciamos muito fortemente lá na década de 90, no início da década de 90, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. (*Palmas.*)

E é importante a gente lembrar que esta prática do Governo do Distrito Federal atual, do Governador Rollemberg, de querer congelar salário, porque nada mais é do que congelamento de salário, é o aprofundamento de uma tentativa do governo Arruda em 2009, que tentou congelar os nossos salários, dos servidores todos, com o PL 1.180, com a lei que foi criada, a Lei nº 4.316/2009, que está em plena vigência, que tentou congelar o nosso salário durante um ano – o Senador deve lembrar desse debate em 2009 –, que nós derrotamos. Nós derrotamos isso com a nossa luta.

O Governador Rollemberg, eu até brincava com a Rosi esses dias, tem uma das coisas que a nossa greve...

(Soa a campainha.)

O SR. CLEBER RIBEIRO SOARES – ... que a greve da classe trabalhadora produziu: finalmente, o Governador Rollemberg entendeu que ganhou a eleição em 2014, que assumiu em 1º de janeiro e está sentando na cadeira de Governador no Buriti, porque até agora ele não tinha feito isso. E aí começou a perceber o caos que ele produziu no Distrito Federal desde que assumiu. Então, o que eu acho que é um dos frutos importantes desta audiência, primeiro, é a audiência entender e exigir que, no Governo do Distrito Federal, o Governador Rollemberg é o responsável pela violência do Eixão Sul; segundo... (*Palmas.*)

...que o Governador Rollemberg tem a obrigação de resolver esse problema, porque ele está tirando da sociedade direitos que são básicos. Ele está tirando da sociedade o direito à educação, ele está tirando da sociedade o direito à saúde e está colocando a sociedade em condição de risco, na medida em que não tem absolutamente nenhum controle sobre a segurança pública, como ficou demonstrado nos últimos dias. Se é verdade que o Comandante da Polícia tomou a decisão sem o Governador saber é pior ainda, porque é um Governador que não tem controle sobre o seu governo. É um incompetente. E a sociedade do Distrito Federal fica nas mãos de um governo que é incompetente e que, sem dúvida, não vai ajudar a resolver os problemas que aparecem e precisam ser solucionados.

Queria finalizar, Senador, registrando: a nossa categoria tem história. E todos aqui sabem. Nós somos herdeiros disso. Eu sempre digo: nós somos herdeiros de Paulo Freire, sabemos o que significa educar e sabemos que reivindicar faz parte do nosso fazer pedagógico. Essa é uma categoria que jamais deixou de lutar e jamais deixará de lutar. Se a educação pública no Distrito Federal atingiu os patamares que atingiu, e a sociedade sabe da qualidade da educação pública do Distrito Federal, foi fruto de muita luta dessa categoria, que

vai continuar na rua, que vai continuar na praça, que vai continuar fazendo a luta, porque o nosso sonho, a utopia que concretizamos a cada momento é a educação pública de qualidade e o respeito aos profissionais que fazem essa educação pública. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Parabenizo o Cleber Soares e emendo com a saúde pública de qualidade. E viva o SUS, não é, Helvécio? Essas duas coisas têm que estar juntas em qualquer circunstância, não é Cleber?

Obrigado, Cleber.

Pessoal, estava inscrita também, mas não poderá falar por falta de tempo, a Olga Oliveira, do Conselho de Saúde do DF, a quem eu agradeço, o Pedro Caixeta, do Centro de Ensino Médio Elefante Branco, a Martha Arantes Sampaio, Professora aposentada, a Verbena Mello, que é responsável pelo projeto de parque industrial e tecnológico da saúde do DF, e o Raimundo Cavalcante, do Sindireta.

Eu agradeço a todos pelo pedido de inscrição. Se quiserem encaminhar qualquer pergunta por escrito ou manifestação, eu as encaminho as todos os membros da mesa, sem problema algum.

Quero registrar a presença da Sônia Queiroz de Paula, do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do DF – SAE/DF e dizer que para esta mesa também havia sido convidado o Denivaldo, do SAE, que não mandou representante. Por isso não participa da mesa o SAE, que nós respeitamos muito pelo seu trabalho. É outro conjunto da educação muito importante para nós, para a nossa sociedade.

Ah, ele estava em assembleia, não é?

Mandamos um grande abraço para a categoria, Sônia, por seu intermédio.

Vamos passar a palavra para a comandante do Sinpro em ordem inversa agora, para fazer as suas considerações por até cinco minutos. Depois de quatro minutos vai tocar a campainha. Ela fica à vontade para fazer as suas considerações sobre tudo o que foi aqui relatado.

A SRª ROSILENE CORREA – Corrigindo, os comandantes do Sinpro estão aqui, estão lá fora, na outra sala... (*Palmas.*)

Somos muitos comandantes. Por isso somos fortes assim.

Ficamos remoendo aqui. E eu lamento muito, Senador, que não estejamos numa audiência pública discutindo a educação pública, mas projetando avanços. E não estou falando do corporativismo, mas da educação pública mesmo que nós queremos para este País.

Precisamos promover debates e ter pauta positiva.

Nós remoemos, lamentamos. Todas as falas foram no sentido de sairmos daqui mais convencidos da situação terrível em que nós estamos. É consenso que há uma combinação de incompetência e intransigência no sentido de se impor um modelo de governo que não nos atende, que não atende à população de Brasília.

Eu tenho certeza de que, se não todos, mas grande parte daqueles que votaram em Rodrigo Rollemberg estão decepcionados. E acho que há tempo de ele repensar, porque o que está propondo para o Distrito Federal é muito ruim.

Eu não faço parte da política do quanto pior melhor, porque é muito fácil ser oposição, fazer oposição. Temos que ter responsabilidade com a cidade, com as pessoas. Mas é preciso ter governo. O Governador tem que ter responsabilidade. Se ele não faz isso, cabe a nós exigir que faça, que cumpra o que é a obrigação dele. É isto que estamos fazendo: muito mais do que reivindicar o cumprimento da lei, exigimos que o Governador tenha respeito pela população de Brasília e por nós, trabalhadores. Acho que a greve está cumprindo com esse papel, fazendo com que todo mundo olhe para o Governo.

E até quando vamos viver a situação da política de transferência de responsabilidade? O Governador passou o ano todo transferindo responsabilidade para gestões anteriores. Isso é moda, mas, no ano que vem, a partir de 1º de janeiro de 2016, Cleber, se ele está começando a entender que agora ocupa aquela cadeira, vai ter que, de fato, assumir, porque todo o orçamento, tudo o que vai ser feito já é da gestão dele. O tempo de transferir responsabilidade está por pouco. Vamos ver como ele vai se comportar.

Outro dia, em uma das reuniões, eu disse: "Olha, diante do quadro apresentado pela equipe e pelo senhor, seria mais honesto que o senhor fosse a público e anunciasse para cada cidadão e cidadã que o Distrito Federal está falido. É preciso que as pessoas tomem conhecimento disso". Para nossa surpresa, ele achou que era uma boa ideia fazer isso. É sério, ele achou que era uma boa ideia fazer isso, disse que era isso mesmo. Nós ficamos mais preocupados ainda. Isso parece piada, parece brincadeira, mas é sério.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ROSILENE CORREA – Não sei. Mas vamos lá.

O quadro é grave, e o Cleber apresentou muito bem. E, quando se fala em números, isso se confirma e fica mais clara ainda a gravidade.

Há governo que é neoliberal, que tem uma política que não nos atende, que é de minoria, que é de Estado mínimo, mas que tem, também, combinado com isso, uma competência e um olhar político para a solução.

(Soa a campainha.)

A SRª ROSILENE CORREA – Este Governo tem é um conjunto de problemas. E quando isso acontece, nós sofremos as consequências. É essa a nossa preocupação, e todo mundo acaba respondendo por isso. O Parlamento vai responder por isso, todo mundo vai responder por isso.

Quero encerrar, primeiro, agradecendo a iniciativa. É importantíssimo este espaço, com uma repercussão extremamente positiva. Já há muito retorno, pelo celular, de pessoas que estão acompanhando, estavam, porque agora não está transmitindo mais. Enfim, quero dizer, especialmente para a minha categoria, do orgulho que sinto de poder representá-la. E não tenho dúvida de que muitos desafios ainda virão. Este é apenas mais um. Nós sempre soubemos lidar com eles e continuaremos sendo exemplo, principalmente para os nossos alunos e alunas, e é isso que faremos de cabeça erguida, com muita dignidade.

Governos passam, mas estaremos aqui sempre firmes e fortes. Um abraço a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Com muito prazer, Rosilene, estaremos aqui sempre de portas abertas para discutir os movimentos sociais e apoiá-los. Vocês são sempre bem-vindos aqui.

Eu queria anunciar que o Senador Cristovam Buarque, a assessoria dele acabou de me comunicar, está desde ontem em Porto Alegre, participado de um evento, por isso não pôde estar presente. E o Senador Paulo Paim está em Macapá, no Amapá, fazendo um debate sobre a Lei nº 4.330, deixando clara a nossa posição contrária a esse projeto, tanto a minha como a dele e a de vários outros Senadores.

Vamos passar a palavra agora para o Cristiano, que veio a esta Mesa em razão da ausência de outro convidado, que estava em assembleia. Sobrou um espaço para o Cristiano, o que é uma excepcionalidade. Ele é socioeducativo.

É muito importante a sua presença, Cristiano. Você tem a palavra por cinco minutos. Quando chegar em quatro, vai tocar campainha.

A SRª MAGNETE BARBOSA GUIMARÃES – Senador Hélio, e o Reguffe, qual foi a justificativa dele?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Não houve justificativa. Ainda não chegou.

O SR. CRISTIANO TORRES DANTAS – Para variar, não houve.

Se formos fazer um breve resumo do que é o Governo Rollemberg, no começo do ano, derrubou casa no Sol Nascente, depois, derrubou casa na Chácara 200, de Vicente Pires, depois, iniciou-se um processo de dizer que ia dar o calote nos servidores públicos. Foi à televisão e disse que o aumento que estava sendo dado para passagem, zoológicos, restaurante comunitário era culpa do servidor público. Foi à televisão e disse que 80% do Fundo Constitucional era gasto com servidor público. Ora, 100% do Fundo Constitucional tem que ser gasto com servidor público, não 80%. Se estão faltando 20%, ele tem que saber para qual cueca foram esses 20%. Esses 20% foram para onde? O Fundo Constitucional, pelo que nos consta, Senador, foi feito para custear segurança pública, saúde e educação, não é isso? Estão, estão faltando 20% nessa conta.

Então, volto a repetir: o que temos, hoje, do Governo Rollemberg é um verdadeiro desastre, no que tange ao Governo do Distrito Federal, e não vejo luz no fim do túnel. Mais uma vez, o Governador se isola, diz que o problema não é dele e transfere para o servidor público, dizendo que o problema de tudo o que está acontecendo é do servidor público, que, para resolver o problema, tem que ser aprovada lei na Câmara Legislativa, algumas leis, ou seja, coloca os Deputados Distritais no fogo, e se isola, se exime de culpa. Fala assim: "Olha, não, só vou pagar se o servidor público me disser com o que tenho que pagar e se a Câmara Legislativa aprovar um bando de pacote de maldade contra a população, para eu ficar bonito na fita." Quer dizer, é muito bom, é muito bacana governar desse jeito.

Para finalizar, para ser bem breve, passar um recado aqui para o Governador: o senhor pode judicializar todas as greves do Distrito Federal, todas as greves podem ser consideradas ilegais, mas nós, sindicalistas e servidores públicos, não abriremos mão dos nossos direitos. As greves pode ser consideradas ilegais, o senhor pode fazer aplicação de multa que vá gerar insolvência do sindicato, no âmbito jurídico, mas o sindicato existe, está para defender os servidores públicos do Distrito Federal, seja qual for, não arredaremos, não abriremos mão dos nossos direitos que foram conquistados com muita dificuldade. Esse aumento já não cobre a inflação do período, e não abriremos mão desse direito. Governador, dê uma solução, não jogue para os servidores públicos e não jogue para Câmara Distrital a solução dos problemas que estão em suas mãos.

Obrigado, pessoal. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Obrigado, Cristiano, pela economia de tempo.

Passo, imediatamente, a palavra, por cinco minutos, ao Ibrahim, Diretor-Presidente do Sindireta. Avisará, quando chegar nos quatro, Ibraim.

O SR. IBRAHIM YUSEF – Muito bem, Senador, só agradecemos a sua iniciativa. Em nome dos servidores públicos do Distrito Federal, quero parabenizar o Sinpro pela sua garra, sua insistência na luta e dizer a todos os servidores que estaremos em assembleia geral, terça feira, em frente à Câmara Legislativa, exatamente para decidir sobre a proposta do Governo do Distrito Federal. Nas grandes redes, acompanhando os nossos servidores, vemos que não estão nada animados para retornarem aos seus serviços.

Então, o Sindireta continua em greve. Acredito, também, que estamos em um movimento unificado, junto com os professores, a CUT e as outras centrais, para que nos fortaleçamos cada vez mais e possamos trazer uma proposta mais decente para os trabalhadores.

Muito obrigado, Senador, por ter convidado o Sindireta para participar do debate. Pedimos que o senhor se empenhe o mais rápido possível sobre o projeto que tramita no Congresso Nacional sobre a greve no âmbito do serviço público. Esta matéria nos interessa e é importante o senhor pegar essa discussão já com o Paulo Paim, um Senador que tem sempre se colocado em defesa dos servidores públicos.

Muito obrigado, obrigado a todos os professores e parabéns a todos vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Agradeço Ibrahim, e, com certeza, a minha assessoria já vai anotar atrás desse projeto para podermos apoiá-lo.

Sou servidor público concursado, graças a Deus, não devo nada a ninguém.

Estou aqui no mandato. Se eu conseguir me reeleger em 2018, porque sou candidato a Senador em 2018 – vai ser a única candidatura que serei candidato, não estou aqui como político profissional –, se avaliarem que meu mandato vale a pena, vão poder em votar em mim. Todo mundo vai poder votar em dois, está certo?

Sou servidor público concursado – mantenho essa convicção – nos últimos dez anos, na área pública federal. Fui concursado da Eletronorte nos dois primeiros anos; fui concursado da CEB por 26 anos, e, hoje, estou aqui no Governo Federal, com muito orgulho de ser servidor público.

Acho que o Cleber tem 100% de razão quando fala que o Governo, seja ele federal ou estadual, tem que ter criatividade, parar de ficar só querendo inventar imposto para penalizar o povo e querer só jogar na nossa cabeça de trabalhador, quando as mazelas acontecem da má administração pública.

Nós não temos culpa nenhuma disso. Estamos aqui para prestar o nosso bom serviço, e eu tenho orgulho de ser servidor público pela minha vida inteira. Vou continuar defendendo o servidor público, está bom, Cleber?

Obrigado. (*Palmas.*)

Vamos passar aqui para o João Cardoso da Silva, Presidente do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Distrito Federal (Sindate-DF). Tenho orgulho por ser amigo da minha mulher, que foi diretora da CUT, tesoureira do Sindicato dos Enfermeiros e que, por muito tempo, esteve junto com o Cardoso na luta, não é, Cardoso?

O SR. JOÃO CARDOSO DA SILVA – Exatamente.

Tenho orgulho de ser amigo da Edy. Realmente, a gente se conhece, e tivemos uma luta por muito tempo. Depois, nós nos afastamos por questões circunstanciais, mas ela é uma pessoa que está sempre na luta também.

Quero deixar claro aqui que parece que 100% dos representantes do povo, dos trabalhadores, são contra a Organização Social (OS) em qualquer setor, seja na educação, seja na saúde ou em qualquer outro setor.

Somos contra também a questão da truculência. Como foi dito por todo mundo, ninguém concorda com truculência, até porque, ao longo da nossa história do Brasil, quantas pessoas morreram e mais aqueles que ficaram lutando para retomarmos a democracia? A democracia no Brasil nunca foi plena; sempre foi frágil. Mas nós queremos que ela seja plena, de maneira total.

Uma das coisas que quero mostrar aqui é a preocupação. Senador Hélio, com relação aos avanços dos trabalhadores dentro do Distrito Federal. Por quê? Neste ano, estamos lutando para ver se o Governo cumpre a legislação feita anteriormente. Estamos chegando, praticamente, ao final do ano e não conseguimos nada. Estamos lutando com um monte de greves; alguns entrando em greve; outros saindo, mas sem muitos avanços.

Em 2016, vai continuar a luta. Portanto, é mais um ano perdido em relação aos avanços dos trabalhadores. Para 2017, foi anunciado pelo Governador que ele reconhece o retroativo e vai pagá-lo; quer dizer, vai ser mais um ano perdido em relação a nossa luta, no sentido de novas conquistas dos trabalhadores que possa avançar.

No quarto ano, em 2018, vai ser outro problema, porque é ano eleitoral, não se pode dar aumento, ou seja, ele está cheio de desculpas e está matando o mandato dele todo em relação ao que pode avançar para os trabalhadores do Distrito Federal. Isso, realmente, é lamentável.

Para coroar isso, ele colocou o Orçamento de 2016 menor do que o de 2015 em mais de R$2 bilhões. O Helvécio pegou a peça orçamentária que ele mandou para a Câmara Legislativa, e é menor em mais de R$2 bilhões. Há uma intenção deste Governo em melhorar a vida do trabalhador? Está claro que não, não é?

Então, como se trabalha cada ano diminuindo? Ele nos disse que a arrecadação diminuiu. Mas será que diminuiu tanto assim? Ou seja, a saúde, a cada dia, tem que atender mais pessoas, mais gente. Brasília é referência em relação à saúde. Como é que diminui?

Ou seja, o caos está se instalando, para não dizer que está instalado. Em alguns setores, já está instalado, principalmente nos hospitais mais da periferia, por exemplo, Planaltina, Ceilândia, Gama, é uma situação de caos. Faltam, só de profissionais de saúde, 10.600 profissionais, para manter mais ou menos. Só da minha categoria, os técnicos de enfermagem, faltam mais de 3 mil. Estamos trabalhando com mais de 3 mil de déficit. Como vão chamar os concursados para repor esse déficit, se na peça orçamentária não há nada? Ou seja, é uma preocupação que a gente coloca, Senador.

Veja bem, o Senado pode fazer alguma coisa nesse sentido? Se puder, eu gostaria que o senhor fizesse um estudo, junto com os outros dois Senadores daqui do Distrito Federal, mais os outros Senadores dos outros Estados, para analisar friamente a questão do Distrito Federal, tanto na área de saúde quanto na de outras áreas, como a educação também.

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO CARDOSO DA SILVA – Eu também sou professor aposentado da Secretaria de Educação.

Como está não deve ficar. Não queremos que esse caos continue e se instale uma situação de caos total no Distrito Federal. Nós queremos que o Distrito Federal seja o melhor Estado. É o menor, mas tem que ser o melhor. Eu vim do norte do Tocantins para cá para melhorar. Pessoalmente, eu consegui algumas coisas, mas não trabalhamos só para nós. Temos que trabalhar para a sociedade. A razão do nosso emprego – e foi do meu, durante o tempo todo, até aposentar... Fui servidor público concursado, como o Senador o foi. Não devi nada a ninguém. Concursado, dois empregos até aposentar. Quero que a sociedade receba o melhor serviço dos profissionais de saúde, educação e todos os outros profissionais de que o Estado necessita, e todos os serviços que o Estado presta para a sociedade.

É isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Obrigado, Cardoso.

Na hora em que acabarmos, depois da última fala nesta sala, que vai ser da CUT (Central Única dos Trabalhadores), com o Rodrigo Rodrigues, vou encerrar os trabalhos e quero convidar a Mesa para irmos ao Plenário nº 7 agradecer às pessoas, porque lá está lotado, como está aqui, pela presença, por terem ficado lá conosco. Eles pediram para irmos lá, a Mesa em conjunto, vamos bater uma foto e agradecer a eles.

Vou só ler duas manifestações rápidas aqui. Uma é a da Drª Olga, que é médica do Samu e teve que sair. Ela falou o seguinte: "Senador Hélio, o acolhimento seu e desta Casa aos trabalhadores é importante e o olho no olho também. Mas, no debate, vimos a fragilidade emocional de vários atores desse palco de sofrimento. Solicitamos ao Sindicato dos Professores que peça aos seus psicólogos para atenderem aos fragilizados pela situação e deixá-los fortes."

Essa é a manifestação da Drª Olga, que é uma médica. Sei que o Sindicato já está fazendo isso com alguns.

Outra é de uma servidora das creches, que diz o seguinte:

"Senador, as creches construídas no DF estão fechadas há mais de um ano. Isso é um absurdo! E há previsão de transformá-las em organizações sociais"; quer dizer, todo mundo sabe o que significa isso, e nós precisamos debater sobre este tema.

Eu quero só dizer que esta Bancada encara com tamanha importância o que o Cardoso disse, que, quando o Governo Federal, por causa desse ajuste econômico que foi feito, definiu o corte nos fundos constitucionais do ajuste fiscal, nossa Bancada definiu pegarmos R$400 milhões a que nós tínhamos direito para emendar outras coisas e encaminhar uma emenda ao Fundo Constitucional para não haver diminuição no seu valor exatamente para não prejudicar os trabalhadores de Brasília.

Então, a Bancada, como um todo, decidiu, por unanimidade, encaminhar essa emenda para reposição do nosso Fundo Constitucional do DF, do que seria cortado com o ajuste fiscal. Isso é um trabalho da Bancada. O que nós podemos fazer – eu, inclusive, que sou relator da área de Indústria, Comércio e Micro Pequenas Empresas – para poder trazer recursos para o Distrito Federal, estamos fazendo.

Todas as minhas emendas foram nesse sentido, tanto as do ano passado quando as deste ano, e assim serão até o final do meu mandato, e também as dos demais Senadores.

Fazendo justiça aos dois outros Senadores, nesta Casa, a Bancada do DF, Hélio José, Reguffe e Cristovam, não vota nada contra os trabalhadores do Distrito Federal. Vocês podem conferir a votação que nós votamos juntos pelos direitos sociais dos trabalhadores nesta Casa. (*Palmas.*)

Vamos passar para o Rodrigo Rodrigues, representante da Central Única dos Trabalhadores para que ele faça as suas considerações, nós tirarmos as fotos e irmos para a Sala nº 7.

O SR. RODRIGO RODRIGUES – Muito bem.

Vamos finalizar agradecendo ao Senador Hélio José também pela iniciativa de chamar esta audiência pública.

Queria começar dizendo ao companheiro Clóvis, que parece ter saído para resolver um outro assunto, que o Governador não tem autorização para manchar os "erres".

Em defesa de meu nome... (*Risos.*)

... eu gostaria de fazer um repúdio, assim como o Presidente da Central Única dos Trabalhadores e o Presidente do Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Privados também.

Então, repudiamos a mancha que ele coloca no nosso nome.

Quero lamentar a fala do Deputado Izalci, quando partidariza o debate aqui nesta audiência e se alinha à cantilena do Rollemberg em fazer a culpabilização da gestão anterior, simplesmente tirando do Governo atual a responsabilidade de resolver os problemas. (*Palmas.*)

É exatamente esse mesmo discurso que o Deputado Izalci fez aqui que está justificando o calote que está sendo dado nos professores. E o compromisso do Deputado Izalci é com a educação privada, ainda mais ele como proprietário de escolas... (*Palmas.*)

... e não com a educação. Foi um dos principais autores de leis que tiram dinheiro público da escola pública, quando da aprovação do PNE. E a mordaça federal também.

Então, o repúdio à partidarização que ele traz aqui e a tentativa de culpabilização da má administração ao governo anterior.

Quero reforçar o que foi falado pelo companheiro Luiz: que o ataque que sofremos no Eixão se deu exatamente no momento em que já estávamos nos retirando dali. Tínhamos feito uma discussão com o comandante da polícia que estava lá presente – companheiro Luiz, companheiro Cleber, vários outros companheiros, o Presidente da Central Única dos Trabalhadores, companheiro Rodrigo Britto – e já tínhamos acordado a nossa saída. Estávamos nos nossos carros, muitos professores já dentro dos carros, para saída. Em cerca de cinco minutos, no máximo, o Eixo já estaria liberado, com circulação normal.

O que aconteceu foi a chegada do Bope e um ataque imediato a nós. Professores foram arrancados de dentro dos seus carros porque já estavam saindo do Eixo. Foi isso o que aconteceu. A truculência foi inclusive desnecessária para o efeito que ela pretendia, que era a desobstrução do Eixo, que permaneceu obstruído por mais uma hora, por responsabilidade da ação policial comandada pelo Governador Rollemberg.

Eu gostaria aqui de colocar um questionamento sobre o Governo Rodrigo Rollemberg. A dúvida que fica é: com quem ele tem compromisso político? É preciso entender o compromisso político do Rodrigo Rollemberg como Governador do DF. Já está provado que não é com o serviço público e com a população do DF, pelo calote que marca o seu Governo, ao negar para os servidores o reajuste aprovado em lei, reconhecido pelo Tribunal de Justiça do DF e que ele decide não cumprir.

Com quem ele tem compromisso? É com o seu Partido, que se está preparando para as disputas eleitorais do ano que vem, nas prefeituras de todo o Brasil?

(Soa a campainha.)

O SR. RODRIGO RODRIGUES – Porque, se é com o seu Partido, o que ele está deixando é que um governo do PSB tem a marca do calote e da truculência. (*Palmas.*)

Mas não me parece ser o compromisso que ele tenha com seu Partido. Parece-me que o compromisso que ele tem é com as instituições privadas, com as OSs. Ele tenta entregar o serviço público, precarizar a mão de obra dos servidores, entregar o atendimento à população para iniciativas privadas que visam ao lucro e não à qualidade no atendimento.

Então, é importante se questione ao Governador qual é o seu compromisso político. Nós, servidores públicos, que estamos na luta para garantir os nossos direitos, temos compromisso com a população e com a qualidade do atendimento dos nossos serviços. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Não havendo mais nada a tratar aqui, hoje, vamos dar seguimento ao que foi aqui colocado, às propostas, ou seja, vamos fazer uma reunião com o TCDF, com o Tribunal de Justiça (TJDFT) e uma reunião com o administrador do Fun-

do Constitucional, para pegar todas essas informações, disponibilizá-las e dar sequência ao nosso trabalho de apoio, de intermediação para tentar superar a crise.

Acho que demos um grande passo aqui hoje.

Considero encerrada esta audiência pública.

Vamos tirar uma foto aqui e depois vamos à sala nº 7 agradecer aos que lá estão presentes.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 34 minutos.)

ATA DA 104ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE NOVEMBRO DE 2015, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dez minutos do dia nove de novembro de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim e Hélio José. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 171 de 2015-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater o tema: "O Exercício da Profissão de Designer de Interiores". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Paula Neder, Professora Universitária e Arquiteta Mestre; Nora Geoffroy, Coordenadora do Curso Composição de Interiores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Cláudio Fischer, Representante da Associação de Arquitetos de Interiores do Rio Grande do Sul; Haroldo Pinheiro Villar de Queiroz, Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo; Jonatan Schmidt, Advogado da Associação Brasileira de Designer de Interiores – ABD; Márcia Maria dos Santos, Coordenadora Geral de Políticas de Pesquisa e Certificação – MEC; Joicy Mirelly de Souza, Membro da Coordenação de Identificação e Registro Profissional do Ministério do Trabalho e Previdência Social. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas no Plenário: Renata Amaral, Presidente da Associação Brasileira de Designer de Interiores – ABD. O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais.
Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e Hélio José. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e dezesseis minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 104ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente Reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 171, de 2015, da CDH, de nossa autoria, para debater o exercício da profissão de *designer* de interiores.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania – *link* www.senado.leg.br/ecidadania – e do Alô Senado, através do número 0800-612211. Esse número e também toda essa orientação para interagir estarão na tela. Todas as pessoas poderão acompanhar e interagir, se assim entenderem adequado.

Para esta audiência pública, nós convidamos para debater esse projeto... Eu vou dar uma atualizada, porque faltam dois convidados ainda, para que as pessoas que vão nos assistir pela TV Senado e pela Agência e nos ouvir pela Rádio Senado saibam o que nós vamos debater aqui.

Em resumo: em 25 de junho passado, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou, em caráter terminativo, o Projeto de Lei nº 4.692, de 2012, que dispõe sobre a regulamentação e o exercício da profissão de *designer* de interiores e ambientes. A proposta, de autoria do Deputado Ricardo Izar, foi aprovada nos termos do substitutivo apresentado na Comissão de Educação pelo Deputado Izalci, que restringiu o exercício da profissão aos portadores de diploma de curso superior em *Design* de Interiores, Composição de Interior, *Design* de Ambientes ou Arquitetura e Urbanismo. Segundo a proposição, é o profissional que planeja e projeta espaços internos, visando ao conforto, à estética, à saúde e à segurança dos usuários, respeitadas as atribuições privativas de outros profissionais, regulamentadas em lei. A proposta, que estabelece ainda competências e atribuições, foi enviada ao Senado, onde tramita agora com o PL nº 97, de 2015. A proposição foi distribuída à Comissão de Assuntos Sociais e está sob minha relatoria, para que eu possa dar meu parecer final e meu ponto de vista.

Por sugestão do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, foi pedido que eu realizasse uma audiência pública. Eu estou com o relatório escrito, mas, naturalmente, se eu concordei com a audiência pública, é porque

a audiência pública vai balizar o meu relatório final. Como Relator, convidei as partes envolvidas para que se debata aqui o tema e se construa o que for possível de entendimento. Em resumo, a ideia deste encontro é que possamos debater, ao longo desta manhã, essa questão, que interessa a todos que aqui citei.

Para isso, convidamos representantes da Associação Brasileira de *Designers* de Interiores, da Associação de Arquitetos de Interior, e do Conselho de Arquitetura e Urbanismo. Convidamos também professores dos cursos de Composição de Interiores e Arquitetura.

Nosso objetivo, a partir deste debate, é, aí sim, darmos por definitivo o nosso relatório. Mas reafirmo muito bem – se não, não teria razão esta audiência pública – que, como houve divergências principalmente entre arquitetos e *designers* de interiores, como não houve condições, mediante uma reunião informal, de chegarmos ao entendimento, eu achei que seria adequado, como sempre faço nos projetos que relato, fazer uma audiência pública, em que cada um expusesse claramente aqui o seu ponto de vista. Depois desta audiência pública, sairá o meu relatório, de forma definitiva. Este é o objetivo desta audiência pública.

Faço isso com todos os projetos. Para vocês terem uma ideia, sou Relator do projeto da terceirização. É tão polêmico esse projeto que eu decidi viajar os 26 Estados do País e mais o DF com o objetivo de debater a terceirização. Já fui a 21 Estados. Quinta e sexta eu estive em Belém e estive no Amapá, debatendo esse tema na Assembleia Legislativa, todos com a Casa lotada. Depois desse roteiro que fiz, comprovou-se que todos os Estados, até o momento, são contra o projeto da terceirização como veio da Câmara dos Deputados. Eles querem regulamentar o que é ou não terceirização, mas não permitir que se aprove um projeto que terceirize a atividade fim sem limite. Como diz um dos painéis que é feito por artistas de renome internacional, é como ter escola sem professor, metalúrgica sem metalúrgico, comércio sem comerciário, banco sem bancário. Tudo comprova que o serviço terceirizado... Em cada cinco mortes, quatro são de empresas terceirizadas; em cada dez acidentes, oito são de empresas terceirizadas; em cada cem ações na Justiça, proporcionalmente, 80 são de empresas terceirizadas; o salário é 30% menor; e as condições deles, inclusive aqui no Congresso, são totalmente diferentes dos outros, desde vale alimentação e vale-transporte até banheiro, refeitório. Então, é algo que tem que ser resolvido. Por isso, depois de realizar esses 27 encontros – o último vai ser aqui em Brasília, um encontro nacional, aonde todas as delegações vão se deslocar –, é que eu vou apresentar meu relatório.

Eu digo isso como exemplo. A minha intenção é ouvir todos e construir o que for melhor para a sociedade brasileira. Por isso, estamos fazendo isso. Conversei com um e com outro, e cheguei à conclusão que não tinha como eu colocar em votação sem dar oportunidade para que as partes se manifestassem sobre o seu ponto de vista desse projeto, que está na minha mão para ser relatado.

Mediante essa rápida introdução, eu convido para comporem a mesa a Srª Paula Neder, professora universitária e arquiteta mestre.

Convido a Srª Nora Geoffroy, Coordenadora do curso de Composição de Interiores da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Convido o Sr. Jonatan Schmidt, advogado da Associação Brasileira de *Designers* de Interiores.

Convido o Sr. Cláudio Fischer, representante da Associação de Arquitetos de Interiores do Rio Grande do Sul.

Convido o Sr. Haroldo Pinheiro Villar de Queiroz, Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

E convido Joicy Mirelly de Souza, que participa da Coordenação de Identificação e Registro Profissional do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Sejam todos bem-vindos! Vamos para o nosso debate. Deixem-me cumprimentá-los rapidamente.

Como eu já fiz uma rápida introdução, quero dizer que essa introdução foi construída – e é sempre construída – pela assessoria da Casa. Isso não é nem posição ou não do Relator. A assessoria dá um norte, em uma visão técnica da pesquisa que faz, para situar os que vão assistir ao nosso debate, quer seja aqui no plenário, quer seja nas suas residências. Eu sempre digo para vocês que dou muito valor às audiências públicas. No mínimo, 2 milhões de pessoas assistem a essas audiências na segunda pela manhã, principalmente porque é ao vivo, pela Agência Senado, pela Rádio Senado, pela TV Senado e pela internet para todo o Brasil. O objetivo é interagir de baixo para cima, de forma que a população possa também colaborar na elaboração de projetos de lei, como é o caso em que nós estamos aqui hoje.

Eu vou começar pela ordem que me foi entregue aqui. Não há nenhuma preferência de minha parte. Para mim, todos são profissionais que devem expressar o seu ponto de vista. Vou começar com a professora universitária e arquiteta mestre, Drª Paula Neder. Por favor.

O tempo será de dez minutos, com mais cinco, se necessário. Eu sempre mantenho o equilíbrio, de forma tal que, em uma situação como esta, em que o projeto é polêmico, três falam a favor e três contra. Se na mesa houver um a mais, eu dou dez minutos a mais para outra pessoa, para manter o equilíbrio, certo? Eu não sei como está aqui na mesa, mas se tiver mais, eu vou permitir o mesmo tempo para as duas posições. Vou dar um exemplo: se tiver só duas pessoas para defender a situação dos arquitetos, em vez de dez elas teriam 20

minutos cada uma, para fazer o equilíbrio, se fosse o caso – que eu não sei qual é aqui na mesa –, de forma tal que seria dado o mesmo tempo para o debate de todos os convidados.

Eu pergunto se todos já estão presentes, inclusive a representante do Ministério do Trabalho. Já chegou?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ministério da Educação. Eu acho que eu não tenho aqui Educação. Eu tenho Ministério do Trabalho e Previdência Social. Quem não chegou foi do Ministério do Trabalho, é isso?

Então, já temos conosco, pelo Ministério da Educação, a Coordenadora-Geral, Drª Márcia Maria dos Santos. Quando eu uso o termo "doutora", pessoal, não fiquem preocupados. Alguns ficam preocupados, dizem "eu não sou doutor!". Eu uso "doutor", "senhora", de forma muito informal. Podem me chamar de Paim, podem me chamar de Senador, podem me chamar de Paulo, que não tem problema nenhum. Aqui é uma reunião – digamos – formal, mas dentro da maior informalidade possível, porque quem está assistindo em casa quer dialogar conosco, está se sentindo como se estivesse conversando com a gente aqui.

Drª Paula, com a palavra.

A SRª PAULA NEDER – Bom dia!

Na verdade, a minha intenção é fazer um depoimento sobre a minha participação da ABD, como Conselheira Nacional, e a minha posição aqui hoje.

Lá em 1998, eu, como arquiteta, mestre em arquitetura e com um escritório atuante na área de *design* de interiores, fui convidada para criar um curso superior dentro das expectativas da Lei de Diretrizes e Bases. O Prof. Candido Mendes me convidou para criar esse curso, tendo em vista que o mercado informal de decoração e *design* de interiores crescia muito naquela época, e era um mercado muito promissor, em um País como o nosso, em que a gente precisa ter profissões, no melhor princípio da educação continuada e dos cursos tecnológicos, que são uma formação específica. Então, eu criei o curso, que foi reconhecido pelo MEC em 2002. Foi reconhecido como um curso superior de formação específica em tecnologia de *design* de interiores. A partir daí, meu envolvimento foi direto com esses profissionais, porque, ao longo do tempo, hoje, milhares de pessoas têm um diploma reconhecido pelo MEC. Elas têm diplomas legais e desejam exercer a profissão.

Ao contrário de a profissão de *designer* de interiores se manter sem a regulamentação, existe um exército de profissionais – de novo – com diplomas legais, reconhecidos pelo MEC, que atuam à deriva. Eles, na verdade, não têm uma restrição, uma orientação profissional que os regule, que restrinja sua atuação e que possam exercer sem ser perseguidos ou autuados por isso.

Então, eu acredito realmente que é uma posição muito importante que essas pessoas, que têm um diploma legal, que já atuam, tenham o direito de atuar livremente, e que as restrições sejam bem definidas, inclusive porque, na situação atual, técnicos, tecnólogos e bacharéis em *design* de interiores atuam da mesma forma. Há uma certa confusão porque não há uma regulamentação que defina as restrições e as atribuições de cada uma das formações e do *design* de interiores de uma forma global. Então, há *designers* de interiores confundindo a sua atuação, o que é um risco para a sociedade. Eu acho que isso tem que ser muito bem definido e regulamentado para que a profissão possa atuar livremente.

Senador, acho que é essa a minha posição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Seja bem-vinda. Foi bem objetiva no seu ponto de vista.

Eu passo a palavra agora à Drª Nora – como é mesmo a pronúncia? – Geoffroy, coordenadora do curso de Composição de Interiores da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A SRª NORA MARIA MENDES GUIMARÃES GEOFFROY – Bom dia a todos, Senador, componentes da Mesa e presentes.

Mais uma vez estamos aqui neste embate em relação à regulamentação da profissão de *designer* de interiores. Mas eu acho – eu escrevi ali como introdução – que tudo pode ser modificado, desde que seja enfrentado. Eu acho que este momento de enfrentamento a ABD está conseguindo fazer, e a gente está conseguindo caminhar no sentido de realmente conseguir a nossa regulamentação.

A área de interiores teve um percurso muito longo, desde o decorador até o profissional *designer* de interiores. Desse percurso, nos últimos anos, eu participei, porque estou na Universidade Federal do Rio de Janeiro desde 1974. Entrei como aluna, logo me tornei professora, e acompanhamos essa evolução. O curso, a área, passou de um nível amador, muito ligado à atuação feminina na sociedade, para uma área muito mais complexa de *expertise*, que envolve conhecimento técnico e científico. Por isso, a gente migrou – e trabalhamos por essa migração – do campo específico da decoração para alcançar o campo do *design*. Esse foi um percurso de luta que a UFRJ bancou com muita garra.

Como é que isso foi feito? Nos anos 90, o MEC empreendeu uma série de fóruns, em nível nacional, que envolvia a reformulação do ensino das artes. No primeiro fórum, em 1994, a gente participou da área de decoração. O *design* era separado da decoração. Ao final desse percurso, nós fomos conseguindo, paulatinamente, em 1999, uma aprovação nacional da nossa inserção na área de *design*. Isso foi um ponto importantíssimo, porque os decoradores sempre tiveram uma carga pejorativa em cima deles. Foram sempre considerados marginais dentro do trabalho com os espaços interiores. A área de *design* já é uma área que tem uma atuação e uma fundamentação muito mais consolidada, e que permitia essa atuação. Eu não vou me deter nesse percurso, mas foi realmente uma conquista ano a ano, porque mesmo os *designers* tinham, no começo, uma carga pejorativa contra a área de interiores. Nossa área é uma área muito prejudicada. Sempre foi considerada uma área marginal. No entanto, ela tem uma importância, uma pertinência, no estudo dos espaços do homem, fantástica. A gente tem que acreditar nisso, e acredito que os componentes opositores da Mesa compreendam isso também, porque sabem da importância da nossa profissão.

Como a Paula falou, nós temos hoje um quadro bastante comprometido, porque nós temos a formação em *design* de interiores em três níveis: o nível técnico, que é um nível médio, com apenas 800 horas de formação; temos o nível tecnólogo em *design* de interiores, que é um nível super defendido pelo Ministério da Educação – e com razão –, que tem um mínimo de 1600 ou de 1800 horas, com uma formação em dois anos, e nós temos ainda o bacharelado.

É importante observar que o MEC sempre teve uma atitude bastante progressista no sentido de apoiar esse surgimento e essa caracterização da nossa área – não apenas o MEC, mas também o Ministério do Trabalho, porque no início dos anos 2000 o Catálogo Brasileiro de Ocupações caracterizou os dois níveis da profissão: o profissional de nível médio e o profissional de nível de tecnologia. E também o Ministério da Tecnologia saiu com um catálogo dos cursos superiores de *design*, que caracterizava a atuação nessa área.

No final daqueles fóruns do MEC, nos anos 90, saíram, depois de alguns anos, as diretrizes curriculares para a área de Bacharelado de Interiores. Essas diretrizes foram fantásticas porque, finalmente, depois de quase cinco anos de encontros, em 2004, saiu a Resolução nº 5, que dizia que os projetos pedagógicos do curso de graduação em *design* poderão admitir modalidades de formação específica. Entre as modalidades exemplificadas no texto, está lá "interiores" – grifado ali em cor diferenciada. Então, foi realmente prevista nossa inserção na área de *design*, com uma carga horária mínima de 2.400 horas, e com uma formação mínima de três a quatro anos. É importante frisar que hoje essa carga horária média nos bacharelados é de 3 mil horas e quatro anos de duração.

Então, a legislação do *design* é farta quanto à carga horária e quanto à atuação. Eu tive a preocupação de listar aí, para mostrar que nós não estamos trabalhando no vazio. Estamos trabalhando calcados em legislação vigente do Ministério da Educação, que inclusive fala de um perfil desejado de um formando, um formando que esteja apto a intervir em espaços que envolvam sistemas de informações visuais, artísticas, estéticas, culturais e tecnológicas. Estamos em um caminho muito bom.

É importante falar um pouco na formação do bacharel em *design* de interiores, porque o bacharelado é uma formação muito específica. Tem sido nossa preocupação, dentro da Universidade Federal do Rio de Janeiro, estabelecer os diferentes campos de atuação, porque acreditamos que uma formação de quatro anos e uma formação de dois anos acarretem um perfil diferenciado de egressos. Fica muito difícil estabelecer esses parâmetros, porque a legislação é vaga e ela deixa todo mundo fazer mais ou menos a mesma coisa. Os meus alunos me perguntam: "mas professora, por que eu vou ficar aqui quatro anos se eu posso me formar em dois?" O questionamento é esse. Eu tento informar que, dentro de uma escola da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que faz questão dos bacharelados, temos uma tradição nos bacharelados e por isso existem alguns parâmetros que a gente buscou estabelecer.

O curso da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro é pioneiro no País. A Escola de Belas Artes está fazendo, no ano que vem, 200 anos. Foi uma escola que começou com a vinda da missão francesa para o País. Nos anos 30, houve uma grande reforma. Existia um curso de Artes Decorativas. Em 1971 – ou seja, quarenta e poucos anos atrás –, a escola teve uma grande reforma, pegou esse curso de Artes Decorativas e desmembrou esse curso em *Design* de Produto, Comunicação Visual, Composição de Interior e Composição Paisagística. Foi uma escola que teve uma visão de seus gestores bastante avançada à época.

(Soa a campainha.)

A SRª NORA GEOFFROY – Dez minutos?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Você tem um minuto e, se necessário, eu vou te dar mais cinco.

A SRª NORA GEOFFROY – Eu preciso, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está bem.

A SRª NORA GEOFFROY – É uma escola que vem trabalhando nessa área há 44 anos, de forma bastante consolidada quanto à pertinência desse profissional.

Vou pular nossa grade curricular e vou pular nosso perfil profissional, porque todo mundo já sabe.

Eu gostaria de chamar a atenção para que a regulamentação da profissão permitiria a garantia do exercício profissional quanto à intervenção nos espaços interiores de acordo com o nível de formação. A gente sabe que a função prática ocupa uma camada mais baixa, porque qualquer pessoa, quando organiza um espaço, tenta organizar esse espaço de uma maneira funcional, de acordo com a tarefa ali realizada. Mas, além disso, há uma função estética, que é uma função importantíssima no sentido de a coisa estar em harmonia, de estar bem feita.

Finalmente, se ele continuar verticalizando esse conhecimento, ele vai chegar à função simbólica, que se confunde com uma dimensão semântica da semiótica, porque *design* também é comunicação. Quando um profissional de interiores faz um espaço, aquele espaço é um objeto de comunicação. Ele tem uma linguagem, ele comunica. É preciso que o usuário nele se sinta pertinente, que ele tenha identidade com o espaço. Se ele não tiver isso, ele vira um mero reprodutor de espaços que se veem em revistas. É nessa linha que eu tento trabalhar com os meus alunos.

Vou pular esse eslaide também, porque foi uma forma que eu inventei de compreender a complexidade de um bacharel.

O bacharel parte dos fundamentos do *design*, que são forma, função e significado, e vai chegar até os níveis semânticos da semiótica, trabalhando com função sintática, simbólica e prática. Isso faz toda a diferença. Esse percurso exemplificado na imagem é o percurso que os nossos alunos fazem no Rio. Afinal, nós somos *designers*. A gente trabalha com um problema, com a solução do problema de acordo com critérios que não são critérios pessoais nem são critérios do projetista, mas são critérios que nascem dentro do problema. A gente obedece ao que o problema traz para a gente. A gente acredita que a solução está ali, e isso faz toda a diferença. Então, somos profissionais especialistas. Com certeza, somos especialistas. Cuidamos da maçaneta da porta, da dobradiça do armário e cuidamos também da identidade do usuário naquele espaço. Isso faz toda a diferença, porque quando as pessoas se sentem bem em um espaço, têm melhor qualidade de vida, têm melhor qualidade psicológica, saúde e segurança. É uma série de quesitos da qual eu não tenho tempo para falar.

O que dificulta essa regulamentação? O que dificulta é que esse campo ainda é visto como uma atividade marginal. Eu acho impossível que, em pleno século XXI, as pessoas ainda duvidem da pertinência desse profissional. É impossível que isso esteja acontecendo. Isso acontece no Brasil, porque lá fora as pessoas trabalham com dignidade. As pessoas procuram melhorar a qualidade de vida das pessoas com dignidade, regulamentadas, trabalhando tranquilamente nos seus espaços.

(Soa a campainha.)

A SRª NORA GEOFFROY – Só a última frase, por favor. Um minuto.

Por conta disso, eu diria que a gente transforma espaço em lugar. Os trabalhos dos meus alunos são sempre uma fonte de inspiração. Eles sempre me perguntam: "Mas professora, muitas vezes eu vou procurar um estágio em um escritório e eles falam 'ah, mas você não é arquiteta, você é *designer* de interiores'. Como é que fica? Poxa, professora, como é isso?" Um dia, eu encontrei uma frase muito interessante, que é a seguinte: "Se lhe disserem que o seu trabalho não é de um profissional, lembre-se: amadores construíram a Arca de Noé, e profissionais, o Titanic". Então, eu acredito, defendo os meus alunos, defendo a profissão, instigo-os a procurar profissionais mais abertos, que os acolham em seus escritórios, e compreendam a sua contribuição para a qualidade de vida nos espaços interiores.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa foi a Profª Norma Geoffroy, coordenadora do curso de Composição de Interiores da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Agora vamos passar a dois que têm posição diferente.

Representante da Associação de Arquitetos de Interiores do Rio Grande do Sul, Dr. Cláudio Fischer.

O SR. CLÁUDIO FISCHER – Bom dia a todos!

Alô? Estão ouvindo?

Eu sou arquiteto e professor universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, junto à Faculdade de Arquitetura, lá na terra, nosso Rio Grande do Sul.

A Associação de Arquitetos de Interiores foi fundada em 1987, e eu sou um dos seus fundadores. Nessa qualidade, me delegaram a honra de vir aqui representá-los justamente para poder, neste debate, contrapor algumas ideias sobre a regulamentação desse curso, dessa profissão, uma vez que, aparentemente, tudo aquilo que nós vemos no escopo da formação dessa profissão está contemplado naquilo que o arquiteto faz e

naquilo que nós ensinamos dentro do curso de Arquitetura. Todas essas disciplinas nos são muito familiares, a terminologia técnica toda que está no escopo da lei. Ela é toda composta de elementos que nós, no nosso dia a dia, praticamos, como arquitetos. Eu mesmo tenho premiações dentro dessa área.

A nossa Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul agora abriga o curso de *Design*. Talvez seja a única faculdade de arquitetura que tenha dois cursos: um deles de Arquitetura e o outro de *Design*, que abriga as disciplinas de Comunicação Visual e *Design* de Produto.

Dessa maneira, a gente acha que, no momento em que se fragmenta essa atividade, – e se fragmenta de uma maneira mais restritiva, porque a formação do *designer* de interiores, assim como está colocada, é carente de toda a formação daquele trinômio vitruviano do *firmitas*, *utilitas* e *venustas* –, ela fica prejudicada. A formação do arquiteto, que é um curso de cerca de 4 mil horas – são 3.600 horas, no mínimo, que a gente tem, e nós estamos estudando a possibilidade de estender o tempo de formação do curso –, precisa, para que seja comparada com outra profissão, que agora é nascente nessa proposta, que sejam cotejados exatamente esses princípios. Há uma sobreposição enorme.

São completamente justapostos os nossos princípios, com exceção de alguns dados que a lei não contempla. Uma delas é quem fiscalizaria. Qualquer tipo de atividade profissional hoje, se viesse a existir, deveria ter ao seu lado, junto à sociedade, uma entidade ou um órgão público que o fiscalizasse, tanto na parte ética quanto na parte do desempenho profissional, na defesa da sociedade. Também não vimos no escopo desse texto algo presente nesse sentido.

Dessa maneira, achamos que há uma sobreposição muito grande entre essas duas situações, e o fato citado de que a profissão de decorador é uma profissão muito denegrida ao longo do tempo se dá justamente porque aventureiros sempre se ocuparam dessa função que sempre foi nossa. Estão aí os grandes arquitetos brasileiros. Vou citar apenas três: Lina Bo Bardi. Quem não sabe de Lina Bo Bardi, autora do projeto do Masp? Quem não sabe de Paulo Mendes da Rocha, nosso arquiteto vencedor do prêmio Pritzker?

E quem não sabe de Oscar Niemeyer? Todos esses três foram notáveis em atividades de arquitetura de interiores, que são parte da nossa atividade cotidiana. O trabalho do arquiteto abarca todas essas formações e nós, no curso de arquitetura, cotidianamente abordamos os termos que estão contidos muito familiarmente no escopo dessa proposta.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Dr. Cláudio Fischer, representante da Associação de Arquitetos de Interiores do Rio Grande do Sul.

Agora, vamos para o Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, Sr. Haroldo Pinheiro Villar de Queiroz.

O SR. HAROLDO PINHEIRO VILLAR DE QUEIROZ – Bom dia, Sr. Senador Paulo Paim, demais membros desta Mesa, estudantes, professores e profissionais aqui presentes, interessados neste tema.

Sr. Senador pelo Distrito Federal, cumprimento-o também. Satisfação em revê-lo.

A nossa Constituição determina que é livre o exercício de qualquer profissão, de qualquer atividade profissional. Entretanto, requer que aquelas profissões que possam por em risco a saúde ou a incolumidade física da sociedade devam ter uma formação específica e uma regulamentação necessária.

Na nossa área profissional, da arquitetura e urbanismo, existe um Conselho recente. Passou a existir, de fato, em 15 de dezembro de 2011. A lei foi publicada em 31 de dezembro de 2010 e passamos a funcionar em 15 de dezembro de 2011, apesar de ser uma profissão, no Brasil, já regulamentada desde 1933.

Eu reitero a admiração e o respeito que os *designers* têm a partir do nosso Conselho. Eu mesmo, como profissional, como arquiteto, particularmente no trabalho com hospitais, sempre tive, nas equipes que eu coordenei, *designers*, desenhando mobiliário hospitalar e equipamentos de uso técnico e de recuperação de pacientes. São profissionais com os quais eu tenho por costume trabalhar, e por isso respeito muito. Acho que é uma profissão, uma área de atuação profissional necessária.

O *designer* de interiores já começa a pretender atuar em uma área específica, como foi colocado aqui, de intervenção em espaços. É aí que começa um pouco da nossa divergência. Ela cria uma zona de sombreamento com a profissão do arquiteto e urbanista.

Eu vou repetir aqui o que eu já citei para colegas em uma reunião no dia 26 de maio deste ano, em São Paulo. Eu fui a São Paulo exatamente para conversar com as professoras e as colegas que atuam nessa associação. Preocupa o projeto de lei, como está. Acho que ele progrediu muito, inclusive, na área de atribuições, ressalvando a má redação das questões de instalações prediais. Mas preocupam especialmente dois pontos – me permitam me repetir. Primeiro, a falta de princípios éticos que definam a profissão. Ora, o que justifica a regulamentação de uma profissão é a defesa da sociedade contra a má prática, a prática ilegal e as transgressões éticas.

Então, se é feita uma lei para regulamentar, para restringir a prática de uma profissão, em defesa da sociedade, nesses três pontos, não é razoável que a lei não tenha sequer um capítulo que trate dos princípios éticos, das limitações éticas, do que diferenciará a prática dessa profissão regulamentada dos que atuam na área fora da regulamentação, como os decoradores, por exemplo, que eu também respeito muito. Há decoradores que nós estudamos, inclusive, na escola.

Segundo, visando a defender a sociedade, é necessário ter um órgão de controle, que crie as regras e as fiscalize, um conselho. É o normal no Brasil. Em outros países, temos ordens, colégios e instituições afins. No Brasil, a prática são os conselhos, que criam normas, criam regras e fiscalizam, em defesa da sociedade. Não estamos tratando aqui de questões corporativas. Estamos tratando da defesa da sociedade – repito – contra a má prática, contra a prática ilegal e contra as transgressões éticas. Se não, o que justificaria a regulamentação de uma profissão, se não há esse controle em favor da sociedade?

São esses os dois pontos que me parecem fundamentais, que eu já havia exposto para as lideranças. Vejam a responsabilidade que nós temos. Eu também lutei para ter uma regulamentação específica para a arquitetura, fora de um conselho multiprofissional, como nós tivemos entre 1933 e 2011, mas nós criamos um conselho, nós temos um capítulo dedicado à ética. Foi difícil. É difícil. Aqui no Congresso Nacional, batalhamos – eu, particularmente – mais de 12 anos, cotidianamente. Cumprimos esses pré-requisitos.

Hoje, estamos lutando muito... E aí que vem a minha preocupação maior. Me desculpem se me repito. Na nossa área, estamos tentando limpar determinados – vamos dizer assim – malfeitos, maus atributos, que alguns arquitetos e urbanistas seguem, principalmente na área de arquitetura de interiores, que é a cobrança de comissões por especificação ou por serviços, algo condenável. Na área do serviço público, isso é inegável; e, na área particular, está se discutindo aqui no Senado a corrupção entre privados. Nós estamos lutando muito para erradicar esse tipo de prática na nossa profissão. A nossa lei condena, o nosso código de ética condena, e nós estamos fiscalizando. Já suspendemos do exercício profissional alguns profissionais que insistem nisso. Então, vejam: a presença de uma profissão que atua exatamente nessa área e que permita aos seus profissionais esse tipo de comportamento prejudicará esse tipo de trabalho que nós estamos fazendo, com muita dificuldade, mas com muito rigor.

Então, me parece fundamental, necessário, que a lei receba esses dois adendos, pelo menos: a criação de um capítulo sobre a ética na prática profissional do design de interiores e um conselho profissional que fiscalize. Combinamos isso quando estava em discussão na Câmara. Os colegas disseram: "não, para não prejudicar o andamento, depois, quando passar pelo Senado, a gente trata disso." Eu alertei: "Vai ter que voltar para a Câmara, então. Se houver uma modificação no Senado, voltará para a Câmara, aí será aprovado e vai para a sanção da Presidência". Então, é o momento em que nós agora estamos. O senhor sabe. Discutimos isso em São Paulo.

É o que eu trago aqui. Se querem, nós podemos trabalhar juntos, passar, inclusive, para os colegas, a experiência que nós tivemos, contribuir, mas desde que...

(Soa a campainha.)

O SR. HAROLDO PINHEIRO VILLAR DE QUEIROZ – ...não haja um dano para uma área profissional que já atua nesse contexto, e sob controle.

Então, me desculpem se eu falo contra o imediatismo dessa proposta, mas é a minha obrigação, como arquiteto e como cidadão.

Muito obrigado a todos.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Dr. Haroldo colocou duas questões, pelo que percebi aqui. Seria bom que o próximo convidado a falar, se puder, se posicionasse contra isso. Pelo que eu entendi, o Dr. Haroldo disse o seguinte: "Olha, eu não sou contra, mas há duas questões que eu acho que têm que ser aprofundadas". Ele já teria alertado lá na Câmara.

Estou traduzindo, me permita. Se eu traduzir errado, você tem todo o direito de dizer "não, não é bem isso".

São duas questões para as quais ele já tinha alertado lá na Câmara e, se viesse para cá e o relator acatasse, o projeto teria que voltar. Me parece que, se essas duas questões conseguirem se resolver, nós buscaríamos uma certa unidade no projeto, em matéria dos nossos convidados. Então, já fica isso para os próximos oradores inscritos falarem. Eu não tenho problema nenhum, se for para construir um grande entendimento, de acatar esses dois pontos e remeter para a Câmara, dizendo que foi um acordo de ambas as partes, para que lá se vote de forma acelerada.

Vocês todos sabem que a tendência do Executivo é vetar os projetos. Por que eu alerto isso? Tudo quanto é profissão que eu regulamento eles têm vetado. Não é a minha posição, mas, infelizmente... Do *design* exterior, já foi vetado. É uma briga aqui para derrubar um veto. Por que eu digo isso? Mesmo quando as catego-

rias estão unidas, você tem uma dificuldade enorme para derrubar um veto aqui. Antes, eu fui a favor de que os vetos não fossem mais apreciados secretamente, porque um malando vendia a alma para o diabo e para Deus. Estou falando de políticos. O que ele dizia para o Governo? "Eu votarei pela manutenção do veto". E para os movimentos sociais, ele dizia o seguinte: "Eu votarei pela derrubada do veto". Como o voto era secreto, ele vendia a alma para os dois e nenhum veto caía. Estou aqui há 30 anos. Não conheço um veto que caiu. O que está acontecendo agora? Agora que o voto é aberto – eu achei que seria a grande revolução no Parlamento essa história de não estar se escondendo atrás do voto secreto –, de novo o malando negocia com os dois lados. Para um lado ele diz que vai votar de uma forma, e para outro lado ele diz que vai votar de outra forma. E aí ele vai negociando. E os governantes, infelizmente... Estou aqui há 30 anos e isso eu conheço como poucos, talvez, porque eu entrei aqui e nunca mais saí. Deve ser uma meia dúzia que entrou aqui na Constituinte e nunca mais saiu. Outros saem até para ser Presidente República, para ser governador, para ser secretário de Estado. Eu estou aqui há 30 anos. O que está acontecendo agora? Eles vão de novo negociar, chantageiam o Governo e chantageiam o movimento social. E, na hora H, eles votam em quem dá mais. Infelizmente, é isso. Eu acho que é o fim do mundo um homem público votar de uma forma e depois, na hora do veto, mudar radicalmente, ficar contra, mudar do dia para a noite. Por isso é que desde abril não se aprecia um veto aqui nesta Casa. Um veto, não se aprecia. E a expectativa é de milhões de brasileiros, por um lado ou por outro. Estão esperando.

Por que eu conto essa história toda? Se nós chegarmos ao Executivo com um projeto de acordo, tem um pouco mais de facilidade – eu diria –, mas com muita dificuldade assim mesmo. Se chegarmos já divididos, devido à situação que aqui se encontra, a dificuldade é maior. Mas vocês é que decidem. Meu papel aqui é de Relator, de buscar o mais próximo possível de um entendimento. Se não houver entendimento, a vida é assim, se decide no voto no momento adequado, na Comissão correspondente.

Dr. Jonatan Schmidt, por favor.

O SR. JONATAN SCHMIDT – Bom dia, Sr. Senador Paim, em nome de quem cumprimento todos os que estão na mesa. Bom dia, Sr. Senador do Distrito Federal, e um bom dia muito especial a todos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Senador do Distrito Federal, Senador Hélio José, é o Senador mais presente aqui na segunda-feira. (*Palmas.*)

E sempre com uma atuação marcante, buscando o melhor para todos.

O SR. JONATAN SCHMIDT – Meu cumprimento especial a todos os *designers* que estão aqui presentes, na ansiedade da regulamentação.

O PLC nº 97, de 2015, é originário lá da Câmara, onde tinha o número 4.692, de 2012. Foi apresentado pelo Deputado Ricardo Izar e hoje se encontra na CAS do Senado, sob Relatoria do Senador Paulo Paim. Ele dispõe sobre a regulamentação e o exercício da profissão do *designer* de interiores e dá outras providências. Na verdade, essa palavra "regulamentação" está até, de um certo modo, sobrando. Mais ao final eu vou explicar por quê.

O exercício profissional, de acordo com a Constituição Federal, é livre. A Constituição Federal de 1988 estabelece como direito fundamental que é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer. Não se fala ali em qualificação acadêmica, e não se fala ali que essa qualificação possa ser estabelecida por um outro órgão qualquer. Fala-se, especificamente, em lei. Lei é produto originário do Poder Legislativo. Essa garantia da liberdade de exercício profissional sempre esteve assegurada constitucionalmente, desde os tempos do Império, justamente para reforçar que o Estado brasileiro nunca legitimou a chamada reserva de mercado. Ou seja, a regra geral é a liberdade de exercício de qualquer ofício, trabalho ou profissão. A exceção é fixada pela lei e somente pela lei, e ela pode restringir a liberdade do exercício profissional. Mas, segundo orientação pacífica do Supremo Tribunal, nem mesmo a lei pode tudo na restrição a esse direito fundamental que é a liberdade do exercício profissional. A lei só pode exigir qualificações profissionais específicas que sejam indispensáveis à proteção da coletividade, de modo que ela não seja potencialmente exposta a graves riscos. Nem todos os ofícios ou profissões podem ser condicionados ao cumprimento de condições legais para o seu exercício. A regra é a liberdade. Isso foi dito pela Ministra Ellen Gracie em um julgamento, lá em 2011, e essa tem sido a orientação do Supremo Tribunal Federal desde o início do seu funcionamento. Eu colecionei várias decisões, inclusive algumas de 1931, mil novecentos e sessenta e alguma coisa, mil novecentos e oitenta e alguma coisa, mil novecentos e noventa e alguma coisa, dois mil e alguma coisa. O posicionamento sempre foi esse. Então, nós temos aqui um confronto entre a liberdade do exercício profissional e as restrições ao exercício profissional.

Quem é o *designer* de interiores? Vamos pensar um pouquinho quem é essa figura. É o profissional que atua em uma atividade criativa e de caráter multidisciplinar, dedicada ao planejamento da ocupação e do uso de espaços. Qual é o foco do *design* de interiores? Não importa o tipo de espaço, se ele é construído ou não, se ele é perene ou eventual, ou qual foi a sua destinação original. O que importa é o usuário, e como ele quer usar o espaço. Ou seja, o foco do design de interiores não é o espaço em si, mas é o usuário do espaço. E, como atua

o *designer* de interiores? O planejamento de ocupação e uso de um espaço deve considerar os aspectos funcionais, estéticos e simbólicos do contexto socioeconômico-cultural do usuário. O foco sempre está no usuário.

Como surgiu o *design* de interiores? Muitas vezes, achamos que isso é coisa moderna, quando, na verdade, desde que o ser humano passou a ocupar uma caverna para morar foi preciso organizar um lugar para dormir, um outro para cozinhar, um outro para fazer as refeições e até mesmo para fazer as necessidades fisiológicas, ou seja, a atividade primária de planejar a ocupação e o uso do espaço surgiu há milhares e milhares de anos.

Como evoluiu o *design* de interiores? A evolução do ser humano gerou desejos de conforto em todas as dimensões. Morar numa caverna já não era mais confortável, e o ser humano buscou outras formas de moradia, que foram evoluindo à medida que novas tecnologias surgiram. Nos tempos mais antigos, o conforto podia se limitar ao desenho e à construção de móveis práticos, à melhor organização do mobiliário, ao uso de adornos, ao melhor aproveitamento da luz e do vento. E foi ali que os decoradores começaram a se desenvolver, sempre no interesse de garantir conforto ao usuário do espaço. A evolução continuou, e o ser humano começou a buscar espaços de construção cada vez mais complexa, com mais de um andar, com instalações sanitárias, hidráulicas, elétricas. Nesse ambiente, a partir dos antigos carpinteiros e oficiais da construção civil, a arquitetura se desenvolveu enquanto atividade, com foco no espaço.

Então, se nós tínhamos lá o *designer* de interiores com foco no usuário, aqui nós temos a arquitetura com foco no espaço. E os antigos decoradores começaram a perceber que também precisavam evoluir, acompanhando as novas demandas do usuário, cada vez mais ávido por comodidades e conforto. O surgimento de aparelhos elétricos, do telefone, dos equipamentos de refrigeração, de congelamento de alimentos e de climatização começou a exigir conhecimentos cada vez mais complexos. Os franceses deram o nome de arquitetura de interiores à atividade de planejar a ocupação e o uso de espaços. Na França, há arquitetos focados nos espaços e há arquitetos de interior, focados no usuário, mas são profissões distintas, absolutamente distintas.

Este quadro, que é fornecido pelo governo francês, estabelece exatamente a formação dos arquitetos de interiores, que coincide exatamente com a formação dos *designers* de interiores, e, ao lado, mostra a profissão da arquitetura como atividades paralelas...

(Soa a campainha.)

O SR. JONATAN SCHMIDT – ...arquitetos de interior, ou seja, *designers* de interiores e arquitetos.

É possível 5 minutos? Obrigado.

Os norte-americanos, ao contrário dos franceses, optaram por usar a expressão *interior design*, e grande parte do mundo os acompanhou. E foi nesse ambiente que o *design* de interiores se posicionou no mercado, com o foco no usuário.

Por que regulamentar a profissão do *design* de interiores? A regulamentação profissional dos *designers* de interiores é aconselhável e, diante das atuais circunstâncias, chega a ser essencial à sobrevivência dessa atividade. Se os arquitetos idealizam e projetam uma estrutura, e os engenheiros a constroem, cabe ao *designer* de interiores planejar a ocupação e o uso dos espaços internos e externos dessa estrutura, visando o conforto do usuário.

O CAU, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo, agindo de modo inconstitucional, editou a Resolução nº 51, de 2013, que passou a considerar como sendo privativa dos arquitetos a arquitetura de interiores, que nada mais é do que o *design* de interiores, como já visto antes. E aqui eu faço um parêntese para lembrar o que eu disse lá atrás: a Constituição Federal diz especificamente, só a lei pode especificar qual é a restrição, qual é a atividade privativa de determinadas profissões, e não um ato administrativo. Ainda que aparentemente delegado pela lei, a lei não tem o poder de delegar uma atividade que é típica do Poder Legislativo.

Aliás, o CAU, na mesma Resolução nº 51, reservou para os arquitetos atividades exercidas por paisagistas, por museólogos e até mesmo por engenheiros. É como se o CAU tivesse voltado ao tempo das corporações de ofício, extintas há séculos.

Ato contínuo, o CAU passou a cercear os *designers* de interiores no seu exercício profissional, chegando ao ponto de autuá-los por suposto exercício ilegal da profissão, como se isso fosse juridicamente possível, além de veladamente ameaçar os seus clientes. E nós temos inúmeras provas nesse sentido. Nós inclusive estamos juntando todo um dossiê nesse sentido, dos relatos e dos autos de infração, etc.

Ou seja, a regulamentação profissional dos *designers* de interiores se faz necessária como medida de proteção contra a reserva de mercado criada pelo CAU. Afinal, há o argumento de que a profissão do *designer* de interiores não está "regulamentada", entre aspas; o CAU reservou para os arquitetos uma área de atividade, como se tivesse poderes para tal. A regulamentação pretendida visa estabelecer por lei atividades que o *designer* de interiores está apto a desenvolver, inclusive com formação acadêmica específica, muito mais ampla que a dos arquitetos, como mostrado pela Profª Nora, e isso sem estabelecer reserva de mercados. A proposta

que está em mesa não é de criar uma reserva de mercados para os *designers* de interiores, tanto é que o próprio projeto de lei estende a possibilidade aos arquitetos. Os arquitetos também poderão exercer o *design* de interiores sem nenhum impedimento.

Só respondendo a questão que foi colocada pelo ilustre Presidente do CAU e reiterada pelo ilustre Presidente da Mesa, na verdade, o projeto de lei visa objetivamente garantir o exercício profissional. É um pouquinho diferente do que regulamentar. Garantir o exercício profissional é evitar que outros possam interferir naquele exercício profissional, é reiterar aquilo que a Constituição já assegura e deixar muito claro para todos que aqueles profissionais possam, sim, exercer aquela atividade profissional na forma daquela lei.

Não se pensou, nunca se discutiu, na época, a criação de conselhos, até porque aí a competência legislativa passaria a ser privativa da Presidência da República, como inclusive o ilustre Presidente do CAU sabe muito bem.

(Soa a campainha.)

O SR. JONATAN SCHMIDT – Então, na verdade, por isso não se colocou essa questão do conselho, e, hoje em dia, em todo o mundo, nesse tipo de fiscalização do exercício profissional, a tendência é que seja da autorregulamentação, e é isso que, na verdade, a ABD defende. No fundo, no futuro, a ABD vai tentar trabalhar a autorregulamentação, inclusive no campo ético, embora o projeto de lei mencione a questão da ética lá no final, a questão da governança dentro da atividade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Dr. Cláudio Fischer. O advogado da Associação Brasileira de *Designers* de Interiores, Dr. Jonatan Schmidt agora. Depois do Dr. Jonatan nós vamos para a Drª Márcia Maria dos Santos, Coordenadora-Geral de Política de Pesquisa e Certificação do MEC.

A SRª MÁRCIA MARIA DOS SANTOS – Bom dia a todos e todas. Cumprimento o Sr. Senador, em nome de todos da Mesa.

Em primeiro lugar, eu gostaria de esclarecer que o Ministério da Educação, quando se posiciona, posiciona-se especificamente no sentido da formação, formação técnica, formação profissional, qualificação profissional, no caso da Setec, que é a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, e, no caso dos tecnólogos ou dos cursos de graduação, o MEC se manifesta por meio da Secretaria de Regulação de Ensino Superior.

Então, nós estamos aqui apresentando o nosso posicionamento, muito com relação a essa formação do *designer* de interiores. Diversas propostas de regulamentação de profissões chegam à nossa Secretaria, à minha coordenação especificamente quase que diariamente, porque a nossa coordenação é que lida com a revisão, atualização dos catálogos, o catálogo nacional de cursos técnicos e o catálogo guia atualmente, que foi produzido, da oferta de cursos de formação inicial e continuada, que é o Guia Pronatec de Cursos FIC, que trabalha especificamente com cursos de qualificação. São cursos de formação, de duração mínima de 160 horas. Então, quando observamos esses projetos de lei de regulamentação de profissão, o nosso olhar vem atentamente para identificar se existe alguma restrição ao exercício da profissão de cursos que estão sendo formados ou profissionais que estão sendo formados por cursos reconhecidos ou regulamentados por documentos que são produzidos pelo Ministério da Educação.

Então, especificamente, no caso de *design* de interiores, existem cursos técnicos que oferecem essa formação que condiz com o perfil profissional previsto para o exercício dessa profissão, além de cursos de formação inicial e continuada que compõem o itinerário formativo. É uma coisa em que temos procurar muito para a expansão da educação profissional, é entender que esse itinerário formativo pode começar com um curso de formação inicial ou de qualificação, ainda no ensino médio ou abaixo do ensino médio, e esse indivíduo, esse cidadão vai compondo esse seu itinerário formativo até alcançar um curso técnico e um curso de graduação. E quando falamos aqui em cursos de graduação estamos nos referindo aos cursos tecnólogos e aos cursos de bacharelado, entendendo que os cursos tecnólogos são cursos de graduação com direitos exatamente iguais a qualquer outro curso de bacharelado.

Ainda hoje vai acontecer... Desculpa, amanhã vai acontecer uma... Hoje teremos uma reunião no CNE, com a Câmara Básica, para discutir os cursos tecnólogos, a conceituação e o entendimento da sociedade brasileira sobre a questão dos cursos tecnólogos, e é uma discussão que é muito ampla e tem acontecido com muita frequência dentro da Secretaria de Educação, técnica e tecnológica.

Dessa forma, nós entendemos que qualquer restrição ao exercício profissional de cursos ou de pessoas que fazem cursos de uma formação, ela vai contra aquilo que estamos nos propondo a fazer: aumentar, ampliar a oferta de formação, de qualificação profissional para os nossos cidadãos. Além de um curso técnico, além de um curso de graduação, tecnólogo ou bacharelado, cursos de pós-graduação, cursos de especialização técnica estão dentro das diretrizes, previstos nas diretrizes de educação técnica.

A Secretaria de Educação Técnica tem desenvolvido, nos últimos anos, a validação e a reformulação dos catálogos. Então, o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos foi revisado no ano passado, aprovado no final de 2014. Tem um parecer do CNE que o aprova e que traz, nesse catálogo, hoje, *design* de calçados, embalagens, interiores, joias, móveis, dentro de um eixo tecnológico de produção e *design*, além de outros cursos que acabam convergindo para essas nomenclaturas.

Além disso, dentro do Catálogo Nacional de Cursos Superiores, nós encontramos o curso de *design* de interiores, *design* de produto e *design* gráfico.

Esses catálogos são fruto de discussão com representantes de todas as áreas, de professores, dos conselhos, dos representantes de exercício dessa profissão, estudantes, especialistas nas áreas, para que essa seja constantemente atualizada. E como são documentos em que se prevê uma atualização constante, não é nosso entendimento que as legislações estabeleçam, de forma objetiva ou exclusiva, o exercício de determinado curso "a" ou "b". Entende-se que a evolução de cursos é muito rápida, é muito dinâmica, atende a uma demanda da sociedade, atende a uma demanda que é alterada, atende a demandas que são regionais, que temos que entender. Isso aprendemos muito rápido quando vimos para a Secretaria de Educação e entendemos o tamanho do Brasil. As demandas regionais são muito diversas, então, é preciso tomar muito cuidado com relação a qualquer restrição com relação a esse sentido.

Então, normalmente, o posicionamento do Ministério da Educação, Sr. Senador, é de favorecer, entendendo a necessidade de propiciar a esse egresso de um curso de formação técnica ou tecnológica, que ele possa desempenhar essa profissão para a qual ele foi formado. Então, esse é o entendimento do Ministério da Educação em termos gerais.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, essa foi a Drª Márcia Maria dos Santos, Coordenadora-Geral de Política de Pesquisa do MEC.

Agora, vamos passar a palavra para a Drª Joicy Mirelly de Souza, da Coordenação, Identificação e Registro Profissional do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Eu só queria tranquilizar a Mesa de que a palavra voltará, de novo, a todos os nossos painelistas para expressar o seu ponto de vista por mais cinco minutos ou mesmo para fazer algum questionamento entre eles, o.k.? E o Senador usa a palavra no momento em que ele entender mais adequado.

Por favor, Drª Joicy.

A SRª JOICY MIRELLY DE SOUZA – Bom dia a todos! Bom dia a todos os que estão assentados nesta Mesa.

Inicialmente, eu vejo a necessidade de mostrar a vocês como se dá o processo de regulamentação de profissões no País, para que vocês possam ter a compreensão de, quando existe um projeto de lei que visa regulamentar uma profissão, o que é necessário constar nesse projeto.

Então, inicialmente, eu trago para vocês os preceitos constitucionais. Nós temos dois artigos na Constituição Federal que dizem que é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer. Em seguida, nós temos o parágrafo único, do art. 170, que diz o seguinte: "é assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei." Na sequência, os fundamentos para a regulamentação da profissão: "deve ser feita foi meio de lei de iniciativa do Congresso Nacional; é recomendável que haja o reconhecimento da ocupação pela classificação brasileira de ocupações; o exercício da profissão deve ser vinculado ao interesse público e deve haver condições para a fiscalização do exercício profissional." Requisitos que devem constar no projeto de lei: "atribuição dos profissionais, deveres dos profissionais, critérios de qualificação profissional e previsão de fiscalização de atividade profissional."

As profissões regulamentadas – eu trouxe aqui só para exemplificar –, atualmente existem 79 profissões regulamentadas. As primeiras profissões regulamentadas foram as de leiloeiro, contador, na sequência economista, médico, nessa ordem. Trouxe ali para vocês também o número da legislação que regulamentou a categoria profissional.

O cenário das profissões regulamentadas. Então, nós temos 47% das profissões que são regulamentadas têm um conselho de classe; 18% das profissões que são regulamentadas recebem um registro profissional pelo Ministério do Trabalho, não possuem conselho de classe, e 35% das profissões que são regulamentadas não existem conselho de classe nem recebem registro profissional pelo Ministério do Trabalho, ou seja, não possuem nenhuma ingerência do Estado.

Reconhecimento da... Desculpe, era ali *design* de interiores, houve um erro na digitação. Por meio da CBO, o Ministério do Trabalho em Emprego reconhece, descreve e codifica a ocupação de *design* de interiores, sob o Código nº 355105. Por meio desse reconhecimento, eu queria deixar aqui claro para vocês que o Ministério

do Trabalho compreende que a atividade de design de interiores é uma atividade reconhecida no mercado de trabalho brasileiro.

Então, quem desempenha as atividades, por exemplo, não tem um motivo de se preocupar com outra categoria ou com conselho de classe que tenta intervir nas atividades, porque é reconhecido como ocupação no mercado de trabalho brasileiro. Para solicitar o reconhecimento pela CBO, é preciso encaminhar documento ao Ministério do Trabalho e Emprego, aos cuidados da Divisão de Classificação de Ocupações Brasileiras, contendo as seguintes informações: identificação do demandante, titulação que identifica a ocupação, quantidade estimada de profissionais atuando na área, principais atividades exercidas pelo ocupante, entidades formadoras, carga horária, escolaridade necessária.

Enfim, eram essas as colocações iniciais que eu queria trazer para vocês. E, voltando ao caso do *design* de interiores, eu não peguei o início das discussões, mas eu tenho a dizer para vocês o seguinte: por meio da Mensagem nº 444, a Presidente Dilma vetou o Projeto de Lei que regulamenta a atividade profissional. O Ministério do Trabalho se posicionou contrário à regulamentação dessa profissão, porque considerou, considerando os critérios de capacitação, que, sim, haveria uma reserva de mercado em prol dos profissionais que desempenham a atividade de *design* de interiores. Além disso, voltando a muito do que se falou, da capacitação, foi restrito aqui, como capacitação apenas a graduação, enquanto o MEC, como vocês viram aqui a Márcia comentando, prevê cursos técnicos de design de interiores por exemplo, cursos de formação inicial continuada na área. Então, era o caso do projeto de lei, por exemplo, caso não tivesse o interesse de criar uma reserva de mercado para os profissionais da área de *design* de interiores, ampliar a capacitação dos profissionais.

Enfim, o Ministério se posicionou contrário, não necessariamente quanto à possibilidade de regulamentar a profissão de *design* de interiores, mas contra a capacitação que estava disposta no projeto de lei. É necessária uma discussão maior, é necessário se verificar se não tem outros profissionais que tenham qualificações semelhantes que também possam desempenhar a atividade.

Enfim, essas são as primeiras colocações que eu vou deixar aqui, com vocês. E aguardo, se tiver dúvidas, para solucionar as questões. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Drª Joicy Mirelly de Souza falou em nome do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Sr. Senador Paulo Paim, queria uma breve intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pois não, Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Queria cumprimentar toda a Mesa, cumprimentar a Paula Neder, professora universitária, arquiteta e mestre. Paula, parabéns, Nora, Geoffroy, essa é a pronúncia, Nora? Francês? Legal! Coordenadora do Curso de Composição de Interiores da Universidade Federal do Rio de Janeiro; o Sr. Jonatan Schmidt, Advogado da Associação Brasileira de *Design* de Interiores; o Sr. Cláudio Fischer, representante da Associação dos Arquitetos de Interiores do Rio Grande do Sul, bom dia! Sr. Haroldo Pinheiro Villar de Queiroz, Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil; Srª Márcia Maria dos Santos, Coordenadora-Geral de Políticas de Pesquisas e Certificação do MEC, bom dia; Joicy Mirrelly de Souza, membro da Coordenação de Edificação de Identificação e Registro Nacional do Ministério do Trabalho e Previdência Social. Bom dia a todos. Cumprimento também aqui a nossa plenária.

Senador, eu acho da mais alta relevância, nobre Senador Paulo Paim, esse debate. Eu sou engenheiro eletricista, participamos do CREA e sabemos que o CAU, por exemplo, vem para ocupar um espaço em que havia umas divergências grandes, principalmente com engenheiros civis. Aí, foi necessário criar o CAU.

Eu creio que, cada um no seu quadrado, é importante que aconteça a tranquilidade para que todos possamos trabalhar. Eu, por exemplo, como engenheiro eletricista... Tem engenheiro eletricista que mexe na área mais eletrônica, tem engenheiro eletricista que mexe com geração de energia – que é o meu caso, por exemplo, sou engenheiro na área de potência – e tem engenheiro eletricista que mexe com outros tipos de situação, são diversas formas de engenheiro eletricista. Alguns chamam de engenheiros elétricos, mas nós não somos engenheiros elétricos; nós somos engenheiros eletricistas. Elétrico, se for elétrico, assim, mas não é o caso. (*Risos.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – No caso, eu acho que o Senador Paulo Paim tem muita razão. Eu acho que é necessário fazer uma mesa redonda, igual ele está fazendo aqui, procurar um entendimento, porque a melhor forma é o entendimento. Eu reconheço que o *design* de interior, por exemplo, tem a sua especificidade, com certeza diferente do arquiteto, que vai fazer aquela ocupação em espaço, mas é necessário que haja esse entendimento, já era para estarmos dentro do próprio CAU, para que não haja essas divergências, igual estava me reclamando aqui o jovem representante dos *designers*. Hoje há um abandono, está se acabando, evasão dos profissionais das escolas que estão devidamente autorizadas pelo

MEC para poder dar aula de *design* de interiores, por causa das multas, das sanções que estão acontecendo contra os profissionais que estão fazendo essa área, aplicada pelo CAU.

Então, eu acho que essa forma está ruim, eu acho que o MEC está aqui, eu acho que o Ministério do Trabalho está aqui. Dever-se-ia acionar o Ministério da Justiça também, eu acho que os três Ministérios que discutem isso deveriam se posicionar para que não ocorra essa questão dessa evasão grande por causa da notificação. Tem que ter esse entendimento, então, com o CAU, já que o MEC deixou claro aqui que reconhece essa profissão, o Ministério do Trabalho também falou que reconhece. É preciso só dar talvez uma melhor ajustada na grade de conteúdo.

Então, é necessário que haja, por parte do Governo, por exemplo, para dar tranquilidade aos alunos que estão fazendo e às universidades que aplicam o curso um acerto com o CAU, que é o órgão regulamentador da situação, e um acerto para que esse projeto evolua de uma forma adequada, porque eu acho que o nosso objetivo, Senador Paulo Paim, inclusive ouvindo todo o mundo, é fazer um projeto o mais redondo possível para o Governo não vetar. Eu sou Vice-Líder do Governo. Então, se tiver divergência, o Governo vai vetar, é certo. Se tiver um acordo, a possibilidade de ser aceito é muito maior.

Eu tenho consciência, moro numa cada grande, coisa e tal. Estou até precisando de um *designer* para poder ajeitar a minha cada por dentro. Eu tenho consciência da necessidade, da especificidade dessa profissão de decorador, mais conhecido como decorador, não é isso? Não é mais?

Mais uma pergunta para o advogado. Só um pouquinho para eu concluir. Jonatan, tem o registro da profissão de decorador? Não tem, interno? Registro profissional do decorador?

O SR. JONATAN SCHMIDT – Não.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Não tem. Então, é necessário que o *designer* de interior possa realmente desempenhar suas atividades com tranquilidade. Isso vai ser conseguido, acredito eu, com entendimento dentro do CAU, porque eu acho que foi criado o CAU, sabe, Haroldo, no sentido de embarcar todas essas várias nuances da arquitetura, e essa é uma nuance da arquitetura, interna, e vejo com total possibilidade de evolução, igual os meninos querem, desde que haja um acordo do trabalho, e é isso que eu acho que o Senador Paulo Paim vai propor, e nós estaremos aqui junto, para poder acompanhar o relatório que o Senador Paulo Paim vai acompanhar, quiçá dando a tranquilidade para que vocês, alunos de *design e* pessoas profissionais, possam trabalhar da forma mais adequada possível na profissão de vocês.

Muito obrigado. Eu queria dizer que vou ouvir ambas as partes, tenho essa convicção. Está me esperando lá, na minha mesa agora, a Presidente da FAP, eu vou lá conversar com a FAP, mas desejo um abraço a todo o mundo e parabenizo V. Exª pelo excelente debate aqui propiciado.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Senador Hélio José, que deu uma bela contribuição ao debate do tema.

Agora, como a Drª Nora sempre diz, eu já aqui gostaria de fazer uma outra pergunta. Eu vou começar por ela. Eu vou dar cinco minutos para cada um dos nossos convidados, para suas considerações finais. Se tiver pergunta, três minutos para resposta no máximo. O.k.?

Começamos, então, com a Drª Nora.

A SRª NORA GEOFFROY – Eu gostaria de acrescentar um fato que eu acho fundamental, que eu acho que corrobora o que a Márcia e a Joicy falaram. A universidade Federal do Rio de Janeiro, hoje, por ser uma instituição pública de ensino superior, tem um comprometimento com alunos cotistas, que são alunos que vêm das camadas menos abastadas da sociedade. E com um prazer enorme, nós descobrimos que esses alunos vêm dar uma contribuição imensa à área, porque eles estão trazendo, eles estão tirando das camadas abastadas apenas a atuação profissional. Esses alunos, quando voltam para as suas comunidades, para os seus lares de origem, têm uma contribuição imensa no aspecto de saúde, segurança e solidariedade, porque a visão é completamente diferenciada.

Então, isso é muito bom, porque tira do profissional essa pecha de ser um decorador, comprometido com a questão estética apenas. Ele está comprometido também com as culturas de onde essas pessoas vêm e trabalham com esse material. Então, isso é muito bonito e é muito produtivo para a nossa área. E um outro aspecto em que eu gostaria de tranquilizar o Dr. Haroldo, é que os profissionais formados recebem uma carga tão grande de informação que eles têm um comprometimento responsável com essa intervenção nos espaços existentes.

Essa intervenção é sempre feita com muito respeito e também com muita humildade, porque o profissional de *design* de interiores é um dos poucos que busca colaboração quando ele precisa. Então, ele sabe que ele é membro de uma equipe multidisciplinar, e ele é habilitado a buscar essa colaboração quando ele vai intervir. Então, isso se dá de uma maneira bastante responsável. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Passo a palavra à Drª Paula, por favor.

A SRª PAULA NEDER – Eu queria complementar que, sobre a intervenção no espaço, por exemplo, que o Dr. Haroldo citou, ele conhece muito bem o texto da lei. O texto da lei é bastante restritivo para a atuação dos *designers* de interiores em relação ao espaço. Isso é uma coisa importante, e o que sempre me preocupou foi justamente em defesa da sociedade, da arquitetura e dos *designers* de interiores, com seus diplomas, como disse bem a Márcia – que é um interesse pessoal meu, que sempre trabalhei com cursos de *design* de interiores –, que eles tenham o direito do exercício profissional.

Então, essa lei está regulamentada, essa lei, se aprovada, justamente organiza essa situação. Todos os *designers* de interiores formados por todas as escolas do País vão ter toda uma diretriz de limites de atuação profissional, integração em equipes e tudo o mais. Eu acho que isso é uma preocupação que realmente o CAU deve ter no limite da atuação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agora, eu passo a palavra para o Dr. Cláudio Fischer, para os seus cinco minutos finais, com algum questionamento.

O SR. CLÁUDIO FISCHER – Quero ressaltar o alto nível do debate, agradecer a participação e continuar à disposição para que possa colaborar na construção de um Brasil melhor, o que todos nós desejamos.

Como professor de uma escola de arquitetura, não vejo nenhum óbice a que essas pessoas exerçam suas respectivas profissões e seus ofícios com a dignidade que lhes é característica. Quando a Associação dos Arquitetos de Interiores do Rio Grande do Sul, lá em 1987, foi fundada, era justamente para diferenciar, dentro da nossa profissão de arquitetos, os aventureiros decoradores, que se autointitulavam e que tumultuavam o exercício da profissão de arquitetura de uma maneira completamente indevida.

Acho nobre que todas as faculdades tenham, dentro dos seus cursos de arquitetura inclusive. E eu sou parte disso, faço do exercício profissional na área de *design* de interiores, dentro do curso de arquitetura, ministro disciplinas que compõem áreas de conhecimento da ergonomia e de todos os outros aspectos construtivos do objeto dentro da arquitetura, mas também quero manifestar que existe, quando há uma restrição junto à sociedade para a criação de uma regulamentação profissional, há um risco de a sociedade ser desprotegida por alguma ação de algum incauto ou algum aventureiro, como era o caso dos decoradores, que qualquer um que se intitulava decorador era o palpiteiro, mas, desculpem-me a imagem daquelas parteiras do interior, que, de tanto assistirem a partos, tornaram-se práticas na ginecologia, e essas pessoas passavam a ser palpiteiras, especialmente na alta sociedade, contra o exercício da profissão da medicina.

Dessa mesma maneira, nós, quando criamos essa nossa instituição, o nosso interesse era justamente proteger a sociedade desses aventureiros. Ainda hoje e recentemente, temos uma série de exemplos muito clássicos de intervenções em espaços interiores que geraram tragédias imensas. O caso daquele edifício na Cinelândia é paradigmático nesse sentido. Alguém se arvorou capaz de reorganizar espaços internos de um edifício e subtraiu deles aspectos muito importantes para a sua estrutura, e o edifício veio à falência.

Então...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CLÁUDIO FISCHER – Não, não foi arquiteto, não. Não foi ninguém, foi alguém que se arvorou no direito de reorganizar espaços de uma organização lá, fazendo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CLÁUDIO FISCHER – É, não tinha profissional.

Então, nesse sentido é que eu acho que nós temos que propugnar, independentemente da existência ou não da profissão de *designer* de interiores, que essas coisas existem e que cada um de nós tenhamos

(Interrupção do som.)

O SR. CLÁUDIO FISCHER – A propalada Resolução nº 51, citada pelo Dr. Jonatan Schmidt, não exacerba das nossas atribuições; ela apenas disciplina e esclarece pontos...

(Soa a campainha.)

O SR. CLÁUDIO FISCHER – ...por nós mesmos solicitados. Em cada área de atuação, nossa lei é nova, para que a sociedade saiba distinguir, entre todo o escopo profissional que nos é peculiar, aquilo que faz parte das nossas atividades.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Cláudio Fischer.

Agora, passamos a palavra para o Dr. Haroldo Pinheiro Villar de Queiroz.

O SR. HAROLDO PINHEIRO VILLAR DE QUEIROZ – Obrigado.

Bom, eu escutei com muita atenção a abordagem da colega arquiteta, da colega professora de *design* de interiores e, como eu disse antes, não há grandes divergências, a não ser por aqueles dois pontos que eu citei, que preocupam e que atingem o trabalho que nós estamos fazendo para organizar a nossa profissão.

Agora, já que o advogado, Dr. Jonatan, arrogou avançar um pouco sobre as nossas responsabilidades profissionais, eu me sinto obrigado a comentar alguns pontos. Primeiro, vou até me atrever, então, a entrar um pouco na sua área também, Dr. Jonatan.

Na década de 90, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, houve uma previsão de desautarquização dos conselhos profissionais. Nós, arquitetos, reunidos no Instituto de Arquitetos do Brasil, nossa entidade associativa, declaramo-nos em assembleia para buscar essa organização, ficando o instituto responsável por organizar a nossa prática profissional. Alguns partidos políticos perceberam essa nossa movimentação e entraram com uma ação direta de inconstitucionalidade ao projeto de lei que nós buscamos encaminhar, a ADI/1818, se não me falha a memória, que realmente abortou a nossa intenção naquele momento.

Então, é o risco que os senhores estão correndo também, na medida em que pretendem criar, aí, sim, seria uma reserva de mercado, como o Dr. Jonatan nos acusou aqui. Um conselho não é um sindicato; como eu disse, eu conselho defende a sociedade, defende a profissão, os princípios fundamentais da profissão, particularmente os princípios éticos e disciplinares.

O art 2º da Lei nº 12.378 cita as atribuições profissionais dos arquitetos, e o art 3º determina – não oferece uma alternativa – que o CAU Brasil defina quais daquelas atribuições seriam privativas – essa é a expressão da lei –, privativas dos arquitetos, mas, frisando, aquelas que requeiram uma formação profissional específica, que tenham diretrizes curriculares bem determinadas. Nós fizemos um trabalho, analisando as diretrizes curriculares de todas as profissões envolvidas, inclusive o paisagismo, porque não se faz paisagismo apenas em terrenos externos; faz-se paisagismo em áreas construídas, sobre laje, etc., que requerem uma informação e uma formação estrutural de instalações prediais, etc. O colega arquiteto naturalmente está a par do assunto.

Então, não é o CAU que pretende uma reserva de mercado, não é. Nós estamos cumprindo o que a lei nos determinou, e visando preservar a sociedade contra a má prática e a prática ilegal, como eu acho que os *designers* de interiores, se querem regulamentar a sua profissão, devem também tratar! E, como eu disse, já nos oferecemos para auxiliar no que for da nossa competência e da nossa possibilidade ajudar.

Enfim, digo isso apenas, vejam, pelas colocações que foram aqui postas, que eu achei arrogantes, erradas, pretensiosas e que não cabem em uma discussão desse tipo, que é técnica e visa ao interesse da sociedade.

Arquitetos não trabalham, não fazem...

(Soa a campainha.)

O SR. HAROLDO PINHEIRO VILLAR DE QUEIROZ – ...espaços para a selenitas ou marcianos; nós trabalhamos visando o homem, o usuário. Não há essa diferenciação entre o trabalho dos *designers* e dos arquitetos. Obviamente, *designers*, como eu citei no início, fazem desenhos de mobiliário fixo ou móvel, enfim, visando o usuário, assim como o arquiteto projeta edifícios visando o usuário.

E esses acidentes que acontecem, proporcionados por leigos, pessoas que não têm formação sobre estruturas, sobre instalações, gases, acontecem porque são leigos, porque não tinham formação específica. Vimos um edifício em que um pavimento explodiu no Rio, há pouco tempo, o edifício que desabou porque derrubaram uma parede estrutural. No Rio, em Minas e em São Paulo isso acontece – e não deveria acontecer – por falta exatamente de formação específica, são leigos nessas áreas.

Então, permaneço à disposição dos professores, dos *designers*, dos estudantes para auxiliar no que for possível e desejando boa sorte, um bom trabalho nessa campanha que estão realizando.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Dr. Haroldo Pinheiro Villar de Queiroz.

Agora, nós passamos ao Sr. Jonatan Schmidt, advogado da Associação Brasileira de *Design* de Interiores.

O SR. JONATAN SCHMIDT – Inicialmente, eu gostaria de esclarecer à representante do Ministério do Trabalho que o projeto que foi vetado recentemente se referia aos *designers*, e não aos *designers* de interiores, aos *designers* genéricos, de produtos, de moda, gráficos, e ele não incluía, inclusive, o *designer* de interiores. E ele, realmente, tinha... Eu, como advogado, olhei o projeto; lá atrás, dois anos atrás eu já alertava a associação de que era um projeto com grande chance de ser vetado, realmente por causa da redação dada.

Este projeto que está agora em pauta é um substitutivo construído pelo Deputado Izalci, ouvindo, em uma reunião, a ABD e o CAU, aqui, no Congresso Nacional. Nessa reunião foi definido este texto, inclusive aten-

dendo a algumas exigências do CAU. O Sr. Presidente do CAU não estava presente, é bem verdade, mas o CAU esteve presente a convite do Deputado Izalci. E isso é público e notório e está registrado.

Bom, além disso, eu gostaria de lembrar que, por exemplo, considerado o maior paisagista brasileiro, Burle Marx, nunca teve formação acadêmica e, inquestionavelmente, foi e é até hoje considerado o maior paisagista brasileiro. Eu imagino que não se questione isso. A exigência de um conselho para fiscalizar só existe quando a profissão gera um efetivo e potencial risco à coletividade.

O Ministro Gilmar Mendes, quando julgou a questão dos jornalistas, até fez uma comparação muito interessante, que eu acho que vale a pena ser lembrada. Ele disse o seguinte: "Se você tiver a oportunidade de escolher entre a comida preparada por um chefe de cozinha, com todo um curso de gastronomia, da Cordon Bleu, ou qualquer coisa parecida, ou a comida da sua avó, qual você escolheria?" Depende de você. A comida, a escolha da comida é sua. Se você quiser comer um prato mais sofisticado, você vai para o chefe de cozinha. Mas eu imagino que grande parte vai preferir a comida da vovó. O risco de alguém se intoxicar é inerente à feitura da comida, mas não à profissão em si. Se o cozinheiro formado na França quiser colocar um veneno na comida, ele vai colocar, e isso não está inerente à profissão em si; está inerente à falta de caráter dele, à falta de moral dele. Ética não se mistura com moral. Ética diz respeito a conceitos construídos por um grupo. Infelizmente, aqui, no Brasil, confunde-se muito ética, moral e lei. São três coisas distintas.

(Soa a campainha.)

O SR. JONATAN SCHMIDT – A ética é construída por um grupo, e esse grupo profissional dos *designers* de interiores tem a sua ética, sim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Dr. Jonatan Schmidt, que é advogado da Associação Brasileira de *Design* de Interior.

Por fim, agora, vamos de novo ao MEC e ao Ministério do Trabalho. Drª Joicy Mirelly de Souza falará pelo Ministério do Trabalho e Previdência.

A SRª JOICY MIRELLY DE SOUZA – Então, eu me referi ao veto recente da Presidente Dilma porque foi o último projeto de lei referente à profissão de *designer* que passou pela avaliação do Ministério do Trabalho e Previdência Social. Então, peço desculpa pelo equívoco, se existe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu tinha entendido que era esse mesmo. Quero dizer que, de minha parte, eu tinha entendido.

A SRª JOICY MIRELLY DE SOUZA – E, se existe um novo projeto de lei em andamento, o Ministério do Trabalho e Previdência Social vai avaliar, observando os pontos que eu mencionei para vocês, observando os critérios de capacitação que estão estabelecidos no projeto de lei e com o olhar de se aquela capacitação ali estipulada não vai acarretar em uma reserva de mercado em prol da profissão de *designer* de interiores. O olhar do Ministério do Trabalho e Previdência Social também vai muito nesse sentido. A preocupação é no seguinte: eu não posso estabelecer critérios de capacitação com que eu vou impedir que um grupo de pessoas que também possam, ainda que com uma forma em outra área, consiga desempenhar a atividade com qualidade, está bem? Então, o Ministério, como eu falei, ainda vai avaliar esse novo projeto com esse olhar que eu mencionei aqui para vocês.

Um outro ponto que eu gostaria de deixar claro para vocês, que eu mencionei nos eslaides, é que a ocupação de *designer* de interiores é reconhecida pelo Ministério. Então, os profissionais podem atuar na atividade com tranquilidade. Somente isso, obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Drª Joicy falou pelo Ministério do Trabalho.

Drª Márcia, pelo MEC, por favor.

A SRª MÁRCIA MARIA DOS SANTOS – Só gostaria de reiterar, gente, a fala anterior, em que nós entendemos que, considerando uma expansão necessária, demandada da educação profissional, não temos como, dentro do Ministério da Educação, restringir essa atuação a uma ou outra formação. Se o Ministério da Educação reconhece um curso técnico em *design* de interiores, não pode dizer que somente alguém com uma graduação ou um bacharelado pode desempenhar a atividade, respeitadas as limitações inerentes à sua formação, à sua escolaridade. Mas esse é o entendimento, principalmente da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Drª Márcia falou pelo MEC.

Olha, pelo que percebi, a não ser que os senhores façam uma reunião à parte e queiram contribuir com o meu relatório, no sentido de um amplo acordo, é muito difícil aqui, nesta audiência pública, eu construir um acordo. Só se vocês efetivamente entenderem que é possível esse acordo.

Eu pergunto, pergunto como Relator, e não como juiz. O Relator, na verdade, tem que buscar a melhor proposta, que garanta o interesse das partes envolvidas. Eu pergunto tanto aos arquitetos como aos repre-

sentantes de *design* de interiores, é possível que vocês cheguem a um acordo, alterando o projeto que veio da Câmara, ou não? Porque o problema não é só meu, é nosso. Eu quero ajudar em tudo aquilo que for possível.

Vamos ver o que é que vai dar aquela conversa ali. Vamos esperar essa conversa. Vamos lá, moçada, porque...

O SR. HAROLDO PINHEIRO VILLAR DE QUEIROZ – Como eu já tinha abordado na primeira manifestação dessa reunião, naturalmente nós estamos à disposição, como estive quando fui a São Paulo, no dia 26 de maio, para me reunir com as lideranças da área de *design*, e foi uma reunião muito agradável e muito correta. Então, nós permanecemos sempre à disposição de quem entender que podemos contribuir, desde que... Isso não é uma pré-condição, enfrentamos qualquer situação que tiver que enfrentar, naturalmente, mas me parece sempre mais adequado que a discussão se faça em cima de argumentações técnicas, de formação profissional de prática profissional, principalmente de defesa da nossa cultura, da nossa tecnologia e em favor da sociedade, que são os usuários dos nossos serviços e, quando se regulamenta uma profissão, como eu disse no início, é este o objetivo: não há nenhum interesse, obviamente, de participarmos de discussões em que haja troca de acusações, esse tipo de coisa não nos interessa. Eu acho que é perda de tempo, mas, em qualquer discussão em que prevaleçam as questões técnicas, tecnológicas, culturais das nossas profissões, que, na vida real, atuam conjuntamente sem maiores problemas, eu, em nome do Conselho, me manifesto.

No entanto, gostaria de frisar uma questão aqui, porque eu não gosto que acusações indevidas fiquem sem respostas: O CAU/Brasil se reuniu formalmente com a ABD em 26 de maio no Rio de Janeiro. Lá, apareceu-me uma informação de uma certa conselheira Letícia, e nós não temos nenhuma conselheira chamada Letícia. Não houve uma reunião formal antes desse dia 26. Houve discussões, que nós tivemos conhecimento, de interessados, de pessoas próximas. No caso, essa colega Letícia é Presidente da Associação Brasileira dos Arquitetos Paisagistas. Então, não houve – reitero, enfatizo, já tinha dito isso em São Paulo e achei que tinha ficado bem compreendido –, não houve reunião formal do CAU nem compromisso do CAU anterior. Em São Paulo, sim: no dia 26 de maio, houve esse compromisso nosso de apoiar o Projeto de Lei dos *Designers* se não houvesse esse tipo de ameaça à organização profissional que nós estamos tentando fazer na Arquitetura no que se refere à cobrança de comissões, a questões éticas que devem ser coibidas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k., Dr. Haroldo.

Eu vou dar a palavra a uma pessoa do plenário que vai sintetizar o ponto de vista que foi dialogado, pelo o que percebi, entre vocês – dos *designers*, naturalmente.

A SRª RENATA AMARAL – Isso.

Olá, bom dia a todos. Bom dia, Haroldo.

Eu acho que existem duas questões aí que são relevantes. Você disse que desconhecia a reunião que houve com o CAU à época. Essa foi uma reunião promovida pelo Deputado Izalci, que foi procurado pelo CAU, na época, na Comissão do Trabalho ou de Educação, para tentar intervir numa relatoria positiva. O Deputado Izalci, então, achou por bem colocar-nos sentados juntos para tentar criar um diálogo. Acho curioso que você, Haroldo, não soubesse de uma reunião desse tipo – acredito que a demanda de coisas que você precisa dar conta é muito grande.

Mas, de qualquer forma, estava lá um assessor político, que é o Jenner, que não deveria estar lá se não tivesse sido chamado. Quem o chamou...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª RENATA AMARAL – Tudo bem, mas ele soube daquilo. Ele não iria aparecer lá do nada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pessoal, vamos tentar caminhar de forma objetiva.

A SRª RENATA AMARAL – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu acho que se ficarmos só na troca de ... Faça o esclarecimento...

A SRª RENATA AMARAL – Não, é porque houve um acordo; quer dizer, houve uma predisposição. Nós mudamos, inclusive, o teor do projeto de lei neste dia. Se a gente não estava conversando com o CAU, mas com figuras alheias que não tinham o direito de estar ali, nós não sabíamos. Para mim, de fato, eu estava conversando.

E nós mudamos o projeto de lei. Mudamos, fizemos uma série de alterações – uma série de alterações – que favoreciam ou que eram, de alguma forma, menos nocivas.

A questão da ética, eu, realmente... A questão do comissionamento, a gente sabe que é uma prática: os corretores de imóveis são comissionados, e isso está tudo bem. Quando eu compro uma casa, eu sei que eu vou pagar uma comissão; ou o vendedor vai pagar uma comissão para essa figura; e está tudo bem. Ela não é legítima e não é aceitável – sobre a questão ética – quando ela não é de conhecimento das partes. E eu acho

que o grande quesito está na não transparência que essa relação exige. E isto, eu sou completamente a favor: todas as partes de um relacionamento profissional têm que estar cientes das remunerações contidas naquela relação profissional.

E a ABD (Associação Brasileira de *Designers* de Interiores) é absolutamente a favor de que todos os profissionais coloquem ciência aos seus clientes da existência dessa remuneração. Então, a partir daquele momento, ela deixou de ser... Não há falta de ética quando ela é de conhecimento das partes – não é? Não há ilegalidade, nenhuma, naquele procedimento. Ilegalidade, não há. A lei não diz nada contrário a isso.

Bom.

E eu acho, também, um pouco complicado discutir-se ética.

Como o Dr. Jonatan falou, a ética é formada por um grupo, e existem várias formas, inclusive, de se estabelecer essa ética. Então, eu entendo a sua preocupação. Há arquitetos que buscam no design de interiores esse recurso para se esquivar da Resolução nº 51. Eu entendo a sua preocupação. Podemos, sim, conversar...

(Soa a campainha.)

A SRª RENATA AMARAL – Vou finalizar.

Podemos, sim, conversar e tentar encontrar uma forma onde haja um posicionamento da ABD que, de alguma forma, limite – porque ele já vai existir, ele já está a caminho nesse sentido –; onde se limite essa questão da evasão do arquiteto. Quer dizer, não é evasão, mas é o arquiteto buscando no design de interiores esse recurso para se esquivar. Podemos? Claro que podemos, mas não no projeto de lei. Não é hora de discussão disso. Nós já viemos até aqui e já são dois anos e meio de luta; dois anos e meio como o CAU entrando com recursos o tempo todo contra todas as Comissões. Então,...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª RENATA AMARAL – Sou completamente aberta e você sabe disso. Eu sou completamente aberta à conversa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu entendi.

O Dr. Jonatan Schmidt gostaria de contribuir com alguma sugestão?

O SR. JONATAN SCHMIDT – Eu tenho uma sugestão e uma observação.

A observação é que – nós fomos tão cuidadosos no trato desse projeto – que no art. 4º nós pedimos que constasse o seguinte:

> Art. 4º O *designer* de interiores, no exercício das suas atividades e atribuições, deve zelar principalmente:
> I – pela conduta ética;
> II – pela transparência para com seu contratante, prestando-lhe contas e atendendo-o quanto às suas necessidades;
> III – pela sustentabilidade;
> IV – pela responsabilidade social;
> V – pela segurança dos usuários, evitando a exposição destes a riscos e potenciais danos.

Eu imagino que nós aqui estamos sendo bastante cuidadosos no trato da questão suscitada.

Mas eu estava conversando aqui com o nobre Presidente no sentido de que, se nós conseguíssemos só substituir na ementa a palavra "regulamentação" pela palavra "garantia", eu entendo que resolveríamos o problema de um possível veto presidencial. Porque, na verdade, todo o projeto de lei se limita à garantia. Tanto é que o art 1º diz que fica reconhecida, em todo o território nacional, a profissão de *designer* de interiores, observados os preceitos desta Lei. Em nenhum momento se fecha; pelo contrário, o projeto abre, inclui, ele não torna privativo.

Então, se for possível, e como é só na ementa e não faz parte do texto do projeto de lei, salvo melhor juízo, não precisaria nem de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Poderia ser uma emenda de redação.

O SR. JONATAN SCHMIDT – É, não precisaria nem de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se for uma emenda de redação, não volta.

O SR. JONATAN SCHMIDT – É. Seria isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só quero ver aqui um detalhe aqui no final de tanta coisa.

O SR. JONATAN SCHMIDT – E ainda tem isso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E o art. 7º, eu só quero aqui refletir com vocês – depois, naturalmente, o meu relatório vai expressar. O art 7º diz: "As atividades de técnico em design

de interiores serão definidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego,..." Ou seja, quem vai regulamentar é o Ministério do Trabalho e Emprego, pela redação que está aqui.

Aí, eu pergunto para vocês: contempla se nós tirarmos a palavra "regulamentação"? E colocarmos a palavra...

O SR. JONATAN SCHMIDT – "Garantia".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – "Garantia"? Há um acordo sobre isso? Melhora a redação?

O SR. HAROLDO PINHEIRO VILLAR DE QUEIROZ – Bem. Eu não sou advogado – não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu também não.

O SR. HAROLDO PINHEIRO VILLAR DE QUEIROZ – E normalmente não me atrevo a entrar em área de conhecimento que eu não domino, a não ser quando provocado. Entretanto, eu gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A Joicy poderia se manifestar.

O SR. HAROLDO PINHEIRO VILLAR DE QUEIROZ – Eu poderia ouvir, mas, em princípio, quer dizer, pelo o que eu vejo aqui, acho que está tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ajuda?

O SR. HAROLDO PINHEIRO VILLAR DE QUEIROZ – Só que me parece inócuo, porque, isso, a Constituição já garante – não é? Mas, enfim, em princípio, parece-me que fica bem; não há problema, não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.K.

Drª Joicy, por favor.

A SRª JOICY MIRELLY DE SOUZA (*Fora do microfone*.) – Você poderia repetir para mim a leitura?

O SR. JONATAN SCHMIDT – É que a ementa do projeto fala o seguinte: "Dispõe sobre a regulamentação e o exercício da profissão de *designer* de interiores e ambientes e dá outras providências."

No art. 1º, ele só reconhece, em todo o Território nacional, a profissão. Então,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ela quer aqueles últimos dois, lá de trás, que eu li.

O SR. JONATAN SCHMIDT – Ah, está bom! Do art. 7º – não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso.

O SR. JONATAN SCHMIDT – "Art. 7º As atividades de técnico em design de interiores serão definidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, no prazo de cento e vinte dias, após a data da publicação desta Lei."

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª JOICY MIRELLY DE SOUZA – Foi? Aí.

Dois pontos que eu gostaria de colocar: primeiro, como eu já mencionei, a atividade é reconhecida pelo Ministério do Trabalho. Então, eu não tenho necessidade... Pelo menos agora, eu observo que existe uma redundância de um projeto de lei que visa reconhecer uma atividade que já é reconhecida atualmente. Então, eu não vejo objetividade num projeto de lei que tenha esse objetivo.

O segundo ponto é o seguinte: a atividade já é reconhecida por meio da Classificação Brasileira de Ocupações, e as atividades também já foram descritas. Deixem-me explicar para vocês como é que funciona quando uma atividade é reconhecida. O Ministério do Trabalho utiliza um método chamado DACUM que consiste em chamar os trabalhadores que exercem a atividade para uma reunião, por exemplo, e os profissionais falam o que eles desenvolvem diariamente. De acordo com o que os profissionais vão mencionando e como existem ali empregadores também, existem muitas vezes associações, sindicatos que participam desse trabalho, ali o Ministério define quais são as atividades. Quer dizer, é assim: o Ministério, ouvindo os trabalhadores, define quais são as atividades que o profissional desempenha. Isso já está tudo realizado também. Se vocês acessarem hoje a página do Ministério do Trabalho, vocês vão conseguir fazer essa busca e localizar essas informações, consultando o código que eu coloquei aqui para vocês, da CBO, e verificar quais são as descrições das atividades de design de interiores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Olhem, pelo o que vejo, nós avançamos. Até porque...

A SRª NORA GEOFFROY – Posso fazer uma pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pois não.

A SRª NORA GEOFFROY – Essa regulamentação é só para técnico e tecnólogo?

A SRª JOICY MIRELLY DE SOUZA – Na verdade, design de interiores. Quando uma ocupação é reconhecida, não está ali estabelecida a capacitação técnica científica obrigatória para se exercer a atividade profissional. Mas os profissionais, os trabalhadores, eles mencionam qual é a capacitação que eles têm naquele momento e que faz com que eles desempenhem a atividade com tranquilidade. Então, você vai encontrar essas informações na CBO de qual é a qualificação mínima que se tem que ter para desenvolver a atividade.

A SRª NORA GEOFFROY – Sim.

A SRª JOICY MIRELLY DE SOUZA – Mas não significa que é uma capacitação obrigatória que está sendo ali mencionada.

E o Ministério do Trabalho também não pode estabelecer a capacitação por meio de portaria. Esse requisito tem que ser estabelecido em lei, se for o caso.

Está bem?

A SRª NORA GEOFFROY – Entendi.

A SRª JOICY MIRELLY DE SOUZA – Esclareci a sua dúvida?

A SRª NORA GEOFFROY – Esclareceu.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pessoal, eu acho que nós avançamos.

Eu, particularmente, sempre digo o seguinte: o que é redundante, ele não complica – se ele é redundante. E se a lei fortalece algo que já está numa portaria, já está numa resolução, seja aqui do Congresso, seja, principalmente,...

E, aqui, nós temos feito muito isto: eu, por exemplo, a Bolsa Permanência lá do MEC, eu trabalhei muito, porque eu tinha, lá trás, um projeto de bolsa permanência, e o MEC, de forma muito, eu diria, competente, inteligente – e prazerosa para mim, porque defendi aquela tese –, o MEC baixou, garantindo a bolsa permanência – quase um salário mínimo; muito bom! Mas, assim mesmo, eu conversei com o MEC, que me disse: "Bom, faz o seguinte, Paim: se tu também já pensavas nisso, vamos transformar exatamente em lei a proposta do MEC."

E eu me senti contemplado. E, assim, aprovamos o projeto, que foi para a Câmara. Mas eu mantive, não mexi uma vírgula, e esse foi o acordo feito com o Senador Randolfe, inclusive. Disseram: "Façam o substitutivo transformando em lei a proposta do MEC."

Eu acho que aqui é difícil, numa audiência pública como esta, nós dizermos que não vamos mais... Vocês não irão aceitar de jeito nenhum – e é legítimo –, porque querem que haja uma lei que defina com clareza a profissão. Sinto que, por parte dos arquitetos, não há uma objeção e que vocês não possam ter direito. É uma questão de ajustar a redação. Percebi que, por parte, tanto do MEC como do Ministério do Trabalho, há boa vontade. – mas se dando o direito de tomar as decisões no espaço competente. Então, aqui, agora sobra para o Relator.

Então, eu encerro esta audiência pública.

O Relator, mediante as contribuições que aqui surgiram, vai concluir o seu parecer, e a matéria vai ser votada. Eu não diria que será votada já nesta quarta-feira. E é preferível, como eu vou ter que pegar o relatório e fazer pequena mudança – pequena mudança –, eu diria que podemos programar, para que todos saibam, que será votada na outra quarta-feira, pois dará tempo para eu pegar o projeto, ajustar – fruto desta audiência pública –, pedir para colocar em pauta, e que se vote, não nesta, mas na outra quarta-feira.

O.k.?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Acho que chegamos aqui num bom termo, pela boa vontade de todos. Vocês todos ajudaram o Relator, porque o Relator não queria ter uma posição que desse a impressão que estava contra aqueles que querem a regulamentação – embora a palavra não seja mais regulamentação – de *design* de interiores e os arquitetos.

Então, muito obrigado a todos. Parabéns pelo alto nível da audiência pública. E fomos bem. Parabéns a todos. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 16 minutos.)

ATA DA 105ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2015, QUARTA-FEIRA, NA SALA Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e dez minutos do dia onze de novembro de dois mil e quinze, na sala 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores e Senadoras Paulo Paim, Regina Sousa, Ana Amélia, Angela portela, Telmário Mota, Fátima Bezerra, Humberto Costa, Dário Berger, Simone Tebet, Hélio José, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, João Capiberibe, Romário e Vicentinho Alves. O Senhor Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação das Atas da nonagésima segunda a centésima quarta Reuniões, que são dadas por aprovadas. Item 1. Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2013. Terminativo. Altera o § 3º do art. 42 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências", com referência à diferença mínima de idade entre o pretendente à adoção e o adotando. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Magno Malta (Substituído por *ad hoc*). Relatoria *ad hoc*: Senador Marcelo Crivella. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: adiado. Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 650, de 2011. Terminativo. Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2015. Terminativo. Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo. Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Item 4. Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2007. Não terminativo. Altera a redação do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. (Dispõe sobre o direito de agente público portar arma de fogo). Autoria: Deputado Nelson Pellegrino. Relatoria: Senador Dário Berger. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Retirado de pauta, a pedido da relatoria. Item 5. Sugestão nº 5, de 2013. Não terminativo. Altera a destinação dos royalties do petróleo de forma a privilegiar a educação pública básica e o ensino profissional. Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro e outros. Relatoria: Senador João Capiberibe. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao Projeto, na forma do Projeto de Lei do Senado, para que passe a tramitar como proposição de autoria da CDH. Item 6. Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2013. Não terminativo. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente –, para ampliar o período máximo de internação para seis anos. Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senador João Capiberibe. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de pauta, a pedido da Relatoria. Item 7. Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2013. Não terminativo. Dispõe sobre o exercício da profissão de Gerontólogo e dá outras providências. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Omar Aziz. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta, a pedido da Relatoria. Item 8. Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2014. Não terminativo. Acrescenta os § 3º e 4º ao art. 22 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, para que os municípios sejam autorizados a conceder permissão de uso da praia para o desenvolvimento de projetos de inclusão social de pessoas com mobilidade reduzida, por meio da acessibilidade às praias. Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). Item 9. Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2013. Não terminativo. Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para proibir o uso de produtos fumígenos nos parques infantis e nas áreas de prática esportiva. Autoria: Senador Paulo Davim. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CE. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CE/CDH. Item 10. Sugestão nº 21, de 2014. Não terminativo. Dispõe sobre Educação Integral e estabelece diretrizes para a sua implementação na educação básica. Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro. Relatoria: Senador Dário Berger. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta, para que passe a tramitar como proposição de autoria da CDH. Item 11. Projeto de Lei do Senado nº 333, de 2014. Não terminativo. Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para

Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências, para prever a criação do Cadastro Nacional das Pessoas com Deficiência. Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. Item 12. Projeto de Lei do Senado nº 69, de 2015. Não terminativo. Dispõe sobre a contratação de APAES e PESTALOZZIS, entidades sem fins lucrativos, como prestadoras de serviços do Poder Público, com especialização em educação especial e dá outras providências. Autoria: Senador Romário. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Favorável ao Projeto, com cinco Emendas que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. Item 13. Projeto de Lei do Senado nº 161, de 2015. Não terminativo. Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos) e a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, para facultar ao interessado indígena a inserção da sua origem e a etnia nos registros públicos e na Carteira de Identidade. Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Favorável ao Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 a 3-CDH. Item 14. Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2015. Não Terminativo. Modifica o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o percentual de cotas de beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência a ser preenchido pela empresa. Autoria: Senador Blairo Maggi. Relatoria: Senador Sérgio Petecão (Substituído por *ad hoc).* Relatoria *ad hoc:* Senadora Angela Portela. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 1-T. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 2 e 3-CDH e rejeição da Emenda nº 1-T. Item 15. Projeto de Lei do Senado nº 506, de 2015. Não terminativo. Destina percentual da arrecadação das loterias administradas pela Caixa Econômica Federal para as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAEs e para as Associações Pestalozzi. Autoria: Senador Romário. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. Item 16. Projeto de Lei do Senado nº 518, de 2015. Não terminativo. Define o crime de veiculação de informações que induzam ou incitem a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, na rede Internet, ou em outras redes destinadas ao acesso público. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. Item 17. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 173, de 2015. Requer a realização de diligência para verificar situação de ameaça de demolição que estão sujeitas as famílias da Área de Regularização de Interesse Específico – ARINE – de Sucupira, na Região Administrativa do Riacho Fundo I, Distrito Federal, bem como verificar a possibilidade de elaboração de um Termo de Ajustamento de Conduta para os terrenos ocupados na região, de tal forma que possibilite a permanência das famílias sem ameaça de demolição de suas casas. Autoria: Senador Hélio José e outros. Resultado: Aprovado. **Extrapauta**. Item 18. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 176, de 2015. A luz do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, assim, requeiro a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a fim de debater "Os Objetivos do Movimento Nacional Pro Associativismo." A lista de convidados será encaminhada posteriormente, assim que definida a data de audiência. A presente audiência foi solicitada pelo Movimento Nacional Pro Associativismo - MNPA. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 19. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 177, de 2015. Com fundamento no disposto do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão, a fim de debater "A situação das comunidades quilombolas e indígenas." A presente audiência foi solicitada pelas as lideranças indígenas MOQUIBOM (Movimento Quilombola do Maranhão) e Guaranis-kaiowás do Mato Grosso do Sul. Os convidados serão informados posteriormente para a secretaria da Comissão. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 20. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 178, de 2015. A luz do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, assim, requeiro a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a fim de debater "A regulamentação da profissão de salva-vidas." A lista de convidados será encaminhada posteriormente, assim que definida a data de audiência. A presente audiência foi solicitada pelas Associação Baiana de Salva Vidas - ABASA. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 21. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 181, de 2015. Com fundamento no disposto do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão, para debater "A violência Policial praticada contra Universitários e Advogados, na cidade de Ouro Preto/MG" com os seguintes convidados: Presidente da Comissão de Direito Humanos do Conselho Seccional de Minas Gerais, Dr. Willian Santos; Presidente do DCE da UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, André Robine; Secretário de Direito Humanos do Estado de

Minas Gerais, Sr. Nilmário Miranda; Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa o Deputado Estadual Durval Angelo; Comandante da PM de Ouro Preto; Promotor Público de Minas Gerais; Advogada e ex integrante da Comissão de Direito Sociais da OAB – DF, Dr.ª Lyana Romero Sant' Anna; A presente audiência foi proposta pelo Sr. Chico Santana - Diretor da TV Senado. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 22. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 175, de 2015. Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, como Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal – CDH, requeiro que esta comissão reproduza trezentos (300) exemplares do relatório final da Comissão Camponesa da Verdade – Violação de Direitos no Campo 1946-1988. Autoria: Senador João Capiberibe. Resultado: Aprovado. Item 23. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 180, de 2015. Com fundamento no disposto do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização do Ciclo de Debates, nesta Comissão, para debater "todo o tipo de violência, preconceito e discriminação, liberdade de orientação sexual e religiosa, desaparecimento de pessoas, direito dos trabalhadores e aposentados, (tomando por base os Estatutos da Igualdade Racial; da Pessoa com Deficiência; do Idoso; da Juventude; da Criança e do Adolescente e a Lei Maria da Penha)". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 24. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 184, de 2015. Com fundamento no disposto do art. 142, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Diligências nos Estados para tratar do Ciclo de Debates sobre "todo o tipo de violência, preconceito e discriminação, liberdade de orientação sexual e religiosa, desaparecimento de pessoas, direito dos trabalhadores e aposentados, (tomando por base os Estatutos da Igualdade Racial; da Pessoa com Deficiência; do Idoso; da Juventude; da Criança e do Adolescente e a Lei Maria da Penha)". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 25. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 182, de 2015. Com fundamento no disposto do art. 93, inciso II e do art. 154, § 7º, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a aprovação desta Comissão para a realização de Sessão de Debates Temáticos para discussão do tema: "Resultados do Mapa da Violência 2015 sob o prisma da violência contra a mulher". Autoria: Senador Paulo Paim e outros. Resultado: Aprovada a apresentação para o Plenário. Item 26. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 183, de 2015. Com fundamento no disposto do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão, a fim de debater "A relação da redução da menor idade penal com a justiça social". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Às onze horas e doze minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência para a Senadora Ana Amélia. Às onze horas e quarenta e dois minutos a Senadora Ana Amélia devolve a presidência ao Senador Paulo Paim. Às treze horas e sete minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência para a Senadora Angela Portela. Às treze horas e dez minutos a Senadora Angela Portela devolve a presidência ao Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Romário, João Capiberibe, Dário Berger, Flexa Ribeiro, Telmário Mota, as Senhoras Senadoras Ana Amélia, Regina Sousa, Angela Portela e Fátima Bezerra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e dezoito minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 105ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 92ª a 104ª reuniões da CDH.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Neste momento, como os requerimentos que estão para ser aprovados são de minha autoria, eu vou passar a Presidência à Senadora Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com a palavra V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu pergunto a V. Exª se prefere Presidente Ana Amélia ou Presidenta Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente, eu prefiro Presidente.

Mas, antes de conceder a palavra a V. Exª, com a sua permissão, eu quero saudar o Sandro, que está de aniversário hoje, que cuida aqui da CDH.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Vamos dar uma salva de palmas para o Sandro aqui, então. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E o Sandro ainda manda, todo dia, as informações do que está acontecendo aqui.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Presidente, eu queria pedir a V. Exª, se possível, que incluísse, extrapauta...

São quantos requerimentos?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nove requerimentos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu vou ler o Requerimento nº 176, de autoria do Senador Paulo Paim.

EXTRAPAUTA
ITEM 18
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 176, de 2015
- Não terminativo -

A luz do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, assim, requeiro a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a fim de debater "Os Objetivos do Movimento Nacional Pro Associativismo." A lista de convidados será encaminhada posteriormente, assim que definida a data de audiência. A presente audiência foi solicitada pelo Movimento Nacional Pro Associativismo (MNPA).

Autoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao nosso colega, para encaminhar a justificativa deste requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidente, um grupo de líderes desse movimento nos procurou, porque quer aprofundar a importância do associativismo, deixando bem claro, segundo eles, que isso não tem nada a ver com terceirização.

Como eu sou relator do PL nº 30, da terceirização, achei que era um bom caminho fazermos uma audiência pública, para que eles possam explicitar o seu ponto de vista e, com isso, quando eu fizer o relatório final da terceirização, que não se crie nenhum problema para o setor deles, que, segundo eles dizem, não tem nada a ver com terceirização, mas a melhor coisa é fazer um debate em uma audiência pública.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Está em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Em votação a proposta do Senador Paulo Paim, para essa audiência pública, conforme explicou também, nos termos do requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Da mesma forma também, extrapauta, coloco em apreciação outro requerimento de autoria do Senador Paulo Paim, nosso Presidente da CDH.

EXTRAPAUTA
ITEM 19
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 177, de 2015
- Não terminativo -

Com fundamento no disposto do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão, a fim de debater "A situação das comunidades quilombolas e indígenas". A presente audiência foi solicitada pelas as lideranças indígenas MOQUIBOM – Movimento Quilombola do Maranhão e Guaranis-kaiowás, do Mato Grosso do Sul. Os convidados serão informados posteriormente para a secretaria da Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Com a palavra, o Senador Paulo Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidenta, a nação quilombola e a nação indígena, todos nós sabemos, passam por dificuldades no território que ocupam. E estão muito preocupadas nessas regiões, essas etnias e, consequentemente, pediram que nós fizéssemos aqui uma audiência pública para expressarem o seu ponto de vista junto aos representantes do Governo e também do Parlamento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Em discussão requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento do Senador Paulo Paim.

Também, extrapauta, o Requerimento nº 178, que também segue as determinações regimentais.

EXTRAPAUTA
ITEM 20
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 178, de 2015
- Não terminativo -

A luz do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, assim, requeiro a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a fim de debater "A regulamentação da profissão de salva-vidas." A lista de convidados será encaminhada posteriormente, assim que definida a data de audiência. A presente audiência foi solicitada pela Associação Baiana de Salva Vidas (Abasa).

Autoria: Senador Paulo Paim.

Com a palavra V. Exª para encaminhar o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Ana Amélia, V. Exª conhece este projeto, que é do Deputado Nelson Pellegrino, hoje Secretário de Estado da Bahia.

Eu recebi esse projeto e dei um parecer favorável. Eu sei que V. Exª o conhece, então, eu vou apenas entrar no tema rapidamente. Há uma preocupação muito grande com o tamanho das piscinas – algo semelhante a isso.

Muito bem. Há essa preocupação que eles levantaram – e V. Exª inclusive me comunicou que iria apresentar uma emenda em Plenário, e assim o fez – e, como se quer construir um grande entendimento, o projeto vai voltar para a Câmara, porque eu mesmo já havia feito algumas modificações.

Quando eles me procuraram esta semana – e teriam tido também uma conversa com V. Exª –, eu disse: "Vamos fazer uma audiência pública? E ali, na audiência pública, eu acho que é possível nós construirmos, inclusive, um entendimento". Sairemos da audiência pública já com um acordo firmado de como será a votação do meu relatório e, consequentemente, a remessa para a Câmara dos Deputados. Chamaremos donos de clubes, de hotéis, enfim, para buscar uma redação de acordo.

O próprio Nelson Pellegrino me ligou e me disse que ele é totalmente favorável a que o Senado construa esse acordo. Eu até lhe falei da sua emenda, que me é simpática também, como é simpática ao próprio movimento. Então, disse a ele que, conforme eu vi pelas emendas, é bem possível construirmos um acordo.

Então, vamos marcar uma data – e faço questão de que V. Exª esteja junto – para a gente chegar a um acordo final e garantir que os salva-vidas tenham direito à sua profissão regulamentada. Está em jogo a vida das pessoas, seja no oceano, seja em rios, seja na praia, enfim, seja em um balneário. Eu não consigo ver um balneário sem salva-vidas. Nós temos que deixar as coisas muito claras, para que ninguém tenha prejuízo e as vidas, de fato, sejam salvas.

Eles me disseram, por exemplo – só para contribuição, porque esse é um tema de que tratei ainda ontem –, que há certos balneários que botam o que cuida da piscina, do espaço, para ser salva-vidas. Eu digo: "Não pode!" Quem limpa a piscina é quem limpa a piscina. Ele não pode ser o salva-vidas. E isso está dando uma preocupação muito grande.

Então, nós, regulamentando a profissão – em um momento adequado faremos o debate –, com certeza encontraremos uma solução.

E, de pronto, já disse ele que entende que a sua emenda é muito bem-vinda para encontrar caminhos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço, Senador Paulo Paim.

De fato, eu também fui procurada pelo ex-Deputado Pellegrino, que presidiu a Comissão de Relações Exteriores da Câmara, ele que é de um Estado onde o turismo é muito forte e os hotéis todos são muito bem

equipados, e ele externou uma preocupação, perfeitamente compreensível, no sentido de se estabelecer o tamanho da piscina. Uma piscina olímpica é diferente de uma piscina de tamanho pequeno, apenas para atender a um relaxamento muscular das pessoas em um hotel em que a pessoa faça isso durante o seu descanso ou quando está hospedada de passagem por alguma cidade.

Então, isso é importante também para evitar que se crie um custo adicional a um sistema muito importante, que é o do turismo em nosso País e ao sistema de hotelaria, bem como aos próprios clubes. Em clubes que não têm uma piscina olímpica ou uma piscina de tamanho grande – especialmente pela profundidade da piscina, e não só pelo tamanho, pela extensão dela –, isso envolve cistos.

Mas como isso diz respeito a um ambiente onde circulam crianças, adolescentes, sócios em geral, seria uma medida de prevenção de acidentes, sobretudo porque, agora, especialmente no verão, têm acontecido muitos acidentes.

Mas eu penso que esse entendimento com a categoria... Aliás, ontem, além dos representantes da Bahia, por meio da Abasa, que são os mais ativos nesse processo, também fui procurada pelos representantes do nosso Estado, o Rio Grande do Sul, Senador Paim, que são também muito ativos. Eles estão em um convênio com Portugal, trabalhando, e têm uma relação com a Brigada Militar, com o Corpo de Bombeiros, bastante também importante e respeitosa de acolhimento e de definição.

Com isso, define-se claramente a importância da audiência pública, e eu, inclusive, vou tomar a liberdade de encaminhar umas sugestões, então.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essas pessoas do Rio Grande do Sul pediram muito isso, porque elas estão sendo muito contratadas por Portugal.

Pediram, então, que nós adaptássemos a agenda, o dia e a hora, de forma a que eles estejam efetivamente no Brasil, porque eles representam aqui a associação, mas muitos estão se deslocando, porque em Portugal é tudo regulamentado e muitos estão indo para lá.

Mas isso nós resolvemos junto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço, então.

Em votação o requerimento do Senador Paim para a realização dessa audiência pública sobre a profissão dos salva-vidas.

Os Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento, votado, como os demais, extrapauta.

Ainda há um requerimento do Senador Paulo Paim, também com base no Regimento Interno, para a realização nesta Comissão de um debate a respeito da tragédia ocorrida recentemente em Mariana, Minas Gerais, após o rompimento da barragem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me, Srª Presidente.

Esse requerimento eu havia deixado já há um tempo, mas depois, de lá para cá, as coisas avançaram. Nós já temos até uma comissão especial no Senado.

Então, eu peço que esse requerimento não seja votado e saia de pauta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Está ótimo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como já temos uma comissão, isso seria desnecessário.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É, seria retrabalho.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E já fizeram, inclusive, uma audiência pública. Logo que ocorreu o acidente, nós entendemos que era uma questão de direitos humanos, mas que é também de meio ambiente, de infraestrutura e tudo.

Como já há uma comissão – que já realizou inclusive uma audiência pública –, ele está indo lá agora, pois assim eu tinha lhe pedido.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, cumprimento o Senador pela agilização regimental da questão.

EXTRAPAUTA
ITEM 23
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 180, de 2015
- Não terminativo -

Com fundamento no disposto do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização do Ciclo de Debates, nesta Comissão, para debater "todo o tipo de violência, preconceito e discriminação, liberdade de orientação sexual e religiosa, desaparecimento de pessoas, direito dos tra-

balhadores e aposentados, (tomando por base os Estatutos da Igualdade Racial; da Pessoa com Deficiência; do Idoso; da Juventude; da Criança e do Adolescente e a Lei Maria da Penha)".

Autoria: Senador Paulo Paim.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Na verdade, esse requerimento, Senadora, vem muito em cima de uma proposta do Senador Donizeti.

O Senador Donizeti apresentou um projeto de lei, no qual eu me senti contemplado e do qual eu queria até ser o Relator aqui, na Comissão, mas a Senadora Ângela Portela pediu e, naturalmente, eu cedi a ela a relatoria.

Ele quer que em toda sala de aula estejam lá o Estatuto da Igualdade Racial, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a Lei Maria da Penha, o Estatuto da Criança e do Adolescente, enfim, todos eles. A Lei Maria da Penha é um verdadeiro Estatuto, o que é muito interessante.

São Estatutos que, quase todos... Com uns eu trabalhei – de quatro eu fui o autor e de um fui o Relator. E a Lei Maria da Penha e o Estatuto da Criança e do Adolescente, como eu sou um dos mais velhos Parlamentares do Congresso, não pensem que é só na idade. Eu sou um dos mais velhos do Congresso. Estou aqui há quase trinta anos. Eu entrei na Constituinte e nunca mais voltei para casa. É claro que uma vez por mês eu volto porque, na outra, eu destino a viagens nacionais.

E nesse projeto dele, que já foi aprovado em uma ou duas comissões, ele está pedindo isso. Eu então quero fazer o debate sobre esses projetos para fortalecer o projeto do Senador Donizeti.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Bom, com a explicação e a dispensa de haver maiores avaliações de uma iniciativa dessa natureza, está em votação o requerimento do Senador Paulo Paim para esta audiência pública, debatendo o tema já explicitado por ele.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado também esse requerimento.

EXTRAPAUTA
ITEM 21
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 181, de 2015
- Não terminativo -

Com fundamento no disposto do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão, para debater "A violência Policial praticada contra Universitários e Advogados, na cidade de Ouro Preto/MG" com os seguintes convidados: Presidente da Comissão de Direito Humanos do Conselho Seccional de Minas Gerais, Dr. Willian Santos; Presidente do DCE da UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, André Robine; Secretário de Direito Humanos do Estado de Minas Gerais, Sr. Nilmário Miranda; Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa o Deputado Estadual Durval Angelo; Comandante da PM de Ouro Preto; Promotor Público de Minas Gerais; Advogada e ex-integrante da Comissão de Direito Sociais da OAB/DF, Dr.ª Lyana Romero Sant'Anna; A presente audiência foi proposta pelo Sr. Chico Santana - Diretor da TV Senado.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Com a palavra o Senador Paulo Paim para encaminhar esse requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidenta, o Chico Santana é Diretor aqui na Casa, um profissional respeitadíssimo e ele nos deu o relato de um espancamento que houve por parte da Polícia Militar daquele Estado em relação a um grupo de jovens estudantes inclusive um deles sua filha advogada que ficou no cárcere, desde o momento da agressão até às 4h.

Ele me fez lembrar um pouco algo que nós vimos recentemente na TV que aconteceu nos Estados Unidos, se não me engano, em Nova Iorque, onde houve uma denúncia de que havia um barulho num apartamento, jovens ouvindo música e a polícia entrou espancando todo mundo, batendo, prendendo e arrebentando o que virou um protesto quase que nacional contra aquele fato que, pelo relato que o Diretor aqui da TV Senado me deu, foi algo quase semelhante, tanto que a filha dele que é advogada se apresentou como advogada e só foi solta às 4h do outro dia. E, mediante o fato, queremos aprofundar esse debate não só em cima dessa questão, mas que isso numa medida preventiva para que não venham a acontecer mais casos como esses que, lamentavelmente, sabemos que acontece no País. Esse é um dos casos, vamos pegá-lo como referência, mas vamos discutir também a violência em relação a nossa juventude.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Em votação o requerimento.

Os Senadores e Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o Requerimento nº 181, do Senador Paulo Paim para essa audiência pública.

EXTRAPAUTA
ITEM 25
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 182, de 2015
- Não terminativo -

Com fundamento no disposto do art. 93, inciso II e do art. 154, § 7º, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a aprovação desta Comissão para a realização de Sessão de Debates Temáticos para discussão do tema: "Resultados do Mapa da Violência 2015 sob o prisma da violência contra a mulher".

Para isso, sugere como convidados o Ministro da Justiça, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFMA) do Ministério Público, Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abert), o Deputado Estadual Edegar Pretto, representante da Frente Nacional dos Homens pelo Fim da Violência Contra a Mulher. O Senador Paulo Paim é o autor.

Autoria: Senador Paulo Paim e outros.

Com a palavra para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora, eu falei ainda hoje pela manhã com a Senadora Vanessa Grazziotin que é a Procuradora da mulher aqui na Casa e disse para ela que estou, fiquei mais do que perplexo, eu diria quase que assustado com o resultado divulgado agora do Mapa da Violência 2015 em relação às mulheres.

Com o aumento, exatamente. Só as mulheres negras, nos últimos 10 anos, esse dado o Senador Humberto Costa, houve um aumento de 50% em matéria de aumento da violência. Então, eu falei com a Senadora Vanessa para nós fazermos uma audiência ou seria uma sessão temática no Plenário do Senado unindo a Comissão de Direitos Humanos e todos nós assinaríamos esse requerimento não importando aqui se é homem ou mulher, convidaria o Deputado Edegar Pretto que é filho do nosso inesquecível Adão Pretto porque ele criou a Frente Parlamentar dos Homens contra a Violência às Mulheres e já instalou em diversos Estados e ele pediu que aqui no Senado, como eu presido a Comissão de Direitos Humanos, eu coordenasse essa frente dos homens em apoio às mulheres no combate à violência.

Seria uma iniciativa conjunta desta Comissão de Direitos Humanos, homens e mulheres, seria uma iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin. Conversamos com ela ainda hoje pela manhã, seria importante também, claro, nós combinarmos com a Senadora Simone Tebet que coordena uma outra área que fala sobre violência contra as mulheres. E nós fazermos um grande evento no plenário do Senado, para debater isso que está acontecendo.

É inaceitável que muitos dizem que a Lei Maria da Penha piorou. Eu não entendo assim, como ontem colocou muito bem a Senadora Lídice da Mata no plenário. Agora está mais visível, porque as denúncias estão chegando com mais força. E as próprias mulheres, enfim, vizinhas, já estão colocando a denúncia com mais força, para que chegue, por exemplo, a esse relatório ora apresentado.

O eixo dessa sessão temática no Plenário seria o relatório apresentado. E nós poderíamos aqui, claro, convidar outras pessoas, além da Simone, da Valeska e nós todos da Comissão de Direitos Humanos.

Mas eu fiz questão de colocar também os homens. Por isso, simbolicamente, eu estou colocando já o nome do Deputado Estadual do Rio Grande do Sul Edegar Preto. O Edegar Pretto é filho, repito, do Adão Pretto, um parlamentar do Partido dos Trabalhadores que tem dedicado grande parte do seu mandato a esse tema.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria cumprimentá-lo, Senador Paulo Paim.

O mais trágico nesse processo todo é que essa violência acontece dentro de casa, em geral, e às vezes no ambiente de trabalho, na rua. Nós tivemos, nessas últimas semanas, um recrudescimento da violência, com assassinatos de companheiras, de esposas, de namoradas. Os homens, por não aceitarem o rompimento da relação, acabaram tirando a vida dessas mulheres, grande parte delas jovens de todas as idades, e também de mais idade, de todas as cores e credos. É muito trágico que seja essa violência dentro de casa.

Com a palavra Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – É importante ressaltar algo também nessa questão da violência, porque nem sempre os relatórios falam, eles falam mais da morte. Mas há agora uma onda de mutilação, os homens mutilando as companheiras. Eu vi, de outubro para cá, alguns casos de cortarem os dedos, os bicos dos seios. Então, é preciso também que incluamos a mutilação no debate, para aparecerem nos relatórios também como agravante.

É importante discutir esse relatório. Inclusive, eu sugiro que se convide a Câmara Federal, a Comissão de Direitos Humanos, para fazermos uma discussão muito grande sobre esse relatório, para que se torne cada vez mais visível, conhecido, porque não podemos pegar um relatório desses e simplesmente guardá-lo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Senadora Ângela Portela.

Opa; desculpem! Pensei que eu estivesse na Presidência. (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ele está tão acostumado.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Está acostumado.

Mas muito obrigada, Presidente. Eu também gostaria de me manifestar, porque todos nós ficamos muito indignados, muito preocupados, e preocupadas, toda a Bancada Feminina no Congresso Nacional, com a publicação, na segunda-feira, do Mapa da Violência 2015, uma situação extremamente preocupante, que mostra que a Lei Maria da Penha, apesar de ser uma lei que tem quase 100% do conhecimento da sociedade brasileira, ainda precisa de muitas condições, muitos instrumentos para que seja efetivada.

Nós sabemos que há necessidade, Senadora Ana Amélia, de um investimento financeiro no Plano Plurianual, no Orçamento, na Lei Orçamentária, para garantir recursos para que Estados e Municípios possam implementar a Lei Maria da Penha, possam criar delegacias especializadas no atendimento à mulher vítima de violência, possam dar condições às Defensorias Públicas para os núcleos de violência e de atendimento à mulher, no Ministério Público, enfim, a toda uma rede de proteção à mulher vitimizada que precisa ser implementada. E para isso, precisam de recursos orçamentários. Sem isso nós não teremos condições de avançar no combate à violência contra a mulher. E esse Mapa 2015 só mostra acréscimo dos índices.

E quero registrar também, Senadora, que Roraima quadruplicou. Era o terceiro, passou a primeiro lugar, com 15 mulheres a cada mil. O segundo colocado é o Estado do Espírito Santo, com 9,5 por cada mil. Então, Roraima quadruplicou, é o Estado que mais mata mulheres. É impressionante.

Nós temos conversado com a Governadora Suely Campos, que é do seu partido, Senadora Ana Amélia, do PP, e ela tem mostrado grande preocupação com esses grandes índices de violência contra a mulher e no trânsito também. V. Exª já fez audiências públicas e um seminário aqui colocando os acidentes de trânsito em nosso País. A nossa capital, Boa Vista, principalmente em acidentes de moto, é campeã. No nosso principal hospital, o HGR (Hospital Geral de Roraima), quase 90% dos pacientes que entram diariamente são para o trauma, são vítimas de problemas nos acidentes de moto e de carro. É uma coisa impressionante.

Então, ela já está iniciando um projeto de articulação com o Detran e com a Secretaria de Segurança Pública para investir em prevenção. É preciso ter prevenção também. É preciso punir os condutores. Grande parte dos acidentes de trânsito é também por conta do álcool. Então, há todo um trabalho de educação e prevenção que precisa ser feito para que possamos diminuir esses índices de violência em nosso Estado – violência no trânsito, violência contra a mulher. E registro mais um, que é muito triste também: o Estado também é campeão em número de estupro. Então, há necessidade, sem dúvida nenhuma, de toda uma ação articulada do Governo Federal, Governo do Estado e Municípios para que possamos agir. Precisamos agir para conter essa onda de violência que afeta as nossas mulheres.

Era isso.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora Ângela, essa questão do acidente, que foi bem lembrado por V. Exª, me ocorreu de uma decisão de um juiz, se não me engano, em São Paulo, que decidiu transformar uma pena ou uma condenação em serviços médicos daquele infrator no trânsito que cometeu um acidente, que é obrigado a ir para um hospital para carregar os pacientes e estar lá atendendo as pessoas que chegam vítimas de acidentes. E, pelo menos, os dois personagens que apareceram nessa matéria, que haviam cometido os acidentes por excesso ou por uma série de outras irresponsabilidades, admitiram que aquilo era uma forma também de educação, talvez muito mais eficaz do que a própria multa, porque a multa se paga, e a pessoa não sente. Enxergar ali aquele drama de pessoas machucadas, feridas em acidentes é uma boa forma também da educação.

Precisamos criar uma cultura de paz no trânsito, uma cultura de paz nas escolas, uma cultura de paz nas convivências, uma cultura de paz dentro de casa. Não é possível essa mortandade de mulheres assassinadas pelos seus maridos ou namorados.

Eu consulto os Senadores: Senador Capiberibe, Senador Dário Berger... O Senador Romário já assinou o requerimento para ser um requerimento coletivo, que é iniciativa do Senador Paulo Paim, para uma sessão temática no Congresso Nacional para debater o resultado do Mapa da Violência 2015 sob o prisma da violência contra a mulher. Isso se adiciona também ao trabalho da própria Procuradoria da Mulher, como bem lembrou o Senador, liderada pela Senadora Vanessa Grazziotin e pela Senadora Simone Tebet, que já estão fazendo esses relatórios.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E a Senadora Lídice da Mata, que é a Presidente da Comissão da violência contra a nossa juventude, que pega muito a mulher negra também.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, agradeço muito aos Senadores que assinaram. Agora, peço à assessoria para levar à Senadora Ângela – a Senadora Regina já assinou –, Senador Capiberibe e Senador Dário Berger. O autor já assinou.

Então, está em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o Requerimento extrapauta nº 182.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – São só mais dois.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O penúltimo requerimento, também extrapauta, rapidamente.

EXTRAPAUTA
ITEM 26
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 183, de 2015
- Não terminativo -

Com fundamento no disposto do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão, a fim de debater "A relação da redução da maioridade penal com a justiça social".

Autoria: Senador Paulo Paim.

A presente audiência foi solicitada pelo Frei David Santos, da Educafro, sugerindo a seguinte relação de convidados: Dr. Fábio George Cruz da Nóbrega, Conselheiro Nacional do Ministério Público; Átila Roque, da Anistia Internacional; Conselho Nacional de Juventude da Presidência da República, Dr. Irapuã Santana Silva; Frei David Santos (OFM), Diretor Executivo da Educafro; Paulo Sérgio Rangel do Nascimento.

O Senador Paulo Paim, com a palavra para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidenta, a leitura do próprio requerimento já mostra a preocupação que tem o nosso querido Frei David com essa questão dos autos de resistência.

Por isso ele pede uma audiência pública com esses especialistas no tema, para que a gente possa aprofundar a matéria e melhorar até a redação que tem hoje a lei que trata dessa questão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço, Senador Paim.

Queria explicar que a audiência pública sobre o Mapa da Violência contra a mulher é no âmbito desta Comissão, mas eu penso, Senador Paim, dado o envolvimento com várias comissões, que poderá se converter...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não; a audiência pública que nós pedimos não é nesta Comissão. Nós requeremos uma sessão temática no plenário do Senado. Nós assinamos aqui, aprovamos e remetemos para o Presidente Renan. O Presidente Renan assinará e fará a audiência no plenário.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Foi esse o meu entendimento, mas a secretaria...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não, não, não.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... deu outro entendimento. Mas eu entendi assim e penso... Eu ia defender que fosse temática no plenário.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não, é no plenário; é sessão temática.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Como o Senador já fez a solicitação, está em votação o requerimento do Senador Paulo Paim.

Os Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento para essa audiência pública.

Eu quero pegar o último, porque esse foi o 182.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não precisa, Senadora; não precisa. É que ele também está vencido, porque não precisa, é um tema que já foi tratado num outro requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu quis esgotar a pauta; então, está esgotada a pauta. O Senador...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em matéria de requerimentos, sim.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... retoma a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Vamos agora à votação dos projetos. A preferência naturalmente será para os relatores presentes.

O Senador Romário tem um dos projetos, que é...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – V. Exª é o Relator.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Gostaria de pedir a inversão de pauta do item 8, não terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se ninguém for contrário, nós invertemos de imediato a pauta e vamos para o item 8.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Alguma objeção. (*Pausa.*)

Ninguém foi contrário. Está concedida a inversão de pauta para o Senador Romário. E vamos dar preferência naturalmente para os relatores presentes.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 4, de 2014
- Não terminativo -

Acrescenta os § 3º e 4º ao art. 22 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, para que os municípios sejam autorizados a conceder permissão de uso da praia para o desenvolvimento de projetos de inclusão social de pessoas com mobilidade reduzida, por meio da acessibilidade às praias.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatoria: Senador Romário.
Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.
Observações:
Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Senador Romário, com a palavra.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Presidente.

Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2014, do Senador Ricardo Ferraço, que acrescenta os §3º e 4º ao art. 22 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, para que os Municípios sejam autorizados a conceder permissão de uso da praia para o desenvolvimento de projetos de inclusão social de pessoas com mobilidade reduzida, por meio da acessibilidade às praias.

Vou direto à análise, Presidente.

O projeto em questão, de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço, em síntese estabelece que o Município fica autorizado a permitir o uso de área de praia por prazo determinado para o desenvolvimento de projetos de inclusão social de pessoas com mobilidade reduzida, por meio da acessibilidade das praias.

A iniciativa é totalmente louvável, pois o foco desse projeto é a busca de uma solução para o problema da demora das autorizações da SPU para uso das praias, quando está em jogo a adoção, pelos Municípios, de iniciativas em favor da acessibilidade das pessoas com mobilidade reduzida.

O PLS nº 4, de 2014, inspirou-se em uma experiência bem-sucedida de inclusão social de pessoas com deficiência, a saber, o projeto Praia Legal, concebido pelo Município de Vila Velha. Em síntese, a ideia é propiciar a pessoas com mobilidade reduzida um verão com banho de mar, atividades de lazer e prática esportiva assistida, em área de praia caracterizada pelo mar calmo e por poucas ondas.

Ademais, embora indesejável, eventual demora do procedimento administrativo perante a SPU não justifica a supressão, pela lei, da competência da União para avaliar se estão presentes os pressupostos de utilização das praias por outras pessoas, ainda que por motivos nobres como os aqui retratados. Lembremos que as

praias integram o patrimônio da União por força de dispositivo constitucional (art. 20, IV) e, por esse motivo, a disciplina dessa categoria de bem imóvel deve ser realizada, a priori, em âmbito federal.

Portanto, atualmente Estados e Municípios já podem dispor de duas opções com a finalidade de promover o desenvolvimento de projetos de acessibilidade às praias: postular junto à SPU a permissão de uso dessas áreas, com fundamento no art. 22 da Lei nº 9.636, de 1998; ou requerer a cessão de uso das praias, na forma do art. 22, §2º, combinado com o art. 18 da mesma lei.

Por esses motivos, e para solucionar a questão que o projeto busca resolver, apresento substitutivo, acrescentando à Lei nº 9.636, de 1998, a exigência de atendimento prioritário dos requerimentos de utilização de áreas de praia relacionadas ao desenvolvimento de projetos de acessibilidade em prol de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Dessa forma ficará preservada a competência da União para gerenciar adequadamente os bens públicos integrantes do seu domínio, bem como ficará claro para a Administração Pública a diretriz que deve nortear a condução dos procedimentos administrativos de interesse desse público, especialmente no respeito à oferta de equipamentos de lazer acessíveis em áreas de praia.

Por fim, anotamos que a Lei nº 13.146, de 6 de junho 2015, Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência, estabelece, em seu art. 9º, o direito da pessoa com deficiência ou atendimento prioritário. Trata-se de um direito individual a ser exercido pelo seu titular em situações como uma emergência médica, por exemplo. A hipótese é adversa da que se cogita com o PLS nº 4, de 2014, em que se pretende garantir a prioridade para projetos públicos de acessibilidade em áreas de praia.

O voto, Sr. Presidente.

Conforme o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4, de 2014, na forma do seguinte:

Projeto de Lei nº 4, de 2014.

Altera Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, para dispor sobre o atendimento prioritário das solicitações de utilização de áreas de praia para o desenvolvimento de projetos de acessibilidade em prol de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 1º. O art. 22 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte §3º:

Art. 22.....

.....

§3º É assegurado o atendimento prioritário das solicitações de utilização, a título precário, de áreas de praia para o desenvolvimento de projetos de acessibilidade em prol de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Art. 2. Esta Lei entra em vigor após decorridos noventa dias de sua publicação oficial.

Era o que eu tinha a dizer, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão o relatório do Senador Romário apresentado neste momento.

Senador Capiberibe... (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, colocamos em votação o relatório favorável ao projeto nos temos da emenda substitutiva que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto nos termos da Emenda nº 1-CDH Substitutivo, apresentado pelo Senador Romário.

Meus cumprimentos pelo substitutivo, ele aprimora, com certeza, a ideia inicial do nobre, querido e também Senador Ricardo Ferraço.

O projeto segue agora para análise da CCJ em decisão terminativa.

Pela ordem, Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Peço a V. Exª que retire de pauta o item 6.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O item 6 sai de pauta a pedido do Senador Capiberibe.

ITEM 5
SUGESTÃO Nº 5, de 2013
- Não terminativo -

Altera a destinação dos royalties do petróleo de forma a privilegiar a educação pública básica e o ensino profissional.

Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro.
Relatoria: Senador João Capiberibe.
Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.
Observações:
Tramitação: CDH.

Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe para a leitura do relatório.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, submete-se ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa a Sugestão nº 5, de 2013, de autoria dos Jovens Senadores Angélica Mendes, Diêgo Sousa, Brenna Bittencourt e Daniel Garcia, no âmbito do Projeto Jovem Senador.

Eles justificam a apresentação do projeto dada a necessidade de recursos para investimentos na área de educação e na expectativa de redução da violência.

O PLS-J nº 5, de 2012, foi apreciado pela Comissão de Políticas de Gestão da Educação, no âmbito do programa Senado Jovem Brasileiro e aprovado com três emendas. A primeira aprimorou a redação do art. 1º; a segunda emenda aumentou de 30% para 35% o percentual de receita de *royalties* destinados para a educação profissional técnica de nível médio; a terceira emenda, por sua vez, retirou a menção à Lei nº 12.351, de 2010, que restringiu o alcance da proposição somente os contratos de partilha de produção.

Vamos à análise do projeto. Nos termos do art. 102, "e", do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão Direitos Humanos e Legislação Participativa manifestar-se sobre o mérito de sugestões apresentadas por jovens senadores. A juventude brasileira, sabedora de que o seu futuro depende do aprimoramento do sistema educacional, infelizmente, em que pese alguns importantes avanços ocorridos nos últimos anos, avaliações internacionais, como programa internacional de avaliação de estudantes, mais conhecido pela sigla em inglês Pisa, mostra que a educação brasileira ainda tem um longo caminho a percorrer para atingir padrões internacionais.

Na última edição do Pisa, realizada em 2012, em um universo de 65 países avaliados, o Brasil ficou ranqueado na 57ª, em Matemática e entre 54 e 56 em leitura, entre 57 e 60 em Ciências. Uma das causas apontadas para o baixo desempenho dos estudantes brasileiros é o montante insuficiente de investimentos do Estado em Educação. Estudos da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, grupo que reúne os países de economias mais avançadas, mostra que, em 2011, o gasto do Brasil por estudantes equivalia a menos de um terço dos gastos nos países desenvolvidos. Esse resultado indica a necessidade de elevar as verbas destinadas para educação.

Não é por outra razão que o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005, de 2014, estipula ampliar investimento público em educação de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do PIB do País em 2019, no mínimo, equivalente a 10% do PIB no final de 2024. São metas, sem dúvida, ousadas e que colocam a prova a capacidade dos gestores de manejar o orçamento público para atendê-las.

Diante desse quadro desafiador, ganhou apoio popular a ideia de utilizar os recursos gerados pela produção de petróleo no horizonte do pré-sal. Nesse contexto, o Congresso Nacional aprovou, em 2013, a Lei nº 12.842, que dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI, do *caput* do art. 214 e no art. 196 da Constituição Federal. Altera a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989 e dá outras providências.

A sugestão em tela vem complementar a Lei nº 12.858, de 2013, ao estipular 35% dos valores dos *royalties* que sejam destinados à educação profissional técnica de nível médio. Tal objetivo está em perfeita sintonia com o PNE, cuja meta 11, relacionado à educação profissional, visa triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta de, pelo menos, 50% da expansão do segmento público.

Dada a importância da educação profissional técnica para inserção do jovem no mercado de trabalho, estamos convictos de que a Sugestão nº 5, de 2013, aperfeiçoa a legislação em vigor e torna mais produtivo para o País o aproveitamento dos recursos gerados pela exploração do petróleo e gás natural.

Ante o exposto, votamos pela aprovação da Sugestão nº 5, de 2013, nos termos do seguinte: Projeto de Lei do Senado nº 2.013 altera a destinação dos *royalties* do petróleo de forma privilegiar educação pública básica e o ensino profissional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Essa lei destina parte dos *royalties* do petróleo para educação básica pública e o ensino profissional.

Art. 2º Os recursos dos *royalties* e das participações decorrentes da exploração e produção de petróleo, de gás natural e outros hidrocarbonetos fluídos passa a ter 80% do seu montante total destinados a construir ponte de recursos para o desenvolvimento de programas e projetos que visem à melhoria da educação pública básica no País, incluindo ensino profissional.

Da receita de que trata o *caput,* 35% devem ser aplicados em programas direcionados à melhoria e expansão da educação profissional técnica de nível médio.

§ 2º A divisão da receita disposta no § 1º, bem com o percentual disposto no *caput* serão reavaliados no prazo de dois anos, a contar da publicação desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Portanto, Sr. Presidente, esse é o relatório pela aprovação da proposta dos Jovens Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto, na forma do projeto de lei do Senado que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, na forma do projeto de lei do Senado, para que passe a tramitar como proposição de autoria da CDH.

ITEM 10
SUGESTÃO Nº 21, de 2014
- Não terminativo -

Dispõe sobre Educação Integral e estabelece diretrizes para a sua implementação na educação básica.

Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro.
Relatoria: Senador Dário Berger.
Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.
Observações:
Tramitação: CDH.

Concedo a palavra ao Senador Dário Berger, para a leitura do relatório.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, na verdade, trata-se de uma sugestão oferecida por um grupo de Jovens Senadores, cujo encaminhamento tive a honra e o privilégio de fazer.

O relatório que apresento é relativamente extenso, dada a importância do tema.

Também pedi que se fizesse uma análise ampla desse assunto, porque tenho real estima e consideração por esse projeto, que, diga-se de passagem, é de autoria de V. Exª e que representa uma esperança viva de um futuro melhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Programa Jovem Senador.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – O Programa Jovem Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado pela lembrança.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Sim; o Programa Jovem Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Foi há muito tempo. Foi algo que se tornou esse programa de hoje.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Então, provavelmente vou fazer uma leitura relativamente extensa, mas é em consideração a V. Exª, autor do projeto Jovem Senador, e também pela autoria e pelo prestígio que quero dar e conceder aos Jovens Senadores e Senadoras, que elaboraram esse projeto de lei, para que fique registrado aqui e para que possa tramitar nesta Casa como sugestão, evidentemente, dos jovens e futuros Senadores da República.

Como falei, Excelência, examina-se, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), a Sugestão (SUG) nº 21, de 2014, das Jovens Senadoras Ana Paula Mendes de Oliveira Medrado, Elide Andressa de Andrade Rodrigues Severo, Maria Caroline da Silva Wiciuk e Nataly Gonzaga Prestes, e do Jovem Senador Mateus Valle Sotani de Souza, oriunda de proposição aprovada na 3ª Edição do Projeto Jovem Senador.

A Sugestão nº 21, de 2014, dispõe sobre educação integral e estabelece diretrizes para sua implementação na educação básica (art. 2º), bem como prevê que a educação integral será assegurada em escolas de tempo integral, com jornada de, pelo menos, oito horas de duração.

Na justificação, os Jovens Senadores salientam a importância da educação integral para a formação de estudantes críticos e agentes de transformação social, na medida em que contribui para a formação integral do ser humano, que adquire conhecimentos que ultrapassam a estrutura escolar.

A proposta foi aprovada no âmbito do Projeto Jovem Senador, instituído pela Resolução nº 42, de 2010, do Senado Federal.

Parto, então, agora, Sr. Presidente, para a análise.

Em conformidade com o parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010, tem tratamento de sugestão legislativa, prescrito no inciso I, do art. 102-E, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a proposição legislativa devidamente aprovada e publicada no âmbito do Projeto Jovem Senador. Assim, estão atendidos os pressupostos regimentais para admissibilidade da SUG nº 21, de 2014.

Passando à análise do mérito, notadamente por refletir a preocupação de milhares de jovens brasileiros, reputamos louvável a iniciativa não só de instituir a escola de tempo integral na educação básica, mas também de estabelecer diretrizes para a implementação da educação integral propriamente dita.

A propósito, nos termos da redação atual do art. 24, inciso I, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a carga horária mínima anual da educação básica, nos níveis fundamental e médio, é de 800 horas, distribuídas por um mínimo de 200 dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

O *caput* do art. 34 da LDB, por sua vez, prevê que a jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola, devendo o ensino fundamental ser ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino, nos termos do § 2º do artigo mencionado.

Observa-se, Sr. Presidente, pois, que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação não trata da educação integral e pouco dispõe atualmente sobre a escola de tempo integral, tendo se limitado a instituir em dispositivos genéricos que, progressivamente e a critério dos sistemas de ensino, deve ser aumentado o tempo de permanência dos alunos nas escolas.

O Plano Nacional de Educação (objeto da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014), por seu turno, ainda que tenha avançado no assunto, previu meta ainda bastante tímida para o final do decênio de sua vigência: educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica. É a Meta 6 da LDB.

Considerando os avanços que a educação integral pode oferecer para a educação no País, com ampliação não só de tempos, mas também de espaços e conteúdos que contribuam para consolidar uma educação cidadã, vemos como bastante positiva a iniciativa de estabelecer diretrizes para sua implementação na educação básica.

É de se esperar que a educação integral melhore o desempenho escolar e aumente a permanência na escola, em especial nos territórios mais vulneráveis, uma vez que será propiciado melhor aproveitamento do tempo ocioso do aluno, com possibilidade de orientação dos estudos e das tarefas. Ademais, a articulação entre Educação, Assistência Social, Cultura e Esporte, que poderá ser propiciada pela escola em tempo integral, constituir-se-á como uma importante intervenção para a proteção social e a prevenção a situações de violação de direitos da criança e do adolescente.

A propósito, a situação de vulnerabilidade e risco social, embora não seja necessariamente determinante, pode contribuir para o baixo rendimento escolar, para a defasagem idade/série e, em última instância, para a reprovação e a evasão escolares. O direito à educação de qualidade é um elemento fundamental para a garantia dos demais direitos humanos e sociais. Pode-se dizer, então, que educação integral, ao afastar em certa medida essa situação de vulnerabilidade, é instrumento de inclusão social e por isso deve ser implantada o quanto antes.

Além disso, a educação em tempo integral pode transformar a escola em contexto mais atrativo e adequado não só à realidade e às demandas de crianças e de adolescentes brasileiros, mas também de suas respectivas famílias, pois liberam os pais também para o trabalho.

Partindo dos argumentos apresentados, desejamos que a educação integral seja, ainda que paulatinamente, estendida a todas as etapas da educação básica. Acreditamos que a sugestão deve ser encaminhada, na forma de projeto de lei do Senado, para ser debatida nas comissões temáticas desta Casa, que deverão levar em conta que a educação integral exige mais que compromissos, impõe também e, principalmente, projeto pedagógico bem estruturado, formação de seus agentes, infraestrutura e meios para a sua implantação. Seguramente, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte apreciará a matéria, sem prejuízo da análise por outro colegiado desta Casa, e opinará, de maneira mais judiciosa, sobre a oportunidade e conveniência de inseri-la no arcabouço legal brasileiro.

Assim, nos limites da competência regimental da CDH, concluímos que a Sugestão nº 21, de 2014, deve ser debatida e aperfeiçoada no Senado Federal. Por essa razão, sugerimos a sua transformação em projeto de lei.

Partindo para o voto.

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação da Sugestão nº 21/2014, nos termos que apresento.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2015

Dispõe sobre Educação Integral e estabelece diretrizes para a sua implementação na educação básica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A educação integral compreende o pleno desenvolvimento da pessoa como agente de transformação social.

Art. 2º A educação integral terá como referência as seguintes diretrizes:

I – adoção transversal de temas de cunho artístico, cultural, esportivo, bem como de temas de interesse da juventude, tais como gerenciamento financeiro, educação política, primeiros socorros, entre outros;

II – atendimento psicológico e de assistência social aos alunos;

III – garantia de estrutura física adequada, com laboratórios, quadras poliesportivas, refeitórios, bibliotecas, auditórios, áreas verdes, entre outros;

IV – acesso a aparelhos digitais e à rede mundial de computadores;

V – direito do aluno de escolher temas extracurriculares, de acordo com o perfil de cada um e de cada região;

VI – formação específica dos profissionais do magistério pelos sistemas de ensino para atuarem na educação integral.

Art. 3º A educação integral será assegurada em escolas de tempo integral, com duração da jornada escolar de, no mínimo, oito horas.

Parágrafo único. Os projetos de educação integral poderão ser desenvolvidos por meio de convênios com instituições de ensino superior públicas ou privadas.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

A justificativa.

A educação integral é imprescindível para a formação de estudantes críticos e agentes de transformação social. Na realidade brasileira, o modelo de educação adotado atualmente pelas instituições públicas contribui para o amadurecimento intelectual, mas não tem o enfoque na formação integral do ser humano. É necessário um modelo educacional em que o conhecimento ultrapasse as estruturas da escola e seja aplicado diariamente na vida dos estudantes.

A educação, nesse sentido, deve estar voltada para a construção do pensamento crítico, a resolução dos problemas do cotidiano, a ampliação das habilidades e talentos, tornando os jovens criadores, inventores e descobridores.

Em razão disso, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Jovens Senadores apresentaram sugestão de proposição que visa à construção de um modelo de escola de tempo integral que proporcione a gênese da educação que, efetivamente, nós todos e eles almejamos.

Convicto de que a iniciativa é meritória, contamos, então, e conto, com o apoio dos nobres Parlamentares, Senadoras e Senadores, para aprovação desta sugestão de projeto de lei.

Era o que tinha a relatar sobre o projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Dou-me ao direito de fazer um rápido comentário, primeiro, acerca a grandeza da proposta apresentada por esse jovem brasileiro, futuro jovem Senador, que é a educação integral. Todos sabemos disso, só que ainda não operamos, neste País, para que a educação em tempo integral seja realidade.

Eu diria, Senador Dário Berger, que esse jovem está dando a oportunidade para que V. Exª, por tudo o que tem feito por este País, também entre mais uma vez para a história, como aquele Senador que soube acatar a sugestão de um menino, de um jovem, que encaminhou proposta à Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, e V. Exª, com a sua competência, transformou num projeto de lei.

Quero cumprimentar o jovem Senador, mas também V. Exª, pelo relatório, com o detalhamento que V. Exª fez questão de ler. Pode saber que todo mundo estava ouvindo aqui, com o maior cuidado a sua redação, pela grandeza do projeto.

Parabéns a V. Exª.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Quero ainda, Sr. Presidente, se V. Exª me permitir, mencionar, dizer e afirmar que, nesses já longos seis mandatos que exerço, sempre dediquei à educação uma das minhas quase únicas e principais prioridades, porque é notório que a educação é a base do desenvolvimento de qualquer nação e a forma mais sublime de independência de um ser humano.

Quanto melhores estiverem preparados os nossos jovens e os nossos adolescentes, maior será a perspectiva da construção de um Brasil mais justo, soberano e mais preparado, mais inteligente, para enfrentar as barreiras e os obstáculos do dia a dia.

A educação deve seguir uma receita simples, indo muito mais além dos relatórios e das palavras. Ela tem de estar na consciência de cada um dos brasileiros e cada uma das brasileiras, para que efetivamente possamos avançar.

Vejo nessa proposta feita pelos jovens Senadores e pelas jovens Senadoras, pois as mulheres realmente têm sido protagonistas de causas sociais extremamente relevantes, que, se V. Exª me permitir, gostaria de voltar a repetir o nome das Senadoras: Ana Paula Mendes de Oliveira Medrado, a jovem Senadora Elide Andressa de Andrade Rodrigues Severo, a jovem Senadora Maria Caroline da Silva Wiciuki e Nataly Gonzaga Prestes e o jovem Senador, para fazer um contraponto, embora em minoria,

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sempre é bom.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Sempre é bom. O jovem Senador Matheus Valle Sottani de Souza.

Reconheço aqui que há certa dose, Senador Capiberibe e Senadora Angela Portela, de idealismo, de verdadeiros sonhos de jovens que, antenados com a realidade nacional, vislumbram o que seria ideal para a sua própria formação e a dos seus semelhantes.

A proposta carrega, além disso, certa utopia. Mas para que serve a utopia? Ela serve para que continuemos discutindo, no sentido de, um dia, buscar aquilo que todos nós desejamos, que é o ideal.

Então, se dermos um passo amanhã, teremos mais inúmeros passos a dar. Assim, para que serve a utopia? Para que continuemos caminhando, no sentido de encontrar a solução para os problemas que estamos vivendo.

Percebo aqui, e este é um projeto muito sublime, que dediquei, Senadora, uma atenção muito especial, porque, como pai, como Prefeito que fui, como Senador agora, como Vereador que fui também, pude retornar aos meus primeiros anos de colégio, do primeiro professor.

Embora não pareça, mas a minha 1ª série, quando entrei, com sete anos de idade, foi em escola reunida. Sei que o Senador Capiberibe e a Senadora Angela Portela conhecem – e muito mais o nosso Presidente Paulo Paim –, mas, para os mais jovens, é bom que eu relate que se tratava de uma casa, à época, de madeira, onde a primeira fila era o 1º ano; a segunda fila, o 2º ano; a terceira fila, o 3º ano; e a quarta fila, o 4º ano. A partir daí, havia o exame de admissão e tal, em que passávamos para o ginásio. Era aquela expectativa. Naquela época, havia o exame de admissão. Depois, veio a progressão automática...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sequência automática.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – ...a sequência automática e tal. No meu entendimento, exame de admissão era um desafio que todos tínhamos para subir um degrau importante. Existia uma dedicação e um objetivo para isso.

Agora, com a progressão automática, esses objetivos, que, na minha opinião, deveriam permanecer, foram substituídos por um sistema automático de aprovação, o que, a meu ver, também diminui muito a qualidade do ensino na educação brasileira.

Bem, o que posso relatar, não querendo exagerar o meu tempo, é que tive o privilégio de ser prefeito de duas cidades: da Capital de Santa Catarina, Florianópolis, que tive a honra de administrar por dois mandatos consecutivos, onde fui eleito e reeleito, e da Cidade de São José, uma cidade industrial, digamos assim, que faz limite com Florianópolis.

Lembro-me muito bem de que a transformação que conseguimos, eu e a minha equipe, fazer na educação, como em todas as outras áreas, foi notável, tanto é que essa atuação permitiu que, hoje, um filho de agricultor do interior de Santa Catarina pudesse ascender à mais alta Casa Legislativa do País.

Recordo-me bem de que tínhamos cerca de sete mil alunos na rede de ensino fundamental e, quando entreguei, depois de oito anos, já tínhamos 37 mil alunos. Naquela época, foi implantado o Fundeb, e os Estados ainda faziam parte da educação fundamental. Muitos prefeitos, muitos Municípios, resistiam em assumir essa responsabilidade, quando, na verdade, acho que o Município faz mais rápido e melhor, porque está mais próximo da comunidade.

Naquela oportunidade, investi tudo o que foi possível. Lembro-me de que, inicialmente, fazia escola de dez salas de aula, que era o recomendável, e, logo em seguida, cheguei à conclusão de que dez salas de aula não eram suficientes, porque, em seguida ou até na inauguração da escola, a demanda se apresentava maior do que aquele número de salas de aula.

Aí, resolvi fazer escolas com 33 salas de aula. Muita gente ficou apavorada com aquilo. Inclusive, tive a luz de dar o nome de "melão", por exemplo.

Se o nome da escola era Maria Luíza de Melo, Professora Maria Luíza de Melo, nós a apelidávamos de "melão", porque não era uma escola, mas um "escolão". Outras, lá em Forquilhinha, intitulamos de "forquilhão"; em Barreiros, de "barreirão"; e assim por diante.

Bem, ato contínuo, fui para Florianópolis, e a realidade foi também um negócio extraordinário. Em oito anos, fizemos mais em educação do que todos os governos de Florianópolis, juntos, fizeram. Olha, que tivemos gente importante, administrando a Capital, inclusive Deputados e Senadores que passaram por esta Casa e foram prefeitos lá.

Em oito anos, oferecemos mais vagas nas creches, ofertamos mais vagas, do que toda a história de Florianópolis.

Eu poderia discorrer sobre isso muito mais, mas seria uma promoção pessoal, vamos dizer assim, e não há necessidade de fazê-la, porque as obras ficam para a eternidade, e nós, como homens públicos e representantes, passamos.

Penso que somos daqueles que, quando tivermos a nossa oportunidade, temos de fazer a nossa parte, para que a história não cobre depois a nossa participação não efetiva em projetos, tais como educação e saúde.

Portanto, era o que queria relatar.

Desculpe-me por ter-me alongado.

Solicitaria aos Senadores e às Senadoras, especialmente ao Senador João Capiberibe, que é amante da matéria, e à Senadora Angela Portela – nem preciso falar de V. Exª, Sr. Presidente – que conhecem bem dessa matéria, a sua aprovação, para que ela possa tramitar aqui no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A grandeza do projeto e do seu relatório merece um tempo especial.

Por isso, não nos preocupamos aqui em diminuir o tempo de V. Exª. Pelo contrário, dei tempo necessário para a sua devida explicação.

Se o Senador Capiberibe quiser fazer algum comentário, S. Exª está com a palavra.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Estava acompanhando a reflexão do Senador Dário Berger sobre a educação. Fiquei aqui lamentando o fato de ele não ter nascido no século XIX, para poder ter universalizado a educação desde aquele momento.

Acho fantástica a tese da universalização da educação. E alguns homens que passaram por esta Casa deram contribuições fantásticas, como Senador João Calmon, estabelecendo cotas para a educação, que o Governo atual está querendo desvincular. Acho isso um risco para a educação.

Essa tentativa de desvincular a receita da educação tem um certo atavismo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ela veio nessa ponte para o futuro, não é? Estou muito preocupado com alguns artigos ali.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Há um certo atavismo com os letrados que organizaram a República brasileira.

Acompanhei atentamente a reflexão. Senador Paim, morei em Moçambique, três anos depois da independência, da guerra de independência. Eu, minha companheira Janete e os meus três filhos fomos apoiar e ajudar, naquilo que fosse possível, a reconstrução de Moçambique.

Lá chegando, nossos três filhos não tinham sala de aula, até porque a educação era feita para os colonizadores. Não havia escola para os moçambicanos. Meus três filhos tiveram de estudar debaixo de árvore, porque, com a independência, a Frente de Libertação de Moçambique decidiu universalizar a escola.

Não havia o Fundef lá. Não havia receitas capazes de construir escolas na velocidade necessária, a fim de colocarem as crianças para estudar. Isso me faz lembrar o Brasil. Sou da época, como foi dito, do exame de admissão. Sou da época em que, para se cumprir uma etapa na escola, era necessário fazer alfabetização atrasada, alfabetização adiantada e 1º ano, dada a qualidade da educação pública, que hoje evoluiu.

Hoje, universalizamos a educação. No entanto, temos uma qualidade de ensino baixa, inclusive relatada aqui.

Eu estava brincando quando disse que o Senador Dário Berger deveria ter nascido no século XIX, pois, assim, o País seria outro. Por que digo isso? Porque, na Constituição Republicana de 1891, a primeira Constituição Republicana, os letrados decidiram cassar os direitos políticos de 95% do povo brasileiro, ou seja, proibir o voto do analfabeto.

Os analfabetos foram proibidos de votar de 1891 até 1985. Cassaram os direitos políticos da população brasileira, e o Estado foi organizado para e por poucos: os letrados.

É ainda impressionante que as duas propostas, feitas pelos jovens Senadores, sejam exatamente na área de educação, o que mostra a extrema carência desse setor, que sabemos ser o pilar do desenvolvimento. O fundamento do desenvolvimento é o conhecimento acumulado, que nos proporciona uma qualidade melhor de vida.

Então, infelizmente, o Brasil tem essa lacuna, nesse longo período de organização. É um País fechado, organizado por e para poucos e fechado para o conjunto da sociedade. Vira e mexe, aparecem gênios da raça, tentando desvincular receitas da educação. Temos de ampliar os gastos com a educação, porque não há alternativa, não há outra possibilidade.

Digo isso porque, vejam só, como se trata de uma sociedade organizada por poucos e para poucos, estava vendo um relatório do Ministério da Fazenda, que publicou os 500 maiores sonegadores de impostos do País. Na liderança, está a Vale do Rio Doce.

A Vale do Rio Doce deve ao Estado brasileiro R$42 bilhões. O total da dívida sonegada de impostos chega a quase R$400 bilhões. Se o Governo tomasse uma decisão de receber esse dinheiro das mãos dos sonegadores, resolveria um grave conflito, pois estamos vivendo os déficits. Bastava arrecadar 17 ou 18% desse recurso. Bastava o Governo impor a sua autoridade para poder arrecadar.

No entanto, há algo muito importante que gostaria de revelar aqui. O Brasil é o único Estado, pelo menos do mundo industrializado, desenvolvido, onde sonegar imposto não é crime, porque sonegação é diferente de evasão. São dois conceitos diferentes: sonegação é quando o cidadão paga a sua contribuição fiscal, e o intermediário, o fiel depositário, não entrega essa contribuição aos cofres públicos.

Para se ter uma ideia, segundo estudos do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda, em 2014, no ano passado, foram sonegados R$518 bilhões, ou seja, 27,6% do total da arrecadação do ano passado ficaram nas mãos de poucos. E o Congresso Nacional tomou essa providência para proteger os sonegadores, eliminando todos os itens da lei que os puniam com prisão.

Então, o Brasil é o paraíso da sonegação. V. Exª pode sonegar, Senadora Angela Portela, com absoluta segurança de que não vai acontecer a V. Exª absolutamente nada. Sabe por quê? Porque, se a fiscalização a apanhar sonegando imposto, basta V. Exª chegar lá e pagar o imposto que você "esqueceu", entre aspas, de declarar.

Senador Paim, é como se alguém entrasse na residência de V. Exª, roubasse a sua televisão, a Smart TV último modelo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como é que o senhor sabe? Entraram na minha casa e roubaram só televisão!

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Está ótimo o exemplo. Foi perfeito! Daqui a dois anos, o ladrão vai lhe devolver a televisão. É a mesma coisa do sonegador. Se ele devolver, está perdoado, o ladrão; se lhe devolver, não tem como puni-lo mais, porque os itens das leis que puniam, como crime à sonegação, foram eliminados pelo Congresso Nacional.

O Brasil é um país – esta é a tese do Brasil republicano: organizando por poucos e para poucos – tão impressionante que há alguns criminosos, famosos, ladrões de dinheiro público, famosos, em que o único lugar do mundo em que eles podem viver em paz e sem serem molestados é onde eles roubaram o dinheiro: no Brasil. Se eles colocarem o pé para fora do Brasil, eles são presos. São vários, não é apenas um; há vários nessa situação no Brasil. Quer dizer, roubam, mas, aqui, eles vivem protegidos.

Eu queria fazer essa reflexão, Senador Dário Berger, porque, realmente, ou nós mudamos, ou nós tomamos uma decisão no meio desta crise em que estamos... Uma delas é punir a sonegação, recuperar o dinheiro roubado; outra coisa é punir a corrupção lá na ponta; e uma outra é mexer com a dívida pública também, que é outra coisa embaraçosa para todos nós.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Ângela Portela também para discutir a matéria.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Eu gostaria de parabenizar o Senador Dário pelo relatório apresentado, do Senado Jovem, um programa muito interessante que estimula a juventude brasileira a conhecer melhor o Parlamento, a vida política. Isso é muito bom.

Quero parabenizá-lo pela sua trajetória política, como Prefeito de duas capitais, de duas cidades, uma capital e uma cidade próxima de Santa Catarina, e sua dedicação à educação. Sem dúvida nenhuma, seria bom se nós tivéssemos mais prefeitos, mais gestores comprometidos efetivamente em ampliar o número de vagas das nossas crianças nas creches, porque o Poder Público não atende nem a 20% das nossas crianças nas creches; se universalizassem o ensino fundamental, o ensino básico e se fizessem investimentos concretos na melhoria da qualidade do ensino. Felizmente, temos aí o Fundeb, nós temos o Plano Nacional de Educação, que define metas e estratégias para avançar na educação do nosso País.

Por isso, eu queria parabenizá-lo, Senador Dário, pela sua vida política exitosa e de resultados concretos para a sociedade do seu Estado.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de contestar também diversas propostas que estão sendo apresentadas por partidos e por Parlamentares nesse momento de ajuste fiscal, de busca de equilíbrio das contas públicas. Parlamentares e partidos querem retirar dos pobres, dos trabalhadores recursos para cobrir os rombos nas contas públicas. Eu também sou contrária a isso e já me manifestei inúmeras vezes, Senador Capiberibe, contra essas propostas. É inadmissível quando vemos aqui – o que foi muito bem colocado pelo Senador Capiberibe – a sonegação de impostos, os lucros dos bancos, que continuam lucrando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – São 500 bilhões, mais ou menos.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Mas tentam buscar recursos no meio da sociedade vulnerável, daqueles que precisam da eficiência do Poder Público.

Nós vemos aí a ideia do Relator-Geral do Orçamento de reduzir em 30% os recursos do Bolsa Família. Inadmissível, uma proposta temerosa, uma proposta que pode causar danos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Segundo ele, retiram-se 10 bilhões

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Dez bilhões do Programa Bolsa Família, um programa de inclusão social, um programa que combate a pobreza, a miséria e que atende a todos os Municípios do nosso País.

Então, preocupa-nos muito Senador Dário, Senador Capiberibe, essa onda de projetos e de programas do Governo que tiram dos pobres a sua condição de dignidade. Isso é um absurdo!

Eu queria, mais uma vez, lamentar e concordar com a ideia do Senador Capiberibe, no sentido de que é preciso, sim, buscar condições para se equilibrar as contas públicas com aqueles que têm mais, com a tributação das grandes fortunas, com os sonegadores. Nós temos aí inúmeras propostas, da Receita Federal, dos servidores, para que se possa fazer melhor ajuste das contas públicas analisando a questão dos sonegadores, que também considero de resultados práticos.

Eu gostaria, para finalizar, de sugerir o item 3, que é de minha relatoria. Eu gostaria de relatá-lo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Encerrada a discussão, vamos à votação e passo, em seguida, a V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Flexa Ribeiro, por favor.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Eu também queria discutir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Senador Flexa Ribeiro e, em seguida, V. Exª. V. Exª, como Relator, está cima do Presidente da Comissão. O Relator fala a todo momento em que entender necessário.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu não poderia deixar de me pronunciar na discussão desse projeto da maior importância, que teve a competente relatoria do Senador Dário Berger e que vem à proposição dos Jovens Senadores. Isso aí tem valia maior ainda. Os jovens estão propondo algo que vem ao encontro daquilo que é, eu diria, colocado até como *slogan* do Governo: "Pátria Educadora". Agora, que Pátria educadora é essa, cujos cortes feitos atingem diretamente a educação?

Este projeto tem o apoio de todos nós. Ele vem para implantar a educação em tempo integral, o que acho que é uma saída. Acredito que isso não pode acontecer, é lógico, de uma hora para outra. É preciso que se inicie, pelo menos.

Senador Dário, a sugestão que eu faço é: o que está para trás, que pudéssemos corrigir ao longo do tempo; a partir de agora, nenhuma escola no Brasil funcionaria se não fosse em tempo integral, ou seja, já teríamos um ponto de partida. Vamos corrigir o que ficou para trás. Vai levar tempo, e muito tempo, Senador Capiberibe, mas, daqui para frente, já não cometeríamos os mesmos erros. Seria uma forma de começar a dar uma direção para a educação.

Essa é a sugestão que, talvez, pudéssemos incluir no projeto e tornar lei obrigatória.

Quanto aos comentários que foram feitos, também estou de acordo. Penalizar os mais necessitados para fazer o ajuste fiscal é um absurdo. E partindo de um Partido que se diz dos trabalhadores, é mais absurdo ainda!

Aumentar a carga tributária é outro absurdo. A carga tributária no Brasil já é, praticamente, insuportável, pela economia e pelo contribuinte, porque você tem que ter competitividade em nível internacional. Hoje, o mundo é globalizado. O seu concorrente, há décadas, era o seu vizinho de porta, ou vizinho de quadra, ou vizinho de bairro. Hoje, o seu concorrente está lá na China, está lá na Índia, está lá nos Estados Unidos.

Quer dizer, não há mais distância geográfica para que você possa concorrer.

O que é preciso fazer e que, lamentavelmente, não é feito – isto deveria ter continuado desde o primeiro governo do Presidente Lula – é dar continuidade às reformas estruturantes do nosso País, a começar, no meu entendimento, pela reforma administrativa. Nós precisamos definir que tamanho de Estado nós queremos ou podemos suportar, para atender à população, para atender aos brasileiros. Com o tamanho do Estado definido – e não é este mastodonte que está aí –, você definiria, então, quais os recursos necessários para que se pudesse manter esse Estado, dando saúde, como, constitucionalmente, é dever do Estado e direito do cidadão. Lamentavelmente, o próprio Ministro, ao deixar o cargo, disse que a saúde estava para entrar em colapso. Acho que ela já não está mais nem na UTI. Ela já está pior do que na UTI.

Aqui, no Senado, há duas semanas, houve uma audiência pública na CAS – parece-me que foi feita conjuntamente com a CDH – sobre a questão do câncer de mama, para discutir aquele medicamento cujo nome é meio complicado: fosfoetanolamina. É complicado o nome. Mas, por aquilo a que todos nós pudemos assistir na audiência, isso é contundente. As pessoas estão morrendo e lutam pelo direito de viver. Então, nega-se o acesso a uma droga que está sendo usada há 20 anos e que não é regulamentada pela Anvisa. Pelo menos, Senador Paim, tirou-se, em função daquela audiência, uma ação objetiva do Governo, a de criar um Grupo de Trabalho que pudesse agilizar a liberação e a utilização dessa substância.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Que se faça justiça ao Senador Ivo Cassol!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Isso!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ele foi um guerreiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Ele foi o autor do requerimento, assumiu a causa e tem o apoio de todos nós.

Toda doença, quando atinge as pessoas, em especial... Quem é o nosso próximo? Não é o que está mais perto de nós, mas é aquele do qual temos conhecimento, é aquele que procuramos ajudar. É um caso de humanidade. Mas o câncer é aquela doença...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É fatal, é fatal.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ...fatal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E há uma expectativa. Como eu disse ontem, no plenário, ao Senador Ivo Cassol, além da esperança, é uma chance à vida.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É uma oportunidade dada à vida.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Agora, aprovamos um projeto da Senadora Ana Amélia – nem era preciso aprová-lo – que obriga o atendimento da pessoa com câncer em 60 dias. Já é um prazo longo. Só que ele não acontece em 60 dias. A consulta é marcada para seis meses, o exame é marcado para mais seis meses, e assim por diante.

Encerrando minha participação, porque já saí da questão do projeto, primeiro, quero parabenizar os jovens Senadores e Senadoras autores do projeto. Parabenizo o Senador Dário Berger pelo parecer.

Sugeri que houvesse um marco para que se corrija, daqui para frente, essa questão da educação em tempo integral. É preciso buscar o ajuste pela redução do custeio, é preciso diminuir pela metade a máquina, que vai funcionar melhor do que funciona do tamanho que ela está hoje, porque metade atrapalha a metade que quer trabalhar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Temos cinco projetos para votar ainda. Vou fazer um apelo aos Senadores, porque são 12h44 e não votamos esse ainda. E ainda tem as emendas, que temos que votar hoje aqui. Termina essa sessão e inicia outra.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – E eu tenho requerimento extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Exatamente. Se pudéssemos...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente, é só uma proposta que gostaria de fazer. Estou solicitando a participação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Flexa Ribeiro, fique tranquilo porque o senhor foi o que falou menos desse tema aqui. Todos falaram mais do que V. Exª.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Mas, trago aqui uma proposta. Estamos criando uma frente parlamentar mista para auditoria da dívida pública... (*Fora do microfone.*)

No ano passado, pagamos serviços com juros da dívida R$970 bilhões. E esse ano já pagamos R$900 bilhões e vai ultrapassar R$1 trilhão.

Então, queria convidar o Senador Flexa Ribeiro e...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Estamos auxiliando aqui tranquilamente.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – ...já assinou, a Senadora Angela Portela também. V. Exª já é signatário.

Era isso, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já assinei.

Vamos votar o projeto, vamos colocá-lo em votação.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável à sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que foi apresentado pelo nobre relator, Senador Dário Berger.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CDH.

Favoráveis os Senadores, na forma do Projeto de Lei do Senado, para que passe a tramitar como proposição de autoria da CDH.

Senadora Angela Portela com a palavra.

Mas, antes de passar a palavra a V. Exª, vou ler o item 13

ITEM 13
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 161, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos) e a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, para facultar ao interessado indígena a inserção da sua origem e a etnia nos registros públicos e na Carteira de Identidade.

Autoria: Senador Telmário Mota
Relatoria: Senadora Angela Portela
Relatório: Favorável ao Projeto, com três Emendas que apresenta.

Passo a palavra a V. Exª.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Para mim, é uma satisfação relatar o projeto do grande companheiro, defensor dos direitos e das conquistas dos povos indígenas, Senador Telmário Mota, do meu Estado, que nasceu na comunidade indígena Peso do Gavião, lá na Raposa Serra do Sol.

O Projeto de Lei do Senado nº 161, de 2015, tem como objetivo facultar ao índio a inserção de informação sobre sua origem indígena e sua etnia nos seus registros de nascimento, casamento e óbito e na sua carteira de identidade. A fundamentação é de evitar aborrecimentos desnecessários enfrentados pelos índios quando precisam, por qualquer motivo, comprovar ou afirmar sua condição, que atualmente depende da apresentação de registro lavrado pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

Então, nossa análise na vida quotidiana e, flagrantemente, para exercer direitos relativos à condição de indígena, realmente pode haver transtorno em obrigar o interessado a carregar consigo um documento específico, distinto dos documentos de identidade e registros que a maioria das pessoas leva consigo. É um ônus sutil que se impõe aos índios, desnecessariamente, pois bastaria inserir as informações sobre origem e etnia em seus documentos.

Por essa razão, vemos mérito na proposição ora examinada. Somente ressalvamos a necessidade de efetuar um ajuste, por meio de emenda que apresentamos, na redação proposta para o parágrafo único do art. 80 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, pois a Lei nº 13.114, de 16 de abril de 2015, já incluiu parágrafo único nesse artigo e é necessário tornar mais claro o seu teor. Todos os dispositivos afetados pelo art. 1º do PLS em análise são transcritos nessa emenda, para que sejam incluídas as letras "NR", indicando sua alteração, e símbolos que preservam a numeração ordinal adotado na Lei nº 6.015, de 1973. Finalmente, é importante substituir a menção à "origem indígena", que muitos não índios também têm, pela "condição indígena", que é realmente significativa. Isso nos leva a emendar, também, a ementa e o art. 2º da proposição.

Nosso voto, em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 161, de 2015, com as seguintes emendas:

Substitua-se, na ementa do Projeto de Lei do Senado nº 161, de 2015, a expressão "origem" por "condição".

EMENDA Nº – CDH

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 161, de 2015, a seguinte redação:

Art. 1º. Acresçam-se o seguinte item 11 e o §4º ao art. 54, o seguinte item 11 e §2º ao art. 70 – convertendo-se o seu atual parágrafo único em §1º – e o seguinte item 13 e §2º ao art. 80 – convertendo-se o seu atual parágrafo único em §1º –, todos da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973:

"Art. 54. .....

11) a condição de indígena, a etnia e a aldeia, se o registrando requerer expressamente o lançamento dessa informação.

.....

§4º No caso do item 11 do *caput* deste artigo, a comprovação da informação poderá ser feita mediante afirmação do declarante acerca da condição de indígena, da etnia e da aldeia, sob as penas da Lei, independentemente da apresentação do registro administrativo de que trata o art. 13 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. (NR)"

"Art. 70. .....

11) a condição de indígena, a etnia e a aldeia dos cônjuges, se estes requererem expressamente o lançamento dessas informações.

§1º .....

§2º No caso do item 11 do *caput* deste artigo, a comprovação da informação poderá ser feita mediante afirmação dos cônjuges acerca da sua condição de indígena, da sua etnia e da sua aldeia, sob as penas da Lei, independentemente da apresentação do registro administrativo de que trata o art. 13 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. (NR)"

"Art. 80. .....

13) a condição de indígena, a etnia e a aldeia, se o declarante requerer expressamente o lançamento dessas informações.

.....

§2º No caso do item 13 do *caput* deste artigo, a comprovação da informação poderá ser feita mediante afirmação do declarante acerca da condição de indígena, da etnia e da aldeia do registrando, sob as penas da Lei, independentemente da apresentação do registro administrativo de que trata o art. 13 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. (NR)"

EMENDA Nº – CDH

Substitua-se, no art. 4º-A, que o art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 161, de 2015, acrescenta à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a expressão "origem" por "condição".

Esse é o nosso relatório, Sr. Presidente.

Parabenizo, mais uma vez, o autor dessa proposição, o nosso querido Senador Telmário Mota, que nasceu na comunidade indígena Teso do Gavião, dentro da terra indígena Raposa Serra do Sol.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão a matéria.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente, quero só apresentar uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Para uma questão de ordem, tem a palavra a Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Serei bem rápida, Sr. Presidente.

Quero parabenizar a Senadora Ângela pelo brilhante parecer.

Apenas quero reforçar, em nome da CNTE, Sr. Presidente, o convite aos Senadores e às Senadoras para participarem do ato que está acontecendo no Auditório Petrônio Portela. É mais um dia de mobilização em defesa da agenda da educação, da educação pública, da valorização do magistério brasileiro e dos trabalhadores em educação.

O Senador Telmário Mota e eu estávamos agora no Auditório Petrônio Portela.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Estávamos muito bem representados lá.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Eles estão pedindo exatamente, Senador Paim, que tomemos partido. O mote da mobilização deste ano é exatamente o de que o Parlamentar tome partido na defesa da Lei do Piso, na defesa do PNE, contra a Lei da Mordaça, contra as investidas, inclusive, do Senado Federal para modificar a Lei do Pré-Sal, projeto do Senador Serra e do Mendonça, da Câmara, contra o projeto da terceirização – V. Exª tão bem está liderando essa luta em todo o País.

Enfim, quero só dizer que o Senador Telmário e eu reforçamos a convocação para que vocês também possam ir lá, Senadora Angela, para tomar partido, como vocês têm tomado a vida inteira, em defesa da educação pública.

Obrigada, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora Fátima Bezerra.

Senador Telmário Mota, como autor do projeto.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador Paulo Paim, Senadores e Senadoras, hoje só foram coias boas e felizes, pautas interessantes. E Deus ainda é muito bom comigo. Ele sempre foi maravilhoso. Hoje, Ele soube até filtrar as coisas.

Primeiro, um relatório desses, uma proposição nossa. Todos sabemos que o indígena tem tratamento diferenciado por leis diferenciadas. Muitas vezes, ele diz que é índio, mas as pessoas não entendem, não conhecem, não sabem. Então, na identidade da pessoa já vai vir identificada a sua etnia. Isso dá a eles respeito e direitos adquiridos.

Vejam como Deus é bom: caí na mão da Senadora Ângela, que foi a Senadora mais votada na eleição, nos polos indígenas, e que tem um respeito muito grande, faz um trabalho maravilhoso. É a Senadora que está levando pela primeira vez, ao Brasil, o Instituto Federal Indígena – no mundo, talvez; não sei se existe no mundo, mas, no Brasil, é o primeiro –, fora outros avanços que ela tem promovido.

Aí, encontro aqui o Senador Capiberibe, cuja esposa é indígena. A causa indígena é a causa dele. Na Presidência, o Senador Paulo Paim, que dispensava comentários; encontro o Senado Flexa, que é da terra do meu avô paterno. O meu avô, que era coronel, nasceu na terra do Flexa. O Flexa conhece muito bem essa realidade; e o Senador Dário é um Senador de muita coerência. Não quero mencionar a Senadora Fátima, porque ela já está incluída no processo naturalmente.

Ela acaba de me levar para um evento com 400 professores, um grande evento, e, lá, eu me lembrei do Senador Paulo Paim. Quando eu estava saindo, havia um sindicalista do *Correio*, que disse: "Sou sindicalista do *Correio*. Veja esta foto!" E vi uma foto do Paulo Paim, novo, lutando, em movimento. Eu a trouxe e mostrei para o Dário, e o Dário disse: "Nossa, faz tempo esta foto!"

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Manda a foto para mim depois.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Eu vou, depois, passar, porque é um registro maravilhoso!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É uma foto que eu nunca tinha visto, mas reconheci. Acho que era eu mesmo!

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – É bom ser velho, porque, se não, você morre cedo!

De coração, quero agradecer a presença de todos os Senadores e peço compreensão para que aprovemos esse projeto, porque ele é muito importante para os povos indígenas.

Muito obrigado, Senadora Ângela! Um beijo no coração!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Encerrada a discussão, coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com três emendas que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir parecer da CDH, favorável ao projeto, com as emendas de um a três da CDH.

O projeto vai à CCJ.

Agora, item 15.

ITEM 15
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 506, de 2015
- Não terminativo -

Destina percentual da arrecadação das loterias administradas pela Caixa Econômica Federal para as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAEs e para as Associações Pestalozzi.

Autoria: Senador Romário.
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.
Relatório: favorável ao Projeto.
Observações:
tramitação: CDH e terminativo na CAE.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador Paulo Paim, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, o relatório e o parecer favorável, por si só, já se identificam com todos os Senadores componentes não só da Comissão de Direitos Humanos, mas do Senado Federal.

O Senador Romário, que é um defensor da causa dos deficientes, como todos nós, propõe que 1% da arrecadação das loterias seja destinada às APAEs e às associações Pestalozzi, sendo deduzido o valor correspondente do prêmio bruto.

O autor justifica a iniciativa com fundamento na importância de destinar recursos da arrecadação das loterias, que hoje já são destinadas ao esporte, também às entidades que tradicionalmente prestam serviços importantes de caráter socioeducacional para pessoas com deficiência intelectual ou com necessidades educacionais especiais, citando as APAEs e as associações Pestalozzi.

Menciona que, apesar de haver obrigação legal de repasse de parte da arrecadação bruta em favor de aplicações de caráter social e de assistência médica, as APAEs só receberam, por exemplo, em 2013, R$366 mil em repasses, o que é pouco diante do relevante serviço que prestam em parceria com governos estaduais e municipais.

A proposição foi distribuída à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e, na sequência, irá à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo à última decidir em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas.

No voto, Sr. Presidente, vou citar apenas uma fala do Senador Romário que justifica a sua proposição:

Tanto as APAEs como as Pestalozzis atuam na formação do indivíduo globalmente, ou seja, mesmo aquele indivíduo que não consegue se alfabetizar para decifrar códigos poderá receber a qualificação profissional e ser incluído no mercado de trabalho.

Só essa justificativa do Senador Romário já é suficiente para o voto do Relator ser pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 506, de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao Projeto.

O projeto segue para análise da CAE, em decisão terminativa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Completando, Senador Paim, quero deixar registrado e parabenizar o Senador Romário pela autoria do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Item 16.

ITEM 16
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 518, de 2015
- Não terminativo -

Define o crime de veiculação de informações que induzam ou incitem a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, na rede Internet, ou em outras redes destinadas ao acesso público.

Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Telmário Mota

Pediria ao Senador Telmário Mota, se pudesse, que sintetizasse o relatório, porque teremos outra reunião depois desta para votar as emendas ao Plano Plurianual.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senadores e Senadoras, o Projeto de Lei do Senado - PLS nº 518, de 2015, do Senador Paulo Paim, tem por finalidade acrescentar artigo à Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para tipificar como crime a conduta de "tornar disponível na rede Internet, ou em qualquer rede de computadores destinada ao acesso público, informações ou mensagens que induzam ou incitem a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional." A pena prevista para essa conduta é de um a três anos de reclusão e multa. Ademais, propõe-se a atribuição de poder ao juiz para determinar, ouvido o Ministério Público ou a pedido deste, a interdição das mensagens ou páginas que veiculem o conteúdo ilícito.

Hoje essa é uma prática recorrente. Estamos vendo isso ocorrer de forma indiscriminada e descontrolada até na mídia. Recentemente, uma atriz foi vítima dessas ações criminosas.

O inciso III do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal fixa competência desta Comissão para opinar sobre proposições pertinentes à garantia e promoção dos direitos humanos. Sob essa perspectiva, é louvável toda iniciativa que tenha por objetivo reprimir e expurgar o preconceito, a discriminação e a intolerância.

A distinção é sutil, mas pode ser suficiente para descaracterizar a conduta delitiva, se o juiz for excessivamente apegado à restrição hermenêutica do Direito Penal. É essa margem para defesa técnica, contrária ao espírito da lei, que a proposição ora examinada pretende eliminar.

Nesse sentido, em homenagem à primazia dos direitos humanos e reconhecendo a necessidade de valorizar o combate à discriminação, vemos mérito na matéria.

Voto:

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 518, de 2015.

Essa é a síntese do relatório para acabarmos com essa discriminação e penalizarmos os criminosos, principalmente aqueles que fazem perfis falsos, os chamados *fakes*.

É a proposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Telmário Mota. Creio que todos entenderam o projeto.

Vimos recentemente o caso da atriz que todos admiramos, Taís Araújo, que foi chamada de tudo pela internet. O camarada se coloca atrás do computador e diz o que bem entende, pensando que ele é o rei da cocada. Não é, não! Ele é um vagabundo, no meu entendimento, e covarde.

Vá até lá e diga para a pessoa o que você quer dizer, mas não se esconda atrás do computador para fazer um tipo de violência. É uma violência truculenta contra as pessoas que, às vezes, veem um monte de ofensas pela rede e ficam até na dúvida: "Mas o que é isso?"

Então, quero cumprimentá-lo pelo seu relatório, se me permitir.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Sr. Presidente, no Mapa da Violência que foi publicado agora, segunda-feira, entre os homicídios de mulheres, 54% são mulheres negras que são mortas no nosso País. É só para reforçar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado, Senadora Angela Portela.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o relatório favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

O projeto segue agora para a CCJ.

Temos ainda um projeto de autoria do Senador Paulo Davim, mas eu sou o Relator. E temos dois requerimentos ainda para votar: um de nossa autoria e um do Senador Capiberibe. É isso?

Perguntaria à Senadora Angela Portela se pode me ajudar aqui na Presidência. Por favor.

Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Tenho aqui, de minha autoria, um requerimento do eminente e querido amigo Hélio José, do qual sou subscritor, que gostaria de, extrapauta, apresentar para a deliberação da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – De pronto, acato tanto o requerimento de V. Exª quanto o do Senador Capiberibe, encaminhado à Mesa, e os submeto ao Plenário.

Se todos concordam, os dois requerimentos entrarão extrapauta.

Eu convidei a Senadora Angela Portela porque sou Relator do próximo projeto e vou sintetizar em um minuto o meu parecer.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Pois não, Senador.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, de 2013
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para proibir o uso de produtos fumígenos nos parques infantis e nas áreas de prática esportiva.

Autoria: Senador Paulo Davim
Relatoria: Senador Paulo Paim

O relatório é do Senador Paulo Paim, a quem passo a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Na verdade, é para proibir o uso de fumantes em parques infantis. Em resumo é isso, principalmente em parques esportivos e infantis. Se quer fumar, escolha um lugar e vá, mas não fume do lado dos atletas e das crianças.

É essa a história do relatório.

Está lido o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O voto é pela aprovação do projeto do Senador Paulo Davim, que é médico. Hoje não está aqui no Senado, mas no seu Estado. É um brilhante Senador.

A minha aprovação é pelo voto e também por uma emenda, a Emenda nº 1 da própria Comissão de Educação.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1, da Comissão de Educação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Capiberibe, vamos ter que votar o seu requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1, da CE/CDH.

Passo a palavra agora para o Presidente Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Presidenta, eu peço a V. Exª ainda, porque aprovei antes um requerimento baseado num projeto do qual eu queria muito ser o relator, mas a senhora me pediu e eu lhe dei. É aquele projeto do Senador Donizeti que trata do Estatuto da Igualdade Racial, da Pessoa com Deficiência, do Idoso, da Juventude, da Criança e do Adolescente e da Lei Maria da Penha.

Inspirado naquele projeto de que V. Exª já é relatora, indicada por este Senador, estou propondo debates aqui na Comissão e, se necessário, em algum Estado.

Eu li o requerimento anteriormente, que já foi aprovado, mas não entrou a expressão "se necessário for em outro Estado". Então, se pudesse colocar esse requerimento também em votação. É o complemento do primeiro.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras se concordam com a inclusão do requerimento extrapauta.

Coloco em votação a inclusão extrapauta.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu já fiz a defesa. Se a senhora puder...

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Coloco em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

É o seguinte o item aprovado:

EXTRAPAUTA
ITEM 24
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 184, de 2015
- Não terminativo -

Com fundamento no disposto do art. 142, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Diligências nos Estados para tratar do Ciclo de Debates sobre "todo o tipo de violência, preconceito e discriminação, liberdade de orientação sexual e religiosa, desaparecimento de pessoas, direito dos trabalhadores e aposentados, (tomando por base os Estatutos da Igualdade Racial; da Pessoa com Deficiência; do Idoso; da Juventude; da Criança e do Adolescente e a Lei Maria da Penha)".

Autoria: Senador Paulo Paim)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Agora eu assumo a presidência novamente.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Passo a palavra para o nosso Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado, Senadora Angela Portela.

V. Exª tem e terá participação direta nesse debate, porque V. Exª é Relatora desse belo projeto do Senador Donizeti e do Senador João Capiberibe.

ITEM 22

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 175, de 2015

- Não terminativo -

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, como Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal – CDH, requeiro que esta comissão reproduza trezentos (300) exemplares do relatório final da Comissão Camponesa da Verdade – Violação de Direitos no Campo 1946-1988.

Autoria: Senador João Capiberibe

Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente, a Comissão da Verdade fez um exaustivo trabalho, um levantamento fantástico das violações de direitos humanos acontecidos nos períodos de ditadura do nosso País, e é fundamental que a gente divulgue esse trabalho. Em função disso, peço apoio dos Senadores e Senadoras aqui presentes pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O requerimento foi já explicado.

Aqueles que com ele concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos agora ao item 17, Requerimento nº 173.

ITEM 17

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 173, de 2015

- Não terminativo -

Requer a realização de diligência para verificar situação de ameaça de demolição que estão sujeitas as famílias da Área de Regularização de Interesse Específico – ARINE – de Sucupira, na Região Administrativa do Riacho Fundo I, Distrito Federal, bem como verificar a possibilidade de elaboração de um Termo de Ajustamento de Conduta para os terrenos ocupados na região, de tal forma que possibilite a permanência das famílias sem ameaça de demolição de suas casas.

Autoria: Senador Hélio José e outros

Com a palavra o Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, expresso minhas desculpas porque não era extrapauta; ele constava na pauta como item 17.

Por solicitação do Senador Hélio José, que está presidindo outra Comissão, S. Exª solicitou que eu subscrevesse em função da relevância e da urgência, da necessidade de se discutir esse tema que é extremamente importante.

Bem, passo então, já que V. Exª deu a inicial dizendo que se trata de realização de diligência, ao pedido. Para tanto, ele pede aqui que convide o Presidente da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal; o Diretor-Geral da Agência de Fiscalização do Distrito Federal; o Secretário de Estado da Gestão do Território e Habitação, do Governo do Distrito Federal; O Secretário de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal; o Secretário de Segurança Pública e da Paz Social; O Comandante do Vigésimo Oitavo Batalhão de Polícia Militar do Distrito Federal; o representante da Promotoria de Justiça e de Defesa da Ordem Urbanista do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; o Presidente do Instituto Brasília Ambiental; o representante da Secretaria do Patrimônio da União. E para representar a comunidade da região, o Sr. Mário Blanco Nunes Neto e o Sr. Ronaldo Martins.

É o requerimento solicitado pelo Senador Hélio José, o qual eu tive o prazer de subscrever.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, eu o coloco em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nós temos somente mais dois projetos. Eu vou passar para a Senadora Angela Portela e peço a V. EXª que olhe com muito carinho a redação. Eu fiquei um pouco preocupado aqui porque não li esse projeto.

ITEM 14
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 285, de 2015
- Não terminativo -

Modifica o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o percentual de cotas de beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência a ser preenchido pela empresa.

Autoria: Senador Blairo Maggi
Relatoria: Senador Sérgio Petecão
Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 1-T.
Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

Se tivermos alguma dúvida, a gente tira de pauta e espera a chegada do Relator oficial.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Não. Não tenho nenhuma dúvida. Qual é a dúvida de V. Exª?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quanto ao mérito.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Quanto ao mérito?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É. Porque eu não li o projeto e se trata de cotas das pessoas com deficiência.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Vamos dar uma olhadinha aqui.

A proposição é meritória, pois busca aperfeiçoar uma ação afirmativa importante para a inclusão social de segmento a saber: a política de reserva de vagas das empresas para beneficiar os reabilitados ou pessoas com deficiência.

De acordo com a legislação atual, somente empresas com cem ou mais empregados estão obrigados a cumprir a regra.

O PLS nº 285, de 2015, é ainda mais favorável, uma vez que ordena às empresas de 15 ou mais empregados o cumprimento da política de cotas e determina o cálculo do percentual de contratação com base no número de empregados de cada estabelecimento da empresa. Além disso, prevê que os empregados contratados nessa condição exerçam as funções preferencialmente no estabelecimento em relação ao qual foi estabelecida a necessidade de contratação.

Quanto à emenda apresentada, opinamos pela sua rejeição, uma vez que o Decreto nº 6.949, de 2009, e a Lei nº 7.853, de 1989, estão em pleno vigor, produzindo seus efeitos independentemente de qualquer outra condição. Aliás, o Decreto nº 6.949, de 2009, promulgou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporada ao direito brasileiro com o *status* de emenda constitucional, nos termos do art. 5º, §3º da Constituição da República.

Por fim, apresentamos duas emendas: a primeira tem o propósito de ajustar a terminologia do projeto à referida Convenção, que padronizou a expressão "pessoa com deficiência", tida como mais consentânea com o paradigma inclusivo dessa categoria social; e a última visa a renumerar os §§3º, 4º e 5º do art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991, nos termos do art. 1º da proposição, de sorte a evitar a revogação da norma contida no mencionado §3º, recentemente introduzido pela Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e a manter a referência ao veto aposto pela Presidente da República ao §4º do projeto que resultou na mencionada lei, veto que ainda se encontra pendente de apreciação pelo Congresso Nacional.

Em razão do exposto, concluímos pela rejeição da emenda apresentada e pela aprovação do projeto de lei do Senado, com as seguintes emendas.

Temos as duas emendas apresentadas pelo Relator, Senador Sérgio Petecão.

V. Exª, Senador Paulo Paim, tem alguma observação a fazer em relação ao relatório?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pelo contrário. Eu percebi que ele atualiza e garante que as empresas de até cem empregados, que não tinham que cumprir cota, vão ter a cota de 1%.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Agora, a partir de quinze...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – De quinze pessoas.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Quer dizer, melhorou o atendimento às pessoas com deficiência nas empresas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A outra emenda percebi ali que tratava de pessoas portadoras de deficiência, termo que não se usa mais. Ele tira "portador" e deixa só "pessoas com deficiência".

Então, de minha parte, sou totalmente favorável.

Parabéns pelo relatório.

Vamos à votação.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório do Senador Sérgio Petecão, de autoria do Senador Blairo Maggi e relatoria da Senadora, Relatora *ad hoc,* Angela Portela, favorável ao projeto com duas emendas que apresenta, pela rejeição da Emenda nº 1-T.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 2 e 3-CDH e pela rejeição da Emenda nº 1-T.

O projeto segue para a análise da CAS.

Nós temos mais alguma coisa?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Senador Romário, me lembro, no plenário e também a mim pediu a retirada de pauta de projeto.

Vamos à segunda etapa da nossa reunião.

Está encerrada a nossa reunião deliberativa de hoje.

(Iniciada às 11 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 18 minutos.)

ATA DA 106ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2015, QUARTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 6, ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL. DEFINIÇÃO DAS EMENDAS AO PLN Nº 6/2015-CN – PPA 2016-2019.

Às treze horas e dezoito minutos do dia onze de novembro de dois mil e quinze, na sala de reuniões nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Registra-se a presença das seguintes Senadoras e Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Ana Amélia, Telmário Mota, Humberto Costa, Dário Berger, Hélio José, Simone Tebet, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, João Capiberibe, Romário e Vicentinho Alves. Deixam de registrar a presença os demais membros da Comissão. Passa-se a pauta: Item Único. Discussão e votação das Emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa que serão apresentadas ao Projeto de Lei nº 6, de 2015 do Congresso Nacional (Lei do Plano Plurianual – PPA 2016-2019), que "Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019". Relator: Senador Paulo Paim. Às treze horas e dezoito minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência para a Senadora Ângela Portela, para que possa relatar a matéria. A Senhora Presidente eventual Ângela Portela passa a palavra ao Senador Paulo Paim, que lê o Relatório. Após a discussão da matéria, a Senhora Presidente eventual põe em votação o Relatório do Senador Paulo Paim, que é aprovado, indicando que a Comissão deverá apresentar as seguintes emendas ao PLN nº 6/2015 – PPA 2016-2019:

EMENDA DE INCLUSÃO/ALTERAÇÃO DE INICIATIVA

NÚMERO	DESCRIÇÃO	TIPO
1	Atendimento à mulheres em situação de violência	Nova
2	Apoio ao trabalho de prefeituras, governos de estado, universidades e organizações da sociedade civil que atuam na promoção dos direitos humanos	Existente
3	Aprimoramento do processo de regularização dos territórios quilombolas	Existente
4	Fomento à inclusão do recorte de gênero nas políticas públicas implementadas pelos diversos órgãos públicos	Existente
5	Normatização do procedimento de constituição de reservas indígenas	Existente
6	Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência. Existente	
7	Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo	Existente
8	Promoção dos Direitos da Juventude	Existente
9	Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência	Existente
10	Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes	Existente
11	Promover a autonomia econômica, social, sexual e a gar de direitos, consid as mulheres em sua diversidade e especificidades	Existente

EMENDA DE OBJETIVO

NÚMERO	DESCRIÇÃO
12	Fomentar a participação de 100.000 mulheres em empreendimentos econômicos solidários, por meio do acesso a conhecimentos, às finanças solidárias
13	Formar 70% dos conselheiros tutelares e de direito e profissionais do Sistema Socioeducativo do meio fechado para prevenção ao uso de álcool e outras drogas.

EMENDA DE TEXTO

NÚMERO	REFERÊNCIA	TIPO EMENDA
14	Artigo 14 Parágrafo único Inciso II	Modificativa

A Senhora Presidente eventual propõe a dispensa da leitura e aprovação da Ata desta Reunião, que é dada por aprovada. Fazem uso da palavra o Senador Paulo Paim e a Senadora Ângela Portela. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e vinte e um minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 106ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Esta reunião destina-se à discussão e votação das Emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal ao Projeto do Plano Plurianual da União para o período de 2016-2019, que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Foram apresentadas 22 emendas perante esta Comissão.

Como somos Relator, para agilizar o processo, eu assumo, neste momento, a leitura do parecer.

Peço à Senadora Angela Portela que, se puder, presida, para que eu possa fazer a leitura do relatório.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu vou simplificar ao máximo, devido ao nosso tempo.

O relatório está nas mãos dos Srs. Senadores.

Diante do relatório apresentado, votamos para que esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprove e presente a Emenda de nº 22 ao texto do projeto de lei, bem como as Emendas de despesa de nºs 11, 12 e 13 e as Emendas de texto de nºs 1 a 10 e 18 a 21 ao Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2016-2019, relacionadas no quadro constante do item 1.2 deste Parecer.

Propomos, ainda, que a Secretaria da Comissão seja incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Esse é o relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora Angela Portela.

Agradeço por ter colocado em votação o relatório que apresentei.

São 13h20.

Neste momento, não havendo mais nada...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 13 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 21 minutos.)

ATA DA 107ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE NOVEMBRO DE 2015, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e um minuto do dia dezesseis de novembro de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Telmário Mota, Cristovam Buarque, Hélio José, José Medeiros e da Senadora Ana Amélia. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 75 de 2015-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater o tema: "O Aumento do Número de Acidentes no Trânsito e o Papel da Medicina de Tráfego". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Juarez Monteiro Molinari, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego – ABRAMET; Trajano Roberto Alfonso Henke, Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego - ABRAMET Rio Grande do Sul; Dirceu Rodrigues Alves Junior, Diretor de Comunicação da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego – ABRAMET; Antoniony Silva, Coordenador Geral de Informatização e Estatística do Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN; Ricardo Froés Camarão, Representante do Conselho Federal de Medicina; Deborah Carvalho Malta, Membro do Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde do Ministério da Saúde; Profa. Dra. Alessandra Sant'Anna Bianchi, Representante do Conselho Federal de Psicologia; Jeferson Seidler, Coordenador Geral de Fiscalização de Projetos Substituto do Ministério do Trabalho, Emprego e Previdência Social; Stenio Pires Benevides, Representante da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais – FENAPRF. O Senhor Presidente registra a presença de pessoas no plenário. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) apresentar projeto de lei para ensinar a legislação e a prevenção dos acidentes de trânsito na sala de aula, ou seja, incluir no currículo escolar esse tema; 2) colaborar com campanhas de prevenção a acidentes de trânsito; 3) analisar e rever a Lei nº 13.103/15, a fim de que possa de fato reduzir o número de acidentes de trânsito. Para a adequação da lei é importante ouvir a opinião dos especialistas no tema, a exemplo dos participantes dessa audiência; 4) modificar o termo da lei de "acidente" para "incidente", para maior adequação à realidade; 5) apoiar a apresentação de sugestão de projeto de lei pela Abramet; 6) aprimorar a legislação para buscar o aumento da segurança dos veículos tanto para os condutores e passageiros, como para eventuais vítimas que sofram atropelamento; 7) Apoiar o projeto de autoria do Senador Cristovam Buarque e relatoria do Senador Telmário para tornar crime hediondo o homicídio ocasionado no trânsito, quando o autor estiver sob o efeito do álcool. O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Telmário Mota, José Medeiros, Cristovam Buarque e a Senadora Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e cinquenta e sete minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 107ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 75, de 2015, de nossa autoria e de outros Senadores, para debater o tema "O Aumento do Número de Acidentes no Trânsito e o Papel da Medicina de Tráfego".

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Foram convidados para este debate, e já chamo para fazer parte da primeira Mesa, tomando assento ao meu lado, o Sr. Juarez Monteiro Molinari, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet).

Seja bem-vindo aos nossos debates! (*Palmas.*)

Também convidamos o Sr. Trajano Roberto Alfonso Henke, Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet) do Rio Grande do Sul; o Sr. Dirceu Rodrigues Alves Junior, Diretor de Comunicação da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet); o Sr. Antoniony Silva, Coordenador-Geral de Informatização e Estatística do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran); Sr. Ricardo Fróes Camarão, representante do Conselho Federal de Medicina.

Na segunda Mesa, vamos ter a Profª Alessandra Sant'Anna Bianchi, representante do Conselho Federal de Psicologia; o Sr. Stenio Pires Benevides, representante da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FENAPRF); o Sr. Jeferson Seidler, Coordenador-Geral de Fiscalização de Projetos substituto do Ministério do Trabalho e Emprego e Previdência Social; e também a Srª Deborah Carvalho Malta, membro do Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde do Ministério da Saúde.

Então, serão duas Mesas. A primeira Mesa já está montada. Vamos, de imediato, iniciar os nossos debates.

Aquele material de introdução foi encaminhado para a Mesa?

Na verdade, esta audiência pública é fruto de uma demanda nacional de inúmeros setores da sociedade, preocupados com o número de acidentes no trânsito no Brasil e o papel da própria Medicina de Tráfego.

O Brasil é, infelizmente, um dos cinco países do mundo que mais têm acidente de tráfego, em que mais morrem pessoas, mais pessoas ficam sequeladas, o que exige, de nossa parte, com a provocação feita pelas entidades, debater aqui, na Comissão de Direitos Humanos, essa situação, na busca de encontrar caminhos.

Eu gostaria, antes mesmo de iniciar os trabalhos, de lembrar, com tristeza, o que aconteceu na França. Se eu não me engano, 142 pessoas já morreram pelo ataque terrorista. Não há como não ficarmos indignados, revoltados. Essa posição totalmente desumana de algum grupo sectarista é que faz da política uma arte de fazer negócio, uma arte de agredir, e não é nem arte, é uma guerra violenta contra aqueles que pensam diferente. Isso é inadmissível!

Nós estamos aqui no mês de novembro, que é um mês da igualdade, mês da liberdade, um mês de combate a todo tipo de preconceito, seja ideológico, seja religioso, seja por etnia, por raça, por procedência. É inadmissível que nós assistamos, eu diria assustados até, a um crime covarde como esse, contra pessoas que estavam se divertindo. De repente, aparecem homens armados, atirando a esmo, numa agressão violenta à Humanidade. É uma agressão violenta à Humanidade.

Então, eu pediria a todos que levantássemos e fizéssemos um minuto de silêncio em protesto contra esse crime hediondo acontecido na França.

Peço que se marque um minuto, por favor.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k.

Com esse minuto de silêncio, mostramos nossa tristeza e indignação – naturalmente, no plenário, à tarde, faremos também manifestação nesse sentido – em nome da Comissão de Direitos Humanos do Senado, e certamente os Senadores se manifestarão também, não aceitando, em hipótese alguma, isso que está acontecendo na França. Se nada for feito, sabemos que isso vai se expandir cada vez mais.

Mas vamos lá.

Passo a palavra ao Sr. Juarez Monteiro Molinari, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego.

O SR. JUAREZ MONTEIRO MOLINARI – Inicialmente, eu queria cumprimentar o nosso Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senador Paulo Paim, e, em nome da Abramet e em nome do Presidente José Montal, que, por problemas de saúde, não pôde comparecer, queria agradecer por

essa providência tomada pela Comissão, por intermédio do Senador, de debater essa grande preocupação com uma das principais causas de morte no Brasil, que é o acidente de trânsito. Quero agradecer a V. Exª por nos dar essa oportunidade e a esta Comissão, enriquecida, hoje, com pessoas ligadas ao Denatran, ao Conselho Federal de Medicina, à Polícia Rodoviária Federal, ao Conselho de Psicologia, enfim, a todos os setores que se preocupam com o trânsito. Nada melhor do que aqui, nesta Comissão, na Casa Legislativa, no Congresso Nacional, tratarmos desse assunto.

Agradeço também o apoio que tivemos do Senador durante a realização do nosso XI Congresso Brasileiro sobre Acidentes e Medicina de Tráfego, que foi realizado na cidade de Gramado, coroado de êxito, com mais de 1.360 participantes de todo o País.

Para iniciar, Senador, só gostaria de dizer que a ONU calcula que, em países como o Brasil, os custos relativos a acidentes de trânsito representam, lamentavelmente, entre 2% e 2,5% do PIB, portanto, esse é um investimento para o qual o Governo pode atentar, que o Governo deve fazer, tentando diminuir o índice de acidentes.

Desde meados do século passado, o aumento da frota de automóveis passou a ser percebido pelos médicos como relevante vetor de agressão à saúde pública. O crescente número de mortos e feridos que dava entrada nos Institutos de Medicina Legal provocou um movimento por eles liderado que resultou na criação da especialidade Medicina de Tráfego, ainda na década de 1960.

Medicina de Tráfego é o ramo da ciência médica que trata da manutenção do bem-estar físico, psíquico e social do ser humano que se desloca, qualquer que seja o meio que propicie sua mobilidade. Estuda as causas do acidente de tráfego a fim de preveni-lo ou mitigar suas consequências, além de contribuir com subsídios técnicos para a elaboração do ordenamento legal e modificação do comportamento do usuário do sistema de circulação viária.

Aqui estamos acompanhados também pelo Diretor, Dr. Dirceu Rodrigues Alves, e também pelo Presidente da Abramet do Rio Grande do Sul, Dr. Trajano Henke.

Como na maioria das grandes inovações tecnológicas, a Humanidade paga o elevado preço pela introdução do automóvel como instrumento hoje indispensável para a mobilidade. Os acidentes, que nada têm de acidentais, como veremos, têm enorme potencial agressivo e de grande letalidade, por gerarem grande quantidade de energia, massa vezes velocidade ao quadrado ($E = m \times v^2$), impossível de ser absorvida sem danos pelo homem.

Pelo caráter de novidade, esses bólidos têm existência relativamente recente (cerca de 130 anos) e estamos evolutivamente despreparados para tais eventos, hoje responsáveis por quase 1,2 milhão de mortes a cada ano, sendo no nosso País mais de 42 mil mortes por ano, segundo dados do DATASUS, o que representa índice de mortalidade superior a 23 mortes para cada 100 mil habitantes por ano. Isso caracteriza uma verdadeira catástrofe epidemiológica, meu Senador. Se comparada à de países industrializados, como Alemanha, como Suécia, como Japão, a nossa taxa de mortalidade comprova que cada país terá o número de mortes no trânsito que estiver disposto a tolerar.

Hoje, sabemos que os denominados acidentes de trânsito nada têm de acidentais. Resultam de uma sucessão de falhas, quase todas ligadas ao fator humano. São causas previsíveis e passíveis de prevenção, o que permite que metas de redução possam ser estabelecidas, como é o caso da década promovida pela ONU com ações com esse propósito.

Em mais de 90% das vezes, a causa mais importante é o ser humano, que é responsável pelos fatores de risco de maior relevo, como a conjunção do álcool e a condução veicular; as falhas de atenção decorrentes do uso de aparelhos com grande potencial de desviar atenção, como o uso dos *smartphones* para telefonar ou teclar mensagens, e outras bugigangas eletrônicas à disposição do motorista. A fadiga, ligada a jornadas excessivas na direção de veículos, principalmente as comerciais, e os distúrbios do sono provocados por doenças como a síndrome da apneia obstrutiva do sono são outros fatores passíveis de controle.

Essa é a razão de o médico de tráfego estar posicionado na porta de entrada do sistema de habilitação de condutores, o primeiro passo para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação. O médico de tráfego é o responsável pela inclusão das pessoas com deficiência motora, desde que não implique riscos para a segurança pessoal ou coletiva dos usuários de trânsito, caracterizando sua aptidão ou não para o exercício de tal função e prescrevendo as adaptações que tornem segura a direção veicular por esses motoristas.

A moderna legislação brasileira foi elaborada levando em conta embasamento técnico da Medicina de Tráfego. Outro exemplo da importância da Medicina de Tráfego para a redução dos sinistros de trânsito é a denominada Lei Seca, já na segunda versão, com efeitos espetaculares na redução da morbimortalidade, reduzida em mais de 40% logo após o seu lançamento. Interpretações jurídicas privilegiando o indivíduo em detrimento da coletividade terminaram por atenuar o seu impacto, e, infelizmente, o sucesso inicial foi esmaecido.

A chamada lei das cadeirinhas infantis é outra vitória brasileira responsável por grande redução na mortalidade de crianças menores no trânsito, e, a exemplo da Lei Seca, foi elaborada a partir das diretrizes científicas produzidas pela Abramet.

A Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet) conta com 35 anos de atuação, buscando a preservação da vida no trânsito ou a mitigação dos danos gerados pelos acidentes de trânsito e continua empenhada em formar especialistas em Medicina de Tráfego em nível de excelência, profissionais com capacidade e competência para induzir a formação de uma cultura de paz no trânsito brasileiro, tarefa que a distribuição altamente capilarizada desses profissionais, distribuídos em vasta rede no Brasil afora – hoje com mais de 10 mil profissionais –, das grandes capitais aos rincões mais profundos, por certo facilitará. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Sr. Juarez Monteiro Molinari, Vice-Presidente da Abramet, trazendo, com dados e números, a preocupação de todos nós com os acidentes no trânsito e quais os caminhos possíveis.

Vamos, de imediato, para o Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet) do Rio Grande do Sul, Sr. Trajano Roberto Alfonso Henke.

O SR. TRAJANO ROBERTO ALFONSO HENKE – Bom dia a todos. Meu agradecimento ao convite do Senador para participar desta Comissão. Quero apresentar algumas breves considerações sobre o que é a Medicina de Tráfego em si.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me, doutor. Antes que o senhor comece, quero dizer que esta nossa audiência pública está sendo transmitida para todo o País pela TV Senado, pela internet, pela Rádio Senado e pelo Sistema de Comunicação do Senado, a Agência Senado. Eu sempre digo que, no mínimo, no mínimo, 2 milhões de pessoas estão assistindo à audiência pública. Toda segunda-feira, pela manhã, este é um espaço privilegiado para debate de temas relevantes, e este tema, sem sombra de dúvida, em defesa da vida, merece este espaço.

Então, não é tanto a presença dos Senadores aqui. Os Senadores estão no plenário, mas o Brasil está assistindo a este debate, também no plenário e nos gabinetes. É importante que vocês entendam que esta audiência pública tem uma repercussão nacional.

Parabéns pela presença aqui, em massa, de todos os convidados!

O SR. TRAJANO ROBERTO ALFONSO HENKE – Muito obrigado.

Bem, o princípio básico que norteia o acidente de trânsito no Brasil e no mundo é este princípio: uma ética social ameaçada por uma moral altamente individualista. Quer dizer, o homem, em benefício próprio, em detrimento de seu companheiro, de seu amigo, de seu irmão, também prega e faz algumas infrações delituosas que prejudicam o centro social.

Por ética, temos o conjunto de valores que orientam, numa determinada realidade, o comportamento social em relação à vida em sociedade, para a manutenção ou para a transformação desta. Ela vai moldar a presença na pólis, ou seja, nas cidades.

Princípios de ética social. Os princípios de ética social são de suma importância, pois eles são fundamentos e parâmetros: ética social do indivíduo em sociedade, comportamento da organização de todos os níveis, a natureza e as dimensões dessa ética.

Seis princípios básicos devemos cumprir. São seis princípios básicos de ética social, e a Medicina de Tráfego se preocupa muito com isso: Dignidade da Pessoa; Direito de Propriedade; Primazia do Trabalho; Primazia do Bem Comum; Solidariedade, e o último item, que me parece muito importante abordar, porque resume praticamente o contexto do Ocidente, é a Subsidiariedade. É o respeito aos círculos concêntricos de ação e autonomia dos quais o centro é o próprio ser humano, ou seja, eu em relação aos meus comuns, com quem eu participo socialmente e que compartilham comigo isso, o trânsito.

O que o médico especialista em Medicina de Tráfego faz? O Dr. Juarez acabou de citar, então vamos pular e vamos direto para as finalidades. Tem como finalidade permitir que indivíduos normais ou com patologias médicas – compensadas – tenham o direito de receber delegação do Estado para exercer o direito de direção veicular segura, fazendo, assim, cumprir a ética social a qual foi descrita acima. Esta é a função do médico de tráfego.

É isso. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Dr. Trajano Roberto Alfonso Henke, Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet) do Rio Grande do Sul .

Agora, vamos ao Dr. Dirceu Rodrigues Alves Junior, Diretor de Comunicação da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet).

O SR. DIRCEU RODRIGUES ALVES JUNIOR – Perfeito. Viemos aqui para conversar sobre um assunto que está nos assustando há muito tempo. Como disse o Dr. Juarez Molinari, na década de 60, médicos legistas

se preocuparam muito com o número de mortos que estavam entrando em seus Institutos de Medicina Legal, e isso gerou, no exterior, uma discussão, num congresso internacional, mostrando que precisava ser feita alguma coisa com o intuito de reduzir esses acidentes absurdos, essas mortes absurdas que aconteciam. Isso na década de 60.

Evoluímos, passamos várias décadas, já estamos em outro século, e a coisa piorou muito. Estamos aí com uma média de 56 mil mortes/ano, com mais de 300.000 sequelados ou incapacitados definitivamente para a atividade profissional num período de um ano, neste último ano. E ainda a gente vem sabendo de todas as necessidades que a Abramet, que a sociedade, que os governantes, as organizações governamentais ligadas ao trânsito, todos não desconhecem, os problemas que são básicos, que já são conhecidos desde 1960. E nós estamos aí, a perguntar por que aumentam os acidentes. E as justificativas são claras.

Nós temos, no Código Brasileiro de Trânsito, desde 1997, se não me engano, a educação de trânsito prevista num artigo que determina que a criança de tenra idade e até o terceiro grau deverá ter a educação de trânsito. O objetivo: mudar a cultura sobre mobilidade humana, com relação ao pedestre, ciclista, motociclista, caminhoneiro, todos. Todos que estão se movimentando precisam ser educados, e essa educação vai chegar aos 18 anos de uma maneira totalmente diferente do que nós temos hoje. Hoje, o que temos?

O menino, aos 18 anos, quer tirar a Carteira Nacional de Habilitação, empolgado com a liberdade que vai ter para dirigir um veículo, fazer desenvolver velocidade, "tomar um vento na cara", como eles dizem. Quer dizer, uma situação totalmente incompatível com a nossa realidade, e nós precisamos conter isso.

A outra coisa é: aos 18 anos, ele entra no curso de formação de condutores e aprende a fazer o carro andar, pura e simplesmente. Nada lhe é ensinado com relação ao trânsito defensivo, como sair de situações de risco, como evitar, como fugir às adversidades que ele vai encontrar no dia a dia. Ele não sabe dirigir de dia, ele não sabe dirigir à noite, ele não sabe usar a iluminação do veículo, ele não sabe fazer uma ultrapassagem na rodovia, ele não tem nenhum conhecimento básico de se defender.

E, além disso, esse curso... Eu, por exemplo, fiz o meu curso em 1968. Nunca mais fui chamado para fazer uma educação continuada. Tenho, certamente, uma gama de defeitos na direção veicular, de postura, de me conduzir, de não conhecer as resoluções, de não conhecer as leis, de não conhecer as sinalizações que surgiram de lá pra cá. E, no entanto, ninguém me chama para fazer uma reciclagem, uma educação continuada.

Além disso, uma fiscalização precária, com recursos humanos restritos, incapaz de fiscalizar 70 ou 80 milhões de motoristas que existem neste País. É uma incapacidade que a gente tem que entender, mas não precisaríamos ter tantos se nós estivéssemos educando, não teríamos necessidade de nenhum fiscalizador de rua. E importante: a fiscalização gerando o arrecadar dinheiro da população para as prefeituras. É uma maneira de se multar e se conter, repassando para a prefeitura um dinheiro grande, e não sabemos para onde vai esse dinheiro, que deveria ser aplicado na educação de trânsito. E ainda as multas, que são irrisórias. A hora que nós estivermos mexendo no bolso do nosso cidadão, nós vamos, ao sacudir o bolso, sacudir sua cabeça, e ali ele vai ver que está cometendo erros. Estão mexendo no bolso dele, e ele certamente vai restringir esses absurdos que está cometendo.

Ademais, o aumento da frota. Nós estamos aí aumentando a frota de uma maneira absurda, principalmente com relação às motocicletas, que são o veículo mais perigoso que temos nas nossas vias. Essas motocicletas estão gerando acidentes que estão ocasionando 27% dos nossos óbitos no trânsito. Então, isso é um absurdo que nós estamos cometendo. E o pior: não ampliamos vias, não arranjamos espaços para que esses veículos possam transitar.

Leis, resoluções conflitantes. Não podemos entender, por exemplo, que, para o motociclista com capacete, com queixeira, com viseira, protegendo essa face, mudem isso e tirem a viseira, tirem o protetor da mandíbula, e o sujeito pode andar na rua. Uma pedrinha de 10g que é levantada num pneu que vai à frente vai bater nesse rosto com um peso 28 vezes maior, produzindo afundamento dos ossos da face, fratura de nariz, fratura de mandíbula, problemas na arcada dentária, quer dizer, coisas que não são compatíveis, que não são cabíveis, porque sabemos que o perigo, o risco está presente e precisamos reduzir esse risco usando equipamentos realmente eficientes.

A velocidade. A velocidade é um fator importante e é o principal motivo dos nossos acidentes graves, lesões graves que chegam aos nossos hospitais e que nos assustam, e muitas vezes não conseguimos a reabilitação.

Álcool e drogas são muito mencionados hoje, álcool principalmente, quando se faz a *blitz* do álcool, mas, infelizmente, as drogas não estão acompanhando essa fiscalização do álcool.

A fadiga e o sono. Exemplo de efeito de lei conflitante: lutamos aqui, na Câmara dos Deputados, pela redução do tempo de exposição desse homem que é o caminhoneiro, profissional do volante, em termos de reduzir esse tempo de exposição de trabalho, por quê? Porque ele estava sujeito a riscos, fatores de risco muito importantes que iam gerar doenças ocupacionais, incapacidades temporárias e incapacidades definitivas.

Reduziria o custo do nosso SUS, reduziria o custo, o trabalho da saúde em cima disso. E, além disso, as desatenções. Hoje, todos nós estamos usando o celular na direção veicular, hoje nós temos a televisão dentro do carro, nós temos o GPS, nós temos um monte de tecnologia que tira a atenção, que distrai o motorista, e três segundos de distração é motivo de uma colisão, de um atropelamento, de uma morte.

A Abramet é preocupada com a doença – essa é uma doença, o cara está na rua, é motorista, é pedestre e, de repente, ele entra no meu hospital todo quebrado, com múltiplas fraturas, um politraumatizado. Ele passou de um sujeito saudável para um doente grave, gravíssimo, e por isso nós estamos preocupados com a doença epidêmica que existe no nosso trânsito, que é negligenciada pelas autoridades.

Ainda as contribuições da Medicina de Tráfego. Já foram comentadas pelo Dr. Molinari as diretrizes, os simpósios seminários, congressos, educação continuada, atuando na mídia de maneira expressiva, com o intuito de sensibilizar a sociedade, mostrar à sociedade uma necessidade de garantir a sua vida, de preservar a sua vida e, logicamente, a família protegendo seus filhos, suas crianças. Além disso, atua colaborando com o Poder Público. Muitas contribuições a Abramet tem dado ao Poder Público. Uma delas é a Lei Seca, que partiu de lá. A outra, da cadeirinha, também partiu da Abramet. E outros trabalhos que a Abramet tem executado têm chegado ao Poder Público e sido aceitos e usados por eles.

A proliferação das ideias de preservação da vida que temos feito nas universidades brasileiras, nos sindicatos, nas ONGs. Nós estamos atuando no fim da linha, estamos atuando na cabeça dos adultos para que isso seja disseminado, para que eles sejam multiplicadores da proteção à vida que nós precisamos fazer chegar às crianças, já que o Estado não fornece isso das crianças para os adultos.

E ainda estudos, pesquisas, trabalhos com outras organizações, tudo isso tem sido feito com intuito de implementar essa ação.

Mudar comportamentos, atitudes, cultura da mobilidade é necessidade maior. Eu acho que é por aí que nós vamos conseguir resolver o problema do trânsito brasileiro e atingir aquilo que a Organização das Nações Unidas determina, que é a redução de 50% das mortes na nossa década de 2011 a 2020.

É necessária uma vacina. O Ministério da Saúde, preocupado com a dengue, que é uma doença endêmica no Brasil, atua, treina pequenas equipes que vão de porta em porta, de caixa d'água em caixa d'água, com o intuito de conter a proliferação ou atuar no berçário da larva, combater o mosquito adulto, para que a doença seja reduzida, para que se reduza o número de mortes causadas por essa doença. No último ano, 3 milhões de pessoas, mais de 3 milhões de pessoas tiveram a dengue, mas morreram 800. Um trabalho espantoso do Ministério da Saúde em termos de preservação da vida. No entanto, no Ministério das Cidades, nós não temos o mesmo trabalho, que é de constituir equipes e irmos de esquina em esquina, aos locais dos acidentes, e fazer a prevenção, fazer uma perícia do local com o intuito de fazer essa profilaxia, tirar do local os fatores de risco, orientar os motoristas que transitam naquela área, chamar um engenheiro de trânsito que mobilize, que mexa com aquele terreno que está irregular, ou seja, criar situações realmente interessantes para manter a vida.

Dentro dessa seringa, tem que ter aí pelo menos sete ministérios e mais uma coisa importantíssima, que é a sociedade. Todos nós todos temos que participar, todos nós temos que estar ativos para que essa vacina erradique o problema que vivemos.

Eu quero agradecer a atenção. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Dr. Dirceu Rodrigues Alves Junior, Diretor de Comunicação da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego, que, na sua fala, enfatizou a prevenção.

Achei interessante esse exemplo da vacina. Temos que ter uma vacina também contra o acidente, e aí é instrução, é formação, é reeducação para o tráfego. E aquilo que os senhores falaram: não beber, não usar drogas, é a responsabilidade, a fraternidade, a solidariedade. Já vi, na minha frente: um carro bateu no outro, o motorista desceu e enfiou a mão na cara do outro. Inclusive isso, desrespeito total: além de bater o carro, o culpado é que bateu no outro, foi lá e ainda deu uma pancada no outro e queria quebrar o carro.

V. Sª tem razão. Essa audiência é fundamental porque discute isto, a prevenção, para evitar que fatos como esses venham a acontecer.

Por favor, agora o Coordenador-Geral de Informatização e Estatística do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), Sr. Antoniony Silva.

O SR. ANTONIONY LOPES ALVES DA SILVA – Muito bom dia a todos.

Sr. Presidente, na qualidade de representante do Dr. Alberto Angerami, Diretor do Denatran, quero cumprimentar a todos aqui, e percebo que estão presentes alguns colegas da luta diária referente a trânsito, colegas da PRF, do Ministério da Saúde.

No Denatran, nós temos uma visão sobre a questão da evolução da gestão do trânsito no que diz respeito, principalmente, à segurança. Muito nos preocupa esse momento atual, esse grande número de acidentes,

esse número absurdo que nós atingimos anualmente. O Diretor do Denatran sempre enfatiza que, infelizmente, diariamente, nós temos um "boeing" caindo aqui, em nosso País, com acidentados. E, com base nisso, nós temos a visão de que, para o trânsito, o bom condutor deve ser formado desde a escola.

Hoje, nós temos uma realidade onde pessoas que nunca tiveram um mínimo de contato com um veículo automotor, num prazo de três a quatro meses, já estão com sua habilitação em mão, livres para circular da forma que bem achar. Isso é um problema que nós verificamos, é um problema com que nós lidamos diariamente.

Atualmente, nós temos uma resolução que trata de todo o processo de habilitação, a Resolução nº 168/2004, e essa resolução está sendo revista, principalmente na questão de motocicletas, que é um dos maiores problemas que nós temos no trânsito. Hoje, em alguns Municípios, em algumas cidades, o número de motocicletas já ultrapassou o número de automóveis, e isso acaba gerando um número absurdo de acidentados, de mortos, esse meio de transporte que torna-se até a base de sustentação de muitas cidades. Infelizmente, atualmente, temos algumas realidades onde a pessoa, com um mínimo de conhecimento – o mínimo de conhecimento – de trânsito já possui a sua motocicleta e está aí livre, trafegando, até sem nenhum conhecimento do trânsito. Com isso, nós percebemos que a maioria dos acidentes são causados por imperícia, imprudência e falta de fiscalização.

A imperícia, nós temos que trabalhar, como eu já havia dito, entendo que desde a escola. O cidadão, quando chega a seus 18 anos, já deve ter uma base de trânsito, um conhecimento de trânsito, ele já deve ter um iniciamento para que chegue ao ponto de entrar em um veículo e conduzi-lo pelas nossas vias.

Estamos implantando, entra como obrigatório agora, em 2016, a questão do simulador, que, na nossa visão, é algo que vem contribuir muito com a educação no trânsito. O simulador passa a ser obrigatório, e entendemos que, principalmente no caso desses condutores que eu mencionei, que não têm um mínimo de conhecimento do que é um veículo, haverá uma preparação um pouco maior até chegar ao ponto de se entrar em um veículo e sair circulando em nossas vias.

Quanto à questão da imprudência, nós tratamos com fiscalização. Foi feito um levantamento pela CET, em São Paulo, apontando que menos de 1% dos infratores são devidamente autuados e punidos. Menos de 1%. Cria-se a visão da impunidade. Muitas infrações, hoje, que, para nós, que lidamos com o trânsito, deveriam ser punidas com determinado rigor, por muitos brasileiros, infelizmente, são vistas como coisas pequenas, coisas que não têm problema nenhum e que se pode continuar fazendo. Isso é um problema e envolve a fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quero enfatizar porque acho que é importante o número, como alguns que, depois, o Dr. Dirceu vai reafirmar aqui: menos de 1% responde pelo ato cometido no trânsito, pela infração no trânsito?

O SR. ANTONIONY LOPES ALVES DA SILVA – Exatamente. É um número absurdo, mas, infelizmente, essa é uma realidade.

Com isso, alguns procedimentos vêm sendo adotados pelo Denatran. Já falei aqui da Resolução nº 168/2004, que trata do processo de habilitação e está sendo revista, com ênfase principalmente na questão da motocicleta. Outros instrumentos também estão sendo trabalhados, como, por exemplo, o aumento da segurança do veículo. Há pouco tempo, passou a ser obrigatório, e foi um grande avanço para o nosso País, que todo veículo tivesse, no mínimo, ABS e *air bag*.

Infelizmente, nós viemos de uma visão cultural onde o cidadão dava mais importância a um assessório para o veículo, um vidro elétrico, um ar-condicionado, do que a um ABS, um *air bag*. Hoje, isso é obrigatório, qualquer veículo, nacional ou importado, para ser comercializado em nosso País, deve possuir esses mecanismos de segurança. E estamos em vias de colocar, como obrigatório, mais um novo componente muito importante, um componente que faz um auxílio de estabilidade do veículo. É visto normalmente em veículos de luxo, porém, no nosso País, se eu não me engano – não lido diretamente com o setor que trata do assunto –, acredito que, em 2018, já teremos esse equipamento saindo de fábrica. Vai ser um grande avanço, com certeza.

Outro ponto importante que deve ser ressaltado é a questão dos ciclomotores. Os ciclomotores, em nosso País, até pouco tempo, eram – ainda são – um problema muito maior de ser trabalhado. Principalmente nos interiores, o ciclomotor era visto como um veículo que não precisava nem de habilitação do condutor, e muito menos de licenciamento. Era um veículo desprovido de qualquer item de segurança, e o condutor desprovido de qualquer conhecimento de trânsito. Com a mudança da lei, que foi publicada há pouco tempo, a responsabilidade de registro desse veículo passou a ser dos DETRANs. Com isso, qualquer ciclomotor em circulação em nossas vias deve estar devidamente licenciado, emplacado, e o condutor habilitado. Já é um grande avanço que nós vamos ter, principalmente para a facilitação da questão da fiscalização. A fiscalização ficava de mãos atadas com esses veículos, que circulam em número absurdo em nosso País.

Outro ponto importante: a questão das campanhas. O Denatran tenta agir de uma forma mais abrangente na questão de campanhas, porém, por questões estruturais, nós não conseguimos avançar mais. Mas

entendemos que campanhas de trânsito, campanhas de segurança de trânsito devem ser diuturnas, têm que ser aplicadas constantemente.

Um número muito importante: no Estado de Alagoas, no último Carnaval, nós não tivemos nenhum acidente com óbito. Nenhum. Por conta de campanhas que foram feitas de forma incisiva, por conta da fiscalização que foi feita; o DETRAN, junto com as polícias do Estado, aplicou um trabalho muito rigoroso de fiscalização durante esse período, e o resultado veio. Mas nós devemos ter essas aplicações, esses trabalhos somente em grandes feriados? Têm que ser constantes. Isso acaba atingindo diretamente o número de óbitos. E o que o Estado de Alagoas fez é algo a ser aplaudido, um feriado desse nível, e nem um óbito.

Então, com isso, eu quero colocar que há preocupação do Denatran com a atual situação no trânsito hoje. Sabemos, entendemos que existe um grande trabalho ainda a ser executado, porém a nossa visão é de que, sem a educação necessária, sem a fiscalização necessária, sem um trabalho de engenharia feito com muito estudo, nós não vamos conseguir atingir uma diminuição desse número, que é o nosso objetivo, diminuir o número de acidentados no nosso País. Nós não podemos continuar tendo, como eu falei aqui no início do meu discurso, um "boeing" se acidentando diariamente no nosso País. Essa é minha fala. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Falou o Coordenador-Geral de Informatização e Estatística do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran).

Além de todos os dados que você colocou e esse que eu repeti, eu achei interessante você enfatizar que isso tinha que começar na sala de aula. Quer dizer, alguma coisa tem que ser feita. Depois desta reunião, as entidades poderiam apresentar um projeto. Esta é a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, então, depois de uma audiência como esta, em que estamos tratando de vidas – e podemos dizer que são milhões de vidas que são perdidas devido a acidente de trânsito ao longo dos anos –, de repente, as entidades apresentam um projeto, a gente indica o relator, para que essa questão seja discutida desde a sala de aula.

Eu vou permitir que o Dr. Dirceu responda a uma pergunta que fiz em *off* para ele, agora vamos fazê-la em *on*: qual é a situação do Brasil no *ranking* internacional?

O SR. DIRCEU RODRIGUES ALVES JUNIOR – O Brasil vai mal. O Brasil está evoluindo, com uma frota pequena, em relação aos países que estão no grupo dos cinco primeiros.

Esse número do Brasil, para nós, é de 56 mil mortos e mais de 300 mil sequelados. A Índia atinge o primeiro lugar; a China, o segundo lugar; o Brasil, o terceiro lugar; em quarto lugar, vêm Estados Unidos e Rússia. Só que a frota de veículos desses países é dez vezes maior do que a frota brasileira. Então, se nós temos menos veículos, nosso número de mortos e sequelados deveria estar bem abaixo, e não está acontecendo isso.

Agora, importante: foi dito aqui pelo colega que há necessidade de uma atuação nas montadoras. É o que os países europeus têm feito, têm atuado nas montadoras com o intuito de aumentar a resistência, a carcaça do veículo. Esse veículo tem que absorver mais a energia cinética do impacto da colisão, e com isso transmitir para dentro da cabine, para dentro da estrutura a menor quantidade dessa energia, dessa forma propiciando menos lesões, lesões que não são tão graves. E o indivíduo vai chegar ao hospital inteiro, vai ser recuperado sem problemas. E é o que nós não temos.

Agora mesmo, nós estivemos com o secretário da Global NCAP, que faz os *crash tests*, que mostrou que o Brasil tem um veículo de cinco estrelas, um veículo de pequeno porte cinco estrelas. Por incrível que pareça, um pequeno veículo é cinco estrelas, que é o veículo up!, os outros estão lá em quatro estrelas, três estrelas, e existem veículos sem estrela nenhuma.

Então, acho que é necessário o Governo atuar nessas empresas para que essas empresas montadoras façam os veículos idênticos àqueles que são vendidos nos Estados Unidos, que são vendidos na Argentina, que são vendidos em outros países, onde é exigida a maior qualidade, a maior segurança com relação ao veículo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Dr. Juarez, por favor.

O SR. JUAREZ MONTEIRO MOLINARI – Só para acrescentar ao que o Dr. Dirceu falou com muita propriedade, lamentavelmente, no nosso País, mais de 60% dos leitos da UTI – e aqui está o nosso Presidente da Abramet em Brasília, Dr. Geraldo Guttemberg, que comprova –, mais de 60% dos leitos de UTIs no Brasil são ocupados por acidentados de trânsito. Com a situação grave que passamos na saúde, vejam bem: 60% das UTIs. Se tivermos dez leitos, seis são para acidentados. Então, não há vaga, às vezes, para o cardiopata, para o acidente vascular cerebral, para todos os casos.

E relembro que 2,5% do PIB são gastos em acidente de trânsito. Então, é o momento, e agradeço a proposição do Senador de nos unirmos e fazermos um projeto, de o Governo despertar, tem que haver alguma saída para reduzir essa epidemia grave que atinge o Brasil, que é a segunda causa de morte no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Por favor, agora, Dr. Ricardo Fróes Camarão, representante do Conselho Federal de Medicina.

O SR. RICARDO FRÓES CAMARÃO – Bom dia a todos.

Primeiramente, quero agradecer ao Senador Paim, Presidente desta Comissão de Cidadania, pela presença do Conselho Federal de Medicina, aqui representando o Presidente, Dr. Carlos Vital, que, por outro compromisso já agendado, não pôde comparecer.

Eu queria aqui iniciar essa fala, ressaltando que todas as palestras apresentadas até o momento foram muito bem colocadas, mas eu queria chamar a atenção para aquela primeira, do Dr. Trajano Henke, que foi mais rápida, chamando a atenção de que trânsito é cidadania. É cidadania de um povo. E uma coisa mais importante: precisa de ética. Trânsito é ética. Trânsito precisa ser levado e ensinado desde o momento em que a criança vai até uma geladeira na sua casa, toma o último copo de água da garrafa, e depois a deixa seca, não enche. O pai ou o responsável por aquele jovem tem que chegar e repreendê-lo.

Outros vão precisar beber depois que ele utilizar aquele último copo. Então, ali começa a se ensinar trânsito, por incrível que pareça. Porque trânsito é isso, é ética, é filosofia, e isso a gente começa a aprender dentro de casa.

Então, eu inicio essa minha fala, que eu preparei muito rapidamente, para chamar a atenção de que o papel da Medicina de Tráfego na redução dos acidentes de trânsito no Brasil está muito bem definido, como todos vimos aqui das outra apresentações.

Nascida nos Estados Unidos, a Medicina de Tráfego surgiu como um instrumento científico para o enfrentamento dos problemas surgidos em decorrência do avanço do processo trânsito no final dos anos 50 e início dos anos 60. No Brasil, foi criada como especialidade médica na década de 1980, através de uma resolução do Conselho Federal de Medicina, e, desde então, a Medicina de Tráfego vem contribuindo na formação de especialistas, como todos nós vimos aqui nas outras apresentações, através da nossa Associação Brasileira de Medicina de Tráfego, especialistas para atuar na prevenção dos acidentes de trânsito, ao realizarem os exames dos condutores candidatos à CNH.

Esse exame é um ato médico pericial e está previsto na Lei nº 9.503/97, o nosso CTB, e normatizado na Resolução do Contran nº 425, de 2012, e tem a colaboração de duas resoluções, uma do Conselho Federal de Medicina e outra do Conselho Federal de Psicologia.

Pelo Brasil afora, médicos especialistas em Medicina de Tráfego, ao examinar os candidatos à Carteira Nacional de Habilitação quando de suas renovações, permissões, adições ou mudanças de categoria, impedem e retiram das ruas aqueles que possam causar risco a sua própria segurança e dos outros condutores que utilizam as vias brasileiras. É o caso daqueles que apresentam patologias incompatíveis com a segurança viária, também já muito bem demonstrado aqui.

Quero chamar a atenção para que não esqueçamos o papel desta Casa Legislativa ou do Congresso Nacional no processo de interromper esse aumento das mortes e dos feridos no trânsito, com a criação de leis que buscam meios para evitar que mais vidas sejam ceifadas nas vias deste imenso Brasil. Cito aqui a Lei nº 11.705, de 2008, a primeira Lei Seca; a Lei nº 12.760, de 2012, a segunda Lei Seca, e, para não me alongar, a recente lei que aumentou as penas de condutores envolvidos em crimes de trânsito.

Por outro lado, o Congresso também precisa reconhecer que tem responsabilidade sobre esse aumento de acidentes, em especial quando não derrubou o veto do art. 56 do Código de Trânsito Brasileiro, aquele que proibia a circulação de motocicletas entre veículos de filas adjacentes e entre a calçada e os veículos. A Presidência da República o vetou por pressão da indústria. Essa permissão já ceifou a vida de milhares de jovens neste País e deixou milhares desses mesmos jovens condenados a invalidezes devidas às mais variadas sequelas, onerando sobremaneira os cofres da Previdência Social.

Eu quero aproveitar esse momento para lembrar que a Lei nº 13.103, de 02 de março deste ano, conhecida como Lei do Motorista, inovou. Aqui quero chamar atenção ao que o Dr. Dirceu, em um de seus eslaides, apresentou: esse conflito de leis, conflito de resoluções. E aqui é um conflito que está estabelecido neste País e que precisa ser solucionado. Por isso vou tocar nesse assunto. Houve uma inovação nessa lei, tornando obrigatória a realização de exames toxicológicos durante as renovações e mudanças nas categorias C, D e E. Inovou por quê? Porque não há paralelo no mundo mostrando que esse exame realizado neste momento da aquisição da CNH possa reduzir pelo menos um acidente. Não vai reduzir nem um acidente. Então, é uma lei, na verdade, inócua. Ela não vai salvar nenhuma vida, nem uma, e vai impor a caminhoneiros, a motoristas de ônibus, uma obrigatoriedade de um custo elevado, em torno de US$100 por exame.

E, em caso de positividade, vai levar esse mesmo candidato a pagar duas vezes, três vezes o mesmo exame, onerando em mais de R$1.200 a vida desse sofrido caminhoneiro, motorista de ônibus, etc.

O CFM, a Abramet, a Sociedade Brasileira de Toxicologia, dentre outras entidades científicas deste País, inclusive a Câmara Temática de Saúde e Meio Ambiente do Contran, são contra essa forma de realização desse exame. Essa lei, especialmente aqui nesta Casa, viola o art. 3º da Declaração Universal dos Direitos Humanos,

que é o direito à liberdade. Quero chamar a atenção ainda: já existem dois PLs na Câmara para que essa mesma situação obrigatória do exame toxicológico, realizado com cabelo, seja estendida para as categorias A e B, ou seja, todos os candidatos à CNH serão obrigados a realizar este tipo de exame, que não vai salvar nenhuma vida.

A medicina brasileira, através das mais variadas sociedades de especialidades, vem, ao longo de décadas, trabalhando incansavelmente no sentido de reduzir os acidentes de trânsito, especialmente reduzindo o número de mortos, feridos e sequelados, com ações voltadas à promoção da saúde, prevenção dos acidentes, assistência pré-hospitalar e hospitalar, além da recuperação de sequelados. Destaque-se aqui o papel da Abramet neste processo.

O Conselho Federal de Medicina e a Associação Brasileira de Medicina de Tráfego, desde o advento das câmaras temáticas pelo Código de Trânsito Brasileiro, vêm contribuindo com o Conselho Nacional de Trânsito no sentido de tornar nossas vias mais seguras e, principalmente, mais humanas. Essas instituições são duas estruturas da sociedade que, sem dúvida nenhuma, em muito têm contribuído para a redução das mortes e dos feridos no trânsito brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Dr. Ricardo Fróes Camarão, representante do Conselho Federal de Medicina.

O Dr. Juarez já dizia que é fundamental que a gente dê uma olhada com lupa nessa lei, buscando mudar o que for necessário.

O Dr. Dirceu queria fazer um comentário antes de eu chamar a segunda Mesa.

Dr. Dirceu.

O SR. DIRCEU RODRIGUES ALVES JUNIOR – Eu queria aproveitar a beleza exposta aqui pelo colega Ricardo e dizer o seguinte: esse exame toxicológico é um exame de larga janela, é um exame que vai me dizer se, em 90 dias, o sujeito usou droga. O que interessa para a Medicina de Tráfego, o que vai diminuir ou não os acidentes de tráfego é quando o indivíduo faz uso ou não dessa droga na direção veicular. O exame vai me mostrar se ele usou, mas não vai me precisar qual foi o dia, qual foi a hora. O sujeito pode tomar a cachacinha dele no fim de semana, mas a cachacinha durante o trabalho é impeditivo. O sujeito pode fumar a maconha dele no fim de semana. Não é crime para o Brasil. E ele pode trabalhar na segunda-feira sem o uso da droga. Então, é necessário que se pense nisso, o número de exames que vão ser feitos, e o importante: o afastamento do trabalho e o prejuízo que vai dar ao empresário, que vai dar ao Governo, porque esse indivíduo vai para a perícia médica; na perícia médica, ele vai ficar preso 90 dias até fazer um novo exame, vai receber pelo Estado, vai fazer falta à empresa; a empresa vai ter que colocar alguém no lugar. Imaginem o custo, o custo desse indivíduo que está empregado! Se autônomo, não terá dinheiro arrecadado nem pra pagar o aluguel ou a compra do veículo. Nós vamos criar uma situação social para esses indivíduos muito grave, gravíssima. Então, precisamos pensar melhor.

Assim como não podemos entender que treze horas de trabalho para esse homem seja o suficiente para que ele possa desencadear... Isso sim é que vai... Diminuindo esse tempo de exposição a esse trabalho é que nós vamos conseguir reduzir o número de acidentes, mas não com relação à droga. Se nós diminuirmos esse tempo... Nós sabemos que, com quatro horas na direção veicular, nós temos lapsos de atenção; com oito horas, nós temos déficit de atenção, e a possibilidade do acidente aumenta em duas vezes. É totalmente diferente daquilo que nós estamos falando sobre drogas

– cocaína, maconha, essas coisas que estão sendo usadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Ricardo.

Com essa fala, nós convidamos esta primeira Mesa que retorne à primeira fila pelo plenário. Mas, antes, o Dr. Juarez, em nome desta Mesa e do evento, me entrega um documento.

O SR. JUAREZ MONTEIRO MOLINARI – Em nome da Abramet do Brasil, eu quero passar ao nosso Presidente da Comissão, o laboroso Senador Paulo Paim, o livro que comemora os 35 anos de existência da abramet no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pode se levantar a Mesa para uma foto geral, e vamos para a segunda Mesa.

Uma salva de palmas para esta Mesa, pela sua competência. (*Palmas.*)

E agora, vamos às considerações finais e, naturalmente, perguntas e respostas sobre qualquer dúvida que tenha ficado.

Chamo para a segunda Mesa o membro do Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde do Ministério da Saúde, Srª Deborah Carvalho Malta. Seja bem-vinda.

Chamo a Professora Doutora Alessandra Sant'Anna Bianchi, que representa o Conselho Federal de Psicologia. Seja bem-vinda.

Jeferson Seidler, Coordenador Geral de Fiscalização de Projetos do Ministério do Trabalho, Emprego e Previdência Social.

Por fim, Stenio Pires Benevides, representante da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (Fenaprf).

Da primeira Mesa, pelo que percebi e vocês podem me ajudar, depois das considerações que farão, seria importante que sentassem aqui, na primeira fila, os nossos convidados que estiveram aqui nessa Mesa.

Ficou a proposta de que a legislação de prevenção no trânsito seja também ensinada, colocada, enfim, discutida na sala de aula, revisar a lei, que foi uma proposta final, e campanhas de prevenção. Quem entender que outras contribuições devem ser dadas como fruto do trabalho desta Comissão, pode, nas considerações finais, aperfeiçoar essas primeiras propostas.

De imediato, Drª Deborah Carvalho Malta, do Departamento de Vigilância e de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde do Ministério da Saúde.

A SRª DEBORAH CARVALHO MALTA – Bom dia a todos e a todas. Parabéns, Senador Paim, por organizar esta sessão. Agradeço a oportunidade.

Sem dúvida, esse tema é da máxima importância. Gostaria também de lembrar que, ontem, foi o Dia Global de Memória às Vítimas do Trânsito. Estamos agora, neste momento, com crianças de Brasília nos gramados, aqui, na Esplanada, celebrando o dia em memória às vítimas do trânsito. A partir de amanhã, já iniciamos, em Brasília também, a II Conferência Global de Segurança no Trânsito.

Na minha fala, eu vou apresentar alguns dados atualizados sobre essa tragédia. Também vou falar de iniciativas do Ministério da Saúde e encerrarei dando alguns informes sobre a Conferência Global.

Nós temos, Sem dúvida, um aumento epidêmico das mortes, dos acidentes no trânsito, e o papel da medicina do tráfego é fundamental. Devemos unir esforços no sentido de que possamos, juntos, propor alternativas.

Nós temos um grande problema no País, que é a hegemonia do transporte individual privado. Justamente, nesta Conferência Global, nós assinaremos uma declaração onde há uma grande ênfase na questão da mobilidade urbana, do transporte coletivo.

Temos uma frota de veículos ascendente, o que aumenta de forma exponencial, em especial, o número de mortes, maior risco nas vias, com impacto importante na saúde das pessoas. Esses são dados globais...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A doutora me permita, que, com alegria, eu registre a presença do Senador Telmário e Senador Hélio José, Senadores assíduos nesta Comissão, que, com certeza, terão contribuições a dar a este debate.

Está registrada a presença dos dois Senadores.

A palavra volta para a Drª Deborah.

A SRª DEBORAH CARVALHO MALTA – Obrigada.

Esses dados, em comparação no mundo, nós temos os acidentes de trânsito em nono lugar, em 2004, e com o que se projeta para o futuro, chegaremos em quinto lugar em 2030.

A OMS e a ONU têm uma série de iniciativas em relação ao tema, exatamente pela tragédia que isso representa em termos de leitos hospitalares e ocupação de UTIs.

No Brasil, as causas externas são a primeira causa de morte de 1 a 49 anos, incluindo homicídios, suicídios e trânsito. Quando nós dizemos do trânsito, a primeira causa de morte de 10 a 14 anos e de 40 a 59 anos, resultando em elevado custo social, na saúde, na previdência e em outros.

Esses são os dados oficiais do Ministério da Saúde. São um pouco distintos dos dados aqui apresentados pelos colegas da Abramet, que se referem não aos dados de morte no ano. Os dados que foram aqui citados são dados da seguradora, que se referem aos pecúlios, às indenizações que foram solicitadas. Esses são os dados reais. Nós saímos, então, em 2003, de 33 mil óbitos, chegamos ao pico em 2012, com 44.800 mil óbitos, e tivemos uma primeira redução, ainda tímida, mas reduzimos 2 mil óbitos em 2012 e 2013. Os senhores podem ver que as reduções foram sempre nos anos imediatamente após a lei, em 2008, e após a Lei Seca, em 2012. Então, boas leis e legislações adequadas realmente repercutem imediatamente no trânsito, salvando vidas.

Essa é a nossa distribuição. Vocês podem ver ali, no total, as mortes por acidentes de trânsito no global. Em vermelho, nós vemos o aumento crescente das mortes no trânsito causadas por motociclistas. Também internações, já são 175 mil ao ano, a maioria entre motociclistas (96 mil), com um custo crescente. Estamos dizendo só em relação a custos por acidentes de trânsito, 244 milhões, e 126 milhões por motos.

Dados recentes também entre a PRF e o Ipea, de custos no trânsito, revelam que 40 bilhões seriam os custos globais, sendo que, desses, 20% seriam atribuídos à saúde, o que incluiria também reabilitação, medicações e outros custos.

Estamos diante de um problema grave que envolve incapacidade, morte prematura, aumento de custos assistenciais, aumento da demanda de serviços. Existem vários marcos legais, dos quais eu destacaria o Código Nacional de Trânsito, a Política Nacional de Trânsito; na saúde, em 2006, a Política Nacional de Promoção da Saúde; enfim, uma série de outras políticas que têm salvado vidas.

Aqui, eu gostaria de dar destaque ao Projeto Vida no Trânsito, em parceria com oito ministérios e com os gestores municipais das capitais e das UFs, visando a qualificação, planejamento, monitoramento, acompanhamento e ações. Temos um foco nas informações integradas, aperfeiçoando essas informações, trazendo informações do trânsito, informações da saúde, para que possamos classificar os fatores de risco e definir as intervenções principais, definindo um conjunto de vítimas prioritárias para intervenção.

Têm sido identificadas como vítimas vulneráveis os motociclistas, os pedestres, e como principais fatores de risco, a velocidade e o uso de álcool.

Esse diagrama mostra a metodologia do Projeto Vida no Trânsito. Buscando reunir informações dos diversos órgãos, nós então temos um planejamento mais adequado. Com essa qualificação dos dados e com uma ação intersetorial, temos condição de definir localmente quais são as prioridades para intervenção. Nós temos portarias ministeriais com repasse regular para recursos aos Municípios. Sem dúvida, esta é a principal estratégia: um comitê integrado, intersetorial, com todos os órgãos que trabalham no trânsito, visando a um planejamento integrado.

Temos vários exemplos dos colegas de Curitiba, onde eles trabalham de forma integrada. Identificaram, por exemplo, que os principais fatores de risco foram velocidade, álcool, infraestrutura e também o desrespeito à sinalização.

Nós temos também um mapeamento dos principais eventos, e com isso, localmente, eles conseguem definir, em conjunto com todas as autoridades no trânsito, quais devem ser as principais intervenções. Com isso, tivemos uma redução das mortes no trânsito. Há também aquela redução que eu mostrei, entre 2012 e 2013. Além da Lei Seca, com essas intervenções locais, além das intervenções que têm sido coordenadas pela Polícia Rodoviária Federal, nós temos conseguido alguns êxitos iniciais. Esperamos cada vez mais avançar, para que possamos, num futuro ainda, conseguir atingir a meta global de redução das mortes no trânsito.

Gostaria aqui também de dar destaque ao Samu, que já cobre 75% da população. São quase 150 milhões de habitantes cobertos em 2.300 Municípios brasileiros, mostrando a importância de um atendimento rápido na cena, no local do acidente, salvando vidas. As nossas UPAs, as salas de estabilização, a linha do cuidado do trauma. Além do atendimento no local do acidente, toda conexão com as UPAs, com os leitos de retaguarda, buscando salvar vidas.

A ação do Ministério da Saúde, em articulação com Estados e Municípios e parceiros, tem sido efetiva no sentido de uma resposta integrada, uma resposta adequada.

Por fim, a 2ª Conferência Global sobre Segurança no Trânsito, da ONU. A partir de amanhã, nós já estaremos com eventos, aqui, na cidade Brasília. Em 18 e 19, nós teremos mais de 120 países aqui. Já há 50 ministros estrangeiros confirmados. O objetivo é avaliar o progresso da década de segurança de trânsito, de 2011 a 2020, reforçando o compromisso dos governos e instituições com o tema. Temos 1.500 participantes; na verdade, já seriam 1.800 pessoas inscritas, 123 países e 50 ministros convidados. O evento será no Centro Internacional de Convenções do Brasil, em Brasília. Iremos aprovar a Declaração de Brasília, que tem um foco muito importante na mobilidade segura, no transporte público sustentável.

Temos uma grande expectativa e esperamos os senhores, para que essa conferência, de fato, possa selar o compromisso dos governantes com esse tema de fundamental relevância. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Drª Deborah Carvalho Malta, do Departamento de Vigilância de Doenças Graves não Transmissíveis e Promoção da Saúde do Ministério da Saúde, que fala dessa conferência que eu entendo fundamental. Eu sempre digo que direitos humanos e vida não têm fronteira. Em qualquer parte do mundo, nós temos que estar e fazer o bom combate.

Senador Telmário Mota, com a palavra.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Bom dia, Senador Paulo Paim. Bom dia a todos os convidados.

Quero aqui parabenizar mais uma vez o Senador Paim. Ele é que faz o Senado começar a trabalhar cedo. Ele é que justifica o grande salário dos Senadores. Ele chega às segundas-feiras aqui e coloca em ação a Comissão Direitos Humanos, mas uma ação positiva.

De repente, hoje, uma segunda-feira, estamos trabalhando aqui e ouvindo vários especialistas nos diversos segmentos e não estamos atentando para um assunto da maior relevância que está acontecendo no País. Hoje, nós temos duas guerras civis no Brasil. Uma, o assassinato das pessoas, e a outra é o trânsito. Se formos ver os números com relação ao trânsito, vamos nos assustar, criar um pânico.

Hoje, temos o Estatuto do Desarmamento, que é uma arma de fogo para essas reações, lamentavelmente, muitas delas criminosas. Mas o carro virou uma arma perigosíssima. É nesse sentido que eu quero aqui fazer um apelo ao nosso Presidente, Senador Paulo Paim, e aos participantes. Há um requerimento meu pedindo uma audiência pública aqui, na Comissão, referente a um projeto do Senador Cristovam. Ele considera crime hediondo acidente de trânsito com vítimas fatais provocado por motorista alcoolizado ou sob efeito de substâncias análogas. Nós vamos ter essa audiência, aqui temos diversos especialistas.

Vejam vocês que todos os fatos culminam nisso. Hoje, por exemplo, os hospitais estão superlotados, principalmente as UTIs, de vítimas por acidente de trânsito. Às vezes, uma pessoa com AVC deixa de ser atendida, ou é atendida nos corredores, principalmente dos hospitais públicos, porque estão as UTIs ocupadas por vítimas de acidente de trânsito. Estão superlotadas. Nos hospitais, 60% ou 70% da emergência está ocupada por acidentados. Pelo menos no meu Estado é assim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Foi colocado aqui que, no mínimo, 60%.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Pois é. Então, acertei na mosca. Eu vivo levantando essa problemática.

Agorinha, a Drª Deborah falou que as causas são velocidade, álcool, desrespeito às sinalizações. A sinalização, às vezes, é malfeita, mas o desrespeito é porque as penalidades são muito pequenas. Infelizmente, o ser humano às vezes se educa pela dor, a dor da proibição.

Segundo os universitários, 142 pessoas morrem por dia de acidente de trânsito, 50 mil por ano. Hoje, o mundo está parado porque 136 pessoas foram covardemente assassinadas. Então, morrem covardemente 142 pessoas no Brasil e ninguém fica em pânico com relação a isso.

Essa é a colaboração que eu queria dar. Como nós estamos buscando ouvir as pessoas com relação a uma penalidade mais dura, por essa proposição do projeto do Senador Cristovam, eu queria que vocês me dessem uma oportunidade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Claro.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – ... de passar um vídeo e depois, no encerramento, muitos dos que já falaram aqui na primeira Mesa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eles vão falar de novo.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – ... dessem uma opinião sobre esse ponto de vista, para nos balizar.

Muito obrigado, Senador Paim, por essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Registramos a presença da Senadora Ana Amélia também, prestigiando a nossa sessão.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Gravíssimo, gravíssimo!

Cumprimento o Senador Telmário por ter apresentado o vídeo. Claro que não vamos bater palmas, porque é uma tristeza enorme ver isso acontecer.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Telmário Mota, pela contribuição que traz a nossa audiência de hoje.

Com a palavra.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – A impunidade é que, naturalmente, leva essas pessoas a praticar essas barbaridades. Então eu queria, naturalmente, formando juízo, colocar essas imagens, que acho são inúmeras, diariamente, dessa forma.

Nós falamos aqui em vítimas fatais. E os amputados por conta dessas irresponsabilidades?

O projeto do Senador Cristovam pode parecer muito duro, mas duro é perder a vida, duro é ficar amputado, duro é estar indo para o trabalho e uma pessoa, vindo de uma festa, levar seu braço e ainda jogar num córrego. Isso é muito mais dolorido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado pela contribuição, Senador Telmário Mota.

Os Senadores falam no momento que entenderem mais adequado. A Senadora Ana pediu a palavra agora, a palavra está com ela.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Paulo Paim, caros colegas Senadores, convidados, esta já é a segunda Mesa. Quero saudar o conterrâneo Juarez Molinari, que é um dos líderes da Abramet, que, ao longo do tempo, vem cuidando desse tema.

Nós, na Comissão de Assuntos Sociais, Senador Paim – V. Exª nos ajudou muito –, discutimos muito a questão envolvendo os acidentes com motociclistas. Esse é, talvez, um dos piores males. O Senador Telmário Mota não referiu, mas Boa Vista, a capital de Roraima, é a cidade de maior índice de violência envolvendo motociclistas e motos.

Hoje, a moto se tornou um veículo econômico. Transportam tudo numa moto, a família inteira. São os maiores absurdos em cima de uma moto. Mesmo se no carro, como no acidente mostrado aqui há pouco, a mãe e filha morrem, pela gravidade do acidente, imaginem numa moto, que não tem nenhuma proteção ao corpo, a não ser um capacete e se estiver com a roupa adequada, porque normalmente está de chinelo de dedo ou de calção. Portanto, não há nenhuma proteção para o corpo do motociclista.

São Paulo já reduziu bastante. Nós tratamos da questão em pelo menos três audiências públicas. Fizemos um seminário sobre o tema, tratando de algumas providências que são didáticas. Por exemplo, vimos que o preparo para habilitação de um motociclista era feito num campo absolutamente limpo. A moto praticamente deslizava sobre um cimento limpinho, arrumadinho, sem buraco, sem areia, sem água, sem nada. Então, não há como. Aquilo não era real. Aquilo era uma ficção, eu diria, um teste virtual. Ele não se habilitava num teste da realidade, qual seja, conviver com carros numa estrada, numa rua estreita, numa avenida ou numa estrada muito movimentada, com as questões de sinalização e tudo mais.

A questão relacionada à educação parece o eixo central de tudo isso. Discutimos muito aqui. Ouvi pela Rádio Senado porque tenho hoje que fazer um exame.

Sessenta por cento das UTIS estão ocupadas por acidentados de carros. Às vezes, pessoas doentes com câncer ou com alguma outra doença grave não podem entrar na UTI, porque ela está ocupada por um acidentado. Às vezes, vejam só, é um jovem de 34, vinte e poucos anos de idade, porque normalmente os acidentes ocorrem com gente jovem.

Esse é um custo de saúde pública. Há um custo da Previdência Social, porque essa pessoa, com vinte e poucos anos, fica inabilitada e terá que ficar sendo protegida pela Previdência social. A Previdência fez cálculos. São alarmantes os cálculos de gastos para as pessoas jovens, portanto, ao longo do tempo, além do gasto da reabilitação motora. O Sarah Kubitschek que diga a quantia de pessoas em reabilitação por causa de acidentes de moto ou de automóveis.

Ontem à noite, o Fantástico mostrou um caso. Conheço casualmente o Comandante Gustavo Assis, um comandante de helicóptero que estava num ônibus. Vejam só, ele pilota helicópteros. A vida é uma coisa impressionante. Ele, Senador Paim, estava num ônibus, indo para Florianópolis, o ônibus capotou e ele perdeu um braço. Lembrei do ciclista que teve o braço amputado num acidente provocado por um irresponsável, e o pior é que o pai, em vez de dizer que o filho errou, foi atacar a imprensa, que estava cobrindo aquilo. Faz oito meses esse acidente. Esse comandante colocou uma braço mecânico, uma mão mecânica, e fez o primeiro voo, autorizado pela Anac. Há um outro caso, no Amazonas, também de piloto de helicóptero, para essa autorização. Várias outras pessoas também foram vítimas desse acidente. Ele caiu num beiral. Ontem, ele apareceu fazendo uma demonstração e superação.

O eixo de tudo isso está em educação, educação e educação. Não adianta. Aqui em Brasília, o motorista, dentro de um carro do ano, abre o vidro e joga uma lata de refrigerante, que pode provocar um acidente com essa irresponsabilidade. Eu já vi gente jogar casca de coco, Senador Paim. Uma casca de coco! Pode vir no parabrisa do carro. É uma é uma coisa absurda! Aconteceu recentemente, me informaram, um carrinho de carga, desses que vão atrás do carro. Um reboque, que vinha carregado com aço, desprendeu na ponte e veio em cima de uma moça, que morreu na hora. Os filetes de aço, os vergalhões vieram direto na moça e ela morreu, 34 anos, deixando uma filhinha com dois anos de idade. Eu não estava em Brasília nesse dia, quem me informou foi a secretária. Então, são várias questões: a educação, o cuidado, o respeito.

Por que andamos em velocidade maior do que permite a rua? Porque nós queremos chegar na frente, queremos chegar primeiro, queremos ser os maiorais. Então, nós começamos a cometer essas imprudências, que são fatais, são graves. E numa estrada que está chovendo, que está molhada, que tem serração, que tem nebulosidade, vemos os maiores absurdos. Isso é um problema de educação, Senador. A lei pode ser a mais dura possível, mas ela esbarra no quê? Na impunidade. Entrega lá a carteira, depois já está com a carteira na mão de novo, paga uma fiança, uma multa, e nada acontece. E aí as pessoas que são vítimas, que perderam o filho, o pai ou uma mãe, veem o motorista irresponsável andando, flanando pelas ruas. Então, não há consequência. Se nós não tivermos educação, as leis mais duras podem ter um paliativo, mas não vão resolver o problema.

Acho que essa ideia de envolver as escolas... O dinheiro aplicado para investir na educação, nas campanhas, para onde foi? Para o caixa único, que é arrecadado para essa finalidade.

Então, Senador Paim, parabéns pela iniciativa. Eu quero cumprimentar a Abramet, porque vem combatendo permanentemente o tema. Colocar isso na agenda do cidadão brasileiro é também uma forma de manter alerta a sociedade para essa responsabilidade. Parabéns, Senador Paim, pela audiência pública. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Parabéns, Senadora Ana Amélia, pela contribuição que também traz ao debate, reforçando o que a primeira Mesa apresentou. Foram três iniciativas. Eles vão encaminhar um projeto para a Comissão Direitos Humanos, que o recebe, em nome das entidades, para que vá para a sala de aula esse debate. Daqui, eu encaminho para as comissões, que vão debater o mérito, revisar a lei e aprofundar a campanha de prevenção.

Profª Drª Alessandra Sant'Anna Bianchi, do Conselho Federal de Psicologia.

A SRª ALESSANDRA SANT'ANNA BIANCHI – Bom dia a todos e a todas.

Inicialmente, gostaria de agradecer ao Senador Paulo Paim pelo convite ao Conselho Federal de Psicologia para estar aqui. Coube-me a tarefa de representar a nossa presidente, a Drª Mariza Borges.

Eu preparei uma apresentação. Eu até imaginava que meus colegas da Abramet trariam alguns aspectos. Estão, por esses eu passarei mais rapidamente, para discutir outros que foram levantados aqui.

A primeira questão, que acho que é o que nos traz aqui hoje, realmente: por que as pessoas morrem ou ficam feridas no trânsito? Já foi visto que apenas 10% têm a ver com os veículos e com as vias e que 90% são fatores humanos. Que fatores humanos? As condições físicas, que também já foram muito discutidas, e as condições psíquicas, que têm a ver com a tensão, com percepção, com motivação e vão gerar os comportamentos que nós vemos no dia a dia dos condutores, o que é, em última análise, o que está provocando a situação caótica em que nós nos encontramos.

A OMS pondera alguns comportamentos muito importantes como comportamentos de risco e que seriam os grandes responsáveis por esses índices altíssimos de mortalidade: excesso de velocidade, não usar o cinto de segurança, não usar equipamentos de proteção adequados para as crianças, não utilizar o capacete, e álcool e direção.

Pensando em termos de desenvolvimento, diríamos que, dentro da Psicologia, há dois momentos de desenvolvimento humano que seriam problemáticos como comportamento no trânsito. O envelhecimento seria problemático porque temos que estar atentos tanto ao declínio cognitivo quanto ao surgimento de doenças degenerativas. Hoje em dia, a população está vivendo mais tempo, consequentemente dirigindo durante mais tempo. Esses são pontos com que nós teremos que começar a nos preocupar. Os países europeus já vêm se preocupando há alguns anos com isso, e isso, provavelmente, tem que entrar na nossa agenda.

Por outro lado, a adolescência. Os senhores vão me dizer: "não, nós não entregamos carteira de motorista para adolescentes." Sim, nós entregamos. Dezoito anos hoje, na nossa estrutura social, na forma como nós educamos os nossos filhos, nós temos adolescentes dirigindo. E eles estão morrendo. Alguns aspectos, que dentro da Psicologia estudamos e podem estar conectados com isso, têm a ver com *locus* de controle. *Locus* de controle é uma característica de personalidade que vai nos indicar o que a pessoa pensa, ou que entidades são responsáveis pelo que acontece com ela.

Estudo desenvolvido por nós, em Curitiba, indicou que os jovens condutores, ou seja, condutores entre 18 e 25 anos de idade, tendiam a atribuir a causas externas, ou seja, se algo der errado no trânsito, isso não é uma culpa minha. Resolvemos olhar isso também com os condutores mais velhos. Será que isso é uma coisa mais relevante na adolescência? Infelizmente não. *Locus* de controle é algo que nós teremos que ter em mente, Senador, quando nós pensarmos campanhas para o trânsito. Se o meu *locus* é externo, eu vou ter que trabalhar para que as pessoas reconheçam que existem contingências externas para controlar o comportamento delas.

A outra questão é uma característica, também de personalidade, muito presente na adolescência, que é a busca de sensações, aquilo que os colegas comentavam aqui: eu quero chegar mais rápido, o importante é sentir o vento na cara, o importante é ser o melhor do grupo. Isso, sim, na adolescência é extremamente preocupante porque o grupo influencia muito.

Eu deixei essa questão por último. Reconhecemos hoje como um dos grandes vilões, em termos de coisas que podemos trabalhar para diminuir a acidentalidade, que é a questão da percepção de risco.

A percepção de risco é algo que se estuda há algumas décadas e tem a ver com a sobrevivência dos seres em geral. No trânsito, o nosso grande problema, o que os estudos vêm indicando, é que as pessoas não percebem o risco, que nós precisamos aumentar a percepção de risco. Por exemplo, quando nós perguntávamos, numa pesquisa sobre o uso de álcool e direção, a jovens entre 18 e 25 anos, que risco eles percebiam no trânsito frente a esse comportamento, o que saía como relevante era o risco de levar uma chamada de atenção dos pais quando chegassem em casa. Não era o risco de acidente, não era o risco da polícia pegar, não era o risco de que pudesse acontecer qualquer outra coisa, que os amigos não quisessem ir com ele. O único

controle que parece que ainda funcionaria um pouco seria os pais, em casa, monitorarem. Isso é muito preocupante do ponto de vista geral.

Então, essa percepção de risco pode ser aumentada? Pode. Ela deve ser? Deve ser aumentada. Todos os modelos teóricos de percepção de risco com que trabalhamos dizem que vários agentes podem trabalhar juntos, em colaboração, para que nós aumentemos a percepção de risco e, consequentemente, isso diminuiria o comportamento de risco no trânsito.

Claro, o primeiro agente que poderia colaborar nisso é justamente o Governo, no sentido não só de fazer boas leis, mas também de estabelecer controles adequados. Não adianta termos uma legislação fantástica para uso de álcool e, por outro lado, nós não temos um controle para isso. As pessoas acabam entendendo que não é tão importante porque, afinal de contas, fazendo uma analogia, o imposto de renda, que é importante, o Governo deu um jeito de controlar. O Governo encontrou uma forma de ver se todos nós fazemos nossa declaração, entregamos o dia 30 de Abril. Se não encontrou uma forma ainda efetiva para o álcool, talvez o Governo esteja lançando a mensagem de que não é importante.

O colega, o Dr. Dirceu, falava em resoluções conflitantes e eu lembrei outra, que diz sobre as crianças andarem em moto. Nós temos o Estatuto da Criança e do Adolescente, protetor, que busca salvaguardar a vida das crianças, e nós dizemos lá que uma criança pode andar em moto a partir dos 7 anos, sempre que ela tenha condições de cuidar da sua própria segurança. Que criança de 7, 8 anos tem condições de cuidar da sua própria segurança?

Outra questão também do Governo. Nós consideramos uma falácia na Psicologia de que se nós avisarmos onde estão os controles de velocidade, isso vai ser educativo. Fizemos um estudo, agora em junho, na Universidade Federal do Paraná. Em vários pontos da cidade, fizemos medições antes do aviso de onde estava o radar, o controle de velocidade, e fizemos após. Se fosse educativo, deveria diminuir o número de pessoas, por exemplo, que saltam o sinal vermelho ou que excedem velocidade após o controle. E isso não foi verdade, infelizmente. Inclusive, aumentou um pouco no ponto seguinte que nós fizemos a medição. Então, isso é algo para pensarmos. Não há teoria psicológica que justifique esse tipo de ação nossa de avisar antes sobre os controles.

Já falei também da importância da fiscalização. As pessoas têm que perceber que a fiscalização vai acontecer e que elas não sabem onde. Não é que os europeus consigam diminuir a acidentalidade porque eles são melhores intrinsecamente. Uma coisa muito importante na construção do comportamento mais seguro na Europa foi que não se sabe quando você vai ser fiscalizado, mas você sabe que vai ser. Existe a percepção do risco de que algo vai acontecer se você exceder a velocidade, se você for pego dirigindo alcoolizado.

Temos outro grupo de agentes que poderia colaborar nisso, que é família. Eu já falei um pouco sobre como os pais, mesmo com os nossos supostos adultos, ainda têm um papel muito importante; a sociedade como um todo, na medida em que nós precisamos mostrar que trânsito é uma coisa séria, que eu não é aceitável que alguém saia de casa embriagado.

Isso não é permissível, assim como nós não aceitaríamos que as pessoas fizessem outras coisas na nossa frente; e os amigos, mas esses são os que eu menos conto, porque nós sabemos que os amigos, ou os pares dos jovens condutores, que são o grupo mais expressivo de morte no trânsito, não tendem a ser, no nosso contexto, uma influência positiva no sentido de diminuir comportamentos de risco.

Bem, em termos de ações concretas, nós poderíamos pensar, primeiro – e essa é uma ação para cada um de nós –, em viver como quem sabe que o trânsito é um sistema de risco. Isso amplamente dito, divulgado, que nós realmente acreditamos nisso.

Aprender com as boas práticas de outros países. A Espanha, por exemplo, conseguiu uma redução fantástica da mortalidade no trânsito nos últimos anos. Dos países europeus, provavelmente é um dos mais similares a nós culturalmente. Nós temos que olhar o que eles fizeram, como é que foi feito, o que nós podemos aproveitar aqui também.

Desenvolver e avaliar campanhas de segurança no trânsito. Falou-se falou bastante em educação aqui. Eu trabalho com crianças entre dois anos e meio e dez anos com educação para o trânsito. Nós já atendemos mais de 15 mil crianças nos últimos anos. Estamos muito convencidos de que, se não houver uma intervenção maior que chegue aos pais também, nós vamos perder a ação que nós fizemos. A escola pode e deve educar, mas nós precisamos educar os professores e os pais, senão vamos perder a guerra. Quando eu falo em campanhas, eu penso justamente nessa ação que vai englobar a educação, inserida no contexto das escolas, mas englobar também os pais, os professores, a sociedade como um todo.

E a importância de nós avaliarmos essas campanhas. Muitas vezes, nós achamos muito bonita a campanha, muito bem pensada, mas ela não tem o efeito que nós queríamos, ou nós sequer sabíamos isso, porque nós não temos a prática, no País, de avaliar o que está sendo feito.

Trabalhar para que palavra "acidente" seja substituída. Isso também já foi falado aqui. Houve uma comissão da ABNT faz alguns anos. Não conseguiu naquele momento. Usar a palavra "acidente" induz ao erro, leva as pensarem que é algo eventual, que é algo que pode acontecer com qualquer um. No meu Estado há uma expressão: "Só o peru morre de véspera." Nós precisamos mostrar que não. Acidentes de trânsito não são alguma coisa fortuita, do destino, ou do que seja.

E, finalmente, cobrar do Governo que as verbas destinadas a ações para a educação para o trânsito sejam contingenciadas. Esse dinheiro está preso, também já foi falado, e é muito importante que sejam feitas ações, mas, para se fazer ações, é preciso financiamento.

Como a Drª Deborah já mencionou, nós temos a segunda conferência. A Carta de Brasília, nas suas proposições iniciais, considera justamente muitas dessas coisas que nós estamos trabalhando aqui hoje: a importância da fiscalização, do monitoramento do risco, o papel das campanhas. O Governo vai assinar pelo País essa Carta. Nós precisamos mostrar que também necessitamos de financiamento para poder fazer as coisas.

Por fim, dizer que a Psicologia pode ajudar. Nós conhecemos os condutores porque eles também passam por avaliação. Então, nós temos uma gama de informações importantes. Nós conhecemos os mecanismos psíquicos que funcionam e temos um compromisso ético com o País. Então, quero colocar, desde já, a Psicologia brasileira à disposição, para trabalharmos juntos no que possa ser feito nessa área.

Gostaria de fechar com uma frase do escritor francês Victor Hugo, que justifica por que nós estamos aqui, numa Comissão de Direitos Humanos, discutindo o trânsito: "Quando uma morte é evitável, deixar morrer é um crime imperdoável."

Muito obrigada.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Profª Drª Alessandra Santa'Anna Bianchi, que falou pelo Conselho Federal de Psicologia, deixando uma série de orientações, sugestões, inclusive que tem que haver orçamento.

Achei bem interessante esta ideia de mudar a palavra "acidente".

O SR. PRESIDENTE (Jeferson Seidler) – Por favor, o Coordenador-Geral de Fiscalização de Projetos Substituto do Ministério do Trabalho, Emprego e Previdência Social, Dr. Jeferson Seidler.

O SR. JEFERSON SEIDLER – Muito obrigado, Senador Paim. Muito bom dia, senhoras e senhores presentes. Quero cumprimentar também os demais integrantes da Mesa.

Esse tema, realmente, causa escândalo e indignação pela quantidade de mortes, mutilações e tantos outros dramas nos acidentes de trânsito. Estamos discutindo hoje, principalmente, o papel da medicina do tráfego. Hoje, eu trago um pouco de um enfoque mais limitado em relação aos acidentes de trabalho que ocorrem no trânsito.

Queria destacar também a Segunda Conferência Global, que terá a participação também do Ministério do Trabalho, procurando trazer um pouco esse enfoque trabalhista para a prevenção de acidentes do trânsito.

Quanto aos acidentes de trabalho no Brasil relacionados ao trânsito, há um destaque muito grande para as mortes de motoristas no transporte rodoviário de cargas. Aproximadamente, 15% das mortes registradas como acidentes de trabalho na Previdência Social ocorrem com esses trabalhadores. Também se destacam o setor de transporte rodoviário de passageiros. Quando fazemos cálculos de taxas de mortalidade e de incapacidade permanente para o trabalho, em praticamente todos os Estados do País, é de se destacar claramente que esses números são claramente subnotificados. Nós temos aí os dados da Rais, que referem aproximadamente 400 mil motoristas de caminhão registrados pela CLT. Temos uma estimativa de 900 mil chamados transportadores de carga autônomos. Porém, sabemos que grande desses ditos autônomos são, na verdade, trabalhadores que deveriam ser celetistas.

Temos, no Ministério do Trabalho, uma iniciativa de um grupo especial de fiscalização móvel chamado Getrac, que é o Grupo Especial de Fiscalização do Trabalho em Transportes, que está em atuação desde 2009. Nesse período, chegamos a quase 200 mil casos de descaracterização de contratos de terceirização. Na verdade, eram motoristas que trabalhavam numa empresa só, com todas as características de vínculo trabalhista. Então, quase 200 mil desses motoristas eram, na verdade, trabalhadores celetistas. Isso só nesse pequeno grupo de 4 ou 5 auditores fiscais, que têm feito um número ainda restrito de fiscalizações. Acreditamos que esse número seja, realmente, muito expressivo entre esses 900 mil que trabalham como autônomos e sobre os quais, normalmente, não temos tanta ingerência.

O que percebemos nas nossas análises de acidentes, um fator que tem muito destaque é a jornada. Tanto nas fiscalizações de rotina como nas análises de acidentes de trabalho, temos observado uma jornada excessiva extremamente frequente. E aqui não estamos falando de jornadas de 9, 10 ou 12 horas; estamos falando

de jornadas de 18, 22, 26 horas no volante de um caminhão, às vezes em outros veículos menores. Isso gera claramente uma fadiga, aliada também aos problemas de descanso. Tudo isso tem bastante relação com as distâncias que esses trabalhadores têm que percorrer.

Não faz muito sentido para nós pensar que um caminhoneiro deva sair lá Sul do País e levar uma carga até o Amazonas ou o Pará sozinho ou em dupla. Ainda que ele tenha dupla e faça seus revezamentos, o local de descanso dificilmente é adequado.

Então, sentimos falta da redução da frota de motoristas profissionais e que tenhamos um investimento maior na recuperação de malhas e de outros transportes mais seguros e que não envolvam tantas pessoas no risco do trânsito. Acreditamos que isso não reduza postos de trabalho porque os motoristas de caminhão sempre serão necessários para fazer trajetos menores – portos litorâneos, rios ou mesmo portos secos. Acredito que isso seja muito importante para a redução dos acidentes de trabalho relacionados ao transporte rodoviário de cargas.

Além disso, temos ainda inúmeros outros tipos de acidentes que acontecem, por exemplo, com os motociclistas. Aqui, a subnotificação é muito maior, porque temos registradas, em 2014, apenas 27 mortes de motociclistas relacionadas ao trabalho. Esses são motociclistas celetistas. Acreditamos que exista uma grande subnotificação, pela própria confusão que se faz – ah! é um acidente de trânsito, então, necessariamente, não é do trabalho – e também pela quantidade enorme do trabalho informal ou, entre aspas, "autônomo" dos motociclistas. Não temos um dado mais específico de quantos realmente se acidentam ou ficam incapazes no uso da motocicleta enquanto estão trabalhando.

Aqui, são outras relações de trabalho que estão envolvidas e que têm muito a ver com essa questão da pressa na entrega, do ganho por produtividade, que também envolve os caminhoneiros, que têm pressa de chegar por causa do frete, da carga etc. Em relação aos motociclistas, isso acontece muito frequentemente. Hoje vemos menos, mas ainda existem aquelas propagandas: se não entregar em 20 minutos, o cliente recebe o dinheiro de volta. E esse dinheiro, fatalmente, sairá do bolso motociclista que está entregando. Isso também precisa ser abordado.

Nesse sentido, acreditamos que é extremamente necessário que haja uma mobilização de toda a sociedade e de uma maior integração dos diversos órgãos que lidam com o assunto – o próprio Ministério da Saúde, o Ministério do Trabalho e Previdência Social, os órgãos de trânsito como um todo, Polícia Rodoviária Federal. Por exemplo, nesses acidentes, temos muita dificuldade de fazer análise das questões trabalhistas porque ocorre no meio de uma estrada, chegam a polícia e o bombeiro, mas nós não conseguimos chegar lá. Nós temos pouquíssimos auditores fiscais atualmente em atividade. Muitas vezes, esse próprio deslocamento depende de conseguir veículo, conseguir transporte para chegar lá. Geralmente, chegamos depois de vários dias e temos dificuldade de caracterizar as questões trabalhistas envolvidas no acidente. E assim também o Corpo de Bombeiros, Ministério Transportes, diversas entidades estão trabalhando, muitas vezes, sem uma grande integração.

Esse é um assunto que envolve a sociedade inteira, desde a educação, que foi muito tratada aqui, mas envolve também a necessidade de ações mais integradas e contínuas. É preciso que a sociedade seja cada vez mais alertada sobre essa questão. Eu fico pensando: quantas vezes vimos manchetes de jornal, em primeira página, em letras garrafais, falando dessa mortandade e da incapacidade? É raro vermos algo nesse sentido, a não ser em dias de comemoração. Eu acho que deveria ser dito, praticamente todo dia, na primeira página de todos os jornais: cento e tantos mortos ontem, 120 hoje, assustar a população com isso, para ela entender que precisa cobrar dos responsáveis, e cobrar também individualmente, não apenas ficar esperando que os órgãos governamentais tomem conta de todos os assuntos. É necessário que empregadores, empregados, usuários do sistema tenham uma maior conscientização em relação aos acidentes de trânsito.

Estamos à disposição, lá no Ministério do Trabalho e Previdência Social, no Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, para dados mais minuciosos, se alguém se interessar.

Eu queria finalizar, falando em relação à interface clara que existe entre a medicina do tráfego e a Medicina do trabalho, que é com que trabalhamos mais amiúde. Sabemos que muitos médicos do tráfego também atuam na seara da medicina do trabalho e sentimos falta de uma maior integração, do ponto de vista científico, como congressos, jornadas, seminários, que tratem especificamente do que pode ser feito em relação a essa prevenção.

Ela não é apenas nesse momento de declarar aptidão ou inaptidão eventualmente, mas, continuamente, o que pode ser feito no âmbito dos serviços de saúde e segurança das empresas de transporte e no próprio âmbito dos serviços de segurança e de saúde gerais que precisam evoluir, uma vez que a Convenção nº 155, da OIT, determina que os Estados procurem fornecer serviços de saúde e segurança ocupacionais para todos os trabalhadores. E hoje o SESMT envolve...

(Soa a campainha.)

O SR. JEFERSON SEIDLER – ...só uma parte pequena desses trabalhadores. A gente precisa pensar em como atender mais trabalhadores com os serviços especializados; e que essa interface entre a Medicina do Trabalho e do tráfego trabalhe com uma prevenção contínua e não apenas com exames periódicos ou admissionais.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Sr. Jefferson Seidler, que falou pelo Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério da Previdência Social, na ótica do mundo principalmente do trabalho; aí, pega todo o deslocamento de casa para o emprego.

Eu tenho inscritos o Senador Cristovam e o Senador Medeiros. Não sei qual quer falar primeiro.

Senador Medeiros, por favor.

Em seguida, será o Sr. Stenio.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Aproveito para cumprimentá-lo e todos dos convidados, todos que a nós assistem pela TV Senado; todos que estão aqui. E parabenizar pela pertinência do tema, pela importância do tema que V. Exª traz. Aliás, como sempre a CDH trazendo temas importantes para a vida do País.

Senador Paim, creio que... Esse final de semana eu estava olhando as redes sociais e a maioria dos perfis estava com a bandeira da França, em homenagem às vítimas. E, óbvio, é de se louvar a atitude das pessoas condoídas por aquela tragédia que aconteceu na França. E eu fiquei pensando que por uma questão de lógica, todo dia nós tínhamos de estar com a bandeira do Brasil no nosso perfil, porque o que morre de pessoas no nosso trânsito, nas rodovias é terrível, imenso!

E, por vezes, a nossa indignação é um pouco seletiva. Eu falo isso desde a época do acidente da TAM, quando aconteceu aquela tragédia; quando aconteceu a tragédia da boate Kiss, também. Nós nos chocamos com as tragédias quando tem certa quantidade de pessoas no momento, mas as vítimas a conta-gotas nós deixamos passar. Parece que não é tão grande o prejuízo. E, na verdade, quando chega o final do ano e se faz o balanço, é uma coisa horrenda. E eu creio que vocês já trataram disso aqui.

Eu moro num Estado em que a população é menor do que a de alguns bairros de São Paulo, que é o Estado de Mato Grosso. Tem poucas rodovias, praticamente só dois corredores. Mas mesmo nessas rodovias, todo ano morrem 280 pessoas. Varia: 276, 282. Mas a média é 280 pessoas.

Eu até passei a falar que nós temos uma boate Kiss, Senador Paim, porque V. Exª inclusive fez uma audiência aqui a respeito das vítimas. Mas nós temos uma boate Kiss por ano, no Estado de Mato Grosso. Aí eu tiro por base o restante do País.

Por isso, eu digo da importância de estarem todos esses profissionais: pessoal da Abramet e todos os estudiosos aqui, para a gente começar a se debruçar... Porque esse debate é importante, mas é muito pouco feito no País. Pouco se fala.

Quando se fala em trânsito, o pessoal não dá muita importância. Na verdade, nós estamos com as cidades abarrotadas, com as cidades trancadas; e eu não vejo muita força de vontade política de a gente mudar esse cenário. Nós temos uma cultura onde até as propagandas dizem que brasileiro é apaixonado por carro. E louvamos o carro, e aquela coisa toda. Só que estamos morrendo.

Temos um trânsito e temos tudo feito para o carro, e o pedestre vai desaparecendo... Parece que não existe. Na verdade, nós somos todos pedestres. Esse é um chavão, mas nós somos todos pedestres e eventualmente somos passageiros ou motoristas de um veículo. E o problema se vai avolumando. As nossas cidades vão surgindo e nas que já estavam, a cada ano a frota duplica. Vêm as facilidades de financiamentos e a coisa vai só piorando.

Então, quando vem esse tipo de debate, eu fico muito contente, porque me lembro daquele livro da Prof. Beatriz que falava... Acho que é da Prof. Beatriz, que diz: "precisamos falar sobre o Kevin", em relação a doenças mentais; eu diria o seguinte: nós precisamos falar sobre trânsito, precisamos falar sobre transportes, nós precisamos falar sobre como vamos nos locomover nos próximos 30, 40, 50 anos. A tecnologia se desenvolve a cada dia, na velocidade da luz, e nós continuamos no velho e obsoleto meio, fazendo as mesmas práticas.

Não sei qual foi o pensador, mas teve um que disse que é impossível encontrar resultados diferentes sendo que você faz a mesma coisa sempre.

Nós não temos começado a tratar, por exemplo, de políticas de transporte coletivo. Nós temos ainda um modelo em que apesar de ser um tipo de negócio extremamente lucrativo... Eu ouvi alguém dizer o seguinte, que o melhor negócio do mundo é uma empresa de transporte bem gerida.E o segundo melhor negócio do mundo é uma empresa de transporte mesmo mal gerida.

E ele fazia um comparativo dizendo o seguinte: qualquer negócio que você monte, precisa ter um departamento de cobrança, você vai vender a prazo, você tem que cativar o cliente. Ele falou: não. Transporte coletivo é o único que o cliente está ali ávido esperando-o, faça sol ou faça chuva. Se chover, melhor ainda. E ele paga à vista. É um negócio maravilhoso.

Mas o que geralmente as empresas fazem? Tratam mal esse cliente, espantam-no, de forma que ele fica ávido para conseguir um dinheirinho para comprar uma motocicleta ou um carro velho e se livrar daquilo lá.

Eu não consigo entender muito essa lógica. Com isso, a cada ano vocês começam vendo-os falarem: "Olha, nós precisamos de subsídio para continuar o negócio; nós precisamos que as prefeituras ajudem". Aí, no negócio vai realmente morrendo, nossas ruas vão se abarrotando e o problema se vai avolumando.

O problema está tão grande que realmente, Senador Paim, precisa disso que V. Exª está fazendo aqui: trazendo cabeças pensantes, pessoas que pensam, para que a gente comece a falar sobre que trânsito queremos, como queremos nos locomover. E mais importante do que tudo isso é como a gente para essa mortandade, esse genocídio que está acontecendo!

Se você fizer uma conta simples, pode pegar tudo o que está acontecendo do Isis (Estado Islâmico), Faixa de Gaza. Tudo. Pega todas as guerras, põe aí, soma e compara com os números de mortes de trânsito no Brasil; talvez não dê a metade. E a gente às vezes fica anestesiado, quieto, não falamos sobre isso.

Aproveito sempre para provocá-lo toda vez que ele está presente. É a mesma coisa sobre a questão da educação. Nós temos um João Batista que fala sobre educação no Brasil, está aqui do meu lado. É a voz que clama no deserto. E nós estamos repetindo a mesma coisa, indo para o buraco, porque nosso desenvolvimento depende da educação e nada acontece. É a mesma coisa com o trânsito.

Então, tem certos assuntos que a sociedade teima em não falar. Mas ainda bem que há vozes que teimam em falar. E é essa pequena chama que eu tenho esperança que possa crescer.

O Senador Paim está de parabéns. E aproveito para parabenizar esse grande arauto da educação no Brasil, o Senador Cristovam Buarque, que está aqui do meu lado.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Medeiros.

Só para situar todos, o Senador Medeiros, além de ser um grande Senador, um jovem Senador, dessa boa safra que chegou no Senado nesse período... Diziam-me – eu sempre repito isso – que os que vinham eram muito reacionários. Não foi bem assim. Os que estão chegando aqui no Senado, principalmente os mais jovens... Telmário é outro dessa safra. Cristovam é mais velho, já. Mas darei a palavra e em seguida vou ler. Telmário também veio desse time novo. E Medeiros, além de tudo, é policial rodoviário, conhece bem essa lida das estradas.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Colega do Stenio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Colega de Stenio.

Senador Cristovam com a palavra, por favor.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Presidente, senhores palestrantes que estão conosco, Srs. Senadores, o que tento fazer com esse projeto de lei é mais um gesto de educação. Ao considerar hediondo, além de dar instrumentos à polícia, ao Ministério Público, à Justiça para punir exemplarmente os que dirigem alcoolizados e provocam mortes, estou querendo fazer um gesto de dar consciência ao Brasil inteiro de que o assassinato usando um veículo dirigido por uma pessoa embriagada é um ato profundamente grave e as pessoas fazem isso; estão fazendo e continuam fazendo.

A Lei Seca foi uma das grandes conquistas do Brasil. Quando a gente pensa sobre o que o Brasil tem feito de bom ao longo dos últimos anos, pode colocar a Lei Seca. E conseguiu dar resultados. Reduziu. Mas reduziu ainda pouco. Temos 44 mil mortos. Isso pede gestos mais profundos.

São gestos como eu defendo, de tomar o carro, porque nos países como o nosso, zelam mais pela propriedade do que pela prisão. Preferem ser presos a perderem o carro. Aí tem que começar a tomar o carro! A gente não toma o revólver de alguém que assassina uma pessoa com aquele revólver? Tem que tomar o carro e proibir de dirigir para sempre.

Mas isso é outra discussão. Por enquanto, o que a gente quer é a ideia de dar uma consciência, no Brasil, de que esse é um crime não comum, gravíssimo, que é dirigir e matar estando sob efeito de álcool, que todos sabem que reduz os reflexos e termina fazendo uma pessoa muito pacífica ficar violenta, uma pessoa excelente motorista ficar um barbeiro, como se diz. E me desculpem os barbeiros. Então, essa é a ideia. E eu espero que a gente chegue a isso como um gesto pequenininho da luta para que o Brasil tenha um trânsito decente.

Como governador, se fosse escolher das coisas que eu mais me orgulharia, sem dúvida colocaria entre duas ou três, como eu enfrentei aqui o problema do trânsito. Nós éramos campeões brasileiros de mortes no trânsito, até por causa das vias expressas que temos no centro da cidade. E em uma campanha dura com os pardais, com multas e com grande conscientização, conseguimos reduzir dramaticamente, positivamente, as mortes.

Na frente do Palácio do Governo eu coloquei, Medeiros, uma placa bem grande que indicava o número de vítimas no trânsito mês a mês, isso até para cobrar do governo, porque se um dia subisse, era desmoralização completa. E foi diminuindo, diminuindo, diminuindo. Não zerou. Zerar é quase impossível. Mas, por exemplo, um importante indicador de sucesso: fim de semana, no Distrito Federal, ficavam doentes pelo chão, nos hospitais de politraumatizados. No final da campanha, sobraram leitos nos hospitais de politraumatizados. Sobraram.

Eu uso muito táxi, e os taxistas diziam que tinham raiva de mim no começo, porque precisavam ir devagar e pagavam multa. Mas no fim reconheceram que isso foi positivo. Lembro-me de um que pediu que eu escrevesse uma mensagem para a esposa dele, porque ela disse que dormia tranquila depois de toda essa campanha chamada Paz no Trânsito.

O Pedro Parente, que era chefe de gabinete do Fernando Henrique, naquela época, veio um dia me ver e disse: "Olhe, eu vim fazer um pedido a você: eu não consigo mais dormir enquanto meu filho não chega em casa, com medo do trânsito". Isso foi um fato muito importante para a virada que nós demos com o Paz no Trânsito. Isso foi logo no começo do governo. Pois bem, mostrou-se que é possível. Chegamos a ponto de respeitar a faixa de pedestres. Era inimaginável, no Brasil, o pedestre ter poder sobre o motorista.

Como conseguimos a paz no trânsito? Quando conseguimos convencer as crianças de indo no carro dizerem ao pai que respeitasse a faixa. Por que as crianças faziam isso? Porque as crianças se sentiam empoderadas ao dizerem: "Pai, pára o carro porque ali tem um pedestre". E, aos poucos, hoje está aí. É algo que pegou. É uma questão de cultura e cultura é uma questão de educação.

O trânsito, no Brasil, tem muito a ver com a engenharia do trânsito, mas a mortalidade que nós temos é uma questão de cultura, da arrogância dos motoristas sobre os pedestres. Da cultura do automóvel como símbolo da riqueza e do poder. Isso leva a fazer com que tenhamos tantos assassinatos no trânsito. O nome é assassinato mesmo! Não é acidente.

Você pode até dizer que é um assassinato por acidente, mas é um assassinato, tirou uma vida. Mas quando está alcoolizado, não é simples acidente, foi um gesto de assassinato que precisa ser punido exemplarmente. E a ideia é essa do crime hediondo. Mas, sobretudo, a ideia da lei é criar uma consciência de que isso é tão ruim, tão negativo, tão pecaminoso que a gente chama de crime hediondo. E eu espero que com essa figura formidável que é o Senador Telmário, nós tenhamos um parecer que convença os Senadores de aprovarem. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Cristovam. Bela contribuição que mais uma vez V. Exª dá a esta Comissão e ao País, com essa proposta.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Senador Paim, só para lembrar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – ...na esteira do que o Senador Cristovam falou, que eu protocolei um projeto, inclusive, e estou apanhando por causa dele, mas justamente nessa linha de a pessoa que estiver alcoolizada e causar acidente com vítima perder o carro. É só para lembrar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Passamos a palavra, agora, ao representante da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FENAPRF), Sr. Stenio Pires Benevides.

O SR. STENIO PIRES BENEVIDES – Bom dia a todos. Quero parabenizar o Senador Paim pela iniciativa, pelo trabalho fantástico. Há muitos anos a gente vê a carnificina muito grande nas rodovias federais e no Brasil como um todo, por conta dos acidentes de trânsito.

Antes de iniciar a apresentação, há dois pontos que a professora abordou bastante interessantes. Um é a questão do nome acidentes. A nossa Diretora Geral da Polícia Rodoviária Federal, Inspetora Maria Alice, inclusive, em reunião última em Genebra, na Suíça, já solicitou e protocolou um requerimento solicitando o nome de acidentes; e num dos temas que acho que serão discutidos aqui nessa semana, na conferência, é exatamente encontrar um nome correto, uma ocorrência e não um acidente; um fato que aconteceu que de fato não é um acidente.

Na grande maioria, conforme os dados estatísticos da Polícia Rodoviária Federal, aproximadamente entre 92% e 93% dessas ocorrências poderiam ter sido evitadas simplesmente com um pequeno cuidado, Senador Medeiros, que o condutor deveria ter na condução do seu veículo, ou outros fatores poderiam evitar os acidentes.

Segundo, o que muito me alegrou foi a história de a gente avisar que está fiscalizando. Isso categoricamente não funciona. E os radares são um grande exemplo disso. O cidadão, na grande maioria das vezes, vê a sinalização do radar, diminui a velocidade, passa pelo radar e em seguida já está em excesso de velocidade, muitas vezes quase em dobro. Posso mostrar imagens aqui de cidadãos que foram flagrados na rodovia federal, semana passada, a 212 quilômetros por hora. É simplesmente transformar o carro em uma arma.

Nós, policiais rodoviários federais, trabalhamos diuturnamente atendendo os acidentes. E aqui parabenizo todos os policiais rodoviários federais do Brasil que se dedicam a esse trabalho. É um sacerdócio. Deixam suas

famílias para tentar salvar as vidas dos usuários, dos cidadãos que estão transitando nas rodovias federais. Muitas vezes salvam as vidas deles mesmos, das irresponsabilidades que cometem ao longo das rodovias federais.

Vou apresentar rapidamente, aqui. A gente vai falar rápido, aqui. Vou pular alguns eslaides: o contexto estratégico das rodovias federais, a estrutura da PRF, os acidentes de trânsito nas rodovias federais, o custo social dos acidentes. Vou me ater um pouco mais nesses fatores. E alguns resultados da polícia.

Aqui é um vídeo institucional. Ele mostra exatamente o que a Polícia Rodoviária Federal faz no trânsito. Está sem o som, não é?

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Combate ao tráfico de drogas, armas...

Aqui é a escolta que nós realizamos de autoridades e cargas superdimensionadas.

Fiscalização de trânsito.

Preservação do meio ambiente.

Trabalhamos junto com o Ibama em muitas ações.

Garantia dos direitos, principalmente do deslocamento de ir e vir dos cidadãos em manifestações, como tivemos, semana passada, a dos caminhoneiros.

Socorro a vítimas. Nós temos um transporte aeromédico; socorro aeromédico.

Combate ao crime. (*Palmas.*)

Contexto estratégico das rodovias federais.

Nós tínhamos, em 1960, dez mil quilômetros de rodovias federais e isso vem crescendo ao longo dos anos, chegando em 2015 com aproximadamente 71 mil quilômetros de rodovias federais. Esse é o crescimento histórico da malha viária federal no Brasil, nos últimos anos.

Hoje, são mais de 70 mil quilômetros de rodovias fiscalizadas pela PRF e 95% são pavimentadas, mas ainda temos 5% das nossas rodovias nessas condições aqui, principalmente na Região Norte: Transamazônica.

De 2003 a 2014, a frota nacional aumentou mais de 123%, saindo de 39 milhões para 87 milhões. E agora, em 2015, já ultrapassamos 90 milhões de veículos registrados no Brasil.

Aproximadamente 60% do PIB do Brasil circula em rodovias federais. Sessenta por cento das cargas são transportadas por transporte terrestre.

Mais de 60 milhões de passageiros utilizaram o meio terrestre para fazer suas viagens no ano de 2003 e 75% das viagens das pessoas foram feitas por meio terrestre.

A estrutura da polícia conta com 26 unidades regionais, 147 delegacias, 412 postos e um efetivo hoje, pasmem, de dez mil policiais. É o mesmo efetivo de 1996 até hoje.

O senhor pode clicar aí, por favor?

Aqui é só para demonstrar a distribuição dos nossos postos de fiscalização. Aqui é a Região Norte. Cada ponto desse é um ponto de fiscalização da Polícia Rodoviária Federal em algum trecho de rodovia federal. Então, todos esses pontos aí são postos.

A instituição de segurança pública e de trânsito com maior capilaridade no Brasil. Nós estamos, nesse momento, hoje, com mais de 600 pontos de fiscalização, falando de estruturas físicas, e mais aproximadamente 600 a 700 viaturas espalhadas realizando a fiscalização além desses pontos.

Acidente de trânsito nas rodovias federais. Vou passar aqui rapidamente. Em 2013 foram 8.400 pessoas mortas em rodovias federais, com um detalhe: essas aqui são pessoas que morreram no local. Não contabilizamos as pessoas que morreram após. Foram socorridas, morreram no hospital ou durante o transporte para o hospital.

Aqui é a frota nacional que já foi apresentada pelo Ministério da Saúde.

Aqui o total de acidentes, feridos e mortos nas rodovias federais. Então, o número de mortos nos últimos quatro anos a gente tem conseguido reduzir, porque de 8.600 caiu para 8.200, devido a alguns trabalhos que vou apresentar, rapidamente, com um detalhe: este ano, em relação ao ano de 2014, nós estamos com uma redução de 20% em números absolutos.

De janeiro a setembro do ano passado registramos 6.200 mortos. De janeiro a setembro deste ano foram 5.050 mortos. Foram mais de 1.100 vidas poupadas só nos últimos nove meses, em comparação aos nove primeiros meses do ano passado.

Algumas características dos acidentes. A colisão frontal e o atropelamento de pessoas somados respondem por 6,5% dos acidentes nas rodovias federais. Mas os dois somados respondem por quase metade dos mortos nas rodovias federais.

O custo social dos acidentes. Esse é um trabalho realizado da PRF junto com o Ipea.

Nós calculamos que um acidente, um único acidente com vítima fatal tem um custo social de R$646 mil, um acidente com vítimas feridas tem um custo social de aproximadamente R$90 mil, e um acidente sem vítimas tem um custo social em torno de R$23 mil. Somados os custos sociais e os acidentes, o ano de 2014 nós fechamos com um custo social de R$12,3 bilhões, só nas rodovias federais.

Aqui é o custo social de acordo com os tipos de acidentes e aqui o custo social, em 2010, que nós fechamos com R$13 bilhões. Com essas reduções que estamos alcançando nos últimos anos, caiu, em 2014, para R$12,3 bilhões, e as nossas expectativas são de que o ano de 2015 a gente feche com menos de R$12 bilhões; aproximadamente R$10,5 bilhões a R$11 bilhões de custo social.

Um dos trabalhos que realizamos é o de educação para o trânsito. Comando de saúde é um deles. É um trabalho voltado para os motoristas profissionais, em que focamos a questão da hora trabalhada, da saúde do condutor do veículo. A gente já chegou a patamares de 85% dos condutores de veículos de carga com problema de saúde grave. Já tive casos desses comandos de saúde em que tivemos de tirar o cidadão do local, colocar numa viatura de levar direto para o hospital, porque ele estava dirigindo um veículo com glicemia acima de 600, a ponto de desmaiar.

(Soa a campainha.)

O SR. STENIO PIRES BENEVIDES – E outros fatores que nós tivemos.

Esse negócio dá um susto danado!

Vamos lá.

Comando de saúde é um desses.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Depois da campainha você tem mais cinco minutos.

O SR. STENIO PIRES BENEVIDES – O.k.

Depois desse trabalho, nós também temos um trabalho chamado Educar. Esse é um dos grandes trabalhos que a PRF tem realizado junto às escolas, nos principais Municípios com acidentes graves e mortes no Brasil.

É um trabalho que a gente realiza junto às escolas. Hoje, nós temos quase 200 mil crianças alcançadas com esse trabalho, que é realizado ao longo do ano. Então, antes do início a gente trata... faz uma palestra com os professores, e a disciplina Trânsito é trabalhada de forma transversal dentro de cada disciplina, na matemática, no português, em artes. E esse trabalho é realizado junto a essas escolas que trabalham o trânsito dentro dessas disciplinas o ano inteiro. E a gente faz um festival de trânsito no final do primeiro semestre; e faz um acompanhamento dessas escolas e dos professores. Os resultados têm sido fantásticos em todo o Brasil, onde a gente tem realizado.

Alguns resultados. No trânsito, a gente conseguiu reduzir, ao longo desses anos, em 7,8% o total de acidentes. Total de mortes aproximadamente 10%, sendo que no ano de 2015 estamos com 20% de redução.

Custo social. Há uma perspectiva de chegar a 58 bilhões. Ficam aí 51, uma economia de R$6,8 bilhões nos últimos quatro anos, só com essa redução.

A nossa perspectiva era chegar o ano de 2014 com aproximadamente 18 mil mortos nas rodovias federais. Fechamos o ano passado com 8,2 mil mortos, em consequência desse trabalho que estamos realizando. Foram 5.510 vidas poupadas nesses últimos quatro anos em que a gente tem trabalhado.

Além desses trabalhos que nós apresentamos, temos um trabalho que é interministerial, denominado Rodovida. Faz parte desse trabalho o Ministério das Cidades, através do Denatran; o Dr. Antonioni faz parte das reuniões; Do Ministério da Saúde, a Drª Deborah também faz parte dessas reuniões; o Ministério do Transporte e o Ministério da Justiça.

Esse trabalho foi iniciado em 2011 com o objetivo de reduzir as mortes. Então, focalizamos todas as ações desses Ministérios para os trechos e locais mais críticos de acidentes, seja o DNIT melhorando a infraestrutura viária, o Ministério da Saúde alocando SAMU nos locais mais críticos de acidentes, com o objetivo de dar uma chance maior de sobrevida ao cidadão que sofreu o acidente e não morreu no local do acidente.

As campanhas educativas Denatran/Ministério das Cidades são voltadas para os temas mais importantes. Dentre esses temas, nós trabalhamos principalmente os temas velocidade, alcoolemia, uso do cinto de segurança e motocicleta.

Essa é a parte, Sr. Senador. Agora, como proposta da Polícia Rodoviária Federal, nós estamos trabalhando com o Congresso Nacional em algumas modificações – Denatran, Ministério da Saúde, Ministério das Cidades, Ministério da Justiça – na legislação que irão trazer mais eficiência na fiscalização.

Algumas já foram implementadas, como a questão do álcool. A última, no final do ano passado, e tem sido um dos principais fatores de grandes reduções, no último ano, que foi o aumento do valor das multas para

quem realizasse ultrapassagem forçada. A colisão frontal só acontece em 3% dos acidentes, mas ocasiona 35% das mortes. Então, essa modificação foi bastante importante para que tivéssemos mais eficiência na fiscalização.

Mais ainda. Temos alguns outros trabalhos que podemos realizar. Dois fatores são bastante importantes e nós consideramos que são – além de outros – fundamentais para a redução dessas mortes no Brasil, não só nas rodovias federais. Um é que nós ainda temos 75% de Municípios que não têm o seu trânsito municipalizado. São terras sem lei. Ninguém pode fiscalizar porque o Município não criou seu órgão municipal de trânsito. Então, se alguém estiver transitando sem capacete – um motociclista sem capacete –, ninguém pode fazer nada, porque não existe...

Então, temos que criar regras. O Denatran já está trabalhando nisso. Criação de consórcios, criação de convênios, ou criar alguma legislação que obrigue esse Município a...

(Soa a campainha.)

O SR. STENIO PIRES BENEVIDES – ...municipalizar o seu trânsito.

E outro fator é a velocidade média. Se nós pudermos modificar, hoje, o Código de Trânsito Brasileiro, e em vez de trabalhar com velocidade instantânea, passarmos a trabalhar com velocidade média, vai ser muito mais eficaz. Hoje, nós só podemos fiscalizar naquele ponto onde está o radar. Se passarmos para a velocidade média, iremos registrar o momento em que o veículo passou em um ponto a e quanto tempo ele levou para chegar no ponto b. Dessa forma, ele vai se obrigar a transitar dentro da velocidade permitida em todo o trecho.

Nós poderíamos diminuir a quantidade de equipamentos, mas aumentaríamos consideravelmente a eficiência da fiscalização.

Vale ressaltar que hoje a velocidade é causa de 70% das mortes em rodovias federais; e acredito que dentro das vias estatuais e municipais não deve ser diferente, como bem falou aqui o doutor da Abramet dizendo que realmente a velocidade está intimamente ligada à gravidade das vítimas envolvidas nos acidentes.

Essas são as considerações.

Obrigado pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Stenio Pires Benevides falou pela FenaPRF (Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais).

Agora, nós vamos para as considerações finais dos nossos convidados e também para os encaminhamentos.

Eu faço questão de registrar a presença. Chegou à mesa o Sr. Silvio Leal. Ele se encontra?

Pelo menos pediu que eu o registrasse. É do Movimento Nacional de Educação e Saúde no Trânsito (Monestran).

E agora nós vamos às considerações finais, começando pela primeira Mesa, para terminar com essa, invertendo aqui.

Dr. Ricardo Froés Camarão, representante do Conselho Federal de Medicina.

Por favor, cinco minutos para cada um, para as considerações finais.

O SR. RICARDO FROÉS CAMARÃO – Não preciso de tanto, não.

Eu queria, em primeira vez, agradecer a esta Comissão de Direitos Humanos a oportunidade de demonstrarmos o papel do Conselho Federal de Medicina e especificamente o papel da medicina de tráfego do Brasil, para o que, no momento da nossa apresentação, a gente muito bem chamou a atenção.

E aqui, apesar da Drª Deborah não ter feito uma ênfase, acho que o Projeto Vida no Trânsito é um dos maiores exemplos que este País vem dando para o enfrentamento dos acidentes no trânsito, quando ele consegue, de uma maneira intersetorial, integrar vários Ministérios.

Essa ação que o Stenio também falou dessas reuniões pontuais, isso é importante, porque o trânsito só pode ser enfrentado se for de uma maneira intersetorial.

Se não for dessa forma, os Detrans não vão resolver os problemas; as agências municipais sozinhas também não vão resolvê-los. Os vários Ministérios deverão estar envolvidos nesse processo, e isso o Vida no Trânsito consegue, com suas reuniões, com sua forma de fazer esse enfrentamento. Então, vejo que apesar de termos uma situação muito difícil, há, sim, uma luz no fim do túnel, existem caminhos para resolvermos esse sério problema que o País vem enfrentando.

Então, queria aqui, mais uma vez, em nome do Dr. Carlos Vital, do Conselho Federal de Medicina, agradecer o convite para participar desse evento. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Ricardo Froés Camarão, que deu uma bela contribuição para esse debate falando pelo Conselho Federal de Medicina.

Dr. Antoniony Silva, Coordenador-Geral de Informatização e Estatística do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). Por favor, seus cinco minutos.

O SR. ANTONIONY SILVA (*Fora do microfone*.) – Enfatizando a nossa preocupação em levarmos à frente, principalmente, uma das anotações que foram feitas dos nossos encaminhamentos da questão de colocar dentro da escola, iniciar a escola... (*Falha na gravação*.)

O SR. ANTONIONY SILVA – Então, temos essa preocupação e seria muito bom para o trânsito que houvesse essa definição de termos, desde a escola, os ensinamentos da criança, até chegar ao ponto de ser realmente um condutor.

Agora, Senador, um ponto muito importante que considero aqui, e entendo que esta Casa deveria olhar com bons olhos, é essa questão, levantada pelo colega Ricardo, do exame toxicológico. Nós estamos tratando aqui da redução de acidentes de trânsito. O intuito desse exame toxicológico é realmente reduzir o número de acidentes de trânsito. Porém, quando os especialistas do assunto questionam essa lei, questionam o exame, isso nos preocupa.

Eu, como gestor do sistema de veículos, de habilitação, de infrações, entre outros, não estou aqui para questionar a lei e muito menos não cumpri-la, é óbvio. Porém, quando os especialistas no assunto – porque o Denatran não é especialista em Medicina, o Denatran é especialista em trânsito – se pronunciam com muita justificativa, e com muito embasamento se posicionam com preocupação a respeito da lei publicada, isso muito me preocupa, mesmo porque eu estou implementando o sistema de habilitação para somente emitir a habilitação desses condutores no caso de apresentação desse exame.

Então, não sou contra nem a favor, não cabe a mim ter essa posição agora, mas é interessante que seja verificada com muitos bons olhos a questão dessa lei. É isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Antoniony Silva, Coordenador-Geral do Denatran, que pede também que haja um carinho especial com relação a essa lei.

Eu queria que no final – a Assessoria vai conversar com os senhores – a gente colocasse ponto a ponto quais são os encaminhamentos. O Dr. Ricardo já está contribuindo, algumas sugestões estão na mesa. Dessa sua também eu gostaria, porque no final eu leio aqui para ver os próximos... Como a gente diz? Eu não gosto muito disso. A gente tem a mania de copiar sempre os outros. Mas o que é bom a gente copia. Eu peguei a mania de, sem gostar muito, dizer *day after*, que significa um dia depois, não é? Ou seja, o que fazer a partir de amanhã. Mas vamos lá.

Dr. Dirceu Rodrigues Alves Junior, Diretor de Comunicação da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet), que já deu aqui belas contribuições.

O SR. DIRCEU RODRIGUES ALVES JUNIOR – Sim. É importante a gente concluir que o exame toxicológico realmente está fora de cogitação para a área de saúde. Nós médicos e todas as sociedades ligadas ao exame somos contrários a essa conduta que foi imposta por motivos que não dependeram da especialidade médica.

E outra coisa, lembrar que há um desajuste nessa mesma lei conhecida como lei do caminhoneiro: há um desajuste muito grande com relação ao tempo de exposição do homem aos fatores de risco. Nós sabemos que ali temos risco físico, químico, biológico, ergonômico e de acidente. O risco físico inclui aí variações térmicas, ruído gerador de problemas de saúde, doenças ocupacionais. Ainda a vibração de corpo inteiro desse indivíduo, a exposição aos riscos químicos, gases, vapores, poeiras, fuligem, tudo isso comprometendo a saúde e o bem-estar físico desse homem. E também o risco biológico. O ambiente não é propício para se dormir e a lei diz que ele pode dormir na cabine.

Ninguém pode dormir no local de trabalho, não deve, é contra a higiene do sono. Temos mostrado isso com muita frequência. E no entanto se propõe que ele durma. Se há dupla de motoristas, o que não está dirigindo vai dormir na cabine do veículo.

A alimentação desse homem feita na rua, na beira do caminhão, na beira da estrada, em condições irrisórias, sem um local propício para ter pelo menos segurança... Então, vemos que há necessidade de uma revisão muito grande nessa lei, com intuito de atuarmos de maneira efetiva, resolvendo o problema físico, mental e social desse trabalhador.

Ainda a integração das leis. Como nós e outras pessoas falaram, parece que há uma desintegração com relação ao relacionamento dessas leis, o encaixe dessas leis. Não é possível a gente fazer uma lei para uma coisa e outra contrária àquilo que está sendo proposto na anterior. Então, é necessária uma integração, um ajuste, para que possamos proporcionar à sociedade o bem-estar que ela necessita e reduzir o número de mortes e de sequelados no nosso trânsito.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Dirceu, Diretor de Comunicação da Abramet, que deixa aqui, também, suas contribuições.

Agora, passo ao Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet), Rio Grande do Sul, Sr. Trajano Roberto Alfonso Henke.

O SR. TRAJANO ROBERTO ALFONSO HENKE – Em primeiro lugar, eu queria agradecer a oportunidade e também mostrar que trânsito – a oportunidade me foi dada de mostrar para todos os senhores – é educação; que ética é cidadania e que isso é importante na condução individual do homem. Que numa sociedade, esse homem não é o centro, ele é apenas um participante. E a posição ética – o relacionamento dele com seus companheiros de via – deve ser sempre a mesma.

O exemplo que o Dr. Camarão citou do copo de água é mais simples e mais tranquilo, e a colaboração é interdisciplinar: ética, educação e formação.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Trajano, que falou em nome da Abramet do Rio Grande do Sul.

Passamos agora ao Vice Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet), Sr. Juarez Monteiro Molinari.

O SR. JUAREZ MONTEIRO MOLINARI – Inicialmente, Senador, eu queria, mais uma vez, em nome da Abramet, agradecer a V. Exª por essa feliz iniciativa, cumprimentando V. Exª e cumprimentando também o diretor da Comissão, Dr. Augustino Weiter e sua equipe, porque foram incansáveis. Agradeço também a presença do Senador Medeiros, do Senador Telmário, da Senadora Ana Amélia e do Senador Cristovam,que vieram prestigiar o ato; e cumprimentar todos os palestrantes que participaram desse evento que, tenho certeza, foi coroado de êxito. Já deu para dar mais um alerta ao País da epidemia que nós enfrentamos, que é o acidente de trânsito.

Concordo com o Dr. Trajano e, como foi dito aqui, com a importância da educação. Até não sei se... – uma pena que o Senador Cristovam não esteja mais aqui, senão poderia ser pensado na obrigatoriedade de colocar no currículo escolar o ensino do trânsito. Colocar e exigir que nas escolas as crianças aprendam sobre trânsito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me, Dr. Juarez. Essa foi a primeira decisão que esta Comissão tomou depois da sua fala, inclusive. O nosso encaminhamento, se assim vocês entenderem... Vocês mandam essa proposta em nome da entidade, eu mando para o corpo técnico do Senado, que é do mais alto nível, dá entrada aqui em nome de vocês, nesta Comissão, e eu providencio para que seja aprovado aqui, e daqui vai para as outras Comissões.

O SR. JUAREZ MONTEIRO MOLINARI – Ótimo, ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O primeiro encaminhamento já está tomado como decisão, pelo que eu entendi, fruto desta audiência pública. (*Palmas.*)

O SR. JUAREZ MONTEIRO MOLINARI – Muito bem. Eu, particularmente, simpatizo muito com o projeto do Senador Cristovam Buarque com relação ao alcoólatra que dirige veículo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É. Esse já está apresentado e é importante a opinião de vocês também. Telmário Mota fez a primeira defesa e foi reforçada depois pelo Senador Cristovam. Ele já apresentou, está tramitando e vamos torcer para que seja aprovado.

O SR. JUAREZ MONTEIRO MOLINARI – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, fica aqui, se assim todos entenderem, o apoio também dessa audiência pública para o projeto do Senador Cristovam. O.k.?

O SR. JUAREZ MONTEIRO MOLINARI – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Telmário, está contemplado aí com a sua defesa e a do Senador?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Já fui provocado para falar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ainda não. Mas estou dizer onde já está caminhando bem a sua proposição.

O SR. JUAREZ MONTEIRO MOLINARI – Dizer também ao Dr. Jeferson Seidler que já no Rio Grande do Sul estamos fazendo essa integração medicina do tráfego com medicina do trabalho. Inclusive, a Câmara Técnica do CREMERS se tem reunido com as duas câmaras técnicas: medicina do tráfego e medicina do trabalho. E isso foi provocado pela Lei nº 13.103, Senador Paim, que é a lei do exame toxicológico...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pois não. Apenas estou aqui...

O SR. JUAREZ MONTEIRO MOLINARI – A Lei nº 13.103, que é a lei do exame toxicológico, entrará em vigência em janeiro. Este é um crime para o País! Eu acho que esta Comissão aqui deve tomar uma providência imediata no sentido, juntamente com o Denatran, que está aqui, Dr. Antoniony, no sentido de ver qual a solução para que essa lei não entre em vigência, que será um prejuízo enorme para o trabalhador e para o trânsito no Brasil. Não traz solução nenhuma!

A própria palestra do Dr. Dirceu Rodrigues Alves provou que não traz benefício nenhum, pelo contrário, Dr. Ricardo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Qual é o número da lei? Porque a assessoria estará pegando os esclarecimentos

O SR. JUAREZ MONTEIRO MOLINARI – Lei 13.103. É isso, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – De forma tal que a gente encaminhe para revogar ou alterar. É isso?

O SR. JUAREZ MONTEIRO MOLINARI – Até se possível revogar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Que seja essa a posição desta Comissão, desta audiência pública.

O SR. JUAREZ MONTEIRO MOLINARI – Não traz benefício nenhum para o País. Não diminuiu a incidência do acidente de trânsito.

E para encerrar, queria dizer que a Abramet tem 35 anos de existência, preocupa-se muito com a especialização do profissional médico, que é fundamental. Estamos fazendo um trabalho – a Abramet –, sob a liderança do Presidente Montal, em todo o Brasil, tentando fazer cursos, atualizações, congressos, seminários no sentido de que todo profissional médico tenha o conhecimento, tenha a prática para prestar um bom serviço, visando ao condutor veicular.

Agradeço mais uma vez o trabalho de V. Exª e coloco a Abramet à disposição para tudo o que for necessário. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Juarez Monteiro Molinari, Vice-Presidente da Abramet.

Agora, vamos para as considerações finais da segunda Mesa, começando sempre do último para o primeiro.

O primeiro a fazer uso da palavra será o Sr. Stenio Pires Benevides, representante da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FENAPRF).

O SR. STENIO PIRES BENEVIDES – A Polícia Rodoviária Federal agradece o convite e está à disposição. Estamos bem ansiosos para que todo esse trabalho entre em prática, em funcionamento, porque quanto menos pessoas a gente tiver que resgatar nas rodovias federais, melhor.

E só falar que foi dito muito aqui sobre integração. O Governo Federal já está trabalhando nessa integração. O trabalho é em conjunto com vários Ministérios e nós estamos inter-relacionando os nossos bancos de dados, juntamente com o Ministério do Trabalho. Dentro dessa integração, quando um cidadão sofrer um acidente e ele for trabalhador ou um motorista profissional, automaticamente esses nossos sistemas estarão se comunicando e saberão imediatamente se um motorista está envolvido em um acidente.

Com a Previdência Social também estamos trabalhando em conjunto, com ações regressivas para os cidadãos que provocarem os acidentes. Ainda estamos no início do projeto, em fase experimental, mas a nossa ideia é de que ainda dentro do próximo ano consigamos integrar bastante esse sistema, para que em qualquer situação de acidente que ocorra, pelo menos nas rodovias federais, todas as instituições envolvidas recebam imediatamente os dados referentes a esses acidentes, para que possamos realmente traçar uma estratégia de Estado para reduzir mais ainda essa tragédia que temos nas rodovias federais.

Só para exemplificar, 1.100 mortes a menos... A gente fala muito em *boeing*... Como eu trabalho em rodovia federal, a gente gosta de trabalhar com ônibus; é um sinalizador para nós. Então, um ônibus em média recebe 45 passageiros. Isso significa que deixaram de morrer, este ano, 25 ônibus lotados de vítimas, de pessoas que deixaram de morrer nas rodovias federais. Para mim, que uma vez atendi um acidente de um ônibus com 42 mortos, isso é bastante significativo.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Sr. Stenio Pires Benevides, que falou representando a Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais, com toda sua experiência, com dados e números que com certeza enriqueceram o nosso debate.

Chamamos agora o Sr. Jeferson Seidler, Coordenador-Geral de Fiscalização de Projetos Substituto do Ministério do Trabalho, Emprego e Previdência social.

O SR. JEFERSON SEIDLER – Muito obrigado.

Gostaria de agradecer novamente o convite e parabenizar pela iniciativa.

A gente percebe nessas discussões que muitas ações estão em andamento; ações importantes e relevantes que já têm conseguido algum grau de redução, porém percebemos que o problema ainda continua muito grave, o que nos leva a pensar na necessidade de a gente cada vez mais aprofundar o conhecimento desse tema para procurar atacar, de forma mais intensa, as raízes desses problemas.

Uma delas já foi extremamente tratada aqui, que é a questão da educação. Mas eu gostaria de pontuar dois aspectos: primeiro, repetir essa questão da opção histórica maciça pelo transporte rodoviário, que a gente acredita que tenha um papel muito importante no problema. E aproveitando ainda o gancho da questão

do exame toxicológico, que já tem um encaminhamento muito interessante nessa reunião, pensar por que os indivíduos usam drogas ao fazer o transporte. No caso dos trabalhadores, a gente entende que isso está muito vinculado à jornada excessiva com descanso inadequado, e a essas longas distâncias com o afastamento da família, com o afastamento do convívio social rotineiro. É muito importante que passemos a adotar um enfoque mais intenso nas raízes dos problemas que estamos enfrentando.

Por último, queria aproveitar para apresentar a coordenadora do nosso grupo de inspeção e transporte, a colega Auditora Fiscal Renata Namekata, que tem conduzido os trabalhos no último ano. Trata-se de um trabalho que tem crescido no diagnóstico trabalhista do problema e também na identificação de novas metodologias de enfrentamento desse problema na seara trabalhista, não só nacionalmente mas também em vários Estados do País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Sr. Jeferson Seidler, que falou em nome do Ministério do Trabalho, Emprego e Previdência social.

Professora Alessandra Sant'Anna Bianchi, que fala pelo Conselho Federal de Psicologia.

A SRª ALESSANDRA SANT'ANNA BIANCHI – Então, eu gostaria de mais uma vez agradecer o convite ao Conselho Federal de Psicologia e queria fechar a minha fala, então, retomando a importância de que nós utilizemos os conhecimentos científicos disponíveis de como se pode trabalhar a modificação de comportamento, que tipo de intervenções se pode fazer sobre isso. E além de investirmos em que se façam mais campanhas preventivas, que na gênese dessas campanhas já haja um planejamento de como serão avaliadas, e que a avaliação de fato seja feita, para que possamos aprender o que está funcionando bem na nossa cultura, e aquilo que não vale a pena voltar a repetir, para que vençamos o problema da palavra acidente, pela forma equivocada que ela traz sensações para as pessoas de que não é tão de risco, porque foi somente um acidente.

E, finalmente, lembrar que falamos muito nas montadoras, da importância de que os carros sejam avaliados, de que seja melhorada a segurança para quem está dentro do veículo, mas lembrar que hoje também as grandes montadoras na Europa já são convocadas a se preocupar com a segurança dos pedestres, para que os carros tenham sistemas de segurança para que em caso de atropelamento, o pedestre tenha uma chance maior de sobrevivência.

Então, que a gente também coloque isso na nossa pauta, para não só garantir a segurança de quem está dentro, até porque, no Brasil, nós temos uma proporção em que 30% dos mortos no trânsito são pedestres. Então, que comecemos também a cobrar isto das montadoras: segurança para o pedestre.

Era isso, então. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Essa foi a Profª Drª Alessandra Sant'anna Bianchi, que falou pelo Conselho Federal de Psicologia.

Eu coloquei aqui, pela sua sugestão, mudar a palavra acidente – para a gente ver qual é o objetivo, qual é a forma, o termo adequado que vamos usar – e interagir com as montadoras. Quando eu digo interagir com as montadoras é no duplo sentido: tanto de pedestre como também da qualidade dos veículos.

Agora vamos para a Drª Deborah Carvalho Malta, membro do Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde, do Ministério da Saúde.

Por favor, Drª Deborah Carvalho Malta.

A SRª DEBORAH CARVALHO MALTA – Muito obrigada, Senador Paim. Acho que essa audiência foi extremamente exitosa tanto pela presença dos Senadores quanto de todas as entidades aqui.

Gostaria de agradecer a oportunidade desse diálogo. Acho que travamos conversas e levantamos pontos muito importantes. Começamos aí, então, amanhã, com as nossas crianças no gramado e levantando exatamente o tema em memória às vítimas do trânsito, em memória às crianças que morrem no trânsito.

Nesta semana, Brasília se dedicará ao tema do trânsito, com a 2ª Conferência Global. Teremos mais de 120 países, mais de 50 ministros, autoridades discutindo o futuro, discutindo como podemos, então, superar esse grave problema global.

Aqui acho que foram levantados temas muito relevantes, desde o tema da ação intersetorial, enfim, trabalhar em conjunto é o grande desafio no trânsito; investir na educação. E sabemos, enfim, temos sólidas evidências de que é pela educação que colheremos frutos não só em médio e longo prazos, mas também em curto prazo.

Levantamos aqui projetos exitosos. Gostaria, então, de também agradecer a referência, Dr. Ricardo Froés, ao projeto Vida no Trânsito. Nós sabemos da importância da ação coordenada, integrada na gestão do trânsito para que possamos avançar. Rodovida e outros projetos foram aqui citados.

Temos também um grande desafio em relação à lei: o dos exames toxicológicos, muito bem colocado pela Abramet. O Ministério da Saúde também sempre se posicionou contrário. Não existem evidências da efe-

tividade dessa medida, inclusive, o único país a adotar foi Filipinas, que cancelou pela impropriedade desse monitoramento, da longa janela de detecção. Então, Senador Paim, eu acho que existe aqui um apelo para que o Senado também possa arguir a efetividade dessa lei, o custo que isso trará e sem nenhum benefício claro que possa ser apontado.

Enfim, eu acho que nós temos uma grande expectativa em relação à declaração de Brasília. Gostaria, então, que o exemplo das crianças, hoje pela manhã, contagiasse a todos nós, a todos os brasileiros, a todos os países que serão representados aqui nessa semana, para que possamos acenar com objetivos importantes no sentido da mobilidade, no sentido da paz no trânsito, para que juntos os países possam traçar estratégias importantes, para que possamos ter luz no final do túnel.

Boa manhã para todos. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Drª Deborah Carvalho Malta, que falou pelo Departamento de Vigilância de Doença e Agravo não Transmissíveis e Promoção da Saúde, do Ministério da Saúde.

Vamos aqui aos encaminhamentos propostos. Que – se assim as entidades entenderem, principalmente aqui, naturalmente, a Abramet, que foi a que provocou esse evento – apresentemos uma minuta de legislação para prevenção na sala de aula, ou seja, incluir no currículo escolar esse tema. O.k.?

Realizar campanhas de prevenção em acidentes de trânsito e avaliação das campanhas – complementou aqui a nossa psicóloga. O.k.? Colaborar nesse sentido; que o Senado colabore, esteja integrado nessas campanhas.

Terceiro: análise e revisão da Lei nº 13.103, de 2015, a fim de que se possa, de fato, reduzir o número de acidentes de trânsito... Bom, enfim, o que importa é o que está aqui abaixo agora: para adequação da lei e mudanças. É importante ouvir a opinião de especialistas no tema, a exemplo dos que hoje aqui participaram.

Pode ser esse o eixo?

O SR. JUAREZ MONTEIRO MOLINARI – Lei nº 13.000, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Aqui está 13.103.

O SR. JUAREZ MONTEIRO MOLINARI – Isso, isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Lei nº 13.103, de 2015.

Apoiar a apresentação de sugestão de projeto de lei da Abramet – aqui repetiu.

Mudar a palavra acidente. Qual é o termo que vocês usam?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Por incidente. O.k.

E, por fim, interagir com as montadoras nos dois sentidos: a qualidade do veículo em relação ao acidente e, ao mesmo tempo, a situação dos pedestres.

Esse é o resumo.

Mediante esse resumo, nós encerramos nossa audiência pública.

Eu queria agradecer muito a todos que estiveram presentes e dizer que, ontem, quando eu lancei em Porto Alegre, no sábado, o livro *Palavras em Mar Revolto*, em que eu faço uma análise da situação, inúmeras pessoas me disseram que iriam assistir a essa audiência, porque acham importante combater a violência no trânsito.

Com essa lembrança de Porto Alegre, eu agradeço os mais de 1.500 livros que eu autografei. Quase que deu um acidente – aí é acidente mesmo – na mão. Eu agradeço muito aquelas filas longas que se apresentaram para receber o livro em Porto Alegre, ontem, na feira e, principalmente, claro, com o mérito dessa audiência pública, que – eu tenho certeza – correspondeu à expectativa de todos aqueles que me falaram que iriam assistir à audiência no dia de hoje.

Um abraço a todos vocês. Queria convidar a todos para um foto aqui na frente agora.

Está encerrada a nossa audiência pública. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 1 minuto, a reunião é encerrada às 11 horas e 57 minutos.*)

ATA DA 108ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 2015, QUARTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às doze horas e vinte e cinco minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores e Senadoras Paulo Paim, Regina Sousa, Lindbergh Farias, Ana Amélia, Telmário Mota, Cristovam Buarque, Dário Berger, Simone Tebet, Hélio José, Ricardo Franco, Flexa Ribeiro, Randolfe Rodrigues, José Medeiros e Vicentinho Alves. O Senhor Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação das Atas da centésima quinta a centésima sétima Reuniões, que são dadas por aprovadas. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Deliberativa.** Item 1. Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2013. Terminativo. Altera o § 3º do art. 42 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências", com referência à diferença mínima de idade entre o pretendente à adoção e o adotando. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Magno Malta (Substituído por *ad hoc*). Relatoria *ad hoc*: Senador Marcelo Crivella. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 650, de 2011. Terminativo. Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2015. Terminativo. Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo. Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2013. Não Terminativo. Dispõe sobre o exercício da profissão de Gerontólogo e dá outras providências. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Omar Aziz. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 333, de 2014. Não Terminativo. Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências, para prever a criação do Cadastro Nacional das Pessoas com Deficiência. Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). Item 6. Projeto de Lei do Senado nº 69, de 2015. Não Terminativo. Dispõe sobre a contratação de APAES e PESTALOZZIS, entidades sem fins lucrativos, como prestadoras de serviços do Poder Público, com especialização em educação especial e dá outras providências. Autoria: Senador Romário. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Favorável ao Projeto, com cinco Emendas que apresenta. Resultado: Após a leitura do Relatório é concedida vista ao Senador Telmário Mota. Item 7. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 174, de 2015. Requeiro a realização de audiência pública, para discutir o Projeto de Lei do Senado nº 1, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque. Sugiro que para a referida audiência sejam convidadas as seguintes autoridades e especialistas: Deputado Hugo Leal - Coordenador da Frente Parlamentar em Defesa do Trânsito Seguro; Dr. Alberto Angerami - Diretor do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN; Sr. Marcos Elias Traad Silva - Presidente da Associação Nacional dos DETRANs; Prof. Dr. David Duarte Lima - Professor da Universidade de Brasília e Presidente do Instituto de Segurança do Trânsito - IST; Sr. Ricardo Xavier - Diretor-presidente da Seguradora Líder, responsável pelo Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT; Sr. Fernando Diniz - Presidente da Organização não Governamental Trânsito Amigo – Associação de Parentes, Amigos e Vítimas do Trânsito; Sr. George Marques - Presidente da Associação Brasileira de Educação para o Trânsito – ABETRAN. Autoria: Senador Telmário Mota. Resultado: Aprovado. **Extrapauta**. Item 8. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 185, de 2015. Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição da República e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja realizada, no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, audiência pública para aprofundar os debates sobre estratégias e políticas públicas de prevenção ao suicídio e de promoção da vida que se iniciou com a Audiência Pública realizada em 5 de novembro último, sendo que a relação de convidados será informada oportunamente. Au-

toria: Senador Hélio José. Resultado: Aprovado. Item 9. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 188, de 2015. Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição da República e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requer que seja acrescido aos assuntos que devem ser tratados na diligência de que trata o Requerimento nº 173, de 2015, aprovado em 11 de novembro último: 1- Reativação do Posto da PM, que atendia os moradores da ARINE SUCUPIRA, da QS-16 e dos 87 Módulos Comerciais da Avenida Sucupira. Após a desativação do mesmo o índice de violência, assaltos, roubos, furtos, uso de drogas etc., aumentou muito na citada região; 2- Doação, pela SPU-DF ao GDF, de área onde se localizam as chácaras nºs: 33,35,37,39,41,43,44,45,46,47,48 e 50, na Colônia Agrícola Sucupira/Riacho Fundo I; 3- Sustamento da Ação de Reintegração de Posse movida pela SPU-DF com relação às chácaras nºs:43, 45 e 50, localizadas na Colônia Agrícola Sucupira, no Riacho Fundo I-DF; 4- Elaboração de um TAC entre a SPU-DF, MPDF, Secretaria de Agricultura do DF, Agefis/DF e os moradores das Chácaras nºs: 33,35,37,39,41,43,45,46,47,48 e 50, para que as casas construídas até julho/2014 não sofram demolições; 5- Inclusão das chácaras nºs: 33,35,37,39,41,43,45,46,47,48 e 40 no PDOT, como Zona Urbana de Expansão e Qualificação, pois as mesmas perderam a característica rural e ficam ao lado das casas do Programa Morar Bem do Riacho Fundo II; 6- Quais providências são necessárias para a Secretaria de Agricultura do DF começar a regularizar as áreas situadas na ARINE SUCUPIRA, em caráter de prioridade. Autoria: Senador Hélio José. Resultado: Aprovado. Item 10. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 187, de 2015. Com fundamento no disposto do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão, a fim de debater o seguinte assunto: "Autos de Resistencia". A presente audiência foi solicitada pelo Frei David do Santos, da EDUCAFRO, cujos nomes dos convidados serão enviados posteriormente a secretaria da Comissão. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 11. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 186, de 2015. Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em Homenagem aos 60 anos do DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 12. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 190, de 2015. Requer, nos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Justiça, Sr. José Eduardo Cardozo, as seguintes informações referentes às infrações qualificadas como violência contra a mulher, uma vez que a Lei Maria da Penha atribuiu às Secretarias de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal a incumbência de remeter suas informações criminais para a base de dados do Ministério da Justiça: 1. Os Estados têm repassado os dados de forma confiável, sem subterfúgios e atrasos? 2. Com que periodicidade as informações são remetidas? 3. Quais Estados não têm enviado os dados ou os têm enviado de modo parcial? 4. Há algum mecanismo de controle da União Federal sobre essa incumbência dos Estados federados, tanto sob o aspecto quantitativo quanto sob o aspecto qualitativo? Qual? 5. Como se dá o tratamento das informações recebidas? Os dados são compilados considerando o recorte de raça ou etnia, de renda, de idade ou algum outro fator relevante?. Autoria: Senadora Regina Sousa e outros. Resultado: Aprovado. Item 13. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 191, de 2015. Requer, nos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas pela Ministra das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, Sra. Nilma Lino Gomes, as seguintes informações: 1) Já houve a definição do desenho do Sistema Nacional de Dados e Estatísticas sobre a Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher? Quais dados o integrarão? Quem será responsável por coletá-los e em que momento? Como assegurar a qualidade desses dados? Que outras ações foram e estão sendo desenvolvidas para a criação desse banco de dados? Quais as dificuldades para sua entrada em funcionamento, considerando que desde 2008 as leis orçamentárias preveem rubricas específicas para a instituição do referido sistema? 2) De acordo com o Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual (PPA), ano base 2012, a então Secretaria de Políticas para as Mulheres previa a instituição de um novo formulário para o registro das denúncias do ligue 180 que permitisse o cruzamento dos dados do sistema da Central com outros sistemas de serviços da rede, o que possibilitaria a produção de dados nacionais sobre a violência contra as mulheres.Esse mecanismo ainda está sendo desenvolvido ou já foi implementado? Que outras ações foram e estão sendo desenvolvidas para o desenvolvimento dessa plataforma? 3) No âmbito do Relatório Anual de Avaliação do PPA, ano base 2013, depreende-se que a SPM havia iniciado tratativas para firmar Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Justiça (MJ), sobre um dos módulos do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (SINESP). E que, em paralelo, estudava-se a possibilidade de contratar o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) para customização, manutenção e hospedagem do Sistema. Esse mecanismo ainda está sendo desenvolvido ou já foi implementado? Que outras ações foram e estão sendo desenvolvidas para o desenvolvimento dessa plataforma? 4) Em 2014, foram lançados, em cooperação com a

ONU Mulheres, os editais de números 13, 14 e 15, com vistas à contratação de consultoria de pessoa jurídica para análise sobre perfil institucional, funcionamento e atuação dos organismos governamentais de políticas para mulheres em diferentes estados da Federação. Como está o andamento dessa iniciativa? Já houve a apresentação da análise pelas instituições vencedoras dos editais? Caso a iniciativa não tenha sido concluída pela forma aludida, houve alguma outra ação destinada a dar continuidade a esses trabalhos de avaliação dos organismos governamentais de políticas para mulheres em diferentes estados da Federação?. Autoria: Senadora Regina Sousa e outros. Resultado: Aprovado. Item 14. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 192, de 2015. Requer, nos termos do Artigo 90, inciso II, combinado com o Artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir as fortes implicações da PEC 215 de 2000, que gravemente afeta a demarcação das Terras Indígenas no País. Autoria: Senador Telmário Mota. Resultado: Aprovado. Às doze horas e vinte e sete minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência para o Senador Hélio José. Às doze horas e trinta minutos o Senador Hélio José devolve a presidência ao Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Hélio José, Cristovam Buarque, Telmário Mota e José Medeiros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e cinquenta e dois minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 108ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 105ª à 107ª Reuniões desta Comissão.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Vamos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pois não.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Eu queria solicitar a V. Exª a inclusão destes dois requerimentos extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Senador Hélio José propõe a inclusão extrapauta de dois requerimentos: do Requerimento nº 185. "Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição da República e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja realizada, no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, audiência pública para aprofundar os debates sobre estratégias e políticas públicas de prevenção ao suicídio e de promoção da vida que se iniciou com a Audiência Pública realizada em 5 de novembro (...)"

Os que concordam com essa inclusão extrapauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

No segundo requerimento, do mesmo Senador, ele propõe que, extrapauta, entre um outro requerimento, que busque a reativação do "posto da PM que atendia os moradores da Arine Sucupira, da QS-16 e dos 87 módulos comerciais...". Essa é a intenção. Depois o Senador vai explicar.

Os que concordam com a inclusão extrapauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Quais os demais itens extrapauta que temos? Nós teríamos mais dois itens extrapauta, não? (*Fora do microfone.*)

Então, peço ao Senador Hélio José que... Por favor, já que tenho dois requerimentos que vão na mesma linha dos seus, ou seja, são extrapauta. O mérito é diferente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Correto.

O Senador Paulo Paim solicita a inclusão de requerimento extrapauta.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as inclusões.

ITEM 10

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 187, de 2015

- Não terminativo -

Com fundamento no disposto do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão, a fim de debater o seguinte assunto: "Autos de Resistência". A presente audiência foi solicitada pelo Frei David do Santos, da EDUCAFRO, cujos nomes dos convidados serão enviados posteriormente a secretaria da Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O auto de resistência é uma luta antiga dos movimentos sociais, principalmente os movimentos sociais e militantes jovens. Foi o Frei David que propôs esse debate, para que a gente possa aprofundar o tema aqui na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Muito bem.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento de V. Exª.

ITEM 11

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 186, de 2015 - Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em Homenagem aos 60 anos do DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Dieese, todos sabem, é uma instituição que há décadas, décadas e décadas, vem prestando um serviço excelente à sociedade brasileira, principalmente aos movimentos sociais e sindicais. E, ao completar 60 anos... Eu inclusive dizia à representante do Dieese aqui presente, a Lílian, que o ideal mesmo era fazer uma sessão de homenagem ao Dieese no plenário do Senado. Nós vamos tentar com o Senador Renan Calheiros essa possibilidade, mas sem o prejuízo de fazermos uma reunião de homenagem, aqui na Comissão de Direitos Humanos, pela bela história do Dieese.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – É muito procedente essa solicitação, Senador Paulo Paim. Eu me associo a ela com muita satisfação, porque o Dieese é um órgão que realmente tem feito um belíssimo trabalho, desde a sua fundação.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o referido requerimento, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. e Srªs Senadores que concordam com o referido requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado o referido requerimento do Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Você coloca este em votação, que é meu; depois, boto em votação os demais.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Audiência pública para debater o seguinte assunto: autos da resistência.

Os Senadores que concordam com o referido requerimento conforme já colocado pelo Senador Paulo Paim permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento de autos da resistência.

Esse V. Exª já aprovou, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Os dois de sua autoria. Agora, eu assumo, de novo, a Presidência.

Aprovei extrapauta.

Agora, eu vou colocar em votação os dois requerimentos.

Senador Hélio José, como já falei do Requerimento nº 185, se quiser, pode fazer alguma consideração sobre o primeiro para eu colocar em votação.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – O primeiro requerimento trata de continuidade à audiência pública sobre a questão do suicídio.

Foi uma audiência muito concorrida que fizemos aqui, e a gente pretende retomar, agora, no primeiro semestre do ano que vem. Então, estamos aprovando esse requerimento trocar para realizar com antecedência o convite a algumas pessoas que não puderam vir na anterior. Por isso, estamos aprovando, hoje, aqui, este requerimento. Peço vênia a todos os colegas Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Requerimento nº 185, do Senador Hélio José, conforme, aqui defendido por ele.

ITEM 8

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 185, de 2015 - Não terminativo -

Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição da República e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja realizada, no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, audiência pública para aprofundar os debates sobre estratégias e políticas públicas de prevenção ao suicídio e de promoção da vida que se iniciou com a Audiência Pública realizada em 5 de novembro último, sendo que a relação de convidados será informada oportunamente.

Autoria: Senador Hélio José

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora, Senador Hélio José, o Requerimento nº 188, de V. Exª, que também colocaria em votação. Já inclui extrapauta.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se puder sintetizar o argumento...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Sintetizo rapidinho.

Este Requerimento nº 188 trata de uma diligência que será realizada amanhã no Riacho Fundo 1 sobre algumas questões relativas a uma região habitacional do DF chamada Sucupira e algumas questões com relação à segurança, com relação a alguns assuntos de direitos humanos lá dessa região.

Então, vamos realizar uma diligência pública amanhã à noite, e esse requerimento trata simplesmente de inclusão de itens que serão debatidos lá nessa referida audiência pública. Seria isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) –

ITEM 9

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 188, de 2015 - Não terminativo -

Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição da República e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requer que seja acrescido aos assuntos que devem ser tratados na diligência de que trata o Requerimento nº 173, de 2015, aprovado em 11 de novembro último: 1- Reativação do Posto da PM, que atendia os moradores da ARINE SUCUPIRA, da QS-16 e dos 87 Módulos Comerciais da Avenida Sucupira. Após a desativação do mesmo o índice de violência, assaltos, roubos, furtos, uso de drogas etc., aumentou muito na citada região; 2- Doação, pela SPU-DF ao GDF, de área onde se localizam as chácaras nºs: 33,35,37,39,41,43,44,45,46,47,48 e 50, na Colônia Agrícola Sucupira/Riacho Fundo I; 3- Sustamento da Ação de Reintegração de Posse movida pela SPU-DF com relação às chácaras nºs:43, 45 e 50, localizadas na Colônia Agrícola Sucupira, no Riacho Fundo I-DF; 4- Elaboração de um TAC entre a SPU-DF, MPDF, Secretaria de Agricultura do DF, Agefis/DF e os moradores das Chácaras nºs: 33,35,37,39,41,43,45,46,47,48 e 50, para que as casas construídas até julho/2014 não sofram demolições; 5- Inclusão das chácaras nºs: 33,35,37,39,41,43,45,46,47,48 e 40 no PDOT, como Zona Urbana de Expansão e Qualificação, pois as mesmas perderam a característica rural e ficam ao lado das casas do Programa Morar Bem do Riacho Fundo II;

6- Quais providências são necessárias para a Secretaria de Agricultura do DF começar a regularizar as áreas situadas na ARINE SUCUPIRA, em caráter de prioridade.

Autoria: *Senador Hélio José*

Se concordam com o Requerimento nº 188, conforme aqui defendido pelo Senador Hélio José, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos, agora, como havíamos já acertado, aos projetos não terminativos.

O Senador Cristovam saiu de uma reunião para vir aqui porque ele é o Relator, inclusive, de dois projetos nesse sentido.

Senador Cristovam, Item 5.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 333, de 2014
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências, para prever a criação do Cadastro Nacional das Pessoas com Deficiência.

Autoria: Senador Pedro Taques
Relatoria: Senador Cristovam Buarque

O projeto é não terminativo e, depois, ele vai à CCJ.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) –

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o projeto do Senador Taques estabelece que a pessoa que estiver regularmente inscrita no cadastro fica dispensada da produção de provas adicionais para, conforme a natureza e o grau de deficiência, exercer os direitos de prerrogativa de faculdades e inscritos em leis e outros atos normativos ou administrativos em geral que estabelecem os direitos das pessoas com deficiência. Ou seja, evita essa burocracia de a pessoa, com todas as suas deficiências, ter de ficar justificando e explicando o que já foi explicado.

O autor parte do reconhecimento de que tem se tornado uma tarefa difícil para as pessoas com deficiência o acesso aos direitos que já lhes são assegurados.

O cadastro tem a virtude de fazer com que todas as pessoas nele regularmente inscritas possam fazer uso dos direitos, faculdades e prerrogativas.

Análise.

Nos termos do art. 102-E, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre esse assunto.

Não vislumbramos na proposição óbices de natureza constitucional e jurídica.

No mérito, a proposição se apresenta relevante.

Primeiramente, é preciso reconhecer todo o arcabouço de instrumentos normativos que já existe à disposição da pessoa com deficiência, estabelecendo prerrogativas, faculdades e direitos em função dessa condição. Sob a égide do princípio da igualdade, com vistas a proporcionar a essas pessoas condições de vida e oportunidade semelhantes aos da maioria da população, vêm sendo criadas (...)

No dia a dia, contudo, o indivíduo com deficiência esbarra na dificuldade de usufruir desses direitos advindos de limitações de diversas naturezas.

O projeto do Senador Taques corrige esses prejuízos que as pessoas portadoras de deficiência carregam.

A proposição tem o condão, portanto, de facilitar para a pessoa com deficiência a autorização de toda a gama de direitos já garantidos normativamente.

Finalmente, o projeto, acertadamente, prevê a criação do cadastro, suas abrangências e funções, sua finalidade, deixando a cargo do Poder Executivo os detalhes de sua implementação bem como a logística da sua gestão.

Em vista do exposto, o meu voto é pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Em votação.

Aqueles que concordam com o relatório favorável ao projeto na forma da emenda substitutiva que aqui apresenta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer favorável da CDH ao projeto na forma de Emenda nº 1, substitutiva.

O projeto vai agora à análise da CCJ em decisão terminativa.

Outro projeto do Senador, que é relatado pelo Senador Cristovam Buarque.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 69, de 2015
- Não terminativo -

Dispõe sobre a contratação de APAES e PESTALOZZIS, entidades sem fins lucrativos, como prestadoras de serviços do Poder Público, com especialização em educação especial e dá outras providências.

Autoria: Senador Romário
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Favorável ao Projeto, com cinco Emendas que apresenta.
Observações:
Tramitação: CDH, CE e terminativo na CCJ.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Fazendo um relato do projeto de lei em si, em seu art. 1º, digo que ele define o objeto da lei, que é regulamentar a contratação pelo Poder Público de APAEs e PESTALOZZIs, como prestadoras de serviço de educação especial para atendimento de alunos com deficiência intelectual múltipla, sem limite de idade.

Em seu art. 2º, determina o atendimento no contraturno, por essas entidades, para os alunos matriculados em escolas públicas regulares.

Em seu art. 3º, prevê que os contratos possibilitados pela lei devem ser regulados por outra lei específica, que deverá necessariamente dispor sobre: o custo de cada aluno matriculado.

No art. 4º, estabelece a autonomia das entidades para a contratação de pessoal, que deverão manter em arquivo os currículos dos contratados.

Nos arts. 5º e 6º, prevê que as Secretarias Estaduais de Educação auxiliem as APAEs e as PESTALOZZIs.

Por fim, em seu art. 7º, estabelece que as entidades elaborem planilhas mensais de gastos.

O autor em sua justificativa esclarece que sua iniciativa deve-se a exemplo do Estado do Espírito Santo, que firmou acordo com APAEs e PESTALOZZIs locais para criar um "documento norteador" que tem funcionado perfeitamente.

Por fim, afirma o autor, o Senador Romário, que a contratação de tais entidades é melhor do que "iniciar do zero um serviço que irá demorar anos para ser idealizado.

Após o exame por esta CDH, o PLS nº 69, seguirá para exame ainda nas Comissões de Educação, Cultura e Esporte e de Constituição, Justiça e Cidadania.

Não foram apresentadas emendas.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, que o projeto do Senador Romário tem duas grandes qualidades. Por um lado, facilita o atendimento a essas pessoas e, segundo, traz para nós a saída, a solução que vai ser de combinar Estado e entidades particulares; não chamo nem de privadas porque elas não são de interesse privado.

Ou seja: é um projeto que vai na linha do que a gente precisa fazer daqui para frente, cada vez mais: beneficiar os portadores de deficiência e casar o interesse público, misturando Estado e entidades privadas.

Por isso, meu apoio total ao projeto do Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão a matéria.

Senador Telmário Mota, para discutir.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, quero, antes de tudo dizer que, sem nenhuma dúvida, é um projeto que tem um cunho social da maior relevância, mas ele tem alguma complexidade, parece-me, de juridicidade.

Então, peço vista, o Senador Cristovam vai entender, tenho certeza. E, além de pedir vista, proponho audiência pública a título de debater, porque hoje várias entidades prestam esse serviço. Especificar duas, elas mesmas vão fazer a contratação... Então, existe uma questão de legalidade que precisa de uma melhor apuração.

Peço vista e já proponho, em seguida, buscando com a minha assessoria, audiência para a gente debater em audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Concedido o pedido de vista ao Senador Telmário Mota.

Chegando requerimento aqui a tempo, vamos votar o pedido de uma audiência pública.

Enquanto isso, temos aqui o Item 7.

Requerimento de autoria do Senador Telmário Mota.

Concedo a palavra ao Senador Telmário Mota.

Requerimento nº 174, de 2015.

ITEM 7

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 174, de 2015

- Não terminativo -

Requeiro a realização de audiência pública, para discutir o Projeto de Lei do Senado nº 1, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque. Sugiro que para a referida audiência sejam convidadas as seguintes autoridades e especialistas: Deputado Hugo Leal - Coordenador da Frente Parlamentar em Defesa do Trânsito Seguro; Dr. Alberto Angerami - Diretor do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN; Sr. Marcos Elias Traad Silva - Presidente da Associação Nacional dos DETRANs; Prof. Dr. David Duarte Lima - Professor da Universidade de Brasília e Presidente do Instituto de Segurança do Trânsito - IST; Sr. Ricardo Xavier - Diretor-presidente da Seguradora Líder, responsável pelo Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT; Sr. Fernando Diniz - Presidente da Organização não Governamental Trânsito Amigo – Associação de Parentes, Amigos e Vítimas do Trânsito; Sr. George Marques - Presidente da Associação Brasileira de Educação para o Trânsito – ABETRAN.

Autoria: Senador Telmário Mota

Senador Telmário Mota, com a palavra.

Eu estou acelerando um pouco porque, todos sabem. temos agora uma sessão do Congresso Nacional, fundamental, para apreciar os vetos e o projeto do Aerus, que, desde abril, estamos brigando para que seja aprovado.

É um consenso: votando os vetos, em seguida votam o PL nº 2, do Aerus.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

O nosso requerimento é no sentido de debater um projeto do Senador Cristovam, em que ele prevê uma penalidade: crime hediondo àquelas pessoas alcoolizadas ou drogadas que cometem crime fatal no trânsito.

Então, a nossa proposição é no sentido de enriquecer esse debate. As autoridades já constam do requerimento. Eu queria, então, pedir aqui aos Senadores a compreensão, no sentido de a gente aprová-lo, porque é muito importante.

Hoje o trânsito no Brasil mata cerca de 140 pessoas ao dia. Ou seja, mais do que a tragédia que houve na França. É uma guerra imensurável, que está passando à margem dos nossos olhos, e nós não estamos vendo.

É da maior importância a gente dar seguimento a essa proposição, mas precisamos dessa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Temos ainda outro requerimento da Senadora Regina Souza, que é assinado pelo Senador Telmário Mota.

ITEM 12

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 190, de 2015

- Não terminativo -

Requer que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Justiça, Sr. José Eduardo Cardozo, as seguintes informações referentes às infrações qualificadas como violência contra a mulher, uma vez que a Lei Maria da Penha atribuiu às Secretarias de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal a incumbência de remeter suas informações criminais para a base de dados do Ministério da Justiça: 1. Os Estados têm repassado os dados de forma confiável, sem subterfúgios e atrasos? 2. Com que periodicidade as informações são remetidas? 3. Quais Estados não têm enviado os dados ou os têm enviado de modo parcial? 4. Há algum mecanismo de controle da União Federal sobre essa incumbência dos Estados federados, tanto sob o aspecto quantitativo quanto sob o aspecto qualitativo? Qual? 5. Como se dá o tratamento das informações recebidas? Os dados são compilados considerando o recorte de raça ou etnia, de renda, de idade ou algum outro fator relevante?.

Autoria: Senadora Regina Sousa e outros

Concedo a palavra ao consigo a palavra ao Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – A Senadora Regina tem dois requerimentos.

Um requerimento para que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Justiça, Sr. José Eduardo Cardozo, as seguintes informações referentes às infrações qualificadas como violência contra a mulher, uma vez que a Lei Maria da Penha atribuiu às Secretarias de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal a incumbência de remeter suas informações criminais para a base de dados do Ministério da Justiça: 1. Os Estados têm repassado os dados de forma confiável, sem subterfúgios e atrasos? 2. Com que periodicidade as informações são remetidas? 3. Quais Estados não têm enviado os dados ou os têm enviado de modo parcial? 4. Há algum mecanismo de controle da União Federal sobre essa incumbência dos Estados federados, tanto sob o aspecto quantitativo quanto sob o aspecto qualitativo? Qual? 5. Como se dá o tratamento das informações recebidas? Os dados são compilados considerando o recorte de raça ou etnia, de renda, de idade ou algum outro fator relevante?

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a gente faz essa proposição. A Senadora Regina precisa dessas informações, dado essa violência que tem acontecido e crescido contra as mulheres no Brasil. Ela precisa disso para dar seguimento e continuidade às suas proposições.

Esse é um dos requerimentos da Senadora Regina.

Eu leio os dois em seguida?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu já peço ao Plenário se concordam que esse requerimento entre nessa pauta.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. Entrará em seguida na votação.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – O outro requerimento também que ela faz ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) –

ITEM 13

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 191, de 2015

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas pela Ministra das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, Sra. Nilma Lino Gomes, as seguintes informações: 1) Já houve a definição do desenho do Sistema Nacional de Dados e Estatísticas sobre a Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher? Quais dados o integrarão? Quem será responsável por coletá-los e em que momento? Como assegurar a qualidade desses dados? Que outras ações foram e estão sendo desenvolvidas para a criação desse banco de dados? Quais as dificuldades para sua entrada em funcionamento, considerando que desde 2008 as leis orçamentárias preveem rubricas específicas para a instituição do referido sistema? 2) De acordo com o Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual (PPA), ano base 2012, a então Secretaria de Políticas para as Mulheres previa a instituição de um novo formulário para o registro das denúncias do ligue 180 que permitisse o cruzamento dos dados do sistema da Central com outros sistemas de serviços da rede, o que possibilitaria a produção de dados nacionais sobre a violência contra as mulheres.Esse mecanismo ainda está sendo desenvolvido ou já foi implementado? Que outras ações foram e estão sendo desenvolvidas para o desenvolvimento dessa plataforma? 3) No âmbito do Relatório Anual de Avaliação do PPA, ano base 2013, depreende-se que a SPM havia iniciado tratativas para firmar Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Justiça (MJ), sobre um dos módulos do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (SINESP). E que, em paralelo, estudava-se a possibilidade de contratar o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) para customização, manutenção e hospedagem do Sistema. Esse mecanismo ainda está sendo desenvolvido ou já foi implementado? Que outras ações foram e estão sendo desenvolvidas para o desenvolvimento dessa plataforma? 4) Em 2014, foram lançados, em cooperação com a ONU Mulheres, os editais de números 13, 14 e 15, com vistas à contratação de consultoria de pessoa jurídica para análise sobre perfil institucional, funcionamento e atuação dos organismos governamentais de políticas para mulheres em diferentes estados da Federação. Como está o andamento dessa iniciativa? Já houve a apresentação da análise pelas instituições vencedoras dos editais? Caso a iniciativa não tenha sido concluída pela forma aludida, houve alguma outra ação destinada a dar continuidade a esses trabalhos de avaliação dos organismos governamentais de políticas para mulheres em diferentes estados da Federação?

Autoria: Senadora Regina Sousa e outros

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – De ordem, Sr. Presidente, que a Senadora Regina nesse requerimento solicita uma série de informações para ver o que está acontecendo com esse acréscimo da violência contra as mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Quem concorda com esse Requerimento, também extrapauta permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Vamos à votação dos dois requerimentos da Senadora Regina Sousa, defendidos e explicados pelo Senador Telmário Mota.

Os que concordam com a defesa e o teor dos dois requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

O Senador Telmário Mota está com a palavra.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, fugindo um pouco aqui à pauta, mas como estamos na Casa da humanidade, pelo menos é a porta do Senado que se abre ao grito do povo mais excluído, registro que hoje recebi delegações de vários povos indígenas e há uma inquietação, uma preocupação enorme nas aldeias, nas comunidades, nas malocas, como querem que seja, de forma que os povos indígenas estão inquietos e intranquilos.

Eles querem uma audiência aqui, nesta Comissão, o mais rápido possível, para nós ouvirmos alguns órgãos e também para ouvi-los sobre a necessidade de pararmos essa PEC nº 215, que está sendo processada na Câmara Federal, nessas pautas bombas do atual Presidente, que é quem deveria estar sendo penalizado pelo que diz à mídia.

Então, eu queria ver com V. Exª a possibilidade de realizarmos isso, Senador Paim, no espaço de maior rapidez possível, pois essas pessoas que estão aqui não têm nem onde ficar, fazem uma refeição por dia, dormem com muita dificuldade, enfim, encontram muita dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Telmário Mota, com certeza. Basta a sua assessoria nos encaminhar o requerimento da audiência pública. Eu entendo que V. Exª, neste momento, podia fazê-lo de forma oral, informal, e depois o documento nos chega por escrito.

Eu entendi já o objetivo do requerimento.

Pergunto quem concorda com as colocações feitas pelo Senador Telmário Mota, em relação a essa audiência pública, para que isso seja aprovado extrapauta. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Pergunto quem concorda com o mérito. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora, a sua assessoria só nos manda os nomes para realizarmos essa audiência pública.

É uma preocupação que procede. Hoje mesmo eu tive a informação de outros dois projetos, que vão quase na mesma linha e trazem um prejuízo enorme para a comunidade indígena.

Aproveitaremos esta audiência pública para discutirmos esse projeto citado por V. Exª e outros que tenham o mesmo objetivo, na linha de construir uma proposta aqui, como eu sempre digo, no campo da razoabilidade, e que não traga prejuízo para ninguém, nem para índio, nem para quilombola, nem para a agricultura. Enfim, que preserve os interesses de todo o povo brasileiro. Eu sempre digo que Pátria, Pátria, somos todos.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador Paulo Paim, não sei como o seu coração cabe nesse corpo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É porque eu sou gordinho.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Ele é maior, ele é bem maior...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só de tenho de emagrecer por orientação médica.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – ...bem maior do que materialmente esse corpo representa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k. Senador Telmário Mota.

Se não há mais nenhum Senador que queira usar a palavra, nós encerramos a reunião e vamos à sessão do Congresso.

Mas, Senador Medeiros, é a segunda vez que V. Exª faz sinal. Eu faço questão de ouvi-lo.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Senador Paim, eu só queria parabenizá-lo por esta audiência que haverá. Nós precisamos falar mais sobre a questão indígena, mas falar desprovidos de qualquer interesse que não seja o interesse dos índios e do Brasil.

Eu vivo em um Estado, Senador Paim, que não era um Estado com tradição em conflitos com a comunidade indígena. Recentemente, sentimos que começa a haver uma animosidade, que eu vejo que não é por

parte dos índios nem dos não índios. Na verdade, nós precisamos falar da questão indígena, mas precisamos falar principalmente sobre Funai. Precisamos discutir o papel da Funai e em que momento que a Funai se perdeu, porque a Funai, no meu entender e no do cidadão médio, ela existe para proteção dos interesses indígenas.

Eu estive em algumas comunidades indígenas, há poucos dias, e sinceramente fiquei estarrecido com o que ouvi lá.

Ouvi isto de um cacique, Senador Paim, que disse o seguinte: "as minhas crianças já usam *smartphone* na aldeia; assistimos televisão, estamos... mas, pelo gosto da Funai, querem mandar a gente para a beira do Teles Pires, para andar nu, viver da caça e ser picado pelo mosquito." Ele disse que há um tipo de mosquito lá que técnico nenhum da Funai ficaria meio dia sem roupa na beira do rio lá.

Ele falou: "estamos aqui, queremos escolas, queremos educação, porque, se boa parte da aldeia já tem serviço em algumas escolas, queremos escolas, queremos estradas, queremos transporte." Ele falou ainda: "queremos essa qualidade". Ele disse também que, no entanto, o DNIT ia construir uma estrada lá na aldeia. Todos os índios queriam estrada. A estrada iria economizar, ia ser um atalho importante. E a estrada já existe há quase cem anos. O que aconteceu?

No momento em que o DNIT começou o projeto, barrou-se tudo, com aqueles entraves todos. Aí o DNIT fez um contorno pela aldeia, Senador Telmário. Os índios ficaram revoltados, porque a contrapartida do Governo Federal seriam escolas, estradas, um conforto para a comunidade indígena.

Bem, mas não pôde ser feito. Fez-se o contorno na aldeia. A obra que seria de R$200 milhões, Senador Paim, passou para R$700 milhões. Quando estava pronto o projeto desse contorno, chegou um laudo antropológico, que determinou: "não, não; aqui não pode, porque foi achada uma ossada também, vai ter, no futuro, uma declaração de que aqui será terra indígena, aqui não pode".

Então fez-se o contorno do contorno. Gastou-se mais. Agora, depois de feitos os projetos, o DNIT não pode começar a obra porque os antropólogos chegaram à conclusão de que, como nas proximidades já há uma outra rodovia passando, a aldeia ficaria ilhada. Precisamos discutir esses assuntos, e, com certeza, nós o faremos mais na audiência.

Só para parabenizar.Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com certeza absoluta.

Eu estou um pouco acelerado aqui porque estou preocupado com a votação dos vetos e do projeto do Aerus. Ele estão esperando desde abril.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Só um pouquinho. Foi muito bem colocado pelo Senador José Medeiros, que tem razão. Ele precisa vir aqui no dia da audiência pública para vermos o quanto a Funai... Há, às vezes, equívoco. O índio, lá na ponta, pensa que a Funai toma essa decisão. Há muitas ONGs que estão intermediando e ganhando muito dinheiro com isso lá dentro. E a Funai está desprovida inclusive de recursos.

Eu já vou pedir para o Senador Medeiros colocar em suas próprias emendas um pouco de recurso lá para ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Está encerrada a reunião de hoje.

(Iniciada às 12 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 52 minutos.)

ATA DA 109ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 2015, QUINTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e trinta e três minutos do dia dezenove de novembro de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora Regina Sousa, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Ricardo Franco, Hélio José, Flexa Ribeiro e da Senadora Regina Sousa. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 122 de 2015-CDH, de autoria da Senadora Regina Sousa, para debater o tema: "A Situação da Mulher Negra", com o apoio da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados e da Procuradoria da Mulher do Senado Federal. A Senhora Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. A Senhora Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta as senhoras convidadas, solicita que tomem lugar à mesa, e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Clátia Regina Vieira, Coordenadora da Marcha Nacional das Mulheres Negras; Dora Bertúlio, Procuradora da Fundação Palmares – Ministério da Cultura; Vilma Reis, Ouvidora-Geral da Defensoria Pública do Estado da Bahia; Sônia Maria Dias Mendes (Sônia Terra), Membro do Instituto da Mulher Negra no Estado do Piauí. A Senhora Presidente registra a presença de pessoas no plenário. A Senhora Presidente concede a palavra as seguintes pessoas no Plenário: Deputada Moema Gramacho, Deputada Federal PT-BA; Jacira Miranda, Rede de Mulheres Povo de Terreiro Bahia; Yalorixá Valmizia Oliveira, Terreiro do Cobre; Vilma Alves, Delegada da Mulher de Teresina; Vereadora Rosário Bezerra, Câmara Municipal de Teresina; Suely Souza Santos, Rede de Mulheres Negras do Estado da Bahia. A Senhora Presidente concede a palavra às palestrantes para suas considerações finais. Faz uso da palavra a Senadora Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quatorze horas e treze minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa
Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Bom dia a todas e a todos!

Com o som suave desta campainha, vamos dar início à reunião.

Hoje está meio tumultuado, porque as sessões estão coincidindo, inclusive sessões deliberativas. O Senado está abrindo agora uma sessão de votação, a Câmara tem sessão de votação, por conta da pauta. Ontem, houve sessão do Congresso o dia inteiro e a pauta ficou acumulada, mas isso não vai nos impedir de realizar a nossa audiência pública. Quero pedir desculpas por isso.

Está acontecendo na Câmara... Inclusive, uma das convidadas é a Deputada Benedita. Depois ela vem, mas não terminou lá. Eu estava lá, mas não terminou também a sessão em homenagem às mulheres negras, em homenagem à Semana da Consciência Negra.

Como esta é uma audiência de debates, resolvemos começá-la. Quando elas terminarem lá, deverão vir para cá.

Bom dia!

Declaro aberta a 109ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, com apoio da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados e da Procuradoria da Mulher do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 122, de 2015, da Comissão de Direitos Humanos, de minha autoria, para debater a situação da mulher negra.

Nós sugerimos um tema genérico, bem amplo, porque as convidadas vão falar de tudo e de um recorte que lhes diz mais respeito.

Esta audiência foi inspirada em outras audiências públicas que fizemos sobre a morte no parto, a morte neonatal, que constatamos que aumentou em relação à mulher negra, em vez de diminuir, como aconteceu no caso da mulher branca. Da mesma forma, com o relatório da questão da violência, também se constatou que a violência contra a mulher negra aumentou e que a violência contra a mulher branca diminuiu, embora ninguém possa tolerar, porque diminuiu, a violência de modo geral. Nós temos que combatê-la. E esta audiência também foi inspirada em uma audiência pública que fizemos aqui sobre a intolerância religiosa. Vimos coisas terríveis, inacreditáveis que ainda acontecem neste País em relação às pessoas que professam religiões

de matriz africana. Tudo isso, além da demanda de uma entidade lá do Piauí cuja representante está aqui, tem que ser colocado na pauta, para as pessoas saberem que isso existe. E devemos ter políticas para que coisas assim não mais aconteçam.

Dito isto, quero convidar para a mesa a Clátia Regina Vieira, coordenadora da Marcha Nacional das Mulheres Negras, a Dora Bertúlio, Procuradora da Fundação Palmares, do Ministério da Cultura, a Vilma Reis, Ouvidora-Geral da Defensoria Pública do Estado da Bahia, e a minha querida companheira de Estado de origem e de raça Sônia Terra, lá do meu Piauí, membro do Instituto da Mulher Negra no Estado do Piauí.

Nós temos ainda outras convidadas. À medida que elas chegarem, nós vamos trazê-las para a mesa.

A princípio, vamos marcar dez minutos, com uma tolerância.

Temos uma campainha que, como eu já disse, é suave. Ela nos espanta. Lá na Câmara, a campainha é suave. Na hora em que ela tocar, significa que falta um minuto, mas sempre prorrogamos um pouco para a pessoa concluir.

Se alguém tiver alguma apresentação para projetar, temos ali o pessoal do apoio.

Depois, vamos abrir para uma discussão com a plateia.

Eu queria ler um poema que recebi numa camiseta que até hoje não sei quem me mandou. Chegou lá um envelope com a camiseta do Salgado Maranhão. Como a questão da violência contra as mulheres, não só contra as negras, estava muito presente, ele escreveu esse poema. E eu gostaria de abrir a reunião lendo esse poema que tem como título "Quem mata a mulher mata o melhor".

Quem mata a mulher
Mata o começo,
O lado oculto da luz,
É como se alguém vedasse o infinito pelo avesso.
Quem mata a mulher
Não mata apenas
O que está em carne
E vida,
Mata a possibilidade
Do que há de vir.
Confunde equilíbrio e força
Mistura paixão e forca
E morre no que mata.
Quem mata a mulher
Mata o futuro,
Interrompe a vocação
Das flores,
Fecha o Ministério
Das Meninas e Energia.
Amar é ter coragem de eternizar.

E eu incluo um verso, pedindo permissão a ele, que diz:

Quem mata mulher negra
Mata a preta que pariu este País.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Clátia, quer começar? Eu chamei você primeiro.

Eu vou seguir a ordem que está aqui.

Clátia Regina, com a palavra.

A SRª CLÁTIA REGINA VIEIRA – Bom dia a todas e a todos!

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Só um minutinho, Clátia.

O tempo é marcado por aquele relógio ali.

Vai tocar a campainha quando faltar um minuto. Dependendo, eu prorrogo.

A prorrogação sempre é por cinco minutos, gente.

A SRª CLÁTIA REGINA VIEIRA – Bom dia, Senadora!

Na pessoa da Senadora, eu cumprimento os companheiros de mesa. É um prazer vê-las aqui. Ontem, estávamos naquela marcha, mas eram tantas mulheres negras de todo o Brasil que nem todas pudemos nos encontrar.

Então, quero dizer do nosso cansaço, mas da nossa alegria de ter conseguido o que foi um desafio para todas nós, mulheres de todos os Estados do Brasil, dos mais de cinco mil Municípios, que foi o desafio de fazer uma marcha.

Quando começamos a pensar na marcha, em 2011, lá no encontro em Salvador, tão poucas pessoas acreditavam nela, mas nós, mulheres negras, que temos a necessidade do enfrentamento ao racismo diário, sabíamos o quanto era importante e colocamos toda a nossa energia nessa marcha.

Primeiro, quero dizer da importância de estarmos aqui, no Senado, para falar dessas questões. A luta das mulheres negras tem mais de 50 anos. Às vezes nós nos cansamos, porque estamos repetindo.

A situação das mulheres negras é visível. Só não vê quem não quer. Mas também sabemos que tem ficado na nossa conta a responsabilidade de mudar a nossa história. E desde a África que vimos fazendo o nosso dever de casa. Desde a África, temos muitas companheiras que abriram as portas para que hoje possamos garantir essa luta.

A luta das mulheres negras é incansável. O nosso processo, no Brasil Colônia, começa... A nossa resistência está comprovada desde os porões dos navios negreiros, onde conseguimos chegar a esta terra, terra que não escolhemos, pois fomos sequestradas para chegar aqui. E a nossa luta começa lá. Desde lá nós somos inconformadas com a situação em que as mulheres negras se encontram.

Foram três conferências nacionais de igualdade racial, estamos indo para a quarta conferência de políticas para as mulheres, foram algumas dezenas de encontros internacionais, e nós, incansavelmente, vimos repetindo e apontando a situação em que as mulheres negras do Brasil se encontram, prioritariamente no Brasil.

Quando pensamos nessa marcha, queríamos não uma marcha reivindicatória, mas, sim, um movimento de mulheres negras declaratório. Era uma discussão de que não abríamos mão sobre o que havíamos conquistado. Mas temos consciência de que ainda falta muito. Enquanto houver uma mulher negra em situação de rua, e elas não são poucas pelo Brasil afora, enquanto tivermos uma mulher negra na informalidade, alheia, excluída dos direitos trabalhistas, enquanto houver uma mulher negra vítima de violência, de todos os tipos de violência, enquanto houver mulheres negras desrespeitadas nos seus direitos, penso que nós não vamos nos calar, porque os nossos passos vêm de longe. É o lema da nossa marcha.

Quando começamos a discutir essa marcha, a nossa vontade era dizer para o Brasil, principalmente para o Poder Legislativo, principalmente para este Poder Legislativo que aqui está, que esse processo legislativo não nos inclui.

Nós temos um processo. Nós temos um Legislativo que tem, nas suas ações e nas suas normas, nos excluído e prejudicado, deixando-nos à margem da sociedade brasileira.

Nós não vamos nos calar em relação à redução da idade penal. Nosso foco principal é o combate ao racismo, que faz com que não estejamos neste espaço do Legislativo.

Quando a Senadora fala do esvaziamento por conta de algumas ações ou atividades que estão ocorrendo no Congresso, isso nem tanto se justifica, porque nós já estamos acostumadas a, quando o tema é nosso, falarmos para nós mesmas. Nós já sabemos disso. Esse tema somente interessa a nós. Não é de hoje, mas de muito tempo que nós temos falado para nós mesmas, e estamos preparadas para isso, porque temos falado para nós mesmas que ontem conseguimos colocar um quantitativo de quase 30 mil mulheres em Brasília. E todas nós sabemos como foi trazer essas mulheres para Brasília.

No percurso da nossa articulação para essa marcha, nós nos deparamos o tempo todo com o racismo no nosso caminho. Na mobilização, nós pudemos identificar que algumas pessoas, alguns segmentos, algumas políticas que se diziam parceiras das mulheres negras, parceiras do movimento negro não eram bem isso. Não foi um Município, não foi somente um Estado que fez promessas para trazer as mulheres para cá, mas que, faltando três, quatro ou cinco dias, mudou de ideia.

Nós fizemos uma marcha linda, fizemos uma marcha com a cara da mulher preta brasileira. Fizemos uma marcha com as nossas cores.

Ontem, Brasília viveu, até às 18 horas... Em todo canto da Esplanada por que passávamos nós víamos as nossas cores, nós víamos as nossas caras, nós víamos a nossa história, nós víamos o povo negro.

Essa marcha nos empodera, porque entendemos que a partir dessa marcha, a partir daquele coletivo podemos mudar a história das mulheres negras. É por isso que nós acreditamos nessa marcha. Foi por isso que viemos para Brasília. É por isso que nos sacrificamos.

É importante que todas saibamos que, quando nós, mulheres negras, começamos a nos articular, nós víamos um horizonte muito próximo em que nós precisamos, no processo eleitoral de 2016, ousar para colocar mulheres no Poder Legislativo.

A nossa luta foi muito isolada, porque nós não tínhamos recursos, mas nós conseguimos chegar a Brasília. E, se fomos capazes de chegar aqui, na onda da nossa marcha, nós queremos e teremos que eleger o máximo de mulheres negras para ocupar os cargos legislativos. (Palmas.)

Nós temos consciência e sabemos que não vamos mudar a vida das mulheres negras, não vamos mudar a vida do povo negro se nós não ocuparmos as cadeiras do Legislativo do Brasil nos campos municipal, estadual e federal.

Há anos nós vimos falando. E temos um avanço aqui, um avanço ali, mas são avanços que não nos colocam numa posição de destaque.

Vale a pena registrar que, quando falamos de ausência da prática da política pública, nós somos a maioria na pirâmide. E, quando falamos de implementação de políticas públicas, nós somos a minoria na pirâmide. Nós precisamos mudar esse quadro. E só nós poderemos mudar esse quadro.

Nós temos, hoje, na Câmara Federal, três Deputadas Federais negras. Não dá para fazer eco. Por mais militância, por mais pressão que façamos, nós temos, na Câmara Federal, uma maioria esmagadora que vota medidas racistas, impopulares.

Basta! Temos que dar um basta a essa situação. Não vamos ficar aqui repetindo mais 50 anos que nós precisamos mudar a vida das mulheres negras.

E contamos com essa marcha para fazer eco em todo o Brasil.

Quero finalizar dizendo para vocês que o que fizemos em Brasília foi o que rezou o axé da nossa marcha: uma sobe e puxa a outra, porque os nossos passos vêm de muito longe. E nós fizemos essa marcha pelo nosso bem viver, pelo bem viver das mulheres negras que não conseguiram chegar a essa marcha, mas que estão nos Estados e Municípios aguardando o nosso retorno político.

Nós precisamos, rapidamente, a partir dessa marcha, fazer uma pauta para 2016, uma pauta em que nós não sejamos só o cliente da política, mas a protagonista da política pública brasileira. Somos mulheres negras, mas somos também cidadãs.

Obrigada. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Clátia.

Essas audiências são interativas, então há alguém nos assistindo. Independente de interromper, ela será exibida na TV Senado. Quando fazemos as audiências públicas, nós sabemos que cada um procura o tema que lhe interessa. Então outras devem estar acontecendo. E, geralmente, na Comissão de Direitos Humanos a frequência é baixa. Por isso mesmo é que nós sofremos, porque ela nunca é prioridade. Isso é verdade. Não vou negar. Mas ela é interativa. Então alguém nos assiste. E depois ela é repetida. Vou verificar a data em que ela será exibida, porque podemos avisar umas para as outras, para assistir. Pensamos que não há audiência, mas muita gente assiste à TV Senado e ouve a Rádio Senado.

Vou passar a palavra para a Dora Bertúlio, Procuradora da Fundação Palmares, do Ministério da Cultura.

A SRª DORA BERTÚLIO – Bom dia às senhoras, às senhoritas e aos senhores aqui presentes.

Agradeço a gentileza da Senadora e da equipe para que nós possamos conversar um pouco sobre as questões das mulheres negras.

Parabenizo pela marcha de ontem todas aquelas que lá estiveram e a força que nós podemos ter a partir da marcha.

Cumprimento toda a mesa com a abertura desta audiência para que possamos conversar um pouco sobre as questões das mulheres e deixar gravado no sistema.

Clátia já disse que nós estamos fora de todos os sistemas. E eu queria fazer uma crítica que espero que não seja mal interpretada. Nós sempre estamos numa situação de inferioridade naquilo que é a nossa possibilidade de aparecer e de estar na mídia.

Hoje de manhã, há três eventos com mulheres negras em lugares diferentes, fazendo com que as pessoas realmente tenham que se dividir para isso e não possam estar em todos.

Pode não ter sido intencional, mas sem dúvida a minha apreensão é de que isso demonstra que realmente não temos no momento aquilo que gostaríamos de ter, que é a atenção.

Eu trouxe três eslaides para comentar, porque eles têm a ver com a nossa questão negra.

Esse é um trecho do Livro dos Negros, editado recentemente em português, que narra a história de uma mulher que foi pega na sua aldeia, nos anos de 1600, para ser trazida no movimento de escravidão para as Américas. Há um trecho que descreve a passagem, ou seja, aquele momento em que as pessoas, homens e

mulheres, eram buscados nos seus lugares de residência, levados para um determinado espaço, para depois ser transportados em navios. E há três coisas que eu tirei do que ela disse que considero muito importantes.

Se apagassem um pouco as luzes, creio que conseguiríamos ler melhor.

> Menstruei pela primeira vez durante a longa marcha. Tentei me acalmar, pensando que eu não viveria por muito mais tempo e que a humilhação não duraria muito. Tive cólicas. Nua como estava, era impossível ocultar o sangue escorrendo por minhas pernas.

Era uma garota de 12 anos que estava sendo trazida para o navio.

> Andamos durante uma rotação inteira da lua e depois outra. Juntamente com as idas e vindas da lua, eu tinha também meu próprio corpo para marcar a passagem do tempo. Entre um sangramento e outro, eu encontrava mais aldeias, mais cativos juntavam-se a nós e mais guardas amarravam nossos tornozelos à noite.
> Estamos a bordo a um ciclo completo de lua, que era a medida do tempo feita à época. Nativos morriam regularmente ao ritmo de um ou dois por dia.
> Não havia respeito para com os mortos. O som de um homem ou de uma mulher chocando-se contra a água horrorizava-me cada vez mais e insultava o espírito dos mortos. Na minha maneira de pensar, era pior do que matá-los.

Isso nos traz a ideia de como as mulheres... Especialmente por isso eu trouxe uma mulher, o sofrimento e a desconstrução da humanidade das pessoas nesse momento.

O outro, por favor.

Esse, do Carlos Moore, eu tirei do livro Racismo & Sociedade, que também traz um pouco daquilo que nós queremos:

> O sexismo, dinâmica coercitiva que entranha uma solidariedade cúmplice dos homens como um todo em relação às mulheres como um todo, se quebra diante das dinâmicas transversais do racismo. Essa mesma lógica se aplica às solidariedades historicamente consolidadas que exibem o universo feminino como um todo em relação ao gênero masculino dominante.
> A solidariedade feminina também se desintegra diante das dinâmicas envolventes e transversais do racismo. Do mesmo modo que homens brancos são racistas para com o outro racial do mesmo gênero, mulheres brancas são racistas em seu trato cotidiano e na sua visão do outro racial feminino. O fato de existirem o feminismo de mulheres brancas e o feminismo de mulheres negras evidencia esse fenômeno.

Na verdade, a questão racial se sobrepõe inclusive às dificuldades e aos conflitos de gênero, na medida em que homens e mulheres brancos têm uma determinada demanda, mas os homens e mulheres negros acabam ficando abaixo dessa possibilidade de chegar à mesma demanda.

Eu vou ler apenas três por causa do nosso tempo.

Esta é uma frase que eu sempre apresento, porque ela nos traz um pouco de força e ao mesmo tempo nos deixa mais livres para pensarmos.

Essa senhora, a Simone Schwarz Bart, num dos seus romances, traz esse texto que eu apresento, porque acredito que ele nos liberta ao mesmo tempo em que nos prende.

Vejam só:

> E se alguém dissesse que o negro merece a sorte que tem, porque não tem ânimo para se libertar, Amboise [que era um dos personagens] lhe fazia a pergunta de sempre, sempre no mesmo tom: "Diga, meu irmão, que ânimo pode libertar da faca o cabrito amarrado no meio da clareira?" E as pessoas sorriam e nos sentíamos como o cabrito amarrado na clareira e sabíamos que a verdade do nosso destino não estava em nós mesmos, mas sim na existência da lâmina.

Que, para nós, é o racismo, que é o que faz com que nós tenhamos a vida que temos hoje e as agruras por que nós, mulheres e homens negros, passamos.

Agora eu tenho quanto, um minuto?

Para falar assim, nós acabamos nos perdendo um pouco.

Eu gostaria de trazer algumas preliminares desse conflito de raça e gênero que nós temos no Brasil, até porque uma coisa muito importante em tudo isso é perceber que nós não estamos nessa situação por conta dos nossos prazeres, dos nossos gostos, mas que nós temos uma história de vida da população negra do Brasil que conforma exatamente as nossas perspectivas de hoje.

Se nós pensarmos em como se inicia a questão dos conflitos, vamos verificar que desde os primórdios de quando fomos trazidos para cá, os nossos ancestrais, há todo um movimento de fazer com que nós tenhamos essa percepção de que a inferioridade da população negra é montada na nossa sociedade a partir do Estado, do Direito e das classes dominantes da época.

Quando percebemos isso e pensamos na questão dos conflitos de gênero, nós verificamos que a literatura brasileira e a história, mesmo a oficial, nunca puderam negar a utilização da mulher escrava pelos senhores no campo da sexualidade, quer iniciando os adolescentes na arte do amor, quer servindo de uso aos senhores e capatazes das fazendas e sendo vítimas de estupros, prazeres, amor e paixão. E assim se estabeleceu o tratamento padrão para a mulher negra em nossa sociedade desde a tenra infância até as possibilidades finais da vida durante o período escravista.

Essa realidade que permeia a vida da mulher negra e índia nos quase 400 anos de formação social brasileira não se extingue com a Lei Áurea, como nós sabemos. Ao contrário, forma o estereótipo intrínseco da mulher negra na cadeia de valores da formação social de nossa sociedade, na qual a ideia de negro e negra, a par do comum atributo de seres desqualificados para assumir a direção da sociedade e desfrutar com uso e gozo os benefícios sociais, os direitos de cidadania, contém elementos do lúdico que confirmam a incapacidade intelectual desse povo para grandes conquistas.

Portadores de cérebros tomados por lascívia e prazer, a racionalidade do indivíduo negro se espraia conforme o sentido negativo de cada qualidade fundadora da natureza humana.

Se para o homem branco a qualidade é o trabalho e o sucesso e aquilo que seria o progresso, para o homem negro a qualidade primeira é o seu contrário. O prazer masculino negro se conforma com o estado de preguiça e consequente desinteresse pela criação. E daí um jogo fantástico de fazer com que no inconsciente coletivo nós tenhamos essa ideia de que o progresso brasileiro só vai se dar com o protagonismo da população branca. A população negra seria subalterna e, ao mesmo tempo, aquela que traria prazer à sociedade.

Daí temos a questão da música, da dança, uma série de elementos que trazem essa apreensão do homem negro que está sub-reptícia em nosso inconsciente coletivo e se estabelece como uma premissa a partir da qual se pensa a integração da população negra em nossa sociedade pós-escravista e que se consolida com a ideia e com a naturalidade da verdade.

Esse é o ponto mais fundamental na questão da apreensão do ser negro, que vem tanto para o homem quanto para a mulher. E, para a mulher, há a questão de ser mulher dentro de uma sociedade machista. Já as mulheres negras, a par de pertencer ao grupo mulher, que, sob o olhar machista na relação de poder entre os sexos, é objeto de prazer sexual e da dominação, vão estabelecer padrões raciais de comportamento e de inserção na sociedade com base nessa fantástica característica.

Entre todas as consequências desse estereótipo se inclui a amenização da carga sexuada do objeto de prazer das mulheres brancas. Já por estarem as mulheres negras em situação de inferioridade em frente daquelas, também se apresentam mais fáceis, menos consequentes, vale dizer, exigem menor grau de responsabilidade e maior segurança quanto à impunidade com qualquer ato de violência que seja praticado contra a mulher.

O que eu quero com isso dizer é que nessa questão dos conflitos de gênero a abertura, a facilidade, a impunidade que vai surgir da sociedade como um todo diante da violência perpetrada contra mulheres negras está exatamente no conjunto de valoração em que mulher é mulher branca. Mulher negra seria aquela que, na verdade, estaria mais servindo do que efetivamente participando.

Estou muito perdida, porque só tenho um minuto agora.

Essa apreensão social dos indivíduos femininos negros, da mulher negra, de garotinha ao longo de sua vida, implica diversas formas de violência, simbólicas e físicas, que a faz, paradoxalmente, girar do mundo do desejo para o da rejeição. Objeto de desejo, e somente objeto mais rejeitado como ser mulher sujeito de desejo.

Então, ao mesmo tempo em que é objeto, ela também é sujeito. E nesse paradoxo do ser e não ser, nós acabamos sendo aquelas com maior violência social.

Eu vou ter que cortar um pouco, porque já estou fora do tempo, mas queria dizer que nesse processo todo de violência contra a mulher negra e da apreensão que eu gostaria de trazer de como nós formamos essa ideia da possibilidade de se usar e de se descartar a mulher negra como sendo um ser absolutamente humanizado, com os mesmos direitos de cidadania que todos, especialmente se comparada às mulheres brancas, como no caso que eu gostaria de trazer, nós temos várias situações delicadíssimas que devem ser trazidas.

Aqui no Legislativo, gostaria de apontar que nós precisamos, e já foi falada a questão da menoridade penal e fundamentalmente a matança de jovens negros. As mulheres são aquelas que saem a correr e a gritar, como vimos recentemente na TV, diante do desespero de ver os seus filhos sendo mortos, independentemente de ser suspeitos ou não, de participar ou não participar, até porque nós vivemos numa sociedade de direito

em que não existe pena de morte – pelo menos em tese – e a suspeição não dá direito a absolutamente ninguém de matar.

Aquilo que os jornais, a mídia fica dizendo sobre se o indivíduo era suspeito ou não, se tinha ou não relação com o tráfico ou algum tipo de implicação no sistema de segurança tem que ser retirado. E nós temos que perder esse prurido que nos foi incutido pelo racismo de não conseguirmos dar conta de dizer que independente de o indivíduo ser ou não fichado, bandido ou traficante, seja lá o que for, não há poder legal de se matar antes de se fazer um julgamento decente.

Portanto talvez nós, mulheres, tenhamos a possibilidade de fazer com que esse sistema todo de matança, colocando as pessoas negras, jovens, mulheres e homens, naquela situação de sempre suspeitos... Precisamos realmente ser mais corajosas para dizer: não me interessa se ele participa ou não.

Nós temos que lutar para que o sistema e o Estado de direito sejam preservados, até para que possamos ter e exigir os demais direitos de que precisamos.

Agradeço especialmente à Presidente, Senadora, pelo tempo que me permitiu.

Muito obrigada a todos os senhores e senhoras por me escutar. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Dora.

Vamos ouvir agora a Vilma Reis, que é Ouvidora-Geral da Defensoria Pública do Estado da Bahia.

A SRª VILMA REIS – Bom dia. Tudo bem?

Para as pessoas que eu não encontrei ainda, que eu não conheço, com quem ainda não dialogamos, meu nome é Vilma Reis.

Sempre me apresento assim, com nome e sobrenome, pois nós aprendemos com essa digna senhora chamada Lélia Gonzalez, a qual, para a nossa felicidade, há duas semanas dá nome à sede das Nações Unidas aqui em Brasília, que numa sociedade violentamente, covardemente racista, misógina, homofóbica, lesbofóbica, uma sociedade como esta, na qual as pessoas se sentem melhores do que as outras por conta do seu pertencimento religioso ou territorial, numa sociedade assim, mulheres parecidas conosco, as mulheres que hoje compõem esta Mesa precisam ter nome e sobrenome, senão o racismo bota o nome que quiser em nós. Portanto viva Lélia, viva Beatriz Nascimento e viva a marcha de mulheres negras que ontem tomou Brasília. (Palmas.)

Senadora Regina Sousa, é um prazer estar nesta mesa com mulheres poderosas, como Drª Dora Bertúlio, Procuradora-Chefe da Fundação Cultural Palmares, com a companheira Sônia Terra, a primeira a dirigir uma política de cultura no Estado do Piauí, de quem temos muito orgulho, companheira, porque sabemos que não foi fácil. E não é fácil para nenhuma de nós que está na gestão.

Saudamos a Senadora Regina Sousa e a companheira Clátia Vieira por tudo o que enfrentamos neste País não só para construir a marcha, mas para os outros caminhos pós-marcha que virão.

Começo saudando outras autoridades que estão neste plenário da Comissão de Direitos Humanos, nesta reunião sobre a situação das mulheres negras aqui no Senado Federal.

Começo saudando a yalorixá Valnízia de Ayrá, que está entre nós. Por favor, faça um sinal. (Palmas.)

Mãe de santo, minha mãe, mãe do terreiro do cobre, na Bahia, e uma liderança da caminhada dos terreiros do Engenho Velho da Federação, o nosso solo sagrado de existência neste País.

Saudamos a presença desta yalorixá e também a presença de Mãe Jacira aqui, uma autoridade religiosa que muito nos custa. E nós sabemos o real significado da presença dessas mulheres aqui.

Nós saudamos a presença da companheira Lindinalva de Paula, da Rede de Mulheres Negras da Bahia. (Palmas.)

Saudamos a presença da nossa companheira da rede de mulheres, do movimento de mulheres negras na Bahia, ex-ouvidora-geral que eu tenho orgulho de substituir, a companheira Tânia Palma. Nós somos e fomos ouvidoras externas. Fomos eleitas pela sociedade civil.

Saúdo a presença de uma... Parece que nunca vimos, mas ela existe. Está aqui, entre nós, uma doutora em Matemática, a Drª Eliane Costa, minha irmã que está lá em São Paulo, revolucionando a universidade. Por favor.

Doutora em Matemática. Nós gostamos demais.

Essas mulheres, temos orgulho de dizer, Deputada Moema Gramacho, são todas da Bahia. Somos todas da Bahia. (Palmas.)

Delegada Vilma Alves, a senhora que vem lá do Piauí, da terra da companheira Sônia Terra, é importante dizer que esse Nordeste... E temos mais aqui. Temos a companheira de Sergipe. Bote a mão para cima, Joseane. Nós viemos com essa energia.

Queremos saudar também a presença das mulheres aguerridas de Feira de Santana que vieram para a marcha. Companheira Karine Damasceno, por favor, faça um sinal, jovem, feminista, aguerrida.

Queremos saudar a presença dessa que é coordenadora dessa rede na Bahia e que impulsiona a rede de mulheres no Nordeste, a companheira Suely Santos. (Palmas.)

A gente não anda só. Quem anda só não rende. Coisa sem mulher não rende. Não é isso, minha mãe? Não rende coisa sem mulher.

Nós queremos saudar a presença... Temos uma assistente social em cada ponta. Tânia, nós apresentamos de um jeito. A companheira Jussara Santos Silva é assistente social, uma mulher com uma coragem danada, de lá da Bahia, vindo a esta sessão. Nós viemos para a mesa, mas viemos com o auditório inteiro. A companheira Gildete está aqui conosco também, do movimento de mulheres da Bahia.

Nós viemos em peso para essa sessão, Senadora, porque temos muita coisa a dizer.

Saudamos a presença das mulheres de Lauro de Freitas a partir da presença da sua ex-Prefeita por dois mandatos, agora Deputada Federal que muito nos honrou ontem com a sua presença no carro, falando durante a marcha, a companheira Moema Gramacho.

É importante dividir a mesa, porque poder sozinho não é poder.

Nós queremos, Senadora, dizer que nesta mesa em que destacamos a importância, eu como Ouvidora-Geral da Defensoria Pública do Estado da Bahia...

Nós iniciamos a nossa fala lembrando por que fizemos uma marcha contra a violência, contra o racismo e pelo bem viver.

Nós fizemos essa marcha em nome de Cláudia Ferreira da Silva, arrastada no Rio de Janeiro por um carro das forças de segurança.

Nós não admitimos que o Estado seja o principal polo que ataca os nossos direitos. Por isso nós consideramos, Senadora, importantíssimo ter a senhora neste lugar que é tão caro para nós, assim como a Deputada Moema Gramacho.

O processo que está em curso no STF ataca a autonomia da Defensoria Pública. E as Parlamentares, as mulheres sabem o quanto é importante a Defensoria Pública no Brasil para que as mulheres negras tenham acesso à Justiça. Que as senhoras atuem pelo fortalecimento da Defensoria Pública. Isso é muito importante para nós.

E por que nós estamos falando isso?

Distribuímos um material com um poema de Conceição Evaristo, Vozes Mulheres, que ela leu ontem, do Rio de Janeiro. Ontem ela leu esse poema durante a marcha. Nós colocamos na nossa pasta um material divulgando para as mulheres que são de terreiro que, quando os seus terreiros são tais, elas não precisam pagar as taxas governamentais como o IPTU. E é importante que o Parlamento amplie a nossa voz.

Fazemos isso por meio da Defensoria Pública e de outros órgãos. Por quê?

Recentemente, na Bahia, Senadora, e é importante que a Deputada da Bahia também aqui esteja...

(Soa a campainha.)

A SRª VILMA REIS – Eu vou pedir esse tempo todo, porque vamos ter que manter essa amizade firme.

Recentemente, na Bahia, no dia 1º de junho de 2015, no Município de Camaçari, D. Dedé de Iansã, Mildreles Dias Ferreira é o seu nome de documento, conhecida como Mãe Dedé de Iansã, sofreu um ataque fulminante do terreiro Oyá Denã e morreu depois de um assédio violento de uma igreja neopentecostal.

Nós queremos que esse caso fique registrado nesta sessão. Para nós é muito importante. Assim entendemos por que há caminhadas contra a intolerância religiosa, companheiro Amaral, que está aqui entre nós, de São Paulo, do movimento negro de São Paulo.

É importante entender por que há caminhadas no País inteiro, particularmente na Bahia.

Mãe Dedé de Iansã foi vítima, Suely, de um assédio violento e continuado de uma igreja neopentecostal. Como ocorre no Engenho Velho da Federação, na Bahia, essas igrejas se instalam em frente aos terreiros de candomblé para assediar as comunidades terreiro. E nós precisamos tratar disso aqui no Congresso.

Neste Congresso, que equivocadamente tem usado o nosso tempo e a nossa inteligência, lamentavelmente, para nos expor ao escárnio, um Congresso que tem se colocado antimulher, antinegro, antiquilombola, antipovo indígena, nós ficamos de pé para dizer que nós precisamos de um Congresso que faça o que nós estamos fazendo aqui agora, que é ampliar as vozes dos sujeitos políticos mulheres negras, jovens negros. Por quê? Isso que ocorreu lá em Camaçari e que levou Mãe Dedé de Iansã à morte e fez com que a Defensoria Pública entrasse com uma ação para paralisar – paralisar – o que essas pessoas equivocadamente fizeram, nós queremos entender que não é a posição hegemônica desses sujeitos.

Pois bem. Como o nosso tempo corre, nós queremos dizer o seguinte: nós queremos aqui destacar também, na nossa fala, que esta é uma reunião em que devemos nos preocupar, Deputada e Senadoras, com a fala que tem feito o Mães de Maio em São Paulo, o Movimento Mães de Maio, que publicou com uma carta maior este livro Bala Perdida, sobre a ação policial em nossas comunidades, assim como com as Mães do Cabula na Bahia, porque nós não admitimos que, num processo com mais de 2.000 páginas... Eu falo isso porque está em curso aqui, Drª Dora, uma CPI contra o extermínio. Lamentavelmente a sua primeira etapa terminou falando,

ironicamente, em extermínio simbólico. E nós não admitimos se falar em extermínio simbólico, porque as mães estão desesperadas na Bahia, no Rio de Janeiro, em Alagoas, no Piauí, no Maranhão – quem não sabe a situação que está posta no Maranhão? –, em São Paulo, onde se conseguiu, somente nesse ato denunciado pelas Mães de Maio, matar, em dez dias, a mesma quantidade de pessoas que morreram durante a ditadura militar. Isso é um escândalo. E nós precisamos colocar isso, porque esse fato tira a paz no Engenho Velho, tira a paz no Coque, em Recife, tira a paz do nosso povo em todos os bairros periféricos do Brasil.

Entendemos que a nossa ida às ruas ontem foi apenas, Clátia, uma abertura da grande tarefa que nós temos nos próximos 20 anos, porque se a Marcha Zumbi colocou uma pauta durante 20 anos, de 1995 a 2015, sobre a mesa, a Marcha de Mulheres Negras coloca uma pauta de trabalho para o Estado brasileiro para os próximos 20 anos. (Palmas.)

É isso que nós fazemos quando estamos em marcha no Estado brasileiro, dizendo: nem Cabula e nem o que ocorreu com as mães, com todas aquelas mães. Porque quando uma mãe enterra um filho, ela se torna morta viva. Não é possível, é uma aberração o que estamos vivendo.

E é dessa forma que nós comentamos aqui, só para concluir, o Mapa da Violência 2014, que desagregou os seus dados por raça e gênero e nos trouxe dados alarmantes sobre o risco das mulheres negras, nós mulheres negras, de morrermos, seja no serviço de saúde, porque somos nós que majoritariamente morremos com a mortalidade materna, porque uma mulher grávida, gente, não está doente, mas o descaso nos mata, o racismo nos mata, o racismo institucional nos mata, seja porque ainda há um monte de médicos com nojo de tocar na gente.

Há ainda um conjunto de psicólogos que acha que racismo não causa depressão. Racismo causa depressão sim, porque, quando você liga a televisão no Brasil, você não se vê. Quando você vai... Imaginem que a campanha de aleitamento materno na Bahia escolheu uma cantora que é nada parecida com a gente. Poxa, tanta cantora negra na Bahia! Já que têm que botar cantora, escolham uma parecida com a gente e escolham outra para dizer mesmo que a sociedade é democrática.

Então, nós não aceitamos ficar por nossa própria conta nesta sociedade, porque nós somos 52% da população brasileira. Entre as mulheres, nós somos 50 milhões. Não é possível que o Brasil se desenvolva e nos deixe para trás. Nas 50 maiores empresas públicas e de capital misto do Brasil, é uma vergonha não haver mulheres negras no campo da gerência e das diretorias.

Nós pedimos às Senadoras da República e às Deputadas, no Congresso Nacional, que se rebelem, que a gente possa trabalhar com um projeto de equidade em gênero dentro da pasta da Ministra Nilma Lino, junto com a Secretária Nacional Eleonora Menicucci e o Secretário Nacional de Igualdade Racial Ronaldo Barros, para que a gente reverta essa situação. É por isso que nós saímos em marcha.

Não vamos admitir uma televisão cuja única forma de aparecermos é nos programas de aberração vespertinos, com criminalização da nossa imagem. Isso não é comunicação, não é produção de conteúdo de comunicação. Isso é violação de direitos humanos. Que esta Comissão se levante! Que esta Comissão se levante porque, quando a gente deixa a televisão fazer isso com o povo negro, a gente está dando álibi para permitir que este País continue com os entulhos da ditadura militar, auto de resistência ou resistência seguida de morte e a ousadia dos policiais de prenderem nosso povo sob o argumento de desacato à autoridade. Não podemos admitir isso. Nós vamos viver.

Vivam as águas!
Vivam as mulheres de terreiro!
Vivam as mulheres negras!
E viva a coragem do nosso povo que está sofrendo em Mariana!
Vivam as mulheres de Mariana!
Que a gente fique de pé por elas.
Um viva a nós e às águas!
Viva esta quinta-feira!

E que Oxóssi nos ajude a, de uma flechada só, enfrentar este Congresso que é misógino, que tem uma postura racista, mas nós sabemos que tem Parlamentares corajosas que ficam de pé e dizem "não".

Este Congresso não é de Eduardo Cunha! Este Congresso é do povo brasileiro! (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Vilma. Parabéns pela fala.

Antes de passar à próxima oradora, a última da Mesa, vou citar algumas presenças, até para fazer referência ao meu Piauí, já que a Clátia citou a Bahia toda, a plateia é da Bahia.

A SRª CLÁTIA REGINA VIEIRA – Foi a Vilma, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Foi a Vilma, está certo. Desculpe. Foi a Vilma mesmo.

Queria citar, além da presença da Deputada Moema, que é baiana também, a baixinha valente... Ontem mesmo, naquela confusão que houve ali... A gente não tem de pedir desculpas, porque não foi culpa nossa, mas vamos hoje para cima de Renan, aqui no Senado, e espero que lá na Câmara também, para tirar aquele acampamento dali. Aquilo não é movimento social. (Palmas.)

Aquilo ali não é movimento social; são guardiões do Eduardo Cunha e estão ali para amedrontar, para intimidar. A gente viu isso concretamente ontem. Então, nós vamos retirar, de alguma forma, de um jeito ou de outro, aquilo dali.

Então, queria citar que estamos aqui com a nossa Vereadora Rosário Bezerra, do Piauí, do Partido dos Trabalhadores, a negona combativa. Nós estamos com a delegada, primeira delegada da mulher no Piauí, essa mulher que está fazendo história no Brasil todo também. Nós estamos com a Zenaide Lustosa, também militante do movimento de mulheres, que trabalha no Governo do Estado aqui no escritório de Brasília. Nós estamos com a Kalina, que é jornalista e também trabalha no Governo do Estado, mas lá no Piauí. Veio para a marcha e está nos prestigiando hoje aqui.

Passo agora para a Sônia Terra, última oradora. Depois a Deputada Moema pediu para ser a primeira.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – A minha também... Está ocorrendo uma sessão ali no plenário. Como estou dizendo, as coisas coincidem. Parece até de propósito, porque não estava convocada essa sessão.

Sônia Terra, companheira do Piauí, já foi Secretária de Cultura em dois governos do Governador Wellington Dias e é membro do Instituto da Mulher Negra do Estado do Piauí.

A SRª SÔNIA TERRA – Bom dia a todas as pessoas presentes. É um grande prazer!

Peço permissão às nossas mais velhas para poder aqui colocar algo, dizer que, com os passos que vêm de longe e que se seguem todos os dias, seguiremos nós, mulheres negras, em marcha contra o racismo, contra a violência e pelo bem viver. Que assim seja! Axé!

Quero parabenizar, agradecer a nossa Senadora Regina Sousa, com muito orgulho, do meu Estado, e falar da diferença, preciso registrar aqui, que, nesses meses, a presença da Senadora fez nos representando. Como fez diferença para a nossa história de mulheres, em especial, de mulheres negras no nosso Estado e, tenho certeza, aqui também neste Senado! Isso já nos remete a dizer o quanto é importante a nossa participação política.

Fiquei aqui ouvindo todas as mulheres que me antecederam. Falar depois dessas mulheres é difícil; depois de Vilma Reis, uma mulher que eu tenho como referência na minha luta, é sempre um desafio. Mas nós, mulheres negras, podemos aqui ser Vilma Reis, Clátia, Dora, Regina Sousa. Falamos de cada uma de vocês que estão aí, falamos de tantas Rosalinas, de tantas Marias, de tantas Cleonices, porque as nossas histórias, na sua diversidade, se unem e se firmam em toda essa luta que nós temos tido.

Eu quero registrar aqui que, nos idos da década de 90, o pesquisador Luiz Mott, no arquivo público do Estado do Piauí, fazendo suas pesquisas, trouxe à tona, e aí eu digo isso ao nosso Piauí em especial, a história de uma mulher negra escravizada, Esperança Garcia, que, em 6 de setembro de 1770, sendo ela uma mulher que tinha sido alfabetizada pelos padres jesuítas, aprendeu a escrever e resolveu denunciar os maus-tratos que sofria. Naquele momento, àquela época, isso, para nós, se constituía, e se constitui até hoje, um ato de rebeldia, de ousadia, de resistência. Ela dizia na carta que não aguentava mais os maus-tratos, não aguentava mais ser saco de pancadas, que ela e as companheiras dela não aguentavam mais aquilo e queria providências do governador da província.

Esperança Garcia se tornou para nós, no Piauí, o ícone dessa resistência da mulher negra, do povo negro. Hoje a gente comemora lá o Dia Estadual da Consciência Negra. E quando eu trago o nome de Esperança Garcia eu o faço para dizer que quando ela denunciava os maus-tratos que ela sofria com seus filhos, ela denunciava também os das suas companheiras. E é essa luta que nos irmana como mulheres negras.

Como Vilma Reis bem colocou aqui, nós não estamos sozinhas. A nossa luta é coletiva. E é por esse coletivo que nós não aguentamos e não admitimos mais, em pleno século XXI, as nossas mulheres nos quilombos não terem acesso à saúde pública. E ao chegarem, muitos meses depois de uma consulta marcada, a ter acesso a um consultório, a um posto, os médicos não lhes olharem na cara, não lhes tocarem porque – são depoimentos que eu escuto todos os dias das nossas irmãs quilombolas – eles têm nojo da gente. Isso dói em cada uma de nós e, se não doer na gente, não terá significado seguirmos na luta.

São essas mulheres que também, ao chegarem às maternidades, continuam morrendo. Se tiverem anestesia, vai para a mulher branca, porque dizem que nós mulheres negras suportamos a dor de uma forma mais forte. As nossas crianças também são sequeladas porque não lhes foi dado atendimento na hora devida.

O Mapa da Violência, que muitas de nós já citamos aqui, continua apontando que o feminicídio atinge muito mais as mulheres negras. Em Teresina, capital do meu Estado, de 2003 a 2013, por esse mesmo Mapa, é possível constatar que houve um aumento não de 19,5%, como foi dito, das mulheres no País, mas de 84%. É muito grave. A maioria atinge a nós, mulheres negras.

Então o desafio, quando a gente vem a esta Casa, Senadora Regina Sousa, é dizer que a nós, que sustentamos este País e que seguimos na invisibilidade – eu sou jornalista e sei o quanto a invisibilidade nos dói, o quanto o racismo nos mata –, não é possível mais seguirmos fazendo uma marcha que reuniu mais de 30 mil mulheres sem que a imprensa brasileira dê a repercussão devida, sem colocar por que nós estávamos ali marchando, e seguiremos. A visibilidade foi dada às balas que nos desestruturaram, ou pelo menos tentaram. Então, é essa mídia que nós não queremos mais. E aí o Governo precisa intervir, porque é concessão pública. Não dá para se permitir trabalhar com uma mídia que ignora, que desrespeita a maioria da população brasileira, e a nós mulheres negras de uma forma cruel.

Nós morremos todo dia quando somos vítimas do racismo. Esses dias, a Vereadora Rosário Bezerra, que está aqui, fez uma sessão solene pelo Dia da Consciência Negra, e eu dizia o quanto o racismo mata o nosso direito de ir e vir, o quanto nos tira a alegria, embora nós sejamos, por natureza, mulheres fortes, alegres, resilientes. Ele dói. Eu sofri na pele.

Enquanto eu fui, Vilma Reis, Clátia, Dora e todas as que aqui estão, a militante que bradava, que denunciava o racismo, eu ainda tinha um acesso muito melhor à imprensa. Eu era a Soninha querida. Mas quando eu assumi um cargo que não era para mim, que era um cargo que foi dito, inclusive, em artigos de um jornal, para o qual o Governador não privilegiou os nórdicos piauienses que produziam mais, e citou nomes, nós temos isso escrito, infelizmente é uma mancha que dói, porque quando a gente fala nessas questões, dos nórdicos que produziam mais, e foram citados os nomes, aquilo é uma ferida que nos tira a alegria de ser.

Todos os dias a gente precisa acordar dizendo: eu sou Sônia, eu sou Maria, eu sou Joana, eu sou Joaquina, eu sou Vilma, eu sou Juçara, eu sou todas as mulheres negras deste País que ainda são desrespeitadas, que não têm acesso às políticas públicas, que não têm visibilidade, que ao passarem... E quando usamos a nossa estética, e aqui estamos maravilhosamente colocando essa estética, é como uma forma também – a nossa estética, o nosso jeito de vestir –, a nossa forma de denunciar e de dizer: respeitem a nossa história, a nossa ancestralidade, respeitem a nossa construção cotidiana neste País de mulheres negras, de homens negros, brancos, indígenas, em um País em que a diversidade precisa ser respeitada. E nós não queremos nada além desse respeito, de leis que nos façam, de fato, ter os acessos de que nós precisamos.

No meu Estado, nós somos 224 Municípios e ainda podemos dizer que somos, a maioria, mulheres negras, Dora. Mas não estamos presentes nos espaços públicos. Não somos nós. Na Câmara de Vereadores temos uma mulher negra que aqui está com a gente; na Assembleia Legislativa, nós não temos nenhuma. E aí eu quero também, neste espaço, registrar que a Francisca Trindade foi uma mulher que muito nos orgulhou. (Palmas.)

Ainda hoje não houve ninguém que superasse o número de votos que ela teve naquele Estado como Deputada Federal eleita com mais votos na nossa história. Fez isso e foi a nossa cara que estava ali. Quando a gente pensa que Trindade tombou com 37 anos, sabe que foi também pela dor do racismo e pelo que teve que sofrer ao assumir, como Vereadora, como Deputada Estadual e como Deputada Federal, esse racismo que nos tira a vida, nos tira a saúde, um racismo estruturante que nós temos na nossa sociedade. É preciso que neste espaço, tenhamos algumas de nós aqui também.

Eu quero dizer que nenhuma mulher negra em algum momento da sua vida deixou de passar por algum constrangimento. Toda mulher negra na sua história passa por algum constrangimento pelo simples fato de ser negra. E isso precisa ser analisado. Isso nos mata. E é essa a dor que a gente não quer para os nossos filhos, para as nossas filhas. Não queremos mais chorar tanta morte dos nossos filhos, dos nossos sobrinhos, dos nossos netos. Não queremos mais ter de vir a uns espaços como este para questionar e para cobrar que as políticas sejam efetivadas, porque elas são de direito nosso.

Perceber que nesta reunião, nesta audiência pública, em que nós temos 19 membros, com 19 suplentes, a representação aqui se faz mínima é porque talvez não seja importante discutir a realidade das mulheres negras brasileiras. É isso que nós não queremos mais.

Nós queremos finalizar aqui dizendo que, nesses passos que vêm de longe e que se seguirão, a marcha foi para nós um momento, como disse a Clátia, declaratório, de dizer: "Nós não somos invisíveis, nós estamos aqui e a nossa voz ecoará e ninguém mais nos calará." É assim que nós mulheres negras queremos seguir.

Nós tivemos a opção de sermos passivas, mas nós não fizemos essa opção porque desde o início da nossa história nós optamos por ser resilientes, por resistir, por lutar, por construir e por fazer, mesmo quando a invisibilidade nos ataca e nos mata, seguir construindo a nossa história de mulheres negras brasileiras.

Negra de alma preta sim
Negra de alma preta sou
Negra assumida
Negra atrevida
Sem patrão e sem senhor!
Sigamos em marcha, sigamos livre das amarras.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Eu cometi uma injustiça, porque não citei a Lara do Piauí. A Lara trabalha comigo, mas é piauiense, e é quem cuida das questões relativas às mulheres negras.

Vou citar o restante das mulheres que me acompanham: Vanessa...

A SRª LIV DE LARA PONTES SANTOS – De camisa da marcha, viu, Senadora?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Trabalha aqui nesta Comissão de Direitos Humanos. E a Neblina, que é a jornalista que me acompanha também.

Agora vamos ouvir a Deputada Moema, que precisa voltar para a sessão.

Peço alguém da assessoria para ir ao plenário ver o que está ocorrendo ali.

A SRª MOEMA GRAMACHO (PT - BA) – Se eu estiver falando e houver votação nominal, não vou sair correndo. Vou continuar falando. Vou perder a votação nominal.

Gente, primeiro eu queria deixar um bom-dia bem gostoso para todas vocês, mulheres poderosas, maravilhosas.

Queria cumprimentar, em especial, a nossa Senadora Regina por sua atuação, por sua luta, por sua garra, sempre presente em tudo. Ontem, inclusive, na hora em que soubemos do que estava acontecendo, saímos do plenário e fomos juntas tentar ver o que podíamos também fazer. E queria não só parabenizá-la por isso, mas também pela realização desta reunião. E dizer, Senadora, que fico feliz por termos aqui piauienses e baianas. Que ótimo! Majoritariamente, elas ocupam este plenário. Não combinamos que seriam só elas, mas ainda vêm, espero, outras de outros Estados aqui, estarão presente.

Queria dizer do orgulho que eu tenho de ver essas mulheres. E quero cumprimentá-las muito rapidamente, apenas para ganhar tempo: Dora, Sônia, Clátia.

Aproveito, Clátia, para dizer o quanto estou feliz com o seu desempenho, com a sua força. Você fez a marcha acontecer junto com essas mulheres, porque a gente sabe o sufoco que foi. A gente não teve recurso para fazer essa macha. E fazer essa marcha naturalmente, como vocês fizeram, foi muito importante. E ficou linda. A marcha foi maravilhosa. Mesmo que eles queiram tentar apagar o brilho com aquela agressão, não vão conseguir, porque a marcha marcou presença. Com certeza, a imprensa não divulgou porque é uma imprensa branca, rica, ligada justamente aos mais poderosos e não iria querer dar vez para nós. Então, tenho certeza de que ficou marcada, independente da imprensa. Parabéns para você e para toda a equipe de organização da Marcha das Mulheres Negras de todo o País.

E parabéns para as mulheres que vieram em marcha e em massa mostrar sua força, sua garra.

Queria cumprimentar aqui uma mulher que é da Bahia, com muito orgulho. Tive a felicidade de participar da posse dela como Ouvidora da Defensoria Pública, uma posse muito concorrida, porque as pessoas sabiam o quanto era importante, Vilma, ter você à frente desse espaço. Parabéns a você pela sua história, pelo seu trabalho, por estar defendendo os que mais precisam através dessa Ouvidoria e por estar aqui conosco fazendo essa fala maravilhosa que fez.

Então, parabéns à Vilma e a todas as mulheres. Sintam-se todas cumprimentadas, baianas ou não, brasileiras, todas cumprimentadas aqui na pessoa de Vilma Reis, cujo sobrenome faço questão de dizer, porque ela marca com seu nome e sobrenome: Vilma Reis.

Bom, gente, eu queria dizer para vocês que nós sabemos que a questão da consciência negra é diária. Nós temos que trabalhar a consciência negra todo dia. Mas nós temos que aproveitar o mês batizado de Novembro Negro, o dia 20, que, inclusive, no nosso Município, é feriado – amanhã é feriado em Lauro de Freitas. Eu tenho dúvidas acerca de o feriado ser bom ou ruim, porque acho que não deveria ser um feriado que o povo aproveita, por não ter consciência ainda, para ir à praia. A gente precisava era fazer, nesse dia, movimento o dia inteiro, ações voltadas para essa reflexão. Então, a gente precisa fazer ainda esse momento de reflexão. Mas

é importante que a gente tenha o dia 20, que tenha o mês de novembro para fazer uma reflexão sobre o que conquistamos e o que ainda temos a conquistar.

É claro que sabemos que temos algumas conquistas. São mais de 500 anos e a gente ainda vive com muitas dificuldades, mas, nos últimos anos, nós tivemos a oportunidade de ver alguns avanços. E posso citar desde o Bolsa Família, oportunizando às mulheres, pelo menos, já que sempre foi delegado a elas cuidar do lar, na hora do bambá, receber, fazer o que quiser daquele recurso do ponto de vista de sua família.

Além disso, o Minha Casa Minha Vida e o que eu considero como uma das coisas mais importantes, que foi a ampliação do acesso à universidade através das cotas e também por mais universidades. Aqui na Bahia nós passamos 60 anos com uma única universidade federal, e hoje nós temos seis novas universidades federais na Bahia, a partir de Lula, que foi chamado de analfabeto, mas foi quem mais fez educação no País e na Bahia. Nós temos orgulho de dizer: ainda bem que Lula foi Presidente para tirar do ostracismo a questão do avanço das universidades públicas e, em especial, as universidades federais.

Além disso, houve o acesso às universidades através dos programas do Fies e do Prouni. A gente teve chance de ver as nossas mulheres negras, os nossos negros também tendo acesso à universidade. Antes tinham tanta dificuldade por conta do preconceito, por conta de ganharem menos do que os brancos, de as mulheres negras ainda ganharem menos do que as mulheres brancas e da dificuldade de cursar uma universidade pública, uma universidade federal, o quanto era difícil. Ou trabalhava ou fazia universidade. Com tão pouca vaga na universidade, dificilmente o negro tinha condição de assumir, de entrar na universidade.

É claro que a gente também tem conquistas importantes, como ter a Ministra de promoção da igualdade racial, da mulher e dos direitos humanos negra. A gente só vê isso acontecer nesses governos que têm consciência da importância da valorização da nossa raça. E ter a Ministra Nilma como Ministra desse poderoso Ministério, que engloba três setores tão importantes para a nossa vida, é motivo de muita honra e de muito orgulho.

Temos também de dizer que avanços tivemos com a Lei Maria da Penha e com o feminicídio, porque a gente consegue trabalhar a questão da violência contra a mulher com outro viés, que é o viés da punição, para intimidar, para prevenir, para evitar que mais mulheres continuem sendo violentadas, mutiladas e agredidas.

A Lei Maria da Penha vem não só por Maria da Penha, o que já seria suficiente, mas por tantas outras Marias. Na conferência estadual na Bahia, tivemos a Maria Aparecida, que teve suas duas pernas cortadas à foice por seu companheiro. A gente sabe que precisa trabalhar muito ainda a informação e a conscientização. Maria Aparecida ficou feliz em estar numa conferência, sabendo que existem espaços para debater essa questão, mas, no final – isso mostra para a gente o quanto é importante continuar fazendo a socialização das informações e buscando, fazendo uma busca ativa dessas nossas mulheres – Maria Aparecida diz que as mulheres têm que ter cuidado, não ter ciúme do marido, porque foi o ciúme que a fez ficar daquele jeito. Vocês imaginem o que está na consciência das nossas mulheres ainda: que elas são culpadas por perderem as pernas, são culpadas por serem mutiladas, são culpadas por morrerem. A gente precisa mudar essa realidade e chegar aos quatro cantos deste nosso imenso País. Quão importante é as mulheres terem consciência dos seus direitos! Não podem mais sofrer essa violência.

Queria dizer que, apesar das conquistas, estamos vivendo aqui um momento extremamente difícil. Esta é a Câmara do retrocesso, a Câmara de Eduardo Cunha, e não pode ser dele, como disse aqui Vilma Reis, mas ele está se impondo o tempo inteiro, impondo a pauta, que é a pauta dos acordos, dos negócios que ele fez. E sabia que iria chegar aonde chegou, a estar sendo possivelmente cassado, e espero que seja. É a Câmara em que ele fez os acordos para votar a terceirização, o que impacta diretamente as mulheres, e as mulheres negras. É a Câmara que aprova, que está tentando aprovar, acabar com a pílula do dia seguinte. E não estou querendo saber aqui de religião, porque não se está tratando de religião. O que está se tratando aqui é de matar as mulheres, de não poderem decidir sobre o seu próprio corpo. Sequer respeitam o Código Penal de 1940 e a Constituição. Mas estou falando do Código Penal de 1940, que dá direito ao atendimento na rede pública e eles não querem.

Aí, Vilma Reis...

A SRª VILMA REIS – São medonhos, Deputada, são medonhos.

A SRª MOEMA GRAMACHO (PT - BA) – Você imagine que eu tive de ir à reunião da Comissão, a CCJ, e me indignar junto com as companheiras que já estavam lá, porque o que eles querem é incriminar, inclusive, a atendente, a enfermeira ou quem atenda a mulher vítima de estupro que vai fazer um aborto por estupro na rede pública, quer dizer, nem a enfermeira pode socorrer uma mulher. Com a pílula do dia seguinte é da mesma forma. Então, isso é um absurdo.

Para completar, estamos tentando aprovar o Fundo de Enfrentamento à Violência, Senadora Regina, e tem um Deputado que está condicionando só aprovar o fundo, ele é o Relator, se a emenda dele passar. Sabe qual é a emenda dele? Que o recurso do fundo não possa ser utilizado no SUS para as vítimas de aborto. Gen-

te, isso é o cúmulo, é o cúmulo. Aí o processo, a aprovação do fundo está suspensa na Casa por causa disso, e nós não vamos deixar votar se tiver esse condicionante.

Esse retrocesso aprova a redução da maioridade penal, mas não aprova acabar com os autos de resistência. E a gente continua vendo os nossos filhos, os filhos das mulheres negras principalmente, os filhos das populações mais pobres sendo executados sumariamente. No mesmo segundo, eles são julgados, condenados, executados, no mesmo momento. E a gente vê que isso fica aqui, na bancada da bala, que parece uns vampiros, o sangue parece que está escorrendo pelos queixos, querendo, cada vez mais, que seja mantido esse auto de resistência.

Então, esta é a Câmara do retrocesso e nós precisamos denunciar isso. Nós precisamos contar com vocês, porque nós somos muito poucas, nós somos apenas 54 Deputadas Federais, 12 Senadoras e, dessas, 4 negras: 1 negra no Senado e 3 negras... Eu me sinto negra, mas alguns dizem que eu não sou negra, porque eu não tenho uma pele negra, mas eu nasci no Pelô, nasci no Pelourinho. Mas efetivamente, na simbologia da pele negra, nós só temos 3 Deputadas Federais e 1 Senadora. Nós precisamos mudar esse quórum. Nós precisamos de vocês participando da vida política para que possamos reverter esse quadro.

Estou finalizando, Senadora, mas deixe-me concluir aqui: nós não conseguimos aprovar as cotas. Esse é um desafio. O Senado... Quero parabenizar a Senadora Regina e as Senadoras e os Senadores que conseguiram aprovar as cotas no Senado. Mas nós ainda não conseguimos aprová-la definitivamente e precisamos continuar a mobilização em defesa das cotas para termos mais mulheres nos parlamentos. Obviamente, tendo as cotas, teremos mais oportunidade de termos mais mulheres, e mulheres negras, nos parlamentos através do instituto da cota.

Queria também dizer a vocês que a marcha efetivamente cumpriu um papel. Mas temos que dar continuidade a isso. A marcha buscou dar visibilidade, mas a marcha precisa continuar no dia a dia. Nós temos que marchar juntas sempre enquanto houver uma mulher sofrendo preconceito, uma mulher negra sofrendo preconceito. Enquanto houver um negro sendo assassinado, um jovem negro sendo assassinado brutalmente ou de que forma for, e violência contra a mulher, nós temos que estar marchando juntas para que nós possamos reverter esse quadro.

Queria também dizer a vocês que concordam que lugar de mulher... Por isso que a gente tem que querer a cota. Eu brinquei e queria dizer para vocês que lugar de mulher é na universidade, lugar de mulher negra é na indústria, na construção civil, nos tribunais de justiça, lugar de mulher é onde ela quiser. E quero dizer a vocês aqui mais um lugar. Quando fui candidata a Vereadora em Salvador, em 1992, Vilma Reis, fiz uma propaganda minha de propósito mesmo, fiz um outdoor em que coloquei assim: "Lugar de mulher é na Câmara." Você sabe que muitos safados foram lá e apagaram o "ra" para dizer que lugar de mulher era na cama. Então, quero deixar bem claro que lugar de mulher negra é a Câmara Federal, é a Câmara e o Senado, para que possamos ter mais mulheres participando.

E, é claro, queria também pedir a vocês, e vou finalizar: dentre os vários projetos que nós precisamos aprovar aqui em defesa do direito das mulheres, e das mulheres negras, eu tenho um projeto aqui que é o projeto da lei antibaixaria, que virou lei no meu Município, quando fui Prefeita, e já é lei no Estado da Bahia, a partir da Deputada Luiza Maia. Quero dizer que também entrei com esse projeto aqui, porque eu não aguento nem ouvir músicas tipo aquela:

> Nega do cabelo duro
> Que não gosta de pentear
> Quando passa na praça do tubo
> O negão começa a gritar:
> Pega ela aí...

Isso é lastimável. Eu prefiro que a gente diga, grite bem alto: nós não queremos mais que os recursos públicos sejam utilizados em músicas para depreciar a imagem da mulher, para depreciar a mulher ou provocar violência. A gente pode muito bem valorizar, e aí finalizo como você, dizendo que a gente pode valorizar aqueles que elevam cada vez mais a autoestima da mulher. E troco um pouco a música do Ilê para o feminino, dizendo:

> A mais bela dos belas
> Sou eu, sou eu
> Bata no peito mais forte
> E diga: Eu sou Ilê...

Vivam as mulheres negras que fazem, que constroem, que garantem cada vez mais a manutenção da nossa origem, da nossa raça, do nosso País!

Parabéns mulheres negras! Tenho muito orgulho de todas nós. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Deputada Moema.

A campainha está chamando os Senadores, mas não se preocupem porque vamos continuar aqui. Já fui lá, marquei presença, chego lá daqui a pouco.

Agora a gente vai passar para a participação da plenária, da plateia. Infelizmente, a gente tem aquelas limitações de tempo, porque tenho que... Três minutos. Tínhamos inscritas uma, duas, três, quatro, cinco, seis pessoas. Aí a gente vai retornar para a Mesa, porque o pessoal pode querer complementar, só fazer uma saudação final ou complementar alguma coisa, também por três minutos.

A gente vai ouvir a Jacira Miranda, do Povo de Terreiro de onde?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – De Salvador, Bahia.

Jacira, com a palavra.

Antes, só um instantinho, também não quero ser injusta com os homens, quero apresentar o Ronald, que é meu assessor e trabalha muito bem essa questão de direitos humanos, é quem trabalha nesta Comissão comigo, junto com a Vanessa. Ele trabalha bem a questão do gênero, mas é mais da parte indígena. Participou agora dos Jogos Indígenas, liberei sua ida para Tocantins durante os jogos, e antes até, porque ele fazia parte da organização. E aconteceram, foram muito vitoriosos também, os Jogos Indígenas, que têm toda uma questão a ser trabalhada. O Ronald também trabalha comigo.

Jacira, pode falar.

A SRª JACIRA MIRANDA – Bom dia a todos e a todas. E a bênção a todos os da minha religião. A bênção, Mãe Val, em especial, às equedes e à Vilma.

Vou citar apenas tópicos, porque eu sei que o tempo é pouco. Mas eu teria, a tarde inteira, assunto para tanto.

Gostaria de que a minha Mãe, que hoje está no Orum, descansando nos braços de Olorum, estivesse aqui para me ver, em pleno Senado, falando, porque isso veio dela. Ela lutou para isto: para eu estar aqui. E hoje eu luto para que meus netos estejam um dia também.

A gente fica triste, o povo de terreiro, com esse Governo que, toda vez que eu falo e me dirijo a ele, digo que é um Governo perverso. Por quê? Porque eles colocam dirigentes nos órgãos públicos para nos agredirem, para interferirem contra nós, povo de terreiro. Como? Quando se faz uma lei proibindo uma matança, que é como eles chamam nosso ato, que para nós não é matança, é uma oferenda para os Orixás, o que eu digo, pergunto a eles? E o baby beef? São sacrificados os animais enquanto bebês para a elite, para os brancos.

Colocam dirigentes nos órgãos públicos para mudar a nossa fala. Quando a gente chega a uma delegacia para registrar queixa, eles querem botar as palavras deles. Eu fui registrar uma queixa contra um vizinho que disse: "Pegue a 'chulinha', pegue esse macumbeiro". E o cachorro lesionou a perna... Quando eu cheguei lá, ele disse: "Não; bote assim: que ele mandou um cachorro..." Eu disse: não, eu quero assim e assim. Então, foi registrado, porque eu tenho conhecimento. Se eu não tivesse, seria com as palavras dele. E os crimes, outros tantos, que estavam embutidos? Não eram esclarecidos.

Outra coisa: nós temos uma Lei, a 10.639. O que o Governo faz? Ele não procura ver quem vai botar na escola para desenvolver essa lei, para que passe certa, correta. Não. Botam evangélicos na direção, como professores. Ninguém tem interesse em passar, em esclarecer para o aluno. Não têm interesse nisso. Então, eles fazem da forma como eles querem, e o Governo não está nem aí.

Outra coisa também: eles colocam dirigentes nas secretarias que, quando a gente está tocando os nossos atabaques, chega a polícia, a Sucom, e dizem: "Ah, é porque estão fazendo zoada, estão fazendo barulho". E as igrejas que passam a noite toda gritando? O que a gente diz? E ninguém chega lá.

Então, a gente fica muito chateada com esse Governo perverso, mesquinho para com os da religião. Para se ter uma ideia, a maioria de dirigentes de terreiros são mulheres. Então, a gente fica triste.

Segundo a palavra de Makota Valdina, eu digo: eu não quero que me tolerem; eu quero que me respeitem. Precisamos colocar o nosso povo, as nossas mulheres dentro dessa esfera para nos proteger.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Ialorixá Valinízia Oliveira, do Terreiro do Cobre.

A SRª VALNÍZIA PEREIRA DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos e a todas.

O nome da minha bisavó era Flaviana Bianchi. O nome da minha mãe era Maura Miranda. São meus ancestrais.

Eu gostaria de dizer a vocês, mulheres negras, que quando vocês levantarem, todos os dias, para a militância, agradeçam e continuem fazendo pedidos aos ancestrais, porque foi a minha bisavó Bianchi, Flaviana, que tiraram da sua casa mãe, África, e levaram ao Pelourinho, Salvador, quem sofreu horrores. Por conta delas e de outros ancestrais, vocês e eu hoje podemos estar aqui, infelizmente, no século XX, ainda, podendo reivindicar direitos que nós temos, dados pela Constituição e conquistados por nós mesmas.

Eu sou líder religiosa de um terreiro secular. E moro em um bairro periférico. E mais do que ninguém, como mãe e avó não só dos filhos que eu pari, como dos filhos espirituais da minha religião, e tenho muitos, como Vilma Reis, como essa doutora sobre a qual a Vilma Reis falou, muitas vezes, para muitas delas se tornarem doutoras, nós temos, sim, que levantar de madrugada e pedir ao sagrado proteção, dando banho de folhas e fazendo outras coisas para segurar a essas mulheres que precisam ir à luta, e é uma luta diária, matando um boi por dia, como diz um ditado lá na Bahia. Nós temos, sim, que fazer isso, porque, se não, adoecem mesmo. Já vi muitas adoecerem. Já me disseram: "É porque estão com depressão". "Depressão? Negro não tem depressão?" Tem sim. Eu sou prova disso, porque sou uma líder, cuido da minha comunidade, sou mulher também, moro em um bairro periférico e vejo também nossos jovens sendo abordados pela polícia, infelizmente, diferentemente da forma como abordam jovens brancos.

Era só isso.

Gostaria de dizer que peço todos os dias aos meus Orixás, ao sagrado, que proteja vocês, que proteja todas as mulheres negras deste País e dê mais sabedoria e mais força para que continuem essa luta, porque a luta é grande, minhas irmãs.

Deus e os Orixás protejam vocês!

Axé! (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Nós vamos ouvir agora a Delegada Vilma Alves, do Piauí.

Vilma, infelizmente aqui o tempo é limitado. Sei que você tem muito a dizer, mas vamos...

A SRª VILMA ALVES DA SILVA – Boa tarde.

Primeiro, eu quero agradecer a Deus por esta oportunidade de estarmos aqui juntas.

Falar da negritude, principalmente da mulher, é um sofrimento. Eu me recordo de que, quando entrei na Secretaria de Segurança Pública do meu Estado, eu era muito magra. Depois que eu pari, fiquei gordinha. Mas lá disseram assim para mim: "O que essa neguinha está fazendo aqui?"

Eu quero dizer que, sendo neta de baiana, tenho orgulho de dizer que eu me amo como mulher negra. É uma satisfação dizer aqui que sou negra, sim, e me amo.

Eu quero agradecer a Deus por ter colocado na Câmara de Vereadores da minha cidade, Teresina, uma mulher negra. E essa mulher negra está aqui ao meu lado: é a Rosário Bezerra, uma mulher negra.

Tenho a Sônia como amiga. Eu acompanhei o sofrimento da Sônia, porque foi nomeada pelo nosso Governador, Wellington Dias, Secretária de Cultura. Essa menina sofreu muito. E eu dizia para ela: vamos enfrentar.

O enfrentamento da negra na sociedade civil do Brasil é doloroso, é cruel. Nós estamos aqui para dizer que nossa cidade é preconceituosa, mas nós estamos na luta, diariamente. Nossos filhos negros é que estão enchendo as penitenciárias, sustentando as penitenciárias do nosso País. A comunidade maior é de negros – e negras nas penitenciárias femininas também. Então, o que fazer? Discutir aqui. Esta é a Casa principal para discutirmos a questão da negra, do negro, dos adolescentes negros.

Eu confio nessa grande Senadora piauiense, que sabe o que é luta, é mulher de movimento. Nós vamos ter, do Piauí, aqui, a voz de uma mulher, que é a nossa Senadora Regina Sousa. Regina não é de conversa, ela é de ação. E digo para o Brasil: o prazer que eu tenho como mulher, como mulher negra, é tê-la como Senadora que, em poucos meses, está atuando com sabedoria e com leveza para levar o Piauí ao conhecimento do País e discutir os nossos problemas. O maior de todos, eu acho, é o nosso, das mulheres negras. Mas digo a todas: ser negra não é o final, e não estou jogando isso na lata de lixo, não. Ser negra neste País é ser o alicerce da vergonha, o alicerce da dignidade e do progresso do nosso País. Ai deste País se não fossem as mulheres negras que parem os negros para a construção da vergonha deste País!

Sou negra, sim. E me amo! E acho que o meu Estado merece muito mais mulheres do Piauí para melhor fazer leis para a nossa sociedade. Eu acredito nisso.

E vou pedir aqui que a nossa querida Senadora continue defendendo os nossos interesses, principalmente os da mulher negra do Estado do Piauí.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Vilma.

Vereadora Rosário Bezerra, com a palavra.

Quero dizer que a Rosário é irmã do compositor que fez aquela música de que a Sônia cantou um pedacinho aqui. Depois vou contar a história dessa música. Rosário é Vereadora do Partido dos Trabalhadores em Teresina.

A SRª ROSÁRIO BEZERRA – Obrigada, Senadora.

Estou muito feliz e orgulhosa de estar aqui entre todas essas mulheres guerreiras, eu sei que são. Quero dizer também do meu orgulho por ter ouvido tanta coisa bonita, real, verdadeira, da Dora, da Sônia Terra, minha companheira de luta, da Regina Sousa, da Clátia, da Vilma Reis e da outra, Delegada Vilma.

Quero dizer que, desde aquela adolescente, sobre a qual a Dora falou, que veio naquele navio, passando por Esperança Garcia, passando por Trindade, Francisca Trindade, Sônia Terra, Vilma, que foi ouvidora...

Eu também fui ouvidora do Estado. Sou mestre em educação, sou economista e mestre em educação. O racismo ainda é muito forte na nossa sociedade. Como ouvidora geral do Estado e mestre em educação – minha dissertação é sobre racismo –, no nosso Governo, de Wellington Dias, do Partido dos Trabalhadores, que ajudei a construir, nesse Governo – sou casada com um homem branco, que era secretário –, o racismo institucional todos os dias se apresentava para mim, e eu nunca aceitei. Quando chegava aos eventos, eu, ouvidora, primeira ouvidora geral do Estado, e meu marido, secretário, a cerimonialista dizia: "Gostaria de registrar a presença do secretário". E eu ali, ao lado dele, era invisível. Eu dizia: meu Deus, o que eu preciso fazer para deixar de ser invisível? Estou ali do lado, sou mestre, tenho livro publicado e sempre eu era convidada e eu ia brigar com o cerimonialista, por que você não me registrou? Aí ela dava uma desculpa amarelada, mas eu nunca aceitei isso e ia lá e brigava mesmo.

Então, eu sempre fui convidada para ser candidata. Sou militante do Movimento Negro, sou de uma família de negros. Meus irmãos são artistas que têm músicas feitas para o Movimento Negro. E fui eleita vereadora com todo esse apoio, mas também com toda minha vida acadêmica. Fui apoiada e estou no segundo mandato. Depois que eu fui eleita vereadora, companheiras, guerreiras, quero dizer que eu nunca mais fui invisível no meu Estado. Quando eu chego à porta, nem entrei, já estão dizendo: "Gostaria de apresentar a Vereadora Rosário Bezerra". E eu quero dizer que isso me orgulha. Eu gosto disso. (Palmas.)

Eu gosto de ser reconhecida.

Nós, mulheres negras, temos que estar na política. Por meio da política, podemos eleger leis, ações que possam resgatar a nossa dignidade, a dignidade de um povo que ajudou a construir esta Nação e tem direito – é justo! – de estar em todos os lugares.

Muito obrigada e parabéns por este momento aqui de todas nós! (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – A última participação é da Suely Souza Santos, da Rede de Mulheres Negras do Estado da Bahia.

A SRª SUELY SOUZA SANTOS – Boa tarde a todas.

Eu acho que o trabalho de vocês é louvável. Parabéns à Senadora Regina Sousa, à Vilma Reis, à nossa companheira da Rede de Mulheres na construção da marcha, à Procuradora Dora, à Sônia Terra, e já soube da sua história.

Eu fico aqui observando, vendo esse esforço que a gente faz, Parlamentares, representantes do Governo, agentes sociais, militantes, onde eu acho que eu me enquadro, militante de movimentos negros, de movimentos de mulheres negras, e as dificuldades que são apresentadas. Para mim, mãe Jacira, foi muito bom lhe ouvir.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª SUELY SOUZA SANTOS – Foi lá fora, não é?

Porque ela, de alguma forma, traduziu o que eu estava pensando aqui.

Eu me inquieto com essas estruturas governamentais: o Senado, o Congresso, o Governo. Porque, como estou muito perto das bases, e foram momentos gratificantes a construção dessa marcha com as mulheres na Bahia, percebo que existe uma distância, uma lacuna entre essas instituições formadas, que, hoje, de alguma forma, já conhecemos, e essas pessoas que precisam realmente que essas políticas cheguem até elas. Na Bahia, eu tenho percebido que essa distância está causando uma situação que pode trazer algum problema, que é o fato de as pessoas nas comunidades estarem construindo uma ruptura com essa instituição que está aí. Isso para mim é dado. O fato de as pessoas não quererem mais votar, o fato de as pessoas discordarem, não concordarem, não aceitarem as suas representatividades, para mim, isso é muito sério.

Nesse ponto, vou me reportar à Conferência de Durban, em que foi considerado crime de lesa-humanidade o tráfico transatlântico. De lá para cá, tentamos fazer com que essas políticas sociais... Pressionamos o Governo, porque era política de Estado temporária, mas era política de Estado apontada em Durban. De lá para cá, para mim, na minha avaliação, avaliação muito pessoal, as coisas só pioraram. Tivemos alguns avan-

ços significativos, mas não deram conta dessas desigualdades às quais são submetidas a população negra e, principalmente, as mulheres negras deste País.

E o que me chamou a atenção na discussão em relação a essa questão da marcha é que a Marcha de Mulheres Negras vem propondo um pacto civilizatório. Quando falamos de bem viver, já não estamos acreditando mais que essas instituições deem conta dessa demanda de que a população brasileira que está sendo massacrada precisa.

Não discordo que não exista representatividade, mas é preciso perceber que essas instituições não dão conta de tudo isso, e, nesse ponto, eu me reporto ao que estava falando a Deputada Moema Gramacho, de todos os avanços que já tivemos. Sabemos que o processo de transformação é realmente lento, mas eu me pergunto o que é que os partidos, todos eles... Todas essas representatividades se dão a partir de interesses, a partir de grupos políticos e nós ficamos cada vez mais alijados do processo, porque, na base, no momento da eleição, no momento da articulação, não conseguimos eleger as nossas representatividades, porque nós, aqui, somos exceções, somos ainda minoria nessas instituições.

Se estamos lá, mas nem na base dos partidos conseguimos representação, independentemente de partido, a população negra sofre um massacre no momento da eleição, quando não consegue eleger os seus, e raramente consegue isso. Se, a partir de um movimento negro, de um movimento indígena, de um movimento de mulheres, não conseguimos eleger, já tem alguma coisa errada. Chegamos até aqui e nos colocamos como representantes, mas o que estamos fazendo na base para garantir que os nossos realmente sejam eleitos? Na Bahia, nós perdemos o único representante de movimento negro na Câmara, no Congresso Nacional, e isso significou um prejuízo de grandes proporções para o movimento negro da Bahia, porque não foi só o Deputado Federal que não foi votado. Perdemos todos os cargos...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª SUELY SOUZA SANTOS – Luiz Alberto.

Perdemos todos os cargos representativos nas instituições, e estava sendo feito um trabalho sério, reconhecido popularmente, reconhecido publicamente.

Que leitura é essa que esses partidos fazem? E por que eu tenho que ser fiel ao que esse partido está propondo? Falo isso independentemente de partido. O processo da construção dessa Marcha nos mostrou o que isso significa, não é? Temos que aceitar o recurso para ajudar na construção da Marcha, mas temos que colocar a marquinha lá embaixo para fazer... Não avançamos nem para fazer com que o respeito aos movimentos seja uma questão crucial! Que imagem de transformação é essa? Que mudança efetiva é essa?

É preciso que não só nós – porque nós somos poucas –, mas que todos revejam esse modelo. Esse modelo está desgastado, não alcança a população como um todo, está desacreditado, não atende à demanda da maioria da população deste País, e não adianta ficarmos no nosso lugar tentando gritar, porque não dá! Essa grande base que está lá, que está apartada e que só aparece quando é estatística – quando aparece –, porque está sendo assassinada, não pode vir sentar aqui. Muitas de nós, para vir para a Marcha, tivemos que pagar do nosso próprio bolso. Quem interessava aos grupos políticos, que passou uma lista de 10, 20 passagens compradas de avião, não éramos nós. Nós não estamos inseridas nele, porque nós não somos de partido, porque nós não somos de grupo político. Nós nos assumimos militantes de movimento negro. (Palmas.)

E nós somos rechaçadas inclusive nas universidades, quando nós apresentamos a nossa tese e o orientador nos diz: "Bibliografia negra não! Onde foi que vocês pensaram isso? Tem que fundamentar em alguém e tem que ser pensadores europeus". E isso se reflete e se reproduz.

Hoje, dizer que nós somos contra, porque eu não sou... Eu falo do Neopentecostal, mas eu não sou cristã, porque o Cristianismo, neste País e em grande parte do mundo, significou uma derrocada para as comunidades, para as populações. Se falar isso, hoje, você pode morrer! São pessoas com tanta autoridade que se recusam, por exemplo, a fazer trabalhos nas escolas – você está entendendo? – e ninguém reage contra isso, porque está todo mundo amarrado nos seus grupos, nos seus interesses, nas suas propostas.

É contra isso que eu acho que vem a indignação da Marcha de Mulheres Negras. Chega! Chega! E eu não vou botar uma venda nos olhos fingindo que eu não estou vendo, porque eu preciso de recursos para o meu projeto. Eu sinto muito, mas eu não vou fazer isso.

É isso aí. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Suely, que disse muitas verdades. Infelizmente, em 500 anos de história, incorporamos algumas coisas que não deveríamos ter incorporado, mas que, a partir daí, achamos muito natural: "Deu 20 camisetas. Então, tem que botar 'apoio fulano de tal'". Eu sei bem o que é isso, porque eu tenho rejeitado o "vou botar seu nome aqui na camiseta". Não, não

precisa. Estou lhe dando essas camisetas para lhe ajudar, mas não precisa colocar meu nome na sua camiseta. Mas existe essa coisa, infelizmente.

Vou voltar para a Mesa, e, pelo amor de Deus, façam um esforço para falarem três minutos, porque eu estou estourando o tempo da audiência, para as considerações finais.

Vou começar daqui para lá, para finalizar a nossa audiência. Dora.

A SRª DORA BERTÚLIO – A fala das senhoras aqui, de todas que se manifestaram, deixa bastante visível aquilo que realmente estamos propondo, aquilo por que realmente estamos lutando. Muito especialmente... Desculpe, o seu nome é?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª DORA BERTÚLIO – Muito especialmente, Srª Suely, nós concordamos. Concordo absolutamente: nós estamos afastados de toda possibilidade de visibilidade em qualquer área de conhecimento e em qualquer movimento que existe na sociedade brasileira.

Na verdade, acho que, para essa Marcha, para esse movimento todo, realmente, a mídia não deu a mínima importância. Os grandes meios de comunicação não dão nenhuma importância para isso. Realmente não dão! Mas há uma coisa fantástica em tudo isso: a nossa luta, que é tão constante, de tantos tempos, de tantos momentos, acaba ficando invisível no todo da sociedade, e a razão é exatamente o pavor de a sociedade brasileira nos ter como participantes da direção deste Estado.

Nesse ponto, eu vou fazer uma crítica, e espero que não seja desagradável – a senhora falou e eu acho muito importante –, à questão dos partidos. Nós temos um sistema eleitoral em que só pode ser candidato quem passa pelos partidos. Então, eu acho que a nossa discussão, aqui, a respeito da representação das mulheres e dos homens negros neste Congresso, nas Assembleias Legislativas e nas vereanças das cidades passa, exatamente, o que os partidos políticos pensam a respeito da população negra.

(Soa a campainha.)

A SRª DORA BERTÚLIO – É nada, é zero. Só servimos se impulsionamos votos para os seus outros. Então, uma série de candidatos negros... Eu vejo isso. Sou catarinense, moro em Curitiba, participo dessas discussões todas e percebo que eles trazem negros não para serem candidatos vencedores, mas para trazerem a possibilidade de maiores votos para aqueles definidos pelo partido para serem. E os partidos políticos brasileiros, todos eles – infelizmente, tenho que dizer que todos eles –, têm uma consideração zero ou mínima para a população negra brasileira.

Falamos em cotas. Eu acho muito importante ter cotas para a população negra estar no meio político, não há nenhum interesse da sociedade política brasileira em nos ter como participantes e como dirigentes, e a razão está exatamente naquilo que eu tentei falar, mas que talvez tenha ficado um pouco quebrado pela história do tempo: a formação racista da nossa sociedade desde 1500 até o momento de hoje, e nós estamos, em 2015, aqui, falando a mesma coisa.

Os meus textos de 1989, 1990, 1991, 1995, 2000, 2015, eu não preciso refazê-los. Eles são os mesmos sempre. Nós estamos sempre nessa denúncia, nessa busca, nessa luta de conquista e a sociedade brasileira... E quando eu falo a sociedade brasileira, também, infelizmente, não estou falando da sociedade branca, mas dos valores brancos da sociedade brasileira, que estão incutidos em nós, negros, e em todos os brancos, ou seja, na sociedade como um todo. É isso que nos rejeita.

Precisávamos fazer discussões mais constantes. O movimento de cotas nas universidades foi muito importante para trazer a discussão do racismo e das bases que constroem, mantêm e reproduzem o racismo brasileiro em todas nós, em todas as cabeças brasileiras. Essa ideologia racista é o que temos que combater. É a ideologia do valor branco sobre o valor negro, uma valoração da humanidade branca como sendo a real humanidade e da negritude como sendo aquela que vai submissa a esse valor branco. É disso que nós falamos. Não falamos de pessoas brancas, nem de pessoas negras, quando falamos de racismo. Falamos de uma ideologia branca que se sobrepõe absolutamente aos valores todos da sociedade brasileira.

Temos que valorizar a nossa possibilidade. Como a senhora falou, nós somos poucos e temos que estar atuantes o tempo inteiro. É impressionante como atuamos o tempo inteiro. Nos movimentos, e isso foi falado aqui, falamos para a gente mesmo. A população branca razoavelmente se esconde para esse tipo de discussão e, quando vem, fica calada e não expõe as suas verdades, os seus pensamentos, exatamente para nos deixar falando para nós mesmos. Por isso, na verdade, temos que lutar.

Para terminar, digo que todos aqui que, eventualmente, participam de partidos políticos têm que, na verdade, ser mais contundentes, mais definidos em qual é o desejo dos partidos políticos brasileiros com relação à população negra. Eu diria que é nenhum.

Obrigada. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Dora.

Sônia Terra.

A SRª SÔNIA TERRA – Ouvindo todas as mulheres aqui, fiquei pensando. Sou filha de uma empregada doméstica e, até os 12 anos, convivi na casa em que ela era empregada doméstica. Nasci e fiquei até os 12 anos. Minha mãe não é alfabetizada. Ela não sabe ler, não sabe escrever. Eu até tentei depois, mas ela não tinha mais essa motivação, porque, quando ela quis, ela não pôde ir à escola, porque acordava às 4h da manhã e dormia muito cedo. Tentou ir, mas ela dormia por cima dos livros. E, penso, foi essa mulher analfabeta que me fez entender a importância da educação!

Eu continuo reafirmando aqui que a educação nos salva. Nós temos a sabedoria de mulheres negras, de povo negro, mas nós precisamos também estar nesse espaço acadêmico, nós precisamos ampliar cada vez mais, porque, inclusive, maiores conquistas temos tido desde que tivemos mais possibilidades de acesso, mesmo quando temos que brigar com a orientadora ou com o orientador que não aceita que escrevamos sobre o nosso povo negro, que reconstruamos a nossa história, porque nós estamos recontando o que a historiografia oficial sempre negou: a resistência de povo negro e a força das mulheres negras.

Então, eu quero fechar aqui a minha participação, agradecendo, mas dizendo que nós precisamos ir além da Lei nº 10.639, de 2003, que nunca se conseguiu implementar efetivamente nos nossos Estados, nos nossos Municípios, que não chega aos nossos Quilombos.

(Soa a campainha.)

A SRª SÔNIA TERRA – Fui, há um mês, a uma comunidade quilombola do meu Estado fazer um momento com professores e professoras e disse: se numa comunidade negra, temos dificuldade de alguém entender e respeitar aquele espaço, aquelas crianças negras e negros, como podemos vencer pela educação esse racismo tão doentio que ainda nos mata?

Mesmo assim, eu quero conclamar que continuemos brigando para que haja essa educação, a implementação da Lei nº 10.639, de 2003, para que nós possamos de fato ter mudanças, para que de fato o nosso povo tenha consciência e para que não sejamos mais tantos e tantas analfabetas e analfabetos neste País, estando em lugares que não nos representam.

Quero deixar um viva à força, à ousadia das mulheres negras brasileiras que carregam na sua ancestralidade todo o poder, toda a garra de continuar fazendo uma luta que é coletiva, que nos irmana e que nos faz sentir a dor uma da outra, uma sobe e puxa a outra. Sigamos, subindo e puxando nossas irmãs negras!

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Sônia.

Clátia Regina.

A SRª CLÁTIA REGINA VIEIRA – A Marcha vai na direção da nossa invisibilidade, mas uma questão fica aqui para reflexão. O que pauta a nossa vida são as políticas públicas. Se temos, no Ministério da Saúde, um Ministro que não tem a menor sensibilidade com a questão racial nesta nova reforma, não vamos esperar que possamos mudar por baixo se a direção vem de cima.

Se temos uma CPI... Por mais que tenhamos avançado, não podemos deixar de registrar o retrocesso, pois, na hora da reforma, pega para o nosso lado, porque a Secretaria de Igualdade Racial, o Ministério de Igualdade Racial, o Ministério de Direitos Humanos se juntaram. Quando se fala que não tem recurso, mais uma vez, vai para a comunidade negra, porque diretamente essas secretarias, esses ministérios... E aí vai uma outra observação, nós não ganhamos esses Ministérios, nós conquistamos através da nossa militância, mas, na hora de cortar, fomos o primeiro a ser cortado. Juntar três Ministérios para dar conta da política, nós sabemos que não vai, então, por mais... Não podemos deixar de registrar aqui o retrocesso que foi juntar três Ministérios e fazer um superministério que não tem dado conta.

A política racial, nós não podemos ficar presas simplesmente a um ministério da igualdade racial. Nós temos que pautar que nós temos que ter uma política racial em todos os Ministérios, porque, se isso não acontecer, nós viremos aqui daqui a dois, três, quatro, cinco anos e não a teremos. Essa é uma questão muito importante, porque nós precisamos que as políticas sejam discutidas com a comunidade negra. O que tem acontecido é que as pessoas se prendem nos seus gabinetes e começam a inventar projetos que nem sempre nos atendem, e precisamos estar o tempo inteiro denunciando isso.

(Soa a campainha.)

A SRª CLÁTIA REGINA VIEIRA – Também quero dizer a vocês que nós também não temos que estar só sendo lembrados no 25 de julho e no 20 de novembro. Fizemos essa data do 18 de novembro para chamar a

atenção, porque todos os dias são dias de mulher preta e dias de homem preto. As pessoas não podem pensar na comunidade negra somente no 20 novembro e no 25 de julho, e é o que vem acontecendo anos e anos. Nós sabemos disso.

O outro ponto que precisamos pautar é a dificuldade que temos na questão do recurso. Nós não temos recurso para a nossa militância. As emendas colocadas dificilmente são para o movimento negro. Precisamos deixar registrado aqui que o dinheiro público também precisa chegar às organizações do movimento negro, em especial, das mulheres negras, para que possamos sobreviver e encaminhar as políticas. Não conseguimos fazer as coisas sem dinheiro.

A outra questão que eu quero dizer é que agradecemos não às pessoas que nos ajudaram, nós não estamos precisando de ajuda, nós precisamos de parcerias, nós precisamos de comprometimento político. E, nesse ponto, vai o compromisso da Senadora Regina Sousa, com que eu tive a oportunidade de estar em uma agenda para mobilização com a Secretaria da República. Muitos estiveram lá nos fortalecendo.

Quero fazer um destaque à Deputada Federal Benedita da Silva, que falou, nesta Câmara, que chamou a Câmara Federal para fortalecer a Marcha das Mulheres Negras. Ela chamou todos os Parlamentares.

Agradecer aos Parlamentares que tiveram coragem, os poucos que tiveram a coragem, e a sensibilidade de colocar emendas para a nossa política, e quero destacar aqui o Deputado Federal Jean Wyllys, que botou 125 mil emendas para a Marcha, em especial, para o Rio de Janeiro. Entendemos ser importante fortalecer o nacional e a Marcha como um todo; agradecer demais a todas as mulheres que conseguiram, a duras penas, tropeçando no racismo todo o tempo, trazer as mulheres negras até aqui e dizer: "Nós fizemos um levante de mulheres negras no Brasil." O mais importante dessa Marcha é termos provocado, falado do racismo em cada canto deste País, e isso nós conseguimos. Esse era o nosso desafio. Agora, nos resta fazer a movimentação política em todo o Brasil.

Até há pouco tempo, a política racial era tratada com os movimentos de mulheres, e eu quero dizer que nós só temos dois movimentos nacionais de mulheres, o Fórum Nacional de Mulheres Negras e Articulação de Mulheres Negras Brasileiras. É pouco! Precisamos nos organizar mais. Mas, agora, o Brasil, este Congresso, que realmente não nos representa, sabe do que nós somos capazes. Quantas mulheres nós colocamos, aqui, em Brasília? Agora, não se fala mais com um grupo, ou com grupo A, ou com grupo B de mulheres. Agora, vai ter que se falar com as mulheres do Brasil.

Nós temos que exigir que pautem. Quando fizerem o orçamento, é preciso recortar a mulher negra. É preciso entender a importância de investir, por quê? Nós não somos eleitas, não porque não somos capazes, nem porque não temos base, mas, porque, na verdade, há um racismo. É inadmissível que o deputado A ou o deputado B, quando vai fazer a nominata, bote a esposa, o filho, o sobrinho, não que eles não sejam capazes, mas quem está na militância partidária, quem está na militância de base sabe que não encontramos com essas pessoas que conseguem chegar ao Parlamento. A questão é puramente racial, porque nós estamos lá todos os dias, nós temos toda a militância, nós temos as mulheres, nós temos o povo negro, mas, na verdade, se não fazem de nós as protagonistas, os votos não vêm, e não podemos nos responsabilizar por isso. Nós não podemos nos responsabilizar pelo que o racismo nos provoca; muito pelo contrário, nós temos que denunciar.

A nossa Marcha foi um sucesso, mas a TV do Roberto Marinho só quis "aparelhar" a violência. Colocou uma jornalista negra no programa das 20h, no Jornal Nacional, colocou uma atriz e disse que houve racismo e que, na verdade, ao racismo se responde com amor. Não é com amor que respondemos ao racismo, porque o racismo nos causa muita dor! Essa TV não tem compromisso com a gente.

Aqui, eu quero também colocar o compromisso da TV Brasil, que fez um trabalho, que fez uma matéria maravilhosa.

Na verdade, o que a gente precisa é desmistificar essas questões.

Na questão dos direitos humanos, eu quero parabenizar a Senadora, primeiro, por estarmos nesta Casa. Nós vivemos momentos terríveis com esta Comissão no passado. Nós sabemos que é muito importante, Senadora, que tenhamos uma mulher, uma mulher negra com compromisso com essa questão.

Na linha da companheira Vilma, também gostaria que pudéssemos ver o que é UPPs. Estamos com um programa de UPPs, no Rio de Janeiro, que serviu para eleger, mas que mata o povo preto, que mata a juventude preta. Falamos da Cláudia – a Vilma falou da Cláudia Santos –, mas podemos lembrar que, no mês de maio e no mês de abril, no morro do Alemão, o tão famoso Morro do Alemão no Rio de Janeiro, foi morta uma criança com 8 anos na porta de casa e uma criança que estava de costas, mas que parecia que estava correndo. Há uma série de desculpas para o genocídio do povo preto. É uma coisa muito séria esses homicídios que a gente vem sofrendo, e sempre o povo preto. Na verdade, estamos em 2015, mas parece que somos tratados com as correntes nos pés. Então, eu gostaria muito, Senadora, que, na possibilidade, pudesse ver.

A outra questão é que se fortaleçam as nossas políticas. Precisa-se aqui fortalecer. E não é o Senado, mas que tenhamos que falar com os nossos Deputados e Deputadas. Na hora de se fazer uma emenda, se o dinheiro é público, o dinheiro também é nosso. Na hora de se fazer uma emenda, precisamos que seja lembrada a organização de mulheres negras em todo o Brasil.

Quero agradecer, finalizando e dizendo que eu aqui estou representando, na verdade, a comissão organizadora chamada de Comitê Impulso Nacional da Marcha, às organizações que lá estiveram, ao Fórum Estadual de Mulheres Negras, nacional, à Articulação de Mulheres Negras, à UNEM, ao Conem, aos APNs, às organizações de mulheres quilombolas, ao MNU e a todos e todas que conseguiram ser parceiros na nossa luta. Como todos aqui já falaram, nós estamos em marcha. Nós continuaremos marchando, enquanto houver racismo, enquanto houver uma mulher negra sendo destratada, enquanto uma mulher negra morrer por falta de saúde, enquanto uma mulher negra não tiver acesso à educação, enquanto terreiros... E aí eu quero dizer para as Yás que estão aqui que, na verdade, sabemos que a nossa luta, a nossa força vem de vocês, que não descansam um só minuto.

O nosso papel é este mesmo: defender a nossa cultura. E isso é uma das coisas que precisa também ser feito aqui nesta Comissão. É inadmissível que os terreiros sejam atacados da forma como têm sido! É inadmissível que uma jovem com 14 anos seja apedrejada no Rio de Janeiro, porque estava de branco e tinha saído do seu terreiro! É inadmissível!

Queremos, sim, contar com as mulheres negras que são de outras religiões, mas essas mulheres negras e essas Deputadas negras precisam entender e, minimamente, ler a nossa história, para que haja respeito. No universo de 54 Deputadas, gostaria de dizer que é muito triste saber que, quando se fala da redução da idade penal, tenhamos mulheres negras e brancas que votem a favor. Eu falo muito na questão da redução da idade penal, porque nós, mulheres negras, sabemos o que é perder um filho, um sobrinho ou alguém. Na nossa comunidade, ao crescermos, temos várias mães, várias tias, principalmente, as tias, porque há essa relação na nossa cultura. Para nós, é muito ruim quando ouvimos falar que o cérebro de uma criança de 10 anos foi esfacelado por um tiro de fuzil. É muito triste quando vemos que dois jovens negros, numa motocicleta, carregando material de trabalho, porque não pararam – o que, na verdade, nada mais é do que uma desculpa –, tomaram um tiro que matou os dois. É muito ruim quando uma mulher negra, na delegacia, fala da violência doméstica, é destratada, sofre deboche.

Na verdade, nós estamos aqui, porque nós vamos mudar nossa história. Nós, as mulheres negras, em parceria com pouquíssimos Parlamentares e pouquíssimos Senadores e Senadoras, vamos mudar nossa história!

De qualquer maneira, eu quero agradecer em nome da coordenação. Muito obrigada, Senadora. Muito obrigada aos Parlamentares que nos ajudaram, com destaque para a Deputada Benedita da Silva, que é do Estado do Rio de Janeiro.

Gostaria de dizer que nós estamos em luta e que nós estamos juntas – agora, com mais de 30 mulheres – falando em todo canto deste País...

(Manifestação da plateia.)

A SRª CLÁTIA REGINA VIEIRA – Trinta mil, perdão! Com mais de 30 mil mulheres, marchando juntas, com a nossa resistência, com a nossa coragem e com a nossa determinação!

Obrigada! (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Vilma Reis com a palavra.

A SRª VILMA REIS – Eu quero agradecer à Suely, à mãe Val, à mãe Jacira, a todas as companheiras que falaram aqui e destacar a questão da representação, porque quem dorme com os olhos dos outros não acorda na hora que quer.

Nós não temos uma política de representação quando alguém acha que pode invadir as nossas comunidades, usurpar os votos e vir aqui, em nosso nome, dizer o que vai fazer por nós. Nós temos que tomar a decisão de, em 2016, votarmos em nós mesmas. Essa é uma decisão muito séria, porque tem muita gente querendo nos tirar de cima do mundo, porque essa é a decisão mais sofisticada que você toma numa sociedade violenta e covardemente racista.

Nesta fala, eu acho que é importante aqui destacar a presença – depois de tanta luta para estar nesta reunião – da Profª Ana Cláudia Pacheco, socióloga da Universidade do Estado da Bahia e autora de um livro fundamental para nós.

Faça sinal aí para o povo ver você, não é? (Palmas.)

Ela autora de um livro sobre mulher negra e afetividade que está circulando em todos os nossos meios.

Quero destacar também a presença da historiadora pernambucana, professora da UFRB, Drª Martha Rosa, não é? (Palmas.)

Acho fundamental essas presenças nossas aqui, porque é um momento também de organização.

E, nessa organização dos nossos passos que vêm de longe, lembramo-nos de Carolina Maria de Jesus,...

(Soa a campainha.)

A SRª VILMA REIS – ... esta nossa autora, aqui, de Quarto de despejo, seu primeiro livro, e autora de Diário de Bitita, seu último livro, livro autobiográfico. Em Quarto de despejo: Diário de uma favelada, em 1960, ela nos diz que as elites moram numa grande casa, essa casa grande enorme, e o que ela não quer ela bota no quarto de despejo.

Estamos falando isso, companheira Sônia, de uma mulher de Minas Gerais que só foi dois anos à escola, na cidade de Sacramento, em Minas, e que, vivendo nas ruas de São Paulo e na favela do Canindé, nas horas de exaustão, quando se sentava, exausta de catar papel, dizia: "Nem todo papel que eu cato eu vendo. Uma parte do que eu cato é para escrever a história deste País." E Carolina conseguiu escrever a história deste País. No ano passado, se viva estivesse, celebraríamos na Bahia e no Brasil os seus 100 anos.

Pois bem, Carolina nos lembra do seguinte: "Os políticos sabem que eu sou poeta, e o poeta é capaz de morrer quando vê o seu povo em perigo, quando vê o seu povo em sofrimento."

E é com isso que dizemos que este dia de hoje também é para refletirmos sobre o que ainda está passando a comunidade, Drª Dora, de Rio dos Macacos. O que as mulheres estão passando em Rio dos Macacos. O que as mulheres quilombolas e pescadoras estão passando lá em Alcântara no Maranhão. O que as mulheres estão passando em Marambaia, no Rio de Janeiro.

Nós lembramos isso, porque nós sabemos que instituições, como a Fundação Cultural Palmares, precisam ter todas as condições para que uma procuradora chefe e que conhece profundamente a necessidade do nosso povo, como a Drª Dora, possa circular o Brasil e possa fazer andar os nossos processos. E todos nós sabemos qual é a atuação perversa, quando vemos que o setor quilombola do Incra não tem as condições para realizar o trabalho dos RTIDs (Relatórios Territoriais de Identificação e Delimitação). Para nós, isso é importante, porque são 10 milhões no campo, são 10 milhões impactados pela política quilombola. Quando o Estado não dá condições para que seus técnicos, através do Incra e da Palmares, realizem o trabalho, nosso povo vem para viver nas piores condições na vida urbana. Então, isso para nós é importante.

Seguindo, nessa questão, eu quero aqui agradecer as falas da Vereadora Rosário Bezerra, da companheira Sônia Terra e também da Delegada Vilma Alves, quando nos lembram do quanto de vilipêndio vivenciamos quando estamos no espaço da gestão pública. Isso não é uma coincidência, não é um desentendimento, isso é racismo institucional no limite da sua existência.

Lamentavelmente – e aí eu concordo com a Drª Dora –, quando discutimos preconceito aqui, não discutimos contra os brancos, nós estamos aqui discutindo a favor dos negros. Nós estamos aqui fazendo um debate contundente, lembrando Milton Santos, que é um debate contra os privilégios. Nós não queremos uma sociedade dividida entre privilegiados e violados em direitos, nós queremos uma sociedade cidadã, onde cada pessoa negra, branca e indígena ou descendente dos asiáticos tenha direitos.

E é difícil uma sociedade com direitos, não é Suely? É muito difícil uma sociedade com direitos.

E por que trazemos essa questão do vilipêndio? Nós temos orgulho de aqui de dizer que a companheira Tânia Palma, que eu sucedi na Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública, levou quatro anos naquela Ouvidoria, enfrentando, enfrentando, para que nós tivéssemos um espaço. Nós sabemos por que fomos para esse espaço da Justiça, através da Defensoria Pública e da Ouvidoria: porque nós, mulheres negras, temos demandas na Justiça, temos demandas, porque o entorno das regiões metropolitanas, Senadora, de todo este País tem cemitérios que não são os principais cemitérios onde se enterram a elite. Para nosso desgosto, a maioria das pessoas que está enterrada em cada cova desses cemitérios nasceu depois de 1990. Isso é uma aberração que nós estamos vivendo. É uma aberração.

Então, nós vivemos o desafio de uma sociedade que não quer se aliar às correntes mais conservadoras, que são superpunitivistas e que querem mais encarceramento. A Bancada covarde, a "Bancada da bala" aqui no Congresso, que se arvora, é uma Bancada de "narcoparlamentares". Essa chamada guerra às drogas, no Brasil – denunciada aqui pela juíza Maria Lúcia Karam, pelas Mães de Maio de São Paulo e pelas Mães do Cabula na Bahia –, é guerra aos negros e aos pobres; é guerra às mulheres negras. Nós não aguentamos mais esse sangue escorrendo nas escadarias do País: é o sangue que escorre nas escadarias do Morro do Alemão; é o sangue que escorre em Itinga na Bahia; é o sangue que escorre no Cabula. Nós não suportamos mais enterrar.

Na última greve da polícia na Bahia, em 72 horas, nós tínhamos 223 jovens negros assassinados. Só na cidade de Feira de Santana, em 48 horas, foram 46 jovens covardemente assassinados. E nós não aguentamos mais! Oito jovens foram empilhados no Bairro de Itinga, na região metropolitana, em Lauro de Freitas, na frente das mães, covardemente assassinados. E nós não podemos fazer silêncio diante de uma força de segurança

covarde, que é braço auxiliar do capitalismo, porque o capitalismo não sobrevive sem a prisão e sem a morte covarde das execuções sumárias.

Por isso, Senadora, nós queremos pedir aqui que possamos retornar a esta Casa, quando retornarem dos Estados as Senadoras que estão trabalhando com a questão da CPI dos Assassinatos dos Jovens, porque nós queremos debater o que é um Estado. Ninguém sabia de quem eram os 400kg de cocaína; de quem era o avião; de quem era o helicóptero; e quem teve a covardia de matar um menino por causa de 10g de maconha. Nós queremos saber. (Palmas.)

Nós queremos saber, por que você está dizendo que sobre isso não há uma balança nessa Justiça. E nós não aceitamos uma justiça, um sistema de justiça que funciona como braço auxiliar de uma elite depravada. É uma elite depravada! Ela decidiu que este Estado é dela e que temos de nos submeter à depravação de que ela não tem que dar resposta a ninguém. Então, ela pode usurpar as terras dos Quilombolas. Ela pode agir covardemente dentro do Ministério da Pesca e retirar o seguro-defeso. Ela pode agir como braço auxiliar em todas as áreas, e devemos fazer silêncio. Pois nós não aceitamos fazer esse silêncio e lembramos Carolina Maria de Jesus: "Deus que dê alguma alegria aos brancos, para que os negros sejam felizes", porque "a nossa felicidade – como diz o poeta Gilberto Gil – é uma felicidade guerreira, o nosso caminho é o mar e nós fomos para a pesca, porque a terra foi retirada, quando nós fomos empurrados para as águas".

Porque a terra é covardemente retirada, com uma justiça que se silencia diante de uma ação covarde que o outro polo faz nesse sistema de Justiça, em que juízes e desembargadores são fazendeiros também.

Os casos que nós enfrentamos na Bahia e sobre os quais dialogamos, nos encontros pelo Brasil, são um absurdo. Então, nós não aceitamos fazer um ataque sistemático às mulheres pescadoras!

E tudo isso veio para a marcha, porque precisava vir para a marcha.

E, para terminar, eu gostaria de dizer: É verdade, Suely, de Durban até a marcha nós temos demandas, sim, porque a nossa ausência nos espaços de poder prejudica os nossos interesses.

É por isso que fomos disputar a Ouvidoria da Defensoria Pública da Bahia. É por isso que apoiamos Lúcia Xavier, candidata à Ouvidora da Defensoria Pública do Rio de Janeiro. É por isso que apoiamos Meire Coelho para ser Ouvidora da Defensoria Pública do Ceará, porque nós, feministas negras, nós, mulheres de terreiro, nós, mulheres militantes do movimento negro, temos demandas, e nossas demandas não são um devaneio de livro. Estamos falando se vamos continuar existindo como povo ou se vamos acabar.

Então, essas questões que abordamos, quando chegamos aqui, dizendo que somos Cláudia; que somos Amarildo; que somos o Cabula que sangra; que somos a periferia de Maceió, cujas mães não têm sossego; que somos o Maranhão em que Pedrinhas precisa nos dar uma resposta, são para alertar que nós não temos um sistema prisional no Brasil. Nós temos um sistema colonial atualizado, de vingança contra os negros e as negras, porque, quando os homens negros estão presos, as mulheres negras cumprem a pena por extensão.

Tânia Palma está aí e sabe a luta que fez contra as revistas vexatórias na Bahia e no Brasil. Nós, quando vamos visitar o homem que está preso, o filho que está preso, o sobrinho que está preso, o neto que está preso, sabemos da violência que sofremos; e, quando estamos presas, não somos sequer visitadas. É muito importante.

E as crianças das mulheres que estão presas sendo retiradas delas, covardemente, ou das mulheres que estão em situação de rua e que têm medo até de matricular sua filha ou seu filho no sistema público de ensino. Nós não temos um sistema para reparar os nossos direitos, mas sim, lamentavelmente, equívocos, muitas vezes, no sistema de justiça, que estão prontinhos, só esperando a mulher botar o filho ou a filha no sistema educacional. A mulher, mesmo quando está no meio da rua, preocupa-se com educação, companheira Sônia Terra. Nós nos preocupamos em matricular nossos filhos e nossas filhas, mesmo quando estamos em situação de rua. E hoje, na Bahia e no Brasil, nós, mulheres negras, temos pavor de ver as mulheres negras que estão em situação de rua botarem seus filhos e suas filhas no sistema público de ensino, porque o sistema que não funcionou em nada, funciona para retirar a guarda dessa mãe. Isso é uma covardia. Precisamos chamar uma grande sessão no Congresso Nacional para debater essa situação.

Eu trago essas questões. Nós temos mais milhões de discussões para trazer aqui, mas acho que, hoje, Mãe Jacira, concordo com a senhora quando se refere à covardia que está posta no não cumprimento da Lei nº 10.639, de 2003, sobre o equívoco que está posto de uma professora ou professor que também é vítima desse racismo e dessa opressão, quando não consegue compreender que estamos diante de um equívoco. Independentemente do que ela acredita como sagrado, tem que cumprir a Lei nº 10.639, de 2003, na escola.

Mas eu digo, como falamos na questão dos assassinatos contra os jovens homens negros, feitos pelo Estado com o seu braço armado ou pelos grupos paramilitares tolerados pelo Estado: não é equívoco. Não há equívoco na política, porque esse mesmo policial que atira, quando chega aos bairros nobres de Salvador, de Maceió, de Recife, de São Paulo, ele não atira, não está cachorro louco. Então, se não é cachorro louco, essa política conta com a impunidade, impunidade! E nós não admitimos um cenário de impunidade.

A mesma coisa para o cumprimento do módulo sobre África. O que tem acontecido com jovens brancos de classe média alta que acham que recebem uma boa educação no Brasil? Eu digo, Drª Eliane Costa: o que eles têm sofrido é estelionato intelectual. Eles têm sofrido estelionato intelectual e se tornam criaturas bizarras quando saem do Brasil.

Afinal, a branquitude dos nordestinos só aguenta até São Paulo e a branquitude dos brancos de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul só aguenta até o aeroporto de Miami. Sabe por quê? Quando eles chegam lá, eles não têm uma ideia de Brasil, eles não têm uma ideia de América Latina, não têm uma ideia do que é diáspora. Eles não têm ideia do que é ser continente africano, que é um continente com 53 países, sendo que o último foi a Eritreia, erguido em 1993. Um continente cujo último mapa linguístico da Unesco nos dá notícia de que é onde se falam 2.019 idiomas. É esse continente que eles passam batido. E, por isso, quando eles chegam aos grandes centros de produção do conhecimento, seja em Stanford, em Yale, seja em Berkeley, seja na Universidade Nacional do Senegal, Cheikh Anta Diop, eles não têm noção de Brasil, eles não sabem o que é o Brasil. Eles sabem narrar sobre Paris, sobre Londres, mas eles não sabem narrar sobre o Brasil, porque para narrar sobre o Brasil tem que entender o que é ser nós, mulheres negras, o que é ser povo negro, o que é a diversidade do Brasil e não cair no mito das três raças, porque o mito das três raças já foi derrotado.

Monteiro Lobato disse a um presidente negro, em 1926: ou o declínio das raças, o choque das raças, ou o Brasil se tornava branco ou se tornaria inviável como Nação. Nós estamos aqui, Monteiro Lobato, para dizer: você perdeu, playboy. Perdeu. Perdeu. Perdeu. (Palmas.)

Nós estamos aqui, somos maioria deste País. Perdeu. Viva nós, viva nós, de cabeça erguida e bicão na diagonal. Somos mal-assombradas, sim, com nome e sobrenome. (Palmas.)

Propomos, Senadora, que, ao final, possamos ler o poema: Vozes mulheres, de Conceição Evaristo. É Clátia que está propondo, vamos lá.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Deixa só eu fazer o encerramento assim. Aí fechamos com o poema, todo o mundo vem para cá, lemos juntas e fazemos uma foto. Está bom?

A Vilma sozinha é uma conferência.

Você vai voltar, com certeza, porque disse tanto, falou tanto, que é muito importante que dê uma plenária temática. Vamos ver se conseguimos encaixar aqui, porque, aqui no salão, no plenário, há uma história de umas sessões temáticas. Vamos ver se incluímos de novo esse tema, porque não é fácil. Vocês viram aqui que nenhum Senador compareceu. São 19 titulares.

Quero agradecer a todas vocês que vieram e atenderam ao chamado e dizer que, neste espaço aqui, podem contar comigo. Mandem a sugestão, então outras audiências, porque eu faço audiência toda semana. Vão mandando os temas e vamos fazendo, porque é o jeito de a voz ecoar e também de subsidiar, porque o que vocês falaram aqui pode subsidiar projeto. Mas o melhor projeto que pode sair daqui é o que vocês mandarem.

Vocês podem, individualmente, mandar um projeto de lei para cá, e ele é obrigado a ser formatado, discutido, relatado e ir para voto. Eu já relatei projeto de uma pessoa que, infelizmente, tive de rejeitar, porque era para armar as pessoas, era um projeto pedindo para liberar o armamento. Mas quero dizer que, aqui nesta Comissão, se atende isto: qualquer pessoa que mandar um projeto de lei, ele vai ser discutido, relatado, nomeado um relator e ele vira uma lei, se for um projeto bom.

Então, é importante saber que os projetos de lei que interessam venham das pessoas, e não aconteça o que alguém falou aqui, de, às vezes, estarmos falando, aqui, elaborando uma lei para um segmento e ele não se ver naquela lei. Já aconteceu aqui, o segmento veio para cá brigar, porque uma parte era a favor do projeto de lei e a outra não era, porque foi da cabeça de um Senador ou Senadora fazer um projeto de lei, sem combinar com os russos, como diz a história do jogo.

Então, é isso, gente.

Muito obrigada! Por mim, eu ficaria mais tempo, mas eu já extrapolei todos os horários da Comissão, acho até que há uma outra aí para ocupar este espaço. Mas, valeu, muito obrigada!

Vamos ler o poema. Antes de ler, venha todo mundo para cá, fazemos uma foto, e ela vai lendo o poema.

A SRª CLÁTIA REGINA VIEIRA – Enquanto estamos vindo para cá – a Senadora chamou que todas viéssemos para cá –,...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Quem não pegou o material, o poema, está aqui para ser pego.

A SRª CLÁTIA REGINA VIEIRA – ... eu gostaria de apresentar, não era muito essa missão, a companheira do Rio de Janeiro, de Iguaba.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª CLÁTIA REGINA VIEIRA – Venham, companheiras!

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª CLÁTIA REGINA VIEIRA – ... a Marcha das Mulheres Negras, em nome das nossas mais velhas, pela nossa ancestralidade. Vozes de mulher, da nossa poetisa Conceição Evaristo, do Rio de Janeiro.

A voz de minha bisavó ecoou
criança
nos porões do navio.
Ecoou lamentos
De uma infância perdida.
A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.
A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
No fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.
A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.
A voz de minha filha
recorre todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.
A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem - o hoje - o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Declaro encerrada esta audiência pública.

(Iniciada às 11 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 13 minutos.)

ATA DA 110ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2015, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinco minuto do dia vinte e três de novembro de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim e Hélio José. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 128 de 2015-CDH, de autoria do Senador Hélio José, para debater o tema: "Os Desafios da Comunicação Pública e dos Direitos Humanos nas TVs Abertas e por Assinatura e na Banda Larga no Brasil e discutir as providências que devem ser tomadas para sanar os problemas reclamados pela população". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores e senhoras convidados, solicita que tomem lugar à mesa, e passa-lhes a palavra, nesta ordem: André Barbosa, Superintendente Executivo de Relacionamento Institucional da Empresa Brasil de Comunicação – EBC; Bia Barbosa, Representante do Fórum Nacional de Democratização da Comunicação; Evelin Maciel, 1ª Vice-Presidente da Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas – ASTRAL; Pola Ribeiro, Secretário do Audiovisual do Ministério da Cultura; Israel Vale, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais – ABEPEC; Paulo Miranda, Presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários – ABCCOM; Octávio Pieranti, Assessor do Secretário Executivo do Ministério das Comunicações; Alessandro Godinho, Secretário de Comunicação Integrada da Secretaria de Comunicação da Presidência da República. Às nove horas e quinze minutos o Senhor Presidente passa a presidência para o Senador Hélio José. O Senhor Presidente eventual registra a presença do Deputado Federal Adelmo Carneiro Leão. O Senhor Presidente eventual concede a palavra às seguintes pessoas no Plenário: Deputado Federal Adelmo Carneiro Leão; Wounei Santiago, da TV Sete Lagoas; Moysés Chernichiarro Corrêa, Secretário-Geral da Associação Brasileira de Canais Comunitários - ABCCom e Coordenador de Administração da TV Comunitária do Rio de Janeiro; Sérgio Redó, Presidente Associação Paulista de Imprensa e Ex Vice-Presidente da TV Aberta de São Paulo; Werinton Kermes, Jornalista e Representante da TV Votorantim e TVCom Sorocaba; Clovis Marinho, Professor da Rede Pública. O Senhor Presidente eventual faz o seguinte encaminhamento: 1) encaminhar ata e notas taquigráficas para a Anatel e para a Telebras. O Senhor Presidente eventual concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e Hélio José. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e cinquenta minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 110ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento 128, de 2015, da CDH, de autoria do nobre Senador Hélio José, que está aqui ao meu lado.

Eu vou fazer abertura, em seguida vou passar a Presidência dos trabalhos para ele como eu faço sempre. Nesta Comissão, quem apresenta o requerimento é que preside os trabalhos, para dar espaço para todo mundo aqui na Presidência para poder interagir com o Plenário a partir do seu requerimento.

Claro que na Presidência há muito mais liberdade de contribuir com o debate com os convidados.

Enfim, vamos debater hoje os desafios da comunicação pública e dos direitos humanos nas TVs abertas e por assinatura e na banda larga no Brasil.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar com comentários e perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania. E do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Estão convidados para esta mesa:

Israel do Vale, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras Públicas Educativas e Culturais.

Os que estiverem já no plenário podem vir à mesa à medida que eu for chamando.

Paulo Miranda, Presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários, que já está aqui conosco. (*Palmas.*)

Duilio Monroy, Assessor Especial das Telecomunicações Brasileiras; Evelin Maciel, 1º Vice-Presidente da Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas; André Barbosa, Superintendente Executivo de Relacionamento Institucional da Empresa Brasil de Comunicação; e Octavio Pieranti, Assessor do Secretário-Executivo do Ministério das Comunicações, que já está aqui com a gente. (*Palmas.*)

Considero esta audiência de suma importância tanto que, além do Hélio José, tínhamos também apresentado um requerimento com este debate. E quando vimos, ele foi o primeiro a apresentar. E claro que prevaleceu a iniciativa do nosso querido Senador.

Permitam que eu faça uma rápida introdução sobre o tema. E vou deixar para o debate esta reflexão que foi construída pela própria consultoria do Senado,

Senhoras e senhores, nesta Casa, as audiências públicas tornaram-se ao longo dos últimos anos práticas rotineiras de discussões democráticas sobre os temas de interesse coletivo da Nação.

Esta Comissão, só neste ano, realizou mais de cem audiências públicas, bateu o seu próprio recorde. A Comissão, em outros tempos, chegou a ter, comigo como Presidente, 80 audiências públicas no ano. E este ano, antes do seu fim, nós já ultrapassamos a audiência pública de número 100, porque entendo que é fundamental o debate com a sociedade, via esse espaço livre e democrático, ao qual, no mínimo, no mínimo – sempre digo, Senador Hélio José, que é meu parceiro em todas – mais de dois milhões de pessoas assistem. Considerando que somos mais de 200 milhões de brasileiros, se 1% assistir... E é toda segunda-feira pela manhã de preferência, mas, claro, às vezes a gente não consegue dar conta do pedido de audiências públicas, há semanas em que fazemos audiência pública na segunda, terça, quarta, quinta e sexta. Em muitas sextas-feiras aqui o Senador Hélio José coordena.

Estamos a instaurar um debate aberto e participativo acerca de um assunto espinhoso e delicado para muitos e para nós fundamental, que indiscutivelmente incomoda os gigantes da indústria cultural brasileira: os desafios da comunicação pública e dos direitos humanos nas TVs abertas e por assinatura e da banda larga no Brasil.

Presta-se a discutir as providências que devem ser tomadas para sanar os problemas da área reclamados, e muito, pela população.

Como se sabe, desde o início deste milênio, a comunicação brasileira mudou muito e vai mudar muito mais, a partir do apagão analógico que se avizinha, e a implantação no País do modelo digital de televisão. Do mesmo modo, a extensão da banda larga pelos Municípios brasileiros vai exatamente impactar a cultura e o cotidiano de toda a população. Na verdade, com o advento da tecnologia digital, cada cidade brasileira poderá dispor, em seu território, de um canal de televisão, o Canal da Cidadania, cujo sistema de difusão incorporará mais outros três canais, mais especificamente, tratar-se-á de dois canais comunitários, e um do Governo, ou seja, serviço público eletrônico, concretizando, assim, a tão sonhada municipalização da comunicação no País.

Para fortalecer essa outra emancipada comunicação, o GT de desburocratização do Ministério das Comunicações anunciará, em tempo breve, uma série de medidas, além disso, aguarda-se o anúncio da abertura de um canal de cultura e um canal de educação no modelo digital, ambos funcionarão 24 horas por dia, e ficarão sob a responsabilidade dos Ministérios da Cultura e da Educação, que oferecerão ao povo brasileiro uma programação digna e direcionada aos direitos humanos. Em outras palavras, uma audiência pública envolvente como esta vai fortalecer dispositivo da Constituição que prevê a complementaridade da comunicação pública estatal e privada no Brasil. Com isso, desponta, de imediato, a expectativa de forte participação popular, gerando repercussão na vida de todos os brasileiros.

Terminando, afinal de contas, a educação, a cultura, a informação jornalística, a produção nacional audiovisual e os direitos humanos são elementos valiosos para o desenvolvimento da cidadania nacional. Por isso mesmo, para manter o Senado Federal na vanguarda desses sistemas, temos que nos antecipar às novidades tecnológicas que nos chegam, adaptando sua instalação às necessidades específicas de nossa geografia comunicativa.

Enfim, ao inaugurar tal ciclo de debates, estamos a ressaltar a relevância tanto das TVs comunitárias quanto da extensão da banda larga nos rincões do País, garantindo maiores investimentos para o setor. É evidente que sem uma linha definida de financiamento é bem provável que toda essa exultante iniciativa não produza os resultados projetados. De todo modo, vamos fazer o debate e contribuir para que possamos avançar na nossa comunicação.

Há quem sempre diga, reafirmo aqui, sei que vocês também concordam que, na história da humanidade, eu diria, não são três poderes, pegando o caso do Brasil, na história do Brasil, são quatro Poderes: o Executivo, o Legislativo, o Judiciário e a comunicação. É fundamental o papel dos senhores e das senhoras que estão aqui,

porque essa é a comunicação popular, é a comunicação de base mesmo. Por isso, quero muito cumprimentar o Senador Hélio José.

Nesse fim de semana, fui ao Espírito Santo e também ao Rio Grande do Sul. Realizamos mais uma audiência muito boa lá, no Espírito Santo, na Assembleia Legislativa, para debater a questão da terceirização, para não permitir que vá para a atividade-fim, e também o tal de negociado sobre o legislado, que querem que não prevaleça mais a lei, o que vale é a livre negociação, o que seria rasgar a CLT e todos os direitos dos trabalhadores.

Então, comprometi-me com os 27 Estados, completei o Estado de nº 24, que foi o Espírito Santo. Fizemos uma excelente aqui, em Brasília, com a sua participação, e vamos terminar, no mês de março, os outros que faltam. Com isso, queremos fazer um grande encontro nacional em maio, aqui, em Brasília, trazendo o resultado de todos esses encontros. Em cada Estado há uma carta, no caso a carta do Espírito Santo, também, a exemplo dos outros 23 Estados, repudiou e pediu a revogação, ou seja, a anulação, a derrota, que o meu relatório, já que sou Relator do PL 30, seja pela rejeição desse projeto que terceiriza tudo e que se vá também, claro, avançando, para não permitir que o negociado prevaleça sobre o legislado.

A legislação é importante, a negociação também, mas a lei é o mínimo que é assegurado aos trabalhadores, a parte mais fraca. Negociar acima da lei, mas não abaixo da lei.

Com essa rápida introdução, abro os trabalhos da nossa Comissão, de imediato passando a presidência dos trabalhos ao Senador Hélio José e, ao mesmo tempo, cumprimentando S. Exª pela importância da iniciativa.

Como vim do Rio Grande do Sul para cá ontem à noite, fiz questão de estar aqui pelo menos na abertura para mostrar a vocês todo o meu apoio, podem ter certeza absoluta, no resultado desta audiência pública. O que sair daqui sou parceiro para ajudar a encaminhar.

Passo a presidência ao Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – É com muita alegria, Senador Paulo Paim, que V. Exª nos preside. Essa audiência é de caráter fundamental e é feita exatamente na Comissão de Direitos Humanos, porque entendemos que essa questão das TVs abertas e por assinatura de banda larga no Brasil tem que ser realmente democratizada de forma a atingir a grande massa e dar condição para que as TVs e rádios comunitárias sobrevivam, porque o problema é de sobrevivência, elas estão existindo mas, muitas vezes, não há uma regra, um regramento que permita que elas funcionem de forma adequada.

Fui ao Ministério das Comunicações conversar com o Berzoini duas ou três vezes, ex-Ministro, conversei agora com o André Figueiredo uma vez, daqui desta audiência vamos fazer outra audiência com o Ministro André Figueiredo, para levar a ele o relato dessa discussão que vamos fazer, no sentido de democratizar e permitir a sobrevivência desse setor.

Acho que V. Exª já falou pouco e falou tudo que tínhamos que falar.

Acho que agora é hora de ouvirmos esse debate. Agradeço muito por nós termos a felicidade de tê-lo na Presidência da Comissão de Direitos Humanos, uma pessoa que tem essa visão social e tranquila da situação de defesa dos trabalhadores.

Fico muito feliz de estar ao seu lado sempre.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Dando continuidade, queríamos convidar para Mesa a Srª Bia Barbosa, representante do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.

Bia, por favor.

Seja bem-vinda à nossa Mesa.

Vamos começar os nossos trabalhos passando a palavra primeiro para...

Paulinho, vamos fazer o nosso combinado aqui. Quem vai ser o nosso primeiro orador?

Posso fazer de lá para cá?

André Barbosa, pode ser você?

André Barbosa, Superintendente Executivo de Relacionamento Institucional da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

O SR. ANDRÉ BARBOSA – Bom-dia a todos. É um prazer enorme. Cumprimento o Senador Hélio José pela iniciativa, o Senador Paulo Paim, Presidente da CDH, meus companheiros de Mesa, senhores do plenário.

A verdade é que a comunicação pública tem tido, no Brasil, o que chamamos de síndrome da atrofia. Temos vivido, desde os anos 30, uma tentativa vitoriosa de o mercado se impor à comunicação. Ao contrário daquilo que foi formulado por Roquette-Pinto, criador do rádio brasileiro, em 1922, com a primeira transmissão, o rádio não se tornou público, ele não conseguiu manter o interesse do Estado brasileiro no sentido de que houvesse investimentos.

Esses investimentos só aconteceram na segunda fase do Governo Getúlio Vargas, quando houve a compra da Rádio Nacional do Rio, que se tornou estatal. Portanto, houve o primeiro processo de rádios públicas. Na verdade, nem era pública, porque tinha comercial, tinha uma série de outros instrumentos, que eram a serviço, realmente, do Governo Federal, mas era uma emissora com *board*, com conselho, com presidente remunerado, com todo um processo igual a uma emissora comercial, e mantida pelo Estado, em grande parte, mas mantida também por recursos operacionais.

É exatamente com os militares, no Golpe Militar de 64, que surge uma tentativa de criar uma rede, que é exatamente o Sinred, depois a Funtevê e outros grupos que se estabilizam para criar projetos, como o Projeto Minerva, que, na verdade, é um braço do Mobral, que vem substituir todo o projeto do Paulo Freire, exilado em 1964.

Começamos às avessas com um chamado rádio oficial ou rádio público, porque você não pode chamar de rádio público aquilo que era o Projeto Minerva ou outros projetos daquela época. Na verdade, surgiram projetos públicos estaduais. Temos a TV de Pernambuco, a primeira que temos como exemplo, depois vieram outras emissoras no Nordeste, algumas emissoras que se estenderam pelo Brasil, e criou-se um processo amorfo, porque cada um tinha vida própria, custeada pelo interesse do governador de plantão. Terminava o seu mandato, podia ser que os grupos continuassem ou não, os projetos continuassem ou não, não havia uma política de programação, e sempre foi considerado pela população, pelo telespectador brasileiro e pelo ouvinte brasileiro o rádio público e a TV pública como algo à parte. As críticas cresciam sobremaneira em relação à sua atuação pela área do mercado, o que ultrapassava as opiniões apenas dos corredores, nas televisões comerciais e nas rádios comerciais, para ir para os editoriais de jornais, artigos assinados. Até hoje a gente os encontra.

Mas é exatamente com a criação da EBC, em 2007, no mesmo dia do lançamento, um dia antes do lançamento da TV Digital no Brasil, em São Paulo, que a TV pública passa a ter uma característica pública, porque ela passa a ter não só uma estrutura de atendimento à sociedade como ela cria um conselho. Esse conselho passa, então – a TV Cultura já o tinha, ela foi a primeira a criar esse conselho –, a fazer um esforço para que todos os parceiros tenham esse formato para adentrar numa futura rede pública, com a sociedade podendo opinar sobre a sua programação, tirando o risco de uma programação chapa-branca, de uma programação meramente de apoio e de suporte a políticas governamentais. Esse esforço tem sido muito difícil, porque, se no início houve bastante verba, houve bastante apoio e investimento, a situação hoje não é a mesma, por vários motivos, o principal deles econômico. Mesmo assim, nós estamos numa luta enorme de expansão da rede. Isso vai ao encontro do interesse do atual Governo, especialmente do Ministério das Comunicações, que vai ter a palavra logo após, o que nos dá a possibilidade de sonhar com essa rede expandida. Essa rede expandida é uma rede na qual se mantêm as mesmas características das emissoras parceiras, de produção e de fluxo de programação, e, evidentemente, isso abre outro espaço fundamental, que está regido pelo Decreto nº 5.820, de 2006, que é o da criação da TV digital do Brasil sob o ponto de vista da adoção do Sistema ISDB, com modificações tecnológicas brasileiras. Na verdade, modificação brasileira, porque é o Ginga, e, é claro, essa definição tem a ver com tecnologias que nós incluímos, mas que não são originais do Brasil, foram incluídas, a despeito, do sistema japonês, que é diferente do nosso.

O MPEG-4, por exemplo, a questão do áudio, a questão dos *frames*. A gente usa 30 *frames*, eles usam 15.

Quer dizer, é uma evolução do sistema, mas não especificamente uma contribuição do Brasil. Já que a gente se recorda, foram gastos R$60 milhões para desenvolver, através de consórcio, pelo Governo Lula. Isso foi em 2003, quando se criou o SBTVD, que é o Sistema Brasileiro de Televisão Digital, criou-se essa possibilidade de termos esses recursos voltados para a ciência e para o experimento e 112 instituições se juntaram. Foram 23 consórcios, 1.500 mestres e doutores. Foi um grande movimento, que até hoje tem repercussão nas próprias universidades, nos cursos de Engenharia, porque houve uma equalização do conhecimento.

Isso foi uma coisa muito interessante. Deveríamos fazer isso em outras áreas, no Brasil. Senador, foi uma iniciativa que a gente tem que aplaudir. E, diga-se de passagem, nós pedimos ao Ministro André Figueiredo... Eu quero fazer isso aqui em público, para ver se a gente encontra apoio. É uma ideia que eu acho que várias pessoas vêm discutindo sobre o rádio digital também, para que a gente possa... Já é uma ideia antiga, não é uma ideia nova essa. Mas a gente voltou de novo a pedir ao ministro que coloque dinheiro e recursos para a gente desenvolver nas universidades brasileiras o estudo do rádio digital porque é mais fácil até. Nós teríamos um ano para resolver isso.

Há algumas iniciativas internacionais que não são proprietárias ou pelo menos não no sentido da especificação das tecnologias e dos padrões. E, portanto, a gente poderia incluir a universidade brasileira para estudar isso, incluir inclusive criando patentes como nós criamos o Ginga, que é uma patente brasileira. E outras poderiam ter sido criadas na TV digital, quem sabe no futuro, mas... A gente teria a possibilidade de solicitar

ao ministro que possa estudar essa oportunidade de colocar a universidade, como foi feito na televisão, com bastante sucesso.

E aí, chegamos também a um ponto importante de que precisamos trabalhar o Canal da Cidadania. O Canal da Cidadania, também criado no Decreto nº 5.820, tem essas características de atendimento, aquilo que é o velho sonho das emissoras comunitárias, de tornar-se também uma emissora aberta, emissoras abertas.

Então, são essas as possibilidades que nós temos. A expansão da rede pública pela EBC porque eu acho que é fundamental que a rede pública possa ter penetração em todo o Brasil. E aí, vai um alerta. Nossa preocupação lá no Gired, nossa preocupação junto ao ministro também, conversamos numa oportunidade que nos deu o Ministro Edinho de conversar com o Ministro André Figueiredo em uma audiência. Pedimos a ele...

(Soa a campainha.)

O SR. ANDRÉ BARBOSA – ... que não esqueça a possibilidade de trabalharmos juntos para o interior brasileiro receber a TV digital também, porque não está garantido que, a partir de 2018, nós e o Gired teremos o mesmo empenho de agora para as cidades acima de 100 mil habitantes.

Quer dizer, dali para frente, a gente tem um ponto de interrogação. Quanto a esse ponto de interrogação, espero que haja sensibilidade das autoridades brasileiras de não fazermos dois brasis: m Brasil digital, um Brasil com 4G, um Brasil que tem recursos, um Brasil onde você vai fazer redundância no acesso à digitalização; e um outro Brasil atrasado, outro Brasil sem ainda TV digital, com TV analógica, usando 2G, não é nem 3G, nós poderíamos dizer. Então, eu acho que precisamos lutar contra essa dicotomia.

E, para finalizar, Senador, dizer que a gente apoia totalmente a moção dos membros das TVs públicas estaduais no sentido de solicitar que elas possam também fazer multiprogramação, porque essa é uma reivindicação antiga. Nós conseguimos lá com o Ministro Hélio Costa, na época, que fizesse para as emissoras da União. Foi esse o entendimento do conjunto do Ministério das Comunicações, mas nós achamos ultrajusto que as emissoras públicas estaduais e municipais possam ter, por uma questão de analogia, também direito a fazer multiprogramação.

Nós somos contra – e claramente somos contra, estudando caso a caso, claro – as emissoras de fundações privadas. Porque a gente acha que teriam que ser estudadas as possibilidades ou não de elas não serem convertidas amanhã em balcão de negócios e, portanto, serem vendidas aí para outras instituições que redundariam em proselitismo.

Portanto, a gente é redondamente contra esse tipo de postura.

É isso o que eu tenho a dizer. A EBC está com bastante esperança agora, nessa nova gestão do Ministro André Figueiredo, de nós continuarmos o projeto do Ministro Berzoini de expansão da rede, de apoio às emissoras comunitárias na TV da cidadania, do apoio à interatividade, porque nós estamos com um projeto na rua importantíssimo, que vai chegar à população. Espero que isso também não seja modificado, porque há quem diga que, com o interior ficando de fora, nós vamos incluir o que eles chamam de cadastro único dentro da cidade de 100 mil habitantes. A gente não sabe que número é esse, mas infelizmente ficaria de fora exatamente o número maior de brasileiros, que precisa desse espaço de interatividade. Essa é uma discussão da sociedade, que eu acho que se precisa fazer. A EBC tem uma posição clara a favor disso. Esperamos que vocês, das emissoras comunitárias, também tenham a surpresa positiva de terem o Canal da Cidadania lançado rapidamente, para vocês poderem se comunicar com o grande público brasileiro através da TV aberta.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Agradeço ao nosso querido André Barbosa.

Acertei com o representante do Ministério das Comunicações que ele vai ser o último de todos os sete, para tentar arrematar tudo o que for falado aqui.

O André Barbosa já fez uma colocação de um órgão governamental, que é a EBC. Agora, quero ver a colocação de uma instituição de representação popular.

Bia Barbosa, representante do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, com a palavra.

A SRª BIA BARBOSA – Bom dia! Bom dia a todos e todas! Bom dia, Senadores!

Queria agradecer, na figura do Senador Hélio José e do Paulo Miranda, o convite para fazermos uma rápida saudação aqui, já parabenizando a iniciativa das atividades da ABCCOM nesta semana, que não se restringem a esta audiência pública. Começaram ontem e continuam ao longo dos próximos dias.

Quero reforçar o compromisso do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação com essa agenda do fortalecimento da comunicação pública. Nós estamos, coincidentemente, celebrando – para o bem e para o mal – um ano da realização do Fórum Brasil de Comunicação Pública, que foi um fórum que aconteceu aqui, na Casa vizinha, na Câmara dos Deputados, organizado pela Secretaria de Comunicação e pela Frente

Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito a Comunicação, que é uma frente que conta com participação da sociedade civil, em novembro do ano passado. Foi um fórum que justamente teve o objetivo de tentar promover uma rearticulação desse campo que a gente chama de comunicação pública no Brasil. Uma das grandes dificuldades que a gente tem é de conseguir fazer o debate com a sociedade civil brasileira como um todo do que significa comunicação pública.

Ao contrário de vários países, o Brasil tem uma legislação, prevista na nossa Constituição Federal, que divide os sistemas entre sistema privado, sistema estatal e sistema público. E é uma baixa cultura, porque é uma baixa história de comunicação pública no nosso País. O André Barbosa contou a história do início da comunicação pública com o rádio no nosso País, mas até hoje esse, sem dúvida, é o sistema mais frágil que a gente tem. Dentro desse sistema de comunicação pública, a gente colocaria as emissoras comunitárias, rádios e TVs comunitárias. Parte do diagnóstico das dificuldades da consolidação e do fortalecimento desse sistema público de comunicação, feito nesse fórum que nós realizamos um ano atrás, foi justamente a ausência de uma regulamentação para definir o que o cabe dentro de cada sistema e o que cabe dentro do sistema público de comunicação, como a gente entende as organizações, por exemplo, que são geridas de forma comunitária, como parte do campo público da comunicação.

Esse é um desafio que a gente ainda enfrenta, que esta Casa precisa enfrentar, que o Poder Legislativo precisa enfrentar, porque diante da ausência de uma clareza do que cabe dentro do campo público, como ele deve funcionar e quais são as diretrizes para o seu financiamento, quais são as diretrizes para sua gestão, esse campo vai seguir sempre sendo marginalizado no sistema de comunicação brasileira. É claro que nós temos a Lei da EBC, que, de alguma forma, regulamenta a questão da comunicação pública federal, mas o próprio cenário das emissoras educativas e das emissoras comunitárias segue sendo algo bastante marginalizado, quando a gente olha para o conjunto do sistema de comunicação brasileiro.

Essa ausência de regulamentação é um pano de fundo para uma série de outros desafios que eu queria tentar tratar rapidamente aqui para ajudar nesta reflexão, porque acho que todo mundo que está nesta Mesa dedica, se não a integralidade, parte significativa do seu tempo para conseguirmos consolidar um sistema público de comunicação no Brasil.

O primeiro desafio que eu queria colocar é a questão do acesso. Novamente, citando o André, ele falou do esforço que vem sendo feito pelo Governo Federal para expandir a rede pública de comunicação, mas vivemos, muito recentemente – e isso foi tema de várias audiências públicas, inclusive aqui no Senado Federal – um risco muito grande de garantir espaço para os canais públicos de comunicação no processo de digitalização da radiodifusão.

Em primeiro lugar, porque uma parte da faixa, do espectro eletromagnético onde esses canais estavam alocados, foi desocupada para Internet 4G. Houve o leilão da chamada faixa dos 700MHz e os canais públicos que estavam alocados ali tiveram que ser realocados em um trabalho feito pelo Ministério das Comunicações em conjunto com a Anatel.

Houve uma briga muito grande naquele momento, liderada pelas organizações do campo público, para garantir que esse processo de realocação não significasse ausência de canal para essas emissoras que já existiam e que sofriam risco de perder espaço no espectro.

O outro desafio é justamente o processo de digitalização, quer dizer, quem vai financiar e como vamos financiar a digitalização de todo parque de produção principalmente das emissoras comunitárias, que já lutam pela sua sobrevivência no sistema analógica e que agora terão que passar a emitir no digital.

Então, esta é uma preocupação que temos para que não corramos o risco de, a partir do ano que vem e em 2018, quando de fato acontecer o *switch off*, como vamos continuar garantindo que esta parte mínima hoje que já é reservada para o sistema, que na verdade não é reservada, mas que é ocupada pelos meios comunitários e pelos canais públicos, não desapareça.

O outro debate é sobre o espaço que vamos ter e que precisamos garantir que continue existindo para os novos canais públicos que foram previstos no decreto da TV digital.

Foi falado aqui sobre o Canal da Cidadania, mas o decreto que institui o modelo de TV digital no Brasil previu o canal da cultura, o canal da educação, e esses canais hoje, além de não existirem, estão em processo de serem criados, a alternativa que está sendo colocada para uma criação imediata desses canais é eles ocuparem uma faixa da multiprogramação da TV Brasil nas cidades onde a TV Brasil já existe. Obviamente, não somos contrários a isso, achamos importante ocupar esse espaço para que esses canais venham ao ar e a população passe a ter acesso a mais um canal ou a mais dois ou a mais três canais em cada localidade para comunicação pública.

Só que não podemos achar que essa é a solução definitiva, porque o que previu o decreto da TV digital foi que fossem criados canais específicos e não que eles ocupassem uma faixa da programação de cada um dos locais onde a TV Brasil já emite e já chega para a população.

Acho que seria importante, não sei se o Octavio vai falar um pouco sobre isso, fazermos este debate de forma mais ampliada com a sociedade, para garantirmos que essa seja uma medida de transição para que cheguemos a um momento em que consigamos ter um canal integralmente para cultura, um canal para educação e os canais da cidadania nas diferentes localidades.

É importante dizer que esses canais precisam ter caráter público, porque a tendência que existe, inclusive em função da baixa cultura de comunicação pública em nosso País, é de que esses canais sejam rapidamente transformados em canais estatais. Se a programação do canal da educação for desenhada e organizada integralmente pelo MEC, estamos falando de mais um canal estatal, não estamos falando de um canal público. A mesma coisa vale para o canal da cultura. E o nosso querido Pola Ribeiro está aqui e já sabemos que as intenções muito positivas do Ministério da Cultura não são de construir um canal estatal do Ministério da Cultura, são de haver um espaço para a cultura que obviamente, em algum momento, vai valorizar as ações do Ministério da Cultura, mas será um canal em que a sociedade poderá expressar a sua diversidade e ter espaço para veiculação de produção independente, para riqueza de produção do audiovisual que temos no nosso País.

O meu tempo está acabando e eu queria falar rapidamente de outros dois desafios que eu acho que estão colocados para além do acesso. Eu acho que um deles continua sendo a questão do financiamento. Nós precisamos regulamentar a contribuição para o financiamento da radiodifusão pública. A não regulamentação dessa contribuição hoje tem feito que parcela significativa desse recurso tenha ido só para a EBC, enquanto a gente precisa garantir que esse recurso vá para a rede de comunicação pública como um todo, e aí, quando a gente fala "como um todo", a gente precisa pensar nos Municípios, a gente precisa pensar nos canais locais, a gente precisa pensar nas TVs comunitárias e nas rádios comunitárias.

E por último, tratar, falar da questão da gestão. E esse é sempre um desafio e é um modelo de gestão que pode ser um pilar, aí, de garantia, de fato, do caráter público dessa comunicação que a gente...

(Soa a campainha.)

A SRª BIA BARBOSA – ... tanto defende.

Uma emissora que se diz pública, mas que não é permeável à participação da sociedade, ela não é pública. Uma emissora que se diz pública, mas que não é permeável à exibição de conteúdos produzidos pelo setor independente, que não é permeável à exibição de conteúdos produzidos pela sociedade, ela não é pública. Uma emissora que se diz pública e que não tem mecanismos de escuta permanente das demandas da sociedade para aquele canal, ela não é pública. E esse desafio é um desafio que é conjunto de todos nós.

As emissoras comunitárias eu acho que elas são um exemplo importante, porque elas nascem da criação de associações que fazem a gestão desses canais. Mas nós sabemos também que muitas emissoras comunitárias muitas vezes são apropriadas por grupos e passam a ser não permeáveis à sociedade.

Então, esse é um debate que a gente precisa fazer, e não é apontando dedos para essa ou para aquela direção, é um debate sobre a cultura da comunicação pública que a gente precisa instituir no nosso País. Inclusive para que a sociedade saiba que ela tem direito a ocupar esses espaços. Que ela entenda a comunicação e o serviço de radiodifusão como um serviço público, porque, independentemente de ser um canal privado, estatal, ou público, nós estamos falando de um serviço público, de licenças, de autorizações, de outorgas que são feitas pelo Estado e que a sociedade, portanto, tem o direito de participar disso. Esse é o primeiro passo. A sociedade não sabe que ela tem o direito à comunicação. E aí, reivindicar e sensibilizar a população para esse debate eu acho que é uma tarefa que nós temos.

E o debate sobre o modelo de gestão é um debate que está, para ser eufemística, pegando fogo neste momento. Eu venho do Estado de São Paulo, um Estado em que a TV Cultura está sendo desmontada, num processo que não é de agora, mas que já vem dos últimos anos de privatização e de total exclusão da sociedade da decisão do que é que vai acontecer com aquele patrimônio público, que é o patrimônio da Fundação Padre Anchieta, das rádios e da TV Cultura no Estado de São Paulo.

A Fundação Piratini, no Rio Grande do Sul, passa por esse mesmo debate sobre a questão da autonomia e sobre a questão da gestão nesses canais. E nós acabamos de sair de uma greve da EBC de 15 dias, que terminou na sexta-feira, com um acordo que tinha, entre as suas reivindicações, questões trabalhistas e salariais, mas que tinha um forte componente também sobre o debate da autonomia e da gestão e de como são tratados os funcionários da Empresa Brasil de Comunicação, qual é a autonomia que é garantida numa emissora, num momento em que você tem metade dos funcionários sendo contratados via cargos comissionados, e não concursados. Então, esse é o debate que está no centro da discussão sobre o fortalecimento da comunicação pública hoje no Brasil.

E aí eu queria encerrar, Senador, fazendo um convite, que nós vamos realizar aqui na Câmara dos Deputados no dia 15 de dezembro, no Auditório Freitas Nobre, que é no Anexo IV da Câmara, a partir das 9 horas da

manhã, um seminário promovido pela Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação com Participação Popular, que é presidida pela Deputada Luiza Erundina. Nós vamos fazer um seminário de um ano de balanço do Fórum Brasil de Comunicação Pública. Nós queremos ouvir o que é que o Governo Federal, o que é que as diferentes emissoras, o que é que o campo público, as associações que representam as emissoras do campo público avaliam do que é que aconteceu desse último ano para cá.

No fórum do ano passado, nós aprovamos uma plataforma pelo fortalecimento da comunicação pública que foi assinada por todas as organizações da sociedade que estão aqui e que previa uma série de questões, inclusive para enfrentar esses desafios. Queremos avaliar, um ano depois, o que aconteceu com essa plataforma? A gente avançou nas questões que foram reivindicadas, tanto para o Poder Executivo quanto para o Poder Legislativo? Avançamos ou não? Em muitas delas já sabemos que nós retrocedemos.

E nós queremos fazer um debate, justamente, sobre essa questão da participação da sociedade e sobre a questão da gestão das emissoras do campo público que, inclusive, enfrenta desafios bastante preocupantes para a gente, além desses que eu citei. Como é que a gente tem visto, aqui novamente na Casa vizinha, uma mudança significativa sendo feita na gestão da Secretaria de Comunicação da Câmara dos Deputados, com sérios prejuízos para a programação da TV Câmara e para os veículos de comunicação da TV Câmara*?* De novo, um desafio para a questão da autonomia dos trabalhadores lá dentro.

Então, fica esse convite para o dia 15 de dezembro.

Agradeço, mais uma vez, a possibilidade de dialogar aqui com vocês. Quero parabenizar a ABCCOM pelas atividades e pelo congresso desta semana.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Agradeço à Bia, que muito bem representa a classe feminina.

A SRª BIA BARBOSA – Pode ser feminista também, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Feminista, feminina. Tudo.

Sou o Relator do Projeto do Empoderamento da Mulher na Política e no Esporte. A gente quer aprová-lo esta semana na Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Fico muito feliz de ver uma mulher com tanta competência, como você, colocando seus pontos de vista na política e nos trabalhos em geral.

Vamos passar para uma outra mulher, a Evelin Maciel, 1ª Vice-Presidente da Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas.

Antes de ela se pronunciar, quero anunciar aqui a presença digna do nosso Deputado Adelmo Leão, Presidente da Frente Parlamentar Mista de Comunicação e agradecer a ele a presença. (*Palmas.*)

Quero, também, dizer a nossa querida Bia que o convite dela, com certeza, está aceito. Vou colocar na agenda para passar lá na abertura.

A SRª BIA BARBOSA – Vamos mandar os ofícios formalizando tudo depois. A gente definiu na última quinta-feira, quando conseguiu confirmar o espaço e a data. Está confirmado para o dia 15 de dezembro. É a última semana antes do recesso.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Correto. Parabéns! (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – O Paulinho está falando que há outro convite para amanhã, às 8h. Vou passar para ele só para fazer o convite. Faça aí, Paulo.

O SR. PAULO MIRANDA – Quero lembrar o convite do Deputado Adelmo Leão para o lançamento da Frente Parlamentar Mista de Defesa das TVs Comunitárias, às 8h, no restaurante do Anexo IV. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Estaremos lá, se Deus quiser!

Vamos ouvir agora, então, nossa querida Evelin Maciel, 1ª Vice-Presidente da Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas (Astral).

A SRª EVELIN MACIEL – Olá, quero primeiro agradecer o convite ao Senador Hélio José, ao Paulo Miranda. Quero parabenizar a Abccom nesta semana importante de aniversário.

Represento aqui a Associação Brasileira de TVs e Rádios Legislativas. Então, tenho de aproveitar esta oportunidade para falar um pouco do nosso trabalho. Entendi esse convite como um diálogo para a gente mostrar o que cada um tem a oferecer e refletir sobre esse futuro.

Quando cheguei fiquei feliz quando vi o tema. É o futuro da comunicação mesmo, da comunicação pública. Gostaria de colocar todo esse trabalho que a gente tem desenvolvido à disposição. Trouxe? Já entreguei para o senhor? Então, está bom. Deixe-me só mostra a eles. Já dei um. Está ali também. (*Fora do microfone.*)

A SRª EVELIN MACIEL – Ótimo. Ele não tem ainda, o Octavio.

É um manual da rede, um como fazer. Nós tivemos um evento nacional, na semana passada, em que fizemos o lançamento desse manual. Há alguns deles ali ainda e também há na internet, na página da Rede Legislativa.

A Rede Legislativa é uma iniciativa da Associação de TVs e Rádios Legislativas e da Câmara dos Deputados. Nós trabalhamos juntos para expandir os sinais das nossas TVs e rádios, fazendo isso de uma maneira colaborativa.

Esse projeto já tem algum tempo. Desde 2006 estamos trabalhando, desde o lançamento da TV digital no Brasil e temos alguns frutos para mostrar, e o meu maior interesse e nosso, de todos que eu represento, é que possamos fazer isso em parceria com vocês também, não só essa parceria que fazemos hoje dentro do Legislativo.

Essa foi uma saída que nós encontramos naquele momento em que outros projetos que agregariam todos nós não foram adiante. Então, é muito importante que façamos esse diálogo. Nós falamos aqui em especial do Canal da Cidadania, mas a gente tem agora um projeto que a Bia tocou ali, mas o Presidente da EBC, o Sr. Américo, também mencionou na semana passada em uma reunião do Conselho Curador da EBC desse projeto de multiprogramação, já com alguns canais que existem: a TV Escola, o Canal da Saúde, a própria NBR.

A gente ainda não sabe bem como é o projeto, porque ainda não foi apresentado. Talvez o Octavio adiante, porque é a pessoa mais envolvida com as projeto aqui. Então, eu acho que é uma oportunidade essa oportunidade desses novos canais de TV digital. É uma janela que fecha, nós estamos falando de um bem finito, que é o espectro. Então, quanto mais rápido conseguirmos ocupar esse espaço é a nossa chance.

O Senador falou em sobrevivência. Essa sobrevivência depende desse momento de transição, de conseguir chegar do outro lado. Então, é um início, eu ainda não conheço o teor desse projeto de multiprogramação, mas é o início muitíssimo bem-vindo, porque isto vai fortalecendo a própria estrutura física do que é uma rede física, de torres, transmissores e tudo – é sobre isso que fala o nosso manual – para que exista muito mais do que nessa nossa vontade coletiva de construção.

Eu vou passar, então, para um PowerPoint que eu trouxe, para dar essa visão do que nós estamos fazendo e convidar vocês para esse diálogo.

Eu represento, então, a Rede Legislativa. Ela é coordenada, na Câmara do Deputados, na Secretaria de Comunicação. Eu sou servidora da Câmara, com especialização nessa área. Então, eu coordeno uma equipe que, hoje, é formada por 10 pessoas, sendo que quatro deles são engenheiros.

Essa rede é formada por essas quatro emissoras: TV Câmara, TV Assembleia, TV Senado e TV Câmara Municipal. Existe um acordo entre Câmara e Senado que prevê que são 13 capitais para cada Casa Legislativa, onde uma compra um transmissor a outra vai de carona na multiprogramação.

Então, essas são as capitais onde já está em funcionamento. As que estão em fase de instalação: Rio Branco e Recife são as cidades onde a Câmara dos Deputados está instalando. Belém, Maceió e Boa Vista, o Senado Federal.

As outras que estão ali – é 2016 – são de responsabilidade do Senado e têm um bom encaminhamento para instalação disso tudo em 2016. Nós começamos este projeto em 2007 pelo interior de Minas e São Paulo, nas capitais e, depois, no interior. Essas são as cidades de interior em que já estão ligadas.

Este PowerPoint eu preparei antes de sair de uma licença de 2 meses e acabo de retornar. Então, já há Sorocaba ali embaixo. As atualizações eu vou fazendo aqui durante a fala.

São 31 cidades já ligadas. Essas são cidades onde a gente tem canal e que estão em fase... Sorocaba era a última e já passou para outra parte. Estão em fase de compra de equipamento, de discussão, de projeto técnico. Essas são novas consignações aonde estamos indo e agora vocês notem que estamos expandindo para outros Estados. Rompemos essa barreira do treinamento, vamos dizer assim, que estávamos fazendo em São Paulo e em Minas e agora já temos representação em 15 Estados.

Essa é uma lista também já defasada. Recebemos na semana passada mais 21 indicações de canal, que hoje acontece assim: primeiro indica, depois, você faz o projeto técnico. Aprova o projeto técnico e, depois, vem a consignação.

Estávamos, então, em 29 cidades, já são 31.

Esses são números de cobertura: 42 milhões de pessoas – na verdade já são 50 milhões – vivem, vamos dizer assim, podendo receber esse sinal. Muitos ainda nem sabem que esses sinais estão lá. A gente acredita que o forte, quando vamos conseguir ter uma atenção maior da população para esses canais – será justamente no desligamento, vão já nos encontrar lá, quando atualizarem suas televisões.

Essa questão da multiprogramação ainda não é tão conhecida e eu vou falar isso um pouquinho mais para a frente.

Esse era o número de canais solicitados. Já está um pouco maior. Os investimentos feitos até agora vocês veem que é caro, é muito caro, se a gente não unir forças não sai. A questão da sobrevivência em uma área dessas de televisão, que custa tanto, tem que ser colaborativa.

Então, esses são os investimentos já feitos por nós: 25 milhões pela Câmara; 5 milhões pelo Senado – agora o Senado vai crescer muito porque vai instalar em várias cidades; e as Assembleias e Câmaras Municipais.

Estamos também com uma rede de rádio começando, mas essa rede vai crescer muito rápido, porque o interesse das Câmaras Municipais de interior prioritariamente é rádio, onde a gente tem que aprender muito com vocês, porque a gente tem que saber fazer rádio de baixo custo. Rádios comunitárias são rádios de baixo custo, então a gente precisa também desse diálogo: aprender como faz, porque quando a nossa compra é feita, a gente quer pegar uma cidade ou uma região metropolitana muito grande. Então, uma compra da Câmara dos Deputados é mais cara, porque a gente quer atingir toda a capital. Mas a Câmara Municipal de interior que vai fazer esse investimento precisa saber quanto custa. E as rádios comunitárias podem ajudar nisso.

O André falou do Gired, ele só citou que existe, mas é o grupo de implantação desse momento de desligamento do analógico e a implantação dos canais de TV. Isso está sob coordenação da Anatel, vocês têm visto na imprensa, o Ministro André Figueiredo falando sobre possível adiamento ou não...

(Soa a campainha.)

A SRª EVELIN MACIEL – ... ou o cumprimento desse cronograma. Nós fazemos parte dessa discussão. Coloco-me à disposição. Se alguém quiser, depois, ter mais informações sobre o que está acontecendo.

Esse é o cronograma de desligamento – que a gente não sabe se será cumprido, estamos nessa discussão.

Isso é o que faz o Gired, só para vocês saberem, esse PowerPoint pode ficar à disposição.

E é isso, eu estou à disposição. Então, só para encerrar, eu queria reforçar a importância de termos um planejamento conjunto de ocupação disso, para evoluirmos juntos e todos os canais – tanto os de cidadania, cultura e educação – tenham a oportunidade de entrar nesse mundo antes que a janela se feche. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Agradeço, você teria ainda mais cinco minutos, mas está tudo bem.

A SRª EVELIN MACIEL (*Fora do microfone.*) – Hã!

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Hã! Esses comunicadores... É porque eu faço o quê: vai tocar uma campainha aos nove para a pessoa saber que tem dez; e depois mais cinco extensíveis.

A SRª EVELIN MACIEL – É? Deixe-me pensar aqui. Eu realmente dei uma abreviada. Nós pretendemos, no início de 2016, juntar muitas coisas – que nós estamos descobrindo neste fazer dessa Rede Legislativa – em termos de regulamentação, necessidade de saber quais são as responsabilidades de cada membro dessa Rede.

Vamos trabalhar junto com o Ministério – nós já fazemos isso, mas vamos levar uma demanda de uma portaria, de uma regulamentação própria para a Rede Legislativa –, mas também queremos apresentar, aqui no Congresso, uma proposta, fazer um diálogo com Senadores, com Deputados, para termos um projeto de lei que avance já com mais solidez, já sabendo mais quais são as necessidades de uma rede pública. Porque há muitas regulamentações a serem cumpridas que dificultam muito a nossa existência. É muito caro! É muito caro manter uma emissora de televisão.

Vamos ter que pensar fórmulas novas de conduzir, porque nós não temos finalidade comercial.

Então, a gente precisa conseguir evoluir nessas práticas e também em termos de responsabilidade editorial, de quem manda em cada canal, se estamos falando em multiprogramação, quem é responsável final pelo que está sendo posto no ar. É só um diálogo também necessário aqui como o Senado, com os Parlamentares para a gente evoluir.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Queria, Evelin, que você esclarecesse para os brasileiros que estão aí nas Câmaras de Vereadores e nas Assembleias Legislativas nos ouvindo, que não têm ainda, como é que se faz para instalar uma TV Legislativa.

A SRª EVELIN MACIEL – Esse aqui é o nosso manual e ele está na internet. Existe uma página da Rede Legislativa no *site* da Câmara dos Deputados. Quando se entra no camara.leg.br há uma aba Comunicação, ali na aba Comunicação há Rede Legislativa, lá há esse manual, na página, logo que se entra na página, ele vai estar à sua direita. Aqui tem o passo a passo. E o mais importante para iniciar essa aproximação conosco é o envio de um ofício para o nosso Presidente, dizendo que tem interesse em entrar na Rede Legislativa. Há até o modelo deste ofício lá na página, e mais esses termos, quais são essas condições dessa parceria que a gente coloca.

A Câmara dos Deputados é a consignatária, todos os canais saem em nome da Câmara dos Deputados. Por sermos União, é um trâmite bem rápido, não passa nem pelo Congresso Nacional, não é aprovado pela Câmara e pelo Senado, como são todos os canais. A gente pleiteia esse canal e ele entra numa lista, porque a

gente vai conversando com o ministério, não dá pra sair cem canais de uma vez, e a gente vai priorizando, e priorizando de acordo justamente com o interesse do parceiro, porque o parceiro também tem responsabilidades muito grandes de investimento, de manutenção, de cumprimento de legislação, e a gente vai orientando.

Então, por exemplo, ano que vem é um ano eleitoral, é um ano em que a gente se detém em orientar quem já está no ar. É um ano em que a gente foca os nossos encontros, os nossos seminários para orientar quem já está no ar, para a gente não cometer nenhuma infração eleitoral em termos de campanha e tal.

Neste ano nós concluímos o ano com esse evento nacional que aconteceu aqui na semana passada, mas ainda vamos fechar o Nordeste. Nós vamos estar em João Pessoa, no dia 4 de dezembro, num evento que era para ser estadual, mas é difícil, porque nossos parceiros lá são muito interessados, e ele já está com cara de evento regional. Nós vamos tratar também...

(Soa a campainha.)

A SRª EVELIN MACIEL – ...de interatividade, porque lá fica a Universidade Federal da Paraíba, e eles vão nos ajudar no desenvolvimento de um aplicativo para todas as Casas legislativas.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Obrigado, eu agradeça à Evelin.

Eu gostaria agora de solicitar a gentileza para duas substituições na Mesa, e vai ficar ali na frente para depois fazer a fala final e a consideração final do André, que foi o primeiro orador, e da Bia, que foi a segunda oradora, e chamar para a Mesa o Pola Ribeiro, Secretário de Audiovisual do Ministério da Cultura, e para a Mesa, também, o Israel, Presidente da Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais. (*Palmas.*)

Já passaremos imediatamente a palavra ao Pola, Secretário de Audiovisual do Mistério da Cultura.

O SR. POLA RIBEIRO – Bem, bom dia a todas as pessoas, bom dia, Senador. Obrigado pelo convite, Paulo. Quero agradecer ao Senado a oportunidade de estar falando de comunicação pública, tema que é sempre tão relegado a um segundo, terceiro, quarto plano, quando não fica fora da pauta.

Eu preparei uma apresentação da Secretaria do Audiovisual, mas eu preferi fazer uma fala mais política neste ambiente aqui, pegando a deixa da Bia Barbosa de que a sociedade não tem a noção do seu direito à comunicação.

Então, eu acho que há muitas questões legislativas, muitas questões financeiras, econômicas, tecnológicas, mas nós temos representantes aqui desses setores, e eu vou preferir fazer uma fala, levantando um pouco da situação em que nos encontramos e tentando levantar um pouco o moral deste momento, que é um momento de muitas perdas, mas que eu considero um momento importante na recomposição do campo público.

Primeiro, provoco minha amiga Evelin, porque eu combato muito a ideia de que comunicação é cara, como a educação é cara. Eu acho que a ignorância é cara, a violência é cara, e eu encaro muito a comunicação como a linguagem da não violência, ou a violência como a linguagem da não comunicação. Estamos em um País onde a violência é um dos temas mais prementes, onde as pessoas mais se mobilizam em questão da violência, e só fazemos aumentar a violência por combate à violência. Mesmo no plano internacional, que acaba de ter uma demonstração de violência do nível que tivemos agora, em Paris, e todas as respostas são mais violência para combater a violência. Não há uma fala de entendimento, não há uma fala de comunicação, continuamos sem saber nada do mundo árabe, nem sequer as capitais os estudantes, os jovens brasileiros sabem qual é a capital do país, nem o nome dos países, nem o que eles falam, nem o que eles pretendem, não sabem nada. Não nos comunicamos, e a ideia de que a violência é a linguagem da não comunicação é clara: só partimos para a violência quando esgotamos todas as possibilidades de entendimento.

Então, mais do que dar voz a um ou a outro, é a questão do ambiente público de comunicação que eu acho que é o tema mais importante que precisamos trabalhar, ou seja, se tivermos um ambiente saudável, como prevê a Constituição de 88, onde tenhamos as três dimensões da comunicação... A comunicação privada, porque, muitas vezes, vamos defender a comunicação pública, e parece que somos contra a comunicação comercial privada. A comunicação comercial privada tem um papel fundamental na organização da comunicação, da troca de informações, na busca ao mercado, no dinamismo das tecnologias, em trazer grandes eventos e tal, mas ela não pode sozinha dar conta da comunicação de um país com a diversidade e a dimensão do Brasil, por exemplo.

Nós vivemos em um país hoje que é um país da histeria por audiência. Tudo o que acontece é para se ganhar 30 segundos de audiência; toda a lógica é a lógica dos 30 segundos, todo o mundo tem que se expressar em 30 segundos, e nem tudo é como dentifrício, sandália Havaianas, que se pode vender em 30 segundos. Não se vende política pública em 30 segundos, não se vende educação em 30 segundos.

Vou trazer o tema saúde aqui, porque tenho muito respeito pelo que os profissionais de saúde entendem da comunicação pública. O profissional da saúde sabe perfeitamente que uma comunicação pública efetiva e eficiente melhora a saúde do cidadão, e acho que eles têm uma experiência já de muitos anos em comunicação, já fizeram dez conferências de comunicação e saúde, e eu acho que eles precisam estar muito próximos. Quando se citar cultura e educação, não nos esqueçamos de saúde, porque a experiência deles é muito importante e a compreensão deles é muito forte no papel da comunicação pública. E talvez na saúde seja onde temos a maior compreensão da sociedade de que é um direito do cidadão. Então, a saúde pode ajudar muito na compreensão de que a comunicação pública é um direito da sociedade, é um direito de todo cidadão.

A Constituição fala em três dimensões: a comercial privada, a do Estado e a da sociedade. Só que isso durante 25 anos não foi regulamentado, e, quando alguma coisa não é regulamentada, o privado faz o que quer – o privado só não faz o que é proibido –, e o público não faz nada, porque o público só pode fazer o que é permitido, o público só trabalha naquilo que está regulamentado, regimentado, estatutarizado, ou seja, o público só pode investir recursos públicos naquilo que está devidamente regulamentado. E o privado, não. Então, o que aconteceu foi uma distorção na sociedade brasileira, em que o privado se desenvolveu potencialmente mesmo, quer dizer, nós temos televisões que são referência no mundo: a Globo é uma referência no mundo, a Record está em mais de 200 países, ou em quase 200 países, e a comunicação pública ficou mesquinha, restrita, apequenada, não dando conta do tamanho da diversidade da sociedade.

E quando o Governo se expressa no Brasil, ele se expressa em 30 segundos. Foi muito interessante na última eleição, em que eu vi o Senador Alvaro Dias comentando o resultado da eleição e vi também o ex-Governador Wagner comentando na Bahia. Ele dizia assim: "Durante a campanha, o Governo pôde se expressar, pôde mostrar o que está fazendo."

É quase uma loucura a gente pensar que o Governo precisa ter uma campanha, geralmente é a oposição que precisa da campanha para colocar os seus pontos de vista, para colocar o que está realizando. O povo brasileiro não sabe o que o Governo está realizando, a pauta é negativada o tempo inteiro. Mas, se a gente pensar na questão do ambiente, ou seja, da diversidade de falas, da ampliação da arena de discussão de políticas públicas, eu acho que é esse o grande ganho que a sociedade pode ter com a comunicação pública. Ou seja, os desafios regionais, das cidades, do Brasil, do mundo são desafios muito grandes.

Um novo pacto está se apresentando, ou seja, da forma como está a gente não consegue andar para frente. Se acelerar a economia, a gente come o Planeta; se desacelerar, a gente desemprega todo mundo. Temos um novo pacto para ser realizado, mas ninguém tem a fórmula, essa fórmula deverá ser debatida e ser realizada a partir das muitas inteligências, das muitas diversidades. E esse é o grande ganho da comunicação pública, essa possibilidade de as coisas estarem na pauta.

Hoje de manhã eu acordei, peguei um cotonete, doido para dar uma limpada no ouvido, e lembrei que o médico falou: não use cotonete. E aí eu pensei na comunicação pública, porque eu estava focado no Senado, e eu falei: se isso é uma unanimidade entre os médicos, isso tem que estar na comunicação pública, isso tem que estar sendo dito à sociedade: olha, não use cotonete porque... E se não é unanimidade, tem que ser debatido na comunicação pública, isso está alijado da comunicação pública. Está se vendendo cotonete e se vendendo qualquer coisa porque o mercado se impôs a tudo, ou seja, o mercado tem um espaço, mas não pode ser tudo, porque o conteúdo da comunicação comercial é o próprio comercial, não é o jogo de futebol, não é a novela, esses são os condutores até o verdadeiro conteúdo da comunicação comercial, que é o seu comercial, que é o que te justifica, que é o que te dá a sua sustentabilidade, que é o que te dá o seu lucro, que é o que te mantém.

E isso reduz muito a sociedade, a sociedade fica muito simplificada, e a nossa sociedade, pelo contrário, é altamente complexa, inclusive. O Prof. Orlando Senna, fazia uma oficina na cidade de Lençóis, uma cidade de cinco mil habitantes, no interior da Bahia, na Chapada Diamantina, havia 40 meninos na sala e perguntou: quem aqui já andou a cavalo? Três. Quem andou de moto? Dezoito. Quem já filmou? Todos; todos, Senador. Se na cidade de Lençóis, na Chapada Diamantina, todo mundo já filmou, dá para imaginar que todo jovem brasileiro já filmou com o celular dele, do vizinho, do celular que ele tomou do turista, do celular do pai, com algum celular ele já passou pela experiência de filmar.

Filmou o que e com que mediação? Quem dá conta disso? A escola dá conta disso, as associações dão conta, os partidos? Ninguém dá conta disso. O garoto está filmando, uma experiência riquíssima, que quem é cineasta e quem vive dá área e tal sabe o que é que se almeja naquele momento de filmar; está filmando com total irresponsabilidade e está filmando o quê? Ele promove a briga para filmar a briga, porque a briga dá audiência. Ele nem ia brigar, mas, como vai filmar e ele precisa ter audiência, vai provocar a briga entre meninas, entre meninos, para poder filmar para ter audiência.

(Soa a campainha.)

O SR. POLA RIBEIRO – Então, essa é a realidade histérica da busca da audiência em que a sociedade brasileira se encontra. Só que eu quero trabalhar na base do otimismo, e quero tratar este momento como o momento da recomposição do campo público em televisão, recomposição do campo público de comunicações. Com a entrada no jogo, no ringue da comunicação, do canal da educação, do canal da saúde, do canal da cultura e do canal da cidadania eu acho que é um momento de repensar, de fato, as posições. Eu estou vendo muitas pessoas da TV comunitária, eu sei que é uma promoção da ABCCOM este momento, mas a TV comunitária precisa também se repensar porque ela vem de um momento pós-regime militar, ou seja, há uma legislação totalmente difícil na condução dela. E nós construímos e regulamentamos o Canal da Cidadania, que é uma possibilidade de cada Estado, de cada Município e de a sociedade terem canais de televisão.

E aí vem a questão do caro, Evelin, porque quando eu circulei na Bahia para falar do Canal da Cidadania, a primeira questão era que os prefeitos falavam: mas como eu vou comprar um transmissor de televisão, Pola? E aí eu me fazia de besta, como se não tivesse ouvido, e perguntava: quem foi que cantou aqui no São João, prefeito? E ele falava: "Ah, tocou Calcinha Preta..." E eu dizia: "Para, não precisa falar o segundo não, já pagou o transmissor; com a segunda atração você a mantém um ano no ar, e se você comprar o transmissor no outro São João, você vai poder transmitir para a cidade inteira." Então, é um ganho para todos a possibilidade de construir, mas a dificuldade de tratar do assunto, a barreira e o preconceito que há, o autoritarismo com que se trata isso é o autoritarismo da violência permanente na sociedade brasileira, que a gente precisa reverter.

Por isso, eu puxei o assunto e tentei tratar aqui mais da questão política, porque eu acho que é uma responsabilidade de todos: dos diretores de TV, dos Deputados, dos Senadores, de nós gestores.

A gente precisa colocar em pauta a discussão da comunicação pública e colocar que ela não é uma afronta à comunicação privada. Nunca bateremos altos índices de audiência. A gente tem que bater altos índices de referência e fazer com que a sociedade brasileira se envolva com a discussão da sociedade brasileira.

Eu tenho um amigo cineclubista na Bahia, ligado a terreiro, que fala assim: "Eu não gosto de desenvolvimento, eu gosto de envolvimento." Eu acho que é isto: a nossa língua está cheia de palavras em que a gente coloca o "des" e o "a" na frente, que negam a própria coisa.

A gente precisa é de envolvimento, e a comunicação é a ferramenta de envolvimento. A comunicação pública é a ferramenta legítima de envolvimento imediato que todos temos para colocar as diferenças. E isso não ameaça ninguém, o que ameaça é o que está por debaixo do tapete.

A crítica a um Prefeito não o ameaça, fortalece o Prefeito que é criticado. Quando a sociedade aponta caminhos, ela fortalece o Prefeito, fortalece o gestor público e indica os caminhos a seguir. Por isso, eu acho que esse investimento precisa ser, de fato, muito discutido, porque boa parte desse investimento é público e a gente não pode errar. Então, é muito custoso.

Mas é um mote que eu uso. Desculpe-me ter te utilizado para fazer essa discussão. De fato eu acho que não é um investimento caro, é um investimento urgente para a sociedade brasileira, para a gente dar esse passo de entendimento de que a sociedade está precisando.

Então, eu aposto no Canal da Cidadania. Dia 27, nós vamos entregar um primeiro equipamento, a partir de um edital público, a uma cidade brasileira, que vai montar um Canal da Cidadania. O Octavio Pieranti – obrigado, amigo – participou da comissão.

Não vamos entregar três, porque processos de burocracia, de tramitação, ainda não permitem. Vai ser dito no dia 27. O Ministro Juca vai anunciar isso no dia 27. Eu não posso antecipar isso aqui, agora.

Mas é uma experiência em que todos nós precisamos ficar ligados, para que aquilo dê certo e funcione. Eu vou dizer para vocês: eu não sei qual é o partido do Prefeito. Mas é importante que aquilo esteja... Nem sei se funcionará com esse Prefeito – é isso o que a gente tem que entender. É um bem público em que esse Prefeito se inscreveu, mas talvez não seja ele quem vai implantar ou inaugurar, porque a gestão pública é assim.

Então, eu acho que esses são os caminhos. A gente está buscando a questão da escala no Ministério, porque a gente percebe que o Ministério da Cultura tem muitos bons projetos, mas a gente está carente da questão da escala, ou seja, de dar conta de todo o Território nacional, de todos os brasileiros. Estamos buscando, via tecnologia, coisas que nos permitam avançar nesse ponto.

Então, conseguimos do Fundo Setorial do Audiovisual um recurso para avançar na plataforma pública de vídeo por demanda.

(Soa a campainha.)

O SR. POLA RIBEIRO – Essa é uma possibilidade para a sociedade brasileira acessar conteúdos por demanda – talvez nem só vídeos, mas vídeos, filmes, fotos, livros –, o que vai facilitar também as TVs comunitárias e de Cidadania.

Há uma coisa – eu peço só mais um minuto para explicar –, que estamos chamando de "Vodinho": é o desligamento da TV analógica e a entrega de uma caixinha, uma estrutura, pelo Governo Federal – a partir da empresa EAD, que foi criada para minimizar os impactos do desligamento. Essa estrutura permite à pessoa assistir televisão na sua TV a tubo, depois de desligado o sinal analógico.

Só que, quando a gente fala isso na escala Brasil, a gente fala de 14 milhões de domicílios, de 50 ou 60 milhões de pessoas. Então, o Brasil é assim: exagerado.

Eu queria dizer que, junto com essa caixinha, há uma possibilidade, que nós estamos discutindo com a Universidade da Paraíba, com o Ministério das Comunicações, com a Anatel, com a EAD... Estamos bem avançados nessa discussão com a TV Brasil. O André é uma pessoa que avançou muito nessa discussão. Foi até mal entendido em muitos momentos, porque aqui as questões de comunicação são tratadas com muita dificuldade.

Hoje nós temos a capacidade de baixar conteúdos para essa caixinha. O que eu quero dizer é que a pessoa do Bolsa Família que tiver o Ginga em casa vai poder ter dois ou três longas-metragens, poderá ter outros conteúdos, que ele vai poder assistir quando quiser.

Então, é o Netflix do Bolsa Família. Mas é uma possibilidade concreta de comunicação pública e de o Estado brasileiro dialogar com setores que ele conhece muito pouco. Os 50 milhões ou 60 milhões de pessoas portadoras do Bolsa Família nós os conhecemos muito pouco. Sabemos da demanda que eles têm, e conseguimos atendê-los minimamente. Mas o que querem, qual é a linguagem deles, o que eles pedem, tudo isso é um desafio para todo o setor. Como falar? Quando falo que é um desafio para todo o setor, penso que devemos fazer televisões cada vez mais baratas, mais populares, para que possamos falar com toda a sociedade brasileira.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Agradeço ao Pola Ribeiro.

Estou muito feliz. Esta Mesa é de altíssimo nível. Todas as pessoas que aqui vieram têm uma competência muito grande.

Só faltou a Secom. Não sei por que ela não mandou seu representante. Vou conversar com o Ministro Edinho a respeito disso, vou mandar para ele o conteúdo deste debate.

Também o representante da Telebras, o Duílio, ainda não chegou aqui. Não sei se ele vai chegar aqui. Ele tinha confirmado que vinha.

Vamos passar a palavra ao Israel, que, gentilmente, veio de Belo Horizonte para cá, para participar deste debate. Soube que, às 6h, em Belo Horizonte, ele estava ligando para o Paulinho.

Muito obrigado.

O Israel é Presidente da Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (Abepec).

O SR. ISRAEL VALE – Eu é que agradeço a oportunidade, Senador. Não é gentileza alguma. Esta é uma alegria para nós que militamos na defesa da democratização das comunicações. Acho que temos um campo enorme para avançar na direção das aproximações com os três Poderes, e o Poder Legislativo tem um papel determinante para que possamos reparar uma série de impropriedades e de defasagens que existem, porque o aspecto regulatório impacta demais nas possibilidades de o campo público se afirmar, estabelecer-se e amadurecer cada vez, permitindo que ele cumpra seu papel.

Eu queria cumprimentar os meus companheiros de Mesa.

Quero saudar a Plenária e as demais autoridades, em nome do Deputado Adelmo Leão, um grande parceiro da comunicação pública em Minas Gerais.

Vou partir da fala do Pola. Acredito firmemente que este é um momento precioso para nós que atuamos no campo público. O que o Pola chama de rearticulação, de recomposição do campo público, é muito visível, é muito real. Acho que é um impulso para uma série de fatores, a começar pela frente parlamentar, que é fundamental, que é a frente que acaba de ser revitaminada, digamos assim, ou revitalizada, se preferirem. Acho que esse é um sinal de que há um espaço flagrante e uma percepção dos próprios Parlamentares da importância desse tema.

Vivemos fugindo de assuntos determinantes, e a regulação da mídia é um grande exemplo que passa por esta Casa. É de um grande incômodo para quem atua no campo da comunicação imaginar que um tema dessa relevância possa ser simplesmente interditado ao debate. Não há assunto, no entendimento de quem atua pelo interesse coletivo, que não mereça ser debatido. É claro que tratar de regulação é enfrentar, sim, determinados privilégios que se estabeleceram ao longo dos tempos. Basta notar o que o Pola já assinalou: mais de 25 anos depois da Constituição de 1988, 27 anos depois, ainda não estão regulamentados os aspectos fundamentais que dizem respeito à comunicação.

Eu diria até que o campo público é bastante modesto e paciente. Nós seguimos aguardando, perseverando, acreditando no bom senso, acreditando no papel público dos Parlamentares e na capacidade dos nossos

Deputados e Senadores de atuarem na defesa do interesse coletivo, na defesa do interesse corporativo e na defesa de interesses particulares que acentuam as diferenças, em lugar de permitir que a sociedade brasileira e a democracia brasileira possam avançar de maneira mais segura.

Nesse nosso arrobo infinito de modéstia, eu diria que nós não queremos muito mesmo, não. Nós queremos apenas que a lei seja cumprida. E se os Deputados e Senadores que constituíram esse arcabouço legal, que rege a nossa vida como um todo, consideram que a Constituição de 1988 ainda serve de algo, ela precisa ser considerada até o fim, e todos os temas precisam ser debatidos firmemente sem temor de nada, sem desejo nenhum de declaração da terceira guerra mundial a que grupos sejam, mas apenas em favor dos interesses da sociedade brasileira. Acho que esse é um momento bastante favorável para isso.

Estamos vivendo um impasse, estamos numa encruzilhada ética, política, moral, de todas as ordens; a sociedade brasileira tem nos cobrado – de nós todos que atuamos publicamente – um posicionamento cada vez mais claro em favor de uma dinâmica que permita a implantação de uma democracia cada vez mais participativa, e não apenas representativa. Acho que cabe a cada um de nós fazer esse enfrentamento. O campo público pode dar uma grande contribuição nesse sentido. Não tenho nenhuma dúvida.

Por conta disso, eu sempre prefiro falar não das nossas carências, e elas não são poucas, mas das nossas potências. Eu não tenho dúvida de que esse cenário de disseminação da intolerância que se tem ocorre por meio das redes sociais, que se traduz ali, que se torna visível, de maneira tão incisiva nas redes sociais, mas se dissemina também por força de grupos de interesse que movem a pauta da televisão pública, ou da televisão comercial, sobretudo; a televisão pública pode dar, e tem tentado dar, a sua contribuição para que consigamos criar outros campos de diálogo. Esse é o momento em que teremos que nos esforçar cada vez mais em avançar por esse caminho. Não há nenhuma visão predominante que seja capaz de dar respostas para os nossos dilemas, e não estou falando apenas do que nos diz respeito, à comunicação, mas a um projeto de país, a um país menos desigual.

No campo público de comunicação, acho que nós vivemos agora também um momento de impasse. Acabamos de ter a troca no Ministério, por exemplo, Octávio. E já vínhamos dialogando com o Ministro Berzoini e com toda a sua equipe em níveis de diálogo que não me lembro de ver anteriormente. Nós, que já tínhamos um diálogo num estágio avançado, com uma percepção bastante admirável, eu diria, do corpo técnico do Ministério das Comunicações, estamos um pouco apreensivos em relação aos rumos que o Ministério das Comunicações pode dar agora à discussão que se fazia. Deixa-nos felizes o fato de o Ministro, assim que chegou, ter-se movido na direção das emissoras de televisão, participando do principal congresso das emissoras comerciais, e acho que essa é uma demonstração de que ele está disposto a discutir isso de maneira ampla, e nós vamos, sim, contar com essa boa vontade do Ministro também em relação ao campo público.

Nós, da Abepec, temos uma agenda com o Ministro depois de amanhã, inclusive vamos entregar a ele um abaixo-assinado em defesa da habilitação da multiprogramação, para as emissoras regionais. Hoje há uma portaria que restringe a multiprogramação a emissoras federais. Não há nada de razoável que justifique o impedimento disso, já que não há empecilhos de ordem técnica. E nós estamos falando, afinal de contas, da multiplicação de janelas e de oportunidades para que a sociedade brasileira possa se posicionar, possa levar outros olhares, outras vozes.

(Soa a campainha.)

O SR. ISRAEL VALE – Agora, claro, nós temos um cenário que é bastante desfavorável do ponto de vista das fontes de financiamento para esse salto que vai ser preciso dar em direção à digitalização. Nós temos oportunidade de reparar um equívoco histórico que é manter as comunitárias no gueto das TVs pagas. Acho que agora o cenário favorável está dado. Este é o momento de um grande pacto que permita, de uma vez por todas, a transposição das comunitárias para o sinal aberto. Mas isso não é suficiente. Nós, que já temos dificuldade para manter uma programação no ar – como é o caso da TV da qual eu sou gestor, a Rede Minas –, evidentemente, vamos ter ainda mais dificuldade se formos considerar a oportunidade, de fato, de ampliação do número de programações. E nós estamos, na Rede Minas, desafiando-nos a isso, e eu não tenho dúvidas de que é um desejo do campo público, de maneira geral, acolher essa oportunidade.

Por que alguém que não tem onde cair morto, que passa dificuldades para manter uma programação com níveis de qualidade que todos nós desejamos e esperamos, se desafiaria, ousaria querer abrir novas programações? Porque as fontes de conteúdo também se multiplicaram. Este é o momento para que comecemos a rever inclusive a lógica de organização da programação.

A televisão pública em geral tem um cacoete, que é o de perseguir os passos da televisão comercial. Esse modelo de produção vertical que predomina em quase todas as nossas emissoras... No caso das comunitárias, eu acho que o ambiente é mais favorável. Essa articulação, essa conjunção de forças com a sociedade,

que move conteúdos a partir de associações, de sindicatos, já permite uma dinâmica mais horizontal. Mas não é a realidade das TVs educativas e culturais Brasil afora.

Nós acreditamos muito que este é o momento chave para que nós, em vez de mediarmos o tempo todo e cumprirmos um papel de autoridade, de quem sabe o que o telespectador quer, supostamente, assistir, convidemos a sociedade para dentro da televisão, para que ela diga diretamente, o máximo possível, cada vez mais, o que ela quer, qual é a visão dela, da maneira que ela quiser.

Então, nós estamos trabalhando agora – e aproveito aqui para agradecer publicamente a generosidade do Secretário do Audiovisual, –, na constituição de um canal indígena, por exemplo, na nossa futura plataforma de vídeo sobre demanda. Nós estamos chamando lá, provisoriamente, de MinasFlix. Há um déficit, entre tantos outros – um déficit que é do Estado brasileiro –, de políticas afirmativas na direção de grupos étnico-raciais. No caso do povo negro, nós temos visto muitos esforços nos últimos 12 anos, mas, no caso das comunidades indígenas, isso não se traduz em políticas públicas. De verdade, nós vamos nos desafiar a desenvolver um projeto em conjunto com o Ministério da Cultura e a Ancine, para que possamos dar uma contribuição. E acho que essa é uma demonstração clara de onde o campo público pode atuar, de maneira incisiva, para fazer a diferença, em vez de tentar seguir o rastro das TVs comerciais. Nós temos um DNA próprio.

De fato – concordo com o Pola –, nós não precisamos nos posicionar contrariamente às TVs comerciais. A única coisa que nós esperamos é que as decisões, do ponto de vista normativo, não desconsiderem que há peculiaridades no campo público que precisam ser acolhidas também. Se todas as decisões foram tomadas em favor da lógica das TVs comerciais, o lucro será bastante estimulado, mas não necessariamente os interesses do cidadão brasileiro.

(Soa a campainha.)

O SR. ISRAEL VALE – Nós, na Abepec, acreditamos que este é um momento para que possamos reposicionar esse diálogo e criar alianças com outras forças da sociedade que nos permitam avançar não apenas na direção da audiência, mas nesta outra direção, na direção do interesse público, na direção da relevância e na direção da prestação de serviços.

No caso da Rede Minas, por exemplo, nós estamos nos posicionando como uma plataforma de governança digital. É isso que imaginamos que seja, de fato, revelador da nossa capacidade de estabelecer outra dinâmica de relacionamento com a sociedade, aproveitando que, com a migração para o sistema brasileiro de televisão digital, haverá uma comunicação bidirecional, um outro nível de diálogo. Este é o momento de nós aproveitarmos o que o momento histórico nos apresenta e de darmos o salto que precisamos e merecemos em defesa de quem paga a nossa conta, que é o cidadão brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Agradeço ao Israel, ao mesmo tempo em que solicito desculpas, porque eu estava contatando o Secom. Acabei de falar com o chefe de gabinete, com o Secretário-Executivo. Eles vão ver se ainda mandam ou o Alessandro ou o Otaviano ou a Juliana aqui, para poder falar conosco sobre como a Secom está vendo isso. (*Palmas.*)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – A Anatel... A Telebras...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Vou verificar. Quem é o convidado da Anatel, por favor?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Vamos passar a palavra ao Paulo Miranda, o nosso querido Presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCCOM), entusiasta desta audiência pública. Eu quero agradecer pela qualidade dos convidados e sugestões que ele nos deu. Vamos lá, Paulinho.

O SR. PAULO MIRANDA – Em primeiro lugar, eu gostaria, Senador Hélio José – que é do Distrito Federal, colega das antigas de Brasília e das lutas, conheço muito a sua trajetória –, parabenizá-lo por aceitar esta audiência pública e comprar essa nossa bandeira.

Eu gostaria de agradecer também ao nosso padrinho da ABCCOM, que é o Senador Paulo Paim. Agora, temos um novo padrinho, o Deputado Adelmo Leão, que está conosco substituindo o Deputado Roberto Santiago, que criou a Frente. Nós vamos relançar a Frente Parlamentar Mista de Defesa das TVs Comunitárias amanhã.

Eu considero essa parceria com esta Comissão de Direitos Humanos uma grande vitória da ABCCOM, que existe desde 2001, porque, todo ano, aqui fazemos este debate e expressamos para a sociedade nossas ansiedades, nossas dúvidas, nossos receios e também nossas propostas para construção do campo público da comunicação brasileira. Então, conseguimos, com essa parceria com a TV Senado, Rádio Senado, sempre segunda pela manhã, esse esforço de virem do Brasil todo aqui e fazer um evento para a sociedade, Pola. Não é uma coisa de quatro paredes, em que ficamos brigando com regimento, estatuto, não sei o quê. Aqui, expomos a nossa cara para a sociedade e mostramos quem somos.

Aqui dentro, Senador Hélio José e Pola, eu fiz a soma ontem – hoje temos o Fred, de Nova Lima, então aumenta esse número – já estávamos com 280 anos de experiência de luta de TV Comunitária, hoje, nós temos mais, porque há novos companheiros aqui dentro. (*Palmas.*)

Então, somando 18 anos de TV Comunitária de Brasília; 19 anos no Rio; 19 anos em Porto Alegre também, com mais Votorantim, não sei o quê; BH, 20 anos, e a primeira TV Comunitária do Brasil, a gente tem esse número. Quer dizer, não há como discutir comunicação comunitária, a gente não escreve sobre TV Comunitária só, a gente faz; a gente faz TV Comunitária. Então, nós estamos no ar há tantos anos com esse fórum aqui dentro, com esse peso, com essa responsabilidade de trazer aqui para dentro desta Comissão esses anos todos de luta.

E nós temos aqui dentro o Fernando Mauro, da Associação dos Canais Comunitários do Estado de São Paulo, da qual ele é presidente, e é tesoureiro da ABCCOM também; o Moisés, do Rio; a Ecila, de Peruíbe; o Wellington, de Votorantim; o Igor, de Recife; o Paulo Contim, de Osasco. De Recife nós temos o Maurício também; o Didi, de Belo Horizonte; o Santiago, de Sete Lagoas; o Luís, de Cascavel; a Olinda, de Foz do Iguaçu; o Almir, de Vitória; Roja, de Joinville; Tiago, que é de Joinville também; Sílvia Smaniotto, que é de Florianópolis; o André, que está aqui representando Guarulhos; Fred, de Nova Lima, de quem eu já tinha falado. Ainda temos aqui o nosso cinegrafista, o Jorge Silva, e a Luciana Lopes, da TV Votorantim, e o Wellington, da TV Votorantim. Da TV Comunitária de Brasília nós temos aqui o Diego, um lutador feroz daquela TV, jornalista, cinegrafista, editor, X-tudo lá dentro; a Paula, da Escola de Mídia Comunitária; o Agostinho e a Raquel, que assessoram a ABCCOM em Brasília também e fazem tudo dentro da TV.

Então, é uma luta muito grande. Nesse período eu gostaria de também, porque isso aqui também é um momento de a gente estar resgatando o que nós conquistamos para que a sociedade saiba que a gente não está aqui só reclamando, como a Evelin mostrou essa rede maravilhosa que vem sendo construída, o Pola, que está nessa luta, o Pieranti, que é nosso parceiro aí das antigas, o Israel, que está vindo agora somar forças, ele que dirige a Rede Minas e está aqui pela Abepec. Ontem nós tivemos a presença na TV Comunitária, porque nós fizemos a nossa abertura ao vivo, do Armando Bulcão, representando a Associação Brasileira de TVs Comunitárias. Ele não veio hoje, mas o recado dele também está considerado aqui na mesa.

Dessas vitórias acumuladas, nós temos, graças ao André, o Decreto nº 5.820, que prevê aí o Canal da Cidadania, o modelo de TV digital brasileiro, o Canal Saúde, o Canal Educação e o Canal Cultura, e o povo brasileiro precisa muito dos canais mais agressivos. A gente vê que a Netflix acabou de ser lançada, mas, como diz o Prof. Benício Lima, a Netflix tem cinco milhões de assinantes brasileiros, mas tem dez empregados para a América Latina inteira e não tem nenhum empregado no Brasil. Quer dizer, não gera emprego e renda aqui e nós estamos pagando para consumir os produtos deles. O principal agora é narcotráfico, Pablo Escobar. O que interessa ao povo brasileiro ficar conhecendo a história, via Netflix, de Pablo Escobar? O que vai ensinar para o povo brasileiro, para a nossa juventude via Netflix? Não tem nada a ver conosco.

Então, quer dizer, a ausência da Telebras nesta Mesa hoje mostra a falta de política do Governo brasileiro para uma outra comunicação tão necessária, Senador, isso é grave. A Telebras tinha que estar aqui nesta Mesa, a Secom, da Presidência da República, tinha que estar aqui nesta Mesa para expressar qual é política de comunicação comunitária alternativa para o País que a Presidência da República deseja. E a Telebras é a mãe da nossa fibra ótica, sem essa fibra ótica não se faz uma comunicação eficiente no Brasil. E o que a Telebras está propondo para o Brasil hoje?

Quer dizer, é uma responsabilidade muito grande, porque esta é a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, e sem esses desafios dos direitos humanos dentro das TVs comunitárias, porque vai haver o Canal da Educação, da Cultura, e tal, mas os canais comunitários têm que falar de direitos humanos, têm que colocar na sua programação e na sua produção para que a nossa juventude e para que o Brasil deixe de ser esse País mais violento do mundo, o País em que mais se mata no mundo. Brasília, a Capital da República, é a sétima cidade de mais violência contra as mulheres. A Marcha das Mulheres Negras foi recebida à bala nas portas do Congresso Nacional.

Quer dizer, isso é tudo uma questão de direitos humanos.

Bem, uma outra vitória muito grande foi a Portaria nº 489, de 2012, que nós temos que ressaltar. Ela é a esperança das TVs comunitárias de sair do gueto, da marginalidade do cabo e de se expressar via onda aberta para a sociedade toda.

O Pieranti é um dos relatores dessa Portaria nº 489, e ela prevê que cada cidade, no Brasil, tenha o Canal da Cidadania. E o Ministério da Cultura lançou um edital recentemente em que incentiva os prefeitos, com R$1,5 milhão, a criar esse Canal da Cidadania. Então é esse Canal da Cidadania que vai possibilitar ter as TVs comunitárias dentro dele sendo carregadas, e ainda o e-GOV, que é o Governo eletrônico, que é o Brasil 4D. O André está aqui, é o grande cérebro desse 4D, que é o Netflix, eu não vejo o 4D só como o Netflix do Bolsa Família, mas como de todas as crianças brasileiras, de todas as famílias brasileiras. Nós precisamos de colocar nessas caixinhas o modelo digital e utilizar com inteligência.

E aí vem uma vitória também da ABCCOM, que nós tivemos nesse período, que a gente tem que relatar aqui, que foi conseguir R$60 milhões para a produção audiovisual junto à Ancine, junto à EBC, Empresa Brasileira de Comunicação, e à SAV, Secretaria Nacional do Audiovisual. Esses R$60 milhões vão trazer boas produções para as TVs comunitárias públicas e universitárias. Porém, a Ancine colocou uma regra de que as TVs comunitárias não podem ser produtoras. Quer dizer, é um absurdo! Nós conseguimos essa parceria, conseguimos o dinheiro, mas não podemos utilizar desses recursos para fazer a produção. E as TVs comunitárias, com esses 280 anos de luta aqui dentro deste plenário, produzem todos os dias. Nós produzimos minidocumentários, clipes, e não produzimos mais do que produzimos por falta de recursos, justamente por falta de recursos. Por que os produtores alternativos – eu não estou aqui contra produtoras, as *big* produtoras que a Ancine colocou para fazer essas produções –, mas por que os nossos produtores, que giram em torno das TVs comunitárias, que estão interessados em produzir para as TVs comunitárias não podem produzir com esses R$60 milhões?

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO MIRANDA – Quer dizer, então que se arrume mais R$60 milhões para se atender a esse campo alternativo vinculado às TVs comunitárias e com recursos também para as TVs comunitárias, porque a gente já está no gueto do cabo e ainda vem também para o gueto da produção? Então, quem paga a conta de luz, quem paga o aluguel, os impostos? Nós temos todos os nossos funcionários com carteira assinada, como radialistas, como jornalistas, respeitando às leis do País.

Uma outra grande vitória também é a Instrução Normativa nº 311, da Secom, de setembro de 2014, em que nós conseguimos ter acesso à publicidade institucional, que não tínhamos. É uma vitória muito boa, por sinal nós já recebemos algumas mídias, uma da Ancine, de R$6 mil, outras, mas há mídia de valor bruto de R$200,00. Quer dizer, dá mais trabalho para a gente veicular a mídia de R$200,00, fazer a nota fiscal, descontar 20% de R$200,00 para a agência de publicidade, que já dá R$40,00; e a gente fica com R$ 160,00 para descontar o imposto, quer dizer...

Cadê o Edinho Silva, que foi da TV Comunitária de Araraquara, já conversamos bastante com ele e ele não veio aqui hoje? Ele tem que nos receber para ouvir isso, porque alguém lá na Secom... Por que a gente não pode dividir o bolo? A Constituição prevê, Senador, que é o campo público, o estatal e o privado. Então teria que ser 30% do bolo da publicidade da Secom, que está nas mãos do Edinho Silva, para o campo público, 30% para o campo privado e 30% para o campo estatal. Nós temos que ter dinheiro, nós temos que parar com essa mídia comunitária e alternativa e pública simples do jeito que nós estamos fazendo, porque o povo brasileiro precisa dessa outra comunicação, nós temos que educar o povo brasileiro, fazer a nossa produção, resgatar nossa cultura, revelar nossos talentos.

Uma outra vitória importante também, mas que ainda não vinga muito no Brasil, foi a Instrução Normativa nº 100, da Ancine, que prevê o apoio cultural. Mas ninguém da padaria, de um barzinho, de uma lanchonete, de um restaurante quer colocar só lá: apoio cultural padaria tal. Não, ele quer falar o preço do pão, qual é o pão, qual é o produto. Então, são umas coisas esdrúxulas assim, e ridículas, para colocar no gueto, cada vez mais, a comunicação comunitária alternativa. Quer dizer, nesses 280 anos de luta que estão aqui dentro, a gente tem um enfrentamento violento, a gente tem um monte de muros de Berlim no Brasil contra a mídia comunitária. Em 280 anos não conseguem derrubar esses muros de Berlim que colocaram dentro da Ancine, dentro da Anatel.

E eu ainda vou falar da Anatel agora, porque vai sobrar para a Anatel também, que não manda representante aqui. A gente, por ser a parte mais fraca, não tem rabo preso com ninguém, a gente fala mesmo.

Por exemplo, nós já conquistamos na Lei nº 12.485, de 2011, o direito de ter uma TV Comunitária, Senador, por satélite no Brasil. E aqui está o Maurício Corrêa, que é o nosso representante dentro da Anatel. Há um processo de 690 páginas dentro da Anatel. Nós vamos recorrendo e ganhando, vamos recorrendo e ganhando. Só que nós mesmos somos os nossos advogados de defesa, e a Sky vem com Murdock e seu esquemão, coloca

um monte de advogados lá em cima, e a Anatel, em vez de tomar uma decisão, fica protelando, prejudicando o povo brasileiro, prejudicando a sociedade brasileira de ter essa TV Comunitária por satélite. Inclusive, a Sky sabe o tanto que ela perdeu essa disputa judicial dentro da Anatel que já coloca na sua *timeline* para o seu assinante a existência – você liga e está lá – da TV Comunitária por satélite, mas a TV não existe. Você clica lá e é fictício. Eles sabem que está na lei, reconhecem a lei, mas a Anatel faz o jogo dos *big* conglomerados, Sky, Netflix, NET, do Carlos Slim, que é dono da Claro, da Embratel... Quer dizer, e a Telebras é tímida, o Governo brasileiro não tem uma política de comunicação comunitária para nós, e de uma política comunitária alternativa. Nós vamos conquistando as leis nos paralelos, dentro dos Ministérios, dentro das nossas instituições, mas, na hora em que bate no Palácio do Planalto, não existe uma determinação política de agir.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO MIRANDA – Uma outra grande questão também para nós é: como nós vamos estar presentes dentro do modelo digital na banda larga? Porque, para o Governo brasileiro fazer caixa, fazer superávit, vendeu para 4G a banda 700 MHz. E estão prometendo que nós vamos ter – o Ministro das Comunicações não está, mas o Pieranti está aqui – o VHF alto, mas está ocupado hoje ainda no sinal analógico. Não se pode fazer teste, quer dizer, vem aí o modelo digital da TV brasileira, e nós vamos estar fora desse modelo digital?

A TV Universitária não tem ainda sua certeza dentro do modelo digital. Nós vamos estar no modelo digital, mas dentro do Canal da Cidadania não existe uma política do Governo brasileiro de incentivar cada prefeito a criar logo esse Canal da Cidadania. O lixo internacional caindo todo no Brasil via Sky e as produtoras internacionais, e a gente não consegue impor a nossa comunicação por falta dessa política clara de Governo. E o Congresso Nacional pode muito bem determinar, via Senadores, em quem nós confiarmos bastante com esse espaço aqui, para que nós possamos efetivar, crescer esse nosso campo público, não é, Cecília? O nosso grande anseio é este: estarmos fazendo uma comunicação que poderia ser muito maior.

Só para concluir esta minha fala, Senador, nós temos que ter o nosso Netflix das TVs Comunitárias brasileiras com essa produção para que a gente ofereça para as caixinhas, para os *softwares* que vem aí – o André já tanto trabalha pelo 4D, e a gente pode oferecer. Nós precisamos, com urgência, de ter – até pedi ao senhor, na Comissão de Ciência e Tecnologia, que indicasse uma emenda de um milhão, dois milhões para que a gente possa construir a nossa plataforma digital. Nós temos um *big* provedor das TVs Comunitárias – não é o YouTube que vai nos ceder isso – para que todo mundo que quiser ver a nossa produção entre nesse nosso *big* provedor; que esse provedor alimente a TV Comunitária por satélite; que alimente a rede de comunicação comunitária e alternativa no Brasil; e que essa produção nossa possa ser acessada não só por quem está nas TVs por assinatura, mas por quem está no *tablet*, no celular, no computador. Que a gente ceda essa rede, junto com a banda larga que a Telebras nos ofereça, para que a nossa plataforma digital, para que a nossa rede digital de comunicação sirva à sociedade brasileira.

Agradeço muito por esta audiência. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Agradeço ao Paulo Miranda. Muito esclarecedoras as suas posições.

Antes de passar a palavra para o Ministério das Comunicações, quero ler a justificativa da Anatel, que fora convidada, na pessoa do Sr. João Batista Rezende, que é o Presidente da Anatel. A assessoria dele escreveu o seguinte:

Em resposta ao Ofício nº AP1001/15-CDH, de 29 de outubro de 2015, que veicula convite de participação em audiência pública para debater os desafios da comunicação pública e dos direitos humanos nas TVs abertas, por assinatura e na banda larga no Brasil, agradeço a invitação e informo que, diante do fato de o assunto a ser debatido no mencionado evento fugir às atribuições legais da Anatel, declino do presente convite e nos colocamos à disposição da Comissão para esclarecimentos e eventuais e questionamentos. Atenciosamente. Geovani Menezes Conceição. Assessoria de Relações Institucionais da Anatel.

Eu gostaria de deixar claro para o André, para o Octávio Pieranti, que é o Controlador da Anatel, Ministério das Comunicações, o nosso protesto com relação a isso aqui. Queremos uma audiência com a Anatel, com a ABCCOM e as pessoas convidadas para podermos conversar sobre o assunto. Estou falando com você porque o Ministério das Comunicações é o controlador da Anatel.

Passo a palavra, então, para o Octávio Pieranti.

E vamos ver se chega à Secom.

A Juliana, secretária direta do Edinho, me falou que, realmente, ela confundiu a data. Ela pensava que era amanhã. Por incrível que pareça, foi essa a questão, está certo? Não tenho dúvida.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – É, pode ser o convite tomando a frente. Ela colocou muito boa vontade em vir. Pode ser que ainda chegue. Se chegar, um daqueles que já falei o nome, imediatamente, vou dar a palavra para ele, porque, agora, depois da última fala do Octávio, vou devolver a palavra ao André, para a Bia. Há duas intervenções que são do Adelmo – vou passar a palavra para ele – e de um inscrito aqui. Depois, passarei a palavra para...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Não, eu posso abrir três inscrições de três minutos. O senhor e o Clóvis ali...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Veja para mim, por favor?

Vamos passar a palavra para o Octávio Pieranti.

O SR. OCTÁVIO PIERANTI – Bom dia a todos e todas.

Senador, na verdade, por lei, a Anatel é vinculada ao Ministério das Comunicações, porém é uma agência autônoma, mas eu transmitirei o seu protesto aos representantes da Anatel.

Agradeço o convite da Comissão para participar desta audiência pública. Agradeço mais um convite da ABCCOM para participar também desta audiência pública. Normalmente, os encontros anuais da ABCCOM realizados aqui em Brasília contam sempre com uma audiência pública, da qual eu tenho tentado sempre participar.

Além disso, Senador, como o senhor bem lembra, vários presentes à Mesa também estavam naquele momento, realizamos uma audiência pública recentemente sobre comunicação pública,...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Na CCT.

O SR. OCTÁVIO PIERANTI – ... na CCT, há mais ou menos um mês, e o fato de tantas audiências públicas estarem sendo realizadas sobre o tema evidencia a centralidade da pauta na agenda de discussão brasileira hoje.

Nunca é demais lembrar que isso ocorre de uns anos para cá. A criação da EBC é um marco decisivo desse processo, mas vários de nós já trabalhávamos com essa pauta há alguns anos e conseguimos avançar, ao longo desses últimos anos, em uma série de iniciativas.

No caso do Ministério das Comunicações, temos tentado desenvolver uma política de expansão consistente da radiodifusão pública por meio de novas outorgas, por meio de uma maior capilaridade dos serviços, por meio de um avanço dos serviços relativos ao campo da comunicação pública, notadamente ao campo da radiodifusão pública.

Eu sei que esta audiência visa tratar especificamente de TVs comunitárias, mas nunca é demais lembrar o papel das rádios comunitárias na construção do campo público no País. Hoje, já são mais de 4,7 mil, e essas rádios comunitárias ou, pelo menos, várias delas simbolizam de forma consistente uma luta histórica para garantir a comunicação pública efetiva no Brasil.

No caso do Ministério das Comunicações, voltando às iniciativas recentes, essa política de expansão tem sido acompanhada por ações de transparência, por ações visando à simplificação dos processos burocráticos do órgão.

Um elemento fundamental dessa política de expansão são os planos nacionais de outorga que viabilizaram, por exemplo, atender mais de um terço dos Municípios brasileiros nos últimos anos com a possibilidade de novas rádios comunitárias, que possibilitaram atender com novas outorgas no campo da radiodifusão educativa, serviços de radiodifusão educativa.

E aí eu começo a tratar propriamente do sistema público falando da radiodifusão educativa. São recentes, são de 2011/2012, as primeiras regras para processos de outorga objetivos e para critérios de seleção objetivos no que se refere à seleção dessas emissoras.

Hoje, têm preferência para executar serviços de radiodifusão educativa entidades públicas, notadamente universidades federais, universidades estaduais, além dos governos dos Estados e Municípios. Isso tem se refletido na reposta que temos recebido nos planos nacionais de outorga de radiodifusão educativa.

O atual plano de outorga de radiodifusão educativa prevê a possibilidade de outorgas em 375 Municípios ao longo de dois anos, isso considerando emissoras FM e emissoras de televisão. Além disso, existem hoje no País 508 emissoras de FM e 208 emissoras de televisão educativa.

Também no que refere à simplificação dos procedimentos burocráticos, o Ministério publicou recentemente tanto para a radiodifusão comunitária quanto para radiodifusão educativa portarias que reduziram substancialmente números de documentos exigidos nos processos de seleção.

No caso de radiodifusão educativa, eles caíram de 18 para 4 documentos. Essa tem sido uma tônica das iniciativas do Ministério nesses últimos meses.

Daqui a pouco falo sobre iniciativa similares para o Canal da Cidadania.

Passando da radiodifusão educativa para consignações da União, outro segmento que tem avançado consideravelmente, em grande parte, e começo a falar pela Câmara dos Deputados, por esse projeto da Rede Legislativa – parabenizo a Evelin pela dedicação esse tempo todo. Para mim, pessoalmente, um dos grandes projetos de expansão mais bem elaborados, considerando todas as redes que temos hoje no País, é o projeto da Rede Legislativa, que busca parceiros afins e claros em nível municipal e no estadual. Não por acaso, é uma formação de rede que tem alcançado um êxito considerável, ainda mais com as dificuldades naturais de investimento por parte do setor público, mas hoje a Câmara já tem 23 emissoras FM, 62 emissoras de TV, além de ter pedido outros 269 emissoras de FM e 405 emissoras de televisão.

Essa implantação só pode ser feita, claro, graças à parceria com as Câmaras de Vereadores, Assembleias Legislativas, que colaboram em muito com o financiamento dessa infraestrutura.

Como a Evelin disse, essas emissoras entram no ar sempre seguindo a multiprogramação, sempre com várias faixas de programação, quatro faixas, para permitir também que o Poder Legislativo municipal, estadual, além do Senado Federal, possam veicular sua mensagem, possam exercer ações de transparência na radiodifusão aberta digital.

Além disso, o Senado hoje já tem 21 emissoras de FM e três de televisão. O Supremo, TV Justiça, já são três outorgas. A EBC tem outras 51 consignações. E chegamos o momento de implantar os canais que constam do Decreto nº 5.820, de 2006, já mencionados aqui anteriormente. Como citado pelo Ministro das Comunicações em audiência pública recente na CCT na Câmara dos Deputados, na semana passada, o Ministério das Comunicações em parceria com a EBC, com o Ministério da Saúde, com o Ministério da Educação, Ministério da Cultura, Secom, Fiocruz, e n outros entes e órgãos, e aí destaco a Anatel, RLP, Telebras, tem desenvolvido um projeto de implantação desses canais, começando por aquelas faixas de programação que já existem, estão no ar na TV por assinatura ou via parabólica.

Em dezembro agora, como anunciado pelo Ministro, poderemos colocar no ar, na verdade, a EBC colocará no ar por meio de multiprogramação, NBR, TV Escola e Canal Saúde, que são as faixas de programação hoje disponíveis, já existentes e produzidas pelo Poder Executivo. E a seguir haverá um momento de implantar esses canais ou começar a transmitir essas faixas de programação também em São Paulo e Rio de Janeiro.

Essa é uma primeira fase, não entendam isso como uma iniciativa ensimesmada, fechada em si mesma. A ideia é que daí a gente consiga partir para a construção daqueles canais que constam do decreto, ou seja, canal de educação que conte com outras faixas de programação, um canal da cultura, em fase de estudos pela Secretaria de Audiovisual e por todos os órgãos vinculados ao Ministério da Cultura e que possam exercer a multiprogramação em sua plenitude em canais específicos.

Agora, num primeiro momento, contaremos com essa infraestrutura da EBC, com essa parceria da EBC, que tem sido uma lutadora para a construção desse projeto. Na verdade, esse projeto nasce muito tempo atrás com a ideia de operador de rede na qual o André participou desde o início, eu pude participar, acho que o Pola também, Evelin e o Paulo. E agora, enfim, estamos chegando a um momento de conseguir trazer esses canais, o Poder Executivo, para a televisão digital aberta no País.

Esses canais, a Bia lembrou anteriormente que é fundamental que a gente constitua esses canais como canais públicos. E as portarias que regulamentam o Canal de Educação e a que regulamentará futuramente a questão do compartilhamento das faixas de programação do Canal da Cultura já estabelecem mecanismos de participação social. E a ideia é avançar com esses mecanismos. Hoje existem vários mecanismos de participação já consagrados, a própria lei da ABC, um conselho curador, ouvidoria, dentre outros. Além deles, audiências públicas, consultas públicas, mas a ideia é conseguir avançar no sentido de ter a sociedade permanentemente discutindo a programação, acompanhando a programação e ajudando a construir a programação dos canais Poder Executivo.

E aí eu chego, Senador, ao Canal da Cidadania, que acho que é a grande expectativa do público que nos acompanha hoje. O Canal da Cidadania, como ressaltado pelo Paulo, foi previsto no Decreto de 2.006, regulamentado em 2012. Pessoalmente é uma das iniciativas das quais eu pude participar pelo Ministério das Comunicações, pela qual eu nutro mais carinho e tenho mais orgulho, por acreditar que essa será efetivamente uma iniciativa transformadora da comunicação pública brasileira.

O Canal da Cidadania prevê a veiculação de programações de Governo do Estado, programação institucional do Governo do Estado, uma programação institucional do governo do Município e programações das associações comunitárias que devem ser abertas à participação de toda a comunidade, como bem ressaltou

a Bia. Esse é um princípio basilar, um princípio fundamental da comunicação comunitária. Ou seja, os canais comunitários, as faixas comunitárias têm que ser abertas à participação de toda a comunidade.

Isso, claro, significa respeitar uma grade, respeitar regras necessárias à organização de uma emissora, mas significa, dentro dessas regras, possibilitar a participação, possibilitar o aporte de conteúdos por todos os interessados.

Hoje o Ministério já registra 378 pedidos de outorga do Canal da Cidadania. O Ministério, desde 2013, permite que as emissoras educativas estaduais se adaptem à multiprogramação do Canal da Cidadania. Ou seja, se uma emissora educativa estadual, seja a TV Minas, seja o Irdeb, seja qualquer outra que tenha interesse em se multiprogramar como um canal da cidadania basta pedir anuência para o Ministério e passar a veicular uma faixa institucional do Município, outra do Estado e duas de associações comunitárias, com esse perfil.

A primeira emissora a fazer isso foi o Irdeb, para a sua outorga de Salvador, porque o Irdeb era presidido pelo Pola, que é outro lutador do Canal da Cidadania, um grande incentivador desse canal. Isso foi autorizado, o Ministério das Comunicações instalou um processo seletivo das associações comunitárias que serão responsáveis por faixas de programação do Canal da Cidadania.

E, além disso, eu estava lembrando antes com o Pola, no momento em que a Secretaria do Audiovisual elaborou aquele edital citado pelo Secretário, falávamos quem havia sete Municípios em fase adiantada de outorga. Hoje eu falava com o Pola, já são 34.

Vou lê-los, é importante que todos conheçam essa listagem.

Existe uma lista de 24 Municípios, além de Salvador, que hoje já estão numa fase de apresentação de projeto técnico. Ou seja, já entregaram toda a documentação necessária. A Anatel já atribui a eles um canal. E agora basta que eles entreguem o projeto técnico e que este projeto técnico seja, enfim, analisado e que preencha os requisitos normais para a instalação de uma emissora de televisão para que esses Municípios ganhem outorga e esse processo siga para o Congresso Nacional.

Então, os seguintes Municípios hoje...

O SR. POLA RIBEIRO – Quem estava especulando quem ganhou, ouviu Evelin, está dentro desses 34 Municípios que ele vai falar.

O SR. OCTÁVIO PIERANTI – Esses 24 Municípios hoje são: Coruripe, Alagoas; Vitória da Conquista, Bahia; São Luís, Maranhão; Bom Despacho, Minas Gerais; Guaxupé, Minas Gerais; Juiz de Fora, Minas Gerais; Pains, Minas Gerais; Pará de Minas, Minas Gerais; Pouso Alegre, Minas Gerais; Uberaba e Uberlândia, Minas; Tangará da Serra, Mato Grosso; Pesqueira, Pernambuco; Serra Talhada, Pernambuco; Tabira, Pernambuco; Altos, Piauí; Arapongas, Paraná; Taquari, Rio Grande do Sul; Presidente Getúlio, Santa Catarina; Xaxim, Santa Catarina; Lagarto, Sergipe; São José do Rio Preto, São Pedro e Vargem Grande do Sul, São Paulo.

Esses 24 projetos já se encontram em uma fase adiantada de tramitação, restando apenas a aprovação desse projeto técnico. Além disso, a Anatel, na última sexta-feira, publicou uma grande consulta pública para a inclusão de novos canais no plano básico, além de outras alterações no plano básico. E, nessa lista de Municípios, constam outros nove pedidos de Canal da Cidadania.

Ou seja, a Anatel vai incluir esses canais no plano – está em fase de consulta pública – e, a seguir, o Ministério solicitará o projeto técnico. São os seguintes canais: Águas Belas, Pernambuco; Arapiraca, Alagoas; Breu Branco, Pará; Lajeado, Rio Grande do Sul; Mariana, Minas Gerais; Orlândia, São Paulo; Palmas, Tocantins; Soure, Pará; Tabuleiro do Norte, Ceará.

Então, Senador, acredito que, daqui a um ano, são grandes as possibilidades de o Senado e a Câmara dos Deputados receberem uma lista de 30, 34 processos, 34 pedidos de Canal da Cidadania, para serem analisados. Ou seja, são 34 novas outorgas possíveis, já em um curto espaço de tempo. Essas 34 novas outorgas possíveis significam, em cada um dos Municípios, duas novas faixas de programação e 68 novas faixas de programação de associações comunitárias no País.

Esses são os primeiros passos para a implantação efetiva do Canal da Cidadania no Brasil. Além disso, o Ministério, assim como reviu a questão da documentação para a radiodifusão comunitária e para radiofusão educativa, está trabalhando com a perspectiva de rever também a documentação necessária para o Canal da Cidadania.

(Soa a campainha.)

O SR. OCTÁVIO PIERANTI – A gente, o Ministério imagina que conseguiremos, nesse processo, liberar ou destravar o encaminhamento de cerca de trinta e poucos novos pedidos de outorga de Canal da Cidadania, que irão para a Anatel para inclusão de um novo canal.

Então, esse é um processo avançado de implementação. Acredito que trago não só boas notícias, mas também a necessidade de que as comunidades nesses Municípios se preparem para esse momento. A partir

do momento em que se entra na televisão digital aberta, o cenário inteiro muda para aquele Município. O Município passa a se ouvir, a falar e a discutir os seus problemas locais. Isso vale não só para a Rádio Comunitária, como também para a TV Comunitária, como todos que nos acompanham bem sabem. Então, este é o momento para que essa conscientização, esse debate público, já no âmbito desses Municípios, comece a ser feito.

Senador, eu fecho com ponto – aproveitando o gancho de novo do edital do MinC: precisamos avançar em vários pontos em relação à comunicação pública no País. Certamente um deles é a sustentabilidade. A contribuição ao fomento da radiodifusão pública, pensada na lei que criou a EBC – na medida provisória e depois na lei que criou a EBC –, resolve parte do problema. Ela ainda não está regulamentada e passa por uma disputa judicial. Mas, quando esses recursos estiverem liberados, ela resolverá parte do problema.

Não serão recursos suficientes para manter todo o sistema público de radiofusão. O equacionamento e a solução dos problemas financiamento da radiofusão pública no País passam por esta Casa, assim como passam pela Câmara dos Deputados.

Contamos, todos nós que atuamos nesse setor da radiofusão pública, seja no governo, seja na sociedade civil, seja nas próprias emissoras públicas, com a sensibilidade do Congresso Nacional, com a capacidade de trabalho do Congresso Nacional, para solucionar, encontrar os melhores mecanismos, para que a radiodifusão pública possa, efetivamente, não apenas cumprir o comando constitucional, que é o de complementariedade dos sistemas público, privado e estatal, mas ganhar força, poder realizar o debate público e se fortalecer, não só na televisão, mas também no rádio e na mídia impressa.

Era isso.

Eu fico à disposição para eventuais questionamentos.

Obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Agradeço ao Octávio Pieranti, ao mesmo tempo em que eu convido, para tomar assento à Mesa, o representante da Secom, Sr. Alessandro Godinho. (*Pausa.*)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Ele não chegou ainda? Não conseguiu entrar aqui? Eu achei que ele já estava presente.

Então, como nós estamos em rede – as quais quero agradecer – com a TV Guarulhos, a TV Votorantim, TV Sorocaba, estão todas em rede com a TV Senado, transmitindo ao vivo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – São TVs comunitárias já fazendo o trabalho de transmitir notícias importantes.

Vamos passar a palavra ao nosso querido Deputado, Presidente da Frente Parlamentar, Adelmo Leão.

V. Exª, com a palavra.

O SR. ADELMO CARNEIRO LEÃO (PT - MG) – Muito obrigado, Senador.

Eu quero cumprimentá-lo e cumprimentar também todos os telespectadores da TV Senado. Nós estamos falando pelas rádios, também pela Rádio Senado e pelas TVs em rede.

Quero dizer que é uma honra uma alegria poder participar desta audiência pública. Espero que aqui a gente dê um passo a mais na defesa da comunicação como instrumento de democratização do Estado. Eu acho que essa é a palavra chave que temos que utilizar e abraçar, de maneira definitiva, que é a democratização do Estado.

Eu não vejo como democratizar o Estado sem uma comunicação democratizada. Há aqui uma relação é biunívoca: tanto a comunicação democratiza o Estado, como a democracia avança no sentido de nós instrumentalizarmos o Estado, podendo estabelecer relações mais equilibradas, mais igualitárias, para o desenvolvimento pleno ou do envolvimento pleno dos nossos cidadãos e cidadãs do Brasil inteiro.

O que eu quero colocar aqui – eu acho que fiz aqui um pequeno relato –, primeiro, é a questão da comercialização. Eu entendo que as rádios e TVs comunitárias e o instrumento de comunicação não podem ser mercantilizados. Mas eles também têm que ter sustentabilidade. Isso foi dito aqui por todos vocês e todos nós estamos plenamente de acordo de que nós temos que garantir todos os mecanismos necessários para a sustentabilidade.

Não se faz rádios e TVs comunitárias... Também eu concordo e compartilho dessa ideia de que nós estamos na linha da competitividade e da competição para o mercado. Mas nós estamos em uma linha de construção de uma estrutura em que a informação não pode ser seletiva, o espaço não pode ser de propriedade – aqui eu quero colocar uma questão, que eu acho que é muito relevante para nós: temos que ter uma estrutura de controle social para rádios e TVs comunitárias, para que, eventualmente, a gente não tenha as concessões e depois elas passem a ser propriedades privadas.

Nós precisamos que essas concessões para rádios e TVs comunitárias sejam da comunidade. Como a comunidade vai controlar? Nelas há investimentos, equipamentos e estrutura. Como elas vão permanecer ao longo do tempo, para que não sejam de um prefeito, de um dono? A dona é a comunidade. Eu acho que essa é uma questão fundamental de que nós temos que tratar aqui na regulamentação.

Entendo também que essa questão da formação das redes é muito interessante. Acho que nós poderíamos pensar na integração de todos os componentes, com sua diversidade e pluralidade.

E aqui eu quero discutir com a Evelin: na concepção do Estado, nós não podemos ter uma coisa pronta, uma situação pronta, a ponto de dizer que, daqui a um tempo, nós vamos fechar as janelas para a democracia. Não podemos. Nós temos que garantir mecanismos estruturais, legais, estatais, para que a gente nunca feche as janelas da comunicação, da comunidade, no sentido da democratização do Estado. Acho que, no dia em que fechar, a gente corre o risco de começar a estrutura mais autoritária.

Terminados os canais, como se diz, se há uma limitação, como é que nós vamos regulamentar ou como vamos regular esse sistema? Quando a gente fala de regulação, a gente fala de censura. Nós temos ouvido isto aqui tantas vezes: não se pode regular ou, quanto se fala em regular, é censura. Nós temos que tratar da questão da comunicação como instrumento de promoção dos valores da dignidade humana.

Também nós não podemos imaginar que possa ser um instrumento de adestramento de impingir, impor uma determinada ideologia, uma determinada condição que eventualmente acabe com o Estado democrático de direito. Eu acho que essa é uma questão muito importante.

No caso, a informação... Precisamos tratar da questão do controle para que a informação seja plena, seja ampla, seja universal, no sentido do seu conteúdo e da sua abrangência territorial, geográfica, humana, em todos os sentidos.

Há uma frase do Guimarães Rosa que eu acho muito interessante e muito apropriada para nós neste momento. Ele diz que obedecer é mais fácil do que entender.

(Soa a campainha.)

O SR. ADELMO CARNEIRO LEÃO (PT - MG) – E o meu entendimento é de que as rádios e TVs comunitárias devem ser instrumento de promover, de criar as condições, para que a gente possa entender este País, e não obedecer a determinadas regras, determinados ordenamentos que acabam restringindo a liberdade e o próprio desenvolvimento humano no sentido de romper com os seus limites hoje do seu próprio conhecimento, avançar nesse sentido.

Então, é isso que eu quero colocar e, mais uma vez, reiterar o convite para amanhã. Eu sou facilitador desse processo, ou seja, acho que a nossa condição de Parlamentares, tanto no Senado, quanto na Câmara, nós não temos a caneta na mão. Aliás, nós temos um pouquinho de tinta. Não é, Paulo? Nós temos um pouquinho de tinta, mas de um modo geral nós somos muito mais facilitadores do que ordenadores de todas as condições, embora a gente possa aprimorar aqui a legislação, destinar alguns recursos. E o Paulo sabe disso, nós já conversamos, ouviu, Israel?

A nossa disposição é fazer com que também os recursos que nós temos possamos direcioná-los nesse sentido de onde eles podem ser mais bem aplicados e produzir os melhores resultados em favor da... Eu acho – e termino com essa palavra aqui –, entendo fundamental, na construção de todos os canais de todos os instrumentos de comunicação, na lógica da cidadania e da democracia, da democratização do Estado. Esse é o nosso papel.

Tenho disposição – ouviu, Paulo? –, você falou com o Senador, e eu espero que realmente ele disponibilize o Senado. Nós temos uma frente ampla, uma frente mista. E eu imagino que tanto os Senadores, como os Deputados, e cada um de nós, podendo contribuir um pouquinho, nós podemos formar um volume significativo de recursos para que todas as ações possam ser garantidas na lógica da construção da rede de rádio e TV comunitárias, em favor da liberdade, da justiça, do desenvolvimento humano e do envolvimento de todos e da construção do Estado democrático de direito,

Era isso que eu queria dizer, então.

Contem conosco, estamos juntos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Agradeço ao Deputado Adelmo Leão, parabenizo-o por isso, ao mesmo tempo em que, como Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal (CCT), não posso declinar desse convite para ser um dos Vice-Presidentes dessa Frente Parlamentar Mista. Então, eu aceito esse convite do Paulo Miranda, que me faz aqui, e do nosso querido Deputado Adelmo Leão, de Minas Gerais. Acho muito importante e relevante a questão que ele acaba de falar da liberdade, da justiça e do desenvolvimento humano, assim como as questões fundamentais do direito.

E a gente precisa trabalhar realmente nessa linha. O.k.?

Então, vamos passar a palavra agora, por três minutos, aos cinco inscritos e, depois, a palavra vai para o André.

Então, vamos lá: Wolney Santiago, da TV Sete Lagoas. São três minutos e, quando completar dois minutos, a campainha vai tocar, sinalizando que ainda tem um minuto para concluir. O.k.?

Vamos lá, Wolney Santiago, da TV Sete Lagoas!

O SR. WOLNEY SANTIAGO – Bom dia!

É um prazer estar aqui.

A gente vem aqui buscar uma resposta. Nós viemos aqui no ano passado falar um pouco do Canal da Cidadania. E eu venho aqui trazendo uma pergunta dos cidadãos da minha cidade, do Prefeito Márcio Reinaldo, que foi Deputado aqui por quatro anos e se colocou à disposição de entrar conosco nessa luta. É a pergunta que me fazem muito na rua: "E aí, Santiago, o canal aberto sai ou não sai?"

Eu confesso a vocês que fiquei um pouco decepcionado aqui, porque eu não ouvi o nome de Sete Lagoas na lista. Então, a pergunta que eu faço ao Pieranti é a seguinte: é possível manter um contato direto, através da ABCCOM, no que foi falado o ano passado, com as pessoas que aqui estão, que são os diretores dos canais comunitários que são filiados à ABCCOM? Isso para que a gente tenha noção de como está o processo da nossa cidade, se esse prefeito solicitou o canal, como que está, qual o número do processo, o que precisa, no que nós podemos auxiliar? Porque o Prefeito me pergunta: "E aí, Santiago, como é que está lá em Brasília?" E aí eu vim aqui para perguntar para vocês.

Então, eu não sei realmente o que está acontecendo com o processo da minha cidade. É uma pergunta que eu não vou poder responder assim que eu voltar, porque eu tenho lá o contato direto com todos, tenho um programa que eu faço na TV. E eu sempre falo estou indo para Brasília para trazer, quem sabe, uma solução, mas, pelo que o Pieranti falou aí, daqui a um ano, devem chegar ao Senado esses vinte e alguns que ele disse, e aí a previsão seria de mais talvez um ano.

Então, eu poderia dizer que Sete Lagoas, daqui a dois anos, pode pensar em alguma situação de ir para o canal aberto, desde que a gente estivesse nessa lista aí.

(Soa a campainha.)

O SR. WOLNEY SANTIAGO – Essa é a colocação que eu faço é essa.

E outra colocação muito simples também, é que eu acho que deveria ser pensado aqui sobre o Canal da Cidadania de várias cidades, caso os prefeitos não peçam o Canal da Cidadania. Como ficariam essas cidades?

Muito obrigado.

Espero que eu tenha feito a pergunta em nome de todos aqui.

Apenas para reforçar, no final, o que foi falado ano passado sobre aquela ligação do Ministério com a ABCCOM. E nós que estamos aqui gostaríamos de um tratamento especial do Ministério para acompanharmos os projetos das nossas cidades.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Agradeço ao Wolney Santiago, da TV Sete Lagoas, ao mesmo tempo em que passo a palavra, por três minutos, ao Sr. Moysés Chernichiarro Corrêa, Secretário-Geral da Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCCOM) e Coordenador de Administração da TV Comunitária do Rio de Janeiro.

O SR. MOYSÉS CHERNICHIARRO CORRÊA – Eu vou direito ao assunto, por causa dos três minutos. Acho que há uma confusão que pode estar prejudicando os canais comunitários sobre essa questão de público e privado. Na Mesa todos têm orçamento, menos o Paulo Miranda, que não tem nenhum orçamento. Os canais comunitários não têm orçamento público, e todos da Mesa têm – claro que as verbas são poucas, etc.

Na apresentação de Pieranti, no último evento no Senado, ele não incluiu as TVs comunitárias como campo público, porque obviamente as TVs comunitárias pertencem ao Código Civil. E o Código Civil não é um Código público, trata do Direito Privado. Então, na hora de definir as publicidades, usa-se como campo público. Nós não podemos ter publicidade e, na hora de definir as verbas, nós somos setor privado.

Então, essa confusão acaba fazendo com que os canais comunitários sofram desde o seu nascimento sem ter condições de sobrevivência.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Eu queria interrompê-lo, sem prejuízo do seu tempo, vou dar mais um minuto, só para convidar aqui para a Mesa, o Alessandro Godinho, Representante da Secom, que falará em seguida ao nosso orador. Vamos fazer o seguinte, vou ouvir os cinco que estão inscritos, e você será o seguinte, depois o André Barbosa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Não, não, vamos concluir quem estava inscrito, e eu vou passar a palavra para o senhor, recontarei os seus minutos.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Com a palavra o Sr. Moysés.

O SR. MOYSÉS CHERNICHIARRO CORRÊA – Então, eu acho que há uma confusão nesse sentido. Obviamente que os canais comunitários tinham que ter condições de fazer publicidade e por isso que nós entramos no Supremo com a Adin. Essa tese de que o poder econômico controla a programação e tal, isso depende de quem quiser ser controlado etc. Então, acho que nisso há uma confusão, e isso é prejudicial aos canais comunitários.

A segunda coisa que eu queria dizer é sobre o discurso da Bia, em que fez uma alusão de que há grupos que controlam canais comunitários.

Parece-me que um debate desse nível, de forma genérica, é muito perigoso. Eu perguntaria: quem controla o FNDC? Quem controla o Intervozes? Eles estão no Código Civil como nós estamos. Nós somos ONGs e essas entidades são ONGs. Então, tem alguém que controla aí de uma forma não muito republicana.

É importante que haja denúncia concreta para que as coisas sejam esclarecidas, para não ficar parecendo que paira algum problema aí com os canais comunitários. Os canais comunitários têm que ser elogiados por ter garantido essa bandeira quando muitos setores não queriam ou não acreditavam que era possível manter o que foi a Lei do Cabo, a existência dos canais comunitários, e já são 19, 20 anos que seguro essa peteca. O problema, basta denunciar para ser debatido.

E eu queria levantar sobre o que disse o Pieranti. O relatório aqui na internet é muito geral. O Rio de Janeiro pediu Canal Comunitário ou pediu Canal da Cidadania? Não, não pediu, mas ele está na lista. Ele pediu um esclarecimento de como faz para pedir, e ele está na mesma lista de quem pediu.

(Soa a campainha.)

O SR. MOYSÉS CHERNICHIARRO CORRÊA – E a gente vê aqui uma série de informações: a hora do protocolo, o CRE... Eu vi várias siglas, Carg, CGRS, não sei o quê e tal, tem que dar informação como essa que ele deu aqui, ele falou assim: "Está faltando apenas não sei o quê para o canal ir para...", Sete Lagoas está na lista, falta apenas a numeração, etc. Tem de ser mais claro, mais transparente a informação para que a sociedade controle e pressione os prefeitos, as Câmaras etc.

A gente lê aqui e não sabe. Lá no Rio a gente está achando que o processo está andando. E a gente vai ver aqui e não está andando nada! Há um esclarecimento de que documento encaminhar, nem pediu o canal cidadania lá.

Mais um minuto só, Senador. Já que escreveram para o senhor aí da Anatel, o senhor devia fazer uma audiência pública sobre a Anatel, abrir a caixa-preta da Anatel. Pronto. E, então, será que eles não vão vir? (*Palmas.*)

Porque nós fizemos uma denúncia aqui na sua presença na última audiência exatamente sobre um pedido feito pela ABCCOM, em nome dos canais comunitários, do canal nacional para o satélite, e esse processo que o Paulo citou aí de 700 páginas, 800 dias etc., chegou-se à conclusão de que o que está escrito na Lei nº 12.485 não é mais para ser cuidado pela Anatel. Ora, durante 20 anos sugiram canais comunitários com o mesmo texto da lei. Então, os burocratas da Anatel descobriram, depois do estudo meticuloso de 20 anos e não sei quantas horas de estudo, um parecer que joga para a Ancine. Fica uma bola para um, uma bola para a outra e o canal comunitário nacional, que vai ser forte, porque estará presente no maior número de assinantes do Brasil, ainda não surgiu.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Agradeço ao Moysés.

A palavra vai ser repassada aqui ao Sérgio Redó, Presidente da Associação Paulista de Imprensa, ex-Vice-Presidente da TV Aberta de São Paulo.

Três minutos, Sérgio.

O SR. SÉRGIO REDÓ – Eminente Senador Hélio José, Presidente desta audiência pública, em nome de quem comprimento todos os membros da Mesa, nosso querido Paulo Miranda, pela iniciativa do nosso encontro das TVs públicas em todo o Brasil.

Nós ouvimos todos os membros que falaram aqui, cada um representando a sua entidade, a sua organização, e devemos ressaltar a importância que as TVs públicas têm alcançado.

Já foi extremamente debatido, mas os temas importantes, temáticos, setorizados, que não têm nenhum interesse pela mídia, e a gente particularmente por estar envolvidos com os jornalistas – e aqui não vem nenhuma crítica à nossa classe –, mas fundamentalmente por interesses de ordem de pauta, ou seja, aquilo que vende é pautado, aquilo não vende não tem espaço, e as TVs públicas vieram com a finalidade de preencher esse espaço.

Eu posso até dizer, cumprimentando-os por isto, que os Senadores desta Casa, recentemente, colocaram em pauta uma discussão, que está sendo feita de forma velada, a respeito daquelas pílulas da USP para tratamento oncológico, fundamentais, uma revolução da biologia e da farmácia brasileira, e, em razão do grande interesse dos laboratórios, nenhuma grande mídia divulga. Não vimos nem no Jornal Nacional. Quer dizer, óbvio que vimos apenas como matéria o que aconteceu à época da pílula. Mas as questões basilares, de importância, do quanto essa pílula está resolvendo o problema de tantas pessoas que sofrem com o câncer, as tevês públicas... A TV Senado fez uma audiência pública fantástica, a que estiveram presentes todos os cientistas.

A gente podia, inclusive, falar também sobre as questões da alienação parental e da guarda compartilhada, problemas gigantescos, que assolam milhares de famílias no mundo inteiro, particularmente no Brasil.

(Soa a campainha.)

O SR. SÉRGIO REDÓ – Concluindo, Senador, acho que a tevê pública, na verdade, representa um grande espaço e um grande local. E a TV comunitária tem esse valor e tem procurado preencher. Nós somos 60 emissoras em São Paulo, 120 em todo o Brasil, capitaneadas pelo nosso Presidente Paulo Miranda, com grande propriedade.

E eu quero deixar aqui o nosso jornal da imprensa paulista, que eu trouxe especificamente para entregar para cada um dos membros da Mesa, Exmo Sr. Deputado Adelmo Leão, para demonstrar a importância da nossa entidade, que já foi capitaneada e presidida por Guilherme de Almeida, Cásper Líbero, José Maria Lisboa, Monteiro Lobato e Assis Chateaubriand. A biografia de cada um desses brasileiros se confunde com a história do Brasil. V. Exªs citaram o Freitas Nobre. Esse Deputado esteve conosco durante 40 anos na API, inclusive até ocupando um dos andares do nosso prédio lá em São Paulo.

Portanto, cumprimento todos, e V. Exª pela elegância e pela forma profissional com que está conduzindo esta audiência pública.

Agradeço e coloco a Associação Paulista de Imprensa à disposição de todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Agradeço ao Sérgio Redó pelas palavras e pela delicadeza.

Quero convidar para fazer o uso da palavra o Werinton Kermes, jornalista e representante da TV Votorantim e da TVCOM de Sorocaba.

Três minutos, Kermes.

O SR. WERINTON KERMES – Bom dia a todos!

Obrigado, Senador.

Parabéns ao Paulo Miranda, nosso Presidente, ao Fernando Mauro, nosso Presidente, a todos os representantes de tevês comunitárias que estão presentes aqui hoje. Sem dúvida nenhuma, nós temos aqui os quatro cantos do País, de certa forma. Estamos muito bem representados.

Parte da minha fala já foi antecipada pelos companheiros Wolney, de Sete Lagoas, e Moysés, do Rio de Janeiro. Eu acho que eles fizeram um resumo perfeito das nossas ansiedades e dos nossos sonhos, sonhos, Senador e todos da Mesa, que nos preocupam muito que sejam destruídos uma hora, porque são pessoas que estão há 20 anos nessa luta, nessa angústia. Nós, nos últimos anos, estamos vindo aqui... Como Sete Lagoas falou, a gente sai dos nossos Municípios, com todas as nossas dificuldades, vem para cá de mãos vazias e volta de mãos vazias, usando só uma analogia. A gente volta com muito pouco avanço.

Eu queria dar outro exemplo, que é o da reforma agrária brasileira. A reforma agrária brasileira só é possível naquilo que ela avançou porque existe um auxílio, existem condições técnicas, porque existe uma preocupação quando é feita essa reforma agrária. E a reforma das comunicações, a reforma comunitária, também só vai ser real quando houver algum auxílio, alguma estrutura oferecida.

Eu queria deixar uma pergunta...

(Soa a campainha.)

O SR. WERINTON KERMES – ... para a Dona Evelin. Em Sorocaba, há exatamente uma semana foi inaugurada a TV Legislativa. O Presidente da Câmara assumiu há um ano e alguma coisa, fez todo um trabalho, e nesse tempo de pouco mais de um ano a TV Legislativa de Sorocaba digital se tornou uma realidade lá.

Todos estamos felizes, estamos contentes, só que, por outro lado, é um tapa na cara da TV Comunitária de Sorocaba, que é uma das primeiras – não é a primeira, mas uma das primeiras – e está completando 19 anos agora. E ela vem numa luta, numa...

Então, você vê, de um lado, as coisas acontecendo numa agilidade tremenda, e, de outro, as coisas acontecendo a passos muitos lentos.

O pior disso: a TV Comunitária, tanto a de Votorantim, que é uma cidade grudada à nossa, quanto a de Sorocaba, não tem espaço, não tem nem diálogo com essa tevê que acabou de ser inaugurada. Então, toda essa preocupação da senhora, essa fala da senhora, esse avanço todo, os capitais, cidades, os números, a gente acha perfeito, acha ótimo. Não houve nenhum pensamento ainda de se fazer uma parceria concreta, de verdade...

(Soa a campainha.)

O SR. WERINTON KERMES – ... para as tevês comunitárias ocuparem esse espaço também.

Eu acho que meu tempo já se esgotou.

Quero, mais uma vez, agradecer, parabenizar o Paulo Miranda e o Fernando Mauro e mandar um abraço para o Wilson Vieira, que é o Presidente da TV Comunitária de Sorocaba, que está cansado, não aguenta mais, e passou para a gestão, a parceria da administração da TVCOM de Sorocaba para a TV Votorantim. Eu não gostaria de ver mais companheiros desistindo. Já tivemos vários casos – o Paulo Miranda sabe disso, o Fernando Mauro sabe disso – de pessoas que desistiram. Às vezes, a gente tem muito mais apoio das operadoras, que são as detentoras, que é a NET, a Super Midia, lá em Votorantim, do que dos órgãos públicos propriamente ditos. Então, esse desabafo, essa ansiedade...

(Soa a campainha.)

O SR. WERINTON KERMES – ... para que a gente possa ter alguma coisa concreta em algum momento é muito grande. Eu espero que eu tenha falado por mim e por cada uma dessas pessoas que deixaram suas cidades para estar aqui hoje.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Passaremos a palavra ao último inscrito do plenário, que é o professor da rede pública Clóvis Marinho.

O SR. CLÓVIS MARINHO – Bom dia a todos!

Senador, quero, na sua pessoa, cumprimentar todos os presentes e saudar por essa iniciativa ímpar do Congresso, com a colaboração do antigo amigo Paulinho.

A palavra que eu queria trazer aqui se baseava em dois pontos. Um deles o Moysés já trilhou com propriedade. Não vou me ater muito a ele, mas quero repisá-lo: é preciso darmos musculatura à questão do financiamento, da possibilidade de se equiparar. Perdoem-me até falar de forma incisiva, mas isso é a verdadeira regulação da mídia de censura. Podemos discutir e tem que ser discutida a regulação da mídia, mas essa impossibilidade de as mídias comunitárias – e aí eu expando para as mídias alternativas – terem esse financiamento, essa capacidade dos grandes conglomerados, é a verdadeira censura, é a verdadeira falta de democracia, Deputado Adelmo. Porque aí não se permite levar ao conhecimento da população brasileira, Senador – e vou lhe passar o texto às mãos hoje –, que nós estamos arriscados aqui a submeter o nosso País ao que a França, no passado, foi submetida e recuou, assim como a Bolívia, aqui perto: a questão da água, um bem riquíssimo, de que, no nosso País, hoje, poucas pessoas têm conhecimento ou têm difundido, porque o assunto tem trilhado os caminhos das mídias alternativas das TVs comunitárias. Nós vamos ter, em breve, essa discussão sobre a questão que acontece no nosso País hoje do grande risco das outorgas de quantidade de água. Fiquem atentos a isso!

Senador, eu não podia deixar de falar aqui, depois da sua leitura da carta da Anatel, que a ausência, para mim, estava tangenciando a descortesia, mas – perdoe-me a fala – ela está beirando o desrespeito, o desrespeito com a população de Brasília, que é uma unidade federativa...

(Soa a campainha.)

O SR. CLÓVIS MARINHO – ... representada pelo senhor e por todos os presentes. Ela tem obrigação, ela não pode declinar – não é uma decisão dessa agência criada para atender a população – dessa participação.

E eu faço, objetivamente, um encaminhamento, Senador, para que o senhor, com a sua dinamicidade, um Senador que está aqui das 7 da manhã às 11 da noite, nos finais de semana e tudo, promova um seminário, mas um seminário amplo, com apoio da TV Legislativa, que possa ser feito *on-line* com outros Municípios, outros Estados, outros entes, com duração de um dia inteiro, para que possamos tirar uma carta do setor so-

bre isso e que façamos aqui o apoiamento à proposta de se realizar uma audiência pública sobre a Anatel. E a Anatel está presente, como todos os presentes.

Eu me lembro de um trabalho de conclusão de um curso que fiz na UnB sobre mídia em educação. Eu passei pela Universidade Federal da Bahia, na unidade de formação de professores de Alagoinha, com a minha avó, que era professora de Língua Portuguesa e dizia que o povo brasileiro é muito comunicativo, porque só nós conseguimos entender e fazer os estrangeiros entenderem o que é botar a calça e calçar a bota.

Nós temos essa qualidade que a população merece, carece, mas temos que ter a garantia de que essa comunicação chegará a todos nós, para, aí sim, Deputado Presidente da frente, podermos realmente falar em democracia da mídia.

Eu vou deixar que a Bia faça uma colocação. Eu não sabia se teria garantido o direito à palavra e quis fortalecer o empoderamento das mulheres nessa questão encaminhando a ela a sugestão – e fica a Secom responsável para verificar a possibilidade de encaminhar isso – de dobrarmos, no mínimo, a participação das estatais, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, dos Correios – cito esses porque teremos as Olimpíadas –, nas mídias alternativas. Precisamos dar musculatura. Muito pouco se falou das mídias alternativas. Nós temos que garantir essa capilaridade e o alcance democrático que elas permitem.

Desculpem-me por me alongar e pelo discurso irado que eu acabo de fazer, decorrente da notícia sobre a Anatel lida. Perdoem-me.

Eu agradeço o tempo.

O SR. PAULO MIRANDA – Não há como dobrar o que não existe.

O SR. CLÓVIS MARINHO – Eu quis citar a participação mínima que têm alguns veículos da mídia.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Eu quero agradecer ao nosso querido Professor Clóvis Marinho e dizer, com relação ao seminário que ele propõe, que amanhã nós vamos lançar a Frente Parlamentar Mista. Como aceitei a incumbência de ser um dos Vice-Presidentes, creio que o nosso Presidente, Adelmo Leão, poderá avaliar a possibilidade de fazermos um grande seminário conjunto, com Câmara e Senado, para tirarmos essa carta congressual, junto com os setores envolvidos, relativa à TV e às rádios comunitárias e sua sobrevivência.

Quanto à audiência pública para discutir algumas questões relativas à Anatel e à telefonia móvel, devemos encaminhar essa solicitação para a Comissão de Ciência e Tecnologia em breve, para fazermos uma audiência com a Anatel, provavelmente, no início do próximo ano, porque o período legislativo está acabando este semestre. Então, deveremos encaminhar e promover essas audiências, tanto a relativa a esse assunto de rádios e TVs comunitárias quanto ao assunto da telefonia móvel e seus sinais para a população em geral.

Passaremos a palavra agora, pelo prazo de 10 minutos, extensível para 15, para o representante da Secom, Sr. Alessandro Godinho, ao tempo em que agradecemos muito à Juliana, que está ali no fundo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Ah, é Manuela, não é?

Mas agradeço à Juliana, à Manuela, à turma lá da Secretaria que me atendeu ao telefone e, gentilmente, providenciou que a Secom estivesse aqui presente.

Eu quero agradecer, Godinho, porque a Juliana me explicou que houve uma certa confusão, pensavam que seria amanhã, não é? E você ainda veio. É muito importante, para todos nós, ouvir a nossa Secom.

Então, passo a palavra a V. Sª, que terá 10 minutos. Vai soar uma campainha, e V. Sª terá mais 5 minutos para concluir.

O SR. ALESSANDRO GODINHO – Eu gostaria de cumprimentar o Senador Hélio José e, na sua pessoa, cumprimentar todos os presentes.

Quando, há cerca de um mês, assumimos a Secretaria, vários desafios nos foram colocados. Já na primeira semana, o Ministro Edinho nos chamou e falou da importância das TVs comunitárias.

Eu queria dividir esta fala em duas partes. A primeira é referente a algo que já ocorreu, que é a questão do cadastramento. Isso já vem ocorrendo, já ocorreu. Hoje, há cerca de 60 emissoras aptas a receberem recursos do Governo. Nesse processo, a gente flexibilizou algumas questões que, para outras emissoras de outras categorias, não são flexibilizadas. Mas, para as TVs comunitárias, conseguimos flexibilizar algumas delas, como contratos e documentos. Essas 60 emissoras estão aptas a receberem os recursos. Essa é a primeira parte, que já está evoluindo.

A segunda parte, que nos interessa mais, é a questão dos recursos. Há cerca de um mês, nós nos deparamos com algumas ações que estavam sendo desenvolvidas por alguns Ministérios e ficamos surpresos com a forma como estava sendo aplicado o recurso ali. Acreditamos que as TVs comunitárias, como também a TV a

cabo, precisam ser usadas da mesma forma que são usadas as TVs fechadas e com as mesmas estratégias que são usadas nas TVs fechadas. Ou seja, a gente precisa ter frequência para atingir o público ali. Diferentemente de uma TV aberta, que, com uma ou com duas inserções, conseguem atingir o público de uma só vez, as TVs comunitárias carregam a mesma característica, a mesma peculiaridade de uma TV fechada. Ou seja, é preciso haver frequência. E, para haver frequência, tem de se dispor de recursos ali.

Então, a gente vem desenvolvendo um trabalho com alguns Ministérios. Estamos começando – este foi um pedido – a conversar com o Banco do Brasil, com a Caixa, com os Correios e com a Petrobras para ampliarmos a participação dessas empresas. São reuniões constantes. Desde que assumimos, há um mês, eu e o Otaviano Pereira, que é o Secretário Executivo, temos feito vários contatos com várias empresas para que esse movimento ganhe corpo e para que possamos ter uma comunicação de qualidade, não só para atender à questão de recursos, mas também para se avançar na comunicação. Esse é um trabalho que estamos desenvolvendo.

Houve um período em que não veio o recurso, porque as campanhas cessaram. Nesse período, estávamos reestruturando a casa, e agora, no mês de dezembro, começaremos várias campanhas em que programaremos as TVs comunitárias. Os senhores poderão receber, nos próximos 15 dias, autorizações para essas campanhas. São campanhas do Ministério da Saúde, do Ministério da Integração e do Ministério do Trabalho que vamos começar a fazer. Até o final do ano, haverá uma dose interessante de comunicação.

Acho que é isso. Não atingi os dez minutos, mas acho que falei o que os senhores gostariam de ouvir. Já tinham me soprado no ouvido, o Paulo Miranda me soprou no ouvido que seríamos cobrados por isso, mas estamos trabalhando nesse sentido, nesse caminho.

Então, deixo para vocês o meu nome aqui, na Secretaria de Comunicação. Estou à disposição para recebê-los, para conversar com os senhores. Se há alguma coisa que não esteja caminhando no ritmo que os senhores gostariam ou como os senhores achariam que deveria ser, estou à disposição para conversarmos sobre isso e chegarmos a um bom termo para tudo isso.

O SR. MOYSÉS CHERNICHIARRO CORRÊA (*Fora do microfone*.) – Eu gostaria de fazer uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Agradeço ao nosso querido Godinho.

Como o seu tempo ainda não acabou, vou permitir ao Moisés que faça a pergunta.

O SR. MOYSÉS CHERNICHIARRO CORRÊA – Alessandro, não é?

O SR. ALESSANDRO GODINHO – Godinho.

O SR. MOYSÉS CHERNICHIARRO CORRÊA – Olha, no ano passado, o Governo Federal gastou R$2,3 bilhões. O senhor poderia falar disso. Então, qual é a lógica?

Eu soube, quando discutimos com o Franklin Martins, no início do governo Lula, no final do governo Lula, não sei quando, que o TCU dizia que tinha de se levar em conta a audiência, etc. Ele não leva em conta a Constituição, que fala que têm de ser os três sistemas, mas leva em conta a tal da audiência que o amigo do Ministério da Cultura já denunciou aqui. Sobre isso, qual é a política? Está certo que vamos entrar em contato. O Paulo é nosso contato aí. Mas, quanto a essa política geral, não é possível botarmos 10% desse valor para as TVs públicas, não? Isso daria pouco mais de R$200 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Godinho, fique à vontade. O senhor tem, inclusive, mais cinco minutos, se quiser.

O SR. ALESSANDRO GODINHO – Foi bom o senhor ter citado o Sr. Franklin Martins, porque, naquela oportunidade, eu estava na Secom, e a gente começou a desenvolver o cadastramento dos veículos ali. E, hoje, chegamos a mais de três mil emissoras de rádio e a centenas de emissoras de TV, o que não acontecia antigamente. Então, nós conseguimos diversificar bem isso daí.

O que temos notado, e essa é uma discussão que temos tido e que precisa ser tratada com muita tranquilidade, com muita calma, é a questão da audiência. Nós ainda estamos conversando sobre isso, mas entendemos que, se você fizer uma estratégia, desenhar um planejamento só baseado na audiência, você concentra, você não democratiza o investimento. Você vai concentrar sempre, porque o investimento não é finito; o investimento, em determinadas ações, tem um tamanho que não te permite contemplar todo mundo. Ou seja, você vai direcionar para quem tem mais audiência, da forma como está colocado hoje. Nós acreditamos que isso tem que ser conversado, tem que ser revisto, tem que ser, novamente, trabalhado, para que veículos menores também tenham o seu quinhão de participação na mídia de governo.

Esse é um trabalho que também estamos desenvolvendo. Nós precisamos, primeiro, discutir as instruções normativas, porque hoje elas estão calcadas somente na audiência, que foi uma recomendação do TCU, mas há trabalhos técnicos de mídia que também precisam ser analisados, não só a audiência, mas a característica da campanha, o público-alvo que você quer a tingir. Qual é a estratégia? Se eu for só para a questão da audiência, eu vou pegar uma planilha e pronto. Eu faço só isso. Então, você não tem uma análise técnica disso.

Portanto, acreditamos que é preciso analisar outros ingredientes, colocar outros ingredientes na definição dos valores que serão aplicados em uma campanha publicitária.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – O Godinho ainda tem três minutos. Então, peço a você a gentileza de fazer rapidamente a sua pergunta, para ele ter tempo para responder.

O SR. WOLNEY SANTIAGO – Vou falar aqui em nome da TV Sete Lagoas, porque não sei se os outros canais concordam.

Nós colocamos espaço não só para a Secom, mas também para o Ministério da Educação, da Cultura, da Justiça, qualquer um, que não é só veicular, dos institucionais pagos. Sugiro que vocês disponibilizem também institucionais de campanhas, para que possamos colocá-los na nossa grade, com o intuito de ajudar o telespectador. Nós queremos a sustentabilidade, mas nós temos espaços para campanhas também... Que não seja só com o dinheiro. (*Palmas.*)

Nós queremos usar o nosso espaço, que é de 24 horas, para educar, para criar uma massa crítica. Eu digo muito no programa que eu apresento que aquele é um programa formador de opinião.

(Soa a campainha.)

O SR. WOLNEY SANTIAGO – Então, eu faço um intervalo que, em vez de ser aquele intervalo comercial, que vende um produto, mostra uma campanha, por exemplo, institucional sobre aids, sobre consciência negra.

(Soa a campainha.)

O SR. WOLNEY SANTIAGO – Podemos evoluir nesse sentido.

O SR. ALESSANDRO GODINHO – Foi bom o senhor ter falado isso, porque o senhor estará recebendo duas campanhas que estamos mandando: a de igualdade racial, que lançamos agora, do Novembro pela Igualdade Racial, e também uma que lançaremos na semana que vem, que é a do Disque 180. São campanhas de interesse público. Há uma parte que vamos comprar também. Este ano, nós conseguimos recursos para dar mais visibilidade para esses temas tão importantes da igualdade racial e do Disque 180. E estamos pedindo às emissoras que também façam a sua parte e divulguem, de forma gratuita, esses temas importantes.

(Soa a campainha.)

O SR. CLÓVIS MARINHO – Senador, 15 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Ele ainda tem 54 segundos. Pode falar.

O SR. CLÓVIS MARINHO – Dr. Godinho, pense bem na campanha da diversidade da matriz energética em nosso País, que sei que é uma bandeira do Senador. Sem energia, nós não temos como sustentar o PIB, o crescimento e o bem-estar da população.

O SR. ALESSANDRO GODINHO – O.k. Está registrado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Obrigado.

Vocês cumpriram o tempo.

Eu fiz essas exceções, Godinho, porque você não pôde chegar a tempo e também porque estava dentro do seu tempo.

Agora, todos terão cinco minutos para fazer suas conclusões finais, fazer suas considerações. Será tocada a campainha aos quatro minutos, e haverá um minuto para concluir.

Vamos ao André, que foi o nosso primeiro orador aqui hoje.

O André Barbosa é Superintendente Executivo de Relacionamento Institucional da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Desde já, agradeço à EBC, sempre presente em todos os convites, e ao André Barbosa.

Com a palavra, André.

O SR. ANDRÉ BARBOSA – Muito obrigado, Senador.

Eu gostaria de ressaltar a alegria da EBC com relação a esse novo tempo que estamos vivendo, que realiza uma série de ideias e uma série de sonhos que temos acalentado durante esses anos todos, com a integração da comunicação pública às novas tecnologias, a possibilidade de cobertura, a possibilidade de ter espaços para a diversidade, para a participação de várias entidades...

Quero deixar bem claro que o Canal da Cidadania – e faço minhas as palavras do Octávio – é uma revolução prevista por nós há muito tempo e que agora vai ser possível verificar *in loco*. Temos aí a Rede Legislativa, que já é uma realidade, e vamos somar todo esse espaço que nós temos de demandas durante esses anos to-

dos. Agora, as prefeituras, as comunidades locais vão poder falar na TV aberta. Essa sempre foi a nossa batalha, que, independentemente dos avanços que tivemos com a Lei do Cabo, independentemente dos processos que envolveram a questão dos canais ligados ao processo dessa lei criada em 2012... De certa forma, a SeAC é um avanço para a produção de conteúdos, mas ela deixa a desejar em relação à cobertura para a população mais pobre. Eu acho que essa também é a demanda das TVs comunitárias, que querem chegar a encontrar seu espaço junto à comunidade em geral, que é alcançada pela TV aberta.

Finalmente, quero dizer da questão auspiciosa desse canal integrado, que vai gerar várias programações públicas, da NBR, que é o canal do Executivo, que se soma ao canal da cultura, da educação e ao canal da saúde. É evidente que ainda não é o ideal, mas nós esperamos que isso possa tornar-se definitivo quando entregarmos o *switch off*, o que possibilitará termos mais canais abertos, para, talvez, chegarmos ao objetivo, como a Bia disse, de haver um canal de 6 MHz para todo mundo, para poder fazer o espaço num sinal melhor, com condições melhores de trabalho.

Estamos muito alegres com isso. A EBC tem esse papel de fomentar e apoiar a comunicação pública, mas queremos deixar o alerta de que nós estamos vivendo, ao lado desse processo, outro que não podemos deixar de evidenciar. Estamos tentando denunciar um processo que pode acontecer e que, se acontecer, vai ser muito ruim para o Brasil, que, como já comentamos no início, que é exatamente não termos espaço para as cidades pequenas a partir de 2018 e continuarmos com sinal analógico e precisarmos de dinheiro público para que as emissoras maiores possam entrar nesse espaço, como já aconteceu na história da TV analógica. Isso é uma coisa que, no meu ponto de vista, não pode mais ser aceito no Brasil, neste Brasil moderno. Acho que as emissoras comerciais têm a obrigação de fazer sua parte, de investir, pois já ganharam muito dinheiro no Brasil, já fizeram muita coisa. Não é possível só o Estado brasileiro ou as prefeituras bancarem isso. Nós temos que chegar a cada rincão com a TV aberta. E quero, evidentemente, de novo, aplaudir a ação da Secom e a ação do Ministério das Comunicações pela tentativa da expansão da rede pública, que é fundamental para que possamos ter, aí sim, sustentabilidade, porque os canais públicos, sejam quais forem, sejam canais públicos integrados ao Estado, sejam canais públicos integrados à própria sociedade e aos canais comunitários...

(Soa a campainha.)

O SR. ANDRÉ BARBOSA – ..., precisam chegar, de novo, à população de baixa renda, à população que precisa do canal aberto.

Este é o recado que eu gostaria de dar em nome da EBC: queremos apoiar todas essas iniciativas. Contem com as portas abertas da EBC. Os ministérios já sabem do nosso empenho em trabalhar conjuntamente e também para que as emissoras comunitárias não apenas trabalhem por elas em termos do seu espaço, que nós entendemos meritório, mas também na troca de informações, na troca de conteúdos, para que a EBC possa fazer jus àquilo que a lei que a criou determina, que é exatamente que ela seja um grande fator alavancador da comunicação pública no Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Agradeço ao nosso querido André Barbosa e passo a palavra à nossa querida Bia Barbosa, representante do Fórum Nacional de Democratização da Comunicação.

Cinco minutos, Bia.

A SRª BIA BARBOSA – Vou tentar ser mais rápida, Senador.

Primeiro, eu queria agradecer a esta Comissão e à ABCCom pelo convite para dialogarmos aqui com vocês. Eu queria só fazer um rápido comentário sobre a pergunta que o Moysés me dirigiu e, depois, comentar rapidamente a fala do Pieranti.

Moysés, não sei se eu não me fiz entender, mas, em primeiro lugar, acho que a gente precisa diferenciar...

Desculpe eu estar de costas para você, mas é por causa do microfone aqui.

Acho que, primeiro, a gente precisa diferenciar... Apesar de sermos todas associações civis, uma coisa é uma associação como a ABCCom, o FNDC, a Astral, o Intervozes, que têm os seus representantes, seus componentes e seus associados, e outra coisa é uma associação que se dispõe a dirigir um único canal comunitário de uma determinada cidade, que se dispõe a dirigir a TV comunitária de uma cidade ou que se dispõe a dirigir uma rádio comunitária daquela região.

Apesar de o Código Civil nos tratar a todos como iguais, na legislação que a gente tem, quando você tem uma exclusividade de ocupação daquele canal por uma emissora, por uma associação, ou uma exclusividade de ocupação daquele canal por uma rádio comunitária, é fundamental que essas associações sejam altamente participativas e tenham a garantia da participação da sociedade. Eu não estou falando de uma emissora específica, de uma rádio ou de uma televisão específica, mas não só eu trouxe essa preocupação aqui, pois o

próprio Deputado Adelmo Leão falou do desafio que a gente tem para que a comunidade seja a dona daquelas emissoras.

E aí, se a gente for falar das emissoras de rádios comunitárias, por exemplo, qual a quantidade de emissoras que são controladas por políticos? Qual a quantidade de emissoras que tiveram as suas autorizações obtidas legitimamente pela comunidade e que, justamente em função dessa falta de financiamento, dessa ausência de sustentabilidade que existe e de uma política nacional que fomente os veículos comunitários no País, foram totalmente controladas por igrejas, por exemplo? Então, esse é um desafio que a gente precisa enfrentar e que eu não coloco como nossa questão central. Se você recuperar a minha fala, verá que eu falei isso em cinco segundos de quinze minutos de questões que eu trouxe para a gente debater. Mas eu acho que a gente não pode fechar os olhos para isso, porque esse é um desafio que nos afeta a todos, afeta quem defende a democratização dos meios de comunicação e afeta quem defende o fortalecimento da comunicação pública. E eu acho que todo mundo que está aqui defende o fortalecimento da comunicação pública. O FNDC tem essa como uma de suas bandeiras centrais, a ABCCom faz parte do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação... Então, acho que não há nenhuma dúvida de que estamos do mesmo lado nessa história.

Eu queria comentar rapidamente as informações que o Pieranti trouxe. Eu acho que são boas notícias, Octávio, mas, de fato, quando a gente ouve o companheiro de Sete Lagoas comentar que só daqui a dois anos ou um pouquinho menos que isso que esses canais estarão de fato no ar, vemos que há um obstáculo muito grande para a gente conseguir atingir essa complementaridade dos sistemas que a gente tem na nossa Constituição. Acho que a gente precisaria, de alguma forma, acelerar esses processos para que esses canais da cidadania consigam obter, não só do ponto de vista da desburocratização dos documentos, mas também do ponto de vista da celeridade do processo administrativo, no Ministério das Comunicações, uma agilidade maior para que a gente consiga, de fato, colocá-los rapidamente no ar.

É ótimo termos 34? É ótimo! O Brasil tem 5 mil Municípios. A gente precisa colocar esse número dentro da dimensão do nosso País. E eu acho que a gente não vai conseguir fazer isso – e essa é a leitura que o FNDC tem e o motivo por que nós temos brigado desde a primeira 1ª, da 1ª Conferência Nacional de Comunicação – se...

(Soa a campainha.)

A SRª BIA BARBOSA – ..., de fato, não houver uma política nacional que garanta a complementaridade entre os sistemas de comunicação no Brasil.

O Paulo citou vários exemplos de como a ABCCom tem lutado para ter pequenas conquistas dentro de cada ministério, mas, quando isso chega ao Poder central, muitas vezes, a coisa emperra. De fato, a gente está quase que pedindo para sobreviver. A gente está pedindo para sobreviver, e não, de fato, fazendo um enfrentamento na medida em que ele precisa ser feito para a gente realmente ter essa complementaridade.

Então, eu queria só defender e reforçar a importância de a gente trabalhar não... Os avanços pontuais são fundamentais e todos os construímos cotidianamente, mas a gente precisa ter uma política nacional de comunicação que não passe somente pela distribuição das verbas publicitárias da Secretaria de Comunicação da Presidência da República. Ela precisa envolver, necessariamente, um fundo nacional de fomento à comunicação pública e comunitária. Isso foi resolução da 1ª Conferência Nacional de Comunicação, está na nossa Plataforma pelo Fortalecimento da Comunicação Pública, que aprovamos, há um ano, aqui, no Congresso Nacional, e isso precisa envolver o Ministério das Comunicações.

Então, fica esse reforço, que acredito que seja o pleito de todos nós, e o compromisso de seguirmos juntos reivindicando essas bandeiras.

Agradeço e, novamente, parabenizo a ABCCom.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Agradeço à Srª Bia Barbosa e passo a palavra à Evelin Maciel, 1ª Vice-Presidente da Associação Brasileira das Televisões e Rádios Legislativas – Astral.

A SRª EVELIN MACIEL – Eu queria responder a algumas provocações, começando com o Pola.

Pola, muito obrigada. Vou sempre fazer esse recorte na fala, porque, realmente, o preço que se paga pela não existência de uma comunicação pública forte é muito mais caro do que os milhões que precisamos investir nesses sistemas.

Eu queria reforçar que, quando chamo atenção para isso, busco a nossa unidade, para que todos os investimentos sejam feitos de maneira a beneficiar todos os parceiros que podem estar nessa grande rede da comunicação pública.

Sendo mais específica, para exemplificar isso, nós estamos trabalhando para a implantação de um canal do Senado lá no Rio de Janeiro, onde existe um problema muito sério em relação ao ICMBio, porque o parque de transmissão está dentro do Parque Nacional da Tijuca, se não me engano.

O que atraiu o ICMBio para receber esse transmissor e abrir as suas portas, numa situação de retirada de equipamentos, não de entrada, foi justamente a possibilidade de termos uma antena única para servir não só para o transmissor do Senado Federal, mas também o da EBC, um projeto unificado de utilização dos equipamentos. Isso é muito importante. É disso que eu estou falando, dessa união de esforços.

Respondendo ao meu colega de Sorocaba, que pegou pesado, não queremos dar tapa na cara de ninguém. Pelo contrário. Até vim cheia de coraçõezinhos hoje.

Deixe-me falar: gestão e financiamento. É por isso que conseguimos ir rápido. Só para você saber, esse canal de Sorocaba já era da Câmara dos Deputados há alguns anos. Ele é da primeira leva de pedidos, de uns três ou quatro anos, e não conseguíamos implantá-lo. Aí, eu fui a Sorocaba para conversar com o Presidente para mostrar a ele como o projeto era importante, que não poderíamos correr o risco de perder esse canal. Daí a rapidez desse último ano.

Isso que você provoca, essa aproximação de conteúdo, fundamental, aconteceu também com o Presidente da Câmara Municipal de Penápolis, que eu visitei recentemente. Ele disse a mesma coisa: eu preciso que esse projeto seja da cidade, não só da Câmara Municipal. Ele quer fazer uma audiência pública lá para debater como o conteúdo comunitário pode estar também na TV Legislativa.

Então, são coisas diferentes, são propostas diferentes, de uma rede legislativa e de um canal de cidadania, mas que têm que se aproximar. O conteúdo que você transmite nos interessa e, com certeza, o nosso conteúdo também lhe interessa para avaliação, para fiscalização desses Poderes.

Esse é um passo muito importante, e eu me coloco a sua disposição para intermediar esse diálogo, se for necessário, porque, certamente, você deve ter um vereador que poderá levar isso adiante e usar o exemplo do que vai acontecer em Penápolis para essa implantação. O Presidente de lá ficou muito preocupado, porque é muito dinheiro. É de R$500 mil que ele vai precisar lá em Penápolis para a televisão. Então, ele quer justificar isso à população da melhor forma possível.

Convido também o de Sete Lagoas...

O SR. WOLNEY SANTIAGO (*Fora do microfone*.) – A nossa situação é um pouco diferente. Nós retransmitimos...

(Soa a campainha.)

O SR. WOLNEY SANTIAGO – Nós chegamos a retransmitir a reunião da Câmara, sem nenhum ônus nem nada, por vontade própria, mas, sempre, nas reuniões, eles cumprimentavam os telespectadores da TV Câmara e nunca se dirigiam aos telespectadores da TV Sete Lagoas. Entendeu? Então, são coisas antagônicas. O Presidente, geralmente, vê a coisa politicamente, não comunitariamente. Mas estamos nesse diálogo também.

A SRª EVELIN MACIEL – Isso!

Eu, por exemplo, como o Pola, não sei quem são os presidentes, de quais partidos eles são. Se eu parto desse princípio, a rede não anda, não é? A gente só trata com casas legislativas.

O SR. WOLNEY SANTIAGO – A senhora me permite dizer uma palavra?

(Soa a campainha.)

A SRª EVELIN MACIEL – Claro.

O SR. WOLNEY SANTIAGO – É muito interessante se discutir que as TVs Câmaras das cidades do interior tenham uma maior participação popular, porque fica uma coisa muito engessada, muito politizada, e a sociedade só participa de dentro para fora. É preciso pensar em alguma coisa mais aberta.

(Soa a campainha.)

A SRª EVELIN MACIEL – Certo.

Então, só para concluir, Deputado Adelmo Leão e Senador, acho que uma ação que precisa caminhar é a questão da reserva de canais. Eu falei da janela de oportunidades. Por exemplo, nós queremos uma Rádio Câmara em São Paulo. Como ela vai existir se não há mais espaço no espectro? Não é uma complementaridade? É muito difícil cobrarmos do Ministério das Comunicações quando as várias gestões levaram a essa situação. Então, aí sim, precisamos partir do Parlamento para normatizar isso. Sei que há muitos projetos de lei em andamento, mas eles precisam ser priorizados, não só em relação à reserva. Se formos fazer um projeto de lei que nos una todos, outros aspectos terão de ser colocados. Mas esse é urgentíssimo. É a tal da janela de que estou falando, que vai se fechando.

Havia mais uma coisa que eu gostaria de falar, para concluir. Quero falar sobre o lançamento do dia 27, Pola. Eu não quero ser só convidada para o lançamento, Pola. Eu quero saber se esse canal vai ser em Sete La-

goas e se a gente pode colocar a infraestrutura da nossa parceira lá à disposição. A gente quer saber quais são essas 34 cidades, porque, apesar de parecer serem poucas, é uma tarefa hercúlea implantar isso. Então, vamos lá cumprir isso! Quais são essas 34 cidades? Já há TV Legislativa funcionando lá? Sim, é um relacionamento. Se não há, vamos fazer juntos! Vamos ter um projeto técnico único para o seu transmissor e para o nosso transmissor, que é uma antena única!

(Soa a campainha.)

A SRª EVELIN MACIEL – Vamos juntar isso, porque a gente está falando de contas, uma vez que está no ar, que precisam ser pagas para sempre. Enquanto estiver no ar, haverá conta de energia elétrica, monitoração de sinal, serviço de engenharia... Então, vamos fazer isso juntos, para que possamos implantar isso não só em 34 cidades, mas, sim, em 220, em 1,2 mil cidades, chegando, assim, ao País todo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Agradeço à nossa querida Evelin Maciel, das TVs legislativas.

Passo a palavra exatamente para quem a senhora provocou tanto, que é o Pola Ribeiro, Secretário de Audiovisual do Ministério da Cultura, por cinco minutos.

O SR. POLA RIBEIRO – Eu gostaria de, mais uma vez, agradecer a oportunidade.

Tive o prazer de ouvir as falas do Deputado Adelmo Leão e do Senador. Acho que a consciência da comunicação pública, de fato, precisa estar em todos os cantos. Ela está presente no Congresso por meio desses representantes. É muito bacana ouvirmos isso.

Vou responder algumas coisas e vou fechar com a questão da comunicação pública.

Evelin, a ideia é essa. Só não posso antecipar a fala que o Ministro fará no dia 27. Mas a ideia é que façamos isso juntos. Inclusive, não é canal do MinC, mas um edital que o MinC coloca. Quem concorreu foi a prefeitura da cidade. A gente coloca um núcleo de produção, um transmissor e dois *encoders*, um para a prefeitura e um para a sociedade.

Então, para isso dar certo é um... A Bia falava ali da quantidade. Quer dizer, a comunicação privada não só não fala da questão das descobertas, da inovação, não avança nessas questões, como também não deu notícia da regulamentação do Canal da Cidadania, que é uma possibilidade de 20 mil canais de televisão no Brasil. Isso deveria ser manchete de todo jornal, e nenhum deu nem manchete nem notinha.

Quer dizer, há uma intransigência contra a comunicação pública. Quando você vê, nos jornais, os piores programas do ano, vê que são todos da EBC. Vê-se que há uma campanha contra a comunicação pública, quando, na verdade, a comunicação pública é um ganho de todos. A gente não está vendo quem está defendendo tais interesses, mas apenas a diversidade dos interesses. E a comunicação privada tem essa coisa.

A gente está brigando para botar a vida na comunicação no Brasil, porque, como a comunicação privada trabalha com o que é comercial, ela trabalha com o que é sucesso, e com fracasso, que é o seu antagonista. E a vida da gente não está nem no sucesso nem no fracasso; a vida da gente está neste intermédio: tem um sucessozinho aqui, um fracassozinho ali... E a gente vai aprendendo com um e com o outro. (*Palmas.*)

Mas o que eu quero dizer é que a vida não está na comunicação. A gente precisa trazer de volta, e eu apelo para estas Casas, porque aqui estão representados o Senado e a Câmara, para que a gente traga para a televisão a vida do brasileiro, o cotidiano do brasileiro, mesmo que seja filmado com celular, mesmo que seja filmado com uma GoPro, que seja filmado de qualquer forma. A vida do brasileiro, o seu cotidiano deve estar na televisão, porque a tecnologia hoje permite que seja dessa forma, a custos muito em conta.

Então, o que a gente precisa, de fato, é articular, é sair dos micropoderes em que às vezes a gente se situa. E quando eu falo isso, eu estou falando da TV Comunitária, eu estou falando da TV Irdeb, que eu dirigi na Bahia durante sete anos. A gente se queixava da EBC por ser autoritária com o Irdeb, mas, ao mesmo tempo, a instituição reproduzia o mesmo preconceito em relação às TVs do interior com que a gente queria se articular. Então, a gente precisa sair um pouco de qualquer zona de conforto, porque não existe espaço para a zona de conforto para quem está fazendo comunicação pública no Brasil. A gente precisa buscar que Sorocaba... Gestão pública não é assim, o dinheiro não é repartido certinho. Às vezes há dinheiro para uma coisa, mas não há para outra, às vezes esses recursos são previstos de forma antagônica... Eu tenho, hoje, R$10 milhões hoje para trabalhar a plataforma, Paulo, que é plataforma pública, mas que a gente também quer que seja da TV comunitária, quer que seja da Rede Minas, e que a gente possa compartilhar também essa infraestrutura. Ou seja, é momento de partilhar infraestrutura, de partilhar recursos, de partilhar conteúdos, para que a gente possa desenvolver um projeto de nação que envolva uma quantidade grande da Nação, porque, senão, a gente fica sempre com uma coisa muito reduzida e "deixando o pau comer", como se não fosse responsabilidade nossa. É responsabilidade nossa!

Então, chamo para esse partilhamento geral de tecnologia, de conteúdo, de recursos, de políticas, e que a infraestrutura possa pegar não um partido, como o do Deputado Adelmo, por exemplo, ou um partido... Enfim, é, hoje, no Brasil, um problema de consciência pública a questão da comunicação pública.

(Soa a campainha.)

O SR. POLA RIBEIRO – Então, é preciso caminhar nesse sentido.

Eu só queria dizer, para existir um registro mesmo, que o Ministro Juca esteve com o Ministro, na época, Berzoini e já conversou também, na época, com o Ministro Janine sobre o projeto de uma grande rede de rádio infantojuvenil no Brasil. E eu queria colocar esta questão aqui: a criança está fora da comunicação no Brasil. Agora, com as TVs fechadas, saiu da TV aberta de uma vez. Ou seja, com a proibição da propaganda, deixou de ser interesse total da TV comercial. E, aí, a gente volta, mais uma vez, a ver que o interesse é o comercial, não a criança, e a gente tem uma infinidade de crianças no Brasil que estão sem alternativa de programação na televisão e, muito menos, nas rádios.

Então, é preciso que a gente, de fato, pense num projeto onde a comunicação esteja no centro. Eu acho que a grande crise do País hoje, neste momento, é uma crise de comunicação, e, eu diria, de comunicação pública.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Agradeço ao Sr. Pola Ribeiro, Secretário de Audiovisual do Ministério da Cultura, por quem quero mandar um grande abraço ao Juca, com quem me encontrei um desses dias na Casa Civil. Ele é uma pessoa, realmente, bastante dinâmica e está sendo um excelente ministro.

Quero passar para o Israel Vale, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais – Abepec.

O SR. ISRAEL VALE – Muito obrigado, Senador Hélio José.

Eu gostaria de cumprimentar a ABCCom e o Paulo Miranda, de agradecer a oportunidade do convite e de registrar a importância dessa articulação e o engajamento que nós estamos vendo tanto do Senador como do Deputado Adelmo Leão. Nós não temos dúvidas de que só este caminho, o caminho do fortalecimento de uma frente parlamentar, vai fazer possível que se coloque em pauta os temas que regram a nossa existência e que permitem que a gente avance ou que a gente retroceda.

Já é um grande ganho, no meu entendimento, que nós estejamos discutindo isso no âmbito de uma Comissão de Direitos Humanos. A comunicação é um direito humano reconhecido pela ONU. Nós precisamos sair um pouco do debate, que está muito centrado nos aspectos regulatórios, que envolvem a Anatel e o MiniCom, ou na questão da sustentabilidade, que envolve diretamente a Secom, expandir isso e tratar como uma causa de interesse amplo da sociedade, que há demandas que estão no meio desse caminho.

Levar, talvez, para os nossos Estados, inclusive, essa discussão para o âmbito dos direitos humanos é, certamente, mobilizar forças novas que podem nos ajudar a fazer os enfrentamentos que precisam ser feitos.

Uma das questões fundamentais no que diz respeito à sustentabilidade é que a gente consiga fazer o enfrentamento das amarras e tentativas de sufocamento das soluções que se apresentam. A questão da contribuição para a radiodifusão pública, por exemplo, já pode dar respostas, trazer respostas concretas para essas demandas que a gente tem do ponto de vista da sustentabilidade financeira.

Agora, este é um momento em que é importante a gente se debruçar sobre esse assunto de maneira mais crítica e, no caso da contribuição, repactuar a divisão. Acho que, da maneira como as coisas foram conduzidas, a distribuição de recursos realimenta a distorção e a concentração mais uma vez. Não sei quantos dos senhores estão acompanhando esse tema, mas, pela divisão que foi prevista, a EBC ficaria com 75% dos recursos, outros 5% seriam destinados às TVs de cada um dos Poderes – são mais três emissoras, mais 15% – e 2,5% iriam para a Anatel. Quer dizer, a gente está falando de uma distorção gravíssima que vai destinar 7,5% dos recursos da contribuição para centenas de outras emissoras. Isso, evidentemente, não tem cabimento. A gente precisa enfrentar esse assunto, repactuar isso.

Felizmente, a direção da EBC, neste momento, está muito aberta a esse diálogo que a gente vem provocando via Abepec. Eu acredito que isso pode ser saudável para todos, inclusive, considerando que o objetivo, evidentemente, não é deixar de fortalecer a EBC, uma televisão pública federal forte. É um ganho para todos nós no campo público, mas o Governo Federal tem outros meios, a ABC tem recursos orçamentários. Se isso implicar a retirada, a diminuição da destinação de recursos orçamentários para a EBC, porque ela vai receber recursos da contribuição, nós todos vamos perder.

(Soa a campainha.)

O SR. ISRAEL VALE – Para finalizar, eu gostaria de dizer que o Canal da Cidadania em Minas Gerais vai avançar rapidamente. Nós tivemos um aceno positivo do nosso Governador, Fernando Pimentel, nos autorizando constituir o Canal de Cidadania do Estado por meio da Rede Minas. Então, a Rede Minas está entrando com pedido de outorga. Nós já fizemos, num encontro com o Ministro Berzoini, uma consulta à área técnica. Amanhã, na conversa com Peranti, eu gostaria de ver se a gente consegue avançar nessa direção também para saber se, no caso de Minas Gerais, nós temos que pedir uma outorga para o Estado como um todo ou 853 outorgas, o que seria uma saga para todos nós.

Então, esperamos que o bom senso prevaleça e que consigamos habilitar o Canal de Cidadania com uma outorga, numa tacada só, par todo o Estado. E aí, claro, cada Município terá de fazer o seu movimento na direção do seu interesse dentro das suas possibilidades.

A questão do financiamento também tem outra porta fechada, que é o PROTVD. Há uma linha de financiamento, Senador, no BNDES que foi criada para financiar a migração digital, para permitir que as emissoras se equipassem. Uma única emissora no campo público nas educativas culturais, que é a TV Educativa do Amazonas, conseguiu cumprir todo o périplo. Ela passou três anos entre vai e vem de papeis, de convencimentos, de redirecionamentos, dentro do BNDES, entre áreas que não tinham consenso sobre quem deveria se debruçar sobre aquele assunto, e aí, quando venceu todas as etapas, o BNDES fechou a linha de financiamento.

Deixo aqui, então, o pleito para que os nossos Parlamentares nos ajudem a destravar essa porta e a permitir que isso seja uma resposta no atacado para uma carência que afeta todos nós.

Para finalizar, eu vou fazer minhas as palavras do Pola.

Aqui, nós estamos trabalhando no desenvolvimento, na Rede Minas, de uma plataforma de vídeo sob demanda, que a gente vem chamando de Minasflix, como mencionei. Nós estamos fazendo, só na infraestrutura tecnológica, um investimento de R$1,2 milhão para criar uma estrutura robusta. Vamos desenvolver as soluções de tecnologia em código aberto, que é justamente para podermos disseminar isso, compartilhar com todo o campo público, com quem tem interesse.

Então, deixo aqui o convite, Pola, para que possamos, a Abert e a ABCCom, nos unir em torno de, quem sabe, no desenvolvimento de uma...

O SR. ISRAEL VALE – A Abepec. (*Risos.*)

O SR. ISRAEL VALE – A Abepec. Olha só! Que coisa! A Abert está louca para vir para o nosso lado. O Gired que o diga.

Aliás, para finalizar, eu já excedi meu tempo aqui – perdoem-me –, mas eu não posso deixar de manifestar o nosso incômodo, da Abepec, no futuro até da Abert, em relação à condução, no âmbito do Gired, da destinação das vagas dos representantes que têm direito a voto lá.

O campo público de comunicação vem sendo tratado como um cachorro vira-lata no âmbito do Gired. Isso não só é desrespeitoso, com também é aviltante do ponto de vista dos interesses da sociedade. Espero que o Ministro André Figueiredo seja capaz de perceber a importância, de afirmar a importância da nossa presença de uma maneira mais ativa, para que não prevaleçam sempre, como vem acontecendo, os interesses das TVs comerciais na definição dos parâmetros tecnológicos da radiodifusão no Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Agradeço ao Israel.

Passo a palavra ao Paulo Miranda, Presidente da Associação Brasileira de Canais Comunitários – ABCCom.

O SR. PAULO MIRANDA – Em primeiro lugar, quero voltar a agradecer ao Senador Hélio José pelo requerimento, por esta audiência pública, a agradecer a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, e a agradecer aos parceiros lutadores aqui de mais de 280 anos de luta pela democracia informativa no Brasil.

Quero fazer uma saudação especial às nossas coirmãs, à Associação Brasileira de Emissoras Públicas e Culturais – Abepec, à Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas – Astral, à Associação Brasileira de TVs Universitárias, que não está presente aqui, mas que esteve na abertura do nosso encontro na TV Comunitária de Brasília, ontem, à noite.

Eu gostaria de finalizar dizendo que, para o segundo seminário da Ancine, nós já fomos convidados a participar, em 2016, que falará sobre mais recursos para produção audiovisual para as TVs comunitárias, universitárias e públicas por meio das produtoras. Nós vamos participar desse seminário com 25 representantes e vamos tentar mudar um pouco esse eixo para ver se a gente consegue fazer com que a Ancine enxergue as TVs comunitárias como produtoras.

Faço um apelo ao Pola, que foi, junto com o Ministro Gilberto Gil, um dos grandes cérebros dos Pontões de Cultura. Foi ele quem possibilitou à TV Comunitária de Brasília ter sua experiência, hoje, de ponto de cultura. Nós só recebemos uma parte das três mensalidades. Fizemos todo o trabalho bonito, lindo e maravilhoso, com aprovação de contas pelo Ministério da Cultura, pela AGU, mas esse projeto parou e prejudicou bastante.

Nós gostaríamos que o Ministério repensasse esses pontos de cultura e que transformasse todas as TVs comunitárias, automaticamente, em pontos de cultura.

E quero dizer, Pola, que as crianças existem na TV Comunitária de Brasília. Estão aqui a Paula, o Diego, o Augustinho. Nós temos a Escola de Mídia Comunitária, financiada pelo Sinpro, o Sindicato dos Professores de Brasília, pela qual já passaram mais de 400 crianças e jovens, de 7 a 14 anos, basicamente crianças. Nós temos uma oficina por mês, em que essas crianças aprendem a fazer TV. Elas estão lá dentro da TV e fazem ao vivo. É muito legal colocar criança dentro da televisão brasileira sem essa preocupação de criança consumista, de colocar criança de mercadoria.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO MIRANDA – Sim.

O SR. POLA RIBEIRO – Bem, pedi a fala só para complementar uma reivindicação do Paulo Miranda em relação aos pontos de cultura.

Eu não fui cérebro do Ponto de Cultura, não, mas sou militante ativista e admirador. No Ministério da Cultura, quem trata do Ponto de Cultura é outra secretaria, a Secretaria de Cidadania e da Diversidade, mas está aberto.

Depois que foi aprovada pelo Congresso Nacional a Lei Cultura Viva – e trago um agradecimento de todo o Ministério da Cultura pela aprovação desta Lei Cultura Viva –, ela estabelece um novo tipo de relacionamento mais flexível entre a sociedade e os órgãos de controle, etc. Então, está aberta uma autodeclaração para que qualquer entidade que se considere ponto de cultura – estão inclusas aí as TVs comunitárias – possa reivindicar a nominação de ponto de cultura, o reconhecimento como ponto de cultura. Essa é uma coisa que está aberta. É importante, inclusive, até uma campanha, dentro dessas que propôs Sete Lagoas, para que as próprias TVs comunitárias...

(Soa a campainha.)

O SR. POLA RIBEIRO – ... trabalhem isso informando às entidades culturais das cidades que pode ser ponto de cultura não somente quem ganhou um concurso para receber o recurso, mas que pode ser ponto de cultura qualquer entidade que se avalie que possa ser considerada como ponto de cultura, o que é uma coisa bem importante.

Obrigado, Paulo.

O SR. PAULO MIRANDA – Bem, então, agradeço ao Pola essa informação e lembro também que a nossa Escola de Mídia tem também o apoio do Sindicato dos Bancários de Brasília. Isso é fundamental para nós.

A Contribuição Financeira para a Radiodifusão Pública discrimina, mais uma vez, as TVs comunitárias no cabo. Nós vamos ter que esperar uma chance de existirmos no Canal da Cidadania para, depois, reivindicarmos o acesso a esses recursos. E esse projeto, como a gente sabe, está engavetado, Alessandro, dentro do Palácio do Planalto, porque a última versão que eu ouvi é de maio de 2013, com essas percentagens todas, como o Israel disse aqui, que discriminam bastante o campo público. Como nós vamos dividir só 7,5%, o que eu acho que dá dois bilhões por ano, por um monte de televisões comunitárias, universitárias e públicas neste País? Não tenho nada contra bancar a EBC. Acho que, sim, o Governo brasileiro tem que bancar a EBC com muito amor e carinho, mas tinha de haver mais recursos e utilizar a CRFP para substituir o Fistel, que dá aquele problema judicial todo.

Eu queria perguntar aqui sobre o GT de desburocratização do Ministério de Comunicações. Nós nunca mais fomos chamados a participar de reunião. Isso compete ao Ministro, não ao Pieranti, mas acho que ele pode falar sobre isso. Nós tivemos um avanço bom e conseguimos, dentro desse GT, reduzir de 33 documentos para 7, uma grande vitória também que nós tivemos. Para as rádios comunitárias, só sete documentos.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO MIRANDA – Mas nós queríamos pedir também – a nossa discussão não foi feita nesse GT – para reduzir a burocracia violenta que há na Portaria nº 489 para as TVs comunitárias no dia em que nós formos para o cabo. Ainda está cedo para fazermos essa discussão, mas é importante já estar protocolada lá no GT uma série de pedidos que nós fizemos para desburocratizar quando formos ocupar.

E quero agradecer ao companheiro que veio da Secom e nos deu um documento excelente, com 59 canais. Campo Grande já está incluída. A gente não tinha tido acesso a esse levantamento, que eu já tinha pedido. Também essa boa notícia. Queremos que seja feita, o mais rapidamente possível, a entrada dos anúncios, agora, em dezembro, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, da Petrobras, porque a gente fala na divisão democrática, no orçamento participativo do bolo da publicidade brasileira. Esse bolo é do nosso imposto, é do

nosso recurso, e nós temos todo o direito – não é, Deputado Adelmo Leão? – de dizer para onde esses recursos devem ir. São nossos recursos. São impostos que nós estamos pagando.

Agradeço, mais uma vez, Senador Hélio José, por seu empenho e por esta audiência pública. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Quero agradecer ao Paulo Miranda e passar a palavra ao nosso representante do Ministério das Comunicações, Octávio Pieranti, assessor do Secretário-Executivo do Ministério das Comunicações.

O SR. OCTÁVIO PIERANTI – Obrigado, Senador.

Mais uma vez, quero agradecer o convite tanto à Comissão quanto à ABCCom.

Vou tentar reunir algumas questões e respondê-las em bloco.

Primeiro, eu reconheço que os relatórios que estão disponíveis no *site* do Ministério que tratam dos processos de outorgas têm poucas informações embutidas. Grande parte dessas informações pode ser buscada hoje por qualquer interessado no próprio sistema de cadastramento de processo do Ministério, que se chama SEI, o sistema de gestão processual do Ministério. Então, basta ter uma senha. O cadastramento é gratuito pelo próprio *site,* enfim... Isso não gera maiores ônus, mas eu vou conversar com a equipe sobre uma forma de apresentar melhor as informações que estão disponíveis no relatório constante no *site* do Ministério.

Sobre prazos talvez tenha ficado uma dúvida. Eu falei que, daqui a um ano, possivelmente, o Senado receberá cerca de 34 processos de outorga. Na verdade, hoje, quando um documento sobre o Canal da Cidadania entra no Ministério das Comunicações, ele é analisado muito rapidamente. Eu coloquei esse um ano como forma de prever algum prazo para as próprias entidades. Quando a gente pede um projeto técnico para uma prefeitura, muitas vezes, a prefeitura tem que contratar um engenheiro para fazer o projeto técnico. Isso leva um tempo, tanto que a gente dá um prazo de seis meses para isso, no caso do setor público. Agora, se os projetos técnicos chegarem mais rapidamente, mais rapidamente serão expedidas as outorgas e encaminhados os processos ao Ministério. Então, sugiro que não se pautem por esse prazo – pode ser também que alguma prefeitura decida por não mais querer o Canal da Cidadania, que ela abra mão do processo – de um ano ou dois anos. Esse não é um prazo fixo. O que eu posso garantir para as senhoras e para os senhores é que, tão logo os documentos chegam – tem sido assim sobre o Canal da Cidadania –, eles são analisados no Ministério.

O caso de Sete Lagoas pode ser similar a outros casos brasileiros. Hoje, em alguns Municípios brasileiros, notadamente nas grandes regiões metropolitanas, Grande BH, Grande Rio, Grande São Paulo, principalmente nessas, existe um problema crônico de falta de espectro. No momento em que for desligada a televisão analógica, vagam canais digitais. Não sei se é o caso específico de Sete Lagoas. Eu obtive a informação de que, realmente, todos os documentos que Sete Lagoas apresentou já são suficientes para instruir o processo. Então, do ponto de vista da prefeitura, ela cumpriu as suas necessidades, enviou todos os documentos que tinha que enviar, mas ainda não foi atribuído um canal pela Anatel.

Normalmente, a Anatel, que grande parte da sociedade conhece, é vista no rosto dos seus dirigentes ou nas equipes de fiscalização, mas eu sempre tento fazer um reconhecimento público da equipe que trabalha com planejamento de espectro. Cada canal incluído no espectro brasileiro é fruto de um trabalho da Anatel. Então, hoje, se a gente tem emissoras que trabalham num determinado Município, TV Senado, TV Câmara, e várias outras, e elas convivem, do ponto de vista técnico, harmonicamente, não sofrendo interferências a ponto de derrubar umas às outras, isso se deve, em grande parte, ao trabalho que é feito por esses engenheiros da Anatel, a um corpo extremamente qualificado que tem sido fundamental nesse processo de digitalização da televisão no Brasil.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OCTÁVIO PIERANTI – Mas acho que a Evelin resumiu bem a situação. Note que o Canal da Cidadania foi regulamentado em 2012, num momento em que TV digital e TV analógica já conviviam. Ele chega, digamos, numa reta final de processo de TV analógica. A Câmara fez grande parte dos seus pedidos anos antes. Então, é uma situação um pouco diferente. A Câmara trabalha com uma outorga lá em cima, no Canal 61, já considerando que vai ter que mudar, necessariamente, quando se liberar a faixa de 700. No caso do Canal da Cidadania, justamente para não prever esse custo adicional...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OCTÁVIO PIERANTI – Isso, a Anatel já estabelece não necessariamente do 7 ao 13, mas do 7 até o fim da faixa, 50, 51. Então, ela tenta alocar ali para a prefeitura não ter que, depois, gastar com uma possível mudança de frequência.

(Soa a campainha.)

O SR. OCTÁVIO PIERANTI – E aí, Santiago, claro, se a ABCCom quiser fazer esse diálogo com o Ministério, pode fazer, assim como as entidades podem perguntar para o Ministério sobre os processos, assim como podem acompanhar a tramitação desses processos que estão, como falei, disponíveis no sistema eletrônico.

(Intervenção fora do microfone.)

(Soa a campainha.)

O SR. OCTÁVIO PIERANTI – Eu reconheci a situação, logo no início da minha fala, sobre os relatórios, mas eu lembrei que existe um sistema eletrônico que é aberto a qualquer interessado – qualquer um, hoje, pode se cadastrar – para fazer o acompanhamento de processos no próprio sistema de tramitação de processos do Ministério, onde vão existir mais informações.

Bom, Moysés, e Paulo também, em parte, eu não falei, na última audiência pública na CCT, sobre TVs comunitárias, de campo público porque era uma audiência pública que tratava de radiodifusão, e TVs comunitárias, hoje, do jeito que elas são, não fazem parte da radiodifusão pública. Radiodifusão é TV aberta, é rádio. Assim como a Contribuição ao Fomento da Radiodifusão Pública, ela se chama Contribuição ao Fomento da Radiodifusão Pública.

A partir do momento em que as TVs comunitárias migram, em que as associações comunitárias migram para a TV aberta, pelo Canal da Cidadania, aí, sim, elas passam a operar num ambiente de radiodifusão. Sempre que eu falo sobre campo público ou sobre radiodifusão pública, eu falo sobre Canal da Cidadania, assim como falo sobre as associações comunitárias que serão responsáveis por programá-lo.

Nesse processo seletivo, conforme consta da norma, as associações que já operam TVs comunitárias na TV por assinatura têm uma pontuação extra na concorrência para migrar para o Canal da Cidadania.

Acho que eram essas as questões centrais que foram levantadas, Senador. Lembro que a história da radiodifusão pública é sempre uma história do "apesar de". Apesar das dificuldades, apesar da legislação, apesar dos anos transcorridos, apesar das desistências no meio desse caminho, apesar, muitas vezes, do falecimento de vários militantes dessa causa, que não puderam chegar a essa momento tão profícuo para a radiodifusão pública, a radiodifusão pública avança. É uma luta de décadas, é uma luta difícil, mas os avanços são claros para todos nós que acompanhamos esse setor.

Mais uma vez, agradeço.

Estou à disposição para outros debates sobre o tema.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Agradeço ao Octávio Pieranti, quem tive a oportunidade, na audiência que tive com o André Figueiredo, de elogiar pela presteza com que sempre nos atende.

Quero mandar um abraço ao André e dizer que, para nós, foi muito gratificante ele tê-lo mantido como assessor da Secretaria-Executiva, porque dá sequência a um trabalho importante que você vem fazendo. É muito importante a sequência dos trabalhos na Administração Pública.

Eu gostaria de passar a palavra para o Alessandro Godinho, Secretário de Comunicação Integrada da Secom, a quem agradeço.

Quero mandar um abraço ao Edinho e à Juliana, e dizer que é com muita alegria que a gente recebe você aqui.

Cinco minutos.

O SR. ALESSANDRO GODINHO – Agradeço o convite, Senador, e a oportunidade de estar aqui para tentar, em conjunto com vocês, fazer a melhor forma possível de comunicação do Governo.

Eu gostaria de reforçar a questão da democratização e da diversificação da mídia do Governo.

Nos últimos dez anos, nós evoluímos, o Governo Federal evoluiu de um patamar de cerca de 200 veículos programados para mais de 4 mil veículos, com as campanhas de Governo. Então, nesse horizonte, nesses dez anos, a gente vem buscando essa questão da democratização e da diversificação da mídia. Sabemos que temos um campo para avançar. O recurso, como eu disse, é finito. Então, a gente não consegue atender às expectativas de todo mundo, mas a gente busca, na democratização e na diversificação, ampliar essa comunicação de Governo.

Eu queria reforçar a questão da audiência, deixar bem claro que a audiência é importante, sim, mas ela não é o único fator. Há outros fatores técnicos que devem ser colocados na hora de se fazer uma programação. A gente tem de trabalhar dessa forma, procurando ampliar a comunicação de Governo.

Coloco-me à disposição dos senhores.

Convido o Paulo Miranda para, amanhã, tomar um café com a gente, assim como quem o senhor quiser levar lá, no Bloco A, para a gente discutir e conversar sobre essas alocações de recurso do Governo.

Estou à disposição. Meu telefone é o 3411-4845. Estou à disposição. Estou começando agora, estou com gás! Vamos lá! Estou à disposição de todo mundo.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Agradeço ao Alessandro Godinho, inclusive por ter sido sintético, pelo seu poder de síntese. Ele ainda teria 2 minutos e 53 segundos.

O SR. ALESSANDRO GODINHO (*Fora do microfone.*) – Fui direto ao...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Ao tema, ao ponto.

Então, quero agradecer a todos por esta esclarecedora audiência pública e dizer que foi com muita alegria que presidi esse trabalho excelente, de altíssimo nível e qualidade.

O representante da Telebras não pôde vir. A gente deve mandar, depois, o relatório desta audiência pública à Telebras, que fica de vir em outra oportunidade, assim como à Anatel, cujo representante também não pôde vir.

Então, não havendo mais nada a tratar, quero agradecer a todos os presentes, dar por encerrada esta audiência pública e fazer um convite para o lançamento, amanhã, da Frente Parlamentar Mista, às 8h, no restaurante do Anexo IV da Câmara dos Deputados.

Declaro encerrada esta audiência pública. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 5 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 50 minutos.)

ATA DA 111ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2015, TERÇA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e oito minutos do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Donizeti Nogueira, Ana Amélia, Telmário Mota, Hélio José, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, José Medeiros e Vicentinho Alves. É registrada a presença do Vereador Deivison Costa, da Câmara Municipal de Goiânia – GO e do Deputado Estadual Ricardo Farias, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 176 de 2015-CDH de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre "Os objetivos do Movimento Nacional Pró Associativismo". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores e senhoras convidados, solicita que tomem lugar à mesa, e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Manasses Santos, Presidente do Movimento Nacional Pro Associativismo – MNPA; Waldiney Pereira Reis, representante da Federação das Associações de Benefícios do Estado de Goiás – FEAB; Raul Canal, Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Médico e Bioética - ANADEM e Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Advogados – CNA; Cleiton Dornelas Luiz Campos, Presidente da Associação dos Condutores de Veículos do Brasil – ASCOBRAS; Mauro Rubem, Presidente da Central Única dos Trabalhadores do Estado de Goiás - CUT/GO; Cintia Souza dos Santos, Presidente da Federação Nacional das Associações de Benefícios – FENABEN; Edison Pereira Carvalho, Presidente do Clube de Assistência aos Proprietários de Veículos Automotores - CAR CLUB. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas no Plenário: Deputado Estadual Ricardo Farias, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Vereador Deivison Costa da Câmara Municipal de Goiânia – GO, Aurélio Henrique Brandão, da Associação dos Caminhoneiros Autônomos, Luiz Paulo Silva Mota, de Vitória da Conquista – BA; Fernando Redivo – SC; e Rodrigo Carvalho. O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. O Senhor Presidente recebe uma placa de homenagem do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações, do Distrito Federal - SINTTEL-DF, entregue pelo Senhor Clemilton Saraiva dos Santos, diretor, pelos relevantes serviços prestados aos trabalhadores brasileiros. Fazem uso da palavra o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e cinco minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 111ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 176, de 2015, de minha autoria e de outros Senadores, com o objetivo de discutir o Movimento Nacional Pro Associativismo.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania, que vai aparecer na tela, e do Alô Senado, através do número 0800 612211.

Estamos iniciando hoje com oito minutos de atraso, porque eu me atrasei, não foi por causa dos convidados. Oito minutos, para mim, é muito grave. Peço desculpas a todos, mas vamos iniciar. Tive problemas no trânsito.

Vou passar a fazer a leitura dos convidados. Os que já estiverem presentes venham para a Mesa, e vamos iniciar os debates.

Convidados: Sr. Manasses Santos, Presidente do Movimento Nacional Pro Associativismo (MNPA); Mauro Rubem, Presidente da Central Única dos Trabalhadores do Estado de Goiás (CUT/GO); Waldiney Pereira Reis, da

Federação das Associações de Benefícios do Estado de Goiás (Feab); Edison Pereira Carvalho, Presidente do Clube de Assistência aos Proprietários de Veículos Automotores (Car Club); Cleiton Dornelas Luiz Campos, Presidente da Associação dos Condutores de Veículos do Brasil (Ascobras); Raul Canal, Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Médico e Bioética (Anadem) e Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Advogados (CNA).

Esses são os convidados.

Vou fazer uma rápida introdução, construída aqui pela Consultoria do Senado, sobre o tema que vamos debater hoje, com o objetivo de situar tanto aqueles que estão nos ouvindo, pela Rádio Senado, como também os que estão assistindo, pela TV Senado, e que vão participar pelo sistema de comunicação do Senado e pela própria Agência Senado.

O associativismo existe desde que os humanos passaram a perceber que a soma dos seus esforços para alcançar um objetivo comum seria mais eficiente que a atuação individual frente à natureza desconhecida inóspita. Há registros históricos de formas primitivas de associações econômicas, com estruturas comuns, e de instituições cooperativistas modernas. Por exemplo, na Palestina dos séculos IV e V da Era Cristã, essas estruturas sociais baseavam-se em cooperação mútua de mercadores para criação de gado. No Brasil, o processo de colonização teve a participação importantíssima dos índios e dos negros, igualmente reunidos em tribos voltados para a agricultura, como organização fundada no respeito mútuo e no sentido da justiça. A violência do colonizador, entretanto, obrigou os índios e, em maior escala, os negros, ao trabalho escravo, mazela que constitui a base da economia brasileira colonial.

Só mais tarde, com os ventos libertários do século XIX, o associativismo no Brasil evoluiu e passou a chamar a atenção do Poder Público, que impôs os primeiros limites regulatórios. A constituição de associações, àquela época, só era possível mediante autorização do chefe de polícia, que tomaria providências para que o encontro ocorresse dentro da normalidade. Devidamente autorizados, os interessados poderiam realizar quantas reuniões quisessem, para elaborar os estatutos e fundar as associações.

O associativismo foi crescendo, a ponto de reunir trabalhadores escravos e libertos, cientistas e imigrantes, literatos, comerciantes, empresários, religiosos, artistas, poetas, enfim, todos os segmentos, os setores industriais e até as cafetinas e prostitutas judias, do Rio de Janeiro do século XIX, conhecidas como polacas. Todos esses setores sociais perceberam que seriam muito mais fortes unidos e organizados – esse é o princípio do debate de hoje – tanto para lidar com as exigências do governo como para sobreviver ante o capitalismo incipiente no Brasil.

Hoje em dia, o associativismo está mais do que arraigado na cultura econômica brasileira e tem bases legislativas bastante sólidas, a ponto de constar de capítulo próprio do Código Civil, art. 53 a 61.

Na presente audiência da Comissão de Direitos Humanos, vamos ouvir atentamente o que nos tem a dizer o Movimento Nacional Pro Associativismo e vamos nos informar acerca da situação atual do esforço associativo no Brasil, suas reivindicações, suas linhas e suas tendências.

Assim, o Senado Federal, como sempre, e esta Comissão se mostram abertos ao debate, a ouvir todos, sempre com um único objetivo: construir legislações que ajudem a melhorar a qualidade de vida de todo o nosso povo.

Feito esse esclarecimento, pelo princípio histórico aqui apresentado, da história desse movimento, vamos iniciar a nossa audiência pública do dia de hoje.

Pergunto se todos os convidados já estão na mesa.

Está faltando quem? O Edison. Vamos com a lista dos que estão presentes.

Há alguma preferência quanto à ordem de falar, entre vocês?

Passamos a palavra, então, ao Manasses Santos, Presidente do Movimento Nacional Pro Associativismo, por dez minutos, com mais um, se necessário.

O SR. RICARDO FARIAS – Senador, o senhor me permite só uma questão de ordem? Várias pessoas, convidados, que foram mobilizados de vários Estados, estão lá fora e não conseguiram...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso já foi providenciado, há um funcionário desta Comissão que está lá para eles entrarem. Logo que cheguei, essa situação me foi informada, e o Agostinho, que é um dos coordenadores desta Comissão, se deslocou para lá, para que eles possam entrar. Se continuar a dificuldade, por favor, me avisem.

O SR. RICARDO FARIAS – Obrigado.

O SR. MANASSES SANTOS – Bom dia a todos. Quero aqui agradecer o empenho de todos que se mobilizaram, dos quatro cantos do País, para estar aqui hoje. Vale a pena ressaltar, Senador, que temos pessoas de Goiás, do Distrito Federal, Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Pernambuco. São presenças já confirmadas aqui em Brasília, se não estiverem aqui, já estão para chegar.

Também quero aqui cumprimentar o nobre Senador por essa oportunidade, ímpar e histórica para o nosso movimento, de ter aberto as portas desta Casa, para a gente fazer o registro do nosso movimento.

Quero também cumprimentar o Dr. Raul Canal, companheiro da Anadem; o nosso Presidente Estadual da CUT, Mauro Rubem; amigo Waldiney, companheiro das Associações de Benefícios do Estado de Goiás; e o Cleiton, que é lá de Minas, da Fenabem. Quero cumprimentar também as demais autoridades, Deputados Estaduais que vieram, assim como o Ricardo, que está presente, por esse empenho.

Nós, do Movimento Nacional Pro Associativismo, estamos aqui hoje para deixar registrado e defender um direito constitucional do cidadão e da cidadã, e deixar transparente que existem milhões de pessoas no Brasil hoje que necessitam se associar. Mais especificamente, hoje estamos aqui para falar da associação para autoproteção, que é mais conhecida como proteção veicular, proteção automotiva.

O que acontece é o seguinte: o surgimento dessas associações se deu em virtude da oportunidade das políticas adotadas pelo Governo, nas quais as classes menos favorecidas começaram a ter acesso ao consumo de bens de serviço, Senador. Então, essas pessoas não tinham condição, mas, a partir do Governo do Partido dos Trabalhadores, começaram a adquirir veículos. Esses veículos, por sua natureza, precisam de proteção. Lembro que, no Brasil, ano passado, houve um índice de 213 mil carros roubados. Rouba-se um carro a cada três minutos, no Brasil. Diante disso, as pessoas, além de terem o bem como um membro da família, um item que realmente traz liberdade, uma certa comodidade, precisaram fazer a proteção desse bem.

Acontece que, nos modelos tradicionais oferecidos pelo mercado, basicamente pelas seguradoras, às vezes, o perfil dessas pessoas não é interessante. Hoje, para se ter uma ideia, vou mostrar no gráfico aqui, a frota brasileira é composta por 89% de veículos; só 8% dessa frota possuem algum tipo de proteção ou seguro, 92% não têm. Será que não têm porque não quer ou porque não têm acesso?

Temos outro gráfico, Senador, que mostra os perfis exclusos pelas seguradoras. Um dos itens avaliados é a questão do nome negativado. No Brasil, hoje, somos 56 milhões de pessoas negativadas. Então, isso já exclui uma boa parcela da população. Temos aqui também a questão de veículos. A idade média da nossa frota é oito anos e oito meses, 45 milhões dos nossos veículos estão acima de dez anos de uso, o que também é um fator de exclusão por parte das seguradoras. Outra situação seria o quê?

A permissão da CNH, a primeira carteira. Ano passado, houve a emissão de três milhões de habilitações. Então, naturalmente, essas pessoas exclusas de um modelo protetivo tiveram que se organizar. A forma que acharam foi se organizar como associação, assim como o condomínio de um prédio, em que os prejuízos ocorridos são rateados proporcionalmente ao valor do bem entre os seus associados, de forma que eles possam achar essa forma protetiva do seu patrimônio.

Hoje nós sofremos uma grande perseguição por parte do setor securitário. O direito associativo, a gente sabe que é constitucional, mas, mesmo assim, somos muito perseguidos. Para ser mais exato, existe até um projeto de lei, de nº 3.139/2015 tramitando na Câmara, que tenta finalizar essas atividades. O que quero deixar registrado aqui é que, se isso for finalizado, vai trazer um transtorno muito grande para quem não tem condição. Essa é a nossa reivindicação, esse pessoal está todo aqui justamente para deixar registrado e reivindicado isso aí.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Manasses Santos, Presidente do Movimento Nacional Pro Associativismo.

Registro a presença da Senadora Ana Amélia.

Convido agora a Federação das Associações de Benefícios do Estado de Goiás, Sr. Waldiney Pereira Reis.

O SR. WALDINEY PEREIRA REIS – Bom dia a todos. Quero agradecer a oportunidade também ao nosso ilustre Senador Paulo Paim e demais autoridades presentes.

Falo em nome da Feab Goiás. Estamos hoje lutando numa base Associativismo Forte, na ideia do associativismo, cooperativismo e organização com objetivos próprios e interesses comuns, sabendo que deu certo o surgimento... Desculpa, gente, eu estava tão preparado.

A ideia do associativismo e cooperativismo como forma de organização, com objetivos próprios e interesses comuns, é muito antiga. Não sabemos ao certo quando se deu o seu surgimento, mas, no meu Estado de Goiás, estamos fortes, organizados. Somos da Federação de Associações de Benefícios do Estado de Goiás, Feab.

A entidade que luta e organiza sua base para a prática do associativismo, como já foi historiado aqui aos Srs. Senadores, Senadoras e demais autoridades...

A associação de socorro mútuo e benefício teve a maior força no cenário brasileiro, principalmente, ao longo do surgimento da Primeira República, com entidades mutuais e organizadoras por interesses recreativos, éticos e profissionais. Dentre desse período, podemos citar as associações mútuas criadas por italianos que moravam em São Paulo.

Hoje a realidade é diferente, com a necessidade mais forte. As associações de interesse mútuo, por mercado, deixado fora...

Hoje a realidade é diferente. A necessidade mais forte de associações de benefícios mútuos, por mercado deixado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos fazer o seguinte: por proposta do próprio Presidente do Movimento Nacional, vamos passar para o Raul Canal até que o companheiro Waldiney possa tomar uma água. Sei que a emoção é normal e é boa. Sempre digo que a hora em que eu perder as emoções é hora de voltar para casa, ficar só com os netos e pescar todo dia. Até lá, continuarei me emocionando também, como você se emocionou, o que é natural. Então, fique tranquilo, tome uma água, respire. Depois, venha com toda a força.

Vou passar a palavra agora para o Raul Canal, Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Médico e Bioética (Anadem) e Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Advogados (CNA).

Raul Canal, por favor, luzinha verde acesa, está valendo por dez minutos.

O SR. RAUL CANAL – Meu querido Senador Paulo Paim, quero dizer a V. Exª, antes de saudar as demais autoridades, que guardo um grande orgulho no meu currículo: a minha carteira de trabalho, a CTPS, a última assinatura dela, só tem duas, que vigeu dos meus 15 aos 19 anos, quando fui para o Exército, é da Forjasul, e sei que a sua carteira de trabalho também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Até hoje, com o maior orgulho.

O SR. RAUL CANAL – Até hoje é a Forjasul lá de Canoas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Do Grupo Tramontina.

O SR. RAUL CANAL – A minha é de Carlos Barbosa, a sua é de Canoas. Exatamente, é um dos grandes orgulhos que eu trago.

Minha querida Senadora Ana Amélia, fico triste em vê-la sentada hoje nesta Comissão. Eu queria vê-la, na verdade, no Palácio Piratini, lá em Porto Alegre, onde é seu verdadeiro lugar. Mas sabemos que é uma questão de tempo, logo a teremos lá.

Queridas autoridades presentes, lideranças do Movimento Pro Associativismo, temos aqui hoje, Senador, vários heróis. Sou um grande admirador de um movimento que surgiu na Idade Média, o Movimento dos Templários, uma das maiores associações que já se criou no mundo. Os templários se uniram, primeiramente, para proteger os cristãos que faziam caminhadas religiosas ao templo de Jerusalém e se tornaram o primeiro sistema bancário do mundo. Eles criaram o sistema bancário. Então, é um exemplo para a história da humanidade.

Esses movimentos sociais surgem por dois fatores preponderantes: uma necessidade do povo, sobretudo aqueles menos prestigiados pelo poder econômico, e também, às vezes, pela rejeição ou pela incompetência do poder econômico em atingir esses segmentos do mercado.

Eu moro, Senador Paim, ali no Lago Norte, bem no início da península, na QL 2, onde o senhor já esteve comigo gravando o programa Pampa e Cerrado, em um desses primeiros de maio, quando V. Exª ainda sonhava com um salário de US$200 por mês.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Hoje nós temos, graças à lei que consegui aprovar, o salário mínimo vale mais de US$300. É claro que o dólar mudando, altera, mas achei legal essa lembrança, porque fiz até greve de fome. Eu sempre vou ao teu programa, e o salário mínimo valia US$60, pois aprovei inflação mais PIB, e hoje ele está entre US$300, US$290, US$310, acompanhando o dólar.

O SR. RAUL CANAL – V. Exª tem grande culpa nisso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso é bom, é uma culpa gostosa, que quero carregar comigo para o resto da vida e manter no meu currículo, inclusive.

O SR. RAUL CANAL – Digo isso, Senador, porque, quando mudei para o Lago Norte, em 1999 – o Lago Norte, para quem é de fora de Brasília, é talvez o bairro mais seguro da Capital da República, é uma península, só tem uma avenida central que vai e volta, só tem um único acesso, então, é muito seguro –, em três semanas em que eu lá estava, houve furto de quatro automóveis na minha rua. Imediatamente, reuni os moradores, são apenas 19 moradores, criamos a associação dos moradores, passamos a cotizar mensalmente, como se fosse um condomínio, colocamos uma guarita na ponta da rua, quatro cones no meio da rua, e um segurança. Temos hoje dois seguranças contratados, apenas no período noturno. Por que nós fizemos isso? Porque nos sentimos inseguros, embora no bairro mais seguro da Capital da República. E o Poder Público foi incompetente para prover essa segurança. Nós privatizamos aquilo que era dever do Estado fazer. Sei que exemplos assim temos milhares e milhões pelo Brasil.

Esses homens e mulheres que aqui estão, Senador, da mesma forma, são proprietários de automóveis, a grande maioria, automóveis humildes, que usam para o seu trabalho, e estão marginalizados do mercado segurador por uma série de circunstâncias. Eu me considero um privilegiado.

Eu tenho uma BMW Z3, ano 1997, um carro de colecionador. Embora um carro velho, é um carro que vale seus R$70 mil, R$80 mil. Nenhuma seguradora o aceita. O meu filho, esse gordinho que está sentado aí, o Rodrigo, tem uma moto Shadow 750, que vale, talvez, uns R$22 mil, R$24 mil hoje, uma motocicleta usada. Nenhuma seguradora aceita fazer o seguro. Se fizesse, essa moto que vale R$24 mil, custaria pelo menos uns R$18 mil por ano de seguro. Então, realmente, o mercado segurador não quer certos segmentos de mercado e não competência para atingir outros.

O Manasses acabou de colocar para nós que apenas oito milhões de automóveis têm seguro hoje no Brasil, num universo de quase 90 milhões. Oito milhões, menos de 10% estão segurados. Por que 90% estão fora do mercado? Uma grande parte porque tem seu nome registrado no cadastro dos devedores relapsos, mas a maioria porque foi avalista de um cunhado num contrato de aluguel, o cunhado não pagou o aluguel e o locador o colocou no Serasa. Outros porque a Vivo, a Oi, a TIM e a Claro inventaram uma conta telefônica para ele e acabaram... Eu já tive problema com a Oi, com a TIM e com a Claro, também, de positivarem meu nome perante o Serasa, sendo que eu não tinha nenhum débito com eles. A última que ocorreu, inventaram três linhas telefônicas, em Porto Alegre, num escritório na Rua da Paz, onde nunca tive escritório, e colocaram, no nome da minha empresa, três linhas telefônicas, e havia uma conta de R$4 mil para pagar. Precisei entrar na justiça para tirar isso, todavia, fiquei quatro, cinco meses com restrições ao meu nome. Se eu precisasse fazer um seguro naquele momento, nenhuma seguradora me aceitaria.

Eu participo, desde 1995, aqui em Brasília e em Goiás, do Pemeg. O que é o Pemeg? Pecúlio Maçônico do Estado de Goiás. Toda vez que um irmão, em Brasília, Goiás ou Tocantins falece, sua viúva recebe em torno de R$300 mil. Cada um de nós verte o equivalente a 2% do salário mínimo para cada óbito ocorrido durante o mês. Isso não é obrigatório, é voluntário, se não pagar, ninguém vai protestar, mas é uma coisa fraterna.

Os nossos agricultores lá do Rio Grande do Sul, V. Exª bem o sabe, há muito tempo, se uniram em contratos de mútuo para proteger os seus maquinários agrícolas, os seus tratores, os seus equipamentos, porque as seguradoras também não querem.

A Sociedade Brasileira de Direito Médico e Bioética criou, na década de 90, uma proteção para os médicos brasileiros. O que é isso? Toda vez que um médico sofre uma demanda, seja ética, administrativa, judicial, tanto na esfera cível quanto criminal, decorrente do ato profissional dele, a Sociedade Brasileira de Direito Médico e Bioética fornece toda a defesa dele, em todas as esferas. Se for condenado, ele tem uma ajuda financeira.

As seguradoras não queriam operar nesse meio porque é muito perigoso, é um produto complicado. Depois que entramos no mercado, a Arias Villanueva, hoje, sob direção fiscal da Susep há mais de oito anos, quebrou, depois a Nobre, a Excelsior, a Mapfre vieram para o mercado e criaram produtos semelhantes. Tentaram nos combater, mas não conseguiram.

Então hoje, de todos os médicos e dentistas que têm uma espécie de proteção profissional no Brasil, um terço deles está conosco, com a Anadem; dois terços divididos, pulverizados em cerca de 20 seguradoras.

O movimento é o mesmo. Quando foram criadas as cooperativas de crédito, no início do século passado, o sistema bancário se insurgiu, porque viu nas cooperativas uma ameaça aos bancos. E as cooperativas estão aí hoje, trabalhando melhor do que todos os bancos, dividindo, distribuindo as suas sobras, no final do ano. Isso é uma coisa linda, uma coisa maravilhosa.

Faço um desafio para a plateia, Senador, apenas para a gente ver como mudam os cenários mundiais. Quem lembra quais são os três maiores países do mundo hoje, em população, rapidamente? Alguém lembra? China é o primeiro, Índia é o segundo, Estados Unidos é o terceiro. Errado. O quarto hoje são os Estados Unidos, com 336 milhões de habitantes; o terceiro, a Índia, com 1,230 bilhão de habitantes; o segundo hoje é a China, com 1,357 bilhão. O maior país do mundo hoje tem 1,550 bilhão de habitantes e se chama Facebook. O Facebook hoje é maior do que a China e o Brasil juntos.

Então, Senador, os cenários mudaram. O Uber está aí, um serviço novo que surgiu, com qualidade, para substituir ou renovar um serviço preexistente, sem qualidade.

As associações, senhorias, não querem concorrer com as seguradoras; querem proteger o seu patrimônio, sobretudo aqueles que as seguradoras rejeitam ou que não interessa a elas.

Obrigado, Senador. Obrigado a toda a plateia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Raul Canal, Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Médico e Bioética (Anadem) e Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Advogados.

Quero dar um testemunho, Raul. Estou acompanhando esse movimento. Já fui a congressos, já fui a eventos. Em certo momento, fui procurado pelas seguradoras, como devem ter procurado outros Parlamentares. A única pergunta que fiz para eles foi: só me diz uma coisa, esse setor, não vou aqui detalhar, carros com mais de dez anos, vocês não querem fazer seguro. A área em que atuo, trabalhadores, metalúrgicos, construção civil, a

ampla maioria tem carros – dei só como exemplo – com mais de dez anos, e vocês não fazem seguro. "É, pois é..." "Sim ou não?" Lá no meu escritório, em Canoas. Eles estão assistindo esse evento agora. "Não fazemos". "Então, vocês não fazem e não querem que outros que queiram correr o risco, porque é uma associação deles, o risco é deles, possam fazer?" Resultado: fizeram até uma carta e publicaram que eu era contra as companhias de seguro. Eu não sou contra ninguém; sou a favor de causas. E essa é uma causa nobre, por isso a defendo. (*Palmas.*)

É isso que eles não entenderam ainda. Não adianta, porque todo mundo sabe que *lobby* financeiro, para cima de mim, não pega. Por isso que nem tentam, ninguém tentou até hoje. Se eu quisesse fazer uma média, dizer que me ofereceram R$1 bilhão, R$2 bilhões ou R$100,00, nunca ninguém tentou, porque eles sabem que, se tentarem, vão ter que engolir de volta esse dinheiro. Então, estou muito tranquilo quanto a isso, e todos sabem da minha posição. Não funciona.

Tenho todo o respeito com as seguradoras, elas cumprem um papel também na sociedade, mas deixem aqueles que querem ocupar um espaço legítimo, via associação, de dividir os prejuízos. Como diz o outro: nós queremos dividir os prejuízos. Deixa lá dividir entre nós, nós saberemos fazer, já que eles não admitem.

Por isso é que eu quero te cumprimentar, pela tua fala, que vai na mesma linha.

Pergunto agora se o Waldiney Pereira Reis, da Federação das Associações de Benefícios do Estado, está em condições de falar.

Passo à frente.

Vamos para o Cleiton Dornelas Luiz Campos, Presidente da Associação dos Condutores de Veículos do Brasil, Ascobras.

O SR. CLEITON DORNELAS LUIZ CAMPOS – Bom dia a todos. Eu gostaria de agradecer ao Senador Paulo Paim, pela oportunidade. É uma oportunidade ímpar, a gente viu o nosso parceiro Waldiney, que ficou um pouco emocionado. Eu gostaria também de agradecer a participação de todos, das pessoas que se deslocaram do Brasil todo para participar desse evento, porque é uma causa justa.

Atualmente sou Diretor da Fenaben, que surgiu, em 2014, com a missão de regular e unificar o segmento. É uma associação, na verdade, é um modelo de federação, mas dentro do modelo associativismo, sem fins econômicos, que tem o compromisso de fortalecer o sistema de associativismo e suas relações com a sociedade, além de contribuir para o desenvolvimento econômico.

A criação da Fenabem veio ao encontro, conforme o modelo associativismo. Hoje, na verdade, a associação surge em cima de uma necessidade. Inicialmente, cada associação, cada representante aqui atende um nicho do mercado. A Fenabem veio para ser uma associação dessas associações. De fato, para defender o nosso segmento.

O Manasses comentou, em relação a algumas perseguições que sofremos, em relação à Susep, que, muitas vezes, tenta intervir no mercado, com liminares, para acabar com o segmento. Muitas vezes, eles não perguntam como funciona o segmento, o que essas liminares podem impactar. Hoje a gente vê muita entidade falando mal do segmento, mas, muitas vezes, não falam bem: eles não falam de quantos brasileiros se sentiram amparados pelo segmento.

Eles não falam de quantos brasileiros, que têm um carro 1990, 1995, que viajam, de madrugada, o carro estraga, o carro está com a família, e ali tem uma assistência 24 horas. Muitas vezes, eles não falam de quantos milhões foram economizados para uma seguradora. Por quê? Porque, se um associado nosso atinge aquele veículo, e nós cobrimos aquele dano, isso não vai para o caixa da seguradora. Muitas vezes, eles não falam de quantos brasileiros inadimplentes não têm acesso a esse tipo de proteção. Então hoje, na verdade, a gente pega esse órgão, a Susep, e eles não querem nem conversar sobre o assunto. E hoje nós já tentamos esse tipo de diálogo. Simplesmente, o que eles fazem, junto com as empresas securitárias, é escolher o nicho. Como o próprio Manasses comentou, hoje estima-se que 56 milhões de pessoas estão negativadas no mercado. Quais as opções que elas têm de preservar esse patrimônio? Hoje, muitas vezes, a gente pega esses carros mais antigos, com mais de dez anos de uso, a classe que compra esse tipo de automóvel, muitas vezes, é o primeiro patrimônio. Aquele patrimônio que juntou o dinheiro do filho, o dinheiro da esposa, o dinheiro do marido, e comprou aquele patrimônio. Quem preserva aquele patrimônio?

Eles não comentam que as pessoas que têm permissão para dirigir, gente, não têm opção de comprar nenhum tipo de proteção, mas compram o veículo. Hoje, quando a gente pega a venda de veículos no Brasil, mais de 70% é financiada. Quando esse associado bate, se ele não tem uma proteção, ele para de pagar o financiamento, porque ele vai tentar arrumar o carro. Ele não vai ficar com o carro 60 meses parado. Ele vai optar entre pagar o financiamento ou arrumar o carro. Então, ele sugere uma inadimplência, e nós fazemos isso não acontecer. Por quê? Porque é um nicho de mercado que as federações, junto com as associações, buscam preservar.

Hoje, quando falo em relação à frota com mais de dez anos de uso, 50% da frota do Brasil têm mais de dez anos de uso. Quando a gente pega a idade média de um veículo hoje no Brasil, é 8,9 anos. Então, daqui a um ano, essa frota já sai também, ninguém vai fazer.

Outro detalhe: veículos importados, no máximo, com cinco anos de uso, faz-se seguro. Hoje, 14% da frota são veículos importados, que representam sete milhões de veículos, e fazem seguro com cinco anos de uso, no máximo, ou, então, cobram valores exorbitantes, como o próprio Raul Canal comentou, em relação à moto do filho dele, que custa R$22 mil. Se fosse fazer, de repente, ia ser uns R$12 mil.

Um amigo meu recente comprou uma Hornet, uma moto do momento, e o seguro dele ficou R$12 mil, a moto custa R$27 mil. Ele não vai fazer.

Então hoje, na verdade, os brasileiros se reuniram e buscaram uma opção de se reorganizar. O modelo de associação é parecido com o modelo de consórcio, em que as pessoas estão atrás do mesmo objetivo. É isso que o brasileiro buscou, de fato. O Brasil hoje é um País livre e democrático, onde as empresas são livres para exercer suas atividades, mas não podemos exigir que as seguradoras assumam esse risco também não. Se eles não querem assumir, não tem problema, mas não podemos deixar o brasileiro sem essa proteção.

Eu até gosto de comentar que não existe nada ilegal no que nós fazemos. Existe hoje um termo, do Conselho da Justiça Federal, na III Jornada de Direito Civil, no Enunciado 185, que distingue a ajuda mútua de operações de seguro, que diz o seguinte:

A disciplina dos seguros do Código Civil e as normas da previdência privada, que impõem a contratação exclusivamente por meio de entidades legalmente autorizadas, não impedem a formação de grupos restritos de ajuda mútua, caracterizados pela autogestão.

Então, gente, a diferenciação entre seguro capitalista e a previdência privada é a autogestão. A autogestão é uma ideia, mas, antes de tudo, é uma prática social e política, que tem como princípios decisões democráticas, coletivas, transparência administrativa, solidária, trabalho mútuo, valorização das pessoas e cidadania. Diferem muito uma associação de uma empresa securitária, no sentido de que o que há entre uma associação e o seu associado é um contrato de objetivos comuns; e entre a seguradora e o segurado é um contrato de troca, no qual os objetivos das partes são distintos, pois o prêmio pago aos segurados se contrapõe à garantia oferecida pela seguradora. Nas associações, as partes ganham ou perdem em conjunto, ao contrário das seguradoras, ficando claro que, se uma parte ganha, a outra perde, pois são prestações contrapostas. Então, hoje, na verdade, a Fenabem vem com o objetivo de regular, unificar os procedimentos das associações de veículos de passeio; disseminar o conceito associativista em esferas políticas, legislativas e judiciárias; desenvolver iniciativas para contínua melhoria do segmento do associativismo; zelar pela eficiência da intermediação da associação e associado; e facilitar o crescente acesso da população ao modelo associativismo.

Então, o modelo associativismo hoje gera 20 mil empregos diretos e 100 mil empregos indiretos. Isso somente com o mercado que temos. Hoje, quando a gente pega a frota que existe no Brasil, o tanto de emprego que nós viemos gerar! Quando a gente fala da Susep, que, de fato, vem contra as associações, quando emite uma liminar, ela não pensa no prejuízo que o mercado vai ter, financeiramente: empregos, quantas oficinas irão fechar, quantas autopeças irão fechar, quantos empregos diretos irão perder, quantas famílias ficarão desprotegidas.

Agradeço a oportunidade e peço, encarecidamente, que todos os presentes aqui que nos escutam nos deem oportunidade de mostrar um trabalho que vem tendo uma contribuição social relevante para o Brasil, mais uma vez mostrando que a associação nada mais é do que, quando estamos juntos, atrás do mesmo objetivo, podemos resolver qualquer problema político, social ou econômico.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Cleiton Dornelas Luiz Campos, Presidente da Associação dos Condutores de Veículos do Brasil, Ascobras.

Quero registrar a presença conosco do Vereador de Goiás, Deivison Costa e dos Deputados Mauro Rubem e Ricardo Faria. Sejam bem-vindos!

Avisam-me que ainda há um problema na portaria. Já que foi assegurado que a audiência está também sendo transmitida ao vivo para todo o País, pelo sistema de comunicação, e há também um telão no Plenário 13, peço ao pessoal da assessoria que vejam o que está acontecendo, para que nossos outros convidados desta Comissão possam se deslocar para o Plenário 13.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Ana Amélia, com a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria cumprimentá-lo pela iniciativa desta audiência pública, agradecer as referências do Presidente Raul Canal e dizer que o senhor

não é meu amigo, não. Penso que a situação difícil do governador me permite dizer que estou numa situação mais confortável, no mínimo. Então, aqui está muito melhor. Aliás, disseram que o Senado é o céu. Nós temos que perguntar quem disse isso – não é, Senador Paim? –, porque quem trabalha 12h, 15 horas, como V. Exª, aqui, e eu também procuro me dedicar ao trabalho, no paraíso? A gente tem uma demanda, hoje teremos, às 19 horas, uma sessão do Congresso Nacional.

Mas estou acompanhando as dissertações. O Cleiton deu um dado do número de empregos. Na discussão, o associativismo está fundamentado, na prática, em associações de grupos de interesse para defesa de um interesse específico. No caso, por exemplo, proprietários de veículos de mais de dez anos se associam para formar seu mecanismo de ter um seguro, em tese. Então, eu queria saber por que o associativismo geraria um número elevado de empregos? De que forma isso se dá? Como se dá na associação? Como a associação age e qual é a finalidade?

O SR. CLEITON DORNELAS LUIZ CAMPOS – Obrigado pela pergunta.

Como eu disse, em relação ao emprego, hoje, a frota protegida pelo modelo de associativismo é em torno de dois milhões. Hoje, existem dois milhões de veículos, no Brasil, protegidos por esse modelo, esse segmento. Cinquenta por cento da frota do Brasil não tem acesso a seguro, a fazer um tipo de seguro securitário, que, muitas vezes, vai vir para o nosso segmento. Então, quando falo em relação à geração de emprego, hoje, a nossa intenção, quando eu falo em unificar esse segmento, é, de fato, as pessoas reconhecerem o nosso trabalho, pois, à medida que isso for reconhecido, as pessoas vão passar a adotar o nosso sistema de negócio.

O nosso sistema é de associativismo: quanto mais pessoas buscam esse segmento, mais empregos são gerados. Vou dar um exemplo. Eu sou presidente da Ascobras. Então, hoje eu atendo um nicho de mercado. À medida que o número de associados aumenta, tenho que buscar novos fornecedores, abrir novas oficinas, buscar fornecedores que consigam atender a nossa demanda de mercado. Hoje, quando eu falo em relação a vinte mil empregos diretos, eles já estão no nosso segmento. Hoje, existem, no Brasil, em média, mil associações. Se colocarmos, hoje, vinte funcionários dentro de cada associação, são vinte mil funcionários.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – No setor?

O SR. CLEITON DORNELAS LUIZ CAMPOS – No setor de...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – De proprietário de...

O SR. CLEITON DORNELAS LUIZ CAMPOS – ...de proteção veicular. Quando eu falo de 100 mil empregos diretos... Hoje, nós, Ascobras, temos trinta oficinas credenciadas. Cada oficina, em média, tem dez funcionários. Então, só a Ascobras, hoje, gera, em média, emprego para trinta oficinas, que, multiplicadas por dez, são 300 funcionários.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Qual é a diferença entre o associativismo e o cooperativismo?

O SR. CLEITON DORNELAS LUIZ CAMPOS – É só o modelo de tributação, porque, hoje, na verdade, o meio é o mutualismo. O segmento, hoje, é associativismo. Em relação a esse modelo de mutualismo, verificamos que existem associações, cooperativas, sindicatos, os próprios grupos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

Obrigada, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k.! Vamos em frente.

Acho que, ao longo do debate, com a fala de todos os expositores, vai ficando claro o envolvimento do setor.

Eu dei aquele depoimento porque estou acompanhando outro caso, referente a outro projeto, que nós vamos tratar à parte. Para mim, de fato, envolve milhões de empregos. São milhões de empregos. Dizem o seguinte: "Se forem aplicadas as multas que querem infligir, podem retirar todos os nossos veículos da praça, e milhões de motoristas vão desaparecer". Mas este não é o caso aqui. O caso aqui é outra discussão. Nós combinamos entre nós que íamos separar. Há pessoas que sabem do problema de que estou falando. Se não for aprovado aquele outro projeto, que vamos discutir no mesmo nível, vamos gerar milhões de desempregados, que vão entregar os caminhões para as seguradoras. De fato, é grave e é importante a pergunta da Senadora para que os senhores possam explicar a situação do desemprego que pode ser causado.

Vou passar a palavra ao representante da CUT, mas quero informar que Waldiney Pereira Reis, nosso convidado da Federação das Ações de Benefícios do Estado de Goiás, continua emocionado e, portanto, não vai conseguir falar, como me disseram. (*Pausa.*)

Quer falar agora? (*Pausa.*)

Vou pedir que ponham uma cadeira para o Sr. Edson Pereira Carvalho, aqui na ponta da mesa mesmo, para não ter que fazer outra Mesa. O Sr. Edson Pereira Carvalho é Presidente do Clube de Assistência aos Pro-

prietários de Veículos Automotores. Quando o senhor for falar, pode trocar de lugar com um dos que já se pronunciou. (*Pausa.*)

Passo a palavra para Mauro Rubem, Presidente da Central Única dos Trabalhadores do Estado de Goiás e também Deputado.

O SR. MAURO RUBEM – Atualmente, não exerço mandato, Senador. Estive até o ano passado.

Primeiro, Senador Paulo Paim, muito obrigado por abrir o Senado para este debate. É muito importante a presença da Senadora Ana Amélia e dos demais Parlamentares.

Cumprimento nosso Vereador da capital goiana, Deivison, que está aqui, todos os representantes dos dez Estados presentes, a Mesa, na pessoa do e da Cíntia – todos estão à mesa.

Senador, como já foi dito, eu tive a oportunidade de conhecer o associativismo ano passado. Como Parlamentar, fui Deputado por três mandatos pelo Estado de Goiás e Vereador na capital. Atualmente, sou Presidente da CUT. Nesse processo, interessei-me muito por esta questão. Sou autor da lei estadual que institui a Política Estadual de Economia Solidária do Estado de Goiás, um empreendimento muito forte, politicamente, para nós, até aprovarmos essa lei. Pude observar que o associativismo mútuo, com interesse objetivo, claro cumpre o papel que, no meu entendimento, cabe perfeitamente na necessidade de que o Brasil precisa hoje, que é, sobretudo, desconcentrar renda. À medida que nós constituirmos as diversas associações de seguro mútuo, com objetivo específico, sem fins lucrativos e com autogestão, os assegurados, associados são livres para estar em qualquer momento – eles não têm amarras, como temos, hoje, no processo, como foi bem-dito por Raul Canal – nos diversos outros empreendimentos do País. Se os senhores apresentarem o CPF a uma empresa de telefonia, ficam presos a uma situação de que, muitas vezes, se demora anos para sair.

Ao conhecer, Senador, essa experiência e entendendo que nós precisamos, no Brasil, desconcentrar a renda, fluir e reduzir os intermediários, porque as seguradoras criam uma cadeia de exploração muito grande... Os prestadores de serviços... Meu pai era mecânico e também motorista. O que acontece? Essa cadeia produtiva que conserta o carro, que arruma, nesse outro sistema, não tem valor. Eles são explorados, geralmente em um processo que nós, a CUT, e V. Exª também, Senador, denunciamos, que são as terceirizações. Elas promovem um processo de exploração muito grande em cadeia, de tal maneira que, hoje, se levamos o carro a uma concessionária, achamos que ela vai fazer o serviço, mas, muitas vezes, o carro é levado à periferia, junto a um profissional reconhecido, que faz um bom serviço, mas não tem valor, porque o intermédio, o gato moderno, se utiliza do processo da rede dos "anos de garantia", entre aspas, e o consumidor fica preso a esse processo.

Esse modelo também nos traz um elemento importante, além de resolver o grave problema apresentado pelo Manasses de que nem 10% de quem tem o patrimônio consegue ter proteção num trânsito caótico... Se fizéssemos aqui uma perspectiva, para melhorar o trânsito em Goiânia, nós precisaríamos de pelo menos – depois nosso Vereador pode falar – 40 km de metrô. Goiânia, que é uma cidade pequena, não é uma cidade tão grande. Isso para poder melhorar um pouco o trânsito. Até isso acontecer, muitos carros vão entupir a cidade, haverá conflitos – é claro, é óbvio. Não tem jeito. As pessoas querem ir e vir. Têm esse direito. Vimos que esse modelo cumpre um elemento importante que eu chamo de preço justo. O preço justo para a realidade que nós vivemos. Preço justo em que sentido? Preço justo do grupo que se organiza. Acho interessante o Manasses e, talvez, a Cíntia, a próxima a falar, imagino, inclusive detalharem, Senadora Ana Amélia, para entender como funciona a composição do preço. Como é que funciona a composição do preço?

Eu estou dizendo isso porque eu saí de uma seguradora de um dos automóveis que tenho em casa – dos outros, à medida que vencerem, passarei para a Associação de Seguro Mútuo – e a composição é diferente. Classifica-se o valor do bem. A cota pode ser R$ 20 mil, R$30 mil ou R$40 mil. Então, conforme o valor do bem, o assegurado, o associado paga proporcional. Quem quer seguro diz seguro; os senhores que são da associação dizem associação. Mas o associado efetivamente paga.

É uma maneira, portanto, muito original e própria, como bem disse o nosso Senador Lindbergh Farias, que esteve em Goiás, na semana passada. Discutimos esse assunto com S. Exª, que até se interessou em participar desse processo que vem de uma experiência muito grande em outros países. Eu, especificamente, que tenho experiência nesse processo, entendo que é importante o Brasil construir efetivamente outra maneira de absorvermos para o mercado questões que não são monopolizadas por pequenos grupos.

Nós vivemos uma situação atualmente, Senador, e, agora mesmo, no dia 1º de dezembro, nós vamos voltar a Brasília, para uma grande marcha em defesa da saúde, da democracia e do SUS, para poder haver mais dinheiro para o Sistema Único de Saúde. Mas esse dinheiro vem de onde? A economia hoje está sendo sangrada, que é o chamado 1% mundial, que detém aquela lógica que todos sabem de fazer o rentismo, a agiotagem, de tirar o dinheiro que está, hoje, efetivamente dentro da produção para a especulação. Esse 1% procura organizar o mundo inteiro ao seu interesse. O associativismo mútuo vem justamente construir esse outro mundo em que acreditamos e que é necessário para uma nova economia, uma economia em que, ao invés de

a concentração ser um destino final, a descentralização, o envolvimento, a participação de todos no processo produtivo seriam o ponto. Esse é sentido.

Senador, V. Exª está oportunizando, aqui, a possibilidade de, assim que nós terminarmos esta audiência pública, fazer um cronograma para a consolidação do movimento nacionalmente. O interesse da Central Única dos Trabalhadores é este: ajudar a organizar os segmentos produtivos e os de interesse da sociedade, para que tenhamos a oportunidade efetiva de construir elementos para uma nova sociedade. Sem dizer que, conforme V. Exª disse há pouco, a grande maioria dos trabalhadores precisa de outra forma de proteger o seu patrimônio que não essa que foi colocada. Nós não vamos discutir, pois não é esse o objeto, qualquer outra questão em relação a outros projetos.

Precisamos – encerro minhas palavras, agradecendo, Senador – dar oportunidade a essas pessoas que, silenciosamente, têm protegido dois milhões de pessoas que estão hoje um pouco mais tranquilas, e, sobretudo, trabalham para pagar as responsabilidades.

Agradeço em nome da CUT. Que tenhamos ainda a oportunidade de fazer este debate adiante!

Muito obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Foi o ex-Deputado Mauro Rubem e, hoje, Presidente da Central Única dos Trabalhadores do Estado de Goiás.

Queria, com muita satisfação, registrar a presença nesta audiência pública – nem todos podem ficar, mas vêm, participam e se retiram – dos Senadores Telmário Mota, Hélio José, Medeiros, Ana Amélia, Donizeti, que chegou neste momento. Uma salva de palmas a todos eles. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ao pessoal do Sinttel presente, vou pedir que sejam tolerantes comigo, porque, quando for concluída a fala da Mesa, só faltam mais dois, terão oportunidade de fazer o gesto que pretendem fazer.

Pergunto pela última vez se o Waldiney Pereira Reis vai usar da palavra. Se não vai fazê-lo, nós vamos aos outros dois e, então, para os encaminhamentos. (*Pausa.*)

O Waldiney não vai usar da palavra. Uma salva de palmas para ele. (*Palmas.*)

Ele não vai usar da palavra, porque está muito emocionado com a audiência pública. Era um sonho antigo dele que isso acontecesse. Ele está vendo que é possível construir para ser realidade essa proposta, legalizando-a por inteiro, porque já é uma realidade.

Passo a palavra à Srª Cintia Souza dos Santos, Presidente da Federação Nacional das Associações de Benefícios (Fenaben).

A SRª CINTIA SOUZA DOS SANTOS – Bom dia a todos!

Primeiramente, gostaria de cumprimentar a Mesa, o Senador Paulo Paim, o Deputado Rubens, o Sr. Raul Canal e demais presentes, as autoridades aqui presentes, como Senadores, Vereadores, Deputados, e as associações que vieram de vários Estados, como Minas, Pernambuco, Rio de Janeiro, Espírito Santo, etc.

Eu sou Presidente da Fenaben, Federação Nacional das Associações de Benefícios, que funciona como uma associação das associações.

Por que uma associação das associações? Pelo fato de buscarmos a união nacional de todas as associações. Como já foi dito, existem muitas associações. Temos mais de mil associações em todo o Brasil. Então, precisamos dessa união, até pela situação em que estamos hoje, que é essa perseguição da Susep, que diz que a associação é segura.

Sou advogada também de algumas associações em Minas e venho falar em relação a essa parte jurídica, sobre essa legalidade.

Algumas pessoas, associações, populações dizem que a associação é inconstitucional, que o que eles fazem é seguro, mas não é isso. Na prática, na legislação, isso não funciona. O que todas as associações querem é unir todos os associados e fazer um rateio. O que seria esse rateio, para quem ainda não tem essa ciência? Seria uma divisão de prejuízos. Como seria essa divisão de prejuízos? Nessa divisão de prejuízos, há um valor de taxa de administração para pagamento de funcionários, telefone, aluguel. É para dar suporte a esse procedimento administrativo. O restante, que seria o rateio, entraria para os prejuízos. Se houver R$50 mil ao mês de prejuízo, vamos dividir esses R$50 mil para todos os associados. Então, essa seria a forma de rateio. É a sociedade buscando outra forma de proteger seu patrimônio.

Quanto à legislação, o principal artigo é o constitucional, que seria o art. 5º, segundo o qual os cidadãos podem se formar por meio das associações. É totalmente legal. O art. 5º, inciso XIV, reza que as associações só poderão ser dissolvidas se houver uma suspensão judicial. Isso vem interferindo no que está acontecendo conosco hoje. A nossa preocupação é em relação a essas ações judiciais, porque a Susep entende que somos seguradoras, e não associações, e, por esse motivo, propõe uma ação pedindo a não emissão de boletos, o que prejudica muito a associação. Então, nós queremos, nessa ação, demonstrar que não somos seguradoras,

somos associações. Com a defesa de vários escritórios, estamos conseguindo nosso objetivo. Já há várias decisões dizendo que a associação não é segura.

Temos o art. 174 da Constituição e o Código Civil, que fala um pouco como pode ser essa regulamentação, como surge a associação. Geralmente, algumas pessoas acham que só com a Constituição e o Código Civil já está ótimo, mas vai muito mais além. A Declaração dos Direitos Humanos também diz, no art. 20, inciso 1º, que "toda pessoa tem direito à liberdade de reunião e de associação pacíficas", que é o que as associações estão fazendo. A Convenção Europeia dos Direitos do Homem também estipula essa possibilidade. Na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, aproveitando esta oportunidade, aqui, na Comissão de Direitos Humanos, está bem clara essa possibilidade também. Temos também a Jornada de Direito Civil, que é muito usada nas decisões favoráveis:

185 – Art. 757: A disciplina dos seguros do Código Civil e as normas da previdência privada que impõem a contratação exclusivamente por meio de entidades legalmente autorizadas não impedem a formação de grupos restritos de ajuda mútua, caracterizados pela autogestão.

É o que as associações fazem. Elas se unem através de pessoas com o mesmo objetivo, dividindo os prejuízos, sejam eles o nosso foco principal, a proteção de veículos. Então, cito a Jornada de Direito Civil também.

O próprio setor público possui modelos de autogestão. Há a Lei nº 15.028, que regulamenta também o modelo de autogestão, e o Decreto nº 41.062, de 2001, que também é um modelo de autogestão.

Então, temos aqui uma legislação muito ampla, que foca nisto: as associações são um direto constitucional. Por que, então, dizer que a associação é segura, se não é seguro? Qual é o problema de as pessoas se unirem para proteger o próprio bem? Não há problema nisso! Existe essa série de questões, mas temos também o entendimento doutrinário que explica a diferença de seguro e associação, que é muito grande. Existe essa diferenciação. Temos pareceres jurídicos que também falam sobre essa diferenciação e decisões judiciais.

A Susep, em algumas questões, diz também que o que as associações fazem pode ser considerado crime, mas não o é de forma alguma, tanto que, em Belo Horizonte e em outras localidades, nós temos decisões favoráveis dizendo que não é crime. Inclusive a sentença diz que, se fosse considerada ilegal, estaria ferindo a própria Constituição. Então, por que essa perseguição toda?

O nosso objetivo, aqui, hoje, é explanar um pouco sobre essa legislação, que disponibilizamos para todos para eventuais dúvidas. Mais adiante, com a ajuda do Senador Paulo Paim, entregaremos para todos os Senadores e Deputados uma pasta, em nome da Federação, com toda essa legislação e com explicações. Para nós, não é algo novo, já existe há mais de dez anos, principalmente em Minas Gerais, mas, para muitos Juízes, Senadores e Deputados, é algo novo, até para a própria população. Há pessoas que não sabem ainda o que é uma associação. Quando dizemos "somos associações", a primeira observação é: "Ah, é seguro!" "Não, somos associações. Vamos dividir os prejuízos. Cada um tem a sua cota parte a pagar."

Com a Federação, estamos buscando unir essas associações, através desse sistema de associativismo, para buscar a melhor forma de atuar, com ajuda de todos os presentes. Queremos enfatizar essa união e devemos focar nessa questão. Somos associações e vamos lutar por isso até o final.

Termino agradecendo a todos aqui presentes pela oportunidade, ao Senador e aos demais presentes. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Cintia Souza dos Santos, Presidente da Federação Nacional das Associações de Benefícios, Fenaben.

Queremos registrar a presença conosco dos Senadores Vicentinho e José Medeiros. (*Palmas.*)

Por fim, nesta Mesa, para dar oportunidade ao Sinttel, passo a palavra ao Presidente do Clube de Assistência aos Proprietários de Veículos Automotores (Car Club), Sr. Edison Pereira Carvalho.

O SR. EDISON PEREIRA CARVALHO – Bom dia, senhoras e senhores, autoridades presentes, Vereador Deivison Costa, nosso Deputado Ricardo Faria, de Minas Gerais, Senador Paulo Paim.

Senador, obrigado por V. Exª nos dar oportunidade de falar sobre nosso segmento. O que nós podíamos esperar de uma pessoa, de um Senador com a transparência e o nível de V. Exª é exatamente que esta Casa atendesse uma parte da população que está excluída de determinado segmento.

Não vou falar de quantidade. Não vou falar de legalidade. Não vou falar por que nasceu a associação. Vou falar das injustiças. Vou falar como presidente de associação. Vou falar onde dói o calo dos diretores da associação.

A associação nasceu para atender quase a sua parentela, pois o poder aquisitivo da família é baixo e ficamos sem proteção. Entram, primeiro, na associação, nossos irmãos, nossos primos e nossos conhecidos. Quando nasceu a associação, ninguém se importava com isso: "Fica tranquilo." "Isso não vai dar em nada." "Não há problema nenhum." Mas, quando atingiu uma proporção tal que a população viu a intenção e a legalidade da associação e como é legal se associar, começaram as perseguições.

Eu já vou direto às injustiças. Pega-se um *fly*, uma página no *site* da associação e leva para Susep e denuncia como seguro. Eu tenho como mostrar que, em todas as nossas divulgações, em todos os nossos informativos aos nossos associados, está escrito que não somos seguradora, somos associação sem fins lucrativos. Nós não queremos ser seguradora. O cliente de seguradora é cliente de seguradora. Quem quer se associar é o cidadão de associação. São patamares diferentes. Mas leva-se isso para Susep, que, automaticamente, manda para o Ministério Público, que faz um processo, um calhamaço, e manda fechar a associação, aplicando multas não sei de quanto, multas ali, multas aqui, e proibindo a angariação de associados, a divisão dos prejuízos e a emissão de boletos, chegando até, às vezes, a bloquear a conta.

Vejam os senhores a injustiça, a crueldade, a maldade disso. Está se distribuindo, no Brasil, para muitos segmentos, a caixinha de maldade.

Com isso, a associação, que paga a todo mundo, cumpre seus compromissos através de rateio, dividindo os prejuízos entre os seus associados, não vai, automaticamente, cumprir seus compromissos e, se ficar sem cumpri-los, vai para a mídia, que também tem lado, muitas vezes, e coloca que é seguro pirata, seguro ilegal, que deu prejuízo não sei de quanto no mercado, mas nunca nos dá direito de resposta. Em toda reportagem séria, temos que ter o direito de resposta. Nunca temos o direito de resposta! Como nós vamos cumprir nossos compromissos, se mandou fechar, tirar o rateio? Eu não tenho dinheiro! Como Presidente, não tenho dinheiro! O dinheiro é dos associados. Eu apenas sou um diretor ao qual é delegada a função de gerir o dinheiro dos nossos associados. Eu tenho que ter responsabilidade com ele. Mas nós ficamos sem poder cumprir com os nossos compromissos.

No Brasil, ouvimos falar muito em igualdade, economia solidária, distribuição de renda. Nós, aqui, estamos lutando para tentar dividir os nossos prejuízos. Nós não estamos pedindo nada para ninguém. A nossa situação, a maneira de gerir, nós já sabemos isso. Nós sabemos o que nosso associado precisa, como ele precisa, como ele quer ser atendido. Ele quer chegar à associação e falar com o presidente. Ele não pega senha. Ele fala com o presidente: "Edison, o meu problema é este, este e este. Vamos resolver".

O que nós estamos pedindo a esta Casa e a todas as autoridades é o direito de dividir os nossos prejuízos. Como um segmento que cobra, para distribuir prejuízos entre uma população que não tem condições, 400% de juros ao ano e diz que não é crime argui a nossa ilegalidade? Eles dizem que crime cometemos nós, que dividimos nossos prejuízos! Para eles, não é crime! Crime é nos reunirmos para não sermos extorquidos por essa turma que está no Brasil, desde que descobriram o Brasil. Eles deitam pensando que são donos do Brasil e acordam tendo a certeza disso. Nós não vamos baixar a guarda, nós não vamos aceitar isso! Toda luta tem que ter um início, tem que ter pessoas comprometidas, e nós estamos comprometidos. Vamos chegar aonde nós queremos.

Não queremos legalizar a associação. O associativismo, no Brasil, já está legalizado pela Constituição, no art. 5º. Nós podemos falar em regulamento específico. Isso nós queremos, mas também não é do jeito que eles querem. Nós queremos continuar trabalhando. Nós queremos regulamentar da nossa maneira, de modo que consigamos dar os benefícios para os nossos associados, de modo que o dono de um Tempra 98, se o carro quebrar na rua, não precisará amarrá-lo em um Gol com uma corda para sair arrastando. Ele terá um guincho para puxá-lo. A associação garante isso a ele. Há quem vá cobrir o terceiro, dividindo entre eles. Nós não estamos pedindo nada! Nós estamos resolvendo a nossa situação, e estamos resolvendo muito bem! Nós não precisamos de interferência. A Susep é superintendência de seguros privados, não é superintendência de sistemas associativos de proteção veicular. Ela que cuide do dela porque nós cuidamos do nosso! Esta é a nossa função. (*Palmas.*)

Muito obrigado pela oportunidade!

Muito obrigado a todos!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Esse foi o Edison Pereira Carvalho, Presidente do Clube de Assistência aos Proprietários de Veículos Automotores, que deixou muito claro aqui qual é o seu ponto de vista, sua visão sobre essa questão especifica do Clube de Assistência aos Proprietários de Veículos Automotores (Car Club), como foi a fala de todos os outros que o antecederam.

Neste momento, antes de passar para o plenário, vou dar a oportunidade tanto para o Deputado como para o Vereador. Depois, a Mesa vai abrir para mais três representantes dos Estados aqui presentes. Teremos, além da Mesa, mais cinco oradores do plenário. Depois, a palavra volta para as considerações finais da Mesa.

Neste momento, em cinco minutos no máximo, vamos ter... Digo com alegria que tenho sido homenageado em inúmeros Estados. Teria que estar, no dia dez, em São Paulo, para receber o prêmio dos engenheiros de São Paulo; em Rondônia, para receber o Prêmio dos Radialistas de Rondônia; em Goiás, para receber o Prêmio da Cidade de Goiás; em uma cidade do interior do Estado, para receber um prêmio, mas é impossível! Então, eu tenho pedido aos amigos, que, se puderem, se desloquem até aqui e me entreguem essa pequena

homenagem, pequena em volume, mas uma grande homenagem, do tamanho do universo, eu diria. É muito prazeroso – claro! – para qualquer Parlamentar ser homenageado em qualquer parte do País. Eu agradeço à maioria dos Estados que me concederam também o título de cidadão. Eu estou tentando ir. Já fui a uns vinte, mas ainda há uns sete para eu ir.

Neste momento, eu queria que alguém falasse pelo Sinttel. Vou, inclusive, só resumir: houve um movimento, aqui, na Câmara Distrital, por iniciativa do Chico Vigilante, e eu fui homenageado com o prêmio que vou, agora, receber.

O SR. CLEMILTON SARAIVA DOS SANTOS – Senador, eu diria que não é uma homenagem.

Primeiro, queríamos agradecer a oportunidade aqui e nos solidarizarmos com os colegas do movimento de associativismo no Brasil, que estão, aqui, na sua luta que, reconhecemos, justa. Se precisarem, estamos à disposição!

Viemos, aqui, hoje, não para lhe entregar uma homenagem, mas, na realidade, um reconhecimento, em nome dos trabalhadores de empresas de telecomunicações do Distrito Federal, que são cerca de 45 mil trabalhadores. Estão aqui presentes os Diretores: Manasses, Aldair, Cauã e o nosso jornalista Edvaldo, que veio para registrar este momento.

Estamos entregando aqui esta homenagem, porque V. Exª esteve sempre conosco e está, inclusive, conosco numa luta pela regulamentação da profissão de teleoperador, que são as pessoas que trabalham em *call centers* no Brasil, quem também representamos aqui no Distrito Federal.

Nada mais justo do que virmos, aqui, hoje, entregar esse prêmio que nós chamamos de Sinais da Evolução Humana, que é um reconhecimento da luta de todos os trabalhadores ao longo da vida para trazer comunicação. Se nós estamos, aqui, hoje, transmitindo esta reunião, é porque existem trabalhadores de telecomunicação em todo o Brasil envolvidos neste trabalho. Levar a comunicação à sociedade brasileira é levar cada vez mais democracia, é ter a voz desse senhor que vem da sua cidade, defendendo os interesses coletivos e levando a todos eles uma mensagem de que estão aqui em luta daquilo que a sociedade quer: mais justiça e igualdade.

O Sinttel vem, aqui, entregar ao senhor o prêmio e falar que tudo isso não é só dos trabalhadores de telecomunicações, mas da sociedade brasileira, que quer um Senador que atue efetivamente em prol do coletivo, em prol da defesa de todos nós.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu convidaria, se me permitir, o Senador Medeiros para junto receber o prêmio. Que o prêmio seja da Comissão de Direitos Humanos e todos os lutadores pelas causas populares!

Obrigado, pessoal! Agradeço muito ao nosso querido Clemilton Saraiva, que foi o porta-voz de grande parte dos trabalhadores e do Presidente Brigido Ramos. Agradeço também ao Deputado Chico Vigilante, que foi quem proporcionou esse encontro. Obrigado! Muito obrigado a todos mais uma vez.

Eu passo a palavra, neste momento, ao Deputado Estadual Ricardo Farias, por Minas Gerais. Quero dizer, Deputado Ricardo, que já recebi o título de cidadão de Minas, com muita alegria!

O SR. RICARDO FARIAS – Sim!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – V. Exª está com a palavra.

O SR. RICARDO FARIAS – Bom dia a todos e a todas!

Saúdo, de maneira muito especial, o Senador Paulo Paim. Queria dizer que V. Exª é merecedor de todos os prêmios, de todas as congratulações que tem recebido ao longo da sua trajetória política, reserva moral da nossa política brasileira, uma referência para todos nós. Sou Deputado Estadual por Minas, pelo PCdoB. O senhor encabeçou uma frente importante em prol dos trabalhadores daquele Estado e do País.

Queria cumprimentar nossa Mesa: o Sr. Cleiton Dornelas, que tão bem falou do alcance social do trabalho das associações; o Sr. Edison, com uma fala entusiasmada; o Sr. Waldiney, que, com seu silêncio, expressou muito a emoção e o alcance que cada um de vocês tem; o Sr. Manasses, que fez o convite, representando aqui também as entidades de classe; o Sr. Mauro Rubem, que estava aqui representando a nossa gloriosa CUT; o Sr. Raul Canal, que tão bem falou; a Srª Presidente da Fenaben, Cintia Souza, que tão bem falou sobre a legalidade do ato; e, de maneira especial, todos os associados que se fazem presentes, aqui, no Senado, representando diversos Estados da Federação. Cumprimento o ativismo social de cada um deles, esse dever cívico de estar aqui para debater esse tema que é tão relevante para todos nós.

Senador, digo relevante porque nós sabemos da história do terceiro setor no nosso País. O terceiro setor só acontece através da premissa do associativismo. Ele é fundamental na construção do bem-estar social. Então, nos perguntamos: Senador, a quem interessa a construção de legislações danosas, de legislações perversas que acabam prejudicando o fazer social dessas associações? Pela fala dos senhores, nós já sabemos a resposta. Sabemos da força do capital e do *lobby* das seguradoras, que são contrárias a essa atividade.

Sr. Presidente, eu queria dizer que a Susep, na mão grande, não vai usurpar o direito das associações de conferir proteção veicular para os seus bens.

Sr. Presidente, fiquei muito atento à fala do Dr. Raul Canal, que exemplificou aqui o alcance do trabalho das associações e que disse, e muito bem, que tem uma proteção veicular para assegurar um bem que tem um valor afetivo para ele, que é colecionador de carros. Mas eu queria dizer, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, que, na maioria dos casos, são os trabalhadores brasileiros que se utilizam dos veículos como ferramenta de trabalho que conseguem, através das associações, assegurar talvez o seu único patrimônio fundamental na vida, porque aquele veículo, aquela moto é que gera sustento para a sua família.

Sr. Presidente, Minas sempre tem contribuído e atuado com muita vanguarda em prol do terceiro setor. Agora, aqui, nós também queremos ser signatários, junto com V. Exª, desse grande movimento para que aquela Assembleia Legislativa, da qual faço parte – tenho a honra de ser membro da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais –, possa produzir também um manifesto em prol dos associados de todas as associações de proteção veicular.

Quero me colocar à disposição de cada um dos senhores e saudar essa Casa, V. Exª, mais uma vez sensível às causas do povo. Parabéns! Cumprimento toda a Mesa. Tenho certeza de que daqui teremos encaminhamentos profícuos em prol do associativismo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Deputado Estadual Ricardo Farias, por Minas Gerais, pelo PCdoB, que me recebeu lá com muito carinho! Eu cumprimento V. Exª e assino embaixo de tudo que foi falado, porque esse também é o meu ponto de vista. Outros companheiros que estão aqui e que não estão especificamente relacionados a esta questão sabem minha posição, e não é de hoje, tanto que eu tenho um projeto que vai nesse sentido apresentado, aqui, no Congresso. Então, eu estou muito tranquilo e cumprimento V. Exª pela bela fala.

Algumas pessoas parecem que não querem entender que trabalhador mesmo, o assalariado, aquele que ganha abaixo de dez salários mínimos, não pode ter carro do ano. Ele não pode trocar de carro ou de caminhão a toda hora. Ele vive daquilo. É o meio de vida dele. Por isso, eu digo que envolve, sim, se analisarmos, milhões de pessoas que querem ter o direito de proteger seu patrimônio de uma forma associativa. Por que proibir isso?

Então, parabéns mais uma vez a V. Exª!

Eu passo a palavra ao Vereador Deivison Costa.

O SR. DEIVISON COSTA – Sr. Presidente, bom dia! É uma satisfação e uma honra ocupar este microfone e fazer parte desta solenidade.

Sr. Presidente e demais membros da Mesa, quero ganhar tempo aqui. Não vou citar os demais, só vou citar o Deputado Mauro Rubem, Presidente da CUT GO, um grande amigo e, em nome dele e do Manasses, um amigo meu de infância, cumprimentar a todos da Mesa.

Sr. Presidente, falar mais aqui, criar mais adjetivos seria chover no molhado, porque já deu para entender o sentimento do povo brasileiro, desses que são membros de associações, que trabalham pela livre iniciativa e pelo associativismo.

É notório que as leis nascem dos fatos. Houve apagão, porque houve problema de racionamento de água. O problema com água redundou no apagão. As leis nascem dos fatos. E o que nós notamos, a Drª Cintia, que compõe a Mesa, sabe disso, é que não há legislação nacional que proíba as Associações de Proteção Veicular de funcionar. Não há legislação. Infelizmente, é do meu Estado o Deputado que fez uma lei para proibir esse trabalho, essa iniciativa, essa unidade. Infelizmente! S. Exª representa o setor dos banqueiros, das seguradoras desse País. É normal, em um congresso, em um parlamento, haver representantes de várias áreas, das minorias, de empresários, de segmentos religiosos. Isso é normal! Mas é mais do que natural falar pela massa, pelo povo brasileiro, que é a maioria desse País. Então, não há lei, Senador!

Quero parabenizar V. Exª pela iniciativa deste debate. V. Exª não tinha noção da dimensão dessa iniciativa de criar essa legislação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – V. Exª tem toda razão. Nem eu tinha noção mesmo.

O SR. DEIVISON COSTA – Por exemplo, só no Estado de Minas Gerais, há mais de mil associações. Isso se alastrou pelo Brasil afora, porque nós não aguentamos mais a carga tributária deste País. Nós não aguentamos mais ter que trabalhar para pagar imposto. Então, esse livre associativismo é aquilo que o brasileiro prefere.

No nosso arcabouço jurídico, não há lei, e V. Exª, que tomou a frente, vai ficar na história deste Senado Federal mais uma vez, porque V. Exª já tem um livro escrito neste Senado e na política brasileira. Falar mais seria chover no molhado.

Eu queria só parabenizar V. Exª e dizer que, nessa luta, nobre Cel. Almeida, que está aqui atrás comigo e é Presidente da Associação dos Policiais e Bombeiros Militares do Estado de Goiás, Proteção Veicular, temos pessoas de todas as esferas, de todas as estirpes, de todas as bandeiras.

Eu quero deixar mais uma vez os parabéns ao Senador, ao Deputado e ao Presidente da CUT por trazer esta discussão ao Senado Federal. A V. Exªs, que são da mesma bandeira partidária, deixo meus agradecimentos. Parabenizo também, em nome de todos, o Sr. Anilton, Presidente da Feab do Estado de Goiás. Meu abraço.

Muito obrigado! Deus abençoe a todos!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Vereador Deivison Costa, da Câmara Municipal de Goiânia, cujas palavras foram bem proferidas. Agradeço-lhe pessoalmente pelas considerações em relação ao nosso trabalho. Sempre digo que o nosso trabalho, o meu, o de vocês e o de todos que estão nessa linha de fazer o bem sem olhar a quem, é simplesmente defender as causas. Nós defendemos causas. Não somos contra ninguém. Então, fiquem as seguradoras tranquilas, porque aqui ninguém é contra elas. Elas têm seu papel a cumprir. Quando me perguntam se sou a favor ou contra a saúde privada, digo que não tenho nada contra, desde que atenda bem quem possa pagar e para lá vá, mas exijo saúde de qualidade, inclusive do SUS, que é com quem mais brigo. Não tenho nada contra planos de saúde, desde que atendam bem, e a maioria não o faz. Pagamos planos de saúde, mas, infelizmente, eles têm que melhorar muito. Defendemos causas. Nossa causa é a saúde. Nossa causa é a educação. Nossa causa é combater a violência.

Lembro uma luta que estamos travando. Dia 25, vamos ter uma audiência pública grande aqui. É alarmante, e temos que reconhecer, e assustador, por exemplo, que a violência contra as mulheres, nos últimos dez anos, tenha aumentado 51%. Então, vamos fazer um movimento. Criamos, aqui, no Senado – a maioria de vocês aqui são homens e estão convidados a fazer parte –, a Frente Nacional dos Homens contra a Violência às Mulheres. É uma frente nacional dos homens no Parlamento, aqui, no Senado, inspirado por uma ação judicial. Há uma iniciativa de um Deputado gaúcho, o Edgar Pretto, para criação da Frente Estadual dos Homens contra a Violência às Mulheres. E vamos ter aqui um grande evento no próximo dia 26, nesse sentido.

Agora vou passar a palavra ao representante do Maranhão, Sr. Aurélio.

O SR. AURÉLIO HENRIQUE BRANDÃO – Primeiramente, bom dia!

Gostaria de agradecer imensamente a essa Mesa, presidida pelo nosso Senador Paulo Paim, que vem disseminando entre os companheiros da Mesa seu espírito pela luta comum, que é o que nos motiva estar aqui em Brasília. Queremos mostrar que o associativismo não é um pedido de clemência, mas um direito do povo, e por maioria, como ficou bem claro na apresentação que o Sr. Manasses fez aqui anteriormente.

Falar de tudo isso que já foi dito até então é chover no molhado, como disse o nosso amigo e Vereador de Goiânia.

Gostaria de, em curtas palavras, homenagear o meu amigo Waldiney, que é um homem de poucas palavras, mas de trabalho reconhecido no Estado de Goiás. (*Palmas.*)

Quero dizer para os demais companheiros que o movimento presidido pelo Sr. Manasses Santos, hoje, dá o primeiro passo, a semente que vai fortalecer, igualar os associados de associações mutuárias aos segurados de seguradora, porque ambos são o mesmo público. A diferença está no capital. Uma grande diferença: o capital da seguradora não fica no Brasil. As associações estão lutando para que o dinheiro dos brasileiros fique no Brasil. É isso que queremos.

Muito obrigado, Presidente! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É o Sr. Aurélio, do Maranhão, que, ao mesmo tempo, falou pelo Sr. Waldiney, que recebeu as palmas, já que ele, muito emocionado, acabou não falando.

O representante da Bahia, diga o nome para eu registrar.

O SR. LUIZ PAULO SILVA MOTA – Bom dia! Bom dia, Senador Paulo Paim!

Eu gostaria de agradecer a oportunidade, a iniciativa do senhor. Gostaria de agradecer a todos os presentes, à Mesa, aos companheiros, ao Sr. Manasses.

Eu me chamo Luiz Paulo. Falo, aqui, em nome de algumas associações de Vitória da Conquista, no Estado da Bahia, mas, em primeiro lugar, em nome dos nossos associados, dos milhares e milhares de brasileiros aqui representados também pelos nossos colegas, que colocaram muito bem, que são pessoas de renda *per capita* humilde, são pessoas que o Senador já bem apoia, são pessoas que ganham menos de US$300, menos de US$400, e não têm, realmente, o acesso ao perfil exigido pelas grandes e os primórdios das companhias securitárias.

Nós estamos aqui, Senador, na mesma luta, falando que vamos, sim, fazer caminhadas, levantar a bandeira, ecoar o grito não pelas associações, mas sim pelos nossos associados, aqui bem representados pelo Sr. Manasses, pelo nosso amigo Mauro Rubem.

Eu gostaria de parabenizar a todos pela iniciativa e agradecer pela oportunidade, pois nós sabemos, Senador: que, se não for por iniciativas como a de V. Exª, seremos suprimidos por 20 companhias securitárias, e, como bem colocado pelo amigo, todo o nosso dinheiro vai embora para o exterior.

Queremos deixar bem claro, aqui, o nosso apoio. Representamos não as associações da Bahia, não as associações do Nordeste, mas sim os nordestinos, os nossos associados desassistidos, ora pelo Poder Público, ora pelas companhias de seguro que não nos aceitam, nos discriminam. Além de nos discriminar como clientes, nos discriminam, agora, como associados, como presidentes e diretores de associação.

Eu gostaria de agradecer a oportunidade e a iniciativa de todos.

Muito obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. O Sr. Luiz Paulo, da Bahia, falou por todos, também.

O representante de Santa Catarina.

O SR. FERNANDO REDIVO – Bom dia a todos!

Eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui nesta Casa, agradecer ao Senador Paulo Paim a oportunidade que está dando a todas as associações, a todos os representantes de associações, e cumprimentar todas as demais autoridades aqui presentes.

Santa Catarina é um Estado pequeno e faz divisa com o seu Estado, o Rio Grande do Sul. Somos sabedores de que a Região Sul – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – é muito forte no sentido associativista, principalmente em se tratando de agricultura. É um modelo a ser seguido. Creio que podemos aplicar isso e melhorar. Existem alguns pontos a serem melhorados, porém, com auxílio desta Casa, com auxílio das autoridades, podemos tomar corpo e ter força para combater a Susep, combater esse monopólio que hoje existe, e igualar os poderes aqui dentro também.

Quero parabenizar o companheiro Edison. As palavras dele foram muito bem postas. No mais, quero dizer que vou voltar para Santa Catarina, eu e meu colega, muito satisfeito com o apoio que estamos tendo das autoridades aqui, de todos, de toda esta Casa, deste Plenário. Agradeço.

Muito obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. O seu nome completo, só para registro.

O SR. FERNANDO REDIVO – Fernando Redivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Fernando. Fica registrado já o seu nome.

O representante de Pernambuco.

O SR. RODRIGO CARVALHO – Bom dia a todos!

Em poucas palavras, quero agradecer aqui a toda a Mesa, ao Senador Paulo Paim e ao Sr. Manasses, pelo convite feito, e mostrar que Pernambuco também está nessa luta. Junto com todos, chegaremos aos nossos objetivos.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Qual é o seu nome?

O SR. RODRIGO CARVALHO – Rodrigo Carvalho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Rodrigo.

Agora, volto a palavra para a Mesa, para as considerações finais. Entendo que, com isso, nós contemplamos o Plenário. Falou o Deputado, falou o Vereador e falaram três representantes de regiões.

Vamos começar, agora, do último para o primeiro. A primeira a usar a palavra é o...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quem?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Sr. Edison.

Então, passamos a palavra para o Dr. Edison.

O SR. EDISON PEREIRA CARVALHO – Senhoras e senhores, nós agradecemos a todos, às autoridades aqui presentes, pela ajuda. Esperamos fazer com que o nosso segmento tenha conhecimento tanto no Legislativo, quanto no Judiciário. O que está faltando para nós é o nosso Legislativo e o nosso Judiciário terem conhecimento do que nós fazemos.

No mais, obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. O Sr. Edison Pereira Carvalho, que fez um belo pronunciamento e, agora, sintetizou o seu ponto de vista. Por isso, recebeu as palmas de vocês.

Eu, agora, vou ouvir a Cintia, que preside a Federação Nacional das Associações de Benefícios.

A SRª CINTIA SOUZA DOS SANTOS – Bom, para finalizar, eu gostaria de agradecer novamente a presença de todos e dizer que, após a finalização aqui, estamos querendo fazer mais uma reunião e contamos com a presença dos senhores. Ao final, daremos mais informações. Saibam também que o movimento só está começando. Contamos com a presença de todos os senhores.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Cintia.

Vamos seguir a escala. Os últimos serão os primeiros. Vai falar o Sr. Mauro, então, que é Presidente da CUT e ex-Deputado.

O SR. MAURO RUBEM – Senador Paulo Paim, colegas, todos que vieram de vários Estados, é um grande prazer estar aqui.

Reiterando o que já foi falado, nós entendemos que é uma nova ação para reduzir a derrama, que o País já enfrentou tantas. Essa é uma nova fase.

Quero aproveitar essa oportunidade, Senador Paulo Paim. Enquanto estive como Deputado em Goiás, eu fui Presidente da Comissão de Direitos Humanos pelos três mandatos. Há uma demanda que eu quero deixar aqui para V. Exª, sua assessoria já recebeu, sobre graves violações de direitos humanos que o Estado de Goiás sofre. O senhor já conhece o caso do IDC nº 3, alguns desaparecimentos, coisas que, infelizmente, compõem a nossa realidade. Mesmo estando como Presidente da CUT, hoje, essa é uma bandeira que não se afasta, porque a questão dos direitos humanos está aqui provada. A Cintia mesmo usou esse diploma legal. E Senador, quero pedir até para, quem sabe, publicar em grande quantidade a Declaração Universal dos Direitos Humanos, para que todos conheçam.

Aqui, estamos combatendo a violação do direito ao associativismo, não é, Sr. Edison, Sr. Manasses? Estamos, aqui, querendo garantir o direito humano básico do associativismo. Quem é religioso, quem tem alguma religião sabe que até Jesus Cristo se associou para poder fazer a sua jornada. O que está acontecendo é uma violação de direitos humanos. E nós, que somos defensores de direitos humanos, o Senador Paulo Paim hoje preside a Comissão de Direitos Humanos, queremos aproveitar, aqui, e fazer essa reflexão do quanto é importante a agenda dos Direitos Humanos, como o combate à violência contra as mulheres e a todas as demais violações, mas, particularmente, agora, o combate à violência do capital; à violência do monopólio; à sangria dos recursos do povo brasileiro através de algumas grandes corporações, nesse caso, as seguradoras.

Contem com o nosso trabalho.

Nós queremos, também, reforçar o que a Cintia disse e convidar – não é, Senador? –, ao final da reunião, os que estão nas outras salas a virem para cá, tanto para fazer uma foto com o Senador Paulo Paim, com todos nós, aqui... Será um momento histórico, Senador. V. Exª está oportunizando a construção de um movimento que é importante para o povo brasileiro e que já acontece na base. Isso aqui é totalmente diferente, é um movimento que já acontece na base e está se organizando nacionalmente. Não é aquele que se organiza nacionalmente para depois acontecer na base.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! (*Palmas.*)

É nisso que eu acredito.

O SR. MAURO RUBEM – Então, esse é o movimento, e V. Exª foi uma peça chave, importante para esse processo. Quero, com certeza, tê-lo nos passos seguintes.

Então, contem conosco. A CUT vai estar junto com todos, a todo momento,

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. O ex-Deputado Mauro Rubem falou pela CUT.

Sr. Cleiton Dornelas Luiz Campos, Ascobras.

O SR. CLEITON DORNELAS LUIZ CAMPOS – Eu queria agradecer ao Senador, novamente, por esta oportunidade. Acho que o primeiro passo foi dado. Agora, de fato, é se planejar e buscar o próximo passo. Eu queria agradecer a todo mundo.

Obrigado a todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Cleiton. Parabéns pela forma resumida e objetiva.

Sr. Raul Canal, Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Médico e Bioética (Anadem) e Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Advogados.

O SR. RAUL CANAL – Senador Paulo Paim, muito brevemente, quero agradecer a V. Exª pela iniciativa. V. Exª afirmou que só defende causas. Eu sou seu admirador desde seu primeiro mandato como Deputado. Acompanhei a maioria das causas que V. Exª defendeu e posso assegurar e testemunhar, embora V. Exª não

precise disso, que todas as causas foram, eram e são justas. Nunca vi V. Exª defender uma causa injusta neste País. E essa é, com certeza, mais uma causa justa.

O Deputado Farias, de Minas Gerais, eu soube agora que ele é médico também, e um assunto com o qual eu tenho bastante intimidade é justamente o Direito Médico. Participei, neste último final de semana, em Teresina, no Piauí, de um seminário de gestão em saúde, e o tema foi debatido lá.

No sistema de saúde complementar ou suplementar, Senador, quem apresenta melhor *performance* hoje, no Brasil, são as autogestões, que nada mais são do que associações, pessoas que se unem, geralmente funcionários públicos ou alguns segmentos de trabalhadores, para prover o próprio sistema de saúde sem mandar dinheiro para o exterior, como falou o nosso colega. As autogestões apresentam não apenas a melhor *performance* financeira e administrativa, como prestam melhor serviço que qualquer outro seguro, qualquer outro plano. (*Palmas.*)

Só para complementar, eu não me recordo de ter visto alguma autogestão falir ou quebrar neste País. Assistimos, só neste ano, a duas seguradoras serem liquidadas pela Susep – só neste ano: a Mutual e a Confiança. No ano passado, foram três. Neste milênio, nesses 15 anos de milênio, pelo menos 12 seguradoras já foram fechadas no País, e nenhuma associação quebrou ou faliu por incompetência, por má gestão, por desvio de dinheiro ou coisa que o valha. Então, as associações são, sim, mais seguras, mais sérias, às vezes, na sua gestão, porque lidam diretamente com o ser humano e objetivam, realmente, a proteção patrimonial, não o lucro pelo lucro, o dinheiro pelo dinheiro.

Obrigado, Senador! Obrigado a todos!

Parabéns pela iniciativa! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. O Sr. Raul Canal, mais uma vez, faz aqui uma fala direta, objetiva, fortalecendo o sistema cooperativista.

Agora, vamos para o Sr. Waldiney Pereira Reis. Ele vai ter de dizer nem que seja "bom dia", "boa tarde", "boa noite", "estou chegando", "estou saindo", "estou vindo". Vai ter que dizer qualquer coisa, agora! (*Risos.*)

A expectativa é grande! E não se emocione demais! Estou aqui brincando que é para o senhor se soltar mais.

O SR. WALDINEY PEREIRA REIS – Pode ficar tranquilo.

Primeiramente, quero agradecer novamente a V. Exª por dar oportunidade para eu falar sobre a minha pessoa e a Federação de Goiás.

Desculpe por eu não ter conseguido ler um discurso engessado que me foi dado, porque eu gosto de falar com minhas próprias palavras.

Quero agradecer a presença de todos, a todos os presidentes e as associações que estão aqui, incluindo as que esquecemos de citar. Veio uma comitiva de Goiás para cá: Aaprovel, Aprova Brasil, AGS, MB, Utiliza, Autobem, do Aurélio, que representa o Maranhão, aqui. Ao meu pessoal, meus colaboradores, que estão lá no fundo, eu gostaria muito de agradecer a eles, que estão aqui presentes. (*Palmas.*)

Também ao nosso companheiro Vereador Deivison Costa, que está ali no fundo, que é nosso amigo também.

Sem mais palavras para vocês. Agradeço a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ele se guardou para o final. Falou e falou bem. Meus cumprimentos.

Para encerrar, então, o companheiro Manasses Santos, que é Presidente do Movimento Nacional Pro Associativismo.

O SR. MANASSES SANTOS – Pessoal, quero, mais uma vez, agradecer ao nobre Senador, um homem de causas, famoso na mídia por defender o fator previdenciário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Que conseguimos mudar.

O SR. MANASSES SANTOS – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agora mudou. Quem quiser encaminhar a aposentadoria, aproveite agora, ouviu? Nos próximos 2 anos, está garantido, pelo menos, a aposentadoria sem o fator. Permita-me esse gancho, porque as pessoas não perceberam que mudou.

Antes, com o fator, o homem tinha de ter 67 anos para se aposentar e a mulher, 67, com salário integral, naturalmente estou falando nesse princípio. Com essa nova fórmula, a mulher se aposenta com 55 e o homem, com 60. A mulher, 55 de idade e 30 de contribuição; o homem, 60 de idade e 35 de contribuição. Antes, a contribuição era a mesma, mas, devido a esse famigerado fator, tinha de esperar até 67 anos. Mudou, aproveitem agora. Daqui a dois anos, aumenta um ano.

O SR. MANASSES SANTOS – Beleza.

Também contra as privatizações das empresas estatais e contra a terceirização da mão de obra.

Também quero agradecer aqui ao nosso amigo Deputado, que prontamente atendeu ao convite, Ricardo Faria, de Minas; nosso Vereador Deivison Costa; nosso amigo Jonatan, futuro Vereador por Aparecida, que também veio nos prestigiar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já lançou o homem, aqui. (*Risos.*)

O SR. MANASSES SANTOS – Pré.

De modo geral, quero agradecer a todos os presidentes do Brasil inteiro. Sabemos que a outra sala está abarrotada de pessoas.

Quero convidar o Senador, que acredito que já comprou a nossa briga, a vestir a nossa camisa, a camisa do nosso movimento. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

O SR. MANASSES SANTOS – A Associação...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. MANASSES SANTOS – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Parabéns ao Manasses Santos!

Depois me deem uma camisa, então. Se querem que eu vista, vão ter de abrir a mão e me dar uma camisa de presente. Eu tenho de ganhar de presente. Eu também sou mão fechada! (*Pausa.*)

Bom, vou ganhar uma camisa.

Então, com a fala do Manasses Santos, Presidente do Movimento Nacional Pro Associativismo, vamos encerrar nossa audiência pública, que atingiu todos os objetivos. Nós, agora, podemos manter contato permanente para os próximos passos, visando, como aqui foi dito, e muito bem, por todos, a assegurar um direito legítimo que, em princípio, já está...

A moçada é rápida no gatilho, rapaz! Está aqui a camisa, já. (*Palmas.*)

Pessoal, eu queria agradecer a todos que vieram, eu sei, das mais variadas regiões do nosso País, para este momento importante.

Eu sou daqueles, também, que acreditam que a pressão, a mobilização podem fazer com que as causas sejam vitoriosas. Os senhores que deixaram seus lares, seus Estados, e vieram pra cá, podem ter certeza absoluta de que não foi em vão. Estou convicto de que avançaremos e seremos vitoriosos. Os senhores terão o direito, sim – direito já consagrado –, de manter as cooperativas.

Estive, ainda nesse fim de semana, numa outra cooperativa, no Rio Grande do Sul, onde foi recebido com enorme carinho. Falei para eles que vinha pra cá. Eles não puderam vir, mas eu informo ao meu querido Rio Grande que estamos caminhando bem.

Aqui, na Mesa, os senhores sabem que a gauchada está muito bem representada. Há dois gaúchos à mesa.

Não é pela qualidade, mas pela quantidade: nós somos dois, enquanto que... (*Risos.*)

...cada um aqui representa um Estado.

Enfim, pessoal, contem sempre comigo.

Essa luta é minha, é nossa, é do povo brasileiro! Viva o cooperativismo! (*Palmas.*)

Eu queria só convidar aqueles que estão na outra sala para que viessem para cá, para tirarmos uma foto coletiva.

Eu ainda não disse que está encerrada a audiência pública, e o Vereador pediu um aparte.

O SR. DEIVISON COSTA – Presidente, questão de ordem. Só para fazer uma correção: eu disse que o Deputado Mauro Rubem havia organizado, mas a liderança do movimento é do Manasses. Só para ficar bem registrado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

O SR. DEIVISON COSTA – Só para ficar bem registrado aqui que ele é o mediador desse grande trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Claro que ele apoiou.

O SR. DEIVISON COSTA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está encerrada a audiência pública.

Um abraço a todos.

(Iniciada às 9 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 05 minutos.)

ATA DA 112ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2015, TERÇA-FEIRA, NA SALA Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e quinze, na sala 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Flexa Ribeiro e dos não membros Senadores José Pimentel e Paulo Rocha. Registra-se a presença da Deputada Federal Erika Kokay. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 186 de 2015-CDH de autoria do Senador Paulo Paim, para homenagear: "Os 60 Anos do DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Zenaide Honório, Presidente do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE; Ângela Maria Schwengber, Coordenadora de Estudos e Desenvolvimento do DIEESE; José Maria de Oliveira, Coordenador Regional do DIEESE/DF; Antônio Augusto de Queiroz, Diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas no Plenário: Deputada Federal Erika Kokay; Carlos Terra Estrela, Presidente da Associação dos Servidores da Agência Brasileira de Inteligência – ASBIN; Sérgio Ronaldo da Silva – Direção Nacional Condsef; Francisco Luiz da Silva (Luizinho), da Contracs e do Sindicato dos Comerciários – DF; José Renato; Cristiano Severo, Secretário de Estudos Socioeconômicos do Sindicato dos Bancários; Antônio Eustáquio Ribeiro, da Direção Regional do Sindicato dos Bancários do DF; Francisco Urbano, da Contag; Luiz Carlos Paes de Castro, Diretor de Externas do SINAL; Lilian Arruda Marques, do Dieese. O Senhor Presidente concede a palavra à Presidente do DIEESE, para suas considerações finais. O Senhor Presidente faz encaminhamento informando que incluirá a Escola do Dieese como beneficiária de emenda parlamentar individual à LOA. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, José Pimentel e Paulo Rocha. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e vinte e sete minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 112ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, desta Casa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 186, de minha autoria e de outros Senadores, para homenagear os 60 anos do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo, por meio do Portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br-ecidadania e do Alô Senado, através do nº 0800612211, que está na tela.

Faço uma rápida introdução, e não vou fazer a leitura porque entendo que não há necessidade. Acompanho a vida e a história do Dieese há, no mínimo, 40 anos dos 60 que, hoje, estamos aqui lembrando. O Dieese tem uma caminhada que nos orgulha a todos. Fiz questão de estar, hoje, presidindo esta reunião, embora, durante a tarde, estivesse inscrito para falar no plenário, mas cedi meu lugar para outro Senador, porque entendo que o mais importante é estar aqui, neste momento histórico. Acho mais, acho que os 60 anos do Dieese deveriam ser lembrados, festejados, comemorados inclusive numa sessão do plenário do Senado, que ainda tentaremos articular, junto com as centrais, as confederações e todas as entidades dos trabalhadores.

Quando fazemos uma retrospectiva histórica da nossa caminhada, caminhada do combate à ditadura, do fortalecimento da democracia, de subsídio com dados, com números, com informações, em cada enfrenta-

mento que tivemos ao longo destes anos, eu diria que a história do Dieese nos remete à história dos homens e mulheres de bem que sempre visaram a atingir um patamar onde todos tivessem uma qualidade de vida melhor.

Eu diria que o Dieese contribuiu, inclusive, para a eleição do Presidente Lula, pela forma como subsidiou o bom combate, o bom debate ao longo da história, não que seja partidário, mas como tem uma posição clara e nítida de contribuir com números e dados que a elite brasileira nunca nos forneceu, o Dieese veio para fazer o contraponto. Que a elite apresente seus dados, são legítimos, embora, muitas vezes, questionemos, mas fico sempre com os números do Dieese. Então, é com enorme satisfação, com enorme alegria que estou abrindo esta audiência, para fazer esta mais do que justa homenagem.

De imediato, vou convidar para a Mesa os nossos painelistas, conforme a lista que foi articulada com o próprio Dieese e a nossa assessoria.

Convido, em primeiro lugar, pela ordem de montagem da lista, a Presidente do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Zenaide Honório.

Muito bem, Zenaide Honório. Seja bem-vinda!

Convido, também, a Coordenadora de Estudos e Desenvolvimento do Dieese, Ângela Maria Schwengber. Vamos lá. Convidamos José Maria de Oliveira, Coordenador Regional do Dieese-DF. Convidamos Antonio Augusto de Queiroz, Diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), o Toninho.

No Movimento Sindical, conforme o entendimento feito, o Dieese fica na Mesa, junto com o Diap. A partir do momento em que eles chegarem, usarão aqui a primeira fila e a palavra para dar a sua opinião, enfim, fazer a sua saudação.

De imediato, passamos a palavra para a nossa querida Zenaide Honório, que é Presidente do Dieese.

O SR. ZENAIDE HONÓRIO – Boa tarde! Boa tarde, Senador, boa tarde a todos que aqui se encontram. Em nome do Dieese nós queremos agradecer a iniciativa que V. Exª teve de fazer essa homenagem nesta Casa.

Sabemos da importância de estarmos aqui hoje no movimento sindical. Das lutas que já tivemos nesta Casa, com certeza teremos outras, porque a conjuntura não está fácil para ninguém.

Senador, se me permite, vou fazer uma leitura. O Dieese, nesses 60 anos, auxiliou muito a classe trabalhadora no sentido de produzir e de nos cutucar para que a gente cobrasse dos governos, dos patrões, que as nossas propostas, que as nossas demandas fossem transformadas em políticas públicas para o nosso povo. Então, é nesse sentido que quero pedir licença para fazer uma leitura de todos esses trabalhados que foram desenvolvidos pela nossa equipe técnica, que sempre se pautou pelo mundo do trabalho, para que a gente tenha um mundo mais justo e acolhedor em nossos locais de trabalho, em nossa sociedade.

Então, o Dieese completa, em dezembro de 2015, 60 anos de história que se estrutura e cresce junto com o movimento sindical neste País. A entidade, hoje, está presente em todas as unidades da federação, com escritórios regionais em 19 Estados e aqui no Distrito Federal, há 30 anos.

Em nove Estados, temos implantada a pesquisa da cesta básica. São cem unidades de trabalho espalhadas pelo território que, além dos escritórios regionais, contam com subseções. Quer dizer, os sindicatos podem ter um técnico para trabalhar as suas questões específicas. É uma unidade em cada sindicato associado: unidade de pesquisa de emprego e desemprego; a cesta básica; o ICV; a pesquisa sobre greves; sobre salários; a nossa própria escola. Este ano nós fizemos a formatura da nossa primeira turma. Aquilo que deu o pontapé inicial do Dieese foi o departamento da escola. A gente está conseguindo, agora, entregar ao mercado de trabalho uma turma que foi formada este ano.

Quero agradecer a parceria que tivemos desta Casa, o empenho, para que tivéssemos um financiamento e pudéssemos colocar a escola em pé para atender os filhos da classe trabalhadora.

Então, o Dieese foi protagonista nesses 60 anos nas questões de assessoria para o mundo do trabalho. A credibilidade do Dieese cresceu junto com o movimento sindical e as relações institucionais foram se estabelecendo e se ampliando com os organismos governamentais, com o Legislativo e o Judiciário, com diversos órgãos públicos e com organismos internacionais e multilaterais. O Dieese é o único no mundo a prestar esse tipo de atividade. Não existe um outro que tenha esse *know-how* no País e no mundo.

O sentido institucional dado pela profunda identidade sindical é acompanhado por uma autonomia técnica como a forma de gestão que confere absoluta independência para produzir o melhor conhecimento científico a serviço dos trabalhadores.

A definição estratégica do campo da produção técnica é dada pelo movimento sindical a partir das propostas apresentadas pela equipe nos projetos trienais de planejamento e nos planos de trabalhos anuais. O Dieese produz estudos sobre a evolução salarial, pesquisas sobre perda salarial, reajustes necessários, entre outros.

E, agora, nós temos, mais recente, uma parceria com o Diap nesta Casa para discutir as questões do mundo do trabalho; o comportamento do setor de empresa; a análise do contexto econômico; reflexos seto-

riais; análise de estruturas salariais de plano de cargos e salários. Na agenda temática, ele possui um leque de trabalho, entre assessoria, como conjuntura e temas macroeconômicos, desoneração da folha de pagamentos e encargos sociais, direito de greve do setor público, direito de greve e negociação coletiva, a convenção da 151, para a qual a gente ainda busca a regulamentação; o transporte público, o emprego doméstico – que esse ano foi bastante pautado na sociedade e neste Congresso –, a questão da informalidade, terceirização, questões das mulheres, a questão de gênero, dos negros, a política industrial e desindustrialização, as práticas antissindicais, que são praticadas neste País, questões da previdência social. Enfim, é uma série de trabalhos, o trabalho decente, o trabalho escravo, o trabalho coletivo, a educação, como já falei, que envolve a questão da nossa escola, assessoria, formação.

Alguns dos espaços institucionais contam com a assessoria do Dieese, o Conselho Curador do Fundo de Garantia, o Conselho Deliberativo do FAT, o Conselho de Desenvolvimento Social, Econômico e Social, o Conselho de Relações de Trabalho no Ministério do Trabalho e Emprego, conselhos e grupos de trabalho no Plano Brasil Maior, Conselho de Desenvolvimento Industrial, vários fóruns, mesas de negociação coletiva, e aí assessorando as centrais, pois hoje nós temos todas as centrais que são filiadas ao Dieese, mais 700 sindicatos, a Mesa Nacional de Construção, a Mesa Nacional dos Aposentados.

Então, vale o destaque para a construção da nossa Escola de Ciências do Trabalho, como eu já falei, que foi um anseio, uma visão que os trabalhadores tiveram em 1955 em montar um departamento, mas aí, também, ter uma faculdade para que a gente possa atender o movimento sindical, o filho da classe trabalhadora

Então, tudo isso só foi possível realizar, nesses 60 anos, porque o Dieese teve apoio do movimento sindical no Brasil e, também, de um tempo para cá, o apoio institucional do Legislativo, assim como desta Casa, que tem destinado verbas, através de emendas, para que a gente pudesse tocar, no dia-a-dia, nessas questões conjunturais e nas questões que estão voltadas para o mundo do trabalho, para que nós, do movimento sindical, possamos nos contrapor às demandas que nos têm sido colocadas no dia-a-dia.

Para encerrar, eu quero, aqui, agradecer desses 60 anos, todos os técnicos que trabalharam conosco, toda a assessoria que a gente teve neste período, os dirigentes sindicais, nós temos aqui o Epaminondas, e, em nome de todos, quero agradecer e deixar um forte abraço, porque o Epaminondas é quase um dos fundadores do escritório regional. Esteve conosco na direção nacional do Dieese por um longo período. O companheiro Eustáquio que também está aqui, é bancário e professor, faz parte da direção nacional.

Agradecer este momento e dizer que é muito importante nós estarmos aqui hoje para fazer esta homenagem. E quem ganha este presente é o movimento sindical, é a sociedade civil, os 60 anos do Dieese.

Então, parabéns para todo o movimento sindical...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Registramos a presença – permita-me atrapalhar aqui – do nosso querido Senador Pimentel, que foi líder sindical e é o Líder do Governo.

E eu tenho dito que a postura dele aqui tem sido exemplar. Talvez muito de vocês não saibam, mas muitas e muitas vezes – eu vou contar até onde eu posso, viu, Pimentel? E ele vai dizer que não tem segredo – ele tem nos ajudado, subsidiando o bom debate para que a gente possa, inclusive, avançar junto ao Governo.

Eu queria que você repetisse o nome dos dois.

O SR. ZENAIDE HONÓRIO – Epaminondas e Eustáquio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Peço uma salva de palmas para o Pimentel e para os dois que você citou. (*Palmas.*)

O SR. ZENAIDE HONÓRIO – Obrigada, Senador, pela presença. Já estou terminando.

Muito obrigada. Quero agradecer em nome da direção sindical esse espaço que o senhor gentilmente nos cedeu, para que pudesse fazer essa homenagem pelos 60 anos.

Então, parabéns ao Dieese, parabéns à classe trabalhadora deste País.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem Zenaide Honório, Presidente do Dieese.

Os Senadores e Deputados que vieram a este evento usarão a palavra no momento em que eles entenderem mais adequado.

Agora vamos, de imediato, passar a palavra para a Coordenadora de Estudos e Desenvolvimento do Dieese, Ângela Maria. O sobrenome você diz agora. Antela Maria...

A SRª ÂNGELA MARIA SCHWENGBER – Schwengber.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ângela Maria Schwengber.

Muito bem. Eu aprendo até o final da reunião.

A SRª ÂNGELA MARIA SCHWENGBER – É difícil mesmo, nem eu aprendi direito.

Boa tarde a todos e a todas. Senador Paulo Paim, agradeço em nome da direção técnica do Dieese por essa homenagem ao Dieese, ao coordenador sindical do Distrito Federal do Dieese, José Maria; ao Toninho do Diap, nosso parceiro de muitas lutas nesta Casa, inclusive; nossa Presidente Zenaide. Queria também aproveitar para agradecer a presença do Sr. Albano, dirigente sindical da Contag, que é também um lutador antigo e que nos honra com a sua presença...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ele é do meu tempo. Onde ele está? Está lá atrás?

A SRª ÂNGELA MARIA SCHWENGBER – Albano, levanta aí. Você é do meu tempo. Sempre é bom te ver. (*Palmas.*)

A SRª ÂNGELA MARIA SCHWENGBER – Queria também, em nome do Parreiras, que está aqui honrando com a sua presença, agradecer e homenagear toda equipe técnica do Dieese.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Para o Parreira e para o Paulo Rocha, nosso querido dirigente sindical. (*Palmas.*)

Que travam um bom combate aqui nesta Casa e é vice-líder nesta Casa. Trava um bom debate. Sei do esforço que ele faz para avançar nas questões dos trabalhadores.

A SRª ÂNGELA MARIA SCHWENGBER – O Parreiras foi técnico do Dieese e, por isso, agradeço a equipe em nome dele, aos Senadores presentes.

Muito obrigada.

Acho que a Zenaide trouxe a história do Dieese, que é intimamente ligada à história recente ou não tão recente, de 60 anos, das lutas do movimento sindical, do quanto tem sido importante construir um conhecimento a partir do olhar dos trabalhadores sobre a realidade, sobre os desafios que temos para enfrentar no País para construção da democracia, que é algo que estamos sempre empenhados a construir e com tantas dificuldades o tempo todo.

Queria acrescentar à fala da Zenaide, porque não é o caso de repetir naturalmente, que nós ainda, apesar de tantas décadas de luta que o Dieese está fazendo parte disso, as lutas anteriores e as lutas que ainda virão, talvez destacar três ou quatro pontos que são estratégicos e que dialogam muito também com a agenda Parlamentar.

Temos uma questão que é clássica no mercado de trabalho, que é a heterogeneidade do mercado de trabalho no Brasil. Temos diferentes formas de inserção. A mais estruturada e que tem garantias mínimas de condições de trabalho é a dos trabalhadores assalariados celetistas, mas temos inúmeras outras formas de inserção no mundo do trabalho, que pouco ou nada tem de legislação que os ampare, eles são invisibilizados muitas vezes, trabalhadores por conta própria, trabalhadores que ficam na informalidade, mesmo os assalariados rurais, não é Sr.Albano.

Estou olhando aqui para o senhor e lembrando a quantidade de lutas que foram desenvolvidas, mas ainda continuamos tendo os trabalhadores rurais assalariados como os que recebem os mais baixos salários, que têm alta rotatividade no mundo do trabalho, enfim, essa heterogeneidade coloca um conjunto de desafios que tem a ver com as leis deste País, que nos coloca uma agenda sempre de necessária atualização, que é como superar a questão de informalidade, como superar a rotatividade, como superar a desigualdade de renda no trabalho que temos e que é uma desigualdade que se expressa nas condições de gênero, raça, nas condições regionais, nas formas de inserção. Então, acho que isso é uma questão importante.

A outra, que eu acho que é a grande luta, é a luta distributiva. Como distribuir de maneira mais equitativa a renda e a riqueza produzida neste País com a força de trabalho dos trabalhadores brasileiros? Na nossa eterna luta por manter e aprofundar uma política de salário mínimo, uma política de distribuição de renda.

E o Dieese tem acompanhado... Acabamos de lançar, inclusive, um livro atualizando a história do salário mínimo no Brasil. Um livro importante, para quem ainda não tem, é importante ler porque recupera toda essa luta, toda a dificuldade que é manter uma política de salário mínimo neste País e o quanto ela é importante para superação da pobreza, para superação das condições mais precárias de inserção no mundo do trabalho. A grande luta, que volta sempre renovada, é como promover o desenvolvimento com inclusão no trabalho e com inclusão digna, trabalho digno para os trabalhadores?

E, por fim, eu queria dar um destaque importante porque talvez, se tivéssemos isso, a gente poderia enfrentar de uma maneira melhor vários desses desafios, que é um sistema público de emprego, trabalho e renda. Esse é um debate inconcluso, uma construção inconclusa no Brasil. Várias tentativas.

Nós temos o Sistema Nacional de Emprego, que padece profundamente de condições para o seu funcionamento. A maior parte dos postos de atendimento da Rede Sine hoje estão desestruturadas, estão em condições precaríssimas de atendimento ao trabalhador.

E aí, nós vemos a grande dificuldade de conseguir, inclusive, inserir os trabalhadores nas vagas de emprego disponíveis, muitas vezes. Mas é porque, realmente, as condições são muito precárias, assim como o acesso ao seguro-desemprego, o acesso à qualificação profissional. Essas são as principais políticas que deveriam estar articuladas em um sistema público de emprego, trabalho e renda, de fato estruturadas como uma política pública federativa, com maior clareza do papel das unidades da Federação na implantação desse sistema.

Houve um grande debate ao longo dos anos de 2004 e 2005, do qual resultou uma deliberação importante em relação à reestruturação do sistema público de emprego, trabalho e renda. Um debate que foi realizado em congressos regionais, em um congresso nacional do sistema público de emprego, trabalho e renda. Uma proposição muito importante de reestruturação desse sistema.

Mas, infelizmente, até hoje a gente não conseguiu dar um salto efetivo de implantação. E eu acho que esta Casa, junto com a Câmara dos Deputados, poderia fazer esse debate e tentar, de uma vez por todas, a gente conseguir criar. Assim como criamos o sistema único da saúde, o sistema único da assistência social, ter um sistema público de emprego, trabalho e renda que ofereça, de fato, acesso digno aos trabalhadores deste País às políticas públicas às quais eles têm direito, mas que, infelizmente, muitas vezes, sequer eles conseguem reconhecer e acessar esses direitos.

E o Dieese tem contribuído profundamente com o movimento sindical na sistematização de conhecimentos a respeito dessas políticas. Nós lançamos, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego – agora Ministério do Trabalho e Previdência Social –, estudos e análises sobre essas políticas públicas. Há o anuário do sistema público de emprego, trabalho e renda, em que a gente acompanha os indicadores de desenvolvimento dessas políticas.

Acho que tem hoje informação e conhecimento suficientes para que a gente possa avançar na estruturação desse sistema e oferecer realmente condições melhores de atenção e da oferta dos direitos dos trabalhadores de uma maneira melhor.

Então, é isso. Eu queria só deixar esses destaques. Mais uma vez, agradecer a todas as pessoas que vieram prestigiar. Agradecer ao Senador Paulo Paim por nos ter agraciado com essa homenagem, e a todos os companheiros do movimento sindical, para os quais nós, técnicos do Dieese, prestamos serviço. E a gente espera poder manter essa instituição por muitos outros 60 anos, a serviço da classe trabalhadora neste País.

Então, obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Ângela Maria Schwengber. E dizer somente que essa iniciativa, na verdade, é de toda a Bancada Sindical aqui no Senado. Eu apenas presido a Comissão e alguém tinha que apresentar o requerimento. Mas, quando conversamos, foi unânime. Não houve um sindicalista ou até ex-sindicalista, mesmo aqueles que não são Senadores e que se prontificaram a estar aqui presentes, como o Vice, o suplente do Senador Cristovam Buarque, que está aqui com a gente.

José Maria de Oliveira, Coordenador Regional do Dieese.

O SR. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA – Boa tarde, pessoal.

É muita satisfação estar aqui na homenagem ao Dieese. O nosso Sindicato dos trabalhadores é filiado a esse Dieese desde o dia 24/02/1986. Paulo Paim, você me recorda muita coisa daquelas épocas passadas em que você conquistava na luta aí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É que a história do Dieese é a história das nossas vidas, não é? Então se confunde tudo.

O SR. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA – Eu fico assim muito gratificado quando chego no Dieese, ou aqui, com a Direção do Dieese, pela luta deles, lá trabalhando, porque o Dieese é uma arma do movimento sindical, embora haja muitos movimentos sindicais que não valorizam o Dieese, porque se valorizassem, todo mundo estaria em peso aqui dentro.

E outra coisa também. O Dieese é o socorro do movimento sindical. Eu digo pelo nosso sindicato, porque quando precisamos, estamos em campanha salarial e em outros movimentos, nós procuramos quem? Procuramos o Dieese, porque é o único órgão que a gente sabe que não mente para o movimento sindical. Nós mesmos, agora, estamos em campanha salarial e recorremos a quem? Ao Dieese, ao qual estamos filiados. E até hoje nunca deixou de nos atender.

E eu me sinto muito honrado de fazer parte dessa direção do Dieese local, porque nós do movimento sindical, se não estivermos unidos um com o outro, quem estará unido um com o outro? Ninguém. Os órgãos governamentais, você sabe como é! Patrão, você sabe como é! Então, como a gente vai ficar, se não estivermos unidos um com o outro? Por isso estamos aqui.

E ainda ao lado do meu Senador e do Senador Pimentel. Uma vez nós participamos de um encontro, lá naquele setor de hotéis, sobre a Previdência Social. Você se lembra? Pois é, foi muito bom. E aqui nós estamos, viu? Eu vou falar pouco porque a hora está...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Falou pouco e falou bem.

O SR. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA – É isso. Então, no movimento sindical temos que estar unidos.

E também homenagear os funcionários do Dieese, os técnicos e todos mais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

O SR. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA – Porque quando nós homenageamos... Quem nos representa, no Dieese? São os técnicos e os funcionários. Nós não ficamos lá direto, e quem nos representa? São eles. Não é isso? Então é a homenagem a eles também.

E eu com muita honra tenho uns amigos ali. Lá está o cabeça branca... Como é o nome dele? Esqueci o seu nome?

O Max. Eu considero o Max não como técnico do Dieese, considero como coordenador-geral do Dieese, porque essa cabeça dele aí...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Você o promoveu...

O SR. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA – Tem a Lilian ali.

Tem aquele outro ali. Como é o nome dele? O Clóvis.

O Clóvis está há muitos anos, não é, Clóvis? Nós o conhecemos muito. E participou de muito encontro nosso no movimento sindical, nas nossas campanhas salariais, no Congresso; em tudo ele esteve presente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Para não dar ciumeira, vamos a uma salva de palmas para todos os técnicos, então.

O SR. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA – Pois é. Então é isso. Nós movimento sindical temos que estar com o Dieese, entendeu? Porque o Dieese é que socorre a gente.

Este dia mesmo tinha um sindicato... Eu estava lá no Rio Grande do Norte e o cara disse assim: Bicho, como a gente faz para pegar os cálculos do índice dos trabalhadores e vigilantes? Você não é filiado do Dieese, não? Ah, não sou não. Então você se filie e depois eu lhe dou, porque eu não vou trabalhar de graça. O Dieese vai trabalhar de graça para os outros? Eu já tentei muitas vezes que ele se filiasse. Nunca se filiou. Aí, quando eu chego lá, fica tirando onda, querendo cálculo, querendo não sei o quê...

De jeito nenhum. Tem que filiar primeiro. É isso que nós temos que fazer, porque o Dieese vive, tem vida. Nesses 60 anos, é órgão do Sindicato. E sem os Sindicatos contribuírem... E, mesmo, se eu não contribuir, não tenho direito a nada.

Você, quando vai servir ao Exército, se você estiver reservista, você entra em qualquer buraco, trabalha e tudo. E, se não estiver reservista, não trabalha. Então, a mesma coisa o Dieese: se nós não estivermos em dia, como vou estar cobrando serviço do Dieese?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! (*Palmas.*)

Ou aprende pelo amor, ou pela dor. Pela dor quando está difícil, aí muda, sai amando o Dieese, e dá tudo certo.

O SR. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA – Tem outra coisa também que eu me esqueci: de agradecer. Nessa nossa luta de registro profissional de vigilante, eles aqui são a nossa pedra principal. Ele está na frente, direto; a Erika também está na frente, não é, Erika?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Chico Vigilante, o Paulo Rocha, o Pimentel!

O SR. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA – É, a turma aí!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – São parceiros!

O SR. JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA – São nossos parceiros. O Chico Vigilante é o nosso guia, nem se fala! O Chico Vigilante é o nosso guia, tanto local como nacional. Chico Vigilante é nosso guia direto. E, com o apoio de vocês, eu espero que o nosso registro continue, e nós continuemos no Dieese.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, José Maria de Oliveira, Coordenador Regional do Dieese-DF.

E agora, com satisfação, eu passo a palavra para Antonio Augusto de Queiroz. Eu o chamo de Toninho, mesmo. A palavra com o Toninho, do Diap, que lembra sempre a figura aqui... desculpe não lembrar; não deixar de falar não só de você, mas do nosso querido Luiz. Ele está bem, com saúde?

O SR. ANTONIO AUGUSTO DE QUEIROZ – Bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está bom!

Está com a palavra o Toninho.

O SR. ANTONIO AUGUSTO DE QUEIROZ – Muito bem! Boa tarde a todos! Eu queria, inicialmente, cumprimentar o Presidente desta reunião solene, o Senador Paulo Paim; cumprimentar a companheira Zenaide,

Presidente do Dieese; a colega Ângela Maria, Coordenadora de Estudos e Desenvolvimento do Dieese; o companheiro José Maria de Oliveira, Coordenador Regional, e cada um dos senhores aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me, Toninho, eu sempre registro a chegada dos Parlamentares, e a Erika Kokay não tem como não notarmos que chegou, com esse sorriso franco, e fala muito bem também! (*Palmas.*)

É uma alegria recebê-la aqui!

O SR. ANTONIO AUGUSTO DE QUEIROZ – Então, é com muita satisfação que o Diap participa desta reunião solene em uma homenagem ao Dieese.

O Dieese, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, é uma entidade que foi criada, é mantida e dirigida por organizações de trabalhadores, que se constitui num verdadeiro centro de excelência da classe trabalhadora.

Desde 1955, portanto há 60 anos, o Dieese desenvolve estudos, pesquisas que fundamentam as reivindicações da classe trabalhadora e, mais do que isso, fornece informações estratégicas para a atuação de todo o movimento sindical. Na nossa avaliação, trata-se de uma instituição de utilidade pública e que, se não existisse, deveria ser criada.

Embora o Dieese seja uma instituição de caráter associativo, que presta serviços aos seus associados e filiados, os indicadores econômicos e sociais produzidos pelo órgão são de domínio público; portanto, pode-se perfeitamente caracterizá-la como uma instituição de utilidade pública. Aliás, é com esse fundamento que a FGV recebe recursos do Orçamento da União para bancar sua universidade, e o Dieese deveria ter o mesmo direito de alocação no Orçamento da União, pela importância que tem ao fornecer uma série de indicadores, tal como a FGV.

O Dieese, para todos nós, é sinônimo de competência e de credibilidade. Seus estudos sobre emprego, sobre renda, custo de vida são referências para o movimento sindical, para o meio empresaria, para o Parlamento de um modo geral, para o Governo, para os centros acadêmicos, para as universidade, enfim, para uma série de instituições nacionais e internacionais. O seu corpo técnico, não resta nenhuma dúvida, é extremamente qualificado. Mais de uma centena de técnicos, muitos dos quais com mestrado e doutorado. Então, o movimento sindical não deixa nada a dever ao setor empresarial em matéria de capacidade de articulação, de formulação e de fundamentação de seus pleitos e reivindicações.

Nesses 60 anos de existência, não houve uma só conquista da classe de trabalhadores em que o Diap não estivesse assessorando lá as entidades sindicais brasileiras; e nenhuma agressão a direitos de assalariados que o Dieese não tivesse alertado ou denunciado em estudo, em análise, a partir da informação qualificada.

O escopo de atuação da entidade aqui já foi mencionado pela Zenaide e é absolutamente amplo. Quer dizer, inclui uma série de temas como, por exemplo, os relacionados ao custo de vida, ao emprego, ao desemprego, à cesta básica, ao salário mínimo, à participação nos lucros, às tarifas públicas, às taxas de juros, passando pelo banco de dados de greves desde a criação da entidade, e até o assessoramento nas negociações salariais, o que é uma experiência ímpar no mundo – não é?

Portanto, o escopo de atuação da entidade inclui uma série de políticas sobre as quais, em geral, os trabalhadores não têm grande domínio, mas contam com esse centro de excelência para explicar o que vem a ser as políticas públicas nas suas dimensões da receita e da despesa – desculpa –, as políticas fiscais nas dimensões da despesa e da receita , a tributária – esse é o grande nó do País. Faz-se justiça social também por intermédio de um sistema tributário justo: no Brasil, tributa-se o salário e o consumo, e deixa-se com tributação absolutamente simbólica, sem significação, a renda, o patrimônio, as grandes riquezas, a herança, os lucros, as remessas de dividendos, etc. E a ajuda no esclarecimento do que vem a ser política monetária e cambial. Enfim, traz para o trabalhador, da forma mais didática possível, uma visão dessas grandes políticas macroeconômicas que têm influência direta sobre a qualidade de vida das pessoas.

Não há, portanto, um tema que afete os interesses dos trabalhadores nas dimensões econômicas e sociais que não seja objeto de análise, de avaliação pelo Dieese.

Desde a sua fundação, o Dieese tem sido presença marcante no cenário nacional, seja denunciando a manipulação de estatísticas oficiais no período da ditadura, seja contribuindo na formulação de políticas públicas no mundo do trabalho nos períodos democráticos.

O Dieese, há muito tempo, faz formação sindical, dando curso de qualificação aos dirigentes sindicais, especialmente na capacitação para a negociação coletiva e para a luta e a ação sindical. Mas, a partir de 2011, tomou a iniciativa ousada e importante, que eu considero estratégica, que foi a criação da Escola Dieese de Ciência do Trabalho. Uma instituição cuja missão é formar sujeitos críticos com preparo científico e humanista para uma atuação transformadora na sociedade.

Antes dessa iniciativa, nós tínhamos no Brasil, praticamente, uma educação formal constituída ou conduzida por instituições estatais e privadas que não instruíam para a cidadania, para a vida, mas apenas para o mercado; sua lógica, era uma lógica voltada para a competição, para o egoísmo, para o individualismo. Então, conceitos como cidadania, solidariedade de classe, ajuda múltipla, tolerância, não frequentavam o imaginário de muitos jovens em formação e formados. Até mesmo os programas governamentais de formação profissional ou de educação profissional, como o Pronatec, foram entregues ao Sistema S, que são instituições sindicais ou vinculadas às entidades sindicais patronais, cuja metodologia favorece e estimula a pedagogia da competência. Esse tipo de pedagogia que é empregado nesses cursos ignora completamente a tomada de consciência de classe e dá ênfase à tese de empregabilidade da culpabilidade do trabalhador por sua eventual condição de desempregado.

Então, felizmente, o Dieese criou essa escola; e outras organizações de trabalhadores, como o Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo, também criaram suas faculdades, de modo a contribuir com a qualificação em todas as dimensões da cidadania, não apenas para competir e obter lucro para o seu empregador. Então, forma-se um trabalhador do ponto de vista pleno.

Para não me estender mais, eu queria apenas ilustrar ou lembrar, citando alguns exemplos ilustrativos, a atuação do Dieese em parceria com o Diap, no período pós-redemocratização.

Quando o Diap convocou seu corpo técnico para elaboração daquela emenda de iniciativa popular para ir lá para o processo constituinte, o Dieese foi parceiro, participou dessa formulação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Claro, nós nos reuníamos lá na Contag.

O SR. ANTONIO AUGUSTO DE QUEIROZ – Exatamente, lá no espaço da Contag. Exatamente.

Quando elaboramos a proposta que regulamentou o primeiro salário mínimo nacionalmente unificado, o Dieese estava lá conosco, participando desse processo; quando elaboramos também uma proposta de política salarial mais compatível com as necessidades dos trabalhadores.

E essas duas iniciativas, o projeto do salário mínimo nacionalmente unificado e o projeto de políticas salariais, foram transformadas nas Leis nº 7.788 e 7.789. O Diap e o Dieese participaram da elaboração dessas duas leis.

Há um episódio interessante nesse processo dessas duas leis, as primeiras pós Constituição de 1988. Esse projeto foi elaborado numa articulação com a Comissão de Trabalho da Câmara, então presidida pelo Deputado Carlos Alberto Caó, do PDT do Rio de Janeiro. E eles foram vetados pelo então Presidente Sarney.

Nós conseguimos, com a ajuda de Ulysses Guimarães, derrubar aqueles vetos naquela oportunidade. E o então Deputado e atual Senador Paulo Paim participou ativamente desse processo.

Eu me recordo, como hoje, que fomos juntos, depois da derrubada do veto, entregar, na Gráfica do Senado, uma cartilha que tínhamos elaborado, chamada *ABC da Política Salarial e do Salário Mínimo*, explicando essa nova política. E pegamos uma cópia – o Paim teve o cuidado de fazer isto – da apresentação do então Presidente da Câmara, Paes de Andrade. Ele fez a apresentação, mas não nos deu a apresentação, deu uma cópia; depois, foi orientado pelo Sarney para sumir com isso e não publicar a cartilha.

Nós levamos à Gráfica a cópia, e a Gráfica mandou imprimir. Nós temos até hoje essa cartilha, *ABC da Política Salarial*. E o Senador Paim, portanto, teve essa participação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se não me engano, foi nessa época... O Ministério do Trabalho, na época, imprimiu uma, e, quando nós derrubamos o veto, rasgamos e apresentamos a nossa. E mudou tudo.

O SR. ANTONIO AUGUSTO DE QUEIROZ – É verdade.

Na verdade, como houve o veto às leis, aos dois projetos de lei, o Ministério do Trabalho editou uma medida provisória, e Dorothea Werneck editou uma cartilha explicando essa política deles.

Nós derrotamos a política deles, aprovamos a nossa, fizemos uma cartilha, e o Paim, no plenário, rasgou a cartilha da Dorothea.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Respeitosamente.

O SR. ANTONIO AUGUSTO DE QUEIROZ – Para dar um pulo para mais recente, desde que o Presidente Lula assumiu a Presidência, em 2003, houve uma mudança de paradigma nas relações de trabalho, e o Dieese passou a ter um papel muito interessante no sentido de subsidiar o movimento sindical com ideias, projetos e propostas, na medida em que se tinha um governo mais acessível a ideias, com mais sensibilidade para o mundo do trabalho.

E, a partir daí, foi criada uma série de instâncias. A Zenaide citou aqui muitos espaços. O Dieese atua como integrante desses conselhos que foram criados nesse período, e muitos deles até por sugestão do próprio Dieese.

Então, a participação do órgão na formulação de políticas públicas tem sido muito intensa no Brasil, nesse período da administração PT.

Não se tem a segurança, na eventualidade de alternância no poder, se esse grupo sair do poder, de que se vai garantir esse espaço, mas o que existe agora está sendo muito bem utilizado.

Então, para concluir, para o Diap é motivo de muito orgulho essa parceira com o Dieese, que é, como nós todos aqui estamos de acordo, uma instituição extremamente importante, que trouxe uma contribuição enorme para as conquistas sociais nos últimos anos, seja na assessoria direta às entidades sindicais e suas lideranças, seja com um acervo de informações colocado à disposição de toda a sociedade.

Então, parabéns ao Dieese. Parabéns à sua equipe. Que essa entidade possa comemorar, por muitas vezes, outros 60 anos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Toninho, que também fez uma retrospectiva histórica muito bem atualizada.

Vou passar a palavra para o Senador Paulo Rocha, que pediu a palavra neste momento. Só justifico aqui que o Joílson, Vice-Presidente da CTB, que também é Secretário Nacional Sindical do PSB, informa que seu voo atrasou, mas assim mesmo tentará chegar em tempo.

Senador Paulo Rocha, sindicalista, Deputado Federal e Senador atualmente.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Queria saudar todos e todas, a nossa geração de luta sindical, popular, democrática. Acabamos... A verdade é que eu tinha de fazer a seguinte intervenção aqui.

Excelência, Presidente, V. Exª me dá um aparte, por uma questão de ordem? V. Exª queira me dar um aparte, porque quero intervir e tenho outra tarefa ali.

Queria vir aqui exatamente para valorizar esta audiência pública, no sentido de festejar aqui os 60 anos do nosso Dieese.

Eu não vou falar da história, da importância. Acho que todos nós... Até a nossa estada aqui faz parte desse processo...

Eu fui um dos fundadores do Dieese lá no Pará. Foram os gráficos e os jornalistas. Eu era dos gráficos, Presidente.

O único que não está de cabeça branca aqui é o Toninho, não sei por quê. Mas todos os outros dessa época que estão aqui... Eu sou da época do Enos, do Entoes, da Anampos, da Central Única dos Trabalhadores, do processo de construção do novo sindicalismo.

Quero exatamente falar disso, para colocar um pouco a nossa história e chegar aqui, hoje, e dizer o que está colocado de novo para nós.

O Enos, vocês sabem, era o Encontro Nacional das Oposições Sindicais. Como, se não todos, a grande maioria era pelego na época, nós tivemos de organizar as oposições sindicais.

Depois viramos Entoes, porque não bastava ser oposição sindical ao dirigente sindical que estava então na direção, tínhamos de também fazer oposição à estrutura sindical. Por isso, era Entoes (Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical).

Depois nós criamos a Anampos, Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais, porque os trabalhadores também tinham de se organizar lá nos bairros, nos movimentos, para poder fazer uma articulação de grandes forças, para poder mudar a estrutura sindical, estabelecer novos patamares de luta tendo o sindicato como instrumento de luta fundamental, até se criar a Central Única dos Trabalhadores.

Acho que, naquele 28 de novembro de 1983, os trabalhadores deixaram de pensar como categoria, e passamos a pensar como classe trabalhadora. Acho que esse foi um grande momento do avanço da classe de trabalhadores no País.

Depois, houve grandes momentos, juntos como Central Única dos Trabalhadores, no período da Constituinte.

Tu já eras Deputado Constituinte?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu cheguei na Constituinte fruto de um congresso de sindicalistas do Rio Grande do Sul; e me mandaram para cá como Constituinte, ou seja, porque me elegeram para ser Deputado Federal.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Então, nós logramos... Daquela época não me lembro, só me lembro bem do PT, que tinha oito Deputados: Lula, Olívio Dutra, Virgílio, etc.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – ... Mas tinha o pessoal da área agrária, que foi muito importante na pressão para a gente lograr algumas coisas dentro da Constituição.

Pois bem, depois veio outra Bancada que eu considerei também tão importante quanto os 16, no caso nosso, na época da Constituinte, e foi a nossa chegada como Deputado Federal, porque teve um *upgrade* na

Bancada, pelo menos do PT, de 16 para 35. Foi aí que eu vim, nessa enxurrada. E acho que veio a maioria de origem eminentemente sindical: Carlinhos, de Santana; Ricardo Moraes, metalúrgico do Amazonas. Enfim, veio um conjunto de dirigentes sindicais.

Foi exatamente na época em que estávamos fazendo a regulamentação da Constituinte. Ali a gente conseguiu lograr êxito, tanto que nós focamos direto para a Comissão do trabalho. Eu, por exemplo, fiquei cinco mandatos de Deputado Federal e todos eles foram na Comissão do Trabalho. Comecei como vice do Paim, virei presidente, etc.

Acho que ali a gente teve grandes avanços na legalização das nossas lutas, incluir nas leis, na Constituição, etc. Por exemplo, logrei aqui aprovar leis importantes: lei de combate ao trabalho escravo, que é de minha autoria; lei de anistia dos dirigentes sindicais; lei dos dirigentes dos grevistas dos Correios; lei de organização dos ACS. Naquele tempo, a gente também lutava muito para legalizar a regulamentação das profissões.

Enfim, então, acho que nós avançamos muito. Estou recuperando um pouco essa história para dizer para nós o seguinte: acho que nós logramos conquistar governos, como nós conquistamos o governo Lula. Todos sabem os avanços que tivemos no governo Lula: inclusão social, valorização do salário mínimo, etc. Mas nós não demos conta de... Aí o Toninho já se referiu a isso e eu queria ressaltar que por mais que eu ache que o governo Lula foi um governo forte, faltou a gente fazer três reformas fundamentais: a reforma agrária, a reforma política e a reforma tributária. E por causa disso, nós estamos sendo colocados em xeque.

As forças conservadoras – essas que a gente estava deixando para trás – se articulam, não só no Brasil, mas na América Latina, porque os avanços que fizemos aqui também outros companheiros fizeram na América Latina. A eleição do Macri, agora, é uma retomada dessas forças conservadoras e pode colocar em xeque todos esses avanços que nós conquistamos aqui.

Às duras penas, nós estamos segurando aí, da polarização que houve nas eleições, Aécio Neves e Dilma, e vocês estão vendo aí exatamente por causa... claro que aí tem uma combinação sofisticada de setores da Justiça, que tem uma leitura das visões da aplicação das leis autoritárias para atacar a gente, ou a combinação com os meios de comunicação. Isso aí tem ajudado, digamos assim, a Oposição a ter avanços nesse sentido.

O combate à corrupção é de uma forma...

Todos nós somos a favor do combate à corrupção, aliás, nós construímos instrumentos para combater, mas essa forma sofisticada... Até setores do Ministério Público politizaram, estão politizando e direcionando para exatamente quem está no poder, no caso nós, para criar ambiente, na sociedade brasileira, de retrocessos.

Então, o que está posto para nós de novo, do movimento sindical, das lutas sociais e de organismos que criamos ao longo do tempo para serem a nossa retaguarda, para nos auxiliarem e nos assessorarem etc? É essa questão de não deixar cair por terra avanços e conquistas importantes. Nós já estamos vendo aqui um conjunto de iniciativas: terceirização, negociatas legisladas; a PEC 215, que trata da questão da demarcação das terras indígenas. Quer dizer é um conjunto de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O decreto dos quilombolas que o Lula fez, eles estão querendo derrubar.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Um conjunto de avanços que nós conquistamos aqui, a nossa geração ao chegar aqui auxiliada por toda essa retaguarda, e que está nos chamando novamente. A gente está mais atento inclusive por essa forma sofisticada que as forças conservadoras estão a fazer para nós.

E a ausência de uma reforma tributária capaz de que quem tem muito paga muito, de quem tem pouco paga pouco e quem não tem recebe está colocando em xeque... Não estamos tendo força de taxar os ricos, taxar os grandes, taxar o grande capital para poder bancar aquilo que nós já conquistamos: Minha Casa, Minha Vida, Bolsa Família, Luz para Todos. Enfim, políticas públicas que estão chegando para o cidadão lá embaixo. O nosso desenvolvimento, nosso crescimento não está dando conta de pagar estas conquistas que nós tivemos.

Acho que nós estamos vivendo mais intensamente isso. Acho que essas articulações maiores que envolvem movimento sindical, movimento popular, as entidades têm necessidade de ficar atentas e articuladas para nos ajudarem a aguentar aqui essa articulação e processo de retrocesso em nosso País.

Parabéns ao Dieese.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Parabéns, Senador Paulo Rocha. Acabamos viajando no tempo juntos e chegamos no momento atual, que de fato há uma onda super, super conservadora. Chega a ter projeto aqui dizendo que horário de almoço não é para ser de uma hora, tem que ser de quinze minutos para os trabalhadores. Vejam a que ponto nós chegamos. E sem falar de todos os outros que mexem na questão quilombola, na questão indígena, na questão sindical, e com profundidade; e nós os estamos segurando dentro do possível.

Agora, com a palavra a nossa querida Deputada Federal Erica Kokai.

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF) – Eu queria dizer da minha alegria de estar aqui nesta comemoração compartilhando esse aniversário do Dieese e neste reconhecimento que estamos recortando nesta audiência da função fundamental que o Dieese exerceu no empoderamento da classe trabalhadora neste País, no empoderamento das entidades sindicais.

Penso que há muitas formas de dominação. E uma das formas de dominação é o epistemicídio, ou seja, uma destruição do conhecimento, que é um conhecimento brotado da nossa própria vivência, das nossas comunidades tradicionais, um epistemicídio que atinge hoje os povos tradicionais de matriz africana; também os povos tradicionais indígenas, que são atingidos por esse epistemicídio. E penso que por muito tempo foi tirada a nossa capacidade de reconhecer o nosso próprio conhecimento e reconhecer o nosso próprio saber, dos trabalhadores e trabalhadoras, do povo deste Brasil. E também foi tirada a capacidade de que nós pudéssemos ter acesso a todos os dados que igualassem o nível de conhecimento ou nível de penetração diagnóstica, para que estivéssemos em condições menos desiguais.

O Dieese é um instrumento fundamental nessa perspectiva. O Dieese descortinou, ou tirou todos os véus que a elite, a classe dominante neste País quis colocar para que os trabalhadores não conhecessem a verdadeira realidade, e a partir daí não se utilizassem desse conhecimento como instrumento de empoderamento, de força e de transformação de uma relação que sempre foi desfavorável aos trabalhadores e às trabalhadoras.O Dieese representa isso, a possibilidade de termos não só os dados estatísticos, mas os estudos socioeconômicos para podermos ali estar em condições mais igualitárias, nos processos de luta da classe trabalhadora.

O Dieese vem acompanhando essa evolução do mundo do trabalho, onde não nos cabe apenas defender os interesses difusos e os interesses coletivos dos trabalhadores, mas é preciso que façamos um recorte da nossa própria humanidade e subjetividade no mundo do trabalho. O Dieese contribui nessa perspectiva.

Por isso, digo que parte da possibilidade que os trabalhadores e as trabalhadoras tiveram neste País de deixar sua própria marca nas instâncias maiores, na Presidência da República, nos espaços que a elite sempre considerou seus e nunca permitiu que os trabalhadores adentrassem por eles, essa oportunidade e espaços abertos contaram com o Dieese.

Os trabalhadores e as trabalhadoras deste País, a classe trabalhadora, inclusive o seu reconhecimento enquanto classe... Uma das formas de dominação mais profundas, sutis, como são as dominações profundas e sutis, entranhadas, é a construção de uma estrutura sindical que nos tira o sentimento e nos tira o pensar como classe, e nos coloca numa lógica corporativa que faz com que não nos identifiquemos naquilo que é nossa identidade de classe, que faz com que tenhamos uma estrutura, uma identidade que possibilita vários olhares sobre várias formas da nossa vida.

Eu venho aqui para render as minhas homenagens ao Dieese. Fui Presidenta do Sindicato dos Bancários aqui de Brasília por dois mandatos; fui Presidenta da Central Única dos Trabalhadores. Nós não conseguiríamos a capacidade de fazer a disputa de narrativa e de hegemonia se não contássemos com um órgão como o Dieese. Nós não conseguiríamos fazer grande parte das transformações que fizemos no mundo do trabalho, virando a mesa de negociação, onde os trabalhadores sempre entram em condições inferiorizadas e vão adquirindo força para se colocar em condições de impor aquilo que é esse sentimento de construção do luto das casas grandes e senzala, que são as lutas dos trabalhadores e trabalhadoras deste País... Nós não conseguiríamos sem o Dieese.

Por isso, estamos aqui nesses 60 anos do Dieese para dizer que a marca do Dieese está em todas as nossas grandes conquistas. E seguramente estará nas lutas de resistência que estamos desenvolvendo nesse momento, porque existem vários tipos de fundamentalismos que se expressam na sociedade e estão impregnando as relações neste Congresso Nacional. Um deles é o fundamentalismo patrimonialista em que tudo se resolve com a propriedade, o patrimônio; que faz com que tenhamos uma PEC nº 215 que busca tirar a demarcação de terras indígenas, quilombolas, e agora o seu estímulo e o seu alimento construído de forma inconstitucional, que é a CPI da Funai e do Incra, que faz com que tenhamos ameaças aos nossos direitos, como o projeto de terceirização e os seus pedaços, porque aos pedaços esse projeto de terceirização vai entrando nas nossas relações. Ou não foi assim com o salão parceiro? A "pejotização" das relações. E aos pedaços vamos tendo questionadas as conquistas que foram fruto de muita dor da classe trabalhadora brasileira; fruto de muita luta, esperança e consciência da sua função transformadora.

Por exemplo, tivemos recentemente, na Comissão do Trabalho, a aprovação do impedimento do acesso à justiça do trabalho se tivermos mais de 15 minutos de atraso em uma audiência na Justiça do Trabalho, ou seja, tiraram o acesso à justiça trabalhista e particularmente aos trabalhadores, porque sabemos que é quem tem mais dificuldade de chegar, porque é submetido à mobilidade urbana e a um transporte coletivo que não está à altura da nossa cidadania; são os trabalhadores e as trabalhadoras.

Por isso, todos os dias eles buscam tirar lascas, seja da laicidade do Estado, seja dos direitos dos trabalhadores. E temos uma convicção de que a classe trabalhadora construiu uma entidade como o Dieese, pela sua

necessidade, pela sua demanda, mas também pela consciência histórica que tem do seu papel transformador para fazermos as revoluções ou as reformas que ainda não fizemos. E porque não as fizemos em determinado momento, temos dificuldades em fazê-las agora.

Há a regulamentação dos meios de comunicação; há a reforma tributária como falada pelo Paulo Rocha; a reforma política, que faz com que tenhamos um Parlamento que se verga também às relações mercantis e se verga também ao poder econômico e ao poder do próprio dinheiro.

Por isso, eu encerro apenas dizendo para todos que constroem o Dieese, que é construído de dentro das entidades sindicais que representam o povo brasileiro, ou a classe trabalhadora brasileira... Eu diria que precisamos do fortalecimento do Dieese e contamos com o Dieese nesta construção que reafirma a nossa própria humanidade, porque como diz um poeta da minha terra, lutar parece com não morrer, é igual a gente não se esquecer que a vida aqui tem razão.

A nossa luta é mais forte, mais profunda, e disputa mais hegemonia, mais narrativas, porque temos algo que se chama Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Vida muito longa para o Dieese. Nós precisamos deste departamento. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Deputada Federal Erika Kokay. Meus cumprimentos pela sua fala.

Nós vamos passar a palavra agora para sete companheiros que pediram do plenário. Vamos dar cinco minutos para cada um porque a partir das quatro horas eu tenho votação no plenário. Posso atrasar um pouco, naturalmente, mas não tanto. Por isso, de imediato, Carlos Terra Estrela, Presidente da Associação dos Servidores da Agência Brasileira de Inteligência (Asbin).

O SR. CARLOS TERRA ESTRELA – Primeiramente, quero agradecer a oportunidade de estar aqui participando. Para mim é um momento histórico. Assim que assumi a Presidência da Asbin, em janeiro deste ano, uma das primeiras providências que tomamos foi nos filiar ao Dieese. Por quê? Em função da história do Dieese.

Eu digo que não só o Dieese faz parte da história sindical deste País, mas digo que o Dieese fez a história deste País. Então, meus parabéns. Que Deus continue abençoando vocês. A luta continua. Os desafios são grandes pela frente, mas vocês têm pessoas muito capacitadas para ir adiante; muito mais do que a gente pensa. Meus parabéns! Sinto-me muito honrado em estar aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Carlos Terra Estrela, que falou pela Asbin.

Sérgio Ronaldo da Silva, Direção Nacional da Condsef.

O SR. SÉRGIO RONALDO DA SILVA – Saudar a Mesa, o Senador Paim, a Zenaide, a Maria José, o Toninho. E vim aqui também dar esse depoimento da satisfação de ter a Condsef, a maior confederação dos servidores públicos federais deste País, também filiada do Dieese. Para nós, a Condsef passou a ser outra totalmente diferente depois da dinâmica de um departamento tão qualificado como o Dieese. Em nossas campanhas salariais, as políticas públicas passaram a ser outras, e devemos isso, com muito orgulho, ao Dieese, principalmente aos técnicos.

Um que já passou por lá, o Max, que está aqui, não está com a cabeça tão branca assim não, viu Max? Qualquer hora dessa a gente vai pegar a tinta emprestado para nós também. E a Alessandra que hoje também está na nossa subseção do Dieese, lá da Condsef. Então, a Condsef hoje é outra, com a qualidade das campanhas salariais, com a qualidade dos debates, dos instrumentos, das discussões de políticas públicas. Devemos isso muito ao Dieese. Parabéns! Mais 60 anos que virão pela frente, com essa qualidade do Dieese. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Sérgio Ronaldo da Silva, que falou pela Condsef.

Francisco Luiz Saraiva Costa (Luizinho), da Contracs e Comerciários – DF.

O SR. FRANCISCO LUIZ SARAIVA COSTA – Boa tarde a todos e a todas. Eu estou representando muita gente, aqui. Estou trazendo um abraço carinhoso para todos os que fazem dessa entidade um apoio muito grande que nos dá bastante segurança, não só nas nossas negociações coletivas, mas em toda a vida do movimento sindical nós dependemos do Dieese; é com uma conjuntura, é com uma palestra para falar como um setor lá do outro lado do País se está movimentando com relação às demandas trazidas pelo patronal, que veio atrapalhar os trabalhadores. Então, temos no Dieese uma segurança muito grande.

Eu sou Diretor do Sindicato dos Comerciários aqui do DF. A Geralda não pôde estar aqui, que é a nossa Presidente. E tem também o nosso companheiro Alcy, que é Presidente da Contracs, e trouxe aqui também, através de mim, uma gratidão a todo o Dieese. Inclusive, estamos hoje com uma comitiva aqui do DF e de todo o País, lá em São Paulo, reunidas, para começar amanha um encontro nacional sobre negociação coletiva, que será ministrado pelo Dieese e é exatamente para traçarmos as novas estratégias diante desse cenário que muito afronta a classe trabalhadora e a sociedade do nosso País.

Então, queremos agradecer e dizer que nós do DF somos muito gratos. Tem vários de que eu poderia estar citando os nomes: Max, Clóvis, os Tiagos, Fiorella, uma pancada de gente que tem força.

Eu não estou há muito tempo, como várias cabeças brancas que estão aqui, que têm a história e a ajuda do Dieese. Mas desde que eu me entendo aqui no Sindicato dos Comerciários, que já faz também um tempinho, nas nossas negociações, palestras, falas, já ouço falar: o Dieese confirmou? O Dieese estará junto? Porque é um suporte que a gente só tem a agradecer e desejar que ele cresça mais e mais, e que as entidades realmente se filiem ao Dieese, porque a gente se sente amparado por vocês.

Parabéns a todos.

O SR. PRESIDENTE (José Renato Inácio de Rosa) – Muito bem, Francisco Luiz (Luizinho), Contracs Comerciário.

Agora vamos para José Renato, da Federação Nacional dos Portuários.

O SR. JOSÉ RENATO INÁCIO DE ROSA – Boa tarde a todos e a todas. Agradeço essa oportunidade de estar aqui nesse momento ímpar, nos 60 anos do Dieese.

Parabenizo inicialmente o Senador Paulo Paim por essa iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e saúdo meus companheiros, colegas de diretoria do Dieese que estão aqui presentes. Não vou nominá-los, mas digo que em nome da Federação Nacional dos Portuários, aqui representando o Presidente Eduardo Guterra, nós que temos uma subseção instalada na nossa entidade estamos muito satisfeitos e orgulhosos de ter essa parceria e dizer o quanto ela tem sido importante para os portuários do Brasil.

O Dieese, através de seus técnicos... Sem dúvida, todos sabem da competência com que eles trabalham e da dedicação com que eles se dão, doam-se à causa. Eu posso garantir a vocês que os portuários do Brasil eram uns antes da subseção do Dieese; após a subseção do Dieese, somos outros.

Quero parabenizar todos e mais uma vez essa entidade. E que Papai do Céu abençoe todos nós.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – José Renato, da Federação dos Portuários. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Cristiano Severo, Secretário de Estudos Socioeconômicos do Sindicato.

O SR. CRISTIANO SEVERO – Bem, depois que tantos colegas falaram, certas coisas que a gente possa falar se tornam repetitivas e, até por ser mais recente, um pouco mais novo que alguns que já estão aqui e fazem parte do Dieese, torna-se um pouco difícil.

Mas é bom saber que o movimento sindical – e aqui, no caso específico, o Sindicato dos Bancários –, todos nós podemos contar com o Dieese, porque, como já foi falado, quando a gente busca uma informação confiável, logo pensa no Dieese. Essas informações, esses trabalhos, esses estudos que têm sido feitos pelo Dieese com certeza têm sido bem instrumentalizados pelos sindicatos, e têm nos levado a fechar várias negociações com um saldo muito positivo.

Quando se pensa em uma fonte, e uma fonte segura, com certeza não só o movimento sindical, mas todos os entes dentro do Brasil se reportam ao Dieese. É uma instituição que tem credibilidade nacional e até internacional. Então, é uma fonte segura da qual nós podemos beber, e sabemos que é uma instituição que é um centro pensante. Os elementos que têm sido tratados dentro do Dieese, as informações que têm sido feitas lá e que chegam até nós, têm sido instrumento de mudança social.

Com certeza, o que a gente deseja é longa vida, vida longa ao Dieese. A cada momento... Mais uma coisa: por trás do Dieese, se a gente for descortinar, temos de fazer memória, realmente. Há que se falar nos técnicos e suas respectivas famílias, que estão por trás e ao lado do Dieese.

Então, além de ser o instrumentalizador de informações que, com certeza, tem dado sustentabilidade e tem sido motivador de transformações tremendas – tremendas –, como nós temos presenciado – por vezes, nós vamos para a mesa de negociações com todo um estudo feito pelo Dieese –, tem sido um instrumento para a transformação de outras pessoas, de outros trabalhadores e, com certeza, também tem alimentado e tem dado lugar a trabalhadores que estão, dia a dia, pensando sobre a classe trabalhadora.

Por fim, é render as homenagens ao Dieese, porque é uma instituição mais que merecedora, e também aos seus técnicos.

Por último, quero fazer uma menção honrosa também ao Senador Paulo Paim. Com licença, e com todo o respeito, trago uma homenagem por parte do meu pai, Ribamar Severo, e recebo isso como um elogio, porque, de um cearense, você escutar que aquele cabra é macho é um elogio muito forte! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Gostei, gostei! (*Palmas.*)

Dá um abraço e um beijo no teu pai. E que ele não confunda o beijo e eu não seja mais macho, agora! (*Risos.*)

Mas diz que eu mandei um beijo pra ele. Pode dizer isso.

Eu queria passar a palavra, agora, para o Sadi Dal Rosso, que é do Departamento de Sociologia da UnB.

O SR. SADI DAL ROSSO – Eu queria saudar o Senador Paim, em nome dele toda a Mesa aqui presente, e dizer que eu trago, da forma como posso, o interesse da universidade – não só da Universidade de Brasília, à qual pertenço, mas da universidade brasileira – pelos trabalhos que o Dieese tem feito e pela produção de informações. Um rico trabalho de produção de informações, das quais os nossos estudantes, e, nesse sentido, digamos, não só os professores se beneficiam para conhecimento, seja dos interesses imediatos, seja da história do movimento sindical, mas também os nossos estudantes. Os nossos estudantes se beneficiam desse trabalho do Dieese, que é um trabalho importantíssimo.

Então, quero trazer os cumprimentos por parte da Universidade, os parabéns pelos 60 anos do Dieese.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, muito bem. Departamento de Sociologia da UnB, Saudi Dal Rosso.

Antonio Eustáquio Ribeiro, Direção Regional do Sindicato dos Bancários do DF.

O SR. ANTONIO EUSTÁQUIO RIBEIRO – Boa tarde a todas e todos. Saúdo aqui, na pessoa do Senador Paulo Paim, toda a Mesa.

Quero começar... Tentarei ser breve porque, conforme a Zenaide assinalou, sou bancário e sou também professor. Parece que a gente, que é professor, tem um cacoete de falar muito, acredito que para poder tentar internalizar no imaginário dos alunos aquilo que a gente considera importante.

Mas quero começar com uma das inúmeras frases lapidares do Presidente Lula. Acredito que foi ele que falou isso, mesmo: "Não ousem duvidar da capacidade da classe trabalhadora." O Dieese é a síntese da capacidade da classe trabalhadora, que teve a coragem e a inteligência de, ainda lá na década de 1950 – quando o Brasil ainda era um País quase que totalmente agrário, estava-se fazendo a transição de um País agrário para um País mais urbano – entender da necessidade de ter um instrumento que a pudesse auxiliar no embate, na disputa entre capital e trabalho.

O próprio Senador fez questão de dizer aqui que esta sessão, embora tenha sido um requerimento que partiu de sua iniciativa, foi apoiada por todos os Parlamentares que têm origem sindical. Isso, por si só, já demonstra o que é o Dieese, essa instituição capaz de colocar no mesmo ambiente, para fazer uma discussão fraterna e produzir resultados excepcionais, uma diversidade de orientações ideológicas que representam a classe trabalhadora.

Eu, particularmente, gostaria muito que a gente tivesse uma unidade maior das representações sindicais, que não fosse essa fragmentação; mas o Dieese consegue fazer esse papel. Então, isso, por si só, mostra a importância e o caráter ímpar dessa instituição – instituição que sobrevive com toda dificuldade há 60 anos.

Conforme foi lembrado aqui pelo Toninho do Diap, sobre o papel que esta Casa pode ter em se tentar buscar mecanismos que igualem, por exemplo, ou pelo menos que possam chegar próximo ao tratamento que se dá à Fundação Getúlio Vargas, que produz conhecimentos para combater a classe trabalhadora... É triste!

Ontem, por exemplo, eu li uma entrevista de um economista da Fundação Getúlio Vargas, publicada no jornal *Correio Braziliense*, que se torna uma excrescência. E pensar que há dinheiro público que financia aquilo! A gente tem de lutar para elevar o caráter do financiamento público!

Tenho convicção, também, de que essa é uma instituição de utilidade pública, porque é uma instituição que fornece conhecimento. Para a maior parte da sociedade brasileira, que são os trabalhadores, ela, efetivamente, é uma instituição de utilidade pública.

Vou encerrar fazendo aqui uma homenagem, particularmente, aos trabalhadores do Dieese. Estou no movimento sindical, na militância sindical, já faz 30 anos. Estive na militância estudantil também, tive o prazer de militar no movimento estudantil na Universidade de Brasília, depois vim para o movimento sindical. Estou como dirigente sindical já há 20 anos, e há 18 anos eu componho a Direção Sindical Nacional do Dieese. Tenho convicção de que toda essa minha vivência de militância, seja ela estudantil, seja ela sindical, aquilo que considero mais importante de tudo que eu possa ter feito e que também ajudou a me construir...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO EUSTÁQUIO RIBEIRO – foi essa experiência, tem sido essa experiência no Dieese.

Por isso, tenho convicção ao dizer que rendo essa homenagem aqui aos trabalhadores do Dieese, porque o Departamento vive, constantemente, passando por um problema de financiamento e esses trabalhadores, que são extremamente capacitados, que poderiam estar alocados no mercado, resistem e estão aí produzindo conhecimento para melhorar a vida de outros trabalhadores.

Então, quero deixar essa mensagem para todos os trabalhadores do Dieese que, mais do que os dirigentes sindicais e todos aqueles da sociedade que têm construído essa instituição, são esses trabalhadores que são o sustentáculo dessa instituição tão cara à classe trabalhadora brasileira, que é o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Antonio Eustáquio Ribeiro, Direção Regional do Sindicato dos Bancários do DF. Você, aqui, respeitou a orientação da Presidenta. Ele ficou nos cinco minutos – foi quatro mais um, no cinco ele terminou.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ah, mas ele entendeu a tua orientação.

Francisco Urbano, da Contag. Grande Francisco Urbano da Contag.

O SR. FRANCISCO URBANO – Boa tarde a todas e a todos.

Senador, em primeiro lugar, tenho muita honra em ser tratado como Contag, mas não estou podendo aqui falar por ela, porque hoje sou sindicalista, não mais dirigente sindical. Portanto, não posso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tenho certeza de que a Contag se sentiu homenageada quando a gente falou que o senhor, aqui, a representa.

O SR. FRANCISCO URBANO – Eu tenho...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Embora não tenha um documento profissional.

O SR. FRANCISCO URBANO – Tenho certeza, mas tenho de ter meus cuidados, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, muito bem.

O SR. FRANCISCO URBANO – Bem, Sr. Presidente, Sr. Senador, demais companheiros aqui presentes.

Eu queria começar dizendo algumas palavras que me vieram da própria presença, ao chegar aqui. Primeiro, ao receber o convite dessa moça aqui, que foi uma honra muito grande... Eu trabalho, hoje, no Governo. Nem pedi licença ao meu chefe – peguei o paletó e vim pra cá, porque me senti na obrigação de estar aqui presente, pelo papel, pela importância que tem o Dieese, mas não só por isso: pela importância que ele tem no que ele fez para os camponeses brasileiros.

Quero também dizer que há uma outra pessoa nessa Mesa por quem tenho muito respeito e muita admiração, por ele e pela instituição que ele representa: o companheiro Toninho, do Diap. São duas instituições que estão aqui que têm um extraordinário serviço prestado à classe trabalhadora rural, ao sindicalismo brasileiro, e vão prestar ainda por muitos anos. Tenho muito prazer, aumentou minha alegria por estar aqui.

Eu queria começar aqui dizendo o seguinte: há 55 anos, alguém com a capacidade de pensar tão longe, numa época em que o empresariado, em que o setor operário não era tão grande no Brasil, pensou em criar uma organização para servir 50, 60 anos depois. É o que se chama de visionário, de pessoas que pensam, vamos dizer assim, para o mundo.

Mas hoje há uma coisa a mais aqui nesta sessão: 60 anos depois, o Presidente desta sessão é um negro. A Presidenta dessa instituição é uma negra – mas é negra e mulher! (*Palmas.*)

Como esse...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mês da Consciência Negra, muito bem lembrado. Essa semana de Zumbi, aqui...

O SR. FRANCISCO URBANO – Perfeito. Como algumas coisas acontecem, coincidem, se juntam ao mesmo tempo para dar tanto valor a algo que foi feito e plantado, como se diz lá na roça, em terra boa, com conhecimento e fértil: a decisão de criar, naquela época, e, neste momento, esta Mesa representada por dois negros, e uma negra mulher.

Não estou dizendo isso hoje querendo aparecer, não. Eu sempre digo nos meus debates, há muito tempo. O mundo seria melhor se dois segmentos da humanidade não houvessem sido impedidos de pensar, de produzir: os negros e as mulheres. (*Palmas.*)

E continua, ainda hoje...

Parabéns aos que pensaram na época, parabéns àqueles todos que mantêm o Dieese. Olha, o regime militar não conseguiu acabar. Eles tentaram a todo custo impedir o funcionamento de uma instituição como o Dieese – não interessava a eles, porque eles contestavam todo dia, toda semana, os dados econômicos do Ministro da Fazenda da época, e não era fácil. Como continuam, ainda hoje, contestando. O Ministério da Fazendo sempre pensa... O tesoureiro. O bom tesoureiro é aquele que não gosta de pagar conta, gosta de ver o caixa cheio. Então, esses não gostam de pensar na sociedade.

O Dieese, para nós, camponeses, teve um papel fundamental para enfrentar aqueles graves momentos das nossas lutas salariais.

Na instalação da subseção do Dieese, nós contamos com essa moça aqui, que nos ajudou de forma extraordinária! Saber não apenas reivindicar... Porque é muito fácil: coloca uma bandeira, um cartaz, e pode gritar que já está bom. Agora, formular e apresentar isso, qualificar o dirigente para enfrentar usineiro, um dos mais cruéis empresários deste País... Eu só tenho a dizer assim, eu não poderia deixar de vir aqui, eu tinha que estar aqui, porque foi como Presidente da Contag, como Diretor – antes da Presidência – que tivemos a honra de receber a subseção na confederação.

E ela me conhece e sabe que eu jamais viria aqui dizer qualquer palavra, das que estou falando, se não fosse verdadeira e de coração! Eu não preciso elogiar ninguém e ninguém precisa de elogio fácil, mas de reconhecimento e respeito! É isso que nós merecemos como cidadãos e como pessoas.

Não vou tomar muito tempo, porque o próprio tempo não dá. Mas eu queria dizer aqui duas palavras a mais. Nós vamos precisar muito mais do Dieese. Quando tínhamos o muro do sistema capitalista, tínhamos um foco muito mais determinado para o enfrentamento da luta trabalhista, luta classista. Quando derrubaram o muro, parece que as pessoas acharam que derrubaram as ideias. E o muro cresceu! O muro alargou! Não é mais um muro, é uma parede de cimento e pedra que só tem o sistema capitalista para enfrentarmos, com todas as suas crueldades, com todas as suas modernidades! E está usando muito mais ainda o sistema chamado de nova tecnologia, para fazer a exploração mais cruel, porque não é só exploração do trabalho, é lá no setor financeiro. Qual o setor produtivo que aguenta toda a semana ter que trocar uma nova máquina porque aquela já está obsoleta? Quem ganha com isso? O sistema financeiro, que determina todas as regras hoje nesse mundo inteiro.

Nós vamos ter que brigar muito mais. Nós vamos ter que diminuir nossos cabelos e aumentar nossos cabelinhos brancos.Mas me preocupo: qual é o papel da juventude trabalhista hoje?

(Soa a campainha.)

O SR. FRANCISCO URBANO – O que faz, efetivamente? Nós aqui estamos todos de cabelinhos brancos, carecas. O cabelinho branco é porque eu sou moderno, e careca é porque eu sou orgulhoso: o que cai não apanho. Não é a idade, não. (*Risos.*)

Mas qual é o futuro da organização sindical com a garotada hoje que, na universidade, não discute política? Não se discute organização social? Não se discute... Mas se gosta do *WhatsApp* para fazer prosa, brincadeira. Eu até uso isso aqui para receber duas ou três mensagens que valem a pena, o resto eu deleto na mesma hora, não tenho tempo para queimar meus neurônios para besteira, para propaganda falsa. Meus neurônios não podem ser queimados com isso e nem virar elemento do sistema, conectado ao sistema capitalista industrial.

Acho que o nosso desafio é muito maior. Eu espero que... Eu não tenho mais muito tempo, cada dia eu digo para a minha mulher: "Fulano de tal morreu". "Qual a idade?". "Sessenta e oito". Eu digo: "Já estou com cinco na frente". (*Risos.*)

Setenta, eu ainda tenho quatro, e assim por diante.

Eu espero ver, ainda, que o sindicalismo brasileiro saia da acomodação – de ter tido, e ter, um governo democrático popular – para voltar ao enfrentamento do debate, mas anterior. Nós fomos capazes de enfrentar a ditadura, o governo de todos os elementos. Nós não estamos falando de enfrentar o governo, mas apresentar proposição capaz de reverter um quadro que nós temos hoje. Esse é o nosso desafio.

Um abraço, Presidente. Parabéns pelo seu trabalho aqui neste Congresso, que é brilhante para todos nós. E essa reunião aqui mostra como o senhor não mudou daquele cidadão que, quando veio para cá, tinha um compromisso com a sociedade brasileira, com os operários brasileiros.

Um abraço! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. O líder Francisco Urbano, líder sindical dos camponeses – eu diria do campo e da cidade, por que não? Não só dos camponeses. Agora, primeiro, sem comentários.

Sua fala foi uma aula para todos nós, para fazermos uma reflexão sobre os próximos passos que serão dados daqui para frente, com tudo o que vem acontecendo.

Luis Carlos Paes de Castro, Diretor de Relações Externas do Sinal, permita-me render-lhe uma pequena homenagem. É pequena, porque fui sujeito dela.

Com a onda da terceirização aprovada na Câmara, chamamos a um encontro de emergência o Movimento Sindical, no Auditório Petrônio Portela. Aqui veio algo em torno de mil dirigentes. De lá surgiu a ideia dele – e sobrou para mim – de que eu tinha de viajar pelos 27 Estados para fomentar, nas assembleias legislativas dos Estados, a discussão contra a terceirização e contra o negociado sobre o legislado. Ele veio e propôs isso para mim. Ele disse: "Proponha!" Eu disse: "Proponha você. Pegue o microfone, pois é ideia sua." E ele propôs isso. O resultado é que aprovaram isso por unanimidade. E eu, com dor na coluna, já percorri 24 Estados. Só faltam três.

Termino até março esse compromisso que assumi contigo e com aquela Plenária.

Então, eu queria dar uma salva de palmas para ele, pela ousadia. (*Palmas.*)

E está dando resultado. A partir disso, consegui pegar a relatoria do PL 30. A pressão foi grande dos Estados. Fiquei como relator da matéria, que está comigo, sem pressa, devagar e sempre.

O SR. LUIS CARLOS PAES DE CASTRO – Está sendo cansativo, mas acho que tem sido uma boa e rica jornada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Para mim, tem feito muito bem.

O SR. LUIS CARLOS PAES DE CASTRO – A relatoria está em boas mãos, em muito boas mãos.

Como o Paim falou, sou Luis Carlos, represento aqui o Sinal (Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central), que é aquela instituição que, de vez em quando, aumenta os juros. Mesmo numa crise, mesmo com redução da demanda e com demissão de trabalhadores, mesmo que a renda do trabalhador esteja caindo, eles dizem que aumentam os juros para diminuir a demanda e para cair a inflação. É muito engraçado isso.

O DIEESE completa 60 anos. Não vou estender-me aqui sobre essa bela história. Vários depoimentos já foram oferecidos a esta Plenária. Mas isso se deu em 1955, exatamente um ano depois do suicídio de Getúlio. A gente vive hoje um período muito parecido com aquele.

Getúlio foi eleito em 1950, e as forças conservadoras de então, capitaneadas pela UDN, tendo à frente aquele jornalista famoso que depois se elegeu Deputado, Carlos Lacerda, diziam que Getúlio não podia concorrer; que, se concorresse, se fosse disputar a Presidência, ele não podia vencer as eleições; que, se as vencesse, ele não podia tomar posse; que, se tomasse posse, ele não podia governar. Eles passaram três anos e meio, de 1º de fevereiro de 1951 até agosto de 1954, tentando impedir o governo de Getúlio. E olhem que Getúlio, quando compôs seu Ministério, só colocou um representante do PTB no Ministério; o resto era para tentar compor uma maioria. Já naquela época, havia os governos de coalizão, o presidencialismo de coalização. Havia gente até da UDN no governo de Getúlio, gente conservadora. Mas não deram trégua, porque, apesar de tudo isso, Getúlio constituiu um grupo de trabalho ligado diretamente ao seu gabinete e chamou essa turma de "os boêmios cívicos", porque eles trabalhavam até altas horas da madrugada elaborando estes projetinhos aí: Petrobras, Eletrobras, Capes, CNPq, Comissão Nacional de Energia Nuclear, Banco do Nordeste, BNDE, que depois ganhou um "S". Ou seja, havia a tentativa de construir as bases de um Estado nacional forte e de construir um projeto nacional de desenvolvimento. E também havia sensibilidade para os problemas do povo trabalhador, tanto é que criou a CLT lá atrás e, no dia 1º de maio de 1954, deu um reajuste de 100% para o salário mínimo, o que foi um alvoroço no meio das classes dominantes.

Eu quero dizer isso, meus companheiros do Dieese, Paim e demais companheiros que estão nesta sala: nós temos hoje no Brasil um Governo que vive essa mesma situação, muito parecida. E com todas as dificuldades nós precisamos compreender o momento que nós estamos vivendo no Brasil. Por que este Governo está sendo tão bombardeado pela direita, pelos conservadores? Por que na Venezuela, na Argentina, no Uruguai, na Bolívia, no Equador há um bombardeio tão grande contra esses governos? É porque, com todos os problemas que eles têm – as dificuldades e os erros cometidos, que foram muitos – ...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIS CARLOS PAES DE CASTRO – ... procuram desenvolver um projeto diferente, buscam um pouco isso. Eu acho que nós precisamos ter essa contribuição aqui.

Ao comemorar os 60 anos do Dieese, nós precisamos pensar na grande contribuição que o Dieese tem dado às nossas campanhas salariais, para instrumentalizar a nossa luta. Mas nós temos que ter uma visão política mais ampla. Nós podemos enfrentar retrocessos, isso já está acontecendo hoje na Argentina. É o que está ocorrendo no mundo, nós vivemos uma das maiores crises do capitalismo no mundo. Crise do capitalismo só se resolve com guerra – estão aí os povos do norte da África, refugiados em massa, em função das políticas do Ocidente, dos Estados Unidos, da Europa, no norte da África, no Oriente Médio e tal.

(Soa a campainha.)

O SR. LUIS CARLOS PAES DE CASTRO – E aqui, encerrando, na América Latina nós temos respirado ventos novos nestes últimos 15 anos, mas há uma tentativa de acabar com essa experiência.

Então, eu acho que nós precisamos refletir muito sobre isso, com o Dieese, com o Diap, com outras instituições, e ver como nós conseguimos salvar o que temos e impulsionar. Nós queremos andar para frente! Tributar as grandes fortunas, os lucros e dividendos; controlar a dívida; reduzir os juros. Que o Banco Central, ao invés de olhar para os especuladores e para o pessoal das finanças, olhe para a produção, para o emprego.

Eu acho que precisamos fazer isso, somar as forças do movimento sindical, dos movimentos sociais, para barrar essa ofensiva conservadora que existe em nosso País e pressionar por mais mudanças. Eu acho que esse é o objetivo. Nós não podemos estar fazendo curo aqui com segmentos conservadores. Como, às vezes, eu

fico triste em ver – inclusive servidores públicos aqui de mãos dadas com aqueles que sempre foram contra o serviço público, defensores do Estado mínimo. Eu acho que isso é muito complicado, muito complicado.

Então, eu acho que nós precisamos avançar nesse debate, nessa luta, junto com o Dieese, junto com outras instituições, unindo os trabalhadores, unindo o povo para defender a democracia, combater o golpismo, defender a soberania nacional, combater essa dívida impagável que nós temos aí, para poder melhorar a vida do povo.

Eu queria então me solidarizar com os demais, parabenizando essa grande instituição que completa 60 anos. Criada ali um ano depois da morte do Getúlio, mas que continua, até hoje, com aquele espírito: desenvolver o Brasil é gerar emprego, fortalecer a nossa soberania, a nossa indústria nacional e melhorar a vida dos trabalhadores. Que no futuro, espero que seja em breve, conquistem uma sociedade mais justa, uma sociedade socialista.

Muito obrigado e parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Luis Carlos Paes de Castro, Diretor de Externas do Sinal.

Ela não pediu a palavra. Normalmente ela não pede a palavra, ela vem na reunião, participa, quando é chamada para a mesa, ela vem e traz dados, números, defende de forma contundente. Mas em uma reunião de homenagem, ela não pede a palavra. Mas eu vou dar a palavra para ela, é a Lilian, do Dieese. (*Palmas.*)

Você fala.

A SRª LILIAN ARRUDA MARQUES – Agora me pegou de surpresa. (*Risos.*)

Bom, agradecer muito ao Senador Paulo Paim essa homenagem. Nós tentamos marcar na Câmara dos Deputados e, infelizmente, não conseguimos. A agenda proposta foi 22 de dezembro, quando não vai haver mais ninguém aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Dia 18 de dezembro se encerra, aqui.

A SRª LILIAN ARRUDA MARQUES – É. Por incrível que pareça.

E eu recorri e vi a emoção do Paim quando fiz a proposta de se fazer uma reunião solene aqui. Ele ficou emocionado, eu fiquei também, e foi aceito por todo mundo, na hora. Depois os Senadores também apoiaram. Nós sabemos que a agenda aqui está muito grande, muito intensa, que é difícil realmente mobilizar, mas nós vemos que a recepção de vários Senadores é muito boa em relação ao Dieese.

Quanto ao trabalho que estou começando a desenvolver aqui, pelo Dieese, eu estou aprendendo muito. Eu agradeço muito aos meus amigos do Diap, o Alisson, o Neuriberg – que têm me ajudado muito –, o Toninho... Eu acho que é um trabalho muito importante. Temos que aprofundar.

O movimento sindical tem que estar mais presente neste lugar, porque aqui se tomam decisões importantíssimas, para as quais o movimento sindical às vezes não está mobilizado e não percebe. E na base também.

Quero agradecer muito, Paim, esta oportunidade. Quero agradecer muito ao meu chefe eterno, Francisco Urbano, porque eu aprendi muito com ele. Trabalhei muito tempo com a área rural. Sou agrônoma de formação e estou há muito tempo no Dieese. E aprendi muito com velhos companheiros, como o Parreiras, e outros tantos que estão por aqui, que me ensinaram muito também.

Quero agradecer a todos. Eu acho que a luta continua e que novos desafios estão aí. Avançamos muito, mas eu acho que estão surgindo novas situações, muito perigosas para os trabalhadores brasileiros, e o movimento sindical precisa discutir questões mais estratégicas. É preciso atender à demanda de sua base, é óbvio, mas se o movimento sindical não voltar a discutir questões de fundo, nós vamos perder o bonde da história. E o Dieese foi criado para isso. Num momento, pessoas visionárias criaram uma entidade dessas para refletir profundamente. Então, novamente obrigada por tudo.

Amanhã cedo já estarei aqui em outra audiência...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Amanhã é "Violência contra as Mulheres".

O SR. LILIAN ARRUDA MARQUES – É "Violência contra as Mulheres". Eu vou falar um pouquinho sobre "Violência no Mercado de Trabalho".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso. Muito bem.

O SR. LILIAN ARRUDA MARQUES – Mas estamos também à disposição do Parlamento, para ajudar nas discussões, principalmente do Senador, para subsidiar o debate e as medidas.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Muito bem, Lilian.

Eu estou sendo chamado ao plenário para votar, mas como se trata da aprovação do nome de uma autoridade, não é tão importante. Se fosse projeto, eu teria que ficar esperto e correr lá. Tudo pode acontecer. Mas houve só uma votação. Haverá outra.

Eu estava propondo aqui que agora, no final, a Presidente do Dieese, Zenaide Honório, falasse em nome da Mesa. E ela encerraria, então, a nossa audiência pública de hoje. Mas, antes disso, eu quero dizer o seguinte: de fato eu confesso, Lilian, que, quando você fala comigo, vem à minha cabeça toda a história do Dieese.

Quando da primeira palestra que proferi, a Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs) me fez um desafio. Eu estava surgindo como metalúrgico e queriam que eu fosse falar sobre política econômica mundial, global. Eu, um peão metalúrgico que havia assumido o sindicato dos metalúrgicos de Canoas. Pois fui ao escritório do Dieese – deram-me um tempo. Seria depois de uns 20 dias –, e ali me davam aulas de manhã, de tarde e de noite, quase. E era, a bem dizer, uma gurizada do Dieese. Um moçada nova. Enfim, eu fui lá e fiz a palestra, enfrentei o debate e perguntei: "Como é que foi?" "Arrasou, meu guri. Muito bem". "Guri", mas eu já tinha 33 anos naquela época. Então, o Dieese está marcado nas nossas vidas.

Por que me veio a emoção? Foi porque você me contou que não deixaram fazer a sessão de homenagem na Câmara. Isso não existe. O Dieese é um patrimônio do País. É um patrimônio brasileiro. Como é que você não deixa fazerem uma sessão de homenagem na Câmara? Eu achei inclusive pequena uma reunião somente com a Comissão de Direitos Humanos, embora o coração da Comissão esteja todo aqui. E por isso eu te confesso: eu acho que o brilho, a força dessa nossa reunião, no dia de hoje, aqui, me levou cada vez mais à seguinte decisão – e saio convencido –: eu vou sair daqui, vou coletar assinaturas... E logo os 60 anos do Dieese? Você faz cada homenagem, aqui neste Congresso, que vocês não imaginam.

E os 60 anos do Dieese, que é a história, como foi dito aqui, da classe trabalhadora, que se funde com a vida de milhões e milhões, 220 milhões de brasileiros, merecem uma sessão de homenagem lá no plenário.

Por isso, fica aqui o meu compromisso. Vou coletar assinaturas e vamos fazer os 60 anos do Dieese no plenário do Senado da República. O.k.? (*Palmas.*)

Vamos trabalhar juntos e vamos convidar as centrais sindicais. Eu sei que muitas não estiveram aqui por problema de voo, de horário, o horário da tarde é mais difícil, mas vamos conseguir fazer essa sessão.

Agora, você encerra, minha líder, Zenaide Honório.

O SR. ZENAIDE HONÓRIO – Eu quero dizer que o meu líder é o Urbano.

Eu já fui trabalhadora rural também. Hoje eu sou diretora de escola no Estado de São Paulo, eu tenho meu cargo lá, mas eu comecei também, com a minha família, trabalhando na lavoura. Eu me orgulho muito disso.

Eu acho que as falas aqui foram no sentido de reforçar que o Dieese precisa sobreviver, precisa viver, porque o movimento sindical carece, precisa dessa assessoria que o Dieese tem prestado ao longo desses 60 anos.

Nós temos uma juventude que está vindo, que não estuda nem trabalha, que não sabe muito para onde vai. Nós já estamos de cabelos brancos, estamos no final da nossa carreira e temos que preparar um caminho para essa meninada que vem aí. Eu acho que o Dieese tem esse papel, vai fazer esse papel. Aqui, juntamente com o Diap e o Toninho, quero reforçar a importância de haver essa parceria com vocês aqui, para que nós possamos alargar, estender mais o nosso trabalho.

Então, eu quero dizer que, para o movimento sindical, eu acho que foi uma criatividade, uma utopia que se tornou realidade fazer a fundação do Dieese e dar essa sustentação política e técnica.

Lá, nós temos uma direção sindical e uma direção técnica, mas a direção técnica, como o Eustáquio disse, é a que leva os trabalhos no dia-a-dia. Eu vou mais, mas a executiva vai uma vez por mês, para decidir o que se vai fazer, mas quem toca, no dia-a-dia mesmo, são os nossos técnicos. Então, nós temos que dar essa sustentação para esses técnicos, nós precisamos ter financiamento, porque não pode a Fundação Getúlio Vargas ter o financiamento público que tem. Quanto ao Dieese, como diz o Clemente: "Nós somos bacanas demais, mas, na hora de aportar, nós não somos." Nós temos que ficar passando o chapéu, ano a ano, para dar sustentação financeira para a instituição, sendo que nós prestamos um serviço de utilidade pública. A universidade está apropriando-se dos nossos trabalhos, dos nossos serviços.

Eu fico feliz por isto, professor, que a universidade esteja apropriando-se dos nossos trabalhos, significa que nós estamos no caminho certo, que o movimento sindical tem um patrimônio na mão de que, às vezes, não se dá conta. Todas as transformações que nós tivemos no mundo do trabalho passaram por dentro do Dieese. Nós temos hoje as oito centrais sindicais que são filiadas ao Dieese, que nós conseguimos colocar na mesa e definir qual é a agenda, qual é o trabalho que vai ser feito. Nós atendemos hoje mais de 40 temas para o movimento sindical. Então, há um leque enorme que fazemos, sobre o qual os nossos técnicos se dedicam, mais do que a sua jornada. Tem que ser valorizado esse serviço que é prestado de utilidade pública.

Então, aqui, Senador, eu quero aproveitar que o senhor está aqui para agradecer o apoio que nós já recebemos e dizer que nós queremos mais apoio, nós queremos financiamento público para dar condições de sustentação, para que possamos fazer um trabalho melhor.

Então, mais 60 anos ao Dieese. Muito obrigada por essa solenidade aqui hoje. Obrigada pela classe trabalhadora, pelas centrais, pelos companheiros que aqui puderam estar hoje conosco.

Só para terminar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Deixe-me ajudá-la aqui. Você vai continuar.

Eu fui contar para o Toninho, porque eu tinha dúvida: emenda parlamentar é muito delicado. O Toninho estava me alertando que emenda individual parlamentar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pode?

O SR. ZENAIDE HONÓRIO – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, eu posso assegurar para vocês que as minhas emendas parlamentares – são 497 Municípios no meu Estado –, eu mando para todos os Municípios.

É um sistema no computador que vai para todos os Municípios – 497. Aí, há um rodízio em que os últimos são os primeiros, e os primeiros são os últimos. E é igual para todo mundo o percentual.

Então, o Rio Grande do Sul passa, a partir de hoje, a não ter 497 Municípios; terá 498, porque eu vou fazer uma emenda individual todo ano para o Dieese.

A SRª ÂNGELA MARIA SCHWENGBER – Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Aí, o Dieese me cobra. Olhem que eu sou fiel ao que eu falo. Para vocês terem uma ideia,...

A SRª ÂNGELA MARIA SCHWENGBER – E está gravado, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ...a minha emenda de Senador – eu tenho uma emenda específica – eu dou todo ano para a UERGS, do Rio Grande do Sul, para fortalecer, porque é uma universidade estadual gratuita, que tem política de cotas. Enfim, todo ano eu dou uma emenda para a UERGS. Agora, fica uma para o Dieese todo ano.

A SRª ÂNGELA MARIA SCHWENGBER – Em nome do Dieese, eu quero agradecer a sua iniciativa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E que isso sirva de exemplo também, porque, às vezes,...

A SRª ÂNGELA MARIA SCHWENGBER – Para outros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ...algumas coisas que a gente faz pega, viu, pessoal? Aquela estória da lei que pega e que não pega. Que outros Deputados e Senadores também façam esse exercício de olhar para uma entidade tão importante quanto o Dieese.

A SRª ÂNGELA MARIA SCHWENGBER – E, para encerrar, nós vamos fazer uma coletânea de cinco livros contando as greves dos últimos períodos, e o Urbano tem um capítulo específico que retrata quando você foi presidente do sindicato e da Contag, o período seu na condução das greves deste País.

Então, o primeiro é dedicado à greve dos rurais.

Muito obrigada por todos estarem aqui.

Um grande abraço para todos.

E, passados 60 anos, nós temos uma negra na presidência do Dieese e uma Presidente no Brasil, não é, Ivana? (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Que é uma mulher também. (*Palmas.*)

Eu queria agradecer também ao Diap, que é o Toninho, que me deu aqui os cabeças do Congresso Nacional. Ele mandou abrir aqui na página – é isso mesmo? – 27, em que ele diz o seguinte: "Trata-se do único Senador que fez parte de todas as listas, tanto como Deputado Federal quanto como Senador da República. Apenas um Senador se manteve na lista durante todos os 22 anos. Esse é o Senador Paim." É porque o Toninho é meu amigo, viu?

Mas, obrigado, Toninho. (*Palmas.*)

Muito obrigado, pessoal.

Está encerrada a audiência pública e vamos organizar uma no plenário do Senado.

Vamos tirar uma foto coletiva agora.

(Iniciada às 14 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 27 minutos.)

ATA DA 113ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2015, QUARTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas do dia vinte e cinco de novembro de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Flexa Ribeiro, João Capiberibe, José Medeiros e das Senadoras Ana Amélia e Simone Tebet. Registra-se a presença das Deputadas Federais Keiko Ota, Conceição Sampaio e Raquel Muniz. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 146 de 2015-CDH de autoria do Senador Paulo Paim, para debater: "O Dia Internacional da Não – Violência contra a Mulher, celebrado no dia 25 de novembro". Com a participação da Procuradoria da Mulher do Senado e a da Câmara dos Deputados; da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher; e da Coordenadoria dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados. O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Junéia Martins Batista, Secretária-Nacional da Mulher Trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Erilza Galvão dos Santos, Secretária de Gênero, Raça, Etnias e contra Opressões da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal – CONDSEF; Maria Auxiliadora dos Santos, Secretária Nacional de Políticas para as Mulheres da Força Sindical; Sônia Maria Zerino da Silva, Diretora Nacional da Secretaria para Assuntos da Mulher da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST; Lilian Arruda Marques, Assessora da Direção Técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE; Ailma Maria de Oliveira, Representante da Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB; Cíntia Rangel Assumpção, Diretora de Assuntos para Mulher, Criança e Juventude da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil – CSPB. Às nove horas e quarenta e quatro minutos o Senhor Presidente passa a presidência para a Senadora Ana Amélia. A Senhora Presidente eventual concede a palavra à Deputada Federal Keiko Ota. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, José Medeiros e a Senadora Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e quatro minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

,

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 113ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª (quinquagésima quinta) Legislatura.

A presente Reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 146 de 2015-CDH de minha autoria, para debater "O Dia Internacional da Não – Violência contra a Mulher, celebrado no dia 25 de novembro", com a participação da Procuradoria da Mulher do Senado e a da Câmara dos Deputados; da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher; e da Coordenadoria dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas, podem fazê-lo, por meio do Portal e-Cidadania, www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Nós temos uma lista de convidados que farão uso da palavra na nossa audiência pública. Nós vamos montar a primeira Mesa por ordem de chegada. Eu chamo para esta primeira Mesa: Cíntia Rangel Assumpção, Diretora de Assuntos para a Mulher, Criança e Juventude da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB); Junéia Martins Batista, Secretária Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT; Erilza Galvão dos Santos, Secretária de Gênero, Raça, Etnias e contra Opressões da CONDSEF; e Maria Euzilene Nogueira, Leninha, Diretora Executiva da Força Sindical.

Sejam bem-vindas! (*Palmas.*)

Nós temos algumas Deputadas que aparecerão aqui depois.

Chamo as Srªs Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres no Brasil; Laís Abramo, Diretora da Organização Internacional do Trabalho (OIT); Ailma Maria de Oliveira, Secretária Nacional da Mulher Trabalhadora da Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); Sônia Maria Zerino da Silva, Diretora Nacional da Secretaria para Assuntos da Mulher da Nova Central Sindical de Trabalhadores; e Andréa Myrrha, Diretora de Assuntos da Mulher da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB).

V. Srªs devem estar a caminho.

Nós estamos aqui já com os nossos convidados.

Hoje, para nós, homens e mulheres, é uma data muito importante. Por isso, eu farei uma introdução para aqueles que estão nos assistindo pelo Sistema de Comunicação do Senado se situarem sobre o tema.

Senhoras e senhores, o tema de hoje é discutir o combate à violência contra a mulher. Em 1960, três irmãs que lutavam contra a ditadura da República Dominicana foram cruelmente assassinadas.

Quantas e quantas mulheres do mundo inteiro já tombaram, lutando por ideais de liberdade e justiça, respeito à cidadania, e outras quantas foram vítimas da brutalidade principalmente por parte dos homens?

Estamos longe de celebrarmos o fim das atrocidades que são cometidas mundo afora em razão de gênero. Pelo contrário, devemos nos manter firmes e atentos na luta contra as hostilidades vividas diariamente pelas mulheres dentro e fora do País.

Dados da Organização Mundial da Saúde mostram que mais de um terço de todas as mulheres do mundo são vítimas de violência física ou sexual ao longo da sua vida. Mais de um terço! Os algozes, na grande maioria, são os maridos, namorados, parceiros, pessoas em quem elas deveriam poder confiar, mas que acabam se tornando os seus carrascos.

Isso em parte por força de uma cultura machista em que a desigualdade do poder é tomada por óbvia, inata, constitucional da natureza humana, em parte por uma sensação de impunidade, de cumplicidade com as autoridades públicas que deveriam inibir, coibir, tratar de forma dura esses bárbaros crimes.

No Brasil, temos tudo isso de sobra: machismo e impunidade! E é isso que devemos combater. É sobre isso o debate.

A violência contra a mulher tem diversas facetas: desde agressões físicas, que incluem empurrões, chutes, cortes, socos, coações sexuais, estupros e prostituição forçada, e maus tratos psicológicos, com humilhação em público ou isolamento de amigos e familiares, até agressões financeiras, que incluem roubo, destruição dos bens pessoais ou inclusive negativas de pagamento até da pensão alimentícia.

Há também as chamadas violências institucionais, que envolvem a discriminação ou a negligência dos profissionais dos serviços públicos, que deveriam ser os primeiros a oferecer amparo às mulheres.

Na maior parte das vezes, essas formas de violência não ocorrem isoladamente. Há claramente uma sequência crescente em que os agressores se sentem cada vez mais autorizados a agir de forma covarde e implacável. A manifestação mais extrema desse cenário é o homicídio, mas os senhores não pensem que esses são casos isolados e que raramente chegam a suceder.

Recentemente, foram divulgados dados com relação à violência contra as mulheres no Brasil. Confesso que todos nós, brasileiros, e o mundo ficaram incomodados com o estudo chamado de Mapa da Violência 2015 — Homicídios de Mulheres no Brasil, realizado pela Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais, a pedido da ONU Mulheres.

Por esse motivo, protocolamos de imediato junto ao Presidente Renan Calheiros a solicitação de uma sessão temática para discutir a violência contra a mulher no plenário do Senado, que queremos fazer ainda este ano.

Senhores e Senhoras, treze mulheres foram mortas por dia no Brasil em 2013. Treze mulheres mortas por dia, em 2013, aqui, no Brasil! Os homicídios de mulheres negras aumentaram 54% em dez anos, passando de 1864, em 2003, para 2.875, em 2013. Enquanto no mesmo período, o número de homicídio das não negras caiu 9,8%, saindo de 1.747, para 1.576, em 2013. Ambos os dados são assustadores. Nós estamos só mostrando que a violência contra a mulher negra, infelizmente, aumentou.

Eu digo mulher negra e branca. Essas são denúncias da maior gravidade, o que nós estamos vendo neste documento.

É inaceitável que, entre 83 países elencados pela Organização das Nações Unidas, o Brasil ocupe a quinta posição no *ranking* global de homicídio de mulheres.

Mesmo com todos os avanços da última década, com a construção das políticas para as meninas e mulheres, de forma transversal, proposta pela Secretaria das Mulheres da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos em parceria com os demais Ministérios, a situação ainda é grave, muito grave, assustadora. Essa construção resultou na retirada de milhões de mulheres na linha da pobreza qualificando-as tecnicamente e inserindo-as no trabalho formal ou como empreendedoras.

Bem sabemos que as mulheres em situação de violência doméstica permanecem subjugadas aos agressores, muito em função da dependência financeira.

Infelizmente, com relação à violência doméstica contra meninas e mulheres, ainda não conseguimos a efetiva implementação da Lei Maria da Penha, que é muito importante, mas infelizmente ainda não aplicada como deveria ser nos Estados e Municípios. As notícias divulgadas na imprensa mostram isso diariamente. Quantas mulheres romperam o silêncio, denunciaram à polícia a violência sofrida por várias vezes, e acabaram sendo assassinadas? Se a Lei Maria da Penha estivesse realmente implementada, com os equipamentos de proteção necessários para garantir a segurança dessas mulheres, elas não teriam sido assassinadas. A única conclusão a que chego é que falta vontade política dos gestores em relação a esse tema.

Este ano, nós aprovamos, nós, eu digo o Congresso, e a Presidenta sancionou, a Lei do Feminicídio. Creio que, com a vigência das penalidades contidas na Lei e com outro olhar para os procedimentos que irão apurar as mortes violentas das mulheres, os dados dos próximos anos poderão ser aferidos com mais precisão. Precisamos saber quantos foram os feminicídios tentados ou consumados, quantos foram os suicídios com mortes aparentes, acidentais, que tiveram como causador a violência de gênero e quais as causas de as mulheres desaparecem e, depois de um tempo, aparecem mortas?

Registro e cumprimento a iniciativa da Secretaria de Política para as mulheres, em parceria com a ONU Mulheres, de construir diretrizes nacionais para o modelo de protocolo que investigue, processe e julgue, com perspectiva de gênero, as mortes de mulheres.

Os Estados contemplados em uma primeira fase do projeto são: Maranhão, Mato Grosso do Sul, Piauí, Rio de Janeiro, Santa Catarina e o DF.

Senhores e Senhoras, as mulheres não são vítimas apenas de violência doméstica e familiar. Quando falamos do mundo do trabalho, a desigualdade de direitos entre homens e mulheres é tão brutal quanto a violência doméstica. As mulheres realizam a mesma função que os homens, mas continuam ganhando menos.

Há um projeto, aqui, no Senado, que veio da Câmara, de que fui relator, que diz simplesmente o seguinte: a mulher, na mesma função, na mesma atividade que o homem, tem que receber o mesmo salário. O projeto infelizmente não foi aprovado. Foi jogado para a Comissão de Infraestrutura. O que tem a ver um projeto que trata de igualdade de direitos, principalmente no mundo do trabalho, ser jogado para a Comissão de Infraestrutura e, se não me engano, de Reforma Agrária? É lamentável que nós não tenhamos aprovado ainda esse projeto da igualdade, que, se não me engano, é do Deputado Marçal.

Enfim, as mulheres são as maiores vítimas de assédio sexual e assédio moral no trabalho, e é institucional. O direito à licença maternidade para amamentar os seus filhos, por muitas vezes, é negado.

Quando falamos do direito de ocupar espaço de poder e decisão, a exemplo dos Legislativos Municipais, Estaduais e Federais, sabemos da desigualdade e das dificuldades impostas. Poderíamos falar da violência de gênero étnico-racial, da orientação sexual e geracional, nos programas de televisão ou em peças publicitárias, ou ainda com relação à violência obstétrica, ao tráfico de mulheres, ao trabalho escravo, ao trabalho doméstico, aos cuidados com idosos, deficientes e adoentados, à vida das mulheres em presídios e às circunstâncias que as conduziram aos presídios.

Certa vez, ouvi de uma companheira: "Sinto-me como uma estrangeira em alguns espaços. Senador, somos tratadas em nossa competência em todo o momento, mas somos tratadas de forma discriminatória."

Fica evidente, Srªs e Srs. Senadores, que muito temos a caminhar para desnaturalizar essa violência histórica e cultural de uma sociedade construída e enraizada no patriarcalismo, que busca justificar cotidianamente e até mesmo autorizar que homens continuem assassinando meninas e mulheres pelo fato de serem mulheres ou que, nas relações de afeto, homens pratiquem violência com o objetivo de punir ou até mesmo corrigir aquelas que ousarem divergir do comportamento chamado, entre aspas, de "boa esposa", "boa filha", "boa mãe", "boa dona de casa". Acreditam que, só por isso, elas podem ser torturadas e assassinadas. Esse comportamento é imposto, há séculos, às mulheres, através da divisão sexual do trabalho, em que aos homens foi concedido o espaço público e às mulheres, o espaço privado.

A violência é um mecanismo de controle sobre o corpo da mulher, sobre a sua sexualidade, autonomia, seus desejos e suas coisas, e, por consequência, limita sua emancipação profissional, econômica, social ou intelectual.

A violência de homens contra as mulheres em que não há alguma relação de afeto, segue na mesma lógica, infelizmente. Busca de todas as formas justificar, culpabilizando a menina ou a mulher, pelo fator comportamental que gerou, por exemplo, um estupro ou um assédio, seja por sua roupa provocativa ou por exibir seu corpo. É um absurdo alegar que sejam esses os motivos para elas serem espancadas, violentadas ou até assassinadas, como se as mulheres fossem coisas, mercadorias disponíveis em alguma vitrine e aos homens fosse permitido tocar!

Vejam, senhoras e senhores, segundo o Ipea, ocorrem mais de 500 mil estupros por ano no Brasil, porém a média de denúncias na Polícia e na Justiça é de apenas 10%. Em um terço dos casos, os agressores são pais, padrastos, amigos ou pessoas conhecidas. (*Pausa.*)

Espero que não seja o meu celular que esteja tocando! Eu peço para todo mundo desligar. Se o meu ficou ligado, é gravíssimo! Estou constrangido até, mas foi bom para quebrar um pouquinho aqui. (*Risos.*)

O que significa isso? São mil meninas e mulheres estupradas, e isso ocorre em função de vivermos em uma sociedade machista, sexista, em que encontramos homens que se acham donos das mulheres. Mesmo ciente dessa realidade, nós não conseguimos avançar. Ao contrário, tramita na Câmara Federal um projeto que retira o direito às mulheres vítimas de violência e assédio sexual de receber os cuidados necessários para evitarem a gravidez fruto do estupro de forma rápida e segura.

Acompanhamos a criminalização das mulheres que optaram por não desejarem uma gravidez, mas, em nenhum momento, ouvimos com tanto afinco a defesa da criminalização do patrão que oprime a operária no chão da fábrica, a bancária, a comerciária, para que ela não engravide, e que, consequentemente, é o causador do medo que ela tem de perder o emprego ou de passar pelo constrangimento que as mulheres passam em decorrência da gravidez ou após o parto. Elas acabam muitas vezes, por provocação, criando e entrando numa situação de aborto ou ainda, por falta de condições seguras e saudáveis no trabalho, abortando naturalmente. Se questionarem a precarização do trabalho ou solicitarem melhores condições de trabalho, simplesmente são demitidas.

Como coordenador, e já concluindo, quero fazer uma homenagem para o Deputado Edegar Pretto, do PT do Rio Grande do Sul, filho do nosso inesquecível Adão Pretto, que lançou, no Estado, a Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Ele me provocou, e eu aceitei, para que eu assumisse, aqui, no Congresso, a Coordenação da Frente Parlamentar do Homem pelo Fim da Violência contra a Mulher. (*Palmas.*)

Nós não podemos permitir que isso aconteça. Os homens são chamados, sim, a esse campo de batalha, a se postarem firmes contra a violência contra as mulheres. Não vamos ficar calados e omissos. É como se não fosse nada conosco, mas é. Primeiro, são os principais agressores, e as organizações feministas envolvendo as mulheres vêm reivindicando uma postura mais clara de toda a sociedade, com justa razão.

Enfim, qual é o nosso papel como Senadores da República para o enfrentamento às várias formas de violência contra as mulheres? A bancada feminina no Senado tem realizado um trabalho fantástico! Eu quero aqui dar uma salva de palmas à bancada feminina no Senado e na Câmara pelo trabalho heroico que vem realizando. (*Palmas.*)

É preciso que peguemos esse exemplo e nos somemos a elas.

Por isso, esse chamado é aos homens. Esse chamado aos homens não significa dizer que eles serão os protagonistas do feminismo. Ao contrário, esta minha manifestação é de reconhecimento à história de luta das mulheres, para reafirmar a importância histórica dessas lutas em que o sujeito dessa longa caminhada, como foi na recente Marcha das Mulheres Negras, são vocês, e somente vocês sabem o quanto é grave a violência contra as mulheres. Nós, homens, temos que estar solidários, caminharmos juntos.

O machismo, o racismo, a lesfobia existem e precisam ser combatidos. Negar isso é omissão! Tenham a mais absoluta certeza que podem contar com este Senador e a Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência contra a Mulher. Onde houver uma luta com o objetivo de transformar e trazer mudanças culturais, sociais e institucionais para que todos e todas sejam realmente livres, lá, nós estaremos.

Finalizo aqui com uma poesia, porque gosto muito de poesias, até escrevo algumas, mas esta não é minha. Finalizo com uma poesia do poeta cubano José Martí: "nada causa mais horror à ordem do que mulheres que sonham e lutam". Eu achei a frase muito bonita. Estou lendo agora a poesia dele. "Nada causa mais horror à ordem constituída que mulheres que sonham e lutam." Merece uma salva de palmas essa frase desse poeta cubano. (*Palmas.*)

Termino dizendo que ousem, ousem, ousem muito! Desafiem sempre! Só mudaremos o mundo, se mudaremos a vida das mulheres. Vida longa às mulheres do Brasil e do mundo! (*Palmas.*)

Eu sei que foi um discurso longo, mas muitos trabalharam, e foram as mulheres. Pedi a elas que me ajudassem nessa formulação, e elas me ajudaram muito na elaboração do pronunciamento. Em homenagem a elas, eu li na íntegra. É muito fácil dizer que fui eu que, em uma noite iluminada, escrevi este discurso belíssimo. Não foi não! Foram elas, que trabalharam, sentaram comigo e disseram: É por aqui Senador. Seja firme!

Então, vamos começar, de imediato, com as nossas convidadas, que são as nossas heroínas dessa luta permanente, as atrizes principais dessa longa caminhada.

A SRª MARIA EUZILENE NOGUEIRA – Senador, por gentileza, já se encontra conosco a nossa Secretária Nacional de Política para as Mulheres da Força Sindical. Eu gostaria de pedir à companheira Maria Auxiliadora dos Santos que pudesse aqui ocupar a Mesa.

Muito obrigada às companheiras!

Cíntia, muito obrigada por todo o trabalho!

Parabéns, Senador, pelo seu trabalho, não só hoje, mas por toda a sua vida!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Parabéns a vocês!

Seja bem-vinda! (*Palmas.*)

Houve uma troca aqui na Mesa. Saiu a adjunta e entrou a titular, conforme orientação da Cíntia, que está me assessorando aqui. Senador, para ir bem, tem que ter uma mulher, no mínimo, assessorando, ou elas, como titular, e nós, como assessores. Nos deixem pelo menos a assessoria. A minha Chefe de Gabinete é uma mulher.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A minha Chefe de gabinete, em Brasília, é uma mulher e, no Rio Grande do Sul, um cidadão que é cego, o Sr. Santos Fagundes, que os senhores conhecem e que ajudou muito na construção do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Passo a palavra, neste momento, à Secretária Nacional da Mulher Trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores, CUT, Srª Junéia Martins Batista.

A SRª JUNÉIA MARTINS BATISTA – Bom dia, companheiras! Bom dia, companheiros!

Nesta audiência pública, quero primeiro agradecer. Eu estou na CUT desde 2009. Comecei como uma Executiva sem pasta e, depois, assumi a Secretaria Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora da CUT. Até outubro deste ano, eu estava nessa pasta. De fevereiro de 2011 até outubro agora de 2015, eu estive muito nesta Casa, na Comissão de Direitos Humanos, por audiências provocadas pelo Movimento Sindical. O Senador Paulo Paim nunca se negou a debater qualquer questão.

Ele é um defensor das questões de saúde dos trabalhadores e trabalhadoras. Nesta Casa, tivemos audiências maravilhosas, em que provocamos a sociedade, o Governo e esta Casa mesmo a repensar as ações. Então, meu agradecimento pelo período que eu passei na Saúde do Trabalhador. Os homens e as mulheres trabalhadoras do Brasil e do mundo agradecem muito a sua contribuição em abrir esta Casa para discutirmos.

Hoje, tenho dois cargos. Eu estou como Secretária Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT e também por este fórum de mulheres aqui, de diversos sindicatos afiliados à Internacional de Serviços Públicos, que é uma federação sindical mundial que representa homens e mulheres. São 20 bilhões de associados em todo o mundo, em 150 países, e o Brasil é um desses países. E pensamos, como campanha nossa deste ano, provocados um pouco pelo debate que vem sendo feito na OIT, em um guia sobre violência nos locais de trabalho.

Não sei se a maioria de vocês sabe ou não, mas, no ano passado, o grupo dos trabalhadores e trabalhadoras na OIT provocou um debate para pautar, pensar em uma conferência internacional do trabalho sobre a questão da violência contra a mulher. No ano passado e neste, no começo do ano, em abril, até novembro, a ideia era essa. Agora, com a última reunião do Conselho de Administração, nós fomos surpreendidos porque a bancada patronal não aceitou a discussão da proposta de uma convenção para discutir violência contra a mulher no local de trabalho, porém topava discutir desde que se trocasse "mulher" por "gênero". Nós, mulheres, não nos intimidamos, o movimento sindical também não se intimidou, e dissemos que queríamos, sim, debater e que, de qualquer maneira, queríamos botar na pauta, na ordem do dia da Organização Internacional do Trabalho. Então, foi aprovado um projeto de convenção. Inicialmente, seria em 2017 para ser finalizado em 2018. Eles queriam uma recomendação, mas conseguimos avançar para uma coisa melhor, que é convenção. A convenção vem para o País, que tem que ratificar, tem que fazer lei, tem que aprovar, tem que cumprir. Nesse ponto, eles deram outra pernada.

Eu vou muito para as conferências da OIT e o tempo todo tentamos negociar com a patronal. Quando a patronal não está do nosso lado, e nunca está, corremos para os Governos mais progressistas. O que o Brasil está dizendo? O que a Venezuela está pensando? A Argentina, até domingo? O Uruguai? O Chile? Até nos Estados Unidos, conseguimos apoio para os nossos debates.

Conseguimos fazer esse debate, só que eles postergaram. O tema só entra em debate na OIT em 2018 e, se não terminar, termina em 2019.

Eu acho que é bom começar isso porque a ISP trabalha nesse primeiro guia. Desde o mês de agosto até ontem, essas bravas guerreiras que estão aqui, muitas mulheres de diversos Estados e de diversas federações e sindicatos filiados à ISP, trabalhamos em um guia em que colocamos o que é a violência sexista e como ela é praticada. Não estamos falando só da questão do assédio moral e do assédio sexual, mas da violência no dia a dia, no trato com a mulher. É a violência do colega de trabalho, do chefe e até, às vezes, de uma mulher que pratica uma violência sexista contra outra mulher.

Esse guia tem uma clareza ao colocar – e é uma contribuição inclusive de todas nós – como devemos identificar se, primeiro, é uma brincadeira ou é uma violência? Um chefe no setor público, como ele não pode

demitir o trabalhador, o que ele faz quando está com raiva, com birra? Ele enfia um monte de tarefas para a gente. Isso é o assédio moral, se você for tipificar, e tem um determinado período. Ele enfia um monte de tarefas para você e, depois, retira ou, no local de trabalho, você não tem lugar para ficar, não tem mesa. Isso é no serviço público.

A maioria aqui é da ISP São servidoras públicas e sabem o que eu estou dizendo. Não estou falando nenhuma bobagem.

Então, a ideia desse guia é, primeiro, identificar e, depois, alertar: "Está acontecendo isso!" Depois, procura defender e ir, diretamente, para as denúncias, que podem ser, primeiro, no seu sindicato. Você pode procurar o empregador e dizer o que está acontecendo. O guia orienta bem, sempre com testemunhas, sempre fazendo diário das coisas por que você pode passar.

Pensamos na ISP em construir com as mulheres dos diversos sindicatos, das diversas centrais sindicais aqui presentes, lançar, hoje, neste 25 de novembro, e terminar a bendita guia, ou a cartilha, em 8 de março do ano que vem. Teríamos tempo, então, para fazer uma cartilha bacana, bem bonita.

Não sei quanto tempo eu tenho, mas não falei quase nada!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ainda três minutos.

A SRª JUNÉIA MARTINS BATISTA – Três minutos? Ai meu Deus!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas com a tolerância devida do seu Presidente aqui.

A SRª JUNÉIA MARTINS BATISTA – Sim. Obrigada.

Tenho um texto, e é bom que está sendo gravado e deve estar ao vivo, que fala um pouco sobre os 16 dias de ativismo, que começam, hoje, no dia 25 de novembro.

O que são os 16 Dias de Ativismo? Ele começa no dia 25 de novembro, que é o Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher, e termina no dia 10 de dezembro, que é o Dia Internacional dos Direitos Humanos, e já participei de muita atividade sobre a questão dos direitos humanos em defesa dos sindicalistas que são assassinados pelo mundo, principalmente na América Latina.

A campanha dos 16 Dias de Ativismo começou antecipada no Brasil, com o Dia Nacional da Consciência Negra – e, dois dias antes, tivemos a Marcha das Mulheres Negras –, para enfatizar a dupla discriminação sofrida pela mulher negra.

Em 1991, mulheres de diferentes países, reunidas pelo Centro de Liderança Global de Mulheres, iniciaram uma campanha de 16 dias de ativismo pelo fim da violência. Cada dia tem atividade, panfletagem, ato de rua, reuniões nos sindicatos. São chamadas as mulheres dos movimentos feministas. Na verdade, isso começa com as mulheres do movimento feminista na América Latina, com o objetivo de promover o debate e denunciar. Então, não é um dia de festa, não é um dia de comemoração. É um dia de dizer: Basta! Pare! Combata a violência contra as mulheres!

Hoje, cerca de 150 países desenvolvem essa campanha em todo o mundo.

O Fórum Nacional de Mulheres Trabalhadoras, e, aqui, estou eu, está a Auxiliadora, companheira da Força, a Sônia... Quem mais está aqui das Centrais? A companheira da CTB... Nós vamos fazer, neste ano, duas grandes atividades: no dia 1º de dezembro, conscientização e panfletagem, em São Paulo, na Praça Ramos, onde vamos panfletar, falando sobre a questão da violência contra as mulheres, e no dia 7 de dezembro, e nós estamos organizando ainda, as meninas das Centrais, um seminário sobre a violência contra as mulheres, de uma maneira geral.

O mais importante de colocar, aqui, entre nós, primeiro, é a unidade na luta. Nós, as Centrais Sindicais, aqui, não temos bandeira. Nós somos mulheres, defendendo todas as mulheres. Depois, nos movimentos sociais, nós temos que estar unidas com o movimento feminista. Nos somando ao movimento feminista, agregamos os movimentos sociais, ou seja, todos vêm. E não podemos fazer isso sem chamar a atenção das casas de lei. Por isso, estamos, aqui, no Senado; vamos ao Governo Federal reclamar; fazemos as nossas pautas nos nossos Estados; reclamamos nos nossos Municípios. É uma coalizão de todos para combater, porque, pelos dados que o Senador Paulo Paim leu, as coisas continuam muito perigosas. As mulheres negras continuam sendo mortas, assassinadas e mais violentadas. Como o Brasil é o quinto País do mundo neste *ranking* horroroso?

Precisamos fazer mais ações, ter mais visibilidade com essa questão da violência contra as mulheres para que possamos, talvez, no próximo ano, se tiver um novo estudo, dizer que baixaram essas taxas de mortandade, de violência e de falta de respeito contra as mulheres.

Eu vou parar por aqui. No debate, eu estou à disposição.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem Junéia Martins Batista, Secretária Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT.

Eu queria convidar para usar a palavra a Deputada Federal Keiko Ota. S. Exª poderá usar o meu lugar, porque eu tenho que dar uma entrevista. Queira ou não queira, pessoal, não tem como não falar sobre isso. A situação do Delcídio deu uma chacoalhada, hoje, aqui. Não estou fazendo nenhum prejulgamento, mas deu uma chacoalhada. Estão nos chamando a dois, três lugares, para que eu também possa ajudar a fazer uma reflexão sobre o que aconteceu. Então, eu convidaria a Keiko Ota, para que fale aqui do meu lugar. (*Pausa.*)

Eu já chamaria a Erilza Galvão dos Santos, Secretária de Gênero, Raça e Etnias e contra Opressões da CONDSEF para usar da palavra. Em seguida, falará do meu lugar a Deputada Federal Keiko Ota.

Eu saio um pouquinho e volto. Depois, a Senadora Simone Tebet vai presidir um pouco. S. Exª virá aqui também, e nós vamos, assim, intercalando, homens e mulheres, ocupando todos os espaços, inclusive este lugar onde eu sento.

A SRª ERILZA GALVÃO DOS SANTOS – Bom dia.

Queria, lembrando elementos culturais, pedir licença aos mais novos e a benção aos mais velhos e saudar todas as mulheres aqui presentes nesta marcha constante pelo fim da violência, até que todas nós sejamos livres, e também, embora ele tenha saído, o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador Paulo Paim, pela sua trajetória de direitos humanos como um todo, sobretudo pela questão racial, pela luta pela aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e pela oportunidade desta audiência, que está acontecendo no primeiro ano da década afrodescendente da ONU. E a importância disso não é para o Brasil especificamente, mas para o mundo, porque uma década afrodescendente para a ONU significa a oportunidade de se discutir questões que, com certeza, não estarão focadas só no recorte racial, mas em todo o leque de questões que nós temos discutido enquanto movimento de mulheres.

Quero lembrar a questão do Novembro Negro. Não é à toa que coloquei a camiseta, simbolizando na figura de Lélia Gonzalez, a sua contribuição, e de n mulheres, na construção de uma sociedade com menos discriminação, mais igualdade e mais inclusão.

Vou fazer aqui algumas considerações, num exercício de pensar, mesmo que seja com controvérsias e provocações, alguns outros elementos. Ainda podemos, no livre pensar, construir e desconstruir coletivamente para tentar até sair daquilo que estávamos tentando fazer na cartilha. A ideia é provocar a nós mesmas e o coletivo.

O que é falar de violência contra as mulheres, sobretudo do ponto de vista do serviço público? É falar de um Estado caracterizado, infelizmente, por uma política de violência, por uma política de vigiar e punir. O sentido que defendemos, nos movimentos de mulheres e os movimentos de melhores relações entre homens e mulheres, é o da prevenção a práticas de violência sexista e punição de agressores, não o de vigiar e punir as pessoas mais vulneráveis na relação de trabalho, as mulheres, em particular as mulheres negras, como mostram as estatísticas e como mostrou o relato e a exposição do Senador Paulo Paim.

Falar de violência contra a mulher no serviço público é falar de uma administração pública cujas formas de gestão estão longe, muito longe de uma gestão democrática que valorize o trabalho decente, que combata práticas e atitudes num processo de trabalho que afetam a saúde da mulher trabalhadora.

Aspectos da política de recursos humanos, com a avaliação de desempenho — e sabemos muito bem disso, sobretudo no serviço público federal, não é? –, com a criação das tais carreiras típicas, da classificação de servidores de primeira, segunda, terceira e z categorias, e a política salarial baseada em gratificações são, na realidade, aspectos de uma competição dura, desleal, entre trabalhadores e organizações e entre os próprios trabalhadores. Essas políticas reforçam o individualismo, o desprezo pelo trabalho em equipe, o desprezo pela tolerância, o desprezo da solidariedade.

Esse contexto acaba criando um ambiente favorável à violência sexista no local de trabalho, o que é gravíssimo para a saúde física e mental da classe trabalhadora, e é gravíssimo também para o próprio trabalho, para as organizações, para os usuários e para a sociedade como um todo.

No momento em que eu afeto a saúde da classe trabalhadora, em especial das mulheres, eu trago sérias consequências para a sociedade, mas a sociedade precisa fundamentalmente de serviço público. Então, eu tenho, na realidade, problemas de saúde do serviço público e não individualizados no trabalhador.

Essa situação torna-se cada vez mais constante nos locais de trabalho. São muitos os relatos de violência sexista e dos sentimentos das mulheres frente a ela.

Mais ou menos há um ano, nós, da CONDSEF, aproveitamos uma grande plenária de avaliação da campanha de 2014 e fizemos uma pequena enquete. Não é uma pesquisa, nenhuma pretensão disso, muito menos uma pesquisa da Margarida Barreto, mas uma enquete para saber, no calor daquele fórum sindical, o sentimento, a impressão das mulheres na questão da violência. Fizemos duas perguntas básicas: se tinham sofrido alguma ação de violência e qual era o maior medo.

Das enquetes distribuídas, voltaram sessenta e nove. Onze não responderam a enquete, onze disseram não saber sobre a questão da violência contra a mulher, vinte e oito responderam que já tinham sofrido algu-

ma ação e trinta e quatro responderam que não, embora o número trinta e quatro tenha sido o maior, não foi um número tão distante.

E depois veio a questão de qual era o maior medo das mulheres? Duas disseram não ter medo, duas disseram ter medo de adoecer, duas disseram ter medo de agressão, de violência física, quatro disseram ter medo de morrer, quatro disseram ter medo da impunidade, cinco disseram ter medo de estupro, uma disse ter medo do ser humano, onze disseram não saber o que dizer, onze não responderam. As que responderam caracterizaram de alguma forma e disseram os seguintes medos: perder a fé, aposentadoria, solidão, indiferença, violência social, falta de amor e humanidade, não saber como reagir caso a violência atingisse ela, agressão por esses loucos, agressão na sua cidadania, machismo e violência sexual, drogas na sua família, não recebimento de ajuda para superar o problema, de o índice de violência continuar tão alarmante e triste que as autoridades não façam valer a Lei Maria da Penha, de a mulher sofrer violência e não denunciar por falta de segurança, de parar de lutar pelos seus direitos, retaliação por parte do agressor, de a violência e o impulso agressivo do ser humano tomarem proporções incontroláveis em comparação aos níveis que temos, de as vítimas não terem coragem de denunciar o agressor, a demora e o descaso das autoridades, etc. Por esse pequeno pincelar, uma enquete simples, vocês imaginem se tivermos condições de fazer uma pesquisa com mais densidade.

O que fazer diante do que estamos discutindo aqui, do nosso trabalho com cartilha, com essas preocupações? O quer fazer diante de tudo isso?

Nós consideramos que esta audiência é fundamental para levantarmos grandes questões, preocupações, situações referentes à violência sexista, para pensarmos alternativas de ação e de prevenção, sobretudo que venham a se transformar em políticas de Estado e não em políticas de governo, que dependam de vontades individuais de dirigentes de plantão. Que sejam políticas mais permanentes! É uma oportunidade também de pensarmos em como aprofundar estudos e pesquisas sobre violência sexista no serviço público.

Por último, queremos aproveitar a oportunidade e destacar a 1ª Marcha Nacional das Mulheres Negras, não pela participação de uma ou outra categoria, uma ou outra entidade, mas para uma reflexão. Aqui, temos várias companheiras da Marcha. Andamos, marchamos, sofremos, sorrimos, choramos...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ERILZA GALVÃO DOS SANTOS – Pois é.

Depois, quando o sangue esfriou, eu acho que alcançamos os grandes objetivos da Marcha exatamente por conta desse ato autoritário, violento, na Marcha. Não era intenção da Marcha, mas eu acho que a Marcha ajudou a visibilizar exatamente o que significava aquele acampamento que estava ali. Acho que a sociedade não tinha ainda tomado essa dimensão, não pelo fato de poder protestar e de ter uma opinião contrária a nós, mas pela manifestação, pela forma de manifestação, que foi autoritária, conservadora, desrespeitosa, não só para a Marcha das Mulheres, mas para qualquer movimento social reivindicatório, sobretudo o movimento da classe trabalhadora. Eu acho que isso foi uma grande contribuição da Marcha. Acho que foi preciso as mulheres sangrarem. Estamos curando as nossas feridas. Como têm as primeiras vezes de várias coisas, sobretudo na vida das mulheres, o primeiro namorado, o primeiro sutiã, etc., a 1ª Marcha das Mulheres Negras não será esquecida, como não foi há vinte anos a Marcha Zumbi dos Palmares. Nesse sentido, pode ajudar e pode representar.

A Marcha contribuiu para a pauta dos movimentos sociais por melhores condições de vida e de trabalho. Ela veio exatamente de encontro à pauta. Em qualquer entidade do serviço público federal, estadual, municipal, na pauta da ISP Internacional ou no Brasil, nós temos trabalhado, discutido, exatamente na linha daquilo que diversos movimentos sociais têm colocado nas ruas: melhores condições de trabalho no serviço público. E nós não podemos atender a essas condições, se não tivermos um trabalho decente; e não tem como ter trabalho decente, se não pensarmos na saúde da classe trabalhadora; e pensar na saúde da classe trabalhadora é combater, é denunciar, é dar um basta à violência contra a mulher no local de trabalho.

Queremos agradecer aqui, não só em nome da CONDSEF e das nossas filiadas, mas do Comitê de Mulheres da Internacional dos Serviços Públicos, em que tenho participado representando as entidades do chamado setor de administração central, a oportunidade do diálogo nesta Mesa tão bem pensada, acolhida, pelo Senador Paulo Paim.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Erilza, muito obrigada pela vibrante e indignada exposição, o que caracteriza mulheres líderes, mulheres guerreiras, mulheres bravas, mulheres corajosas, sobretudo no enfrentamento de um tema tão caro, não só para nós, mulheres, mas para a humanidade. No século XXI, não se admite que uma mulher saia do seu trabalho, entre num metrô e seja bulinada, e vamos usar o termo, mas é o que acontece, desrespeitada no seu direito de cidadã, de pessoa.

Isso não pode acontecer no trabalho, como ela falou, em todas as áreas, no serviço público. Precisamos entrar nessa guerra com disposição muito grande de fazer esse enfrentamento.

Eu queria dizer que eu estou presidindo. Eu sou membro suplente da Comissão de Direitos Humanos. O Presidente, Senador Paulo Paim, teve o apoio, e eu agradeço, generoso, da nossa querida Deputada Keiko Ota, que é de São Paulo, muito dedicada à causa feminina, à questão de gênero, mas, como a Comissão é do Senado, o Regimento Interno assim o prevê. Então, eu estou substituindo, com muito prazer, o Senador Paim, que foi chamado a uma reunião extraordinária da Bancada do Partido dos Trabalhadores, em função dos episódios que aconteceram na manhã de hoje.

Eu queria, então, agradecer à Erilza e convidar, de imediato, a Maria Auxiliadora dos Santos, Secretária Nacional de Políticas para as Mulheres da Força Sindical, pelo mesmo tempo de exposição.

A SRª MARIA AUXILIADORA DOS SANTOS – Bom dia a todas, à Senadora Ana Amélia e a todas companheiras aqui, dirigentes sindicais, mulheres de todas as cores, de todas as raças.

A questão da violência no nosso País é muito grave, principalmente a violência doméstica. Essa violência só vai ser combatida, quando toda a sociedade tiver a consciência de que a violência não é um problema só das mulheres e que só as mulheres têm que defender. Temos todos que estar nessa luta em defesa da não violência à mulher. Mas a pesquisa diz o seguinte: diminuiu a violência da mulher branca. Isso é grave para nós! Diminuiu a da mulher branca, mas aumenta a da mulher negra! E nós, não importa se negra ou branca, não podemos concordar com essa violência! Não é possível ligarmos a televisão e vermos mulheres jovens, mulheres idosas sendo mortas.

E temos que estar atentas porque já se discute que a expressão "violência contra a mulher" é muito forte. Isso começa a ser discutido, e já há alguns nomes, vamos dizer, batizados: Paz no lar! Nós vamos ter paz no lar quando não tivermos mais nenhum tipo de violência!

Nos Fórum das Centrais Sindicais, temos discutido essa questão, porque não é só a violência doméstica, mas também a violência no trabalho. Não existe violência pior do que a das mulheres trabalhadoras. Ela está nos piores lugares, nos locais de trabalho. Eu sou da indústria, sou do setor privado. Se no setor público tem esse problema da violência no local de trabalho, imaginem para nós, do setor privado? A todo momento, em uma indústria, os empregadores ameaçam os seus representados dizendo que, se não produzir x, será dispensado e que o final do ano está chegando. Isso é um crime violento no trabalho.

A Junéia estava falando na questão da OIT. Sabemos que a desigualdade salarial é um crime violento às mulheres trabalhadoras, porque não é possível as mulheres terem mais estudo, as mulheres estarem no mercado de trabalho, fazerem a mesma função e ganharem um salário diferente.

Inclusive, Senadora Ana Amélia, nós lançamos, no dia 12, a campanha da 156, que o Brasil ainda não ratificou, que é sobre a igualdade de salário, a igualdade no local de trabalho, na política.

Nós estamos, há anos, há séculos, discutindo essa questão e temos que continuar. Vamos precisar muito de V. Exª, como Senadora, e também das nossas queridas Deputadas, que são poucas, para quebrar este tabu no nosso País, para que sejam eleitas mais mulheres no Congresso, no Legislativo, porque tenho certeza de que só haverá um mundo melhor e mais justo, quando este Congresso e este Senado tiverem a maioria de mulheres discutindo os direitos dos trabalhadores, os direitos da sociedade, os direitos das mulheres negras, brancas, índias, não importa. Essa é a nossa esperança, e temos que trabalhar muito para quebrar este tabu.

A companheira estava falando da Marcha das Mulheres Negras. Dizemos que, no Brasil, não há discriminação, mas eu estava vindo para a Marcha, com a camiseta que a nossa Força estadual fez para São Paulo, e, no avião, uma mulher branca disse assim: " Você está indo para a..." "É. Estou indo para Brasília, para a Marcha das Mulheres Negras." Sabe o que ela me falou? "Mas o que você tem a ver com a mulher negra? Você é branca e vai para a Marcha das Mulheres? Isso é um absurdo!" Eu falei: "Minha amiga, estou indo em apoio, em defesa dessas mulheres que sofrem. Você sabe que nós, mulheres, você, como mulher, somos discriminadas na nossa sociedade, e isso ainda é pior com a mulher negra. É crime você falar isso, desculpe-me." Ela falou assim: "Tchau, tchau." E foi saindo. Isso é um absurdo!

A Marcha foi bonita. Estavam todas as mulheres do nosso País em defesa, mas, quando chegamos aqui, foi uma violência contra as companheiras. Foram tiros. Não era bomba. Era revólver mesmo. Havia um grupo, aqui – um absurdo! –, em frente a este Congresso, defendendo o militarismo, a ditadura! Será que essas pessoas passaram por que passamos, quando fomos para a rua? Tenho orgulho de ter ido para a rua defender a nossa democracia. Hoje, temos um país democrático, porque as pessoas foram para a rua, muitos foram presos, muitos morreram, em defesa da democracia.

Como mulher trabalhadora, como sociedade, temos que continuar lutando, mas devemos chamar os jovens, homens e mulheres, para entrar nesta luta. No vestibular deste ano, os senhores viram o que aconteceu?

Nós, que lutamos por essa causa, ficamos muito contentes pelo tema da redação. Quantos jovens não tiveram que fazer, se esforçar, estudar, pesquisar sobre a situação por que passam as mulheres neste Brasil, neste País?

Era isso que eu tinha a colocar.

Bravas Senadoras e Deputadas, contem conosco, as trabalhadoras, as centrais sindicais. Temos o Fórum das Centrais Sindicais, que vem trabalhando nessa questão da violência doméstica e da violência no trabalho.

Muito obrigada! Estou muito contente, hoje, de estar aqui, debatendo este tema que dói, porque, quando uma mulher está sendo morta ou violentada, também me sinto na obrigação de defender.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Parabéns, Maria Auxiliadora.

De fato, é importante este empoderamento das mulheres na política, porque temos a nossa intuição, a sensibilidade à causa das mulheres. As nossas necessidades são diferentes das necessidades dos homens. Só para se ter uma ideia, as mulheres portadoras de deficiência têm uma dificuldade enorme de fazer mamografia. Uma mulher cadeirante não pode fazer porque a máquina não chega ao seio da mulher cadeirante. Então, fiz uma lei para criar uma medida para proteger e criar condição para a mulher cadeirante, porque, senão, ela será discriminada na mamografia, que é uma coisa fundamental no combate ao câncer de mama. A lei foi aprovada, fiquei muito feliz, na Câmara dos Deputados. A Mara Gabrilli e a Deputada Soraya Santos também lutaram muito.

Queria passar a palavra à Deputada Keiko Ota, que me deixou aqui algumas informações, mas quero que V. Exª mesma as dê, porque o tema é relevante, e está dentro do que estamos conversando.

Por favor, assessoria, passe para a Deputada Keiko Ota. Ela fez as anotações, imaginei que fosse...

A SRª KEIKO OTA (PSB - SP) – Bom dia a todas e a todos, com muito carinho e respeito pelas nossas maravilhosas líderes dos sindicatos, da CUT.

Estive naquela Marcha das Mulheres Negras. Parabéns! Foi muito forte. Acho que, acima de tudo, aqueles tiros não tiraram o brilho das mulheres, muito pelo contrário, enalteceram-nas muito mais.

Ontem, houve uma audiência pública na Comissão Permanente de Combate à Violência, da qual sou Vice-Presidente, e há um PL 173, de 2015, que trata da criminalização do descumprimento das medidas protetivas. Vocês sabem que, hoje, os juízes não cumprem esta medida protetiva, que tem que ser imediata, mas dão depois de três, quatro meses. E, muitas vezes, falam também que não há...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª KEIKO OTA (PSB - SP) – É isso.

...não há oficial de justiça para ir lá. São várias as causas. Então, esse projeto já está na CCJ da Câmara dos Deputados, com o substitutivo apresentado pela Deputada Relatora Gorete Pereira. Este substitutivo vai para aprovação, e, após a CCJ da Câmara, o projeto seguirá para o plenário.

Hoje, nesta quinta-feira, dia 26, na Câmara dos Deputados, no auditório Freitas Nobre, desde as 9h30, está acontecendo um debate sobre as pautas femininas, e o tema será tratado por especialistas. Então, é de extrema importância. Ontem, também, falamos do botão do pânico, que achei sensacional. Como disse aqui, hoje, ocupar o 5º lugar no *ranking* é inadmissível! Perdoei os assassinos do meu filho, mas não me conformo com esta violência contra a mulher. A mulher é o centro de tudo, tem um papel fundamental e, se está sendo lesada, quem dirá os filhos? Que sociedade vamos ter?

Realmente, precisamos nos unir para que possamos combater de vez esta violência que tanto machuca as mulheres brasileiras, e conto com vocês. Nestes 16 Dias de Ativismo, vamos, realmente, convidar os homens. Também vou fazer uma ação, na 25 de Março, a minha ONG. São voluntários que vão vestir a camisa e portar vários cartazes, frases fortes, para ajudar a coibir esta violência contra a mulher.

Muito obrigada! Vamos estar sempre juntas! Contem comigo!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quero agradecer muito a presença, também, da Deputada Conceição Sampaio, a minha Líder, Presidente da Mulher Progressiva, do Partido Progressista, nosso Partido, que tem feito uma campanha extraordinária de mobilização das mulheres para o empoderamento na disputa política. No ano que vem, haverá eleição municipal, que é onde tudo acontece. Então, está tudo dentro do tema.

Obrigada, Conceição, pela tua presença aqui nos prestigiando, junto com a Deputada Keiko Ota.

Quero passar, de imediato, a palavra à Sônia Maria Zerino da Silva, que é Diretora Nacional da Secretaria para Assuntos da Mulher, da Nova Central Sindical de Trabalhadores, que vai falar para nós também.

A SRª SÔNIA MARIA ZERINO DA SILVA – Bom dia a todos e a todas.

Eu quero cumprimentar a Senadora Ana Amélia, que está conduzindo a Mesa e todas as companheiras aqui presentes das Centrais Sindicais, a companheira da CSPB aqui, que faz parte também do ICP, que também é da Nova Central Sindical.

Vamos conversar um pouco, conversar não, falar um pouco da questão do trabalho das centrais sindicais, especificamente, da Nova Central, com relação ao combate à violência contra a mulher.

A Nova Central tem feito um trabalho para estimular os sindicatos filiados e as federações à criação do departamento da mulher, tendo em vista que, quando se cria o departamento, a tendência é congregar mais mulheres e debater as nossas demandas. O ambiente de trabalho tem sido um lugar acometido de muita violência, violência na forma de assédio moral, assédio sexual e discriminações raciais. Temos contemplado muito isso dentro do ambiente de trabalho. A Nova Central tem feito esse trabalho.

Ainda neste final de semana, eu estive em Santa Catarina, em um encontro de mulheres jovens na FETIESC, Federação dos Trabalhadores da Indústria de Santa Catarina. Um dia antes, estivemos em uma cidade chamada Pomerode, uma cidade tipicamente germânica. Estivemos no sindicato e criamos o departamento da mulher, para que as mulheres façam o seu debate, para que possamos, também, construir convenções coletivas de trabalho no sentido de coibir a questão da violência nas relações de trabalho.

Em 1991, mulheres de diferentes países, reunidas no Centro de Liderança Global de Mulheres, iniciaram a Campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher. Nós, no Brasil, só em 2003, começamos a Campanha Internacional do Combate à Violência contra a Mulher. Essa violência que também acontece na divisão sexual do trabalho, como eu já coloquei aqui, e que também acontece nos salários. As mulheres, às vezes, desenvolvem a mesma atividade que os homens e recebem salários inferiores aos dos homens. Isso é uma violência, tendo em vista que nós, mulheres, muitas de nós, somos mulheres chefes de família e precisamos levar alimentação para os nossos filhos, precisamos educá-los. Muitas vezes, o próprio Governo não nos oferece instrumentos suficientes para estarmos mais inseridas no mercado de trabalho.

Precisamos de mais políticas públicas para as mulheres. Precisamos que as que já existem se efetivem, porque existem muitas políticas públicas que estão no papel e que não se efetivam. Não acontece realmente o seu cumprimento nas pontas. Vemos as mulheres procurando os postos de saúde para fazer... Até agora, na Campanha Outubro Rosa, descemos nas bases, porque trabalhamos muito com as bases, e vimos que muitas companheiras não conseguiram, ao longo dos meses, fazer a mamografia.

Precisamos, cada vez mais, fornecer instrumentos que deem condições às mulheres trabalhadoras a não serem acometidas por violência. É uma violência quando um posto de saúde não tem atendimento. É uma violência quando a empresa em que você trabalha não aceita o atestado de acompanhamento do seu filho menor. Tudo isso são violências!

A questão dos assédios, os assédios são coisas que acontecem com muita frequência. Se houver uma enquete em qualquer empresa dessa ou em qualquer repartição pública, se verá a questão do assédio moral e do assédio sexual.

Como a Senadora Ana Amélia tão bem colocou, os deficientes para fazer a mamografia, como é que vão? Quer dizer, vão ficar aquém do processo da saúde.

O Brasil, em 2003, começou a fazer a Campanha dos 16 Dias de Ativismo. Vamos estar nas unidades das centrais sindicais. A Nova Central vai estar, no dia primeiro, na panfletagem, já iniciando os 16 dias de ativismo. O nosso panfleto é contra a violência nas relações de trabalho, é contra o assédio, é contra o assédio moral, é contra o assédio sexual, é contra as discriminações, é contra as demissões, pois, quando vêm as demissões, as mulheres são as primeiras a serem demitidas também. Há também a questão dos salários e das creches, que é uma violência também. Eu tive a oportunidade, outro dia, de ler um texto que falava que, na Grécia, nessa crise, as mulheres foram as primeiras a serem demitidas, tendo em vista o custo que se tinha com as creches.

Nos outros países não é diferente. Essa questão da violência contra a mulher, essa violência sexista, não se dá só aqui em nosso País. Ela se dá no mundo inteiro. Então, eu me congratulo com as companheiras do serviço público que estão fazendo essa cartilha, que é uma cartilha de nível internacional. É importante.

Eu também faço parte da Secretaria Nacional para Assuntos da Mulher da CNTI, na qual temos algumas publicações com relação ao combate ao assédio, ao combate à violência nas relações de trabalho. A Central tem envolvido esse debate da questão da violência contra a mulher, daquela violência que mata, da violência que discrimina, da violência que acontece na sociedade também, não só nas relações de trabalho, daquela violência a qual somos submetidas quando entramos no metrô, enfim, de todo tipo de violência.

A Nova Central tem feito este trabalho nos mais longínquos lugares deste País. Por meio dos sindicatos, das federações, temos levado o debate do combate à violência contra a mulher. Temos levado exemplares da Lei Maria da Penha para que as mulheres aprendam a denunciar, porque muitas vezes elas ficam caladas. Sofrem a violência, mas, no outro dia, quando chegam ao local de trabalho e perguntamos o que aconteceu, ela

responde que caiu, que bateu. Elas omitem, porque, na verdade, as mulheres querem ser felizes. Elas muitas vezes omitem, porque têm esperança de que aquele homem não cometerá mais violência. Por isso, é muito importante, e sempre os convocamos, que os homens estejam em nossos encontros de mulheres, para que eles tomem consciência de que a violência não leva a nada.

Quero agradecer a oportunidade de a Nova Central estar aqui fazendo esse debate da não violência contra a mulher. Por esses dias, nós vamos ter várias atividades, como já foi colocado aqui e eu não vou ser repetitiva. Temos, também, outras atividades para fazer nos sindicatos de base. Levamos o material que temos de combate à violência e esclarecemos que a violência contra a mulher vai além da questão do trabalho, a qual temos abordado, que não são só esses tipos de violência e que são várias violências.

Estamos aqui imbuídas e irmanadas no combate à violência, de todo o tipo de violência contra a mulher! Que a paz reine entre nós! Que possamos ter respeito e dignidade para dizer que, unidas na luta, nós conseguiremos avançar!

Muito obrigada!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Parabéns Sônia Maria Zerino, que é Diretora Nacional da Secretaria para Assuntos da Mulher da Nova Central Sindical de Trabalhadores.

Cada exposição mostra um lado e uma faceta.

Eu quero informar que eu estava na Comissão de Assuntos Sociais, na qual está acontecendo uma audiência pública para debater a condição do idoso, em que também entra a questão da mulher. Muitas mulheres idosas, nessa fase da vida que deveriam descansar, por vezes, são jogadas ao relento, são jogadas em uma casa de idosos ou em um asilo, às vezes, pela própria família. Também nesse aspecto nós temos que ter um olhar para essas mulheres, pois nós todos chegaremos à melhor idade ou à pior idade, se formos maltratados. É uma violência contra os idosos.

Para informação, na Comissão de Assuntos Sociais, toda a Mesa, das magistradas do Ministério Público, das especialistas, é composta por mulheres que estão fazendo a exposição, como esta Mesa aqui também.

Eu convido, agora, Lilian Arruda Marques, que é a assessora da Direção Técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos do Dieese. Depois, finalizamos com a Cíntia, que é minha conterrânea gaúcha.

A SRª LILIAN ARRUDA MARQUES – Bom dia a todos e todas! Deixe-me chegar um pouquinho mais perto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria saudar a Srª Raquel Muniz, nossa Deputada. Obrigada pela presença.

Com a palavra, Lilian Arruda Marques.

A SRª LILIAN ARRUDA MARQUES – Obrigada a todos e todas. Obrigada, Senadora e Cíntia, que me convidou.

Combinamos um pouco de última hora, mas vou analisar, e o Dieese é especialista, o mundo do trabalho. Vou trazer algumas informações aqui e pretendo complementar. Infelizmente, não deu tempo para aprofundar muito, mas é um assunto muito interessante, até acho que vou pegar um grupo no Dieese para aprofundar a questão da violência contra a mulher no ambiente de trabalho, porque vi que há muita coisa, mas falta um aprofundamento em algumas questões. Acho que é um tema muito interessante e vale a pena aprofundá-lo.

Com relação às diferenças no mercado de trabalho, e acho que é uma violência indireta, eu trouxe alguns dados com destaque – a PNAD de 2014 saiu, na semana passada – para mostrar um pouquinho o mundo do trabalho. A participação da mulher cresceu muito em comércio e reparação. Está comparando 2004 e 2014. Em educação, saúde e serviços sociais, também cresceu muito a participação da mulher em todo tipo de ocupação, formal e informal.

Especificamente no serviço doméstico, comparados esses dez anos, variou muito pouco, mas, em 2012, as mulheres, no serviço doméstico, eram mais de sete milhões. Então, subiu e caiu. As mulheres foram para outros serviços e saíram do trabalho doméstico. Há várias questões nessa análise: há a questão de as jovens estarem procurando ocupações mais qualificadas, com melhores remunerações, e também a questão da mudança da estrutura familiar. A mudança demográfica está alterando totalmente o tamanho das famílias. As mulheres estão saindo. Não há mais aquele trabalho doméstico tradicional, que tem um impacto muito grande entre as mulheres. O trabalho doméstico, durante muito tempo, foi a ocupação que mais empregou mulheres no Brasil, e isso mostra muito da sociedade brasileira. Em 2004, era o setor doméstico que mais empregava mulheres no Brasil.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª LILIAN ARRUDA MARQUES – Quase seis milhões. Era o setor que mais empregava mulheres.

Outro dia, fiz uma apresentação num encontro das mulheres negras, e soltamos um estudo, na semana passada, também sobre o negro no mercado de trabalho, mostrando a diferença da taxa de desemprego entre homens e mulheres negros e não negros. Sempre a pior situação é da mulher negra. As taxas de desemprego são muito maiores, em todas as regiões em que nós temos a pesquisa de emprego e desemprego. Em Salvador, para cada 100 mulheres negras que estão no mercado de trabalho, 20 estão desempregadas. Essa é a média do ano de 2014. Em 2015, piorou, porque sabemos que a taxa de desemprego está aumentando em todas as regiões. Em São Paulo, são 13% de mulheres negras; em Recife, 15% de mulheres negras e 8,7% de homens não negros; em Porto Alegre, 9,2%; e Fortaleza, 8,7%. As mulheres negras recebem as menores remunerações e, mesmo ganhando pouco, são as mais desempregadas. Mesmo estando nas piores situações, com trabalhos mais precários, são as que estão mais desempregadas. Então, tirar direitos, flexibilizar direitos não quer dizer que vai melhorar a situação do mercado de trabalho, porque podemos ver que, mesmo nas situações mais flexibilizadas, as mulheres negras estão mais desempregadas.

Essa é a proporção de rendimentos médios por hora. Por que por hora? Porque mulheres, principalmente negras, muitas vezes, não têm um trabalho regular. Trabalham muito por jornadas parciais. Assim, a melhor comparação é por hora. A pior situação é a da mulher negra, que tem as menores remunerações por hora. Fica melhor a comparação por hora do que a de um salário mensal. As piores situações estão em Salvador e São Paulo, que têm remunerações mais altas. O DF não está representado porque houve uma parada temporária na pesquisa, que já foi retomada. Em São Paulo, que tem remunerações mais altas, se comparado com o Brasil, há uma diferença salarial muito grande entre as mulheres negras e os homens não negros.

Estou passando rápido as informações.

Esse eslaide é por escolaridade. Muitas vezes, se diz que, porque a escolaridade da mulher negra é menor, ela tem problema de ocupação, mas, mesmo com ensino superior completo, a remuneração dos negros é menor do que a dos não negros. O CDE soltou ontem uma pesquisa, e parece que, hoje, haveria uma apresentação de dados mais detalhados, mostrando que a mulher brasileira, mesmo com educação superior, comparando a educação superior entre homens e mulheres, recebe 62% da remuneração do homem. Essa pesquisa vai ser detalhada hoje. Vemos isso em todas situações. Então, hoje, as mulheres, que têm mais escolaridade que o homem, mesmo considerando a educação superior, ganham 62%. Se estudarmos cargos de chefia, as mulheres também têm baixíssima participação em cargos de direção. A principal alegação das empresas é de que elas não têm capacidade; a segunda principal alegação é a questão das responsabilidades familiares, porque a mulher, muitas vezes, tem que voltar para casa porque tem filhos. Mesmo com nível superior e cargo de chefia, normalmente, quem administra o lar é a mulher, não o homem.

Levei isso para a apresentação no seminário a que fui das mulheres negras. E, mesmo aquelas mulheres que, hoje, ocupam grandes cargos de chefia, elas dizem que têm um homem que as apoiam – grandes executivas no mundo – e que, sem o apoio do marido e o apoio do lar, não seria possível. Elas têm estruturas para ter várias babás, mas é fundamental o apoio na família, senão a mulher não pode exercer o cargo. O homem, mesmo acabando de ter um filho, vai exercer o cargo de chefia; a mulher, acabando de ter um filho, tem a licença e, depois, a responsabilidade de tomar conta. Isso tem influência.

Essa é a participação dos ocupados para número médio de horas dedicadas à realização dos afazeres domésticos. Isso é de quem está ocupado no mercado de trabalho. Noventa por cento das mulheres que estão ocupadas têm afazeres domésticos, e só 51% dos homens, ou seja, 49% dos homens que estão ocupados não têm nenhum tipo de afazer doméstico. Na semana, os homens dedicam em torno de 10 horas para afazeres domésticos, e as mulheres, 21 horas, mais do que o dobro dos homens. Quando desagregamos – eu não trouxe esse dado porque era uma tabela grande –, por incrível que pareça, a pior situação é a da mulher trabalhadora doméstica. Ela é quem mais dedica horas, quando chega a casa, para trabalhar no lar. É disparado na frente. A mulher que cuida da família dos outros volta para casa e tem que administrar toda a sua família, porque não tem um apoio dentro da própria família.

O assédio moral no trabalho é uma questão muito séria. Essa discussão aumentou muito. Em vários acordos de convenções coletivas no começo dos anos 90, isso não estava presente. Ao longo do tempo, hoje, vários acordos de convenções já têm cláusulas em relação ao assédio moral no trabalho, mas ainda se reproduz muito a lei. Teríamos até que investir mais em cláusulas de prevenção do assédio moral.

(Soa a campainha.)

A SRª LILIAN ARRUDA MARQUES – O assédio moral no trabalho é "toda e qualquer conduta abusiva (gesto, palavra, comportamento, atitude) que atente, por sua repetição ou sistematização, contra a dignidade ou a integridade psíquica ou física de uma pessoa, ameaçando seu emprego ou degradando o clima de trabalho". Por vezes, são pequenas agressões que, tomadas isoladamente, podem ser consideradas pouco graves, mas,

quando praticadas de maneira sistemática, tornam-se destrutivas. É preciso de frequência e intencionalidade da conduta e, geralmente, envolve abuso de autoridade, podendo ser exercida por uma pessoa ou também por um grupo. Por que estou dizendo grupo? Porque, hoje, como há metas no local de trabalho, às vezes, o próprio grupo pressiona uma pessoa por causa de metas.

O assédio moral não é uma doença, mas propicia o surgimento de várias doenças. Envolve também a busca por metas, competitividade no ambiente de trabalho, etc. Mesmo características individuais, como beleza e cor/raça, são motivos de prática do assédio moral. Se a pessoa não é bonita, não é julgada bonita, enfim...

Pesquisas demonstram que as mulheres bancárias, por exemplo, estão sujeitas a crises de choro, palpitações e tremores, sentimento de inutilidade, diminuição da libido, dores de cabeça, distúrbios digestivos, tonturas, falta de apetite. Os homens que sofrem assédio moral estão sujeitos a depressão, sede de vingança, pressão arterial, ideia de suicídio, alcoolismo, entre outras. Até a forma de se manifestar é diferente entre homens e mulheres. Em alguns casos, geram incapacidades permanentes.

Já o assédio sexual é muito sério, e é, fundamentalmente, para as mulheres. São atos, insinuações, contatos físicos forçados, convites inconvenientes. É uma forma de assédio mais constrangedora. Por envolver uma pessoa e outro, é mais difícil comprovar. A OIT diz que 52% das mulheres já foram assediadas sexualmente.

Aqui tem uma frase de um advogado dizendo que assédio sexual é uma cantada desfigurada pelo abuso do poder e pela ofensa à honra e à dignidade do assediado – eu já estou concluindo, Senadora.

Muitas vezes, a pessoa não denuncia, porque depende daquele emprego. Os casos mais graves citados pelos advogados – e esse dado eu tirei de um seminário no TST – é o das trabalhadoras domésticas, porque estão dentro do lar, e das secretárias, porque normalmente é uma pessoa que fica numa sala isolada e tem contato direto com o chefe. As grandes empresas têm tomado muito cuidado em relação a assédio moral e sexual e estão fazendo campanhas, mas é importante que isso se aprofunde.

Então, os acordos e convenções coletivas começam a abordar essas questões: assédio moral e sexual no ambiente trabalho.

Por último, eu queria dizer, na questão da violência, que a principal é a violência doméstica, a violência da mulher, como foi dito, mas pouquíssimos acordos e convenções estão começando a tratar disso. De grandes acordos e convenções do setor de comércio, indústrias, rurais, os maiores, os que envolvem mais trabalhadores – a gente analisou mais de 220 –, eu só encontrei em três esse tipo de abordagem: um deles fala da Lei Maria da Penha e dois falam sobre violência doméstica, dando licença não remunerada à mulher que sofreu violência doméstica. E isso é importantíssimo, porque reflete diretamente no ambiente trabalho e na vida de trabalho daquela mulher.

Por último, violência contra mulher seja no ambiente doméstico ou no ambiente de trabalho gera uma série de consequências, como incapacidade temporária e permanente, depressão, doença, traumas, entre outros. No mercado de trabalho, influi diretamente na produtividade da mulher e no ambiente do trabalho como um todo. Influencia até mesmo os seus filhos. Até para as próprias empresas – por isso, eu acho que tem que ser trabalhado melhor –, não é bom porque afeta. Para a mulher, inviabiliza a carreira, muitas vezes, dela. É um custo alto para a vítima e para a sociedade.

Obrigada! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Lilian Arruda Marques.

Ela abordou que não tinha, mas está completo o levantamento do Dieese a respeito dessa temática. Agora, teremos um desafio, junto com as centrais e todas as entidades envolvidas, como o próprio Dieese, para formatar alguma medida do ponto de vista legislativo para ajudar, embora eu entenda que isso está muito ligado à educação, à educação para a paz na relação entre as pessoas.

Eu convido agora, para a penúltima exposição, a Srª Ailma Maria de Oliveira, que é a representante da Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora, da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quero pedir um apoio aqui da área técnica para o microfone, por favor.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª AILMA MARIA DE OLIVEIRA – A nossa unidade de ação é fundamental.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Solidariedade.

A SRª AILMA MARIA DE OLIVEIRA – Solidariedade.

Bom dia a todas e todos!

Quero saudar essa importante iniciativa do Senado, com a representação de todas as centrais sindicais, na luta contra todas as formas de violência.

Meu nome é Ailma Maria de Oliveira. Sou Presidente da CTB Goiás e represento a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil. É uma honra oder discutir, aqui, formas de combate à violência que nós, mulheres, sofremos no País e no mundo. Nós queremos uma vida sem medo em casa, na rua, no trabalho. Queremos o fim da violência, de todas as formas de violência poder discutir, aqui, formas de combate à violência que nós, mulheres, sofremos no País e no mundo. Nós queremos uma vida sem medo em casa, na rua, no trabalho. Queremos o fim da violência, de todas as formas de violência.

Neste momento, em diversos países, cerca de 160, que fazem parte dessa nossa unidade de ação no combate à violência e em várias cidades brasileiras, estamos em marcha. Iniciamos essa marcha nesses 16 Dias de Ativismo contra todas as formas de violência. Precisamos denunciar, não só durante a marcha, mas em todos os dias das nossas vidas, o sofrimento que acomete as mulheres, seja em casa, seja na rua, seja no local de trabalho. Nós vamos encerrar no dia 6 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos. É preciso marchar contra essas formas de violência, em especial, contra as mortes prematuras, que, lamentavelmente, tem ceifado vidas de jovens, mulheres, mães, a grande maioria de mulheres negras. Temos que lutar contra todas as formas de preconceito, a favor da vida, da liberdade, do amor, da justiça e da Igualdade.

Em dezembro de 2014, quando foi divulgado o Mapa da Violência 2014, ficou evidenciado o aprofundamento da mentalidade sexista na juventude brasileira. Nós precisamos refletir o porquê que a nossa juventude tem se tornado machista e conservadora.

Sou professora, trabalho na educação, e, nas escolas, lamentavelmente, evidenciamos a violência. Não que a violência seja um fator só da educação. Ela é reflexo da sociedade. Professoras, professores e trabalhadores em educação sofrem por não conseguir combater uma violência que vem do cotidiano familiar, passa pela rua e chega à escola. Os jovens se declaram machistas e dizem que as mulheres, por terem atitudes indecentes, se levam ao caso do estupro e até a morte.

Segundo pesquisa apresentada pelo Ipea e divulgada no Portal Vermelho, entre 2011 e 2013, o Brasil registrou quase 17 milhões por conflito de gênero, ou seja, o feminicídio. Foram cerca de 6 mil mortes/ano, ou seja, uma a cada 90 minutos. Agora, os dados do Mapa da Violência 2015 contra as mulheres apontam o Brasil na quinta posição, uma posição altamente assustadora, no assassinato de mulheres. Lamentavelmente, houve um crescimento assustador do assassinato de mulheres negras. Cresce de 22,9%, em 2003, para 66,7%, em 2013, ou seja, um aumento de cerca de 190%.

A interpretação dos dados dos assassinatos por Estado e Município revela que Goiás e Bahia – o meu Estado e o Estado que eu amo, que é a Bahia, em que você mora – estão entre os 12 Municípios mais violentos do País. O maior número de assassinatos *per capita* está nesses Municípios. Em Goiás e na Bahia, estão as 100 cidades mais violentas dos mais de 5.650 Municípios que nós temos no Brasil. As dez capitais mais violentas contra a mulher são Vitória, Maceió, João Pessoa, Fortaleza, Goiânia, que, lamentavelmente, fica na quinta posição, Palmas, Porto Velho, Boa Vista, Rio Branco e Salvador.

Nós sabemos que isso não se dá de forma que não possamos interpretar. Nós sabemos que a impunidade amplia, cada vez mais, esse número de violências. Nós temos um Judiciário altamente conservador, que interpreta ainda, lamentavelmente, de forma machista, apontando, várias vezes, que a vítima contribui com o agressor, e intimidando inclusive a denúncia por parte da mulher, que, lamentavelmente, morre calada, por diversas vezes. Nós temos, no Legislativo, a eleição de Parlamentares cada vez mais conservadores que colaboram para que essa violência esteja se perpetuando.

No Dia Internacional dos Direitos Humanos passado, o Deputado Bolsonaro, do PP, disse que a Deputada Maria do Rosário, do PT, não merecia ser estuprada por ele. Nós nos indignamos contra toda essa forma de violência feita aqui na Casa do Legislativo. Mas, lamentavelmente, nós não conseguimos a cassação desse Deputado. Ele continua perpetuando, e propagando, e ensinando violência. Nós, mulheres, temos não só que nos indignar, mas denunciar todas essas formas de violência e buscar a transformação. Daí, a importância da nossa unidade de ação, da nossa capacidade de estar aqui nesta Casa de direitos humanos, apontando essas violências que são demasiadamente sérias.

O aparato da segurança pública, neste País, lamentavelmente, em vários Municípios e Estados brasileiros, volta-se contra a mulher.

Em Porto Alegre, no início de novembro, agora, teve a I Feira do Livro Feminista e Autônoma, e cerca de 30 mulheres foram agredidas pela brigada militar, que chegou tomando celulares, colocando mulheres grávidas para correr, uma coisa absurda que levantou uma série de manifestações contra a brigada.

Em Goiás, recebi, semana passada, denúncia do sindicato dos trabalhadores na Polícia Civil, que é filiado à CTB-Goiás, de que o Delegado Júlio César Vargas, da 14ª Delegacia de Mulheres, de Jataí, postou, na rede

social de trabalho, no ambiente de mulheres trabalhadoras, policiais, várias desqualificações contra as mulheres, aviltando a organização e desqualificando as mulheres trabalhadoras. Um delegado de uma delegacia de mulheres! O que fazer?

A Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, com todo respeito a nossa amizade a todas as centrais, é a única central que traz no seu nome a palavra "trabalhadoras", numa perspectiva, inclusive, de valorizar as mulheres trabalhadoras e trazê-las para a luta sindical, que é uma luta altamente machista. Nós temos presidentes de sindicatos que não aceitam mulheres participando da diretoria. Nós temos uma organização muito difícil em que, há bem pouco tempo, a mulher sindicalista era vista como "puta", com todo respeito às companheiras.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª AILMA MARIA DE OLIVEIRA – Exatamente. "Mulher macho é que tem aqui a capacidade de ir à luta!"

É preciso haver mais clareza da importância da necessidade de um projeto nacional de desenvolvimento que valorize a mulher trabalhadora, que valorize as mulheres não só no mercado de trabalho, mas também no seu direito de ir para o mercado de trabalho e no acesso ao seu espaço. A criança tem de ter direito à creche.

Nós precisamos de educação pública, gratuita e de qualidade para os nossos filhos, para a nossa juventude!

(Soa a campainha.)

A SRª AILMA MARIA DE OLIVEIRA – Nós precisamos de uma reforma política que dê condições para que as mulheres possam ocupar os espaços de poder, com financiamento público, com alternância na lista!

Nós precisamos das reformas dos meios de comunicação, a fim de que parem de fazer tanta violência contra as mulheres dentro das televisões que entram nas nossas casas!

Nós precisamos da reforma agrária que respeite e valorize a mulher trabalhadora rural!

Nós precisamos do fim dessa terceirização nefasta, que reduz direitos e que, lamentavelmente, aumenta a jornada de trabalho e escraviza!

Nós precisamos, de fato, de ter todas as mulheres nos espaços de poder! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Gostaria de registrar também essa justiça que a Ailma faz avaliando todos os comportamentos das instituições, inclusive dos sindicatos, que são uma fonte de convivência e que deveriam ter esse tema administrado de forma mais efetiva, com mais resultados.

Então, Ailma, parabéns pela exposição.

Gostaria de saudar, com muita alegria, a presença aqui também do nosso querido Senador José Medeiros, do PPS do Estado do Mato Grosso. (*Palmas.*)

Ele é uma figura muito dedicada, é um bom marido, carinhoso, respeitador e protetor da mulher, um bom pai e um excelente Senador também. É oriundo da Polícia Rodoviária Federal, servidor público, e traz princípios aqui de grande relevância social.

Obrigada, Medeiros, pela sua presença aqui.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Ela é muito carinhosa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Seja bem-vindo também.

Então, para encerrar nossa audiência pública, tão rica, quero agradecer a presença de todos os homens que estão aqui. Talvez nenhum desses precisasse ouvir tudo o que ouviu, porque têm jeito e forma de comportamento pacíficos e são respeitadores dos direitos das mulheres, das mulheres como seres humanos iguais a vocês, iguais aos homens, iguais na essência da humanidade, mas que também, assim como as mulheres, querem respeito. Os homens também querem respeito na sua forma de ser.

Então, quero agradecer a presença de todos que estão aqui participando desta rica audiência pública.

Finalizamos com a exposição da Cíntia Rangel Assumpção, que é Diretora de Assuntos para Mulher, Criança e Juventude da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil.

A SRª CÍNTIA RANGEL ASSUMPÇÃO – Bom dia a todas e a todos.

Saúdo a Mesa na pessoa da Senadora Ana Amélia Lemos, que, orgulhosamente, representa o meu Estado, embora eu viva hoje no Mato Grosso do Sul.

Tenho acompanhado a trajetória da Senadora Ana Amélia Lemos e vejo que ela é uma incansável em relação à questão de um dos maiores males que aflige a mulher: o câncer de mama.

Ela foi Relatora de um projeto de lei muito importante que obriga, na cirurgia de mastectomia, a se fazer a cirurgia plástica, ou seja, no mesmo ato cirúrgico, fazer-se a colocação de prótese de silicone. Isso é de suma importância. A sensibilidade de uma mulher no Parlamento, Senadora, precisa cada vez mais ficar evidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Só para complementar, a Autora da lei é também uma mulher, a ex-Deputada Rebecca Garcia, do meu Partido do Amazonas. Eu trabalhei aqui no Senado para a relatoria da matéria que é de suma importância e que propõe ao SUS que seja obrigado, havendo possibilidade médica e de saúde, desde que a mulher não tenha nenhum problema correlato que possa complicar, a retirar a mama contaminada pelo câncer e colocar, no mesmo ato da cirurgia, a prótese da mama. Então, ela sai dali com a sua autoestima mantida e recuperada.

Obrigada à Cíntia por ter se lembrado desse tema que é muito caro para todas nós.

A SRª CÍNTIA RANGEL ASSUMPÇÃO – Eu queria também agradecer ao Senador Paulo Paim, do nosso Estado. Isso é quase um bairrismo, Senadora. (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – É a marcha do Rio Grande do Sul.

A SRª CÍNTIA RANGEL ASSUMPÇÃO – Senador Paulo Paim, meu nome é Cíntia Rangel Assumpção, já fui devidamente apresentada. Ingressei no movimento sindical recentemente, há pouco mais de três anos, e reconheço, no Senador Paulo Paim, um dos líderes políticos que mais apoia a causa trabalhista.

Numa oportunidade em São Paulo, conversando com a Junéia, resolvemos contribuir na confecção de uma cartilha de combate à violência contra a mulher no ambiente de trabalho. Nesse sentido, aproveito para fazer uma referência a lideranças praticamente de todo o Brasil: mulheres do movimento sindical que fazem parte da Internacional de Serviços Públicos, que representam a força de trabalho deste País e que estão aqui em Brasília. (*Palmas.*)

A questão da violência não me causa surpresa, embora me cause uma profunda vergonha em relação aos índices que nós apresentamos. Há muito tempo, os índices de violência no Brasil são epidêmicos. Nós estamos numa evolução que nos assusta, uma vez que ainda somos vítimas de comentários depreciativos, passamos a maior parte do tempo vivendo uma vigília permanente de terror, vivemos com medo.

Nós tivemos ontem a oportunidade de analisarmos um texto produzido por um homem dirigido aos homens, em que descreve as inúmeras situações a que os homens jamais se submeteriam, e que para nós são motivo de medo o tempo todo. Um exemplo disso: no caso, nenhum homem tem medo, por mais bêbado que esteja, de pegar um táxi e ter alguma dúvida de que vai ser entregue no lugar que solicitou, fazendo referência aos estupros ocorridos em várias unidades federativas deste País, em várias capitais. Muito mais do que a questão da violência da mulher, que precisa ser colocada nos seus índices, para que nós tenhamos a dimensão dessa epidemia, nós precisamos convocar os homens para que participem disso.

O exercício da empatia se faz necessário em qualquer momento em que se fale sobre violência, opressão e restrição de direitos. Eu sempre digo que, para que uma mulher avance, nenhum homem precisa retroagir ou retroceder. A construção de um país se faz a partir da unidade e é lamentável perceber que, num país em que nós somos 52% da população de eleitores, nós ainda tenhamos uma das representações mais baixas no Parlamento, perdendo para países, inclusive, da América do Sul.

Mas também temos orgulho de nos lembrarmos de que o Parlamento mais feminino do mundo não está na Europa. Está em Ruanda, na África. E por que em Ruanda? Porque Ruanda passou por um dos processos mais terríveis de guerra civil.

Sangrentos índices da OMS dizem que, em 1994, eu tenho aqui, cerca de 250 a 500 mil mulheres foram estupradas. Esta tem sido uma prática recorrente em países em guerra civil. Sobre a violência contra a mulher, eu sempre digo que, na guerra civil e nos espasmos sociais, a mulher é duplamente vítima, é ela que sofre violência com a perda dos seus filhos e o seu companheiro, e é ela que resiste e que normalmente serve como último elemento de resistência e também recebe toda a violência quando forças contrárias dominam aqueles espaços sociais.

A grande maioria dos movimentos sociais nos esquece, neste momento, quando se fala de violência. Se esquecem em bandeiras e em siglas. Talvez um dos maiores erros – e quanto a isso eu faço uma crítica, até mesmo a centrais e entidades que eu represento –, a maior crítica, um dos nossos maiores erros é abandonar determinadas causas em função de bandeiras que, às vezes, não nos incluem. Nós estamos acompanhando, com muita preocupação as guinadas que este Congresso tem dado em relação à depreciação de direitos.

É lamentável pensar que, em 2015, nós não estamos num processo de evolução dos direitos. Nós estamos desesperadamente tentando manter aquilo que temos. Falamos sobre violência da mulher e ainda temos que assistir em grande parte da mídia à quase um processo de banalização dessa violência, como se fosse possível aceitar que em 2015 nós ainda tenhamos mulheres a quem são negados de todas as formas os seus direitos.

E é por isso que esta audiência é importante. E teria que acontecer na Comissão de Direitos Humanos, porque a violência contra a mulher é uma questão de direitos humanos. A violência, quando se processa uma

mulher, se dá na negação da sua existência. E é preciso que todos os movimentos sociais fiquem imbuídos dessa causa.

O protagonismo da mulher lhe é negado o tempo todo, seja na educação que uma menina recebe dentro de sua casa, em que tarefas domésticas são delegadas a ela, e aos meninos são delegadas outras; sobre a questão das salas de aula em que os índices do Dieese ainda nos colocam que a grande maioria das mulheres ocupam áreas relacionadas a cuidados e associais. Áreas com maiores salários ainda têm a força dominada pelo homem, mesmo num país em que nós sabemos que as mulheres caminham cada vez mais para uma qualificação maior do que a dos homens, mas ainda temos menores salários.

Mas eu não quero me alongar, até porque eu imagino que haja algum vídeo para ser apresentado, o que seria interessante, mas eu queria agradecer e colocar, fazendo o uso novamente da palavra empatia, que o combate às desigualdades no mundo do trabalho, às desigualdades sociais, até mesmo no movimento sindical e na representação política deste País, é um trabalho de todos nós,...

(Soa a campainha.)

A SRª CÍNTIA RANGEL ASSUMPÇÃO – ... homens e mulheres. E gostaria de agradecer novamente a presença dessas mulheres e reforçar que a partir de agora a luta é nossa. E nós não vamos mais nos calar.

Eu queria aproveitar, Senadora, e lhe entregar uma pequena lembrança. A Confederação dos Servidores Públicos do Brasil está lançando uma campanha permanente contra a violência contra a mulher, a campanha Nem com uma Flor.

Queria agradecer novamente a sua presença e contar com o seu apoio nessa causa que é de todos nós e que envolve homens e mulheres.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

Eu vou me dar o direito de contar uma breve historinha, até em cima do que a Ailma falou sobre a questão relacionada à atitude que a autoridade de algumas instituições... E ela citou o Poder Judiciário, delegados, ainda bem que ela não falou no Ministério Público.

Eu sou viúva de um Promotor de Justiça e Procurador de Justiça, político e que teve três filhas mulheres. E um homem que vibrou muito quando uma mulher foi para o Ministério da Fazenda.

E tivemos uma convivência fantástica. E ele, quando foi Promotor numa pequena cidade lá no Rio Grande do Sul, uma vez havia um marido que bebia e costumeiramente batia na mulher, quando chegava à casa bêbado. E ela, cansada das agressões, naquela época não havia a Lei Maria da Penha, porque isso foi nos anos 50, 60... Ela cansada de tanto...

Vocês sabem o que é um rolo de massa, de amassar a massa, aquele rolo?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ainda bem que todo mundo sabe o que é um rolo de massa. (*Risos.*)

O famoso rolo de massa. Pois esse rolo de massa ela tinha guardado e deixou como a sua arma de defesa, caso ele chegasse. Para variar, numa noite, ele chegou e ela deu-lhe uma batida com o rolo de massa, claro, deu na cabeça, que era para ele tontear. Mas ele pegou um carro, um táxi, e foi ao delegado naquele estado, machucado, sangrando e denunciou a mulher pela agressão.

Claro, a denúncia do delegado foi para o Promotor, para o Ministério Público. O meu marido, quando viu a história da mulher, deu um despacho num verso de um grande poeta argentino chamado Martín Fierro, que eu vou reproduzir, porque as rimas só são entendidas em espanhol, e depois eu traduzo para vocês:

No hay cosa como el peligro
pa refrescar un mamao;
hasta la vista se aclara
por mucho que haiga chupao.

O que quer dizer isso? Quer dizer: o perigo alerta as pessoas. Então, mesmo que ele estivesse muito bêbado, quando ela deu aquela, ele acordou e foi procurar o delegado, quer dizer, ele não estava tão bêbado assim, ou, mesmo com a bebedeira, com a batida, ele acordou e foi ao delegado.

Com esse despacho, ele mandou arquivar a denúncia contra a mulher, numa forma de ter entendido o drama, porque ela contou uma história absolutamente crível, e era verdade mesmo.

Então, eu quero dizer que nem tudo está perdido. Nós temos ainda umas boas histórias para contar sobre isso. (*Palmas.*)

Eu saí de casa com nove anos de idade, fui balconista de loja lá na minha cidade de Lagoa Vermelha, trabalhava na época do Natal, que era a época em que nós tínhamos que descer os tecidos. Era o armazém de secos e molhados, em que nós vendíamos de tudo, de açúcar ao pano para limpar o chão, ao tecido.

Então, a minha experiência de vida é também uma experiência de como nós só mudamos o endereço, mas os problemas nossos são os mesmos, a proporções é que podem mudar, pelo conhecimento, pelo estudo, algumas que tiveram a oportunidade de estudar mais. Eu estudei, na maior parte do tempo, em colégio público, depois só fui estudar com bolsa de estudos de Brizola, nosso governador, que deu muito apoio à educação. Então, eu fico muito confortada, numa audiência dessas, de ver de parte das mulheres um entendimento maior dos seus direitos, da sua luta.

A Senadora Gleisi Hoffmann – e faço aqui uma questão de referência –, oportunamente, depois da Lei Maria da Penha, depois que chegou aqui, apresentou um projeto – e penso que tenha sido aprovado – segundo o qual não adianta mulher ir lá retirar queixa, retirar o processo contra o agressor. Então, essa foi uma medida muito importante, porque, muitas vezes, a mulher, submetida a uma pressão psicológica ou financeira, quando ela depende do companheiro, marido ou amante, seja o que for, fica numa situação absolutamente de fragilidade. Porque ela não tem condições, no caso, financeiras, de sobreviver, ela se submete a uma espécie de escravidão de um homem violento, por conta de não poder fazer. Então, ela vai e retira, porque ele ameaça. Então, essa impossibilidade de retirada hoje, pela iniciativa da Senadora Gleisi Hoffmann, é exatamente muito importante. Aliás, fomos à Ministra do Supremo Tribunal Federal, na época, Eliana Calmon – não, a Eliana era do STJ –, à Ministra Cármen Lúcia, para mostrar exatamente a importância. Fomos a uma mulher Ministra do Supremo Tribunal Federal exatamente pela compreensão desse tema, desse dilema.

Eu apenas gostaria agora de uma breve conclusão do que nós discutimos aqui – eu estou aqui substituindo, com muita honra, o Senador Paulo Paim, Presidente da CDH –, uma conclusão: quais são as providências que nós podemos tomar, porque aqui estão todas as centrais sindicais, as mulheres que as representam. Talvez o Dieese, que é o que congrega todo o sistema, pudesse – e aí fica o dever de casa da nossa querida Lilian Arruda Marques – fazer talvez uma reunião a partir da temática que nós tivemos aqui e coletar algumas iniciativas que possam transformar-se em iniciativas de legislação – e nós, aí, acolhemos, mandamos à Consultoria Legislativa – ou em outras medidas ou em campanhas nas escolas, no ambiente de trabalho, nos próprios sindicatos, porque nós vimos aqui que está precisando de um banho de civilização também o corpo diretivo, que também está brigando aqui pela entrada na política, mas vamos abrir também no sindicato. O sindicato teria que ter uma cota para mulher. Eu acho que está na hora de nós trabalharmos para isso. (*Palmas.*)

Então, eu acho que nós temos que trabalhar.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito bom.

Vamos seguir.

Vamos começar.

Os partidos, é tudo junto, vamos correr, porque, senão, nós terceirizamos a responsabilidade. Vamos primeiro começar aqui, depois começamos ali. Aí é terceirizar: primeiro, faz o seu dever; depois, fazemos o nosso. Vamos fazer juntos, porque, juntos, somos mais fortes.

Eu quero agradecer imensamente.

Então, eu queria saber se aceitaram a sugestão. Aceitaram?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, fica sob a responsabilidade de vocês.

A SRª CÍNTIA RANGEL ASSUMPÇÃO – Senadora, eu queria também aproveitar, se me permite: existem projetos de lei que já tramitam em ambas as Casas que são de interesse do movimento feminino, da agenda, e nós gostaríamos de contar com o seu apoio e gostaríamos de fazer, junto com as centrais reunidas, um apanhado desses projetos de lei, para que nós possamos ter um olhar um pouco mais dedicado a esses projetos de lei.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nós vamos ficar com a consultoria, com a nossa assessoria da comissão. Vamos repassar ao Senador Paim, que é o Presidente, e vamos todos nós da comissão trabalhar em cima deles.

Eu queria também dizer que espero que o Senador Paim, o nosso Presidente, se recupere logo. Ele teve um pequeno problema de saúde, foi atendido, já está atendido, está bem. Ele foi chamado para uma reunião. Por isso, não está aqui, mas vamos desejar boa sorte e pronta recuperação dele. É coluna. Ele tem um problema sério de coluna, então deve ter sido agravada a questão do nosso querido Presidente.

Eu queria informar também que, no dia 1º de dezembro, terça-feira, às 9h, haverá uma audiência pública aqui na CDH, sobre o tema Reeducação do Agressor. No dia 2 também de dezembro, quarta-feira, às 9h, audiência pública sobre Violência Obstétrica no Brasil, também aqui nesta sala. É um tema muito importante e relevante.

Então, eu queria renovar muito, em nome do Senador Paulo Paim, de toda a Comissão de Direitos Humanos, a presença da Junéia Martins Batista, Secretária Nacional da Mulher Trabalhadora, está aqui ao meu lado, da Central Única dos Trabalhadores, disse-me ela que a CUT abriu já para haver mulheres na paridade; da Erilza Galvão dos Santos, Secretária de Gênero, Raça, Etnias e contra Opressões, da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal, que deu aqui um depoimento bastante vigoroso; a Maria Auxiliadora dos Santos, Secretária Nacional de Políticas para as Mulheres, da Força Sindical; da Sônia Maria Zerino, Diretora Nacional da Secretaria para Assuntos da Mulher, da Nova Central Sindical dos Trabalhadores; da Lilian Arruda Marques, Assessora da Direção Técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese); da Ailma Maria de Oliveira, representante da Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora, da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras, esse foi um ponto importante da CTB, parabéns Ailma; e da Cíntia Rangel Assumpção, minha conterrânea, Diretora de Assuntos para a Mulher, Criança e Juventude, da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil.

A todas vocês e a todos que vieram enriquecer esta audiência, muito obrigada.

Está encerrada a presente sessão. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 4 minutos.)

ATA DA 114ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2015, QUINTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e seis de novembro de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores e Senadoras Paulo Paim, Regina Sousa, Donizeti Nogueira, Ana Amélia, Simone Tebet, Sérgio Petecão, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, João Capiberibe, José Medeiros e Vicentinho Alves. O Senhor Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação das Atas da centésima oitava a centésima décima terceira Reuniões, que são dadas por aprovadas. Item 1. Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2013. Terminativo. Altera o § 3º do art. 42 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências", com referência à diferença mínima de idade entre o pretendente à adoção e o adotando. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Magno Malta (Substituído por *ad hoc*). Relatoria *ad hoc*: Senador Marcelo Crivella. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 650, de 2011. Terminativo. Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2015. Terminativo. Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo. Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. Item 4. Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2015. Não terminativo. Altera os arts. 3º, 15 e 71 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Autoria: Deputado Simão Sessim. Relatoria: Senador Sérgio Petecão (Substituído por *ad hoc*). Relatoria *ad hoc*: Senadora Regina Sousa. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 69, de 2015. Não terminativo. Dispõe sobre a contratação de APAES e PESTALOZZIS, entidades sem fins lucrativos, como prestadoras de serviços do Poder Público, com especialização em educação especial e dá outras providências. Autoria: Senador Romário. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Favorável ao Projeto, com cinco Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 6. Projeto de Lei Senado nº 554, de 2011. Não terminativo. Altera o § 1º do art. 306 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para determinar o prazo de vinte e quatro horas para a apresentação do preso à autoridade judicial, após efetivada sua prisão em flagrante. Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Senador João Capiberibe. Relatório: Pela rejeição das Emendas nºs 12 a 15-PLEN e pela aprovação da Emenda nº 11-PLEN. Resultado: Adiado. Item 7. Oficio "S" nº 16, de 2015. Não terminativo. Encaminha, para conhecimento e providências porventura cabíveis no âmbito do Senado Federal, cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a exploração do trabalho infantil no Brasil. Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pelo encaminhamento ao Ministro de Estado do Trabalho e da Previdência Social do requerimento de informações que apresenta; pelo encaminhamento do Parecer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Assassinato de Jovens, para conhecimento; pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nº 16, de 2015, nos termos do art. 335 do RISF; e pela recomendação à Mesa do Senado para que, na ocasião em que cheguem ao exame desta Casa os projetos de lei mencionados no relatório da CPI tema do OFS nº 16, de 2015, sejam despachados celeremente para análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, na forma do Regimento. Resultado: Retirado de pauta a pedido da relatoria. Item 8. Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2013. Não terminativo. Dispõe sobre o exercício da profissão de Gerontólogo e dá outras providências. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Omar Aziz. Relatório: Favorável ao Projeto, com cinco Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 9. Sugestão nº 3, de 2015. Não terminativo. Proposta de Ideia Legislativa nº 42.691, sob o título de "Institui a correção automática anual da remuneração dos servidores públicos federais, bem como a data-base da categoria em comento". Autoria: Programa e Portal e-Cidadania, criado pelo Ato da Mesa nº 3, de 2011. Relatoria: Senador Hélio José. Relatório: Pela prejudicialidade da Sugestão. Resultado: Adiado. Item 10. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 179, de 2015. Com fundamento no disposto do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, assim, requer a realização, nesta Comissão, para debater "a respeito da tragédia ocorrida recentemente no Município de Mariana/MG,

após rompimento da barragem da Mineradora Samarco Mineração, (quais medidas preventivas deveriam ter sido tomadas e a responsabilização das pessoas pertinentes ao caso)". Convidados: Ministro do Meio Ambiente; Ministro do Trabalho e Previdência Social; Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Representante dos Mineradores; Representante da Mineradora Samarco; Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores do Estado de Minas Gerais. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 11. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 193, de 2015. Requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, destinada a debater o direito da criança à universalização da vacinação, no continente Latino-Americano, e a declaração de Lima pelo direito à vacinação, à luz dos 25 anos da Convenção dos Direitos da Criança. Autoria: Senadora Ana Amélia e outros. Resultado: Aprovado. Item 12. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 194, de 2015. Requer a realização de Audiência Pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para debater o Desmatamento Zero como para garantir o futuro socioambiental e econômico do Brasil. Autoria: Senador João Capiberibe e outros. Resultado: Aprovado. Item 13. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 195, de 2015. Requer a realização de Audiência Pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para debater a importância do Desmatamento Zero para o Brasil e os caminhos para que seja atingido. Autoria: Senador João Capiberibe e outros. Resultado: Aprovado. Às nove horas e trinta e nove minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência para a Senadora Regina Sousa. Às nove horas e quarenta e seis minutos a Senadora Regina Sousa devolve a presidência ao Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra o Senhor Senador Paulo Paim e a Senadora Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às nove horas e cinquenta e um minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 114ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 108ª à 113ª Reuniões desta Comissão.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Senadora Regina Souza, que é Relatora de um projeto, hoje votaremos os não terminativos e os requerimentos.

Todos nós estamos ainda sob o impacto da decisão do Supremo no dia de ontem e do debate que tivemos no plenário do Senado sobre a situação do Senador Delcídio.

Quero apenas resumir a seguinte questão: ontem, ninguém julgou aqui o Senador Delcídio. Foi consagrado que o voto é aberto, fruto de emendas constitucionais, inclusive duas de minha autoria. E, num segundo momento, o Senado decidiu que, no processo instalado, se faça a devida investigação, com a prisão preventiva num primeiro momento.

O Senado, em nenhum momento, julgou se o Senador Delcídio é culpado ou inocente. No processo instalado, com legítimo direito a defesa, vai ficar, mais à frente, visto, mediante decisão final, se houve ou não algum tipo de crime, mas o Senado apenas se posicionou no sentido de que o Supremo deve fazer, junto com todas as instâncias do Judiciário e a Polícia Federal, as devidas investigações.

É claro que hoje a Casa está praticamente vazia. Teremos aqui a votação de requerimentos em projetos não terminativos. Em seguida, vamos para o plenário do Senado, onde teremos a sessão que, na verdade, é de homenagem ao grande Abdias Nascimento, já falecido, em que vamos entregar a Medalha Abdias Nascimento para homens e mulheres que se destacaram na vida pública, no combate a todo tipo de preconceito e, neste caso, precisamente, o preconceito racial.

Passamos ao item 4.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, de 2015
- Não terminativo -

Altera os arts. 3º, 15 e 71 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Autoria: Deputado Simão Sessim
Relatoria: Senador Sérgio Petecão
Relatório: Favorável ao Projeto
Observações:
Tramitação: CDH.
- Em 14/10/2015, foi lido o Relatório; a matéria aguarda a discussão e votação.

A Senadora Regina Sousa é Relatora *ad hoc,* já indicada em outra reunião. O relatório já foi lido, concluindo pela aprovação do projeto.

Pergunto à Senadora Regina Sousa se quer fazer ainda alguma consideração sobre o tema.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Sr. Presidente, gostaria só de lembrar que não votamos naquele dia, porque houve, não um questionamento, mas uma observação da Senadora Marta. O idoso já tem as suas prerrogativas, e S. Exª estava dizendo que os idosos estavam sendo separados em duas classes.

No entanto, mantenho o relatório, porque acho normal: a pessoa, depois dos 80 anos, tem mais dificuldade do que quem tem 60 ou 70 anos. Então, acho que não prejudica em nada e aperfeiçoa a lei.

Mantenho o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A Senadora Regina Sousa mantém o seu relatório sobre o projeto do Deputado Simão Sessim, que amplia os direitos da pessoa idosa.

Quero cumprimentar V. Exª. Tenho a mesma visão de que não traz prejuízo algum. Eu fui autor do Estatuto do Idoso, lei que vai ser alterada. O Estatuto do Idoso foi um projeto de que tenho o maior orgulho de ter participado diretamente de sua elaboração, discussão e redação final, mas entendo que o seu parecer apenas aperfeiçoa a redação do item correspondente ao art. 3º do Estatuto do Idoso. Por isso, a minha posição também é a mesma de V. Exª.

Assim, com o parecer favorável da Relatora, já feito inclusive na reunião passada e reafirmado agora, a matéria está em votação. (*Pausa.*)

Como não há manifestação em contrário, o projeto está aprovado.

O projeto aprovado passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

Convido a Senadora Regina Sousa, se puder presidir neste momento, porque há um requerimento de minha autoria, cuja leitura gostaria de fazer, para que seja colocado em votação. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Pois não.

ITEM 10
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 179, de 2015
- Não terminativo -

Com fundamento no disposto do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, assim, requer a realização, nesta Comissão, para debater "a respeito da tragédia ocorrida recentemente no Município de Mariana/MG, após rompimento da barragem da Mineradora Samarco Mineração, (quais medidas preventivas deveriam ter sido tomadas e a responsabilização das pessoas pertinentes ao caso)". Convidados: Ministro do Meio Ambiente; Ministro do Trabalho e Previdência Social; Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Representante dos Mineradores; Representante da Mineradora Samarco; Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores do Estado de Minas Gerais.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidente, Senadora Regina Sousa, eu havia apresentado esse requerimento logo quando aconteceu esse chamado crime ambiental e verdadeiro assassinato de pessoas em Mariana. Contudo, como outra comissão da Casa também tinha um requerimento semelhante, ao ensejo do qual fizeram uma audiência pública e, inclusive, estiveram no local, eu havia, por bem, decidido não mais fazer a audiência pública, Todavia, quando estive no Espírito Santo, na quinta-feira passada, em uma audiência pública na Assembleia Legislativa daquele Estado, os Deputados lá presentes, juntamente com a sociedade civil organizada, pediram-me que eu mantivesse o requerimento para que analisássemos a

questão de Mariana, que foi, repito, um crime ambiental, social e humano sob a ótica dos direitos humanos e, claro, também, do meio ambiente e das vidas perdidas, além da questão social, haja vista que o impacto para os moradores da região é enorme.

Pelas informações que nos chegaram, apesar do crime cometido, grande parte da população está preocupada em perder os seus empregos, que são justamente nas mineradoras em debate, como a Samarco e a própria Vale.

Então, devido a isso, nós decidimos lá, ainda no Espírito Santo, que faríamos essa audiência pública aqui e faríamos ainda uma, lá em Mariana inclusive, bem como outra no Espírito Santo. Isso porque o desastre no campo ambiental e do crime à vida têm uma tal dimensão que está invadindo as praias do Espírito Santo como nós todos temos assistido. É um dos mais graves desastres da história do País, se não é o mais grave na questão ambiental, com repercussão, inclusive, internacional.

Então, a pedido inclusive da Bancada do PT no Espírito Santo... E, depois, eu peço ao assessor que me acompanhou que me lembre o nome do Deputado que patrocinou a nossa ida,..

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sim.

Então, por questão de justiça, registro o nome do Deputado Estadual Nunes, lá do Espírito Santo, que, inclusive, organizou, depois do evento, uma reunião com as forças sociais e ambientais, sindicalistas, para debater esse tema especificamente.

Foi um debate importante e, nesse debate, tomou-se a decisão, por sugestão do Deputado Nunes, de que participaríamos também, como Comissão de Direitos Humanos, da discussão desse crime cometido em Minas Gerais.

Esse é o objetivo. Daí, na data acertada, nós convidaríamos todas as partes envolvidas e, principalmente, os representantes da população, bem assim o Deputado Nunes, que está dedicando grande parte do seu mandato, agora, a buscar caminhos e soluções para essa situação tão grave que atinge, direta e indiretamente, milhões de pessoas.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Quero parabenizá-lo pelo requerimento, até porque outras mineradoras existem e outros problemas podem vir a acontecer. Eu acho que essa é uma forma de prevenir que isso não volte a acontecer com outras mineradoras, pois são muitas vidas e muitos empregos em risco.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidente, nós temos ainda outros requerimentos para votar, um da Senadora Ana Amélia. Ela está presidindo outra reunião. Se ela estiver chegando... Senão nós assinamos e colocamos em votação. Mas o ideal é que ela chegasse em tempo devido à "maternidade" da proposta. Embora a gente assine e mantenha o direito a quem encaminhou o primeiro requerimento, sempre é bom a presença...

Eu passarei, se assim a Senadora Regina concordar... Esse outro projeto não terminativo é da Senadora Simone Tebet. Eu não sei se ela não gostaria de relatar. Se não me engano, ela pediu para que fosse retirado de pauta. Ela até esteve aqui hoje pela manhã, para relatar o projeto. Foi o que ela me pediu.

É o seguinte o item retirado de pauta

ITEM 7
OFICIO "S" Nº 16, de 2015
- Não Terminativo -

Encaminha, para conhecimento e providências porventura cabíveis no âmbito do Senado Federal, cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a exploração do trabalho infantil no Brasil.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senadora Simone Tebet
Relatório: Pelo encaminhamento ao Ministro de Estado do Trabalho e da Previdência Social do requerimento de informações que apresenta; pelo encaminhamento do Parecer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Assassinato de Jovens, para conhecimento; pelo sobrestamento da tramitação

do Ofício "S" nº 16, de 2015, nos termos do art. 335 do RISF; e pela recomendação à Mesa do Senado para que, na ocasião em que cheguem ao exame desta Casa os projetos de lei mencionados no relatório da CPI tema do OFS nº 16, de 2015, sejam despachados celeremente para análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, na forma do Regimento.
Observações: *Tramitação*: CDH.)

Nós temos, ainda, dois requerimentos, aqui, do Senador João Capiberibe. Se a Senadora Regina concordar em assinar, só avalizando, eu farei a leitura dos requerimentos, sendo de autoria do Senador João Capiberibe e de V. Exª. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso. Como já aprovamos o requerimento sobre Mariana, vamos agora a um requerimento de autoria do Senador João Capiberibe.

ITEM 12
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 194, de 2015- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para debater o Desmatamento Zero como para garantir o futuro socioambiental e econômico do Brasil.

Autoria: Senador João Capiberibe e outros

Concedo a palavra à Senadora Regina Sousa.

O próprio título já diz o objetivo.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Requer a realização de Audiência Pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para debater o Desmatamento Zero como para garantir o futuro socioambiental e econômico do Brasil.

Acho que o tema em si já diz o que é. A questão do desmatamento no Brasil é grave também, e é importante a gente debater enquanto tem mata ainda; não deixar para debater quando elas tiverem desaparecido. Eu tenho um exemplo no meu Estado, aliás, em quatro Estados onde o babaçu está desaparecendo. Então, vai cair bem essa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

O outro requerimento do Senador João Capiberibe vai na mesma linha, só que é como se fosse um desdobramento do primeiro, para debater a importância do desmatamento zero e os caminhos para que seja atingido. Ele quer fazer em duas audiências públicas, a primeira para debater a realidade e a segunda para os passos a serem dados.

ITEM 13
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 195, de 2015 - Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para debater a importância do Desmatamento Zero para o Brasil e os caminhos para que seja atingido.

Autoria: Senador João Capiberibe e outros

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Da mesma forma, são dois requerimentos para garantir duas discussões, porque realmente as discussões com a Mesa muito grande ficam prejudicadas. Por isso, os dois requerimentos para que o assunto seja debatido com profundidade, mas é na mesma linha de debater o desmatamento zero.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em votação o item 12, Requerimento nº 194.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 13. Conforme aqui advogado, explicado e lido, é o Requerimento nº 195.

Os que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos, então, encaminhar o requerimento da Senadora Ana Amélia, aqui assinando como coautora. Mantém o projeto original para a Senadora.

ITEM 11

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 193, de 2015

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, destinada a debater o direito da criança à universalização da vacinação, no continente Latino-Americano, e a declaração de Lima pelo direito à vacinação, à luz dos 25 anos da Convenção dos Direitos da Criança.

Autoria: Senadora Ana Amélia e outros

A Senadora Ana Amélia e a Senadora Regina Sousa são as autoras.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – O texto também já diz: são os 25 anos da Convenção sobre os Direitos da Criança. Embora, no Brasil, nós já tenhamos essa garantia da universalização, não se atingem, muito mais por uma questão da educação das pessoas, os 100% das crianças vacinadas, mas aqui se está tratando do continente. Então, é importante que nós debatamos esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Os que concordam com o item 11, Requerimento nº 193, de 2015, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Assim, atingimos o objetivo da reunião de hoje, em que votamos o requerimento de Mariana, para que a Comissão de Direitos Humanos também participe ativamente lá, no Espírito Santo e aqui, sobre esse debate, que é um crime ambiental, social e contra a humanidade.

Aprovamos também um outro projeto que a Senadora já tinha lido numa outra reunião, que corresponde à melhoria das condições de vida dos idosos, alterando o Estatuto do Idoso, que é de nossa autoria. Esse artigo alterado só vai melhorar para os idosos.

Assim, esta Comissão atingiu todos os objetivos.

Nós encerramos os trabalhos, convidando a todos para que, no plenário, nós participemos agora da sessão Abdias Nascimento, onde estaremos entregando a Medalha Abdias Nascimento, no mês da consciência negra, a todos aqueles homens e mulheres que se destacaram na luta contra os preconceitos.

Fica aqui o meu abraço à TV pública francesa, que está aqui acompanhando, no Brasil, esse debate da questão racial e um pouco da caminhada de um Senador negro aqui no Parlamento.

Está encerrada a nossa audiência pública.

(Iniciada às 9 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 51 minutos.)

ATA DA 115ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2015, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quarenta e oito minutos do dia trinta de novembro de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Flexa Ribeiro e da Senadora não membro Vanessa Grazziotin. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 163 de 2015-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater: "A Valorização da Administração Tributária e da Carreira de Auditor Fiscal". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Vilson Antônio Romero, Presidente do Conselho Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP; Maria Aparecida Neto Lacerda e Meloni, Diretora de Comunicação da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais – FEBRAFITE; Francisco Lessa Ribeiro Júnior, Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas da Receita Federal do Brasil; Wagner Teixeira Vaz, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, representante do Sindifisco Nacional; Kleber Cabral, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – Unafisco; Guilherme Frederico Pedrinha de Azevedo, Diretor para Assuntos Parlamentares e Relações Institucionais da Fenafisco. O Senhor Presidente registra a presença de pessoas no Plenário. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) apoiar as PECs 102/2015, 186/2007 e a Emenda 11 apresentada à PEC 62/2015, que consolida a carreira de auditor fiscal; 2) que a lei orgânica do Fisco, seja do Fisco Nacional, seja do Fisco Federal realmente outorgue as garantias e prerrogativas dos auditores fiscais, na qualidade de autoridades tributárias; 3) apoiar a MP 693/2015, que disciplina o porte de arma para a carreira e as Emendas 20 e 46, apresentadas à MP; 4) apoiar a manutenção do art. 142 do Código Tributário Nacional, de acordo com o qual compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível; 5) apoiar a rejeição da PEC 87/2015; e 7) rejeitar a inclusão da carreira de auditoria no relatório da reforma tributária. O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e doze minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 115ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de debate, nos termos do Requerimento nº 163, desta Comissão, de nossa autoria e de outros, para dialogarmos sobre a valorização da Administração Tributária e da carreira de Auditor Fiscal.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal, que já está na tela, e-Cidadania, *link*: www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Os nossos convidados para fazer parte da Mesa, a partir do momento em que eu for chamando, eu já peço que se desloquem para esta posição em que eu me encontro, aqui na mesa.

Convido a Diretora de Comunicação da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite), Srª Maria Aparecida Neto Lacerda e Meloni. (*Palmas.*)

Convidamos também o Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas da Receita Federal do Brasil, Sr. Francisco Lessa Ribeiro Júnior. (*Palmas.*)

Convidamos agora o Sr. Wagner Teixeira Vaz, que é Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, representando o Sindifisco Nacional. (*Palmas.*)

Convidamos Kleber Cabral, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco). (*Palmas.*)

Convidamos o Presidente do Conselho Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), gaúcho de todas as gaúchas e gaúchos, Vilson Antônio Romero. (*Palmas.*)

Como eu cheguei aqui muito tenso, eu dei uma descontraída agora, com gaúchos e gaúchas de todas as crenças, grande Romero.

Convido agora o Diretor para Assuntos Parlamentares e Relações Institucionais da Fenafisco, Sr. Guilherme Frederico Pedrinha de Azevedo. Pelo menos, da lista... É o senhor? (*Palmas.*)

Todos estavam aqui.

Vamos lá para a nossa agenda. Eu me atrasei um pouquinho hoje, porque eu sempre venho no domingo, e hoje eu vim num voo que saía de lá às 6h20 da manhã e que chegava aqui às 9h30; senão nós iríamos iniciar a nossa audiência às 9h. Eu tive uma netinha, e a netinha está bem, mas a mãe teve alguns probleminhas, foi para casa, a febre voltou, então eu tive que ficar com ela no fim de semana. Vamos aguarda até manhã: se a febre voltar, ela vai ter que voltar para o hospital. Está tudo sob controle, mas é claro que eu, como pai coruja e vô coruja, não estou muito alegre. Então, fiquem tranquilos que a nossa audiência não tem nada a ver com a minha seriedade aqui.

Bem, a assessoria do Senado sempre faz uma pequena introdução, para que aqueles que a nós estão assistindo pela TV Senado, ouvindo pela Rádio Senado, acompanhando-nos pelo sistema de comunicação da Casa, pela Agência Senado, saibam o motivo do debate. Então, vamos aqui só fazer uma introdução e, em seguida, vamos abrir a palavra para os convidados.

Temos hoje a satisfação de realizar aqui, na nossa Comissão, audiência pública requerida por mim, a pedido do Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip) e outras entidades, o Sr. Vilson Antônio Romero.

Esta audiência tem, como objetivo, discutir assunto de grande relevância para a vida nacional, que vem a ser a valorização da Administração Tributária e da carreira de Auditor Fiscal, elemento imprescindível à realização dessa boa Administração. Vivemos, no Brasil, um momento em que a capacidade arrecadatória do Estado está praticamente no limite, com uma carga tributária que anda em torno de 35% do Produto Interno Bruto nacional.

Esse é o momento em que a Administração Tributária ganha grande relevo com o objetivo de combater os desvios do dinheiro público de maneira mais eficiente, para que o Governo possa arrecadar os recursos necessários à prestação de mais e melhores serviços à população, sem que seja preciso recorrer, como é costumeiro, ao aumento de impostos. Eficiência, nesse caso, é fundamental, e esse é o potencial desses profissionais.

Nesse sentido, há números impressionantes oferecidos pela própria Anfip sobre os resultados alcançados pelo trabalho dos auditores fiscais da Receita Federal, que bem exemplificam a importância de seu trabalho e de uma Administração Tributária bem executada.

Em 2014, os auditores da Receita lavraram autos de infração que somaram R$150 bilhões, o que representa uma média de autuação, por auditor, de R$53 milhões. Eles também retiraram de circulação, no ano passado, produtos falsificados, adulterados ou cujos tributos devidos não tinham sido recolhidos, em valor que ultrapassou R$1,8 bilhão.

No que diz respeito ao combate à corrupção, os auditores da Receita, agindo ao lado da Polícia Federal e do Ministério Público, participaram de ações que resultaram na descoberta de fraudes que somam R$9 bilhões. Não menos relevante é o papel desses agentes do Estado na coleta de contribuições para a Seguridade Social.

Os recursos para os programas de saúde, Previdência e Assistência Social já ultrapassaram R$686 bilhões, valor que representa quase 60% da receita total administrada pela Receita Federal do Brasil. Mas, se de um lado, os auditores da Receita têm enorme importância no combate ao desvio do dinheiro público e na melhoria da arrecadação de tributos e impostos, com resultados expressivos como os que acabo de mencionar, de outro, ressentem-se de problemas enfrentados pela carreira, para sucesso no bom cumprimento de sua missão.

Novamente, refiro-me, a título de exemplo, a alguns dos problemas alegados pelos auditores da Receita Federal, dos quais certamente trataremos aqui hoje nesta audiência pública. O primeiro é que o efetivo de auditores hoje é considerado por eles insuficiente para o trabalho necessário. Também preocupa a Anfip o nível de remuneração de uma carreira tão estratégica como a do auditor fiscal, e insuficiente, segundo a associação, para as exigências da função.

Outro aspecto que, segundo os auditores federais, merece discussão nesta reunião é o aperfeiçoamento da legislação que trata da Administração Tributária nacional, em particular de duas propostas de emenda à Constituição em trâmite no Congresso Nacional: uma permite a autonomia dos auditores no combate à sonegação e a outra trata do incentivo e da promoção nessa importante carreira do serviço público.

Teremos, enfim, hoje, oportunidade de discutir essa e outras questões, para entender melhor o que pode ser aprimorado na Administração Tributária do País, em todas as suas esferas de poder, bem como as dificuldades enfrentadas pelos profissionais dessa atividade tão importante.

Tenho certeza de que, dada a experiência e a qualificação dos participantes desta audiência, chegaremos a conclusões importantes que servirão para balizar ações que efetivamente conduzam à maior eficiência da Administração Tributária nacional.

Muito bem, feita essa introdução, vamos, de imediato, aos nossos convidados.

Passamos a palavra ao Presidente do Conselho Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), o Sr. Vilson Antônio Romero. O tempo é de dez minutos, com uma tolerância, se for necessária, de um a três minutos.

O SR. VILSON ANTÔNIO ROMERO – Senador Paulo Paim, caros componentes da Mesa, muito bom dia a todos.

Eu, primeiro, quero saudar esse grande Parlamentar, que honra o Estado do Rio Grande do Sul e que é um "anfipiano" há mais de duas décadas, desde quando fez os concursos públicos para Deputado Federal – e renovou os seus mandatos –, depois para Senador e quando, em 95, constituiu e participou da formação da Frente Parlamentar em Defesa da Previdência. A partir desse momento, nós estamos como irmãos siameses, defendendo a mesma coisa, a mesma causa, que é a integridade da Seguridade Social e a Previdência Social justa e solidária. Por isso, eu o saúdo e gostaria – até agradecendo esse momento de reflexão para os auditores – que homenageássemos o nosso querido Senador com uma salva de palmas. (*Palmas.*)

No próximo ano, ele renovará esse concurso público, com certeza, com o apoio maciço do Rio Grande do Sul, na sua recondução ao Senado Federal.

Começando nossa reflexão sobre o papel, em especial, do auditor fiscal da Receita Federal, e cada um abrangerá a sua área aqui – nós temos colegas do Fisco municipal, do Fisco Estadual, outros colegas representantes também da categoria dos auditores fiscais da Receita –, eu não vou me deter nas prerrogativas e nas bases fundamentais de que o auditor é a autoridade administrativa, tributária, aduaneira, porque quanto a isso, acho que o Dr. Wagner Vaz, o Dr. Kleber Cabral terão maiores elementos.

Vamos deter-nos a uma coisa fundamental, que está ali, que é a imagem do leão. E eu peço, por obséquio, que se passe um vídeo inicial, recuperando 1979, quando, pela primeira vez, a Receita Federal utilizou a imagem do leão numa série de esquetes.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. VILSON ANTÔNIO ROMERO – Passando para o PowerPoint, isso era um dos esquetes de 1979 – eram quatro – que vendia a imagem do leão vinculado ao Imposto de Renda. A partir daí, toda e qualquer relação com a Receita Federal e com tributos passou a estar vinculada com a imagem do leão, muito forte.

Pode passar. Eu passo o eslaide aqui.

Obviamente, nós, aqui neste debate, queremos demonstrar eficiência, autoridade, relevância, eficácia e importância dos auditores e da estrutura da Receita Federal, mas infelizmente, para a população em geral, ainda temos uma imagem que é denegrida, em parte, na qualidade dos serviços prestados não só pela União, mas por toda a estrutura da Administração Tributária.

O nosso desafio é vencer essa imagem negativa, o olhar da sociedade, que vincula a Administração Tributária a cobrança, burocracia, eventualmente propina – porque, quando prendem mafiosos do ISS de São Paulo, vincula-se toda a Administração Tributária a essa imagem denegridora –, autoridade coatora também, arrogância em alguns momentos, malha fina, declaração, ajuste, pagamento de imposto. Então, o nosso desafio é, de fato, enfrentar essa imagem negativa que a sociedade tem da estrutura tributária.

Eu vou me deter numa parte muito especial, que, inclusive, a própria Receita Federal não tem defendido, que é o papel social da Receita Federal do Brasil e, em especial, das suas autoridades tributárias e administrativas, que executam e administram um conjunto de arrecadação fundamental para a sociedade brasileira, um conjunto que abrange quase 60% arrecadação tributária administrada pela Receita Federal do Brasil, que mantém o orçamento da Seguridade Social.

Quais são os programas mantidos por essa arrecadação? Se nós não trabalharmos, se a Receita não cobrar, se os auditores não estiverem presentes junto com os demais servidores da casa, não haverá pagamento para os 32 milhões de aposentados, pensionistas e outros beneficiários da Previdência Social, do regime mantido pelo INSS. Também não haverá pagamento das rendas mensais vitalícias da Lei Orgânica da Assistência Social. Acima de tudo, não haverá movimentação econômica em 65% dos Municípios brasileiros, que recebem mais recursos do INSS e dessa arrecadação mantida e administrada pela Receita do que do Fundo de Participação dos Municípios. Também não haverá recursos, se a Receita não for eficaz, se os auditores não tiverem o trabalho

presente muito forte, para o seguro-desemprego; não haverá recursos para os outros programas do Fundo de Amparo ao Trabalhador, como o abono anual, os rendimentos, bem como as ações do Sistema Único de Saúde, as ações da filantropia na área da saúde e da educação, os programas do Ministério do Desenvolvimento Social.

Muito se fala das 14 mil famílias que são mantidas pelo Programa Bolsa Família; não haveria dinheiro se não houvesse o leão social, o papel social da Receita, o papel social do auditor buscando os recursos para tanto, além de outras ações da Seguridade Social.

Além das contribuições do orçamento da Seguridade, que são a Contribuição Previdenciária, a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social que é a Cofins, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, o PIS/Pasep, nós temos também, sob o nosso encargo, um elenco de outros tributos. Os principais são o Imposto de Renda sobre a pessoa jurídica e a pessoa física, o Imposto sobre Produtos Industrializados, o Imposto de Importação, o ITR, a Cide, o IOF, entre outros.

Aí está o elenco das receitas administradas pela Receita Federal do Brasil do orçamento da Seguridade, que mantém todo aquele conjunto de programas sociais, de programas de transferência de renda. Podem ver que, de 2011 a 2014, são quase 60% da receita administrada pela Receita Federal do Brasil. Por isso, assume cada vez maior importância essa divulgação do trabalho e do papel social da Administração Tributária: R$697 milhões foram os recursos administrados e arrecadados em 2014, num cotejo com quase R$1,2 trilhão do total dos recursos arrecadados em 2014.

Além de tudo, além da administração, controle e cobrança dos tributos administrados pela Receita Federal, também há um papel importante e relevante, que muitos poucos têm dado importância, que é a fiscalização e o controle dos quase 500 fundos de pensão, as entidades de previdência privada fechada, que atendem hoje a 2,5 milhões de participantes e têm um patrimônio de quase US$250 bilhões. Em relação a esse grupo, nós temos 112 auditores dedicados a esse trabalho, que, obviamente, tem sido relegado a um segundo plano, inclusive na própria estrutura da Receita Federal, ao haver uma briga, inclusive, para cessão de trabalhadores para esse sistema administrado lá na Previc.

Além, obviamente, de um trabalho fundamental, que preocupa 5,3 milhões de servidores públicos municipais e estaduais, nós também administramos, fiscalizamos e controlamos os regimes próprios existentes em 2.024 Municípios e em 27 unidades da Federação. Para administrar tudo isso, esse montante que tem reservas de R$180 bilhões, só temos 56 auditores fiscais. É um contingente muito pouco expressivo que também não tem sido prestigiado ao longo dos últimos anos.

Com isso, senhores, queremos deixar muito claro que temos um papel importante e, acima de tudo, uma pauta relevante aqui neste Congresso Nacional, que diz respeito à aprovação da PEC 102 – a PEC 102 é a PEC do auditor fiscal Federal. Com a sua votação, que hoje ainda se encontra na Comissão de Constituição e Justiça, nós teremos o reconhecimento do trabalho do auditor fiscal, que hoje lamentavelmente, no cortejo com as administrações tributárias estaduais e municipais, encontra-se quase na 30ª colocação, em termos de remuneração, num evidente desprestígio e elemento desmotivador da sua atuação.

Também temos pronta para votação, no plenário da Câmara, a PEC 186, de 2007, que dará uma nova configuração à Administração Tributária estadual, municipal, distrital e Federal, em que se dará autonomia, se aprovada, tanto na gestão financeira, na gestão administrativa, quanto na própria autonomia em termos de conceber e definir prerrogativas, direitos, deveres e garantias, peças e estruturas de Administração Tributária.

Acima de tudo, venho aqui também trazer uma outra demanda da Anfip, muito particular: começa já a tramitar, na Comissão especial, uma PEC que retira recursos dessa Administração, desse orçamento da Seguridade Social. É a PEC 87, de 2015, que está apensada à PEC 4, também de 2015, que pretende renovar e prorrogar a desvinculação das receitas da União, um instrumento surgido em 94, como Fundo Social de Emergência, que, desde então, não se configurou como nem de social, nem de emergência, e hoje suga, tunga 20% dos recursos da Seguridade Social, retirando recursos da saúde, retirando recursos da Previdência, retirando recursos da Assistência Social, acima de tudo do seguro-desemprego e do Bolsa Família.

Só no ano passado, a famigerada DRU retirou R$63 milhões do orçamento da Seguridade Social, e nós estamos numa campanha para que não se amplie o que o Governo está pretendendo ampliar – de 20% para 30% – e não se prorrogue o que vencerá em 31 de dezembro de 2015 para até 2023. Temos que combater essa PEC, ao mesmo tempo que temos que defender as que dão garantias e, acima de tudo, valorizam o auditor fiscal do Brasil.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi o Vilson Antônio Romero, Presidente da Anfip, que traz dados, números e essa última preocupação agora de querer aumentar de 20% para 30% a DRU?

O SR. VILSON ANTÔNIO ROMERO – Exatamente. Essa é a PEC 87, de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Passamos a palavra agora à Srª Maria Aparecida Neto Lacerda e Meloni, que é Diretora de Comunicação da Federação Brasileira das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite).

A SRª MARIA APARECIDA NETO LACERDA E MELONI – Bom dia.

Queria saudar o Senador Presidente desta Comissão, Senador Paulo Paim, e trazer aqui, como sou portadora, um abraço do nosso Presidente, Roberto Kupski, que também não conseguiu chegar hoje a tempo para esta audiência.

Também queria antes fazer um agradecimento, em nome de todo o Fisco estadual brasileiro, por esse momento, dada a importância de estarmos aqui discutindo o fortalecimento da instituição da Administração Tributária e a valorização da carreira fiscal.

Na verdade, o momento singular por que passamos, que aponta, no cenário, uma grave crise fiscal do setor público, contraditoriamente também aponta para uma situação bastante peculiar de desvalorização das instituições da Administração Tributária e dos servidores fiscais. Essa contradição é nítida, seja no que respeite, no que corresponda ao tratamento da receita tributária, seja no que corresponda às medidas que são adotadas ou que são sinalizadas para o enfrentamento da crise fiscal.

A desvalorização da Administração Tributária, do Fisco e, por consequência, da receita tributária é nítida na medida em que assistimos a uma cartela de soluções do Governo e do Poder Público, em todas as assentadas, em corte de gastos. Essa solução, que já vem sendo repetida e que mostra até um sinal de esgotamento, sempre recai sobre o trabalhador, em particular, sobre o servidor público. As soluções de corte sempre recaem pelo lado da despesa.

Nós estamos aqui para indicar que é preciso o fortalecimento da Administração Tributária e a valorização do auditor fiscal. Isso num cenário em que – nós sabemos –todos os crimes contra a sociedade – a corrupção, a lavagem de dinheiro, a evasão de divisas, a falsificação – viabilizam-se por meio da sonegação fiscal. Nesse quadro, o crime de sonegação é o pano de fundo para todos os crimes contra a sociedade.

Por isso, reivindicamos que sejam restabelecidas as condições de trabalho da Administração Tributária, resgatadas as prerrogativas essenciais ao papel que o auditor fiscal tem que desempenhar no controle fiscal e no implacável combate à sonegação.

Nesse contexto, fica evidente a necessidade, a urgência da PEC 186, que obriga a União, os Estados e os Municípios a aplicar, em suas respectivas circunscrições, a Lei Orgânica da Administração Tributária, nas três esferas de Poder, nos três níveis de Governo. O Poder Executivo deve encaminhar, em 180 dias, as suas propostas de lei orgânica. Essa PEC 186 está pronta para votação em plenário, e nós precisamos construir uma condição de apoio político, para o qual eu peço ajuda, a interveniência do Senador Paulo Paim, para que nós agilizemos o encaminhamento dessa PEC.

Aliada à PEC 186, também defendemos a PEC 5, que é a PEC do teto único de remuneração. Também uma PEC que unifica o teto constitucional para os três níveis de Governo, as três esferas de Poder, e essa PEC também está parada desde 2014.

Além de ser contemporânea, a organização da vida em sociedade, desde os primórdios da história, sempre se pautou pela cobrança de tributos. Nessa dimensão é que Febrafite defende, Senador, a educação fiscal. A Febrafite patrocina um Prêmio Nacional de Educação Fiscal, que acabou de acontecer, na quarta-feira da semana passada, que contou, inclusive, com a presença do Ministro da Fazenda no evento de premiação. Defendemos isso meio como um remar contra a maré, porque curiosamente, neste ano, foi aprovada para o currículo escolar a educação financeira, mas não a educação fiscal. Essa também é uma reivindicação que fazemos. Queríamos pedir a intervenção e o empenho do Senador Paulo Paim, para que retomemos essa discussão em âmbito nacional e possamos trazer para os currículos escolares, em todo o Brasil, o tema da educação fiscal.

É com essas palavras, então, que eu gostaria de agradecer a realização desta audiência e pedir a intervenção, o apoio do Senador para a aprovação da PEC 186, da PEC 5 e da educação fiscal. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Essa foi a Srª Maria Aparecida Neto Lacerda e Meloni, que falou pela Febrafite.

Enquanto ela falava, eu recebi um telefonema aqui – eu não gosto de atender o telefone enquanto os outros estão falando – que era do Dr. Rachid, que estava justificando a sua ausência, enaltecendo a presença do coordenador de gestão, Dr. Francisco, mas colocou-se totalmente à disposição para dialogar, no que estiver ao alcance dele, depois do desdobramento desta audiência pública.

Então, eu faço essa justificativa do telefonema que recebi agora.

Passamos a palavra, cumprimentando a fala da Srª Maria, para Francisco Lessa Ribeiro Júnior, Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas da Receita Federal do Brasil.

O SR. FRANCISCO LESSA RIBEIRO JÚNIOR – Bom dia, Sr. Presidente da CDH, Senador Paulo Paim, Sr. Presidente da Anfip, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, Vilson Romero, requerente do presente encontro, em nome do qual eu cumprimento todos os dirigentes de entidades aqui presentes, senhores auditores fiscais e demais presentes nesta audiência.

Valorização da Administração Tributária e da carreira de auditor fiscal é o tema aqui colocado em debate.

O poder de tributar decorre da soberania estatal plena e dela também o dever de todos os cidadãos de recolher as suas obrigações tributárias. A atividade estatal não se autofinancia. As obras sociais, os serviços públicos, como o de educação e saúde, por exemplo, não são autossustentáveis: o Estado precisa de fontes de custeio para suportar o funcionamento da máquina pública.

Nessa linha, declara a Constituição Federal, desde a Emenda nº 42 – na época, a Secretaria da Receita Federal teve papel ativo nessa emenda, nesse texto –, há essencialidade, para o funcionamento do Estado brasileiro, da Administração Tributária, exercida por servidores de carreira.

A Administração Tributária, então, é composta pelos órgãos estatais responsáveis pela arrecadação, fiscalização, controle e administração dos tributos. São órgãos como as secretarias de finanças, fazenda ou tributação dos Municípios; como as secretarias de fazenda, tesouro ou receita dos Estados ou do Distrito Federal; como a Secretaria da Receita Federal do Brasil, no âmbito da União, um órgão da Administração Direta do Executivo Federal, vinculado ao Ministério da Fazenda, que celebrou agora, no último dia 20 de novembro, premiando os seus servidores destacados, os 47 anos da sua existência. São órgãos todos com competências determinadas, com elemento objetivo, mas que, para existirem, necessitam também do aspecto subjetivo.

Como ensina Celso Ribeiro Bastos, o órgão não pode existir fundado tão somente na afetação que se lhe faça de competências, é preciso que esses órgãos se invistam de determinadas pessoas, que possam expressar essas competências. O elemento humano é imprescindível. Daí falar-se até mesmo em órgão em sentido subjetivo.

Permitam-me um breve parêntese para falar da minha história pessoal e de como me tornei auditor fiscal, dos caminhos que me conduziram. Um tio, hoje já infelizmente falecido, irmão mais velho de meu pai, ingressou no Fisco no início dos anos 60. Duas décadas depois, vi meu pai se dedicar arduamente aos estudos, à preparação para o concurso, e também ingressar no Fisco estadual, lá da Bahia. Comprometimento com o trabalho era a sua marca, e, até hoje, já idoso, auditor aposentado, quando conta a sua trajetória, declara que foi o período de maior satisfação na sua vida profissional, de atuação em favor da justiça fiscal e da sociedade.

No início dos anos 90, meu irmão mais velho tornou-se auditor fiscal. Eu ingressei como técnico do Tesouro Nacional, na então SRF, também há mais de 20 anos, e sou auditor do concurso de 1998. Citei o meu exemplo, mas histórias muito interessantes de colegas são incontáveis, ficando muito claro, sempre, que se trata de uma opção de vida, pessoal, familiar, profissional, de servidores vocacionados que escolheram e abraçam este caminho. É pela atuação desses que se fará valer a vontade estatal, que representa a vontade e a necessidade da coletividade, a fim de que o Estado possa bem desempenhar as suas funções.

A ação do auditor fiscal é, então, em favor da coletividade, do combate à concorrência desleal dos contribuintes, que cumprem retamente as suas obrigações e querem ver o verdadeiro valor da isonomia, o tratamento desigual para aqueles que estão à margem da legislação tributária e do Estado de direito. É em busca desses que age o Fisco, defendendo o Estado e o seu desenvolvimento econômico, possibilitando o cumprimento da sua função social, sem olvidar que, além da importância do financiamento estatal, não raras vezes é também através das ações fiscais que são descobertos grandes ilícitos criminais.

A valorização da Administração Tributária e de seus servidores, cujo principal cargo é o dos auditores fiscais, precisa ser um processo contínuo.

Na RFB, compete privativamente aos auditores fiscais, autoridades tributárias e aduaneiras, a constituição do crédito tributário mediante o lançamento, as decisões em processos administrativos fiscais, os procedimentos de fiscalização, inclusive aduaneiros, o exame contábil, a interpretação da legislação e a supervisão da orientação tributária.

Temos um trabalho de fôlego sobre o mapeamento de processo de trabalho e análise de atribuições, com participação de entidades sindicais e associativas, tendo, como finalidade, também focar tais atividades, permitindo a melhor definição desse núcleo central do auditor fiscal, fiscalizando, julgando, atuando no contencioso privativamente, além da direção das unidades gestoras da RFB, e provendo as demais frentes de trabalho com os servidores que também compõem o corpo funcional da Receita, como os analistas tributários, servidores do PECFAZ, do Seguro Social e empregados do Serpro cedidos. Há espaço de trabalho digno para todos.

Sobre a direção das unidades, destaco que na Receita, cem por cento, todos os cargos em comissão e funções gratificadas são exercidos por servidores fazendários, e os cargos de direção, secretário, secretário ad-

junto, subsecretários, corregedor, superintendentes, delegados, inspetores de alfândega, todos, sem exceção, são ocupados por auditores fiscais, a grande maioria deles escolhidos após processos seletivos internos.

A respeito da remuneração, todos sabem que o momento econômico não é bom, um cenário delicado, que traz as suas dificuldades, mas não há dúvida de que a remuneração precisa ser compatível com a relevância e essencialidade da instituição. Trabalhamos em proposta de recomposição dos atuais subsídios, assim como na identificação de alternativas, como um bônus tributário aduaneiro, bem típico das carreiras fiscais. Estudo esse que foi iniciado a várias mãos e cérebros, há dois anos, por um grupo do qual participaram também a Anfip e o Sindifisco, que coordenei em 2013. O patamar remuneratório daquelas principais carreiras típicas de Estado no Executivo Federal é um referencial, e estamos bem atentos e atuantes.

Sobre o Regimento Interno da RFB, foi concluído um estudo que visa à desconcentração da competência decisória nos nossos processos administrativos, com situações que efetivamente merecem adequações, ampliando o poder decisório dos auditores fiscais da Receita Federal do Brasil, numa ação que exigirá algumas alterações normativas.

O movimento dos últimos anos permitiu a superação do que as entidades apelidaram de força salarial entre novos e mais experientes, assim como a supressão de alguns padrões. Hoje o cargo está estruturado em três classes – A, B e especial –, que, juntas, somam 13 padrões, mas ainda atualmente analisamos um novo arranjo com menor número.

O regime remuneratório do subsídio, sobre o qual muito debatemos – pelo que eu me lembro, uma década ali, entre 98 e 2008, discutimos esse assunto –, foi implantado no segundo semestre de 2008.

O mandado de procedimento fiscal não existe mais, essa é uma medida mais recente.

Temos a discussão da lei orgânica, para a qual falta uma previsão constitucional – também há convergência nesse ponto, a posição em favor de um dispositivo que preveja, no texto constitucional, a edição de uma lei orgânica.

O porte de arma foi reinserido para auditores fiscais e analistas tributários agora, na Lei nº 10.593, por meio da recente MP 693, de setembro passado, alcançando armamento institucional e também pessoal nas condições ali especificadas. Essa medida encontra-se tramitando aqui no Legislativo.

Concluímos, em julho passado, a nomeação de todos os aprovados no concurso de auditor fiscal da RFB, independentemente das vagas originalmente previstas no edital e que já havíamos provido em 2014. Todos os que ainda estavam no rol de aprovados foram nomeados agora, há três ou quatro meses, num momento econômico já complicado, mas que mostra e demonstra a importância do órgão e dos auditores fiscais na superação da atual crise.

O restabelecimento do curso de formação como etapa do concurso público, além de fazer parte da história da instituição, faz parte da história pessoal de cada um de nós. É um requisito muito importante: as nossas atribuições não estão plenamente contempladas em nenhum curso de graduação, sendo necessário, então, a formação por uma escola de governo, no caso da Receita Federal, a Escola de Administração Fazendária (Esaf), e pensamos firmemente – já temos esse processo adiantado entre a Receita e a Esaf – em ter uma pós-graduação em Administração Tributária, assunto já apresentado, na mesa de negociação no Ministério do Planejamento, às entidades.

Há uma minuta de decreto em tramitação no Executivo sobre o curso de formação, mas a medida também pode ser inserida na Lei nº 10.593.

Temos pendências. A indenização de fronteira, cuja regulamentação se arrasta infelizmente há dois anos. A Receita Federal encaminhou a sua proposta em dezembro de 2013, mas é algo que envolve vários órgãos e ministérios e ainda continua carecendo da edição do decreto presidencial.

A campanha salarial também aguarda solução, mas as entidades sabem que a Receita tem participado das negociações, tem assento na mesa. A piora do cenário econômico no trimestre passado postergou os efeitos para o funcionalismo de janeiro para agosto do próximo ano, o que acabou retardando o desfecho dos acordos, mas continuamos trabalhando e acreditando numa solução definitiva nas próximas semanas.

Era isso que gostaria de compartilhar com os senhores.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi o Francisco Lessa Ribeiro Júnior, Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas da Receita Federal do Brasil, que falou em nome, inclusive, do Diretor Rachid, aqui, cuja ausência eu já justifiquei.

Wagner Teixeira Vaz, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, representante do Sindifisco Nacional.

O SR. WAGNER TEIXEIRA VAZ – Bom dia, Exmo Senador Paulo Paim. Gostaria de agradecer, com veemência, esta oportunidade de discutir um tema tão importante para todos nós e, na sua pessoa, cumprimentar os membros aqui da Mesa e todos os presentes.

Eu gostaria de começar dizendo o seguinte: quanto mais velho eu vou ficando, mais preocupado eu fico em falar de forma que qualquer pessoa que esteja ouvindo entenda. Então, eu começaria dizendo o seguinte: o que é a Receita Federal, qual é a importância dela e por que nós estamos aqui discutindo isso? A Receita Federal é o órgão da estrutura do Executivo Federal responsável por 98% da arrecadação da União, os outros 2% cabem à Advocacia-Geral da União e à Procuradoria da Fazenda Nacional, em suas execuções. Isso de toda a receita da União, que sustenta os três Poderes do Estado Federal. Aqui, o Legislativo, por exemplo, é sustentado pela Receita; o Judiciário Federal todo é sustentado pela Receita; o Ministério Público Federal, idem; e o Executivo todo, idem. Essa é a pequena importância da Receita.

Poderíamos ampliar isso em âmbito nacional, não federal, nacional, e dizer o seguinte: 70% de tudo que se arrecada no Brasil é a Receita Federal que arrecada; os outros 30% são arrecadados pelos Estados. Isso não é nenhum demérito aos Estados, pelo contrário, mas eu tenho que dizer isso para demonstrar a "pequena" importância da Receita Federal do Brasil e para começar dizendo que nós estamos aqui discutindo e analisando essa questão, porque certamente a Receita Federal e os auditores fiscais são os órgãos e as autoridades mais desvalorizados do Brasil proporcionalmente às demais. Então, essa é importância da Receita.

Além da arrecadação, como foi muito bem dito aqui, a Receita Federal e também a Receita dos Estados combatem quaisquer espécies de crimes que tenham implicação em sonegação fiscal. Pelo princípio do *non olet*, que significa que não interessa de onde vem o dinheiro, ele é tributável, então todos os crimes, exceto crimes passionais, todos os crimes de colarinho branco, de corrupção ativa e passiva, de desvio de recursos, de desvio de dinheiro para o exterior, de lavagem de dinheiro, tudo isso é objeto de investigação, de fiscalização da Receita Federal; dos Estados e dos Municípios também, mas preponderantemente federal e dos Estados.

Então, os senhores percebam que qualquer pessoa é capaz de entender que a Receita Federal, além de manter o Estado, os três Poderes da República, ainda atua firmemente como parceiro do Ministério Público, da polícia e do próprio Judiciário, no combate aos crimes. Então, não é pouca importância que tem esse órgão, no entanto ele é tratado como um órgão qualquer, como se fosse um órgão de importância mediana ou pequena, e o mesmo se diga em relação às autoridades que compõem esse órgão.

Quando se fala em autoridades, eu gostaria de explicar muito rapidamente também, para que qualquer pessoa entenda o que significa isso, uma vez que eu sei que está sendo televisionado. Então, eu faço questão de falar de uma maneira que todo mundo entenda mesmo.

Todo órgão de Estado é composto por autoridades de Estado e servidores de apoio, para que o órgão funcione. O que é órgão de Estado? É um órgão em que existe a autoridade do Estado presente. O IBGE é um órgão de Estado? Não. É importante, mas não é um órgão de Estado, não exerce atividade típica de Estado. O Judiciário é órgão de Estado? Sim, porque tem o poder de dizer o Direito. A polícia é órgão de Estado? Sim, porque tem o poder de fazer cumprir o Direito. A Receita Federal e o Ministério Público são órgãos de Estado? Sim, porque exercem atividade típica, exclusiva de Estado, que não pode ser terceirizada. Esse é o conceito básico de órgão de Estado.

Todo órgão de Estado é composto por autoridades e por servidores. No Judiciário, isso é muito claro: o juiz é autoridade, os demais são servidores. Na AGU, embora a AGU pertença ao Executivo, isso também é muito claro: os advogados da União são as autoridades do órgão, e os demais integrantes do órgão são servidores do órgão. No Judiciário, no Ministério Público, na AGU, na Procuradoria da Fazenda Nacional, em todos esses órgãos, a definição não só das atribuições como da posição de cada integrante é muito clara: ou se é autoridade, ou se é servidor de apoio, não existe um meio termo, nem uma mescla disso.

Isso é importante pelo seguinte: em todos os órgãos que eu citei, tirando a Receita Federal, há uma lei orgânica que rege essas autoridades de Estado. Por que existe uma lei orgânica? Vamos explicar também, para que todos entendam. Por que não pode uma mesma lei reger o juiz, o procurador, o oficial de Justiça, o delegado, o auditor fiscal e assim por diante? Por quê? Por que não pode ser uma lei só, uma lei única? Por um motivo muito simples: porque a autoridade de Estado tem que ter proteções contra ingerências políticas e econômicas, enquanto um servidor de apoio não precisa ter esse tipo de prerrogativa, esse tipo de proteção legal. Por quê? Porque ninguém vai querer perseguir um servidor de apoio, que tem a função de ficar ali tirando xerox. Agora, se alguém tem a função de investigar operações bilionárias, certamente vai haver gente querendo tirar essa autoridade de Estado daquela função.

Vou pegar um exemplo de prerrogativa importante que deve constar de uma lei orgânica e que consta das leis orgânicas das autoridades de Estado brasileiro: a inamovibilidade. Por que um juiz tem inamovibilidade? Por que um membro do Ministério Público tem inamovibilidade? Por que os delegados de Polícia Federal pleiteiam ter, a meu ver, com toda razão, inamovibilidade? Porque hoje é muito fácil, para quem não tem essa prerrogativa, ser literalmente retirado de uma investigação, retirado de uma fiscalização de um dia para o outro.

Basta o chefe administrativo da unidade ou do órgão em que ele trabalha baixar uma portaria dizendo que ele não está mais naquela seção, está na seção ao lado ou do outro andar, que não tem mais aquela função de fiscalizar, ou de investigar. Então, é muito fácil. Eu não estou aqui dizendo que isso ocorre ou não, mas eu estou dizendo que isso não pode ocorrer, e, para evitar que isso ocorra, há que haver uma prerrogativa especial.

Notem que não tem sentido um servidor de apoio ter essa prerrogativa, porque qual é o interesse que pode existir em deslocar um servidor que tira xerox no terceiro andar e passá-lo para o quarto andar? Nenhum. Agora, se no quarto andar é o setor de fiscalização, em que um auditor fiscal está fiscalizando e investigando uma Lava Jato, por exemplo – que o Dr. Kleber vai comentar aqui –, e como aquele auditor fiscal é extremamente inteligente, é extremamente dedicado e está conseguindo ampliar essa investigação, pode haver eventualmente interesse em que ele vá do quarto para o quinto andar, onde é, por exemplo, o setor de logística da Receita Federal, onde ele não vai mais investigar nada. É muito simples: baixa-se uma portaria, nem no *Diário Oficial* precisa ser publicada, é uma portaria interna, tirando-o dali.

Então, isso é um exemplo hipotético. É claro que eu estou falando aqui de um exemplo em tese do porquê de o auditor fiscal, pelas mesmíssimas razões do membro do Ministério Público, pelas mesmíssimas razões do magistrado, dever possuir uma lei orgânica, com, por exemplo, inamovibilidade.

Existem outras várias prerrogativas e garantias: vitaliciedade também. A vitaliciedade é muito confundida pela população em geral com um privilégio. Não. A vitaliciedade só significa o seguinte: ele não pode perder o cargo sem que um juiz confirme a demissão. Hoje, em tese – eu não estou dizendo que aconteça –, se um chefe de um órgão administrativo, regido pela imprestável 8.112... E, aí, eu explico por que falo imprestável: porque a 8.112 é uma lei que se presta, que serve para regular os servidores de apoio ou servidores que não exerçam autoridade de Estado, melhor dizendo. Aqueles servidores que não têm um múnus...

(Soa a campainha.)

O SR. WAGNER TEIXEIRA VAZ – ...público, que não exercem a autoridade do Estado podem ser regidos pela 8.112. Aqueles que exercem atividades típicas e exclusivas de Estado não podem ser regidos pela 8.112 por essas razões, porque a 8.112 é uma lei que não outorga essas prerrogativas e garantias especiais, por isso que o Ministério Público não adota, para os procuradores da República, a Lei 8.112. Não é porque há uma previsão constitucional, uma vez que não há obrigatoriedade de haver previsão constitucional para uma lei orgânica – há para uma lei complementar –, mas tanto é verdade o que estou dizendo que a Lei da Super-Receita, a Lei nº 11.457, se eu não me engano, de 2007, previu, no seu penúltimo artigo, lá no 50, que, num prazo de um ano, o governo encaminharia uma Lei Orgânica para o Fisco. Esse um ano venceu em 2008, e, até hoje, não foi encaminhada uma lei ordinária, que seria uma Lei Orgânica Federal, uma LOF, como nós falamos, uma Lei Orgânica do Fisco Federal.

É claro que a PEC 186, como bem foi dito aqui, nada mais faz do que prever a LOF nacional – que alguns chamam de LOAT, mas eu acho mais bonito chamar de LOF nacional –, quer dizer, a LOF, a Lei Orgânica do Fisco que regule os Estados e também a União.

Como eu me propus a falar de maneira que qualquer pessoa do povo entenda, gostaria de retomar isso que eu estava dizendo no seguinte sentido: por que nós estamos falando de valorização da Receita e da carreira de auditor? Para começar a explicar a aberração que a Receita Federal é, do ponto de vista legislativo...

(Soa a campainha.)

O SR. WAGNER TEIXEIRA VAZ – ...nem existe carreira de auditor fiscal. A carreira ainda é indevidamente composta por autoridades e servidores, como é na Polícia Federal também, uma outra aberração nesse mesmo sentido, algo que remonta à época pré-constitucional.

Quer dizer, logo que a Constituição Federal de 88 foi editada, imediatamente deveria ter sido extinta essa carreira de auditoria e criada uma carreira de auditor fiscal e uma outra carreira, com outro nome, dos servidores do órgão, como é no Ministério Público. No Ministério Público, existe a carreira de procurador da República e as carreiras de servidores que atuam no Ministério Público, mas não são autoridades de Estado, não são regidas pela Lei Complementar nº 75, de 93.

O que o Sindifisco começa a observar é que, às vezes, parece que há um interesse em manter essa confusão, há o interesse em manter o auditor fiscal regido por uma lei que não lhe dá prerrogativa e garantia nenhuma de atuação. Existe um interesse talvez em se manter o auditor fiscal numa carreira de servidor de apoio, de não se reconhecer, como ele deve ser, a autoridade do Carf. Ao longo de muitos anos, a autoridade do auditor fiscal foi gradativamente transferida para os ocupantes de cargos comissionados, que, embora sejam auditores fiscais, estão ali exercendo uma função governamental, não típica e exclusiva de Estado, não do cargo efetivo. É isso que nós esperamos corrigir com a lei orgânica.

(Soa a campainha.)

O SR. WAGNER TEIXEIRA VAZ – Então, em apertada síntese, nós entendemos o seguinte: valorização da Receita Federal e do cargo de auditor fiscal ou da carreira de auditor fiscal a ser criada tange obviamente a remuneração, porque a remuneração – e isso não é corporativismo – do auditor fiscal hoje beira a vergonha. Em média, um auditor fiscal da Receita Federal recebe metade do que recebe um auditor fiscal estadual e um terço a um quarto do que recebe um magistrado estadual, quer dizer, pegamos um magistrado estadual lá do Estado de São Paulo, que é o meu Estado, e por exemplo, na média, o auditor da Receita Federal recebe um quarto, 25% da remuneração de um juiz estadual.

(Soa a campainha.)

O SR. WAGNER TEIXEIRA VAZ – Isso é uma vergonha! Mas, além disso, nós temos vários problemas estruturais, a começar pela ausência de uma lei orgânica que regule a autoridade do auditor fiscal.

Então, essas duas vertentes são, a nosso ver, as principais e necessárias à valorização do cargo. É claro que a PEC 186 seria importantíssima no sentido de viabilizar a edição da lei orgânica.

Em resumo, é o recado que o Sindifisco gostaria de dar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi o Wagner Teixeira Vaz.

Vocês viram que ele foi bem além do tempo, mas quando eu percebi que o plenário só faltava dizer: "Deixa o homem falar, Paim." (*Risos.*)

Eu fui levando, e ele falou 20 minutos, mas a resposta veio do plenário de que foi correto o tempo que eu lhe dei a mais.

Vamos lá. A intenção é essa, mesmo.

Agora, vamos ao Vice-Presidente da Associação Nacional de Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco), Sr. Kleber Cabral.

O SR. KLEBER CABRAL – Bom dia.

Eu queria cumprimentar todos os componentes aqui da Mesa e parabenizar e saudar o Senador Paulo Paim não só em relação a esta audiência pública, mas o Senador Paulo Paim é um recorrente apoiador e tem dispensado a sua atenção de anos. Não é um apoiador de última hora quanto às questões atinentes aos auditores fiscais e à Receita Federal, mas já de longa data nos tem acompanhado com atenção, porque tem a plena compreensão do papel que a Receita Federal tem para o Estado brasileiro e para a sociedade.

Então, eu gostaria de parabenizá-lo e agradecer demais a presença dos colegas auditores fiscais que vieram aqui nos acompanhar; acompanhar esta audiência pública nesta manhã de segunda-feira, aqui em Brasília.

Gostaria de falar inicialmente de alguns dados gerais da Receita Federal que já são de conhecimento nosso, daquela casa, mas não são obrigatoriamente de todos. A Receita Federal é responsável, no âmbito federal, por 98% da arrecadação federal. Isso representa quase 70% da arrecadação do País, que é transferida para os Estados e Municípios por meio dos fundos de participação. Então, o que acontece na Receita Federal impacta, e impacta mais ainda nos Estado e Municípios mais carentes, que dependem mais da transferência via FPE e FPM.

A Receita Federal atua em várias frentes, é responsável pela aduana brasileira, portos, aeroportos e pontos de Fronteira. Por todo o controle de mercadorias de comércio exterior do Brasil é a Receita Federal a responsável. A fiscalização, a arrecadação inclusive das contribuições previdenciárias, quer dizer, dá-nos responsabilidade sobre o Sistema de Seguridade Social, sobre as aposentadorias, a Previdência Pública.

A Receita Federal também é responsável pelo seu próprio contencioso administrativo. O contencioso administrativo se dá nas DRJs em primeira instância, nas delegacias de julgamento, e depois no Carf. Se houver tempo, vou dar um pinceladinha sobre o Carf.

Então, a Receita Federal é responsável, como a própria Constituição diz, pelo próprio sustento do Estado. Ela exerce função essencial ao funcionamento do Estado. E através do sucesso ou não da sua empreitada é possível implementar as políticas públicas que o Governo assim desenha.

E é responsável pelo combate contra os crimes, sobretudo os crimes contra a ordem tributária e por outros também. E, em última instância, pelo combate à concorrência desleal entre pessoas e empresas. Isso porque aquele empresário que não paga imposto obviamente leva uma vantagem desleal frente aos seus concorrentes.

Trouxe aqui, são só duas telas. Este é um artigo do jornal *O Globo*, um artigo de agosto, que trouxe um estudo. E o estudo foi feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, patrocinado pela Escola Superior do Ministério Público da União. É um estudo muito interessante. E esse artigo faz uma radiografia sobre a corrupção no Brasil. Esse estudo acaba trazendo um dado que surpreendeu a todos nós, inclusive a nós auditores.

Pode passar para a próxima tela.

Esse estudo mostra quais são as fontes de informação que motivaram a abertura de inquérito policial de corrupção. Então, o primeiro órgão responsável por isso é o TCU, responsável por 39%. Aí você acha que é razoável, porque o TCU existe justamente para isso, justamente para atuar nessa área. E o segundo órgão é a Receita Federal, acima do Ministério Público, muito acima da própria Polícia Federal, do Banco Central e outros órgãos.

Isso demonstra que a Receita Federal, embora não tenha como atenção primária o combate à corrupção – que não é; é arrecadação, fiscalização e combate aos crimes contra a ordem tributária –, acaba tendo quase como efeito colateral ser a segunda fonte de informações para abertura de inquérito policial sobre corrupção. E aí a gente pode citar o assunto quente do momento que é a Lava Jato.

Hoje há clareza de que não existiria a Lava Jato não fosse a atuação da Receita Federal. Não sou eu da casa que estou falando isso, o próprio coordenador da força-tarefa, Roberto Leonel, Procurador da República, fala isto em várias entrevistas, que o sucesso que tem havido em relação às investigações se deve muito... E aí a gente pode citar destacadamente o serviço, a atuação da inteligência da Receita, o grupo de inteligência da Receita lá em Curitiba, o Espei 09, capitaneado pelo Roberto Leonel.

Nós temos um grupo da Receita atuando na delegacia de maiores contribuintes pessoa física, que fica em Belo Horizonte, e temos um grupo em São Paulo em que a coordenadora nacional é a colega Cecília, fiscalizando as empresas, porque hoje se sabe que as propinas recebidas eram utilizadas para deduzir a apuração do lucro. Elas entravam como despesa para empresas, pseudoconsultorias que eram empreendidas por aqueles grupos.

Temos também a Zelotes. E depois vou falar um pouco do Carf, mas a Zelotes também nasceu de um trabalho interno da inteligência da Receita, de uma denúncia que foi recebida.

E junto à Corregedoria do Ministério da Fazenda e à Polícia Federal foi deflagrada a Operação Zelotes, também com muita repercussão.

Alguns dados de 2014 também dão para a gente um panorama da atuação da Receita Federal. Nós tivemos, em 2014, 1,18 trilhão de arrecadação. E aqui é importante frisar que a expressão muito usada de arrecadação espontânea a nosso ver é uma expressão que não reflete a realidade; é uma arrecadação induzida, porque o cidadão tem uma percepção; existe um constrangimento para que o cidadão cumpra as suas obrigações com o Fisco. Então, não existe a arrecadação espontânea ou voluntária, porque é uma arrecadação induzida pela presença fiscal, pela percepção de risco.

E tivemos 150 bilhões de autuações. Você vê que a relação percentual entre as autuações e a arrecadação é das mais altas do mundo, é quase 15%, no Brasil. Dessas autuações, 28,3% tiveram representação fiscal para fins penais, e isso são notícias de crimes em tese encaminhados pelo Ministério Público para que ele abra os procedimentos criminais. E 28,3%: 4.859 procedimentos relativos à comunicação de crimes.

Queria citar também várias operações que saíram na mídia e são relativas a fiscalizações que combatem crime que tiveram também forças-tarefas com a Polícia Federal, etc.: Operação Monte Carlo, Operação Laranja Mecânica, Operação Alquimia, Operação Castelhana, Operação Vulcano, Operação Incongruência, Operação Telexfree, e vale a pena citar também a Operação Grandes Lagos e a Operação Robusta. E essas operações giraram em torno de 9, 10 bilhões em autos constituídos. Então, quando vocês ouvirem por aí um representante de um ou outro cargo dizendo que a Receita finge que fiscaliza, lembrem-se desses números. E a Receita não finge que fiscaliza.

Mas eu não estou querendo dizer, com isso, que está tudo bem, que a Receita vai muito bem, que nós estamos aqui comemorando esses dados. Não é isso, não. O que eu quero dizer é que o auditor fiscal está lutando, mas luta uma batalha num campo extremamente adverso, num campo enlameado, cheio de problemas, e vou passar a falar um pouquinho desses problemas que os auditores fiscais enfrentam.

Não se pode ignorar que parcela das pessoas e empresas no Brasil não cumpre suas obrigações com o Fisco, utilizam mecanismos dos mais variados e sofisticados e se socorrem de consultorias, de defesas jurídicas de muita qualidade. Então, a pergunta é: quem vai defender o Estado brasileiro nessa peleja? Que tipo de profissional o Estado brasileiro quer que esteja defendendo o Estado brasileiro contra essas muitas atuações para burlar o Fisco? Esse profissional é o auditor fiscal.

E, apesar disso, a Receita vem sofrendo. A receita como órgão vem sofrendo contingenciamento de despesas. E aí o Francisco Lessa sabe perfeitamente dessa questão, porque a queixa é comum.

A Receita Federal é tratada pelo Executivo como qualquer outra secretaria. Sofre contingenciamento de despesas. Inclusive, foi anunciado na semana passada, na sexta-feira, um contingenciamento de despesas que se avizinha agora.

Então, economiza-se, o que a gente costuma dizer, munição na guerra. A gente tem que economizar luz na repartição, tem que economizar tudo, as diárias, as viagens, as pessoas não conseguem se reunir mais, não

conseguem planejar as nossas atividades. Então, a gente não compreende que tipo de atividades, que tipo de estratégia é essa que o Executivo adota em termos desse contingenciamento de despesas.

Existe uma grande desmotivação dos auditores, que não se sentem valorizados nem pelo Governo nem pela própria administração da casa. Nós temos um problema em relação ao Regimento Interno da Receita, que está em vias de aparentemente ter alguma melhoria. Estamos aguardando essa questão, mas a Receita tem um Regimento Interno de muitos anos, em que concentra poder nos chefes de unidade, nos delegados, nos superintendentes, na própria administração, a nosso ver de forma ilegal, porque a lei é clara ao dizer que aquela prerrogativa... que determinadas prerrogativas são exclusivas do auditor fiscal, não do chefe da unidade.

Nós temos também uma má cultura dentro da casa de as pessoas permanecerem muito tempo como chefes. Há delegados e superintendentes que estão aí há dez anos, vinte anos, e quando mudam, mudam para a cidade do lado. Então, temos uma má cultura, a meu ver, pouco republicana, em relação a essa questão.

E temos uma alocação deficiente de auditores na fiscalização. Nos últimos cinco anos, nós perdemos algo em torno de 25% a 30% de auditores na fiscalização. Hoje temos bem menos colegas, parte em razão das aposentadorias, parte porque foi uma escolha da administração mesmo.

A Receita Federal deveria ter... Antes disso quero explicar o que é o Fundaf. O Fundaf foi criado no final da década de 70, é um fundo cuja origem de receita são as multas de ofício e outras fontes que são decorrentes do trabalho da fiscalização. Esse Fundaf, esse fundo para aperfeiçoamento do trabalho fiscal, tem por finalidade legal...

(Soa a campainha.)

O SR. KLEBER CABRAL – ...o investimento na própria estrutura da Receita. E a gente vem já acompanhando, ao longo de muitos anos, um desvirtuamento, um desvio de finalidade desse Fundaf. Esse Fundaf é utilizado para outras finalidades, inclusive para superávit primário do Governo, enquanto a gente vê unidades da Receita Federal, principalmente nas fronteiras, sucateadas. Esses recursos deveriam ser investidos numa melhor condição de trabalho dos auditores fiscais, sobretudo na Aduana brasileira. Nós temos diárias para viagens ridículas, muito baixas, indenização de transportes congelada há mais de 15 anos, então, é um panorama de desmotivação dos auditores. Quer dizer, estamos lutando, mas poderíamos alcançar objetivos maiores.

Parte da solução dessas questões passa também pelo Congresso. Passa pelo Executivo, passa pela administração da Receita, mas passa também pelo Congresso. E já foi citada pelos meus antecessores a questão da PEC 186. A PEC 186 é uma das questões de interesse comum, inclusive com os outros Fiscos, estaduais e municipais, e ela traz, na sua previsão, a questão da autonomia e a questão de uma lei orgânica. Como bem o Wagner falou, hoje não existe, na Receita Federal, nada que impeça que um auditor que esteja atuando numa fiscalização, numa investigação, seja retirado daquele setor, ou que seja retirado; não existe nada que traga essa garantia para o auditor fiscal, e o auditor fiscal está cotidianamente enfrentando pessoas e empresas poderosas, que podem exercer ingerência política e ingerência econômica. Então, a lei orgânica que nós pleiteamos não é um benefício, é uma imperiosa necessidade de serviços em prol da sociedade. Esse tipo de coisa que pode acontecer na Receita não acontece, por exemplo, na Magistratura, não acontece, por exemplo, no Ministério Público, porque eles têm prerrogativas, justamente para que eles possam exercer com autonomia o seu trabalho.

Há duas PECs que falam da questão remuneratória. Já foi dito aqui: os auditores fiscais, em termos de *ranking* de remuneração, comparando com os outros Estados, estão na 27ª posição, só o Espírito Santo é que está atrás da gente. (*Risos.*)

Quando ele me falou que era do Espírito Santo, eu nem falei nada, porque... Deixa pra lá...

Mas nós estamos na 27ª posição. Isso nunca aconteceu na história do Brasil, um desprestígio, em termos remuneratórios, tão grande. Então, existem essas duas PECs, a PEC 102, proposta pelo Deputado Gilberto Nascimento, e a PEC 62, com emenda proposta pelo Senador Douglas Cintra, Emenda 11. Eu gostaria de ler um trecho rapidamente. Ele ressaltou que as atividades desenvolvidas pelos auditores são

essenciais ao funcionamento estatal [...] típicas e exclusivas do Estado, indelegáveis e inarredáveis [...] [e que os auditores há muito] se ressentem do tratamento remuneratório desigual que recebem em relação a outras autoridades de Estado com as quais se relacionam diretamente no seu dia a dia e que desempenham atividades de complexidade, responsabilidade e poder decisório assemelhados, bem como em relação a seus pares nas administrações tributárias estaduais e mesmo nas municipais.

[O Parlamentar justifica ainda que sua emenda preenche] [...] a própria exigência constitucional de que a fixação da remuneração dos cargos públicos observará a natureza, o grau de responsabilidade, a complexidade dos cargos componentes de cada carreira, os requisitos para a investidura e as peculiaridades dos cargos (art. 39, § 1°, CF/88).

O que eu acho, Senador e colegas, é que os auditores e a Receita querem caminhar numa direção e, muitas vezes, o Executivo e o Legislativo caminham em outra. Como explicar, por exemplo, que a sonegação no Brasil seja um crime que se extingue com o mero pagamento ou com um mero parcelamento? De um lado, você tem pessoas combatendo, você tem... Em passado recente, tivemos quinze atentados à vida contra auditor fiscal, oito deles resultaram em morte. E você tem, por outro lado, uma legislação que transforma o crime de sonegação num crime... em um não crime, num crime meramente patrimonial. Como explicar os sucessivos refinanciamentos, os Refis, e agora o mais recente projeto de repatriação?

Esse projeto de repatriação tem alguns pontos que, realmente... Causa-nos até vergonha ver o Ministério da Fazenda apresentando esse projeto e a Receita Federal silente em relação a esse projeto. Esse projeto de repatriação permite beneficiar réus que estão já respondendo a processo criminal, contribuintes já autuados. Quer dizer, ele fala que é um programa que prevê que haja uma adesão voluntária, mas que voluntariedade há para quem já está com processo criminal em andamento ou para quem já foi autuado?

Ele premia as interpostas pessoas, os doleiros, enfim, todos que contribuíram para ocultar os bens no exterior ficam anistiados. A origem dos recursos, supostamente ilícita, é declarada pelo interessado. Basta ele declarar que aquele recurso é lícito. E com isso vai se permitir que outros crimes, além dos listados, venham a ser prestigiados também.

A taxa de câmbio que foi escolhida para o pagamento do imposto é de 31/12/2014, que já está defasada em 40%. Brincadeira, isso, não é?

Enfim, aqueles que aderirem a isso que chamamos de "Refis internacional" ainda ficam protegidos pelo sigilo fiscal. Quer dizer, a sociedade não vai saber quem são essas pessoas que mantinham seus recursos no exterior.

Outro tema que temos que enfrentar dentro da casa e também aqui no Congresso é essa questão do sigilo fiscal. A quem interessa essa interpretação que é dada hoje em relação ao sigilo fiscal? O auditor fiscal, hoje, transformou-se quase que numa espécie de agente secreto, porque todo mundo pode falar do seu trabalho, todo mundo, a Polícia Federal vive falando o que faz e o que não faz. A Receita Federal não pode, o auditor fiscal não pode falar, é sempre uma interpretação muito ampla. A Receita Federal tem uma portaria de 2011 sobre isso muito ampla. Qualquer coisa que você... A sociedade não tem direito de saber quem são os devedores, quem, de fato, está lesando o Erário, e os auditores fiscais não podem contar o seu trabalho.

Nós temos, dentro da Receita, uma questão chamada de acesso imotivado, quer dizer, para tudo que o auditor fiscal faz, tem que haver uma motivação prévia. É claro que nós defendemos que os dados acessados através do sistema da Receita sejam resguardados, mas aí é uma questão de inversão da prova. Se vocês pesquisarem nos últimos dez anos, não há caso nenhum. Houve aquele caso da filha do candidato...

(Soa a campainha.)

O SR. KLEBER CABRAL – ... José Serra e que não envolvia auditor fiscal, e, por conta disso, apareceu, inclusive, aquela lista, passaram a existir as chamadas pessoas politicamente expostas. Aquilo começou em 2010, o Ministro da Fazenda à época normatizou que, quanto às pessoas politicamente expostas, se o auditor fiscal fizer qualquer acesso, aquilo vai tocar um sinal na cúpula da administração da Receita.

Eu não estou querendo dizer com isso que a administração vai passar essa informação, mas há, sem dúvida nenhuma, concentração de poder na cúpula. Para quê? Para que isso? Porque o auditor fiscal sofre esse constrangimento ao seu trabalho fiscal? Você sabe que, quando você está numa fiscalização simples, você vai só pesquisar aquele contribuinte, mas num trabalho mais amplo, onde você tem lavagem de dinheiro, onde você tem formação de quadrilha, você vai fazer diversos cruzamentos de informação, e você não pode ficar todo o tempo guardando qual é o motivo desse ou daquele acesso. Então, tem que se distinguir o acesso feito por outros cargos do acesso feito pelo auditor fiscal.

Nós temos a questão do porte de arma, que é a MP 693, que está em andamento. Até hoje a situação do porte de arma da Receita Federal vive no limbo. Nós temos, nessa MP 693, emenda dos analistas tributários querendo compartilhamento de atribuições. Não bastassem todos os problemas externos, nós também temos esse problema interno dentro da casa, que nos desgasta e nos obriga a também gastar energia com isso.

A questão da CPI do Carf. Terminou-se o relatório, e a gente ficou muito contente com o relatório da Senadora Vanessa, que diz, textualmente, o seguinte: "Melhor seria criar um órgão exclusivamente técnico, formado apenas por servidores públicos, selecionados mediante concurso público de provas e títulos. Para isso, não é necessário criar uma nova carreira, já que essa carreira já existe, na esfera federal: é a de Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil."

Então, ficou claro na CPI do Carf...

(Soa a campainha.)

O SR. KLEBER CABRAL – ... que há problemas em relação ao formato paritário, onde você tinha conselheiros dos contribuintes indicados pelas confederações. Há aí um evidente conflito de interesses, porque as confederações exercem influência, as grandes empresas exercem influência nas confederações para que elas escolham os juízes adequados para julgarem as grandes causas na Receita Federal.

Então, Senador, colegas, os assuntos são amplos. Estou vendo que meu tempo já está indo para o final. Eu queria agradecer a oportunidade e colocar-me à disposição para colaborar em outras discussões que venham a ser feitas aqui.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Vice-Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco), Sr. Kleber Cabral.

Vamos, de imediato, ao Diretor para Assuntos Parlamentares e Relações Institucionais da Fenafisco, Sr. Guilherme Frederico Pedrinha de Azevedo.

O SR. GUILHERME FREDERICO PEDRINHA DE AZEVEDO – Bom dia a todos e todas. Eu trouxe por escrito porque eu costumo divagar muito quando eu falo de improviso, e ia ser improviso mesmo, Senador, porque me avisaram desta audiência na sexta-feira à tarde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso é bom, é bom pegar de surpresa.

O SR. GUILHERME FREDERICO PEDRINHA DE AZEVEDO – Antes de mais nada, quero, por seu intermédio, cumprimentar a todos, trazendo o abraço do Manoel Isidro, nosso Presidente, e dizendo que a sua presença virtual no nosso evento de João Pessoa foi magnífica! Agradecemos muito. É uma pena que o senhor não pudesse estar lá com a gente. O compartilhamento da sua mensagem foi de 100% entre todos os sindicatos, e até hoje recebemos muitos comentários sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado.

O SR. GUILHERME FREDERICO PEDRINHA DE AZEVEDO – Assim que possível, vou tentar passar um *feedback* melhor para o seu gabinete.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k.

O SR. GUILHERME FREDERICO PEDRINHA DE AZEVEDO – Mais uma vez, vem-se a esta Casa falar de valorização do serviço público e da carreira de Auditor Fiscal, das carreiras de Estado. É um tema apaixonante e longevo, porque há anos que se discute essa questão no Senado. Mas, infelizmente, esse tema é mais clamor do que ação.

Clamor dos trabalhadores do serviço público, que se veem espoliados dos seus direitos, conquistados com grande dificuldade através da história.

Falta de ação por parte de governantes e Parlamentares, nas três esferas federadas, que se mostram insensíveis, talvez pelo fato de tê-los à mão, qual herança transmitida, e não se sentirem compromissados ou obrigados a qualquer ato que os beneficie.

Não raro, entram em rota de colisão, na ânsia de minorar o impacto do custeio da máquina pública, desconhecendo a Carta Maior da nossa Nação e alterando de modo insensato as vidas de milhares de cidadãos que se dedicam à missão de servir à sociedade brasileira. De ilegalidades e imoralidades a coações, as ações perpetradas retiram o valor e muitas vezes a própria iniciativa de reação ou mobilização dos servidores, polo tornado hipossuficiente nessa relação pelo Estado.

Uma hipossuficiência adquirida por meio dos muitos desmandos de governantes e Parlamentares sazonais, por mais que durem. Uma situação que provoca o estado de autofagia do próprio Estado, que se vê, a cada dia, menos capacitado ou legitimado pelo povo a quem se obriga a servir. Cada vez mais, é menor a sensação social de satisfação com os serviços públicos em todas as áreas, o que reflete, em grande parte, a falta de valorização dos seus servidores pelos governos. Um cenário alimentador da sonegação fiscal e da sua filha preferida, a corrupção.

No contexto, encontramos os auditores fiscais, que se veem carentes tanto pela desvalorização da Administração Tributária, quanto da própria carreira em que se engajaram. Esse descaso é o ápice do desmonte do Estado.

O Fisco é presente desde a mais primitiva forma de Estado, na própria essência do Estado. Essa condição foi consolidada quando da concepção do próprio Estado moderno e da tripartição de Poderes em Executivo, Legislativo e Judiciário, um Estado dotado de agentes públicos, que dele têm a representação: cada um, na sua função e em seu nome, atua. A condição fundamental típica e essencial desses agentes é adotada em nosso País presidencialista, onde representa o Estado o Presidente da República, e, nos demais Poderes, os

Parlamentares, eleitos pelo povo, e os Magistrados, naquilo que lhes compete, e exercem o poder/dever de, em seu nome, dizer o direito.

Aí está o Estado democrático de direito, uma estrutura tripartida, que só existe e perdura pelo sustentáculo garantido pela administração que se encarrega da tributação, da arrecadação e da fiscalização tributária, provendo o Estado das receitas necessárias ao pleno funcionamento dessas instituições. Para isso, existem cargos escalonados em carreiras e dotados do que chamamos de autoridade estatal. É esta que os torna cargos típicos de Estado.

Desses, é inequívoca a precedência da Administração Tributária e de seus agentes, que, dotados da competência de lançamento, garantem a receita necessária a sua manutenção e de todas as demais funções e cargos de que ele necessita para levar adiante um contrato social, como bem falaram aqui o Kleber e o Wagner, da Receita. É uma precedência histórica, inclusive.

No Estado, até na época absolutista, o rei, absoluto, precisava do seu coletor, senão ele não fazia nada. Todo e qualquer outro cargo ou função, sem as carreiras de Estado, não existiriam, como também não existiria o próprio Estado, impossível e inviável sem receitas.

Aqui no Brasil, tal consciência levou o constituinte, por meio da Emenda 42, a insculpir no texto constitucional essa precedência. É o que se pode ler no inc. XXII do art. 37 da Constituição Federal, quando disciplina que "as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma de lei ou convênio".

Não existe auditoria fiscal ouro, prata e bronze; existe auditoria fiscal. Todos são igualmente importantes dentro das suas esferas de atuação. Existem esferas de atuação, que devem ser Integradas para que funcionem melhor. Pelo menos, essa é a prática no meu Estado. Nós trabalhamos com convênio com a Receita Federal muito forte, com as polícias, ministérios públicos, tanto estaduais como da União.

Nessa questão do crime tributário, do crime de sonegação, nós sempre temos uma divisão muito forte de polícia fazendária e, sempre que possível, buscamos que isso seja levado a bom termo. É esse o Fisco que a Fenafisco defende: é o Fisco preconizado pela PEC 186, de 2007; é o Fisco garantido na sua segurança pelo que se pede no PLC 30, referente ao porte de armas.

Nós temos uma coisa engraçada. Assim como a Receita Federal guarnece fronteiras, aduanas, etc, etc, etc, nós também guarnecemos fronteiras onde muitas vezes, até por falta de pessoal, a Receita Federal não tem como chegar. Nossos Estados fronteiriços, com toda a rota do tráfico de drogas ou até do tráfico de pessoas para fora do Brasil, como se tentou há pouco tempo, nossos auditores também se veem carentes de segurança pessoal e institucional. As repartições são ridiculamente precárias. Então, não temos como deixar que isso perdure por muito tempo. Não se trata aqui de defender porte de arma. Não se trata de transformar o agente fiscal, o auditor fiscal num justiceiro armado. Não é isso. Ele tem que ter o mínimo para evitar ser pego de surpresa ou sem qualquer possibilidade de reação, como este mês, tristemente, comemoramos a tragédia de Unaí, que abalou todos os fiscos, não só o federal.

Não existe sonegação romântica no Brasil. Já foi o tempo que o sonegador pulava a janela porque o fiscal estava chegando, ele pegava o livrinho dele e corria. Não. Hoje é crime. A estrutura é montada para o crime e esse crime vai ao crime de morte, sim! Ele vai ao crime de morte direta do agente fiscal – o Kleber citou muito bem os nossos colegas assassinados –, como vai ao crime indireto, que é a morte nos hospitais, é a morte pela falta de estrutura pública de saneamento, de alimentação decente; é a morte dos sonhos de crescimento cidadão.

E aí eu me refiro ao Educação Fiscal. Tenho a honra de ser membro fundador do programa Consciência Tributária, em 1985. Trabalho com isso desde essa época, sempre em conjunto com os órgãos federais, parceiro da Esaf, inclusive.

Essa morte, pior que a morte da cidadania, nascedor da descrença na estrutura pública, da descrença na estrutura legislativa, onde se transformam crimes como sonegação fiscal e crime contra ordem tributária em criminhos de menor monta, como se matar alguém, como se levar alguém ao desespero, ao suicídio fosse apenas um ato de se apertar gatilho. Muitas vezes, uma assinatura mal dada dentro desta Casa de leis, um voto omisso, um olhar para o outro lado provoca muito mais mortes do que qualquer tiroteio em favela do que se possa imaginar.

Então, agradecendo muito o prazer de estar nesta Mesa, principalmente presidida por quem está sendo presidida, que eu prezo muito, como pessoa e como Parlamentar, eu reitero que a Fenafisco não se curvará, não descansará um segundo. Nós estamos em mobilização permanente na luta do resgate dos nossos direitos e prerrogativas constitucionais.

Senador, nós agradecemos mais uma vez ao senhor por toda a acolhida que tem dado e, como dever de casa, insistimos que o senhor amplie essa acolhida, amplie seus esforços em favor dos nossos projetos, que não são nossos, são da Nação brasileira. Uma administração tributária autônoma, independente e forte, com certeza, só trará benefícios ao Brasil. E não absurdos! Absurdos! Quando ele falou em repatriação de recursos lícitos... Alguém já imaginou, há algum doido neste País que imagine que alguém que tenha ganho dinheiro lícito vá jogar esse dinheiro num paraíso fiscal? Que lisura é essa? Ele deixou de ser lícito quando se esvaiu. Isso é um problema mundial, gente!

O G-20, a OCDE, eles estão com as agendas de 2015 e 2016 já discutindo pesadamente esses assuntos, paraísos fiscais. A luta maior, a luta grande – inclusive, devemos soltar uma publicação brevemente, no início do ano, sobre a questão da taxação global – é para acabar com esse absurdo de transferência de lucros, de transformar lucro em prejuízo, diluindo, alaranjando receitas tributárias que deveriam estar servindo a população e que estão engordando o sistema financeiro internacional e o nacional, lógico. O que é nacional no Brasil hoje? HSBC, Hong Kong, Shanghai? Não existe nacional mais. Hoje é internacional. O nosso problema é um problema que está sendo decidido lá nos G-8 G-7 G-20, BRICS, e outros mais que inventem. A decisão é tomada lá: destruam o serviço público. E vai ser destruído o serviço público.

Até onde isso vai? Que Deus tenha pena de nós.

Obrigado a vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi o Sr. Guilherme Frederico Pedrinha de Azevedo, Diretor de Assuntos Parlamentares e Relações Institucionais da Fenafisco.

Eu conversei aqui com a Mesa sobre o encaminhamento – agora já são 11h30 – e decidimos pelo seguinte então: nós vamos fazer o registro de quem estiver no plenário e quiser que a Mesa anuncie, e a Mesa anunciará, e vamos dar uma rodada final com nossos convidados. Cada um pode, nessa roda final, se assim entender, propor os encaminhamentos para esta reunião.

Por exemplo, eu percebi algumas PECs que vocês já listaram aqui, e seria importante todo o apoio da Comissão para a carreira de vocês.

Então, eu vou começar novamente com você, Romero. Foi a única pessoa que mandou nome até o momento, mas registrarei todos que quiserem.

Registro a presença de Rubens Roriz da Silva, 1º Vice-Presidente da Federação Nacional dos Auditores Fiscais Tributários (Fenate).

Passo, de imediato, a palavra ao Presidente da Anfip, Vilson Antônio Romero, para as usas considerações finais. Se quiser, nas considerações, frisar – eu vou pedir à Secretaria Geral da Mesas, nós vamos agora para os encaminhamentos – que a essas PECs seja dado um tratamento, por parte desta Comissão e dos Senadores, a dependendo de mim, e naturalmente eu vou conversar com eles, é de total apoio. E se alguém tiver alguma proposta...

Normalmente, numa audiência pública, qual é o objetivo? É dar visibilidade para o fato em questão para a opinião pública. Eu, por exemplo, recebi uma aula. Eu acho que tantos outros milhões de brasileiros perceberam a importância da Receita Federal. Não tinha noção dessa dimensão toda.

Além disso, procuramos, no final, fazer alguns encaminhamentos que sejam de interesse daqueles que pautaram esta audiência pública.

Então, passo a palavra ao Sr. Vilson Antônio Romero, Presidente da Anfip.

O SR. VILSON ANTÔNIO ROMERO – Senador Paulo Paim, primeiro, gostaria também de registrar e agradecer a presença dos Conselheiros da Anfip: Misma Suhett, Maruchia Mialik, João Laércio Fernandes, Antônio Silvano Alencar, e acima de tudo os colegas do DF, que marcam presença, com muita satisfação.

Quero lembrar que, pela primeira vez, em audiência que se discute valorização do auditor, temos presente uma autoridade da Receita. É auditor fiscal, mas como autoridade, o Sr. Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas. Em outros momentos, o lugar da administração estava vago. Esperamos que, em outras oportunidades, não persista nessa postura, porque é extremamente importante que tenhamos aqui a representação formal da Receita Federal e do próprio Ministério da Fazenda no debate sobre atribuições e valorização dos auditores.

Quero agradecer a presença do Francisco Lessa e, novamente, reiterar o agradecimento da Anfip pela acolhida que a Comissão de Direitos Humanos, na pessoa do Senador, deu essa reflexão a esse requerimento de realizar esta audiência pública. Ela não é para nós auditores olharmos para o nosso próprio umbigo. É para que os *Anais* desta audiência repercutam do outro lado da N1, aqui, no Palácio do Planalto e no Ministério da Fazenda, com o objetivo que, de fato, lá nós tenhamos o reconhecimento que não temos tido até agora e que ficou muito evidente na manifestação de todos. No momento em que o Brasil tanto precisa de arrecadação de

recursos, de efetivamente fazer o seu ajuste fiscal, eu acho que seria sobremaneira relevante valorizar o trabalho do auditor fiscal, valorizar o trabalho dessa autoridade que lá dentro da Receita Federal não tem sido valorizado.

Então, senhores, essa reflexão toda no caminho de matérias que não estão aqui no Senado Federal ainda, como a PEC 102, como a PEC 186, como outras citadas, a Medida Provisória 693, que está agora na Comissão Mista. Provavelmente, nos próximos dias, teremos uma audiência pública também, aqui no Senado, talvez nessa mesma ala, para debater o porte de arma.

Mas temos outros temas relevantes que o Congresso Nacional pode nos referendar a partir do que foi dito aqui, a partir dessa externação, tanto pela TV Senado, a que todos estão assistindo, quanto pela divulgação dos *Anais* desta audiência, que seja repercutida onde há caneta para garantir a indenização de fronteiras, a autonomia do auditor, a valorização salarial da nossa careira de auditor que pretendemos.

Por isso, novamente, Senador, queremos imensamente, gratos, dar um abraço muito fraterno ao conterrâneo, mas acima de tudo a V. Exª, que muito tem representado nosso Estado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Vilson Antonio Romero, Presidente da Anfip.

Maria Aparecida, por favor, pela Febrafite.

A SRª MARIA APARECIDA NETO LACERDA E MELONI – Senador, eu queria, inicialmente, agradecer a sua disposição de realizar esta audiência pública, nesta Comissão, e pessoalmente fazer um agradecimento pelo que o senhor é, pelo seu espírito público e as bandeiras de defesa do Estado democrático, do serviço público. Muito obrigada. Como servidora pública, muito obrigada mesmo.

Eu queria também agradecer e falar da minha honra de ter participado desta audiência, ao lado do Wagner, do Romero, do Kleber, do Guilherme, do Francisco Lessa, que também, não obstante ser uma auditora fiscal do Estado de Minas Gerais, as nossas demandas são muito parecidas, guardadas as peculiaridades da função, em razão do âmbito, da circunscrição.

Nós também vivenciamos um cenário de profundo enfraquecimento da instituição e desvalorização dos servidores fiscais. Isso, volto a frisar, num cenário, num contexto em que o ajuste fiscal ou a crise fiscal do setor público é muito profunda, e parece que a Receita não conta. Parece que os auditores fiscais são servidores de linha de apoio. Isso é uma contradição que a gente não compreende.

Queria, por final, a título de encaminhamento, pedir ao Senador que, de acordo, em ressonância com o inciso XXII do art. 37 da Constituição Federal, dê concretude a esse mandamento, viabilizando, apressando a aprovação da PEC 186. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Srª Maria Aparecida Neto Lacerda e Meloni, que falou pela Febrafite.

Sr. Francisco Lessa Ribeiro Júnior, que, além de aqui representar a Receita Federal, pelo telefonema dado pelo Sr. Rachid, também deu um histórico aqui de que toda a famílias veio dessa mesma área. Sempre é bom saber essa caminhada de todos nós.

O SR. FRANCISCO LESSA RIBEIRO JÚNIOR – Obrigado.

Realmente, as batalhas, as frentes são várias, mas estamos vigilantes, diligentes e empenhados em buscar essa valorização. Há espaço comum, espaço de interseção no trabalho entre a instituição e as entidades representativas, para que estejamos alinhados.

Dificuldades orçamentárias aqui colocadas, nós, evidentemente, enfrentamos, sempre buscando aprimorar, melhorar a eficiência, mas sabemos que essa elasticidade não é ilimitada. Em se tratando da capacidade de investimento do órgão, também há algumas dificuldades, mas em que pese essas dificuldades, temos investimentos feitos, operações aéreas, marítimas, na repressão, mais alguns instrumentos – cães de faro, armamento –, o plano de engenharia cuidando das nossas unidades, perda de auditores, que foi aqui citado.

Há alguns anos vemos o envelhecimento do corpo funcional e, por conseguinte, a aposentadoria dos colegas. Nos últimos oito anos, tivemos uma perda da ordem de 20% no quantitativo de auditores fiscais, o que acaba por afetar a fiscalização, a tributação, o julgamento. É uma perda comum do órgão que vimos procurando atenuar com ingressos. E aqui citei a nomeação que fizemos neste semestre de todos os aprovados no concurso para auditor fiscal de 2014. Assim também o mapeamento dos processos de trabalho pode e deve ajudar na melhor alocação das autoridades tributárias e aduaneiras, a fim de abraçar as suas atribuições privativas. É uma alocação mais eficiente que podemos fazer.

Também já fiz referência ao trabalho de desconcentração da competência decisória.

Foi citada aqui a questão do chefe de unidade. A solução primeira é do grupo de trabalho a que me referi, mas quero destacar que os chefes de unidade são também auditores fiscais, ocupam o cargo efetivo de auditor fiscal, sem exceção.

Por fim, sobre as ingerências aqui citadas, alguns destacaram isso no campo das hipóteses.

(Soa a campainha.)

O SR. FRANCISCO LESSA RIBEIRO JÚNIOR – Estávamos falando em tese. Não temos concretamente esse problema dentro da casa. E não temos, na minha avaliação, pela força do órgão, pela força da estrutura e, sobretudo, pela força do corpo funcional, que assim não permite.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Francisco Lessa Ribeiro Júnior, Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas da Receita Federal do Brasil.

Agora o Sr. Wagner Teixeira Vaz, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil e representante do Sindifisco Nacional.

O SR. WAGNER TEIXEIRA VAZ – Exmº Senador, acabei de receber uma ligação do nosso Presidente Cláudio Damasceno, do Sindifisco Nacional, que pediu que eu lhe agradecesse com veemência o convite. Ele, infelizmente, teve contratempos em Salvador e não pôde estar presente, mas deverá vir a todas as audiências. E esperamos, a propósito, que sejam várias, porque nós temos certeza de que quanto mais a sociedade brasileira conhecer a Receita Federal, a importância do trabalho do auditor fiscal e o quanto a desvalorização da Receita e do auditor fiscal a prejudicam diretamente, mais apoio ela nos dará para seguirmos nessa valorização.

Em relação aos encaminhamentos, eu gostaria de citar algo que não foi mencionado aqui, justamente por isso.

Exmº Senador, não permita que se altere o art. 142 do CTN, porque até isso, há cerca de dez anos, foi tentado.

O que diz o 142? A autoridade fiscal, a autoridade tributária administrativa é a que constitui o crédito tributário. Então o auditor fiscal, por constituir o crédito tributário, é a autoridade tributária.

Isso parece simples, e é, mas já houve a intenção de se alterar isso para dizer que é o órgão que constitui o crédito tributário, no evidente intuito de menoscabar a autoridade do auditor fiscal e de transformá-lo realmente num servidor subalterno administrativo, o que é intolerável.

(Soa a campainha.)

O SR. WAGNER TEIXEIRA VAZ – Então o primeiro encaminhamento seria impedir que o 142 do CTN seja alterado.

Nos demais...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quero lembrar ao pessoal da Secretaria que eles estão muito bem. Senti firmeza.

O SR. WAGNER TEIXEIRA VAZ – Então, manter o art. 142 do CTN. Não permitir que se altere.

No mais, eu concordo com os nobres colegas presentes que é de maior relevo a PEC nº 86, a PEC nº 102 e um porte de arma compatível com a condição de autoridade fiscal.

Uma curiosidade que eu soube de um colega estudioso da matéria recentemente, um colega do Rio de Janeiro, é que foi concedido, através de uma emenda, aos advogados da União e aos procuradores da Fazenda um porte de arma de calibre restrito, etc., com determinadas prerrogativas, e não ao auditor fiscal. Sem demérito algum aos advogados e procuradores, que são muito importantes para o Estado, o auditor fiscal não pode ficar nem um milímetro atrás – sem querer fazer trocadilho com a palavra "milímetro" – do advogado da União. O auditor fiscal investiga as fraudes, ele está na linha de frente. Ele tem que ter um porte de arma com as mesmas prerrogativas das demais autoridades de Estado.

Então, esse é outro encaminhamento em relação à MP nº 693 e a outras que tratem do porte de arma.

E, obviamente, para finalizar, a Lei Orgânica, que pode ser uma decorrência da PEC nº 86 ou não, cronologicamente não há que haver uma antes da outra, quer dizer, nada impede que haja uma LOF (Lei Orgânica Federal) antes, e uma nacional, essa ordem não é relevante, o terceiro e último encaminhamento seria que a Lei Orgânica do Fisco, seja do Fisco federal, seja do Fisco nacional, decorrente da PEC nº 86, realmente outorgasse as garantias e prerrogativas aos auditores fiscais na qualidade de autoridades de Estado, de autoridades fiscais.

Em resumo, são esses os encaminhamentos.

Nosso agradecimento veemente a sua disponibilidade.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Sr. Wagner Teixeira Vaz, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, representante do Sindifisco Nacional.

Pois não?

O SR. VILSON ANTÔNIO ROMERO – Antes de passar para o próximo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Que será o Kleber.

O SR. VILSON ANTÔNIO ROMERO – ...colega, convocamos todos para, no dia 8 de dezembro, às 14 horas, na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, porque, além do requerimento da Deputada Federal Simone Morgado, também teremos uma nova discussão e uma nova audiência voltada para o debate da valorização da administração tributária, já convocamos o Fórum Nacional do Fisco e, obviamente, os auditores de Brasília e aqueles que estiverem aqui para nos acompanhar nessa audiência.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Antes de chamar o Kleber, eu quero registrar a presença do representante da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais (Fenafim) Jomar Mendes Gaspary.

Agora, Kleber Cabral, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco). Depois falará o Guilherme e vamos para os encaminhamentos.

O SR. KLEBER CABRAL – Senador, tentando objetivar as questões atinentes à agenda parlamentar, aos projetos, identificamos a PEC nº 186 e a PEC nº 102, que estão ainda na Câmara.

Quanto à PEC nº 186, nós sabemos, por várias conversas com Parlamentares, que a dificuldade que se apresenta é a palavra "autonomia". E o Congresso vai ter que resolver afinal que País é este. É um país que não quer mesmo a autonomia da administração tributária, que quer uma administração tributária encabrestada pelo Executivo? O Congresso tem que se debruçar sobre isso.

A PEC nº 102 é sobre a questão remuneratória.

A PEC nº 62 está no Senado e a Emenda nº 11, que eu citei na minha fala, inclui os auditores fiscais. Então pedimos o apoio do Senador e da Comissão em relação à PEC nº 62.

A MP nº 693, do porte de arma, está numa Comissão Mista.

Ao ler a medida provisória e a exposição de motivos, percebemos, na exposição de motivos, que o próprio Executivo menciona os 15 atentados e das 8 mortes de auditores fiscais. E é preciso frisar que morre mais auditor fiscal do que delegado de Polícia Federal, porque as pessoas não sabem disso. Então, traz esses dados, faz referência à magistratura, faz referência ao Ministério Público a exposição de motivos, mas, quando se lê o texto, não é nada disso. O texto estabelece o porte de arma, mas restrito à arma institucional, restrito ao serviço. Se você estiver na fiscalização vai precisar primeiro sofrer uma ameaça e registrar um boletim de ocorrência para ter então o porte de arma.

A nossa brincadeira é que na primeira intimação nós já avisemos para o contribuinte: caso você queira atentar contra a minha vida me ameace antes para eu fazer um boletim de ocorrência e conseguir um porte de arma para me defender.

Nessa MP nº 693 há a Emenda nº 46, para a qual nós pedimos o apoio, que prevê o porte irrestrito, dentro e fora do serviço, e a Emenda nº 20, que trata da carreira de Auditor Fiscal.

Nós temos um problema, Senador. O nosso cargo está disposto na lei como carreira de auditoria. Há o cargo de Auditor Fiscal e o cargo hoje chamado de Analista Tributário. E o fato de estarmos na mesma carreira tem dado azo a uma série de impropriedades. Já se manifestaram pela inconstitucionalidade disso o Ministério Público, a Justiça, o TCU, que não considera a carreira materialmente existente, porque, de fato, não há possibilidade de o cargo, que era de nível médio, passar a ser de auditor. Não existe isso desde a Constituição de 1988.

Já existe uma ação direta de inconstitucionalidade questionando a transposição dos antigos técnicos para analistas tributários. Essa ação foi proposta pelo Procurador-Geral, porque eles passaram de nível médio para nível superior. E há uma ação direta de inconstitucionalidade mais recente, de autoria da própria Unafisco, que questiona a constitucionalidade da carreira, dessa disposição dos dois cargos na mesma carreira. O nosso pleito é de que haja uma carreira exclusiva para os auditores fiscais e uma carreira exclusiva para o outro cargo, enfim. Nós olhamos para nós mesmos. O nosso pleito é de que haja uma carreira exclusiva para auditor fiscal.

Então, em reação a essas manifestações de outros órgãos, inclusive da Justiça, há uma tentativa do sindicato do outro cargo de incluir esta expressão "carreira de auditoria" no relatório da reforma tributária.

O relatório da reforma tributária vai ser votado esta semana ou na semana que vem. Isso está para ser pautado.

Então nós pedimos o apoio para que se rejeite a inclusão, porque eles estão querendo constitucionalizar algo que a própria Justiça já disse que não existe, a chamada carreira de auditoria.

Nós defendemos, assim como o TCU e o Ministério Público, a existência de uma carreira de auditor fiscal. Essa carreira genérica com mais de um cargo tem trazido mais confusões, inclusive para os Parlamentares, porque se aproveitam disso para dizer que todos fazem mais ou menos a mesma coisa. E o texto da lei não é nada disso.

Então pedimos a rejeição dessa inclusão da carreira de auditoria do relatório da reforma tributária.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi Kleber Cabral, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.

Vamos lá, pessoal. Estamos indo bem. Parabéns a todos os painelistas, todos com muita competência.

Agora eu passo a palavra para o Diretor para Assuntos Parlamentares e Relações Institucionais da Fenafisco, o Sr. Guilherme Frederico Pedrinha de Azevedo.

O SR. GUILHERME FREDERICO PEDRINHA DE AZEVEDO – A Fenafisco tem mania de inventar esses nomes grandes para os cargos. Com o tamanho do meu nome estou arriscado, uma hora dessas, a sofrer uma embolia pulmonar só de falar o que eu sou.

Quero também agradecer e lembrar algo. Dentro da precedência constitucional que foi dada pela Emenda nº 42 ao art. 27 e da própria essencialidade para o funcionamento do Estado em sentido amplo, nós temos uma cogência normativa que, com certeza, também se refere à própria questão remuneratória. Eu não gosto muito de falar em remuneração, não, Senador, porque parece que nós estamos aqui, de pires na mão, pedindo dinheiro, dinheiro, dinheiro. Refiro-me ao local em que estivermos.

A função do Fisco, primeiro, é consolidar a sua posição de Estado. A questão remuneratória é decorrente dessa própria condição, porque não há uma condição de Estado sem a garantia de uma dignidade pessoal e funcional, de uma segurança e de uma perspectiva de crescimento pessoal e funcional dentro da carreira. Quer dizer, tudo decorre de uma coisa só, que é o reconhecimento mais do que tardio.

Falei em tardio e me lembrei de outra coisa, a PEC nº 555, que é outro absurdo que está se arrastando por esses corredores, entra ano, sai ano, a depender dos sazonais governantes que nós temos por aí quererem ou não. Até agora não apareceu alguém que pareça estar disposto a querer fazer alguma coisa pelos aposentados, como se não tivessem aposentados e pensionistas nas famílias deles.

A nossa meta aqui, e parabéns à TV Senado, que tem tido uma audiência maravilhosa, é mostrar ao povo brasileiro que auditoria fiscal não é carreirinha de governo. Ela transcende governo. Ela é inerente à própria existência do Estado. Ela é, junto com outras carreiras que a Constituição Federal elenca, o próprio Estado. Sem essas carreiras não existe Estado, não existe escola, não existe saúde, não existe transporte, não existe segurança pública, não existem programas sociais.

Então fazer justiça ao texto constitucional será também fazer justiça e reconhecimento à condição que a Constituição Federal dá ao Auditor Fiscal federal, estadual, distrital e municipal.

Obrigado mais uma vez a todos e desculpem se me excedi em alguma parte. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Guilherme Frederico Pedrinha de Azevedo, Diretor para Assuntos Parlamentares e Relações Institucionais da Fenafisco.

Nós vamos agora para os encaminhamentos, que estão sendo concluídos ali.

A posição que vamos adotar aqui na mesa é a seguinte: primeiro, esse documento fica e eu vou passá-lo para todos os Senadores desta Comissão, dizendo que vocês estiveram aqui, nesta audiência pública, pedindo – e eu concordo em tese; já estou dizendo que a minha opinião será totalmente favorável – que eles nos ajudem nesses encaminhamentos.

Ato contínuo, agora, e não depois que eu falar com eles, eu vou entregar para o nosso gestor uma cópia desse documento de hoje, para que ele leve, já que o nosso querido Rachid me ligou e disse que estava à disposição para o diálogo.

Vamos agora para os encaminhamentos, pessoal.

Primeiro, apoiar as PECs nº 102, de 2015; 186, de 2007; e 62, de 2015; e também a Emenda nº 11, que fortalece a carreira de auditor fiscal. Segundo, que a Lei Orgânica do Fisco seja do Fisco Nacional, que ela realmente outorgue as garantias dos auditores fiscais na qualidade de auditores federais, na qualidade de autoridades federais. Terceiro, apoiar a MP nº 693, de 2015, que disciplina o porte de arma para a carreira, e as Emendas nº 20 e 46, apresentadas à MP; quinto, apoiar a manutenção do art. 142 do Código Tributário Nacional, de acordo com o qual compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário para lançamento e, sendo o caso, propor aplicação da penalidade cabível; apoiar a rejeição da PEC 87, de 2015; rejeitar a inclusão da carreira de auditor no relatório da reforma tributária.

Esses são os encaminhamentos que aqui...

Rejeitar a inclusão da carreira de Auditoria... Precisamos ajustar aqui, pessoal. Onde está "auditor" é "auditoria". É isso?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, só vamos acertar isto aqui: "Rejeitar a inclusão da carreira de Auditoria no relatório da reforma tributária". É isso?

Qual é o outro? O dois?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VILSON ANTÔNIO ROMERO – É que, na realidade, a 186 já está no primeiro item. Esse aí só trata da LOF demandada ainda em tramitação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VILSON ANTÔNIO ROMERO – Não. Em princípio, dar prioridade ao Fisco federal, já que a outra é só no âmbito de uma lei ordinária, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pode, pessoal. Faz parte do debate ainda, porque o encaminhamento é o resultado da reunião.

O SR. WAGNER TEIXEIRA VAZ – Na verdade, eu é que talvez tenha me expressado de maneira... O que eu quis dizer aqui, na realidade, foi o seguinte: que a lei orgânica do Fisco, seja do Fisco nacional ou do Fisco federal – isto é, seja ela uma lei complementar ou uma lei ordinária –, realmente outorgue as garantias e prerrogativas dos auditores fiscais, na qualidade de autoridades tributárias. Ou seja, que tanto a nacional, que engloba os Estados e a União, quanto a da União – evidentemente passarão pelo Legislativo – outorguem efetivamente as garantiras e prerrogativas dos auditores fiscais, na qualidade de autoridades tributárias, realmente.

(Intervenção fora do microfone.) (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k. Então, está resolvido: fica com a redação dada agora, só ajustada à lei.

O senhor quer ler o item 2 para nós, para vermos como ficaria? Só para não haver dúvida. Depois a gente ajusta.

O SR. WAGNER TEIXEIRA VAZ – Claro, claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Item 2.

O SR. WAGNER TEIXEIRA VAZ – Item 2: "Que a lei orgânica do Fisco, seja do Fisco nacional, seja do Fisco federal, realmente outorgue as garantias e prerrogativas aos auditores fiscais, na qualidade de autoridades tributárias".

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu fico esperando a outra versão.

Por favor, Kleber.

O SR. KLEBER CABRAL – Senador, só sobre a redação relativa à Emenda 62. O nosso pleito é...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Qual o item? O item que for, ela já pega lá. Só isso.

O SR. KLEBER CABRAL – É o primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O primeiro. Está bem. Fale aí.

O SR. KLEBER CABRAL – Aprovar a Emenda 11 da PEC 62, porque a PEC 62, sozinha... Essa Emenda 11, do nosso ponto de vista, ao incluir os auditores, se torna positiva. Já a PEC 62 sozinha, ao contrário: ela acaba impedindo as vinculações e, aí, atrapalha inclusive a PEC 102 no caminhar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para não haver dúvida, eu vou ler, porque, como nós vamos entregar ao nosso comandante em chefe – porque ele é quem vai levar para dentro do Governo as reivindicações...

O SR. VILSON ANTÔNIO ROMERO – Senador, permita-me: eu acho que, na primeira, a Emenda 11 consolida a carreira de auditor fiscal. Eu acho que é melhor, não é? "A Emenda 11, da 62, consolida a carreira de auditor fiscal".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Deixe-me ver como é que ficou a redação. Eles ajustaram ali: "Apoiar as PEC 102, de 2015; 186, de 2007; 62, de 2015; e sua Emenda nº 11".

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. KLEBER CABRAL – É. A Emenda 11, da 62.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É, mas eles querem outra redação. Não há problema nenhum. Ajustem aí.

O SR. KLEBER CABRAL – Porque senão pode dar a entender que passou a 62, aí vamos ver se a emenda vai. E aí é o contrário. O interessante é a Emenda 11. O pleito é em torno da Emenda 11.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Repitam exatamente a redação que vocês querem para ela, lá. Não é para mim.

O SR. VILSON ANTÔNIO ROMERO – "... e a Emenda 11 apresentada à PEC 62, que consolida a carreira de auditor fiscal".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Perfeito. Perfeito.

O SR. VILSON ANTÔNIO ROMERO – "... a Emenda 11 apresentada à PEC 62, de 2015, que consolida a carreira de auditor fiscal". Perfeito? Eu acho que é isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa é a última versão, pessoal.

O SR. VILSON ANTÔNIO ROMERO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já está chegando. Mas, enquanto não chega, nós só vamos fazer formalmente a entrega. Eu assumi um compromisso de encaminhar para todos os Senadores desta Comissão.

Eu queria agradecer muito a presença de todos vocês aqui. Eu tenho consciência de que, de fato, a auditoria fiscal, a Receita Federal, é fundamental – temos consciência disso –, não só no combate à impunidade, à corrupção, mas também como uma grande fonte – como nós falamos aqui na abertura – de arrecadação, para que a gente não tenha que toda hora, sai governo, entra governo, em vez de fortalecer a Receita Federal, na figura dos auditores, ir sempre na linha de quais são os tributos que você vai aumentar ou negar mais à população.

Eu quero dizer que tenho muito carinho por essa atividade de vocês. A Anfip e as entidades sempre me ajudaram muito, como num debate que eu fiz aqui, histórico, com respeito à Previdência, à Seguridade, se é falida ou não é falida. E graças aos documentos da Anfip e de vocês todos – porque todos contribuíram para isso –, eu sempre consegui manter esse discurso muito firme. E mantenho até hoje, quando aqui é dito que eles querem logo aumentar a retirada da DRU, de 20% para 30%, exatamente da Seguridade Social.

Então, eu sempre digo que aquilo que nos guia – pelo menos a minha vida, na atividade pública – são as causas. As causas estão em primeiro lugar. Eu sempre digo que os próprios sindicatos são ferramentas. Os partidos são ferramentas. Mas as causas são permanentes. São as causas que iluminam as nossas vidas. São as causas que dão energia para o embate e para o combate todos os dias. Não faria sentido, se eu não achasse essa causa de vocês justa, eu ter vindo, nesta madrugada, para cá. E hoje à tarde – hoje é segunda-feira – não se marca ponto aqui. O máximo que se faz é um discurso na tribuna. E se começa a marcar amanhã. Mas as causas como essa, no seu conjunto, podem refletir não só para melhorar a remuneração de um ou outro auditor de vocês; elas podem repercutir para melhorar a arrecadação para todo um povo. E é isso que é uma causa nobre. E é nisso que eu estou pensando.

Se eu dissesse a vocês que eu estou pensando mais no salário de vocês... Não. Eu estou pensando mais no trabalho de vocês, na arrecadação que vocês podem realizar, firmes, como sempre foram, irredutíveis, com a consciência de que aquilo que é do povo tem que ser arrecadado e tem que ir para o povo. É isso que me anima. Por isso a causa de vocês é uma causa nobre e justa. E alguém já disse: "Sempre vale a pena, quando a causa não é pequena". (*Palmas.*)

Muito obrigado. Parabéns a todos vocês, porque a causa de vocês não é pequena.

Prometo que eu nunca mais peço palmas de pé. Até a Mesa levantou agora.

Pessoal, vamos agora rapidamente para a redação final, a fim de ver como ficou. E eu vou entregá-la para o Sr. Francisco Lessa, em seguida.

Primeiro: apoiar as PECs 102, de 2015, e 186, de 2007. E a Emenda 11, apresentada à PEC 62, de 2015, que consolida a carreira de auditor fiscal. Fechou?

A única dúvida era aqui, mas, por segurança, eu vou ler todas. E, ao mesmo tempo em que eu estou lendo, o Brasil todo está sabendo o que nós estamos aqui colocando e, naturalmente, o outro lado da rua também, pessoal. O que é bom. E isso também vai para os gabinetes.

Dois: que a lei orgânica do Fisco, seja do Fisco nacional, seja do Fisco Federal, realmente outorgue as garantias e prerrogativas dos auditores fiscais, na qualidade de autoridades tributárias.

Três: apoiar a MP 693, de 2015, que disciplina o porte de arma para a carreira, e as Emendas 20 e 46, apresentadas à MP.

Quinto: apoiar a manutenção do art. 142, do Código Tributário Nacional, de acordo com o qual compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

Apoiar a rejeição da PEC 87, de 2015.

Rejeitar a inclusão da carreira de Auditoria no relatório da reforma tributária.

Está redondinho? Fechou então. (*Palmas.*)

Muito bem, pessoal. Então, neste momento, estou entregando ao Dr. Francisco Lessa Ribeiro Júnior, em nome desta audiência pública e, naturalmente, de todas as lideranças aqui presentes, esse resumo do que foi a nossa audiência pública e dos encaminhamentos que nós entendemos adequados para que se melhore a arrecadação do País.

Eu, particularmente, confesso que, quando eu vi ali o nome de inúmeras operações da Polícia Federal, a gente se lembra da Polícia Federal, mas não se lembra de que, por trás, estão os profissionais da Receita Federal, os auditores fiscais. É muito interessante. E muitas ali, porque neste País – e aqui eu estou ao vivo, nós estamos ao vivo para todo o Brasil – só se fala que há muito político malandro, e tem, tem mesmo, mas essas operações mostram que não são só políticos, na área privada também. Então, nós temos que combater toda impunidade e corrupção seja no Judiciário, seja no Legislativo, seja também na área privada.

Eu digo isso, porque, recentemente, eu fui a um debate em Porto Alegre e começaram a bater em político. Aí eu disse: engraçado, eu peguei a Operação Zelotes, se não me engano, não é? Olhem aqui a Operação Zelotes, que eu tenho aqui, que diz que, tudo bem, os políticos têm que levar ferro mesmo, aqueles que tomam posição que vai ferir a ética, a moral e entram no campo da corrupção, mas vamos lembrar que toda a sociedade tem que ter compromisso com a ética, com a moral, com a arrecadação, com o bem comum.

A gente fala de 1bi, 2bi, 20bi, 10bi desviados, mas é dinheiro que sai da saúde, da educação, da habitação, do saneamento básico, da infraestrutura, do combate à segurança.

Por isso, eu encerro a nossa audiência pública entregando esse documento, agora já retificado, ao Dr. Francisco Lessa, para que ele leve ao Dr. Rachid, que diz que faz questão de receber, de ter um documento, dizendo a todos vocês que é muito bom que, cada vez mais, vocês estejam firmes, eu diria, sensíveis, mas implacáveis na defesa do povo brasileiro. (*Palmas.*)

Está encerrada a nossa audiência pública.

(Iniciada às 9 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 12 minutos.)

ATA DA 116ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE DEZEMBRO DE 2015, TERÇA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dezessete minutos do dia primeiro de dezembro de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual da Senadora Regina Sousa**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença das Senadoras Regina Sousa, Fátima Bezerra, Simone Tebet e dos Senadores José Medeiros, Hélio José, Flexa Ribeiro, Donizeti Nogueira, Telmário Mota, Valdir Raupp, Vicentinho Alves e da Senadora não membro Vanessa Grazziotin. Registra-se a presença das Deputadas Federais Erika Kokay e Conceição Sampaio. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos dos Requerimentos da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 158 de 2015-CDH, de autoria da Senadora Regina Sousa e nº 35/2015, do Senador Paulo Paim, para debater: "Reeducação do Agressor, referente à Atividade de Avaliação de Políticas Públicas do Combate à Violência Contra a Mulher". A Senhora Presidente eventual informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. A Senhora Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Jamilson Haddad Campos, Juiz da 1ª Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Cuiabá; Érica Vericia Canuto de Oliveira Veras, Promotora de Justiça, Coordenadora do Núcleo de Apoio à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte – NAMVID; Luciana Beco Madureira, Psicóloga; Lindinalva Rodrigues Dalla Costa, Promotora de Justiça do Estado de Mato Grosso, Titular da 15ª Promotoria Criminal Especializada no Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Cuiabá; Vergínia Dirami Berriel, Representante da Secretaria Nacional de Mulheres da CUT; Maísa Guimarães, Psicóloga, Gerente dos Núcleos de Atendimento à Família e Autores de Violência Doméstica do Distrito Federal – NAFAVD; Maria Gabriela Prado Manssur, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo e coordenadora do Núcleo de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Grande São Paulo II. A Senhora Presidente eventual passa a palavra para as seguintes pessoas no Plenário: Deputada Federal Erika Kokay; Fernanda Falcomer, psicóloga da equipe do PAV Alecrim, Programa da Secretaria de Saúde do Distrito Federal que atende homens autores de violência sexual contra crianças e adolescentes. Às dez horas e vinte e quatro minutos a Senhora Presidente eventual passa a Presidência para o Senador José Medeiros. Às dez horas e quarenta e um minutos o Senador José Medeiros devolve a presidência para a Senadora Regina Sousa. Às onze horas e trinta e quatro minutos a Senadora Regina Sousa passa a presidência para a Senadora Fátima Bezerra. Às onze horas e cinquenta e quatro minutos a Senadora Fátima Bezerra devolve a presidência para a Senadora Regina Sousa. A Senhora Presidente eventual concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Fazem uso da palavra os Senadores José Medeiros, Donizeti Nogueira e as Senadoras Regina Sousa, Fátima Bezerra e Simone Tebet. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e vinte e cinco minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa

Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Bom dia a todos e a todas.

Registro a presença do Senador Donizeti. Seja bem-vindo.

Vamos iniciar a reunião. É uma audiência pública motivada por um relatório que tenho que apresentar sobre o combate à violência, uma política pública de combate à violência contra a mulher. Estou responsável por esse relatório. Iniciamos a coleta de dados, visitas e audiências públicas. Acho que essa é a terceira ou quarta audiência pública que fazemos com esse intuito.

Houve todo o contexto da questão da mulher negra. Para subsidiar esse relatório, estamos fazendo esta audiência pública e também para não deixar morrer o debate, que tem sido intenso este ano, acerca da violência contra a mulher.

Temos também uma comissão mista que promove debates e tem sido efervescente nesse tema, aqui, no Senado. Vamos tratar de um assunto que foi suscitado, no qual não tínhamos nem pensado. Há um trabalho com o agressor? Alguém está fazendo isso de torná-lo não agressor, tentar torná-lo não agressor? Então, foi

um tema muito interessante que alguém sugeriu no grupo, e acatamos até porque houve exemplos de pessoas ou entidades que estão nessa tentativa e, de repente, isso pode se tornar política pública também, fazer parte das políticas.

Temos como convidadas e convidados... Não sei se há homens; há, inclusive. Temos um juiz – que bom – o Dr. Jamilson Haddad Campos, Juiz da Primeira Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Cuiabá, que já está presente. Venha para mesa, por favor.

Bom, esqueci-me da formalidade.

Declaro aberta a 116ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Esta reunião é transmitida pela TV Senado, é interativa e as pessoas poderão participar pelo portal e-Cidadania e pelo telefone.

O Doutor Jamilson já está aqui, Érica Verícia Canuto de Oliveira Veras é Promotora de Justiça, Coordenadora do Núcleo de Apoio à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar do Ministério Público do Rio Grande do Norte, bem-vinda; Luciana Beco Madureira, Psicóloga; Lindinalva Rodrigues Dalla Costa, Promotora de Justiça do Estado do Mato Grosso, titular da 15ª Promotoria Criminal Especializada no Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; Vergínia Dirami Berriel, Representante da Secretaria Nacional de Mulheres da CUT; Maísa Guimarães, Psicóloga, Gerente dos Núcleos de Atendimento à Família e Autores de Violência Doméstica do Distrito Federal (NAFAVD).

Temos uma convidada que não chegou e pode ser que chegue no decorrer da audiência. Então, a dinâmica é a palavra para a Mesa, e depois fazemos um debate, abriremos para algumas pessoas, a prioridade para os Senadores e Senadoras, Parlamentares que possam vir.

Hoje, temos aqui muitas audiências públicas e temos que dar esse desconto. Depois, retorna para a Mesa. A princípio, dez minutos na fala inicial. Há alguém que vai usar o telão? Está tudo pronto para se usar o telão? O relógio está lá, marca o tempo, a campainha não é muito delicada, é estridente demais, levamos um susto da primeira vez, mas sempre com a tolerância de mais cinco minutos que é a praxe da Mesa principalmente quando há muitos convidados.

Vamos começar por quem eu chamei primeiro? Dr. Jamilson, Juiz da Primeira Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Cuiabá.

O SR. JAMILSON HADDAD CAMPOS – Bom dia a todos, quero agrade imensamente o convite da estimada Senadora Regina Sousa, do Piauí, pelo convite do presente tema de tamanha relevância e, em sua pessoa, cumprimento todas as autoridades da Mesa e cumprimento o representante do Ministério Público na pessoa da minha amiga Promotora de Justiça, Drª Lindinalva Dalla Costa – trabalhamos juntos lá no Estado de Mato Grosso. Cumprimento todos os presentes, demais autoridades, representantes de segmentos sociais.

Acerca do tema "tratamento do agressor", pelo lapso temporal, é relevante fazer análise de que estamos passando por um período, Senadora, em que o Brasil está refletindo a gravidade da colocação, quinto lugar, em relação à temática assassinatos, violência contra as mulheres, crime este que o Brasil tem a terceira melhor legislação do mundo, a Lei 11.340/2006. Inclusive participei, há um tempo, em audiência pública, do debate sobre a possibilidade do crime de feminicídio que hoje faz parte do Código Penal, como qualificadora, e a Comissão entendeu a relevância. O Brasil está caminhando a passos largos no enfrentamento da violência a despeito da sua colocação.

Nós estamos caminhando atrás, isso é uma situação gravosa, apenas de El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia quanto à incidência desses delitos contra as mulheres. Nós precisamos entender que, dentro da programação neurolinguística, as pessoas têm a sua formação desde o seu nascimento até o presente de acordo com a sua estrutura de vivência e aprendizado.

Nessa conjectura, é importante dizer que, segundo a programação neurolinguística, Senadora, as pessoas refletem em suas ações 90% através de seu inconsciente. Isso significa que toda a sua formação estrutural vai fazer com que sejam determinadas as suas ações no mundo, na prática, na sua vivência.

A física quântica traz que as pessoas exercem suas funções em vida, em pelo menos 95% de suas atitudes, de acordo com o seu inconsciente e isso vem reforçar a necessidade de entendermos e estudarmos a Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que é a terceira melhor legislação do mundo, de maneira mais global, de maneira mais científica e visualizando os efeitos dessa legislação no mundo prático.

Assim, chega-se à conclusão de que precisamos colocar em efetividade o Art. 35 da Lei 11.340/2006, Senadora, na prática criando centros de tratamento, centros reflexivos quanto à atitude e abordagem dos temas relacionados ao enfrentamento dessa violência, porque precisamos não só coibir, repreender essas práticas delitivas que colocam o Brasil numa situação bastante delicada e de grande preocupação – quinto lugar nessa escala de violência mundial, o que faz com que a conclusão é de um maior enfrentamento dessa violência

– como coibir a reincidência dentro dessa situação de que as pessoas são de acordo com a sua estruturação e de que é possível enfrentar esses núcleos de violência de maneira mais técnica.

Entendo que esses centros de reflexão devem passar a ser uma das principais prioridades, Senadora, no País, têm que ser uma bandeira porque temos, na prática, pessoas com desvirtuamento moral, com criação desestruturada em que se acompanha a vivência de violência dentro de seus lares. Essa violência desde a infância vem a ser reproduzida dentro da programação vivenciada e aprendida por esses agressores. Esse tratamento de núcleos onde profissionais da área de psicologia, assistência social, com formação didática de ensino podem, sim, fazer com que haja, de fato, uma reflexão sobre que nada justifica essa cultura da violência.

O Poder Judiciário tem feito um esforço hercúleo no sentido de, a despeito de não existência desses centros de reflexão, tratamento e recuperação dos agressores, criar mecanismos que, através de equipes multidisciplinares existentes dentro da estruturação da Lei Maria da Penha, possam ser atendidos com propostas e serviços práticos de reflexão, como existe em Mato Grosso a campanha do Ministério Público – Drª Lindinalva depois poderá falar muito bem disso. E entendo que precisamos ir além.

Vários juízes têm desenvolvido campanhas.

Temos, no Supremo Tribunal Federal, a Ministra Carmem Lúcia, Vice-Presidente, que tem desenvolvido a campanha Paz em Casa. Todos os tribunais, Senadora, têm desenvolvido essa campanha, lá em Mato Grosso está de maneira bastante intensiva em todas as unidades judiciárias do Estado no sentido de divulgar a cultura da paz, no sentido de que busque uma relevância, uma qualificação do nosso País porque esse crime contra as mulheres, além de ser um crime muito grave, atinge os direitos humanos, que é um núcleo essencial na nossa Constituição da República. Esses tratamentos seriam feitos através dos núcleos, do Judiciário, de violência doméstica, de ONGs que fazem esse tratamento de agressores, dessas equipes multidisciplinares.

Existem várias campanhas do Judiciário em vários Estados, mas acho que o foco principal é entender que a pessoa tem a sua formação, o homem e a mulher. Temos um sistema penitenciário que está superlotado, Senadora, com bilhões de reais sendo gastos pelos cofres públicos, mas, no período, há o crescimento de, no ano passado, 0,1%, isso significa que nós não tivemos conhecimento em nossa economia. E vislumbra-se uma possibilidade real de recessão já em 2016 com cortes.

O Governo tem tentado arrumar a casa com cortes orçamentários, isso hoje faz parte da pauta do Congresso, e esses cortes estão atingindo todas as esferas. O TSE disse, Senadora, que assim sendo, as próximas eleições serão através de votos manuais, tamanha é a gravidade com que a crise está sendo vivenciada.

(Soa a campainha.)

O SR. JAMILSON HADDAD CAMPOS – Então, acredito que a senhora tem uma missão da maior relevância, Senadora, no sentido de viabilizar esses centros de tratamento e reflexão. É uma missão das mais importantes para as famílias brasileiras, para as mulheres. Nós temos 4,8 mulheres assassinadas para cada cem mil habitantes, isso é gravíssimo. Então, V. Exª está de parabéns ao criar esta Comissão. Estou torcendo, estou à disposição e entendo que tem que ser efetivado o art. 35 da Lei 11.340/2006, de maneira prática, com órgãos estatais, de acordo com a competência da União, dos Estados e dos Municípios num tema da maior relevância que atinge mulheres, que atinge os homens, que atinge os filhos, atinge as famílias e atinge diretamente a nossa sociedade brasileira.

Parabéns, Senadora, por esta Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada.

Peço ao pessoal para ficar atento à prorrogação de cinco minutos porque ele poderia ter continuado. Eu concedo dez, mas coloquem logo mais cinco para quem precisar, é claro.

Vamos passar para a Drª Érica Verícia, Promotora de Justiça, Coordenadora do Núcleo de Apoio à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar do Ministério Público do Rio Grande do Norte.

A SRª ÉRICA VERICIA CANUTO DE OLIVEIRA VERAS – Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa da Senadora Regina Sousa e, cumprimentando a Mesa, também cumprimento todas as pessoas aqui presentes em especial as minhas colegas do Ministério Público, Drª Lindinalva, Drª Gabriela Mansur e também o Advogado Jorge Veras, que é o meu esposo e que está me acompanhando também nessa audiência.

Eu coloquei um eslaide, já está passando.

Eu sou Promotora no Rio Grande do Norte e, desde 2011, nós criamos o Grupo Reflexivo de Homens: Por Uma Atitude de Paz. Esse grupo tem por fundamento a própria Lei Maria da Penha que vai dizer que, nos casos de violência doméstica contra mulheres, o juiz pode determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação em reeducação. Também há a convenção sobre eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher que vai falar sobre a modificação dos padrões socioculturais de conduta de

homens e mulheres para alcançar e eliminação de preconceitos, na verdade, contra esse estereótipo homem/mulher ou a divisão sexual dos papéis.

Da mesma forma a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, que é conhecida como a Convenção de Belém do Pará que, como a anterior, vem dizer que é os Estados devem agir de maneira a modificar esses padrões socioculturais de conduta de homens e mulheres.

Houve uma recomendação na Comissão sobre o *status* da mulher na ONU, de 2013, que também incentiva esses programas de educação, de reabilitação do homem em situação de violência e também há uma resolução do Conselho de Ministros da Europa, que também recomendam os grupos de educação de agressores como forma de enfrentamento à violência, como parte desse enfrentamento.

Eu também chamo a atenção para um enunciado que temos na Copevid, na Comissão Permanente de Violência do Ministério Público, que tem um enunciado recomendando que esses grupos sejam criados nos Estados. Na verdade, o objetivo maior desses grupos é trazer à tona que a situação de violência contra a mulher é um problema sócio-histórico, é um padrão de conduta aprendido historicamente, e, como diz a teoria *del habitus,* de Pierre Bourdieu, é alguma coisa que você vai sedimentando ao longo do tempo, mais ou menos durável, mas não é imutável.

Então, pensamos que é possível mexer nesse padrão de conduta através de uma reflexividade, como a Teoria da Reflexividade de Anthony Giddens, que vai falar que, através de uma introspecção, de uma reflexão, de conhecimento de outras práticas, você pode internalizar uma nova forma de pensar e, a partir daí, agir de acordo com essa conduta.

Assim, tiramos a palavra "agressor" do nosso grupo – falamos em grupo reflexivo de homens – e acreditamos que homens estão em situação de violência da mesma forma que mulheres, que esse padrão é aprendido, esse padrão é repassado de geração em geração e, mais ou menos, eles agem da forma que é esperada de um homem dentro de uma sociedade.

O nosso grupo tem o objetivo principal de constituir um grupo de homens em processo judicial, que estejam envolvidos em contextos de violência doméstica e familiar contra a mulher e assim despertar neles uma reflexão sobre suas atitudes.

Os objetivos específicos são:

– proporcionar uma reflexão sobre o papel masculino e feminino na sociedade contemporânea;

– promover um espaço de escuta compartilhada através de troca de experiências

– discutir a Lei Maria da Penha no contexto de violência doméstica e familiar na promoção da igualdade de gênero considerando essas realidades vivenciadas;

– e promover alternativas para um comportamento assertivo diante situações de estresse.

Quando começamos, em 2011, tínhamos por objetivos ou resultados que esperávamos: romper esse ciclo da violência doméstica e familiar contra a mulher, através da promoção, da conscientização dos homens envolvidos nesse contexto evitando assim a reincidência em casos de violência contra mulher. Nossa expectativa era a diminuição desse padrão ou da reiteração, em pelo menos 50%, dessa reincidência. Iremos acompanhar durante seis meses cada homem que participe do grupo.

Tivemos como metodologia – e ainda temos, porque o grupo continua – fazer um termo de cooperação com o Poder Judiciário em que homens que estavam respondendo a processos judiciais fossem encaminhados ao núcleo, que o NAMVID – Núcleo de Apoio a Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar, que foi criado no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, e eles participariam. Esse grupo funciona uma vez por semana, durante duas horas; são 20 horas. E a forma com que eles podem chegar ao grupo é uma alternativa ou um complemento à medida protetiva de urgência.

A Lei Maria da Penha diz que outras medidas protetivas podem ser acrescentadas àquelas já existentes no rol do Art. 22 com a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão preventiva e, em vez de ficar preso preventivamente, o juiz aplicaria uma medida cautelar preventiva, uma diversa.

Quando começamos não existia ainda a Súmula nº 356 do STJ, que proibia a suspensão condicional do processo. Fazíamos também a suspensão condicional do processo com a participação efetiva da mulher, a mulher como protagonista. Só fazíamos a suspensão condicional do processo se a mulher estivesse presente na audiência e aceitasse que o companheiro, marido, ex participasse daquele programa. Então, trazíamos a mulher para o contexto do protagonismo, mas, hoje, depois da Súmula, não é mais feito.

Em decorrência do *sursis* do Art. 77, como condição imposta por ocasião da suspensão constitucional da pena e, no final, depois de condenado, suspendendo a pena. E, como uma pena acessória prevista no Art. 45 da Lei Maria da Penha, o juiz poderá determinar que, além da pena imposta, o agressor frequente um programa de reeducação, como a lei diz, o que chamamos de Programa Reflexivo de Homens.

A dinâmica dos encontros: fazemos primeiro um acerto pessoal, vamos fazer os nossos acertos, vamos fazer uma dinâmica de grupo sempre motivacional em que ele se identifica, eles começam a criar uma identidade do próprio grupo, a se envolver e, depois, discursamos sobre gênero, sobre o que é ser homem, o que é ser mulher, sobre a solução de conflitos a partir do diálogo, sobre controle da agressividade, sobre direitos humanos. Procuramos identificar o comportamento agressivo e também falar sobre essa divisão sexual, de papéis falando sobre a saúde do homem, sexualidade, doenças sexualmente transmissíveis. Ao final, fazemos um encontro motivacional em que eles falam como foi o grupo para eles, o que eles sentiram, o que modificou – ou sim, ou não – no pensamento, na reflexividade a partir desse encontro

Todos os encontros são obrigatórios, ele tem que participar dos dez encontros. Caso ele tenha alguma justificativa para não participar, é possível repor a aula, mas não isentá-lo da aula. Na verdade, a gente quer que ele apreenda o conteúdo, participe do conteúdo. Então, a aula é dada mesmo que seja só para ele, e ele vai participar das duas horas, daquele conteúdo. Depois, fazemos o monitoramento, o controle e a avaliação.

Esse monitoramento é feito mensalmente, a equipe se reúne e faz também relatórios para o processo judicial, uma vez que todos são envolvidos em processo judicial...

(Soa a campainha.)

A SRª ÉRICA VERICIA CANUTO DE OLIVEIRA VERAS – Realmente, a campainha é bem estridente, mas eu recebi vênia para continuar e vou concluir rapidinho.

Então, essa avaliação fazemos também com a visita à família não só ao homem, mas também à família conversando isoladamente com eles, com a família e o grupo todo, fazemos a visita – nos primeiros seis meses – mensal e, depois, a cada seis meses. Também fazemos essa avaliação constante, a partir das falas, do que podemos melhorar, o que podemos mexer nesse conteúdo que é mutável, cada grupo tem uma identidade, cada grupo motiva uma situação diferente, uma música, um documentário, uma notícia e a gente mais ou menos vai conduzindo o grupo com aquele conteúdo, mas deixando que a identidade de cada grupo se torne evidente.

No grupo, temos desde pessoas de 70 anos de idade até 18 anos, desde pessoas das mais diversas profissões, de advogado a empresário, *motoboy*, estudante, de todos os níveis e classes sociais, de todas as escolaridades e é realmente bem diversificada essa e o que vem.

Eu trouxe só algumas falas que me chamavam bastante atenção durante os grupos, um deles disse: "Eu não bati nela, eu bati no atrevimento dela". Então, os padrões e as falas trazem realmente o conteúdo machista, um padrão aprendido, que é passado de geração em geração.

O outro disse: "Eu pensei que não podia bater na mulher dos outros, na minha não sabia que era proibido. Quem é o homem que nunca puxou o cabelo ou mordeu a sua mulher?" E o outro disse: "Todo homem tem o direito de trair sua mulher", e outro disse: "Ela começou a não fazer mais as coisas em casa, lavar roupa, banheiro, cortar as unhas das crianças e eu imaginei logo que ela tinha um amante."

Então, essas falas trazem realmente essa cultura aprendida. O que se espera do homem? O que é o lugar da mulher? O que é o lugar do homem? E essa desconstrução no grupo que é o nosso grande desafio.

Nós esperávamos reduzir em 50%, mas já temos três anos de funcionamento do grupo, mais de 300 homens já passaram pelo grupo em três cidades diferentes do Rio Grande do Norte e, surpreendentemente, mantemos o índice de reincidência zero.

Consultando através do *site* do TJ, a cada semana, mantemos, e isso para nós realmente é um desafio e uma grande surpresa, positiva. Os homens voltam ao grupo, eles vêm e dizem: "Eu vim aqui só visitar, eu quero participar de novo, eu quero continuar" e estamos pensando realmente num pós-encontro nos grupos de maneira que eles mesmos se organizem e continuem a reflexão.

Nós temos, no Rio Grande do Norte, também um programa chamado Novos Rumos que são homens do Tribunal de Justiça, homens que estão cumprindo pena e têm uma chance de trabalhar.

Isso aí foi no Arena das Dunas, na construção da nossa arena lá em Natal. E fizemos também um grupo de homens em locais de trabalho. Havia mil homens nesse canteiro de obras.

Fizemos isso também na Petrobras, pessoas que estão em situação de violência e que têm oportunidade de trabalhar fora. E fomos também não só no Grupo Reflexivo de Homens, mas também em locais em que estão cumprindo pena.

Eu queria terminar agradecendo essa grande oportunidade de mostrar esse trabalho do Rio Grande do Norte, do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, que é responsável pelo Grupo Reflexivo de Homens, o Namvid. Também agradeço à Ildérica Castro, assistente social, e à psicóloga Jaqueline Costa, que, diuturnamente ajudam nesse grupo e conduzem o grupo. Queria terminar com a frase de um conterrâneo, o historiador Luiz da Câmara Cascudo, que vai dizer que "nunca um costume é indefensável, inferior e bastardo

para quem o segue". Temos que pensar que esse costume pode ser modificado, para a continuidade da nossa conduta.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Dr. Érica.

Vamos para a Luciana Beco Madureira, Psicóloga.

A SRª LUCIANA BECO MADUREIRA – Bom dia. Eu também cumprimento a Mesa na pessoa da Senadora Regina Sousa, estou muito feliz de estar aqui, é muita responsabilidade.

Eu sou Psicóloga da Secretaria de Saúde do Distrito Federal e trabalho no sistema prisional desde 2009, estou aqui representando todos os profissionais que, direta ou indiretamente, participam do trabalho com agressores sexuais. Para iniciar, gostaria de agradecer este convite mais uma vez e dizer que estamos muito honrados em participar desta audiência.

Resolvi escrever porque é um conteúdo muito amplo e assim fica mais condensado para tentar não ouvir a campainha.

Para citar o nosso trabalho, é importante informar que o serviço de saúde foi regulamentado no sistema prisional, através da Portaria Interministerial nº 1.777, de 9 de setembro de 2003, entre Ministério de Estado da Saúde e o Ministério de Estado da Justiça. No entanto, foram necessários alguns anos de vivência e amadurecimento da equipe de saúde, em parceria com a segurança, para que o trabalho específico com abusadores pudesse ser iniciado, o que aconteceu apenas em 2012.

A psicologia, enquanto ciência e prática, é multifacetada, e, por essa razão, consegue se inserir em diversos contextos. Existem, no entanto, alguns objetivos comuns que permeiam todas as práticas:

– o desenvolvimento de novas habilidades para lidar com o sofrimento;

– a mudança de comportamentos inadaptados;

– o exercício do autocontrole;

– o investimento no equilíbrio emocional.

– o autoconhecimento;

– a melhora nas relações interpessoais dentre outras.

Para isso, a psicologia deve adaptar-se e desenvolver propostas condizentes com a realidade que precisa ser trabalhada.

A inclusão desse atendimento no sistema prisional, pelas peculiaridades desse ambiente, transforma-se num desafio a ser encarado com seriedade e criatividade diariamente.

Algumas características de trabalho devem ser levadas em consideração:

– o ambiente de privação de liberdade, que coloca o indivíduo à distância do profissional, isto é, ele não pode nos acionar diretamente;

– a demanda judicial onde o imperativo de atendimento parte de um terceiro, quem manda ele fazer o atendimento é o juiz;

– o medo de expor intimidades e conteúdos desviantes por parte do interno com receio que essas informações possam ser usadas negativamente no seu processo; o papel do psicólogo da saúde não é fazer avaliação e laudo;

– o atrelamento dos atendimentos à condição de se ter uma escolta para que se resguarde a segurança do profissional; o psicólogo atende com um agente penitenciário ao lado;

– a imensa demanda reprimida, construída durante anos de falta ou de número mínimo de profissionais na área; nosso trabalho pauta-se principalmente no atendimento em grupo. Por experiência observa-se que o trabalho clínico, terapêutico individual não abrange as necessidades do sistema prisional, nem tem a amplitude necessária para abarcar a quantidade de internos a serem atendidos.

Nós estamos em três psicólogos num presídio, mais três em outro, mais dois em outro e temos um contingente de pelo menos dois mil internos em cada presídio.

Lembramos também que a intervenção terapêutica, seja ela em grupo ou individual, necessita de um *setting* apropriado que não existe instituição, visto que a presença de um terceiro – a escolta policial se faz necessária em todos os encontros – inviabiliza a livre expressão das ideias e sentimentos dos internos.

O trabalho realizado com os internos que cometeram crimes sexuais que incluem todos os tipificados no Código Penal como Crimes contra a Dignidade Sexual, da Lei 12.015, de 2009, é um programa em construção que se iniciou no CIR (Centro de Internamento e Reeducação), onde estão os presos em regime semiaberto prestes a receber benefícios como saída temporária e trabalho externo, o que significa que eles estão próximos a voltar ao convívio social.

Nesse local existia, em 2012, contingências favoráveis para a implementação do trabalho. Os internos que cometeram crimes sexuais estavam majoritariamente alocados em um determinado pavilhão, o que per-

mitia que fossem retirados para o grupo e pudessem voltar com segurança para a massa carcerária, uma vez que esses criminosos não são aceitos pelos outros internos.

Outros pontos que favoreceram a realização do trabalho foram a existência de espaços que podiam ser utilizados para esses encontros como a biblioteca, salas de aula e a sala de música desativada, como também escolta suficiente para acompanhar todos os encontros. Nós vivemos uma crise de escolta nos presídios e só podemos atender com escolta, sem escolta nós não temos acesso aos presos. O trabalho com os abusadores é realizado por meio de grupos de, no máximo, dez internos com caráter psicoeducativo, ou seja, sensibilizar, orientar e educar a população atendida sem, necessariamente, ter um caráter terapêutico.

Entendemos que a conduta psicoeducativa tem um propósito de sensibilização e reconhecemos que não abrange toda a necessidade dessa população. O que fazemos é o início de algo que deve ser ampliado e aprofundado com oportunidades terapêuticas, individuais ou em grupo, dentro e fora do sistema. Esse grupo tem como objetivo oferecer informações, promover reflexão e sensibilizar para a continuação do acompanhamento quando em liberdade. O trabalho consiste em uma entrevista inicial e individual, quatro encontros em grupo, uma reunião de familiares sem a presença dos internos, uma entrevista final individual e uma palestra de orientação com juiz da VEP, a Vara de Execuções Penais, o juiz vai ao presídio falar com os internos.

As temáticas trabalhadas nos quatro encontros são: a contextualização histórica da sexualidade, a legislação, a Lei 12.015 que é a lei de Crimes contra a Dignidade Sexual, a Lei Maria da Penha, o Estatuto da Criança e do Adolescente ou qualquer outro que esteja envolvido nesse âmbito, sexualidade saudável e parafilias, estratégias de enfrentamento, assumir, entender e mudar, empatia/colocar-se no lugar da vítima, compreensão de fatores de risco e de fatores protetores.

Atualmente, estamos implementando a duras penas a ampliação desse trabalho com os agressores para as outras unidades do sistema prisional, promovendo o grupo para os internos que ainda estão no regime fechado. Deste modo, desmembramos as sistemáticas citadas anteriormente em Nível 1, Nível 2 e Manutenção, sendo o Nível 1 realizado no PDF 1 e 2 - regime fechado; Nível 2 com aprofundamento das temáticas; no CIR – regime semiaberto e manutenção em grupos mistos no CPP – Centro de Progressão Penitenciária que também é o regime semiaberto só que eles já saem e voltam todo dia para o trabalho onde eles se encaixam nos grupos voltados para aqueles internos que cometeram crimes contra pessoa.

Lá não tem como fazer um grupo específico para abusadores, no CPP, porque eles estão misturados na massa carcerária; se se faz um grupo específico, quando eles voltam para o pátio, são atacados.

Existe ainda, por parte da Secretaria de Saúde e da Justiça, o interesse na continuidade de acompanhamento do autor de crime sexual quando em liberdade. Para isso, estruturou-se dentro do PAV (Programa de Atendimento à Violência) o PAV Alecrim, Serviço de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Autora de Violência Sexual que, infelizmente, não está presente aqui nesta mesa, mas está presente aqui no auditório.

Observamos, durante esses três anos, que existe uma resistência muito grande por parte da sociedade, do sistema de segurança e dos próprios internos em relação ao trabalho, primeiro, porque a sexualidade é vista como um grande tabu no Brasil, o que dificulta discussão e a abertura para esse tema. Outro ponto que dificulta o trabalho é o fato de a sociedade não acreditar na mudança deles, bem como, na maioria das vezes, o próprio interno não entender que o ato que ele realizou foi um crime.

É importante compreender que se trata de um público muito heterogêneo que exigiria uma abordagem específica, não podendo ser tratado da mesma forma os machistas, os ignorantes da lei, os com deficiência intelectual, os compulsivos ou parafílicos e os psicopatas. Para que essa especificidade aconteça são necessários mais investimentos, mais estudos e mais especialização nos atendimentos e nos grupos inclusive para abarcar o presídio feminino. Como estamos em presídio masculino, hoje o foco tem sido esse público, mas não ignoramos que existe um pequeno percentual de mulheres que abusam.

Em levantamentos feitos pela nossa equipe, não foram encontrados estudos e dados significativos contra tipos e resultados de tratamentos...

(Soa a campainha.)

A SRª LUCIANA BECO MADUREIRA – ...ou índices de reincidência de agressores sexuais no Brasil.

Percebemos que, no âmbito internacional, há mais estudos sobre tratamento e resultados, contudo os dados, muitas vezes, são controversos expondo principalmente as dificuldades metodológicas, reforçando que ainda é preciso mais interesse e investimento na área. Diante dessa realidade, o nosso trabalho tem sido uma construção diária, através da prática e do nosso investimento pessoal.

Desses estudos internacionais um dado interessante é o realizado na Espanha com internos da prisão de Brians, Barcelona, em que 18,2% dos egressos que não haviam seguido o tratamento reincidiram nesse mesmo crime, nos quatro anos posteriores a sua saída. Essa cifra baixa para 4,1 para aqueles que participaram do pro-

grama existente naquela prisão. O programa deles é tal qual o nosso, focado no grupo, na autorresponsabilização, na empatia colocar-se no lugar da vítima e na importância de recorrer à ajuda quando fora do sistema – quando eles saem é o momento que mais precisam de ajuda.

A partir da nossa prática e estudo percebemos que o encarceramento, por si só, não é suficiente. Devemos lembrar, no entanto que todos eles sairão, os que têm 320 anos de pena, os que têm 80 anos de pena, os que têm sete anos de pena. Entendemos que cuidar de um agressor é proteger diversas futuras vítimas, não só vítima em si, a família da vítima, a família do agressor, o próprio agressor, a sociedade como um todo.

A prática puramente punitiva aplicada pelo Direito Penal brasileiro não tem impacto na diminuição da reincidência da violência e nem tampouco na mudança no comportamento sexual humano. Acreditamos ainda que é necessário ampliar o foco do agressor para uma questão mais macro abarcando a desigualdade social e de gênero. Temos que deslocar a ênfase da psicopatolegislação do comportamento individual – isto é, o indivíduo só focado nele porque está doente – para incluir a questão das relações de poder, estas sim promovendo a violência incluindo a sexual. O reconhecimento da necessidade de tratamento dos agressores sexuais não diminui, em nenhum sentido, o olhar para o sofrimento das vítimas. Muito pelo contrário, olhar para o agressor tem o intuito de prevenir futuras vítimas, apenas o tratamento da vítima não alcança isso.

A libertação da mulher do jogo do machismo também passa pela libertação do homem do enquadramento social de violência e falta de empatia no qual são educados; não é um trabalho fácil, mas entendemos que sem investir naquele que comete a violência estamos deixando solta uma ponta muito perigosa do processo. Por isso, a importância do nosso trabalho e a necessidade de ter apoio e respaldo do Poder Público.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Luciana.

Vamos ouvir Lindinalva Rodrigues Dalla Costa, Promotora de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Deixe-me só pedir para diminuir o volume dessa campainha – já pedi isso tantas vezes – porque há outras salas em que as campainhas não são desse jeito, e essa realmente assusta.

Com a palavra a Drª Lindinalva.

A SRª LINDINALVA RODRIGUES DALLA COSTA – Bom dia a todas e a todos, é uma grande alegria estar aqui para este debate, que é de suma importância. Obrigada, Senadora, pela lembrança do me nome.

Estou para completar dez anos nesse trabalho de enfrentamento à violência doméstica. Trabalho nessa área – fui a primeira Promotora do Brasil a aplicar a Lei Maria da Penha – desde que a Lei Maria da Penha entrou em vigor. Já atuei em diversas CPIs, CPMIs e na da violência doméstica também. Se eu pudesse resumir o que a Lei Maria da Penha trouxe de bom para nós em uma só frase, eu diria que foi exatamente isto: a visibilidade deste tema. Mas sabemos que não vamos conseguir combater e enfrentar a violência doméstica apenas a golpe de leis. É preciso, necessário, urgente que se tenham as políticas públicas necessárias para essas mulheres agredidas e para esses homens agressores.

Nós temos, lá em Mato Grosso, trabalhado no sentido de cobrar essas políticas públicas que, infelizmente, não temos a contento. Temos lá essa experiência do projeto Lá em Casa Quem Manda É o Respeito, que é um projeto que foi criado especialmente para os homens. Por que se criou esse projeto? Porque percebemos, ao longo do trabalho de enfrentamento à violência doméstica, que não havia um espaço de fala para os homens.

Tudo na Lei Maria da Penha parece ter sido feito especialmente para as mulheres, mas o homem também é um protagonista, um protagonista da agressão porque, se ele não tivesse agredido, não teríamos o processo. E esse espaço de fala para esses homens é de suma importância porque, se não ouvirmos esses homens, não vamos conseguir tratar esses casos adequadamente. Por quê? Porque tratar esses homens é proteger as mulheres. Sem dúvida alguma, os projetos de recuperação e reeducação desses homens não são projetos só para os homens, eles são projetos para as mulheres vítimas e em situação de violência, e isso é muito importante.

Eu ia visitar os nossos reeducandos – está aqui o Dr. Jamílson, que é um juiz espetacular com quem trabalhamos lá em Mato Grosso – e o que os presos diziam? "Mas, Doutora, eu não matei, não roubei, estou aqui preso só porque bati na minha mulher". Isso não era um, não eram dois. Eu percebi e perguntava: "Por que o senhor está aqui? Ah, eu estou aqui porque a minha sogra me denunciou. Eu estou aqui porque aquela mulher desgraçada foi lá e deu parte de mim". Assim eles falavam. Então, eles não chamavam a responsabilidade para si; era sempre o outro, o outro, o outro, o outro. A responsabilidade nunca era deles. Foi quando, junto ao Ministério Público de Mato Grosso, pensamos em criar esse projeto que se chama Lá em Casa Quem Manda É o Respeito, que foi premiado agora pelo CNMP justamente para que os homens pudessem ter esse espaço de fala e pudessem ouvir a si mesmos e se conscientizar de que bater na mulher é crime, de que ser um homem violento é algo ruim não só para mulher, mas para ele também.

E nós vimos, nós assistimos ao longo dos quatro anos do projeto dois mil homens sendo atendidos. Diferentemente do projeto maravilhoso da Drª Érica, o nosso projeto é feito dentro do CRC, com os homens pre-

sos; o dela é com os homens soltos. Nada impede também que esse projeto seja feito para os homens soltos, mas a nossa experiência é com os homens que estão reclusos, condenados ou não, que estão no CRC presos por violência doméstica especificamente.

Eles são atendidos por psicólogos e assistentes sociais, eles passam a contar as suas histórias, passam a contar as suas agruras. E nós podemos ver que o João, que o Antônio, que o José, eles todos são o mesmo homem, que eles tinham as mesmas histórias de vida, de homens sofridos, de homens que viram a mãe sendo espancada pelo pai ou pelo padrasto, de homens que apanharam e apanharam muito também na sua infância. Então, passamos, através do relatório desses profissionais que relatam a infância desses homens, a verificar que eles estavam repetindo as agressões que sofriam na infância.

Nós sabemos que a violência não é natural, ninguém nasce violento, ninguém vem pequenininho e nasce violento. A não ser em casos de psicopatia, que são mais graves, a pessoa aprende a ser violenta de acordo com o ambiente em que vive, e o nosso País, que é um país extremamente machista e preconceituoso, ensina a violência para o homem porque, do mesmo jeito que é difícil ser mulher vítima de violência nesse País machista, é difícil também ser um homem que tem que provar a masculinidade o tempo todo, que tem que ser macho, que tem que provar que é macho, tem que provar que pega as mulheres sob pena de não ser macho suficiente – e não vale pegar só uma também não, tem que ser mais de uma e, quanto mais eles têm mulheres, mais são apreciados naquele ambiente do machismo. E o que as mães e os pais fazem com o menino pequeno? Ele apanha na escola e o que se fala? "Você vai voltar para escola, se você não bater em quem te bateu, você vai apanhar quando chegar em casa".

Muitas vezes, fala-se isso dentro de casa, ensina-se o menino a ser agressivo dentro de casa. Assim, ele cresce aprendendo a lidar com as adversidades através da violência. Hoje, não temos mais espaço para esse tipo de homem, as mulheres não precisam mais de um provedor, as mulheres não aceitam mais tapa na cara, as mulheres não vão aceitar mais que os homens exijam que elas façam comida para eles do jeito que eles querem, da forma que eles querem, porque as mulheres estão, cada vez mais, exercendo o seu trabalho, as mulheres estão cada vez mais sendo chefes de família. Então, o que resta? O macho de antes está ameaçado, sobra então o quê? A agressividade, a violência de gênero. E ocorre o quê? Os atritos em que o homem realmente é mais forte e que acaba, de alguma forma, sendo agressivo com aquela mulher, batendo naquela mulher. Ele acaba sendo preso, pelo menos na nossa cidade que é Cuiabá onde a Lei Maria da Penha é severamente aplicada.

O que eu digo para esses homens, a maioria deles? Digo que esses homens, na sua grande maioria, não têm nem antecedentes criminais. Em grande maioria, esses agressores não são bandidos, eles são pais de família, agressivos. E tem que acontecer o quê? Eles têm que ser reeducados. A Lei Maria da Penha prevê essa reeducação especificamente no seu Art. 34, inciso V, que prevê a criação dos centros de educação e reabilitação para os agressores.

(Soa a campainha.)

A SRª LINDINALVA RODRIGUES DALLA COSTA – Não existia no País, pelo que eu tenha conhecimento, pelo menos até quando eu acompanhei a CPI da Violência Doméstica, nenhum desses centros de educação e reabilitação para os agressores. Não existe.

Então, o que acontece é que, quando se prende o agressor, ele é colocado junto aos demais presos. Temos ainda mais esse agravante. Aí, em muitos Estados, diz-se que ele não vai ser preso justamente porque não se pode colocar alguém que deu um tapa na mulher junto com presos mais perigosos. E aí ele vai e mata a mulher ou a agride mais severamente.

Então, nós precisamos da iniciativa do Poder Público para que se criem, realmente, esses centros. A Lei Maria da Penha vai fazer dez anos e a gente anda o País e ainda ouve as pessoas dizerem "ah, mas a Lei Maria da Penha não impede o feminicídio, não impede a morte das mulheres!" Aí eu digo que a Lei Maria da Penha sequer é aplicada no nosso País. A Lei Maria da Penha sequer é aplicada no interior do nosso País! A Lei Maria da Penha é aplicada nas capitais, em algumas capitais, e ainda de forma muito diferente de uma capital para outra. Então, um operador jurídico entende de uma forma, entende de outra forma ali, como se não houvesse o mesmo padrão para se aplicar essa legislação, que é de primeiríssimo mundo, mas que ainda não é aplicada. Nós não podemos dizer que a Lei Maria da Penha fracassou no enfrentamento à violência doméstica simplesmente porque ela ainda não é aplicada.

Então, esse projeto para esses agressores tem mostrado êxito, que "lá em casa, quem manda é o respeito". Ele é acompanhado dessa cartilha, que é escrita especialmente para os homens, numa linguagem para eles, mostrando a importância dos homens, mostrando que nós queremos os homens junto conosco no enfrentamento à violência. À medida que ele entende que o que ele fez é errado, ele não repete esse comportamento. Nós tivemos, nesses quatro anos, dos dois mil homens atendidos, 6% de reincidência, sendo que 70% desses

6% eram casos de homens que tinham problemas com álcool e droga. E esses homens que têm problemas com álcool e droga não podem ser tidos como violadores de gênero típicos, porque eles, na verdade, precisam de um tratamento especial. E nós também sabemos que 30% dos casos de violência doméstica estão ligados ao consumo de álcool e de drogas, mas não ao feminicídio. No feminicídio, nós encontramos menos de 1% de casos envolvendo o uso de álcool e droga, porque o homem mata pela posse, mata pelo ciúme e pela possessividade de querer aquela mulher e de não se conformar com o rompimento da relação afetiva.

Então, é tempo de nós mulheres pararmos querer falar para nós mesmas, porque nós temos que falar com os homens. Os homens têm que ser nossos parceiros no enfrentamento à violência de gênero. Somente juntos nós poderemos sair desse problema grave da violência doméstica. Os homens têm que entender que a mulher, com a Lei Maria da Penha e com todo esse debate sobre essa questão, não quer impor ao homem a ditadura do feminino como eles nos impuseram, no passado, a ditadura do masculino. A mulher quer apenas a igualdade a que ela tem direito. Ela não quer mais estar atrás dos grandes homens; ela quer estar ao lado deles, que é onde é o nosso espaço e é onde nós temos o direito de estar.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Drª Lindinalva.

Vamos ouvir agora a Vergínia Dirami, representante da Secretaria Nacional de Mulheres da CUT.

A SRª VERGÍNIA DIRAMI BERRIEL – Bom dia a todas e a todos.

Quero cumprimentar a Senadora Regina Sousa, na pessoa de quem cumprimento todas as mulheres da Mesa, e todas as mulheres e todos os homens presentes.

Estamos muito honrados com o convite e quero agradecer à Senadora por poder participar desta importante audiência sobre este tema, que é tão caro para nós mulheres.

A Central Única dos Trabalhadores tem um debate profundo no combate à violência contra as mulheres desde 1983, quando nós criamos a Secretaria sobre a Mulher Trabalhadora. Hoje, é Secretaria da Mulher Trabalhadora, mas era Secretaria sobre a Mulher Trabalhadora.

Essa secretaria é vertical, evidentemente. Existe a nacional e existe uma em cada Estado. E nós desenvolvemos políticas de combate, políticas de grandes ações não só na CUT nacional, mas em todos os Estados do País, onde estão as CUTs estaduais.

Recentemente, um dos grandes eventos que nós fizemos voltados ao combate foi a grande Marcha das Margaridas, que é uma marcha que a gente trabalha no intuito também do combate à violência, pelo empoderamento das mulheres rurais.

Nós trabalhamos efetivamente na Marcha das Mulheres Negras, um evento que trouxe muita sensibilidade e visibilidade para as mulheres negras, que são as que sofrem os maiores índices de violência. É claro que existe uma violência disseminada, mas as mulheres negras e as mulheres pobres são, sem dúvida, as mais penalizadas.

E o mundo do trabalho, formal e do informal, é composto, cerca de 50% dele, por mulheres. A maioria da população é de mulheres. As mulheres, hoje, são chefes de família. Pelo menos 40% dos lares brasileiros são comandados por mulheres. Só que essas mulheres, evidentemente, tiveram que ir para o mercado de trabalho e não tiveram as tarefas domésticas compartilhadas com os homens, em igualdade de condições. A mulher trabalha, mas tem que voltar para o lar e assumir a sua segunda ou a sua terceira jornada de trabalho sem uma divisão de tarefas.

Então, a CUT trabalha para a igualdade nesse sentido, porque quase 50% das mulheres estão no mercado de trabalho e, mesmo executando a mesma tarefa de um homem, ainda recebem até 35% a menos do que os homens. Ora, isso é uma desigualdade muito grande, que nós temos que combater. Isso também é violência. E temos que fazer essa reflexão. Então, é isso que a Central Única dos Trabalhadores vem fazendo num âmbito bem grande.

E, para aprofundar este debate, neste ano nós tivemos o nosso congresso, onde nós conseguimos aprovar a paridade. Hoje, a nossa direção, a direção da Central Única dos Trabalhadores é composta em 50% por mulheres. Acho que foi um dos maiores avanços desde a fundação da Secretaria da Mulher Trabalhadora, em 1983. Foi difícil enfrentar esse debate porque os homens que estão lá, no poder, enraizados, nas suas cadeiras, não querem ceder espaço para as mulheres, mas nós, efetivamente, fizemos um trabalho. Há quatro ou cinco anos que a gente vinha trabalhando para empoderar essas mulheres para que elas pudessem assumir esse comando da Central. E é assim que tem que ser no mercado de trabalho, é assim que tem que ser nos demais espaços.

Agora, evidentemente, esse debate do combate à violência tem que ser muito mais acirrado e com políticas públicas extremamente eficientes. Não adianta falarmos para uma plateia que tem 100 mulheres e 20 homens. Nós temos que ter homens e mulheres. Nós, na maioria das vezes, falamos para nós mesmas. Mas, dentro da Central, nós trabalhamos de forma diferente: nós convidamos os homens a participarem dos debates da política de gênero. Porque, enquanto não capacitarmos esses homens, nós vamos ter essa deficiência,

nós vamos ter a violência, porque a sociedade é violenta. Nós temos uma sociedade patriarcal, uma sociedade extremamente machista em que as mulheres são objeto de consumo. E nós não podemos permitir a manutenção disso.

As regras têm que ser para os homens e para as mulheres. As tarefas têm que ser realizadas por homens e mulheres. E é por isso que nós acreditamos que é possível mudar, que projetos de socialização, de reeducação desse porte são importantes e devem ser estendidos, evidentemente, a todo o País, não só a um ou outro Estado. E, desde já, a Central Única dos Trabalhadores se coloca à disposição para ajudar, porque, já que nós temos a CUT em todos os Estados, nós temos como fazer esse debate, Estado por Estado, incluindo as mulheres e incluindo os homens. Então, nós nos colocamos à disposição.

Acho que esse é um processo que tem que ser trabalhado, além da forma do combate, com campanhas de ressocialização, com fortes campanhas na mídia. Nós temos uma mídia pública, nós temos concessões públicas de uma mídia que nós pagamos para estar lá, e não temos campanhas eficientes de combate à violência contra as mulheres, e temos que ter. É preciso dar visibilidade a isso em inserções permanentes nessas mídias públicas para poder combater a violência contra as mulheres. Só dessa forma... E é preciso colocar não só mulheres falando que não se bate em mulher; é preciso colocar também os homens falando isso, falando que homem que é homem não bate em mulher. São essas as campanhas que nós temos.

Estamos agora na campanha dos 16 dias de ativismo, que é uma grande campanha que começa no Dia Internacional de Não Violência contra a Mulher, que ocorre no dia 25 de novembro, e vai até o dia 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos. São 16 dias de luta e de combate às diversas formas de violência contra as mulheres.

A Central Única dos Trabalhadores leva essa campanha, assim como as secretarias de mulheres, e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres também abraça essa campanha... Então, é esse processo que nós devemos fazer.

E nós devemos desarmar a nossa sociedade, porque não é possível estarmos hoje num patamar de quinto país em que mais se matam mulheres. Nós não podemos mais permitir isso. Essa estatística é uma vergonha para o Brasil! Mas é uma vergonha também porque nós estamos, hoje, nos últimos anos, com um Congresso extremamente conservador, com políticos extremamente conservadores, em que a maioria das medidas parte dos próprios políticos, como é o caso do Projeto de Lei nº 5.069, do Presidente da Câmara, que é uma vergonha, que cassa o direito de uma mulher que foi agredida, de uma enfermeira, não poder atendê-la. Nós temos que combater isso, porque, quando a medida vem de um político, é muita banalização, é muita naturalização da violência. E é aí que nós temos que cortar, na raiz, essa violência.

Então, quero agradecer mais uma vez pela participação e dizer que a Central Única dos Trabalhadores está à disposição da Senadora e está à disposição dos demais integrantes da Mesa para poder ajudar em campanhas em nível nacional.

Muito obrigada a todas e a todos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Vergínia.

Vamos ouvir agora a Maísa Guimarães, psicóloga e Gerente dos Núcleos de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica do Distrito Federal.

Antes, eu gostaria de convidar o Senador José Medeiros para presidir um pouco para mim. Eu estou desenvolvendo uma bronquite e preciso dar uma saída.

Deputada Conceição, obrigada pela presença neste debate. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Com a palavra a Srª Maísa Guimarães.

A SRª MAÍSA GUIMARÃES – Bom dia a todos.

Eu gostaria, inicialmente, de agradecer pelo convite.

Meu nome é Maísa Guimarães, sou psicóloga, e venho hoje apresentar o NAFAVD, que é o programa que temos aqui, no Distrito Federal, vinculado à Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos.

Para contextualizar a fala sobre o trabalho que desenvolvemos com os homens autores de violência doméstica, inicio uma contextualização institucional do que é e onde fazemos esse trabalho.

NAFAVD significa Núcleos de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica, que é vinculado à Gerência de Equipamentos – o Gerente, Victor Valadares, me acompanha aqui hoje. Hoje, estou respondendo pela Diretoria de Defesa dos Direitos das Mulheres. E é um serviço, então, vinculado às políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres no DF e, hoje, relacionado à Subsecretaria de Políticas para as Mulheres e, num desafio mais amplo, nos contextualizamos dentro da Secretaria Adjunta de Política para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos.

Então, há o nosso desafio de fazer política para as mulheres nesse diálogo também com a questão racial e de direitos humanos.

Das atribuições do serviço, o que destaco é que temos a proposta de desenvolver intervenções multidisciplinares e reflexivas a partir de perspectivas de gênero e direitos humanos, de propiciar espaços de escuta, reflexão e empoderamento de mulheres em situação de violência. Então, é um serviço mais amplo. Além do trabalho com os autores de violência, também desenvolvemos essa política de empoderamento e acolhimento de mulheres.

Mas hoje, de fato, venho focar no trabalho de responsabilização, reflexão e reeducação com autores de violência doméstica contra as mulheres.

Marco também esse uso da nomenclatura "autor de violência" e não apenas "agressor" por entender que são homens em situação de violência atuando em episódios de violência, mas com a proposta de modificação e transformação.

Hoje, o serviço trabalha a partir de um vínculo muito forte com o sistema de Justiça recebendo o encaminhamento desses homens a partir de casos judicializados de Lei Maria da Penha.

Temos, hoje, no DF, nove núcleos de atendimento, localizados em diferentes regiões administrativas, sendo que o primeiro foi criado em 2003. Portanto, há 12 anos que realizamos esse trabalho, anteriormente à própria Lei Maria da Penha. Mas, de fato, foi a partir de 2007, após a promulgação da lei, que a gente teve a ampliação do programa, com mais núcleos de atendimento pelo Distrito Federal, com destaque para o entendimento da CPMI da Violência Doméstica, em 2013, que reconheceu o trabalho do NAFAVD como uma boa prática no enfrentamento à violência contra as mulheres.

Hoje, um dos marcos que discutimos é o crescimento da demanda e da procura pelo serviço nos últimos anos. Em 2012, tivemos uma média de 40 autores de violência doméstica encaminhados por mês para o serviço, e agora, em 2015, 115 homens foram encaminhados por mês, o que representa, nesses últimos três anos, um aumento de 275% da demanda mesmo pelo serviço.

Para estruturar a fala desse debate sobre a reeducação de homens agressores, vou destacar algumas premissas básicas das quais partimos o desenvolvimento do trabalho e, a partir disso, as diretrizes do serviço que realizamos.

A primeira delas é o entendimento de que trabalhar com homens autores de violência doméstica é fazer política para as mulheres, tanto que o serviço é estabelecido no DF no âmbito das políticas para as mulheres. Por quê? Porque entendemos que o enfrentamento à violência contra as mulheres precisa incluir esse processo de responsabilização, de reflexão e de reeducação de autores de violência para, de fato, alcançar a eficácia que esperamos nessa política de enfrentamento.

Compreendemos a violência contra as mulheres como uma questão complexa, que não envolve apenas questões individuais. Pelo contrário, ela envolve muito mais forte as questões sociais, culturais e históricas relacionadas à violência.

Como já foi dito aqui, na Mesa, ainda vivemos um espaço de uma sociedade que banaliza e naturaliza a violência contra as mulheres. Se olharmos a história do nosso País, veremos que, ao longo dela, muitas vezes, os próprios instrumentos jurídicos validavam essa desigualdade de poder entre homens e mulheres, seja no âmbito familiar, seja no âmbito público.

Então, precisamos compreender que a violência contra as mulheres precisa ser entendida a partir de uma leitura de gênero, uma leitura de gênero que entenda essa diferença entre homens e mulheres, que entenda essa desigualdade de poder como algo construído socialmente, e não como algo dado ou naturalmente, biologicamente definido. Então, essa leitura de gênero precisa estar fundamentada, além do mais, em um diálogo com outras questões que são transversais à questão de gênero, como a questão racial, a questão de renda... E foi colocado aqui o Mapa da Violência, que aponta para o aumento, e um grande aumento, no número de feminicídios de mulheres negras nos últimos anos.

Outra premissa que é importante debater é que esse trabalho psicossocial de reflexão e reeducação não é um tratamento. Não é um tratamento porque não entendemos a questão da violência como uma patologia ou como uma questão individualizada. Ele é um trabalho de reflexão, porque discute não só questões subjetivas e relacionais, mas também culturais.

Parte-se do pressuposto de que, apesar da diversidade de situações relacionadas à violência contra as mulheres, todas as situações de violência têm na sua base a questão do machismo e do patriarcado. Então, apesar das diversidades que cada caso pode apresentar, o que entendemos é que o machismo e as relações patriarcais estão na base de toda violência sofrida pelas mulheres na nossa sociedade, o que torna, então, fundamental a contribuição dos estudos feministas para a elaboração e para a execução de políticas de equidade de gênero e de superação dessa violência sexista.

Foram os movimentos feministas os primeiros a denunciar a gravidade da situação de violência contra as mulheres, mas também foram eles – é importante debater isto – que trouxeram elementos teóricos e técnicos para intervenção nessa situação.

Portanto, entendemos que a perspectiva de gênero deve estar presente em todas as intervenções do enfrentamento à violência e do trabalho com autores de violência doméstica, entendendo que alguns construtos teóricos demonstram a importância de que esse trabalho psicossocial seja feito durante todo o processo relacionado à situação de violência doméstica, principalmente no início dessas violências.

Um dos construtos muito utilizados hoje é a questão do ciclo da violência doméstica, que foi um conceito proposto por Lenore Walker, que entende que relacionamentos abusivos funcionam de uma forma cíclica e que após um período de construção de tensão e da tensão máxima, que é onde ocorre a violência, existe uma fase, nomeada por ela como fase da lua de mel, em que os casais se reconciliam e procuram mudanças. E é importante que o Estado esteja presente nesse momento para ajudar as pessoas envolvidas nessa situação de violência a conseguirem empreender mudança na sua forma de se relacionar. Senão, o ciclo continua. Ele continua e se agrava, porque a violência funciona num escalonamento. Todos os feminicídios iniciaram com um xingamento, uma ameaça, com violências consideradas menores, vamos dizer assim. E a proposta desse trabalho com os autores de violência nos permite intervir já nesse processo inicial, quando acontecem as primeiras violências, e nos possibilita, então, intervir nesse agravamento do ciclo, nesse agravamento da situação de violência.

Portanto, uma das diretrizes básicas do trabalho com autores de violência deve estar relacionada à problematização das formas de masculinidade presentes na sociedade, porque hoje temos que os valores associados a uma masculinidade hegemônica, como a Promotora Lindinalva colocou, o ser macho, muitas vezes, está associado à agressividade, está associado a um não controle da raiva, como se os homens fossem naturalmente explosivos ou como se, naturalmente, não conseguissem controlar suas emoções.

A gente precisa desconstruir essa visão, buscar uma responsabilização desses homens por seus atos, questionar esse exercício do poder patriarcal, seja no âmbito das relações conjugais ou familiares, que dizem respeito a um poder de autoritarismo, de inflexibilidade e que funciona a partir de valores muito rígidos nessa dinâmica familiar e conjugal.

Então, todas essas questões precisam estar presentes nessa problematização sobre masculinidade no trabalho com homens.

Essa discussão perpassa por um processo de responsabilização que vai além de se responsabilizar pela violência cometida; também diz respeito a se responsabilizar pelas mudanças necessárias nas suas ações para que outras formas de se relacionar sejam construídas e superar – o que é muito comum no discurso masculino, como foi colocado aqui, que minimiza as violências cometidas ou banaliza as violências. Minimiza atribuindo a outra pessoa a responsabilidade: "Foi porque ela me provocou, foi porque eu estava nervoso", ou "porque eu tinha bebido", num discurso que não se responsabiliza e que minimiza: "Não foi tão sério assim; foi só um empurrão." São discursos presentes não só na fala desses homens que cometem a violência, mas nas próprias falas da sociedade, quando vão discutir essa questão.

Portanto, o trabalho também precisa dessa conscientização sobre a Lei Maria da Penha, dessa orientação. A Lei Maria da Penha é muito conhecida. Muitos estudos já mostram que ela é conhecida pela grande maioria da sociedade brasileira, mas poucos realmente entendem o contexto da sua criação e o que ela propõe de transformação e de intervenção na situação da violência. Não só compreender a questão da Lei Maria da Penha, mas entender outras dimensões dos direitos humanos, da construção de cidadania, que também precisam ser debatidas com esses homens.

Além do mais, uma outra diretriz do trabalho é a construção de formas não violentas para a resolução de conflitos. Os conflitos são comuns e serão sempre comuns na questão da diversidade de opiniões, de práticas, de vivências, e o que entendemos é que, para tentar resolver esse conflito, as pessoas se utilizam da violência. Então, a discussão de outras formas para a resolução de conflitos é algo que perpassa também esse tipo de trabalho.

Era o último. E digo que, além do mais, a reflexão dobre esses estereótipos de gênero muito rígidos, estereotipados, que precisam entender que essa diferença entre homens e mulheres é muito além de uma diferença, fala de uma desigualdade de poder entre homens e mulheres, que, portanto, nessa discussão de gênero com os homens, nos grupos – também trabalhamos a partir de grupos reflexivos de gênero –, se propõe, então, a uma mudança de valores e práticas machistas da nossa sociedade.

Acho que vou só colocar o último eslaide, em que apresento os nossos contatos, tanto da Gerência de Equipamentos quanto da Diretoria de Defesa dos Direitos das Mulheres, agradecendo mesmo a oportunidade

e destacando que precisamos discutir o fortalecimento de políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres que também incluam o trabalho de reflexão de gênero e de responsabilização com homens.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Vou devolver a Presidência para a Presidente de direito, lembrando antes que, numa feliz coincidência, aqui, hoje, estou bem representado nesta mesa, porque há dois cuiabanos e também há uma caicoense. Eu nasci em Caicó e, depois, fui para o Mato Grosso.

Queria frisar, antes de passar a palavra para Senadora Regina, que, por uma feliz coincidência, está na nossa mesa o Dr. Jamilson Haddad, que é juiz em Cuiabá, e que, na época, desenvolveu um projeto naquela cidade que acabou servindo de experiência para o então Senador e atual Governador Pedro Taques, que trata de audiência de admoestação. Esse projeto está na CCJ – fiquei sabendo agora há pouco –, e, inclusive, pedi a relatoria porque é muito interessante a ideia. Vou até ler aqui a justificação.

O presente projeto de lei é inspirado em experiência pioneira do Magistrado Jamilson Haddad de Campos, Juiz da 1ª Vara Especializada em Violência Doméstica e Familiar em Cuiabá. S. Exª, amparado no art. 22 da Lei Maria da Penha, estabeleceu a realização de audiência de admoestação como medida de segurança complementar, que se faz necessária para esclarecimento do agressor sobre as consequências de eventuais descumprimentos das medidas protetivas e demais prevenções impostas pela lei, para, a partir de então, conceder o alvará de soltura.

Essa ideia dele acabou inspirando esse projeto, que está aqui. É um projeto interessante, que estava na relatoria do Senador Armando Monteiro, mas ele saiu para o ministério, e está pendente de relatoria. Eu até pedi a minha equipe para solicitar a relatoria porque achei muito interessante.

No mais, quero passar a palavra para a nossa Presidente.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Senador.

Nós estamos, aqui, também com a presença da Deputada Erika Kokay e da Deputada Conceição.

Nós temos uma pessoa que, em princípio, não estava compondo a mesa, mas faltou uma integrante e, pela função que ela ocupa – ela é Procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, Coordenadora do Núcleo de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Grande São Paulo II, como são experiências que nós estamos ouvindo aqui, acho que é importante ouvi-la, mas os Parlamentares têm prioridade, porque estão em suas outras comissões. Então, se quiserem fazer intervenção agora, ou nós podemos ouvir a Drª Maria Gabriela Prado. Podemos?

Drª Maria Gabriela Prado Manssur.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Eu me esqueci, Senadora Regina, que a Deputada Erika Kokay tinha pedido para usar da palavra, porque ela tinha que sair, e eu me esqueci de transmitir esse recado para a senhora.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada.

Mas, antes, eu queria anunciar que, amanhã, fazendo parte dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher, nós temos o seminário Mulheres, Violência e Mídias Sociais, que tem tudo a ver. Basta que a gente lembre a reação ao tema do Enem nas mídias sociais, uma coisa inesperada, uma reação terrível, muito ruim. Eu nunca pensei em ouvir coisas de Senadores aqui, nesta Casa, contra aquele tema, pelo fato de o Enem ter abordado aquele tema.

Então, esse seminário vai tratar exatamente da violência em mídias sociais. Amanhã, no auditório do Interlegis, aqui perto, em frente, das 8h30 às 13h30. É importante também a gente participar, até porque são mais temas abordados, mais aquisição de conhecimento e de realidades para produzirmos um relatório melhor, e também na nossa prática.

Drª Maria Gabriela, por favor.

A SRª MARIA GABRIELA PRADO MANSSUR – Bom dia a todos e todas. Cumprimento todos e todas presentes na pessoa da Senadora Regina Sousa e do Senador José Medeiros. Agradeço a oportunidade de compor esta Mesa para falar um pouco da nossa experiência no Estado de São Paulo.

Trabalhando há mais ou menos uns seis anos com a aplicação da Lei Maria da Penha, percebemos uma necessidade de mudança de estratégia, porque, por mais que a lei preveja várias políticas públicas de prevenção e combate à violência contra a mulher voltada para as mulheres, a violência não diminuía, e foi necessário mudar essa estratégia para conseguir trazer os homens para esse trabalho no combate à violência contra a mulher.

Percebemos que 65% dos casos no núcleo em que nós atuamos eram reincidentes, e 30% desses homens tinham passado por algum comportamento agressivo ou presenciado agressões físicas na sua infância. E resolvemos trabalhar com esses homens, até porque 90% das mulheres que estão com processo em curso

ou que chegam ao Ministério Público pedem a retirada do processo ou não denunciam, não vão até o final de um processo criminal de violência contra a mulher.

Resolvemos desenvolver um projeto para falar com esses homens, pois, como bem falado aqui pelas minhas companheiras que me antecederam, atrás de uma mulher que é agredida há um homem que agride. E não há como romper o ciclo da violência se não falarmos com esse homem, porque, se a mulher está empoderada – e isso é uma outra coisa que nós percebemos –, esse homem começa a ficar ainda mais violento com esse empoderamento da mulher. Isso gera uma violência ainda maior contra essa mulher que reagiu à violência sofrida, que rompeu o silêncio e que tenta romper o ciclo da violência.

Então, nós desenvolvemos um projeto chamado Tempo de Despertar, em que os homens que estão com processo em curso são obrigados a comparecer a um trabalho de ressocialização do autor de violência – nós também não chamamos de agressor justamente para não estigmatizá-lo, para que eles não cheguem lá como se estivessem sendo acusados antecipadamente de alguma coisa enquanto o processo está em curso – como uma medida protetiva. E, no caso de descumprimento, nós podemos aplicar aí a pena de prisão ou o crime de desobediência ou de descumprimento de decisão judicial.

Nós tivemos 90% de adesão desses homens ao projeto, e ele foi baseado em dois projetos. Um deles é aqui o que eu cito da colega Érica Canuto, que me deu todo o embasamento e fundamentação, e eu já parabenizo a iniciativa, e também o da colega Lindinalva, que tem a cartilha do *Lá em Casa quem Manda é o Respeito*, de onde nós tiramos algumas noções de como falar com esses homens, porque tem que ser uma fala totalmente diferente da fala usada para as mulheres.

Nós fizemos uma parceria com o Poder Judiciário, secretarias municipais, Ministério Público, OAB e Defensoria Pública. São dez encontros em que se fala da necessidade de trabalhar noções de gênero, masculinidade. Muito se fala na desconstrução do machismo, mas eu falo em questões de injustiças, eles querem saber por que é que existe uma lei para proteger as mulheres e não existe uma lei para proteger os homens. Há a Lei Maria da Penha, e a gente brinca em São Paulo, onde há a Lei do Zé do Patrocínio ou o Zé da Mooca, e nós explicamos que eles já têm uma lei para protegê-los, que é o Código Penal, mas que, devido à desigualdade entre homens e mulheres, é necessária uma lei para proteger as mulheres que estão em situação de vulnerabilidade e desigualdade. Falar que um tapa dói, falar que um empurrão é crime, que ameaça é crime, que proibir de fazer as atividades rotineiras, impedir de trabalhar, impedir de estudar é crime. E como foi bem dito aqui, às vezes não é crime de patrimônio, são pais de família, são filhos, são irmãos, mas há um roubo dos sonhos, da dignidade dessas mulheres, e é isso que eles têm que saber e aprender a respeitar.

Nós observamos também a necessidade de falar sobre a paternidade, pois esses homens, às vezes, não assumem o lugar de paternidade. Muito eles falam sobre guarda de filhos, de direito de visitas, mas às vezes a gente pergunta: quanto calça o seu filho; ou, qual o nome da professora do seu filho, ou, de quantas reuniões de pais e mestres vocês participaram? Aí começa uma reflexão de se falar que muito se briga pela guarda dos filhos ou pelo direito de visita, mas pouco se faz na participação. E aí nós começamos a construir uma participação desses homens nas relações afetivas, nas relações familiares, o que diminui muito a violência.

Percebemos também a necessidade da responsabilização pelos atos cometidos não só culpabilizando sempre a vítima, como se ela sempre fosse culpada pelas agressões sofridas. Nisso também nós identificamos a necessidade de trabalho com esses homens logo no início da primeira ameaça, do primeiro xingamento, porque trabalhando também nos casos de feminicídio, e atuando no Tribunal do Júri de combate à violência contra a mulher, nós percebemos que o homem não acorda do nada e agride ou mata uma mulher. Isso é uma evolução de vários fatos cometidos anteriormente, que começam com xingamentos, com ameaça, com agressão física, com a privação de liberdade, e acaba evoluindo para o feminicídio. Então, o trabalho com os homens que estão em processo judicial é muito importante para a prevenção dos feminicídios, e isso é uma das formas que nós encontramos de trabalhar com esses homens.

Dos 65% de reincidentes inicialmente antes do Projeto Tempo de Despertar, nós conseguimos uma redução na primeira edição para zero de reincidência; nenhum dos 30 homens com os quais nós trabalhamos voltaram a reincidir. Nessa segunda edição do Tempo de Despertar nós tivemos um índice de reincidência de 2%, quatro homens voltaram a reincidir, mas, se nós não tivéssemos o projeto, nós não saberíamos que eles estavam reincidentes. E nós conseguimos novamente medidas protetivas, colocar essa mulher na rede protetiva dos direitos e, quem sabe, evitar aí o feminicídio, que eu acho que é o objetivo principal dessa luta de todos e de todas nós no combate à violência contra a mulher.

O que eu percebi também foi a necessidade de se criar uma obrigatoriedade para esse homem comparecer a esses projetos de reeducação, ressocialização desse autor de violência, e de trazer algum benefício para eles. Então, nós vimos a necessidade de ser como medida protetiva, e o descumprimento gera algum tipo de punição ou pena, enfim, ou até uma pena de multa, e, no caso de eles comparecerem a todos os cursos, um

benefício, como a atenuação da pena ou a substituição da pena privativa de liberdade pelo *sursis* ao final da condenação.

E também, a necessidade de falar sobre a desconstrução do machismo, a reflexão sobre o papel do homem, da masculinidade, e a necessidade de falar, como foi bem dito aqui pela Vergínia, que a luta das mulheres não é uma luta contra os homens, mas, sim, uma luta a favor da igualdade, dos direitos das mulheres, e fazer com que eles sintam isso e vejam que as nossas conquistas, de forma nenhuma, ferem os direitos dos homens, mas, sim, o espaço que está sendo ocupado por nós e que já é um espaço nosso. E isso é muito importante que eles reconheçam.

Eu quero, por fim, falar algumas frases que foram ditas pelos homens nos últimos encontros: "Não é vergonha chorar e se abrir para mostrar que você é homem."; "Esse negócio de agressão não leva a lugar nenhum."; "Os colegas que fiz no curso vou levar para a vida inteira."; "Esse projeto abriu a minha mente, eu ainda amo a minha ex-mulher, mas sei que tenho que respeitar a decisão dela."; "Eu vi meu pai batendo na minha mãe a vida inteira. Nesse curso, vi que isso não é normal, aprendi que não se deve bater em mulher nenhuma."

Nós deixamos um legado em Taboão da Serra...

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA GABRIELA PRADO MANSSUR – ... onde foi criada uma lei – e aqui eu deixo também uma sugestão de tentativa de obrigatoriedade desses cursos em todos os Estados –, a Lei Tempo de Despertar, a Lei nº 2.229/2015, que torna obrigatório o curso do projeto Tempo de Despertar anualmente, em Taboão da Serra, com parceria e articulação de todas as secretarias municipais, Ministério Público, Poder Judiciário e OAB.

E também deixo um desafio, que é a tentativa, com o tempo, de que esses grupos e esses projetos se tornem de forma voluntária aos homens, que eles procurem, voluntariamente, sem a necessidade de tornar obrigatória a participação nesses projetos de ressocialização de autores de violência, ou como forma de preventiva de algum tipo de violência contra a mulher.

Eu agradeço a participação e estou à disposição para quaisquer esclarecimentos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Drª Maria Gabriela.

Agora, vamos à participação do plenário. A prioridade, pela regra, é dos parlamentares, a Deputada Conceição saiu, há a Erika, então vamos ouvir a Erika e depois retornamos para a mesa, viu gente, vocês podem fazer anotações.

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF) – Eu queria agradecer a possibilidade de estar aqui participando de parte das falas, não pude depreender todas as falas, mas falar da importância de estarmos marcando esses 16 dias de ativismo, fazendo essa discussão acerca do atendimento ao autor da violência. E dizer que eu não vou poder ficar, e já peço desculpas, porque nós estamos com uma outra discussão que também lembra os 16 dias, que é o Dia Mundial de Enfrentamento à Aids. Nós estamos realizando um seminário na Câmara Federal onde nós vamos discutir a incidência da aids sobre as mulheres e sobre os jovens, esse perfil epidemiológico, e também a relação disso com a construção de gênero subalternizada. Acho que é muito importante que nós possamos introduzir, nessa discussão, as políticas acerca da identidade de gênero dentro das escolas, inclusive, onde nós vamos poder desmembrar ou desnudar que nós, mulheres, não somos discriminadas porque nascemos mulheres; nós somos discriminadas, porque se construiu uma identidade de gênero, que é uma identidade de gênero onde se busca biologizar as desigualdades.

Nós não podemos biologizar as desigualdades, as desigualdades não podem ter como argumento primeiro as nossas diferenças, as diferenças entre homens e entre mulheres.

Então, essa construção que se dá na escola vai se consolidando numa naturalização da subalternidade das mulheres com relação aos próprios homens.

Nós não vemos nenhum problema em que os meninos brinquem de bola, ou os meninos brinquem de carrinho e as mulheres brinquem de boneca, por exemplo. Entretanto, a interdição muitas vezes violenta ao fato de as mulheres, as meninas brincarem com o que, sob o ponto de vista de identidade de gênero, é atribuído ao masculino, tem que ser repensada, para que nós possamos vivenciar essa condição absolutamente mágica e inteira que a humanidade nos permite.

Então, é muito importante que nós possamos aqui estar discutindo quais são as políticas de prevenção, não apenas quais são as políticas previstas na Lei Maria da Penha de abordagem para o autor da violência contra a mulher, quando a violência já está construída e ela já possibilitou uma identificação da sua condição violenta, porque há uma... Quando Hannah Arendt falava da banalização do mal, eu diria que há uma banalização da violência e da violência de gênero que, muitas vezes, não chegaram a ser identificadas enquanto violência. Nesse sentido a Lei Maria da Penha, quando tipifica que há uma violência que não deixa marca na pele, mas que deixa marca na alma, a ajuda que nós possamos compreender e identificar as várias formas de violência,

ou seja, que nós possamos identificar a violência que se estabeleceu numa microfísica do poder e essa microfísica do poder acabou se entranhando nas nossas relações fazendo parte delas e sendo reproduzidas.

Eu penso que é muito importante que nós possamos trabalhar essa identidade de gênero na perspectiva de que nós possamos construir uma equidade de gênero e que nós possamos, inclusive, resolver os conflitos.

Acho que aqui foi falado, parece que pela Maísa, sobre a resolução dos conflitos. Isso é absolutamente fundamental, porque nós somos seres faltantes, nós somos seres querentes dos seres humanos, nós nunca nos sentimos plenos sem nos sentirmos pertencentes a algo maior do que nós mesmos. Isso nos dá uma querência. Por isso que tem o mito de Eros, de que Eros era um ser muito feliz com dois sexos, quatro membros, enfim, e que Zeus, enciumado com tanta felicidade, cindiu-o ao meio. Nós somos seres querentes, os seres humanos.

Então, por sermos seres querentes, por sermos seres faltantes, nós vamos lidar com os conflitos da vida que as nossas diferenças desenvolvem, até porque nós somos diversos, essa diversidade humana é a beleza da própria humanidade, se nós não entendermos a diversidade como componente de reconhecimento da nossa própria humanidade, nós vamos criar uma sociedade violenta.

Resolver os conflitos e lidar com a resolução dos conflitos, a partir do resgate da condição de sujeito daqueles que estão envolvidos no conflito, em nível de igualdade, na escola, ainda na infância, é absolutamente fundamental. Incomoda a mim muito o fato de um conflito dentro de uma escola – isso aconteceu aqui em Brasília –, e a diretora chamou a polícia. Era preciso abrir o espaço para que as pessoas pudessem resolver os seus conflitos e, inclusive, ter a possibilidade de se colocar no lugar do outro.

A colocação no lugar do outro, a alteridade, isso é absolutamente fundamental ser construído nas nossas relações sociais. Então, portanto, nós temos muitos desafios para que possamos impedir que continue existindo a violência contra a mulher, que é um processo de tortura.

Eu penso assim, quando nós estamos na rua, ninguém sabe quem nós somos, nós somos seres anônimos. Em casa nós somos nós mesmos, nós temos identidade, nós podemos nos despir de todas as nossas máscaras. E há milhões de mulheres que não querem voltar para casa todos os dias, que têm medo de voltar para casa, até porque elas não sabem se vão ser vítimas de violência ou não, porque muitas vezes não tem nexo causal.

Um ato que provocou um sorriso pode provocar uma reação violenta, é um arrancar as mulheres delas mesmas, elas vão sendo arrancadas delas mesmas e vão sendo esvaziadas como pessoas e transformadas no espelho do desejo do outro. Anuladas, desumanizadas, é uma desumanização permanente, cotidiana, provocada por quem você escolheu para viver com você, via de regra, quem é o objeto do seu amor, do seu afeto.

E essa violência é crescente, porque ela vai invadindo o outro, vai arrancando o outro dele mesmo, mas ela não cresce linearmente, ela cresce muito em espiral e, muitas vezes, há a violência, o cume da violência, depois há o arrependimento, o choro, o presente, mas ela tende a continuar, porque ela está arrancando o outro dele mesmo. E esse processo de posse do outro é um processo que precisa ser contido.

Por isso, eu penso que esse movimento deve começar ainda na escola, com a discussão de identidade de gênero, para que nós possamos construir uma sociedade em que o fato de o masculino não ser identificado com a dureza, com a violência, com a força, que não seja identificado. Até porque aquele menino que aprende que a violência resolve os conflitos, ele vai, quando se sentir mais forte, tender a resolver anular o mais frágil e, quando ele se sentir mais frágil, ele vai se submeter. Então, não vai se construir uma sociedade com consciência crítica, com a condição de sujeito inteiro em que as pessoas possam, inclusive, se contrapor ao que encaram, que não é uma postura correta.

Nós não queremos uma sociedade de submissões, em que os mais fracos se sintam submissos e os mais fortes, momentaneamente mais forte, possam oprimir e anular o outro. Também não queremos a paz dos cemitérios, ou seja, que quando você anula o polo, teoricamente mais fragilizado, a impressão que se tem uma paz. Não se tem paz, tem só um onde deveria ter dois, tem o outro invadido e rompido na sua própria humanidade.

Por fim, eu gostaria de dizer que é muito importante que esse movimento seja o movimento que atenda e que possa fazer repensar aquelas pessoas que provocaram a violência, mas que também as pessoas que foram vítimas de violência possam também repensar, ressignificar a sua própria vida e que possam se empoderar, e que possam ressignificar, porque o processo de violência, esse esvaziamento, essa desumanização tem que ser interrompido e tem que se haver uma ressignificação da própria vida, das próprias relações, dos próprios sentimentos, da própria percepção das mulheres, de cada uma delas mesmas. Até porque eu penso que há dois elementos que estão muito presentes na nossa sociedade, pautada no consumo, na coisificação do ser humano: o medo, a espetacularização do medo e a culpa.

Quantas vezes eu vi mulher se sentir culpada, porque foi vítima de violência e perguntar onde foi que ela errou. Onde foi que ela errou? E aí se justifica, em grande medida, como ela não pode cumprir o mito da relação a ser construída, da relação feliz, ela se sentir cedendo e ceder naquelas imposições e invasões.

Eu encerro dizendo que é preciso que haja os espaços para a mulher e os espaços para os homens, para que possam ressignificar as suas vidas e refletir sobre elas numa sociedade que tem uma profunda preguiça analítica, mas que essa discussão não é uma discussão menor, ela não é uma cereja do bolo, ela não é o *chantilly* do café. Nós não vamos – tenho convicção disso – romper a lógica de violência na nossa sociedade que assassina 50 mil pessoas, a maioria jovens e jovens negros. As mulheres negras – o feminicídio aumentou nos últimos 10 anos em 54% – que sofrem também indiretamente, porque é quem está perdendo os seus meninos, é quem está perdendo os seus filhos. A violência estabelece essas 50 mil mortes, elas pressupõem uma desumanização simbólica antes do próprio óbito, antes da desumanização literal. Se nós não rompermos a desumanização simbólica que atinge as mulheres, que não podem ser donas do seu corpo, da sua vida, da sua história, delas mesmas, do seu querer, do seu desejo, enfim, se nós não rompermos essa desumanização simbólica, nós não vamos conseguir construir uma cultura de paz.

Eu acho que o Estado deveria trazer para a centralidade da agenda nacional a discussão de equidade de gênero, porque ela envolve mais de 50% das mulheres. Ela tinha que ser prioritária. Nós não podíamos permitir um projeto como esse nº 5.069, que foi aprovado na Câmara, que dificulta o acesso das mulheres vítimas de violência à pílula do dia seguinte, que humilha a mulher, que a culpa pela violência que ela sofre. Nós não podíamos permitir que isso existisse.

Por isso, eu penso: vamos trazer para a centralidade da agenda do Estado a equidade de gênero, para que nós possamos construir uma cultura de paz.

Eu encerraria com um relato. Ontem, Regina, uma mulher de 40 anos foi dormir na casa de uma amiga depois de uma festa ou alguma coisa assim e acordou sendo estuprada pelo filho da amiga. Ao fazer um depoimento na delegacia, ela quase ficou presa, porque o delegado disse que ela tinha consumido bebida alcoólica, portanto, ela não poderia ter dirigido até o local. Ou seja, a culpabilização das vítimas.

Acabou que se resolveu o problema, ela foi identificada como vítima. Mas, no primeiro momento, estava presa ela na delegacia, porque ela não poderia dirigir alcoolizada. Ela havia consumido álcool e o fez na angústia de buscar proteção, porque estava sendo vítima de um estupro.

Olhe, pense, nós precisamos ser vistas como pessoas. Nós mulheres somos pessoas. Nós não podemos mais continuar sendo invisibilizadas desta forma. Nós somos pessoas e merecemos ser pensadas, vistas e sentidas como pessoas.

Parabéns, Senadora Regina, do Piauí, uma das melhores Senadoras desta Casa! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Erika.

O Senador Donizeti vai querer usar a palavra agora? Os Parlamentares têm a prioridade, mas, se o senhor quiser esperar, todos e todas da Mesa já falaram.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Todos já falaram?

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Já, da Mesa, sim.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu gostaria, primeiro, Senadora Regina, de parabenizá-la pelo trabalho que a senhora vem fazendo aqui em benefício desta pauta, esse relatório, que precisa ser produzido com a qualidade necessária para dar algumas respostas.

Segundo, nessa questão da violência contra a mulher, da violência em geral, mas especialmente da violência contra a mulher, eu penso que, enquanto não diminuirmos o papel e a importância da propriedade e colocarmos o ser humano em primeiro lugar... Todo o nosso arcabouço legal é dividido entre a importância da propriedade e os direitos das pessoas. E o que acontece em relação à agressão do homem à mulher, do meu ponto de vista, é porque ele culturalmente, interiormente, vê a mulher como propriedade dele. Ele casou com ela, ela é propriedade dele, então a propriedade está a serviço dele, e ele pode fazer o que achar melhor, o que entender e o que aquele momento lhe permite, dada inclusive a sua superioridade física, na maioria das vezes.

Então, esse sentimento de propriedade do homem sobre a mulher precisa ser combatido. E para ser combatido, eu acho que é um aprofundamento do processo educacional desde a infância. É necessário haver punições severas. Mas, também, da mesma maneira que queremos ressocializar os outros tipos de crimes, temos que encontrar uma forma de ressocializar e, como disse a Deputada Erika Kokay, ressignificar a vida desse homem no sentido de que ele tem que compreender também, porque nós o punimos hoje, ele volta, amanhã ele agride outra mulher, nós o punimos novamente, amanhã ele volta e agride outra mulher.

Então, é preciso que nós também façamos investimento no sentido de que esse homem possa ser ressignificado e conscientizado de que o papel na convivência a dois é de parceria.

O que eu não quero para mim eu não posso aplicar ao outro, então eu tenho que entender. Eu não quero ser agredido fisicamente. Então, se eu não quero isso para mim, eu não posso fazer à minha companheira isso.

Não é um debate fácil. As campanhas se sucedem. Eu participei há pouco, no Estado do Tocantins, da abertura da campanha Quem Ama Abraça, com essa temática, e tive oportunidade de dizer que precisamos

ensinar todos e todas a amar. Se quem ama abraça, nós não podemos ter ninguém que odeie, porque senão nós vamos continuar tendo a agressão, a violência.

Essa não é uma temática sobre a qual eu estou catedraticamente preparado para debater, mas no cotidiano, por força da vida... Eu, que nasci em um lar muito pacífico, nunca vi meu pai sequer levantar a voz para a minha mãe. Ele viveu com ela até os 45 anos de vida dela, ela faleceu. Mas eu não me lembro, na minha criancice, na minha infância, na minha adolescência, de meu pai e minha mãe brigarem. Meu pai tinha uma parceria com a minha mãe em que ela governava a casa, mas parecia que era ele que governava. Então, é uma coisa que não é na brutalidade ou na dureza, às vezes, que se resolve, é no convencimento de quem está certo, do que é melhor para a família. E a minha mãe soube convencer o meu pai sempre de que ela estava certa, de que o melhor para a família era aquele caminho, desde tirar os filhos da roça para levar para cidade, porque meu pai gostaria que nós estivéssemos trabalhando com ele lá no eito. Ela foi convencendo-o a levar todos os filhos para a cidade para estudar e a mudar para a cidade e deixar o campo, porque o futuro dos filhos estava em estudar.

Então, eu penso que essa temática precisa ser muito aprofundada. Mas ao agressor não cabe outra coisa senão ser combatido, penalizado sistematicamente. E o Estado, com o papel que tem de que cuidar de todos, tem que também prover condições para que esse homem agressor possa ser ressignificado, para usar uma expressão aqui da Deputada Erika Kokay.

Era isso. Eu não estou aqui desde o início porque aqui, como sabe a Senadora Regina, nós estamos às vezes em três Comissões ao mesmo tempo. Eu, além de estar ali na Comissão de Meio Ambiente, que tinha uns temas para debater, e eu tinha que estar presente, eu ainda tive que fazer uma reunião sobre a MP 9.696, que é uma medida provisória que vamos votar hoje.

O trabalho é intenso, mas eu faço questão, na medida do possível, de estar aqui sempre presente nesta Comissão, que é importante para mim.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Senador Donizeti.

Eu quero repetir que a audiência é transmitida pela TV Senado e pela Rádio Senado e que ela deve ser repetida. A grande vantagem desta Comissão é que fazemos o debate independente de ter uma plateia muito grande. Mas ela, além de ser transmitida, é repetida depois, geralmente à noite, e pode-se atingir o maior número de pessoas da população brasileira com esse debate.

Nós temos uma pessoa da plateia inscrita. Não sei se há mais alguém. Eu também tenho um limite, às 12h eu quero retornar para a Mesa, porque quanto mais coisas tirarmos dos convidados, mais vai enriquecer o nosso relatório.

Então, eu tenho que retornar aqui para cada um pelo menos três ou cinco minutos. Mas eu tenho aqui Fernanda Falcomer, psicóloga da equipe do PAV Alecrim, programa da Secretaria de Saúde do Distrito Federal que atende homens autores de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Quero dizer que, para a plenária, infelizmente, o tempo não é livre como foi para os Parlamentares.

Fernanda, são três minutos, com a tolerância de mais um.

A SRª FERNANDA FALCOMER – Bom dia.

Eu queria, primeiramente, parabenizar a iniciativa de trazer esse tema tão importante para esta Casa, nesse debate tão rico. Eu acho que as contribuições estão fantásticas.

Eu sou Fernanda, sou psicóloga da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, sou uma profissional do SUS e falo aqui em nome de uma equipe que desempenha um trabalho de atendimento ao autor de violência sexual.

O nosso enfoque, no momento, é contra crianças e adolescentes. É um serviço exclusivamente SUS, que está sendo desenvolvido aqui, no Distrito Federal, desde 2013.

Eu pedi a palavra para uma breve contribuição no sentido de trazer a vocês rapidamente a importância desse tema e desse atendimento à pessoa que comete a violência.

O nosso trabalho, então, compõe uma rede de atendimento, chamada Rede Esperança, ela atende a vítima e o autor de violência sexual. Então, são 14 programas que atendem a vítima, em todos os ciclos de vida, na rede de saúde do DF, crianças, adolescentes, mulheres, homens e idosos; dois programas que atendem adolescente autor de violência sexual em família e individual.

Esse trabalho já é desenvolvido desde 2009. É um trabalho em pesquisa, também, com algumas contribuições científicas. E esse trabalho exclusivo com homem autor de violência sexual contra criança e adolescente iniciou-se em 2013, e vimos desenvolvendo. Nós já passamos por cem homens durante dois anos de atendimento. Esse trabalho compõe essa linha de cuidado que a Luciana tão bem colocou, que inicia num trabalho dentro da saúde prisional da rede do Distrito Federal. E o nosso trabalho funciona no meio aberto.

A minha contribuição é no sentido de que a nossa intervenção – eu acho que complementa um pouco e concorda com o que foi falado – precisa ser cultural no sentido de promover a quebra do ciclo da violência por meio de uma mudança dessa forma de se relacionar.

Na nossa visão, no trabalho da reeducação do autor, tem que ser oferecida a responsabilização, porque nós ouvimos da fala deles a importância de terem sido presos. Apesar de todo o sofrimento interno lá do sistema, como isso também pode funcionar como meio de evitar a incidência. Tem que oferecer o atendimento, mas tem que me desenvolver ações de prevenção. Então, reeducar o agressor passa por essa questão de começar a trabalhar com os homens pelo fim da violência, começar a conscientizar as crianças a respeito disso, não conversar com adolescentes só no momento em que eles iniciam a vida sexual, para oferecer o preservativo, mas trazer também um debate de uma orientação sobre a sexualidade e de como conviver, executar e viver essa sexualidade sem violência.

Eu gostaria de agradecer. Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Fernanda.

Nós temos tempo para mais uma ou duas intervenções da plenária. Há alguém que deseje ainda falar? (*Pausa.*)

Bom, não se manifestou ninguém da plenária, então vamos voltar para a Mesa, para as considerações finais e acréscimos que queiram fazer, para podermos depois promover o encerramento.

Vamos pela mesma ordem. Quem começou faz tempo que falou, então vai falar de novo. É o Dr. Jamilson, para falar mais uma vez do seu Projeto de Lei nº 328, de 2013. Vejam, que é de 2013 e ainda hoje está na CCJ, que é a primeira. Quer dizer, isso prova que o tema... Porque quando alguém quer, coloca um projeto de lei hoje, pede urgência, vota, e amanhã já está no Plenário, passa por cima das Comissões. Então, nós precisamos também ter esse cuidado na questão dos projetos de lei que dizem respeito a esse tema, para fazermos com que tramitem mais rápido.

O SR. JAMILSON HADDAD CAMPOS – Obrigado, Senadora Regina. Eu quero defender aqui também que seja colocado como pauta prioritária no País a questão de gênero, inclusive nas escolas.

Eu quero dizer que esse Projeto de Lei nº 328, de 2013, no último Fonavid (Fórum Nacional de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher), teve recomendação aprovada para todos os tribunais brasileiros, e eu participei em dois painéis.

Eu quero dizer que, lá em Mato Grosso, essa audiência de admoestação teve total apoio. Eu quero novamente parabenizar a promotora Lindinalva, sempre parceira nesses projetos sociais. Nós temos um Ministério Público muito atuante e que é parceiro do Poder Judiciário, trabalhamos em sintonia lá em Mato Grosso.

O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, Senadora Regina, tem desenvolvido essa campanha Paz em Casa em todas as unidades do Judiciário estadual.

E esse projeto é importante porque não teve nenhuma reincidência naquela audiência de admoestação que realizei.

Eu quero dizer que eu participei de um curso, em Turim, na Itália, sobre sistema penitenciário e direitos humanos, onde fiquei sabendo que, na Alemanha, quando tratados de maneira psicossocial, com psicólogos do sistema social, agressores, inclusive com grau de psicopatia, tiveram reincidência de apenas 13%. Isso significa que, quando o trabalho é tratado de maneira prioritária, séria, técnica, é possível.

Eu quero colocar o Fonavid (Fórum Nacional de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher), do qual sou coordenador, representante da Região Centro-Oeste na Comissão Legislativa do Fórum Nacional, Senadora – a presidente é juíza Madgéli, do Rio Grande do Sul, que também tem desenvolvido essa campanha – à disposição para contribuir, Srs. Parlamentares, no que seja melhor para o Brasil.

Vamos abraçar essa causa, Senadora, que ela atinge não só as mulheres vítimas de violência doméstica, mas atinge os agressores, atinge os filhos, atinge o ser humano, porque é uma questão de epidemia em relação aos direitos humanos essa violência. E tem que ser priorizado, porque vai atingir, de maneira bastante positiva, o sistema penitenciário, porque geralmente 50%, nos finais de semana, são delitos de violência doméstica. Ela impacta no tratamento, como a promotora Drª Lindalva disse, em relação aos dependentes químicos e de álcool, porque tem sido desenvolvido no sistema penitenciário de forma muito positiva. Foi premiado agora pelo Conselho Nacional do Ministério Público, trata uma incidência muito grande dessas dependências químicas e atingirá as escolas com uma reeducação em relação a essa vivência, porque, dentro da programação neurolinguística, como falei no início, a pessoa é formada em todo o seu desenvolvimento humano.

Por isso que deve ser prioritária essa Lei nº 11.340, de 2006, colocando o art. 35 dessa lei para os Centros de Reflexão e Recuperação em relação aos agressores, porque são pessoas humanas, representam o povo brasileiro. E dentro do princípio da igualdade constitucional e de fraternidade da eticidade no novo Código Civil,

nós devemos, sim, o Brasil, levantar essa bandeira, porque, em quinto lugar, eu tenho certeza de que, se possível, nem mais fazer parte dessa estatística negativa, desde que seja priorizada essa temática.

Muito obrigado, Senadora Regina. Eu quero parabenizar o Senador José Medeiros, de Mato Grosso, pelo empenho e pelo período de relatoria desse projeto.

Mato Grosso está à disposição. O Judiciário está muito feliz com a preocupação do Senado Federal, Senadora Regina, com um tema tão relevante para o nosso País. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Dr. Jamilson.

Vamos para a Érica Vericia, promotora de justiça, coordenadora do Núcleo de Apoio à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar do Ministério Público do Rio Grande do Norte.

A SRª ÉRICA VERICIA CANUTO DE OLIVEIRA VERAS – Senadora Regina, depois de tantos relatos, eu me lembrei agora de um caso. Fizemos uma visita a uma residência e havia uma criança de 6 anos, um menino, com a faca, furando a irmãzinha por debaixo da mesa, e, no relato dele, ele dizia: "Eu estou treinando, aprendendo a fazer igual ao meu pai". Então, cada vez mais temos certeza de que essa violência não nasce com o homem. O homem não é o agressor, ele não é naturalmente o agressor. Mas essa violência é apreendida, ela é vista, ela é escutada, ela é reforçada por diversas instituições, uma violência simbólica pela escola, pelas instituições públicas, pela igreja, pela própria sociedade, pelos amigos. E essa violência vem se internalizando nas pessoas. São hábitos que fazem com que um dia elas tratem de maneira muito natural. Homens e mulheres reproduzem atos machistas e atos de hierarquia de gênero.

Nós vemos que hoje adolescentes, em um namoro bem novo, precoce, já reproduzem esse tipo de violência de gênero, já pedindo senha de Facebook, já proibindo roupa, já proibindo falar com ex-namorado, proibindo determinadas condutas. Isso vai se naturalizando e cada vez mais se internalizando no seio da sociedade, de maneira muito natural, com uma violência também simbólica contra a sexualidade da mulher, principalmente da mulher, em propagandas, mulheres sendo colocadas realmente como objetos de consumo.

Nós vemos o número de estupros, que tem aumentado. Pelo menos no meu Estado, a prática hoje comum é assaltar e estuprar as mulheres. Quantas mulheres estiverem naquele ambiente são estupradas.

O maior medo da mulher hoje não é ser assaltada, não é a violência urbana, mas é a violência de gênero. Se ela encontra um homem na rua à meia-noite, ela não tem o medo de ser assaltada, ela tem medo de ser estuprada. Se ela encontra um homem, quando vê outra mulher, ela sente um alívio. Mas quando vê um homem em determinado ambiente, sozinha, ela sente medo de ser estuprada, porque ela sabe que é esse o direcionamento da violência. E também sabe, como já foi dito, que ela vai ser colocada como a verdadeira autora – com que roupa estava, com quem estava, por que estava sozinha, por que bebeu, porque se acompanhou. Você realmente não estava "dando mole", como se diz no linguajar popular? Então, por essa violência é que nós falamos que realmente temos que reeducar o autor da violência de gênero. Mas essa educação tem que perpassar todos os níveis desde a educação em nível fundamental. Nós temos que reeducar e se colocar de maneira diferente, homens e mulheres se policiando, para não continuar reproduzindo esse tipo de violência.

Só também para noticiar, uma única vez o Governo Federal abriu um edital para esse Centro de Reabilitação do Agressor, previsto na Lei Maria da Penha. Se não me engano, foi em 2009 ou 2010. E abriu o edital pelo Depen, do Ministério da Justiça. Nosso Estado concorreu. Inclusive, fui eu que fiz o projeto para o Estado do Rio Grande do Norte. Nós fomos vencedores, ganhamos o edital. Mas, como esse tipo de repasse para o enfrentamento da violência de gênero não é fundo a fundo, nós perdemos porque o meu Estado, o Rio Grande do Norte, à época, estava inadimplente, Senadora Fátima Bezerra. Nós perdemos o edital de um centro de recuperação de agressor que ganhamos, porque o Estado estava inadimplente e não tivemos essa possibilidade de instalar, embora com toda a previsão.

(Soa a campainha.)

A SRª ÉRICA VERICIA CANUTO DE OLIVEIRA VERAS – Então, nós vemos a importância desses centros, a importância de que essa reeducação não seja dirigida somente ao autor de violência de gênero, mas também para mulheres, em razão do empoderamento. Mas não só empoderamento, mas ela como uma das responsáveis, também dividindo com os homens essa educação dos filhos e de outras pessoas, comunicando à sociedade que ela também possa passar uma postura diferente, uma educação diferente.

Hoje as mulheres sofrem não é só a violência doméstica, dentro de casa, mas na rua ela sofre violência quando sai, o psiu, a cantada, o estupro, ou o assédio, ou o assédio no ambiente do trabalho.

Cinquenta e dois por cento das mulheres que trabalham, segundo a OIT, sofreram algum tipo de assédio sexual. Setenta por cento das mulheres que frequentam a internet já sofreram algum tipo de assédio. E essa violência também dentro dos lares é 100%, porque, no momento em que a gente tem uma não divisão do trabalho doméstico, colocando sobre os ombros da mulher a dupla jornada, que alguém inventou que era dela,

temos uma violência, uma retirada de oportunidades. As mulheres deixam de ocupar espaços públicos, deixam de ocupar debates, as mulheres deixam de frequentar escola, elas têm menos tempo para brincar, menos tempo para socializar. Então, 100% essa cultura machista vem violando direitos.

Eu coloco o Ministério Público do Rio Grande do Norte, Senadora, à disposição da Comissão, para contribuir, para colaborar com a construção desse enfrentamento à violência de gênero contra a mulher. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Drª Érica.

Nós vamos passar para a Luciana Beco. Antes, eu vou registrar a presença da Senadora Fátima Bezerra.

Dá para esperar todos falarem? Depois você fala?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Com certeza.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Está bem. Obrigada, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Eu estive aqui, enfim, tive que representar a Comissão de Educação e Cultura lá no Seminário, na Câmara. Foi por isso, Senadora Regina, que eu já não tinha chegado aqui à Comissão. Mas aguardarei, sem dúvida nenhuma.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – O.k.

Estamos também com a nossa Presidenta da Comissão de Combate à Violência Contra a Mulher, que é uma comissão mista, Câmara e Senado, Senadora Simone Tebet, que está chegando também.

Senadora, nós estamos nas considerações finais. E estamos propondo deixar que eles falem, porque aí vocês até se apropriam de alguma coisa e, depois, se a senhora e a Senadora Fátima quiserem podem fazer uma intervenção. Pode ser assim?

Eu queria só registrar também que a nossa Procuradora da Mulher, Senadora Vanessa Grazziotin, passou por aqui, mas, como foi dito aqui, todo mundo está em muitas Comissões.

Eu mesma perdi hoje as Comissões de Educação e de Meio Ambiente. Eu não fui lá, não sei o que se passou, depois vou me inteirar, porque tinha que presidir aqui. Então, é muita coisa acontecendo ao mesmo tempo.

Mas vamos passar para a Luciana, psicóloga da Secretaria de Saúde do DF.

A SRª LUCIANA BECO MADUREIRA – Mais uma vez agradeço, Senadora, a oportunidade de falar.

O presídio é um lugar que tem muito pouca voz, nós aparecemos pouco. E falamos de pessoas que ninguém quer ouvir, também, de pessoas que estão ali para serem esquecidas. No entanto, eles não serão esquecidos, porque eles estarão novamente no nosso convívio.

Eu queria só colocar alguns pontos, lembrando que a sexualidade não é um ato meramente biológico, instintivo. Então, essa prevenção passa pela educação dos afetos também. Os internos falam muito: "Por que não fizeram esse trabalho com a gente antes? Por que nós, como homens, não tivemos essa fala antes de cometer esse crime? Eu gostaria de ter falado sobre isso". Apesar de, na fala deles, virem todas as minimizações, também vem a fala: "Eu gostaria de ter visto isso antes de ter praticado."

Lembrando também que a reincidência aumenta ao longo do tempo. Então, os estudos de reincidência não podem ser vistos só na saída, eles são longitudinais. Então, esses presos, quando saem, os egressos, eles precisam ser carinhosamente vigiados ao longo de sua vida, porque, quanto mais tempo eles passam novamente em convívio, talvez mais tranquilos vão ficando, mais frouxos vão ficando os olhares, e porventura eles possam vir novamente a reincidir. Se não para todos os casos, pelo menos para aqueles que são obviamente compulsivos, que a Justiça possa olhar isso com carinho, para que eles sejam, sim... Não que eles fiquem devendo à Justiça eternamente, mas são pessoas que precisam ser olhadas.

E assim, gente, não existem monstros, infelizmente. Não há nenhum marciano, nenhum ET vindo a este planeta para cometer monstruosidades. Não, são seres humanos que fazem essas monstruosidades. São capazes de atos monstruosos; no entanto, são seres humanos. Nós precisamos tratá-los como seres humanos. E nós percebemos, no presídio, que, quando eles são olhados como pessoas, eles passam a se comportar como pessoas. Se nós conseguimos passar por cima desse olhar punitivo, nós conseguimos acessá-los. E é real, as meninas aí estão com uma experiência maravilhosa. De todas as experiências faladas, eu acho que nós estamos no caminho certo no sentido de tentar antecipar. Mas lembrando: eles vão sair. Nós precisamos trabalhar com eles quando entram no presídio, quando eles se mantêm lá dentro, quando eles estão saindo e quando eles saem, com o PAV Alecrim ou com o que quer que seja.

Era só para deixar reforçado isso.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Luciana.

Eu queria convidar a Senadora Fátima para vir um pouquinho a esta Mesa, se puder. Eu estou desenvolvendo bronquite. Eu já disse isso, mas vocês estão chegando agora. De vez em quando, nós temos que dar uma saída.

Agora vai ser a Promotora Lindinalva, de Mato Grosso. E a Senadora Fátima preside um pouco aqui para mim, por favor.

A SRª LINDINALVA RODRIGUES DALLA COSTA – Eu agradeço novamente a iniciativa da Senadora Regina Sousa. Eu entendo que este Parlamento tem feito um trabalho muito interessante no enfrentamento à violência doméstica desde a CPMI. E não há outro caminho. As políticas públicas devem surgir, com urgência, para nós enfrentarmos essa questão. Por quê? Porque não adianta, as mulheres são agredidas no País, hoje, porque a comida não está pronta. As mulheres são arrastadas pelo cabelo porque negam o sexo para o parceiro daquela forma e naquele dia.

As mulheres são agredidas hoje, tendo emprego, trabalhando, recebendo o seu salário, não sendo os homens provedores, porque eles querem ainda ter o controle sobre elas.

E como se matam as mulheres? "Ah, então nós vamos tirar as armas dos homens e, assim, nós vamos proteger as mulheres". Não vamos! Não vamos, porque as mulheres são assassinadas com o que estiver perto. As mulheres são assassinadas com fio de telefone, fio de televisão, chute, pontapé, banco, asfixiadas, porque os homens são mais fortes e porque eles estão usando essa força, infelizmente, quando são desagradados ou quando eles veem que a mulher não aceita mais a relação afetiva. Ele tem aquele sentimento de posse. Ele vê que a mulher não vai retomar a relação. E em 77% desses casos que ele a mata.

Então, qual é a saída pra nós, mulheres? E para os homens, porque a maioria dos homens não aceita essa violência; a maioria dos homens tem irmãs, tem filhas e, de forma alguma, concorda com essa violação de gênero. A saída para nós, sem dúvida alguma, é a educação. Uma educação não machista, que passa pela reeducação desses homens, para que eles vejam essas mulheres não como propriedade sua, para que eles aceitem o não dessas mulheres. "Ah, eu não quero mais conviver com você" – e que isso não signifique a morte para esses homens.

O Flávio Gikovate diz que o amor romântico é regido pela impossibilidade. Quanto menos o outro lhe quer, mais você se apaixona. E é dessa forma que a gente vê. O cidadão nem estava mais convivendo com aquela mulher, já tinha outra família, outros filhos. Mas, de repente, a mulher arruma um namorado, refaz a sua vida, e ele fica doido por ela, passa a ficar obcecado por ela: "Se você não for minha, não vai ser de mais ninguém". Isso nós ouvimos. Nós podemos ver os processos de todos os Estados do Brasil e do mundo, que vamos ver o mesmo *modus operandi,* o mesmo modo de agir dos nossos agressores, porque é um modo de agir dos homens preconceituosos e machistas, que ainda se acham os donos dessas mulheres.

Nós só vamos conseguir combater esse mal através da educação e da reeducação desses jovens, que estão hoje bebendo de forma desregrada, cada vez mais, tanto os homens como as mulheres. Então, fica difícil, porque isso acaba aumentando o conflito entre eles e, às vezes, se ele é agressivo, ele acaba colocando mais para fora essa agressividade. Então, nós precisamos ir para essas escolas. Esses jovens precisam ser alertados, desde que começam as suas relações afetivas, de que não há essa relação de mulher-objeto, de propriedade. Só assim o mundo vai deixar de ser masculino e nós, mulheres, vamos conseguir viver com menos violência de gênero.

Com esta iniciativa, com este debate, começa, assim como outros debates que nós temos nesta Casa, essa importante caminhada para essa reeducação.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Agradecemos à Drª Lindinalva, Promotora de Justiça do Estado de Mato Grosso, pela importante contribuição que traz ao debate.

Nós ainda temos três convidadas para fazer uso da palavra. Mas a Senadora Simone Tebet, que é inclusive a Presidente da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, que vem desenvolvendo um importante trabalho...

O fato é que, aqui no Senado, é uma correria muito grande, nós temos que estar ao mesmo tempo em diversos lugares. E neste momento, a Senadora está sendo chamada a relatar um projeto de lei na Comissão de Educação. Daí porque, com a anuência aqui dos nossos convidados e convidadas, nós vamos, com muita honra, passar a palavra à Senadora Simone.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada, Presidente, Senadora Fátima Bezerra.

Eu não posso começar a minha fala sem antes agradecer e parabenizar a Senadora Regina Sousa pelo brilhante trabalho que tem feito como membro da Comissão de Direitos Humanos, mas principalmente por ter aceito essa árdua mas importante missão de tratar da questão da violência contra a mulher, das políticas públicas que estão ocorrendo no Brasil como o grande trabalho desta Comissão, do final do ano, a ser votado no início do ano que vem.

Ela, como Relatora dessa questão de avaliação de políticas públicas, tem feito um belíssimo trabalho, inúmeras audiências públicas. Eu me sinto feliz, e a Comissão Mista de Combate à Violência Contra a Mulher

se sente muito bem representada pelo trabalho que ela tem feito. Então, ficam aqui as minhas homenagens sinceras à nossa querida colega Senadora Regina Sousa.

Eu quero dizer que é um prazer poder estar recebendo as autoridades que se fazem aqui presentes. Infelizmente, eu não pude participar de toda a audiência pública e vou ter que me ausentar, como eu disse, porque vou relatar um projeto na Comissão de Educação. Mas eu gostaria aqui de fazer algumas observações.

Não tenho a experiência de V. Sªs, que estão no dia a dia convivendo com essa triste realidade, que mancha a história do povo brasileiro, que é a violência absurda que a mulher hoje sofre no Brasil. As estatísticas são estarrecedoras: uma em cada quatro ou cinco mulheres sofreu, sofre ou sofrerá algum tipo de violência durante a sua vida, seja sexual, seja psicológica, seja física.

De qualquer forma, como eu disse a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que apurou todas essas informações, essa violência não só compromete a integridade física e psíquica da mulher, como a integridade física e psíquica da família, consequentemente, das futuras gerações do Brasil. Porque, na realidade, se a mãe não estiver bem para cuidar dos seus filhos, é claro que esses filhos são tão vítimas quanto as mães. A menina que leva para a sua vida adulta a consequência de uma educação que aprende dentro de casa, de que as coisas são assim mesmo e que tem que se submeter a isso no futuro, e os meninos, que se espelham nos pais e, muitas vezes, ou têm consciência e se afastam do pai, o que é tão nocivo quanto, porque a relação exige a presença do pai eternamente, ou eles acabam fazendo da experiência do pai um exemplo de vida. Esse ciclo vicioso nós não conseguimos romper.

Eu acho que esse tema é fundamental. A Lei Maria da Penha – essa é a contribuição que quero deixar aqui da pouca experiência que tenho neste quase um ano de trabalho – foi realmente um divisor de águas. Ela conseguiu integrar em um único documento uma agenda propositiva no que se refere à prevenção, à assistência e à repressão.

No que se refere à assistência e à repressão, eu acho até que estamos bem servidos. Nós temos aí, no caso da assistência, políticas públicas, leis exigindo que os hospitais recebam essas mulheres, notifiquem o Ministério da Saúde, deem um atendimento. No caso da repressão, da mesma forma, nós temos a parceria do Ministério Público, do Poder Judiciário. Estamos avançando nas Delegacias Especializadas da Mulher, nos Juizados Especiais da Família. Nós estamos avançando.

Na parte legislativa, da mesma forma, como a Lei do Feminicídio, aprovada este ano no Congresso Nacional.

Na parte de prevenção, eu acho que temos realmente que ter o grande foco aí, seja na questão da reeducação do agressor – eu não vou nem entrar no mérito, V. Sªs já o fizeram, não vou entrar em detalhes em relação a isso –, mas, principalmente, na educação dos futuros propensos agressores. Aí é que falta. E nós precisamos ver, na nossa Comissão, Senadora Fátima, na Comissão de Educação, como tratar essa questão dentro da escola, sim.

Se é na grade curricular, se é uma atividade extracurricular, nós vamos discutir. Mas nós temos que mudar a mentalidade não é só do homem, mas do menino e da menina, de que a menina tem que, sim, denunciar. Ela tem que se impor e tem que se colocar e deixar claro que é um direito dela ser igual e ser tratada com respeito em relação ao menino, quem sabe um possível agressor, de que as coisas não devem ser como estão.

Aí, eu finalizo dizendo que tudo que eu aprendi nesses 10 meses à frente da Comissão é que o grande mal está em que, infelizmente, a raiz do problema é muito antiga e complexa, ela é de cunho cultural, de que em briga de mulher ninguém mete a colher, de que as coisas sempre foram dessa forma e, portanto, é dessa forma que têm que continuar. Que nós temos que aceitar as músicas, o que diz a mídia, a televisão, em relação à sexualização da menina, à banalização e que nós podemos e temos que aceitar a música como ela vem e o que vem da imprensa e das redes sociais sem retrucar.

Eu parabenizo a Senadora Fátima Bezerra, porque o problema está na prevenção, seja na educação do futuro agressor e também da futura vítima, que são as meninas e as futuras mulheres, seja na rede reeducação do agressor.

Eu não poderia deixar de finalizar. Desculpem-me por me alongar, mas é que, Senadora Fátima, infelizmente, o meu Estado de Mato Grosso do Sul está na mídia nacional, e não pelos bons motivos e bons exemplos. Neste domingo à noite, foi apresentada pelo Fantástico uma matéria sobre prostituição infantil e pedofilia, envolvendo não só empresários, advogados ou profissionais liberais, mas envolvendo autoridades públicas, envolvendo a classe política, políticos.

Este é apenas o fio da meada. Há oito meses, o Ministério Público tem investigado, eu tenho acompanhado. Nós sabemos que corre em sigilo muita coisa, então não podemos nos pronunciar, eu estou atenta a esta questão. Mas eu não posso deixar aqui de manifestar a minha indignação, o meu constrangimento, a minha angústia, como sul-mato-grossense. Eu sei que isso não é um caso isolado em Mato Grosso do Sul, nem é um problema só de Mato Grosso do Sul, é um problema do Brasil e do mundo.

Eu deixo aqui a minha manifestação. Quem sabe está na hora não apenas de termos aí operações isoladas nos Estados ou operações federais acontecendo no Rio Grande do Norte, no sul do País ou no meio, no caso de Mato Grosso do Sul. Talvez uma força-tarefa, como aconteceu recentemente no Reino Unido, mas uma operação não federal, da Polícia Federal, uma operação nacional, envolvendo não Estados isolados, mas todos os Estados brasileiros. Uma operação envolvendo Polícia Federal, Ministério Público Federal, Justiça Federal, Ministério da Justiça, Secretarias de Segurança Pública, para fazermos uma operação nacional para varrermos de vez e punirmos, com rigor, essa mancha que é termos homens doentes – porque, para mim, isso é doença, no caso de crianças de zero a nove anos –, cometendo este tipo de situação, e nós tapando o sol com a peneira ou fingindo não vemos e jogando essa sujeira para debaixo do tapete. Se é doença, vamos tratar. Se é caso de perversão, ou de crueldade, ou de sem-vergonhice — é importante darmos os nomes aos bois –, que se puna, com rigor, e se condene esse indivíduo a permanecer preso pelo tempo que ele tiver de vida útil.

Muito obrigada. Desculpe pelo tempo, mas eu não poderia, como Presidente da Comissão, deixar de me manifestar. Senadora Fátima, parabéns, pelo belíssimo trabalho que desempenha na Comissão de Diretos Humano!

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senadora Simone, a participação de V. Exª é oportuna e muito importante exatamente por V. Exª, hoje, inclusive, estar à frente da Comissão Parlamentar de Inquérito Mista aqui, no âmbito do Congresso Nacional, Comissão esta voltada exatamente para o tema em debate aqui, que é o tema do combate sem tréguas que nós temos que fazer. E o Parlamento não pode se omitir, tem que dar a sua contribuição – é o seu dever –, que é o combate sem trégua à questão da violência, do preconceito e da discriminação contra a mulher.

De fato, o tema em debate hoje aqui, como você já mencionou, é um tema muito importante, porque trata exatamente de uma dimensão desse problema, que é o tema da reeducação do agressor. E V. Exª aqui, com muita propriedade, faz um destaque perfeito, por exemplo, da agenda da educação. Perfeito. A educação tem que ser pensada, de forma muito especial, dentro desse contexto, exatamente pelo que significa a questão da educação, pelo que significa exatamente a questão da escola como lugar mais sagrado do ponto de vista de formação de valores, de atitudes.

Depois da nossa casa, Senadora Regina, qual é o espaço mais sagrado para difundirmos as ideias, para formarmos valores, formarmos atitudes, Senadora Simone? É exatamente no âmbito da educação. Então, por isso que nós temos que ter um olhar muito voltado a que tipo de educação é essa que está sendo exatamente oferecida; se essa educação, infelizmente, ainda vem naquela direção de fortalecer cada vez mais o viés do ponto de vista do preconceito, da discriminação, Senadora Regina, ou se educação está exatamente tomando um rumo diferente, que é o rumo de combatermos todos esses conceitos da discriminação, da intolerância, da violência, etc., que tem toda uma carga de natureza cultural. Por isso mesmo que é tão desafiador. E por isso mesmo que isso é tema muito, muito forte da educação. Nós que militamos, inclusive, no campo da educação temos essa compreensão.

Agora há pouco mesmo, eu estava em um seminário representando a Comissão de Educação e Cultura da nossa Casa, da qual sou Vice-Presidente, e dizia lá: mais do que nunca, é preciso avançarmos no que diz respeito a uma educação que tenha uma concepção humanista, que tenha uma concepção solidária, a educação que tenha uma concepção cidadã, a educação que olhe de um lado as chamadas habilidades cognitivas e olhe também as habilidades não cognitivas. O que significa isso? Significa a educação olhar o ser humano na sua inteireza, seja o menino, seja a menina, dentro daquela visão que Paulo Freire nos ensinou, de você olhar a educação como um todo e, dentro dessa concepção que defendemos, de educação humanista, solidária, fraterna, prepararmos para o mundo, para a vida, para o trabalho, abolindo todos esses preconceitos etc.

Para terminar, antes de convidar a Senadora Regina para conduzir os trabalhos da Mesa, quero também aqui me somar à Senadora Simone no que diz respeito à reportagem do Fantástico, no último domingo. Não foi só a Senadora Simone que, por ser lá do seu Estado, da sua terra natal, ficou triste, indignada. Ficou o Brasil inteiro. Ficamos todos nós.

A Senadora tem toda a razão, o problema da prostituição infantojuvenil, infelizmente, não é um problema só de Mato Grosso, é no meu Estado, é no Nordeste, é no Brasil inteiro, é pelo mundo afora. É um problema que, ao ser mostrado em cadeia nacional, como foi mostrado, não deve servir apenas para nos indignar. Essas denúncias, quando vêm à tona, devem, sobretudo, servir para que, no lugar que ocupamos, por exemplo, no âmbito do Parlamento, possamos nos somar no que diz respeito às iniciativas de combate a essa chaga.

Por fim, Senadora Simone, eu convido a Senadora Regina para concluir aqui os trabalhos eu volto lá para a bancada, porque eu quero ouvir agora a representante da nossa Central Única dos Trabalhadores e ouvir o restante da Mesa, para depois me colocar.

Mas eu quero dizer à Senadora Simone Tebet que nós realizamos audiência pública em Natal, na sexta-feira, da Comissão Mista do Combate à Violência.

A Drª Érica estava lá. Foi muito importante a audiência, muito mesmo.

A SRª VERGÍNIA DIRAMI BERRIEL – Eu quero agradecer o convite, agradecer à Senadora Regina Sousa, mais uma vez, por trabalhar esse tema que é tão caro para nós, mulheres, e também para os homens, eu tenho certeza.

O grande desafio nosso, com toda certeza, é o combate. A raiz do problema é o combate à violência. Para combatê-la, nós temos que trabalhar na escola, mesmo, desde as crianças pequenas. Levar esse tema para as escolas eu acho que é a grande oportunidade de salvar mulheres e salvar homens, de ter um futuro mais igual para brasileiros e brasileiras, haja vista o que aconteceu no Enem. Este foi o tema do Enem, e nós tivemos tanto desgosto de alguns homens e até de algumas mulheres com relação ao tema, porque estão distantes do tema, estão distantes do cotidiano dessas pessoas Então, nós temos que introduzir o tema do combate à violência nas escolas, para fazer parte mesmo do currículo escolar, se nós quisermos reduzir os números tão alarmantes de homicídios, de violência contra as mulheres. Um tapa não dói? Dói. Um tapa dói e dói muito. E não é só por conta de um tapa, é por conta de uma sociedade que está doente, uma sociedade que cria principalmente políticos, que deveriam fazer leis. E volto a dizer aqui, sem nenhum problema, sem nenhum medo: políticos como os Cunhas da vida que criam leis absurdas que colocam as mulheres como vítimas. Nós não podemos permitir isso.

E nós não podemos permitir que políticos, sejam doentes, sejam aqueles que transformem meninas em grandes problemas para a vida delas... É a maior das violências a sedução contra... É uma menina, é pedofilia, de 9 anos, de 10 anos, como o ocorrido, infelizmente, em Mato Grosso. Não só o Estado de Mato Grosso está triste, mas todo o País, porque é crime. A violência contra a mulher é crime. A violência contra as crianças, contra adolescentes, é crime maior ainda.

Além de militar na Central Única dos Trabalhadores, eu também sou integrante do Movimento Humanos Direitos (MHuD), que é um movimento composto por artistas, e eu estou lá desde a sua fundação. Uma das nossas frentes de luta, além do combate ao trabalho escravo, é também o combate à prostituição infantil. Nós temos que ter força para debater essas questões, e acho que aqui está acontecendo isso. Mas tem que ser amplo e com campanhas eficazes nas mídias.

Eu volto a falar, nós temos a mídia pública, as concessões públicas, que deveriam divulgar e veicular campanhas de massa de combate à violência contra a mulher, porque somos nós quem pagamos essas mídias, a concessão é pública às redes públicas de televisão. Então, nós temos que trabalhar isso como política pública e cobrar dos veículos de comunicação as inserções lá na hora dos jornais, das novelas, que muitas vezes ensinam o crime, ensinam como violentar as mulheres. Nós temos que também colocar o combate através das grandes mídias.

É isso. Eu me coloco, através da Central Única dos Trabalhadores, à disposição, para também ajudar no combate e também ajudar nessa campanha tão importante da reeducação dos nossos agressores. Muitíssimo obrigada a todas e a todos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Vergínia.

Vamos passar, dado o avançado da hora, à Maísa Guimarães, psicóloga, gerente dos Núcleos de Atendimento à Família e Autores de Violência Doméstica do Distrito Federal.

A SRª MAÍSA GUIMARÃES – Por fim, eu gostaria de agradecer novamente a participação e indicar três grandes desafios, além dos que já foram postos na mesa. Um deles é a importância do fortalecimento de políticas públicas no enfrentamento à violência contra as mulheres, como eu coloquei na minha fala.

No DF, nos últimos três anos, a gente identifica quase 300% de aumento da demanda pelo serviço, mas não necessariamente acompanhada de um aumento no fortalecimento, na ampliação da equipe ou de recursos para esse tipo de serviço.

Então, precisamos pensar também nesse fortalecimento e definir, no caso específico do acompanhamento de homens autores de violência doméstica, os momentos processuais em que essa intervenção deve acontecer e os institutos jurídicos que permitam esse acompanhamento, para que não atuemos apenas no final do processo, no momento da condenação ou já no momento do encarceramento, porque perdemos um grande espaço de intervenção, que também é preventiva do agravamento da situação.

Então, precisamos, com clareza, identificar quais instrumentos jurídicos temos para garantir trabalho com os homens autores de violência doméstica. No caso da prevenção, concordo que ela ainda é o grande desafio que a Lei Maria da Penha propôs, mas que ainda está sendo pouco efetivado. E, claro, defendo que precisamos, sim, discutir gênero na escola, mas também precisamos de um comprometimento amplo da mídia com as questões da equidade de gênero.

Não é possível ainda vermos tantas situações de violência doméstica contra a mulher noticiadas na mídia como crimes passionais, como excesso de amor. É uma total desvirtuação da compreensão do que é cuidado, do que é respeito dentro de um relacionamento.

Então, acho que a mídia, com as campanhas publicitárias, novelas e todos seus aparatos de comunicação social, precisa se comprometer também nessa conscientização e nessa política de gênero. É isso.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Maísa.

Vou passar à última oradora, a Drª Maria Gabriela Prado Manssur, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, Coordenadora do Núcleo de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher na Grande São Paulo II.

A SRª MARIA GABRIELA PRADO MANSSUR – Obrigada, Senadora Regina.

Mais uma vez, parabenizo pela iniciativa e ressalto a importância de dar visibilidade a esse trabalho com os agressores, com os autores de violência e com os homens e meninos de uma forma geral, tanto no caráter preventivo quanto no caráter ressocializador.

Este mês nós tivemos dois grandes casos na promotoria em que atuo: uma mulher foi morta pelo uso abusivo de drogas – ela não foi morta com arma de fogo – e outra mulher foi morta por ciúmes, por enforcamento. Todas elas tinham feito registros de boletim de ocorrência e tinham medidas protetivas. Será que se nós tivéssemos trabalhado com esses homens, nós não teríamos evitado essas mortes?

Então, eu queria dizer que é um trabalho que, para mim – e entendo que para o Ministério Público do Estado de São Paulo também –, é um dos trabalhos que traz mais resultado na prevenção do combate à violência de gênero.

Queria relembrar a importância de nós ressaltarmos, no dia 6 de dezembro, a Campanha do Laço Branco, que são os homens que repudiam a violência contra a mulher, e levar esses temas para a mídia, para dar visibilidade ao envolvimento dos homens, para mostrar que não é uma luta só das mulheres. Nós protagonizamos essa luta, mas nós precisamos dos homens também ao lado dessas mulheres.

Essa campanha em São Paulo está sendo coordenada pelo Sérgio Barbosa, que é um grande lutador, um grande parceiro, nessa luta no combate à violência de gênero e no trabalho com os homens, no trabalho de responsabilização.

Precisamos também trazer mais pessoas, mais homens, para trabalhar com esse tema, e formar homens e mulheres para trabalhar com essa ressocialização e esse trabalho preventivo.

Também não poderia deixar de citar a campanha da ONU Mulheres, Eles por Elas. Ontem nós conseguimos a assinatura de 20 Prefeitos da Região Metropolitana de Campinas, que assinaram esse compromisso publicamente e se comprometeram, nos seus atos do Poder Executivo respeitar os direitos das mulheres e das meninas.

Vamos também agora à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em dezembro, colher assinaturas do Legislativo para o respeito, na elaboração das leis, aos direitos das mulheres. Nós não podemos admitir o retrocesso. É contra isso que nós temos que lutar.

Obrigada.

Também deixo aqui aberto o Ministério Público nessa parceria, para o que for necessário. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Drª Maria Gabriela.

Antes de passar para a Senadora Fátima, eu queria fazer um registro, até para alertar a minha equipe, que está assessorando a elaboração do relatório: a Lei Maria da Penha tem sido avaliada na sua eficácia em dois pontos: na denúncia e na punição. Então, são números. É verdade que as mulheres criaram mais coragem e denunciaram e é verdade que há mais prisões. Mas não basta a delegacia dizer que, de tantos casos, 70% foram presos. E que resultado isso teve? Quanto tempo eles ficaram presos? Para onde eles foram?

Então, não é este o relatório primordial para mim: números. Por isso eu considero esta audiência de hoje uma das mais importantes que nós fizemos: são ações ainda experimentais, ainda pontuais, que nós temos o dever de transformar em políticas de Estado. Que o Estado seja responsável por executá-las e por dar condições para que elas sejam executadas. Porque se as pessoas, nessas iniciativas individuais, já conseguem fazer tanto, imagina se tiverem o apoio do Poder Público. Então, é nessa linha que a gente precisa apresentar o relatório.

Senadora Fátima. E depois a gente encerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senadora Regina, primeiramente, eu quero aqui, também, mais uma vez, parabenizar seu trabalho e a sensibilidade que o mandato de V. Exª tem tido em contribuir no debate no que diz respeito à questão de gênero. V. Exª faz isso de maneira muito consistente, muito apropriada, não só nas Comissões específicas das quais participamos, mas, por exemplo, na Comissão de Direitos Humanos, da qual V. Exª, inclusive, é Vice-Presidente.

Segundo, quero aqui parabenizar todas as nossas convidadas e o convidado. Quero, enfim, saudar todos vocês. Permitam-me, na pessoa da nossa conterrânea Drª Érica, dizer aqui o carinho que nós temos pela Drª Érica, pelo trabalho que ela desenvolve lá no Rio Grande do Norte. Trabalho feito com muita dedicação, com muita seriedade e com muita qualidade.

A Drª Érica, hoje, em conjunto com a sua equipe, pequenininha, mas gigante, realmente tem sido uma referência lá no nosso Estado no que diz respeito à questão das ações, das políticas voltadas para o combate à questão da violência contra mulher. Ela tem feito um trabalho – faço questão de dizer aqui –, sobretudo, Senadora Regina, pautado por muita ousadia. As dificuldades lá são enormes, assim como no restante do País. Mas isso não a tem impedido, de maneira nenhuma, de levar adiante esse debate, essa luta, repito, com tanta ousadia, com ações concretas. Ela aqui, inclusive, mencionou as experiências em curso lá.

Terceiro, sexta-feira – inclusive a Drª Érica estava comigo lá na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte –, realizamos audiência pública lá no Rio Grande do Norte, dando sequência ao trabalho da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que trata do tema da violência contra mulher.

O Rio Grande do Norte foi o segundo Estado a realizar essa série de audiências públicas que vão percorrer todo o País. A audiência, claro, é importante e se faz necessária, sobretudo para a gente atualizar a realidade, para a gente traçar um mapa atualizado dos problemas que o nosso Estado enfrenta no que diz respeito a essa temática, que não difere, infelizmente, da maioria do restante do País.

O Rio Grande do Norte, para se ter uma ideia, nessa última década, de 2003 a 2013, Senadora Regina, teve a violência contra as mulheres aumentada, em nada mais nada menos, do que 173%. A gente fica se perguntando por que isso. Claro que isso, primeiro, porque com as políticas em curso, como a Lei Maria da Penha, etc, como disse aqui a Senadora Regina, isso encorajou mais as mulheres a mostrar sua cara, a cara de dor, enfim, e denunciarem.

Em que pese – nós sabemos ainda, e você sabe melhor do que eu – a subnotificação que ainda existe no que diz respeito a essa realidade. O que eu quero dizer com isso? Que, provavelmente, esse índice é ainda bem maior. Eu acho a gente deve que tratar desse tema não apenas para constatar, mas, sobretudo, para pensar e pôr em prática o que deve ser feito daqui para frente. É esse o nosso papel, onde estivermos, seja no movimento social, no âmbito do Parlamento, no âmbito da sociedade, do Governo etc.

O tema em debate, que vocês trazem, que é um recorte desse programa maior que é a questão da violência de gênero, que é a questão da reeducação dos agressores, é um tema extremamente estratégico e muito, muito especial. A gente tem que ver que tratar desse tema, Senadora Regina, tem que ser dentro da realidade como um todo. E a realidade como um todo nos remete, por exemplo, em momentos como esse, a, mais uma vez, afirmar o quanto é necessário avançar.

Eu faço minhas aqui as palavras de Regina e de Simone. Eu acredito que, fruto da participação da luta das mulheres, dos movimentos sociais, demos passos importantes do ponto de vista de legislação. Legislações, inclusive, ousadas, modernas. A legislação Maria da Penha não é uma lei qualquer, de maneira nenhuma. Pois é, a legislação, por exemplo, do feminicídio não é uma legislação qualquer, de maneira nenhuma, é uma lei ousada, é uma lei moderna.

Avançamos, mais o quanto nós precisamos avançar ainda do ponto de vista de cobrar da sociedade civil, do Parlamento e dos governos aquilo que é competência dos governos, que é a obrigação dos governos. Por exemplo, só para terminar, em debates dessa natureza é sempre bom aqui ficar as seguintes perguntas no ar: quais são as estruturas que os Estados e os Municípios disponibilizam para que seja levada a efeito a rede de proteção e defesa dos interesses das mulheres? Como são essas secretarias municipais e essas secretarias estaduais de mulheres pelo País afora? É só no papel?

Elas têm orçamento? Elas têm estrutura? Essa pergunta vale para os governos municipais, vale para os governos estaduais, vale, por exemplo, para o Governo Federal também. Como é que está essa rede? As casas abrigo, as delegacias, os centros de referência, etc. Então, ficam aqui essas perguntas para que nós, para que a sociedade reflita sobre isso. Para que a gente possa avançar, é necessário que a gente disponha dos instrumentos necessários para a gente fazer esse combate todo.

Por fim, a questão, também, do ponto de vista do Parlamento. O que este Parlamento está fazendo, não só para contribuir, do ponto de vista do enfrentamento desses problemas e, portanto, de empoderamento das mulheres? Aqui já mencionamos os avanços, mas, nesse momento, também cabe a pergunta: o Parlamento está tomando atitudes, nesse momento, que vêm na direção de trazer retrocessos?

Eu acho que está e de forma grave, de forma grave mesmo! A sociedade precisa pensar sobre isso. Infelizmente, agendas em debate hoje, no Congresso Nacional, são agendas que atentam contra os direitos humanos como um todo; agendas que atentam contra os direitos humanos das mulheres; projetos, por exemplo, como

o Estatuto da Família, em debate, aqui dentro, da forma como está apresentado, significa, sem dúvida nenhuma, um retrocesso muito grande, para aquilo que queremos avançar, do ponto de vista da cultura humanista.

O projeto de lei de autoria do Presidente da Casa – imagine! –, diz respeito a modificar a lei, criminalizando a vida das mulheres. O projeto de lei – é bom que fique claro, para quem está a nós assistindo, em casa – simplesmente quer alterar o que a lei já assegura: o direito de a mulher, em se tratando de estupro, naquilo que a lei já assegura, ter sua vida resguardada.

Esses são temas que, infelizmente, fazem parte deste Parlamento. O mesmo Parlamento que aprova a Lei Maria da Penha, o mesmo Parlamento que aprova a Lei do Feminicídio, infelizmente, agora, este mesmo Parlamento aponta rumos como esse, que tem que merecer de nós não só indignação, não só repúdio, tem que merecer de nós um movimento muito forte, combinado com a sociedade civil, para que possamos, enfim, derrotar essas pautas conservadoras, para retomarmos o caminho que está sendo discutido aqui: avançar naquilo que é o sonho de todos nós: um mundo de paz, um mundo sem violência, sem preconceito e sem discriminação.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Muito obrigada, Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senadora Regina, só um minutinho. Rapidamente, permita-me dar conhecimento a V. Exª e nossas convidadas e nossos convidados aqui presentes. Eu estive, na semana passada, no Nepal. Eu fui, a convite da ONU Mulheres, participar de um seminário sobre a avaliação das políticas públicas. Estávamos lá, em mais de 50 países, Parlamentares representando todos os Continentes do mundo. Foi um seminário muito intenso, muito puxado, mas quero dizer a vocês que foi muito proveitoso, porque a ONU Mulheres, a Unicef e diversas outras entidades estão promovendo esse debate, claro, no contexto dessa nova década, a década dos objetivos do desenvolvimento sustentável.

Passada a década dos objetivos do desenvolvimento do milênio, a ONU agora lança uma nova agenda: a agenda dos objetivos do desenvolvimento sustentável, com 17 metas. Dentro dessas metas, Senadora Regina, as políticas de gênero ocupam um papel de destaque. Portanto, eu fui convidada e fui a única representando o Senado, representando o Brasil, e, fundamentalmente, tratou-se de como avançarmos, no que diz respeito aos mecanismos de avaliação das políticas públicas, tendo como recorte, em primeiro lugar, a questão de gênero. É legal isso, ou seja, a avaliação dessas políticas públicas em curso, mundo afora, no tocante ao seu caráter inclusivo: Quão eficientes estão sendo? Qual seu alcance?

Eu dei o exemplo inclusive de duas políticas do nosso País: o Bolsa Família e o Plano Nacional de Educação, à luz daquilo que é o foco lá – a avaliação –, ou seja, os mecanismos de controle de avaliação do Programa Bolsa Família, assim como aqueles do Plano Nacional de Educação.

É importante destacar para vocês esse tema, sem dúvida nenhuma, extremamente relevante, que não trata só de definir e implementar a política, mas de acompanhar essa política e ter controle sobre ela. Está sendo eficiente? Não está sendo eficiente? Então, é um tema muito relevante. Gostaria de dizer o quanto é importante para nós esse tema estar sendo tratado, levando em consideração, sobretudo, o recorte de gênero, como essas políticas impactam a vida das mulheres.

Terminamos o seminário constituindo foros parlamentares, em nível mundial, para acompanhamento das políticas públicas. Agora, Senadora Regina, vamos criar a Rede de Parlamentares, aqui do Brasil, bem como, depois, da América Latina. Ficou indicada, daqui a dois anos, a realização do novo fórum, que, provavelmente, vai ser no Brasil. Eu termino dizendo que nós vamos convidar vocês – a sociedade civil –, que é muito importante, bem como os demais Poderes, para integrar essa Rede de Parlamentares conosco.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Senadora.

Eu quero finalizar, primeiro, agradecendo os convidados pela atenção, pelo atendimento ao convite. Agradeço a Drª Maria Gabriela por ter vindo, como voluntária, dando-nos uma contribuição muito importante.

Quero dizer que temos um desafio enorme ainda pela frente, porque, como foi dito aqui, é uma construção cultural de muitos séculos. Então, como diz a Drª Maria Berenice Dias, a sociedade sempre proclamou a superioridade masculina, assegurando ao homem o direito correcional sobre a mulher e os filhos. Quantas de nós ainda não escuta gente próxima dizer para um menino: "Te aquieta, senão vou dizer para o teu pai!" A mãe está empoderando o pai. Quer dizer, ela não dá conta do menino. Às vezes, dá conta da menina. Para o menino, ela diz: "Vou dizer para o teu pai!", dando o poder, o pai é quem tem que ter o poder correcional.

É só ver a mobilização nos Planos Municipais de Educação. Milhares de prefeituras retiraram a palavra "gênero" dos Planos Municipais de Educação. Há uma campanha envolvendo uma mobilização imensa, no Brasil, e muitas igrejas. Que igreja é essa que quer que as crianças continuem sendo educadas de forma errada? Quer dizer, nós temos muitos desafios a vencer ainda. Estamos só começando.

Eu acho que, nesse relatório, vamos ter que apontar muitas saídas, começando pelo art. 35, relacionado aos centros. De vocês, esperamos colaboração. Se tiverem qualquer material para mandar, sempre vai ser bem-vindo. Estamos consultando o material que vocês produzem, para mostrar que há saídas, que é possível

ter políticas que possam melhorar essa condição feminina, neste País e no mundo também, porque essa não é uma questão só nossa.

Fazendo uma correção, a matéria do Fantástico, domingo, foi em Mato Grosso do Sul. Alguém falou Mato Grosso, mas foi em Mato Grosso do Sul. Não significa que não aconteça em outros Estados, mas, para fazer justiça aqui, para não deixar dúvidas, a reportagem foi sobre Mato Grosso do Sul.

Quero agradecer, pela disponibilidade, a cada um, a cada uma que veio contribuir com esse tema. Certamente, está só começando o debate, temos muita discussão pela frente.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – E o seminário de amanhã?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Já falei dele. O seminário de amanhã é sobre a questão das mídias, a violência na mídia social. Amanhã, a partir de 8h30, no auditório do Interlegis, aqui em frente, perto do setor gráfico. É importante participarmos, é subsídio também. Além de tudo, há a violência virtual – xingamentos, exposições de fotografia das mulheres –, tema importantíssimo, até porque é novo.

O Governo Federal acertou com o Humaniza Redes, para a denúncia de crimes virtuais. Contudo, temos que avançar muito mais nessa questão, porque, como é novo o tema dos crimes cibernéticos, temos que discutir com pessoas que já estão com um acúmulo maior de informações.

Então, amanhã, no auditório do Interlegis, o seminário Mulher, Violência e Mídias Sociais.

Obrigada.

Declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 9 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 25 minutos.)

ATA DA 117ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE DEZEMBRO DE 2015, QUARTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e quatro minutos do dia dois de dezembro de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual da Senadora Angela Portela**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Telmário Mota, Flexa Ribeiro, Vicentinho Alves e da Senadora Angela Portela. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 159 de 2015-CDH, de autoria da Senadora Angela Portela, para debater: "A Violência Obstétrica no Brasil". A Senhora Presidente eventual informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. A Senhora Presidente eventual faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Etelvino de Souza Trindade, Presidente da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia – FEBRASGO; Maria Esther de Albuquerque Vilela, Coordenadora-Geral de Saúde das Mulheres do Ministério da Saúde - SAS/MS; Silvia Badim, Professora Adjunta da Universidade de Brasília – UnB; Daphne Rattner, Professora da Universidade de Brasília – UnB e Presidente da Rede pela Humanização do Parto e Nascimento – ReHuNa. Às dez horas e dezenove minutos a Senhora Presidente eventual passa a Presidência para o Senador Paulo Paim, às dez horas e cinquenta e dois minutos o Senhor Presidente devolve a presidência para a Senadora Angela Portela. A Senhora Presidente eventual concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Fazem uso da palavra o Senador Paulo Paim e a Senador Angela Portela. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e vinte e três minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Angela Portela

Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Declaro aberta a 117ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 159, de 2015, CDH, de minha autoria, para debater sobre a violência obstétrica no País.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, *link*: www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-61-2211.

Entre os nossos convidados, gostaria de chamar Etelvino de Souza Trindade, Presidente da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo). Muito obrigada, Sr. Etelvino, por ter aceitado o nosso convite de participar desta audiência pública.

Convido também a Profª Silvia Badim, Professora Adjunta da Universidade de Brasília (UnB). Muito obrigada também, Profª Silvia. É uma grande alegria tê-la aqui conosco, para discutir inicialmente um tema tão importante aqui para o Senado Federal. Sem dúvida alguma, é um momento em que nós vamos iniciar uma ampla discussão sobre esse tema nesta audiência pública. E nós esperamos ter muitas outras para a produção de conhecimento e de informações sobre esse tema.

Convido também para fazer parte da Mesa Maria Esther de Albuquerque Vilela, Coordenadora-Geral da Saúde das Mulheres do Ministério da Saúde. A Maria Esther está dando uma entrevista. Logo, logo, ela chega aqui.

Convidamos também a Profª da Universidade de Brasília, Presidente da Rede pela Humanização do Parto e Nascimento, Daphne Rattner. Bom dia, professora, é um prazer tê-la aqui conosco.

A SRª DAPHNE RATTNER – Muito obrigada pelo convite.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Nós é que agradecemos a presença e o fato de vocês terem aceitado esse convite. Esse é um tema novo aqui, no Senado Federal, e, sem dúvida nenhuma, nós teremos ainda muito o que aprender sobre o tema violência obstétrica.

Então, como é de hábito aqui, na Comissão de Direitos Humanos, o Senador que preside ou que tem o requerimento aprovado sempre faz um breve relato sobre o tema em debate.

O conceito de violência obstétrica adotado internacionalmente é o de qualquer intervenção ou ato direcionado à mulher grávida, parturiente ou em estado puerperal, ou ao seu bebê, praticado sem o consentimento explícito e informado da mulher ou em desrespeito à sua autonomia, integridade física e mental, aos seus sentimentos, opções e preferências.

O objetivo da presente audiência pública é, portanto, tendo por base números que apontam para elevadas taxas de violência obstétrica em nosso País, debater as melhores formas de combater o problema, buscando construir um ambiente de colaboração entre autoridades da área de saúde, profissionais e as mulheres brasileiras.

Relatório sobre Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, elaborado pelo Ministério da Saúde, aponta para a intensa medicalização, intervenções desnecessárias e principalmente prática abusiva da cesariana como problemas comuns na atenção ao parto e nascimento. Vale lembrar que escolher a forma de dar à luz é também um direito reprodutivo da mulher, inerente à sua personalidade feminina, o que não pode sofrer limitação, conforme dispõe também o art. 11 do Código Civil. A cirurgia cesariana não é um procedimento isento de riscos à saúde da mãe e do bebê.

Tendo claro que o parto e o nascimento são acontecimentos de cunho familiar, social, cultural e preponderantemente fisiológico, na atenção à saúde, deve haver a valorização da dimensão subjetiva e social, fortalecendo o compromisso com os direitos do cidadão, como dispõe adequadamente a orientação do Ministério da Saúde.

Infelizmente, nem sempre é isso que ocorre. Pesquisa da Fundação Perseu Abramo, realizada em 2010, detectou que 25% das mulheres sofrem violência obstétrica no parto. As formas mais comuns são negligência, violência verbal, incluindo tratamento grosseiro, ameaças, reprimendas, gritos e humilhação intencional, violência física e abuso sexual.

É importante frisar que o nosso País já possui uma legislação adequada no que diz respeito aos direitos das mulheres. Passo a relacionar agora algumas das garantias legais conferidas a gestantes, parturientes, crianças e famílias brasileiras.

A mulher tem direito a acompanhamento especializado durante a gravidez, o que inclui exames, consultas e orientações gratuitas, bem como ao conhecimento do seu local de atendimento e vinculação a este para o pré-natal e o parto.

A gestante tem direito ao atendimento prioritário em emergências de hospitais, assim como em outros órgãos e empresas públicas e em bancos. A gestante tem direito a um acompanhante de sua indicação durante todo o período de trabalho de parto e pós-parto. A gestante tem direito a receber do pai do bebê valores suficientes para cobrir as despesas adicionais do período da gravidez e que sejam dela decorrentes até o parto. A mulher tem direito ao planejamento familiar, assim como a receber informações como métodos e técnicas para regulação da fecundidade ou prevenção da gravidez. A mulher tem direito, em toda a rede do SUS e conveniados, a realizar cirurgias, para esterilização, quando desejar, contanto que seja maior de 25 anos de idade ou, pelo menos, com dois filhos vivos e, se em convivência conjugal, com o consentimento do marido. A mulher internada para dar à luz em qualquer estabelecimento hospitalar integrante do SUS tem por direito realizar o teste rápido para detecção de sífilis e HIV.

Como se vê, nosso País tem uma legislação moderna no que diz respeito a esse tema. Resta trabalhar para que o direito não fique restrito à letra fria da lei. Precisamos estimular campanhas de esclarecimento e fazer cumprir a legislação brasileira. Com a participação dos profissionais, das autoridades de saúde e principalmente das mulheres, temos totais condições de eliminar a violência obstétrica da realidade brasileira.

Então, com essas palavras introdutórias, nós gostaríamos de já dar início ao nosso debate, a um primeiro debate – nós acreditamos que deveremos estimular novos debates sobre o tema, porque não deixa de ser, aqui no Senado Federal, uma discussão nova –, para que nós criemos conhecimento, produzamos mais informações, e, com essas informações, possamos ter políticas públicas, melhorar e otimizar o Plano Nacional de Humanização do Ministério da Saúde, para que efetivamente se elimine essa prática contra as mulheres brasileiras, num momento tão importante, tão sublime que é a maternidade, a hora de ter o filho.

Então, eu gostaria de, já iniciando, passar a palavra para o Sr. Etelvino de Souza Trindade, Presidente da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia.

O SR. ETELVINO DE SOUZA TRINDADE – Bom dia a todos.

Muito obrigado, Senadora Ângela Portela, pelo convite da Comissão de estarmos aqui, como representante da nossa federação maior de ginecologia e obstetrícia.

Segundo estatísticas mais recentes, publicadas há dois dias pelo Conselho Federal de Medicina, nós somos 29 mil médicos com especialização reconhecida em âmbitos governamentais e devemos ser em torno

de 36 a 38 mil que exercem a ginecologia e obstetrícia no País em circunstâncias um pouco diferenciadas, tais quais interior, onde clínicos fazem parto, e cirurgiões fazem cesariana.

Eu falo aqui em nome da Federação. Temos logicamente, dentro desse grupo aqui, pessoas com visões diferenciadas. As visões diferenciadas não implicam confrontos e que não se possam procurar caminhos. Então, as interfaces existem, e nós procuramos interface onde pode haver um crescimento mútuo de percepções e onde as pessoas possam exercer uma melhor ação em benefício da mulher. Eu não tenho conflito de interesses.

Já foi colocada pela Senadora Ângela aqui, no início, a conceituação da violência sexual, mas isso aqui – só para lembrar –, dentro de dicionários, é uma situação de constrangimento físico ou moral, segundo o Michaelis, em seu novo dicionário brasileiro, e também o Houaiss. Então, obriga-se uma pessoa exercer alguma coisa em vínculo de coação.

O assunto passar a ter importância aqui, no Brasil, depois dessa pesquisa mencionada pela Senadora Ângela, da Fundação Perseu Abramo do Sesc, em 2010, em que mulheres, colocadas em face das circunstâncias do parto e alertadas de que certas atitudes, certos comportamentos, certas recepções e certas acolhidas não são as mais adequadas, encaixaram-se dentro de um perfil de crítica, porque não foram atendidas dentro daquelas normas que seriam as mais adequadas.

Então, várias queixas foram apresentadas, caindo nesse arcabouço dito pela Senadora, de que 25% se sentiram agredidas no pré-natal e no parto. Dentro desse arcabouço de queixas, chamaram a atenção procedimentos cirúrgicos sem que fossem consultadas nem informadas – isso aqui principalmente dentro – pegamos o cenário de 2010 – de um arcabouço intervencional médico. No Brasil, o parto se tornou "medicocêntrico", por questões várias que ocorreram, que criaram uma cultura "medicocêntrica", mas esse procedimento cirúrgico visa muito ao problema de episiotomia. A episiotomia, no Pais, é feita de modo exagerado. No entanto há discussões. Nós temos aqui a Artemis, que defende a ideia de que deve ser proscrito. Nós não entendemos que deva ser proscrito, mas que deva diminuir consideravelmente, sim. Abuso sexual dentro de entendimento da mulher ou de eventual ocorrência mesmo, porque, na consulta médica, o manuseio feito dentro de um atendimento médico, se não for esclarecido para a mulher, pode ser percebido como abuso sexual ou como atitudes inconvenientes. A violência verbal é muito comum, e não só de médico. Dentro do hospital, isso começa, de repente, até na portaria do hospital, sendo muito comum nas delegacias. Quanto mais o ambiente é masculino, mais a mulher se sente constrangida e vulnerável e a relação se torna assimétrica dentro dessas percepções e da discriminação que existe na sociedade, sem dúvida.

Nós temos o arcabouço de uma violência física, de série de coisas que nós temos, como o toque. Isso aqui existe principalmente em hospitais-escola. Não que ele deva ser proscrito também, porque isso deve ser ensinado, mas deve ser informado, e, às vezes, as pessoas se esquecem disso. Além disso, também não é ter cinco residentes, e todos os cinco fazerem o toque a cada hora. Isso incomoda extremamente a mulher; ou a episio de rotina, ou obrigar a posição de parto, usar fármacos que aceleram o parto.

Quanto a isso, também existe tendência de falar que o ocitócico deve ser proscrito. Não deve ser proscrito, mas deve ser diminuído. Há instâncias em que ele deve ser usado, e a mulher precisa estar sabendo dessas circunstâncias. Fórceps, Kristeller – o Kristeller logicamente deve ser proscrito, sem dúvida alguma –, curetagem sem anestesia, retirada manual da placenta são coisas que acontecem e que, às vezes, são necessárias, mas, nesse caso, é preciso, pelo menos, uma instância de alívio de dor, com informações à mulher de que aquilo tem de ser feito. Ainda, como violência física, há a cesariana sem indicação médica, não proporcionar contato físico do recém-nascido com a mãe.

Como violência sociológica, uso de linguagem não apropriada, não preservar o pudor da parturiente, praticar a discriminação, a humilhação, críticas, provocações, omissões de informações sobre a evolução.

Como violência psicológica, não garantir à mulher opção por atitudes que lhe propiciem conforto, não informá-la sobre os procedimentos disponíveis por assistência, não preservar sua intimidade, não respeitar sua autonomia, não garantir estar acompanhada e não respeitar o plano de parto que ela elaborou. Logicamente, o plano de parto tem contingenciamentos. O plano de parto é bem visto, inclusive por nós, e deve ser feito em conjunto, não só pela mulher, com o grupo que a cerca, mas o médico deve ser consultado, porque eventualmente o parto ocorre em instâncias emergenciais. A urgência sempre existe no parto. O emergencial pode existir, e o plano de parto almejado pode não ter possibilidade de ser seguido. Então, a mulher tem que ser orientada sobre isso.

Na verdade, o que se fala? Aqui há um viés velado de que é o obstetra é violento, interventor, autoritário e que promove maus desfechos para a mãe e para o recém-nato. Estou falando em nome da Federação, e isso aqui não se trata apenas de uma preservação de categoria; trata-se de percepções de grupos. Logicamente, isso nos incomoda, e nós somos apontados como tal, justamente pelo viés de que o parto no Brasil é "medico-

cêntrico". Então, quem é visto agindo mais nessa circunstância é o médico. No entanto, nós não concordamos muito com isso. Sob controvérsia, passam a ser os profissionais de saúde.

Em sequência de diálogo com grupos vários, vê-se que realmente é um processo que está instalado numa cultura de atendimento e de receptividade à gestante em todas as circunstâncias: institucionais, em hospitais particulares ou em hospitais conveniados.

O que se comprova é que a maioria das mulheres assistidas em seus partos ficam satisfeitas, agradecem e seguem sendo atendidas pelo seus obstetras e, depois, profissionais de ginecologia por livre escolha.

O que significa isso aqui? Significa que o que é apresentado e sai na imprensa são estudos de casos; não que a gente deva omitir e desconsiderar por ser estudo de caso em referência aos médicos que são treinados a usarem o n como uma metodologia adequada ou como desenhos de trabalho sendo preponderante numa avaliação, mas, dentro do contingente total de médico e de atendimentos, na verdade, o estudo de caso é minoritário. Então, aqui, faz-se necessária uma graduação da percepção e do que ocorre realmente, porque, dentro da percepção, na hora em que se aponta que, por ser o parto "medicocêntrico", a violência ocorre em torno do médico, o médico de *per se* não é tão mal visto sob o ponto de vista estatístico social, da sociedade como um todo. No entanto, existe violência, e nós não estamos eximindo nós mesmos de praticá-la. Existem práticas indevidas, e essas práticas indevidas devem ser entendidas e atendidas dentro de circunstâncias individualizadas.

A violência é explícita principalmente em hospitais institucionais; é multicausal. O Governo não cumpre suas próprias normas – a Senadora apresentou as normas do Ministério da Saúde, a Drª Esther está aqui e fala pelo Ministério da Saúde –, mas as normativas do Ministério são ótimas, da Organização Mundial de Saúde, só que não se vê serem aplicadas. E nós temos uma conceituação um pouco equivocada no Brasil do que é o Sistema Único de Saúde, percebido pelo médico e pela população como uma instância dos que não têm recursos. O sistema é único, é para todos e deveria ser aplicado em todas as instâncias;e não é. E ele é pior, logicamente, onde existe mais vulnerabilidade. E, dentro das vulnerabilidades, ela aparece mais onde? No institucional. Por que no institucional? Porque, talvez, a demanda seja excessiva dentro de contingenciamento de recursos que existem para tal.

Na verdade, procura-se o igualitarismo, mas deveriam ser almejadas as situações equânimes, porque não haverá recurso suficiente para todos em nenhuma parte do mundo.

O Governo não cumpre suas próprias normas e decretos; não há acomodações suficientes, ambiência, analgesia, respeito e autonomia; faltam insumos básicos, leitos de UTI.

Comprovou-se que a mortalidade materna começou a subir após 2012. Houve contingenciamento financeiro, que, em 2004 foi congelado; em 2012, foi reduzido e, em 2015, é isso que estamos vivendo: o Governo não tem recursos, o Ministério da Saúde não vem aplicando a totalidade do seu Orçamento nos últimos anos. O relatório da CEDAW (The Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women), de 2014, mostra que, da dotação orçamentária da rede que o Ministério montou, que é boa como estruturação, de R$8 bilhões, chegam na ponta 15%.

Então, daí, duas ilações: por que isso não funciona? Talvez, nesse sistema brasileiro do tripartite, seja um equívoco o Governo receber todo o orçamento para depois fazer esse distributivismo, que pode ser a causa de aparecerem os furos e desvios financeiros, senão é preciso se pensar em outra coisa.

Será que a Rede Cegonha serve para fazer cabide de empregos? Esse é um questionamento. Não estou dizendo que é uma coisa ou outra, mas a verdade é que ela é inadequada. Se você tem R$8 bilhões, e só chegam 15%, existe uma inadequação nisso

Então, a Febrasgo repudia todo tipo de violência que ocorra contra a mulher e o neonato.

Eles falaram que eu tinha um relógio aqui, mas eu não sei meu horário. Alguém está me monitorando, por favor?

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – O senhor tem mais cinco minutos.

O SR. ETELVINO DE SOUZA TRINDADE – O.k.

Zela pela boa prática e reputação dos toques de ginecologistas – isso faz parte, e é a nossa função. Divulga e atualiza constantemente a base de evidência de boas práticas. Mantém no portal da Federação conteúdos a respeito, incluindo atitudes condizentes – está aí o nosso portal –, e as orientações são colocadas em prática e comprovadamente oferecem menores riscos, com base em recomendações da OMS e do Ministério da Saúde.

Aqui, nós temos um conflito com o que a OMS falou e, agora, foi publicado há duas semanas no Jama (Journal of the American Medical Association) que essa taxa de 15% nos Estados Unidos deveria subir para 19%. No entanto, nos Estados Unidos, está em torno de 35% a taxa de cesarianas. E, dentro de estudos analíticos de grupos de estudo, seja por meta-análise, seja por revisões sistemáticas, entendemos que 15% é o almejável, a partir do qual não temos dados suficientes para garantir morbidades menores. Na prática mundial, isso não ocorre. Mesmo dentro do NICE (National Institute for Clinical Excellence and Health), que é a base do Ministé-

rio da Saúde para fazer as diretrizes que estão sendo elaboradas, fala-se nos 15%. Na verdade, na Inglaterra, há mais de 20% de partos cesarianos.

A Frebasgo age no sentido do esclarecimento baseado no aspecto real; está antecipando problemas com grande auxílio das entidades médicas, promovendo e apoiando fóruns para discussão ampla. Nós participamos do projeto de diretrizes do Ministério da Saúde, Conitec, e a Febrasgo não se omite nisso. Espero que, na futura gestão, também não se omita nessas discussões, assim como ocorre agora. Faz a divulgação das conclusões com recomendações e esclarecimentos; não aceita que a desdita da saúde como um todo e da obstetrícia como um segmento dela seja originado exclusivamente da atuação dos médicos e de outros profissionais de saúde; trabalha na construção de um novo modelo assistencial.

O Institute of Health and Care Improvement tem um acordo com o Einstein, com a Medicina suplementar, e a Febrasgo participa disso como consultoria, e a gente faz visitas. Já fiz visita inclusive em Jaboticabal, funcionou muito bem e nos deu uma esperança muito grande, porque tínhamos aquele viés de querer ter esperança e poder tê-la. Hoje, comprovou-se que, na hora em que se faz ações bem intencionadas e bem feitas, isso é possível e com uma reconstrução em tempo oportuno. Em Jaboticabal, por exemplo, em menos de dois anos, conseguiu-se uma redução de taxa de cesariana de 95% para 49%. A Frebasgo entende que a chamada humanização esteja dentro de um contexto mais ampliado que implica também adequações, segurança, em que os indicadores contemplem horizonte maiores.

Em que temos dificuldade? Na hora em que se fala em parto ser feito naturalmente, como a natureza demanda e programou para o ser humano, ele é almejado, mas não pode ser visto como uma coisa única; é preciso se pensar no binômio. Então, os indicadores não podem ser só de que nasceu. Sou originário de escola médica da segunda metade do século XX, onde ainda havia reminiscência dos partos que não eram intervencionados pela cesariana, mas havia intervenções por via baixa com base tríplice. A criança nascia morta, porque a intervenção matava a criança. Então, não basta que o parto seja natural. Junto aos indicadores, é preciso o cotejamento com o parto de uma criança saudável, viável e com potencial social futuro.

A federação denuncia sistematicamente principalmente esses problemas, ausência de política pública efetiva; quer dizer, a política existe, mas não se exerce, não tem desfechos, falta leito obstétrico, falta funcionário, falta médico, falta enfermeira, a qualidade do trabalho não é boa.

O relatório CEDAW também mostra que, se a mortalidade materna do Brasil aumenta, por que aumentou a partir de 2013? E nós temos uma cobertura de pré-natal de 100%. O pré-natal está sendo mal feito, é claro. Se a mulher vai morrer porque teve hipertensão é porque não foi diagnosticada a hipertensão durante o pré-natal, e ela foi apresentá-la como um quadro agudo lá no fim. Então, são coisas complicadas.

Temos nos posicionado em fóruns, e a diferença seria o acesso à assistência de qualidade, sendo nosso foco a segurança, a adequação e a qualidade do atendimento.

Entendemos que a designação é apresentada de modo tendencioso por alguns grupos radicais, e a proposta é embasar a evidência que prioriza o exercício da obstetrícia segura e boas práticas. Existe uma confusão conceitual quanto ao parto adequado, entre o problema e quem o representa.

Quanto aos *players*, isso aqui é intencional. A gente deveria falar em *partners,* mas na verdade não existem *partners* – por isso, eu usei o inglês. Aqui, existe um jogo, em que há interesses – então, é *players* mesmo. Só avançarão na consecução do objetivo de humanização do nascimento e respeito ao protagonismo da mulher quando for entendido que o foco deve ser a mudança do sistema.

Esse é o problema, e eu acho que a discussão é: nós temos de mudar o sistema.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Muito obrigada, Sr. Etelvino de Souza Trindade por sua explanação, pelos seus esclarecimentos.

Passo a palavra agora à Coordenadora-Geral da Saúde da Mulher do Ministério da Saúde, Maria Esther de Albuquerque Vilela.

Antes de passar palavra para a Esther, eu gostaria só de informar a todos que a Procuradoria Especial da Mulher no Senado, que tem a Senadora Vanessa Grazziotin como coordenadora, como procuradora, a Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados e a Bancada Feminina no Congresso Nacional estão realizando hoje, de 8h até meio-dia, o seminário Mulheres, Violência e Mídias Sociais, em alusão à campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Então, eu gostaria de registrar esse seminário importante hoje realizado pelas Deputadas e Senadoras.

Nós temos, nos últimos anos, percebido um ativismo muito forte das Parlamentares no combate à violência contra a mulher.

Passo a palavra para nossa companheira Maria Esther.

A SRª MARIA ESTHER DE ALBUQUERQUE VILELA – Bom dia a todos e a todas.

Eu quero cumprimentar a Senadora Ângela Portela que esta presidindo esta audiência. É um tema relevante, importante para a saúde da humanidade, para a saúde brasileira; quero cumprimentar meu companheiro Etelvino Trindade, colega de profissão, com quem trabalhamos muito juntos nos últimos quatro anos de gestão; a Silvia, em nome da voz das mulheres; e minha companheira Daphne, da ReHuNa, que tem sido uma instância importante de ampliação do debate sobre violência obstétrica.

Eu queria começar dizendo da declaração da OMS de 2014. A OMS fez uma declaração para o mundo inteiro em que fala que toda mulher tem direito ao melhor padrão atingível de saúde, no qual incluiu o direito a um cuidado de saúde digno e respeitoso. No mundo inteiro, como está escrito no texto, muitas mulheres sofrem abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto nas instituições de saúde. Tal tratamento não apenas viola os direitos das mulheres ao cuidado respeitoso, mas também ameaça o direito à vida, à saúde, à integridade física e à não discriminação.

Essa declaração convoca a uma maior ação, diálogo, pesquisa e mobilização sobre esse importante tema de saúde pública e direitos humanos. Então, foi um marco importante essa declaração da OMS sobre a questão da violência obstétrica, abusos e maus-tratos às mulheres durante o parto e nascimento. Nesse texto, a OMS propõe maior apoio dos governos e de parceiros do desenvolvimento social para a pesquisa e ação contra o desrespeito e os maus-tratos; implementar, apoiar e manter programas que melhorem a qualidade dos cuidados de saúde materna com forte enfoque no cuidado respeitoso como componente essencial da qualidade da assistência; enfatizar os direitos das mulheres a uma assistência digna e respeitosa durante toda gravidez e o parto; e produzir dados relativos a práticas respeitosas e desrespeitosas na assistência à saúde, com sistemas de responsabilização e apoio significativo aos profissionais. Por último, envolver todos os interessados, inclusive as mulheres, nos esforços para melhorar a qualidade da assistência e eliminar o desrespeito e as práticas abusivas.

Eu acredito que esta audiência pública, como outras também, são instrumento importante para a ampliação desse debate e, mais uma vez, parabenizo o Senado por trazer este tema em pauta e que mantenha essa atuação até que tenhamos um novo cenário de atenção ao parto e ao nascimento no País.

Aí, vou falar o seguinte: o nosso modelo atual de assistência, de financiamento do parto e nascimento, que é um reflexo da complexidade histórica, social, econômica e cultural do Brasil, está completamente dentro do que hoje se evidencia de inadequação da assistência e a maioria dos serviços, com graus do que chamamos de violência obstétrica.

Aqui, eu quero falar para o Etelvino que nós, do Ministério da Saúde, entendemos – e sou médica obstetra – que isso não é um problema dos profissionais. Os profissionais são formados num modelo de assistência violenta; as práticas são violentas e foram construídas culturalmente ao longo de décadas, muito baseadas na questão da Medicina biologicista, tecnocrática, que desconsidera os aspectos culturais, sociais e afetivos que envolvem a maioria dos problemas de saúde. E, principalmente uma coisa que não é problema de saúde, mas um ato da natureza, que é o parto, esse tipo de Medicina, ao longo das décadas – isso foi progressivo –, foi transformando as práticas, incrustando nas maternidades, nas instituições de ensino, uma prática que é calcada no princípio de que o parto é um processo mecânico, de que a mulher é um corpo e que o bebê é um produto; ou seja, uma visão biologicista e mecanicista do parto. Então, as maternidades foram construídas dessa forma, e os profissionais são formados nessa realidade.

Eu fui formada assim também, acredito que o Etelvino também – um tempo atrás era melhor um pouquinho –, mas essa formação precisa ser mudada. Os profissionais precisam enxergar o parto e o nascimento de outra forma. Eu acredito que os profissionais médicos não são os vilões; talvez sejam os únicos apontados como os que executam esse modelo violento, porque o Brasil talvez seja um dos únicos países onde o profissional médico é o único responsável pela assistência ao parto. Todos os países em que há indicadores de saúde materna invejáveis, nos quais nos devemos inspirar, têm a assistência ao parto de risco habitual comandada pelas enfermeiras obstétricas e obstetrizes, e esse modelo de parceria, de equipe completa e de trabalho colaborativo é o que nós estamos perseguindo no Brasil. Como hoje só o médico é responsável pela assistência ao parto, cai sobre ele toda crítica da assistência ao parto. Isso é o que precisamos deixar claro.

Nós não somos contra a cesariana, nós não somos contra os profissionais médicos. Nós estamos pensando num modelo, e esse modelo precisa ser mudado.

E esse modelo criou o quê? Um deslocamento do protagonismo da mulher e da sua família. Quando nós temos uma mulher fragilizada, uma mulher que não está plena de suas competências, que não está autônoma, que não está fortalecida, nós temos um problema na assistência, e o nosso modelo deslocou esse protagonismo: a mulher passa de uma pessoa ativa, no comando do seu parto, para uma pessoa passiva que tem de se submeter a normas e a regras rígidas.

Transformamos o parto num procedimento médico-cirúrgico, tanto que hoje o parto normal é assistido dentro do centro cirúrgico muitas vezes, em área restrita, com roupas cirúrgicas. Isso está completamente em

desacordo com o que é realmente a assistência ao parto. Quando se transforma em procedimento médico-cirúrgico, pergunta-se: "O parto é de quem então?" É do médico, é um ato do médico, e isso é o que precisamos mudar. O parto é um ato essencial de uma mulher; só ela sabe parir e sabe dar a luz a um bebê. A cesariana é um ato de um profissional médico e de uma equipe, e nós precisamos diferenciar muito bem essas duas coisas.

Uma outra questão que é o nosso modelo é a não observância de protocolos e evidências científicas. O Etelvino sabe que nós estamos trabalhando nas diretrizes clínicas de parto normal e de cesariana.

A Daphne e o pessoal da Artemis participam dessa elaboração, e nós pegamos as melhores evidências científicas, e ali já se fala – isso está consolidado há mais de 20 anos – que não devemos fazer episiotomia de rotina; que não devemos deixar mulher em jejum; que não devemos deixar mulher deitada; que não devemos colocar um soro com ocitocina para acelerar o parto de rotina; que não devemos romper a bolsa de rotina; que não devemos empurrar a barriga para forçar o bebê a nascer; que não devemos fazer pique desnecessário, nem obrigar a mulher a ficar deitada no momento do parto.

O que nós devemos fazer é outra prática de mais respeito à fisiologia e de apoio à mulher durante esse momento. E isso ainda é uma construção cultural difícil, e nesse sentido o Ministério da Saúde trabalha incessantemente para mudar.

Nós temos também, por outro lado, a banalização da cesariana. É como se a cesariana não trouxesse risco algum, e há riscos imediatos na cesariana – é mais arriscada – e riscos futuros, riscos reprodutivos para essa mulher; uma segunda gravidez mais complicada, por causa da inserção da placenta, que se pode alterar com uma cesariana; infertilidade e outros problemas em gravidezes futuras.

Nós temos também – eu gosto de dizer – o *business* do nascimento; ou seja, o nascimento hoje é uma questão mercadológica. Nós sabemos disso. Eu tenho a propaganda de um hospital que diz: "Faça sua cesárea e tenha um dia de UTI de graça para o seu bebê". Ou seja, essa construção de uma assistência tecnocrática, supermedicalizada, que fragiliza a mulher, que põe a mulher e o bebê em risco e que, em cima disso, constrói uma aparelhagem cara – de certa forma, é a produção da doença –, isso, no Brasil, chegou ao limite. Tanto que, como o Etelvino disse muito bem, com o projeto do IHI, os hospitais privados junto com o Einstein, há dois anos foi feito um pacto nesse projeto de não fazer cesárea agendada antes do trabalho de parto. Com isso, eles praticamente fecharam as UTIs neonatais desses hospitais, porque nós sabemos que tirar um bebê antes da hora, mesmo que seja limítrofe, não seja um grande prematuro, mas um bebê que ainda está de vez – não está verde, mas está de vez –, isso pode gerar uma instabilidade respiratória, e esses bebês podem acabar indo para a UTI, ganhar dinheiro de UTI. Esses hospitais assumiram o compromisso com a saúde das mulheres e dos bebês, têm a ciência de que vão reduzir o gasto, a entrada de recursos nas UTIs, mas estão fazendo isso, porque nós estamos construindo no Brasil um pacto pela saúde das pessoas, das mulheres e dos bebês, acima de um modelo – vamos dizer assim – conveniente ao que hoje construímos em termos de mercado.

E a questão do financiamento. Sabemos que o financiamento hoje, principalmente no setor privado, impõe... É mais cômodo, mais adequado você, que está responsável por cinco mulheres e não tem disponibilidade dia e noite, acabar induzindo um parto ou agendando uma cesariana. Isso também se deve á ausência de equipe multiprofissional, enfermeiras obstetras. É um sistema perverso que inclusive traz sofrimento para a equipe médica.

Eu sou muito sensível ao que os médicos obstetras hoje estão passando, porque esse modelo também os penaliza, também os deixa em uma situação muito difícil de assistência.

Então, nós precisamos mudar para o bem de todo o mundo.

Esse modelo de assistência ao parto no Brasil criou duas realidades. De um lado, parto normal, que não é normal; é traumático, com intervenções desnecessárias e iatrogênicas – eu já disse tudo o que a gente não deveria fazer e que é o constante, a maioria das maternidades. De outro lado, a banalização da cesariana.

Então, para fugir desse parto traumático – a nossa cultura, de acordo com Simone Diniz, "pessimizou" o parto: o parto é péssimo, é ruim, é violento, as mulheres não o querem e têm razão de não querer esse tipo de assistência –, a cesárea vira uma situação mais cômoda tanto para os profissionais quanto para as mulheres que querem fugir disso. É uma rota de fuga hoje para as mulheres, mas também é um risco. Então, é outra violência, porque prejudica a saúde, pulveriza o significado do parto e nascimento. O parto e nascimento viraram muito mais uma perfumaria, uma questão mais superficial, deixando o sentido profundo desse momento de crise construtiva das pessoas.

Parto e nascimento são isto: um momento de crise construtiva das pessoas, um momento que toca profundamente as carnes. O espírito encarnado das pessoas cria vínculos, fortalece a carne da humanidade, e isso nós perdemos e temos de recuperar, porque corremos sério risco de mudar quem somos, inclusive, se mudarmos a forma de nascer.

Desconsidera a mulher, que fica frágil não só para isso, mas, depois, para a maternidade; há risco de o recém-nascido ir para a UTI; prematuridade iatrogênica e os riscos invisíveis a longo prazo, de que já falamos.

Nós temos também violência obstétrica no abortamento. Uma mulher que chega um dia para parir, no outro dia, pode chegar à mesma maternidade em situação de perda. Então, a mulher também é culpabilizada e penalizada. Existe violência aí. Culpabilização da mulher pela perda, nem sabendo se foi um aborto inseguro, provocado ou um aborto espontâneo. Existe ali a questão de um olhar de penalização, de culpabilização por alguns profissionais – não estou dizendo de todos, mas da instituição como um todo –, de não valorizar aquele momento da mulher: qualquer que seja a situação, ainda que esteja abortando, é uma situação de sofrimento para a mulher. Negligência, abandono, denúncias, mulheres sendo denunciadas porque chegam em situação de abortamento, e mais práticas de atenção também. Nós já provamos que realizar a aspiração ao contrário em vez de curetagem é muito melhor para a mulher, é menos arriscado, menos ruim para sua saúde. Mas, mesmo assim, A AMIU (Aspiração Manual Intra Uterina) e o misoprostol não têm nem 1% de uso no País; ainda se usa a velha cureta, com todos os prejuízos que pode causar.

Muitas mulheres não têm acesso à analgesia, à anestesia, e são curetadas a seco, aumentando suas dores nesse momento. E também se nega a essas mulheres a anticoncepção pós-aborto imediato.

Sei que meu tempo está acabando, mas preciso de mais um minuto.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Pode continuar.

A SRª MARIA ESTHER DE ALBUQUERQUE VILELA – Mesmo sobre uma mulher que provocou abortamento, temos pesquisas que já dizem desse período de confusão e sofrimento que ela tem no pós-aborto e que, muitas vezes, ela vai engravidar em seguida, pela segunda vez. Então, ela precisa ser orientada e sair inclusive com um método contraceptivo, se assim o quiser, das maternidades. Essa é outra violência contra as mulheres.

Aqui, só para ilustrar, uma boa prática: apoio contínuo durante o parto. Temos a Lei nº 11.108, que dá direito a acompanhante de livre escolha em tempo integral, e nós temos esse grande trabalho que foi realizado por mulheres muito interessantes e maravilhosas, em que mulheres relataram que os pais foram despachados da portaria 3 que não puderam acompanhar os partos.

Outra boa prática: restrição da episiotomia. Aqui temos esta foto muito forte. Pasmem:minha filha faz curso de Medicina, e a ela está sendo ensinado que a episiotomia é uma rotina na atenção obstétrica.

Então, nós estamos ainda num momento de muitas dificuldades, de mudanças. As instituições de ensino são muito conservadoras. Vamos lembrar que a episiotomia é uma questão... Este corte feito na vagina; essa é uma episiotomia que chegou até à coxa, à nádega da mulher, para ampliar a saída da cabeça do bebê, feito ali na vulva.

Durante muitos anos, a episiotomia foi ensinada como se fosse praticamente rotina; que protegeria a cabecinha do bebê e o assoalho pélvico, períneo da mulher, para que a mulher não ficasse larga.

Por trás disso, foi-se estudando na literatura todas as pesquisas sobre episiotomia, verificando-se que ela não se presta ao que foi anunciado. Ou seja, a episiotomia não protege o bebê, nem o períneo da mulher. Com o parto sem episiotomia, em que, inclusive, pode romper espontaneamente e depois ser suturado, o períneo da mulher fica em melhores condições do que o de uma mulher que teve essa cicatriz para o resto da vida, por uma episiotomia realizada durante o parto.

Outra coisa é a redução de cesariana. Aqui nós temos a ilustração de uma mulher que foi... Não consigo ler daqui, mas são relatos de mulheres falando sobre a indução da cesariana.

Foi induzida a cesariana. E nós sabemos que somos os campeões de cesarianas. Temos 57% de cesarianas; ou seja, hoje 57% dos brasileiros nascem por cesarianas e não por parto normal. Nós sabemos que não temos que perseguir 15%. A OMS já ratificou esse dado. Ela diz o seguinte: "Que toda cesária seja necessária". Pode ser que, no nosso País, com tantas mulheres já "cesariadas", esse número seja maior. Ela não diz isso. Ela diz que 15% seria o ideal, mas que não precisamos ter 15%, mas temos de reduzir, abolir as cesárias desnecessárias.

Nós fazemos a Ouvidoria da Rede Cegonha. Essa é uma ação da Rede Cegonha, que nos ajuda a ter um termômetro sobre como estão as boas práticas. Aqui nós vemos, por exemplo, acompanhante no parto, para encurtar... A Ouvidoria ativa entrevista, por telefone, as mulheres que tiveram parto no SUS. Nós temos o dado de que apenas 31% das mulheres disseram que tiveram acompanhante no parto. Quando perguntadas por que não tiveram, a maioria disse: "Porque o hospital não deixou".

Outra questão. Atenção respeitosa. Há várias perguntas sobre isso, e 83% relataram que a atenção foi respeitosa. Mas, se olharmos, ainda 16% dizem que tiveram algum tipo de violência física, psíquica, abandono, negligência, ou alguma coisa.

Contato pele a pele. Parece uma coisa simples. Na hora em que o bebê nasce ir para o colo da mãe, ter o contato pele a pele. Não é com a roupa, não. É pele. Isso é importante biologicamente falando, para que as bactérias da pele da mãe colonizem, entrem no corpo do bebê. Isso é fundamental para a saúde do bebê, uma

prática que parece que não exige muita coisa: não precisa de financiamento, não precisa de quarto PPP, não precisa de vaga na UTI, não precisa de nada; precisa apenas de atitude, precisa de um entendimento de que isso é um direito da mulher e da criança. Apenas 43% das mulheres relatam que tiveram contato pele a pele imediato entre mãe e bebê.

Aqui, só para seguir, o nosso índice de cesarianas. Em 2009, tivemos essa virada. Isso é um alerta para o Ministério da Saúde. O Ministro Arthur Chioro disse publicamente que é uma das maiores epidemias do Brasil a de cesariana. Nós vamos combater isso com centro de parto normal, com enfermeiras obstétricas na assistência ao parto em conjunto com a equipe médica.

Aqui, todos os efeitos da cesariana. Eu não vou passar para isso. Mas digo, Etelvino, que a morte materna não está aumentando. Ela tem uma curva de decréscimo não satisfatória. Nós sabemos disso. A morte materna está associada ao nosso modelo de assistência. Precisamos mudar o modelo de assistência e outras questões também, vazios assistenciais para reduzir, mas ela vem decrescendo a cada ano. De 2013, dados preliminares já dizem de uma redução para 60,5. Então, decresceu um ponto. Já vou concluir.

Aqui são os nossos desafios. Temos que mudar o paradigma de assistência ao parto; que o parto seja o momento de promoção da saúde, de prevenção da morbidade e mortalidade evitáveis. Sabemos que 92% das mortes maternas são evitáveis no Brasil, por ações dos serviços de saúde. Se temos de escolher uma ação para diminuir morte materna, essa ação é a assistência ao parto. Se tivermos que escolher qual a ação mais efetiva... "Ah, não fez pré-natal", mas nós podemos fazer alguma coisa no momento do parto.

Estudando 1.500 casos de morte materna, verifica-se que muitos deles são por ações ineficazes, pelas demoras. Etelvino, vamos para a nossa máxima das três demoras: a demora de a mulher identificar o problema, a demora em chegar ao serviço de saúde e a demora no cuidado efetivo dentro do serviço de saúde. Então, temos que perseguir essas três demoras e promover o cuidado adequado.

Sabemos de mortes evitáveis por episiotomia, por Kristeller, por uso abusivo de ocitocina, por peregrinação, por falta de acompanhante que pudesse ajudar a vigiar uma hemorragia pós-parto.

Então, nós temos coisas para fazer aí muito fáceis, simples, para reduzir, de forma mais fácil, o caso de morte materna. Há outros casos mais difíceis. Então, temos que atuar naqueles casos em que a evitabilidade é muito grande por nossas ações próprias.

Sabemos que, para um novo modelo de atenção ao parto e nascimento no Brasil, é necessário atuar as estruturas das maternidades, as práticas, a formação e o ensino, o setor privado. Não somos dois sistemas de saúde. Somos um sistema de saúde, que interage, que se comunica, que se complementa e causa alterações no sistema. Ou seja, evidentemente esse número de cesáreas do setor privado causa influências no setor público. E a cultura. Estamos convencidos e temos plena certeza de que estamos nesse caminho de uma forma bem grande.

A estratégia da Rede Cegonha vem fazer planos de ação: vai às regiões de saúde nos Estados, dando incentivo às maternidades para mudarem suas práticas. Fazemos monitoramento disso. Sabemos que isso não é suficiente. Então, construímos um espaço que se chama Fórum Perinatal, em que há Ministério Público, movimento de mulheres, ReHuNa, instituições de ensino, gestores de trabalhadores discutindo a atenção obstétrica. Estamos investindo no Centro de Parto Normal, na formação de enfermeiras obstétricas, na construção de diretrizes nacionais de cesariana e parto normal, de que participa a Febrasgo.

Aqui, quero cumprimentar a participação da Febrasgo e do Conselho Federal de Medicina, como também do Conselho de Enfermagem e da ReHuNa. Estamos juntos construindo essa diretriz. Ressalto a parceria com a OMS.

Temos também a Campanha Nacional de Incentivo ao Parto Normal e a Caderneta da Gestante. Essa caderneta vai para todo o Brasil. São três milhões de cadernetas, que substituem os cartões das gestantes. Há toda a parte do acompanhamento do pré-natal, mas há uma parte que é informação para gestantes, informando sobre todas essas boas práticas, sobre parto normal e cesariana.

Para terminar, o Centro de Parto Normal é a grande aposta para a mudança do modelo. Eu não excluo os médicos dessa assistência. Médicos são essenciais à assistência obstétrica, salvam vidas, mas precisamos de enfermeiras obstétricas também no cuidado às mulheres de baixo risco.

Quanto às parteiras tradicionais, na portaria do Centro de Parto Normal, onde é região de parteiras tradicionais, elas podem participar do cuidado no Centro de Parto Normal, pois há locais em que a cultura tem as parteiras tradicionais de forma complementar, apoiando a equipe do Centro de Parto Normal.

Temos ali a Luciana Fonseca, que trabalha no Ministério, especialmente com as parteiras tradicionais. Já capacitamos 900 parteiras nos últimos três anos. O mais importante: fazendo a vinculação das parteiras à rede, pois o problema delas é esse isolamento e o sentimento de que estão fazendo uma ação ilegal. Então, muitas vezes, posterga o pedido de ajuda, porque sabe que vai chegar a um hospital e vai ser rechaçada, maltratada.

Portanto, fazemos toda uma composição em rede, para que as parteiras possam ser acolhidas pelo sistema de saúde e valorizadas. Isso é o mais importante.

Aqui são alguns exemplos de Centro de Parto Normal. Isto aqui é o que queremos: um lugar para parir menos hospitalar; mulheres verticalizadas num espaço privativo, onde se sintam à vontade para estar inclusive sem roupa, um jeito melhor de parir, mas contando com toda competência para pegarem os seus meninos e fazerem tudo o que querem.

Aqui é o que queremos: acesso a métodos não farmacológicos de alívio a dor, protagonismo da mulher, enfermeira obstétrica e obstetriz, homem participando do parto.

Então, o que queremos? Promoção da saúde das mulheres e crianças, a redução da morbimortalidade materno e neonatal, a redução dos índices de cesariana e de gravidez não desejada e maior satisfação com a experiência do parto. A mão deste homem aqui ajudando a cuidar, a mão cuidadora, quando o homem se vê neste momento neste espaço do cuidado e é embebido dessa intensidade do momento do parto é transformadora da sociedade e reduz violência, reduz abandono, reduz maus-tratos. É nossa responsabilidade implantar esse modelo no Brasil.

Isto aqui é o que queremos: uma mulher sem os pelos raspados; um cordão que não seja cortado precocemente; um bebê recebendo o primeiro toque da sua mãe, e não de um profissional de saúde. Esse bebê pode ser acolhido e abençoado por ela da maneira como ela quiser.

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA ESTHER DE ALBUQUERQUE VILELA – Acabou.

Isto aqui é o queremos: um incentivo à paternidade responsável.

Os bebês e as mulheres agradecem o esforço de toda sociedade para mudar esse cenário brasileiro.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Parabéns!

De imediato, passo a palavra à Silvia Badim, Professora Adjunta da Universidade de Brasília (UnB).

A SRª SILVIA BADIM – Olá. Posso começar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A palavra já está com V. Sª.

A SRª SILVIA BADIM – Em primeiro lugar, gostaria muitíssimo de agradecer o convite.

Fui convidada por ser professora adjunta da Universidade de Brasília, mas, principalmente, por ser membro da Artemis, que é uma organização da sociedade civil de mulheres que lutam pela erradicação da violência obstétrica no Brasil.

Nós temos trabalhado com o tema da violência obstétrica dentro do tema de violência contra a mulher. Nós entendemos que a violência precisa ser caracterizada.

Por que estamos aqui hoje? Por que estamos falando de violência obstétrica? É um grito das mulheres. A violência obstétrica tem sido um tema trazido recorrentemente pelo movimento de mulheres. Ouso dizer que foi essa a grande participação da sociedade civil, através de organizações como a Artemis e a Parto do Princípio, que vêm trazendo esse tema.

Vou suscitar uma provocação do Dr. Etelvino, que disse existir uma radicalidade no conceito de violência obstétrica. Vou dizer a ele que eu acho que não é bem assim. Nós, do movimento de mulheres, não somos radicais, mas precisamos ser fortes para poder gritar contra tantas injustiças e tantas violações ao direito das mulheres, o que acontece todos os dias nos hospitais deste País, seja pela falta de atendimento na atenção obstétrica, seja pelo excesso de intervenções na atenção obstétrica.

Vocês já falaram muito do que eu trouxe aqui, tanto a Drª Esther como o Dr. Etelvino. Não vou repetir todas as normativas: o que esperamos, os altos índices de cesariana, de manobras que não são aconselhadas – inclusive pelos protocolos clínicos, pela Medicina baseada em evidências –, mas que todos os dias são praticadas nos hospitais.

Nós queremos, como mulheres... Parabenizo o Senador e esta Casa por terem dado voz ao movimento de mulheres. Acho que a política pública se completa com a participação da sociedade civil. Não adianta discutirmos exaustivamente o tema em órgãos como o Senado Federal, o Ministério da Saúde, se não incluirmos as mulheres nessa discussão. Nós temos de incluir as mulheres como parte do processo de atenção obstétrica.

Nós não podemos mais ver a mãezinha como uma pessoa que não tem voz, que não tem corpo e que não tem direito ao próprio corpo. Então, a nossa luta é, basicamente e primordialmente pelo direito ao nosso corpo.

Para ilustrar, vou contar para vocês o que aconteceu comigo. Eu fui vítima de violência obstétrica há oito anos, quando estava dando à luz o meu filho. Na época, já era doutoranda da Faculdade de Saúde Pública da USP, formada em Direito, estudava Direito à Saúde, e não consegui me dar conta do que aconteceu comigo naquele momento, mas somente depois, quando eu já havia chegado ao fim do meu processo de parto.

Meu filho nasceu no dia 1º de janeiro. Imaginem como foi corrido o parto! Entrei em todos os protocolos de um hospital privado na cidade de São Paulo, onde residia. É importante salientar, como a Drª Esther já colocou, que a violência obstétrica acontece tanto no hospital público como no hospital privado. Nós não estamos imunes à violência obstétrica nos hospitais privados. Muito pelo contrário. Essa decisão que saiu ontem, conforme comentava com o Dr. Etelvino, obriga a ANS a adotar medidas – essa foi uma ação do Ministério Público Federal com a Parto do Princípio – para reduzir as cesarianas e promover o parto normal dentro da saúde suplementar. Isso é fundamental para se reduzir a violência obstétrica no País.

Continuando, entrei no hospital e posso dizer que passei por todos os protocolos, porque cheguei no dia 1º de janeiro e entrei no plantão. Então, passei por todos os protocolos da maternidade. No primeiro momento, quando cheguei lá, a primeira coisa que fizeram foi colocar um avental em mim, deixando metade do meu corpo de fora e metade coberto. Não me informaram absolutamente nada do que estava acontecendo comigo e só me deitaram numa maca. A primeira coisa que eu vi foi uma...

Concordo com os senhores. Em primeiro lugar, nós não somos contra os médicos. Muito pelo contrário, Dr. Etelvino. Nós desejamos o médico, mas nós desejamos também outros profissionais de saúde conosco. Nós queremos não só os médicos do nosso lado. Nós queremos outro profissional de saúde, que nos escute, nos acolha e nos respeite, mas nós queremos o profissional médico também.

E a enfermeira obstétrica? E as doulas? Hoje nós lutamos para inserir as doulas como garantidoras dos direitos das mulheres. Quem são as doulas? Aquelas mulheres que vão estar do lado da parturiente, segurando a sua mão, fazendo um contraponto, ajudando a mãe a parir.

Naquele momento, eu não tinha ninguém do meu lado. Primeiro, a enfermeira obstétrica chegou com uma gilete – achei aquilo estranho – e falou: "Eu vou fazer em você um procedimento para raspar os seus pelos pubianos". Eu perguntei: "Mas por quê?" E ela me respondeu: "Porque é assim que tem de ser". Foi isso que ela fez.

Fui tocada inúmeras vezes. Já estava sentindo muita dor e a toda hora eu era tocada, a toda hora eu era tocada, a toda hora eu era tocada, até ir para o centro cirúrgico. Eu já estava com uma dilatação bastante avançada, e acho que foi por isso que escapei de uma cesária desnecessária, porque, se tivesse demorado um pouquinho mais, com certeza eles teriam me cortado. Imaginem vocês: era o primeiro dia do ano, e estava todo mundo louco para ir embora.

Enfim, cheguei lá, e havia um médico na sala que veio aplicar uma injeção nas minhas costas. Eu já estava com 10cm de dilatação e perguntei a ele: "O que é isso?" Ele disse: "É anestesia". Aí, fiz outra pergunta: "Eu preciso tomar anestesia?" Ele falou: "É bom, não é? Você gosta de sentir dor? Não, não é? Ninguém gosta de sentir dor." Quando percebi, ele já estava colocando a anestesia em mim, mas eu já estava com 10cm de dilatação; ou seja, não havia necessidade de tomar anestesia. Se, naquele momento, estivesse do meu lado uma doula, alguém que olhasse para mim e falasse que eu não precisava daquilo, eu não teria tomado aquela anestesia, que doeu muitíssimo. Nós sabemos, inclusive, que uma série de complicações podem advir de uma anestesia, já que não é algo tão corriqueiro e simples.

Estou terminando um trabalho com uma aluna de graduação que está estudando violência obstétrica, mas ainda sem esse nome, no Tribunal de Justiça do DF, e encontramos inúmeros casos de erros médicos relacionados ao uso de anestesia.

Como vocês relataram nas falas anteriores, muitas vezes, o excesso de intervenção pode causar danos à mulher. Então, a mulher tem de estar devidamente esclarecida de quais são as consequências. Se alguém vai tomar anestesia, quais são as consequências? O que pode acontecer com essa pessoa? Posso consentir, tenho esse direito.

Bom, fui anestesiada, e colocaram-me naquela famosa posição em que eu não sentia mais nada do que estava acontecendo comigo, no meu parto, até que a médica chegou – ela chegou no final, quando o meu filho já estava nascendo. O meu filho nasceu e foi colocado rapidamente no meu colo, porque logo o levaram embora. Ele já estava todo vestido, e não houve o contato pele com pele. Não o colocaram para mamar naquela primeira hora e levaram-no embora. Eu fiquei desesperada sem saber o que estava acontecendo, para onde o tinham levado, e perguntei para a médica: "Por que está demorando tanto?" Ela falou: "Porque eu estou te costurando". Aí eu questionei: "Mas você está me costurando por quê?" "Porque eu tive que te cortar". Eu falei: "Mas você teve que me cortar? Por quê?" "Porque isso é rotina. A gente usa esse procedimento para nascer mais fácil", ela me respondeu. "É para sair mais fácil o bebê". Eu nem sabia que a médica tinha me cortado, porque ela só me comunicou depois.

Quem entra em um hospital – isto faz parte do Código de Ética Médica – tem o direito de consentir qualquer procedimento que vai ser feito em seu corpo, desde que esteja consciente para prestar esse esclarecimento e, no caso da parturiente, desde que isso também não implique um risco à saúde da criança, que é o tema mais controverso que vamos discutir entre os casos de autonomia da mulher em relação ao parto, ou

seja, aquele que se refere a riscos à criança. Acho que esse é outro capítulo que precisamos desconstruir. Quais são esses riscos? A cesária é mais segura que o parto normal? Não! Quais são os casos de indicação da cesária? Diante de casos realmente considerados graves pela Medicina, comprovadamente, cientificamente, como a mulher vai ter essa autonomia?

No meu caso, não. Qual era o risco à criança? Por que não me foi dado o direito de dizer se eu queria ou não ser cortada?

Infelizmente, nós descobrimos, ao longo dos anos de militância no movimento de mulheres, que isso acontecia com todas as mulheres a todo tempo. As mulheres não eram consideradas, não eram devidamente informadas pelos seus médicos.

Dr. Etelvino, por mais que nós queiramos os médicos como aliados, nós temos que reconhecer que existe uma deficiência na formação médica em relação ao cuidado no parto humanizado. Nós temos que reconhecer que existe a necessidade da formação de outro profissional para atender ao parto, de uma equipe multidisciplinar nesse cuidado para trazer à mulher uma condição mais humana ao parir. Que não seja só um procedimento médico, cirúrgico, interventor. Um dos momentos mais importantes da vida da mulher é justamente quando ela está trazendo seu filho, sua filha ao mundo.

Então, qual seria o médico para acompanhar essa mulher? Infelizmente, hoje nós contatamos, dentro do movimento de mulheres, que há poucos profissionais e, infelizmente – repito –, nós também constatamos que muitos deles cobram muito caro por isso. São os chamados médicos humanizados. Nós também queremos romper essa lógica mercadológica de que a mulher precisa gastar R$10 mil para ter um parto humanizado, para pagar o médico que vai fazer o parto, respeitando a sua autonomia, o seu tempo, pagar a doula, pagar a equipe. Se a mulher tem dinheiro, ótimo. Mas nós do movimento de mulheres queremos isso para todas. Por isso, temos atuado em parceria com o Ministério da Saúde. Concordo com o Dr. Etelvino que precisamos mudar todo o sistema para que todas as mulheres possam ter um atendimento digno, e não só aquelas que podem pagar.

Hoje, há um pequeno nicho de mulheres que já estão conscientizadas...

(Soa a campainha.)

A SRª SILVIA BADIM – ... e que buscam isso através de uma prestação pecuniária.

Para terminar a minha fala, eu queria dizer que o movimento de mulheres tem tentado caracterizar a violência obstétrica com base em normativas já existentes, hoje, de proteção a direitos humanos, como o próprio Código Civil e o Código de Ética Médica. Queremos alertar e conscientizar as mulheres e também fazer o debate para que as mulheres parturientes possam, no momento em que escolherem o seu plano de parto, o seu atendimento, ter consciência dos seus direitos e buscar a efetivação desses direitos, porque, sem essa população conscientizada, nós não vamos mudar o modo de parir.

Muito obrigada.

Coloco-me à disposição para outros questionamentos.

Muito obrigada, Senador Paulo.

Muito obrigada, Daphne, Esther e Dr. Etelvino.

Espero que consigamos caminhar juntos para garantir a todas as mulheres o direito a um atendimento digno, respeitoso e humanizado na hora do parto.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Silvia Badim, Professora Adjunta da Universidade de Brasília.

Como assumi a Presidência há alguns minutos, quero ressaltar que o normal é dar dez minutos com mais cinco para cada um dos convidados. Depois, haverá uma rodada final.

De pronto, agradeço a fala do Dr. Etelvino de Souza Trindade, da Drª Maria Esther de Albuquerque Vilela e também da Drª Silvia Bandim.

Agora, passamos a palavra à Srª Daphne Rattner, Professora da Universidade de Brasília e Presidente da Rede pela Humanização do Parto e Nascimento.

A SRª DAPHNE RATTNER – Bom dia a todos!

Eu queria agradecer muito à Comissão de Direitos Humanos do Senado pelo convite – foram 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher e pela inserção da violência na atenção obstétrica nesse cenário de violências contra a mulher – e, principalmente, pela oportunidade de escutar o Dr. Etelvino Trindade, a Drª Esther Vilela e a Drª Silvia Badim.

Acho que ainda sobrou um pouco para eu falar. Então, vou tentar abordar o tema, que não foi completamente esgotado.

Eu gostaria só de lembrar o Marsden Wagner, que faleceu em 2014. Ele sempre disse que dar à luz não é doença, não é um processo patológico. É uma questão de saúde, de vida das mulheres e dos bebês. É só assim que continuamos sendo humanidade. Se pararem de engravidar e de parir, nós acabamos.

E por que precisamos falar de humanização? A Drª Esther já falou do uso abusivo da tecnologia, que contribuiu para a desumanização e acarretou um paradoxo perinatal. Com o excesso de tecnologia – a tecnologia deve ser utilizada de maneira apropriada –, aumentou a morbidade e a mortalidade tanto de mães como de bebês. Por conta de um uso inadequado da tecnologia, desperdiçamos suficientes recursos do setor saúde. Além disso, precisamos falar de humanização porque há várias violências na atenção ao parto.

Vou abordar aqui a violência estrutural, a violência institucional e a violência simbólica.

A violência estrutural é uma forma macrossocial, no âmbito político-econômico, que limita injustamente o acesso às oportunidades dos desfavorecidos. O que acontece? Mulheres pobres, por exemplo, têm menos acesso ao serviço de saúde. Nós ouvimos a Silvia falar que, hoje em dia, é preciso desembolsar um pouco mais de recursos para conseguir esse acesso, que desejamos a todas as mulheres.

Há também a violência institucionalizada. O Goffman, em seu livro *Manicômios, Prisões e Conventos*, diz que, em determinados espaços institucionais, há a violência institucionalizada. Então, a questão das normas, a questão das rotinas traz uma forma de atendimento... A Silvia disse o tempo todo: "Eu entrei no protocolo, eu entrei no protocolo." Ela deixou de ser mulher, deixou de ser protagonista e passou a ser um elemento do processo de produção de cuidado, embora ela fosse, vamos dizer, a matéria-prima no processo industrial de cuidado dentro da instituição. Então, nós precisamos trabalhar numa mudança de visão da mulher como protagonista.

Bourdieu traz a questão da violência simbólica; a forma como essa violência é exercida; a questão da relação de poder que se estabelece entre quem é cuidador e quem é cuidado. Existe um desnível muito grande, porque a capacidade de negociação é diferente: há alguém que domina o cenário de cuidado e a pessoa que é dominada. Nesse caso, precisamos trabalhar num processo de democratização dos cenários de cuidado.

Nós traduzimos essa violência nas pequenas ou grandes violências do cotidiano que acontecem nos serviços.

Um trabalho de que eu gosto muito é o da Annatália Gomes, do Ceará. O trabalho se chama "Pisada como um pano de chão: experiência de violência hospitalar no Nordeste brasileiro". Acho que só pelo título já temos noção de como a pessoa se sentiu no serviço. Ela diz que a maior parte do que aconteceu no serviço foi interpretada pelas mulheres como desprezo e humilhação. Só 16% das mulheres disseram que esse serviço estava cuidando da saúde delas, zelando por elas.

Cito a fala de uma das mulheres: "[...] sai da casa da gente tudo bem direitinho. Chega num local desse e é tratada como se fosse um pano de chão, pisado por todo mundo. Eles sabem tudo ou acham que sabem. Só porque são melhor de vida... porque não é de igual pra igual, né?"

E precisamos falar da humanização porque temos violência na atenção ao parto.

Vou pular essa parte, que já foi abordada pela Esther e pelo Dr. Etelvino, mas a gente teve esse tipo de violência – xingou, humilhou, gritou, negou atendimento –, que é um processo que acontece, como foi dito pela Esther, tanto na rede pública como na rede privada.

Algumas das frases eu vou pular.

Eu queria só dizer que um dos problemas que a gente tem e que é uma violência é o seguinte: há maternidades que agendam cesarianas como se fossem uma linha de produção. Então, a gente espera que o cuidado com o bebê e com a mulher seja personalizado, baseado em evidências científicas, mas, no instante em que a mulher entra em uma linha de produção – ela chega; corta, tira o bebê, costura, vem a próxima; corta, tira o bebê, costura, vem a próxima; tira o bebê, costura... –, isso é uma forma violenta de desconsiderar a mulher.

Como a Esther já contou, há livros de obstetrícia que tratam o processo de parto como uma questão mecânica: motor, objeto, trajeto. O motor é o útero, o objeto é o bebê e o trajeto é a vagina. Há muitos obstetras – inclusive nesta Casa, na Câmara, quando a gente tinha a interação – que traziam que parto é uma coisa muito simples. E eu gostaria de dizer que nem o útero da mulher é um motor, nem o bebê é um objeto – ele é um ser humano, e por isso falamos em humanizar também –, e nem a vagina é apenas um trajeto; ela faz parte de um ser vivo. E nem o profissional médico é um mecânico que conserta esse mecanismo quando ele está defeituoso. Então, a gente precisa rever a cultura, como a gente enxerga isso.

Lembro que o Marsden Wagner, falecido no ano passado – ele foi da OMS –, publicou o livro *Buscando a Máquina do Nascimento*, em que ele traz críticas a essa visão alienante e desumanizadora da máquina do nascimento.

Contribuíram para esse quadro a organização do sistema de saúde – e a Esther falou da questão da remuneração por procedimentos , a forma de produção do trabalho médico, a forma como o médico se inseriu no sistema – temos que reconhecer que temos um problema na organização do trabalho –, a influência de

modelos de assistência que valorizam o uso de tecnologia – nós copiamos o modelo dos Estados Unidos, que, vamos dizer, valoriza demais, introduz demais tecnologia, e a tecnologia não vem sendo usada de maneira apropriada, haja vista os 57% de cesarianas – e a criação de uma cultura que glamouriza a cesariana, de que a mulher vai para a cesariana já no cabeleireiro, um chinelinho novo, uma camisola toda bonitinha...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª DAPHNE RATTNER – ..., com fotógrafo, filme, etc. Precisamos voltar a glamourizar o parto normal, e considero que o nosso movimento tem conseguido fazer isso. Hoje em dia, as mulheres desejam um parto humanizado. Se você perguntar à balconista da farmácia, ela vai dizer quer... Você conversa com as mulheres e, felizmente, vê que o parto humanizado está chegando ao imaginário e ao desejo das mulheres.

Um problema sério que temos – a Esther já o abordou – é a forma como a obstetrícia é ensinada no nosso País para médicos e enfermeiros. É a forma de abordagem da obstetrícia. E a gente tem algumas... Por exemplo: nós temos como principal causa de morte materna as síndromes hipertensivas. Diagnosticar pressão alta é fácil. De alguma forma, o pré-natal deixa escapar a pressão alta, e a gente tem as mulheres chegando aos serviços e morrendo por síndrome hipertensiva.

Outra coisa: cuidar de uma eclâmpsia, uma pré-eclâmpsia grave. Hoje em dia, existe um medicamento muito acessível e barato, que é o sulfato de magnésio. Há trabalhos mostrando que, no Município de São Paulo, que, teoricamente, tem acesso a tudo, só em 10% dos casos de mulheres que tiveram eclâmpsia foi adotado o sulfato de magnésio.

Então, nós temos um ensino que não privilegia o atendimento correto às emergências. Isso precisa ser mudado.

Obstáculos à humanização.

Nós temos um problema, Etelvino, que é a falta de disponibilidade dos profissionais para alterarem suas práticas. As pessoas dizem "eu sempre fiz assim", e continuam fazendo. Então, a gente precisa dessa parceria com a Febrasgo no sentido de atualizar as práticas. Eu sei que a Febrasgo preconiza práticas baseadas em evidências científicas, mas a gente sabe que, muitas vezes, a sua direção, que, em geral, é composta por pessoas muito em bem informadas, muito bem formadas, tem dificuldade de fazer chegar ao profissional que está lá na ponta. Nós temos que, vamos dizer, reduzir esse *gap* e fazer com que, na ponta, a mulher que é atendida tenha práticas baseadas em evidências científicas e humanizadas.

Um problema que temos é a rotatividade de emprego no serviço de saúde. Então, treinamos uma equipe, mas, daqui a um ano, lá estarão outras pessoas que não são as treinadas, e aí temos que estar em um contínuo processo de treinamento.

Temos obstáculos corporativos. Há muitos hospitais em que acaba acontecendo de termos residência em enfermagem obstétrica, mas os profissionais não deixarem que as residentes aprendam assistindo ao parto. Só se aprende a fazer o parto assistindo. Sendo assim, precisamos criar esse espírito de trabalho multiprofissional.

Temos a baixa remuneração de profissionais, inclusive no setor privado, na saúde suplementar, e aquela lógica de remuneração por produtividade que a Esther já mencionou.

Para mudar esse quadro, propomos que se estimule os profissionais a refletirem a respeito de práticas e dos valores embutidos na forma de produção dos cuidados. Eu não sei bem como é que poderíamos fazer isso, mas a Reuna tem toda a disponibilidade para estar participando dos eventos da Febrasgo trazendo essas reflexões, porque eu acho que a construção é coletiva. Eu não acho que detenhamos uma verdade. Acho que vamos construir a nova forma de assistência coletivamente.

Precisamos rever a forma de organização da prestação de cuidados à saúde e à doença – talvez menos intervenções e mais cuidados –, estabelecer um campo de diálogo entre profissionais e usuários e famílias... A Silvia disse que houve muito pouco diálogo. Quando ela questionava, ninguém explicava os porquês e dizia: "Aqui é a Dª Norma quem manda. E você converse só com a Dª Norma!"

Na própria equipe, precisamos construir equipes em que exista espaço para o profissional médico, para a enfermeira, para a doula, para a parteira tradicional, e vemos com muita alegria esse empoderamento das mulheres. A Artemis é um exemplo de empoderamento. As mulheres dizem "precisamos nos aliar para enfrentar a violência na atenção obstétrica constituindo uma ONG especializada nesse atendimento e fortalecendo", porque um dos problemas que temos é que, quando as mulheres estão sujeitas à violência, para quem eu me queixo? O bispo ainda não abriu seus ouvidos para isso. E hoje em dia temos a Artemis.

Então, o que temos, que é algo que temos muita alegria? No Brasil, temos conseguido sensibilizar profissionais gestores, principalmente mulheres, temos uma gratidão imensa, como o movimento, a Reuna, de 1993, que o Ministério tem adotado a Rede Cegonha, uma política de humanização geral e uma específica para assistência a partos e nascimentos, um movimento de mulheres assumindo cada vez mais como reivindicação

o reconhecimento ao seu protagonismo, as recomendações da Organização Mundial de Saúde com práticas baseadas em evidências e a ciência vindo ao encontro desses direitos das mulheres.

Temos, assim, uma perspectiva muito favorável – a Esther já mencionou o documento da Organização Mundial de Saúde –, temos o eslaide com a White Ribbon Alliance, que lançou todo um *kit para o ativismo nesses 16 dias, o Respectful Maternity Care, que podemos disponibilizar, se o Senado tiver interesse. Temos aqui, na frente, a Eliza Williamson, que traduziu para o português esse kit. Temos o documento do Usaid que fala de abuso físico, de cuidados não consentidos, de falta de oportunidade de confidencialidade no parto, de cuidados não condignos, e propomos que o atendimento seja respeitoso e digno... Temos discriminação baseada em racismo e em outras e temos articulação... Vejam, esse é um movimento internacional.*

Eu queria dizer que, se a Organização Mundial de Saúde, o Usaid e a White Ribbon Alliance propõem, é porque é um problema internacional, não é específico do nosso País.

A gente ainda tem resistência de algumas corporações, principalmente resistência da academia, que não introduz assistência humanizada e baseada em evidências científicas no ensino, e uma necessidade de mudança de cultura.

Marsden Wagner, por quem eu tenho um grande carinho, comenta que os obstetras tendem a ter uma confiança cega na tecnologia e no mantra de que tecnologia é progresso e é moderno.

O outro lado da moeda é a falta de confiança na natureza, expresso por um obstetra canadense que diz que a natureza é uma má obstetra. Aí, a ideia é conquistar a natureza e resulta na generalizada tentativa de melhorar a natureza antes de se fazer uma avaliação científica.

Isso levou a uma série de tentativas, no século XX, de melhorar a evolução biológica e social. Os médicos substituíram a obstetriz em partos de baixo risco e a ciência provou que, em baixo risco, é mais seguro com obstetriz. O hospital substituiu o lar em partos de baixo risco e a ciência provou que o lar é tão seguro quanto o hospital e tem bem menos intervenções desnecessárias. A equipe do hospital substituiu a família no suporte para o parto e a ciência provou que o nascimento é mais seguro se a família estiver presente. A posição deitada substituiu posições verticais e a ciência provou que as posições verticais são melhores. O exame do recém-nascido longe das mães nos primeiros 20 minutos substituiu deixar os bebês com a mãe e a ciência provou que é necessária essa proximidade para o vínculo mãe-filho e, hoje em dia, com a colonização do bebê pelas bactérias da mãe. O leite manufaturado substituiu o leite materno e a ciência provou que o leite materno é superior. O berçário central substituiu a mãe, e hoje em dia a gente sabe que o alojamento conjunto é melhor. A incubadora substituiu o corpo da mãe para cuidados de bebês de baixo peso, e hoje todo mundo sabe que o método mãe canguru é melhor em muitos casos.

Então, Marsden Wagner diz que estamos sobrepujando a biologia e estamos correndo risco. Ele diz que é moderno nos movimentarmos em carros ou transporte público que resultem pouca caminhada e menos ainda corrida. E aí a ciência descobre que os nossos corpos necessitam de exercícios ou vamos ter problemas cardiovasculares. Assim, hoje em dia, a ideia pós-moderna é voltar a caminhar ou correr, *jogging*, e isso é visto como progresso e não retrocesso. Da mesma forma, humanização dos serviços de maternidade não é um retrocesso, é pós-moderno e é progresso.

Eu queria comentar que a gente tem outras formas de violência, a questão de a pessoa ser pobre, as metáforas que ocorrem com relação a pessoas pobres marginais ou *status* social indesejável, que são associadas à identidade da mulher ou da pessoa. É estigmatizada como "uma coitada", "uma criança", "uma malandra", "uma marginal", "uma criminosa", "uma limpadora de banheiro", e aí por diante, que acontece nos serviços de saúde.

Eu queria comentar outras formas de violência, como a questão de nós termos uma mortalidade materna muito maior em pretas do que em pardas. Essa é uma forma de violência do sistema dos serviços que teremos que enfrentar. Morrer de mortes evitáveis, certamente, é uma violência, e a gente tem o racismo, que a Esther também comentou. A cesariana é menos oferecida para mulheres pretas e pardas do que para mulheres brancas; os comentários desairosos são mais frequentes para mulheres pretas e pardas; a analgesia de parto é menos oferecida para mulheres pretas e pardas.

Numa pesquisa feita por uma orientanda nossa que a gente não divulga porque não foi publicada, encontrou-se associação de depressão pós-parto associada à violência obstétrica. Então, a violência é mais frequente posteriormente, se tem depressão pós-parto, e, nas mulheres negras, ela era muito associada ao que a gente chama de violência verbal, esses comentários desairosos que são feitos, que foram listados no eslaide anterior. E, em adolescentes, principalmente a questão da violência física é que está mais associada com a depressão pós-parto.

A gente tem, além dessa depressão, a questão do *imprinting* do bebê que, hoje, a gente sabe que o bebê surge completamente virgem de qualquer vivência fora do parto.

Ziemer, em um artigo chamado "As origens traumáticas da violência", comenta que as experiências de nascimento, especialmente as das fases finais do parto, tanto por causa das elevadas pressões mecânicas, biológicas e emocionais envolvidas, como do estado de desamparo para o feto, estabelecem os primeiros padrões psicoemocionais que predispõem a violência e busca associar a violência que hoje a gente tem na nossa sociedade com as violências sofridas pelo bebê, porque a gente só falou da violência contra a mulher depois do parto.

Para Grof, a violência e a destrutividade malignas só podem ser compreendidas mediante a inclusão de dimensão perinatal.

Então, é muito possível que essa violência que todos nós vivemos na nossa sociedade seja decorrente de uma experiência primeva do bebê na hora do nascimento.

Como a Esther comentou, a gente precisa lembrar que as mulheres abortam e que, aos 40 anos, pelo menos 20% das mulheres já abortaram.

E o Marcelo Medeiros traz que elas não são monstros. São mulheres casadas, com filhos, religiosas, de todas as classes sociais. É o perfil das nossas mães, irmãs, filhas ou vizinhas.

E o que a gente sabe, como a Esther comentou, procedimento sem analgesia, os comentários que elas sofrem, a desqualificação por estar abortando e, muitas vezes, é um aborto espontâneo.

A gente tem a história de uma mulher de classe média que abortou. Ela caiu em casa – ela estava numa gravidez desejada – e começou a sangrar. O marido não soube o que fazer. Ele chamou a ambulância. Na hora em que a ambulância chegou, a primeira coisa que fizeram foi procurar, como ela diz, "o meu cúmplice, que era o Cytotec". Depois de procurarem e não encontrar, só aí a levaram. Eles perderam tempo procurando para ver se encontravam um sinal de abortamento, do crime. Eles a levaram para um hospital privado, onde ela sofreu desqualificação por estar abortando...

Então, essa questão de os serviços de saúde se assumirem como juízes, não como prestadores de cuidados, de fazerem a denúncia para a polícia, isso não é o papel dos serviços de saúde e é mais uma violência que ocorre pela questão de um abortamento, muitas vezes, espontâneo. Essa gravidez que eu relatei era desejada.

Falas das mulheres.

Esse é um artigo publicado em parceria com a nossa Ministra das Mulheres, Eleonora Menicucci de Oliveira, em que as mulheres numa situação de abortamento comentam:

[...] Me senti um lixo, né? Me sentia um pacote de lixo, joga pra um, joga pra outro, joga para um, parecia uma brincadeira, uma jogava pra outra, ficou assim [pausa], um jogo assim, é um empurra-empurra, um empurra pra outro e ninguém queria fazer nada.

O nome no artigo é fictício.

Outra diz:

Eu baixei assim a roupa para ele ver, aqui, aqui e ele, eu não tô vendo não, pegou, virou as costas e saiu. Aí a menina veio e me ajudou, colocou o absorvente na sacola e me disse para assim que ele viesse de novo para eu mostrar para ele o sangue. (O aborto) foi no quarto mesmo onde eu estava. Tinha uma outra paciente do lado, que assistiu tudo, e [...] foi ali, do lado. Muita humilhação, eu me senti humilhada, entendeu, porque eu não tive atendimento, eu tive um sofrimento, sozinha na cama, as meninas não conseguiram dormir a noite, entendeu? Elas, né, não sabiam o que é que eu tinha entendeu, e eu tive o aborto ali mesmo.

Uma das violências que considero é que, muitas vezes, a mulher que está perdendo a criança tem de ficar no mesmo quarto de mulheres que tiveram a criança. E, para ela, que teve um aborto espontâneo – ela queria ter a criança –, é um sofrimento ainda maior estar num meio em que estão mulheres que tiveram seu bebê e estão podendo exercer sua maternidade, seu amor materno.

Outra fala:

Ele foi muito grosso, muito ignorante assim, ele não me falou nada direito. Mas aí eu fiz assim mesmo a curetagem e eles me falaram que seis horas depois eu poderia ir para a minha casa; aí eu fui; à noite ele veio, e eu pedi atestado porque fiquei a semana toda, e eu tinha que levar para o serviço, aí ele falou que não tinha nada a ver isso, que eu podia ter perdido o filho em um dia e no outro ir trabalhar, porque não tinha nada a ver isso.

Enfim, é uma questão de gênero essa violência. Ela independe de classe social, mas ser pobre, ser preta e ser adolescente piora bastante. Aí, gente, é uma cultura. Como a gente muda essa cultura?

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Muito obrigada, Drª Daphne, pelos esclarecimentos, pelas informações enriquecedoras.

Eu tive de me ausentar por algum tempo, porque já havia sido previamente marcada uma audiência com o DNIT para tratar de uma questão de infraestrutura do meu Estado, Roraima, com outros Senadores do Amazonas e de Rondônia.

Infelizmente, não pude ouvir todas as apresentações feitas aqui, mas, de todo modo, quero agradecer imensamente a disponibilidade do Presidente da Comissão Direitos Humanos, Senador Paulo Paim, de ter ficado aqui enquanto participávamos dessa audiência no DNIT.

Eu gostaria de agradecer a participação de todos e de fazer três perguntas. Eu gostaria de pedir que cada um respondesse a mesma pergunta em um minuto.

Eu vou procurar ser bem clara nas perguntas, porque é uma forma de esclarecer para todos as diversas opiniões – do Ministério da Saúde, das instituições, da Associação do Etelvino, da Professora da UnB –, de conhecer o entendimento, a visão deles sobre essas três perguntas que eu gostaria de fazer agora.

Sobre algumas delas já houve até algumas colocações feitas por parte dos palestrantes, mas queremos consolidar, ter essas informações muito claras para todos que estão nos ouvindo e para mim também.

Primeira pergunta: como explicar, mediante as ações governamentais, como a Política Nacional de Humanização, o aumento das taxas de cirurgias cesarianas tanto na rede particular quanto na rede pública de atendimento à saúde na última década? Como bem colocou aqui a Drª Esther, houve um crescimento assustador: 57% dos partos são cesárias.

Segunda pergunta: como avalia a relação da grávida com o médico na construção da confiança para se escolher o método mais adequado de parto de acordo com suas próprias condições econômica, cultural, de saúde e psicológica?

E a terceira: os fatores de infraestrutura hospitalar e a falta de condições adequadas de trabalho dos profissionais de saúde contribuem para o aumento dos índices de violência obstétrica?

Então, são essas as três perguntas. Eu gostaria que começássemos, em um minuto, com a Profª Silvia Badim.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Não, um minuto para responder ou, se precisar...

A SRª SILVIA BADIM – As três? Então, vamos lá!

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Eu acho que um minuto é muito pouco. Três minutos.

A SRª SILVIA BADIM – Três minutos?

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Três minutos é melhor.

A SRª SILVIA BADIM – Posso começar?

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Pode.

A SRª SILVIA BADIM – Em relação à primeira pergunta, acho que não é apenas a existência da política que vai alterar.

Como levantamos na Mesa, precisamos da mudança de cultura. Precisamos da mudança no ensino médico, no ensino nas faculdades de enfermagem. Precisamos de uma mudança cultural que vai passar pela educação e por uma sensibilização dos profissionais. São um grande avanço essas políticas. Nós consideramos, parte da sociedade civil, um avanço muito grande todas as políticas de parto humanizado. São muito louváveis. Só que a gente precisa avançar no sentido da educação, da sensibilização para que, de fato, isso aconteça na prática, porque entre a norma e a realidade ainda existe uma distância grande, infelizmente.

Em relação à segunda pergunta, da relação da grávida com o seu médico, eu acho que a questão passa por um diálogo e o médico... Acho que toda condição de trabalho... Vou aliar a segunda questão à terceira. Acho que, sim, a falta de condição influencia, sim, na violência obstétrica.

A gente sabe, por exemplo, naquela pesquisa que mostra a Rede Cegonha, da falta de acompanhante para o parto. A gente vem analisando isso. Aqui no Hospital Regional de Ceilândia, a gente percebe que a falta de estrutura da maternidade propicia a negativa da mulher ao acompanhante porque, se não tem onde ela ficar direito, quicá o seu acompanhante. Então, sim, acredito que sim, é preciso melhorar as infraestruturas. E uma saída boa eu acho que são, como a Drª Esther apresentou, as casas de parto. Acho que seria o aumento considerável dessa estrutura para a diminuição da violência o respeito à mulher e o diálogo, que eu acho que tem que haver entre o médico e a parturiente. Para que seja dada voz à mulher junto a esse médico, o médico realmente tem de abrir um diálogo em que a mulher não seja vista, como a Daphne colocou, como uma máquina e um produto ao final. Ela vai poder optar, ela vai ter um esclarecimento maior na hora da consulta ginecológica para saber dos riscos, dos prós, dos contras e poder fazer um plano de parto junto com seu médico. Como o Dr. Etelvino falou não é garantia, pode ser que no momento haja uma intercorrência, mas ela tem de onde partir, ela tem a sua vontade expressa naquele momento. Então, acho que o plano de parto e o diálogo são fundamentais.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Muito obrigada, Drª Sílvia.

Agora, Dr. Etelvino.

O SR. ETELVINO DE SOUZA TRINDADE – Obrigado.

Primeira questão. As cesarianas aumentaram apesar das orientações de humanização e de direito da mulher na última década.

Existe, em Física, uma divisão de erro. O primeiro estudo de Física é sobre o erro fortuito e sistemático. Todo indivíduo cai no erro fortuito, mas, quando você faz uma auditoria própria, você o descobre; o erro sistemático se dá quando você comete o erro e, na auditoria, acha que está fazendo certo.

Então, dentro desse aspecto, acho que a cesariana aumenta como um moto-contínuo em que uma percepção que é entendida como boa se potencializa de *per se*, por si própria. Então, cria-se o contexto cultural de que o parto cesariana é muito mais fácil, que não me dá problemas e que eu não vou ser judicializado do ponto de vista médico. Tendo um parto normal, eu vou ter o médico que eu quero e vou ter acesso ao hospital. É o ponto de vista da paciente.

Quanto ao segundo, a relação médico-paciente para o melhor parto passa por um processo cultural. A cultura tem que ser mudada no sentido de a mulher exigir o direito dela, a percepção dela ou o querer associados à orientação do médico para que isso se efetive. Acontece que, dentro da estrutura montada, o médico não tem tempo. O médico é obrigado a atender vinte pacientes numa consulta diária. Então, ele não tem tempo para a paciência e também não está muito preocupado com isso. No fim, as quatro horas dele, infelizmente, ele faz em três. É mais ou menos dessa forma. Então, a coisa fica muito corrida e não existe um esclarecimento. Então, tem de se criar uma estrutura onde o esclarecimento seja pertinente.

Quanto à infraestrutura na contribuição da violência, é claro que a infraestrutura talvez seja o fator mais importante na violência, porque a infraestrutura, a falta de equipe definida, a falta de ambiência, a falta de tempo para atender, tudo isso contribui para uma violência crescida.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Muito obrigada, Dr. Etelvino.

Agora, a Coordenadora Geral da Saúde das Mulheres, Maria Esther, do Ministério da Saúde.

A SRª MARIA ESTHER DE ALBUQUERQUE VILELA – A questão da mudança de cultura para reduzir as cesáreas a gente sabe que leva anos. Para voltar o aleitamento materno foram duas décadas. Então, apesar de o Ministério da Saúde ter investido ao longo dessas últimas duas décadas, acredito que, com a Rede Cegonha, nessa sincronia de ações, isso tem sido intensificado.

Para mudar a cultura... Nós sabemos que a gente não poderia reduzir as cesáreas à força e falar que não vai ter mais cesárea. Mas vai ter o que mesmo? Como o parto é feito não é uma opção boa. Então, mudar a assistência ao parto normal foi essencial para a gente poder construir um ambiente propício para reduzir as cesáreas. É preciso ter uma coisa boa para as mulheres deixarem de querer a cesariana e os profissionais também. Por isso, é um combo, uma série de ações, como a formação de enfermeira obstétrica, a construção, Etelvino... O Ministério da Saúde, o Governo tem feito a sua parte ao alterar as ambiências dos partos. Nós temos 105 projetos de centros de parto normal em construção, 130 ambiências de maternidade sendo alteradas para poder mudar – e vou para a terceira pergunta – as condições de trabalho.

É claro que se tem um pré-parto coletivo onde a mulher é despersonalizada. Ali se chama para um tipo de atuação onde a mulher é reificada, é objetivada. Se você tem um quarto privativo onde você bate na porta e fala "com licença, eu sou o doutor tal, a enfermeira tal", você reajusta a postura dos profissionais. Então, mudar a estrutura é importante como condição de trabalho para mudar essa realidade.

Podem ter certeza de que, em 2015, os índices de cesarianas já serão se não menores, pelo menos iguais aos de 2014. Dados preliminares já falam em 55%...

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA ESTHER DE ALBUQUERQUE VILELA – Ai, meu Deus!

São 57% em 2014. Em 2015, dados preliminares já mostram uma redução.

Vou citar a Física também. Quando há uma questão acelerada, a primeira coisa é frear e depois reduzir. Então, nós esperamos um freio nas cesarianas e, em seguida, uma redução.

Sobre a relação médico-paciente, nós sabemos, pela *Nascer no Brasil,* que, no sistema privado, muitas das mulheres que vão para a cesariana não optaram pela cesariana no início do pré-natal. Elas iniciam o pré-natal com um desejo de parto normal, mas, ao longo do pré-natal, vão-se fragilizando e se convencendo de que a cesariana é a melhor opção. Ou seja, a opção pela cesariana não é uma opção de 100% das mulheres que estão no sistema privado. Elas são convencidas de que a cesariana é uma opção mais segura. Isso não é, eu já falei, uma culpa dos profissionais, mas do modelo em que estão inseridos, em que acreditam piamente que a cesariana é o mais seguro. Para esse modelo do seu médico – a gente fala do "seu médico", do modelo

da relação privada com o seu médico –, ele é o mais seguro, porque, no parto normal, você não vai encontrar o "seu médico" a qualquer momento.

Ou seja, nós precisamos dar um passo atrás e ir mais fundo para ver que esse modelo, que essa cultura de "seu médico" é o que gera uma relação que induz à cesariana, é uma relação que está fragilizada. Hoje, as mulheres têm procurado os índices de cesariana e de parto normal dos profissionais para poderem se certificar de que aquilo que ele está falando é, realmente, a prática cotidiana do profissional. Essa é uma ação da OMS para poder reduzir as cesáreas desnecessárias e a violência obstétrica.

Só queria falar que, para poder melhorar as condições de trabalho, nós precisamos incluir enfermeiras obstétricas e obstetrizes na equipe. Sem isso, a condição de trabalho dos profissionais médicos é precária e violenta a própria profissão. Em hospitais que já incluíram a enfermeira obstétrica, nós temos relatos de médicos que falam o seguinte: "Eu não sei como eu trabalhava anteriormente. Não consigo mais trabalhar sem ter uma enfermeira obstetra ou uma obstetriz na equipe." Existe todo um medo corporativo de perda de espaço, de perda de autonomia, mas é a mesma coisa do acompanhante. Depois que o acompanhante do parto passa a ser uma prática, todos os profissionais do hospital perguntam: "Como é que a gente vai ficar sem acompanhante agora?" Então, existe essa reação, esse medo, mas é um medo que vai ser superado, e nós vamos, realmente, ter uma nova realidade de assistência ao parto, em breve.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Drª Daphne.

A SRª DAPHNE RATTNER – Bom, eu queria comentar, a respeito da primeira pergunta, da mudança de cultura. A Esther já trouxe várias vezes a questão da mudança de paradigma, da mudança de modelo de atenção.

Uma antropóloga americana, Robbie Davis-Floyd, falou sobre o modelo tecnocrático, humanista e holístico. Eu não vou conseguir explicar tudo isso nos meus três minutos, mas a gente está num processo de mudança de modelo de atenção. Temos um modelo tecnocrático e estamos mudando para um modelo humanista. E uma mudança de cultura é muito difícil. Foi isso o que trouxe na minha discussão sobre a violência o tempo todo.

Por outro lado, os profissionais que estão no atendimento público, na prática da saúde suplementar, atendem e têm consultório. Então, é muito difícil um profissional ter uma prática aqui e outra lá. Como, para ele, é mais organizada a agenda na saúde suplementar, ele leva isso, a prática de fazer cesáreas, para o setor público, sem pensar no bem-estar da mulher e do bebê. Fica mais organizada a agenda.

Então, acho que essa mudança de cultura tem de passar por uma profunda conscientização dos profissionais e por uma reorientação para que, ao invés da conveniência profissional e da instituição, se tenha o bem-estar da mulher e do bebê. Como é que a gente faz isso? Acho que através do diálogo, da conversa.

A questão da relação profissional já foi comentada pela Esther. Há trabalhos mostrando que, no início da gravidez, 70% das mulheres da saúde suplementar desejam parto normal e 30%, a cesárea e que, no final da gravidez, 70% desejam a cesárea e 30%, o parto vaginal. Então, durante a gestação, no sistema privado, existe um processo de indução de mudança do desejo. No final, se a taxa de cesárea na saúde suplementar é de 85%, a gente percebe que nem aqueles 30% conseguiram.

Acho que a questão da estrutura é muito importante, mas eu gostaria de trazer um elemento novo aqui para o diálogo, que é a questão da doula.

A doula, no parto, faz uma diferença muito grande. A gente tem doulas... Os trabalhos científicos mostram que, com a doula, você precisa de menos analgesia no parto, que a doula diminui o tempo do trabalho de parto, diminui o tempo do período expulsivo e que aumenta o grau de satisfação da mulher com a experiência de parto.

A Lei nº 5.534 daqui, do Distrito Federal, define que toda mulher vai ter direito a uma doula no parto. Foi uma proposição do Deputado Distrital Wasny de Roure. A lei foi publicada no dia 28 de agosto de 2015. E temos na Câmara Federal o Projeto de Lei do Deputado Jean Wyllys que propõe uma assistência humanizada e sem violência na atenção obstétrica como um direito da mulher. Eu gostaria muito que, quando esse projeto de lei viesse para o Senado, ele fosse bem acolhido e fortalecido.

Eu a conclamo a ser nossa parceira na efetivação desse direito das mulheres.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Quero agradecer as respostas dadas por cada um de vocês. Foram muito esclarecedoras, sem dúvida nenhuma. Mas há um ponto que eu gostaria de destacar.

Eu sou de um Estado, Roraima, que tem 15% da sua população composta por indígenas. A gente já fez audiência pública aqui, na Comissão Direitos Humanos, acho que há três anos, para tratar da saúde da mulher indígena. Como parlamentar de um Estado que tem esse elevado percentual de mulheres indígenas, de etnias indígenas, eu tinha a preocupação de discutir esse assunto e também de destinar recursos no Orçamento da União. São emendas parlamentares – como nós sabemos, 50% das emendas têm de ser destinadas à saúde –

pelas quais destinamos recursos para o Governo do Estado de Roraima para a construção de casas de parto, porque, nessas comunidades indígenas dos diversos Municípios de Roraima, como Mucajaí, Caracaraí, Alto Alegre, onde existem as comunidades indígenas, elas precisam ter esse atendimento mais próximo porque é muito difícil para a mulher indígena, para a mulher do interior, que vive na vicinal, deslocar-se do seu local de trabalho ou da sua residência para ter seu filho lá na capital, Boa Vista, que é onde está a única maternidade do Estado. É um Estado que tem pouco mais de 500 mil habitantes, mas que tem uma extensão territorial gigantesca. Ele é enorme, mas tem uma densidade demográfica bem baixa, a mais baixa do País.

Então, é importante a gente também ter, nesse Programa Nacional de Humanização do Ministério da Saúde, uma atenção especial à saúde da mulher indígena.

Sei que existem convênios. Tenho aqui um convênio com a área técnica da saúde da mulher, o Grupo Curumim, que é uma entidade de referência, que atua com parteiras tradicionais em várias regiões do Brasil. A gente gostaria de solicitar à Drª Esther que desse uma atenção para essas mulheres. Elas precisam. Elas são vulneráveis. A mulher indígena, a mulher que vive no interior precisa, sem dúvida nenhuma, dessa atenção maior. Foi por isso que a gente teve a preocupação de destinar esses recursos para que o Governo do Estado pudesse construir e manter casas de parto com todos os profissionais, com a equipe multiprofissional que é exigida pelo Ministério da Saúde.

Então, a gente gostaria de frisar aqui que os Macuxi, os Wapixana, os Wai-Wai, os Waimiri-Atroari, que são diversas etnias... Essas mulheres estão lá nas suas comunidades indígenas. Há mulheres, também, que são brancas, negras, que estão nas vicinais dos Municípios, no interior das vilas, e que precisam desse atendimento humanizado. Se a gente discutiu aqui a dificuldade imensa que as mulheres têm e a violência obstétrica em todos os principais hospitais públicos do Brasil, que têm toda uma infraestrutura muito melhor do que a que a mulher que está no interior tem acesso, imaginem a dificuldade dessas mulheres sem acesso à atenção básica, sem o mínimo necessário!

Acho que essa discussão aqui sobre a violência obstétrica foi muito válida. Precisamos continuar esse debate. Esta foi a primeira audiência. Precisamos aprender muito, avançar muito nas políticas voltadas para combater esse tipo de violência. E esperamos continuar com essa articulação com as entidades da sociedade civil que cuidam disso, com o Ministério da Saúde e o Senado Federal, com a Bancada feminina, que tem todo o interesse em discutir a violência contra mulher. É preciso continuarmos avançando para que a gente possa, nessas discussões, apresentar propostas viáveis e destinar recursos no Orçamento para que os Estados e os Municípios possam implementar essas políticas tão importantes para combater a violência contra mulher e, no caso, a violência obstétrica.

Quero, para finalizar, agradecer imensamente à Drª Sílvia Badim, que é professora adjunta da Universidade de Brasília, ao Dr. Etelvino de Souza Trindade, Presidente da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia, à Maria Esther de Albuquerque, Coordenadora-Geral de Saúde das Mulheres do Ministério da Saúde, e à Drª Daphne Rattner, Presidente da Rede pela Humanização do Parto e Nascimento.

Muito obrigada a todos.

Está encerrada esta audiência pública.

(Iniciada às 9 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 23 minutos.)

ATA DA 118ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE DEZEMBRO DE 2015, QUARTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e quarenta minutos do dia dois de dezembro de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores e Senadoras Paulo Paim, Regina Sousa, Ana Amélia, Angela Portela, Telmário Mota, Donizeti Nogueira, Humberto Costa, Dário Berger, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Romário. O Senhor Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação das Atas da centésima décima quarta a centésima décima sétima Reuniões, que são dadas por aprovadas. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **deliberativa.** Item 1. Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2013. Terminativo. Altera o § 3º do art. 42 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências", com referência à diferença mínima de idade entre o pretendente à adoção e o adotando. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Magno Malta (Substituído por *ad hoc*). Relatoria *ad hoc*: Senador Marcelo Crivella. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 650, de 2011. Terminativo. Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 69, de 2015. Não terminativo. Dispõe sobre a contratação de APAES e PESTALOZZIS, entidades sem fins lucrativos, como prestadoras de serviços do Poder Público, com especialização em educação especial e dá outras providências. Autoria: Senador Romário. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Favorável ao Projeto, com cinco Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 4. Emendas de Plenário ao Projeto de Lei do Senado nº 554, de 2011. Ementa do Projeto: Altera o § 1º do art. 306 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para determinar o prazo de vinte e quatro horas para a apresentação do preso à autoridade judicial, após efetivada sua prisão em flagrante. Autoria do Projeto: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria das Emendas: Senador João Capiberibe. Relatório: Pela rejeição das Emendas nºs 12 a 15-PLEN e pela aprovação da Emenda nº 11-PLEN. Resultado: Adiado. Item 5. Oficio "S" nº 16, de 2015. Não terminativo. Encaminha, para conhecimento e providências porventura cabíveis no âmbito do Senado Federal, cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a exploração do trabalho infantil no Brasil. Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pelo encaminhamento ao Ministro de Estado do Trabalho e da Previdência Social do requerimento de informações que apresenta; pelo encaminhamento do Parecer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Assassinato de Jovens, para conhecimento; pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nº 16, de 2015, nos termos do art. 335 do RISF; e pela recomendação à Mesa do Senado para que, na ocasião em que cheguem ao exame desta Casa os projetos de lei mencionados no relatório da CPI tema do OFS nº 16, de 2015, sejam despachados celeremente para análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, na forma do Regimento. Resultado: Adiado. Item 6. Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2013. Não terminativo. Dispõe sobre o exercício da profissão de Gerontólogo e dá outras providências. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Omar Aziz. Relatório: Favorável ao Projeto, com cinco Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 7. Emenda da Câmara dos Deputados nº 4 de 2014 ao Projeto de Lei do Senado nº 3 de 2010. Não terminativo. Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para assegurar o registro público aos prenomes indígenas. Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela aprovação das emendas da Câmara dos Deputados, com o ajuste de redação que apresenta. Resultado: Adiado. Item 8. Sugestão nº 3, de 2015. Não terminativo. Proposta de Ideia Legislativa nº 42.691, sob o título de "Institui a correção automática anual da remuneração dos servidores públicos federais, bem como a data-base da categoria em comento". Autoria: Programa e Portal e-Cidadania, criado pelo Ato da Mesa nº 3, de 2011. Relatoria: Senador Hélio José. Relatório: Pela prejudicialidade da Sugestão. Resultado: Adiado. Faz uso da palavra o Senhor Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e cinquenta e oito minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 118ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das Reuniões 114ª a 117ª da CDH.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Na reunião de hoje, nós não temos nenhum requerimento para aprovação, só temos projetos.

E, naturalmente pela falta de quórum, eu não colocarei em votação nenhum dos projetos. Mas aproveito para cumprimentar a Senadora Regina Sousa, pela importante audiência feita no dia de ontem e presidida por ela nesta Casa. Foi importantíssima a reunião. Ela apresentou requerimento, e como é de praxe deste Presidente, quando o Senador que apresenta se faz presente no dia – porque nem todos se fazem presentes no dia, embora façam requerimentos –, eu destino a ele, eu concedo a ele que presida os trabalhos. Parabéns, Senadora Regina Sousa!

E hoje tivemos uma outra grande reunião, que eu tive a alegria de participar, mesmo que por pouco tempo, presidida pela Senadora Angela Portela.

Como eu havia convidado para esta reunião uma Deputada muito atuante nessa área, a Deputada Ana Paula, do PT, de Santa Catarina, por ela ter feito um trabalho brilhante nesse sentido, eu vou me dar o direito de, como contribuição ao debate, reproduzir aqui, agora, a Carta de Florianópolis que V. Exª me mandou, já que, infelizmente, a intenção é que V. Exª também participasse como nossa indicada. Mas, infelizmente, não foi possível. Então eu vou ler aqui, pela importância do tema, a Carta de Florianópolis, que foi um congresso lá realizado sobre o tema, como contribuição ao debate proposto aqui pela querida Senadora Angela Portela.

Diz a Carta de Florianópolis:

Nós, entidades, organizações, profissionais de saúde, gestores públicos, pesquisadores, Parlamentares, parteiras, doulas, pais e mães, reunidos em Florianópolis, no 1º Congresso do Parto Humanizado em Defesa da Vida, publicamos para o Brasil a seguinte carta:

Reconhecemos que o Brasil vive um excelente momento de debate sobre a humanização do parto; que o Ministério da Saúde vem se empenhando na criação de programas e políticas afirmativas no sentido de ampliar o número de partos naturais em nossa sociedade;

Diz mais, a carta:

Que a realidade em nosso País ainda mostra um desequilíbrio muito grande entre o número de cesarianas e de partos; que o modelo vigente de parto foi construído por décadas pelo patriarcalismo que coloca a mulher como reprodutora, subjugada ao poder dos homens; que há escassez de recursos alocados, em especial à atenção ao parto [temos que olhar com muito carinho e muito cuidado]; que falta acesso à informação de qualidade; que há um dilema para o registro dos bebês nascidos em casa; que falta parceria com as prefeituras para inserção dos bebês nascidos em casa para vacinação, obtenção da declaração dos nascidos vivos e agendamento da primeira visita; que a escolha da via de parto deve ser um direito das mulheres; que a mulher negra sofre sete vezes mais violência obstétrica do que a mulher branca no ambiente hospitalar; que há desconsideração na maioria dos serviços em relação à importância do acompanhante de livre escolha da mulher, que é garantido por lei; que há obstaculização do livre acesso de doulas na atenção à gestante durante o trabalho de parto.

E, aí, vêm as recomendações da carta:

Recomendamos a superação do modelo de atenção vigente ao parto e nascimento; que as casas legislativas dos Estados e dos Municípios priorizem a elaboração urgente de legislação específica para facilitar a implementação de práticas que conduzam ao parto natural nos hospitais brasileiros; que os governos estabeleçam metas claras para o aumento dos partos naturais e humanizados, a curto e médio prazo; que os governos criem suas leis orçamentárias, programas e dotações específicas para práticas de parto natural e humanizado; a adesão de Estados e Municípios à Rede Cegonha do Governo Federal, que significa recursos e apoio aos serviços hospitalares de pré-natal, ampliando a estrutura de atendimento, com centros de parto natural, casas de gestantes, mãe e bebê.

Diz mais, a carta:

Recomendamos a promoção de residência, especialização e aprimoramento em enfermagem obstétrica, com ênfase na humanização do atendimento; que seja aprofundado o debate sobre a revisão do ensino em obstetrícia, de forma que se introduza nos currículos de Medicina e de Enfermagem o parto natural e humanizado; a melhoria dos currículos de Medicina e Enfermagem, além de conter humanização do nascimento, deve incluir também a ética, direitos humanos, direitos sexuais e reprodutivos, baseados em práticas e em evidências científicas atualizadas; que sejam criados mecanismos para adequação de todos os hospitais de ensino e

dos currículos das universidades; abertura de concursos nos Municípios e nos Estados para enfermeiros obstetras ou obstetrizes; adequar as estruturas das maternidades, ambientais, com quartos PPP – pré-parto, parto e puerpério –; adequação dos centros obstétricos; instalação dos centros de parto normal e casas de gestantes, bebês e puérperas; que os cartórios respeitem as portarias do Ministério da Saúde referentes à declaração de nascidos vivos; que seja facultado às mulheres, perante o pré-natal, formular seus planos de expectativas para seus partos e que eles sejam respeitados pelos serviços de saúde.

Aí diz mais:

Nós, neste congresso, comprometemo-nos:

A incentivar a elaboração de projetos de leis em defesa do parto natural e humanizado nas casas legislativas; a garantir às crianças nascidas em parto domiciliar o direito ao registro civil, sem dificuldades; a incentivar gestores para que busquem a instalação de centros de parto natural e estimular a formação de parteiras profissionais, enfermeiras obstetras e obstetrizes, além de doulas, para a adequação da assistência ao parto, baseado em normas internacionais de qualidade e de atenção, recomendadas pela OMS; a defender a inclusão do parto humanizado nos debates das respectivas conferências de saúde; a fiscalizar a correta aplicação de recursos e a execução de programas referentes ao parto humanizado nos conselhos municipais e estaduais de saúde; a apoiar e a monitorar a construção coletiva de planos de ação regional e de monitoramento dos mesmos; a incentivar a constituição de fóruns perinatais nos Estados e Municípios; a promover debates centrados na questão de gênero, raça, direitos humanos, sexuais e reprodutivos, embasados na ciência, para um acesso seguro e democrático ao nascimento com qualidade e em paz no nosso País; a elaborar leis que prevejam punição às instituições que impedirem o livre acesso de acompanhantes e de doulas de livre escolha; a buscar interagir com as universidades para que seus acadêmicos tenham garantida no currículo a formação baseada em evidências científicas sobre a humanização do parto.

Manifestamos, por fim, que levaremos conosco renovada e nova esperança na humanização do parto no Brasil e, com ela, a certeza em um futuro radiante para o nascimento de uma nova geração de brasileiros; que nossos esforços desafiem as impossibilidades, e que a vida, enfim, prevaleça.

Carta de Florianópolis, que me foi remetida pela Deputada Ana Paula Lima, que organizou esse primeiro congresso sobre o tema na Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Minhas palmas ao povo de Santa Catarina pelo brilhantismo do congresso e pela carta aqui remetida. (*Palmas.*)

Mediante essa informação, queremos também informar a todos que, neste momento, no plenário do Senado, está sendo entregue a Medalha dos Direitos Humanos Dom Hélder Câmara. Eu já estive lá e a entreguei, inclusive, a uma das homenageadas.

Nós teremos, ao meio-dia, sessão do Congresso. Então, não faremos votações aqui por esse motivo e naturalmente por não termos quórum neste plenário. Apenas abrimos a reunião, demos esse informe – para mim, de interesse nacional – quanto ao parto humanizado.

Informamos também que, ainda no dia de hoje, eu entregarei, na Câmara dos Deputados, o número de assinaturas da Frente Parlamentar dos Homens Contra a Violência às Mulheres, iniciativa do Deputado pelo Rio Grande do Sul Edegar Pretto, que pediu-me para assumir essa missão. Eu fiquei como coordenador aqui no Senado e nós vamos indicar um coordenador lá na Câmara dos Deputados, para que a gente, então, oficialize, de forma definitiva, aqui no Parlamento, a Frente Parlamentar dos Homens Contra a Violência às Mulheres. Os dados são assustadores. Com tristeza lembramos que, nos últimos dez anos, a violência contra as mulheres aumentou 51%.

Dou esses informes, não com alegria, mas com uma enorme tristeza e preocupação. Mas, ao mesmo tempo, pronto para o bom combate, estando na linha de frente junto com as mulheres para combater essa violência.

E, também, esta Comissão, que faz hoje esta audiência deliberativa, não poderia também deixar de se manifestar, como assim fizemos na segunda-feira e na terça-feira, junto com outros Senadores – Senador Capiberibe, Senador Crivella, Senadora Lídice da Mata –, sobre o crime hediondo, eu diria, que aconteceu no Rio de Janeiro, onde cinco jovens foram assassinados pela polícia daquele Estado. Foram quase 50 tiros de arma pesada em cinco jovens que estavam indo à praia, enfim, estavam fazendo um passeio no carro de um dos meninos. Jovens cujas idades ficavam entre 16 e 23 anos. É lamentável que isso ainda esteja acontecendo nosso País.

E esta Comissão de Direitos Humanos deixa aqui, como fiz no plenário, lendo o nome de cada um dos meninos, o nosso apoio e a nossa solidariedade à família, e o total repúdio ao ato cometido pelos policiais.

Vai ser feita por esta Comissão uma carta que vamos remeter ao Governador do Estado do Rio de Janeiro, colocando a posição dos Senadores desta Comissão, fazendo críticas muito duras a essa violência. Porque, mais uma vez, casualmente, os cinco jovens eram negros. Quer dizer, cinco jovens negros, dirigindo um carro... Infelizmente, não para todos, porque não tenho a intenção, eu aqui, de prejulgar todos os policiais, mas, para

alguns policiais, jovens negros em um carro já seriam considerados de alto risco. E não foi dado o direito a eles sequer de dialogar, de conversar. E estavam com os documentos todos em dia.

Relatamos, mais uma vez esse fato, que não é o primeiro, é um fato de centenas que acontecem neste País, e eu diria, até, por semana: é só ver os dados da CPI de combate ao assassinato de jovens. O preconceito, o racismo, infelizmente, e a violência continuam avançando muito.

Ontem, eu falava, ainda, na tribuna sobre essa questão de Mariana: não deixa de ser um crime, um crime contra a Humanidade; um crime contra o meio ambiente. E sabemos que por trás disso não está só a Samarco, está todo um complexo de mineradoras, como a própria Vale. E, nisso tudo, tem que ir a fundo, porque o ato cometido por essas empresas é da maior gravidade. Começa em Minas e vai além do Espírito Santo, tanto que os dejetos estão chegando agora nas praias daquele litoral. É algo que não tem preço – e as vidas que se perderam também, além da vida dos peixes, dos animais, da natureza, e a humana.

Eu dizia, e repito, que é impressionante como nós estamos perdendo a sensibilidade em relação à violência contra a vida como vem acontecendo neste País. É praticamente muito mais grave do que muitas das guerras que estão acontecendo no mundo.

Encerramos a nossa reunião de hoje, com a certeza de que amanhã Deus há de nos ajudar para que a gente possa retomar os trabalhos aqui neste espaço que, para mim, é quase um templo da defesa da vida, um templo da defesa dos direitos humanos.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 11 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 58 minutos.)

ATA DA 119ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE DEZEMBRO DE 2015, QUINTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quarenta e nove minutos do dia três de dezembro de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual da Senadora Regina Sousa**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Donizeti Nogueira, Hélio José, Flexa Ribeiro, Telmário Mota e da Senadora Regina Sousa. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos dos Requerimentos da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 177 de 2015-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim e nº 192 de 2015-CDH, de autoria do Senador Telmário Mora, para debater: "A Situação das Comunidades Quilombolas e Indígenas e as fortes implicações da PEC 215 de 2000, que gravemente afeta a demarcação das Terras Indígenas no País". A Senhora Presidente eventual informa que a audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. A Senhora Presidente eventual faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Úrsula Catarina Fernandes da S. Pinto, Promotora de Justiça da Comarca de Cavalcante no Estado de Goiás; Arthur José Jacon Martins, Promotor de Justiça do Estado do Goiás; Paulo Arletes Rios Barela, Representante da Central Sindical e Popular – CSP-Conlutas; Antonio Nonato Santos Viana, Representante do Quilombo Gurutil - Mirinzal – MA. Quilombola – MOQUIBOM/ANQ; João Pedro Gonçalves da Costa, Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI; Paulo Celso de Oliveira Pankararu, Advogado Indígena; Givânia Maria da Silva, Secretária de Políticas para Comunidades Tradicionais da SEPPIR; Henyo Trindade Barreto Filho, representante da Associação Brasileira de Antropologia – ABA; Gilberto Vieira dos Santos, Secretário Adjunto do Conselho Indigenista Missionário – CIMI; Daniel Lemes Vasques, Representante do povo Kaiowá; Telmo Ribeiro Macuxi; Claudesi Vicente Piu, representante do povo Terena; Davi, representante do povo Terena; Cacique Xakriaba Domingos Nunes de Oliveira, representante da Liderança Indígena Xakriaba-MG. Às dez horas e treze minutos a Senhora Presidente eventual passa a Presidência para o Senador Telmário Mota. O Senhor Presidente eventual passa a palavra para as seguintes pessoas no Plenário: Tiago Anacé, do Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena; Lourdes Francisco da Costa, Representante do povo geraiseiro MG; Solange de Oliveira Soares da Silva, do Movimento Resistência Popular – MRP; Estevinho Terena Tiago, Representante de liderança Terena, professor indígena; Itamar Krenak, representante do povo Krenak; Elida Machado, representante do povo Guarani Kaiowá; Daiara Tukano, do Distrito Federal; José Francisco dos Santos, Sindsep – DF; Cícero Ferreira de Lima, da liderança dos povos vazanteiros do Rio São Francisco – MG; Vilmar Souza Costa, Presidente da Associação do Quilombo Kalunga dos Municípios de Cavalcante, Terezina e Monte Alegre, do Estado de Goiás; Sebastião de Souza Coelho Filho, Indigenista da Ouvidoria da Funai e representante da Comissão Política Indígena do DF; e Thereza Christina de Alencar Silveira, do Sindsep/DF. O Senhor Presidente eventual Telmário Mota faz os seguintes encaminhamentos: 1) encaminhar relatório da audiência pública para os Deputados Federais e Senadores com cópia anexa da carta oriunda do I Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena direcionada aos parlamentares do Congresso Nacional, com reivindicações; 2) encaminhar depoimento do Senhor Vilmar Souza Costa, Presidente da Associação do Quilombo Kalunga dos Municípios de Cavalcante, Terezina e Monte Alegre, do Estado de Goiás às autoridades do Executivo do Estado de Goiás, aos Ministérios Públicos Estadual e Federal e ao Ibama; e 3) encaminhar depoimento do Senhor Cícero Ferreira de Lima, liderança dos povos vazanteiros do Rio São Francisco – MG, às autoridades do Executivo do Estado de Minas Gerais, aos Ministérios Públicos Estadual, Federal e ao Ibama. O Senhor Presidente eventual concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Fazem uso da palavra a Senadora Regina Sousa e o Senadores Telmário Mota e Donizeti Nogueira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quatorze horas e quatorze minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa

Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Bom dia a todos e a todas!

Declaro aberta a 119ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos dos Requerimentos nºs 177, de 2015, de autoria do Senador Paulo Paim, e 192, de 2015, de autoria do Senador Telmário Mota, para debater "A situação das comunidades quilombolas e indígenas e as fortes implicações da PEC 215, de 2000, que, gravemente, afeta a demarcação das terras indígenas no País".

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Para isso, as pessoas que têm o interesse de participar com comentários ou com perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, pelo *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800612211.

Há muita dificuldade para a entrada na Casa sempre que as audiências públicas se referem a questões dos movimentos populares, dos indígenas. Já reclamamos muito aqui sobre essa dificuldade de entrada na Casa, mas ainda não conseguimos resolver isso. Outras pessoas entram com muita facilidade aqui, mas, sempre que há audiência pública envolvendo movimentos, há essa dificuldade. Não podemos mais esperar. Talvez, ainda haja algumas pessoas para entrarem aqui.

Vamos formar a primeira Mesa.

Convido o Presidente da Funai, João Pedro Gonçalves da Costa.

Convido a Drª Úrsula Catarina Fernandes da S. Pinto, Promotora de Justiça da Comarca de Cavalcante, no Estado de Goiás.

O Dr. Arthur está aqui, mas me parece que será feito um revezamento. Não é isso? Vai haver uma troca depois. O Dr. Arthur José Jacon Martins, Promotor de Justiça de Goiás, virá depois, mas ele está aqui presente.

Convido Paulo Arletes Rios Barela, representante da Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas).

Convido Antonio Nonato Santos Viana, representante do quilombo Gurutil-Mirinzal, no Maranhão.

Convido Paulo Celso de Oliveira Pankararu, advogado indígena.

Convido Givânia Maria da Silva, Secretária de Políticas para Comunidades Tradicionais da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir).

Quero dizer que os autores dos requerimentos não estão aqui presentes, por algumas razões outras desta Casa, e que coube a mim substituí-los.

Acho que muita gente que está aqui já participou de audiências públicas e já sabe que há uma campainha. Melhorou um pouquinho o som, que era muito estridente e assustava. Foi melhorado o som da campainha, mas ela toca, faltando um minuto.

Numa Mesa grande, começamos concedendo dez minutos a cada participante. Se alguém precisar usar o telão, o pessoal o providencia, para que ele seja usado. Então, inicialmente, a fala é feita por dez minutos.

Vamos começar com a Drª Úrsula, que vai precisar se retirar. Não é isso, doutora?

Vamos deixar o Presidente da Funai por último, para ele fazer um apanhado geral. Ele escuta todo mundo e, depois, faz uma fala geral.

Então, a Drª Úrsula Catarina Fernandes da S. Pinto, Promotora de Justiça da Comarca de Cavalcante, no Estado de Goiás, está com a palavra.

A SRª ÚRSULA CATARINA FERNANDES DA S. PINTO – Bom dia!

Quero iniciar, cumprimentando a Senadora Regina Sousa, Presidente dos trabalhos nesta manhã.

Quero dizer que, diversamente de muitos, esta é a primeira vez que participo de uma reunião como esta nesta Casa. Eu me sinto muito honrada pela nobreza do tema a ser tratado, por envolver índio e quilombola.

Falo representando o Ministério Público do Estado de Goiás, por ser promotora em uma região onde se encontra inserido o maior quilombo do mundo, o Sítio Histórico Kalunga. Por isso, estou aqui.

Qual a posição do Ministério Público? Sendo promotora dessa Comarca há 19 anos, vivencio as alegrias, as esperanças, mas também as dificuldades daquele povo sofrido. E a postura do Ministério Público é no sentido de tentar protegê-lo, levando em conta aquilo que a Constituição apregoa e assegura: a proteção dos vulneráveis, a proteção dos hipossuficentes. Os quilombolas são vulneráveis, os quilombolas são hipossuficientes.

Por isso, estou aqui. Espero contribuir para os trabalhos de hoje. Estou aberta a perguntas. Acredito que tenho a somar ao trazer algumas informações. Estou à disposição para responder as perguntas de quem quer que seja.

Sinto-me também muito à vontade – vou falar, porque sei que não vou usar todo o tempo, que já está correndo –, porque sou do norte de Tocantins. Estes olhos puxados nada têm a ver com oriental, não. São de índio mesmo. Então, ainda fico mais à vontade por isso, pelos apinajés de lá.

Se o meu colega também membro do Ministério Público quiser complementar minha fala, esteja à vontade, Arthur.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – É o Dr. Arthur.

A SRª ÚRSULA CATARINA FERNANDES DA S. PINTO – Dr. Arthur.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Há ainda o tempo de sete minutos.

Doutor, se o senhor quiser falar daí, pode trocar ideias com ela.

O SR. ARTHUR JOSÉ JACON MARTINS – Bom dia a todos!

Eu queria cumprimentar a Senadora Regina Sousa, na pessoa de quem estendo meus cumprimentos a todos os integrantes da Mesa e a todos os presentes neste ato, que representa e que demonstra a disposição do Senado de realizar um debate democrático acerca de temas relevantes para os destinos do Brasil.

Eu gostaria de, em nome do Procurador-Geral de Justiça, Dr. Lauro Machado Nogueira, do Estado de Goiás, de quem sou assessor, externar a enorme satisfação e honra com a qual o Ministério Público de Goiás se sente laureado, pelo fato de ter sido convidado pela Câmara Alta do Congresso Nacional a participar de um evento, como acentuado pela Drª Úrsula, de tamanha nobreza e envergadura.

O Ministério Público de fato se tem posicionado, e o Estado de Goiás, em particular se tem posicionado francamente a favor das causas dessas populações tradicionais que precisam, de fato, de especial proteção, pela sua situação de vulnerabilidade e de opressão histórica.

O Ministério Público do Estado de Goiás também externa a sua enorme satisfação de ter como uma colega alguém da envergadura e da cepa da Drª Úrsula, que há 19 anos ocupa o cargo de Promotora de Justiça Titular da Comarca de Cavalcante, o que é um fato raríssimo, em se tratando de comarcas do interior do Brasil: um promotor de justiça se dedicar e, realmente, ter um compromisso tão intenso e tão estreito com a comunidade na qual está inserido.

O Ministério Público é o defensor, por vocação constitucional, das populações em situação de vulnerabilidade, dos interesses sociais indisponíveis e, com toda a certeza, as populações quilombolas e indígenas pertencem a esse rol de protegidos, de pessoas que realmente merecem a tutela ministerial.

O Ministério Público fica muito feliz também pela realização desta audiência pública, por ter a oportunidade de participar dessa discussão democrática, dessa discussão que, com certeza, trará e coletará subsídios interessantes para eventuais mudanças legislativas e para a realização de políticas públicas que visam a conferir maior dignidade a essas populações.

Em nome do Ministério Público do Estado de Goiás, eu agradeço a esta Comissão, pela deferência, pela seriedade do evento e pelos bons propósitos aqui realizados.

Muito obrigado a todos.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Dr. Arthur.

Sabemos que esta audiência é motivada, principalmente, entre outras razões, pela tramitação da PEC 215, que aflige todo mundo. Já temos um posicionamento majoritário, no Senado, contra a PEC, mas ela ainda tramita na Câmara. Então, tem que haver todo um trabalho, porque vai ser votada lá. Eu acho é preciso nos voltarmos para a Câmara no sentido de barrá-la por lá também. Mas nunca é demais discutir a situação dos índios e dos povos tradicionais, porque não há só essa questão da demarcação das terras, como sabemos.

Vamos passar para o representante da Conlutas, Paulo Arletes Rio Barela.

Só um minuto. Paulo, eu vi o Senador Telmário passando. Ele está por aqui ainda? Por direito, esta Presidência é dele, se ele quiser assumir. Deixe-o voltar.

Então, Paulo, o representante da Central Sindical e Popular (CSP).

O SR. PAULO ARLETES RIOS BARELA – Primeiro, cumprimento a Presidente desta audiência, Senadora Regina Sousa; e, através dela, quero fazer um cumprimento também ao meu conterrâneo, Senador Paulo Paim, que não está presente, neste momento, mas que é membro também.

Nós da CSP-Conlutas, da Central Sindical e Popular, fomos um dos assinantes da convocação desta audiência. A CSP-Conlutas não é apenas uma central sindical comum, nós organizamos, para além dos trabalhadores assalariados, todos os movimentos que sofrem com a opressão capitalista, em nosso País. Portanto, nós representamos organizações indígenas; organizações de quilombolas; organizações de trabalhadores pela moradia, tanto pelas terras nas cidades quanto pelas terras no campo.

Nós organizamos os setores oprimidos, neste País, como as mulheres, os negros, os LGBT, os homossexuais, em uma sociedade que utiliza essas diferenças para superexplorar os trabalhadores.

Nós entendemos que a questão indígena e quilombola é um dos pontos mais sensíveis da situação política que nós vivemos no País, hoje. Primeiro, porque os negros foram escravizados durante mais de 350 anos, não tiveram direito igual ao dos brancos, organizaram-se nos quilombos. Após isso, por pressão dos interesses comerciais do sistema, suas terras foram griladas, foram ocupadas, e é preciso resgatar o direito a esse segmento da nossa sociedade.

Da mesma forma, os índios, que são povos originários. Aliás, diríamos que se fossemos perguntar para os índios mesmos se queriam ser chamados de índios, certamente não o quereriam, porque o termo "índio"

tem a ver com uma nomenclatura estabelecida pelos brancos da Europa e diz respeito à Índia, quando lá faziam transações comerciais.

Mas vivemos uma situação bastante complicada, nesse momento, dramática. Pelo menos um exemplo podemos trazer, de tantos outros que estão aqui: as comunidades presentes, certamente, falarão sobre seus problemas, seus anseios e suas reivindicações, mas a ideia era que trouxéssemos para cá uma representação dos índios guarani-kaiowás, do Mato Grosso do Sul, da região de Dourados. Infelizmente, dada a crônica crise colocada lá – deve haver alguns outros companheiros, mas eu estou me referindo ao grupo da Valdelice Veron –, eles não puderam mandar ninguém, porque os assassinatos continuam, com frequência, os estupros, os espancamentos, as agressões, que são patrocinados não só pelos jagunços do agronegócio, mas se não, muitas vezes, facilitados pelos órgãos oficiais de repressão do Estado, o que é extremamente lamentável. O Estado, que deveria proteger os povos originários, muitas vezes, em conluio com essas milícias armadas, apoia o genocídio que está acontecendo, sobretudo no Mato Grosso do Sul.

Nós entendemos que esse tema precisa ser tomado pelo Congresso Nacional, mas, sobretudo, pela sociedade brasileira. As organizações da classe trabalhadora precisam se organizar para enfrentar essa realidade extremamente triste que vivemos no País. Aliás, queria chamar a atenção de todos vocês, minha querida Presidente Regina Sousa, pois nós comemoraremos – digamos assim –, aspas, "comemoraremos", no dia 10/12, o Dia Internacional dos Direitos Humanos. Aqui no Brasil, não há nada a comemorar em termos de direitos humanos.

Queria fazer uma referência, embora essa reunião não seja voltada para isso, ao caso do Movimento Resistência Popular – o MRP –, que realiza ações para organizar os sem-teto, aqui no DF, e teve presos sete companheiros, sete dirigentes da organização, sem qualquer justificativa e sem qualquer prova. Continuam presos. Enquanto isso, as famílias estão abandonadas. Temos presente aqui a companheira Solange, que é da organização, e mais duas companheiras que fazem parte da resistência.

A polícia do DF, junto com outros organismos, realizou uma operação e tenta criminalizar os companheiros, comparando-os a quadrilhas criminosas do País. Tudo porque eles se arvoram o direito de se organizar, para tentar ter direito à moradia em um País de dimensões continentais como o nosso, em que o agronegócio tem milhões e milhões de hectares; em que a exploração fundiária, através das grandes empresas imobiliárias, detém o controle da maioria dos principais terrenos; aqueles terrenos, inclusive, dos mais valorosos.

Há uma combinação da luta indígena, da luta dos quilombolas e a luta do povo, que busca também sobreviver nas grandes cidades.

Queríamos registrar que, na região do Mato Grosso do Sul, são 390 indígenas assassinados nos últimos anos; só no ano de 2014 foram 41 assassinatos, isso significa, na prática, um genocídio às comunidades indígenas. Os espancamentos, os estupros, tanto de mulheres adultas como de adolescentes e muitas vezes de crianças são situações comuns. O envenenamento da água e dos alimentos são situações que ocorrem cotidianamente, isso leva a uma situação em que a própria comunidade se desmoraliza. Temos um acúmulo, nos últimos anos, de mais de 700 suicídios, não só a agressão das milícias armadas, mas também a desmoralização a partir dessas situações – dos estupros, dos espancamentos constantes, das tentativas de envenenamento –, tudo isso leva a uma desmoralização. Esse é o respeito que a sociedade brasileira dá e os órgãos do Governo Federal, dos governos estaduais, dão às comunidades originárias no nosso País.

Há um abandono completo do Estado em relação a essas comunidades e, muitas vezes, o braço armado do Estado se locupleta com as milícias e os jagunços para cometerem essas atrocidades que estamos observando no dia-a-dia. É uma situação bastante dramática, não podia ter outra intervenção aqui que não fosse com esse conteúdo.

Não bastasse toda essa política que é adotada, não bastasse toda essa pressão, o verdadeiro genocídio que vivemos, ainda criaram a PEC 215 que, na verdade, dá o controle da demarcação de terras para os latifundiários, para o agronegócio, os representantes deles no Congresso Nacional. Imagine, é como colocar a raposa para cuidar do galinheiro. Vão fazer o que com isso? Massacrar ainda mais as comunidades indígenas e quilombolas – essa é a política que está colocada aí – e criminalizar cada vez mais os movimentos.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO ARLETES RIOS BARELA – A CSP-Conlutas está desenvolvendo uma ação pela não aprovação dessa PEC. Estamos contra essa PEC, e ao lado das comunidades indígenas e quilombolas, vamos fazer todos os esforços de organizar essa luta, para que possamos reverter a possibilidade de aprovação dessa PEC.

Por fim, queríamos fechar, já que nosso tempo está concluindo, solicitando à Comissão de Direitos Humanos do Senado para que sigamos fazendo audiências desse tipo e fazendo as mobilizações necessárias para tentar reverter esse quadro atroz que vivemos no País.

A CSP-Conlutas responsabiliza tanto o Governo da Presidente Dilma quanto responsabiliza os governos estaduais pela situação de extrema complexidade e complicação para as comunidades indígenas e quilombolas que vivem no nosso País.

Esperamos que esta audiência sirva para começar a reverter essa situação. Sabemos que vai depender muito mais das nossas organizações, da nossa unidade, para lutar, mas achamos que esse pode ser um marco importante para tentarmos reverter essa situação que estamos vivendo aqui. Pelo menos que saiamos daqui com uma exigência de que a Presidente Dilma e os governos estaduais se empenhem em, de fato, demarcar as terras indígenas e as terras quilombolas, para dar a eles, que são os verdadeiros donos, o direito de sobreviver nessa região. E também que não se criminalizem os movimentos sociais, como estão fazendo agora com o MRP, com o Movimento Resistência Popular, prendendo as suas direções e a Polícia, o tempo inteiro, fazendo ações, fazendo diligências na região, para aterrorizar as famílias.

Quero fazer a denúncia de que isso está acontecendo. Tanto a Polícia Civil quanto a Polícia Militar seguem cercando a região do Hotel Torre. Aliás, por conta de dívidas é que se fechou aquele hotel; está abandonado, por conta de dívida dos grandes proprietários dos hotéis, aqui em Brasília, que é uma coisa muito comum, porque não pagam o erário e os companheiros vão ocupar. É o que está acontecendo. Uma verdadeira pressão.

Queremos, inclusive, que a CDH tire algum posicionamento nesse sentido; que pelo menos apoiem a luta do MRP contra essas atrocidades que estamos vivendo aqui, inclusive contra a pressão que está sendo exercida pela polícia, pelos órgãos de repressão, contra o movimento, nesse momento.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Quero registrar a presença do José Francisco dos Santos, que é do Sindicato dos Servidores Públicos Federais, aqui do DF, que gostaria de se inscrever.

A inscrição é com a secretaria da Mesa. Temos sempre o hábito de abrir para plenária, nesta Comissão, desde que haja tempo, três minutos, mas é no final das falas.

Registro aqui as etnias presentes: Terena, Xakriaba e Macuxi; e os servidores indígenas da ouvidoria da Funai, Sebastião, Wilson e Humberto.

Há outros para registrar, mas quero convidar o Senador Telmário a presidir a Mesa, porque é direito inclusive do autor do requerimento presidir, e ele é um dos autores juntamente com o Senador Paim, além do que a identidade dele com os indígenas, no Norte, é muito forte; acho até que tem origem. Portanto, nada mais justo do que ele presidir, além do que estou precisando, de vez em quando, sair, porque estou com uma bronquite que me atacou esta semana, vinda não sei de onde. Portanto, ficarei assistindo, aqui.

Obrigada a vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Quero começar dando meu bom dia a todos, agradecer de coração a todos os nossos convidados aqui presentes, porque, naturalmente, os nomes já foram declinados pela Senadora Regina Sousa. Agradecer de coração, Senador Regina, a sua colaboração em ter vindo, mesmo meio enferma, abrir esta reunião tão importante para nós. Quero agradecer a todos os nossos convidados, em nome do Presidente João Pedro, que nunca tem faltado.

Um dia, quando cheguei aqui, o Senador Paim disse: "É um milagre o que está acontecendo aqui". Falei: por quê? "Porque sempre convidamos o presidente da Funai e ele nunca veio; e você o trouxe aqui." Eu não trouxe, ele que veio. O João saiu desta Casa, é um grande Senador, tem uma boa passagem, conhece esta Casa como ninguém e hoje nos honra com sua presença tão importante nesse momento tão crítico, novamente. Sempre digo que os povos indígenas e quilombolas, diariamente, apagam, matam um leão. Parece que as pessoas nunca os deixam avançar na escada em busca de outras lutas. As pessoas procuram sempre trazê-los para a estaca zero, para recomeçar a partir dali. Nesse sentido vivem os povos originários, como bem colocou aqui, há pouco, o Dr. Paulo. E como somos originários do Brasil, o Brasil também passa por isso. O Brasil todo dia mata um leão.

Ontem estávamos dando um grande passo em mais um reajuste fiscal, estávamos aprovando um PL, o PL 5, exatamente para dar a legalidade nos atos do Governo. É interessante. Queria aproveitar esse momento e colocar isso aqui, porque acho que sou o primeiro que está falando depois de ontem, dessas votações; depois dos acontecimentos. Nesse PL que aprovamos ontem, nessas chamadas pedaladas, nesses efeitos contábeis que Presidente Dilma fez não há nenhum crime, só tem crime para ela!

O Governo de São Paulo, do PSDB, faz; o Governo do Paraná faz; o Governo de Minas Gerais faz, citando só os do PSDB, os maiores; o governo do Fernando Henrique Cardoso fez e o Presidente da Câmara era o Aécio Neves, que aprovou. Para a Dilma é pecado; para a Dilma, é crime; para a Dilma, é pedalada; para a Dilma, tem que cassá-la.

Então, o que a gente viu agora? Vimos o Senador Delcídio. Eu queria colocar. Perdoem-me todos aqui, mas eu precisava fazer um desabafo, neste momento, que é importante. Ele foi preso porque estava, segundo

o Supremo Tribunal Federal, prejudicando uma investigação. E o Cunha, não está prejudicando o Brasil com essas pautas bombas, com tudo? Não estava na hora de ir também para a cadeia? Então, de repente, um corrupto está inviabilizando o País como um todo e colocando o País em toda essa crise. (*Palmas.*)

Agora vamos ouvir... Esta audiência, naturalmente, vem exatamente por isso, porque esse Cunha, querendo se segurar de qualquer forma, agarrando-se como um afogado, agarrando-se em qualquer cabelo, como se fosse um ponto de segurança, está a todo custo querendo tirar esse direito, essa luta que foi a Constituição de 1988, no art. 238, que é mudar. Essa é uma das maiores causas de estarmos hoje nesta audiência ouvindo todas essas pessoas que têm, naturalmente, um vasto conhecimento.

Daqui, Presidente da Funai, vamos tentar... Procurador Arthur que também está ali e nos honra com sua presença, queremos sair daqui com um documento, não podemos deixar só no discurso vazio e perdido. Temos um objetivo fundamental que é evitar mais mortes, como colocou aqui o Dr. Paulo; evitar esse possível genocídio, esse direito adquirido.

Então, é preciso sair daqui medidas positivas. Aqui na Casa, já temos um documento assinado por 42 Senadores que são contrários à PEC 215, e Lideranças, como o Cássio, que é Líder do PSDB; o Eunício, que é Líder do PMDB; o pessoal nosso, do PDT. Enfim, temos vários Líderes que assinaram. Agora, vou fazer como o Juruna: não tenho o gravador, mas tenho o documento. Se tentarem mudar, e aí: de manhã, assinam uma coisa; de tarde, assinam outra?

Como já falei muito, já vi as pessoas com a cara feia, vou passar a palavra para o Antonio Nonato Santos Viana, representante do Quilombo Gurutil - Mirinzal, no Maranhão.

Com a palavra.

O SR. ANTONIO NONATO SANTOS VIANA – Bom dia a todos; bom dia a esta Mesa, presidida pelo Senador Telmário Mota. Já tive também a oportunidade, pelo Acampamento Terra Livre, de estar junto. A vinda do Movimento Quilombola do Maranhão, Moquibom, faz parte da articulação nacional dos quilombos, quero deixar bem claro isso, na luta com a CSP-Conlutas, que nos acompanha nesse trabalho. Gosto de deixar claro que o Movimento Quilombola do Maranhão não é representado pela Conaq, muito menos pela Coneruque, que repudiamos, porque eles ajudam a violar os nossos direitos.

A gente está vindo aqui justamente para fazer essas denúncias. Eles tiram os nossos direitos, matam o nosso direito à vida. A PEC 215, o que já foi falado pela Senadora Regina Sousa, e também pelo companheiro Paulo Barela, queremos justamente que essa PEC jamais seja passada para o Plenário, para ser votada. Essa PEC, além de ferir a Constituição, já no art. 68, no qual tem o Governo a responsabilidade e o compromisso de fazer a titulação das terras e entregar às comunidades quilombolas e indígenas. Agora querem reverter esse artigo e dizer que as terras têm que ser entregues ao agronegócio.

Essa PEC se acompanha de mais dois itens, um já não é mais debatido, porque está no Supremo, a 3239, que vai contra o Decreto 4.887, de 2003, que regulamenta o art. 68, que nos dá o direito de chegar à Fundação Cultural Palmares e fazer a nossa definição como comunidade quilombola. Justamente porque essa ADI 3239 é para dizer que as terras têm que ser entregues ao agronegócio, no Norte e Nordeste, através de Matopiba. Só o Maranhão entrou com 153 Municípios para serem destruídos pelo Matopiba, para plantar soja, eucalipto, mogno, criar boi, fazer mineração, com isso, expulsando as famílias das comunidades para as periferias das cidades, onde temos uma explosão de violência. Muitas vezes perguntam: por que a violência? Porque está lá no campo, onde as pessoas são expulsas para a periferia das cidades.

Venho também denunciar milícias armadas que vivem dentro dessas comunidades afrontando as pessoas, com isso, também expulsando-as, além das canetadas dos juízes, sem um pingo de juízo na cabeça. Se tivessem juízo na cabeça, eles jamais dariam liminares expulsando famílias para viver na periferia das comunidades, na mais pura miséria.

A gente fala também sobre os assassinatos de lideranças do Maranhão. A justiça do Maranhão simplesmente se nega a levar a julgamento os assassinos. Temos o exemplo agora do companheiro Flaviano Pinto Neto, que era uma das lideranças quilombolas da comunidade do Charco, em São Vicente Ferrer, onde existe um acampamento. A justiça alega que foi mais um crime por uma questão de disputa de terra, que esse crime não foi cometido pelo fazendeiro. A justiça do Maranhão simplesmente disse que ele não tem cumplicidade no crime. Tudo foi investigado e se comprovou o mandatário do assassinato do companheiro Flaviano Pinto Neto.

Por isso, no Maranhão, com relação a tudo isso que vem acontecendo contra os povos indígenas e contra os povos quilombolas, a gente vem se agrupando em acampamentos. Temos vários acampamentos hoje no Maranhão. Temos o Acampamento Negro Flaviano, no Charco São Vicente Ferrer; temos acampamento no Cruzeiro, em Palmeirândia, justamente contra a atrocidade que o Incra cometeu na conclusão do RTD, que deixou as terras todas fatiadas, dando uma média de 70 hectares para as famílias sobreviverem. Com isso, as

comunidades se juntaram e formaram acampamento. Temos acampamento em Rio do Curral, em Mirinzal, Maranhão, onde há destruição total, pelo exploração de minérios, areia e seixo.

O Ibama, que tinha a responsabilidade de punir as pessoas que estão fazendo essa destruição, está dando licenças para as pessoas que se dizem donas de terras, sem comprovar a titularidade dessas terras. O Ibama está dando licença para que sejam explorados a areia e o seixo, deixando um rastro de destruição para as famílias sobreviverem. A gente se pergunta como.

Tivemos agora essa semana a retomada do povo gamela, no território de Taquaritiua, em Viana, onde um fazendeiro, que é justamente irmão do Secretário de Meio Ambiente do Estado do Maranhão, está destruindo as terras, os juçarais, os palmeirais, os rios. E diz com autoridade: "Eu faço isso porque sou irmão do Secretário de Meio Ambiente do Estado do Maranhão". Essa denúncia é ao Governo Flávio Dino, também fazendo aqui: fechar os olhos para tamanho crime dentro da nossa sociedade, dentro dos nossos territórios, dentro das nossas terras! Então, eles se colocam através da impunidade do direito de matar, do direito de destruir. Com isso, todas as famílias são atingidas, todos os povos indígenas e povos quilombolas.

Temos aqui companheiros que justamente nos acompanham nessa jornada. Nós temos as quebradeiras de coco, no Maranhão, que com a destruição do babaçual vêm sofrendo a consequência no sustento das suas famílias. E os geraizeiros, os pescadores artesanais, as colheitadeiras de flores sempre-vivas, os vazanteiros. Com a exploração das áreas para exploração de areia dos rios, os vazanteiros estão perdendo espaço para plantar.

Os ciganos são pessoas que dependem desse anonimato para sobreviver, como anônimos indo e vindo de uma comunidade para outra comunidade, porque além de ser a vida deles, eles não têm terra.

Com isso vem a exploração das nossas comunidades, dos nossos povos, tentando com isso matar a nossa cultura, porque tirando a nossa identidade nos tornam mais indigentes ainda, quando nos expulsam das nossas terras e nos colocam na periferia das cidades.

Eu gosto de lembrar sempre, e eu disse na última audiência para o Deputado Paulo Pimenta, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos na Câmara dos Deputados, que cada comunidade expulsa de suas terras e que vai para a periferia torna a pessoa insegura. Você vai fazer um muro alto, você vai botar vários seguranças, você vai botar todas as grades na sua casa, mas eles vão entrar na sua casa. E ele perguntou: isso é uma ameaça? Eu: não, isso é uma realidade. É o que estamos vivendo nas nossas periferias. É isso que está acontecendo nas periferias. Porque as famílias são expulsas da terra de onde elas trabalham e tiram o sustento. Eles ficam sem a terra e precisam sobreviver. E aí não se sabe o porquê. Não sabem o porquê da causa e se julga para encher os presídios.

(Soa a campainha.)

Eu queria também, nesse minuto, fazer uma denúncia da Universidade Federal de Goiás. O último vestibular feito pela Universidade Federal de Goiás, na questão nº 40, olhem o que ela considerou como correta a questão: "a classe trabalhadora do campo encontra-se organizada e está encerrada a luta por direitos, pois já existem políticas públicas que suprem as suas demandas".

Isso é um crime que a comunidade de Goiás está cometendo com a educação. Nós consideramos a questão correta: A violência na sociedade brasileira, acentuada pelo incremento do agronegócio, segue encontrando o parapeito camponês, que resiste, tirando e se organizando culturalmente". É isso que vivemos hoje.

Temos que nos reorganizar e viver culturalmente, reorganizarmos culturalmente para sobreviver dentro das comunidades. E a Universidade considerava a questão.

Nós arrolamos mais de 50 pessoas, fizemos manifesto, pedimos a anulação dessa questão. E dissemos que íamos para a luta, denunciar na imprensa esse crime.

Na terça-feira, a Universidade voltou atrás e considerou a questão de letra d como correta, porque o agronegócio no campo é o que está justamente fazendo com que nós possamos nos recriar culturalmente e resistir a todo tipo de violência que estamos vivendo. Porque nós indígenas e quilombolas não admitimos perder nossas terras para eucaliptos, para a soja, para a cana-de-açúcar, para o mogno, para o boi e muito menos para a mineração. Que a imprensa só voltou a falar do crime da mineração em Minas Gerais quando nós começamos a bater diretamente nas redes sociais, onde ela mudou o foco para a França. E deixou Minas Gerais com milhões e milhões de pessoas e famílias sem direito à vida e sem direito à sobrevivência.

Então, a imprensa resolveu se voltar para Minas Gerais e mostrar para o mundo o que está acontecendo.

Por isso que quando o Senador fala aqui que ninguém sai daqui com documentos... sem que documentos sejam incluídos, também eu digo não à PEC 215, também não ao Código de Mineradoras, de Mineração. Isso é um crime que está acontecendo.

Então essas palavras querem dizer que nós, Senador, vamos continuar lutando e que jamais... Enquanto existir um índio, enquanto existir um quilombola, nós vamos continuar lutando para ter o direito de nossas

terras, para ter a promoção de direito de nossas famílias e nos recriar culturalmente, e viver com dignidade, e assim produzir o alimento que vai na mesa de todas as famílias deste País, inclusive na de quem tinha responsabilidade de cuidar das leis de nosso País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Portanto, ouvimos o Antonio. E eu quero aqui pedir desculpas à Promotora Úrsula. Eu quero parabenizar a Promotoria da República, todas as promotorias, estadual, federal, pelo brilhante trabalho que vêm desenvolvendo e dando garantias às leis e aos direitos do povo brasileiro.

Você vê que muitas sujeiras que estão vindo com muita dificuldade, debaixo dos tapetes, são fruto dessa constante vigilância, dessa coragem, dessa determinação e dessa visão das leis brasileiras.

Quero parabenizar em nome dos dois promotores que aqui estão e quero uma salva de palmas para eles. (*Palmas.*)

Na ordem, iríamos passar a palavra ao Dr. Paulo, mas o Dr. Paulo vai ter um pouquinho de paciência, porque o Presidente João Pedro tem uma viagem em seguida, vai a Alagoas exatamente ver conflitos. Hoje é a vida dele. Deixaram Funai assim, presa, tiraram todos os recursos da Funai, engessaram a Funai sem dinheiro e ainda querem acabar com ela. Há alguns ruralistas que querem realmente acabar com a Funai.

Eu sempre dizia nas comunidades do meu Estado que a Funai, bem ou mal, é o esteio. Você sabe o que é esteio? Os parentes sabem, né? Esteio é...

O SR. ANTONIO NONATO SANTOS VIANA – Que segura a casa.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – ...que segura a casa. O Antonio conhece bem esse negócio.

Então, bem ou mal, é o esteio que segura a casa. Sem a Funai, acaba com tudo. Então, o que precisa é a Funai novamente ser fortalecida, e o Antonio e João Pedro sabem disso. E podem contar a gente. Foi tudo de afogadilho. Ainda tem o ano que vem para a gente começar a reconstruir.

Então, tiraram da Funai a educação indígena, tiraram a saúde, tiraram o filé mignon e deixaram a parte mais ruim dos ossos. Deixaram os ossos sem o tutano, porque se os ossos estão sem tutano, não tem nenhuma alimentação. Não é isso?

Então, o João está fazendo esse malabarismo, um bom trabalho. É difícil, muito difícil. Eu sei, João. Você por dia deve matar vários leões, várias dificuldades, suplantar várias dificuldades. Mas você sempre conta comigo.

E vou franquear a palavra agora para ele, que precisa pegar o avião e tomar o rumo para Alagoas, porque lá também está precisando da presença dele.

Com a palavra.

O SR. JOÃO PEDRO GONÇALVES DA COSTA – Bom dia a todos e a todas. Quero saudar os povos indígenas que estão aqui, os caciques, o povo terena que está aqui presente, o maxakali, tuxá, xakriaba.

Quero saudar as lideranças quilombolas, saudar aqui os meus parceiros de Mesa, os Senadores, os servidores da Funai, as organizações não governamentais, todos que estão aqui nesta reunião do Senado.

E este momento que estamos vivendo no nosso País, crise política, crise econômica, há uma pressão muito forte contra os povos indígenas, haja vista a PEC aprovada na Comissão, PEC 215, que a Funai é contra; haja vista a CPI aberta contra a Funai, contra o Incra.

Esta CPI foi articulada para constranger, para confrontar os movimentos sociais. E nós também somos contra a CPI.

Evidentemente que respeitamos o direito da Câmara dos Deputados de criar, constituir qualquer CPI. Mas nós não podemos nos calar frente a essa articulação política de tentar incriminar as ações da Funai, os relatórios antropológicos, e de negar o direito à terra. É verdade. Os processos foram acontecendo: tiraram a saúde, a educação, e a Funai ficou com a terra. E agora querem tirar a terra da pauta: a competência constitucional que a Funai tem de definir as terras indígenas.

Senadora Regina, Senador Telmário, a Funai não cria terra indígena, a Funai reconhece a terra indígena. Então, nós vamos resistir a esta CPI, junto com a sociedade civil, com os servidores da Funai, com o movimento indígena. Nessa conjuntura tão difícil, tão dura, o Poder Judiciário, nas suas várias instâncias, tem tido manifestações inovadoras, mas contrárias à tradicionalidade das terras indígenas. Precisamos tratar desta questão.

E nada mais importante do que espaços dentro do Congresso Nacional, como, por exemplo, nesta Comissão. Quero saudar a todos vocês, membros da Comissão de Direitos Humanos, por garantir permanentemente esse espaço, para que os povos indígenas, a sociedade civil, a Funai possam ter o direito de colocar suas ideias, suas opiniões, e travar, evidentemente, o melhor debate.

Então, nós estamos vivendo um momento muito difícil, com muita pressão contra os povos indígenas, contra sua história, contra o presente, mas é uma articulação que nós não podemos subestimar. E nós precisa-

mos de muita unidade no movimento, nas entidades, na sociedade civil, com Parlamentares, Senadores e Deputados, para que possamos enfrentar agora os problemas e não comprometer o futuro dos povos indígenas.

Então, nós precisamos fazer essa articulação permanente. Daí a importância – eu poderia deixar para o final, mas já falando – da nossa conferência. Nós iremos realizar a 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista. Nós já vencemos duas etapas: as etapas locais – mobilizações das aldeias, nas terras indígenas por todo esse Brasil. Mobilizamos mais de 30 mil pessoas nas etapas locais –, e já concluímos, agora no final de outubro, as etapas regionais – estamos chegando em Brasília.

Nos dias 14 a 17 – todos estão convidados para participar da nossa conferência –, nós vamos concluir a conferência, que é um decreto da Presidenta Dilma que nós estamos executando de forma muito rica. E nós vamos concluir a conferência em dezembro, aqui, antes do recesso parlamentar.

E o Brasil vai ouvir as opiniões dos nossos representantes de todo Brasil, do povo Yanomami lá em Roraima ao povo Kaingang, no Rio Grande do Sul.

Nós vamos estar aqui – em torno de duas mil pessoas, dois mil representantes, convidados, servidores da Funai e povos indígenas – para chamar a atenção do Brasil, da Funai, da Casa, do Poder Executivo, do Poder Legislativo, do Congresso Nacional e do Poder Judiciário.

Então, esse é um momento importante, com toda a adversidade, com todas as pressões contra os povos indígenas. Nós vamos concluir a nossa conferência em dezembro, com essa expressiva participação dos povos indígenas.

Mas a pauta que trata da PEC tem deixado todo esse quadro, toda essa conjuntura, Presidente, Senador Telmário, Senadora Regina, Senadores da Comissão Direitos Humanos, e os povos indígenas extremamente preocupados, nervosos, por conta dessa pressão.

É verdade que a pressão contra os povos indígenas vem desde o século XVI, quando o europeu chegou aqui. A história dos povos indígenas, das nossas etnias – são 305 povos no Brasil, reconhecidos pelo IBGE – tem sido uma história de resistência.

Evidente que têm havido conquistas, nós temos referências. Mas precisamos avançar ainda mais nos direitos dos povos indígenas, no reconhecimento das etnias que compõem a sociedade brasileira, no respeito às suas artes, à sua cosmologia, no respeito que o Estado democrático de direito...

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO PEDRO GONÇALVES DA COSTA – tem que ter com a ancestralidade dos povos. É inadmissível, inconcebível, essa pressão e negação a terras indígenas.

Quero dar um exemplo aqui: em Mato Grosso do Sul, um Estado rico, grande, produtor de grãos, que nega terra ao povo Guarani Kaiowa, ao povo Terena. Como um Estado democrático de direito pode negar direitos que a Constituição garante? Foi uma conquista importante dos Constituintes de 1988, das lideranças, dos caciques, da sociedade civil, que pactuaram os dois artigos: os arts. 231 e 232.

Agora nós iremos parar e teremos uma grande mobilização, uma vigília contra essa tentativa da PEC 215, contra esta CPI, que vai na mesma direção. A CPI também tem essa estratégia de tentar desqualificar, de tentar desconstruir, criar confusão, inclusive entre nós e os povos indígenas. Mas o remédio da CPI é fazer valer a PEC 215.

Então, nós precisamos ter muita atenção, resistir, dizer não. E eu espero que a PEC não chegue ao Senado, que ela seja derrotada lá na Câmara dos Deputados, porque ela tem que ir duas vezes ao Plenário.

Mas há um compromisso político das assinaturas dos Senadores aqui no Senado – se ela conseguir chegar até aqui – para que o Senado honre as assinaturas e coloque na lata do lixo a PEC 215. (*Palmas.*)

Por fim, eu publiquei um relatório da terra kaxuyana, lá no Pará, lá na Amazônia, mas que é uma terra oriunda de um entendimento novo, um entendimento com os quilombos. Essa é uma terra que nós publicamos a partir de um entendimento com os quilombolas, com índios e negros. E essa é uma experiência inovadora em que nós podemos fazer uma gestão compartilhada em um território, respeitando a territorialidade e que diz respeito a esta audiência pública.

Nós podemos, sim, pactuar entendimentos e trabalharmos negros, sua história, povos indígenas, sua história, suas ancestralidades, trabalhar o presente e o futuro desses povos. Essa é uma experiência nova. Publicamos o relatório e ele está aí para ser contestado. Já sabemos que há articulações para contestar essa terra indígena. Mas nós confiamos nos nossos relatórios, nos nossos estudos e vamos enfrentar esse debate. Eu espero que nós possamos vencer mais essa batalha.

Eu vou para a terra indígena xucuru-kariri, em Cachoeira Palmeiras, e por isso vou ter que sair. Mas a Solange, que é nossa assessora parlamentar que cobre o Congresso Nacional, vai ficar aqui. Ficam aqui as minhas palavras. Eu ainda tenho alguns minutos. Vou ouvir o Paulo. Mas quero dizer da importância desta audiência

pública e dizer ao Senador Telmário, que é de Roraima, que é de um Estado que tem uma presença de povos indígenas histórica, que compõe a resistência dos povos indígenas do Brasil, que nós possamos dar continuidade às mobilizações e às articulações para derrotar a PEC, mas também para fazer valer os direitos dos povos indígenas no nosso País. Não pode haver nenhum retrocesso, nenhum passo atrás daquilo que foi conquistado. Pelo contrário, nós precisamos avançar nas demarcações de terras, nas políticas públicas, com o PNGATI, porque a gente precisa trabalhar mais e com mais força, com mais articulações.

Muito obrigado pelo espaço e pelo convite à Fundação Nacional do Índio. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Ouvimos a palavra do Presidente João Pedro. Gostei muito. Inclusive, quero que depois a nossa assessoria, os universitários façam uma cópia da fala do João, porque ele colocou umas coisas interessantes. Ele diz, meio que filosofando, pois no Estado do Amazonas o povo filosofa mesmo; "A Funai não cria áreas indígenas, mas reconhece as terras que são tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas. Por isso, vamos resistir".

Não merecem palmas, isso? (*Palmas.*)

Quero registrar a presença do Vilmar Souza Costa, Presidente da Associação Quilombo Kalunga, do Município de Cavalcante, Teresina, e Monte Alegre, do Estado de Goiás.

Seja bem-vindo! Sua presença nos honra neste momento em que a gente está aqui.

Quero registrar também a presença da Thereza Alencar, executiva do Sindsep-DF.

Está aqui também o Senador Donizeti, que vem do Tocantins. Como lá o sol estava muito forte e os jogos foram realizados durante um sol quente, ele disse: "Eu vou usar um cocar". Mas ele se esqueceu de que o cocar não tem proteção em cima, mas mesmo assim ele se protegeu.

Donizeti, Senador aqui tem preferência. Por isso, se você quiser fazer uma ligeira fala ou quiser ouvir um pouquinho mais antes do próximo orador...

Bom, então vamos continuar com os nossos convidados.

Vamos ouvir agora o Paulo Celso de Oliveira Pankararu.

Qual a sua etnia?

O SR. PAULO CELSO DE OLIVEIRA PANKARARU – Pankararu.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – De qual Estado?

O SR. PAULO CELSO DE OLIVEIRA PANKARARU – Pernambuco.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Pernambuco? Há um rapaz lá que é vereador e é indígena. É Paulo também o nome dele?

O SR. PAULO CELSO DE OLIVEIRA PANKARARU – É.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Eu gostei muito de ouvi-lo um dia desses aqui. Um dia desses, nós conseguimos aqui quebrar esse preconceito que existia. O Congresso foi todo ocupado pelos povos indígenas. Até hoje as minhas roupas estão manchadas de urucum.

Mas, com muita honra, Paulo, advogado da Funai, tem a palavra.

O SR. PAULO CELSO DE OLIVEIRA PANKARARU – Bom dia, Senador Temário Mota!

Quero agradecer pela oportunidade de participar desta Comissão. Quero cumprimentar o Presidente da Funai, João Pedro, e agradecer-lhe por permanecer aqui alguns minutos antes da sua viagem, para escutar a minha fala.

Senhoras e senhores membros da Mesa, lideranças indígenas, quilombolas, apoiadores da causa indígenas e das comunidades quilombolas, quero começar dizendo que eu faço parte do povo pankararu, que habita a região do submédio São Francisco, no Estado de Pernambuco, na região do Sertão. Desde 1600, nós já habitávamos as ilhas do São Francisco, igualmente os tuxá e outros povos do Sertão.

Eu quero somar a minha fala à dos expositores que me antecederam e falaram sobre a questão indígena, a questão quilombola. O Presidente João Pedro colocou muito bem o quadro atual que vivemos. Colocou também essa questão da PEC, da CPI da Funai. Esses são temas que colocam em risco as conquistas dos povos indígenas e todos os avanços que tivemos a partir da Constituição Federal de 1988.

Então, os povos indígenas estão numa luta muito grande para não permitir que esse retrocesso aconteça. É verdade que as lutas indígenas são antigas e vamos continuar trabalhando firmemente para garantir o direito à terra, para garantir o fortalecimento da Funai, órgão que orgulha não só os povos indígenas, mas também o País. Nós temos mais de cem anos de tradição de políticas indigenistas, pois somando o período de existência do SPI com a Funai, em 2010, nós completamos cem anos de política institucional voltada aos povos indígenas. O Brasil é o País que mais tem antiguidade na tradição, na institucionalidade de ter um órgão de proteção aos povos indígenas.

Então, o trabalho que nós queremos desenvolver é fortalecer a Funai para fortalecer a defesa, a proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas. E essa Conferência Nacional, que o Presidente João Pedro

mencionou, vai ser um evento muito importante para garantir esses direitos, como já vem sendo a partir da realização das etapas regionais.

No que se refere à questão da PEC 215, eu também tenho que mencionar que faço parte da Comissão Especial de Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, vinculada ao Conselho Federal da OAB. E a avaliação é que essa PEC viola a Constituição Federal em dois sentidos: primeiro, quando a Constituição prevê que é possível apresentar emendas para modificá-la, essa previsão é no sentido de aperfeiçoar o texto constitucional para melhorar a realidade da população. Por isso, ela estabelece limitações, ou seja, aquilo que não pode ser modificado.

Quando o Poder Constituinte originário aprovou a Constituição, quando ela foi promulgada, em 1988, o fez muito bem reconhecendo os direitos originários dos povos indígenas, para garantir a continuidade da vida dos povos indígenas e suas terras, seus usos, costumes e tradições, e o Brasil vinha avançando muito bem nesse sentido. Portanto, o art. 231 expressa o direito à vida das comunidades indígenas. Quando o povo indígena não tem uma terra, ele passa a sofrer uma vulnerabilidade em todos os sentidos, porque é ali onde encontra agasalho, a proteção para continuar vivendo de acordo com seus modos próprios de vida, sua própria cultura.

Então, dizemos que esse é um direito fundamental dos povos indígenas e está aí o primeiro vício da PEC 215, que é a violação de um direito fundamental, e a Constituição não permite isso.

Outro aspecto é que essa PEC fere também o Princípio da Separação dos Poderes. Nós sabemos que, de acordo com os princípios que orientam a República, nós temos o Poder Judiciário, que tem a sua missão própria; o Executivo, que faz o cumprimento da legislação, executa o que está previsto na legislação e o Congresso Nacional, em resumo, produz a lei, tem sua função legislativa. Não é missão do Congresso Nacional demarcar terras indígenas, essa é uma função que historicamente pertence ao Poder Executivo, é uma competência do Poder Executivo e que está previsto em lei, na Constituição, em leis e decretos, e que há uma tradição que fez todo o reconhecimento das terras indígenas do País e que permitiu avanços nesse sentido. Há pendências, questões a serem resolvidas, mas nós temos uma legislação, uma forma de atuar e que deve ser respeitada.

Quando se pretende passar essa atribuição ao Congresso Nacional, fere-se toda a organização da ordem jurídica do País, portanto, ela é inconstitucional por ferir a repartição dos Poderes. Cada Poder tem sua competência; então, esse é um princípio, a separação dos Poderes, estabelecido pela Constituição Federal e o Poder Constituinte derivado; tínhamos ali o Poder Constituinte originário, que promulgou a Constituição e que permitiu que ela fosse mudada pontualmente, mas resguardando esses princípios, direitos fundamentais e a separação dos Poderes.

Portanto, o Poder Constituinte derivado não pode seguir além desse passo. Ele tem que se ater às questões que estão previstas na própria Constituição, por isso, nós vamos continuar lutando. Várias delegações indígenas têm vindo a Brasília e têm encontrado apoio aqui de outros movimentos sociais, os quais nós agradecemos, por exemplo, as comunidades Quilombolas, que também têm participado dessa luta. Então, o movimento tem vindo a Brasília, tem deixado isso muito claro para o Congresso Nacional.

Essa manifestação dos 48 Senadores é muito importante para os povos indígenas, no sentido de deixar claro que aqui no Senado os povos indígenas encontram apoio. Por isso, Senador Telmário Mota, nós agradecemos e solicitamos que o Senhor e os demais Senadores continuem nessa luta, nesse trabalho para que a PEC não venha a ser aprovada, que ela não venha a prosperar, porque o que está em jogo é a segurança jurídica dos povos indígenas também. Falam tanto na segurança jurídica e quando vai tratar da questão indígena querem mudar tudo ao avesso. Não vamos permitir e não se pode permitir isso.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO CELSO DE OLIVEIRA PANKARARU – Agradecemos muito o apoio do Senado e também devemos registrar esse apoio da presidência da Funai, que já se manifestou bastante firmemente favorável aos povos indígenas.

E, para finalizar, nós consideramos que é importante o Senado trabalhar também para a implementação da Convenção nº 69, que trata dos direitos dos povos indígenas, que foi ratificada aqui, em 2012, e representa um passo muito importante para os direitos indígenas, considerando que em todos os processos do Legislativo e do Executivo que estejam relacionados aos interesses dos povos indígenas, nós temos que ser ouvidos, deve haver a participação indígena.

Então, é importante que o Senado se dedique à implementação dessa convenção e que a pauta indígena, em vez de ser tratada criando problemas para as comunidades indígenas, passe a tratar da implementação desses direitos para melhorar a qualidade de vida das comunidades indígenas.

A Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em terras indígenas, que foi construída pelos povos indígenas, Funai, Ministério do Meio Ambiente e organizações de apoio, contempla os interesses dos povos indígenas. Precisamos avançar na sua implementação e também, em especial, promover o etnodesenvolvi-

mento, que é a promoção do desenvolvimento das comunidades indígenas de acordo com sua cultura, de acordo com suas aspirações.

Então, em vez de ter que vir a Brasília para a gente correr atrás do prejuízo, para superar ameaças, retrocessos, nós gostaríamos de estar discutindo a melhoria da qualidade de vida da comunidade: como se vai melhorar a educação? A saúde? A sustentabilidade? Como nós vamos poder continuar contribuindo para a preservação do meio ambiente? Nessas questões das mudanças climáticas que estão em pauta, nós contribuímos bastante para o País, não só para comunidade indígena; não é só a terra indígena que é beneficiada com isso. Nós precisamos trazer esse debate e ajudar os povos indígenas a garantir essa proteção, essa preservação, superar as pressões e colocar o País em outros rumos.

O Brasil tem um potencial muito grande para liderar esse processo internacionalmente, temos muito a contribuir, então, precisamos reverter esse quadro e melhorar essa situação.

Agradeço aqui por essa oportunidade e fico à disposição para responder perguntas também.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Todos nós ouvimos as palavras do Dr. Paulo. Ele trouxe conhecimento mais jurídico da situação e que, naturalmente, se essa PEC chegar até o Senado, nós temos que juntar forças, Presidente João Pedro, com a Funai, para nos municiar dessas orientações técnicas, jurídicas, para que a gente possa fazer um trabalho de convencimento de gabinete em gabinete, apesar de a gente já ter aí um manifesto. Mas nunca é demais e é nessa hora que, realmente, chega a grande pressão.

E antes de passar aqui a palavra ao Senador Donizeti, que vai já usar a palavra e a pressão começar dentro desta Casa, deixe-me ler aqui para você,s rapidamente:

Senado abre caminho para a lei que fragiliza licenciamento ambiental no País. [Deu no jornal esses dias aí] Foi uma surpresa, aproveitando o tenso clima político provocado pela prisão do Líder do Governo no Senado, nesta 4ª feira. A Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional aprovou o Projeto de Lei nº 654, de 2015, do Senador Romero Jucá, de Roraima, que torna ainda mais frágil o licenciamento ambiental de grandes obras no País. A iniciativa cria um rito especial sumário de licenciamento ambiental para empreendimentos de infraestrutura no sistema viário, hidroviário, ferroviário, aeroviário, portos, energia, telecomunicações. Os Senadores tiraram da proposta a autorização de licenciamento especial para empreendimentos que explorem recursos naturais.

Ainda além dos que estavam havia os recursos naturais, onde entrava a pressão das mineradoras e ainda das barragens. Como eu não faço parte dessa Comissão, porque foi criada uma tal de Agenda Brasil – ou Afunda Brasil, pois às vezes tem acontecido isso –, eu fui lá, conversei com o Senador Cristovam, que é membro; com o Senador Reguffe, que também é membro.

O Senador Reguffe e o Senador Randolfe o pressionaram e conseguiram tirar desse projeto do Senador de Roraima essas duas proposições que eram de mineradoras, e também a da questão das barragens, usando um pouco, infelizmente, o acontecimento de Mariana. Ora, se com tudo que já havia tivemos essa tragédia em Minas Gerais, terra natal do Senador Donizeti, imaginem se fragilizarmos esse licenciamento? Mas logo adiante vemos uma matéria da *Veja*

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Deixe eu me despedir, senão perco o avião.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Vai com Deus.

Uma salva de palmas para o nosso Presidente. (*Palmas.*)

E, logo adiante, vemos porque o Senador Romero defende a exploração de ouro em terras indígenas. A revista fala de um projeto que tem pressionado tanto, até que retirou, mas estava metendo essas cascas de banana nesses outros lugares. Ontem, a Senadora Ângela Portela, também de Roraima, fez uma grave denúncia na tribuna; está aqui: Ângela Portela defende leis sobre mineração mais eficazes. Então, ela fala dessa fragilidade e diz aqui que só uma empresa em Roraima, mineradora, tem uma expectativa de exploração em áreas que somam 110 mil ha, mais de 5% do total das áreas potencialmente produtivas. Ora, só na área produtiva, esta mineradora tem pretensão de 110 mil ha, 5%, fora nas áreas indígenas.

E a filha do Senador tem uma mineradora, tomara que não seja essa. E isso, estamos combatendo. Então, a força, vocês sabem que é muito grande, ela começa, internamente, às vezes, porque o cara não é Parlamentar, mas usa o Parlamento para se locupletar. Por isso, muitos vão findar na cadeia ainda, porque ou você é político, ou empresário, ou minerador.

Com a palavra o Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Meu bom dia a todos e a todas, Senador Telmário, combatente guerreiro das causas dos povos indígenas, esta Casa é uma loucura, não dá para estarmos sempre, hoje, já estou na terceira Comissão, então, é muito corrido e tenho que viajar hoje, mas eu queria comentar duas coisas: primeiro, os jogos mundiais dos povos indígenas. Quem esteve lá teve oportunidade de

se emocionar com a voz da cantora Margareth Menezes, madrinha dos jogos, que, só microfone e voz, calou toda a arena, que estava lotada com mais de 5 mil pessoas, e comecei a fazer uma reflexão: penso que essa poesia do Caetano Veloso chega a ser uma profecia e quero dizer que a profecia se cumpriu, em parte, nos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, quando diz:

Um índio descerá de uma estrela colorida, brilhante
De uma estrela que virá numa velocidade estonteante
E pousará no coração do Hemisfério Sul
Na América, num claro instante...

Se fizermos uma breve correlação aqui, precisamos perceber que esse momento dos I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas é um momento extraordinário e precisamos, também, dar consequência ao resultado que cria de imediato. Penso que o primeiro resultado que cria é a oportunidade de reunir diversas etnias de diversos países e dá essa demonstração de que é possível reunir nas diferenças e construir convergência; segundo, os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, para mim, reacende e traz para a agenda brasileira a pauta dos povos indígenas brasileiros. E esta questão de trazer para a agenda brasileira essa pauta precisa ter uma consequência. Então, penso que conseguimos esse legado.

Mas quais os legados, nos diversos aspectos, que os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas podem e devem deixar para os povos indígenas no Brasil? Penso que poderíamos começar, Senador Telmário, fazendo, no início do ano que vem, na reabertura dos trabalhos, uma audiência pública, para avaliar essa questão do legado que os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas está deixando ou precisa deixar.

Conversei com o Ministro do Esporte, com o FNDE, precisamos conversar com a saúde, mas temos que ter um grupo interministerial que vá, agora, levar esse legado em relação à educação, à saúde. Algo extraordinário que vi, tanto do ponto de vista do artesanato, mas sobretudo, da agricultura tradicional dos povos indígenas lá, na feira, é que vendeu tudo, até faltou. Então, essas questões precisam ser bem articuladas, e precisamos contribuir. Acho, de certa forma, hipocrisia dizer que nós, brancos, vamos reparar o prejuízo que os nossos ancestrais provocaram e causaram aos povos indígenas. Mas, se não podemos reparar este prejuízo, podemos ajudar a construir uma nova perspectiva fortalecendo a cultura, os costumes, cada etnia, cada tribo, cada pessoa indígena, para que comece esse processo de reconstrução.

Então, penso que o nosso papel aqui, no Parlamento... e eu, já em Palmas, tive oportunidade, durante a abertura da Feira da Agricultura Tradicional, de me posicionar contra a PEC 215, nem sei se assinei o Manifesto, não lembro, mas estou batendo nesta questão, contra a PEC 215, há bastante tempo. Certo?

Então, Senador Telmário, quero me somar a V. Exª para ver se fazemos essa audiência, conversando com as lideranças dos povos indígenas, para não deixarmos essa pauta esfriar. Foi um evento que mobilizou Palmas. Para vocês terem uma ideia, só houve uma vez na vida em que o Estádio Nilton Santos ficou lotado, que foi num jogo que o Atlético Mineiro fez lá, mas, durante os Jogos, todos os dias nas partidas de futebol, sobretudo na final, não se pode deixar todo mundo que queria entrar, por causa do controle muito rígido do povo da segurança dos grandes eventos, que, quando achava que estava lotado, parava de entrar. Mas ficou lotado o estádio, na final em que os xerentes foram campeões mundiais de futebol, e as mulheres xerentes, vice-campeãs, porque criou uma empatia com a Cidade: eram meninos, velhos, jovens, adultos tirando foto, comprando artesanato, e isso precisa continuar.

Então, para não esfriar essa pauta, quero, não sei se é o mais correto, propor que realizemos uma audiência pública aqui, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, no início do ano, para discutir a questão do legado dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas. É muito fácil, eu já disse isso lá, em Palmas, algumas vezes, disse aqui, no dia em que houve uma audiência, dizer que vai ficar um espaço esportivo na Cidade de Palmas como legado, mas isso não significa nada, porque cada etnia, cada povo está lá no seu lugar; o que precisamos é levar essas condições para o lugar onde estão juntos.

Visitei a Aldeia dos Xerentes, junto com o Embaixador da Bélgica – há muito tempo eu não ia lá; sempre vou, mas já fazia um tempo que não ia –, e o que vi de crianças e jovens, na Aldeia Porteira e em outras aldeias que se reuniram lá, para receber o Embaixador, foi algo extraordinário. Então, precisamos deixar como legado apostar nessas crianças e nesses jovens, para que possam ser como o Paulo Celso de Oliveira Pankararu: advogado, engenheiros, engenheiros agrônomos, sobretudo, técnicos, cientistas, porque eles têm muito a contribuir.

Era essa a minha colocação aqui hoje, de dizer que estou junto nessa questão, para combater a PEC, estou junto nas causas, aquelas que eu der conta e tiver condições de contribuir, eu estou aqui à disposição, o gabinete está à disposição.

E muito obrigado pela oportunidade de estar aqui. Preciso continuar andando aí em outros trabalhos, mas deixo um beijo no coração de cada um e cada uma, um abraço na alma de todos, e viva o Brasil! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Obrigado, Senador Donizeti. Sei que V. Exª está em outras Comissões, como eu também estaria agora em outra e vim aqui.

Mas eu só queria, com relação ao futebol que é a parte do lazer... Eu morei onze anos dentro de uma comunidade; vivi onze anos e conheço como ninguém. Na comunidade joga o homem, joga a mulher. A mulher joga mais do que os homens, hoje. Não importa se ela está... Há delas que jogam até com um curumim no braço. Quando ele está muito pequeno, ela faz isso.

Mas eu vou lhe dar uma sugestão: eu, pelo menos, coloquei 500 mil para fazer um campeonato indígena regional no Estado. Faça isso, coloque recursos e faça também lá. Cada Senador fazendo isso, começa a ter integração; depois a gente faz uma grande integração. (*Palmas.*)

Bom, vamos ouvir agora a Drª Givânia Maria da Silva, Secretária de Políticas para as Comunidades Tradicionais da Seppir.

A SRª GIVÂNIA MARIA DA SILVA – Bom dia a todas. (*Pausa.*)

Bom dia a todos e a todas. Cumprimento a Mesa no nome do Senador.

Agradeço o convite feito ao Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, na pessoa da Ministra Nilma Lino Gomes, que por estar presidindo uma conferência junto com a ONU, do ano, da década, do afrodescendente, não pôde estar aqui e me delegou que eu estivesse aqui.

Cumprimento os companheiros quilombolas, o Vilmar, presidente da Associação do povo kalunga, que é um complexo de comunidades muito intenso e extenso, ao mesmo tempo bastante produtivo, de cultura, de conhecimento, e também de outros valores. E aos parentes, os indígenas aqui de várias etnias. Ao Paulinho em especial, porque somos conterrâneos, somos de Pernambuco, o Paulinho do povo pankararu, com quem nós, lá do Sertão de Pernambuco, mantemos uma relação bastante próxima, com as lideranças, sobretudo no campo da educação.

Orgulha-me muito poder estar aqui nesta Mesa, não só na condição de gestora, Senador, que sou, mas sou também descendente de um quilombo no interior de Pernambuco, que é parente de um povo indígena, do povo atikum, um povo lá do Sertão de Pernambuco, que tem muita aproximação com os povos indígenas do meu Estado.

Eu queria dividir minha fala, quis muito que o João estivesse aqui, para dizer a ele que para mim ele não é só o presidente, mas ele continua sendo Senador. Eu sempre o chamo de meu Senador.

Cumprimento a Senadora Regina. Essa gripe, Senadora, foi essa tensão que a senhora viveu junto com as mulheres, com todas as pautas do Senado, e ainda foi a grande força na construção da Marcha das Mulheres Negras, que cumpriu aqui em Brasília, Senador, talvez uma das tarefas mais importantes, que foi pôr um conjunto de mulheres – os números são divergentes –, mas um conjunto de mulheres – há quem diga que 50 mil mulheres, não sei ao certo –, mas de mulheres negras, dizendo "não" a todo tipo de discriminação e requerendo bem viver. E quando as mulheres negras falam isso, elas falam a partir de um território, de onde elas estão, seja no quilombo, seja na periferia, seja onde elas estiverem.

Então acho que essa intensa gripe, Senadora, também é do forte trabalho que já tem e que esteve mais alargado agora nesse período de fortalecimento das mulheres negras aqui na marcha.

Parabenizo a Funai pela realização da primeira conferência indígena. Eu acho que a conferência indígena traz para a sociedade brasileira um novo olhar sobre os povos indígenas. Coloco o nosso Ministério à disposição. Disse isso ao presidente da Funai aqui, estou fazendo isso publicamente, porque a ministra entende que o nosso papel, enquanto Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, é fortalecer o trabalho da Funai, porque a Funai é, sim, a base dessa política.

Podemos discutir como melhorar, mas não podemos imaginar a política indígena sem a Funai. Precisamos fortalecer a Funai e não acabar com ela.

Cumprimento também o Ministério Público pela atuação que tem tido, em vários Estados, junto às comunidades quilombolas. Acho que tem sido um parceiro com que contamos.

Rapidamente me dirijo à questão da PEC. O que eu vejo, o que nós do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos observamos sobre a PEC, Senador? Primeiro, ela não tem sentido, porque retoma uma política, um pensamento que em 2002 nós eliminamos quando elegemos o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Naquele período, o governo daquele momento tinha essa mesma concepção de temporalidade, de marco temporal, para dizer quem era quilombola e quem não era. E foi, meus companheiros e meus parentes aqui, a força do movimento social, liderado pela Coordenação Nacional dos Quilombos, a Conaq, que juntamente com outros setores do movimento social não só derrotou aquele pensamento, como também construiu, ainda no governo de transição, o caminho para a construção do Decreto nº 4.887.

Então, dizer isso é dizer que a PEC não é só uma afronta aos povos indígenas e aos povos quilombolas, mas é, sobretudo, a cassação de um direito que esses grupos, a duras penas, conquistaram a partir da Constituição de 1988. E ela não é mais nada do que um suporte para mostrar, querer dizer que...

E aí em seguida, esse grupo faz o mesmo, faz um outro movimento, que é a CPI; e a CPI é a base de sustentação da PEC, nós temos que ter isso em mente. Nós, os quilombolas, os indígenas, temos que saber que a CPI não tem outra razão a não ser mostrar que a Funai, que o Incra não servem, e por isso as terras indígenas e as terras quilombolas terão que ser demarcadas pelos Parlamentares, pelo Legislativo. Eu perguntaria... É certo que não é para os Senadores que aqui estão, porque esses são os aliados, mas os estudos de identificação de terra indígena e de terra quilombola são feitos por equipe multidisciplinar. Há antropólogos, há engenheiros agrônomos, há engenheiros de cartografia, há analistas. Será que ao pensar em trazer essa política para o Legislativo, o Legislativo está pensando em ingressar servidores com essas mesmas qualificações?

Eu não imagino que o advogado vá poder se pronunciar ou falar, ou tecnicamente construir ou desconstruir um pensamento do engenheiro agrônomo, assim como vice-versa também não seria possível. Um engenheiro de cartografia... Então no Legislativo vai ingressar uma carreira de perito federal agrário para análise das áreas, no caso das comunidades quilombolas, que já têm as áreas identificadas de particulares, avaliadas? Só quem avalia são os peritos federais agrários de carreira do Incra.

Então essas são questões que nós entendemos que ferem, sim, a Constituição, e é muito mais um retrocesso do que... É muito mais para atacar os direitos, muito mais com foco nos órgãos do Governo Federal, do Executivo, que cuidam com deficiência! Nós queremos dizer isso, Senador.

Eu não imagino que a Funai, que o Incra, que os outros órgãos estejam contentes com o tamanho de seu orçamento, com o tamanho do seu corpo técnico. Não, ainda é pouco para a demanda, temos esse entendimento, Nós, que coordenamos um dos programas, o Programa Brasil Quilombola, também temos esse entendimento e reconhecemos isso; mas não é destruindo a Funai, não é destruindo o Incra...

(Soa a campainha.)

A SRª GIVÂNIA MARIA DA SILVA – ...que nós vamos melhorar a política de identificação dos territórios indígenas e das comunidades quilombola. É uma afronta sim, é uma violação sim, ela fere frontalmente a Constituição, a Convenção 169, que já foi citada aqui pelo Paulinho; ela fere frontalmente decisões desta Casa.

Se a Convenção 169, hoje, é um instrumento de suporte para as populações tradicionais, especificamente para povos indígenas e quilombolas, não foi somente porque se teve uma convenção acordada entre os países, mas porque esta Casa aprovou. Portanto, ao não reconhecer, ela está desqualificando o seu próprio trabalho. Então, eu acho que nós temos, sim... Fico bastante feliz, Senador, porque o Senado do nosso País vem dando demonstração, apesar das dificuldades, de algumas questões que estão postas, que são públicas, mas nós temos encontrado nesta Casa, no Senado, companheiros, parceiros, parceiras que têm sido aliados na luta do povo negro, na luta das mulheres, na luta dos indígenas, na luta daqueles que historicamente, no nosso processo de formação no Brasil, foram deixados à margem dos benefícios.

Eu queria citar dois exemplos, para ilustrar o que estou falando. Nós tivemos, nos últimos doze anos, a maior cobertura de luz rural para o povo brasileiro. O pouco que ainda falta fechar está concentrado nos indígenas, nos quilombolas, principalmente nas Regiões Norte e Nordeste. Isso significa dizer que esses grupos têm, sim, mais dificuldade. E aí, Procuradora Úrsula, não é porque eles são incapazes, é porque a proteção e a defesa desses direitos não é por incapacidade; nós temos aqui um índio bem capacitado, advogado. Não é isso. A proteção desses direitos terá de ser dada porque a Constituição assim assegura e porque os Poderes precisam trabalhar sintonizados para garantir aquilo que a Constituição já definiu. Esse é o papel tanto do Parlamento, do Executivo executar, e do Judiciário e da Justiça, dos Poderes outros, de também assegurarem esses direitos.

Acho que temos demonstrado, os quilombolas indígenas, essa fortaleza. Eu não vejo um único dia nesta Esplanada, não consigo lembrar um dia em que não vi um índio, uma índia, um quilombola, uma quilombola circulando por aqui, o que mostra que eles estão, sim, acompanhando essa pauta, que estão fazendo movimentos em defesa de seus direitos. Essa capacidade de sair de um lugar só de barco – e o Senador conhece bem isso –, andar três dias de barco, dois dias de barco, para depois pegar um avião e chegar a Brasília, demonstra uma capacidade que talvez o povo da cidade e outras populações já não tenham mais; mas o povo indígena, o povo quilombola tem essa capacidade e vem resistindo exatamente para garantir os seus direitos.

Por fim, queria dizer que nós tivemos, finalizamos agora, na segunda-feira, o mês de novembro, um mês intenso para o povo negro, assim como o mês de dezembro será intenso para o povo indígena, em função da sua primeira conferência. Tivemos resultados, apesar dos adversários da política, dos contrários à democracia dizerem que nada melhorou para os povos indígenas e para os quilombolas. O que nós dizemos é que melhoraram muitas coisas, mas, um aumento de 100% quando o teto é muito baixo, Senador, não reflete.

Então, quinhentos anos de escravidão, quinhentos anos de exploração do povo indígena, quase quinhentos anos de escravidão do povo negro é impossível se superar em um período de doze anos. Estamos superando, sim, temos avanços, sim. O dia 19 de novembro foi marcado por várias entregas do Governo Federal ao povo quilombola, mas reconhecemos que é preciso fortalecer as instituições que lidam com essa política para que elas possam dar mais resposta, aumentando, assim, o orçamento da Funai, aumentando o orçamento do Incra, lutando para que a gente possa ter ingresso de servidores de carreira nesses órgãos, para que a gente possa cada vez mais aumentar a força de trabalho.

Uma questão que me chama muito a atenção, e eu certamente divido essa fala com o Paulinho, é a necessidade de uma aliança. Eu acho que a fala do João Pedro, que já saiu, nos mostra que temos a consciência de que neste momento lidamos com as três grandes ameaças aos quilombolas, aos indígenas, entre tantas outras que não dá para somar aqui. Eu não saberia somar quantos territórios ameaçados, mas eu estou falando em ameaças que afetariam de Norte a Sul do País.

Além da PEC, Senador, essa maldita PEC que temos aqui, que circula insistentemente, que os defensores dos não-territórios indígenas e dos não-territórios quilombolas insistem em manter, nós temos uma Adin no Supremo, que já teve votação iniciada duas vezes. Essa Adin foi proposta, na época, pelo PFL, hoje DEM, que queria retomar esse mesmo pensamento da PEC, a mesma coisa, demarcar a temporalidade e dizer quais seriam os critérios de autodefinição; aliás, não reconhecer a autodefinição. Então, quem deveria dizer quem é um quilombola, quem é um indígena seria um deputado ou senador, não ele próprio. É exatamente o que os povos indígenas e o povo quilombola não aceitam.

Além da Adin 3.239, nós temos a PEC 215, essa maldita, e agora a CPI, que nada mais é do que a base, o alimento desses dois instrumentos. O que eles querem com a CPI é dizer que a Funai não presta, que o Incra não presta. Então, vamos trazer para o Legislativo...

(Soa a campainha.)

A SRª GIVÂNIA MARIA DA SILVA – ...e aí legislar, muitos dos integrantes, em suas próprias causas. Eu acho que esse é o recado da CPI.

Por fim, eu digo que só uma aliança, como vem sendo construída, dos povos indígenas com o povo quilombola, com todos aqueles que defendem, com as pessoas que defendem um meio ambiente menos explorado, menos destruído, das organizações da sociedade civil que apoiam a causa indígena, que apoiam a causa quilombola. E este não é um momento para briga de ego, este não é momento para vaidade pessoal e setorial, este é um momento para alianças entre o movimento social, aliança entre os Parlamentares que são favoráveis, que são sensíveis e comprometidos com o povo, aliança com o Ministério Público, que tem sido um parceiro importante nesta discussão, aliança com todos aqueles que defendem os direitos dos povos indígenas.

Se nós nos perdermos neste momento conturbado, em querer demarcar quem é mais e quem é menos, só quem sai fortalecido disso são os nossos adversários. Nós sairemos perdendo. Então, este não é um momento de briga para saber quem é maior, quem é melhor, quem fala mais, quem fala menos, este é um momento de juntar forças, porque os nossos adversários são fortes.

O Senador sabe disso, a Senadora Regina sabe disso, todos os Senadores sabem disso. Eles têm gente não somente aqui, em todas as Casas, mas eles têm no Judiciário, eles têm no Executivo estadual, municipal e federal, e o povo indígena, o povo negro nem sempre têm a mesma força por dentro dessa instituição, por isso vive lutando insistentemente contra o racismo institucional, que nada mais é do que uma ação desses defensores por dentro das instituições públicas.

Então, fica aqui o meu apelo, o apelo desse Ministério, o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos.

Dizer que somos parceiros, somos coordenadores de uma parte dessa política, da política quilombola. Mas dizer que nós não podemos nos calar diante do momento tão perturbado que nós estamos vivendo de afronta, literalmente, aos povos indígenas e ao povo negro.

Eu queria, Senador, 30 segundos para dizer que tem nos preocupado muito um sintoma que vem se alargando aqui no Brasil e aqui no entorno muito forte, acho que há um mês e meio, Senadora. Houve uma audiência pública aqui, também chamada pelo Senador Paim, para discutir a questão da intolerância religiosa. Não parou isso. Só essa semana já foram dois terreiros aqui no entorno atacados, um destruído literalmente. É de uma liderança, de uma mulher negra que é gestora no Governo Federal. Não sabemos ler ainda o que quer dizer isso, Paulinho. O que é isso? É intolerância religiosa ou um ataque ao Governo? Nós não sabemos.

Antes de ontem, mais um aqui em Poço Azul.

(Soa a campainha.)

A SRª GIVÂNIA MARIA DA SILVA – Então, dizer que nós precisamos sim nos unir e não dispersar força, porque os nossos adversários estão em todos os lugares, inclusive em muitos lugares chamando pelo nome de Deus.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Então, a gente vai, antes de a gente chamar...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Pois não, Senadora.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Só para dizer que eu tenho que respeitar os limites do corpo. Então, estou realmente mal. Vou me retirar. Mas dizer que...

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Esta Casa é comandada por um dos Senadores mais pontuais e que mais trabalha, que é o Senador Paulo Paim. Ele faz esta Casa acontecer quando ela não está acontecendo. E ele sempre diz, obedecendo a disciplina dele, que Senador aqui tem vez.

Então, V. Exª fala.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Então, só dizer para todos e todas que podem contar comigo, com meu gabinete, sobre esta questão. Quanto à PEC 215, para nós do Senado, eu acho que a gente freia por aqui. (*Palmas.*)

Dizer que o meu Estado já reivindicou. O Governador tem origem indígena. O Governador Wellington Dias já reivindicou os próximos jogos, em 2017, se não me engano, lá para o Estado. Serão todos bem recebidos lá.

Dizer que esta Casa aqui, este espaço de direitos humanos, é um espaço de a gente tirar algumas discussões do subterrâneo. Alguns insistem em esconder alguns temas, mas esta Casa, esta Comissão tem sido este espaço para a gente discutir todos os temas que ainda insistem em esconder. Mas eu acho que, com essas audiências interativas, que são reproduzidas depois, o Brasil inteiro começa a tomar conhecimento e a tomar partido em algumas causas.

Então, podem contar comigo.

Obrigada, viu? (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Obrigado, Senadora Regina. Uma salva de palmas.

Bom, olha o lembrete aqui: o povo Xerente é a única seleção olímpica do Brasil que foi campeã.

Uma salva de palmas para ela, né? (*Palmas.*)

O meu motorista veio também de Roraima. E ele foi professor. Nasceu próximo de comunidades indígenas. Lá todo mundo tem sangue de parente. E ele morou e foi professor lá muito tempo. E ele fica ali por baixo, ouvindo. Então, disse que ele ouviu um dia desses um segurança dizer assim "rapaz, depois que esse Senador de Roraima chegou aí, parece que os índios passaram a morar tudo aqui". Tem muito índio dentro desta Casa.

Então, eu fico feliz por isso. Eu quase que disse "ele não sabe lá em casa", né, Tião? Porque lá em casa, vai todo mundo para lá. Hoje saiu de lá o professor Rivanildo, que é Uapixana; saiu o Beto, que é Macuxi. E daqui a pouco vai entrar lá a Jane, que é Macuxi; e vai entrar o Telmo, que está ali. Eu queria que o Telmo ficasse em pé. O Telmo quando veio, eu fiquei alegre, porque o Telmo tem toda uma história de vida. Uma salva de palmas para o Telmo. (*Palmas.*)

O Telmo é professor, é de movimento, é uma pessoa que dedica a vida dele inteira a esse trabalho. E ver o Telmo aí me faz muito feliz, porque ele é do meu Município, de onde eu nasci, que é o Município de Normandia.

Então, as vitórias do povo de Roraima, dos povos indígenas devemos muito a pessoas iguais ao Telmo. Aqui quero saudar todos os outros em nome dele, porque ele está na terra Raposa Serra do Sol.

Bom, eu quero aqui agora também fazer a substituição da Mesa. Vai vir outra Mesa. Faltaram dois convidados. Aliás, não faltaram. Eu não sei se o Vilmar vai querer falar.

Vilmar, fique à vontade se quiser. Já foi anunciado.

E a Drª Deborah Macedo, que é Subprocuradora-Geral da República e, por uma questão de força maior, de trabalho, não pôde vir.

Antes de esta Mesa sair, eu quero dar um minuto ao Dr. Paulo, porque ele quer fazer um alerta aqui, rapidinho.

O SR. PAULO ARLETES RIOS BARELA – Eu agradeço a simpatia e a presteza do Senador Telmário em ceder mais um minuto aqui porque eu esqueci, na intervenção inicial, que nós temos uma atividade muito importante que vai ser realizada na região de Dourados e que está sendo organizada pela CSP-Conlutas, pela Central Sindical e Popular, em razão do genocídio, verdadeiro genocídio que está acontecendo com as nações indígenas guaranis kaiowás.

Então, nós vamos realizar uma caravana a que nós demos o nome de Tekoha, que significa terra sagrada, terra pertencente aos indígenas. Será de 10 a 13 de dezembro. Na verdade, vão ser duas caravanas. Essa primeira missão, de 10 a 13 de dezembro, e depois uma outra no início de janeiro. Tem a ver com as mobilizações que os guaranis kaiowás estão fazendo não em comemoração, mas em memória dos assassinatos que aconteceram, sobretudo do assassinato do Cacique Marcos Veron.

Então, fazer este registro aqui e convidar inclusive a Comissão de Direitos Humanos do Senado para, se puder, dar a honra da presença com algum representante. Seria muito importante para as comunidades indígenas daquela região.

E registrar, por fim, que nós da CSP-Conlutas reivindicamos, sim, a Funai como uma organização, mas nós achamos que a Funai tem que ser dirigida pelos indígenas e não por burocratas. (*Palmas.*)

Aí, sim, nós vamos estar de fato fazendo a demarcação das terras indígenas aqui no nosso País.

Grande abraço a todos.

Muito obrigado mais uma vez, Senador, pelo espaço concedido ao final. E vamos continuar organizando a luta dos quilombolas e indígenas, para que, de fato, a gente possa ter a demarcação das terras garantidas para quem de fato as possui.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Para a democracia ficar completa, o Antonio Nonato também quer falar um minutinho, não é, Antonio?

O SR. PAULO ARLETES RIOS BARELA – Desculpe, Senador. Para a próxima Mesa seria importante a presença do Daniel Vasques, que é um membro representante da comunidade – ele está aqui presente, pode levantar, Daniel – guarani kaiowá. Eles estavam na programação. Quem provavelmente faria a intervenção aqui seria a Valdelice Veron. Entretanto, em função dos problemas e da pressão dos jagunços na região, eles não se moveram. Acabaram pedindo para a gente para não vir. Mas seria interessante que o Daniel pudesse dar uma visão mais precisa de quem é da região e quem pertence à nação sobre a situação que estão vivendo lá em Mato Grosso do Sul.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Faz um minuto.

O SR. ANTONIO NONATO SANTOS VIANA – É só que, enquanto estamos falando aqui, chegou lá do Maranhão uma denúncia de que o povo gamela, que fez a retomada do seu território, está cercado por duas fontes, por dois braços. Estão cercados pela polícia e cercados pelos jagunços dentro da área. Quero registrar essa denúncia que chegou aqui para ser feita aqui. Uma denúncia para que o Ministério Público, que está aqui, possa olhar isso. inclusive, eu falei para o Dr. Paulo, da Funai, mostrei para ele aqui. Ele disse: "Infelizmente, já estou saindo".

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Isso no Maranhão?

O SR. ANTONIO NONATO SANTOS VIANA – No Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Então, nós estamos ao vivo pela TV Senado. Eles querem fazer esse apelo às autoridades do Maranhão, querem fazer essa denúncia gravíssima de risco de vida, impedindo o ir e vir da comunidade quilombola...

É o povo quilombola? São os indígenas.

O SR. ANTONIO NONATO SANTOS VIANA – É indígena, o povo gamela.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Estão lá sendo reprimidos, coagidos e ameaçados. Então, queria fazer um apelo aqui às autoridades, à Polícia Federal do Maranhão, à Polícia Militar, ao Governador, enfim, a todas as autoridades que possam estar nos ouvindo através da TV Senado e que tomem as providências que são devidas.

Bom, eu quero aqui aproveitar e, na próxima Mesa, como faltaram dois, vou atender essa solicitação do Paulo e chamar o Daniel; e queria também chamar o Telmo.

Telmo, quero que você venha aqui também, pelo povo macuxi.

Uma salva de palmas para esta Mesa e para a próxima que virá. (*Palmas.*)

Quero aproveitar a presença do Paulo aqui. Queria que minha assessoria junto com a assessoria da Funai pegasse todos os depoimentos, uns se repetem, é natural, fizesse uma cadeia de informações e, junto com a nossa Taquigrafia do Senado, encaminhasse o resultado desta audiência pública a todos os Deputados. Não adianta mandar para a comissão que está julgando a PEC, porque eles são ruralistas, não têm nenhuma sensibilidade, a sensibilidade deles é o bolso. (*Palmas.*)

Então, vamos fazer um encaminhamento, quero fazer para todos, pegando nossos universitários, esta Comissão é altamente eficiente, a nossa diretora é uma futura juíza e ela tem muito conhecimento de causa, vai ajudar a todos, para que encaminhemos a cada Deputado o resultado desta reunião. Eu queria que o Paulo nos ajudasse e colocasse as partes da dor, do que é legal, do que não é legal, mostrasse a cadeia de prejuízo

que isso causa, o desrespeito às leis e às normas, a legalidade, precisamos dar seguridade jurídica, e encaminhasse para todos os Deputados, na hora em que for possível fazer isso, e também para todos os Senadores.

Quero chamar para compor a próxima Mesa o Henyo Trindade Barreto Filho, representante da Associação Brasileira de Antropologia (ABA); Gilberto Vieira dos Santos, Secretário Adjunto do Conselho Indígena Missionário (Cimi); Telmo e Daniel. Queria reservar estas duas mesas aqui perto para o Telmo e para o Daniel. E vamos chamar mais um Terena para compor a Mesa. Quem virá? Você? Venha aqui meu amigo, meu parceiro. Acho que agora está composta a Mesa.

Terminada esta Mesa, vamos franquear a palavra para o auditório. É claro que o tempo será reduzido. Às vezes, o que você ia falar outro já falou. Queremos aproveitar para tirar desta audiência um documento que circule, como já falei, em todos os gabinetes de Deputados Federais e dos Senadores.

Vamos começar a fala com... Como eu falei, a Mesa vai falar – talvez não comporte mais pessoas, podemos imprensar um pouquinho mais aqui – e, quando todos falarem, respeitamos o tempo, vamos dar voz para que os demais que estão aqui peguem o microfone, se levantem e falem.

Vamos começar. Quero começar pelo Henyo Trindade, que é representante da Associação Brasileira de Antropologia (ABA).

Henyo, com a palavra.

O SR. HENYO TRINDADE BARRETTO FILHO – Bom dia a todos e a todas. Queria agradecer à Presidência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, ao Deputado Paulo Paim, saudar a Mesa, saudar o Senador Telmário Mota e, no nome dele, saudar todos os componentes da Mesa.

Falar da situação das comunidades indígenas e quilombolas no Brasil hoje é um tema bastante amplo, complexo para dez minutos. Vou concentrar mais em alguns aspectos relativos às ameaças que pesam sobre os direitos, os modos de vida dessas comunidades. Poderia falar sobre a agenda positiva, sobre um conjunto de políticas públicas que hoje existem e que são resultado da luta desses atores sociais, dos indígenas e dos quilombolas, políticas públicas que têm muita dificuldade de implementação, a escala local, o processo da Conferência Nacional de Política Indigenista, já referido pela Mesa anterior, um processo importante, que gerará subsídios, quem sabe, para transformação de muitos aspectos dessa política.

Mas falar sobre a situação das comunidades indígenas e quilombolas hoje é falar basicamente sobre um conjunto de ameaças que pesam sobre essas comunidades, ameaças que são a expressão das forças e dos interesses dominantes, que se expressam nas três esferas do Poder Público – no Legislativo, no Judiciário e no Executivo –, expressão dos setores ligados à expansão da fronteira agropecuária no Brasil, em particular, a chamada Frente Parlamentar Agropecuária, também conhecida como Bancada Ruralista, expressão também das empreiteiras interessadas na expansão da malha de infraestrutura no País, por meio dos grandes empreendimentos e obras civis e das chamadas indústrias extrativas, em particular, o setor de mineração.

Então, a expressão desses interesses hegemônicos e majoritários aqui no Congresso, sua pressão e articulações no âmbito do Executivo, inclusive no Judiciário, tem levado a uma situação bastante difícil.

Falou-se aqui antes, por exemplo, na Mesa que antecedeu a nossa, na Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Funai e o Incra. Para vocês entenderem o grau de vulnerabilidade a que povos indígenas e quilombolas estão submetidos, porque afinal a Funai é a responsável pela demarcação de terras indígenas e o Incra, pelo reconhecimento dos direitos quilombolas, essa CPI estava numa fila e evidentemente a instalação dela bloqueou a instalação de duas outras CPIs que não eram de interesse desses setores. Refiro-me basicamente à Comissão Parlamentar de Inquérito da FIFA e da CBF e à Comissão Parlamentar de Inquérito que visava apurar propinas para manipular resultados de julgamentos sobre sonegação fiscal no Carf. Estou querendo chamar atenção para isso, para dizer que a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito da Funai e do Incra é uma clara expressão de como os direitos de povos e comunidades vulneráveis, como se mencionou na Mesa anterior, tem sido posto no altar sacrificial das barganhas políticas, para manutenção dos projetos de poder hoje.

Então, a corda está sempre arrebentando do lado mais fraco. Se tivermos que colocar alguma coisa para preservar as estruturas de poder dominante, isso que será colocado em jogo são basicamente os direitos desses povos, e é isso que vem acontecendo.

Falar também da situação dessas comunidades é falar, pelo menos, da articulação entre três dimensões. Primeira, fundamental, a terra; a segunda, os interesses que se projetam sobre essas terras; e a terceira, o modo como esses interesses se expressam e se articulam no âmbito dos três Poderes da República.

A Givânia, que participou da Mesa que nos antecedeu, chamou atenção para a situação dos quilombos. Não vou me referir aqui a isso, o tempo é pouco, mas para vocês entenderem como esse é um processo difícil, apenas em termos numéricos vocês entenderem o que é o funil do reconhecimento dos direitos territoriais, hoje em dia, isto são dados recentes, disponíveis no *site* da Fundação Cultural Palmares e no *site* do Incra, são 2.007 certificações expedidas pela Fundação Cultural Palmares, certificações de reconhecimento de comuni-

dades rurais remanescentes de quilombos. Destas 2.007, 1.529 têm processos abertos no Incra, para reconhecimento de direitos territoriais. Destes 1.529, apenas 201 processos têm editais para elaboração de relatórios técnicos de identificação e delimitação publicados. Destes 201, apenas 104 ou 107, há um dado discordante lá, têm portarias de reconhecimento do território. Destes 104 ou 107, apenas 77 gozam de decretos de desapropriação de interesse social. Então, vocês veem o funil: de 2.007 comunidades certificadas, só 77 têm decretos de desapropriação por interesse social. E o número sobe um pouco, vai a 207 o número de títulos emitidos. De 1992 a 2002, 44, totalizando 773 mil hectares; de 2003 a 2010, 75, mas decresce o número de hectares reconhecidos, cai para 212 mil; e de 2011 a 2015, foram 88 títulos emitidos, mas para reconhecer apenas 54 mil hectares. Então, a situação de reconhecimento territorial dos direitos quilombolas é bastante afunilada.

No caso das terras indígenas, é pública e notória a paralisia completa dos procedimentos de demarcação. Embora recentemente alguns relatórios de identificação tenham sido publicados no *Diário Oficial* e algumas portarias declaratórias tenham sido assinadas pelo Ministério da Justiça por força de muita pressão e luta do movimento, o quadro de paralisia é grande. Então, isso para falar muito rapidamente sobre a questão de terra.

Quando a gente vai falar dos interesses que se projetam sobre essas terras, acho que as expressões maiores desses interesses – eu me refiro aqui ao agronegócio, ao hidronegócio, à mineração – são os recentes projetos de lei que visam a flexibilizar todo procedimento de licenciamento ambiental, um, inclusive, protagonizado por esta Casa, pelo Senador Romero Jucá, que cria a ideia de um licenciamento ambiental expedido rápido, em 90 dias, o que é um completo absurdo, se pensamos o drama que acabamos de vivenciar com o ecocídio perpetrado pela Mineradora Samarco e suas detentoras no Vale do Rio Doce.

Agora, esses interesses se expressam não apenas por meio do Poder Legislativo, mas também do Poder Executivo. Ontem mesmo, o jornal *Estado de S. Paulo* mostrou uma matéria de uma medida provisória, portanto, um ato normativo oriundo do Poder Executivo que se propõe a repartir lucros e benefícios de empreendimentos localizados dentro de terras indígenas, uma peça normativa que não foi objeto de nenhuma consulta, de nenhuma informação. Então, se os senhores quiserem ler, o que a gente sabe é o que está publicado no *Estadão*, que teve acesso ao conteúdo dessa medida, bem como ao memorando de resposta da Funai, que parece ter sido bem interessante.

E, para finalizar, um rápido panorama de como esses interesses se expressam nos três Poderes da República.

No caso do Judiciário, temos, entre outros, dois enfrentamentos muito importantes. O primeiro, no caso dos quilombolas, também já referido aqui pela Givânia, Secretária da Seppir, é a Ação Direta de Inconstitucionalidade promovida pelo Partido DEM contra o decreto que regulariza, que disciplina o procedimento de regularização fundiária dos quilombolas, que é o Decreto nº 4.887, de 2003. Há uma Ação Direta de Inconstitucionalidade movida por esse decreto.

(Soa a campainha.)

Já houve uma primeira rodada do julgamento, há um voto favorável à ação e outro contrário, e o Ministro Toffoli pediu vista.

No caso dos povos indígenas, a gente tem aí a tentativa de fazer consolidar a tese do chamado marco temporal. Então, duas ameaças concretas que a gente identifica no âmbito do Poder Judiciário.

No caso do Poder Executivo, já fiz referência ao funil a que está submetido o procedimento de reconhecimento de direitos territoriais dos quilombolas. Há a paralisia dos procedimentos de demarcação de terras indígenas, essa MP que foi apresentada ou, pelo menos, que veio a público ontem, o conhecimento sobre ela, que são indicadores de movimentos que fragilizam e vulnerabilizam ainda mais os povos indígenas.

E, no caso do Legislativo, pelo menos tive acesso ao banco de dados de monitoramento de medidas legislativas do Instituto Socioambiental, há coisa de alguns meses, para dar uma aula lá no mestrado do CDS, e um balanço conservador indica que existem hoje mais 180 medidas legislativas tramitando nesta Casa que afetam, de algum modo, direitos indígenas e quilombolas. Dessas 180, 85, ou seja, quase metade delas, têm repercussões claramente negativas para esses direitos. Afora essas, destaco especificamente o caso da PEC 215, na expectativa, como disse o Senador e a Senadora, de que ela seja barrada aqui, nesta Casa, caso chegue até aqui. Nós temos esta Comissão Parlamentar de Inquérito da Funai e do Incra, que é, de certo modo, uma tentativa de forjar evidências para justificar a aprovação da PEC; e, mais recentemente, esse projeto de lei do Senador Romero Jucá aqui, no Senado da República.

Então, em linhas gerais, são essas as anotações que eu tinha feito. Eu sabia que o nosso tempo aqui seria limitado, não mais do que 10 minutos, mas, para dar aqui um rápido panorama do que são as ameaças aos direitos indígenas e quilombolas contra os quais a gente tem lutado cotidianamente, como aliados e como defensores de um país justo e plural, era isso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Ouvimos a palavra do Henyo, com precisão. Ele trouxe até um fato novo aqui, que me surpreendeu: essa MP. Não estava nem sabendo dela. Temos de pedir à assessoria para levantar, para ver quem está fazendo parte dessa MP.

E quero aqui também registrar a presença do cacique xacriabá Domingos Nunes de Oliveira, representante do povo indígena xacriabá, de Minas Gerais. Convido para vir compor a Mesa conosco. Uma salva de palmas para ele. (*Palmas.*)

Bem, nosso próximo orador é Gilberto Vieira dos Santos, que é Secretário Adjunto do Conselho Indígena Missionário (Cimi).

Inclusive, Gilberto, quando saiu aquele relatório, fiz aqui uma fala, fizemos uma fala sobre a morte dos povos indígenas. Não sei se hoje o foco é falar dos quilombolas ou falar também dos povos indígenas.

Com a palavra.

O SR. GILBERTO VIEIRA DOS SANTOS – Queria cumprimentar o Senador Telmário, que já demonstrou a que veio nesta Casa, aliado fortíssimo das lutas dos povos, em especial, dos povos indígenas; também os demais componentes desta Mesa, os povos indígenas, o Henyo, os parceiros também de outras lutas e os representantes dos vários povos presentes, que aqui vieram.

Alguns deles estiveram participando, durante esses dias, de um encontro de professores e professoras, educadores e educadoras indígenas, que estão articulando, que estão iniciando, praticamente, mas configurando um fórum de educadores e educadoras indígenas, por isso também há uma representação de indígenas de vários lugares do Brasil.

Eu queria só, meio telegraficamente, por conta do tempo, apontar algumas questões. Com relação à PEC 215, por exemplo, muitos elementos já foram trazidos para esta Mesa, importantíssimos, inclusive. Eu só queria talvez pontuar algumas questões que são relativas justamente ao processo e que culminaram com a situação que encontramos hoje, dos povos indígenas.

Por exemplo, no antigo Estado do Mato Grosso, hoje Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, desde a década de 1940, nós seguimos governos, passando pela ditadura militar até à atualidade, e passamos por um processo de expulsão dessas comunidades de seus territórios. Isso está muito bem configurado num relatório feito por Jader Figueiredo, na década de 1960, também no relatório na Comissão da Verdade, que tem um capítulo sobre os povos indígenas. Também estão muito configurados os dados históricos desse processo de expulsão das comunidades.

Há, inclusive, Senador, um relato que consta no relatório da Comissão da Verdade, em que uma indígena descreve a forma como eles foram retirados de uma dessas terras no Mato Grosso do Sul, na região de Dourados. Dizia assim essa senhora: "Daqui nos levaram em gaiola, gaiola mesmo, vieram três gaiolas, na gaiola que nós fomos". Esse é o modelo que utilizaram para retirar a comunidade. "Pelo caminho dormíamos, nos alimentaram, nos davam pãozinho para não morrermos de fome, tampavam da gente a gaiola para não vermos nosso rastro." Essa é a descrição que uma indígena já idosa faz do processo de retirada dos indígenas da região do Mato Grosso do Sul, onde hoje é o Mato Grosso do Sul, ou seja, retirados em gaiolas como animais.

Esse processo hoje permanece talvez com a mesma dureza ou com a grande diferença de que estamos num processo de avanço da chamada democracia. Então, em tese, nós hoje teríamos uma sociedade brasileira, um Governo, um Parlamento, os Poderes respeitando os direitos desses povos, duramente conquistados e ali cravados na nossa Constituição de 1988.

Mas queria lembrar, por exemplo, que, nos meses de setembro e outubro, diversos atentados... Certamente as lideranças do Mato Grosso do Sul que estão aqui vão poder trazer esses dados com a informação de quem está por dentro, sofrendo esses ataques. Pelo menos nos meses de setembro e outubro, mais de 15 ataques a diversas comunidades, com duro poder de fogo, de grupos paramilitares, e há informação da presença inclusive de policiais nesses ataques, fazendo o que eles chamam de retirada, para impedir que a posse se configurasse nas retomadas que esses povos têm feito naquela região.

Então, o que a gente percebe? Que o Estado de direito vem sendo mortalmente ferido, num processo de avanço de uma violência que já praticamente vai se institucionalizando naquela região. Só que, infelizmente, ali já é um dado extremamente perverso desses ataques. Nós tivemos nos últimos anos um aumento significativo dos assassinatos de lideranças naquela região, mas esse quadro não se configura infelizmente só naquela região. Nós temos, por exemplo, ataques que foram realizados recentemente contra o povo pataxó, na Bahia, contra o povo tupinambá, também naquele mesmo Estado. Nós temos nos últimos meses acompanhado um processo de crimes ambientais, e digo aqui que são os incêndios criminosos que têm acontecido, por exemplo, na terra indígena dos guajajara, dos tenetehara e também dos awá, que inclusive há grupos de indígenas isolados lá naquela região.

A terra indígena Arariboia, Senador, agora em dados que foram publicados há poucos dias pelo Greenpeace, até aquele momento, pelo menos 45% da área, estou falando aqui de 185 mil hectares, foram queimados por esses incêndios criminosos. E agora recentemente, há pelo menos um mês, também a terra do povo awá e a terra caru vêm sofrendo com esses ataques de pessoas que querem atentar contra o direito desses povos que têm os seus territórios inclusive já demarcados.

A gente falava da PEC 215, e eu queria trazer só mais um dado: é que ela foi aprovada na comissão especial no dia 27 e, poucos dias depois, no dia 1º de novembro, a terra indígena Morro dos Cavalos, próxima a Florianópolis, em Santa Catarina, foi invadida por não indígenas, sob o argumento de que, com a aprovação da PEC 215, a terra deixaria de ser indígena.

Na realidade, a gente percebe que esse clima de violência que vem se configurando ao longo dos séculos contra os povos indígenas vai encontrando respaldo, por um lado em ações parlamentares como essa e como as outras que foram citadas aqui, mas também pela ausência do Poder Público, pela ausência dos Poderes nessas situações. Ou seja, a gente tem lugares em que comunidades são atacadas de forma intensa por paramilitares e não há nenhum processo de investigação profundo de pessoas que estejam envolvidas. E há inclusive denúncia de indígena dizendo, e cremos nisso pelos dados que nós acessamos, de um envolvimento inclusive de Parlamentares daquele Estado e até daqui do Congresso Nacional.

Esse clima que se criou de que os povos indígenas podem ser atacados, os seus direitos rasgados na Constituição, esse ambiente tem tomado várias regiões do Brasil.

Para nós é extremamente importante que nós possamos aqui ouvir as comunidades indígenas aqui presentes, que são as pessoas que sentem na pele o dia a dia dessas violências, que são as pessoas que sentem na pele as ameaças. Em regiões como a região de Cocos, do povo xacriabá, onde as pessoas ficaram durante muito tempo, e imagino que perdure ainda, sem poder sair da sua área, ameaçadas, há uma campanha contra os xacriabás, feita inclusive pela mídia local.

Então a gente percebe que esse é o ambiente que se criou contra os povos indígenas. E esta Casa oferece um espaço que no nosso entender é privilegiado para que elas possam trazer as suas palavras, dizer daquilo que elas têm sentido, e chamar a atenção evidentemente para o Estado brasileiro que, a partir do Parlamento, a partir do Executivo, também não homologa. Temos pelo menos nove terras indígenas que poderiam ser homologadas e também não o foram pela Presidente Dilma, infelizmente. Mas devemos trazer então para esses segmentos da nossa sociedade, para esses Poderes, essa preocupação de que não é simplesmente algo que esses povos indígenas poderiam estar inventando.

É dura a realidade do dia a dia de pessoas que vêm sendo assassinadas, como Simeão, como Marçal, como várias outras pessoas que têm sido assassinadas nesse processo, e, infelizmente, do ponto de vista do Estado brasileiro, as investigações profundas, como deveriam estar fazendo, não são efetivadas.

Eu queria agradecer, mais uma vez, por este espaço. E encurto inclusive a minha fala para que a gente possa ouvir aqui os verdadeiros artífices desse processo, que são os povos indígenas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Obrigado, Gilberto. Você trouxe informações importantes, faz uma recapitulação do que está acontecendo, lamentavelmente, em todo o Brasil, que é tudo isso que a gente precisa condensar para poder tentar sensibilizar o nosso Parlamento.

Agora vamos ouvir o Daniel Lemes Vasques, representante do povo kaiowá.

O SR. DANIEL LEMES VASQUES – Bom dia a todos.

Cumprimento a Mesa. Obrigado, Senador, por essa oportunidade, em nome do guarani kaiowá, de Mato Grosso do Sul.

Cumprimento a todos os parentes que estão aqui por uma causa justa, cumprindo o seu papel de liderança, cumprindo o papel de estar aqui, deixando a base para pedir ao Governo e mostrar ao mundo como o Brasil, o próprio Congresso Nacional, o próprio Supremo, a própria esfera governamental interministerial tratam a população indígena, violam o seu direito, não cumprem o que eles assinaram perante a Organização das Nações Unidas. Isso é uma vergonha para o Governo.

Hoje, estou aqui para falar. O guarani kaiowá hoje está lá em Mato Grosso do Sul sofrendo. As crianças não têm dignidade de vida para poderem viver. Os direitos das crianças em Mato Grosso do Sul são esquecidos. Os direitos dos idosos são esquecidos em Mato Grosso do Sul. Os direitos das mulheres... Maria da Penha não existe em Mato Grosso do Sul. Em Mato Grosso do Sul, hoje, quem manda são aqueles que têm dinheiro, ruralista, produtor, importador de soja e de cana-de-açúcar. São eles que ditam o que tem que ser feito em Mato Grosso do Sul. (*Palmas.*)

O Mato Grosso do Sul se destacou muito bem, a partir desse segundo semestre de 2015, em violência, na tentativa de terminar com a população daquele Estado. E, a partir dessa denúncia de violência em Mato

Grosso do Sul, resulta a morte de pessoas que denunciam o que está acontecendo. Eu não sei se daqui, depois dessa denúncia, eu terei a continuidade da minha vida. Está marcado que eu possa morrer a qualquer momento. Então, eu registro aqui a minha fala, mas essa morte será uma morte de honra, como foi recentemente com a nossa liderança Simeão Vilhalva, que só queria dar dignidade de vida para o seu povo, para os seus filhos e para seus parentes. Ele foi assassinado cruelmente e hoje, ou amanhã, ou depois de amanhã, não ficarão impunes esses assassinos.

Infelizmente esse é o Brasil em que estamos vivendo, o Brasil que faz isso com essas pessoas. Quando chegaram aqui em 1500, esses europeus foram recebidos de braços abertos, receberam esse progresso de braços abertos. Cederam o espaço para esse progresso, para essa exploração de minérios e para a exploração de ouro, que foi parar na Inglaterra.

E hoje o Brasil quer, nesse pouco tempo, até esse recesso de 2015, aprovar essa maldita PEC que está aí, e demais PECs que estão tramitando no Congresso. Eles são não seres humanos, eles são seres humanos vestidos de demônio, a própria Bíblia fala isso, não sou eu que estou falando. Então, eu aqui denuncio mais uma vez.

Hoje nós estamos passando uma semana de chuva lá no Mato Grosso do Sul. A nossa lona não está aguentando mais essa chuva. Nós estamos passando fome não por preguiça. Nós estamos morrendo sem saúde lá, não sabemos o nosso remédio, por falta de o Governo reconhecer as nossas terras tradicionais, onde nós podemos plantar para poder comer aqueles alimentos... (*Palmas.*)

... sem agrotóxico, fora remédios transgênicos, que depois prejudicam os nossos ouvidos, quando a gente toma para dor de cabeça, depois prejudicam a nossa visão, tomando aquela vacina. E o Governo nega, não demarca a nossa terra e não homologa.

Meu apelo ao Governo, Senador. Falta vontade de pegar essa simples caneta e assinar, reconhecer e demarcar que essas terras pertencem aos guarani kaiowá e pertencem a todas as comunidades indígenas e quilombolas. Será que uma caneta dessa é tão pesada para o Governo assinar, para reconhecer essas vergonhosas dívidas que o Governo tem com a população brasileira, as legítimas populações? (*Palmas.*)

O Governo não tem vergonha hoje de ter trazido os negros da África para que o Brasil tivesse progresso nas exportações e não reconhece a terra quilombola hoje. Se nega a fazer isso, a assumir que o Brasil escravizou o indígena e a população negra, não no passado, mas agora, até hoje, e vai ser assim amanhã.

Não venham dizer que hoje, à tarde, eles irão assinar e dizer: "Basta". Eles não irão fazer isso, irão fazer o contrário. Recentemente o parente denunciou o que o próprio poder do Estado está lá cheio de jagunços, e é quem deveria proteger esses parentes que estão lá, que resolveram retomar a sua terra, a terra dos seus antepassados, a terra em que um dia lhe deu a felicidade. Serão expulsos de lá pelas próprias forças governamentais.

Aqui, Senador, eu, diante das mulheres guarani kaiowá que choram pelos seus filhos, por não poderem dar alimentos a eles, denuncio o Estado de Mato Grosso do Sul. Eu fico feliz porque vocês irão, esta semana, na outra semana, para lá. Eu não estou fofocando, isso é fato real que a mídia de Mato Grosso do Sul não mostra.

(Soa a campainha.)

O SR. DANIEL LEMES VASQUES – A mídia de Mato Grosso do Sul, as rádios de Mato Grosso do Sul não cumprem o juramento que fizeram quando se formaram, que iriam trabalhar dignamente. Eles trabalham por dinheiro.

E agradeço, parente. Vamos à luta, vamos nos unir. Vamos, guarani kaiowá, juntos, com os parentes do Brasil, de Norte a Sul, de Leste a Oeste. Nós lutaremos até a última gota de nosso sangue pingar nesta terra do Brasil, dizendo para o Governo que essa terra é nossa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Engraçado que a gente ouve muito isso, o Telmo está do meu lado e sabe, lá em Roraima, que eles pensam, eles subestimam a inteligência dos povos originários, dos povos indígenas.

Talvez, o Daniel não tenha um diploma universitário, não sei nem até que série o Daniel estudou, mas, para saber a tua dor, para saber a tua necessidade, para saber a tua sobrevivência, o parente encontra palavras que tocam no nosso coração, que mexem na nossa alma, que nos motivam a ter esse espírito guerreiro que é muito peculiar dos povos indígenas.

O índio quando cala não consente, ele rejeita. E quando ele fala, ele quer uma alternativa. É isso que o Daniel está pedindo nesta Casa.

Uma salva de palmas para ele. (*Palmas.*)

Quero agora ouvir aqui o Telmo Ribeiro, macuxi, da minha terra.

Fiquei tão feliz, Telmo, com a tua presença aqui.

Quero também registrar, antes do Telmo fazer uso da palavra, a presença dos professores indígenas do 1º Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena. Aqui temos representantes de dez Estados. Inclusive, eu fui convidado para ir.

Cadê as palmas? (*Palmas.*)

O Prof. Rivanildo, que também está lá, de Roraima, me convidou para ir lá. Mas ontem nós estávamos naquela questão do PLN nº 5, que é muito importante para o Brasil, para destravar os programas que possivelmente travariam, e que descaracteriza totalmente esses crimes que querem imputar à Presidente Dilma. Isso nos ocupou muito e eu não pude ir. Então, quero registrar aqui a presença deles.

Quero também aqui destacar a presença do Itamar, krenak, atingido pelo crime ambiental de Mariana, em Minas Gerais, o desabamento naquela barragem de lama, no Rio Doce, por dentro da aldeia. Krenak está sofrendo com toda a prática cultural que dependia do Rio Doce. Então, quer dizer, nesse desastre ecológico, e mais do que isso, que houve em Mariana, não houve só o dano direto das vidas que foram cerceadas, como também um prejuízo à cultura da sobrevivência.

Vocês ouviram – rapidamente aqui – quando o Adriano dizia: "Nós estamos morrendo. Nós estamos passando fome e não é por preguiça". Não, não é por preguiça.

Nós temos várias comunidades que possuem alguns estágios, uns já estão no processo econômico, outros vivem da sobrevivência. Mas qual é a importância da terra para os povos indígenas? É a vida. Quando você quer comprar uma água mineral, você vai ao supermercado e compra. Quando o parente quer beber água sem contaminação, ele bota a boca no igarapé ou enche a mão no igarapé, enche e bebe direto na fonte. Por isso que ele precisa de uma água...

O Antonio sabe como é o jogo, não é, Antonio? É desse jeito.

Quando o parente... Quando o branco quer comprar a alimentação dele, ele vai ao supermercado. Está enlatada, está de todas as formas. Sabe, Davi, ele compra todo tipo de alimentação que ele quer. O parente tem de pegar o arco e a flecha dele e ganhar a mata, diuturnamente, para buscar ali a sua alimentação e sobrevivência. Quando o branco quer construir a casa dele, ele vai a essas casas de materiais e compra ali o cimento, o tijolo, a telha, a ferramenta, os ferros, enfim, e faz. Quando o parente quer construir a tapiri dele, a casa dele, ele tem de buscar palha no mato, ele tem de buscar. O branco tem prego; ele tem o cipó para amarrar. Ele precisa da natureza para ter uma vida sem a guerra, sem o egoísmo, sem ambição. Ele vive e protege essa natureza que é Brasil, que hoje é o pulmão do mundo.

Telmo, com a palavra.

Vocês nem batem palmas, não é? Está bem. (*Palmas.*)

O SR. TELMO RIBEIRO – Quero agradecer pela oportunidade.

Não vim para fazer parte, nem fazer algumas colocações, mas agradeço muito, não representando apenas o povo de Roraima, mas sim todos os povos indígenas de onde nós estamos passando.

Gostaria de deixar aqui a esta Casa que exigimos que os nossos direitos sejam respeitados, porque a cada segundo eles estão sendo violados – seja no sul, no norte, no oeste. Em todos os lugares onde há indígena, os nossos direitos estão sendo violados. Estão nos exterminando, criando diversos programas dentro de terras indígenas. Isso, muitas vezes, nós não conhecemos.

Eu gostaria, também, de dizer ao companheiro guarani kaiowá que a sua luta, a sua dor não está só na sua região, companheiro, mas está em todas as regiões deste Brasil. Todo mundo sente que estão nos matando. E nós perguntamos: onde estão as nossas autoridades competentes, que possam, de fato, nos defender, fazer com que nossos direitos sejam cumpridos? Isso é uma vergonha para nós, para um Brasil onde há tantos representantes que nada fazem por nós. A cada momento, não só os direitos estão sendo violados, mas o nosso povo está sendo exterminado!

Eu gostaria, também, de dizer ao Senador Telmário Mota, que é de Roraima e que levantou essa bandeira neste Senado, que continue a defender os povos indígenas brasileiros, que são os verdadeiros brasileiros. Nós sabemos que o Brasil deve muito aos povos indígenas, desde a sua invasão, que aconteceu há muitos anos.

Gostaria também de pedir que esta Casa reconheça, ouça as reivindicações dos povos indígenas de todas as regiões. Só assim poderão ver um caminho para solucionar esses nossos problemas. Chega! Até quando? Até quando viremos encaminhar as nossas reivindicações?

Roraima tem um lema: vamos lutar até o último índio! Não dá para vivermos massacrados o tempo inteiro! Não dá para estarmos pedindo esmola ao Governo! O pouco direito que nós temos está sendo violado a cada momento.

Gostaria de pedir que o Senador fizesse acontecer, que desse continuidade, que chegasse a todas as instâncias esse nosso clamor, porque um sangue derramado não é qualquer tipo de líquido: é o sangue de um ser humano, é um sofrimento, é uma dor. É uma pena que não seja da família desses que dizem ser representan-

tes, seja no Senado, seja na Câmara Federal. Não é a família deles que está lá sofrendo, que está lá morrendo. Com certeza, se fossem as suas fazendas, se fossem seus filhos, já teriam tomado as devidas providências. Mas, quando é o povo indígena, fica a desejar, o sofrimento continua.

Então, que o Senador Telmário Mota não faça com que o nosso Estado, o Estado de Roraima, venha também cair nessa situação, porque nós não estamos bem.

Quero, também, pedir que um Senador, eu tenho o vídeo no celular... Nós temos a terra indígena Raposa Serra do Sol, onde foi feita a desintrusão, e um dos Senadores deixou uma mensagem, dizendo que iria fazer uma emenda, iria, novamente, armar aqueles que saíram de terras indígenas e, em 2019, estariam fazendo uma barragem no Rio Cotingo. Senador, que isso seja analisado, porque chega de sofrimento!

Nós temos aí a situação de Mariana, onde houve a destruição da natureza, do meio ambiente, dos rios, de onde nós sobrevivemos. A nossa mata, a nossa terra é a nossa mãe, de onde tiramos a nossa alimentação. Como vai ser se fizerem essas barragens dentro de terras indígenas, como vem acontecendo? Por que desrespeitar a mãe terra, que dá a alimentação, o sustento, a vida para o nosso povo?

Nós temos como exemplo para o Brasil inteiro e para o mundo que mataram um rio que alimentava aquele povo, que matava a sede. A água é vida! Não queremos que esses rios que cortam as terras indígenas morram. Os grandes empresários, acredito, não pensam nisto: eles não vão comer dinheiro, eles não vão comer minério. Se não houver água, não teremos vida na face da Terra, ou neste País em que hoje vivemos! (*Palmas.*)

Então, quero deixar esta mensagem, dizendo assim: a PEC é uma das violações históricas contra os povos indígenas brasileiros. Que as nossas autoridades tomem providências! Que aqueles que são contra vão para outro lugar nesse mundo, porque não são brasileiros! Os brasileiros estão lutando por uma vida, e não por um minério. Então, aquelas terras indígenas, companheiro, assegurem, lutem até onde der. Acredito que, juntos, vamos vencer.

Quero fazer uma pergunta ao Senador: foi feita a assinatura, acredito que em todas as regiões, das terras indígenas. Onde foi parar essa lista de assinaturas contra a PEC nº 215?

Então, aproveitando esta oportunidade, gostaria de convidar o companheiro que está com o documento que foi feito no Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena para que pudéssemos entregar e, aqui nesta mesa, ser registrado. Esse fórum também foi criado com o objetivo de buscar, junto às autoridades, que aconteça, que tenhamos uma educação de qualidade, porque só é assim na fala, na propaganda do Governo, seja ele Federal, estadual ou municipal. Então, o fórum foi instalado e, com esse fórum, acreditamos que vamos alavancar e vamos lutar por uma educação de qualidade neste País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Então, tivemos a fala do Telmo reclamando, mostrando.

O que me preocupou agorinha, eu estava lendo a MP que vai sair, é que é exatamente para fazer hidrelétricas. Então, o Telmo toca num assunto... O Telmo está falando da Hidrelétrica do Cotingo, que pode... Fique atento, pessoal da Funai, a esse aspecto, nossa assessoria também, porque essa PEC vai permitir hidrelétricas em comunidades indígenas. Então, vai vir aí. A sorte é que jabuti não pode mais, mas vai vir muita coisa pertinente que você pode, a partir dessa PEC aí, já indicar.

O SR. HENYO TRINDADE BARRETO FILHO – Só um esclarecimento: é uma regulamentação de um artigo da Constituição por via de medida provisória. Então, é gravíssimo para o nosso entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – O que é um perigo!!

O SR. HENYO TRINDADE BARRETO FILHO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Nós vamos ficar muito atentos, porque ela vem ninguém sabe com que força e com qual objetivo.

Bom, então, vamos receber esse documento aqui, protocolado, original. Vamos fazer aqui a entrega simbólica, que é para podermos mostrar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sim, tirar a cópia. Já está protocolado, e esse documento vai fazer parte do documento que vamos encaminhar para cada Deputado e para cada Senador da Comissão.

Eu queria que o pessoal da Funai nos ajudasse, junto com a Comissão e com a minha assessoria, para que fizéssemos com que esse documento saísse o mais rápido possível.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Então, a assessoria da Funai, com muita eficiência, já se manifestou contrariamente a essa MP. A Funai não está dormindo no ponto, não; a Funai está acordadinha fazendo o papel dela!

Graças a Deus, ouvimos a palavra do Telmo. Agora, vamos ouvir a do Claudesi, que também é terena.

O SR. CLAUDESI VICENTE PIU – Bom dia a todos os presentes, parceiros, Senadores, principalmente ao povo originário da nossa terra indígena. É um prazer estar aqui falando de novo.

Houve uma fala de um Deputado uma vez, que escutei do plenário do Senado – eu estava vendo de casa –, e ele disse bem assim: "Os indígenas que são originários desta terra estão lá nas terras deles; não são estes que estão aqui, reivindicando essas ações. Estes que estão aqui são genéricos." Eu digo a ele que estas lideranças e estes caciques aqui são originários, sim. (*Palmas.*)

Nós estamos aqui brigando pelos nossos direitos, que estão sendo violados pelos políticos fazendeiros, como foi a fala do Daniel.

Eu vou chegar a Mato Grosso do Sul. Eu posso descer do avião e ser alvejado de bala, mas vou morrer com dignidade, porque estou brigando pelo meu povo, não só da etnia terena, mas do Brasil inteiro, das etnias xacriabá, tupinambá, pataxó. Estamos aqui brigando pelos nossos direitos, mas vou morrer com dignidade. Não como eles, que se escondem atrás do papel que eles mesmos fazem.

Outra coisa: essa PEC, se for aprovada, vai começar a matar esta liderança que está aqui hoje. Deus me pôs na Terra para viver ou para morrer. Eu estou para as duas coisas.

Não tenho medo de fazendeiro nenhum! Tenho medo só dAquele lá de cima.

Lá, na nossa região do Mato Grosso do Sul, havia uma terra que era demarcada. Hoje, em Mato Grosso do Sul, existem os guaranis kaiowás, terenas, kinikinaus. Nenhuma terra é demarcada. Todas estão para ser demarcadas.

Estamos aqui de novo, hoje. Acho que, para cá, nós não viemos para tirar foto, para ficar fazendo mídia para a imprensa, não. Nós viemos para cá para eles resolverem esse direito nosso. Já era para terem resolvido em 1995, se não me engano. Era para todas as terras indígenas estarem demarcadas. E até hoje não estão. Por quê? Quando o Governo vê os indígenas chegarem aqui, sabem o que eles fazem? Pegam a tropa e ficam cercando os indígenas, ameaçando os indígenas. Por quê? Para amedrontá-los. Mas, assim que nos amedrontam, nós chegamos com mais força ainda para brigar pelos nossos direitos. (*Palmas.*)

Eu fui visitar uma aldeia, a dos guaranis kaiowás – não tenho uma foto aqui, acho que não tirei –, e se vocês vissem como foi alvejada de bala, de doze, uma casa, uma mãe com um filho! Ela falou que foi por Deus que ela se salvou. A casa foi destruída.

E está acontecendo com meu amigo terena, ali. Está sendo caçado pelos pistoleiros.

Nós, indígenas, não só de Mato Grosso do Sul, como de todo o Brasil, não podemos reivindicar nada? Eles são caçados pela própria polícia, pelo próprio jagunço, que ameaça. Na semana passada, meu companheiro ali foi procurado, num distrito, por uns jagunços. Perguntaram onde ele estava.

Quando nós falamos em "uma liderança", não; todos nós somos lideranças, porque todos os guerreiros são líderes da sua aldeia, porque têm responsabilidade de cuidar da própria área e da própria reserva, o que não está acontecendo. Água poluída.

O que tem na região de Mato Grosso do Sul é isto aqui: soja, álcool, carne, milho. É derramado todo dia sangue indígena de uma criança, de uma mulher! E isso é exportado. (*Palmas.*)

Nós fizemos uma campanha e estamos com essa campanha, contra soja, milho, álcool, porque está sendo derramado muito sangue de criança, que é violentada; mulheres, homens, senhores e senhoras também.

Essa PEC vem violar todos os direitos dos povos indígenas, tanto dos quilombolas quanto dos povos indígenas, todos originários, que nasceram nesta terra.

E vamos morrer por esta terra, sim, Senador; seja demarcada ou não, mas nós não vamos entregar para ninguém. O que é nosso é nosso.

Nós estamos lutando pelos direitos daqueles pequenininhos que estão lá e que ainda não sabem o que é, mas não estão podendo viver, porque são mortos no outro dia. Não os deixam viver. Na região de Mato Grosso do Sul está acontecendo isso. Todos os dias está havendo ataques. Todos os dias está sendo atacado o povo garani kaiowá, e o povo terena também já não está ficando.

Nós temos retomadas nossas e vamos fazer mais ainda. O que é nosso é nosso. E nós vamos fazer. Nós não vamos ficar calados e olhar de braços cruzados os fazendeiros fazerem o que fazem com as nossas lideranças. Nós vamos, sim, lutar. Como o meu companheiro Daniel acabou de falar, até o último sangue, eu vou lutar.

Deixo um abraço a todas as lideranças que estão aqui. Nós somos, sim, um povo guerreiro e lutador.

Há uma fala de um amigo meu, que é a fala de uma senhora, bem doída: "Hoje, eu não tenho o que comer. Amanhã, nem sei se vou estar vivo. Porque, cada dia que passa, minhas crianças não têm o que comer. Só tem soja, milho e álcool sendo exportado para fora."

(Soa a campainha.)

O SR. CLAUDESI VICENTE PIU – O Brasil é rico em terras, mas não está sendo cumprida a lei de demarcação das nossas terras indígenas. E eu não estou aqui falando apenas dos terena e dos guarani kaiowá, eu quero a demarcação de todas as terras indígenas do Brasil.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sem dúvida, a fala do Claudesi foi extremamente forte e sentimental. As entrelinhas deixam muito claro que as terras que seriam para alimentar, dar vida, sobrevivência e continuidade ao povo originário, hoje são exploradas para alimentar o infinito desejo econômico daqueles que as utilizam para, cada dia mais, concentrar renda, dividir as classes sociais, matar os pobres e se perpetuarem no poder.

Mas nós vamos lutar, sim. Eu sempre digo que esse é um dos meus compromissos com o povo de Roraima.

Eu tive 90% dos votos dos povos indígenas. Em Roraima, isso representa 18% dos votos. Roraima talvez seja um dos poucos Estados que têm condições de eleger de quatro a cinco Deputados estaduais, e até hoje não elegeu nenhum por falta de organização. Falo isso para o Telmo porque ele vai levar essas informações, e é preciso.

Nós tínhamos uma pessoa preparada, o Presidente do CIR, Mário Nicácio, advogado, técnico agrícola, preparadíssimo, que, por questões de não comprar voto, ficou de fora. Nós tínhamos bons nomes para Deputado Federal. Roraima tem condições de eleger dois Deputados Federais, mas não o faz. Eu tenho contribuído e tenho levado, exigido isso deles. Na minha candidatura para o Senado, claro, uma candidatura humilde, pobre, eu tive esse sonho deles. Eles acreditaram em mim, me apoiaram, e eu vim para cá com esse compromisso.

Diariamente, o grupo dos meus adversários tenta me ridicularizar. Nas redes sociais, colocam minhas fotos, com cocar ou sem cocar, dizendo que sou o Senador dos índios, o Senador que trava o progresso, o Senador que freia o desenvolvimento, o Senador que afunda o Estado de Roraima. É claro que a mídia, repito, é dominada, muitas vezes inclusive, pelos laranjas dos políticos. No meu Estado não é diferente. Sou atacado de forma sórdida, covarde. Diariamente eles fazem isso, como a água mole em pedra dura, que tanto bate até que fura, não pela força, mas pela insistência. Eles tentam passar para o povo de Roraima que eu não represento o desenvolvimento, o crescimento, e que trabalho contra o Estado, uma pura mentira, uma pura enganação, pois o que destrói o Estado de Roraima é a corrupção, que é um mal que hoje assola o País como um todo. O que destrói o Estado de Roraima é a irresponsabilidade de políticos que ocupam cargos relevantes, que só se preocupam com o umbigo deles e com o bem-estar da família deles. O que destrói Roraima é a ganância desses corruptos. E a cela fria de uma cadeia ainda vai ser o seu destino. (*Palmas.*)

Vamos agora ouvir o Davi. O Davi é terena. O Davi já usa paletó.

O SR. DAVI – Em primeiro lugar, quero dirigir as minhas palavras ao nobre Senador Telmário Mota, autor do requerimento desta audiência pública da Comissão de Direitos Humanos do Senado.

Mais uma vez, quero dizer para o senhor, Senador, que é louvável a atitude que V. Exª tomou. V. Exª já ouviu todas essas dificuldades. E ainda mais os que estavam presentes aqui, como a Senadora Regina Sousa, o Procurador Arthur e o Presidente da Funai.

Quero dizer aos meus irmãos: meus abraços a vocês, todos que estão presentes aqui.

Eu quero nominar os índios que estão aqui em Brasília: Sebastião Terena, Mateus Terena, Humberto Apodi Xavante, que são servidores da Funai, da ouvidoria daquela instituição. Esses índios, aqui em Brasília, sempre estiveram atentos em relação às articulações contra o nosso povo aqui em Brasília, dentro desta Casa. Não deixando de fora, também temos dois amigos presentes aqui, que estão sempre juntos com os movimentos indígenas, quando precisamos, estão presentes: o Sr. Francisco, o Chico, e a Tereza, também funcionária da Funai.

Nós acabamos de ouvir, Senador, a respeito desse massacre relacionado à PEC 215, de um companheiro que esteve aqui na Mesa, lá do Mato Grosso do Sul, o Dr. Paulo. Falou-se sobre crimes. A intenção dos Parlamentares ruralistas, com a chamada PEC 215, é um crime. (*Palmas.*)

É um massacre, é uma barbaridade, é um assassinato, é um genocídio que estão querendo fazer com o índio brasileiro, que é o dono desta terra, que é o dono do Brasil.

Então, é uma discriminação que estão querendo fazer. Segundo a nossa Constituição, é um crime inafiançável. Não é porque são Parlamentares que vão se esconder atrás da sua imunidade. Lei é lei. Direito é direito. Está havendo, Senador, uma subjugação e uma eliminação dos índios brasileiros, e extermínio do Direito

Civil. Racismo de inteligência, de cor e de economia, porque não deixam os índios se desenvolverem. E temos que combater isso.

A proposta da PEC 215, Senador, fere vários princípios constitucionais, leis do Direito Civil e Constitucional, princípios fundamentais e o Estado democrático de direito.

É impossível a gente deixar como eles querem fazer. Eu quero dizer para V. Exª, Senador Telmário Mota, que o meu povo heroicamente vai vencer essas dificuldades. (*Palmas.*)

E a Constituição não deve conter preceitos de aplicação impossível ou que venham a contrariar a realidade desse povo. Todo mundo sabe que o direito dos índios, juridicamente, é legal sobre as terras que estão sendo reivindicadas neste momento, porque eles querem cobrar as terras daqueles que são invasores das terras indígenas, sendo que aquelas terras onde estão os índios são domínio da União, segundo a Constituição, de acordo com o art. 20, item XI, da nossa Constituição de 1988. Ele diz também que são inalienáveis, que não podem ser transferidas para outras pessoas – nem vender, nem ceder. Ele diz também que são indisponíveis e imprescritíveis, segundo o nosso artigo que é considerado o capítulo do índio, o art. 231, §4º. Então, a União não pode destinar a qualquer outra finalidade, que seja do seu uso e fruição.

Eu quero dizer para o meu povo que está presente neste momento: nós vamos brigar, no bom sentido, mesmo que a gente seja impedido de entrar nesta Casa. Dizem que esta Casa é do povo?! Mas quem comanda aqui é a força econômica. Não é por isso que a gente vai ajoelhar e deixar como está. Eu tenho certeza de que somos corajosos, somos heroicamente...

(Soa a campainha.)

O SR. DAVI – E ainda mais para justificação dessa CPI da Funai: eles querem fragmentar os nossos direitos, mas a gente não vai deixar isso. Essa colonização que vem desde o começo continua.

Eu quero parabenizar – posso dizer aqui: meu amigo – o Senador Telmário Mota, o autor do requerimento para esta audiência aqui, nos Direitos Humanos do Senado.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Vejam que essa PEC já tem dois nomes bem colocados pelos povos indígenas – é o sentimento –: a PEC do Genocídio ou a PEC do Crime, a PEC daqueles que massacram os povos mais humildes.

Vamos ouvir agora o Cacique. Em seguida, há dez pessoas inscritas. Nós estamos aqui quebrando rito. E nós estamos ao vivo agora.

Eu quero mandar um abraço para o pessoal de Portugal que está nos ouvindo através da internet. (*Palmas.*)

O Brasil inteiro nos acompanha ou pela TV Senado ou pela Rádio Senado ou pelo Alô Senado ou pelas redes sociais, pela internet.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Estou recebendo mensagens. Estão chegando mensagens pela internet, pelas redes sociais. Ali, estava havendo a votação do Embaixador – inclusive, faltava um voto, e eu tive de ir lá rapidinho para completar essa votação.

Vamos ouvir aqui, agora, completando a segunda Mesa, o Cacique Xakriaba Domingos Nunes de Oliveira, representante da Liderança Indígena Xakriaba, de Minas Gerais. (*Palmas.*)

O SR. CACIQUE XAKRIABA DOMINGOS NUNES DE OLIVEIRA – Um bom dia a todos, aos parentes e à Mesa, na pessoa do Senador Telmário Mota.

Eu quero agradecer ao nosso Pai Tupã por esta oportunidade e dizer que a gente está feliz por ter este espaço aberto para discussão tão importante que é relacionada aos nossos direitos, à nossa vida, à nossa terra, ao nosso povo.

Eu sou Domingos Xakriaba, do norte de Minas Gerais, São João das Missões, e estou aqui para, junto com o nosso povo, junto com as nossas comunidades tradicionais, o povo quilombola, declarar a nossa posição contrária a essa peste – coloco mais um nome aqui – que veio para afligir o nosso povo. Ela vem violando os nossos direitos e, principalmente, violando um bem maior que o nosso País conquistou, que o nosso povo conquistou, que é a Constituição Federal.

Digo a todos que, na Constituição Federal, existem muitos e muitos capítulos dentro dela, mas existem dois itens dentro da Constituição Federal, que são os arts. 231 e 232, que foram escritos com tinta diferente: eles foram escritos com tinta de sangue do nosso povo indígena deste País. As nossas lideranças, o nosso povo, os nossos antepassados, que lutaram para conseguir colocar esses dois itens na Constituição, que garantiria, em parte, os nossos direitos, sofreram, foram exterminados, foram mortos.

As nossas crianças, as mulheres, o nosso povo sofreu um extermínio muito grande desde que o Brasil foi invadido. Muitos dizem que o Brasil foi descoberto. Não, ele foi invadido. Quando chegaram aqui esses portugueses – e hoje a descendência deles são os mesmos que querem tirar os direitos dos verdadeiros donos do País –, eles já não acharam. Nós éramos mais de 5 milhões de indígenas que já estávamos presentes, que já tínhamos descoberto este nosso País.

Nós sabemos o quanto foi sofrido chegar a 1898 com a população indígena do nosso País praticamente extinta. Um sertanista chegou a publicar que, no ano 2000, não existiriam mais índios neste País.

Eu falo que esses itens da Constituição foram marcados de sangue, foram carimbados de sangue, porque, um ano antes da aprovação da Constituição Federal, o nosso povo xacriabá, ali no norte de Minas, no dia 12 de fevereiro de 1987, sofreu uma das piores chacinas que já tivemos na nossa existência. Um grupo de pistoleiros, naquela ocasião, fez uma emboscada na nossa casa, arrombou a nossa casa por volta de duas horas da madrugada. Era um grupo de 16 pistoleiros. Nesse dia, o grupo matou o Cacique Rosalino, que era meu pai, o meu tio Manoel Fiúza, um outro indígena que morava com a gente; além disso, baleou minha mãe. E nós escapamos porque Deus, o nosso pai Tupã, nos protegeu, porque também, ainda criancinha, levei muitos tiros quando fugi pela mata.

Tivemos a infelicidade de sofrer um genocídio, ou seja, tivemos a infelicidade de ter a primeira chacina qualificada como crime de genocídio no País. O primeiro genocídio no Brasil foi contra o nosso povo xacriabá, quando morreu aquele grupo de indígenas.

Felizmente também, com o sangue do meu pai, como ele já dizia, e daqueles indígenas que morreram ali, foi homologado aquele pedacinho de terra que a gente tinha e estava ocupando naquele momento.

O que a gente vê hoje? Se essa PEC passar, a gente sabe que está decretada a morte e o extermínio do nosso povo neste País. Mas existe uma coisa: eu disse aqui que esses dois itens foram escritos com tintas diferentes, foram carimbados com tintas diferentes, foram carimbados com sangue; para eles serem apagados, também vai ter que ser com tinta diferente. Eles não podem ser apagados com outra tinta. (*Palmas.*)

E o nosso povo vai lutar até o fim, para garantir os nossos direitos, para garantir à nossa futura geração aquilo que os nossos antepassados lutaram para nos dar oportunidade de estar aqui. Nós vamos lutar para dar oportunidade à nossa futura geração de também sobreviver, e sobreviver com dignidade.

Eu não sei se vai ser possível chegar aqui uma liderança – eu estou com várias lideranças xacriabás jovens aqui, que não tiveram oportunidade de acompanhar aquela luta, mas estão tendo oportunidade de estar aqui neste momento, ocupando este espaço de discussão que estamos tendo –, no dia de amanhã, para falar pelo nosso povo, pelas nossas crianças.

Tenho acompanhado de perto também o noticiário sobre nossos parentes guaranis kaiowás. Não há como não se emocionar, não ter um sentimento pelo que vem acontecendo com eles, assim como vem acontecendo com outros parentes no nosso País.

Nós sabemos o quanto vêm sofrendo as comunidades tradicionais para garantir o seu espaço, para garantir o seu território, para garantir a sua vida. Isso é triste para o nosso Brasil.

Eu hoje componho também o Comitê Indígena de Mudanças Climáticas. A gente vem discutindo as mudanças climáticas, como colocou aqui nosso parente Paulo Pankararu. E a gente vem discutindo justamente isto: hoje é comprovado que as Unidades de Conservação, que os territórios indígenas são os que mais preservam, são os que mais são preservados e são os que mais vêm contribuindo para a diminuição dos efeitos negativos das mudanças climáticas no País.

Prega-se lá fora que o Brasil está contribuindo para a diminuição dos gases, dos efeitos negativos. Na verdade, se realmente estivesse contribuindo, estariam valorizando esse povo que vem contribuindo, que vem preservando; estariam garantindo os territórios indígenas, estariam demarcando as nossas terras e dando suporte para que esse povo pudesse sobreviver, porque são os verdadeiros cooperadores para a diminuição dos efeitos negativos das mudanças climáticas.

Nós temos vários indígenas hoje na França, também discutindo as mudanças climáticas. Nós sabemos que esse povo não tem nem sequer oportunidade de falar ali, para defender o nosso País.

Então, Senador, é um recado que a gente deixa também ao Governo, ao Senado, a todos que defendem a causa...

(Soa a campainha.)

O SR. CACIQUE XAKRIABA DOMINGOS NUNES DE OLIVEIRA – ... para que a gente tenha esse reconhecimento também. Se realmente o Brasil quer viver o que se prega lá fora, tem de reconhecer os territórios indígenas, tem de reconhecer os direitos do nosso povo, daquelas comunidades que lutam, que preservam, que brigam pela defesa dos nossos direitos.

Nós temos muita gente sofrendo. Nós temos muita gente morrendo. Nós estamos tendo a falta de chuva, mas o nosso território está sendo regado de sangue indígena, de sangue daqueles que defendem os seus direitos, que defendem os nossos territórios.

Então, eu deixo o meu apelo: vamos lutar em prol dos nossos direitos e declarar a nossa luta perante todo o Brasil, porque, se o Brasil é nosso, esse Brasil é regado com sangue nosso, e as nossas lideranças que partiram, que morreram, nossos parentes guaranis podem ter a certeza de que eles foram plantados e vão gerar muitos e muitos frutos mais, para que este Brasil possa ser um país digno. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Fechando aqui a fala dos convidados que compõem esta 2ª Mesa, nós ouvimos o Cacique, inclusive dando o testemunho da sua própria família, do sangue derramado nessa luta dos povos indígenas no Brasil. Que isso naturalmente o fortifique para que ele continue passando esses sentimentos aos novos caciques, aos novos membros da comunidade; que ele continue passando que o espírito de luta não pode nunca morrer, nunca pode se exaurir.

Nós vamos agora passar... Antes, eu quero, Francisco e Teresa, agradecer a presença de vocês. Obrigado. Eu vi aqui no rostinho da Teresa e do Francisco sempre a expressão de uma participação, de um sentimento. (*Palmas.*)

Eu estava vendo aqui e, de acordo com os povos, vou pular a lista, para não ficar só os terenas, só os guaranis kaiowás. Eu vou dar um salto. Então, vou franquear a palavra por três minutos. Daqui a pouco, nós vamos ter sessão plenária, e já ouvimos as duas Mesas que estavam previstas. Mas vamos ouvir mais dez pessoas que hoje compõem nosso fórum de debate nesta audiência. Eu vou ouvir cada pessoa por três minutos – eu queria que a Mesa acompanhasse –, e que elas concentrem seu recado naquilo que realmente está doendo. Assim, você dá um recadinho bom, porque, num minuto na televisão, a turma vende coisas que ninguém imagina. Em três minutos bem falados, você coloca com propriedade. Sei que ninguém aqui é especialista em comunicação, mas deixe o seu coração falar em cima daquela sua dor.

Então, vamos começar logo com o Tiago Anacé, que é do Fórum Nacional de Educação em Escolas Indígenas.

Tiago, pode usar o microfone aí mesmo. Fique à vontade. Não se preocupe em baixá-lo, não, porque, quando eu cheguei aqui, eu faltava quebrar o pescoço, mas ele pega a certa distância.

O SR. TIAGO ANACÉ – Boa tarde a todos e a todas.

Nós estivemos reunidos agora no fórum. Houve representação de 11 Estados, 33 povos, um total de 120 participantes, entre professores, gestores e pessoas ligadas à educação escolar indígena. Estivemos em Luziânia desde terça até hoje. Tivemos esse momento político. Dividimos os participantes em dois grupos: um ficou com a mobilização no MEC, e o outro, veio acompanhar esta audiência.

Entendemos que a luta pela educação escolar indígena diferenciada, específica, passa, também, pelo direito à terra. Não temos como ter educação escolar indígena se não tivermos essa definição da defesa do nosso território. Gritamos, como professores, como participantes desse Fórum de Educação Escolar Indígena, que tem representatividade nacional: "Não a esse crime! Não a essa barbárie!"

Entendemos que devemos avançar no sentido de garantir direitos e não de retroceder direitos. Que concepção é essa que esses Parlamentares têm, uma vez que não conseguem avançar nos direitos constitucionais e vamos ter um retrocesso?

Então, como povos indígenas, lamentamos muito isso e dizemos: olha, o nosso sangue cai na terra e, por isso, além de sermos originais donos, quando regamos a terra com o nosso sangue, estamos nos tomando cada vez mais donos e legítimos dela.

Só para constar também, registro que nós, indígenas do Nordeste, sou do povo anacé lá, do Ceará, temos enfrentado processos que são massacrantes, a exemplo do povo tapeva também, que, há 30 anos, num processo de demarcação, agora, de repente, se vê ameaçado mais ainda por conta de um projeto, uma proposta como essa, inteiramente com fins econômicos. A nossa pergunta é: até quando vamos continuar pensando que dá para comer dinheiro?

Então, agradecemos a oportunidade de participar, contamos com os Senadores, ficamos, de certa forma, empolgados com esta manifestação dos Senadores a favor desta nossa luta e contra essa PEC, e queremos estar sempre contando com essa participação em defesa dos nossos direitos.

É isso, parentes. É bom que estejamos aqui, é salutar. E quero dizer que temos condição de discutir, propor nesta arena política também, pautar as nossas demandas.

Não à PEC 215! Cada vez mais avancemos nos direitos constitucionais garantidos!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Obrigado.

Uma salva de palmas para o Tiago. (*Palmas.*)

As mulheres reclamaram, disseram que só fala homem, mas o culpado foi você, Antonio. Então, vamos mudar agora. Vai falar a Lourdes Francisco da Costa, que é representante do Movimento Geraizero, de Minas Gerais. Fale aí, Lourdinha. Três minutos.

A SRª LOURDES FRANCISCO DA COSTA – Sou Lourdes Francisco da Costa. Represento aqui o Movimento Geraizeiro, do norte de Minas, região de Grão Mogol. Estou, aqui com meus parentes, os xakriabás. Nunca tive uma oportunidade desta de estar falando num lugar como este e com gente minha. Às vezes, a gente está num lugar em que a maioria das pessoas é contra, então, a gente fica até meio envergonhado e com medo de falar, mas, aqui, estou me sentindo mais ou menos em casa, não pelo lugar, porque eu não me sinto em casa aqui, mas pelos meus parentes que estão aqui, que são iguais a mim. Então, venho fazer algumas denúncias.

A indignação do nosso povo Geraizeiro lá está demais. Estamos sofrendo ameaça, estamos sendo despejados, temos ação de juízes contra nós, sou fruto disso, outras pessoas do meu lugar também são, e não temos como, porque a gente está vendo um Judiciário que não está a nosso favor.

Outra coisa que eu teria que fazer antes é agradecer ao Senador Telmário por esta oportunidade, porque não estamos tendo oportunidade, são pouquíssimas, de expressar repúdio e indignação contra tudo o que eu estou vendo em desfavor nosso.

A primeira coisa que tenho que falar, entre outras, é que o sistema de defesa nacional e a rede de informação se mostraram e se mostram omissos frente a nossas denúncias sobre ameaças e assassinatos que estão acontecendo com o nosso povo. (*Palmas.*)

Nota-se um pessimismo entre nós, mas é porque a gente está lutando contra forças que a gente até desconhece, mas a gente está firme e não vai arredar o pé enquanto a gente não conseguir o que quer.

Nota-se a negligência das autoridades ante as responsabilidades dos órgãos públicos. Nota-se que os órgãos públicos são ineficientes, e mesmo empresas não parecem se interessar por investimentos estratégicos como prevenção, fiscalização e controle mais eficazes – estou falando isso aqui por causa do acidente de Mariana – para que possamos viver com um mínimo de dignidade.

A todo o momento, fere-se de morte a nossa Constituição, quando se coloca o nosso povo, o nosso território à mercê de empresas inescrupulosas, diante de três Poderes elitistas, ineficazes, que tudo compram com dinheiro e com recebimento de multas e outros investimentos disfarçados de obrigações sociais, que não visam fortalecer a Nação, nem ao menos tirar da miséria em que vivem os povos explorados e expulsos de seus territórios. Isso é apenas mais um meio de cooptar e comprar, retirar licenças ambientais, juízes ambientalistas, governantes, para que vendam o nosso povo como escravo ao capital nacional e internacional. São os chamados grandes investimentos com baixos custos e altos benefícios para eles. Isso não nos interessa mais. Estamos cheios disso aí, queremos uma mudança radical, não estamos de brincadeira com mais ninguém. Viemos, aqui, justamente para mostrar este repúdio que a gente está sentindo.

Há muito, os nossos Governantes não nos reconhecem como filhos da Pátria, teimam em negociar com empresas de mineração, agronegócio etc., que alavancam o lucro para outros, não para nós. Somos, a todo o momento, assaltados, roubados em nossos direitos, através de leis que não garantem qualidade de vida para a maioria, e sim, para uma minoria. Essa maioria vive na miséria e quem lucra são os grandes.

É só isso a minha fala.

Muito obrigada, gente.

Bom dia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Eu queria aproveitar, aqui deve estar a Ouvidoria da Funai, não está? Quem é da Ouvidoria da Funai aí? Há alguém, algum servidor da Ouvidoria? Viu, Tião, precisamos rever isso aí, aproveitar – aqui está também a nossa querida assessora – para melhorar essa Ouvidoria da Funai para que ouça essas reclamações e tome providências, porque, se a Ouvidoria não estiver à altura, não há para quem gritar. Veja, ela está reclamando do Judiciário, da polícia. Estão sendo assaltados. Como é que vão assaltar comunidade indígena? O que tem lá para ser assaltado? Então, há alguma coisa errada, ou as terras não estão marcadas, ou está misturado, alguma coisa estão confundindo. Então, pode-se levar isso à Ouvidoria, são pontos.

E quero dizer que estamos aqui para gritar essas dores. Então, o que a Ouvidoria da Funai constatar, se alguma providência precisar ser tomada e não for possível, se precisar da nossa força, do nosso apoio aqui, no Senado, a nossa Casa está à disposição: o João, que trabalha nisso, e todo o meu gabinete estão à disposição.

Bom, então, vamos agora ouvir Sebastião Coelho, indigenista da Ouvidoria. Seria bom deixar o Tião por último porque ele vai ouvir muita reclamação e vai ter que falar um pouco sobre isso. Tião, espere um pouco aí, então.

Vamos colocar outra mulher. Solange de Oliveira Soares da Silva, do Movimento Residência Popular, MR...

A SRª SOLANGE DE OLIVEIRA SOARES – Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Bom dia, Solange.

A SRª SOLANGE DE OLIVEIRA SOARES – Agradeço pelo espaço.

Estou aqui, hoje, para apelar para o Senador Telmário Mota, porque estamos precisando muito de ajuda. O movimento funciona aqui no DF, atua aqui no DF. Oito militantes do movimento foram presos. E nós acreditamos que foi por motivos políticos, porque, nos últimos oito meses, ocupamos cinco lugares aqui no Plano Piloto, no centro de Brasília. Então, nós mexemos com quem não devíamos, né? Pobre não pode morar no centro, no centro de Brasília, no centro do poder. Então, eles acusaram a gente de extorsão, de vários crimes, forjaram provas, tanto que, no inquérito que a advogada passou para nós, que leu, não existe prova nenhuma contra eles. Eles estão presos e deram entrada nos *habeas corpus*, mas não conseguiram sair porque nenhum juiz quer decidir, quer liberar ou não. Nenhum juiz decide. Fica um jogando para o outro. Então, queríamos uma colaboração, uma ajuda do senhor, porque temos como provar que não fizemos nada, tanto que já levamos as provas, mas nenhum juiz decide. Um joga para o outro. Nenhum resolve nada.

No final de maio passado, nós estivemos aqui e protocolamos documentos, já prevenindo contra atuais acusações, como, de fato, estão acontecendo. Temos documentos protocolados aqui mesmo na Comissão de Direitos Humanos. Nós sabemos que são presos políticos porque não há prova nenhuma, e juiz nenhum decide o que fazer. Nós estamos acuados, porque a Polícia Militar do DF e a Polícia Civil estão nos ameaçando 24 horas, nos perseguindo. Prenderam-nos saindo de emprego, prenderam-nos em casa, com a família. São pessoas que nunca foram presas as que estão presas lá. A gente está muito preocupado, porque não sabe como é uma prisão, não sabe o que acontece, o que pode acontecer com eles. Podem até matar um de nós e forjar, dizer foi um assalto. A gente não sabe o que está acontecendo.

Então, a gente queria uma ajuda.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Está bom.

Palmas para ela. (*Palmas.*)

Solange, estamos aí, com o gabinete, para discutir aquilo que for também dentro da legalidade, deixar isso bem claro.

Outra coisa: se você fosse esses políticos que assaltaram e assaltam o meu Estado, você não estaria tendo esse problema. O povo pobre é assim mesmo.

A SRª SOLANGE DE OLIVEIRA SOARES – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Botam os cachorros e tudo em cima. Para prender um rico, é helicóptero; para prender um pobre, é camburão da polícia.

A SRª SOLANGE DE OLIVEIRA SOARES – É fácil prender um pobre.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Pode falar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone*.) – A presença da companheira Solange tem a ver com tudo isso que nós estamos vivendo aqui neste momento, porque a luta dos indígenas e a luta dos quilombolas se complementam com a luta de todo o povo da cidade também, que tenta moradia para sobreviver, para poder viver. Por isso...

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Bom, vamos continuar ouvindo os nossos parentes.

Adalto Barbosa de Almeida, representante da Liderança Indígena Terena, por três minutos.

Cadê o Adalto?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O Adalto não veio.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – A Valdelice também não veio.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – A Valdelice também não veio. Está bom.

O Estevinho Terena Tiago está aí?

Estevinho, por três minutos.

O SR. ESTEVINHO TERENA TIAGO – Eu queria dar bom dia a todos, nossos amigos, companheiros e parentes. Também falar, em nome do Conselho Terena, lembrando também do Conselho Aty Guassu e do Conselho Kinikinau, que, em Mato Grosso do Sul, estamos sofrendo esse genocídio.

Os Deputados também criam a CPI do Cimi e algumas polêmicas para atrapalhar a vida dos parentes. E nós somos colaboradores ao Brasil também. Nós temos direito. Parentes lutaram na guerra, na Segunda Guerra Mundial, na Guerra do Paraguai, em Mato Grosso do Sul. Vários parentes lutaram. Mas nunca tivemos retorno. Nunca obtivemos resposta positiva. Essa resposta que deram para nós agora, esse genocídio que está sendo praticado pelo não índio em nossas aldeias... Então, crianças, nossos avôs, anciões estão sofrendo devido à questão.

Participamos da luta do Brasil. Fizemos parte deste Governo. Nós fomos parceiros, mas estão colorindo a Bandeira com o sangue do indígena. Cantamos o Hino Nacional também, levantamos o nome de herói, mas não sabíamos o que a letra da música brasileira falava de nós, porque mataram muitos índios no ano de invasão. Eu li um livro do Frei, quando disseram: quase 40 mil quilômetros de praia cheios de corpos colocados lado a lado, todos corpos indígenas. Esse é um fato. Esse é um genocídio verdadeiro. Até hoje, até agora, no Brasil, há essa contaminação que veio dos ancestrais desses povos invasores.

Eu creio que hoje, nesta década, época de CPI também... Aliás, é a CPI que serviria para a proteção dos índios, mas não foi protetora nossa, porque titulou as nossas terras para ruralistas, para os fazendeiros terem uma terra normalizada. E hoje o Governo está caindo fora. Parece que a caneta está mais pesada, não é, Daniel? Porque não quer assinar, não quer, em nenhum momento, assinar a portaria declaratória, não só para Mato Grosso do Sul, mas a terra para os indígenas do Brasil.

E ainda, em nome do Conselho Aty Guassu, em nome do Conselho Terena e do Kinikinau, de Mato Grosso do Sul e do Brasil, repudiamos a PEC 215, porque esses Deputados querem legitimar a matança indígena. Na verdade, eles querem esconder atrás de uma lei um direito que queriam implantar nessa PEC 215.

Até o momento, nenhum foi indiciado pela morte dos nossos parentes, nenhum foi preso. Há alguns parentes presos lá só porque fizeram alguma coisa, colocaram alguém em risco de vida. Foi preso de uma hora para outra.

Nós estamos aqui relatando essa questão...

(Soa a campainha.)

(Interrupção do som.)

O SR. ESTEVINHO TERENA TIAGO – ... que o Deputado sobre a PEC 215.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Não é nem que o parente colocou a vida de alguém em risco. As pessoas colocaram a vida do parente, e ele se defendeu.

Bom, Itamar Krenak. Itamar, fala para nós o que está acontecendo. O Itamar foi vítima de Mariana.

O SR. ITAMAR KRENAK – Bom dia a todos os parentes. Eu sou Itamar Krenak, sou da região do leste de Minas, Município de Resplendor. Estou aqui também para compartilhar com os parentes e com esta Casa a situação dos krenak hoje.

Nós fomos vítimas desse crime ambiental que a empresa Samarco causou. O nosso povo está sofrendo muito. Hoje, foi tirado o costume das nossas crianças, nossos velhos, o nosso costume da caça, da pesca, do peixe. O ritual que temos com relação ao rio foi tirado de nós. O rio está morto. Isso é muito triste, porque as nossas crianças, o nosso povo não consegue entender como vamos estar vivendo com essa situação.

A gente está sem água. Foi montada uma entrega de água, um plano emergencial, água mineral, água através de caminhão, mas isso não resolve o nosso problema. O nosso problema é muito amplo. A gente tem a parte religiosa do Uatu. E hoje o Uatu está morto. (*Palmas.*)

Desculpe-me, porque é triste falar dessa situação. Mas eu busco força aqui, com os parentes aí, os guaranis. A situação deles é igual a nossa, também é complicada.

Hoje, precisamos ampliar o nosso território. Mais do que nunca, o nosso território precisa se expandir até para termos água, caça. E não sei quando a gente vai voltar a pescar. Não temos mais o rio, não temos mais essa parte que é importante na nossa vida, que foi tirada de nós.

Quero registrar aqui também a nossa vontade. E esta Casa pode se empenhar e nos ajudar a demarcar nossa terra, ampliar o nosso território.

E quero agradecer este espaço. É um espaço importante para a discussão, para garantir os nossos direitos como indígenas. Nós somos cidadãos brasileiros e precisamos ser respeitados. Somos os donos dessa terra.

Como o parente falou, nós vamos lutar até a última gota de sangue. Não vamos abrir mão do nosso território.

Essa PEC 215 vem para nos extinguir do mapa. Acho que, pelo contrário, estamos cada vez mais nos fortalecendo em nível de Estado, em nível de Brasil, para lutarmos por nossos direitos. E a luta vai ser firme, parente. Não vai achar que vai ser fácil daqui para frente, porque a bancada ruralista está aí. A gente vai bater forte, vai bater de frente – (expressão indígena) – para seguir em frente, para a gente seguir a nossa luta.

Acho que queria compartilhar um pouco isso, Senador, apoiar essa situação. De que maneira, sob a ótica dos direitos humanos, está-se pensando esse crime que foi cometido com o nosso território?

E quero compartilhar também com os nossos parentes que estamos juntos na luta, os guaranis kaiowás, os quilombolas. Estamos para somar, para lutarmos juntos e caminhar, sem baixar a cabeça. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Eu queria aproveitar para falar para o pessoal da nossa assessoria e da Funai que, infelizmente, o prejuízo ambiental e tudo mais que aconteceu em Mariana vai ter um reparo. A empresa vai ser multada, vai fazer uma compensação. Então, seria importante que os povos, vocês sejam compensados também porque, às vezes, há reclamações do Ibama, e vocês foram sacrificados na existência, no básico da alimentação, da vida dos povos de lá. Então é preciso que a Funai coloque isso como prejuízo, para que conste desse reparo que vocês estão sofrendo. É importante ter esse cuidado, porque, às vezes, eles não estão vendo o quanto isso prejudicou diretamente quem vive só daquilo, como é o caso de vocês. Então, é importante fazer essa colocação.

Élida Machado, representante dos povos guaranis kaiowás.

A SRª ELIDA MACHADO – Bom dia a todos, porque ainda não almoçamos.

É impossível a gente relatar os nossos problemas em três minutos, mas eu vou falar mais do que dói em mim. Até me emociono ao falar, porque a gente, na aldeia Nhanderu-Marangatu, sofreu, a gente foi muito visto na mídia, tudo o que aconteceu com a gente.

E eu estou aqui pedindo ajuda aos Senadores e às demais autoridades para que tomem uma providência imediatamente em relação às nossas terras.

Acho até engraçado, eu lembro que meu pai falava que, quando os europeus vieram aqui para Brasil e encontraram a nós, deram presentinhos, espelhos, pentes, e os recebemos de braços abertos, nenhum deles morreu. Nós já estávamos aqui. Não foi preciso vir antropólogos e demais especialistas para falar: "Essa terra é dos europeus, vocês podem ficar aqui". E por que agora precisa de antropólogos em nossas aldeias estudando anos e anos para ainda chegar e nos falar: "Essa terra não é de vocês?" Naquela época, não foi preciso ninguém estudar para falar: "A terra não é de vocês". A terra é nossa, nós já estávamos aqui. E agora a gente tem que estar derramando sangue para conseguir pelo menos um pedacinho de terra para que os nossos filhos vivam com dignidade.

Estou falando aqui como mãe. Eu sofri nesses tempos, vendo as crianças correndo para lá e para cá, por causa de bala, quando o Simeão morreu e me deixou um filho de quatro anos. Quem vai manter essa criança agora?

Então, a gente precisa dessa terra para conseguir viver com dignidade. Tem muitos que falam assim: porque índio quer tanta terra? Quando eu fui lá, vi os meus aluninhos, eu também sou professora nessa área, e eles estavam lá tomando banho no rio, pescando, carregando passarinho para lá e para cá, carregando peixe que esses pescaram com tanta felicidade. E ainda perguntam por que o índio quer ter terra. A gente quer porque a gente precisa dela para sobreviver.

É isso que tenho para falar com vocês.

Muito obrigada pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Eles acham que os índios querem muita terra, e os fazendeiros têm 100 mil hectares.

Bom, vamos ouvir agora a Daiara.

A SRª DAIARA – Boa tarde a todos.

Sr. Senador, a PEC 215 já está nos causando muito mal. Ela é uma campanha de ódio contra os povos originários; a campanha de ódio que vemos aqui toda vez que, entrando nesta Casa, a polícia legislativa nos impede de entrar com os nossos maracás sagrados, porque na visão do branco até o maracá é arma; a campanha de ódio da Empresa Brasileira de Comunicação, que tem uma orientação de não tratar da pauta indígena nos jornais, nas rádios, para silenciar todos esses assassinatos; a campanha de ódio promovida por esses formadores de opinião, que estão na Casa vizinha, na Câmara dos Deputados, dizendo que nós que estamos aqui somos genéricos, somos falsos, somos mentirosos, somos ladrões, criminalizando nossos movimentos por nossos direitos, desmentindo a nossa história, a nossa verdade, a nossa luta.

Fazemos aqui, reunidos, essa denúncia, porque nós, como cidadãos brasileiros, não podemos aceitar que o Brasil continue perpetuando o maior genocídio da história da humanidade, que é o genocídio dos povos indígenas deste Continente.

É responsabilidade desta Casa não se calar, parar de andar em cima de nossos cadáveres, parar de envenenar nosso próprio povo. Pedimos ajuda para que o Senado denuncie o silêncio da mídia brasileira. A cooptação promovida pelos mesmos empresários que mandam, que acham que mandam na democracia brasileira não pode silenciar a mídia, o jornal.

Precisamos informar o nosso povo, politizar todos nós, politizar os povos indígenas, os negros, as mulheres, o pessoal do campo e da cidade para construir uma democracia de verdade, que respeite a vida e a dignidade humana, porque nossa luta não é mais do que isto: a luta por dignidade.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Você falou uma frase que eu vou copiar: luta do ódio que eles estão implantando contra os povos indígenas sem nenhuma motivação.

Bom, já estamos chegando ao final. Eu vou franquear a palavra ao Francisco, que pediu há muito tempo, e, em seguida, ao Sebastião, para concluir.

Inclusive, Sebastião, queria que você respondesse para a gente sobre essas mortes que acontecem, acidentes e tal. A Funai está catalogando isso através da ouvidoria? Ou é o Cimi? Porque o relatório que chegou aqui, que eu denunciei, foi do Cimi.

Não é para responder agora; é para responder depois, porque é uma coisa que nós temos que ver, rever e aproveitar com o pessoal da Funai esse aspecto. Essa ouvidoria pode ser, assim, um grande.... Está bom? Encaminhe isso para a gente, querida, para a gente apontar.

Francisco, depois você fala, antes do Sebastião, porque havia aqui o Vilmar, que eu tinha esquecido. Vilmar era para estar na Mesa, mas ele ficou quietinho.

Eu quero, também, fazer um outro anúncio aqui, aproveitando o companheiro ali, Itamar, do povo Krenak – ouviu, Itamar? Dia 14, aqui, vai haver uma audiência sobre a questão de Mariana. Então, eu queria que tu deixasses ali com o pessoal da Funai ou com a minha assessoria tudo que é de danos, a composição das comunidades hoje, quantas pessoas foram atingidas, como é a área de vocês, o que se tirou da alimentação, da sobrevivência e tal, para a gente estar aqui no dia da audiência. Eu quero vir para essa audiência – cadê o meu pessoal? Já foi embora todo mundo? Não estou vendo ninguém...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Não.

Qual é o teu nome?

O SR. CÍCERO FERREIRA DE LIMA – Cícero.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Cícero Ferreira de Lima. Aguenta aí, Cícero, porque eu pulei aqui.

Então, fala o Chico; depois fala o Cícero; depois, o Vilmar; depois, o Sebastião; e encerra – está bom?

O SR. JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS – Boa tarde, componentes da mesa.

Eu fico muito honrado com o convite que me foi feito pela Ouvidoria da Funai. Lá me reuni com os companheiros e nós começamos a pensar o que é que tínhamos que fazer da vida, porque essa empreitada não vai ser muito fácil.

Eu gostaria de estar colocando aqui, neste momento, para o Sr. Senador e para os demais presentes – quilombolas e outros povos indígenas – que eu sou servidor do Ministério da Justiça, e a Funai é uma fundação dentro do Ministério da Justiça – V. Exª sabe do que eu estou falando. E, neste momento, não existe fato determinante para nós estarmos tratando aqui desse assunto que é a CPI da Funai.

Em primeiro lugar, o João Pedro assumiu agora, e por lá passaram outras direções. Como não há fato determinante, eu costumo dizer para os companheiros lá na Funai que essas coisas são distintas: que eles querem começar pela CPI da Funai, acabar com a Funai para exterminar com os povos indígenas, e acabar com os rios.

Então, eu aprendi com a finada minha mãe, que é descendente de índio – eu também sou descendente dos tapuias de Sergipe –, estar colocando aqui neste momento o seguinte: eu quero me ater a quem falar sobre essa PEC 215. Como dirigente sindical que fui e que sou, junto com a companheira Tereza, da Funai, nós estamos fazendo de tudo na nossa vida para ajudarmos a encaminhar a esta questão que ora é tão crucial na vida de todos os povos, em especial os índios: dos parentes. E gostaria de estar colocando aqui, de público, que os sindicatos dos servidores públicos federais vão mais além: nós queremos discutir se essa PEC – não citarei o nome do Deputado aqui que é criador de zebu em Uberaba, da terra da minha esposa....

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS – Gostaria de estar colocando aqui o seguinte: esse outro empresário, aqui, do gado e esse outro fazendeiro lá de Rondônia, eles precisam repensar isso aqui. Porque essa PEC 215 é um dos maiores crimes que eles estão colocando neste momento. Isso está sendo colocado na Ordem do Dia, começou lá em 2000, e retornou essa discussão.

E que nós povos indígenas, nós afrodescendentes e o povo brasileiro não vamos aceitar isso que está aí, porque essa PEC vem na linha de arrendar as terras dos índios. E eles têm algum compromisso com o povo brasileiro ou com os índios? Não têm! Os índios vão morrer de fome lá na aldeia e ficar desassistidos. E nós não vamos deixar os nossos parentes desassistidos de forma alguma, porque eu já vi lá trás – e o Barela está aqui e sabe muito bem do que eu estou falando – uma tal de PEC 136, que aconteceu aqui, que cassou o direito de todos os aposentados do Brasil e das pensionistas do Brasil, e que atinge os senhores.

Porque nós queremos discutir saúde suplementar para os índios. Houve índio que falou aqui e chorou – correto? – porque a situação dele lá na aldeia não é a minha aqui, pois estou hoje mais adequado, com um emprego aí, para ir tocando a minha vida.

E quero dizer para todos escutarem aqui – o Sr. Senador e os demais – que educação e saúde são deveres do Estado, mas só para dar satisfação lá fora. E para os povos indígenas é preciso, sim, ser repensado: recurso para educação dos índios, recurso para todas as nações brasileiras.

E quero colocar, para concluir, Sr. Senador e demais presentes, o seguinte: se chover, existe planta, existe remédio, existe oxigênio puro; se não chover, não existe planta, não existe remédio, não existe oxigênio puro. Vamos morrer todos aí!

Quero reafirmar aqui que eu, a companheira Tereza, da Funai, o Tião e a...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS – ... para nós chegarmos no objetivo desejado que é barrar essa PEC criminosa. Como a companheira ainda há pouco falou aqui – e eu tive que vir aqui para negociar com o senhor, porque o senhor me encontrou lá embaixo com os demais –, índio não pode entrar aqui. Se isso aqui é Casa do povo, estudante brasileiro é o povo; estudante brasileiro é o amanhã. Os estudantes índios e os estudantes brasileiros são os povos que representam este País, pois foram os primeiros que aqui chegaram.

E quero dizer a todos que eu me sinto muito feliz e honrado por estar fazendo esta fala aqui, Sr. Senador. O senhor pode contar comigo. Estarei lado a lado dos quilombolas, dos companheiros índios e da sociedade brasileira para a gente barrar essa PEC desses dois que estão aqui e dos demais aqui dentro, a PEC desses empresários do gado, porque eles não têm pátria! A pátria deles é o lucro! E nós não vamos aceitar isso! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Obrigado, Francisco.

Então, nós vamos ouvir agora o Cícero – não é, Cícero?

O Cícero já estava agoniado: olhem a mão dele lá. (*Risos.*)

O SR. CÍCERO FERREIRA DE LIMA – É isso aí. Comecei a ficar até nervoso aqui, já.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Fique, não, porque ladrão usa microfone aqui dentro nem treme. Tu és honesto... (*Risos.*)

O SR. CÍCERO FERREIRA DE LIMA – Bom dia a todos e a todas.

O meu nome é Cícero. Eu sou vazanteiro – poucas pessoas conhecem o que é vazanteiro –, eu sou Presidente da Associação dos Vazanteiros do Norte de Minas, que está lá no finalzinho de Minas Gerais, e também faço parte da Articulação Vazanteiro em Movimento e de uma articulação que nós temos no Norte de Minas que se chama Articulação Rosalino.

Então, a gente quer agradecer a oportunidade, em nome de todo o povo Xakriabá, que sempre arrasta a gente para esses movimentos. E há muito tempo a gente tem uma parceria muito boa e vamos continuar sempre essa parceria. E eu agradeço muito a esse povo que sempre transporta a gente, porque a gente ainda está tão pequenininho. Mas a gente pega uma carona com eles e vamos que vamos! Estamos na luta aí!

É o seguinte: nós somos vazanteiros, e o problema nosso lá é que o nosso rio, como todo mundo sabe, o Chicão, o São Francisco, está morrendo – não é? A gente vê sempre falar em revitalização do Rio São Francisco, com milhões em dinheiro, e ninguém não vê nada, não vê ninguém fazendo nada pelo Rio São Francisco. E, após isso, existe o Projeto Jaíba, que foi criado naquela região, que fez um absurdo: desbravou as matas, nem carvão se fez. O que se fez foi queimar tudo – eu lembro disso, eu era menino ainda. E, hoje, eles fizeram os seus projetos sem planejamento, e as nossas áreas de vazante, onde a gente vive, eles tomaram como área de compensação, para compensar o crime ambiental que o Projeto Jaíba causou àquela região.

(Soa a campainha.)

O SR. CÍCERO FERREIRA DE LIMA – E a gente vive sofrendo muito como o pessoal do meio ambiente – que se diz IEF e o próprio Ibama – que querem nos tirar de dentro daquelas áreas que eles tomaram, como fizeram como pacto de compensação pelo Projeto Jaíba.

E nós estamos fazendo a nossa retomada lá. Já temos mais de dez retomadas no nosso território. E vamos continuar retomando as nossas terras, porque nós vimos que eles não são protetores da natureza: eles não protegem a natureza, eles querem ganhar dinheiro e dizer que estão protegendo a natureza. E os verdadeiros protetores da natureza somos nós, povo e comunidade tradicional.

E para os companheiros, os parentes, a gente quer dizer que o sangue seu não vai ser derramado sozinho. (*Pausa.*)

Desculpem-me... (*Palmas.*)

Em nome da Articulação Rosalino, nós dizemos a vocês que nós temos mais umas oito comunidades que estão em nossa luta, junto conosco e, se tiver que derramar, vai derramar todos juntos. E vamos conseguir mais pessoas para que isso... Se tiver que derramar, vamos derramar muito! Porque existe um ditado que diz: "Se é para morrer de fome, vamos morrer lutando!".

Obrigado. (*Palmas.*)

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Cícero, você é indígena ou quilombola? Porque eu não estou... O cocar está impedindo aqui um pouco.

Indígena?

O SR. CÍCERO FERREIRA DE LIMA – Não, nós somos vazanteiros – povos e comunidades tradicionais. Trabalhamos nas várzeas da beira do Rio São Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Entendi.

Bom; então vamos agora aqui ouvir o Vilmar. O Vilmar eu o coloco e a Promotora vai entrar com uma ação, porque ela aqui, desde o início, trouxe aqui o Vilmar. (*Risos.*)

Fala Vilmar.

O SR. VILMAR SOUZA COSTA – Bom dia, desculpa por chegar atrasado. Saímos de casa às três horas da manhã. Eu vim em outro carro e cheguei um pouco atrasado, peguei uma fila.

Estou aqui também, sou da comunidade de Kalunga, do Quilombo Kalunga – hoje o maior quilombo do Brasil –, que ocupa o território de três Municípios: Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre. E quero dizer que a gente está, também, pedindo socorro aqui. Acho que nos Direitos Humanos foi um lugar em que a gente nunca tinha vindo para nos colocar, mas estivemos agora, várias vezes, na Ouvidoria, com o Dr. Gercino Filho.

Nós estamos passando por dificuldades muito grandes. Além daquelas questões de pedofilia, quantas crianças menores em nosso Município de Cavalcante... E até o Deputado Paulo Pimenta foi lá e fez uma audiência pública. Mas foram colocadas muitas coisas, mas nada avançou muito não. Nunca tivemos resultados concretos para fazer justiça contra essas pessoas que acabaram, na verdade, desestruturando famílias. Crianças de dez anos, de 12 anos, que foram violentadas. Foi matéria de mídia no Brasil todo, acho que muitas pessoas viram. A Record foi até premiada com essa reportagem feita lá em Kalunga, mas é, assim, algo que nos coloca sempre na mídia de forma a só ver o lado errado, sendo que o nosso processo de luta não é visto. Hoje vivem lá, quase oito mil quilombolas nesses três Municípios, sofrendo bastante. Bem próximo de Brasília – a 320km de Brasília.

Há cinco meses, foram uns supostos fazendeiros até lá e derrubaram casas, derrubaram cerca de roças. Por último, agora, queimaram as sacas de arroz do pessoal. São 16 famílias na Comunidade Engenho II que estão sem alimentos para comer. Foi feito um Termo de Conduta junto com a Palmares e a Promotora, mas não foi cumprido e nada foi feito!

Vim à Ouvidoria nesta semana agora, sexta-feira dia 27, e o ouvidor não estava lá. Eu deixei registrado. Falei que agora a gente vai para dentro. Fomos aconselhados a sair para não dar conflito...

(Soa a campainha.)

O SR. VILMAR SOUZA COSTA – ... mas a justiça não foi feita. Mas, como as pessoas estão passando necessidade, não tem o que fazer; nós temos que lutar!

Então, supostos donos de terra fazem isso tudo. Fui ameaçado lá em casa por supostos fazendeiros. Foram lá em casa me ameaçar, que eu não poderia... Eles disseram que nem me reconheciam como presidente de um associação. E, se eu fosse lá, que eu não voltaria.

Então, onde estão os direitos humanos? A gente quer pedir justiça. Nós não temos juiz, nós temos a Promotora, que muito tem tentado fazer em nossa cidade. A gente reconhece o trabalho dela, que esteve aqui. Mas, não tem como fazer. Nós não temos delegado, não temos juiz, então está uma terra sem lei.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR. *Fora do microfone*.) – Goiás?

O SR. VILMAR SOUZA COSTA – Goiás.

Então, a gente pede justiça para isso.

As terras – estou até com fotos aqui –, as fazendas que dizem que foram pagas, mas não foram praticamente entregues para a gente. A Presidenta Dilma agora entregou umas fazendas, mas precisa entregar de verdade, porque os fazendeiros estão tirando tudo o que tem lá. Eu tenho fotos aqui na máquina que mostram o tanto de madeira que estão tirando. O peixe que a gente comia lá... A gente está comprando peixe na cidade, porque os pescadores de fora vão lá e pegam todos os peixes para vender. Tem tralha muito sofisticada que passa no Rio Paranã, que arrasta tudo, e a gente pesca de anzol.

Então, nós precisamos de justiça. Nós precisamos que o Ibama cumpra, também, o seu papel. Quando a gente ligar, não digam: "Não, tem que gerar um protocolo. Daqui a 45 dias..." Em 45 dias, quando chega lá, não tem mais nada.

Então, a gente pede ajuda nesse sentido: que se faça cumprir a lei, que nos enxerguem, porque nós somos companheiros, estamos juntos com as comunidades indígenas, com todas as comunidades tradicionais lutando. Nossa luta é uma só!

Eu quero agradecer aqui a oportunidade e dizer que a gente está firme e forte na luta também, mesmo não conseguindo vencer. Porque a lei, hoje, para nós quilombolas... Se fosse um quilombola que tivesse cometido qualquer um crime desse aí, já estava preso! Mas, como é, então a gente só tem a reclamar, chorar e pedir ajuda.

Muito obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Eu tenho muito cuidado, porque, até vocês chegarem aqui, é uma peregrinação, é um Calvário! Passam fome, passam necessidades, não têm dinheiro, vêm no sangue e na raça! Aí chega aqui, senta, dá um depoimento, no Senado Brasileiro, e, se não vem uma resposta, você perde a fé.

Vocês não deixaram que o medo tirasse a sua esperança. Aí chega aqui, e essa esperança não vai? Então, quero aqui pedir à minha assessoria, pedir aos companheiros de trabalho desta comissão, que eu quero ficar debruçado sobre essas causas. Porque há causas aqui que nós vamos direcionar com relação à PEC. Mas temos uma causa, como a do Vilmar – que foi uma sessão conjunto do Senador Paulo Paim, que deve estar nos ouvindo a essa hora, Senador tão ilustre, tão ativo nessa luta pela pelas causas humanas...

No teu caso, Vilmar, eu quero fazer um vídeo da tua fala e, depois, fazer um procedimento de encaminhamento – Marcondes, você está nos ouvindo, não é? –, para que a gente encaminhe a quem de direito, pedindo essas providências. Porque, senão, as palavras se perdem e vão apenas fazer parte de um volume morto e arquivo aqui do Senado.

Então, nós vamos tomar as providências que são cabíveis a este Parlamento no que diz respeito a esses encaminhamentos. No teu caso e no caso lá do companheiro do São Francisco, o Vicente, que também é um caso específico, porque eles são como ribeirinhos, então tem que ver a questão do Ibama lá no Rio São Francisco para ver essas providências, está certo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sim, também.

Então, vamos direcionar para a gente ter uma resposta e responder, dar um retorno! Porque é a mesma coisa de chover no molhado se não fizermos isso, não é? Passar por tanto sacrifício para, depois, não ter uma verdadeira resposta disso.

Bom, então, para concluirmos hoje aqui esta audiência, nós vamos agora ouvir o Sebastião. Ele parece chinês. Você, olhando para, vê que, fisicamente, parece aqueles chefões chineses. (*Risos.*)

Uma salva de palmas para o Sebastião, que vai nos falar agora. (*Palmas.*)

O SR. SEBASTIÃO DE SOUZA COELHO FILHO – Boa tarde!

Eu quero saudar primeiro os parentes de todas as etnias do Brasil. Em primeiro lugar, também, agradecer o convite do Senador Telmário Mota, reconhecendo o trabalho do Senador em defesa do direito dos povos indígenas aqui no Senado, principalmente nesta audiência pública, que trata da PEC nº 215, que é um genocídio para os povos indígenas do Brasil e também o extermínio total.

Quero também saudar aqui o companheiro do Cimi, que sempre está conosco nesta caminhada. Eu também quero dizer que eu sou constituinte. Desde 1988, aqui nesta Casa, eu sempre participei da mobilização da questão indígena. Eu também ajudei a emplacar os arts, 231 e 232 da Constituição de 1988. Então, eu, como acadêmico, funcionário da Funai há 30 anos, indigenista, também fui constituinte dos povos indígenas.

Então, aqui nós só temos aliados hoje: aliados do Cimi, as ONGs que também estão dando apoio à questão indígena, e, principalmente, o nosso Presidente da Funai agora, o João Pedro, que está iniciando um trabalho agora nesta caminhada, a questão da PEC, a questão das terras. Eu vejo o Presidente da Funai empenhado e somando com os servidores da casa, da Funai. Nós temos hoje quase dois mil funcionários, a Funai passou por um momento difícil, perdeu muitos funcionários com problemas de doenças e outras situações. Então, eu quero saudar também os funcionários da Funai que estão aqui hoje, na pessoa da Tereza e também da Fátima – acho que ela não está mais aqui, foi embora, também uma grande guerreira que sempre mobilizou a Funai, dentro e fora, sobre a questão indígena.

Eu quero dizer aqui aos parentes Kaiowá-Guarani...

(Soa a campainha.)

O SR. SEBASTIÃO DE SOUZA COELHO FILHO – ... que estamos sempre junto com vocês. Em Mato Grosso do Sul nós somos a segunda maior população do Brasil, quase 80 mil indígenas hoje. Eu vou combater também, junto à Funai, essa questão do agronegócio. Nós vamos combater juntos, porque agronegócio não é conosco. Vamos demarcar nossas terras sim, vamos lutar juntos, está bem? Vamos lutar junto com vocês, Kaiowás-Guaranis, Xakriabás, Pankararus, todas as 305 etnias do Brasil.

Eu sou um dos que fala a língua também. Também sou terena do Pantanal. Eu vou falar um pouquinho em meu idioma, os parentes terenas vão entender.

(Pronunciamento em língua indígena.)

O SR. SEBASTIÃO DE SOUZA COELHO FILHO – Eu falei o seguinte, Senador: que sou um grande guerreiro também, que estou aqui no meio dos *purutuia*, que são os brancos, mas que sou um grande aliado, também, de vocês.

Quanto à questão da ouvidoria, Senador Telmário, a ouvidoria tem um link dentro do site da Funai, para quem quiser acessar, os companheiros do Cimi, os companheiros aliados dos povos indígenas: www.funai.gov.br, e é só acessar o link da ouvidoria. Nós temos todos os dados, relatórios de assassinatos, denúncias, podemos passar para vocês também.

Só para finalizar, Senador, também gostaria de ter uma cópia do relatório de V. Exª aqui, na Comissão de Direitos Humanos, e que nos informasse também na ouvidoria.

Também queria agradecer à minha companheira, há 30 anos que está comigo, Senador, minha esposa Ione, hoje considerada terena também, sangue indígena.

Aos companheiros terenas, Davi, Estevinho, meu parente ali, guerreiro da nossa região, aos funcionários da Funai também, assessora parlamentar Solange, estamos juntos, Solange, vamos fazer essa caminhada junto com você, com João Pedro, nosso Presidente, e também com o Senador e o pessoal do sindicato, o Sindsep, que sempre apoiou nossa causa na Funai.

Só para finalizar, Senador, eu queria perguntar se é possível, não quebrando o protocolo aqui no Senado, na Comissão de Direitos Humanos, a nossa companheira de trabalho, Thereza, falar pelo menos dois ou três minutos, porque também é uma grande guerreira nossa, sempre foi aliada nossa na Funai.

Então, quero agradecer a vocês aqui.

(Pronunciamento em língua indígena.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Eu fui dizer que ele era chinês, e ele respondeu na língua dele que ele não é. Vocês já viram, não é? (*Risos.*)

Cortou no baixo. Tião não é só não.

Você quer falar, Thereza?

Muita gente quer falar. Tenho muitos pedidos aqui e não quero que os outros se zanguem, porque nós extrapolamos todos os limites. Por que fiz isso? Porque sei a dificuldade de acesso, das oportunidades, que são raras. A gente sempre oportuniza. Tivemos oportunidade de abrir uma reunião para os povos indígenas, onde todo mundo ocupou a Mesa, foi um momento histórico.

Por Thereza ser essa parceira, ninguém vai se zangar, que ela é branca, dos olhos verdes ou azuis, estou vendo daqui, uma bela mulher, e ela vai falar.

Dois minutos para você, Thereza, para a gente concluir.

Quando terminar, eu queria que todos que estivessem de cocar viessem fazer uma foto, que todos viessem, mas os de cocar principalmente, porque este é um momento histórico. É assim que a gente faz a construção da nossa vida...

Quero também registrar a presença da Isa Tapuia, do Pará, terra do Paulo, terra dos Senadores...

De quem é isso? Rosimeire, de Roraima? Não, é outra. Um recado que estamos recebendo, pede a fala para um jovem tuxaua, "eles estão em um processo de ocupação muito perigoso, falar com o Senador é muito importante para ele". Está bem.

Então, rapidamente, Thereza, para concluirmos. Depois, a foto.

A SRª THEREZA CHISTINA DE ALENCAR SILVEIRA – Para quem não me conhece, meu nome é Thereza Alencar, sou da Executiva do Sindsep-DF e da CUT Brasília. Eu queria agradecer ao Senado Federal, à Comissão de Direitos Humanos por esta audiência pública, que acho que é muito importante para os povos quilombolas e para os índios brasileiros.

Queria só registrar aqui, rapidamente, porque o tempo é muito pouco, que nós, servidores da Funai, que sempre trabalhamos em prol dos direitos dos índios, sentimo-nos desonrados com essa CPI da Funai porque vem desqualificar o trabalho dos servidores da Funai, que trabalham diuturnamente nas áreas indígenas, de-

fendendo as tradições, os costumes e os territórios dos índios brasileiros. Portanto, por que só agora eles inventaram de fazer essa CPI para desqualificar o trabalho dos servidores da Funai?

Então, somos contra a CPI, somos contra a PEC nº 215, que retira o direito dos índios, que fere a Constituição brasileira, o artigo que garantiu a territorialidade dos índios, o artigo de garantia dos índios na Constituição de 1988.

Infelizmente, o tempo é curto. A gente queria falar mais, mas a gente agradece aqui a oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Uma salva de palmas. Eu fico solidário aos servidores da Funai, que, sem nenhuma dúvida, Thereza, trabalham com muito amor e muita dedicação, e muito mais por amor. A causa indígena se torna causa deles. Eu sei disso. Eles abraçam com muito amor, com muita responsabilidade. Só vimos um presidente da Funai envolvido em rolo. Infelizmente, mandaram para Roraima, e a desgraça ficou lá. (*Risos.*)

Mas, tirando isso, a Funai sempre deu bons frutos, sempre teve bons servidores, pessoas comprometidas com a realidade, com as necessidades e com as causas indígena. Isso aí é uma coisa orquestrada; para justificar a PEC, eles fazem, paralelamente, essa CPI, para mostrar que a Funai perde a razão de ser, que a demarcação tem que ser via Congresso, quando sabemos que o Congresso é composto, hoje, em grande parte, pelas forças do poder econômico.

Eu quero aqui agradecer a todos e a todas que vieram hoje fazer parte desta audiência pública, que encerramos com os seguintes encaminhamentos: 1) encaminhar relatório da audiência pública para os Deputados Federais e Senadores, com cópia anexa da carta oriunda do I Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena, direcionado aos Parlamentares do Congresso Nacional, com as reivindicações decorrentes; 2) encaminhar depoimento do Sr. Vilmar Souza Costa, Presidente da Associação Quilombo Kalunga, dos Municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre, do Estado de Goiás, às autoridades executivas do Estado de Goiás, ao Ministério Público Federal e estadual e ao Ibama; 3) encaminhar o depoimento do Sr. Cícero Ferreira de Lima, da liderança dos povos vazanteiros da várzea do Rio São Francisco, em Minas Gerais, às autoridades do Executivo do Estado de Minas Gerais ao Ministério Público Federal e estadual e Ibama.

Então, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 14 minutos.)

ATA DA 120ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE DEZEMBRO DE 2015, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quarenta e dois minutos do dia sete de dezembro de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência Eventual do Senador Telmário Mota**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Telmário Mota e da Não membro Senadora Gleisi Hoffmann. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 118 de 2015-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre: "A instalação de bombas de autosserviço nos postos de abastecimento de combustíveis". O Senhor Presidente Eventual informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa a palavra para a Senadora Gleisi Hoffmann. Em seguida, o Senhor Presidente passa a palavra para os palestrantes nesta ordem: Coaraci Castilho, Chefe de Gabinete do Senador Blairo Maggi, autor do PLS 407 de 2014; Luiz de Souza Arraes, Presidente da Federação dos Empregados em Postos de Combustíveis do Estado de São Paulo – FEPOSPETRO; Jorge Mario Campagnolo, Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI; Lairson Sena de Souza, Presidente do Sindicato dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo de Curitiba – SINPOSPETRO; Miguel Salaberry Filho, Secretário de Relações Institucionais da União Geral dos trabalhadores – UGT; e Francisco Soares de Souza, Presidente da Federação Nacional dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo – FENEPOSPETRO. O Senhor Presidente eventual concede a palavra às seguintes pessoa presentes no plenário: Maria Aparecida Varisto, Vice-Presidente do Sinpospetro – RJ; Carlos Alves dos Santos, Presidente do Sindicato de Frentistas de Brasília e Representante da Força Sindical; Eusébio Luis Pinto Neto, Presidente do Sinpospetro Rio de Janeiro e Secretário Geral da Fenepospetro; Hozano Félix Silva, Diretor da Fenepospetro; Alexsandro Silva, Presidente do Sindicato de frentistas de Niterói RJ; Ardilis Piterson, do Sinpospetro Ceará; Ângelo Martins, do Sinpospetro Rio Grande do Sul; Raimundo Nonato, Sinpospetro Campinas; e Alexandre Frias

Advogado da Fenepospetro. O Senhor Presidente Eventual concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Fazem uso da palavra o Senador Telmário Mota e a Senadora Gleisi Hoffmann. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e cinquenta e seis minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Telmário Mota

Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Meu bom-dia a todos.

Declaro aberta a 120ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública nos termos do Requerimento nº 118, de 2015, da CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater a instalação de bombas de autosserviço nos postos de abastecimento de combustível.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar, com um comentário ou pergunta, podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Registro, aqui, a presença da ilustre Senadora Gleisi, que também vai interagir e participar efetivamente desta audiência.

Convido a compor a Mesa, o nosso convidado hoje é o Coaraci Castilho, Chefe de Gabinete do Senador Blairo Maggi, autor do PLS nº 407, de 2014. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Luiz de Souza Arraes, Presidente da Federação dos Empregados em Postos de Combustíveis do Estado de São Paulo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Jorge Mario Campagnolo – que nome difícil esse, Jorge! –, Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Lairson Sena de Souza, Presidente do Sindicato dos Empregados em Postos de Serviço de Combustíveis e Derivados de Petróleo de Curitiba. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Aí, é a Senadora Gleisi quem está trazendo, porque ela é coautora disso aqui. Por isso, ela vai já começar a falar.

Miguel Salaberry Filho, Secretário de Relações Institucionais de União Geral dos trabalhadores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Francisco Soares de Souza, Presidente da Federação Nacional dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo.

Chico! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Antes de eu passar a palavra a nossa coautora, o Senador Paulo Paim sempre faz uma abertura, um pequeno relato dos objetivos da audiência. Quero aqui, em nome dele, pedir desculpas a todos e todas que estão presentes, porque ele, por força maior, questão de enfermidade de familiares, não pôde estar presente, mas, com certeza, onde ele estiver, está nos assistindo, porque o Senador Paim é um dos poucos Senadores que faz esta Casa acontecer, ele a faz funcionar. Por isso que ele marca sempre essas reuniões às segundas-feiras, porque é um dia em que ele está aqui presente, já, dando ritmo a essa Casa e colocando o Senado a pleno vapor. Então, fazemos registro aí da ausência do Senador, lamentamos a sua ausência e desejamos a pronta recuperação da sua filha.

Bom, o Senador Paim não estando aqui, procedemos à abertura da audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para debater a instalação de bombas de autosserviço nos postos de abastecimento e combustível.

Eu poderia até ser mais elegante. No lugar de eu fazer esse relatório dele, como a Senadora Gleisi é coautora, eu vou passar para a Senadora fazê-lo, e, em seguida, ela já faz a sua fala. Pelo menos já vai-se inteirando.

Cadê as palmas para a Senadora Gleisi? (*Palmas.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador Telmário está se saindo um bom animador aqui, não é?

Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR. *Fora do microfone*.) – Para dar vida.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – É um prazer muito grande tê-los aqui, no Senado da República.

Agradecer muitíssimo ao Senador Telmário por estar presidindo esta reunião, esta audiência pública. Foi uma audiência pública de um requerimento do Senador Paim, em que eu tive a coautoria, e fiz isso em razão de uma conversa e de um acompanhamento da luta que nós temos com o movimento dos frentistas lá em Curitiba.

Então, eu não poderia deixar aqui de exaltar a presença do Lairson e dizer que ele foi fundamental para que articulássemos aqui esta audiência pública, claro que junto com o Francisco, que também esteve me visitando, junto com os outros companheiros, o Luiz, o Jorge Mario, desculpa, o Miguel, todos que estão à frente desse movimento pela defesa dos trabalhadores, pela defesa do emprego.

Então, eu fico muito honrada de fazer parte desta Mesa e desta discussão. Sei que é um debate importante, não é a primeira vez que ele está nesta Casa, nós já tivemos um debate a esse respeito no passado, e lembro que tivemos uma ação afirmativa em relação a isso, se assim podemos dizer, que foi um projeto do então Deputado Aldo Rebelo, que afirmava que não haveria automatização nos postos de gasolina, o autosserviço. E lembro que isso ainda foi à época do governo Fernando Henrique, e foi sancionado. Então, nós temos uma lei que proíbe.

Entendo que é um debate legítimo. O Senador Blairo Maggi propôs um projeto, acho que o Coaraci está aqui, vai poder conversar e falar para nós um pouquinho, das motivações. Claro que, do ponto de vista empresarial, obviamente, ele tem uma visão, que é maximizar resultado, não estou aqui questionando isso, mas, de fato, temos de ver se esse tipo de ação traz benefícios, no geral, para a sociedade, não só para o empresário que é proprietário do posto, mas também para quem trabalha nele, para a comunidade, para a sociedade. E, pelo que vemos, principalmente neste momento que nós estamos vivendo, não vai trazer.

Então, claro, é um debate franco aqui, aberto, mas já quero, desde logo, externar minha posição, aqui, de estar favorável aos trabalhadores e à lei que está vigorando no País, que... (*Palmas.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – ... impede esse autosserviço.

Quero ler aqui, só, a justificação, como disse o Senador Telmário, um pouco o histórico do que fundamenta, do que motiva esta audiência.

Então, fundamenta-se a motivação desta audiência nas implicações do Projeto de Lei nº 407, de 2014, que dispõe sobre a instalação de bombas de autosserviço nos postos de abastecimento de combustíveis, apresentado pelo nobre e estimado colega Senador Blairo Maggi, e que se encontra em tramitação nesta Casa.

O PLS nº 407 revoga a Lei nº 9.956, de 12 de janeiro de 2000, último posicionamento do Parlamento sobre o tema. Argui o Senador Blairo Maggi na justificação do projeto que a providência atenderia às necessidades de modernização da atividade de abastecimento de combustíveis no País, trazendo, nas suas palavras, tecnologia que permita o autosserviço em postos de abastecimento de combustíveis com potencial redução de custos para o consumo, sem prejudicar o atendimento personalizado que possa decorrer da atividade do frentista se assim preferir o consumidor.

A medida poderia afetar, porém, a garantia de emprego de 500 mil frentistas que se encontram trabalhando em postos de venda de combustíveis, segundo estimativas da Federação Nacional dos Frentistas. Esta Comissão não poderia ficar indiferente a tão importante questão, cujas consequências comportam riscos e contingente expressivo de trabalhadores, sobretudo no delicado momento em que nos encontramos, caracterizado por intensa recessão econômica e crescimento alarmante dos índices de desemprego.

Há que se debater com cuidado os impactos da medida, pois ela não apenas elimina postos de serviço, como cria outros, em razão das demandas específicas do autosserviço em postos de abastecimento de combustíveis. A automação e a tecnologia reduzem vagas de trabalho, mas, em contrapartida, criam necessidades de mãos de obra em setores mais especializados.

Desde já, agradeço a presença de todos os convidados desta audiência, destacando que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, cuja competência regimental prevê a garantia e promoção dos direitos humanos, nos instiga sempre a promover a observância da cláusula pétrea de nossa Carta Magna, que insere o trabalho entre os direitos sociais.

Esperamos contribuir positivamente para esse nobre objetivo.

E, aí, claro, vou devolver a palavra ao Senador Telmário, mas, antes, eu gostaria de fazer um agradecimento muito especial ao Senador Paim, que tem sido um grande companheiro, e vocês já o conhecem de longa data, e as grandes lutas que ele trava em favor da classe trabalhadora, e, quando nós conversamos, Lairson, com ele sobre esta audiência, de pronto, ele aceitou. Ele disse assim: "Nós temos uma agenda cheia na Comissão, mas nós vamos priorizar, porque achamos isso extremamente importante."

E eu também não poderia deixar, Senador Telmário, de lamentar a semana que nós estamos iniciando. Nós lutamos tanto pela democracia neste País, pela institucionalidade, pela legalidade, e, infelizmente, na semana passada, nós tivemos uma atitude por parte do Presidente da Câmara dos Deputados de abrir um processo de pedido de *impeachment* contra a Presidenta Dilma sem ter uma causa jurídica objetiva. Ou seja, não há um crime definido, não há nada que se possa colocar sobre a conduta da Presidenta Dilma que pudesse desencadear um processo como esse.

Infelizmente, isso só vem contribuir para aprofundar ainda mais a situação de crise que nós estamos vivendo. É a política, mais uma vez, impactando a nossa economia de forma negativa, mas, mais do que isso, nós estamos correndo um risco em relação a nossa democracia.

Eu acho que ter aprovação ou desaprovação de um Presidente, ou gostar de um Presidente ou não gostar, independentemente dos posicionamentos políticos que nós possamos ter, é da democracia, e nós lutamos para isso acontecer, para poder ir às ruas, para criticar, para protestar; lutamos muito. O que não é certo é que essa democracia agora seja vilipendiada por interesses mesquinhos, muitas vezes, porque foi assim que vimos a postura do Presidente da Câmara ao apresentar este pedido de *impeachment*. Estava lá, acossado por uma Comissão de Ética e quis sair dessa posição apresentando o pedido. Por que, então, se ele diz que tinha base jurídica, não o fez antes? É porque não tinha antes. E vemos setores da sociedade, de forma oportunista, tentando se valer deste momento para poder antecipar um processo de disputa de poder.

Então, queria lamentar muito, dizer que esta semana vai ser de muita luta. Não é uma luta em defesa da Presidenta Dilma apenas, é uma luta em defesa da democracia e das conquistas constitucionais que nós fizemos democracia e das conquistas constitucionais que nós fizemos neste País, com a ajuda da população e de todos os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Eu queria, antes de passar a palavra ao nosso primeiro convidado, fazer uma referência a esse assunto de que a Senadora Gleisi falou.

Na verdade, quando se criou o *impeachment*, criou-se um mecanismo de saída menos traumático que um golpe armado ao sistema em que nós vivemos, democrático e presidencialista, mas, naturalmente, com especificações jurídicas, que justifiquem um ato ilegal, um ato imoral, uma improbidade, enfim, que haja uma sustentação jurídica daquilo que foi criado. Esse é o mecanismo, porque ninguém é eterno.

Agora, o que estão querendo fazer no Brasil é uma ruptura da democracia, é um golpe inadmissível e, principalmente, provocado por uma pessoa que não reúne qualquer qualificação para tamanha postura. É preciso uma solicitação dessa ordem, ou um requerimento, ou uma autorização, por uma pessoa totalmente

ilibada, isenta e que esteja com o coração, os sentimentos e a razão voltados para a democracia, para a cidadania e, sobretudo, para as leis brasileiras, e isso não é o que está acontecendo.

Vemos, com muita tristeza, esse acontecimento e, sobretudo, nós, pelo menos do meu Partido, e eu, particularmente, não concordo, não comungo, sou radical, sou pela legalidade, defendo a legalidade em todos os sentidos, e a legalidade é a manutenção do quadro, a manutenção da Presidenta Dilma, que está aí.

Toda crise, todo país do mundo passa por crises. São crises cíclicas; elas não são crises permanentes. E, outra, o Brasil não viveu, não teve reflexo direto da crise mundial, e agora está vivendo essa crise para a qual, com certeza, nós teríamos mecanismos de superação, e há mecanismos para superá-la, porque o Brasil é maior do que tudo isso.

Agora, o que está se vendo é um verdadeiro oportunismo, são pessoas, nesse momento, até agindo com traição. É lamentável vermos esse comportamento de pessoas que se beneficiaram e colaboraram para que tudo isso esteja acontecendo.

Então, nós temos de ficar muito atentos, muito alertas. Nós até podemos discordar desse programa de Governo que está aí, desse sistema econômico que está sendo adotado, mas não podemos é, em função disso, de uma primeira crise, fazer uma ruptura democrática, rasgar a Constituição e seguir o golpismo, principalmente por pessoas de mau caráter, como é o Presidente da Câmara. Ele deveria estar era na cadeia, não dando seguimento ao destino do Brasil, está certo? (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Bom, largando os bandidos de lado, vamos, aqui, ao que nos interessa. (*Risos.*)

Eu queria passar, primeiro, a palavra ao Coaraci.

O SR. COARACI CASTILHO – Bom dia a todos. É uma grata satisfação estarmos aqui.

Quero agradecer ao Senador Telmário, Presidente desta Comissão, à Senadora Gleisi, ao Luiz de Souza Arraes, ao Lairson, ao Francisco, ao Miguel, ao Jorge Mário, enfim, a todos os presentes aqui, senhoras e senhores.

Estamos aqui representando o Senador Blairo Maggi. Peço escusas pela não presença dele, porque ele tinha assuntos já, marcados anteriormente. Ele foi comunicado, na quinta-feira, e Me convocou para tecer alguns comentários com relação ao Projeto de Lei nº 407, de 2012.

Na realidade, quando o Senador Blairo Maggi foi procurado junto conosco para definir este projeto, como a Senadora Gleisi já disse anteriormente, já existia um projeto aqui, do Aldo Rebelo, há muitos anos, e, à época, a economia estava bombando e os empreendedores da área solicitaram ao Senador que o fizesse, porque a evasão de mercado, os trabalhadores dos postos estavam saindo do seu trabalho, qualificando-se para outros setores da economia brasileira.

Em consequência disso, após vários estudos, nós elaboramos o projeto de lei que dispõe sobre a instalação de bombas de autosserviço nos postos de abastecimento.

Hoje, a realidade é outra, como a própria Senadora Gleisi e o Senador Telmário disseram aqui nas suas explicativas. O Senador é sensível à economia brasileira, nós iremos analisar o projeto com maior intensidade e, com certeza, pela sensibilidade do Senador, hoje, esse projeto já se encontra com a Relatoria do Senador Wilder Morais.

Nós iremos fazer uma reunião, o Senador Blairo Maggi, o Senador Wilder, para que possamos definir qual é o caminho que esse projeto poderá seguir. Com certeza, os senhores estão sendo ouvidos hoje, aqui, e serão ouvidos, como foi feito junto com Chico, o Francisco, o Presidente da Federação dos Empregados, que teve oportunidade, por mais de uma hora, de discutir, junto com o Senador Blairo Maggi e sua equipe, para que pudesse sensibilizá-lo desse grande trabalho que vocês desenvolvem no País.

Portanto, quero deixar claro que o Senador Blairo Maggi com a sua sensibilidade irá analisar esse projeto e vai fazer com que nós tenhamos êxito, e todos estarão trabalhando no seu devido posto, que é o que vocês querem hoje aqui. (*Palmas.*)

O SR. COARACI CASTILHO – Quero agradecer, dizer que o nosso gabinete está aberto para discussão e que é muito importante parabenizar o Senador Paim, defensor de todas as causas menores, que se tornam grandes.

Portanto, tenham certeza, Senador Paim, Senador Telmário, Senadora Gleisi, Senador Blairo Maggi, Senador Wilder vão chegar a um denominador comum para que nós possamos realmente ter um projeto que venha dignificar todos vocês.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Esta aqui é a Casa da democracia. Às vezes, algum elemento impulsiona o legislador, o Parlamentar a fazer uma proposição de projetos etc. E esse é o papel verdadeiro do Parlamentar, representar a população, no caso do Senador, representar o Estado, fazer normas, melhorar sempre as normas que possam beneficiar a sociedade, principalmente quebrando

burocracia, agilizando as coisas e dando melhor qualidade de vida ao povo, e também fazer as proposições para o Executivo fiscalizar. E eu vejo aqui, na palavra do Coaraci, essa sensibilidade. Quer dizer, às vezes, um determinado momento impulsionou ao Senador Blairo fazer essa proposição, e ele, então, abre aí as portas do gabinete para uma melhor discussão da matéria. Isso é extremamente normal.

Portanto, agora passamos a ouvir...

Eu queria que os universitários colocassem o horário lá. Ah, está bom!

Nós vamos, inicialmente, dar, aí, 10 minutos, mas, dependendo da necessidade, se não for muito repetitivo, nós vamos estender um pouco, porque essa é a função.

Eu sempre digo que, quando a pessoa vem aqui, que eu olho no olharzinho de cada um, primeiro, ninguém vem aqui com facilidade, vem com certa dificuldade para chegar até aqui, e quer sair daqui com uma resposta – às vezes, uma reunião de uma audiência desta, robusta para uma segunda-feira –, e as pessoas depois querem ver o resultado, qual foi o encaminhamento. Então, essas Comissões têm um papel, às vezes, da maior importância.

Eu sempre digo que as coisas no Congresso acontecem nas Comissões. No plenário, às vezes, há outros fatores que influenciam. Vimos agora, recentemente – não estou aqui fazendo a defesa de A, nem de B –, o Regimento desta Casa e a Constituição brasileira serem rasgados pela pressão dos holofotes da mídia e a sensação da desfaçatez em muita gente.

Ainda bem que eu e a Gleisi não rasgamos o Regimento, nem vamos rasgar. Podem até as pessoas estarem rasgando, demagogia nas nossas costas, nos nossos Estados, mas, quando você faz com a consciência do dever cumprido, você coloca a cabeça no travesseiro e dorme em paz. E eu tenho feito isso com muita propriedade: estou até com os olhos inchados de tanto dormir.

Bom, então, vamos conversar agora com o companheiro Luiz de Souza Arraes, Presidente da Federação dos Empregados em Postos de Combustíveis do Estado de São Paulo.

É com você, Luiz.

O SR. LUIZ DE SOUZA ARRAES – Bom dia a todos e a todas.

Eu queria cumprimentar a Senadora e, em nome da Senadora, cumprimentar todas as mulheres aqui presentes e cumprimentar toda a Mesa na pessoa do Senador Telmário.

Eu queria começar por um ditado que, lá, no pé da Serra do Araripe, quando criança, eu ouvi muito, que diz que cachorro mordido de cobra tem medo até de linguiça.

A classe trabalhadora está igual a esse cachorro: não pode ouvir falar da palavra "crise", porque, quando escuta a palavra "crise", já sabe o tanto de pancada que vem para o trabalhador, porque tudo começa nas costas do trabalhador. Todas as crises que vêm, tudo que acontece, principalmente no Parlamento brasileiro, é projeto retirando direito do trabalhador.

Então, já estamos escaldados e temerosos por conta disso, porque começa a crise, ninguém pensa em taxar as grandes fortunas, ninguém pensa em ver o posicionamento dos bancos, o lucro dos bancos, ninguém pensa em ver o tanto que ganham essas distribuidoras de petróleo. O primeiro pensamento é retirar direitos dos trabalhadores. Isso nos espanta, até porque eu acho que está na hora de a classe trabalhadora começar a fazer uma mobilização forte para que consigamos reverter esse quadro.

Hoje, nós estamos aqui, Senador, com representantes de trabalhadores de todo o Brasil, do Oiapoque ao Chuí, do Rio Grande do Sul, de todo o Nordeste, de todos os setores e de todas as Regiões do Brasil, com medo do que possa acontecer com esses 500 mil trabalhadores nossos, porque, quando há desemprego, aumenta-se a criminalidade e há um efeito psicológico nas famílias impressionante. E eu acho que esses Deputados e Senadores que visitam esses países ´por aí afora deviam copiar as coisas boas de lá, trazer para cá, por exemplo, a saúde na Inglaterra, nos Estados Unidos, a educação...

Aí, a primeira coisa que eles fazem é o seguinte: "Não, lá, não há frentista abastecendo carro. Nós vamos acabar com os frentistas do Brasil!" Companheiros, não há tecnologia alguma para melhorar isso aí, porque você está tirando o trabalhador que estava abastecendo e passando para o consumidor abastecer. Não é uma máquina, não é ninguém que vai abastecer, é um consumidor.

É uma medida que visa, única e exclusivamente, aumentar o lucro de quem já lucra muito. (*Palmas.*)

O SR. LUIZ DE SOUZA ARRAES – Temos um *ranking* de 15 países, dentre os quais está o Brasil no meio; só há dois que em que há frentistas abastecendo, que são o Brasil e mais um.

A Noruega é o segundo maior preço de combustível do mundo, só que, lá, o salário médio da população é 19 vezes maior que o do Brasil, e eles usam o lucro do combustível para investir na infraestrutura e na educação do Brasil. O preço do combustível no Brasil, os Senadores e os Deputados deviam verificar, não está na mão de obra.

No balanço da Petrobras, a mão de obra representa 0,19% do custo. No da Ipiranga, representa 0,18%, 36% a carga tributária, 37% o lucro das distribuidoras, que é uma caixa preta. O que nós precisamos e o que o Senado da República precisa, e que nós já viemos em outras ocasiões aqui denunciar, é abrir a caixa preta desse setor para tirar esse setor das páginas policiais. É isso que tem de fazer.

Se se adultera o combustível, quem vai preso é o frentista, porque, quando a polícia chega, o dono do posto está lá no Guarujá, em São Paulo, ou lá nas praias do Nordeste, e o frentista está lá, sendo preso, levado de camburão por conta dos malfeitos do patrão.

Então, é isso que nós temos de fazer: saber onde é que está o lucro dessas distribuidoras, o lucro desse setor, reduzir essa carga tributária e dar emprego ao povo, qualificar os trabalhadores. Hoje, para você ser frentista, graças a muita, muita, muita luta nossa, há muitas normas regulamentadoras que exigem que o trabalhador de posto de gasolina seja qualificado, e estão querendo passar isso para a sociedade, que não tem qualificação alguma, que vai abastecer carro fumando...

Nós fizemos um dossiê, quando fomos apresentar esse Projeto de Lei junto ao Deputado Aldo Rebelo aqui, víamos crianças nas janelas do carro assistindo aos pais abastecendo, nos Estados Unidos; víamos gente abastecendo carro falando no celular; há a questão da energia eletrostática e há a questão cultural. O Brasil não tem essa cultura.

Imaginem uma senhora que vai para uma festa, descer do carro à noite, numas avenidas em São Paulo, no Rio de Janeiro, para abastecer o seu carro, sem contar o risco, ela vai chegar à festa cheirando, fedendo a gasolina. Eu tenho certeza de que a mulher de quem faz um projeto desse nunca vai num posto abastecer.

Eu tenho certeza de que o que nós temos que fazer é tirar dessa elite e de grande parte da sociedade o que está encrustado na alma, que é a questão do idealismo escravista que não valoriza o trabalhador e que trata o trabalhador como se fosse descartável.

É isso que nós temos de mostrar, além de trazer gente para esta Casa que tenha compromisso verdadeiro com a sociedade, verdadeiramente compromisso com os trabalhadores, que não pense a qualquer momento em só retirar direitos dos trabalhadores. Isso nós não podemos tolerar.

Olha, nós temos aqui um exército, já provamos que somos duros na queda, e não vamos fraquejar dessa vez não. Em cada esquina do Brasil, há um posto de gasolina; em cada esquina, nós vamos cutucar os ouvidos dos clientes, os ouvidos da sociedade, para dizer que isso não é bom para o Brasil, que isso desemprega, que isso não traz avanço algum para o Brasil.

Nós temos de fazer é isto, valorizar o trabalhador, qualificar os trabalhadores. Eu não gostaria que meu filho fosse frentista, não. Eu gostaria que meu filho fosse advogado, médico, fosse tudo, mas ele não tem condições para isso, porque o Brasil não dá condições para a juventude nossa fazer isso. O filho do pobre, para estudar, é a maior dificuldade do mundo. Será que é porque eles têm medo da concorrência? Será que eles têm medo de que, quando chegarmos lá, detonemos essa podridão que há aí?

Por que é que o Parlamento não pensa em fazer uma reforma política, num regime político que nasceu podre e permanece podre, corrupto, que não funciona, e sabemos como é, e o Parlamento brasileiro não tem coragem de fazer uma reforma política para valer, para acabar com essa bandalheira?

Nós temos que fazer é isto, pressionar o Parlamento brasileiro para acabar com essa corrupção. Vamos copiar lá de fora o que eles têm lá de combate à corrupção, já que querem copiar o *self-service*, querem copiar essas besteiras, vamos copiar lá de fora como que se combate a corrupção no Japão, na China, em tudo quanto é lugar do mundo. Agora, só querem copiar coisa para acabar com o trabalhador. É acabar com a aposentadoria, é fator previdenciário, tudo, tudo o que se passa aqui é para prejudicar os trabalhadores.

A Petrobras teve um lucro absurdo – absurdo –, a Ipiranga, outro lucro absurdo. Falamos até que ser distribuidora no Brasil é como fazer filho na mulher dos outros, só tem prazer, porque o lucro está com eles,... (*Palmas.*)

O SR. LUIZ DE SOUZA ARRAES – ... e ninguém abre essa caixa-preta.

"O preço no Brasil é liberado!". Liberado coisa alguma, as distribuidoras controlam o preço. Aqui há uma representante do Sincopetro de São Paulo, Drª Carla, que sabe do que estou falando. As distribuidoras, Senadora, mandam a nota fiscal para o posto e dizem o seguinte: "O preço do seu combustível é esse. Se você vender por mais que isso, na próxima nota não vai mais esse preço." E ninguém vê isso, parece que têm medo das distribuidoras. Isso é uma coisa absurda.

Então, pedimos desculpa até pela indignação, porque eu acho que a classe trabalhadora brasileira não merece isso. Nós somos verdadeiros heróis.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sem dúvida alguma, esse desabafo é o sentimento, o sentimento geral.

Só fazendo um lembrete, aqui, ao Luiz – além de ter o prazer, ainda perde o filho, não é, Luiz? (*Risos.*)

Mas deixa eu te falar outra coisa. Ele falou do Oiapoque ao Chuí. Num primeiro momento, esses pontos extremos foram marcados, delimitados pelo mar, e, por isso, saiu um equívoco, saiu Oiapoque ao Chuí. Na verdade, é do Chuí, que é do Rio Grande do Sul, ao Monte Caburaí, que é no Rio Ailã, no meu Estado de Roraima, que é lá no Município de Uiramutã. Esses, sim, são os extremos.

Então, eu queria só fazer essa correção. E, aí, Luiz, para você ver como são as coisas. Você falou que não queria o seu filho sendo, com todo o respeito, frentista, porque você acha que o frentista trabalha muito e ganha pouco. Não é desmérito algum você ser frentista. O desmérito é você roubar o povo e ainda ser Presidente da Câmara Federal. Isso é desmérito. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Agora, ser frentista, não. Ser frentista é um orgulho, porque é o trabalho que produz a riqueza. Naturalmente, os que trabalham mais acabam até ganhando menos. Há um contraponto aí. Então, erraram nisso.

Mas eu queria aqui fazer uma lembrança: vocês sabem por que eles estão querendo cassar a Dilma? Sabem o que são as pedaladas? É o Prouni, que bota o filho do pobre do lado do filho do rico; é o Fies, que bota o filho do pobre na universidade do lado do filho do rico; é o Pronatec, que dá o estudo médio para o filho do pobre do lado do filho do rico; é o Bolsa Família, que mata a fome daqueles que estão abandonados pelo sistema capitalista; é o Minha Casa, Minha Vida, que dá o sonho àquele que, quando casa, quer casa; e é o Luz para Todos, que dá a luz para aqueles que viviam na escuridão.

Ora, você sabe o que significa pedalada? É a Presidenta dizer: "Olha, Caixa Econômica, eu estou sem um dinheiro neste momento para te pagar o Bolsa, mas paga que depois eu te pago."; "Banco do Brasil, paga isso que depois eu te pago.". Isso é pedalada, que faz muito bem o Governo de São Paulo, do PSDB, que faz o Governo do Paraná, do PSDB, que faz o Governador de Minas, do PSDB, que o Fernando Henrique Cardoso fez, quando o Aécio era o Presidente da Câmara. Agora, para o pobre, é pedalada; para o rico, é sabedoria. Cadeia neles. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Eu vou deixar a Senadora Gleisi chamar esse nome, porque ela que trouxe essa pessoa, lá, de Curitiba. Eu a vi olhá-lo com carinho, e, com carinho, na cumplicidade do trabalho em comum.

Senadora, chame o Paraná.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Então, vamos lá, passar a palavra para o Lairson, que é o Presidente do nosso Sindicato dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo de Curitiba (Sinpospetro). (*Palmas.*)

O SR. LAIRSON SENA DE SOUZA – Bom, primeiramente, aqui, eu queria parabenizar a Mesa, em nome do Senador Telmário.

Em nome do Francisco, que é o Presidente da nossa Federação, cumprimento todos os trabalhadores que vieram de todas as regiões do Brasil e estão aqui, representando todos os frentistas.

E, em nome da minha Senadora, eu cumprimento todas as frentistas mulheres que estão no dia a dia, agora, faça sol, faça chuva, trabalhando nos seus postos de combustível do Brasil. (*Palmas.*)

O SR. LAIRSON SENA DE SOUZA – Eu queria dizer que o trabalhador empregado em posto, e eu conversei, conversamos, em Curitiba – não é, Senadora? –, ele é utilidade pública. Hoje, ele é considerado agente cultural de qualquer cidade, em qualquer lugar do mundo. Ele atende o turista, ele está lá, faça sol, faça chuva, faça frio, atendendo a toda a população, a toda a sociedade.

Faça sol, faça chuva, faça frio, ele está lá. Ele é utilidade pública, ele é o agente cultural da cidade. Todo turista quando se perde numa cidade, o primeiro ponto de referência que ele vai perguntar é para o frentista, é para o trabalhador em posto de gasolina.

Ele é a referência da cidade, é o cartão postal da nossa cidade, de todas as cidades brasileiras, e eu acredito, Senadora, que esses trabalhadores que estão aqui, e eu tenho orgulho de ser frentista, foi o meu primeiro emprego, eu acredito que nós fomos forjados na luta, e na luta nós vamos nos manter e vamos derrubar esse projeto, porque esses trabalhadores aqui têm, esses Presidentes de Sindicatos que estão aqui, têm a responsabilidade pessoal e social com os trabalhadores que estão agora, nesse momento, trabalhando nos postos. Essa responsabilidade pessoal e social e o trabalho duro e a persistência na organização da categoria estão estampados no nosso caráter, no nosso dia a dia de trabalho.

Então, Senadora, parabéns, parabéns ao nosso Senador, parabéns, Luiz Arraes, parabéns a vocês, trabalhadores, que lutam e dedicam suas vidas para defender essa categoria tão importante para o País e que faz o País crescer e têm grande mérito no crescimento do País.

Obrigado a todos.

Obrigado, Senadora, e conte com a gente, Curitiba. Lá, não tem porta, estamos junto nessa luta aí. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Cumprimentando a fala do Lairson, lembra a propaganda do Posto Ipiranga? "Onde vende isso? Onde vende aquilo?" Se a pessoa pergunta para um cara gordo daquele, imagine se a frentista for bonita? Ele perde o propósito para puxar conversa com ela.

Bom, agora, vamos ouvir o Jorge Campagnolo.

Jorge, fala, aí, para a gente, 10 minutos.

O SR. JORGE MARIO CAMPAGNOLO (*Fora do microfone*.) – Bom, bom dia a todos. Bom dia, Senador Telmário. Bom dia, Senadora Gleisi. É um prazer enorme estar aqui...

Agora está.

Bom dia, Senador Telmário. Bom dia, Senadora Gleisi.

Eu estou aqui representando o Ministro da Ciência, Tecnologia Inovação e sou Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação.

Então, o meu papel é incentivar o desenvolvimento tecnológico e a inovação.

Mas nós temos que procurar o desenvolvimento científico e tecnológico olhando também a sociedade.

Então, a ciência e tecnologia tem um papel fundamental hoje no desenvolvimento dos países no caminho da sustentabilidade econômica, mas é claro que a gente tem que ter um pouco de sensibilidade social. Nós não podemos usar a ciência e tecnologia simplesmente não vendo esse lado social no País, e a questão da automação sempre foi um problema que traz consequências sociais.

É uma discussão vem há longo tempo. Nós passamos, eu lembro, Senadora, a questão da automação bancária, e houve consequências, desemprego. Por outro lado, também houve oportunidades que ajudaram à indústria da automação bancária.

Na questão específica aqui dessa automação, eu vejo que nós temos que ver se o País está preparado para isso também. É uma atividade sensível, é uma atividade de risco, não só de risco de insalubridade, mas também risco de periculosidade. É uma questão que exige muita regulação.

E eu fico na linha, eu acho que nós temos que discutir melhor, achar um caminho. Não é simplesmente dizer: "Olha, a partir de amanhã, está instituído o autosserviço!" Quer dizer, é uma coisa que tem que ser discutida, e, realmente, é necessário achar o caminho correto, um planejamento de longo prazo.

Então, o Ministério da Ciência e Tecnologia fica à disposição no que possa ajudar. Claro que nós queremos o desenvolvimento tecnológico, mas também queremos o desenvolvimento social do País, quer dizer, eu acho que a ciência e a tecnologia têm que vir exatamente para isso, para dar renda ao nosso povo, para dar melhor qualificação. Então, nós temos que achar o caminho correto, e não, simplesmente, sem uma discussão mais aprofundada, sem um maior planejamento; eu acho que o diálogo é o melhor caminho, e a gente fica à disposição.

Obrigado, então, pela oportunidade de o Ministério estar aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Amanhã é feriado? Não, acho que é só no Estado de Roraima, eu estou focado lá, porque as pessoas estão com pressa. Eu estou vendo aqui uma certa rapidez.

Mas, olha, falando na questão...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Vamos abrir o plenário, sim.

Sobre essa questão da automação, principalmente nos bancos, deixem-me dizer, eu trabalhei no Bradesco, entrei como contínuo e cheguei a gerente e a auditor lá. O Bradesco tinha 120 mil servidores quando começou o processo de automação em todos os sentidos. Quanto às filas, eles padronizaram todos os bancos, quase que um cartel, fazendo aquelas filas indianas, para ninguém reclamar e ninguém mudar de banco, porque ficou tudo igual, e as demissões foram muitas – as demissões foram muitas!

Imaginem, hoje, eu acho que o banco está maior do que estava e deve haver, eu não sei qual é o quadro hoje, mas acho que não tem uns 50 ou 60 mil, e chegou a ter 120 mil servidores. Claro que tem mais rapidez em alguns serviços que prestava, compensação de cheques, etc., os caixas eletrônicos facilitam naturalmente a vida dos usuários, mas é bom lembrar que também houve essa perda.

Bom, vamos ouvir agora o Miguel Salaberry Filho, que é Secretário de Relações Institucionais da União Geral dos Trabalhadores.

O SR. MIGUEL SALABERRY FILHO – Bem, eu aqui represento a União Geral dos Trabalhadores e também sou Presidente do Sindicato lá no Rio Grande do Sul, não do dos Empregados em Postos de Gasolina, mas o dos Trabalhadores em Clubes e Federações Terceirizados do Rio Grande do Sul. Eu me orgulho muito de ter, sempre que venho aqui costumo dizer, um Senador gaúcho, que não é Senador gaúcho, é um Senador do Brasil, que é o Senador Paulo Paim.

Assim como o Lairson tem imensa alegria e satisfação na representatividade da Senadora Gleisi, nós, do Rio Grande do Sul, temos orgulho de ter o Senador Paim como o Senador que defende todos os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil. (*Palmas.*)

O SR. MIGUEL SALABERRY FILHO – Gostaria de cumprimentar o nosso Presidente que substituiu o Senador Paulo Paim, o Senador Telmário, a Senadora Gleisi, os representantes do Ministério do Trabalho e do Ministério da Ciência e Tecnologia, os companheiros Luiz Arraes, o companheiro Lairson, o companheiro Francisco, as companheiras frentistas aqui presentes, os companheiros frentistas, os representantes dos sindicatos do Brasil todo.

Bem, falar sobre o que está, companheiro Senador Blairo Maggi... Eu já vim aqui três vezes lamentar a representação que nós temos de Senadores. Aliás, lamentar pelos trabalhadores, mas os empresários estão muito bem representados aqui, no Congresso Nacional, e aqui no Senado, haja vista que, dos projetos, todos que eles apresentam, vêm em prejuízo aos trabalhadores. E eu não estou dizendo isso, ele está dizendo na justificativa que a Senadora Gleisi leu, em que ele diz que ele vai desempregar 500 mil frentistas do Brasil. No momento em que ele diz, aqui, na justificativa, que existem no Brasil cerca de 500 mil frentistas, não somos nós que estamos dizendo isso; a Senadora Gleisi leu a justificativa e eu percebi a maldade do Senador, a maldade que ele tem em desempregar 500 mil trabalhadores; não me venha ele dizer que a modernidade não vai desempregar os 500 mil.

Aliás, eu tive uma passagem desagradável num posto aqui, de Brasília, em que eu fui abastecer o meu carro, porque eu ia viajar. Encostei o carro, veio o frentista, colocou ali, a bomba e foi embora. Por que foi atender a quem? Foi atender, lá, outro cliente, outra cliente, e não vou declinar o porquê ele fez aquilo, e me deixou parado.

Eu fiquei marcando ali, 10, 15, 20 minutos. Eu saí, fui ao gerente e disse: "Olha, eu estou há mais de 20 minutos parado, a bomba já encheu, já disparou ali, e eu quero ir embora, quero pagar!" "O senhor tem que aguardar!"

Eu fui lá e puxei. Como eu não sou frentista, eu fui lá, peguei, apertei o gatilho e puxei. O que aconteceu? Tomei um banho de gasolina, e a bomba disparou, ela fez isso comigo, ela deu um laçaço, e eu não sabia, e eu soltei. Quando soltei, caiu.

Quer dizer, se alguém estivesse fumando ou com o celular, eu tinha provocado um acidente gravíssimo. E sabe o que é que eu fiz? Fui embora; fui embora; subi no carro, e fui embora.

Quando eu cheguei na cidade em que eu estava, eu recebi uma ligação, que era da polícia, dizendo que eu tinha ido embora, roubado o posto de gasolina, uma série de coisas. E, aí, está o processo andando aí. Mas eu quero dizer isso para que vejam o que aconteceu comigo.

Aí, vai o Senador dizer: "Não, mas a bomba que nós vamos instalar é outra, é outra, como há lá, nos Estados Unidos. Põe, lá, o cartão de crédito, digita o valor e, aí, depois que aceitar o valor no cartão de crédito ou débito, é que ela vai disparar." Só que aí vem o problema de segurança.

Eu estava nos Estados Unidos a passeio, e aconteceu uma coisa que eu digo a vocês aqui, não vi polícia nenhuma na rua; não havia policial nenhum. E um turista foi assaltado, ele foi assaltado na minha frente, e a pessoa saiu correndo. Quando saiu correndo, não deram 30 segundos, havia motocicleta, helicóptero, para prender o ladrão.

Nós não temos isso no Brasil. Nós não estamos preparados com esse tipo de segurança. Nós não temos.

Então, não me venha o Senador agora querer rediscutir o que nós já discutimos lá em 2000, porque o Fernando Henrique Cardoso... (*Palmas.*)

O SR. MIGUEL SALABERRY FILHO – Há um decreto lido também pela Senadora, proibindo esse tipo de autosserviço no Brasil.

Então, companheiros, nós temos que começar a nossa caminhada lá no Estado do Senador Blairo Maggi. Lá que nós temos que começar a batalhar, lá que nós temos que começar a manifestação, para ver que tipo de Senador que nós temos na República. Não está preocupado com o que nós estamos passando no momento; não está preocupado com os trabalhadores; está preocupado somente com o lucro dos empresários. Ainda bem que a Senadora Gleisi, o Senador Paulo Paim e o Senador Telmário já se manifestaram contrariamente a esse projeto.

Então, aqui, no Senado da República, aqui, na Câmara dos Deputados se discutem todos os projetos de lei, mas infelizmente nós não soubemos votar. E aqui eu faço um parêntesis para dizer que nós temos eleição no ano que vem e, no ano que vem, vamos começar a renovação nos nossos Estados. E, daqui a dois anos, nós temos para Presidente, para o Senado e para a Câmara.

Vamos renovar. Vamos extirpar quem não nos defende. Vamos extirpar quem não faz bem para a Nação brasileira.

Então, chegou o momento de nós aproveitarmos todas as audiências públicas para renovar que temos que prestar atenção ao votar. Não vamos vender o nosso voto. Vamos vender o que nós queremos de melhor para o Brasil.

Esse projeto do Senador é um projeto que já foi discutido, rediscutido. Existe uma lei, muito bem, sancionada pelo então Presidente. E tenho certeza absoluta de que, caso passe esse projeto, a Presidente Dilma vai vetar novamente.

Então, companheiros, seria muito fácil eu aqui ficar criticando, e não apresentar sugestão. A sugestão que nós da UGT estamos apresentando, Senadora e Senador, é no sentido de que esse projeto seja recusado, não passe nas Comissões e não vá ao plenário. Vamos fazer toda a pressão possível e necessária junto aos Senadores, para mostrar que já discutimos, não precisamos mais discutir isso; já existe uma lei. Para que mudar uma lei e desempregar 500 mil trabalhadores?

É essa a mensagem que a UGT deixa, que o nosso Presidente Ricardo Patah deixa, no sentido de que esse projeto seja recusado nas Comissões aqui, do Senado, e, se for ao plenário, vamos faz pressão para que o Plenário também não desempregue 500 mil trabalhadores do País.

Era essa a manifestação do UGT. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Eu queria aqui só fazer um registro inicial. Começamos ouvindo, inclusive, o Coaraci, que é o Chefe de Gabinete do Senador Blairo Maggi. E eu tenho estado aí, dez, onze meses com ele no plenário, ele é uma pessoa de uma sensibilidade enorme, ele é uma pessoa sensível, muito sensível. Eu o vejo abraçar causas sociais, ele se envolve, agora mesmo, na campanha do Novembro Azul, ele que andava pregando para a gente, lá, e dizendo: "Olha, a gente precisa entender que é necessário esse exame e tal", e outras causas, às vezes, de pessoas com câncer, outras causas sociais interessantes.

Então, não tenho nenhuma dúvida, e já pelo que o Chefe de Gabinete dele aqui, o Coaraci falou, as portas vão estar abertas, o diálogo vai acontecer e, com certeza, nós não vão ter esse confronto. Eu acredito muito nisso.

Bom, agora, vamos ouvir, aqui está o Francisco. Eu vou contar uma historinha. Eu era auditor de banco, morava na Bahia e todos os auditores andavam bem vestidos, aquelas coisas todas, tal. Eu tinha um professor que, se tinha três aulas por dia, ele vinha com uma roupa nova.

Era uma pessoa que se vestia muito bem, impecável. Eu falava: "Professor, como é que o senhor se veste tão bem e suporta?" Ele disse: "Telmário, eu vou com os alfaiates, os grandes alfaiates da Bahia, eu vou lá com eles, eles moram na periferia."

Aí, ele começou a me levar, com um e com outro, tal, e as roupas saíam baratas. Eu comprava lá na Baixa do Sapateiro, onde era barato o tecido, não ia no *shopping center*, mas era o mesmo tecido, e o rapaz fazia por um preço bem irrisório.

Aí, os meus colegas de trabalho começaram a dizer: "Telmário, mas, rapaz, você comprou esse, você mandou fazer no alfaiate?" Eu dizia: "Mandei fazer no alfaiate. Está bem sentado, não está?" Eles diziam: "Está".

"E como é o nome do teu alfaiate?" O nome do meu alfaiate era Francisco. E ele trabalhava num hotelzinho pequeno, no almoxarifado.

Aí, eles disseram: "E onde é que ele trabalha?" Eu falei: "Olha, o nome dele é François e o ateliê dele é no Hotel Fulano de Tal", e disse o nome do hotel". E esse rapaz foi bater lá.

Ele disse: "Eu queria aqui falar com o Sr. François, ele tem um ateliê aqui." Nunca ele iria achar o François.

Aí, ele disse: "Eu não achei o François." Eu disse: "Vamos lá!" Aí, quando chegamos lá, eu disse: "Cadê o Francisco, lá do almoxarifado?" Ele disse: "Meu Deus do Céu, eu não iria achar nunca!"

Então, eu vou chamar o nosso François, com todo o respeito, o Francisco. Uma salva de palmas para ele! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Francisco Soares, Presidente da Federação Nacional dos Empregados em Postos de Serviço de Combustíveis e Derivados de Petróleo.

O SR. FRANCISCO SOARES DE SOUZA – Senador Telmário, Presidente da CDH; Senadora Gleisi Hoffmann, amiga, companheira lá do belo Estado do Paraná, de Curitiba, daquela região, muito obrigado; Coaraci, Chefe de Gabinete do Senador que apresentou o projeto...

Aliás, eu estive no gabinete do Senador e conversei muito tempo com o Chefe de Gabinete e também com o Senador: um empreendedor, homem sensível, que nos escutou e entendeu a nossa reivindicação. Eu acredito que o Senador vai entender muito mais, a partir de hoje, a nossa reivindicação.

Luiz de Souza Arraes, Presidente da Federação Estadual, amigo, companheiro de jornadas; Jorge Mario, da Ciência e Tecnologia...

É verdade que o País tem que avançar na tecnologia, mas a bomba de autosserviço não é uma tecnologia de ponta. Ela substitui o dono do veículo para trabalhar no lugar do frentista. Se fosse uma tecnologia

que tivesse uma mãozinha que levasse o bico da bomba lá, abastecesse, olhasse o óleo, verificasse a bateria, batesse no pneu, desse assistência, aí, sim, seria uma tecnologia de ponta. (*Palmas.*)

Lairson, Presidente do Sindicato de Curitiba, fã número um da Senadora.

Quando ele liga para mim, ele diz: "Olha, vou ligar para a Senadora!", essa Senadora que presta um grande serviço ao seu Estado, grande Senadora da República, a gente fica satisfeito, porque nossa liderança em todo o País... Realmente, nós somos trabalhadores. E temos representantes em cada esquina, em cada avenida, em cada praça, e eles, às vezes, batem no coração das pessoas para sentir os nossos sentimentos.

Miguel, amigo, companheiro da UGT, a quem agradeço pela presença.

Eu tenho 45 anos de serviço em posto de gasolina. São 45 anos dedicados a abastecer toda... Aliás, quando eu comecei a trabalhar ainda era aquela manivela. Quando faltava energia, era duro, porque aí a gente tinha que trabalhar mesmo.

Quando eu comecei a trabalhar, eu nunca pensei que, depois de 45 anos, viria ao Senado Federal, à Casa do povo, reivindicar o meu emprego, sinceramente, com toda a honestidade. Mas eu estou muito contente aqui junto com os companheiros, as companheiras e esses dois grandes Senadores da República, além de outros que compõem a Mesa.

Quero adiantar que a Força Sindical está representada aqui pelo meu amigo Carlinhos, Presidente do Sindicato dos Frentistas de Brasília.

Quero cumprimentar o digníssimo Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa deste Senado Federal, na pessoa de quem cumprimento todos e todas.

É difícil substituir o Paim. Também é difícil estar numa reunião como esta sem a presença dele, grande companheiro e grande Senador da República.

O meu cordial bom-dia a todos e a todas!

Meus senhores e minhas senhoras, nosso dever, mais do que direito, é nos sentirmos à vontade nesta Casa de Leis. Ela é eleita por nós e busca nos representar. O meu dever é passar em revista um breve histórico desta Casa.

O Senado Federal é a nossa Câmara Alta do Congresso Nacional desde a Constituição de 1824. Hoje, ela tem 81 Senadores, sob a Presidência do Ex^{mo} Dr. Renan Calheiros.

Devemos louvor ao Senado brasileiro, casa do eloquente Rui Barbosa, nosso Águia de Haia, que marcou sua atuação pela defesa da paz e da justiça dentro e fora do País. Ela é a Câmara Alta também do Senador Luís Carlos Prestes, eleito em 1947.

Este Senado Federal de membros empreendedores, como Assis Chateaubriand, dos Diários Associados do Brasil, Senado berço de líderes, de Nereu Ramos, do visionário Juscelino Kubitschek, passa pelo Dr. Paulo Brossard e por seu contraponto de tribuna Jarbas Passarinho, por Teotônio Vilela, pelo estadista Tancredo Neves e por tantos outros que contribuíram e contribuem para a construção de um Brasil mais justo e igualitário. É o caso do dileto amigo dos trabalhadores brasileiros, esse gaúcho de Caxias do Sul, o companheiro sindicalista Senador Paulo Paim.

Muito obrigado, Senadores Telmário, Gleisi e Paim por nos receber nesta Casa.

Estamos muito preocupados, Srs. Senadores e Senadoras, mas a resistência, princípio elementar do mundo sindical, nos faz perseverar. Diante dos graves acontecimentos que assolam o povo brasileiros, os trabalhadores devem empreender cruzadas de fortalecimento das instituições sob pena de ficarmos à mercê do caos. Não podemos, neste momento, nos dispersar.

Ademais, estamos diante de um cenário de retração econômica em que os números negativos da economia mundial e brasileira levam à desconfiança interna e externa, com um crescimento negativo do Produto Interno Bruto, desaceleração do mercado nacional, desemprego, entre outros. A retração de 4,5% da economia brasileira fez com que o Brasil ocupe o 42º lugar, ficando atrás apenas da Ucrânia, que vive um conflito armado entre Rússia, Ucrânia e aquela região. Estamos atrás dessa região.

Nessa esteira, a maior e mais alarmante preocupação para esta representação dos trabalhadores é o desemprego. Segundo o IBGE, o Brasil fechou o segundo trimestre com uma taxa de desemprego geral da economia de 8,3%. O número de desempregados cresceu também porque aumentou muito o número de pessoas que estavam fora do mercado e que agora estão voltando ao trabalho.

(Soa a campainha.)

O SR. FRANCISCO SOARES DE SOUZA – Em outubro de 2015, a taxa de desemprego nas seis principais capitais do País foi de 7,9%. Segundo o IBGE, o número é o dobro do registrado em 2014. Somente no mês de novembro de 2015 foram fechados dois mil postos de trabalho no Estado de São Paulo.

Neste cenário, Sr. Senador, Srª Senadora, meus amigos, meus companheiros, trabalhadores, estamos diante de uma nova ameaça para toda a categoria dos frentistas de todo o Brasil. Talvez o bem-intencionado, porém controvertido, Projeto de Lei do Senado nº 407, de 2014, que proíbe o chamado *self-service* nos postos de combustível e, com isso, permite o funcionamento de bombas de autosserviço operadas pelo próprio consumidor não pode, ao menos neste momento de incerteza de mercado e de desemprego, seguir adiante.

Cumpre esclarecermos que, segundo as informações da Agência Nacional do Petróleo e do Dieese, são quase 500 mil trabalhadores diretos em postos de serviço de combustível em todo o Brasil, distribuídos pelas regiões do Brasil, a saber: Norte, 28.393 trabalhadores; Nordeste, 73.832 trabalhadores; Sudeste, 170.500 trabalhadores; Sul, 83.561 trabalhadores; e Centro-Oeste, 41.854, trabalhadores. Isso dá um total de, aproximadamente, 500 mil trabalhadores em todo o Território nacional.

Além disso, Sr. Senador, Srª Senadora, devemos somar ainda milhares de trabalhadores que trabalham nos postos de forma periférica, como funcionários das lojas de conveniência, lavadores, trocadores de óleo, eletricistas, mecânicos, trabalhadores de lojas de acessórios, de lojas de sapatos, de farmácias, etc. No setor econômico dos revendedores de combustível e derivados de petróleo, funcionam quase 40 mil pequenas, médias e grandes empresas, segundo a Agência Nacional de Petróleo e o Dieese, distribuídas por todas as regiões do Brasil, a saber: Norte, 2.869 pequenas, médias e grandes empresas; Nordeste, 9.448; Sudeste, 15.974; Sul, 8.037: e Centro-Oeste, 3.438. Isso dá um total de, aproximadamente, 40 mil pequenas, médias e grandes empresas.

Dito isto, Sr. Senador, Srª Senadora, saliento que, como consta da exposição de motivos, da justificação desse Projeto de Lei nº 407, de 2014, a automatização das bombas de combustível e a permissão de autosserviço nos postos de combustível não só desempregarão milhares de trabalhadores, mas também, em curto espaço de tempo, extinguirão toda a categoria profissional dos frentistas sem que o povo brasileiro tenha um ganho sequer com tal controvertida medida. Como aponta a própria justificação do PL, em seu segundo parágrafo, a automatização requer a realização de investimentos, os quais serão feitos de pronto pelas grandes redes, o que, certamente, sufocará as empresas pequenas e as circunvizinhas de menor porte e, via de consequência, desempregará nas grandes redes, pela automatização, e nas revendas menores, pela sua extinção.

Mas não é só. Sustenta a mesma justificação, em um de seus pilares, que a propositura visa, primeiramente, modernizar a atividade de abastecimento de combustível no País, trazendo tecnologia que permita o autosserviço em postos de abastecimento de combustível com um potencial de redução de custo para o consumo sem prejudicar o atendimento personalizado que possa decorrer da atividade do frentista, se assim o preferir. E, no último parágrafo da justificação do PL, diz que a proposta preocupa-se com a segurança na operação dos equipamentos de serviço e a segurança do consumidor.

Sr. Senador, Srª Senadora, meus companheiros, minhas companheiras, todos nós somos testemunhas de que este Brasil é um país de dimensões continentais. Vejam os problemas dos caixas eletrônicos 24 horas, que nem as pequenas lojas nem os postos estão aceitando em virtude das explosões! Vejam as dezenas de incêndios que ocorreram em postos de serviço! Vejam o que dizem as NRs 17,18 e 20 sobre a formação e a qualificação desses trabalhadores!

Como pode uma senhora com suas crianças abastecer um carro após as 22 horas em qualquer Estado brasileiro? O risco é enorme. Pode ser que, no futuro, com a tecnologia, mas uma tecnologia de ponta, que permita que você chegue ao posto e diga para a bomba ou para o robô colocar R$100,00 de combustível e ele abasteça sozinho, sem que você precise sair do seu veículo... Mas, no momento, isso é impossível.

Eu expliquei essa questão para o Senador, e ele foi sensível, como foi dito pelo seu Chefe de Gabinete, ao qual nós agradecemos. Finalmente, esta Casa é uma casa de leis, a Câmara Alta do nosso Congresso, a Casa do povo, e é aqui que nós temos que debater as nossas questões.

Mas é um absurdo! Primeiro, não há que se falar em opção do consumidor, vez que, no modo *self-service*, o frentista não mais estará no posto de combustível, pois há muito eles já foram embora. Acho que o Lairson já está à procura de emprego lá...

O SR. LAIRSON SENA DE SOUZA – No gabinete da Senadora.

O SR. FRANCISCO SOARES DE SOUZA – ... no gabinete da Senadora. (*Risos.*)

Segundo, a nossa irresignação remonta também do equívoco pensamento esboçado nesse PL de que toda tecnologia é saudável para a população, o que não é verdade. Não é um marcapasso. Não é uma tecnologia que permita que você fique em casa e o veículo seja abastecido sozinho.

Eu até quero adiantar, Senador, que, nas próximas décadas, o próprio mercado vai equacionar. Hoje, já temos carro à energia solar, já temos carro elétrico. E o carro elétrico não precisa nem ser ligado à tomada; ele já é carregado pelo sol, pela energia solar.

Hoje, há várias alternativas de combustível. Num futuro próximo, talvez daqui a duas ou três décadas, o próprio carro... Aí, sim, é tecnologia de ponta.

Como se não bastasse, o PL atribui ao consumidor demonstrar ganho concreto menos para essa tarefa do malgrado despreparo, e sem treinamento para tal manusear produto altamente perigoso e insalubre para si e para outro. Porém, aprovado, o cidadão comum passará a operar as bombas de gasolina, etanol, diesel, gás veicular, biocombustível, etc.

Por derradeiro, nosso mister é esclarecer que, por todos os ângulos por que se verifique o indigitado projeto de lei, vislumbramos o malefício, pois desemprega, extingue empresas, atribui ao consumidor a tarefa perigosa, insalubre, pondo em risco a sua vida e a de outros. Por fim, não aponta no que a medida trará de ganho real para quem quer que seja. Ademais, Sr. Presidente, o PL em questão profana as mais comezinhas peculiaridades culturais do modo como o brasileiro abastece toda sorte de veículos, do automóvel, passando pelas motocicletas, até grandes caminhões que singram as ruas e estradas brasileiras.

E o trabalhador frentista é o primeiro guia de todo brasileiro. Pergunte no posto onde fica a igreja. Pergunte no posto onde fica a rua. Pergunte no posto onde fica a rua. Pergunte no posto onde fica a avenida. Pergunte no posto qual é a próxima rodovia. Pergunte no posto o padroeiro da sua cidade, e será respondido no mesmo instante por um representante frentista que está ali no posto de serviço. (*Palmas.*)

O trabalhador frentista é o primeiro guia. O trabalhador frentista atende a todos e a todas com satisfação, carinho, bondade, respeito. Ele é o principal cartão-postal da sua cidade. Aliás, Senador e Senadora, há várias cidades do País que já têm frentista como guia turístico.

Peço permissão ao Presidente, um segundo, para encerrar.

Nesse sentido, Srs. Senadores, a Federação Nacional dos Frentistas está presente hoje para pedir-lhes que reflitam e arquivem novamente a proposta de implantação dos *self-services* nos postos de combustíveis, para, em tempos difíceis como os atuais, mantermos milhares de empregos, milhares de empresas. Essa é uma solução de justiça social e, na esteira do que ensinou o mártir da fé, o Arcebispo de São Paulo, Dom Evaristo Arns: "A transformação do mundo começa na hora em que cada cristão assumir responsavelmente o seu papel social para a construção do bem comum."

Após, companheiros frentistas de todo o Brasil, fazermos um posicionamento sobre esse embargado, para que todos deixem a inércia e cerrem fileiras até que a ameaça velada ao nosso emprego, contida no PL, esteja definitivamente sepultada... (*Palmas.*)

Como, nas palavras do saudoso, mas sempre atual, Dom Helder Câmara, ex-Arcebispo de Olinda e defensor dos oprimidos, sós somos um sonho e unidos, quase uma realidade.

Muito obrigado.

Viva o povo brasileiro e vivam os frentistas do Brasil! (*Palmas.*)

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Estão vendo como fez o nosso François? (*Risos.*)

Ele guardou todas as energias, fez um belo pronunciamento, um belo apelo. E o Coaraci tremia aqui, dizendo: "Está me convencendo!" (*Risos.*)

"Já estou totalmente convencido!"

(Intervenção fora do microfone.) (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Não, mas ele já está bem construído.

Bem, tínhamos a primeira Mesa, composta pelos seis convidados, e todos já se pronunciaram... Vocês conhecem a advogada do povo frentista, a Senadora Gleisi Hoffmann? (*Risos.*)

Então, ela disse: "Em homenagem ao Senador Paulo Paim, eu respeito esse povo que veio para cá, que se deslocou, cheio de sonhos, esperanças e expectativas, em busca de uma equação para trazer a paz"... Minha mãe era empregada doméstica, e eu vivi muito na pobreza e na fome, e o pobre todo dia mata um leão. Então, quando a gente vem para cá salvar emprego, a gente pensa: "Meu Deus do Céu, nem no meu emprego eles não me dão paz!"

Então, esse questionamento é terrível. Parece que temos de repetir e brigar todo dia pela mesma causa. Mas isso dá motivação, dá superação, isso nos faz forte, faz a vida ter essa beleza.

Hoje, o cara ser *hippie* é diferente, mas os *hippies* de antigamente eram filhos de pessoas abastadas, extremamente ricas, que queriam conviver com necessidades, vivendo dos seus próprios meios, das suas próprias artes. Hoje, o cara não precisa mais. O filho do rico não faz isso, porque a média da sociedade já vive pelos seus próprios meios, em dificuldades.

Vamos franquear a palavra para mais cinco companheiros, claro, com uma redução para três minutos. Quem conhece o minuto de televisão sabe que, em três minutos, é possível dar um belo recado – três minu-

tos bem colocados, com condensação de fala. Então, cada um tem uma dorzinha, e essa dor vai centralizar-se para balizar ainda muito mais o companheiro Coaraci, que, neste momento, é a porta de entrada e os ouvidos do Senador Blairo e também dos Senadores que requereram e fazem o apelo à Senadora Gleisi, que, no encerramento da fala, vai trazer seu posicionamento, pronunciando-se a respeito. E vamos estar aqui, sem dúvida, carinhosamente, ouvindo.

Então, para começar esta nova Mesa, vão falar de seus lugares mesmo, vamos chamar o Carlos Alves dos Santos.

Engraçado, só homens...

Não, então, vamos começar com uma mulher: Maria Aparecida, Vice-Presidente. (*Palmas.*)

A SRª MARIA APARECIDA EVARISTO DA SILVA – Bom dia a todos. Eu me chamo Aparecida e trabalho em postos há 18 anos. Então, fico triste, quando vejo um projeto deste porte que quer tirar o trabalho de milhões de frentistas do Brasil.

Como os donos dos postos vão treinar a população inteira contra os riscos de acidentes? Há NRs em que os trabalhadores são treinados, há riscos à saúde. Se não querem dar nem um Equipamento de Proteção Individual (EPI), nem uma bota.

Nos outros países, existe isso, sim, mas eles têm tecnologia, e o Brasil está longe disso. Quem sabe, daqui a 30 anos, o País tenha tecnologia para isso. Mas, neste momento, não tem.

Não há segurança. Como uma senhora vai abastecer um carro à noite, num país em que não há segurança? Ela vai ficar sem o carro, sem a roupa, sem tudo.

Então, eu peço ao Senador Blairo que retire o projeto... Em 1998, eu fiquei muito triste quando o Presidente Fernando Henrique tirou nossa aposentadoria especial, e, até hoje, eu não esqueci isso. Para a gente conseguir isso, é preciso brigar na Justiça; na Justiça, é possível conseguir isso.

Se ele não recuar, ele vai ficar conhecido como o Senador que tirou milhões de empregos. Não são 500 mil, mas muito mais, porque existem famílias, filhos, que dependem disso. E o que é tirado de nós covardemente nós nunca vamos esquecer.

É só isso o que tenho para falar.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Há um ditado popular que diz que, quando você emprega uma pessoa, você emprega um ingrato e desagrada 99. Imagine você tirar o emprego de quem você não empregou. Aí, é comprar briga para sempre.

Bom, ouvimos a Maria Aparecida.

Agora, vamos ouvir o Carlos Alves dos Santos, Presidente do Sindicato dos Frentistas de Brasília e representante da Força Sindical.

O SR. CARLOS ALVES DOS SANTOS – Bom dia a todos! Bom dia, Senador!

Gostaria de cumprimento o Senador Telmário, representando esta Comissão. Senadora

Gleisi, obrigado pelo apoio e por ter abraçado a nossa causa.

Quero cumprimentar o companheiro Coaraci, com quem já conversamos, acompanhando o nosso Presidente Francisco Soares numa reunião com o Senador Blairo. Tenho certeza de que o Senador vai ouvir o apelo da nossa categoria, dos trabalhadores, vai mudar de ideia e retirar esse projeto da pauta.

Quero deixar bem claro aqui que, de início, sou Presidente do Sindicato dos Frentistas de Brasília e estou representando também a Força Sindical, na pessoa do Presidente Miguel, que não pôde comparecer devido a outros compromissos.

Quero cumprimentar meus companheiros frentistas de todo Brasil que se estão fazendo presentes nesta Comissão. Sejam todos bem-vindos a Brasília!

Quero dizer que a nossa Federação e as centrais sindicais vamos estar mobilizados na defesa do interesse dos trabalhadores. Ou seja, queremos, sim, discutir esse projeto, mas para beneficiar e melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores, hoje, em postos de gasolina. Queremos que as autoridades, o Governo e os empresários olhem melhor para os trabalhadores, que hoje são um cartão-postal, como disse o nosso Presidente, nas cidades.

Há vários projetos hoje. Em alguns Estados, há o Frentista Amigo do Turista. Não é, Chico? Hoje, o frentista é mais do que um informante, mais do que um GPS.

A tecnologia de ponta, como disse o companheiro, existe no Waze e no GPS, e muitas vezes o frentista leva o visitante, numa cidade, a locais a que o próprio GPS não leva. E o frentista é o melhor informante hoje na própria comunidade.

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS ALVES DOS SANTOS – Precisamos manter os empregos dos trabalhadores. Por isso, a Força Sindical, as centrais sindicais e a Federação Nacional dos Frentistas vão ficar atentos, aqui no Senado, nas Comissões. Vamos trabalhar para que esse projeto nem passe nas Comissões; que morra nas Comissões, para manter o direito e o emprego de mais de 500 mil trabalhadores no Brasil todo.

Por isso, queremos mobilizar todo o Brasil, todos os trabalhadores, para que pressionem seus Senadores no sentido de conseguirmos matar esse projeto nas Comissões.

Meu muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Vamos ouvir o Eusébio Luís Pinto Neto, Presidente do Sindicato dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo (Sinpospetro) no Rio de Janeiro.

O SR. EUSÉBIO LUÍS PINTO NETO – Sr. Senador, Presidente da Comissão, em nome de quem cumprimento a Mesa; companheiro Francisco, Presidente da nossa Federação Nacional, que fez aqui uma explanação muito bem feita e mostrou por que o frentista hoje conseguiu proibir os *self-services* e por que temos, inclusive, grande papel na sociedade como trabalhadores, porque temos representação e estamos qualificados para participar da vida política nacional. Parabéns, Presidente Francisco! Aqui, você demonstrou por que é o presidente da nossa categoria.

Cumprimento a Senadora Gleisi Hoffmann, com quem tive o prazer de estar no Paraná, para propor esta audiência pública, ao lado do companheiro Lairson; em seu nome, cumprimento todas as mulheres trabalhadoras frentistas do Brasil.

Aqui, representando os companheiros trabalhadores, mais de 30 mil, do Estado do Rio de Janeiro, quero dizer que, mais uma vez, senhoras e senhores, estamos voltando à luta depois de vários anos, quando tivemos de sair de todos os lugares do Brasil para evitar que esse projeto fosse aprovado nos anos 2000. Ali, tivemos de nos organizar nas prefeituras de todos os Estados, de todos os Municípios, principalmente do Estado de São Paulo, e no Estado de São Paulo, onde aprovamos uma lei, de autoria de Jamil Murad, então Deputado Estadual do PCdoB, e conseguimos derrubar o veto do então Senador Mário Covas, em um ato memorável na Assembleia Legislativa de São Paulo.

(Soa a campainha.)

O SR. EUSÉBIO LUÍS PINTO NETO – Então, senhoras e senhores, depois viemos para Brasília, no ano 2000, e aprovamos a lei de autoria do camarada Aldo Rebelo, que proíbe o autosserviço nos postos de gasolina no Brasil.

Já temos experiência e temos história. Agora, novamente, estamos em Brasília para garantir o direito ao trabalho e ao emprego dos nossos companheiros, trabalhadores frentistas.

Eu sou frentista com muita honra, e sou frentista por opção. Digo isso. Saí de um escritório de contabilidade para ir trabalhar em um posto de gasolina.

Na época, era funcionário de um escritório no Metrô de São Paulo. Por quê? Porque gosto do ambiente do posto de gasolina, pela liberdade que nos dá, pela capacidade de interação que temos com toda a sociedade e pelo papel importante que esse trabalhador joga na sociedade.

Então, senhoras e senhores, hoje, como aqui já foi dito, estamos pulverizados em todas as esquinas do Brasil com mais de 500 mil trabalhadores, em mais de 40 mil empresas, onde temos a capacidade de, em pouco tempo, fazer uma notícia boa ou ruim correr todo o Brasil. Talvez só a mídia ou a Rede Globo tenham essa capacidade mais do que nós. Então, senhoras e senhores, interagimos com toda a sociedade e atendemos todos, de todas as escalas sociais neste País.

Aqui, temos a nossa própria história no Brasil. Cada país tem a sua história, e nós temos a nossa. E, no mundo do trabalho, não é diferente.

Construímos a nossa história aqui no Brasil. Nós, da categoria dos frentistas, somos hoje uma categoria específica, determinada pelo Supremo Tribunal Federal.

(Soa a campainha.)

O SR. EUSÉBIO LUÍS PINTO NETO – Essa é a única categoria organizada do setor no mundo. Por isso, Sr. Senador, aqui não vai poder ter o *self-service*. Aqui, não vai ser igual ao restante do mundo, porque aqui há uma categoria organizada.

Eu, como muitos aqui, tivemos a oportunidade e o prazer, Senador, de participar da fundação do primeiro sindicato de frentistas do Brasil, da primeira federação estadual e da federação nacional. Participei junto com os companheiros da organização de mais de 50 sindicatos de frentistas no Brasil, e a maioria deles está presente aqui neste momento, neste auditório. Por isso, eu digo a vocês que esta categoria está organizada para o embate e, por isso, aqui, no nosso País, não vai haver autosserviço.

Quero finalizar dizendo que ser frentista é ter a oportunidade de dialogar com todas as classes sociais, de ser um agente público, de interagir com o debate do dia a dia. Orgulho-me muito disso, e, graças a essa opção, estou hoje aqui na Câmara Alta do Congresso Nacional discutindo o emprego da minha categoria, defendendo a minha categoria e contribuindo com o debate político deste País.

Muito obrigado, senhoras e senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Maria Aparecida, você falou de aposentadoria. Já está havendo algum reconhecimento na Justiça? Estão conseguindo isso? (*Pausa.*)

Eu queria, depois, João, que você conversasse com ela e visse os documentos de que dispõe, para que eu e Gleisi possamos – chamaremos o Paim também –, aqui dentro, fazer uma lei ou alguma coisa que possa... (*Palmas.*)

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – ... que possa restabelecer aquilo que o Fernando Henrique tirou. Ele sempre faz isso. (*Palmas.*)

E, agora, eles querem voltar através do golpe. Imaginem! (*Risos.*)

Muito bem. Então, há mais dois inscritos. Para não chamar todos do Rio de Janeiro e estabelecer um monopólio – e o carioca gosta de conversar muito... (*Risos.*)

Ainda bem que não há baianos aqui. Morei 14 anos..., e baiano fala!

Vou chamar o Hozano Felix Silva, Diretor.

O SR. HOZANO FELIX SILVA – Não sei se é bom dia ou boa tarde a todos!

Quero cumprimentar a Mesa por intermédio do Senador que está presidindo a reunião. Cumprimento a nobre Senadora, o companheiro Chico e o Luiz Arraes, que representam nossa categoria.

Meu nome é Hozano, sou um dos primeiros fundadores do sindicato, em São Paulo, e fundador também tanto em âmbito estadual como nacional. Hoje, moro em Minas. Inclusive, a nossa região vem até perto de Brasília, 75km. A partir do ano que vem, vou acompanhar de perto todo esse projeto aqui.

Também quero informar que, em Montes Claros, na sessão especial de quinta-feira passada, visitei a Assembleia e peguei a moção dos Vereadores, de repúdio a esse projeto. Inclusive, o companheiro Presidente, do Partido dos Trabalhadores, tomou uma posição também de repúdio, porque isso traz muitos problemas sociais.

Eu vou ser bem moderado, bem calmo, porque aqui estamos começando hoje. Concordo também, como a companheira Cida falou, que devemos falar para o nobre Senador retirar esse projeto. O companheiro Chico e outros companheiros já estiveram aqui. Que se retire! É bem melhor assim, para não afetar as bases.

Eu não estou fazendo aqui nenhuma ameaça, nem nada, mas conheço políticos, pois sou filho de um político do Nordeste, de Alagoas, da terra do Presidente do Senado, e acompanhei muito... Às vezes, recuar não é ser covarde; é qualidade.

(Soa a campainha.) (Palmas.)

O SR. HOZANO FELIX SILVA – Eu vou concluir dizendo que estamos muito unidos. Vamos fazer nosso trabalho. Já estou fazendo.

E os trabalhadores – passei na cidade de Unaí, falando dessa audiência – começaram a ficar nervosos. Falei que não, que deveríamos ter confiança nos Senadores; que isso está em boas mãos, Paulo Paim, a Senadora e outros. Então, estamos dando total confiança aos Srs. Senadores.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Obrigado.

Então, para encerrarmos o quadro dos convidados, vamos encerrar no Rio de Janeiro, naquele lugar difícil chamado Niterói.

Concedo a palavra, por três minutos, ao Alexsandro dos Santos Silva, Presidente do Sindicato dos Frentistas de Niterói.

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXSANDRO DOS SANTOS SILVA – Bom dia à Mesa!

Quero parabenizar a Comissão por realizar essa discussão, abrindo as portas do Senado para ouvir as particularidades da nossa categoria.

Constantemente acompanho os seus pronunciamentos, Senador Telmário, por meio da TV Senado e vejo que V. Exª sempre demonstra de que lado se encontra. Recentemente, vi isso na votação dos votos aberto e fechado, em que V. Exª, em um ato de coragem, ocupou a tribuna e declarou o seu voto.

Da mesma sorte, vejo, com grande alegria, que estamos sendo apoiados nesse ato por uma Senadora, que é uma grande líder no nosso País, sobretudo pelas posições que já ocupou como Ministra-Chefe da Casa Civil. Portanto, estamos muito bem acompanhados.

Quero parabenizar também, porque não posso deixar de reconhecer o ato de coragem do Chefe de Gabinete do Senador por vir aqui debater. Ele não só propôs, mas está aqui debatendo e ouvindo a categoria, em ato de coragem, porque é isso que nós temos que ter nos homens públicos que dirigem o nosso País. (*Palmas.*)

Há de ser observado que atividade de frentista é tida como atividade especial, prevista no Decreto 53.831, de 1964. Esse decreto garantia aos trabalhadores o direito à aposentadoria especial. Ele descrevia que aquela atividade era classificada como atividade especial.

Recentemente, debatemos e participamos ativamente, através da nossa federação, da criação de um anexo, a NR 20, anexo que traz ao ordenamento jurídico a exigência dos postos de combustíveis em qualificar os seus frentistas. Não pode existir posto de gasolina sem que haja um trabalhador que, para operá-lo, não tenha passado por um curso de qualificação. Esse trabalho só pode ser exercido, haja vista as particularidades dessa dessa atividade, por trabalhador qualificado.

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXSANDRO DOS SANTOS SILVA – Aprovar a automação dos abastecimentos é um desserviço a toda sociedade, que passa a estar exposta. Hoje, quem se expõe é o frentista, mas se expõe de maneira qualificada; ele se expõe, porque sabe dos riscos que a atividade oferece. Para isso ele é qualificado, é treinando, é alertado pelo sindicato da importância de manusear aquele combustível. E a sociedade, quem vai qualificá-la?

A gente está lidando, no posto, e há de ser observado isso, Sr. Castilho, que nos postos há substâncias cancerígenas, e só pode manipular essas substâncias quem está qualificado para lidar com elas. Tanto é assim que a Presidente Dilma editou o Decreto nº 8.123, de 2013, que dá mais uma fundamentação à especialidade de um ambiente de trabalho que tenha exposição a agente cancerígeno. Ela não só ficou na legislação de 1964, mas, em 2013, nós temos o ordenamento jurídico que prevê a aposentadoria especial para os trabalhadores que manuseiem o benzeno ou que tenham contato com quaisquer substâncias classificadas como cancerígenas em seu ambiente de trabalho.

Nesse sentido, eu quero dar a minha sugestão, porque, como disse V. Exª no início da audiência, V. Exª está aberto a sugestões, tanto é que esse é o objetivo principal desta audiência pública, creio eu que seja, este projeto tem que ser encaminhado rapidamente para o arquivo. É o lugar onde ele tem que estar. (*Palmas.*)

E nossa categoria, mais uma vez – sou frentista desde os 18 anos, e não tive a oportunidade de fazer história, como os nossos companheiros Luiz, Chico, Eusébio fizeram, na na luta pela automação, porque venceram esse embate em 2000, mas, como eu disse, iniciei meus trabalhos em postos em 2001, onde permaneço até hoje –, tem a oportunidade de escrever mais uma página na nossa história, cujo título pode ser o seguinte "O valor social do trabalho prevaleceu".

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Vejam vocês que o frentista, mesmo que seja tímido, é obrigado a ser um guia turístico. Sem dúvida alguma, quando algum de vocês for a Niterói, procurem o Alexsandro, que ele vende o peixe direitinho.

Vamos sair do Rio e vamos para o Ceará!

Temos ali o Ardilis Piterson, a quem concedo a palavra.

O SR. ARDILIS PITERSON PEREIRA DE SOUZA ARRAIS – Bom dia a todos e a todas!

Cumprimento a todos na pessoa do Senador Telmário.

Quero relembrar um pouco as palavras do nosso presidente nacional, quando disse que a tecnologia tem que ser mais avançada ainda para abrir a boca do tanque e lavar o bico até lá. Aí depois, Presidente, tem que evoluir um pouquinho mais para lavar o para-brisa, calibrar os pneus, olhar os níveis de óleo e de fluido no motor, entre outras atividades que nós frentistas realizamos no posto.

No Estado do Ceará – e todo mundo sabe das dificuldades que a nossa Região Nordeste enfrenta –, há muitos postos, pequenos negócios, que são empresas de família, que passam de pai para filho, diferentemente dos do Sudeste, onde têm as grandes redes. Esses postos também, além dos nossos empregos de frentistas que

seriam extintos com a aprovação desse projeto, podem ter a certeza de que esses postos acabariam, porque haveria uma massiva invasão das grandes redes, das grandes distribuidoras.

Esse projeto também transfere o risco da atividade que o frentista exerce hoje para o consumidor. Eu acabo de receber a notícia de que, infelizmente, hoje, acabou de ser assassinado um frentista da maior rede de postos do Estado do Ceará, em virtude de um assalto.

Então, são essas dificuldades que o frentista enfrenta no dia a dia e que o projeto vai transferi-las para o consumidor. Riscos de estar o consumidor inalando o produto químico, que é cancerígeno, altamente perigoso e inflamável, hoje manipulado pelos frentistas, passarão para o consumidor, que não está preparado para isso.

Então, o Nordeste, aqui, externa sua preocupação com esse projeto e consequentemente com o emprego de muitos trabalhadores, que, muitas vezes, nas nossas cidades, que são pequenas, é a única fonte de renda de muitas pessoas daquelas cidades. No Estado do Ceará, em cidades pequenas, temos dificuldades de emprego. Portanto, o posto de gasolina, pelo contrário, não é um emprego de início de carreira, mas, sim, muitas vezes, o único emprego de que dispõem aqueles trabalhadores no Estado do Ceará.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Eu vou pegar o nosso avião e direcioná-lo para o Rio Grande do Sul, porque senão o Paim fica zangado. (*Risos.*)

Vamos ouvir o Ângelo Martins, do Rio Grande do Sul.

O SR. ÂNGELO CARLOS MARTINS E SILVA – Bom dia a todos!

Bom dia à Mesa!

Cumprimento o meu companheiro Chico; cumprimento a Senadora, e reitero os meus cumprimentos ao Senador Telmário, que está substituindo muito bem o meu companheiro Paim.

Como o próprio Senador Blairo já colocou que já existe uma lei, então, se já existe uma lei, para quê outra lei? A que se refere essa questão? Senão, Senadora, vamos rever também à Lei Áurea!

Então, vamos voltar! Vamos rediscuti-la! Vamos voltar para a escravidão!

Este momento pelo qual passa o País, e aí eu quero apelar para a sensibilidade do Senador Blairo Maggi – e é esse o grande desafio que vou colocar para o Castilho –, porque depois de ouvir tudo e a todos, e a todas, aquelas questões específicas, especiais, diretas, retas que influem a nossa categoria, eu faria a seguinte pergunta, que não quer calar: esse projeto vai beneficiar a quem neste momento ou em outro momento? A quem vai beneficiar?

Lá no Rio Grande do Sul dizemos que, quando um jabuti sobe em uma árvore, tenha cuidado, porque, se não houve enchente, como é que esse jabuti subiu nessa árvore? Castilho, o seu desafio é grande!

(Interrupção do som.)

O SR. ÂNGELO CARLOS MARTINS E SILVA – Isso aí foi um equívoco. Não quero saber se existe alguém colocando um jabuti em cima da árvore para prejudicar centenas de milhares de frentistas em todo o Brasil.

(Soa a campainha.)

O SR. ÂNGELO CARLOS MARTINS E SILVA – E olhem que nós estamos falando de 500 mil frentistas diretos. E os indiretos? E as famílias desses frentistas?

Então, fazendo coro a tudo o que já foi dito aqui, eu queria fazer direto e reto como um bom gaúcho: Castilho essa é a sua missão! Essa é a missão também de todos e todas aqui. É a missão da Senadora.

Em nome do companheiro Paim, quero dizer, parafraseando o Chaplin: somos frentistas, homens e mulheres, não somos máquinas! Queremos o nosso emprego direto e reto.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Castilho, o que quer dizer Coaraci? Coaraci é o nome de uma cidade no Pará. (*Risos.*)

Mas é um nome indígena. Você sabe a origem? Sabe o que significa?

O SR. COARACI CASTILHO – Meu pai era amigo de um capitão indígena e, em homenagem a ele, me deu esse nome. Em Tupi Guarani, Coaraci é sol.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Então, você precisa iluminar. Sem nenhuma dúvida, você vai sair daqui iluminando o destino desse povo. (*Palmas.*)

A vida é traçada por destinos.

Mais uma vez, eu quero, aqui, em meu nome e em nome da Senador Gleisi, fazer esse registro, para dizer que o Senador Blairo é um homem que emprega muito, responsável pelo PIB brasileiro. Não tenho nenhuma dúvida de que ele vai rever tudo isso, com o coração iluminado pelo sol do Coaraci, e que essas coisas trarão a paz para os nossos frentistas e também tirar todo mundo dessa escuridão que hoje ameaça o nosso destino.

Então, Coaraci, antes de passar a palavra a você, ainda há aqui o Nonato. Eu deixei aqui o Dr. Alexandre Frias, por último, porque ele é advogado e ele quer falar – por último não, por último será a Senadora Gleisi.

Concedo a palavra ao Raimundo Nonato, de Campinas; São Paulo quer falar também.

O SR. RAIMUNDO NONATO DE SOUSA – Em primeiro lugar, quero dar bom dia a todos trabalhadores frentistas, especificamente às mulheres frentistas que estão aqui, a companheira Renilda, a companheira Cida, as companheiras do Estado do Espírito Santo, de São José dos Campos, e, em nome da Gleice, parabenizar essas frentistas, que, dia após dia, inalam todos aqueles produtos químicos em postos de gasolina.

Quero dizer o seguinte: considero um posto de combustível uma pequena indústria química situada em área urbana. Por quê? Porque nós trabalhamos com produtos químicos aromáticos. Trabalhamos com o tolueno, trabalhamos com o xileno, trabalhamos com o benzeno, com hidrocarbonetos aromáticos e outros produtos que a gente sequer tem conhecimento, sem falar o diesel, no etanol e no enxofre, aqui lembrado pelo companheiro do Ceará.

Por que falo isso? Porque sou Diretor do Sindicato dos Frentistas, sou Diretor da Federação Estadual dos Frentistas do Estado de São Paulo, Secretário de Saúde, então, a gente tem uma clareza grande com esses tipos de produtos que nós trabalhamos. Tirar da gente a responsabilidade de toda essa exposição e transferi-la para o consumidor é um risco grande – é um risco grande!

Quando se fala na questão de *self-service,* nós temos que levar em conta que, nos postos de gasolina, hoje, não se cumpriu sequer a Etapa 1. O que é a Etapa 1? São as trocas dos tanques, por onde pode haver grandes vazamentos, contaminando o solo. Vários postos fizeram remediação de troca de tanque na Etapa 1.

E o que é a Etapa 2? E a questão da recuperação de vapores. Entenderam, companheiros? E, na recuperação de vapores, nós não temos nem onde levá-los; nós não temos tecnologia, nem a Petrobras a tem, para recuperar esses vapores.

Então, hoje, quando se coloca a questão do sistema *self-service*, que aí está, que são verdadeiras armaduras, pois são postos de combustíveis que têm o teto plástico e, se houver um vento, com tantas mudanças climáticas, voará tudo, pergunto: como fica a questão desse abastecimento *self-service*, colocando em risco famílias que viajam de férias, de lazer, embaixo de um posto de gasolina? Entenderam, companheiros?

Então, eu acho que o Senador, talvez, indicado por uma rede de posto, não tenha conhecimento dos produtos com que trabalhamos – o Senador não sabe também –, talvez essa rede de posto indicou o Senador, que entrou com esse projeto do *self-service.*

Eu estava conversando com o representante do Senador, dizendo-lhe que eu tive a oportunidade de morar no Estado do Mato Grosso, em Cuiabá. Inclusive, conversávamos sobre o Trevo do Lagarto. Não foi isso? Dizíamos que ali há um grande número de postos e sequer existe asfalto, só há poeira.

Então, ali, os trabalhadores vão almoçar, e também os clientes, debaixo daquela poeira toda lançada pelos caminhões. Isso não é *self-service.* E aí ele me disse que teve a sensibilidade de conversar com o Senador para rever esse projeto. Não é isso? Viemos conversando desde o corredor até aqui.

Então, companheiros, para você modificar alguma coisa dentro de um posto de gasolina, você tem que passar pelos órgãos ambientais. Sem permissão de órgão ambiental, não se muda nada em posto de gasolina – não se muda nada! Até para você quebrar aquela pista, precisa de licença do órgão ambiental.

E vou mais longe: hoje, o Inmetro, talvez os companheiros não tenham conhecimento, está baixando uma portaria, para que sejam mudadas mais de 350 mil novas bombas de combustíveis no Brasil. Essas bombas trazem novas tecnologias em termos de sonegação fiscal, em termos de fraude. Elas têm um dispositivo em que, na hora do abastecimento, você toca naquele dispositivo, fazendo o registro, portando, não permitindo fraude. Isso, porque várias denúncias foram feitas, dizendo que postos de gasolina estavam fraudando a clientela.

Então, nós precisamos conhecer o nosso trabalho. Precisamos conhecer, verdadeiramente, o que significa o posto de gasolina hoje.

Era isso, companheiros.

Obrigado. (*Palmas.*)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Só um pouquinho. Você vai dar essa notícia aqui, que é muito boa e alvissareira.

O Coaraci pediu-me a palavra... Porque eu sempre digo que eu a Gleisi sempre nos pautamos pelo Regimento. Porque há um tal de art.14, que afirma que, quando o cabra é citado, tem direito de resposta. Pensem em um cabra que foi citado aqui? (*Risos.*)

Então, daqui a pouco vou dar dois minutos para ele.

Mas, antes, eu queria ouvir o Sr. Alexandre Frias, que tem a palavra.

O SR. ALEXANDRE FRIAS – Sr. Presidente, muito obrigado.

Sr. Presidente, membros da Mesa, é uma tarefa um tanto quanto difícil, até para o departamento jurídico, e eu advogo para a Federação Nacional dos Frentistas, observar a boa técnica da redação do próprio projeto. E essa é a nossa missão, como advogado, como operador de direito, que é exatamente analisar qual é o motivo, o que alcança a norma, o que alcança este projeto de lei, qual é a natureza, o que ele vai trazer de benefício e qual é a necessidade.

Analisando ainda hoje pela manhã, eu pude perceber que esse projeto não agrada ao próprio Deus, que foi invocado no preâmbulo da Constituição Federal de 1988: todos os Constituintes promulgaram a lei maior do Brasil pedindo a proteção de Deus. Esse Deus, que, para muitos, tem o significado religioso, claro, de diversas religiões – e aqui não podemos explanar a religião de cada um e a crença de cada um –, mas podemos dizer que esse projeto fere diretamente a própria Constituição, a formação da República, os fundamentos sociais e os valores de trabalho.

Esse projeto fere também o próprio Código de Defesa do Consumidor, quando prevê que o consumidor tem que ter a proteção contra produtos perigosos, contra produtos nocivos.

Então, se vingar esse projeto, por certo ele afrontará a Constituição, não só em relação aos valores sociais do trabalho, mas também em relação ao consumidor, que se verá exposto não só à nocividade, mas também à periculosidade do manuseio com o combustível. Esses são os desafios do projeto.

Ao falar na justificativa de que nós teremos bons resultados, quais serão esses bons resultados? Vai significar drasticamente, no bolso do consumidor, alguma coisa? Vai diminuir o valor do combustível? Não vai. Sabemos que não vai.

Então, parece-me, com todo respeito ao idealizador do projeto, que nós estamos diante de um viaduto que não tem seu término. Onde vai desaguar a necessidade dessa lei?

Poderíamos, então, invocar um plebiscito e saber se toda a Nação brasileira quer de fato essa modificação. Teríamos que perguntar ao povo se eles querem...

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRE FRIAS – ... abdicar da segurança e abastecer seus próprios veículos, se eles querem acreditar que o posto de combustível vai colocar um equipamento seguro a ponto de afastá-lo da nocividade e da periculosidade do combustível. Eu digo isso não só pelo etanol, gasolina e diesel, eu digo também pelo GNV. Quem vai conseguir operar aquilo?

Nós lutamos tanto para poder buscar a segurança do trabalhador, mas, em muitos casos que vejo por aí, o trabalhador nem sequer tem treinamento NR-20 por questão de dinheiro, muitas vezes, o próprio trabalhador fica à deriva em relação ao treinamento que lhe é fadado pela legislação, pela NR-20.

Então, eu acho, Sr. Castilho, com todo o respeito, que o senhor deve levar ao nosso Senador a proposta aqui hoje de rejeição dessa propositura. Eu tenho certeza de que o brasileiro não quer essa propositura vingada.

Nós não estamos preparados para isso, não é a nossa natureza. A nossa natureza é unir-nos por uma Nação justa e coerente com o trabalho. Essa é a verdade.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. LUIZ DE SOUZA ARRAES – Dizem que quem guarda confissão é padre. O Coaraci confidenciou, baixinho aqui, que já foi frentista. Então, a nossa esperança aumenta mais ainda. (*Palmas.*)

Ele, ouvindo os antigos colegas aqui, acho que vai ficar sensibilizado.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Com certeza, a origem dele está no coração, mas eu queria aproveitar e mandar um recado para o Senador Blairo de que ele não demita o Coaraci, ao contrário, aumente o salário dele, porque as costas dele estão ardidas de apanhar aqui. (*Risos.*)

Vá, Coaraci.

O SR. COARACI CASTILHO – Pessoal, é com grande satisfação que estamos aqui.

Primeiramente, não estamos entrando no mérito do projeto, mas eu queria contestar, *data venia*, ao Dr. Frias, porque o projeto foi estudado pela consultoria, teve uma adequação jurídica do alto gabarito da nossa consultoria e sob a minha supervisão. Quero dizer que o projeto é facultativo. Segundo: ele tem que ter a autorização expedida pelo Poder Executivo. É o Senador Blairo que está fazendo, e tem que haver esse esclarecimento. A aplicação dessa lei não desobriga o cumprimento de convenção, acordos ou normas de natureza coletiva conectas às atividades que estejam em vigor na data da publicação dessa lei.

Quando foi feito esse projeto, quando foi idealizado, como eu disse anteriormente, o aquecimento da economia estava muito forte. Nesse entendimento, fomos procurados por alguns setores de postos e fizemos esse projeto, mas, como estou aqui representando o Senador Blairo Maggi, nada é definitivo. (*Palmas.*)

Todos sabem, a Senadora Gleisi, o Senador Telmário, o Senador Paim.

Foi dito aqui que o Senador não tem sensibilidade com os trabalhadores. Quero dizer que sim. Prova é que ele, como Relator da Agenda Brasil, designou o Senador Paulo Paim para cuidar da terceirização. Então, o Senador Blairo Maggi é sensível aos trabalhadores, haja vista que o Senador Telmário disse que ele tem muitos funcionários, haja vista que foram aprovadas, numa medida provisória, recentemente, aqui no Senado Federal, as horas extras para os tratoristas, que não ganhavam.

Então, o Senador Blairo Maggi é sensível com os trabalhadores. Prova é que a sua empresa de agronegócio é de ponta no País. Nós tivemos a oportunidade de conversar com o Francisco, com o presidente do sindicato aqui de Brasília e com tantos outros que nos procuraram. Nada é fechado para o Senador Blairo Maggi.

Nós temos o projeto do aeronauta, de que o Senador Paim foi o Relator, em que apenas o art. 1º foi considerado. O substitutivo todinho do Senador Paim foi mandado para a Câmara e foi aprovado numa sensibilidade do Senador Blairo Maggi. (*Palmas.*)

É essa a defesa que eu quero fazer aqui a todos, amigos, companheiros.

Como disse aqui, aos 12 anos, naquela época, Senadora Gleisi, papai conseguiu também fazer a minha carteira profissional. Com 12 para 13 anos, eu já tinha carteira assinada e eu trabalhei no posto de combustível em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, onde tive a honra de trabalhar, por 22 anos, com Ramez Tebet, tanto como Deputado, vice-governador, governador e Presidente do Senado Federal. Hoje a sua filha está aqui.

Então, eu quero dizer a todos, companheiros, amigos, Presidente, Senador Telmário, que está dando essa oportunidade para o Senador Blairo Maggi expor, através da minha pessoa, aqui o projeto, que o projeto veio para tentar sensibilizar a tecnologia, mas o ser humano está acima da tecnologia. (*Palmas.*)

Com certeza, o Senador Blairo Maggi terá a sensibilidade para que possamos juntos, em comum acordo, fazer desse projeto o que todos queremos.

Um abraço a todos e muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Para um bom entendedor, meia palavra basta. (*Risos.*)

Se ler as entrelinhas, já pode botar o sorriso no rosto, até porque agora nós vamos ouvir aqui, plagiando um pouco Roberto Carlos, na música da Mulher Pequena, essa mulher pequena do coração monstruoso. Quando ela sobe à tribuna do Senado, os céus abrem suas portas, as matas, os seus ouvidos, os igarapés e as serras fazem eco, porque é uma voz que merece ser ouvida.

Estou falando aqui da Senadora Gleisi. (*Palmas.*)

Podem aplaudir.

A Senadora Gleisi teve a oportunidade de sentar na porta do Brasil, porque ela foi Ministra da Casa Civil. Ali chega de tudo.

Então, o amadurecimento dela é fantástico, porque ela acaba sendo pires de tudo por que o Brasil passa até chegar à própria Presidente. Ela nunca foi peneira para filtrar e deixava a Presidenta bem informada, porque nós sabemos que, em uma casa, na sua própria casa, nem tudo o que acontece você sabe; imagine em uma nação, como é o Brasil.

Sem nenhuma dúvida, a Senadora Gleisi hoje está aqui, nesta Casa, dando uma grande contribuição. É uma pessoa sincera, honesta, uma pessoa íntegra, grande companheira, muito segura dos seus propósitos, dos seus objetivos e do seu trabalho. Ela sempre está na tribuna, trazendo grandes assuntos, assuntos nacionais, que, às vezes, até nascem no berço do seu Estado natal, porque a vida não é diferente.

Quando eu era vereador, eu amanhecia o dia nos ônibus, no supermercado, nas feiras, nas filas naturais, e aí os meus adversários diziam: "Mas, Telmário, por que tu fazes tanto projeto? Tu vives na internet!". Naquela época, eu mal sabia navegar em canoa; imagine em internet! Eu dizia para eles que sim, mas era ouvindo a população. É junto com o povo que melhoramos os nossos conhecimentos, aprimoramos as nossas normas e as leis, e é assim que a Senadora Gleisi faz: ela abre os seus ouvidos para ouvir o nosso frentista.

Agora vamos ouvir a voz dessa paranaense. (*Palmas.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – É um *gentleman* esse Senador, não? E com uma verve poética ainda. Muito bem! Agradeço muito suas palavras, Senador Telmário, que é um grande companheiro, amigo aqui, colaborador e, desde que chegou, neste mandato, eleito agora, tem tido uma relevância muito grande na articulação da Casa. Então, quero também fazer uma saudação a V. Exª, pela importância do seu trabalho.

Quero dizer que considero que este nosso encontro aqui, Lairson, cumpriu o seu objetivo de abrir o debate, de colocar a importância do tema, de conscientizar o Congresso Nacional, o Senado da República e, principalmente, de chegar ao coração do Senador Blairo Maggi. Eu queria agradecer muito, Coaraci, a sua presença aqui.

Primeiro, faço uma defesa também do Senador Blairo Maggi, porque, obviamente, o Senador não apresentou esse projeto para prejudicar o trabalhador frentista; não era esse o objetivo do Senador. Ele, obviamente,

ouviu outros setores, com quem ele tem relação e que o convenceram de que essa proposta poderia ser boa, inclusive, para a sociedade. Como disse o Coaraci, em um outro momento.

Eu acho que, se há uma característica importante do Senador Blairo Maggi, é a característica do ouvir, do ser democrático. Ele já foi governador de um Estado, é um grande empregador e aqui, na Casa, tem sido um grande companheiro. Mesmo tendo suas posições firmes em relação a determinadas situações, ele senta, ouve, media.

Então, eu acho que o fato de você estar aqui hoje e trazer para nós essa abertura e essa possibilidade que o Senador tem de, inclusive, rever o seu projeto é muito importante, mostra a sensibilidade dele e mostra a importância que vocês têm, por convencerem o Senador Blairo Maggi: o Sr. Francisco esteve lá e vários outros companheiros que estão aqui, conversando com o Senador.

A importância que tem a profissão de frentista não é só porque assegura emprego a 500 mil pessoas, a 500 mil famílias, mas ela tem uma importância social da segurança, como foi dito aqui e redito; a questão da interação, de estar lá fazendo a interação com a sociedade, com a comunidade. Então, eu não tenho dúvida nenhuma da importância que tem.

Como disse o Francisco, que nos deu uma aula aqui sobre a questão da tecnologia, não é uma tecnologia de ponta, quer dizer, a tecnologia tem que servir à vida. Por isso que a desenvolvemos, por isso que investimos na tecnologia: ela não é para substituir a vida; ela é para servir à vida.

Nem sempre a realidade de um país é parecida com a de outro. Os Estados Unidos podem ter grandes avanços, mas sabemos que, nas áreas sociais, é um país que tem grandes retrocessos em termos de direitos, em termos de qualidade de vida. Se nós formos pegar a saúde americana hoje, ela deixa muito a desejar para a nossa saúde brasileira.

Às vezes, reclamamos do Sistema Único de Saúde, dizemos que ele não atende, mas, se você for lá, haverá uma unidade básica de saúde com porta aberta para atender sem cobrar. Nos Estados Unidos, se você não tiver dinheiro, você morre na porta do hospital. É assim que funciona a vida lá. Aqui o SUS cobre as principais doenças, as mais caras. Lá, não.

Eu só estou fazendo um paralelo, porque nem sempre o que parece uma beleza de sociedade pode ser exportado para outras. Então, nós conhecemos a nossa realidade, as nossas dificuldades e a vida que nós temos aqui no dia a dia.

Então, eu queria dizer a importância que teve essa audiência pública. Eu aprendi muito com ela também. Nós já conversamos muito sobre isso lá no Paraná. Eu tive oportunidade também de receber o Sr. Francisco e os demais companheiros que falaram aqui.

O Sr. Francisco deu uma aula aqui para nós, com uma sabedoria extrema, resgatando a história do Brasil, os feitos trabalhistas, os direitos dos trabalhadores, a importância que tem esta Casa e também a importância da profissão.

Queria aqui fazer uma saudação às mulheres frentistas. (*Palmas.*)

Eu tenho ido aos postos de combustíveis, e as mulheres – a Aparecida falou aqui – têm ocupado um espaço grande nos postos de combustível – é claro que agora falta ocuparem o espaço na direção das entidades também. (*Risos.*)

Os meninos, às vezes, ficam bravos comigo, mas é importante. Nós brigamos aqui também para ter a representação das mulheres no Parlamento, porque nós somos mais de 51% da população, e não temos 10% de representação no Parlamento.

Eu sempre digo que não pode ser um Parlamento democrático se metade da população não está representada à altura. Não que os homens não nos defendam. Nós temos companheiros, como o Senador Telmário, o Senador Paim e tantos outros companheiros que defendem a luta das mulheres, mas é importante nós termos a nossa voz também. Nós sabemos o que nós passamos, como vemos o mundo, as dificuldades que nós temos.

Então, eu queria fazer uma saudação: essas mulheres são mulheres corajosas, desbravadoras, que entraram em uma profissão tida como majoritariamente masculina. E muitas são jovens. Não sei se vocês têm percebido isto: muitos jovens como frentistas nos postos de gasolina. Com certeza, é uma profissão importante e também é um estímulo para o primeiro emprego, para as mulheres.

Quero dizer para vocês que eu tenho um compromisso muito grande com essa luta. Eu não tenho dúvidas de que nós vamos aqui, com esse movimento que nós fizemos, sensibilizar o nosso colega, o nosso Senador Blairo Maggi, vamos conversar muito com ele.

Eu espero que esse projeto – não é que seja derrotado nas comissões – nem sequer chegue a ser discutido nas comissões, porque não vai precisar. (*Palmas.*)

Então, que Deus nos ajude e nos dê luz, sabedoria, que o sol do Coaraci nos ajude bastante junto ao Senador Blairo Maggi.

Quero agradecer ao Senador Telmário, que tem sido um grande companheiro e tem esse espírito democrático, participativo. Nós gostamos muito dele nesse dia a dia que nós enfrentamos aqui.

Quero fazer um chamado, porque, além dessa luta nossa, nós temos uma luta importante com a democracia deste País, com a legalidade e com a defesa da nossa Constituição. Então, que nós tenhamos muita sabedoria mesmo e muito equilíbrio durante esta semana, que vai ser fundamental para o futuro do nosso País.

Um grande abraço e muito obrigada pela presença de vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Ouvimos a fala da Senadora, encerrando aqui a nossa audiência.

Eu quero aqui agradecer a presença de todos e de todas, que, de forma direta ou indireta, contribuíram para esse grande debate, esse grande entendimento, fundamental para a formação de juízo.

Quero aqui mandar um abraço ao Senador Paulo Paim. Substituí-lo, claro, é impossível, mas nós, pelo menos, tocamos essa reunião, que era da maior importância e preocupação para ele. Eu sempre digo que o Senador Paulo Paim faz esta Casa começar a acontecer já nas segundas-feiras.

Eu não tenho motorista, nem tenho segurança – aqui eu tenho motorista, porque eu não sei dirigir, mas, em Roraima, eu dirijo. Lá eu só abasteço em um posto, que é o Posto de 2 90. Eu vou até falar com os donos do posto para mesclar, porque só há uma "machaiada" velha lá, tem que dar uma mudada. É claro que é uma brincadeira.

Aqueles frentistas, que são meus amigos – sempre que eu paro ali, nós tomamos um refrigerante, lanchamos, trocamos ideias, e eles balizam muito as minhas ações –, dizem: "Senador, fofocaram isso, falaram aquilo."

Eu dou muito ouvido a eles, porque são os meus balizadores, são o termômetro das minhas ações, do que está certo e do que está errado e são muito queridos por mim. Quando eu vou chegando lá, eles já vão gritando: "Olhe o Senador! Chegou o meu amigo, o meu parceiro!" Então, eles me tratam como nós somos: pessoas simples, humildes e companheiras. Isso é fundamental. Sempre tenho por eles o maior respeito, porque o que eles têm por mim é isso.

Minha eleição em Roraima foi contra as grandes oligarquias. Por trás da minha eleição, não há poder econômico, não há poder financeiro, não há banco, não há empresa. Houve duas coisas do meu lado: a vontade de Deus e a determinação do povo. (*Palmas.*)

Em nome daqueles frentistas e por essa causa tão importante, coloco aqui o bóton da Federação dos Frentistas do Estado de São Paulo, que eu recebi com carinho. É a mesma coisa que estou recebendo daquela gente. (*Palmas.*)

Damos por encerrada essa vitoriosa reunião, porque o Coaraci vai sair daqui com o coração e o seu sol levando uma nova iluminação.

Fiquem com Deus!

Obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 56 minutos.)

ATA DA 121ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE DEZEMBRO DE 2015, TERÇA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas do dia oito de dezembro de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Telmário Mota, Hélio José, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Vicentinho Alves e da Senadora Fátima Bezerra. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 183 de 2015-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre: "A Relação da Redução da Menor Idade Penal com a Justiça Social". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente convida Sandra Lia Simón, Sub-Procuradora Geral do Trabalho e Sebastião Vieira Caixeta, Chefe de Gabinete do Procurador Geral do Trabalho para apresentarem a publicação "Quadrinhos nº22, Telemarketing: do outro lado da linha", publicação do Ministério Público do Trabalho. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Paulo Sérgio Rangel do Nascimento, Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e autor de livro "A Redução da Menor Idade Penal: Avanço ou Retrocesso Social?"; Fábio George Cruz da Nóbrega, Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP; Anderson Pereira de Andrade, Promotor de Justiça do Distrito Federal; Irapuã Santana Silva, Assessor do Ministro Luiz Fux do Supremo Tribunal Federal – STF; Frei David Santos OFM, Diretor Executivo de Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes – EDUCAFRO; Ângela Cristina Santos Guimarães, Secretária-Adjunta e Vice-Presidente do Conselho Nacional de Juventude da Presidência da República. O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais.

O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) solicitar ao Presidente da CCJ que seja juntado ao processado da PEC 171/93, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal, a Nota Técnica do Conselho Nacional do Ministério Público sobre a redução da Maioridade Penal nos principais países do mundo com orientações para o contexto nacional; 2) avaliar a possibilidade de propor projeto de lei com as modificações sugeridas pelo convidado Anderson Pereira de Andrade, Promotor de Justiça do Distrito Federal; 3) lutar pela rejeição da PEC nº 171/93, que tem por objetivo reduzir a maioridade penal; 4) recomendar a todos os governadores do Brasil para que adotem no ensino médio dos seus estados educação em tempo integral, com o objetivo de reduzir a criminalidade entre os adolescentes e jovens; 5) reforçar os encaminhamentos da CPI da Violência Contra Jovens Negros e Pobres, realizada na Câmara dos Deputados; 6) articular as ações e debates das CPIs do Senado com os debates da PEC 171/93. O Senhor Anderson Pereira de Andrade, Promotor de Justiça do Distrito Federal sugere que o texto "O Brasil no regime internacional dos direitos humanos de crianças, adolescentes e jovens: comparação de parâmetros de justiça juvenil" de Gisela Santos de Alencar Hathaway, Consultora Legislativa da Câmara dos Deputados seja considerado nos Estudos da PEC 171/93. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e trinta e cinco minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 121ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública nos termos do Requerimento nº 183, de 2015, de nossa autoria e de outros Senadores, para debater o tema "A relação da redução da menor idade penal com a justiça social".

Essa audiência pública será realizada em caráter interativo com a possibilidade de participação popular. As pessoas que têm interesse em participar com comentários e/ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, link: www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado através do número 0800-612211.

Nós temos para este debate dez convidados. Então, faremos duas Mesas. Sei que alguns ainda não chegaram. Abro sempre às 9h. Enquanto esperamos a chegada dos outros convidados, lerei o nome dos convidados. Depois montaremos a primeira Mesa com os que chegaram primeiro.

Convidados e que provocaram também a audiência: Frei David Santos, Diretor Executivo de Educafro; Ângela Cristina Santos Guimarães, Secretária-Adjunta e Vice-Presidente do Conselho Nacional de Juventude da Presidência da República; Irapuã Santana Silva, Representando o Ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal; Paulo Sérgio Rangel do Nascimento, autor do livro sobre autos de resistência; Renato Ferreira, advogado; Fábio George Cruz da Nóbrega, Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público; Sandra Lia Simón, Subprocuradora-Geral do Trabalho; Sebastião Vieira Caixeta, Chefe de Gabinete do Procurador-Geral do Trabalho.

Quero convidar já para a Mesa os convidados especiais na abertura de nossos trabalhos a Drª Sandra Lia Simón, Subprocuradora-Geral do Trabalho; e o nosso amigo e sempre presente aqui Dr. Sebastião Vieira Caixeta, que representa também o Procurador-Geral do Trabalho.

Combinamos que eles fariam a apresentação neste momento da cartilha, que é um trabalho muito bem elaborado, eu recebi cópia, cujo objetivo é ajudar as pessoas conhecerem a realidade e os direitos básicos dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Fui convidado para o lançamento da cartilha, mas não pude estar presente. Então, solicitei se eles poderiam vir aqui explicar, aproveitando o nosso sistema de comunicação aqui do Senado, pois com esta apresentação, via TV, via internet, via Rádio Senado, no mínimo 2 milhões de pessoas ficam conhecendo um pouco mais esse trabalho brilhante que eles fizeram. E aqueles que já tomaram conhecimento estão tecendo uma série de elogios, e eu resolvi socializar essas informações também aqui via Senado, já que vocês estão fazendo, claro, pelos veículos que vocês têm acesso mais diretamente.

Então, eu passo de imediato para a Drª Sandra para falar sobre esse trabalho.

Depois, deste momento, nós teremos outra audiência pública.

Drª Sandra com a palavra.

A SRª SANDRA LIA SIMÓN – Certo. Em primeiro lugar, eu quero agradecer pelo convite do nobre Senador Paulo Paim, cujo trabalho é digno de nota e de consideração por todos aqueles que atuam na área trabalhista. A legislação do trabalho vem sempre sofrendo achaques por parte de alguns setores que não querem fazer a contrapartida do capital com o trabalho. Então, é importante que tenhamos no Parlamento uma pessoa do gabarito do Senador Paulo Paim, que sempre leva, então, esse lado da relação capital-trabalho, lado do trabalho, em grande consideração.

Vou fazer aqui rapidamente a apresentação do nosso gibi; não é nem uma cartilha, é um gibi.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Melhor ainda, gibi é o que a gente mais lê. Até eu leio gibi.

A SRª SANDRA LIA SIMÓN – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E cartilha você fica olhando...

A SRª SANDRA LIA SIMÓN – Exatamente foi essa a intenção.

Então, primeiro para situar, já que esse evento está sendo transmitindo, para situar a função do Ministério Público do Trabalho, que a nossa função é buscar o trabalho digno nas relações de trabalho e, para isso, nós temos – como são muitos os segmentos econômicos –, nós temos que utilizar mecanismos diferentes para buscar dignidade no trabalho em cada segmento econômico. E um segmento econômico que tem nos chamado muito a atenção é o segmento *telemarketing*, porque ele vem crescendo muito, as empresas têm lucros enormes, mas, lamentavelmente, não há contrapartida para os trabalhadores deste segmento.

Então, agora o Ministério Público do Trabalho vai de fato concentrar sua atuação sobre o segmento do *telemarketing,* e não é que nós não atuemos nesse segmento. Nós temos a nossa atuação bastante consolidada. A única diferença é que, por enquanto, essa atuação é pulverizada.

Então, existem várias investigações e várias ações propostas no País inteiro. E agora o que nós vamos fazer é uma concentração dessa atuação. E também vamos fazer uma concentração de atuação, concentrando as irregularidades encontradas no setor.

Então, nós vamos juntar três coordenadorias nacionais do Ministério Público do Trabalho: a de combate a fraudes, Conafret, que eu tenho a honra de ser a coordenadora nacional, porque nós vamos buscar a regularização que nós consideramos a regularização da situação formal desses trabalhadores. Isso, porque nós entendemos que eles são subordinados diretamente às empresas prestadoras de serviço.

Qualquer um de nós que já se utilizou de serviços de *telemarketing* e de banco, por exemplo, sabe que muitas vezes um operador tem mais poder que um gerente: ele negocia taxas, negocia aplicações, ele faz coisas que, muitas vezes, o gerente nem mais faz. Da mesma forma, quando utilizamos *telemarketing*, o atendimento via *telemarketing* para empresas de telecomunicação, e nós podemos renegociar totalmente o contrato

que a gente tem com uma operadora de TV a cabo, por exemplo, com o próprio atendente. Então, por conta disso, nós entendemos que existe uma subordinação direta entre operador de *telemarketing* e a empresa que contratou esse serviço.

Também vamos focar nesse primeiro aspecto: o combate à fraude na regularização do contrato. O segundo aspecto, que, na verdade, ele se entrelaça com o terceiro aspecto, é o que a gente chama de assédio moral e de condições de trabalho no que diz respeito à saúde e segurança. Por quê? Porque nós percebemos que nesse segmento existe o que se chama de assédio moral organizacional. Ele é mais grave do que o assédio moral individual, que também existe, porque no próprio método de produção, no próprio meio de produção, existem algumas diretrizes que incentiva, por exemplo, a competição entre os trabalhadores, que faz com que os trabalhadores sejam atingidos e expostos perante os seus colegas, se eles não atingem metas, que são metas muito duras, inclusive, de se atingir ,e faz também com esses trabalhadores sofram penalidades por assuntos banais, por exemplo, o tempo para ir ao banheiro é mínimo e é totalmente cronometrado e há um número de vezes que é possível ir ao banheiro, e, por conta disso, o trabalhador acaba se hidratando de uma forma que não é adequada, exatamente para evitar a ida ao banheiro.

Então, isso também causa várias doenças do trabalho, que são originárias das condições de trabalho. Da mesma forma que, muitas vezes, a posição que o trabalhador fica nessa situação é uma baia muito pequena e também faz com que ele sofra outro tipo de doença no trabalho. Então, aqui também vamos trabalhar com duas coordenadorias, que é a Coordigualdade, que é aquela que combate o assédio moral, e a Codemat, que é a que luta também pela segurança e medicina no trabalho.

Então, o nosso objetivo vai ser, de fato, ter essa atuação coordenada, estratégica, concentrada e pegando, em cada uma dessa nossa atuação, as três possíveis irregularidades: a fraude na relação de trabalho, a questão do assédio moral e a questão das regras de medicina e segurança do trabalho. Para isso, o nosso Procurador–Geral do Trabalho, Ronaldo Curado Fleury, na sexta-feira passada, já criou um grupo de trabalho composto por membros do Ministério Público do Trabalho. Nós teremos seis meses de prazo para apresentar um relatório conclusivo sobre esse projeto que se iniciou agora com a portaria, mas que está se iniciando por esses dias.

E a nossa função, como Ministério Público do Trabalho, não é apenas repressiva em relação a identificar as fraudes e usar instrumentos para combater essas fraudes. A nossa função também é de conscientização. Por isso, nós fizemos o lançamento dessa nossa cartilha. Ela, na verdade não é uma cartilha; é mais divertida, porque é um gibi, é uma história em quadrinhos. Ela vem de um projeto do Ministério Público do Trabalho chamado MPT em Quadrinhos, e este especificamente é sobre o *telemarketing*.

Então, a ideia de utilizarmos esses temas em quadrinhos é exatamente para que o cidadão saiba, de uma forma lúdica, que ele também pode se socorrer do Ministério Público do Trabalho se ele se sentir identificado com a situação por que o nosso herói aqui passa. Em todas as histórias em quadrinhos nós temos heróis e os nossos heróis aqui são trabalhadores que percebem que existe alguma coisa errada no seu dia a dia no trabalho. Então, eles vão verificar o que é possível fazer para melhorar essa situação.

Então, dou oficialmente ao Senador Paulo Paim um exemplar. Esse é o nº 22. Nós temos vários temas tratados por essa série MPT em Quadrinhos, que começou com os nossos colegas do Ministério Público do Trabalho do Espírito Santo e acabou atingindo toda a nossa instituição. Eles podem acessados, além de alguns que vamos distribuir aqui, em um *site* www.quadrinhosmpt.mp.br e também existe um perfil no Facebook, que é MPT em Quadrinhos. Assim, toda pessoa que quiser pode fazer a impressão direto de lá e divulgar eletronicamente, o que fica muito mais fácil.

Então, era isso que eu queria colocar aqui para o nosso Senador, Presidente da nossa Comissão de Direitos Humanos, e nos colocando sempre à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Drª Sandra. É uma bela iniciativa e é bom ver que não é o primeiro exemplar. Eu me lembro de outros que vocês lançaram também nesta Comissão sobre doenças ocupacionais, descontos, contribuições, órgãos de defesa do trabalhador, trabalho escravo contemporâneo, trabalho infantil, trabalho doméstico, enfim, há uma série deles.

Quem quiser é só ligar que vocês mandam uma quantidade para eu distribuir na minha base. Tomara que fosse assim, com essa facilidade. Se mandassem para mim, teria de ser uns 200 mil, mais ou menos. (*Risos.*)

A SRª SANDRA LIA SIMÓN (*Fora do microfone.*) – Esse é o problema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vocês estão liberando é a impressão, não é? Se eu quiser imprimir, eu posso?

A SRª SANDRA LIA SIMÓN (*Fora do microfone.*) – Exatamente. Alguns exemplares nós temos. Muitas vezes, quando firmamos multa, usamos essa multa para fazer mais exemplares.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso é muito bom. Se tiverem para mandar para nós; não digo para mim, mas para a Comissão, os Senadores, com certeza, vão levar para os seus Estados e vão distribuir.

A SRª SANDRA LIA SIMÓN – Certamente, vamos checar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se tiverem uma quantidade lá, nós nos encarregamos, pelo menos, de distribuir. É claro que é importante também a sua informação de que nós podemos reproduzir.

A SRª SANDRA LIA SIMÓN – Sim, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está bem. Só vou colocar ao lado: "Senador Paulo Paim avaliza e quer que seja cumprido." Isso é só para informar, não é propaganda minha, não. (*Risos.*)

Muito bem, parabéns pelo trabalho!

O Dr. Sebastião Vieira Caixeta, que seguidamente está conosco, quando é convocado, convidado, sempre se faz presente, e fala aqui também em nome do Procurador-Geral do Trabalho.

O SR. SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA – Senador Paulo Paim, quero agradecer novamente a honra de poder comparecer a esta importante Comissão do Senado da República e faço-o em nome do Procurador-Geral, que infelizmente pediu que eu justificasse, Senador, mas ele está com um compromisso externo, não pôde hoje aqui comparecer. Aqui queria muito, ele que também já participou de vários eventos aqui, porque aqui é a Casa da defesa dos direitos humanos e não há nenhuma outra Comissão tão associada à atuação do Ministério do Público do Trabalho, como esta, porque nós, Ministério Público do Trabalho, temos a incumbência constitucional da defesa dos direitos humanos na área trabalhista. Então, somos efetivamente o Ministério Público social e, portanto, temos o dever de estarmos aqui sempre que nos for aberto espaço.

Peço permissão também para cumprimentar o nosso Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Dr. Carlos Eduardo de Azevedo Lima, que também sempre se faz presente aqui na linha de defender a implementação e a promoção desses direitos humanos, uma vez que é Presidente da associação de classe que congrega os membros do Ministério Público de todo o País.

Cumprimento todos os presentes, aquelas pessoas que nos escutam pelos diversos canais disponibilizados por esta Casa.

Quero aqui, Senador, fazer referência e passar às mãos de V. Exª a portaria que instituiu o grupo de trabalho referido pela Drª Sandra Lia, que vai fazer este trabalho articulado entre membros do Ministério Público, as nossas coordenadorias nacionais, para enfrentar este problema muito sério que é a situação dos trabalhadores que labutam diariamente no *telemarketing*. Identificamos uma série de adoecimentos nessa área e uma série de violações que já foram mencionadas pela Drª Sandra Lia. Como cabe ao Ministério Público do Trabalho fazer esta defesa, ela tem que ser feita sempre o mais articulada possível, porque, por meio de um trabalho efetivamente coordenado, e é esta orientação do Dr. Ronaldo Curado Fleury, nosso Procurador-Geral, as intervenções do Ministério Público do Trabalho sejam cada vez mais articuladas, em prol de um resultado efetivo e relevante para a sociedade, que é a quem sempre temos que prestar conta.

Então, passo às mãos de V. Exª esta portaria e também peço permissão para trazer outras iniciativas recentes do Ministério Público do Trabalho. A administração do Dr. Ronaldo Curado Fleury tem buscado olhar a promoção de direitos fundamentais, direitos humanos, tanto no âmbito externo, quanto no âmbito interno, na constatação de que nós que temos o dever de defender as condições de trabalho dos trabalhadores do setor privado como um todo, também temos que olhar para nosso âmbito interno e que não pode valer aquela máxima de que "casa de ferreiro, espeto de pau". Temos, portanto, um olhar da administração em relação a essas questões, como é o caso do assédio moral, que está sendo combatido no âmbito da nossa instituição.

A vigilância sobre esse tema se faz necessária cotidianamente. E também, Senador, trazemos aqui uma portaria que enfrenta um tema ainda polêmico, mas que precisa de ter um reconhecimento do Estado, que é o direito dos travestis e dos transgêneros. E o Dr. Ronaldo, dentro do Ministério Público do Trabalho, regulamentou o uso do nome social e a possibilidade de a pessoa se identificar de fato de acordo com sua identidade de gênero. Trago aqui, portanto, a V. Exª esta portaria, que é uma portaria que coloca o Ministério Público do Trabalho na vanguarda do reconhecimento desses direitos.

E, por fim, Senador, trago também uma recente portaria criada pelo Procurador-Geral do Trabalho que institui força-tarefa para um trabalho coordenado entre os diversos membros do Ministério Público, envolvendo os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, a fim de dar uma resposta, um acompanhamento adequado com relação a essa tragédia envolvendo a empresa Samarco, que todos nós vimos com muita tristeza no dia a dia, no noticiário, os danos ambientais trazidos e ainda impossíveis de serem avaliados neste momento. Isso requer uma atuação muito firme, coordenada e articulada dos diversos ramos do Ministério Público brasileiro.

E o Ministério Público do Trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me um aparte?

O SR. SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA – Claro, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso é coisa lá do plenário, e eu como Presidente faço isso aqui também. Deixe-me eu apenas aproveitar o lance da sua fala. Todos os assuntos são fundamentais e todos são muito importantes, mas especificamente em relação ao que aconteceu em Mariana.

Teremos aqui, na próxima segunda-feira, a pedido, inclusive, de setores dos direitos humanos, uma audiência para debater esse tema. Não era a minha intenção fazer audiência, pois logo que houve o acidente, ou melhor, quando foi cometido aquele crime, eu, de imediato, entrei com um pedido, mas depois a Comissão de Infraestrutura e a Comissão de Meio Ambiente também entraram, e eu deixei que fosse feito por lá.

Mas alguns setores do Espírito Santo, já que estive fazendo um debate lá da terceirização e também do negociado sobre o legislado, fizeram uma reunião comigo e pediram que eu mantivesse a audiência. Então, será na próxima segunda-feira. E eu queria de pronto já os convidar para estar aqui, quando discutiremos a questão Mariana nesta Comissão, na próxima segunda-feira às 9h.

Seria muito importante, pela iniciativa tomada, pois será um debate firme com a presença de inúmeros setores. Portanto, gostaria de convidá-los para estarem presentes aqui.

E pode continuar.

O SR. SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA – Sem dúvida. Agradecemos o convite e, desde já, confirmamos a presença. E depois informamos qual o Procurador mais adequado.

E a nossa intenção no Ministério Público do Trabalho, Senador, porque é uma tragédia ambiental, mas também uma tragédia humana, pois envolve milhares de vidas, e vidas que se perderam, vidas de trabalhadores, e pessoas que estão no desespero sem terem a perspectiva, a segurança do seu sustento... Então, a atuação do Ministério Público do Trabalho, em primeiro lugar, vai nessa linha de garantir... Nós conseguimos na última sexta-feira, os colegas do Ministério Público do Trabalho de Minas e do Espírito Santo, firmar um termo de ajuste de conduta, que ainda é, evidentemente, um termo emergencial e parcial, porque não temos condições de avaliar todos os danos neste momento, mas um termo de ajuste de conduta que dê segurança aos trabalhadores tanto os diretos quanto os terceirizados ligados às empresas que prestam serviço nessa área ligada à Samarco, para que eles tenham a garantia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Há um grande número de terceirizados.

O SR. SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA – Há um grande número de terceirizados.

E o acordo garante emprego, pelo menos até a realização de um acordo coletivo, até o ano que vem, a esses trabalhadores. É ainda uma segurança emergencial, mas é claro que o trabalho continua, daí a instituição da força-tarefa que envolve Procuradores de Minas e do Espírito Santo, que também estão atuando, Senador. E trago aqui também outro termo de ajuste de conduta, que não é de iniciativa somente do Ministério Público do Trabalho, mas também do Ministério Público Federal.

Vejo aqui o nosso Conselheiro Fábio George, do Conselho Nacional, eu o cumprimento, que está também atuando em força-tarefa junto com o Ministério Público do Estado do Espírito Santo nessa necessária atuação conjunta do Ministério Público brasileiro a fim de que possamos dar uma resposta efetivamente adequada aos anseios da sociedade, na compreensão de que essa tragédia trouxe danos ambientais, mas também atingiu inúmeras famílias. Então, passo aqui a V. Exª.

E já, desde pronto, fica aceito o convite para que a gente possa continuar a debater, a trazer as informações do Ministério, e a prestar contas aqui da nossa atuação nesta importante Casa, o Senado Federal.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, muito bem. Parabéns pelo trabalho da cartilha e da amplitude, aqui, quanto à orientação sexual de cada um, quanto ao assédio moral e, consequentemente, quanto ao assédio sexual, porque sabemos também que existe. E as portarias vão nesse sentido.

E a questão de Mariana: Mariana foi considerado, não só por mim, mas por inúmeras pessoas que atuam nesse campo de direitos humanos, o maior crime ambiental acontecido no Brasil em todos os tempos.

O SR. SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA (*Fora do microfone.*) – E não foi acidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E não foi acidente. Por isso que eu uso a palavra crime. Não é?

Além da morte de pessoas, houve a vida que morreu na beira dos rios e que estourou lá na praia. Eu vi lá na praia do Espírito Santo algo chocante: milhares de peixes que morreram. E aquelas pessoas que dependiam, na costa, dos rios para sua sobrevivência ficaram numa situação desesperadora.

Quando eu estive lá na audiência pública para o debate da terceirização, e iam negociar sobre o legislado, houve depoimento lá que fizeram nós retomarmos a ideia de termos uma audiência pública na ótica dos direitos humanos e do crime cometido em Mariana. Então, contamos com vocês.

O SR. SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA (*Fora do microfone*.) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu agradeço muito a presença de ambos aqui fortalecendo o trabalho de todos nós e de todo o povo brasileiro. Até a próxima segunda-feira!

Nós combinamos de fazer duas Mesas, como havíamos acertado. Podia recolher esse material para nós. (*Pausa*.)

Eu queria começar chamando para a Mesa o Dr. Paulo Sérgio Rangel do Nascimento, escritor e autor do livro sobre autos de resistência. Seja bem-vindo, Dr. Paulo! (*Palmas.*)

Convido também Fábio George Cruz da Nóbrega, Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público. Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

O Dr. Anderson Pereira de Andrade, Procurador de Justiça do DF. Está aqui também. Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

E, nesta Mesa, ainda, Irapuã Santana Silva, assessor do Ministro Luiz Fux, que já chegou – está aqui conosco já.

Depois, vamos para uma segunda Mesa com mais quatro convidados. Aqui, eu digo que os primeiros são os primeiros, e os últimos são os últimos. (*Risos.*)

Os que chegaram primeiro estão na primeira Mesa, e os outros entrarão na segunda Mesa.

Eu pediria aos convidados, como o Frei David, que sentassem aqui na primeira fila de mesas, de preferência, para que a gente...

Eu vou fazer uma rápida introdução para as pessoas que estão assistindo pela TV Senado, pela internet, e também pelo sistema de comunicação da Agência Senado, com o intuito de situá-los sobre o debate de hoje. Em 19 de agosto passado, a Câmara dos Deputados aprovou, em segundo turno de votação, a Proposta de Emenda à Constituição nº 171/1993, que reduz a maioridade penal para 16 anos, em caso de crimes hediondos, de homicídio doloso, e de lesão corporal seguida de morte. A PEC, agora, está em tramitação aqui no Senado, em que precisa também ser aprovada em dois turnos, para que se venha converter em norma jurídica – aprovada ou rejeitada, não é? Se depender de mim, será rejeitada.

São três, principalmente, os argumentos expostos pelos que defendem a proposta: o aumento da criminalidade entre os jovens; um suposto excesso da liberdade por parte do Estatuto da Criança e do Adolescente, que impediria que jovens infratores fossem convenientemente punidos por seus crimes; a ideia de que o jovem de 16 anos já seria plenamente consciente e, portanto, responsável por seus atos.

Não preciso dizer a todos vocês que sou vigorosamente, veementemente, fervorosamente contra essa medida, que é não apenas perversa, mas contraproducente e inócua. Inócua, porque não reduzirá, em absolutamente nada, os terríveis índices de violência no Brasil, seja porque a redução da maioridade penal não reduziu a criminalidade em nenhum outro lugar do mundo em que foi adotada – e não temos nenhum motivo para acreditar que seria diferente no Brasil –, seja porque a violência, no Brasil, não pode ser contida apenas pela força de lei. Basta, por isso, perceber que os maiores de 18 anos não se deixam demover do crime pelo simples fato de serem penalmente imputáveis, por mais que agravemos a pena. Contraproducente, porque vai piorar nosso descalabro prisional. O Brasil tem hoje a quarta maior população carcerária do mundo, com mais de 600 mil presos, e um déficit de 244 mil vagas. Trata-se de um modelo caríssimo, ultrapassado, ineficaz, que, com taxa de 71% de reincidência, apenas implica violência, não recupera ninguém e faz uma faculdade do crime.

É perversa não apenas porque 39% dos que estão presos ainda não foram julgados, ou seja, cumprem pena em regime provisório, mas principalmente porque o sistema penitenciário brasileiro é seletivo: 70% dos encarcerados não completaram o ensino fundamental, 60% são negros ou pardos, 55% têm entre 18 e 29 anos. Ou seja, só prendemos apenas os jovens negros, semialfabetizados e da classe baixa. Isso é o está sendo constatado. Esses é que são presos.

Além de perversa, contraproducente e inócua, a redução da maioridade penal é, sobretudo, injusta. Os homicídios são hoje a principal causa de morte de jovens de 16 a 17 anos, no Brasil, principalmente de jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e das áreas metropolitanas dos centros urbanos. O fuzilamento recente de cinco jovens em Costa Barros, no Rio de Janeiro, é apenas uma ilustração dos 8.446 casos, como esse, que ocorreram na última década, segundo a Anistia Internacional. Ou seja, os jovens que pretendemos – que eles pretendem – encarcerar são vítimas e não a causa da violência. Nenhum bem podemos esperar de medidas que venham apenas aprofundar o fosso social que isola, segrega e marginaliza segmentos da população brasileira. Basta de higienismo social!

Por esse motivo, entendemos, mais do que nunca, pertinente o pedido que nos foi feito e encaminhado pelo Frei David, Diretor Executivo da Educafro, para que realizássemos esta audiência.

No momento em que a discussão da PEC 171 avança no Senado, entendemos que é importante não perder de vista que o nosso objetivo, como civilização, é superar o estado da selvageria, que se nutre da ignorância, do medo, do ódio e da vingança. Para impedir que a violência cresça e se alastre ainda mais, é preciso deixar a raiva e o ódio de lado, colocar os olhos mais além e procurar enxergar que o nosso objetivo deve ser a pacificação social.

Assim, nós, com essa rápida introdução, vamos começar o nosso debate, convidando para usar a palavra, em primeiro lugar, o Dr. Paulo Sérgio Rangel do Nascimento, que escreveu o livro *Autos de Resistência*, com o tempo de 10 minutos – e mais 5 minutos, com a tolerância da Mesa, se assim for necessário.

O SR. PAULO SÉRGIO RANGEL DO NASCIMENTO – Senador Paulo Paim, quero parabenizar V. Exª pela iniciativa da audiência pública, cumprimentar, na sua pessoa, todos os integrantes da Mesa, e partir já para a análise do tema, fazendo uma pequena correção, se me permitir: o título do livro é *A Redução da Menor Idade Penal – Avanço ou Retrocesso Social?*, e não *Autos de Resistência*.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

O SR. PAULO SÉRGIO RANGEL DO NASCIMENTO – Mas claro que, dentro....

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu só peço para a assessoria ajustar aqui, porque, para mim, veio Paulo Sérgio Rangel do Nascimento, escritor e autor do livro *Autos de Resistência*. Ele está dizendo que até gostaria de ter escrito outro livro, mas este não é o que ele escreveu. Este é... (*Risos.*)

O SR. PAULO SÉRGIO RANGEL DO NASCIMENTO – Dentro do tema redução da maioridade penal, eu trato da questão de auto de resistência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É bom que repita o nome do livro para que fique claro. O nome do livro é...

O SR. PAULO SÉRGIO RANGEL DO NASCIMENTO – *A Redução da Menor Idade Penal: Avanço ou Retrocesso Social? A Cor do Sistema Penal Brasileiro*.

Esse tema tem tudo a ver com a morte de jovens negros, porque, como V. Exª bem demonstrou, na sua exposição sucinta, objetiva, precisa e cirúrgica, os argumentos que são sustentados para diminuir a idade penal são falaciosos.

O primeiro deles diz que vai diminuir a violência. Não vai diminuir a violência, porque lei penal nenhuma, no Brasil, diminuiu a violência. Eu cito, como exemplo, a Lei dos Crimes Hediondos, de 1990 – portanto, de 25 anos atrás. Diante da escalada criminosa, que não é nova, fizeram a Lei dos Crimes Hediondos, suprimindo uma série de direitos, e os crimes hediondos não desapareceram, muito menos diminuíram. Eles estão aí. Nós tínhamos o porte de arma, que era contravenção penal e, diante da escalada do aumento de armas no País, foi tornado crime. Depois de o terem tornado crime, aumentaram a pena. Depois de terem aumentado a pena, criaram o Estatuto do Desarmamento. E as armas estão nas ruas vitimando cada vez mais pessoas, ou seja, a lei penal não tem o condão – isso é uma ilusão – de diminuir violência nenhuma.

Quanto à questão da menor idade penal, se nós aceitarmos o argumento de que o menor sabe o que faz, de que sabe que não vai ser punido e de que, por isso, comete o crime, vou ter que acreditar que um adolescente, ao praticar um crime, se tomar conhecimento de que a lei mudou, encerra aquela prática criminosa, para de cometer aquele crime e resolve ir trabalhar e estudar. Isso é mentira, porque ele não vai parar de cometer crime. A questão é outra. Não é porque ele sabe o que faz. Toda criança sabe o que faz. A questão é saber se ele tem maturidade para entender o que faz.

Ao diminuir a idade, vamos retroagir ao final do século XIX, em 1890, quando o Código Penal tipificou determinadas condutas. Para que o senhor tenha uma ideia, Senador – e esse é o argumento, inclusive, usado por alguns Parlamentares –, o Código Penal de 1890 estabelecia a idade de 14 anos. Em verdade, o Código Penal de 1890 estabelecia que, dos 9 aos 14 anos, se o menor tivesse discernimento – e o juiz avaliaria se ele tinha ou não discernimento –, ele seria preso e, de 14 em diante, independentemente dessa análise, ele já seria preso.

Muita gente diz: "Ora, se Código Penal de 1890 estabelecia que, dos 9 aos 14 anos, tendo discernimento, e, de 14 em diante, seria preso, por que hoje, em pleno século XXI, não podemos estabelecer 16 anos?" É simples, existe o componente histórico nisso que não podemos desconsiderar. O que queria e o que fez o Código Penal de 1890, pós-Abolição da Escravatura, em 1888? Uma massa de 800 mil ex-escravos estava perambulando pelo País, sem trabalho, sem educação, com a dignidade roubada. E o que fizeram? Deram educação? Deram trabalho? Resgataram a dignidade deles? Não. O que fizeram foi perceber que muitos deles não tinham para onde ir, e os senhores de engenho deram a opção: "Quer voltar para a fazenda? Volte. Mas vai voltar no *status quo* anterior, como escravo. Não vou pagar". Muitos voltaram. Outros continuaram andando pelas ruas pedin-

do esmola. Outros continuaram andando pelas ruas sem ter o que fazer, sem trabalhar. Grupos se uniram em capoeira. Muitos exerciam curandeirismo.

O que fez o Código Penal? Diminuiu para 14 anos, para prender esses jovens, e tipificou, como crime, a vadiagem, a mendicância, o curandeirismo e a capoeira. Obviamente, o que queria o Código Penal de 1890, ao estabelecer 14 anos, era punir aqueles ex-escravos que agora estavam libertos, andando pelas ruas. O Estado fez um processo de higienização social. Quando deveria dar educação, trabalho, dignidade e fazer o negro, agora liberto, ingressar na sociedade, como ser humano que sempre foi, ele preferiu prender esse jovem. Por isso, quando o Código Penal de 1890 estabeleceu a idade de 14 anos, ele tinha um endereço certo. O endereço eram jovens negros à época libertos. Portanto, esse argumento não se sustenta por si só.

Quando alguém diz que o jovem sabe o que faz, é claro que ele sabe o que faz. Aos 10, 12 anos, uma criança sabe o que faz. A questão é saber se ela tem maturidade para entender o que faz. Quando dizem que, aos 16 anos, ele vota, vota, mas não pode ser votado, não pode ser vereador, porque tem que ter 18. E, se tiver 18, o voto é obrigatório, mas ele não pode ser prefeito, porque tem que ter 21. E, se prefeito for eleito e, portanto, já pode votar, não pode ser governador, porque tem que ter 30. Mas como um prefeito com 21 anos, que fez a melhor administração pública de toda a história da República, termina com mais quatro, 25, com mais quatro, 29, e não pode ser governador? Porque ele tem que ter 30 anos. E, se ele tiver 30 anos e, portanto, puder ser governador, governar um Estado e fazer a melhor e maior administração da história da República, ele não pode ser Presidente da República, muito menos Senador, porque não tem 35 anos.

Por que a Constituição estabelece isso? Para que as pessoas que exerçam aquele cargo tenham a maturidade inerente àquele cargo. Portanto, um jovem com menos de 35 anos não pode ocupar o cargo que V. Exª ocupa. Mas ele sabe o que faz. Saber o que faz é uma coisa. Ter maturidade para entender o que faz é outra completamente diferente. Por isso, a Constituição estabelece essas idades para que essas pessoas ocupem esses cargos. Quando alguém usa o argumento de que o menor sabe o que faz, porque ele já vota, desconhece que ele vota, mas não é votado.

E mais: o sistema penitenciário brasileiro – não podemos desconsiderar – não recupera ninguém. O indivíduo, quando entra no sistema penitenciário, não sai melhor do que entrou, não sai de lá formado, não sai de lá escritor. Portanto, se ele entra e sai pior, a pergunta é muito simples: se eu diminuir a idade para 16 anos, vai entrar mais ou menos gente? Mais. Então, vou ter mais gente, no sistema, saindo pior do que entrou? Sim. É isso que eu quero? Numa política pública séria de um Estado democrático de direito, com respeito a dignidade do outro, isso não pode ser viável. Diminuir a idade significa exatamente ter mais pessoas, nas ruas, piores do que entraram no sistema. E o índice de reincidência dos maiores é de 70%; dos menores, 20%.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO SÉRGIO RANGEL DO NASCIMENTO – Por isso, Senador, já encerrando, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2015 mostra claramente para todos nós que a relação entre o sistema de Justiça Penal e a discriminação racial revela que negros são um grupo que recebe tratamento menos benéfico pelas autoridades policiais e pelas instituições de Justiça. A Justiça é implacável com os negros. A Justiça e a polícia são implacáveis com a classe mais pobre deste País. São eles que são penalizados, porque 67% do sistema penitenciário brasileiro hoje é formado por não brancos, 52% têm primeiro grau, o ensino fundamental, e 8% são analfabetos. Quando nós olhamos a estatística, há mais réus brancos respondendo processo em liberdade do que réus negros: brancos, 27%; negros, 15%.

Todos esses dados que foram produzidos em 1990, há 25 anos – e o quadro hoje não é diferente –, já demonstravam a relação entre a discriminação racial e a Justiça criminal. Diminuir a idade penal hoje nada mais significa dizer do que voltarmos ao final do século XIX, na perseguição dos negros que foram libertos juridicamente, mas não o foram política e socialmente.

Eles continuaram a ser perseguidos, tanto que, durante o governo Getúlio Vargas, os negros e os judeus não podiam chegar ao oficialato do Exército, porque havia um decreto impedindo. Não era velado, era decreto! E por quê? Porque, lamentavelmente, toda a construção racista do País foi feita em cima dos estudos do início do século XX, de Nina Rodrigues. Nina Rodrigues era um antropólogo famoso, que teve a audácia de dizer claramente, nos seus estudos, que o negro era inferior.

E aqui, em parte de seus estudos, para nós entendermos como é que construímos a antropologia do negro no Brasil, diz Nina Rodrigues:

A sensualidade do negro pode atingir então às raias quase das perversões sexuais mórbidas. A excitação genésica da *clássica mulata* brasileira não pode deixar de ser considerada um tipo anormal.

"Nunca se frisou bastante [...] a depravada influência deste característico tipo brasileiro, *a mulata*, no amolecimento do nosso caráter". "Esse fermento do afrodisíaco patrício", como lhe chama [...] Sylvio Romero, foi um dissolvente da nossa virilidade física e moral.

Ele entendia que a mulata brasileira era uma mulher perniciosa na sociedade brasileira. Significa dizer que toda a construção que foi feita depois, na década de 20, de 30, com Gilberto Freyre, em Casa Grande e Senzala, em que ele fala da democracia racial, foi feita em estudos calcados na inferioridade do negro, que são estudos falsos.

O que nós queremos hoje – ou o que querem hoje, não nós, porque eu também sou contra –, ao diminuir a idade penal, é exatamente voltar ao final do século XIX e continuar com uma perseguição aos jovens negros e pobres do nosso País. E aí, Senador, eu espero, de coração, que V. Exª e todos os Senadores... Estou vendo aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Valdir Raupp.

O SR. PAULO SÉRGIO RANGEL DO NASCIMENTO – ... o Senador Valdir Raupp, que tem um trabalho exemplar aqui, como Líder do PMDB, e V. Exª também.

Enfim, de todos os Senadores, eu espero de coração, que essa proposta de emenda à Constituição, ao chegar ao Senado, receba o tratamento responsável, digno e ético que merece de todos os Senadores, barrando essa mensagem, porque isso não vai trazer sossego ao nosso País em termos de violência urbana. O que vai trazer paz, o que vai trazer melhora desses jovens é a educação! Nós temos que trabalhar a educação desses jovens.

Muito obrigado e bom dia a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Paulo Sérgio Rangel do Nascimento, que é Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e autor do livro *A Redução da Menor Idade Penal: Avanço ou Retrocesso Social?*. Ele deixa muito claro que é um retrocesso.

Eu cumprimento aqui o Senador Valdir Raupp, que se faz presente. Cumprimento agora o nosso painelista, Líder do PMDB, um homem que, com certeza, tem compromisso com todas as causas dos direitos humanos. É uma alegria vê-lo aqui. Temos agora, aqui conosco, o Senador Walter Pinheiro, também. (*Palmas.*)

Ambos comprometidos com essas causas em defesa de nossa gente.

Cumprimento também o Senador Hélio José e o Senador Telmário Mota, ambos já estiveram aqui nos cumprimentando pela iniciativa deste evento.

Passamos, de imediato, a palavra para o Dr. Fábio George Cruz da Nóbrega, Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público.

O SR. FÁBIO GEORGE CRUZ DA NÓBREGA – Quero saudar os Senadores Paulo Paim, Valdir Raupp e Walter Pinheiro. Quero saudar os ilustres membros que compõem esta Mesa e todos que aqui se encontram no recinto. É uma honra, Senador Paulo Paim, em nome do Conselho Nacional do Ministério Público, ter recebido o convite para participar de debate tão relevante.

Eu gostaria de iniciar dizendo que, sem dúvida nenhuma, a discussão que se põe, no dia de hoje, é uma discussão de muita relevância. O País certamente precisa aprofundar este tema. Há uma mania, em nosso País, que enfrenta crises e problemas complexos, de tentarmos resolver através de soluções legislativas.

Só para dar uma ideia, nos últimos 25 anos, quase 200 modificações legislativas foram realizadas, em nosso País, na área penal, sempre para recrudescer as penas, sempre para dar um tratamento mais rigoroso aos crimes em nosso País. Em nenhum momento – e faço este registro, porque acho importantíssimo –, com exceção do período que foi de 2003 a 2007, quando campanhas de desarmamento foram realizadas em nosso País – e, aí, sim, houve uma redução efetiva da violência –, apesar de estarmos com 25 anos de recrudescimento nas penas, no rigor das sanções em nosso País, a violência decresceu. Então, se aumentar as penas, se criar novos crimes – e aqui incluo o tema –, se reduzir a maioridade penal viesse a dar solução para isso, o País já estaria dando, nesses 20, 25 anos, resultados nesse sentido, mas caminhamos no sentido absolutamente oposto.

Todos sabem que o Brasil continua, ano a ano, como recordista mundial de homicídios. Sem dúvida nenhuma, mais de 50 mil. Estamos próximos dos 60 mil ao ano. Esse é um dado que envergonha o nosso País. E várias são as causas, vários são os fatores que levam a essa realidade. Não tenho dúvida nenhuma de dizer que o aumento do rigor das penas ou a redução da maioridade penal nenhuma influência trará para modificar essa realidade. Como muito bem dito aqui pelo desembargador, nós temos causas sociais, nós temos pobreza, uma desigualdade extrema em nosso País. Nós temos um mal funcionamento do nosso sistema judicial. Acho que esse é um ponto importantíssimo.

No sistema judicial brasileiro, 87% dos juízes – não sou eu que estou dizendo – do nosso País apontam que a principal causa, o principal fator de impunidade no Brasil é a morosidade judicial. Quando não temos um sistema que funciona de maneira adequada, punindo os crimes que ocorrem, nós vamos ter, sem dúvida nenhuma, uma sensação de impunidade, e as pessoas não vão se sentir estimuladas e, até mesmo, pressionadas para cumprir com rigor a lei.

Um dado muito claro que o Conselho Nacional do Ministério Público divulga já há alguns anos: nós só conseguimos, Senador, identificar a autoria de 8% dos crimes de homicídio que ocorrem em nosso País. Só 8% daqueles que praticam crimes de homicídio são levados a julgamento. E, quando o são, há uma média de cerca de 10 a 12 anos para que se ocorra o chamado trânsito em julgado, e, portanto, essas pessoas tenham a necessidade de cumprir pena.

O Brasil vai na contramão do mundo todo. Se pegarmos os países mais avançados do mundo, os Estados Unidos e a Europa, garante-se, nesses países, o chamado duplo grau de jurisdição, o direito que todas as pessoas têm de, condenadas a partir de uma sentença, recorrer a uma segunda instância, mas nós continuamos insistindo – e só nós, no mundo todo – em ter quatro instâncias de julgamento. E essa morosidade – o trânsito em julgado com 10 a 12 anos –, sem dúvida nenhuma é um dos principais fatores que estimulam a violência que temos hoje no nosso País.

Também temos um problema muito grande envolvendo as drogas. Essa é uma realidade realmente que se espalha pelo País. Eu, que sou da Região Nordeste, vi as capitais da Região Nordeste, nos últimos dez anos, passarem de cidades pacatas para cidades que lideram a violência. Das dez cidades que lideram o *ranking* da violência em nosso País, nove são capitais da Região Nordeste. Esse é um quadro recente, é um quadro realmente dos últimos dez anos.

Temos um problema gravíssimo, que é a alta letalidade na intervenção policial. Por média, a cada dia, a atuação da polícia resulta em oito mortes em nosso País. É um número que ultrapassa 3 mil mortes durante um ano. Embora o tema do livro do desembargador seja redução da menor idade penal, certamente faria um excelente trabalho se tratasse dos autos de resistência.

Este é um ponto fundamental que o Brasil não pode continuar observando: quando a Polícia Militar age – e age em grande parte legalmente, claro – com excesso, e nós temos números absurdos, especialmente nos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, não se abre um inquérito, Senador. Registra-se, no boletim, como se já fosse um ato devidamente justificado. São os chamados autos de resistência. Quer dizer, não se aprecia, como regra, a legalidade da atuação da polícia.

Temos visto cenas lamentáveis no nosso País nos últimos meses. Neste fim de semana, vimos mais: numa abordagem policial de rotina, 111 disparos realizados, quase 80 de fuzil, que levaram a cinco vítimas jovens. Esse, sem dúvida nenhuma, é um tema importantíssimo e que precisa ser mais bem enfrentado. Nesse aspecto, o Conselho Nacional acaba de aprovar uma resolução – e eu já tinha dito isso a Frei David – que obriga o Ministério Público do País a abrir inquéritos policiais em todos esses casos, em todas essas ocorrências para apreciar... (*Palmas.*)

Vejam bem, não estamos condenando, de início, a ação policial, mas, como toda e qualquer ação de que resulte morte, é preciso que haja uma análise, uma investigação, que se apure para se saber se realmente se deu no cumprimento da legalidade. Então são diversos outros fatores. Não tenho dúvida nenhuma de que nada tem a ver com o tema da redução da maioridade penal.

Queria fazer dois registros, Senador, e já louvando a sua iniciativa. Sou um dos admiradores do trabalho que V. Exª, há muito tempo, realiza nesta Casa. Não podemos aceitar o argumento fácil que é utilizado no dia a dia e que não é verdadeiro, de que vamos reduzir a maioridade penal porque no mundo todo é assim. Não é assim. E o Conselho Nacional discute, neste momento, se aprova uma nota técnica que investiga esse dado no mundo inteiro. E é importante que se diga que, dos 54 países que permitem a responsabilização penal de quem pratica crimes como adulto, 42, 80%, adotam a maioridade penal igual a nós, aos 18 anos de idade. Então esse é um padrão no mundo todo. É claro que existem países que fogem um pouco desse padrão, como os Estados Unidos, o Canadá e outros, com circunstâncias sociais, policiais e judiciais completamente inversas da nossa. Esse é um ponto fundamental. O Brasil está igual à ampla maioria dos países, quando fixa, e já o faz há algum tempo, a maioridade penal aos 18 anos.

Mas, se alguma mudança viesse a ser feita, Senador, acho importante discutir o tema, teríamos que ter dados práticos, estatísticos, para dizer: "Olha, vamos fazer essa mudança exatamente porque as estatísticas, os dados que temos, os estudos que realizamos mostram que a redução da maioridade iria servir para melhorar a repressão à violência em nosso País". E não existem dados a respeito dessa matéria.

Então, eu queria fazer esses registros iniciais para dizer que, parece-me, realmente, que o tema está sendo tratado como uma solução para um problema complexo que tem diversas causas. Ousei apontar algumas delas aqui e acredito que iríamos no mal caminho se viéssemos a desperdiçar o momento para aprofundar essas causas da violência e tentarmos dar soluções simples para essa matéria. Faço esses registros iniciais e, obviamente, fico à disposição. C Conselho Nacional do Ministério Público está à disposição do Senado, para debater todos esses temas.

Eu queria fazer um último registro, porque, ao iniciar, vi que o Senado se prepara para discutir também a importante matéria envolvendo a tragédia de Mariana. Este é um tema que preocupa o Ministério Público brasileiro. A partir desse exemplo o CNMP constituiu um Fórum Nacional de Recursos Hídricos. Dezesseis colegas do País dos mais variados ramos vão se sentar para traçar uma estratégia comum de atuação no País inteiro, porque o que temos ouvido é que há uma completa omissão na fiscalização da situação dessas barragens País afora, do Rio Grande do Sul, passando pela Bahia, Região Norte etc. Então, o Conselho vai tentar traçar uma estratégia preventiva de atuação, para que evitemos novas ocorrências desse tipo. E o Conselho Nacional já está apoiando e integrando os mais variados ramos dos MPs, no Espírito Santo e em Minas Gerais, para que possamos atuar de maneira exemplar neste caso.

Também para este caso, uma tragédia de tal complexidade, não há soluções fáceis. Seria muito simples, para se dar uma satisfação à sociedade, se o MP ajuizasse hoje ou amanhã uma ação dizendo: "Vamos cobrar R$200 bilhões da empresa".

Não. O Ministério Público tem outros deveres fundamentais, inclusive de amparar as comunidades atingidas, de recuperar o patrimônio histórico e cultural que foi atingido e de calcular, de maneira idônea, os danos ambientais para que as empresas, aí, sim, no momento subsequente, venham a ser acionadas na justiça.

Feito esses registros iniciais e, mais uma vez, louvando a iniciativa do Senado, agradeço o convite que me foi feito e fico, aqui, à disposição.

Tenham o Conselho Nacional do Ministério Público como um parceiro fundamental em todas essas discussões importantíssimas que o Senado do País faz neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Fábio George Cruz da Nóbrega, Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público. Fica, então, aqui já o convite para segunda-feira. Quem é poderá representar? Sobre essa questão de Mariana, na ótica dos direitos humanos, acho que é importante aprofundar o debate e aproveitar para que setores importantes, como o Ministério Público, possam já sinalizar o que estão fazendo, em que entendem que podemos ajudar, podemos estar juntos, porque, de fato, fiquei mais do que assustado, fiquei apavorado com o relato que ouvi no Espírito Santo, quando estive lá, acho que duas semanas atrás.

Parabéns pelo trabalho.

Convidamos, agora, para usar a palavra, o Dr. Anderson Pereira de Andrade, Promotor de Justiça do Distrito Federal.

O SR. ANDERSON PEREIRA DE ANDRADE – Bom dia a todos e a todas. Quero agradecer o convite que foi feito ao Conselheiro Dr. Walter Agra, da Comissão de Infância e Justiça, do Conselho do Conselho Nacional do Ministério Público, para estar aqui debatendo esse tema importante da questão da redução da maioridade penal. Cumprimento o Senador Paim, a quem parabenizo pela iniciativa. Quero dizer que, como residente no Distrito Federal, sou ouvinte da Rádio Senado e sempre ouço os interessantes debates que o senhor traz a esta Comissão, especialmente pelas manhãs, e são valiosas reuniões em que a defesa dos direitos fundamentais da população brasileira tem grande protagonismo.

Acho que fiz essa apresentação para o Conselho Nacional do Ministério Público no nosso recente congresso de gestão, Conselheiro Fábio, e acho que vai ficar complementar de alguma maneira, porque estamos aqui ao lado do nobre Desembargador Paulo Rangel, que tem uma obra alentada e de grandioso valor sobre o tema.

Antes de falar qualquer coisa, falarei sobre a reforma do Estatuto da Criança e do Adolescente como alternativa à redução da maioridade penal, tenho que dizer o seguinte: o problema do tratamento dado ao adolescente infrator no Brasil não é a lei. Isso tem que ficar claro. O Estatuto da Criança e do Adolescente é uma lei boa, é uma lei excelente, é uma lei que veio dois anos depois da Convenção sobre os Direitos da Criança, aliás, um ano depois. A Convenção é de 89; o Estatuto; de 1990. Os mesmos Parlamentares que aprovaram, a mesma legislatura que aprovou a Constituição de 1988 aprovou o Estatuto. O senhor sabe disso, o senhor estava aqui. E é uma lei excelente, é uma lei que não foi aplicada, nos seus 25 anos, no que se refere ao procedimento de apuração do ato infracional e à responsabilização do adolescente infrator. E, por isso, temos este descalabro.

Pasmem os senhores, pasme, Desembargador, este ano, no Distrito Federal, morreram cinco adolescentes dentro de instituições de internação. Cinco adolescentes, aqui, no Distrito Federal, morreram, foram assassinados, dentro de instituições de internação. Então, essa é a prova cabal, não preciso falar mais nada, para declarar que, posta em marcha, a implementação do Estatuto é terrível. Agora, no que nos diz respeito – e estudei bastante o tema; estudo e leciono o tema –, a técnica legislativa utilizada pelo legislador de 1990 pode sofrer uma reforma, uma modernização. A lei é uma obra humana e, como tal, é imperfeita.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, que trata tanto de proteção quanto de responsabilização, foi reformado, no que se refere à adoção, em 2010, a Lei 12.010. Em nossa opinião, de uma maneira muito equilibrada, muito justa e com boa técnica, a proteção à adoção e a colocação em família substituta foi reformada.

E nós achamos que pode ser reformada também a questão da apuração do ato infracional. É sobre isso que vamos falar brevemente. Não vamos falar do histórico. O Desembargador Rangel já trouxe bem isso.

É interessante notar a questão do negro. Já a partir da década de 20, nós começamos a aprovar as leis que se transformariam no nosso primeiro Código de Menores, em 1927. O que desencadeou a aprovação pelo Presidente Washington Luís foi um caso na Rua do Ouvidor em que um menino negro, engraxate, engraxou o sapato de um cidadão, e o cidadão não pagou, saiu. Ele jogou a tinta no cidadão, manchou-o. Esse menino foi preso, foi levado para uma prisão de adultos, foi seviciado, foi violentado, apanhou muito e foi levado ao hospital. E os médicos se insurgiram contra aquela barbaridade que foi feita contra o garoto. A partir daí, foi promulgado o nosso primeiro código. Mas vou passar sobre isso.

Temos esse compromisso. A Convenção sobre os Direitos da Criança fala, no seu art. 1º, que para seus efeitos se considera criança o ser humano com menos de 18 anos. Também há nossos compromissos internacionais junto ao Pacto de São José da Costa Rica, que tem uma opinião consultiva de 2002, que manda os Estados-partes. Todas essas razões já estão muito bem catalogadas e foram expostas pelo Desembargador.

O que vou trazer aqui, rapidamente, senhoras e senhores, são evidências empíricas. Isso não são impressões minhas. Essas evidências empíricas foram tiradas de estudos científicos que analisaram a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente em seis Estados brasileiros: Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Rio Grande do Sul. Foram às Varas da Infância e Juventude e constaram isso.

A Profª Maria Auxiliadora Minahim, à frente de uma equipe de pesquisa da Universidade Federal da Bahia, uma pesquisa encomendada e financiada pelo Ministério da Justiça e pelas Nações Unidas, verificou que a celeridade processual acaba preponderando sobre o devido processo legal, com duração de audiências quase sempre inferior a cinco minutos, havendo inquirição de testemunhas em tempo inferior a três minutos. Isso no procedimento de apuração do ato infracional. Essa é a forma como a culpa, a responsabilidade do adolescente é verificada, porque é claro que há uma responsabilidade do adolescente. É claro que há um tipo de culpabilidade que é exigida dele. É claro que aquele adolescente, por exemplo, que é portador de uma patologia mental grave não pode responder nem de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente. É inimputável até para o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Então, a segunda constatação das pesquisadoras é que não há confrontação com testemunhas. Essas são ouvidas, quando existem, na presença do defensor e não também do adolescente. Os pesquisadores ficaram impressionados com o baixo número de testemunhas.

Uma cineasta fez um filme, um documentário muito interessante chamado Juízo, no Estado do Rio de Janeiro – eu também sou oriundo do interior do Estado do Rio de Janeiro, de Petrópolis –, em que colocou uma câmera na 2ª Vara da Infância e da Juventude da cidade do Rio de Janeiro e verificou justamente isto: como as audiências são rápidas, como não há tempo realmente de verificar aquele caso com o vagar que a situação do adolescente exigiria.

A terceira constatação é que a participação da defesa técnica é inexpressiva. A atuação conjunta Juiz, Ministério Público e Defensor confere à audiência aparência de junta administrativa e não de protagonista de um processo contraditório. O que se vê é que não há um verdadeiro contraditório. A privação cautelar é regra nos casos de atos infracionais graves, enquanto que, para adultos, não há prisões processuais obrigatórias que decorram de forma automática de um crime grave. E hoje muito mais com as audiências de custódia. Hoje, qualquer preso no Brasil está sendo levado imediatamente à presença do juiz. Então, só vai ficar preso cautelarmente aquele que necessita da prisão. E isso não acontece, muitas vezes, com o adolescente.

Os adolescentes, muitas vezes, são ouvidos pelo Ministério Público sem assistência de advogado ou sequer dos pais. E aqui quem lhes está dizendo isso é um Promotor de Justiça que trabalha na área da infância e juventude.

Muitas vezes, nós ouvimos adolescentes sem a presença do Defensor Público, porque a lei não diz claramente que, na audiência informal com o Promotor de Justiça, é obrigatória a presença. Ela diz, de forma geral, no art. 111, que a presença do advogado é obrigatória, mas não diz, naquele ato de audiência informal com o Promotor de Justiça, que é um ato fundamental desse procedimento de apuração do ato infracional.

Apesar do tempo de aplicação do estatuto, o paradigma na situação irregular vigente com os códigos menores, que vigeram até 1989,...

(Soa a campainha.)

O SR. ANDERSON PEREIRA DE ANDRADE – ...desde o começo do século passado, continua a ter presença marcante nas decisões e acórdãos do Tribunal de Justiça aqui do nosso Distrito Federal.

Eu trago, Senador, algumas proposições para avaliação desta Comissão. Algumas dessas proposições foram aprovadas por um grupo de Promotores de Justiça – 120 Promotores de Justiça da Infância e da Juven-

tude do Brasil, a COPEIJ, Comissão Permanente da Infância e da Juventude. A maior parte delas foi aprovada por esses Promotores de Justiça. Aprovar uma lei de responsabilidade penal ou introduzir um capítulo no Estatuto da Criança e do Adolescente, porque não é necessário revogar o estatuto na parte infracional. Há autores respeitados no Brasil, como Karyna Sposato e o grande Juiz aposentado João Batista Costa Saraiva, do Rio Grande do Sul, do seu Estado, que o senhor conhece muito bem, que defendem uma lei de responsabilidade penal do adolescente. Mas não é necessário. Basta mudar o capítulo do estatuto. Também nem precisa mudar o nome. O importante é que as reformas necessárias sejam feitas para acabar com esse fenômeno da eufemização, chamando os institutos jurídicos por seu nome. Não adianta chamar cobra de zebra, porque ela não vai virar zebra sendo chamada de cobra. Isso é muito importante.

E este Senado aprovou uma lei como resposta rápida à iniciativa da Câmara de aprovar a proposta, mas é uma lei que, em minha opinião, humildemente, de quem vem acompanhando esse debate acerca desse projeto de lei que foi aprovado, deixou de ter a profundidade exigida talvez pelo caso, porque, por exemplo – isso é muito importante –, o juiz tem que fixar na sentença o tempo exato de cumprimento da pena juvenil ou da medida socioeducativa. Nós entramos em unidades de internação, e o adolescente não sabe quanto tempo vai ficar privado de liberdade. Ele não sabe! Ele sabe que entrou e pode sair em até três anos, mas seis meses ou um mês a três anos, isso pode representar um terço, um quarto, um quinto da vida de um adolescente de 15, 16 anos. Ele não sabe. Essa incerteza é terrível. Nós que trabalhamos com adolescentes em privação de liberdade sabemos isso.

Aumentar o prazo de internação cautelar para 60 dias é uma proposta, enfim, que esse coletivo de promotores não aprovou, mas quem opera sabe que é importante para que seja realmente formada a culpa daquele adolescente, se ele tiver culpa, autoria, materialidade do ato infracional. Estabelecer faixas etárias e assinar medidas ou penas ao adolescente de acordo com essas faixas proporcionalmente. Isso o Senado fez no seu projeto aprovado. O adolescente de 12 a 14 anos tem que ter um máximo de medida, de pena juvenil menor do que aquele de 16, 17 anos. A duração da pena pelo prazo máximo de oito anos na faixa etária mais avançada, que seria, de acordo com o nosso entendimento, 16 e 17 anos, naqueles delitos considerados hediondos. É uma proposta aberta à discussão.

E dar protagonismo também às vítimas dos delitos no processo penal juvenil, porque essa previsão o estatuto não fez. E outras leis mais novas – a lei colombiana, a lei chilena, a lei espanhola – deram bastante protagonismo à vítima.

E, para encerrar, modificar o nome do instituto da remissão para desistência do processo. Cerca de 60% dos atos infracionais aplicados nas Varas de Infância e Juventude são aplicados em remissão, que é essa desistência do processo. Depois, a lei que aprovou os juizados especiais trouxe, imitou o instituto da remissão e chamou de transação penal cinco anos depois. O problema é que essa desistência é ilimitada e, muitas, é aplicada de uma forma descontrolada o que leva a uma sensação de impunidade ao adolescente.

Nós temos, sim, adolescentes que receberam, às vezes, uma, duas, três, quatro remissões e, às vezes, nenhuma delas foi executada, nenhuma delas começou a ser trabalhada com o adolescente.

Abolir a internação cautelar do adolescente para garantir a sua segurança pessoal. O art. 174 do Estatuto prevê, o que é um absurdo, privar alguém de liberdade cautelarmente para garantir a segurança dele. Não, a segurança que se garante é do processo, da instrução, ...

(Soa a campainha.)

O SR. ANDERSON PEREIRA DE ANDRADE – ... da vítima e não do adolescente.

E, finalmente, determinar a presença de advogado com o adolescente em todos os trâmites processuais e pré-processuais perante o juiz, o Ministério Público, desde a delegacia de polícia.

Essa é uma contribuição, Senador, senhores, senhoras, que o Ministério Público procura trazer. E podemos nos aprofundar nela para melhorar a técnica do Estatuto, torná-lo mais garantista para o adolescente e responsabilizá-lo de acordo com o princípio da proporcionalidade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Dr. Anderson Pereira de Andrade, Promotor de Justiça do DF, que dá esse depoimento, de que muitos jovens, ele que é promotor, chegam lá e são, querendo ou não, questionados sem a presença...

O SR. ANDERSON PEREIRA DE ANDRADE (*Fora do microfone.*) – Algumas vezes sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... de advogados. A gravidade dos fatos.

Passamos agora ao representante do Ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, Dr. Irapuã Santana Silva.

O SR. IRAPUÃ SANTANA SILVA – Primeiramente, bom dia a todos.

Gostaria de agradecer o convite do Senador Paulo Paim para participar dessa Mesa extremamente qualificada para a questão do nosso debate de hoje.

Tive que refletir um pouco sobre o tema e uma das coisas em que nós pensamos, e que já foi falado aqui na Mesa, foi a questão da impunidade. A sensação de impunidade é a primeira coisa que impulsiona o debate legislativo, essa sensação de impunidade é exatamente aquela que diz que nós precisamos também abarcar os adolescentes de 16 e 17 anos que teriam esse discernimento. E o problema disso é que, como já foi falado aqui pelo Prof. Paulo Rangel – eu falo professor porque ele foi o meu professor na graduação –, a sensação de impunidade se dá basicamente, pelo dado que foi trazido pelo Dr. Fábio, pelo fato de que o número de casos resolvidos de homicídio é entre 5 e 8% dos casos, e isso contra um índice de resolução no Reino Unido de 85% e nos Estados Unidos de 65%. Então, aquele o custo-benefício de realmente tentar realizar aquele delito, acaba ficando bom.

E outra coisa que eu acho extremamente interessante é essa ideia de trazermos essa discussão, porque legislar no calor dos temores é extremamente prejudicial. Então, é de se louvar, realmente, essa iniciativa do senhor.

A ideia a que me remeteu o tema do nosso debate é, primeiro, essa questão da impunidade e esse risco de nós acabarmos decidindo mal no processo legislativo. E isso também me remete a uma ideia extremamente prejudicada e eivada de racismo, àquela relação de não pertencimento. É muito mais fácil a gente pensar que bandido bom é bandido morto quando é roubo, assassinato, mas, quando é um crime de colarinho branco, ninguém fala sobre isso, ninguém fala sobre essa questão.

Então, essa é a primeira questão que me remete a uma pesquisa sobre o racismo no País, que é bem famosa, e a primeira pergunta que se faz é se existe racismo no País.

E 98% das pessoas falam que existe. E, quando se pergunta se aquela pessoa que acha que existe racismo no País é racista, 95% falaram que não. Então, a gente passa por uma ideia de uma estrutura racista no nosso País e que acaba por separar realmente e trazer dois tipos de sociedades diferentes.

Então, trouxe alguns dados aqui. De acordo com o Ipea, agora em 2013, que é o mais atual, 53% da população é negra, de pretos e pardos, 47% de brancos. E, se formos analisar a situação de acordo com a renda, esse equilíbrio que nós temos desaparece. Na distribuição por renda para as pessoas extremamente pobres, com renda domiciliar *per capta* de até R$79,12, nós temos aí 5.651.071 negros nessa situação, contra 2.330.000 brancos, dando essa porcentagem de 71% de negros e 29% de brancos que ganham até R$79,00 por mês.

Quando nós subimos um pouco na camada, a relação passa de três quartos de negros para um quarto de brancos, nessa camada pobre. O que leva, juntando essas duas camadas, a 2,7 vezes a mais de negros pobres e extremamente pobres do que brancos.

E, se a gente subir um pouco com a questão do rendimento mensal, nós vemos que os negros ganham, geralmente, a metade que o branco.

O índice de analfabetismo também, só que aí, agora, é duas vezes mais. Existem duas vezes mais negros analfabetos do que brancos.

Observando a ocupação dos espaços, no último censo do Conselho Nacional de Justiça, nós temos que 84,5% dos juízes se declararam brancos, enquanto 1,4%, somente, se declararam negros.

No Ministério Público, eu realizei essa pesquisa e somente o Ministério Público de São Paulo fez essa pesquisa censitária, étnica, e lá 93% dos membros do Ministério Público são brancos, enquanto apenas 3% são negros.

Passando um pouco agora para onde eu trabalho, o Supremo Tribunal Federal, de 290 ministros apenas 3 ministros são negros, na história. O primeiro foi o Pedro Lessa, entre 1907 e 1921, o segundo foi Hermenegildo de Barros, de 1917 a 1931. E nós só tivemos, realmente, um Presidente negro na história do Supremo Tribunal Federal, em 2012, sendo que o Supremo Tribunal Federal foi criado em 1824, com a nossa primeira Constituição.

Então, se não existe racismo no País, por que que existe esse tipo de discrepância tão gritante, a partir do momento em que a gente viu que, mais ou menos, se equivalem brancos e negros aqui no País?

E, antes de iniciar esse vídeo, eu acho que ele traz muito a ideia de que – na verdade isso está no nosso cotidiano – o negro é sempre o alvo, é sempre o suspeito, dentro desta perspectiva de pobreza, que remete à ideia de que é sempre o suspeito de realizar algum tipo de delito e tudo.

Por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo)

Basicamente, essa música resume muito bem o nosso dia a dia. Posso falar por mim, que nasci e cresci no subúrbio do Rio de Janeiro. E ser parado pela polícia não mudou o fato de eu ter vindo para cá ser assessor do Ministro Fux no Supremo Tribunal Federal.

Até numa rede social tem uma questão de trazer lembranças de outros dias, e recentemente trouxe uma lembrança triste minha, porque eu estava na Lapa e aí dois policiais me pararam de maneira um pouco exacerbada. Eles só pararam quando eu tive que mostrar a minha carteira funcional, o que realmente é constrangedor. É uma coisa que realmente acontece. E aí a gente para e pensa: isso aconteceu comigo porque eu tenho hoje 29 anos, mas o que se passa quando acontece com um adolescente, com esse sistema – nós já apontamos aqui –, que é extremamente falho? Qual seria a consequência desse tipo de atitude com essa estrutura que nós temos, que é extremamente defeituosa?

Outra questão que também acho interessante é que, dentro da questão do subúrbio, qual a resposta que damos diante da falência do sistema? Não, vamos recrudescer, aumentando a pena da lei, que na verdade todo mundo já sabe que não tem eficácia. E acaba sendo uma medida realmente populista, de pegar as paixões do povo, aquela insatisfação, de que o pouco que ele tem o outro rouba, e tem essa questão do alheamento, esse não pertencimento.

Qual a resposta? Vamos implantar uma medida que vai trazer mais ódio e não vai adiantar de nada, quando, na verdade, tem de haver medidas estruturais. Como falei, sou do subúrbio do Rio. Dos meus colegas de infância, de um grupo que era de 30, 40 pessoas, perdemos para o tráfico 90%. De 40, salvaram-se 8, comigo.

Nesse sentido, acho interesse trazer a reflexão de Martin Luther King sobre essa questão de que não basta as pessoas que estão ali com aquele problema diário reclamarem. É preciso que quem está em cima também possa observar e ajudar, porque o silêncio, na verdade, acaba por prejudicar ainda mais, pois quem cala consente. É nesse sentido.

Partindo para a última reflexão, como falei, sou de origem humilde, e foram as políticas públicas que puderam fornecer esse acesso. Finalmente, eu pude entrar por cota na faculdade. Depois, consegui entrar no mestrado, vim trabalhar com o Ministro Fux e pude chegar à mais alta Corte como assessor de Ministro, que é um dos cargos mais desejados pela comunidade acadêmica.

Então, acho que a resposta é outra, porque eu também estava nesse meio e fui para o outro lado. Então, é questão de ter incentivos ao estudo, estímulos, ter mais espelhos para se observar, e não recrudescer com uma medida que é completamente ineficaz.

Com isso, gostaria de agradecer a oportunidade mais uma vez. E desejo bom dia a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Irapuã Santana Silva. É uma alegria enorme ouvir o seu depoimento e um pouco da sua história de vida, que é grande parte da história do nosso povo. Os dados que você coloca aí, você é um jovem ainda... (*Palmas.*)

Esse é o mundo real. O que você trouxe para nós nesta Comissão é muito importante.

Esse é o mundo real. Quando você diz que, de 90 jovens, poucos se salvaram, é esse mundo que nós temos que enfrentar. Então, queria dar mais uma salva de palmas para você, porque palavras não tenho mais. (*Palmas.*)

Esta mesa está convidada a voltar para a primeira fila.

E convido agora a segunda mesa, começando pelo Frei David Santos, Diretor Executivo de Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (Educafro). Frei David, seja bem-vindo, você que foi um dos provocadores desta audiência de hoje.

Convido também Ângela Cristina Santos Guimarães, Secretária-Adjunta e Vice-Presidente do Conselho Nacional de Juventude da Presidência da República. Seja bem-vinda.

E Renato Ferreira, mas o Renato não chegou.

Então, vamos lá. Vamos começar com o Frei David.

Frei David, a fala do menino – menino é um modo de dizer, o Doutor, mas ele é um jovem, eu estou com 65 anos –, o relato que ele deu é o relato da nossa juventude. Que bom vê-lo aqui!

O SR. FREI DAVID SANTOS OFM – Senador Paim e demais assistentes da TV Senado, é uma alegria termos esta audiência pública.

O problema da redução da maioridade penal é que ela é uma atitude quase que criminosa das instituições brasileiras. E eu tenho certeza de que os Senadores que estão agora nos ouvindo em seus gabinetes ou em seus outros afazeres, bem como os assessores dos Senadores, vendo essa riqueza de material, de instrução, eles, com certeza, irão ajudar os Senadores a não cometerem esse erro gravíssimo contra a Nação brasileira.

E, Senador, quando o senhor se emociona com o depoimento do nosso querido Irapuã, quero lhe dizer que o Irapuã é consultor da Educafro, ele ajuda-nos em vários eventos. E a gente fez questão de ele fazer um sacrifício para estar aqui, porque, para nós, ele é um exemplo: foi alguém que saiu da periferia, das quebradas do Rio de Janeiro, grande parte dos colegas dele foram assassinados pela polícia, ou foram roubados pelo tráfico, ou estão na situação de descrédito na sociedade. Ele é um dos poucos sucessos. Por quê? Porque ele foi beneficiado por uma lei das cotas dando a ele vaga em universidade pública. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

O SR. FREI DAVID SANTOS OFM – E, com essa vaga, ele soube usar da oportunidade, soube fazer do limão da vida uma limonada. Concluiu a Uerj, foi selecionado para vários cargos importantes, é Procurador do Município de São Paulo, procurador aprovado em concurso público, já fez o seu mestrado e, agora, ele me deu uma boa notícia que quero partilhar com todos vocês: acabou de ser aprovado para o doutorado da Uerj, e é algo dificílimo passar para doutor em Direito. Então, ele vai começar o doutorado nos próximos dias – e, com certeza, está se começando a desenhar um futuro ministro do STF aí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tomara.

O SR. FREI DAVID SANTOS OFM – Senador, nessa linha de riqueza de debate eu quero dizer que ....

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu não falei ali, porque a emoção não deixou, mas aquela cartinha para a tua mãe arrasou! Eu li toda ela. E você não leu porque você só mostrou lá. Mas eu li toda ela. Você arrasou, ouviu?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu vou pedir cópia depois daquela carta e, se você me autorizar, eu vou publicá-la, a tua carta, a carta da mamãe.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FREI DAVID SANTOS OFM – Importantíssimo isso daí!

Então, Senador, para nós, essa audiência está sendo muito esclarecedora. A primeira mesa técnica que aqui apresentou os dados para mim foi completa, ela pegou todos os aspectos. E eu, então, atrevo-me, antes de pegar a parte que elaboramos para apresentar, partilhar com nossos ouvintes e com os que estão assistindo à TV Senado, bem como com os presentes, algumas boas notícias da nossa caminhada.

Eu quero dizer para o Senador e para os demais Senadores desta Comissão que vocês organizaram aqui uma audiência pública sobre fraude na autodeclaração. E quero comunicar a vocês que esta audiência não tem nem quatro meses e já conseguiu resultados fortíssimos: o Ministério Público Federal já abriu uma ação exigindo que os vários órgãos públicos criem comissão para averiguar.

Por que o que está acontecendo? Existe, sim – existe, sim –, uma trama dos administradores públicos contra um direito constitucional. Quando o STF votou as cotas, ali na fala do STF, na redação final do texto, três pontos foram chaves. Primeiro ponto: as ações afirmativas são constitucionais. Segundo ponto: haver a autodeclaração como método é constitucional. Terceiro ponto: haver comissão para evitar falsidade na autodeclaração é constitucional.

Ora, o que está acontecendo? Os administradores de concursos públicos, de maneira injusta, anti-Brasil, só botam em prática o primeiro ponto – que a ação afirmativa é constitucional – e o segundo ponto – que haver autodeclaração é constitucional. E negligenciam o terceiro ponto, que é o mais importante: que é haver comissão para averiguar e evitar a falsidade.

Portanto, a Procuradora Ana Carolina – quero parabenizá-la publicamente – já entrou com ação, e ela focou especialmente no concurso que é o mais cobiçado do Brasil, o do Itamaraty – o concurso do Itamaraty é um concurso disputado. E existe no concurso, desde a primeira fase, um alto grau de brancos fraudando as cotas – um alto grau.

E agora está na última etapa, só são seis "vagazinhas", pouquíssima gente concorrendo e, com o auxílio da Educafro e outras entidades do movimento social, a procuradora detectou cinco brancos entrando nas vagas de negro. Só são seis vagas para negro – olhem só que absurdo! Então, existem cinco brancos disputando essas seis vagas de maneira desonesta.

E, graças a Deus, a procuradora usou uma estratégia boa: mandou carta para cada emprego desses cinco brancos, perguntando: "Quando esse cara chegou no emprego, declarou-se negro?" Então, no emprego vão dizer: "Não, declarou-se branco." Segundo: "Mande-me a foto que ele apresentou a vocês aí." Mandaram a foto e a foto era de branco. Ou seja, a Procuradora está muito bem segura e guardada, e o processo, portanto, está assegurado. Quero parabenizá-la.

Quero também parabenizar o Conselho Nacional do Ministério Público, na pessoa do Dr. Jorge, que está aqui conosco, porque o Conselho está produzindo uma resolução, para ter caráter nacional, orientativa para que os Ministérios Públicos do Brasil inteiro ajam de maneira firme e corajosa, condenando e punindo aqueles que estão fraudando as cotas. Portanto, é uma boa notícia.

A segunda boa notícia, Senador, para partilhar com o senhor, é dizer que, para nossa alegria, o MEC (Ministério da Educação e Cultura), pela primeira vez na história do Brasil, vai dar posse a dois negros no Conselho Nacional da Educação (CNE): são o Dr. Ivan, que acabou de tirar o doutorado dele no Japão, e a nossa querida

Doutora Reitora no Instituto Federal de Educação da Bahia, Aurina. Essas duas pessoas vão assumir, nos próximos dias, vão tomar posse como Conselheiros Federais da Educação. É algo inusitado, pois isso nunca aconteceu.

Também, quero partilhar minha alegria com os ouvintes, porque o MEC, depois de muita pressão da sociedade, criou uma comissão para definir uma metodologia para incluir negro no mestrado e no doutorado no Brasil. O mestrado e o doutorado no Brasil são quase que um feudo – são quase que um feudo! E, com essa metodologia que está sendo criada, vai mudar radicalmente isso daí.

Portanto, a redução da maioridade penal, a construção e a renovação do Brasil.

Por que o senhor atirou em mim? É a pergunta que não quer calar e que corre o Brasil inteiro, ante aquele jovem violentado fortemente pela polícia. Especialmente, a gente lembra, neste momento, as Mães de Maio, porque é um crime que o Ministério Público Federal, através do Conselho Nacional do Ministério Público, prometeu-nos que vai levar adiante.

Ou seja, em 2006, 500 pessoas foram assassinadas em São Paulo pela polícia paulista. E, desses mais de 500 casos, mais de 95% o Ministério Público mandou arquivar. Ou seja, o Ministério Público também é culpado por esse problema! Só que, agora, o novo Ministério Público está querendo trazer à tona tudo isso daí, e vai exigir do Governador e do Ministério Público de São Paulo uma reabertura desse caso, porque é inaceitável esses jovens assassinados – a maioria negros e a maioria nunca teve nenhuma passagem pela polícia.

Ora, os crimes de maio de 2006 foram quando a polícia extorquia o PCC, e o PCC deu um grito de liberdade contra a polícia e falou: "Não dou mais dinheiro à polícia." E, aí, a polícia, em reação ao PCC, matou civis da periferia, que, segundo os policiais, poderiam ser parentes do pessoal do PCC. Então, foi um massacre.

E eu quero dizer o seguinte, Senador: foram mortos mais jovens negros... foram mortas mais pessoas, e em especial negros, nos crimes de maio de 2006, pelo governo paulista, do que em toda a ditadura militar – do que em toda a ditadura militar! Então, essa é uma página da história que eu tenho certeza de que o Ministério Público Federal, através do Conselho Nacional do Ministério Público, não vai deixar ficar assim; vai passar a limpo, até indenizando os parentes das vítimas.

(Soa a campainha.)

O SR. FREI DAVID SANTOS OFM – Por que eu falo isso? Porque nós sabemos que todos aqueles que lutaram contra a ditadura – a maioria classe média – foram todos os seus parentes indenizados pela morte dos seus queridos. No entanto, com referência a assassinato por parte do Estado, através da polícia, de jovens negros, dificilmente a família é indenizada. Isso é outro absurdo que circunda essa situação aí!

A Educafro é terminantemente contra a redução da maioridade penal. Países, como a Espanha e a Alemanha, que adotaram voltaram atrás em suas decisões, pois a redução da maioridade penal não reduziu o índice de violência. Hoje, 70% dos países do mundo adotam a idade de 18 anos como idade penal.

Abaixo, gravura de Debret, do século XIX – castigo de escravos em praça pública –, e meninos negros suspeitos amarrados nos pelourinhos modernos, em 2013 e 2014. Ou seja, quase nada mudou com referência à sorte do negro no Brasil. Você vê essas crianças amarradas, em 2013 e 2014, como no tempo da escravidão. Por que roubos praticados por brancos na CPTM, no metrô e na Petrobras têm o processo penal legal respeitado, mas em relação a possíveis crimes de crianças e adultos negros eles se sentem no direito de matar? Então, no Brasil, nós temos a pena de morte, é dado esse direito à Polícia Militar e a outras polícias. Nós queremos combater isso. Contra isso nós vamos protestar.

Nós sabemos que a luta contra a redução precisa crescer. Elencamos vários pontos que vamos deixar no arquivo desta Comissão para possíveis trabalhos.

Pesquisa feita pelo Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), em 2014, indica que 61% das vítimas fatais da polícia paulista são negras.

Ora, em São Paulo, nós negros somos 35%. E por que 61% das vítimas fatais da polícia paulista são negras? Desses, 97% são homens e 77% têm idade entre 15 e 27 anos. Por que bate nesse ponto? Porque o Estado de São Paulo é um Estado que precisa ser modelo para o Brasil. É o Estado mais rico que há no Brasil. Poderia ter políticas muito mais eficientes, porque dinheiro não falta. No entanto, há esse drama, e o Governador e a polícia dizem que é o Estado menos violento no Brasil.

Ora, nosso problema não é ser o menos violento, nosso problema é não ter violência, é ser comparado a países de primeiro mundo, como Suécia, etc., em que o índice de violência é suportável e não essa violência inaceitável que perdura e que perpassa todo o Brasil. São Paulo não pode ser comparado a Alagoas ou à Bahia, onde a violência está sem controle. Por quê? Porque há um complô nas polícias, o mau policial está abafando os bons policiais e consegue impor a sua norma, que é uma norma de total barbaridade.

Ainda segundo pesquisa da Ufscar, no Brasil, a taxa de homicídio dos homens de cor preta, com idade de 20 a 24 anos, supera 200 por mil habitantes. É uma das mais altas taxas do mundo. A taxa de homicídio ge-

ral do País chegou a 29 para cada 100 mil habitantes, no ano passado, quando a média aceitável da ONU é de 10 por 100 mil habitantes. Com esses dados, fica claramente comprovado que é o jovem que será novamente penalizado, e ele é oriundo das camadas mais sofridas.

Queremos deixar evidente que há um *link* forte entre esse problema, que é a redução da maioridade penal, e o auto de resistência. O auto de resistência é o poder que Governadores estão dando para a polícia. É o poder para matar e não o poder para prender. E, para a nossa dor, vários Deputados, talvez mal-informados, estão dando muita força para não deixar a lei que quer mudar o auto de resistência ir para a frente. Apensaram vários documentos, vários projetos segurando esse processo. Portanto, o auto de resistência, que é o Projeto de Lei nº 4.471, de 2012, que está parado na Câmara, frente a interesses da dita Bancada da Bala.

Para nossa alegria, está aqui na minha mão a resolução do Conselho Nacional do Ministério Público, que tornou obrigatório, por parte da polícia, o autocontrole para evitar matança em geral, em especial a matança de jovens negros. Na minha leitura, esta resolução do Conselho Nacional do Ministério Público está três vezes melhor e mais qualificada do que o projeto contra o auto de resistência que está engavetado na Câmara.

Portanto, eu peço ao Brasil inteiro: procurem ter acesso a esse documento, na página do Conselho do Ministério Público, pois entendemos que esta resolução vai brecar bastante esse processo.

Eu gostaria que o Dr. Rangel me emprestasse seu livro. Eu acho importantíssimo ligar as duas coisas, ou seja: para nós, combater o auto de resistência por meio do projeto que está parado, e enquanto estiver parado, usar fortemente essa ferramenta que é a resolução do Conselho Nacional do Ministério Público a fim de compreender os detalhes de tudo o que está acontecendo com referência à redução da menoridade penal; e dominar todas as técnicas jurídicas, a partir do momento social, a partir de Senadores e da sociedade em geral.

Vamos ter, com certeza, uma tremenda mudança nesse quadro e, assim, conseguir fazer com que o Brasil respeite a todos nós, negros, negras e brancos, que querem um Brasil melhor.

Senador, vou cortar outras partilhas, porque fui além do horário permitido.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

O Frei David, além de trazer informações boas de avanços que tivemos, cita números que dão um brilho especial ao nosso evento.

Por isso é cadeira cativa aqui.

O SR. FREI DAVID SANTOS OFM – Eu me esqueci de um pequeno detalhe na minha fala. Eu gostaria de consultar o nosso irmão do Conselho Nacional do Ministério Público, Dr. George, sobre a possibilidade de a nota técnica que o Conselho Nacional do Ministério Público está elaborando, com referência à redução da maioridade penal, ser entregue a todos os Senadores nesta Casa e, Senador, se é possível apensá-la ao projeto, como instrumento para instrui-lo. É possível ceder?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FREI DAVID SANTOS OFM – Excelente, muito bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Assim que puder remetê-la para cá, nós daremos o aval da Comissão de Direitos Humanos e nos comprometemos a remeter para todos os outros Senadores.

O SR. FREI DAVID SANTOS OFM – Excelente, excelente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Além de vocês a remeterem, nós também a remeteremos, em nome da Comissão de Direitos Humanos.

Por favor, Drª Ângela Cristina Santos Guimarães, Secretária Adjunta e Vice-Presidente do Conselho Nacional de Juventude da Presidência da República, que tem colaborado nos debates toda vez em que é convidada. E ela é sempre convidada.

Por favor, doutora.

A SRª ÂNGELA CRISTINA SANTOS GUIMARÃES – Obrigada Senador.

Bom dia a todas e a todos.

Eu quero muito honrosamente parabenizar a Comissão pela iniciativa de trazer este tema a debate mais uma vez no Congresso e dizer que o Senador Paulo Paim é um parceiro de muitas lutas e de muitas vitórias. Eu fico muito feliz quando ele abraça determinado tema porque é certo que seremos vitoriosas e vitoriosos. Foi assim com o Estatuto da Igualdade Racial, com o Estatuto do Idoso e, recentemente, com o Estatuto da Juventude. Portanto, quero reafirmar essa nossa parceria.

Faço também uma saudação ao Frei David, que é um parceiro de muitas lutas. Em nome do processo de formação da minha militância política agradeço a ele. Foi vendo a Educafro, foi vendo as intervenções do Frei David, as táticas de mobilização e de ocupação das universidades paulistas que eu me forjei militante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E de ocupar até os Ministérios. Aqui dentro, ela ocupou, um dia, a CCJ. Todos se acorrentaram ali. E eu pedi: "Dá uma segurada aí que a gente aprova". E ela disse: "Olha, eu vou ficar de olho em você".

A SRª ÂNGELA CRISTINA SANTOS GUIMARÃES – Quero também saudar todos os membros da Mesa anterior, que foi uma Mesa também riquíssima, em nome do Irapuã, que emocionou todos e todas nós. Um jovem tão bem preparado e com uma história de vida que representa a maior parte da juventude, sobretudo a juventude negra brasileira, que tem que transpor o conjunto de obstáculos que se apresenta desde muito cedo em nossas vidas. Então, eu quero saudar todas e todos.

Primeiro, quero dizer que é muito oportuna a realização deste debate. Quero saudar os outros membros aqui presentes que foram parceiros do movimento que deflagramos neste ano, de resistência contra a redução da maioridade penal.

Este tema chega ao Congresso agora, depois de um embate, ou melhor, um ciclo de embates que tivemos com a Câmara dos Deputados, que, de forma açodada, colocou a PEC 171 em votação e obstruiu o debate na Comissão Especial – é importante que o registro histórico fique nos Anais desta Casa –, que tinha previsão de debate para 20 reuniões, mas foi encerrada, de forma autoritária, em 11 reuniões. Os movimentos sociais e mesmo os conselhos nacionais foram obstruídos da oportunidade de participar largamente dos debates porque a Câmara se transformou em praça de guerra. Não tínhamos sequer condição de participar dos momentos de debate na Comissão de Constituição e Justiça e no plenário.

Eu, particularmente, fui agredida várias vezes. E quero trazer aqui o meu repúdio à Polícia Legislativa da Câmara para todos que estão nos vendo, para que a situação que aconteceu na Câmara não se reproduza. Nós temos fé em que ela não vai se reproduzir no Senado, porque foi montada uma praça de guerra em que um conjunto de Deputados que tinham interesses não só políticos, mas também financeiros – e aqui eu digo isso abertamente –, obstruiu o debate na Câmara, votando de forma açodada a matéria.

Na verdade, a nossa movimentação se sagrou vitoriosa, com a derrota da PEC 171, mas naquele estilo que está se consagrando na Câmara na atual legislatura, e vimos que, em menos de 24 horas, o resultado foi revertido

Portanto, quero aqui dizer que temos total fé em que o processo legislativo será plenamente respeitado nesta Casa. Digo isso porque foi no calor da emoção diante de alguns fatos que esse tema foi colocado em debate na Câmara. Hoje, eu acho que nós nos afastamos do calor da emoção, que a racionalidade e os fatos concretos devem presidir o debate aqui sobre o tema da redução da maioridade penal.

A retomada do debate sobre a PEC 171 não é isolada do conjunto de pautas conservadoras que hoje preside a agenda política da Câmara. E digo isso com muita tristeza, porque são direitos pelos quais estamos lutando para consagrar ainda no movimento de luta pela retomada da democracia anterior à Constituição de 1988, no movimento que resultou na nossa Constituição Federal Cidadã e no movimento dos últimos 12 anos, em que segmentos até então invisíveis para o Estado começaram a ter seus direitos assegurados. Prova disso – o Frei David e o Senador Paulo Paim fizeram referência – é o Irapuã. Prova disso é a política de cotas, por exemplo. É uma batalha histórica de longo tempo e que começa a dar seus frutos, mas tanto a política de cotas como os direitos de crianças e adolescentes, como o direito das comunidades indígenas e quilombolas atacadas pela PEC 215, como o direito das mulheres, atacado pelo PL 5.069 e como o PL 4.330, da constitucionalização da terceirização no mundo do trabalho... Eu poderia ficar aqui o dia inteiro falando das pautas conservadoras que foram puxadas do arquivo e colocadas para confrontar a população brasileira e os segmentos que precisam de mais atenção e de mais políticas públicas do Estado.

Infelizmente, essa PEC se insere nesse contexto e se insere também no contexto de recrudescimento do racismo. É importante colocarmos as coisas do jeito que elas são, sem máscaras.

A sociedade brasileira vive, sim, uma reação a esse conjunto de direitos conquistados, ao fato de as empregadas domésticas terem parte de seus direitos equiparados aos de outros trabalhadores, mesmo quase 80 anos depois, ao fato de ter havido uma mobilidade ascendente dos setores populares, em especial da população negra, ao fato de a juventude negra estar presente, lado a lado, com uma elite que sempre dispôs das universidades e de outros espaços de poder, de forma isolada, sem poder compartilhar.

Então, é uma reação também desses setores que não conseguem conviver com o Brasil real, do jeito que ele é, porque o Irapuã apresentou aqui que, hoje, 53% da população brasileira se autodeclara negra, porém, desde o Censo de 1872, já temos 42% de população descendente de africanas e africanos no Brasil. Elevou-se a consciência, o que faz com que a maioria da população hoje se autodeclare, e o Brasil precisa, de fato, ser governado por essa maioria e deixar para trás um histórico de que sempre foi governado para cerca de 20% a 30% da sua população.

Também no debate sobre a redução da idade penal, ao longo deste ano, tratamos de desmistificar um conjunto de questões e de repor outras que são muito caras ao debate. A primeira delas diz respeito ao debate

de que o Brasil vive uma onda de violência nos últimos tempos e se afasta do debate o fato de que o Brasil tem uma formação de sociedade extremamente violenta. Foram trezentos e cinquenta e cinco anos de escravidão com extrema violência contra a população africana e seus descendentes. São cento e vinte e poucos anos de uma abolição incompleta, que não nos posicionou de forma igualitária no acesso ao mundo do trabalho nem no acesso a direitos.

A arma da elite para manter o Estado e seus instrumentos de dominação sempre foi a violência, haja vista as imagens trazidas pelo Frei David, pelo Irapuã e por todos que me antecederam.

Então, a violência não é nova; ela tem um grau de percepção hoje diferenciado porque há uma classe média extremamente assustada e que quer respostas superficiais e rápidas; uma classe média alta, sobretudo, que tem se trancado em seus condomínios e que não consegue ir à raiz da questão da criminalidade, da violência no Brasil.

Um outro fato do qual é impossível você se afastar também ao falar de redução da idade penal é o do racismo, da violência contra pobres e negros, de que já falei aqui um pouco, do genocídio da juventude negra e do superencarceramento.

Qual é a realidade dos fatos?

(Soa a campainha.)

A SRª ÂNGELA CRISTINA SANTOS GUIMARÃES – A realidade dos fatos é que há muito menos adolescentes e jovens como autores de crimes contra a vida do que adolescentes e jovens vitimados por homicídios no Brasil.

Essa é a grande questão. Proponho, inclusive, fazer um pacto exaustivo aqui, com todos os Senadores, a fim de nos debruçarmos sobre os números da violência no Brasil, que, de fato, vai mostrar um raio X que decorre das raízes históricas da formação do Estado brasileiro, mas também significa a violência como instrumento de dominação na sociedade brasileira atualmente, fazendo que quem pague a conta seja a população pobre, a população negra, em sua maioria, e a juventude.

Acho que chama a atenção e é gritante o fato de que o Brasil tem cerca de 56 mil homicídios todos os anos. Esses números superam aos de países que estão em guerra. Mais de 54% desses homicídios atingem jovens de 15 a 29 anos; e 77% desses jovens são negros. Essa é a realidade dos fatos. Não é a violência de um caso isolado de um adolescente que cometeu algum tipo de ato ou de atentado contra a vida. É essa violência sistemática que está impregnada na vivência da juventude brasileira.

Hoje, você vai para um debate com jovens e pede para levantar a mão: "Quem aqui já perdeu um parente ou amigo por violência?". Metade, um terço ou dois terços dos plenários dizem que sim, que têm depoimentos para dar.

Em 2013, nós fizemos uma pesquisa na Secretaria Nacional de Juventude sobre o perfil e a opinião da juventude brasileira. Perguntou-se aos jovens o que mais os preocupa na atualidade. A resposta número um foi a violência. Esse é um dado que nos chama a atenção, porque superou os temas educação e trabalho, que geralmente eram os temas das pesquisas, nos anos anteriores, que galvanizavam a maior preocupação dos jovens em relação ao seu presente e ao seu futuro.

Uma mesma pesquisa desse tipo foi feita em 2003, dez anos antes, e, justamente, a primeira preocupação era educação, a segunda era trabalho. Já em 2013, 43% dos entrevistados apontam a violência como sendo sua maior preocupação.

Outra pergunta que fizemos foi: "Você já perdeu um parente ou um amigo de forma violenta?". Cinquenta e um por cento da juventude declara que já perdeu. Ou seja, a violência está rasgando a experiência desse jovem no Brasil, ela está dilacerando.

Se a mesma pesquisa for feita na Síria hoje, os números não serão tão altos. E em uma Síria que está em conflito. No Oriente Médio, na Faixa de Gaza, não há tanta gente com experiência tão próxima. Há inúmeras famílias em que um, dois, três membros foram abatidos em decorrência da violência.

Portanto, eu considero que, para nós nos posicionarmos no debate sobre a redução da idade penal, precisamos trazer à luz esses dados.

Precisamos trazer à luz também outro dado: de que essa experiência da violência está chegando cada vez mais cedo na vida da população pobre e negra, ela tem marcado inclusive a infância e a adolescência. Não espera o jovem fazer 15 anos para que esse conjunto de problemas se abata em sua vida. Ela acontece cada vez mais cedo, com meninos de 8, 9, 10, 11 anos. Reportagens recentes dão conta de que as intervenções policiais, seja no Rio de Janeiro, seja na Bahia, seja em Fortaleza, onde houve uma recente chacina também, têm resultado no assassinato de pessoas cada vez mais jovens, desde a infância. Essa tem sido uma marca.

Outro tema de que eu acho que nós também não podemos fugir, ao debater a redução da idade penal, é que, no Brasil, há um processo de superencarceramento da população. Esse processo absolutamente não tem respondido aos anseios da sociedade por mais paz, mais tranquilidade e harmonia. Primeiro, porque temos – já foi dito aqui – um processo extremamente seletivo do ponto de vista social e racial da nossa Justiça. Encarcera-se muito, mas se encarcera muito pobres e negros – 60% dos que estão no sistema prisional são negros – e jovens, cada vez mais jovens. Os jovens de 18 a 29 anos representam 55% do sistema prisional.

(Soa a campainha.)

A SRª ÂNGELA CRISTINA SANTOS GUIMARÃES – Já averiguamos também que a simples solução de encarcerar não traz nenhum tipo de resposta positiva à sociedade, porque você confina pessoas com tratamento de absoluta violação dos direitos humanos e com ausência de acesso à Justiça, tanto é que 40% do nosso sistema prisional é composto por pessoas que foram presas temporariamente e que não tiveram direito ao devido processo legal. Também há um grande grau de reincidência, pela fragilidade de um processo de ressocialização. E esse superencarceramento serve também para atender a um modelo de sociedade, um modelo de sociedade que prefere ter a juventude, os pobres e os negros confinados nas periferias, nas prisões ou vitimados por homicídio a tê-los plenamente integrados ao processo de desenvolvimento econômico, social, cultural e político do País.

Estudos do Ipea dão conta de que nós temos uma perda de R$79 bilhões em nosso PIB, por ano, em decorrência do grande número de assassinatos. Portanto, antes de fazer qualquer debate sobre a alteração da Constituição – e acho que esse é um debate que precisa ser afastado –, eu concordo com quem fala em ressaltar a importância do aperfeiçoamento dos mecanismos existentes, como o Sinase e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Também precisamos atacar o tema da impunidade. É um absurdo, por exemplo, que os homicídios a que os jovens negros são submetidos tenham cerca de 8% apenas de investigação e de resolução.

(Soa a campainha.)

A SRª ÂNGELA CRISTINA SANTOS GUIMARÃES – É criminoso esse número. De fato – eu vou me encaminhar para a conclusão –, é um número criminoso.

Eu acredito que a verdade dos fatos e o reposicionamento do debate exigem de nós tratar o tema com a complexidade que ele merece. Não é uma alteração constitucional, vinda de uma bancada raivosa e com interesses econômicos. É bom fazer essa relação.

Vamos fechar o círculo – vou concluir com isto –, dizendo que a proposta da redução da idade penal se apresenta justo no momento em que há uma ampliação da chamada Bancada da Bala na Câmara, ou seja, aquelas figuras comprometidas com toda a indústria de segurança privada e com a indústria armamentista. Ela é acompanhada pela Frente Parlamentar de Segurança Pública e por outras comissões especiais, a exemplo da do desarmamento, que propõem a revogação do Estatuto do Desarmamento, fazendo com que haja a livre circulação de armas e munições no Brasil, flexibilizando todos os pontos do estatuto em relação a isso.

Há outra proposta, que é a de privatização do sistema penal, já em curso em alguns Estados brasileiros, em que é necessário mais gente disponível para ser trancafiada e acumulada nesses presídios, a um custo altíssimo para o Estado.

Então, há também perspectivas econômicas, há o dilaceramento de um pacto social, que eu acho que, no Brasil, nós precisamos estabelecer, e há uma tentativa de confronto com todas as conquistas obtidas desde a Constituição de 1988.

No processo de tramitação da PEC 171 na Câmara, tanto a Secretaria Nacional de Juventude como o Conselho Nacional de Juventude – eu digo Secretaria, mas é uma posição do Governo brasileiro – são contrários à aprovação. O Conselho de Juventude fez parte, junto com o Conanda, o Conselho de Direitos Humanos, o CNPIR (Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial), a Frente Nacional contra a Redução e mais de 500 movimentos juvenis e vários movimentos presentes nos Estados, dessa grande mobilização que vem fazendo a disputa aqui no Congresso e na sociedade, pois nós sabemos que há uma abordagem exaustiva de argumentos favoráveis à redução da idade penal, que, muitas vezes, nublam o debate na sociedade.

Nós temos tido o trabalho de fazer o debate em rodoviárias, em estações de transbordo, em escolas, em universidades, em bairros, com associação de moradores, porque acreditamos que é necessário reverter essa visão conservadora, que consagra à infância e à juventude brasileira, como única perspectiva, ser assassinada ou ser confinada nas prisões. Nós defendemos, de fato, o reconhecimento de crianças, adolescentes e jovens como sujeitos de direitos e que o Poder Público e a sociedade tenham responsabilidade no cumprimento e no asseguramento desses direitos.

Eu trago essas reflexões, essas provocações, para que nós consigamos ter aqui, no Senado, um debate muito afastado daquele debate emotivo e muito manipulado que houve na Câmara, e que nós, de fato, enterremos, nesta legislatura, a PEC 171, porque ela é danosa, é um atentado à infância, à adolescência e à juventude brasileiras. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Ângela.

Drª Ângela Cristina Santos Guimarães, Secretária Adjunta e Vice-Presidente do Conselho Nacional de Juventude da Presidência da República.

Nós vemos, com muito carinho, tanto a sua fala como a do Irapuã, pois estamos falando aqui de jovens, e nós á somos um pouco mais experientes.

Deixe-me apenas contar um fato que eu nunca contei – nem o Frei David sabe –, baseado no que você disse.

Você relatou que chegou a um ambiente – pegando a sua fala, não é minha – e perguntou aos presentes se alguém tinha, na família, alguém que já sofreu violência policial. Eu vou fazer uma pequena viagem no tempo. Na época, eu não era Parlamentar. Um cunhado meu, casado com minha irmã que, além de irmã, foi praticamente a mãe de todos nós, porque era a mais velha, e pai e mãe trabalhavam. Houve uma batida, e ele correu. Assustou-se e correu. Os que assistiram nos contaram que um soldado, ou um comandante da tropa, não sei, disse: "Olha aquele lá está correndo". O outro disse – estou contando um fato real –: "Deixe-o correr que, antes de ele dobrar a esquina, eu o acerto". Dito e feito. Atirou. Deu um tiro na cabeça e matou esse meu cunhado.

A pergunta que você fez é real e é fato. É como quem é negro, como nós somos, e dizer que nunca sofreu um ato de preconceito. É quase impossível.

A SRª ÂNGELA CRISTINA SANTOS GUIMARÃES – É impossível no Brasil.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ele pode dizer que não, porque está constrangido, mas é impossível.

Se eu fizer uma retrospectiva na minha história mesmo, tenho de dez a vinte fatos para contar. Dizer que é negro e nunca foi discriminado por um motivo ou outro é praticamente impossível.

Enfim, a nossa audiência atinge os seus objetivos, mas eu queria agora, no encerramento – se vocês pudessem entrar na primeira fila, só para efeito da tevê inclusive –, que os senhores fizessem as considerações finais num prazo de até cinco minutos, se assim entenderem.

Passo a palavra, neste momento, para as considerações finais, ao Dr. Irapuã Santana Silva, que aqui representa o Ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal.

O SR. IRAPUÃ SANTANA SILVA – Obrigado novamente pela palavra e pela oportunidade.

Com certeza, foi aquilo que ressaltei no começo. O Estado não pode realmente tomar decisões no calor da paixão. As decisões devem ser racionalizadas. Não é à toa que passamos por todas as etapas de procedimentalização do processo legislativo, como muito bem menciona o Prof. Eduardo Mendonça, sobre essa questão, que auxilia demais nessa tomada de decisão um pouco mais lúcida, que realmente há uma questão de se lapidar os argumentos e organizar de forma a se tomar uma decisão mais acertada diante do sopesamento da vontade popular e a Constituição.

Então, eu gostaria de parabenizar o senhor.

(Intervenção fora do microfone.)

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Os cumprimentos ao Dr. Irapuã Santana Silva, que aqui falou em nome do Supremo Tribunal Federal.

Passo a palavra ao Dr. Anderson Pereira de Andrade, Promotor de Justiça do DF, que também fez uma bela exposição.

O SR. ANDERSON PEREIRA DE ANDRADE – Quero agradecer, em nome do Conselheiro Walter Agra, do CNMP, que me delegou estar aqui, para apresentar essa proposta do Ministério Público.

Esperamos realmente que haja debate sobre a redução da maioridade penal. Faltou, na minha fala, Senador Paulo Paim, referir-me a um estudo substancioso produzido nesta Casa, na Câmara dos Deputados, por uma consultora legislativa muito qualificada, chamada Gisela Hathaway, em que ela mostra justamente o que dissemos aqui.

É a melhor nota técnica já produzida no Brasil na minha opinião. Inclusive, ela confronta alguns outros estudos e mostra que a maior parte dos países adota, sim, a maioridade penal aos 18 anos. Trata-se de um estudo que revisa a literatura anglo-saxã muito bem fundamentado. Acho que vale a pena a Comissão buscar esse estudo e incorporá-lo aos instrumentos de trabalho.

Esperamos que haja um debate. O Ministério Público também tem estado no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, conversando com os Parlamentares e mostrando o nosso ponto de vista.

Certa vez, conversando com o Senador, entristeceu-me o fato de saber dele que ultimamente há pouco debate para a aprovação de leis, ou seja, os Senadores ou os Deputados são convocados, às vezes, pelas Lideranças, vão ao plenário e votam algo que não teve a discussão profunda e necessária exigida pelo tema.

Nós somos, sim, favoráveis a mudanças no Estatuto da Criança e do Adolescente, desde que sejam leis mais garantistas, que elenquem mais claramente os direitos e os deveres do adolescente em conflito com a lei penal, que garanta a ele uma medida, uma pena juvenil, como se diz, proporcional à gravidade do delito que cometeu, que o responsabilize e dê segurança jurídica para essa responsabilização.

E isso só pode vir a partir de um debate aprofundado em que as pessoas se debrucem sobre estatísticas, sobre experiências internacionais válidas. Nós temos especialistas para isso dentro e fora do Congresso, e eu acho que o senhor, com a sua autoridade política e moral, está em condições de liderar o debate dentro desta Casa.

Nós agradecemos mais uma vez o convite e nos colocamos à disposição para o debate. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agradecemos muito a presença do Dr. Anderson Pereira de Andrade, que falou pela Promotoria de Justiça do Distrito Federal. Vamos olhar com carinho a sua sugestão.

Eu vou passar a palavra agora para o Dr. Fábio George Cruz da Nóbrega, que fala pelo Ministério Público, pelo CNMP.

O SR. FÁBIO GEORGE CRUZ DA NÓBREGA – Senador Paulo Paim, mais uma vez agradeço o honroso convite. O Conselho Nacional do Ministério Público está sempre à disposição do Senado para participar de debates. Eu saio muito feliz daqui, acho que há um consenso de que discussões tão complexas quanto esta precisam ser amadurecidas, e se alguma modificação vier a ser realizada, pois me parece que o Estatuto da Criança e do Adolescente precisa realmente de modificações pontuais, que sejam feitas após debates extremamente qualificados, e não ao sabor ou ao calor de acontecimentos repentinos, como o do aumento da violência, sem dúvida alguma, sem decisões precipitadas.

Eu saio muito contente e feliz por também ter ouvido aqui tantas referências elogiosas ao trabalho do Conselho Nacional do Ministério Público, que hoje é uma casa completamente aberta aos movimentos sociais. Em um diálogo horizontal, os membros do Ministério Público brasileiro participam, nas mais diversas áreas de sua atuação, desse debate aberto e extremamente qualificado.

Parabéns pela iniciativa, e que o Senado possa aprofundar esse debate extremamente importante para o País. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Dr. Fábio George Cruz da Nóbrega, Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Nós agradecemos muito por suas contribuições.

Agora o Dr. Paulo Sérgio Rangel do Nascimento, Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e autor do livro *A Redução da Menor Idade Penal: Avanço ou Retrocesso Social?*.

O SR. PAULO SÉRGIO RANGEL DO NASCIMENTO – Senador Paulo Paim, eu quero agradecer e parabenizar V. Exª pela iniciativa de instaurar esta audiência pública e, em especial, por me dar oportunidade de participar deste debate tão acalorado, tão rico, com pessoas tão ilustres que estão preocupadas com a temática da diminuição da menoridade penal.

A minha contribuição acadêmica ao escrever o livro vem de uma responsabilidade ética, de uma responsabilidade histórica, porque também tenho compromisso, nas minhas raízes, com o tema, e não poderia deixar de trazer a minha contribuição ao Senado Federal, que não é à toa que é chamado de Câmara Alta no Direito Constitucional, ou seja, a responsabilidade de V. Exªs ao tratar de todos os temas que tratam nesta Casa.

Eu tenho certeza de que os demais Senadores, quando se debruçarem com a responsabilidade com que sempre se debruçam sobre os temas aqui tratados, vão refletir melhor sobre esta temática e descobrir, perceber que a diminuição da menoridade penal não vai diminuir a violência. Muito pelo contrário, vai ser mais uma violência, e mais uma violência contra aqueles que sempre foram violentados ao longo da história do Brasil, que são os pobres e os negros que hoje habitam o sistema penitenciário.

Muito obrigado e parabéns pela iniciativa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Paulo Sérgio Rangel do Nascimento, Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e autor do livro *A Redução da Menor Idade Penal: Avanço ou Retrocesso Social?*. Obrigado pela sua contribuição aqui histórica.

Estão me convidando para dar início à Comissão de Educação porque o Presidente e a Vice-Presidente não estão presentes e eu sou o relator de um projeto sobre educação, de iniciativa do próprio Congresso.

Vou passar a palavra para o Frei David e para a Ângela. Em seguida, eu me deslocarei para a Comissão de Educação. Comprometi-me a chegar lá em torno de 11h30. Que horas são?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – São 11h25. Cinco minutos de tolerância é normal.

Então, cinco minutos para cada um aqui. Frei David.

O SR. FREI DAVID SANTOS OFM – Senador, eu faço minha mensagem final acrescentando uma constatação e solicitando mais um encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k..

O SR. FREI DAVID SANTOS OFM – Qual é a constatação? Todos os países do mundo que têm baixo índice de criminalidade com adolescentes têm algo em comum: todos eles adotam educação em tempo integral. Então, esse dado é fortíssimo.

Eu faço um apelo aos Srs. Senadores que estão me ouvindo para que orientem os outros Senadores sobre este fato: todos os países do mundo que têm baixo índice de criminalidade da juventude, por trás, fazem este bonito trabalho, que é o de educação em tempo integral. Então, essa é a constatação.

O encaminhamento: pergunto se é possível encaminhar, por meio da Comissão de Direitos Humanos, uma recomendação a todos os governadores do Brasil para que adotem a educação de tempo integral no ensino médio dos seus Estados. Dessa forma, estaremos realmente fazendo com que a preocupação com a redução da maioridade penal seja atacada em seu foco, consequentemente, com resoluções e respostas eficazes e eficientes para o Brasil.

O que está em jogo não somos nós os negros, o que está em jogo é o Brasil. Nós entendemos que, se o Brasil realmente levar a sério a educação, garantido educação de tempo integral em cada Estado da Federação, teremos uma alta redução da criminalidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Frei David. Já tomei nota aqui. A Comissão tem toda a liberdade, sabendo que o Plenário acatará alguns encaminhamentos que aqui faremos. Entre eles, fica a recomendação de educação de tempo integral a todos os Senadores e um pedido a todos os governadores: adotem a educação de tempo integral como forma de combater a violência.

Drª Ângela Cristina Santos Guimarães, Vice-Presidente do Conselho Nacional da Juventude, que fala pela Presidência da República.

A SRª ÂNGELA CRISTINA SANTOS GUIMARÃES – Eu quero mais uma vez parabenizar, agradecer e dizer que é muito oportuno este debate. Quero valorizar também todas as apresentações aqui feitas. Acho que ficam como insumos fundamentais para um debate responsável nesta Casa. Foram apresentações muito consistentes. Espero que haja desdobramento, porque acreditamos que é preciso fazer o debate à exaustão, de forma a afastar todos os mitos e preconceitos que recaem sobre o tema da redução da idade penal.

Reafirmo aqui a nossa posição contrária e a continuidade da nossa luta para que essa PEC seja de fato rejeitada e enterrada nesta Casa.

Quero fazer referência também à CPI da Violência contra Jovens Negros e Pobres, que aconteceu na Câmara, e a seus encaminhamentos, e a outra CPI que aborda o mesmo tema, em curso no Senado.

Precisamos aproximar estes dois ambientes: o conjunto dos Senadores que fazem o debate da redução da idade penal e os membros da CPI. A CPI da Câmara tem resultados e encaminhamentos muito consistentes e importantes, como a aprovação do PL 4.471, dos autos de resistência, o controle do uso da força policial, porque há extremos em qualquer ação nas periferias. Não existe uma gradação do uso da força, é sempre o uso extremo, com fuzis e equipamentos de guerra. As nossas comunidades não são, de fato, conflagradas. E a aprovação do Plano Nacional de Redução de Homicídios. Eu acho que essas indicações – dentre outras, pois há muitas outras na CPI – são referências importantes para nós no debate sobre a garantia dos direitos de crianças, adolescentes e jovens, em sua maioria negros.

Queria também fazer uma referência rápida ao Conselho Nacional do Ministério Público, que já é parceiro do Governo brasileiro em algumas ações importantes, como o protocolo de redução das barreiras do acesso da juventude negra à Justiça, que é uma questão fundamental para nós e que visa a sensibilizar e articular, com ações concretas, o sistema de Justiça no Brasil, para que se atente a essa problemática, por esse viés de abordagem, e não pelo viés de uma condenação *a priori*, mas que consiga entender que a ausência do acesso à Justiça também tem ocorrido no superencarceramento e na violência absurda que atinge a juventude negra.

Gostaria de dizer que a Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional estão à disposição para este e para outros debates.

Obrigada, é sempre um prazer muito grande, uma honra e um aprendizado estar lado a lado com o senhor, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Grande Drª Ângela Cristina Santos Guimarães, Secretária Adjunta e Vice-Presidente do Conselho Nacional de Juventude da Presidência da República.

Agora vamos tentar sintetizar os encaminhamentos. Primeiro, vamos solicitar ao Presidente do CCJ que seja anexado ao processado da PEC 171, de 1993, que altera a redação do art. 228 da nota técnica do Conselho Nacional do Ministério Público sobre a redução da maioridade penal nos principais países do mundo, com orientação para o contexto nacional.

Eu estou resumindo, em razão da minha própria pressa, aquela sua sugestão.

Está aqui conosco a Senadora Fátima Bezerra, da Comissão de Educação, sempre presente na Comissão de Direitos Humanos.

Estou concluindo os trabalhos para ir à Comissão de Educação, já que sou o relator do item 1.

Que bom que a senhora estará lá para presidir.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Estou segurando lá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Estou indo já para lá.

Segundo, avaliar a possibilidade de propor projeto de lei com as modificações sugeridas pelo Dr. Anderson – aquele conjunto de sugestões.

Lutar pela rejeição da PC 171, de 1993, que tem por objetivo reduzir a maioridade penal.

Recomendar a todos os governadores do Brasil para que adotem, no ensino médio de seus Estados, educação de tempo integral, com o objetivo de reduzir a criminalidade entre os adolescentes e jovens.

Recomendar a todos os Senadores que apoiem a educação de tempo integral

Essa é a síntese das propostas levantadas, sem prejuízo das que você levantou também. Se você puder, peço que as deixe.

Assim, a Comissão atingiu seus objetivos. O dever nos chama.

Frei David, eu sou um Parlamentar que tem posição, e não poderia encerrar sem dizer que estou muito preocupado com a proposta do *impeachment* levantada contra a Presidenta da República. E, como eu tenho posição, eu deixo muito claro: eu acho que o Congresso não tinha que ter recesso, tinha que trabalhar em dezembro e em janeiro, de acordo com o próprio Regimento e o que manda a Constituição. Muito bem, querem votar, vamos votar, mas vamos votar sem ir para casa ou para praia, para Bariloche, sei que alguns vão para a Europa, outros vão viajar pelo mundo, num momento tão delicado como este.

Naturalmente, com muita convicção, como eu disse ontem na tribuna do Senado, eu conheço a Presidenta há 40 anos. Ela fez porta de fábrica, com o esposo dela, Carlos Araújo, que deve estar assistindo à reunião neste momento não porque eu disse que falaria isso, ele sempre assiste. Ela entregou boletim para que eu me elegesse dirigente sindical, ela e o Carlos Araújo. E quando eu fui candidato ao Senado, numa plenária no CPERS, lotado de mulheres, professoras principalmente – não que a profissão de professor deve ser somente para as mulheres –, perguntaram para ela em quem ela votaria, se em uma mulher, que também estava naquele plenário e era candidata ao Senado, ou no Paim, e ela disse: "Olha, com todo respeito, eu vou dar a minha opinião. Eu sou uma mulher que tem posições muito firmes e claras. Eu votarei em um negro chamado Paulo Paim para que tenhamos um Zumbi no Senado". É uma mulher que tem posição. (*Palmas.*)

Eu nunca me esqueço. Eu posso, e você sabe das minhas posições. Eu, pontualmente, tenho algumas divergências em relação à política econômica, mas, entre isso e fazer um ataque à democracia da forma que está sendo feito... Há quem diga que eu vou usar esse argumento. Será que é só porque é uma mulher que resolveram, de uma hora para outra, fazer uma violência como essa? Não há motivo algum. Ontem mesmo, ouvi a fala de 20 ou 30 juristas que provam que isso não justifica.

Muito bem, a democracia é assim. Está aí um Presidente que resolveu acatar, e vamos votar, então. Vamos votar e cada um assuma a sua posição perante a história.

Eu não participarei com um voto contra a primeira mulher eleita a Presidente da República, e não só por ser mulher. Eu sei que ela é honesta. Eu disse ontem e repito: nós temos, neste País, muita gente honesta na vida pública, e, com certeza, a Presidenta Dilma está entre essas pessoas. Eu votarei com muito orgulho. E, no futuro, quando meus netos, e, oxalá, bisnetos perguntarem – eu que participei de dois processos de *impeachment*, participei do processo de *impeachment* do Presidente Collor e vou participar agora, já estou participando, do processo de *impeachment* da Presidenta Dilma –, eu direi com muita satisfação que votei contra o *impeachment* da Presidenta Dilma, primeira mulher a assumir a Presidência da República da nossa Pátria querida chamada Brasil.

Está encerrada a audiência pública. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 35 minutos.)

ATA DA 122ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE DEZEMBRO DE 2015, QUARTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e vinte e um minutos do dia nove de dezembro de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores e Senadoras Paulo Paim, Regina Sousa, Fátima Bezerra, Ana Amélia, Dário Berger, Omar Aziz, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Magno Malta, Vicentinho Alves, Eduardo Amorim e Marcelo Crivella. O Senhor Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação das Atas da centésima décima oitava a centésima vigésima primeira Reuniões, que são dadas por aprovadas. Item 1. Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2013. Terminativo. Altera o § 3º do art. 42 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências", com referência à diferença mínima de idade entre o pretendente à adoção e o adotando. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Magno Malta (Substituído por *ad hoc*). Relatoria *ad hoc*: Senador Marcelo Crivella. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 650, de 2011. Terminativo. Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 69, de 2015. Não terminativo. Dispõe sobre a contratação de APAES e PESTALOZZIS, entidades sem fins lucrativos, como prestadoras de serviços do Poder Público, com especialização em educação especial e dá outras providências. Autoria: Senador Romário. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Favorável ao Projeto, com cinco Emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 a 5-CDH. Item 4. Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 11, de 2015 ao Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2008. Não terminativo. Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 4.402-B de 2008 do Senado Federal (PLS Nº 38/08, na Casa de origem), que "altera o § 2º do art. 244-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para declarar, como efeito da condenação, a perda de valores e bens utilizados na prática ou exploração de prostituição de criança ou adolescente. ". Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro (Substituído por *ad hoc*). Relatoria *ad hoc*: Senadora Fátima Bezerra. Relatório: Favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 11, de 2015 incidente sobre o Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2008. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 11, de 2015 incidente sobre o Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2008. Item 5. Emenda (s) da Câmara dos Deputados nº 4, de 2014 a Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2010. Não Terminativo. Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para assegurar o registro público aos prenomes indígenas. Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela aprovação das emendas da Câmara dos Deputados, com o ajuste de redação que apresenta. Resultado: Adiado. Item 6. Oficio "S" nº 16, de 2015. Não terminativo. Encaminha, para conhecimento e providências porventura cabíveis no âmbito do Senado Federal, cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a exploração do trabalho infantil no Brasil. Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Simone Tebet (Substituído por *ad hoc*). Relatoria *ad hoc*: Senadora Fátima Bezerra. Relatório: Pelo encaminhamento ao Ministro de Estado do Trabalho e da Previdência. Social do requerimento de informações que apresenta; pelo encaminhamento do Parecer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Assassinato de Jovens, para conhecimento; pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nº 16, de 2015, nos termos do art. 335 do RISF; e pela recomendação à Mesa do Senado para que, na ocasião em que cheguem ao exame desta Casa os projetos de lei mencionados no relatório da CPI tema do OFS nº 16, de 2015, sejam despachados celeremente para análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, na forma do Regimento. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pelo encaminhamento ao Ministro de Estado do Trabalho e da Previdência Social do Requerimento de informações que apresenta; pelo encaminhamento do Parecer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Assassinato de Jovens, para conhecimento; pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nº 16 DE 2015, nos termos do art. 335 do RISF; e pela recomendação à Mesa do Senado para que, na ocasião em que cheguem ao exame desta Casa os Projetos de Lei mencionados no Relatório da CPI tema do OFS nº 16 de 2015, sejam despachados celeremente para análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, na forma do Regimento. Item 7. Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2013. Não terminativo. Dispõe sobre o exercício da profissão de Gerontólogo e dá outras providências. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Se-

nador Omar Aziz. Relatório: Favorável ao Projeto, com cinco Emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 a 5-CDH. Item 8. Sugestão nº 3, de 2015. Não terminativo. Proposta de Ideia Legislativa nº 42.691, sob o título de "Institui a correção automática anual da remuneração dos servidores públicos federais, bem como a data-base da categoria em comento". Autoria: Programa e Portal e-Cidadania, criado pelo Ato da Mesa nº 3, de 2011. Relatoria: Senador Hélio José (Substituído por *ad hoc*). Relatoria *ad hoc*: Senador Omar Aziz. Relatório: Pela prejudicialidade da Sugestão. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela prejudicialidade da Sugestão. Item 9. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 196, de 2015. Nos termos do artigo 93, inciso II do RISF, requer a realização de audiência pública tendo como convidados Autoridades responsáveis pela política pesqueira, já que extinto o Ministério da Pesca, algum representante do Ministério da Agricultura que responde pela área e bem como, representante do setor pesqueiro para discutir sobre a situação dos pescadores atingidos pelo desastre ambiental ocorrido em Mariana, Minas Gerais. Autoria: Senador Magno Malta. Resultado: Aprovado, com a substituição da palavra desastre por crime. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, Omar Aziz, Magno Malta e a Senhora Senadora Fátima Bezerra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e cinquenta e cinco minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 122ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponha a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 118ª à 121ª Reuniões.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Vamos começar a votar os itens não terminativos.

Convido a Senadora Fátima Bezerra.

Vamos pela ordem dos não terminativos. Vou convocar V. Exª para fazer o relatório *ad hoc* dos Senadores que não estiverem presentes.

Por ordem, o Item 03.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Estou sem material.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos lhe passar em seguida.

Por favor, passem para o material para ela. Se ela vai ser relatora ad hoc, tem que ter, no mínimo, o direito de olhar o material.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ah! O item 3 já foi lido e podemos votá-lo. Está claro agora. Achei que a Senadora poderia fazer um resumo do relatório para o colocarmos em votação.

Senadora Fátima Bezerra, o relatório do item 3 já foi lido.

Ele é de autoria do Senador Romário. O Relator é o Senador Cristovam Buarque.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 69, de 2015
- Não terminativo -

Dispõe sobre a contratação de APAES e PESTALOZZIS, entidades sem fins lucrativos, como prestadoras de serviços do Poder Público, com especialização em educação especial e dá outras providências.

Autoria: Senador Romário
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Favorável ao Projeto, com cinco Emendas que apresenta.
Observações:
Tramitação: CDH, CE e terminativo na CCJ.
- Em 18/11/2015, após a leitura do Relatório, foi concedida vista ao Senador Telmário Mota.

Senadora Fátima Bezerra, o relatório desse Item 03 já foi lido. Ele é de autoria do Senador Romário. O Relator é o Senador Cristovam Buarque.

O Senador Telmário Mota não apresentou nenhuma consideração sobre o tema.

Já foi pedido vista.

Então, vou colocar a matéria em discussão.

O projeto não é terminativo. Ainda irá para outra comissão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, com o parecer favorável ao projeto, com cinco emendas que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao Projeto, com as Emendas de nºs 01 a 05 desta Comissão.

O Projeto segue agora para a Comissão de Educação e, posteriormente, à CCJ em decisão terminativa.

Meus cumprimentos ao Senador Romário e ao Senador Cristovam Buarque.

Item 4:

ITEM 4
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 11, de 2015 A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 38, DE 2008
- Não terminativo -

Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 4.402-B de 2008 do Senado Federal (PLS Nº 38/08, na Casa de origem), que "altera o § 2º do art. 244-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para declarar, como efeito da condenação, a perda de valores e bens utilizados na prática ou exploração de prostituição de criança ou adolescente."

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 11 de 2015 incidente sobre o Projeto de Lei do Senado nº 38 de 2008
Observações:
Tramitação: CDH

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Passo a relatoria *ad hoc* à Senadora Fátima Bezerra.

Por gentileza, Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pois não, Sr. Presidente.

Este projeto altera o PLS nº 38, de 2008, ou seja, o Substitutivo da Câmara dos Deputados, previamente aprovado no Senado. A Câmara dos Deputados promoveu as seguintes alterações: a ementa do projeto limita-se a enunciar que "Altera o art. 244-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que trata do Estatuto da Criança e do Adolescente; o art. 1º da proposição passa a enunciar o objeto da lei; os §§ 1º e 2º do art. 244-A permanecem inalterados. Entretanto, a pena passa a prever também a perda de bens e valores utilizados na prática criminosa para aqueles que forem condenados por submissão de criança ou adolescente à prostituição ou à exploração sexual.

A redação especifica que os bens e valores perdidos serão revertidos em favor do fundo dos direitos da criança e do adolescente da Unidade da Federação em que foi cometido o crime.

Entendemos louváveis as modificações apresentadas pela Câmara dos Deputados, pois tornam a proposição mais harmoniosa com ditames legais e constitucionais do direito brasileiro.

Em vista do exposto, votamos pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 11, de 2015, incidente sobre o Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2008.

É esse o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 11, de 2015, incidente sobre o Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2008.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 11, de 2015, incidente sobre o Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2008.

Mais uma vez, convido a Senadora Fátima Bezerra para ser Relatora ad hoc do Item 06.

ITEM 6
OFICIO "S" Nº 16, de 2015
- Não terminativo -

Encaminha, para conhecimento e providências porventura cabíveis no âmbito do Senado Federal, cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a exploração do trabalho infantil no Brasil.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senadora Simone Tebet
Relatório: Pelo encaminhamento ao Ministro de Estado do Trabalho e da Previdência Social do requerimento de informações que apresenta; pelo encaminhamento do Parecer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Assassinato de Jovens, para conhecimento; pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nº 16, de 2015, nos termos do art. 335 do RISF; e pela recomendação à Mesa do Senado para que, na ocasião em que cheguem ao exame desta Casa os projetos de lei mencionados no relatório da CPI tema do OFS nº 16, de 2015, sejam despachados celeremente para análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, na forma do Regimento.
Observações:
Tramitação: CDH

Concedo a palavra à nobre Senadora Fátima Bezerra, como relatora *ad hoc* do referido projeto.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente, conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 102-E, inciso III, cabe a esta Comissão opinar sobre garantia e promoção dos direitos humanos.

Portanto, quero aqui dar o nosso parecer favorável, ressaltando que, em vista do exposto, com ciência do conteúdo, enaltecemos o importante trabalho dos membros da CPI, ressaltando que o Congresso Nacional sempre estará atento à questão do trabalho de crianças e adolescentes, e concluímos: a) pelo encaminhamento, ao Ministro de Estado do Trabalho e da Previdência Social, do requerimento de informações a seguir; b) pelo encaminhamento do presente parecer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Assassinato de Jovens, para conhecimento; c) pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nº 16, de 2015, nos termos do art. 335 do RISF; e d) pela recomendação à Mesa do Senado para que, na ocasião em que cheguem ao exame desta Casa os projetos de lei mencionados no relatório da CPI tema do OFS nº 16, de 2015, sejam despachados celeremente para análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, na forma do Regimento.

E aqui vem exatamente a proposição do requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora Fátima Bezerra.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Aqueles que concordam com o parecer apresentado pela Senadora Simone Tebet, mas, *ad hoc,* pela Senadora Fátima Bezerra, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será feito o devido encaminhamento.

Item 7.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 334, de 2013
- Não terminativo -

Dispõe sobre o exercício da profissão de Gerontólogo e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Omar Aziz
Relatório: Favorável ao Projeto, com cinco Emendas que apresenta.
Observações:
Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

Concedo a palavra ao Senador Omar Aziz para a leitura do seu relatório.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Bom dia, Sr. Presidente, Senadora Fátima!

Este projeto é do Senador Paulo Paim, o Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2013, que tem por objetivo regular a profissão de Gerontólogo. Foi distribuído inicialmente somente para análise da Comissão de Assuntos Sociais, CAS, para exame terminativo. Porém, por força da aprovação do Requerimento nº 806, de 2015, de minha autoria, o projeto é submetido também à analise desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

A proposição regula o exercício dessa profissão, restringindo seu exercício aos que sejam diplomados, por intermédio de estabelecimentos de ensino superior oficiais ou reconhecidos, em: Gerontologia; Tecnólogo em Gerontologia; Tecnólogo em Gerontologia e Desenvolvimento Social; ou, ainda, em curso similar no exterior, após a revalidação e registro do diploma nos órgãos competentes, bem como aos que tenham este exercício amparado por convênios internacionais de intercâmbio.

A proposição define as atividades que devem ser desenvolvidas pelo Gerontólogo e aquelas que devem ser desempenhadas pelos Tecnólogos em Gerontologia e Desenvolvimento Social.

Finalmente, em seu art. 5º, estabelece o dia 24 de março como o Dia do Gerontólogo.

Ao justificar a sua iniciativa, afirma o autor que, diante do aumento do número de idosos no Brasil, cresce também a importância do profissional em Gerontologia, que é aquele que se ocupa com o cuidado e a manutenção da qualidade de vida do idoso. Alega ainda que a profissão de Gerontólogo já é regulamentada em outros países e que aqui ela criará uma identidade profissional, exigindo-se do profissional compromisso, vedando o acesso à atividade a pessoas não qualificadas tecnicamente e sem formação adequada para o seu exercício.

Até o momento, não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise.

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o disposto no art. 102-E, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre projetos de lei que versem sobre matérias atinentes à proteção aos idosos.

Sob o aspecto formal, a disciplina da matéria é de competência legislativa da União (art. 22, I, da Constituição Federal – CF) e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da CF).

A Gerontologia, conforme ensinam os especialistas, é a ciência que estuda o processo de envelhecimento em suas mais diversas dimensões, e se constitui, na prática, na ótica atual, em uma especialidade de diferentes profissões. A Gerontologia é multidisciplinar, pois reúne conceitos teóricos provenientes de diferentes disciplinas, em torno do seu objeto de estudo. É interdisciplinar em função da complexidade do fenômeno da velhice, que exige não apenas a união de conhecimentos existentes em diversas disciplinas, mas também a construção de um novo corpo de conhecimento científico que orienta a sua prática.

De fato, é preciso dar ao processo de envelhecimento um novo enfoque. Atualmente, há uma nova compreensão dessa fase da vida, que leva toda a sociedade a reformular seus conceitos e atitudes, para dar às pessoas não só qualidade, mas dignidade em seu cotidiano.

O profissional da Gerontologia tem papel fundamental nesse processo e a sua atuação já é uma realidade em nosso País, conforme bem apontou o autor da proposição. Esses profissionais hoje atuam em planos de saúde, consultorias de preparação para aposentadoria, núcleos de convivência para idosos, hospitais-dia geriátricos, em centro-dia e na área da educação, além de pesquisa básica, principalmente sobre o mal de Alzheimer.

Realmente, é um profissional que, ao lado dos outros já reconhecidos, completa a equipe adequada ao cuidado com o processo do envelhecimento, em suas múltiplas facetas. Dotar-lhes de reconhecimento legal é fortalecer-lhes a profissão e honrar-lhes o seu fiel cumprimento.

Apresento, com a finalidade aperfeiçoar a proposição, e dar real efetividade a seus propósitos, emenda para determinar que os atendimentos relativos à prevenção e a manutenção da saúde do idoso a serem realizados pelo Sistema Único de Saúde – SUS deverão ser prestados por Gerontólogos.

Na mesma linha, ofereço outra para que se garanta o atendimento dos idosos por profissionais da Gerontologia, também no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, que é um sistema descentralizado e participativo, que tem por função a gestão do conteúdo específico da assistência social no campo da proteção social brasileira.

O sistema organiza as ações da assistência social em dois tipos de proteção social. A primeira é a proteção social básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda é a proteção social especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos.

Finalmente, apresento emendas com a finalidade de ajustar tecnicamente o projeto à Lei de Diretrizes e Bases e demais normativas do Ministério da Educação e Cultura, especialmente a Portaria do MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, uma vez que o profissional dessa área conclui a graduação com o grau de bacharelado. Mas não existe, no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, o curso de Tecnólogo em Gerontologia e Desenvolvimento Social, não havendo, pois, razão para que a lei regulamente uma atividade de um profissional que não existe atualmente no mercado de trabalho, razão pela qual deve ser suprimida do projeto essa referência.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2013, com as emendas.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Omar Aziz. O Senador Omar Aziz leu o seu relatório, competente como sempre.

Eu só quero, antes de colocar em discussão, dar também a minha opinião, cumprimentando pelas emendas o nobre Relator, que melhorou, em muito, a forma original do projeto que eu havia apresentado.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente, o Governo é favorável ao projeto. Há um parecer do Governo favorável. É uma realidade no Brasil. O número de geriatras que há, no Brasil, é muito pequeno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – No meu Estado, o Dr. Euler Ribeiro, que já foi Deputado Federal, é uma referência na geriatria e uma pessoa que tem uma relação de amizade muito grande comigo. Hoje há uma universidade da terceira idade, que é a UnATI, no Estado do Amazonas. Eu tive a oportunidade de, como Governador, iniciar a sede. O Governador atual inaugurou a sede da UnATI, que é uma universidade da terceira idade, onde formamos técnicos em gerontologia. Então, quanto mais técnicos... Hoje é difícil encontrar pediatras e geriatras no Brasil. É uma grande realidade: ninguém quer cuidar de criança. Não é que ninguém queira...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nem de idoso.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Nem de idoso. São duas especialidades que necessitam realmente de um esforço maior da sociedade. Por isso, fico muito feliz de ter contribuído com seu projeto e de ter sido Relator de uma matéria tão importante para pessoas idosas no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Omar Aziz, que além de ter feito o relatório, aprimorou-o e estabeleceu o diálogo com o Governo para assegurar que o projeto seja aprovado nas outras comissões e não seja vetado.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto com o seguimento que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão favorável ao projeto, com as Emendas de nºs 1 a 5 da CDH.

O projeto segue para análise da Casa, em decisão terminativa.

Aproveitando a presença do Senador Magno Malta aqui, no plenário, vamos passar a palavra a V. Exª, porque vamos votar o item 9, de sua autoria.

ITEM 9

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 196, de 2015

- Não terminativo -

Nos termos do artigo 93, inciso II do RISF, requer a realização de audiência pública tendo como convidados Autoridades responsáveis pela política pesqueira, já que extinto o Ministério da Pesca, algum representante do Ministério da Agricultura que responde pela área e bem como, representante do setor pesqueiro para discutir sobre a situação dos pescadores atingidos pelo desastre ambiental ocorrido em Mariana, Minas Gerais.

Autoria: Senador Magno Malta

Mudo a palavra desastre para crime.

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, na sala ao lado, está havendo uma audiência pública para discutir o desastre e ouvir o povo da Samarco.

O Rio Doce corta o meu Estado, e foi lá que desaguou, no mar do Espírito Santo. E eu estive em cada ponto, Senador Paim, fui ouvir os pescadores e ver de perto a tragédia. Há de 400 a 450 famílias de pescadores, mas são famílias de pescadores cujo tataravô era pescador, depois o avô, depois o pai, agora eles. E os netos olhando aquilo tudo, essa laje que se criou. Eu fui levantar lá, porque... Na verdade, virou uma laje, um cimento, acabou. Fui levantar a média que eles levantam em salário, a massa de dinheiro para manter suas famílias por mês.

Queria entender melhor essa situação, porque alguns ambientalistas e oceanógrafos dizem que, se a natureza reagir fortemente, começa a mudar em 10 anos, podendo renovar por mais 10 anos. Como eles se manterão? Há uma série de discussões a se fazer nesse sentido. Eles vão mantê-los com essa massa de recursos que eles adquiriam vendendo peixe, pescando entre 1,8 mil a 2,5 mil por mês, durante dez anos, vinte anos? Eles têm propostas... Por exemplo, a associação de pescadores... A Associação de Moradores propõe, por exemplo, que eles criem uma nova cooperativa dando a eles toda a infraestrutura de congelamento de peixe e armazenamento, barcos novos e treinamento para que eles passem, agora, a pescar em alto-mar – em alto-mar, porque eles eram pescadores de água rasa. O que vamos decidir? Ou a Samarco vai dar uma cesta básica, um salário mínimo, e acabou por aí?

E a associação das mulheres que fazem artesanato? Ninguém vai aparecer para comprar artesanato. E o sujeito que vendia picolé lá? Não há turistas. Eles vão fazer picolé para quem? E quem vendia bolo, quem vendia coxinha, quem vendia camiseta com o nome do local? É dramática a situação, muito mais do que nós imaginamos. E aí nós não estamos falando com a Santa Casa de Misericórdia, não estamos discutindo um caso com uma entidade filantrópica que provocou um desastre, nós estamos falando é com multinacional, nós estamos falando é com quem tem bilhões.

Nós, o Parlamento, não podemos deixar esse assunto morrer, porque isso é igual a um velório: quando morre alguém todo mundo fica consternado, chora, os amigos vêm, abraçam a gente e dizem "Conte comigo, viu? Qualquer coisa, pode me ligar, você tem meu telefone, você sabe que eu sou amigo e estou aí". Depois que enterram, oito dias depois, liga para ver se você acha alguém... Amigo, enterrou o defunto, já era. E se deixar esse defunto esfriar, amigo, esquece. Daqui a 10 anos vamos ver reportagem de Fantástico e de Globo Repórter para mostrar a tragédia em relação a qual ninguém nunca fez nada. E aí vão entrevistar as pessoas que já estão 10 anos mais velhas, crianças que, na tragédia, tinham 14 e estão com 24, que saíram para tentar a vida. E aí, quem sabe alguns desses, pequenos, nós vamos encontrar nas ruas, sabe Deus fazendo o quê, porque lhes tiraram o ambiente, a sala de casa, o *habitat*.

Então, é preciso agir com muita força, porque estamos falando é de crime mesmo. Quando a Bíblia diz que uma alma vale mais do que o mundo inteiro... A gente fica focado, falando na França, França, França. Foi horrível aquilo, mas o atentado na França é do tamanho do atentado daqui, porque essa tragédia não foi uma tragédia natural, foi um atentado mesmo. Foi irresponsabilidade, e a irresponsabilidade tem que ser chamada de atentado, até porque o laudo do Ministério Público de dois anos atrás foi claro: disse que havia falhas em vários lugares e orientou que não lhes fosse dada a renovação da licença, mas deram assim mesmo.

E outra coisa: nós estamos na iminência de uma tragédia maior, porque as duas barragens da frente estão lesionadas, elas estão feridas. Se não houver uma providência e aquelas duas arrebentarem também, Deus nos acuda.

De maneira que a minha proposta nesse requerimento foi essa exatamente, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Presidente, só para complementar aqui, um pouco, o que o Senador Magno Malta fala. E ele coloca, com muito conhecimento, essa questão, até porque a região dele, o Estado dele está sendo prejudicado.

Agora foi criada uma CPI, e indiquei, como Líder, dois membros. Acredito que essa CPI não deve só achar a causa, mas também achar o modo, para que possamos manter essas famílias por esses anos, até porque as nascentes do Rio Doce estão preservadas. Então, o tempo irá, com certeza... E não é um dia, é uma década, duas décadas. Isso vai acontecer, se se fizer um trabalho.

Houve uma multa já aplicada pelo Governo. Essa multa não vai para o Governo fazer a recuperação do Rio Doce. Essa multa tem também de ser distribuída entre as pessoas que viviam do Rio Doce.

Por isso, acho... Veja bem, lá no meu Estado, Senador Magno Malta, se um caboclo daquele matar uma anta, é preso – para comer. Ele não pode matar; não pode andar com uma espingarda e matar uma anta para comer. Ele é preso na mesma hora. E o que aconteceu agora foi que vimos, com certa perplexidade, que o Governo demorou a se posicionar, que não houve nada enfático em relação a esse crime que foi cometido contra o meio ambiente e as pessoas que vivem ali, há décadas, porque aquilo vai passando de pai para filho – o conhecimento da região, o *habitat* em que estão. Quer dizer, ninguém muda o *habitat* das pessoas do dia para a noite.

"Olha, o caboclo sai daqui e agora vai morar na cidade". Não é assim. As coisas não acontecem assim. Essas pessoas estudavam, a vida delas era ali, naquele meio.

Então, nesta CPI que o Senado está instalando, Senador Magno Malta – não sei quem seu partido está indicando para a CPI –, além de acharmos as causas, de procurarmos vê-las, é importante vermos também uma solução humana para as pessoas que viviam ali, naquela região, e que vão continuar vivendo. Elas não vão se mudar para Paris, nem para Londres, para lugar nenhum; vão continuar morando ali, de uma forma ou de outra. Elas não têm condições de sair dali, para ir para outro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Omar.

Senador Magno Malta, como estou viajando o País, para aqueles debates sobre a terceirização, sobre o não negociar sobre o legislado, debatendo a própria democracia, quando estive no Espírito Santo, também fiquei assustado com os relatos que recebi da comunidade, que foi lá assistir à palestra. E dali tiramos a ideia de que deveríamos fazer algo aqui, na Comissão de Direitos Humanos.

Já havia um requerimento antigo, feito logo que aconteceu o crime, mas resolvi não aprová-lo, porque entendia que outras comissões já o estavam fazendo.

Mas houve um apelo muito grande deles na linha do que V. Exª está dizendo, ou seja, que essa é uma questão também de direitos humanos. E devido a isso...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só é de direitos humanos, V. Exª tem toda a razão.

Então, queria lhe propor que façamos, já na segunda-feira, na próxima segunda, que é um horário nobre da Comissão... Nós poderíamos já fazer essa audiência pública, se V. Exª concordar.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Na próxima eu não lhe garanto, porque é aniversário da minha filha, e isso é mais do que direitos humanos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Poderíamos, então...

Nós temos essa data, que vai tratar desse tema também, mas poderíamos fazer uma específica, aprovando seu requerimento, numa outra data, a combinar com V. Exª. *O.k.?*

Então, os que concordam com a aprovação do requerimento do Senador Magno Malta, para que essa questão de Mariana seja vista na ótica dos direitos humanos, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Último item da pauta.

ITEM 8
SUGESTÃO Nº 3, de 2015
- Não terminativo -

Proposta de Ideia Legislativa nº 42.691, sob o título de "Institui a correção automática anual da remuneração dos servidores públicos federais, bem como a data-base da categoria em comento".

Autoria: Programa e Portal e-Cidadania, criado pelo Ato da Mesa nº 3, de 2011
Relatoria: Senador Hélio José
Relatório: Pela prejudicialidade da Sugestão.
Observações:
Tramitação: CDH

O Relator, Senador Hélio José, não se encontra. Passo a relatoria *ad hoc* ao Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente, relatório do Senador Hélio José.

Vem à apreciação desta Comissão a Sugestão nº 3, de 2015, originária do Programa e-Cidadania deste Senado Federal, na forma da Proposta de Ideia Legislativa nº 42.691, com o objetivo de instituir a correção automática anual da remuneração dos servidores públicos federais e a data-base de negociação coletiva da referida categoria.

A proposta em exame contabilizou mais de 20 mil apoiadores e tem como público-alvo os servidores públicos civis da União e das fundações públicas federais, os quais, de acordo com as informações encaminhadas pela cidadã proponente:

[...] não têm direito à correção automática de seus salários baseados no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, algo tão comum aos trabalhadores da iniciativa privada, garantido pela Lei nº 7.238, de 29 de outubro de 1984.

Além do mais [aduz a cidadã proponente], os trabalhadores da iniciativa privada possuem uma data-base instituída, o que significa que, além de terem o salário corrigido pela inflação atualmente, têm garantido uma data para que haja a negociação coletiva [...].

Análise.

Dispõe o Regimento Interno do Senado Federal, no art. 102-E, inciso I, que compete à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa...

Não obstante tratar-se de sugestão oriunda de ideia legislativa oferecida por uma cidadã, que não deveria ser acolhida em face do citado dispositivo regimental – o qual legitima a apresentação de sugestão apenas às pessoas jurídicas ali indicadas –, esta Comissão tem apreciado ideias legislativas de cidadãos com base no Ato da Mesa nº 3, de 2011, que "institui o Programa e o Portal e-Cidadania, com o objetivo de estimular e possibilitar maior participação dos cidadãos, por meio da tecnologia da informação e comunicação, nas atividades legislativas, orçamentárias, de fiscalização e de representação da Casa". É o caso, por exemplo, das ideias que resultaram nas Sugestões nºs 7, 8, 12 e 15, todas de 2014, e nº 2, de 2015.

De acordo com o inciso V do art. 2º do mencionado Ato, o Programa e-Cidadania contará com instrumentos.

Contudo, o exame quanto à admissibilidade regimental da Sugestão em análise torna-se desimportante em face do evidente vício formal de iniciativa e da inocuidade da proposição, estando, por conseguinte, eivada de injuridicidade, haja vista o assunto que pretende disciplinar já se encontrar normatizado, por meio da Lei nº 10.331, de 18 de dezembro de 2001, que regulamenta o inciso X do art. 37 da Constituição, que dispõe sobre a revisão geral e anual das remunerações.

Por isso, Sr. Presidente, colocando aqui as questões constitucionais, o Relator apresenta o voto pela prejudicialidade da Sugestão nº 3, de 2015.

Aliás, nós não temos esse poder. O Legislativo não tem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Embora a iniciativa seja boa.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – A iniciativa é boa. Eu, como Governador, tomei essa iniciativa. Nos quatro anos que lá passei, todos tinham data-base. E era pelo IPCA.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso. Correção pela inflação.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – E era um negócio... Não tive esse tipo de problema. Mas, infelizmente, estamos vivendo um momento da economia em que não teríamos nem como dar isso agora.

Conforme o relatório, quanto à sugestão dada pela cidadã que pediu isso, para analisarmos, infelizmente o Senado não tem poder para legislar nessa questão. Isso teria que vir do Executivo para o Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse é o relatório do Senador Hélio José, proferido *ad hoc* pelo Senador Omar Aziz.

Nós todos concordamos com o princípio, com a ideia, com o mérito, mas infelizmente não é de nossa competência esse tipo de proposta, que beneficiaria, de forma justa, todos os servidores públicos, que passariam a ter a sua data-base e a correção anual pela inflação. Acima disso, seria de livre negociação.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Por isso até que fui contra, Senador, uma proposta da Senadora Gleisi, na Comissão de Assuntos Econômicos e na Comissão de Constituição e Justiça, em que ela desvincula o salário dos servidores do Judiciário dos do Supremo. Hoje, há uma escadinha: o STJ recebe percentual do Supremo; e, na sequência, juízes federais, juízes estaduais, e assim por diante. Ela queria acabar com essa regra, que já existe. Para mim, esse seria um grande retrocesso. Seria um retrocesso, porque o magistrado teria que bater no governante de plantão, no governador de plantão, no presidente de plantão para poder discutir reajuste. Hoje, não; é uma regra democrática. Não é preciso procurar ninguém para que isso aconteça naturalmente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Coloco em votação o relatório, que é pela prejudicialidade.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Nome difícil!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas devagar vai.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CDH pela prejudicialidade da sugestão.

Não havendo mais nenhuma matéria a ser votada por esta comissão, neste momento, nós encerramos a reunião do dia de hoje.

Está encerrada.

(Iniciada às 11 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 55 minutos.)

ATA DA 123ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2015, QUINTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quatro minutos do dia dez de dezembro de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Hélio José e Flexa Ribeiro. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 170 de 2015-CDH, de iniciativa do Senador Hélio José, para debater sobre: "A Atenção Primária em Saúde (APS), sua atual organização e como agir para que seja prioritária". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. Às nove hora e quinze minutos o Senhor Presidente faz suas considerações iniciais e passa a presidência para o Senador Hélio José. O Senhor Presidente eventual, Senador Hélio José, faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Luciana Melo de Moura, Enfermeira - Professora da Faculdade de Enfermagem da Escola Superior de Ciências de Saúde – ESCS; Teresa Cristina Vieira Segatto, Subsecretária de Vigilância à Saúde da Secretaria de Saúde do Distrito Federal; Maria Amália Dorsch Ferreira, Coordenadora de Atenção Primária à Saúde da Secretaria de Saúde do Distrito Federal; Jorge Viana, Vice-Presidente do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Distrito Federal; Helvécio Ferreira, Presidente do Conselho de Saúde do Distrito Federal; e o Deputado Distrital Professor Reginaldo Veras, Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura da Câmara Legislativa do DF. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no plenário: João Cardoso da Silva, Presidente do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos em Enfermagem - Sindate-DF; Alexandra Miranda Moura, Diretora da Atenção Primária à Saúde de Samambaia-DF; Nelita de Souza Matos, da Comunidade – Fercal; Sonia Margareth Brito do Amaral Silveira, da Secretaria de Saúde / Centro de Saúde da Vila Planalto; Jean Paul Fraumat de Lima, servidor da Secretaria de Saúde do GDF; Débora Dornelas, Médica de Saúde da Família e Comunidade de Almécegas, área rural de Brazlândia; Filomena Barros, Presidente Nacional dos Técnicos de Saúde Bucal e Auxiliar de Saúde Bucal – ANATO; e Kleber Karpov, jornalista e blogueiro (Blog "Política Distrital"). O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e Hélio José. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e vinte minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 123ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 170, de 2015, de autoria do nosso querido Senador Hélio José, de Brasília, para debater o tema "Atenção Primária em Saúde (APS), sua atual organização e como agir para que seja prioritária".

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular.

Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentário ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800 61 22 11.

Como todos vocês sabem, hoje é dia 10 de dezembro, 67 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Eu fiz questão de abrir hoje, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, esta audiência articulada e promovida pelo nosso Senador Hélio José. Eu farei uma pequena abertura em relação a essa data; em seguida, vou falar sobre o mesmo tema na Comissão de Educação, e o Senador Hélio José assume a Presidência.

Fico muito feliz porque, além do tema, que tem tudo a ver com direitos humanos, que é a saúde, esta Comissão, no dia de hoje, não só fala dessa data universal como também faz uma sessão significativa, já que vai tratar da saúde. Nós todos sabemos que em qualquer pesquisa que se faça no País a população vai levantar três temas: saúde, educação e segurança. E, tendo saúde, o resto resolvemos, vamos resolvendo. Então, meus parabéns pela ideia de fazer, exatamente no dia de hoje, um debate sobre a saúde.

Vocês todos sabem, tanto eu como o Senador Hélio José, os membros desta Comissão, temos muito orgulho de sermos militantes dos direitos humanos, que é o que norteia a nossa atividade na política. Eu sempre digo que, se a política fosse cada vez mais humanizada e não fosse um espaço em que muitos fazem negócio, com certeza a história da humanidade seria diferente. Faço aqui um pequeno pronunciamento, lembrando a importância dessa data no mundo todo.

E aqui eu vou discorrer sobre um documento de ação global, que foi construído em 2015 e que se apresenta, conforme os especialistas, como um documento fundamental, no sentido de que até 2030 possamos mudar a história da humanidade com políticas de direitos humanos. Diz o documento de ação global:

Momento de ação global para as pessoas e o Planeta, na linha dos direitos humanos. A partir de 2015, o mundo se apresenta como uma oportunidade histórica e sem precedentes para reunir os países e a população global e decidir sobre novos caminhos, melhorando a vida das pessoas em todos os lugares do planeta. Essas decisões determinarão o curso global de ação para acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar para todos, proteger o meio ambiente.

É só vermos aqui a situação de Mariana. Teremos, na segunda-feira, aqui, uma audiência pública, na ótica dos direitos humanos, acerca do que aconteceu em Mariana, Minas, explodindo depois no Espírito Santo, a decorrência do fato, que foi um desastre. Ali não foi um desastre; foi um ato criminoso, um crime contra a humanidade.

É obrigação de todos nós – diz o documento – proteger o meio ambiente e enfrentar as mudanças climáticas na ótica da natureza.

Em 2015, ano que ora termina, os países tiveram a oportunidade de adotar a nova agenda de desenvolvimento sustentável e chegar a um acordo global sobre a mudança climática. Espera-se que as ações tomadas a partir deste ano resultem nos novos objetivos de desenvolvimento sustentável, que se baseiam nos oito objetivos do desenvolvimento do milênio. As Nações Unidas estão trabalhando junto aos governadores, sociedade civil e outros parceiros, para aproveitar o impulso gerado por este momento e levar à frente uma agenda de desenvolvimento pós 2015, uma agenda ambiciosa.

A redução da pobreza é um dos eixos da agenda de desenvolvimento pós 2015. Crianças nas favelas, ou em tantas e tantas favelas do mundo. Podemos lembrar aqui a favela de Kallianpur, podíamos lembrar favelas em Dakar, Bangladesh, conforme a ONU tem denunciado no Brasil e em outros países do mundo. O rumo, a Agenda de Desenvolvimento Sustentável, é uma obrigação de todos nós, homens e mulheres, que temos compromisso com a vida, na sua plenitude, com o ecossistema em todo o planeta. Garantir uma vida com dignidade, a partir desse ano, à qual os países vão se adaptar e adotar uma nova agenda de desenvolvimento, que vai se basear nos objetivos, repito, do desenvolvimento do milênio.

Quero aqui registrar que o que foi estabelecido no ano de 2000, incluiu outros oito objetivos de combate à pobreza, que devem ser alcançados nesta caminhada. Desde então, com certeza, teremos progressos, melhorando a vida de toda a população.

A pobreza global, podemos dizer que continua diminuindo: mais crianças do que nunca estão frequentando a escola primária; mortes caíram, mas precisam cair muito mais; o acesso à água potável expandiu-se, mas tem que avançar mais; as metas de investimento para combater a malária, a aids e a tuberculose salvaram, no mundo, milhões de pessoas. Os ODM estão fazendo uma verdadeira diferença na vida das pessoas, e esse progresso pode ser expandido na maioria dos países com forte liderança e responsabilidade sobre esse tema.

Nós temos queremos que as 17 metas globais que podem mudar o futuro da humanidade aconteçam. Vamos em frente! Vida longa às 17 metas globais! ONU, agenda até 2030: cumprir esses objetivos as 17 metas globais com sustentabilidade é obrigação de todos nós. (*Palmas.*)

Pois aqui é só uma referência de um documento internacional que está sendo divulgado, mas, para falarmos em direitos humanos, basta olhar aqui para o Brasil mesmo e ver o que aconteceu com esses cinco meninos de 16 a 22 anos, no Rio de Janeiro: mais de cem tiros de fuzil foram disparados. Houve menino ali que recebeu quase 20 balas no corpo, todos morreram. Isso mostra o quanto temos que pensar na reeducação, desde as forças armadas – refiro-me aqui, claro, principalmente à Polícia – como também à reeducação na sala de aula. A forma de combater a violência passa pela educação; a forma de combater discriminações passa pela educação; a forma de termos um ecossistema em que se respeite a natureza passa pela educação.

E, por isso, ainda esta semana, esta Comissão decidiu, por unanimidade, que teríamos que ajudar em uma campanha em nível nacional, com objetivo de que a escola de tempo integral, meu querido Senador, seja definitivamente implantada no País. Tanto o relatório que fiz na Comissão de Educação como o trabalho que fizemos nesta Comissão apontam nesse sentido. Foi tirada inclusive uma resolução de que nós aqui, nesta Comissão, vamos aprovar uma moção de apoio, recomendando, solicitando, pedindo e contribuindo também, dentro das limitações de cada governo dos Estados, para que adotem a escola de tempo integral. Eu estou

convencido de que o único caminho para combater questões como essa de que falei, de discriminação, de pobreza, de miséria, de que novos horizontes possamos apontar para a nossa juventude, passa pela educação.

Então, hoje, neste Dia Universal dos Direitos Humanos, é com muita alegria mesmo que o tema que esta Comissão vai aprofundar, por iniciativa deste jovem Senador Hélio José, é a saúde.

Todos nós sabemos que a saúde é uma das 17 metas da ONU, ou seja, que toda a população do planeta tenha uma assistência de saúde decente, como também educação, como combate à violência, a defesa do meio ambiente – e aqui falei tanto do desenvolvimento sustentável.

Vida longa a todos os militantes de direitos humanos do mundo, que aqui vocês muito bem representam! Uma salva de palmas a vocês e ao Senador que, neste momento, assume a Presidência dos trabalhos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – É com muita alegria que temos aqui um Senador tão entusiasta e defensor, na realidade mesmo, na prática, dos direitos humanos, um Senador como Paulo Paim, que, desde a Constituinte – até antes da Constituinte, o seu primeiro mandato foi antes da Constituinte –, esteve aqui, nesta Casa, como Deputado Federal inicialmente; depois, três vezes como Senador da República, como está agora, para defender os direitos humanos, os direitos sociais, os direitos dos trabalhadores e os aposentados do País.

Deixo claro que é uma pessoa que não se dobra. Ele tem as suas convicções e vai em frente para defendê-las. E estamos juntos, tenho o prazer de estar junto com ele aqui, colaborando naquilo que é possível, nesta Comissão tão importante, que é a Comissão de Direitos Humanos. Pela segunda vez, acho, que o Senador é o Presidente; na verdade, pela terceira vez ele é Presidente nesta Comissão, tamanha a convicção na defesa dos direitos humanos feita por S. Exª. Então, é uma alegria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Hélio José, nesta abertura simbólica com você, fui autor do Estatuto do Idoso, da Igualdade Racial e da Pessoal com Deficiência, e o último que eu apresentei – e por isso fiz um aparte a você – é o Estatuto dos Ciganos, que é uma população invisível. E, para minha alegria, o Relator desse Estatuto é o Senador Hélio José, que há de fazer um belíssimo trabalho. (*Palmas.*)

E já está discutindo e marcando audiências públicas para dar visibilidade ao povo cigano.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – Com certeza, Senador. Ontem, tivemos um grande seminário aqui, nesta Casa, sobre a vida dos ciganos, as três etnias que há no Brasil. Estamos, realmente – o Senador Paulo Paim apresentou um projeto muito bem elaborado – resgatando o direito à cidadania desse povo nômade em nosso País, que, muitas vezes, são discriminados. E, com certeza, breve, breve, depois de fazermos aquela audiência pública, vamos trazer o projeto para esta Casa, para nós aprovarmos e caminharmos em frente, dar realmente direitos tal como fizemos em relação aos deficientes, via estatuto feito pelo Senador Paulo Paim; ao autista, com uma lei que o Senador Paulo Paim fez aqui, junto com a discussão, conosco. O Senador Romário acho que foi o Relator. Foi o Romário?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ele foi o Relator do Estatuto da Pessoa com Deficiência. A Lei dos Autistas foi a ex-Presidente desta Comissão, a Senadora Ana Rita.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – A Ana Rita, do Espírito Santo.

Então, é com muita alegria que estamos aqui. Estou querendo aguardar um pouquinho o Secretário de Saúde, para darmos continuidade aos trabalhos. Então, vou fazer o seguinte: como tem muita gente chegando, que está ligando para nós, vamos dar uma suspendida nos trabalhos por 15 minutos? Vocês concordam?

Vou fazer o seguinte: vou dar uma lida neste documento geral aqui, e depois deixo o meu, para já ganharmos tempo. Fica bom, Paim, muito bem lembrado.

Audiência pública sobre atenção primária à saúde.

Srªs e Srs., esta reunião tem por objetivo debater a situação da saúde pública brasileira e como o Estado tem sido desincumbido de suas atribuições constitucionais nessa área.

O Legislador Constituinte deixou explícito no art. 6º da nossa Carta Magna – de que o Senador Paulo Paim teve a honra de fazer parte e ser um dos grandes atuantes dessa área – que a saúde, entre outros é um dos direitos sociais a ser assegurado aos cidadãos. Depois da parte destinada especificamente à saúde, é importante destacar o art. 196, da Constituição, que estabelece: "A saúde e direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doenças e de outros agravos ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação."

Para assegurar a efetivação desse direito, a Constituição previu a instituição do Sistema Único de Saúde (SUS), a ser mantido com recursos...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um exemplo de política de direitos humanos para o mundo. Muitos países do mundo estão copiando o SUS. Bela lembrança sua, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – Com certeza, o SUS é fundamental para a gente. Estou ali com o Presidente do Conselho de Saúde do DF, um ferrenho defensor do SUS, não é, Helvécio?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É claro que alguns poderão dizer que pode ser aprimorado. Pode ser aprimorado sempre. Mas a proposta original da Constituinte foi brilhante, e tenho muito orgulho de ter estado lá. Podemos melhorar sempre, como podemos melhorar os planos de saúde particular. Tenho críticas muito duras aos planos de saúde particular.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – Com certeza, acho que no que se refere planos de saúde particular, a ANS tem que ter uma atuação mais clara. Está muito complicado, não é, Senador? Precisamos, inclusive, talvez – o Reguffe e eu estamos pensando – puxar uma CPI dos planos de saúde, porque está muito complicado o atendimento à população. É fácil para comprar, mas depois, para ser atendido, é uma mão de obra. (*Palmas.*)

Para assegurar a efetivação desse direito, a Constituição previu, então, a instituição do Sistema Único de Saúde, a ser mantido com recursos do Orçamento da Seguridade Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, § 1º do art. 198.

Em consequência desses ditames constitucionais, o Brasil passou a ser o detentor do maior e mais amplo sistema de saúde pública universal de todo o Planeta, um sistema gigantesco que envolve os mais diversos atores, tornando necessária uma integração entre as várias esferas de Governo, para concretizar esse símbolo da cidadania e de respeito aos direitos humanos dos cidadãos.

Estamos tratando, nesta oportunidade, de direitos fundados na Constituição, que estabeleceu como diretrizes: a descentralização, com direção única em cada esfera de governo; o atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços essenciais e da participação da comunidade.

É preciso reconhecer que o SUS se consolidou como uma extensa rede de atendimento à saúde da população, de acordo com o concebido. Deixemos de lado, por não ser a finalidade dessa reunião, a sua capacidade de atender a contento todas as necessidades dos cidadãos, com a urgência que seria desejada. Sabemos a luta que a área de saúde enfrenta, com a falta de recursos materiais e humanos.

Agora mesmo – sou membro da Comissão Mista de Orçamento da União (CMO) – foi uma briga muito grande por causa dos cortes da saúde. Todos nos unimos para que os recursos que virão via repatriação sejam destinados à saúde, para que o corte seja menor, porque a saúde é supernecessária a todo mundo.

Vamos nos ater ao que diz respeito à atenção primária, que é o objeto dessa reunião.

A atenção primária diz respeito, fundamentalmente, às ações de prevenção, uma das diretrizes constitucionais para o SUS. Porém, não se trata de uma política simplista, como pode parecer a uma visão superficial. Ainda em 1978, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) realizaram em Alma-Ata, atual Almaty, no Cazaquistão, então parte da União Soviética, a Primeira Conferência Internacional sobre os Cuidados Primários de Saúde e propuseram um acordo.

Sou o Vice-Presidente do Grupo de Amizade Brasil-Cazaquistão. Lá começou toda essa questão da discussão da saúde primária. É um país independente da Rússia, um dos maiores países que se separaram da União Soviética.

No Cazaquistão, então parte da União Soviética, a Primeira Conferência Internacional sobre os Cuidados Primários de Saúde propôs um acordo e uma meta, entre os países membros, para atingir o maior nível de saúde possível até o ano 2000, através da atenção primária à saúde. Essa política internacional ficou conhecida como Saúde para todos no Ano 2000.

A declaração, assinada por 134 países, estabeleceu as seguintes ações mínimas necessárias para o desenvolvimento da atenção primária à saúde: educação e saúde voltada para a prevenção e proteção; distribuição de alimentos e nutrição apropriada; tratamento da água e saneamento; saúde materno-infantil; planejamento familiar; imunização, prevenção e controle de doenças endêmicas; tratamento de doenças e lesões comuns; e fornecimento de medicamentos essenciais.

Enfim é preciso tratar da saúde como um direito humano, que ela, efetivamente, constituiu, como falou o nosso nobre Senador Paulo Paim.

É tempo de ouvir aqueles que realmente conhecem o assunto.

Daqui a pouquinho, vou convocar aqui os membros desta Comissão. Preciso saber da nossa universitária se chegou... O Secretário de Saúde, você conseguiu falar com ele? E do Dr. Tiago Coelho, você tem notícias?

Então, vou constituir a Mesa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Posso pedir um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – Na hora, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como temos um tempinho ainda, pedi um aparte ao nobre Senador, porque, quando fiz a introdução, falando das 17 metas globais a serem atingidas até 2030, acabei não lendo as metas globais. É só uma folhinha, bem pontual.

Para complementar o que eu havia falado, quais são as 17 metas globais? As 17 metas globais têm o objetivo de alcançar, nos próximos 15 anos, três pontos fundamentais: erradicar a pobreza extrema; combater a desigualdade e a injustiça; e conter as mudanças climáticas.

Agora eu só vou ler praticamente o título, que é compromisso de todos nós, nesse Dia Internacional dos Direitos Humanos:

1 – erradicação da pobreza;

2 – erradicação da fome;

3 – garantir, Senador Hélio José, saúde de qualidade. Por isso, eu dizia que, entre as metas globais, saúde de qualidade é exatamente o que você quer, a partir desse ciclo de debate que você está fazendo. As pessoas que estão assistindo a TV Senado e a Rádio Senado sabe que esta não é a primeira, é a quarta reunião que você faz sobre saúde de qualidade;

4 – educação de qualidade, como eu falava antes, educação em tempo integral;

5 – igualdade de gênero, combater todo tipo de preconceito em relação ao gênero;

6 – água limpa e saneamento, aqui nós falamos agora, infelizmente, do caso de Mariana, que lembra lambança, sujeira e aquele crime ambiental;

7 – energias renováveis. Você, que é um especialista nessa área, às vezes pergunto: cadê o Hélio José? Está fazendo palestra em outras partes do mundo, na França, na Espanha, em energia solar. Meus cumprimentos por essa luta das energias renováveis;

8 – empregos dignos e crescimento econômico, é exatamente o que estamos fazendo. O Senador Hélio José me ajudou a organizar um grande evento, inclusive, aqui na Câmara Distrital, sobre o PL nº 30, aquele da terceirização, porque ali o emprego, de fato, é de baixa qualidade. Nós queremos dar aos terceirizados a mesma qualidade de emprego daquele que tem o emprego formal, chamado na empresa matriz. Então, emprego de qualidade é compromisso de todos nós;

9 – inovação e infraestrutura;

10 – redução das desigualdades. É um absurdo, neste País, a mulher ganhar, na mesma função, na mesma atividade, no mínimo 30% a menos que o homem. A população negra, também, não é novidade, que recebe, no mínimo, em torno de 40% a menos daqueles que não são negros;

11 – cidades e comunidades sustentáveis. Aí vai todo o programa de que participamos, do próprio Estatuto da Cidade e do próprio Estatuto da Pessoa com Deficiência, que é a cidade acessível;

12 - consumo responsável. Nisso nós trabalhamos muito também, com uma série de medidas, na Comissão de Direitos Humanos, como também na Comissão de Assuntos Sociais;

13 – combate às mudanças climáticas, ou seja, toda a agressão à natureza, feita pelos homens;

14 – vida debaixo da água, devemos defender sempre também a vida debaixo da água. E lembramos Mariana, com milhares de peixes que apareceram mortos.

15 – vida sobre a terra, vai na mesma linha, o respeito às florestas, aos rios, às nascentes, aos lagos, à natureza.

16) Paz e justiça, hoje a gente assiste, de forma, eu diria, constrangida, envergonhada, o que vem acontecendo no mundo, como exemplo a guerra da Síria, mas poderíamos lembrar a guerra dos países árabes, não todos, mas inúmeros, em que os migrantes são tratados quase como gado, enxotados de uma região para outra, carregando crianças e famílias, aos milhares. Estamos num momento, de fato, em que temos que pregar uma política internacional de paz e justiça.

Por fim, parceria pelas metas, que as metas sejam, de fato, cumpridas em parceria com todos os homens e mulheres de bem, do Brasil e do mundo. A gente sonha com um mundo onde todos, de fato, tenham direitos iguais, em que a democracia prevaleça. Não há como não dizer isso num momento como esse, estamos num debate tão duro aqui no Brasil. (*Palmas.*)

E concluindo a minha participação, quero dizer, Senador Hélio José – não vou nem entrar no mérito, porque não é o caso, neste momento –, quando o Presidente da Câmara, contrário à nossa visão, pela forma como fez, acatou o pedido para instalação do processo de *impeachment*, isso é fato real, ele acatou e encaminhou, agora, não tem jeito, a Câmara vai ter que votar. Se a Câmara vai ter que votar, o que tenho dito é o seguinte, independente da posição de alguém que é contra ou a favor, eu sou contra e assumo minha posição claramente, porque entendo que a Presidenta não cometeu nenhum crime que levasse ao *impeachment*. E olha que tenho feito críticas ao Governo e sou da Base do Governo, críticas duras, inclusive, votado aqui, muitas vezes, contra alguns projetos que vêm do Executivo. Mas uma discordância quanto à política econômica é uma coisa, agora, fazer um ataque à própria democracia, contra uma mulher que tem uma história de luta, que todos nós sabemos – eu conheço a Presidenta Dilma há 40 anos, ela tem um apartamento em Porto Alegre, não sei mais o que ela tem –, uma mulher simples, honesta, séria e responsável. Se tenho críticas quanto à política econô-

mica, é outra questão. Estamos apenas discutindo se ela cometeu ou não um ato que levaria ao *impeachment,* e eu entendo que não. Por isso, faço esse depoimento.

Agora vou expressar meu ponto de vista sobre algo de suma importância. Logo que essa decisão foi tomada pelo Presidente da Câmara, eu disse: o Congresso não pode entrar em recesso. Eu não me sentiria bem em estar na praia ou em outro Estado, ou estar num sítio, e o Brasil sob o tacão do *impeachment,* que cria uma instabilidade econômica, política e social. Alguém poderia dizer que é um instrumento da democracia. Tudo bem, não estou nem debatendo isso. Quero saber só o seguinte: acho que os Parlamentares não podem entrar em férias e deixar o povo brasileiro nessa expectativa do que vai acontecer. Ora, se ela for absolvida, ela sai fortalecida para que a economia, enfim, o Brasil volte aos trilhos. Se for condenada, faz parte também de um processo que foi instalado. Nós, naturalmente, vamos trabalhar para que o Brasil continue crescendo e se recuperando.

O que quero dizer, neste encerramento, fiquei feliz de ler hoje no Jornal do Senado que o Presidente Renan já está pensando seriamente em suspender o recesso de janeiro. O País, hoje, exige que os congressistas estejam aqui trabalhando e decidindo, cada um com a sua posição, em relação ao *impeachment*. O que não dá é para passear, fazer de conta que nada está acontecendo, e a insegurança crescendo, a inflação crescendo, o desemprego crescendo, num momento como este. Então, em nome dos direitos humanos, vamos trabalhar o mês de janeiro.

Aqui eu encerro a minha participação. Um abraço. Ficarão sob a liderança desse grande Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – Meus agradecimentos ao Senador Paulo Paim. Suas palavras realmente são as palavras da maioria de nós aqui no Senado. Estamos juntos nesse seu pronunciamento, porque, realmente, não tem sentido termos férias e o País pegando fogo. Essa é a frase correta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Ele resumiu melhor do que eu: não podemos entrar em férias e o Brasil pegando fogo. Esse é o meu Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – Eu queria compor a nossa Mesa, chamando o nosso querido Jorge Viana, Vice-Presidente do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Distrito Federal (Sindate) e Presidente da Federação dos Técnicos do Brasil. (*Palmas.*)

Eu queria convidar a nossa querida Luciana Melo de Moura, enfermeira, professora da Faculdade de Enfermagem da Escola Superior de Ciências de Saúde (ESCS). Por favor, Luciana. Seja bem-vinda! (*Palmas.*)

Senador Flexa Ribeiro, seja bem-vindo!

Eu queria convidar para a nossa mesa, com muito orgulho, o Sr. Helvécio Ferreira, Presidente do Conselho de Saúde do Distrito Federal. (*Palmas.*)

Representando a Secretaria de Saúde – tivemos algumas trocas de última hora, por causa dessa reunião com o Governador do DF –, representando o Subsecretário de Vigilância Sanitária, o nosso querido Tiago Coelho, a nossa não menos competente Teresa Cristina Vieira Segatto. Por favor, Teresa. (*Palmas.*)

Em nome da Secretaria de Atenção Primária da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, a nossa Secretária Maria Amalia Dorsch Ferreira. Amalia não chegou ainda, quando chegar, ela vem para a mesa.

Vou fazer outras breves palavras aqui, que a minha assessoria direta tinha preparado para mim, depois vou passar ao debate.

Saudações a todos, é com muita alegria que estamos aqui. É uma pena o nosso querido Fábio, que tinha confirmado a vinda, não ter podido vir, mas o Fábio é uma pessoa em sintonia, vamos mandar para ele todo o CD da gravação, essa programação está sendo transmitida para o Brasil inteiro, então, será uma oportunidade importante, para todo o País, poder discutir a saúde primária, que é tão importante para o nosso povo.

Embora a proposta de política de saúde que reúna a prestação de serviços primários e a assistência social venha desde a época da Revolução Francesa, a noção de atenção primária é atribuída ao Relatório Dawson, elaborado pelo Ministro da Saúde do Reino Unido, em 1920.

Apesar da repercussão desse conceito, desde então, somente na década de 60 do século passado – quando eu nasci, em 1960, sou um pouco velho –, com a crise determinada pela expansão de serviços cada vez mais especializados é que ressurgirá, nos Estados Unidos, um movimento a favor da medicina ou saúde comunitária, com duas vertentes principais. De um lado, o departamento de medicina social e preventiva dos centros universitários; de outro, o contexto da guerra à pobreza, desencadeada pelo governo federal. Em fins da década de 70, o conceito foi transformado em consenso mundial, no âmbito da Organização Mundial de Saúde.

Nessa mesma época, começavam a surgir no Brasil experiências municipais muito motivadas pela trajetória britânica, que, anos depois, em função da grande mobilização de funcionários de saúde, acabaram se transformando no direito universal à saúde, consagrado na Constituição brasileira.

Segundo nos ensinam pesquisadores da área, internacionalmente, tem-se apresentado a Atenção Primária à Saúde (APS) como uma estratégia de organização de atenção à saúde, voltada para responder, de forma

regionalizada, contínua e sistematizada, à maior parte das necessidades de saúde de uma população, integrando ações preventivas e curativas, bem como atenção a indivíduos e comunidades.

Em vários momentos, especialmente desde a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), em 1990, o principal exemplo da atenção primária à saúde tem sido o Programa Saúde da Família, mesmo que não se deva resumir a ele. Em nome da Secretaria de Atenção Primária da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, a nossa Secretária Maria Amalia Dorsch Ferreira. Amalia não chegou ainda, quando chegar, ela vem para a mesa.

Vou fazer outras breves palavras aqui, que a minha assessoria direta tinha preparado para mim, depois vou passar ao debate.

Saudações a todos, é com muita alegria que estamos aqui. É uma pena o nosso querido Fábio, que tinha confirmado a vinda, não ter podido vir, mas o Fábio é uma pessoa em sintonia, vamos mandar para ele todo o CD da gravação, essa programação está sendo transmitida para o Brasil inteiro, então, será uma oportunidade importante, para todo o País, poder discutir a saúde primária, que é tão importante para o nosso povo.

Embora a proposta de política de saúde que reúna a prestação de serviços primários e a assistência social venha desde a época da Revolução Francesa, a noção de atenção primária é atribuída ao Relatório Dawson, elaborado pelo Ministro da Saúde do Reino Unido, em 1920.

Apesar da repercussão desse conceito, desde então, somente na década de 60 do século passado – quando eu nasci, em 1960 –, com a crise determinada pela expansão de serviços cada vez mais especializados é que ressurgirá, nos Estados Unidos, um movimento a favor da medicina ou saúde comunitária, com duas vertentes principais. De um lado, o departamento de medicina social e preventiva dos centros universitários; de outro, o contexto da guerra à pobreza, desencadeada pelo governo federal. Em fins da década de 70, o conceito foi transformado em consenso mundial, no âmbito da Organização Mundial de Saúde.

Nessa mesma época, começavam a surgir no Brasil experiências municipais muito motivadas pela trajetória britânica, que, anos depois, em função da grande mobilização de funcionários de saúde, acabaram se transformando no direito universal à saúde, consagrado na Constituição brasileira.

Segundo nos ensinam pesquisadores da área, internacionalmente, tem-se apresentado a Atenção Primária à Saúde (APS) como uma estratégia de organização de atenção à saúde, voltada para responder, de forma regionalizada, contínua e sistematizada, a maior parte das necessidades de saúde de uma população, integrando ações preventivas e curativas, bem como atenção a indivíduos e comunidades.

Em vários momentos, especialmente, desde a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), em 1990, o principal exemplo da atenção primária à saúde tem sido o Programa Saúde da Família, mesmo que não se deva resumir a ele.

Várias questões não resolvidas ainda preocupam gestores, pesquisadores, legisladores e a sociedade em geral, quando consideramos o tema Atenção Primária à Saúde. A sociedade se pergunta recorrentemente por que atenção primária propagandeada como elemento mais importante de uma política de saúde integral, na prática, não recebe essa importância quando se trata de recursos orçamentários e prioridade de investimentos.

Por outro lado, mesmo dando ênfase teórica ao conceito, as universidades e o sistema de saúde acabam dando importância à saúde departamentalizada, às práticas e técnicas de saúde hospitalar que requerem equipamentos sofisticados e caros. Então, se nós pudermos evitar que as pessoas superlotem as filas de prontos-socorros, as filas de hospital e darmos o primeiro atendimento com qualidade, além de economizar e evitar que muitas mortes aconteçam... porque às vezes a pessoa morre até na fila do hospital, porque ele está sobrecarregado e demora um pouco para atender, porque há pessoas com doenças que poderiam ter sido atendidas no centro de saúde, no posto de saúde, na UPA e foram superlotar as filas dos hospitais. Isso tudo é saúde primária. Por isso que ela é tão importante.

São os profissionais dessas áreas os mais valorizados socialmente e os mais bem remunerados, naquela área de saúde não primária, a saúde básica. Os profissionais que estão envolvidos com atenção primária à saúde acabam não recebendo estímulos e reconhecimento. E é necessário que isso aconteça.

Essas e outras questões essenciais ao atendimento das comunidades, de todas as classes sociais, serão debatidas nesta audiência pública, que reputo da maior importância no que diz respeito à garantia dos direitos humanos em nossa sociedade.

Primeiramente, gostaria de saber se a Maria Amalia já chegou. Ainda não?

Então, consulto a nossa Mesa para saber quem quer começar.

Vou passar a palavra à Luciana. Luciana, tudo bem? Você está com alguma transparência para mostrar?

Então, pessoal, vamos ouvir aqui a nossa Luciana Melo de Moura, que é enfermeira, professora da Faculdade de Enfermagem da Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS). É uma universidade da qual tenho orgulho, e minha filha está lá fazendo medicina, está no quinto ano de medicina, pela excelência dessa universidade aqui no DF, que precisa permanecer pública, com todos os cuidados necessários. Eu, inclusive, fiz um discurso

importante aqui, no Senado Federal, conversei com o Secretário de Saúde sobre a importância de mantermos sem riscos o funcionamento da ESCS, porque aquela posição equivocada que o Ministério Público havia tomado de tirar os professores da ESCS e fazer com que eles voltassem seria um absurdo, porque hoje em dia, quando se vai ao hospital – e eu falo isso porque tenho meus sobrinhos, meu irmão, formados na UnB como médicos –, os servidores que se formaram na ESCS são excelentes. A gente fica muito feliz quando é atendido por um médico da ESCS porque a praticidade, a objetividade do atendimento, o conhecimento de causa, porque eles ficam o tempo inteiro nos hospitais fazendo discussão e complemento, é muito grande.

E agora também com a formação de enfermeiras, que está acontecendo lá na unidade da ESCS de Samambaia, está ampliando esse alcance da ESCS aqui, no Distrito Federal.

Então, a Escola Superior de Ciências da Saúde só tem de todos nós – e eu estou falando isso como coordenador da Bancada Federal do Distrito Federal, que somos três Senadores da República e oito Deputados Federais – o apoio e realmente o carinho para que continue funcionando.

Eu quero mandar um abraço grande ao nosso Diretor da ESCS, o Armando Raggio, falar a ele que estamos juntos, que ele pode a qualquer momento nos procurar aqui, no Senado Federal, que vamos encaminhar o que for necessário junto ao governo do Distrito Federal para manter a excelência da ESCS.

E vamos ouvir agora a Profª Luciana Melo, que proferirá a sua palestra. Luciana, você tem de 10 a 15 minutos. Vai tocar uma campainha quando já tiverem decorridos nove minutos, para você saber que tem mais seis minutos para concluir.

A SRª LUCIANA MELO DE MOURA – Bom dia.

Gostaria, inicialmente...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – Só um minuto, Luciana. Queria anunciar que a nossa querida Drª Maria Amalia acaba de chegar, nossa Secretária de Atenção à Saúde.

Muito obrigado por integrar a Mesa.

Luciana, com a palavra.

A SRª LUCIANA MELO DE MOURA – Inicialmente eu gostaria de cumprimentar a Mesa, na pessoa do Senador Hélio José, a Comissão de Direitos Humanos pelo convite e por vocês também estarem participando, pois acredito ser um momento de muita importância. Poucos são os momentos em que à atenção primária à saúde é dado um certo prestígio e valor, porque a gente entende que, na prática, isso não ocorre. Na teoria, pela Constituição, pelo Sistema Único de Saúde, ela é colocada como algo prioritário justamente pelo grau de importância e por ser reorientadora do modelo de atenção à saúde.

Eu sou enfermeira desde 2000, minha graduação foi na UnB. Estou na Secretaria de Saúde desde 2006. E na qualidade de docente da ESCS, eu iniciei em 2011, pedi desligamento para concluir o doutorado. E agora, no ano de 2015, eu retornei.

A gente entende que o Sistema Único de Saúde (SUS) está organizado em níveis de atenção: primária, secundária e terciária. A partir daí é que eu vou iniciar a minha fala.

Tanto Atenção Primária à Saúde como Atenção Básica são dois termos aceitos. Às vezes as pessoas se confundem, acham que são coisas diferentes, mas é a mesma coisa. Para ser concretizada, operacionalizada, implementada a atenção primária à saúde é que surgiu o Programa Saúde da Família, em março de 1994, no Brasil, a exemplo do funcionamento desse programa em outros países.

O programa no seu termo tem uma ideia de temporário. Foi modificada a sua nomenclatura para Estratégia de Saúde da Família justamente por trazer nessa nomenclatura a lógica de prestação da assistência à saúde para a constituição de um novo modelo de atenção à saúde em substituição do modelo biomédico, hospitalocêntrico, curativo, que era baseado nas especialidades.

Então, ele veio mudar essa lógica de modelo de atenção à saúde. Ele vem trazer um novo paradigma, com base no atendimento às necessidades da população e como forma de reduzir as iniquidades sociais.

A gente entende que os condicionantes, determinantes sociais são vários. O processo de saúde-doença, de adoecimento, envolve um *mix,* vários fatores. Ele vem reorientar, reorganizar a prática assistencial. E a sua principal estratégia é uma cobertura, a sua capilarização, a sua descentralização para chegar na ponta e atender toda a população, porque o ideal é uma cobertura de 100%.

Ela é fundamentada no acesso universal e contínuo dos serviços de saúde e qualidade e resolutivo. Então, a atenção primária precisa ser resolutiva. E a gente entende isso, e tem como mensurar isso pelos indicadores de saúde: mortalidade, morbidade, número de consultas de pré-natal. Então, são vários indicadores de saúde, e muitas vezes nós não utilizamos essas ferramentas. E nós as alimentamos, porque o Ministério da Saúde faz uma coletânea, a Secretaria de Saúde coleta esses dados. E muitas vezes o profissional que está na ponta não usa essa estatística para o planejamento do seu serviço.

Então, ele é a primeira porta de entrada numa área adstrita. Tem a área de abrangência.

É também fundamentada na atenção integral. O indivíduo tem de ser visto como um todo, inserido na sua comunidade, na família. É importante, ela também perpassa pela valorização do profissional, mediante estímulo, capacitação. Algumas vezes, eu percebo que têm profissionais inseridos na atenção primária que não estão capacitados, não conhecem as fichas do SIAB. São parâmetros para se acompanhar a família, todos os condicionantes de saúde, para se ter noção da quantidade de pacientes hipertensos, diabéticos que existem na área, o número de gestantes.

Então, muitas vezes o profissional não utiliza essa ferramenta por desconhecer. São coisas graves. Aí é que está a educação continuada, a educação em serviço. Muitas vezes, nós temos gestores ocupando cargos que não conhecem e também não percebem que às vezes o servidor que está lá na ponta não conhece. Às vezes, o diretor conhece, mas o servidor que está na ponta atendendo não conhece.

Então, na avaliação e no acompanhamento sistemático dos resultados e no estímulo à participação popular e controle social, isso é importantíssimo. Eu tenho estudado controle social desde 2006, no DF e no Entorno. Então, a gente entende como um grande potencial e fomentador do controle social a atenção primária à saúde. Aí é que estão os conselhos gestores nas unidades básicas, os conselhos locais de saúde.

Então, onde temos conselhos gestores e locais de saúde aqui no DF? O Conselho Regional de Saúde das regiões de saúde, das administrações. Até que ponto eles estão conseguindo fomentar isso em nível local, em nível de UBS? Como é que tem sido a atuação do Conselho de Saúde do Distrito Federal como fomentador?

É importante porque a atenção primária trabalha aliada com a participação, com a comunidade. Então, a equipe mínima do saúde da família é constituída por médico, enfermeiro, auxiliar e técnico de enfermagem, agente comunitário de saúde. Pode ser acrescentada a equipe saúde bucal, com a configura do cirurgião dentista, auxiliar ou técnico de saúde bucal.

Cada equipe é responsável por no máximo 4 mil pessoas em média – e são recomendados 3 mil – e pode ter até 12 agentes comunitários em uma população, sabendo que cada CS não pode ultrapassar 750 pessoas pelas quais eles são responsáveis. Cada agente comunitário tem uma microárea. E ela funciona em 40 horas.

Eu entendo também que a questão das equipes de saúde da família a gente potencializa quando deixa duas, três ou cinco equipes em uma mesma unidade básica de saúde. Nas férias de um membro da equipe, de um médico, um outro médico da equipe atende. A mesma coisa é o rodízio com os enfermeiros e técnicos de enfermagem.

Então, essa é uma forma inteligente de fazer com que o serviço seja prestado continuamente.

O que se verifica também é que, muitas vezes, o enfermeiro, o médico daquela equipe que está trabalhando enquanto outro está de férias não atende o paciente daquela outra área de abrangência. Isso é um grande equívoco. A gente tem que reorganizar. Então, o que temos aqui de equipes não são muitas. Eu considero um número ínfimo, mas em relação ao que temos há forma de potencializar o funcionamento delas.

Temos também a implantação dos núcleos de saúde da família, que começou desde 2008. Ele é constituído por especialistas, psicólogos, nutricionistas, fisioterapeutas, ginecologistas, pediatras. Eles servem para dar suporte para equipe de saúde da família por meio de interconsultas, construção de projeto terapêutico singular, intervenções intersetoriais.

(Soa a campainha.)

A SRª LUCIANA MELO DE MOURA – E vários estudos já demonstram o potencial da atenção primária, por que tem que expandir a atenção primária. Porque ela melhora os indicadores de saúde, redução de mortalidade, morbidade, agravos, aliada a uma redução de gastos em saúde. É mais barata do que se investir em hospitais.

O que acontece? Há uma literatura nacional e internacional – e há bastante literatura – que já comprova isso. E por que nós não conseguimos avançar mediante tantos estudam que comprovam isso? Tem uma capacidade alta de resolver um problemas, aproximadamente 85% dos problemas de saúde, de prevenir doenças. Então, é alto o índice. E uma redução de internações por condições sensíveis na atenção primária.

E melhoria dos indicadores de saúde, sem contar que é uma forma de proteção.

Como a educação em tempo integral, que foi citada, o Saúde da Família tem esse papel. A partir de lá, verificamos se a criança tem Certidão de Nascimento, se frequenta a escola, as reuniões educativas para evitar violência, drogadição, planejamento familiar, uso de métodos contraceptivos, questões de gênero. Tudo isso a gente consegue trabalhar na atenção primária, bem como visitas domiciliares. Enfim, é uma infinidade.

E há melhoria dos indicadores socioeconômicos da população nas regiões mais pobres em que há implementação do Saúde da Família, associado ao crescimento da oferta de emprego, redução da fertilidade e presença de adolescentes na escola.

Então, ela se tornou uma política de Estado. Nós temos a Política Nacional da Atenção Básica, essa mais nova de 2012, a anterior era de 2006, e ela deveria estar presente na agenda dos gestores do SUS e ser uma

prioridade na coordenação das redes de atenção à saúde. Pela OMS e pela Opas, o serviço deve ser ordenado na rede da atenção e o ordenador seria a atenção primária. Aqui, novamente, reiterando a importância da atenção primária à saúde, justamente pelo alto grau de descentralização, capilaridade. Como temos regiões de saúde no DF, se fala em redes de atenção como Rede Cegonha, Urgência e Emergência sem ter uma alta cobertura de saúde da família? Não funciona, é chover no molhado. Para falar em funcionamento em rede, é preciso que haja altas coberturas de Saúde da Família.

Então, a função da APS na rede é desempenhar o papel de coordenador, integrar verticalmente todo os serviços na rede.

A cobertura do Saúde da Família no DF, dados do DAB, de outubro de 2015, está estimado em 31,52%. É uma cobertura baixa. E aqui na ESCS nós trabalhamos com a metodologia ativa, e são os nossos estudantes que constroem o conhecimento. Eles são sujeitos autônomos. E nós trabalhamos para que isso aconteça de forma conjunta.

Lá nós problematizamos todos os temas e assuntos e, por isso, eu trago algumas questões aqui, problematizando para vocês. A quem interessa elevação da cobertura da estratégia de saúde da família? O sistema de saúde que nós temos aqui no Brasil é híbrido, ele tem uma lógica de funcionamento completamente inverso, público e privado. Isso leva os gestores a confundimento, inclusive a população. No SUS é prevista a complementariedade do serviço pelo serviço privado.

E por que eu falo em lógica de funcionamento? Na lógica de funcionamento, eu tenho a atenção primária como porta de entrada, por onde todos deveriam acessar inicialmente: o Saúde da Família. De lá, se houver necessidade da especialização, é encaminhado para o nível secundário e, a partir daí, para um terciário.

No sistema privado, a gente tem as emergências, que são grandes ambulatórios. Na verdade, ali não é emergência, é um serviço ambulatorial, e as pessoas já acessam diretamente o especialista. Elas não vão ao clínico, já vão direto no reumatologista, no endocrinologista, no oftalmologista.

Então, nós temos uma lógica de funcionamento completamente inversa. Eis o desafio: o desafio de ser único. A principal bandeira é a mudança do paradigma da saúde, que é o hospitalocêntrico e biomédico. Será que nós esquecemos os princípios do SUS e da responsabilidade que foi atribuída a APS como principal estratégia de reorientação do modelo de atenção à saúde?

Ultimamente, o que a gente tem percebido é que a atenção primária funciona como bengala...

(Soa a campainha.)

A SRª LUCIANA MELO DE MOURA – E trabalhamos com doença e não com saúde, porque possuímos baixas coberturas de estratégias da saúde da família. E a prioridade governamental é sempre prontos-socorros, hospitais e UPAs, e nós temos a superlotação, longas horas de espera para atendimento nas emergências e necessidade crescente por leitos de UTI, justamente porque estamos falhando na atenção primária à saúde.

Quem são os pacientes que necessitam de leitos de UTI? Por acaso são aqueles que não tiveram suas demandas de saúde contempladas na atenção básica?

Como melhoramos os indicadores de saúde? Através da educação, de altas coberturas de saúde da família. E quão resolutiva tem sido a estratégia de saúde da família no DF? E por que, ao longo da trajetória histórica do serviço de saúde no DF, sempre se investiu mais na atenção secundária e terciária e menos atenção primária?

Então, aqui eu deixo um recado e mostro para vocês que a ESCS tem um papel de articulador entre ensino, serviço e comunidade.

Nós utilizamos uma metodologia ativa. Temos um grau de importância porque são professores inseridos na Secretaria de Saúde e o campo de estágio é na própria Secretaria. É justamente formar enfermeiros com perfil de excelência, generalistas, em consonância com o SUS. Ou seja, formar enfermeiros para o SUS.

E meu obrigada, obrigada pela atenção de todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – Agradeço à Luciana pela brilhante intervenção. Você, que é uma servidora profissional da área, trabalha no Centro de Saúde nº 1 de Taguatinga, além de ser professora. Então, uma pessoa que conhece bem o tema.

Eu quero passar aqui agora para a nossa querida Teresa Cristina Vieira Segatto. O principal motivo pelo qual eu convidei a Secretaria de Vigilância Sanitária é porque estamos vivendo uma situação do zika vírus muito grave para o nosso País. E além das outras questões com relação à dengue, com relação às prevenções que nós temos que ter nesse setor, não poderíamos deixar de ouvir, no momento em que a gente discute a saúde primária, em que o centro de saúde é fundamental para ajudar nessa prevenção, a nossa secretária de atenção primária e o setor de vigilância sanitária.

Então, por favor, a Srª Teresa Cristina Vieira Segatto, Subsecretária Adjunta de Vigilância à Saúde da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

A SRª TERESA CRISTINA VIEIRA SEGATTO – Eu sou Diretora de Vigilância Epidemiológica.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – Ah, ótimo. Está preparadíssima para poder falar. Obrigado.

A SRª TERESA CRISTINA VIEIRA SEGATTO – Bom dia a todos. É extremamente importante estarmos participando desta discussão, porque a Subsecretaria de Vigilância à Saúde é uma das subsecretarias da Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Ela tem uma ação que passa exatamente desde a ação da atenção primária até a ação da atenção de forma mais específica, com mais especialidades, como é a questão que nós estamos vivendo agora, como o nosso Senador falou, em relação ao zika vírus e das microcefalias.

Então, inicialmente, quero comentar sobre a apresentação da professora. Ela traz exatamente todas as inquietações e perguntas que eu acredito são de todos nós que atuamos dentro da saúde pública, dentro do Sistema Único de Saúde – porque nós não podemos esquecer que todos nós somos SUS –, inquietações de extrema importância.

A questão do paradigma da mudança em relação a sair dessa discussão, a sair dessa fala, a sair dessa busca, de se abrir hospital, de se abrir UPA, de aumentar o número de pessoas que já chegam, de certa forma, graves dentro das nossas instituições, tanto da UPA quanto da emergência. Quando, na verdade, se nós tivéssemos parte de toda a nossa atenção voltada para a atenção primária, para a unidade básica de saúde, com certeza, iríamos reduzir bastante não só os casos graves, mas também e principalmente os óbitos.

Então, eu vou trazer o exemplo da dengue no Distrito Federal e também no País como um todo. O paciente que entra com suspeita de dengue – e agora existe além da suspeita de dengue, a suspeita de chikungunya, a suspeita de doenças relacionadas ao zika vírus, que no Distrito Federal nós só temos dois casos confirmados, pelo critério laboratorial, de duas pessoas que viajaram para Teresina e Salvador.

E, a partir de então, nós não tivemos mais casos confirmados pelo critério laboratorial. Se nós tivéssemos uma atenção primária em que nós pudéssemos atender essas pessoas na unidade básica de saúde, em que eu tivesse a porta aberta, o que a gente chama de demanda espontânea, para essas pessoas que residem ou trabalham próximo a essas unidades de saúde, que pudessem ser atendidos ali, fizessem o primeiro atendimento com médico ou enfermeiro, que ele pudesse preencher o cartão de acompanhamento da dengue e que ele pudesse ser referenciado e acompanhado, provavelmente, nós não teríamos o número de óbitos que nós temos hoje relacionado à dengue.

Então, acredito que a professora fala com uma propriedade muito importante, muito grande nessa questão. Eu estou dando só o exemplo da dengue. Obviamente, outros exemplos podem ser dados aqui nesse momento, em que nós conseguimos identificar efetivamente dentro da SVS.

Então, a questão específica que foi perguntada da tríplice epidemia, em que estão sendo consideradas a dengue, o zika e o chikungunya, tem uma ação extremamente importante e o Estado não vai conseguir resolver se as pessoas – e aí é uma questão individual como pessoa e coletivo em relação à comunidade – não atuarem diretamente em relação à redução do vetor dentro da sua casa, no seu vizinho, na sua comunidade.

Então, essa é uma ação que, por mais que a SVS busque os parceiros, os Bombeiros, o Detran, o Exército, todo esse aparelho que nós temos de sair à rua, nós não teremos condição, como Estado, de chegar em todas as residências do Distrito Federal todas as semanas para verificar se há mosquito e larva.

Então, aí entra uma questão muito importante que é a questão da educação. A educação de cada um de nós, de olhar. Por isso que o Ministério da Saúde e o DF estão trabalhando para que cada um olhe a sua casa uma vez por semana. Perca quinze minutos do seu dia para verificar como está a sua casa, como está a conversa com o seu vizinho, de verificar ao seu redor os locais onde há água parada, para que se possa, dessa forma, evitar a proliferação do mosquito.

A gente pode e vai usar inseticida? Vai. Nós teremos agentes de vigilância ambiental caminhando em todas as casas, principalmente nas regiões onde a taxa de incidência da dengue é maior? Vamos. Mas eles não vão dar conta – e não é responsabilidade só deles, é nossa – de acabar, de reduzir a disseminação do *Aedes* se cada um de nós não estivermos trabalhando nessa luta.

Então, é a comunidade, é o profissional de saúde, tanto os agentes de endemias, que são chamados de AVAs, como os agentes comunitários de saúde, como o auxiliar de enfermagem, o técnico de enfermagem, o enfermeiro, o médico, que vá a casa dessas pessoas ou aquele que verifique onde há proliferação do mosquito. Se nós não tivermos essa luta individual, nós efetivamente teremos a epidemia, principalmente pelo zika vírus e pela dengue.

A dengue já é endêmica no Distrito Federal. Nós estamos hoje com quase 10 mil casos confirmados de dengue no DF. Nós temos, hoje, 27 pessoas que morreram por causa da dengue. Lógico que, na análise, observa-se que existem algumas situações em que provavelmente a pessoa, infelizmente, morreria, porque parte deles são idosos, parte deles têm comorbidade. Então, são algumas situações, mas se nós pudermos trabalhar no óbito evitável, como chamamos, ou seja, se a unidade básica de saúde puder estar aberta de 7h às 19h

atendendo por demanda espontânea todas aquelas pessoas que entrarem com suspeita de dengue, com certeza... Iniciando o tratamento, iniciando a hidratação oral, que é extremamente importante como prevenção.

Qualquer um que chegue e olhe a definição de caso suspeito, saberá que uma das coisas que precisamos fazer é orientar a hidratação, preencher o cartão de acompanhamento e, em persistindo os sintomas, essa pessoa deve retornar e ser atendida. Dessa forma, com certeza, nós vamos reduzir os casos graves. Então, essa ação é puramente da atenção primária, da atenção básica.

Da mesma forma como hoje a vacina é uma das ações de maior benefício para a população. Todos nós, independente da pessoa, em uma condição melhor ou pior, buscamos a unidade de saúde para receber a vacina, que, com certeza, é a ação mais descentralizada, com maior tempo dentro do SUS, porque advém antes do Sistema Único de Saúde, reduzindo e eliminando várias doenças que temos no País.

(Soa a campainha.)

A SRª TERESA CRISTINA VIEIRA SEGATTO – Gostaria de deixar, como a Professora também deixou, duas perguntas que precisamos trabalhar em todos os níveis deste País: a quem de fato interessa que o SUS dê certo neste País? A cada dia que passa, vemos mais a discussão, a inserção da rede privada, no sentido de que ela é melhor, de que o SUS está cheio, de que os corredores estão cheios, de que as pessoas estão nos corredores, de que as pessoas não estão sendo atendidas adequadamente. Então, a quem interessa que o SUS não dê certo?

Não acredito que um Sistema Único de Saúde, que atende mais de 100 milhões, não dê certo. Isso também cabe não só aos profissionais de saúde, ao Governo, mas também à população efetivamente.

A outra pergunta está relacionada à questão da mudança do paradigma, uma discussão que trabalhamos há mais de dez anos. É tirar o centro da discussão e do recurso financeiro do hospital, da rede hospitalar, no sentido de prevenção, iniciando com a atenção primária. Então, quando efetivamente vamos colocar isso em prática? Quando vamos começar a entender que a atenção primária é como um iniciador de redução de gastos, de redução de doenças e de redução de óbitos e de sequelas? Até então, temos várias ações, mostrando o quanto isso é importante, mas temos, de fato, de vestir esta camisa e mudar este paradigma.

Acho que, neste momento, da tríplice epidemia, que está acontecendo, principalmente na questão da zika, hoje uma comoção nacional, e precisamos da ESCS, e temos trabalhando isso muito junto à Secretaria, no sentido de evitar o pânico na população. Agora, tudo acaba virando microcefalia. A criança nasce, nem se espera direito as primeiras 48 horas, para fazer a medição do perímetro cefálico da criança, e as pessoas já estão dizendo que o bebê nasceu com microcefalia. Aí, a imprensa vai em cima, tira foto, faz toda aquela comoção, mas aquele problema não consegue mais ser resolvido. Se aquela criança, de fato, tiver microcefalia, o que realmente vai acontecer? Ela vai ser acompanhada pelo SUS, mas, infelizmente, terá todas as sequelas que já foram instaladas naquele bebê pela doença.

Qual é o nosso caminho? Reduzir a proliferação do mosquito. Se não fizermos isso, não adianta a mídia, não adianta chorar, não adianta achar triste a situação, não adianta culpar o Governo, nem o médico, nem o enfermeiro, nenhum sistema de saúde vai dar conta, se não trabalharmos exatamente na prevenção da tríplice epidemia.

Então, chamo a atenção para isso. Temos que gerar educação, informação e responsabilidade. Chamo também a atenção para a questão primária neste momento, porque temos a situação da microcefalia e do nosso pré-natal em relação a essas gestantes, que, porventura, apareçam com sinais e sintomas de uma doença exantemática.

Então, a SVS, junto com a SAIS e a atenção primária, já montamos o nosso protocolo do Distrito Federal para o acompanhamento da gestante com doença exantemática e para o acompanhamento das crianças com microcefalia, para que possamos, juntos, a vigilância epidemiológica, a vigilância relacionada a essas crianças, a coordenação de neuropediatria, a coordenação de neonatologia, a Rede Cegonha, montar um protocolo do acompanhamento desde essa gestante até a criança com microcefalia e os exames necessários.

Além disso, a vigilância ambiental, junto com todas as áreas do Governo do Distrito Federal, trabalhando exaustivamente na questão da redução da proliferação do mosquito.

Volto a dizer: se a população não estiver atenta à questão do mosquito, infelizmente, não vamos dar conta dessa ação sozinhos.

Era o que tinha a dizer. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – Agradeço à Drª Teresa Cristina Vieira Segatto. Qual é a sua formação?

A SRª TERESA CRISTINA VIEIRA SEGATTO (*Fora do microfone.*) – Sou enfermeira.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – Muito bom. Hoje, estou cercado de enfermeiras nesta Casa. Eu que sou casado com uma enfermeira, fico muito lisonjeado com isso. Já falou a enfermeira Luciana, a enfermeira Teresa. E acho que a Amalia também é enfermeira..

A SRª MARIA AMALIA DORSCH FERREIRA (*Fora do microfone*.) – Odontóloga.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – A Amalia é odontóloga.

Aqui quem manda são as mulheres, como na minha casa também. Na minha casa são quatro mulheres. Além da minha esposa, três filhas. Só tenho um filho, eu e ele somos minoria.

Vou passar a palavra à Drª Maria Amalia, a nossa Secretária de Atenção Primária à Saúde. É muito importante ouvi-la e saber, como anda o nosso centro de saúde, quais são as perspectivas da Secretaria de Saúde nessa área tão importante, para esvaziar as filas dos hospitais. Essa área é prioritária, Maria Amalia. Para nós, é muito importante ouvir o que a Secretaria tem a dizer sobre o assunto.

A SRª MARIA AMALIA DORSCH FERREIRA – Bom dia a todos da Mesa. Bom dia, Senador Hélio José. Bom dia, convidados.

Gostaria de fazer uma correção: por causa da recente reestruturação do organograma da Secretaria de Saúde, não mais existe uma Subsecretaria de Atenção Primária à Saúde e sim uma Coordenação de Atenção Primária à Saúde, que faz parte de uma Subsecretaria de Atenção Integrada à Saúde. Então, são três coordenações. Há a Coordenação da Atenção Primária, Coordenação de Redes e a Coordenação da Atenção Especializada.

O nosso grande desafio – a Profª Luciana falou muito bem a respeito da atenção primária – é colocar em prática tudo o que sabemos a respeito da atenção primária, fazer isso acontecer, porque teoricamente – isso está escrito na Constituição, e temos outras leis – estamos bem servidos. Mas, na prática, o que tem acontecido?

Na gestão passada, houve um crescimento de 12% para 30% na cobertura de estratégia à saúde à família, mas, no ano de 2015, isso não aconteceu. Tenho acompanhado mensalmente o número de equipes, e tem diminuído. Eu entrei há um mês e pouco na atenção primária, pois estava na Subsecretaria de Gestão de Pessoas, mas pude ver que, nesse acompanhamento mensal da estratégia, temos perdido profissionais e, por isso, perdido a cobertura. Então, em relação à cobertura de estratégia à saúde à família, o Distrito Federal possui quase 25%. Com relação à cobertura de atenção primária, quase 60%, já tendo sido um pouco maior do que isso.

Então, o que leva, diante de tanto entendimento, no sentido de que a atenção primária é prioritária, porque acabamos diminuindo a cobertura, quando temos um plano de Governo que pretende aumentar a cobertura até 80% da população?

Com as equipes já existentes, temos uma saída de profissionais, o que dificulta mantermos essa cobertura. Então, há profissionais que saem com frequência, que são os profissionais médicos, que acabam fazendo residência e saem para fazer concurso na Secretaria, retornam para a Secretaria, mas saem da Medicina da Família.

E há também dificuldade com relação aos agentes comunitários de saúde, porque, para ampliarmos os serviços, a cobertura, e organizarmos toda essa lógica de território, de cobertura territorial, de vinculação com a comunidade, precisamos desse profissional, que é o agente comunitário de saúde.

O Ministério da Saúde até tentou rever a possibilidade, que, há muito tempo, já vem sendo discutida sobre outras formas de equipes de estratégias de saúde da família, para considerarmos uma cobertura maior. Nesse sentido, estaria fora o profissional que chamamos agente comunitário de saúde, mas esse entendimento nunca chega a um acordo, porque ele é extremamente importante. Esse é o profissional que tem como espaço de atuação mesmo a comunidade. Então, ele não fica dentro da unidade.

Dentro também desta situação atual nossa de dificuldade econômica que o Distrito Federal passou este ano, e que o Governo Federal vem passando, com cortes dos repasses do Ministério da Saúde para o Fundo Constitucional, dificulta um planejamento ousado com relação a isso, porque temos de nos basear no que podemos ter de financiamento para poder crescer e construir.

Havia um planejamento inicial de construção de 138 Unidades de Estratégia de Saúde da Família, com a colocação de quase 700 equipes, mas, quando colocamos no orçamento quanto isso vai custar e quanto já temos de orçamento previsto para o ano que vem, vemos que isso é inviável.

Então, fomos obrigados a rever a situação. Não há nada fechado ainda, mas é importante que o posicionamento da Secretaria de Saúde seja voltado para o que realmente é possível fazer. Não adianta colocar um ideal, lá na frente, dessas 138 equipes, quando não vislumbramos conseguir cumprir isso.

Assim, estamos revendo esse plano. É lógico que trabalhar sem orçamento é muito difícil, pois envolve também rever todas as nossas práticas, como mudança de processo de trabalho. Estamos passando por um momento complicado, porque estamos revendo todo um planejamento feito no começo do ano.

Agora, também me permito discordar da colega Profª Luciana com relação ao entendimento que o profissional da atenção primária tem da Política Nacional de Atenção Básica, porque os profissionais constantemente participam de especializações ofertadas pela Secretaria de Saúde. No ano passado, foi encerrada uma

especialização, junto ao Sírio Libanês, em que o projeto de intervenção proposto pelos alunos foi avaliar se o profissional, na atenção primária, conhece a política ou, se não conhece necessariamente tudo o que está escrito na política, mas a sua função dentro da rede, dentro do processo.

A conclusão a que se chegou foi a seguinte: ele sabe, sabe o que ele precisa fazer. Então, por que ele não faz? Porque ele não tem recurso; não tem RH, e a saúde é feita por pessoas. Os equipamentos são importantes, mas a saúde é feita por pessoas. Precisamos dos profissionais junto da população para podermos inverter essa lógica, hoje, de gestão, inclusive, que acha que vamos medir o resultado da atenção primária ou da atenção especializada através do número de consultas ou de exames que são feitos. A lógica da atenção primária é para que não se chegue a esse ponto.

A atenção primária tem de passar por todos estes momentos: prevenção, promoção, tratamento, recuperação, enfim, ela tem de estar em todos os espaços, mas historicamente o que é cobrado da atenção primária é exatamente a mesma coisa que é cobrada de um hospital. E o hospital trabalha com a lógica da doença.

Então, como o profissional, nesse sistema, vai reagir? Vai reagir dando essa resposta de ir fazendo as consultas, de ser centrado na doença e não na prevenção, porque ele é questionado e cobrado o tempo todo. Essa mudança precisamos também construir.

Agora, a proposta de regionalização das regiões de saúde inclui maior autonomia, porque a maior dificuldade nossa com relação à denominação "somos Estado, somos Município", e fica tudo centrado na Secretaria de Saúde, e o gestor, lá na ponta, não tem autonomia para fazer o investimento naquilo que ele acha correto.

E ele precisa dessa autonomia.

Então, a proposta de regionalização vai neste sentido: tirar essa centralização da administração central e dar esse poder ao gestor. Junto com essa autonomia, também vão as responsabilidades. O gestor também vai ter de participar muito mais dos indicadores de saúde que são acompanhados pelo Ministério da Saúde.

Toda essa organização se norteia pela questão precípua de que quem deve ordenar o sistema de saúde é o usuário. Se quem está próximo do usuário não tem poder de decisão, não tem autonomia, dificilmente aquilo vai chegar ao nível central.

A regionalização tem o objetivo de dar autonomia ao gestor, porque ele é o que melhor conhece o usuário do serviço, as suas necessidades. As nossas regiões são muito diversas. Há região que precisa de geriatra na atenção primária. Há regiões com 17% da população de idosos, mas outras tem 7% ou 5% de idosos na atenção primária.

Então, a atenção primária não pode ter um modelo único e homogêneo dentro do DF e do Brasil, porque as necessidades da população são diferentes.

Colocar isso em prática é muito difícil. Como o gestor, o gerente do Centro de Saúde, o Diretor da Atenção Primária, vai conseguir trazer aquele profissional, que historicamente nunca pertenceu à atenção primária... Atenção primária é composta do enfermeiro, do médico da família ou o clínico, ou o sanitarista, o ginecologista e o pediatra, no modelo tradicional? Como vamos levar o fisioterapeuta, porque ele é muito importante nas atividades com a comunidade, até de prevenção na queda dos idosos? Como vamos levar o psicólogo, o geriatra, quando o hospital não tem o geriatra, o psiquiatra, o fisioterapeuta, para socorrer leitos? Então, essa decisão é muito difícil para o Secretário de Saúde tomar.

Eu preciso do profissional lá. Aqui é prevenção e lá, é curativo. Como ele, com o pouco recurso que tem, vai fazer isso? Eu, como coordenadora, tento fazer uma sensibilização forte junto ao Secretário. Ele colocou à nossa disposição um assessor, o Dr. José Márcio, que é muito importante para a nossa Coordenadoria, que é ligado diretamente ao Secretario e tem esse olhar para a atenção primária. Então, temos conseguido, com visitas constantes ao Centro de Saúde, que ele leve ao Secretário também a necessidade de serem retomadas algumas obras, que precisamos mudar de fato o modelo, que precisamos investir na atenção primária. Estamos começando ainda esse caminho, mas já temos algum sucesso.

Gostaria só de tocar no assunto relacionado à dengue. A atenção primária já trabalha fortemente nesse sentido. Como a Drª Cristina falou, não é um trabalho só da saúde, mas sobretudo da população. Não é somente um trabalho do agente comunitário de saúde, mas de toda a equipe.

Hoje, já que esse problema está na mídia, qualquer profissional tem que estar o tempo todo, estar trabalhando em várias áreas, na prevenção, na orientação, na educação do colega, do paciente, do usuário do serviço, em ações na comunidade. Historicamente, temos também o grupo Geiplan/Dengue, que possui um colegiado, trabalhando junto com o administrador regional, que tem procurado fazer ações, para que não caiamos naquele surto que o Rio de Janeiro já vivenciou, que foge ao controle realmente e que deve ter ações com outras forças.

Temos trabalhado e acompanhado junto a Diraps, que acompanha o Dr. Airton, na SVS, em reuniões frequentes. Então, é um preocupação muito grande nossa, mas hoje o nosso grande desafio é levar para a prática tudo o que temos de teoria. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – Agradeço a apresentação da Amalia. Queria comunicar a presença do nosso Deputado Distrital Reginaldo Veras, da Comissão de Saúde e Educação, que está aqui conosco. (*Palmas.*)

Daqui a pouco, eu passarei a palavra ao nosso Deputado. Se você quiser, Reginaldo, tem lugar aqui na frente, ou quiser participar conosco. Tem uma cadeira aqui, pode vir compor a Mesa com a gente, que será um prazer.

A saúde primária, Amália... Eu quero até homenagear a Drª Alessandra, que é nossa chefe do Centro de Saúde nº 1, de Brazlândia, e a Drª Sônia Margareth, que é chefe do nosso Centro de Saúde da Vila Planalto. Tem mais algum coordenador de saúde aqui? Tem?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – Da Atenção Primária. Passa para mim, que eu comunico aqui para eu poder dizer o nome e o centro de saúde. Pode passar aqui que eu vou falar. É importante a presença de vocês, das diretorias, dos cargos gestores.

Eu estive dialogando muito com Dr. Fábio sobre a necessidade de que não acabe a chefia de enfermagem exatamente do cento saúde por causa da Atenção Primária, porque enquanto tem o chefe do centro de saúde, que pode ser médico, odontólogo, enfermeiro ou qualquer... Eu citei aqui, por exemplo, duas enfermeiras que chefiam o centro de saúde. Mas há a questão do trabalho básico, que é feito pela enfermagem, e não tinha como a responsabilidade técnica ser repassada para o Coordenador Geral do Centro de Saúde.

Esse setor necessitava manter a presença da enfermeira como chefe da equipe de enfermagem de apoio. E o Dr. Fábio nos atendeu. Isso é muito importante. (*Palmas.*)

Eu quero agradecer.

Vamos passar a palavra, agora, ao representante dos trabalhadores, que, além de representar nesta Mesa hoje os técnicos de enfermagem do Distrito Federal, como Vice-Presidente do Sindicato dos Auxiliares – eu homenageei aqui o Presidente do Sindicato, que o João Cardoso, está aqui conosco também –, é Presidente da Federação Nacional dos Técnicos de Enfermagem, o nosso querido Jorge Viana.

Eu poderia ter chamado daqui o Presidente do Sindicato dos Médicos, o Presidente do Sindicato dos Centros de Saúde, outros sindicatos, mas eu acho que o Jorge representa bem a inquietude na questão dos trabalhadores da área de saúde. Sob esse ponto de vista, nós, que já ouvimos uma servidora, a Prof. Luciana, ouvimos duas gestoras, uma da Vigilância Sanitária e outra do Serviço de Atenção Primária, vamos ouvir, agora, o representante dos trabalhadores e, em seguida, o representante da comunidade, do Conselho de Saúde do Distrito Federal, para, depois, ouvirmos o público aqui e voltarmos para as considerações e fala final.

Então, vamos ouvir o nosso querido Jorge Viana, Vice-Presidente do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Distrito Federal.

O SR. JORGE VIANA – Bom dia, senhoras e senhores. Bom dia, Senador. Bom dia à Mesa, composta, hoje, por diversas pessoas que têm experiência, como a Drª Amalia, que, recentemente, estava na Sugetes, lidando com os trabalhadores, na parte de RH, agora, já está nessa área.

Acho interessante porque a gente acaba construindo e vendo que os gestores estão tentando se organizar para achar o melhor, uma melhor saúde. Evidentemente, o sindicato tem um papel aqui um pouco mais duro, de cobrança. A gente tem uma visão diferenciada dos gestores, da população. E aqui, Senador, eu agradeço mais uma vez poder participar desta audiência pública, porque, como todo sindicalista, a gente pede e eu vou pedir algumas coisas aqui e vou fazer algumas alguns questionamento, logicamente, respeitando todos as falas das senhoras que passaram, das enfermeiras, da odontóloga.

A prova de que nós estamos avançando, que a enfermagem está avançando, ainda mais nesse quesito da atenção primária é hoje temos que, praticamente, a maioria é de enfermeiros. Isso prova que nós temos uma capacidade de atuação importante, mas, ao mesmo tempo, a gente ainda, infelizmente, não está sendo reconhecido, não está sendo empoderado do que todos nós deveríamos ser, pelo que nós exercemos.

A professora da ESCS falou muito bem, fez alguns questionamentos sobre atenção primária, sobre a quem interessa essa ineficiência na atenção primária. A atenção primária agora virou foco devido à doença transmitida pelo mosquito, mas ela já é uma coisa que está vindo há anos com problemas. Aqui, especificamente em Brasília, eu lembro que, em 2013, nós fizemos um levantamento da cobertura, e nós tínhamos a pior cobertura do País. Eram apenas 17%, em 2013, no governo Agnelo.

E isso se perpetuou, e está se perpetuando até hoje, com uma média de 25%. Então, a gente percebe que, como a doutora falou, realmente, na teoria, tudo é muito bonito, mas, na prática, o que nós podemos fazer para, realmente, mudar seus dados? E aí eu chamo novamente a enfermagem para essa responsabilidade

porque, praticamente, é a enfermagem que lida com a situação da atenção primária. Nós que somos responsáveis, na primeira hora, para sentir esse problema mais de perto.

Graças a Deus, eu sou graduando de enfermagem, sou formado em Letras, estudei Direito e, agora, estou me graduando em enfermagem e eu estou fazendo um trabalho em Águas Lindas de Goiás e, em algumas situações são interessantes, eu estou aqui hoje falando uma coisa que eu apresentei na faculdade um dia desses, sobre a atenção primária. E Águas Lindas de Goiás, especificamente, está dando um *show*, de 10 a 0 no DF!

Vou falar umas coisas que vão responder muitas perguntas que foram feitas, inclusive para as doutoras. Lá, por exemplo, o agente comunitário de saúde atua, como o daqui também atua, só que ele faz os relatórios, e é cobrado diuturnamente, uma cobrança efetiva do prefeito em ter a equipe trabalhando, em ter a equipe produzindo, porque ele sabe que aquilo ali não é a única, mas é uma das principais rendas do Município. Ora, se nós temos equipe consistida, equipe completa e a essa equipe completa é repassado pelo Ministério da Saúde um valor de, aproximadamente, entre R$15 mil a R$17 mil fora do DF, porque no DF é menos que esse valor, eles estão ali com residentes querendo equipe formada, consistida, parametrizada para que atenda a população.

Ele ganha duas vezes, atendendo a população, vai ganhar votos, vai ganhar saúde da comunidade e ele ganha em financeiro. Mas, aqui no DF, parece que não importa, porque há anos nós estamos com essa cobertura ínfima, como disse a doutora. Mas por quê? Será que R$12 mil, que é, mais ou menos, o valor repassado para Brasília, faz diferença? Porque a maioria é servidor público. Será que é isso? Por que na Prefeitura de Águas Lindas o prefeito busca a equipe, quer a equipe trabalhando para ter arrecadação e aqui não?

A doutora falou, eu ia falar, mas já que ela falou, a equipe é composta de, no mínimo seis e, no máximo, doze agentes comunitários saúde. O agente comunitário de saúde é o cara na atenção primária, porque eles são os olhos da saúde, porque é ele que bate na porta e vê a real situação daquela comunidade, daquela família, daquela pessoa e traz para gente. Então, se nós não tivermos aí... A doutora falou uma coisa que até me preocupou. Se o Ministério da Saúde está pensando em mudar a configuração e tirar essa figura do agente comunitário saúde, então, complica, porque eu tenho certeza de que o médico não vai bater na porta para saber como é que você está. Não vai! Então, se o agente comunitário de saúde for extinto, nós estaremos com a saúde de olhos fechado, e aí nós vamos voltar, como sempre tivemos uma saúde hospitalocêntrica, em que tudo é o hospital. A doutora falou muito bem que aqui em Brasília nós temos essa cultura, de, primeiro procurar o hospital e, de lá, o médico te encaminha para o posto saúde. Totalmente inverso!

Então, nós trabalhadores, temos esta visão de que o trabalhador da ponta é o trabalhador que deve se instalar, com condições de trabalho. Agora, uma outra coisa que chama a atenção, Senador, é que o agente comunitário de saúde tem a área de abrangência de aproximadamente 700 pessoas de cobertura, e ele vai andando de casa em casa. Sequer o Estado fornece o protetor solar. O cara anda sem...

(Intervenção fora do microfone.)

Em tese! Em tese porque fornece, mas não é toda hora. Nós temos um trabalhador que anda de sol a sol, de chuva em chuva sem condições, nem um veículo com condições próprias, enfim. Então, espera aí: será que nós queremos de fato investir na atenção primária? "Ah, tá, vamos dar Sundown"? Que legal, vamos dar Sundown para o trabalhador. E é só Sundown que vai fazer com que o cara ande quilômetros e quilômetros para visitar uma família? Será que esse trabalhador está realmente motivado a atender essa família por causa de um Sundown, por causa de um protetor solar? Gente, legal, foi bom aqui a provocação: "Dá Sundown". Mas como é que leva esse cara para atender a família a cinco quilômetros de distância?

Então, assim, eu acho que é muita demagogia de que nós queremos de fato fazer uma atenção primária de qualidade, mas, em contrapartida, nós não temos, não damos recurso para esses trabalhadores, e simplesmente há uma equipe, uma equipe cadastrada no CNES, e essa equipe está recebendo do Estado um valor, e pronto. Está lá a equipe e se vira, e você faz o cadastro, faz a descrição da família e vai atender a família para o Estado, e não é bem por aí, gente.

Se nós queremos investir, de fato, na atenção primária, vamos investir nas equipes, mas investir mesmo, investir com transporte, investir com condições de trabalho, com salários. Então, é isto que o sindicato sempre procura: o investimento para o trabalhador.

E lá eu pude ver de perto...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA – Lá, inclusive o sistema em Goiás é o sistema do Goiás é o e-SUS, o agente comunitário de saúde chega lá e cadastra e cai direto no Ministério. Aqui no DF não há isso. Aqui está começando ainda. Olha que evolução que nós temos na atenção primária do DF! E, então, vem dizer que, na atenção primária, nós temos que evoluir? Temos e muito que evoluir.

Então, vamos pegar exemplos aqui do nosso Estado vizinho nesse sentido. Mas, em outro sentido, que eu queria passar para vocês, que nós fizemos questão de vir aqui, Senador, falar. Lógico, a minha parte de atenção primária, acredito que a maioria das pessoas aqui têm muito mais experiência em atenção primária, eu sou um acadêmico de enfermagem que estive mais perto agora da atenção primária. Mas eu queria passar, agora, um outro modelo, que inclusive foi até bom o Deputado Veras, nosso amigo, um cara defensor, professor e um amigo da saúde, esteve lá recentemente junto com o Presidente do Conselho de Saúde e o Governador e mostraram lá um sistema de saúde, as OSs, que está sendo implantado em vários Estados. É sempre assim: a gente recebe uma visita em casa, a gente vai lá, um dia desses eu recebi uma visita em casa e tinha umas roupas lá e eu falei: "Tira essas roupas aqui e bota ali", para ficar tudo bonitinho, é assim que a gente vê, é assim o ser humano. Então, foram fazer uma visita em Goiânia e mostraram, lógico, o filé, ou filé de atenção de saúde gerida pelas OSs. Mas nós, sindicatos, fomos lá em Goiânia e vamos mostrar a realidade para vocês.

Pois bem, por favor pode soltar o vídeo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. JORGE VIANA – Então, pessoal esse foi um vídeo que a gente fez esta semana para a gente divulgar a nossa visão, não dizendo que as matérias veiculadas ultimamente com relação às OSs que foram visitadas pelos representante aqui de Brasília estejam erradas. Inclusive, o Deputado Veras disse que ele ouviu a parte dos gestores, mas não ouviu a parte da oposição, não ouviu a parte ruim. E essa parte ruim, Deputado Veras, já está aí. Inclusive aqui eu trago para vocês um calhamaço de denúncias das organizações sociais feitas aqui pela oposição lá no estado de Goiás, em que, por exemplo, há vários contratos, para vocês terem uma ideia: são nove OSs em Goiás, e um contrato de uma, que era de R$94 milhões, só de aditivo foram R$239 milhões.

Ou seja, como é que funciona o esquema? Se faz o contrato e, evidentemente, saúde é muito volátil, eu não posso saber quantos vou atender no mês. Eu posso ter 50 acidentes, 100 acidentes, e lá no HUGO, por exemplo, que é o grande hospital de emergência, lá só sai paciente com aquelas cirurgia de fêmur, os aços imobilizadores, ou seja, o filé deles é fazer cirurgias, é UTI, é o que dá dinheiro.

Então, respondendo à pergunta aqui: a quem interessa não investir na saúde primária? Ao gestor não interessa. E o pior de tudo...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA – ... é que eles são mandados para onde? Para os CAS. Os CAS ficam lotados, e lá no hospital, o HUGO, o hospital grande, fica com atendimento reduzido, porque lá eles faziam em torno de 1.200 atendimentos por mês, agora estão atendendo a 300, 400. Ou seja, ficou bonito, ficou fácil de atender a população.

Então, senhoras e senhores, isso que a gente queria mostrar aqui para vocês.

Deputado e Senador, quero fazer uma denúncia aqui: lá no hospital de Planaltina tem uma criança que vive lá, uma criança de dois anos que vive lá. Não é brincadeira, ela foi abandonada e os técnicos de enfermagem, a enfermagem que fica cuidando dela, se revezando nos cuidados. Fizemos denúncia já naquela regional, já foi mandado para o Conselho da Criança, já foi feito tudo que tinha que ser feito. Então eu pensei em aproveitar a oportunidade e denunciar isso aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE VIANA – ... o Conselho de Saúde eu não soube ainda, mas, então, já esteja ciente.

E gostaria de pedir aqui, Senador, encarecidamente, em nome da enfermagem brasileira, uma audiência pública com relação à mudança da Lei nº 5.905/73, que proíbe os profissionais de enfermagem nível médio de participarem do Conselho Federal de Enfermagem e participarem como presidente do Conselho Regional de Enfermagem. Isso é uma discriminação com os profissionais de enfermagem, dos técnicos de enfermagem, que mantêm a estrutura dos conselhos. Nós somos 80%, de acordo com a Fiocruz na última pesquisa, que mantêm o sistema de enfermagem, e nós não podemos ser presidente e muito menos participar do Conselho Federal de Enfermagem.

Por isso, eu solicito aqui uma audiência, e estamos aqui com o nosso presidente da Anaten (Associação Nacional dos Técnicos de Enfermagem), aqui do DF, o Sr. Magno.

Muito obrigado, pessoal. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – Agradeço ao nosso Presidente da Federação Nacional dos Auxiliares e Técnicos em Enfermagem, Jorge Viana.

Quero dizer que, com relação ao pedido de audiência pública, a gente encaminha para o ano que vem, com certeza, porque os trabalhos parlamentares aqui se iniciam normalmente a partir de fevereiro, talvez não vai haver recesso, a gente vai aprovar essa audiência pública para discutir esse tema tão relevante, como V. Sª solicita aqui.

Eu vou passar a palavra ao nosso representante da comunidade, dos usuários, que é o Conselho de Saúde do Distrito Federal, para ele fazer a sua fala. Em seguida, vamos ouvir cinco, depois a gente volta para todo mundo aqui fazer suas tréplicas.

Espera só um minutinho, Helvécio. Só queria anunciar aqui a Juliana Passos, Gerente de Saúde da Família 2 de Samambaia. Cadê a Juliana? Obrigada, Juliana, responsável pelas Clínicas da Família 2 e 3. A Marla Lorena, Gerente do Centro de Saúde nº 4 também de Samambaia. Cadê a Marla? Prazer, Marla. A Alexandra Miranda Moura, Diretora da Diraps, Diretoria Regional de Atenção Primária à Saúde de Samambaia. Cadê a Alexandra? Oi, Alexandra, tudo bem? O Jean Paul Fraussat de Lima, Gerente do Centro de Saúde nº 1 de Samambaia. Tudo bom, Jean? Manda um abraço lá para o Luciano, nosso amigo. Aline Reis, gerente de políticas e programas, da Diraps de Samambaia também. Aline, prazer, muito obrigado. Já falei da Drª Alessandra, já falei da Drª Sônia Margarete, acho que eu anunciei todos os cogestores que estão aqui. Não anunciei?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – Obrigado, pessoal.

Eu gostaria de falar também da Drª Filomena Barros, Presidente Nacional dos Auxiliares e Técnicos em Odontologia (Anato). Obrigado, Filomena, pela presença.

E Cristiane Biscoli, que é coordenadora do Programa de Atenção Integral à Saúde da Criança de Samambaia, onde está a Drª Cristiane? Prazer doutora, tudo bem? Obrigado.

Samambaia está de parabéns, está em peso aqui, gostei. Viu, Jorge, sua cidade aí?

Vamos ouvir agora o nosso Presidente do Conselho de Saúde, Dr. Helvécio.

O SR. HELVÉCIO FERREIRA – Bom dia a todos, a todas.

Exmº Senador Hélio José, é um prazer imenso estar aqui. E Deus é muito bom, na Sua infinita bondade, oportunizar estar aqui para ouvir e falar, ao vivo, para o Brasil, na Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa.

É preciso compreender o que é o SUS, compreender as normativas do SUS no escopo da Constituição, a Carta Magna. O SUS é universal, o SUS é um produto genuinamente brasileiro.

O controle social compreende a participação da sociedade na composição de 50%, seja no Conselho estadual, municipal e, no caso do Distrito Federal, o Conselho de Saúde do Distrito Federal; trabalhadores compreendem a representação de 25%; gestores, na composição de 25%. Cada um na sua esfera. Os trabalhadores são eleitos e representam as entidades de classe, as entidades sindicais; os usuários, através da sociedade organizada, as entidades, sociedade civil; os gestores.

O ambiente do controle social é um ambiente de pactuação. Não é ambiente de facção. É inadmissível o Conselho de Saúde faccionar questões partidárias ideológicas de outros. O interesse da sociedade deve ser prevalente.

E, nesta Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa, a verdade tem que prevalecer. A sociedade está muito focada na problematização. Esquece do nexo causal, a estruturação do problema. Eu vim para a audiência para discutir a problemática da atenção primária, os seus problemas e o que fazer para estruturá-la. A sociedade merece uma resposta positiva e essa resposta o Conselho de Saúde do Distrito Federal a tem. Nenhum serviço público, por melhor que seja, vai debelar a crise pela qual passamos, aliás, o mundo inteiro passa, em especial, o Distrito Federal, sob a vigência de uma situação de emergência, de um déficit orçamentário e uma desorganização total do serviço público de saúde do Distrito Federal.

O Conselho de Saúde do Distrito Federal, desde o ano passado, estabeleceu uma agenda pragmática e uma discussão com a participação da sociedade. A XIX Plenária da Região Centro-Oeste, a XIX Plenária Nacional de Conselhos de Saúde, as etapas da IX Conferência de Saúde com as conferências das regiões de saúde e, culminando com a IX Conferência de Saúde. Também uma etapa preparatória para a XV Conferência Nacional. A entidade sindical aqui representada tem assento no Conselho de Saúde. É conselheiro titular o presidente do Sindate, uma das categorias.

Agora me assusta e preocupa uma relativa esquizofrenia no SUS, em que as entidades de classe têm que entender que trabalhador e gestor são os agentes operacionais do serviço público, são os agentes operacionais da saúde pública. A parte frágil é a parte do usuário, da população e a prevalência desse serviço é o público para quem nós servimos, para quem nós trabalhamos.

Qual é o problema da atenção primária? Vamos ao verbo. Atenção significa o quê? O que quer dizer "primário"? Aí eu me reporto ao etos, os cuidados de si. Ora, alguém apresentou aqui, alguma entidade apresentou a Resolução nº 446, que estabelece as 33 diretrizes para a saúde pública do Distrito Federal, aprovado pelo Plenário do Conselho de Saúde, por unanimidade, referendado na IX Conferência de Saúde Pública do Distrito Federal? Porque nós estamos falando claro e aproveitando aqui a presença do Deputado Reginaldo Veras, no que tange à educação. A educação é a forja da cidadania; a saúde, o receptáculo da vida.

Nós trabalhamos hoje apartados, em ilhas, sem a comunicação institucional, sem a interlocução institucional, cada um no seu quadrado, cada um buscando resolver o seu pedaço, o seu objetivo.

E a população fica refém dessa relativa esquizofrenia. Por que digo isso? Ou atuamos na estruturação da lógica das cidades saudáveis em que os equipamentos públicos, os serviços públicos se comuniquem, interajam, organizem-se, objetivando uma melhor atenção ao usuário, ao cidadão em todos os aspectos, porque a saúde não vai resolver. A lógica do mercado é o lucro pela doença. O serviço público é o que discute e efetiva a promoção e a prevenção.

Qual é o problema estrutural? Simples. Qual é o gargalo da atenção primária? As equipes não estão capacitadas, especializadas em rede para prestar o serviço da atenção primária. Por que não é resolutiva? Nós sabemos qual é o problema real da atenção primária. O médico que vai para a equipe da atenção primária fica no máximo um ano – há rotatividade – e sai para ser especialista. Não há na atenção primária atuação da equipe multiprofissional. Não é o médico, a enfermeira, este ou aquele profissional que vai atender, resolver. É preciso que os determinantes sociais, que os indicadores de saúde, conforme prevê a diretriz da Resolução nº 446, sejam a base para a composição de quaisquer equipes. É a necessidade da população, identificada mediante os indicadores e determinantes, de estruturar e compor a equipe.

Quando se lê o art. 196 da Constituição, é muito bonito, mas a maioria para onde? "A saúde é um direito de todos, um dever do Estado." Alguém colocou um ponto. "Através de políticas públicas sociais", etc. Quem formula essas políticas, Senador? Quem é o responsável, na Lei Orgânica do Distrito Federal e na Constituição, pela formulação dessas políticas? Os representantes da sociedade, os representantes dos trabalhadores e os representantes da gestão. Então, se está dando errado, de quem é a culpa? Da irresponsabilidade de não proceder ao discurso sério, não discutir a verdade, cada um no seu interesse difuso, menos o da população. É isso que tem que ser evitado. (*Palmas.*)

A população não é refém de nenhuma corporação. A população é a dona do serviço.

Aí eu pergunto ao Sindate: se Águas Lindas dá *show* na atenção primária, por que os usuários de lá vêm para Brasília? Que verdade é essa? Pelo contrário, Brasília é sufocada pela ausência de serviços estruturados no Entorno do DF. Essa é a verdade, é o que tem que ser dito. Tem que se estabelecer o diálogo em Goiás, com o Conselho de Saúde, o Ministério Público e com o Secretário de Saúde de Goiás, para que se estabeleça uma rede de atenção estruturada no Entorno.

Criticar é fácil. Fazer a bandeira, a defesa de si e da sua categoria é fácil. Todos têm a obrigação disso. Mas cuidado com o verbo. Não aponte culpados. Olhe para si mesmo. Será que fiz a minha parte? O Conselho de Saúde tem uma posição clara. A IX Conferência foi clara: "Não queremos OS no DF". Não confunda OS com OCP, organização para o crime. OS é organização social. Aqueles que fraudam, que roubam configuram organização para o crime. Nós não queremos. O DF tem a OS. Alguém vai discutir aqui o fechamento do Hospital da Criança? Alguém vai discutir o fechamento do Incor? Bom, é OS. É organização social, é a entidade ou são os dirigentes da entidade que fraudam, que corrompem? Só há santo na sociedade. Só há pecador e ladrão nas OSs? Não defendo OS. Mas não podemos criminalizar, nem criar um Estado de Direito Islâmico no SUS. O SUS é de diálogo, pactuação.

Agora qual é a solução? Se o problema é na educação, na formação e capacitação das categorias profissionais para que estabeleçam com proficiência um serviço de qualidade para a população, o DF tem uma fundação pública estatal, a Fepecs. Temos a ESCS, uma das mais bem avaliadas no Brasil. Mas qual é a posição do Ministério Público?

Tira os profissionais da ESCS e manda para a assistência, ao mesmo tempo em que judicializa e promove o fechamento de serviços compostos de máquinas e equipamentos, porque politicamente diverge e proíbe a manutenção dos contratos temporários. A população fica sem assistência, sem serviço em UTI. Pode ir ao Hospital de Base agora que há salas fechadas, totalmente equipadas com equipamentos zero. Mas a Promotora judicializou e não abre mão. Fecha os contratos temporários. A população fica sem assistência. E palmas para o Ministério Público. O Ministério Público recomenda. O controle social delibera. Então, onde estão os bravos representantes dos trabalhadores que reclamam, que criticam, que não se utilizam do plenário do Conselho de Saúde para fazer valer.

Temos um orçamento para 2016 menor do que o de 2015. Pergunto: que entidade sindical foi à Câmara Legislativa, ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público discutir o financiamento do SUS/DF? O Conselho de Saúde foi. O Clube da Saúde foi. Distribuímos na reunião da mesa do SUS, distribuímos no plenário do Conselho de Saúde, mas quem buscou recompor o orçamento?

Aproveito a oportunidade da presença do ilustríssimo Deputado Reginaldo Veras, Presidente da Comissão de Educação e Saúde, cuja visita institucional a Goiás tive o prazer de acompanhar para conhecer a estruturação da rede, conhecer o serviço. Eu não fui conhecer OS. Todos os hospitais que visitamos foram contratados com a aprovação dos conselhos, inclusive do Conselho Nacional de Saúde e do Ministério da Saúde, com certificados ONA 1, ONA 2 e ONA 3. Quem cometeu irregularidade? A discussão não é essa. A discussão é estabelecer uma assistência pública de qualidade na saúde para a população, para os cidadãos do DF.

No Conselho de Saúde, nós temos que ter o equilíbrio de atender todos os segmentos, objetivando o melhor resultado para quem? Para quem banca o serviço, para quem sustenta o serviço mediante seus impostos suados, extremamente suados. Tenho o prazer, a satisfação imensa de dizer que o Conselho de Saúde estabeleceu diretrizes. Por exemplo, atenção primária: se o problema é formação, capacitação e especialização, temos uma fundação estatal, a Fepecs, e temos a Escola Superior de Ciências da Saúde. E não queremos apenas graduação em Medicina e Enfermagem, queremos graduação em toda a equipe multiprofissional, transformar essas entidades e a Universidade do SUS do DF. Já foi aprovado pelo Conselho de Saúde, – o Presidente sabe disso – por unanimidade, que a atenção primária no DF seja executada pela Fepecs, compondo com as faculdades de Medicina, públicas e privadas, utilizando a rede de saúde do DF como cenário de ensino para que possamos ter evolução permanente do conhecimento, da pesquisa, da ciência, acabando com a esquizofrenia de sou contra isto, sou contra aquilo.

Eu quero objetivar um serviço que atenda a população. Eu não quero saber quem é contra, nem quem é a favor. Quero saber o que interessa para a população. Então, se trabalha com os indicadores e determinantes. Você vai ao Varjão, há uma realidade: adolescentes em grande número, com indicadores de violência, a característica do local. Você chega à Asa Norte, ao Cruzeiro, vê outro perfil de idosos, mas as equipes compostas no mesmo perfil, desperdício de recursos, de todo tipo de ação. E nós queremos o cumprimento efetivo do que já foi deliberado pela sociedade, não é a opinião de A, de B, nem C. O relatório da IX Conferência é inatacável, inarredável.

Portanto, objetivamente eu quero a solução. Pactuamos com o relator do orçamento, Deputado Agaciel Maia, no Conselho de Saúde. Vamos recompor orçamento, vamos fazer uma audiência pública no primeiro trimestre de 2016 para que a sociedade se manifeste e compreenda que saúde ela terá, que assistência terá.

(Soa a campainha.)

O SR. HELVÉCIO FERREIRA – Na mesma ocasião, já discutimos com o Deputado Reginaldo Veras um cronograma, um calendário de reuniões no primeiro trimestre, compondo os conselhos regionais numa agenda positiva de estruturação do serviços de saúde pública por região. A descentralização em curso hoje quem aprovou foi o Conselho de Saúde.

Quem definiu a descentralização da gestão para as regiões de saúde, estabelecendo que o perfil epidemiológico da região que vai definir a pactuação e a estruturação do serviço é a sociedade. A sociedade está acima de tudo, Senador.

Sobretudo, não podemos perder a oportunidade de estar aqui, na Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislação, e não apresentar a saída. Primeiro, vamos propor alterar a Lei nº 4.604, que define a estruturação do Conselho de Saúde, para que haja a integração e participação no plenário desse conselho de um representante da Secretaria de Educação e da administração pública. Ou nós buscamos a integração da educação e saúde num componente de evolução permanente de proficiência ou estamos perdidos.

(Soa a campainha.)

O SR. HELVÉCIO FERREIRA – Qual campanha de saúde terá sustentabilidade se não tiver educação como vetor principal? Ora, a proficiência é um fio condutor da evolução de qualquer civilização, de qualquer sociedade. Se não houver educação, conhecimento, a verdade postas nos debates, não teremos um bom resultado, por mais aflorado que seja o discurso, por mais aplausos que apareçam, mas o resultado na prática.

Estamos com as gavetas, armários lotados de teses, teorias, propostas. Mas e a prática? O objetivo comum, aquele que é mais fácil, o óbvio está acontecendo? Não. Ou organizamos em rede que a atenção primária seja resolutiva de fato. Ah, poderá ser resolutiva em até 85%. E não o é, porque não há infraestrutura de serviço, máquinas e equipamentos adequados, pertinentes, inclusive para o efetivo exercício das atividades dos profissionais. Esse é o gargalo do SUS.

(Soa a campainha.)

O SR. HELVÉCIO FERREIRA – É preciso compor todos os itens no todo para que possamos desenvolver nossas atividades. Qual é a esquizofrenia hoje? Você vai a um hospital com um acompanhante e você, representante de uma força de segurança, quer furar fila e dá voz de prisão ao profissional que já está sobrecarregado no efetivo exercício: bombeiro, PM, policial civil. Qual é a posição das entidades de classe? Qual é a entidade que defende seu trabalhador para preservar a segurança no ambiente de trabalho no que concerne ao direito, à legalidade no efetivo exercício profissional? Discursos, WhatsApp, frases, cartazes, mas, na prática, temos uma sociedade que se protege, que tem solidariedade, amor ao próximo? Somos profissionais de saúde ou promotores de acusação? O SUS exige proficiência, trabalho e acreditar que as pessoas são sérias e podem trazer o melhor quando há unidade e quando a verdade prevalece.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – Comunico a presença do nosso querido Kleber Karpov, que tem feito muitos documentários sobre a questão da saúde no DF, colaborando muito com este debate.

Cumprimento os representantes da atenção primária do Gama, Nilva Aparecida Pereira, Gerente de Estratégia da Saúde da Família do Gama. Quem é Nilva? Prazer. Quero cumprimentar o Bruno Mariano, Gerente do Centro de Saúde nº 8, do Gama. Prazer!. Francisca Andrade, Chefe da Enfermagem do Centro de Saúde nº 5, do Gama. Francisca, prazer! Eleusa Procópio de Sousa Martinelli, Diretora de Atenção Primária à Saúde do Paranoá. Eleusa, prazer!

Antes de passar a palavra ao Reginaldo, registro um comunicado enviado pela Rosemary:

Exmº Senador Hélio José, a questão do *aedes egypti* está em alerta vermelho. Em questão de emergência, convém nos mobilizar, solicitando aos Institutos de Pesquisa Oswaldo Cruz e Butantã vacina contra essa praga, que silenciosamente está se alastrando. O Nordeste já está em estado de calamidade pública em microcefalia.

Obrigado, Rosemary.

Vamos passar a palavra ao nosso querido Deputado Distrital, Presidente da Comissão de Saúde e educação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – Deputado Reginaldo Veras, professor. Pode vir para cá, Deputado Reginaldo, para a mesa ou na pontinha de cá. Fique à vontade. Professor e Deputado Distrital bastante atuante na Câmara Legislativa.

É com muita alegria que o recebemos aqui. Escolha onde quer falar. É um prazer tê-lo conosco.

Com a palavra, Deputado Reginaldo Veras.

O SR. REGINALDO VERAS – Bom dia a todos! Cumprimentando o Senador Hélio José e a minha amiga de Partido, Drª Filomena, cumprimento respectivamente todos os homens e mulheres aqui presentes.

Senador Hélio José, muito obrigado por me conceder a palavra.

Venho aqui como Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura do DF, para fazer alguns esclarecimentos que julgo necessários em virtude dos últimos acontecimentos e tentar, de alguma maneira, dar alguma contribuição para este debate aqui.

A Comissão de Educação e Saúde, até por ter um Presidente educador, neste primeiro ano priorizou os trabalhos na área da educação, isso ficou visível, até porque nos foi encaminhado o Plano Distrital de Educação, do qual eu era o Relator. Conseguimos aprovar um bom plano. Segunda-feira inclusive, tentaremos derrubar alguns vetos em relação a esse plano. Houve greve de professores, atraso de salários, uma série de variáveis, de tal maneira que a nossa comissão priorizou a parte educacional. Foi algo natural em virtude dos acontecimentos.

E a comissão já decidiu que, para o ano vindouro que, no nosso caso, já até começou, vamos priorizar a parte de fiscalização na área de educação e, em virtude disso, como a comissão tem uma composição bem heterogênea – acho muito boa a pluralidade dentro do Poder Legislativo –, iniciou-se um debate no âmbito da comissão a respeito de qual sistema ideal de gestão da saúde local. E, como há gente que pensa de um jeito e outros, de outro, tivemos a ideia de começar a visitar modelos. Como o de Goiânia frequentemente tem sido divulgado na imprensa como modelo ideal e macacos velhos que somos, ninguém acredita em modelo ideal, não existe modelo ideal, senão nós teríamos problemas. Mas estudioso que sou, cientista e pesquisador que fui do Inemed, da Associação Nacional de Pesquisas Urbanas e Regionais, resolvi fazer um estudo técnico, não acadêmico, até porque o tempo não nos permite fazer mais estudo acadêmico. Eu e o Deputado Rafael Prudente, que temos posturas diferentes a respeito do modelo ideal a ser adotado, resolvemos ir a Goiânia. Ligamos para o Secretário de Goiás, Leonardo Vilela, que nos recebeu muito bem e agendamos essa visita. Convidamos todos os Deputados e, quando estava próxima a data, o Governador soube da nossa visita e anunciou que iria junto. Era uma visita da Comissão de Educação, Saúde e Cultura e o Governador acabou indo como convidado, tanto que o chefe da missão era eu, Reginaldo Veras, e não o Governador Rodrigo Rollemberg. Mas foi importante a presença dele. Naturalmente, como ele é a autoridade máxima da unidade federativa, chegan-

do lá, era a pessoa que aparentemente coordenava a situação. Durante a manhã – Helvécio estava conosco –, visitamos três hospitais – Hugol, Crer e HDT. Nosso amigo do Sindate, Jorge Viana, resumiu a situação: "Se eu vou te vender algo [e lá estavam vendendo a ideia de que o OS era maravilhoso], se eu vou te vender a minha casa, eu não vou mostrar nem as rachaduras, nem o quarto da bagunça." E é claro que nos foi apresentado um mundo ideal. Mas – volto a dizer – ninguém é bobo e eu muito menos ainda e, como pesquisador que já fui e dos bons, modéstia à parte, sei analisar todas as variáveis possíveis e todas as contradições de um modelo.

Na parte da tarde, o Governador só visitou dois hospitais e eu continuei. E fomos lá nos CAIS, de que você falou, no HUGO, que era o único hospital porta aberta. Todos os outros não o são, são seletivos. Então, já chega lá, como você mesmo usou a expressão aqui, um filé. O mesmo trabalho que o Sindate fez e mostrou no vídeo, nós fizemos lá, nós fizemos também.

Conversamos com a Deputada Isaura Lemos, do PCdoB, que é uma grande opositora a esse modelo adotado em Goiás; conversamos com o Deputado do PRB, Major Araújo, que é o mais fervoroso opositor, chega a ser rancoroso em relação à situação, então analisamos todas as variáveis. Teremos outras visitas a Goiânia, e, se tudo der certo, dentro dessa continuidade de estudos nossos em relação a atendimento primário em saúde, nós iremos inclusive a Cuba, no primeiro semestre do ano que vem; é essa uma das metas nossas. (*Palmas.*)

Lembro ainda, e vamos deixar claro, que fomos com recursos próprios; ainda que fosse uma visita institucional a gente não usou recurso institucional, fui no meu próprio carro, do meu próprio jeito, tudo bonitinho, então vamos deixar claro. E aí imprensa aqui noticiou a visita do governador com Deputados. E aí, Senador, eu sei que não é o objeto do debate aqui, mas as coisas têm que ficar claras, pessoas levianas, mal intencionadas, despreparadas, andaram divulgando nas redes sociais que eu sou um traidor e que eu estava defendendo OS. E eu respondi na rede social que se alguém achasse alguma declaração minha em defesa de OS, que eu renunciava ao meu mandato, e eu repito aqui, porque eu sou um homem honrado, digno, de palavra, e eu não vou aceitar... (*Palmas.*)

E eu jamais admitirei que alguém fira a minha honra, e eu jamais admitirei que eu, Reginaldo Veras, caia em contradição. Quem me conhece, e há muitos aqui que me conhecem, sabe da minha história, e eu atuo é dessa maneira.

Pois bem, Senador, a minha contribuição para esse debate é a seguinte: eu tenho visto os opositores das OSs, e eu sou um deles, está lá em vídeos, está lá em reportagens, está lá em entrevistas, todo mundo sabe da minha posição, até porque o meu Partido, está ali a Drª Filomena, que sabe disso, o nosso Partido, o Partido Democrático Trabalhista, o partido brizolista, sempre foi contra processos de privatização, terceirização e precarização de mão de obra, e as bandeiras partidárias nós defendemos a fundo, o PDT é um partido sério, e os integrantes desse Partido são seriíssimos, seriíssimos – inclusive V. Exª está aí pensando em trocar de partido, fica aqui o convite caso o senhor queira nos acompanhar nessa jornada histórica –, pois bem, então eu tenho visto as pessoas fazerem oposição, e o fazem de forma rancorosa e com pouca argumentação. Na hora H a propaganda é a alma do negócio, e quem for contra ou a favor vai utilizá-la.

É importante que a população tenha quadros comparativos dos diferentes modelos defendidos. Então, qual é o capital investido no modelo x, quantas pessoas ele consegue atender, em que condições e com que qualidade o trabalhador atua naquele serviço? E no outro modelo? Então façamos quadros comparativos, fica aqui essa dica, para na hora H a gente argumentar, e argumentar muito bem com a sociedade. Porque dizer que é contra é fácil, ser do contra é fácil, mas a gente tem é que ter argumentos, tabelas financeiras e orçamentárias, custo *per capita* para que a gente possa argumentar e convencer bem aquele que defende o modelo x ou modelo y.

Se nós ficarmos no contra pelo contra, nós, defensores de um SUS e de um sistema de saúde pública universal, de um atendimento básico prioritário, e, acima de tudo, de um sistema de saúde 100% SUS, 100% público, se nós continuarmos nesse argumento do contra pelo contra, nós seremos derrotados, principalmente na Câmara Legislativa do Distrito Federal, onde o cenário que eu analiso hoje, caso o Governador tentasse implantar um modelo desse em um modelo goiano – porque, para tanto, é preciso alterar a lei, vamos deixar claro que nós já temos uma lei de OSs no Distrito Federal, que permite a instalação de OSs na saúde, tanto que nós temos como exemplo um Hospital da Criança e aquele fatídico exemplo de Santa Maria –, mas, para adotar o modelo goiano, terá que haver uma alteração da lei. Então, quem é contra, quando esse projeto de lei chegar à Câmara Legislativa, siga a minha orientação, esteja com os balanços preparados, com os quadros comparativos, para que vocês possam justificar com os parlamentares. Não precisa me procurar, eu já tenho a minha posição definida e sempre fui contra sistemas terceirizados de saúde. (*Palmas.*)

Muito obrigado, Sr. Senador, peço desculpas por ter fugido um pouco do debate, mas achei que, você que é meu amigo, Jorge Viana que é meu amigo, tenho muitos amigos aqui presentes, achei que este era o

momento oportuno para a gente esclarecer muito bem qual é a postura, o comprometimento e os compromissos do Deputado Reginaldo Veras.

Peço desculpas a todos aqui por ter fugido um pouco do assunto e espero ter dado alguma contribuição. Muito obrigado, gente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – O nosso Deputado Reginaldo Veras, eu o parabenizo pelo brilhante trabalho que vem fazendo na Câmara Legislativa, é um dos deputados mais atuantes. Agradeço muito o convite, já que falou em partido político aqui para mim, eu realmente me desfilei do PSD na quinta-feira da semana passada e estou me filiando ao PMB, Partido da Mulher Brasileira, quero defender as companheira mulheres, que são mais de 50% da população brasileira. (*Palmas.*)

Então, dia 17, na Associação Comercial do Distrito Federal, teremos um grande ato de lançamento do PMB, todos são convidados, a partir das 18 horas, no próximo dia 17, na Associação Comercial do DF, no Setor Comercial Sul.

Olha, eu, Deputado Reginaldo, eu realmente também sou contra as OSs, é só a gente ver essa tabela que o Jorge Viana trouxe aqui que a gente vai ver que, enquanto o valor inicial do contrato, eu fiz questão de dar para todo mundo, era de R$385.262.000,096, só de aditivo foram R$994.000.191,97. Então, isso é dinheiro demais, demonstra que o aditivo ao contrato é três vezes maior do que o valor contratado, assim, há alguma coisa errada nessa questão, além de toda a precarização do serviço.

Por isso nós somos contra o PL nº 4.030, o PL que terceiriza as atividades nas áreas fim, aqui nesta Casa nós somos contra, ele não vai ter vida fácil aqui nesta Casa, porque nós não vamos deixar precarizar os serviços. E somos contra também essa questão da OS, podem contar com a minha colaboração, com a colaboração do meu Partido, o qual eu estarei presidindo aqui no Distrito Federal com muita honra, convidando todas as mulheres a se afiliarem a esse Partido e todos os companheiros homens também.

Então vamos passar a palavra, por três minutos, aos cinco oradores inscritos, e depois retornamos à Mesa para fazer as considerações finais. Os cinco inscritos são o João Cardoso da Silva, Presidente do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos em Enfermagem, Sindate-DF, que já foi do Coren, é uma pessoa bastante experiente. Três minutos, fique à vontade, João.

Pessoal, queria pedir uma licencinha, eu vou só dar uma entrevista aqui para a TV e Rádio Senado, enquanto isso o Jorge dirige aqui para mim, Jorge, passando a palavra ao João Cardoso por três minutos. Em seguida, vai ser para a Alexandra Miranda Moura, Diretora de Atenção Primária à Saúde de Samambaia, Distrito Federal. Rapidinho eu estou de volta.

O SR. JOÃO CARDOSO DA SILVA – Bom dia a todos, a atenção primária é o foco desta audiência, e o debate foi muito proveitoso, foi muito bom o que as pessoas discorreram sobre isso. Nós fugimos um pouquinho porque a gente precisava também, nós precisamos aperfeiçoar o sistema de saúde no Distrito Federal. Então, essa é a nossa intenção como entidade, como cidadão e como membro do Conselho de Saúde. E aí a gente fugiu um pouco da questão primária porque, vindo a OS para Brasília, e nos modelos que estão sendo observados, tememos que a coisa, em vez de melhorar, possa piorar, e nós não queremos piora em hipótese alguma.

O grande problema é a questão dos valores, e dois deputados que nós entrevistamos falaram assim, são palavras deles, que são focos de corrupção, baseado no investimento. Se não há dinheiro para a saúde, para se investir com o Estado administrando, por que quando contratar a OS vai aparecer dinheiro? Então isso fica bastante suspeito e eles entendem que o foco está aí.

Além do mais, eles colocaram também o seguinte, que os dirigentes das OS são pessoas ligadas aos gestores, ou seja, mais uma suspeita que vem em cima daquela questão de interesses políticos e pessoais.

Hoje eu estava vindo com o rádio do carro ligado e eu ouvi na Rádio Band News que três diretores de OS no Rio de Janeiro estão respondendo a processo por desvio de dinheiro, devem ser presos a qualquer momento, segundo a rádio colocou. E, com relação, por exemplo, à nossa entidade, nós preservamos a questão da saúde do trabalhador, da saúde da população, que é o nosso foco. Ou seja, nós somos trabalhadores da saúde para prestar os melhores serviços possíveis para a população do Distrito Federal e para aquelas que nos procuram, porque nós temos um entorno muito grande.

Respondendo o que foi citado com relação ao Sindate, por que em Águas Lindas o modelo é tão bom e, de repente, eles vêm para cá? A questão primária é uma coisa, o atendimento lá é primário e eles vêm para cá para a questão secundária e terciária, porque eles não têm esse tipo de atendimento lá.

Obrigado.

A SRª ALEXANDRA GOUVEIA DE OLIVEIRA MIRANDA MOURA – Bom dia. Eu sou Alexandra, sou médica, sou ginecologista, estou na atenção primária há 14 anos e estou na Diraps, na diretoria, há um ano e meio mais ou menos.

Samambaia tem cerca de 250 mil habitantes, e a gente teve uma ampliação nesses últimos tempos de cobertura da Estratégia Saúde da Família, como a própria Amalia falou, no ano passado, e continuamos com a mesma cobertura sem alteração neste ano. Com isso a gente chega a 70% em Samambaia, foi a maior cobertura do DF de Estratégia Saúde da Família, então a gente tem mais experiência em relação à utilização do modelo dessa estratégia.

Entretanto, a gente tem uma baixa cobertura por ACS. Então, um agente comunitário de saúde não está contido nessa cobertura; a gente, quando fala de cobertura Estratégia Saúde da Família, a gente não está falando de cobertura de microárea, o que é bem diferente. Se a gente for falar os números do DF de cobertura de microárea, eles vão ser bem inferiores aos que foram apresentados.

Na minha experiência em Samambaia, a gente inclusive fez um trabalho com o Comitê de Óbito Infantil, que mostrou que a gente teve uma redução de óbito com a expansão da Estratégia Saúde da Família e que essa redução foi mais expressiva nas microáreas cobertas por agentes comunitários de saúde. Então, eu venho aqui para defender que o modelo da expansão da Estratégia Saúde da Família não seja apenas um modelo da expansão de qualquer equipe, não seja apenas numérico, porque a expressão numérica pode não ser necessariamente retratada como mudança de modelo realmente, e eu acho que é isso que a gente pode estar vivendo, a gente tem números que às vezes mostram uma expansão, mas a gente não tem mudança de processo de trabalho.

Então, não adianta a gente lotar profissionais, a gente formar equipes, se as equipes trabalharem no mesmo modelo que hoje trabalham de forma tradicional. Para isso, eu acredito que o agente comunitário é uma figura muito importante, mas não é só ele que deve fazer a visita domiciliar, a gente também tem trabalhado muito essa mudança. Assim, o médico tem ido a casa, o enfermeiro vai a casa, o técnico e o auxiliar de enfermagem vão a casa também, o odontólogo e o técnico em saúde bucal também fazem visitas domiciliares.

(Soa a campainha.)

A SRª ALEXANDRA GOUVEIA DE OLIVEIRA MIRANDA MOURA – E a gente busca a mudança do modelo, mas isso não é de uma hora para outra, isso requer tempo, isso requer mudança de atitude. E isso requer, inclusive, que a Secretaria de Saúde, e aí eu falo inclusive do Ministério da Saúde, detalhem melhor quais as atribuições que esses profissionais devem ter, porque quando a gente lê a PNAB, e a gente trabalha muito a PNAB na atenção básica, ela traz coisas muito genéricas, mas a interpretação é muito pessoal, cada um tem a sua, e isso dificulta a gente estabelecer um processo de trabalho mais próximo do que a gente busca de verdade por causa da defesa do profissional.

Associado a isso, a gente sabe que a gente tem 80%, todos os trabalhos mostram que 80% dos casos de saúde devem ser resolvidos na atenção básica, na atenção primária à saúde, e nós não alcançamos esse indicador. Só que esses trabalhos, se a gente for olhar, eles retratam um tipo de atenção primária que não é a atenção primária que nós temos, então a gente tem que ver que tipo de atenção primária foi escolhida para que realmente se desse resolutividade à saúde, não é a que a gente trabalha hoje.

(Soa a campainha.)

A SRª ALEXANDRA GOUVEIA DE OLIVEIRA MIRANDA MOURA – E para a gente trabalhar essa atenção primária, ela tem que ser muito maior do que simplesmente a Estratégia Saúde da Família, Equipe de Saúde da Família.

Então a gente não tem hoje no DF, eu estou falando do DF, projetos de ambulatório especializado, a gente não tem a coisa intermediária. Ou a gente fala de UTI, de hospital e pronto-socorro, ou a gente fala de centro de saúde. Não existe um modelo intermediário para dar conta desse limbo que fica perdido. E é justamente quanto a esse limbo que, muitas vezes, a atenção primária não está pronta porque não está organizada e equipada o suficiente para resolver o problema, e também o PS não deveria estar sendo utilizado como porta de entrada.

Então, eu acredito que alguma coisa que possa trazer um projeto, e eu acho que vinculado à atenção básica, porque isso é da atenção básica, que pudesse compor estruturas com ambulatórios especializados de apoio, atenção especializada, porque, inclusive, o Conass trouxe essa discussão para a gente, e que, junto com os ambulatórios especializados, a gente tivesse serviços de apoio diagnóstico, que é falho demais na atenção primária hoje, eu sou médica, eu atendo o paciente, eu às vezes preciso de alguns exames complementares, mas eu não tenho para onde referenciar. Muitas vezes, para ele ter acesso a esses exames, ele precisa ir ao pronto-socorro para ter raios X, para ter um exame laboratorial de urgência, então eu acabo demandando demais para o pronto-socorro, é um problema de limitação do sistema.

(Soa a campainha.)

A SRª ALEXANDRA GOUVEIA DE OLIVEIRA MIRANDA MOURA – Então, fica essa sugestão. Agora a gente não tem o e-SUS, a gente está implantando o e-SUS, só que a gente já tinha uma comunicação muito forte com o Ministério através do Siab. O Siab já trazia muitos dados, a gente já alimentava instantaneamente os dados da equipe de saúde da família no Siab, e a gente continua alimentando, e isso cai no Ministério. Então só para a gente poder esclarecer que isso já existia.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – Agradeço à Drª Alexandra Miranda Moura, ao mesmo tempo em que passo a palavra para a Nelita de Souza Matos. Em seguida à Nelita, vai ser a Sônia Margareth Brito do Amaral Silveira.

Então, Nelita, por favor, três minutos. A Nelita foi delegada da Conferência Nacional de Saúde e é do Conselho de Saúde lá da Fercal. Nelita com a palavra.

A SRª NELITA DE SOUZA MATOS – Bom dia a todos. Eu moro na Fercal e estou muito triste, muito triste mesmo porque eu não vejo um diretor da Diraps da minha Região Norte. E olha que eu liguei, convidei, deixei o convite, à Drª Joana lá em Planaltina, à Drª Vânia, no Hospital de Sobradinho, e lá na Fercal, eu falo pela Fercal porque eu moro lá há 59 anos, lá não existe a atenção primária. Existe um posto de saúde no Córrego do Ouro, Catingueiro, Boa Vista, Engenho Velho e Rua do Mato, onde os médicos, enfermeiros, técnicos, agentes, acomodam-se lá dentro e dão fichas, os vigilantes entregam as fichas de manhã, consultam normalmente e pronto.

Então lá não existe porque eles já têm essa estratégia de atender nos postos de saúde. A dengue já está chegando lá e Deus me livre e guarde, eu não sei como vai ser aquela nossa Fercal com 35 mil habitantes lá sem um agente comunitário para dizer: "Ô, vira esse pote aqui, não pode ficar assim com água." Como cidadã, liderança, a gente faz isso, mas uma andorinha não faz verão.

Lá, o maior índice de doenças e tudo é primeiro devido às fábricas, são problemas relacionados à respiração, pulmonares, hipertensão, diabetes, cardiopatias chagásicas, e não há um médico, um agente que vá lá: "D. Nelita, a senhora é diabética, a senhora tem que tomar a sua metformina. A senhora tomou o seu remedinho de pressão hoje?" E isso é uma orientação para a gente...

(Soa a campainha.)

A SRª NELITA DE SOUZA MATOS – ... que já está da terceira idade para lá. Então, o caminho lá da atenção primária infelizmente é do posto para o hospital; do hospital, ultimamente, para o cemitério.

E, para concluir, eu quero só fazer duas perguntinhas aqui: por que o cartão do SUS só funciona na hora do alto custo? Como podemos melhorar esse serviço de referência? Eu acho que o Sérgio Arouca, que criou a saúde pública, ele deve estar lá se movendo dentro do túmulo dele, com esse serviço de referência que sabemos que é falho, ao qual ninguém dá valor.

Ninguém! Os médicos não dão valor mesmo à atenção primária à saúde. Nós estamos com uma senhora lá com câncer na fase final. Ela não aguenta mais fazer quimioterapia, radioterapia e tomar aqueles comprimidos em casa. A mulher está morrendo à míngua...

(Soa a campainha.)

A SRª NELITA DE SOUZA MATOS – ... à míngua, porque não há nenhum médico que vá lá, na Rua do Mato, e fale: "Dona Edna..." Eu falei para ela: "Vá para o hospital, morrer no hospital." E ela: "Não, eu prefiro morrer aqui, em casa."

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – Agradeço à Nelita, membro do Conselho de Saúde da Fercal, em Sobradinho.

Ao mesmo tempo, passo a palavra à Sonia Margareth Brito do Amaral Silveira, da Secretaria de Saúde do Centro de Saúde da Vila Planalto.

Sonia Margareth, com a palavra.

A SRª SONIA MARGARETH BRITO DO AMARAL SILVEIRA – Bom dia a todos. É uma imensa alegria estar nesta Casa em um evento organizado pelo meu amigo Hélio, com quem, por tantos anos, discuto essas questões todas das dificuldades da atenção primária, porque ele tem em casa uma pessoa que compreende muito esse processo, que é a nossa companheira Edy.

Quando falamos em atenção primária, eu sempre me remeto à Vila Planalto, porque lá nós fazemos atenção primária. A população, a comunidade, o usuário é o foco de todas as nossas ações. O controle social existe de fato. Nós temos um conselho gestor atuante desde a criação do Centro do Saúde. E vale ressaltar: o centro de saúde existe por conta dessa comunidade. A comunidade é dona do serviço. Em todos os momentos, eles reforçam essa máxima e, assim, nós viemos trabalhando desde que o centro de saúde foi criado.

Eu tive a oportunidade de conviver com essa comunidade e aprender muito de atenção primária com eles. Desde a criação do centro, estou lá. E nós já tivemos vários parceiros, dentre eles os universitários e os professores. Grandes estudiosos do mundo inteiro vieram para cá para discutir atenção primária dentro da Vila Planalto. E foi uma grande alegria na minha vida fazer parte desse processo.

E hoje existe toda essa abertura que o Governo tem dado...

(Soa a campainha.)

A SRª SONIA MARGARETH BRITO DO AMARAL SILVEIRA – ... bem como o conselho de saúde, no Distrito Federal. E aqui eu me reporto a você, Helvécio, pelo árduo trabalho que o conselho vem realizando em sua presidência.

Eu fico muito feliz de ouvir as suas palavras pela propriedade e pela introjeção das coisas que você fala. Você realmente fala do que você entende. E é disso que precisamos na atenção primária. É notório que a atenção primária é norteadora de todo o sistema de saúde, mas isso precisa ser transformado da teoria, do discurso para a prática, por meio do investimento na atenção primária.

Muitas pessoas hoje aqui falaram da importância de quem faz a atenção, que é o servidor, e da importância para quem se faz essa atenção, que é o usuário. Mas só que a atenção primária agora passou a ser um foco, porque os hospitais não estão dando conta, não porque as pessoas compreendam que a atenção primária é importante, não porque as políticas públicas coloquem a atenção primária como importante, visto que as verbas, os repasses, não vão para a atenção primária.

Nós continuamos fazendo um trabalho artesanal na atenção primária. São pessoas muito bem intencionadas, com coração, com a caridade. E isso remete até à questão mesmo da missão, de amor, e de paixão que temos quando escolhemos a saúde. E isso tem de ser profissionalizado. Eu tenho trinta anos de serviço público e vemos que ainda fazemos as coisas no jeitinho.

(Soa a campainha.)

Não existe uma práxis substanciada pelas evidências científicas.

Eu fico muito alegre de saber que a Fepecs vai executar a atenção primária, porque é com isso que sempre sonhamos na época da UnB, da Capes. Por que temos pessoas tão maravilhosas que pensam nas coisas, há cientistas maravilhosos no Brasil, e essa ciência não é colocada em prática?

A Fepecs é maravilhosa. Trabalhamos com problematização, a Vila Planalto trabalha com a Fepecs. Tivemos um PET-Vigilância da Dengue e aprendemos demais.

(Soa a campainha.)

A SRª SONIA MARGARETH BRITO DO AMARAL SILVEIRA – Mas essas coisas todas que produzimos não são colocadas em prática.

Nós fizemos um trabalho que foi ovacionado, com louvor, em todos os congressos em que foi apresentado. Em nenhum momento discutimos, dentro da nossa prática diária, como esse trabalho pode ser utilizado para matarmos o mosquito. E ficamos no campo das ideias e no campo das dificuldades e uma coisa não se junta à outra.

Então, fico muito feliz com essa discussão. Acho que estamos no caminho, mas temos de pegar todo esse conhecimento, todas essas pessoas lindas de saber, e transformar isso em prática. O saber tem de ser acompanhado da prática e a prática do saber. Um não pode ficar afastado do outro.

Com relação à Estratégia Saúde da Família, fico muito feliz que várias pessoas que discursavam de uma forma totalmente oposta começam a discutir a questão da singularidade dos modelos de saúde para cada região.

(Soa a campainha.)

A SRª SONIA MARGARETH BRITO DO AMARAL SILVEIRA – Cada região tem uma singularidade e o modelo de atenção tem de respeitar as singularidades e criar um modelo único. Não adianta colocamos estratégia Saúde da Família em todos os lugares da mesma forma.

Eu sempre discuti isso em relação à Vila Planalto. A Vila Planalto tem um modelo que funciona. A população é parceira. Então, o modelo de estratégia de Saúde da Família vai entrar na Vila Planalto, mas ele tem de entrar dentro de uma discussão com controle social.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – Agradeço à nossa querida Drª Sonia, enfermeira, nutricionista e odontóloga, os três conhecimentos juntos. Então, ela tem muito saber. Muito obrigado pelo seu trabalho.

Vamos passar a palavra para o Jean Paul Fraussat de Lima. Ele é servidor de saúde do GDF.

Jean Paul, com a palavra, por favor.

Você é de Samambaia?

O SR. JEAN PAUL FRAUSSAT DE LIMA – De Samambaia. Perfeito. Primeiramente, quero dar bom dia a todos e dizer que me sinto muito honrado de estar aqui na presença de vocês para discutir a Atenção Primária na Saúde.

Continuando, cito a frase de Peter Drucker, que é considerado o pai da Administração. Ele diz o seguinte: "O planejamento não diz respeito a decisões futuras, mas a implicações futuras de decisões presentes." Então, o que decidimos hoje é o que vamos colher amanhã.

E falando em organização social, como goiano, não posso deixar de dar o meu testemunho. Os meus parentes me buscam aqui quando ficam doentes. E dois casos específicos me chamam mais a atenção. Um era câncer e o outro caso um tumor cerebral. Eles não conseguiram tratamento em Goiânia. Lutaram muito, e não deu certo. Tive de acolher essas pessoas aqui, onde elas foram acolhidas pelo sistema público de saúde e tiveram o seu tratamento continuado até a cura, em ambos os casos.

Eu gostaria de falar também da importância que entendo, como trabalhador de saúde, da descentralização dos recursos. A Atenção Primária recebe recursos diretamente do Ministério. Alguns recursos são amarrados, casados à Atenção Primária, todavia, a forma como esses recursos chegam na ponta desestimula os trabalhadores. Os trabalhadores, na grande maioria, estão capacitados para o trabalho e têm, como missão e amor, o desenvolvimento das ações dentro do serviço.

Todavia a estrutura precária onde eles estão limita muito o seu atendimento à população. E nós que estamos na ponta acreditamos que o foco do nosso trabalho, na sua grande maioria nós acreditamos, que o foco do nosso trabalho é a população, é o bem servir à população, é proporcionar melhor qualidade de vida, a manutenção da vida e a cura quando for o caso.

Falando em descentralização de recursos, a Lei nº 8.666 acaba dificultando muito a utilização dos recursos na ponta. Então, a Lei nº 8.666, a Lei das Licitações, ela precisa ser melhorada para que, nos serviços de saúde, ela possa ser aplicada de uma forma diferenciada. E nesse sentido uma vez que você flexibilizaria a Lei nº 8.666, você deveria também punir de uma forma mais rigorosa e exemplar aquele gestor público, aqueles trabalhadores ou aqueles que estiverem envolvidos em questões relacionadas ao financeiro da saúde.

Nós temos no Brasil a presunção de inocência. Essa presunção de inocência, eu jamais viria aqui, eu não seria leviano em dizer que a presunção de inocência é um vício da nossa Constituição. Não é isso. Eu só gostaria de dizer que a presunção de inocência não pode ser usada dentro da saúde para que um gestor ou um trabalhador utilize os recursos públicos de forma leviana e permaneça no cargo.

Então nós deveríamos criar mecanismos para facilitar a aplicação dos recursos. Por outro lado, assim como existem os crimes hediondos neste País, classificar esses gestores públicos, quando cometerem crimes contra a Administração Pública, que eles fossem penalizados de uma forma mais dura e que eles não usassem a presunção de inocência para permanecer no cargo durante o seu processo. Deveriam ser afastados de pronto.

Dando continuidade, já estou quase terminando, o planejamento em longo prazo e o fortalecimento da atenção primária são muito importantes para nós. Agora, eu vejo com preocupação também quando você pega, dentro da Secretaria de Saúde, onde eu trabalho, você vê o *status* da atenção primária ser modificado de uma subsecretaria para uma coordenação.

Às vezes as pessoas podem até defender dizendo que isso é uma mera nomenclatura. Não, não é. Você ter um subsecretário defendendo a atenção primária é diferente do que você ter uma coordenação defendendo a Atenção Primária à Saúde.

Durante o tempo em que eu estive presente nas reuniões dentro da Secretaria de Saúde, onde havia a presença do subsecretário de atenção à saúde fazendo essas defesas, em muitos momentos a atenção primária ficou em segundo e terceiro plano. Então, pela urgência e emergência de algumas situações, você deixa a atenção primária sempre para depois. Ainda mais agora.

Então eu peço que essa discussão seja ampliada em relação a termos ou não uma subsecretaria dentro do Distrito Federal e que a gente possa ter o fortalecimento dos cargos de gestão da atenção primária, porque ao diminuir as despesas dentro da atenção primária você vai estar plantando para o futuro o desmantelo da atenção primária dentro do Distrito Federal. Então isso não seria economizar recursos, isso seria dispensar recursos, tempo e boa-fé do servidor que está ali.

Eu agradeço a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – Jean você é médico?

O SR. JEAN PAUL FRAUSSAT DE LIMA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – Você é o quê? Qual é a sua profissão?

O SR. JEAN PAUL FRAUSSAT DE LIMA – O meu nome é Jean Paul Fraussat de Lima, uma origem distante aí, dos franceses que vieram aqui.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – Com certeza.

Sua profissão é?

O SR. JEAN PAUL FRAUSSAT DE LIMA – A minha formação profissional hoje... Dentro da Secretaria de Saúde eu sou Técnico Administrativo e eu desempenho a função hoje de Gerente do Centro de Saúde nº 1. Fui por quatro anos Diretor Administrativo do Recanto das Emas, onde acompanhei todo o processo de construção de clínicas da família, inauguração, implementação da atenção básica ali, e conheço também um pouco de UPA, porque a UPA do Recanto das Emas foi a segunda a ser inaugurada mas numa perspectiva melhorada em relação à UPA de Samambaia.

Então eu estou bem envolvido e engajado nesse processo de reestruturação da saúde pública do Distrito Federal e acredito muito que nós vamos conseguir, mas tendo um sistema público, 100% público, funcionando aqui dentro de Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – Parabéns!

Eu fiz essa pergunta anterior ao Jean, vocês nem entenderam porquê. É o seguinte, a Drª Debora Dornelas, que é médica da saúde da família e da Comunidade de Almecegas, área rural de Brazlândia e a Drª Filomena, que é odontóloga, pediram a palavra depois que já tinha encerrado a falação.

Eu só iria abrir para cinco, mas até em homenagem aos nossos queridos médicos, eu quero ouvir a Drª Dornelas, por favor, com a palavra.

Por favor Drª Dornelas, três minutos.

A SRª DEBORA DORNELAS BELCHIOR COSTA ANDRADE – Bom dia! Meu nome é Debora Dornelas, eu sou médica de família e comunidade lá de Almecegas, uma área rural de Brazlândia. Tenho uma especialização em Cardiologia, faço mestrado na Fepecs. Estou na Secretaria há cinco anos e há cinco anos lotada nessa mesma comunidade e pretendo continuar lá.

Já foi muito discutido aqui a distância que a gente tem do que é teoria e do é prática. Eu acho que não existe necessidade de uma discussão de um novo modelo de atenção. O que a gente tem é excelente, só precisa funcionar.

A saúde está muito ruim e desses cinco anos para cá ela tem piorado. Eu vim para trazer essa atenção para a área rural, onde eu fico. Eu fico em uma comunidade que fica a 90km daqui do Plano Piloto. Eu moro no Plano Piloto, vou pra lá todos os dias, de segunda a sexta. Levo minha comida, levo a minha água, porque não há nada lá, e pretendo continuar. Isso para mim não é um limitante, mas a situação do serviço é muito limitante.

Então, eu fico nessa comunidade que fica a 30km de Brazlândia. Não existe transporte público para lá. A população é muito humilde e eles mesmos muitas vezes não têm transporte particular. Eu os atendo lá, não tenho uma farmácia para conseguir dispensar medicação para esses pacientes. Já tive mas ela foi fechada por uma nova resolução da Diasf, dos farmacêuticos.

Então, acontece de eu atender um paciente impaciente e esse paciente, daí a dois, três dias – ou quando ele conseguir – ir para a cidade conseguir pegar medicação. A gente fica muito comovida com a situação que a gente vê lá, porque a gente tem que resolver 85%, 80% e a gente não consegue, muitas vezes a limitação não é do profissional em si...

(Soa a campainha.)

A SRª DÉBORA DORNELAS – Eu fico nessa área. São 900 quilômetros quadrados aproximadamente de área pela qual somos responsáveis, e não temos carro pra fazer visita domiciliar.

A doutora falou de Samambaia, onde às vezes tem uma briga para gente colocar médico para fazer visita. Lá minha briga é para eu conseguir fazer visita, porque eu sei que a população não consegue chegar na minha área. A casa mais distante fica a mais de 30km de distância, e o paciente tem que fazer a pé.

Então, a gente tem essa dificuldade de locomoção e de conseguir ser resolutiva, apesar de ter uma equipe completa, de ter os profissionais que querem estar na área, que são comprometidos. Mas a gente não tem os recursos mínimos para fazer uma atenção primária... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – Agradeço à Drª Debora Dornelas, falo mais uma vez, da comunidade de Almecegas, da nossa zona rural de Brazlândia.

Homenageio também o Dr. Marcos, que muito trabalhou na zona rural de São Sebastião. É uma pessoa que trabalhou tão bem na saúde primária em São Sebastião, que foi candidato a Deputado Distrital, tendo 8,5 mil votos, um reconhecimento da comunidade São Sebastião.

Então, quero parabenizar muito você Debora por esse apego, por essa vontade de ajudar a zona rural, você que o moradora aqui do Plano Piloto e que vai todos os dias para lá.

Muito obrigado.

Para finalizar e passar a palavra para os debatedores, vamos passar para Drª Filomena, em consideração aos odontólogos. Ela é Presidente da Anato, a Associação Nacional dos Auxiliares e Técnicos em Odontologia. São os técnicos em saúde bucal.

Eu sou relator desse projeto que procura discutir e normatizar na Casa a questão da saúde bucal. É importante também ouvi-la por três minutos antes de passar para a Mesa.

A SRª FILOMENA BARROS – Bom dia.

Eu sou não sou dentista, não sou cirurgiã dentista. Sou técnica, sou formada em Administração, gestão de saúde e contratos. Sou do PDT e quero fazer duas perguntas ao Jorge, Senador, e ao Deputado Reginaldo Veras.

Primeiro, Jorge, como fica o Conselho de Enfermagem, tendo dentro da Secretaria de Saúde 180 profissionais técnicos de enfermagem, desviados de função, trabalhando na odontologia sem os seus CRO, do Conselho Regional de Odontologia?

Desse profissional, já foi regulamentada a lei no dia 24/12/2008. Esse profissional tem uma lei.

Eu sou técnica de enfermagem também, mas a minha ética não me permite usar sem estar dentro do Coren, sem estar trabalhando também na minha função e nem desviada da minha função. Como ficam esses profissionais desviados de função e o nosso profissional, que é o técnico de saúde bucal? Inclusive, houve um concurso e eles não podem ser chamados porque esses técnicos de enfermagem estão ocupando a vaga desses profissionais, de forma ilegal, é fora de lei.

O Coren não permite ninguém trabalhar sem o seu Coren, sem o seu conselho. E como permite trabalhar desviado de função sem o Conselho? Eu sou também Presidente da Comissão de Registro pelo Conselho Regional de Odontologia do Distrito Federal, e sou a Presidente da Anato.

Nesse momento Senador, o Brasil todo está ligado...

(Soa a campainha.)

A SRª FILOMENA BARROS – ... até por conta, nós vamos ter uma audiência pública no ano que vem. E eles estão aqui todos, hoje, me mandando vir, porque Brasília, como eles falaram, tem que ser modelo para os outros Estados e Municípios, e Brasília não está sendo modelo para nada dentro da Saúde, principalmente na área de odontologia. Não há não tem modelo dentro do Distrito Federal que se possa levar para outro Estado. Aqui nós temos que conservar, temos de ser 1.000, nós temos que ser 10 para poder dar exemplo para os Estados e Municípios.

Então a minha pergunta é para você. Como disse a Presidente lá de Goiás, têm que ser respeitadas as profissões; têm que ser respeitadas as especialidades. E a nossa especialidade não está sendo respeitada, e vocês não estão fazendo nada. Você me desculpe estar fazendo essa pergunta.

E ao Deputado Reginaldo Veras, que é do meu Partido. Ele não está sabendo, mas eu sou também delegada, fui delegada da conferência. Conversei com doutor Helvécio.

O Distrito Federal tem um caso muito grave dentro da educação. Em 1979 houve uma conferência aqui. Brasília foi piloto dessa conferência, onde se pôs dentro da Odontologia o Pise, o Programa Integrado de Saúde Escolar. Essa verba é federal, ela não é a verba do Distrito Federal. Desde quando a criança entrar na escola, ela tem o direito ao tratamento odontológico até a hora em que termina o segundo grau.

Então nós tínhamos até... E no governo passado, no governo Arruda, foi feita uma parceria da Secretaria de Educação com a Secretaria de Saúde, para essa verba passar para a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Saúde atender essas crianças no posto de saúde. E todos que estão aqui do Posto Saúde sabem que não atende à demanda...

(Soa a campainha.)

A SRª FILOMENA BARROS – ... principalmente, Senador, se uma mãe sair do emprego e levar a criança para ser atendida no posto de saúde. Você sabe que não tem vaga. Aí foi desmontada toda a Odontologia da Secretaria de Educação.

Então, eu peço que você olhe com carinho. Eu já pedi até para o Helvécio. A gente sabe que há todo um instrumental jogado...

(Soa a campainha.)

A SRª FILOMENA BARROS – Sabemos que há todo um instrumental jogado, sabemos do instrumental, do material. Nós sabemos de tudo isso. É o Pise, o Programa Integrado de Saúde Escolar.

Então, eu peço, Senador que isso seja visto com carinho, porque na época, o meu filho foi atendido. Nós fizemos o programa Cárie Zero. Ele tem 29 anos e não tem uma cárie, porque já foi atendido nesse programa dentro da escola. E você chega na escola e vê as crianças chorando, querendo comer o lanche, e não podem, porque estão com problema de dente, sendo que o Governo tem esse direito de fazer isso aí, Senador.

Então, eu quero agradecer essa oportunidade para nós, da nossa categoria, de virmos na próxima audiência pública, e convidar vocês todos a participarem dessa outra audiência pública que vai ser no ano que vem.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – Agradeço à querida Srª Filomena.

E que quero até perguntar, depois, para Amalia também, porque ontem eu estava almoçando com o Senador Elmano Férrer, do Piauí, e ele tirou uma receita do bolso, uma receita de óculos, e perguntou se aquele programa federal Enxergar Bem – um programa federal que arruma óculos para as pessoas que são carentes – está aplicado no DF e, caso não está, se há alguma proposta nesse sentido.

Quando você for responder, eu quero ouvir sobre isso está bem?

Pessoal, agora vamos passar para os membros da Mesa. Cada um tem cinco minutos, com a tolerância da Mesa, sem problema, já que foram várias perguntas.

Inicialmente, vou tocar aqui cinco minutos; aos quatro minutos, vai tocar a campainha. Haverá mais um minuto para que se tente concluir. Se for preciso mais um ou dois minutos, não vai haver problema, a Mesa é tolerante.

Então, vamos lá.

A primeira a responder é a nossa querida Luciana. Ela é enfermeira, Professora da Faculdade de Enfermagem da Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS). Foi a primeira pessoa a fazer uso da palavra aqui hoje.

A SRª LUCIANA MELO DE MOURA – Eu fiz vária pontuações. É bom que boa parte do que eu queria falar, durante a apresentação, vocês trouxeram e os membros da Mesa também. Então, fico muito feliz porque isso só esqueceu o debate.

Só relembrando que realmente existem pessoas que compõem, que são membros da equipe do Saúde da Família, que realmente tem capacitação, que têm especialização em saúde da família, mesmo porque a Fepecs já ofereceu dois cursos de especializações em saúde da família, fiz parte de um deles na qualidade de estudante.

Sei que o Ministério da Saúde também, junto com a Fiocruz, fora aquelas pessoas que, por iniciativa individual, também pagam as suas especializações e se apropriam desse saber. Eu sei que existem profissionais com compromisso e que realmente vão atrás. Quando você se esmera no seu trabalho você procura se apropriar melhor daquele conhecimento. E foi o que eu busquei logo que eu iniciei na Secretaria de Saúde e foi lotada na equipe do Saúde da Família de São Sebastião.

Eu me interessei muito e a partir daí comecei a estudar; eu me interessei bastante pelo assunto. Mas a gente entende, há alguns exemplos claros que vocês trouxeram aqui de questões nas quais realmente a gente percebe que falta a capacitação.

Nesse sentido, entendo que há muita mistura. A gente coexiste aqui na atenção básica, na atenção primária com dois modelos: a gente tem os centros de saúde, que têm o modelo tradicional e temos as equipes de saúde da família.

Quando eu trago a cobertura de saúde da família, eu falo da cobertura por equipes de saúde da família, e não do centro de saúde, os modelos tradicionais, porque a gente entende que lá é tudo fragmentado. Há um enfermeiro da saúde da mulher, o enfermeiro da saúde da criança; e na equipe da saúde da família, não, o enfermeiro é generalista, ele atende tudo. E isso é importante, nesse atendimento a gente entende que tem que haver o atendimento de demanda espontânea. E a demanda eletiva é importantíssima, nós temos a classificação de risco.

E há também publicações do Ministério da Saúde para justamente capacitar esse profissional na demanda espontânea. Então, muitas vezes me causa assombro algumas pessoas que acessam o hospital porque não conseguiram acessar a Atenção Primária, porque chegando lá disseram que já estava lotada... Há locais que distribuem senhas.

E não é feita a classificação de risco. Isso é importantíssimo, vem pela Política Nacional de Humanização. Infelizmente, são poucas as unidades básicas que fazem isso, que têm esse olhar. Então, a gente tem a demanda eletiva, mas nós temos que também ter a disponibilidade desses profissionais para atender à demanda espontânea, que são casos de crianças, às vezes, com amigdalite, com febre e que muitas vezes não precisam acessar o hospital.

Então, a gente tem que absorver essa demanda.

E houve a fala de uma das pessoas que trouxe justamente fato de que parece que está muito amplo. Quais são as ações do profissional de saúde da família? A gente pega o Pnab e há todas as atribuições de cada profissional.

Mas a gente tem que discutir essas ações para justamente haver uma harmonia no tipo de atendimento porque, muitas vezes, dependendo da interpretação, e falo "aqui não é emergência". Então, eu não atendo pronto atendimento, eu não faço atendimento de demanda espontânea.

Eu falo: "Criança doente tem que ir para o hospital", como eu já ouvi diversas vezes de colegas que trabalham comigo...

(Soa a campainha.)

A SRª LUCIANA MELO DE MOURA – Como é que eu vou abarrotar mais ainda um pronto-socorro com uma situação eu posso resolver?

Então, para a gente definir, para que a atenção primária seja resolutiva nós temos que discutir as atribuições desse profissionais – e no seu âmago, mesmo.

E a gente é capaz de ser resolutivo, sim: nós resolvemos vários problemas. Então, de que forma? Se eu vou fazer o diagnóstico de tratamento de câncer, de hanseníase, de DST, eu tenho a testagem rápida, eu tenho o prontuário eletrônico, e a gente consegue dar maior resolutividade se eu tenho na planta dessa unidade básica de saúde um laboratório que processe exames de hemograma completo. Tudo, a gente tem que mandar para a emergência do hospital. Ou, então, raios X simples. Só que nós temos várias equipes de Saúde da Família aqui no DF que funcionam em casas alugadas, sem a mínima estrutura e sem carro para fazer visita domiciliar – lembrando que, em visita domiciliar, o agente comunitário tem que visitar todas as famílias da sua microárea no período de 30 dias, o enfermeiro e o médico, no período de um ano. Só que o agente comunitário sinaliza aqueles casos em que o enfermeiro, o médico e técnico de enfermagem precisam ir mais cedo ou ir amiúde. Então, muitas vezes, eu visito aquela mesma família três vezes na semana se eu estou fazendo um controle glicêmico. Isso é bem variável. E eu preciso da figura do ACS.

Então, causou-me muito assombro a possibilidade de o Ministério da Saúde aventar não haver a figura do ACS no Estratégia Saúde da Família. Eu fico de cabelo em pé! (*Palmas.*)

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª LUCIANA MELO DE MOURA – Aí, depois, a senhora esclareça, então, melhor.

Além do serviço de promoção, prevenção, diagnóstico e tratamento, o Saúde da Família tem que fazer a reabilitação.

(Soa a campainha.)

A SRª LUCIANA MELO DE MOURA – Então, quantas pessoas sequeladas não são absorvidas pela demanda do NRAD porque não fazem a pontuação e são de responsabilidade da Atenção Primária? Então, venho reiterar isto: que nós temos um papel importantíssimo na reabilitação do tipo de serviço do qual a Atenção Primária não se empoderou.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – Agradeço à Luciana pela brilhante exposição. Quero falar para você, Luciana – eu que conheci você bebê, que fui amigo da sua mãe, Drª Lúcia Margarida, já aposentada da Saúde –, que fico muito feliz de saber da sua força, da sua boa vontade, da sua luta em prol da Saúde Primária – está bom? Parabéns por sua formação: doutora já nessa área! Parabéns, mesmo!

E quero chamar para poder fazer uso da palavra agora a Drª Teresa Cristina Vieira Segatto, que é Diretora da Vigilância Sanitária do Distrito Federal. É isso, doutora?

A SRª TERESA CRISTINA VIEIRA SEGATTO – Obrigada.

É epidemiologia: Diretora de Vigilância Epidemiológica.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – Ótimo.

A SRª TERESA CRISTINA VIEIRA SEGATTO – Senão, vamos ter um problema dentro da própria SVS, porque existem também diretor de vigilância sanitária, diretor de vigilância ambiental e diretor do Lacen, que é o nosso laboratório de saúde pública. Todos eles estão dentro do contexto da SVS, que é a Subsecretaria de Vigilância em Saúde.

Então, primeiro, quero agradecer esta manhã de extrema importância para todos nós. É uma área que traz uma discussão excelente, porque todos nós temos realmente essa parte teórica, essa parte da ação da Atenção Primária. E é o que a gente percebe: essa dificuldade de se colocar, mesmo, em prática, porque os

nossos serviços de saúde, a nossa população e os profissionais de saúde ainda veem a saúde como doença – ninguém discute a prevenção. Ou seja, só os grupos pequenos discutem – não é? Sempre a gente é convocada, é chamada para falar da situação da dengue, da situação do sarampo, da situação da pólio, mas em nenhum momento – ou em poucos momentos – a gente vem falar qual é o impacto que se tem dentro da população, dentro da saúde coletiva, quando se trabalha nas práticas integrativas em relação à prevenção da hipertensão, em relação à prevenção das doenças imunopreveníveis, em relação à prevenção da diabetes, da doença em si.

Então, acho que a gente tem que começar, nós que acreditamos no Sistema Único de Saúde, nós que estamos trabalhando nessa linha de ação dentro do Sistema Único de Saúde, o que a gente precisa trabalhar é também mudar um pouco a nossa lógica, o nosso discurso, porque já basta a grande parte da própria Secretaria de Saúde estar trabalhando e o Ministério da Saúde ainda estar trabalhando com a questão da doença e da assistência e do hospital.

Então, eu entendo que este tipo de audiência poderia ocorrer mais vezes, com um grupo cada vez maior. A gente precisa trabalhar gestão, mas a gente precisa trabalhar também com os profissionais que estão atuando, trazendo as experiências, pois a gente precisa mostrar também as nossas experiências bem-sucedidas. Quando a gente vem aqui, o que a gente ouve? Além de falar da doença, a gente ouve sempre as reclamações. Elas devem ser colocadas, elas são importantes, mas a gente também precisa dar uma contribuição do que de bom a gente faz e do que que a gente pode fazer para melhorar.

Creio que a questão da discussão da região de saúde no Distrito Federal é um caminho, porque o gestor local vai poder trabalhar na lógica do perfil epidemiológico. Então, as unidades de saúde ou até o Estratégia Saúde da Família não podem ser iguais. Todos nós concordamos. Elas não podem ser iguais para todos os lugares. Não posso ter sempre o clínico, o pediatra, o ginecologista, o médico, o enfermeiro, o dentista muitas vezes para áreas em que eu tenho, por exemplo, idosos; ou outras áreas em que eu tenho um percentual maior de pessoas que têm hipertensão; ou outras áreas em que eu tenho a questão da violência contra mulher, contra crianças, contra o idoso.

(Soa a campainha.)

A SRª TERESA CRISTINA VIEIRA SEGATTO – Então, a gente só vai poder trabalhar nesse sentido na hora em que a gente pegar o nosso mapa de saúde, que é a proposta que a gente está fazendo da SVS para o ano que vem e delimitar e estudar as regiões de saúde nesse sentido, sobre o que está acontecendo naquela região e qual é o caminho que a Secretaria de Saúde precisa trabalhar, seja na atenção primária, seja na secundária, seja na terciária, na UPA, no hospital. Então, a gente precisa começar fazer esse exercício em relação à qualidade de vida da população, que é isso que nós todos queremos como gestores, com profissionais de saúde, como Sistema Único de Saúde deste País.

Então, agradeço. E é só isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – Muito bem.

Agradeço à nossa querida Drª Teresa Cristina Vieira Segatto. Quero que mande um abraço ao Dr. Marcos, que trabalha lá na SVS também e ao Dr. Tiago Coelho, nosso querido doutor na área de atenção à saúde primária também, uma pessoa bastante qualificada, professor da UnB, por quem a gente tem muita admiração.

Muito obrigado.

A Drª Maria Amalia Dorsch Ferreira foi bastante provocada. Então, com certeza, a Mesa será bem tolerante para que você possa responder às perguntas aqui colocadas. A Drª Maria Amalia Dorsch Ferreira já falou que é odontóloga de profissão. Ela já esteve na Sugetes. Atualmente, está na Coordenação de Atenção Primária à Saúde. É fundamental esse trabalho.

Eu lamento não estarmos... Está falando aqui que é a subsecretaria. Isso é baixar a questão da saúde primária. Faço meus protestos aqui. Mas, de qualquer forma, vamos procurar dar a importância que a saúde primária tem na saúde.

Você, com a palavra.

A SRª MARIA AMALIA DORSCH FERREIRA – Bom, eu realmente fui muito provocada. Então, eu vou tentar responder a cada um de vocês. Se eu não conseguir, eu vou ficar à disposição ao final para fazer mais esclarecimentos.

O primeiro esclarecimento que eu gostaria de fazer é que eu estive numa reunião do Conasems recentemente, no Ministério da Saúde, e o que foi colocado com relação ao agente comunitário não é que vai haver estratégia da família sem o agente comunitário. Não é isso. Mas como não existe o repasse de verba para outro modelo, os Municípios pressionam para que haja outro tipo de equipe, com outra formação, que permita que essa verba também venha para a Atenção Primária.

Então, o questionamento foi só esse. Mudando-se o seu processo de trabalho, se aquela equipe está trabalhando dentro da lógica, mas ela não tem o agente comunitário porque os Municípios também têm uma limitação orçamentária, se outro formato de equipe faria jus ao repasse dessa verba. Foi só esse questionamento. Quanto aos agentes comunitários, reforço a importância, a necessidade, mas seria uma alternativa.

Com relação ao protetor solar, a gente não teve esse problema neste ano. Inclusive, a Atenção Primária fez uma empréstimo para SVS, porque como os AVAs estavam sem esse protetor solar, a Atenção Primária fez esse empréstimo para que o profissional lá pudesse trabalhar também, porque são os profissionais que trabalham na rua, debaixo de sol, debaixo de chuva. Isso é necessário. Não se pode ficar sem.

Com relação ao Siab, não me lembro quem falou sobre o DF não estar informando o Ministério da Saúde. Antes, a atenção primária se fazia pelo Siab. Há uma determinação do Ministério da Saúde de que, no Brasil inteiro, para quem não passar a informação até o dia 31 de dezembro, seria suspensa a transferência de recursos. Essa determinação já vem de alguns anos, de três anos, mas se encerra agora. Já foi prorrogada e se encerra agora, dia 31 de dezembro. O Subsecretário anterior, Dr. Berardo, fez todo o encaminhamento para que se conseguisse. Ontem, eu tive a informação de que a gente já começou a fazer, a mandar essa informação, através do *track* mesmo. Então, a gente já tem vários centros de saúde informando. Talvez a gente não consiga 100% da Atenção Primária até o dia 31 de dezembro, mas a gente está trabalhando para que seja 100%, para a gente não correr o risco de ficar sem o repasse do Ministério da Saúde.

Com relação ao primeiro, cujo nome eu não me lembro, logo do Conselho... João. Com relação à demanda do entorno não estar vindo para o DF, especificamente com relação à vacinação, eles vêm. Quando querem encaminhamento para as especializadas, isso só pode acontecer se passar pela Atenção Primária. Então, continua ainda. O SUS é do Brasil, então não interessa se a pessoa é de Goiás ou se é do Distrito Federal, mas nós precisamos nos organizar para receber essa demanda também, porque há uma série de fatores envolvidos. Então, a gente não pode e não deve recusar o atendimento, mas há ainda a questão dos repasses, que são feitos para os entes da Federação.

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA AMALIA DORSCH FERREIRA – Então já há um longo debate da Ride para que se organize. Mas a gente ainda tem uma demanda muito forte. Quem sofre essa demanda são, principalmente, os centros de saúde e hospitais que são mais próximos dos outros Estados.

A Drª Alexandra tocou no entendimento que foi errado com relação ao agente comunitário. Não vai acontecer de haver equipe sem. Por enquanto, isso ainda não é permitido.

Com relação a 80% de resolutividade, que a gente não consegue na Atenção Primária, deve-se a deficiências na área de estrutura, de equipamentos, do olhar que deve ser feito para a Atenção Primária, porque tem tanta competência e tanta atribuição, mas acaba não dando resposta por falta de investimentos. Foi uma luta de todos os gestores que passaram. É uma luta dos diretores de Atenção Primária sempre levar o problema para o nível central, mas eu ainda acredito que, em todas as regiões, em todas as regionais, a gente consegue ver iniciativas de gestão, inclusive, que não têm que ficar esperando, e inclusive questionam quando vem do nível central. Há um questionamento muito grande: "a gente pode inovar, a gente pode fazer"; e outros falam: "não, eu quero que venha do nível central, e que seja igual para todo o DF".

Eu participei de um congresso internacional de inovação em gestão pública, que aconteceu em Brasília, e lá foi muito discutido isso: como garantir o espaço da inovação dentro do serviço público? Quais são os entraves? E eu fiquei refletindo sobre a saúde, a nossa saúde no DF, e por que a gente não tinha tantos servidores envolvidos em inovação.

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA AMALIA DORSCH FERREIRA – Então isso ainda não tivemos tempo de trazer, mas acho importante vir para o debate como ele pode ser fortalecido, como ele pode ser amparado, e essas iniciativas serem construídas no local correto, mais apropriado, que é de baixo para cima, e não vindo de uma forma até, às vezes, de um entendimento errado da gestão central para um centro de saúde. Mas existem os espaços de debate, e é isso que precisamos construir ainda.

Com relação ao Serviço de Apoio Diagnóstico, também, já levantamos esse debate de o Serviço de Apoio Diagnóstico chegar como complementar à Atenção Primária, mas não tomando o espaço da Atenção Primária, não sobrecarregando, na verdade, respondendo à necessidade da Atenção Primária. Nós já iniciamos esse debate, também, os outros diretores já foram envolvidos.

A Nelita falou sobre a questão da Fercal. Nós temos acompanhado o TAC. Então, o parecer da Atenção Primária já foi dado ontem. Ele precisa retornar, porque a cimenteira vai construir. Então, em termos de estrutura física, nós temos essa resposta que a cimenteira vai dar.

Com relação ao processo de trabalho, de estar funcionando como um pronto-socorro, eu sou da Atenção Primária, há anos na Secretaria da Atenção Primária, então, esse debate nós sempre fizemos. Principalmente quando houve um fortalecimento da estratégia da saúde da família, havia essa preocupação de que ela não reproduzisse o processo de trabalho de um centro de saúde tradicional ou de um pronto-socorro de hospital. Então, isso está sempre no debate, nós temos acompanhado.

Hoje, dentro do novo organograma, há duas gerências, a Gerência de Serviços e a Gerência de Apoio, que têm essa competência de acompanhar e de corrigir esses desvios que acabam sendo feitos dentro do processo de trabalho da Estratégia Saúde da Família.

Nós reforçamos a importância da Estratégia Saúde da Família. É o modelo preconizado pelo Ministério, todos os Estados, todos os entes da Federação têm ampliado a Atenção Primária no sentido da Estratégia. Então, no DF, também, nós não temos nenhum investimento, não fazemos planejamento de investimento em centros de Saúde tradicionais mais. Isso já vem de alguns anos. Todo o investimento de Atenção Primária deve ter feito na Estratégia Saúde da Família. Por isso o planejamento inicial de construção de 138 unidades, de quase 700 equipes de estratégia de saúde da família. Não há planejamento de nenhum centro de saúde tradicional.

A SRª NELITA DE SOUZA MATOS (*Fora do microfone*.) – O TAC está onde?

A SRª MARIA AMALIA DORSCH FERREIRA – O TAC está Secretaria, já está nas mãos do gabinete, que vai dar esse andamento com prioridade, para que não se perca o prazo.

Eu também concordo com a fala do Jean. Eu acho que esse é o sentimento de toda a Atenção Primária, da reorganização que se propôs fortemente na Atenção Primária e sem um longo debate sobre isso.

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA AMALIA DORSCH FERREIRA – O formato já foi publicado. Eu acho que cabe aos gestores. Ele não está engessado, podem ocorrer correções. Mas no momento, agora, nós temos investido não mais na questão da Subsecretaria, porque eu acho que esse momento passou, mas nas Diretorias de Atenção Primária, com as intervenções que estão sendo propostas, de acabarem as chefias de centros de saúde e o prejuízo que isso vai ocasionar.

Então, eu, o Dr. José Márcio, que tem nos acompanhado, temos tentado fazer as correções. Eu não sei do último. Houve uma mudança na proposta, no final de semana. Eu ainda não tive acesso a essa mudança, mas eu acredito que têm sido atendidas as demandas que têm sido colocadas para o Secretário. Porque esse organograma é uma proposta da Secretaria de Saúde, mas que tem essa preocupação de que tudo se transforme com vistas ao usuário, para que o usuário receba o melhor serviço.

A Drª Dornelas também falou da questão da área rural. Nós estamos visitando todas, na medida da possibilidade da agenda. Mas eu já fiz visitas a São Sebastião, ao Paranoá, à Asa Norte. Como eu fui da Atenção Primária da Asa Norte, eu ainda não a visitei, mas conheço bem, a da Asa Sul...

Então, temos visitado e levantado os problemas, para ver se conseguimos dar esse andamento, mas o grande problema da Atenção Primária hoje, realmente, é que sabemos da sua importância e precisamos desses investimentos, porque o médico só com o esteto não consegue fazer tudo que ele tem que fazer ali, ele precisa do apoio. Mas temos que rever o modelo.

O enfermeiro tem um espaço gigantesco dentro da proposta, da estratégia, então, esses espaços precisam ser ocupados. Há preocupação. A equipe da antiga Subsecretaria continua lá e tem esses levantamentos. Alguns questionamentos eu já fiz, com relação à verba que chegou do PMAQ, o que é uma queixa muito grande das equipes. Investimos no PMAQ, efetuamos a adesão, fomos avaliados, recebemos o recurso, mas não mandamos no recurso. Já estamos envolvidos nessa movimentação de que esse recurso tem que ser da equipe, sim!

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA AMALIA DORSCH FERREIRA – A equipe tem que falar como vai usar esse recurso. A equipe, junto com a Diretoria e as gerências, com a gestão, tem que definir, porque essa é uma questão de apropriação do espaço e da forma de trabalho.

O profissional que está ali está no *front* da batalha mesmo, sabe do que precisa, sabe do recurso e tem autonomia para rever algumas rotinas, para fazer os fluxos de encaminhamento. Há reuniões rotineiras em que se discute também essas questões e projeto terapêutico. O formato da estratégia permite compartilhar, permite questionar, mas precisa de grandes respostas. É uma conquista, um processo histórico. Essas são conquistas pelas quais temos que lutar mesmo, e uma conquista não é definitiva. Existe esse olhar.

Eu sou odontóloga e tenho várias especializações em Estratégia e Saúde da Família e Gestão Pública. Sou gestora pública graduada e com especializações. Então,esse olhar do gestor – não apenas do profissional envolvido só na sua área técnica – é importante, e a estratégia também propõe sair dessa caixinha. Não se pensa só tecnicamente. Temos que pensar na gestão do todo. É o modelo ideal, mas precisa ser fortalecido.

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA AMALIA DORSCH FERREIRA – A Filomena também comentou sobre os técnicos de enfermagem. Já existe o posicionamento do Conselho de que os técnicos de enfermagem têm que sair. Há um planejamento, e eles já saíram, em grande parte, mas até vou acompanhar, porque a Gerência de Odontologia está participando mais disso, embora não faça parte da Coordenação de Atenção Primária, pois faço parte da Coordenação de Redes – como eu sou odontóloga, fico sabendo, óbvio – eu não faço parte desse dia a dia de agenda, embora a gente se encontre com frequência.

Com relação ao DF não ter modelos para os outros Estados. Temos muitos modelos, muitos serviços de excelência. Na Atenção Primária, temos a equipe do Gama, que ganhou a avaliação máxima do PMAQ, temos o NRAD, do Melhor em Casa, que sempre é premiado. Na especializada, há o CRIS Down; o serviço de queimados; o serviço de plástica para pacientes com lábio leporino e fenda palatina. Temos vários serviços de excelência que servem de exemplo.

Tentamos divulgar no *site* da Secretaria, mas sempre é bom investir mais, para que todos na rede conheçam. Eu acho que o grande problema do nosso serviço público ...

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA AMALIA DORSCH FERREIRA – ... não é uma questão de qualidade do serviço que é prestado, mas é o acesso. Os nossos usuários, quando têm acesso, ficam satisfeitos e têm acompanhamento. Agora, o grande problema é o acesso, porque a nossa estrutura foi criada, em 1980, e só se aumentou a cobertura, através da estratégia, que – como falei – agora representa 24%. O grande corpo de estrutura física, que permite ao profissional estar trabalhando não cresceu, e a população cresceu.

Além de a população crescer, ela traz, sim, pessoas de outros Estados, seja porque não têm acesso lá, seja porque tem a facilidade do acesso aqui, pois naquele local em que o familiar dela está, o serviço está funcionando e vai poder dar esse acesso, vai poder fazer esse acolhimento. Ou seja porque é parente, mesmo, de algum profissional, ou seja porque faz um pedido ao secretário de saúde, ou seja porque é um caso complicado em outro Estado – porque nós somos um serviço de referência, então ele vem para cá, para esse serviço de referência. Então, o nosso grande problema hoje é crescer, é cobertura. Nós precisamos crescer.

E, aí, como crescer dentro desse cenário de orçamento limitado que nós temos?

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA AMALIA DORSCH FERREIRA – Isso é um problema real. Então, por isso se pensa em alternativas. E a OS é uma alternativa. Tem que se pensar em tudo, o gestor tem que pensar em todas as saídas e tem que compartilhar, tem que levar para o debate. Eu não estou falando que eu sou favorável ou que sou contra. Não vou entrar nesse debate, mas o gestor tem que ter o olhar ampliado.

Entretanto, com relação à OS na Atenção Primária, eu não tenho conhecimento algum que isso está vindo para a Secretaria de Saúde. Eu não fui comunicada, em momento algum, de OS na Atenção Primária. Sobre isso, eu não fui comunicada. Então, por enquanto, o debate está acontecendo porque é necessário que ele aconteça, mas não há um posicionamento oficial da Secretaria de Saúde dizendo que vai entrar uma OS em tal lugar. Isso, eu não vi ainda e, então, eu não posso falar se vai acontecer ou não.

Já passou para o conselho, também, a questão de se pode haver OS, se não pode. O debate tem que ser feito, está corretíssimo, mas um posicionamento oficial do DF em Atenção Primária, eu não tenho conhecimento.

E com relação aos óculos, esse serviço é um serviço especializado. Eu acredito que esteja funcionando porque, quando eu estava na Diretoria de Atenção Primária, a gente fez uma ação com a Vila Planalto em que com as crianças, depois de passarem pela avaliação de acuidade que é feita no Programa Saúde na Escola, viu-se a necessidade e a gente organizou uma agenda com os médicos especialistas para que eles fizessem o exame mais cuidadoso e que direcionassem. Então, eu acredito, sim, que esteja funcionando. Mas, não é minha área e eu não posso dar uma informação atualizada.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – Correto. Eu agradeço.

Fui tolerante porque, realmente, ela tinha sido bastante bombardeada de perguntas – não é?

Eu quero que você mande um abraço ao Dr. Fábio Gondim, nosso amigo aqui do Senado Federal, servidor do Senado que está lá na Secretaria de Saúde, uma pessoa que tem sempre recebido a gente muito bem.

E desejo que essa reforma seja – toda reforma é traumática – a menos traumática possível. Que a gente consiga, cada vez mais, melhorar a Secretaria de Saúde.

E quero deixar as minhas portas abertas aqui. Já estamos na quarta audiência pública de saúde e vamos fazer a quinta, que é a que o Jorge já colocou. E outras da saúde bucal também vamos fazer porque que sou o Relator do projeto. E, com certeza, vamos fazer outras.

E o Dr. Fábio é muito bem-vindo nesta Casa. Foi uma pena ele não ter vindo, mas competentemente você conseguiu dar as respostas. Estamos aqui satisfeitos com a sua presença e com a sua colocação. E quero deixar claro a ele que estamos mandando um abraço e desejando sucesso lá no dia a dia.

E que as OSs não sejam implantadas no Distrito Federal – está certo? (*Risos.*) (*Palmas.*)

Vamos passar a palavra ao representante dos trabalhadores aqui nesta Mesa – trabalhadores organizados, porque, na verdade, trabalhador todos nós somos –, o Vice-Presidente do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos em Enfermagem, Sr. Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA – Senador, antes de mais nada, queria agradecer, mais uma vez, a oportunidade de participar aqui de uma audiência pública ao vivo para todo o Brasil. Isso só corrobora nossa ideia de que o senhor é, de fato, hoje, o Parlamentar mais envolvido na saúde do Distrito Federal e do Brasil.

É o seguinte. sindicato tem o perfil: um perfil mais agressivo, um perfil mais de cobrança, um perfil mais... tem uma linguagem diferente, uma linguagem peculiar. Esse é o nosso perfil.

Nós somos sindicato de técnicos em enfermagem, e pasmem: os técnicos em enfermagem estão "causando" em Brasília e no Brasil, em várias questões, não só na saúde, mas, sim, em nossas profissão. Um sindicato – um sindicato!

Então, eu desafio qualquer um aqui de vocês a ver tantos outros sindicatos, inclusive sindicatos antigos, defenderem tanto a saúde como nós estamos defendendo, a ponto de um auxiliar de Enfermagem estar aqui falando sobre saúde. Posso não conhecer tudo e evidentemente não vou conhecer. Ninguém vai conhecer tudo. Mas estamos tentando colaborar, e a minha colaboração, como sindicato, é peculiar. Eu falo de trabalhador, especificamente, porque o meu trabalhador, estando com saúde e tendo condições de trabalho – e não é só o Sundown – ele, tendo tudo isso, vai atender melhor a vocês, à população. É óbvio. Isso está diretamente ligado. Tanto é que nós estamos passando por um processo muito ruim, aqui, para o servidor público. Isso está refletindo na população. E nós não defendemos só a questão de dinheiro. Em algum momento eu falei de dinheiro? Não. Em algum momento nós falamos em questões salariais aqui? Não, embora nós estejamos bem prejudicados, inclusive com as horas extras, que até hoje não foram pagas. O trabalhador está trabalhando praticamente de graça. Enfim, não é o momento.

Então, senhoras e senhores, não interpretem o sindicato como um apoiador da discórdia, como se é pregado. É pregado inclusive por pessoas que há anos estão no poder. Em qual poder? No poder de estar por trás, articulando. Vocês não sabiam quem era a Sindate, quem era Jorge Viana, quem era João Cardoso. Não sabiam. Mas vocês sabem muito bem quem são as pessoas que estão enraizadas, ali na saúde, há muitos anos, do governo passado, que estão neste Governo, que estiveram no governo anterior. Afinal de contas, minha gente, o discurso é muito bonito. Falar aqui da saúde, que nós temos que produzir, produzir... Afinal de contas, quem é o gestor, eu ou eles? Quem foi colocado no cargo como gestor, eu ou eles? Eu defendo o segmento do trabalhador, que se reflete no usuário e que se reflete no gestor também. Então, ter palavras bonitas é uma coisa, agora, você atuar de verdade, não estar no "castelo", como uma majestade, que só será provocada se houver a provocação... Digo isso porque eu vou à base. Eu ouço o cara lá, dizendo que está faltando o Sundown. Mas, ficar no castelo, na majestade, esperando, é outra história, meus amigos. Então, o discurso é muito bonito, mas, na hora do vamos ver...

Então, eu chamo à reflexão, porque é o seguinte: eu falei com relação ao entorno aqui do DF. E até quando Brasília vai se beneficiar desse discurso de que a saúde de Brasília é ruim por causa do entorno? O entorno apareceu ontem? Apareceu no governo passado? Apareceu há quanto tempo? O sistema é único. O mesmo camarada que é atendido lá no Piauí é atendido aqui, e quem paga a conta é o Ministério da Saúde, porque existe essa ligação. O problema aqui no Distrito Federal é que os responsáveis por fazer esse faturamento não fazem. Digo isso porque, seu eu quebro a minha perna, lá no Piauí, se eu sou atendido lá no Piauí, a cirurgia da minha perna vai ser paga pelo Ministério da Saúde, lá no Piauí. O sistema é único. Então, essa história de dizer que o entorno "incha" Brasília... Gente, pelo amor de Deus, vamos parar com esse discurso. Se realmente acontece isso – e nós sabemos que acontece, porque muitos trabalham aqui –, então vamos resolver. Mas nós estamos há anos, anos e anos aqui no poder e não resolvemos. E querem jogar a culpa no sindicato, porque tem cadeira, porque tem isso, tem aquilo? Meus amigos, nós fazemos o que podemos. E nós estamos, na verdade,

resgatando 20 anos de esquecimento da nossa categoria, porque agora estamos falando. Muitos de vocês nem sabiam quem era um tal de técnico de Enfermagem, porque a população acha o seguinte: se é branco, é enfermeiro ou é médico. Acabou. E nós colocamos isto para a sociedade: nós somos técnicos de Enfermagem, nós estamos atendendo no Samu, nós estamos socorrendo vindas. É o técnico de Enfermagem. E a Enfermagem.

O Jean Paul, nosso colega, falou aqui muito sabiamente, reclamando desse novo organograma da Secretaria de Saúde, em que tirou a "Subsecretaria". A questão não é só a nomenclatura. A questão é a valorização do trabalhador, do gestor. É por isso que nós também pedimos para que mudassem esse organograma com relação à Enfermagem, porque tiraram o gerente de Enfermagem e deixaram a Enfermagem. Gente, da chave da maca até à luz que queimou, no centro cirúrgico, a Enfermagem é quem cuida, quem está na linha. Será que essa profissão e esses profissionais não serão reconhecidos nunca?

Bom, com relação a outro ponto, embora o tema não seja esse: como diria Maquiavel, não existe almoço de graça. Quem, em sã consciência, quer pegar o sistema da saúde público para gerir, sem ter lucro?

Estamos dizendo aqui que a saúde, que a OS é ruim de todo o mal, que as empresas são corruptas. Não!

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA – São indícios de Goiás, indícios de que há corrupção, mas, se temos gente do Rio de Janeiro sendo presa, se temos o Hospital da Criança que está sendo investigado, inclusive no Conselho de Saúde existe o processo de investigação do Hospital da Criança, que está no Ministério Público, que Goiás está sendo investigado, pelo amor de Deus, gente! Não sejamos crianças. Ora, se em todo o Brasil não deu certo – porque existe uma grande margem de corrupção nisso –, para que insistir no erro? Não se teria nem que tocar na questão de OS. Como a colega falou: profissionais bons, qualificados, temos até demais, o que falta é gestão. Portanto, vamos contratar uma OS para gestão. A gestão que falo é governador, secretariado e os comissionados.

Quando falei que realmente Águas Lindas dá um *show*, de fato, já atendi várias mães, várias crianças, várias gestantes, que chegam lá e há médico a todo momento e que é atendido, médicos do Programa Mais Médicos, inclusive. Era isso que queria falar *a priori*.

Agora, respondendo especificamente a pergunta da nossa colega. Devemos entender o que é a representatividade na questão laboral e profissional. Nós, sindicatos, representamos a questão laboral e, a profissional, é o Conselho Regional de Enfermagem, que deve fiscalizar se esse profissional está trabalhando com registro e tudo.

Acontece que, na Secretaria de Saúde, muitos anos atrás – a senhora deve saber –, várias pessoas foram jogadas ou foram convidadas a ser profissionais de enfermagem, de odontologia, os chamados OSD. Vocês conhecem? Muitos desses se tornaram OSD em TSB, que é o técnico de higiene dental. Muitos deles estavam lá trabalhando e acabaram acostumando com o serviço. Muitos deles não são técnicos de enfermagem de formação, muitos deles são OSD, por isso, há essa dificuldade de fiscalização.

Lógico que foi bom a senhora perguntar isso, porque é o momento mais oportuno. No meu crachá – nunca fui auxiliar de enfermagem, me formei como técnico – é auxiliar de enfermagem. Nós, da Secretaria de Saúde...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA – ... exercemos atividade de auxiliar de enfermagem, mas somos técnicos de enfermagem.

Isso foi uma briga que tivemos ao longo dos anos, porque, mais uma vez, digo, por incrível que pareça, estamos resgatando 20 anos de esquecimento de uma categoria, hoje estamos pedindo para ser técnico de enfermagem, porque exercemos atividade de técnico de enfermagem, e ninguém melhor que o Sindate sabe o que passamos em ser técnico de enfermagem e exercer atividade de auxiliar, porque fomos concursados como auxiliar. Somos, na verdade, o severino do hospital; O técnico de enfermagem que está fazendo o serviço odontológico está sendo severino também.

Somos contra, sim, colega. Somos contra ter nossos profissionais em desvio de função, não é só no TSD, temos também, por exemplo, profissionais técnicos em enfermagem em áreas administrativas, temos técnicos em enfermagem em quaisquer outras áreas na Secretaria de Saúde, e que está errado, queremos nosso profissional atuando como, de fato, foi formado para isso, portanto, somos contra a isso também. O problema é que, como falei, a fiscalização da atividade profissional é do conselho – não sou do conselho, sou do sindicato –, mas estamos na luta para tirar e colocar no lugar dele e chamar inclusive os concursados, porque existem muitos esperando.

É isso. Gostaria de agradecer à Mesa, mais uma vez, o Helvécio, Presidente do Conselho de Saúde. Sempre que estamos na Mesa, temos um embate, mas acho salutar, porque acabamos enriquecendo; as doutoras da Secretaria de Saúde, nosso amigo Deputado Reginaldo Veras.

Deputado Veras, estamos juntos, sempre colocando o senhor a par da situação, o senhor está sempre defendendo nossa categoria, auxiliar e técnico em enfermagem e, se Deus quiser, iremos fazer uma bela audiência pública na Câmara Legislativa para debater mais ainda, porque o debate é importante, não vamos sair daqui brigando, ninguém vai dar porrada em ninguém, mas o debate é importante e faz com que vocês não durmam nas audiências.

Muito obrigado. Bom dia. (*Risos.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – Quero agradecer ao nosso querido Jorge Viana, quero que ele mande um abraço ao Dr. Gutemberg, Presidente do Sindicato dos Médicos; à Marli, Presidente do SindSaúde; à Fátima, Presidente do Sindicato dos Enfermeiros, e a todos os movimentos sindicais da saúde as minhas homenagens.

Que continuem aguerridos e na luta. Acho que o embate é muito importante. Jorge, conte com a gente. Meu gabinete está sempre de portas abertas para ajudar os trabalhadores.

Vamos ouvir, primeiro, o Deputado Reginaldo Veras, e, por último, para podermos encerrar, o presidente do Conselho de Saúde.

Eu ia fazer o contrário, mas vamos ouvir, primeiro, o Deputado Reginaldo.

O SR. JORGE VIANA – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – Pode falar.

O SR. JORGE VIANA – Não se esqueçam da criança de Planaltina. Isso está tirando o sono de muita gente, inclusive o meu. Vamos tirar aquela criança do hospital de Planaltina e colocá-la no abrigo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – Excepcionalmente, eu quero repassar a palavra a nossa querida Amalia, porque acho que isso é tão grave. Vocês têm notícia sobre essa criança de Planaltina?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE VIANA – Ela vive literalmente, as técnicas de enfermagem ficam se revezando para cuidar dela o dia inteiro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE VIANA – É Luísa o nome dela. Está há quase dois anos vivendo no hospital.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE VIANA – E ela vê os enfermeiros, quer colo; corta o coração. Quem for lá vai sair de lá chorando.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – O.k. Vamos ouvir o nosso aguerrido Deputado Reginaldo Veras, professor de atualidades nos cursinhos, Deputado e nosso querido Presidente da Comissão de Saúde e Educação da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

O SR. REGINALDO VERAS – Obrigado, Senador.

De forma bem objetiva, Filomena, em relação a sua pergunta referente ao Pise, não tenho a menor ideia, não tenho a resposta. Vamos procurar saber como foi feito o procedimento de convênio entre a Secretaria de Educação e a Secretaria de Saúde e ver que encaminhamentos podemos dar.

Agora, eu posso responder, parcialmente, junto com o Jorge, a questão dos técnicos de enfermagem.

Estive reunido com o Secretário Fábio Gondim, nessa minha luta pelas nomeações dos aprovados em concurso público em todas as áreas. Recebi dele a promessa de 700 nomeações até dezembro. Já temo que não aconteçam, e, temendo que não acontecessem, estive na terça-feira com a mulher que manda mesmo no que se refere às nomeações, que é a Secretária Leany, que é quem tem o poder da caneta para nomear ou não. Ela nos disse que haverá, sim, nomeações, ainda neste ano, priorizando os técnicos em enfermagem e enfermeiros, que são quem, como vocês disseram aqui, carregam o piano da saúde.

O Secretário Fábio Gondim assumiu o compromisso de retirar os técnicos de enfermagem que exercem a função de técnicos de saúde bucal para que haja essa substituição. Deixou claro. Palavras dele: não é possível fazer tudo agora, mas a gente vai fazendo paulatinamente.

E, nessa primeira leva de nomeações, já haverá o remanejamento de técnicos de enfermagem para os seus lugares originais para que o profissional TSB possa vir a exercer a função. Estávamos junto com o Conselho Regional de Odontologia justamente fazendo essa demanda.

Para o ano que vem, como disse, a Comissão de Saúde está lá à disposição. Não esqueçam que tudo que se debate, seja no Conselho, seja em qualquer lugar, e que precisar de legislação local, mais cedo ou mais tarde, vai passar pela nossa Comissão.

Fica aqui um lembrete: em geral, a Comissão só é acionada na hora H, depois que chega tudo pronto. Normalmente, a Comissão de Saúde não é chamada para os debates. A de Educação, hoje, vai, porque eu estou lá acompanhando o processo todo, a área cultural, que eu domino razoavelmente bem. A área de educação eu domino muito bem; a de Saúde, eu domino pouco. Por isso, eu fiz questão, Senador, de vir a esta audiência pública. E o pouco que eu domino é por causa da família. Há técnico de enfermagem e enfermeiro na família.

Muito obrigado a todos.

A Comissão de Educação e Saúde está lá de portas abertas para todos vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – Agradeço ao nosso Deputado Reginaldo Veras, deixando claro que meu gabinete sempre estará aberto para parcerias com V. Exª.

Para mim, no PMB, vai ser muito bom estar, cada vez mais, ser parceiro do PDT aqui com o Senador Reguffe, com Senador Cristovam e com V. Exª lá na Câmara Legislativa e também com a nossa Presidente Celina Leão, da Câmara Legislativa, que são pessoas do PDT que estão atuando de uma forma muito precisa. Também o nosso Secretário do Desenvolvimento Social, Joe Valle.

Então, é com muita satisfação, exatamente para ampliar mais o espaço de discussão que não aceitei o convite para ir para o PDT porque acho que terei mais um espaço para a comunidade poder debater, com espaço de tempo de TV, fundo partidário e condição de fazer uma atuação muito importante para que a gente possa ajudar o Distrito Federal na discussão política.

Eu queria complementar o Endrigo que está ali, que participa do Núcleo de Saúde do *zap*, tem feito um trabalho extraordinário, é servidor do DER, é diretor da área de educação no trânsito...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – Debatido.

Vamos fazer. Exato, vamos discutir isso, sim, e vamos fazer uma sobre esse assunto, não é, Reginaldo?

Quero passar agora ao nosso, até fazendo uma homenagem ao nosso Conselho de Saúde, que tem uma atuação muito grande aqui no Distrito Federal ao nosso querido Helvécio Ferreira, Presidente do Conselho de Saúde do Distrito Federal e todo mundo sabe que o Helvécio Ferreira também tem uma atuação muito importante do Clube dos Servidores da Saúde, ele foi Presidente e ainda é Presidente, creio. Então, creio é uma pessoa que tem um conhecimento muito grande do setor de saúde e está muito bem colocado no Conselho de Saúde.

Parabéns e passo a palavra a V. Sª.

O SR. HELVÉCIO FERREIRA DA SILVA – Senhoras e senhores, Senador, eu queria aproveitar a oportunidade para tocar em três assuntos que acho de extrema relevância para o momento: a estrutura organizacional, hoje publicada; o orçamento e o Plano Distrital de Saúde.

A estrutura organizacional apresentada e publicada não é a que o Conselho aprova, em absoluto. É importante lembrar a todos que essa estrutura se deve à questão da Lei de Responsabilidade Fiscal e que o próprio Governo teve que promover uma reestruturação das Secretarias de Estado e essas secretarias, por sua vez, tiveram que se recompor objetivando o corte de até 20% do gasto com estruturas de pessoal. Essa estrutura foi apresentada ao Conselho de Saúde, foram feitos destaques, inclusive dentre eles a estruturação dos processos de trabalho referentes às categorias regulamentadas, porque existe legislação vigente, portarias, decretos e tem que se ater especialmente no que se refere a enfermagem – nós não queremos gerência de enfermagem, queremos é que a enfermagem tenha a diretoria de enfermagem – e ser aplicada nas regionais a estrutura pertinente, assim como assistência farmacêutica e várias outras categorias profissionais que atuam na saúde porque na saúde temos que ver o todo, tem que se ter o olhar holístico e a questão sistêmica como um todo. A saúde é um organismo vivo, não é uma estrutura mecanicista em que se tem um manual de atribuição e tem que seguir. Não, em absoluto.

A questão do orçamento é que acho de extrema gravidade. O Conselho tem apresentado, tem discutido em todos os fóruns principalmente com as entidades de classe dos trabalhadores porque o orçamento hoje na Câmera não contempla sequer os direitos, as vantagens e garantias a que os trabalhadores fazem jus, que têm direito, está na lei, não está contemplado ainda. Então, como é que a gente vai...

Qual é a expectativa para 2016? E aí vamos para a área de custeio e investimento, idem. O corte no orçamento referente ao que a saúde apresentou e o que consta hoje na Câmara é de aproximadamente R$2,5 bilhões, a previsão que o Conselho tem é que, para meados de junho do ano que vem, não haverá recurso para pagar fornecedores, alimentação, segurança, vigilância, água e energia. Então, essa é observação que fazemos de público para que a sociedade se manifeste.

A lei também estabelece, a própria LRF que a saúde, a educação, a segurança deve ser preservada.

Mas o Governo tem de promover corte em outras áreas para proteger e manter *in totum* as necessidades dessas áreas, e é importante que a população, as categorias de classe e a sociedade organizada se manifestem. O Conselho já o fez, no Tribunal de Contas, no Ministério Público, já fez sua parte.

E aí quero chamar a atenção para quando se fala de modelo de gestão, em modelo de assistência. Caramba! Desculpem-me a forma de expressão. Brasília, em 1960, estabeleceu, ainda nos primórdios, o melhor modelo de assistência à saúde pública do mundo, que foi palco de estudo de outros países.

Hoje, na Inglaterra, se aplica na saúde, nos seus condados, as premissas da Atenção Primária que foi criada em Brasília. Isso aqui foi palco de estudo na década de 1990 e ainda em meados de 1985. Antes da Constituição Cidadã, promulgada em 1988, o modelo que serviu de referência para os capítulos da saúde na Constituição foi o modelo de saúde pública do Distrito Federal.

Nosso povo perdeu a memória? Nós não precisamos importar nenhum modelo. O modelo está aqui. Ele não está é aplicado *in totum*.

(Soa a campainha.)

O SR. HELVÉCIO FERREIRA – Há uma diferença entre a política de Estado e a política de Governo. Os governantes que se sucederam nos últimos anos, nas últimas décadas, destruíram a estrutura organizacional da saúde pública do Distrito Federal.

Nós tínhamos um modelo em que a Secretaria de Saúde, com as suas estruturas, planejava, estabelecia o perfil epidemiológico e a Fundação Hospitalar é que executava. Havia uma comunicação entre o planejamento, a execução e as correções desse planejamento.

A partir da extinção da Fundação Hospitalar, em maio de 2000, o sistema degringolou. O que temos hoje é um amontoado de coisas, um amontoado de serviços, de áreas, que é uma área robusta. Brasília é a única unidade da Federação que tem uma estrutura própria de mais de 420 unidades de saúde pública, própria, estatal, não pertencente a terceiros.

E assusta também quando se fala de OS. E da OS silenciosa, invisível, que existe hoje na saúde ninguém fala. Toda a área de manutenção predial, de máquinas, de equipamentos, de execução das atividades laborais foi terceirizada, foi entregue para terceiros. E ninguém fala disso, ninguém discute. Essa é a pior OS.

Como se encontra hoje a questão dos exames médicos, dos exames laboratoriais? Como se encontram hoje os equipamentos públicos? São mais de 45 mil equipamentos sem cobertura de manutenção ou contratos vigentes! Eles estavam na mão de quem? Na mão de terceiros.

Onde estão nossos equipamentos de alta complexidade? Na mão de quem estão os tomógrafos, os equipamentos de raio X, de laboratórios?

Deputado, o fornecedor entrega, por exemplo, um equipamento digital, mas esse equipamento só funciona com determinado reagente...

(Soa a campainha.)

O SR. HELVÉCIO FERREIRA – ..., e esse reagente só determinada indústria fabrica. Monopólio. A saúde é refém da tecnologia de terceiros.

Então, nós estamos falando aqui de Atenção Primária. Ora, a Atenção Primária é a porta de entrada, é o acesso principal do usuário. Mas o problema não está na entrada; ele está na saída.

Quantos pacientes referenciados, cadastrados, estão na expectativa de ter seu problema resolvido?

Vamos para a área da oncologia, da radioterapia, da terapia renal substitutiva, para a área de órteses e próteses... Vamos para outras áreas. Qual é o problema hoje? O problema é muito mais grave. Você vai ao Hospital de Base, você vai ao HUB, nas áreas referenciadas, e tem um portador de câncer que teve diagnosticada sua cirurgia de mama, que foi retirada, e indicado um procedimento, de imediato, em, no máximo, 15 dias. Mas a fila de espera é de quantos anos? Não é de dias, não é de meses. E essa discussão tem de vir à tona. Essa discussão tem de vir à tona.

Onde está o investimento da ciência em pesquisa, em tecnologia, na saúde pública? Onde o SUS está atuando na inovação da tecnologia, no domínio dessa tecnologia, que está entregue a terceiros?

Se você for ao Hospital de Base agora, você verá salas fechadas, com equipamentos novos parados, por uma questão de judicialização da 2ª Prosus.

A população pode ficar sem assistência, mas não se vão recompor os contratos temporários até que se admitam todos os concursados.

Ora, eu afirmo aqui, publicamente, na Comissão de Direitos Humanos, que as normativas legais do SUS hoje precisam ser revistas. As amarras do Estado impedem uma execução ágil e eficaz para atender à população. A estrutura do Estado precisa ser revista. Nós temos um Ministério Público que só age após o caso resolvido.

Dou exemplos: o Hospital da Criança, uma Oscip, a Abrace. As pessoas se recusam a entender que essas organizações são uma OS. Mas como esses serviços são referenciados à pediatria, isso já foi pautado três vezes no Conselho de Saúde e não houve discussão. Quando houve o escândalo, as pessoas falaram: "Ah, mas é o Hospital da Criança! O Conselho de Saúde, por este Presidente, pediu carga do processo e designou três conselheiros para procederem à auditoria, com calma, com as devidas cautelas, e o resultado vai ser apresentado na próxima quinta-feira. É preciso entender isso. Qual outra entidade foi lá e fiscalizou? Eu tenho nas mãos o processo de improbidade promovido pelo Pró-SUS. Agora, qual é o papel do Conselho?

(Soa a campainha.)

O SR. HELVÉCIO FERREIRA – Emitir juízo de valor sem antes analisar? Eu não posso, como Presidente do Conselho, estabelecer nenhum juízo de valor sem ter as provas materiais, palpáveis, e dar a informação devida à sociedade. Isso é preocupante. Agora, qual é o interesse da população? Qual é o interesse do Estado? Não pode haver divisão. Quem mantém o Estado é a população. Quem paga a conta do SUS não é o Ministério da Saúde. Quem paga a conta do SUS é o usuário, é o cidadão, é a população brasileira. As estruturas organizacionais estão para executar o serviço. É isso que se está precisando fazer.

Aí, conclamo todos, no caso do DF, não para discutir OS ou não OS, mas para implementar o relatório da 9ª Conferência de Saúde do Distrito Federal e as diretrizes publicadas em *Diário Oficial*. Não há mais o que discutir. O que se deve fazer é efetivar, é dar resposta à população.

É claro que a lógica do mercado se impõe sobre nós. Hoje, determinados medicamentos que são essenciais na Atenção Básica, na assistência, não são mais produzidos, mesmo sendo necessários, porque não geram lucro para a indústria.

Qual é a posição do Conselho? Isso é desde o Plano Distrital de Saúde, aprovado em 2012. É que o SUS promova de imediato as ações no investimento, na ciência e na pesquisa e estabeleça o protagonismo na produção de insumos, máquinas e equipamentos, porque organismos públicos estatais existem para fazer isso. As faculdades públicas, as universidades estão aí, com os estudantes de mecânica, de mecatrônica e farmacêuticos industriais.

Alguém aqui faz curso de farmacêutica industrial na UnB? Onde é o estágio? Brasília não tem um laboratório, não tem uma indústria farmacêutica. Ou faz estágio aqui, no Goiás, ou vai para São Paulo. Qual é o cenário para o SUS? O que será do SUS daqui a 20 anos se não houver esse investimento na ciência, na pesquisa e na tecnologia?

Aí, você tem uma situação como a de hoje, epidemiológica, com essa questão do mosquito, que é o assassino número um do mundo para a raça humana. O mosquito é o assassino número um, em todos os vieses.

Se V. EXª pegar, Senador, o orçamento da Secretaria de Saúde, por menor que pareça, nos últimos cinco anos, a média de não execução orçamentária é de, aproximadamente, R$250 milhões por ano, que não era executado e era devolvido. Qual é área que menos teve execução orçamentária na saúde nos últimos cinco anos? Alguém sabe dizer? A Atenção Básica, a Atenção Primaria, excetuando 2013, quando o DF foi a unidade da Federação que mais investiu em saúde pública no Brasil. Imaginem se não tivesse tido esse investimento em 2013! Agora, temos de discutir como está a rede. Qual é o papel das UPAs?

(Soa a campainha.)

O SR. HELVÉCIO FERREIRA – Hoje, qual é o papel dos centros de saúde construídos à época do Frejat? Temos de discutir a rede, a assistência integral *in totum*, não a Atenção Primária, a de média e de alta complexidade, etc.

O Conselho já estabeleceu e está nas Resoluções nºs 395, 430 e, agora, na 448 e na 449, todas devidamente publicadas, mas sem a unidade de força das entidades, dos usuários e dos trabalhadores para a sua efetivação. O que está faltando é canalizar energia positiva para colocar a coisa para funcionar, para fazer acontecer. Não interessa nenhum outro modelo. Interessa que a Capital da República tem a obrigação institucional de ser referência para o Brasil e para o mundo. É esse o nosso papel. Agora, cada um, nos seus Poderes, Judiciário, Executivo e Legislativo, tem o seu orçamento, que é intocado.

(Soa a campainha.)

O SR. HELVÉCIO FERREIRA – Excepcionalmente agora, no último, a Câmara Legislativa do Distrito Federal fez o remanejamento dos seus recursos para a saúde, e a gestão teve que tirar dinheiro do servidor, do trabalhador, que está no Iprev, para complementar pagamentos que são para o trabalhador, e vai continuar

colocando, usando esses recursos dos fundos específicos para debelar a crise e atender às necessidades. Então, qual é a discussão que nós temos que fazer hoje?

Temos também que o maior problema, Deputado Reginaldo Veras, Senador... E aí eu pergunto: de que adoece e morre a população no Distrito Federal? Quais são os dados epidemiológicos que servem de base para planejar a saúde? Que ferramenta os agentes de saúde, os AVAs e os ACS, têm para coletar os seus dados primários e para processar esses dados?

Eu afirmo, o olhar do Conselho são de que os dados apresentados lá são uma farsa. Eles são uma enganação, não traduzem a realidade.

(Soa a campainha.)

O SR. HELVÉCIO FERREIRA – Porque até as próprias ferramentas utilizadas não são adequadas, não são pertinentes. Quem chegar à Secretaria de Saúde e pedir informação sobre determinado processo, determinado programa ou determinada atividade não terá os dados. Uma Secretaria do porte da nossa, que sequer tem sede própria! Parece uma tribo nômade no deserto do Saara. Uma estrutura inadequada, impossível de ter harmonia na execução das atividades.

Nós temos que descerrar a cortina do SUS. Nós precisamos conhecer o que temos para podermos compreender como proceder nas atividades daquilo que nós temos. Não dá para nos enganar. Nós nos conhecemos; não temos como enganar uns aos outros. A saúde pública do Distrito Federal requer uma intervenção rápida, eficaz da integração saúde/educação.

Aproveito a presença do Deputado Reginaldo Veras, porque a própria comissão, já eleita no plenário do Conselho, João Cardoso, de que se altere a Lei nº 4.604, em que haja integração de fato de representantes de educação na saúde, porque não se pode afastar a assistência da academia. A academia e a assistência à saúde pública têm que estar juntas, ou não vai funcionar. O saber tem que se traduzir em fatos práticos, reais. Qual é o impacto para a sociedade de cada unidade que é construída? Nos últimos anos, temos tido uma oferta de serviços, temos inaugurado alguns serviços com prazos de validade...

(Soa a campainha.)

O SR. HELVÉCIO FERREIRA – ..., com contratos temporários, sem a sociedade ter sido ouvida para a sua implementação. Daí o diagnóstico do caos que hoje se estabelece.

O Conselho tem as diretrizes, tem as metas definidas, aprovadas pela sociedade SUS 100% público e de qualidade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – Quero cumprimentar todos que estiveram presentes e, antes de encerrar, visto que não temos mais o que discutir, ouvir, até porque acho que os meios de comunicação é que fazem a informação, o Kleber Karpov, por três minutinhos, falar sobre os meios de comunicação, porque ele é do blogue que mais comunica sobre saúde, e sobre suas impressões sobre esta importante audiência pública.

O SR. KLEBER KARPOV – Boa tarde!

Eu queria cumprimentar o Senador Hélio José e, na pessoa dele, os demais membros da Mesa.

Eu escrevo bastante sobre saúde, mas, em geral, sou demandado, e não tenho tanto conhecimento quanto eu gostaria em relação ao SUS, sobretudo em relação à atenção primária. Mas, como cidadão, como usuário do SUS, percebemos que hoje, no Distrito Federal, nós começamos a ter algumas inversões. O SUS faz o atendimento universal, mas, quando é trazido para o escopo do Distrito Federal, começamos a ver, por exemplo, as pessoas recorrendo ao Estado de Goiás, à região do Entorno aqui, por exemplo, para ter o atendimento, inclusive, na Atenção Primária, porque a estrutura daqui não tem conseguido atender, dada a crise que vive o GDF, dada a crise que vive a estrutura da saúde do Distrito Federal.

Quando temos problemas em relação à atenção primária, isso tem um reflexo, como já foi dito aqui, imediato na atenção secundária e na atenção terciária. E, aí, eu vou ousar sair um pouco do tema atenção primária e entrar no tema das OSs, sobretudo por conta do pronunciamento do Ministério Público do Distrito Federal em relação ao Hospital da Criança, mas vou entrar não porque existem problemas com a OS Hospital da Criança, porque ali já é fato público e notório. O Ministério Público está em cima, o Conselho de Saúde está em cima, acho que a sociedade, de um modo geral, está em cima, é importantíssima a presença do Deputado Distrital Reginaldo Veras, que é da comissão que compõe ali a estrutura da saúde, porque acho que a Casa também precisa ficar atenta...

(Soa a campainha.)

O SR. KLEBER KARPOV – ..., mas a grande importância desta história toda é o reflexo que ela pode vir a ter em relação ao modelo que o GDF pretende implantar com relação às parcerias público-privadas e às organizações sociais, considerando que a primeira crítica que o Ministério Público do Distrito Federal traz é justamente por não ter ocorrido, por exemplo, um processo licitatório, pelo fato de o Hospital da Criança, por exemplo, ter no seu quadro efetivo 50% dos servidores da Secretaria de Saúde, desfalcando a estrutura da saúde, e a entidade receber, ao longo de quatro anos, entre 2011 e 2014, cerca de R$112 milhões e não realizar licitações para a aquisição de equipamentos, suprimentos e por aí vai.

E por que isso reflete na gestão do Governo Rodrigo Rollemberg? Porque, quando a gente tem as parcerias público-privadas, que são instituições habilitadas a partir do Chamamento Público nº 01, no qual o GDF, após receber...

(Soa a campainha.)

O SR. KLEBER KARPOV – ... essas empresas que se cadastraram, que se pronunciaram interessadas em participar das parcerias do Governo em relação à saúde, em relação à tecnologia, em relação ao meio social, em relação à educação, por exemplo, e existem outras áreas, e o Governo ter se pronunciado no que diz respeito a escolher essas instituições a partir desses cadastros efetuados. Ela está deixando bem claro que as PPPs e as organizações sociais podem não passar por um processo licitatório, justamente o que está sendo questionado pelo MPDFT.

(Soa a campainha.)

O SR. KLEBER KARPOV – Então, acho que serve de alerta esta intervenção do Ministério Público com relação à forma de se conduzir, à forma de se contratar, sejam organizações sociais, sejam as parcerias público-privadas aqui para o Distrito Federal. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – Quero agradecer ao Kleber Karpov, mandar um abraço ao Professor Chico, Presidente da Associação dos Blogueiros do Distrito Federal, que está se recuperando de uma grave enfermidade, e também a todos os blogueiros e falar para você continuar falando sobre saúde, porque são muito importantes as suas colaborações nessa área.

Pessoal, o Entorno merece todo o nosso apoio. Quando foi criado o Distrito Federal, foi feita uma lei que previa que o entorno tivesse, nos 30km que margeiam o quadrilátero, toda a infraestrutura necessária. Essa lei não está sendo cumprida pelo Governo Federal, e isso comprime bastante o serviço de saúde do Distrito Federal e também a nossa área educacional, toda a nossa situação, pois deveria haver no Entorno hospitais com qualidade para atender, escolas, universidades, todas essas questões, para poder pegar esses dois milhões de habitantes que também fazem parte da grande Brasília, que perfaz esses cinco milhões de habitantes, pegando esse Entorno todo, com o Distrito Federal.

Não temos dúvida de que devemos apoiar e discutir, e já pedimos ao Governo Federal que providencie formas de atender ao que estava previsto na lei, que seria garantir essa infraestrutura lá no Entorno. Estamos, inclusive, discutindo aqui alguns projetos sobre esta questão.

Eu quero mandar um grande abraço a todos os ouvintes do Entorno, dizer que nós estamos com eles, que eles podem contar com a gente, e também um abraço aos trabalhadores da rede de ensino e da rede hospitalar do Distrito Federal, que atende toda essa população do Entorno, aumentando em muito o seu trabalho, porque é SUS, e SUS é universal, não tem gente que é do A ou do B, pois todo mundo tem o direito a ser atendido no SUS em qualquer lugar do Brasil.

Não havendo mais nada a discutir, eu gostaria de encerrar esta audiência pública agradecendo a todos. (*Palmas.*)

Obrigado.

Convido o fotógrafo para bater uma foto de toda a Mesa. O pessoal que quiser participar da foto pode vir à frente. Não há nenhum tipo de problema.

Vamos nos juntar para tirar a nossa foto oficial. (*Pausa.*)

Acabamos de realizar, na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, um importante debate para nosso Distrito Federal e para o nosso Brasil. Um debate sobre a Atenção Primária da Saúde, essa importante forma de atender à população pelas pontas, evitando a sobrecarga nos hospitais e permitindo que aquela pessoa que de fato precisa do pronto-socorro seja atendida de forma correta, ágil e eficiente.

Aqui, tivemos a presença do nosso Presidente do Conselho de Saúde do DF, Helvécio, do nosso Presidente do Sindicato dos Técnicos de Enfermagem e Saúde da Federação, Jorge Viana, do nosso Deputado Reginaldo Veras, Deputado Presidente da Comissão de Saúde e Educação da Câmara Legislativa, do nosso Presidente do Sindicato dos Técnicos, João Cardoso, da nossa representante da saúde primária da Secretaria de Saúde do

Distrito Federal, Drª Maria Amalia,e da nossa representante da vigilância epidemiológica, Drª Teresa, além de termos tido um grupo enorme de ouvintes e o Brasil todo nos acompanhando pela Rádio e TV Senado.

Então, quero agradecer a todos e passar a palavra ao Jorge e, depois, ao Conselho, para concluirmos aqui.

O SR. JORGE VIANA – Quero agradecer mais uma vez a oportunidade de poder falar em nome dos trabalhadores. Não se pode falar de saúde pública sem falar na saúde e na questão laboral do trabalhador. Então, agradecemos mais uma vez por podermos participar desta audiência pública e das demais outras que virão para tratarmos de assuntos importantes para a nossa cidade, para os nossos trabalhadores e para a nossa população, evidentemente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – Companheiro Helvécio.

O SR. HELVÉCIO FERREIRA – Senador, em nome do Conselho de Saúde, só tenho a agradecer porque o trabalho desenvolvido por V. Exª nessas comissões e nessas audiências é de fundamental importância para o conhecimento público e para o domínio da realidade do Distrito Federal.

O Conselho de Saúde não poderia fazer diferente, em homenagem a seu esforço e desempenho para que tenhamos uma saúde de qualidade porque o trabalhador, essencialmente, é o agente operacional da saúde pública do Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – Obrigado.

Passo a palavra para a Secretaria de Saúde, na pessoa da Amalia, e, depois, ao Deputado Reginaldo, para concluir.

A SRª MARIA AMALIA DORSCH FERREIRA – Eu o parabenizo, Senador, pelo empenho e pela participação na saúde pública, especialmente no Distrito Federal. Para nós, é muito importante essa participação ativa, e torcemos para que isso traga bons frutos ao nosso Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – Muito obrigado.

Nosso Deputado Reginaldo Veras, para a conclusão final.

O SR. REGINALDO VERAS – Só quero parabenizar o Senador e dizer que a nossa parceria em defesa do Distrito Federal e da sociedade continua – o senhor aqui, no Senado, e eu lá na Câmara Legislativa – e quero agradecer a todos que, de alguma maneira, contribuem ou tentam contribuir, apesar das adversidades, para uma saúde melhor para a população do DF.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMB - DF) – Muito obrigado.

Um grande abraço a todos. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 4 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 20 minutos.)

ATA DA 124ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2015, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e seis minutos do dia quatorze de dezembro de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Telmário Mota e José Medeiros. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 179 de 2015-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre: "A tragédia ocorrida recentemente no Município de Mariana/MG, após rompimento da barragem da Mineradora Samarco Mineração, (quais medidas preventivas deveriam ter sido tomadas e a responsabilização das pessoas pertinentes ao caso)". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Estaneslau Leonor Klein, Coordenador de Desenvolvimento Socioinstitucional da Samarco Mineração S.A.; Deputado Estadual Cristiano Silveira, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Geraldo Emediato de Souza, Procurador do Trabalho da Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região/MG; José Maria Soares, Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativistas do Estado de Minas Gerais – FTIEMG; Tádzio Coelho, Representante do Movimento pela Soberania Popular na Mineração – MAM; Priscila Ramos Netto Viana, Procuradora Jurídica da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais – AMIG; Luciano Evaristo, Presidente Substituto do IBAMA, Representante do Ministério do Meio Ambiente; Guilherme Garabeto Kechichian, Coordenador da Área de Recursos Naturais da Secretaria de Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) encaminhar a ata e as notas taquigráficas da presente reunião ao relator do marco da mineração, oferecendo sugestões para aprimorar a referida legislação nos seguintes aspectos: a) rever os requisitos da liberação ambiental a fim de fazer uma fiscalização efetiva; b) rever a distribuição dos *royalties* e das competências referentes à atividade de mineração entre os entes municipal, estadual e federal; c) estimular o diálogo das mineradoras com as comunidades que sofrem os efeitos da mineração; d) aumentar a participação municipal em todo o processo de permissão da atividade mineradora; e) atualizar as multas cobradas pelo Ibama, ampliando o limite máximo da multa; 2) realizar conferências regionais e nacionais para ouvir especialistas no tema e as comunidades afetadas para construir o novo código de mineração, a exemplo do que foi feito no caso da terceirização (PLC 30/2015); 3) lutar para rejeitar o projeto que estabelece novo marco para a mineração, caso não sejam observadas as sugestões mencionadas acima; 4) abordar, no relatório do Senador Paulo Paim ao projeto que objetiva regulamentar a terceirização, os efeitos da terceirização em acidentes iguais ao de Mariana; 5) fazer recomendações para reestruturar a fiscalização federal, no sentido de: ampliar o número de cargos de fiscais do Ibama, do DNPM, do trabalho, enfim, de todas as áreas; fazer com que os cargos de direção desses órgãos sejam ocupados por técnicos qualificados, pertencentes à carreira, não aceitando indicações políticas; 6) apoiar a criação de uma CPI mista para apurar as consequências atuais e futuras da queda de barragens, bem como as responsabilidades; 7) realizar audiência pública para tratar das consequências para as comunidades atingidas pelas barragens; e 8) que a comissão de Minas Gerais responsável por debater as consequências do rompimento das barragens encaminhe o relatório de seus trabalhos para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Telmário Mota e José Medeiros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e cinquenta e quatro minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 124ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 179, de nossa autoria de outros Senadores, para debater o tema "A tragédia ocorrida recentemente no Município de Mariana, Minas Gerais, após o rompimento da barragem da Mineradora Samarco Mineração (na ótica dos Direitos Humanos, quais medidas preventivas deveriam ser tomadas e de quem é a responsabilidade por tudo o que aconteceu)."

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado através do número 0800-612211.

Conforme nos foi provocado, a partir do momento que eu estive no Espírito Santo, foi a oportunidade de debater terceirização na forma que veio da Câmara. Todos sabem que eu sou contra; sou o Relator da matéria e devo apresentar uma proposta alternativa que regulamente a situação dos 13 milhões de terceirizados. Também debatemos lá a questão do negociado acima da lei; ou seja, que, pela proposta que estava surgindo na Câmara, ia prevalecer a negociação e não a lei.

Eu tenho uma luta histórica nesse campo, há mais de 15 anos – e a reafirmo – e, felizmente, derrubamos a Câmara: a lei tem que ser, efetivamente, cumprida; negociação acima da lei, mas não abaixo da lei. A partir do momento em que a negociação desrespeitar a própria lei, não há por que mais fazer leis. E a própria existência, no meu entendimento, do Congresso. A lei é para ser cumprida; acima da lei, você pode negociar: naturalmente, você negocia para mais e não para menos.

Naquela oportunidade, uma delegação lá no Espírito Santo, em Vitória, me procurou e pediu muito que eu realizasse esta reunião. Eu disse que não tinha feito ainda a reunião, porque já havia outras duas comissões aqui no Senado que estavam acompanhando e debatendo a questão. Inclusive Senadores foram à região de Mariana e estiveram lá com os representantes dos trabalhadores, dos empresários. Mas, assim mesmo, eles pediram muito que eu marcasse, ainda neste ano, uma reunião aqui nesta Comissão para debater o tema, claro, na ótica dos Direitos Humanos.

Direitos Humanos é toda a vida, é o ecossistema, é o meio ambiente, a vida das pessoas, como fica daqui para frente, por que chegamos a esse ponto. Enfim, me convenceu, e eu marquei a reunião.

Então, todas as pessoas que eu vou citar aqui assumiram o compromisso de estarem aqui. Eu sempre digo que eu tenho mais de mil projetos apresentados. Eu não invento projetos.

Eu não chego à noite, de manhã acordo, e porque baixou o santo, eu apresento o projeto. Não, é tudo demanda da sociedade; os mais de mil que apresentei e que estão tramitando nas duas Casas. Mais de 100 já são leis, desde o Estatuto do Idoso, da Igualdade Racial, da Pessoa com Deficiência, a Lei dos Autistas, dia 21 de setembro, Dia Nacional da Pessoa com Deficiência, a política do salário mínimo, a mudança na questão do fator previdenciário.

E por que eu digo isso? Quando há uma audiência pública do porte desta não é porque eu inventei; é uma provocação da própria sociedade. Por isso, eu cobro a presença daqueles que sempre me pediram que eu provocasse a audiência pública.

Esta já é a audiência pública de número 125, só neste ano. O normal, em comissão, são 10, 20, 30 audiências por ano. Nós estamos este ano no número 124 hoje. Mas tudo é provocação da sociedade. Eu não tenho motivo algum de marcar audiência só por marcar. É porque a sociedade apresenta a demanda. Amanhã, por exemplo, temos duas: uma começa às 9h da manhã, outra começa às 11h. E, na quinta, teremos outra ainda.

Mas eu falo tudo isso porque é a sociedade que entendeu a importância desse debate, como este que vamos debater hoje, que de fato é um tema muito, muito delicado.

Eu já cumprimento todos que estão presentes, mas faço questão de listar aqui todas as pessoas que a propuseram e confirmaram a vinda a esta reunião. E muitos já estão aqui presentes. É claro que eu vou começar com aqueles que já estão presentes. Mas convidados e confirmados, que entenderam ser importante que houvesse esta Comissão: o Coordenador de Desenvolvimento Socioinstitucional da Samarco Mineração S.A., Estaneslau Leonor Klein, que já está presente inclusive – confirmou e está aqui, convidado por nós; José Maria Soares, Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativistas do Estado de Minas Gerais, que também já está aqui; o Deputado Estadual Cristiano Silveira, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Geraldo Emediato de Souza, Procurador do Trabalho da Procuradoria Regional do Trabalho da Terceira Região de Minas Gerais, também presente; Gilberto Souza, Coordenador da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, da CNBB; Tádzio Coelho, representante do Movimento pela Soberania Popular da Mineração; Vereador Cristiano Vilas Boas, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores de Mariana; Luciano Evaristo, Presidente do Ibama substituto, representante do Ministério do Meio Ambiente; Marcelo Amorim, Coordenador-geral de Emergências Ambientais substituto, representante também do Ministério do Meio Ambiente; Priscila Ramos Netto Viana, Procuradora Jurídica da Associação dos

Municípios Mineradores de Minas Gerais; Marco Otávio Bezerra Prates, Diretor do Departamento de Indústrias Intensivas em Mão de Obra e Recursos Naturais do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Deputado Estadual, Presidente da Comissão de Representantes de Acompanhamento do Desastre do Rio Doce em Mariana, Minas Gerais. Esse Deputado, se não me engano, é de Vitória, Espírito Santo. É isso? (*Pausa.*)

É porque o que está aqui não... (*Pausa.*)

Deputado Estadual.... Porque aqui está "da Vitória." Deputado Estadual de Vitória, Espírito Santo. Está certo.

Esses são os convidados para este debate. Os que estão já presentes eu vou chamar para a Mesa. O Coordenador de Desenvolvimento Socioinstitucional da Samarco Mineração, Sr. Estaneslau Klein, por favor. Convido também o Deputado Estadual Cristiano Silveira. Seja bem-vindo, Deputado Estadual Cristiano Silveira, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. E convido Geraldo Emediato de Souza, procurador.... Chamo então o Procurador do Trabalho da Procuradoria Regional do Trabalho da Terceira Região, Sr. Geraldo Emediato de Souza. Chamamos também o Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativistas do Estado de Minas Gerais, Sr. José Maria.

Está presente também o representante do Movimento pela Soberania Popular Frente à Mineração, Sr. Tádzio Coelho. Está também presente a Procuradora Jurídica da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais, Srª Priscila Ramos Netto Viana. Estou chamando o procurador de senhor e não estou mais usando o termo doutor, porque uns não gostam que se use "doutor", e outros não gostam. Então, eu prefiro chamar pela função que cada um está exercendo.

Sr. Procurador, Sr. José Maria, Presidente do sindicato. E a gente vai se situando aqui,

Se vocês me permitirem, eu ainda vou fazer uma.... Esta nossa audiência pública está sendo transmitida ao vivo para todo o Brasil. Eu sempre digo que, se 1% assistir – e é mais do que isso a audiência da TV Senado – no mínimo dois milhões de pessoas, no mínimo, estão assistindo às audiências públicas, principalmente nas segundas-feiras de manhã, pois eles sabem que essas reuniões são ao vivo. Depois, as outras. Claro, quando é na terça, na quarta ou na quinta, ela é gravada e, depois, transmitida. Esta não; a da segunda de manhã é ao vivo para todo País.

Normalmente, na abertura, eu faço uma pequena introdução a partir dos documentos formulados pela consultoria, para dar uma introdução ao tema, para aqueles que nos estão acompanhando entenderem o que vamos debater.

Hoje, contamos com a presença de setores da Justiça, do Legislativo, naturalmente aqui do Senado, e também de representantes dos trabalhadores e dos empregadores; também o setor legislativo do Estado, aqui representado muito bem, o Estado de Minas Gerais, cujos nomes eu já citei. Depois, cada um vai expor seu ponto de vista.

Audiência pública para discutir a tragédia que se abateu sobre Mariana, Minas Gerais.

É com grande dor e sofrimento, mas também com o sentimento da responsabilidade de que não se podem desviar os homens públicos, que damos início nesta manhã a esta audiência, em que debateremos causas, responsabilidades e consequências relacionadas ao rompimento da Barragem do Fundão, ocorrido no dia 5 do mês passado no Município mineiro de Mariana.

Diversos órgãos e entidades estão apurando aquilo que muitos chamam de um crime ambiental e humanitário que se abalou sobre o Brasil, provocando mortes e gravíssimos danos ambientais, sociais e econômicos. E o mais grave: a perda de vidas.

Entre essas instituições, estão a Polícia Civil, o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual, a Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais, a Prefeitura de Mariana, organizações ambientais e até mesmo a Organização das Nações Unidas.

Esta Casa, esta Comissão não poderia deixar de dar a sua contribuição não apenas para apurar as causas e as responsabilidades, mas também e principalmente para refletir sobre o modelo de desenvolvimento que queremos para o nosso País e para a nossa sociedade.

Temos plena consciência de que o Brasil não pode prescindir da atividade econômica, mas não podemos permitir que essa atividade, em qualquer de seus estágios, se faça negligenciando medidas de segurança e proteção à vida das pessoas e à preservação do meio ambiente. O rompimento da Barragem do Fundão, da Samarco Mineradora, ao provocar o vazamento de 55 milhões de metros cúbicos de rejeito de minério, destruiu completamente o Distrito de Bento Rodrigues, no Município de Mariana, e provocou, até o momento, 15 mortes. Há pessoas desaparecidas ainda. A torrente de lodo e dejetos minerais percorreu mais de 600km até o Oceano Atlântico, matando milhares de animais, contaminando área de preservação e deixando quase 300 mil pessoas sem água. É assustador o número de peixes que apareceram boiando sobre as águas e nas margens.

Além disso, a contaminação das águas inviabilizou o ganha-pão dos pescadores, bem como a pecuária e a lavoura. Estima-se que a Bacia do Rio Doce, que integra 228 Municípios mineiros e capixabas, levará ainda

anos, anos e anos para alcançar novamente um ponto de equilíbrio. Na esteira das mazelas, a própria imprensa registra que não havia ou não foi executado um plano de emergência que salvasse as vidas humanas e minimizasse os danos ambientais. As causas dessa catástrofe ainda não foram plenamente esclarecidas.

As autoridades têm o dever legal e moral de apurar os fatos, fazer com que os responsáveis respondam pelo que aconteceu, e prevenir outras tragédias.

No que concerne à atividade legislativa, alguns segmentos importantes da sociedade – entre eles, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) – defendem a revisão do novo Código de Mineração, em tramitação na Câmara dos Deputados.

Diante do cenário dantesco que a imprensa nos tem apresentado, repentinamente, desde o dia 5 de novembro, entendo que essas providências já estão na pauta das discussões do Congresso.

Temos aqui, nesta audiência pública, inúmeros especialistas, representantes do Ministério Público e de vários ministérios do Poder Executivo, Parlamentares e representantes da empresa, dos trabalhadores e do meio ambiente.

Acredito que, no decorrer desta audiência, poderemos fazer uma análise mais profunda e buscar caminhos para combater tragédias com essa, detalhando as circunstâncias e as providências que possam ser tomadas.

Acredito, por fim, que desta audiência possa resultar uma importante contribuição para que fatos lamentáveis – eu aqui tomo cuidado com a palavra, porque alguns não admitem que se diga que é catástrofe; outros não admitem que foi um acidente; e outros afirmam que o termo correto seria um crime humano e ambiental –, causados por atividades como essa, com todo o respeito ao poder econômico, não voltem a acontecer. Além do poder econômico, em primeiro lugar, deve estar, sim, o meio ambiente e a vida das pessoas.

Essa é só uma rápida introdução. Vamos, agora, para os nossos convidados. São eles que vão poder detalhar aqui o que aconteceu, o que vem acontecendo e para onde vamos.

Eu vou passar a palavra, em primeiro lugar, ao Coordenador de Desenvolvimento Socioinstitucional da Samarco Mineração S. A., Sr. Estaneslau Klein. Todos os painelistas têm o tempo de dez minutos, com mais cinco, com a tolerância necessária, que será dada a todos os painelistas.

O SR. ESTANESLAU LEONOR KLEIN – Bom dia a todos e a todas. Em nome da Samarco, eu gostaria de agradecer a oportunidade de poder compartilhar um pouco das ações que temos desenvolvido na área dos direitos humanos. Cumprimento o Senador Paulo Paim e estendo o cumprimento a todos os integrantes da Mesa e a todos os presentes aqui neste encontro.

Nós estamos, realmente, muito consternados com esse evento que aconteceu. E a empresa tem mobilizado todos os esforços possíveis para cuidar das famílias após o evento.

Nós trouxemos uma breve apresentação, Senador, para poder relatar, especialmente, as ações que estamos desenvolvendo no campo dos direitos humanos.

A empresa já tinha uma atuação nessa área dos direitos humanos, em todas as suas operações. E, neste momento, nós temos colocado toda a energia, todo o esforço possível da empresa para que possamos cuidar das pessoas e das famílias.

Bem, a Samarco é uma empresa que foi fundada em 1977, uma das grandes empresas que contribuem com o comércio exterior, na balança comercial do País, mas eu gostaria de destacar os valores da empresa, que, nesse momento, têm-se mostrado decisivos para enfrentar a situação crítica que empresa está vivendo após seus quase 38 anos de existência.

O primeiro deles é o respeito às pessoas, e o segundo, a integridade, valores que prezamos muito; e o terceiro, mobilização para resultados, ou seja, de falto, dar uma resposta muito rápida após o ocorrido e conseguirmos, logo, ter alguns resultados na garantia dos direitos humanos após essa ocorrência.

A empresa é signatária do Pacto Global, aqui, das Nações Unidas, desde 2002. Desde então, ela vem seguindo e aplicando os seus princípios nas práticas de gestão e governança da empresa.

Destaco a criação da área de relações com comunidade, que, de certo modo, apoia a interação com as comunidades e organiza todo o processo de diálogo e relacionamento com as partes interessadas.

Nós passamos a fazer parte, em 2012, do GT Direitos Humanos e Trabalho do Pacto Global aqui, no Brasil, representando o setor empresarial e buscando a aplicação dos princípios orientadores de direitos humanos e empresa, compreendendo melhor o papel da empresa nessa garantia dos direitos humanos, também na sua promoção, e aplicando-os no seu dia a dia, nos seus processos de gestão.

Enfim, esse é um pouco do histórico. A Samarco tem um sistema de governança e direitos humanos, que foi implantado em 2013. Nós temos reuniões periódicas e um Comitê de Direitos Humanos na empresa, o que não é muito comum no setor empresarial.

Então, a Samarco já tinha uma prática muito consistente nesse aspecto. Enfim, gostaríamos de demonstrar que a empresa também vinha praticando uma diligência em todos os seus processos de direitos humanos,

na medida em que conduzia anualmente uma avaliação de riscos e impactos em direitos humanos de todas as suas operações, projetos e atividades empresariais.

Então, esse é o modelo da Samarco, como sempre tratamos o tema desde 2013. É um sistema de governança baseado no próprio Comitê, que delibera e discute as questões de direitos humanos da empresa. As avaliações anuais eram feitas pela nossa equipe de avaliação de riscos, e, a cada três anos, nós realizamos a avaliação externa independente. A primeira foi realizada em 2013, e a segunda será realizada, agora, em 2016.

Cabe destacar, na linha da devida diligência, do devido cuidado e de uma atuação preventiva, que a empresa implementou uma série de ações ao longo dos últimos três anos para, de fato, evitar violações de direitos humanos em suas operações. Alguns exemplos estão colocados ali. Essa apresentação ficará com os senhores, mas eu gostaria de destacar todo o cuidado em relação à cadeia de fornecedores, porque sabemos que existem muitos riscos nesse trabalho, na interação com a cadeia de fornecedores.

Então, nós desenvolvemos verificações: além da auditoria normal feita em relação a questões financeiras, também aplicamos uma avaliação de direitos humanos na nossa cadeia de fornecedores, especialmente aqueles que entendemos que podem oferecer um risco maior de violação desses direitos.

E destaco também uma avaliação social que a gente implementa em todos os processos de aquisição de imóveis, com foco em grupos vulneráveis. Então, há uma grande preocupação em relação a deslocamento físico, deslocamento econômico dessas pessoas em processo aquisição de imóveis. Naturalmente, agora, a gente tem esses dois elementos lá, presentes nessa situação.

Bem, em relação ao evento, eu gostaria de destacar que a Barragem de Fundão está aqui, onde ocorreu o rompimento. Nós temos uma área aqui em vermelho: são as comunidades que tiveram um deslocamento físico; ou seja, entendemos que elas foram afetadas física e diretamente pelo rejeito, e, depois, a partir da Barragem de Candonga, esse rejeito se concentrou em níveis diferentes aqui, ao longo do Rio Doce, como os senhores já conhecem e já devem ter observado, aí, nas informações públicas.

Então, nós temos, na verdade, dois perfis de impactos sociais que têm relação com direitos humanos: um, nessa região de Mariana, Barra Longa e cidades próximas, até a Represa de Candonga, no Município de Rio Doce; e, dali em diante, um outro perfil de impacto relacionado à questão de acesso à água e outros desafios que nós identificamos, e também deslocamento econômico das populações ribeirinhas.

Essa é uma breve imagem. Acredito que os senhores já conheçam. São as estruturas de rejeitos da Samarco. Nós temos a Barragem do Germano. Aqui, nós temos a Barragem do Fundão, onde, de fato, ocorreu o rompimento. Esse rejeito veio em direção à Barragem de Santarém, fez o galgamento, passou por cima da Barragem Santarém, naturalmente, prejudicando parte do barramento que existia aqui.

Então, era uma barragem que tinha uma grande quantidade de água e que suportou também uma grande quantidade de rejeito, na medida em que esse rejeito chegou aqui. É importante destacar que esse rejeito é um resíduo inerte e não tóxico, com base nos laudos apresentados aos órgãos competentes durante a sua gestão.

Aqui, na interação da Barragem do Germano, que está lá ainda, nós temos o Dique de Celinha, onde estão ocorrendo algumas obras de reparo, para reforçarmos os fatores de segurança comprometidos em função do rompimento da Barragem do Fundão.

Com relação às causas do acidente, as investigações estão sendo realizadas. A empresa tem colaborado, prestando informações e se colocando à disposição para esclarecer os fatos, complementar e apresentar as documentações necessárias, mas elas estão sendo conduzidas pelos órgãos competentes. É um evento de grande complexidade esse acidente. Naturalmente, exige a presença de vários especialistas, do mundo todo, que se estão dedicando, nessas investigações, à apuração e à análise de todo o conteúdo técnico dessas estruturas.

Realmente, há um prazo longo, a princípio. A expectativa é de um longo prazo de conclusão, de seis meses a um ano, em função dessa complexidade e do volume de informações que precisam ser, de fato, analisadas, até se definirem as possíveis causas do acidente.

Reforço que a empresa possuía todas as licenças de operação.

(Soa a campainha.)

O SR. ESTANESLAU LEONOR KLEIN – Fez, inclusive, a última inspeção em julho de 2015, apresentando os laudos aos órgãos competentes. Além disso, havia o monitoramento constante das estruturas das barragens.

Esta é a apresentação dos fatores de segurança. Segundo a Norma Brasileira 13.028, o fator de segurança recomendável é de 1.5, ou seja, 50% a mais de resistência, de força, para suportar todo o rejeito, todo o material. Com o rompimento, as demais estruturas – os diques – ficaram com um nível abaixo do recomendado pela norma. Nesse momento, a empresa tem conduzido obras de reparo.

Eu vou ser um pouco mais rápido. Nós temos todo o processo de monitoramento e depois podemos voltar e falar sobre eles: 24 horas, todo um sistema de aviso, de alerta à população, o que foi reforçado após o evento.

Enfim, entrando nas ações emergenciais, como a empresa se mobilizou para responder ao evento. Ele ocorreu no dia 5 à tarde. Do dia 5 ao dia 6, as pessoas dessas comunidades foram transferidas para o que chamamos de "arena", em Mariana, um ginásio poliesportivo. Do dia 6 para o dia 7, todas essas pessoas desabrigadas foram transferidas para hotéis e pousadas da região. Esse foi um esforço muito grande, para que déssemos uma condição mínima de moradia pós-evento, além de todo o processo de atendimentos médico e psicossocial, o que eu posso citar mais à frente.

Nós utilizamos alguns referenciais nacionais e internacionais: o Protocolo Nacional Conjunto para a Proteção Integral em Situação de Riscos e Desastres, materiais da ONU e também materiais internacionais, para resposta a eventos dessa magnitude.

Na apresentação, trazemos um pouco como a Samarco tem atuado, nas ações emergenciais, para garantir alguns direitos essenciais que podem ser violados em situações como essa. Há o direito à informação, pois percebemos, realmente, uma grande guerra de informações; informações, muitas vezes, desencontradas.

E, do lado da empresa, a empresa tem colocado à disposição todos seus canais de comunicação e relacionamento para prestar informações. Então, o convite para estar aqui hoje é uma grande oportunidade de a empresa demonstrar o resultado das ações que tem desenvolvido.

Como vocês podem observar nas fotos, o direito à liberdade de reunião, associação e expressão, a Samarco tem interagido com os órgãos competentes, representantes das comunidades atingidas, participado de vários debates locais, estaduais. A Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas esteve presente, na pessoa do Deputado Cristiano Silveira, logo após o evento, fazendo uma audiência pública em Mariana. Então, é muito importante esse tipo de espaço, para que a sociedade tenha acesso à informação e possa se expressar em relação ao evento.

Em relação a trabalho, já temos feito uma série de ações para que as pessoas retomem suas atividades produtivas. Muitas delas não sofreram deslocamento econômico, mas àquelas que sofreram temos prestado um auxílio de subsistência, um valor para que as famílias possam se manter, enquanto não restabelecem minimamente suas atividades produtivas.

Em relação à moradia, os senhores devem estar acompanhando, estamos transferindo as pessoas dos hotéis para casas alugadas, oferecendo uma condição melhor de moradia para elas neste momento. Já alcançamos cerca de 200 famílias que foram para casas alugadas nas cidades de Mariana e Barra Longa, que equivale a 50% das famílias desalojadas neste momento.

Em relação à educação, dez dias depois do evento conseguimos restabelecer as aulas, especialmente para a comunidade de Bento Rodrigues, para todas as crianças que estudavam na escola de Bento Rodrigues e na região de Barra Longa. Estamos falando por volta de 600 alunos que já retomaram suas atividades. No caso de Bento Rodrigues, foram 170 alunos que cerca de dez dias depois já haviam retomado as aulas. Depois todo suporte aos órgãos e à prefeitura para que isso ocorresse, além de promover uma série de ações de qualificação que estão sendo estruturadas.

Em relação à saúde e condições de vida, ampliamos todo o atendimento médico e psicossocial nessas regiões, em parceria com os Municípios, fizemos um volume enorme de atendimentos psicossociais, especialmente um atendimento de acolhida após o evento. Temos dados aqui, cerca de 1,3 mil pessoas foram atendidas em cerca de 1,8 mil atendimentos nesta região.

Em relação à saúde ainda, a empresa tem conduzido um trabalho muito forte de análise da qualidade da água em todo rio Doce, em todas essas regiões, inclusive no mar, de modo a dar transparência e informação à sociedade em relação à qualidade da água, especialmente para consumo humano e, depois, consumo animal.

Além disso, todo cuidado com animais, resgate de animais e todo processo de reparação social e ambiental de mais longo prazo está sendo estruturado por duas empresas parceiras especializadas nesse tema, uma delas é a Golder Associates, que trabalha especialmente nas questões de meio ambiente, está cuidando de todo trabalho ajuizante do rio Doce, para as questões sociais e todo trabalho de recuperação ambiental em toda extensão do evento. E a empresa ERM, que tem um braço inclusive canadense, essa empresa é especializada em reassentamentos no mundo inteiro, então a gente já vem desenvolvendo um planejamento estruturado para que as famílias possam retomar e reconstruir seus meios de vida.

Em relação à reparação de danos, acho importante destacar que temos algumas linhas que já estão sendo implementadas, mas ainda linhas emergenciais de reparação. Então, antecipações de indenização para que a pessoa possa restabelecer seu comércio, sua atividade produtiva é uma delas, oferta de empregos. Temos muita oportunidade de emprego nesse processo de reconstrução dessas localidades, então estamos priorizando a mão de obra nesta região, logicamente respeitando o perfil e o interesse das pessoas nesse processo.

Além disso, naturalmente, ao participar com todos os órgãos competentes de todas as reuniões, ministério público, defensoria pública, estadual, da União estão presentes na maior parte desses encontros com a sociedade, a gente quer dar uma garantia

Direito de ir e vir: sete pontes foram danificadas naquela área em vermelho que citei aos senhores e às senhoras. Nós já conseguimos construir duas pontes, que já estão disponíveis para a população usar. Das sete, duas já foram restabelecidas. Então, esse é um ponto crítico do processo de mobilidade, de transporte dessas pessoas.

Além disso, há todo o processo de limpeza dessas casas, das regiões que foram afetadas.

Em relação ao direito à cultura, ao modo de vida, todas as atividades socioculturais, de lazer, que podem ser promovidas neste momento e que contribuam para o processo de recuperação dessas famílias a gente tem desenvolvido. Então, atividade esportiva, de lazer, cultura, a gente tem promovido esse tipo de atividade, patrocinado e apoiado essas iniciativas da comunidade, além, é claro, sem entrar no detalhe, de todo o trabalho de resgate do patrimônio histórico-cultural, que está sendo desenvolvido pelas empresas contratadas.

Em relação aos laços de família, nós entendemos que essa solução temporária das casas alugadas era necessária, para que pudéssemos criar a ambiência adequada e para que as pessoas possam, de fato, manter seus laços de família. Então, todo o nosso trabalho é no sentido de preservar a condição de convivência que elas tinham no domicílio anterior. Então, a família, quando vai ser transferida para a casa alugada, escolhe a casa onde quer ficar. Ela tem três ou quatro opções e escolhe a casa baseada no perfil da família. Então, a uma família de onze pessoas, a gente procurou oferecer imóveis que respeitassem essas condições de cada uma das famílias.

Em relação às comunidades tradicionais, nós entendemos que o evento teve uma proporção muito grande e já temos várias medidas sendo construídas em conjunto com todos esses órgãos competentes, com representantes dos órgãos e dessas comunidades.

Então, eu aqui trouxe um destaque: a reunião que ocorreu no dia 3, com a Funai, para tratar especialmente da população indígena, mas temos várias iniciativas também com os ribeirinhos, com pescadores de modo geral, que foram afetados por esse evento.

Então, não vou entrar em detalhes, mas podemos depois destacar todo o compromisso da empresa em relação a fornecimento de água, a auxílio a subsistência, ao apoio necessário para essas regiões.

Em relação aos grupos vulneráveis, a gente tem um processo, uma atenção especial nessas regiões afetadas. Especialmente na região de Mariana e Barra Longa, cerca de 30% dessas famílias poderiam ser consideradas vulneráveis – estão no CadÚnico, no Cadastro Único da assistência social dessas regiões. Então, a gente tem um cuidado muito especial com eles, especialmente em relação à informação que recebem e a todo o esclarecimento.

Por isso, nós temos várias centrais de atendimento físico, um ponto lá para receber e atender a toda essa população...

(Soa a campainha.)

O SR. ESTANESLAU LEONOR KLEIN – ... com pessoas altamente treinadas nesse campo.

Por fim, direito de acesso à Justiça.

Essa é uma das reuniões que aconteceu, inclusive, com a Defesa Civil, Ministério Público – ali, em pé, eu estava presente – e com representantes das comissões, para os senhores verem um exemplo de como a gente tem conduzido o processo.

E, em relação às medidas de longo prazo, algumas linhas de ação já estão sendo planejadas.

Enquanto a Samarco mobilizou todo o recurso disponível para tratar e cuidar das ações emergenciais, nós também, paralelamente, começamos a construir uma visão de longo prazo para essas comunidades, o que será apresentado, nos próximos dias, a toda a população. Isso envolve especialmente um programa de governança, diálogo e participação social. Ou seja, todas as medidas futuras de reassentamento, de reconstrução dessas localidades, programas de desenvolvimento econômico que queremos desenvolver e de recuperação socioambiental queremos construir, de forma participativa, em conjunto com todas as instituições e pessoas afetadas nessas regiões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi o Coordenador de Desenvolvimento Socioinstitucional da Samarco Mineração, Sr. Estaneslau Klein.

Esta Comissão tem sempre a mania de, quando é montada a Mesa, quando a pessoa termina de falar, sempre batemos palmas. Pode ver que, hoje, não houve palmas, porque é um clima de muita tristeza. Portanto, as palmas hoje não acontecerão devido à preocupação, porque todos nós estamos com choque que levamos a partir do que aconteceu.

Mas, com satisfação, vou chamar para usar da palavra o Deputado Estadual Cristiano Silveira, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Conheço o Deputado e tive esta alegria: quando estive em Minas para receber o título de cidadão mineiro, ele foi um dos que estava lá me recebendo, dando apoio, naquele momento de festa. O momento hoje é outro, de preocupação e tristeza, mas é bom vê-lo aqui. Estamos juntos nos bons momentos e nos momentos difíceis como este.

Concedo a palavra ao Deputado Estadual Cristiano Silveira.

O Sr. Estaneslau falou em torno de 25 minutos, mas tentaremos fazer com que a média seja em torno de 15 minutos, a não ser que seja necessário também.

O SR. CRISTIANO SILVEIRA – Senador Paulo Paim, quero cumprimentá-lo, dizer da admiração que tenho pelo trabalho do senhor à frente da Comissão de Direitos Humanos e como Senador da República.

Minas Gerais se sentiu muito feliz em poder conceder-lhe o título de cidadão, e o fizemos com muita alegria pelo reconhecimento do seu trabalho.

Aqui, neste evento, não é diferente, e quero, na pessoa de V. Exª, cumprimentar todos os convidados presentes e falar da importância de o Senado fazer esta discussão do que ocorreu em Minas Gerais e no Espírito Santo, mas especificamente em Mariana, o que estamos considerando uma das maiores tragédias em nosso Estado, tanto do ponto de vista do impacto das vidas das comunidades, como também do impacto ambiental.

Antes de mais nada, Senador, dizer que estamos tentando construir um discurso em Minas Gerais sobre o evento, que não tente estabelecer nenhum conceito para além daquilo que está dado; ou seja, as investigações ainda prosseguem, ainda estão em curso, mas, dentro daquilo que já temos de informação, já é possível que formemos alguns conceitos.

Minas Gerais é um Estado que tem uma atividade minerária bastante volumosa. O nome do Estado, por si, já diz – Minas Gerais –, e estamos falando talvez que o Estado tenha em torno de 50% ou mais de toda a atividade que temos em nosso País. E o número de barramentos também é muito grande.

Em tragédias, costumo dizer que temos três momentos: o momento do atendimento às vítimas; um segundo momento, que é da apuração de responsabilidades – quem é o responsável pelos episódios, quando há responsáveis; e o terceiro seria o aprendizado, o que se aprende com essas tragédias para que, depois, não voltem a ocorrer; ou que, lamentavelmente, ainda com todos os nossos esforços, tecnologia e inteligência, se não for possível impedir isso, mas que seus impactos não sejam tão grandes quanto foram.

Em Minas Gerais, nos últimos 15 anos, tivemos em torno de seis rompimentos de barragem com maior impacto. Não foi a primeira vez. E pouco se tem aprendido com esses rompimentos; pouco se tem avançado em termos das legislações e processos, inclusive produtivos, para que não precisemos depender tanto desse tipo de expediente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse já é o sexto rompimento? Nem eu sabia.

O SR. CRISTIANO SILVEIRA – Com alguma notoriedade, com algum impacto, com registro público, é o sexto em 15 anos. Esse que ocorreu em Mariana com um pouco mais, com um bom impacto.

Estive na cidade um dia após o rompimento e, na semana seguinte, para realizar uma audiência pública. A Samarco se fez presente, os moradores, o Ministério Público e o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB). E, naquela ocasião, tínhamos objetivo de discutir fundamentalmente a situação das pessoas que haviam sido atingidas. E, como resultado da audiência que fizemos, alguns requerimentos foram aprovados e encaminhados para quem de direito, o que queria informar aqui nesta audiência.

O Requerimento nº 4.259, requerendo fossem encaminhadas aos Deputados Federais, que também instituíram uma Comissão Especial para tratar do assunto, as notas taquigráficas da 27ª Reunião, que ocorreu no dia 16/11/2015, para conhecimento.

O Requerimento nº 4.258, encaminhado à Mesa de Negociação de conflitos urbanos e agrários, do Poder Executivo, uma Mesa que foi instituída pelo Governo do Estado para ajudar na mediação, especialmente no que diz respeito a assentamentos e moradias. Essa Mesa também se fez presente, a pedido do Governador, para acompanhar as ações junto à comunidade. Então, também encaminhamos o requerimento pedindo providências, nas negociações com as empresas Samarco, Mineração e Vale; quanto às obrigações de pagamento do salário mínimo a cada pessoa atingida pelo rompimento das barragens, no Município de Mariana; fornecimento de moradia temporária para os desabrigados; reconstrução das comunidades atingidas de Mariana e região. Quando a gente fala de reconstrução, dificilmente é no mesmo local – deve se estabelecer um novo local para a reconstrução. Aí, Senador, quando os moradores e o movimento fizeram essa solicitação, eles pontuaram muito a importância de serem as mesmas pessoas, de tentar, num esforço, reconstruir onde estavam os vizinhos, os comércios, as ruas, para que se tentasse resgatar um pouco dos laços, porque a perda não é só material; há uma perda da cultura, uma perda dos laços, uma perda de toda uma tradição que se constituiu

naquele local. Também: garantia de emprego para os trabalhadores, inclusive, os terceirizados da empresa Samarco, através de Termo de Ajustamento de Conduta.

O Requerimento nº 4.257, também encaminhando ao Governo do Estado uma força-tarefa para a questão da documentação das pessoas que a perderam, tanto dos documentos pessoais quanto dos documentos de veículos, que têm todo um custo para segunda via, também das carteiras de habilitação.

O Requerimento nº 4.256, solicitando e encaminhando à Coordenadoria de Apoio Operacional, às Promotorias de Justiça e Proteção aos direitos humanos, do Ministério Público, providências para impedir que a empresa Samarco e a Vale realizem acordos individuais de indenização pelos danos causados às comunidades atingidas pelo rompimento. Houve uma denúncia, feita pelo Movimento dos Atingidos por Barragens, pelo MAB, de que funcionários da empresa estariam conversando com vítimas do evento e tentando estabelecer alguns acordos com relação à situação. Nós entendemos, então, na audiência, que as autoridades deveriam fazer essa mediação, os órgãos competentes. Com respeito ao esforço da empresa, como apresentado aqui pelo seu representante, o que temos, até o presente momento, é que a Samarco está colocada como possível ré nesse processo. Há uma teoria colocada e estabelecida, na qual as autoridades vão dar a palavra final, de que a empresa Samarco pode ter sido negligente; algumas das suas ações podem ter sido responsáveis pelo rompimento.

Então, o que se disse na audiência foi o seguinte: que não era razoável que quem estava na condição de ré num processo fizesse a negociação direto com a vítima. Então, uma preocupação que se colocou na audiência, e nós fizemos questão de alertar as autoridades que faziam o acompanhamento do processo para essa situação.

O Requerimento nº 4.255, solicitando à Defensoria Pública Geral do Estado para designar defensores, porque, em Mariana, naquela comarca, não temos defensores estabelecidos para fazer o acompanhamento.

A Comissão Extraordinária das Barragens também realizou uma audiência para tratar do assunto e também aprovou alguns requerimentos.

O Requerimento nº 4.763, encaminhando à Samarco pedido de providências para que sejam atendidas, o mais brevemente possível, as demandas dos pescadores da Bacia do Rio Doce, tendo em vista que, em fevereiro de 2016, se encerra o período de defeso, por conseguinte, a ajuda financeira concedida pelo Governo Federal.

O Requerimento nº 4.768, requerendo fosse encaminhado ao Conselho Regional de Engenharia e de Agronomia de Minas Gerais e ao Instituto Majoritário de Pesquisa e Estatística (Imape) pedido de providência para que se disponibilizem, às pessoas do Distrito de Bento Rodrigues atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão, serviços técnicos para justa avaliação dos seus bens.

O Requerimento nº 4.761, requerendo também fosse encaminhado à Samarco pedido de providência para que fosse realizado, com o Incra, levantamento dos locais adequados à construção de novo povoado, para a população do Município de Bento Rodrigues atingida pelo rompimento da Barragem de Fundão.

Por último, o Requerimento nº 4.760, de 2015, requerendo fosse encaminhado à Samarco pedido de informações consubstanciadas em relatórios sobre rejeitos da Barragem de Germano contendo análise do material, sua quantidade e fluidez. Essas foram um pouco as ações que a Assembleia Legislativa de Minas tomou em decorrência do fato.

Volto a dizer, tanto a Comissão de Direitos Humanos quanto a Comissão Extraordinária aprovaram alguns requerimentos e os encaminharam à empresa e aos órgãos do Estado e do sistema de Justiça, Ministério Público, Defensoria, para conhecimento e providências.

É também importante destacar que o Governo do Estado também vem desempenhando uma série de ações na Secretaria de Direitos Humanos, na Sedese, Secretaria do Estado de Meio Ambiente. E também o Governador Fernando Pimentel instituiu um grupo de trabalho para que, em 60 dias, se apresente um projeto onde possa ser revista essa questão da utilização dos barramentos em Minas Gerais.

Nossa preocupação é que houve seis rompimentos nos últimos 15 anos, e volto a dizer, não houve o chamado aprendizado: não houve mudança nos processos e nem na legislação de forma significativa. A pergunta que o povo em Minas Gerais tem feito é: qual vai ser o próximo e quantas pessoas poderão morrer no próximo?

É urgente, Senador, que o nosso País repense a sua forma de minerar. Sabemos que é uma atividade econômica importante, mas não podemos ter um processo que cause tantos impactos, e sabemos que mineração dá uma safra só: você vai prosperar uma ou duas gerações, e, depois, o que sobra?

Então, não somos contrários à atividade, mas é necessário e urgente que sejam revistos todos esses processos.

Outra questão colocada na audiência – e acabou que nós não fizemos requerimento nesse sentido, mas a Samarco se fazia presente assim como demais órgãos que convidamos – foi o protagonismo do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) na organização daquelas pessoas e na defesa de seus direitos. São pessoas simples, pessoas que, com o pouco que se lhes ofertam, têm a sensação de que já estão tendo uma ajuda grande, significativa, quando sabemos que é uma ajuda pequena.

Houve episódios de tragédias que ocorreram, por exemplo, nos Estados Unidos, quando a plataforma de petróleo explodiu matando 11 pessoas, e a indenização foi em torno de US$20 bilhões.

Então, o que se está solicitando para aquelas pessoas nesse momento é aluguel em residência, porque não é possível retomarem suas vidas morando dentro de hotéis. Ambiente de hotel não é ambiente adequado. Ambiente de hotel serve para quando você está em trabalho ou turismo, por um período curto. Porém, para você ter sua vida, com sua família e seus entes, não é um local adequado.

A solicitação pela moradia se faz neste sentido: que haja dignidade para as pessoas retomarem a vida. A solicitação que se faz é de um valor mensal, que está estabelecido em torno de um salário mínimo, mas o Ministério Público de Minas Gerais acha que tem de ser maior, em torno de R$1.500, considerando que Mariana é uma cidade que tem um custo de vida não muito baixo, mas, *per capita,* é o mínimo. Também estamos falando de uma assistência psicológica, uma assistência médica. Estamos dizendo do esforço da garantia – o Dr. Geraldo está aqui presente – do esforço da garantia pelo menos do contrato de trabalho daqueles que perderam o emprego. É o mínimo que estamos pedindo.

E o MAB fez uma reclamação para a Comissão, de que havia um movimento da empresa, de representantes da empresa, por exemplo, dentro dos hotéis e das pousadas, para que o MAB não pudesse reunir-se e organizar-se com aqueles moradores, com aquelas pessoas.

Então, o Movimento dos Atingidos por Barragens em Minas Gerais tem uma *expertise*, tem uma atuação que é reconhecida nesse sentido.

Trago também para V. Exªs o relatório que o próprio Movimento nos entregou, para que tenham conhecimento. Um relatório em cima das informações, que o MAB obteve, oficiais, de moradores para que a gente saiba o que ocorreu.

Nesse relatório, a gente começa a discutir um pouco as prováveis causas do rompimento, que entra no campo também da apuração. Há uma possibilidade, uma análise de que a empresa possa ter aumentado – e o representante poderá nos responder – a sua produção de minério em volume, entre 2013 e 2014, em torno de 15%. E esse aumento da produção em 2015, sendo estimada em 30%, em velocidade e escala que produziu uma quantidade maior de volume de rejeitos que foram lançados na barragem sem respeitar o tempo técnico de decantação e absorção da água, com a capacidade da carga da barragem, comprometendo essa capacidade de carga.

Esse aumento pode ser comprovado verificando um aumento de 22,5% no consumo total de energia elétrica pela Samarco em 2013 para 2014. E, em 2015, deve ter seguido o mesmo ritmo.

No mesmo período também, verificamos um aumento de consumo de água de 50%. Em 2013, a empresa informou que consumiu 17 milhões de metros cúbicos e, em 2014, 25,5 milhões de metros cúbicos – tendência crescente – e, provavelmente, seguiu assim em 2015. Isso revela um volume muito grande de produção de minérios e, consequentemente, de material de rejeito lançado ali naquelas barragens. E a própria empresa revela no relatório que os rejeitos eram colocados nas barragens do Fundão e Germano e a água era canalizada para a Barragem de Santarém.

Há também a informação, da Comissão Extraordinária das Barragens, que dá conta de que outra unidade da Vale também estaria lançando rejeitos na Barragem do Fundão, o que pode também ter agravado essa situação.

O Ministério Público Estadual rejeita que obras de alteamento possam ter causado a ruptura – a barragem estava em processo de alteamento, que é o levantamento da sua capacidade – que isso possa ter influenciado na ruptura. Segundo o promotor, essa é um pouco a linha da investigação.

Havia inúmeras rachaduras nos diques da barragem, de conhecimento da própria empresa, o que comprometia a estrutura e culminou na sua ruptura.

Também há necessidade de investigar o porquê de a Samarco recentemente – menos de 4 meses atrás – ter suspendido o contrato que possuía com uma empresa que atuava justamente na área ambiental da empresa, incluindo a reparação de barragens.

Cito também a ausência de uma legislação em vigor e um plano de evacuações de emergência da Samarco e de uma ação direcionada à população localizada justamente naquele local. Não havia um plano, e isso, consequentemente, agravou a tragédia, especialmente no que diz respeito à perda das vidas.

Cito também a decisão da empresa dona das usinas localizadas no Rio Doce, Candonga e Aimorés, de não utilizar o reservatório das usinas para conter a passagem da lama, evitando a devastação ao longo do rio.

E por aí vai. Eu não vou citar todos os pontos aqui, Senador, que são vários, mas vou deixar para V. Exªs esse relatório. Eu só quero aqui marcar mais um aspecto que eu acho relevante.

Quanto aos valores para a indenização das famílias, aos valores para o atendimento preliminar a essas vítimas, à condição de permanência e manutenção do vínculo de trabalho dos trabalhadores, eu quero desta-

car aqui que a jazida de ferro da Samarco, que está localizada em Mariana e em Juiz de Fora, possui 7,5 bilhões de toneladas de minério de ferro, conforme relatório da empresa, algo em torno de 2,9 bilhões de toneladas recuperáveis. Considerando que a produção da Samarco em 2014 foi de 25 milhões de toneladas, isso equivale a uma reserva mineral para 115 anos de produção – isso no atual ritmo.

Conforme o relatório da própria Samarco, o preço de venda mineral 2014 esteve entre US$100 e US$125 por tonelada, mas em anos anteriores houve faixas de até US$150. Considerando, então, esse menor preço informado, de US$100 dólares por tonelada, essa jazida de 2,9 bilhões pode gerar faturamento equivalente a US$500 bilhões, o que hoje equivaleria a R$1 trilhão, e potencial de negócios futuros.

Levantamento realizado pelo MAB mostra que, nos últimos 5 anos, a Samarco teve o lucro total de R$13 bilhões frente a um faturamento de R$34 bilhões, conforme consta de seu relatório de demonstração financeira em 2014 – são valores significativos, expressivos. Estou dizendo isso para poder mostrar que aquilo que se está propondo, que é o aluguel para as famílias, um valor financeiro, que se está propondo vínculo, para o potencial de negócio e aquilo que a empresa tem de lucro, não é nada tão expressivo que não possa ser feito. Isso sem contar que a Samarco é beneficiada também por um valor de quilowatt, de energia, menor do que o praticado pelo mercado, inclusive de custo residencial, e por um bom tempo teria a Samarco – e não só ela, mas a maioria das mineradoras, pelo menos lá no Estado – comercializado energia com essa diferença desse benefício.

Eu quero encerrar por aqui, Senador, até mesmo para que possamos ouvir os demais convidados, mas pedindo-lhe permissão para, caso seja necessário, voltar a fazer uso da palavra. Novamente digo: o Senado cumpre um importante papel aqui, na pessoa de V. Exª, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, ao trazer este tema, sem prejuízo do trabalho que vem sendo feito por outras comissões. Mas aqui não se pode abdicar disso, porque direitos humanos vêm sendo violados em consequência dessa tragédia. Precisamos, então, estabelecer uma assistência.

V. Exª também tem conhecimento de que tramita nesta Casa, tramita no Senado, um projeto de lei que trata justamente da política nacional dos direitos das populações atingidas por barragens. Que a gente possa também ter esse momento para acelerar essa discussão. Não gostaríamos que fosse assim, mas que a tragédia gere também um fruto concreto no marco legal dos atingidos por barragens no nosso País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Deputado Estadual Cristiano Silveira, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, que dá um relato que, de fato, nos impressiona.

Eu já posso adiantar, permita-me, que este ano é impossível, mas já ficamos entendendo que é uma solicitação sua que façamos uma audiência pública, inclusive com a sua presença, só para discutir os direitos das populações atingidas por barragens, conforme o documento que você me entrega, entre tantos.

Só uma pergunta rápida, porque eu não gosto de fazer pergunta no meio dos depoimentos, gosto de deixar mais para o final. Desses requerimentos todos que você encaminhou, já houve algum retorno? Conversaram?

O SR. CRISTIANO SILVEIRA – Sim, inclusive quanto aos requerimentos que tratam de algumas ações de assistência às famílias, eles já iniciaram, e até foi informado ao Sr. Estaneslau aqui: a remoção das famílias de hotéis para as casas alugadas, a concessão do benefício, que é um valor *per capita* mais um percentual por dependente, e também a questão da água, que foi uma solicitação que nós fizemos. As demais solicitações ainda estão em curso, o que nós passamos para o Ministério Público, e o Governo do Estado também já informou que vai fazer essa concessão da isenção das taxas para emissão de novos documentos para as famílias.

Então, digamos que nós estamos parcialmente atendidos, até mesmo porque o número de famílias que foram deslocadas para casas de aluguel e que recebem benefício ainda não é o número total daquelas que precisam receber.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Vamos passar a palavra, agora, para o Procurador do Trabalho da Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região/MG, Sr. Geraldo Emediato de Souza.

De pronto, eu quero cumprimentar os procuradores do trabalho, que estão fazendo um trabalho excelente em todo o País e, toda vez que são convidados a estar nesta Comissão, sempre se fazem presentes, dando a sua contribuição para melhorar a vida dos nossos trabalhadores.

Por favor, Dr. Geraldo Emediato de Souza. Cada um usou em torno de vinte minutos. Eu tenho dado quinze com mais cinco, ficam vinte. Fique à vontade.

O SR. GERALDO EMEDIATO DE SOUZA – Senador Paulo Paim, quero agradecer o convite e cumprimentá-lo pela iniciativa desta audiência pública. Em nome do Ministério Público do Trabalho, trago aqui algumas considerações a respeito do que nós estamos fazendo em relação a essa tragédia.

Na verdade, a nossa área de atuação é estritamente trabalhista, a questão ambiental, socioambiental está a cargo de uma força-tarefa do Ministério Público Federal e do Ministério Público estadual, que cuida dessas questões ambientais. Mas, dentro desse contexto amplo, das repercussões desse acidente, o que o Ministério Público do Trabalho pode fazer, e a tônica do que vem fazendo, é justamente a reparação, a recuperação e a punição. Na verdade, nós assistimos aqui a uma exposição muito didática a respeito das ações preventivas da Samarco, mas eu não tenho dúvida alguma de que a culpa é objetiva e principal da empresa, uma empresa que tem licença para a produção mineral e que está sujeita à fiscalização, sem dúvida, mas é a principal responsável pelo controle de um evento dessa natureza, que não poderia ter ocorrido. É um evento similar a uma bomba atômica. Ela existe, mas não pode ser detonada, principalmente quando está acima de comunidades que estão ali, à mercê de um desastre dessa proporção.

Então, quando nós nos deparamos com um acidente dessa envergadura, o que nós pensamos é que está tudo errado. Nós temos um Estado negligente, inoperante e sem condições de fiscalizar. São setecentas e cinquenta e poucas barragens no Estado de Minas, e o órgão competente para fiscalizá-las possui apenas quatro fiscais, que seria o Departamento Nacional de Produção Mineral.

Diante de um contexto de total inoperância do Estado em relação a medidas de prevenção, a responsabilidade primeira só pode ser da empresa. Então, o que foi apurado, Excelência, é que havia uma obra de alteamento naquela barragem, em virtude de uma licença para outra que não havia sido concedida. Em razão disso, a produção não pode parar. Se a produção não pode parar e, se, pelo contrário, a cada dia, está mais incrementada, é preciso realizar, então, um trabalho de alteamento em uma barragem que, segundo documentos que me foram apresentados, já estava saturada e estava sendo utilizada, inclusive, pela Vale. Então, os resíduos que ali estavam e que deveriam não mais ser colocados estavam sendo aproveitados pela Samarco e pela Vale. É o que está documentado no meu inquérito.

Mas essa não é minha atribuição. Minha atribuição, agora, como eu disse, é reparar essas lesões. E são lesões de uma proporção inimaginável! Esse acidente está sendo considerado o maior acidente ecológico ambiental em relação a essa atividade. E, no Brasil, é o maior acidente já ocorrido. Então, realmente, é preocupante. Quando temos conhecimento de que há mais de 700 barragens que não são fiscalizadas e que estão situadas próximo a comunidades pobres, nós, realmente, somos obrigados a fazer uma reflexão.

Quando falamos em reparação dos danos, acredito que é impossível reparar tudo. São mais de 11 mil famílias que viviam de atividades naquele rio. Pescadores, areeiros, pequenos agricultores em economia familiar, de uma hora para outra, perderam seu trabalho, perderam sua renda, seus bens, suas moradias. Então, estamos diante de uma situação que exige da Samarco uma atitude mais efetiva e rápida.

Negociamos acordos emergenciais. Aqui, ouvi o Deputado Estadual falando dos valores dessas indenizações e dessas ações e acordos individuais. Quero lembrar que somente a vítima é capaz de avaliar o dano que sofreu. Portanto, o Ministério Público, a Defensoria Pública, os sindicatos, as associações, as colônias de pescadores podem até negociar em nome desses atingidos, mas somente eles sabem o valor que eles mereceriam receber em razão daquilo que perderam. Então, a ação primeira é do indivíduo lesado. Ele quer um valor justo para a sua moradia, para a sua renda, para os bens que perdeu e para a sua vida, que foi conturbada em razão desse acidente. Então, se só ele pode avaliar isso, esse acordo individual deve ser valorizado, desde que não haja um acordo que prejudique direitos inalienáveis, ou seja, um acordo viciado feito sob coação e prejudicial aos trabalhadores e aos vitimados.

Nós fizemos, Senador Paulo Paim, dois acordos preliminares em relação a esses danos. Estabelecemos, primeiro, a nossa preocupação, pelo menos em relação ao Ministério Público do Trabalho, com a preservação dos empregos diretos e indiretos e com uma renda mínima para esses trabalhadores do Rio Doce, que vai de Minas até o Espírito Santo. Não estabelecemos um valor imutável. Na verdade, estamos trabalhando com uma renda de subsistência, com uma renda mínima, para que eles possam seguir sua vida.

A partir daí, a Samarco tem o dever de apurar o valor real desses danos. Para isso, contratou uma empresa que vai fazer o cadastramento e o levantamento desse prejuízo que causou. Até lá, essas pessoas vão receber um salário mínimo, mais 20% por dependente, mais uma cesta básica de R$350,00. Isso para pescadores, areeiros, pequenos agricultores, que se estão habilitando, a partir do dia 11, para que comecem a receber, através de um cartão que a Samarco providenciará, em valores retroativos à data do acidente, 5 de novembro.

Esse é o acordo que foi feito em relação ao Ministério Público do Trabalho e às repercussões trabalhistas.

Também garantimos uma estabilidade, vamos dizer assim, uma garantia de emprego até 1º de março, para que, em razão da inatividade da empresa, não haja desligamentos de empregados próprios nem de terceirizados.

Esse acordo nós fizemos depois de uma discussão, com os sindicatos todos participando, os sindicatos que representam a categoria na região, e, a partir do dia 1º de março, essas entidades se reunirão novamente com a Samarco, com o Ministério Público, para avaliarmos a conjuntura da Samarco.

Também é preciso saber que a produção mineral é uma opção no Estado brasileiro. Ela rende empregos, rende riquezas, rende tributos. É uma atividade que foi licenciada, autorizada, e não está aqui a discussão de ser ou não predatória e ser inviabilizada. A questão não é essa. A questão é que a empresa está lá, várias famílias dependem da empresa, 80% da cidade vivem em torno dessa atividade, e é preciso preservar a empresa. Mas, para preservar a empresa, os empregos e a renda, é preciso que a lei seja cumprida. Nós temos uma norma regulamentadora que cuida especificamente da questão de obras em barragens. Nós temos também uma equipe de sete fiscais avaliando se a empresa cumpriu ou não cumpriu essa norma regulamentadora que exige diversas medidas de proteção para que um desastre dessa ordem não ocorra.

Quero entregar, Senador Paulo Paim, duas cópias deste Termo de Ajuste de Conduta em relação à garantia de emprego.

Esse primeiro aditivo ao termo de compromisso, socioambiental, que foi feito pelo Ministério Público do Estado do Espírito Santo, Ministério Público Federal e pelas Procuradorias do Trabalho do Espírito Santo e de Minas Gerais, trata especificamente da renda mínima. Nós não estamos aqui estabelecendo um valor em nome dos atingidos. Existe uma crítica da colônia de pescadores, por exemplo, de Minas Gerais que considera o valor baixo em relação a essa renda, mas esse valor é para a sobrevivência desses trabalhadores e dos pescadores, que estavam, realmente, sem fonte de manutenção. Então, nós estabelecemos essa renda, mas caberá à Samarco fazer o levantamento da renda real desses trabalhadores e estabelecer um acordo definitivo com o Ministério Público e com essas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pelo que entendi, está claro a todos o que fez o Ministério Público do Trabalho nesse momento, que foi assegurar uma renda mínima sem prejuízo de que outros ajustes sejam feitos. É isso?

O SR. GERALDO EMEDIATO DE SOUZA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Para que eles, de imediato, tenham o correspondente. Só para repetir:

O SR. GERALDO EMEDIATO DE SOUZA – um salário mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um salário mínimo.

O SR. GERALDO EMEDIATO DE SOUZA – Mais 20% por dependente e mais uma cesta básica, no valor de R$350,00.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Entendi.

O SR. GERALDO EMEDIATO DE SOUZA – E sem prejuízo de ações de outros órgãos também legitimados. Eventuais acordos que superem essa garantia mínima não estão sendo autorizados.

Então, vou passar à mão de V. Exª esse documento e me colocar à disposição aqui para qualquer questionamento e discussão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi o Procurador do Trabalho da Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região, Sr. Geraldo Emediato de Souza.

Agora nós vamos passar a palavra para o Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativistas do Estado de Minas Gerais, o Sr. José Maria Soares, que falará em nome dos trabalhadores atingidos.

O SR. JOSÉ MARIA SOARES – Bom dia a todas e a todos.

Cumprimento o Presidente desta Comissão de Direitos Humanos, Senador Paulo Paim, e o Presidente da Comissão de Direitos Humanos de Minas Gerais, por meio de quem cumprimento os demais componentes da Mesa.

Quero aqui lamentar a tragédia ocorrida no Distrito de Mariana e também o fato de que quatro funcionários da Cenibra morreram em um grave acidente, na manhã de sexta-feira, dia 11, na MG-329. Segundo informação, eles iam colher água do Rio Doce, que estavam monitorando desde a tragédia. Infelizmente, a tragédia ainda não acabou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas esses quatro morreram...

O SR. JOSÉ MARIA SOARES – Em um acidente de carro. Segundo informação, no percurso para colher água do Rio Doce, que estavam monitorando. Eram funcionários da Celulose Nipo-Brasileira S.A. (Cenibra). Quero lamentar mais essas mortes, infelizmente.

A tragédia em Mariana tomou conta do Brasil e do mundo. É lamentável o que aconteceu. O dano foi devastador, desde o Estado de Minas Gerais até chegar ao Estado do Espírito Santo. Alguns dizem que não foi

acidente, que foi uma intempérie. Na verdade, foi acidente de trabalho. Todos sabiam disso. As autoridades também sabiam. Como foi dito aqui, não poderia estar funcionando. Era um...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me uma interrupção. Não perca o raciocínio, mas vou interrompê-lo para registrar a presença do Senador José Medeiros, Senador sempre presente, de segunda a sexta. Ele havia me confirmado que não perderia este debate pela importância do tema.

Obrigado, Senador. Como sempre, presente.

O SR. JOSÉ MARIA SOARES – Prosseguindo, não são apenas a Mineradora Samarco, a Vale e a BHP, mas as mineradoras do Estado e do Brasil.

Hoje vamos falar do Estado de Minas Gerais, em que centenas de barragens se encontram em situação em que não deveriam estar funcionando. Em nome do progresso, em nome do emprego, nós nos deparamos com essas dificuldades e com danos irreparáveis. Vidas foram ceifadas e houve danos ambientais. Não haverá dinheiro suficiente para pagar isso. Milhões ou bilhões não vão reparar isso ao longo das décadas. Vidas não serão reparadas.

Como foi dito aqui pelo Presidente da Comissão de Direitos Humanos, o Deputado Cristiano, e pelo Procurador Geraldo Emediato, há somente quatro fiscais para fazer o monitoramento. Ou seja, é para não funcionar. Não vai funcionar. Vai continuar matando, ceifando vidas. Até quando? Até quando vai continuar isso? E a culpa é de todos, do Governo Estadual e do Governo Federal, que concedem licenças em nome do desenvolvimento e do progresso do Brasil e do mundo. Com isso matam, mutilam, causam sequelas. O número de acidentes nas mineradoras é muito alto, e esses acidentes causam sequelas nos trabalhadores.

Nós não estamos aqui para condenar. Claro que vai os responsáveis vão ter que ser punidos dentro do rigor das leis. Repito: isso não vai pagar, não vai reparar nunca a devastação que aconteceu no rio – o percurso do rio até chegar ao Estado do Espírito Santo e mar adentro – mas nós precisamos que agora o Governo trabalhe no sentido de interditar essas barragens, pelo tempo que for necessário, e mudar o modelo dessas barragens. Isso não pode continuar do jeito que está. O lucro não pode estar acima da vida, Senador! Isto vale para qualquer empreendimento: ele não pode estar acima da vida. Hoje, infelizmente, está acima da vida.

Pelo que pude acompanhar, nem a NR-22 dessas empresas foram cumpridas. Um dos itens mínimos foi esse alarme.... Não havia na empresa. Isso é o mínimo! Por que as autoridades estavam deixando isso acontecer? Por quê? Só depois que aconteceu a tragédia é que foram encomendar aparelhos de fora para poder fazer isso. Por que nada se fez antes? É preciso acontecer um desastre dessa natureza para as autoridades começarem a acordar?

Esse é um dos pontos, mas há vários outros itens da NR-22 que deveriam estar sendo cumpridos. Se estivessem sendo cumpridos, talvez o desastre de Mariana pudesse ter sido minimizado, ou até evitado.

Mas não é só em Mariana. Foi colocado aqui: durante estes anos já são 6 barragens rompidas – e outras estão no caminho do rompimento. Isso reforça a necessidade desse novo código, do marco regulatório da mineração, que se encontra nesta Casa. Diante desse episódio, já deveria ter sido votado – ia ser votado já.

Outra coisa que repudiamos aqui é que a maioria dos Parlamentares, infelizmente, inclusive o Relator.... Foi mantida a campanha pelas empresas, pelas mineradoras. Isso está publicado.

Por que a necessidade de votar esse marco regulatório a toque de caixa? Nós não podemos aceitar isso. Não há nada nesse marco regulatório para os trabalhadores, para as comunidades, para os que estão em torno dessas mineradoras, não há nada garantido para esse pessoal. A saúde e a segurança também não são contempladas.

Outra coisa, Senador, é o projeto de lei relativo à terceirização. Foi aprovado na Câmara dos Deputados e se encontra no Senado. Isso mais uma vez nos mostra que a terceirização não pode ser adotada para as atividades-fim dessas empresas.

A maioria dos trabalhadores mortos eram terceirizados, e as estatísticas nos mostram que o adoecimento e os acidentes, também em sua maioria, atingem os trabalhadores terceirizados. Nós não podemos aceitar que seja aprovado esse projeto de lei que se encontra nesta Casa, no Senado, à frente do qual está o Senador Paulo Paim – trabalhando, fazendo audiências nos 27 Estados para que a população possa acompanhar e entender o que significa essa terceirização nas atividades-fim das empresas. A sua aprovação significa, nada mais nada menos, auferir lucros e mais lucros a despeito da vida.

Nós não podemos aceitar as mutilações, as sequelas vivenciadas pelos trabalhadores, as silicoses, os problemas de coluna, de audição. Nós temos ali, em Alpinópolis, trabalhadores na mineração de quartzitos.... É devastador, nós não podemos aceitar isso! O Ministério Público Federal e Estadual, todos estão trabalhando. Foi criada uma força-tarefa, porque ali é preciso que a Polícia Federal esteja acompanhando. Nós vamos viver isso até quando? Vamos fazer as audiências com as comissões de direitos humanos, comissões de trabalho, previdência e ação social? Os governos vão ficar até quando?

E ainda, com essa tragédia que aconteceu, a empresa Celulose Nipo-Brasileira S.A. (Cenibra) parou suas atividades por 14 dias, parou a produção de celulose ali em Belo Oriente, foram colocados 1.400 trabalhadores em casa. E, com isso, Senador, nós estávamos em plena negociação coletiva, com a data base em 1º de outubro, e a empresa suspendeu toda a negociação coletiva e retirou a proposta apresentada para acordo na mesa de negociação. Nós tivemos uma audiência, com o Dr. Geraldo Emediato presidindo, para mediar, para retomar a mesa de negociação, mas garantindo pelo menos a proposta que havia sido apresentada na mesa, porque, sem garantia da proposta apresentada na mesa, não tem como o sindicato retomar a mesa de negociação para iniciar do zero.

Por esse prejuízo causado pelo rompimento da mineração da Samarco em Mariana, quem tem que ser responsabilizada é a Samarco, a Vale e a BHP. Não são os trabalhadores, que são cerca de 4 mil, dentro das matas de florestas, ganhando R$864, que vão pagar por isso, Senadores! E o Procurador está aqui, ele tem conhecimento. Nós não podemos aceitar isso! O dólar está alto, a empresa está produzindo. Simplesmente por causa do rompimento de barragem, milhares de trabalhadores terão que pagar por um prejuízo com o qual eles não têm nada a ver? Então, fica aqui esse alerta.

Nós não podemos aceitar mais as empresas, todas elas, não é só a Samarco... Está todo mundo, hoje – e tem que estar –, voltado para isso, para esse acidente, para o rompimento e rejeitos de minério da Samarco, que trouxeram e estão trazendo grande devastação no Estado e no Brasil. E nós não podemos nos calar diante disso. Mandar embora trabalhador terceirizado.... Ainda bem que o Ministério Público fez um TAC no sentido de que não ia mandar embora os trabalhadores terceirizados da Samarco devido ao rompimento. Sempre é o trabalhador que paga. Sempre é ele que paga, as comunidades, os impactos sociais e ambientais em todo o entorno do rio, do percurso do rio...

Nós estamos falando aqui da Cenibra, mas existem outros tantos fazendeiros perdendo seu gado, em Valadares, o pessoal ali chorando por um superlitro de água potável, não tinha água nem para higienizar a mamadeira das famílias, dos filhos. Isso dói no coração de cada um. Isso poderia ter sido evitado? Poderia, sim, se as empresas tivessem disposição de investir mais dinheiro na proteção da saúde, da segurança e das vidas que se encontram ali em torno.

Há estudo, eu não sou da área, mas há estudo de outras formas de construção de barragem que não essa que está aí. Optou-se por essa porque fica mais em conta, fica mais barato. E aí? E as vidas? E os impactos? Então, o Governo Federal, o estadual e as instituições existentes têm que trabalhar para que isso não venha a acontecer; em nome do emprego e do desenvolvimento, nós não podemos aceitar que isso aconteça, nós não podemos conviver com essa situação.

A Federação está solidária e lamenta mais esse episódio de devastação...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MARIA SOARES – ... sem procedência que aconteceu, infelizmente, com a mineração Samarco. Nós estamos trabalhando.

Esse marco regulatório, Senador, que se encontra para ser votado, cujo Relator é o Leonardo Quintão, também nós temos o Gabriel na Comissão, da forma que está, nós não podemos aceitar. Nós precisamos reunir forças para que esse projeto de lei não seja votado da forma que está.

Temos que fazer grandes conferências, grandes audiências pelo Brasil inteiro, de forma que a população possa entender o que é esse projeto do marco regulatório, o novo código da mineração, porque o que está sendo apresentado não tem nada para os trabalhadores e nada para as comunidades que existem no entorno dessas mineradoras.

Só isso que eu queria trazer para vocês e agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Sr. José Maria Soares, Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativistas do Estado de Minas Gerais, que deixou aqui uma fala, para mim também, como para todos os outros, muito interessante.

Uma das primeiras coisas que ele falou, Senador Medeiros, foi que o lucro é uma coisa, a vida é outra coisa. O lucro tem preço, a vida não tem preço. Ele sintetizou dizendo que, em primeiro lugar, é a vida. Ninguém é contra o lucro, eu também não sou contra o lucro não, podem ter certeza disso, mas, em primeiro lugar, a vida.

A segunda questão que ele falou, e haviam me dito que tinha, foi que não tinha alarme nenhum funcionando.

O SR. JOSÉ MARIA SOARES – A informação que nós tivemos é que o alarme, inclusive saiu até nos jornais, só depois da tragédia é que foi. Esse alarme funcionando, que é um dos itens...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ...mínimos.

O SR. JOSÉ MARIA SOARES – ...mínimos da NR-22, teria que estar funcionando, mas, segundo as informações, não estava funcionando. Só depois da tragédia, foram encomendar aparelhos e etc. para poder instalar. No mínimo, já há descumprimento, e não é só pela parte da Samarco. Várias outras mineradoras não cumprem a NR-22.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – São 700 mineradoras, disse aqui o Deputado.

O SR. JOSÉ MARIA SOARES – Em situação, Senador, de miséria absoluta. Inaceitável!

A Samarco, da Vale, é uma da empresa gigante neste setor, e existem outras mais, mas, quando se fala em empresa com 100, 200, é lastimável a situação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só quero relembrar aqui, porque depois nós vamos encaminhar, no final, que teremos propostas que sairão desta audiência pública: a terceirização da atividade-fim – e sou o Relator aqui no Senado, pode saber que a minha preocupação é muito semelhante a sua, tenho cuidado disso com muito carinho, já estive, inclusive, em Minas Gerais – e a política de prevenção – e venho desta área, fui técnico de segurança do trabalho, que, hoje, é supervisão, e acho que a prevenção é fundamental. Eu falava, inclusive, com a Procuradora sobre a questão do marco regulatório da mineração, que, pelo que percebi aqui, como está, é inadmissível que se aceite a aprovação.

Eu só peço à assessoria da Mesa que anotem os encaminhamentos finais.

Nós vamos ter uma segunda Mesa, em seguida, com aquelas pessoas que não participaram porque não havia espaço físico nesta Mesa e, ao final, todos terão o direito ainda a uma rodada para expressar o seu ponto de vista sobre o tema.

Agora, eu passo a palavra ao representante do Movimento pela Soberania Popular na Mineração, Sr. Tádzio Coelho.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Senador Paim, se eu puder fazer só um...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com certeza.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Estou em outra Comissão e eu queria parabenizar V. Exª por mais esta reunião muito importante, porque muito se falou na imprensa, mas a Casa ainda não tinha, praticamente, se pronunciado a respeito do tema.

Penso que essas tragédias não podem ficar, vamos dizer assim, no limbo sem que se falem sobre elas. Cito um exemplo: aquele incêndio que houve no Porto de Santos. Inclusive quero solicitar a V. Exª que possamos fazer uma audiência aqui sobre isso, porque eu solicitei, na época, na Comissão de Constituição e Justiça, da qual eu sou membro, mas estou vendo que não vai sair. Se passou uma semana queimando aqueles tanques todos. Fui dar uma olhada. Era muito segredo, era muita nebulosidade e precisamos tirar as coisas. Na mesma linha, as informações que tive lá, em um primeiro momento, eram que faltavam uma série de questões de segurança. A cidade, pelo que eu ouvi lá, correu o risco, a cidade de Santos, de inclusive uma evacuação, mas essas coisas passaram, e ficou, eu penso, a oportunidade de fazermos com que não ocorram mais ou pelo menos diminuam essas tragédias. Precisamos justamente conversar com os atores, com todas as pessoas envolvidas para que isso não aconteça mais.

Nós temos um item interessante que pode minorar muito essas questões, que é a fiscalização, que nós temos de A a Z no País, mas parece que estamos caminhando para uma desconstrução das entidades, das instituições que têm a responsabilidade da fiscalização e do controle. Em determinado momento, nós tivemos aqui uma onda contra o próprio Ministério Público. V. Exª acompanhou bem isso na época da PEC 37.

As instituições policiais, no Brasil, estão sendo sucateadas, não sei se por uma questão, e eu não diria proposital, de não se dar a elas a importância que têm. Elas estão sendo sucateadas ao longo do tempo. Só para dar um exemplo, a Polícia Federal é cantada em verso e prosa, e o cidadão médio tem a ideia de que ela parece ser uma corporação gigantesca. Pois bem, a Polícia Federal não deve ter o tamanho da guarda municipal de uma cidade como São Paulo ou Rio. A Polícia Rodoviária Federal, então, nem se fala.

E o Ibama? Só para dar um exemplo, na fronteira de Mato Grosso, há um Município chamado Rondonópolis, com 200 mil habitantes e por onde passa praticamente todo o maciço florestal de madeira ilegal tirada de terra indígena, e tudo mais. Tudo isso é fiscalizado por dois fiscais. Eles não dão conta! Eu me lembro de que, certa vez, a Polícia Rodoviária Federal prendeu dez carretas com madeira, e os fiscais falaram: "Não, para, para, não fiscalizem mais, não, porque não vamos dar conta".

Além disso, a estrutura de fiscalização do País não atende muito mais quando se trata de fiscalizar quem tem um poder econômico alto, e não vamos ser ingênuos aqui, porque isso conta. Existe a chamada caixinha. Vamos ser sinceros, a chamada propina conta, e não vamos dizer que isso não existe, pois não adianta tampar o sol com a peneira. Precisamos falar sobre isso.

Então, se não investirmos, e isso passa pela questão salarial dessas pessoas, passa por corregedoria, passa por estruturar o setor de fiscalização, o País não terá equilíbrio nessas forças.

Obviamente, quem está lucrando ou quem está buscando o lucro é legítimo, e V. Exª colocou muito bem. Agora, precisamos ter o controle para que o objetivo não seja só lucrar, mas envolver todas essas responsabilidades ambientais. Na realidade, não se pode perder essa questão que foi falada aqui da vida. É lógico que quem está... Não é apenas um corpo. De repente, se pensa que é um homem mau que levanta cedo e fala assim: "Hoje eu vou estourar uma barragem só para estourar os pescadores." ou "Eu vou fazer uma coisa só para eu ganhar muito dinheiro." O próprio sistema vai se...

Eu tenho um amigo que tem uma empresa e em determinado momento, revoltado com a situação, foi verificar. Eles pagavam participação nos lucros. Então, cada funcionário fazia o máximo ou tentava tirar o máximo de lucro com um mínimo de gasto. E aquilo foi se deteriorando. E ele falou: "Olha o prejuízo que eu acabei tomando depois, por não controlar essa questão." O sistema todo passou a se precarizar, pois o objetivo era o máximo de lucratividade.

Obviamente, temos que lutar para que as empresas sejam rentáveis, mas tem que haver um mínimo de segurança também, senão vão acontecer situações como a de Mariana uma atrás da outra. Acho que isso foi bem falado aqui. Embora ela esteja como um símbolo, precisamos ver, e, por isso, louvo essa iniciativa de poder debater isso, que o nosso sistema todo está necessitado. E precisamos setorizar. Se dissermos "vamos arrumar o todo!", será uma situação, mas temos Mariana agora e, se começarmos por Mariana, de repente, podemos criar um modelo.

Senador Paim, V. Exª, mais uma vez, mostra toda a sua sensibilidade ao trazer todas essas pessoas para este debate aqui.

Já me alonguei muito. Tenho outra Comissão para ir, mas espero retornar quando da finalização desse tema.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Meus cumprimentos, Senador José Medeiros, pela contribuição que está dando.

Já temos a presença aqui do Senador Temário Mota, que também tem acompanhado esse tema e, a exemplo do Medeiros, é um Senador presente aqui, de segunda a sexta, nos debates, a não ser, claro, quando há missão nos Estados. Com satisfação, eu o recebo neste momento. Logo após – haverá somente mais dois –, passo a palavra ao Senador Telmário Mota.

Então, agora, fala o representante do Movimento pela Soberania Popular da Mineração, Tádzio Coelho.

O SR. TÁDZIO PETERS COELHO – Obrigado, Senador.

Bom dia a todos!

O meu nome é Tádzio. Eu sou representante do MAM e pesquisador da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e de um grupo de pesquisa chamado Poemas, que avalia e monitora o impacto socioeconômico da mineração e que reúne pesquisadores de Goiás, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Acabamos de lançar um dossiê a respeito da Samarco e do que aconteceu em Mariana. Ele está sendo agora, inclusive, lançado em Mariana, onde está acontecendo a plenária do Comitê em Defesa dos Territórios Frente à Mineração. É um comitê que reúne organizações civis, movimentos sociais e sindicatos com perspectiva crítica à mineração. Eles estão fazendo o lançamento desse dossiê. Para a minha exposição, peguei elementos desse dossiê que dialogassem com o tema da audiência, como, por exemplo, quais medidas preventivas deveriam ter sido tomadas, principalmente esse tópico. Vou ligar esses elementos específicos ao argumento central do nosso dossiê.

Primeiro, é dizer que a Samarco é uma *joint venture*, uma associação de duas empresas, a Vale e a BHP Billiton, cada uma com 50% das ações. Uma *joint venture,* então, é uma associação de duas empresas que tenham relativa ou formal independência. Elas têm CNPJ, etc. Mas a Samarco assume um caráter específico no Brasil. A responsabilidade operacional da Samarco recai sobre a Vale, mas metade dos investimentos é da BHP. Esse é um tipo de empresa chamado não operacional, pela perspectiva da BHP.

A BHP tem uma carteira de investimentos bastante diversificada pelo mundo, mas não se responsabiliza pela operação, pelo produtivo das empresas. Então, a sua composição acionária é bastante pulverizada, o que tem o efeito de desresponsabilização jurídica da BHP. Em vários lugares do mundo, são várias as empresas envolvidas com violações socioambientais. Essa estrutura acionária faz com que seja mais difícil de ela ser responsabilizada. Inclusive, vemos, todos os dias, no noticiário a dificuldade em se citar o nome dessa empresa. Ela é uma multinacional anglo-australiana, que, no Brasil, assume a identidade de BHP Billiton Brasil Ltda. O Prof. Rodrigo Santos, que faz parte desse grupo de pesquisa do qual eu também faço parte, caracteriza esse processo como estratégia de visibilidade reduzida. Como acabei de dizer, a BHP não é citada durante as reportagens e matérias da imprensa. Dificilmente, também é citada pelos próprios especialistas em mineração. Porém, ela pode ser caracterizada como uma das responsáveis pelo que aconteceu junto, obviamente, com a Vale S.A.

A Samarco, em Mariana, constitui o Complexo Alegria. São três cavas principais. Ela tem o teor médio de pureza do minério de ferro de 39,6%. Esse dado é importante porque quanto menor o teor de pureza do minério de ferro mais caro é o processo de beneficiamento do minério. Por exemplo, Carajás, que é a principal mina da Vale e fica no sudeste do Pará, tem o teor médio de pureza de 66%, o que faz com que simplesmente se brite o minério, o material, e o lance direto para exportação. É o que se chama *run of mine*. O custo de produção, de beneficiamento, é muito menor. Então, a Samarco tem essa deficiência produtiva, para começar. Isso será importante ao longo da exposição.

No ano passado, a Samarco terminou a terceira expansão do Complexo Alegria, chamado P4P, que aumentou a capacidade de produção do Complexo em 37%. Entre 2013 e 2014, a produção aumentou 15,4%. Isso é bastante importante para notar o aumento da extração de minério de ferro no complexo.

O seu lucro líquido também aumentou consideravelmente, principalmente tendo em vista que o ciclo atual do mercado internacional de minério de ferro e de outros minerais entrou em queda. Em economia, chamamos isso de ciclo reverso. Houve um *boom* das *commodities*. Todo o mundo ouviu falar que a demanda aumentou bastante, por causa da entrada da China no mercado mundial, só que, com a desaceleração da economia chinesa, o preço do minério de ferro cai bastante.

Aqui, está a curva dos preços do minério de ferro. Isto é a tonelada métrica seca no Porto de Tianjin, na China. Até 2011, houve uma curva acentuada para cima, um aumento considerável do preço do minério de ferro, para começar a cair. Hoje, está em torno já de US$44 a cotação desse preço no mercado internacional. Chegou a US$177. Analisando essa curva, percebemos que houve um ciclo de alta, que acabou, e entrou, agora, o ciclo reverso, que é um ciclo de baixa.

Existem estatísticas que mostram que, justamente nesse ciclo reverso, aumenta o número de rompimentos de barragens. Por que isso acontece? Primeiro, o faturamento da empresa cai porque simplesmente o preço dos minerais caiu. A empresa, então, busca aumentar, num primeiro momento, a extração mineral para compensar o prejuízo causado pelo preço minério de ferro, ou seja, essas empresas se caracterizam pela perspectiva de curto prazo. Elas têm acionistas, que têm lucros anuais, repasses anuais, etc. Então, estão preocupadas com o lucro de curto prazo e, num primeiro momento, vão aumentar, apesar de isso parecer irracional na perspectiva de mercado, já que você tem desaquecimento da demanda, mas é justamente isso que acontece no começo do ciclo reverso. Ao mesmo tempo, essas empresas tentam diminuir os custos. Que custos são esses principalmente? Exigências trabalhistas e ambientais. Há justamente um cenário propício para rompimento de barragem.

Eu estou relacionando o ciclo econômico com o que aconteceu em Mariana. Este é o argumento principalmente da nossa exposição.

Elementos gerados pelo aumento da extração: intensificação da produção da extração mineral, ampliação dos espaços para disposição de estéril e de rejeitos – é preciso mais território, é preciso expandir as pilhas de estéril, as represas de rejeitos, etc., e orientação exclusivamente exportadora, que envolve a questão da balança comercial. Não vou entrar muito nesse debate, não, mas basta dizer o seguinte: um país que se especializa em mineração, em exportação de bens primários simplesmente tem sempre um desequilíbrio na balança comercial, porque, como demonstrei, a curva dos preços é muito acentuada tanto para cima quanto para baixo. Então, no momento de baixa, há esse desequilíbrio econômico, que produz instabilidade social e econômica. O país que se especializa na exportação de minerais simplesmente tem uma inserção subordinada no mercado internacional.

Samarco e trabalhadores. O número de trabalhadores terceirizados da Samarco, apesar desse cenário de desaceleração econômica, aumentou bastante. Esse trabalho terceirizado está envolvido também com o não pagamento de horas de itinerância para os trabalhadores diretos e terceirizados. As horas de itinerância se referem ao percurso que o trabalhador faz de casa até a estrutura de onde trabalha, na mina, seja no transporte, seja no porto. Isso não é pago pela empresa. Também não há fiscalização das condições de trabalho e das normas, entre outras questões.

Vale lembrar que todos os trabalhadores que estão desaparecidos por conta do rompimento da barragem eram trabalhadores de empresas terceirizadas. Esse é um dado importante. Existe uma deterioração das condições trabalhistas. Isso está mostrado simplesmente nesse dado.

Outro dado importante é notar que existe uma associação direta ou uma correlação entre violações trabalhistas e socioambientais. Se analisarmos as estruturas, de maneira geral, sempre que há violação trabalhista, haverá também violação socioambiental. Recentemente, em Itabirito, a Vale foi condenada por utilizar trabalho em condição análoga à escravidão. Mais de 100 trabalhadores de empresa terceirizada foram encontrados nessa situação. Então, existe sempre uma correlação, uma proximidade entre suas duas questões.

Esse é um levantamento que fizemos, um histórico de rompimento de barragens em Minas Gerais. Alguém falou em seis rompimentos. Foi o que encontramos a partir de 2001. Refiro-me a rompimentos relevan-

tes na perspectiva do impacto socioambiental. A partir 2001, fica mais frequente o rompimento de barragens. É justamente quando o preço do minério de ferro aumenta, e aumenta, obviamente, a extração mineral.

Outro dado importante. Os cinco principais Municípios mineradores, os que mais receberam CFEM, neste ano, que é o *royalty* da mineração, estão colocados aqui: Itabirito, Itabira, Congonhas, Nova Lima e, agora, Mariana. Apesar de receberem bastante CFEM, que tem uma quantidade reduzida quando comparado à legislação de outros países, todos sofreram com rompimentos de barragens.

Fizemos também um histórico de violações socioambientais da Samarco em Minas Gerais, através do *site* do Ibama. Foram 19 autos de infração. Todos os crimes relacionados a meio ambiente, a má gestão, etc. Em 2004, a Samarco foi autuada por operar a barragem do Santarém sem a devida renovação; em 2005, houve outra; no mesmo ano, houve ainda outra.... Não vou me alongar lendo os acontecimentos, mas coloquei, simplesmente, para ter noção de que já há uma perspectiva de sistemática de violação socioambiental. Não foi a primeira vez, isso é o que eu quero dizer. Em 2006, novamente; em 2007, outra vez; em 2008, outra vez. Tudo isso aqui vai estar disponível para os senhores. Em 2010, um novo vazamento.

Em todos esses casos, as Prefeituras, os atingidos reclamaram bastante da falta de diálogo da empresa. É difícil dialogar com a empresa. Podemos ver isso acontecendo também no caso do rompimento da barragem de Mariana.

Sou da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e estamos fazendo pesquisa em Mariana. Eu tentei entrevistar, várias vezes, representantes da empresa, mas não fui atendido nenhuma vez. É exatamente disto que eu estou falando: é difícil o diálogo. Mas isso acontece também com prefeituras, acontece com população atingida, etc.

Existe essa estratégia de desresponsabilização. A Samarco, obviamente, em todos esses casos, o que ela fez foi recorrer. Em alguns casos, chegou a prescrever o que aconteceu, o caso. As multas, na realidade, tinham um valor muito pequeno quando comparado ao faturamento da empresa. A perspectiva de multa do poluidor-pagador é bastante limitada. Há de se encontrar novas formas de se regular a atividade da empresa. Inclusive as atuais multas que a Semad e o próprio Ibama deram são limitadas por decretos, decretos estaduais, decretos federais. Da Semad, eu sei que é um decreto de 2008 do Senador Aécio Neves que limita a R$20 milhões, ajustados, obviamente. Essa perspectiva de multa acaba estimulando e incentivando a atividade ilícita da empresa. É preciso encontrar novas formas de regulação dessa atividade.

Uma agravante desses casos, desse histórico de violações que acabei de mostrar é que as comunidades não são informadas do que aconteceu, muitas vezes nem se sabe o que aconteceu. Acaba sendo um assunto interno da empresa, do ambiente jurídico da empresa, e os atingidos não têm noção do que está acontecendo, da possibilidade do impacto. Isso aconteceu em Bento Rodrigues. Entrevistando os moradores de Bento Rodrigues, percebia-se que eles não sabiam muito bem do risco que corriam.

(Soa a campainha.)

O SR. TÁDZIO PETERS COELHO – Aqui são as fases processuais do licenciamento da Barragem do Fundão.

A partir de 2002, a barragem principal, a Germano, chega a sua capacidade máxima e a empresa Samarco começa a buscar novas formas de depositar os seus rejeitos e estéril, inclusive pensando naquela curva de alta dos preços do minério de ferro, e, em 2008, obtém a licença de operação da barragem de Fundão.

O monitoramento e fiscalização dessas barragens são feitos em conjunto pela Feam, que é a Fundação Estadual do Meio Ambiente, e pelo DNPM. A Feam inclusive publica o inventário de barragens do Estado de Minas Gerais, em que elas são classificadas de acordo com risco, tamanho, estabilidade, dano. O risco diz respeito à estrutura física, o risco de ela se romper, e o dano diz respeito ao dano socioambiental. Então, são duas coisas diferentes, não é?

Analisando esses inventários, a Fundão foi considerada de baixo risco, considerada estável, e 27 barragens não tinham a estabilidade garantida. Duas não estavam estáveis desde 2012, e isso mostra a incapacidade de o próprio Estado regular as barragens. O próprio Estado reconhece a instabilidade dessas barragens e não embarga, não paralisa a construção dessas represas, não termina com o funcionamento delas.

Analisamos também o Relatório de Segurança de Barragens, que listava 14 mil barragens em todo o País, sendo 663 dedicadas a rejeitos de mineração, das quais 317 estariam no Estado de Minas Gerais, só que o inventário da Feam – esse Relatório de Segurança de Barragens é da ANA, a Agência Nacional de Águas – listava 450 barragens, o que já mostra um problema na fiscalização e no monitoramento.

Podemos concluir de tudo isso que existe um sucateamento dos órgãos fiscalizadores. Como já disseram aqui, a Feam conta com quatro fiscais e o DNPM, sete fiscais, pelo que conseguimos apurar, para 14 mil barragens, um negócio absurdo!

Além do que a ANA desconhecia a altura e o volume de 81% das barragens.

Ainda de acordo com o Relatório de Segurança das Barragens, apenas 1,1% do total das barragens possuía o PAE, que é o plano de ação e emergência. Então, o órgão fiscalizador, em momento algum, se coloca na perspectiva de paralisar a atividade ou de regular realmente, com a desculpa do desenvolvimento socioeconômico, e na economia é um grande problema igualar mineração a desenvolvimento socioeconômico. Com essa perspectiva mítica, na verdade, passa-se a regular qualquer tipo de atividade mineradora de qualquer forma que ela seja feita, em quaisquer condições.

A maior parte dos dados – e isso é outro problema – é levantado pela própria empresa. Existe um claro conflito de interesses. Não é preciso de grandes teorias sociológicas para se compreender isso. Se a própria empresa produz os dados sobre sua atividade, como se fiscaliza, realmente, essa empresa?

A barragem de Fundão é a mais nova, entrou em operação em 2008, com perspectiva de funcionamento, de capacidade, até 2022, porém, com o aumento da extração mineral, já estava atingindo sua capacidade máxima. A empresa, então, entrou com um plano de expansão e unificação da Germano e da Fundão e para aumentar também a altura da barragem, inclusive, pelo que pudemos apurar, essas obras estavam acontecendo no momento do rompimento.

Analisamos também o EIA/RIMA, o Estudo de Impacto Ambiental da barragem do Fundão. Havia duas alternativas para a colocação da disposição dos rejeitos. Uma delas, os Córregos de Natividade e Brumado. Pelo que apuramos, caso houvesse o rompimento dessas barragens nesses locais, os impactos socioambientais seriam muito menores do que realmente foram. Bento Rodrigues é um aglomerado rural que faz parte do Distrito de Santa Rita Durão, que está dentro do Município de Mariana, e não havia nenhum aglomerado rural próximo a essas barragens. Porém, o que definiu, o que influenciou a decisão da empresa foi simplesmente uma perspectiva econômica: se a empresa conseguisse unir as barragens de Fundão e Germano, o custo produtividade seria muito maior.

Então, em 2014, foi emitida a licença prévia de instalação. Em junho, também foi emitida a licença para alteamento e unificação. Os EIAs/RIMAs desse licenciamento, dessas barragens não possuíam a possibilidade de haver o rompimento, a ruptura da barragem.

O que notamos é que existe uma indústria de EIA/RIMA. Existem empresas especializadas nesse tipo de negócio, que simplesmente subestimam os impactos e superestimam aqueles impactos tidos como positivos. Isto é, existe, logicamente, um nublamento da realidade, do que ela realmente é, o que é proposital, obviamente. A empresa está envolvida nisso, ela quer, é óbvio, que se superestimem os impactos positivos da atividade econômica da mineração. Percebemos no EIA/RIMA a subestimação do que realmente pode acontecer.

Então, no EIA/RIMA da Barragem do Fundão, do alteamento e da unificação com a Barragem de Germano, não existia essa possibilidade do rompimento.

O licenciamento, hoje em dia, na mineração e em outras atividades, é visto somente como uma etapa burocrática, uma etapa a mais para se conceder a licença para a atividade econômica, nunca se coloca a perspectiva de paralisar ou de regular realmente. O Copam concedeu a licença para a Barragem do Fundão.

O Copam, que é o Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais, é formado em estrutura tripartite: sociedade civil, empresários e Estado. Porém, o que acontece é que o Estado representa os interesses dos empresários, de maneira geral, que muitas vezes são financiados. Coloca-se na perspectiva do empresário. A sociedade civil muitas vezes é constituída por empresas, por ONGs, ligadas a serviços pagos por essas empresas. Então, existe um grande problema de conflito de interesses no Copam.

No EIA/RIMA, como eu disse aqui, existe uma subestimação dos impactos negativos e a superestimação dos impactos positivos desses grandes empreendimentos. Os licenciamentos são fragmentados, de maneira geral, porque a estrutura de mineração compreende não só a mina, a lavra, mas também a estrutura de transporte, que pode ser feita por mineroduto, ferroviário, rodoviário, porto. Então, ela é bastante ampla. Porém, eles fragmentam os licenciamentos simplesmente para que a sociedade não tenha noção do tamanho do empreendimento. Isso acaba facilitando a aprovação dos projetos e também evitando a mobilização popular, obviamente, a mobilização dos atingidos.

Em Bento Rodrigues, na região, logo após o que aconteceu, conversando com as pessoas, com as que sobreviveram, obviamente, elas nos disseram que ficaram sabendo do rompimento por meio de vizinhos que saíram gritando de casa, avisando; outras, através da poeira, da movimentação do rejeito do material. Por meio da poeira, eles conseguiram ver. Não havia sistema de alarme. Pelo que pudemos apurar pela imprensa, somente dois dias depois é que foi instalado esse sistema de alarmes.

Não vou entrar no debate de tecnologias alternativas a rejeitos, e também estamos fazendo esse debate no dossiê. O que queremos levantar aqui é que existem alternativas para rejeitos, para a deposição de rejeitos. É possível diminuir o espaço ocupado, a água utilizada. Tudo isso pode ser empregado, porém, o custo é muito mais alto. De novo, o raciocínio é econômico. Cabe ao Estado regular isso, na verdade. Existem outras inicia-

tivas na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Aqui, no Senado, o Senador Romero Jucá acaba de aprovar, em Comissão Especial, um projeto de lei que simplesmente flexibiliza, agiliza o licenciamento que acabamos de falar aqui para atividades de exploração de recursos naturais. Tudo isso acaba colaborando para a reprimarização da economia brasileira, ou seja, paramos de produzir os bens manufaturados, que dão uma inserção diferenciada no mercado internacional, para produzir esses bens sem valor agregado. Em geral, essas atividades não são intensivas em mão de obra. O mesmo tipo de investimento feito em outras indústrias gera muito mais emprego do que na mineração, por exemplo. Na economia, chama-se isso de "não intensidade em mão de obra, intensivo em capital".

Este é o mapa do que aconteceu. Os senhores podem ver isso também no dossiê.

Aqui estão as perspectivas de Bento Rodrigues, das Barragens. Essa é a praça principal de Barra Longa, uma das cidades afetadas pelo rompimento da barragem. Esse aqui é o endereço de onde está o nosso dossiê "Antes que fosse mais leve a carga", fazendo referência ao Carlos Drummond de Andrade, que tem um poema em que fala justamente que o rio é doce e a Vale é amarga.

Então, é isso.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Tádzio Coelho, que fez aqui uma bela exposição em nome do Movimento pela Soberania Popular na Mineração.

Rapidamente, eu não tenho como não citar, e eu vou passar, inclusive, para a nossa última convidada, a Drª Priscila: não pagamento das horas deslocamento; todos são terceirizados os que foram atingidos; violação trabalhista e socioambiental a partir do ano 2001; na visão de aumentar o lucro, nós tivemos um aumento de rompimento de barragens; histórico de violação socioambiental da Samarco; falta de diálogo; sucateamento da fiscalização – e isso é grave mesmo, porque, em todas as áreas do mundo do trabalho, os fiscais estão desaparecendo –; conflito de interesse, porque quem acaba fiscalizando é a própria empresa; e visão socioeconômica. É só um resumo das minhas preocupações, que ficarão nos Anais aqui também.

Por favor, passamos a palavra agora, como a última, para encerrar esta Mesa – depois, teremos outra Mesa –, a Procuradora Jurídica da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais, Srª Priscila Ramos Netto Viana.

Em seguida, falará o Senador Telmário Mota.

A SRª PRISCILA RAMOS NETTO VIANA – Bom dia a todos. De início, agradeço o Senador Paulo Paim pelo convite de estar participando desta Mesa. Esperamos sinceramente que essa iniciativa possa fazer com que as diversas vidas que se perderam na região de Mariana e ao longo do Rio Doce não tenham sido em vão.

A Amiga Associação dos Municípios Mineradores do Estado de Minas Gerais é uma associação que congrega Municípios que possuem atividade de mineração em seu território. A Associação é responsável pela defesa dos interesses desses Municípios. Atuamos de forma a representá-los nos diversos segmentos que envolvem o setor de mineração. Dentro dessa representatividade, não poderíamos deixar de falar aqui sobre essa questão de Mariana, que é um dos nossos associados mais participativos e mais presentes.

Vou falar em nome da Associação e não em nome do Município de Mariana, porque nós vamos tratar alguns aspectos que envolvem de forma geral a realidade desses Municípios.

Por que ainda nos deparamos com esse tipo ocorrência? Se observarmos a legislação em vigor, não era para esse tipo de tragédia estar acontecendo, se a legislação fosse efetivamente cumprida.

Eu chamo atenção, em primeiro lugar, para o art. 225, § 2º, da Constituição Federal, que já fala que todo aquele que explora recursos minerais é obrigado a recuperar o meio ambiente de acordo com solução técnica adequada, indicada pelos órgãos competentes. A própria Constituição Federal já trata como pressuposto que toda atividade minerária é degradante.

Já no Estado de Minas Gerais, em especial, porque traz o nome "minas", na Constituição do Estado, o art. 253 dispõe que o Estado assistirá de forma especial os Municípios que tenham atividade mineração em seu território. Infelizmente, esse artigo da Constituição estadual não entrou em vigor ainda, porque as três ações previstas para que o Estado de Minas possa assistir de forma especial esses Municípios seriam: a criação de um fundo de exaustão de recursos minerais e assistência a esses Municípios, a criação de um plano de integração e assistência aos Municípios mineradores e a previsão de parte dos recursos do valor adicionado fiscal decorrente do ICMS também para esses Municípios. Dessas três iniciativas, nós temos a lei estadual que estabelece a repartição dos recursos do valor adicionado fiscal. Essa lei estadual previa, inicialmente, 1,11% da cota-parte do VAF para ser distribuída pelo Estado, de acordo com o seu entendimento, para os Municípios mineradores. Desde 2011, esse percentual foi reduzido em 0,11%.

E mais importante: nós temos na Constituição Federal o art. 176, §1º, que fala que a mineração vai ser exercida no interesse nacional. E nós Municípios mineradores nos perguntamos até hoje qual é o interesse na-

cional, porque temos o Ministério de Minas e Energia, que parece mais um Ministério só de energia. A questão da mineração sempre foi relegada ao longo da história, tanto em âmbito federal quanto em âmbito estadual.

Então, nós temos diversos instrumentos legais autoaplicáveis que poderiam, se efetivamente aplicados, de certa forma, tentar minimizar ou evitar essas ocorrências, conforme foi o caso de Mariana.

Bom, no caso do interesse nacional, o que vemos é que o Código de Mineração é de 1967, em um contexto econômico em que o Brasil estava em plena industrialização. Até se entende, então, que o interesse, naquele momento, fosse do minerador ou do concessionário.

O Estado, diante, às vezes, da impossibilidade de fomentar ou de exercer diretamente essa atividade, então, criou uma série de mecanismos para que o próprio ator privado desse conta desse desenvolvimento. Só que hoje nós temos um contexto diferente. E o interesse nacional não pode ser simplesmente o interesse do concessionário.

Bom, outro motivo seria a questão da insuficiência da CFEM, do *royalty* da mineração, para fazer face aos impactos decorrentes da atividade de mineração. O Tádzio até comentou a questão de que, se compararmos os *royalties* em todo o mundo, o Brasil possui os menores *royalties* de mineração. Apesar de a carga tributária, em geral, ser alta para a atividade de mineração, ela é subsidiada. Nós temos a não incidência de IPI para exportação. No Estado de Minas Gerais, nós temos o ICMS zero também no caso dos produtos exportados. Então, existe essa insuficiência da CFEM para fazer face a essas questões. Apesar de os Municípios receberem esse *royalty*, eles não conseguem aplicar essa receita de maneira a compensar ou mitigar esses efeitos decorrentes da atividade de mineração.

Nós temos a Lei Federal nº 12.334, que vai tratar da Política Nacional de Segurança de Barragens. Ela define os entes competentes para a fiscalização das barragens. E, no caso das barragens de mineração, é o DNPM.

E, conforme o Tádzio falou também, na verdade, se você olhar a fiscalização das barragens, ela é quase eletrônica, é uma autodeclaração. A empresa entra no *site* e informa as características da barragem. Aí, pela matriz de classificação, classifica-se a questão do risco da barragem. E, muitas vezes, os órgãos fiscalizadores sequer vão ao local para confirmar se aquelas informações são fidedignas e são corretas. Então, não existe uma fiscalização *in loco* efetiva.

Nós temos o problema de que as cidades mineradoras vivem, no meu dizer, a monocultura do minério. Os Municípios ficam mal-acostumados porque a mineração é uma atividade positiva, não podemos negar, para os Municípios em termos de geração de emprego, geração de receita. Em geral, os Municípios que têm atividade de mineração têm alguns índices, o IDH melhor em relação aos demais, mas os Municípios não se preparam para o que pode vir depois ou não se preocupam em diversificar sua economia justamente para enfrentar um cenário como o de agora, com paralisação, suspensão das atividades e dependência – no caso de Mariana, de quase 80% de sua atividade econômica e também receitas municipais da atividade de mineração.

Nós temos também os Municípios muito afastados desse processo de licenciamento ambiental. Ou seja, os principais impactados, os mais interessados, geralmente, não participam. Fazem as audiências públicas, que, em verdade, são realmente um rito a ser cumprido, porque não se consegue com a audiência pública influenciar, efetivamente, por exemplo, na definição das medidas mitigadoras ou compensatórias, e, muitas vezes, essas medidas, essas compensações socioambientais são definidas para serem aplicadas em locais completamente diferentes de onde o impacto acontece.

Há licenciamento em Mariana cuja aplicação vai ser feita numa unidade de conservação no norte do Estado. Assim, não se consegue vincular essa compensação efetivamente ao dano causado pela atividade.

O licenciamento ambiental, hoje, em geral, é mal feito e é demorado. Existem duas vertentes. Não se faz o licenciamento ambiental de forma a que ele reflita exatamente a preocupação com a sustentabilidade: vamos fazer com que uma atividade econômica seja positiva e, ao mesmo tempo, garanta a sustentabilidade. Ao mesmo tempo, ele também é muito demorado, o que atrapalha, e muito, e entendemos o lado do empreendedor. O licenciamento, então, tem que ser rápido, mas bem feito, com uma análise realmente de acordo com o que prevê a legislação.

Nós temos, ainda, dentro da perspectiva dos Municípios, uma ausência por parte dos Municípios do exercício de suas competências constitucionais. Essa ausência decorre de dois fatores. Primeiro, os próprios Municípios ainda não se acostumaram com o fato de que são entes Federados dotados de autonomia. Então, dentro da área de mineração, por exemplo, eles têm competência comum para acompanhar, registrar e fiscalizar a exploração dos recursos minerais em seus territórios, que seria o art. 2.311. Toda vez que um Município tenta exercer sua competência, ele é barrado, seja pelo DNPM, pelo Estado, pelas empresas que entram com medidas judiciais.

No Estado de Minas, essa visão está mudando um pouco. Nós, da Amig, criamos um projeto de lei que regulamenta essa competência comum. Alguns Municípios já a adotaram e empresas já questionaram essa legislação, mas, por enquanto, ela vem sendo considerada constitucional.

Essa ausência de exercício de competências faz com que o Município participe do processo de licenciamento ambiental unicamente como emissor do documento que, na Semad, na Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Minas Gerais, chamamos de Declaração de Conformidade, porque, no início de um licenciamento ambiental, o Município tem que declarar se aquela atividade está em conformidade com os usos permitidos por sua legislação.

E, nesse ponto, vem mais uma ausência de exercício de competência. O Município tem competência para legislar sobre interesse local e sobre o uso e ocupação do solo. Então, se, dentro do seu plano diretor ou dentro da sua lei de parcelamento, ele estabelecesse algumas áreas em que se pode ou não, por exemplo, instalar barragens de rejeito, já se evitaria, em grande monta, esse tipo de problema. Se a legislação fala que aqui não pode ou que aqui é uma área de interesse ambiental, não posso ter esse tipo de estrutura.

Quando os Municípios tentam fazer isso, muitas vezes eles são barrados, porque ainda, infelizmente, o federalismo brasileiro é um federalismo inexistente na minha opinião. Ainda se sente muito a questão da hierarquia entre os entes Federados. A União sempre acima de tudo e o Município sempre subserviente ao Estado, mas, na verdade, não é assim. São apenas questões de competências diferenciadas.

O que a Amig propõe, então, dentro dessa discussão, dentro desse cenário, dentro desse contexto? Entendemos que o novo marco regulatório da mineração deveria vincular as receitas da CFEM a questões que envolvam a diversificação econômica e a questão de meio ambiente e sustentabilidade. Enquanto o Estado de Minas Gerais não resolve cumprir a sua Constituição, que, pelo menos por lei federal, consigamos vincular parte desses recursos para que eles não sejam gastos de forma aleatória.

Muitas empresas dão a desculpa de que não deve haver aumento da CFEM, porque os Municípios utilizam mal o recurso. Acho que uma coisa não tem nada a ver com a outra. A compensação tem que ser feita da forma justa. A participação no resultado da exploração tem que ser feita de forma justa, e, paralelamente a isso, esse recurso tem que ser bem utilizado.

O Estado de Minas teve suas contas aprovadas no exercício de 2013, mas com uma ressalva. Quase a totalidade dos recursos da CFEM foram utilizados para pagamento do consórcio responsável pela construção do Mineirão. O recurso que deveria ser utilizado para dar suporte e apoio aos Municípios mineradores foi utilizado para uma finalidade que não tem nenhuma pertinência com a razão de ser da CFEM.

Propomos também a reestruturação do DNPM, seja a título de agência ou não, o que importa é que o setor que fiscaliza a atividade de mineração tem que realmente ter condição para fiscalizar. Para os senhores terem uma ideia, a última grande fiscalização que o DNPM fez *in loco* – a grande fiscalização, porque foram feitas em vários Municípios ao mesmo tempo – foi financiada com recursos dos Municípios mineradores. Nós, da Amig, estabelecemos um convênio e pagamos a despesa de hospedagem, alimentação, computador, deslocamento, ou seja, não teria havido condições para fiscalizar se os Municípios não tivessem repassado um valor que nem é de competência deles. Essa fiscalização, hoje, encontra-se judicializada. Em algumas fiscalizações, como a realizada na Samarco, por exemplo, os débitos que foram apurados nem foram inscritos em dívida ativa. É questão da morosidade, da falta de estrutura, da falta de interesse do Estado brasileiro, como um todo, na questão da mineração.

A Amig propõe também, talvez no novo marco regulatório, a proibição de construção de barragens próximas a comunidades. Temos casos, por exemplo, de Municípios que recentemente se tornaram mineradores, como Conceição do Mato Dentro, em que a barragem da Anglo América fica mais próxima de uma comunidade do que a Barragem de Fundão, em Bento Rodrigues.

Entendemos também que a repartição das receitas da CFEM deva ser feita com Municípios que, embora não tenham atividade de mineração em seu território, sejam, de alguma forma, atingidos por essa realidade. Há muitos Municípios que não têm a mineração em seu território, mas sofrem ou se beneficiam de alguma forma com essa atividade de mineração.

A questão sobre o viés ambiental é da exigência de uma solução ambientalmente mais segura e mais adequada, e não a mais barata. Infelizmente, não conseguimos entender porque os órgãos ambientais sempre acatam as soluções técnicas demonstrada pelas empresas que avaliam a viabilidade ambiental com menos peso do que a viabilidade econômica. Acho que esse custo de uma tecnologia mais cara, mais segura, seria muito menor do que o custo, hoje, de indenizar ou tentar compensar, de alguma forma, esses prejuízos.

Outra questão que trabalhamos muito é a forma de relacionamento institucional entre Municípios e mineradoras. Infelizmente, existe uma prática muito nefasta, entre os governos locais e as empresas, de os prefeitos pedirem para dar uma ajuda para fazer um *show* ou uma quadra. Acho que não temos que pedir favor à

mineradora, tem que se exigir o cumprimento da lei, tem que ser um relacionamento institucional profissional. A empresa não fará nada que não trará benefício para ela. Não podemos ser ingênuos a ponto de pensar isso. Temos que tentar construir um diálogo permanente para que algumas ações que são socialmente importantes para o Município sejam realizadas pela própria mineradora em benefício de ambos, não só da sociedade, mas também da própria empresa. É o que chamamos de plano diretor municipal de mineração.

Existem diferenças entre a atividade mineradora e as demais atividades econômicas que as pessoas às vezes não percebem. São duas questões básicas, duas características básicas. Primeiro, o particular trabalha com um bem que é de todos os brasileiros, porque o minério pertence à União. Pertence ao concessionário o produto dessa lavra, mas o bem mineral era o bem de todos nós, e, como tem que ser extraído no interesse nacional, isso não pode ser perdido de vista por quem detém a concessão. Segundo, a questão da rigidez locacional: uma empresa mineradora não pode escolher se vai fazer a cava aqui ou ali; se vai colocar planta de beneficiamento aqui ou ali. Esses dois fatores fazem com que essa atividade econômica tenha que ser muito mais conversada e tratada de uma forma muito mais consensual com a comunidade, porque traz impactos positivos, e não podemos negar.

(Soa a campainha.)

A SRª PRISCILA RAMOS NETTO VIANA – Mas também há os impactos negativos. Esses impactos negativos podem perdurar por grande período. Lá em Minas Gerais, temos o exemplo de Raposos, que viveu o apogeu da exploração do ouro e que hoje é um Município completamente sem recursos, sem alternativas econômicas, um Município praticamente esquecido, que hoje vive do FPM, dos repasses do Governo Federal e do Governo do Estado.

Então, cobramos um papel mais ativo dos Municípios nos licenciamentos ambientais, um diálogo constante entre mineradoras e Poder Público municipal, para construir essa relação de forma saudável, não esse toma lá dá cá a que, infelizmente, estamos acostumados.

Para finalizar, eu gostaria de falar um pouquinho a respeito do marco regulatório. Há o Projeto de Lei nº 5.807, de 2013. Criou-se uma comissão especial na Câmara dos Deputados, que tem como Relator o Deputado Leonardo Quintão, que apresentou um substitutivo a esse projeto de lei do marco regulatório.

Eu gostaria apenas de alertar aos senhores: provavelmente, terão de se deparar com esta questão de que o marco regulatório não está bem elaborado sob o aspecto ambiental. Aliás, na questão ambiental, há um retrocesso, que é o de submeter os licenciamentos ambientais à anuência da Agência Nacional de Mineração. Acho que nunca vi isso. A prioridade é do meio ambiente, não da atividade de mineração. Isso poderia muito bem ser evitado, se o Estado assumisse seu papel regulador. Fico brincando: se eu fosse Ministro ou Presidente, eu faria um mapeamento do subsolo brasileiro e definiria onde poderia ser criada uma unidade de conservação, onde poderia ser explorado. É uma questão básica.

(Soa a campainha.)

A SRª PRISCILA RAMOS NETTO VIANA – Hoje, vemos que a maioria das informações geológicas está nas mãos de empresas privadas, não está na mão do Governo. Então, como ele vai regular uma coisa que ele não conhece bem? Ele fica confiando na informação dos concessionários.

Então, temos de dar muita atenção ao marco regulatório, até em relação às partilhas da CFEM. Aparentemente parece que a CFEM vai aumentar, mas não vai. Existem algumas armadilhas técnicas nesse sentido. É preciso haver uma análise técnica muito apurada na hora de examinar esse projeto de lei.

Finalizando, quero dizer que a Amig apoia a atividade de mineração, sim, mas com muita responsabilidade. Queremos que a mineração seja uma parceira, e não uma adversária do Poder Público.

Para concluir, diante da tragédia específica de Mariana, não faço parte dos órgãos que estão apurando as responsabilidades, mas vislumbro três possíveis réus. Digo que são possíveis, porque não se pode afirmar ainda o real motivo do que aconteceu. Seriam a própria empresa e seus acionistas, talvez a Secretaria Estadual de Meio Ambiente – teria de se avaliar a forma como se deu o licenciamento, se realmente a técnica que ela aprovou foi a mais adequada – e o próprio DNPM, na omissão em fiscalizar as barragens de mineração.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Traduza a sigla.

A SRª PRISCILA RAMOS NETTO VIANA – DNPM?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso.

A SRª PRISCILA RAMOS NETTO VIANA – Departamento Nacional de Produção Mineral, uma autarquia vinculada ao Ministério das Minas e Energia, a quem compete, pela Lei nº 8.876, fiscalizar, regulamentar toda a atividade de mineração no País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Essa foi a Procuradora Jurídica da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais.

Antes de passar a palavra para o Senador Telmário Mota, quero cumprimentar a Procuradora, que deixou uma série de sugestões. Peço que a Mesa as recolha. É uma série de sugestões muito interessantes.

Só para sintetizar algo que a senhora disse – se não me engano, outro também disse –, as audiências públicas têm de ter consequência, não dá só para dar visibilidade, que é importante, para o tema e fazer a denúncia.

A senhora fala que pouco tem avançado, lembrou os três prováveis responsáveis – não vou repetir –, deixa uma série de propostas junto à Mesa. Dinheiro, como foi dito, não pode ser considerado em primeiro lugar. Toda a sua fala é nesse sentido. Sempre se leva em consideração o investimento mais barato, e não o mais seguro. São coisas que, para mim, são importantes. Fala de fortalecer os Municípios, para que haja mais diálogo.

E, ainda, pelo que entendi, não só V. Sª, mas também os outros dois ou três oradores falaram que, quanto ao marco regulatório, da forma como está, a recomendação é pela sua não aprovação.

Com a palavra, o Senador Telmário Mota, por favor.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Primeiro, quero dar um bom-dia ao Senador Paulo Paim, Presidente da CDH, esta Comissão tão importante. Ele a faz começar a trabalhar cedo. Na segunda-feira, é a primeira Comissão que normalmente começa suas atividades, com assuntos extremamente pertinentes, atuais, que merecem todo o cuidado, todo o zelo não só do Parlamento, mas principalmente da sociedade como um todo.

Quero aqui saudar todos os convidados.

Hoje, aproveito esta audiência aqui, Senador Paim, para lembrar que, na semana passada, tivemos uma audiência aqui com os povos indígenas e com os quilombolas, para ouvi-los sobre suas necessidades, sobre a PEC 215, que é uma PEC que tenta transferir os poderes da demarcação do Executivo para o Legislativo. Nesse contexto, ouvimos aqui o Sr. Itamar, que é um indígena de Minas Gerais. É o Itamar Krenak. Eu queria fazer aqui a leitura de parte do depoimento dele. Ele disse aqui:

Bom dia a todos os parentes!

Eu sou Itamar Krenak. Sou da região do leste de Minas Gerais, Município de Resplendor.

Estou aqui também para compartilhar com os parentes e com esta Casa a situação dos krenaks hoje. Nós fomos vítimas desse crime ambiental que a empresa Samarco causou. O nosso povo está sofrendo muito.

Hoje, foi tirado o costume das nossas crianças e dos nossos velhos, o nosso costume de caça, da pesca e do peixe. O ritual que temos com relação ao rio foi tirado de nós. O rio está morto. Isso é muito triste, porque as nossas crianças e o nosso povo não conseguem entender como vamos viver com essa situação.

A gente está sem água. Foi montada uma entrega de água, um plano emergencial, água mineral, água através de caminhão, mas isso não resolve o nosso problema. O nosso problema é muito amplo. A gente tem a parte religiosa do Uatu. E hoje o Uatu está morto. (*Palmas*.)

Desculpe-me, porque é triste falar dessa situação [nesse momento, ele chora]. Mas busco força aqui com os parentes aí, os guaranis [que estavam presentes à audiência]. A situação deles é igual à nossa também, é complicada.

Hoje, precisamos ampliar o nosso território. Mais do que nunca, o nosso território precisa se expandir, até para termos água, caça etc.. Não sei quando a gente vai voltar a pescar. Não temos mais o rio, não temos mais essa parte que é importante na nossa vida, que foi tirada de nós.

Quero registrar aqui também a nossa vontade. Esta Casa pode se empenhar e nos ajudar a demarcar nossas terras, a ampliar o nosso território. Quero agradecer este espaço. É um espaço importante para a discussão, para garantir os nossos direitos como indígenas, pois somos os povos originais do Brasil.

Esse é o apelo que ele fez.

Naturalmente, acredito que desta audiência sairá um encaminhamento do próprio Senado ou dos próprios órgãos aqui já colocados. Vi a Priscila fazer um levantamento importante.

Então, vejam que sabemos que danos materiais, ambientais e culturais foram causados a esses povos, como também foram causados às demais comunidades, à população que por ali reside, mora. Muitos sofreram um dano muito maior, inclusive, que é o dano da vida. O bem maior deles que foi tirado foi a vida.

O Tasso ficou de falar aqui sobre projetos que circulam nesta Casa, inclusive sobre o projeto do Romero Jucá. Eu fui contra ele, porque acho que o Romero o fez, pensando na empresa da filha dele, que é uma mineradora que há no Estado de Roraima. Ele tentou aproveitar este momento dessa agenda do Senado.

Qual é a agenda que eles criaram aí? Onde estão os universitários? (*Pausa*.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – É a Agenda Brasil!

E aí colocou que precisava haver mais celeridade na expedição desses documentos ambientais para as estradas, para a área de energia, para as mineradoras e para as barragens. Eu me posicionei rapidamente, ape-

sar de não fazer parte dessa Comissão especial que foi montada. Mas ali procurei alguns companheiros que dela fazem parte, como o Cristovam e o Randolfe, e pedi que eles cuidassem principalmente do aspecto das barragens e das mineradoras.

Quanto à parte energética e às estradas, talvez, seja mais fácil sair um documento. É uma análise muito mais rápida e estrategicamente importante para o Brasil. Agora, quanto às mineradoras e às barragens, inclusive, citei o caso de Mariana, que é um quadro triste, mas é uma realidade que nós estamos vendo. Aqui analisando, ouvindo a fala de cada expositor, a gente percebe que a tentativa de economia levou a um descuido e que, talvez, pudesse ter sido evitada essa tragédia.

Então, quanto a esse projeto, tenho me colocado de forma contrária. Estou surpreso ao ouvir falar que ele já foi aprovado. Ele foi aprovado na Comissão, mas na condição, no acordo de ir ao plenário, para ser debatido em plenário. Então, no plenário, estamos muito atentos a esses fatos. Eu gostaria de fazer essa colocação.

Presidente Paim, é importante que haja um reparo financeiro para essa comunidade.

Está ali o Deputado Cristiano, que é da região.

Deputado, quero colocar para V. Exª que tem de ficar muito atento. Infelizmente, isso aconteceu. Trabalhei em um banco e, às vezes, ia discutir sobre alguns seguros. Uma vez, fui discutir com uma senhora sobre o valor de um seguro. Ela chorava muito e dizia que não aceitava. Eu disse: "Quando você vai a uma agência e faz um seguro de vida, não é que a sua vida valha aquele seguro. Mas é uma forma de se reparar. Estou aqui tentando fazer um reparo. Talvez, o seu dano não tenha reparo, mas é um dano para o qual estamos tentando buscar um acordo".

Pelo menos esses dados materiais que eles sofreram – quanto aos danos culturais e ambientais, o reparo vem com o tempo – deveriam ser corrigidos. Era essa a colocação eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Senador Telmário Mota faz rápidas considerações e lembra a situação dos povos tradicionais, dos povos indígenas, dos quilombolas, na busca de soluções.

Todos vão ter direito à palavra novamente. Eu pediria que meus convidados retornassem à primeira fila. A moçada vai colocar as plaquetas para cada um na primeira fila.

Convido para esta segunda Mesa o Presidente substituto do Ibama, representante do Ministério do Meio Ambiente, o Sr. Luciano Evaristo, e também o Coordenador da Área de Recursos Naturais da Secretaria do Desenvolvimento e Produção, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Peço ajuda.

Fiquem todos na primeira fila. Na fala dos senhores... Cada um vai ficar de um lado da mesa, de preferência. Sejam bem-vindos!

Podem colocar as placas.

Eu queria aproveitar este intervalo, enquanto estamos trocando a Mesa, para fazer uma pequena homenagem a um Senador pelo qual tenho enorme carinho.

Fui convidado, hoje pela manhã, para estar no Palácio Piratini, porque o Rio Grande do Sul vai homenagear um grande Senador da República, o ex-Senador Pedro Simon. Considero o Senador Pedro Simon – esta é uma mensagem que ele sempre deixa por onde passa – como considero o chamado Menestrel das Alagoas, o nosso querido Teotônio Vilela, que já faleceu.

Lembro aqui o Senador Simon, que recebe hoje a Medalha Ordem do Ponche Verde no Grau Grã-Cruz. É a maior honraria oferecida no meu Estado aos homenageados. A Ordem do Ponche Verde foi criada pelo Decreto nº 21.687, em 14 de abril de 1972, para homenagear pessoas que se destacaram no Brasil e no mundo.

Eu me justifico, porque eu tinha de estar lá, mas tive de vir para cá.

Ficam aqui meus cumprimentos, então, ao Senador Pedro Simon e à sua esposa, D. Ivete Simon. Foi uma justa homenagem.

Vamos agora passar a palavra aos nossos convidados.

De imediato, passo a palavra para o Sr. Luciano, Presidente substituto do Ibama, que fala pelo Ibama.

O SR. LUCIANO EVARISTO – Bom dia, Sr. Presidente, Senador Paim!

Cumprimento todos os integrantes deste debate na Comissão de Direitos Humanos.

Trago aqui as saudações da Srª Presidente do Ibama, que me pede para representá-la nesta audiência pública.

Venho aqui mais uma vez, Senador. Estivemos numa audiência na Câmara e, agora, estamos vindo ao Senado, à Comissão de Direitos Humanos.

Eu não poderia deixar de mostrar, mais uma vez, uma, duas, dez, vinte, cem vezes, o que aconteceu na região de Mariana. Então, vamos procurar mostrar o que houve, para que possamos ter o sentimento e a clareza de propor as medidas para mitigar o que aconteceu.

Foi um grande desastre, o maior desastre ambiental de que se tem notícia no País na área de mineração. O rompimento da Barragem de Fundão ocorreu no dia 5 de novembro. No dia 6, nós já estávamos no local, com nossa equipe de emergências ambientais.

Aqui, mais uma vez, a gente mostra a estrutura das barragens. Aqui é a Barragem do Fundão, que rompeu. Essa é a de Santarém. Essa que rompeu carreou os rejeitos, que sobrepujaram a Barragem de Santarém e caíram nos rios, o que levou à poluição do Rio Doce.

Esta aqui é uma imagem do que havia antes do rompimento. Vocês podem observar nessa imagem, de cara, a questão ambiental com o vazamento do rejeito. Essa é a Floresta Atlântica antes e depois. Isso mostra que, realmente, foi um grande acidente ambiental.

Aqui há mais imagens do Fundão. A barragem continha 50 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração de ferro, 34 milhões caíram no meio ambiente, e 16 milhões continuam sendo carreados.

Olhem o que a gente está falando aqui! Parece que a gente senta aqui, na Comissão, e diz: houve um acidente que acabou, estamos cuidando agora de reparar os danos ambientais, de fazer as compensações. Mas o acidente continua! Está chovendo no local, e estão sendo carreados os rejeitos para o Rio Doce. Como vamos fazer um programa de recuperação ambiental se não sanarmos, se não cortarmos, imediatamente, o fluxo desse material para o rio? Esse é o nosso grande desafio, para começarmos a pensar em recuperar danos, em compensar a sociedade.

Vamos olhar de novo para Bento Rodrigues, totalmente destruída. É uma área totalmente imprópria para habitação.

Essa é a imagem de Barra Longa, como já foi mostrado aqui pelos meus antecessores. Para vocês terem uma ideia da força desse rejeito, esse rejeito desceu o Rio Gualaxo aqui e subiu o Rio do Carmo, subiu sete quilômetros de rio. Mostro isso para vermos a força da descida desse rejeito.

Está aqui o desastre ambiental. O Rio Doce chegou a isso aí: floresta destruída, matas destruídas. Isso entupiu várias hidrelétricas que estão no circuito.

Aqui, mostro mais uma imagem do Rio Doce totalmente poluído, com bancos de rejeitos. Este é um desastre sem..... Olhem o banco de rejeitos no meio do Rio Doce. Finalmente, mostro o Rio Doce, em Linhares, na foz. Contaminou-se o estuário, com os rejeitos sendo jogados no mar.

Esse é o trajeto da lama do Fundão. Atingiu a Barragem de Santarém, galgou a barragem, percorreu 55 quilômetros no Rio Gualaxo até desaguar no Rio do Carmo. Percorreu 22 quilômetros do Rio do Carmo até o seu encontro com o Rio Doce. Percorreu 586,2 quilômetros do Rio Doce até a foz do Oceano Atlântico, no Município de Linhares.

Esses são os impactos iniciais que o Ibama pôde observar logo que chegamos ao local no dia 6. Houve a destruição total do povoado de Bento Rodrigues, com a morte de 16 pessoas e com três desaparecidos; a poluição de 663,2 quilômetros de curso d'água; a destruição de 1.469 hectares de matas ciliares, incluídas aí as Áreas de Preservação Permanente; a destruição da ictiofauna; e o impacto sobre a atividade pesqueira.

Quando a gente fala da destruição da ictiofauna, temos de lembrar que esse evento ocorreu durante o defeso. Havia a piracema, os peixes estavam subindo o rio para reproduzir e foram surpreendidos com a lama, o que pode ter realmente... A esperança que temos é que alguma coisa dessa ictiofauna possa ter subido os rios afluentes, mas, ao que tudo indica, houve uma destruição quase total dessa ictiofauna.

Houve a interrupção da captação da água em 15 Municípios, sendo a situação mais grave a de Governador Valadares, com diversas medidas de emergência para sanear.

Quais foram as ações iniciais do Ibama? Chegando lá, prestou apoio à Defesa Civil na questão humanitária. A segunda ação foi a de apoiar o resgate de fauna impactada pela lama, e a terceira foi o apoio ao Comando de Crise instalado pelo Governo de Minas Gerais e de Mariana.

Há de se lembrar de que esses eventos que ocorreram são de um licenciamento de competência do Estado de Minas Gerais. E o Ibama, cumprindo a Lei Complementar nº 140, pelo princípio da cooperação entre as esferas, imediatamente foi participar disso, muito em função do grande impacto desse evento.

Está aí o Ibama no Comando Unificado, fazendo a vistoria nas áreas afetadas, recolhendo, resgatando fauna. Resgatamos 1.091 espécimes de fauna durante o trabalho que fizemos no local.

Determinamos à empresa Samarco várias atividades mediante notificação de fiscalização ambiental: o monitoramento da água do sedimento; a proteção da fauna impactada; a prevenção dos danos à fauna e à flora; a modelagem do deslocamento dessa lama, para sabemos como ela ia descer e em que tempo ela ia atingir o litoral; a retirada da lama e a destinação da lama de áreas prioritárias. Em várias áreas, a lama ficou numa posição perigosa; estas seriam prioritárias para a retirada.

Trabalhamos no resgate da ictiofauna, numa ação desesperada, Senador, saindo na frente da lama, procurando resgatar o que dava de peixes para tentar colocá-los num local para conservação, para que, assim que

essa turbidez baixasse, pudéssemos colocá-los novamente no rio, para repovoar o rio. Fizemos aqui um balanço do resgate da captura preventiva da ictiofauna: houve um total de 2.752 espécimes capturados.

Fizemos o acompanhamento das coletas. Fizemos a notificação para a instalação das barreiras de proteção. Muita gente criticou, dizendo que a barreira não segurou nada, mas as análises de água nessa região e do outro lado da barreira mostraram que, do outro lado da barreira, a turbidez era menor.

Fizemos a lavratura de cinco autos de infração. Volto a dizer: nunca o Ibama apanhou tanto na vida por conta de cinco autos de infração de R$50 milhões cada um. Eu queria complementar o que o colega Tádzio Coelho colocou: a legislação federal é que limita. A Lei de Crimes Ambientais limita o auto de infração em R$50 milhões. Pode ocorrer o que for, do tamanho que for, que só posso aplicar R$50 milhões. Então, o Ibama pegou cinco megaeventos de poluição e aplicou R$50 milhões em cada um.

Aproveito para colocar nesta Casa – mais uma vez, colocamos na Câmara – que é preciso que haja uma ação legislativa no intuito de alterar a Lei de Crimes Ambientais e de não colocar limite de auto de infração para grandes catástrofes. Por quê? Quando a gente fala no auto de infração, a gente não está falando: "Vou autuar para a empresa recuperar o dano." Vou autuar para punir a empresa, para que ela cuide mais da segurança das barragens e para que os eventos não se repitam.

O dinheiro das multas, como as pessoas falam, segundo compromisso da Srª Presidente do Ibama, será totalmente revertido em ações de melhoria do meio ambiente para os Municípios que foram impactados. Ele não será aplicado na recuperação do dano. Ele será aplicado em outras melhorias, como a implantação de saneamento básico nos Municípios que ainda não o têm. Então, o Governo Federal e o Ibama não pretendem arrecadar um único centavo do dinheiro dessas multas para o caixa do Governo, mas, sim, distribuí-lo em ações de melhoria ambiental dos Municípios atingidos.

Estivemos na área com nosso Comitê Gestor. Fizemos um levantamento aéreo das áreas afetadas, o monitoramento da pluma de rejeito. E fizemos o relatório técnico preliminar de impactos ambientais, que hoje subsidia a ação civil pública de R$20 bilhões colocada pela Advocacia-Geral da União em conjunto com os Estados de Minas e do Espírito Santo, no sentido de fazer a recuperação dos passivos ambientais, para recuperar o Rio Doce de toda essa tragédia que o atingiu.

Os autos de infração foram estes: tornar a área urbana imprópria para a ocupação humana – a destruição de Bento Rodrigues mostra isto –; provocar, pelo carreamento de rejeito de mineração, o perecimento de espécimes da biodiversidade na área a jusante da Barragem do Fundão; causar poluição no Rio Doce nos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo por meio de lançamentos de rejeitos de mineração de ferro; lançar resíduos sólidos e líquidos na água do Rio Doce em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou em atos normativos; causar, por intermédio da poluição hídrica com o carreamento de rejeito de mineração, a interrupção do abastecimento de água. Todos esses autos de infração, todos esses ilícitos estão previstos na legislação ambiental. E está prevista a aplicação de novas multas em razão dos novos ilícitos que estão sendo levantados.

Aqui, mostramos as reuniões do Comando Unificado. Nós estivemos lá e nos reunimos com a empresa e com especialistas para tomar decisões urgentes, emergenciais, para tentar minimizar o impacto da lama sobre o Rio Doce e sobre as populações.

Fizemos um levantamento aéreo total do Rio Doce. Isso está disponível no endereço siscom.ibama.gov.br/mariana, em que vocês vão ver as fotografias mais atuais da situação do Rio Doce em todo o seu trajeto.

O nosso laudo técnico preliminar que sustenta a ação civil pública...

(Soa a campainha.)

O SR. LUCIANO EVARISTO – ...detectou mortes de trabalhadores da empresa e de moradores das comunidades afetadas; desalojamento de populações; devastação de localidades e consequente desagregação dos vínculos sociais; sensação de perigo e de desemparo na população; destruição das estruturas públicas e privadas; destruição de áreas agrícolas e de pastos, com perda de receitas econômicas; interrupção da geração de energia pelas hidrelétricas; assoreamento dos cursos d'água; interrupção do abastecimento; interrupção do turismo; perda e fragmentação de hábitats; alteração nos padrões de qualidade da água; destruição das Áreas de Preservação Permanente; mortandade da biodiversidade aquática durante o período de defeso, o que vai impactar sobremaneira os pescadores locais. Há de se ter uma atenção especial aos pescadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sobre o que o senhor está falando, houve um movimento aqui de outros Senadores, e a Comissão já aprovou uma audiência pública só para discutir a questão dos pescadores.

O SR. LUCIANO EVARISTO – Está o.k..

Então, ali estamos mostrando o que nós conseguimos fazer: 28.386 espécimes de peixes foram recolhidos pelas nossas equipes, dando quase 19 toneladas de peixes mortos.

Dentro do nosso laudo técnico preliminar, nós propomos o monitoramento contínuo e completo do ambiente afetado; a implantação de um plano de recuperação e conservação do solo e da água; um plano de gerenciamento do material a ser removido na bacia do Rio Doce; um novo sistema de governança, de estrutura e de gerenciamento para a recuperação desse rio; a criação dos programas de conservação de espécies específicas, que serão acompanhados pelo Centro de Triagem de Animais Silvestres; a diminuição do impacto de efluentes não tratados nos corpos hídricos; o Programa de Educação Ambiental; atenção para os pescadores artesanais, para os pequenos agricultores e para as populações indígenas; e atenção para as áreas protegidas.

Volto a frisar: são destinados R$20 bilhões para a recuperação dos danos ambientais, não para compensar. Não é uma compensação pelas atividades que foram obstruídas por esse acidente.

Quanto às ações em andamento, estamos fazendo reuniões semanais entre os órgãos; ações emergenciais, visando à contenção dos rejeitos; o monitoramento da pluma no Oceano Atlântico. Ainda não levantamos os impactos em cima do estuário; esta será outra tarefa que vamos complementar em breve. Fizemos a discussão do plano de recuperação da ictiofauna, do Plano de Recuperação de Áreas Degradas (Prad). Fizemos o acompanhamento do cumprimento das 29 notificações lavradas pelo Ibama para a Samarco.

Aqui, estamos mostrando providências imediatas que precisam ser feitas imediatamente para cortar o carreamento de efluentes para o Rio Doce. A mineradora apresentou a proposta de contenção de diques. O Dique S3 e o Dique S4 seriam estruturas que teriam barreiras filtrantes, para não deixar mais passar carreamentos de efluentes sólidos em suspensão para o rio, fazendo com que a água comece a perder a turbidez que ela tem hoje. Eles também servirão... Não está claro que não há ameaça do rompimento das outras barragens. Se as outras barragens romperem, esses diques serão importantes para mitigar a descida desses sedimentos.

É importante dizer que a Samarco protocolou isso no Estado de Minas Gerais para o licenciamento, e essa é uma medida emergencial que deve ser tratada com toda a celeridade, para aí, sim, podermos colocar alguma medida no Rio Doce. Não adianta eu fazer nada no Rio Doce enquanto os sedimentos continuam descendo. Estamos tratando como se eles estivessem parados. Não estão parados. Estamos tratando como se o risco tivesse acabado. O risco não acabou. Está chovendo muito na região. O risco de rompimento existe, segundo o acompanhamento do DNPM junto à empresa.

Aqui estão as medidas emergenciais implementadas pela Samarco. Foram colocados *bags* geotêxteis para diminuir o carreamento de sedimentos. Aqui estão os *bags.* Eles recolhem os sedimentos. Existe um sistema filtrante dentro deles. E foi feita a instalação de barreiras de contenção para melhorar a situação.

Mas o importante é dizer: é preciso parar a descida. Ouviu, colega da Samarco? É preciso parar imediatamente o carreamento de efluentes para o sistema do Rio Doce.

Eu queria agradecer esta participação.

Esticando meu tempo, quero dizer que, com relação ao posicionamento dos órgãos de fiscalização ambiental, eles têm razão. Várias críticas aqui foram apresentadas com razão. O nosso órgão, por exemplo, tem 900 fiscais para cuidar de toda a Amazônia Legal brasileira, de todos os portos e aeroportos, da fauna, da flora, da degradação ambiental, de tudo neste País. Realmente, a colocação da nossa colega está perfeita.

No que diz respeito à corrupção, o Ibama tem um programa grande de combate à corrupção. Nós estamos com uma corregedoria forte, e há vários processos abertos. Neste ano, já retiramos de ação 60 fiscais envolvidos em prática de corrupção, tudo em parceria com a Polícia Federal.

Para encerrar, Senador, eu queria relembrar algo de que ninguém falou aqui: o loteamento político dos órgãos fiscalizadores. Está havendo loteamento político. Tenho um exemplo claro para dar. O Superintendente do Ibama no Espírito Santo já deveria ter sido substituído por um cidadão indicado politicamente que não entende absolutamente nada de meio ambiente. E a ele eu teria de dar o comando de ações preventivas e de combate às contingências decorrentes da mancha. Seria um desastre total! A Srª Presidente do Ibama barrou a nomeação e vai levar o fato para os canais políticos competentes.

A Polícia Federal é hoje uma instituição republicana forte e respeitada no País porque não tem loteamento político. No dia em que nossas superintendências forem todas ocupadas por servidores de carreira, faremos uma gestão ambiental de melhor qualidade, Senador Paim.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu queria cumprimentar o Presidente substituto do Ibama, Sr. Luciano Evaristo, que fez uma série de considerações, como aquela em que diz que o rio, totalmente poluído, continua sofrendo, em plena piracema. Para isso foram destinados somente R$50 milhões, pois a lei assim determina, infelizmente. Mas fica a recomendação. Esta Comissão também vai entrar no debate, a fim de aumentar a multa.

Eu disse que realizaremos outra audiência pública, de iniciativa do Senador Magno Malta, para discutir a questão dos pescadores. Faltam fiscais no combate à corrupção.

Quero dar um enfoque especial à sua última fala. Concordo totalmente: essa história de político se meter na gestão do País, indicando quem às vezes não entende nada da área correspondente só porque é aliado político, é um absurdo. Seja em que área for, não tem de indicar ninguém, inclusive vice-presidentes da Caixa Econômica Federal ou do Banco do Brasil. Eu acho um absurdo. A visão que o senhor tem é a mesma visão minha. Tenho a certeza de que a Polícia Federal avançou nessa área porque teve esse cuidado, e ainda pode avançar muito mais, assim como as outras áreas.

O exemplo que o senhor citou, do Espírito Santo, é um exemplo claro, nítido e transparente. Político para mim não tinha de indicar ninguém do Executivo. Ele é indicado para legislar, e não para fazer indicação para esse ou aquele órgão. Eu, graças a Deus, nunca indiquei ninguém para coisa alguma, nem para o Governo do Estado nem para a União. Sabemos que há políticos que chegam a fazer 200 indicações. Isso não faz sentido. A pessoa não descobre 200 técnicos para indicar para cá e para lá. É lamentável! É lamentável! Faço minhas as suas palavras nesse protesto. Este País vai mudar e melhorar mesmo quando acabarmos com essa história de o político interferir na gestão do País.

Com a palavra, o meu amigo Coordenador da Área de Recursos Naturais da Secretaria de Desenvolvimento e Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sr. Guilherme Garabeto Kechichian.

O SR. GUILHERME GARABETO KECHICHIAN – Bom dia a todos!

Primeiramente, eu gostaria de agradecer o convite do Senador Paulo Paim e de pedir desculpas. Era para o meu diretor, o Marcos Otávio Prates, comparecer, mas, em razão de uma viagem, ele não pôde vir.

Nós, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, recebemos com muita tristeza esse acidente que aconteceu em Mariana, acidente que gerou repercussões muito ruins para o nosso País, que afetou a vida de várias pessoas. Várias famílias que não tinham nada a ver com a história foram afetadas por causa de um erro ou de alguma coisa que poderia ter sido evitada.

Nós do Ministério não atuamos muito nessa parte de meio ambiente, isso está um pouco fora da nossa competência. Cuidamos mais da parte de produção, da parte de geração de empregos. Tentamos ajudar as empresas a melhorarem sua competitividade para poderem exportar mais e melhorar seus produtos. Temos atuado bastante na parte de comércio exterior, na parte de exportação e de importação de materiais.

Só gostaria de falar um pouco sobre o setor de mineração, sobre a importância desse setor para o nosso País. Historicamente, esse é um setor que gera muitas divisas, tem um dos produtos para cuja exportação temos mais facilidade e tem ajudado muito a nossa balança comercial ultimamente. Graças às *commodities* de mineração e do agronegócio, nosso País estava conseguindo anteriormente manter um superávit comercial.

Quero falar um pouco sobre as cidades que giram predominantemente em torno do setor de mineração, cidades que sofrem muito quando acontece um impacto dessa magnitude, uma vez que as rendas dessas cidades estão muito atreladas aos recursos financeiros gerados pelas empresas. Então, devemos pensar em algumas outras formas de ajudar essas cidades a desenvolverem outros tipos de atividade, a tirarem o foco da mineração, porque, se acontece algum tipo de acidente ou se a mina se extingue – os recursos são finitos lá dentro –, acabam-se perdendo importantes receitas que as cidades tinham com essa atividade.

Sobre as barragens, como o Deputado falou, infelizmente, esse episódio precisa ser utilizado para que possamos fazer melhorias, principalmente na parte de fiscalização, que está muito deficitária. O DNPM está sofrendo muito nessa parte, a parte técnica deles está precisando de mais pessoas capacitadas para tentar melhorar esse monitoramento e evitar novos acidentes no futuro.

O Ministério está à disposição para qualquer ajuda que for necessária, para qualquer auxílio. É isso aí.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Rapidamente fez sua apresentação aqui o Sr. Guilherme Garabeto Kechichian, que é Coordenador da Área de Recursos Naturais da Secretaria de Desenvolvimento e Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Como havíamos combinado, agora teríamos o máximo de 3 a 5 minutos para as considerações finais de cada um dos nossos convidados.

Antes, porém, quero registrar a presença também do Sr. Paulo Ribeiro de Santana, que está aqui participando conosco desta audiência, representante do Departamento Nacional de Produção Mineral.

Vieram muitos questionamentos, alguns repetidos. Então, não vamos lê-los todos. Lerei duas perguntas:

Por que o plano de ação de emergência, parte do plano de segurança de barragens, não fica disponível para a consulta virtual dos órgãos de meio ambiente e defesa civil? Por que algo com alcance potencialmente regional não tem obrigatoriedade de ser depositado no órgão nacional?

Essa foi uma pergunta de Fábio Azevedo Rodrigues. Leio mais uma intervenção:

Denuncio que várias minas da Vale também foram afetadas, a exemplo de Timbopeba e Fábrica Nova, que vão reduzir a produção em nove milhões de toneladas no próximo período. Se deixar na mão das empresas, como acontece hoje, os trabalhadores vão ser penalizados com tragédia e demissão.

Quem quiser comentar esses dois questionamentos – muitos foram repetidos – pode se manifestar.

Vamos voltar à nossa lista.

Vou deixar os que falaram por último hoje para o final também, mas aqui vou inverter do último para o primeiro.

Passo a palavra, primeiro, para a Procuradora Jurídica da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais, Srª Priscila Ramos Netto Viana, por três minutos ou, no máximo, cinco minutos.

A SRª PRISCILA RAMOS NETTO VIANA – Em relação a tudo que foi dito, eu acho que está bem clara a necessidade de que todos os órgãos envolvidos, todos os atores interessados, agora, busquem construir uma solução comum, principalmente no sentido de fazer com que as cidades mineradoras não dependam tanto da atividade de mineração e possuam um plano de diversificação econômica, para que haja o incentivo a outras atividades não dependentes da mineração.

Os licenciamentos ambientais devem ser feitos de forma a priorizar a segurança e a sustentabilidade, não apenas o aspecto da viabilidade econômica do empreendimento. Hoje, a gente vê um empreendimento que tem a sua viabilidade econômica arriscada em virtude do que aconteceu. Provavelmente, isso poderia ter sido evitado se, no licenciamento ambiental, os critérios e as soluções propostas fossem diferentes.

Quanto à questão da fiscalização do Governo Federal, é preciso definir claramente o que é o interesse nacional para a área de mineração, qual é a Política Nacional de Mineração. Nós temos política nacional de várias coisas. A Política Nacional de Mineração foi feita em 2011 ou em 2012, se não me engano, são 30 anos para um plano de longo prazo, mas, até agora, a gente não viu essa política sair do papel, seja em virtude do sucateamento mesmo das estruturas, do próprio Departamento Nacional de Produção Mineral, seja em virtude da questão da priorização da área energética em detrimento da área de mineração.

Quanto ao relacionamento institucional estabelecido entre empresa e comunidade, acredito que esse relacionamento pode e deve ser aperfeiçoado, porque não cabe à mineradora...

(Soa a campainha.)

A SRª PRISCILA RAMOS NETTO VIANA – ...procurar o Poder Público local somente no momento de obter a declaração de conformidade. Acho que as questões têm de ser construídas em conjunto.

Por fim, faço o apelo para que haja muita sensibilidade e muito cuidado na análise do novo marco regulatório da mineração, para que a gente não corra o risco de perder a oportunidade de tentar resolver essas questões de forma definitiva.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Essa foi a Procuradora Jurídica da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais, Srª Priscila Ramos Netto Viana.

Agora, passamos a palavra ao representante do Movimento Nacional pela Soberania Popular Frente à Mineração, Sr. Tádzio Coelho.

O SR. TÁDZIO PETERS COELHO – Eu queria só destacar alguns pontos da relação entre desenvolvimento socioeconômico e mineração, que é uma relação sempre conturbada, na verdade, porque a atividade mineradora gera uma série de impactos que são fixos, que não podem ser mitigados nem evitados. Existem, sim, os impactos que podem ser mitigados e evitados, mas existe uma série de impactos que são fixos.

Um país que se especializa na exportação de bens primários, da mineração principalmente, está fadado a ser um país com este tipo de ocorrência, com rompimento de barragens, com remoção de populações, com desigualdade social etc.. Quando você analisa os indicadores socioeconômicos de Mariana, você percebe isso. Há, por exemplo, o Coeficiente de Gini. Destaco que Mariana é o principal recebedor de *royalty* em Minas Gerais; neste ano, está em primeiro lugar. Pode-se ver, por exemplo, que o Gini, que é o índice que mede a desigualdade de renda, é bastante insatisfatório. A renda domiciliar rural também é bastante insatisfatória, isto é, a riqueza gerada pela mineração não chega até a população mais pobre. Pelo contrário, os impactos socioambientais, de maneira geral, são distribuídos desigualmente. Isso acabou de ser mostrado pelo que aconteceu em Mariana, porque as populações que foram atingidas são também populações que são pobres, negras e pardas. Lá há uma presença de população negra e parda acima da média. E também há uma renda abaixo da média no Município. Isso é importante frisar.

Falando um pouco sobre o novo marco, lembro que o Relator, Leonardo Quintão, que agora é chefe da Bancada do PMDB da Câmara, teve 40% da sua campanha financiada por mineradoras. Novamente, há a questão do conflito de interesses. A Câmara dos Deputados está se tornando o que o velho Karl Marx falava, o

comitê gestor dos interesses das classes dominantes – é um clássico que dá para ser aplicado perfeitamente no momento.

Entre algumas coisas que há no novo marco, como a Priscila já levantou...

(Soa a campainha.)

O SR. TÁDZIO PETERS COELHO – ...está a anuência que será dada pela ANM. Quer dizer, existe uma série de problemas.

Quanto ao fato de o rejeito não ser inerte, a gente fez um levantamento de todas as pesquisas até agora. As únicas duas pesquisas que lançaram os dados completos, que são as do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam) e do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), de Baixo Guandu, mostraram que existe presença de alguns metais pesados acima do aceitável, isto é, eles são tóxicos, segundo esses estudos. A gente fez esse levantamento.

Por fim, eu queria levantar a responsabilidade, a responsabilização da Vale e da BHP Billiton, que são os acionistas e que são os responsáveis, inclusive, pela parte operacional da Samarco. Isso não pode ser nunca esquecido. Tem de haver sempre a possibilidade da responsabilização dessas duas empresas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Tádzio Coelho, que falou pelo Movimento Nacional pela Soberania Popular, reafirmando a importância da participação popular e dispondo que as diferenças econômicas são muito grandes, principalmente pelo que arrecadam. Pobre, pobre; rico, rico. Infelizmente, nessa região não é diferente.

Tem a palavra José Maria Soares, Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativistas do Estado de Minas Gerais.

O SR. JOSÉ MARIA SOARES – Ficou claro, diante de todas as exposições aqui, que houve falha em todas as instâncias praticamente, principalmente nas do Governo Federal, do governo estadual e também da empresa. Não sei como funciona, mas acho que é necessário um requerimento desta Comissão de Direitos Humanos para quem está à frente do marco regulatório da mineração. É importante dizer que é preciso fazer as conferências regionais e nacionais sobre esse marco regulatório. Ele é importantíssimo. A população...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O senhor pode esperar um pouco? É que ela está nos encaminhamentos finais.

O SR. JOSÉ MARIA SOARES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para ajudar, quero dizer que o que ele está propondo é exatamente o tema de que falei com você aqui, para que não haja nenhuma discussão e votação sem, primeiro, ouvir, via conferências...

O SR. JOSÉ MARIA SOARES – É preciso ouvir através de conferências regionais e nacionais, como foi feito por V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – No PL 30.

O SR. JOSÉ MARIA SOARES – No PL 30.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k.!

O SR. JOSÉ MARIA SOARES – Deve haver a participação da população, das comunidades, dos trabalhadores, das instituições, todos participando e tendo ciência de tudo isso. Na verdade, há muita gente que não sabe nem o que é mineração ainda. Há professores que dão aula e que não sabem o que é mineração, os danos.

Como foi colocado aqui, é uma tristeza que a gente esteja vivenciando isso. Então, é importante isso, Senador.

Também reforço a terceirização, o projeto de lei. Anda tudo junto. Essas mazelas, essas sequelas vivenciadas estão muito ligadas a esse Projeto de Lei nº 4.330 e ao projeto de lei do marco regulatório, ao novo Código da Mineração. Nada há nesse projeto falando sobre trabalhadores, sobre comunidade, sobre os impactos sociais e ambientais, sobre a saúde e a segurança desses trabalhadores.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MARIA SOARES – A companheira falou sobre a CFEM. Talvez, eles sejam mal aplicados pelas prefeituras. Muitas vezes, isso até pode acontecer. Mas é importante haver um cheque caução para nesses momentos ser utilizado. Na verdade, não há CFEM, não há imposto que vá pagar essas vidas. E não são só vidas humanas, mas vidas de toda natureza.

Rapidamente, quero dizer que vamos depender da Comissão de Direitos Humanos não só agora, quando do ocorrido no Estado de Minas, mas também com relação a várias empresas. Entre elas, a Aperam Bioenergia

está cometendo neste momento atos antissindicais e crime contra a organização do trabalho no Vale do Jequitinhonha. Nós vamos precisar que a Comissão nos auxilie, para que isso seja sanado.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já posso adiantar, José Maria Soares, que falou aqui em nome da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativistas do Estado de Minas Gerais – você é o Presidente –, que pode contar com nosso apoio. Só traga a questão, que vamos trabalhar juntos nesse sentido.

O SR. JOSÉ MARIA SOARES – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agora, passo a palavra para o Procurador do Trabalho da Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região/MG, Sr. Geraldo Emediato de Souza.

O SR. GERALDO EMEDIATO DE SOUZA – Senador Paulo Paim, como conclusão de todas essas falas, o que vemos, sem dúvida alguma, realmente é que a razão de todas as nossas mazelas é a questão da educação: educação com o meio ambiente, educação nas relações de trabalho, educação na prevenção.

Esse acidente tem tudo para se repetir se nós não tomarmos medidas efetivas. Por exemplo, é inadmissível que um órgão como o DNPM possua apenas quatro fiscais. O Estado não tem condições de fiscalizar uma atividade de risco, uma atividade que é realizada no entorno de pequenas comunidades pobres, carentes. O Estado não permite a fiscalização, e essa é uma empresa que evidentemente descumpre as normas em vigor. Não é possível sequer acompanhar esse cumprimento, porque o fiscal não consegue realizar o seu trabalho.

Está aqui o Luciano expondo esta mazela que é a relação promíscua do Estado com as empresas. Foi dito, em relação a esse episódio – apenas ouvi, e é preciso que se apure –, que essa empresa investiu em campanhas políticas, com valores vultosos, e que, inclusive, haveria ingerência até na nomeação do próprio Ministro das Minas e Energia. Isso é o que está sendo dito em Minas Gerais.

(Soa a campainha.)

O SR. GERALDO EMEDIATO DE SOUZA – É preciso que essas relações sejam mais bem esclarecidas e que realmente o Estado fiscalize e que a empresa respeite o meio ambiente.

Nas relações de trabalho, por exemplo, essa empresa já foi multada pelo Ministério Público em relação à sua terceirização ilícita. Então, de fato, não é surpreendente que a maioria, se não a totalidade dos empregados que morreram, seja de terceirizados. Não cumpre o compromisso que assinou no Ministério Público do Trabalho e está sendo multada, mas multa não resolve. Na verdade, é preciso que haja educação para o respeito da lei, para o respeito da cidadania.

Fico imaginando que, num acidente dessa gravidade em qualquer país civilizado, as consequências seriam muito mais enérgicas, rigorosas e exemplares. Então, cabe ao Ministério Público do Trabalho apenas reparar e punir. A esta altura, nós estamos recebendo toda essa documentação para tomar as medidas de reparação, que, inclusive, envolvem a questão do dano moral coletivo, porque é inadmissível que essas pessoas lesadas não tenham uma reparação à altura do que sofreram. Essa renda mínima é insuficiente, mas é o que se pretende agora. A partir do que for apurado, nós tomaremos as medidas dentro da nossa alçada, que é buscar a indenização justa, adequada e exemplar para todas essas comunidades lesadas, que envolvem pescadores, pequenos agricultores, areeiros e todas as pessoas, enfim, que sofreram esses danos, alguns irreparáveis.

Parabenizo a iniciativa. Acho que, a partir deste debate, temos de evoluir para uma relação mais adequada em relação a todos esses assuntos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Sr. Procurador do Trabalho da Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região/MG, Sr. Geraldo Emediato de Souza!

Agora, tem a palavra o Deputado Estadual Cristiano Silveira, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

O SR. CRISTIANO SILVEIRA – Presidente, quero parabenizá-lo e cumprimentá-lo pela audiência.

Quero dizer para o José Maria que também a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia de Minas Gerais permanece à disposição, uma vez que as defesas dos direitos coletivos também estão no escopo da nossa atuação.

Rapidamente, Presidente, eu queria pontuar algumas questões que foram colocadas.

Quando nós falamos da deficiência de fiscais do DNPM, isso tem um impacto tanto do ponto de vista da segurança, quanto da fiscalização, do rigor do cumprimento da legislação e também da própria arrecadação do Estado, porque, se o Estado disponibiliza mais fiscais, ele impõe maior celeridade nos processos, e isso é interessante para o Estado. Então, colocar mais fiscais não é despesa, é investimento, tanto para a arrecadação, quanto para a segurança dos processos que estão estabelecidos.

Algumas questões me preocupam: a gente tenta estabelecer, nas comunidades que são mineradoras, que, se, de repente, você fiscalizar mais a mineradora, se você imputar multas à mineradora, a mineradora não vai conseguir operar e vai gerar desemprego. Então, cria-se um falso conceito perante à comunidade de que eles têm muito a perder, e nós precisamos trabalhar isso. Não é possível que nós vivamos um contexto de sociedade extremamente refém de um processo.

Volto a dizer que não sou inimigo nem adversário do setor mineral – se fosse assim, nem celular nós usaríamos, nem relógio –, pois tudo vem do processo mineral. Mas concordamos também que, da forma como está, não pode ficar, não funciona.

Eu acho engraçado o ser humano. Estamos mandando sondas para Marte, para Plutão, há telescópios para enxergar se há alienígenas não sei onde. E a gente não consegue melhorar os processos tecnológicos de mineração? Eu acho que sim. Eu faria um desafio: se o Estado brasileiro disser que não há mais processo de mineração em que tenha de se fazer barramento e que quem quiser vir para cá fazer mineração vai ter de desenvolver tecnologia nova, bato uma aposta se não vai haver uma fila querendo minerar. É que criamos essa comodidade mesmo, estabelecemos um modelo...

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTIANO SILVEIRA – ...que deixou as empresas na zona de conforto, e o Estado também, por quais interesses a gente não sabe – ou sabe, mas às vezes não diz.

Estou defendendo aqui, Presidente, uma política nacional dos direitos dos atingidos por barragens com base em alguns aspectos. Veja bem: o estudo de impacto é feito por empresas privadas; o cadastro socioeconômico é feito por empresas privadas; o pagamento de indenizações e a concessão de direitos são feitos por empresas do setor elétrico. Qual órgão estatal é responsável diretamente pelos direitos dos atingidos? Nenhum! Qual a fonte de financiamento das políticas dos atingidos? Nenhuma!

Então, do ponto de vista de quem é atingido, faço uma analogia relacionada ao Estado brasileiro e ao setor minerário: normalmente, o cachorro balança o rabo; o cachorro é o Estado, o rabo é o setor minerário. É o rabo que está balançando o cachorro.

Então, se não houver uma postura mais proativa nossa, como legisladores e como Poder Público, nós vamos continuar tendo uma situação em que não temos o protagonismo, e nós não assumimos o nosso papel efetivo, que é balizar essas relações.

Por fim, fico preocupado quando o Luciano, representante do Ibama, coloca a limitação que ele tem, por exemplo, em relação às multas. E não é só isso, não é, Luciano? Há também o percentual daquilo que é efetivamente pago. A gente sabe que há uma série de dispositivos e recursos, de tal forma que nem sempre se cumpre e se paga tudo aquilo que deveria.

Outro debate que precisamos fazer, Senador Paulo Paim – em Minas Gerais, ele está sendo muito recorrente –, é o debate sobre minerodutos, a utilização de minerodutos para transportar minérios até os portos. Nós também temos de fazer essa discussão. O País viveu uma crise hídrica, e temos de saber realmente qual é o impacto de haver minerodutos no nosso País.

Mais uma vez, obrigado. Eu me coloco à disposição de V. Exª para qualquer outro debate que achar pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Deputado Estadual Cristiano Silveira, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Minas, que trouxe uma série de sugestões e está acompanhando, passo a passo, essa situação.

Passo a palavra ao Coordenador de Desenvolvimento Socioinstitucional da Samarco Mineração, Sr. Estaneslau Klein.

O SR. ESTANESLAU LEONOR KLEIN – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Eu gostaria de destacar alguns pontos.

Primeiro, quero agradecer a oportunidade de a empresa poder se posicionar e responder a alguns questionamentos. Estaremos à disposição para futuras audiências, inclusive trazendo outros especialistas, dada a variedade de temas aqui apresentados nesta Comissão.

Também gostaríamos, se possível, de apresentar respostas aos diversos pontos levantados aqui hoje nesta Comissão, como notas complementares à ata deste encontro. Em função do tempo, não foi possível destacar todos.

Há cinco pontos que eu gostaria de reafirmar.

O primeiro deles é relativo à comunicação imediata da Samarco com os órgãos competentes em função do rompimento da Barragem de Fundão. Juntamente com o Corpo de Bombeiros, a Defesa Civil, a Polícia Militar e outras autoridades, a Samarco executou todas as ações previstas no seu plano de emergência entregue

aos órgãos competentes. Então, quero só destacar que existe esse plano e que a empresa o seguiu dentro dos ritos legais.

Quero reafirmar o compromisso da empresa de atender, como ela sempre fez, aos padrões legais e normativos nacionais e internacionais aplicáveis a essa situação. Acho importante que haja, de fato, um debate para caracterizar melhor as pessoas afetadas. Isso é muito importante para que possamos prestar todo o auxílio e toda a assistência, fazendo reparação social às famílias atingidas.

Em relação ao processo de diálogo, quero deixar claro que a Samarco tem se colocado totalmente à disposição em todos os fóruns de diálogo. Inclusive, o Governo do Estado de Minas Gerais estabeleceu uma mesa de diálogo. Então, participamos de todo esse espaço, ouvindo as considerações dos movimentos sociais e de diversas autoridades e buscando atender na medida do razoável e do possível.

Em relação aos trabalhadores, a Samarco, como já foi apresentado aqui pelo Procurador do Ministério Público do Trabalho, celebrou esse acordo, comprometendo-se a não demitir os funcionários, a não fazer nenhuma demissão em massa até o dia 1º de março e também a não romper os contratos com empresas terceirizadas, aqueles contratos que são permanentes, que prestam serviços rotineiramente para a empresa.

Em relação à questão da garantia dos direitos, eu gostaria de destacar que a empresa não tem feito negociações individuais neste momento, apesar do desejo de muitas pessoas das famílias de iniciarem um processo de negociação financeira de danos morais e materiais, entendendo que ainda não seria o momento adequado em função de um certo abalo emocional do evento. Então, temos feito, sim, ações emergenciais neste momento e temos o interesse de construir com as comunidades e com todos os órgãos e partes interessadas todas as regras de compensação coletivas e individuais.

É importante darmos transparência a esse processo. A Samarco está se colocando à disposição para discutir coletivamente todas as questões, inclusive a questão do cadastro, que é muito polêmica. A empresa realizou um cadastro preliminar, de modo que ela pudesse, efetivamente, prestar as ações emergenciais. Ele, naturalmente, terá de ser construído com as próprias populações atingidas, com a fiscalização e com o monitoramento dos órgãos competentes. Temos convidado sempre o Ministério Público a participar no que tange aos direitos coletivos, assim como a Defensoria Pública, garantindo a questão dos direitos individuais.

Neste momento, acreditamos que a construção de soluções conjuntas, independentemente do que será apurado em relação ao caso, é um caminho muito bom para que, de fato, consigamos reparar os meios de vida dessa população. Enquanto vai haver um debate sobre os diversos aspectos desse acidente, nós gostaríamos, sim, de construir as soluções emergenciais e as soluções mais estruturadas de médio e longo prazos, para que possamos reparar os meios de vida dessa população o mais breve possível, dentro dos padrões legais e normativos nacionais e internacionais aplicáveis.

Isso inclui reparação social e ambiental. Quero destacar que a empresa pretende, realmente, atender a todas as recomendações e fazer um trabalho diferenciado no que tange à recuperação ambiental do Rio Doce, dessas áreas atingidas, para não só restabelecê-las, mas, se possível, colocá-las em condições melhores que aquelas em que se encontravam antes do evento. Isso não é um processo de curto prazo, mas, sem dúvida, é um processo de longo prazo, que ainda vai depender de muitos encaminhamentos.

Quero reforçar aqui que realmente a confiança na empresa foi muito abalada neste momento. A Samarco sempre teve um modelo de sustentabilidade lastreado em construção de relações de confiança com todas as partes interessadas. Nós entendemos que é um processo de reconstrução também que deve acontecer, para que encontremos as melhores soluções para essa população e para toda a sociedade brasileira em relação a esse ponto.

Quero destacar também, em relação à reparação social, que já mencionei, esse aspecto de melhorar as condições de vida, mas de fazer isso de forma muito responsável. Há muitos grupos vulneráveis, há muitas instituições querendo ajudar e colaborar, mas precisamos fazer isso no tempo certo, respeitando a vontade dessas pessoas, dessas famílias.

Então, em relação a reassentamentos, foram colocados alguns pontos. Em breve, pretendemos construir com toda a sociedade a melhor alternativa, respeitando sempre a vontade dessas famílias e das pessoas daquela região.

Acho importante destacar que muitas solicitações a empresa já vem atendendo, e algumas delas, mesmo que ainda não tenhamos recebido nenhuma recomendação legal, também já vimos aplicando nessas regiões, para que possamos acelerar esse processo de retomada dos meios de vida, especialmente as pessoas que querem retomar o seu comércio e as suas atividades produtivas, sem dano à reparação integral no futuro.

(Soa a campainha.)

O SR. ESTANESLAU LEONOR KLEIN – Por fim, quero agradecer aqui, na pessoa do Presidente Ricardo Vescovi de Aragão, que me incumbiu de representá-lo nesta audiência. Sou o coordenador das ações humanitárias na região de Mariana, trabalhando junto com outros colegas. De fato, quero agradecer e reforçar que a Samarco vai colaborar com toda a prestação de informações necessárias nos diversos espaços públicos de que ela participa, para tratar do tema.

Mais uma vez, numa palavra final, entendemos que o diálogo é o melhor caminho, o caminho do acordo, para que possamos responder com celeridade a essa situação, sem prejuízo aos direitos coletivos e individuais, mas para, de fato, respondermos com muita seriedade e com muita responsabilidade todas as questões apontadas neste momento das ações de emergência.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Esse foi o Coordenador de Desenvolvimento Socioinstitucional da Samarco Mineração, Estaneslau Leonor Klein.

Agora, vamos passar a palavra ao Sr. Guilherme Garabeto Kechichian, que fala pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O SR. GUILHERME GARABETO KECHICHIAN – Obrigado, Senador.

Eu gostaria de reforçar alguns pontos que foram levantados pelo Procurador e pelo Deputado Estadual Cristiano Silveira sobre a questão da fiscalização das barragens, para podermos evitar futuros desastres daqui para frente.

A questão no DNPM é muito séria. O órgão está praticamente sucateado, há defasagem de muitos funcionários e técnicos na área. Então, seria muito importante um estudo mais aprofundado sobre as necessidades do órgão, para poder evitar esse tipo de acidente no futuro.

Outra questão que eu queria levantar diz respeito à diversificação das atividades das cidades que utilizam a mineração como principal atividade. É muito importante que, além da mineração, as cidades terem outro tipo de atividade, para não ficarem extremamente dependentes desse setor.

Quero dizer que estou à disposição para qualquer esclarecimento de dúvida, caso seja necessário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Guilherme Garabeto Kechichian, que fala em nome do Ministério da Indústria e Comércio Exterior!

Passamos a palavra ao Sr. Luciano Evaristo, Presidente Substituto do Ibama, que aqui fala em nome do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. LUCIANO EVARISTO – Obrigado, Senador.

Levo a palavra ao nosso Deputado Cristiano, que fez uma colocação sobre as multas do Ibama. Esse conceito de que a multa do Ibama não faz coceguinha é falso. Lá na minha sala, fica uma verdadeira romaria de pessoas que não pagam as multas do Ibama e que são inscritas no cadastro de inadimplentes do Banco Central. Eles vêm pedir, pelo amor de Deus, para tirá-los do Cadin. Então, quem não paga multa do Ibama vai para o Cadin, vira cidadão de terceira classe, não abre empresa, não abre conta bancária, não faz mais nada no setor econômico. Então, eles vêm pedir para sair. E há aqueles que, mesmo assim, ficam no Cadin e não pagam a multa. A Advocacia-Geral da União impetra ação judicial e vai até o fim, até buscar os bens daquele cidadão que não pagou a multa.

Nós vivemos num Estado de direito. Ninguém gosta de pagar multas. As pessoas usam dos recursos admitidos em lei e procuram protelar. Mas, no Ibama, nós vamos até o fim com o infrator. Por exemplo, se a Samarco não pagar a multa, nós vamos à Justiça até fazê-la pagar.

Eu queria fazer um elogio ao trabalho feito pelo Tádzio Coelho.

Eu queria pedir a você, Tádzio, que encaminhasse esse trabalho oficialmente ao Ibama. Há toda uma investigação, todo um trabalho de apuração, que é interessante a gente fazer.

De outra parte, coloquei no eslaide a questão da governança. Quando a gente for trabalhar a recuperação desse rio, que a gente possa trabalhar de forma transparente, com todos os órgãos, mostrando à sociedade onde vamos aplicar os recursos, o que estamos fazendo para recuperar o rio, oportunizando a participação de todos.

Nesse mesmo sentido, Senador, eu gostaria de deixar uma preocupação, em nome do Ibama, com a questão da apuração dos fatos. Há alguns ingredientes: um acidente de grande proporção no setor minerário, de repercussão nacional e internacional; o envolvimento do licenciamento ambiental estadual; o envolvimento do órgão fiscalizador da União Federal; pessoas mortas; o Rio Doce morto.

Então, destaco o papel do Congresso Nacional em participar ativamente numa das suas modalidades, para garantir que a apuração desse fato que ocorreu faça com que nunca mais ocorra um evento desse tipo, com que nunca mais tenhamos de perder pessoas, de perder um rio, de perder uma biodiversidade. Existem alternativas, que foram colocadas aqui, para melhorar a produção mineral, colocando-a em bases sustentáveis.

Senador, deixo aqui o apelo do Ibama sobre o limite de R$50 milhões das multas. Digo o seguinte: se um grande empreendedor tem de investir R$300 milhões na segurança da sua barragem e se ele souber que, se ela romper, ele vai pagar R$50 milhões de multa, ele pode ficar tentado a não adotar 100% das práticas para garantir a segurança. Deixo esse apelo aqui.

Coloco o Ibama à disposição da Presidência desta Comissão para todas as audiências que forem necessárias.

Chamo todos para a grande audiência na Câmara amanhã, no plenário, que também tratará desse assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Sr. Luciano Evaristo, Presidente Substituto do Ibama, representando, neste debate, o Ministério do Meio Ambiente.

A nossa audiência atingiu os objetivos.

Quero aprofundar o debate desse tema, mas é claro que ele não termina aqui, tanto é que você já anuncia uma audiência pública no plenário da Câmara dos Deputados. Vamos encaminhar todas as falas para os canais competentes e, inclusive, para todos os Senadores dessa Comissão.

Agora, só vou passar aos encaminhamentos finais desta nossa audiência pública, enquanto chega o documento, por favor.

O SR. CRISTIANO SILVEIRA – Senador, eu queria fazer uma sugestão também como desdobramento dessa audiência, para que, ao final dos trabalhos da Comissão Extraordinária da Assembleia de Minas, que está apurando, investigando e acompanhando o caso, pudessem enviar o relatório final para essa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está acatada já a sua sugestão, com certeza. Isso vai ser importantíssimo para qualquer procedimento que esta Comissão possa fazer em relação a esse crime ambiental e humanitário.

Então, é claro que aqui não está tudo, mas está o eixo. Vamos aproveitar todas as gravações e a própria filmagem.

Primeiro, vamos encaminhar a ata, as notas taquigráficas e a filmagem da presente reunião ao Relator do marco da mineração, oferecendo sugestões para aprimorar a referida legislação nos seguintes aspectos, que pontuamos: rever os requisitos da liberação ambiental, a fim de fazer uma fiscalização efetiva; rever a distribuição de *royalties* e das competências referentes às atividades de mineração entre os entes municipais, estaduais e federal; estimular o diálogo das mineradoras com as comunidades que sofrem os efeitos da mineração; aumentar a participação municipal em todo o processo de permissão da atividade mineradora; atualizar as multas cobradas pelo Ibama – inclusive, pode ser uma nova lei –, ampliando o limite máximo da multa; realizar conferências regionais e nacionais para ouvir especialistas nesse tema e as comunidades afetadas para construir o novo Código da Mineração, a exemplo do que foi feito com o próprio PL 4.330, aqui PL 30, que está sob minha relatoria.

Já fui a 24 Estados, faltam mais três. Devo fazer isso agora em fevereiro e em março. Assim mesmo, vamos participar de uma conferência nacional em maio aqui, em Brasília, na mesma linha que você sugeriu.

Vamos lutar para rejeitar o projeto que estabelece o novo marco para a mineração nos moldes em que está, caso não sejam alterados, conforme já foi sugerido. Vamos abordar, no relatório deste Senador, o projeto da terceirização, os efeitos da terceirização, e citar o que aconteceu em Mariana, por exemplo. Vamos fazer uma recomendação para reestruturar a fiscalização federal no sentido de ampliar o número de fiscais do Ibama e do DNPM, na área do trabalho, e dos auditores fiscais também, enfim, de todas as áreas. Vamos fazer com que os cargos de direção desses órgãos e de outros tantos de gestão sejam ocupados por técnicos qualificados pertencentes à carreira, concursados, e não indicações políticas.

Essa foi a sua última fala. Digo isso no geral aqui.

Chegou aqui também a recomendação – e me parece que esta discussão já está sendo feita na Câmara e por outros Senadores – de que saia desta audiência o apoio à criação de uma CPI Mista para apurar as consequências atuais e futuras de queda de barragens e a responsabilidade de todos nós. Acho que é a questão de nós, quando falarmos em CPI, não só focarmos nessa. Temos de focar nessa e em todas as outras, pelos fatos que vêm acontecendo.

Vocês mesmos aqui apresentaram números: já foram seis ou sete que romperam. É claro que essa é o eixo principal. Mas, pelo que percebo da vontade dos Parlamentares, esta Comissão, a partir de hoje, também se somará para que haja uma CPI para analisar essa questão.

Por último – acho que esta foi uma solicitação do Deputado –, vamos realizar audiência pública para tratar as consequências para as comunidades atingidas pelas barragens.

Digo isso conforme o que você apresentou aqui. Pode deixar esse gibi comigo, esse livrinho. Eu o chamo de gibi. Nas minhas primeiras campanhas, eu fazia o gibizinho.

É claro que vou receber o resultado feito em Minas Gerais, conforme o Deputado propôs.

Mais ou menos é isso, pessoal. É claro que não dá para detalhar tudo, esse é um tema que não termina aqui. O debate vai continuar, com audiências públicas, no plenário da Câmara, no Senado.

Por tudo que foi levantado aqui, estou convencido também de que o bom mesmo é fazer uma CPI, sem querer atingir esta ou aquela empresa, mas para discutir a complexidade desse setor e aonde chegamos. Senão, vai ocorrer aquilo que, se não me engano, falou aqui a Procuradora: faz-se audiência pública, faz-se audiência pública, e continua acontecendo a mesma coisa.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a audiência pública do dia de hoje.

(Iniciada às 9 horas e 6 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 54 minutos.)

ATA DA 125ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2015, TERÇA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e onze minutos do dia quinze de dezembro de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Donizeti Nogueira, Lindbergh Farias, Ana Amélia, Telmário Mota, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Vicentinho Alves e do não membro Senador Paulo Rocha. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº140 de 2015-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para o ciclo de debates sobre: "O mundo do trabalho: desemprego, aposentadoria e discriminação", com foco na da terceirização. O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Moacyr Roberto Tesch Auersvald, Secretário Geral da Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST; Canindé Pegado, Secretário-Geral da União Geral dos Trabalhadores – UGT; Guilherme Guimarães Feliciano, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA; Hugo Melo Filho, Presidente da Associação Latino Americana de Juízes do Trabalho; João Paulo Ribeiro, Diretor de Assuntos do Poder Legislativo da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil - CSPB e Secretário Nacional da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB; Marilane Teixeira, representante do Fórum em Defesa dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização; Graça Costa, Secretária Nacional da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Carlos Silva, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – Sinait. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Paulo Rocha e a Senadora Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e vinte e três minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 125ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública nos termos do Requerimento nº 140, de 2015, da CDH, de nossa autoria e de outros Senadores.

Aqui, mais uma vez, vamos entrar no ciclo de debates. O tema hoje não poderia ser outro. Trata-se do mundo do trabalho, com foco na terceirização. Nós tivemos, recentemente, o fato de Mariana, quando, mais uma vez, comprovamos que o serviço terceirizado tem levado à morte, acidente e sequelas de inúmeros trabalhadores. Faleceram inúmeros no que chamo crime de Mariana, um crime ambiental, um crime político, um crime social e um crime contra o meio ambiente. Mais uma vez, o centro ali são as empresas terceirizadas.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo pelo Portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania. E do Alô Senado, através do número 0800612211.

Eu vou fazer uma pequena introdução, enquanto os nossos painelistas estão chegando. Eu já peço aos nossos painelistas que sentem de preferência aqui na primeira mesa. A partir daqui, faremos provavelmente duas Mesas. Nós vamos começar o debate sobre este tema que preocupa toda a classe trabalhadora do País, terceirizada ou não.

Vou fazer uma pequena introdução, como faço sempre, situando todos que estão nos assistindo pela TV Senado, pela internet, pela Agência Senado e pela própria Rádio Senado.

Meus amigos e minhas amigas, estamos aqui, mais uma vez, em audiência. Já realizamos mais de 30 audiências, se compararmos com as que fizemos aqui e nos Estados. Nos Estados, fizemos 22. Faltam ainda cinco. Captamos as impressões da população sobre os mais variados projetos e visões sobre a terceirização. Esse diálogo que fiz ou que fizemos com a sociedade foi importantíssimo para que esse debate amplo seja feito em nível nacional, a fim de que os poderes constituídos sejam chamados a olhar atentamente para essa questão.

O Congressista precisa estar em consonância com as reivindicações da população e exercer seu cargo em nome da democracia.

Foram mais de dez anos de tramitação na Câmara do PL 4330, de 2004, que trata da terceirização. E, dessa proposição, surgiu, então, aqui no Senado, a partir dela, só mudou o número, o PL nº 30, de 2015.

Depois de muitos debates aqui no Congresso e nos Estados, já que fui a 22 Estados, sempre na Assembleia Legislativa, sempre com a Casa lotada, com a participação intensa das centrais, das confederações, dos sindicatos, das associações, do Judiciário em todas as suas instâncias – estamos aqui vendo a Anamatra e outras lideranças –, e isso foi muito importante para que pudéssemos avançar na redação final do projeto.

Trata-se de um projeto que viola as conquistas sociais de mais de duas décadas de história e fragiliza os direitos trabalhistas referendados na própria CLT. É claro que todos temos manifestado nossas preocupações com o oportunismo da mudança, porque, num momento de crise, setores mais conservadores tentam aprovar projetos que retiram o direito dos trabalhadores. É só ver este e tantos outros que estão tramitando na Câmara e no Senado, embora aqui em um número menor.

Neste contexto, avalio como impróprio o projeto que dispõe sobre os contratos de terceirização e a realização de trabalho dele decorrente da forma como veio da Câmara. Atualmente, são 13 milhões de terceirados, que cumprem jornada de três horas a mais por semana e recebem de 25% a 30% a menos do que os trabalhadores contratados diretos.

O setor bancário chega a dizer que há casos, naquela área, em que o terceirizado recebe até 70% a menos.

Percebam, senhoras e senhores, que, em regra, os terceirizados trabalham mais e ganham menos. E há outros grandes problemas. Como os terceirizados permanecem três anos a menos no emprego, estão mais expostos ainda a acidentes do trabalho, por receberem menor tempo de treinamento e capacitação para suas atividades, além dos prejuízos na hora de se aposentarem.

Como todos sabemos, o empresário e o trabalhador querem conquistar objetivos semelhantes para o País, buscam o crescimento econômico e, é claro, todos querem segurança jurídica. Nós também queremos. Mas segurança jurídica se dá regulamentando a situação dos 13 milhões de terceirizados e não querendo que os 45 milhões de trabalhadores com carteira assinada passem a ser terceirizados.

O empresário considera fundamental a redução do custo trabalhista para adquirir mais competitividade, mas, em minha experiência e a de tantos outros que nos acompanharam neste roteiro e vão participar também deste debate como sindicalista, pudemos perceber que um funcionário produz mais quando tem boas condições de trabalho, quando sua jornada não é exaustiva, o trabalho não é degradante e quando recebe salário justo.

Embora o investimento no operário, em um primeiro momento, dê a impressão de que possa comprometer a competitividade pela elevação de custos, verifica-se que, ao final, o elevado ganho da produtividade é interessante tanto para o empregado quanto para o empregador.

Desse modo, podemos considerar que a melhoria do ambiente de trabalho é também o elemento que beneficia a todos.

Por tudo isso, entendemos que a ampliação da terceirização para as funções finalísticas prejudicaria as relações de trabalho e deixaria o empregado em patamar inferior ao que foi alcançado até hoje, inclusive a partir da própria Constituição e da CLT.

A aprovação do PLC 30, de 2015, configuraria um retrocesso, quando ainda temos conquistas a realizar em nome dos trabalhadores.

Quero frisar que, graças à articulação feita com a sociedade civil organizada, centrais, confederações, associações, juízes, como a Anamatra, repito, e todos os setores do Judiciário que têm colabora conosco, além de termos realizado uma meia dúzia de audiências públicas aqui em Brasília, esta é mais uma, realizamos audiências públicas em 22 Estados. Fizemos audiência pública sempre na capital e na assembleia: Belo Horizonte, Florianópolis, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Manaus, Boa Vista, Teresina, São Luís, Salvador, Brasília, Porto Velho, Rio Branco, Belém, Macapá e Vitória.

Lembramos que, em Salvador, o Senador Otto Alencar, que preside a Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional, indicou-me para ser Relator do PL 30, de 2015.

Em todos os Estados, foi lida e aprovada, por unanimidade, a Carta contra a Terceirização. Em maio de 2016, queremos aprovar a carta à Nação, num grande encontro em Brasília.

Em 2016, teremos ainda diligência em Cuiabá, no dia 18/02, na Assembleia Legislativa, como ocorreu em todos os Estados; em Campo Grande, Mato Grosso, no dia 19/02; em Aracaju, Sergipe, no dia 25/02; em Maceió, Alagoas, no dia 26/02; em Palmas, Tocantins, no dia 10/03/2016; e em Goiânia, Goiás, no dia 11/03/2016. Depois, haverá o encerramento desse roteiro nacional, com um grande evento que queremos fazer em Brasília.

Esperamos também que, até o mês de maio de 2016, a redação seja apresentada e aprovada nessa conferência – será quase uma conferência –, aqui em Brasília, para ser encaminhada à votação no Congresso.

É claro – repito – que todos sabem a minha posição, inclusive os Senadores. O projeto que nós pretendemos aprovar irá regulamentar a situação dos 13 milhões de terceirizados. Com isso, rejeitaríamos o projeto que veio da Câmara e aprovaríamos esse, que é fruto dessa jornada, dessa cruzada em nível nacional e que representa a vontade dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo e da cidade, da área pública e da área privada.

Entendo que todos aqueles empresários também têm responsabilidade com o social.

Essa é a introdução que faço, meu querido amigo Paulo Rocha, que tem batalhado por esse tema há muito tempo.

Enquanto aguardamos os outros representantes de centrais e do movimento – há um problema lá na entrada –, passo a palavra, para uma primeira fala, ao nosso Líder, que veio também do movimento sindical e tem feito um trabalho brilhante de articulação no Congresso Nacional, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Queria parabenizar a sua Presidência e essa mobilização em relação aos direitos dos trabalhadores, já conquistada no País.

Naturalmente, o nosso esforço aqui é evitar que retrocedam as conquistas que, nos últimos tempos, nós obtivemos, quer seja na luta das centrais sindicais, quer seja na nossa atuação no Congresso.

Logramos a aprovação de leis importantes no avanço das conquistas dos direitos dos trabalhadores, da cidadania e da dignidade dos trabalhadores.

Venho aqui não só informar, mas também fazer parte da mobilização que V. Exª coloca hoje, da trincheira em relação à questão do trabalho escravo. Todos sabem que nós também logramos avanços importantes nessa área.

A Lei de Combate ao Trabalho Escravo iniciou-se quando nós estávamos na Comissão de Trabalho na Câmara Federal – você era o Presidente, e eu era o Vice. A partir dali, nós criamos uma comissão especial, sob a minha direção, e lá surgiram todas as leis que aprovamos ao longo de dez anos, como a lei que caracteriza o trabalho escravo e a PEC que confisca as terras para fins de reforma agrária nas quais existe o trabalho escravo.

Pois bem. Agora, está se processando, nesta Casa, no Senado, a regulamentação dessa PEC que vem através do Projeto nº 432, cuja relatoria é do Senador Romero Jucá.

Ele está apressando as coisas, na medida em que já colocou em pauta para hoje essa aprovação.

Então, estamos chamando a eleição das centrais sindicais, para que pressionem a Presidência da Casa, o próprio relator, no sentido de retirar de pauta essa questão, até porque falta cumprir o rito de um processo normal, porque uma lei como essa, de interesse da sociedade, de grandes conflitos entre capital e trabalho, precisa passar por todas as comissões, com audiências públicas desse tipo e debates com o conjunto das forças políticas que estão aqui no Congresso, para, ao final, chegar pronta para aprovar no Plenário da Casa.

Nesse sentido, um requerimento de minha autoria, já assinado pela maioria dos Líderes da Casa, está sobre a mesa, para que a gente aprove esse requerimento, para retomar o rito normal, indo para as comissões, no caso da CCJ, e, quem sabe, até para fazer audiências públicas, etc. Então, é fundamental essa informação para esta plenária, que tem esse interesse, porque ela tem a ver com a questão da defesa dos direitos humanos, uma vez que há conquistas e avanços da questão do trabalho escravo.

Quando nós iniciamos essa luta, a própria sociedade, como era uma coisa escondida nas florestas, nos nossos rincões, no nosso interior, pregava-se que não existia trabalho escravo no Brasil. Existe ainda, apesar da legislação dura que já conseguimos aprovar, mas, a nosso ver, esse Projeto 432 coloca em cheque os avanços e até, se aprovado da forma como está, retrocessos.

Eu queria chamar a atenção dos nossos dirigentes sindicais, das nossas centrais, e aqui da Casa, para que a gente fique atento, no sentido de se mobilizar, para que, também nessa área, como na questão da terceirização, não haja retrocessos de avanços, de conquistas importantes, o que foi logrado pela luta dos trabalhadores, nas ruas, nas fábricas, nas roças, nas fazendas, com a atuação de Parlamentares que representam interesse dos trabalhadores, aqui no Congresso Nacional.

Era isso, Presidente. Eu queria aproveitar a oportunidade para dar essa informação e também aproveitar, daqui desta trincheira, a mobilização para não deixar que aconteça mais esse retrocesso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse é o nosso Senador Paulo Rocha, ex-sindicalista, ex-Deputado Federal, Senador da República, que tem marcado sua atuação nessa área, grande Paulo.

Teremos, como foi aqui dito pelo próprio Paulo Rocha, dois momentos. Num primeiro momento, vamos debater aqui a terceirização; num segundo momento, que vai ser em torno de 11 horas, vamos debater a questão do trabalho escravo.

Quero, neste momento, formatar a primeira mesa, para debater a terceirização. Chamo os que já estão presentes, as cinco pessoas presentes que farão parte desta primeira mesa: Moacyr Roberto Tesh, Secretário Geral da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST).

Peço à assessoria que me encaminhe os nomes dos cinco presentes, entre os convidados. Só tenho três aqui.

Já estão conosco também o Dr. Guilherme Guimarães Feliciano, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra); e Canindé Pegado, Secretário-Geral da União Geral dos Trabalhadores (UGT). Convido o nosso amigo Canindé Pegado, para que venha à mesa.

Pela Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho, meu querido amigo o Juiz Hugo Melo Filho, a quem quero aqui, de público, pedir desculpas. Eu sei que ele pediu desculpas em meu nome, porque os juízes do Trabalho de Pernambuco fizeram uma homenagem a algumas autoridades – não que eu seja uma autoridade – e eu fui uma delas.

Eu quero formal agora. (*Palmas.*)

O Dr. Hugo gentilmente se ofereceu: "Paim, eu te represento lá".

Por favor, sente-se aqui ao lado. (*Palmas.*)

Seria bom que você dissesse que prêmio é este.

O SR. HUGO MELO FILHO – A Academia Pernambucana de Direito do Trabalho conferiu ao Senador Paulo Paim a medalha anual da Academia pelos relevantes serviços prestados ao Direito do Trabalho e à Justiça Social no Brasil. Ele foi um dos contemplados. Ontem eu tive a honra de receber, em nome dele, a medalha que passo às suas mãos agora, com muita alegria. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado.

Eu quero agradecer muito à Academia Pernambucana de Direito do Trabalho por esta medalha. Para mim, claro, é um orgulho e uma enorme satisfação recebê-la das mãos do Dr. Hugo, que participou daquele evento e se prontificou inclusive a me representar. Eu diria que prêmios como este e como tantos outros que nós recebemos pela nossa atividade em defesa, com muita segurança, das causas dos trabalhadores do campo, da cidade, da área pública e da área privada, são prêmios ofertados, na verdade, a todos os trabalhadores. Sintam-se como se este prêmio estivesse no peito de cada um de vocês. Vocês são os heróis desse processo; algumas figuras, porém, têm que receber representando o coletivo. E eu me sinto muito orgulhoso de poder representá-los neste momento e de receber a medalha da Academia Pernambucana de Direito do Trabalho.

Uma salva de palmas a vocês, pois a medalha é de vocês. É nossa. (*Palmas.*)

Só para concluir, enquanto chegam os outros convidados, veio a medalha e uma placa que diz: "A Academia Pernambucana de Direito do Trabalho confere ao Ex^{mo} Sr. Senador da República Paulo Renato Paim a Medalha José Guedes Corrêa Gondim Filho do Mérito Laboral de 2015, pela dedicação e relevantes serviços prestados ao Direito do Trabalho em Pernambuco. Recife, 14 de dezembro de 2015".

Muito obrigado à Academia.

Está encerrado esse pequeno ato. (*Palmas.*)

Muito obrigado a todos.

Moacyr, pela ordem de fala, você já foi sorteado, democraticamente.

O Secretário-Geral da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, Sr. Moacyr Roberto Tesch, inicia o debate sobre as principais preocupações de nós todos em relação à terceirização.

Na sequência, haverá outra audiência, em que vamos discutir o trabalho escravo. Esta primeira trata da terceirização.

Está presente conosco também a Senadora Regina Sousa, uma grande lutadora, uma mulher que tem lado e que sempre esteve, ao longo da sua vida, ao lado dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Minhas palmas aqui à Senadora Regina Sousa. (*Palmas.*)

Nesses dias, eu fiz uma gravação para ela e eu disse o seguinte – e disse de coração: "Tomara que um dia o Senado tenha mais reginas sousas representando o interesse do nosso povo e da nossa gente".

Dr. Moacyr, por favor – uns ficam até bravos quando os chamo de doutor.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Gostaria primeiro de agradecer o "doutor". (*Risos.*)

Senador Paulo Paim, Senadora Regina Sousa, em nome dessas duas ilustres...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para informar aqueles que chegaram representando outros segmentos de que teremos duas Mesas; para a segunda Mesa, os que estão chegando agora serão convidados.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Em nome desses dois ilustres Senadores, eu gostaria de cumprimentar a todos aqui.

Cumprimento também o companheiro Canindé Pegado, da UGT; Dr. Guilherme, Dr. Hugo.

Senador, hoje nós estamos praticamente encerrando um ciclo de 2015 aqui na Comissão de Direitos Humanos. E um ciclo interessante, que eu gostaria de relembrar a todos: poucos dias atrás – e eu tive a felicidade de participar –, houve a Audiência nº 100; e hoje, fechando 2015, nós estamos na Audiência nº 125. É um

recorde de todas as Comissões aqui dentro do Senado. E são audiências públicas, posso dizer, na maioria com preocupação com o trabalhador e, muitas delas, com o povo brasileiro, como sempre.

Eu gostaria de referendar e agradecer... Eu não tenho a preocupação das Centrais aqui, mas eu tenho absoluta certeza de que, para nós, do movimento sindical, faz a diferença esta trincheira da Comissão de Direitos Humanos, essas audiências públicas que V. Exª tem presidido e que seus Pares têm acompanhado nas suas solicitações de tratamentos tão importantes como a questão da terceirização; a questão de Mariana, que foi ontem; a questão do McDonald's, que nosso segmento teve a felicidade de estar aqui, com 20 países, discutindo; a questão da igualdade racial; a questão do trabalho escravo, do trabalho decente, do fator previdenciário.

Enfim, foi um ano de muito trabalho, e eu gostaria de agradecer a V. Exª, em nome da Nova Central – e, possivelmente, em nome de todo o movimento sindical –, e também à sua equipe. Fazer acontecer 125 audiências públicas da forma como são feitas, praticamente em todas as semanas, é muito trabalho.

Também quero enaltecer... Hoje, praticamente, eu venho mais para fechar um balanço, Senador, das questões dos Estados. Ainda faltam quatro Estados, cinco Estados, para fecharmos a maratona. A Nova Central, a CSPB (Confederação dos Servidores Públicos do Brasil) e algumas das suas confederações estiveram em todas elas; se não esteve presente uma confederação, a outra, pelo menos a CSPB, esteve em todas as audiências públicas, em todos os Estados.

Nós tivemos a felicidade de... Dizem que a unanimidade é burra, Senador. Mas é impossível a gente tachar esse ditado popular numa questão tão importante e tão significativa para o mundo do trabalho. A Anamatra tem trabalhado permanentemente junto conosco.

Temos os procuradores, os sindicatos, como a Unafisco, as centrais sindicais em uma única meta, em uma única questão.

Eu acho que a terceirização, que é colocada com muita prioridade, que é essa terceirização conforme está colocada, é muito análoga à escravidão, o que nós vamos tratar daqui a pouco. Não há uma questão sequer em que poderíamos enaltecer a terceirização da forma como se encontra. É muito mais pensando num discurso fácil de dizer que nós vamos trazer 12 milhões de pessoas para o mundo do trabalho, mas quais são as condições? Será que são mais 12 milhões de trabalhos escravos que nós vamos trazer? Será que são mais 12 milhões de pessoas que vão trabalhar no submundo? O Ministério do Trabalho, a Procuradoria, a Anamatra têm feito um trabalho muito importante para desmembrar, para dissolver esse tipo de procedimento.

Nós já temos colocado, em diversas oportunidades, o trabalho do Dieese, em que o Dieese diz que, em 2013, no setor elétrico, 61 vidas de terceirizados foram perdidas contra 18 dos trabalhadores diretos; na construção civil, foram 135 mortos, sendo que, dessas, 75 foram terceirizados.

Enfim, terceirização é, efetivamente, alguma coisa de prejudicial aos trabalhadores. Nós no movimento sindical não podemos, de forma nenhuma, pensar em regulamentar uma lei que deixa aberta a questão da terceirização. Nós temos de ser muito rígidos, Senador, porque, com o jeitinho brasileiro de deixar para o Ministério do Trabalho, de deixar que essa lei fique aberta para que os casos de hoje não tenham previsto um fechamento no futuro, nós estamos fazendo de conta de que nós estamos fazendo lei.

Nós gostaríamos de agradecer a esta Comissão pelo trabalho que vem desenvolvendo. Nós não podíamos também, Senador, deixar de agradecer as ações que têm sido feitas e o acolhimento em todos os Estados.

Agora, houve o caso de Mariana, onde está, mais uma vez, caracterizado que a terceirização foi fundamental para essa tragédia. E os trabalhadores que hoje estão lá, que não tiveram participação nenhuma no acidente, que não tiveram participação nenhuma na desgraça de Mariana, lamentavelmente, além de perderem os seus empregos, perderam parte da sua história, como o seu direito a sonhar na sua vida, no seu passado, no seu cotidiano.

Para finalizar, Senador, neste momento, eu gostaria também de fazer um agradecimento aos fiscais do trabalho pela ação que têm feito, junto com o Ministério Público, nas ações que temos feito contra a terceirização e – me permita fugir um pouquinho para jogar brasa no meu assado – nas ações que temos feito na questão do trabalho semiescravo, como nós entendemos, que é com os trabalhadores do segmento do McDonald's. Agradeço V. Exª, mais uma vez, pelo empenho, pelo trabalho que foi feito. Nós estamos trabalhando para chegar a um acordo, mas está muito difícil. Inclusive, agora, há uma força-tarefa do Ministério Público para tentar solucionar essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E eu acho importante lembrar aquela questão da regulamentação da gorjeta dos garçons. E, hoje, de manhã, estivemos reunidos com os empresários, com as entidades.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Sim, essa é outra.

Sim. E, ontem, ainda, puxando a brasa para o meu assado, nós tivemos a felicidade de ter a intermediação de V. Exª numa questão que, para nós, do grupo turismo e hospitalidade, dentro da área de hotelaria, é

muito importante, que é a questão da regulamentação da gorjeta. V. Exª presidiu ontem uma reunião, em que, possivelmente, com a sua interferência e se Deus nos ajudar, nós vamos chegar a um denominador comum.

Para finalizar, mais uma vez eu gostaria – quando se começa a dizer "finalizar" é que o discurso vai ser longo! – de pedir a Deus que lhe dê muita saúde, que o anjinho da guarda lhe dê muita luz nesse momento crucial da sua vida, à sua família também.

Quero parabenizar, com tristeza, Senador, as Páginas Amarelas da *Veja*. Lamentamos profundamente o seu sofrimento, a sua posição, pelo momento em que nós, os trabalhadores, estamos passando. Mas a sua dor é a dor pela qual o povo brasileiro está passando; e a sua sinceridade, a clareza dos seus posicionamentos nunca foram diferentes. V. Exª nunca mudou o destino do seu perfil, do seu comportamento e das suas bandeiras.

(Soa a campainha.)

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Então, eu gostaria de parabenizar com sofrimento, parabenizar com pesar, mas pela sinceridade. Por isso que, mais do que nunca, peço que Deus lhe dê muita saúde, que o seu anjo da guarda lhe dê muita luz nesse momento de decisão de V. Exª, porque nós, os trabalhadores, precisamos de V. Exª como trincheira aqui, no Congresso; nós, que defendemos as questões sociais, somos dependentes de V. Exª aqui. Quiséramos nós que houvesse mais Senadores do seu perfil. Sabemos que há muitos companheiros seus aqui, no Senado, que são seguidores de V. Exª, mas quiséramos que houvesse mais pessoas.

Sucesso!

Um bom Natal e um feliz ano-novo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado, Moacyr Roberto Tesch, que falou pela Nova Central e pelas considerações que fez em relação ao momento político o qual o País está atravessando.

Não quero entrar nesse assunto, mas ele permeia tudo! Essa discussão que estou tendo não é de agora, pessoal! Essa discussão que estou tendo é desde o fim do ano passado, a partir das duas MPs, a MP 664 e a MP 665, depois alguns vetos a outros projetos que me levaram para esse debate mais aprofundado de como estar entrincheirado para defender as causas que sempre defendemos. Não tem nada a ver com *impeachment*. Vou, inclusive, ler aqui, hoje, o último artigo que fiz em relação ao *impeachment*.

Como a Fiesp tem todo o direito, e é legítimo, de, ontem, à noite, anunciar a posição deles, nós temos o direito, numa reunião como esta, também de, mais uma vez, deixar muito clara a nossa posição, pelo menos a minha, contra o *impeachment,* porque não há nada que prove que esse processo possa acontecer com o afastamento da Presidenta.

Eu o farei no encerramento da reunião.

Agora, vou pedir que passem o vídeo da Anamatra, e, em seguida, usa a palavra o Dr. Guilherme Guimarães Feliciano, pela Anamatra.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

(Procede-se à execução de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Aquele texto da campanha contra a terceirização é um trabalho feito pelo Fórum Nacional assim criado. Mas esse vídeo é exclusivo da Anamatra, que conseguiu, junto a esses atores e atrizes, fazer esse belo depoimento. Esse vídeo é passado em todos os Estados. Nos 22 Estados por que passamos, a abertura dos trabalhos foi feita com esse vídeo. Por isso, fiz questão de passá-lo aqui, neste momento.

A campanha Todos Contra a Terceirização é de autoria exclusiva e da responsabilidade da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), com a participação voluntária e gratuita do Movimento Humanos Direitos. Inclusive, alguns representantes do Movimento estarão aqui às 11h, quando vamos iniciar o debate em torno do combate ao trabalho escravo. Não guarda nenhuma relação com qualquer emissora de televisão ou com outros meios de comunicação.

Eu daria uma salva de palmas para os artistas que, livremente, deram esse depoimento. (*Palmas.*)

Vocês viram ali que está ligado ao movimento contra a terceirização e contra o trabalho escravo, que é o debate que faremos aqui a partir de 11h.

Dr. Guilherme, o Canindé Pegado, na verdade, está com outro compromisso.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Não há problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se não há problema, tudo bem. O Dr. Guilherme é um *gentleman*.

Então, vai falar, neste momento, o Canindé Pegado, Secretário-Geral da União Geral dos Trabalhadores (UGT).

O SR. CANINDÉ PEGADO – Bom dia a todos!

Bom dia, Senador Paulo Paim!

Trago aqui um abraço fraterno do nosso Presidente da UGT Nacional, o companheiro Ricardo Patah.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Estou devendo uma visita lá, mas diga que vou.

O SR. CANINDÉ PEGADO – Está certo. Estamos no aguardo.

Hoje, ele está numa reunião com o Secretário-Geral da OIT na Argentina, mas pediu para que viéssemos aqui.

Então, estou fazendo aqui esta participação. Pedi a gentileza de o senhor me conceder esta prioridade por conta de outra atividade que já está se iniciando agora no Ministério do Trabalho, na qual vou estar presente.

Senador, quero também fazer coro com o que falou o meu companheiro Moacyr Tesch, da Nova Central Sindical. Quero elogiar justamente esse seu papel democrático de ter a iniciativa de executar estas audiências públicas interativas, dando-nos esta oportunidade. O senhor, com certeza, deve ter um retorno objetivo por parte de mais pessoas que estão interessadas nos diversos temas abordados pelo País e que não tinham sequer condições de acessar as reuniões ou de estar presentes aqui como convidados ou pelos menos assistindo às audiências, a não ser pelo canal da televisão. Mas temos a oportunidade concreta de interagir diretamente nestas audiências públicas interativas.

Então, a UGT elogia a sua forma de democratizar estas discussões. Temos passado para as nossas entidades sindicais todos os convites que o senhor nos encaminha, pedindo para que, em cada um daqueles setores de interesse daqueles temas, as pessoas ou aqueles companheiros dirigentes sindicais possam efetivamente participar. Então, o senhor está abrindo um canal de diálogo nunca visto realmente aqui no Senado Federal.

Em seguida, sobre esse tema, Senador, objeto dessa sua primeira reunião, eu quero dizer que, mais uma vez, Senador, a gente espera do senhor, como Relator do projeto da terceirização, que, ouvidos todos os reclamos, todas as opiniões, todas as sugestões colocadas pelos trabalhadores de todas as tendências aqui – tendências que eu digo de centrais sindicais, evidentemente –, o senhor tem, agora, uma oportunidade de construir realmente um relatório que tenha condições de atender aos interesses dos nossos trabalhadores.

Com relação a esse projeto, Senador, que volta a tramitar, da época ainda do Fernando Henrique, nós só temos a cada momento ficar surpresos aqui, porque, vira e mexe, estão desengavetando alguma coisa para trazer, na verdade, mais complicações para esse cenário que já não é um bom cenário hoje para os trabalhadores brasileiros, pois nós estamos numa situação, hoje, em termos de política econômica, bastante adversa, lutando contra o desemprego e tudo mais, e, ainda por cima, vem mais o Projeto nº 4.330, de 2004, procurando se firmar cada vez mais dentro da Casa, E nós sabemos que esse projeto é nefasto, vem criar dificuldades cada vez maiores para o trabalhador formal e trazer também, sem dúvida nenhuma, grandes dificuldades também para os trabalhadores terceirizados.

Nós somos a favor da regulamentação da terceirização – como o senhor sabe –, mas não da precarização do trabalho, de forma alguma. Então, o sindicato representativo tem que ser ouvido realmente em qualquer tentativa de se ter uma atividade terceirizada no setor, opinando sobre a quantidade de trabalhadores a ser colocada naquela atividade, quanto tempo vai durar aquele serviço, com vistas a ter todas as condições que um trabalhador ativo da empresa principal também tem.

Então, Senador, o que nós precisamos aqui, mais uma vez, é que o senhor, atento a todas essas questões, tenha a oportunidade de se sentir em condições de elaborar esse relatório e, se não tiver ainda condições, chame-nos mais uma vez. Vamos dar continuidade aos debates, porque esse é o momento único que nós estamos tendo para resolver essa questão.

Então, o GT concorda com a realização das audiências públicas pelos Estados. Nós sabemos perfeitamente que os trabalhadores terceirizados, em muitos lugares deste País, na verdade, são semiescravos, estão em condições praticamente análogas à de escravo, por falta de condições reais de trabalho, por não estarem ali sendo praticadas as regras trabalhistas corretas. E, ainda, sabe-se que muitas empresas fecham as portas, deixam os trabalhadores nas ruas e sequer fazem com que as homologações de rescisões de contratos sejam cumpridas legalmente.

Então, como isso ocorre neste País na atividade terceirizada, a regulamentação e também a questão relacionada à parte da responsabilidade solidária tem que existir entre tomador e prestador de serviços. Ou seja, nós temos aí então um elenco de informações que o senhor tem conhecimento que dá para fazer um relatório que venha a atender aos interesses dos trabalhadores.

Então, essa é a palavra da UGT. Já estivemos aqui em outras audiências nesse mesmo sentido; já é conhecido o nosso pensamento, e, assim, nós queremos aqui ratificar mais uma vez, Senador, que o senhor tenha mais esse compromisso assumido com a classe trabalhadora e que fique à vontade para nos convocar para estarmos aqui também subsidiando, no que for possível, o trabalho final, que é a entrega do seu relatório, para levar a bom termo a questão da regulamentação da terceirização sem precarização do trabalho.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi Canindé Pegado, Secretário-Geral da União Geral dos Trabalhadores (UGT), que aqui representou o Presidente Patah, com quem tenho conversado também por telefone e que tem nos auxiliado muito, como você disse muito bem, nos eventos também nos Estados, a exemplo da Nova Central, da CUT, enfim de todas as centrais sindicais. Na medida em que vão chegando aqui, a gente vai comentando.

Passo a palavra agora ao Dr. Guilherme Guimarães Feliciano, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Um bom-dia, Senador Paim.

Secretário Moacyr, Secretário Canindé, meu amigo Hugo Melo e meus caros companheiros, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) vem, mais uma vez, a esta Casa, a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa fazer ouvir a sua voz e a dos Juízes do Trabalho do Brasil contra o que se pretende fazer com os direitos sociais e com a própria estrutura, construída ao longo de quase um século, de proteção do trabalhador brasileiro contra os desmandos que se estabelecem em uma relação contratual na qual a vulnerabilidade econômica do trabalhador o coloca em uma situação de inferioridade; e, portanto, não fosse a intervenção do Estado com regras que estabelecem direitos...

(Soa a campainha.)

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – ... mínimos, o chamado mínimo civilizatório para a vida em sociedade, essa potestade econômica de uma das partes sobre a outra no contrato faria com que nós vivêssemos o que viveram os trabalhadores nos séculos XVIII e XIX.

Então, sobretudo, lutar contra o que está no PLC nº 30, o que estava no PL nº 4.330, o que vem agora com esse projeto de lei ressuscitado de anos passados e que, se pudéssemos, poderíamos muito bem esquecer, mas que agora novamente vem à tona... Esses projetos todos o que nos oferecem é exatamente um panorama de desmonte dos direitos sociais e de evidente retrocesso social. Sempre digo isso e aqui, Senador Paulo Paim, faço também minhas as palavras do Secretário Moacyr.

Li, com certo pesar, a sua entrevista nas páginas amarelas da revista *Veja*. Cheguei a ouvir de alguns, talvez mais incautos, que isso representava uma certa decepção de V. Exª com as bandeiras do progressismo, da social democracia, e disse eu que não é absolutamente nada disso e permita-me dizer que – se por acaso V. Exª quiser depois complementar – significa apenas uma decepção com uma determinada estrutura que eventualmente já não acolhe devidamente os anseios de V. Exª para com o futuro social deste País.

As bandeiras do progressismo, da social democracia ainda estão presentes em V. Exª como estão presentes na Anamatra e assim seguiremos. Para onde quer que V. Exª vá, essas bandeiras estarão com V. Exª e nós também estaremos com V. Exª. (*Palmas.*)

Quando se fala sobre esse tema, eu me lembro sempre – e por isso vou fazer esta referência – de uma reportagem, há alguns anos, nessa mesma revista, em que se apresentava uma receita de bolo – por assim dizer – sobre o que fazer para que o Brasil se transformasse em um foguete, em uma potência. E um dos especialistas – se não me engano, um advogado – dizia, a certa altura, que a CLT deveria ser revogada. Isso abriria os horizontes da competitividade para a empresa brasileira, e, portanto, o Brasil passaria a ter, no mercado internacional, uma competitividade nunca antes vista. Isso muito antes de todo esse problema que nós vivenciamos neste momento, desta crise política e econômica, que, efetivamente, coloca em risco também o emprego dos trabalhadores.

O que eu à época dizia – e cheguei a publicar algo nesse sentido – é que essa "visão de futuro" – e coloco entre aspas –, curiosamente, é uma visão do passado. O especialista olhava para a frente, e não conseguiu perceber que o que ele via era a imagem no retrovisor. Foi assim no século XVIII; foi assim no século XIX. Não havia uma legislação de proteção; havia apenas o Estado mínimo. Entendia-se que, nas relações contratuais entre trabalhador e empregador, deveria prevalecer a vontade das partes, a despeito da potestade econômica do empregador nesse contexto. E, em função disso, tivemos tudo o que a história registrou, o que denomino de horrores da Revolução Industrial: relatórios dão conta de crianças de seis ou sete anos trabalhando no chão da fábrica, no Sul da Inglaterra; acidentes do trabalho e moléstias ocupacionais sem qualquer controle, porque, exatamente, houve necessidade, na própria Inglaterra, no início do século XIX, de uma lei que estipulasse que

as pequenas dependências onde se produzia tecido tivessem, ao menos, uma janela para ventilação. Era isso que nós vivenciávamos, quando não havia leis mínimas para estabelecer patamares de proteção ao trabalhador. Isso não é o futuro; isso é o passado.

Já temos, no Senado Federal – é importante que se diga –, uma alternativa; certamente virão outras; certamente virão, ao final, como produto de todo esse trabalho que o Senador Paim teve, visitando tantas capitais em todo o País, propostas ainda melhores. Mas já há, hoje, no Senado da República, uma alternativa. Refiro-me ao PL nº 554, de 2015, que foi originalmente assinado pelo Senador Paim e pelo Senador Randolfe, que traz contrapontos para uma regulação minimamente civilizatória para a terceirização, proibindo terceirização em atividades-fim; assegurando a responsabilidade solidária entre tomador e prestador; assegurando a responsabilidade solidária e objetiva do tomador em casos de acidentes de trabalho no seu ambiente, envolvendo trabalhadores da prestadora; assegurando isonomia salarial entre os trabalhadores da prestadora e da tomadora; estabelecendo o piso salarial da categoria profissional dominante como sendo piso mínimo, inclusive para os trabalhadores terceirizados; estabelecendo regras mínimas com relação ao ambiente do trabalho na relação entre terceirizado e tomador; e estabelecendo, inclusive, uma conceituação mínima sobre o que seja atividade-fim e atividade-meio para que não haja mais esse discurso de insegurança jurídica. Então, já há alternativas.

É preciso também, Senador, fazer uma *mea-culpa* talvez e dizer que o Parlamento luta, aqui, não apenas contra as forças que, no próprio contexto do Legislativo, procuram trazer de volta uma realidade superada, realidade das relações de emprego minimamente reguladas, mas também, fora daqui e no Poder Judiciário, temos decisões que, infelizmente, dificultam esse caminho de construção do verdadeiro Estado social e que, em determinado momento, terão de ser também repensadas.

Apenas para fazer uma referência, há cerca de dois anos, o Supremo Tribunal Federal julgou a ADI 1.923, e, por sete votos a dois, contrariando aqui inclusive o voto do relator originário, o então Ministro Ayres Brito, reconheceu constitucionalidade à lei que permite, por assim dizer, às chamadas OS, organizações sociais, atuem como agentes de terceirização quando se trata da prestação de serviços sociais considerados essenciais para o Estado, ligados à saúde, ensino, pesquisa, cultura e preservação ambiental.

Nesses casos, o Supremo Tribunal Federal admitiu que essas organizações sociais possam ser contratadas pelo Estado, inclusive com dispensa de citação, para prestação desses serviços.

O resultado disso é que, no Estado de São Paulo, já temos inclusive escolas em que já não há mais servidores do Estado, apenas prestadores de serviços ligados a organizações sociais. Ou seja, de alguma maneira, até mesmo na atividade-fim do Estado já há uma "autorização", e coloco também entre aspas, para terceirização por meio dessas organizações sociais. Isso precisa ser repensado, revisto, e, talvez, o Parlamento também seja um ponto de partida interessante para este novo olhar sobre esse problema.

E, para encerrar, Senador, a Anamatra gostaria de pontuar que, tal qual o direito social, também a Justiça do Trabalho hoje sofre uma ameaça de desmonte. E aí peço licença para fazer esse desabafo institucional, se assim pudermos compreender:

Nesta semana – e isso já vinha de semanas anteriores –, temos trabalhado com a questão do Orçamento para 2016. E a Justiça do Trabalho tem, ano a ano, sobrevivido com orçamentos apertados, mas têm relativamente bem atendido às suas necessidades. Para 2016, porém, tivemos a notícia de que haverá cortes da ordem 50% para as despesas correntes e de até 90% para os investimentos, o que muito nos preocupa, no relatório do Deputado Ricardo Barros.

E, se os senhores lerem o relatório, verão que há ali uma crítica explícita aos próprios direitos sociais. É dito ali que a Justiça do Trabalho já não pode se manter como está porque, na verdade, ela ainda sobrevive da ideia de que o trabalhador é hipossuficiente econômico e merece proteção. Ora, aqui o nobre Deputado culpa a janela pela paisagem, porque não é a Justiça do Trabalho que diz isso; é o Estado que o diz ao legislar. O Direito do Trabalho é um direito protetivo, tuitivo exatamente porque reconhece aquele descompasso econômico entre empregador e empregado nas relações contratuais. E isso é assim, volto a dizer, há mais de cem anos e deve ser. É assim no mundo todo.

Da mesma maneira, há ali uma série de referências ao fato de que a Justiça do Trabalho, por exemplo, ao fixar indenizações, fixa-as sem nenhum parâmetro seguro. Vejam, isso em um relatório para uma peça orçamentária, discutindo questões que deveriam ser, talvez, discutidas por esta Casa, mas em foro próprio, na legislação trabalhista. Contudo, ali, naquele relatório, diz o Deputado, nós deveríamos limitar as indenizações a dez salários mínimos.

Ora, se imaginarmos um trabalhador que perdeu a sua mobilidade física, que perdeu um braço, que perdeu a visão, que perdeu a audição possa ser indenizado de forma parametrizada, com algo que chegue a dois ou dez salários mínimos, estaremos de fato sepultando o conceito de justiça social.

E, ao final, ainda se lê no relatório que esses cortes vêm para a Justiça do Trabalho como uma forma de induzi-la à reflexão sobre o modo como ela trata o empresário no País. Ou seja, permitam-me dizer, isto é quase uma chantagem para que os Juízes do Trabalho retrocedam na sua visão de mundo, para que os Juízes do Trabalho deixem de aplicar o direito social e, dessa maneira, cedam aos interesses de um capital que pretende estabelecer relações contratuais sem a proteção do Estado.

A Justiça do Trabalho não fará isso, Sr. Deputado, apesar dos cortes que V. Exª propõe. (*Palmas.*)

Eu encerro por aqui, meu tempo terminou. A Anamatra, mais uma vez, diz ser contra a terceirização e, agora, contra o desmonte da Justiça do Trabalho.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Guilherme Guimarães Feliciano, Vice-Presidente da Anamatra.

Passamos a palavra, agora, ao Dr. Hugo Melo Filho, Presidente da Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho.

E, em seguida, vamos para a segunda Mesa, já com a presença, aqui, de toda a sua composição.

O SR. HUGO MELO FILHO – Bom dia a todos!

Exmo Senador Paulo Paim, demais integrantes da Mesa, senhoras e senhores, Karl Marx disse, com muita propriedade, certa vez, que a história se repete: na primeira vez como tragédia; na segunda vez, como farsa.

Nós estamos vivendo um momento de farsa no Brasil, porque as coisas estão se repetindo quase que de forma inacreditável. Tudo o que foi dito aqui, até agora, já aconteceu no passado. Tentativas que, hoje, são levadas a efeito já foram levadas a efeito no passado. E é surpreendente que, passados, 20, 15 anos, elas voltem à baila como se nunca tivessem sido apreciadas e rejeitadas por esta Casa, pela Câmara dos Deputados e pela sociedade brasileira.

Vou centrar aqui a minha análise a três ou quatro aspectos.

Em primeiro lugar, a questão da prevalência do negociado sobre o legislado. Senhores e senhoras, este é um tema do século passado basicamente. Nós começamos a discutir isso nos finais do século XX. Isso foi absolutamente rejeitado em 2002, no início do atual século e ficou dormitando aqui, no Congresso Nacional, até que agora se pretende ressuscitar essa temática, temática que já foi rechaçada pela sociedade brasileira, há 20 anos praticamente. Agora, ressurge a ameaça de que haverá prevalência do negociado sobre o legislado ou da tentativa de implementação desse propósito.

Temos o problema do verdadeiro golpe que se pretende aplicar com o processo de *impeachment*, que teve início aqui, na Câmara dos Deputados. Todos nós sabemos – e até o reino mineral sabe – que não há comprovação alguma da prática de crime de responsabilidade pela Presidente da República que pudesse ensejar o início de um processo que se destinasse ao seu impedimento e posterior afastamento das suas funções de Chefe de Estado e de Governo. Entretanto, insiste-se nesse propósito, repetindo-se o que já aconteceu no Brasil de forma trágica e que agora se pretende implementar mediante farsa.

Refiro-me, ainda na linha do que denunciou o meu colega e amigo Guilherme Guimarães Feliciano, à tentativa de desmonte, de extinção da Justiça do Trabalho no Brasil. Os senhores todos sabem que, nos finais da década de 90 do século passado, aqui nesta Casa, se tentou extinguir a Justiça do Trabalho. Foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apreciar os problemas da Justiça do Trabalho, exclusivamente da Justiça do Trabalho, como se os problemas do Judiciário se restringissem a esse ramo especializado e não fossem, na verdade, um caráter genérico de todos os ramos do Judiciário no Brasil.

Em seguida, depois de apuradas essas questões, pretendeu-se, efetivamente, na reforma do Judiciário, que se levava a efeito naquela época, a extinção, que chegou a ser proposta pelo Senador Aloysio Nunes, naquele momento, e que, depois, foi rejeitada por este Congresso Nacional.

Agora, de forma escancarada, se pretende extinguir a Justiça do Trabalho. Porque não é razoável admitir que a Justiça, ou um ramo do Judiciário, que já vive com um orçamento apertadíssimo, como nós vivemos hoje... Para que os senhores tenham uma ideia: não há, na capital de Pernambuco, um fórum da Justiça do Trabalho. Os juízes do trabalho estão trabalhando na cidade vizinha de Jaboatão dos Guararapes, porque Recife não tem um fórum trabalhista. E não tem um fórum trabalhista porque não há a verba orçamentária necessária para a construção, ou mesmo para o aluguel, de um prédio que se destinasse a esse fim.

Imaginem os senhores o que será o funcionamento dessa mesma Justiça do Trabalho com cortes de 50% nas verbas de custeio e de 90% nas verbas de investimento! Isso significa que continuaremos sem fórum no Recife por tempo indeterminado. Vamos funcionar precariamente, como estamos funcionando. E isso, em tudo, é prejudicial aos trabalhadores brasileiros, porque o ataque que se está fazendo não é apenas ao direito material do trabalho. Não: está havendo um ataque, através da reforma do processo, para tentar atingir a celeridade e a economia processual que caracterizam o processo do trabalho.

Tenta-se, por outra via, eliminar, ou mitigar, a relevância da Justiça do Trabalho no Brasil com o argumento ridículo de que a existência da Justiça é que gera a grande quantidade de demandas trabalhistas que nós temos em nosso País, como se não fosse o descumprimento da lei pelos empresários, como se não fosse a sonegação de direitos pelos empresários que ensejassem a grande quantidade de demandas que nós temos na Justiça do Trabalho.

Então, a solução é muito simples: elimina-se a Justiça do Trabalho, porque aí as demandas desaparecerão com ela! Esse argumento é ridículo e, surpreendentemente, é lançado no relatório do Deputado que está relatando a peça orçamentária do ano que vem. Chega a ser inacreditável e só pode ser qualificado como uma verdadeira farsa. Aquilo que se tentou fazer por reforma da Constituição – a eliminação do ramo especializado do Judiciário, a Justiça do Trabalho – agora se tenta asfixiando, no âmbito orçamentário, esse mesmo ramo do Judiciário brasileiro.

É claro que, contra isso, todos nós vamos nos levantar, e tenho certeza de que Parlamentares que seguem a linha do Senador Paulo Paim também vão se levantar contra esse propósito para assegurar a manutenção, quando menos, do parâmetro orçamentário deste ano para o próximo ano na Justiça do Trabalho.

Por fim, quero me referir especificamente à questão da terceirização.

Aqui também, meus caros, temos uma renovação, uma reiteração. Há muitos anos vimos discutindo isso. Só esse projeto de lei que está em curso hoje no Senado Federal já tem 11 anos de trâmite nesta Casa. Antes dele, muitas outras tentativas foram lançadas para fazer a regularização da terceirização no Brasil.

O Dr. Guilherme Feliciano já mencionou: os juízes do trabalho sempre foram contrários à terceirização em qualquer modalidade, e foi esse o discurso que nós levamos ao Fórum em Defesa dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização. Nós, que vivemos o dia a dia do mundo do trabalho no exercício de nossas funções, sabemos os prejuízos que a terceirização traz para os trabalhadores brasileiros, que já foram todos aqui mencionados. E nós sabemos também da precarização que há da condição e da dignidade do trabalhador.

É falacioso o discurso de que o Direito do Trabalho é um excesso em si no conceito de proteção ao trabalhador. A justificativa de que os juízes aplicam excessivamente a tutela dos trabalhadores é igualmente falaciosa. Na verdade, o Direito do Trabalho nada mais faz do que legitimar a exploração dos trabalhadores pelo capital, só que estabelece limites para essa exploração. Não elimina, e jamais conseguirá eliminar, a exploração, porque isso é da natureza do modelo capitalista de produção. A exploração sempre haverá, o que o Direito do Trabalho tenta é estabelecer um limite que garanta alguma dignidade para o trabalhador, e essa dignidade não é assegurada quando falamos em termos de terceirização, por todas as razões que já são conhecidas de todos nós. E é por isso que os Juízes do Trabalho se colocam contrários à qualquer proposta de regulamentação da terceirização.

Entretanto, democraticamente, os Juízes do Trabalho, no foro adequado, assentiram em que as propostas que vinham sendo apresentadas, seja a mencionada pelo Dr. Guilherme Feliciano...

(Soa a campainha.)

O SR. HUGO MELO FILHO – ... seja aquela apresentada pelas centrais, podem vir a ser um elemento de redução desta quebra da dignidade dos trabalhadores que estão submetidos à terceirização no Brasil.

E, por isso mesmo, é que nós seguiremos lutando no sentido de garantir, quando menos, a solidariedade do tomador de serviços, a responsabilidade solidária e objetiva quando do acidente de trabalho ocorrido no ambiente de trabalho, e também as demais questões ambientais, as questões de representação sindical, as garantias das normas coletivas; tudo isso no sentido de reduzir a precarização que hoje marca a terceirização no Brasil.

Quero encerrar, Senador Paulo Paim, dizendo que este ano 2015, a despeito de tudo, a despeito dessas farsas que vêm sendo encenadas, foi um ano vitorioso, porque conseguimos sem sombra de dúvida...

(Soa a campainha.)

O SR. HUGO MELO FILHO – ... vencer a batalha da comunicação. E V. Exª foi essencial quando teve a ideia, através desta Comissão Direitos Humanos do Senado, de realizar todas essas audiências públicas que foram feitas não apenas aqui em Brasília, como em todo o País. Tenho certeza de que essas audiências despertaram não apenas os representantes dos movimentos sindicais para a luta, mas toda a sociedade brasileira na conscientização dos malefícios que a terceirização vem trazendo e continuará trazendo mais ainda, caso aprovada esse projeto de lei da forma proposta.

Então, eu parabenizo V. Exª e todos os que estão nessa luta por essas vitórias que nós alcançamos em 2015, desejando que, em 2016, avancemos ainda mais nesse sentido.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Hugo Melo Filho, Presidente da Associação Latino-Americana dos Juízes do Trabalho.

Agora vamos para a segunda Mesa.

O Moacyr só pediu um minutinho aqui.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Dr. Hugo, Dr. Guilherme, recentemente, Senador Paim, nós tivemos o nosso Congresso em Foz do Iguaçu com 350 trabalhadores; e, lá, tivemos a participação do Ministério Público, que nós convidamos para falar exatamente sobre a terceirização. Naquela oportunidade eles fizeram uma denúncia muito impactante para nós, ou seja, a de que o Ministério Público está fechando as delegacias, e não sei se seriam delegacias ou subsedes do Ministério Público, inclusive a de Foz do Iguaçu, está para ser fechada.

Para nós, da área de turismo e hospitalidade... Foz do Iguaçu é uma região fronteiriça, onde há uma exploração monstruosa do trabalhador, onde a tentativa da terceirização é muito forte, além das cooperativas de trabalhadores, que são verdadeiras "coopergatos", agora, em função da "falta de verbas", estão fechando os Ministérios Públicos regionais dentro dos Estados. Além do desmonte do Ministro do Trabalho, que já estamos sofrendo há muito tempo, agora vamos sofrer a questão do Ministério Público.

O Ministério Público nós, trabalhadores, podemos questionar algumas de suas ações, mas é parceiro em muitas ações quando os temos procurado.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Moacyr.

Eu convido os senhores que estão na Mesa a retornarem aqui para a primeira fila, porque vão participar ainda do debate; e eu convido, de imediato, o líder sindical João Paulo Ribeiro, Diretor de Assuntos do Poder Legislativo, da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), e Secretário Nacional da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

Seja bem-vindo, João Paulo! (*Palmas.*)

Convido, ao mesmo tempo, Marilane Teixeira, que tem viajado também conosco pelo País todo e que representa o Fórum em Defesa dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização. (*Palmas.*)

E, por fim, Graça Costa, Secretária Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT). (*Palmas.*)

Ela tem feito parte dessa comitiva que está na cruzada nacional contra a terceirização, que foi encaminhada a partir de um projeto na Câmara dos Deputados.

Lembro a todos que depois desta audiência pública, vamos ter o debate da regulamentação do trabalho escravo. Já estamos, inclusive, com um telão no Plenário 9 da própria Ala Alexandre Costa, porque a sala estava lotada. Será um debate importantíssimo e que vai começar depois desta audiência pública, aqui também nesta sala, já com o Plenário 9 à disposição dos convidados.

Passo a palavra ao João Paulo Ribeiro, que está aqui desde o início, assistiu aos debates, conhece o tema e tem participado dos eventos nas regiões pelas quais eu tive a alegria passar, acompanhado pelos três integrantes desta Mesa e pelos quatro que retornaram ao plenário.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Obrigado, Senador Paim.

Mais uma vez, bom dia a todos os presentes e aos telespectadores da TV Senado.

Faço referência também aos companheiros da outra mesa, que falaram sobre o papel que esse Senador desempenha pelo nosso País e pelos trabalhadores da classe.

Eu não li a matéria, Paim, mas a Cíntia me contou. A Cíntia estava aqui, mas foi para uma reunião do Depen. Eu não li por outros motivos. Não sou muito chegado àquela revista, não. Eu sou muito verdadeiro, então...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me dizer isso, pessoal.

Alguns perguntam por que a revista. Eu falei para todo o Brasil, pessoal. A *IstoÉ* já reproduziu, o que eu falei está na *IstoÉ*. Os jornais do Rio Grande do Sul, todos, já reproduziram. Eu fiz um pingue-pongue, se não me engano, com o jornal *O Globo*. As agências internacionais querem saber o que está acontecendo no Brasil. É normal. Também ali não há novidade.

Tenho falado, inclusive, na tribuna, que começou, Graça, com aquelas duas malditas medidas provisórias. Ali eu comecei a me posicionar contra aquelas duas MPs. Depois houve uma série de vetos contra os quais eu também me posicionei. E é isso que eu tenho falado.

Então não há nada fora de uma certa lógica com aquilo que eu venho falando durante todo este ano.

O que aconteceu, pessoal, para deixar bem claro? Quando eu comecei a questionar a política econômica do Governo, e não só eu, eu diria que foi praticamente toda esta sala. Todas as centrais e confederações questionam a política, aí me perguntaram... Perguntaram, não, me questionaram: "Se tu estás tão contra essa política econômica do Governo adotada a partir deste ano, por que tu não sais, então?" Eu disse: eu não tenho problema nenhum em sair. E fico com as causas que sempre defendi, do trabalhador, do aposentado, do ho-

mem do campo e da cidade, do combate a todo tipo de preconceito, da luta da juventude, da luta das mulheres, do combate permanente àqueles que agridem o meio ambiente, essas causas que norteiam e dão energia a minha própria vida. Foi isso que eu falei e vou continuar falando.

Muito bem, se eu tiver que sair, como alguém já disse, e ouvi também esta frase: a porta da rua é a serventia da casa daqueles que estão descontentes. Bom, é natural! Nem por isso eu sairei, digamos, com uma posição de ataque a esse ou àquele setor. Nada farei sobre isso. Respeitarei sempre a militância dos partidos comprometidos com as causas populares. Respeitarei sempre o movimento sindical, como sempre respeitei, mas a vida é assim. Se tivermos que mudar, nós mudaremos, desde que estejamos convencidos de que queremos mudar para fazer mais, para construir mais, para avançar mais na linha dos interesses dos trabalhadores.

Para mim, o partido é um instrumento, pessoal. Os partidos e os próprios sindicatos, federações e confederações são instrumentos, como o Dieese é um instrumento, como o Diap é um instrumento, uma ferramenta dos trabalhadores. As centrais são instrumentos construídos para isso. E nós temos que, independentemente de onde estivermos, da sua visão partidária, naturalmente no campo da esquerda, estar juntos e não nos tornarmos inimigos, porque alguns entenderam que pode estar numa outra trincheira, eu diria, do campo da esquerda. Só aproveitando seu gancho aí.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Você olhou na minha cola aqui. Olhe o que eu escrevi aqui: de conhecimento dos amigos. A matéria já era de conhecimento nosso, e nós compartilhamos algumas preocupações também, na mesma linha em que se coloca o debate a respeito da terceirização, da educação, dos ajustes fiscais. E, em nome do Presidente João Domingos, que está hoje em São Paulo e não pôde estar aqui presente, e, aproveitando o ensejo, já que também me apresentou como o Secretário do Serviço Público da CTB, também em nome do Presidente Adilson Araújo, envio suas saudações, e nós estaremos com o Senador, marchando em defesa da classe trabalhadora em qualquer lugar que esteja. E, se continuar, nós estaremos fazendo o bom combate. Essa é uma frase que você fala sempre, e nós estaremos juntos, porque a organização da classe, para nós, é o que importa.

E também tem o seguinte: nessa mesma entrevista, saiu que um dos motivos... Eu não li a revista, mas nessa mesma edição saiu o seguinte: nunca vi ninguém falar bem da desorganização que o Governo de São Paulo estava fazendo com as escolas, houve a luta que os estudantes secundaristas fizeram, e eles foram o primeiro veículo de comunicação a elogiar, dizendo que a questão era boa. Aí eu falei: agora que eu não vou abrir essa revista mesmo.

Mas, enfim, estamos aqui para discutir a terceirização. Eu acho que já foi sabatinado, já tive a oportunidade aqui dentro, e nós, a CSPB, temos interesse em debater, tanto é que nós estamos cobrindo o Estado. Está aí a nossa assessora parlamentar, Patrícia Coimbra, que participou de todos as audiências junto com a nossa equipe da Secom, a companheira Grace, que é a chefe, junto com o Rafa e o outro cinegrafista, cujo nome esqueci. Mas, enfim, estamos cobrindo, e o João já prometeu que disso sairá um grande documento final de todas as audiências públicas espalhadas pelo País, para que as pessoas tenham contado o que aconteceu.

Em especial, como já está muito sabatinado, acho que entre nós já estamos conscientes do que fazer, porque entre regularizar o que está errado no País, e está sendo, inclusive, sem direitos... Acho que está na hora de a gente começar a regular. Regular não é precarizar, como está sendo feito, como nas propostas que estão hoje postas no Congresso Nacional.

Diante disso, acho que, primeiro, a Confederação, de um lado, é de servidores públicos. A CTB é a favor da regularização e a CSPB também, agora, há um problema. Quando o Guilherme, da Anamatra, aqui falou, deixou-nos mais do que preocupados, uma decisão anterior. Embora não esteja no PLC 30 a referência de também acabar e destruir toda essa questão da regularização da terceirização, mas o fato de o STF ter garantido as OS e as OSCIPs, e ainda outra questão, que se chama empresa pública, que é um outro elemento que o Governo também está apresentando como alternativa, que tem forma de ingresso ao serviço público diferenciada e mais facilitada, com dispensa, contratação pela CLT, essas são coisas que nós precisamos denunciar. São facetas que acontecem dentro do serviço público. Estamos já acostumados a denunciar, e nada é feito, e algumas pessoas acham que isso é natural, que tem que ser feito.

E o grande filé, não só no Brasil, mas no mundo, é atacar a questão que hoje é onde tem mais campo para se ganhar e manter o capital: dentro dos serviços. Isso é um debate que a Internacional de Serviços Públicos, junto com a UIS, que também é da FSM, está fazendo, porque não tem mais espaço de terceirização e de precarização, não só no Brasil, mas no mundo. E aí os serviços são alternativas para os que são os detentores do capital, para quem quer manter os seus ganhos. Então, precisamos começar a ampliar a denúncia também nesse campo, para que a população em geral saiba do que está acontecendo. E aqui, infelizmente, no Congresso Nacional, temos os representantes que estão aliados a essa destruição e a essa organização.

Enfim, o Senado, como eu estava falando, o STF, ou, depois, no debate, acho que a Anamatra e a Associação dos Juízes podem, talvez, nos ajudar, porque não há mais como fazer se de repente as pesquisas e os fiscais – acho que até, de certa forma, o companheiro Moacyr, da Nova Central, falou –, por exemplo, o Ministério Público, embora faça um belo trabalho, em vez de fiscalizar as firmas, os locais de trabalho, acaba fiscalizando organização sindical. Eu acho que nós devemos começar a pensar e acho que temos que fazer uma grande mesa de trabalho, de organização, para que saibamos os papéis de cada um. Acho que os belos trabalhos temos que fazer e sermos focados. Já que a Mesa é sobre o trabalho escravo, vamos focar basicamente no que tem que ser feito.

Acho que há mais sindicatos sendo fiscalizados do que algumas firmas que fazem hoje precarização e trabalho escravo – está chegando a nossa Líder ali, a Rosa –, embora o sucateamento dos nossos fiscais... Está o Carlinhos ali, o novo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fazendo soar a campainha*.) – A Rosa, que tem nos ajudado nessa cruzada contra a terceirização e o trabalho escravo.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – A Rosa é uma pessoa em quem temos que nos espelhar. E fazemos o debate e passando as mensagens que nós reproduzimos em nossos meios de comunicação.

Enfim, o debate está posto. Não temos muito mais a acrescentar, Paim. Só quero, mais uma vez, agradecer o convite feito à Central, à Confederação, e dizer que nós estaremos juntos. Não passará esta questão aqui dentro, porque a classe trabalhadora estará presente e nós estaremos juntos em todas as marchas, junto com os Senadores, com este Congresso e com as pessoas de bom senso neste País.

Obrigado. Estamos abertos ao debate. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. O João Paulo Ribeiro falou pela CTB e também pela CSPB (Confederação dos Servidores Públicos do Brasil).

Vou brincar com o João Paulo. Eu escrevi um artigo contra o *impeachment*, naturalmente, e foi publicado no jornal *Brasil 247*. E o jornal, fiel ao artigo, botou um cartaz. Acontece que nesse cartaz – você sabe o que eu vou dizer agora – está aqui bem grande, é um belo cartaz: "Dilma fica, e tal". E é a minha opinião que está aqui. Olha a sigla que está aqui: do PCdoB. E aí todo mundo já está no WhatsApp: "Ô Paim, já foi para o PCdoB?" Em vez de falar sobre o texto, sobre o artigo, que é um artigo grande, de quatro páginas, eles só queriam saber se eu estava no PCdoB, e você sabe muito bem o que é que estou dizendo.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Se quiser, a ficha está pronta para você.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu nem me desfiliei, pessoal. Claro que eu não decidi ainda o que vou fazer. A Graça perguntava aqui se eu havia me desfiliado.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Aumentar a nossa grande Bancada de um Senador para dois.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um homem e uma mulher, em 100%.

Eu passo a palavra, agora, à Marilane Teixeira, que fala em nome do Fórum em Defesa dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização. A Marilane tem ajudado, inclusive, na coordenação das mesas nos debates. Tem feito um papel fundamental. Quando há 40 candidatos para falar, ela começa a fazer a triagem. Aí o pessoal vem em cima de mim, e como eu não posso me desgastar, ela diz: "Não, deixa que eu faço a triagem." Grande Marilane. A palavra já está contigo.

Lembro que está com a gente aqui, na Mesa, o Carlos Silva, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait). Seja bem-vindo! Ele chegou junto com a Rosa. (*Palmas.*)

Marilane Teixeira, por favor. Obrigado pela presença.

A SRª MARILANE TEIXEIRA – Obrigada, Paim. Agradeço pelo convite.

Quero cumprimentar todas as pessoas aqui presentes, os senhores, as senhoras, a Mesa, o Paim em particular, agradecer profundamente pelo seu empenho, pela sua dedicação ao tema do trabalho, mas, em particular, ao tema da terceirização, nessa jornada de lutas e atividades que realizamos desde maio. A última audiência, este ano, foi realizada em novembro. Foram mais de vinte audiências no Brasil inteiro, que permitiram, possibilitaram um envolvimento de um conjunto de dirigentes sindicais, trabalhadores, sindicalistas, acadêmicos, pessoas do mundo jurídico, a participarem de um debate que não seria possível se as atividades se concentrassem exclusivamente em Brasília.

Então, as audiências tiveram menos de 500 pessoas em cada uma delas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Senador Telmário Mota não quer interromper, mas ele diz: "Conta comigo tanto neste como no outro. Se quiserem votar hoje à tarde, estou ao teu lado" – contra aquela redação que eles querem dar relativamente ao trabalho escravo.

Obrigado, Senador Telmário Mota. (*Palmas.*)

A SRª MARILANE TEIXEIRA – Essas audiências estaduais não podem ser marcadas pelo evento em si, porque elas também foram, para a maioria dos Estados, o embrião, o início de um processo de resistência e de

organização das entidades que estão envolvidas no enfrentamento ao projeto de lei que se encontra no Senado para se organizarem em eventos e em atividades, para organizarem sua resistência nos Estados.

Bem, eu queria destacar alguns aspectos relacionados com o atual projeto, mas principalmente a partir de uma realidade com a qual estamos convivendo cotidianamente. É muito triste reconhecer que a terceirização se ampliou para muito além do que podemos perceber, imaginar e medir estatisticamente. As experiências têm mostrado que ela está em toda parte.

Ela está com muito peso na informalidade, porque, na verdade, a informalidade é um manto para esconder uma parte do trabalho terceirizado que é realizado no Brasil. Nós temos, ainda em 2015, 18 milhões de trabalhadores e de trabalhadoras na informalidade em nosso País – é um percentual muito alto.

Nós encontramos a terceirização nas empresas de intermediação de mão de obra, que se escondem através da contratação do trabalho temporário, e as tomadoras de serviços mantêm contratos por tempo indeterminado a partir da contratação por meio da intermediação de mão de obra.

Nós temos uma infinidade de trabalhos terceirizados presentes nas atividades-fim das empresas e, portanto, é muito difícil medi-los estatisticamente, pois se confundem com a própria natureza econômica da atividade principal. Nós temos situações em que as prestadoras de serviços, para fugirem do enquadramento sindical e da representação pela atividade econômica preponderante, mudam sua natureza econômica de fabricação, de montadoras, para a prestação de serviços, o que é uma fraude, inclusive do ponto de vista de renúncia fiscal – pressupõem-se outras formas de enquadramento fiscal dessas mesmas empresas. Da mesma forma, isso também representa uma política e uma estratégia de pulverização do trabalho e da representação sindical.

Queria destacar que essa nossa luta tem que ser inserida num contexto mais geral, inclusive internacional.

No próximo ano, a OIT vai realizar um debate importante, que é sobre as redes de subcontratação no mundo e a terceirização como parte dessas redes de subcontratação e, como parte das redes de subcontratação do trabalho degradante e o trabalho precário. Acho que é um momento importante, e acho que devemos potencializar nossa luta e dar a ela uma dimensão mais global, buscar uma discussão, inclusive, com os nossos parceiros sindicalistas, acadêmicos, enfim, com quem está na linha de frente do enfrentamento da terceirização nos países da América Latina.

Nós temos essa realidade, e ela praticamente se repete para a maioria dos países.

Precisamos trazer mais a experiência do que está acontecendo, por exemplo, no México, com a aprovação da lei há três anos, e voltar a ofensiva em relação à sociedade. Quando o debate da terceirização estava no auge, nós pudemos perceber que a maioria da sociedade, a maioria da população é contra a terceirização. Nós tivemos, inclusive, pesquisas e enquetes junto a trabalhadores de categorias fundamentais, grandes, com grande peso, em cidades importantes como São Paulo, e 70% dos trabalhadores se manifestaram preocupados e contrários à terceirização. E mais: identificavam, na possibilidade da aprovação do projeto, um retrocesso e uma perda de direito. Então, eu acho que este é um momento importante para se voltar à ofensiva, porque nós ganhamos esse debate na sociedade, e ele tem que ser recolocado novamente como um debate fundamental.

Então, eu queria encerrar. Porém, como todo mundo aqui já fez declarações em relação ao nosso momento político, evidentemente eu não poderia deixar de também expressar a minha preocupação com o momento em que estamos vivendo. Inclusive amanhã estarei, junto com vários outros companheiros que estão aqui, no dia 16, na luta contra o *impeachment* e contra o golpe... (*Palmas.*)

... porque eu acredito sinceramente que a luta não é só pelo *impeachment*. É uma luta contra o golpe. E acho que não há nenhuma separação entre essas lutas que nós estamos fazendo e a luta contra o *impeachment*. Não tenho dúvida nenhuma de que, se a situação está difícil para nós, estaria muito pior se nós estivéssemos sob um outro governo, e estaremos muito pior se nós perdermos esse debate político, inclusive nesse tema fundamental, porque nós sabemos muito bem que a agenda da terceirização é uma agenda central e prioritária para os setores empresariais. E não tenha dúvida de que, no momento em que se reverter esse quadro político, o primeiro tema a entrar em discussão será o tema da terceirização. E mais: num contexto muito mais desfavorável. Hoje o contexto é favorável para nós.

Então, é por isso que eu aproveito a oportunidade para convocar, convidar todo mundo para sair às ruas amanhã, em defesa da nossa Presidenta.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Marilane Teixeira. Eu conheço há muito anos, quando eu comecei no movimento sindical, você estava começando a advogar também, na mesma época. E a tua posição não poderia ser diferente. Independentemente da atividade de cada um, nós estamos com certeza na mesma trincheira. Foi assim no passado, é assim no presente e será no futuro.

Passo a palavra agora à líder Graça Costa, Secretária Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que também, a exemplo dos outros que eu aqui relatei, tem participado dos eventos em todos os Estados,

debatendo contra a terceirização, contra o negociado acima do legislado, acima da própria lei, e também defendendo sempre a democracia.

A SRª GRAÇA COSTA – Obrigada, Senador Paim.

Bom dia a todos e todas.

Não ouvi nada. (*Risos.*)

A SRª GRAÇA COSTA – Bom dia, gente!

Quem está nos assistindo tem que saber que quem está aqui está animado, está vivo e viva para essa luta, para essa resistência, não é?

Quero cumprimentar o meu companheiro Pedro Armengol e a Virginia, da direção da CUT nacional. Em nome deles, homem e mulher, na paridade, quero cumprimentar todos os sindicalistas, todos os companheiros e companheiras que se encontram aqui, dos nossos ramos e das outras centrais.

Quero dizer a vocês que está a cada dia mais nervoso, mais complicado, mais tenso esse ambiente, não só o ambiente político do Brasil, mas também para nós, para a classe trabalhadora, porque, cada vez que se complica a questão política, as consequências são muito diretas para a classe trabalhadora.

Medidas que foram tomadas pelo Governo, medidas que estão sendo tomadas pelo Parlamento, medidas que são tomadas pelos empresários brasileiros têm uma consequência direta na nossa vida, na vida da classe trabalhadora.

Por isso, é muito importante o espaço para fazer o debate, para fazer a discussão sobre os temas que nos interessa. Quanto àqueles que não nos interessam, nós realmente devemos engavetar.

Quero dizer, muito claramente, que, depois de todo processo que nós vivemos nesses últimos três anos com relação ao tema da terceirização, nós resistimos. Nós, classe trabalhadora, tivemos um pouco de dificuldade no início, uns dois a três anos atrás, para que os trabalhadores que estão lá no seu local de trabalho também entendessem aquilo que os sindicalistas já entendiam do que significava esse projeto para a nossa classe.

Agora, Senador, nós estamos em outro patamar, como disse a Mari. Nós estamos num patamar em que a sociedade também está entendendo o que significa esse projeto ser aprovado da forma como ele está. Aquilo que nós conquistamos, milhares, milhões de pessoas foram para as ruas nesses últimos cem anos fazendo greve, seja uma categoria isolada, seja uma greve nacional, sejam as mobilizações nacionais que nós temos feito. Com tudo o que nós fizemos, nós conquistamos alguma coisa.

Este momento é um momento de retirada, de retrocesso, e não é só a terceirização. É importante que nós pautemos isso, porque as pessoas que nos estão assistindo, que são donas de casa, trabalhadoras domésticas, pessoas que estão no comércio, precisam entender o que é isto aqui. Quando olham para cá, só veem assim: muito ladrão, muita corrupção, todo político não presta. A vontade que há é de fechar o Congresso – às vezes, as pessoas vão até para a rua pedindo a volta da ditadura, uma imoralidade –, mas as pessoas precisam compreender que isso aqui é o reflexo da composição da sociedade, é o reflexo da luta de classes. Nós temos aqui uma grande maioria organizada, que são empresários, que são latifundiários, que não vão defender os interesses da classe trabalhadora, vão querer tirar.

A questão da terceirização, como já está bastante debatida, não é só na linha de que vai tirar direitos trabalhistas e de que nós poderíamos ter redução de direitos. Não é só isso. São as conquistas que nós tivemos nesse período em que nós éramos escravos, um país de escravos, de pessoas vendidas, de pessoas acorrentadas. Aí, passamos para um patamar mais humano, em que há uma carteira de trabalho, em que há uma Justiça do Trabalho, em que há fiscais, em que há resgate de pessoas quando estão em situações de risco. Há uma série de coisas que foram criadas no Brasil, para proteger as crianças, para proteger os idosos, para melhorar as condições de trabalho, para dar oportunidade às mulheres, uma série de vitórias.

A terceirização que está sendo discutida neste projeto nos remete, mais ou menos, a esse século passado, retrasado, em que o trabalhador vai ser a mercadoria: uma empresa que vai vender a mercadoria, arranjar o trabalhador para vender para outra empresa.

Isso não é pouca coisa. Mas o que está em curso aqui não é só isso: nós temos aqui a redução da maioridade penal para 16 anos. Já não chega o tanto de jovens que estão sendo assassinados todo dia, que estão perdidos, que estão sendo atacados, em vez de serem cuidados? Há também, aprovada na CCJ, a diminuição da idade do trabalho para 14 anos. Em vez de o menino e a menina entrarem no mercado de trabalho como aprendizes com 16 anos, vão entrar com 14. Vamos colando as coisas aí, para ver o que acontece: com a terceirização sem limite, você podendo tratar as pessoas com salários menores e tal. Está discutido o negociado sobre o legislado.

Na Ponte para o Futuro, do PMDB, um dos pontos principais para poder avançar no Brasil é colocar o negociado sobre o legislado. Mas, na semana passada, foi aprovado aqui na Comissão de Reforma Agrária o aumento da carga extraordinária de duas horas para quatro horas. E o que é que isso significa? Que o trabalhador rural poderá trabalhar 12 horas por dia! Aonde nós estamos chegando? Mas está em curso o 432, o do

trabalho escravo, que é para poder tirar o conceito que está no Código Penal, não é coisa daqui, está no Código Penal, há muitos anos nós conquistamos isso.

Está em curso aqui um retrocesso secular, mas eu quero dizer o que foi que aconteceu comigo agora. Essa é a quinta vez que eu venho aqui no Parlamento sozinha, sem multidão, sem mobilização, e sou barrada na porta. As centrais sindicais não podem entrar, os trabalhadores não podem entrar, eu não posso entrar. Eu tenho aqui uma decisão do Supremo para a gente ter acesso à Câmara dos Deputados, todos os diretores da CUT, porque fomos proibidos de entrar aqui. E hoje a moça fez a revista, abriu a minha mala, a minha bolsa, a minha bolsa pequena, e tirou o único instrumento que havia que dizia que eu era da CUT, que é o meu lencinho que eu uso em todas as vezes que chego aqui, nas audiências. Aí eu digo: agora vou me arrumar, e ponho o meu lenço, que é um lenço que traz o símbolo da CUT, mas ela ficou com o meu lenço porque eu não podia entrar com ele.

Onde nós estamos, para onde nós estamos indo? Nós temos um processo de desequilíbrio muito grande aqui no Parlamento, muita gente sendo indiciada, caçada, enfim, uma série de coisas. Agora, nós estamos em uma democracia, nós não mudamos o regime, nós não podemos admitir que a gente seja tratado como se houvesse uma ditadura, como se tudo já tivesse sido transformado aqui. (*Palmas.*)

Resistência há, amanhã nós vamos para a rua, todo o movimento. Aí há uma coisa que é importante dizer...

(Soa a campainha.)

A SRª GRAÇA COSTA – ... para esperança de quem está lá nos ouvindo e que está nos assistindo. As coisas não estão tão ruins quanto parecem, não. Nós estamos todos juntos, todo o movimento de esquerda: o movimento estudantil, o movimento dos sem terra, o dos sem teto, os nossos companheiros que são das barragens, os companheiros trabalhadores rurais, os metalúrgicos, os ferroviários. Amanhã, o Brasil vai parar em muitos locais. Todas as centrais sindicais, todos os movimentos, a Frente Brasil Popular, a Frente Povo sem Medo, nós estamos unidos e unidas. Pode até sair daqui aquilo que a gente não deseja, mas o povo está organizado, e isso é uma esperança para o nosso País, porque, enquanto as coisas estão se dando dessa forma aqui, nós estamos resistindo, e vamos continuar resistindo porque nós não vamos deixar que haja golpe, não vamos deixar que tomem o que é mais sagrado nosso, que é a nossa democracia.

E, por fim, dizer muito claramente que, em momentos assim, a gente tem que ter muita cautela... (*Risos.*)

Olha como eu estou calma, estou calmíssima! Mas é a vida, imagina se não tivesse, e não queiram me ver nervosa; não queiram me ver com raiva. Brincadeira, mas eu acho que o importante é a gente dizer que este momento é o momento em que a classe trabalhadora está se unindo, está unida; a gente sabe o que quer, a gente não quer esse retrocesso, a gente não quer essa terceirização, a gente não quer a diminuição dos nossos direitos. A gente quer trabalho decente, nós queremos que a juventude brasileira tenha sonhos e que realize seus sonhos, e não que a gente fique na situação que nós estamos hoje.

(Soa a campainha.)

A SRª GRAÇA COSTA – E o Paim, para fechar, ainda não se desfiliou do PT. Eu sou filiada ao Partido, e, assim como há um monte de gente fazendo campanha, especulando, etc, tem gente também fazendo campanha para o Paim permanecer no PT, há uma corrente de pessoas fazendo.

Se não der, não há problema. Somos militantes de esquerda. Precisamos ter isso claro. Há milhões de trabalhadores que estão organizados conosco e não estão em partido nenhum, mas estão na luta. Isso é o que interessa. (*Palmas.*)

Isso para nós é o mais importante.

E, aí, Paim, independentemente disso, nós estaremos juntos na luta pelo trabalhador, pelo Brasil, pela democracia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa foi Graça Costa, Secretária Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que fez aqui, como sempre, um belo pronunciamento, enfatizando a unidade de todos nós em defesa da democracia e na defesa permanente do direito dos trabalhadores, dos aposentados, do meio ambiente, de combate e a todo tipo de preconceito, à violência contra as mulheres, enfim.

Eu estava usando um tempo que era dela. Agora, voltou para ela. Vai que é teu. Tu tinhas um minuto e meio ainda.

A SRª GRAÇA COSTA – Tinha? Meu Deus! Então, deixe-me usá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está lá o teu minuto.

A SRª GRAÇA COSTA – Eu não acredito que eu não passei do tempo.

É só para registrar que hoje nós estamos distribuindo um material em que consta também o PL nº 131, que é a questão do pré-sal, um projeto do José Serra, que quer mudar essa questão da partilha e tirar a autori-

dade máxima que vai ter a Petrobras sobre a questão do pré-sal, e a gente sabe o que isso significa: o dinheiro para a educação, para a saúde que está acertado, e eles querem mudar isso. As pessoas precisam saber. E também do PL nº 5069, que é um ataque muito frontal à questão das mulheres. As mulheres que tiverem a questão do aborto não poderão ser recebidas e tratadas na rede pública. E o trabalhador que fizer o atendimento e registrar aquilo pode sofrer um processo administrativo e até criminal.

Nós estamos voltando porque várias coisas aqui nós já conquistamos, como o conceito de família, que já é praticado no Brasil. Inclusive, sobre a união estável de pessoas do mesmo sexo, e estamos voltando para o conceito anterior. Então, é um retrocesso em todas as linhas para todas as esferas.

(Soa a campainha.)

A SRª GRAÇA COSTA – Obrigada. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, muito bem.

Carlos Silva, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais de Trabalho (Sinait). Depois da fala do Carlos, pessoal, nós vamos ter que encerrar. Encerramos e já abrimos na mesma hora. Vamos ter a mesa do combate ao trabalho escravo com alguns convidados e, naturalmente, as centrais e as confederações vão participar também desse debate.

São dez minutos para você, Carlos Silva, como foram dados aos outros, e, em seguida, vamos para o segundo momento, que, na verdade, é outra audiência pública sobre o trabalho escravo, mas todos estão convidados.

O SR. CARLOS SILVA – Senador Paim, obrigado pela oportunidade de, mais uma vez, estarmos aqui. Colegas de mesa, quero cumprimentá-los todos, colegas aqui presentes no plenário, representando movimentos sindicais, representando os movimentos sociais, autoridades, Parlamentares presentes e quem nos acompanha.

Antes, eu queria, Senador Paim, em nome da nossa entidade, do Sinait, e de todos os auditores fiscais do trabalho – e aproveito para fazer isso ao lado da nossa querida Rosa Jorge, que está aqui nos assistindo –, parabenizá-lo porque nunca é demais e nunca será suficiente reconhecer o esforço que o senhor tem, junto com todos nós, feito pela defesa dos trabalhadores do nosso País. (*Palmas.*)

Parabéns, Senador!

Nós, do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais de Trabalho, representando a atuação dos auditores fiscais do trabalho, estamos participando dessa jornada de resistência e luta contra a precarização, que significa a terceirização pretendida pelo PLC nº 30.

Estivemos em todas as audiências, passando por todos os Estados, debatendo as realidades locais e levando também as informações a respeito do trabalho que fazem os auditores fiscais do trabalho.

Meus colegas encontram nos ambientes de trabalho o caso concreto do que aqui a gente expõe acerca do que significa a precarização da terceirização que o nosso País vive. Ao lado de tudo isso que a gente discute sobre esse lado nefasto da terceirização, o lado precarizador da terceirização, existe um outro contexto muito mais amplo que já foi aqui trazido pelos colegas que é esse conceito do retrocesso social que a nossa sociedade, especialmente conduzida por parte dos Parlamentares que integram esse atual Congresso Nacional, vive.

A Graça acabou de comentar alguns passos de 10, 30, 40, 100 anos atrás que se tentam dar aqui nesta Casa e que nós não vamos deixar. Mas trago outro aqui que também tem uma relação muito direta com a terceirização precarizadora do nosso País: a sustação da Norma Regulamentadora nº 12, outro grande passo de retrocesso que, no bojo da terceirização, torna pior ainda o processo de terceirização que tentam implantar em nosso País.

A NR 12 estabelece medidas de proteção das máquinas do nosso País. Pelos dados que já conhecemos e divulgamos, de cada dez acidentes de trabalho que nosso País registra, oito ocorrem com trabalhadores terceirizados. E não tenham dúvida de que a grande maioria desses acidentes ocorre por conta de máquinas desprotegidas.

Nós temos também outro grande exemplo de retrocesso que também, no bojo da terceirização, se apresenta como potencializado: a suspensão da publicação da lista suja do trabalho escravo, que virá certamente e reaparecerá na mesa seguinte. É um outro grande ataque aos avanços que nós conquistamos com muita luta, luta que tem suor e também tem sangue, porque aqui nesta Casa também tiram o sangue de trabalhadores que tentam defender seus direitos, como tem ocorrido há pouco tempo. A gente tem presenciado de maneira estarrecedora essas últimas movimentações antidemocráticas.

Nós, auditores fiscais do trabalho, e a nossa entidade sindical estamos cerrando fileiras na luta contra o PLC nº 30, porque ele abre uma verdadeira farra de terceirizações que traz no bojo dos seus defensores muitas mentiras, muitas mentiras. A primeira grande mentira que se fala quando se apresenta o PLC nº 30 é que ele vai resolver a vida dos quase 13 milhões de trabalhadores terceirizados. Eu gostaria de entender onde isso vai acontecer, como isso vai acontecer. Aliás, essa mentira é contada e está sendo comprada, está sendo aceita pelos próprios trabalhadores terceirizados.

Uma grande verdade ao lado dessa grande mentira é que 35 milhões de trabalhadores, os 35 milhões de trabalhadores que estão protegidos pelo contrato de trabalho, os primeirizados, não serão afetados. É uma grande mentira porque eles serão afetados, sim. Do jeito que o PLC nº 30 se apresenta, nós, no limite, não teremos mais trabalhadores primeiros dentro das empresas. Serão empresas, em nosso País, absurdamente constituídas sem empregados. É uma grande mentira esse alerta que se faz para defender essa aberração que é o PLC nº 30.

E por que ele é tão ruim? Olha, ainda que nós não apresentássemos aqui argumentos objetivos, basta olhar para tudo aquilo por que a sociedade vem clamando e gritando. Nós estamos aqui com expressão maciça dos movimentos sociais, expressão maciça de entidades sindicais, expressão maciça de Parlamentares compromissados com avanços sociais e com o mundo do trabalho. Nós estamos todos unidos, dizendo para a sociedade e para o Parlamento que não queremos esse projeto.

Como que a gente pode então avaliar que esse projeto pode trazer algo de bom para a nossa sociedade brasileira? Ele é, de fato, um projeto que não resolve os problemas a que se propõe, ele não resolve o problema da jornada de trabalho, que é muito superior para o trabalhador terceirizado e, na fiscalização do trabalho, jornada de trabalho para nós é um elemento de segurança e saúde no trabalho. Trabalhadores expostos a jornadas excessivas estão mais propensos a acidentes no ambiente do trabalho.

E tem outra face também muito nefasta. A jornada, quando é excessiva demais, chega a ser extenuante. É um tipo que está no art. 149, que caracteriza inclusive trabalho escravo, que estão querendo tirar também do conceito trabalhista constante do art. 149.

Não resolve o problema de redução salarial. Aliás, entendemos que vai agravar esse problema porque os empregados diretos serão demitidos e serão readmitidos como terceirizados com uma massa salarial menor.

Ela cria crise de identidade profissional dentro dessas categorias, inclusive afetando, na essência, o caráter coletivo da atuação e da luta de classe dessas categorias, que têm uma história, como disse Graça, que será rasgada por meio do trabalho que se construiu e se concretiza nos instrumentos coletivos, acordos, convenções, que representam anos de muita luta em toda a classe trabalhadora.

Ela não resolve o problema das diferenças de direitos. É um projeto que, na verdade, agrava esse problema. Há um pequeno toque para enganar o besta no texto do PLC 30. Mas aqui não há besta. Estamos muito atentos ao que se está tentando com o PLC 30. Abre uma porta muito larga para o aumento de assédio moral, prática velha e conhecida na realização e execução da terceirização que o Brasil conhece.

Existe um discurso muito bonito que trata a terceirização num universo teórico. Mas estamos falando da realidade. A realidade da terceirização no Brasil é assustadora. Não é à toa que, por essa razão, estamos todos aqui fazendo esse trabalho, e acreditamos que seremos ouvidos, para que o PLC 30 não siga adiante.

Mas existem, nessa discussão toda, preocupados com o caminhar dessa intenção de retrocesso dentro do Congresso, caminhos para que nós possamos enxergar uma saída para essa escuridão. Precisamos proibir a terceirização da atividade-fim, nós precisamos proibir a subcontratação sem fim, nós precisamos garantir igualdade de direitos para todos – terceirizados e diretos –, nós precisamos garantir a legítima representação sindical de todos os trabalhadores, nós precisamos garantir a responsabilidade solidária. Feito isso, não haverá problema.

Por que então não seguimos na linha da convergência? Isto aqui é a pauta que faz convergir todos os que aqui estamos e quem defende a excrescência do PLC 30.

Portanto, essa é a nossa posição. Nós auditores fiscais do trabalho, o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, continuaremos todos juntos nessa luta, que é uma luta em defesa da sociedade, é uma luta em defesa do Estado brasileiro, que, não é demais lembrar, tem compromisso com a promoção do trabalho decente.

O Brasil tem uma agenda de trabalho decente, reconhecida pelo Estado brasileiro, e não vai, pela iniciativa de um grupo de Parlamentares oportunamente colocados, nesta ocasião, no nosso Congresso, ser colocada debaixo do tapete. Estamos todos aqui para lutar pelo nosso Estado, para lutar pela nossa sociedade, para lutar por nossos direitos e pelo respeito à nossa Constituição.

A Auditoria Fiscal do Trabalho é, portanto, mais um dos soldados nessa luta que certamente será concluída com êxito porque nós representamos a força do nosso País, e não um pequeno grupo oportunista de Parlamentares que querem levar para baixo do tapete uma história de décadas, séculos de luta.

Obrigado, colegas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Carlos Silva, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinat).

Meus amigos e amigas, nossa audiência de hoje cumpriu seu objetivo, que foi fazer um balanço geral da nossa caminhada por todo o País. Digo nossa porque é do movimento sindical, contra principalmente o projeto da terceirização e o negociado se sobrepondo ao legislado. Ou seja, a lei não vale mais, só vale a negociação entre as partes.

Também, como ficou claro para todos os convidados, somos pela defesa da democracia. Nós todos, à unanimidade... Eu ia até ler o artigo, mas infelizmente não vai dar, em que deixo muito claro por que entendo que não há o mínimo cabimento nessa história de *impeachment* da Presidenta Dilma.

Discordâncias pontuais no campo econômico são uma coisa que todos nós temos aqui até entre nós. Agora, entre isso e querer, como eu ouvi ontem o Presidente da Fiesp dizer, por uma questão econômica, apoiar, assim ele decidiu, o *impeachment* da Presidenta, é um absurdo.

Nesse artigo – se quiserem, depois deixarei cópia à disposição – eu deixo muito claro que não tem nenhum fundamento, nem técnico, nem jurídico e, eu diria, nem político, como demonstro aqui, para o *impeachment* da Presidenta.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Senador Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pois não, Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Só um minutinho, porque vai começar a nova Mesa e daqui a pouco eu tenho que ir à Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – V. Exª sempre tem direito à palavra, porque é a mais presente aqui.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Mas eu voltarei assim que der. Eu tenho que votar lá na Comissão de Educação daqui a pouco, mas eu volto para cá, porque é o tema me interessa muito.

Eu queria só deixar uma coisa que me deixou quase transtornada, que foi essa história de tomar o lenço da Graça. Não é possível! Aqui a gente precisa, nós dois vamos ter que ir onde for com esse regulamento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Concordo plenamente com V. Exª.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Porque é uma dificuldade toda vez que há audiência com trabalhadores e com os índios. Eu já fui duas vezes botar índio para dentro, porque eles querem que os índios venham, acho, vestidos de paletó e gravata, e índio não se veste assim, índio vem com sua indumentária. Um maracazinho deste tamanho o índio traz. Duas vezes eu tive que ir e botar índio para dentro.

Então, acho que a gente precisa resolver isso, porque outras categorias, com todo o direito que eles têm de vir, vêm e não têm essa dificuldade para entrar. Vêm de terno e gravata. E não pode isso.

A gente precisa ver onde está escrito que têm que pegar um lenço de uma pessoa que o usa no pescoço. Eu me senti ofendida, porque uso muito essas coisas, e não é nem para enfeitar, não, mas porque eu sinto muito frio e tenho um problema seriíssimo de tosse, de garganta.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Pois é. Então, a gente precisa resolver isso lá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Comprometo-me, junto com a Senadora, a dialogar com o Presidente Renan Calheiros sobre essa questão.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Eu já falei isso, inclusive, na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nós vamos juntos hoje à tarde.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Quando houve a audiência dos índios... Eu falei lá na tribuna sobre isso também, quando houve a questão dos indígenas.

Quero só para parabenizar V. Exª e dizer que foi um andarilho nessa história da terceirização. Eu sou testemunha. Eu acho que não há mais ninguém dos trabalhadores que não esteja convencido disso.

Eu fiz um pronunciamento em que eu citava, eu não precisei fazer o discurso, eu só transcrevi falas de desembargadores, de juízes do trabalho tanto do meu Estado quanto de nível nacional, do TST, inclusive, para mostrar, essa questão da inconveniência desse projeto. E acho que estamos prontos para votar. Agora, não sabemos o que passa na cabeça de Parlamentar. Então, a gente precisa ter esse cuidado, mas acho que da parte dos trabalhadores está todo mundo pronto. Acho que já debatemos bastante.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora Regina Sousa. (*Palmas.*)

Está encerrada esta audiência pública.

Podem tirar a foto que eu já quero abrir a outra.

Encerrada a audiência pública, eu peço aos meus convidados que retornem para a primeira fila, porque agora nós vamos abrir a próxima.

Está encerrada a audiência.

(Iniciada às 09 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 23 minutos.)

ATA DA 126ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2015, TERÇA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e vinte e três minutos do dia quinze de dezembro de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Donizeti Nogueira, Lindbergh Farias, Ana Amélia, Vicentinho Alves e do não membro Senador Paulo Rocha. Registra-se a presença dos Deputados Federais Paulo Pimenta e Jean Wyllys. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº140 de 2015-CDH de autoria do Senador Paulo Paim, para o ciclo de debates sobre: "O mundo do trabalho: desemprego, aposentadoria e discriminação", com foco no trabalho escravo. O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Wagner Moura; Leonardo Moretti Sakamoto, Conselheiro do Fundo das Nações Unidas para Formas Contemporâneas de Escravidão; Guilherme Guimarães Feliciano, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA, Rogério Sottili, Secretário Especial do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos; André Roston, Chefe da Divisão de Combate ao Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho e Previdência Social; Carlos Eduardo Chaves Silva, Assessor da Secretaria de Assalariados Rurais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Deputado Federal Jean Wyllys; Rosa Maria Campos Jorge, Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT; Hugo Melo Filho, Presidente da Associação Latino Americana de Juízes do Trabalho; Moacyr Roberto Tesch Auersvald, Secretário Geral da Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST; Graça Costa, Secretária Nacional da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Carlos Eduardo Azevedo Lima, Presidente da ANPT; Rafael Garcia Rodrigues, Procurador do Trabalho - Coordenador Nacional da Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo – CONAETE; Silvio Silva Brasil, Coordenador da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo – CONATRAE; Jean Marie Xavier Plassat, Representante da Comissão Pastoral da Terra – CPT; Mércia Silva. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Lindbergh Farias, Regina Sousa e Donizeti Nogueira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e seis minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 126ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nós temos do Requerimento nº 140, de 2015, de nossa autoria e de outros Senadores, para discutir o ciclo de debates sobre o trabalho escravo.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, link www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Gostaria, de imediato, de chamar a composição da primeira Mesa. Convido, com muita satisfação, o Sr. Wagner Moura. Se me permitirem, já vou falando um pouco de cada convidado.

Wagner Moura é um exemplo de cidadão brasileiro. (*Palmas.*)

Falo do ator Wagner Moura, que é também um militante das causas sociais e um artista nacional e internacional.

Seja bem-vindo, Wagner!

O SR. WAGNER MOURA (*Fora do microfone*.) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É um prazer enorme recebê-lo aqui. Por favor.

O SR. WAGNER MOURA (*Fora do microfone*.) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Convido, para compor a Mesa, o Sr. Leonardo Moretti Sakamoto, Conselheiro do Fundo das Nações Unidas para Formas Contemporâneas de Escravidão, que também é outro militante dos direitos humanos, internacionalmente, permita-me dizer. (*Palmas.*)

Convido Guilherme Guimarães Feliciano, Vice-Presidente da Anamatra. (*Palmas.*)

Registro também a presença do Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, Deputado Pimenta.

Uma salva de palmas especial ao Pimenta, que está fazendo um belo trabalho lá. (*Palmas.*)

Convido Rogério Sottili, Secretário Especial do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos e também parceiro de todas as horas. (*Palmas.*)

Está aqui o Rogério, grande guerreiro.

É muito bom vê-lo.

Convido André Roston, Chefe da Divisão de Combate ao Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho e Previdência Social. (*Palmas.*)

Nossos cumprimentos a essa divisão, que faz o bom combate para libertar o nosso povo.

Por fim, convido, para compor esta Mesa, porque vamos ter uma segunda Mesa, Carlos Eduardo Chaves Silva, Assessor da Secretaria de Assalariados Rurais da Contag. (*Palmas.*)

Seja bem-vindo!

Todo mundo sabe o motivo desta nossa audiência pública, que foi convocada às pressas. Aqui estão centenas de militantes, e há outra sala ao lado lotada – Sala 9 da mesma ala. Eles vieram porque entendem que o projeto que regulamenta o trabalho escravo e que querem votar hoje à tarde é uma agressão ao mundo do trabalho, é uma agressão, uma violência aos homens e às mulheres deste País que não admitem que o nosso querido Brasil ainda seja dirigido por uma lei que vai, na verdade, regulamentar o trabalho escravo. É preciso proibir e não regulamentar o trabalho escravo!

Por isso, nós contamos hoje, neste evento, com a presença de inúmeras personalidades e líderes. (*Palmas.*)

Acaba de chegar o meu querido amigo, Senador Paulo Rocha, lutador, sempre presente em horas como esta, junto com a Senadora Regina, que já estava aqui.

Wagner, permita-me. A assessoria da Casa pediu que eu fizesse uma saudação especial para você, mas entendam todos que a saudação é para as duas Mesas e para todos os militantes que estão no plenário.

Quem escreveu a saudação foram os trabalhadores desta Comissão. Por isso, eu leio com muita honra.

É uma honra recebermos aqui, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, este exemplo de cidadão brasileiro. Falo do ator Wagner Moura, que é também um militante nacional e internacional das causas sociais.

Wagner Moura trabalha junto à OIT (Organização Internacional do Trabalho) como Embaixador da Boa Vontade, especificamente na luta mundial contra o trabalho escravo. (*Palmas.*)

Todos sabem da sua agenda. Ele deixou tudo para estar aqui, pela importância do debate e da votação, que poderá acontecer no plenário do Senado, hoje à tarde.

Em todos os países que visita, ele lembra que o Brasil é protagonista mundial da luta contra o trabalho escravo. De pessoas como você – dizem os trabalhadores desta Comissão, Wagner – nós precisamos muito; de homens públicos como você, conscientes da sua função na sociedade e que sabem muito bem o que querem: um País mais justo, solidário, com direitos e oportunidades iguais para todos.

Wagner Moura é baiano, de Salvador. É diretor, músico, considerado pela crítica um dos protagonistas do atual cinema brasileiro. Foi o primeiro ator oriundo da Região Nordeste a fazer um papel de destaque na indústria cinematográfica de Los Angeles, Estados Unidos. Recentemente, foi indicado a uma premiação internacional. Falo do Globo de Ouro, pela categoria Melhor Ator em Série Dramática.

Seja bem-vindo, Wagner Moura. Parabéns pelo seu brilhante trabalho! E permita que eu diga de improviso: oxalá nós tenhamos no mundo mais pessoas iguais a você! (*Palmas.*)

O SR. WAGNER MOURA – Obrigado, Senador. Muito obrigado.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Passo a palavra, então, para abrir os trabalhos desta nossa Comissão, ao líder, eu diria, Wagner Moura.

O SR. WAGNER MOURA – Muito obrigado! Obrigado a todos.

Fui convocado ontem para vir aqui, de improviso, mas achei que era minha obrigação estar aqui, como brasileiro e, especialmente, como Embaixador da Organização Internacional do Trabalho.

É curioso... Eu estava conversando agora com o Sakamoto. A última vez em que eu estive aqui foi justamente há cinco anos, quando eu entreguei ao então Presidente da Câmara dos Deputados, hoje Vice-Presidente, querendo ser Presidente – não será –, Sr. Michel Temer, um abaixo-assinado para a aprovação da lei que

confisca terras onde forem encontrados trabalhadores em condições análogas às da escravidão. E é curioso que eu esteja aqui de volta agora para, junto com todos, tentar impedir que a regulamentação dessa lei seja votada assim, a toque de caixa, sem uma discussão, sem um debate público.

Eu escrevi, semana passada, quando essa lei ia ser votada, quando foi feito o pedido de urgência, um *e-mail* para o Senador Renan Calheiros, o qual se tornou público, em que eu dizia justamente isto: que eu tenho viajado muito pelo mundo, por conta do meu trabalho como ator e também pela minha posição como Embaixador da OIT, e falado para as pessoas, no mundo inteiro, para jornalistas e gente dos direitos humanos – eu e Sakamoto estivemos juntos em um debate da OIT em Londres – sobre o quão orgulhoso eu sou. Outro dia, um rapaz me perguntou: de que você mais se orgulha do Brasil hoje? E a primeira coisa que me ocorreu foi pensar que o nosso Código Penal, com relação à defesa dos trabalhadores em situações análogas às da escravidão, é o mais moderno do mundo. Do mundo inteiro! Isso é motivo de orgulho para qualquer brasileiro. Ou seja, aqui no Brasil, a nossa definição de trabalho escravo é: qualquer sujeito que trabalhe forçado, que trabalhe por dívidas e, especialmente – que é o que caracteriza a escravidão moderna, a escravidão contemporânea –, o cara que trabalhe em situação degradante, em situação que degrade a natureza humana, e o sujeito que trabalhe em jornada exaustiva de trabalho. No Brasil, essa pessoa é considerada um escravo. E são justamente esses dois pilares da nossa definição que, sorrateiramente, estão sendo retirados agora na regulamentação da lei.

O trabalho forçado gera no mundo um lucro ilegal – obviamente – de US$150 bilhões. Isso é muito dinheiro. Então, se nós entendermos que essa é uma economia nefasta, informal, que gera muito dinheiro, naturalmente vamos entender que há forças que querem, que trabalham pela manutenção disso. É curioso que o Legislativo tenha se empenhado tanto para a aprovação da maioridade penal, enquanto, com essa proposta, se está afrouxando uma lei que responsabiliza os verdadeiros bandidos. Os bandidos de verdade são esses. (*Palmas.*)

Então, a gente teve uma notícia muito boa: eu encontrei agora o Senador Acir Gurgacz, do PDT, que me disse que o PDT fechou posição para que o PLS volte para a CCJ, porque a ideia, o que a gente quer agora de imediato é que o PLS volte para a CCJ. Ou seja, que isso não seja votado em regime de urgência, que não seja votado a toque de caixa, que não seja votado de forma sorrateira, dessa forma como está sendo proposto. Que volte à CCJ, que haja um amplo debate com os setores interessados, e eu acredito que esse é um debate que interessa a qualquer cidadão brasileiro. Espero que a gente consiga isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse é o ator Wagner Moura, eu diria embaixador perante o mundo do combate ao trabalho escravo, falando da história brasileira.

Eu me coloco no seu lugar, Wagner, que está nessa cruzada internacional. Ter que voltar aos países e dizer que lá no teu País, na tua Pátria, no teu Brasil aprovaram uma lei que, na verdade, torna legal o trabalho escravo...

O SR. WAGNER MOURA – Esse é um momento de muito retrocesso. Nós tivemos o retrocesso recente da suspensão da lista suja pelo Supremo, o que já foi um retrocesso muito grande. O Brasil, ainda por cima, tinha esse elemento extraordinário, era absolutamente democrático, que era a lista suja, que está suspensa. E isso, agora, seria mais um retrocesso gigante nessa área.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Eu passo, de imediato, a palavra ao Conselheiro do Fundo das Nações Unidas para Formas Contemporâneas de Escravidão, Sr. Leonardo Moretti Sakamoto.

O SR. LEONARDO MORETTI SAKAMOTO – Bom dia, Senador; bom dia a todas e a todos os presentes.

Agradeço o convite para estar falando nesta audiência aqui hoje, feliz por estar aqui ao lado do Wagner.

O Fundo das Nações Unidas para Formas Contemporâneas de Escravidão, desde 1991, quando foi constituído, tem atendido a programas de prevenção ao trabalho escravo ao redor do mundo. Mais de cem países, centenas de organizações são beneficiadas, para evitar que crianças se tornem soldados, que meninas sejam exploradas sexualmente, e por aí vai.

Posso falar com todas as letras que o Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos reconhece no fundo – o fundo está conectado ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos– o conceito brasileiro de trabalho escravo. O conceito brasileiro de trabalho escravo é um conceito que prevê a defesa da liberdade e da dignidade do trabalhador, que está no art. 149 do Código Penal, que, como bem lembrou o Wagner, é uma lei que é referência internacional. O fundo reconhece a definição brasileira. E eu diria ainda mais: não só as Nações Unidas reconhecem a definição brasileira, como também consideram a definição brasileira um exemplo global a ser reproduzido.

A antiga relatora para trabalho escravo, a Relatora Especial das Nações Unidas sobre Formas Contemporâneas de Escravidão, Gulnara Shahinian, veio ao Brasil, conheceu o conceito e, desde então, tem levado para o mundo inteiro e dito: "Usem como referência". A própria Organização Internacional do Trabalho também reconhece o conceito brasileiro.

E é fundamental, neste momento em que a gente está discutindo se tira ou não, se dilapida ou não esse conceito, neste momento de regulamentação da PEC, é importante lembrar o que a gente está protegendo lá dentro. Quando você utiliza escravos, quando você está escravizando alguém, você não está apenas roubando a liberdade dessa pessoa; você também está reduzindo essa pessoa a um instrumento descartável de trabalho, você está pegando um trabalhador e o transformando num instrumento que pode ser facilmente jogado fora quando ele não for mais necessário.

Então, além de proteger a liberdade desse trabalhador, nós também temos que proteger a dignidade desse trabalhador. Gente, dignidade é aquilo a que todos nós temos direito simplesmente por termos nascido humanos. É aquele quinhão de justiça, de direitos, aquele pacotinho de direitos que a gente tem exatamente por ter nascido humano. Sem isso, nós somos meros instrumentos descartáveis.

E é isso que vai acabar acontecendo se, no intuito de regulamentar a PEC do trabalho escravo, que prevê o confisco de propriedades em que esse crime for encontrado, no intuito de regulamentar, ou seja, de tornar possível a utilização da PEC do trabalho escravo, a gente resolver, o Senado Federal e, depois, a Câmara dos Deputados, tirar as condições degradantes de trabalho, a jornada exaustiva, que é exatamente aquilo que protege a dignidade de homens, mulheres, jovens no campo e nas cidades.

Então, na verdade, o que a gente está pedindo aqui – aí eu encerro a minha participação para os colegas poderem também expor o seu ponto –, o que está pedindo aqui é muito fácil. Apesar de a gente ter certeza do mérito, apesar de a gente ter certeza de que mexer na definição de trabalho escravo neste momento não é o melhor, que a definição de trabalho escravo é referência internacional, a nossa definição trabalho escravo é referência internacional, apesar disso, o que a gente está propondo é que esse projeto de regulamentação que foi tirado da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e a ele dado um rótulo de urgência volte para CCJ e, lá na CCJ e em outras comissões, se assim for, seja exaustivamente debatido pelo Senado Federal, seja exaustivamente debatido em audiências públicas envolvendo trabalhadores, envolvendo organizações da sociedade civil, mas também envolvendo empregadores, envolvendo o Governo, os que estão envolvidos, naturalmente, na história, envolvendo quem tem interesse nessa história e não aprovando pela cabeça de algumas pessoas.

Vamos debater e, a partir desse debate, encontrar a melhor saída para, ao mesmo tempo, garantir que a segurança jurídica, que já existe, se mantenha no campo e na cidade, beneficiando o crescimento econômico, mas também garantindo que o crescimento econômico não subjugue a dignidade do trabalhador.

É isso.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Muito bem, Leonardo Moretti Sakamoto.

Olha, pela palavra do Leonardo, me permitam, que a gente, além de fazer o projeto, vá para as comissões, faça audiências públicas, que esta Comissão tome a decisão, no dia de hoje, de fazer o que a gente chama de uma comissão geral no plenário do Senado, inclusive com a presença de vocês, para que todos os Senadores do plenário possam ouvir essa visão do mundo do trabalho escravo não só no Brasil, mas também no Planeta. Então, seria fundamental, eu queria isso, até, a partir da fala dos dois, se vocês concordarem, que, além do trabalho nas comissões, a gente faça uma comissão geral no plenário do Senado, a chamada comissão temática, para que eles sejam ouvidos lá e deem os relatos que eles deram aqui.

Eu, simbolicamente – vou dizer simbolicamente porque, legalmente, só os Senadores poderiam votar –, eu faço um gesto: aqueles que, no plenário, entenderem que essa proposta deve ser aprovada pela Comissão de Direitos Humanos e levada ainda hoje ao Presidente Renan levantem os dois braços. É para não ter dúvida. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Eu vou passar pela Comissão. (*Palmas.*)

De imediato, vou passar a palavra ao Dr. Guilherme Guimarães Feliciano, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Senador Paulo Paim – mais uma vez, o meu bom dia –, Wagner Moura, Sakamoto, meus caros colegas de Mesa, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho vem, mais uma vez, perante a CDH reafirmar suas posições a favor da desapropriação das glebas de terra onde há exploração do trabalho análogo ao de escravo, a favor do conceito que está consolidado no art. 149 do Código Penal e que assimila, como deve assimilar, ao trabalho forçado, *stricto sensu,* o chamado o trabalho degradante e a favor de uma discussão neste Parlamento que, de fato, agregue todas as forças sociais e que não se faça a toque de caixa, apenas para que, ao final, o trabalho que todos nós tivemos ao longo de dez anos ou um pouco mais para que finalmente tivéssemos a Emenda Constitucional nº 81 e houvesse a possibilidade constitucional de desapropriação de terras em caso de exploração ou trabalho escravo, esse trabalho

todo seja perdido ou seja minguado por força de uma construção restritiva do conceito que não interessa à sociedade civil, não interessa ao Estado brasileiro e não interessa a qualquer um de nós como indivíduos.

É exatamente nesse passo que, desde logo, faço algumas observações sobre o texto consolidado, que já circula com as emendas acatadas pelo Relator, sobre o que nós pretendemos e sobre, afinal, o que significa essa redução a condição análoga à de escravo.

É preciso compreender – e talvez o texto do PLS 432 não compreenda – que não estamos mais falando aqui do trabalho escravo como era na Idade Média, como foi o trabalho escravo moderno, aquele que o Brasil explorou nos seus vários ciclos econômicos durante a Colônia e o Império. Nós estamos falando de uma outra faceta desse fenômeno que é uma chaga, é um câncer no meio social brasileiro. Estamos falando de um trabalho escravo que, muitas vezes, se traveste de trabalho contratualmente admitido e que muitas vezes decorre da servidão por dívidas que o próprio trabalhador não percebe que está acontecendo. Entre nós, é conhecido o fato do *truck-system* – não é isso? –, do barracão, em que o trabalhador chega à gleba rural devendo dinheiro por conta do transporte. Lá, evidentemente, ele tem de se alimentar, e não há, nesse caso, nenhuma possibilidade de adquirir o seu alimento por um preço mais em conta. Sabemos que alimentos correspondem sempre a uma demanda econômica inelástica. O ser humano tem de consumir alimentos. Portanto, se só há o barracão, aquele "empregador", entre aspas, pode colocar qualquer preço porque esse alimento será consumido. A partir desse preço, forma-se uma nova dívida. Então, ao final do mês, o trabalhador não apenas não recebe o salário, como é informado de que está devedor e, por conta disso, não pode deixar aquela área. Isso é servidão por dívidas. Isso é trabalho forçado também.

Muitas vezes escuto que esse é um discurso de esquerda e que há aqui alguma preocupação ideológica que não deveria, digamos, contaminar o discurso. Isso é absolutamente falacioso. É claro que nós podemos reconhecer em discursos de esquerda tudo isso que cada um de nós está falando e vai falar. É claro que pensar em redução a condição análoga à de escravo envolve um fenômeno que Karl Marx chamou de fetichização. É claro que o ser humano se transforma em mercadoria e, nesse sentido, é esquecido na sua humanidade. Não há, talvez, exemplo mais candente do que possa ser a fetichização.

Eu me lembro, na 15ª Região, de uma situação envolvendo as plantações de laranja na época em que em São Paulo houve um problema sério com o cancro cítrico, comprometendo a lucratividade do agronegócio. Lembro-me de um vídeo que foi captado por um procurador do trabalho em que os trabalhadores eram enfileirados e tinham de passar debaixo de um chuveirinho que despejava sobre eles líquido agrotóxico para que fossem às plantações e não as contaminassem com o cancro cítrico. Não há instrumentalização maior do que essa. Esse trabalhador foi feito coisa, foi coisificado, foi reificado, foi esterilizado. Isso é trabalho degradante. Isso é tão funesto que deve ser condenado tanto quanto qualquer forma de trabalho forçado.

Aí, voltando ao que eu dizia, se quisermos ser liberais, vamos a Immanuel Kant, vamos ler na sua obra maior que o homem não é instrumento de coisa nenhuma, ele é um fim em si mesmo.

Então, mesmo os liberais devem conceder que aqui devemos ter um conceito amplo, que impeça a coisificação da pessoa. O ser humano é um fim em si.

Para encerrar, quero fazer menção aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – ... ao Ofício nº 339, de 2015, que o Procurador-Geral do Trabalho encaminhou ao Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros.

Gostaria de ler duas passagens, porque o Ministério Público do Trabalho textualmente diz – e a Associação Nacional dos Juízes do Trabalho concorda com isso – que, a rigor, isso não precisaria sequer ser regulamentado. Nós já temos o conceito no art.149 do Código Penal. Tudo o que está sendo feito aqui é simplesmente restringir um conceito que a lei já traz.

Diz o Procurador-Geral do Trabalho, a certa altura – abro aspas:

> "Sabe como realmente identificamos a ocorrência do trabalho escravo? Quando flagramos situações de trabalho que fazem o nosso estômago embrulhar, que nos fazem sentir a dor do outro, em sua plenitude. No trabalho escravo, flagramos situações desumanizantes de indivíduos brutalizados, violados, tratados pior do que animais. Por isso, a ameaça do retrocesso no conceito de trabalho escravo é temida.

Adiante ele continua:

Ocorre que o Projeto de Lei do Senado nº 432, de 2013, tenta redefinir o trabalho escravo com contornos confinados à Idade Média, e com isso o Ministério Público do Trabalho não pode concordar.

E eu adiciono: tampouco a Anamatra.

As práticas contemporâneas de escravidão não se limitam à restrição do direito de ir e vir do empregado. Sabemos que o trabalho escravo é muito mais do que isso. É escravo o trabalho que flerta com a morte por

exaustão. É escravo o trabalho em cujos alojamentos não há sanitário nem água encanada, sendo necessário recorrer-se à água de poços em que animais também se hidratam. Às condições degradantes acrescenta-se o que a lei define como jornada exaustiva." – e fecho aspas.

Concordamos plenamente. É importante ter em mente – e aqui encerro – que este debate está insuficientemente travado. Portanto, a Anamatra é contra a exclusão do conceito de trabalho degradante para efeito de desapropriação das glebas. O conceito é inerente ao art. 149 do Código Penal, que é o que estava em vigor quando veio a lume a Emenda Constitucional nº 81.

A Anamatra pede que o debate seja reaberto, que se retire a urgência do projeto e que ele volte à CCJ, volte às comissões, para um amplo debate com a sociedade civil.

É disso que nós precisamos agora. E se isso não for feito, Senador, a Anamtra termina lembrando o que disse, a certa altura, Mahatma Gandhi, que quando alguém compreende que o conteúdo da sua dignidade de homem não obedece às leis impostas, nenhuma tirania pode escravizá-lo.

Que nós não precisemos chegar a esse ponto. Muito obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Dr. Guilherme Guimarães Feliciano, que falou pela Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho).

Eu atendo a uma homenagem aqui aos nossos convidados. Eu peço à assessoria que passe o vídeo que os artistas fizeram contra a terceirização e contra o trabalho escravo.

São três minutos. Você está lá nesse vídeo. Nós passamos em todo o Brasil. Já fomos a 23 Estados – vamos aos 27. Abrimos sempre a audiência pública com esse vídeo. Esse é o final.

(Procede-se à execução de vídeo) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Podem agradecer aos atores e atrizes. É importante dizer que fizeram esse vídeo gratuitamente, a pedido da Anamatra. Estamos passando em todo o Brasil, em cada audiência que realizamos contra o trabalho escravo e contra a terceirização.

Eu diria mais uma salva de palmas, porque um deles está presente aqui. (*Palmas.*)

Batemos tantas palmas nos outros Estados por aí.

Por favor, meu amigo gaúcho, companheiro dos primeiros anos, ele um jovem estudante e eu já meio nego velho, mas me dava aula de matemática no *campus* e de conhecimento gerais, para que eu fizesse debate na Fiergs. Rogério Sottili é Secretário Especial do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

Jamais vou me esquecer as aulas que vocês me deram.

O SR. ROGÉRIO SOTTILI – Bons tempos, Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Você, o Marcio Pochmann e tantos outros.

O SR. ROGÉRIO SOTTILI – O Rolf. Bons tempos, Paim. Aprendemos muito juntos para fazer o que estamos fazendo.

Então, primeiro queria cumprimentar o Senador Paim por essa iniciativa tão importante para o Brasil, queria estender o cumprimento ao Senador Lindbergh, à Senadora Regina e também ao meu querido Wagner Moura – não perco nada do que o Wagner faz. Sabe Wagner, temos o Festival de Direitos Humanos, na Secretaria de Direitos Humanos, e quisemos homenagear alguns artistas. Fui conversar com o Ricardo Darín, convidando-o para uma homenagem, há uns 4 ou 5 anos atrás, porque ele seria homenageado no festival. Quando fui convidá-lo, em nome do Presidente Lula, ele disse que a primeira surpresa era de que ele não sabia que eu fazia filmes sobre direitos humanos.

Acho que esse debate ajuda ampliar essa compreensão sobre o que são os direitos humanos. Então, um abraço muito forte ao Wagner Moura por todo o seu compromisso, a sua militância.

Nosso querido Deputado que está chegando agora, um abraço. Queria cumprimentar o Leonardo Sakamoto, importante militante dos direitos humanos; o Guilherme que está aqui na Mesa; o Carlos Eduardo; o André e em nome do Frei Xavier cumprimentar todos os parceiros que estão aqui na frente, entidades, companheiros personalidades aqui presentes.

Quero dizer algumas breves palavras. Em primeiro lugar, o trabalho é extremamente fundamental na nossa sociedade. É através do trabalho que nossas relações são estruturadas na sociedade, as relações pessoais e humanas. As pessoas se entendem como cidadãs a partir do trabalho digno que elas possam exercer, do trabalho digno que elas desenvolvem no dia a dia.

Então, não entenderemos uma sociedade justa, uma sociedade fundada nos direitos humanos se ela não considerar o trabalho digno como uma questão basilar, como uma questão básica para todas as suas relações.

O que é mais importante nesse debate é que o Brasil é referência mundial na promoção dos direitos humanos, em que pesem todas as dificuldades que temos e enfrentamos no dia a dia; em que pese o reconheci-

mento de que o Brasil é um País que tem uma cultura de direitos humanos, por conta de toda a sua formação histórica de violação de direitos humanos, que passou por um genocídio indígena, passou por três séculos de escravidão, passou por duas ditaduras civil-militares; em que pese toda essa cultura de violação, a partir da redemocratização do Brasil nós inauguramos uma nova fase em que o Brasil não para de avançar na promoção dos direitos humanos e se constitui uma referência mundial, internacional sobre os direitos humanos.

Por isso que a discussão que está sendo feita hoje, aqui neste debate, discussão que o Paim e os Senadores levam aqui no Senado, mas que já foram levadas pelo Deputado Jean Wyllys e outros Deputados à Câmara dos Deputados é tão importante.

Nós não podemos entender que esse processo tão importante possa ser feito a toque de caixa.

Apesar de sermos totalmente contra o que vem sendo proposto na mudança desse conceito sobre o trabalho escravo, não se trata dessa discussão de mérito. O que nós não aceitamos é que esse projeto entre em discussão e seja votado no dia de hoje. Nós queremos que ele volte, como bem disse o Senador Paim, o que foi aprovado por este Plenário, é que ele volte para todas as comissões e mais a comissão criada agora aqui pelo Senado, pela Comissão de Direitos Humanos, para que seja amplamente debatido com a sociedade brasileira. (*Palmas.*)

É isso que nós queremos. Nós queremos que esse debate seja ampliado para que o povo brasileiro, que a sociedade brasileira, as suas entidades representativas possam debater, levar os argumentos e se posicionar por um projeto tão importante como o de hoje.

Eu ia falar, na minha fala, que querem levar o Brasil a cinquenta anos atrás. Mas foi bem lembrado aqui, acho que foi pelo Dr. Guilherme, que nós estamos discutindo o retrocesso para a época medieval, no que diz respeito ao trabalho escravo e a essa nova conceituação sobre o trabalho escravo.

Nós não podemos permitir isso. Nós precisamos continuar avançando nos direitos humanos. Nós precisamos continuar avançando cada vez mais nas políticas de promoção de direitos humanos, na legislação, nos regramentos, para que os direitos humanos definitivamente possam ser vistos como fundantes para as nossas relações, e aí entram as relações de trabalho.

O Brasil está vivendo um momento muito difícil na sua história. É o momento mais delicado e mais difícil que eu vivi na minha vida. Grandes valores estão sendo questionados. Importantes direitos, conquistados com muita luta pelo povo brasileiro, estão sendo questionados, e estão propondo o retrocesso sobre esses direitos. E nós não podemos permitir que isso aconteça.

Por isso que o debate é importante, por isso que a sociedade deve participar debatendo democraticamente sobre esses direitos, para que nós possamos definitivamente avançar nos direitos humanos no Brasil.

Não existe democracia sem direitos humanos e não existem direitos humanos sem democracia. Avançando sempre nos nossos valores de direitos humanos. Muito obrigado e parabéns, Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Grande Rogério Sottili, Secretário Especial do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos. Parabéns pela sua fala.

Eu só quero dizer, meu amigo Lindbergh Farias, minha amiga Regina Sousa, Senador e Senadora, e o Deputado Jean Wyllys, que vocês, a qualquer momento que entenderem, podem usar a palavra, como sempre foi nesta Comissão. Então, fiquem muito à vontade.

Eu passo a palavra agora ao Sr. André Roston, Chefe da Divisão de Combate ao Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho e Previdência Social, que tem feito nessa Divisão um trabalho excelente na libertação do nosso povo muitas vezes no interior do interior deste País. Uma salva de palmas a toda a Divisão e aos próprios fiscais do trabalho. (*Palmas.*)

O SR. ANDRÉ ROSTON – Bom dia – eu não sei se boa tarde já – a todos. Eu pedi licença para passar algumas imagens aqui. A gente fala, de um modo geral, muito sobre todo o tema aqui, sobre as consequências. É importante, em um momento deste, a gente dar visibilidade também para as vítimas e para as condições sobre as quais a gente está falando, para a gente sentir concretamente a gravidade desses problemas.

Eu sou Auditor Fiscal do Trabalho, sou chefe da Divisão para Erradicação do Trabalho Escravo, mas eu, durante quatro anos e meio, antes de assumir essa função, eu participei em todos os rincões do País, em todos os Estados quase, de resgate de trabalhadores.

Passei pelo Acre, passei por Rondônia, Amazonas, Pará, Maranhão. Passei por Estados em que a gente passa menos pelo óbvio de imaginar, mas que têm condições gravíssimas, como São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Pernambuco.

Tive a oportunidade de olhar nos olhos de milhares de trabalhadores e conhecer de perto todas essas condições que a gente consegue ver melhor do que a própria explicação que eu possa dar aqui nessas fotografias.

Quando a gente fala da defesa do paradigma ali de que a condição degradante deve ser o limite para a exploração do trabalho, o limite para a preservação da dignidade da pessoa humana. A gente está dizendo

que essas condições que a gente está vendo aí nessas fotografias são intoleráveis, que essas condições aí não são meras irregularidades trabalhistas, mas são situações que ferem diretamente a condição de ser humano desses trabalhadores, retiram de fato a condição de igual em dignidade dessas pessoas. E é exatamente sobre esse paradigma aí de regulamentação que a gente tem se posicionado agora neste momento para defender.

Mais do que testemunha dessas piores condições de trabalho, eu sou testemunha também do resultado desses vinte anos de trabalho, que avançaram para esse paradigma, principalmente a partir de 2003, quando a gente reconheceu que, de fato, é a dignidade da pessoa humana que precisa ser preservada.

Andando por Estados em que a gente trabalhou muito, como Pará, como Maranhão, eu encontrei já trabalhadores resgatados há dez anos, encontrados em fazendas em que houve resgate em condições muito boas de trabalho. Isso não é fruto senão da colocação de um ponto final, de um ponto de não retorno, pelo Estado brasileiro, para dizer que aquelas condições daquele trabalhador naquele momento lá atrás, do barraco de lona, de dividir a água junto com os animais, com as fezes dos animais, de usar o tempo ali para realizar suas necessidades fisiológicas sem discrição, não seria mais tolerável. E a resposta setorial é visível e é palpável onde a gente conseguiu executar muito bem esse trabalho. E é visível onde a gente está executando ainda esse trabalho ao longo desses dias.

E é disso que a gente está falando quando a gente está falando que o que está em jogo, exatamente, neste momento de regulamentação, é a possibilidade de alcance inclusive desses 50 mil trabalhadores que a gente já teve resgatados, ao longo de 20 anos, por essa política pública. A política pública, se deixar de reconhecer a dignidade da pessoa humana como valor a ser preservado, como condição análoga a de escravo, vai deixar de alcançar essas situações, esses trabalhadores que a gente tem alcançado ao longo de 20 anos.

E não à toa, sou testemunha disso, a comunidade internacional está muito preocupada com esse paradigma de retrocesso. Semana passada, em uma série de apresentações aí com representantes da ONU, falei sobre os vinte anos, sobre todos os avanços, tudo o que a gente conseguiu mudar de paradigmas, e as únicas duas perguntas que foram feitas no final para a gente foram em relação ao paradigma de proteção, se a gente vai manter. E um segundo ponto, que acho que ainda não foi tocado, é em relação à publicização dessas informações, o acesso da sociedade ao que acontece nos rincões deste País e em outras situações de invisibilidade muito próximas da gente, como a gente encontrou já de trabalho escravo na zona industrial de Manaus, como a gente encontra nas periferias de São Paulo, nos centros também de São Paulo, no centro do Rio de Janeiro, que são invisibilizados.

E um ponto importante do PLS, que eu gostaria de ressaltar, é que ele proíbe qualquer divulgação de cadastro ou de informações para a sociedade civil antes de uma condenação transitada em julgado. Isso é ruim também para o empresário, porque a gente sabe o tempo de demora dos processos, vai demorar dez, quinze anos para haver uma condenação para entrar num cadastro. Essa fotografia de quinze anos atrás vai dizer talvez muito pouco sobre a condição daquele empresário no momento atual.

Para além disso impede a sociedade civil de se organizar e impede os empresários e consumidores de terem acesso a essa informação e de tomarem decisões informadas sobre a opção de contribuir ou não, ainda que indiretamente, com empregadores que se utilizam de trabalho análogo ao de escravo.

Enfim, acho que são esses pontos que eu gostaria de ressaltar e principalmente, de novo, de chamar a atenção aos nossos olhos aí para as vítimas, para condições que a gente está correndo o risco aí de deixar de acobertar no nosso programa de combate ao trabalho escravo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, André Roston, Chefe da Divisão de Combate ao Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho e Previdência, que dá um relato de quem viajou o País e viu a realidade do trabalho escravo aqui no País.

Parabéns!

Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador Paim, bem rápido aqui. Sabe que historicamente o Senado sempre foi uma casa mais conservadora do que a Câmara dos Deputados, mas nos últimos períodos da história o Senado é que está salvando a lavoura aqui, viu Sottili? Você sabe que aqui a gente derrotou o financiamento empresarial, conseguimos essa vitória no plenário. Chegou o projeto da terceirização aqui também, nós criamos uma frente progressista... Na verdade essa frente progressista surgiu para tentar se contrapor à agenda que vinha da Câmara, do Presidente Eduardo Cunha.

Nós montamos a frente em cima de cinco pontos: financiamento empresarial; terceirização; redução da maioridade penal; Estatuto da Família e Estatuto do Desarmamento. O Estatuto da Família e o Estatuto do Desarmamento ainda estão na Câmara dos Deputados. Na redução da maioridade penal, Sottile, aqui nós conseguimos a assinatura de 41 Senadores contra. Eu digo hoje, em todos os lugares, que a redução da maioridade aqui, no Senado, não passa. (*Palmas.*)

Agora, Senador Paulo Paim, neste instante, ao meio-dia, está começando uma reunião de Líderes, em que nós vamos discutir a agenda da última semana do Senado, a agenda em que está esse PLS.

Eu não sei como, Senador Paulo Paim, nós poderíamos encaminhar aqui e tirar uma delegação para ir à reunião de Líderes, para falar com o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, sobre esse pleito de retirada desse projeto.

Eu não sei se eu e a Regina, como...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não, deixe-me dar um encaminhamento nessa linha. Já chegou, inclusive, à Mesa proposta nesse sentido. A própria assessora da Bancada desta Comissão, a Rose, está lá conversando já com o Presidente Renan, com esse objetivo. E a assessoria também aqui da Comissão está com o mesmo encaminhamento.

Qual é o nosso entendimento que poderíamos fazer sem prejuízo dos outros oradores? Já estou sabendo até a que horas o pessoal tem que sair. O Wagner vai ter que sair às 13h50. Então, qual é a nossa intenção? Quando chegar próximo às 13h, ou 13h10, no máximo, nós nos deslocaremos daqui e iremos até o Presidente Renan. Nós só queremos assegurar que ele esteja lá, porque, às vezes, ele sai para almoçar. Só estamos fazendo esse contato nesse período.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Só para ajudar, eu vou acabar de falar e vou lá para a reunião de Líderes, porque há vários outros pontos na pauta que queremos impedir que entrem. Então, já estou indo para lá também.

Mas eu só queria chamar atenção para uma coisa, uma ofensiva enorme em cima de retirada de direitos dos trabalhadores, uma ofensiva enorme. Aqui, a cada semana, nós somos surpreendidos com um projeto novo. E eu diria que, nesse debate que o País entra, de discussão do *impeachment,* nós temos que estar atentos para as consequências.

Ontem, eu fiz um discurso, o Senador Paulo Paim estava lá. Nesse documento, Sottile, *Uma Ponte para o Futuro*, que alguns estão chamando de "projeto Temer", é impressionante o que está escrito lá. No primeiro ponto, nós conseguimos – o Senador Paulo Paim, que foi um grande defensor aqui – derrotar, mas está escrito em letras garrafais: o negociado na frente do legislado. Isso não é retroceder a Constituição, não, é retroceder à Era Vargas, é rasgar a CLT.

Olhem o que mais está escrito lá, na verdade, abertamente contra a política de valorização do salário mínimo. Um outro ponto contra a vinculação do salário mínimo com os benefícios da Previdência. Isso é de uma maldade tremenda. Mais de 70% das pessoas que recebem da Previdência recebem um salário mínimo.

E o último, que é gravíssimo e que tem a ver com esse debate todo, que me assusta, é a discussão de você tirar da Constituição os limites obrigatórios de investimento em saúde e educação. Porque, hoje, todo prefeito tem que investir 15% em saúde, 25% em educação. Todo governador tem que investir 12% em saúde e 25% em educação. A retirada disso vai ter consequências trágicas para a vida do povo, em especial do povo mais pobre, da ponta, porque os prefeitos não vão ficar obrigados a investir esses limites da Constituição.

Então, eu estou falando tudo isso aqui porque eu acho que esse projeto vem no meio dessa grande ofensiva de retirada de direitos.

Eu acho, Senador Paulo Paim, que essa frente progressista nossa que se articula tem que se preparar para esse debate. Eu acho, sinceramente, que nesse debate sobre golpes, sobre *impeachment,* nós temos que politizar esse debate, porque de fato é assustador. Quem lê esse projeto do Temer, essa ponte para o futuro... Eu diria o seguinte: nunca um candidato que fosse disputar a eleição democraticamente seria eleito com um programa como esse. Por isso que eu digo que esse é o programa do golpe, porque é um programa antipovo, de retirada de direitos, que só acena para o sistema financeiro.

Eu acho que é importante. Desculpem-me entrar nesse outro tema, mas, de fato, eu tenho ficado muito angustiado com essa discussão e com o consenso que se está armando em parte da sociedade brasileira, até aqui no Parlamento, de setores da oposição com setores do PMDB, resgatando bandeiras neoliberais de um radicalismo que eu nunca vi.

Vale dizer que nem no governo Fernando Henrique Cardoso eles tiveram tanta ousadia para propor um pacote tão articulado de retirada de direitos.

Era isso que eu queria falar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Esse foi o Senador Lindbergh Farias.

Vamos, de imediato, ao Sr. Carlos Eduardo Chaves Silva, que fala pelos assalariados rurais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

O SR. CARLOS EDUARDO CHAVES SILVA – Boa tarde, Senador Paulo Paim. Em nome da Contag, agradeço a V. Exª pela iniciativa de convocar esta audiência pública, no momento em que nós, rurais, neste ano,

estamos já ficando habituados a sermos surpreendidos com – desculpa utilizar essa expressão emprestada – tentativas de golpe contra a legislação trabalhista rural. Essa é só mais uma situação de outras que já vivenciamos durante todo este ano.

Não posso deixar de me solidarizar aqui com a Graça, que também foi revistada aqui, no acesso ao Senado, e o mais interessante é ouvir que o procedimento com as audiências da Comissão de Direitos Humanos é esse. Quer dizer que até neste espaço estamos sendo marginalizados.

Então, cumprimento todos os presentes de entidades que são parceiras nessa luta do dia a dia e quero começar dizendo a vocês que a Contag sempre desconfia de projetos de lei apresentados por membros da bancada ruralista que têm em sua justificativa a defesa dos trabalhadores. E eu vou fazer uma ponte com a audiência pública passada, lendo um trecho de uma justificativa de um PLS que foi aprovado na semana passada, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que é o PLS nº 208. E a justificativa dele dizia o seguinte – esse PLS, é importante registrar, é do Senador Blairo Maggi:

Em nenhum momento, pretende-se flexibilizar, precarizar, desregulamentar, reduzir direitos ou postos de trabalho. O objetivo é dar dinamismo ao setor primário, para que mais empregos e oportunidades possam ser criados.

Nosso objetivo é assegurar a melhoria da qualidade de vida do trabalhador rural de sua família [...]. [Esse PLS é o nº 208, e, no art. 19-A, está escrito:]"Art. 19-A. É facultado ao empregador rural, cuja atividade produtiva dependa da utilização de maquinários e equipamentos de propriedade de

terceiros, a contratação com pessoas físicas ou jurídicas, para a execução de sua atividade fim, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.

Parágrafo único. O inadimplemento de obrigações trabalhistas por parte do prestador de serviços rurais mecanizados, pessoa física ou jurídica, implica na responsabilidade subsidiária [...].

Isso aqui é uma terceirização específica para o meio rural, que é a forma que eles utilizam quando não conseguem enfrentar a sociedade no conjunto. "Então, vamos mudar a legislação rural", que é o caminho, em tese, mais fácil, já que eles dispõem de uma bancada ruralista muito forte aqui.

Por que eu estou fazendo esse retrospecto? Porque, quando da votação da PEC, lá atrás, no Senado, a Contag viu com desconfiança a defesa por Parlamentares, como a então Ministra Kátia Abreu e outros que integram a bancada ruralista, defendendo a aprovação da PEC, sendo que, no seu dia a dia, eles sempre lutaram para desconstruir os instrumentos de combate ao trabalho escravo, como a lista suja, por exemplo.

E, na época, a Marinete está aqui, deve se lembrar de que a Contag inclusive apontou um caminho de emitir uma nota, posicionando-se contrária à aprovação da PEC do Trabalho Escravo, porque já havia o plano da bancada ruralista de aprovar a PEC e, junto com ela, a regulamentação. Fomos chamados de loucos. "Como é que a Contag, uma entidade de trabalhador, vai se posicionar contrária à PEC do Trabalho Escravo?" E nós dissemos: "É a única forma de chamar a atenção da sociedade, porque vai soar estranho a Kátia Abreu a favor da PEC, e a Contag, que representa os trabalhadores, contra." E, na época, nós só desistimos dessa posição porque foi assegurado que haveria a discussão da regulamentação em separado. Foi aí que a Contag decidiu não só apoiar a aprovação da PEC, como enfrentar um debate que nenhuma entidade que está aqui tem medo de enfrentar, debater trabalho escravo com qualquer Parlamentar de bancada ruralista, com qualquer empresário nesta Casa.

Ao contrário, nós entendemos que muitos Parlamentares deveriam ter vergonha de, no ano de 2015, estar discutindo o conceito de trabalho escravo. O Rogério Sottili falava aqui que, às vezes, em uma audiência pública como esta, talvez não precisássemos falar nada, talvez bastasse ver as fotografias que foram expostas aqui.

Eu acho, Senador Paulo Paim, que o senhor faria um favor muito grande aos trabalhadores se assegurasse uma exposição fotográfica na área desta Casa para mostrar aos Parlamentares... (*Palmas.*)

... que o que eles estão querendo, na verdade – e aí me perdoe se eu estiver sendo muito direto aqui –, o que eles querem não é redefinir o conceito: o que se tem nesta Casa é uma tentativa de legalizar o trabalho escravo. É a revogação da Lei Áurea. É para legalizar e acabar o trabalho escravo sem combater, quando se excluem dois elementos tão importantes para o conceito.

E aí a gente fica se perguntando qual é a urgência de se discutir esse projeto, numa velocidade que não se tem para outros temas de grande importância para os trabalhadores – e desrespeitando, inclusive, um acerto que foi feito pelo Relator na Conatrae. É preciso deixar claro isto: o Relator desse projeto foi à Conatrae e assegurou que seriam realizadas audiências públicas, que seria garantido o debate, e que não haveria votação passando por cima de todos. Mas fica a pergunta: por que é que surge esse requerimento de urgência?

E, aí, gente, nós temos que ser muito sinceros: o requerimento de urgência, a tentativa de tramitar com velocidade, tem um objetivo só que é impedir essa mobilização, impedir a articulação da sociedade, dos atores sociais. E isso só não foi possível na semana passada porque, mesmo na calmaria, a gente está sempre conver-

sando. A assessoria parlamentar de diversos órgãos que estão aqui está sempre conversando, desconfiando do silêncio, porque, quando há silêncio demais, a gente sempre é surpreendido com um projeto de lei que retira os nossos direitos.

Essa mesma prática – e aí eu falo que a gente já está meio que habituado a essas rasteiras que são dadas, infelizmente, por alguns Parlamentares –, essa mesma prática foi dada em um PLS aqui, que eu preciso trazer à tona. Porque a gente fez um esforço muito grande para que o Governo vetasse e não foi vetado, que foi uma emenda jabuti, que foi inserida na Medida Provisória nº 673, que estendeu a jornada de motoristas de transporte intermunicipal e de transporte de cargas para os operadores de máquinas agrícolas. Essa jornada autoriza, esse trecho da medida provisória que foi aprovado autoriza que um trabalhador possa trabalhar durante 12 horas por dia. E avisamos ao Governo. Foi uma emenda que não teve debate nenhum. Na verdade, não foi uma emenda: foi uma emenda de Relator. Quando nós soubemos, já estava aprovada. Como era uma medida provisória que fazia parte de um acordo, nós não conseguimos sacar.

Então, essa é uma delas que eu poderia citar. Poderia citar outras aqui: da 668, em que nós contamos com a atuação de parceiros para retirar, como foi aquela que tentou, na MP que tratava da desoneração, acabar com a hora *in itinere* para os trabalhadores e com o pagamento de insalubridade para quem trabalha em elevadas temperaturas. Então, esses são os ataques que têm sido feitos à legislação.

E, aí, por fim, não há como não dizer que a atuação dessa Bancada é ininteligível, porque é uma minoria que escraviza. Eles estão aqui falando em nome de uma minoria. E é por isso que a Contag entende que não, que não se trata de rediscussão de conceito, que não se trata de falta de segurança jurídica, há um interesse de uma parte de Parlamentares que existem aqui de legalizar a precarização das condições de trabalho.

E a quantidade de projetos de lei que estão tramitando aqui e que já foram aprovados comprova isso. Um deles também é a proposta que foi aprovada na semana passada que tenta estender essa jornada de 12 horas por dia para todos os trabalhadores rurais.

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS EDUARDO CHAVES SILVA – Então, Senador, agradeço mais uma vez.

Quero dizer que os trabalhadores vão resistir até o último minuto à tentativa de flexibilização de direitos. A legalização do trabalho escravo não será aceita por nós.

E peço o apoio de todos vocês – eu estou vendo aqui o Senador Donizeti e o Deputado Jean Wyllys. Peço aqui o apoio do Wagner Moura também, porque há necessidade de termos uma atenção especial ao meio rural. Quando eles não conseguem mudar a legislação para todos, eles tentam fazer só no meio rural, e numa outra demonstração de retrocesso muito grande, porque eles consideram que foi um equívoco a Constituição de 1988 equiparar os trabalhadores rurais aos urbanos no que se refere a direitos trabalhistas.

Então, estaremos fortes, atentos e não permitiremos que a Bancada da Bíblia, da bala e do boi legalizem o trabalho escravo no Brasil.

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS EDUARDO CHAVES SILVA – Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Carlos Eduardo Chaves Silva, pela Contag.

Existem diversas pessoas que pediram a palavra já, mas quem pediu primeiro, não é por ser Deputado, foi o Deputado Jean Wyllys, na minha lista aqui.

O SR. JEAN WYLLYS (PSOL - RJ) – Obrigado, Senador Paim, bom dia a todas e a todos, aos meus amigos Leonardo Sakamoto, Wagner Moura.

Eu pedi para falar porque eu tenho uma outra atividade, não vou poder ficar até o fim da audiência, nem acompanhar vocês até a reunião com o Senador Renan Calheiros. Então, por esse motivo eu vou falar brevemente.

Primeiro, para reafirmar o nosso compromisso nesta luta ampla pela erradicação do trabalho escravo ou trabalho análogo à escravidão. A luta não só legislativa de impedir que projetos como esse que buscam "revisar" – entre aspas aí – o conceito de trabalho escravo, como outros que retiram direitos dos trabalhadores, prosperem aqui. É a luta política mais ampla que nós travamos junto com os movimentos sociais da sociedade civil organizada.

Ainda neste ano nós, na Comissão de Direitos Humanos, acompanhamos o caso de Cavalcante, aqui no Goiás, de meninas kalungas, descendentes de escravos e comunidade quilombola, levadas como escravas, não só para trabalhar nas fazendas, mas, também, como escravas sexuais.

Então, era uma combinação de exploração da mão de obra delas, como trabalhadoras, e exploração sexual.

Eu trouxe o caso das meninas kalungas, de 10 a 14 anos, para podermos flagrar quem são as vítimas do trabalho escravo ou do trabalho análogo à escravidão. Não somos nós de classe média, não somos nós os in-

cluídos, as pessoas atingidas por essa forma de exploração do trabalho da mão de obra análoga à escravidão são as pessoas pobres, então, a desigualdade é fundamental para que esse tipo de crime permaneça, é fundamental. E essa onda de revisionismo não se restringe a revisar o conceito de trabalho escravo, nesse sentido eu concordo com o Carlos Eduardo, quer dizer, faz parte de um desmonte da Constituição de 1988, a Constituição cidadã, uma revanche contra ela. Por isso, ao mesmo tempo em que se tenta revisar o conceito de trabalho escravo, tenta-se revisar o conceito de família nesta Casa.

Então, família passa a ser a família composta por homem, mulher e filho biológico, tirando da segurança jurídica e da comunidade de direitos uma série de arranjos familiares. Tenta-se revisar, por exemplo, os direitos sexuais reprodutivos das mulheres, tentando revogar um direito de 1949, que é o direito da mulher a interromper uma gravidez fruto da violência sexual.

Então, nada disso é por acaso, esse movimento é orquestrado, bem pensado, e, felizmente, hoje, ele teve um golpe importante da Polícia Federal, que foi parar na casa do Deputado Eduardo Cunha, a gente precisa dar nome aos bois, pois quem estava conduzindo esse processo aqui era Eduardo Cunha, junto com os Deputados que sustentam o seu poder aqui dentro e que estavam conduzindo esse desmonte.

Então, essa turma, hoje, teve um golpe e eu espero que nós possamos dar um freio nesse processo, porque nós promulgamos esta Constituição para sermos um País melhor e uma gente melhor.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Deputado Jean Wyllys, agradeço pela brevidade.

Eu vou passar a palavra ao Wagner Moura, porque ele quer ajudar no debate, mas só lembrar, pessoal, que ele tem que sair há uma hora, mas sair para ir até o Renan, então, aos que falarem, eu só peço que sejam bem rápidos, temos ainda o Senador Donizeti, a Senadora Regina e mais três, quatro, que eu inscrevi.

Por favor, Wagner Moura.

O SR. WAGNER MOURA – Eu queria só dizer, ratificar, que essa fala do Jean é muito a propósito porque, de fato, eu não tenho nenhuma dúvida de que a pobreza é o fator de vulnerabilidade no trabalho escravo, a população vulnerável a esse tipo nefasto, a esse efeito colateral mais sinistro do capitalismo, são as pessoas pobres.

E aí eu me lembrei que eu recebi aqui, agora, uma pergunta que a princípio me deu vontade de... achei engraçada, mas, depois, quando comecei a ver as fotos ali eu fiquei achando que era uma pergunta capciosa. Não sei se tem alguém da Bancada ruralista aqui.

Diz assim: "Wagner, quantas horas você trabalha em um dia de filmagem?" Querendo, talvez, colocar em xeque a questão da jornada exaustiva; e é uma pergunta não sei se ingênua ou se capciosa ou se as duas coisas, mas eu quero dizer que às vezes trabalho durante dez horas, mas tenho um intervalo para almoçar, uma comida boa, tenho um trailer, onde eu trabalho, posso voltar para a minha casa a hora em que eu quiser, tenho médico ali à minha disposição, ganho bem para fazer o que eu faço. (*Palmas.*)

Então, essa é uma ...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Bela resposta!

O SR. WAGNER MOURA – ...pergunta que não faz nenhum sentido. A gente está falando aqui de outra coisa. A gente está falando daquelas fotos ali que a gente viu.

Então, é isso. Eu queria só dar uma resposta. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, muito bem! Parabéns, Wagner Moura.

Eu vou passar a palavra primeiro para os dois Senadores – a Senadora Regina e o Senador Donizeti. Depois, a primeira inscrita é a Rosa Maria Campos Jorge.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Vou ser rápida, Senador.

É só para lembrar que a gente tem um requerimento, porque a gente não sabe o que vai ocorrer nessa reunião do meio-dia. Na verdade, é que para frear isso é preciso votar o requerimento para retirar a urgência. Então, nós temos que votar esse requerimento hoje, ele está na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Senador Paulo Rocha está na Comissão de Constituição e Justiça com essa missão.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Exatamente. Ele está articulando...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pediu que eu avisasse isso aqui.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Exatamente. Ele veio aqui, é o autor do requerimento, muita gente o assinou, mas a gente tem que votar hoje.

Então, conclamo as representações dos trabalhadores que estiverem por aqui para estarem nas galerias, às 17 horas, porque isso também ajuda. Ou seja, para dizerem: "Olha, estamos aqui de olho". É importante a presença de vocês lá porque vai haver um debate, pois o pessoal não quer.

Aqui há uma história de regime de urgência e às vezes a gente até colabora, porque é aquela história de "quem for a favor fique como está", e, quando a gente olha, já foi. Então, há muita gente e esse pessoal tem uma habilidade danada de aprovar regime de urgência.

O caso da Petrobras também foi assim, ou seja, a questão do regime de partilha, tudo votado de afogadilho e depois para a gente retirar isso não é simples. Mas a gente tem que aprovar esse requerimento hoje para retirar essa urgência, porque acho que esse é o espaço que vai se abrir para o debate.

Quero só lembrar uma outra questão que às vezes a gente esquece também. O Wagner falou que faz porque quer, ou seja, ele pode trabalhar até 24 horas porque quer acabar o filme mais rápido, mas é porque ele quer. Então, há a questão da vontade. Há, por exemplo...

O SR. WAGNER MOURA – Eu posso interromper?

Mesmo que se eu quisesse, eu não posso, porque há um sindicato que me protege e que não me deixa trabalhar mais de 12 horas por dia... (*Palmas.*)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Que bom! É um sindicato que está atento.

O SR. WAGNER MOURA – ...e que obriga os produtores a me deixarem durante 12 horas descansando na minha casa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Há a história de uma meta também, que é uma escravidão, porque no corte da cana isso é muito sério. Eu conheço isso de perto. As pessoas abrem mão do horário do almoço, comem rápido, em pé, engolem, porque têm que cumprir uma meta, senão perdem aquele trabalho.

Então, a gente tem que dar muita atenção a isso também.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora Regina Sousa!

Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Bom, eu, infelizmente, estava em outra Comissão e não pude participar das demais exposições.

Ouvi o companheiro da Contag, e o que colocou o Jean Wyllys trouxe para a agenda algo que a gente acompanhava há muito, ou seja, as filhas dos trabalhadores rurais irem trabalhar nas cidades, nas casas das famílias de classe média, e ali trabalharem de graça, em troca da cama e da comida e ainda servirem sexualmente às vezes aos filhos e aos patrões.

Isso vem acabando em função das políticas públicas, principalmente daquelas desenvolvidas nos últimos anos. Essa é uma das razões de essa classe média odiar este Governo, odiar os militantes das causas sociais e odiar o Partido dos Trabalhadores, como também os outros partidos de esquerda.

Por isso o nosso País vive um momento muito difícil em relação ao Congresso. Nós temos o Congresso mais atrasado que poderíamos imaginar para esse período, e direitos mais direitos vêm sendo retirados ou sofrendo tentativa de retirá-los.

Eu estou dizendo isso porque quero parabenizar o Senador Paim pela trincheira que é esta Comissão, porque a gente aqui tem conseguido, na medida do possível, barrar muita coisa. O 430 está barrado por iniciativa do Senador Paim e espero que a gente consiga a mesma coisa com esse projeto de lei.

Aqui na Comissão de Direitos Humanos a gente precisa encontrar os instrumentos, mas obviamente é preciso, hoje, que o Senador Renan Calheiros seja convencido disso, para que a gente faça esse debate com a sociedade brasileira, porque senão a situação é trágica. Essa questão da retirada dos direitos, neste atual Congresso, é permanente, cotidiana, sistemática.

É preciso fazer alguma coisa e a Comissão de Direitos Humanos, capitaneada pelo Presidente Paim, não tem faltado a isso.

Parabenizar e dizer que contamos muito, também, com o Rogério Sottili, nosso Secretário Especial de Direitos Humanos do Governo Federal e do País. A gente está contando também com o apoio do Governo nisso aí. Se essa coisa passar, nós temos que vetar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Donizeti.

Rosa Maria Campos Jorge falando como Vice-Presidente do Sinait.

Eu vou pedir para cada um puder falar em torno de três a cinco minutos, porque há oito oradores inscritos e nós temos até uma hora para estarmos com o Presidente Renan.

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Vou procurar falar bem rápido, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nas audiências públicas nos Estados você não consegue. Vamos ver se aqui você faz milagre.

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Vou tentar. Eu vou começar pelo fim do que eu escrevi aqui, Senador.

Desculpem aí, antes eu quero cumprimentar todos aqui na pessoa do Senador Paim, que é o grande ídolo do trabalhador brasileiro, do servidor público.

Eu quero fazer uma pergunta, Senador: A quem interessa esse PLS? Porque a conclusão que a gente chega é que esse PLS interessa a um bando de criminosos que têm assaltado a sociedade brasileira, entende? São uns bandidos, que exploram o trabalhador, que estão financiando, certamente, alguns Parlamentares para que eles aqui facilitem as coisas para esses bandidos, porque eu não acredito que a maioria do empresariado brasileiro esteja a favor disso. Não acredito, mesmo porque eles estão sofrendo a concorrência desleal de um bando de criminosos travestidos de empresários.

Depois, eu quero dizer para o senhor que esta Casa e esses Parlamentares que estão apresentando esse PLS com essa redução deveriam estar tremendamente envergonhados, porque eu estou muito envergonhada de ter aqui representantes eleitos com o meu voto e que estão aqui expondo a todos nós, a esse projeto ridículo, para retirar direitos que a sociedade conquistou. (*Palmas.*)

Esse projeto quer fazer o impensável, Senador, ele quer pegar o grande avanço social, que é a Emenda nº 81, e reverter tudo. Quer dizer, conseguimos a PEC do trabalho escravo – uma grande conquista social, que foram muitos anos de debate – e aí com um projeto que busca regulamentar, não, vamos retirar tudo o que foi avanço dessa PEC.

Eu acho que esses parlamentares não entenderam ainda que esta Casa vai entrar para a história e esses, que votarem a favor desse e de outros retrocessos, vão ficar marcados pelo retrocesso, porque a sociedade vai cobrar e não demora muito não Senador, quatro anos passa rápido, e quanto a essas pessoas – podem ter certeza – a cara delas vai para o poste, vai para a rua, porque a sociedade não vai aceitar retrocesso social.

Quero dizer para o senhor que esse projeto é inconstitucional, porque ele fere de morte o princípio da dignidade humana. Com isso, eu encerro minhas palavras dizendo, Senador, que os auditores fiscais do trabalho – apesar de toda a dificuldade que o órgão sofre – vão continuar, sim, e com muita garra, combatendo o trabalho escravo no Brasil.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Rosa Maria Campos Jorge, Vice-Presidente do Sinait.

Dr. Hugo, por favor, que fala pelos advogados trabalhistas.

O SR. HUGO MELO FILHO – Juízes do trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Juízes do trabalho.

O SR. HUGO MELO FILHO – Sr. Presidente, Senador Paim, demais integrantes da Mesa, eu me sinto absolutamente contemplado pela fala da minha amiga Rosa Jorge e secundo todos os termos do que ela falou.

Eu queria aproveitar apenas em 30 segundos para um informe: hoje, na pauta do Conselho Nacional de Justiça, está uma proposta de resolução que cria o Fórum Nacional do Poder Judiciário para Monitoramento e Efetividade das Demandas Relacionadas à Exploração do Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas (Fontet).

Esta, na nossa visão, é uma grande iniciativa do Conselho Nacional de Justiça, que criou um grupo de trabalho especialmente para propor essa Resolução, do qual tive a honra de participar, e hoje é um dia decisivo, na minha visão, quanto ao papel do Poder Judiciário no combate ao trabalho escravo.

Nós sabemos que o Judiciário tem feito muito, a partir do trabalho dos auditores fiscais, do Ministério Público do Trabalho. Mas são iniciativas isoladas dos juízes que se deparam com essas questões, além dos juízes que se envolvem em movimentos sociais que tratam do tema.

Agora, não. Institucionalmente, o Conselho Nacional de Justiça criará um fórum nacional do Judiciário de combate ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas. Tomara que isso seja aprovado ainda hoje, porque a instalação, caso isso aconteça, vai ser no início de fevereiro de 2016, e esse fórum dará uma grande contribuição para o combate ao trabalho escravo no Brasil. É o que se espera.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Hugo, Juízes do Trabalho. Foi muito rápido, falou em um minuto e meio.

Moacyr, Nova Central.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Senador, esse tema de que estamos falando, primeiro, acho que é uma vergonha para o Brasil.

Segundo, pensar em regulamentar o trabalho escravo já é crime, e é o que eles estão querendo fazer. Então, não podemos pensar, sequer pode passar por nossa cabeça, regulamentar o trabalho escravo. Isso é o fim do mundo!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se você me permite, a notícia que me chegou aqui é a de que a Polícia Federal está investigando tudo lá na Câmara, mas o resultado... Assim, a Comissão de Ética conseguiu se reunir e deu de 11 a 9 contra o Presidente da Câmara.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – As informações que chegam também é de que ele renuncia à tarde.

Espero que renuncie.

(Manifestação da galeria.)

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Por favor, Moacyr, para ganhar tempo, pessoal.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Ainda temos Parlamentares sérios, graças a Deus.

Senador, eu estava dizendo que é um absurdo essa questão. No ano de 2014, tivemos 1.590 trabalhadores libertados do trabalho escravo. Foram 218 ações que o Ministério do Trabalho fez.

Agora, temos uma questão muito séria, Senador. Temos de parar, o Governo tem de parar e a sociedade tem de dar o maior apoio ao Ministério do Trabalho e ao Ministério Público.

Da forma como está sendo feito, com o desmonte do Ministério do Trabalho e sua fiscalização, não havendo concurso público para colocar fiscais para fazer esse tipo de trabalho, lamentavelmente, estamos contribuindo, o Governo está contribuindo para que a escravidão no Brasil seja cada vez mais forte.

Nós temos V. Exª aqui, em função de uma única ação, do negociado em cima do legislado. E nós novamente estamos tendo os mesmos ataques do passado aqui.

O movimento sindical brasileiro, Senador... Temos de lembrar que tudo isso que está acontecendo dentro desta e da outra Casa é resultado das pessoas em que nós votamos. Se nós valorizarmos mais o nosso voto e essa procuração que assinamos para os Parlamentares, essa assinatura na procuração em branco que passamos aos Parlamentares, se nós déssemos mais valor, se valorizássemos mais isso, a história seria outra e não essa por que passamos no dia de hoje.

(Soa a campainha.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Moacyr, da Nova Central.

Fala Graça, pela CUT, e, em seguida, Carlos Eduardo Azevedo Lima, Presidente da ANPT.

A SRª GRAÇA COSTA – Senador Paim, Presidente desta Mesa, quero parabenizar essa iniciativa e toda a articulação que foi feita nesses últimos dias. Nós nos surpreendemos na véspera do Dia Mundial dos Direitos Humanos.

Esse requerimento de urgência é uma coisa tão simbólica que eu estava aqui na Casa para discutir sobre terceirização e, imediatamente, conversamos com Paim e começamos a nos articular com outros companheiros e companheiras para chegar onde nós chegamos.

A questão aqui não é só...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E só para dizer, para orientação dos militantes, inclusive da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que eu sentei àquela mesa e só saí de lá quando disseram que não votariam naquele dia. (*Risos.*)

Eu fiquei presidindo até ficar acertado que não seria votado.

A SRª GRAÇA COSTA – Oito da noite, é. Mais de oito da noite, não é? Então, é muito importante essa questão da militância. Quero dizer que o que tem que ser feito hoje é um esforço para que se derrube esse requerimento de urgência e que as coisas comecem a tramitar.

Mas eu acho que de forma muito forte, o que eu quero dizer como Central Única dos Trabalhadores, que eu acho que representa o pensamento de todos nós que fazemos o movimento sindical e o movimento popular neste País, é que nós não queremos só que haja o andamento do projeto, que seja lento e que haja debate. Nós vamos retirar isso, gente! Vamos retirar isso.

Nós temos, olha, nós temos aqui... O que eu coloquei na Mesa anterior...

(Soa a campainha.)

A SRª GRAÇA COSTA – ...é que uma das coisas mais importantes que nós tivemos neste País foi a Constituição de 1988, que aos poucos, em cada Comissão, em cada projeto, vai sendo retalhada. Nós precisamos realmente nos colocar contra isso. Eduardo Cunha é o representante, o coordenador de todo esse processo; mas nós não podemos nos iludir. Esta Casa está formada por mais de 280 Deputados que são ligados a esse pensamento. Então nós não podemos baixar as armas.

E quero dar um recado: eu acho que quem fica depois dessa, crie juízo. Pelo amor de Deus, crie juízo, olhe o equilíbrio. A sociedade brasileira avançou muito para nós estarmos nesta situação de toda hora ficarmos aqui nessa angústia.

E por fim, quero parabenizar o Wagner,...

(Soa a campainha.)

A SRª GRAÇA COSTA – ...que é um trabalhador do cinema, que tem consciência crítica e que está hoje num posto muito importante. Quero dizer para você que você tem o nosso apoio. Conte com a gente para todas essas lutas, não só aqui, mas em todos os países, porque você vai precisar ter muita firmeza. O trabalho escravo não é brincadeira, é desumano.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Essa foi a Graça, da CUT. (*Palmas.*)

Passamos de imediato para a lista. Para não perder tempo, nós não vamos montar outra Mesa, vamos chamar os oradores, conforme havíamos já ajustado.

Carlos Eduardo de Azevedo Lima, presidente da ANPT. Peço a todos para serem breves. Uma hora eu vou ter que...

O SR. CARLOS EDUARDO DE AZEVEDO LIMA – Claro, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... ir com nossos convidados lá para o plenário.

O SR. CARLOS EDUARDO DE AZEVEDO LIMA – Agradeço, Sr. Presidente, Senador Paim. No nome de V. Exª saúdo os Senadores e as Senadoras, todos os presentes nesta audiência pública. Peço desculpas por não ter chegado mais cedo, mas acompanhava uma sessão no plenário da Câmara dos Deputados, em relação ao Ministério Público. Todos os ramos do Ministério Público brasileiro se encontravam naquela audiência pública. Em razão disso, só agora cheguei.

Mas observei nos debates, nos últimos 40, 50 minutos – foi o que pude acompanhar; infelizmente, como disse, não pude ver desde o início –, ressaltando-se, com bastante propriedade por todos os oradores que nos antecederam, a pauta extremamente precarizante.

E nós já temos conversando há muito tempo, Senador, sobre esse tema, não só com esse projeto, o negociado sobre o legislado, o projeto da terceirização, precarizando cada vez mais as relações de trabalho, de uma maneira absurda, de uma maneira que fere de maneira frontal a dignidade dos trabalhadores. E isso com relação a esse projeto, que tem por escopo mudar o conceito de trabalho escravo, de trabalho em condições análogas à de escravo, é, se me permite assim falar, usar uma expressão coloquial, a cereja do bolo nessa pauta precarizante.

Nós temos, e todos sabem, uma posição de vanguarda no Brasil, das instituições públicas brasileiras, da sociedade civil, no combate à escravidão contemporânea. Nós somos, o Brasil, reconhecidos internacionalmente, justamente por essa atuação.

Lembro, no ano passado, 2014, a Conferência Internacional do Trabalho, na OIT, em que se discutiam aprimoramentos da convenção que trata do trabalho forçado no âmbito internacional, em que se debatiam justamente aprimoramentos para se tentar chegar próximo ao que nós já temos no cenário do ordenamento jurídico brasileiro.

O Brasil inclusive liderou aquelas discussões, que culminaram, as discussões, com um protocolo adicional à Convenção nº 29, com uma recomendação que trata inclusive – ainda que não se utilize essa expressão – da possibilidade de se responsabilizar a cadeia produtiva em que se utiliza o trabalho em condições análogas à de escravo nessa cadeia, coisa que aqui nós já utilizamos, no Brasil. Ou seja, servimos de exemplo.

E agora se vem com esse projeto de lei, essa proposição legislativa, que representa nada mais do que um retrocesso social impressionante, sem precedentes talvez, de tão grave o retrocesso que traz, e nos causa essa enorme preocupação.

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS EDUARDO DE AZEVEDO LIMA – Vou ser breve, Senador, mas não poderia aqui deixar de destacar que questões como a que falávamos na quinta-feira à tarde, sobre o que representa a retirada das condições degradantes de trabalho do Conselho de Trabalho Escravo, assim como a jornada exaustiva... E o Wagner Moura ressaltava com muita propriedade que não se está tratando de uma mera hora extra, de trabalhar uma ou duas horas a mais, é evidente que não. Nós temos casos relatados, e não são poucos, infelizmente, de trabalhadores que vêm a óbito em razão da jornada exaustiva, inclusive no corte de cana, em São Paulo e em outros Estados brasileiros. Mas, todas essas medidas em que se buscou avançar, e a Emenda Constitucional nº 81...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS EDUARDO DE AZEVEDO LIMA – ...com a expropriação de terras ou de propriedades urbanas também, se for constatada a exploração do trabalho em condições análogas às de escravo, assim como

outras, como a lista suja do trabalho escravo e todas as outras, não têm outro escopo senão servir de desestímulo à exploração do trabalho em condições análogas à de escravo, o que é, evidentemente, extremamente salutar. Mas quando vemos projetos de lei como esse, nós vemos exatamente o oposto, estimular-se essa nefasta prática, obter uma vitória de Pirro, se me permite assim falar, porque você permite a expropriação, mas você muda o conceito...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS EDUARDO DE AZEVEDO LIMA – ...conceito que já está muito bem consignado na legislação. Inclusive, o Código Penal, no seu art. 149, deixa isso bem claro.

Para concluir, Senador, neste momento em que se fala muito, e se fala com propriedade, em sustentabilidade, em tempos de COP-21 – ouvimos muito essa palavra nos últimos dias –, entendemos que não há como se falar em sustentabilidade sem respeito à dignidade do trabalhador. Então, em razão disso, posicionamo-nos frontalmente contra. O nosso objetivo maior, além de discutir o mérito, é que se retire a urgência para que se debata de forma mais ampla, culminando com o arquivamento dessa proposição.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado, Doutor. É que estamos com nove minutos, por isso estou insistindo um pouco.

Informo que a CSPB... que a TV Senado está transmitindo ao vivo para todo o Brasil, desde a abertura dos trabalhos, as duas audiências públicas de hoje.

Rafael Garcia Rodrigues, Procurador do Trabalho, Coordenador Nacional da Erradicação do Trabalho Escravo.

O SR. RAFAEL GARCIA RODRIGUES – Muito boa tarde a todos. Saúdo a todos os presentes na pessoa do Senador Paulo Paim, a quem também agradeço o convite e parabenizo pela iniciativa da realização desta audiência.

O Ministério Público do Trabalho reage com bastante força e indignação à tentativa de alteração do conteúdo legislativo do Conselho do Trabalho Escravo, sobretudo sob o argumento de que não temos segurança jurídica no tratamento da matéria.

A segurança jurídica é obtida pela força das decisões judiciais, obtidas, sobretudo, com as ações civis públicas propostas pelo Ministério Público, e que só narram, só representam através da aplicação rigorosa da lei, só transferem a aplicação rigorosa da lei às situações aqui já apresentadas, cujas fotos tão bem nos sensibilizam, dando conta de que realidade estamos falando.

Como o meu colega Carlos Eduardo acabou de narrar, trata-se de um dos conceitos, uma das legislações que fazem do Brasil referência internacional no tema. Num momento em que a imprensa nacional tem uma pauta ultra negativa sobre os acontecimentos recentes no nosso País, não é possível que ofereçamos mais esse dissabor, mais esse prêmio ao retrocesso.

Trata-se, sem dúvida, de um tema de direitos humanos, e sobretudo por isso tem lugar neste espaço, nesta Comissão, e assim é tratado por tantas entidades que defendem os direitos humanos; mas, como foi aqui muito bem trazido, tratado, levantado, Sr. Presidente, não se trata apenas de uma questão de direitos humanos, de respeito ao trabalhador, trata-se de um marco também da produção, do setor produtivo do país.

(Soa a campainha.)

O SR. RAFAEL GARCIA RODRIGUES – Trata-se de uma questão de natureza concorrencial, que, em última análise, o trabalho também representa.

Nós aqui chamamos, conclamamos o setor produtivo, que não é representado por uma legislação que representa um retrocesso e premia aquele concorrente desleal, aquele que embute em sua produção a aviltante indignificação do trabalhador. E, sendo bastante breve, até pelo adiantado da hora, gostaria de concluir que quando se altera a lei não alteramos a realidade.

Se retirarmos do texto legislado brasileiro o conceito de trabalho escravo como degradância e jornada exaustiva, aquele trabalhador que se encontra nessas condições não estará imediatamente liberto do trabalho escravo, assim como também, se nós revogarmos toda a legislação criminal brasileira, no dia seguinte nós teremos índice zero de criminalidade. Mas nem por isso alcançaremos a paz.

Então, é necessário que esta Casa, que o Senado promova, busque a retomada. Assim, conclamamos todos os Senadores para que seja retomada a discussão do PLS 432, que seja possível retomarmos esse debate para aprofundarmos e não permitamos mais esse retrocesso e perda de direito dos trabalhadores.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Rafael Garcia Rodrigues, Procurador do Trabalho.

Sílvio Silva Brasil, Coordenador da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo.

O SR. SÍLVIO SILVA BRASIL – Bom dia a todos e todas. Em primeiro lugar, agradecer a iniciativa do Senador Paim de convocar esta audiência e todos os que aqui se fazem presentes.

Na condição de Coordenador da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, gostaria de, antes de estender meus agradecimentos, que são os mais profundos, dizer que todos nós devemos continuar sempre alertas. É quase que uma frase de escoteiro. Mas essa é a nossa missão. É uma missão,3 porque, como foi apontado por todos, nós estamos sujeitos a golpes como esse que foi perpetrado semana passada na tentativa de, ao final do exercício, quase ao final do ano, aprovar um projeto de tão importante monta.

A gente vem discutindo esse projeto no âmbito da Conatrae. Conseguimos fazer uma audiência pública na terra do Senador José Medeiros, que é o relator desse projeto, e tivemos dele a garantia de que esse projeto seria discutido com a sociedade. Vimos, ao final do ano, essa situação a que fomos submetidos.

Muito importante a sua iniciativa. E muito importante que as instituições que compõem a Conatrae e todo o conjunto da sociedade se mantenham alertas.

Essa proposição de urgência é injustificável. Todos aqui se referiram a ela. O art. 149 do Código Penal Brasileiro foi escrito em 1942. Passaram 73 anos para que houvesse de fato a definição do conceito no Código Penal Brasileiro. Foi somente no governo do Presidente Lula, em 2003, que houve a definição clara. Quanto a esses quatro elementos que fazem hoje do conceito de trabalho escravo no Brasil uma referência internacional, foram 73 anos de luta para que eles se materializassem.

Não é possível que agora, às escuras, às pressas, defina-se novamente e que se retroaja historicamente o que se conseguiu por força de muita luta na nossa sociedade.

Queremos dizer que, para o Governo brasileiro, para o Estado brasileiro, as questões relativas ao trabalho escravo não são questões meramente trabalhistas. Não é à toa que a coordenação dessa Comissão é da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

O Estado brasileiro reconhece...

(Soa a campainha.)

O SR. SÍLVIO SILVA BRASIL – Essa questão como uma questão de direitos humanos. E é assim que precisamos vê-la.

Não é admissível que pessoas sejam consideradas como coisas e que possam materializar o lucro absurdo de poucos em detrimento de toda a sociedade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Sílvio Silva Brasil, Coordenador da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo.

Jean Marie Xavier Plassat, representante da Comissão Pastoral da Terra.

O SR. JEAN MARIE XAVIER PLASSAT – Bom dia a todos. Eu sou Frei Xavier, da Comissão Pastoral da Terra, e me orgulho de, há quase 20 anos militar nessa trincheira, com vários aqui presentes.

Eu sou profundamente indignado pelas tentativas cínicas, hipócritas, oportunistas que se aproveitam do momento atual, na calada da noite de um Congresso que já ilhou consideravelmente o povo, para impor um retrocesso fenomenal, que visa a nada menos do que calar, não somente o povo, que não está sendo consultado, mas calar aqueles trabalhadores que na mão desses escravocratas viraram objetos e deverão voltar a ser objetos se for aprovado esse PLS.

E aproveitando a oportunidade, para não alongar, eu gostaria de levantar aqui a voz de um deles: Antônio, Antônio Gomes, de Açailândia, Maranhão. Não estou no Brasil de 500 anos atrás. Não. Não cheguei aqui em um navio negreiro. Não. Não fui raptado em uma tribo. Não. Não tenho correntes.

Não conheço a Princesa Isabel. Eu moro na periferia, às margens da agonia. Escravocratas não passarão. Pedi emprego, me algemaram. Pedi salário, me jogaram em um curral. Venho do útero de um país capitalista. Venho do seio de uma terra de latifundiários. Não tenho rosto. Tenho mãos calejadas, pés esfolados, olhos esbugalhados. Meu rosto o tempo comeu, a ganância comeu, o forno comeu, a juquira comeu, a construção civil comeu, a fábrica de costura comeu. Ninguém sabe quem sou. Escravo do mundo de poeira, lama, agulha e carvão. Escravocratas não passarão. Quero direitos, recebo traição. Quero dignidade, ganho aflição. Quero salário, vêm com o chicote na mão. Escravocratas não passarão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Parabéns ao Jean Marie Xavier Plassat, que falou pela CPT.

Vou passar aqui para a última inscrita, Mércia Silva, que representa aqui o Instituto Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo.

Combinamos aqui na mesa, rapidamente, devido ao tempo, que o nosso convidado especial, Wagner Moura, fará a fala de encerramento em nome da Mesa.

A SRª MÉRCIA SILVA – Boa tarde. Obrigada pela oportunidade. Eu quero parabenizar todo mundo que está aqui, que achou um espaço na agenda e correu para cá, de várias partes do Brasil, para a gente fazer esse

trabalho. É um recado imediato para esses legisladores, porque a gente está mobilizado e tem capacidade de vir para a luta.

Eu queria ressaltar muito – já foi dito em outras falas – que a gente tem que envolver o setor empresariado nessa luta. (*Palmas.*)

Eu represento o Instituto Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo. Junto comigo há grandes empresas nacionais e multinacionais, lideranças de responsabilidade que estão com a gente nesse trabalho. Então, a gente precisa colocar vozes do próprio setor argumentando um contra o outro, porque, realmente, há concorrência desleal e desumanidade. Então, quero mostrar para vocês que a gente tem que chamar esse pessoal. Eles têm que se posicionar.

Estamos à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Mércia Silva, que mostrou que um grande setor do empresariado é contra esse projeto.

O JP estava inscrito para falar pela CTB, mas abre mão, entendendo a importância do momento, a pressa que temos para irmos ao Renan, e a viagem dos nossos convidados.

Então, acho que há acordo. O Wagner Moura faz a fala de encerramento em nome de toda a Mesa.

O SR. WAGNER MOURA – Senador, obrigado por esta honra de me deixar encerrar esta reunião. Eu estou muito feliz de ter vindo, primeiro, porque hoje é um dia, creio, histórico aqui. É um bom dia para estar em Brasília. (*Palmas.*)

Estou me sentindo pé quente em Brasília. (*Risos.*)

É um excelente dia para estar aqui e ter participado desse exercício democrático. Lembrar sempre que o Brasil é um País democrático, com instituições democráticas fortalecidas.

A gente pode questionar a qualidade, o conservadorismo e a pauta tão atrasada de grande parte do Congresso Nacional hoje em dia, mas a gente não pode questionar a fortaleza que é esta instituição democrática e a importância de momentos como este, de a gente poder estar aqui ouvindo. Hoje aprendi muito sobre um assunto que me interessa, que me move, que me faz querer trabalhar junto à OIT e querer participar de fóruns como este.

Eu quero agradecer ao Senador Paim por este espaço aqui. Acho que agora a gente ainda vai para uma segunda fase, quiçá, do ponto de vista pragmático, mais importante ainda, que é essa conversa com o Senador Renan. Eu mandei esse *e-mail* para ele. Vou perguntar a ele se o recebeu.

É isso. Obrigado a todos vocês por terem proporcionado a mim pessoalmente um momento bonito de democracia, com falas importantes e bonitas. Vamos combater esse efeito colateral mais sinistro do capitalismo, que é o trabalho escravo.

Acho que as pessoas no mundo contemporâneo, hoje... E, por isso, eu tenho tanto orgulho das leis brasileiras, do que está ali no nosso Código Penal, que está sofrendo essa ameaça agora.

A gente precisa dizer que a gente – cidadãos do século XXI – não admite que no mundo exista ainda gente escravizada. Isso é um negócio que a gente não pode admitir mesmo, e não é uma fala vazia. Essa é uma coisa que tem que sair de dentro da gente mesmo. Isso não combina com o estado civilizatório que a gente alcançou.

Então, é isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Grande Wagner Moura, que falou em nome de todos os painelistas.

E, assim, nós vamos encerrar a nossa audiência pública de hoje.

São dois encaminhamentos: vamos solicitar que o PL passe por todas as Comissões e termine no tempo adequado e certo, com um grande debate, numa sessão temática no plenário do Senado, para que todos os Senadores ouçam todos aqueles que aqui falaram e até, também, como foi dito aqui, o setor empresarial.

Está encerrada a nossa reunião.

Vamos tirar uma foto coletiva aqui, com os nossos convidados.

(Iniciada às 11 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 6 minutos.)

ATA DA 127ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2015, QUARTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às doze horas e um minuto do dia dezessete de dezembro de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores e Senadoras Paulo Paim, Regina Sousa, Donizeti Nogueira, Benedito de Lira, Ana Amélia, Valdir Raupp, Simone Tebet, Flexa Ribeiro, João Capiberibe, Vicentinho Alves e Eduardo Amorim. O Senhor Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação das Atas da centésima vigésima segunda a centésima vigésima sexta Reuniões, que são dadas por aprovadas. **1ª Parte**. Apresentação e Deliberação do Relatório de Políticas Públicas. Apresentação e Deliberação do Relatório de Políticas Públicas do Poder Executivo relacionados às medidas de enfrentamento à violência contra a mulher, nos termos do RDH 35 de 2015. Relatoria: Senadora Regina Sousa. Em 8/7/2015, foi apresentado o Plano de Trabalho de acompanhamento das Políticas Públicas, nos termos do RDH 112 de 2015; Em 22/10/2015, foi realizada Audiência Pública, que tratou sobre o Sistema Nacional de Informações, referente à Atividade de Avaliação de Políticas Públicas do Combate à Violência Contra a Mulher, nos termos do RDH 153 de 2015; Em 1º/12/2015, foi realizada nova Audiência Pública, que tratou sobre a Reeducação do Agressor, nos termos do RDH 158 de 2015. Resultado: Aprovado o Relatório, que faz recomendações, pede providências e apresenta dois projetos de lei. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Mara Felte, Representante da Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores – CUT; e Margarida Chaulet, Presidente da Frente Parlamentar Suprapartidária das Mulheres na Política e Diretora da Confederação Nacional da Família Militar. **2ª Parte.** Apresentação do Relatório dos Trabalhos da CDH. Apresentação do Relatório dos Trabalhos da CDH - 2º Semestre do biênio 2015- 2016. Resultado: Apresentado o Relatório. **3ª Parte**. Item 1. Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2013. Terminativo. Altera o § 3º do art. 42 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências", com referência à diferença mínima de idade entre o pretendente à adoção e o adotando. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Magno Malta (substituído por *ad hoc*). Relatoria *ad hoc*: Senador Marcelo Crivella. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 650, de 2011. Terminativo. Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. **Extrapauta**. Item 3. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 197, de 2015. Requer, nos termos regimentais, que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal faça imprimir, pela Secretaria de Editoração e Publicações, 1.000 (mil) exemplares do Relatório da Senadora Regina Sousa sobre o Relatório de Políticas Públicas do Poder Executivo relacionado às medidas de enfrentamento à violência contra a mulher, nos termos do Requerimento 35, de 2015. Autoria: Senadora Simone Tebet. Resultado: Aprovado. O Senhor Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação da Ata da presente Reunião. Fazem uso da palavra o Senador Paulo Paim, as Senadoras Regina Sousa e Simone Tebet. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e trinta e um minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Há número regimental. Declaro aberta a 127ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 122ª Reunião à 126ª Reunião desta Comissão e ainda da Ata da 1ª Reunião da Subcomissão Permanente de Justiça de Transição.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Vamos à primeira parte desta nossa reunião de hoje.

Vamos tratar do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos nº 35, de 2015, não terminativo.

REQUERIMENTO Nº 35, DE 2015-CDH

Requer, nos termos do art. 224 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com a Resolução nº 44, de 2013, do Senado Federal, que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa faça estudos, avalie e acompanhe os programas e políticas públicas do Poder Executivo relacionados às medidas de enfrentamento à violência contra a mulher.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.
Relatoria: Senadora Regina Sousa.

A relatoria dessa importante proposição é da nobre e querida Senadora Regina Sousa, a quem, de pronto, concedo a palavra.

Eu convidaria a Senadora que nos desse a honra de ler o relatório aqui da Mesa, relatório esse que todos esperam, naturalmente sabendo que o resultado dele será muito positivo para todos nós, mulheres e homens.

Ao mesmo tempo, a todos os que aqui estão presentes, não só aos gaúchos e às gaúchas – vejo que a gauchada se implantou aqui, na primeira fila –, digo: sejam todos bem-vindos!

Para nós é muito nobre a discussão sobre esse tema relatado pela Senadora Regina Sousa.

Peço desculpas pelo atraso, mas, como é a última reunião deliberativa deste ano, fiz questão de presidi-la. Todo mundo sabe que não tenho problema nenhum com relação à Presidência. A Senadora Regina mesma presidiu inúmeras reuniões da Comissão. Todo Senador que apresenta o requerimento de audiência pública preside a reunião, mas, hoje, como é a última reunião deliberativa, fiz questão de presidi-la, também em função do relatório da minha querida Senadora. Ela presidiu esta Comissão tanto para mim, e, hoje, quero presidi-la para ela.

Está com V. Exª a palavra.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Esta é uma honra, Senador Presidente, que tão bem preside esta Comissão.

Esta Comissão é a mais produtiva da Casa em termos de realização de debates. O debate de ontem aqui foi inesquecível, com a discussão sobre a terceirização e sobre o trabalho escravo, com a presença de Wagner Moura, que é uma estrela do cinema e que está engajado na questão do combate ao trabalho escravo.

Este relatório, como disse o Senador Paim, tem base na Resolução nº 44, do Senado, que faz a avaliação das políticas públicas. As Comissões escolhem os temas. Não dá para avaliar tudo. Esta Comissão escolheu o tema do combate à violência, das políticas de combate à violência contra a mulher. O Senador, gentilmente, designou-me Relatora.

Não posso me esquecer de citar os personagens que considero os principais nesta história, os que estão por trás das câmeras: a equipe da CDH como um todo, que organizou as audiências públicas, e a equipe de consultores, a Conceição, a Mila e o Henrique, que estão aqui, que pesquisaram, que fizeram buscas e entrevistas e que produziram um relatório.

Também agradeço às meninas do gabinete, a Vanessa e a Lara, que designei ficassem trabalhando com a Comissão, que também estão aqui e produziram um relatório. Há dois relatórios. Há um maior, mais substancioso que tem tudo que elas conseguiram colher e que serve como instrumento de pesquisa. E há um resumo menor – este é o maior –, que é o relatório que embasou a apresentação, para uma leitura mais rápida do que foi visto.

O relatório tem um diagnóstico, tem a descrição das políticas, analisa orçamento, e há uma coisa muito boa que são as experiências de combate à violência e que nem sempre são do Poder Executivo, mas iniciativas de outros Poderes, de pessoas, de entidades que também fazem esse trabalho.

Nós fazemos algumas recomendações no final e apresentamos algumas proposições de projetos de lei, que vamos apresentar na Comissão.

Eu quero começar. Nós colocamos em PowerPoint para melhor acompanhamento, só que as letras estão pequenas. Mas eu tenho aqui, se alguém não conseguir ler.

Política pública, que é o programa de ação governamental de combate à violência. Já falei mais ou menos aqui da metodologia que foi usada, a pesquisa, o resgate, a busca. Amparou-se muito, inclusive, na CPMI do tempo em que Ana Rita era Presidente. Houve uma CPMI da violência contra a mulher, e o pessoal também buscou algumas coisas lá.

Pode passar.

Aqui há dados da violência contra a mulher no Brasil; dados que achamos importante relevar. Há outros dados, mas estes são mais importantes, pelo fato de que morreram 105 mil mulheres de 1980 a 2013. É um

número para assustar, para chamar a atenção mesmo. Por isso nós fizemos questão de colocar esse número, porque ele é assustador. Foram 105 mil mulheres vítimas de violência.

A taxa de 4,8 por 100 mil mulheres coloca o Brasil em 5º lugar no mundo em matéria de violência contra a mulher. Esse também é um dado importante para refletirmos.

Também é importante destacar que a Lei Maria da Penha contribuiu para reduzir a velocidade do crescimento. Isso também está bem destacado no relatório.

Os Estados que se destacam – é importante termos em mente –: Roraima e Espírito Santo. Há um destaque para os dois. Roraima está muito acima da taxa do Brasil: são 15,3 assassinatos por 100 mil mulheres – um número exorbitante. E o Espírito Santo, com 9, quase o dobro, porque no Brasil é 4,8. Já está lá em cima.

Também outra constatação. Antes, ouvíamos falar muito nas grandes cidades, nas capitais, e agora percebe-se que interiorizou. No meu Estado mesmo, em pequenas cidades estão acontecendo os crimes, como aquele caso das meninas de Castelo do Piauí. É um exemplo. A cidade é pequena, e nunca se imaginou que aquilo pudesse acontecer, aquele estupro coletivo, em Teresina, onde uma menina morreu.

Esses dados são para refletirmos e, a partir deles, tentar dirigir as ações, ou sugerir a direção das ações para esses dados.

Também a constatação da pesquisa no relatório de 2015, a questão das mulheres negras. É outra coisa que não se consegue explicar, a não ser pela presença do racismo, ainda muito grande. Nós achávamos que havia diminuído, porque a pesquisa mostra que diminuiu a morte de mulheres brancas em cerca de 27%, mas aumentou a de mulheres negras em cerca de 19%.

Qual é a explicação, qual é a justificativa, a não ser aquela ideia de que, se comete um crime contra o negro, é mais difícil a punição. Isso também é visível.

Os inquéritos são abertos, mas os processos não andam. Aliás, esse é um dos pontos que esquecemos de discutir e que podemos incorporar.

No Piauí, uma moça foi assassinada em 2013, no comecinho de 2013, e até hoje não terminou a fase de inquérito. Um grupo de pessoas no Piauí e nós, em meu gabinete, resolvemos adotar o caso para resolver em 2016. Não é possível que não se conclua o inquérito do assassinato de uma mulher que morreu no local de trabalho. Ela foi assassinada com um tiro, em seu local de trabalho. Todos sabem quem fez isso. Foi o genro, que não conseguiu matar a filha que fugiu antes. E ninguém consegue concluir o inquérito. Nós resolvemos eleger o caso como simbólico para 2016. É o caso Ione, como nós o chamamos.

Os processos na Justiça são demorados. Quando chegam ao Judiciário, há muitos lá amontoados. Esta é uma pesquisa que nós não fizemos e que podemos propor para 2016: quantos processos são julgados nos Estados. Peço que vocês anotem a sugestão para 2016.

O perfil do agressor, que é o parceiro ou o ex-parceiro. Em mais da metade dos casos, é o parceiro, o ex-namorado ou o ex-marido que comete a agressão.

Pode passar.

O marco legal também foi levantado, o que existe no plano nacional e no plano internacional.

No plano nacional, a Lei Maria da Penha, de que já falamos, que freou um pouco a velocidade com que as agressões aconteciam. Temos a impressão de que aumentou porque ficou mais visível. A mulher perdeu o medo de denunciar. Está mais visível. Quando acontece, todos ficam sabendo, o fato é noticiado. Antes não.

A Lei do Feminicídio, que alterou o Código Penal, é mais recente, deste ano, e também foi uma conquista importante. Já existem as Delegacias de Feminicídio. No Piauí existe uma, que já julgou o primeiro caso com base na Lei do Feminicídio. O criminoso foi condenado com base na Lei. Então, essa parte está funcionando.

Tratamos também do enfrentamento como política estruturante na prevenção, no enfrentamento, no combate, no acesso à garantia de direitos e na assistência.

O que acontece nesses quatro pontos da política nacional?

Primeiro, foi criado o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Em 2007, demos esse importante passo. O primeiro mesmo que eu considero foi a criação de espaços institucionais, no governo Lula. Não havia essa história, que inclusive muita gente combate. O Ministério da Mulher e a Secretaria Especial, que agora se fundiram, mas que continuam sendo um espaço institucional em que a mulher se vê e em que as políticas são traçadas e realizadas, não havia esses espaços institucionais, e é bom registrar isso como algo importante que aconteceu.

O Pacto foi o primeiro passo importante que os governos dos Estados deram nesse sentido. Embora muitos não tenham dado nenhum passo, mas todos assinaram o Pacto, que tinha como eixo a garantia da aplicabilidade da Lei Maria da Penha, a ampliação e o fortalecimento das redes de serviços para mulheres em situação de violência. Essas redes são importantes também, pelo menos no meu Estado. Em outros Estados eu não sei o que acontece. É um trabalho de parceria. Antes, um conselho trabalhava para um lado, as entidades

trabalhavam para outro, a Secretaria de Educação fazia uma coisa, a Secretaria de Saúde e a de Segurança faziam outra. Agora trabalham em rede.

A Ministra Eleonora esteve em Teresina, na conferência, e participou de uma reunião importante com todos os atores que trabalham não apenas no combate á violência, mas com temas relacionados às mulheres. Nós tratamos mais da questão da violência porque envolve a Secretaria de Segurança, que é muito importante. As delegadas, a Defensoria, todos participaram, inclusive a Prefeitura da capital, que tem uma secretaria, trabalhando em parceria.

Eu acho que o trabalho em rede talvez seja uma das coisas importantes que estão acontecendo, e nós temos que prestar atenção e também incentivar, nos Estados onde isso ainda não acontece, as pessoas a trabalharem mais conjuntamente – unindo forças o produto pode ser melhor. Havia um trabalho muito individualista, de cada um querer mostrar que fez isso ou aquilo.

A garantia da segurança, que é a questão da Secretaria, do acesso à Justiça; a garantia dos direitos sexuais reprodutivos; o enfrentamento à exploração sexual e o tráfico de mulheres; e a garantia da autonomia das mulheres em situação de violência e a ampliação de seus direitos. Esses eram os eixos do pacto, mas ele enfrentou barreiras logo que...

Há a questão cultural. Há a questão do machismo, a nossa educação desde criança. De vez em quando, damos umas escorregadas contando uma piada, dizendo uma bobagem. Então, é uma das barreiras enfrentadas, principalmente com os governos. Poucos governos, principalmente os municipais, têm alguma estrutura, algum espaço para discutir a questão, para enfrentar a questão, embora o Ministério coloque como pressuposto para fazer convênio, mas poucos têm. Os governos não acham isso importante para criar uma secretaria, uma gerência ou uma diretoria.

Há dificuldade para implementar as políticas para entender a diversidade existente entre as mulheres. São gestores que não entendem a violência. Até hoje há gente que ainda diz que "em briga de marido e mulher não se mete a colher". Ainda há gente que pensa assim. Então, eles não achavam importante que o Estado interviesse nessa questão.

Há também essa dificuldade da integração, que agora está melhorando muito. É um trabalho em rede, de integrar todas as estruturas do Estado, do Município, e entidades não governamentais para trabalharem juntas na discussão e no combate à violência.

E aí foi evoluindo e veio o programa Mulher: Viver sem Violência. E a coisa que considero mais importante – uma das coisas que na frente tratamos como recomendação prioritária – é a criação da Casa da Mulher Brasileira. A mulher tem dificuldade para denunciar. Ela é agredida e, aí, a delegacia é num lugar; aí ela atravessa a cidade para resolver a questão da saúde, que é em outro lugar; o juizado é em outro lugar. Então, essa Casa com todos os serviços juntos é a política mais importante de todo o conjunto que está sendo executado. Embora esteja começando, tenha enfrentado dificuldade em sua implementação – porque é parceria com os Estados, e os Estados têm dificuldade. O que o Governo Federal exige dos Estados é o terreno – quando o Governo Federal não tem um terreno. Ele quer que o Estado ceda e, aí, há uma dificuldade, uma burocracia grande. Os Estados não sabem o que têm. No meu Estado mesmo, só agora nós conseguimos aprovar a lei doando o terreno. Então, agora, já se pode ir para a licitação e, daí para frente, é o Ministério que toma conta da construção da Casa.

Nós já temos cinco no Brasil, e outras já em licitação, outras já em começo de construção. Acho que temos que acelerar isso. Por isso que, mais na frente, nas recomendações, pedimos que o Governo Federal não contingencie o dinheiro das Casas, para garantir a construção do máximo de Casas no ano que vem. Então, essa eu considero a política mais importante. Onde já existe a Casa há relatórios dizendo que o resultado é muito bom. A Casa, inclusive, abriga a mulher por 24 horas. Se há crianças, há uma creche, um espaço para as crianças – não é para ficar, não é permanente, mas por 24 horas ela tem um espaço até saber para onde vai.

A política anterior, que é o Ligue 180, teve a sua ação bastante ampliada. Era só a denúncia, mas a mulher não via um encaminhamento. Agora, o 180 encaminha para os órgãos competentes aquela causa, aquela questão, para ser resolvida. Então, ampliou-se bastante a central de atendimento.

Há também a criação dos centros de atendimento às mulheres nas fronteiras, a organização e a humanização do atendimento às vítimas de violência sexual.

E há uma coisa também importante, que sempre esquecemos nas políticas, que é a questão campo-cidade. Então, há as unidades móveis, que são ônibus muito bem equipados para andar na zona rural e na floresta entrevistando mulheres, conversando, fazendo palestras e registrando aquilo que aparece como crime.

Todos os Estados têm, são 54 unidades, todos os Estados têm esse ônibus. A gente tem que reforçar o atendimento, que às vezes para porque faltou combustível. A gente precisa também ficar atento a isso, tem que ser prioridade os ônibus andarem.

E há as campanhas continuadas de conscientização, as campanhas publicitárias, da parte do Governo Federal. A última, eu vi esses dias, trazia aquela história, chega de mulher escorregando no banheiro ou caindo da escada, as velhas desculpas, mulher aparecia de olho roxo, caiu da escada, escorregou no banheiro. Essa campanha estava, até um dia desses, no ar, nessa questão do combate à violência. Então, é importante vetor de combate à violência também.

Foi feita análise de orçamento e foi constatado que evoluiu bastante. Não é o ideal porque a gente sabe a dificuldade que se coloca, inclusive para esses espaços existirem. As secretarias especiais sempre tiveram muita dificuldade na discussão dos orçamentos, mas a gente percebe uma evolução muito grande, desde 2008 que existe esse orçamento, e a gente percebe que evoluiu no valor, embora não seja o suficiente. Se você pensar o tamanho do Brasil, ainda é muito pouco. E também foi mostrado que antes era mais convênio com os entes, agora o Ministério, a Secretaria executa ela mesma, diretamente, as ações. Isso é importante, porque, às vezes, você faz um convênio com a prefeitura e, na hora de repassar o dinheiro, ela está inadimplente, aí a coisa para. Então, o máximo que o Ministério puder executar diretamente é importante, e isso tem sido feito recentemente, do ano passado para cá tem sido mais execução direta do que repasse. E também houve aumento dos recursos para o Ligue 180, que, em 2008, era 3 milhões, e, em 2015, 13 milhões. Isso é um avanço também importante. Não está aqui, para mim, o total geral. Também no geral houve um grande avanço, de 54, parece-me, para mais de 200, o orçamento do Ministério para essa questão.

Sobre a execução. Aí temos um apanhado, de 2008/2011, considerando o PPA. Houve correspondência entre o montante orçado e empenhado, então, foram formalizados os convênios, porque antes era mais na base do convênio mesmo. Não houve como constatar, lá na ponta, se as políticas aconteceram de fato, mas foi feito convênio e foi repassado.

Para este período que está terminando, 2012/2015, houve problemas, mas isso é explicável, todos os ministérios tiveram, mas não parou. O fato de ter construído cinco casas mostra que andou, apesar das dificuldades financeiras por que o País está passando, todos os ministérios tiveram contingenciamento. E também há a questão do repasse, só repassaram, em construção de casa... Uma casa, por exemplo, você começa num ano, termina no outro, o orçamento vira e acaba se dizendo que não executou. Não executou porque a casa continua em obra, então, o importante é que está sendo feito, a gente tem que dar esse desconto também.

Pode passar a execução orçamentária.

No curso dessa avaliação, realizamos várias atividades: duas audiências públicas e eu considero mais uma terceira, porque acho que aquela da mulher negra ajudou bastante, apesar de ela não ter sido convocada com esse fim do relatório em si, mas ela também nos deu muito subsídio. Foi uma audiência muito boa, logo após a marcha. Então, fizemos duas audiências públicas, uma sobre a implantação do Sistema Nacional de Informações sobre a Violência contra a Mulher.

A gente constatou, na pesquisa que a equipe pretendia fazer, que os dados não batem, cada lugar tem um dado diferente. Na área da segurança, temos um dado; na Justiça, outro dado; no Ministério, outro dado, porque não existe um sistema único. E essa é uma das nossas recomendações. A gente vai lutar, inclusive apresentando um projeto para o ano de 2016, para que a gente tenha um banco de dados único sobre a questão da violência.

Tivemos aqui uma pessoa, o Dr. Francisco de Jesus, do Piauí, promotor, que tem uma experiência fantástica, trabalha a Lei Maria da Penha nas escolas, e ele apresentou um sistema que ele desenvolveu, chamado iPenha, especificamente para o trabalho que ele faz, que é um sistema muito bom, simples de manusear.

A gente vai, inclusive, sugerir que o Ministério da Justiça, que é quem cuida dessa parte, adote o sistema. Não há problema quanto à autoria, pois ele doa o sistema. Pode-se aperfeiçoá-lo, pode ser dada uma melhorada.

O nosso problema em termos de sistemas de dados é que fazem algo tão sofisticado, que a delegada, em uma cidadezinha, não sabe mexer naquele negócio. Às vezes, nem há computador para se mexer também. Ela não sabe fazer isso e não o alimenta. Ela fica anotando, com a ponta do lápis, no caderninho dela. O dele é muito simples e fácil. Qualquer pessoa o utiliza. E há uma gradação. Não se vai quebrar sigilo, porque há uma gradação em relação ao acesso. Há um acesso só para ver os casos. Há outro acesso para ver as pessoas. Isso depende do ator, da pessoa que precisa do sistema.

Eu o achei fantástico. Ele já o apresentou em vários Estados. Nós o trouxemos aqui. Ele faz um trabalho não só com o sistema. Ele faz um trabalho maravilhoso com a Lei Maria da Penha nas escolas. Ele o está levando para as escolas, revolucionando mesmo essa questão da violência contra a mulher. Está levando o assunto, para que os meninos possam discutir.

Há até um cordel. Na equipe dele, há um rapaz que fez um cordel sobre a Lei Maria da Penha para levá-lo para as escolas, para levá-lo para crianças de 13 anos, de 14 anos. É muito difícil que elas interpretem a lei

em si. Então, eles fizeram a lei todinha num cordel e a levam para as escolas. É uma coisa muito boa. É uma ótima experiência.

Aqui está ele. É um cordel, é uma literatura de cordel muito engraçada. Vou ler uma parte que acho engraçada, mas que é muito importante. Ele coloca de um jeito que faz com que a gente ria. Vou ler só duas estrofes. É como se alguém estivesse perguntando: "E, se acaso é o homem que da mulher apanha, é violência doméstica? Você pode me explicar? Tudo pode acontecer no âmbito familiar." Aí ele responde: "Nesse caso, é diferente, a lei é bastante clara. Por ser uma questão de gênero, somente a mulher ampara. Se a mulher for valente, o homem que livre a cara." (*Risos.*)

Termina, dizendo: "Procure seus direitos da forma que lhe convenha. Se o sujeito aprontou e se a mulher desceu-lhe a lenha, recorra ao Código Penal, não à Lei Maria da Penha." (*Risos.*) (*Palmas.*)

Este é um cordel que queremos fazer chegar ao Brasil inteiro. Estou vendo aqui a reprodução. Ele é pequenininho. Mas é muito interessante. O trabalho é fantástico! Quarenta e oito mil alunos em Teresina já tiveram contato com este cordel nas escolas.

Então, a gente fez essa audiência pública sobre o banco de dados. Isso vai resultar em um projeto de lei.

Fizemos outra audiência pública, que foi surpreendente, sobre a reeducação do agressor. Tudo bem, prende-se o agressor, pune-se o agressor, que cumpre a pena e sai da prisão. Ele vai ser agressor de novo da mesma mulher, se ela voltar para ele, ou ele vai arrumar uma namorada, vai casar de novo e vai voltar a ser agressor. Há experiências no Brasil muito boas em relação à reeducação do agressor. A Lei Maria da Penha prevê também a criação de Centros de Reeducação. Ouvimos experiências aqui de Mato Grosso, de Goiânia – Goiás também está nessa história –, do Rio Grande do Norte. No relatório, estão todos os Estados. O Ministério Público tem feito um trabalho importante nessa área em muitos Estados.

O nome do autor do cordel é Tião Simpatia. Há um vídeo dele também. Estou com ele em casa. Depois, vou trazê-lo para a Procuradoria.

O agressor continua agressor, e a gente não se preocupa com ele, por achar que ele não tem jeito. Mas, pelas experiências que apresentaram aqui, houve Estados em que 400 agressores já foram libertados e em que não houve reincidência. Há gente que já está livre há cinco anos. Não houve reincidência. Isso é promissor. É bom que a gente se volte para essa questão, que a gente volte o olhar para essa questão. A gente só pensa na mulher, mas essa é uma medida protetiva. Não estamos protegendo o agressor, estamos protegendo a mulher. Na medida em que a gente reeduca o agressor, ele não vai agredir mais a ex-mulher nem a futura mulher dele. Então, são experiências muito importantes. Ressaltamos aqui alguns casos.

Houve a capacitação de alunos do curso de Letras e de professores da educação básica. Há projetos de interiorização da Lei Maria da Penha e projetos de laboratório da Lei Maria da Penha. Há o projeto Lei Maria da Penha nas Escolas. Esse é um projeto importante que já existe em vários Estados.

Dei o exemplo do Piauí aqui: Desconstruindo a Violência e Construindo o Diálogo; o Banco de Dados, sobre o qual já falei; Justiça pela Paz em Casa. São experiências que se apresentaram aqui, todas com bons resultados.

O Programa Núcleos de Atendimento à Família e Autores de Violência Doméstica do Distrito Federal. Há o projeto Tempo de Despertar; o Programa de Atenção à Violência (Alecrim); e um Programa Reflexivo de Homens: formação de grupos reflexivos de Homens: por uma Atitude de Paz – este é do Rio Grande do Norte e também uma referência muito interessante. E há o Projeto Lá em Casa Quem Manda é o Respeito. Esse é do Mato Grosso.

São experiências de entidades – a maioria do Ministério Público – que têm que virar políticas. Não podem ficar na experiência. Acho que a questão da reeducação e a construção dos centros são o caminho também, porque deve-se dar condições para os agentes atuarem. São importantes para transformar as pessoas. No lugar em que houve 4% de reincidência foi em função de álcool, de droga.

Aí passamos para as recomendações.

Ao Poder Executivo, já falei, não contingenciar o orçamento da Casa da Mulher Brasileira.

Esta é a Presidenta da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher, Senadora Simone Tebet. Seja bem-vinda! Estou quase concluindo o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me só dizer que a Senadora Simone Tebet é uma militante desta causa – agora a homenagem é para você! Ela fez questão de vir prestigiar o relatório, e eu queria pedir uma salva de palmas para ela. (*Palmas.*)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Eu sei que hoje é um dia difícil, Simone. Algumas vieram aqui. A Vanessa havia prometido, mas hoje é um dia difícil. Estamos nas Comissões. Eu estava numa medida provisória segurada pelo braço, pelo Pimentel, para não sair, para dar quórum.

Então, é bem complicado fazer hoje, mas tinha que ser hoje a apresentação, porque estamos nos últimos dias do ano.

Ao Poder Executivo, estamos pedindo para não contingenciar o orçamento da Casa, pelo menos o da Casa. Se não contingenciar nada, melhor ainda, mas queremos que avance este ano a construção das Casas, até porque os Estados estão resolvendo a questão dos terrenos.

Falei ainda agora – nós não colocamos aqui – que a construção dos centros de reeducação é importante que parta do Executivo também, que faça convênio com os Estados. Nós vamos recomendar para os Estados e depois vamos traduzir isso aqui para os Estados também. Alguns Estados, eles mesmos podem construir.

E priorizar os esforços para garantir a promoção dos direitos da mulher em situação de prisão. Nós temos uma grande preocupação com as mulheres nos presídios. Nós temos pouco acompanhamento. Eu tenho visitado a penitenciária do Piauí. Já avançou em algumas coisas. Por exemplo, o espaço para as crianças, a creche. Elas já estão lá por algum motivo de violência contra elas, ou que elas praticaram, mas é preciso que cuidemos dessa população de mulheres, porque, quando saírem de lá, podem ser reincidentes.

Ao Ministério da Justiça, nós pedimos que discutam as formas de monitoramento das medidas protetivas. Também já tivemos audiência pública aqui que tratou da questão do "botão do pânico". Fui Relatora desse projeto, que é usado no Espírito Santo, que já é uma forma também de a mulher dar um alarme na hora em que se sentir ameaçada. Há um aplicativo que alguém está desenvolvendo; um aplicativo de celular para pedir socorro também, mas ainda não está em uso.

E a audiência de admoestação, que foi uma experiência do Mato Grosso. Não libertar o agressor antes dessa audiência. Que ele tenha uma reunião com os entes, porque ele pode pensar assim: "cumpri minha pena, agora estou livre; posso aprontar de novo." O projeto de lei, inclusive, já está na Casa; o Relator é o Senador José Medeiros. Estou com ele para ver se há emenda a apresentar. É de iniciativa de um promotor, cujo nome não me lembro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como? Jamilson.

Antes de ele ser solto, que haja todo esse processo para falarem para ele sobre comportamento, como ele deve agir, o que pode acontecer se ele for reincidente, se ele praticar de novo a violência.

É um projeto de lei que também já foi apresentado.

Existe a experiência das tornozeleiras também, que alguns Estados já utilizam em agressores que são libertados.

Ao Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos cabe fomentar os instrumentos de cooperação federativa, o que já está fazendo, mas que amplie ainda mais a questão da cooperação, pois esse é o caminho. Podemos ver que está dando certo onde acontece a cooperação, o trabalho em parceria.

É necessária a construção dos centros, e aí entram os governos dos Estados também.

Para a Câmara dos Deputados pedimos pressa na aprovação dos Projetos de Lei nº 172, de 2015, que tipifica o crime de descumprimento de medida protetiva de urgência, e nº 6.433, de 2013, que permite à autoridade policial aplicar de imediato medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha. Para facilitar, desburocratizar a aplicação da Lei para a autoridade que faz a prisão na hora – o policial. Essas matérias já estão tramitando, temos que acompanhar para que andem mais rápido. As nossas companheiras Deputadas têm que cuidar disso, para que sejam aprovadas logo.

Está na Câmara ainda o PL nº 5.069/2013. Temos que trabalhar para que seja rejeitado.

Entre as recomendações ao Senado, aprovar o PLS 328, de 2013, que está tramitando e de que o Senador José Medeiros é relator, que trata da audiência, antes de colocar o agressor em liberdade.

Ao Ministério Público, propagar e estimular as ações adotadas pela Promotora Érica Vera, do Rio Grande do Norte, que cuida da reeducação do agressor e que vem obtendo taxas promissoras no que concerne à reincidência. É aquilo que eu já mencionei: em 400 pessoas, nenhuma reincidência. E pessoas que já estão há algum tempo fora da cadeia. Isso significa que o trabalho de reeducação está funcionando onde é aplicado. Que mais pessoas do Judiciário e do Ministério Público adotem essas experiências.

O PL 5.069, de 2013, de autoria do Deputado Eduardo Cunha, sobre a mulher que sofre estupro, é o retrocesso de uma conquista, pois, segundo ele, a mulher primeiro tem de ir a uma delegacia, sem saber onde está a delegacia, a que distância ela está da delegacia. Não podemos deixar esse projeto prosperar.

Por último, nós apresentamos o projeto de lei da Política Nacional de Informações Estatísticas, que trata, como eu falei, do banco de dados único, que seja de fácil acesso e de fácil alimentação por todos que atuam na área. Eu exemplifiquei com o iPenha do Promotor Francisco de Jesus.

Estou apresentando também questão para estabelecer a medida protetiva de frequência a centro de educação e reabilitação, pois nem sempre os juízes estão mandando.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Pois é. Existe a recomendação para o Executivo construir. Porque mesmo não havendo o centro, muitos Estados têm experiências positivas. Citei os exemplos do Mato Grosso e do Rio Grande do Norte. Reincidência zero em 400 pessoas é algo fantástico, e pessoas com cinco anos de liberdade. Não houve reincidência. Isso significa que funciona. Essa é mais uma motivação. Na justificação do projeto temos que citar isso. Está funcionando onde tem uma experiência. E não pode ficar na experiência, tem que se tornar política. Que o juiz encaminhe as pessoas para a reeducação, até como medida de proteção à mulher. Às vezes é uma agressão em razão da qual ele cumpre pena por poucos dias. São os chamados crimes mais leves. Mas esse agressor pode praticar um crime mais pesado, e é bom que seja encaminhado ao centro para que não pratique.

Então, vai nesse sentido essa lei. Nós esboçamos, mas vai ser aberta aí para emendas, para a leitura de todo mundo.

No final, eu destaco as boas práticas, que são: o projeto de reeducação do Rio Grande do Norte, Mato Grosso e São Paulo – há lugares onde a incidência é zero.

Há o sistema iPenha, que o Dr. Francisco de Jesus coloca à disposição dos órgãos que forem desenvolver... Acredito que é o Ministério da Justiça que cuida dessa parte de estatística.

A Central de Atendimento à Mulher, o Ligue 180, tem mostrado resultados fantásticos depois que mudou. Quando era só a denúncia, era quase só um desabafo, não havia muito efeito, mas agora são encaminhadas as denúncias todas para os órgãos competentes darem solução.

Mostrando aí os dados das ligações: entre 2008 e 2011, mais de 2 milhões de ligações. Havia uma previsão bem pessimista até, na meta se colocava só 1,4 milhão. Isso significa que a mulher está sabendo que existe isso e está usando esse instrumento para se defender.

Aí, só uma lembrança quanto à meta do PPA. Nos dois primeiros anos era bem modesta. Então, já foi mas que dobrada só em dois anos – o PPA é para 4 anos.

Aí as boas práticas, que também colocamos, que foram... Eu já destaquei, inclusive, a questão dos ônibus para a zona rural. É uma coisa muito importante, porque a mulher rural geralmente é a última a ser buscada, a ser vista. Então, são 54 ônibus, dois em cada Estado, ainda nas capitais, mas estão andando pelo interior do Estado – a zona rural fica mais interiorizada mesmo. Eles têm trazido resultados importantes também quanto a essa questão: conscientiza a mulher, faz palestra, mas também capta os acontecimentos que se dão na zona rural.

Também já destaquei a questão da Casa como uma coisa muito importante. Apenas um Estado não aderiu, não sei por que, mas acredito que, depois de uma boa conversa com o governador, vai aderir também.

Também merece destaque a Câmara Técnica do Distrito Federal de Gestão e Monitoramento do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência, que agrega um conjunto de ações e serviços também. Está começando, mas é uma coisa importante, como é a atuação em rede, que está começando também. As pessoas estão começando a compreender a importância de trabalhar em conjunto, de unir esforços, unir os recursos, que são poucos ainda, ficam somente nos Estados.

Os Estados às vezes até criam a estrutura – "Ah, cria aí uma coordenadoria, cria uma secretaria" – mas, na hora do orçamento, é a última coisa a ser vista, na hora das realizações há sempre uma dificuldade. No meu Estado mesmo é assim, venho brigando muito com o meu governador: "Não podem essas meninas não terem um carro para andar, não é possível. Todas as vezes que se precisa de um carro, tem que pedir a uma secretaria!" Então, é sempre a última a ser vista. "Não, pede à Secretaria de Administração que ela manda". Então, tenho brigado muito lá. Eu acho que todas nós temos que trabalhar bem os nossos governadores para que deem mais atenção a essas questões.

Por último, as conclusões.

É necessário que sejam observadas as necessidades específicas de uma importante camada da população, que corre o risco de ser invisibilidade na aplicação de medidas genéricas, que não considerem as suas características próprias. É o caso do campo, sobre o qual falei. Quando falamos em mulher, pensamos muito na mulher urbana e esquecemos um pouco que há uma mulher lá na zona rural que também sofre com essas mesmas coisas, sofre violência.

No aspecto orçamentário, houve incremento considerável de recursos. Em 2008 foram R$40 milhões e, em 2015, R$150 milhões. Então, o orçamento melhorou, mas ainda não é suficiente quando se leva em conta o tamanho do Brasil. Então, temos que disputar no Orçamento essa destinação.

A prioridade é o aprimoramento do atendimento às vítimas da violência. Atendimento é tudo na hora. A pessoa, depois, até se arrepende, passa a dor e ela... Então, ela tem que ser atendida na hora, para encorajá-la a ir em frente com a denúncia.

Já temos 497 delegacias especializadas e 235 centros, porque também existem aquelas casas abrigos e outros instrumentos. Verificou-se que o desenvolvimento e a implantação do Sistema Nacional de Informação ainda não foram realizados, apesar de haver previsão. É a coisa negativa que tem o programa: o programa do Ministério prevê a questão desse sistema, que pode também adotar o iPenha do Piauí, mas ainda não deu passos nessa direção.

E na questão da reeducação, também isto: 15 centros para reeducar o agressor é muito pouco para o tamanho deste País.

Como já falei, estou apresentando projeto de lei para criar o sistema, oferecendo o sistema do Piauí como base e também a questão exatamente de reabilitar o agressor, para que ele não volte, quando sair da prisão, a ser agressor. Acho, talvez, que essa questão não despertava muito a gente, a mim, por exemplo. Eu cuidava muito da questão da mulher, de proteger a mulher, e não pensava no agressor, e não se trata de protegê-lo, mas de transformá-lo numa pessoa civilizada. E está provado que é possível, com as experiências que se têm, poucas ainda, mas está provado que é possível. Acho que estaremos dando um passo muito importante se conseguirmos que sejam construídos esses centros, disponibilizando pessoas especializadas também. Não é só construir e não ter pessoal especializado para tratar disso, psicólogos, assistentes sociais, médicos, psiquiatras, toda essa equipe multidisciplinar que precisa estar nos centros, como vai haver na Casa da Mulher Brasileira.

Então, é isso. Eu agradeço a quem veio aqui assistir. Vamos disponibilizar, depois, os relatórios. Fizemos só alguns cadernos, mais para a Comissão, mas isso estará disponível, porque é um instrumento para pesquisa. Há muitos dados, muita coisa interessante aqui, que não mencionei porque não era o caso de apresentar agora, para pesquisar e fundamentar ações que queremos realizar, e que serve para entidades, não só para o Parlamento. Depois, pretendemos disponibilizar, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Belo trabalho.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Assim como quero disponibilizar o folheto, o cordel, porque acho que, para as escolas, é uma coisa fantástica, até mesmo para entidades, a CUT e sindicatos, fazerem atividades com esse cordel.

É isso. Muito obrigada.

Algumas pessoas querem falar, Presidente, aí é com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos ouvir todos.

Quero, primeiro, informar que o relatório já está na internet.

Eu adorei foi isso aqui, pessoal. Vamos achar uma maneira de colocar na internet; se você permitir, vamos apensar. Acho que ele permite, citando o autor, citando tudo, apensamos ao relatório e colocamos na internet.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já está disponível na internet? Podemos apensar ao relatório da Senadora? Podemos, não é?

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – É bom, porque as pessoas veem o relatório...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E é uma forma de homenagear o autor, Tião Simpatia, até o nome ajuda. Primeiro, o nome Tião, nome do amigo nosso, Senador e governador. *A Lei Maria da Penha em Cordel*.

Vamos passar a palavra, para discussão da matéria, à Senadora Simone Tebet. Vamos também permitir, em seguida, a fala da Mara Feltes, que representa aqui a Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT; da Margarida Chaulet, Presidente da Frente Parlamentar Suprapartidária das Mulheres na Política e diretora da Confederação Nacional da Família Militar, e da Suzi Theodoro, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos.

Com a palavra, a Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria de começar parabenizando V. Exª duplamente. Primeiro por, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, ter escolhido este tema, enfrentamento da violência contra a mulher, como tema de política pública da Comissão de Direitos Humanos a ser analisado este ano nesta Casa. V. Exª, que é conhecido como o Senador do trabalhador e do aposentado, agora tem mais um adjetivo: é o Senador do trabalhador, do aposentado e das mulheres brasileiras. E nós só temos a agradecer. (*Palmas.*)

Parabenizo-o duplamente porque o mérito não é da Senadora Regina Sousa, o mérito é de V. Exª por ter escolhido a melhor Senadora da Comissão de Desenvolvimento Humano para relatar esta matéria. (*Palmas.*)

A Senadora tem uma característica que lhe é muito particular, que é a humildade, é uma pessoa muito sensível, é isso que nos parece como colegas, muito quietinha, mas de uma competência ímpar, uma grande e árdua defensora da mulher e está sempre defendendo os nossos interesses.

Então, aqui, rendo as homenagens à V. Exª.

Mas quero dizer à Senadora Regina Sousa, sem nenhum demérito em relação aos outros Senadores e Senadoras desta Casa, eu que cheguei este ano aqui, que, embora em uma leitura ainda rápida e rasa do relatório, não fiz a leitura com profundidade, mas por tudo que já vi das outras relatorias e avaliações de políticas públicas das Comissões às quais pertenço – e pertenço a pelo menos cinco como titular, embora o Regimento não permita, mas porque pertenço a comissões mistas e algumas suplências – posso dizer, sem medo de errar, e não é porque estou na presença de V. Exª, que esta é a relatoria mais completa que vi de todas as análises de políticas públicas este ano nesta Casa. (*Palmas.*)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Extensivo às meninas ali, e meninos, mas só temos um menino na equipe, que trabalharam bem isso.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Mas, entre tantos méritos, V. Exª teve a preocupação de fazer inúmeras audiências públicas e aí V. Exª não tem como errar, porque permitiu que diversas mãos e vozes fossem ouvidas e ajudassem V. Exª a escrever esse relatório.

Então, eu não vou entrar no mérito, nem tenho condições de entrar no mérito tantas são as questões, V. Exª aqui abordou tudo.

A questão legal e o marco legal, com a Lei Maria da Penha, todos os avanços que tivemos, embora ainda tenhamos deficiências. Apresentou proposições a serem aprovadas pelo Senado e pela Câmara dos Deputados a respeito. Falou da questão orçamentária, da dificuldade, mas, também, do avanço que tivemos nesta questão, seja por parte do Governo Federal, seja parte do Congresso Nacional. Fez uma análise criteriosa de todos os programas, tanto no aspecto deficitário quanto no aspecto meritório, enfim, citou exemplos, fez recomendações.

Eu queria encerrar, não quero aqui estender-me, apenas dizer da minha alegria de ter participado, este ano, nesta Casa, e ter tido a incumbência, por parte dos colegas Senadores e colegas Senadoras, para ser a primeira Presidente de uma Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher, portanto, entre a Câmara e o Senado, do Congresso Nacional, e à frente desta Comissão. E aqui, no Senado, ter participado, junto com V. Exª, de projetos relevantes, como a Lei do Feminicídio e outros projetos que aprovamos.

Ressaltar, ainda, que o Senado aprovou, embora seja apenas um passo de inúmeros passos que tenhamos que dar, demos um grande passo no que se refere à luta e ao enfrentamento da violência contra a mulher, que foi ter garantido, através de um projeto de lei, um projeto de emenda à Constituição, uma quantidade mínima de cadeiras nos legislativos brasileiros, que é a cota de cadeiras, de 10% na próxima Legislatura, 12% e 16%. Hoje encontra-se na Câmara para ser analisado.

Por que eu digo isso e gostaria só de centrar a minha fala em relação a isso?

De tudo que nos vimos, está muito claro, Senador Paim, que é preciso empoderar a mulher para que ela possa tirar essa mancha da violência da história brasileira. Sem poder, nós não temos voz e nós não temos vez, e é esse empoderamento que falta à mulher brasileira para que ela possa, cada vez mais, defender os seus direitos e nós possamos viver em um mundo sem violência contra a mulher.

E aí eu saúdo o mundo, porque esta semana, o último País, que não dava o direito de voto à mulher, a Arábia Saudita, um mundo muito fechado em relação aos direitos femininos, acabou de garantir à mulher o direito de votar e ser votada.

E, hoje, nós temos, agora, todos os países do mundo garantindo à mulher esse direito. (*Palmas.*)

É apenas um passo, como disse, dentre inúmeros, que terão que vir, mas esse relatório, sem dúvida nenhuma, agiganta-se diante dos problemas.

E eu faria apenas uma sugestão a V. Exª, se me permitir, eu não sei se isso foi dito aqui, mas que V. Exª imediatamente, ainda que talvez de uma forma resumida – não sei, ou nem resumiria –, publicasse, através da nossa gráfica do Senado, porque o que V. Exª fez por meio desse relatório é dar as mulheres e a nós, agentes públicas, um verdadeiro manual de como temos que proceder para melhorar ainda mais essa questão. Que V. Exª pudesse publicar pelo Prodasen e transformar em um livro de sua autoria esse relatório.

Quero dizer que conte comigo para aprovar as proposições. Gostei muito, inclusive porque tem a ver com projeto que, por coincidência, apresentei hoje de manhã, mas que não é no mesmo teor, apenas um complemento, mas gostei muito da proposição de V. Exª em relação à Política Nacional de Informações Estatísticas relacionadas à violência contra a mulher.

Nós não temos como dar qualquer passo sem termos informações. Tempo, energia e dinheiro são gastos de forma desordenada porque nós não temos números, os números são aleatórios. E embora a Lei da Maria da Penha preveja que haja essa unidade de informação em um banco de dados, Senador Paim, o Supremo Tribunal Federal tentou através da Ministra Cármen Lúcia, não conseguiu, o Ministério da Justiça tentou, o Ministério da Saúde tentou. Por que não conseguiram? Nós temos vários órgãos, cada um fazendo uma coisa, não temos a convergência. O banco de dados do Ministério da Saúde tem dados apenas no que se refere à assistência da

mulher violentada; o Ministério da Justiça, apenas o que se refere à repressão e números de dados de agressores; mas nós não temos um banco de dados unificado.

Essa Política Nacional de Informações Estatísticas é o primeiro passo e, quem sabe, se aprovarmos, para podermos aprovar dois projetos que eu apresentei de resolução nesta Casa – quem sabe V. Exª pode ser a Relatora, inclusive –, sobre o DataSenado, que é o único instituto oficial público no Brasil que faz análise de informações da violência contra a mulher. Eu estou apresentando um projeto que muda o regulamento administrativo desta Casa, transformando o DataSenado em um instituto, para, a partir deste momento, ele ter legalidade e legitimidade para ajudar todas as Comissões permanentes, Senador Paim, no que se refere à análise de políticas públicas. E fiz mais, criando dentro do instituto o Observatório da Mulher contra à Violência. Este instituto, portanto, concentraria, uma vez aprovado o seu projeto do Plano Nacional de informações, chamaria para esta Casa à atribuição que o Poder Executivo não consegue e não vai conseguir, e o Poder Judiciário não consegue e não vai conseguir fazer.

Nós temos elementos e condições de unificar nesta Casa, sem aumento de despesas, esse banco de dados, uma vez aprovado o seu projeto que é de política nacional de informações.

Fica, portanto, aqui, essa sugestão. Transforme o seu trabalho em um livro e eu gostaria de ser a primeira a recebê-lo.

Muito obrigada e parabéns mais uma vez. (*Palmas.*)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada. E eu quero dizer que terei prazer em relatar o seu projeto de resolução, ser Relatora, vamos ver como a gente faz.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora Simone Tebet, com relação à sugestão feita por V. Exª quanto à impressão do relatório, eu vou solicitar à nossa Comissão de Direitos Humanos que providencie junto à gráfica o seu relatório e vou insistir de novo, inclusive com o cordel no encerramento.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como V. Exª apresentou aqui.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Desculpa, Senador Paim, se me permitir, eu preciso pedir desculpas à Senadora e aos demais.

Nós estamos votando projetos importantes na Comissão de Constituição e Justiça, eu sou membro titular e relato alguns projetos, por isso que, infelizmente, não vou poder ouvir as nossas colegas mulheres, mas será televisionado em um momento oportuno e eu vou estar assistindo a todas depois pela TV Senado.

Muito obrigada e desculpem-me.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E nos represente, os dois, lá também.

Senadora Simone, antes que V. Exª saia, nós queremos informar, por orientação aqui da nossa assessoria da Mesa, que vamos votar o requerimento assinado por V. Exª, por mim e pela Senadora Regina, para que seja impresso na gráfica do Senado o relatório.

Aqueles que concordam com essa votação extrapauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento:

ITEM 3
Requerimento Nº 197, de 2015

Requer, nos termos regimentais, que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal faça imprimir, pela Secretaria de Editoração e Publicações, 1.000 (mil) exemplares do Relatório da Senadora Regina Souza sobre o Relatório de Políticas Públicas do Poder Executivo relacionado às medidas de enfrentamento à violência contra a mulher, nos termos do Requerimento 35, de 2015.

Autoria: Senadora Simone Tebet

Quem concorda com o mérito pela aprovação do requerimento permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Palmas.*)

O seu relatório será impresso e divulgado.

Vamos colocar em votação, por uma questão regimental, teria que ser agora, para depois abrirmos para os convidados.

Em discussão a matéria.

Não havendo Senador e Senadoras que queiram discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que faz recomendações, pede providências e apresenta dois projetos de leis. Será dado o devido encaminhamento.

Parabéns Senadora Regina Sousa! (*Palmas.*)

Agora, para comentar o relatório, eu começo com a representante da Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT, a Líder Mara Feltes.

A SRª MARA FELTES – Meu bom dia a todos e todas.

Quero cumprimentar o nosso Presidente, Senador Paulo Paim, também a Senadora Regina e, em nome deles, cumprimentar as outras autoridades presentes e também todas as nossas companheiras que estão aqui e que vieram prestigiar o relatório.

Quando me apresento, costumo dizer que eu sou feminista e sindicalista, porque a minha militância de longa data é a questão da mulher e também a questão... Porque eu estou convencida de que a questão da violência impacta, sim, a questão laboral.

Portanto, Senadora, eu me sinto privilegiada por ter sido indicada para representar a Central Única dos Trabalhadores nesta audiência pública, por ocasião da apresentação do relatório. Concordando com a Senadora que nos antecedeu, o relatório, de fato, está muito bom, está muito completo. Eu comentava com a Senadora, um pouco antes de iniciar os trabalhos, que tive oportunidade de estar junto, numa oficina, com a Fundação Friedrich Ebert, onde o Dieese apresentou um trabalho de avaliação das políticas públicas em relação à mulher nos últimos dez anos. Ali se mostrou o quanto foi importante para as mulheres as políticas públicas com foco na questão da mulher.

Portanto, um relatório como esse, apresentado nesse momento em que estaremos realizando a Conferência Nacional da Mulher Trabalhadora, é para nós, que seremos delegadas e delegados nessa conferência para potencializar as políticas, de suma importância. Isso porque nos dá elementos para fazer o bom debate, aquele bom debate que justifica as propostas que dizem em que é importante apostar. Para nós, que vivemos num momento em que há dificuldades, como por exemplo a questão de cortes, de contingenciamento dos orçamentos, é superimportante, Senadora, a sua colocação no que diz respeito a não haver cortes no orçamento. Houve coisas importantes, houve bastante orçamento, mas a gente sabe que ainda é insuficiente. Eu venho de um Estado onde nós ainda temos pouquíssimas iniciativas no que diz respeito – é o mesmo Estado do Senador – à questão de políticas para as mulheres. Há um movimento forte, mas o Governador acabou com a Secretaria de Políticas para as Mulheres lá no Estado. Então, isso trouxe prejuízo. Nós tínhamos experiências muito interessantes, como os Territórios da Paz, que ajudavam no combate à violência, e agora, com essa proposta do atual Governo lá do Estado, acabou havendo prejuízo.

Um relatório como esse para nós, que somos militantes para além da questão do trabalho, pode trazer elementos suficientes para fazermos a defesa. Como a gente pode ver aqui, não pude também apreciá-lo. Só dei uma olhada por cima. Mas eu estou muito feliz porque participei do acompanhamento da Comissão Mista que se iniciou em 2011, quando eu atuava, na época, na Secretaria Estadual da Mulher Trabalhadora da CUT, no Rio Grande do Sul, e estava na Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, e pude acompanhar esse trabalho. Portanto, foi bem importante ver que isso não foi em vão. Isso porque normalmente as iniciativas às vezes ficam nas gavetas e não é dado importância a elas.

Por fim, para não me alongar mais, quero reiterar o quanto é importante esse relatório. Vai ser muito importante...

(Soa a campainha.)

A SRª MARA FELTES – A publicação dessa proposta da Senadora vai ser muito importante. Hoje eu tenho mas que outros também possam ter em mãos o relatório. E quero estar um dia nesta Casa, na Comissão, e dizer que a gente conseguiu avançar na nossa militância em relação ao combate à violência contra a mulher.

Agradeço a oportunidade de estar aqui e agradeço muito pela iniciativa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, lLder Mara Feltes, representante da Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT, que enriquece o debate, comentando o avanço do relatório da Senadora Regina Sousa.

Passo a palavra agora à Srª Margarida Chaulet, Presidente da Frente Parlamentar Suprapartidária das Mulheres na Política, Diretora da Confederação Nacional da Família Militar.

A SRª MARGARIDA CHAULET – Obrigada, Senador.

É um prazer enorme neste dia, nesta manhã, estar compartilhando desse relatório da Senadora Regina Sousa, do Piauí.

Saiba, Senadora, que eu apreciei muito o seu trabalho, a sua determinação e também a sua simplicidade por ser uma mulher pública tão querida e tão especial. Seja bem-vinda a esse mundo nosso, porque precisamos de uma mulher como a senhora!

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI. *Fora do microfone*.) – Obrigada.

A SRª MARGARIDA CHAULET – E também gostaria de aproveitar a oportunidade para fazer uma solicitação à senhora, já que está engajada, empenhada nessa questão da violência contra a mulher. Nesses dois últimos anos, eu participei de algum apoio a algumas mulheres, o que foi muito complicado e muito complexo, quando uma mulher pede apoio para uma outra que lidera algum movimento em defesa das mulheres. Eu enfrentei dificuldades, na Delegacia da Mulher, para registrar ocorrência de uma mulher que foi espancada em sua residência, e outra que foi ameaçada em sua integridade física, porque foi ajudar a outra.

Quando eu fui solicitada por essas duas mulheres para registrar a ocorrência delas, na Delegacia da Mulher do Distrito Federal, encontrei resistência para registrar a ocorrência. Pedi apoio a uma magistrada no sentido de que me orientasse como deveria proceder. Então, fiz a denúncia, mas foi muito difícil. Eu cheguei até a dizer, nessa delegacia, que, se não registrassem aquela ocorrência, eu iria à Comissão para a Defesa dos Direitos da Mulher da Organização dos Estados Americanos. Falei isso com toda a humildade, não ameaçando, mas com o entendimento de que precisamos de maior assistência na Delegacia da Mulher do Distrito Federal.

Então, faço um apelo a V. Exª no sentido de que, por gentileza, olhe com carinho este depoimento que eu estou fazendo aqui, por favor.

Queríamos agradecer também ao Senador pela oportunidade de aqui estarmos, porque o Senador Paim é uma das forças e bandeiras que nós temos. Agora falo em nome da Confederação Nacional da Família Militar das três Forças Armadas, a qual eu represento como Diretora de Jornalismo. O Senador Paim é uma figura muito importante para a família militar neste País. Por quê? Porque ele levanta bandeiras, ele luta, ele defende os nossos direitos, os direitos dos pensionistas, dos aposentados, dos reformados. E nós queremos, como Frente Parlamentar Suprapartidária das Mulheres, declarar nesta Casa que o Senador Paulo Paim continua sendo um orgulho para as mulheres militantes neste País em seus movimentos. Por quê? Já faz algum tempo que nós acompanhamos a trajetória do Senador e sabemos que ele é uma pessoa extremamente empenhada e extremamente comprometida com todas as causas daqueles que não têm oportunidade de vir aqui pedir, falar, solicitar. Ele realmente é um orgulho nacional para nós, mulheres, militantes na política, nos movimentos em defesa da equidade de gêneros também. Eu digo isso e afirmo. E a Frente Parlamentar Suprapartidária das Mulheres quer continuar contando com o apoio do Senador nos anos que estão por vir, porque nós precisamos realmente nos engajar em fazer as mudanças e as transformações pelo nosso País, pelo nosso povo.

Contamos com o senhor, Senador, não apenas o pessoal da Confamil, que eu estou representando aqui, mas também as mulheres da Frente Suprapartidária. Queremos continuar contando com o seu apoio, com a sua integridade. Nós temos orgulho do senhor. Esta é uma declaração não apenas da jornalista amiga, mas também daquela que aprecia e acompanha o seu desempenho.

Esperamos também que a Senadora Regina Sousa possa contribuir com o que a Frente Suprapartidária das Mulheres deseja, ou seja, transformações e modificações para um País melhor. E nós contamos com o Senador Paim e com a senhora, Senadora Regina.

Foi um prazer e um privilégio estar aqui.

Muito obrigada pela atenção dos senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Essa foi a Srª Margarida Chaulet, Presidente da Frente Parlamentar Suprapartidária das Mulheres na Política e Diretora da Confederação Nacional da Família Militar.

Muito obrigado pelas considerações tanto a mim como à Senadora. Nós estamos irmanados nesse bom combate. Permita-me que eu diga isso, neste momento. Tenho muito orgulho em ser coordenador, no Senado, da Frente Parlamentar dos Homens contra a Violência às Mulheres. Esse foi um pedido que veio do meu colega, do Rio Grande do Sul, Edegar Pretto, que você conhece muito bem, filho do Adão Pretto. Ele está organizando essas coordenações nas Assembleias de todo o País. E competiu a mim, no Senado, ficar à frente dessa caminhada junto também com os Deputados, coordenando a Frente dos Homens contra a Violência às Mulheres.

Vamos entrar agora em uma segunda etapa, Senadora. Antes, eu queria que você fizesse as considerações finais desse primeiro momento. Todos se sintam à vontade, porque vamos entrar nas questões específicas da comissão.

A Senadora está com a palavra.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Quero agradecer sinceramente, companheiro Paim, por ter me dado esse desafio. Como Senadora novata, na Casa, existem sempre os calafrios. Mas já aprendi muito aqui; aprendi com ele muita coisa. Foi uma felicidade ter escolhido esta comissão. Eu disse que iria

escolher Direitos Humanos, Educação e Meio Ambiente, mas, nesta Comissão, eu me encontrei, porque aqui se faz o bom debate.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Deixe-me atrapalhá-la aqui. Não esqueça o fio da meada do pronunciamento.

Por ter uma idade um pouco mais avançada, pois estou com 65 anos...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Eu também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Achei que eu ia ganhar pelo menos nessa dela. Perdi de novo. (*Risos.*)

Mas, pelas suas declarações e as do Randolfe, que disse que aprendeu muito e tal, e me chamou de mestre, tenho dito para ele sempre o seguinte: eu aprendi na vida que o bom mesmo é quando o aluno supera o mestre. Você que diz que eu te ensinei muito, pela minha experiência, eu posso dizer hoje que tanto você como o Senador Randolfe superaram aquele que disse que era o mais experiente. Hoje, vocês é que estão na linha de frente. Parabéns a ambos! (*Palmas.*)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada.

Então, quero agradecer a todos e a todas que vieram aqui. Que bom que vão publicar o relatório. Que ele isso sirva, não fique nas prateleiras e seja um instrumento para o debate.

Mas quero concluir só lendo um poema, que já li aqui, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu não ouvi.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Ele tem tudo a ver. No Dia da Mulher Negra, eu li. Mas como tem tudo a ver com o tema da violência, eu acho que ele pode até se incorporar ao relatório na hora da publicação.

É de um poeta maranhense, chamado Salgado Maranhão. Eu o li na Conferência das Mulheres do Piauí também. Acho que tenho de divulgá-lo. Estou quase parceira dele nesse poema:

QUEM MATA A MULHER MATA O MELHOR
quem mata a mulher
mata o começo,
o lado oculto da luz,
é como se alguém vedasse
o infinito pelo avesso.
quem mata a mulher
não mata apenas
o que está em carne
e vida,
mata a possibilidade
do que há de vir.
confunde equilíbrio e força
mistura paixão e forca
e morre no que mata.
Quem mata a mulher
mata o futuro,
interrompe a vocação
das flores,
fecha o Ministério
das Meninas e Energia.
Amar é ter coragem de eternizar.

Salgado Maranhão, poeta do Maranhão. (*Palmas.*)

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já fica, então, incorporado, no seu relatório final, também o poema.

Então, está encerrada a primeira parte da reunião.

Fiquem todos à vontade. Se quiserem tirar uma foto, antes de saírem, com a nossa Relatora, podem vir todos, pois, na verdade, é uma reunião histórica pela qualidade do relatório apresentado. Todos estão convidados. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos, agora, à segunda parte da reunião.

A segunda parte dessa nossa reunião é para apresentação do relatório dos trabalhos da CDH, período 2015/2016.

Apresentação do relatório.

Como fez a Senadora Regina, não vou ler tudo isso aqui.

Então, vamos ao resumo.

Nesse segundo semestre do biênio 2015/2016, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, sob a Presidência deste Senador e do Vice-Presidente, Senador João Capiberibe, manteve as diretrizes estabelecidas no Plano de Trabalhos da CDH para esse biênio, alcançando resultados bastante positivos e de grande relevância social.

Entre agosto e dezembro deste ano, a CDH e suas subcomissões realizaram 78 reuniões, entre audiências públicas, reuniões deliberativas e reuniões de trabalhos e diligências. Foram ainda 54 audiências com a finalidade de instruir proposições legislativas ou debater assuntos da mais alta relevância para o País, com temas instigantes e bastante variados, como também diversificada foi a autoria dos requerimentos que as determinaram e envolveu mais da metade dos nossos Senadores e Senadoras.

Dessas, 53 foram audiências interativas, garantindo a participação popular ao vivo, com perguntas, questionamentos e comentários, por meio do Portal e-Cidadania e Cidadania e do Alô Senado. A resposta foi muito ativa e intensa. Centenas e centenas de internautas tiveram a oportunidade de interagir com os debatedores e convidados que incluíram desde Ministros de Estado até acadêmicos, religiosos e representantes de diversos movimentos sociais.

Nesse período, a Comissão realizou também 14 reuniões deliberativas, examinando 45 proposições legislativas, sendo 33 projetos de lei do Senado, 1 substitutivo da Câmara dos Deputados, 3 projetos de lei da Câmara, 7 sugestões legislativas (SUG), e 1 ofício.

Destacamos a aprovação:

Do PLS nº 217, de 215, que incrementa o valor *per capita* destinado à alimentação dos alunos de escolas situadas em Municípios de extrema pobreza.

Do PLS nº 119, de 2015, que dispõe sobre o uso do botão do pânico, no cumprimento de medidas protetivas de urgência da Lei Maria da Penha;

Do PLS nº 212, de 2013, que altera a LOAS para elevar o limite da renda familiar que enseja o recebimento do benefício de prestação continuada;

Do PLS nº 483, de 2013, que determina a obrigatoriedade de as locadoras de veículos em aeroportos disporem de veículos adaptados para pessoas com deficiência.

O PLS nº 193, de 2015, que estabelece a obrigação das novas edificações de uso coletivo disporem de elevadores com capacidade de transportar pessoas em maca.

Do PLS nº 228, de 2014, que assegura a presença do cuidador na escola para atender o educando com deficiência.

Do PLS nº 287, de 2013, que regulamenta o direito de greve dos servidores públicos, depois de 20 anos.

Da SUG nº 21, de 2014, que estabelece as diretrizes para implementação da educação integral na educação básica.

O PLS nº 518, de 2015, que define o crime de racismo praticado pela internet. Os últimos casos todos viram, inclusive de apresentadoras e artistas do cinema e da TV. Esse PL, então, vai poder condenar os que fizeram esse tipo de crime.

Além disso, a CDH aprovou uma emenda ao texto e quatro emendas de apropriação ao Projeto de Lei do Orçamento Anual de 2016. Aprovou Emenda nº 22 do texto do projeto do Plano Plurianual da União para o período 2016/2019, bem como das emendas e despesas de 11, 12 e 13 e das Emendas 1, 10, 18 e 21, do projeto de lei do Plano Plurianual. Para o período 2016/2019, os requerimentos apresentados pelos seus Senadores e membros também.

A Comissão recebeu, nesse período, 26 denúncias referentes à violação dos direitos humanos, que, após análise de pertinência, geraram providências visando o seu esclarecimento e solução. E ainda realizou dez diligências; uma com o objetivo de verificação a situação de ameaças de demolição a que estão sujeitas as famílias de área de regularização de interesse específico: a ARINE de Sucupira, na região administrativa do Riacho Fundo I, no DF, e outras providências. Há ainda mais nove, no Estado do Piauí, Maranhão, Bahia, Rondônia, Acre, Pará, Amapá, Espírito Santo e no DF, para debater sobre terceirização.

Considerando todo o ano 2015, a CNH realizou 127 reuniões, entre audiências públicas, reuniões deliberativas e reuniões de trabalho. Examinou 76 proposições legislativas, aprovou 193 requerimentos, realizou 24 diligências e analisou 56 denúncias de violação de direitos humanos. Ouvimos mais de 600 palestrantes, nesse período, com um público superior a 15 mil pessoas.

Faço ainda um destaque especial à verdadeira cruzada que fizemos, em nível nacional, contra a terceirização e que o negociado não seja um instrumento que desrespeite a lei. A lei, em primeiro lugar, pode-se ne-

gociar acima da lei mas não abaixo da lei. Esses dois temas fez com que eu fosse... eu devo ter relação de todos os Estados que eu fiz aí. Eu devo ter a relação de todos os Estados a que fui no debate da terceirização. Faço questão de destacar que, se eu não me engano, ficaram faltando cinco ou seis Estados. Quero aqui agradecer à Assembleia Legislativa de cada Estado. Todos os Estados me receberam com enorme carinho; o Presidente da Assembleia, quando eu não estava, designavam Deputado para abrir os trabalhos, me entregava a direção dos trabalhos na Assembleia. As Assembleias ficavam lotadas, faltando espaço. Foi o caso de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Piauí. Não importava o tamanho do Estado, todas as Assembleias ficavam lotadas, com a participação intensa de dirigentes sindicais, de empresários, de homens e mulheres, independentemente da idade. É claro que a maioria era de representantes dos trabalhadores. Em todos esses Estados, foi aprovada a carta de cada Estado, pedindo que não fosse aprovado aqui o projeto nos moldes que veio da Câmara dos Deputados, que fosse rejeitado e que eu construísse um outro como Relator da matéria, já que, a partir da Bahia, com a presença do senador Otto Alencar, que preside a comissão especial, ele me indicou como Relator do PL nº 30, que seria o PL nº 4330 vindo da Câmara dos Deputados, que trata da terceirização.

Eu quero aqui agradecer a todo o Brasil. Muito dessas audiências que realizamos nos Estados foram fruto de outras propostas que trouxemos de lá para cá.

Uma delas foi a audiência que fizemos na última segunda-feira sobre a questão de Mariana, o crime ambiental e humanitário cometido em Minas Gerais. Foi no Espírito Santo que tiramos a decisão essa importante audiência.

Repito aqui, em defesa da democracia, contra a terceirização e contra que o negociado ultrapasse a própria lei, fomos a Belo Horizonte, Florianópolis, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Manaus, Boa Vista, Teresina, São Luís, Salvador. Fizemos aqui em Brasília na Câmara Distrital, mas fizemos três, quatro audiências aqui mesmo, uma inclusive no auditório Petrônio Portella. Além de Porto Velho, Rio Branco, Belém, Macapá, Vitória. Vamos, ainda, dia 18/02, a Cuiabá; em 19/02, a Campo Grande; em 25/02, a Aracaju; em 26/02, a Maceió; em 10/03, a Palmas; e em 11/03, a Goiânia.

Pretendemos fazer um grande encerramento, aqui em Brasília, no mês de maio, provavelmente no dia 12 de maio, que seria uma conferência nacional em defesa dos direitos dos trabalhadores, naturalmente, combatendo esse eixo da terceirização, para que não passe como está, na chamada Ponte para o Futuro, apresentada aqui no Parlamento. Querem passar a ideia de que é bom trabalhador que ele abra mão de todos seus direitos e fiquem só na negociação direta.

Todos nós sabemos que, na força entre empregado e empregador, quem tem menos força é o trabalhador. Então, a lei protege o mínimo. Acima disso, então, vai à livre negociação. Eu diria, ainda, aproveitando este momento, Senadora, já que eu falei tanto em democracia, aproveito este momento, todos sabem que eu estou em um momento difícil – sei do carinho da Senadora em relação a isso – nessa questão de sair ou não do PT. Eu terei uma reunião no meu Estado este fim de semana, com toda a direção partidária, para debater essa questão, mas não tenho nenhuma dúvida quanto à questão do chamado *impeachment*.

Por isso, eu quero aqui, em defesa da democracia, fazer uma leitura do artigo que foi publicado hoje no Rio Grande do Sul no jornal *Zero Hora* com o título "Alucinados delírios do poder".

As questões orçamentárias e fiscais apontadas no pedido de *impeachment* de Dilma Rousseff não são suficientes para qualquer processo dessa natureza. Elas foram praticadas nos governos anteriores [inclusive o que antecedeu o governo do Presidente Lula]. Não se pode ter dois pesos e duas medidas.

Affonso Arinos associou o conteúdo político do *impeachment* de Vargas "àquelas atitudes de desrespeito à organização geral do País que trazem prejuízos irreparáveis à *polis*, à cidade, ao conjunto do povo". [É ele está falando da irresponsabilidade daqueles que defendem o *impeachment* pelo *impeachment*]

Atitudes que se traduzem pela "concepção geral, por aceitação tácita, por um ponto de vista global de que estes governantes se tornaram incompatíveis com a nossa Nação".

É neste sentido que o *impeachment* é político, porém não no sentido raso da maioria parlamentar, como muitos se têm empenhado em divulgar.

Na situação atual, ele transformou-se no cavalo de batalha de ambições políticas individuais, de alucinados delírios de poder.

Onde está o compromisso com o bem público, o maior patrimônio que todo político deveria ostentar? Onde estão os escrúpulos da consciência de alguns dos principais homens públicos desta terra?

Não podemos vulgarizar [como dizia Affonso Arinos] o instituto do *impeachment,* sob pena de transformar o Brasil na referência acabada das repúblicas de *commodities* latino-americanas. Com isso, comprometeremos o futuro de nosso País. Como nação teremos um prejuízo internacional incalculável.

É preciso repensar o instituto do *impeachment*, rever o poder excessivo concentrado no presidente da Câmara, definir com clareza o rito processual, precisar em que medida questões fiscais e orçamentárias — prá-

tica comum da contabilidade estatal brasileira há décadas — podem ensejar a responsabilidade pessoal do Presidente da República, na definição de crime de responsabilidade.

O País não pode ser sacudido, de tempos em tempos, por crises políticas desta envergadura, pois elas cobram um preço injustificável do nosso povo. [Ele é chamado a pagar a conta]

O momento pede responsabilidade e espírito público da classe política nacional. Os políticos não podem se omitir. Sou contra o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.

Nenhuma democracia sobrevive sem estabilidade política, sem previsibilidade legal, sem perspectivas de futuro, completamente desorientada. Precisamos reagir!

Essa é a minha posição em relação ao *impeachment*. (*Palmas.*)

Assim, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata desta reunião.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião, lembrando que amanhã – hoje foi a última deliberativa – ainda teremos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Senador que requereu uma reunião de audiência pública para amanhã abriu mão, senão amanhã teríamos a nossa última audiência pública.

Então, encerramos os trabalhos. Obrigado pela presença de todos e, mais uma vez, peço uma salva de palmas para a Senadora Regina Sousa, que foi quem brilhou aqui hoje e sempre, pelo belo trabalho que vem fazendo no Senado da República. (*Palmas.*)

Está encerrada a nossa reunião.

(Iniciada às 12 horas e 1 minuto, a reunião é encerrada às 13 horas e 31 minutos.)

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2015, QUARTA-FEIRA, CONVOCADA PARA LOGO APÓS A 14ª REUNIÃO DA CDH, NA SALA Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às treze horas e cinco minutos do dia quinze de abril de dois mil e quinze, no Plenário número seis, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora Regina Sousa, reúne-se a Subcomissão Permanente de Justiça de Transição, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença das Senhoras Senadoras Regina Sousa, Fátima Bezerra, do Senador João Capiberibe e dos não membros Senadores Paulo Paim e Donizeti Nogueira. A Senhora Presidenta eventual declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta, em duas partes. Primeira Parte: Instalação e Eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão Permanente de Justiça de Transição - CDHJT - para o biênio 2015/2016. A Senhora Presidenta eventual faz encaminhamento para que a eleição ocorra por aclamação e consulta aos Senadores presentes se concordam com o encaminhamento, que é acatado por unanimidade. A Senhora Presidenta eventual anuncia que é eleito, por unanimidade, para Presidente o Senador João Capiberibe e para Vice-Presidente o Senador Davi Alcolumbre. A Senhora Presidenta eventual passa a palavra para o Senador João Capiberibe. O Senhor Presidente eleito, Senador João Capiberibe, faz suas considerações iniciais. 2ª Parte. Pauta. A Senhora Presidenta faz a leitura do Item 1. Requerimento da Subcomissão Permanente de Justiça de Transição – CDHJT, nº 1 de 2015. Autoria: Senador João Capiberibe. Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública na Subcomissão Permanente de Justiça de Transição, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal – CDH, para debater a implementação das recomendações que constam no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade. Sugiro que sejam convidados: 1-Ministra Ideli Salvatti; 2- Ex. Ministra da Secretaria de Direitos Humanos Deputada Maria do Rosário; 3- Sr. Pedro Dalari; 4- Representante da Comissão Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos; 5-Representantes dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos; 6- Representante da Casa Civil; 7-Representante do Ministério Público Federal. Resultado: Aprovado. A Senhora Presidenta eventual passa a presidência para o Senador João Capiberibe. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, Donizeti Nogueira, João Capiberibe e a Senadora Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e dez minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa
Presidente eventual da Subcomissão Permanente de Justiça de Transição

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Boa tarde a todos e a todas!

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente de Justiça de Transição da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião está dividida em duas partes. A primeira, destina-se à instalação e eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão para o biênio 2015/2016, e a segunda, será deliberativa.

Foi registrada, até o presente momento, a seguinte chapa: Presidente, Senador João Capiberibe e Vice-Presidente, Senador Davi Alcolumbre.

Não há outras candidaturas? (Pausa.)

Como há consenso entre os nomes dos candidatos, consulto às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores se podemos proceder à eleição por aclamação. (Pausa.)

Podemos.

Então vamos aclamá-la com palmas! (Palmas.)

Já aclamamos o Presidente e o Vice. O Vice não está aqui.

Declaro eleito, para Presidente, o Senador João Capiberibe, e, para Vice-Presidente, o Senador Davi Alcolumbre.

Convido os eleitos a ocuparem seus lugares na mesa.

Passo a palavra ao Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Senadora Regina, obrigado por estar conosco.

Srªs e Srs. Senadores, rapidamente, vou lhes explicar os objetivos da Subcomissão de Justiça de Transição.

Na verdade, ela sucede uma outra Subcomissão que atuou nos últimos dois anos no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que era a Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça, que acompanhou os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, Memória e Justiça. À medida que a Comissão Nacional apresentou o seu relatório, não teria mais sentido continuarmos tratando do mesmo tema aqui, na Comissão de Direitos Humanos. Então, nós aprovamos aqui, no âmbito da Comissão, a criação de Subcomissão de Transição. E é muito importante, porque o relatório foi entregue, no ano passado, à Presidente da República e também aqui, nesta Comissão, tivemos oportunidade de receber o relatório e também tivemos a participação de um componente desta Comissão, o jurista Pedro Dallari esteve conosco fazendo um balanço do trabalho da Comissão.

No bojo do relatório há muitas informações importantes e muitas sugestões que podem ser transformadas em propostas e projetos de lei. Para que nós possamos desenvolver esses projetos de lei, é fundamental que a gente continue debatendo, continue acompanhando o que, de fato, aconteceu, segundo o relatório da Comissão da Verdade.

Nós sabemos que a impunidade que prevaleceu em função da anistia das vítimas e também dos torturadores terminou fazendo com que essa prática da tortura chegasse aos nossos dias, com tortura nas delegacias de polícia, nas penitenciárias, com desaparecimento forçado de pessoas... Nós temos vários casos emblemáticos, entre eles o do pedreiro Amarildo que, três ou quatro horas depois de ser detido pela polícia, está desaparecido até hoje. Nós precisamos esgotar também a busca pelos desaparecidos políticos e o relatório traz um balanço completo sobre desaparecidos políticos. Nós não podemos nos conformar em continuar existindo no País essa figura do desaparecido político.

Portanto, a ideia desta Subcomissão de Justiça de Transição é manter o debate vivo na sociedade brasileira, trazer para o Senado essa discussão. Para isso, Sr. Presidente, estou solicitando a aprovação de um requerimento.

Solicito, nos termos do Regimento Interno, que seja aprovado um requerimento para debater a implementação das recomendações que constam no relatório final da Comissão Nacional da Verdade.

Para isso, sugeri que fossem convidados a Ministra Ideli Salvatti, retifico, porque agora é o Ministro Pepe Vargas, mudou tão rápido que não tivemos tempo de mudar o requerimento; a ex-Ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Deputada Maria do Rosário; o ex-componente da Comissão da Verdade, Memória e Justiça, o jurista Pedro Dallari; representante da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos; representantes dos familiares dos mortos e desaparecidos; representante da Casa Civil e representante do Ministério Público Federal.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO Nº 50, DE 2015

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública na Subcomissão Permanente de Justiça de Transição, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal – CDH, para debater a implementação das recomendações que constam no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade.

Sugiro que sejam convidados o Ministro Pepe Vargas; a ex-Ministra da Secretaria de Direitos Humanos Deputada Maria do Rosário; o Sr. Pedro Dallari; o representante da Comissão Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos; os representantes dos familiares dos mortos e desaparecidos; o representante da Casa Civil e o representante do Ministério Público Federal.

Autor: Senador João Capiberibe.

Era isso, Srª Presidente.

Peço a aprovação desse requerimento para iniciarmos nossos trabalhos.

A partir dessa discussão, vamos encaminhar novas propostas de ação no âmbito da Subcomissão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador João Capiberibe...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Tem a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Gostaria de cumprimentar V. Exª, primeiramente, pela posse, como Presidente desta importante Subcomissão que tem o nome dado por V. Exª de Transição e que, ao mesmo tempo, já apresenta um requerimento para manter vivo o trabalho da Comissão da Verdade. Porque, neste País, se a gente não lembrar quase todos os dias, as coisas vão se acumulando, se acumulando e não é dado o devido encaminhamento.

Então, quando V. Exª traz aqui o debate para saber como vamos encaminhar o trabalho acumulado, e muito benfeito pelos membros da Comissão, com a exposição que eles farão aqui, já mostra que esta Subcomissão presida por V. Exª começou muito bem.

Quero aqui, em nome, no caso da Comissão, como Presidente, render minhas homenagens a V. Exª, à sua história, à sua vida. Esta iniciativa brilhante só poderia vir, no meu entendimento e no desta Comissão, de V. Exª, que traz uma satisfação enorme e orgulho para a Comissão de Direitos Humanos do Senado.

Estarei aqui sendo seu liderado. Não importa se membro ou não, mas estarei aqui em todas as reuniões, chamado por V. Exª.

Meus cumprimentos.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Mais alguém quer discutir. (Pausa.)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Estou de acordo.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Está de acordo.

Então, em votação.

Quem concorda com o requerimento permaneça como está. (Pausa.)

Aprovado.

Passo a Presidência para o Senador João Capiberibe.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Nada mais havendo a tratar, damos por encerrada esta reunião.

(Iniciada às 13 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 10 minutos.)

ATA DA 40ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2015.

Às dez horas e dezenove minutos do dia vinte e nove de outubro de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os(as) Senadores(as) Jorge Viana, Ana Amélia, Ricardo Ferraço, Tasso Jereissati, Paulo Bauer, Vanessa Grazziotin, José Pimentel, Humberto Costa, Flexa Ribeiro e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. O Presidente registra a presença do Embaixador João Carlos de Souza-Gomes. Usa a palavra o Senador Jorge Viana. O Presidente comunica o recebimento de convite, estendido a todos os membros desta Comissão, do General de Exército Gerson Menandro, Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, Substituto, para a II Jornada de Estudos Estratégicos, tendo como tema "A Transversalidade da Política Nacional de Defesa", que ocorrerá nos dias 11 e 12 de novembro de 2015, no Auditório do Comando Militar do Planalto. Usa a palavra o Senador Jorge Viana que apresenta sugestão, acatada pelo Presidente, Senador Aloysio Nunes Ferreira, de indicação do Senador Ricardo Ferraço para representar esta Comissão na COP 21 – 21ª Conferência do Clima. Passa-se à PAUTA: AUDIÊNCIA PÚBLICA destinada a debater os efeitos na economia brasileira decorrentes do Acordo Multilateral Pacto do Pacífico. Convidados: Lia Baker Valls Pereira, Professora do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas; Marcos Troyjo, Professor Diretor do BRICLab da Universidade de Columbia; Mauro Oiticica Laviola, Vice-Presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil – AEB (representante de: José Augusto de Castro – Presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB); e Vera Thorstensen, Professora da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas. O Presidente convida os expositores a comporem a mesa e concede a palavra a cada um deles para suas exposições. O Presidente propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior, que fica dada como lida e aprovada. Delibera-se o EXTRAPAUTA: ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 86, de 2015, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que "Requeiro, nos termos regimentais, seja solicitado ao Ministro da Defesa com base no artigo "Luz Amarela" assinado pelo historiador Jose Murilo de Carvalho, no jornal O GLOBO, de hoje, que responda as seguintes perguntas: 1 – as declarações atribuídas ao Comandante do Comando Militar do Sul, no artigo são verdadeiras? 2 – se forem, é atribuição de Comandante Militar incitar a tropa com afirmações: "Eles que venham? " 3 – em outra cerimônia militar, celebração do dia 31 de março de 1964, o Comandante Militar do Sul diante de oficiais da reserva, segundo a matéria, celebrou o impedimento de que o país caísse "nas mãos da escória moral que, anos depois, o povo brasileiro resolveu por bem colocar no poder". Isto aconteceu? 4 – qual a postura do Ministério da Defesa em relação a estas declarações? 5 – há previsão nos procedimentos éticos das Forças para coibir manifestações que comprometam a ordem democrática? ". Aprovado. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às onze horas e vinte e nove minutos assume a presidência o Senador Tasso Jereissati. Usa a palavra o Senador Ricardo Ferraço. Os expositores respondem os questionamentos apresentados. Delibera se o EXTRAPAUTA: ITEM 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 87, de 2015, de autoria do Senador Tasso Jereissati e outros, que "Requeiro, nos termos do art. 90, II e V do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados o Senhor Marcos Aurélio Garcia, a Ministra da Agricultura Kátia Abreu e o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro, para audiência pública com o intuito de discutir sobre os rumos da atual política comercial externa brasileira. Aprovado. O Presidente agradece a presença dos convidados e faz considerações finais. Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às treze horas e treze minutos, lavrando, eu, José Alexandre G. Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta esta reunião.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, quero, em nome da Comissão, dar as boas-vindas ao Embaixador João Carlos de Souza-Gomes, que nos representava, até há pouco, no Uruguai e foi, agora, designado pelo Ministério das Relações Exteriores para ser o nosso assistente, o assessor parlamentar aqui na nossa Comissão, um cargo de alta relevância dentro da carreira, a qual V. Exª faz jus por toda sua história profissional no Itamaraty.

Seja bem-vindo entre nós.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Gostaria de cumprimentar o Embaixador também, dar as boas-vindas a ele, que será um colega de trabalho da Comissão a partir de agora; fazer o registro de agradecimento pela boa convivência com o Embaixador Pedro Bório, que agora está indo para o Consulado em São Francisco – ainda ontem ainda falei com ele –, que também trabalhou conosco aqui como outros, o próprio Embaixador Danese. É uma função importante, faz uma boa mediação entre esta importante Comissão e o Itamaraty. Então, dou as boas-vindas ao Embaixador.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, queria fazer uma solicitação. Temos uma convocação do Ministro Mauro Vieira. Ontem, eu conversava com o Senador Tasso Jereissati e também com V. Exª, temos obviamente no Embaixador sempre a disposição de vir aqui e ele não vai se furtar, ao contrário, de vir agora, temos uma questão séria que foi levantada por este Plenário em relação à Venezuela, um tema que foi debatido e vai seguir sendo debatido aqui, a questão do veto do nome do ex-Ministro Nélson Jobim, que era um consenso, e é um consenso em nosso País, como observador.

E temos também outros temas que o próprio Senador Tasso Jereissati apresentou. Eu conversava com ele ontem, e ele concordava que fizéssemos apenas uma pequena alteração, mas importante, de em vez de uma convocação, um convite ao Ministro, e o Embaixador Danese esta semana, ainda hoje, estava vendo a data que queremos que seja, ainda neste mês de novembro, antes da eleição na Venezuela, conforme é o desejo do autor do requerimento. Só queria fazer este pedido, para que ficasse registrado que há uma concordância do autor de que façamos esta mudança para convite e que, ao mesmo tempo, se garanta o quanto antes, já peço isto ao Embaixador que está chegando, falei ontem com o Embaixador Danese, que já está providenciando uma alternativa de datas que possa apresentar a V. Exª e também ao Senador Tasso Jereissati, que me falou que tem um problema na última semana de novembro, quando estará em viagem, mas que ele faria questão de estar nesta audiência.

Então, como representante aqui, de algum jeito, da Base do Governo, cumpro algumas missões na Casa, estou tentando fazer essa mediação.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sempre com muito êxito.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senador, já havia conversado com o Embaixador Souza Gomes exatamente nesta mesma linha, de fixarmos uma data que seja conveniente para o Ministro, uma vez que a data inicialmente aventada cai em um dia em que o Ministro não estará no Brasil, tem compromisso já agendado fora do País.

Em princípio, ficamos combinados para o dia 26. E é verdade, o Ministro sempre esteve disponível para atender aos nossos convites e virá, desta vez, para tratar não apenas do tema das eleições da Venezuela. A Venezuela é um tema, como sabe V. Exª, sensibilíssimo a esta Comissão, muito sensível. Então, há muita coisa a conversar sobre este assunto.

E ainda recentemente, ontem, o Brasil votou a favor da continuidade da Venezuela no conselho de direitos humanos da ONU. Eu não acho que é bom. Acho que, por mais que haja uma troca de votos, troca de apoios, um país que tem, entre os princípios que devem reger a sua ação no campo diplomático, o respeito aos direitos humanos, não penso que seja adequado apoiar um governo nitidamente agressor dos direitos humanos, como o governo venezuelano.

E de quebra também foi indicada a participação do Equador, que também se alinha, embora a escalada autoritária não tenha chegado ao ponto a que chegou a da Venezuela, mas pode caminhar, há sinais de que está caminhando para este rumo.

Mas, enfim, são assuntos que haveremos de discutir juntamente, também é o tema do requerimento do Senador Tasso Jereissati, as repercussões do acordo transpacífico sobre a economia brasileira.

Queria comunicar que recebi um convite estendido a todos os membros desta Comissão do General do Exército Gerson Menandro, Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas substituto, para a II Jornada de Estudos Estratégicos, tendo como tema a transversalidade da política nacional de defesa, que ocorrerá nos dias 11 e 12 de novembro, no auditório do Comando Militar do Planalto.

Quero também comunicar aos Srs. Senadores um tema que diz respeito à atuação da nossa Comissão no campo da defesa nacional.

Chamo atenção de todos para um artigo que foi publicado no *O Globo* de hoje, de autoria do historiador José Murilo de Carvalho. O artigo tem o título Luz Amarela. Ele se refere a declarações inquietantes que foram atribuídas ao Comandante do Comando Militar Sul do Brasil, sediado no Rio Grande do Sul, um quarto dos efetivos do Exército.

As declarações têm um tom inquietante, porque, em complemento à ordem do dia emitida pelo Comandante do Exército, o Sr. Comandante do Comando Militar Sul faz um desafio, que é quase uma incitação à

tropa. "Que eles venham!", se referindo aos inimigos internos, que não nominou. Em seguida, em outra cerimônia militar da celebração do dia 31 de março de 1964, este mesmo comandante, diante de oficiais da reserva, segundo a matéria, o artigo do historiador, celebrou o impedimento que teria ocorrido em 1964 de que o país que caísse nas mãos da escória moral que, anos depois, o povo brasileiro resolveu por bem colocar no poder.

Quero saber se isso acontecer, se essas ações são verdadeiras, se a transcrição que faz o historiador no seu artigo de hoje corresponde exatamente ao teor das declarações desse general e que postura o Ministério da Defesa pretende ter em relação a essas declarações. Se existem ou não procedimentos disciplinares nas Forças Armadas que coíbam manifestações dessa natureza e que comprometam a ordem democrática, no meu entender, e se esses regulamentos serão aplicados a esse militar.

Este é o requerimento que faço, com o sentimento de quem, como todos os integrantes desta Comissão, tem o mais absoluto respeito pelo profissionalismo, pela fidelidade aos compromissos constitucionais, pelo papel exemplar que as nossas Forças Armadas desempenham no cumprimento de suas funções.

Tivemos ainda há pouco nesta Comissão uma audiência memorável com o Comandante Villas Bôas. E esse respeito nos dá maior autoridade para cobrar explicações do Ministério da Defesa sobre este tipo de comportamento que, no meu entender, se desvia do que vem sendo a tônica do comportamento das nossas Forças Armadas, em particular do Exército.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Presidente, eu não queria ser impertinente, mas cometi um ato falho, que era para ter feito na primeira intervenção.

Iremos ter a realização da COP 21, em Paris. É um momento muito especial, importantíssimo, todos os líderes mundiais estarão lá, uma expectativa de que haja um acordo que venha suceder definitivamente Kyoto e que se possa pactuar compromissos para redução das emissões e, com isso, evitar, como alguns ou a grande maioria dos cientistas preveem, uma alteração na temperatura do Planeta, mudança no clima.

O Brasil tem um papel muito importante neste processo, a Presidenta Dilma apresentou na ONU, a Ministra Izabella veio aqui no Senado a uma comissão de mudança climática.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – E a oferta brasileira é muito positiva.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito positiva e não é apenas um compromisso eventual, realmente são números absolutos que o Brasil quer, mas eu queria fazer, a título de sugestão, seria muito importante no meu ponto de vista, que o Senado brasileiro esteja representado. Mas acho que esta Comissão, particularmente, deveria, pelo menos, ter um de seus componentes acompanhando todo esse processo que vamos ter lá.

Eu mesmo, como vice-presidente, estou indo participar de eventos oficiais, acompanhar a Ministra Izabella em alguns outros. Já fui convidado para participar e queria aqui tomar a iniciativa, tenho conversado com o ex-presidente da Comissão, Senador Ricardo Ferraço, e vi nele uma possibilidade, uma certa disposição, mas eu gostaria de deixar para que V. Exª pudesse apreciar, a título de indicação, que a Comissão tivesse representada, e se não tiver óbice dos colegas, eu sugeriria o nome do Senador Ricardo Ferraço, sem prejuízo de um ou outro que possa estar.

A Comissão de Meio Ambiente deve indicar um ou dois Senadores e a de Mudança Climática também deve indicar uns dois Senadores. Devemos estar em um grupo de quatro, cinco Senadores. Acho muito importante que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal esteja representada nesse evento histórico que vamos ter no final de novembro, começo de dezembro, em Paris.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Está marcado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Sr. Presidente, apenas para agradecer a deferência ao Senador Jorge Viana, considerando que esta Comissão e que o Senado da República terá que homologar ou ratificar aquilo que esperamos que possa se transformar em realidade, que são acordos que busquem um ambiente de maior convergência em relação a este tema, que é decisivo para o futuro da civilização humana. Mais uma rodada global na busca de compromissos dos Estados nacionais para a redução da emissão de gases que impactam fortemente as mudanças climáticas e a repercussão que tudo isso tem globalmente e em nosso País.

Se V. Exª entender que estamos à altura de representar esta Comissão, para mim será uma satisfação poder participar, sob a coordenação do Senador Jorge Viana, deste pequeno grupo que estará, pelo Senado da República, acompanhando as reuniões da COP 21, que jogará luz, de forma decisiva, nestas questões que são muito caras não apenas ao Brasil, mas ao mundo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não. V. Exª representará muito bem a nossa Comissão. Acho que a sugestão do Senador Jorge Viana merece o acatamento da nossa Comissão, de modo que vou providenciar um ofício indicando o Senador Ferraço para nos representar ao lado de V. Exª.

Então, vamos dar início a nossa audiência pública, que tem a finalidade de debater os efeitos sobre a economia brasileira do acordo multilateral, Pacto Transpacífico, em atendimento ao Requerimento nº 78, de autoria do Senador Tasso Jereissati, e ao Requerimento nº 82, de 2015, de autoria do Senador Ricardo Ferraço.

Para participar desta reunião, convido para que tomem assento à Mesa os nossos convidados: a Srª Lia Baker Valls Pereira, Professora do Instituto Brasileiro de Economia da FGV; a Srª Vera Thorstensen, Professora da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas; o Professor Marcos Troyjo, Professor-Diretor da BricLab, da Universidade de Columbia; e o Sr. Mauro Oiticica Laviola, Vice-Presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB).

Nossos convidados são muito bem-vindos.

Há uma ordem de intervenções que já foi estabelecida com nossos convidados. Assim, passo a palavra, inicialmente, à Srª Lia Baker Valls Pereira.

Por quanto tempo? Vinte minutos?

A SRª LIA BAKER VALLS PEREIRA – No máximo, vinte minutos, talvez menos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Talvez menos, assim daremos mais espaço para o debate.

A SRª LIA BAKER VALLS PEREIRA – Bom dia a todos. Obrigada pelo convite. Nós já, mais ou menos, conversamos um pouco antes com os outros membros da Mesa, então a ideia é que vou fazer uma apresentação mais geral para introduzir o tema, e, depois, cada um, então, vai detalhar mais alguma questão.

O primeiro ponto em relação ao TPP – *Trans-Pacific Partnership*, que dizer, a mensagem que quero passar é a de que a questão não é simplesmente o problema do TPP. O que o TPP levanta são questões fundamentais para o debate da estratégia da política de comércio exterior brasileiro. A gente não deve se fixar na ameaça TPP, mas, ao contrário, na ameaça que vem da nossa própria falta de rumo em relação à nossa política.

Em termos gerais, quanto aos desafios do Brasil que têm sido suscitados num debate sobre comércio mundial, um é a pequena participação do Brasil nas exportações mundiais.

Se a gente pega entre 2000 e 2013, essa participação aumentou de 0,9% para 1,3%, mas isso é devido exclusivamente ao aumento da participação da agricultura, porque, em termos das exportações de manufaturas, o Brasil, desde a década de 1980, não consegue ultrapassar, não chega nunca nem a 1% da explicação das exportações de manufaturas no mercado mundial.

Então, a gente tem um problema que é mais de caráter estrutural. Esse é o primeiro desafio.

O segundo desafio é o fim do preço das *commodities*, da alta, do *boom* do preço das *commodities*, que deixou, vamos dizer, claro um problema de falta de competitividade das nossas manufaturas, que já vem se arrastando, há muito tempo.

Esse problema de falta de competitividade não é um problema conjuntural, é um problema estrutural, e a economia brasileira vem adiando sempre essas reformas.

O outro ponto, que é o desafio que traz mais essa discussão em relação à TPP, são os impasses na Organização Mundial do Comércio. Há a percepção de alguns de que o Brasil jogou errado. Enfim, acho que não é bem por aí, mas, dado o impasse na OMC, o tema das Cadeias Globais de Valor é o que tem levado para alguns a pergunta: o Brasil está isolado?

O que é rapidamente o Acordo Transpacífico? Foi no dia 5. O Acordo Transpacífico começa, na realidade, antes, de um acordo menor; depois foram se incorporando outros países, e foi assinado em 5 de outubro de 2015.

E vamos deixar claro: o acordo não está em vigor, ainda depende da aprovação do Congresso dos Estados Unidos. Cada país tem uma sistemática de aprovação desse acordo.

Esse acordo não é unanimidade nas sociedades de cada um desses países. Ele tem muito mais resistência – em alguns países, mais, em outros, menos.

Esses são os membros que fazem parte do acordo, lembrando que, na realidade, se a gente olha do ponto de vista dos Estados Unidos, os Estados Unidos já têm vários acordos com muitos desses países. Os Estados Unidos já têm acordo com a Austrália, com o Canadá, com o Chile, com Singapura, com o México, com o Peru, enfim, o impacto do acordo, de certa forma, é suavizado sob esses aspectos.

A importância desses países é que eles representam 40% do PIB mundial, só que, desses 40%, somente os Estados Unidos já são 22%.

E uma coisa importante é que, quando a gente fala acordo de comércio, acordos são assinados entre Estados. O acordo não é uma coisa de negócio simplesmente, é uma decisão política. E, nesse sentido, as motivações têm de ser muito claras sobre o porquê da assinatura dos acordos.

Não vou entrar aqui nesse debate. No caso, do ponto de vista do tema, há uma enorme discussão da importância da motivação na questão da China, como uma forma de barrar um pouco a questão da China na área do Pacífico, o multilateralismo etc.

O que eu já falei representa 40% e 30% das importações mundiais. O que é sempre importante lembrar é que esse acordo é pouco sobre acesso a mercado e mais sobre regras. Acho que a Vera vai falar um pouco sobre isso.

Na realidade, primeiro, as tarifas no mundo têm sido baixas. A gente não tem um acordo. Esse acordo não é transparente. O texto do acordo só vai – parece – ser divulgado lá para novembro, mas os Estados Unidos, que sabem fazer muito bem, que fazem muito bem, por meio do USTR, a divulgação de seus acordos, já colocou, dentro do *site* do USTR, inclusive para ganhar apoio dos congressistas, dividindo por estado americano, o que cada estado vai ganhar em termos de acesso a mercado, em termos de produto.

Então, ali se tem pelo menos uma primeira visão do que vão ser os ganhos para os estados americanos. Não é a eliminação, muitas vezes, total de tarifa, mas são reduções importantes na área tarifária.

Agora, o que é fundamental nesse acordo é a questão das regras. E as regras aqui – isto é importante ficar claro para todo mundo – são um jogo, como os americanos falam, de *level playing field*, quer dizer, eu quero é harmonizar regras.

E há regras, barreiras, filtros sanitários, regras técnicas, uma série de regras que estão sendo discutidas, porque, no comércio internacional cada vez mais importantes são as regras, muito mais do que o tema tarifário.

Aqui, no Brasil, pode ser que estejamos um pouquinho atrasados, porque, no Brasil, como as nossas tarifas em relação a outros países ainda são relativamente altas em alguns setores, ainda mais se olharmos outras medidas de proteção... Nós nos fixamos muito tempo na questão das tarifas, mas temos de começar a discutir questões de barreiras e regras. E regras saem das suas políticas domésticas, por isso não são tão fáceis de serem negociadas, porque elas expressam também os valores de cada sociedade.

Então, esse tema é extremamente importante. Com o Acordo Transpacífico – isto é que é interessante –, se fez um primeiro acordo grande, em que se incorpora o Japão nessa que é grande... No caso, o Japão e os Estados Unidos. E se vão discutir temas de empresas estatais, que são importantes nessa área. Há o tema da internet livre; as regras de origem são mais propícias para dentro somente daquela região; há cláusulas trabalhistas, e os americanos dão um peso enorme a esse tema. Exatamente porque sabemos que há vários países na Ásia, que, do ponto de vista principalmente dos sindicatos americanos, consideram que eles não obedecem exatamente a essa regra, temos, então, de olhar quais são as regras que estão lá. Há regras ambientais e o mecanismo de solução de disputas, que é a grande controvérsia.

Nenhum governo brasileiro jamais aceitou facilmente – isso tinha um pouco de institucional – a ideia desse mecanismo, que é um mecanismo em que o setor privado pode acionar o Estado.

É interessante que, nesse acordo – estava conversando com a Vera... Saiu, mais ou menos, ali, de Joseph Stiglitz e de outros, que a indústria de tabaco caiu fora desse mecanismo, por quê? Porque existem nos países...

Só para os outros entenderem: por exemplo, se meu país não bota nenhuma figurinha atrás do maço de cigarros, dizendo que faz mal, se eu começar a colocar hoje essa figurinha dentro dos meus maços de cigarro, uma empresa, uma indústria de cigarro americana ou de qualquer outro país pode reclamar, dizendo que estou afetando sua lucratividade.

Então, esse tipo de disputa é uma coisa muito sensível nesses acordos, e, naturalmente, os países, na medida, fazem algumas salvaguardas em relação a isso.

E há o tema da propriedade intelectual. Então, quando a gente pensa no Acordo TPP, ele realmente é um acordo, é exteriormente interessante, mas é um acordo que espelha, vamos dizer, os interesses negociados principalmente entre os Estados Unidos e parte do Japão quanto às normas, porque, vamos dizer, o contencioso no comércio internacional agora são...

O que são as normas? Que normas essas internacionais são importantes para o comércio mundial? Aí, sim, acho que estamos isolados.

Questões para o Brasil: primeiro, o impacto no comércio. Esses países representam 24% das exportações brasileiras, o que não é muita coisa, sendo que somente 12% já são os Estados Unidos. E representam, em termos de manufatura, 32% das exportações das manufaturas brasileiras. Novamente aí, o grande mercado são os Estados Unidos.

Então, em termos de impacto, vamos dizer, o grande impacto que teríamos seria mais em relação aos Estados Unidos, mas, aí sim, através de facilitações de comércio que o acordo traz, a entrada do México também nessa região do Pacífico, pode afetar, de alguma forma, as manufaturas brasileiras.

Para o Brasil. Então, essa primeira questão eu diria que não é a principal.

Questão importante: o Brasil tem uma agenda de comércio restrita, não vou entrar na agenda. Como a gente sabe, essa é a nossa agenda. Nem todos esses acordos estão em vigor, muitos dependem da aprovação ainda do Congresso; muitos desses acordos são extremamente restritos. Então, esse é um ponto importante no nosso caso, é a nossa agenda de comércio restrito.

E, no caso do TPP, não é a questão de entrarmos ou não – acho que isso nem faz sentido no TPP –, mas é lembrar qual é a nossa agenda.

Segundo, é o tema das cadeias globais, valor que é muito falado. Agora está muito na moda, tudo é cadeia global de valor.

Eu só quero lembrar que cadeia global de valor não nos exime de uma discussão fundamental, que é saber onde queremos estar nas cadeias globais de valor.

Estar bem nas cadeias globais de valor é estar onde se adiciona mais valor, que é em pesquisa e desenvolvimento, *design*, logística, compra ou desse lado. Ou seja, simplesmente participar de acordos para entrar em cadeias não é o tema principal. O tema principal, no meu ponto de vista, é o quê? É melhorar a produtividade, realmente, da indústria brasileira.

Acho que esses acordos levam... O TPP é o principal tema que a gente deve debater. É debater exatamente quais são os rumos da política de comércio exterior do Brasil, não é debater o TPP como a grande ameaça que vai acabar com a indústria brasileira. Não é esse o caso. O tema que ele leva e que chama muito atenção é como está a nossa agenda.

E lembrar que a agenda de acordos comerciais é uma agenda que tem de ter uma visão de médio e de longo prazo. Não se fazem acordos comerciais na pressa. Esses acordos... E aí vou lembrar: acho que as questões são importantes. Esse acordo deveria trazer novamente ao debate a reforma da nossa tarifa externa comum, o que obviamente está acoplado ao tema do Mercosul.

O segundo tema é o da abertura comercial. Acho que se fala muito na questão do acordo no caso brasileiro, que é uma forma indireta de trazer novamente para a mesa de debate no Brasil o tema da reforma da política tarifária.

Só para lembrar aos senhores, no Brasil usamos muitos instrumentos de isenção tarifária, que é o Ex-Tarifário de Bens de Capital. Mas, no fundo, se formos olhar grande parte da nossa pauta, principalmente bens de capital e equipamento, verificaremos que já entra tudo no Brasil com tarifa zero.

Então, por que não sermos mais realistas e realmente olharmos como estamos trabalhando com nossas tarifas e fazermos uma reforma? Essa, sim, é importante.

Além disso, há a agenda da competitividade, a reforma micro e as reformas institucionais, para poder melhorar a produtividade. O Governo lançou esse Plano Nacional de Exportação neste ano, mas não realidade ele é uma lista de países e produtos. Acho que falta elaborar uma estratégia e um planejamento.

Uma coisa que sempre me preocupa no caso brasileiro – e não é só o Brasil, mas vários países da América Latina – é que se assina o acordo, para depois pensar no que se vai fazer, como foi o caso do Mercosul. O Mercosul, que era para criar o mercado comum, é um tratado de 30 páginas. Ninguém cria um mercado comum num tratado de 30 páginas.

Se se for olhar esses acordos que os Estados Unidos fazem e negociam, eles demoram anos negociando, e, na hora em que se assina, está tudo lá. Então, tem 300 páginas o acordo, 500 páginas, mas a negociação tem de ser prévia, ou seja, a sociedade tem de saber o que quer. O acordo deve espelhar um balanço, pelo menos, dos interesses dos diferentes setores da sociedade, que são levados através do Governo, em determinado momento.

Então, acho que esses acordos também nos fazem lembrar isto: não sabemos, de alguma maneira, fazer acordo. E isso depende, obviamente, da conjugação de todos os setores da sociedade. Eu estava lembrando: depende do Itamaraty, do MDIC, do Congresso. Depende de quê? De as pessoas saberem se organizar, para expressar seus interesses.

E isso acho que os americanos fazem de uma forma extremamente competente no TPP. Para muitos, ele espelha exatamente o interesse das grandes empresas multinacionais americanas. Isso não é certo ou errado, eles sabem fazer isso. Então, acho que uma lição também que devemos lembrar em relação a esse acordo é isso.

Então, acho que o meu ponto, aqui, do TPP... Quero dizer o que ele vai afetar especificamente. E há textos, vários pontos específicos, mas o que acho que essa proliferação de acordos deve suscitar...

Uma coisa de que me lembro é que houve na Alca... Porque a Alca era uma ameaça para alguns, isso levou o Itamaraty a ouvir outros setores. Até participei, naquela época, de um grande seminário que houve no Congresso. Foi a primeira vez em que o Congresso fez um grande seminário sobre política externa, e era sobre a Alca.

Então, acho que estamos no momento, novamente, de refletir sobre o que é essa nossa agenda de acordos, não somente com medo de ameaça; sobre uma agenda propositiva, na realidade.

Infelizmente, se olhamos os acordos, o Brasil tem até receio de fazer acordos amplos aqui, com os vizinhos. Nossos acordos só são quase sobre mercadoria.

Então, temos de aprender a negociar normas, o que é complicado, porque isso significa discutir as nossas regulações domésticas. Mas se não temos propostas para isso, no final, se todo mundo fizer acordo, vamos ter de aceitar o que o mundo nos oferece, sem ter antes pensado o que nós realmente queremos. Basicamente é isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Professora.

Agora, tem a palavra a Professora Vera Thorstensen.

A SRª VERA THORSTENSEN – Senador, é um prazer estar de novo aqui, na Casa, discutindo um assunto tão importante quanto as implicações do TPP para o Brasil.

Eu tenho uma apresentação. Vamos ver se conseguimos chegar a ela. Pronto.

Sou uma professora veterana e acho que algumas imagens vendem mais do que muitas palavras. Desculpem-me se saiu do arranjo.

O Brasil, hoje, vive o momento seriíssimo de estar correndo atrás dos bondes da história. Esses bondes vou definir como aqueles que o comércio internacional está vivendo.

No momento atual, há uma crise política e – uma ao lado da outra ou uma gerando a outra – uma grande crise econômica, e o quadro, é claro, de isolamento do Brasil no contexto internacional.

Acabo de retornar... Ontem à noite, voltei de Abu Dhabi, de uma reunião do *World Economic Forum* sobre os desafios do comércio, aliás, não, sobre os desafios do mundo no momento atual, em que professores do mundo inteiro, políticos... Não é o de Davos, é o *think tank*. E o grande tema eram os mega-acordos. Esse era o grande tema, e ficou muito clara a posição de isolamento do Brasil. Todos perguntavam como está a situação do Brasil e para onde o Brasil vai.

Bem, como então fazer o Brasil se reinserir no mundo, que mudanças são necessárias?

Muito rapidamente, o modelo atual, Senador – este é o meu problema como professora veterana –, é que a definição atual, quer dizer, o modelo que se usa hoje de que o Brasil deve se voltar para a América do Sul e África é um modelo que está totalmente esgotado. O mundo já não pensa assim, e o Brasil continua insistindo nessas duas teclas.

Movimentos tímidos de aproximação com os países desenvolvidos. Hoje os Estados Unidos já não representam mais mal nenhum, não é o diabo do mundo, a Europa não é o começo de todo o mal. E, hoje, de novo, nós temos o Brasil como se estivesse se atirando no colo da China, e, de novo, a China é também um país, como todos eles, que defende seus interesses e que não vai ser nem um pouco bondoso com o Brasil.

De novo, uma política de câmbio pouco estável.

O momento, então, exige uma resposta contundente, e uma maneira de tirar o Brasil dessa fase é olhar com carinho para a política de comercial externo, coisa que o Brasil não está fazendo.

O quadro é delicado, e a proposta, então, é relançar essa economia pela política de comércio externo de forma agressiva. Isso depende, sim, desta Casa.

Quais são os grandes desafios que o Brasil tem que enfrentar?

O primeiro é a multiplicação dos acordos. O Brasil, por conta do Mercosul ou por causa do Mercosul, ficou no momento totalmente isolado, não quer fazer acordo e mais: ainda, pensadores brasileiros que têm grande poder de persuasão no Governo acham que países grandes como Índia, Brasil e China não devem fazer acordos.

Desculpe-me, senhores, voltei desse encontro em que a Índia está fazendo acordos, acelerando-os, a China está fazendo acordos. A China acabou de lançar a rota da seda.

Senhores, aquilo lá é uma resposta contundente ao TPP dos Estados Unidos, ao Transpacífico dos Estados Unidos e já está trazendo... São US$3 trilhões de investimento, e já se estão trazendo, já se estão deslocando cadeias industriais que estavam na China para essa rota da seda.

Por favor, não é? E o Brasil fica pensando que a América Latina vai resolver o caso?

Vou mostrar para os senhores que o TPP está fazendo uma coisa gloriosa: está recriando o Tratado de Tordesilhas. A América do Sul do Pacífico já disse tchau para o Brasil, e ainda o Brasil não viu. Ela está se transformando em liberal, está absolutamente preocupada em se integrar com a China. A China está investindo bilhões em vários grandes investimentos, e o Brasil insiste em ficar para o lado do Pacífico fechado, trancado, ensimesmado, como digo, cavando a própria cova. Não há como dizer outra coisa diferente.

O problema da lógica da posição, que mudou... Esse meu encontro é assim: qual é a Organização Mundial do Comércio que nós queremos para apoiar as cadeias globais de valor?

Mais do que isso, o que os senhores pensam que é o Transpacífico, o Transatlântico, os grandes megas? São exatamente acordos preferenciais, que estão sendo feitos, para apoiar as cadeias de produção globais.

E o Brasil está lá no pé da curva, absolutamente longe, achando que isso não é importante, que tem de produzir, que tem de ensimesmar; e, mais do que isso, mantém tarifas, senhores... Não só a tarifa nominal é alta. Realmente, quando se somam todas essas tarifas juntas, quando se coloca esse dado, mostra-se que as tarifas são absolutamente proibitivas.

Bem; vamos ver, então, como ficam os três grandes desafios. O mundo cheio de acordos, e o mais importante é que o Brasil, a vida inteira, OMC, OMC, OMC... Eu vivi, tive essa excelente oportunidade de ficar lá por 20 anos da minha vida e, senhores, a OMC hoje é importante, é o tribunal baseado em regras que estão velhas.

E por que a OMC está parada? Porque os Estados Unidos simplesmente tiraram a bola do jogo. Falaram assim: não queremos mais; o que vamos fazer agora, as regras que queremos vamos fazer no Transpacífico, vamos fazer no Transatlântico, e, Brasil, outros países, se vocês quiserem, venham, então, me deem alguma coisa para me convencer do que quero, da proposta que vamos fazer.

Então, senhores, o que o Brasil que na OMC é a agricultura. Agricultura? Com as leis que há nos Estados Unidos, na Europa, com a Índia se protegendo e a China subsidiando, nós só vamos conseguir com uma série de bons painéis. Aí, Senador, não tem jeito, o Itamaraty tem de se transformar num grande contencioso e buscar o espaço que o Brasil quer via painéis, porque não vai conseguir nada via negociação.

Acabei de chegar de Genebra, vou para lá de novo, na semana que vem, o pacote que vai sair é muito pequenininho. E a grande pergunta para o dia 2 de janeiro do ano que vem é se vai ou qual vai ser a OMC que se quer.

E o Brasil está lá insistindo numa OMC que, sim, é importante, que está lá, que é o tribunal, baseado em regras velhas, porque as regras novas estão nos megas.

Vamos lá, esse é o quadro clássico que mostra a loucura dos acordos preferenciais, todo o mundo fazendo acordos preferenciais, certo? Aí a pergunta é: o que há atrás dos mega acordos? Não são mais, senhores, acordos de tarifa, em que se negocia tarifa com tarifa; são acordos de regras, acordos de convergência regulatória, palavra que não existia no nosso vocabulário, no de quem está no comércio internacional.

O que é convergência regulatória? As pessoas que fazem o acordo fazem as regras, compatibilizam as regras, e aí, com isso, para os excluídos se está vivendo realmente em barreiras, em novas barreiras de regras. Por exemplo, barreira técnica, barreira fitossanitária. Hoje, a novidade é o padrão privado. Os países fazem acordos preferenciais, acertam entre eles essas regras.

Aí quero ver o Itamaraty estar aprendendo: em vez de negociar tarifa, negociar como vai ser a quantidade de produtos cancerígenos que pode haver no terno, qual é a quantidade de alergênico que vai haver nos produtos alimentícios.

Quer dizer, no fundo, não basta fazer uma cláusula geral. Tem se de dizer: olha, nesse acordo, quero pelo menos 20 laboratórios brasileiros que possam certificar e exportar, sem ter de ser certificado pelo laboratório do outro lado. Quer dizer, uma mentalidade completamente diferente da mentalidade antiga.

As regras, então, a Lia já falou. O que acontece, então, com os mega-acordos? Os valores – prestem a atenção –, o TPP, o número de países, vejam que há países que estão nos dois. E, atenção, não só o Transpacífico e o Transatlântico são liderados como uma resposta do americano contra a China. A China não está parada; está fazendo o famoso RCEP, que é um acordo de cooperação econômica com a Índia. China e Índia estão se entendendo.

Muito bem; vejam que quadro simpático, de novo as imagens: parecem poucos acordos.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VERA THORSTENSEN – Estou falando muito longe.

Vejam o TPP, os acordos que estão envolvendo, em cruzado, o Transpacífico. Antes disso, vejam então o acordo da China.

Eu não coloquei nesse gráfico, como falei, há pouco: a resposta da China à investida americana de criar as regras do comércio internacional para este século foi fazer o seu grande acordo, o seu mega-acordo e, mais do que isso, lançar a rota da seda.

Como falei, há dois minutos, a rota da seda, que liga a Europa à China, já está trazendo projetos de cadeias globais, que estão se deslocando da própria China e indo para essa região.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Professora, como o TPP dialoga com o RCEP? Ou seja, como o TPP dialoga com o RCEP?

A SRª VERA THORSTENSEN – Não dialoga.

Vamos lá, pronto. Deixe-me ver rapidamente o TPP.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Quem está no TPP não pode estar no RCEP?

A SRª VERA THORSTENSEN – Veja são dois... Há países que já estão nos dois. O problema é que a liderança é claramente dos Estados Unidos e, depois, da Europa de um lado, os quais têm uma agenda de regras completamente diferente das regras que a China está impondo no acordo dela.

Para os pequenos países, veja, é aquela história: país pequeno assina acordo com todo mundo. O problema é qual o modelo que a China vai colocar e o modelo que os Estados Unidos já estão colocando.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Essas diferenças já são conhecidas?

A SRª VERA THORSTENSEN – Vamos lá. O TPP vai sair... Nos próximos dias, sai o texto final, mas o que podemos dizer – estamos trabalhando muito com isso na Getúlio – é que os setores que vão ser afetados de cara é o setor agrícola brasileiro, porque os Estados Unidos vão exportar para esses países com os quais o Brasil tem algum tipo de exportação.

O Brasil levou anos para exportar para o Japão carne. Os Estados Unidos vão exportar carne para o Japão, o Japão baixou as suas tarifas e aumentou as suas quotas para o americano. Claro que o Brasil perde a quota em uma hora como essa.

Quanto ao setor têxtil, que faz um esforço danado para exportar para os Estados Unidos, a regra de origem para o setor têxtil é de três saltos: fio, tecido e confecção. Com isso, o Brasil perde espaço nos Estados Unidos, porque aí entram os outros países.

O que estou falando é absolutamente igual para o conceito da América do Sul do Pacífico... O Senador Tasso chegou depois, e eu estava explicando como o TPP, como digo, recriou o Tordesilhas com uma competência fantástica.

O Brasil está brigando, acha que a América do Sul é a sua prioridade. Ela já foi. A América do Sul com que encontro está muito mais preocupada em se aliar à Ásia, está casada com os Estados Unidos, já está separada pela Aliança do Pacífico, do que seria do Mercosul, e está preocupadíssima em receber investimento da China, enquanto o Mercosul continua fechado, cada vez enterrando, um pouquinho mais, sua cabeça de avestruz no buraco.

Veja, de novo, a China, grande exportadora, claro que vai exporta para esse... Outra loucura que existe é a chamada regra de origem. O Mercosul defende regra de origem de 60%; a Aladi, de 50%. Atenção ao TPP: baixou, é 40% em média de valor agregado.

Quer dizer, por que essa proteção está acabando? Porque qual é a lógica? A lógica é de cadeias globais de valor.

Então, ninguém pode pensar em inserir um país em cadeias globais de valor com tarifas altas, como nós temos, e, simplesmente, com falta de regras, com falta de infraestrutura, etc. Quer dizer, não há como. Ou o Brasil unilateralmente abaixa suas tarifas e liberaliza a regra de origem ou vai ficar isolado das cadeias também.

Deixe-me falar algumas coisas importantes. Propriedade intelectual. Nesse acordo TPP, se alargou o período de segredo, de sigilo das informações, ou seja, o genérico vai demorar mais tempo para ser conseguido. Os Estados Unidos queriam 12 anos, mas conseguiram deixar entre cinco e oito anos.

Quanto a toda a parte de economia digital, é o seguinte: qualquer país desses pode via internet importar produtos sem tarifa de qualquer outro país do grupo. Quer dizer, uma novidade no comércio internacional.

Atenção, meio ambiente todo mundo conhece.

Padrão trabalhista, atenção: cláusulas anticorrupção. Pela primeira vez na vida, se tem num acordo uma cláusula de anticorrupção, seguindo a ONU, a convenção da ONU anticorrupção.

E atenção: todos esses temas, todos, estão debaixo do mecanismo de solução e de controvérsia. Ou seja, o mecanismo do próprio acordo vai permitir que as partes que tenham conflitos resolvam nesse próprio fórum.

Nós estamos trabalhando na Getúlio, justamente para entrar em detalhes nesse item.

E o último item, que ficou escondidinho lá embaixo, que saiu da linha, é um acordo paralelo que vai haver, um *side agreement*, que está sendo exigido sobre uma cláusula de câmbio.

Ou seja, se o Japão, por acaso, começou a desvalorizar em relação aos outros 12 países, há uma cláusula que pede para o FMI intervir – pelo menos é a informação que se tem –, e depois algum tipo de compensação ou de penalidade seria imposto.

Quer dizer, vim a esta Casa, Senador, discutir cláusula de câmbio, há anos. É um assunto que os países ricos não deixam entrar na OMC – o Brasil tem levantado esse tema –, mas agora entra para o acordo... Pela primeira vez, se fala abertamente num acordo paralelo, sobre o qual a Hillary Clinton falou que, se não houver, não apoia o acordo.

Quer dizer, câmbio e manipulação de câmbio são dois temas importantes.

Bem, voltando rapidamente, eu não vou perder tempo com isso. A Getúlio fez milhões de simulações, vale pelo que vale, mas é importante ter.

Se fizermos acordo com os Estados Unidos e Europa, as exportações vão crescer, nossas importações vão crescer mais ainda.

Fizemos o casamento do Brasil com tudo que é país possível e emergente. E atenção: estamos colocando nas simulações barreiras não tarifárias. Não adianta só falarmos em barreira tarifária. A tarifa já era. Como digo, o câmbio come. O importante é como se consegue transformar essas barreiras não tarifárias em núme-

ros, e esses dados foram feitos entre Estados Unidos e Europa. Então, vejam os senhores como já há técnicas econômicas, econométricas, para calcular o valor de barreiras não tarifárias.

E aí, senhores, vejam o efeito do TTIP, que é o Transatlântico, que está mais próximo de nós que o Transpacífico... Vejam o TTIP com a redução do cenário ambicioso de 100% de redução tarifária.

O senhor ousou me dizer: "Mas, Vera, a exportação e a importação caíram um pouquinho". Segundo os dois blocos, introduzindo-se barreira não tarifária, vejam que o valor é muito mais significativo em relação à exportação e às importações e em relação ao PIB também.

Aí fazemos o cenário heroico: e se o Brasil entrasse? Se o Brasil entra, senhores, nós temos também, com vários cenários, a inversão. Ou seja, o Brasil passa a exportar, e a importação é muito mais contida.

Nós fizemos também o impacto do TTIP e do TPP para os países do BRICS. E temos agora o TPP: com esse cenário de barreiras não tarifárias, vejam que os números são significativos.

Aqui tentamos em relação ao PIB. O senhor sabe que 1% de queda de PIB é uma tragédia em termos de desemprego. E aí os dados estão em torno de 2%.

Continuando, a Getúlio tem 500 mil simulações. Nós temos um centro coordenado por três professores e o Sr. Getúlio. E essa simulação está sendo feita pelo Professor Lucas Ferraz.

Consequência para o Brasil: ele está totalmente fora desses acordos, está isolado e está pensando apenas...

Vejam, a própria China conseguiu também outro milagre: está acabando com o Mercosul, porque está fazendo acordos sigilosos com o Brasil, sendo que nenhuma das partes sabe o que está acontecendo. China está retraçando, então, o novo Tordesilhas.

Aí vamos para o Brasil.

Como já foi falado, o Brasil não tem acordos. Agora, olhem a América do Sul, que é a região de expansão do Brasil. Olhem só a quantidade de acordos que o Chile tem, que o México tem, que o Peru tem. Onde a América do Sul é região de influência do Brasil? Já foi.

Os pífios acordos que o Brasil tem. Agora, acho esse gráfico, Senador, maravilhoso. É o mundo fugindo do Brasil. É o mundo fugindo do Brasil.

Temos aqui acordos... Os acordos do Mercosul são mínimos.

(Soa a campainha.)

A SRª VERA THORSTENSEN – E vocês estão vendo aqui...

Esse é o fim da aula? Acabou a aula.

Os países todos do Pacífico fugindo do Brasil. Por favor, Brasil, acorde!

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Professora, a senhora pode explicar melhor esse mapa, com um pouquinho mais de calma?

A SRª VERA THORSTENSEN – Eu posso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – É o mundo que fugiu do Brasil ou é o Brasil que fugiu do mundo pelas suas opções e escolhas?

A SRª VERA THORSTENSEN – Senador... É isso aí, pronto.

O Brasil, de novo...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – O que significam o azul, o vermelho, o amarelo, o verde?

A SRª VERA THORSTENSEN – São os acordos que os países como o Peru tem, Está vendo? O Chile tem mais de 50 acordos, o Peru está se abrindo. Isso aqui são só os acordos da América do Sul.

O que acho glorioso nesse gráfico – e não fui eu que fiz, foi uma professora americana – é dizer: "Mas o Mercosul está isolado". Realmente está isolado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Mas todos esses países têm acordo com o Brasil.

A SRª VERA THORSTENSEN – Como?

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Todos esses países têm acordo com o Brasil.

A SRª VERA THORSTENSEN – Sim. Não, não, não. Isso é dentro da Aladi. De novo, a Aladi. Em termos de grandes acordos, os acordos...

A Aladi... É tão velho o conceito, o acordo. A Aladi é só tarifa. São acordos que não se fazem mais. Então eles nem entram, nem contamos mais.

Os acordos mais modernos realmente...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – A desgravação é irrelevante.

A SRª VERA THORSTENSEN – É. Quer dizer, já...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Tornou-se irrelevante.

A SRª VERA THORSTENSEN – Não tem serviço, não tem nenhuma das outras cláusulas que são importantes.

Agora, rapidamente, queria mostrar o isolamento do Brasil com cadeias globais.

De novo, esse é o gráfico famoso. O que é o valor que é adicionado na cadeia? É aquilo que é importado e reexportado. Esse conceito é fundamental.

Ninguém está falando da tarifa que o Brasil tem, efetiva ou não, na fronteira.

O conceito de cadeia global de valor, que medimos em economia, é o que o Brasil importa e o que é reexportado disso. O que se acrescenta? Onde está o valor agregado com o serviço, basicamente com o serviço?

Então, se o Brasil quer entrar na cadeia, tem de abaixar a tarifa e, mais ainda, tem de agregar muito mais serviço do que agrega, tem de abrir o setor de serviço.

Quem é que diz que o setor de serviço brasileiro é aberto? Não é, e vemos pela qualidade do serviço prestado.

Quer dizer, é exatamente isso que agrega valor. E, no Brasil, 60% hoje do valor do produto é serviço. Então, se tem de repensar o setor de serviço na área internacional.

E aí a prova de que estamos mal. Isso aqui é a China crescendo no mundo. São esses gráficos aqui que mostram quem são os *hubs,* quem são os centros das cadeias, onde está a tecnologia. São a Alemanha, os Estados Unidos, a China e o Japão.

Nós fizemos esses gráficos para alguns países só, para mostrar que o Brasil está na rabeira em tudo: na porcentagem de importação sobre o PIB, na parte de exportação sobre o PIB, em produtos intermediários sobre o PIB. Quer dizer, o Brasil está na rabeira de todos esses setores.

Isso é para mostrar para os senhores que o Brasil só está grande, quando exporta a agricultura, que é o maior valor agregado. Consequência: o Brasil está fora – fora de alimento, fora das cadeias.

E, de novo, onde são feitas as regras para o Brasil participar? Nos acordos regionais.

Se o senhor me perguntar o que são o TPP e o TTIP, o RCEP, são acordos de regras em que simplesmente se vai ficar, vai estabelecer... Que regras são essas? Barreira técnica, fitossanitária, barreira de investimento, toda a regulação da propriedade intelectual.

Quer dizer, o mundo que hoje estamos discutindo com a União Europeia... Há 15 anos, discutindo tarifa. Para quê? Os senhores por acaso sabem que a moeda da Alemanha está desvalorizada em 15% em relação à média? Quer dizer, como se vai fazer um acordo em que se tem esse tipo de desvio?

Os dados da China deixo para trás.

Como falo, cuidado com o câmbio.

Pronto. Isto aqui são as famosas serpentes da Vera.

O que é isso? A Getúlio faz...

Desculpem-me; saiu de foco.

Nós fazemos o que todo mundo deveria estar fazendo. Calcule, por favor, o desalinhamento cambial em relação à cesta de moedas do mundo. É isso que é o direito especial de saque, é isso que tem de ser feito.

Ao longo do tempo, isso pode ser medido, e vemos em amarelo o lado da Alemanha.

Atenção: o euro é uma moeda de um acordo. No entanto, existe desalinhamento da Alemanha, da França, de Portugal e da Espanha. São todos diferentes. E o resultado é que a Alemanha hoje está desvalorizada em 15% em relação ao resto da Europa.

Tenho recebido uma série de visitas de pessoas interessadas em trabalhar com isso. Ou seja, a Alemanha está desvalorizada e está subsidiando a sua exportação.

Moral da história, Senador: termino e, de novo, o que tenho para dizer? Os meus lindos três bondes da história.

O Brasil está perdendo os três grandes da história. Primeiro, não tem acordos preferenciais significativos, que são os acordos que preparam as regras do comércio do futuro; está fora das cadeias globais de valor porque está fora dos acordos, porque está com tarifa alta, porque está com regras de origem absolutamente exorbitantes, etc.

E o terceiro grande bonde que o Brasil perdeu é que, como um é consequência do outro, o Brasil se transformou num *rule taker.* Ele é o tomador das regras de comércio internacional, já não faz mais regra nenhuma, porque só há um jeito de fazer regra: participar de acordo. Se ele não participa...

A China não recebe? O que os senhores acham que a China está fazendo? A China é muito interessante: não quer criar barreira para ela, quer exportar. Quer exportar, e a história dela é tirar qualquer tipo de custo mais alto.

Então, de novo, se o Brasil quer participar – com isto eu acabo –, transformar o comércio internacional numa alavanca para sair do buraco econômico em que se meteu, uma maneira de reativar a economia, que está...

Senhores, enquanto o País briga, faz a sua grande guerra política atual, a economia está se esvaindo, está absolutamente murchando. Não há economia que resista a uma crise como essa por tanto tempo.

E o próximo sinal o que é? Uma grande crise de balanço de pagamento e aquela tragédia que já vivemos no passado.

Quer dizer, política comercial é importante, porque é a maneira de sair dessa crise. Mas, de novo, sem um ambiente propício, não há santo que ajude.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Professora.

Antes de passar ao próximo convidado, uma rápida deliberação a respeito da Ata da reunião anterior, uma formalidade que temos de cumprir.

Se os Srs. Senadores aqui presentes concordarem, vamos dar por lida e aprovada. (*Pausa.*)

Aprovada.

Eu também anunciei, no início da reunião – Senador Tasso, V. Exª não havia chegado ainda, mas já tomou conhecimento –, um requerimento de informações que pretendemos encaminhar ao Ministro da Defesa, para esclarecer a veracidade e as repercussões de uma ação altamente polêmica do Comandante Militar da Região Sul.

EXTRAPAUTA
ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 86, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, seja solicitado ao Ministro da Defesa com base no artigo "Luz Amarela"assinado pelo historiador José Murilo de Carvalho, no jornal O GLOBO, de hoje, que responda as seguintes perguntas: 1 – as declarações atribuídas ao Comandante do Comando Militar do Sul, no artigo são verdadeiras? 2 – se foram, é atribuição de Comandante Militar incitar a tropa com afirmações: "Eles que venham?" 3 – em outra cerimônia militar, celebração do dia 31 de março de 1964, o Comandante Militar do Sul diante de oficiais da reserva, segundo a matéria, celebrou o impedimento de que o país caísse "nas mãos da escória moral que, anos depois, o povo brasileiro resolveu por bem colocar no poder". Isto aconteceu? 4 – qual a postura do Ministério da Defesa em relação a estas declarações? 5 – há previsão nos procedimentos éticos das Forças para coibir manifestações que comprometam a ordem democrática?

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Concedo agora a palavra ao Sr. Marcos Troyjo.

O SR. MARCOS TROYJO – Bom dia, Senador Aloysio, professoras, Dr. Mauro, Senador Tasso, Senador Ricardo.

É uma grande honra poder falar com os senhores na manhã de hoje, com os senhores e com as senhoras, sobre esse tema do Tratado Transpacífico.

Não sei se os senhores acompanharam, mas, nesses dias, fez aniversário um filme chamado De Volta para o Futuro. Era um filme em que um cientista maluco encontrava um adolescente, e ambos conseguiam entrar numa máquina, num automóvel, que os trazia até o ano de 2015.

Eu acho que, para entendermos esse fenômeno dos acordos plurilaterais, como é o caso do Tratado Transpacífico, precisamos entender que esse novo fenômeno do cenário internacional faz parte de algo um pouco mais amplo e que, em seu conjunto, vai, sim, produzir impactos profundos sobre o Brasil e sobre os demais países.

Então, antes de mais nada, vou convidar todo mundo que está nesta sala a entrar comigo numa máquina do tempo. Estamos saindo... Estamos direcionando, saindo do dia 29 de outubro de 2015 e vamos para o dia 29 de outubro de 1990. Vamos voltar rapidamente, aqui, 25 anos, para tentar identificar as mudanças desse ecossistema e, portanto, medir comparativamente as chances que esse ou aquele país tem de obter mais sucesso.

Veja, esse mundo de 25 anos atrás, era essencialmente composto de quatro grandes características. Uma, a ideia de que o liberalismo econômico, o livre comércio, as instituições multilaterais se encontrariam de forma reforçada com o fim da guerra fria. As chamadas rodadas de liberalização comercial do GATT estavam próximas de chegar ao fim; na metade dos anos 1990, se criou a Organização Mundial do Comércio. Aparentemente, os Estados Unidos e o Ocidente emergiam como atores vitoriosos de um confronto bipolar em várias áreas, não apenas militar e ideológica, mas também econômica. E esse mundo levou a uma crença de que crescentemente passaríamos por processos muito abrangentes, negociados por todos os países, de liberalização comercial.

Havia uma grande ênfase na ideia de que o livre comércio, a liberalização, conjuntamente negociada, era um paradigma importante para alcançar a prosperidade no futuro.

A segunda característica desse mundo de 25 anos atrás, Senador, e uma característica que a gente vê crescentemente hoje, é essa mudança dramática, brutal, do meridiano geoeconômico do mundo do eixo do Atlântico para o eixo do Pacífico.

A Professora Vera falou aqui sobre o Tratado de Tordesilhas. O Greenwich geoeconômico no mundo, desde os anos 1980, dos anos 1990, tem migrado crescentemente para o Pacífico.

Agora, curiosamente, Professora, olhando esse fenômeno, há duas décadas e meia, três décadas, aparentemente a locomotiva que puxava esse trem adiante não era a China. Aliás, ninguém falava sobre a China no final dos anos 1980 e no começo dos anos 1990, a não ser para descrever um problema, para descrever o problema da tal da bomba populacional, *population bomb.* Em 1978, dois anos depois da morte do Mao, a China já tinha atingido uma população de um bilhão de pessoas, e o nosso querido Brasil, em 1978, tinha 100 milhões de pessoas.

Bem, era o Japão que puxava esse trem adiante, o Japão, que juntamente com o Brasil, havia tido a maior expansão do ponto de vista econômico entre todos os países do mundo desde o final da 2ª Guerra mundial; o Japão, que se tornou moda na administração de empresas, pela implementação de métodos como o método do *just in time*, como a chamada Teoria Z; os japoneses, que obtiveram ganhos de produtividade absolutamente formidáveis e que, portanto, ofereceram ao mundo a ideia de que, se os Estados Unidos iriam receber algum tipo de resistência, algum tipo de rivalidade do ponto de vista da sua proeminência, esse desafio viria do Japão.

Aliás, há um livro desse período, do grande historiador britânico Paul Kennedy, da Universidade de Yale, chamado *Ascensão e Queda das Grandes Potências.* E ele descrevia a competitividade global como se fosse uma espécie de corrida de bicicleta em torno do globo terrestre. Na curva descendente do globo, como se a demonstrar a perda da sua importância geopolítica e geoeconômica, havia a figura de um John Bull, o típico personagem britânico, com seu terninho de três peças, o *union jack* na barriguinha. No topo do mundo, mas com as roupas em frangalhos, como se a mostrar que as suas "responsabilidades internacionais" também afetavam sua liderança, havia a figura sobre a bicicleta de um tio Sam. E, na curva ascendente do mundo, sobre a bicicleta, a figura de um robusto lutador de sumô japonês. Ou seja, a ideia, mais uma vez, de que o Japão poderia oferecer essa resistência.

E o fato é que os ganhos de produtividade, os lucros das empresas japonesas, o repasse de uma parte importante desses benefícios à massa salarial japonesa foi tão grande, que ficou extremamente caro produzir no Japão. E os japoneses tiveram de fazer uma espécie de diáspora corporativa: espraiaram sua produção sobretudo em relação à sua vizinha geoeconômica, na Malásia, em Hong Kong, em Taiwan, dando início àquilo que os livres de economia chama de os tigres asiáticos. São todos filhotinhos de uma tigresa mãe, que é o Japão.

Terceira característica desse mundo de 25 anos atrás tem a ver com a ideia de inovação, que é um tema central aqui das apresentações que se fizeram.

Em relação a 25, 30 anos atrás, era sinônimo de uma reinvenção endógena das grandes corporações. E o caso paradigmático obviamente era o da IBM. A IBM se chamava international business machine, uma empresa que fazia máquinas, que fazia coisas tangíveis. E, de repente, ela deixa para trás esse mundo do hardware e vai para o mundo do software, criando o embrião daquilo que hoje chamamos computação em nuvem, daquilo que hoje chamamos de grandes dados, *big data*. Isso, obviamente, povoou a maneira pela qual se pensou em inovação em outras partes do mundo.

E a quarta característica desse mundo de 25 anos atrás era a de que os países estavam se engajando num processo acelerado de integração econômica, mas também com ambições políticas e jurídicas.

Vejam que é de 1992 o Tratado de Maastricht, que verticaliza a política de integração da Europa. É também desse início desses anos 1990 o Tratado de Assunção, é do início dos anos 1990 o Acordo de Livre Comércio da América do Norte, o Nafta. Essas ambições para além da economia e dos processos de integração política podem ser vistas, por exemplo, pela capa do passaporte brasileiro. Sob o Brasão da República e a inscrição "República Federativa do Brasil", existe a palavra Mercosul. Vejam a ambição de todos esses processos.

Para aqueles que eram muito entusiasmados com essa dinâmica, os alemães no futuro seriam menos alemães e mais europeus; os portugueses, menos portugueses, mais europeus; os argentinos, menos argentinos e mais mercosulistas. E, para aqueles que eram ainda mais otimistas com esses movimentos, esses processos de integração econômica, política e jurídica, vejam o caso da União Europeia, que, além da integração econômica, criou um parlamento comum em Bruxelas, um tribunal comum em Estrasburgo. Isso era como se uma escala numa viagem mais longa, em direção a um mundo verdadeiramente global.

Esse quadro que descrevi para os senhores é um quadro de globalização profunda. O ecossistema que o mundo viveu até recentemente era de uma globalização profunda, mas o mero exame dessas mesmas características hoje mostra que esse cenário se alterou de forma radical. Muitos acham que ainda estamos vivendo um processo de globalização profunda. Nós não estamos, porque a ideia de que o livre mercado, a livre intera-

ção das forças de oferta e demanda criava necessariamente, ainda mais por conta da sua escala planetária no âmbito do comércio internacional, ganhos de prosperidade para todos foi, de certa forma, questionada pelo advento da crise que levou à chamada grande recessão de 2008 e ao declínio relativo dos modelos econômicos adotados no Ocidente.

E, desde então – obviamente esse é um movimento mais longo, mas que ganha visibilidade nos últimos sete, oito anos –, essa centralidade do comércio internacional e do liberalismo econômico é algo questionado por modelos alternativos, que, na minha opinião, respondem pelo nome de capitalismo de Estado – Estado e capitalismo –, seja nas suas modalidades chinesas, nas suas modalidades russas ou, meus amigos, nas suas modalidades brasileiras.

A segunda característica desse mundo que estamos vivendo pelo menos nos últimos oito anos reforça, sem dúvida alguma, a centralidade, o epicentro asiático como motor da economia global. Agora, claramente, Senador, não é mais o Japão que está puxando essa locomotiva, esse processo para adiante, é a China.

Em 1978, China com um bilhão de pessoas, Brasil com 100 milhões de pessoas. PIB nominal expresso em dólar em 1978: Brasil, US$200 bilhões; China, US$200 bilhões. Há apenas 37 anos, com um décimo da população chinesa, tínhamos o mesmo PIB nominal que os chineses.

Os chineses vão fechar 2015 com um PIB de US$11 trilhões, ou seja, é uma alteração muito dramática do ponto de vista do equilíbrio das forças geoeconômicas globais, porque, se os chineses continuarem crescendo a uma taxa ao norte de 6% ao ano, em algum momento entre 2024 e 2026, vão ultrapassar os Estados Unidos como maior economia do mundo, o que é um eclipse raríssimo na história da humanidade. A última vez em que ele aconteceu foi em 1871, quando os Estados Unidos ultrapassaram a Inglaterra.

A terceira característica deste mundo que estamos vivendo agora é a inovação por meio da filosofia de *startup*, a ideia de que as tecnologias não necessariamente precisam de gigantescos orçamentos de pesquisa e desenvolvimento e de grandes estruturas burocráticas: podem resultar de um grupo de pessoas com algum acesso a capital do tipo investidor de anjo, com uma boa intensividade de tecnologia e com um ambiente que favorece a inovação.

Essa é um pouco a história do Facebook, essa é um pouco a história do Instagram, essa é um pouco das empresas de nanotecnologia. E mesmo empresas tradicionais começam a se comportar, do ponto de vista da sua organização interna, como se fossem pequenas *startups*.

Esse é um processo tão dramático, que chegamos a uma situação hoje que é contrastada, por exemplo, entre o valor de uma empresa como Uber e o valor de uma empresa como a Petrobras. Hoje, o valor de capitalização do Uber é um valor maior do que o da Petrobras. O aplicativo de táxi vale mais do que a Petrobras.

Quarta característica deste mundo que estamos vivendo agora: aquela lógica cooperativa, de integração, cada vez mais vertical, entre diferentes países, como mostrava a lógica da União Europeia, a lógica do Mercosul, aparentemente se estancou, pelo menos do ponto de vista vertical, ou seja, de mais integração, e eventualmente vai se alastrar, para incluir mais membros.

Mas, ainda assim, ela é povoada por uma ideia de grande individualismo pelos países. É aquilo que o cientista político americano Ian Bremmer chamou recentemente de "mundo de cada um por si".

Ou seja, esse cenário que estamos vivendo agora é um cenário em que há um risco muito grande de desglobalização. Nós saímos de uma globalização profunda para um cenário de risco de desglobalização. Só que a desglobalização não está fazendo bem a ninguém. Ninguém está se dando bem no mundo hoje.

Dessa forma, já é possível observar as características de um novo ecossistema, de um novo tempo, de uma nova fase em que nós vamos ingressar, nas relações internacionais, da qual, sem dúvida nenhuma, o TPP faz parte. Chamo esse novo momento no qual nós vamos entrar de um período de reglobalização. O TPP é um dos quatro pilares de um processo de reglobalização. E não é só o TPP; é também o acordo entre os Estados Unidos e a Europa; é a constituição de uma nova geometria de acordos de comércio e investimento que favorecem, como nós vimos aqui, não apenas as trocas comerciais, mas também a integração entre cadeias produtivas, o fluxo de investimento, o fluxo de ideias, o fluxo de tecnologias.

Segunda característica desse mundo que vem aí e que, obviamente, tem uma relação muito importante com esse primeiro das áreas de pluricomércio: é o advento daquilo o que eu gosto de chamar de China 2.0. Essa China de baixo valor agregado, voltada ao comércio internacional, entre outras coisas, pela capacidade artificial de administrar a remuneração da força de trabalho e o câmbio, é uma China que está ficando para trás. A China já está investindo 1,8% do seu PIB em pesquisa, desenvolvimento e inovação; e a China, até para a própria conversão do seu modelo, que vai ser menos dependente de comércio exterior e mais voltada ao seu comércio interno, está promovendo uma crescente revalorização, por exemplo, da composição que a massa salarial tem no PIB chinês.

Consequência para nós: a China vai fazer com os outros o que os outros fizeram com a China. A China vai levar uma parte importante do seu parque produtivo para a sua vizinhança geoeconômica... Aliás, isso já está acontecendo. Falamos aqui da rota da seda. É impressionante, hoje, o montante de capital industrial chinês investido, por exemplo, no Vietnã. A Índia pescou isso muito rapidamente. O principal programa do Primeiro-Ministro Narendra Modi chama-se *Make in Índia*, não *made in Índia*, mas *Make in Índia*, *come and make in Índia*, ou seja, venha fazer na Índia. Ele percebeu que os custos de produção na China subiram demais.

Para os senhores terem uma ideia, há 15 anos, uma hora trabalhada numa manufatura mexicana pagava ao trabalhador mexicano US$1,70; uma hora, há 15 anos, trabalhada por um trabalhador chinês numa manufatura chinesa pagava US$0,20. Hoje, uma hora trabalhada pelo trabalhador americano numa manufatura mexicana o remunera em US$2.10. O mesmo período realizado numa manufatura chinesa paga ao trabalhador chinês US$1.90, ou seja, aquele grande fosso que havia rapidamente foi se fechando. E a China também, até por conta da necessidade de sua extroversão, que é algo extraordinariamente importante para a configuração da nossa estratégia, vai, sim, assumir, cada vez mais, o papel de fonte de investimentos estrangeiros diretos.

A China, como superpotência econômica, se desequilibrou; ela era muito comercial e pouco de investimentos. Ela vai ser uma grande fonte de investimentos. Qual é o tipo de investimento que vai para países que fazem parte dessas novas geometrias plurilaterais? É aquele que vai, por exemplo, poder tirar vantagem das chamadas regras de origem. É você montar uma empresa como a Huawei, montar uma operação na periferia de Santiago com vistas à exportação para o Canadá, para o Japão ou para a Coreia do Sul, se eventualmente a Coreia do Sul se juntar ao Tratado. Ou seja, é um tipo de capital mais intensivo em tecnologia.

Qual é o tipo de investimento chinês que irá para aqueles países como o caso do Brasil, que não fazem parte desses novos espaços? É mais do mesmo, um investimento inercial; é aquele que vai garantir a segurança alimentar do chinês, portanto no complexo soja, e que vai garantir acesso privilegiado às *commodities* minerais para a expansão ainda maior de sua infraestrutura.

Quarta característica desse mundo que vem por aí é aquilo que eu chamo de talento resiliente. Esse novo cenário de reglobalização é muito marcado pela capacidade de os países se tornarem bons e outras coisas do que além de sua vantagem comparativa. Será impossível ao Brasil – impossível! – desenhar o seu caminho à prosperidade baseado apenas na composição orgânica das suas exportações em *commodities* agrícolas e minerais.

Os senhores sabem que existe uma expressão chamada "grande estratégia". Esta, originalmente, é uma expressão militar. Ela serve para designar um período em que o complexo industrial de um país, o complexo militar, as suas atenções geopolíticas se voltam a um determinado grande objetivo. O Brasil não está em guerra com ninguém, mas o Brasil faz parte de uma dramática competição econômica global. Ele vai ter de desenhar uma grande estratégia para esse mundo da reglobalização, no interior do qual fenômenos como o TPP são apenas um dos pilares. Portanto, essa é uma questão que vai muito além da política de comércio exterior. A grande estratégia brasileira vai ter de articular, de vertebrar políticas de comércio exterior, política externa e, entre outras coisas, política industrial, que é fundamental para esse jogo do qual estamos falando.

Daí vêm as minhas perguntas: o Brasil tem uma grande estratégia para essa era do talento resiliente? O Brasil tem uma grande estratégia, Senador, para o advento da China 2.0? O Brasil tem uma grande estratégia para essa volta da geopolítica a marcar as relações internacionais? O Brasil tem uma grande estratégia para essas novas geometrias de comércio e investimento como o TPP? No Limite: o Brasil tem uma grande estratégia para a regularização?

Eu acho que dessas respostas vai depender uma parte importante do País que nós vamos construir nos próximos 25 anos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB - CE) – Obrigado, Professor.

Com a palavra ao Sr. Mauro Oiticica Laviola.

O SR. MAURO OITICICA LAVIOLA – Obrigado, Senador Tasso Jereissati. Bom dia a todos!

Minhas primeiras palavras são de agradecimento pelo convite feito a José Augusto de Castro, Presidente da AEB, que, com uma agenda muito cheia, aqui não pôde comparecer. Pediu-me, então, que viesse aqui.

Depois dessas brilhantes exposições, pretendia dar algumas opiniões do setor privado brasileiro sobre esse quadro. Antes eu gostaria, também, de fazer duas outras observações sobre comentários extraídos do jornalista americano com relação ao TPP.

O TPP, como já foi dito aqui, é um amplo acordo, mais de regras do que propriamente de barateamento de tarifas. Entre essas regras existem compromissos em matéria de proteção ambiental, conduzindo as partes a evitar a adoção de práticas lesivas nas áreas pesqueiras, agrícolas e criadeiras, de tal forma a conduzir a produção e o comércio focados na proteção às pessoas, às águas e às terras cultiváveis; parte importante de-

dicada aos direitos trabalhistas via o estabelecimento de regulamentos comuns aos estados-parte para evitar as práticas do trabalho escravo, a utilização de menores e a discriminação racial; o estabelecimento de metas de desenvolvimento sustentável mediante parâmetros de boa governança, medidas anticorrupção – o que já foi citado aqui – códigos de alta conduta administrativa, governamental e privada; acelerar a diversificação e formação de cadeias de valor – já foi dito – e novas oportunidades para as pequenas e médias empresas de todos esses países integrantes.

Com isso, queria fazer a seguinte observação: não se trata de um acordo de formação de união aduaneira, mas tem um componente de supranacionalidade, como assim o fora. Engraçado que o Mercosul adotou critérios, em 1994, de transformar uma área de livre comércio numa união aduaneira sem supranacionalidade, com intergovernabilidade. Hoje, nós vemos que as internalizações dos atos comunitários do Mercosul não alcançam 50%. Inclusive a famosa Decisão 3.200, que obriga o Mercosul a negociar em conjunto, nunca foi internalizada – não foi internalizada! No entanto, tem uma validade que todos os países cumprem.

A visão empresarial é de perplexidade e de falta de previsibilidade. O empresário atua com uma certa previsibilidade. O empresário, em comércio exterior, notadamente de produto industrializado, não tem previsibilidade alguma, não só em função do custo interno Brasil, das dificuldades de logística, da burocracia etc., etc., etc., que algumas áreas do Governo estão tentando melhorar – verdade seja dita, pois há um esforço do MDIC nesse sentido, muito louvável -–, mas não há previsibilidade quanto às perspectivas de galgar, como já foi dito aqui, outras áreas mais importantes de comércio exterior, salvo as nossas famosas *commodities*. E não é possível que um País do tamanho do Brasil vá viver eternamente à custa de meia dúzia de *commodities*. Isso aí está praticamente fora de qualquer previsibilidade de atuação nacional do País.

A Professora Lia citou o Tratado do Mercosul, de 30 páginas, querendo chegar a uma união aduaneira – em 30 páginas! Uma união aduaneira é uma coisa muito séria. A União Europeia levou anos a fio para poder fazer isso; lutou, basicamente, contra essa questão de supranacionalidade. Se não houvesse a supranacionalidade, não faria uma união aduaneira. Note que o TPP, sabiamente, não toca nesses assuntos, apesar de ter uma série de medidas que requerem consenso dos países. Por isso eles assinaram esse tratado.

Alguém falou – acho que foi a Professora Vera – numa eventual reformulação do Mercosul. Esse é um problema fundamentalmente, Senador, político; antes mesmo de ser técnico, ele é político.

O art. 47 do Protocolo de Ouro Preto, que criou a união aduaneira, permite que os países, que as partes integrantes do Mercosul, se reúnam e analisem a possibilidade de uma reformulação do processo. Nunca isso foi tocado. Inclusive, seria uma oportunidade. Na reunião de cúpula, a última, realizada aqui em Brasília sob a Presidência *pro tempore* do Mercosul, em função de várias declarações oficiais de ministros brasileiros, de ministros uruguaios, de dirigentes uruguaios, não se tocou no assunto de uma eventual reformulação do Mercosul. Não é acabar com o Mercosul; é uma reformulação dos conceitos e dos parâmetros estabelecidos para o Mercosul. Muito ao contrário, num ambiente ainda de insistência de união aduaneira, prorrogaram as exceções, as tarifas externas comuns, para o ano de 2020, 2021, 2022, 2023. Nós estamos em 2015. Até 2023 os países poderão continuar adotando as exceções à tarifa externa comum fora os BKs e bens de informática para os quais o Brasil pode alterada a tarifa externa comum, independentemente dos outros países.

Em suma: com este quadro absolutamente incerto do Mercosul, a grande pergunta é: haverá possibilidade de as negociações do Mercosul com a União Europeia evoluírem? É claro que não dependem só do Mercosul. Vão depender, também, da possibilidade de a União Europeia fazer ofertas, no setor agrícola, condizentes com a abertura tarifária e de outras disciplinas previstas no acordo. Há dúvidas quanto a isso. A União Europeia cobra muito a posição de ofertas do Mercosul, mas até agora não se manifestou quanto à mínima oferta apresentada há oito ou dez anos atrás – não foi, Vera? Esse é um problema sério.

O outro problema é: estamos preparados para uma ampla abertura na área industrial com a própria União Europeia sem uma contrapartida? A contrapartida, na área industrial da União Europeia, é mínima, porque as tarifas lá têm uma média de 2,5, 3,2 etc. e tal. O que existem são sobretaxas fantásticas e absurdas etc., na área agrícola, além das disciplinas que a Professora Vera, exaustivamente, aqui já mostrou.

Outra coisa interessante, também, é que essa negociação não inclui os dois novos integrantes do Mercosul: a Venezuela e a Bolívia, o que será um eventual complicador daqui pra frente. Como é que isso vai se dar?

No próprio Mercosul, a esperança do empresário brasileiro é mínima, porque... Eu tenho um artigo de cinco páginas com medidas restritivas adotadas pela Argentina na nova década que começou no ano 2000 e que vai até o ano de 2014 – até 2015 ela manteve tudo. E o painel da OMC já disse que a Argentina, até 31/12, tem de eliminar as DJAIs, as Declarações Juradas Antecipadas de Importação. Não sei se o fará. Talvez, com a nova Presidência, reformulem um pouco a polícia e possam fazê-lo. Mas a verdade é que o nosso principal parceiro – não vou dizer que está falido -– tem uma carência de divisas forte, enorme. As cifras dizem que a Argentina

tem US$27 bilhões de reserva – o Brasil tem US$370. Desses, líquidos, tem US$11, porque o resto é de dívidas não pagas. Então, não é possível, sequer, atingir uma área de livre comércio no Mercosul.

Os empresários ficam: "Bom, não tenho a Argentina. Já não consigo exportar para a Venezuela porque está, também, com muito menos divisas, com uma taxa inflacionária de 200%, quinze ou vinte vezes mais a taxa do mercado de câmbio em relação ao câmbio oficial". E os países da Aliança do Pacífico, três deles, aderiram ao TPP, menos a Colômbia. Mas, daqui a pouco, a Colômbia vai aderir. Já vai aderir, praticamente, porque não pode ficar fora por causa de sua participação na aliança. E a própria Coreia, daqui a pouco, vai entrar também no TPP, pelas circunstâncias já conhecidas.

Então, o empresário está, absolutamente, sem nenhuma perspectiva de para onde pode expandir seus negócios comercialmente. Alguns setores, alguns setores, já estão deixando o Brasil. Tive notícias, por exemplo, do setor têxtil, do setor...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAURO OITICICA LAVIOLA – Vou falar nisso.

Mas, como dizia, tenho notícias do setor têxtil, do setor calçadista. Só pra ficar nesses. Já foram para a Colômbia, já foram para outros países, como o Peru etc. Estão tentando se alocar ali, porque, com um Custo Brasil de 37% incidindo sobre a manufatura de exportação, sem devolução dos impostos, porque o Reintegra, que era de 3%, voltou para 1%, e há seis meses o Governo não o repõe o Reintegra – são dados de empresas exportadoras –, os empresários estão cada dia mais tontos. Declarações aqui, declarações ali, CNI, Fiesp, Firjan, Rio Grande do Sul. É um tiroteio, Senador, que não leva a nada, em primeiro lugar, apesar dos esforços, dos estudos, das recomendações dos professores, dos jornalistas. O setor privado está, realmente, numa situação muito complicada de falta de previsibilidade.

Falou-se aqui na multilateralidade que o Brasil perseguiu durante muitos anos, ao invés de também perseguir, de galgar estados mais avançados de negociação. Mas, mesmo no multilateral, como bem disse a Professora Vera, os Estados Unidos praticamente vão "melar" a negociação de Nairóbi.

Não vai haver progresso multilateral, primeiro porque é uma agenda carregadíssima... Estou entrando na seara de Lia e de Vera, mas a agenda é carregadíssima. Não vai ser possível. Mas existem algumas recomendações – e anotei aqui, não me lembro onde –, por exemplo, dos MDRs, os países de menor desenvolvimento econômico relativo dentro da OMC, que tem 161 países membros. Os MDRs, parece-me, vão atender algumas reivindicações dos MDEs, uma delas é o *duty-free* e o *quota-free*. Alguns países, ao que parece, até já implementaram. O Brasil está para implementar ou está dependendo, se não me engano, de um *agreement* do Congresso. Se eu estiver equivocado, Lia me corrija ou Vera me corrija.

O que são *duty-free* e *quota-free*? É eliminar tarifas integralmente para todos os países considerados MDRs de maneira imediata e total.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAURO OITICICA LAVIOLA – Sim; 97%.

Aí o setor têxtil fica apavorado com o Leste asiático; o setor de calçados fica apavorado com a China e outros lugares. O setor calçadista já perdeu mercado para o calçado chinês, na Argentina, que, aliás, tem um acordo de *swap* com a China e está utilizando parte desse acordo para pagar mercadorias, o que é *clearing*, proibido na OMC.

O empresário está olhando todo esse quadro e não está vendo saída. O Governo, também, não fala em muitas saídas. Há alguns esforços específicos, digamos: ampliação do ACE 53 com o México. É razoável; é um acordinho de preferências tarifárias de oitocentos itens; uma renovação mais ampliada do Acordo Automotivo 55. Querem fazer do 53, agora, um acordo de livre comércio, mas o México vai, certamente, propor regras existentes na Aliança do Pacífico e, talvez até, no TPP, porque não vai facilitar para o Brasil. Nos acordos com o México há essas regras com a União Europeia, no Nafta e, agora, no TPP. Então, essa ampliação do 53 não será nada fácil paro o Brasil. Além do mais, o México também tem restrições da área agrícola; tem medo da agricultura brasileira.

Com a Colômbia estamos fazendo um esforço. Ainda não houve um acordo, mas um memorando de entendimento para um acordo, mas há regras de origem que não estão muito claras ainda. O acordo ainda não foi confirmado. Temos, também, um esforço de aceleração para um acordo com Peru.

Vejam, esses países todos já têm acordos com a Ásia, com os Estados Unidos e com a Europa. Então, não se trata do que nós vamos ganhar não; nós vamos tentar empatar, de alguma forma, com o que eles já concederam para esses países. Os empresários estão sabendo disso. Nós os temos advertido diuturnamente sobre esses aspectos.

Com o Chile já temos tudo de desgravado, mas o Chile tem acordo com a China, tem acordo com a Coreia. É o latino americano que mais tem acordo. Também pudera: a tarifa dele é de 6%. Não está preocupado com tarifas ou com coisa algumas, mas com regras, sim. Nós temos, se não me engano, um acordo de serviços com o Chile, mas o Chile está fazendo acordo com regras etc., está se inserindo no mercado internacional. É aquela tripinha, mas do lado do Pacífico a coisa vai funcionar.

Finalmente, mais um argumento, Senador. Não é crítica, mas uma observação. No final dos anos 90, princípio dos anos 2000, havia a famosa negociação da Alca. E ela foi devidamente escanteada, parada, principalmente pelo Brasil, pelas razões de então. Não vou discutir as razões de então. Acontece que já existe uma Alca virtual. Quer dizer, o domínio dos Estados Unidos sobre a América Central, sobre o Caribe e sobre os países do Pacífico na América do Sul já constitui uma Alca, uma Alca parcial. Só tirando os países da costa leste, ou seja, do Atlântico, o resto é Alca. Os Estados Unidos têm acordo com esses todos.

Então, falando nos bondes da Professora Vera, é evidente que perdemos alguns bondes. Agora, o setor privado brasileiro está perdendo o maior dos bondes, porque é o setor privado brasileiro que movimenta essa economia. O tamanho deste País não permite que a gente fique a reboque. Vou usar uma terminologia bem carioca – e os que são cariocas sabem: no tempo dos bondes, no Rio de Janeiro, existia o famoso taioba. Uma vez falei isso em São Paulo e os paulistas não saibam o que era Taioba. Taioba era um reboquinho que era atrelado aos bondes do Rio de Janeiro, onde os comerciantes levavam suas mercadorias pesadas, como sacos de batata etc. Era o bonde taioba. Os espertos, ao invés de pegarem o bonde, pegavam o taioba porque lá não tinha cobrador. Quer dizer, o Brasil vai se tornar um bonde taioba nesse cenário mundial?

É apenas, Senador, esta a preocupação que queria deixar aqui, da falta de perspectiva e de perplexidade do setor produtor e exportador brasileiro nesse cenário mundial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB - CE) – Nós é que agradecemos, Dr. Mauro, por sua exposição bastante esclarecedora. Muito mais do que esclarecedora, preocupante. Acho que as informações que estão sendo prestadas aqui são importantíssimas para uma tomada de rumo desta Comissão, pois aprofunda ainda muito mais as preocupações que nós temos tido e que, infelizmente, não têm sido foco da atenção não só do Plenário do Senado, do Congresso nem da imprensa. Diante da gravidade da situação de política externa comercial brasileira, principalmente no momento que nós estamos vivendo em nossa economia, uma das saídas seria, com certeza, a exportação; e nós nos vemos nessa situação.

Passo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço. Diante do que ele ouviu, estou sentindo que está ansioso por falar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Antes, porém, gostaria de cumprimentar os nossos convidados: a Professora Lia Baker e a Professora Vera Thorstensen; de igual forma, o professor Marcos Troyjo e também o Doutor Mauro Laviola, que comparece aceitando o nosso convite pela Associação de Comércio Exterior do nosso País, trazendo, enfim, as preocupações do setor exportador brasileiro.

Não gostaria de evoluir no raciocínio do diagnóstico. O diagnóstico está pronto, está acabado. E esta reunião que nós estamos realizando com V. Sªs é uma reunião preparatória, porque esse tema será debatido em duas etapas aqui na Comissão de Relações Exteriores.

Nesta primeira etapa, nós estamos ouvindo a Academia, nós estamos ouvindo o setor privado e, depois, nós vamos ouvir as autoridades que têm a responsabilidade, ou que deveriam ter a responsabilidade, de conduzir a política externa brasileira e, dentro desta, efetivamente, as estratégias comerciais do nosso País. Isso deverá acontecer nas próximas semanas, ainda em novembro, mas todas as informações e os elementos que foram trazidos estão sendo devidamente organizados para que nós possamos fazer o cotejo dessas informações todas, ricas informações, para que se possa a "estressar" esse tema, sobretudo com o Ministério das Relações Exteriores e o MDIC – Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, que são os dois Ministérios que lidam diretamente com isso; e, talvez, Senador Tasso Jereissati, com o envolvimento do Ministério da Agricultura.

Ainda que nessa quadra da história econômica mundial e da história brasileira a gente perceba que a locomotiva do agronegócio continua sendo muito importante para o nosso País, reconhecemos que o Brasil, de certa forma, se acomodou diante do papel que o mundo reservou a ele como fornecedor de matérias-primas e de *commodities*. É como se o Brasil estivesse aceitando, livre e pacificamente, o papel de ser um mero fornecedor de matéria-prima, de *commodities*, nesse processo de neocolonialismo a que nós estamos assistindo, pelo menos por parte do nosso País. Ou seja, desde que esses acordos foram anunciados, a reação do Governo brasileiro foi absolutamente tímida. É como se não fosse com o Governo brasileiro; é como se nós estivéssemos

navegando em mar de almirante ou em céu de brigadeiro; é como se nós não tivéssemos na antessala não apenas da Parceria Transpacífica, mas também da parceria transatlântica, transatlântica norte.

Na verdade, o Tratado de Tordesilhas foi inventado muito antes do TPP; ele foi formado quando nós vimos a aliança do Pacífico ser constituída, à margem da participação do Governo brasileiro. De um lado, a América do Sul que dá certo, que cresce, que opera com taxas de inflação reduzidas, que opera com geração de emprego e que está incorporada a essas cadeias globais de valor; do outro lado estamos nós, o Brasil, a Argentina, a Bolívia, a Venezuela, e gerando que tipo e que nível de expectativa para alterar a inserção do País mundo afora?

Então, por um lado, você tem a TPP e, por outro, a perspectiva da operação transatlântica, que envolve os Estados Unidos e a Europa. E a diplomacia brasileira continua achando que essa coisa não vai acontecer, que não pode acontecer, e as coisas estão acontecendo e impactam fortemente.

Os estudos todos indicam – e o gráfico que a Professora Vera mostrou – que, se temos uma posição importante no setor do agronegócio, essa posição está ameaçada, independentemente da capacidade tecnológica, independentemente da competitividade, independentemente do valor agregado que nós temos na nossa agricultura. Produzir soja como nós produzimos, com esse nível de tecnologias, é algo importante, mas nós estamos com essas realidades todas ameaçadas. Os estudos indicam isso.

Venho, por exemplo, de um Estado que é grande produtor de café Conilon. Se nós fôssemos um país, o meu Estado, o Estado do Espírito Santo, seríamos o segundo produtor de café Conilon e de café robusta do mundo. Nós produzimos aproximadamente 85% do café robusta do Brasil. Nosso grande concorrente é o Vietnã, que produz em condições de subsídio muito forte, porque o capitalismo de estado no Vietnã impõe uma condição de regras que cria uma situação absolutamente desigual para com os nossos produtores capixabas e brasileiros. Quando o Vietnã é signatário desses acordos, e o Brasil não, em torno de suas convergências regulatórias – é disso que se trata –, ou seja, vai muito além do chamado protecionismo tarifário que virou coisa velha... Há coisa muito mais sofisticada; há protecionismo disfarçado, feito com muita eficiência. Então, quando o Vietnã vai para esse mercado impondo restrições à produção de café Conilon, isso tem uma relação do global para o local.

Digo isso, Senador Tasso, para que possamos dialogar com aqueles brasileiros que nos assistem e ficam a perguntar: "Escuta, por que vocês estão discutindo isso ou dialogando sobre esse tema? Como é que isso impacta no dia a dia da minha vida?"

No meu Estado, por exemplo, 300 mil capixabas lidam diretamente com a atividade da cafeicultura, porque é uma atividade liderada pela propriedade de base familiar. São pequenos minifúndios onde toda a família está envolvida nesse processo de produção. É uma atividade social e econômica muito importante, não só pelo aspecto econômico, mas pelo aspecto social, porque cria condição de vida e de renda para que essas pessoas possam se manter no seu local de origem.

Então, esse tipo de alienação, de omissão do Governo brasileiro em relação à política externa brasileira, cria um impacto local muito forte, porque nós vamos competir em maior grau de desigualdade ainda. O café capixaba e o café brasileiro que chegam a essas regiões do mundo continuarão chegando, mas em condições muito mais restritas, porque quem compete com a gente chegará numa melhor condição em função das convergências regulatórias. E o Governo assiste a isso tudo como se não trouxesse impactos. Não sei se é tão ou mais grave, mas isso me parece mais grave do que a crise que estamos enfrentando. Porque a crise vai passar, à base de muito sofrimento, porque é uma combinação de crise política, moral e econômica. Mas, após a superação da crise, nós vamos perceber que estamos mergulhados numa decadência sem precedentes. Para superar essa decadência, precisaremos de décadas, serão décadas para a superação dessa decadência.

Fico impressionado até porque a gente não observa um nível de indignação – não é, Dr. Laviola? Não vejo indignação por parte das entidades que representam o setor privado. Vejo as entidades preocupadas com o Sistema S – e fazem muito bem porque o Sistema S é importante. Mas não vejo uma indignação por parte da Confederação Nacional da Indústria, por parte da Confederação Nacional da Agricultura, do Comércio. Dá-me a impressão de que as entidades estão cooptadas, e, se estão cooptadas, não revelam a indignação para que o brasileiro possa acompanhar o desmonte que está sendo desenvolvido pelos Governos do Presidente Lula e da Presidente Dilma. Essa é que é a verdade sobre o silêncio e a omissão da Casa de Rio Branco, que tem quadros talentosíssimos, mas que se submeteram e se subordinaram a essa política atrasada. Até porque essa é uma Casa, o Itamaraty, que sempre foi considerada como uma casa para acima das questões do dia a dia, da discussão política. Sempre foi e precisa voltar a ser uma casa que discute os interesses do Estado brasileiro.

Enfim, a avaliação de V. Sªs não difere da nossa avaliação. É pena que não tenhamos, aqui, os representantes do Governo para que eles possam debater com V. Sªs e sustentar um discurso atrasado de que a política Sul-Sul fez a diferença. O que a política Sul-Sul fez foi nos isolar de tudo e de todos. Não foi o mundo que correu do Brasil, mas o Brasil que, em função das suas escolhas equivocadas, se colocou nessa condição de

País acessório, que não tem mais importância sequer na América do Sul. Vamos ser sinceros: o Brasil perdeu o protagonismo na América do Sul. Se perdeu o protagonismo na América do Sul, vai desejar ter protagonismo em que região do mundo?

Então, há algumas questões que gostaria de colocar a V. Sªs.

Por que, do ponto de vista da avaliação acadêmica e na visão de V. Sªs, o Governo brasileiro continua apostando no multilateralismo e na política Sul-Sul, considerando que isso se transformou – perdoem-me o termo – numa bobagem? Os acordos regionais que estão se constituindo mostram que a política multilateralista, em que pese uma coisa não ser excludente de outra, virou uma bobagem, uma coisa sem relevância e sem importância.

Por que insistir com o Mercosul da forma como ele está constituído?

Aliás, o Mercosul está fazendo, neste ano, 25 anos. E há anúncios de que, finalmente, vamos, no mês de novembro de 2015... Mas os anúncios foram tantos, de troca de ofertas com a União Europeia, que é difícil acredita que isso possa ou vá se consolidar e que impacto, que importância, terá isso. Ou seja, qual a perspectivas que V. Sª entendem para o Mercosul? Que inflexões a política externa brasileira deveria fazer à luz desse diagnóstico? E não é um diagnóstico com um viés, Senador Tasso Jereissati, ideológico, mas uma constatação daquilo o que está acontecendo no mundo. O que V. Sªs trouxeram para o Senado é o seguinte: "Olha, o que está acontecendo no mundo é isso. Se eu concordo, se eu discordo não é tão relevante. O importante é o que está acontecendo".

Sempre me bato com essa pergunta: por que, na avaliação de V. Sªs – considerando que somos americanos do Sul e os Estados Unidos são americanos do Norte e que os americanos não são menos imperialistas do que os chineses, têm apenas características diferentes –, o Brasil insiste em não ter uma relação definitiva com a América do Norte, à luz da realidade e das perspectivas que isso pode criar?

Claro, a América do Norte disse, mais ou menos, o seguinte: "Nós estamos aqui e vamos tocar a nossa vida. Se vocês quiserem, conversamos; se não, vamos tocar a nossa vida". Por que esse preconceito dessa relação afirmativa e definitiva com os americanos do norte? Por que esse preconceito que vem da guerra fria, dos anos 60 e 70? Por que isso continua presente na realidade brasileira? O que a Academia tem a dizer sobre isso, sobre a necessidade e importância da superação?

Isso esteve muito evidente quando o Brasil fez a aquisição dos caças. Quando nós optamos pelos caças Gripen NG da Suécia, um dos elementos é que nós não poderíamos fazer esse acordo com os Estados Unidos da América, através da Boeing, porque nós estaríamos subordinando a nossa realidade à realidade dos Estados Unidos. Enfim, não estou dizendo aqui que o Brasil não fez uma opção adequada e correta para a nossa realidade – não é isso –, mas esse contexto de preconceito esteve presente na tomada de decisão deste Governo, que é um Governo que insiste em subordinar os interesses do Brasil às suas simpatias ideológicas.

V. Sªs veem, por parte do atual Governo, algum sinal de inflexão? Porque ficamos com a impressão de que estamos em fim de governo, mas não estamos. Nós estamos no início deste Governo. E há, por parte dos interlocutores com quem V. Sªs conversam, dialogam, debatem, algum tipo de perspectiva de inflexão? Ou este Governo vai dobrar a aposta em torno das escolhas que fez? Fazendo isso, quais são os cenários que a gente pode e deve estabelecer a partir disso? Quer dizer, qual é o cenário de ameaça e qual o cenário de oportunidade que se vislumbra para o nosso País caso não haja uma inflexão na política externa e comercial do nosso País?

Uma das apostas que o País tem feito é no BRICS. Que papel deve jogar o BRICS nesse contexto? O novo Banco de Desenvolvimento, o que não é pouco, anuncia para 2016 o início das suas operações. Mas isso aí também é um vetor de expansão dos interesses da China. Ao chegarem com capital, chegam com seus produtos e com os seus serviços a competir com a nossa economia. Evidente que nós não podemos e não devemos jogar o peso da superação desses esforços em torno da política externa.

Mas vejam que a desindustrialização do nosso País está em marcha batida. Aquilo que já representou 24%, 27%, até 29% do Produto Interno Bruto hoje não representa 10% do Produto Interno Bruto. Nesse ambiente de ausência de competitividade, de ausência de inflexão, é evidente que a política externa faz-se mais necessária e mais importante. Porque, para reverter esse ambiente de desindustrialização, de ausência de política industrial, que é o nosso dever de casa interno, o papel da política externa comercial joga um peso ainda maior. Então, olhando para essa realidade, olhando para a acomodação e para a inércia do Governo, qual o cenário prospectivo que V. Sªs fazem para daqui a algum tempo?

São essas, Sr. Presidente, as questões que eu gostaria de colocar para os professores que se apresentam aqui, agradecendo a contribuição de todos os senhores e as senhoras.

Essas informações e indagações serão colocadas para o Governo Federal. O nosso regime é presidencialista. Então, a pauta e a agenda têm de ser colocadas pelo Governo Federal, pelo MDIC, têm de ser colocadas pelo Ministério das Relações Exteriores. Não têm de ser colocadas pelo Parlamento, até porque o Parlamento

não tem prerrogativa nem espaço para isso. Nós vamos questionar o Governo Federal sobre a sua agenda para a superação desses desafios.

Agradeço a condescendência de V. Exª de me dar esse tempo para que eu pudesse colocar um pouquinho das minhas preocupações e percepções.

Agradeço muito aos nossos convidados aqui da Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB - CE) – Senador Ferraço.

Pela ordem, passo a palavra, para suas colocações, à professora Lia. Tenho duas irmãs, Lia e Vera. Estou me achando confortável aqui.

A SRª LIA BAKER VALLS PEREIRA – Obrigada, Senador.

O Senador fez uma série de perguntas. Não ousaria tentar responder a todas. Se conseguisse responder a todas, saberíamos qual é a estratégia que o Brasil devia seguir, mas faço algumas questões pontuais.

Primeiro, há um ponto para o qual o senhor chamou a atenção e que acho muito importante. É a questão, realmente, do setor privado. Grande parte da indústria brasileira é de multinacionais. O setor que mais pede proteção, por exemplo, é a indústria automobilística. Então, no que temos pensado?

Nesse cenário em que vivemos, talvez, no ambiente em que estamos está inseridos, não é propício que essas empresas busquem competição. Quer dizer, esse é um problema que não é... Um acordo, nesse sentido, pode ajudar? Dizer assim: olha, vai ter acordo, vocês vão ter que olhar para o mundo e não ficar só querendo... Essas empresas vieram para o Brasil para o mercado interno. A realidade é essa. Você tem de mudar esse paradigma. Essa mudança – com isso concordo – tem de ser: "que choque que eu dou para que isso aconteça de alguma maneira?"

Temos que comparar o setor privado brasileiro com outros. O Chile tem milhões de acordos? Tem, mas não se vai querer comparar a indústria chilena com a indústria brasileira. O Brasil, nessa coisa, é meio peculiar, ele tem uma indústria extremamente diversificada, tem uma agricultura muito competitiva. É fácil fazer um acordo com os Estados Unidos e a União Europeia quando não sou um grande produtor agrícola. Para o Brasil é mais complicado. Por isso, falei na importância de pensarmos em acordos. Quer dizer, como é que desenhamos esse acordo para que, realmente, ele seja capaz de conciliar os diferentes interesses dos setores da economia brasileira? Então, o primeiro ponto é esse. Acho que a política de competitividade é importante. Quer dizer, os setores têm de aprender a se movimentar no caso da economia brasileira.

Política Sul-Sul acho que não é excludente fazermos acordo com outros países. Esses são nossos parceiros, geograficamente. Independentemente de acordos, vamos ter problemas com o Peru, com a Argentina. Inclusive, acho que tínhamos de fazer acordos mais amplos, não esse tipo de acordo em que cada um está se protegendo. O erro é a modéstia dos acordos da política Sul-Sul, que é muito mais retórica do que real. Se quero fazer um acordo mesmo, por que não vou negociar com a Argentina, ou lá com os outros, serviços, regras? Por que não vou fazer realmente um acordo?

Então, você finge que faz uma política Sul-Sul de integração e faz uma política extremamente rasa. Cada um só protege. Vou proteger aqui o meu automóvel, você protege não sei o que e nada avança. Então, acho que temos que separar um pouco: o que é retórico e o que realmente saiu desses acordos.

Como o Mauro já falou, do Mercosul não se tem quase mais nada. Isso é política Sul–Sul? Parece-me também que não é muito. Então, acho que há uma falta de estratégia clara de como utilizar os acordos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Também acho que não é excludente, mas só fazer esse tipo de escolha?

A SRª LIA BAKER VALLS PEREIRA – Acho que é pior do que isso. Você nem faz essa escolha, porque os acordos são tão modestos, tão pouco abrangentes que você não mexe com nada, você está preservando interesses. Não é nada, não é acordo. Nem com a Índia. O acordo é uma tristeza, entendeu? Então, acho que esse é um ponto importante. Só para nos lembrarmos dessa questão.

O ponto do qual eu quis muito falar é que acho que os acordos espelham os diversos interesses. O Brasil, nessa questão de falta, de queda da indústria, tem um problema sério de produtividade. Você tem de olhar a ameaça dos acordos para levar em conta, com uma seriedade maior, a questão de como articular as nossas políticas de comércio exterior com políticas industriais, horizontais ou lá o que seja. Acho que é esse o grande desafio. O Brasil só faz acordos de mercadorias porque não precisa mexer em mais nada. Vou e ofereço aqui um acordinho, um produto aqui, você oferece outro produto. Isso não mexe, na realidade – e é o que estamos falando –, com o tema realmente da competitividade da indústria brasileira. Então, é confortável, é uma zona de conforto que vivemos fazendo esses acordos.

O que estou dizendo é que essa zona de conforto acabou. Acabou porque o boom das *commodities* se acabando trouxe de volta um tema que estava escondido e que já era muito discutido no final dos anos 90, que é competitividade da indústria brasileira e da indústria de serviços.

No final, só para dar um exemplo final, em 2012, fizemos um livro junto com o BNDES, com a Fundação Funcex, que era exatamente *O Desafio das Exportações*. O Brasil tem de enfrentar uma agenda que não quer enfrentar, que faz referência às reformas microeconômicas, institucionais. O comércio exterior, no Brasil, é uma confusão. Eu peço uma coisa aqui, ali, ali, várias agências tratando do mesmo assunto. A Camex, que era uma proposta interessante, ficou uma coisa de menor importância. Então, eu acho que acordo é importante, mas temos de pensar muito, e esse é o grande tema: os acordos trazem o desafio de começarmos a pensar seriamente esse tema.

Entendo que o Legislativo pode cutucar o Governo. Você vai dizer que o Governo fez recentemente, aparentemente, o plano nacional de exportação. Se analisarmos aquele plano, veremos que, na área de acordos, é muito pobre, é uma lista de países, uma lista de produtos e não tem estratégia. Estratégia é fundamental, concordo plenamente. Falta ao Brasil. Parece que há medo, parece que estratégia é interferência do Estado. Não é. Estratégia são diretrizes, o que é fundamental para o setor privado se organizar.

Então, acho que cutucar o Governo é dizer: qual é a sua política, que estratégia é essa? O que é melhor, o Mercosul? Dentro de que bolo você vai melhorar o Mercosul? Acho que a última grande coisa que o Brasil fez foi o Mercosul, que se perdeu no meio do caminho. Os outros acordos são reativos. Reagimos à Alca, reagimos a um acordo entre o Mercosul e a União Europeia, mas não fizemos propostas.

Acho que o tamanho do Brasil é o tamanho de uma economia que tem de começar a propor, ter clareza do que ela quer. Não precisa ser norma americana, norma chinesa, mas, sim, o que eu quero. Disso é que estou falando. É essa a dificuldade. O impacto disso é dever, também, do setor privado e das empresas. Estou falando que a maioria é multinacional, no Brasil. Porque você não cria um ambiente em que elas também comecem a se mexer, no nosso caso.

Acho que era isso, basicamente, o que eu queria falar.

A SRª VERA THORSTENSEN – Senador, tentando...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB - CE) – Pois não, pode falar.

A SRª VERA THORSTENSEN – Tentando já pensar nos seus pontos.

Para o que o Brasil vive hoje, acho que a melhor palavra que eu consigo encontrar é uma esquizofrenia total. Vamos lá, esquizofrenia é aquela história dos dois mundos, que a pessoa vive em dois mundos, não sabe onde está e cria quimeras. O Brasil vive de um lado em que alas do Governo defendem uma posição de política Sul-Sul, esse multilateralismo, prioridades, América do Sul e África. Do outro lado, o outro pedaço do Governo defende acordos preferenciais com os países ricos etc e tal, até inclusive TPPs. Duvido que seja convidado, mas enfim...

A grande história é: esse sinal de que pedaços do Governo querem coisas diferentes manda ao mundo e ao setor privado mensagens conflitantes. Quer dizer, ninguém se engaja porque existe, como eu digo, essa esquizofrenia.

Outro argumento que o senhor vai escutar provavelmente é o seguinte: "O Brasil não faz acordos porque ninguém quer fazer acordo com o Brasil". A vida inteira escutei isso. Como digo, é a história da noiva feia que o senhor não consegue casar, o que é um absurdo total.

O Brasil é imenso, tem o mercado fantástico. O que está errado é que ninguém quer fazer acordo com o Brasil, porque o Brasil não quer dar nada. Então, a história é: qual a dosimetria do que se vai dar com o acordo. É a história da barganha, a gente vai negociando. Chega-se a um ponto em que não há parceiro que vá dizer "não" ao Brasil. É uma questão de dosimetria, do que vamos querer dar ou não.

Eu vou deixar o senhor mais nervoso ainda com o seu café. Muito mais nervoso! Mais do que qualquer tarifa, que, aliás, é baixa para o grão verde, mas é altíssima para o café...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES. *Fora do microfone*.) – Torrado.

A SRª VERA THORSTENSEN – Não, é café solúvel – cujas empresas, aliás, já estão fechando.

A grande novidade, Senador, são os padrões privados. Um bando de ONGs – transações não governamentais – cuidam desse assunto, e cada uma cria o seu selo. E a pressão é tão brutal nos grandes centros de compras, que elas não vão comprar mais o seu café porque têm de atestar que o trabalhador ganhou, o quanto ganhou; que o senhor não está mais deixando os animais viverem, há um problema todo de bem-estar animal, que os seus franguinhos são felizes. É impressionante quantidade de exigências que estão sendo colocadas.

Resultado: quando o senhor consegue o selo, paga um dinheirão – essa é a novidade da União Europeia – quando o senhor consegue pagar um bom dinheiro para conseguir o selo, que é etiquetado no seu café, no dia seguinte, há a pressão que outra ONG faz e o comprador maior acaba também não comprando mais.

Se o senhor olhar hoje, estamos trabalhando com o comprador privado que, acho, hoje é a barreira mais séria que há para o comércio, porque não tem controle. Enquanto for barreira técnica e fitossanitária, eu vou

lá na OMC, discuto nos comitês, no painel, e conseguimos resolver o caso. No padrão privado, o europeu e o americano dizem: "Não tenho nada a ver com isso. É coisa de governo".

Eu estava agora nos Estados Unidos conversando, em um congresso, com o pessoal do Walmart. De novo, eles são pressionados pelo consumidor, só que eles não pensando que estão destruindo as regras do comércio internacional. Aí, o diretor fala: "Nem pensei nisso!".

Quer dizer, de novo, é a posição que o Brasil tem que ter porque a novidade é o padrão privado. Eles estão discutindo se o eucalipto pode ser transgênico ou não. Como eles fazem? Não compram mais nenhum tipo de produto de papel que tenha a celulose brasileira, se tiver o geneticamente modificado. Bom, o eucalipto no Brasil dura sete anos, o pinheiro na Europa dura 30, antes de ser cortado. Claro que isso é protecionismo!

E aí vem a história do frango. Não pode haver tantos frangos por metro quadrado. Como eu digo, tem que viver e morrer feliz, com atestado. Quero saber qual é o atestado que vai garantir que o seu franguinho morrer feliz. Não estou fazendo piada, gente, isso é seriíssimo! Na história do eucalipto, por que eles não querem o transgênico? Porque os cientistas cismaram que a reprodução dos insetos, que a vida sexual dos insetos é afetada por conta do eucalipto transgênico. Qualquer eucalipto tem problema porque tem problema. Então, o problema é a floresta ciliar que se coloca de volta.

O que eu estou mostrando é a quantidade de padrões privados. Hoje, já foram listados mais de 550. O Brasil nem começou. Há duas coisas a fazer: ou começa a criar um padrão igual ou vai lá, negocia e leva essa história para a OMC, dizendo "vamos parar com essa história".

Então, não adianta negociar acordo com a Europa se não negociar a barreira técnica, fitossanitária e esta festa que está acontecendo, hoje, na União Europeia, por conta do princípio da precaução, não compram nada que não tenha o selo que eles imitam.

Rapidamente, para pinçar outros problemas.

Então, aquela história do multilateral. Por que o Brasil insiste no multilateral? Porque é o único lugar em que conseguimos negociar a liberação da área agrícola. Perfeito. Só que, hoje, os Estados Unidos já têm uma lei, de 2015; a União Europeia já tem a sua lei. Todos esses países têm a sua lei e não vão dar mais nada em multilateral.

Como eu falei para o senhor, só há uma maneira de fazer, que o Brasil fez brilhantemente no passado. Chama-se: contencioso da OMC.

O setor agrícola é rico o suficiente para contratar bons advogados e partir para a briga na OMC como sempre fez.

Tem que transformar, como eu digo, o contencioso do Itamaraty em um departamento que tenha poder de fogo, só na guerra que vai se abrir, no contencioso. E nós temos tudo ao nosso lado, para termos o fim da "cláusula de paz".

Outro tema que vai explodir já nesta Casa é o reconhecimento da China como economia de mercado. Em 2015, acaba o período. No Protocolo de Exceção, os países aceitaram que China não era economia de mercado. Então, nós podíamos usar alguma maneira de fazer *dumping* contra a China de maneira muito mais fácil, vamos dizer assim.

Só que a China deixou claro que, em 2015, ela quer que isso aconteça. Só que, atenção: países que tinham uma lei definindo o que era economia de mercado, como Estados Unidos, Europa e Brasil, têm que haver um processo para julgar que uma economia é de mercado. Não tem cabimento, no outro dia, por decreto, já virar economia de mercado. Isso não é o que eu estou escutando. Estou escutando que o Brasil vai dar economia de mercado, porque está dependendo da China para outras áreas.

Eu acabei de chegar desse congresso onde altas figuras dos Estados Unidos e da Europa já disseram que não vão reconhecer a China como economia de mercado sem todo um processo e discussão. Não é assim: "vamos dar".

A história, então...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB - CE) – E qual vai ser a consequência direta?

A SRª VERA THORSTENSEN – Não é preciso fazer nada. Isso é claramente um painel. De novo vai ser resolvido na OMC, porque é uma questão de interpretação, Senador, do Protocolo de Exceção da China, no famoso art. 15, em que cai um pedacinho do parágrafo, mas não cai o outro.

Então, os acadêmicos estão discutindo isso entre si – dos Estados Unidos e da Europa – já estão todos discutindo, e o Brasil também está engajado nesta discussão.

É um recado importante para o setor privado: for favor, isso aí não é um processo assim, não vai se reconhecer...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VERA THORSTENSEN – Volte.

O Presidente Lula fez um memorando de entendimento com a China para reconhecer. A legislação não foi implementada. Então, o Brasil usava a "não economia de mercado", para colocar *antidumping* contra a China.

Agora, de novo ela vai dizer que, pelo Protocolo de Exceção, ela é uma economia de mercado. E o Brasil vai dizer: "Bem, nós precisamos analisar porque há uma lei. Como se resolve essa lei?"

E entre esses dois pontos, certamente um painel será aberto pela China contra Estados Unidos e Europa. Então, é não se fazer nada. É esperar, porque a briga vai ser feia.

Já falei a história da noiva, que o senhor vai escutar que ninguém quer fazer acordo com o Brasil. Vai depender do que o Brasil tem a oferecer. E se os Estados Unidos são melhor ou pior, se acaba com o Brasil ou não...

Veja, a vantagem de ser uma acadêmica veterana é que eu vivi tudo isso. E a história é que hoje, em relação ao princípio de precaução da Europa, que é mortal, o que a China e outros países estão fazendo, a maneira como a China faz a sua diplomacia, como faz os seus acordos e como está se transformando em um fazedor de regras, acho que tudo é questão de interesse e é tão perigoso quanto.

Sinceramente acho que é melhor o Brasil ter um acordo com a China do que não ter nada. Um acordo comercial da China ou no BRICS, onde você tem a cláusula de desgravação tarifária de 20 anos, com o TPP está falando que é possível. No meu tempo na OMC, deveria ser 10. Agora está em 20.

Tudo bem, que seja 20. É melhor você ter um acordo com regras com a China do que deixar a China solta em relação ao Brasil. Então, faz-se um acordo no BRICS. Por que não um acordo no BRICS? Todas as nossas estimativas mostram que um acordo com os Estados Unidos é positivo para o Brasil; com a Europa é positivo para o Brasil. O senhor viu entrar em um TPP, altamente positivo para o Brasil.

Por que não fazer um acordo com a China?

Então, aí explode a agricultura? Sim, A agricultura do Dr. Mauro vai sofrer, mas, para isso, é preciso ter justamente o tempo de fazer a adaptação.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB - CE) – Colocando uma observação, a Profª Lia falou que, evidentemente, não são tão fáceis para o Brasil certos acordos, comparando com o Chile, por exemplo.

O Chile não tem indústria é nós temos uma indústria robusta. Portanto, não é tão simples assim fazer um acordo com a Comunidade Europeia, por exemplo. Mas estamos vivendo uma situação que não tem jeito, porque a indústria está desaparecendo.

A SRª LIA BAKER VALLS PEREIRA – Eu não sou contra se fazer o acordo. Eu só estou dizendo que lá no Chile há 30 acordos.

Digo que é mais fácil para o Brasil... Passa por uma discussão que durante a Alca houve, mas ela não foi para frente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB - CE) – O que estou colocando é que já está ficando, infelizmente, mais fácil para o Brasil porque a indústria está desaparecendo.

A SRª LIA BAKER VALLS PEREIRA – Sim, está caindo... Ela ainda resiste um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB - CE) – Nós estamos tendendo a zero. É evidente... Está na hora de um grito de socorro.

A SRª LIA BAKER VALLS PEREIRA – Eu acho que agora eles se movimentaram, com essa diferença.

O SR. MARCOS TROYJO – ... o porquê desse apego quase religioso do País ao multilateralismo; o porquê da política Sul-Sul; o porquê dessa vertebração com o Mercosul; o porquê da deseconomia; da perda de potencial das relações entre Estados Unidos e Brasil; o porquê da resistência.

Eu acho o seguinte: a inserção global do Brasil, a competitividade brasileira tem sido, nos últimos 13 anos, assombrada por três fantasmas. O primeiro desses fantasmas chama-se Substituição de Importações 2.0. Se você olhar qualquer um desses grandes campeões nacionais, ou mesmo uma empresa como a Petrobras, verá que ela foi submetida a uma relação de política Industrial, com ângulos reflexos sobre a política de comércio exterior que são característicos da virada dos anos 60 e dos anos 70.

Por exemplo, a Petrobras precisa comprar um Aframax, que é um navio tanque que, se você for à Coreia do Sul ou na China, custa US$45 milhões. A Petrobras estava pagando US$80 milhões por cada uma das embarcações para fabricar aqui.

Isso é curioso porque, do ponto de vista da análise do fluxo de investimento estrangeiro direto para o Brasil, parece algo positivo. Ou seja, vem capital para o Brasil para instalar essas operações aqui. Agora, obviamente, a perda de eficiência é gigantesca, do ponto de vista do consumidor ou do ponto de vista da empresa. Foi essa coisa dos últimos 13 anos, que foi o renascimento dessa política de substituição de importações.

O segundo fantasma, que também está umbilicalmente ligado a esse primeiro, é o nacional desenvolvimentismo. É aquela coisa mais uma vez do Brasil-potência; do nacionalismo por parte das políticas de fomento; da necessidade de você consolidar; de fortalecer demais empresas nacionais para que aí, sim, elas possam ga-

nhar uma grande projeção internacional, o que, por exemplo, explica essa caudalosa transferência de recursos do Banco Brasileiro de Desenvolvimento para as empresas que conhecemos.

O terceiro fantasma é o da política externa independente, está certo? É independente de quê? É a tal da PEI, que também é uma coisa dos anos 60, dos anos 70? É independente dos Estados Unidos e, em certo sentido, da União Soviética. Como não há mais União Soviética do mundo, se você quer se antagonizar a alguém, acaba se agonizando ao seu maior vizinho hemisférico, que são os Estados Unidos.

O que, na minha opinião, é terrível nessa tríade de assombrações? É que todas elas dizem respeito, na minha opinião, e desculpe entrar um pouco no campo da Psicologia, Senador, mas eu acho que muito dessa visão de mundo que tem conduzido a política externa brasileira, a política Industrial brasileira, a política comercial brasileira nesses últimos 13 anos é filiada a esse mundo dos anos 60 e dos anos 70, com um parentesco muito claro em relação à política que o Brasil adotava, à época, durante o regime militar. A política tem muito *a la* Geisel; a política externa independente pauta muito aquilo que se fez nesses últimos anos.

De modo que eu acho que esse é um legado...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Ela é esquizofrênica.

O SR. MARCOS TROYJO – Ela é esquizofrênica, mas tem uma certa lógica, e para voltar à minha imagem da máquina do tempo...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – À época, o Professor Gudin – e vocês são acadêmicos –, um Brasil, no meu tempo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB - CE) – ...o Brasil exportador de matérias-primas, especializado...

O SR. MARCOS TROYJO – Vai ser preciso desmantelar ou limpar o ambiente desses fantasmas.

Para que isso possa acontecer, ao lado das chamadas reformas estruturais (do trabalho, da legislação trabalhista, da previdência, fiscal) – aliás, não é nem uma reforma, é dar forma ao que chamei de grande estratégia...

Por exemplo, o senhor mencionou, e é verdade, que o Congresso tem um papel muito específico, eu diria até limitado no desenho dessa grande estratégia. Mas, peguemos um país como os Estados Unidos, por exemplo, apenas para ficar no caso da política comercial, e vamos supor que política comercial tenha quatro fases pelo menos: formulação, negociação, promoção e solução de controvérsias. Quem formula política de comércio exterior nos Estados Unidos? É o Congresso americano. São os legisladores americanos, em dialogo com as representações institucionalizadas das empresas americanas que vão desenhar, é a coalizão de empresas interessadas, de setores interessados que vou fazer a matéria-prima do que deve ser a fórmula do interesse americano para o comércio exterior.

Uma vez que essa fórmula está pronta você entrega isso para quem para negociar? Você entrega para a Casa Branca, que tem um anexo gigante, com um monte de gente inteligente, chamado Escritório de Representação Comercial dos Estados Unidos. Isto é, o sujeito que é responsável por essa área tem cargo de Ministro de Estado. Quando tem o tal do Estado da União, quando o presidente americano entra no Congresso dos Estados Unidos, o Ministro de Representação Comercial vai junto com o Presidente. É ele quem vai negociar os termos, por exemplo, desse acordo do Pacífico que vimos agora.

Uma vez que o acordo está em funcionamento, quem é que promove os interesses comerciais dos Estados Unidos? Eles têm lá o Departamento de Comércio, que vai dialogar com as Câmaras de Comércio americanas no mundo, que vai dialogar com os departamentos de promoção das empresas.

E se der um problema, digamos que esteja na fronteira da política exterior com a política externa quem resolve? O Departamento de Estado ajuda também. Então, você tem pelo menos quatro animais institucionais muito bem definidos para enfrentar esse grande desafio da inserção.

No caso do Brasil, nós não temos isso ainda, de modo, mais uma vez, que vamos ter de dar forma, depois desse período mais uma vez de assombrações que tivemos nesses últimos 13 anos, a essa grande estratégia.

E eu acho papel do Congresso vai ser fundamental para o chamamento, sobretudo do setor privado, eu acho, do desenho daquilo que deve ser, a meu ver, a nova configuração do interesse nacional.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB - CE) – Dr. Mauro.

O SR. MAURO OITICICA LAVIOLA – Obrigado, Senador Jereissati.

Senador Ferraço, concordo grande parte com sua primeira observação, com relação à falta de indignação do setor privado brasileiro. Na verdade, o setor privado brasileiro faz reclamações, mas não faz indignações. Mas sabe por que não faz? Qual é a regra do jogo?

Não há uma regra do jogo para ficar indignado e se mostrar contra essa regra do jogo. É que não há uma regra do jogo. Fala-se aqui em política comercial, mas a política comercial depende de uma política Industrial. O Brasil não tem uma política industrial, o Brasil tem uns remendos setoriais, como aconteceu com o Inova.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Perdoe-me, mas a Presidência da República dá os seus conselhinhos, os conselhões de desenvolvimento disso, daquilo e daquilo outro. Isso é tudo ficção?

O SR. MAURO OITICICA LAVIOLA – Senador, o conselho máximo na área externa chama-se Camex. Lá estão sete ou oito Ministérios, exceto o Ministério de Transportes. Inclusive, uma das carências é exatamente logística, mas o Ministério de Transportes não está na Camex. E há um conselho empresarial da Camex, em uma primeira reunião depois de muitos anos, que também não tem grande significado. E sabe por quê? Porque é Camex não desenvolve uma política previamente traçada, em combinação do Executivo com o Congresso.

Então, qual é o papel da Camex? Pontual. A Camex aprova exceções à tarifa externa comum...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – É reativa.

O SR. MAURO OITICICA LAVIOLA – Sim, é reativa. Por que não vem uma política industrial e comercial de cima, uma política de Estado. Temos uma política de Governo, que são coisas absolutamente distintas. Os senhores sabem disso muito melhor do que eu.

Então por que insistir nessa política? Não existe política, existem remendos. V. Exª citou também o seguinte: "Há sinais de inflexão?"

Sabe quais são os sinais de inflexão no que estamos tratando, de novos acordos?

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – É início de governo, e não fim de governo!

O SR. MAURO OITICICA LAVIOLA – É ampliar acordo com Cuba – tudo bem que agora vai passar para o livre comércio –; voltar a tentar uma negociação com o Canadá, porque já há comércio e o Canadá está insistindo, etc. Depois, espie só, Tunísia, Líbano e Área de Livre Comércio da União Europeia, ou seja, Suíça, Liechtenstein, Noruega e Islândia. Eu fico imaginando um navio brasileiro levar alguma coisa para a Islândia. É alguma coisa que não me cabe muito.

Então, não há uma indignação, com razão, porque também não há uma regra definida do jogo. Há reclamações de todo lado, documentos daqui e dali. Tudo bem.

Eu esqueci também de mencionar um outro, que não é perigo, mas é uma inflexão, uma ausência de um paradigma mais definido. Sabe o que está ocorrendo? Eu antes havia mencionado que alguns setores estão saindo do País e se alocando... Esqueci de mencionar o Paraguai, que a Profª Vera havia lançado.

O Paraguai, na sua nova direção, dirigida por um empresário, está tentando o seu caminho e está implementando a aprovação de investimentos sob as regras da Lei de Maquila.

Sabe qual é a Lei de Maquila do Paraguai? É excelente. Ela cobra 1% do valor FOB da produção feita no Paraguai. E pronto. E mais: pode usufruir da regra de origem favorável que existe no Mercosul que é 35 contra 65. Isso é um maná. No dia em que Taiwan, China descobrirem isso...

Algumas empresas brasileiras já estão se deslocando para o Paraguai. O Paraguai só tem uma grande dificuldade: é a logística, porque o produto mais pesado tem que sair pelas chatas do Rio Paraguai e, quando chega no porto argentino para transbordo, o argentino abre o contêiner paraguaio e cobra mil dólares por contêiner aberto. É transbordo, não é para o destino. Tanto é assim que estão estudando ir direto para o porto de Montevidéu.

E também a logística por terra, que tem que atravessar todo o território brasileiro para desaguar no Porto de Paranaguá a soja, que é uma das principais exportações do Paraguai. Mas empresas brasileiras já estão se deslocando para o Paraguai, a linha de transmissão de Itaipu para o centro do Paraguai já está praticamente pronta. E energia elétrica no Paraguai é uma beleza, porque, Itaipu o Brasil só recompra o excedente. Se o Paraguai viesse a utilizar inteiramente de Itaipu, o que não vai acontecer, o Brasil ficaria sem energia elétrica porque, pela regra do jogo, é assim: é o excedente do que o Paraguai não utilizar.

Felizmente, jamais chegará, creio eu, a 50%. Mas isso é um atrativo para se instalarem no Paraguai, sob a Lei de Maquila.

Finalmente, Senador, quero mencionar o seguinte: essa questão do Mercosul é basicamente política antes mesmo de ser comercial, porque pode ser alterada a 3200, sim, dependendo de uma liderança brasileira.

Eu mesmo já fiz um exercício – que nunca apresentei a ninguém – de criar um *waiver* dentro da 3200. O que é um *waiver*? Uma licença temporária, para que quaisquer dos países integrantes possam fazer acordos sujeitos a apresentar... ou que outros países possam aderir a este acordo.

Seria uma fórmula de o Brasil imaginar uma estratégia de negociação com terceiros países sem ficar preso na 3200 no Mercosul.

Mas esse é um aspecto político. Estou mencionando um aspecto técnico. Mas se não houver a decisão política, nada vai caminhar.

E o engraçado é que o Protocolo de Ouro Preto permite essa revisão, mas a condução política não deixou. Os senhores sabem disso melhor do que eu. O terceiro-mundismo continuou avançando, e não foi possível até agora fazer nada.

Quanto à negociação – e alguém já mencionou isso – qualquer negociação tem uma regra básica a ser perseguida, e muitas vezes não conseguida. Quando viajamos no ano passado, tive uma reunião lá na União Europeia, e ele reclamou que o Mercosul não fazia ofertas. Eu falei: escuta uma coisa, uma negociação está dentro do seguinte princípio: "ganha-ganha". Não existe uma negociação que possa terminar quando é "ganha-perde". Pode até ser finalizada, mas, em seguida o parceiro que perdeu anula aquela negociação. Anula. Ele tem todo direito de fazer isso.

Quando é em bloco, é mais difícil ainda, porque o bloco é dirigido por um conselho, mas toda negociação tem por princípio ser "ganha-ganha". Não quer dizer que seja exatamente igual, mas as duas partes têm que ficar, de certa forma, satisfeitas com aquilo que negociaram, senão anulam a negociação, e isso não faz com que as empresas aproveitem a negociação.

De modo que aos meus comentários eu gostaria apenas acrescentar aqui os dos meus colegas que fizeram apresentação e dizer que, infelizmente, não haverá maior atuação do setor privado enquanto não houver uma regra do jogo. Aí, os senhores vão me dizer: "mas qual é o jogo que poderá vir na atual situação e nesse panorama mundial?"

Eu não saberia dizer, não tenho capacidade para isso. Então, fica patenteado que estamos enrolados dentro de algo como se fosse de um de um tonel fechado, sem poder respirar e sem um periscópio que nos faça ver que caminho seguir.

Obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Eu gosto muito de uma frase do Prof. Celso Lafer, em que afirma, e com muita razão e precisão, que o Mercosul não é opção; é destino!

Eu também acho que é destino, mas a manutenção do Mercosul nesse estado da arte, é evidente, não vai a lugar algum. E não ir a lugar algum significa que o Brasil perdeu a sua soberania comercial, porque só pode ir aonde os outros forem.

O SR. MAURO OITICICA LAVIOLA – Tem razão, Senador. Posso fazer um comentário?

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Pois não.

O SR. MAURO OITICICA LAVIOLA – Um comentário: quando foi criada a Tarifa Externa Comum, através do Protocolo de Ouro Preto, visando uma união aduaneira, quais são os predicados...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – As premissas.

O SR. MAURO OITICICA LAVIOLA – Quais são as premissas básicas para formar uma união aduaneira?

Primeiro, uma coordenação de políticas macroeconômicas. E vocês vão me dizer: "Mas não havia política macroeconômica na ocasião!" A Argentina estava naquele processo da convergência do dólar. O Brasil estava saindo de uma hiperinflação. Havia problemas inflacionários nos dois países.

Então, que não se fizesse união aduaneira.

Outra: coordenação de políticas fiscais. Nunca houve! A política fiscal brasileira é diametralmente oposta às políticas fiscais de Argentina, Uruguai e Paraguai. É uma multiplicidade de impostos federais, municipais e estaduais. V. Exª conhece melhor do que eu.

E coordenação de políticas macroeconômicas. Não, estabeleceram uma Tarifa Externa Comum, que, diga-se de passagem, baseada em interesses brasileiros, basicamente. Isso é verdade. E não aconteceu absolutamente nada.

Então, para formar uma união aduaneira sem coordenação de política alguma... Isso levou ao imobilismo no Mercosul exatamente do ano 2000 até o ano 2010, e prossegue nesses 15 anos adicionais.

Seriam esses os meus comentários.

A SRª VERA THORSTENSEN – Escuta-se outra ilusão: que o Mercosul está mal porque a Argentina não quer nada.

Eu acho que o Mercosul está mal porque o Brasil não sabe o que quer do Mercosul. Pronto, eu acho.

Segundo, em todo acordo é possível cláusula onde cada país, como a União Europeia, pode entrar com velocidade diferente.

De novo, o Brasil, por muito tempo, está usando a Argentina como desculpa, porque também o Brasil não quer fazer o acordo. De novo, a esquizofrenia: um pedaço do Brasil quer, outro pedaço do Brasil não quer. Enquanto isso não estiver resolvido...

Eu queria reforçar o que falou a Profª Lia: no comércio internacional, hoje, 80% são feitos pelas multinacionais. As médias e as pequenas empresas entram nessas cadeias etc. De novo, o comércio internacional tem de passar hoje, sim, por uma chamada do setor multinacional aqui no Brasil e estabelecer as regras do jogo de novo.

Lia tem toda razão.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB - CE) – Eu gostaria de aproveitar a oportunidade, já que o Senador Ferraço falou no Espírito Santo dele, de falar do meu Ceará, porque há a guerra fiscal agora, que é combatida enormemente dentro de nosso País e uma perda fiscal, quando nós estamos sofrendo a guerra fiscal dentro do Mercosul.

E o que é pior: o próprio Ceará, meu Estado, acabou de perder a boa parte de uma Indústria que se deslocou para o Paraguai. Evidentemente vai acontecer isso...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Indústria têxtil?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB - CE) – Sim, a têxtil.

Nós vamos ter um êxodo das Indústrias que ainda estão no Nordeste – e estou falando das indústrias que estão sumindo – e estão se deslocando para outros países. É uma coisa gravíssima.

Eu vou discordar, se me permitem, do Dr. Mauro. Eu acho que há uma imensa acomodação – e vou usar uma palavra um pouco forte, não entendam que estou sendo agressivo, mas não vejo outra maneira –, um acovardamento do setor privado brasileiro que não vem de agora, mas de algum tempo e que, enquanto as coisas iam relativamente bem, esse acovardamento estava embutido já que as coisas iam bem para todo mundo e todo mundo estava feliz.

Tudo estava errado: a política econômica estava errada, a política externa estava errada e ninguém falava.

O SR. MAURO OITICICA LAVIOLA – Se me permite uma observação, é que toda a ação do Governo era pontual.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB - CE) – Mas é exatamente o que acontece no Congresso Nacional e o setor privado reclama. Toma lá dá cá, a chamada "política franciscana".

E é exatamente isso que é tão criticado. Estava acontecendo a mesma coisa, exatamente a mesma coisa, e estava todo mundo feliz.

Então, houve um acovardamento e não surgiram – e eu sou empresário – novas lideranças empresariais corajosas ou audaciosas, vou chamar assim, o suficiente para fazer valer a indignação que existe dentro do setor privado.

E olhe: o Governo e o Congresso agem em cima da pressão que vem de fora; sem essa pressão... A inércia é o normal dessas instituições. E mais do que nunca, hoje, é necessário. Gostei muito quando o Prof. Marcos falou em Psiquiatria, gostei muito do termo "esquizofrênico", que é o que a gente vê. O governo é esquizofrênico, o Governo tem...

Quem é o ministro que foi lembrado; quem é o ator da política externa brasileira? É o Ministro Marco Vieira ou o Marco Aurélio Garcia?

A SRª VERA THORSTENSEN (*Fora do microfone*.) – Eles falam a mesma linguagem?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB - CE) – O mesmo que acontece na política externa que nós estamos assistindo diariamente aqui.

Era um projeto de lei...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Lei Antiterrorismo

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB - CE) – Sim, a Lei Antiterrorismo, em que o Líder do Governo encaminhou de uma maneira, a favor, e o Líder do PT encaminhou contra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – O PT tirou uma nota contra o projeto que a Presidente Dilma submeteu ao País, por exigências internacionais, para que tivéssemos uma lei específica, de modo a combater o terrorismo em função das Olimpíadas e tantas outras demandas.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB - CE) – Até tiramos uma brincadeira: "eu sou oposição, mas quero saber a quem, se ao Governo..."

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Sr. Presidente, na linha do que V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB - CE) – Só complementando, Senador Ferraço, a mesma coisa ocorre com a política externa: com quem devemos discutir a política externa?

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – V. Exª está me fazendo manifestação que tem a ver com a construção precisa, cirúrgica, feita pelo Prof. Marcos Troyjo, de que, na verdade, as coisas que estamos vivendo no Brasil não são obra do acaso, elas foram planejadas. Modelos de experiências que não deram certo nos anos 70 e 60 foram reintroduzidas nosso País.

Isso foi dedicadamente construído, e quem está tendo que pagar a conta é a população brasileira, porque, após a crise, vem a decadência, e serão décadas.

A história vai testemunhar essa quadra brasileira. Mas eu acho que precisamos trazer a esta Comissão, eu gostaria de requerer, por convocação, a presença do Ministro Marco Aurélio Garcia. Eu não sei se ele é Ministro, eu não sei se ele é assessor presidencial. Eu, por mim...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Eu posso fazer o convite, mas eu convocaria.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB - CE) – É que ele não é Ministro...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB - CE) – Tem certeza? (*Risos.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Eu quero requerer... Não há problema, quero requerer a V. Exª convidar o Ministro Prof. Marco Aurélio Garcia, que me parece ser o grande arquiteto dessa construção toda, na medida em que o atual Chanceler assumiu recentemente que é apenas parte recente. Mas outros tantos que assumiram nesse período o Ministério das Relações Exteriores seguiram a cartilha que em tese foi arquitetada pelo Prof. Marco Aurélio Garcia.

Então, quero requerer a V. Exª que pudéssemos convidar o Ministro Marco Aurélio Garcia para a segunda etapa deste debate, em que estamos aqui, na prática, não decidindo, mas discutindo rumos da política externa e da política comercial brasileira.

Acho que teríamos de incluir nisso o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Precisamos ter sentados aqui o Ministro Marco Aurélio, o Ministro Mauro Vieira...

A SRª VERA THORSTENSEN (*Fora do microfone*.) – Agricultura.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Sim, agricultura e também o nosso querido e estimado Senador Armando Monteiro, que, a meu juízo, tem feito um esforço muito grande para se mover. Eu tenho visto o Ministro, fazendo a diferença nesse ambiente esquizofrênico, mas tem feito um esforço grande, tem manifestado, enfim, a sua repulsa, porque o plano de exportação, lançado recentemente, está sendo completamente desconstruído pelo Governo, haja vista a decisão do Governo em relação ao Reintegra, que eram resíduos tributários que foram reduzidos a 0,1% para não extingui-los.

Então, aproveito para requerer a V. Exª o convite ao Marco Aurélio Garcia, ao Ministro Armando Monteiro e à Ministro a Kátia Abreu para que pudéssemos ter uma conversa aqui sobre política externa e política comercial externa, à luz desses fatos que estão colocados aqui, até porque não apenas a parceria transpacífica, mas a parceria transatlântica está em curso. E não será surpresa para mim se a parceria transatlântica, que envolve Estados Unidos e União Europeia, sair antes de algum eventual acordo do Mercosul com a União Europeia, o que se traduzirá em um desastre ainda maior para a economia brasileira e do Mercosul.

A SRª VERA THORSTENSEN – Se o senhor perguntar o que vai acontecer, a informação que me foi dada nesse grande encontro... É uma questão de dominó. Começou o TPP e já temos Coreia, já temos Filipinas batendo à porta, já tem Colômbia para alargar o TPP, o Transpacífico. E, como está crescendo o poder dos Estados Unidos agora nos países da Ásia, isso vai sugar muita exportação da própria Europa. Isso vai ser um grande elemento para que a União Europeia deixe para trás os motivos contra os quais lutava para também aderir e, por sua vez, a China não vai ficar quieta.

É um movimento muito em orquestrado de regulação do comércio feita por esses grandes dois países.

Então, o próprio acordo da China e aquela região do RCEP que mostrei, com a Índia, também vai ser de alguma forma acelerada. Então, esse novo modelo TPP é o novo modelo e acelera todo o quadro de acordo que estão existindo...

A SRª LIA BAKER VALLS PEREIRA – O Japão vai fechar acordo com a União Europeia, incentivou a União europeia para fechar o acordo. E o que não comentamos, e que é importante, é que existe uma possibilidade, a Asean ter um acordo em separado com a China, um acordo separado com a Coreia do Sul e com o Japão.

Esse é o grande eixo, eles conseguirem se acertar e você conseguir fazer um acordo que inclua Japão, China e Coreia, fora do âmbito do TPP, esse é o grande tema.

A SRª VERA THORSTENSEN – Então, reafirmo, é a rota da seda...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Esses elementos justificam, Sr. Presidente, que possamos conversar com todos esses segmentos do Governo, para tentar entender se há algum tipo de unidade na construção da ação do Governo.

Esse é o requerimento que quero apresentar a V. Exª.

O SR. MAURO OITICICA LAVIOLA – Senador Ferraço, veja o espaguete de rolo que está se criando: O Canadá também está fazendo uma negociação com a União Europeia.

Quanto à China e à Austrália, a China não está no TPP, mas a Austrália está, acabam de formalizar um acordo: minério de ferro, açúcar, carnes. A Austrália vai fornecer à China com muito mais vantagens, inclusive de logística, em termos de transporte, porque um está perto do outro, em relação às nossas exportações de minério, de soja e de carne para a China.

Olhe só o quadro que se desenha.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Os dados que tenho aqui indicam que a parceria transpacífica prevê uma redução de tarifa de 40% no comércio intrabloco de frango e de 35% de soja, só produtos em que o Brasil compete diretamente com os Estados Unidos. No caso da carne de frango, 11% das exportações brasileiras têm o Japão como destino, o que representa 73% das importações totais de carne de frango daquele País.

Ou seja, estamos vendo mercados se fecharem à realidade brasileira e isso terá forte impacto em arranjos que levaram décadas para serem constituídas e que sofrerão competições absolutamente desiguais. É disso que estamos falando.

Quando vejo o setor de confecção se deslocar do Ceará para o Paraguai; quando vejo os produtores de café sofrerem uma concorrência desleal, porque o Vietnã terá acessos facilitados a esses mercados que o meu Espírito Santo não terá, vejo que isso impacta diretamente a capacidade das pessoas de operarem.

É disso que se trata. É, portanto, um tema de absoluto interesse da sociedade brasileira.

O SR. MAURO OITICICA LAVIOLA – Senador Ferraço, isso está atingindo *commodities* brasileiras que estão sustentando o comércio exterior brasileiro.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Naquilo em que ainda somos bons, estamos ameaçados.

O SR. MARCOS TROYJO – Só uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB - CE) – Diante desse quadro, que é um quadro de muitas oportunidades para poucos países; agora, poucas oportunidades para muitos, e infelizmente parece que o Brasil está nesse segundo conjunto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – De poucas oportunidades para muitos países, onde a competição é mais selvagem.

O SR. MARCOS TROYJO – Isso porque essa reglobalização que está vindo aí, Senador, é muito seletiva, quase que por adesão: você tem um texto como a TPP e você adere a ele. Não é uma coisa abrangente, gerada a partir de uma comunhão completa de visão de mundo, de países. É uma globalização por partes. Essa é a característica da reglobalização.

Mas a minha impressão é de que, apesar de tudo, o Brasil ainda vai ter uma janela de vantagem comparativa nesse negócio das *commodities,* que nós precisamos aproveitar...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Qual?

O SR. MARCOS TROYJO – Os indianos vão crescer muito... Vamos começar pelos chineses.

Os chineses estão com uma renda *per capita* de 8 mil dólares e ela continua subindo. Quando a sua renda está nesse nível, é mais caloria que você ingere, é mais infraestrutura de que você precisa para a sua sociedade.

Veja o caso da Índia, por exemplo. Da mesma maneira com que os Estados Unidos vão ser superados pela China, daqui a dez anos, com o maior PIB mundial, a Índia vai ultrapassar a China, daqui a dez anos, como o país mais populoso do mundo.

Então, o que vai significar para as oportunidades, para o agronegócio brasileiro um país que vai sair de uma renda *per capita* de US$ 2,7 mil para um país de US$ 6 mil. Eles vão comer muito!

E precisam melhorar a infraestrutura do País. A Índia só tem uma autoestrada, que liga Nova Deli a Agra. Ela só tem 120 quilômetros de extensão. Então, são muitas oportunidades para o agronegócio brasileiro. E, se fizermos isso estrategicamente, vamos, sim, por conta desses fatores em que temos esses diferenciais, conseguir os recursos necessários para promover uma metamorfose da capacidade brasileira de inserção global.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB - CE) – Quero agradecer imensamente a presença e as muito importantes palestras proferidas aqui pelo Dr. Mauro, pela Profª Vera, pelo Prof. Marcos.

Com certeza, nós, que já estávamos preocupados com o comércio exterior brasileiro e a política externa brasileira, de maneira geral, não só no comércio externo, agora estamos mais do que preocupados. Saímos aqui alarmados diante de uma tragédia anunciada, continuarmos com essa linha que estamos tendo até hoje.

Eu espero, com certeza falando em nome de toda a Comissão, do Senador Aloysio, que não está presente, do Senador Ferraço, que possamos manter uma troca de informações, nesses próximos meses, para que possamos trabalhar melhor o desenho do nosso modelo a adotar aqui, em relação a esse problema que, de novo, está sendo muito pouco levantado no cenário nacional, seja no Congresso Nacional, seja na área econômica, seja na área privada, seja na imprensa, a gravidade da encruzilhada em que estamos nos metendo.

Por isso, eu queria fazer um agradecimento muito especial a todos os senhores e senhoras aqui.

Quero também aproveitar e colocar em discussão o requerimento feito pelo Senador Ferraço, em que ele convida o Sr. Márcio Aurélio Garcia, o Sr. Armando Monteiro e a Ministra Kátia Abreu para virem em audiência pública.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB - CE) – O Chanceler já está convidado. É a nossa próxima...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – O Chanceler de direito e o de fato.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Oposição/PSDB - CE) –

EXTRAPAUTA
ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 87, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 90, II e V do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados o Sr. Marcos Aurélio Garcia, a Ministra da Agricultura Kátia Abreu e o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro, para audiência pública com o intuito de discutir sobre os rumos da atual política comercial externa brasileira.

Autoria: Senador Tasso Jereissati e outros

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, até porque o Senador Ferraço não vai querer discutir, é voto conhecido...

Não havendo quem queria discutir, coloco em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Fica aprovado o requerimento, então.

Nada mais havendo a tratar, mais uma vez agradecendo a todos a presença, está encerrada a sessão.

(Iniciada às 10 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 13 minutos.)

ATA DA 41ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE NOVEMBRO DE 2015.

Às dez horas e catorze minutos do dia cinco de novembro de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os(as) Senadores(as) Lasier Martins, Ana Amélia, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, José Agripino, Tasso Jereissati, Vanessa Grazziotin, José Pimentel, Delcídio do Amaral, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Antonio Anastasia e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justifica ausência o Senador Cristovam Buarque. O Presidente declara aberta a Reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior, que fica dada como lida e aprovada. O Presidente comunica apresentação de requerimento de sua autoria de transcrição nos Anais do Senado Federal de uma correspondência que foi endereçada ao Presidente da República Bolivariana da Venezuela, Nicolás Maduro. O texto da carta insta o Presidente Maduro a admitir observadores isentos nas eleições que se avizinham na Venezuela e enfatiza o nosso empenho para que essas eleições transcorram limpamente, condição indispensável para a pacificação política na Venezuela. Informa que essa carta está assinada por Parlamentares de vários países, como os Estados Unidos, o Chile, a Colômbia, a Costa Rica, o Peru, e também por vários Senadores brasileiros; e será divulgada hoje, entre outros veículos, na página da Comissão de Relações Exteriores do Senado. Passa-se à PAUTA – 1ª PARTE: AUDIÊNCIA PÚBLICA destinada a discutir a situação atual da indústria de defesa brasileira e os projetos estratégicos do setor de defesa brasileiro, em atendimento ao Requerimento Nº 68, de 2015. Convidados: Rubens Barbosa, Presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da FIESP; e Eduardo Bonini Santos Pinto, Presidente da Visiona Tecnologia Espacial. Os convidados compõem a mesa. O Presidente concede a palavra a cada um deles para suas exposições. O presidente alerta a assessoria parlamentar do MRE com relação ao acordo que trata sobre salvaguardas tecnológicas relacionadas à base de Alcântara. Usa a palavra o Senador Ricardo Ferraço. O Presidente comunica o recebimento de convite da Assessoria Parlamentar do Comando da Aeronáutica, dirigido aos membros desta Comissão, para uma visita institucional ao Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial – DCTA e à Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. – EMBRAER em São José dos Campos/SP e Gavião Peixoto/SP, com o objetivo de apresentar uma visão do trabalho desenvolvido na área de ciência e tecnologia aeronáutica, especificamente o andamento do projeto aeroespacial brasileiro, o desenvolvimento e construção da aeronave de transporte aéreo tático militar KC-390 e a modernização da aeronave de ataque A-1m. Usa a palavra a Senadora Ana Amélia, o Senador Lasier Martins, o Senador Antonio Anastasia, o Senador Tasso Jereissati e o Senador José Agripino. Os expositores respondem os questionamentos apresentados. O Presidente agradece a presença dos convidados e encerra essa parte da reunião. Audiência Pública realizada. Fica adiada a deliberação dos itens constantes da PAUTA – 2ª PARTE (DELIBERATIVA): ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 73, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTÔNIO JOSÉ REZENDE DE CASTRO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em São Vicente e Granadinas." Adiado. ITEM 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 213, de 2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que "Dá nova redação ao §2º do art. 2º da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 - Lei do Serviço Militar - garantindo às mulheres o direito de opção ao serviço militar." Adiado. ITEM 3) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 24, de 2015, de autoria do Senador Magno Malta, que "Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Guiné e dá outras providências." Adiado. ITEM 4) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 31, de 2015, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "Altera a alínea "d" da Resolução do Senado Federal nº 41, de 2013, que trata dos requisitos para apreciação das indicações a chefes de missão diplomática de caráter permanente, acrescentando necessidade de apresentação de relatório de gestão do último posto desempenhado." Adiado. ITEM 5) INDICAÇÃO Nº 3, de 2015, de autoria do Senador João Capiberibe, que "Sugestão, nos termos do Arts. 224 do Regimento Interno do Senado Federal, de adoção de medidas relativas ao reconhecimento da República Árabe Saharauí Democrática (Saara Ocidental) como Estado detentor de Direito legítimo à soberania e à autodeterminação; ao estabelecimento de relações diplomáticas; à intuição de processo contínuo de ajuda humanitária aos refugiados; à concessão à MINURSO de competência para tratar de Direitos Humanos na área ocupada; e à instalação de Escritório de Representação no País." Adiado. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e trinta e três minutos, lavrando, eu, José Alexandre G. Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 41ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, está a ata aprovada.

Antes de iniciarmos a nossa audiência pública, que tem como finalidade discutir a situação atual da indústria de defesa brasileira e os projetos estratégicos para esse setor, em atendimento a dois requerimentos, um de minha autoria e outro do Senador Ricardo Ferraço, eu gostaria de comunicar à Comissão que eu estou requerendo hoje a transcrição nos *Anais do Senado Federal* de uma correspondência que foi endereçada ao Presidente da República Bolivariana da Venezuela, Nicolás Maduro. O texto da carta insta o Presidente Maduro a admitir observadores isentos nas eleições que se avizinham na Venezuela e enfatiza o nosso empenho para que essas eleições transcorram limpamente, condição indispensável para a pacificação política na Venezuela. Essa carta, Srs. Senadores, está assinada por Parlamentares de vários países, como os Estados Unidos, o Chile, a Colômbia, a Costa Rica, o Peru, e também por vários Senadores brasileiros. Essa carta será divulgada hoje e será divulgada também, entre outros veículos, na nossa página, a página da Comissão de Relações Exteriores do Senado.

Nós vamos dar início à nossa audiência pública, que tem como convidados Eduardo Bonini Santos Pinto, Presidente da Visiona Tecnologia Espacial, e o Embaixador Rubens Barbosa, Presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da Fiesp.

Dr. Bonini, por favor, o senhor tem a palavra por 20 minutos.

O SR. EDUARDO BONINI SANTOS PINTO – Pode ser até menos. Pode ser dez.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – O.k.

O SR. EDUARDO BONINI SANTOS PINTO – Bom dia, Senador, Senadores, audiência presente. Obrigado pela oportunidade de poder estar aqui e, rapidamente, apresentar um pouquinho da situação do setor espacial, que está muito relacionado com a parte de defesa.

O Brasil, há mais de 30 anos, desenvolve essa área espacial. Começamos muito antes que outros países e, hoje, nos encontramos com a indústria do setor espacial em uma situação bastante crítica.

Tenho aqui, rapidamente, alguns eslaides para mostrar, só para fazer um contexto do que está acontecendo. Não é relacionado à empresa Visiona, a qual represento aqui, mas é uma situação que pode impactar não só a nossa empresa, mas o setor espacial como um todo. Então, é uma rápida visão sobre o setor espacial que nós estamos vivendo. Eu apresento um pequeno histórico. Durante a apresentação, vamos mostrar o que vem acontecendo com essa indústria de base que temos no País.

A Visiona é uma empresa privada, constituída pela Embraer e pela Telebras. A Embraer controla com 51%. Originalmente, para a integração do satélite geoestacionário de defesa e comunicação. É o primeiro satélite que está sendo desenvolvido para essa finalidade exclusiva para o Brasil, garantindo comunicação segura não só para a área de defesa, mas também garantindo a utilização de banda larga para a inclusão social no País todo.

Uma das missões da empresa também é fazer uma coordenação da cadeia de fornecimento industrial para que futuros projetos possam ser desenvolvidos na sua integralidade no próprio País.

Eu apresento aqui uma rápida história de como foram criadas as agências espaciais: já com a União Soviética, em 1957; na França, em 1961, que é o início também do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que foi a primeira iniciativa no setor espacial nacional – só gostaria que lembrássemos dessa data, porque nós temos aqui a França, em 1961, mas o Inpe também –; em 1970, a China; em 1980, a Índia; e a Agência Espacial Brasileira, criada em 1994.

Eu trago aqui um modelo de como funciona essa estrutura no exterior. São grandes empresas integradoras, muitas conhecidas por todos aqui. Elas são responsáveis pelas empresas industriais de grande porte. Elas fazem a integração dos grandes projetos. Uma cadeia de fornecimento global, porque hoje não justifica ter uma verticalização nesse suprimento de componentes. E os institutos que fomentam os novos desenvolvimentos e que dão oportunidade de criação de novas empresas em função desses novos desenvolvimentos.

Os investimentos realizados no setor espacial. Aqui eu apresento, na legenda: em 2008, esse losango branco e, em 2013, essa coluna azul. Nós temos aqui: Rússia, Índia, China, que são partes dos BRICS, em termos de percentual do seu PIB, valores bastantes significativos. E, ainda, alguns deles maiores em 2013 do que em 2008. Somente Estados Unidos e China reduziram em relação a 2008. Mas estamos em uma posição meio que permanente de investimentos nessa área – e todos sabemos que é uma área estratégica para qualquer país da dimensão do Brasil.

O Brasil é um país grande em área, em população e no PIB. Se nós concentrarmos as três vertentes dessa situação, temos países aqui comparados com o Brasil, como Rússia, Estados Unidos e China, e países com po-

pulação significativa, como Índia e Japão, mas com áreas muito menores do que a área do Brasil. Todos esses países investem muito na área do setor espacial, não só na área de comunicação e na área de lazer, mas, principalmente, também na área militar, na área de defesa. Inclusive, muitos dos dados hoje não estão disponíveis porque todo mundo que produz ou que coloca um satélite de defesa não fica fazendo publicidade sobre isso.

A capacidade dos BRICS hoje. O Brasil, hoje, possui infraestrutura de primeiro mundo. Nós temos instalações de integração e testes de primeiro mundo dentro do Inpe. Nós temos bases de lançamento.

Nós temos domínio das tecnologias do espaço, mão-de-obra qualificada, infelizmente decrescente, envelhecida – isso é um pouco da mensagem que eu trago aqui –, e uma indústria que hoje está sofrendo muito nessa situação financeira. Se a gente compara a Rússia, a Índia e a China hoje, uma medida é a capacidade de colocar um homem em órbita e trazê-lo de volta, isso é o estado da arte em relação à área de espaço. E, no caso da África do Sul, é um entrante novo nesse setor espacial. Então, se a gente compara o Brasil com as potências do BRICS, muitas delas, principalmente a Rússia e a China, dentro daquela vertente de área, PIB e população, o Brasil está muito atrás em relação a esses países.

Programas brasileiros: 41, Ministério da Aeronáutica; 46, Centro Técnico Aeroespacial, hoje o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial da Aeronáutica; Inpe, em 1961; a Barreira do Inferno, base de lançamento, em 1965; a Missão Espacial Completa Brasileira, em 1979; o LIT, que é do Inpe, um laboratório que simula as condições que se encontram no espaço, o meio ambiente do espaço, para fazer os testes em satélites, em 1987; a Agência Espacial Brasileira, em 1994; o início da Plataforma Multimissão, um componente com bastante conteúdo nacional, em 2001, e o início da utilização dessa plataforma para o satélite de vigilância da própria Amazônia, de comunicação; a criação da Visiona, em 2012, naquele desenho da integradora.

Mas, o que nós produzimos, o que nós temos hoje operando? Dentro do MECB, um projeto de 1979, nós temos dois satélites de coleta de dados que hoje cumprem a missão durante o dia, quando o sol alimenta os seus componentes. As baterias não funcionam durante a noite, por isso nós não temos mais coletas de dados. Quem utiliza isso muito é a Agência Nacional de Águas em relação a dados hídricos do país. Nós temos o CBERS, um projeto em parceria com a China. Hoje, desde a criação do projeto, em 1999, nós temos o CBERS 4, que foi lançado em 2014. Nós perdemos o CBERS 3 em função de um problema no lançador chinês, mas, hoje, nós temos o CBERS 4, o único satélite operando. É um satélite de observação terrestre, com uma câmara de resolução de vinte metros para a identificação de queimadas, devastação da Amazônia, principalmente, e o Projeto do SGDC, um satélite geoestacionário.

Infelizmente, no Brasil, hoje, praticamente não temos capacidade tecnológica de produzir quase nada. Nós temos hoje duas bandejas de apoio às baterias, feitas em material composto. Então, até chegarmos na condição de fazermos um satélite geoestacionário, temos talvez uma década para frente para ter essa capacidade.

O histórico da participação industrial. Começamos com o satélite de coleta de dados praticamente importando tudo e fazendo alguma montagem estrutural e alguma coisa de integração no Inpe. Quando o CBERS entrou a China, fornecia muita coisa. Isso foi aumentando a capacidade do Brasil na produção de componentes para o CBERS. Os CBERS 3 e 4 já têm uma capacidade brasileira bem maior. A PMM (Projeto Multimissão), que é um Projeto de 2001, tem uma capacidade nacional muito grande. A única coisa que nós não temos é a parte do *software* de controle de órbita e altitude.

Esse é um eslaide do Inpe, que a gente utiliza nas nossas conversas. Hoje, nós temos, mesmo com a PMM, cerca de 70%, 80% da capacidade de se construir um satélite nacional. Esse não é um satélite de alta tecnologia, como seria um geoestacionário, é um satélite muito menor, é um satélite de órbita baixa, que hoje nós teríamos condição de produzir no Brasil. Mesmo assim, com pendências de algumas tecnologias.

No Programa Espacial da América Latina, quando a gente compara as agências espaciais, nós temos a Argentina colocando o seu segundo satélite geoestacionário em órbita, construindo o terceiro, e, o mais importante, eles estão fazendo isso na Argentina, eles já têm uma tecnologia muito mais...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO BONINI SANTOS PINTO – ...avançada do que o Brasil, para que a gente possa fazer um satélite geoestacionário. No Brasil, nós temos um CBERS 4, que é uma resolução máxima da câmera de cinco metros, nós temos o nosso satélite, o SGDC, previsto para 2016, e esses dois satélites, que são das décadas de 70 e 80, muito antigos, quase não funcionando. O restante é de iniciativas de microssatélites. Agora, nós vemos aqui países com satélites de observação. Por que países como o Chile, o Peru e a Venezuela teriam satélites de observação com resoluções tão precisas?

O satélite do Peru, que vai ser lançado ano que vem, ele consegue ter uma resolução de 70cm, ou seja, uma imagem ótica em que se conseguem identificar objetos no solo com muita precisão.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – O nosso tem quanto?

O SR. EDUARDO BONINI SANTOS PINTO – O CBERS tem 20m de resolução.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – E só funciona durante o dia.

O SR. EDUARDO BONINI SANTOS PINTO – Não, não. O CBERS funciona normal. Ele foi recém-lançado. Os que funcionam durante o dia são os de coleta de dados. É um satélite que recebe dados da Terra e transmite de volta para medidas de dados hídricos e tudo mais.

Agora, países na América Latina estão desenvolvendo tecnologias para aplicação militar muito mais avançadas do que nós temos no Brasil hoje. Então, países ao nosso redor hoje têm seus satélites de observação com precisões muito boas. Uma precisão de 70cm vai identificar que tipo de carro, que modelo de carro está estacionado na frente de um prédio em um satélite que está entre 800km e 1.200km de altura. Essa é a situação que nós temos no Brasil hoje, comparado com nossos vizinhos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Claro.

O SR. EDUARDO BONINI SANTOS PINTO – A Bolívia já tem um satélite geoestacionário de comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Que ela adquiriu?

O SR. EDUARDO BONINI SANTOS PINTO – Comprou. Na América Latina, o único país com estágio avançado de montagem e integração de satélite é a Argentina, em solo local.

O nosso satélite, o satélite SGDC é adquirido na França. O nosso trabalho é fazer a integração da carga útil, ou seja, os sistemas de banda Ka de comunicação e o sistema da banda X para a área de defesa com os nossos clientes e na interface da plataforma. Mas hoje, no Brasil, nós precisaríamos de algum tempo e, inclusive, de infraestrutura.

O SGDC é um satélite de 6 toneladas, tem 7 metros de altura, tem 37 metros quando abre as antenas coletoras de sol e nós não temos hoje nem espaço físico para construir o satélite no Brasil. O Inpe faz isso hoje, mas com satélite com uma dimensão menor, entre 2,5 e 3 metros.

Então, o Inpe, que começou em 1961, e outros países que começaram muito depois, comparando o Brasil principalmente com China e Índia, que começaram muito depois de nós, a Índia hoje está colocando um artefato em Marte, um satélite na órbita de Marte, e nós aqui ainda estamos discutindo se fazemos ou não o satélite de observação para a área de defesa nacional.

Por que nós chegamos a esse ponto? Esse é um dado da Agência Espacial Brasileira. Nós temos tido, em média, nos últimos 30 anos, uma média de investimento de R$250 milhões no setor espacial, dividido não só na parte de satélites, que é onde a Visiona tem mais conhecimento, mas também em infraestrutura associada, a gente precisa controlar o satélite do solo, veículos lançadores e infraestrutura associada, centro de lançamento, estação internacional. Ou seja, nós temos R$250 milhões por ano em média, o que representa hoje US$50 milhões ou US$70 milhões, onde somente um investimento no SGDC nos últimos dois anos, vamos partir para o terceiro ano, tem sido de R$400 milhões por anos. Ou seja, nós estamos falando de uma agência espacial que praticamente tem que distribuir recurso para várias atividades dentro do programa espacial brasileiro, mas em valores que, se comparados com outros países, realmente não chegamos a lugar nenhum.

Ficamos, muitas vezes, mantendo estrutura, tentando manter equipe trabalhando, e sem muita oportunidade de grandes desenvolvimentos. A PMM, que é o último grande desenvolvimento do espaço ou dos satélites brasileiros, começou em 2001 e nós não temos ainda um prazo para terminar.

Qual a importância, como eu menciono muito, do Inpe? O Inpe é um gerador de emprego de alta tecnologia. Quando nós temos, dentro do instituto, novos projetos, o instituto não tem a função de produzir, tem a função de desenvolver, abrindo isso para o setor industrial poder criar a sua indústria com cientistas, com engenheiros doutores na área espacial. Nós temos hoje quatro empresas que nasceram dentro do Inpe, pessoas que saíram do Inpe para construir seus negócios.

Mas o que tem acontecido? Dispensa da mão de obra qualificada por falta de projetos, perda de competência e conhecimento tecnológico e algumas em processo de falência. Por quê? Essa é uma informação da Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil. Eu tenho dados aqui de 2006, há um projetado de 2014. Do lado de cá, nós temos o número de empregos do setor e, do lado de cá, o faturamento, em milhões de dólares, da indústria.

Nos últimos três anos, nós tínhamos uma capacidade de 500 especialistas trabalhando na indústria espacial. Com a ociosidade, com a perda de projetos e com a falta de projetos, hoje, nós temos menos de 200 técnicos e engenheiros envolvidos no setor.

Em relação àquilo que nós tínhamos por ano, que era uma movimentação de cerca de US$50 milhões, hoje, nós estamos abaixo dos US$20 milhões. Não existe indústria que sobreviva a uma situação como essa.

Então, o que nós, como indústria espacial voltada para a defesa, podemos fazer em relação a esse projeto? Nós dependemos de muito investimento.

E outra coisa que vem acontecendo – e esse é um dado do Inpe também – é a reposição da mão de obra nos institutos, nas agências, nas áreas que desenvolvem os projetos.

Ali temos um gráfico que mostra a aposentadoria dos funcionários do Inpe. Em 2027, nós vamos ter 20% da força que nós tínhamos, se comparada a 2004, quando funcionávamos a plena carga.

Nós temos aqui aposentadorias compulsórias ou possíveis de serem solicitadas, mas a redução do quadro é muito forte. Se nós não investirmos na recapacitação do Inpe, na capacitação da Agência Espacial, esse setor espacial, que é primordial não só para a indústria de espaço, mas também para a área de defesa, nós vamos perder essa qualificação e essa capacidade.

Nós temos, hoje, projetos de transferência de tecnologia, mas não temos empresas para absorver essa tecnologia. O próprio projeto do SGDC tem a parte de absorção de tecnologia. Os engenheiros passam um ano na França e, depois de um ano de treinamento, quando voltam, nós não temos novos projetos para alocar esses engenheiros. A concorrência de bancos e de outras indústrias tem levado o engenheiro espacial altamente qualificado por falta de projetos.

E, no caso da transferência de tecnologia com o contrato que existe com a Agência Espacial Brasileira, a indústria nacional acaba não tendo capacidade de absorver essa tecnologia para futuros projetos de espaço, ou seja, nós não vamos caminhar tão perto da Argentina, como está hoje, e tão perto de outros países que estão desenvolvendo a área de espaço; nós vamos nos distanciar, na medida em que nós vamos perdendo essa capacitação em mão de obra.

A gente traz propostas e ideias sobre aquilo que a indústria acha que poderia ser alguma solução para essa situação: alguma legislação específica, como o *Buy American Act*, que fortaleça a indústria nacional, forçando a compra de conteúdo nacional; a utilização de algumas PPPs para que a gente tenha condições de o Poder Público ajudar nos projetos, com legislações que favoreçam um pouco essa situação; mais apoio nos projetos, através de financiamentos, através de contratos com o Governo com garantias; apoio à exportação; apoio ao desenvolvimento de *spin-off*, e assim por diante; lei de inovação, com uma regulamentação que favoreça; e uma legislação específica que alivie um pouco as dificuldades, como a impossibilidade de pagamento adiantado, dificuldade de contratar, restrição de contratação de autor de projeto na fase de execução.. No caso, se a gente faz uma proposta de projeto, se a gente leva essa proposta, esse autor não pode ser contratado e assim por diante.

Aqui eu termino essa exposição, mas queria, antes, fazer um comentário: muito se fala do valor agregado que uma indústria traz, quanto vale o quilo de um determinado produto. A gente sabe o quanto vale uma tonelada de minério de ferro; a gente sabe o quanto vale, no setor aeronáutico, o quilo de uma aeronave. Em termos de comparação com o setor espacial, o quilo de uma aeronave pode valer em torno de US$2 mil a US$3 mil; no setor espacial, vale US$50 mil. Ou seja, nós não estamos falando só de um investimento, mas de uma possibilidade de exportação, nós estamos falando de empregos com alto valor agregado e nós estamos falando de soberania, uma vez que, em não se detendo essa tecnologia, a soberania nacional fica dependente de outros países para o fornecimento nesse segmento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado.

Esta é a última audiência pública destinada a discutir o tema "indústria de defesa brasileira". Eu lembro aos colegas que essa é a política pública que foi escolhida para o exame aprofundado da nossa Comissão durante este ano, cujo Relator é o Senador Ricardo Ferraço.

Depois desta audiência pública, haverá um tempo para que o Senador Ricardo Ferraço elabore o seu parecer, que ficará disponível para o conhecimento dos membros da Comissão e depois será objeto de deliberação até o final da sessão legislativa. É um panorama sombrio, e eu espero que o Embaixador Rubens Barbosa traga agora algumas luzes e algumas propostas – eu sei que tem muitas –, alguns dados mais animadores.

O SR. RUBENS BARBOSA – Obrigado, Senador, pelo convite, muito prazer voltar aqui à Comissão, eu acho que a minha apresentação vai complementar o que o presidente da Visiona mencionou. Ele se concentrou na questão da produção de satélites aqui no Brasil e mostrou esse quadro. Isso está relacionado, na minha visão, com o que eu vou mencionar aqui. Eu vou concentrar os meus comentários sobre o acordo de salvaguarda tecnológica, que foi assinado em 2001 com os Estados Unidos, e as consequências do que tem ocorrido ao longo desses últimos anos.

O primeiro comentário é que a Estratégia Nacional de Defesa, que é o documento mais importante na defesa nossa, prevê a prioridade para programa espacial. E no programa espacial, prevê prioridades para o desenvolvimento pelo Brasil, com tecnologia nacional, de um Veículo Lançador de Satélites, que é o VLS, e a

utilização comercial da base de Alcântara. Interferem nesse processo a AEB, como foi dito aqui, do Ministério da Ciência e Tecnologia, a Defesa e o Itamaraty. E o Governo brasileiro, no ano de 2000, discutiu como utilizar comercialmente a base de Alcântara para o lançamento de satélites de comunicação, de meteorologia. E foi assinado, então, esse acordo de salvaguarda tecnológica.

Esse acordo de salvaguarda tecnológica tem em mente garantir – é uma espécie de acordo de propriedade intelectual – o segredo das tecnologias que seriam utilizadas no lançamento dos satélites. Essa negociação foi muito demorada, muito difícil, porque os Estados Unidos, evidentemente, tinham uma política antiga de restringir a ampliação de países que tinham o domínio do lançamento de satélites, e desde o começo, desde o momento que foi assinado, eu era Embaixador em Washington e acompanhei muito de perto isso, e desde 2001 que eu estou acompanhando esse assunto, porque eu reputo isso do maior interesse científico, tecnológico e de defesa, porque, como foi mencionado aqui, quer dizer, esse... Como?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – E com o aspecto financeiro também.

O SR. RUBENS BARBOSA – É, com o aspecto financeiro, que está ligado à questão da utilização da base. Mas a importância desses satélites para nós, um país de dimensões continentais, não precisa ser exagerada, e foi mostrado aí o grau de precisão de alguns dos principais países aqui da região, e o Brasil, com a floresta, com as fronteiras do jeito que estão hoje e com seus interesses de defesa, não está atentando para isso.

O acordo, então, foi assinado. Esse acordo visava a criar condições para que os Estados Unidos – porque o acordo foi negociado com os Estados Unidos– pudessem utilizar a base de Alcântara. E para isso o acordo previa uma série de garantias para o segredo industrial dos satélites e do próprio veículo lançador.

Desde 2001, a oposição aqui no Brasil, na época o PT, se opôs ao acordo e depois, quando assumiu o Governo, aí praticamente, enfim, matou a tramitação desse acordo.

Eu poderia dizer que, na minha visão, nunca antes, na história deste País, uma visão ideológica prejudicou tanto os interesses nacionais. O programa espacial brasileiro, no que tange ao lançamento de satélites do veículo lançador de satélites, e a indústria de satélites estão atrasados, ainda mais nesses últimos 13, 14 anos, por influência ideológica. Ainda quando eu estava em Washington, tentei alguma negociação para avançar esse acordo, porque havia objeções da parte americana; e também, por causa das oposições do PT, procurei negociar esses pontos que estavam pendentes.

As áreas que o PT condenou, no âmbito do acordo, são quatro ou cinco. Na primeira, o PT se colocou contra a existência de áreas restritas dentro da base. Quer dizer, o meu argumento, quando discuti com a oposição naquele época, foi no sentido de que, se você aluga uma casa, se você tem uma casa e aluga um quarto, você não vai perguntar para a pessoa onde comprou o móvel. O cara aluga a sala, aluga o quarto e põe o que ele quiser lá dentro. Aqui havia restrições justamente por causa da segurança para a propriedade intelectual.

O segundo ponto era que os Estados Unidos diziam que o Brasil não poderia utilizar os recursos gerados por Alcântara no próprio programa de lançamento. Esse é o argumento que poderíamos aceitar normalmente, porque o dinheiro é "fugível", quer dizer, vai tudo para o Tesouro, entra de um lado e sai de outro. Quem vai controlar se aquele recurso utilizado no programa de desenvolvimento do veículo lançador era o que foi gerado com a base de Alcântara?

O terceiro argumento do PT era que isso era uma caixa-preta, porque a alfândega não podia abrir os contêineres onde estavam os equipamentos. Aí é o problema da propriedade intelectual, que, nessa altura, é normal. A China e a Rússia assinaram acordos iguais. A China e a Rússia permitem isso nos seus países.

As duas últimas coisas que foram levantadas com objeção. Em primeiro lugar, o Relator do projeto, na época, e outros Deputados objetavam que esse acordo não transferia tecnologia, e cansamos de explicar que esse acordo não era de transferência de tecnologia. Era um acordo que salvaguardava a propriedade intelectual dos equipamentos, do satélite. A outra coisa, aí, sim, era uma objeção que o governo brasileiro não queria aceitar, e sobre isso não tive como conversar lá, é que, ao assinar o acordo, o Brasil se comprometia a não ceder a base para países que não fossem membros de um regime multilateral que regula o lançamento de satélites, cuja sigla, em inglês, é MTCR; um acordo multilateral que regula os países que são membros e que têm capacidade de lançar satélites.

Os países que não são membros e que poderiam ter a cooperação do Brasil seriam a Coreia do Norte, o Iraque, naquela época, seriam países em relação aos quais, realmente, nós não teríamos nenhum interesse em fazer qualquer tipo de cooperação, mas houve a objeção política.

Vou fazer um parêntese para tratar especificamente aqui da Casa.

Esse acordo foi enviado ao Congresso em 2001. Em 2003, ele estava na Câmara e tramitou durante 2002, mas sem avançar, porque havia um substitutivo da Comissão de Ciência e Tecnologia e havia um parecer negativo pela inconstitucionalidade na Comissão de Constituição e Justiça.

Em 2003, o Governo brasileiro, através do Ministro Celso Amorim, esteve aqui, nesta Comissão, e declarou que esse acordo não era de interesse do Brasil e que esse acordo ia ser retirado pelo Governo brasileiro. Todos nós pensávamos que, efetivamente, tinha sido feito isso. Eu, agora, na preparação desta exposição, fui verificar e constatei que o Governo não retirou o acordo. Em 2013, houve uma audiência da Comissão, uma audiência conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e com outras comissões, e o Ministro Patriota, na época, disse que o acordo estava retirado. Depois, na segunda reunião, ele ficou calado, não falou nada. Mas, na realidade, o acordo, por uma questão de descoordenação dentro do Governo, não foi retirado, e, hoje, esse acordo está há 14 anos tramitando no Congresso e, há 13 anos, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – A última movimentação se deu no dia 9 de abril na CCJ da Câmara, com a apresentação do parecer do Relator, do segundo Relator, Deputado Marcos Rogério, que não foi deliberado. A última movimentação se deu, portanto, agora. Acho que ele não foi retirado coisa nenhuma! Ele está lá.

O SR. RUBENS BARBOSA – Está parado lá, com o parecer na perspectiva de ser recusado na Câmara depois de 14 anos.

No meio-tempo, em vista desse impasse, o Governo brasileiro, também com grande viés ideológico, traduziu – isto é literal – o acordo americano, que foi piorado, por causa da Ucrânia, e assinado em 2004. Então, de 2004 até agora, tínhamos um acordo com a Ucrânia que previa o lançamento de um satélite em cooperação com o Brasil, mas o veículo lançador era ucraniano. Chamava-se Projeto Cyclone. Por ironia, houve duas coisas. Primeiro, pude verificar que, para lançar o foguete com o satélite da Base de Alcântara, o Governo brasileiro precisava de um acordo com os Estados Unidos que ele mesmo vetava. Enfim, gastamos mais de R$500 milhões – acho que foi muito mais; o número oficial é esse – num projeto que nasceu morto, porque, sem o acordo com os Estados Unidos, não poderia ser lançado o satélite com o foguete da Ucrânia.

Há um telegrama da embaixada americana que foi revelado no Wikileaks e que dizia – isto é textual; é um telegrama da embaixada americana de 2009 para o Departamento de Estado – que o Embaixador da Ucrânia no Brasil tinha feito uma gestão junto à embaixada pedindo para o que o Departamento de Estado concluísse essa negociação com o Brasil, porque, sem o acordo de salvaguarda tecnológico com os Estados Unidos, o satélite e o veículo lançador da Ucrânia não podia ser lançado da Base de Alcântara.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Por quê? Por que razão?

O SR. RUBENS BARBOSA – Porque tinha componentes...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Componentes norte-americanos.

O SR. RUBENS BARBOSA – ...norte-americanos no veículo lançador e no satélite. Quer dizer, é uma comédia de erros e de descoordenação dentro do Governo.

Tendo trabalhado no Itamaraty por tantos anos, não consigo imaginar que o Itamaraty, que o Governo brasileiro – para não falar da Agência Espacial, que, por definição, deveria saber disso – não soubesse que, para lançar o foguete e o satélite da Ucrânia, precisava da aprovação do governo americano. Não consigo imaginar uma coisa dessas, mas foi o que ocorreu.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu só queria fazer uma observação – chamo aqui a atenção do Embaixador Souza Gomes – sobre a tramitação desse projeto do acordo com os Estados Unidos, um projeto de decreto legislativo. O projeto recebeu um parecer na Comissão de Ciência e Tecnologia de um Deputado que propõe um substitutivo. Ora, um acordo internacional não tem substitutivo. Isso é inviável. Ele quer renegociar tudo. Então, chamo a atenção do Itamaraty para esse incidente na tramitação do projeto na Câmara dos Deputados.

Desculpe-me a interrupção.

O SR. RUBENS BARBOSA – E há mais uma coisa que aconteceu depois, com a crise na Ucrânia, a invasão da Crimeia, e com a presença russa no noroeste da Ucrânia. Há presença russa porque a União Soviética, na época, colocou fábricas nessa região da Ucrânia, e uma das fábricas que foi colocada lá era justamente do programa espacial. Então, essa fábrica que ia produzir o foguete estava do lado russo, e não do lado ucraniano. Depois de tantas idas e vindas, em junho deste ano o Governo brasileiro resolveu cancelar o acordo. Cancelou formalmente, mas sem prestar atenção em detalhes, porque há custos que estão em tramitação, e que o Governo brasileiro não está cuidando. Acabou politicamente o acordo, extinguiu o Programa Cyclone, mas ainda estão pendentes problemas.

Então, a ironia toda desse projeto de decreto legislativo que aprova o acordo de salvaguarda tecnológica é que o acordo não foi feito para beneficiar empresas americanas. Foi feito para viabilizar a Base de Alcântara. Cada lançamento de satélite da Base de Alcântara geraria US$40 milhões a US$50 milhões, o que poderia ser muito mais do que esses minguados recursos que nós temos hoje para o programa espacial brasileiro. Essa decisão – equivocada, na minha visão –, desde 2001, de se opor a esse projeto, inviabiliza a cooperação do Bra-

sil com outros países, porque a base está situada, como os senhores sabem, em cima do Equador. O custo de lançamento é muito menor. Enfim, há uma série de vantagens econômicas, tanto que, na Guiana Francesa, há uma base europeia. Kourou é uma base de lançamento de satélites europeia. Está lá porque é mais econômico. Poderia haver cooperação não só com os Estados Unidos, porque a *rationale* do Governo na época, em 2000 e 2001, de fazer acordo com os Estados Unidos, primeiro é porque os Estados Unidos têm a tecnologia que está em todos os países; segundo, pela simples razão de que, naquela época – eu não sei quanto é hoje, mas deve ser a mesma coisa –, entre 85% e 90% de todos os satélites comerciais, satélites de meteorologia, satélites de comunicação, eram lançados por empresas americanas. Era a Motorola, era a Boeing, enfim, todas empresas americanas. Então, 85% a 90% dos satélites eram americanos. Os outros 5% eram dos outros países. Então, se você não tem esse acordo com os Estados Unidos, você não lança nenhum satélite, como está acontecendo: desde a criação da base até hoje, não saiu do papel, porque não há esse acordo de salvaguarda tecnológica.

Em paralelo, se fez, como foi mencionado, o programa com a China, o lançamento do satélite com veículo chinês também. Ouço dizer – não tenho confirmação disso – que há conversas com a Rússia para o lançamento de um foguete feito na Rússia.

Então, o que fazer? O que fazer para a gente resolver esse assunto do ponto de vista do Brasil, do interesse brasileiro? A Presidente Dilma foi aos Estados Unidos em junho ou julho, e a ideia era retomar esse assunto, porque em 2011, logo depois da eleição, o Presidente Obama esteve no Brasil e, no comunicado conjunto, havia uma referência à renegociação desse acordo.

(Soa a campainha.)

O SR. RUBENS BARBOSA – Agora, na visita da Presidente, a ideia era que esse assunto fosse retomado. Apesar de tudo, não foi retomado.

Para encerrar e abrir os debates aqui, há dois caminhos: ou se retoma a discussão, aqui no Congresso, desse acordo em novas bases,

Para encerrar e abrir os debates aqui, há dois caminhos: ou se retoma a discussão, aqui no Congresso, desse acordo em novas bases, para que alguns aspectos sejam renegociados, já que o acordo não foi retirado, ou se encerra a discussão desse acordo e o Governo brasileiro terá que renegociar o acordo de salvaguarda tecnológica nos Estados Unidos.

Hoje, a situação é muito mais complicada, porque, em 2001, esse acordo só foi possível ser negociado por uma decisão política do Presidente Clinton e do Presidente Fernando Henrique. Se não fosse esse entendimento nesse altíssimo nível, o acordo não teria sido feito. Como eu estava embaixador em Washington, acompanhei isso e sei o que estou dizendo. Não há possibilidade fácil, hoje, de renegociarmos esse acordo com os Estados Unidos. E a retomada dos entendimentos é uma aspiração de empresas europeias, de empresas americanas, que têm interesse em aproveitar essa base.

Como vimos aqui, a Embraer, a Visiona têm interesse. Inclusive foi muito bem exposto aqui o prejuízo que isso está causando em termos de pesquisa, em termos de pessoal especializado.

Então, há importância desse acordo de salvaguarda tecnológica para a pesquisa, para recursos que possam financiar o programa espacial brasileiro. Não entrei aqui no detalhe do programa de lançamento de satélites, que é uma coisa ultra estratégica. Foram mostrados os países todos dos BRICS e alguns outros. São poucos os países que têm capacitação de lançamento de veículos de satélite. E o Brasil, porque tem um mercado grande para satélites de observação, de comunicação, teria uma capacitação inclusive para lançamento de satélites de pequeno e médio porte; não dos grandes satélites, como foi mencionado aqui, quatro mil, cinco mil, seis mil toneladas, que são lançados pela Europa, em Kourou, e pelo Estados Unidos, em Cape Canaveral, e lá na Rússia, numa base no Cáucaso. O Brasil teria um nicho de mercado a ser explorado e que não pode ser explorado, porque não temos esse acordo.

Há um interesse comercial muito grande. Acho que do ponto de vista do Governo brasileiro haveria um interesse muito grande. Se não houvesse essa contaminação ideológica há 15 anos, teria interesse em aproveitar e desenvolver a base de Alcântara para fins comerciais, e os recursos da base de Alcântara poderiam financiar todo esse trabalho que foi mostrado aqui, há pouco.

As duas coisas são importantes: o desenvolvimento do programa VLS, que está parado na Aeronáutica por falta de recursos, e o programa de desenvolvimento de satélites a partir da base de Alcântara.

Na minha visão, esse é um exemplo muito claro da influência de opções estratégicas equivocadas desde 2003, quer dizer, seguíamos, em alguns setores, a plataforma política de um partido político, com influências negativas sobre a política externa e a defesa do interesse nacional. Acho que isso é muito importante levar em conta, para encontrarmos uma solução para resolvermos esse problema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Agora,a intervenção dos membros da Comissão. O primeiro inscrito é o Relator da matéria, o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Sr. Presidente, Senador Aloysio Nunes Ferreira; Srªs e Srs. Senadores, nossos convidados, a quem queremos agradecer a oportunidade por estarmos debatendo um tema que joga pesado em torno daquilo que queremos, daquilo que poderemos construir em uma área tão sensível como esta, que fala diretamente da capacidade de construirmos um Estado mais organizado.

Nós estamos falando aqui de satélites com absoluta utilidade na utilização civil, que operam em muitos ramos da atividade humana: na utilização do solo, na agricultura, no clima, nos mais diversos aspectos relacionados à atividade humana, no zoneamento econômico-ecológico, na previsão meteorológica, enfim, nos campos mais variados de atuação, com a perspectiva e a possibilidade de o Brasil estar se organizando nessa área.

Evidentemente, ouvindo o Embaixador Rubens Barbosa e também o Dr. Eduardo Bonini, lembramos aqui o nosso querido Barão de Itararé, Aparício Torelly: "Nada é ruim que não possa piorar". É disso que se trata.

Evidentemente, estamos vivendo a circunstância de uma espécie de desorientação espacial, que é o pior dos mundos para qualquer equipamento que está voando.

A tragédia está posta, mas queria fazer as seguintes observações ao Dr. Eduardo: claro está que a presença do Estado na estruturação e na organização de uma política pública como essa depende muito dele.

E aí me chama a atenção – nós já vínhamos debatendo muito isso aqui, no Senado, ao final de 2013, no último semestre de 2013, no princípio de 2014 – que aquele ciclo de orientação econômica planejado pelos governos do PT, tanto do presidente Lula como da atual Presidente, já dava sinais de esgotamento. Os números relacionados ao último semestre, enfim, de 2013, 2014, já sinalizavam que o futuro no curto prazo seria muito difícil. Evidente estava que o Governo da Presidente Dilma não adotou os ajustes que seriam necessários, porque priorizou o interesse na manutenção do poder a todo e qualquer custo, para se manter no poder.

O resultado disso é que programas importantes para a sociedade brasileira estão ameaçados.

Agora me chama a atenção por que o setor privado não teve capacidade de se antever e de se planejar para isso, porque, quando nós conversamos com ele sobre a crise que se abate sobre a base de defesa brasileira, parece que o setor privado foi pego meio de surpresa ou surpresado por esse colapso de uma política que foi desenvolvida, que foi implantada.

Muitos empreendedores foram estimulados e motivados a participar com mais entusiasmo, não apenas empreendedores grandes, como é o caso da Visiona, mas um conjunto de *startups*, empresas pequenas e médias que acreditaram na perspectiva de uma base industrial de defesa, porque as bases foram muito sólidas, quando lançadas lá atrás pelo Ministro Nelson Jobim. Mas, no tempo, as irresponsabilidades do Governo jogaram por terra tudo isso.

A pergunta que faço é a seguinte: o setor privado não teve capacidade de se antever? Porque coisas muito mais básicas, muito mais simples do que esta que estamos aqui discutindo estão ameaçadas. Programas importantes, como o KC-390, estão ameaçados, essa é a verdade, pela descontinuidade dos investimentos; programas como o Sisfron, o Prosub. Enfim, as bases da indústria de defesa nacional estão completamente colapsadas, essa é a verdade.

E me chama a atenção o fato de o setor privado não ter a tempo se organizado em relação a isso, porque os senhores embarcaram numa aventura. Por que uma aventura?

Porque os senhores construíram um conjunto de alianças externas, internacionais, programas e investimentos – muitas das companhias abriram unidades de defesa –, acreditando apenas num governo. E esse governo era como o seu cliente único. Se esse cliente único tira a sua escada, literalmente, a base industrial de defesa fica com a broxa na mão. E é isso que está acontecendo, porque os programas estão todos sem a sua continuidade assegurada, uma vez que a crise fiscal é muito mais profunda do que se imagina e não será resolvida em 2015, em 2016.

Assim, quais são os cenários com que V. Sªs estão trabalhando diante dessa realidade que está posta? O setor privado não conseguiu perceber que aquele ciclo econômico focado na orientação da chamada nova matriz econômica não tinha capacidade de se sustentar até mesmo à luz da conjuntura internacional? Muita coisa ficou maquiada em nosso País, porque, durante os anos de 2003 a 2007, o mundo sorriu para o Brasil, e as coisas foram do jeito que nós sabemos. Então, eu queria indagar ao setor privado como é que o setor privado assiste a essa questão.

E já faço, logo, a minha indagação também ao Embaixador Rubens Barbosa. Eu não posso perder a oportunidade, Sr. Presidente, de fazer algumas perguntas ao Embaixador que é um dos mais competentes e preparados quadros da política externa brasileira. Eu queria perguntar a V. Sª, Embaixador Rubens Barbosa, qual a avaliação V. Sª faz da política externa brasileira, das opções e das escolhas feitas nos últimos anos pelo governo do Presidente Lula e pelo Governo da Presidente Dilma, não à luz da legitimidade que tem um gover-

no de fazer as suas escolhas, mas à luz dos resultados e dos impactos que esses escolhas estão se traduzindo para o nosso País, com as apostas que foram feitas em relação às políticas Sul-Sul – não que eu não veja, evidentemente, oportunidades nessas políticas, mas elas foram excludentes em relação às demais alianças –, à luz da aposta feita pelo Governo brasileiro em relação ao multilaterismo, com o mundo caminhando hoje para alianças regionais. A última delas foi a Parceria Transpacífica, mas vem aí a Parceria Transatlântica, vêm aí os diversos acordos regionais que estão sendo constituídos na Ásia. Em todos esses acordos, o Brasil está excluído.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Quando nós assistimos ao Governo brasileiro nessa quadra, o Governo brasileiro assiste a essa realidade como se essa realidade não tivesse qualquer tipo de impacto aqui em nossa realidade. O Mercosul está patinando, andando de lado. Aqueles que nós escolhemos como os nossos parceiros estratégicos, por desafiarem, ao longo dos últimos anos, a lei da gravidade, estão passando por dificuldades que sinalizam que, se o nosso País não fizer uma inclinação, ele poderá viver coisas parecidas em relação aos nossos indicadores. Então, eu queria uma avaliação de V. Sª sobre isso.

Na semana passada, nós debatemos aqui o impacto da Parceria Transpacífica. Tivemos aqui importantes acadêmicos discutindo esse tema. Eu gostaria de ouvir a visão de V. Sª que já foi nosso Embaixador no Reino Unido, que já foi nosso Embaixador em Washington, que já desempenhou importante papel ao longo da sua vida no Ministério das Relações Exteriores. Qual a avaliação que V.Sª faz da política externa brasileira, da política comercial externa brasileira? E quais os cenários que V. Sª está antevendo à luz da realidade que se impõe?

Muito obrigado a V. Sªs. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu queria aproveitar a oportunidade para reiterar um convite que cada um dos senhores deve ter recebido já que foi dirigido aos membros desta Comissão pela Força Aérea.

Haverá, no próximo dia 20 de novembro, uma visita institucional para a qual todos nós estamos convidados, a visita a São José dos Campos – vamos ao Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) – e, em seguida, a Gavião Peixoto, para conhecermos ali o projeto do KC-390, que foi referido agora há pouco pelo Senador Ferraço e que trata do desenvolvimento e construção da aeronave de transporte aéreo tático-militar e também da modernização de um avião de ataque que está sendo feito ali.

Então, a ideia é partirmos daqui às 6 horas da manhã e passarmos o dia nessas visitas, para, depois, voltarmos para Brasília. Eventualmente, até pode ser feita uma escala em São Paulo, para quem quiser.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Não dá para ser mais cedo, não?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Podia ser mais cedo um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Vamos estudar isso. O Brigadeiro Mesquita... Às 7h30, será a decolagem, mas, se o Senador Tasso quiser, poderemos sair às 5 horas. Eu sou tirador de leite.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Estou trazendo um pedido do Senador Serra para que seja mais cedo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Podemos estudar isso, é verdade. É verdade! Ele já tinha feito essa observação.

Brigadeiro Mesquita, vamos, então, estudar um horário mais conveniente para o Senador Tasso e para o Senador Serra, mais cedo do que o previsto.

Então, vamos sair daqui às 7h30, esse será o horário da decolagem. E voltamos para Brasília às 18h30. Essa será a hora em que pousaremos em Brasília. O almoço será em São José dos Campos.

Muito bem! Agora, vamos fazer uma rodada de intervenções. Agora, falará a Senadora Ana Amélia, que está inscrita.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quero cumprimentar pela iniciativa o nosso Presidente Aloysio Nunes Ferreira e o Senador Ricardo Ferraço, autores do requerimento desta audiência, e agradecer a exposição clara feita pelos nossos convidados.

Eu queria dizer que já tivemos, pelo menos o Presidente, eu e o Senador Jorge Viana, a oportunidade de ir a São Paulo, à Fiesp, e de termos tido uma visão bem ampla de toda a dificuldade crucial, eu diria, para uma área estratégica como é a área de defesa e, em particular, de satélite. Como sou de um Estado agrícola, isso me interessa, porque, hoje, no monitoramento para fins meteorológicos, também estamos dependendo de compras ou de serviços estrangeiros. Nesta hora em que temos o maior ativo econômico, que é a agropecuária, nós dependemos dos serviços estrangeiros. Esse é um item.

Eu me lembro, quando eu era jornalista, em 1988, de ter acompanhado, como repórter, uma visita do então Presidente José Sarney à China, onde se falou de um acordo sino-brasileiro para lançamento de satélites. Quer dizer, pulamos de galho em galho, mas não paramos em nenhum. Então, isso é também uma falta de...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Luiz Henrique era o Ministro de Ciência e Tecnologia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Luiz Henrique era o Ministro. E o Ministro da Aeronáutica era um brigadeiro calvo. Eu me lembro de uma foto em que subíamos as Muralhas da China. Subimos lá, mas não conseguimos fazer acordo nenhum até agora.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Era o Almirante Moreira.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É isso aí. Era exatamente o Almirante Moreira.

Mas trato do aspecto específico desse acordo com a Ucrânia. Primeiro, o Brasil está dentro do BRICS, a Rússia está no BRICS, e nós fizemos um acordo com a Ucrânia. A Rússia invade a Ucrânia. Há essa confusão toda. É explicado aí também que a fábrica fica dentro de território russo. Quer dizer, como é que ficamos nesse imbróglio, especificamente nesse acordo? Então, isso parece ser equivocado em todos os aspectos.

Ao Embaixador Rubens Barbosa faço agora uma provocação.

Eu, como membro do Parlamento do Mercosul, como sou do Rio Grande do Sul, tenho muita atenção à questão relacionada ao Mercosul. Houve um debate com uma imposição do grupo bolivariano no sentido de se colocar a Venezuela dentro do Mercosul. Um dos argumentos que havia, quando eu dizia que essa não era uma coisa conveniente, era que a indústria paulista, liderada pela Fiesp, tinha muito interesse em relação à colocação da Venezuela no Mercosul, porque havia ganhos. Era uma questão pragmática e tudo mais.

Quando o Embaixador vem e traz um debate ideológico, quero saber se não há conflito, e se foi conveniente, para a indústria paulista brasileira, a Venezuela ter entrado para o Mercosul, porque a derrocada econômica do país foi visível.

Então, penso ser importante saber qual é a expectativa também em relação – aqui também foi explicado pelo nosso convidado do setor, Eduardo Bonini – ao fato de a Argentina possuir satélites – na Argentina, vai haver uma eleição brevemente – e, com o fim do Kirchnerismo, ter eventualmente alguma mudança no relacionamento com o Brasil nessa área.

Ao Embaixador também faço a mesma pergunta do ponto de vista comercial, já que a Argentina e o Brasil são os maiores parceiros dentro do Mercosul, ou seja, qual é a perspectiva de haver alguma alteração nisso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – O Senador Lasier Martins está inscrito.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

É um prazer estar aqui ouvindo o Dr. Bonini e o Embaixador Rubens Barbosa que, como bem disse o Senador Ferraço, se constituiu num dos orgulhos do Brasil na diplomacia.

Tive a oportunidade de participar de uma recepção na Embaixada do Brasil em Londres à época em que lá estava o Embaixador Rubens Barbosa. Eu estava acompanhando o então Governador Antônio Britto, que buscava experiência nas agências reguladoras de serviços concedidos, e lembro-me da cordialidade com que convivemos durante algumas horas com o Embaixador Rubens Barbosa, a quem também acompanho quando ele escreve na Folha de S.Paulo.

Mas, depois de ter falado o Dr. Bonini, o Senador Aloysio disse que esperava uma explanação mais animadora do Embaixador Rubens Barbosa, mas não foi o que aconteceu, porque, de fato, esta crise em que vive o Brasil, há vários anos, se estende a todos os ramos.

Estiveram aqui, Embaixador Rubens Barbosa, sucessivamente, comandantes do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, e ouvimos de todos, embora de maneira ponderada, como lhes convinham, as queixas da falta de recursos que estamos vivendo.

Quando se sabe que o Brasil tem um orçamento insignificante, em termos de defesa, que não passa de 1,3%, fica difícil especularmos a relação do setor espacial com a área da defesa. Foi o que ouvimos.

Nem se fale, Embaixador, sobre a questão do Itamaraty, onde o orçamento é pífio. Não é por outra razão que o Brasil vive hoje situações constrangedoras, quando toma conhecimento de que embaixadas, consulados brasileiros, em vários países, não conseguem pagar sequer o aluguel de suas instalações.

Então, diante disso, fica até difícil perguntar qual é o nosso rumo, qual é o nosso futuro. Pretendia perguntar quais seriam os gargalos que nos dificultariam, mas eles já foram aqui expostos, embora de uma maneira um pouco mais otimista pelo Dr. Bonini, mas já menos otimista pelo Embaixador, porque não temos recursos,

não temos uma política de defesa. Acho eu que não temos logística, nem mesmo para lançamentos, bem dito aqui pelo Embaixador, pois não temos acordo de salvaguarda tecnológica. Esse é um fato que acompanhamos.

Assim, é embaraçoso perguntar: Para onde nós vamos?

O Embaixador Rubens Barbosa escreve e disse aqui, atribuindo isso tudo ao ranço ideológico em que se tem pautado o Governo brasileiro nos últimos anos.

Ora, para onde vamos? Qual é a nossa saída, se não temos recursos, não temos política, não temos logística? Segundo uma pesquisa que estava fazendo uma agência americana, a Global Firepower, com dados da CIA, o Brasil está em 10º lugar, em termos de investimentos em defesa, muito distante de Estados Unidos, Rússia, Índia e França.

Então, será que não precisamos de defesa? Será que não precisamos avançar nas áreas tecnológicas, e o Governo não está vendo isso? A rigor, não é uma pergunta, mas sim um lamento, que hoje estamos fazendo.

Gostaria de ouvir, principalmente do Dr. Bonini, sobre logística. Não temos ferrovia. Temos tantas deficiências nesse setor e, com isso, não temos perspectiva de comercialização. A comercialização da defesa é um dos pontos fundamentais da política americana, por exemplo, cuja área de defesa financia as campanhas eleitorais dos Estados Unidos. Aqui, nem de longe se tem conhecimento dessa possibilidade. Então, Dr. Bonini, o que vamos fazer?

Ao Embaixador a minha pergunta é sobre aquilo que ele tem escrito e dito. Enquanto tivermos com esta política limitada, que não dá conta de setor nenhum – a rigor, vivemos sem Governo no Brasil –, com um Governo perdido e as crises políticas, em que temos hoje o constrangimento de ver um Presidente da Câmara dos Deputados, crivado de acusações e denúncias, que não se flagra que tem de se retirar para permitir a limpeza no setor. Temos também constrangimentos dentro do Senado Federal, onde foi bem dito, numa reunião que tivemos anteontem à noite, corajosamente, pelo Senador Jorge Viana, que temos inúmeros Senadores respondendo ou sendo acusados por processos dentro do Lava Jato, propinas da Petrobras.

Esse conjunto de situação não nos conduz a nada de animador, como temia, na sua pergunta, o Senador Aloysio. Como os senhores são inteligências privilegiadas, o que os senhores nos indicam? Qual é a saída para isso? É uma pergunta bem simples.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pergunta, aliás, que os cidadãos nos fazem, onde quer que a gente vá.

Está inscrito agora o Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Aloysio Nunes. Bom dia a V. Exª, à Srª Senadora, aos Srs. Senadores. Cumprimento o eminente Embaixador Rubens Barbosa, um dos grandes intelectuais brasileiros e, da mesma forma, o Sr. Bonini, que a todos nos impressionou, pela precisão de sua apresentação. Gostaria, portanto, de agradecer a presença dos nossos convidados e, de maneira sucinta e rápida, fazer as seguintes considerações.

Independente das questões de defesa, todos sabemos a saciedade que a indústria aeroespacial, de defesa, *stricto sensu*, significa avanço científico e tecnológico para as demais indústrias brasileiras, como em qualquer país do mundo. Então, há uma questão estratégica de alocação de recursos nessas indústrias, que são de ponta e, como já foi dito aqui, dependem fundamentalmente da ação coordenada do Poder Público e de recursos expressivos para fazê-lo.

Como sabem V. Exªs, represento o Estado de Minas Gerais, onde sempre desenvolvemos uma ação muito pragmática nesse segmento, não só em razão do nosso Vale da Eletrônica, no sul de Minas, mas especialmente da presença da Helibras, da tratativa das indústrias de defesa da região de Belo Horizonte, principalmente da indústria aeronáutica também na região metropolitana da nossa Capital.

Lamentavelmente, na apresentação do Dr. Bonini, pelos números que trouxe à colação, vimos, com tristeza absoluta, como nosso Presidente, de maneira muito fiel, retratou, dados que nos envergonham como brasileiros.

Fiquei estarrecido, ao ver ali colocado, Senador Lasier Martins, que, segundo os dados, na área aeroespacial, o Brasil não é o 10º, mas sim o 30º ou 40º, muito além até de países pequenos. Vi ali a República Tcheca, por exemplo, que é um país importante, mas geograficamente pequeno, com recursos maiores, sem contar o valor pelo PIB. Então, observamos que existe uma absoluta falta de estratégia de política pública nesse segmento.

Pior do que isso, muito pior, o senhor coloca que investimos R$250 milhões em média, nos últimos anos. Como colocou o Embaixador Rubens Barbosa, só no acordo com a Ucrânia, incineramos R$500 milhões, que naturalmente estão dentro desse valor gasto ao longo dos anos, significando que, durante dois anos, não gastamos nada, porque tudo o que foi gasto foi perdido, significando não só – e é aí que quero chegar – que o valor é pequeno e ainda é mal gasto. Se ele fosse bem gasto, poderíamos, pelo menos, ter um alento. Temos uma coincidência de fatores negativos: poucos recursos e má gestão.

Evidentemente, agravado pela ausência de política e de diretriz, isso não nos levará a lugar algum. Por isso mesmo, a exposição feita pelo senhor, verdadeira, veraz, transparente, cristalina e translúcida, nos leva a um quadro de pessimismo exagerado.

Gostaria de indagar de V. Sª, com a experiência que mostrou aqui, de maneira clara, a sua proficiência no tema, numa estimativa que, claramente, seria um tiro no escuro, quanto seria, num patamar brasileiro, para início de um projeto, que daria ao Brasil, pela sua condição, pela sua posição geopolítica, pela sua importância, um valor aproximado que deveríamos despender por ano, em reais, para iniciarmos um processo vigoroso e robusto de uma indústria aeroespacial, que obviamente nos dará os desdobramentos positivos para que o Brasil possa, como disse há pouco, no seu exemplo, ter as mesmas condições da Índia, que, em poucos anos, já coloca um satélite em Marte.

Volto a insistir que não estamos tratando de questões militares, mas do desdobramento que essa indústria terá, em termos de impacto, nas demais áreas industriais, de pesquisa, de ciência e tecnologia, mormente de inovação, para a indústria brasileira. Falando em Marte, sei que o nosso Presidente Aloyzio Nunes é um grande apreciador de cinema, como também o sou, V. Exª deve ter assistido o filme Perdido em Marte, um filme interessantíssimo, que mostra na geopolítica o papel simpático da China. É a China que ajuda a salvar o oceano.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Na verdade, foi o hindu que chegou lá.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Com certeza, foi uma ajuda extraordinária. Então, é interessante observar como o próprio cinema hollywoodiano tem uma modificação de quem é o bonzinho e o vilão. É muito interessante. Vale a pena, até sob o ponto de vista, no meu caso, que sou absolutamente leigo nesses assuntos, observar como a tecnologia, de fato, leva, a par de interpretações brilhantes, um fato como aquele a que nós todos assistimos.

A minha pergunta é muito singela. Quanto seria uma estimativa, para vermos se temos lastro e condições de fazê-lo ao longo dos próximos anos.

Ao eminente Embaixador Rubens Barbosa, que revejo com muito gosto, pois estivemos juntos recentemente nos trabalhos do programa de governo dos Senadores Aécio Neves e Aloysio Nunes à Presidência da República no ano passado, e todos aprendemos muito com as lições de V. Exª no campo das relações exteriores, a minha pergunta também é singela. Num governo lúcido, equilibrado e verdadeiro, qual seria a medida, o comportamento e a ação deste Governo em referência aos acordos mencionados aqui com os Estados Unidos e a Ucrânia em relação a Alcântara? Ou seja, o que fazer, a curto prazo, para darmos àquele pequeno investimento realizado, como o Dr. Bonini coloca, uma utilidade necessária, para que o Brasil não passe pelo vexame que está passando, pelo que vimos aqui, em relação às demais Nações e ao concerto das nações desenvolvidas ou em desenvolvimento? O que fazer objetivamente para superar esse impasse?

Cumprimento a ambos pelas belíssimas exposições.

Muito obrigado

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Sr. Presidente, Senador Aloysio Nunes, Embaixador Rubens Barbosa, Dr. Eduardo Bonini Pinto, Presidente da Visiona, lamentavelmente, não tive o privilégio de assistir a parte da sua exposição, mas acho que, pela competência dos meus colegas, tenho certeza de que as perguntas que eu faria já estão embutidas nas que os nossos colegas Senadores já fizeram, nas quais tenho muito interesse.

Gostaria de saber do Embaixador Rubens Barbosa, complementando também, pois todas as questões foram aqui colocadas, os seus comentários sobre o Acordo Argentina-China de uma base de lançamento de rastreamento de satélite na Argentina, operados pelos chineses, a sua opinião do ponto de vista estratégico, diplomático e de segurança para o País.

São essas as minhas colocações.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

V. Exª se preocupa, Senador Anastasia, com a permanência de Matt Damon na superfície de Marte. Se ele fosse esperar o resgate de uma tripulação brasileira, ele iria morrer de velho no planeta vermelho. (*Risos.*)

É um belo filme de Ridley Scott: Perdido em Marte.

Com a palavra o Dr. Bonini, por favor.

O SR. EDUARDO BONINI SANTOS PINTO – Srs. Senadores, não poderia esperar outra coisa, a não ser as questões aqui colocadas, que, olhando pelo lado do setor da indústria, podem até contribuir para uma busca de solução.

Senador Ricardo Ferraço, as questões em relação à preparação da indústria privada para essa redução de orçamento, a indústria privada, obviamente, tem acionistas que demandam resultado, e este dá o direcionamento dos negócios.

Essa questão do setor privado, da forma como V. Exª coloca, é bastante ampla. Se olharmos para os setores espacial e de defesa, temos uma convergência de modelo de negócio bem diferente do que é o modelo de negócio, se formos falar de outros produtos.

Como V. Exª mencionou a Embraer – e minha carreira é de 30 anos na empresa em diversos setores; hoje, na Visiona por um ano e meio –, posso exemplificar da seguinte maneira: a empresa, o setor privado, investe em produtos que pode ofertar ao mercado, sabendo da demanda de mercado. É o caso das aeronaves comerciais no segmento de 70 a 120 assentos. Temos um nicho de negócio e vamos investir alguns centenas de milhões de dólares no desenvolvimento dessa família e, antes de se entregar as aeronaves, começamos a fazer um esforço de venda, junto às companhias aéreas, porque nós sabemos o que o cliente quer.

O mesmo ocorre na aviação executiva. Sabemos as demandas de mercado, a dimensão de mercado, conhecemos nossos competidores e investimos na aviação executiva para atender um nicho de negócio, que pode ser uma aeronave no setor de quatro passageiros, com R$3.2 milhões, a uma aeronave de R$50 milhões para dezenove passageiros. O mercado está lá. Ele existe, e nós sabemos quanto podemos pegar desta fatia do mercado: setor privado, trabalhando para a demanda de mercado.

Quando falamos de defesa, o modelo de negócio é completamente diferente. A defesa chega e faz uma encomenda. É dessa forma em qualquer país do mundo. E o que promove, após essa primeira encomenda, a exportação é exatamente a demanda do seu país.

A Embraer passou a vender o Tucano e o Supertucano depois que a Força Aérea Brasileira comprou, aplicou e mostrou eficiência e eficácia no desempenho do produto. É sempre assim. Nenhuma aeronave é desenvolvida pela Boeing, Dassault, pela Saab, antes de ter o seu cliente nacional comprando, porque é um investimento conjunto. Aliás, a propriedade até é de quem está pagando o investimento.

Trabalhei um período com o projeto do KC – recomendo a visita que o brigadeiro Mesquita está fazendo, mesmo porque é uma área bastante interessante. O Senador Ferraço já esteve inclusive visitando a Embraer. Quando falamos do KC-390, existe um potencial de mercado enorme, que só vai acontecer após a aquisição dessa aeronave pelo próprio Governo brasileiro e que só vai terminar na hora em que se acertar a equação econômico-financeira para término do desenvolvimento e início das entregas.

Esse modelo se reproduz no setor espacial. Quanto ao setor espacial, eu falei apenas do satélite, mas, como o Dr. Rubens falou, a parte de lançadores e a parte de infraestrutura de solo compõem esse negócio de espaço. Hoje o espaço é demandado entre 70% e 80% do negócio mundial por governos. Em função do quê? São programas estratégicos. É um projeto de altíssimo risco e, muitas vezes, sem retorno. Não existe lançador de satélite que traga retorno econômico. Isso é uma estratégia de Estado. Isso é uma política de Estado. Se nós não olharmos dessa mesma maneira e ficarmos...

Eu entendo, sim, que a utilização comercial da Base de Alcântara pode fomentar a própria infraestrutura a se capacitar para projetos maiores, pode ajudar no desenvolvimento, mas é muito difícil ver um lançador de satélite dar retorno para as suas empresas. Eu dou o exemplo da Ariane, cujo presidente – toda vez que nos encontramos – me diz: "Este negócio não dá retorno, mas é uma política de Estado".

Então, nós temos que tomar muito cuidado com essa modelagem...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Propicia inovação, propicia desenvolvimento científico, capacitação de pessoas...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Sim, mas tudo isso em bases racionais. Se você não tiver um acordo de salvaguarda com os Estados Unidos, perdoe-me: essa base é uma ficção.

O SR. EDUARDO BONINI SANTOS PINTO – Então... Eu não quero entrar muito no mérito da...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Mas essa é a questão. Se você monta a base e não pode lançar, por que você monta a base?

O SR. EDUARDO BONINI SANTOS PINTO – O posicionamento é claríssimo. Eu acho que o Embaixador trouxe aqui, inclusive trazendo a situação de que o acordo está de pé ainda. Novidade para todos nós. Nós discutimos isso na Fiesp, e não tínhamos essa informação. O Embaixador foi muito feliz.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Foi na CCJ da Câmara. A última movimentação foi no mês de abril.

O SR. EDUARDO BONINI SANTOS PINTO – O que eu posso dizer é que é óbvio que, como é um setor estratégico, e como o Senador Aloysio comentou, todo esse investimento, independentemente de não trazer um retorno, traz ganhos tecnológicos, traz empregos de altíssimo valor agregado e traz oportunidade de exportar tecnologia e não só *commodities*.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Mas quantas empresas, a exemplo da Visiona e da Embraer, vão conseguir suportar esse fluxo financeiro descontinuado? Essa é a pergunta.

O SR. EDUARDO BONINI SANTOS PINTO – Eu chego lá.

Quanto à questão do setor privado, o que nós acreditamos, como empresa, é que os contratos vão ser cumpridos, independentemente de ser um cliente privado, independentemente de ser um cliente de governo. Com a descontinuidade, ou com a postergação dos contratos, o que acaba acontecendo é uma redução de quadros, uma postergação de projetos, um impacto no potencial de exportação de determinados produtos, os quais não chegamos ainda – sem a aquisição nacional – a concluir e a exportar.

Eu digo, pela experiência que tenho na empresa, na Visiona atual, e com a preparação dos jovens que nós estamos fazendo... No Brasil, hoje, se formam de dez a vinte engenheiros espaciais por ano. O nosso custo de um engenheiro espacial é muito alto, por causa exatamente de não haver uma formação em grande escala.

Esses engenheiros vão, participam de projetos de absorção de tecnologia e, quando voltam, se nós não tivermos outros projetos... Além disso, o setor privado que utiliza satélites, por enquanto, prefere contratar lá fora, por causa da tecnologia, por causa da entrega, por causa da disponibilidade de custo. Eles vão continuar contratando lá fora.

Existe a Star One, uma empresa que era da Embratel. Foi privatizada e hoje é de propriedade do Carlos Slim. É composta 100% por brasileiros, está em território nacional e compra satélites lá fora, porque não há um desenvolvimento tecnológico para se entregar satélite desse tipo no Brasil.

Agora, acredito que o Brasil já tem capacidade de fazer satélites de porte menor para as diversas aplicações que são demandadas, como a coleta de dados hídricos, a parte de observação da atmosfera, a parte de controle de queimadas, a parte de controle de desmatamento. Tudo isso são aplicações que o Brasil teria condições de fazer, mas dependemos de contratos, sim, de governo, porque essa aplicação é puramente de governo.

Então, a expectativa do setor privado é de que os contratos sejam cumpridos. O que vai acontecer com uma empresa como a Visiona, sem novos contratos, é uma discussão entre acionistas. Ela pode não ter uma continuidade para aquilo que ela foi criada, que é a integração de satélites.

A conclusão é simples: nós temos que colocar uma situação em que o negócio continua viável, a empresa se ajusta e vai se adaptando. As empresas que hoje estão envolvidas no setor de defesa – e eu não falo só pela Embraer, mas a própria Helibras, a própria Avibras, bem como outras empresas que fornecem para o setor de defesa – estão adequando os seus quadros diante do orçamento que está disponibilizado, ou frente o contingenciamento ou o corte de orçamento, porque nós trabalhamos com projeções de cronograma de entrega baseado na demanda do cliente. Se isso acaba mudando, prejudica todo um ciclo de desenvolvimento e prejudica toda uma oportunidade de exportação, e uma redução de quadros...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO BONINI SANTOS PINTO – ... é óbvio que acontece.

Então, eu espero poder ter respondido o conceito, porque o setor privado não está para ficar julgando se a política está correta, ou está errada, ou se os políticos estão corretos ou não. Nós estamos tentando cumprir os contratos como eles foram assinados.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Mas os senhores também se surpreenderam com a realidade fiscal brasileira?

O SR. EDUARDO BONINI SANTOS PINTO – Óbvio, sem dúvida. Foi uma surpresa eu acho que eu diria para todas as empresas, porque nós tínhamos todas elas com contratos assinados, com prazos definidos, com orçamento definido, e esse corte realmente Impactou todas as empresas. Na Fiesp, onde nós temos um grupo que discute a defesa uma vez por mês, de que faz parte também o Embaixador, nós falamos desse assunto há dois anos. Há dois anos, nós falamos desse impacto que foi criado em toda a indústria de defesa, por falta dessa continuidade dos projetos ou essa descontinuidade de orçamento, para poder cumprir com os objetivos.

O projeto do KC-390, o Brigadeiro Mesquita pode confirmar, atrasou dois anos. Qual é a janela de oportunidade de exportação que está sendo perdida? Por quê? Essa janela se abre quando existe substituição de produtos pelo novo produto que está sendo desenvolvido. Alguém vai vender para quem precisa comprar o avião nesse ciclo de dois anos de atraso.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – E o russo está aí com o Sukhoi.

O SR. EDUARDO BONINI SANTOS PINTO – Todos os países, os próprios Estados Unidos têm um avião que substitui, numa versão moderna, aquele avião para o qual o KC-390 foi desenvolvido.

Então, no que nós acreditamos no setor privado é a continuidade dos contratos e o seu cumprimento, agora totalmente impactados por essa situação fiscal que nós estamos vivendo. Eu acho que não há nenhuma empresa que não tenha sido impactada e eu, respondendo agora pela Visiona, posso dizer-me que eu sou privilegiado, porque 30% do desenvolvimento desse satélite é da Defesa e o restante é pela Telebras, Ministério das Comunicações, e, de uma forma ou de outra, mesmo com o contingenciamento, nós estamos conseguindo equacionar, para que o projeto não tenha impacto, ainda nas discussões de final de ano, tentando comple-

mentar recursos, mas eu diria que a Telebras, o Ministério das Comunicações têm feito um trabalho excelente, o próprio Ministério da Defesa, na parte que lhe toca, em relação ao satélite geoestacionário.

Existem restrições muito fortes em relação ao satélite. Eu não comprei um foguete para lançar o satélite, eu comprei um serviço. Há um monte de gente na fila para ocupar o meu espaço se eu descontinuar o pagamento desse serviço. Aí, eu posso abrir uma janela entre seis meses e dois anos, para conseguir uma vaga de novo, para levar o satélite lá para cima. Então, a descontinuidade no pagamento desse serviço é cláusula contratual, é muito rígida, porque é um mercado demandante, e existem pouquíssimos lançadores de satélite na categoria, como o Ariane 5, para levar não só um, mas dois satélites: um de 6 toneladas e um de 4 toneladas.

Então, nós temos exposto isso aqui no Governo, nos diversos setores, para que não falte recurso, para nós não perdermos esse projeto, que é importantíssimo para a banda larga, para os Municípios que não têm acesso à internet, para o setor de educação a distância, para uma série de aplicações, que todos os países têm – como nós vimos, até a Bolívia tem, aqui do lado, um satélite geoestacionário, um país pequenininho, e o nosso país, na dimensão que tem, é muito mais demandante disso.

Então, a expectativa é que os contratos sejam cumpridos do setor privado. Nós não temos que ficar discutindo política fiscal, nós temos é que ficar aguardando que as coisas sejam cumpridas, para que nós possamos entregar o que foi solicitado e atender a uma demanda nacional, porque essas encomendas são dentro de uma estratégia nacional, dentro de uma política de defesa ou o que quer que seja, colocado pelas Forças Armadas ou por setores estratégicos do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito bem.

O Senador Anastasia fez uma pergunta a respeito de uma estimativa, se é que é possível fazer-se isso.

O SR. EDUARDO BONINI SANTOS PINTO – Eu até tento fazer e tenho muito medo de errar longe, mas eu acho que nós temos uma base histórica que não é das melhores. Quando nós falamos em reais, é mais difícil ainda, porque, com essa flutuação do câmbio, nós somos dependentes de muita coisa lá de fora.

Agora, nós precisamos, de novo, deixar claro: o setor espacial é dividido na área de artefatos satelitais ou satélites, os lançadores e a infraestrutura. Nós estamos no meio do desenvolvimento no VLM, que é o Veículo Lançador Médio, que está sendo desenvolvido pelo DCTA, e, pelo que eles me colocam em algumas conversas, estão recebendo um quarto do que deveriam por ano, cerca de R$15 milhões e deveriam estar recebendo no mínimo R$60 milhões. Quando nós vamos ter o VLM? Não sei. E ainda depende de uma tecnologia de um motor.

O lançador de foguete tem combustível sólido, mas no último estágio precisaria ter um combustível líquido porque daí você leva o satélite, você corta o combustível para o satélite ficar na posição que ele quer; no combustível sólido, não. É como um fósforo: acendeu, ele só apaga quando termina a pólvora. Então, nós não temos esse terceiro estágio em combustível líquido ainda, é um desenvolvimento que precisa ser feito para se chegar a colocar um satélite na posição que realmente a gente quer. Dá até para calcular mais ou menos com o combustível sólido, mas não tem garantia.

Eu estou falando de um quarto do que deveria ter em termos de recursos só no VLM. Em termos de satélite, um projeto de observação terrestre, que precisaria uma constelação porque o satélite geoestacionário fica parado sobre o País e acompanha o País a 36 mil quilômetros. Os outros satélites em órbitas mais baixas ficam circulando o País ou o globo todo e, para termos uma continuidade de imagens, ou de comunicação, ou de coleta de dados, temos que ter uma quantidade maior de satélites, porque pode demorar entre 30 minutos, uma hora, 90 minutos entre um e outro satélite chegar na posição em que o satélite passou.

Um projeto como esse pode custar em torno de R$500 milhões. É um projeto de quantos anos? É um projeto de três, cinco anos para entregar o primeiro. Trezentos e cinquenta, R$500 milhões baseado no câmbio, o que quer que seja. Então, estamos falando da ordem de 250, que é o que tem hoje. Eu concordo com a colocação do senhor de que o recurso talvez está mal utilizado e eu não diria má gestão; eu diria que existem direcionamentos da política dos acordos.

A área que faz a gestão do recurso recebe uma missão de atender a Alcântara Cyclone Space, que é o acordo entre o Brasil e a Ucrânia. É obrigado a cumprir isso. É má gestão entregar algo desse tipo? Precisa ser visto o que foi o acordo, qual era a expectativa, quais as dependências, o que falhou no meio do caminho para se poder ter essa interpretação. Então, talvez o recurso pode ter sido não aplicado de forma correta e aí a gente volta no caso da Argentina, até respondendo um pouquinho a pergunta da Senadora Ana Amélia.

A Argentina definiu uma política de Estado que é espaço e eles não tiram o dinheiro de lá, eles construíram um laboratório de integração e testes comparável com o que nós temos aqui; é inferior, mas é comparável com as atividades que se faz no Brasil. Só que esse satélite que hoje estamos construindo para atender a demanda do Brasil, que é um satélite de seis toneladas, o nosso está sendo fabricado na França. Por quê? Porque não temos capacidade de fazer aqui. O deles estão fazendo o terceiro na Argentina. Então, a continuidade do investimento e a estratégia de Estado é que mantém o projeto andando. Vai mudar o Governo, vai mudar a

estratégia de Estado? É uma questão política. Portanto, temos que ficar esperando e com expectativa para ver o que eles podem ou não fazer.

Voltando ao setor meteorológico. A senhora estava na Fiesp onde eu fiz um comentário, volto a repetir, desculpe ser tão repetitivo. O Brasil é altamente dependente da área de espaço exatamente por não ter investido e não ter capacidade própria para decidir aquilo que quer fazer com seus artefatos, seja base aérea, base de lançamento, seja o lançador ou o próprio satélite.

O Brasil não tem um satélite meteorológico, depende hoje de um satélite NOAA, que é americano, para ter previsão do tempo. Dois eventos aconteceram em que nós ficamos sem previsão do tempo. No conflito das Malvinas entre Argentina e a Inglaterra para que o Brasil não pudesse apoiar, na Argentina, no controle do espaço aéreo para operações aéreas, nós paramos de receber dados desse satélite e, no caso do furacão Katrina, durante um mês, como era muito mais preocupante a situação do furacão Katrina, nós ficamos um mês sem dados meteorológicos.

Será que isso é estratégico para um país como o nosso, que hoje tem enchentes no Sul, falta de água em São Paulo, possível falta d'água no Norte, enchentes no Norte, raios? Ou seja, um satélite meteorológico hoje é, no mínimo, imprescindível. Quanto custa um satélite meteorológico? De R$400 milhões a R$600 milhões. Por quantos anos? Por 10, 12, 15 anos? De que tamanho é esse investimento? Quanto ele traz de retorno? São coisas inclusive que podem ser comercializadas.

Eu falei da constelação da Defesa. É óbvio que a Defesa tem a sua estratégia para cobrir fronteira, a área continental e a fronteira terrestre e marítima, trabalhando em conjunto, em sintonia entre as três forças. O que impede o Ibama, o Ministério da Agricultura, qualquer setor de governo que demande imagens de uma constelação como essa, trabalhar em parceria e, ainda mais, tendo as informações geradas em solo brasileiro, porque hoje é uma característica das constelações internacionais? Qualquer imagem que o Brasil contratar hoje de um satélite internacional é mandatário que essa imagem seja reproduzida no país de origem do satélite. Então, como é que a Força Aérea faz hoje? Se qualquer área de Defesa no Brasil precisa de uma imagem, ela não vai pedir uma, vai pedir 50, para dissimular o que exatamente eles querem ver. Por quê? Porque isso é repetido fora.

No setor de agricultura, existem estudos segundo os quais, com um controle por satélite e outros instrumentos, nós poderíamos incrementar entre 15% e 20% a produção agrícola. E um país como o Brasil, que produz o que produz, 15% a 20% fazem uma diferença significativa na balança comercial.

Então, temos, sim, que pensar como a Argentina, ou seja, numa política de Estado, numa estratégia de Governo e não interromper os projetos. Somando todos esses projetos de que nós estamos falando, estamos falando em torno de R$600 milhões, R$800 milhões por ano, inclusive para ter condição de substituir aqueles recursos que estão hoje se aposentando no Inpe, os recursos que hoje não existem na Agência Espacial Brasileira, para que possamos dar continuidade a esses projetos.

Eu vou receber uns engenheiros de volta no final do ano e, se eu não tiver um projeto novo para eles fazerem, qualquer banco vai levar um engenheiro desses para uma mesa de aplicação, onde ele vai ganhar mais provavelmente, e nós vamos perder uma capacitação tecnológica monumental.

Essa preocupação – eu falo pela Visiona, como experiência própria – expande-se para todos os outros. Eu mostrei que nós tínhamos 500 engenheiros doutores, técnicos trabalhando no setor espacial. Hoje nós estamos com menos de 200, nos últimos três anos. Aonde nós queremos chegar? Que tipo de emprego nós queremos criar? Técnico ou de altíssimo valor, cientista, que hoje está fora do Brasil. Infelizmente, essa é a nossa realidade.

E o setor espacial, como na Fórmula 1, que é risco e é custo, tem um grande potencial de aplicações para outros setores produtivos na alta tecnologia que se desenvolve. Muitos dos carros hoje melhoraram em função da Fórmula 1. Nós podemos melhorar diversos setores – terrestres, aéreos, o que quer que seja – utilizando a tecnologia espacial.

Eu acho que faltou, Senador Lasier, repetindo, a questão política de Estado. Se nós não tivermos uma política e uma estratégia de Estado para o setor espacial, nós não conseguiremos ir para lugar nenhum. Vamos ter sempre a descontinuidade dos projetos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BONINI SANTOS PINTO – A mão de obra que o País destinava, através da sua indústria somente, para o setor espacial, segundo dados da Associação das Indústrias Aeroespaciais Brasileiras, até 2011, nós tínhamos 500 técnicos engenheiros envolvidos nesse setor, que é pouquíssimo, comparado a outros países, mas era uma força de trabalho significativa. Hoje nós temos menos de 200. E veja que a Visiona tem mais de 50 pessoas.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – O Senador Anastasia fazia uma conta que esse investimento custava dois baruscos por ano.

O SR. EDUARDO BONINI SANTOS PINTO – Está me plageando. Eu fiz esse comentário na Fiesp.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – É uma unidade de conta que foi criada aqui.

O SR. EDUARDO BONINI SANTOS PINTO – Não sei se respondi a todas as questões. Qualquer coisa...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Respondeu.

O SR. EDUARDO BONINI SANTOS PINTO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado ao senhor.

Embaixador Rubens Barbosa

O SR. RUBENS BARBOSA – Eu vou falar em relação à questão da indústria de defesa, porque o Eduardo acho que cobriu perfeitamente todos os aspectos.

Eu acho o seguinte: as ameaças que o Brasil enfrenta hoje são de outra natureza. Nós não temos uma ameaça de ataque, de invasão. As ameaças hoje são crimes transnacionais, como terrorismo, para a proteção de plataformas, enfim. É outro tipo de ameaça que o Brasil está enfrentando todo dia, como os crimes transnacionais. E o que está acontecendo na área da defesa, realmente, eu não quero nem qualificar. É uma situação que coloca uma vulnerabilidade para o Estado brasileiro impressionante. Eu nunca pensei que pudesse viver uma coisa dessa.

Quer dizer, você tem hoje, como foi mencionado aqui, uma política de governo que não tem nada a ver com a política de Estado. É um pouco como a política externa. Vou mencionar isso. Quer dizer: uma coisa é uma política de governo, de um Partido que foi eleito legitimamente. Outra coisa é a política de Estado. Na área da defesa, a continuidade da política, a continuidade dos gastos, é fundamental.

Como ele mencionou, estou ajudando na Fiesp na área do Comdefesa, que é o Conselho de Defesa, na parte de negociação com alguns países. Eu vejo isto que ele mencionou: o problema das empresas por causa da deterioração da situação econômica. E não é de agora. Assim como aconteceu com a Petrobras já há dois, três anos, o efeito é na cadeia, na cadeia produtiva...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RUBENS BARBOSA – Você tem esses programas todos que tinham prioridade no Ministério da Defesa. Por cautela, o Sisfron, um ou dois programas passaram a entrar para o PAC para assegurar que não haveria corte, mas foram cortados.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RUBENS BARBOSA – Também. Então, os dois foram cortados. Quer dizer, dentro do Governo, existe uma situação que criou uma instabilidade para as empresas que é brutal, porque desempregou a cadeia toda. O Governo deixa de pagar o contratante e o contratante desemprega o subcontratado, pois é uma cadeia, como a Petrobras. Por isso que nós estamos hoje com 1,2 milhão, e vai subir o número de desempregados.

Então, essa questão da política de Estado, da sua continuidade e da continuidade dos gastos é fundamental, sobretudo nós levarmos em conta a nossa vulnerabilidade por causa das novas ameaças. Hoje, a ameaça que o Brasil enfrenta não é aquela estratégica, como no passado, que concentrava as tropas na fronteira de alguns países. Não é isso. Hoje, é muito mais difuso e temos de estar preparados para isso. E as Forças Armadas, na minha visão, hoje, não estão – é uma afirmativa pesada – preparadas para enfrentar esse tipo de nova ameaça que existe sobre o Brasil.

E depois, já ligando um pouco à política externa, não existe política externa *soft power* sem *hard power*. Quer dizer, isso é elementar. Em qualquer livro que você abra está escrito isso. Tem de existir um mínimo de retaguarda, sobretudo em um país com as dimensões e as pretensões do Brasil.

Mas eu endosso plenamente tudo que foi dito, só ressaltando dois ou três pontos aqui.

Só para terminar. Algo que me impressionou muito em uma dessas reuniões na Fiesp foi um oficial do Exército mostrar os sete principais programas decididos pelo Ministério do Exército e com recursos desses últimos anos. Ele mostrou que, com esses cortes que houve, os programas que teriam de ser terminados até 2017, 2020, passaram todos a ser concluídos em 2031. Isso estava em um quadro que ele mostrou. Como é que pode um projeto...Digamos, um dos mais importantes, como o Sisfron, que atrasou também muitos anos. A tecnologia daqui a quinze anos...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Atrasou não; está atrasado.

O SR. RUBENS BARBOSA – ...é totalmente diferente da tecnologia de hoje. Como você vai terminar um projeto que começou há três, quatro anos, daqui a vinte anos, com os recursos e a tecnologia de vinte anos atrás? Então, criam-se realmente problemas muito difíceis para o Ministério da Defesa atuar.

Em relação à questão da política externa brasileira, só isso dava para fazer um programa aqui. Mas eu vou resumir o que eu penso.

De 2003 para cá, o Governo trouxe uma nova visão de mundo. Quer dizer, a visão de mundo do PT é diferente da de todos os governos anteriores que passaram por aqui. A partir dessa visão de mundo, há definições estratégicas, ou seja, define-se o que se quer para o governo.

Eu estou preparando, para os que tiverem interesse no assunto, um artigo que vai sair, no domingo, no caderno Ilustríssima, na *Folha de S.Paulo.* Eu fiz um levantamento das principais linhas de ação política definidas em 2003, quando o Presidente Lula assumiu.

Eu vou dar dois ou três exemplos, dentro dessa visão de mundo do PT. Primeiro, a ideia deles era a de que os Estados Unidos estavam em decadência e nós íamos entrar num mundo pós-americano. Isso está dito. Tudo o que vou falar está dito em documentos, discursos e comunicados. Segundo, o Governo brasileiro é contra a globalização, que tem efeitos até hoje. Terceiro, o Governo brasileiro anunciava que iria tomar medidas para diminuir – entre aspas, a palavra deles – a "dependência" comercial brasileira dos fornecedores tradicionais. E uma última afirmativa daquela época: o Governo brasileiro iria se empenhar para transformar o cenário político e econômico internacional. Então, essa era a filosofia do PT quando chegou ao poder. A partir daí, decorrem as políticas. Há a visão de mundo, as opções feitas e, depois, as definições políticas na área externa.

Essa ideia de mudar a dependência – não é dependência, mas eles usam a palavra dependência –, a dependência comercial, gerou o sul-sul. Quer dizer, o sul-sul era, antigamente, formado pelos países do Terceiro Mundo, o que sempre existiu – o Brasil era membro dos países não alinhados. Agora, existe o sul-sul. Então, se vocês verificarem o número de viagens, de missões, de recursos, a criação de embaixadas, etc., tudo que foi feito para privilegiar o sul, vocês vão entender o que eu estou falando. Inclusive, geograficamente, o Itamaraty coloca a China no sul – a China não está no sul, mas é vista com país do sul. A política sul-sul foi traduzida para tentar modificar a dependência comercial.

Em relação ao Mercosul e à América do Sul, qual era a filosofia? Isto está dito em documentos. A ideia era ampliar o Mercosul para que o Mercosul criasse uma área de livre comércio aqui na região, a fim de se opor à hegemonia americana. Está dito nos documentos. Daí a inclusão da Venezuela, sem cumprir nenhum... Nós discutimos isso aqui – eu tive a oportunidade de discutir isso na Comissão. Havia um protocolo de adesão da Venezuela, que até hoje não foi cumprido. A Venezuela entrou – e a Bolívia está entrando também –, sem nenhuma condição. A Turquia está negociando há 30 anos para aderir ao Tratado de Roma da União Europeia. Aqui, a Venezuela entrou sem cumprir nada, e a Bolívia também entrou sem cumprir nada – nem negociou.

Então, a partir dessa visão de mundo, das opções estratégicas, das políticas sul-sul, os países desenvolvidos na Europa e nos Estados Unidos ficaram em segundo plano. Enfim, muitas outras políticas decorreram dessas opções estratégicas.

Existem os resultados. Qual é o resultado na área comercial, na área externa? Esse assunto tem relação com política externa também. Dentro dessa ideia de se opor ao hegemonismo americano, prestigiou-se o multilateralismo em tudo, sendo contra o unilateralismo americano. Um dos multilaterais que nós privilegiamos foi a OMC. O Governo brasileiro, durante 13 anos, ou seja, até hoje, ficou pendurado na negociação da Rodada de Doha, que fracassou e vai ser enterrada, em dezembro, na reunião de Nairóbi. Enquanto o mundo negociava mais de 400 acordos, o Brasil negociou 4 acordos com países de grande relevância comercial: Autoridade Palestina, Egito, África Meridional e Israel. Desses todos, dos quatro, só o acordo de Israel foi ratificado pelo Congresso; nenhum outro.

Então, você pode dizer, a rigor, que nos últimos 13 anos, enquanto o mundo negociou 400 acordos, o Brasil negociou e ratificou um acordo. O resultado é este, quer dizer, você tem a assinatura desse Acordo Transpacífico, que teve muita repercussão aqui, porque se viu que o rei estava nu, que o Brasil está totalmente isolado – é um outro resultado dessa política –, totalmente marginalizado das negociações comerciais e isolado comercialmente.

Os senhores sabem que esse acordo TPP é o primeiro acordo de última geração. Não são mais acordos comerciais arroz com feijão que a gente faz. No acordo comercial, você tem a redução das tarifas e a eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias. Isso foi o que se negociou até agora. Esse acordo TPP, um acordo que a China está fazendo na região, e o acordo da União Europeia com os Estados Unidos não tem nada que ver com isso. Os Estados Unidos conseguiram a eliminação de 18 mil linhas tarifárias, acabaram com as tarifas. Ficaram algumas em listas de exceções até por muito tempo, o Japão com o arroz durante 30 anos, a indústria automobilística americana com 20, 30 anos. Não quer dizer que não há exceções, há, mas são poucas, não é como no Mercosul que você tem milhares de exceções e agora prorrogaram todas elas até 2023.

Então, você tem claramente, como resultado da política externa e da política comercial externa, essa posição em que a gente se encontra hoje, totalmente isolado. A Rodada de Doha fracassou. Nós, enquanto o

mundo negociava acordos de comércio, mais de 400 acordos, é só entrar no *site* da OMC que lá tem o número correto, 420, algo assim, o Brasil negociou esses poucos acordos. A gente não pode contar nesses os acordos negociados na Aladi, que é diferente, e que agora nós estamos tentando aprofundar com a Colômbia, com o Peru, com o México e que eu duvido que vá avançar. Mas a gente está tentando fazer alguma coisa agora, porque o Brasil, dentro da política de generosidade nesses últimos anos, abriu totalmente o mercado para os produtos aqui da região. Todos os países da região recebem 100% de margem de preferência, com algumas exceções, mas a regra é 100% de margem de preferência, quer dizer, tarifa zero, enquanto, do outro lado, o México só 7,5% concede de tarifa zero para produto brasileiro, a Colômbia, cerca de 50%, e o Peru, vinte e tantos por cento de tarifa zero.

Então, por isso que o Governo, aliás, por pressão inclusive do setor privado, lá na Fiesp a gente cansou de insistir que houvesse um profundamente desses acordos, porque havia uma situação de desequilíbrio e os empresários estavam reclamando disso.

Em resumo, a avaliação que eu faço da política externa é essa, que os resultados foram minguados, apesar – eu gosto de dizer brincando – de que houve uma grande continuidade na política externa do PT em relação às políticas externas anteriores. Houve o Mercosul, a integração regional, o sul-sul, com o terceiro mundo, a relação com a África, tudo isso era prioridade, o Conselho de Segurança, tudo isso era prioridade dos outros países. O que aconteceu é que, por causa dessas opções estratégicas, houve mudança nas ênfases e nas táticas de aplicação da política externa e os resultados foram estes, foram minguados resultados. E, do ponto de vista do Brasil, sem falar na questão institucional. Eu entrei no Itamaraty em 1960, e eu nunca vi uma crise dessa gravidade, nunca houve. A gente já passou por várias crises. O orçamento do Itamaraty é 0.2%, dentro do Orçamento Geral da União, é 0.2%, era igual ao orçamento do Ministério da Pesca, que não existe mais, 0.2%.

Então, aí tem o atraso, inclusive não é do Itamaraty. Quem paga a contribuição para os organismos internacionais é o Ministério do Planejamento, não é o Itamaraty. Então, é o Governo brasileiro, o Ministério do Planejamento que não está pagando, não sei quantos milhões para a ONU, para a OEA etc.

Até o café, a Organização Internacional do Café, que a gente tem a Secretaria-Geral, a gente não tinha dinheiro para pagar a OIC lá em Londres.

Então, o resultado de tudo isso, do ponto de vista institucional do Ministério, a criação dessas embaixadas todas...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Ministro, só esclarecendo. Recentemente, o Itamaraty aqui disse que o atraso na ONU era normal, que outros países estavam mais atrasados até que o Brasil, portanto, isso não era nada de extraordinário.

O SR. RUBENS BARBOSA – É, é verdade. Agora, nenhum desses países quer ser membro do Conselho de Segurança. O Brasil quer ser membro do Conselho de Segurança. A primeira condição não escrita para você poder se candidatar ao membro do Conselho de Segurança é você estar em dia com suas obrigações financeiras.

(Intervenção fora do microfone.)

Pode estar, mas aí por razões políticas, não que eles não tenham o dinheiro. Eles atrasam um pouco porque, às vezes, implicam com alguma coisa lá, mas pagam. E os países menores também. Agora, o objetivo é que todos paguem e participem. O Brasil participa de missões de paz, que custa para gente.

Agora, eu acho que a principal implicação desse atraso nas Nações Unidas é prejudicar a nossa pretensão. Quando, eventualmente, for discutir esse assunto, vão cobrar do Brasil, que o Brasil atrasa, que não paga, e daí para fora.

Enfim, teria muito mais a dizer, mas eu vou me restringir a duas ou três coisas rápidas. Na questão da Argentina, as perspectivas depois da eleição. Como os senhores sabem, foi para o segundo turno um dos candidatos apoiados pela Presidente, o Scioli. Ele ganhou no primeiro turno, com uma margem muito pequena, e, normalmente, deveria ganhar.

Eu acho que poderá haver uma surpresa lá, porque o terceiro colocado, que é um dissidente do cristianismo, Sergio Massa, é contra o governo, contra a Presidente e o eleitorado que votou nele, normalmente, não votará no governo. Então, há uma chance de o Macri ganhar a eleição. Eu acho que tanto com o Scioli, quanto com o Macri, sobretudo, com o Macri, vai haver uma mudança na política comercial argentina, o que é bom se acontecer. O que a Cristina Kirchner fez prejudicou diretamente o Brasil. Nós perdemos 20%, no ano passado, mais 20% das exportações no ano anterior e foi realmente muito negativo para o Brasil.

O que fazer com esses acordos com os Estados Unidos e com a Ucrânia? Com a Ucrânia não há nada a fazer, o governo denunciou o acordo. Ele suspendeu acordo, então, o acordo está morto, não tem o que fazer. Com os Estados Unidos, eu acho que o Congresso tem um papel importante. Como a matéria, por um erro do

Executivo, não foi retirada, eu acho que, visando ao interesse nacional, talvez, aqui, a Comissão de Relações Exteriores, junto com a Comissão de Relações Exteriores da Câmara, podia reexaminar este assunto.

O Brasil vai ter muita dificuldade, para não dizer que vai ser muito difícil, em renegociar se acordo com Estados Unidos. Esse acordo está assinado, deve ter sido ratificado lá nos Estados Unidos, aqui está há 14 anos no Congresso. Portanto, eu acho que a possibilidade mais realista, mais pragmática, é que o Congresso reveja, revisite esse acordo do ponto de vista do interesse do Brasil, não do ponto de vista ideológico, do ponto de vista do Brasil. Quer dizer, é para ter o desenvolvimento comercial da Base de Alcântara, ou não? É para ter. Então tem que fazer o acordo. Não tem jeito. Modifica, ajusta o que for, mas tem que fazer.

Do ponto de vista do interesse nacional, eu acho que o Congresso talvez pudesse rever a tramitação desse acordo, mudando totalmente o enfoque, pelas razões que nós demos aqui: não é um acordo de transferência de tecnologia; é um acordo que beneficia o Brasil, não é um acordo exclusivo só para os Estados Unidos, que vai beneficiar a todos os países e vai ajudar o setor privado, tanto o brasileiro quanto o de fora, que quer colaborar junto com as empresas brasileiras. É um setor que poderia ser muito desenvolvido e renderia recursos para permitir o financiamento desse programa que o Ministério da Defesa, através da Aeronáutica, está com grande dificuldade de desenvolver, que é a tecnologia própria no lançamento de veículos de satélite.

O último ponto.

Em relação ao acordo China e Argentina. Vi a informação que o Itamaraty prestou aos senhores. Essa base é uma base de rastreamento de satélites. Ao contrário do que diz o Itamaraty, não é uma base civil; é uma base militar. Quer dizer, claro que eles dizem que é civil, nos documentos, mas é uma base militar. Eles rastreiam...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – O que é uma base civil?

O SR. RUBENS BARBOSA – Estou dizendo que o Itamaraty...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Estou perguntando a V. Sª. O que é uma base civil?

O SR. RUBENS BARBOSA – Base civil é.... Alcântara é uma base civil, é um programa civil. Lá, a China construiu a base. A base é operada por chineses. São empresas estatais chinesas que estão lá. Então, como é que é uma base civil? O Itamaraty diz que é uma base civil. Não é uma base civil. É uma base claramente militar, uma base que rastreia satélites. Rastreia satélite chinês e pode rastrear qualquer satélite, não é só o chinês que ele vai rastrear.

Aí, uma das preocupações que eu tenho, desde quando ouvi falar disso, é que pode ser potencialmente, ao longo do tempo, um grande problema para o Brasil, como foram as Malvinas. Imaginem que haja um incidente, nos próximos anos, entre a China e os Estados Unidos com essa base na Argentina, por rastreamento ou alguma coisa. De que lado vai ficar o Brasil? É um problema sério. Você tem de pensar estrategicamente, a médio e longo prazos. Então, essa questão do *tracking*... A palavra que eles usam é *tracking*. O *tracking* dos satélites quer dizer o rastreamento de satélites. E foguetes, mísseis, também são rastreados por lá.

Agora, o Itamaraty diz – a informação que tenho – que não há cláusulas secretas. A informação que circula, no meio especializado, é a de que há cláusulas secretas. Deve haver mesmo, numa coisa dessa magnitude, deve haver cláusulas secretas. Ao contrário do que diz o Itamaraty, a informação que tenho também é a de que os Estados Unidos e o Reino Unido, que têm interesses óbvios nisso, procuraram o Governo argentino para saber que negócio era aquele. Não é que eles fizeram protestos nem nada, mas discretamente procuraram o Governo para saber o que estava acontecendo.

O último ponto importante, que também tem uma informação do Itamaraty que não sei se está precisa, é que o Governo brasileiro apoiou, dentro da Unasul, a criação do Conselho de Defesa, que é o Conselho de Defesa do Unasul. Nas cláusulas que regem esse Conselho de Defesa, há uma que diz que qualquer alteração militar importante, significativa, nos países- membro, tem de ser comunicada aos outros. Então, uma base desse tipo não foi comunicada, pela Argentina, a nenhum dos países. O Brasil, que eu saiba, não fez nenhuma gestão para saber que negócio era aquele. Quer dizer, o mínimo que a gente poderia ter feito era perguntar para a Argentina que negócio era aquele, o que está por trás disso, e não está no Conselho de Defesa. Não houve, que eu saiba, nenhuma comunicação para o Governo brasileiro, quando deveria ter havido. Está previsto no tratado, nas regras de criação da Unasul e do Conselho de Defesa que, nesses casos, tem de haver uma comunicação. O Itaramaty parte do pressuposto de que é uma base civil quando, na realidade, não é uma base civil. Quer dizer, são empresas estatais. Só chineses. Eles que construíram e estão operando. Não tem um argentino lá dentro. Essa é que é a realidade.

Então, acho que é uma situação grave, uma situação que pode ter consequências no futuro e para a qual a gente está fazendo um pouco de vista grossa, dentro dessa política de paciência estratégica que a gente tem com a Argentina.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Bem rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não. Já estamos nos aproximando do final.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Essa situação de duplo comando no Ministério das Relações Exteriores, óbvia, é normal - Marco Aurélio e outro Ministro?

O SR. RUBENS BARBOSA – Olha, ia mencionar isso quando estava falando das opções estratégicas.

O Presidente Lula, em 2006, no Dia do Diplomata, no Itamaraty – e sabe que no Dia do Diplomata o Presidente vai lá, faz um discurso, formaturas dos diplomatas –, falou – está escrito, não é ideia minha, está escrito, discurso escrito dele – que a política externa do governo dele era muito diferente de todas as políticas externas de todos os governos anteriores, porque ele tinha dois canais de comunicação. Ele tinha o canal oficial de comunicação, que era o Itamaraty, para lidar com as relações Estado e Estado. E tinha um canal oficioso de comunicação, que era a Assessoria Internacional do Palácio, para lidar com os partidos progressistas que estavam no poder.

Acontece que, naquela época, 2006, 2007, existiam oito países que eram todos de partidos progressistas. Então, havia dois canais de comunicação: um canal oficial, o Itamaraty, e um canal oficioso, porque, naquela época, a relação era mais difícil do que é hoje. Hoje, aparentemente, houve um acerto lá, está tudo, enfim...

Mas, antigamente, não era assim porque o secretário internacional viajava para o exterior sem avisar o Itamaraty, encontrava-se com pessoas do governo de vários países aí, sem informar a embaixada ou sem ser acompanhado da embaixada e, muitas vezes, havia uma dupla mensagem enviada para os países aqui da região.

Essa dupla cabeça existe somente aqui na região. Eu, quando estava em Washington, passei um ano e meio lá no Governo Lula, nunca houve nenhum contato, nenhuma mensagem, nenhum recado, nada que não fosse do Itamaraty.

Então, pelo que a gente sente, esse duplo comando existiu mais em relação aqui, na região, e concentrado na Argentina, na Bolívia, na Venezuela, que são os países que mais estão próximos do Brasil e dentro dessa atitude de...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Foro de São Paulo.

O SR. RUBENS BARBOSA – ...afinidade ideológica com o bolivarianismo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – O Senador José Agripino quer fazer também um intervenção.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Rapidamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Queria cumprimentar o Ministro Rubens Barbosa, o Dr. Eduardo e fazer um comentário aqui rápido.

Eu fiquei extasiado, a propósito da colocação que o Senador Tasso acabou de fazer. Eu fiquei extasiado quando o Jornal Nacional, de ontem, apresentou – ontem ou anteontem – a entrega de credenciais do novo Embaixador da Indonésia à Presidente da República. Eu não sei se vocês viram, se os senhores viram. A Presidente Dilma, ao lado dela o Ministro Mauro e do outro lado Marco Aurélio Garcia, como se fosse ministro alterno. Bom, eu digo isso porque internamente a gente sabe que há um duplo comando, mas ele ficou explícito, ele ficou escrachado.

Eu estive, hoje é quinta-feira, na quinta-feira passada em uma conversa longa com o Aznar, com o ex-presidente Aznar – uma conversa mano a mano –, que é uma figura importante dentro do contexto político-europeu. É um homem de opiniões muito consistentes, um homem que viajou o mundo inteiro. E, nessa conversa, ele emitiu uma opinião sobre a situação do Brasil – aliás, a imagem do Brasil lá fora está horrorosa, horrorosa, lamentavelmente horrorosa. Ele disse-me que uma das coisas que o Brasil precisava era reassumir uma postura visível, clara, não dúbia, com a relação à política internacional. Não ficar... O Brasil, com a sua dimensão e com a sua estrutura, não pode ficar à reboque de chavismos, de políticas que são no mundo inteiro condenadas. Ele disse que nós tínhamos que fazer três coisas: uma, corrupção zero; a outra, reformas estruturais, e colocou no mesmo plano a retomada do comando do Brasil, no plano da América Latina, da América do Sul, com relação à política externa clara e não como é a econômica ou a política. Na econômica, você tem uma briga pró-Levy e anti-Levy, o que leva desconfiança ao investidor, que não investe em um governo no qual não confia, e, na política, PT *versus* PT, PT *versus* PMDB, PT *versus* a Base.Então, é um Governo sem fisionomia.

O grande problema é a falta de identidade do Governo. E, na política externa, isso é visto por pessoas lá fora. Um dos três pontos, eu até comentei em confidência, que o ex-presidente Aznar colocou, focou, foi a necessidade de o Brasil retomar de forma clara a sua posição clássica de liderança no continente, e não andar a reboque de coisas que são condenadas pelo mundo inteiro e que são coisas claramente atrasadas.

Então, eu gostaria de ouvir, com esse meu comentário pretensioso, ouvir a opinião do Ministro Rubens Barbosa sobre essa visão que o mundo lá fora está tendo do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Rubens, Embaixador, por favor.

O SR. RUBENS BARBOSA – O senhor usou uma palavra que eu uso sempre, quer dizer, o Brasil está a reboque dos acontecimentos, há muito tempo. Eu discordo frontalmente do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. A nossa única concordância é quando ele diz que o maior problema da política externa brasileira hoje é a América do Sul. Eu concordo com ele.

Hoje o grande problema do Brasil é voltar a ter um papel de liderança na região. E nós vamos ter que fazer também a volta da centralidade do Itamaraty na formulação das decisões e, em alguns casos, da implementação da política externa. Eu acho que a atual gestão lá, o Ministro Mauro, o Secretário Danese, estão conseguindo, de alguma maneira, recuperar alguma coisa. Mas como os problemas econômicos são brutais, eles ficam só dentro resolvendo o problema financeiro do Itamaraty. Mas se você olhar os 12, 13 anos, o conjunto da obra, aconteceu isto, quer dizer, aqui na região o Brasil perdeu a liderança.

Inclusive, houve casos extremos, vou citar dois só, há uma lista aí. Primeiro, aquela ocupação militar de duas refinarias da Petrobras pela Bolívia e que a Presidência da República deu uma nota reconhecendo o direito da Bolívia de ocupar as instalações e tal. E, no terceiro parágrafo, diz que a Petrobras iria tomar as medidas necessárias para defender seus interesses, quer dizer, botou o interesse nacional em terceiro lugar. Então, isso é uma posição inaceitável da política externa brasileira.

E a outra coisa, eu gosto de repetir também uma frase do Barão do Rio Branco, quando assumiu o Itamaraty em 1903. O Barão do Rio Branco, como você sabe, era um político tradicional, pertencia a um partido político e tal. Ele, ao assumir o Ministério do exterior, no discurso de posse, disse que ele não permitiria que interesses políticos partidários contaminassem a formulação e a execução da política externa.

Eu acho que esse é o principal problema que nós estamos vivendo hoje. Não há uma dissociação, como no caso da Defesa, entre política de Estado e política de Governo. Então, você confunde as coisas e dá no que dá. Em alguns casos, com problemas muito complicados, a maioria dos quais aqui na região, por causa dessa, – eu chamo de três maneiras – com a Argentina, política de paciência estratégica, o Itamaraty que cunhou a frase "paciência estratégica"; com a Bolívia e os países menores, a política de generosidade, tudo o que vem deles você aceita; e com a Venezuela, afinidade ideológica, que beneficiou o Brasil, porque o Brasil passou a exportar mais, tem superávit e tal.

Não há dúvida, a Senadora mencionou isso, que houve uma vantagem comercial para as empresas exportadoras e mesmo para as empresas de serviço. Houve muita obra lá que nós só ganhamos por causa da influência política do Lula com o Chávez. Agora, só o prejuízo que a Refinaria Abreu e Lima deu lá em Pernambuco, que foi uma ideia do Chávez, o nome da refinaria foi dado pelo Chávez, a localização foi dada pelo Chávez, só esse prejuízo que nós tivemos lá, compensa tudo o que a gente ganhou com a Bolívia.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Sr. Presidente, muito rapidamente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não, V. Exª tem a palavra.

O SR. RUBENS BARBOSA – Nós temos aprovado, aqui na Comissão, requerimento para ouvirmos o Chanceler Mauro Vieira, que já foi aprovado, considerando a conclusão dos nossos debates com relação à análise da política externa, e temos também convite para ouvir o Dr. Marco Aurélio Garcia.

Eu gostaria de solicitar a V. Exª que a nossa Comissão pudesse ultimar os esforços, para que nós pudéssemos fazer essas análises.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Mauro Vieira é dia 26, já está agendado.

O SR. RUBENS BARBOSA – Mas há convite também ao Dr. Marco Aurélio Garcia, foi aprovado na reunião anterior, na Presidência no Senador Tasso Jereissati.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Perfeitamente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Claro. Gestão que, aliás, deixou saudade. (*Risos.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Então, nós fizemos aqui um bom debate sobre a parceria transpacífica e o impacto disso para o nosso País, para o Mercosul, e assim por diante. Seria importante que nós agora ouvíssemos a voz oficial do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Esperamos que o pessoal da Base do Governo venha, porque não vem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – E a voz oficial na dimensão daquilo que V. Exª colocou: duas cabeças, tem que ouvir o chanceler e tem que ouvir aquele que é o assessor especial da Presidência, com relação a isso.

Então, eu gostaria de solicitar a V. Exª que, na condição de nosso coordenador, ultimasse os esforços para que nós pudéssemos concluir os nossos debates aqui na Comissão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Então, o Chanceler Mauro Vieira já está agendado. No dia 26, estará aqui. É a terceira vez, aliás, que vem à Comissão.

Estes convites que foram aprovados na gestão Tasso Jereissati, também, com mais vigor ainda, a nossa Secretaria está providenciando o agendamento.

Não havendo mais nada a tratar... Existe alguma pauta deliberativa, que será transferida para a próxima semana.

Eu quero agradecer imensamente a presença dos nossos convidados. Foi uma reunião muito interessante e rica de informações e sugestões. Eu agradeço imensamente a presença de ambos aqui.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 33 minutos.)

DOCUMENTO REFERIDO PELO PRESIDENTE DA COMISSÃO, SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA.

REQUERIMENTO Nº , DE 2015

Na forma do disposto no art. 222, § 1º do Regimento Interno do Senado, requeremos seja incluída nos anais desta Casa e encaminhada ao destinatário carta endereçada ao Presidente da República Bolivariana da Venezuela, Nicolás Maduro. A carta, cujo texto é transcrito abaixo, é uma iniciativa de parlamentares de vários países, que têm compromisso com os princípios democráticos.

JUSTIFICAÇÃO

No requerimento 1203, de 2015, aprovado em 20 de outubro, o Senado Federal repudiou os obstáculos criados pelo Governo venezuelano que levaram à decisão acertada do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de não participar da missão da União das Nações Sul-americanas (UNASUL) das eleições legislativas venezuelanas em dezembro próximo.

O presente requerimento soma-se aos apelos lançados por vários países para que a Venezuela aceite a participação de observadores eleitorais qualificados nas eleições legislativas. A carta é uma iniciativa conjunta de parlamentares de vários países, que subscreveram cartas de idêntico teor, em que também expressam preocupação com o fato de que vários candidatos oposicionistas foram impedidos de concorrer e faz um apelo em favor da libertação de líderes políticos e estudantis presos.

TEXTO DA CARTA

"A Sua Excelência o Senhor
Nicolas Maduro
Presidente da República Bolivariana da Venezuela
Palácio MirafloresSenhor Presidente Maduro,

Pela sua importância para seu país e para a região, é de nosso maior interesse que as eleições legislativas que ocorrerão na Venezuela no dia 6 de dezembro próximo sejam livres, transparentes e democráticas. Tendo em vista que a Assembleia Nacional desempenha papel vital nas decisões que afetam a vida cotidiana dos cidadãos do país, é fundamental que as eleições reflitam os interesses e a vontade de todos os venezuelanos.

Como legisladores, reconhecemos a importância de assegurar a legitimidade dessas eleições e da Assembleia Nacional, e, portanto, solicitamos respeitosamente que autorize a participação, como observadores eleitorais, de diversos organismos internacionais, especificamente a Organização dos Estados Americanos e a União Europeia. À medida em que se aproxima o dia em que os cidadãos irão às urnas, a presença de observadores internacionais qualificados permitiria que todos os venezuelanos tenham o maior grau de confiança na integridade do processo e dos resultados eleitorais subsequentes.

Adicionalmente, gostaríamos de aproveitar a oportunidade para expressar nossa preocupação com relatórios que denunciam a desqualificação de vários candidatos. Num país em que existe diversidade de opiniões políticas, causa preocupação que as desqualificações atingiram apenas membros de partidos da oposição. Essa situação contribui para a percepção pública de que o atual ambiente eleitoral no país é marcado pelo viés político e ausência de salvaguardas eleitorais plenas.

Finalmente, é preciso assinalar que esta eleição não incluirá a participação de vários líderes que permanecem presos. Nesse contexto, nos associamos às expressões de vários dignitários estrangeiros, representando diferentes ideologias, que tentaram sem sucesso visitar os líderes políticos e estudantis presos e conclamamos a que sejam prontamente libertados. Continuamos preocupados com o potencial impacto desmotivador que um problema dessa magnitude poderá produzir na participação eleitoral.

Ao concluir, reiteramos nosso desejo de êxito nas eleições iminentes na Venezuela e reiteramos a necessidade do apoio de Vossa Excelência para facilitar a participação de observadores eleitorais que garantam a objetividade e credibilidade do processo.

Atenciosamente,

(subscrevem os senadores listados em anexo)"

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

Sala das Sessões, em 28 de outubro de 2015.

ATA DA 42ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2015.

Às dez horas e dois minutos do dia doze de novembro de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lasier Martins, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os(as) Senadores(as) Jorge Viana, Gleisi Hoffmann, Cristovam Buarque, Ana Amélia, Edison Lobão, Paulo Bauer, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Eduardo Amorim, José Pimentel, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justificam ausência os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Valdir Raupp. O Presidente declara aberta a Reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior, 41ª, que fica dada como lida e aprovada. Inicia-se a apreciação da PAUTA: DELIBERAÇÃO DAS EMENDAS AO PPA 2016/2019 – Reunião de deliberação das emendas – CRE ao Projeto de Lei nº 06/2015-CN, que "Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016-2019". Relator das emendas na CRE: Senador Valdir Raupp. É designado Relator *ad hoc* o Senador Fernando Bezerra Coelho, que faz a leitura do Relatório. Ficam aprovadas as seguintes Emendas de Inclusão: 1) Combate a Criminalidade em Regiões de Fronteira -CRE, tipo: nova; 2) Desenvolvimento nacional na faixa de fronteira – CRE, tipo: nova. Emendas de objetivo: 3) CRE – Aumentar de 50% para 75% a adequação das Organizações Militares na Amazônia; 4) Artigo 14 Parágrafo único Inciso II, tipo: Modificativa. Resultado: Aprovado. Tais emendas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a presente Ata, aprovada, para as devidas providências. Ficam rejeitadas as demais emendas. O Presidente propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da presente reunião, que fica dada como lida e aprovada. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às dez horas e dez minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas.

Senador LASIER MARTINS
Presidente Eventual da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Retificada em 01/12/2015:

Senador Aloysio Nunes Ferreira
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

NOTAS TAQUIGRÁFICAS – 42ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Bom dia, senhoras e senhores, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, senhores assessores parlamentares, imprensa.

Havendo número regimental, declaro aberta a 42ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Antes de mais nada, quero dizer que me sinto muito honrado em estar aqui, substituindo o nosso eminente Senador Aloysio Nunes Ferreira, que, por um compromisso fora de Brasília, pediu-me que o substituísse. Estava entre a minha presença e a do Senador Edison Lobão, uma disputa de idade. Aí, parece que houve dúvida, Senador. (*Risos.*)

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Por todas as razões, menos a idade, V. Exª tem preferência. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – De modo que V. Exª fique à vontade.

Bom, quero informar, desde logo, que os nossos trabalhos hoje serão divididos em duas reuniões, para efeito regimental. Na primeira reunião, nós vamos deliberar sobre emendas do PPA. Depois, teremos a segunda reunião, com duas partes: a primeira, para audiência pública, pelos 25 anos do Mercosul; depois, a reunião deliberativa.

Então, vamos para essa primeira parte, que se destina à discussão das emendas desta Comissão, apresentadas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 6, de 2015, que institui o Plano Plurianual da União, para o período 2016-2019.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Relator que não se encontra, mas peço então a gentileza, como Relator *ad hoc*, ao Senador Fernando Bezerra, para que leia o relatório do PPA.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional recebeu, no prazo estabelecido na convocação, oito propostas de emendas a serem apresentadas ao PLN nº 6, de 2015, do Congresso Nacional, Projeto de Lei que institui o Plano Plurianual da União para o período 2016-2019, conforme listadas no anexo.

Importa ressaltar que a Comissão de Relações Exteriores, nos termos do item 2.3.4 do Parecer Preliminar ao Plano Plurianual 2016-2019, pode apresentar até três emendas à despesa ao Projeto em exame, não havendo limite para as emendas de texto. Consoante o mesmo item, "considera-se emenda à despesa aquela relacionada à inclusão de Iniciativas ou à inclusão ou ampliação de Metas". Quanto a esse ponto, vale ressaltar que as emendas de nº 2 e 7 são consideradas emendas ao texto, sendo as demais enquadradas como emendas à despesa.

A análise por nós empreendida focalizou o exame da adequação das propostas de emendas apresentadas às disposições da legislação vigente, especialmente no que diz respeito às regras constantes do Parecer Preliminar e da Resolução nº 1/2006-CN.

Entendemos que as proposições em exame cumprem as exigências previstas nos citados normativos.

A tabela a seguir apresenta as propostas de emendas que foram trazidas a esta Comissão. Uma Emenda da Senadora Ana Amélia, que é de inclusão de iniciativa; a Proposta nº 2, do Senador Valdir Raupp, que altera a descrição de iniciativa; as Propostas de Emenda nº 3 e 5, dos Senadores Valdir Raupp e Lídice da Mata, que pretendem alterar a meta em relação às organizações militares na Amazônia; as Propostas nº 4 e 6, dos Senadores Cristovam Buarque e Lídice da Mata, que pretendem também promover alteração de meta para modernizar ou revitalizar as organizações militares da Marinha; e a Emenda nº 7, do Senador Cristovam Buarque, que é uma emenda modificativa ao art. 14, parágrafo único, inciso II; e finalmente a Emenda da Senadora Vanessa Grazziotin, que é uma emenda também de texto, em que ela propõe inclusão de iniciativa.

Cabe ressaltar que consideramos todas as emendas apresentadas estritamente relacionadas à área de atuação desta Comissão, bem como estão revestidas de caráter institucional e representam o inegável interesse nacional.

O voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, votamos para que esta Comissão apresente a Proposta de Emenda nº 7 ao texto, que é a Emenda do Senador Cristovam Buarque, e as Propostas de Emenda à despesa nº 1 e 8, além das nº 3 e 5, propostas de emenda com o mesmo conteúdo.

Abaixo estão relacionadas as propostas que encaminhamos para a aprovação da Senadora Ana Amélia, que incluem a iniciativa "segurança em área de fronteira"; dos Senadores Valdir Raupp e Lídice da Mata, que propõem o aumento de 50% para 75% a adequação das organizações militares na Amazônia; da Senadora Vanessa Grazziotin, a Emenda nº 8, que é uma inclusão de iniciativa sobre o desenvolvimento nacional na faixa de fronteira; e finalmente, acolhemos a Emenda nº 7, do Senador Cristovam Buarque, que é uma emenda de texto, modificativa do art. 14, parágrafo único, inciso II, que diz que

O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional relatório anual de avaliação do plano, que conterá: a) avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasarão a elaboração do plano, explicitando, se for o caso, as razões das discrepâncias verificadas entre os valores previstos e realizados; b) situação, por programa, dos indicadores, objetivos e metas, informando as medidas corretivas a serem adotadas quando houver indicativo de que metas estabelecidas não serão atingidas até o término do plano; e c) execução financeira das ações vinculadas aos objetivos dos programas temáticos, observando o disposto no inciso II do art. 8º.

Propomos ainda que a Secretaria da Comissão seja incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação da emenda junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado por sua colaboração, Senador Fernando Bezerra.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

As emendas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Em atendimento às normas regimentais, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião, para que seja encaminhada à Comissão Mista de Orçamento Público, Fiscalização e Controle, juntamente com as emendas aprovadas.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Está encerrada esta primeira reunião.

(Iniciada às 10 horas e 1 minuto, a reunião é encerrada às 10 horas e 8 minutos.)

ATA DA 43ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2015.

Às dez horas e um minuto do dia doze de novembro de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lasier Martins, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os(as) Senadores(as) Jorge Viana, Gleisi Hoffmann, Cristovam Buarque, Ana Amélia, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Tasso Jereissati, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Eduardo Amorim, José Pimentel, Delcídio do Amaral, Marta Suplicy, Hélio José, Flexa Ribeiro, Antonio Anastasia, João Capiberibe e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justificam ausência os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Valdir Raupp. O Presidente declara aberta a Reunião e cobra o envio de dados sobre a indústria de defesa brasileira, pelo Ministério da Defesa. Passa-se à PAUTA – 1ª PARTE: AUDIÊNCIA PÚBLICA destinada a uma avaliação dos 25 anos do Mercosul. Convidados presentes: Rubens Barbosa, Presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da FIESP; Roberto Giannetti da Fonseca, Presidente da Kaduna Consultoria; e Regis Arslanian, Sócio GO associados. O Presidente convida os expositores a comporem a mesa. O Presidente concede a palavra a cada um deles para suas exposições. Usa a palavra os Senadores Tasso Jereissati, Marta Suplicy, Cristovam Buarque, João Capiberibe e Ana Amélia. O Presidente registra a presença do senhor Mohamed Laarosi Bahia, Representante da Frente Polisario para o Brasil da Republica Saharaui. Os expositores respondem os questionamentos apresentados. Usa a palavra o Senador Ricardo Ferraço. Em seguida, os expositores respondem seus questionamentos. O Presidente agradece a presença dos convidados e encerra essa parte da reunião. Audiência Pública realizada. Passa-se à PAUTA – 2ª PARTE (DELIBERATIVA): ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 76, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor FLÁVIO SOARES DAMICO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Singapura." O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Ricardo Ferraço, que faz a leitura do Relatório. Lido o Relatório, fica concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 213, de 2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que "Dá nova redação ao §2º do art. 2º da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 - Lei do Serviço Militar - garantindo às mulheres o direito de opção ao serviço militar." Retirado de pauta, a pedido da Relatora, Senadora Lídice da Mata, para reexame. ITEM 4) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 347, de 2015, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto do Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso, concluído no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Internacional (OMPI), celebrado em Marraqueche, em 28 de Junho 2013." Adiado. ITEM 5) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 24, de 2015, de autoria do Senador Magno Malta, que "Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Guiné e dá outras providências." O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Cristovam Buarque, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da matéria. EXTRAPAUTA – ITEM 10) MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , DE 2015. Apreciar o Requerimento apresentado pelo Senador Hélio José: "Na qualidade de membro da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE, de Presidente da Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura Nacional – FrenteINFRA, e de Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Cerrado, requeiro, na forma do disposto no art. 40, §1º, I e II, b, combinado com o art. 74 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, proponha ao Plenário do Senado Federal a criação de Comissão Externa para representar o Senado Federal e organize missão que participe, por meio de minha representação e demais senadores que achar por bem indicar, da XXI Conferência Internacional sobre Mudanças Climáticas - COP-21, promovida pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudanças Climáticas, que se realizará em Paris-França, entre os dias 30 de novembro e 11 de dezembro do corrente ano, com objetivo de interagir nos relevantes debates sobre o uso de energias renováveis, tendo em vista que o objetivo dessa Conferência será a formalização de acordo mundial para redução das emissões dos gases do efeito estufa, por meio especialmente de alterações na matriz de produção de energia, com o desenvolvimento de energias limpas e renováveis." Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. ITEM 6) INDICAÇÃO Nº 3, de 2015, de autoria do Senador João Capiberibe, que "Sugestão, nos termos do Arts. 224 do Regimento Interno do Senado Federal, de adoção de medidas relativas ao reconhecimento da República Árabe Saharauí Democrática (Saara Ocidental) como Estado detentor de Direito legítimo à soberania e à autodeterminação; ao estabelecimento de relações diplomáticas; à intuição de processo contínuo de ajuda humanitária aos refugiados; à concessão à MINURSO de competência para tratar de Direitos Humanos na área ocupada; e à instalação de Escritório de Representação

no País." É designada Relatora *ad hoc* a Senadora Ana Amélia, que faz a leitura do relatório. Fica concedida vista coletiva. ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 73, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTÔNIO JOSÉ REZENDE DE CASTRO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em São Vicente e Granadinas." O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Jorge Viana, que faz a leitura do Relatório. Lido o Relatório, fica concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. EXTRAPAUTA: ITEM 7) REQUERIMENTO Nº 1212, de 2015, de autoria do Senador Donizeti Nogueira, que "Requer, nos termos do art. 13 e 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão oficial no exterior, como representante do Senado Federal, na Conferência das Partes da Convenção - Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 21, no período compreendido entre os dias 05 e 11 de dezembro de 2015, em Paris, França. Informa ainda ausência do país entre os dias 04 e 12 de dezembro de 2015." É designado Relator *ad* hoc o Senador João Capiberibe, que profere o relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão. EXTRAPAUTA: ITEM 8) MENSAGEM (SF) Nº 72, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALFONSO IGLESIAS PUENTE, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Unida da Tanzânia e, cumulativamente, na União das Comores e na República das Seicheles. Lido o Relatório, pelo Senador Tasso Jereissati, fica concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. EXTRAPAUTA: ITEM 9) MENSAGEM (SF) Nº 75, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOSÉ HUMBERTO DE BRITO CRUZ, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino do Marrocos." É designado Relator *ad hoc* o Senador João Capiberibe, que faz a leitura do Relatório. Lido o Relatório, fica concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às treze horas e trinta e um minutos, lavrando, eu, José Alexandre G. Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador LASIER MARTINS

Presidente Eventual da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 43ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A presente reunião tem a finalidade de debater a avaliação dos 25 anos do Mercosul, em atendimento ao Requerimento nº 70, de 2015, desta Comissão, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, da Senadora Ana Amélia e do Senador Lasier Martins.

Para participar desta reunião, em seguida nós chamaremos os nossos convidados. Mas antes eu queria fazer uma comunicação que nos foi solicitada – a rigor é uma cobrança –, para que o Ministério da Defesa e as Forças Armadas nos remetam o relatório já solicitado há algum tempo. Leio um pequeno trecho desta cobrança, que diz o seguinte:

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, entendendo que as questões de defesa e segurança internacional do nosso País devem ser debatidas e monitoradas pela Nação brasileira, decidiu avaliar as políticas públicas, no âmbito do Poder Executivo Federal, na área da indústria de defesa brasileira.

Para que essa avaliação seja exitosa, e para que o trabalho realizado até agora traga resultados positivos, não só para a indústria de defesa brasileira, como também para as Forças Armadas brasileiras, em suma, para o setor de defesa, estratégico para o Brasil, é necessário que contemos com o apoio das forças das empresas e das outras instituições envolvidas, no sentido de obtermos os dados solicitados, relevantes para as conclusões desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Apesar de termos solicitado há alguns meses, ao Ministério da Defesa e às Forças, informações que julgamos relevantes para o relatório, até agora não tivemos sucesso, sob pena de termos um relatório impreciso. Sendo assim, reitero aqui a solicitação para que estas informações sejam prestadas com a maior brevidade

possível, porque a data para a leitura do relatório desta Comissão é o dia 26 de novembro e está, esta data, muito próxima.

Portanto, é o apelo que esta Comissão faz ao Ministério da Defesa e às Forças Armadas – à Aeronáutica, à Marinha e ao Exército –, para que mandem os dados, a fim de que seja feito este relatório.

Dito isso, vamos convidar para tomar assento à mesa os nossos convidados, para discutirmos o Mercosul. Pedimos a fineza de vir para cá o Presidente da Kaduna Consultoria, Dr. Roberto Giannetti da Fonseca, que está por chegar em breve; o Sr. Sócio da GOL Associados, Dr. Regis Arslanian; e o Presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da Fiesp, o Embaixador Rubens Barbosa. Por favor, acomodem-se.

Vamos propor aos nossos convidados que se manifestem, a pedido desta Comissão, pelo tempo de 15 minutos. E em seguida abriremos a fase de questionamentos, pelas Senadoras e Senadores inscritos.

Então, com a palavra o Sr. Regis Arslanian, de descendência armênia.

Como é que se diz "bom dia" em Armênio?

O SR. REGIS ARSLANIAN – Não sei. Não sei. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então diga em Português mesmo. (*Risos.*)

O SR. REGIS ARSLANIAN – Bom dia.

Muito obrigado, Senador. Muito obrigado. É uma honra sempre participar de uma audiência pública na Comissão de Relações Exteriores.

Eu fui embaixador junto ao Mercosul até três anos e meio, lá em Montevidéu, na sede do Mercosul, durante cinco anos, e agora eu estou fora do Governo. Estou no setor privado. Mas é uma oportunidade sempre muito boa e sempre muito rica para mim, enriquecedora, poder falar sobre Mercosul. Eu cuidei de Mercosul durante 20 anos – quase a vida toda do Mercosul – e é sempre uma ótima oportunidade poder falar sobre esse processo de integração, na verdade. O Mercosul não deixa de ser um processo de integração. Muita gente acha que o Mercosul é um acordo de livre comércio, meramente um acordo de livre comércio, como é o Nafta, como são outros acordos que estão sendo assinados: a Aliança do Pacífico, como a Parceria Transatlântico.

O Mercosul tem um objetivo maior, mais ambicioso, de ser um processo de integração. O momento do Mercosul agora, todos nós sabemos, inclusive pela imprensa, não é dos melhores. O Mercosul está passando por uma crise, é preciso dizer isso muito francamente, está num dos piores momentos do seu processo de integração.

Houve, logo no início do Mercosul, como acordo de livre comércio, na primeira etapa, um Mercosul muito próspero na medida em que houve um crescimento enorme do comércio, graças a uma pauta, a uma tarifa externa comum, que, no fundo e no raso, favorecia muito mais o Brasil. A tarifa externa comum, inclusive, foi toda ela baseada sobre a base dos interesses do Brasil. Os outros países adotaram a tarifa externa comum muito por conta do perfil tarifário do Brasil. Então, obviamente, o comércio foi muito bem, cresceu – vejo muitas vezes, eu mesmo disse isso como embaixador do Mercosul – dez vezes em dez anos, 12 anos, até que houve a valorização do real com o Plano Cruzado e o comércio sofreu um baque muito grande entre os sócios do Mercosul. Ou seja, o acordo de livre comércio, porque o processo de integração vai além do acordo de livre comércio, o Mercosul é um acordo de livre comércio, ou seja, com tarifas a zero para grande parte dos seus produtos, mas vai além disso para um processo de integração. Quando houve a valorização do real com o Plano Cruzado, o Mercosul se tornou menos próspero para o comércio intrarregional.

Hoje não podemos deixar de dizer, acho que seria franco da minha parte dizer que o Mercosul está passando por uma das piores crises da sua vida, da sua sobrevida. Não é que um processo de integração não tenha altos e baixos, a própria União Europeia tem seus altos e baixos. Há pouco tempo, em 2008, 2010, vimos o baixo que foi a União Europeia, com países como Grécia, por exemplo, ameaçando sair da União Europeia e o próprio processo de integração todo da União Europeia estava sendo ameaçado de se desestabilizar.

Agora é fácil sempre dizer que o Mercosul está paralisado, que o Mercosul não serve para nada, que as amarras do Mercosul estão atrapalhando e prejudicando o Brasil, mas acho que é importante também, por outro lado, e cabe ao Brasil ter esse tipo de postura, ter uma visão estratégica do que é a integração geopolítica. Não temos obrigação com o Brasil, com as fronteiras que temos, com a dimensão que temos, com a população que temos dentro da América do Sul, temos uma obrigação e temos, mais do que isso, a responsabilidade de zelar por uma solidariedade regional.

O Mercosul é o grande instrumento que temos hoje para zelar por essa responsabilidade regional, por essa integração. Cabe a nós, não será o Uruguai que terá interesse na integração, não será sequer a Venezuela que terá interesse na integração, será muito mais o Brasil por conta da sua própria estrutura geográfica. Tendo fronteira com todos os países que temos, temos a obrigação de zelar por uma América do Sul, por um continente que seja próspero, que esteja em paz e que seja estável. É difícil imaginar que o Brasil pode ser uma ilha,

um paraíso dentro de um continente complexo, um continente pobre, na miséria. Temos essa obrigação e essa responsabilidade de cuidar dessa integração.

Não é porque o Mercosul está em má situação, está paralisado agora que devamos virar as costas para o Mercosul. Ao contrário, deveríamos – e não estamos fazendo isso – cuidar mais dele, e deveríamos ter mais firmeza com relação ao processo de integração.

Nós descuidamos do Mercosul nos últimos anos. Essa que é a verdade: descuidamos e muito.

A normativa do Mercosul – isso é uma coisa muito importante, de que eu acho que muita gente se esquece – é uma normativa que funciona, que atende aos nossos interesses, como também atende aos interesses dos nossos sócios. O problema do Mercosul e a crise do Mercosul são por culpa e por responsabilidade única dos sócios. O Mercosul é a vontade dos sócios, o Mercosul será sempre aquilo que os sócios quiserem que o Mercosul seja. Não é culpa do Mercosul. Ao querermos mudar a normativa do Mercosul, ao querermos desvencilhar-nos das supostas amarras do Mercosul, nós não vamos resolver o problema do Mercosul. Vamos resolver o problema do Mercosul à medida que nós, o Brasil, sobretudo o Brasil, mais do que Uruguai, mais do que Paraguai, mais do que Venezuela, mais do que Bolívia, mais do que Argentina, queiramos levar o Mercosul para frente, queiramos construir uma integração que seja frutífera, que seja positiva para todos os sócios.

O Brasil que é a locomotiva do Mercosul. Se o Mercosul hoje não funciona, é porque o Brasil não quer, não tem desejado que ele funcione, ou, pelo menos, não tem sido mais firme para que ele funcionasse. Pode até haver vontade política, há vontade política, mas eu acho que cabe ter mais firmeza com relação ao Mercosul, e não nivelar os nossos interesses, do Brasil, por baixo, como temos feito, por conta de interesses mais políticos dentro do Mercosul, e sim nivelar por cima nossos interesses. Cabe essa responsabilidade ao Brasil, cabe essa liderança ao Brasil. O Brasil tem que ser mais firme dentro do Mercosul e tem que impor não apenas a sua vontade, ele tem que ter consciência das limitações dos sócios, mas tem que ser mais firme com relação aos sócios, no sentido de poder fazer com que o Mercosul seja mais útil e mais positivo para a integração.

Volto a dizer: os instrumentos e a normativa do Mercosul estão aí, é uma normativa muito bem estruturada, muito bem trabalhada. Cabe apenas saber usar, Senador, essa normativa de uma forma mais firme, de uma forma mais prospectiva.

Quanto à questão das negociações comerciais, por exemplo, muita gente diz: "Puxa, nós não temos avançado nas negociações comerciais, por conta das amarras do Mercosul mais uma vez, porque o Mercosul requer que as negociações comerciais que sejam feitas pelo Mercosul sejam feitas em conjunto." A própria normativa do Mercosul é superflexível sobre isso. Aquele que conhece o Mercosul sabe que a normativa do Mercosul é flexível. O que nós temos que fazer, os sócios, é apenas assinar embaixo no acordo. Agora, a estruturação dos acordos e das negociações, inclusive as listas de produtos, inclusive as ofertas ou demandas que são feitas em qualquer processo negociador podem ser completamente diferentes umas das outras entre os sócios, não há rigidez com relação a isso, e nós temos já feito isso com relação ao Mercosul.

Há um acordo com a Índia, por exemplo, de preferências tarifárias, que é um acordo totalmente diferente, as ofertas que foram feitas e as demandas que foram feitas à Índia pelo Mercosul são ofertas e demandas diversas, diferentes. A própria oferta que nós já fizemos à União Europeia, e que estamos fazendo agora – que já faríamos agora em novembro ou início de dezembro para a União Europeia –, são ofertas diferentes em matéria de produtos também, mas, sobretudo, de serviços, de investimentos, em matéria de compras governamentais. Não há rigidez com relação a isso. A questão – volto dizer – é ter a firmeza, é ter a determinação de levar adiante o processo de integração e, no caso mais específico, o processo negociador com relação aos grandes parceiros.

Há sim – e, mais uma vez, depende dos sócios, da vontade dos sócios, no caso, não tem havido vontade do Brasil, nossa, aqui, dos brasileiros – necessidade de modernizar, atualizar o nosso modelo negociador. Nós estamos nesse imobilismo com relação ao comércio internacional, com relação aos acordos de comércio internacional.

Quer dizer, todos estão assinando acordos muito abrangentes, muito mais ambiciosos, porque o nosso modelo negociador ainda é o modelo negociador do século XX, do século passado, dos anos 90, que é o modelo negociador de acesso a mercado. Nós temos que atualizar esse modelo negociador.

Hoje em dia, em qualquer parceria que se faça nas cadeias globais de valor, se é que a gente quer se integrar na economia global, nós temos que convergir em termos de regulamentação, em termos de normas, em termos de regras.

Não há como... Quer dizer, uma empresa brasileira dificilmente se integraria ou faria uma parceria positiva, construtiva e integrada, como a empresa da Tailândia, por exemplo, ou da União Europeia ou dos Estados Unidos, se não tiver pelo menos uma normativa que possa regular essa parceria de uma forma unificada, homogênea e convergente – pelo menos convergente.

E é isto o que os acordos comerciais podem fazer para o Brasil, para o Mercosul: convergir em termos de modelos regulatórios, de normas, de regras. E é isso o que vai fazer com que nossa competitividade no mundo, que é a palavra-chave hoje, possa crescer e possa ser resgatada – mais do que crescer, possa ser resgatada, porque perdemos a competitividade no mundo: competitividade econômica e a competitividade produtiva. Hoje nós perdemos essa competitividade.

Temos, então, que renovar o nosso modelo negociador do Mercosul. Cabe, mais uma vez, ao Brasil tomar a liderança disso, cabe ao Brasil levar isso adiante. Nas reuniões do Mercosul, é importante, obviamente, que se façam declarações políticas. É importante.

Eu acho que o Mercosul tem que se posicionar com relação à América do Sul, com relação ao mundo, com relação aos grandes problemas do mundo. Mas a agenda do Mercosul – e cabe muito ao Brasil fazer isso – tem que ser mais direcionada à parte comercial, à parte econômica e à parte dos interesses econômicos dos sócios. Cabe ao Brasil liderar isso e assumir a frente desse tipo de iniciativa.

Apenas uma palavra, diante desse contexto: a Argentina – que é sempre dita hoje... Vamos ter, daqui a uma semana, as eleições na Argentina. Há perspectivas de que haja alguma mudança de atitude com relação ao Brasil, com relação ao Mercosul. Os dois candidatos dizem que mudarão sua postura...

(Soa a campainha.)

O SR. REGIS ARSLANIAN – ...com relação ao Mercosul e com relação ao Brasil.

Mas se o Brasil, se nós, como brasileiros, não assumirmos maior firmeza dentro do Mercosul, nós não levaremos... Por mais que haja problemas no Mercosul, por mais que haja dificuldades de integração, cabe a nós, Brasil, assumir a liderança no processo de integração. Cabe a nós assumir isso.

Não são, volto a dizer, os nossos outros sócios que têm essa responsabilidade. Eles podem até ter essa responsabilidade, mas não terão a responsabilidade estratégica e geopolítica que nós temos. Eu acho que o Mercosul interessa muito mais ao Brasil do que interessa ao Uruguai, ao Paraguai, à Argentina, à Venezuela ou mesmo à Bolívia, que está em processo de adesão ao Mercosul.

Então, só para recapitular, Senador, não é o caso de nós virarmos as costas para o Mercosul – seria irresponsável virarmos as costas para os nossos sócios. No momento em que a gente resolver mudar a normativa do Mercosul para acabar com a união aduaneira, para transformar o Mercosul em um acordo de livre comércio, isso será uma bofetada na cara dos nossos sócios, dos países vizinhos.

Com toda a franqueza, será ofensivo aos nossos sócios propor, na mesa de negociações do Mercosul, que acabemos com a integração. É como dizer: "Vamos acabar com a nossa amizade, com a nossa solidariedade." Isso não podemos fazer com países vizinhos, não podemos fazer sequer com a Venezuela.

Então, cabe a nós melhorar o Mercosul. Cabe a nós a responsabilidade de melhorar o Mercosul e fazer com que o Mercosul não continue nesse imobilismo e saia dessa crise em que está. O Mercosul depende dos sócios, é a vontade dos sócios. O Mercosul será sempre aquilo que os sócios quiserem que ele seja. Então, não adianta mudar a normativa, porque serão três, quatro, cinco anos de negociação perdidos mais uma vez. A nossa competitividade continuará sendo prejudicada, e não resolveremos o problema do Mercosul, porque a nossa vontade como sócio principal do Mercosul é que vale para poder avançar nesse processo de integração do Mercosul.

Muito obrigado, Senador.

Qualquer pergunta, com muito prazer, responderei.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Seguramente acontecerão, Dr. Regis. A sua explanação deixou uma boa margem para alguns questionamentos.

Com a palavra, o nosso sempre Embaixador Rubens Barbosa.

O SR. RUBENS BARBOSA – Bom dia a todos. Muito obrigado pelo convite para mais uma vez estar aqui, desta vez para discutir a questão da integração regional e do Mercosul.

Acho que, a questão do Mercosul não pode ser analisada individualmente, isoladamente do contexto geral da política externa brasileira. Durante esses últimos 12 ou 13 anos, o discurso do Governo brasileiro colocou o Mercosul e a integração regional no centro da política externa. Cansamos de ouvir os discursos e comunicados dizendo que os dois são temas centrais da política externa brasileira. Depois de 13 anos, ambos, integração regional e Mercosul, são dois dos maiores problemas da política externa brasileira. Por que isso? Acho que o Mercosul, assim como muitos, todos os outros aspectos da política externa, tem que ser visto dentro de um contexto mais amplo. O PT, quando chegou ao Governo, trouxe uma nova visão de mundo para a política externa brasileira e uma influência partidária muito grande na formulação e na execução da política externa.

Uma das coisas que foi dita repetidamente foi que o Brasil, com o Governo Lula, e agora Dilma, fez a opção sul-americana – está nos documentos – de que o Brasil não enfrentaria sozinho os desafios da globalização;

a sua ação no mundo seria feita junto com os países aqui da região. E, coerente com essa visão estratégica, o Governo brasileiro favoreceu a expansão do Mercosul – segundo a doutrina vigente, para se opor à hegemonia americana aqui na região.

O Mercosul tem que ser visto dentro desse contexto. A expansão do Mercosul, uma série de outras políticas, de afinidades ideológicas, de paciência estratégica, tudo isso que decorre dessa visão de mundo e dessa visão estratégica ajuda a entender o que aconteceu no Mercosul. O Mercosul, no fundo, não é um acordo entre governos da região; é um acordo entre Estados.

E aí eu divirjo um pouco do Regis. Eu acho que o Mercosul, originalmente, não tinha essa visão de multifuncionalidade como tem hoje. Era um acordo, sim, de comércio, um acordo de liberalização comercial, de abertura de mercado. Não era mais do que isso. Com essa nova visão do PT, o Mercosul se transformou de comercial para multifuncional, como eles chamam, e passou a ter uma série de crises institucionais na área comercial.

É bom dizer que, no início, antes de 2002, o Mercosul já tinha esse componente social, político, mas ele não era prioritário, não era o centro das discussões. Havia grupos de trabalho de direitos humanos, de meio ambiente, de educação, enfim. O problema é que, nesses últimos anos, o Mercosul praticamente se transformou num fórum de discussão político e social.

Se os senhores lerem os comunicados finais das reuniões presidenciais, os senhores vão ver isso. Grande parte dos comunicados, a quase totalidade dos comunicados se concentra em temas que não são comercias. Criaram até o Mercosul Indígena. Enfim, há uma série de coisas que não têm nada a ver com o espírito e o corpo do tratado.

Então, eu acho que o Mercosul, por causa dessas distorções todas criadas por essa percepção... O governo do Presidente Lula e o da Dilma têm a percepção de que a aliança Brasil-Argentina é o centro do processo de integração, e o Mercosul é central nisso. O Mercosul precisa se expandir e incorporar outros países para que se possa fazer o que eles tinham pensado originalmente. É necessário fazer a expansão para que essa opção sul-americana possa ganhar força. Não foi o que aconteceu.

Em temos de integração regional, o que se viu, nesses últimos 12, 13 anos, foi a desintegração. Toda a estratégia brasileira caiu por água abaixo quando surgiu a Alba (Aliança Bolivariana) e, agora, com a Aliança do Pacífico. Então, o Brasil ficou a reboque dos acontecimentos na região, inclusive no Mercosul, como o Regis acentuou.

Do ponto de vista empresarial, para os senhores terem uma ideia, no fim da década de 90, o Mercosul representava 16% do comércio exterior brasileiro. Hoje, não representa 10%. Quer dizer, ficou marginal do ponto de vista do interesse geral do comércio exterior brasileiro e se concentrou mais, como eu disse, na área social e política.

O Mercosul, na minha visão, está marginalizado nas negociações comerciais. Eu acho que isso ocorre também por uma visão equivocada do Governo sobre a estratégia de negociação comercial. Nós colocamos toda a nossa ênfase na negociação da Rodada de Doha, que fracassou e, agora em setembro, vai ser encerrada melancolicamente, e deixamos de fazer como os outros países fizeram. Enquanto corria a Rodada de Doha sem avanço, os países todos se envolveram em negociações. Há mais de 400 acordos registrados, notificados na Organização Mundial de Comércio, e o Mercosul tem três ou quatro, como sabemos. Então, essa é uma situação muito complicada.

Eu concordo com essa interpretação que o Regis deu de que as regras podem ser aplicadas flexivelmente, mas não é o que o Governo faz. Mesmo agora, com a União Europeia, a ideia foi negociar com uma única voz. Não há uma interpretação flexível que podemos... Além disso, a minha informação também difere um pouco da dele. Foi feita uma única oferta; não foram feitas várias ofertas nem cada país fez uma. Foi feita uma única oferta de produtos, que foi considerada insuficiente, inclusive. Resta aí uma grande incerteza sobre o futuro da negociação do Mercosul.

Então, para mudar isso, é preciso mudar a filosofia. Como podemos propor a ampliação das negociações comerciais do Mercosul se a visão é não fazer esses acordos? Estamos insistindo muito, o setor privado... Nós, na Fiesp, estamos insistindo muito para que o Mercosul amplie a sua rede de acordos, e o Governo respondeu: "Está bem. Então, vamos negociar com o México, com a Colômbia, com o Peru, com a Líbia, com não sei quem – com a Líbia, não; com o Líbano. Firmaram com os países meridionais da África. Ninguém menciona negociações sérias com países desenvolvidos, como a Coreia. Não estou nem falando da China, se bem que um membro do Governo propôs um acordo parcial com a China, setorial, o que dificilmente avançará.

Enfim, ninguém, dentro do Governo, cogita ampliar essa rede fora do sul – sul-sul – e fora da área que interessa a essa filosofia mais global de visão de mundo que se tem.

Então, é difícil conversar sobre o Mercosul – a visão do futuro do Mercosul – se não se mudar essa visão. Dentro da visão do mundo que prevalece hoje, o Mercosul vai continuar "mais do mesmo", não vai haver nada

diferente. Nós estamos vendo isso em relação à Argentina, com toda essa nossa tolerância para as medidas protecionistas que a Argentina tomou nesses últimos anos com prejuízo concreto para a gente. Não é questão teórica: foram 20% em 2013; mais quase 20% de redução do comércio no ano passado.

Então, essa questão da defesa do interesse brasileiro é difícil. O Regis mesmo agora mencionou, disse "ah não, se a gente mudar isso vai ser uma bofetada". Nós temos que pensar não só em nossos parceiros, nós temos que pensar no interesse brasileiro. Quer dizer, se interessar ao Brasil fazer isso, vamos fazer! Nós temos que pensar, antes de pensar na solidariedade e tal – que é importante, o Brasil tem uma presença grande aqui no continente e interessa ao Brasil melhorar, nós estamos ajudando dentre desse fundo estrutural que existe do Mercosul, o Brasil põe 70% dos recursos lá. E colocou muito dinheiro nisso. Nós estamos fazendo esse papel.

Agora, nós não podemos é ficar amarrados a políticas que são contrárias ao nosso interesse. Na Argentina claramente, nesses últimos anos, a política foi contrária ao interesse brasileiro. E o Brasil cunhou a expressão da paciência estratégica: "não, com a Argentina a gente aceita tudo. É paciência estratégica e não sei o quê".

O que está acontecendo com a Venezuela agora é outro exemplo de políticas que contrariam o interesse do Brasil. Quer dizer, não só nós nos engajamos muito – o que foi positivo na área comercial – e demos um grande salto na balança, mas há um problema sério: a Venezuela não paga! E o que nós estamos fazendo? Nada! Então há um problema político muito sério na Venezuela, um problema que afetou, inclusive, uma missão de Senadores aqui que foi à Venezuela e recebeu um tratamento que, na minha visão, seria impossível de aceitar, inaceitável! E o que o Governo brasileiro fez? O que o embaixador nosso lá fez para defender a equipe de Senadores que foi à Venezuela? Isso é uma questão importante.

Agora está havendo uma série de problemas lá na questão da democracia, na questão dos direitos humanos. E o que o Governo brasileiro têm feito na defesa do interesse do Brasil? Porque o nosso discurso é o de defesa dos direitos humanos, defesa da democracia. Mas quando vem o caso concreto aqui na região, dentro do Mercosul – porque a Venezuela agora é do Mercosul –, o que está sendo feito?

Inclusive – aí voltando à parte mais técnica – a Venezuela assinou um protocolo de adesão. Tem quatro ou cinco itens importantes, de compromissos, que foram negociados e aprovados. Eu tive até a ocasião de vir aqui discutir, quando se discutiu aqui no Senado a questão do protocolo de adesão. Esse protocolo de adesão foi aprovado acho que em 2010 ou 2011, quando houve o incidente do Paraguai – que foi outro caso também, dentro do Mercosul, que o Brasil teve uma posição muito complicada, para dizer o mínimo, que foi a suspensão do Paraguai e que deu possibilidade de ingresso da Venezuela no Mercosul. Aí, logo depois da intervenção do Mercosul no Paraguai, assinou-se o protocolo de adesão. Então eu acho que foi em 2011 ou 2012.

Segundo o protocolo, há quatro anos para a Venezuela cumprir todos os requisitos que foram negociados incompletamente – como nós mencionamos na discussão aqui. Quer dizer, o Governo brasileiro aceitou que a Venezuela entrasse para o Mercosul sem cumprir os compromissos que estavam incluídos no protocolo. E agora, no ano que vem, vencem esses compromissos todos (econômicos e comerciais): a inclusão de acordos que já foram negociados; a inclusão de toda a normativa do Mercosul; enfim, a inclusão da TEC (Tarifa Externa Comum), que não foi feita ainda.

Desses compromissos que a Venezuela assumiu, eu não tenho os detalhes da negociação, não estou acompanhando isso de dentro, mas olha, eu posso afirmar assim, empiricamente, que eu acho que nem 80% foram cumpridos.

A Venezuela não entrou no Mercosul para ser um membro econômico-comercial, entrou para ter uma plataforma política dentro do Mercosul. E o próprio Chávez, que negociou com o Presidente Lula a entrada da Venezuela no Mercosul, falou o diabo contra o Mercosul. Disse que tinha de mudar o Mercosul, que era um acordo imperialista, um acordo pró-imperialista...

(Soa a campainha.)

O SR. RUBENS BARBOSA – ... um acordo que não atendia ao interesse da região.

Então, acho que, enquanto prevalecer essa visão ideológica, político-partidária, vai ser muito difícil a gente mudar o Mercosul.

As mudanças vão ter de ser feitas, para defender o interesse brasileiro. Temos de recuperar o Mercosul original, o Mercosul inicial. Fui o primeiro coordenador nacional do Mercosul, eu sei por dentro como era. Estou acompanhando agora e vejo como é agora.

Então, temos de voltar à origem do Mercosul. Acho que o Mercosul foi importante, continua importante e poderá ser importante, na medida em que se mude o que está aí, que se restabeleça a prioridade econômico-comercial, para se aumentar a participação do Brasil, e que se volte a ter uma visão estratégica.

Com isto, termino: para os senhores terem uma ideia do ponto de vista do Brasil dentro do Mercosul, hoje o principal parceiro do Brasil é a Ásia, a China. E nós brigamos muito para que, dentro de uma visão estratégi-

ca de médio e longo prazo, o Brasil e o Mercosul tivessem uma saída para o Pacífico, porque hoje o principal parceiro nosso, o principal destino das nossas exportações é a Ásia, e não temos um canal de comercialização para o Pacífico. Todos os nossos produtos saem pelo Atlântico.

Então, acho que a volta de uma visão estratégica que defenda o interesse nacional, não o interesse político-partidário, está na base de qualquer reforma que o Mercosul venha a fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado, Embaixador Rubens Barbosa.

Registro a presença dos Senadores Capiberibe, Tasso Jereissati, Marta Suplicy.

E, saudando sua chegada, passo-lhe a palavra, Dr. Roberto Giannetti Fonseca.

O SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA – Bom dia a todos. Bom dia, Senador. Bom dia, Senadores e Senadora, senhores embaixadores.

Com muita satisfação, compareço à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Este tema do Mercosul tenho impressão de que, do ponto de vista do histórico e do diagnóstico, já foi bastante explorado pelos Srs. Embaixadores Regis e Rubens, que me antecederam. Então, para não ser repetitivo, vou falar mais numa visão pragmática, empresarial, uma vez que hoje ocupo a Presidência do Conselho Empresarial da América Latina.

Estou aqui com o nome da minha empresa, mas, na verdade, institucionalmente, falo em nome do CEAL (Conselho Empresarial da América Latina), no qual sou Presidente do Capítulo Brasil e, portanto, tenho absoluta pertinência com o assunto Mercosul, porque estamos vivendo, de forma intensa, nos últimos meses e anos, essa evolução turbulenta do Mercosul, tanto em termos de comércio, quanto em termos políticos, financeiros, etc.

O que vejo hoje é que o Mercosul está de fato num ponto inflexão, de mudança, num *turning point*, porque se aproximam as eleições do segundo turno na Argentina. E prefiro agora olhar para frente: o que pode acontecer, o que podemos fazer para sermos mais proativos do que simplesmente reflexivos.

É quase certo, pelas estatísticas que nos chegam, pelas pesquisas que nos chegam, que o candidato Macri deverá ganhar. E o candidato da oposição já revelou, nas suas declarações, nas suas entrevistas, que pretende fazer uma imediata mudança no Mercosul, que, por coincidência, é aquela que nós, empresários, desejamos, porque cria um novo dinamismo, uma nova estrutura de relação que é mais realista, que é transformar o Mercosul de uma união aduaneira, onde nós temos a tarifa externa comum, que cria uma espécie de camisa de força nas negociações bilaterais ou multilaterais, porque o Mercosul tem que trabalhar junto.

A tarifa externa comum nos coloca que nós não podemos decidir isoladamente, com autonomia, as alíquotas, as tarifas que interessam somente ao Brasil. Nós temos que olhar também com Argentina, Paraguai, Uruguai e, agora, Venezuela. Tem predominado sempre aquilo que o Embaixador Rubens falou com muita correção, o que eu chamo "mínimo divisor comum", ou seja, a pior proposta entre os quatro, agora cinco, é a que prevalece, porque é ela que vai ser levada pra negociar com os outros, e aí ninguém quer. É tão ruim a proposta que acaba não dando nenhuma conotação técnica razoável, viável de ser negociada.

Na hora em que nós transformarmos o Mercosul em um acordo de livre comércio, como é o Nafta, com Canadá, México e Estados Unidos, nós continuaremos com zero de alíquota entre nós, mas cada um poderá praticar extrarregionalmente as alíquotas que preferir. Então, se o Brasil quer ter um acordo com a África do Sul, ou com a Índia, e a Argentina não quer, nenhum problema, deixa a Argentina lá. Nós vamos fazer o nosso acordo.

Então, eu acho que transformar o Mercosul de união aduaneira para livre comércio é uma ação que estamos tardiamente realizando, aliás até porque nunca deveria ter sido união aduaneira. Eu acho que foi um excesso de ambição – desculpem, Srs. Embaixadores –, na época, do Itamaraty, imaginar que nós poderíamos ter uma união aduaneira com a economia de cada país sem uma convergência macroeconômica, em primeiro lugar, e com economias tão heterogêneas, tão diferentes do ponto de vista da sua estrutura e da sua capacidade. Ganhou o Brasil durante algum tempo, sem dúvida, um acesso privilegiado aos mercados dos nossos vizinhos, mas perdeu muito na integração com as cadeias de valor internacional.

Este é o primeiro ponto: o candidato Macri já anunciou que quer transformar o Mercosul em um acordo de livre comércio. A posição do Brasil não pode ser diferente. Se nós resistirmos em transformar a união aduaneira em livre comércio, nós estaremos presos no passado, retardando a integração do Brasil à economia global, e na contramão, inclusive, até neste momento em que a Argentina toma uma posição mais agressiva.

Porém, a situação da Argentina não é uma situação tranquila, e agora vou trazer aqui alguns dados de preocupação para os senhores. Eu tenho estudado com bastante carinho e atenção a situação da Argentina, até porque, em primeiro lugar, de forma muito pragmática, nossos exportadores hoje têm US$1,9 bilhão a receber da Argentina, já pagos em moeda local e não transferidos pelo Banco Central da Argentina, alguns com mais de seis meses de atraso. O total que a Argentina deve de importações realizadas e não pagas já soma US$9

bilhões. No entanto, o governo argentino, dentro da sua ilusão populista cambial, anuncia que tem US$27 bilhões de reserva. Só que, dos US$27 bilhões, US$9 já estão atrasados na importação; US$11 bilhões são reservas que eu chamo de "ilíquidas", porque são um *swap* de yuan que eles fizeram com a China no valor de US$11 bilhões, que só pode gastar yuan com a China. Não pode usar para comprar de qualquer outro lugar. Mais US$8 bilhões são vinculados a depósitos compulsórios dos argentinos, que depositam em dólar na Argentina. Lá tem conta em dólar para a pessoa física. Depositou, mas o Banco Central retém um compulsório em dólar. Esses US$8 bilhões ele considera como reserva, mas não é, porque tem dono. Se a pessoa tirar da conta, tem que devolver na hora, à vista. E mais US$3 bilhões que já estão depositados em Nova York, por conta daqueles *holdouts*, aquela discussão que está tendo lá com o Tribunal Federal de Nova Iorque, e que já está pago. Aquilo é dos donos dos bônus. O juiz bloqueou aquele recursos. Continua na conta da Argentina, mas não e deles. Eles já pagaram. Então, senhores, nos vamos encontrar uma Argentina quebrada.

Hoje à noite temos o jogo. Vamos ter pena deles, porque na economia eles estão quebrados. Zero de reservas. Por que eles estão com zero de reservas?

Porque eles cometeram, mais até do que o Brasil, aquele erro clássico, grave, recorrente que nós também aqui, às vezes, insistimos em cometer: a sobrevalorização cambial. Põe-se o câmbio para tentar segurar a inflação. Aí as exportações ficam extremamente caras, não há exportação mais de manufaturados da Argentina, não há preço competitivo para o mundo. O que eles exportam ainda é carne, soja, milho, trigo. E, mesmo assim, na expectativa de que o câmbio vá mudar, o que os exportadores fizeram neste ano? Ninguém vende, vão esperar o câmbio subir. Então, a retenção de cargas é de mais de 50% da safra argentina, que estão retidas nos estoques. Os privados não vendem, esperando o câmbio desvalorizar.

Qual é a taxa de câmbio? A taxa oficial é 9,50, e a taxa do paralelo, que eles chamam de mercado *blue*, é 15. Impossível uma economia sobreviver com essa diferença de mais de 50% entre paralelo e oficial. Nós vivemos isso no Brasil. Nós sabemos como é esse filme, nós já passamos, graças a Deus, por esse filme de horror no passado e não queremos ver o *flashback*. Então, haverá, necessariamente, uma grande desvalorização, nos próximos dias, nas próximas semanas, na Argentina, regra já anunciada, praticamente.

Isso vai causar uma repercussão de retorno das exportações argentinas e encarecimento das importações, que, para nós brasileiros, de certa maneira, não é bom, mas nós temos de pensar de forma sustentável. Não adianta matar a Argentina com uma sobrevalorização cambial e não termos mercado nenhum – aliás, vendemos e não recebemos.

Então, é bom que a Argentina retorne à realidade, à realidade cambial, à realidade do comércio, e acabe com essa outra contradição: nós estamos num acordo de união aduaneira e de livre comércio, e, para os exportadores brasileiros, há uma declaração juramentada de importação que eles são obrigados a obter.

O importador é obrigado a ter um programa de importação, como nós tínhamos na época da Cacex – talvez alguns mais velhos se lembrem do Benedito Moreira. Havia um programa de importação. Se a empresa não tivesse um programa que equilibrasse a balança daquela empresa, individualmente, no ano, ela não tinha direito de importar.

Hoje, na Argentina, é assim, é *uno por uno*, como eles chamam. Então, quem quer importar tem que ter alguém que está exportando. Às vezes, veem-se coisas esdrúxulas. Por exemplo, importadores de automóveis estão aparecendo como exportadores de vinho, porque comprou a carteira de exportação de vinho de uma firma de Mendoza e está importando BMW, uma coisa assim. Então, são situações anômalas, que só trazem ônus, que só trazem distorções, artifícios para a economia.

O que o Brasil pode fazer? Eu acho que nós temos uma grande oportunidade para negociar com a Argentina e ganhar, de fato, uma presença, um protagonismo político, econômico no Mercosul e na Argentina.

Primeiro, eu acho que, na iniciativa privada brasileira, os bancos privados estão prontos para colaborar com a Argentina na solução dos chamados *holdouts*. Os *holdouts* são credores da dívida argentina que estão na Europa e em Nova York, especialmente, que têm hoje por volta de US$10 bilhões de títulos transitados em julgado, que o Juiz Thomas Griesa mandou pagar. Só que a Argentina não paga. Então, o Juiz está começando a embargar bens da Argentina no exterior.

A Argentina não tem acesso ao mercado financeiro desde 2001. Pasmem: desde 2001, eles não emitem um bônus soberano novo de larga escala. Fizeram umas trocas, uns *swaps* nada relevantes, mas dinheiro novo para a Argentina não existe, porque eles estão *downgradeds* desde 2001. Se eles resolverem o problema do *holdouts*, volta a haver financiamento, até porque a dívida externa deles praticamente acaba com esse negócio do *holdouts*. Imaginem: zero de dívida externa, porque não têm crédito, e, então, vão pagando, vai secando.

É um país, então, que vai sair com o *rating* muito bom, porque não tem dívida, a não ser essas que eu relacionei aqui, que estão hoje com, mais ou menos, a contrapartida das reservas existentes e que dão até um

valor negativo. Então, a Argentina pode sair muito bem. Se eles resolverem os problemas dos *holdout*, eles voltam a ter dinheiro novo.

O que os bancos brasileiros pensam em fazer? Comprar dos *holdouts* com desconto e trocar por títulos da dívida argentina para o futuro. Esses títulos que hoje estão bastante desvalorizados, porque têm uma taxa de juros alta, uma vez que a dívida argentina ainda está cotada numa taxa de juros muito alta, na medida em que se resolve o problema da Argentina e eles desvalorizam o câmbio, vão valer mais. Vai haver no mercado secundário uma valorização desse papel, acreditando que a Argentina possa melhorar – pior que está é quase difícil.

Então, se melhorar, pode ser que esses papeis valham mais. Os bancos privados brasileiros estão dispostos a fazer essa aposta. Eu sei, porque eu estou num conselho empresarial seguindo discussões nesse sentido. Então, sem precisar de Governo – nós não vamos pedir dinheiro do Banco do Brasil, do Banco Central, do BNDES, nada disso –, o setor privado vai comprar as dívidas dos *holdouts,* transformando-os em bônus da Argentina. Resolvido isso, a Argentina tem acesso a dinheiro novo, e volta a funcionar o comércio. É isso que nos interessa.

E o que nós deveríamos colocar como condição? E aí entra o Governo, porque o Governo tem de dizer: "Está bom. Nós vamos, institucionalmente, acompanhar e apoiar a iniciativa privada, mas nós queremos transformar o Mercosul, acabar com a declaração juramentada de importação para o produto brasileiro, transformar o Mercosul num acordo de livre comércio e resolver todas as pendências que há".

É a hora de fazermos isso. Não podemos deixar escapar a oportunidade, a fragilidade que eles têm e do governo Macri, que nos interessa apoiar, valorizar, para que, realmente, recupere a economia argentina. É hora de nós conseguirmos fazer um plano de ação pública e privada para colocar a Argentina de pé. Não nos interessa que a Argentina vá mal. Nós queremos a Argentina progredindo, melhorando, com o acordo automotivo funcionando. E que importemos e exportemos, de forma equilibrada.

Essa é uma visão muito pragmática que eu tenho em relação ao que pode e deve ser feito. Em nome da iniciativa privada, eu digo que nós estamos dispostos a trabalhar com afinco, Senador, para que, nesse plano de resgate da Argentina, junto com o Ministério de Relações Exteriores, junto com o Ministério da Fazenda, consigamos...

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA – ...negociar todas as pendências que nós temos hoje com a Argentina, de forma equilibrada e correta, para apoiarmos o nosso parceiro para uma recuperação.

Acho que fico por aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado, Dr. Giannetti.

Por tudo que foi dito nas explanações, parece evidente que nada temos a comemorar nesses 25 anos do Mercosul, mas muito a avaliar.

Estão inscritos para questionar os nossos palestrantes, por enquanto, o Senador Tasso, a Senadora Marta Suplicy, o Senador Cristovam Buarque e o Senador Capiberibe.

Com a palavra, o Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Senador Lasier, que está presidindo esta Comissão, Sr. Regis Arslanian, Embaixador Rubens Barbosa, Roberto Giannetti da Fonseca, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, o que fica transparente nessa explanação feita pelos senhores é que, basicamente, nós precisamos, para começar a ter uma visão mais global do Mercosul, consertar a nossa visão de mundo.

O Embaixador Rubens Barbosa enfatizou bastante que todos os desacertos da política externa brasileira que deixou o Brasil praticamente isolado num contexto mundial de integração, de formação de blocos, de acordos e praticamente isolado da cadeia global de produção não são culpa do Mercosul, é culpa da visão de mundo que o Brasil tem. Essa visão, coincidentemente, se igualou à visão de outros países do Mercosul na mesma época.

O Roberto Giannetti fez uma avaliação bastante precisa e informativa sobre a situação da Argentina, mas, se a Argentina vai mudar, se o novo Presidente vai mudar, se a oposição vai mudar a visão de mundo, nós precisamos mudar a nossa também. Não vai adiantar nada a Argentina mudar, se nós não mudarmos. Afinal de contas, nós somos ainda e seremos sempre o País mais forte, mais preponderante dentro do Mercosul.

Nós estamos diante de uma encalacrada. O Mercosul não foi um sucesso em determinada época, em determinados momentos, mas hoje se tornou um grande engessamento do Brasil, diante do resto do mundo e, principalmente, dos países desenvolvidos. O mais grave, Senador Cristovam, Senadora Marta, Senador Capiberibe, é que não é apenas uma questão comercial, é uma questão de cadeia global de produção, que nos distancia da tecnologia, da formação de conhecimento, da troca de conhecimentos, inclusive na área universitária, tão cara ao Senador Cristovam. A cadeia global significa, necessariamente, a introdução de tecnologias

e a troca de tecnologias, o que eleva o padrão global de produção de todos os países envolvidos. No momento em que nós estamos longe dela, estamos nos afastando mais e mais do mundo moderno e de um mundo mais homogêneo.

A minha pergunta é muito simples.

Se nós não mudarmos – e aqui me dirijo aos três – essa visão de mundo ou essa filosofia que o Itamaraty, a política externa brasileira, assumiu, ou introduziu como fundamental na gestão da política externa, não adianta discutir Mercosul, não adianta discutir outros acordos, porque o problema está em nós mesmos, e apenas em nós mesmos.

Queria perguntar aos três palestrantes se essa visão também é a visão dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pelo critério que foi adotado há tempos aqui na Comissão, nós primeiro ouvimos as perguntas, em bloco, e depois os nossos convidados respondem.

Então, pela ordem de inscrição, Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu gostaria, Senador Lasier, Presidente em exercício da nossa Comissão, de dizer que foi muita rica a exposição que ouvimos.

Constato algo que nós todos estamos, já há algum tempo, acompanhando: o isolamento brasileiro. Hoje o Brasil está muito distante da realidade em que o mundo se encontra. Nós fomos, aos poucos... Até pouco tempo atrás, eu não tinha essa visão, eu tinha outra percepção, mas, de uns anos para cá, comecei a questionar esse entendimento da política externa. Isso se deu um pouco também em função das conversas com o grande amigo Rubens Barbosa. Eu sempre discutia assumindo o lado da defesa, mas hoje acho que, infelizmente... Infelizmente, porque o nosso País ficou numa situação extremamente difícil, acho que isso foi muito bem colocado não só pelo Embaixador Rubens Barbosa como por Roberto Giannetti.

Em relação à Argentina, acho que a exposição do Giannetti foi muito rica, porque deu detalhes muito precisos não só da situação espantosa em relação aos recursos nossos detidos – se bem recordo, 9 bilhões de brasileiros retidos..

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Ah, de tudo.

E isso faria diferença para nós aqui, para a nossa economia...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Sim, para algumas empresas é dramático, evidentemente.

Achei muito interessante, porque não ficou só numa análise das dificuldades, mas já deu também um encaminhamento para o futuro. Foi muito bem lembrado pelo Senador Jereissati que isso vai depender muito do Brasil, do que ocorra no Brasil.

Nós estamos numa situação extremamente complicada do ponto de vista econômico. A cada dia nós temos uma notícia que na semana não se realiza, a cada dia os números são piores. Nós temos uma grande indefinição sobre como vamos caminhar aqui. No Congresso Nacional neste momento, nesta situação atual, não passa nada que seja referente a impostos ou a ajustes.

Então, é uma situação... Nós percebemos a situação argentina, mas percebemos que a nossa está muito ligada também ao que ocorre aqui para podermos ter outra possibilidade. Mas, como aqui tudo muda muito rapidamente, eu acho que não dá para ficar fazendo prognósticos. Mas foi muito interessante ouvir uma possibilidade – fica na possibilidade, dependendo do que vier. Foi muito interessante.

Eu gostaria de perguntar... Acho que o ex-Embaixador Rubens Barbosa, que agora acompanha também a visão da Fiesp, que é muito interessante, complementa tudo isso e traz a sua experiência também como Embaixador em centros tão importantes, como a Inglaterra e os Estados Unidos. Essa questão do imobilismo do Mercosul fica muito evidente, isso é o mais trágico. Algo que foi tão importante para nós em algum momento acabou se desvirtuando.

Eu gostaria de ouvir o Embaixador falar um pouco sobre essa situação e juntar a uma pergunta ao Giannetti, que é sobre a questão aduaneira.

Eu sempre quero entender por que as coisas são feitas. Sempre quero saber por que determinada coisa foi feita da forma que foi feita. Não sei se o Rubens poderia responder melhor isso... Que possíveis consequências para os outros países do Mercosul poderia trazer essa mudança? Pergunto, porque provavelmente há alguma relação que não captei.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pois não.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – É com relação a uma questão que a Senadora Marta colocou.

Existe também uma retenção na Venezuela, se não me engano...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Isso.

Peço que se fale um pouco sobre essa retenção na Venezuela.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Presidente, senhores palestrantes, esta é uma das audiências em que eu tinha mais interesse de assistir ultimamente. Lamentavelmente, não pude estar presente antes porque nesse período estive presidindo uma comissão e relatando um projeto em outra comissão – sobre emendas para o nosso Plano Plurianual. Nesse período eu fui e voltei. Digo isso porque pode ficar a impressão de que a aprovação não é uma coisa tão séria, porque é rápida demais. Tanto tempo levei para preparar o relatório... Na outra, presidindo... Além disso, houve uma reunião aqui sobre os nossos problemas no Distrito Federal.

Mas o meu interesse, que vou ver depois na transcrição das falas... As preocupações que trago aqui talvez já tenham sido respondidas. De qualquer maneira, eu gostaria de colocá-las.

Primeiro: o que eu vejo é que nós estamos entre laços históricos e interesses prospectivos. Aparentemente, os laços históricos com os países irmãos e vizinhos não estão casados com os interesses de longo prazo do Brasil, que estariam muito mais relacionados com os grandes acordos internacionais em que o Brasil talvez tivesse vantagem se trabalhasse em caráter bilateral com cada país, independentemente das amarras do Mercosul, ou entrando em outros blocos. A primeira pergunta é: supondo que isso se pague, qual é o preço que pagamos por estarmos vinculados e priorizando os laços históricos?

Segundo: gostaria de saber que rumos os senhores propõem para o Governo brasileiro. E aí, como parte do Estado brasileiro para nós, Senadores, para, se possível, casarmos os laços históricos com os interesses prospectivos. E, se não, os interesses prospectivos prevalecendo sobre os laços históricos.

Essas são as duas grandes, de maneira geral.

De qualquer maneira, eu gostaria de saber, por falta de informação e de análise, se, de fato, as relações da Argentina com a China hoje, bilateralmente, trarão prejuízos para o Brasil e se essas relações estão sendo feitas dentro das regras do Mercosul ou se eles as estão descumprindo. Ou seja, o memorando de entendimentos sobre o estabelecimento de um mecanismo de diálogo entre a China e a Argentina está ferindo ou não as regras do Mercosul?

Segundo, se existe possibilidade de a Argentina vir a fazer parte dos BRICS, porque se comenta que há esse interesse. E, se isso acontecer, que papel terá o Mercosul junto à China? A entrada da Argentina nos BRICS, com o Brasil dentro dos BRICS, isso produzirá um enfraquecimento do Mercosul ou criará uma relação especial do Mercosul com a China? Isso é possível? Ou a China está impedida disso pelos outros acordos que ela tem?

Finalmente, uma coisa que eu vivi, porque fui Deputado no Mercosul e o Embaixador me recebeu lá: como é que nós podemos melhorar as relações das legislações nacionais dos países do Mercosul? A sensação que eu tenho é, primeiro, de que essas relações não são feitas praticamente. Tentamos, por exemplo, na área de educação, Senador Tasso, fazer um acordo de bilinguismo, um acordo de reconhecimento de diplomas, e isso esbarra sempre nos congressos nacionais, nos governos nacionais. Então, há possibilidade de que essas legislações sejam compatibilizadas? As legislações trabalhistas, por exemplo, que até hoje nem a Comunidade Econômica Europeia conseguiu? Previdência, as diferentes legislações de previdência, a gente vai conseguir isso?

A minha sensação é de que o Parlamento do Mercosul, que, aliás, já tem um nome ruim, porque parlamento não é uma questão de mercado; mercado tem outro tipo de entidade para cooperação; parlamento é político, então já carrega um equívoco no nome Parlamento do Mercosul, podia ser Parlamento dos países e tal... Então, até que ponto a gente vai conseguir compatibilizar essas legislações? Já são muitos anos, e até hoje essas legislações estão totalmente desvinculadas umas das outras.

Então, essas são as perguntas que eu gostaria de ter respondidas, para ver como é que nós, Senadores, podemos aprimorar tanto o nosso discurso, porque grande parte do nosso trabalho é apenas falar, como a nossa influência naquilo que for possível, seja junto ao Governo, oposição ou situação, seja apresentando projetos de leis que venham ajudar no processo de defender os interesses de longo prazo da Nação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O.k.

Registramos também a presença da Senadora Ana Amélia.

Pela ordem de inscrição para perguntas, Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento os convidados e os Senadores e Senadoras presentes nesta audiência pública.

Olhando o mapa da América do Sul, percebe-se uma configuração que atendeu os interesses de espanhóis e portugueses. Reconfiguraram a paisagem humana da América, das Américas, mas sobretudo da América do Sul, que, quando os europeus chegaram por aqui, era dominada pelos quechuas, aymaras e tupi-guaranis. Então, foi uma reconfiguração humana dessa paisagem. E também se estabeleceram essas fronteiras que nós temos hoje. Eu acredito que, no futuro, essas fronteiras irão desaparecer, pela necessidade de integração, em função do equilíbrio ambiental no Planeta. Essa é uma questão que está fadada a acontecer, é inevitável a reconfiguração das fronteiras globais. E penso eu que, para uma integração... Na verdade, quando a gente fala integração, ou quando surgiu inicialmente a necessidade de integração, era integração de mercados, de troca, mas isso já existe desde muito tempo.

Eu fico olhando o Brasil. O Brasil é um país que vive de costas para os seus vizinhos, do ponto de vista cultural, do ponto de vista do interesse do conhecimento por esses países. A nossa diplomacia nos isola do resto do mundo.

Acho que, além do interesse comercial e empresarial, teremos que ser muito mais agressivos do ponto de vista da integração cultural com nossos vizinhos. Temos muita coisa interessante a trocar com eles. Acho que falta isso. O que impede um avanço maior no intercâmbio, na integração comercial é exatamente deixar de lado outros aspectos que poderiam aproximar de forma muito mais vantajosa o Brasil com seus vizinhos. O Mercosul é uma belíssima tentativa. Hoje, temos várias críticas em relação ao avanço que não foi aquele que se desejava.

Outro aspecto que eu estava observando no Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas de 2014 mostra que nossos vizinhos estão melhores do que nós. A Argentina é o 49º no Índice de Desenvolvimento Humano de 2014 e o Brasil, 79º. O Uruguai está na nossa dianteira. Na verdadeira, se fosse para escolher, muitos gostariam de ser argentinos, porque, pelos índices das Nações Unidas, na Argentina, a vida é melhor. Essa é uma questão que me parece fundamental. A economia tem que dar respostas à qualidade de vida da população. É para isso que nos esforçamos, produzimos, para ter uma melhoria geral na qualidade de vida da sociedade.

Outra questão, e não poderia deixar de aproveitar a presença de pessoas tão importantes e influentes da área econômica para perguntar: por que o Brasil se desindustrializou nesses últimos anos? O que levou o Brasil a se desindustrializar? Estamos falando das manufaturas que a Argentina vende para o mundo, soja, boi, carne, frango. Mas, no Brasil, houve também esse processo de desindustrialização.

Eu ficaria por aqui. Essa é a pergunta que eu gostaria imensamente de ver respondida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Senador Capiberibe.

Quero aproveitar para registrar a presença do Sr. Mohamed Laarosi Bahia, representante da Frente Polisário para o Brasil, que, inclusive, é um projeto de V. Exª, Senador Capiberibe, e, mais tarde, vamos discutir aqui o reconhecimento como Estado da República Saarauí.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – É um resquício, Sr. Presidente, ainda do processo de colonização espanhola. O Embaixador Rubens Barbosa conhece muito bem. Foi uma descolonização complicada da Espanha e da França na África.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Serei bem breve, Presidente desta audiência Pública, Senador Lasier Martins.

Caros colegas Senadores e Senadora Marta, caros Embaixadores, caro Dr. Roberto Giannetti da Fonseca, estou chegando a um tempo, não sei se é o tempo de vida ou a experiência profissional, em que estou cansada com a agenda, porque ela não sai do lugar. Essa agenda Mercosul e União Europeia não sai do lugar há mais de duas décadas.

Como sou de um Estado que faz fronteira com dois países do Mercosul, um deles o maior, a Argentina, vivemos muito o cotidiano. Essa integração nasceu para ser de um jeito e saiu de outro. Um Senador do Mato Grosso do Sul diz que quiseram fazer um beija-flor e acabaram produzindo um morcego. (*Risos.*)

Acho que é que é um pouco isso.

Por que estou dizendo isso? Porque, na origem, o Mercosul criaria complementariedade dentro do Bloco para o Bloco vender os seus produtos complementares para fora, produtos do Mercosul para Europa, para América do Norte, para a Ásia. Aconteceu o inverso. Brigamos entre nós. Então, ficou um mercado interno competitivo e perdeu-se o sentido da união, da integração e dessa ideia original que seria vender para fora.

Somos concorrentes em todas as áreas. Com a Argentina, então, para um Estado agrícola como o Rio Grande do Sul, é um desastre: carne, frutas, arroz, tudo. Agora, a Argentina fez opção preferencial pela China, e

a situação ficou muito pior. Uruguaiana tem a responsabilidade do transporte de 80% da carga que vai e que vem da Argentina para cá. Então, temos um termômetro bem visível do cotidiano dessa relação tumultuada.

O Rio Grande do Sul é o que mais sofre: máquinas agrícolas, calçados... Sofre porque a Argentina simplesmente decidiu não comprar mais calçados do Rio Grande do Sul, mas da China. Além disso, as máquinas agrícolas, eles só as compram se as empresas do Rio Grande do Sul forem para a Argentina. Bonito, não é? É uma integração maravilhosa!

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – E os vinhos também.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nem cheguei nos vinhos, Senador, que exemplificam outra situação também de absoluto constrangimento.

A cada barreira comercial com aquelas licenças prévias que a Argentina acabou criando, mais barreiras foram levantadas, prejudicando, e pouco se avançou nisso, em compensação Argentina avançando sempre cada vez mais.

O meu gabinete fez uma visita às Ilhas Falklands ou Malvinas. Nossa! Eu fui procurada... Eu acho que é o contraditório é importante na democracia. Pude ver o que dizem os que moram lá. Isso foi importante, mesmo sabendo que o Brasil tem uma posição clara sobre as Malvinas e a Argentina. Não vou discutir isso. Fui cobrada e disse: antes de censurar ou tentar censurar uma Senadora, que tem a legitimidade para fazer o que está fazendo, seria o caso de tentar resolver esses problemas tão graves no país. Então, vamos devagar na história.

A Argentina também fez muita força para a entrada da Venezuela no Mercosul.

Para o Dr. Roberto Giannetti da Fonseca, como o senhor é de São Paulo, sempre se disse que a Venezuela no Mercosul seria muito importante para a indústria paulista, para a indústria brasileira. Essa foi a justificativa. Muitos defenderam. Se é assim, que entre! Tiramos o Paraguai do Mercosul para entrar a Venezuela. Fizemos uma agressão, desrespeitando, não reconhecendo a democracia praticada lá, que foi com base na Constituição, não foi nenhum ato de violência. Foi a Constituição do Paraguai, e não se respeitou isso. E está no que está. A Venezuela está no que está. O Brasil não está sequer reagindo adequadamente à indicação de um representante que foi vetado pela Unasul. Foi vetado o nome de Nelson Jobim, mas o Brasil está escolhendo um negociador que vai observar a eleição na Venezuela. Estamos nos curvando demais!

Além disso, e o nosso Embaixador Regis fez um brilhante trabalho no Uruguai, também como gaúcho, nós, os brasileiros consumidores, sustentamos os *free shops* uruguaios. Defendemos, aqui, no Congresso, inclusive. Quando a Receita Federal quis reduzir a cota de compras de US$300 para US$150, fui à tribuna pedir para não fazermos isso, para esperarmos a regulamentação dos *free shops* brasileiros para, então, assim fazermos. Só que, como o dólar mudou muito, chegou quase a R$4,00, o que aconteceu? Os uruguaios começaram a comprar carne, comprar produtos de primeira necessidade, arroz, feijão, no Brasil, porque está mais barato. A moeda deles, na conversão... E o governo uruguaio, que foi beneficiado com bilhões de dólares de compras de brasileiros e gaúchos, tentou levantar a política do quilo zero: nenhum consumidor uruguaio poderia comprar do lado de cá. Qual é a solidariedade nessa fronteira? Isso acontece sempre, variando conforme o câmbio: uma hora é bom para um lado; outra, para o outro. Quilo zero! A sorte é que falamos muito desse problema e o governo recuou dessa decisão.

Então, eu queria que alguns dos senhores me dessem um pouco de ânimo para acreditar que esse bichinho vai voltar a ser um beija-flor e não morcego.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Na condição eventual de Presidente dos trabalhos, não vou fazer perguntas, mas, como algum dos senhores e das senhoras chegaram aqui no andamento das manifestações, vou reproduzir algumas frases que foram aqui pronunciadas pelos nossos palestrantes, algumas muito instigantes.

Foi dito aqui, por exemplo, que o Mercosul se transformou em um fórum político e não comercial.

Outra frase pronunciada aqui: o Mercosul está marginalizado nas negociações comerciais. Há que se mudar a filosofia.

E uma pergunta que ficou, e acho que vai ser respondida aqui: e as medidas protecionistas da Argentina? E a Senadora Ana Amélia assentou bem que o Rio Grande do Sul vive muito isso. Em vez de comprarem nossas máquinas agrícolas, foram seduzir os produtores, os fabricantes para que se transfiram para a Argentina. Na região de Santa Rosa, aconteceu isso escancaradamente.

Os vinhos. Eles não aceitam, hoje, os nossos vinhos, mas eles estão muito bons, embora eu seja suspeito para falar porque 90% dos vinhos brasileiros são produzidos no nosso Estado.

Outra frase pronunciada aqui: a nossa competitividade parou de crescer. Hoje, perdemos a competitividade. Nos descuidamos do Mercosul nos últimos anos. O problema é por culpa dos sócios. O Brasil é a locomotiva do Mercosul. E ficamos nos perguntando que locomotiva é essa que não consegue movimentar os vagões.

Vou propor aos nossos palestrantes, para que o último a falar não espere muito, que cada um dos senhores, se concordarem, responda em dez minutos. Depois, voltaremos em forma de rodízio, até porque acho que haverá um debate. Senti que há divergência de um dos nossos painelistas.

Começamos pelo Embaixador Regis.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Presidente Lasier, me permita mais uma questão.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pois não.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – A Senadora Ana Amélia levantou aqui, e V. Exª também, o processo de sedução de indústrias gaúchas para a Argentina. No caso, não é somente a Argentina. No caso específico do Nordeste, Senador Cristovam, estamos perdendo indústrias para o Paraguai.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Calçadistas?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Confecção, têxtil e caminhando para a calçadista também, porque a desvantagem fiscal, e o Embaixador Rubens tem um trabalho sobre isso, é gigantesca.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não tem imposto de renda.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Não tem imposto de renda e o encargo trabalhista...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Enfim, é uma desvantagem. Principalmente para o Nordeste, são as indústrias de mão de obra intensiva. Elas foram para o Nordeste e, agora, estão indo para o Paraguai. Então, a famosa guerra fiscal interna está virando uma guerra fiscal em que o Brasil só perde também. Queria ouvir sobre isso também.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pois não.

Embaixador Regis.

O SR. REGIS ARSLANIAN – O Brasil é 70% do território do Mercosul, 75% da população, e não sei bem os números, e 70% ou mais do PIB do Mercosul. O Brasil, portanto, tem força econômica, tem força política, tem dimensão suficiente para poder moldar e orientar a pauta, a agenda de trabalho do Mercosul. Então, a pergunta do Senador Jereissati, o problema está em nós mesmos? É verdade! Está no Brasil. Não está na Argentina. Não está no Uruguai. Não está na Venezuela. O problema somos nós mesmos, Brasil. Nós não temos conseguido pautar a agenda do Mercosul. Se quiséssemos, poderíamos.

Vou dar um exemplo concreto. Em janeiro deste ano, em Santiago, os Presidentes do Mercosul e o Presidente da Comissão Europeia assumiram o compromisso de apresentar as ofertas no processo negociador Mercosul/União Europeia. Foi um compromisso Mercosul. Cristina Kirchner, presente lá.

Quando começamos a discutir, no Mercosul, a montagem dessas ofertas para poder apresentar, segundo nosso compromisso, aos europeus, a Argentina disse que não, que não estavam preparados para fazer oferta nenhuma. "Nós não queremos fazer, estamos em processo de desindustrialização e temos eleições este ano, então vamos deixar pro ano que vem." O Brasil disse: "Mas temos um compromisso." Falaram: "Ah, não importa. Não vamos assumir o compromisso, não vamos cumprir um compromisso."

Durante três meses, Senador, a Argentina empurrou isso; protelou essa questão da preparação das ofertas, até um dia em que o governo brasileiro mandou recado dizendo: Nós, Brasil, vamos apresentar as ofertas de qualquer jeito, com Argentina ou sem Argentina. Dois dias depois, Senador, veio o Ministro Kicillof, da Fazenda, da Economia da Argentina, que é o homem de confiança, o braço direito, hoje, da Presidente Cristina Kirchner. Ele veio no avião privado da Força Aérea Argentina, correndo para cá para dizer: "Pelo amor de Deus, não apresentem; vamos nos juntar a vocês, sim." Com isso, a oferta foi preparada. Por mais que esteja abaixo dos nossos interesses, é uma oferta feita também em conjunto com a Argentina.

Com relação à questão da união aduaneira, por que a Europa, com 28 membros, tendo Grécia, tendo Alemanha, consegue ser uma união aduaneira? Com todos os problemas que tem? Mas consegue. E consegue não só isso, mas fazer acordos comerciais muito abrangentes. Por que nós, com cinco países, por mais que sejamos diferentes não podemos conseguir, com a força e a firmeza do Brasil, montar uma união aduaneira? Podemos. Poderíamos também. Poderíamos fazer isso.

Com todos os problemas que a união aduaneira europeia tem, eles conseguem fazer um acordo que é dos mais abrangentes como estão quase fechando um acordo que é a parceria transatlântica com os Estados Unidos. São 28 países. E falam em uma voz só. É a Comissão Europeia que fala em nome deles e se coordenam, articulam-se e fazem acordos ambiciosíssimos.

Os nossos acordos, o nosso modelo negociador – estávamos falando isso aqui – não chegou aos pés desses acordos modernos, de vanguarda, que estão sendo feitos hoje em dia. Por quê? Porque insistimos e colocamos como pré-condição para negociar qualquer acordo a agricultura. Ninguém mais quer ouvir falar em

agricultura. A agricultura – aí falo para a Senadora Ana Amélia – deveria ser o resultado da negociação, não uma pré-condição da negociação.

Nós, antes de sentarmos à mesa com qualquer parceiro,dissemos: Olha, se não tiver agricultura, não nos interessa o acordo. É por isso que a Rodada de Doha está indo para o brejo. É por isso que Nairóbi vai ser um fiasco. Por quê? Porque há países como Índia, como Argentina e como Brasil que insistem em colocar como pré-condição nas negociações a agricultura, e insistem em colocar acesso a mercado, que é tarifa.

Hoje em dia, também ninguém mas está preocupado com tarifa. Com a questão de mudança cambial de um dia pro outro, a tarifa se neutraliza. Hoje em dia, todo mundo quer negociar regras, quer negociar modelos regulatórios, normas. É isso que faz agregação de valor nas cadeias globais de produção. É isso que faz e que integra a economia global: são as regras, são as normas.

A nossa Lei Geral de Telecomunicações, por exemplo, proíbe, no Brasil, que haja uma empresa estrangeira que tenha acesso ao nosso mercado de telecomunicações se não tiver presença comercial, se não tiver CNPJ no Brasil. Não faz sentido, hoje, na época do WhatsApp, na época do Skype. Eles não têm... WhatsApp não tem CNPJ no Brasil e no entanto tem um acesso enorme no mercado de telecomunicações do Brasil. A nossa Lei Geral de Telecomunicações proíbe.

Por que uma empresa de telecomunicações terá interesse em fazer investimentos no Brasil com uma Lei Geral de Telecomunicações que está ultrapassada, anacrônica, precisa ser modernizada? São essas coisas que precisam hoje entrar nos acordos comerciais, não tarifas só – deve entrar tarifa também –, não, como pré-condição, a agricultura. A agricultura tem que entrar como resultado.

Entrou no acordo transpacífico que foi feito, mas entrou como resultado da negociação. Ninguém mais está interessado em tarifa e em agricultura, por isso que a União Europeia... E não somos nós; já temos uma oferta, por mais que não seja a oferta que os europeus queriam, pelo menos é uma oferta boa, dá para começar a negociar.

Todo mundo acha que na hora em que a gente fizer a troca de ofertas, vamos fechar o acordo. Não é isso. Vamos começar a negociar. Aí que vai começar o troca-troca, com as ofertas e as demandas. Por isso os europeus não querem negociar com o Mercosul, essa que é a verdade. Os europeus não têm mais interesse em negociar com o Mercosul. Não é que o Brasil não seja um mercado atraente. Atraentíssimo. O mercado é muito atraente. Agora, o modelo negociador do Brasil está ultrapassado, é o modelo negociador dos anos 90.

A Rodada de Doha foi lançada em 2001, já tem 15 anos. Dois mil e um, 15 anos. Na época, sim, falava-se em subsídios agrícolas, agricultura, tarifas, alíquotas tarifárias. Hoje em dia, ninguém mais quer. Isso não é mais o fulcro de um acordo comercial.

Uma pergunta do Senador Cristovam, que diz: "por que não poderíamos melhorar as legislações internas?" É isto que o Mercosul poderá propiciar, uma convergência, uma compatibilização das legislações em matéria de previdência, de direitos trabalhistas, em matéria fitossanitária. É isto que o Mercosul pode fazer: união aduaneira; a integração.

Um acordo de livre comércio, um Nafta não propicia isso. Tem um muro entre o México e os Estados Unidos. Não propicia. Por quê? Porque não propicia livre circulação de pessoas, não propicia compatibilização de legislação. É isso que o Mercosul poderá... O dia em que o Brasil tiver mais força e firmeza e puder se impor mais, respeitando as limitações dos sócios, o Mercosul poderá ir para frente e, sim, poderá propiciar uma compatibilização das legislações de previdência, universidades, educacional, de tudo. É isso que a integração objetiva quer.

Volto a dizer, um acordo de livre comércio como o Nafta não propiciará isso nunca. Nunca! É a união aduaneira que propicia isso.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O senhor pode continuar daqui a pouco?

O SR. REGIS ARSLANIAN – Posso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Embaixador Rubens Barbosa, que disse aqui que o Brasil cunhou a prática da paciência estratégica, o senhor tem a palavra.

O SR. RUBENS BARBOSA – Retomando o que o Regis falou, a minha visão é que as políticas são consequência das opções estratégicas feitas pelos governos. Quer dizer, as políticas não são voluntaristas. Ninguém muda nada voluntariamente, elas são consequências das opções.

Para os senhores terem uma ideia do que eu estou falando, eu fiz um levantamento de documentos, de discursos e comunicados, dos últimos 13 anos, sobre a política externa e a política de comércio exterior brasileiro. Essas são as opções estratégicas. A partir daí, decorreu tudo o que foi feito, inclusive com o Mercosul, por esses governos todos, nos últimos 13 anos.

Eu vou só elencar algumas das opções estratégicas que foram feitas, segundo as declarações do Presidente, dos ministros e tal.

A primeira é mudar a geografia política, econômica e comercial do mundo, através do fortalecimento do multilateralismo, para levar ao fim do hegemonismo americano.

A segunda, mudar o eixo da dependência comercial brasileira. Daí, sul-sul; daí Mercosul, na visão distorcida; daí a ausência de acordos com os países desenvolvidos.

Uma crítica à globalização econômica e financeira, não aceitação da globalização. Por isso, não negociação de acordos dessa nova geração e tal.

Depois, outro pressuposto da nossa política externa, nesses últimos anos, era que os Estados Unidos estavam em declínio e estava surgindo um mundo pós-americano. E não foi isso que aconteceu, enfraquecendo o nosso discurso.

Outra opção estratégica do Governo foi o fortalecimento do Mercosul e sua expansão para formar uma área de livre comércio aqui na América do Sul, como forma de se opor aos Estados Unidos. A gente viu os resultados e os discutimos aqui.

Então, o crescente papel do Estado na economia teve implicações também, inclusive em uma das perguntas que eu ainda vou mencionar sobre a questão da desindustrialização. Os desdobramentos desses pressupostos na política econômica e na política externa geraram essas políticas, que estamos comentando hoje aqui, e que estão criando um grande problema para o Brasil.

Como mudar essa visão que o Senador Tasso mencionou? Tem que mudar o maquinista da locomotiva. Hoje, o Brasil é a locomotiva, mas o maquinista está com uma visão equivocada, entendeu? Enquanto o trem corre numa direção, o maquinista está levando o Brasil para outra. Essa é a realidade.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pode descarrilar.

O SR. RUBENS BARBOSA – É verdade. É um problema nosso, mas é uma questão da visão que o Governo tem desses problemas.

A Senadora Marta se refere à questão do imobilismo, do porquê a gente não avança em outros acordos. E se a gente voltar para uma área de livre comércio, qual é a implicação para os outros países?

Em relação a essa questão da área de livre comércio, eu estudei esse assunto, agora, recentemente, porque é um assunto que está na pauta. E é uma situação muito complicada. Por quê? Porque se a gente ler o tratado, a tarifa externa comum foi aprovada pelo Protocolo de Ouro Preto, em 1995. Se a gente quiser voltar para uma área de livre comércio, tecnicamente o que tem que fazer é o Brasil sair ou revogar o Protocolo de Ouro Preto, que é parte do Tratado de Assunção. Então, precisaria haver uma modificação. O Brasil teria que declarar que não quer continuar mais no tratado, porque pela tradição diplomática nossa, o Brasil não vai tomar uma atitude unilateral e abandonar. Quer dizer que o Brasil terá de seguir o que está no tratado. E há uma série de procedimentos, porque se no final o Brasil resolver efetivamente sair, a tarifa externa comum continua por dois anos. Então, essa solução a gente precisa examinar bem, porque não tem consequência imediata. A área de livre comércio pode ser, no futuro, uma solução, mas a tarifa externa comum continua durante dois anos. Então, não tem efeito imediato. É uma coisa que temos de pensar.

Acho que o que aconteceu recentemente, com a assinatura desse acordo na Ásia, o Tratado Transpacífico, a parceria transpacífica que inclui 12 países, inclusive os Estados Unidos, Japão, Austrália, Nova Zelândia, teve uma grande repercussão aqui no Brasil, porque acho que a mídia, as pessoas que acompanham esse processo de integração nosso – o comércio exterior – se deram conta de que a assinatura dessa parceria colocou em evidência o isolamento do Brasil.

Quarenta por cento da produção global está com os doze países. Se houver o acordo dos Estados Unidos com a União Europeia, 70% da produção global e mais de 50% do comércio internacional estarão regulados por esses dois acordos. E o Brasil onde está?

Esse acordo teve o condão de mostrar que o rei está nu, que a política comercial brasileira está equivocada e não está levando a lugar nenhum. Inclusive eu trago as questões mencionadas aqui, também, da desindustrialização e da competitividade. O Roberto, que também tem uma grande experiência nisso, certamente irá comentar isso. Mas na minha visão, a desindustrialização, aqui no Brasil, para os senhores terem uma ideia da gravidade da situação, no fim da década de 80 (1987 e 1988), se os senhores forem olhar as estatísticas, a indústria representava 25% a 26% do PIB. Em 2014, agora – e em 2015 a coisa se agravou –, está menos de 10%. Em 2014 foram dez e poucos por cento, com viés de baixa. Então, a indústria saiu de 25% para 10% do PIB.

Isso se reflete na crise que estamos vivendo hoje na indústria nacional, na indústria de transformação, com alto nível de desemprego. Essa situação, na minha visão, é resultado da perda da competitividade; e a perda da competitividade é resultado do custo Brasil; e o custo Brasil é resultado de más políticas.

O que é o custo Brasil? É o custo da energia – nós, por motivos internos, sabemos, os senhores escutam muito isso, aqui –, que está do jeito que está.

A questão tributária: o Brasil, hoje, tem a maior carga tributária do mundo, uma das mais altas do mundo, e nós estamos começando a discutir, de novo, o aumento de imposto.

A questão trabalhista: para dar uma ideia aos senhores do custo trabalhista para as indústrias brasileiras, os Estados Unidos têm – falaram-me – 70 mil casos de questões trabalhistas; o Japão, 6 ou 7 mil; o Brasil tem 2,5 milhões! Como uma empresa pode produzir?

Depois, também, uma outra política, que é saudável, mas ficou defasada: o salário pago pelas empresas está crescendo, há muitos anos, acima da produtividade e acima da inflação. Como as empresas vão melhorar a produtividade?

Então, acho que a desindustrialização é resultado de tudo isso. Há sete ou oito anos, de tudo que se importava, tudo que se consumia aqui no Brasil em termos industriais, de todo o consumo industrial brasileiro, 85% era suprido pela indústria nacional; hoje são 65%. Houve 20 pontos percentuais de perda. Por quê? Por causa do câmbio valorizado, houve um aumento gigantesco das importações, sobretudo de máquinas e equipamentos da China, que gerou essa situação de perda do mercado doméstico.

Então, a desindustrialização afeta não só o comércio exterior, mas também a participação das empresas aqui na economia doméstica, levando ao que o Senador Jereissati lembrou: as alternativas que se apresentam para as empresas. Por que as empresas têm de optar por quebrar aqui no Brasil? Por que elas têm de ficar limitadas a pagar 35% de custo Brasil acima da produção? Elas estão procurando alternativas, estão indo para o exterior.

Há, hoje, um grande número... Outro dia eu vi um estudo com mais de 200 empresas que estão fixadas no exterior – nos Estados Unidos, na Europa, na Ásia, na África – e agora estão descobrindo a América do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O senhor pode continuar daqui a pouco?

O SR. RUBENS BARBOSA – Sim. Vou terminar com esse dado. Há três semanas, foi uma missão de 92 empresas brasileiras ao Paraguai, para se instalar no Paraguai, porque o custo de produção lá é 35% menor que aqui no Brasil. O que me estranhou não foi a ida das empresas brasileiras procurando se instalar no Paraguai para pagar menos imposto e gerar mais emprego – o que me chocou foi o Governo brasileiro chefiar essa delegação. (*Risos.*)

Isso que me chocou, porque o Governo brasileiro estava ajudando as empresas a levar empregos para o exterior e levar investimento ao exterior. Os empresários eu acho perfeito fazerem isso. Agora, o Governo brasileiro chefiar essa delegação me estranhou muito.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Antes de passar a palavra ao Dr. Giannetti, há uma questão que não está sendo bem respondida aqui nesta nossa audiência pública de hoje. O senhor nos assusta, Embaixador Rubens Barbosa, quando o senhor aflora essa verdade do isolamento do Brasil diante desses blocos que estão se formando. O senhor lembra que a Parceria Transpacífica leva 40% do comércio exterior. Aí, o senhor começa a cogitar o bloco Estados Unidos e Europa, mais 30%, que dão 70%. E nós estamos fora de tudo isso? Então, isso é uma coisa muito séria e de uma relevância muito grande para a nossa Comissão de Relações Exteriores. Nós precisamos discutir isso aqui nesta Comissão enquanto é tempo. Daqui a pouco é tarde demais.

No começo da sua palestra, o Embaixador Regis fez uma crítica muito cáustica ao Mercosul, também a fez, mas eu disse-lhe que mais adiante ele teria que responder o que podemos fazer: ressuscitar o Mercosul, diante dessa inoperância, em 25 anos de existência, não aconteceu praticamente nada. Vamos reabilitar...

O SR. RUBENS BARBOSA – Mudar o maquinista.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mudar o maquinista, o senhor disse? (*Risos.*)

Será que só isso basta? Então, na nova rodada de respostas – que não será muito grande, porque nós temos, ainda, uma sessão deliberativa logo depois – vou pedir que o senhor responda.

Registramos também a presença da Senadora Grazziotin e do Senador Ricardo Ferraço – que é o autor do requerimento desta audiência pública, e pediu para fazer pergunta, ainda. Daqui a pouco, depois do Dr. Giannetti, o senhor vai perguntar.

Então, Dr. Giannetti, traga-nos soluções. (*Risos.*)

O SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA – Vamos ver, vamos tentar.

Bem, eu começo respondendo à Senadora Marta Suplicy, e a essa sua provocação sobre o que precisa ser feito. De fato, primeiro, precisa ter vontade de mudar. Eu não sinto, ainda, de forma sincera, nas conversas que eu tenho com o Ministro de Relações Exteriores e sua equipe, que exista uma opinião formada a respeito

da reforma do Mercosul. Há uma posição sempre muito vaga, muito... E uma inércia, uma visão de que do jeito que está, está bom ou pelo menos, não deve mudar. O que é um absurdo, porque não está bom e a evolução é absolutamente necessária. Mais do que isso: agora nós temos a oportunidade de mudar.

Aí eu já entro um pouco, também respondendo à Senadora Ana Amélia que, quando chegou falou que estava desanimada, depois de tantas décadas de notícias sobre o Mercosul, talvez esteja na hora de mudar, agora. Historicamente na hora de mudar. Por quê? Porque – a Srª Senadora não estava aqui, na hora – o governo Macri, que possivelmente vai ganhar, já anunciou que uma das ideias é fazer exatamente uma reforma do Mercosul, o que nos interessa.

O Brasil não ter uma posição pragmática de negociação e deixar de agarrar essa oportunidade com unhas e dentes seria um erro fantástico, não aproveitar. Até porque – a senhora não estava aqui, também – eu expliquei que a Argentina está quebrada, do ponto de vista de reservas. Então, precisa de um apoio público-privado brasileiro enorme.

Como Presidente do Conselho Empresarial da América Latina eu digo que existe, na visão dos empresários, um desejo até muito pragmático de melhorar a relação comercial, melhorar o ambiente de negócios, de ajudar a Argentina, inclusive ajudar a renegociar a dívida dos *holdouts* lá em Nova York, que é fundamental para que eles tenham acesso a dinheiro novo. Se o Brasil não fizer isso, quem vai fazer? A própria Argentina? Duvido. A China? Aí entra a questão: nós vamos deixar a China se apoderar mais ainda do que já se apoderou dos corações e mentes argentinos?

Houve uma pergunta sobre – acho que foi do Senador Cristovam – a situação da China com a Argentina, qual é a relação hoje. Temos uma situação muito grave a que ponto chegou a relação China-Argentina. Imagina: ao mesmo tempo em que a Argentina disputa as Ilhas Malvinas ou Falkland com a Inglaterra, por outro lado, eles cedem um pedaço do território na Província de Neuquén para a soberania chinesa instalar lá uma base militar. Não sei se os senhores sabem disso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA – Sim, sim. Há um pedaço, não sei de quantos quilômetros quadrados de área, que, num acordo do *Swap* de US$11 bilhões, a Argentina diz o seguinte: "A China pode instalar uma base de rastreamento de satélite, não sei o quê, mas que tem interesses, no final, militares, e dentro dessa área prevalece a soberania chinesa". É uma coisa absurda, absurda! Arrepio de todos os acordos, não só de Mercosul, mas de Unasul, de Alalc, de Aladi, sei lá quantos outros, que não permitiriam essa intrusão de um elemento estranho à região dentro do Continente.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Desculpe, houve alguma manifestação brasileira sobre essa questão da base chinesa?

O SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA – Olha, eu levei isso ao Itamaraty. Eles ficaram até meio surpresos, e tal, mas reação, que eu saiba, não houve.

Por favor, acho que o Rubens quer fazer um aparte, posso dar?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS. *Fora do microfone*.) – Claro.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Até alertado pelo Embaixador Rubens Barbosa em um eventual encontro nosso, nós fizemos uma manifestação aqui e pedimos informações ao Ministro Mauro Vieira, que demostrou saber, mas que não tinha maiores informações como é que tinha sido, uma coisa, assim, muito vaga, e nós pedimos oficialmente informações, que foram mandadas para cá, informações inclusive que eu as transmiti para que, tecnicamente, ele me fizesse uma avaliação, e acho que o Embaixador podia falar um pouco sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – E para seu conhecimento, Senador Jereissati, o Embaixador Mauro Vieira voltará a esta Comissão no dia 26.

O SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA – Bom momento para perguntar sobre essa questão, porque para mim continua absolutamente...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Está sendo operado...

O SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA – Operado por chineses.

O SR. RUBENS BARBOSA – Eu ia mencionar esse assunto, mas não tive tempo. Nesse acordo dos U$11 bilhões que a China emprestou para a Argentina, está, efetivamente, essa base. Custou U$300 milhões, ela foi construída e é operada por chineses, como o Roberto mencionou, é uma parte do território argentino que está sendo operado, e essa base eles dizem que não é militar, que é civil, porque é uma base para *tracking*, para rastreamento de satélites. Mas, enfim, rastreamento de satélite pode ser rastreamento de míssil, pode ser rastreamento de uma porção de coisa. E do ponto de vista político e diplomático, o que me preocupa mais adiante

é o que vai acontecer se tiver algum incidente entre a Argentina e os Estados Unidos, porque essa base vai se chocar com os interesses americanos.

Onde é que vai ficar o Brasil?

Então, o Senador Tasso fez o pedido para o Itamaraty e eu examinei a resposta que o Itamaraty deu, e o Itamaraty retransmite informações que os argentinos deram para a nossa Embaixada lá. Disseram: "Essa é uma coisa civil e não tem nenhum problema". Agora, não houve nenhuma reação do Governo brasileiro sobre isso. Quer dizer, houve reação do governo inglês, evidentemente por causa das Malvinas, e do governo americano, que foram lá, ao governo argentino, perguntar que negócio era aquele, foram se informar.

Agora, do ponto de vista do Brasil, tem uma coisa que é grave, que, na informação, não se menciona: o Brasil aceitou criar o Conselho de Defesa dentro do âmbito da Unasul. Esse Conselho de Defesa e a Unasul, como os senhores sabem, hoje têm uma maioria bolivariana. Nós estamos vendo o que está acontecendo com a eleição na Venezuela e a maneira como foi tratado isso aqui, a senhora se referiu à questão do observador brasileiro. No estatuto do Conselho de Defesa da Unasul tem uma cláusula que diz que, quando houver qualquer modificação relevante na área de defesa, o país tem que comunicar aos outros membros, e não houve nenhuma comunicação do governo da Argentina aos países membros do Conselho de Defesa sobre esse assunto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Porque a alegação é que essa é uma base civil!

O SR. RUBENS BARBOSA – Pois é.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Por isso que não há necessidade de comunicação.

O SR. RUBENS BARBOSA – É.

O SR. RICARDO FRANCO (Bloco Oposição/DEM - SE) – Imagine!

O SR. RUBENS BARBOSA – Mas, enfim... Então, era um pouco isso que eu queria acrescentar. Eu acho que esse é um assunto muito importante, porque entra a questão de novo da credibilidade, da relação entre os países. Não tem nada que ver com a parte comercial, mas tem muito que ver com a parte política e diplomática.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Agora, o senhor concorda que, se funcionasse o Mercosul, este assunto da Argentina, com a cessão desse espaço, teria que passar pelo Mercosul para discussão.

O SR. RUBENS BARBOSA – Não, ela teria que passar pelo Conselho de Defesa, pela Unasul.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito, a Unasul, está bom.

Dr. Giannetti.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim, Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Já que estamos falando em base na América do Sul, na Segunda Guerra os americanos instalaram duas bases no Brasil: uma no Amapá e outra em Natal. Eu fui Governador do meu Estado e eu tive a curiosidade de fazer um levantamento histórico sobre a base do Amapá.

Para encurtar a conversa, não há nenhum documento sobre essa base americana. Eles a construíram, a instalaram; terminou a guerra, eles foram embora, e não há um único documento, no Brasil e nem nos Estados Unidos, porque eu recorri à embaixada americana – talvez o Embaixador Rubens Barbosa saiba dessa história –, e não há um único documento sobre um acordo ou uma cessão para o uso do Território brasileiro pelas forças armadas americanas. Não há absolutamente nada! Eu falo isso porque eu fui exaustivo na pesquisa...

O SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA (*Fora do microfone*.) – Nada encontrou?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Nada. Ou seja, ocuparam um pedaço do espaço brasileiro sem consentimento das autoridades brasileiras, mas não há nenhum documento que comprove isso. Se alguém puder me ajudar, eu gostaria, porque eu transformei a base na época num museu a céu aberto. E eu gostaria de ter todo o histórico da base, mas, infelizmente, não obtive nenhum tipo de informação.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Dr. Giannetti.

O SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA – Para concluir, eu queria falar também sobre outro ponto que foi colocado que são as dificuldades aduaneiras do Brasil com a Argentina, especialmente no Rio Grande do Sul, que a Senadora Ana Amélia tão bem citou como principal vítima, vamos dizer, do Mercosul, e eu concordo com ela.

Nós temos três dificuldades graves no relacionamento comercial com a Argentina e que agora, de novo, temos a oportunidade de mudar com o novo governo argentino. Primeiro, é essa malfadada DJAI – Declaração Juramentada de Programa de Importações. Isso é um documento totalmente inconsistente com o Mercosul e com a OMC.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA – Ilegal. E o Brasil faz vista grossa, aceita já há dois, três anos. São centenas de exportações brasileiras retidas, paralisadas, atrasas porque o tal documento, o DJAI, é gerido pelas autoridades argentinas com a parcimônia de quem sabe que não há reservas. Então, vão liberando aos poucos e muitas vezes até aqui de forma suspeita. Vamos colocar isso também de forma muito clara, porque traz um viés, do ponto de vista inclusive ético e moral, grave para os exportadores brasileiros.

A segunda dificuldade é a própria aduana de fronteira. Quantas vezes – não é, Senadora Ana Amélia? – temos centenas de caminhões parados, e eles fazendo corpo mole, prejudicando, deixando a carga perecível estragar, desabastecendo o mercado. Eu me lembro de uma época de ovo de Páscoa, a Associação Brasileira da Indústria de Chocolates me procurou na Fiesp, na época eu era diretor titular da Fiesp, dizendo: "Perdemos a oportunidade de fornecer ovo de Páscoa para a Argentina". Eu falei: "Por quê?" "Porque eles seguraram de dez a quinze dias os caminhões na fronteira, passou a Páscoa e o estoque ficou em cima do caminhão". Quer dizer, que prejuízo, que falta de respeito, enfim, que desequilíbrio de reciprocidade! Então, são coisas como essas que vão acumulando na nossa paciência estratégica, Embaixador, mas que numa hora é uma gota d'água. Acho que já passou o momento de a gente bater na mesa e fazer uma negociação equilibrada e correta com eles.

A terceira dificuldade agora é o pagamento. Quer dizer, não basta ter esperado a DJAI, não basta ter o caminhão atrasado na fronteira. Entregou, recebeu, ele aceitou as cambiais, pagou em moeda local, e o Banco Central não transfere os dólares. Quer dizer, o ânimo do exportador vai se reduzindo. Ele diz: "Eu não vou enfrentar de novo esse calvário".

Para terminar, há mais uma ou duas perguntas rápidas que eu quero citar também. O Embaixador Jereissati, digo Senador Jereissati... Pode ser embaixador também. (*Risos.*)

O SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA – O Senador Jereissati perguntou sobre a Venezuela. A Venezuela tem um sistema muito parecido de retenção de pagamento. Chama-se Cadivi – Comissão de Administração de Divisas. Cadivi é um escritório central de gestão de divisas, administrado sempre por um general, há muitos anos, desde a época do Chávez, e lá a diferença de câmbio oficial e paralelo, aliás, é múltiplo hoje o câmbio lá, são três, quatro níveis de câmbio, é um absurdo. Então, é um antro de corrupção, um antro de favorecimento e inclusive de perseguição. Quem não é a favor do governo chavista, do governo bolivariano não recebe. Quase que se tem fazer ali uma confissão de fé para ser bem-visto e benquisto para receber os pagamento comerciais devidos.

Então, de novo, na Venezuela não há condição mais de trabalhar como exportador diante dessas dificuldades crescentes.

A Senadora Ana Amélia falou também que São Paulo teria interesse nesse comércio com a Venezuela. Em parte, viu, Senadora. Nós somos contra a adesão da Venezuela ao Mercosul – Fiesp e também Ciel. Eu falei pela Fiesp e falo agora pelo Ciel. Nós não fomos a favor. De fato, alguns setores, como o de construção pesada e de engenharia, é claro, têm enormes interesses, e o setor de alimentos, como também algumas indústrias importantes que exportam centenas de milhões de dólares.

Deve ser inclusive reconhecido que o superávit comercial do Brasil com a Venezuela em R$5 bilhões é, de fato, um superávit robusto. É claro que existem interesses por trás, mas não é uma situação generalizada e institucional dessas duas organizações que eu citei. Não houve concordância a não ser que a Venezuela cumprisse, de fato, todas as regras que não cumpriu, até se formos começar pela cláusula democrática, que não só não cumpria antes e que muito menos está cumprindo agora.

O Senador Ricardo Ferraço sabe da minha indignação com a prisão do Leopoldo Lopes, quem eu conheço pessoalmente. Eu o recebi em São Paulo por duas vezes e fiz inclusive menção a esta Comissão de Relações Exteriores quando esteve aqui a esposa dele, que nos procurou em São Paulo. Estivemos com o Governador Geraldo Alckmin e insistimos que fosse uma missão do Congresso brasileiro ajudar a resolver a situação dos presos políticos.

E agora a questão do Ministro Nelson Jobim é outro absurdo. Cassar a presença dele na fiscalização eleitoral é um desrespeito não só ao Nelson Jobim, pessoa física, mas ao Brasil, sem reação.

O Governo brasileiro ficou passivo, achando normal que isso aconteça. Isso nos deixa indignados como empresários também, porque temos o brio e o patriotismo também de olhar a nossa Nação como uma Nação que tem de ser respeitada e tem de ser tratada de forma correta pelos nossos parceiros.

Concluindo, eu queria falar uma palavra sobre desindustrialização.

Tudo que o Embaixador Rubens Barbosa falou está correto: a agenda de competitividade, a questão tributária, a questão de financiar custo do capital, logístico, toda essa agenda de competitividade está na pauta, mas a grande responsável pela desindustrialização, no Brasil – repito o que eu já tinha falado antes –, foi o câmbio sobrevalorizado por mais de dez anos, num nível artificial.

E, por coincidência, foi tratado aqui também, na Comissão de Assuntos Econômicos, algo extremamente grave, que foi constatado há poucos meses, que é a existência de um cartel de câmbio de instituições financeiras que manipularam as taxas de câmbio no Brasil de 2009 a 2013. Eu não estou falando de hipóteses, eu estou falando de fato. Houve um acordo de leniência no Cade e uma das instituições financeiras declinou todos os bancos que participaram do cartel e essa manipulação da taxa não foi ocasional, foi programada, foi planejada para ganhos espúrios no mercado financeiro brasileiro. E me espanta que o Banco Central não viu o elefante na sala.

Quero dizer aqui para os senhores que esteve aqui o diretor do Banco Central e disse que não existe manipulação da taxa Petacs. Pois eu provo não só que existiu, como ele mentiu aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, porque houve manipulação na taxa Petacs, até porque agentes do mercado financeiro, nos autos que o Cade tem o seu poder, declaram que houve sim a manipulação da taxa para sobrevalorizar e dar a eles ganhos na operação de *Care Trade* que faziam num nível de R$24 bilhões por dia o movimento do Mercado Futuro da BMF.

Senhores, os derivativos do mercado de câmbio no Brasil é um escândalo! E, se não forem tratados de forma séria, o Banco Central vai levando na ignorância da população, que não entende do que nós estamos falando. Foi um dos casos mais sofisticados de cartel de câmbio que já existiu. E lá em Nova York, os bancos já pagaram US$5,6 bilhões de multa aos órgãos americanos por terem confessado culpa: "Sim, nós fizemos manipulação." Dólar com que moeda? Real e Rublo. E do lado de cá o Banco Central diz que desconhece? Pelo amor de Deus, como isso é possível?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Presidente, com a sua permissão. Eu solicitaria a V. Exª que requeira os comprovantes dessa manipulação do câmbio para encaminhar à Comissão para que possamos tomar as providências que até hoje não foram tomadas.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Boa proposta. Obrigado.

Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nossos convidados, que nos honram aqui com suas distintas e importantes contribuições, na medida em que esta reunião antecede uma reunião que faremos com a presença do Chanceler Mauro Vieira, e esta é uma oportunidade de aprofundarmos um pouquinho o entendimento de V. Exªs acerca desse enfrentamento ou desse cotejo que vamos precisar fazer com o Chanceler Mauro Vieira, que é o Ministro das Relações Exteriores.

Vejam que, de forma geral, o que preocupa esta Comissão não é a discussão se o Mercosul deve ou não existir. Todos nós estamos absolutamente convencidos de que o Mercosul não era uma opção, mas uma espécie de destino, uma coisa absolutamente natural. O que estamos aqui discutindo efetivamente é que tipo de iniciativas podem ser edificadas para que o Mercosul possa ser refundado. É disso que se trata. O Mercosul possa ser refundado. O Mercosul está fazendo um quarto de século e, ao longo desse período, involuiu, retrocedeu em relação àquilo que foi estabelecido, em 1991, no Tratado de Assunção, no que tange à sua constituição. O Mercosul se constituiu para um propósito e, no tempo, ele involuiu e, evidentemente, involuiu com a omissão do Governo brasileiro. O Governo brasileiro tem sido omisso nos últimos anos, em relação a essa necessária reformulação, de modo a fortalecer o Mercosul, que é muito importante para o nosso País.

Vejam: as estatísticas indicam que, desde a sua criação, o Bloco Regional multiplicou as trocas comerciais por dez, enquanto as trocas comerciais no mundo cresceram aproximadamente oito, quatro vezes. Ou seja, 80% das exportações para o Mercosul por parte do Brasil são de produtos manufaturados, o que é um imperativo para a nossa balança comercial, tão caracterizada pela exportação de *commodities*.

Muito tem-se falado em relação às mudanças necessárias que o Mercosul precisa fazer para se fortalecer. Há inclusive manifestações do ex-Presidente José Mujica, que denunciava a todo o momento, enquanto exercia a Presidência do Uruguai, que o Governo argentino mistura problemas econômicos com problemas políticos internos, o que afeta profundamente a integração e os objetivos da constituição desse importante bloco. Se considerarmos os anos de 2014 e 2015, veremos que evidentemente está havendo um absurdo desvio de comércio em relação aos interesses do bloco para beneficiar a China. E a China não está errada, ela está cuidando dos seus interesses e com muita competência em todos os sentidos e níveis. Em 2014, o intercâmbio comercial entre o Brasil e o Mercosul caiu 13% e, este ano, de janeiro a maio, segundo o último dado existente, caiu aproximadamente 18%, e evidentemente vai continuar caindo por conta de tudo o que ponderado aqui, em face das barreiras que se estabelecem em relação ao nosso bloco.

Então, eu gostaria de perguntar o seguinte aos nossos convidados: quais são as mudanças objetivas que o Brasil deveria liderar para que nós pudéssemos refundar, na prática, as cláusulas e protocolos do Mercosul? Muito se fala em relação à suspensão da Decisão 32/00, que poderia permitir uma flexibilização para que nós pudéssemos buscar, com mais racionalidade, outros acordos e alianças em tempos diferentes, para que isso pu-

desse devolver ao Brasil aquilo que perdemos, que é a nossa soberania comercial. A nossa soberania comercial, ao fim e ao cabo, está submetida, subordinada a esse protocolo, que não atende à dimensão dos interesses do nosso País. De novo, estamos indo pelo menos para décimo primeiro ano de tentativa de uma aliança com a União Europeia, uma troca de ofertas que nenhum de nós sabe se efetivamente vai ocorrer. A última informação é que a própria União Europeia, em face de sua crise interna, não estaria interessada.

O fato objetivo é que o mundo se move, se organiza, se mobiliza, a aliança com Pacífico, parceria Transpacífica, parceria para o Atlântico, a Ásia se organizando em torno de acordos regionais, a China liderando a Acep, que é um outro tipo de aliança regional da maior importância, e o Brasil, como se diz na música, "aqui na praça, dando milho ao pombo", assistindo à reorganização do comércio internacional, sem colocar de pé qualquer tipo de iniciativa mais objetiva e mais concreta.

Enfim, que mudanças o Governo brasileiro precisa liberar para que nós possamos refundar o nosso Mercosul?

E para o nosso estimado Embaixador Rubens Barbosa, ao longo desses 25 anos, V. Exª já foi nosso Embaixador, e competente Embaixador, não apenas em Londres, mas, também, em Washington, qual a viabilidade de nós trabalharmos e que esforços foram feitos por uma aliança entre o Mercosul e os Estados Unidos da América? Ou seja, as nossas relações com os Estados Unidos vão bem, mas poderiam ir muito melhor, porque o Brasil tem uma determinada implicância, um preconceito, que eu não consigo imaginar a sua origem prática em relação a essas questões.

Discutimos, aqui, na semana anterior, deixamos de fazer aliança com os Estados Unidos para a base do Maranhão e fizemos aliança com a Ucrânia, para essa base funcionar teria que fazer um tratado de salvaguarda com Estados Unidos, e esse tratado não ia existir. Enfim, que tipo de esforços foi feito longo desses anos todos para uma aliança com o Mercosul e os Estados Unidos? Que mudanças, enfim, o Mercosul precisa viver para que a gente vire essa página da retórica?

Com a presença, aqui, do nosso Chanceler, não do meu, mas do Chanceler do Governo brasileiro, nós possamos, objetivamente, fazer os questionamentos que precisam ser feitos, àqueles que se interessam pela sociedade brasileira e não ao interesse pontual de alguns que estão aí no bojo da coordenação da nossa política externa, que hoje é muito mais liderada pelo interesse ideológico do que pelos interesses pragmáticos que devem interessar ao nosso País, sobretudo com a nossa tradição *soft power* que precisa continuar sendo explorada, mas falta objetividade, falta foco, falta estratégia. E essa é a questão que eu gostaria de merecer atenção de V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Aproveitando a sua intervenção, Senador Ferraço, quero me congratular por sua iniciativa de ter proposto esse requerimento e de ter nos trazido essas personalidades tão qualificadas para debater o Mercosul nos seus 25 anos. E a sua pergunta é o foco deste nosso debate de hoje.

Eu vou pedir, independentemente das digressões que aconteceram aqui ao longo da audiência pública, que, agora, no arremate os senhores deem essa resposta: que iniciativas são necessários para refundar o Mercosul na expressão do Senado Ferraço?

Como nós já estamos com duas horas e meia de reunião, eu quero propor, se V. Exªs conseguirem, em torno de cinco minutos, se necessário, um pouco mais, um pouco menos, isso fica a critério de V. Exªs.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Se o tempo for restrito, os nossos convidados poderiam enviar para esta Comissão uma nota em torno dos temas e dos pontos que deveriam merecer revisão para que o Mercosul pudesse se fortalecer e pudesse retomar o escopo inicial da sua constituição.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

Então, recomeçando pelo Embaixador Régis.

O SR. REGIS ARSLANIAN – Obrigado, Senador.

Eu não poderia estar mais de acordo com o senhor, Senador Ricardo Ferraço. O Mercosul involui e foi por omissão do Brasil. Eu dizia, antes de o senhor chegar, que o Mercosul é o que os sócios querem que ele seja. É uma pena, por exemplo, é um desperdício que os presidentes do Mercosul se reuniam duas vezes por ano para emitir comunicados políticos, sem nenhum resultado positivo, sem nenhum resultado produtivo.

Como o senhor disse, como muitos disseram, o mundo está acontecendo, o mundo está indo para frente, com todos esses acordos comerciais e não há uma palavra sequer que seja produtiva, que seja prospectiva, que seja propositiva no Mercosul. São declarações políticas. É uma pena! É um desperdício! É quando os presidentes se reúnem que devem tomar as grandes decisões.

Agora, o Mercosul, o senhor falou em refundar e em reformar o Mercosul. Acho que não precisa refundar o Mercosul e nem reformar o Mercosul. O Mercosul é um bloco de negociações, toma decisões depois das negociações. Reformar o Mercosul para tomar uma decisão que seja produtiva é como se dissesse que vamos

reformar o Congresso Nacional para tomar uma decisão produtiva. Não é o caso. São os sócios do Mercosul que formatarão o Mercosul e que farão o Mercosul funcionar, e cabe a responsabilidade maior ao Brasil. Daí a omissão do Brasil. Cabe ao Brasil.

O que precisa, e que foi dito aqui também, é vontade, determinação e firmeza, sobretudo. O Brasil não tem sido firme. Paciência estratégica com a Argentina? Chega. Já são 15 anos de paciência estratégica. Não é que não tenhamos que respeitar as limitações dos nossos sócios, afinal de contas é um bloco de integração, mas temos que fazer valer nossos interesses e não temos feito valer nossos interesses no Mercosul, e não precisa de uma reforma para isso, não precisa de uma refundação. O Mercosul tem uma normativa que nos capacita, inclusive a fazer acordos muito ambiciosos, da natureza desses aí, que estão sendo feitos na parceria Transatlântica, parceria Atlântica, todos esses acordos. Poderíamos fazer, sim. Bastaria que o Brasil liderasse e tivesse um pouco mais de protagonismo dentro do Mercosul e um pouco mais de força, firmeza.

É isso que sugiro.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito bom.

Embaixador Rubens Barbosa.

O SR. RUBENS BARBOSA – Eu acho que a primeira coisa é o Brasil assumir a liderança. Essa omissão do Brasil com paciência, com afinidade ideológica, tem que virar essa página. Não há possibilidade de continuar aceitando tudo que está acontecendo no Mercosul.

Acho que além de voltar às origens, como eu disse, sem deixar de lado os avanços na área política, na área social, isso continuaria, mas voltar à prioridade que está no tratado, como foi mencionado pelo Senador Ferraço. O tratado é econômico e comercial. Então, tem que voltar a fazer isso. Tem que rever algumas estruturas do Mercosul para fortalecer áreas que ficaram totalmente abandonadas. Por exemplo, a questão da solução de controvérsias. Tem um mecanismo de solução de controvérsias no Mercosul que nunca foi aplicado para nada dessas medidas ilegais que foram tomadas. Houve duas ou três decisões, nunca se recorreu a fundo a esse mecanismo de solução de controvérsias.

A questão da flexibilização das regras, acho que é uma maneira simples de se fazer isso. Agora, o atual Governo, por causa de tudo aquilo que mencionei antes, da visão, das políticas, eles não aceitam essa ideia. Então, com a União Europeia nós estamos ameaçados de não fazer o acordo por causa disso, porque demorou muito a se chegar a um entendimento, a oferta que foi feita, 87% do valor total do comércio exterior está abaixo do que era esperado pela União Europeia, que aumentou e nós não pudemos acompanhar, porque a Argentina não quis seguir.

Então, essa flexibilização tem que ser aceita pelo Governo. O Governo, como disse e acentuei aqui, é que formula as políticas e as políticas têm os mesmos pressuposto de 13 anos atrás, não mudaram os pressupostos. Os pressupostos político-partidários, ideológicos continuam aí.

Concretamente, acho que essa nova estratégia política, econômica, comercial, só vai acontecer num outro governo. Nesse Governo não vai acontecer, porque o próprio Tratado de Assunção e o Protocolo de Ouro Preto dão os mecanismos para fazer isso. O art. 49 do Protocolo de Ouro Preto prevê a convocação, pelos países-membros, de uma conferência diplomática, para rever o funcionamento. Está lá no Tratado, não tem de mudar nada, não tem de inventar, precisa aplicar.

Nunca, nesses 25 anos, esse artigo foi aplicado e, dos 25 anos, 13 anos, até aqui, até o ano que vem, você tem, dos 25 anos, a maioria do tempo, os governos atuais, com essa filosofia. Então, concretamente, eu acho que essa conferência diplomática devia ser tratada, devia ser convocada.

Nós devíamos ter consciência de que essa política que foi seguida até aqui, de expansão do Mercosul, que incluiu a Venezuela, a Bolívia, vai incluir o Equador, eles vão limitar a capacidade de atuação do Brasil, porque esses países vão se juntar contra o Brasil, essa é a realidade, pois eles estão defendendo o interesse deles.

Como o Regis mencionou no final, o problema é que o não temos muito claro qual é o interesse nacional. Qual é o interesse nacional? É prestar solidariedade, ajudar, achar normal que a Bolívia exproprie refinarias, achar normal que o Chávez queira fazer uma refinaria em Pernambuco com o dinheiro do Brasil, é normal a gente aceitar essa dívida toda da Argentina para os empresários brasileiros, é normal aceitar a base chinesa, aceitar o não pagamento da Venezuela. É normal isso, do ponto de vista do interesse brasileiro? Aparentemente, as pessoas que estão hoje formulando e decidindo a política comercial e a política externa acham que sim.

Para encerrar, eu acho que na parte de política comercial, porque é disso que se trata, o Itamaraty coordena, e agora nem tanto coordena mais o Mercosul, porque, pelo Tratado, quem devia coordenar isso era o Mercosul, e agora, pelo que ouço, já não coordena tanto, o que nós precisamos hoje, em termos de Mercosul, é menos ideologia e mais defesa do interesse brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O Embaixador Regis, que usou pouco mais de três minutos na sua fala, quer fazer um adendo.

O SR. REGIS ARSLANIAN – Obrigado, Senador.

Uma reforma do Mercosul é uma caixa de Pandora. Se a gente abrir a caixa de Pandora e mexer na normativa do Mercosul, com países como Venezuela e Argentina, vamos levar, negociando, de três a cinco anos. A gente não tem mais tempo a perder não, já perdemos muito tempo em matéria de desindustrialização, em matéria de competitividade.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Então, já que a reforma não é o caso, não é o caminho, que cláusulas, que artigos, que protocolos desses documentos todos poderiam ser considerados para melhor e maior efetividade do Mercosul?

O SR. REGIS ARSLANIAN – Senador, é uma questão de sermos mais firmes na mesa de negociação e defendermos os nossos interesses acima de tudo, respeitando as limitações dos sócios. É uma questão de atitude nossa. Só isso. E de colocar na mesa uma agenda que seja propositiva e produtiva. Nós não temos feito isso. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Dr. Giannetti.

O SR. REGIS ARSLANIAN – O problema do Mercosul é o Brasil.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – O Brasil não, o Governo brasileiro.

O SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA – O Embaixador Regis fez uma exposição muito interessante sobre a nova geração de acordos comerciais que há hoje no mundo, que são muito menos focados em tarifa e muito mais em normas, regras, em questões de barreiras não tarifárias, propriedade intelectual, compras governamentais, quer dizer outra agenda que não aquela que norteou à época os acordos da década de 90, que eram basicamente acordos tarifários de livre comércio ou união aduaneira.

Eu disse, e repito, que foi um erro termos feito prematuramente uma união aduaneira no Mercosul, porque as economias são muito heterogêneas. E pior do que isso, nunca foi feito, como foi feito na Europa, Embaixador Regis, o Tratado de Maastricht, que deu alguma unidade de política econômica e fiscal para os países. Aqui nós avançamos para a união aduaneira de peito aberto, vendo que havia uma grande disparidade não só no tamanho e nos interesses das economias, mas nas próprias políticas econômicas. Naquela época, por exemplo, prevalecia na Argentina o câmbio fixo, e nós aqui também tivemos, no início do Plano Real, nos quatro primeiros anos, um câmbio extremamente valorizado.

Quando o Brasil resolveu flutuar o câmbio, que era absolutamente normal e uma autonomia nossa como país, quem foi que esperneou no limite de desqualificar o Brasil de toda a maneira? A Argentina, exatamente porque não queria que nós adotássemos uma política que era aquela mais evidente, racional e necessária para reequilibrar as contas externas do nosso País. Final da história: em 2001, eles quebraram, pior do que nós.

Houve uma falência das políticas econômicas por falta de uma convergência para uma estrutura macroeconômica mais sólida, mais robusta, mais racional. Continuaram fazendo populismo cambial, populismo fiscal e, dessa forma, não há integração que resista, não há integração que resista!

Então, eu acho que é uma condição precedente para termos uma união aduaneira haver convergência macroeconômica. Se não temos convergência macroeconômica, vamos esquecer a união aduaneira e vamos trabalhar com acordos de livre comércio que nos permite ainda alíquota zero intrarregional. Mas, extrarregional, cada um cuida da sua casa. Essa soberania é que eu acho que o Brasil não poderia e não deveria ter perdido e que está nos condenando ao isolamento, junto com o continente bolivariano, porque os outros estão fazendo muito bem a lição de casa. Nós estamos entrando no título do livro do Gabriel Garcia Marquez, *Cem Anos de Solidão*. É o que nos espera se continuarmos nesse caminho.

Penso que a reforma do Mercosul passa por essa modificação. Se existem riscos aí de Venezuela e de Argentina espernearem, quererem mudar, então o Brasil pode até, então, também ter uma atitude extremamente coerente no seu interesse nacional: "Então, estamos fora!" Se for para colocarmos cláusulas bolivarianas dentro do Mercosul, vamos esquecer o Mercosul, porque não nos interessa o Mercosul ser uma plataforma política para o governo da Venezuela fazer antagonismo à União Europeia e aos Estados Unidos. "Estamos fora!" Pelo amor de Deus! Vamos viver o século XXI com dignidade!

Acho que nós temos, sim, que ter coragem de mudar. Não mudar o Mercosul no momento em que ele já está falido, que ele já está desrespeitado, desacreditado, significa atrasar decisões sobre o nosso futuro. Eu acho que nós temos que ter a coragem e, mais, a oportunidade, volto a repetir, a oportunidade de termos um novo governo de oposição na Argentina que vai precisar de um apoio contundente do Brasil para resolver os seus problemas. É a hora que nós temos a carta na manga para sentar na mesa e fazer com que haja um realinhamento político da Argentina. Se Brasil e Argentina, fundadores do Mercosul, estiverem na mesma linha de pensamento pragmático para fazer um Mercosul aberto, integrado na economia mundial, é a hora de nós conseguirmos isso. Espero que o candidato Macri, ganhando, cumpra aquilo que ele falou na campanha. E aí

nós vamos ter, realmente, uma possibilidade de um novo Mercosul. É isso o que me dá alguma esperança, Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Srs. Roberto Giannetti da Fonseca, Rubens Barbosa e Regis Arslanian, esta Comissão agradece muito as luzes e os alertas que os senhores trouxeram a esta Comissão.

Muito obrigado.

Os senhores estão liberados para se retirarem.

A partir de agora, daremos seguimento à reunião da Comissão.

O SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA – Muito obrigado.

O SR. RUBENS BARBOSA – Obrigado, Senador.

O SR. REGIS ARSLANIAN – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS. *Fazendo soar a campainha*.) – Nós vamos, então, para a segunda parte da nossa segunda reunião, com matérias não terminativas.

Enquanto aguardamos o Senador Jorge Viana para atender ao item 1, nós vamos ao item 2.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 76, de 2015
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor FLÁVIO SOARES DAMICO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Singapura.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Pronto para deliberação.
Observações:
1 - Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço, para a leitura do relatório quanto à indicação do nome de Flávio Soares Damico para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Singapura.

O senhor tem a palavra, Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente Senador Lasier.

O Senado Federal é chamado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a se manifestar sobre a indicação que Sua Excelência, a Presidente da República, faz ao nome do Sr. Flávio Soares Damico, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores para o exercício do cargo de Embaixador do Brasil na República de Singapura.

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, o indicado graduou-se em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É especialista em Economia pelo Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ingressou no Curso Preparatório à Carreira Diplomática em 1987, no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco. Defendeu a tese relacionada ao "O G 20 de Cancún a Hong Kong: interações entre as diplomacias pública e comercial" no Centro de Altos Estudos do Instituto Rio Branco em 2007.

Destacam-se, como importantes cargos ocupados junto à burocracia no Itamaraty, na Esplanada, os cargos de Assistente da Divisão de Ciência e Tecnologia; de Assessor da Secretaria-Geral de Controle; de Assessor da Secretaria-Geral Executiva; de Assistente da Divisão das Nações Unidas; de Assistente do Departamento de Organismos Internacionais; de Chefe da Divisão de Agricultura e Produtos de Base e o de Diretor do Departamento de Mecanismos Interregionais Direto.

Nas missões permanentes no exterior, destacam-se a missão junto à ONU, à Embaixada em Montevidéu, Delegação Permanente em Genebra, à 32ª Sessão do Comitê de Aditivos e Contaminantes do Codex Alimentarius, Rotterdam, Chefe da delegação, a Delegação junto à Organização Mundial do Comércio.

Em razão de sua destacada atuação, foi laureado com a Ordem do Mérito Militar Brasil, grau de Cavaleiro, com a Ordem de Rio Branco, Brasil, grau de Comendador, e com a Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, grau de Grande Oficial.

De acordo com o relatório encaminhado pela Chancelaria a esta Casa, a agenda bilateral era originalmente centrada no campo comercial, mas que se tem expandido para novas áreas, como construção naval, ciência e tecnologia, cooperação acadêmica e logística portuária e aeroportuária, entre tantas outras.

Singapura apoia a candidatura brasileira a um assento permanente no Conselho de Segurança Nacional das Nações Unidas e acolheu com entusiasmo o recente processo de aproximação do Brasil junto a ASEAN – a Associação de Nações do Sudeste Asiático, de que são membros Brunei, Camboja, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Singapura, Tailândia e Vietnã, e que tem por observadores Timor-Leste e Papua-Nova Guiné.

É também a República de Singapura, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, uma região e um país evidentemente de absoluto interesse do nosso Brasil. País que tem se destacado no âmbito da ciência e da tecnologia, no âmbito da logística portuária e aeroportuária, sobretudo, com grande sinergia com o nosso País.

Em 2014, Singapura foi o principal parceiro comercial do Brasil na Associação de Nações do Sudeste Asiático, a ASEAN. As exportações do Brasil alcançaram o valor recorde de US$3,348 bilhões, e as importações caíram 26,45% no período.

O saldo na balança comercial foi positivo em US$2,544 bilhões, correspondendo ao quarto maior saldo obtido pelo Brasil no período, depois de Países Baixos, Venezuela e China.

Destaca-se na pauta o setor de combustíveis, 30% de nossas exportações para Singapura, em 2014, e 7,2% de nossas importações.

Singapura é hoje o quarto maior investidor asiático no Brasil, atrás de Japão, China e Coreia do Sul. No momento, existem 60 empresas singapurenses operando no Brasil, que gerariam, segundo estatísticas e estimativas, mais de 10 mil empregos diretos, sobretudo no setor de petróleo e gás e em *commodities*.

Apesar de não dispor de reservas petrolíferas, Singapura detém, ao lado da Coreia do Sul, a tecnologia mais avançada no mundo na prospecção de petróleo em águas profundas.

A Petrobras dispõe de escritório em Singapura, que presta apoio a todas as operações da empresa na Ásia, do Golfo Pérsico até o Pacífico, em especial, à exportação de petróleo e óleo combustível e à importação de diesel na região.

Desde 2008, a Petrobras mantém cooperação com a empresa Ngee Ann, na área de pesquisa naval e *offshore*. Estaleiros singapurenses têm-se destacado nas concorrências abertas pela Petrobras para manutenção, melhoramento ou construção de novas plataformas de exploração petrolífera *offshore*.

Estima-se que metade das novas plataformas encomendadas pela Petrobras serão construídas por estaleiros de Singapura, como o Keppel Offshore, cujo Consultor Sênior e ex-Presidente é o atual Embaixador não residente para o Brasil, o Sr. Choo Chiau Beng. A Keppel produz, entre outros itens, equipamentos para prospecção de petróleo em águas profundas, no Rio de Janeiro e em Santa Catarina.

Estão presentes em São Paulo dois importantes fundos soberanos de Singapura, o GIC e o Temasek, que são importantes investidores da atividade econômica em nosso País.

As estimativas dão conta de que esses dois fundos soberanos de Singapura estariam mantendo investimentos nesse momento superiores a R$14 bilhões, R$15 bilhões em atividades econômicas em nosso País.

Além desses estaleiros citados, o estaleiro Keppel, há também o estaleiro Jurong, em fase final de conclusão, no meu Estado, do Espírito Santo, e eu me orgulho muito de ter me esforçado para transformar em realidade essa expectativa, que, na companhia do Governador Paulo Hartung, nós conseguimos transformar em realidade.

Operam em Singapura grande número de empresas brasileiras, dentre elas Petrobras, Vale, Embraer, Banco do Brasil, Brasil Foods, Softex, CBMM, Braskem, Seara, Itaú Seguros, Queiroz Galvão, Tramontina e a Sapiens Global.

Singapura é referência mundial na administração de infraestrutura portuária – o porto de Singapura foi, em 2013, o segundo maior do mundo em movimentação de contêineres, perdendo apenas para Xangai – e aeroportuária – o aeroporto Changi tem sido considerado o melhor do mundo.

Em 2013, o Governo brasileiro promoveu um *Roadshow* em Singapura, para divulgar as oportunidades de investimentos em infraestrutura, no âmbito do Programa de Investimentos em Logística, o PIL.

Em 2014, a singapurense Changi Airport Group, que administra o aeroporto de Singapura, assumiu parte da administração do Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, juntamente com a CNO, ou seja, o aeroporto Changi, de Singapura, em parceria com a CNO, os gestores e operadores do aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro.

A Autoridade Portuária de Singapura, uma das maiores operadoras portuárias mundiais, também tem demonstrado grande interesse em investir em projetos no Brasil.

Desde março de 2011, a Singapore Airlines opera a rota Singapura–São Paulo, com escala técnica em Barcelona e frequência de três voos por semana.

As relações, portanto, bilaterais com Singapura se evidenciam a cada instante. A única diferença no relacionamento bilateral é o equivocado tratamento concedido pelo Governo brasileiro conferido a Singapura como jurisdição de tributação favorecida, ou seja, o Governo brasileiro insiste, a meu juízo, equivocadamente, em manter Singapura na chamada *blacklist*, a lista de paraísos fiscais. Digo, estranho, Sr. Presidente, porque nenhum país civilizado do mundo considera Singapura paraíso fiscal. Os Estados Unidos da América, a União Europeia, os países que compõem a OCDE, nenhum deles considera Singapura paraíso fiscal, sobretudo pelos esforços feitos por Singapura no âmbito da transparência em torno da contabilidade pública de seu país, que é um dos parâmetros mais precisos de se identificar a chamada planilhas abertas e acesso às informações. Isso tem sido alvo de grande debate com o Governo brasileiro, com a Receita Federal, com o Ministério da Fazenda, à medida em que, mantendo Singapura na chamada lista de paraísos fiscais qualquer investimento feito em nosso País por parte de Singapura, quando há qualquer tipo de repatriação de recursos, é necessário que se pague mais imposto de renda, em razão dos países que não são considerados. Este debate está em aberto com a Receita Federal, com o Ministério da Fazenda, e estivemos conversando pessoalmente com o Secretário da Receita, Dr. Rachid, que está empenhado em encontrar e superar essa questão.

Essa divergência poderia ser alterada em função da Portaria nº 488 da Secretaria da Receita Federal, de novembro de 2014, que reduziu a alíquota sobre a renda de 20% para 17% como parâmetro para a classificação de jurisdições com tributação mais favorecida. Em março do corrente ano, contudo, a Receita Federal informou que a retirada de Singapura da lista de paraísos fiscais exigiria mudanças além da tributação, discussões que estão em fase de negociação entre o Governo brasileiro e a República de Singapura.

De modo, Sr. Presidente, que estamos aqui diante da indicação de um competente e preparado Embaixador, o Flávio Damico, que, nos últimos anos, teve uma dedicação exemplar na presença do nosso País, inclusive nos BRICS. Tem sido ele o grande responsável pela construção do ambiente favorável a que os BRICS possam evoluir de maneira qualitativa.

De modo que o Embaixador Flávio Damico, a meu modesto juízo, está absolutamente preparado para cumprir com as excepcionais tarefas junto à República de Singapura, país com que o Brasil vai ainda evoluir e crescer muito nas suas relações diplomáticas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito bem, Senador Ferraço.

Está em discussão a indicação do Embaixador Flávio Soares Damico para a República de Singapura. (*Pausa.*)

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quero elogiar não só o relatório, mas a indicação, porque se trata de um Diplomata que conheço, não só por ser do Rio Grande do Sul, mas pela capacidade que tem no campo diplomático e também da negociação, já que nossa audiência anterior foi exatamente sobre isso.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno.

O item 3, a Senadora Lídice da Mata solicitou sua retirada de pauta.

É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 213, de 2015
- Terminativo -

Dá nova redação ao §2º do art. 2º da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 - Lei do Serviço Militar - garantindo às mulheres o direito de opção ao serviço militar.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatoria: Senadora Lídice da Mata
Relatório: Pela aprovação.
Observações:
1 - Em 17/06/2015, foi aprovado parecer na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH.
2 - A matéria constou na pauta da Reunião do dia 05/11/2015.)

Portanto, fica para a próxima reunião, que tem a relatoria a cargo da Senadora Lídice da Mata.

Para o item 4, igualmente há uma solicitação de retirada de pauta.

É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 4
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 347, de 2015
- Não terminativo -

Aprova o texto do Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso, concluído no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Internacional (OMPI), celebrado em Marraqueche, em 28 de Junho 2013.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
Relatoria: Senadora Marta Suplicy
Relatório: Pela aprovação do texto do Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com outras Dificuldades para Ter Acesso ao texto Impresso.
Observações:)

Sendo a relatoria da Senadora Marta Suplicy, S. Exª precisou retirar-se um pouco antes, porque tinha viagem marcada para São Paulo. Portanto, também ficará para a próxima reunião.

Item 5.

ITEM 5
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 24, de 2015- Não terminativo -

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Guiné e dá outras providências.

Autoria: Senador Magno Malta
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela aprovação.
Observações:
1 - Em 14/09/2015, o Relator, Senador Cristovam Buarque, apresentou novo relatório.
2 - A matéria vai à Comissão Diretora.
3 - A matéria constou na pauta da Reunião do dia 05/11/2015.

Com a palavra, o Senador Cristovam Buarque, para proferir o relatório.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – É um relatório muito simples e rápido, que apenas propõe a criação do Grupo Parlamentar Brasil-Guiné e dá outras providências vinculadas a isso.

São uma tradição do Senado e algo muito útil esses grupos de Parlamentares que criam a relação com outros países. Eu sou francamente defensor, Senador, porque eu creio que nós vamos ter que caminhar, um dia, para Parlamentares sem fronteiras, não no sentido de acabar com a representatividade nacional, mas de nos reunirmos por temas.

Quero dizer, Senadores, que consegui criar um movimento desses Parlamentares sem fronteiras pela defesa dos interesses nacionais. Estou em processo de avanço para criar um movimento de Parlamentares sem fronteiras pelo direito dos migrantes e um movimento de Parlamentares sem fronteiras pelo direito do patrimônio histórico mundial. Isso está avançando e estamos conversando com Parlamentares do mundo. Então, esse tipo de movimento de grupos ajuda nesse sentido.

Por isso, o meu voto é favorável, dizendo que a proposta do Senador Magno se enquadra constitucionalmente, regulamentarmente dentro da tradição de criação desses grupos de amizade entre Parlamentares de países.

Aqui fica, então, o meu apoio, meu voto favorável ao projeto de Resolução do Senado nº 24, de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Em discussão o relatório do Senador Cristovam. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação do relatório.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A matéria vai à Comissão Diretora.

Antes do item 6, bem rapidamente, eu queria informar que, no dia 27 de outubro, o Senador Aloysio fez um requerimento ao Ministro de Relações Exteriores, Mauro Vieira, requerendo seja indagado S. Exª, o Chanceler, na qualidade de Ministro de Estado, sobre a natureza da visita do Vice-Presidente do Estado Plurinacional da

Bolívia ao Brasil, Álvaro García Linera, da qual esta Comissão tomou conhecimento pela imprensa. A resposta chegou ontem. Eu queria propor, como não está presente o Senador Aloysio, que coubesse ao Senador Aloysio, na próxima reunião, a leitura da resposta que veio ontem do Embaixador Mauro Vieira.

Todos concordam? (*Pausa.*)

Está transferida a leitura da resposta do Embaixador para a próxima reunião.

Item 6.

ITEM 6
INDICAÇÃO Nº 3, de 2015
- Não terminativo -

Sugestão, nos termos do Arts. 224 do Regimento Interno do Senado Federal, de adoção de medidas relativas ao reconhecimento da República Árabe Saharauí Democrática (Saara Ocidental) como Estado detentor de Direito legítimo à soberania e à autodeterminação; ao estabelecimento de relações diplomáticas; à intuição de processo contínuo de ajuda humanitária aos refugiados; à concessão à MINURSO de competência para tratar de Direitos Humanos na área ocupada; e à instalação de Escritório de Representação no País.

Autoria: Senador João Capiberibe
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Pela apresentação de requerimento de Informação ao Ministro de Estado das Relações Exteriores.
Observações:
1 - A matéria constou na pauta da Reunião do dia 05/11/2015.

A Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin, precisou se retirar um pouco antes. Então, propomos a relatoria *ad hoc* à Senadora Ana Amélia.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Sr. Presidente, Srª Senadora Ana Amélia, eu queria pedir a gentileza e a vênia desta Casa, eu tenho um requerimento muito rápido extrapauta. Eu sou quórum na CMO, está havendo uma pressão muito grande naquela Comissão e eu preciso voltar para lá. Só para rapidamente lermos esse requerimento, deliberá-lo e eu voltar para a CMO.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pois não.

Vamos ao requerimento do Senador Hélio José.

ITEM
REQUERIMENTO EXTRAPAUTA Nº , DE 2015.

Requer, na forma do disposto no art. 40, c/c o art. 74, do Regimento Interno, que esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional proponha ao Plenário do Senado Federal a criação de comissão externa para representar o Senado Federal e organizar missão que participe, por meio de minha representação e de demais Senadores que achar por bem indicar, da 21ª Conferência Internacional sobre Mudanças Climáticas – COP 21.

Autoria: Senador Hélio José

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O requerimento do Senador Hélio José vai à Secretaria-Geral da Mesa.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Senador Cristovam, eu só quero agradecer ao Presidente, a V. Exª e aos Srs. Senadores.

Vou sair correndo lá para a CMO.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Cuidado para não tropeçar, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Apesar de todo o respeito ao Senador Capiberibe e da simpatia pela luta de todos os povos por sua autonomia, eu gostaria de pedir vista desse projeto.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Também me associo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mas a Senadora Ana Amélia não leu o relatório ainda.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – É depois da leitura?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É. Abrimos um parênteses diante da urgência do Senador Hélio José.

Então, vamos à República de Saharauí.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Até queria fazer uma saudação, porque o Senador Capiberibe ontem fez um longo pronunciamento. Ouvi o seu pronunciamento ontem, Senador Capi. Aí está um representante da comunidade Saharauí aqui no Brasil assistindo a esta audiência.

Na verdade, cabe-me a difícil missão de ser a Relatora *ad hoc* de um tema que tem controvérsias, mas que precisa ser apresentado na legitimidade do Senador Capiberibe.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O representante está presente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Das partes.

Queria apenas, para resumir, dizer que, na verdade, o que ele pede, em síntese, é que o Governo brasileiro adote medidas relativas ao reconhecimento diplomático da República Árabe Saharauí Democrática, Saara Ocidental, além de providenciar cooperação humanitária e estabelecer representação oficial daquela nação no Brasil

Vou à análise, porque aqui estão consubstanciadas todas as proposições do Senador Capiberibe.

Ele sugere que o Governo brasileiro adote as seguintes providências:

a. Que o Brasil manifeste apoio para a Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas, além de renovar mandato da Minurso – Missão das Nações Unidas para o referendo no Saara Ocidental, conceda unicamente à Missão a competência para vigilância e aplicação dos Direitos Humanos na região invadida;

b. Que o Brasil proclame para República Árabe Saharauí Democrática (Saara Ocidental) a mesma posição adotada em relação ao reconhecimento do Estado Palestino, como Estado detentor de Direito legítimo à soberania, à autodeterminação e ingresso pleno nas Nações Unidas, conforme discurso da Presidente Dilma Rousseff, 2011: "livre e soberana";

c. Que, assemelhadamente à maioria dos países da América Latina e do Caribe, o Brasil proceda ao reconhecimento da República Árabe Saharauí Democrática e estabeleça com a Nação Saharauí relações diplomáticas;

d. Que o Brasil estabeleça um processo de transferência ordinária, como ajuda humanitária, para os cerca de 200 mil refugiados estabelecidos na Região do Saara Ocidental;

e. Que o Brasil estude e destine área para a instalação de Escritório de Representação do Saara Ocidental em Brasília, no Distrito Federal.

Em que pese a nobreza do mérito da proposição, ela não pode ser abrigada no Regimento Interno do Senado Federal (RISF), tampouco no artigo especificado pelo autor (art. 224 do RISF). Eis o que preceituam os arts. 224 e 225 do Regimento:

Art. 224. Indicação corresponde a sugestão de Senador ou comissão para que o assunto, nela focalizado, seja objeto de providência ou estudo pelo órgão competente da Casa, com a finalidade do seu esclarecimento ou formulação de proposição legislativa.

Art. 225. A indicação não poderá conter:

I - consulta a qualquer comissão sobre:

a) interpretação ou aplicação de lei;

b) ato de outro Poder;

II - sugestão ou conselho a qualquer Poder.

A Indicação, tal como preconizada em nosso Regimento, não comporta o pedido de providência para outro Poder, mas apenas para algum "órgão competente da Casa, com a finalidade do seu esclarecimento ou formulação de proposição legislativa".

O fundamento dessa diretriz, além da intocável separação dos Poderes, reside também no fato de que a "indicação" do Parlamento ao Poder Executivo é o trabalho político e a tribuna, com todas as atividades pertinentes a essa esfera.

De outra parte, por economia processual e tendo em vista o inegável mérito da proposição do Senador João Capiberibe, me permitiria sugerir que o texto em análise fosse reformado para um requerimento de informações, para que possamos ter a oportunidade de saber da situação política atual do Governo brasileiro ante essa grave questão trazida pelo Senador Capiberibe, qual seja, à da independência do Saara Ocidental.

Pelo exposto, o voto é pela transformação da Indicação nº 3, de 2015, em requerimento de informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, nos seguintes termos:

REQUERIMENTO Nº , DE 2015

Requeiro, nos termos do §2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 215, inciso I, alínea a, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que seja dirigido pedido de informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores com o seguinte teor e fundamentado na justificação que segue às perguntas:

1. Qual a posição do Governo brasileiro quanto à Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas que, além de renovar mandato da Missão das Nações Unidas para o referendo no Saara Ocidental (Minurso), concede à Missão a competência única para vigilância e aplicação dos Direitos Humanos na região invadida?

2. Quais os óbices para que o Brasil adote para a República Árabe Saharauí Democrática (RASD) a mesma posição adotada em relação ao reconhecimento do Estado Palestino, como Estado detentor de Direito legítimo à soberania, à autodeterminação e ingresso pleno nas Nações Unidas, conforme discurso da Presidente Dilma Rousseff na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) em 2011: uma RASD "livre e soberana"?

3. Uma vez que o Brasil prega ação unida do nosso continente, por que, assemelhadamente à maioria dos países da América Latina e do Caribe, o Brasil não procede ao reconhecimento e estabelecimento de relações diplomáticas com a República Árabe Saharauí Democrática?

4. Independentemente do processo de reconhecimento, por que o Brasil não inicia a negociação para um processo de transferência ordinária, como ajuda humanitária, para os cerca de 200 mil refugiados estabelecidos na Região do Saara Ocidental?

JUSTIFICAÇÃO

Os elementos idiossincráticos da sociedade Saharauí emergiram a partir do século VII a.C., gerando uma comunidade secular, independente, autônoma e com peculiares expressão cultural e organização sociopolítica. A Nação Saharauí é conhecida por abrigar uma sociedade tolerante, aberta e pacífica, que nunca esteve envolvida em qualquer ato de extremismo político ou religioso.

A Espanha, dividindo com a França o processo colonizador da região norte da África, ocupou o Saara Ocidental desde 1912.

Porém, já desde 1960, a Assembleia Geral das Nações Unidas reconhece, por meio da Resolução da Assembleia Geral 1514 (XV), o direito inalienável do povo Saharauí à autodeterminação e independência, conforme texto da Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais.

A questão Saharauí está também na lista da Comissão de Política Especial e Descolonização da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 1963, quando a região ainda estava sob controle espanhol.

Porém, contrariamente às orientações das Nações Unidas a Espanha cedeu, em 1975, a região Saharauí ao Marrocos e à Mauritânia, que a invadiu e ocupou militarmente.

Em seguida, as Resoluções das Nações Unidas de nºs 34/37 e 35/19, editadas em 21 de novembro de 1979 e em 11 de novembro de 1980, respectivamente, repudiaram fortemente o agravamento da situação resultante da "ocupação continuada do Saara Ocidental por parte do Marrocos".

Em 1983, a República Árabe Saharauí Democrática foi aceita como Estado-Membro da Unidade Africana, denominada atualmente União Africana. Ao mesmo tempo, o Marrocos foi o único país africano desligado desta associação por ter violado, com invasão militar ao território Saharauí, o princípio da inviolabilidade das fronteiras herdadas por países descolonizados.

Também a Corte Internacional de Justiça de Haia afirmou que o Saara Ocidental nunca fez parte do Marrocos antes da colonização espanhola de 1884, nem existia qualquer vínculo jurídico que pudesse corroborar com as pretensões ocupacionistas de Marrocos ou Mauritânia ou que, ao menos pudesse suscitar Direito de soberania.

Várias organizações internacionais, como o Movimento dos Países Não Alinhados e a União Africana reconhecem e referendam o legítimo Direito do povo Saharauí à autodeterminação e independência.

Apurando-se as ações internacionais mais recentes, temos que a Quarta Comissão da ONU aprovou, em outubro 2013, Resolução recomendando que a AGNU posicione-se assertivamente em relação ao processo de negociação, a fim de se alcançar uma solução política duradoura que permita a autodeterminação do povo do Saara Ocidental.

O Secretário-Geral das Nações Unidas cobrou urgência para a retomada das negociações com o Saara Ocidental visando a garantir um acordo político para a proclamação da autodeterminação da região, ressaltando-se os seguintes trechos de seu relatório:

93. À luz da presença do Saara Ocidental, desde 1963, na lista de territórios colonizados, recobro esforços das Nações Unidas, seja por meio do trabalho do meu enviado pessoal, do representante especial e da Minurso, que é a Missão das Nações Unidas para a Saara Ocidental, para que estes permaneçam atuando fortemente até que a autodeterminação seja estabelecida;

.....

96. Exorto a comunidade internacional a fornecer, urgentemente, financiamento para o programa CBM4 do ACNUR destinado aos campos de refugiados perto de Tindouf,tendo em vista a extrema carência nas áreas de assistência, proteção, saúde, nutrição, segurança alimentar, abrigo, água e saneamento. Exorto também as Agências das Nações Unidas, a comunidade de doadores, a Frente Polisário e as autoridades argelinas a desenvolverem programas para responder às necessidades de desenvolvimento dos campos, especialmente em setores como educação e emprego para jovens;

.....

101. Acredito que a garantia de estabilidade do cessar-fogo são evidências visíveis do compromisso da comunidade internacional para alcançar uma resolução do conflito, sendo a presença da Minurso relevante para:

a) fornecer um instrumento de estabilidade no caso de o impasse político continuar;

b) oferecer mecanismos de apoio à implementação das sucessivas resoluções do Conselho de Segurança relacionadas com o mandato da Minurso, que é a sigla da Missão das Nações Unidas para a Saara Ocidental;

c)distribuir informações independentes sobre as condições reais de campo para o Conselho de Segurança, o Secretariado e a comunidade internacional. Por isso, deve haver auxílio do Conselho em reafirmar o papel mandato da Minurso, também padrões de manutenção da paz e neutralidade das Nações Unidas, garantindo que estarão presentes as condições para o bom funcionamento da Missão.

Apelo, também, para que as Partes, Marrocos e Frente Polisário, cooperem plenamente com a Minurso para atingir esses objetivos.

Reitere-se, por fim, que a Minurso (Missão das Nações Unidas para o Referendo no Sahara Ocidental) é a única missão de paz em atuação no mundo que não tem delegação para vigiar a aplicação de Direitos Humanos no território ocupado, , o que ocasiona todo tipo de agressão a princípios e garantias humanas fundamentais, notadamente de mulheres e crianças Saharauís.

Assim, todo o sistema internacional rejeita fortemente a ocupação, e não reconhece a legalidade da anexação do Saara Ocidental por parte do Marrocos, sendo esta ocupação o último caso de descolonização constante da agenda da Organização das Nações Unidas, motivo pelo qual reforça-se a necessidade de uma manifestação do Governo brasileiro sobre o assunto e a informação a este Congresso Nacional para que possa atuar diligentemente na colaboração com a sua política externa.

Esse é o voto da Senador Vanessa, que eu tive a honra de apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Cristovam, V. Exª pede vista?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Peço.

Eu quero parabenizar o relatório, mas eu quero pedir vista pelo seguinte: primeiro, porque eu sou um defensor desses movimentos de liberação, mas há outros no mundo. Os curdos estão lutando por isso, dentro da Rússia há grupos lutando por isso. Eu creio que uma posição como essa, embora específica, mereça uma referência aos outros movimentos que há no mundo. Segundo, não vou negar, porque nós temos, no governo, nós tem um embaixador do Marrocos, nós tem um embaixador do Marrocos aqui, e, antes de votar, eu gostaria de ouvi-los, e talvez até elaborar um parecer paralelo que possa dar a minha posição sobre o assunto.

Por isso, eu peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pois não.

Apenas o Senador Cristovam que pede vista, então?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O Jorge Viana também? Então, vista coletiva.

Voltamos para o item 1, já que temos de volta o Senador.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pois não.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Solicito a inclusão do Requerimento nº 1.212, extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Vamos ao requerimento extrapauta.

ITEM 7
REQUERIMENTO Nº 1212, de 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 13 e 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão oficial no exterior, como representante do Senado Federal, na Conferência das Partes da Convenção - Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 21, no período compreendido entre os dias 05 e 11 de dezembro de 2015, em Paris, França. Informa ainda ausência do país entre os dias 04 e 12 de dezembro de 2015.

Autoria: Senador Donizeti Nogueira
Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann
Relatório: Pela aprovação
Observações:

Consulto o Plenário se há alguma objeção ao requerimento. (*Pausa.*)
Não havendo, vamos, então, ao item 1 da pauta.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 73, de 2015
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTÔNIO JOSÉ REZENDE DE CASTRO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em São Vicente e Granadinas.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Jorge Viana
Relatório: Os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.
Observações:
1 - Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.
2 - A matéria constou na pauta da Reunião do dia 05/11/2015.

Com a palavra o Relator Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sabendo da posição que o Senador Tasso tem sobre essas indicações, eu quase propus que ele fosse o Relator. Mas eu queria cumprimentar, Sr. Presidente, e coube a mim fazer a relatoria da indicação sobre a Mensagem nº 73, de 2015, a Mensagem nº 420, de 2015, na origem, da Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, no nome do Sr. Antônio José Rezende de Castro, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira Diplomática do Ministério de Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em São Vicente e Granadina.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A expressão correta é Granadinas?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Granadinas.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Granadinas, então, nós tivemos aqui um erro de grafia, Granadinas.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Granadinas.

Esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz ao Sr. Antônio Rezende, Ministro de Primeira Classe, para, como já afirmei, exercer o cargo de Embaixador do Brasil em São Vicente e Granadinas. A Constituição atribui a competência ao Senado Federal, não vou me alongar nem fazer as citações de praxe – o relatório traz todas elas.

Consta no documento também, detalhado, o currículo do indicado, o Sr. Antônio José Rezende de Castro. Ele é filho de Josué Rezende de Castro e da Srª Arlette Corrêa Rezende de Castro. Nasceu no Rio de Janeiro, ingressou no curso de preparação para a carreira diplomática em 1969. Em 1971, iniciou profissionalmente no

posto de Terceiro Secretário, ascendeu a Conselheiro, em 1990; Ministro de Segunda Classe em 1997, Ministro de Primeira Classe em 2006, todas as ascensões por merecimento. Em 2013, passou para o Quadro Especial na trajetória da carreira, ao concluir o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco. Defendeu a tese intitulada Independência do Paraguai como Resultado da Ação Diplomática Brasileira.

Em seu percurso profissional, como diplomata, transcorreu quase inteiramente os postos no exterior. De 1972 até 1973, encarregado de negócios na Embaixada de Georgetown, e tem um amplo currículo, teve presença na ONU, trabalhando no PNUD, ocupou funções desde Tóquio à chancelaria na África, e também foi Cônsul-Geral em Milão. Atuou também em Nairobi, na Embaixada de Roma e também em La Paz.

O Embaixador, desta fez, é indicado para chefiar a nossa representação permanente em São Vicente e Granadinas. O País é formado por um arquipélago no Caribe, ao norte da costa leste da Venezuela.

Trata-se de uma democracia parlamentar, compõe o Reino Unido e, obviamente, tem como Chefe de Estado a Rainha da Inglaterra, Elizabeth II.

Em outubro de 1880, menos de um ano após a independência de São Vicente e Granadinas, em relação ao Reino Unido, o Brasil criou a Embaixada no país, acumulada com a Embaixada de Trinidad e Tobago. Em 2004, a cumulatividade foi transferida para a Embaixada do Brasil em Barbados e, finalmente, a criação da Embaixada residente em Kingstown deu-se em 2009, dado o aprofundamento das relações da comunidade do Brasil com a comunidade do Caribe. Então, as relações comerciais são pouco expressivas, existe uma cooperação com a Agência Brasileira de Cooperação.

Diante do exposto, o meu parecer, como temos feito aqui, é favorável. Assim concluo o meu relatório, pela aprovação da indicação do Sr. Antônio José Rezende de Castro, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Especial de Carreira Diplomática do Ministério das Relações Exteriores para o cargo de Embaixador do Brasil em São Vicente e Granadinas.

É esse o meu parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

Em discussão a indicação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno.

Voltemos, então, ao Requerimento nº 1.212, no relatório *ad hoc* do Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, está sendo indicado como nosso Embaixador no Reino do Marrocos o Sr. José Humberto de Brito Cruz, que ostenta um currículo invejável. Ele formou-se em filosofia...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não, não, é o pedido de viagem à COP 21.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – É o Requerimento nº 1.212. A relatoria é da Senadora Gleisi Hoffmann. Faço relatoria *ad hoc*, que solicita a esta Comissão que aprove o seu requerimento, para que o Senador Donizeti possa representar o Senado na COP 21, que se realiza agora em Paris, entre os dias 5 e 11 de dezembro. O requerimento se fundamenta no art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, que estabelece normas e regras para a representação do Senado em viagens ao exterior.

A acolhida é do ponto de vista regimental.

Então, vamos ao voto.

Ante o exposto, em face da adequação regimental e da conveniência política da matéria em exame, o voto é pela aprovação do Requerimento nº 1.212, de 2015, e pelo encaminhamento à Secretaria-Geral da Mesa, para o seu processamento em Plenário, como previsto no Regimento Interno do Senado.

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado.

Então, em discussão o requerimento do Senador Donizeti Nogueira. (*Pausa.*)

Se não houver ninguém para discutir, encerrada a discussão.

Em votação do requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as providências.

Vamos ao item 8.

ITEM 8
MENSAGEM (SF) Nº 72, de 2015
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALFONSO IGLESIAS PUENTE, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Unida da Tanzânia e, cumulativamente, na União das Comores e na República das Seicheles.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann
Relatório: Pronto para deliberação.

Estando ausente a Senadora, peço a gentileza ao Senador Tasso Jereissati para ler o relatório, como Relator *ad hoc*.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Sr. Presidente, de conformidade com o art. 53, inciso IV, da Constituição Federal, vem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a mensagem que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Carlos Alfonso Iglesias Puente, Ministro de Segunda Classe da Carreira Diplomática do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Unida da Tanzânia e, cumulativamente, na União das Comores e da República da Seicheles.

O Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo do referido diplomata, do qual extraio as informações.

Filho de José Alfonso Iglesias Puente e de Dirce Carvalho de Iglesias Puente. Carlos Afonso Iglesias Puente nasceu em Poços de Caldas, Minas Gerais, em 1963.

Tem um currículo vasto, brilhante. Não somente aqui no Brasil com cursos no exterior. Exerceu várias funções tanto burocráticas aqui no Brasil quanto no exterior, tendo servido no Consulado-Geral de Toronto, nas Embaixadas de Luanda. E participado de vários fóruns do BRICS.

A Tanzânia é um importante país que pretende desenvolver uma relação cada vez mais profunda com o Brasil.

E eu considero, a não ser que o Senador Jorge Viana tenha alguma observação a fazer...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu acho que a temperatura está suficiente. A Tanzânia tem a história do Cunha, mas é melhor nos prendermos ao relatório.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Todas as informações, todas as condições e premissas permitem ao Sr. Carlos Afonso exercer com brilhantismo essa função.

Portanto, fica encaminhado favoravelmente o relatório da Senadora Gleisi.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Em discussão a indicação do Sr. Carlos Afonso Iglesias Puente para a Embaixada na República Unida da Tanzânia e, cumulativamente, Comores e Seicheles. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. (*Pausa.*)

Fica concedida vista, nos termos do art. 383 do Regimento Interno.

Item extrapauta.

ITEM 9
MENSAGEM (SF) Nº 75, de 2015
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOSÉ HUMBERTO DE BRITO CRUZ, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino do Marrocos.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pronto para deliberação

Estando ausente o Senador Valdir Raupp, por colaboração *ad hoc*, com a palavra para o relatório o Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Embaixador José Humberto de Brito Cruz é filho de José Armênio Cruz e Helena de Brito Cruz, nascido Rio de Janeiro, em 1958.

Tem um currículo invejável. Formou-se em Filosofia pela Universidade de São Paulo.

Obtido título de Doutor em Filosofia Política pela mesma instituição em 2004;

Em 1894, ingressou no curso de preparação para a carreira diplomática do Instituto Rio Branco.

Foi nomeado Terceiro-Secretário em 1985 e, subsequentemente, promovido a 1º Secretário, 1º Secretário em 1997. A Conselheiro em 2003, Ministro de Segunda Classe, em 2006 e, finalmente, Ministro de Primeira Classe em 2012.

Serviu em vários países, entre eles, Estados Unidos, Nova York, Venezuela.

E agora o Governo recomenda a aprovação para o Reino do Marrocos.

O relacionamento Brasil-Marrocos encontra-se aquém de seu amplo potencial. As possibilidades podem ser ampliadas, incluindo as comerciais.

Vivem no Marrocos pouco mais de 200 brasileiros. E o Marrocos vem, aos poucos, se consolidando como importante destino de investimentos brasileiros. Há o interesse de uma aproximação com o Marrocos, e o Embaixador tem a missão, como acabamos de discutir, também de intermediar uma relação amistosa com o povo saarauí.

Diante da natureza da matéria ora apreciada, eram essas as considerações.

O relatório é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado, Senador Capiberibe.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno.

Dessa forma, encerramos a longa reunião de hoje.

Agradecemos a contribuição de todos que estiveram aqui.

Muito obrigado e boa tarde a todos.

(Iniciada às 10 horas e 01 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 31 minutos.)

ATA DA 44ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 2015.

Às dez horas e oito minutos do dia dezenove de novembro de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os(as) Senadores(as) Gleisi Hoffmann, Lasier Martins, Cristovam Buarque, Ana Amélia, Edison Lobão, Valdir Raupp, José Agripino, Tasso Jereissati, Paulo Bauer, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Eduardo Amorim, José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa, Marta Suplicy, Hélio José, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Antonio Anastasia, João Capiberibe e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. Passa-se à PAUTA – 1ª PARTE: ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 72, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALFONSO IGLESIAS PUENTE, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Unida da Tanzânia e, cumulativamente, na União das Comores e na República das Seicheles." Sabatina realizada com indicação apreciada. ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 73, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTÔNIO JOSÉ REZENDE DE CASTRO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em São Vicente e Granadinas." Sabatina realizada com indicação apreciada. ITEM 3) MENSAGEM (SF) Nº 75, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOSÉ HUMBERTO DE BRITO CRUZ, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino do Marrocos." Sabatina realizada com indicação apreciada. O Presidente convida os embaixadores a comporem a mesa. O Presidente concede a palavra a cada um dos embaixadores para fazerem as suas exposições. Usa a palavra a Senadora Marta Suplicy, que solicita inversão de pauta. A inversão é aprovada. Usa a palavra o Senador Valdir Raupp. É então deliberado o item da PAUTA – 2ª PARTE: ITEM 1) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 347, de 2015, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), que "Aprova o texto do Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso, concluído no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Internacional (OMPI), celebrado em Marraqueche, em 28 de Junho 2013." O Presidente concede a palavra à Relatora, Senadora Marta Suplicy, que profere o relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da matéria. É aberto o processo de votação. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às dez horas e cinquenta e oito minutos a presidência é assumida pelo Senador Lasier Martins; e às onze horas é reassumida pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira. O Presidente concede a palavra aos(às) Senhores(as) Senadores(as) para arguição dos indicados, usa a palavra o Senador Lasier Martins, o Senador Tasso Jereissati, o Senador Antonio Anastasia, o Senador Cristovam Buarque, a Senadora Ana Amélia, o Senador Hélio José e o Senador Flexa Ribeiro. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às onze horas e vinte e seis minutos a presidência é assumida pelo Senador Tasso Jereissati; e às onze horas e vinte e oito é reassumida pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira. Passa-se à PAUTA – 2ª PARTE: ITEM 2) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 383, de 2015, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e o Japão sobre a Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Tóquio, em 24 de janeiro de 2014." Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação da matéria. EXTRAPAUTA: ITEM 3) MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , de 2015, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que "Requeiro, nos termos do disposto no artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a apresentação de voto de solidariedade aos povos francês, libanês e turco diante dos atentados ocorridos em Paris, Beirute e Ancara." Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. O Presidente concede a palavra aos Embaixadores para responderem às perguntas dos Senhores Senadores. MUDANÇA NA PRESIDÊNCIA: às doze horas e cinco minutos a presidência é assumida pelo Senador Flexa Ribeiro; e às doze horas e doze minutos é reassumida pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira. Usa a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann. O Presidente consulta os Senhores Senadores sobre a apuração do resultado da votação das autoridades ser aberta. A proposta é acatada pelo Plenário. É designado Secretário o Senador Cristovam Buarque. É realizada a apuração dos votos. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e cinquenta e dois minutos, lavrando, eu, José Alexandre G. Mota da Silva,

Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Srs. Senadores, havendo número regimental para a abertura da reunião, embora não para deliberação, vamos dar início à reunião de hoje, a 44ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A previsão é de que haja, na primeira parte da reunião, a sabatina de três diplomatas indicados pelo Governo brasileiro, sendo um para representar o nosso País na República da Tanzânia, um para representá-lo em São Vicente e Granadinas e um para representá-lo no Reino do Marrocos.

Peço à Secretaria que introduza no nosso plenário os Srs. Embaixadores Carlos Alfonso Iglesias Puente, indicado para nos representar na Tanzânia, Antônio José Rezende de Castro, indicado para ser Embaixador em São Vicente e Granadinas, e José Humberto de Brito Cruz.

Vamos dar início, então, à nossa sabatina.

Dou a palavra, inicialmente, por 20 minutos, ao Embaixador Carlos Alfonso Iglesias Puente, indicado para representar o Brasil na Tanzânia.

V. Exª tem a palavra.

O SR. CARLOS ALFONSO IGLESIAS PUENTE – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes Ferreira, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado.

Exma Srª Senadora Marta Suplicy, Srs. Senadores, para mim, é uma grande honra estar pela primeira vez nesta Casa. Após completar mais de 30 anos de carreira diplomática, tenho a primeira oportunidade, caso venha a merecer a confiança de V. Exªs, de vir a chefiar uma missão diplomática, no caso, na Tanzânia, cumulativamente com Comores e com Seicheles.

Se V. Exªs me permitirem, eu gostaria de registrar também a presença aqui de meus colegas e amigos Embaixadores Antônio José Rezende de Castro e José Brito Cruz.

Senhores, a Tanzânia é um país importante na costa oriental da África, tem um território equivalente ao do nosso Estado do Mato Grosso, uma população um pouco um pouco maior do que a do Estado de São Paulo e um PIB equivalente ao do nosso Estado de Goiás. É um país economicamente pobre, mas que tem ostentado índices de crescimento impressionantes, da ordem de 7%, nos últimos 10 anos.

É um país extraordinariamente estável, em se considerando tratar-se de um país africano. Nunca sofreu nenhum tipo de interrupção do seu ordenamento constitucional desde a independência, nenhum golpe de Estado. As eleições têm transcorrido regularmente a cada cinco anos, e é respeitado à risca o dispositivo constitucional que impede mais de uma reeleição do presidente da República. A última eleição aconteceu recentemente, no dia 25 de outubro, quando foi eleito o Sr. John Pombe Magufuli, do partido que já estava no poder, que exercerá, então, o mandato pelos próximos 5 anos.

A Tanzânia tem uma economia baseada no setor primário, que domina 25% do seu PIB e 85% das suas exportações. Tem conseguido um crescimento mais acelerado graças a descobertas de gás e a projetos de infraestrutura, que têm atraído investimentos de países como a China, a Índia, os Estados Unidos, países europeus, a Turquia e também o Brasil.

Desse modo, é um país de dimensão razoável e que ocupa um lugar estratégico na parte oriental da África.

Nossa presença teve início com o estabelecimento das relações diplomáticas, em 1970. Houve a abertura da embaixada em 1979; depois, houve um período em que a embaixada foi desativada, de 1995 a 2005; em 2005, ela foi reaberta, e, em 2007, eles decidiram abrir sua embaixada em Brasília, e, desde então, as relações têm sido bastante intensas, com troca de visitas bilaterais de alto nível. O ex-Presidente Lula esteve lá, o presidente anterior, Sr. Kikwete, esteve no Brasil, assim como o Primeiro-Ministro, o Ministro do Exterior e várias outras altas autoridades.

O comércio bilateral do Brasil com a Tanzânia cresceu bastante no período de 2004 a 2014, sendo que o ápice desse comércio foi em 2012, quando o Brasil conseguiu vender US$67 milhões em produtos para a Tanzânia.

O comércio sempre foi muito superavitário para o Brasil, mas esse comércio é muito diminuto em relação ao potencial. É preciso dizer uma coisa importante: parte substancial de produtos brasileiros que entram na Tanzânia entram por terceiros países. Por exemplo, o frango congelado entra via África do Sul, via Quênia ou via países europeus. Caso eu venha a merecer a confiança de V. Exªs, uma das estratégias seria tentar apro-

ximar esses vendedores e compradores para que esse comércio se faça mais diretamente, em benefício de ambos os países.

De outro lado, por exemplo, a Tanzânia exporta para o Brasil, indiretamente, especiarias, que são produzidas em Zanzibar, um arquipélago que faz parte da República Unida da Tanzânia, e pedras preciosas. Eles têm e produzem a pedra mais preciosa do mundo, que é a tanzanita, um diamante azul, belíssimo, por sinal, muito valioso. A tanzanita não chega ao Brasil diretamente; os nossos importadores de pedras compram via Europa, via Bélgica, via Israel.

Enfim, é preciso, talvez, um esforço no sentido de que esse comércio se faça mais diretamente...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Em benefício até do...

O SR. CARLOS ALFONSO IGLESIAS PUENTE – Enfim, talvez seja conveniência das grandes *tradings* do setor de pedras preciosas, mas eu acho que nós devemos tentar alguma coisa no sentido de aproximar esses interesses, para que esse comércio se faça mais diretamente.

Se V. Exªs me permitirem, eu não quero me alongar muito, mas quero apenas mencionar alguns setores em que há uma cooperação muito frutífera com a Tanzânia.

Nós concluímos, em 2014, um belo projeto de cooperação na área de saúde, no combate à epidemia de HIV e aids, que foi muito bem concluído. Eles são muito gratos pela presença brasileira nesse setor. Também já fizemos cooperação na área de pecuária, na melhoria do gado zebu, com a participação da Embrapa. A pedido deles, já foram oferecidos projetos na área de segurança alimentar. Porém, o projeto mais importante que nós temos hoje na Tanzânia é um projeto chamado Cotton-Victoria, que é um projeto estruturante do setor de algodão. Ele começou com a participação da Embrapa e hoje está com a Universidade Federal de Lavras. No momento em que nós estamos aqui, eles estão lá. Há pesquisadores brasileiros da Universidade de Lavras, ajudados por técnicos da Agência Brasileira de Cooperação, para validar esse projeto. É um projeto importantíssimo, porque ele tem como objetivo influenciar na cadeia produtiva algodoeira. Ele beneficia não apenas a Tanzânia, mas os países do entorno do Lago Vitória, aquele grande lago que os senhores veem ao norte da Tanzânia, Então, Quênia, Tanzânia, Uganda e Burundi... Burundi ainda não está beneficiado, mas o será por esse projeto. Então, esse projeto é um projeto de que nós temos orgulho de ostentar.

Por outro lado, a Petrobras foi a empresa pioneira em termos de investimentos na Tanzânia. A Petrobras se associou à Shell e à Statoil, da Noruega para exploração de três blocos na plataforma continental tanzaniana; já devolveu dois, mas eles ainda estão no terceiro bloco, o Bloco 8, que parece mais promissor, com perspectivas de descoberta de gás. Lá, com a presença da Petrobras, que fundou a Petan (Petrobras Tanzânia), com ajuda do banco BTG, houve a atração de outras empresas brasileiras. Então, hoje, há algumas construtoras presentes na Tanzânia, em processos licitatórios que ainda não foram concluídos, na expectativa de participar de projetos de infraestrutura importantes, como, por exemplo, de aeroportos e hidrelétricas, um setor fundamental, em que temos grande experiência, tanto com a Queiroz Galvão quanto com a Odebrecht.

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS ALFONSO IGLESIAS PUENTE – E, mais recentemente, ganhou a licitação para limpeza urbana de Dar Es Salaam, a capital do país, uma *holding* paranaense chamada Green Best Solutions, que vai fazer dois aterros sanitários em Dar Es Salaam, na capital.

Assim, as perspectivas de aumento da participação brasileira naquele país são boas.

Apenas para concluir sobre a Tanzânia, eu gostaria de mencionar a V. Exªs que, caso eu venha a ter a honra de ter a confiança não apenas desta Comissão, de V. Exªs, mas do Plenário, eu pretenderia, claro que sob a orientação do Itamaraty, atuar prioritariamente nos seguintes campos: energia, agricultura e infraestrutura. Esses já foram identificados pelo anterior Embaixador como campos em que há mais possibilidade de avanço na economia tanzaniana. Também vou procurar voltar a dinamizar a cooperação técnica, que já foi grande, para além do algodão, para retomar outras iniciativas, assim que as condições orçamentárias do Itamaraty permitam, como, por exemplo, na área da saúde. Saúde é um campo em que nós temos grande *expertise* e que provoca um impacto muito positivo, com grande visibilidade, no país que recebe a cooperação.

Eu também gostaria de mencionar que a Tanzânia não é um país apenas receptor de cooperação. Eles têm uma instituição importante de pesquisa científica chamada Costech, que é correspondente, mais ou menos, à nossa CNPq. A Costech já entrou em negociações com a Fiocruz para o desenvolvimento conjunto de uma série de vacinas para doenças infantis, como rubéola e sarampo, na África. Eles têm algo a nos oferecer em contrapartida. Não seria uma cooperação de uma via só; seria uma cooperação de duas vias.

Então, é importante que a gente faça um esforço nessa área. E seria meu papel, caso eu venha a ser chefe de missão, estimular o comércio. A ideia é criar um setor de promoção comercial, inexistente na Embaixada,

para poder atuar com mais vigor nessa área. Iniciativas culturais sempre são bem-vindas para marcar a presença do país. E, por fim, tentarei redinamizar o intercâmbio de visitas bilaterais.

Com isso, encerro a parte da Tanzânia, deixando, é claro, para depois as perguntas que V. Exªs possam ter.

Eu acumularia com a representação em outros dois países, cumulativamente, dois pequenos arquipélagos no Oceano Índico. Um deles é Comores, composto de três ilhas. É um país de dimensões muito pequenas, com um território total que equivaleria – eu gosto de usar imagens que nos aproximam do Brasil – à ilha de São Luís, no Maranhão. Sua população é pequena, de menos de 800 mil habitantes, o que equivaleria à população do Estado do Acre. É um país muito pobre, com poucos recursos naturais, muito dependente da cooperação externa, muito dependente da ajuda orçamentária externa e das remessas de seus imigrantes. Há muitos imigrantes de Comores na França. É um país árabe, é um país que faz parte da Liga Árabe, um país com o qual estabelecemos relações recentemente, em 2005, mas que quer muito receber cooperação brasileira. Eles querem muito ter intensificada a presença brasileira lá e gostariam de ter a participação de empresas brasileiras no desenvolvimento do país. Nesse sentido, o embaixador anterior organizou a primeira missão comercial a Comores, com empresas que já estavam presentes na Tanzânia. Foi um primeiro contato muito bem-sucedido.

Com Seicheles, se me permitem, já é outro caso. É um arquipélago também do Índico, um pouco mais afastado da costa, com uma área bastante pequena, correspondente – também usando imagem que nos aproxima – à Ilha de Santa Catarina, onde está Florianópolis. É do tamanho da Ilha de Santa Catarina. Sua população é muito pequena, de 94 mil habitantes – imaginem! –, mas o país é extraordinariamente bem-sucedido. Eles têm o maior PIB *per capita* da África e têm o segundo Índice de Desenvolvimento Humano do continente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – O que eles têm lá?

O SR. CARLOS ALFONSO IGLESIAS PUENTE – Turismo, basicamente, exploração de recursos marinhos, pesca e, finalmente, mais recentemente, petróleo. Descobriram petróleo lá. Agora, é um país muito ativo na área internacional. Ele é um líder dos chamados pequenos países insulares. Ele é muito ativo sobretudo nas questões de meio ambiente, porque eles têm muito medo dessas mudanças climáticas, do aquecimento global, porque veem essa realidade como uma ameaça à própria sobrevivência do país. Eles chegaram a ser tão veementes em relação a isso que – imaginem os senhores! –, na ONU, chegaram a denunciar aqueles que abusam dos crimes ambientais que provocam o aquecimento global como criminosos contra a humanidade e genocidas. Essas foram as palavras usadas por representantes de Seicheles.

O Brasil tem uma série de pontos de vista coincidentes na sua política externa com Seicheles, sobretudo nessa defesa do desenvolvimento sustentável e no combate à pobreza e em outros indicativos. Seicheles já conseguiu cumprir quase todos os objetivos de desenvolvimento do milênio fixados pela ONU. É notável! Eles querem muito aumentar a cooperação com o Brasil. Eles querem um acordo aéreo, e nós devemos trabalhar para isso. Eles querem levar mais turistas brasileiros para lá, mas eles também querem a participação de empresas brasileiras em projetos de infraestrutura. Há uma possibilidade, por exemplo, de construírem um novo aeroporto na capital do país, Victoria, e seria uma oportunidade para empresas brasileiras participarem.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Que língua falam?

O SR. CARLOS ALFONSO IGLESIAS PUENTE – Eles falam inglês, francês e a língua local, que é o *seychellois*, uma espécie de patoá francês.

Senhores, eu não queria me alongar muito, pois pretendo deixá-los à vontade para me fazer perguntas, às quais tentarei responder, com todo o prazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito bem!

Agradeço a V. Exª, Embaixador.

Vamos, agora, ouvir o Embaixador Antônio José Rezende de Castro, que foi designado para se nosso representante em São Vicente e Granadinas. Falamos de um país pequeno. São Vicente e Granadinas deve ter em torno de 100 mil habitantes, por aí.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ REZENDE DE CASTRO – São 103 mil habitantes.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – São 103 mil habitantes. É menor que o Plano Piloto.

Como o Embaixador Iglesias Puente se referiu às dificuldades orçamentárias do Itamaraty, eu já começaria perguntando a V. Exª o que justificaria uma embaixada em um país de dimensões tão diminutas. Cem mil seria a população do bairro de Perdizes, talvez. Talvez menos. Cento e três mi. Então, eu conheço muito o valor... Cento e três mil. É uma coisa minúscula. É do tamanho da Vila Maria, Senadora. Vila Maria, mais ou menos. E a dimensão territorial é a do Plano Piloto. Vamos lá! É instigante.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ REZENDE DE CASTRO – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes Ferreira, Presidente da Comissão.

Srª Senadora Marta Suplicy, Srs. Senadores, para mim, é um grande prazer estar de retorno à Comissão de Relações Exteriores do Senado depois de 12 anos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Aliás, de uma vida profissional muito bem-sucedida.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ REZENDE DE CASTRO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito homenageado por todos nós.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ REZENDE DE CASTRO – Percebo a perplexidade que se apresenta para muitos de V. Exªs aqui com relação à Embaixada em São Vicente e Granadinas, especificamente. Eu pretenderia falar um pouco sobre o país, mas, justamente para responder ou tentar responder a pergunta de V. Exª, é importante deixar claro que é impossível, no caso do Caribe Oriental, como V. Exªs podem ver no mapa, falar de um único país individualmente. Para que faça sentido a presença brasileira na região, é importante que nós tenhamos em conta a ênfase que temos que dar nas relações com a região como um todo.

De qualquer forma, eu começo falando de são Vicente especificamente, que é uma democracia representativa parlamentar de estilo britânico. É uma ex-colônia britânica, independente desde 1979, com a qual temos relações diplomáticas desde o ano 2000 e uma embaixada residente desde 2009. Por que isso? Entre 1943 e 1985, o Brasil abriu representações diplomáticas nos países caribenhos de maior expressão, como Cuba, República Dominicana, Haiti, Trinidad e Tobago, Guiana etc. Com a expansão da rede diplomática brasileira nos dois governos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foram estabelecidas, a partir de 2005, embaixadas nos oito países caribenhos nos quais o Brasil não contava com representação residente. Eram Antígua e Barbuda, Bahamas, Belize, Dominica, Granada, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis e São Vicente e Granadinas, o que fez com que hoje existam representações diplomáticas brasileiras em todas as 16 capitais caribenhas.

Por si só – aí eu começaria responder, Sr. Senador –, o peso político do Caribe em foros regionais internacionais justificaria a expansão da rede diplomática brasileira na região. Os 16 países caribenhos representam 8,3% dos votos no sistema das Nações Unidas, representam 46% dos votos no sistema interamericano e 49% dos votos na Celac, na Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos. Os 14 votos da comunidade do Caribe, especificamente, excluindo o Haiti e o Suriname, que são os outros membros do Caricom, são acordados, normalmente, de antemão pelo bloco, que sabe perfeitamente que só terá peso à medida que funcionar agregadamente, como forma de aumentar o seu poder de barganha desses pequenos Estados frente a países maiores.

A presença das embaixadas residentes do Brasil nesses países tem contribuído de forma muito importante para fazer avançarem as candidaturas e pleitos do Brasil em organismos internacionais. Eu cito as campanhas do Dr. José Graziano à direção geral da FAO, em 2011, do Embaixador Roberto Azevedo para a direção geral do OMC e do Dr. Paulo Vannuchi para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Nesses três casos, o apoio dos países caribenhos foi crucial para que os candidatos brasileiros pudessem ser eleitos, justamente na medida em que votam sempre em bloco.

Todos os países caribenhos, ademais, apoiam abertamente o pleito brasileiro a um assento permanente nas Nações Unidas. Apesar de pequenos em termos de território e população, os países caribenhos participam ativamente e muito articulados entre si, Sr. Senador, dos grandes foros multilaterais.

Em razão das suas características e necessidades específicas, as posições desses países sobre temas importantes da agenda internacional muitas vezes apresentam maior coesão com as posições brasileiras do que com as dos países desenvolvidos, o que abre possibilidades muito interessantes de diálogo político e coordenação.

E o fato de os países caribenhos contarem com poucas embaixadas estrangeiras em suas respectivas capitais tende a valorizar a presença *in loco* da representação brasileira e aumenta o prestígio do Brasil, visto como uma liderança política confiável na região e um parceiro econômico de grande potencial.

Essencialmente, a resposta ao primeiro questionamento de V. Exª seria essa, e eu me permitiria, se V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Claro.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ REZENDE DE CASTRO – ... me permitir, prosseguir mencionando, nesse contexto então, cuja base acabei de colocar, os caminhos que temos tomado ultimamente.

Este ano, o Brasil recebeu, em março, a visita do Presidente do Banco de Desenvolvimento do Caribe, organização à qual o Brasil acaba, para nossa grande alegria, de aderir formal e definitivamente.

Isso permitirá a presença mais efetiva de empresas brasileiras em projetos que visem ao desenvolvimento do Caribe. Com investimento muito baixo e para o qual existe, já, previsão orçamentária – isso é que é o melhor –, empresas brasileiras poderão ter acesso a licitações para parcerias público-privadas financiadas pelo Banco de Desenvolvimento do Caribe, cujo valor total é estimado em cerca de US$400 milhões em projetos nos próximos anos.

A China, que é membro do Banco de Desenvolvimento do Caribe desde 1997, assim como o Canadá e o Reino Unido, já tem colhido importantes benefícios nesses processos licitatórios resultantes de sua associação com o Banco de Desenvolvimento do Caribe. A promulgação do instrumento de adesão do Brasil ao Banco, pelo Decreto nº 8.546, de 23 de outubro de 2015, é bem recente. O instrumento de adesão foi aprovado pelo Congresso Nacional já em 2010 e depositado junto à Secretaria-Geral da ONU em 2012.

A participação acionária do Brasil vai constar na aquisição de US$28 milhões, dos quais nós só temos que despender efetivamente US$6 milhões, num período de quatro anos, dinheiro esse, como já lhe disse, orçamentado desde 2012, em restos a pagar. Os outros US$22 milhões são os chamados dinheiros de reserva para casos de emergência, que não são exigidos de nenhum dos países-membros tê-los em depósito.

Isso representará, como lhes disse, nossa capacidade de participação em projetos de infraestrutura, basicamente, que são os que mais nos interessam, por um total mediano da ordem de US$400 milhões.

Quanto à presença brasileira direta na região, uma das coisas em que estamos pensando é na abertura de uma zona franca brasileira na ilha de Granada, que, como os senhores poderão ver, encontra-se imediatamente abaixo de São Vicente e Granadinas, um pouquinho antes do território da América do Sul.

O que acontecerá aí? Há uma empresa de um grupo paulista, o grupo Urbaniza, que tem um ambicioso projeto para o estabelecimento de uma área de zona franca em Granada. Com que finalidade? De instalar empresas de serviços de exportadores do Brasil que possam não só vender diretamente a toda a região do Caribe, como também fazer beneficiamento em regime de maquila para a venda no mercado norte-americano de produtos brasileiros de alta tecnologia.

Em julho de 2015, o Parlamento de Granada finalmente aprovou essa lei sobre garantias e isenções fiscais que serão concedidas a essa projetada zona franca, pelo que a Urbaniza poderá iniciar os trabalhos para a sua instalação.

As empresas potencialmente interessadas, segundo estamos informados, seriam o Grupo Granado, o Grupo Boticário e o Frigorífico Barbacoa, além de alguns bancos e empresas de investimento. Menciono Granada porque, aí sim, passaria diretamente aos nossos interesses bilaterais.

Com São Vicente e Granadinas, as relações comerciais começaram a se estreitar recentemente. Pela primeira vez, São Vicente designou um embaixador acreditado junto ao Governo brasileiro em 2014, embora ele não seja residente. É o primeiro passo.

Assinamos com São Vicente e Granadinas o acordo de isenção de vistos de turistas e temporários, no final de 2014, e temos em andamento dois programas pontuais de cooperação técnica promovidos pela ABC (Agência Brasileira de Cooperação). Digo que são pontuais porque o acordo-quadro de cooperação, firmado em 2010, foi retirado do Congresso pela sua suposta incompatibilidade com a Lei de Acesso à Informação. O governo de São Vicente está analisando no momento a nova minuta de acordo, que deverá ser encaminhada para nova análise no Congresso brevemente.

Existem investimentos brasileiros naquele pequeno país em um montante de US$66 milhões. É o estoque do investimento brasileiro em São Vicente em Granadinas, que é, essencialmente, promovido pelo grupo Ambev na área cervejeira local, em associação com um grupo dominicano. O Brasil, lamentavelmente, não participa do maior empreendimento nacional de São Vicente, que é o Aeroporto de Argyle.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Apesar de termos a Embaixada lá.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ REZENDE DE CASTRO – É. Isto porque não quisemos participar, Sr. Senador, quando o projeto abriu-se, em 2008, porque não havia garantias para o financiamento. Não quisemos, talvez, correr riscos em um primeiro momento, riscos esses que foram assumidos por grupos turcos, iranianos, mexicanos e cubanos.

Obviamente, a partir de agora, sim, estaremos presentes, porque o governo de São Vicente iniciou negociações com a Gol para incluir São Vicente nas rotas do Caribe. Hoje, voamos para British Town, em Barbados, e Port of Spain, em Trinidad. Passaríamos também a voar para São Vicente, o que facilitaria muito o acesso de todos os senhores ao posto, se houver por bem esta Comissão e o Senado confirmarem o meu nome como Embaixador para lá.

Há também um interesse da Liat, que é a empresa de transporte aéreo dos países do Caribe oriental, na aquisição de aeronaves da Embraer, para substituir as aeronaves ATR-42, que são usadas por essa companhia no transporte de cabotagem entre as ilhas. O presidente do Conselho de Administração da Liat é o Primeiro-Ministro de São Vicente, o Sr. Ralph Gonsalves, bom amigo do Brasil, que tem grande interesse no estreitamento das relações com o nosso País.

Há também a possibilidade – por isso, citei, anteriormente, a ideia do entreposto em Granada – da venda de carne bovina e de aves diretamente do Brasil. Hoje em dia, essa venda já se faz – o meu colega indicado para a Tanzânia citou um caso que é semelhante – através de intermediários sediados nos Estados Unidos da

América. Poderíamos ganhar, provavelmente, mais dinheiro, e diversificar essa nossa posição lá se pudéssemos fazê-lo diretamente, o que hoje é inviabilizado pelas dificuldades de transporte em *bulk*, em grande escala. Esse entreposto em Granada faria com que esse comércio passasse a ser viabilizado de maneira clara.

Finalmente, o governo de São Vicente solicitou ao Governo brasileiro a possibilidade de estudar a capacitação para o futuro funcionamento do Aeroporto de Argyle. O governo de São Vicente gostaria que formássemos controladores de voo em São José dos Campos. Há boa disponibilidade da nossa parte, mas falta ainda, da parte vicentina, um planejamento maior, seleção de pessoal, o encontro de financiamento externo, para que nós possamos levar isso adiante.

Antes de colocar-me à inteira disposição das senhoras e dos senhores para eventuais perguntas que possam ter, eu gostaria de enfatizar o fato de que cada embaixada é pequena, sim, mas nossos interesses no contexto são muito grandes.

Antes de encerrar, Senador, se o senhor me permitir, assinalo a presença do Senador Cristovam Buarque. É sempre um prazer rever o Senador que me deu o prazer de ser o relator na minha primeira presença aqui, em 2004, como Embaixador do Brasil para o Quênia.

É sempre uma alegria revê-lo, Senador! Muito obrigado por sua presença.

Senhoras e senhores, muito obrigado.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Presidente...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Pela ordem também.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senadora Marta, por favor.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Presidente, vou pedir uma coisa que é possível, apesar de um pouco indelicada para com os senhores embaixadores.

Em virtude de uma questão pessoal, não vou poder ficar, mas, como sou relatora do projeto do Tratado de Marraqueche – aliás, temos aqui o Embaixador José Humberto de Brito Cruz, futuro embaixador no Marrocos –, eu gostaria de saber se V. Exª permitiria que eu apresentasse este projeto antes da apresentação do Marrocos, para garantir a votação no dia de hoje, em virtude de termos aqui algumas pessoas que vieram também de fora e que gostariam de estar presentes nesse momento.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não, Senadora Marta. V. Exª, infelizmente, terá que se retirar depois da...? É isso?

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – V. Exª tem a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Meu pedido é mais ou menos parecido. Como tenho uma audiência às 11 horas, com o Senador Acir e com a Senadora Vanessa, com o Presidente do TRF, para tratar do embargo da BR-319, e eu já ouvi a exposição do Embaixador Carlos Alfonso e do Embaixador Antônio José e já esteve no meu gabinete o Embaixador José Humberto, indicado para o Marrocos, que, praticamente, fez uma explanação para mim no gabinete, estou pronto para votar. Então, se V. Exª pudesse abrir...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Se V. Exª já está suficientemente instruído para formar sua convicção...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – ..., peço que vote. Vou abrir exceção para V. Exª e também para a Senadora Marta, que deve se retirar.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – E o segundo assunto, Presidente, é que sou Relator do Embaixador da Coreia do Sul. Como não devo voltar a tempo, para adiantar, pois só temos mais quatro semanas para terminar o ano, se alguém puder ser o Relator *ad hoc* – já entreguei o relatório –, para adiantar e, na semana que vem, podermos fazer a sabatina. Senão, ficaria para ler ainda na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – É provável que V. Exª consiga voltar a tempo.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Se eu voltar, virei direto para cá.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Vamos esperar sua volta. É melhor.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado.

Então, vamos ao projeto de que falou a Senadora Marta Suplicy.

ITEM 1
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 347, de 2015
- Não terminativo -

Aprova o texto do Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso, concluído no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Internacional (OMPI), celebrado em Marraqueche, em 28 de Junho 2013.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
Relatoria: Senadora Marta Suplicy
Relatório: Pela aprovação do texto do Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com outras Dificuldades para Ter Acesso ao texto Impresso.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senadora Marta, V. Exª tem a palavra para apresentar seu relatório sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 347, de 2015.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Agradeço a V. Exª e aos Srs. Embaixadores pela compreensão.

Este tratado é muito especial para mim, porque chefiei a missão, com poderes presidenciais, para o Marrocos, para participar desta reunião.

E o que foi aprovado? O texto do referido ato internacional foi inicialmente apreciado e aprovado pelas seguintes comissões da Câmara dos Deputados: Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que elaborou o projeto de decreto legislativo decorrente da Mensagem Presidencial; de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (com substitutivo), Cultura (com substitutivo), e de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Aprovado pelo Plenário da Câmara em 8 de setembro de 2015, o projeto veio ao Senado Federal, onde foi encaminhado a este Colegiado.

Conforme se destacou acima, a proposição sofreu modificação na Câmara dos Deputados, na forma de substitutivo oferecido pelo Relator, Deputado Aelton Freitas, na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, no sentido de determinar que a apreciação e aprovação do Decreto Legislativo que aprova o Tratado de Marraqueche obedeça ao mesmo rito utilizado para a aprovação de Emenda Constitucional, nos termos do art. 5º, § 3º, da Constituição Federal de 1988. A iniciativa justifica-se, tendo em vista que o Tratado de Marraqueche representa o cumprimento do disposto no artigo 30 da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, matéria de direitos humanos, razão pela qual os Ministros que assinaram a Exposição de Motivos recomendaram que o tratado em tela seja aprovado pelo Congresso Nacional com *status* de norma constitucional.

O Tratado em apreço, concluído no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), visa a compensar a escassez de obras publicadas em formato acessível a pessoas com deficiência visual, que deixam de ter acesso à leitura, à educação, ao desenvolvimento pessoal e ao trabalho em igualdade de oportunidades.

Estou querendo reforçar que o que aprovamos lá foi ampliado aqui, no Brasil,...

(Soa a campainha.)

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – ... para pessoas com outro tipo de deficiência também.

O texto do ato internacional em questão conta com 22 artigos. Dentre eles cumpre destacar o artigo 3º, que determina que serão beneficiárias de seus dispositivos as pessoas cegas ou que tenham deficiência visual ou outra deficiência de percepção ou de leitura que não possa ser corrigida para se obter uma acuidade visual substancialmente equivalente à de uma pessoa que não tenha esse tipo de deficiência ou dificuldade, e para quem é impossível ler material impresso de uma forma substancialmente equivalente à de uma pessoa sem deficiência ou dificuldade; ou que esteja impossibilitada, de qualquer outra maneira, devido a uma deficiência física, de sustentar ou manipular um livro ou focar ou mover os olhos da forma que seria normalmente apropriada para a leitura, independentemente de quaisquer outras deficiências.

O artigo 4º determina exceções, a serem estabelecidas pela legislação nacional de cada país, referente ao direito de autor, no que diz respeito aos direitos de reprodução, de distribuição, bem como de colocação à disposição do público, conforme definido no Tratado da OMPI sobre Direito do Autor, para facilitar a disponibilidade de obras em formatos acessíveis aos beneficiários.

Da mesma forma, os artigos 5º e 6º estabelecem o intercâmbio transfronteiriço desimpedido desses formatos acessíveis, tanto entre entidades autorizadas quanto entre essas entidades e indivíduos de outros países.

O artigo 8º garante a privacidade dos beneficiários das limitações e exceções previstas no Tratado em tela, e o artigo 9º, por sua vez, detalha iniciativas de cooperação voltadas à facilitação do intercâmbio transfronteiriço dos exemplares.

Os artigos 10 e 11 tratam de princípios gerais sobre a implementação do Tratado, estipulando que as Partes Contratantes deverão exercer os direitos e cumprir os deveres que tenham assumido no âmbito da Convenção de Berna, do Acordo Relativo aos Aspectos do Direito da Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio e do Tratado da OMPI sobre Direito de Autor.

O artigo 12 reconhece aos Estados Partes o direito de implementarem ou manterem, em sua legislação nacional, outras limitações ou exceções ao direito de autor em benefício de pessoas com deficiência.

O artigo 13 cria uma Assembleia das Partes Contratantes para tratar das questões relativas à manutenção e desenvolvimento do Tratado, enquanto que o artigo 14 remete ao Escritório Internacional da OMPI as tarefas administrativas relativas ao ato internacional em questão.

Segundo o artigo 15, poderão ser Partes do Tratado os Estados Membros da OMPI, as organizações internacionais que tenham sido devidamente autorizadas, de acordo com seus procedimentos internos, a aderirem, estando especificada a União Europeia, que já havia apresentado a mencionada autorização.

Tratam os dispositivos finais das cláusulas de praxe, como vigência, denúncia, idiomas e depositário.

Cumpre assinalar que, posteriormente ao envio do presente Tratado ao Congresso Nacional, foi solicitada, por meio do Ofício nº 54 DAI/AFEPA/DIPI/DDH/DTS/PARL PAIN OMPI, do Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, Sérgio França Danese, encaminhado em 26 de maio de 2015 ao Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, a substituição nos autos do PDC 57/2015, da tradução para o português do texto do Tratado por versão corrigida com as alterações necessárias à adequação da tradução ao documento original.

A matéria tramitou em regime de urgência na Câmara dos Deputados.

Análise.

Eu acredito que esse é um instrumento da maior relevância, que quebrou um paradigma e que levou o Sistema Internacional de Propriedade Intelectual, pela primeira vez, a dialogar com a Comissão de Direitos Humanos.

É aí quero agradecer e dar meus cumprimentos à equipe do Itamaraty, que esteve junto conosco. Foi uma luta muito difícil, porque não foi fácil quebrar esse paradigma da Organização Mundial de Propriedade Intelectual. Mas eles foram extremamente competentes, assim como a equipe do Ministério da Cultura que me acompanhou nesse encontro.

O Brasil teve um papel de liderança, e agregamos outros países para nos acompanhar, para fortalecer.

Eu diria que é algo tão inédito, que o Ministro das Comunicações de Marrocos me deu de presente o martelo com que foi feita a promulgação disso aqui, no Brasil. E aí eu dei, depois, esse presente, esse martelo, aqui, no Brasil – ele estava lá, mas o ato só foi feito aqui –, para o Moisés Bauer Luiz, que talvez esteja presente, que é Presidente da Organização Nacional de Cegos do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senadora, nós vamos fazer o possível para levar o projeto para o Plenário ainda hoje. Assim, o Senado poderá para bater o martelo sobre esse assunto ainda hoje. (*Risos.*)

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Muito obrigada.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Vamos ver se temos condições.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Agradeço a V. Exª.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Terminando, só para completar, para esse tratado começar a ter validade 20 países precisam ratificar. Nós já conseguimos 12, agora falta um pouco. Mas eu me sentia muito constrangida, porque não saía da Câmara e nós não podemos ativar os outros países a ratificarem se nosso próprio País não ratificou.

Então, fico muito feliz com V. Exª em votar a urgência para que possamos ratificá-lo. E também lembro que esse foi o tratado com maior número de assinaturas na OMPI até hoje: ele teve 80 assinaturas, sendo que o máximo era de 50.

Então, eu agradeço a deferência de V. Exª e espero que a gente possa aprovar aí como urgência para o Plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Eu peço à Secretaria da Comissão que encaminhe, com a maior urgência, à Secretaria da Mesa, para que nós possamos votá-lo ainda hoje, na sessão de logo mais.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Peço que felem com o Dr. Bandeira para votarmos ainda hoje.

Muito bem, vamos retomar agora os nossos trabalhos.

Antes disso, quero submeter aos Srs. Senadores uma proposta de dar por lida e aprovada a ata da sessão anterior e aprovada.

Os que estiverem de acordo... (*Pausa.*)

Assim será feito.

Muito bem, a palavra agora está com o Embaixador José Humberto de Brito Cruz, que está indicado para nos representar no Reino do Marrocos.

O SR. JOSÉ HUMBERTO BRITO CRUZ – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Srªs e Srs. Senadores membros da comissão, meus colegas Antônio Castro e Carlos Puente, Embaixador Souza Gomes e demais presentes, eu gostaria, em primeiro lugar, de dizer bom dia a todos e, antes de mais nada, de dizer o quanto me sinto honrado pela indicação do meu nome, a ser considerado nesta Comissão, para representar o Brasil no Reino do Marrocos. Eu sou muito grato à Srª Presidenta da República e ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores por esta indicação, que, caso venha a ser aprovada por V. Exªs, será, para mim, uma magnífica oportunidade de realização profissional.

Eu queria deixar registrado também o meu agradecimento ao Senador Valdir Raupp, pelo relatório que elaborou sobre esta indicação, bem como ao Senador João Capiberibe, por sua relatoria *ad hoc*.

Sr. Presidente, eu também gostaria, inicialmente, de me congratular com V. Exª e com os demais membros da Comissão pela recente aprovação, tanto na comissão como no Plenário do Senado, da criação do Grupo Parlamentar Brasil-Marrocos, que, acredito, poderá contribuir de forma significativa para um estreitamento ainda maior das relações entre os dois países.

Haveria muito o que dizer. O Marrocos é um país que tem uma longuíssima história, tradições e uma riqueza cultural muito grande. Eu vou procurar me ater – naturalmente, há limitação de tempo – a alguns pontos que me parecem de especial importância para fazer entender um pouco a inserção do Marrocos na sua região e no mundo do ponto de vista político, do ponto de vista econômico e social e, depois, falar um pouco da perspectiva da política externa brasileira nessa relação.

Bem, do ponto de vista político, em uma região que tem sido marcada por diversos casos recentes de instabilidade política, de desorganização social e mesmo de colapso das instituições, o Marrocos tem se destacado como um exemplo de país que está conduzindo um processo de transformação política em um contexto de abertura, de pluralismo e de solidez institucional. Um exemplo recente disso se vê no êxito com que se realizaram, em setembro último, as eleições tanto no nível regional como no local, no Marrocos, o que foi um importante avanço democrático do país. Esse êxito na realização das eleições, acredito, ilustra bem o sentido, a orientação geral desse processo de transformação política muito importante pelo qual está passando o Reino do Marrocos.

Ao mesmo tempo, em um cenário global que, como sabemos, tem sido marcado pela manifestação, cada vez mais preocupante, de tendências de radicalismo político, de extremismo, de sectarismo e mesmo de intolerância religiosa, como, aliás, ficou evidente nos lamentáveis eventos recentes em Paris, em Beirute, em Bagdá e até no Sinai, nesse cenário global, Marrocos tem sido reconhecido amplamente como um país que desempenha, que representa uma força de moderação, de equilíbrio, de contribuição ao diálogo e ao entendimento e de redução e contenção dessas tendências tão preocupantes.

Acho que o processo de transformação política no Marrocos, ao qual me referi, adquire uma importância especialmente notável pelo fato de que o país, que, como o Brasil, é um país em desenvolvimento e, portanto, enfrenta problemas sociais de pobreza, exclusão e desigualdade semelhantes aos nossos, tem de fazer em face desses problemas, e, de fato, está fazendo, e tem conseguido alguns avanços importantes, reconhecidos em relatórios do Banco Mundial, do próprio FMI, em particular na área da saúde pública, na área de saneamento básico, com aumento do acesso da população rural a saneamento básico, e também com o esforço de aprimoramento e ganho de eficiência na utilização de recursos públicos em políticas sociais.

Eu menciono esse ponto porque é um aspecto de convergência com o Brasil e um ponto em que há interesse, do lado marroquino, em melhor conhecimento das experiências do Brasil na área de política social.

No plano econômico, o Marrocos apresenta algumas características que o tornam um mercado muito relevante, não apenas pelo que ele já é, mas pelo potencial que tem revelado. Basta dizer que, nos últimos 17 anos, o Marrocos apresentou crescimento do seu produto interno bruto de forma ininterrupta, registrando uma média, nesse período de 17 anos, de crescimento de 4,5% ao ano. Isto em um ambiente de baixa inflação. A inflação, nos últimos anos, no Marrocos, tem estado abaixo de 2%.

Naturalmente, um crescimento sustentado ao longo de um período considerável como esse traz para o Marrocos desafios importantes na área de energia, especialmente, porque se trata de um país que importa do exterior boa parte das suas fontes de energia, mais de 90%, de forma que, para o suprimento de energia acompanhar esse ritmo de crescimento, se requer um esforço considerável por parte das autoridades marroquinas.

Ainda na economia, o Marrocos tem se beneficiado, e tem sabido utilizar, as vantagens estratégicas de que dispõe, que consistem, essencialmente, no fato de que dispõe de uma mão de obra jovem, de uma população jovem, e já com um nível razoável de qualificação de mão de obra, de uma área agrícola considerável, que é de 67% do território do país, da proximidade com a Europa, o que é uma vantagem considerável, e da sua riqueza em recursos naturais, em particular a rocha fosfática, da qual o Marrocos é o terceiro produtor mundial e da qual detém as maiores reservas mundiais, sendo a rocha fosfática matéria-prima para a obtenção do fosfato, que é utilizado na fabricação de fertilizantes.

Além disso, o Marrocos tem demonstrado um enorme potencial na área do turismo, seja pela sua localização geográfica, seja pela riqueza cultural do País, e recebeu, em 2014, por exemplo, mais de 10 milhões de visitantes de outros países. Para efeito de comparação, podemos lembrar que o Brasil, no ano da Copa do Mundo, recebeu 6,4 milhões de visitantes.

Apresentados esses elementos de informação relativos ao Marrocos e suas características, eu gostaria de passar, muito rapidamente, a destacar alguns aspectos que me parecem especialmente importantes no relacionamento do Brasil com o Reino do Marrocos.

Eu iniciaria lembrando que o nosso relacionamento já tem uma longa história, é um relacionamento tradicional. O Brasil foi muito rápido em reconhecer a independência do Marrocos, em 1956, depois do período que é chamado de protetorado franco-espanhol, mas é preciso lembrar que as relações do Brasil com o Marrocos já vêm de bastante antes disso.

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas formais com o Marrocos em 1906, e, mesmo no século XIX, chegamos a ter, o que desempenhou um papel importante em termos de imigração para o Brasil, um consulado na cidade de Tanger, criado no ano de 1861.

Hoje em dia, a avaliação geral que se pode fazer é de que a relação entre os dois países é excelente, registrando-se muito bom entendimento entre os dois governos e a percepção de que há interesses compartilhados e há disposição de avançar em projetos de interesse comum.

Na área de cooperação, voltando ao ponto que mencionei sobre as questões sociais, eu registraria um primeiro campo de cooperação que acho especialmente relevante, que é o interesse marroquino em conhecer e aprender com políticas desenvolvidas pelo Brasil na área social, em particular os programas de transferência condicionada de renda à população menos privilegiada e também de programas do tipo distribuição de merenda escolar e da aquisição de alimentos, que é importante para o fortalecimento da agricultura familiar, o que, também no Marrocos, é um tema de grande interesse.

Já houve um primeiro seminário sobre esse tema e acredito que há um potencial muito interessante de aproximação, de intercâmbio entre os dois países, sobretudo porque o Marrocos está fazendo uma reforma no seu sistema de políticas sociais buscando reduzir o montante de subsídios outorgados à população mais pobre e tentando transformar isso em programas do tipo mais semelhante àqueles que existem hoje em dia no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Embaixador, me permite só uma interrupção...

O SR. JOSÉ HUMBERTO BRITO CRUZ – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – ..., para que o senhor possa, eventualmente, na própria exposição, responder isso?

A indagação é a seguinte: em 2004, o Mercosul e o Marrocos firmaram um acordo de livre comércio. As negociações começaram quatro anos depois, em 2008. Hoje em dia, o Marrocos diz que não tem mais interesse em efetivar esse acordo, que foi, digamos assim, suscitado pela visita do Rei Mohammed VI ao Brasil. Por quê? Em razão de acordos que o Marrocos firmou com os Estados Unidos, com a União Europeia. E continuamos aqui nesse rame-rame. Vamos mandar gente para ajudar a distribuir merenda escolar... Como o senhor avalia essa situação? O que vai dizer lá para os marroquinos a respeito desse fato? Firma-se um acordo em 2004. Em 2008

começa a negociação com o Mercosul. Mas aí o Marrocos, evidentemente, firmou outros acordos mais vantajosos para eles, e nós, aqui, ficamos não digo a ver navios, porque temos um intercâmbio forte com o Marrocos, pois vendemos helicópteros, aviões e importamos fertilizantes, fosfato... Marrocos é um grande produtor e o Brasil, um grande consumidor. O senhor não considera que essa é uma situação, digamos assim, que revela um erro na condução da política brasileira em relação ao Marrocos, na política comercial brasileira?

O SR. JOSÉ HUMBERTO BRITO CRUZ – Senador, agradeço sua pergunta e devo dizer que esse era exatamente o próximo ponto de que eu pretendia tratar: a área do comércio bilateral.

Estou totalmente de acordo com V. Exª no sentido de que esse acordo assinado em 2004, que já está em vigor desde 2010... As negociações demoraram um pouco para começar também porque demorou a entrada em vigor. Houve um pouco de questão jurídica. Mas seu argumento se aplica para os anos passados depois de 2010, de toda forma.

Eu iria justamente dizer que, à luz da situação, a análise que podemos fazer de como tem evoluído o comércio bilateral com o Marrocos, eu consideraria justamente, caso aprovado o meu nome, como um dos principais desafios da embaixada lá levar adiante a implementação desse acordo entre Mercosul e Marrocos. É um acordo que prevê até o estabelecimento de uma área de livre comércio entre o Mercosul e o Marrocos, incluindo como possibilidade, como um passo intermediário, talvez um acordo de preferências fixas, o que já seria importante, porque é importante notar que alguns produtos da pauta de exportação brasileira para o Marrocos são taxados com alíquotas, com tarifas com nível considerável. Por exemplo, o açúcar, que é exportado pelo Brasil e que tem sido, nos últimos anos, talvez, o produto mais importante na nossa pauta de exportação, é taxado com nível alto de tarifa, se não me engano, em algo em torno de 30%. Já foi feita uma análise do nosso Ministério da Agricultura sobre essa situação. Inclusive, há outros produtos que não estão na pauta exportadora, mas que poderiam estar, como é o caso da carne bovina, que também encontram no mercado marroquino uma situação de tarifas altas e, portanto, poderiam se beneficiar da negociação de um acordo, ainda que fosse um acordo limitado a algum número pequeno de produtos, mas isso já teria um efeito.

Assim, agradeço o seu ponto e justamente iria mencioná-lo como uma das dimensões que acho que devem merecer muita atenção no trabalho da embaixada.

Nos últimos anos, o comércio tem sido deficitário para o Brasil no Marrocos, o que é preciso avaliar com certo cuidado, porque o déficit brasileiro reflete, em parte, uma flutuação de preços. O preço do fosfato tem se comportado de maneira mais vantajosa do que o preço das nossas *commodities*. Então, há um pouco de um elemento conjuntural que precisa ser levado em conta. Mas, de toda forma, a existência de um déficit importante, um déficit que chegou a ser US$600 milhões, no último ano, mostra, pelo menos, que há um espaço para um esforço de ampliação das nossas exportações. Já que dispomos do quadro jurídico para liberalização do comércio, acho que é fundamental não deixar nenhum esforço sem realizar no sentido de implementação desse acordo, de obter a negociação.

Além disso, também no plano comercial, outra coisa que não se pode esquecer é a área propriamente de promoção comercial, de prospecção de oportunidades de negócios, de estabelecimento de contatos, de missões empresariais.

Há uma novidade boa também: a embaixada no Brasil em Marrocos criou, este ano – começou a funcionar em agosto – um setor de promoção comercial, o que não existia antes. Acho que há aí também uma base muito boa a partir da qual a embaixada poderá avançar ainda mais nessa área comercial, que considero também prioritária para o nosso trabalho.

Outra área correlata à área de comércio é a questão de investimentos, e já há empresas brasileiras com presença em Marrocos. Destaca-se em particular a área de cimento, em que há um investimento importante, mas há várias outras, no setor de carroceria de ônibus, no próprio setor de fertilizantes. Nesse sentido, um ponto que já está já na pauta e deve merecer muita importância é a negociação de um acordo sobre investimentos entre Brasil e Marrocos. Já foi apresentada a proposta pelo lado brasileiro e está em consideração pelo lado marroquino. De forma que é um tema que deve merecer muita atenção.

Outro setor que também tem uma dimensão comercial é a área de defesa. Já houve até mais de uma visita do nosso Ministro da Defesa ao Marrocos, e, numa dessas visitas, foi proposto, pelo lado brasileiro, um projeto de acordo na área de defesa que é importante para a troca de informações, para estabelecimento de iniciativas conjuntas, mas também para servir como base para a venda de emprego militar pelo Brasil, o que é algo importante para fortalecimento da nossa indústria de defesa.

Eu gostaria de mencionar ainda que há boas perspectivas de trabalho no campo da cooperação jurídica. Foi assinado, recentemente, um acordo de cooperação jurídica em matéria civil e estão em negociação, em estágio avançado de negociação, um acordo semelhante na área penal, um acordo de extradição com o Marrocos e um acordo para transferência de presos. Todos são temas que já estão na pauta e precisam continuar.

Naturalmente, haveria vários outros setores a considerar, mas eu não quero me alongar indevidamente. Só menciono que a área consular, naturalmente, é sempre prioritária e merece uma...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ HUMBERTO BRITO CRUZ – ... atenção muito especial no caso do Marrocos porque desde 2013 foram retomados os voos diretos entre o Brasil e Marrocos, entre São Paulo e Casablanca. Atualmente, há três voos por semana. Existe até a ideia de ampliar a frequência dos voos. E com os voos vêm, naturalmente, maior preocupação na área consular.

E, da mesma forma, a área da cultura, que é muito importante, e a área do turismo, que, pela existência dos voos e pelo potencial do Marrocos, deve merecer uma atenção especial.

E eu mencionaria, por fim, a questão da energia renovável, que, no caso do Marrocos, tem um potencial notável, que é excepcional, mesmo em termos mundiais, seja pelo potencial que o país tem na energia eólica, assim como na solar. Essa também é uma área muito importante.

Com isso, então, eu concluo acrescentando apenas que acho que esses elementos econômicos, políticos e sociais que eu descrevi demonstram claramente o interesse do Brasil de aprofundar e estreitar suas relações com o Marrocos, um país relevante politicamente no mundo de hoje, com desafios sociais semelhantes ao nosso, mas que constitui, para nós, um mercado de grande interesse, de grande potencial tanto para nossas exportações quanto para investimentos de empresas brasileiras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Embaixador.

Vamos passar às intervenções dos Senadores.

O primeiro inscrito é o Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado, Senador Aloysio.

Saúdo os eminentes Embaixadores.

Não sei se terei tempo de ouvir as respostas – talvez eu acompanhe pela televisão –, porque tenho um compromisso que já está passando da hora, mas tenho grande curiosidade de ouvi-las.

Prezado Embaixador José Humberto, nós estamos vivendo um momento muito turbulento em razão do islamismo, e Marrocos é um país que professa a religião islâmica. Então, do ponto de vista político, Embaixador, Marrocos poderia, quem sabe, exercer alguma influência sobre o restante do mundo muçulmano como exemplo de tolerância? Pode dar alguma contribuição? E de que modo o senhor vê Marrocos como porta de entrada? Pode ser uma porta de extremismo muçulmano para a Europa, em especial a vizinha Espanha?

São as perguntas que eu gostaria de lhe deixar.

Com relação à nossa embaixada em São Vicente e Granadinas... Ouvimos, há pouco, os elogios do Senador Aloysio ao Embaixador Antônio José, que, naturalmente, vai para onde é designado, mas é uma designação muito instigante, porque, Embaixador Antônio José, diante dos cortes orçamentários que vive o Itamaraty e da crise brasileira... E já comentamos aqui em outra oportunidade, com algum constrangimento, que há embaixadas e consulados brasileiros pelo exterior que não conseguem pagar o aluguel das sedes onde estão instalados. Há, inclusive, um consulado nos Estados Unidos, em que o cônsul precisou pagar a energia elétrica, pagar a luz, para manter a luz acesa no consulado. E, aí, vamos para um país extremamente pequeno, minúsculo? O território de São Vicente e Granadinas é menor que o Plano Piloto de Brasília e é menor, sob o ponto de vista populacional, que a Asa Sul de Brasília, com cem mil habitantes. Então, será que se justifica – que coisa intrigante! – termos uma embaixada lá diante da crise que estamos vivendo?

Por outro lado, as informações que colhemos são de que o país é governado por um primeiro-ministro, Ralph Gonsalves, alinhado politicamente com Cuba e Venezuela. Será que esse alinhamento político pesou na decisão do Brasil de abrir uma embaixada em São Vicente e Granadinas?

E qual é o sentido de manter aberta a embaixada no atual ambiente de restrição fiscal se há informações de que o Primeiro-Ministro se disse desapontado, em 2013, com a evolução das relações bilaterais, em que praticamente não tem recebido contribuições?

Enfim, essa designação, a criação de uma embaixada em um país tão minúsculo que retorno econômico e político daria ao Brasil?

Temos grande curiosidade de ouvir a sua explanação, embora saibamos que V. Exª é um cumpridor de ordens do Itamaraty.

(Soa a campainha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Com relação à Tanzânia, quero perguntar como é um país que já sofreu atentados de grupos extremistas islâmicos. É um país vulnerável? Que conheci-

mento V. Exª tem? A embaixada lá é segura? Na Tanzânia, a embaixada americana sofreu um atentado da Al-Qaeda em 1998.

Quero saber também sobre o comércio com a Tanzânia. Ele está centrado em torno de oportunidades de negócio identificados por empresas brasileiras, mas empresas brasileiras, Embaixador, hoje envolvidas no esquema de corrupção e propina. Qual seria o impacto das investigações e processos judiciais em curso sobre as perspectivas de investimento de empresas brasileiras na Tanzânia? Por exemplo, qual é a situação da Petrobras na Tanzânia?

Senador Aloysio, são essas as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado, Senador Lasier.

O Senador Cristovam tinha pedido a palavra.

O Senador Tasso Jereissati está inscrito?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não, não. Como V. Exª levantou a mão, eu pensei que estivesse inscrito.

Com a palavra os nossos sabatinados.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sim, sim. Ainda não.

Senador Tasso Jereissati, tem V. Exª a palavra.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Infelizmente, quando cheguei, algumas exposições já estavam feitas.

Para o Embaixador Antônio José de Castro, eu gostaria de levantar uma questão que tem me preocupado desde o primeiro ano, desde o primeiro mês, desde o primeiro momento em que estamos aqui: como se justifica, em um momento de crise econômica, uma embaixada em um país do tamanho de São Vicente e Granadinas?

V. Sª, com certeza, já expôs aqui, mas vou pedir que responda, com todo respeito a V. Sª, pelo quadro que representa, qual a importância concreta, para o Brasil, dessa embaixada em São Vicente e Granadinas? Qual o nível de comércio exportação e importação? Qual a importância estratégica, enfim, já que nós temos várias outras embaixadas ali perto, inclusive em outras ilhas do Caribe? Pergunto se se justifica, especialmente num momento de crise econômica, praticamente – estou exagerando – termos uma embaixada em cada ilha? Não é bem assim, mas estou fazendo uma caricatura do quadro.

Eram essas as questões que eu queria colocar.

Ao Embaixador Puente eu não tenho nenhuma pergunta. Estou satisfeito.

Embaixador, hoje, pela manhã, eu ouvi, no noticiário, que um dos terroristas que foram identificados em Paris é marroquino. Assim, pergunto: qual é a presença do Estado Islâmico? Pergunto se existe ou se foi uma coincidência a presença do Estado Islâmico no Marrocos, qual é a influência dele e o que isso pode significar neste momento de tensão e de pânico na Europa?

São essas as duas perguntas que eu gostaria de colocar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Aloysio Nunes.

Eminentes Embaixadores, primeiramente, peço escusas também porque estava na reunião da CCJ, exatamente no mesmo horário, participando de uma audiência pública para instrução de projeto de minha autoria, com a relatoria da Senadora Simone. Era uma audiência pública com professores, e eu não poderia deixar de estar lá, acompanhando. E isso me deixa sempre um pouco estressado, como V. Exª sabe, porque não tenho o dom da ubiquidade. A despeito de me chamar Antonio, não sou Santo Antônio. (*Risos.*)

Eu já disse isso muitas vezes, mas...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – V. Exª está muito perto de ter o dom da ubiquidade.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Eu lamento, porque acabamos perdendo a oportunidade de aprender com as exposições dos Srs. Embaixadores.

Mas, de maneira muito sucinta, fazendo coro com o que aqui foi dito pelos eminentes Senadores Lasier Martins e Tasso Jereissati, de fato, em primeiro lugar, dirigindo-me ao Embaixador Carlos Puente, indicado para a Tanzânia, digo que se trata de um país muito importante da África, dada a sua população, o seu tamanho e a sua posição geopolítica, e os relatos dão conta de que o Brasil está perdendo posição relativa muito rapida-

mente na Tanzânia se comparado a outros atores internacionais, especialmente a China, para não citar países menores. Então, eu gostaria de saber como seria possível, de fato, uma retomada mais efetiva de uma posição mais proativa do Brasil, inclusive com meios efetivos, porque as notícias que nós temos são de que os acordos de cooperação, todas as tratativas realizadas com a Tanzânia, lamentavelmente, não foram implementadas por uma morosidade nossa. Então, eu desejaria saber se isso tem pertinência ou não e qual a forma que V. Exª identifica para nós estimularmos a nossa presença em um país cujas dimensões e cuja história muito a justificam. A Tanzânia, Senador Aloysio, é a junção da antiga Tanganica, ex-colônia alemã, com a exótica Zanzibar. Então, eu acho que é, de fato, um país muito relevante.

Ao Embaixador Antônio José Rezende de Castro, de fato, ressalto que São Vicente e Granadinas é uma questão um pouco delicada. Aqui, na CRE, o nosso Senador Tasso Jereissati, que acaba de se pronunciar, ao longo das últimas intervenções, tem, de fato, sido muito firme em relação a sua posição sobre o número de embaixadas do Brasil e da sua relevância, *vis-à-vis* da situação que enfrentamos agora. O Senador Cristovam, por outro lado, tem uma posição de discordância, uma vez que entende que a presença deve ser, de fato, *urbi et orbi*. Eu, de minha parte, tenho uma posição mais intermediária. Agora, de fato, ter uma embaixada em São Vicente e Granadinas, pela sua dimensão, é um assunto mais delicado.

Como o Senador Lasier disse, V. Exª é servidor público de carreira, como eu também, em meu Estado, e cumpre as suas determinações. Contudo, eu acho que, de fato, a dimensão da embaixada é tão pequena que, ali, o que São Vicente tem a oferecer de melhor acaba sendo o voto que tem nos colegiados de que participa. Mas será que isso justifica ter uma embaixada lá?

Mas eu tenho certeza de que V. Exª, no desempenho do seu papel, do seu mister, pela sua competência, há de identificar oportunidades novas para justificar a nossa embaixada em São Vicente.

Eminente Embaixador José Humberto – estou sendo mais rápido porque teremos, daqui a pouco, sessão plenária do Congresso –, que, gentilmente, me visitou, V. Exª foi indicado para um dos países mais importantes não só da África, mas pela posição atlântica que ocupa, daí o seu relacionamento com o Brasil, *vis-à-vis* do Oceano. E, com referência exatamente ao momento internacional que vivemos hoje, com o terrorismo islâmico e essa questão muito delicada entre muçulmanos e o Ocidente, em meio a essa questão toda que envolve o Islã, o Marrocos tem sempre uma posição muito moderada, como V. Exª conhece muito bem, muito melhor do que eu, e permite, com uma monarquia estável, que haja ali um certo oásis de tranquilidade em relação a outras nações, inclusive tendo superado com muito garbo a Primavera Árabe sem grandes traumas e sem grandes dificuldades. Mas lembrou muito bem, há pouco, o Senador Tasso que, de fato, a vinculação com a França, do qual foi antiga colônia, acaba levando a uma população marroquina muito expressiva na França e na Europa como um todo, o que acaba gerando uma posição sempre um pouco delicada em termos de presença de pessoas e de radicais.

O Brasil, felizmente, tem uma posição pacífica, que está na nossa Constituição. E tenho dito sempre àqueles embaixadores designados para nações no Oriente Médio, e em especial para aquelas de população predominantemente muçulmanas, da necessidade de que essa nossa cultura de paz seja levada de maneira efetiva ao conhecimento dessas autoridades e de que o Brasil participe, a meu juízo, recriminando, de maneira veemente, qualquer tipo de atividade bárbara e de terrorismo. E, felizmente, aprovamos, recentemente, no Brasil, a nossa lei de terrorismo, um trabalho hercúleo do eminente Presidente desta Comissão, Senador Aloysio Nunes.

E acho que o Marrocos tem uma posição fundamental não só de observação, mas por sua posição geográfica, economicamente, *ça va sans dire*, o que o Marrocos representa: um país populoso, extenso, com riquezas minerais, especialmente fosfato. Então, com certeza, temos ali possibilidades grandes de um entrosamento muito positivo.

Aliás, eminente Senador Tasso Jereissati, que preside esta reunião, quando o Embaixador José Humberto me visitou, eu lembrava a ele da importância histórica do Marrocos cem anos atrás, antes da eclosão da Primeira Guerra Mundial. O Marrocos foi um dos estopins da guerra e da rivalidade entre a Alemanha e a Inglaterra e também a França. E houve uma famosa visita do *kaiser* que foi a Tanger vestido a caráter e montado em um cavalo. Foi um evento, de surpresa, muito estranho que levou o Marrocos ao noticiário internacional.

Embaixador José Humberto, boa sorte! Faço votos de que V. Exª consiga aproximar mais o Marrocos do Brasil e de que, de fato, tenhamos lá condições de ter atividades econômicas mais robustas do que já temos hoje e, é claro, que a embaixada seja um posto de observação nessa luta que o Brasil tem de empreender, a meu juízo, com mais veemência, contra o terrorismo, especialmente contra a barbárie que nós estamos vendo acontecer hoje no Oriente próximo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senador Cristovam Buarque, por favor.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Bom dia a cada um, ao Presidente e a todos os Embaixadores e Senadores.

Vou começar pelo Embaixador Antônio José, mais discutindo uma questão de política externa do que o seu cargo, sobre essa preocupação, sobre a qual já conversei muitas vezes com o Senador Tasso e outros, do tamanho do país com que o Brasil, seja o tamanho do PIB, seja o da população, seja o da geografia, deve ter relações internacionais. Eu creio que, em condições normais, em que o país não tem dificuldades, tem condições e recursos, deve ser com todos. A bandeira do Brasil, estando em um país... Se tem bandeira, tem representação, então, a gente deve procurar ter. Claro que há limitações.

Lembro que, durante o governo Fernando Henrique, ele cortou a embaixada na Tunísia, um país pelo qual eu tinha carinho, porque, durante o tempo em que o Aloysio e eu vivíamos na França, foi a casa dos estudantes tunisianos que me abrigou durante três anos. Eu cheguei a falar isto com ele. E ele disse: "Isso aí é com o Malan. É uma questão financeira." E, de fato, ele terminou reabrindo tempos depois.

Pois bem, essa é uma posição difícil. Mas é uma posição de política externa. Acho que a gente tem que discutir isso com o Ministro mais do que com o embaixador indicado. Ele não é culpado por haver ou não haver embaixada. Ele vai cumprir a sua função ali. E nós fizemos uma audiência sobre isso aqui, não foi? Seria bom a gente tomar uma posição.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Fizemos.

Aliás, eu queria lembrar à Comissão que o Ministro das Relações Exteriores, Ministro Mauro Vieira, voltará à Comissão atendendo a um requerimento de convocação de autoria do Senador Tasso Jereissati. A audiência estava marcada, inicialmente, para o dia 26. Acontece que o Ministro estará chegando de Cuba, pela manhã, nesse dia. Então, em razão disso, nós resolvemos antecipar a audiência para o dia 24, numa reunião extraordinária. Essa audiência vai ser muito interessante, porque nós vamos tratar de temas que já foram, muitas vezes, objeto de considerações aqui na Comissão, das repercussões desse Acordo Transpacífico que foi firmado recentemente e a situação da Venezuela, já teremos um novo Presidente da Argentina... Então, teremos uma audiência muito interessante no próximo dia 24. Todos serão avisados em seus gabinetes.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Creio, Senador, que seria um bom debate entre nós mesmos, independentemente da vinda do Ministro, para tomarmos uma posição, seja na linha que eu, em geral, defendo, de que é preciso ver os recursos que temos, na linha que o Senador Tasso e outros defendem ou na linha do nosso querido e moderado Anastasia, que realmente tenta analisar sem uma visão ou outra.

Eu tenho meus preconceitos, porque trabalhei seis anos no Banco Interamericano de Desenvolvimento e tinha uma convivência muito grande com pessoas de cada uma dessas minúsculas ilhas e via que eles eram tratados como representantes de países.

O que eu lamento é que talvez a decisão de ter tantas embaixadas seja para conseguir voto para chegarmos ao Conselho de Segurança. Talvez este seja o único ponto em relação ao qual eu discorde mais fortemente do nosso Ministério das Relações Exteriores. Eu acho que essa briga já deveria estar superada. Não vale a pena tanto sacrifício para se sentar naquele conselho que tem cada vez menos poder. O poder está na OMC. Ela é que tem poder. Mas essa é outra discussão.

Então, só essa referência.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Médio, não é? Também mais ou menos. Com os novos blocos, nem a OMC está tendo.

A verdade é que o bilateralismo, num mundo tão global, está ficando cada vez mais forte.

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Então, em relação ao Embaixador, é apenas isso. Creio que a política externa do nosso País é de ter embaixada, e o senhor foi indicado como embaixador. Precisamos discutir se o senhor está preparado ou não, e eu, pessoalmente, acho que está preparado.

Quanto ao nosso José Humberto, que vai para o Marrocos, creio que sua maior dificuldade será substituir o atual embaixador, Fred Meyer. Não digo isto por ele ser meu amigo, mas por ser um grande embaixador e conseguir dar um salto nas relações com os países para onde é enviado, como fez no Cazaquistão e no Marrocos, agora. Mas, pela sua competência, não tenho a menor dúvida, Embaixador José Humberto, de que ele vai ser bem substituído.

Agora, eu tenho uma pergunta que queria que o senhor analisasse: sobre o Brasil e o Saharauí. O Senador Capiberibe apresentou um projeto aqui que tenta pressionar o Governo a ter relações, a reconhecer... A

Senadora Vanessa fez um relatório mais moderado, pedindo informações, e eu pedi vista. Estou pronto para entregar isso aqui na próxima semana, mas eu gostaria de ver a posição do Governo brasileiro – não a sua de embaixador – para facilitar a preparação disso. Qual a posição do Brasil diante desses 200 mil que querem ter independência e, ao mesmo tempo, do Marrocos, que tem uma história milenar? Não é um país que começou agora; é um país que tem uma unidade, um país que tem um governo. Nos padrões dos países com cultura muçulmana, ele é uma democracia bastante sólida. Quando houve a Primavera Árabe, foi um país em que o rei soube sair na frente, fazer reforma, mudar a Constituição e que consegue manter-se bem. Então, como é a posição do Governo brasileiro no caso do Saharauí?

Quanto ao Embaixador Carlos, primeiro, quero pedir desculpas, pois não estava aqui, pela mesma razão que saí quando estava falando o Senador Tasso. É que eu e mais dois Senadores, inclusive o Hélio José, que está ao meu lado, somos senadores e vereadores e precisamos atender os nossos eleitores e cidadãos. Tive que sair para conversar com um taxista que está com um problema...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sorte sua! Os seus eleitores estão aqui do lado. Imagine quem tem de ir para São Paulo, como é o meu caso! (*Risos.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Por isso mesmo: eles chegam aqui durante uma reunião...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – O Tasso tem que ir para o Ceará, a Ana Amélia, para o Rio Grande do Sul, o Anastasia, para Minas...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – ... para discutir a indicação de embaixadores. Para mim, os embaixadores trazem o mesmo nível de preocupação que o taxista que veio aqui conversar comigo: coitados, todos explorados...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Está contra o Uber.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Cada taxista já começa aqui devendo R$200,00 por dia, para pagar... Não todos, mas os que não têm carro e que não têm licença. E a gente não consegue convencer o nosso Governador a resolver isso. E sei que não é fácil. Fui governador e não resolvi também.

Pois bem, eu tive de sair, até porque ele foi meu aluno, e isso cria uma relação especial.

Além disso, o senhor está indo para um país, como eu lhe disse, pelo qual tenho um carinho muito grande, e eu vou tomar um tempinho, Senador, para contar isso. Acho que é uma história que vale a pena. Eu, por diversas razões, tive uma boa relação de amizade com o ex-Presidente Nyerere.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Julius Nyerere.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Julius Nyerere foi, talvez, o único, fora a África do Sul, agora, que foi o primeiro presidente, criou o país e, depois de quatro anos, saiu. Ficou como uma espécie de Mwalimu, como era chamado, para professor. Então, tenho um carinho especial. E o senhor vai para um país que acho muito especial na cultura política da África no que se refere à democracia.

Mas a história que eu queria contar e que me toca muito – vocês vão se surpreender – é que, quando saí do governo do Distrito Federal, passei a fazer campanhas no mundo pela bolsa escola. Um dia, eu estava no Banco Mundial, em Washington, discutindo isso e tomei um táxi para ir para o aeroporto. Dali, eu ia para Genebra. Tudo dentro dessas atividades. E eu perguntei ao taxista, um negro, qual era o Estado dele. Não há melhor maneira de começar uma conversa nos Estados Unidos perguntando de que Estado a pessoa é. Ele disse: "não sou de nenhum Estado; sou de Uganda". Aí, puxei conversa sobre os órfãos da aids. Por coincidência, esse homem tinha sobrinhos órfãos da aids e tinha criado uma organização não governamental para manter órfãos da aids em Uganda, Tanzânia e Quênia. Fomos conversando, e eu falei do programa que nós tínhamos aqui e da organização não governamental que eu tinha criado e que financiava programas desse tipo com recursos privados. Quando chegamos ao aeroporto, ele perguntou se podíamos continuar a conversa. Eu disse: "vou fazer o meu *check-in*. Se quiser, estacione e venha". Ele estacionou e veio.

Eu tinha umas cartilhas que eu distribuía. Viajei. Quando voltei para Brasília, havia uma mensagem da esposa dele, que era a presidente dessa fundação, chamada Ark Foundation. E o resultado foi que eu consegui um dinheiro inglês, e colocamos bolsa escola na Tanzânia para órfãos da aids, para 150 crianças.

Um dia, fui convidado para falar para os ministros da educação da África e fui. Entrei em contato com eles, e estava lá essa senhora, uma jovem mulher africana. E visitei essas crianças. Foi um momento de profunda alegria, não só pelo fato, mas pela articulação, porque o cosmos ajudou em alguma coisa que permitiu a uma organização não governamental de Brasília, com uma organização de africanos em Washington, conseguir dinheiro inglês para pagar a Bolsa Família na Tanzânia, porque eu disse a eles que queria que fosse Tanzânia, nem Uganda, nem Quênia. O senhor era capaz de... Mas chegou lá depois, ao Quênia.

Então, o senhor vai, talvez, ver na rua, sem saber, uma dessas crianças que a gente ajudou naquele momento. O programa, depois, parou, mas funcionou durante alguns anos. Eu vi o programa, vi a experiência. E, no final, a gente pode dizer que deixou alguma coisa ali, graças a uma série de coincidências.

Por isso, tenho grande carinho pelo país para que o senhor vai e espero que o senhor tenha uma grande experiência em um país muito especial, que é diferente, do ponto de vista político, da maior parte dos países africanos, sobretudo antes. Agora, estão mais democráticos, quase todos, mas, no começo, só o Nyerere conseguiu fazer essa democracia.

Fico feliz que um ex-aluno meu vá representar o Brasil no país do Nyerere, que faleceu faz uns cinco ou seis anos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Srs. Senadores, antes de passar a palavra à Senadora Ana Amélia, eu queria interromper a sabatina por alguns minutos, porque nós podemos ser chamados a qualquer momento para o início da Ordem do Dia. E está na Ordem do Dia, na pauta da reunião de hoje, um decreto legislativo, que veio da Câmara, que aprova o texto de um tratado entre o Brasil e o Japão que tem muita relevância na área dos direitos humanos. É um acordo que trata da transferência de pessoas condenadas, um acordo que foi firmado dentro de um padrão já conhecido pela Comissão e pelo Congresso, à semelhança de outros acordos bilaterais e atos internacionais dessa mesma natureza.

Basicamente, o acordo prevê que os brasileiros que forem condenadas a pena privativa de liberdade no Japão possam vir, claro que se desejarem, cumprir pena no Brasil, porque nós temos, como todos sabem, um número muito grande de imigrantes brasileiros vivendo no Japão. Alguns cometem delitos, são lá condenados e desejam vir cumprir a sua pena no Brasil, de acordo com a Lei de Execução Penal do Brasil, o que é sempre positivo do ponto de vista da reinserção das pessoas condenadas e também do respeito aos direitos humanos, porque permite proximidade com a família.

Então, esse acordo eu gostaria de levar ainda hoje ao plenário. O Embaixador do Japão esteve comigo. Penso que não haverá maior...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, acho que pode até, antes de eu fazer perguntas, submeter à apreciação para não...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – O Relator foi o Senador Lasier, que, como explicou, teve que sair, e eu mesmo estou avocando esta relatoria para submeter à deliberação da Comissão.

ITEM 2
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 383, de 2015
- Não terminativo -

Aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e o Japão sobre a Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Tóquio, em 24 de janeiro de 2014.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
Relatoria: Senador Lasier Martins
Relatório: Pela aprovação.

Se não houver nenhuma objeção... (*Pausa.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Está aprovado.

Vamos tentar incluí-lo na Ordem do Dia de hoje.

Conversei, há pouco, com o Dr. Bandeira para ver se conseguimos incluir na Ordem do Dia ainda hoje.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para colocar na pauta do Plenário.

Senador, o meu é bem breve.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vejo que são áreas distintas as Embaixadas da Tanzânia, de São Vicente e Granadinas e do Marrocos.

Pela ordem de relevância, vamos começar pelo Marrocos, não por ser ele menos importante, mas porque a densidade é maior e porque há reflexo também no Mercosul.

Nós tivemos, por incrível que pareça, com o Marrocos, um déficit comercial em função do volume de importações de insumos para fertilizantes. Até conversei sobre isto com o Embaixador que está indo para lá. E o Brasil assinou um acordo entre Mercosul e Marrocos que, eu diria, deu com os burros n'água, porque esse

acordo não andou. Marrocos percebeu que tinha pouca vantagem no sentido dos interesses marroquinos no Mercosul, que não sei...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senadora Ana Amélia, permite-me mais uma interrupção?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – É o seguinte: se não houver objeção da Comissão, quero remeter ao plenário um requerimento, de minha autoria, de apresentação de voto de solidariedade ao povo francês e ao povo libanês em razão dos atentados ocorridos em Paris e em Beirute na semana passada. Essa seria uma manifestação da Comissão que eu gostaria que fosse aprovada em plenário, se não houver...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com louvor.

Parabéns pela iniciativa, Senador!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Quero parabenizá-lo. Foi uma bela iniciativa. Acho muito positivo que se tenha colocado o Líbano, mas eu lembro que houve um também, uma ou duas semanas antes do Líbano, na Turquia, em Ancara.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Vamos acrescentar a Turquia.

Então, não havendo objeção, está aprovado o requerimento, com a inclusão da Turquia.

É o seguinte o requerimento aprovado:

EXTRAPAUTA
ITEM 3
MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , de 2015

Requeiro, nos termos do disposto no artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a apresentação de voto de solidariedade aos povos francês, libanês e turco diante dos atentados ocorridos em Paris, Beirute e Ancara.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.)

Pois não, Senadora Ana Amélia. Desculpe-me.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu estava falando do Marrocos. Eu queria só saber do Embaixador em relação à questão do que o Marrocos importa. E, para sublinhar primeiro a pouca relevância do Mercosul nos acordos feitos, naqueles que ele fez e não avançaram.

Nós, aqui, na semana passada, tivemos um debate muito rico sobre essa questão do futuro do Mercosul, com a ideologia funcionando mais em função da falta de um pragmatismo, de uma visão mais real do quadro regional.

Nós vendemos aviões e helicópteros – e aí entra a área da defesa, que é desta Comissão – e há também uma perda gradual dos investimentos no Orçamento para este ano disso. Isso pode também ampliar os nossos problemas nessa relação com um mercado tão importante quanto o do Marrocos, que continua sendo o principal fornecedor de insumos para a agricultura, no caso dos fertilizantes.

Eu sou de um Estado agrícola, o Rio Grande do Sul. Portanto, esse é um tema que é sempre muito caro para mim. Eu queria saber isso e qual é a perspectiva futura em relação ao Marrocos.

Já foi levantada aqui a questão do Estado Islâmico, a posição de um Estado muçulmano, como é o caso do Marrocos, as diferenças que há em relação a essa questão. Pergunto se ainda podemos recuperar, porque o Marrocos acabou tendo preferência pelos Estados Unidos, pela União Europeia e pela própria Turquia. Quer dizer, perdemos de novo. Dos acordos que o Mercosul fez, esse talvez tivesse sido um dos mais relevantes.

Quanto a São Vicente e Granadinas... Eu queria saber qual a população de São Vicente.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ REZENDE DE CASTRO (*Fora do microfone*.) – Cento e três mil.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Cento e três mil habitantes. Todos os países têm embaixadas lá? Quantos países têm embaixada lá?

O SR. ANTÔNIO JOSÉ REZENDE DE CASTRO (*Fora do microfone*.) – Quatro países.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quatro países têm embaixada.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Já estou satisfeita.

Com relação à Tanzânia, há um acordo, que está na Comissão de Assuntos Econômicos, de renegociação da dívida da Tanzânia. Isso está há horas para ser negociado. Eu queria saber se não é uma coisa constrange-

dora o Embaixador chegar lá e eventualmente o Governo da Tanzânia perguntar sobre aquele acordo feito em 2005, da visita dos presidentes, que não foi assinado.

Fico com pena da diplomacia brasileira, porque não depende dela, mas do Gabinete Civil, de mandar para cá e aqui aprovar um acordo de renegociação da dívida Brasil-Tanzânia.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Depende, em suma, de governo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim, estou chamando a atenção para isso. Por isso que falei, Senador, do Gabinete Civil.

Então, essa questão da renegociação da dívida, uma falta de atenção...

Nós temos na área do petróleo o tema mais relevante: Tanzânia. Nós, com a Petrobras na situação que está vivendo hoje, aqui, internamente, anunciando a venda de ativos, pergunto se isso está comprometido, como é que está andando. E em relação a todo o programa de estimular empresas brasileiras que queiram investir na Tanzânia, nessa hora de crise, qual é o espaço que tem o embaixador para trabalhar nisso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

A senhora sempre estabelece uma ligação entre os temas da política externa e as questões relativas ao seu Estado. Acho isto primoroso!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Realmente, é um exemplo, uma demonstração prática, efetiva, de uma Parlamentar que consegue estabelecer essa relação, que é tão relevante, entre política externa e as questões do desenvolvimento econômico e social do nosso País.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agora, vou querer que o Rio Grande do Sul tenha embaixadas também, porque tem uma população maior do que Granadinas e São Vicente! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – O Senador Hélio José pede a palavra.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Cumprimento o nosso Senador Aloysio, Presidente desta Comissão, e quero cumprimentar o Carlos Alfonso Iglesias Puente, indicado para a representação na República da Tanzânia.

Minhas perguntas vão ser rápidas e meus comentários também. Eu só quero saber duas coisas. Uma delas é a questão da energia, sobre a qual você falou aqui.

O Brasil teve uma boa relação com a Tanzânia, pelo que ouvi aqui e li, no que diz respeito à questão da mistura de combustíveis. Pergunto como está esse programa, se ele continua vigente. Pelo que li aqui, houve toda uma relação Brasil-Tanzânia, um acordo feito na Petrobras, inclusive, para essa tecnologia ser passada e o Brasil vender etanol.

E eu queria saber, sobre energia, porque a Tanzânia é um país com alta solimetria, como está a questão da energia solar na Tanzânia, como podemos fazer um intercâmbio para melhorar a situação tanto lá quanto aqui, inclusive, porque nós temos necessidade de desenvolver nossa tecnologia, pois estamos atrasados.

E quero ver com V. Exª, Embaixador, como nós podemos incrementar a questão do turismo, já que a Tanzânia é um país, se não me engano, com mais de 50 milhões de habitantes. Como sou Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista do Turismo, poderíamos ver a possibilidade de fazer esse intercâmbio entre Brasil e Tanzânia.

Considero as outras perguntas feitas já atendidas.

Quero parabenizá-lo, colega, pois formado na UnB, como eu. Eu sou engenheiro eletricista, da turma de 1982.

Parabéns pelo alcance!

Ele é seu aluno da UnB, não é, professor? Coisa boa! Relações Internacionais.

(Interrupção do som.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Bons frutos!

Quero cumprimentar o Antônio José Rezende de Castro.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – O que já é uma garantia de qualidade desses alunos.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Com certeza! É um bom aluno!

Antônio, você, realmente, está indo representar o Brasil em um país que é menor do que o menor Estado brasileiro. Então, a nossa menor capital tem mais habitantes do que São Vicente e Granadinas. Acho que o Brasil tem que ampliar suas relações, seu intercâmbio, e eu faço a mesma pergunta.

Eu estava em Aruba. E o forte de Aruba é que, em 2020, Aruba vai ficar 100% independente com relação a energias alternativas. A energia solar e a energia dos ventos vão atender toda a carga de Aruba em cem por cento. Então, como Aruba é um pouco maior do que São Vicente e Granadinas, como é que anda essa questão por lá? Em que podemos colaborar, já que o Brasil hoje é um dos expoentes maiores com relação à questão da energia eólica? Por exemplo, o Brasil é o maior exportador de pás para os moinhos eólicos, essa tecnologia avança no Brasil cada vez mais, e a energia solar também, que precisamos ver. Como podemos fazer?

Pergunto como podemos fazer o intercâmbio turístico também, com relação à ilha, e o que você viu de positivo com a sua passagem por São Vicente e Granadinas.

José Humberto de Brito Cruz, você é indicado para ir para um grande país, um irmão nosso – o Brasil tem muitos marroquinos –, e há uma tradição histórica de relação entre esses dois povos.

Então, a primeira solicitação, José Humberto, diz respeito a um intercâmbio nosso para ampliar o turismo. O Brasil realmente tem um índice turístico muito baixo, e Marrocos gera muita curiosidade por parte dos brasileiros. Nem sei qual é o fluxo, quem está positivo, quem está negativo. Não sei se V. Exª sabe me dizer se mais brasileiros estão indo para lá ou se mais marroquinos estão vindo para cá em termos de turismo. Há mais brasileiros indo para lá, não é? Então, precisamos inverter essa questão, porque o Brasil é um país imenso, que tem um potencial enorme todo aberto ao turismo. Precisamos inverter essa questão.

Eu queria também tratar com V. Exª, José Humberto, da questão das energias, de como podemos fazer o intercâmbio.

(Soa a campainha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Estou concluindo, Senador Aloysio.

Quero lhe desejar muito sucesso. Acho que Marrocos é um parceiro grande, com que temos apenas de ampliar nossas relações.

Parabéns a todos!

Um abraço!

Vou votar positivamente, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Com a palavra o Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente, Senador Aloysio Nunes Ferreira; Srª Senadora, Srs. Senadores, a Senadora Ana Amélia tem todo o direito de querer criar uma embaixada no Rio Grande do Sul.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Quer uma no Pará também?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Também. Acho que poderíamos criar uma embaixada no Pará. Pode ser que, assim, o Governo Federal comece a olhar não só para o Pará, mas também para a Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – O Rio Grande do Sul já tem um precedente, a República de Piratini.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Já temos um embaixador do Itamaraty lá. Também em Minas, graças ao trabalho dos nossos Senadores mineiros, há um representante do Itamaraty. Então, não deixa de ser uma república.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Senador...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Até como motivo de brincadeira, eu digo que vai chegar um momento em que a Amazônia vai ser tão esquecida pelo Governo Federal, que vamos ter de criar os Estados Unidos da Amazônia. E seríamos superavitários. Seríamos superavitários, com tranquilidade.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Como está esquecida? Ela tem dois Ministros no atual Governo, o Ministro de Minas e Energia e o Ministro de Turismo. É lembradíssima!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu nem sabia disso. (*Risos.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – É verdade. Agora é que V. Exª está me alertando para o fato. Vou até verificar o que está sendo feito lá pela Amazônia.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Senador Flexa...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pois não, Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – ...e Senadora Ana Amélia, se for pelo tamanho da população, vamos criar uma embaixada em Quixeramobim. (*Risos.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Srs. Embaixadores que estão hoje nos honrando com suas visitas aqui para a sabatina, há muito tempo, na Comissão de Relações Exteriores – não é de agora –, temos

questionado a criação de embaixadas em países que, a juízo dos Senadores, não comportariam a abertura de uma embaixada, em países que não têm expressão internacional ou interesse comercial que possa fazer com que tenham uma representação do Brasil.

Lamentavelmente, isso começou com o Governo Lula. A juízo meu, para mim, Dilma é a continuidade de Lula. Não há como dissociar Lula de Dilma ou Dilma de Lula. É a mesma coisa. Ou seja, são 13 anos de uma política que, lamentavelmente, levaram o País a esta situação em que se encontra.

Quanto a essa política, que começou com Lula, de abrir embaixadas nesses países, era dito para nós, naquela altura, que um dos motivos que levavam a essa abertura, Senador Aloysio Nunes, que sempre se colocou contrário a essas aberturas, era o de que o Brasil contaria com os votos desses países para um assento no Conselho Permanente das Nações Unidas, o que, lamentavelmente, não ocorreu. Não é por aí que vamos chegar lá. Vamos chegar lá na hora em que o Brasil realmente tiver uma importância reconhecida por outros países que deem a ele o assento que é merecido – eu acho que é merecido – no Conselho Permanente da ONU.

Então, eu perguntaria: como é que o Governo brasileiro está em relação aos compromissos com essas embaixadas? Pelo que se tem conhecimento aqui, de outros embaixadores que por aqui passaram, as embaixadas estão passando por uma dificuldade muito grande em termos de transferência de recursos, como também ocorre inadimplência do País com os órgãos de representação, tendo, inclusive, perdido direito de voto em alguns por estar inadimplente na transferência da sua participação. Eu gostaria de ouvir a opinião dos senhores a respeito do assunto.

Por exemplo, com relação à Tanzânia, eu tenho aqui a informação de que existe uma pendência numa dívida da Tanzânia com o Brasil. Essa dívida está pendente de renegociação. Nós já aprovamos, aqui, no Congresso brasileiro e no Senado brasileiro, a anistia de dívidas não honradas para vários países aos quais foram concedidos empréstimos pelo Governo brasileiro.

Até, numa dessas oportunidades, Senador Aloysio, eu pude dizer que, se é para... Não é que eu seja contra o país, mas existem brasileiros que também precisam desses recursos. Então, por exemplo, se é para anistiar determinado país – nesse caso, parece-me que era um país da África que estava sendo anistiado –, que se pegassem esses recursos e os colocassem na Ilha do Marajó, onde está o menor IDH do Brasil, lá no Município de Melgaço. Será possível que o brasileiro que mora lá não tenha direito a esses recursos que estão sendo anistiados, porque foram encaminhados... Qual o motivo? Agora nós estamos sabendo quais são os motivos que levaram a esses empréstimos. E outros virão. Eu não quero fazer premonição ao dizer que outros empréstimos que foram concedidos não serão honrados. O povo brasileiro vai ter que arcar com o pagamento desses empréstimos que não serão honrados pelos países aos quais eles foram concedidos, em especial o da República Bolivariana. Esses países não vão honrar os empréstimos, e os brasileiros vão ter de pagar.

Então, eu perguntaria a V. Exª, Embaixador Carlos Alfonso, como é que V. Exª vê essa pendência com a Tanzânia.

E há também a informação de que tanto o Presidente Obama, quanto o Presidente Xi Jinping, da China, firmaram acordos comerciais com a Tanzânia. Os dois países, Estados Unidos e China, firmaram acordos comerciais. Então, acredito que seja importante a relação comercial também com a Tanzânia.

A República das Seicheles ficou famosa em 1990, depois das eleições...

(Soa a campainha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Corrige-me aqui o Senador Cristovam Buarque dizendo que foi em 1989. Foi quando o então Presidente Collor, ao ser eleito, foi descansar nas Ilhas Seicheles. Foi aí que as Seicheles se tornaram famosas, e V. Sª já deu a informação de que querem incrementar o turismo, inclusive com uma linha interligando-as com o nosso País.

Com relação ao Embaixador Antônio José, de São Vicente e Granadinas... V. Sª já deu a relação da população, que é menor do que a de muitos Municípios do meu Estado, que é um Estado de uma região periférica, mas há um problema, Dr. Antônio José, que eu vejo aqui: a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (Alba) e a relação do Petrocaribe. Agora, com a situação da Venezuela, como ficam essa aliança e essa relação com a Venezuela?

Com relação ao Embaixador José Humberto, indicado para Marrocos, o Reino de Marrocos é conhecido de todos, e, realmente, nós temos que fazer esse intercâmbio também vir de lá para cá, não só daqui para lá.

Existe um acordo de livre comércio entre o Mercosul e o Marrocos...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – O tema já foi abordado. É uma das questões que ele deve responder.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pois é. Há 11 anos.

Aliás, esse acordo do Mercosul, Senador Aloysio Nunes, não traz nenhum benefício para o Brasil. Pelo contrário. E eu acho que aqui, na Comissão de Relações Exteriores, nós podíamos fazer uma audiência para discutir a questão do acordo, porque eu acho que ele é contrário aos interesses do nosso País. A Argentina fica fazendo acordos bilaterais, independentemente do Mercosul, e o Brasil não acompanha. Eu acho até correto não acompanhar, já que existe essa questão, mas nós temos que fazer uma revisão. Eu proporia a V. Exª que pudesse assumir a bandeira de discutirmos aqui, no Senado, a revisão desse acordo do Mercosul.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

Obrigado, Senador Flexa.

Eu tenho para mim que, com a eleição na Argentina, provavelmente, qualquer que seja o vencedor, haverá uma inflexão na política externa, entre outras coisas, em relação às regras do Mercosul.

Vamos ouvir, agora, os nossos sabatinados, a começar pelo Embaixador Iglesias Puente.

O SR. CARLOS ALFONSO IGLESIAS PUENTE – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria, com a permissão de V. Exªs, apenas fazer uma deferência especial aqui ao querido Senador Cristovam Buarque, de quem eu tive a honra e o privilégio de ter sido aluno, ainda na década de 80, na Universidade de Brasília.

Eu tenho pelo Senador Cristovam Buarque a maior admiração pela sua estatura intelectual, pela sua trajetória acadêmica e pela sua trajetória política. Portanto, nada me honra mais que a oportunidade de ter o senhor presente, sem desmerecimento nenhum dos nobres Senadores presentes, por já ter já essa relação histórica com o Senador Cristovam, da qual muito me orgulho.

Inicio as respostas às indagações que me foram feitas, primeiro pelo eminente Senador Lasier Martins, que, muito a propósito, indagou sobre o perigo ou sobre o risco da penetração do extremismo islâmico naquela parte da África.

De fato, em 1998, quando houve aqueles atentados no Quênia e na Tanzânia contra as embaixadas americanas, eles foram executados por células do chamado grupo Al-Shabab, grupo radical islâmico jihadista que se encontra na Somália e que tem atuado, desde então, naquela região, sobretudo na Somália, na Etiópia e no Quênia. Na Tanzânia, somente houve aquele episódio contra a embaixada americana em 1998. Foi um triste episódio em que morreram 11 pessoas, sendo três americanos e os outros cidadãos tanzanianos. Desde então, todas as medidas foram tomadas pelo governo tanzaniano para reforçar a segurança das cidades. Se os senhores tiverem a oportunidade de ir a Dar Es Salaam, a capital, hoje, verificarão que os principais hotéis da cidade são fortemente cercados de dispositivos de segurança. Não se entra, não se passa sem detector de metais e tal. Ele perguntou se a embaixada e as instalações brasileiras estavam seguras. Eu quero crer que sim.

É dever do embaixador, na minha opinião, estar atento a esse risco, informar-se perante os órgãos de segurança do país, informar-se perante a comunidade de inteligência ali presente, informar-se com o Corpo Diplomático, pedir proteção e informar ao Governo brasileiro qualquer evidência, qualquer possibilidade de risco, não só à embaixada, mas aos cidadãos brasileiros ali presentes e às empresas brasileiras ali presentes.

Não há esse risco no presente momento, mas, em se tratando de extremismo jihadista islâmico, não se pode assegurar 100% que isso não venha a acontecer. É preciso estar atento. Essa é a resposta que eu poderia oferecer. Espero que seja satisfatória.

Com relação à outra pergunta que o nobre Senador Lasier Martins me fez sobre o comércio e a presença das empresas brasileiras que se encontram sob investigação no momento aqui, no Brasil, eu queria dizer o seguinte: primeiro, essas empresas – e, talvez, S. Exª estivesse se referindo à Odebrecht e à Queiroz Galvão – em que pese o fato de estarem sob investigação no Brasil, ainda não venceram, na Tanzânia, nenhuma licitação; estão prestes a vencer ou a serem adjudicadas em licitações nas quais concorreram com total igualdade de condições com outras empresas internacionais, pela sua própria competência, quero crer, em obras relativas a hidrelétricas, ou seja, um setor estratégico para o país, e à construção de aeroportos. Contudo, não tenho elementos, neste momento, para dizer em que medida o processo interno do Brasil estaria afetando essas empresas na sua atuação internacional. Quero crer que é exatamente o inverso: justamente por estarem presentes no exterior talvez tenham condições de, nesses empreendimentos de que venham a participar, superar os constrangimentos que, porventura, tenham aqui internamente. Eu espero possa satisfazer a curiosidade legítima do Senador com essa resposta.

Com relação à Petrobras – a terceira pergunta que me fez o Senador Lasier Martins –, eu quero dizer o seguinte: a Petrobras entrou na Tanzânia não sozinha; ela se associou à Shell e à Statoil, norueguesa; e, depois, fez um acordo com o Banco BTG, criando a Petan, a Petrobras Tanzânia. Ela está atuando ativamente na exploração de gás no Bloco VIII do país. Não tenho notícias de que a empresa esteja em dificuldades nessa sua atividade na Tanzânia. O que eu sei, obviamente, é que a Petrobras já se retirou de alguns países africanos, como Angola, como Benin, mas parece que, lá, até o momento, não há nenhum indício de que ela tenha de se retirar

ou de que ela tenha de encerrar as suas atividades. Esperemos que não, porque entendo que a presença da Petrobras lá é muito importante para dinamizar a nossa aproximação comercial.

Bom, o Senador Anastasia – Senador pelo meu Estado, Minas Gerais –, a quem agradeço muito, fez referência a um fato inegável: outros países estão, hoje, muito mais ativos na Tanzânia, aproveitando as oportunidades que surgem com a descoberta do gás, e não só com isso, mas com os projetos de infraestrutura em um país que cresce, sustentadamente, a 7% ao ano há 10 anos. Ora, se a China está presente, se a Turquia está presente, se a Índia está presente, nós temos de estar presentes também. Por que não? Temos de estar presentes também. Eu acho que isso responde, em parte, também à pergunta do Senador Hélio José, a quem, respeitosamente, aqui faço alusão, porque, Senador, se na Tanzânia, um país que tem 64 embaixadas residentes, ou seja, todos os países estratégicos do mundo estão lá, por que não estaríamos nós? Temos de estar! De modo que essa é, modestamente, a minha opinião.

Há meios de reforçar a nossa presença comercial? Sim.

Eu não me referi, na minha exposição inicial, à questão da dívida, mas agora vou fazê-lo. Com isso, vou tentar responder à indagação do próprio Senador Anastasia e também a outros eminentes Senadores que me fizeram perguntas semelhantes, como a Senadora Ana Amélia.

A Senadora Ana Amélia talvez não se recorde, mas, no início da minha carreira diplomática, servi, com o Embaixador Ruy Nogueira, na antiga SEI (Secretaria Especial de Imprensa). E eu tinha contatos frequentes com a equipe de V. Exª quando a senhora era diretora da RBS. Tenho muito orgulho desse passado comum, tenho muita amizade com jornalistas aqui, em Brasília – ainda mantenho – e me recordo disso. Agradeço muito a intervenção.

Vamos tentar responder essa questão da dívida, e, com isso, tentarei atender à curiosidade de mais de um Senador. A questão da dívida é a seguinte: o perdão da dívida, que está... Quero dizer o seguinte: foi uma iniciativa governamental, que está hoje sob exame da Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa, que é soberana para decidir, obviamente, a melhor conveniência da aprovação ou não desses instrumentos.

Não foi uma iniciativa individual do Brasil. Em determinado momento, a Tanzânia foi beneficiada...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS ALFONSO IGLESIAS PUENTE – ...por uma decisão coletiva do Clube de Paris, em que todos os principais credores da Tanzânia resolveram beneficiá-la com esquemas de renegociação, de perdão da dívida. Isso era justamente para permitir que o país alcançasse um crescimento sustentável e que tivesse condições de honrar seus compromissos. E foi exatamente o que aconteceu. Hoje, a Tanzânia está crescendo a 7% ao ano, e não posso negar que, nessa realidade de hoje, teve o papel muito importante a decisão sábia, a meu ver, do Clube de Paris, de conceder esse perdão. Não é um perdão total. É um rearranjo, de modo que o país possa...

No caso do Brasil, o que se propôs foi um reescalonamento: eles continuavam pagando parte dos juros; do capital, seria reescalonado o pagamento, e uma parte evidentemente seria perdoada. Mas não era um perdão total.

O assunto está sendo tratado aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

O Itamaraty entende – eu também esposo essa opinião – que, se conseguíssemos resolver isso, seria melhor para a participação das nossas empresas, para o aumento do comércio, porque é possível beneficiar-se de uma série de instrumentos, por exemplo, da Cacex, do próprio BNDES, para financiamento de exportações. Se você não resolve, o que acontece? Existe uma frustração.

A Senadora Ana Amélia tem razão em dizer que os tanzanianos se veem frustrados com a não solução dessa questão. Por quê? O Brasil é o único país que ainda não resolveu a pendência de sua dívida com a Tanzânia. O único! Isso significa que, por causa disso, a Tanzânia não é beneficiada hoje por um *credit rating* mais favorável das instituições internacionais. Não pode sequer ser avaliada adequadamente pelas organizações de crédito. Então, seria muito bom que o Brasil pudesse resolver essa questão.

Vejo agora que está aqui...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Desculpe-me interromper.

Por que esse acordo está parado na CAE? Por que não anda?

Quero perguntar se algum dos Senadores presentes aqui é membro da CAE.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Senador Delcídio do Amaral é o Presidente da CAE.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – A Senadora Vanessa é a Relatora.

Não sei se já foi resolvido o caso do Congo também. São medidas, acho, absolutamente de bom senso. Mesmo no tempo do Presidente Fernando Henrique, em relação a Cuba...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É a imagem do País.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – ...fizemos isso também, demos condições a Cuba para poder retomar financiamentos etc. Seria muito importante se isso pudesse ser resolvido. Já que temos agora um Embaixador que vai para lá, que chegasse com uma boa notícia.

O SR. CARLOS ALFONSO IGLESIAS PUENTE – Exatamente. Seria muito bom. Seria muito bom para pôr fim a esse entrave e para que eles não nos responsabilizem por qualquer problema que possam ter perante a comunidade internacional em relação aos seus créditos.

Agora, é uma decisão soberana desta Casa. O Senado tem total prerrogativa de decidir como entender mais favorável. Nós somos favoráveis a que essa solução seja encontrada.

Eu gostaria de fazer referência aqui à Senadora Gleisi Hoffmann, Relatora da minha mensagem, a quem agradeço muito pelo relatório que fez. Não tive oportunidade de visitá-la, mas é como se tivesse. Muito obrigado.

Continuando a responder às outras questões – foram muitas –, a Senadora Ana Amélia também mencionou a questão do petróleo...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Mas o senhor já respondeu.

O SR. CARLOS ALFONSO IGLESIAS PUENTE – Está bem.

Senador Cristovam, o senhor mencionou o pai da nação tanzaniana, Julius Nyerere, um indivíduo da maior estatura no continente africano. Ele não só foi prócer da independência tanzaniana, mas atuou de forma continental. Ele foi uma pessoa importantíssima para a independência de outros países africanos. Ele deu abrigo, na época do *apartheid*, a vários daqueles que lutavam contra aquele regime opressivo. Ele teve uma estatura moral insuperável.

Acho que o senhor deve ser muito orgulhoso de ter sido amigo dele.

O pai da nação, realmente, faleceu, mas deixou um regime democrático, um país estável, uma democracia que funciona com eleições periódicas a cada cinco anos – as últimas foram agora em outubro. Portanto, só tenho a concordar com as observações de V. Exª.

Com relação ao Senador Hélio José que mencionou a questão do biocombustível, de fato houve um acordo de cooperação na área de biocombustível, mas essas atividades já foram encerradas naquilo a que se propunham. O problema é que a Tanzânia é um importador de açúcar; eles não produzem açúcar sequer para as suas necessidades. E o principal fornecedor do açúcar consumido lá é justamente o Brasil. É o grande produto da nossa pauta exportadora.

Eles, então, têm dificuldades de aproveitar a produção de etanol porque sequer produzem açúcar para o consumo. Nós poderíamos tentar – eu acho que é meu papel, caso eu venha a ser aprovado por V. Exªs – explorar iniciativas que possam ajudá-los a voltar a ter interesse no tema. A Petrobras está lá e tem condições de nos ajudar. Tentarei procurar a Petrobras quando lá chegar e ver o que podemos fazer em relação a isso.

Com relação à energia solar, Senador, é muito pertinente a colocação de V. Exª porque a Tanzânia é um país que, geograficamente, se coloca em uma faixa ideal para captação da energia solar. Nós devíamos atuar mais agressivamente nesse campo antes que outros países o façam.

A China não perde tempo, como sabemos. Se nós temos interesse em atuar, é muito importante organizar missões comerciais, abrir um setor de promoção comercial na embaixada, inexistente atualmente. Eu já pedi isso aos meus superiores no Ministério. Eles dizem que vão analisar e, se as condições orçamentárias permitirem, vão abrir o setor de promoção comercial, para que possamos ter uma atuação mais consequente.

Em relação ao turismo, claro, um das rendas principais da Tanzânia é o turismo. Eles têm parques nacionais fabulosos, eles têm Zanzibar, que é uma ilha *resort*, digamos assim. Eles podem atrair mais turistas brasileiros. Não sei em relação à propensão dos tanzanianos em viajar ao Brasil, aproveitar as nossas belezas. Mas é nosso papel. Se for aberto um Secom, ou mesmo independente disso, o Brasil tem de promover os seus destinos turísticos. E é o que eu pretenderia fazer.

Com relação ao Senador Flexa Ribeiro quando questionou a questão das embaixadas, acho que isso também já ficou respondido na primeira resposta – a importância de se manter a embaixada na Tanzânia acho que é mais ou menos inquestionável. Não é caso da dívida...

Ah, Seychelles, de fato, tornou-se muito conhecida para os brasileiros quando o ex-Presidente Collor resolveu viajar para lá logo depois das eleições. Hoje, Seychelles recebe, mais ou menos, 15 mil turistas brasileiros por ano. Não é um número excessivo, mas é um número muito grande.

Vejam bem, atualmente sou Ministro Conselheiro na África do Sul, e a África do Sul, país com dimensões muito maiores e que teve uma exposição midiática muito grande com a Copa do Mundo, recebe 80 mil brasileiros por ano. Se Seychelles, que está em condições de muito mais difícil acesso...

O acordo aéreo que eles propõem é justamente para permitir que outras empresas que chegam até lá façam *code sharing* para poder levar, em um bilhete só, turistas brasileiros para lá. Por exemplo, pode ser a própria South African, a Ethiopian Airlines, aquelas do Golfo, Emirates, a Qatar Airways. Acho que temos todo interesse em assinar esse acordo.

Temos muito a aprender com Seychelles no turismo. Acho que podemos propor uma cooperação de duas vias com eles. É o que eu pretenderia fazer.

Acho que, com isso, respondi, Senador. Não sei se V. Exªs ficaram satisfeitos. Se tiverem qualquer outra dúvida, estou à disposição.

Muito obrigado.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Presidente, se me permite, quero, primeiro, me desculpar por chegar atrasada – eu estava em outro compromisso.

Quero também cumprimentar o Embaixador Carlos Alfonso. De fato, fiz o relatório. Foi um prazer imenso. Cumprimento também os demais embaixadores que estão aqui e desejo muito sucesso a V. Exªs no posto representando o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado, Senadora.

Embaixador Antônio José Rezende de Castro, por favor.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ REZENDE DE CASTRO – Muito obrigado, Sr. Presidente. Tratarei de ser o mais breve possível.

Em primeiro lugar, gostaria muito de agradecer ao Senador Cristovam Buarque pela intervenção que fez, ao chegar, com relação ao problema da viabilidade ou não das pequenas embaixadas no Caribe Oriental.

Tivesse eu ousado dar a mesma resposta soaria profundamente impertinente diante dos senhores, mas, tendo o Senador Cristovam Buarque dito isso, é, no fundo, a realidade; ou seja, estou cumprindo a obrigação e a nomeação, a proposta que foi feita aos senhores, ao Senado Federal, para que se aprove meu nome como representante do Brasil em um desses países, e não me compete objetivamente julgar a viabilidade ou não da presença dessas embaixadas lá.

Dito isso, quero confirmar a V. Exªs que estou absolutamente convencido da justiça e da viabilidade da justiça e da presença das embaixadas brasileiras na região, inclusive em função do que acabei de dizer durante minha intervenção. Nenhum desses países pode ou deve ser considerado individualmente, mas, sim, dentro de um contexto da presença brasileira na região, do ponto de vista político, do ponto de vista da presença em organismos internacionais e do ponto de vista agora também econômico e comercial, na medida em que a nossa presença, que já começa a ser fazer permanente e sólida, começará a gerar, desde agora, interesses econômicos e comerciais relevantes.

Insisto em que a adesão do Brasil ao Banco do Desenvolvimento do Caribe abre um enorme mercado para nossos interesses lá. É questão de começarmos a trabalhar. Cito também a missão, há pouco tempo, do Presidente deste banco ao Brasil, em março deste ano. O BNDES e o Banco do Desenvolvimento do Caribe iniciarão um projeto de reuniões articuladas para promover um plano de trabalho para investimentos brasileiros naquela região, o que pode, insisto, abrir também muito a possibilidade de presença de empresas brasileiras lá, especialmente na área de infraestrutura, que é o que mais nos interessa.

O custo dessas embaixadas é extremamente baixo, do ponto de vista estritamente financeiro. O custo político e econômico do fechamento delas seria muito maior, uma vez que lá estão. Isso ficou provado em outras ocasiões, como já tivemos aqui exemplos. Quando chefiei o Departamento da África, no Itamaraty, em priscas eras, tive de fechar a nossa embaixada em Dar es Salam, na Tanzânia, para onde está indo agora o nosso colega, e temporariamente a nossa embaixada em Tunes, e vimos o custo que foi, político e econômico, para reabri-las em anos posteriores.

Isso, então, em princípio, responderia à primeira parte da pergunta dos Srs. Senadores sobre a viabilidade ou não da presença das embaixadas.

Outra pergunta específica do Senador Lasier Martins foi sobre o problema do alinhamento político de São Vicente e Granadinas com Cuba e Venezuela. O país é membro da Alba e da Petrocaribe. Posso afirmar-lhes, taxativamente, como acontece com a maioria desses países, que essa relação nada tem de ideológica e é essencialmente pragmática. São países pequenos, com condições econômicas muito precárias e que se beneficiam profundamente da compra de energia, especialmente petróleo cru e derivados por parte da Venezuela, a um preço muito abaixo do mercado, em condições de pagamento especiais, assim como de investimentos desses países em sua infraestrutura.

Portanto, faz todo sentido político-econômico para esses países participarem dessas organizações, sem que isso absolutamente represente qualquer tipo de comprometimento teológico tanto com Cuba como com a Venezuela.

Cuba é muito presente em São Vicente, em toda a região, com o seu apoio médico e a Venezuela, como disse, na base da venda de petróleo e derivados a preços preferenciais. O Primeiro-Ministro Ralph Gonsalves, que tem origens longinquamente portuguesas – descende de indianos, de Goa, trazidos da Índia pelos ingleses no final do século XIX, daí o sobrenome português e a aparência medianamente indiana –, com quem temos uma relação estreita, muito boa e muito profunda, está profundamente interessado em ampliá-la.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO JOSÉ REZENDE DE CASTRO – Ralph Gonsalves. Gonsalves com s, como se grafa ainda na velha Goa portuguesa.

Essa seria a resposta à segunda pergunta.

No caso específico, ainda haveria outras aqui. Perdão, Senador.

Participação na Alba... Creio que isso, Senador, em princípio...

Ah, Senador Hélio José. Mil perdões, Senador. O senhor mencionou a questão energética, energias alternativas e turismo eventualmente.

No que tange a energias alternativas, foi feita uma consulta ao Governo brasileiro há alguns anos para a reabilitação das pequenas hidrelétricas presentes na Ilha de São Vicente. Por incrível que pareça, há rios permanentes e, portanto, há capacidade hidrelétrica mínima, mas há. A Eletrobras está, em princípio, dando cooperação técnica, está pensando em fazer um projeto para recuperação dessas pequenas hidrelétricas. E, a partir daí, poder-se-ia pensar em começar a conversar sobre energias alternativas reais, ou seja, a instalação para captação de energia eólica. São Vicente não é uma das ilhas vulcânicas, ou seja, que tenha atividade vulcânica e da qual se possa aproveitar a geotermia, mas energia eólica sim e, eventualmente, a energia solar, que é abundante também na região.

Quanto ao turismo, não sei se V. Exª estava aqui quando mencionei que São Vicente, hoje em dia, tem um turismo muito reduzido. É a única das capitais que ainda não tem um aeroporto internacional de grande porte. Está em final de construção o famoso aeroporto de Argyle, que deve ser inaugurado no decurso do ano de 2016. Já se iniciaram contatos informais entre o governo de São Vicente e a Gol para estender o voo semanal que a Gol tem para Brighton, que é ali ao lado, e para Trinidad e Tobago, para a Ilha de São Vicente. Nós teríamos, então, o prazer de ter o primeiro voo regular internacional para São Vicente, um voo de empresa brasileira.

Esperamos que eu possa, se aprovado pelos senhores, levar a bom termo essa negociação.

É o que eu poderia dizer sobre esses dois temas.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado.

Pois não.

Embaixador Brito Cruz, por favor.

Em seguida, vamos passar à apuração dos votos.

O SR. JOSÉ HUMBERTO DE BRITO CRUZ – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes Ferreira. Eu vou tentar então responder brevemente as questões que foram levantadas.

Em primeiro lugar, vários Senadores – Senador Lasier Martins, Senador Tasso Jereissati, Senador Anastasia e Senador Cristovam – mencionaram a questão do papel que Marrocos pode desempenhar – e tem desempenhado – em relação ao problema do terrorismo e às tendências extremistas. Trata-se realmente de uma questão muito importante, e a minha resposta é que sim, há um amplo reconhecimento, inclusive já, de que o Marrocos tem esse papel a desempenhar e, de fato, tem desempenhado.

Isso tem ocorrido creio que em dois planos diferentes. Num primeiro plano, através da cooperação com outros países, porque o problema do terrorismo é, em grande medida, um problema de polícia, quer dizer, um problema de criminalidade transfronteiriça.

É muito importante a cooperação entre os países e que essa cooperação se faça com disposição, com boa vontade, de forma ágil, no sentido de evitar que a diversidade de jurisdições se torne uma vantagem para os criminosos, para os terroristas.

Então, nesse...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Inclusive, se V. Exª me permite, a ausência de tipificação do crime de terrorismo no Direito brasileiro impediria a eventual extradição de alguém que, tendo sido condenado por terrorismo no seu país de origem, venha se refugiar no Brasil – por ausência do que se chama de dupla tipificação.

O SR. JOSÉ HUMBERTO BRITO CRUZ – Isso é um exemplo de como a diversidade das jurisdições pode ser um problema. Isso, então, enfatiza, sublinha a importância da cooperação. E o Marrocos, pela sua localização geográfica, tem um papel muito importante nessa cooperação.

E, de fato, tem tido uma atuação bastante relevante nessa área inclusive porque – é preciso dizer – o Marrocos, nessa questão do terrorismo, é uma vítima do terrorismo. Quer dizer, o país, como um todo, já sofreu ataques. Houve, há cerca de dois anos, um ataque lamentável na cidade de Casablanca. E existe a preocupação no país no sentido de que isso é um problema de polícia, ou seja, há necessidade de reprimir grupos, eventuais células, que existam. Então, esse é o primeiro plano.

O segundo plano, que é onde essa questão se coloca numa perspectiva de mais longo...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Só apenas, para informação: há pouco, Sr. Presidente Aloysio Nunes Ferreira, nós votamos aqui aquela moção de apoio e de solidariedade às vítimas, ao governo francês e à população francesa. O governo francês acaba de confirmar a morte do líder que foi o autor de toda a estratégia para os ataques terroristas e que é de origem belga-marroquina, Abdelhamid Abaaoud, aquele jovem, cuja sede da célula terrorista era na Bélgica. Então, o governo francês confirmou a morte dele.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Ontem, lá em Saint-Denis.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A morte dele foi oficializada pelo governo – um belga-marroquino, apenas para se fazer um *link* com isso.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ HUMBERTO BRITO CRUZ – Agradeço essa informação.

De fato, acho que isso evidencia a complexidade desse problema do terrorismo, na medida em que um indivíduo, de fato, segundo os jornais, de origem marroquina, mas que foi criado, teve a sua formação num país europeu, inclusive, sua educação, segundo li...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Educado numa escola, parece-me que de bom nível, da Bélgica.

O SR. JOSÉ HUMBERTO BRITO CRUZ – É, uma escola ocidental, etc.

De forma que isso nos mostra e nos faz lembrar como é complexo o problema e como é importante, também, evitar simplificações que pudessem sugerir uma relação entre o fenômeno terrorista em uma ou outra religião. Quer dizer, é claro que todos sabemos que a enorme maioria dos muçulmanos do mundo repudia e, de maneira alguma, se reconhece nesses fatos tão bárbaros que presenciamos nas últimas semanas.

Mas o outro plano a que eu ia me referir é que eu acho que o Marrocos tem um papel a desempenhar – e, de fato, já o desempenha –, na medida em que, como disse o Senador Cristovam Buarque, se apresenta como um exemplo de país daquela região, que está próximo desses fenômenos, e que tem constituído um processo de consolidação democrática, de transformação política, num contexto de moderação, de abertura e de solidez institucional. Como exemplo de moderação e de valorização do pluralismo e do entendimento, aí, talvez, é onde eu acredito que o Marrocos possa dar a sua maior contribuição – como já, de fato, vem dando. Isso, então, com relação a esse primeiro ponto.

Eu gostaria de comentar, a seguir, respondendo à pergunta do Senador Cristovam Buarque sobre a questão do Saara Ocidental, que, como sabemos, uma controvérsia antiga – já há mais de 40 anos –, um problema que se revela de muito difícil solução, em alguns momentos já foi a razão de conflito militar, e felizmente a situação atual é uma situação de um cessar-fogo que já dura muito anos.

E a posição do Brasil, diante disso, tem sido já há muito tempo uma posição de apoiar os esforços levados adiante no âmbito das Nações Unidas, com vistas ao objetivo que é compartilhado –é um objetivo que foi definido por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas –, com o objetivo de alcançar uma solução que seja justa, duradoura e mutuamente aceitável para as duas partes.

Ora, esta é a posição do Brasil: apoiar este objetivo de alcançar essa solução que seja aceitável e justa e que esteja em conformidade, como dizem as resoluções, com o princípio da autodeterminação e com as resoluções pertinentes das Nações Unidas.

Agora, para chegar a uma solução com essas características, o fundamental é, então, apoiar um processo de negociação. Não há nenhum outro caminho que possa levar a esse objetivo, que é o objetivo definido pelas resoluções da ONU, que não seja um processo de negociações de boa-fé, com boa vontade de ambas as partes e com o apoio da comunidade internacional, como tem ocorrido com o apoio das Nações Unidas, seja através das resoluções, seja através da atuação do representante pessoal do Secretário-Geral da ONU – que é o Sr. Christopher Ross, que atua como mediador entre as duas partes –, seja também através da presença de uma força de paz da ONU que está localizada no território do Saara Ocidental e para a qual, aliás, o Brasil tem contribuído com observadores militares. Eu creio que existem atualmente oito observadores militares de na-

cionalidade brasileira enviados pelas Forças Armadas brasileiras e que fazem parte dessa força de paz que é conhecida pela sigla Minurso.

Então, a posição do Brasil é muito clara no sentido de apoiar esses processos de negociações. E nós consideramos que é necessário se fazer todo o possível para que essas negociações avancem, sejam levadas adiante, com vistas a encontrar uma solução, porque não é interesse de ninguém – não é interesse nem de uma parte, nem de outra – que isso permaneça por um tempo ainda muito longo como uma questão sem solução, na medida em que aqueles campos de refugiados em que estão populações de origem saharauí poderiam ser – e o Secretário-Geral da ONU manifestou a sua preocupação a esse respeito no seu relatório mais recente sobre o assunto –, inclusive, utilizados como lugar de recrutamento de extremistas ou de jovens que poderiam ser aliciados para atividades terroristas.

Então, há uma preocupação, e acho que há um interesse geral muito claro reiteradamente defendido pelo Conselho de Segurança, de buscar uma solução. Agora, não é simples; de fato, não é simples.

E, nesse meio-tempo, um aspecto adicional que eu gostaria de mencionar a respeito da posição do Brasil é que o Governo brasileiro tem tido uma preocupação com a situação da população do território, inclusive, com a situação dos refugiados, e uma parte deles se encontra em território argelino. E o Brasil, então, nesse sentido tem feito contribuições tanto em recursos financeiros, como em espécie...

Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Só ainda a respeito deste ponto, que acho um ponto delicado. Tenho aqui o requerimento de informações da Senadora Vanessa Grazziotin, em que ela substitui por um requerimento de informações uma indicação de autoria do Senador João Capiberibe, no sentido do reconhecimento da independência e da soberania do Saara Ocidental. E a Senadora Vanessa Grazziotin cita um discurso da Presidente Dilma Rousseff na Assembleia Geral das Nações Unidas em 2011, em que a Presidente se teria pronunciado por uma República Árabe Saharauí democrática livre e soberana. Essa é a informação que traz a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim, foi o relatório que li, porque eu fui Relatora *ad hoc* dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Exatamente, a senhora foi Relatora *ad hoc*.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Embaixador pode...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Se a Presidente vai lá e diz que apoia uma República Saharauí livre e soberana, perante a Assembleia Geral da ONU, em 2011, é uma questão delicada.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ HUMBERTO DE BRITO CRUZ – Eu gostaria de esclarecer esse ponto.

A Presidenta Dilma Rousseff, no discurso mencionado, se referiu ao reconhecimento do Estado Palestino apenas. Ela não se referiu...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Então, a Embaixadora faz uma extensão...

O SR. JOSÉ HUMBERTO DE BRITO CRUZ – Entendo que o requerimento faz relação a isso: "Bem, talvez, dessa mesma forma, se pudesse pensar..." Acho que é uma tentativa de se estabelecer uma analogia entre os dois casos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Uma analogia. Pode ser.

O SR. JOSÉ HUMBERTO DE BRITO CRUZ – Mas a Presidenta, factualmente, nunca se referiu a esse reconhecimento da República...

Agora, o que eu ia mencionar é que o Brasil tem dado essas contribuições de caráter humanitário através de órgãos da ONU que ali atuam, como o Alto Comissariado para Refugiados e o Programa Mundial de Alimentos. E fez, recentemente, doações de alimentos para o campo de refugiados de Tindouf, onde há um número importante de refugiados originários do Saara Ocidental.

Faço esses comentários, mas, naturalmente não posso antecipar qual será a resposta oficial do Ministério das Relações Exteriores a esse requerimento – antecipo como elementos relevantes para a compreensão da posição brasileira sobre esse tema.

Uma pergunta adicional foi feita pela Senadora Ana Amélia e também, depois, pelo Senador Flexa Ribeiro, relativas à questão do comércio – ao fato de que o Brasil tem registrado déficits no seu intercâmbio comercial com o Marrocos – e à existência do acordo-quadro assinado entre o Mercosul e o Marrocos, um acordo que

prevê negociações para a liberalização do comércio entre os dois países. De fato, eu considero muito importante esse acordo como base para esforços que precisam continuar a ser realizados para que o Mercosul, mais especificamente o Brasil, tenha condições de melhor acesso ao mercado marroquino.

Claro que há dificuldades nisso. A tarefa de liberalização do comércio é sempre difícil, porque envolve interesses de um lado e de outro. Então, não é uma tarefa simples, mas eu acredito na possibilidade de sucesso, pela dimensão dos mercados e pelo fato de que os dois lados, acredito, objetivamente podem ter interesse em levar adiante isso.

De nossa parte, é muito claro o interesse – até já mencionei alguns produtos brasileiros que são taxados com tarifas importantes no Marrocos. Mas, da mesma forma, para o Marrocos, há interesse no mercado brasileiro. O mercado brasileiro e o mercado do Mercosul são muito relevantes, e é preciso lembrar que o Marrocos, que é um país que tem um comércio exterior bastante desenvolvido, tem sido, globalmente, deficitário em seu comércio. O Marrocos teve, em 2014, um déficit de quase US$20 bilhões, o que, para um país de sua dimensão, é um déficit muito importante.

Então, há muito interesse do Marrocos em expandir as suas exportações, e eles têm condições para isso, porque recebem muitos investimentos estrangeiros. A exportação do Marrocos não está, de forma alguma, limitada à exportação de fertilizantes ou de insumos para fertilizantes. Isso está na pauta com o Brasil, porque o Brasil é um grande comprador desse item, mas na pauta do Marrocos com o mundo há muitos outros produtos, inclusive do setor automobilístico, máquinas elétricas, inclusive produtos agrícolas, dos quais o Marrocos é um importante produtor.

Então, eu acho que interesse, objetivamente, pode existir, mas, como eu disse, não é uma tarefa simples: requer trabalho tanto do lado do Mercosul como, depois, para levar adiante contratos, sondagens e negociações. Mas, certamente, é um ponto que deve receber uma atenção muito diferenciada da Embaixada do Brasil em Rabat.

Por fim, queria comentar as perguntas feitas pelo Senador Hélio José. Ele fez duas perguntas sobre o tema do turismo e sobre o tema das energias, cooperação na área energética.

Quanto ao turismo, com a retomada dos voos diretos, o que ocorreu em 2013, houve um aumento significativo do movimento de turistas brasileiros para o Marrocos. A informação que eu tenho, que não é de fonte oficial, mas eu acho que é boa, é de que, em 2014, até 27 mil brasileiros teriam visitado o Marrocos. Inclusive, parece que é um turismo num segmento de alto nível de renda, porque em vários lugares do Marrocos há uma especialização numa atividade turística de alto valor agregado.

Agora, no sentido contrário, como manifestou interesse o Senador, tem havido também uma dinamização, mas não tão expressiva. Eu acho que, de fato, é importante a existência dos voos, e a possibilidade, inclusive de ampliação das frequências de voos abre todo um campo de trabalho aí de se utilizarem os instrumentos de propaganda dos quais nós dispomos, de difundir a imagem do Brasil como um país que tem muito a oferecer no campo turístico e que precisa ser mais bem conhecido do público marroquino, embora precisemos ter presente que alguma assimetria será inevitável, porque o Brasil, em termos de renda *per capita,* é um país que já está num nível de renda mais alto, e a propensão ao turismo internacional, naturalmente, aumenta com o aumento da renda *per capita*. Um país que tem uma renda *per capita* de US$11 mil, US$12 mil, como é o caso do Brasil, já tem uma faixa da população que viaja internacionalmente com bastante frequência. O Marrocos tem uma renda *per capita* em torno de US$3 mil, mais ou menos um quarto da renda brasileira. Mas, ainda assim, eu acho que existe um potencial que não pode ser desatendido.

Na área de energias, realmente é um tema muito importante porque o potencial do Marrocos... Em primeiro lugar, é preciso lembrar que o Marrocos é um país que importa a maior parte das suas fontes de energia. É um grande importador de petróleo e derivados; importa energia elétrica da Espanha e importa gás da Argélia, gás que inclusive é utilizado na indústria de fertilizantes, além de fonte de energia. E importa petróleo em grande quantidade. Isso é uma das fontes, não é a única, mas é uma das fontes do déficit comercial enfrentado pelo país.

De forma que há interesse, e o governo marroquino já definiu metas bastante ambiciosas de desenvolvimento de energias renováveis, alternativas, em particular na área eólica e na área de energia solar, por razões muito bem fundamentadas, como o fato de que a costa atlântica do Marrocos está entre os lugares do mundo com maior potencial de ventos e de energia eólica. E o território do Marrocos, em diversas de suas partes, segundo a análise da qual eu tive conhecimento, tem um potencial de energia solar que seria 30% superior ao dos melhores locais do sul da Europa. Dessa forma, há um enorme potencial, e o próprio governo marroquino definiu como objetivo chegar ao ano de 2020 com um percentual, creio, de 42% da sua geração de eletricidade dessas fontes – de eletricidade, não o total de energia, porque aí, naturalmente, o percentual seria menor porque entrariam as demais modalidades de consumo, mas na eletricidade.

Portanto, acho que, como o Brasil também tem um grande interesse no desenvolvimento dessas fontes de energia, no material e no equipamento para geração dessas energias, aí também temos um tema de grande importância.

Eu concluo por aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Srs. Senadores, vamos agora proceder à apuração dos votos. Se o Plenário não tiver nenhuma objeção, vamos fazê-la numa reunião aberta, como já é tradição aqui, na Comissão de Relações Exteriores, aguardando seja aprovada a proposta de emenda à Constituição do Senador Anastasia que removerá esse anacronismo que existe na Constituição brasileira que determina que as sabatinas sejam realizadas em reuniões secretas.

O Senador Cristovam Buarque, que começou a se interessar pelo Marrocos quando assistiu ao filme de Hitchcock *O Homem que Sabia Demais*, com James Stewart e Doris Day, será o secretário da nossa apuração.

Vamos proceder à apuração. (*Pausa.*)

Os três indicados pela Senhora Presidente da República estão aprovados pela Comissão, e os seus nomes serão submetidos ao Plenário. Penso que já na próxima semana poderão ser aprovados pelo Plenário da Casa.

Muito obrigado.

Eu vou diligenciar para que isso aconteça.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 52 minutos.)

ATA DA 45ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2015.

Às dez horas e onze minutos do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e quinze, na sala nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores Jorge Viana, Ana Amélia, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, Tasso Jereissati, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, José Pimentel, Delcídio do Amaral, Hélio José, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro e José Serra. Assina a lista de presença o Senador José Medeiros, não membro desta Comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. Passa-se à PAUTA: AUDIÊNCIA PÚBLICA para discutir sobre as consequências para o Brasil da celebração do Acordo Estratégico Transpacífico de Associação Econômica (TPP), assim como sobre os fatos envolvendo um suposto veto à indicação do ex-ministro Nelson Jobim como observador brasileiro do processo eleitoral na Venezuela. CONVIDADO: Mauro Luiz Icker Vieira, Ministro de Estado das Relações Exteriores. O Ministro compõe a mesa. O Presidente faz considerações sobre o tema desta reunião. O Senador Ricardo Ferraço propõe que em primeiro lugar os Senadores façam questionamentos, e em seguida o Ministro responda, o que é acatado pelo Presidente. Usam a palavra o Senador Tasso Jereissati, a Senadora Ana Amélia, o Senador Ricardo Ferraço e o Senador José Medeiros. O Presidente concede a palavra ao Ministro para sua exposição e resposta aos questionamentos apresentados pelos Senadores. Então, o Presidente agradece a presença do Ministro e encerra a presente reunião. Audiência Pública realizada. O Presidente propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior, que fica dada como lida e aprovada. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e cinco minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 45ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A nossa Comissão se reúne hoje, extraordinariamente, para receber, em audiência pública, o Ministro de Relações Exteriores, Mauro Vieira. Eu assinalo que é a quarta vez que o V. Exª comparece perante esta Comissão, Ministro. Eu saúdo as suas visitas e a sua participação em nossos trabalhos como um sinal de um bom relacionamento entre a nossa Comissão, o Congresso e o Ministério de Relações Exteriores.

Esta audiência visa a debater dois temas. O primeiro sobre as consequências para o Brasil da celebração da parceria transpacífica. Esse tema foi debatido várias vezes aqui na Comissão, Ministro, e várias vezes Senadores integrantes da nossa Comissão manifestaram reservas e críticas ao fato de que o Governo brasileiro apostou todas as suas fichas nas negociações da OMC, deixando de atuar com a mesma ênfase em outros tabuleiros importantes.

E o Governo brasileiro repete o mantra de que é fundamental nós defendermos a conclusão da Rodada Doha porque – cito palavras do Ministro – através da Organização Mundial do Comércio, poderemos estabelecer regras claras, sólidas de comércio internacional.

Ora, a conferência ministerial da OMC deverá se realizar proximamente em Nairóbi e informações que temos – gostaria de ouvir V. Exª sobre isso – é de que a Rodada Doha será sepultada nessa reunião. O que nos deixa frustrados porque as ambições brasileiras, notadamente em relação à área da agricultura, não teriam sido alcançadas.

Por outro lado, em outubro, foi concluída a parceria transpacífica, que também é objeto de duas audiências públicas aqui na nossa Comissão. Essa parceria transpacífica, grupo de 12 países, 40% da economia mundial, deve se juntar a eles países importantes, como a Colômbia e a Coreia do Sul. Há dois países sul-americanos que já fazem parte – o Chile e o Peru. A nossa preocupação é saber se esse acordo poderá implicar perdas de oportunidades de comércio para o nosso País.

Especialmente porque, sem a participação do Brasil – e não sei se o Brasil indicou algum observador para essas negociações da TPP –, o fato é que, nessa parceria, foram incluídos temas que, seguramente, estarão presentes em outros acordos internacionais de grande porte e que não se referem apenas a tarifas, mas a regras comerciais, como medidas sanitárias, fitossanitárias, defesa comercial, investimentos, compras governamentais, propriedade intelectual, comércio eletrônico, padrões trabalhistas, ambientais. São novos temas que estão

entrando em negociações de comércio internacional que vão muito além das tarifas. E essas normas tendem a se tornar referência e padrões para outros acordos.

Então, eu gostaria que o Ministro Mauro Vieira fizesse sua apreciação sobre como o Governo brasileiro encara esse fato e que medidas toma o Governo para minorar as eventuais consequências negativas que a não participação do Brasil nesse acordo poderá trazer para a nossa economia.

Ainda no tema do comércio internacional, eu queria me referir a uma notícia que foi publicada ontem no jornal *O Valor*, p. 5. Notícia de que, com o pleno reconhecimento da China como economia de mercado a partir de 2016 – economia de mercado que obviamente a China não é –, nós deixaremos de aplicar taxas *anti-dumping* que hoje protegem pelo menos 50 ou 60 produtos industriais brasileiros, alguns de grande relevância para o Estado do Rio Grande do Sul, como a indústria calçadista, e também para São Paulo, Birigui, Franca, Jaú, onde temos indústria calçadista muito forte, mas também tubos de aço, vidros. Produtos que, quando entram no Brasil, são sobretaxados, uma vez que há constatação de prática de *dumping* por parte da China.

Com o pleno reconhecimento da China como economia de mercado, gostaria de saber que mecanismos de defesa poderão ser adotados em relação a esses setores de uma concorrência evidentemente desleal.

Outra questão que foi levantada e que é correlata ao primeiro tema, Ministro, é referente ao Mercosul. Tivemos aqui uma audiência pública muito concorrida sobre esse tema e, mais uma vez, foi expresso aqui o ponto de vista de que o Brasil se encontra excessivamente amarrado na sua soberania comercial, tolhido na sua soberania comercial em razão das regras do Mercosul, especialmente, como foi referido aqui, a Decisão 32, de 2000.

A pergunta que se faz é se o Brasil tem intenção, especialmente agora depois da eleição de Macri, de flexibilizar essas regras de modo que possamos ter uma integração mais, digamos, dinâmica com outras regiões do mundo na área de comércio internacional.

Depois, temos aqui um outro tema, Ministro, que é a *vexata quaestio* da Venezuela. Mais uma vez a Venezuela. Nós estamos nos aproximando das eleições, marcadas para 6 de dezembro. Os sinais são extremamente preocupantes. É uma eleição em que líderes políticos não poderão concorrer – um dos mais expressivos, como Leopoldo López, Maria Corina Machado. Leopoldo López está preso! Maria Corina Machado, banida do pleito eleitoral por uma decisão arbitrária!

Ainda há poucos dias, o Presidente da OEA enviou uma carta ao Presidente Maduro, em que ele enumera – seguramente o senhor teve conhecimento dessa carta –, de uma maneira exaustiva, todas as violações aos direitos democráticos da oposição ocorridos no governo Maduro e que levam à séria preocupação de que essa eleição seja uma fraude.

E se não for uma fraude, há preocupação com o banho de sangue, que foi anunciado pelo Presidente Maduro, que disse – declarações foram amplamente repercutidas na imprensa – que, se porventura o governo perder as eleições, ele está preparado para reagir, inclusive, militarmente. Ora, é uma situação intolerável! E mais intolerável ainda, perdoe-me, Ministro, é o silêncio do Governo brasileiro diante disso tudo. É como se fosse um assunto irrelevante para o Governo brasileiro.

Quando o senhor esteve aqui, da primeira vez, logo no início da Sessão Legislativa, se reportou ao entendimento havido entre o Governo brasileiro, a Colômbia e o Equador, que constituíram uma comissão de chanceleres para se entender com a presidente do conselho eleitoral da Venezuela. E que havia um compromisso de que haveria uma observação do pleito eleitoral enviada à Venezuela em tempo hábil, uma observação que seria realizada por uma delegação robusta. Depois, tivemos o episódio Jobim, que, no meu entender, foi um vexame. Um completo vexame porque o nome do Jobim foi aceito – V. Exª me reportou, inclusive – pela Presidente da República com entusiasmo. O senhor levou à Presidente da República a sugestão, excelente sugestão, de um nome que daria à comissão – tivesse ela o nome que tivesse, observação, acompanhamento, o que fosse – que daria respaldo a todos aqueles que querem que as eleições sejam limpas.

O nome de Jobim foi vetado. Não houve nenhuma reação do Governo, embora tenha havido uma reação dura do Poder Judiciário, do TSE, reação dura do Congresso Nacional. Mas, mais uma vez, o Governo silenciou diante dessa gesto que eu considero afrontoso.

Eu trago essa preocupação ao senhor, acho que as coisas começam a mudar com a eleição de Macri. Macri deu umas declarações muito incisivas em relação à aplicação das sanções previstas nas cláusulas democráticas. Concedeu uma entrevista à imprensa ao lado de Lilian Tintori, esposa de Leopoldo López, ele presidente eleito. Lilian Tintori que não foi recebida pelo senhor, nem pelo Secretário-Geral; pela Presidente, nem pensar! Aliás, ela não teve sequer uma resposta da Presidente da República. Então, esses são assuntos, Ministro, que eu tenho obrigação de colocar ao senhor com toda franqueza, porque são assuntos políticos delicados e penso que seria de todo conveniente, dada a posição amplamente majoritária no Congresso, no Senado, em relação a esse tema, que nós tivéssemos, o Congresso Nacional e o Ministério das Relações Exteriores, um diálogo mais

franco, mais aberto, em que nós pudéssemos trabalhar de uma maneira, digamos, harmoniosa em relação a um tema que não é apenas uma idiossincrasia da oposição. Há muitos Parlamentares e Parlamentares de grande prestígio na base do Governo – inclusive o Presidente do Senado... Vejo aqui o Senador Fernando Bezerra, Senadores que hoje militam na oposição que têm uma posição, todos eles são concordes de que nós não podemos mais continuar com esse silêncio que é chocante do ponto de vista inclusive da consciência democrática do Brasil. Também eu considero um desrespeito à própria Constituição brasileira, que determina que um dos princípios que devem reger as relações internacionais do Brasil é o respeito aos direitos humanos, e que estão sendo abertamente violados pela tirania venezuelana.

Feitas essas considerações, independentemente das indagações que serão feitas pelos Senadores, renovo as boas-vindas, a manifestação de consideração e de respeito ao senhor e ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

V. Exª tem a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Cumprimentando V. Exª e naturalmente o nosso Chanceler que nos honra aqui com sua presença, hoje é um dia muito difícil para todos nós aqui no Senado, porque estamos com a Comissão de Assuntos Econômicos em seu dia natural, permanente, e temos decisões importantes a serem tomadas lá na Comissão de Assuntos Econômicos. Portanto, o tempo hoje se apresenta muito mais como inimigo do que como aliado.

A questão que eu gostaria de submeter a V. Exª e evidentemente aos nossos pares é se não seria viável que invertêssemos a ordem dos fatores, para que primeiro pudéssemos colocar as nossas questões para o nosso Chanceler, para que ele inclusive focasse a sua fala em torno daquilo que se apresenta. Nós ganharíamos tempo com isso e prestigiaríamos – se assim me permite – a presença do nosso Chanceler Mauro Vieira na Comissão de Relações Exteriores. É a proposta que faço humildemente a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Se o Ministro não tiver objeções, acho que isso... Também o Ministro está hoje com o dia apertado.

Essa reunião extraordinária foi proposta por mim ao Ministro, uma vez que ele deverá estar em Cuba hoje à tarde. Viaja para Cuba no final do dia e chegaria aqui na quinta-feira, muito em cima da reunião ordinária nossa e de uma reunião que está marcada já para ouvir o relatório de V. Exª a respeito da indústria de defesa brasileira. De modo que foi o espaço que encontramos na nossa agenda para fazer essa reunião extraordinária.

Então, acho interessante a sua proposta. Se não houver objeção dos Senadores, vamos começar por aí.

A primeira inscrita é a Senadora Ana Amélia. A primeira inscrita e a primeira a chegar também.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria... O requerente da audiência penso que tenha...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Tasso Jereissati.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É. Ele tem preferência.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – É verdade.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Mas a preferência é da Senadora mulher.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, Senador. Eu preciso aquecer os meus motores. Eu estou muito tensa. Essa eleição...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES. *Fora do microfone*.) – Se nenhum dos dois quiser, eu me apresento! (*Risos.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Está bom. Então está bom.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES. *Fora do microfone*.) – Não precisam brigar por causa disso, não.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Presidente, Senador Aloysio; Ministro Mauro Vieira, que nos honra com sua presença, nos últimos dias se tem acentuado de maneira bem clara que a nossa política externa tem levado o Brasil à enorme distância do resto do mundo desenvolvido.

O recente anúncio da assinatura do chamado TPP, que envolve vários países das Américas, inclusive da América do Sul, realçou, enfatizou esse isolamento. Uma professora da Fundação Getúlio Vargas, especialista em política externa – no momento me foge o nome dela – esteve aqui e nos fez...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES. *Fora do microfone*.) – Vera Thorstensen.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Oi?

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Vera.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Vera.

Ela fez um gráfico aqui mostrando todos os acordos internacionais que foram feitos: grandes acordos, pequenos acordos; e mostrando o total isolamento em que o Brasil ficou, estando praticamente isolado do contexto da chamada produção global... criação de valor de produção global.

Isso foi feito, Ministro. Não é apenas uma coincidência, isso é em função das premissas da política externa. Essas premissas foram levadas a público em discursos proferidos pelo ex-Presidente Lula e pelo ex-Ministro Celso Amorim.

Estão escritas nos discursos deles as premissas: o declínio inevitável do poderio dos Estados Unidos; a veemente crítica ao processo de globalização econômica e financeira; mudança no eixo da dependência comercial do Brasil, pela redução da influência dos países desenvolvidos e pelo aumento da cooperação com os países em desenvolvimento; ampliação das relações Sul-Sul, uma das prioridades da política externa, com maior aproximação e ativismo na América do Sul, na África e no Oriente Médio, e a participação nos blocos integrados por países dessas regiões e outros emergentes; ampliação da integração regional e fortalecimento do Mercosul e sua expansão, com o objetivo de formar uma área de livre comércio na América do Sul como forma de oposição aos Estados Unidos; prioridade absoluta nas negociações comerciais multilaterais da Rodada Doha e a insistência em seguir na contramão das tendências atuais de maior integração de economia global; a partidarização da política externa e a criação de um canal paralelo ao do Itamaraty, o que culminou em uma política de afinidades ideológicas e generosidade exagerada, e uma chamada paciência estratégica nas relações econômicas e comerciais com os países sul-americanos tais como Venezuela, Argentina, Bolívia, Cuba, e com países africanos.

Sr. Ministro, para ser bastante objetivo, enquanto a crise econômica interna é séria, a integração do Brasil com o mundo poderia ser a grande alternativa para aliviar a crise social que já estamos vivendo. Nós não estamos fazendo isso. Qual é o projeto de política externa que o senhor está liderando neste momento? Qual é a perspectiva das negociações com a Comunidade Europeia, em vista das notícias da resistência de alguns países europeus, pelo nível aquém dos esperados 87% em vez de 90% pela União Europeia? Quando a União Europeia vai responder ao Mercosul?

Recentemente, já em relação ao Mercosul – ontem, aliás –, o Presidente Macri, recém-eleito, numa de suas primeiras declarações, enfatizou que vai pedir o afastamento da Venezuela do Mercosul, caso a Venezuela não comprove... Caso as eleições que vão ocorrer no mês que vem, na Venezuela, não sejam feitas de acordo com o processo democrático, livre e transparente, e se o governo venezuelano não entregar, não passar o poder, caso perca a eleição, qual será a posição do Brasil? O País vai ficar a reboque, novamente, nessa questão? Já que nós estamos a reboque, há algum tempo, da política bolivariana, no caso da Argentina já tomando claramente uma posição diferente, o Brasil passaria a ser o único bastião forte, dentro do Mercosul, defensor das repúblicas bolivarianas?

E mais uma vez, Ministro, como disse aqui o Senador Ferraço, nosso tempo está escasso. Eu não vou querer me alongar muito. Eu queria fazer mais uma vez a pergunta sobre o número de embaixadas.

Na semana passada, dentro dessa crise no noticiário, já fizemos essa pergunta e ninguém aqui ficou satisfeito com as respostas, já que praticamente em todos os organismos internacionais que o País está envolvido nós estamos atrasados com pagamentos de contas de luz, enfim, de coisas mais corriqueiras possíveis, e insistimos na abertura de embaixadas em países, o que absolutamente não tem justificativa.

Semana passada, nós aprovamos aqui o embaixador para a República de São Vicente e Granadinas, e ele mesmo nos falou que aquele país tem apenas quatro embaixadas. Nenhum país rico do mundo tem embaixada nesses países São Vicente e Granadinas. Não tem dos Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, França etc. E nós continuamos, a meu ver, de uma certa maneira perdulária, em função de possíveis votos para alcançarmos determinadas posições que seriam inviáveis nesse momento.

Então, novamente eu gostaria de perguntar se existe uma perspectiva de revisão dessa política, pelo menos enquanto o Brasil está nessa gigantesca crise fiscal?

É só isso, Ministro. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – A Senadora já deve ter esquentado os motores.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador, nosso Presidente Aloysio Nunes Ferreira; caro Chanceler Mauro Vieira, eu, ao longo da minha vida profissional como jornalista e agora como Senadora, até esse período, tenho reconhecidamente, publicamente, reafirmado a minha admiração pela diplomacia brasileira.

Lembro até que, no regime militar, a diplomacia brasileira era respeitada pelos adversários do regime por ser uma política de Estado voltada para os interesses nacionais. Todo esse valor da Casa de Rio Branco se foi, no meu modesto juízo. Por admirar tanto a Casa e conhecer tantos diplomatas de alta qualidade, eu, como

cidadã brasileira e como Senadora, vejo a diplomacia brasileira se apequenar. Isso não é bom para o Brasil, pela posição estratégica que tem em questões regionais, multilaterais, bilaterais.

Vamos iniciar pela razão desta audiência com V. Exª, requerida pelo Senador Tasso Jereissati, sobre o Acordo de Parceria Transpacífico. Começo por ela lembrando que o Governo brasileiro apostou todas as fichas nas negociações da OMC, Rodada Doha. Essa aposta foi muito equivocada, pois deveríamos ter atuado num ambiente mais amplo incluindo o bilateral regional, e não houve evolução. Eu queria saber de V. Exª se há um plano b para compensar as eventuais perdas já visíveis decorrentes do desvio do comércio. Há alguma estratégia de aproximação com os países integrantes da TPP? Como fazer para que o Brasil se reincorpore às grandes negociações e se integre na nova arquitetura do comércio internacional?

O caso da Argentina com a China foi exemplar no enfraquecimento e na revelação de que Mercosul perdeu o sentido porque o nosso comércio com a Argentina, um dos maiores blocos, caiu a metade. Então, qual é a solidariedade? Qual é a justificativa?

Há também um equívoco, porque um dos princípios da diplomacia, especialmente considerando o Continente Sul-Americano, é da não interferência nas questões internas, e no caso não só específico da Argentina agora, mas houve o caso do Peru, o próprio caso da Venezuela, há uma interferência até pessoal dos mandatários brasileiros apoiando determinados candidatos nesses países. Foi visível a demonstração pública do ex-Presidente Lula e da Presidente Dilma ao candidato da Presidente Cristina Kirchner na Argentina, como foi em relação ao Peru e na Venezuela está sendo agora. Então, essas questões estão dentro dessa linha, dessa lógica.

E também o Brasil votou a favor da Venezuela – já que esse tema ficou um pouco mais forte agora, com o resultado da eleição na Argentina – nas últimas eleições para o Conselho de Direitos Humanos da ONU.

As credenciais do governo Maduro são questionadas em toda parte. No Brasil, o Supremo Tribunal Federal reconheceu violações de direitos humanos e a falta de independência do Judiciário venezuelano numa decisão sobre extradição de um cidadão venezuelano. No Chile, a Corte Suprema determinou ao Executivo chileno requerer à Comissão Interamericana de Direitos Humanos que investigue a situação de presos políticos na Venezuela.

O apoio acrítico à eleição da Venezuela no Conselho de Direitos Humanos da ONU é consistente com o princípio constitucional da prevalência dos direitos humanos nas relações internacionais? É a pergunta que faço a V. Exª. E deixo até de trazer outras questões, lembrando apenas uma aqui em relação a Mercosul, porque como sou uma Senadora do Rio Grande do Sul, o qual é altamente impactado por todo o processo de Mercosul, especialmente na relação com a Argentina.

Quando a Argentina levantou as tais autorizações prévias – que têm um nome complicado – para a importação, chocolate e calçado brasileiros ficaram um ano presos no Porto de Uruguaiana, sem poder chegar a cumprir as encomendas feitas pelos importadores argentinos, não houve nenhuma ação. As ações eram periféricas, eram pouco eficazes em relação aos prejuízos que a indústria calçadista do meu Estado teve.

Além do mais, o Rio Grande do Sul é o exportador de máquinas agrícolas para a Argentina. As máquinas lá e a dona Cristina Kirchner veio e disse: "Querem exportar? Venham para cá. Transfiram-se do Rio Grande e venham para produzir aqui na Argentina."

Pode ser até uma política de Estado, mas isso tem que ser feito numa dosagem, de uma forma que não comprometa os princípios da boa relação.

A tarifa externa comum é uma ficção. Brasil e Argentina têm a possibilidade de colocar cem produtos na lista de exceção. Uruguai e Venezuela, 225; Paraguai, 649. Além disso, bens de capital e bens de informática e telecomunicações estão submetidos a regime de ex-tarifário, isto é, tem redução temporária da alíquota do imposto de importação. A administração dessas exceções tornou-se um balcão de negócios. Por que nos últimos doze anos não se avançou nas eliminações dessas exceções ou na consolidação dessa união aduaneira que não tem funcionado?

E, por fim, qual é a expectativa que V. Exª tem com esse novo governo da Argentina em relação a esse sonhado, pretendido acordo Mercosul - União Europeia, que parece nunca sair do papel?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Em matéria de esquentamento de motores V. Exª está realmente parecendo... Está com toda a corda. Lembra-me da nossa visita à Embraer. Fizemos juntos uma visita à Embraer. Aliás, uma visita...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ali é um outro Brasil, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – ...a um outro Brasil.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ali é um outro Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito bem.

Senador Ferraço, por favor.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores; Ministro Mauro Vieira, V. Exª não pode ser considerado o arquiteto dessa tragédia, uma das tragédias que o nosso País está vivendo nos últimos anos, dentre tantas. Nós temos a tragédia política, temos a tragédia econômica, temos a tragédia moral de um Governo que perde popularidade. E popularidade são circunstâncias que os governos vivem e passam; mas um Governo que perde credibilidade... Dentre essas tragédias do Governo da Presidente Dilma, há a manutenção, o aprofundamento e – por assim dizer – a redobrada dos esforços em relação a essa coleção de equívocos em relação à política externa brasileira em todas as suas dimensões.

Não é possível responsabilizar V. Exª por essa arquitetura, porque a arquitetura dessa política de fato tem nome, tem endereço, tem CPF: a Presidente Dilma, o Ministro e assessor Marco Aurélio Garcia... Mas V. Exª é parte dessa política desde o período em que ocupou a Embaixada do Brasil em Buenos Aires, ocupou a Embaixada do nosso País em Washington; é Chanceler da nossa República, enfim. Se V. Exª exerceu e exerce essas funções, na prática é porque V. Exª está em linha ou concorda com essa orientação. Se não é o arquiteto, é um dos construtores dessa tragédia.

É evidente que nós não estamos aqui questionando, sob certa razão ou não, a legitimidade dessas ações da política externa brasileira, porque é um Governo que está legitimado pelo voto direto, em que pese não ter discutido com a sociedade brasileira o que faria com sua política externa. Então, até mesmo a legitimidade é questionável, porque não houve um debate e tampouco essas bases foram apresentadas à população brasileira. Parte dessas bases foi aqui declinada pelo Senador Tasso Jereissati. As bases estão lá no governo de Lula e do Chanceler Celso Amorim, que apostaram no declínio dos Estados Unidos e colocaram de pé a política Sul-Sul, deixando de lado um conjunto de outras ações. Não que a política Sul-Sul não seja importante, claro que é importante, mas ao abdicar do resto, isso se transformou efetivamente num contorno de resultados – a meu juízo, pelo menos – absolutamente decepcionante.

Em dez anos, nós caímos de 26º para 32º lugar entre os maiores exportadores mundiais de manufaturados. O Brasil representa hoje pouco mais de 1% das trocas internacionais. Evidentemente, isso não é simplesmente em razão da política externa, existe um conjunto de outras variáveis que fizeram com que o nosso País perdesse competitividade em função dos equívocos de política econômica, em função das orientações relacionadas à substituição de importações 2.0 e assim por diante.

O fato é que estamos no pior dos mundos. O Brasil é protagonista de um isolamento sem igual, correndo inclusive o risco de se isolar dentro do Mercosul, à medida que o ex-Presidente Lula e a Presidente Dilma fizeram campanha escancaradamente para o candidato derrotado.

A Presidente Dilma recebeu, no Palácio do Planalto ou no Palácio da Alvorada, o candidato Daniel Scioli, que, ao sair da audiência com a Presidente Dilma, disse que tinha orientação ou autorização da Presidente Dilma para dizer que o seu Governo e ela própria apoiavam a candidatura ou a manutenção dos equívocos também na Argentina.

Então, nós estamos diante de um fato novo. Há contrariedades em relação à forma pela qual temos nos postado no Paraguai; há contestações em relação ao Uruguai com relação à forma pela qual o Brasil tem se postado no Mercosul. E estamos diante de uma nova cúpula que vai se reunir em 21 de dezembro, já com manifestações antecipadas do Presidente Macri, da Argentina, de que vai invocar as cláusulas democráticas do Tratado de Assunção, coisa que o País não tem cumprido. Isso já foi largamente aqui apresentado pelo Presidente Aloysio Nunes e pelos Senadores que me antecederam.

Nós estamos, portanto, diante de uma nova conjuntura em nossa política externa brasileira. Como o Governo brasileiro, como V. Exª está fazendo a leitura dessa conjuntura *vis-à-vis* com o que está acontecendo na América do Sul, no mundo?

O Governo sempre faz uma leitura muito Pollyanna dos fatos objetivos em relação à política externa globalmente falando. É como se nós estivéssemos no caminho certo. Eu acho que nós estamos no caminho do abismo. Perdoe-me, mas essa é a realidade. Mas o Governo sempre se coloca diante dos fatos como se nada fosse surpresa para ele.

Não foi surpresa para o Governo a aliança para o Pacífico; não tem nenhuma consequência para a nossa política externa. Não foi surpresa para o Governo a Parceria Transpacífico. Não será surpresa para o Governo a Parceria Transatlântica. Nada é surpresa para o Governo! E nós estamos caminhando a passos largos na direção da decadência mais absoluta em relação à nossa presença e ao nosso protagonismo.

A inserção do Brasil no Conselho de Segurança Nacional virou piada nas rodas internacionais, dada a baixa condição e capacidade do nosso País se colocar.

Então, diante desses fatos todos, o Governo está revendo a sua orientação de política externa?

Ou o Governo vai insistir em dobrar a sua aposta em relação a essa coleção de equívocos que está se traduzindo num prejuízo de todas as dimensões para o nosso País?

É o questionamento que faço a V. Exª, na condição de nosso Chanceler.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado, Senador.

Senador José Medeiros, por favor.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Ministro, Sr. Presidente, gostaria de parabenizar a Comissão por trazer o Ministro aqui. Creio que estamos precisando muito falar sobre a relação do Brasil, a atitude do Brasil em relação à política exterior. Eu digo isso porque quanto mais eu converso com pessoas, mais eu sinto que as decisões tomadas pelo Brasil em certos momentos até causam vergonha alheia no cidadão.

Eu me lembro de que, no meio deste ano, Ministro, fomos à Venezuela, porque tínhamos recebido nesta Comissão uma comissão de senhoras, esposas de presos políticos da Venezuela, que denunciaram coisas gravíssimas aqui. Eu confesso que fui ali com o espírito totalmente desarmado, desprovido de qualquer ranço, realmente estava curioso para saber quais eram as condições da Venezuela, se ela era essa vítima que apregoava ser ou se era esse monstro que também uma ala dizia ser.

Nós chegamos ali numa missão oficial aprovada aqui no Senado, que com certeza o senhor acompanhou muito bem. E mal conseguimos descer do avião. A comissão de Senadores ficou presa por uma hora dentro da aeronave. Depois começaram a munganga, carregando a gente, e se não fosse um dos membros da Comissão Exterior desta Casa, nem sei aonde eles tinham levado a gente. E o desenrolar dos fatos todo mundo já sabe.

Eu não precisei nem adentrar o território venezuelano para ver que nós estávamos diante de um governo pequeno, que aquele povo não merece. Mas, nesse mesmo tempo, a gente via e vê total cumplicidade do Governo brasileiro em relação a esse país e a esse tipo de política. E aí, como foi bem explanado aqui – o que nos preocupa –, ao contrário das coisas que estão acontecendo no mundo, o Brasil se une a esse grupelho e nós começamos a perder oportunidades importantíssimas para nossa economia.

Ao passo também que nos faz lamentar – como a Senadora Ana Amélia colocou aqui –, porque o Instituto Rio Branco sempre foi o sonho, até no imaginário dos jovens quando estudavam para o vestibular, ir para o Itamaraty e seguir essa carreira. Hoje vemos com muita frustração. Chega-se nas embaixadas, obviamente, não se fala oficialmente, mas os funcionários nos dizem: "Está faltando dinheiro para pagar luz." Eu não sei o que está acontecendo. Eu pensei que fossem embaixadas – Senador Tasso – mais periféricas. Eu falo de embaixadas importantíssimas, como de Londres, como dos Estados Unidos, as pessoas estão com extrema dificuldade. Eu não sei como podemos ser protagonistas no cenário mundial se o nosso principal instrumento para sermos esse País grande está sucateado praticamente.

Mas eu tenho uma pergunta mais específica acerca do que me preocupa em relação à economia brasileira e afeta o meu Estado de Mato Grosso.

Posso imaginar que o Itamaraty acompanhou os longos e difíceis entendimentos que redundaram no anúncio da Parceria Transpacífica. Sendo assim, qual avaliação do Ministério das Relações Exteriores sobre o impacto da parceria na nossa economia? Se há algum estudo. Na hipótese de existência de algum trabalho interno sobre as negociações dessa parceria e sua a sua repercussão no Brasil, poderia ser compartilhada com Senado?

Outra pergunta. No domínio do agronegócio, o Brasil, além de não abrir novos mercados, passa a conviver com risco de perder com o advento da parceria os já conquistados.

Segundo declarações feitas durante o anúncio do acordo, prevê-se redução tarifária de 40% nas exportações de frango e de 35% nas vendas de soja. Somem-se a essa circunstância aspectos sanitários e ambientais e outros regulamentos que estão além do preço e que irão beneficiar nossos concorrentes, de modo destacado os Estados Unidos da América, que são fornecedores preferenciais dos demais onze países envolvidos na parceria. Esse o quadro. Qual a estratégia do atual Governo: insistir com Mercosul, Unasul e bolivarianos ou temos alguma saída da qual ainda não sabemos?

São minhas colocações, Sr. Presidente. Tem nos inquietado muito essa forma... De repente até o Brasil está com uma política que não sabemos, há alguma mexida. Nesses dias falaram: "Olha, às vezes estamos jogando xadrez, vemos uma jogada e você fala que isso está totalmente errado, mas ela está tão errada que você pensa que é uma estratégia do adversário e fica ali." De repente vai ver que não, era uma jogada errada mesmo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito bem.

Passo a palavra agora ao Chanceler Mauro Vieira.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Muito obrigado, Sr. Presidente Senador Aloysio Nunes Ferreira, Srs. Senadores, membros da Comissão, colegas do Itamaraty que vejo aqui.

Eu queria, em primeiro lugar, dizer que é uma honra vir mais uma vez. Como V. Exª registrou, é a quarta vez que venho a esta Comissão discutir temas de política externa. Eu acho que esse fato é estimulante. Venho, evidentemente, com o sentido de dever, mas também com grande interesse e disposição.

A execução da política externa está evidentemente relacionada à capacidade que o Ministério das Relações Exteriores tem de atuar não só no exterior, mas também de articular dentro do País com os demais órgãos de governo, com o Congresso Nacional e com a sociedade quais são os objetivos e como nós vemos o mundo na atualidade.

Eu queria, antes de tudo, agradecer a V. Exª, Sr. Presidente. Também agradeço a compreensão do Senador Tasso Jereissati, que foi o proponente dessa iniciativa e permitiu a mudança da data para que eu viesse hoje, numa reunião extraordinária e não na quinta feira, porque eu tenho um compromisso hoje ainda, no final da tarde, em uma visita ao exterior, a Cuba, e o regresso seria arriscado, eu chego na quinta-feira de manhã, seria muito arriscado comprometer o horário do início da Comissão.

Então, eu queria agradecer muito a compreensão de todos e dizer que tenho muita satisfação em conversar sobre os dois temas principais que foram objeto do requerimento e do convite desta Comissão e sobre todos os outros, como a Parceria Transpacífica e a questão das eleições e da Comissão da Unasul para as eleições da Venezuela e também sobre qualquer outro tema que seja de interesse.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Aliás, se o senhor puder dar uma palavrinha depois sobre a sua visita a Cuba, de qual agenda vai tratar, seria muito interessante para a Comissão.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Com muito prazer.

Eu tinha também intenção, mas pelo horário que hoje é reduzido para os senhores entendo que não seria possível, de fazer neste momento uma avaliação geral da política externa do Governo brasileiro neste primeiro ano em que estou à frente do Ministério, desde o convite que recebi da Presidente Dilma Rousseff em dezembro do ano passado, com a posse no início do segundo mandato.

Posso começar pela Parceria Transpacífica ou pela Venezuela?

A Parceria Transpacífica não está concluída. Houve o fim das negociações em nível técnico, ainda tardará para ser assinada e para ser posta em vigor mais ainda, serão anos. Basta dizer que os últimos acordos de livre comércio dos Estados Unidos com alguns países da Ásia levaram quatro ou cinco anos para serem mandados ao legislativo americano e depois houve toda questão do exame no legislativo.

A Parceria Transpacífica é a evolução de um acordo assinado em 2006, entre o Chile, Nova Zelândia, Singapura e o Brunei. Era também um acordo resumido a quatro países, limitado a quatro países, mas que previa reduções tarifárias. Com relação a esses países, essas reduções tarifárias já existem, já estão em vigor. A partir de 2008, os Estados Unidos então tiveram interesse de se aproximar e negociar com esses países liberações em serviços financeiros. Mas foi só. Também depois, aos poucos, outros países foram se interessando, como Austrália, Vietnã e Peru, no continente.

Em termos estritamente comerciais, os Estados Unidos, a partir de 2009, do início do primeiro mandato do Presidente Obama, iniciou então uma aproximação e uma negociação ampliada, que envolvia praticamente todos os países que agora concluíram as negociações. Inclusive, tardou um pouco para que países como o Japão e a Austrália aderissem. O Japão tem legislações muito protecionistas em várias áreas, sobretudo quanto a produtos agrícolas. Agora, a adesão do Japão, que é recente, de 2012/2013, realmente faz o bloco ser importante e acrescenta um aspecto interessante.

Antes da adesão do Japão, do início do Japão nas negociações, 95% das trocas Estados Unidos já eram feitas com os países da região que estava negociando já eram feitas com países com os quais os Estados Unidos tinham acordo de livre comércio. Então, na realidade, acrescentava muito pouco. O fato do Japão, sim, porque aí passaram a ser os países com que os Estados Unidos não têm acordo livre comércio na região. Quer dizer, os extras TLCs, com a presença do Japão, passaram a ter 20% do volume de comércio dos Estados Unidos com esses países que não têm acordo de livre comércio.

Esse fato é importante e creio que vale a pena ser registrado. Foram muitas as negociações com esse novo formato. Começaram a se desenvolver a partir de 2012/2013, com o ingresso, então, do Japão e da Austrália. Deve-se dizer que foi uma longuíssima negociação, como já mencionei, foram mais de 19 rodadas de negociações oficiais e 23 rodadas técnicas. A última técnica delas aconteceu agora em setembro, nos Estados Unidos, em Atlanta, quando foi anunciado o fim das negociações no nível técnico. Isso ainda implicará depois, evidentemente, acertos políticos e futura assinatura do acordo, sobretudo aprovação no Congresso americano. Já assistimos à campanha para as eleições presidenciais nos Estados Unidos e os principais candidatos dos dois lados já se manifestaram contra o acordo.

Com relação ao acompanhamento do Brasil, é importante ter em mente que o Brasil não foi convidado, o Brasil não é membro da Bacia do Pacífico e não estava no acordo inicial de 2006, não foi convidado. E uma

coisa importantíssima é que a grande parte da polêmica gerada em vários países com relação ao TPP deve-se ao fato de que esse acordo foi negociado entre os estados que foram convidados a portas fechadas, não houve divulgação praticamente nenhuma de dados, de aspectos, de conteúdos importantes durante a negociação. Nós esperamos ainda a divulgação do texto técnico que foi feita muito recentemente, mas ainda sem todos os detalhes. Está sendo feita uma avaliação.

Mas o que é importante é ter em mente que a TPP consagra esse movimento gradual de distanciamento também dos Estados Unidos do multilateralismo comercial que foi inspirado pelo próprio governo americano, no fim da Segunda Guerra, com todos os organismos Bretton Woods e todo multilateralismo. Isso é também feito como uma medida, como um instrumento de promover interesses – e é óbvio que seja assim – do comércio norte-americano. E esse tipo de acordo favorece a proteção da propriedade intelectual e a promoção dos interesses americanos em relação à propriedade intelectual e disciplina também a regulamentação de investimentos.

A TPP consolida circuitos produtivos existentes na região do Pacífico onde há uma grande integração produtiva e as tarifas aplicadas pela maioria dos países da TPP são já, há muitos anos, muito baixas, muito mais baixas que as tarifas em qualquer outra região, com algumas exceções em mercados menores, evidentemente.

Por essas razões, o desvio de comércio gerado por esse acordo na área industrial até o momento não é avaliado como tendo um impacto muito grande, sobretudo para terceiros países, como o Brasil ou para países de outras regiões.

No entanto, na área agrícola, os grandes mercados da TPP aplicam restrições tarifárias significativas e isso, sim, pode trazer prejuízos para o Brasil. Seria também necessário um exame detido em agricultura, mais do que as barreiras tarifárias são as barreiras sanitárias que podem ser importantes. Isso é, sem dúvida, um tema de interesse e de acompanhamento pelo Governo brasileiro, pelo Ministério das Relações Exteriores e pelos outros ministérios envolvidos, como o Ministério da Indústria e Comércio, como o Ministério da Fazenda e outros.

É preciso evidentemente analisar, porque é apresentado pela imprensa em geral – não só brasileira, mas de todo o mundo – como um grande feito, apregoado como uma grande vantagem e quem está fora está prejudicado. Também se tem que dizer que é a primeira grande negociação plurilateral dos Estados Unidos em mais de 20 anos, desde a conclusão do Nafta. Também tem esse aspecto.

O acordo impõe também obrigações para os seus membros que eliminam parte das vantagens que poderiam ser aferidas somente com a questão de reduções de tarifas. Por exemplo: o Vietnã assumiu o compromisso de permitir a liberdade sindical e isso não é uma coisa que evidentemente vai encarecer as exportações do Vietnã, sobretudo na área têxtil, mas isso não é exclusivo dos países da TPP. Todos os países se beneficiarão do aumento da elevação do custo das exportações do Vietnã, já que são permanentes, são custos estruturais da produção.

Também há compromissos para evitar a manipulação cambial, o que também beneficia todos os países que comerciam com essa região.

Quanto à crítica de que a estratégia brasileira apostou demasiadamente no multilateralismo da Rodada de Doha, da OMC, eu acho que não é totalmente válida. Um país como o Brasil, que é um ator global e que negocia com todos os países do mundo, não pode depender de um único mercado, de uma única região.

Nós estamos inseridos em todo o mundo: na África, na América Latina, no Caribe, na América Central, nos Estados Unidos e na União Europeia e não poderíamos evidentemente deixar de considerar o multilateralismo, inclusive porque, isso sim, é um princípio básico da política externa brasileira e é também um preceito constitucional, como é a integração latino-americana, como é a defesa do multilateralismo.

São preceitos constitucionais que não poderíamos deixar de levar. E é importante dizer que, no âmbito da OMC, são negociações que visam a regulamentar o comércio num universo de pelo menos 150 países e não apenas dos doze que compõem a TPP. Também é importante dizer que as questões que muito interessam ao Brasil estão regulamentadas e são defendidas na OMC, como a questão dos subsídios agrícolas para Estados importantes, como o Estado do Rio Grande do Sul e tantos outros do Centro-Oeste brasileiro, grandes produtores e todos os Estados brasileiros produtores e exportadores.

Nesses acordos plurilaterais, as condições são adversas para o Brasil. Nós temos que lutar, ser ativos e criar um sistema, um mecanismo de comércio internacional que defenda os nossos interesses. E aí eu não vejo outra alternativa se não fortalecer a OMC para que crie regras, sobretudo nessas áreas em que temos grande interesse, que defendam os nossos interesses e que criem um sistema, uma rede internacional em que haja pleno conhecimento, em que haja transparência e em que haja...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Perdoe-me a imprudência, mas o Governo brasileiro pretende aprofundar a tese do multilateralismo?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Também tenho uma pergunta. Qual é a sua expectativa em relação à reunião de Nairóbi?

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Em Nairóbi eu chegarei.

O multilateralismo é indispensável em todas as áreas – político, econômico e social –, em todas as áreas é indispensável. Para um país como o Brasil, se não fosse a ONU, se não existissem as regras da ONU, se não existisse multilateralismo, nós estaríamos...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Mas os acordos regionais estão se sobrepondo com muita força ao multilateralismo. É basicamente isso.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Mas os acordos regionais ou plurilaterais não são tantos. O que existe – posso aqui me referir a isso – e eu já havia feito referência, esse é o primeiro acordo plurilateral em mais de 20 anos. Pode haver algum acerto, mas os acordos comerciais têm que ser compatíveis com as normas e as regras da OMC para todos os países que são membros da OMC. Todos os países são membros – quase todos, um grande número – ou estão em processo de adesão à OMC.

Eu gostaria só de continuar dizendo que eu acho que é uma escolha correta para o Brasil valorizar a OMC. Mas que não seja só a OMC, temos que estar presentes em todas as áreas e em todos os foros. O Brasil já participou no passado de uma quantidade enorme acordos de matérias-primas que depois foram perdendo validade, foram sendo esquecidos e substituídos por outros mecanismos. Nós temos, sim, interesses e fazemos muitos acordos. Eu vou me referir em seguida aos nossos acordos.

Eu acho fundamental que se atue ao mesmo tempo em diferentes áreas, em diferentes foros e a questão da OMC é indispensável. Se não tivermos regras claras, precisas, aprovados por consenso por todos os países, nós vamos entrar numa guerra comercial em que nenhum país vai poder defender seus interesses, a não ser os interesses dos mais fortes.

O multilateralismo, evidentemente, é um princípio básico, é basilar da política externa brasileira porque um país como o Brasil, que não se impõe pela força, que não se impõe pelas armas tem que ter a capacidade de dialogar, de conversar com todas as regiões do mundo, com todos os países.

Eu gostaria ainda de dizer que – já me referi rapidamente, tenho aqui no meu roteiro – os subsídios agrícolas só são negociados na OMC. Portanto, não podemos deixar de lado, não podemos abandonar e não podemos deixar de investir energia e tempo e, sobretudo, lutar para que se chegue a Doha com uma posição firme.

A posição do Brasil é de lutar e nessas negociações reduzir significativamente os níveis de proteção e os subsídios agrícolas. Eu acho uma aposta lógica para o Brasil. A Rodada Doha foi lançada há 14 anos, com um mandato de desenvolvimento e de comércio como promoção do desenvolvimento.

O Brasil é membro fundador do antigo GATT, que se transformou, no final da década de 90, em OMC. E o Brasil jamais esmoreceu, em nenhuma das rodadas, em todas as anteriores, Rodada Uruguai, Rodada Tóquio, na defesa dos setores que são fundamentais.

E nós acreditamos ainda, sim, em Nairóbi, a reunião ministerial da OMC se realizará de 14 a 18 de dezembro, que possa haver um pacote que inclua entendimentos sobre os subsídios da exportação agrícola, a questão chamada de competição das exportações; as regras especiais, que já vêm também de longo tempo, para os países de menor desenvolvimento relativo; medidas de transparência e, sobretudo, que a declaração ministerial final da rodada dê rumos e indicações de como prosseguir com as negociações da rodada.

Há países que defendem o fim da rodada, e são países grandes atores no comércio internacional, que preferem manter a situação como está, porque se preservam algumas situações favoráveis e positivas e algumas vantagens. E há outros países, como é a posição do Brasil, que queremos continuar. Nós não podemos ceder diante das críticas de que a rodada leva 14 anos, construções de outros mecanismos levam muito mais tempo.

A União Europeia, por exemplo, demorou 50 e poucos anos para chegar ao nível atual. Da mesma forma que o Mercosul demora também vários anos para evoluir e se consolidar. Eu acho que não se deve ceder a essa questão de críticas porque estamos há 14 anos discutindo.

Eu acho houve, ao longo dos 14 anos, avanços importantes e conquistas importantes. Posições do Brasil que foram defendidas e foram colocados, a mais de dez anos atrás, vêm se consolidando, estão presentes nas decisões. Então, precisamos saber qual vai ser o resultado de Nairóbi. É difícil, eu não posso dizer que vamos chegar a um acordo ou vai ser um fracasso absoluto.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – É agora na segunda quinzena de dezembro?

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – É 14 a 18 de dezembro.

Evidente que, no multilateralismo e na discussão entre pares, sempre se pode chegar a um impasse, marcar uma outra reunião para se tentar aplainar dificuldades. Agora, o que eu acho que é importante é que os países emergentes, os países em desenvolvimento, tenham atendidas as suas necessidades básicas de pro-

dução. São todos grandes exportadores, com uma participação importante das exportações agrícolas no seu produto interno, eu acho que é importante que haja uma proteção.

E eu creio que a solução em Bali, se não prorrogar a rodada, eu acho que não deve haver dúvida, deve haver posições firmes de que os temas que são de interesse, os temas agrícolas, os subsídios, transparência, competição, exportação, têm que continuar, tem que haver um compromisso que continue em debate. Nós não podemos fechar esse ciclo. Aí sim eu acho que seria objeto de críticas, depois de 14 anos sem avanços significativos, por causa de defesa de interesses de alguns grupos.

Eu acho que esse pacote, se for negociado dessa forma, pode mostrar que a OMC continua sendo um instrumento relevante para o comércio internacional, mesmo com o surgimento de alguns acordos regionais ou plurilaterais, sem dúvida nenhuma.

O Brasil tem liderado e tem empenho na retomada de vários acordos que são do nosso interesse, um deles, que foi mencionado aqui pelos Srs. Senadores, é a questão do acordo Mercosul e União Europeia. Esse acordo é considerado, pelo Governo brasileiro, recebi instruções específicas, da Presidenta Dilma Rousseff, de atuar nesse sentido, como prioritário, importantíssimo.

Aliás, esse acordo já vinha sendo negociado há muito tempo, também já temos 14 ou 15 anos de negociação, e foi, em muitas ocasiões, prejudicada a negociação, por outras tentativas que não avançaram, como a Alca, ou foram ainda, em algum momento, prejudicadas porque havia outros grandes acordos, como as propostas americanas, desde 2009, do TPP e outros que dificultaram um pouco, e depois com a própria, chamada na sigla inglesa de TTIP, que é o acordo Estados Unidos com a União Europeia. Mas eu acho que há um convencimento total de que esse acordo é prioritário.

Do ponto de vista do Brasil, essa posição é resultado de uma grande consulta entre os órgãos do Governo brasileiro, entre os diferentes representantes dos setores privados, em várias áreas, agrícola, industrial, serviço, há um grande interesse.

O Brasil teve a Presidência *Pro Tempore* do Mercosul, no primeiro semestre deste ano. E eu transmiti aos meus colegas, Ministros do exterior dos países do Mercosul, essa posição e desenvolvemos um longo e minucioso trabalho de negociação e preparação das ofertas.

Esse acordo já teve dois momentos de interrupção das negociações. O acerto que nós tivemos no relançamento das negociações é de que as ofertas deveriam ser, pelo menos, superiores a uma das interrupções, que foi em 2004. E assim foi.

Nós tivemos, em 2014 – eu ainda não estava nas funções – uma reunião, em Bruxelas, entre o Mercosul e a unidade de negociação da União Europeia, da Comissão de Comércio, em que o responsável pela União Europeia aceitou estes termos, que a oferta do Mercosul deveria cumprir com determinados requisitos que seria situar-se entre 87% a 90% da cobertura de todo o comércio.

Muito bem, isso foi feito. Nós, o Governo brasileiro com os outros membros do Mercosul, continuamos as negociações e nós chegamos a isso. Aí sim isso aconteceu este ano, no primeiro semestre deste ano, intensas negociações, em que contei sempre também com o apoio total do Ministério da Indústria e Comércio, com a presença inclusive do Ministro e Senador Armando Monteiro, na construção dessa oferta e também na negociação, me acompanhou em negociações mais recentes no Paraguai, que assumiu a Presidência *Pro Tempore* do Mercosul, em julho, e que coordenou essa negociação.

Nós estamos lá, os quatro países que participam: Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai, são os quatro que estão negociando, os demais ainda estão em processo de adesão, de ascensão ao Mercosul, portanto, não estão negociando. Esses quatro países concordaram em uma oferta que cobre 87% do comércio e que é uma oferta interessante, porque há também componentes na área de serviço de compras governamentais. É, sem dúvida nenhuma, uma oferta atrativa.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – E essas outras normas, Ministro, de propriedade intelectual, barreiras sanitárias, fitossanitárias...

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Propriedade intelectual.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – ...questões trabalhistas. Isso tudo são componentes das ofertas?

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Esses aspectos todos serão componentes na negociação. O importante ter presente é que a conclusão das ofertas nos habilita, nos permite assentar com a União Europeia, com a Comissária de Comércio, Cecilia Malmström, e proceder a troca das ofertas.

Eu estou examinando do lado nosso. Agora, tem que ver do lado da União Europeia. Porque...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eles não apresentaram...

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Não, eles não apresentaram. Nós não impusemos nenhum limite, não dissemos que oferta deles tem que ser de 90%. Nós estamos esperando.

Realmente, há rumores, pela imprensa, aqui, fora, as especializadas sobre tudo em Bruxelas, de que havia uma expectativa que a oferta do Mercosul deveria ser mais alta. Eu não vejo por que, porque não foi o acordado. E isso é um ponto de partida, nós vamos começar a negociar.

Temos que ver qual vai ser também a oferta da União Europeia, se é ambiciosa, se não é, se é modesta, se é retraída, se é uma oferta interessante aos países do Mercosul, são, todos os quatro que estão negociando, portadores importantes.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Esse tema constou na agenda do encontro da Presidente Dilma com a Chanceler Merkel? Essa questão...

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Sem dúvida, foi e eu vou me referir a isso. Mas eu queria só dizer que a União Europeia é muito protecionista e, evidentemente, não poderia deixar de ser, tem que defender seus interesses. E, sobretudo em agricultura, há grandes países que são muito próximos do Brasil, com os quais temos relações importantes e intensas, e que são também grandes produtores e que têm esses interesses. Nós precisamos ver e conhecer qual é a posição da União Europeia.

E nós queremos, nessa reunião de junho último, que a Presidência do Mercosul ainda estava com o Brasil, eu chefiei a delegação do lado do Mercosul, nós pedimos e depois anunciamos formalmente, por meio de um comunicado, que a troca de ofertas se realizaria no último trimestre deste ano. Portanto, nós estamos insistindo para que isso aconteça.

Agora, sexta-feira, dia 27, haverá uma reunião importante em Bruxelas, da Comissão de Política Externa, em que os países membros da União Europeia se reunirão e ouvirão o relato atual do estado dos encontros, dos entendimentos do Mercosul com a União Europeia, a Comissária Cecilia Malmström fará essa apresentação e pedirá, então, o mandato da Comissão para que se proceda a troca de ofertas.

A troca de ofertas é em um primeiro momento, se houver interesse do lado da União Europeia, evidentemente haverá uma negociação e poderemos aumentar. Não se entra em nenhuma negociação com uma posição final. Tudo pode ser visto, examinado e adaptado, de acordo também com o que nos foi oferecido.

A União Europeia, eu dizia, é muito protecionista em vários setores, em várias áreas, por alguns países. E também eu não vejo por que... Por isso não dou razão a esses rumores de imprensa de a nossa oferta deveria ser maior, tendo em vista que a União Europeia, no acordo com o Japão, que começaram a negociar, fez uma oferta que cobre apenas 84% do comércio.

E, por outro lado, a negociação da chamada TTIP, que é a Parceria Transatlântica, com os Estados Unidos e União Europeia, aceitaram começar a negociação com uma cobertura de 80% oferecida pelos Estados Unidos. Então, eu acho que nós estamos perfeitamente habilitados, estamos dentro desse padrão. É fundamental, é importantíssimo.

Recebi instruções diretas da Presidenta para que agisse nesse sentido, e tenho me esforçado, me concentrado. Eu fiz, diante dessas informações que circularam, uma série de gestões, sempre agora coordenadas com a Presidência *Pro Tempore* paraguaia e com o Ministro do Exterior do Paraguai, Eládio Loizaga, com quem falo sempre. Ele acabou de estar em Bruxelas para, em nome do Mercosul, propor que se realize e oferecer datas alternativas. Essas datas estão sendo estudadas pela União Europeia e nós gostaríamos que fosse este ano ainda.

Mas eu fiz várias gestões, não só diretamente na comissão, com a Comissária Cecilia Malmström, por telefone todas, mas com Ministros do Exterior ou encarregados de comércio exterior dos países grandes atores da União Europeia, como a França, a Espanha, a Itália, o Reino Unido, a Holanda e a Alemanha, sobretudo.

E o tema foi levantado pela Presidenta Dilma Rousseff quando recebeu aqui a Chanceler Merkel e também quando esteve na Itália e foi recebida pelo Presidente da Itália e pelo Primeiro-Ministro Renzi. Eu também voltei a insistir quando recentemente veio o Ministro do Exterior Gentiloni, expressando o desejo do Mercosul que passássemos a fase da troca de ofertas. Nós não podemos ficar eternamente nessa posição, nesse compasso de espera e precisávamos então proceder a isso e conhecer o outro lado, conhecer quais são as cartas que o outro lado tem na mão.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Permita-me só uma pergunta.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – E os entendimentos entre os Estados Unidos e a União Europeia, em que pé estão? Estão mais avançados?

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Não, que eu saiba também não. Até agora, como no caso da TPP, não há um anúncio total, também é uma negociação dificílima. Se a negociação da TPP com o Pacífico, que vem de uma base, de um acordo aprovado em 2006, demorou de 2009, formalmente os Estados Unidos presente até agora, no da União Europeia, há grandes dificuldades na área agrícola, na área de denominações geográficas e denominações de origem, de propriedade intelectual e também de investimentos, de proteção de investimentos. Há grandes dificuldades e há uma grande diferença de posições.

Então, eu não sei, quer dizer, eu não tenho conhecimento, o Brasil, como não é membro de nenhuma das duas regiões que está negociando, não tem acesso.

Algum dos Srs. Senadores perguntou se o Brasil tinha tido observadores nas negociações. Não, porque não é admitido; não é admitido, não existe. É um clube fechado, são os membros, é como negociações do Mercosul com a União Europeia, ou participam ou membros do Mercosul ou da União Europeia.

Mas gostaria de dizer ainda, com relação aos acordos comerciais, que tanto o Brasil como o Mercosul estão muito presentes e conscientes da necessidade de acordos regionais. Temos muitos acordos e isso tudo é um processo, é uma arquitetura que está sendo construída. O Mercosul ainda é relativamente jovem, com pouco mais de 20 anos, e precisa ainda consolidar uma série de negociações. Mas nós temos acordos quadros com a Índia, com Israel, com a Palestina, com o Egito – acordos quase já comerciais –, com a União Aduaneira da África Austral, e temos acordos quadros já negociados com o Líbano e com a Tunísia, que têm também interesse em aprofundar e passar do acordo quadro para um acordo de livre comércio.

Da mesma forma com a EFTA, a Associação de Livre Comércio Europeia, que é um pouco até mais antiga que a União Europeia, mas limitada a quatro países apenas. As duas grandes forças são a Suíça e a Noruega, países que têm, evidentemente, uma capacidade de investimentos, uma capacidade de comércio também importantes. E isso é um diálogo exploratório que vem sendo feito. Da mesma forma com o Canadá. O Canadá manifestou interesse e o novo governo recentemente eleito já reiterou essa posição.

É importante dizer que o Brasil tem acordos de livre comércio com os países associados do Mercosul, e que o Mercosul tem também; a nossa rede de acordos cobre toda a América do Sul e o México, e há acordos em discussão com a América Central. O Brasil já assinou acordos de livre comércio com todos os países sul-americanos não membros do Mercosul e acordos, evidentemente, de união aduaneira com os países do Mercosul. Nós temos acordos importantes com a Colômbia, com o Chile e com o Peru, e uma rede de acordos, não é só uma questão de acordos de comércio, mas, por exemplo, acordos de cooperação e facilitação de investimentos importantes que foram concluídos já com o México, com a Colômbia, e, ontem ainda, por telefone, o Ministro Armando Monteiro, que estava em uma missão no Chile, confirmou-me que foi concluído o acordo com o Chile, o que é muito importante.

Com isso, uma rede de dez países da região está integrada por acordos comerciais. Somente o Mercosul, com a sua constituição atual de seis membros, representa 77% do território, 70% da população e 72% do PIB da América do Sul, portanto, creio que seja um dado importante.

E os outros acordos que nós temos, como, por exemplo, o acordo com o México, na recente visita de Estado da Presidenta Dilma Rousseff ao México foi decidido o aprofundamento desse acordo. Esse acordo será ampliado para cobrir a grande maioria e chegarmos a uma cobertura muito elevada de todo o comércio bilateral, incluindo o setor automotivo.

Da mesma forma com a Índia. Eu acabei de visitar a Índia, a Presidente se reuniu também este ano com o Primeiro-Ministro da Índia e foi manifestado o interesse de se quadruplicar a cobertura atual do acordo com a Índia. É um país, sem dúvida nenhuma, importante, com uma grande população, com uma grande participação no comércio internacional, com muito conhecimento, com uma presença muito forte nas áreas de tecnologia da informação, indústria farmacêutica, portanto, eu tenho certeza de que será muito importante.

Quando se fala de comércio exterior, uma via não exclui a outra; acordos bilaterais ou acordos regionais não excluem, evidentemente, a participação em organismos internacionais como a OMC. Eu acho que tudo é complementar, e um país como o Brasil, que é um ator internacional, tem que estar presente em todas essas discussões.

Espero ter, de alguma forma, coberto as principais preocupações com relação à questão do comércio, à questão da TPP e às questões associadas que vieram com relação ao Mercosul.

Com relação ao segundo tema do convite, que dizia respeito à Comissão da Unasul para acompanhar as eleições na Venezuela, eu queria dizer que o Brasil tem participado desde o início da Unasul, e antes, nos outros mecanismos, em todas as possibilidades, em todos os fóruns de concertação política para tentar transmitir sua visão, sua participação nas questões regionais; a visão, a forma com que vemos e podemos transmitir a nossa contribuição para a solução pacífica de controvérsias, para a solução de conflitos entre Estados ou internamente.

Nesse sentido, a Unasul criou em 2014, no início de 2014, uma comissão de chanceleres. Eu não participei, foi o meu antecessor e amigo, o Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, que participou desde 2014 ao lado dos chanceleres do Equador e da Colômbia, país que é muito importante na relação com a Venezuela.

A Colômbia é o maior parceiro comercial da Venezuela e vice-versa, a Venezuela é o maior parceiro comercial da Colômbia. São países que dividem uma fronteira comum de 2.200, 2.300 quilômetros, e há uma grande parcela das populações de um país vivendo no outro, há mais ou menos, 5 milhões, ou mais, de colombianos vivendo na Venezuela. Portanto, são relações muito próximas e há uma grande relação entre esses países.

Os três ministros participaram de uma série de reuniões e foi criada essa comissão com o objetivo, a pedido do Governo da Venezuela, inclusive, de se promover e estabelecer um diálogo entre o governo e a oposição na Venezuela. Isso em um momento de acirramento de uma crise política e social na Venezuela, com enfrentamentos na rua que deram razão, que deram causa a várias prisões de manifestantes, políticos, de estudantes e sociedade em geral. Houve muitas prisões, mas essa comissão foi criada com o consentimento, e mais do que isso, até com um pedido do governo venezuelano para estabelecer um diálogo, porque esse diálogo estava suspenso, estava cortado, e não havia possibilidade de o menor entendimento.

Eu acho que nesse primeiro momento, vamos dizer, até o final do ano passado, esta comissão desempenhou muito bem este mandato, promoveu esse entendimento e os conflitos, os enfrentamentos nas ruas cessaram, pararam. Tinha havido também...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Desculpe-me, mas que diálogo, eu não vejo nenhum resultado de nenhum diálogo. A repressão só se acentuou, as pessoas foram banidas do processo eleitoral; essa é a interrogação que faço.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Mas houve, e eu agradeço o seu comentário, Sr. Presidente, mas o objetivo e o mandato era evitar os conflitos de rua, que provocaram mortes e saques, que acabassem. E isso ocorreu. E, mais do que isso, a oposição se reuniu por várias ocasiões, eu não sei dizer com precisão, posso ver depois, eu não participei porque isso foi em 2014, mas houve uma série de missões, como a comissão dos três chanceleres. Algumas que estavam previstas para durar 24, 48 horas se esticaram por quase toda uma semana porque foi estabelecido um verdadeiro diálogo. Foi estabelecido um diálogo com o governo. Eu ouvi e vi relatos sobre essas reuniões em que se sentava o governo de um lado, a mesa de unidade democrática da oposição do outro lado e o debate era dirigido pelos ministros dos três países.

Eu acho que o resultado disso foi, primeiro, que cessaram os enfrentamentos na rua; foi possível parar e evitar que se continuasse em um movimento trágico em que houve mortes, não sei quantas, mas houve algumas mortes. Depois, eu acho que a oposição reconheceu que a solução para o conflito, para o estado atual da vida política e social da Venezuela, passaria, necessariamente, pelas eleições legislativas que ocorrerão agora no mês de dezembro. Isso foi, vamos dizer, o primeiro período, o primeiro momento dessa comissão. A partir do início deste ano houve uma convocação, mais de uma, eu participei, eu fui duas ou três vezes a Venezuela, fui uma vez a Quito e fui uma vez a Montevidéu participando com os meus colegas da Colômbia e do Equador, e algumas dessas reuniões eram só com o governo, outras com o governo e a oposição, outras encontros só com a oposição, mas tivemos.

Uma coisa muito importante é levar em conta que o Vaticano teve um papel muito importante. Inclusive, grande parte desses diálogos foram promovidos na sede da Nunciatura Apostólica em Caracas, um território neutro em que todos se sentiram seguros e, portanto, aptos a expressar suas posições. Eu participei de uma dessas reuniões na Nunciatura e ouvi claramente de todos os líderes da oposição... Dos 12, acho que são 12 partidos que integram a mesa de unidade democrática, dez deles estavam presentes, e, dentre eles, dentre as lideranças presentes, o Governador Henrique Capriles é, sem dúvida nenhuma, a maior a liderança. Ele alcançou quase 49% dos votos nas últimas eleições presidenciais, foi uma vitória do governo de 2,5%, 3%, e ele é, eu acho, uma importante liderança, uma voz, portanto, autorizada. Ele, claramente, em público, manifestou o agradecimento pela participação dos países da Unasul, especialmente dos três países que formavam essa comissão. Agradeceu muito e disse que via nisso um apoio à institucionalização política na Venezuela, que agradecia essa participação e que não havia solução possível que não fosse pelas urnas. Eu acho que foi uma manifestação importante.

Nesse sentido, continuamos as conversas, os entendimentos. As eleições foram, como os senhores sabem, marcadas para dezembro próximo. Na Venezuela, o Conselho Nacional Eleitoral é um poder independente e que, segundo a legislação, fixa, inclusive, a data, não há uma data constitucional fixa. E, dentro do que estabelece a lei, não conheço os detalhes, mas teria que ser até fim de janeiro, a realização das eleições foi marcada para o mês de dezembro.

O Conselho Nacional Eleitoral formulou os convites para as missões de acompanhamento da Unasul e também houve convites a representantes do Mercosul, da Celac, para a participação do Parlasul e do Parlatino, todos eles feitos pelo Conselho Nacional eleitoral. Houve também um convite dirigido ao Ceela, com c, que é o Conselho de Especialistas Eleitorais da América Latina e convites a alguns países específicos, como, por exemplo, Índia, Coreia do Sul, Filipinas. Eu acho que isso deu uma participação, um acompanhamento, uma dimensão plural e multinacional.

O Brasil, depois de marcada a data das eleições, o Governo brasileiro participou das negociações que eram indispensáveis de um convênio entre a Unasul, como bloco, e o governo venezuelano. Esse convênio, esse memorando de entendimento estabelecia as bases para que se pudesse realizar, que sustentasse a reali-

zação dessa comissão. Isso foi uma negociação, que não foi rapidíssima, mas que demorou o tempo que, evidentemente, era necessário levar.

Essa negociação, que contou amplamente com uma grande discussão, foi feita no âmbito do Conselho Eleitoral da Unasul. Os órgãos eleitorais de cada país participaram e puderam expressar suas opiniões. Chegou-se agora, nos primeiros dias de novembro, se não me equivoco, à conclusão desse acordo, desse convênio.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Ministro...

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – O principal órgão eleitoral do Brasil é o Tribunal Superior Eleitoral. O Tribunal Superior Eleitoral disse claramente pelo seu presidente que, dada a protelação de uma resposta da comissão eleitoral venezuelana sobre as condições de realização dessa missão de observação, dado o fato de que, àquela altura, quando veio a resposta, uma boa parte do processo preparatório das eleições já tinha sido concluído, especialmente a preparação das urnas eletrônicas, etc., o principal órgão eleitoral da América do Sul, que é o TSE, disse: isto não vai dar certo.

Como é que o Governo brasileiro continua apegado a essa fantasia? Perdoe-me, eu nem sei se essa Comissão da Unasul já começou a trabalhar, nem sei se já chegou lá, talvez tenha chegado esses dias, mas isso é uma fantasia. Nós corremos o risco, Ministro, de legitimar uma farsa, uma farsa, esse é o meu receio.

Eu não vejo também... Veja, a minha preocupação é com a escalada verbal deste presidente da Venezuela, esse Sr. Maduro, que diz as maiores barbaridades, as ameaças mais truculentas contra a oposição, inclusive ameaçando mobilizar o Exército, as Forças Armadas se, porventura, vier a perder, sem que o Governo brasileiro diga nada. Pode ser que diga em recinto fechado, mas nada que tenha relevância pública à altura do peso brasileiro, da tradição brasileira, cuja diplomacia sempre primou por combinar o realismo com o ideal, com inspiração, com valores; essa é a minha angústia.

Eu estou vendo as coisas caminhando no sentido, eu receio muito, de que aquilo não vá se concluir, não tenha uma boa solução. Em uma eleição em que dirigentes, líderes políticos estão presos, não têm condição de usar os meios de comunicação, o que eu esperaria, o que eu espero é que o Governo brasileiro tenha uma palavra, uma palavra pública.

Eu me referi a isso na abertura, a Srª Lilian Tintori implorou por ter um audiência em um nível elevado, e foi recusado a ela. O senhor recebeu um pessoa que, se não me engano, é defensor *del pueblo*, ou coisa que o valha, e que é um homem do governo, no mesmo momento em que o senhor negou a audiência solicitada pela senhora Lilian Tintori.

Então, eu vejo sinceramente, Ministro – eu tenho obrigação de lhe dizer isso porque eu estou expressando o ponto de vista não só do meu Partido não, mas o de uma ampla maioria de Senadores –, a posição do Governo brasileiro muito aquém daquilo que nós teríamos o dever de fazer para expressar um mínimo de solidariedade com os democratas venezuelanos.

Este Governo é presidido por uma pessoa que foi vítima da ditadura. Nós tivemos presidentes, Fernando Henrique Cardoso, Lula e agora Dilma Rousseff, que foram pessoas que se opuseram ao regime ditatorial, e, de repente, agora, quando o povo venezuelano, que acolheu muitos exilados brasileiros, pede o socorro, a voz do Brasil, o que se ouve é um ensurdecedor silêncio.

V. Exª me perdoe, Ministro, eu tenho uma enorme admiração pelo senhor, gosto do senhor pessoalmente, agora essa é uma indignação que eu não posso calar, porque eu estou vendo que nós estamos chegando perto das eleições, até agora houve protelação e o nome Jobim foi barrado pela Venezuela. Diga-se o que se queira dizer, mas basta conversar com o Ministro Jobim e ele dirá exatamente o que eu estou dizendo, o nome dele foi vetado pelo governo venezuelano, com a cumplicidade da Unasul e do Presidente da Unasul, esse Sr. Samper, que veio aqui para dar palpite na política brasileira e, em boa hora, eu neguei, eu desmarquei uma audiência com ele.

Então, desculpe-me, mas não poderia deixar de expressar esse ponto de vista com a indignação de que sou tomado todas as vezes em que o assunto vem à baila.

Obrigado.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Pois não.

Agradeço os comentários de V. Exª e queria apenas explicar que a comissão de acompanhamento das eleições teve uma negociação com indas e vindas. Inclusive foi aceito por todos os países e pela Venezuela o convênio final, que foi aprovado pelo TSE. O Tribunal Superior Eleitoral do Brasil aprovou por escrito. O Tribunal era o órgão que representava o Governo brasileiro no Conselho Eleitoral da Unasul. Todas as consultas recebidas pela Presidência *Pro Tempor*e do Uruguai eram passadas para o TSE, que aprovou o convênio tal como está, com uma declaração, com uma fórmula declaratória no final, em que fazia referência aos preceitos democráticos das cartas democráticas, dos compromissos nas Nações Unidas e na OEA. Declaração essa que foi aceita

pela Venezuela e pelas outras partes, inclusive incorporada no voto final de outros países que aceitaram, com declarações muito semelhantes.

A comissão já foi constituída. Há um comando político, há um representante da Unasul e há um coordenador técnico. O comando político é do ex-Presidente Leonel Fernández, que já instaurou a comissão. A comissão está em Caracas, começando a trabalhar a parte técnica, através do responsável técnico, verificando documentos, enfim, todo o processo. A comissão voltará nos próximos dias, até a realização das eleições. O Tribunal Superior Eleitoral decidiu não participar das negociações. Contávamos que pudesse haver técnicos ou algum representante do Tribunal, mas a decisão foi de não participar, e foi assim transmitida à Presidência *pro tempore* da Unasul.

Com relação ao veto, eu gostaria de dizer que, até onde chega o meu conhecimento – e conversei com o Ministro Jobim sobre esse aspecto –, não houve o veto. O veto foi negado pela Unasul. Foi negado. Eu perguntei especificamente à Unasul, às autoridades venezuelanas inclusive e a outros países-membros por que não estávamos ainda no momento de discutir quem teria a direção política. Havia outros nomes. O nome do Ministro Jobim tem toda a qualificação como ex-Ministro de duas partes importantes.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Ele inclusive chegou a Presidente.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Exatamente. Ex-Presidente do TSE e do STJ, Ministro da Justiça, Ministro da Defesa, amigo pessoal de todos nós, do senhor e meu também. Não há dúvidas sobre a capacidade e todos os títulos que tem.

Eu recebi a indicação do nome dele do TSE e submeti à aprovação da Presidenta, que aprovou. Nessa condição, foi transmitido o nome à Presidência *pro tempore* da Unasul. Outros países submeteram nomes também. Quando nós fomos chamados a oferecer um nome, não era um convite para indicar o representante político. Era para oferecer nomes que seriam objeto de consulta entre todas as partes, não só entre os demais países da Unasul, que compunham, que assinavam o convênio, mas também da própria Venezuela, que tem, pelos estatutos do conselho eleitoral, o direito de se manifestar.

Eu não sei como surgiu, de que forma, se foi um rumor ou o que foi, mas ainda não estávamos no ponto de discussão dos nomes, isso eu posso lhe garantir. Havia outros quatro nomes pelo menos, de outros países. Terminada a negociação do convênio, passou-se ao ponto das consultas. Nesse momento, o Ministro Jobim, diante de toda a polêmica gerada, já havia dito que retirava o nome dele, que não queria mais participar, o que é mais do que compreensível, já que se trata de uma pessoa com tantos títulos. Ele não queria que seu nome continuasse no meio de uma discussão.

Eu apurei os dados que estou transmitindo aqui ao senhor e aos Srs. Senadores com todas as fontes, não apenas com a Unasul, mas diretamente com o governo da Venezuela e com outros países-membros da Unasul.

Com relação à posição do Brasil, por tudo que eu disse até agora, o Brasil acompanha e participa de todos os esforços no sentido de promover o diálogo e o entendimento. Para o Brasil, a Venezuela também é um país muito importante, um importante parceiro, com quem tem uma fronteira enorme numa região importante e frágil. Enfim, não preciso perder tempo aqui falando sobre esses aspectos. A falta de uma atitude pública não quer dizer que não haja uma diplomacia reservada ou silenciosa. Eu mesmo já tive a ocasião de, em contato com autoridades da Venezuela, expressar o desejo de que as eleições ocorram num clima de paz, de tranquilidade, que haja transparência, que haja liberdade para que todos exerçam o direito do voto. Isso jamais deixou de ser dito e defendido. Mas também penso que não podemos julgar aprioristicamente. Estamos empenhados, com muita energia e a boa vontade, para promover o entendimento.

Temos que esperar o resultado das eleições. Foram muitas até hoje. Não é a primeira vez em que há uma missão de acompanhamento da Unasul. Já houve três pelo menos, e já houve muitíssimas...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Inclusive no tempo do Chávez. O Centro Carter estava presente lá.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Exatamente. Foi a OEA, o Centro Carter e vários outros. Eu mencionei agora os que foram convidados atualmente, que considero um conjunto também representativo e plural. Não se pode dizer que foram convidados só os que estão ideologicamente próximos do governo.

A Venezuela tem passado por uma quantidade enorme de eleições. Eles inclusive têm um instituto que é muito peculiar: o referendo revogatório – não sei se existe algum outro país que tem isso –, uma espécie de plebiscito em que pode ser revogado o mandato do chefe de Estado no curso de seu mandato. Eles já passaram por todas essas eleições, como V. Exª fez referência, se não me engano, com a participação da OEA e do Centro Carter no referendo revogatório. Todos foram unânimes em dizer que as eleições foram lisas e transparentes e todos tiveram o direito de voluntariamente votar. Não houve dúvidas. Eu acho que o Centro Carter leva o nome de uma pessoa que está acima de qualquer suspeita: o Presidente Carter.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Que saiu por falta de condições de permanecer lá.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Sim, mas neste momento não está presente porque, segundo informações do Centro Carter, não ouvi os dois lados, não sei, não havia diálogo e porque eles estavam, por questões orçamentárias, reduzindo a participação, não ficariam lá presentes permanentemente e não estavam com nenhuma atividade acertada para os próximos meses.

Eu acho que é muito importante...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Esta é a última interrupção que eu vou fazer sobre este tema.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Por favor, Senador. Faça todas que precisar.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – É o seguinte: eu registro com enorme preocupação, Ministro, as declarações, a escalada verbal do Presidente Maduro. O que eu tenho lido na imprensa são ameaças de uma truculência inaudita, que por si só já configuram uma interferência na liberdade do voto.

O Presidente da República, conhecido pela musculatura, digamos, com que atua, inclusive com forças paramilitares, dirige ameaças à oposição. Ele disse mais de uma vez que é a revolução, ou o que ele chama de revolução de um país que está se acabando, de um país que vai ter este ano uma queda no PIB de 10% e uma inflação de 200%, mas que, enfim, ele chama de revolução, e ela não se deterá diante do resultado das eleições. E ameaça inclusive recorrer à violência.

Esse é um dado que está colocado publicamente, Ministro. E eu esperaria ter do Governo brasileiro alguma manifestação sobre essa questão, porque me parece uma questão grave. Já é uma interferência, já é uma agressão à liberdade de expressão quando um presidente se dirige ao seu povo nesses termos, e é a ameaça de algo que poderá redundar em um banho de sangue.

Por isso é que eu insisto, e não voltarei mais ao assunto, que considero essencial uma manifestação do Governo brasileiro a fim de prevenir o eventual agravamento da situação em razão do resultado das eleições.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Agradeço os comentários de V. Exª, mas acredito que, estando agora a comissão em funcionamento – e os termos do convênio dão total liberdade aos membros da missão para fazer contatos, expressar posições e emitir juízos no final e relatórios sobre a forma como foram executados – isso é uma garantia. Nunca houve duvidas, nem mesmo por parte da oposição, de que as eleições eram um instrumento indispensável, e eles acreditavam, queriam, pediam a participação da Unasul no acompanhamento.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – E nós saudamos a fixação da data das eleições.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Esse foi um dado, sem dúvida nenhuma, importante. A constituição da missão foi muito importante. O Brasil depositou aí toda a sua energia e disposição, junto com outros países.

Temos que dizer que o Uruguai, que está na Presidência *Pro Tempore*, merece também todo o nosso apoio e estímulo, pois participou da difícil negociação a fim de chegar a um denominador comum, como chegamos, e da organização da missão.

Eu acho que com essa missão em função nós vamos ter uma avaliação no final. Temos que esperar, não podemos julgar aprioristicamente. Ouvi declarações do Presidente Maduro, conversei rapidamente com ele em Riad, há duas semanas, por ocasião da reunião de países da América do Sul e países árabes. Ele foi muito enfático na defesa das conquistas sociais do governo do Presidente Chávez e do dele. Disse que tinha que fazer essa defesa de forma muito presente e muito clara, que não podia admitir que houvesse retrocessos nessa área e que respeitaria todos os compromissos assumidos no convênio com a Unasul para a realização das eleições, como, aliás, já havia feito particularmente.

Eu insisto que o Governo brasileiro jamais se omitiu de expressar suas posições com relação a essa comissão ou a todos os outros eventos que envolveram eleições ou a vida política da Venezuela. Só não o faz mais de público por respeito também ao preceito constitucional de não interferência em assuntos domésticos aprioristicamente. Como eu disse anteriormente, a diplomacia pode ser discreta e silenciosa e se desdobrar em várias ações, algumas públicas, como foi a nossa participação na constituição da comissão, e outras reservadas, em que se passam mensagens, etc. Eu acho que temos que esperar, temos que ter confiança em que as instituições e os países que estão presentes garantirão que haja transparência nessas eleições.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Ministro, mais uma vez agradeço a sua presença. Eu expressei com alguma veemência, aliás com muita veemência, alguns pontos de vista, mas isso faz parte do meu estilo. Não veja nisso nenhum desapreço ao senhor ou ao Itamaraty, aos seus colegas, ao trabalho que desempenha. Eu já cheguei a registrar em plenário mudanças importantes na gestão

do Itamaraty a partir da sua chegada como Ministro das Relações Exteriores, e em outros momentos a nossa Comissão fez coro a esse registro.

Mais uma vez agradeço a sua presença. Penso que agora só no ano que vem.

O SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA – Muito obrigado. Eu agradeço a V. Exª, Sr. Presidente, o convite. Esta é a quarta ocasião em que aqui venho, como eu disse no princípio, e para mim é motivo de muita satisfação. Creio que é indispensável discutir política externa com esta Casa, com a Câmara, com a sociedade brasileira.

Eu agradeço a forma cortês e amiga com que sempre fui tratado aqui nesta e nas três ocasiões anteriores, em que me submeti às sabatinas, preceito constitucional para ocupar postos no exterior.

Os comentários de V. Exª, assim como os da Senadora Ana Amélia e de todos os Senadores presentes enriquecem o debate. Eu agradeço muito a V. Exª não só pela organização, mas pela amizade de tantos anos, por esse grande acervo de amizade e de entendimento em tantos pontos.

Eu queria agradecer mais uma vez.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Podemos encerrar, Senadora Ana Amélia?

Se V. Exª não fizer objeção, vamos dar por lida a Ata da reunião anterior e aprová-la. (*Pausa.*)

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 5 minutos.)

ATA DA 46ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

Às dez horas e quinze minutos do dia três de dezembro de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os(as) Senadores(as) Lasier Martins, Ana Amélia, Edison Lobão, Sérgio Petecão, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, Tasso Jereissati, Paulo Bauer, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Eduardo Amorim, José Pimentel, Telmário Mota, Marta Suplicy, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Antonio Anastasia, e Wellington Fagundes. O Senador Cristovam Buarque justifica ausência. O Senador não-membro Donizeti Nogueira assina a lista de presença. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior, que fica dada como lida e aprovada. O Presidente informa que a ata da 42ª Reunião desta Comissão, que apreciou as emendas ao PPA 2016, foi retificada por haver erro no resultado da reunião. O Presidente propõe ao Plenário desta Comissão que os requerimentos a seguir relacionados serão considerados prejudicados, na próxima reunião, os quais são de nºs 1, 2, 3, 4, 8, 10, 12, 16, 23, 26, 30, 35, 48, 51, 52, 53, 59, 69, 73 e 79, de 2015, por tratarem de temas já abordados, parcial ou totalmente, ou ainda, por mencionar fatos e indagações que perderam a oportunidade de serem apreciados. Passa-se à PAUTA: ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 9, de 2015, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que "Requeiro, com amparo no art. 96-B, do RISF, sejam avaliadas, por esta Comissão, as políticas públicas, no âmbito do Poder Executivo federal, na área de indústria de defesa nacional. " O Presidente concede a palavra ao Senador Ricardo Ferraço, que profere a leitura do relatório. Usa a palavra para discutir o relatório os Senadores Sérgio Petecão, Ana Amélia, Flexa Ribeiro e Antonio Anastasia. É concedida vista coletiva da matéria. O Presidente faz a leitura de nota do Itamaraty, na qual o Governo brasileiro encaminha votos de que as eleições na Venezuela, a ser realizadas no dia 06 de dezembro de 2015 se desenvolvam dentro do marco da democracia, da transparência e da participação popular. EXTRAPAUTA – ITEM 9) MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , de 2015, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que "requeiro nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, as seguintes informações: 1) Cópia dos expedientes telegráficos relativos a gastos programados e realizados no contexto da recente visita da Presidente da República a Paris e das visitas programadas, mas recentemente canceladas ao Japão e ao Vietnã; 2) Cópia dos expedientes telegráficos entre o Itamaraty e as Embaixadas em Tóquio e Hanói referentes à preparação da viagem da Presidente da República ao Japão e ao Vietnã, inclusive relativos aos resultados esperados e à reação das autoridades locais ao cancelamento da visita; 3) Cópia das eventuais instruções enviadas aos chefes de missão diplomática e consulares referentes à reclassificação para secreto e reservado de expedientes e documentos relacionados com visitas da presidente realizadas a partir de 1 de janeiro de 2011; 4) Justificativa para a expedição dessas instruções e cópia de eventual parecer jurídico do MRE que tenha embasado o envio das referidas instruções; 5) Volume de gastos, realizados antecipadamente na preparação dessas viagens e gastos que poderão ser recuperados com o cancelamento das viagens." Aprovado a apresentação para o Plenário do Senado. EXTRAPAUTA – ITEM 8) REQUERIMENTO Nº 1369, DE 2015, de autoria do Senador Donizeti Nogueira, que "requer, em cumprimento ao disposto no art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa para participar, a convite da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, do "Programa de Liderança Executiva em Desenvolvimento da Primeira Infância Internacional 2016", que ocorrerá na Universidade de Harvard, na cidade de Cambridge, Massachusetts, Estados Unidos da América, nos dias 13 a 18 de março de 2016; e comunica, nos termos do art. 39, I, do referido Regimento, que estará ausente do País no período de 11 a 20 de março de 2016.". O Presidente designa o Senador Lasier Martins para relatar a Matéria, que profere o relatório. Aprovado. ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 79, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Coreia". O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Valdir Raupp, que profere o relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva. ITEM 4) MENSAGEM (SF) Nº 80, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.".

O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Sérgio Peteção, que profere o relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva da matéria. ITEM 3) MENSAGEM (SF) Nº 74, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ZENIK KRAWCTSCHUK, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Granada". O Presidente dá como lido o relatório e concede vista coletiva. ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 398, de 2014, de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que "dispõe sobre a pesquisa e lavra de recursos minerais em faixa de fronteira de que trata o art. 176, § 1º, da Constituição Federal". Adiado. ITEM 6) INDICAÇÃO Nº 3, de 2015, de autoria do Senador João Capiberibe, que "sugere, nos termos do Arts. 224 do Regimento Interno do Senado Federal, adoção de medidas relativas ao reconhecimento da República Árabe Saharauí Democrática (Saara Ocidental) como Estado detentor de Direito legítimo à soberania e à autodeterminação; ao estabelecimento de relações diplomáticas; à intuição de processo contínuo de ajuda humanitária aos refugiados; à concessão à MINURSO de competência para tratar de Direitos Humanos na área ocupada; e à instalação de Escritório de Representação no País". Adiado. ITEM 7) AVISO Nº 59, de 2015, que "encaminha ao Senado Federal, cópia do Acórdão n° 2252/2015 - TCU - Plenário, referida a deliberação acompanhada dos respectivos Relatórios e Votos, relatados e discutidos estes autos de auditoria operacional que tem por objetivo avaliar os aspectos de governança do conjunto políticas públicas para o fortalecimento da faixa. TC-014.387/2014-0". Adiado. PAUTA – 2ª PARTE – SABATINA – ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 76, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor FLÁVIO SOARES DAMICO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Singapura." Usa a palavra os Senadores Ricardo Ferraço, Lasier Martins, Antonio Anastasia e Paulo Bauer e Hélio José. O Presidente consulta os Senhores Senadores sobre a apuração do resultado da votação das autoridades ser aberta. A proposta é acatada pelo Plenário. É designado Secretário o Senador Lasier Martins. O senador Hélio José solicita a consignação em ata do seu voto. Sabatina realizada com indicação apreciada. EXTRAPAUTA – ITEM 10) MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , de 2015, de autoria do Senador Lasier Martins, que "Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de congratulações ao Senhor Maurício Macri, presidente eleito da República Argentina no último dia 22 de novembro de 2015." Aprovado a apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e quarenta e dois minutos, lavrando, eu, José Alexandre G. Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a 46ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada.

A pauta de hoje tem itens importantes, além de outros que serão objeto de deliberação, como a apresentação do relatório do Senador Ricardo Ferraço a respeito de uma política pública que foi escolhida como centro da nossa atenção durante este ano, que é a indústria de defesa nacional.

Depois, teremos a leitura da indicação do Sr. Luís Fernando de Andrade Serra para representar o Brasil na República da Coreia; também a leitura da indicação do Sr. Zenik Krawctschuk para representar o Brasil em Granada; e também a leitura da indicação de um diplomata para nos representar na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; e, ainda, uma sabatina.

Então, temos uma pauta cheia hoje, além de outras deliberações.

Antes de iniciar as deliberações, Srs. Senadores, queria fazer um comentário de um fato, no meu entender, clamoroso, que foi o cancelamento, na última hora, da visita da Presidente Dilma Rousseff ao Japão. Mais um episódio constrangedor e que ilustra a forma como é conduzida pela Presidente da República a política

externa do Brasil. Cancelamento de última hora, o que é um gesto de profunda e grave descortesia para com o governo japonês.

A Presidente Dilma já havia dado um chá de cadeira ao príncipe herdeiro do Japão, que veio aqui para se encontrar com ela, e que ficou esperando 20 minutos para ser recebido – 20 minutos depois da hora marcada. Isso, para qualquer pessoa bem educada e, especialmente, para os japoneses, para a família imperial japonesa, pessoas meticulosamente respeitadoras das formalidades, é um gesto de descortesia, de desconsideração.

A Presidente Dilma alegou razões de Estado para cancelar na última hora uma visita programada ao Japão. Houve uma alegação de corte de gastos, necessidade de comprimir gastos com diárias, uma vez que o Congresso estava na iminência de deliberar sobre um projeto de lei em que a Presidente Dilma pedia que o Congresso autorizasse duplicar o déficit previsto na meta fiscal inicialmente apresentada na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

No entanto, os gastos já tinham sido feitos. A Presidente da República não desembarca no Japão como o Senador Flexa desembarca, ou o Senador Ferraço desembarca, com a sua mala, pegando um táxi e indo para o hotel. Não! Há um escalão precursor, pessoas que vão na frente para preparar a visita. E, antes do escalão precursor, há uma série de contatos, de tratativas; preparam-se as pautas das reuniões, as declarações que serão feitas ao final da reunião. Não é uma coisa qualquer!

Cancelada na última hora, alegando dificuldades em pagar diárias. Não tem o menor cabimento. As reservas são feitas com antecedência, as diárias são pagas com antecedência aos hotéis. A Presidente da República viaja com uma comitiva.

Aliás, os gastos, a partir de uma circular de dois ou três anos atrás, são secretos. Os gastos decorrentes das viagens presidenciais são secretos. Não podemos ter acesso a eles. É assunto de segurança nacional.

Por isso, penso em discutir com a Comissão o teor de um requerimento, para que possamos ter acesso a isso. São informações relevantes. Mesmo porque, gastos são despesas, são pretexto para o cancelamento de uma visita de Estado, programada. E não só ao Japão, país com quem temos relações, evidentemente, mais que centenárias, um dos países mais importantes do mundo, terceira economia do mundo, que está hoje empenhado numa negociação que foi objeto de discussão nesta Comissão 15 dias atrás, o Acordo Transpacífico, como também o cancelamento da visita ao Vietnã, outro país importante, cujo governo já havia sido alvo de uma descortesia gravíssima um tempo atrás.

Todos se lembram de que o secretário-geral do Partido Comunista do Vietnã, autoridade da maior relevância naquele país, já vinha para o Brasil encontrar-se com a Presidente, quando foi cancelada a audiência. É uma coisa absolutamente inadmissível.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – V. Exª me permite adicionar...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Fiz apenas esse comentário, claro, para termos, antes de iniciarmos a pauta da Comissão... Acho que esse assunto não poderia passar em branco na Comissão de Relações Exteriores.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Esse comentário de V. Exª, essa comunicação que V. Exª faz, em nome da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, é oportuna e tempestiva, porque, na verdade, a desfeita não foi apenas com o príncipe herdeiro; foi com toda a colônia japonesa...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – O povo japonês, a colônia japonesa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – ..., de uma forma geral. Em nosso País, são aproximadamente 1,5 milhão chamados *nikkeis*; é a maior colônia japonesa fora do Japão. É uma desfeita, algo que se tem repetido, porque não é a primeira, não é a segunda e talvez não seja a última. Temos registro da desconsideração da Presidente da República em relação às credenciais do Embaixador da Indonésia.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Esperamos até virar a página desse episódio lamentável, sabatinando hoje o nosso novo representante na Indonésia.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Existia efetivamente um ambiente de estresse, mas a forma como a coisa foi conduzida salta aos olhos. Quer dizer, essa desfeita com o príncipe herdeiro, essa desculpa – vamos usar o Português claro – esfarrapada, de que estamos aqui submetidos a alguma coisa como *shutdown,* que, se não voltasse, o País poderia parar. Isso é uma blasfêmia! É mais uma das muitas inverdades ou mentiras praticadas por esse Governo.

Então, adicionalmente à manifestação de V. Exª, na prática, foi uma desfeita não apenas ao príncipe herdeiro, ao Japão, que é um país com quem mantemos as melhores relações há muitos, muitos e muitos anos, com quem temos importantes expectativas de relações, e também à nossa colônia japonesa, que é a maior colônia japonesa fora do Japão.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – E, seguramente, são muitos sensíveis a esse tipo de circunstância. Muito sensíveis.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Evidente, porque são elevadamente civilizados, e, de fato, esse comportamento não está à altura da nossa tradição, da nossa política externa.

Isso só demonstra, Sr. Presidente, a falta de consideração da Presidente da República e a visão acessória que ela tem da política externa em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu fico também imaginando o constrangimento dos nossos diplomatas, do nosso Ministro das Relações Exteriores, que teve que comunicar ao governo japonês o cancelamento, de última hora, de uma visita preparada há um bom tempo e esperada, digamos assim, com muito otimismo pelo seu significado em termos de diversificação das nossas relações, do fortalecimento dos laços econômicos com o Japão, enfim, um horror.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mas, Presidente Aloysio, os japoneses haverão de entender porque eles estão lendo nos jornais deles o que está acontecendo, a confusão em que estamos metidos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Mas os japoneses sabem distinguir as circunstâncias de governo das circunstâncias de Estado, coisa que a Presidente, infelizmente, parece que confundiu.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A propósito, Presidente Aloysio, nós temos notícias de que o Presidente eleito da Argentina estaria vindo a Brasília amanhã. V. Exª sabe alguma coisa?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pelos jornais. Amanhã se encontrará com a Presidente Dilma e irá a São Paulo para um encontro na Fiesp.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – E não vem a Brasília?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Vem a Brasília e vai se encontrar com a Presidente.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Aí eu lhe pergunto: não seria oportuna uma manifestação do Senado, de boas-vindas, de cumprimentos pela eleição e pela expectativa de que ele recupere a Argentina, uma manifestação do Senado?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu considero, sim, oportuna. Até sugiro a V. Exª, que teve essa feliz ideia, que prepare uma manifestação...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – ... não sei que nome terá isso, se seria um pedido para inscrevermos na ata da reunião de hoje...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – ... esses votos de aplauso...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Uma manifestação de saudação...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Exatamente.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Um voto de aplauso da nossa Comissão a ser aprovado pelo Plenário.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito. Vamos encaminhar hoje mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado pela ideia.

Nós vamos, agora, então, passar ao primeiro item... Antes de passarmos à *pièce de resistance*, que é o parecer, o relatório do Senador Ferraço, eu quero propor ao Plenário da Comissão que uma série de requerimentos que foram apresentados nesta Comissão sejam considerados prejudicados em razão da mudança, da evolução dos acontecimentos, que tornaram os temas, digamos assim, prejudicados, para usar a linguagem regimental, já perderam a oportunidade. Há uma relação de requerimentos. Eu vou submeter a cada um dos senhores, enviando aos seus gabinetes, essa relação de requerimentos. Aqueles que pretendam excluir algum desses requerimentos dessa lista comuniquem à Secretaria da Comissão. Os demais serão declarados prejudicados.

Eu informo também que a ata da 42ª Reunião desta Comissão, que apreciou as Emendas ao PPA 2016, foi retificada por ter havido um erro na transcrição do resultado da nossa deliberação.

Com a palavra, o Relator Ricardo Ferraço. Ele vai apresentar o relatório que conclui que são necessários ajustes significativos nas políticas públicas para defesa nacional, como rever a destinação orçamentária para os projetos estratégicos, que não podem ficar à mercê de contingenciamentos, criar mecanismo para o fomento da base industrial de defesa nacional que permita ao Brasil retomar sua condição de grande exportador e de País de vanguarda em termos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Foram realizadas várias audiências públicas para instrução dessa matéria, que agora será objeto do relatório do Senador Ferraço.

Com a palavra, V. Exª, Senador Ferraço.

(É o seguinte o item:

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 9, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, com amparo no art. 96-B, do RISF, sejam avaliadas, por esta Comissão, as políticas públicas, no âmbito do Poder Executivo federal, na área de indústria de defesa nacional.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço)

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Permita-me, inicialmente, Sr. Presidente, agradecer a V. Exª pela designação e pela confiança para que eu pudesse fazer um profundo mergulho nas questões que estão relacionadas à nossa política de defesa em nosso País, evidentemente num ambiente de absoluto ou de quase colapso em face da crise fiscal que o nosso País vive.

Evidentemente essa não é uma crise localizada, tampouco conjuntural. No caso da defesa, é seguramente uma crise estrutural, mas é uma crise que não está presente apenas nesse ambiente. Está presente, de forma transversal, no conjunto das ações e das políticas do Governo Federal.

Ela está presente em campos da mais absoluta importância para a sociedade brasileira, como saúde, educação, segurança, habitação, infraestrutura, e não seria diferente no caso da defesa.

Mas, no caso da defesa, há sim, Sr. Presidente, riscos efetivos e eminentes de descontinuidade de um conjunto de ações que, por um bom tempo, foram estruturadas e organizadas. E é sobre isso que nós vamos fazer aqui uma síntese do nosso relatório, em que nós fizemos uma avaliação sobre as origens, ou seja, onde estávamos, onde estamos e para onde vamos caminhar na nossa base industrial de defesa, se tudo continuar como está.

Portanto, esse relatório é um diagnóstico das políticas públicas brasileiras relacionadas à indústria nacional da defesa, de acordo com a Resolução nº 44 do Senado Federal.

Um primeiro ponto que merece destaque diz respeito à importância, julgo eu, da defesa nacional para a segurança e, até mesmo, para o desenvolvimento do País. Diversos países civilizados, quando olham para a sua defesa, olham para a sua importância específica, mas olham também para a defesa como uma alavanca e uma ferramenta com enorme possibilidade de alavancar o desenvolvimento.

Assim, a pergunta que se faz é: Por que um País como o Brasil deve direcionar recursos para a defesa e dispor de uma indústria nacional forte nesse campo? Digo isso, porque o nosso País tem um conjunto de desafios e porque, diante desses desafios, que concorrem, deveria o nosso País se estruturar, organizar-se, planejar-se, para ter uma política de defesa adequada à sua importância e à sua dimensão.

A defesa nacional deve ser vista como uma garantia evidente da nossa soberania. Como o quinto maior território do planeta, a quinta maior população e riquezas naturais, que despertam a cobiça de outros países, o Brasil não pode abrir mão de ter uma capacidade de defesa que assegure a proteção do nosso território, da nossa população e dos nossos extraordinários ativos naturais.

Investir em defesa é, portanto, assegurar a nossa soberania. O Brasil, há muitos anos, optou pelo desenvolvimento de uma indústria de defesa nacional, robusta, competitiva e tecnologicamente avançada e, sobretudo, nacional.

A título de exemplo, o Brasil possui um enorme território, todos sabemos disso. São 4,5 km², que compreendem não apenas os nossos territórios, mas também o chamado mar territorial, a zona econômica exclusiva, a chamada plataforma continental. Essa área chamada pela nossa Marinha de Amazônia Azul é rica em todos os sentidos e direções. Nossas reservas de petróleo estão, em sua maior parte, no subsolo marinho. E as grandes rotas comerciais passam, exatamente, por esses territórios e por essas áreas.

Para defender os interesses brasileiros na Amazônia Azul, o País precisa efetivamente de uma Marinha forte, eficiente, que possa fazer jus a nossa tradição e a nossa melhor história.

Nesse sentido, devemos dispor, evidentemente, de uma frota de submarinos convencionais e à propulsão nuclear, que permita uma capacidade dissuasória no mar. Também precisamos de navios de superfície em condições de patrulhar nossas águas e proteger nossas embarcações e plataformas de petróleo.

Tudo isso deve estar conectado a um sistema de satélites, que nos permita controlar o que acontece em nossas águas e, preferencialmente, em tempo real. A mesma preocupação que precisamos ter com a nossa faixa costeira, em função dessa extraordinária riqueza, que é porta e oportunidade para gerações futuras,

A mesma preocupação com a defesa de nossas águas deve ocorrer com nosso território. Apesar de distante dos grandes focos de conflito pelo mundo, o Brasil tem uma posição estratégica na América do Sul. Temos fronteira com todos os países do continente, à exceção de Chile e Equador. São aproximadamente 17 mil quilômetros de fronteiras, que possibilitam nossa integração com os vizinhos, mas que também servem de passagem para drogas, armas e, naturalmente, pessoas.

Portanto, é uma região em que a identificação de crimes transnacionais está presente desde sempre, intensificando-se dia após dia, sobretudo em razão dos impactos que esses crimes transnacionais em nossa fronteira seca podem se traduzir no dia a dia do cidadão brasileiro, da família brasileira. Talvez o mais visível deles, Senador Lasier, o tráfico de drogas, o tráfico de armas. No centro dessa epidemia da criminalidade e da violência em nosso País, não apenas nas grandes e médias cidades, mas também no interior do nosso País, está o problema da droga, do consumo de droga, do tráfico de armas.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Permite-me um aparte?

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Com muita honra, com muita satisfação.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Foi exatamente, Senador Ferraço, o que disse aqui na Comissão o Comandante do Exército, General Villas Bôas. Ele disse com a maior ênfase: o maior problema do Brasil é o tráfico de drogas, de difícil combate e que vem destruindo famílias e abalando de todo o modo o País. De modo que o seu relatório vai ao encontro dessa afirmação e eu me congratulo com a ênfase que está sendo dada nesse item.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Eu que agradeço a V. Exª a contribuição e ouço com prazer o Senador Petecão, que pede a palavra.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Na verdade, Senador Ferraço, eu moro numa região de fronteira, sou do Acre. Essa política que hoje o Brasil estabeleceu com os países fronteiriços, Peru e Bolívia, os dois maiores produtores de drogas do mundo, me deixa preocupado. Não adianta reforçar a fiscalização na fronteira aqui em território brasileiro se não houver uma política lá dentro desses países. Por exemplo, o Presidente Evo Morales é recebido, lá no meu Estado, com tapete vermelho, e todos nós sabemos que o Governo é conivente com a situação do território boliviano. Então, é complicado, mesmo que se coloque o maior exército aqui no território brasileiro. A nossa fronteira é muito extensa, é uma floresta. Como é que se vai fiscalizar isso tudo? Tem que existir uma política de erradicação lá dentro do país boliviano, se não...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Tem razão. Tem toda a razão V. Exª. Vamos...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Senador Ferraço terminou o relatório?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Vamos terminar a leitura do Senador Ferraço e depois abrimos a discussão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria que V. Exª me inscrevesse, porque eu estava esperando que ele terminasse para eu me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Perfeitamente. Vamos terminar a leitura do relatório para, em seguida, iniciarmos a discussão. São observações muito oportunas. Vamos esperar a conclusão para iniciarmos os debates.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Agradeço as importantes contribuições dos meus colegas, do Senador Lasier e do Senador Petecão. É exatamente isto, Sr. Presidente, essas drogas não são produzidas aqui, são drogas importadas. Portanto, do ponto de vista histórico, o Governo, não este Governo, mas o Estado brasileiro está falhando na sua estratégica, porque em lugar de combater na fronteira está combatendo nas cidades.

Vejam que o assunto que recentemente tomou conta do Brasil, do rompimento da Barragem de Fundão, no Estado de Minas Gerais, da mineradora Samarco, que trouxe perdas de vidas, extraordinários prejuízos ao Vale do Rio Doce, ao Rio Doce e a tantos Municípios mineiros e capixabas, Senador Flexa, porque o Espírito Santo está a jusante de todas essas barragens de rejeitos. Qual foi a surpresa? A surpresa é que a mineradora não tinha um plano de contingência.

Voltando ao caso da Marinha, qual é o plano de contingência do Estado brasileiro para que nós possamos dar proteção em caso de acidentes às tantas plataformas de petróleo que estão em operação na nossa faixa costeira? Ou seja, não há plano de contingência, e temos que aparelhar nossa Marinha, para que possa não apenas dar proteção mas estar pronta para cumprir a missão.

Não basta que se dê essa missão à Marinha; não basta que se dê essa missão ao Exército ou à Aeronáutica se não se der os meios. É disso que se trata. Nós estamos estabelecendo missões para as nossas forças e não estamos dando meios para que elas possam cumprir as suas funções.

Portanto, para controle dessas áreas da nossa fronteira seca, do nosso Brasil profundo, nós precisamos efetivamente do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras, o Sisfron, um projeto estratégico do Exército brasileiro que trará grandes benefícios não apenas à população que vive nessas regiões de mais de 2,5 milhões de quilômetros quadrados, mas também a todos os brasileiros pela redução do tráfico de drogas e armas, que terá um impacto muito positivo na organização das nossas cidades e das nossas famílias.

A garantia da soberania no mar e em terra se completa com a defesa efetiva e evidente do nosso espaço aéreo. As guerras do século XX foram vencidas com a supremacia aérea, e o avião se tornou uma arma decisiva nos últimos cem anos. Com um território dessa dimensão, o Brasil fica extremamente vulnerável, sem capacidade de defesa aérea. Daí os investimentos em um importante programa como o FX-2 para a produção de aeronaves de combate modernas e multifuncionais.

Ademais, um projeto como o FX-2 envolve, além da garantia da nossa soberania, o desenvolvimento científico e tecnológico com a transferência de tecnologia e a capacitação da nossa indústria nacional para produzir bens de valor agregado. Ou seja, o efetivo uso *dual* da inovação e da tecnologia nas nossas Forças podem e devem ter um importante emprego no dia a dia da sociedade brasileira, com informações efetivas no campo das mudanças climáticas, do planejamento do território brasileiro, enfim, em várias áreas.

Portanto, um segundo aspecto que responde ao porquê de se investir em defesa é, seguramente, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, além de soberania nacional, olhar para defesa como ferramenta e alavanca de promoção do desenvolvimento científico e tecnológico. Para dar um exemplo simples e claro aqui. A origem da internet está exatamente nos esforços que foram desenvolvidos no campo da defesa dos Estados Unidos da América, onde nasceu a internet, essa ferramenta extraordinária de integração da sociedade global. Nasceu exatamente de investimentos e desenvolvimentos no campo da defesa com extraordinário emprego hoje na vida civil.

Portanto, defesa e desenvolvimento andam juntos. Ao estabelecermos uma indústria de defesa nacional competitiva, investiremos em pesquisa, ciência e tecnologia. Em parceria com empresas e instituições estrangeiras, pesquisas são realizadas e podemos enviar cientistas e técnicos brasileiros ao exterior para aprender, aperfeiçoar o que há de mais avançado nos centros de excelência pelo mundo. Assim tem acontecido em nossos projetos estratégicos: engenheiros brasileiros, técnicos brasileiros têm sido enviados, por exemplo, à França, para aprender sobre a estruturação da construção de submarinos de propulsão nuclear, e poderão ser enviados à Suécia para conhecer o desenvolvimento dos equipamentos que estão sendo adquiridos a partir dessa compra dos Gripen de nova geração.

Eu mesmo, Sr. Presidente, tive o prazer de visitar, na cidade de Cherbourg, na França, onde estão sendo construídos os anéis dos submarinos de propulsão nuclear. Lá nós pudemos ver um conjunto de aproximadamente duzentos brasileiros que estavam estagiando, passando por um importante aprendizado, para que nós pudéssemos, inclusive, superar uma tradição em nosso País, que é deixar de comprar na prateleira esses equipamentos e passar a desenvolvê-los em nosso País.

Nos acordos celebrados para o estabelecimento de parcerias na área de defesa, aspectos sempre considerados são o intercâmbio profissional, a transferência de tecnologia e a nacionalização dos equipamentos. Exemplo disso é o Programa Nuclear da Marinha, que colocou o Brasil no seleto grupo dos países que dominam o ciclo do urânio para a produção de combustível nuclear evidentemente para fins pacíficos.

Já com o programa de submarinos, a produção nuclear, o Brasil se juntará à China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia, únicas nações que detêm o domínio desse tipo de tecnologia em todo o mundo.

Um último ponto a ser considerado, para além dos que foram aqui declinados anteriormente, é que o fomento é à indústria nacional de defesa, quer dizer, esse tipo de fomento é também uma alavanca ao crescimento econômico do nosso País. A indústria da defesa gera empregos diretos e indiretos e desenvolve produtos e serviços que serão úteis na atividade civil do nosso País.

Ademais, os grandes acordos sobre os quais são estabelecidos os mecanismos de cooperação para a indústria de defesa preveem a compensação tecnológica e comercial, os chamados *offset,* com benefícios para outros segmentos produtivos e atração de recursos e investimentos estrangeiros.

Em qualquer dos países civilizados da dimensão do País, Sr. Presidente, a indústria nacional de defesa desses países representa e tem importante peso no produto interno bruto deles. Vejam o caso da França. A indústria nacional de defesa, na França, representa alguma coisa muito próxima entre 15% e 17% do produto interno bruto de lá, ou seja, isso significa a estruturação de um enorme arranjo econômico, gerador de opor-

tunidades para os franceses. Portanto, é baseado e, tendo como referência essas experiências, que deveríamos estar evidentemente perseguindo esses objetivos em nosso País.

Assim, investir em defesa é garantir a nossa soberania, promover o desenvolvimento científico e tecnológico e retomar nosso crescimento econômico. O Brasil, Sr. Presidente, já teve uma das maiores e mais competitivas indústrias de defesa do mundo, isso se deu nos anos 80. Estávamos naquela quadra entre os cinco maiores exportadores de equipamentos de defesa, competindo com potências como Estados Unidos e a União Soviética. Estávamos presentes em diversos continentes e desenvolvíamos programas como o nuclear e o aeroespacial que, se continuassem, colocariam o País entre as principais potências do globo, ou seja, a descontinuidade, essa espécie de *stopping on goal* dessas políticas fez com que retrocedêssemos no tempo em função da ausência de continuidade, de manutenção e de estabilidade desse tipo de política em nosso País.

Na segunda metade dos anos 80, entretanto, uma crise se impôs, impondo grandes restrições orçamentárias às forças armadas e ao nosso projeto nacional de defesa. As grandes transformações no Brasil e no mundo, nos anos 90, conduziram, de novo, o nosso País a repensar e a refletir sobre a necessidade desses efeitos, dessa nova perspectiva no campo da defesa foram, naquele momento, a redução efetiva desse espaço. Os estudos foram de novo retomados a partir dos anos 90 e, em 2000, tomaram um novo rumo.

E, aqui, fazemos, Sr. Presidente, um registro para caracterizar a importância que teve a ascensão do então Ministro Nelson Jobim à condição de Ministro da Defesa. Ele, de fato, a partir daquele momento, buscou dar às fundações ou buscou refundar a defesa em nosso País, a partir de um projeto de recuperação da nossa capacidade nacional e de fomento à chamada base industrial da defesa. O Ministro Nelson Jobim, seguramente, tem seu nome escrito nessa construção, o que representou para o nosso País aquele momento um novo paradigma com novas expectativas a partir de projetos que foram desenvolvidos e muito bem estruturados, com fundamentos muito bem postos.

Com base na política de defesa nacional de 2005, foi publicado, em 2008, a estratégia nacional de defesa e aprovada a legislação que estimulava o desenvolvimento de uma indústria nacional para o setor.

Como bem lembrou, nas muitas audiências públicas em que aqui esteve, o próprio Ministro Nelson Jobim, o Brasil entrava em uma nova fase, em que se estabeleceria uma indústria nacional de defesa competitiva e em que, aspas, "deixaríamos de comprar em prateleiras para termos autonomia, liberdade e soberania no desenvolvimento desses importantes equipamentos".

Como fundamento dessas políticas públicas para a base industrial da defesa, foi construído, à época, um robusto arcabouço legal, legislativo, essencial. Nesse sentido, formam esse conjunto de leis e programas, projetos e fundamentos, a Política Nacional de Defesa que estabelece como um dos objetivos desenvolver a indústria nacional de defesa orientada para obtenção da autonomia em tecnologias indispensáveis. Além da Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa, que tem como uma de suas diretrizes capacitar a base industrial da defesa, para conquistar autonomia em tecnologias indispensáveis à defesa e como um de seus eixos estruturantes a reorganização da base industrial de defesa, para assegurar o atendimento às necessidades de tais produtos, por parte das Forças Armadas, e apor-se em tecnologia sob o domínio nacional, preferencialmente, ao emprego dual, como já dito aqui, anteriormente.

Essas tecnologias empregadas para o apoio nas Forças teriam que, efetivamente, estar disponíveis para que o emprego civil pudesse se apropriar dessas vantagens, assim como o Livro Branco da Defesa Nacional, que traz anexo ao plano de articulação e equipamentos de defesa com os projetos e subprojetos prioritários de cada Força. Além disso, Sr. Presidente, a Política Nacional da Indústria da Defesa, cujo objetivo geral é o fortalecimento da base industrial da defesa.

Além disso, a Lei 12.598, de 2012, que estabelece normas especiais para compras e aquisições, contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa que dispõe, efetivamente, sobre regras e incentivos à área estratégica da nossa defesa.

Note-se que o Congresso Nacional teve atuação na produção desses documentos, assim como terá na reavaliação dos principais documentos da Defesa, ou seja, a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional, prevista para 2016, ou seja, por força de lei, em 2016, o Governo Federal terá que encaminhar ao Congresso brasileiro a revisão da estruturação, ou da visão, ou do Estado da Arte, por assim dizer, de todas essas políticas, o que fez com que esta Comissão se antecipasse no tempo e pudesse fazer um sobrevoo sobre a conjuntura do nosso Estado da Arte.

Entretanto, Sr. Presidente, o impulso do final da década passada está muito próximo e ameaçado de um elo perdido e que, dificilmente, será recuperado em face do mergulho e em face das profundezas que vive o nosso País, em função do colapso administrativo, econômico, político, social, moral em que o Governo Federal está envolvido, que, efetivamente, está colocando em risco a continuidade desses importantes projetos por suas descontinuidades ou até mesmo por suas suspensões e pelos seus cancelamentos.

Por ocasião da elaboração do Livro Branco da Defesa, foi solicitado à Marinha, ao Exército e à Aeronáutica que sugerissem ao Ministério da Defesa projetos estratégicos que lhes permitisses recuperar suas capacidades. As nossas Forças foram convocadas pelo Poder Executivo para que apresentassem esses projetos em linha com a melhor das tradições, da inteligência e do corpo meritório das nossas Forças Armadas, que, mobilizadas e convocadas, fizeram a sua parte, fizeram o seu dever de casa e colocaram de pé projetos da maior relevância para o nosso País.

A partir, portanto, desses projetos, o Ministério da Defesa propôs à Presidência da República o chamado Paed, o Plano de Articulação e Equipamentos de Defesa. O Paed tinha como objetivo recuperar as capacidades operacionais plenas das três forças armadas, transformando-as e capacitando-as para o cumprimento de suas missões constitucionais. Além disso, estabelecia que o Brasil deveria ter uma base industrial de defesa, forte e compatível com sua estatura política, econômica e geopolítica.

O Paed, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, contabiliza 39 projetos e 224 subprojetos, que envolvem iniciativas de recuperação da capacitação operacional e de fomento aos três eixos estratégicos da defesa nacional: o nuclear, a cargo da Marinha – sempre que nós falarmos em nuclear, nós estamos falando evidentemente em nuclear como fonte de energia para fins pacíficos –; o cibernético, a cargo do Exército; e o espacial, a cargo da Aeronáutica. O custo de todos esses projetos, que consta do Plano de Articulação e Equipamentos da Defesa, soma aproximadamente R$400 bilhões, distribuídos efetivamente, todos esses investimentos, a partir daquela época, de 2005/2006, em 20 anos. Ou seja, seria um plano de trabalho, a partir dessas conclusões todas, de 2012 a 2031.

Portanto, as nossas Forças tiveram a capacidade de planejar o curto, o médio e o longo prazo, com ações absolutamente consequentes e bem fundamentadas. Seriam, portanto, cerca de R$20 bilhões por ano, valor esse que até hoje nunca foi alcançado, Sr. Presidente, desde 2012. Ou seja, efetivamente são valores elevados, mas se nós considerarmos o conjunto do orçamento do Governo Federal, são valores absolutamente compatíveis com esses desafios.

Embora seja um mecanismo para conferir maior previsibilidade e estabilidade orçamentária para os projetos das Forças Armadas, o Paed efetivamente, Sr. Presidente, está se transformando numa letra sem sentido, sem efetividade, numa página em branco, como nós veremos a seguir, o que efetivamente coloca em risco, Sr. Presidente, ou ameaça efetivamente esse que seguramente é um dos melhores e mais estratégicos e estruturados projetos que foi colocado de pé pela meritocracia das nossas Forças Armadas à época e pelo comando extraordinário do nosso Ministro Nelson Jobim.

Com relação à Marinha, destacamos o Programa Nuclear da Marinha, o Programa de Desenvolvimento de Submarinos, o Prosub, e o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul, o SisGAAz.

O Programa Nuclear da Marinha se divide em dois projetos: o domínio do ciclo de combustíveis nucleares e a construção do laboratório de geração de energia nucleoelétrica. Reconhecido internacionalmente, é o único programa nuclear militar do mundo que é auditado por agências internacionais. Envolve organizações civis e militares, empresas e institutos de pesquisa. Ele foi iniciado ainda em 1979, e sua conclusão era prevista para 2031. Teria o custo aproximado de R$4,2 bilhões. Até hoje, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores – pasmem –, somente 12% desse projeto, iniciado lá em 1979, foi concluído. Com as restrições orçamentárias, foi refreado, e de maneira absurda. Estamos há mais de três décadas nesse projeto, que já deveria estar concluído, pelo impacto tecnológico que ele pode conferir ao nosso País.

Mas não apenas, Sr. Presidente, o Programa Nuclear da Marinha;...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – ... também o Prosub, que tem por objetivo o desenvolvimento da capacidade de projetar e construir submarinos, inclusive de propulsão nuclear. O submarino é uma arma dissuasória muito importante, em razão do elemento surpresa e do temor que causa em navios de outros interesses, outras partes, enfim.

Enquanto o submarino convencional é mais silencioso e opera melhor nas chamadas águas rasas, de rasas profundidades, o submarino de propulsão nuclear é ideal para águas profundas e o seu limite de permanência submerso é, portanto, o limite de resistência da sua tripulação. Ele pode passar dias, pode passar semanas, ele está subordinado ao limite humano. Portanto, isso é de uma capacidade extraordinária para o nosso País. Ou seja, é, poderá ser ou poderia ser, em virtude de esse projeto também estar ameaçado.

O projeto prevê a construção de quatro submarinos convencionais, com custos de cerca de R$10 bilhões e uma propulsão nuclear com custo de R$9 bilhões, bem como a construção de uma base e um estaleiro que devem gerar 9 mil empregos diretos e 27 mil empregos indiretos, com um custo de cerca de R$8 bilhões, totalizando esse programa, o Prosub, R$27 bilhões. Iniciado em 2009 e com previsão para término em 2025, o Pro-

sub deve sofrer um atraso de 5, 7, 10 anos, Sr. Presidente. Esse é outro programa extraordinário, que também está ameaçado de continuidade, com bilhões de reais que já foram investidos e com tantos outros bilhões de reais que precisam ser investidos para proporcionar ao nosso País não apenas a construção, mas o domínio efetivo e completo desse tipo de tecnologia, em todas as suas dimensões.

O Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul, o SisGAAz, tem por objetivo monitorar 4,5 milhões de quilômetros quadrados da nossa Amazônia Azul. O estabelecimento do sistema deveria ocorrer entre 2011 e 2033, a um custo aproximado de R$12 bilhões, mas o projeto não prosperou. Entre 2013 e 2015, foram pagos menos de R$18 milhões. Em função dos cortes de recursos, o projeto foi cancelado, Sr. Presidente, ou está suspenso *sine die*, o que me parece exatamente a mesma coisa, sem previsão de que possamos ter uma Marinha aparelhada, compatível, com planos de contingência para eventuais anormalidades em nossas plataformas de petróleo ou mesmo para prevenir e proteger os infinitos recursos naturais da nossa Amazônia Azul.

Entre os projetos estratégicos do Exército, Sr. Presidente – já caminho para a conclusão, fiz aqui um sobrevoo sobre a Marinha, sobre a Aeronáutica, e agora faço um sobrevoo sobre os projetos estratégicos do nosso glorioso Exército brasileiro –, destacamos o Sistema Integrado de Monitoramento das Fronteiras, o nosso Sisfron; o veículo blindado de transporte de pessoal, o Guarani; e o lançador múltiplo de foguetes, o ASTROS 2020; e o sistema de defesa cibernética.

O objetivo do Sisfron é fortalecer a presença do Estado brasileiro na faixa de fronteira, que se estende por mais de 17 mil quilômetros, indo do Amapá ao Rio Grande do Sul, da nossa Senadora Ana Amélia e também do nosso Senador Lasier. O projeto, Sr. Presidente, tem 80% de conteúdo nacional, envolve 26 empresas e gera mais de 12 mil empregos. Envolve várias tecnologias críticas, como a de radares, dominada por poucos países do mundo. É um projeto de alta importância nacional, pela sua relação direta com a segurança pública, e com o combate efetivo ao tráfico de drogas e armas e a outras atividades criminosas que ocorrem em nossas fronteiras.

Com o custo estimado, Sr. Presidente, da ordem de R$12 bilhões, o prazo previsto para sua implantação era de 12 anos, ou seja, entre 2011 e 2023. Entretanto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, sua previsão de conclusão foi prorrogada, em princípio, para 2035 e será novamente adiada em função de cortes.

Ele foi edificado, pactuado, a partir de 2011, para ser concluído em 2023. Nós estamos em 2015, às portas de 2016, e apenas 7% desse projeto foi concluído. Ou seja, esse projeto, que foi programado e planejado para ser colocado de pé e servir a sociedade brasileira em dez anos, estará sendo concluído em alguma coisa próxima a 50 anos.

A consideração que não quer calar é a seguinte: a tecnologia que foi estruturada e servia a esse projeto é de 2011. Com 50 anos de retardamento, evidentemente essa tecnologia não só estará como já está desatualizada, Sr. Presidente, trazendo enormes prejuízos, revelando uma improvisação e uma ausência de planejamento, que tem sido infelizmente a marca dos governos que estão nos últimos anos em nosso País.

O projeto Guarani visa dotar a força terrestre de viaturas blindadas para transporte de pessoal militar, incrementando a dissuasão e a defesa do território nacional. Possui mais de 90% de conteúdo nacional.

Vejam a preocupação das nossas Forças Armadas e do Ministro Nelson Jobim à época de dar um efetivo peso a que tudo isso tivesse conteúdo nacional, para que a indústria nacional pudesse se apropriar de todos esses benefícios, e esses benefícios pudessem servir a sociedade brasileira.

O veículo tem alto potencial de exportação e pode ser o ponto de partida de novos produtos. Com um custo total de cerca de R$21 bilhões, para um período de 23 anos, entre 2011 e 34, o projeto teve início em 2012 e previa entregar 1,2 mil veículos. Havia uma previsão de produção anual mínima de 60 veículos para que a indústria se manifestasse. Isso não vem sendo cumprido, o que tem gerado nomes prejuízos para todos os arranjos, não apenas o arranjo que foi constituído em torno desse importante Projeto Guarani, Sr. Presidente, mas todo o arranjo de pequenas, médias e grandes empresas, *start-ups* que acreditaram na convocação do Governo, que se estruturaram, que fizeram investimentos, que aportaram elevada capacitação em formação de recursos humanos para que esses projetos pudessem ser destruídos. E essas empresas ou seus arranjos todos foram e mobilizados para ter como cliente apenas o Governo. Portanto, se o Governo falha, desestrutura-se toda uma cadeia, todo um arranjo econômico que foi constituído.

Também o Projeto Astros, com finalidade de dotar a força terrestre de meios capazes de prestar apoio de fogo de longo alcance, com elevada precisão. Possui 80% de conteúdo nacional, envolvendo 60 empresas que geram oito mil empregos diretos e indiretos. Suas exportações, que até o momento somam mais R$1,5 bilhão, ou seja, um projeto absolutamente sustentado, que, no princípio, exigiria investimento, mas que, no médio prazo e efetivamente, ele se pagaria, gerando divisas para a produção interna do nosso País.

O Sistema de Defesa Cibernética busca ampliar o nível de segurança de informações e das comunicações no País. O caso Snowden mostrou ao mundo e ao País o quanto nós estamos vulneráveis em nossas comunicações. Nesse sentido, já havíamos assinalado, no relatório final da Comissão Parlamentar de Espionagem, em

2013, a necessidade de investimentos na área da segurança e da defesa cibernética. O Governo, porém, parece não se preocupar com esse assunto como parece não se preocupar efetivamente com tantos outros que estão presentes no dia a dia dos brasileiros.

O custo total do projeto é de aproximadamente R$400 milhões para os anos de 2012 e 2015. Estamos chegando a 2016 com apenas 50% desses recursos disponibilizados. Dessa forma, a implantação do projeto está sendo reajustada à luz das disponibilidades orçamentárias e fiscais, devendo, em princípio, estar concluída em 2018. Mas não há efetiva segurança se esse projeto de segurança cibernética estará disponível para o nosso País.

O Projeto FX-2, Sr. Presidente, encerrando aqui os três projetos do Exército e passando à Aeronáutica... E são três os projetos estratégicos da Aeronáutica: o projeto do FX-2, o projeto de aeronave de caça multimissão, o projeto de aeronave pesada de carga e reabastecimento, o KC-390, que V. Exª teve a oportunidade de visitar, na companhia, me parece, da Senadora Ana Amélia. Não sei se outros Senadores o acompanharam... O Senador Raupp parece que esteve também.

Eu tive também a oportunidade de visitar a sede da Embraer e pude ver lá, naquele período, quase 400 engenheiros trabalhando no desenvolvimento desse extraordinário projeto, o projeto de aeronave pesada de carga e reabastecimento, o KC-390. E, ainda, o Programa Estratégico de Sistemas Espaciais.

Todos esses programas, Sr. Presidente, estão profundamente ameaçados. Eu relato números, aqui, em relação a todos esses projetos, chamando a atenção para o KC-390 em função do estágio avançado desse projeto.

O KC tem dois objetivos. O primeiro é o desenvolvimento de aeronaves de transporte militar e reabastecimento em voo para a situação das aeronaves C-130, as quais, pelo envelhecimento, apresentam baixa disponibilidade e alto custo de operação. O segundo é a aquisição de 28 aeronaves pela Aeronáutica. Já há um contrato assinado pela Embraer nesse sentido.

Com relação ao desenvolvimento das aeronaves, a previsão de custos é de cerca de R$4,5 bilhões. O projeto se iniciou em 2009, e seu término era previsto para 2016. Mas, de novo, Sr. Presidente – parece música de uma nota só, Senador Flexa, mas essa é a realidade dos fatos –, as restrições fiscais e orçamentárias adiaram esse importante e sustentável projeto para 2018.

Até agora, a execução física desse projeto foi da ordem de 86%, e a execução orçamentária, também muito próxima.

Com relação à aquisição das aeronaves, a previsão de custo é de quase R$3 milhões, mais cerca de R$2 milhões. Desculpe-me, a previsão de custos é de quase R$3 milhões mais cerca de US$2 milhões.

Havia uma previsão de início para este ano, mas nada foi executado. A previsão do término é 2026, mas provavelmente haverá atraso em função das variações orçamentárias.

Esse projeto orçamentário para 2016 prevê apenas R$1 milhão para a aquisição de... É um valor completamente irreal. Ou seja, é fundamental a carteira dessas compras por parte do Poder Executivo. Se o Poder Executivo não mantiver essa carteira, esse é um problema que se transforma em ameaça efetiva.

Portanto, Sr. Presidente, todos esses programas, da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, que, em bom tempo, foram tão bem estruturados pelo nosso Ministro Jobim, com as nossas forças, estão absolutamente ameaçados em relação a todas as suas dimensões.

Há desperdício com relação aos recursos investidos, e há tantos outros pontos, como perda da capacidade de pagamentos com base no atual limite financeiro; atrasos no projeto; isolamento de custos decorrentes da interrupção e da retomada, enfim, das atividades do projeto, porque são contratos que têm embutidas multas contratuais e indenizações; comprometimento na qualidade e nos prazos de entrega dos produtos; perda da capacidade de investimento na base industrial de defesa; perda na abertura de mercados para as empresas estratégicas de defesa; prejuízo no desenvolvimento de tecnologias nacionais inovadoras e duais em parcerias com universidades, institutos de pesquisa e indústria; ampliação do hiato tecnológico existente na produção de material de defesa; interrupção das obras de engenharia, ocasionando a depreciação ou inutilização de equipamentos de alto valor tecnológico; extinção de empregos diretos e indiretos em tecnologia e infraestrutura; diminuição da capacidade de combate aos delitos ambientais e transfronteiriços.

Ou seja, esse arranjo econômico está sendo desmontado pelas irresponsabilidades fiscais e orçamentárias deste Governo. Essa é que a grande conclusão, Sr. Presidente. Em alguns momentos, tivemos a capacidade de colocar de pé um extraordinário programa, mas em função dos objetivos sempre de curto prazo, esses programas estratégicos foram deixados de lado.

E, à luz dessa realidade, o que estamos propondo para reflexão, Sr. Presidente? Primeiro, faz-se absolutamente inadiável que as nossas forças e que o nosso Ministério da Defesa possa priorizar o estratégico do estratégico, em função do estado de execução desses projetos. Numa quadra como essa, não há como você começar um projeto novo, se você tem um conjunto de outros projetos que estão em fase de evolução. É o caso, por exemplo, do KC-390, que está num estágio muito avançado, que necessita, parece-me, para a sua conclusão

de apenas R$400 milhões no Orçamento de 2016, para que nós possamos concluir esse projeto. Portanto, não há como, Senador Antonio Anastasia, nós começarmos um novo projeto sem que a gente possa concluir esses que estão em fase final de conclusão.

Eu acho que sugerir que dados sistematizados referentes a esses projetos estratégicos das Forças Armadas sejam enviados ao Congresso Nacional e esta Comissão para um monitoramento de como se dará esse nível necessário e inadiável de priorização; condicionar o início de novos projetos à garantia de destinação de recursos para a continuidade dos projetos estratégicos de defesa em curso; criar todo um ambiente para que isso possa estar efetivamente acontecendo, e nós sugerimos aqui um conjunto de outras medidas, Sr. Presidente... São medidas no campo prático, mas efetivamente aqui me parece necessário que a gente possa construir uma lista dessas prioridades, considerando a verdade, considerando as restrições fiscais, considerando que a baixa capacidade de investimento que estará disponível não apenas em 2016, mas nos anos seguintes.

E que nós possamos, à luz dessa realidade toda e desse diagnóstico que estamos apresentando aqui, que a gente possa, em conjunto com as nossas Forças Armadas, e eu quero é mobilizar V. Exª, para que, a partir desse relatório, nós possamos abrir esse debate com as nossas Forças, para que nós possamos eleger as prioridades das prioridades, considerando que nós não devemos acreditar em papai-noel. Acreditar que esses recursos poderão estar minimamente disponibilizados é uma falácia.

Portanto, os prejuízos são incalculáveis em todos os níveis e dimensões. E o que nós precisamos, ao fim e ao cabo, com várias recomendações que estamos fazendo, é que, na medida em que o Governo terá que enviar tudo isso em 2016, nós possamos antecipar debates. E que nós possamos trabalhar com as Forças Armadas uma linha de priorização para esse projeto.

Eu fiz aqui, Sr. Presidente, uma síntese mesmo longa do nosso projeto, mas não houve jeito de não ser longa, porque foram muitas audiências públicas, foram muitas informações e elementos que nós conseguimos constituir, ao longo dos últimos cinco meses. Eu peço desculpas se cansei V. Exªs, mas eu fiz por respeito a esses projetos e as nossas Forças Armadas, que necessitavam que esta Comissão pudesse colocar um olhar bastante realista em relação à nossa situação, que não é conjuntural, que é estrutural. E efetivamente a crise não é apenas desses projetos, é uma crise do Estado brasileiro, que caminha com muita velocidade para o colapso.

Muito obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado. Senador Ricardo Ferraço. Meus parabéns pelo trabalho, pelo relatório que foi apresentado aqui com minúcia. Mas era preciso que todos tomassem conhecimento realmente, que o nosso telespectador que nos acompanha pela TV Senado, quem nos acompanha pela internet pudesse tomar conhecimento desse quadro muito grave que afeta uma área absolutamente vital para se defesa nacional e para a indústria brasileira, para a economia brasileira.

A esta altura, sobre essa última observação de não haver critério Papai Noel, minha neta Teresa pode estar vendo televisão e isso poderia criar para ela uma frustração.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Nós não podemos e não devemos acreditar, não temos o direito. A neta de V. Exª tem.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Está bem.

Mas queria fazer uma sugestão, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Vou dar vista coletiva para que os Senadores que queiram apresentar acréscimos, sugestões possam fazê-los. Eu já queria fazer duas.

Primeira, uma apreciação sobre um tema que foi abordado aqui pelo Embaixador Rubens Barbosa a respeito das repercussões da não aprovação até agora dos acordos de salvaguarda tecnológica nos Estados Unidos. Creio que este é um ponto crítico e foi levantado na visita em que fizemos ao centro tecnológico da Aeronáutica. O brigadeiro que comanda aquele centro se referiu a esta lacuna como um fato grave para o desenvolvimento de nosso programa de lançamento e aproveitamento da base de Alcântara. Então, esta é uma sugestão, Senador Ferraço.

A outra sugestão, aproveitando que já presido a reunião e começo fazendo sugestões, é a seguinte. Eu queria propor que, para que este relatório tivesse a mais ampla repercussão, que propuséssemos a realização, no ano que vem, evidentemente, de uma sessão temática no plenário do Senado. É um tema, Senador Raupp, que merece ser tratado, discutido da maneira mais ampla, com a mais ampla repercussão política, pela sua relevância.

A minha sugestão, Senador Ferraço, é que V. Exª possa trazer na próxima reunião um esboço do que seria esta sessão temática, à semelhança de outras que já realizamos sobre saúde, a situação das santas casas, sobre a situação da seca, fazermos uma sessão temática sobre este tema. Se a Comissão estiver de acordo com estas sugestões.

Mas vou abrir a palavra para os Senadores que já se inscreveram. Em primeiro lugar, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Presidente Aloysio Nunes Ferreira, caros Senadores Ricardo Ferraço e Valdir Raupp, que são os dois relatores de matéria relacionada à temática que esta Comissão escolheu, elegeu para dever de casa de análise.

O relatório do Senador Ferraço é realmente revelador da situação dramática que o setor de defesa no Brasil, que é estratégico, com a relevância que tem com repercussão sobre todo o setor econômico brasileiro.

Tomo a liberdade, Senador Aloysio Nunes Ferreira, de acrescentar, além das duas sugestões que V. Exª apresentou, uma sugestão de que este relatório do Senador Ferraço seja publicado pela Comissão de Relações Exteriores, pela gráfica do Senado, para sua distribuição para as universidades, para bibliotecas, porque penso que este relatório mostra uma realidade que nem sempre é divulgada. Acho que isso também contribuiria para conhecimento até nas faculdades de engenharia, para melhor compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito bem. A Secretaria da Comissão já vai providenciar sua sugestão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Uma contribuição singela.

Quando for feita a sessão temática, que também aquelas tendências, que a TV Senado, que a área de comunicação do Senado faz, o nome da revista é Em Discussão, que esta matéria seja motivo e alvo de uma publicação especial, porque lá vamos ouvir, não só os Parlamentares, mas especialmente as autoridades que virão, como tivemos a oportunidade de ver, na sede da FIESP, quando lá estivemos, com a representação de toda indústria brasileira ligada à área de defesa.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – E nesta sessão temática, o Senador Raupp, que teve a espinhosa tarefa de fazer as escolhas de Sofia, como relator setorial da área de defesa, seguramente será uma voz ouvida com muito interesse.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria, Senador Aloysio, agradecer ao brigadeiro Mesquita, ao brigadeiro Alvani, que é o titular do DCTA, que fez aquela exposição completa e muito competente, quando salientou a necessidade de aprovarmos este acordo com os Estados Unidos.

Agradecer, como eu disse ao Brigadeiro Mesquita, pela oportunidade dada aos Senadores Valdir Raupp, V. Exª, Jorge Viana e eu de ouvirmos do Tenente-Brigadeiro Alvani, lá na sede do DCTA, em São José dos Campos, toda uma explanação sobre como está a área de defesa no campo aeroespacial.

E já que estamos falando do campo aeroespacial, quero dizer que nós, lamentavelmente, corremos o risco de ver suspensos projetos estratégicos, com impactos negativos sobre a economia brasileira, não só na área da Aeronáutica, como é o caso do lançamento de foguetes na Avibras... Aliás, essa companhia corre sérios riscos se o Orçamento não aprovar, pelo menos, R$100 milhões para a continuidade das encomendas que a Aeronáutica fez de foguetes de defesa.

E mais ainda: na própria Embraer Defesa, onde fomos recebidos, em Gavião Peixoto, pelo Presidente Jackson Schneider, também ouvimos uma explicação a respeito. E, ali, nós nos sentimos, naquele momento, que estávamos em outro país, A visita à Embraer Defesa foi uma visita a um outro país: um país de eficiência, um país de *compliance* vigoroso, um país de grande competitividade. E, ali, vimos também, no caso do Projeto KC-390, cuja linha de montagem nós visitamos – daquele que será um dos mais modernos aviões de combate do Brasil, um avião de carga e transporte, mas que poderá servir também de apoio em todas as áreas de defesa –, o quanto aquilo poderá representar para o Brasil em matéria de avanço. E, de outro lado, a paralisação ou a suspensão, por dois anos, é um prejuízo incalculável do ponto de vista tecnológico.

Então, eu queria fazer esse registro e agradecer a oportunidade, lembrando que foi uma comitiva muito expressiva, composta de quatro Senadores e vários Deputados, de vários partidos, visitando aquelas duas unidades. Para quem não sabe, o DCTA é o guarda-chuva debaixo do qual está abrigado o ITA, o Instituto Tecnológico da Aeronáutica, instituição de grande relevância nacional.

Então, feito esse registro, eu quero também, Presidente, fazer os cumprimentos a V. Exª pelas observações sobre a questão da viagem ao Japão e ao Vietnã, dizendo o quanto os orientais dão relevância a cumprimento de agenda. Isso tem um impacto também não só financeiro de uma viagem que foi paga, mas não será realizada.

E queria também dizer que me preocupa profundamente o que vamos ver no dia 6, as eleições na Venezuela. Não foi referido aqui, mas eu penso que essa é uma matéria sobre a qual nós temos de nos debruçar. Eu queria também destacar que o Itamaraty, enfim, fez uma nota a respeito desse episódio – e V. Exª havia cobrado aqui na nossa Comissão, como todos os Senadores, de alguma maneira, fizeram algumas ponderações –, mas eu quero destacar ao nosso Embaixador, que representa aqui a Assessoria Parlamentar do Itamaraty, bem como ao Secretário Executivo Sérgio Danese, as providências.

Esperamos que o Ministério das Relações Exteriores siga nessa linha de dar uma satisfação à sociedade brasileira, que aguarda uma manifestação muito própria sobre a gravidade da situação, ainda porque até as

pesquisas eleitorais, agora, nesta semana, foram proibidas pelo governo Maduro. Quer dizer, o país está literalmente amordaçado, não só pelos políticos que estão presos, mas também a própria sociedade, que não pode, que não tem o direito de saber como se dá o desempenho dos participantes. Ou seja, o governo não vai admitir uma vitória da oposição se, eventualmente, isso acontecer. Será um banho de sangue! É lamentável que isso esteja acontecendo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Aliás, sobre a Venezuela, o Itamaraty acaba de divulgar uma nota que, em seguida, quando terminarmos esse item, vou ler perante a Comissão.

Senador Flexa, V. Exª tem a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador Aloysio Nunes Ferreira, Relator, Senador Ricardo Ferraço, Senador Valdir Raupp, nosso Vice-Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, primeiramente, eu quero parabenizar V. Exª pelo trabalho aqui à frente da Comissão de Relações Exteriores e pela seleção e análise de uma das mais importantes políticas públicas para o nosso País: a política pública na área de defesa nacional e o apoio à indústria de defesa nacional.

Quero parabenizar o Senador Ricardo Ferraço pelo relatório. Não foi cansativo não, Senador Ricardo Ferraço; ele ilustrou todos os membros da Comissão de Relações Exteriores com o seu conteúdo. V. Exª, meticulosamente, fez um estudo derivado das inúmeras audiências públicas realizadas na Comissão. O relatório chama a atenção do Governo brasileiro para a prioridade que tem que dar a projetos referentes à defesa nacional, em todo o Brasil. O Senador Petecão e o Senador Lasier falaram sobre a extensa fronteira brasileira, com milhares de quilômetros. Na Amazônia, Senador Ferraço e Senador Aloysio, a coisa se complica, pois são as Forças Armadas que defendem e controlam as fronteiras naquela região, que é uma região cobiçada.

Senador, as propostas aqui feitas por V. Exª e pela Senadora Ana Amélia eu acho que são de todos nós. É preciso que o que nós estamos recebendo aqui tenha ampla divulgação, para que a sociedade brasileira – não apenas o Congresso, mas a sociedade – possa tomar conhecimento dessas questões, que estão sendo levadas ao longo do tempo e que não são concluídas.

No seu relato, V. Exª fez uma observação que penso que deveria valer não apenas para a questão da defesa nacional, mas para tudo. O Governo tem o vício de lançar programas novos ou obras novas sem concluir as que foram iniciadas. São lançamentos midiáticos. Ao final, não se conclui nada, as obras se arrastam ao longo de anos e décadas – eu diria décadas.

V. Exª aborda alguns pontos que, no final, considero importantes. As Forças Armadas, os comandos militares, sofrem cortes em seus orçamentos que inviabilizam inclusive o funcionamento operacional.

(Soa a campainha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eles precisam suspender o expediente vespertino para que não tenham que alimentar seus contingentes.

Ainda agora, por uma subcomissão da Comissão de Meio Ambiente, nós faríamos uma visita – seria hoje, mas em função dos problemas de ontem tivemos que adiar – às instalações do projeto de Belo Monte. Há dificuldades do Comando da Aeronáutica com relação a operacionalizar os voos, com manutenção de aviões, combustível, etc. Quer dizer, há restrições.

E quero aqui parabenizar o Brigadeiro Mesquita. Ontem, ele estava preocupado com o orçamento de 2016, com o corte que aconteceu na Aeronáutica, que vai acontecer no Exército e na Marinha também, não tenho dúvida nenhuma. Essas interrupções, como disse o Senador Ferraço, trazem aumento de custos. Seu relatório aponta que os cortes no orçamento dos comandos militares para 2016 ocorreram para que esses recursos fossem utilizados nas Olimpíadas de 2016. Quer dizer, tiraram os recursos do Ministério da Defesa, para que fossem aplicados... E não é que não sejam importantes as Olimpíadas, mas também não podemos deixar sem o apoio necessário e mínimo os comandos militares.

Então, quero finalizar só dizendo o que o relatório do Senador Ricardo Ferraço dá um quadro da realidade por que nós passamos, no Brasil, em relação à questão da defesa nacional,...

(Soa a campainha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ... que é grave. E a Comissão faz esse brilhante trabalho de levar ao conhecimento da sociedade a situação em que se encontra o setor, e, mais do que isso, como vamos reverter para que possamos dar andamento e concluir todos esses projetos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Senador Antonio Anastasia, V. Exª tem a palavra.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia, Senador Aloysio Nunes Ferreira, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, a todos os meus cumprimentos!

Em primeiro lugar, Presidente, eu queria cumprimentá-lo pela iniciativa de ter indicado o Senador Ricardo Ferraço para a relatoria do tema fundamental deste ano, que foi a questão da indústria de defesa, e cumprimentar o Senador Ricardo Ferraço pelo trabalho de fôlego que realizou e apresentou aqui, ainda que de maneira sucinta, como disse, em voo de pássaro, fazendo um relatório extraordinário, que demonstra de modo cabal, lamentavelmente, uma situação triste para o Brasil. Estamos, neste momento, sendo testemunhas de mais um desacerto e um grave equívoco realizado por parte do Governo, por ausência de planejamento, por atonia da gestão, por atrofia de um mínimo de condições de governabilidade, o que leva o Governo Federal à situação em que se encontrar o Brasil, que tem, também na indústria da defesa, lamentavelmente, dados tão negativos para apresentar.

Eu queria acrescer, nesta minha breve intervenção, cumprimentando mais uma vez o Senador Ricardo Ferraço, que, em Minas Gerais, o meu Estado, essa incoerência, essa ausência de planejamento do Governo Federal levou, como ele registro em seu relatório, a dois grandes prejuízos: a questão do veículo blindado Guarani, pela ausência do cumprimento contratual, coloca em risco a manutenção da fábrica em Sete Lagoas. E, da mesma forma, a expansão da Helibras na cidade de Itajubá é, igualmente, colocada em risco, pela ausência absoluta, pela lacuna, como disse e reitero, pela atrofia, pela atonia, pela debilidade e fragilidade de um Governo que não conhece a palavra planejamento, não conhece a prioridade e não consegue, em casos de crise, reverter e alocar recursos de maneira adequada em projetos e programas que sejam prioritários e estratégicos.

Oxalá esse quadro seja revertido e que o próximo relatório a ser elaborado ano que vem possa apresentar um quadro um pouco mais otimista, porque estamos todos atônitos não só com as questões da defesa, mas, como muito bem disse V. Exª, nosso Presidente, a indústria da defesa significa investimentos importantes em avanço tecnológico, em avanço industrial, em empregos de qualidade, tudo isso que o Brasil precisa para figurar no concerto das nações no primeiro plano, no primeiro palco, em primeira grandeza.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – ... vista coletiva, para que, como eu disse, na próxima reunião, nós possamos deliberar sobre o relatório do Senador Ricardo Ferraço.

Antes de entrarmos nos outros itens já programados, eu queria, aproveitando a oportunidade do que disse agora há pouco a Senadora Ana Amélia, também em meu nome e em nome da Comissão, saudar uma mudança importante da conduta do Itamaraty em relação à Venezuela, expressada numa nota, em que, pela primeira vez, publicamente, o Governo brasileiro expressa a sua preocupação com a deterioração da democracia naquele país.

Assim, hoje, recebo aqui, e vou ler para os senhores, mais uma nota do Itamaraty.

É o seguinte o teor da nota:

Ao aproximarem-se as eleições legislativas de 6 de dezembro próximo na Venezuela, o Governo brasileiro deseja fazer chegar ao povo e ao Governo daquele País os mais sinceros votos de que o pleito se desenvolva dentro do marco da democracia, da transparência e da participação plena de toda a cidadania, em benefício do povo venezuelano e de toda a região.

O Governo brasileiro continuará a acompanhar com atenção a etapa final da campanha, a realização e a apuração das eleições, com o espírito construtivo que demonstrou ao longo de todo o período em que participou como integrante da comissão de Chanceleres da UNASUL [...].

Com esse mesmo espírito, o Governo brasileiro participou das negociações que culminaram com a assinatura do Convênio entre o Conselho Nacional Eleitoral da República Bolivariana da Venezuela e a União de Nações Sul-Americanas [para a missão eleitoral da Unasul] para a eleição à Assembleia Nacional de 6 de dezembro de 2015", documento que contou com a aprovação do Tribunal Superior Eleitoral – TSE e permitiu a conformação da referida missão eleitoral.

O Governo brasileiro, que havia realçado oportunamente a importância da definição do calendário eleitoral e celebrado o anúncio da fixação da data do pleito pelo Conselho Nacional Eleitoral [da Venezuela], manifesta seu apoio aos trabalhos da missão eleitoral da Unasul, sob a condução do ex-Presidente Leonel Fernández

e também de outros participantes do processo de acompanhamento eleitoral, como o Alto Representante do Mercosul, Dr. Florisvaldo Fier, e do Conselho de Peritos Eleitorais [da América Latina – Ceela].

Em atenção ao convite do ex-Presidente Leonel Fernández, o Governo brasileiro designou o Embaixador Antonino Lisboa Mena Gonçalves para acompanhar a missão da Unasul. Tal participação se dará na qualidade de assistente do chefe da missão, nos termos estabelecidos pelo convênio.

O Governo brasileiro espera que essas missões, dentro do marco legal em que se realizam e com pleno respeito à soberania venezuelana, tenham a mais ampla possibilidade de atuação e possam, assim, contribuir para atestar a credibilidade do processo eleitoral e a legitimidade dos seus resultados.

Essa é a nota do Itamaraty.

Eu queria submeter à deliberação extrapauta, se não houver objeção da Comissão, um requerimento de informações a respeito de um tema que eu já abordei logo na abertura dos nossos trabalhos, Senador Tasso Jereissati. O tema é o cancelamento das viagens da Presidente Dilma ao Japão e ao Vietnã.

Eu peço, em nome da Comissão, cópia dos expedientes telegráficos relativos a gastos programados e realizados no contexto da recente visita da Presidente da República a Paris e das visitas programadas, mas recentemente canceladas, ao Japão e ao Vietnã; cópia dos expedientes telegráficos entre o Itamaraty e as Embaixadas em Tóquio e Hanói, referentes à preparação da viagem da Presidente da República ao Japão e ao Vietnã, inclusive relativos aos resultados esperados e à reação das autoridades locais ao cancelamento da visita; cópia das eventuais instruções enviadas aos chefes de missão diplomática e consulares referentes à reclassificação para secreto e reservado de expedientes e documentos relacionados com visitas da Presidente realizadas a partir de 1º de janeiro de 2011, um tema abordado aqui também no início da reunião; justificativa para expedição dessas instruções; cópia do eventual parecer jurídico do Ministério de Relações Exteriores que tenha embasado o envio das referidas instruções; e volumes de gastos realizados antecipadamente na preparação dessas últimas viagens a Hanói e a Tóquio que poderão ser recuperados com o cancelamento da viagem, uma vez que a justificativa para o cancelamento foi economia de recursos ou escassez de recursos face ao chamado *shutdown*, que antecedeu a aprovação da mudança da meta fiscal.

Se os Srs. Senadores concordarem, expediremos esse pedido de informações em nome da Comissão. (*Pausa.*)

Está aprovado.

(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 9
MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, as seguintes informações:

1) Cópia dos expedientes telegráficos relativos a gastos programados e realizados no contexto da recente visita da Presidente da República a Paris e das visitas programadas, mas recentemente canceladas ao Japão e ao Vietnã.

2) Cópia dos expedientes telegráficos entre o Itamaraty e as Embaixadas em Tóquio e Hanói referentes à preparação da viagem da Presidente da República ao Japão e ao Vietnã, inclusive relativos aos resultados esperados e à reação das autoridades locais ao cancelamento da visita.

3) Cópia das eventuais instruções enviadas aos chefes de missão diplomática e consulares referentes à reclassificação para secreto e reservado de expedientes e documentos relacionados com visitas da presidente realizadas a partir de 1 de janeiro de 2011.

4) Justificativa para a expedição dessas instruções e cópia de eventual parecer jurídico do MRE que tenha embasado o envio das referidas instruções.

5) Volume de gastos, realizados antecipadamente na preparação dessas viagens e gastos que poderão ser recuperados com o cancelamento das viagens.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Aloysio, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu tenho aqui também um pedido do Senador Donizeti Nogueira, que pede autorização da Comissão, através do Requerimento nº 369, para uma viagem

à Universidade de Harvard, na cidade de Cambridge, para participar de um programa de liderança executiva no período de 13 a 18 de março.

O Relator é o Senador Lindbergh Farias, que não está aqui, mas, se V. Exª entender por deferir esse pedido extrapauta, eu poderei ler a análise do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu creio que a própria ementa que V. Exª acaba ler é a plena justificativa.

Desse modo, se não houver objeção, o requerimento está aprovado.

(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 8
REQUERIMENTO Nº 1369, de 2015
- Não terminativo -

Requer, em cumprimento ao disposto no art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa para participar, a convite da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, do "Programa de Liderança Executiva em Desenvolvimento da Primeira Infância Internacional 2016", que ocorrerá na Universidade de Harvard, na cidade de Cambridge, Massachusetts, Estados Unidos da América, nos dias 13 a 18 de março de 2016; e comunica, nos termos do art. 39, I, do referido Regimento, que estará ausente do País no período de 11 a 20 de março de 2016.

Autoria: Senador Donizeti Nogueira
Relatoria: Senador Lindbergh Farias
Relatório: Pela aprovação)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Item 2.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 79, de 2015
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Coreia.

Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Valdir Raupp.
Relatório: Pronto para deliberação.
Observações:
1 - Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, antes de iniciar o relatório, eu queria rapidamente, em um minuto, parabenizar o Senador Ricardo Ferraço pelo brilhante relatório que apresentou ainda há pouco sobre a situação da defesa no nosso País e dizer que eu acho que há muitos programas que estão acontecendo em todo o Brasil. É uma pulverização de programas não só na área da defesa, mas em todas as áreas do Governo. Eu não sei se são mais de 700, 800 programas...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Se V. Exª me permitir, eu acho que chegou o momento de um freio de arrumação. Esse freio de arrumação nacional em torno da verdade também precisa acontecer no âmbito da defesa.

Eu não citei aqui, mas nós falamos dos temas relacionados à Base de Alcântara. O tempo foi curto. Nós falamos aqui sobre o acordo que fizemos com a Ucrânia, que legou grandes prejuízos. O acordo de salvaguarda com os Estados Unidos, que há anos está tramitando, mas sem a participação do... E também não citei aqui, mas há a questão do projeto do HXBR.

Senador Raupp, veja, o Governo Federal se comprometeu a comprar 55 helicópteros, uma fábrica se instalou no Brasil para a construção desses helicópteros. Foram 55 helicópteros. Lá em Itajubá. O Senador Anastasia conhece esse tema de cor e salteado porque governava em Minas Gerais. Uma fábrica de helicópteros com

enormes complexidades. Encomenda de 55, já entregou 22. Não sabe quantos mais vão ser entregues. Tem oito em linha de produção. Tem passivo com o consórcio. Então, estão desmontando a fábrica de helicópteros que foi montada com essa finalidade. É muita falta de seriedade no enfrentamento dessas questões.

Eu quero agradecer a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Haja freio de arrumação.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Quer dizer que o orçamento da Defesa não é tão pequeno. São R$82,5 bilhões, dos quais só 7,4% vão para investimento. Tem mais alguma coisa do PAC. Não sei se sete ou oito bilhões, exemplo dos caças suecos que foram comprados parcelados, que deve ser recurso do PAC e outras ações.

Digo que, neste momento, as Forças Armadas: a Marinha, o Exército e a Aeronáutica estão definindo algumas prioridades, inclusive para as emendas de Comissões que aprovamos aqui e em outras Comissões; para as emendas de bancadas, para a emenda de Relator, para tentar pelo menos repor alguma coisa dos cortes que foram feitos em alguns programas, a exemplo do Sisfron – que já foi dito pelo Ferraço –, do KC-390, um avião que está sendo cobiçado por muitos países do mundo e já tem três prontos em teste; e a própria Aeronáutica vai comprar e já falou que não sabe quantos, uma quantidade grande desses aviões.

Nós estivemos lá: eu, Aloysio, Ana Amélia, Jorge Viana e vários Deputados, visitando esse programa e essas aeronaves. O Astro também é exemplo; as bases de lançamento de foguete. Enfim, os navios nucleares e os reatores nucleares.

Então, alguns programas da Marinha, do Exército estão sendo priorizados, mas nem mesmo estes... com esse orçamento está muito difícil de tocar esses programas. Estamos fazendo o possível para realizar essa travessia.

Vamos ao relatório do nosso Embaixador da Coreia do Sul.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Senhor Luís Fernando de Andrade Serra, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Coreia.

A Mensagem Presidencial (nº 459, de 29 de outubro de 2015) que submete as referências do Indicado é encaminhada pela Exposição de Motivos EM nº 00473/2015 MRE.

Eu vou dispensar essa leitura, dado o adiantado da hora, tendo em vista que todos os senhores já tiveram conhecimento desse relatório, do currículo e das qualidades do nosso Embaixador. Só o fato de ser um Embaixador de primeira classe já o torna habilitado a assumir esse posto num país tão importante que é a Coreia do Sul.

A Coreia do Sul foi o primeiro país da Ásia, do Leste, a implementar o Programa Ciência sem Fronteiras. Desde 2012, já foram concedidas 550 bolsas a estudantes brasileiros, em suas universidades, centros de pesquisas e empresas sul-coreanas. Hoje, 130. Inclusive, grandes conglomerados, tais como Hyundai, Samsung e LG oferecem estágio para os bolsistas brasileiros desde o início, no País, perfazendo cerca de 90% de bolsistas brasileiros beneficiados com os estágios.

Os países latino-americanos têm adquirido importância crescente na política externa sul-coreana. Em março de 2015, durante reunião anual das assembleias de governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Corporação Interamericana de Investimentos (CII), na cidade coreana de Busan, o Governo sul-coreano anunciou a criação do "Plano de Cooperação para o Desenvolvimento entre a Coreia do Sul e a América Latina", que deverá contar com financiamento de até US$1 bilhão. Adicionalmente, a Coreia do Sul fornecerá empréstimos a juros baixos para países em desenvolvimento sob a forma de fundos de contrapartida em conjunto com o BID, de modo a facilitar a realização de projetos de infraestrutura de grande escala.

Dessa forma, Sr. Presidente, recomendo às Srªs e aos Srs. Senadores que o Sr. Luís Fernando de Andrade Serra está credenciado para assumir esse posto.

Obrigado, Sr. Presidente.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado, Senador Raupp.

Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vou dar vista coletiva, como de hábito.

Vamos agora à sabatina, Srs. Senadores.

Eu convido para que tome assenso à mesa o Sr. Flávio Soares Damico, que foi indicado pela Senhora Presidente da República para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Singapura.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Presidente, há um item em que apresentaremos o Sr. Gonçalo de Barros Carvalho, é o item 4. Seria possível fazer essa leitura enquanto...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Enquanto... Desculpe-me. O senhor quer ler já o relatório?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Se o senhor me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu permito, evidentemente. Vou dar vista coletiva e, rapidamente, damos por lido para depois passarmos à sabatina.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Inspirado no Senador Ferraço, farei naquele mesmo padrão.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Exatamente, aquela coisa sucinta porque vai haver vista coletiva.

ITEM 4
MENSAGEM (SF) Nº 80, de 2015
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Sérgio Petecão.
Relatório: Os integrantes da Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.
Observações:
1 - Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a Mensagem nº 80, de 2015 (Mensagem nº 475, de 11 de novembro de 2015, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Sr. Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Relator: Senador Sérgio Petecão.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão para Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Aqui há um belo currículo que está à disposição de todos os Srs. Senadores. É um belo currículo mesmo que, diante do adiantado da hora, vamos deixar à disposição dos senhores.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório.

Lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Item em discussão. (*Pausa.*)

Vista coletiva.

Sr. Embaixador Flávio Soares Damico, V. Exª tem a palavra.

O SR. FLÁVIO SOARES DAMICO – Muito bom dia, Sr. Presidente. Em seu nome cumprimento as demais Senadoras e Senadores que integram esta Comissão.

Gostaria inicialmente de agradecer à Senhora Presidente da República e ao Ministro das Relações Exteriores por terem submetido ao Senado Federal o exame de meu nome para ocupar a posição de Embaixador na República de Singapura.

Agradeço também o relatório apresentado à Comissão pelo Senador Ferraço e os comentários feitos naquela reunião.

Antes de iniciar minha exposição propriamente dita, gostaria de assinalar que, conforme consta do meu relatório, exerço no momento a direção do Departamento de Mecanismos Inter-regionais do Ministério das Relações Exteriores, que se ocupa, entre outros temas, do BRICS, sobre o qual também me coloco à disposição para responder a eventuais perguntas.

Sr. Presidente, a minha intenção é fazer uma exposição muito breve sobre a situação atual de Singapura e suas relações com o Brasil, uma vez que os principais pontos já se encontram cobertos no relatório lido perante esta Comissão.

Com base nesses pontos, apresentarei em linhas muito gerais o plano de trabalho que intenciono executar, caso meu nome venha a ser aprovado por esta Comissão e posteriormente referendado pelo Plenário do Senado.

Durante a sabatina, estou seguro de que poderei aprofundar os pontos de interesse particular dos membros da Comissão.

Uma visão muito rápida de Singapura. É uma cidade-Estado que foi fundada há 200 anos, multiétnica, altamente desenvolvida e rica. Singapura hoje ocupa a 9ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano. Tem uma população de 5,5 milhões de habitantes, com área pouco superior a 750 quilômetros quadrados, que é mais ou menos um sexto, um sétimo do Distrito Federal.

Esse é um país que tem história e trajetória muito singulares. Conforme esse mapa projetado, Singapura está ali espremida entre a Malásia e a Indonésia e ocupa a saída sul do Estreito de Malaca, que une o mar do Sul da China ao Oceano Índico.

O valor estratégico dessa região sempre foi reconhecido já pelos portugueses, desde o século XVI, que ocuparam Malaca a 200 quilômetros ao norte de Singapura. E hoje continua a ser palco de desdobramentos geopolíticos, como atestam as diferentes aspirações de soberania da Ásia e da China sobre o mar do Sul da China, logo à saída do Estreito de Malaca, ao mesmo tempo em que potências fora da região também fazem manobras navais nas áreas reclamadas.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Permite-me, Embaixador?

Se pudesse projetar o mapa para ver em uma perspectiva maior? Exatamente para termos ideia, para ilustrar esse ponto a que o Embaixador se está referindo. (*Pausa.*)

Pode prosseguir, por favor.

O SR. FLÁVIO SOARES DAMICO – Ficou realmente mais claro, Senador.

A seis horas de voo ao redor de Singapura, nós encontramos metade da população humana. Nós temos 1,5 bilhão de habitantes na Índia e no Sul da Ásia como um todo; 625 milhões de habitantes na Asean e 1,3 bilhão de habitantes na China. Então, essa posição estratégica não é só marítima mas também em outras dimensões. Singapura está no centro – digamos assim – do coração atual da humanidade.

Nessa região transita parcela expressiva do comércio mundial. Por esse estreito passa um volume de petroleiros, Sr. Presidente, quatro vezes superior ao do Canal de Suez e três vezes maior do que o do Canal do Panamá. E também por ali passa boa parte das *commodities* brasileiras que são exportadas para a Ásia.

Essas circunstâncias devem ser ainda mais presentes no futuro, uma vez que a economia mundial, como sabemos, desloca-se para o Pacífico, com a Ásia e suas cadeias de produção como um novo polo de desenvolvimento mundial.

Em números gerais, em 2014, a renda *per capita* do País foi de US$56 mil; é a sétima mais alta do mundo. Singapura também é a 14ª potência comercial. Em 2014, seu comércio exterior montava a US$775 bilhões. Enfim, aí uma anomalia é o fato de que Singapura tem comércio exterior maior do que seu próprio PIB. É uma situação praticamente inédita; ou poucos outros lugares têm essa situação, como Hong Kong.

Os principais parceiros comerciais são China, Malásia, Hong Kong, Indonésia, União Europeia e Estados Unidos. E, além disso, Singapura é uma praça financeira de crescente importância, uma vez que é o local onde se transaciona o segundo maior volume em moeda chinesa, que acaba de ser incluída na cesta de moedas que compõem os direitos especiais de saque do Fundo Monetário Internacional.

O ano de 2015 foi especialmente marcante para Singapura, que comemorou, em 9 de agosto, o cinquentenário da sua independência; e foi o mesmo ano em que faleceu seu grande estadista Lee Kuan Yew, o primeiro ocupante do cargo de Primeiro Ministro e promotor do desenvolvimento de seu País, que em tempo recorde saiu do terceiro para o primeiro mundo.

Outros eventos relevantes para Singapura nesse período foram, em outubro, a conclusão das negociações da Parceria Transpacífica, da qual Singapura foi um grande promotor; em novembro, foi assinado acordo sobre a Comunidade Econômica da Asean; também em novembro, na cidade-estado, realizou-se o encontro de cúpula entre os Presidentes da China e de Taiwan; e, em novembro, houve a inclusão, pelo Fundo Monetário Internacional, da moeda chinesa, do renminbi, como eu mencionei, na cesta de moedas que compõem os Direitos Especiais de Saque.

Essa rápida enumeração de eventos relevantes para Singapura define bem a personalidade do país. É um bom cidadão internacional, voltado ao fortalecimento do multilateralismo, do comércio, da boa vizinhan-

ça, do regionalismo e da diplomacia, em um perfil que, podemos dizer, assemelha-se muito ao do Brasil, o que facilita sobremaneira o diálogo bilateral.

Brasil e Singapura mantêm relações diplomáticas de 1967. A nossa Embaixada no país foi aberta em 1979. Singapura concede grande propriedade ao relacionamento com o Brasil, uma vez que a única Embaixada na América Latina de Singapura está sediada em Brasília, tento sido inaugurada em 2013. Em suma, nossas relações são excelentes.

Em termos de visitas oficiais, a Senhora Presidente da República esteve em Singapura em novembro de 2014, a caminho da reunião do G20, em Brisbane. A última visita oficial do nosso chanceler aconteceu em julho de 2015. No momento em que falamos, a Ministra Kátia Abreu se encontra em viagem para Singapura.

O comércio bilateral é crescente. Apesar do seu pequeno tamanho, é o nosso principal parceiro na Asean, que compõem, além de Singapura, Malásia, Indonésia, Laos, Camboja e Tailândia. É um comércio crescente que atingiu o total de US$4 bilhões, em 2014, nas duas vertentes. Também é digno de notar, é o quarto maior superávit do Brasil com outros países, ficando atrás apenas de Países Baixos, da China e da Venezuela.

Temos várias empresas brasileiras instaladas em Singapura: Petrobras, Vale, Embraer, Brasil Foods, Banco do Brasil, empresas de informática, a Braskem, também a Seara, Queiroz Galvão e a Tramontina.

Singapura também investe muito no Brasil, é o quarto maior investidor asiático aqui, atrás de Japão, China e Coreia do Sul. Há 60 empresas cingapurianas instaladas no Brasil que geram mais de 10 mil empregos, especialmente na área de estaleiros. Temos Estaleiro Keppel, com instalações em Santa Catarina e também no Rio de Janeiro, e o Estaleiro Jurong, que, juntamente com a Aracruz, constrói seu estaleiro no Espírito Santo, basicamente voltados à construção de plataformas em embarcações para a exploração de petróleo.

Também temos uma cooperação ativa na área de prospecção em áreas profundas. Apesar de Singapura não ter petróleo, juntamente com a Coreia ela detém boa tecnologia na área.

Além disso, os cingapurianos estão muito empenhados na diversificação de seus investimentos. Dois fundos soberanos deles se encontram aqui instalados: o Temasek, que mantém ativos no total de US$266 bilhões e o GIC, que é considerado o terceiro maior fundo soberano do mundo. Ambos mantêm de 3% a 4% dos seus investimentos na América Latina. Qualquer incremento percentual nesses investimentos pode fazer grande diferença aqui no Brasil. Também temos escritórios de prospecção de investimentos do governo de Singapura aqui instalados.

A outra área em que os cingapurianos estão muito presentes é a área de aeroportos. A administradora do Aeroporto de Changi, em Singapura, considerado quase unanimemente um dos melhores do mundo, está administrando o Aeroporto do Galeão agora, nos preparativos para as Olimpíadas. O Porto de Singapura também se encontra muito interessado em investir no Brasil. Porto de Singapura é um dos maiores em tonelagem no mundo e o segundo em volume de contêineres, atrás apenas de Xangai.

Quanto às perspectivas futuras, Sr. Presidente, já chegando ao final da minha exposição, há interesse em Singapura na negociação de um acordo para evitar a bitributação, há uma diferença de percepção com respeito à Receita Federal, que considera cidade-estado um paraíso fiscal. O Ministro Mauro Vieira recentemente esteve em conversações com o Ministro Levy e com o Secretário da Receita Federal com vistas à reconsideração dessa decisão.

Temos cooperação educacional, acadêmica e científica com muito boa base para ser desenvolvida, especialmente, em uma área de novos materiais, como um material chamado grafeno, que é à base de grafite e pode ser usado como semicondutor.

O senhor me pede, Senador, para falar sobre a política interna. Nós acabamos de ter eleições em Singapura e novamente o Partido da Ação Popular, partido que governa o país, foi reeleito com maioria esmagadora dos votos.

É um regime que formalmente segue todos os preceitos das democracias Parlamentares, mas é também um Executivo de mão forte. Uma das considerações que foram feitas pela revista *The Economist*, sobre o futuro de Singapura, aponta que talvez no futuro, por esse perfil internacional e cosmopolita cada vez mais importante na cidade-Estado, seria conveniente que os cingapurianos relaxassem mais um pouco nessa mão forte do Estado, uma vez que uma sociedade dinâmica, aberta, seria essencial para a continuidade do êxito que Singapura tem mantido até o momento.

Um pequeno ponto sobre os pontos fortes. Singapura... vários deles já mencionados: formação de recursos humanos, comércio, infraestrutura, logística, tecnologia da informação e serviços. Todos eles vêm ao encontro de necessidades do nosso País.

Acho que vale a pena uma palavra sobre educação em Singapura. É uma educação universal, de qualidade; é considerado pelo Pisa da OCDE como o País com uma das melhores educações pré-universitárias do mundo, inclusive a melhor em matemáticas e ciências.

Há duas universidades entre as 20 melhores do mundo e *think tanks* de grande qualidade que fazem o país um local privilegiado para o desenvolvimento da cooperação acadêmica com o Brasil.

Caso V. Exªs venham a aprovar meu nome, entendo que um programa de trabalho para a embaixada em Singapura deve, em primeiro lugar, respeitar essa vocação de que devemos apoiar a promoção das exportações brasileiras e a atração de investimentos cingapurianos, aprofundarmos a cooperação acadêmica e científica e também a internacionalização de empresas brasileiras, além, obviamente, do trabalho de observação e acompanhamento dos desdobramentos políticos, econômicos, comerciais, financeiros naquele país, que, como espero ter podido indicar, são de grande interesse para o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado, Sr. Embaixador.

Está aberta a discussão.

O Senador Ferraço foi o Relator...

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – ... e pede a palavra.

Em seguida, o Senador Lasier e, depois, o Senador Anastasia.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Primeiro, solicito a V. Exª, se assim julgar – e os demais membros desta Comissão –, que aqueles que se sentirem já com o seu juízo de valor possam exercer o seu voto, abrindo o processo de votação, se assim V. Exª julgar oportuno, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

Os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Nós estamos aqui na prática, Sr. Presidente, diante de um dos mais destacados quadros do nosso Itamaraty. Eu tive o prazer – e diria até mesmo o privilégio – de relatar a indicação do Ministro de Primeira Classe, S. Exª Flávio Soares Damico. E falo isso com muita tranquilidade e com isenção, porque não tenho nenhuma relação pessoal com S. Exª o Embaixador, mas pude conhecer o seu trabalho ao longo desse período, sobretudo na estruturação e na formulação da participação do nosso País nos BRICS e em outros fóruns em que o Embaixador teve uma destacada posição e participação.

Não foi sem outra razão que com base nos seus méritos que ele está sendo indicado para chefiar uma missão diplomática que julgo eu ser das mais importantes e estratégicas, não apenas em nível de Ásia, mas por tudo o que esse país Singapura tem apresentado ao mundo nos últimos anos, e por tudo o que tem sinalizado de fortalecimento das nossas relações. O Embaixador já disse aqui que Singapura é o maior investidor asiático no País.

É isso, Embaixador?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – O quarto país asiático no Brasil, atrás de China, Japão e Coreia do Sul.

Mas, com a velocidade e a intensidade dos investimentos que esse país tem feito, através de seus fundos soberanos, em nosso País, logo, logo, eu quero crer que essa participação será ainda muito ampliada. Evidentemente, nós temos uma tarefa, Sr. Embaixador: estamos aqui, do nosso posto de observação, tentando contribuir, porque me parece uma coisa absolutamente sem sentido o nosso Governo continuar mantendo Singapura na lista de países considerados paraísos fiscais. Sinceramente, nivelar....

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – É porque a alíquota de imposto de renda de lá é menor do que a nossa, é de 17%. (*Risos.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Então, o país é prejudicado, Senador Paulo Bauer, porque ele não faz como nós fazemos: nós aqui esmagamos o contribuinte com uma elevada carga tributária. Talvez esse seja o bom exemplo que o nosso País deva dar mundo afora.

Ou seja, comparar Singapura com qualquer desses pequenos países que, efetivamente, são paraísos fiscais, são portos seguros para essas empresas chamadas de *offshore*, que se servem para operações muito suspeitas, é um verdadeiro absurdo.

E salta aos olhos, Sr. Embaixador, porque nenhum país civilizado considera Singapura paraíso fiscal. Os Estados Unidos da América não consideram Singapura paraíso fiscal; a OCDE, a Europa inteira não considera Singapura paraíso fiscal. A Ásia inteira, países organizados como o Japão não consideram Singapura paraíso fiscal.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Eu acho, Sr. Embaixador, que esse, seguramente, é o nosso maior desafio nas nossas relações com Singapura, para destravarmos, ainda mais, a enorme capacidade de investimento que têm os nossos fundos soberanos em Singapura. Eles querem investir mais aqui, mas como investir mais num País que os considera paraíso fiscal? Isso tem um impacto importante na remessa de resultados, em função de paraíso fiscal ter que pagar mais imposto de renda do que países que não são paraísos fiscais.

Então, países como Singapura, através dos seus fundos soberanos, que já têm enormes investimentos no Brasil... Eu não sei qual é o saldo desses fundos soberanos neste momento, mas, seguramente, deve estar muito próximo a US$500 milhões, se nós considerarmos o Temasek, o GIC e assim por diante.

A autoridade portuária de Singapura é uma referência mundialmente falando; os estaleiros de Singapura são importantíssimos, com investimentos no Estado do Rio, com investimentos no Estado de Santa Catarina, com investimentos no meu Estado; e, para que os fundos de Singapura possam aumentar ainda mais seus investimentos, precisamos resolver esse assunto, Sr. Presidente, de o Brasil continuar considerando Singapura paraíso fiscal. Ao considerar assim, nós estamos inibindo inclusive a atração de investimentos de que o Brasil precisa muito e que tem ótimas oportunidades.

Portanto, ao cumprimentar V. Exª, Embaixador Flávio Damico, e congratular-me por sua indicação para esse importante e estratégico posto – nós temos, neste momento, importantes empresas brasileiras que já fizeram de Singapura sua base de relacionamento com a Ásia, em função da boa governança –, quero solicitar a V. Exª que possa tratar desse assunto com essa ordem de prioridade.

É preciso que o Chanceler Mauro Vieira suba um pouquinho o tom da voz dele. Esse é um assunto de Estado! Esse é um assunto que não pode ficar no conflito entre o Chanceler e o Ministro da Fazenda. O bom senso recomenda que é bom para o Brasil que Singapura seja removida dessa lista chamada de *black list*, lista negra, de paraísos fiscais, para que possamos destravar esses investimentos.

Eu queria chamar a atenção de V. Exª para esse ponto. Sei que V. Exª está atento ao tema, fez um registro, mas eu acho que esse registro precisa subir um pouco o tom. O Brasil não pode continuar cometendo esse equívoco contra esse país, que já investe muito aqui no Brasil, gerando oportunidades para brasileiros, mas pode ampliar ainda mais esses investimentos.

A única recomendação, se me permite que faça a V. Exª, é que V. Exª coloque esse tema como estratégico nas relações do nosso País com Singapura.

Cumprimentos a V. Exª e lhe desejo uma boa missão.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – O Senador Ricardo Ferraço é Presidente do Grupo de Amizade Brasil-Singapura, se não me engano, e esteve em Singapura no ano passado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Estive em Singapura. Fui recebido pela Presidente do Senado, fui recebido pelo Chanceler.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – E pelo nosso Embaixador, que será sabatinado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Em todas as conversas, esse é um tema que traz perplexidade, porque eles não entendem por que somente o Brasil os considera paraíso fiscal, à medida que a própria OCDE reconhece os avanços no campo da transparência e da contabilidade pública, que passou a estar incorporada no dia a dia deste País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – O Brasil quer tudo muito direitinho! Isso aqui não é brincadeira, não!

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Tem dado bons exemplos, tem sido referência!

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado, Presidente Aloysio.

Bem, minha primeira palavra é de regozijo pela indicação do Embaixador Flávio Damico para Singapura, pelas qualidades pessoais já aqui procedentemente exaltadas pelo Senador Ferraço, mas também por ser um gaúcho!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim, mais um gaúcho que projeta o nosso Estado no âmbito da Diplomacia. O Embaixador Flávio Damico, se não estou enganado, é de Porto Alegre.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Dizem que o nosso País está em dominância fiscal. Nossa dominância é gaúcha, em todos os campos! Não é possível!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Ao que sei, é Colorado! Ao que sei é Colorado, o que já é também um *handicap*!

O Embaixador Flávio Damico é um diplomata muito bem-sucedido, muito conceituado, formado pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; tem a família radicada em Porto Alegre e tem um currículo muito qualificado, como sucintamente relatou aqui o Senador Ferraço.

Então, o meu voto, evidentemente, será em favor dessa designação. Espero que o Embaixador nos represente muito bem.

Não se esqueça particularmente do Rio Grande do Sul, porque há uma relação comercial significativa. Singapura é um país que forneceu alguns cascos para plataformas petrolíferas lá no Polo Naval de Rio Grande, plataformas importantíssimas que já foram trabalhar na Bacia de Campos, mas lamentavelmente interrompidas as negociações diante do episódio Petrobras, que causou um prejuízo extraordinário de paralisação de obras naquilo que foi uma grande esperança para nós, gaúchos, para a redenção da metade sul do Rio Grande do Sul. Pouco depois de termos 17 mil trabalhadores no polo, hoje ele está limitado a mil ou 2 mil trabalhadores, ou seja, um fracasso. Esperamos que a situação seja revertida dentro de alguns anos.

Então, que essa negociação de plataformas marítimas prossiga.

Cumprimento o Embaixador, porque ele está indo para um pequeno país muito rico. Como ele disse, é a quarta relação entre os asiáticos com o Brasil e nona posição no IDH. E lembrou muito bem: entre as 20 mais importantes universidades do mundo, duas estão em Singapura, e o Brasil tem intercâmbio cultural com Singapura. Isso merecerá, certamente, incentivo e participação do Embaixador Flávio Damico.

Concluo, repetindo a mesma preocupação e pergunta do Senador Ferraço com relação a esse conceito de país de paraíso fiscal. E aí a minha pergunta: em razão da importância comercial que tem para o Brasil, se é possível uma negociação com o governo de Singapura, de tal modo que haja, vamos dizer assim, um acordo para que haja transparência dos aplicadores de recursos de divisas brasileiros em Singapura e, a partir daí, não haja mais esse preconceito, essa desconfiança, de que o brasileiro usa Singapura como um refúgio fiscal, se é possível negociar de tal modo que, a partir da sua instalação, tenhamos o fim desta dificuldade e desta discriminação com relação à Singapura como paraíso fiscal.

Encerrando, congratulo-me com V. Exª. Que seja muito bem sucedido naquele País o porto-alegrense Flávio Damico.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Esse foi um hino de amor ao Rio Grande do Sul.

Com a palavra o Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Aloysio Nunes.

Em primeiro lugar, igualmente, quero cumprimentar o eminente Embaixador Flávio Damico, que, como bem apresentou na sua exposição, ainda que breve, demonstrou, de forma cabal, o seu preparo, o seu conhecimento. De fato, ele vem recomendado a esta Comissão pelas melhores indicações do Itamaraty.

Com bem disse o Relator, Senador Ricardo Ferraço, V. Exª representa um dos melhores quadros daquela casa, tão importante para a diplomacia e para o Brasil em especial.

Eminente Embaixador Damico, V. Exª chegou a esta Comissão há alguns instantes, mas estava na outra sala, acompanhando o tema anterior aqui apresentado, que foi exatamente o relatório feito pelo Senador Ricardo Ferraço sobre a indústria de defesa no Brasil.

A apresentação feita pelo Senador Ricardo Ferraço é exatamente o retrato de uma realidade oposta ao que fez Singapura ao longo dos últimos 50 anos.

Singapura talvez seja, das mais de 200 Nações do mundo, aquela que apresentou, de mais eficiente e bem-sucedida, um quadro de planejamento, de ação coordenada, de ação gerencial intensiva de coordenação entre o setor público e o privado, permitindo com que, em poucas décadas, uma pequena vila de pescadores se transformasse em uma potência econômica, como V. Exª bem retratou, ainda que de maneira objetiva, durante a sua exposição.

Então, é impressionante vermos quanto o Brasil perdeu. É claro que as dimensões geográficas, populacionais, não nos permite jamais ter um figurino ao estilo de Singapura, mas, de todo modo, o exemplo do planejamento, desta ação coordenada, como disse agora, não pode ser desperdiçado.

Tenho a mais serena convicção, Embaixador Flávio Damico, que V. Exª, pelo seu preparo, pelo seu denodo, vai exercer a função de Embaixador, junto à República de Singapura, de tal modo a apreender ainda mais os excelentes exemplos que ela pode oferecer-nos.

Nesta Comissão, tenho insistido naquele velho adágio: "Diga-me com quem andas, que te direi quem és.". Temos de andar ao lado de Singapura, entre outras nações, é claro, porque ela tem o que nos ensinar.

Eminente Presidente, enquanto Governador de Minas Gerais e Vice-Governador, no Governo Aécio Neves, Singapura ajudou muito o nosso Estado. O chamado *Master Plan* do vetor norte de Belo Horizonte, o Aeroporto Internacional de Confins, todo o desenvolvimento, inclusive, da cidade administrativa, tudo aquilo estava feito com a participação de uma grande empresa, a *Jurong International*, especializada na parte logística de planejamento empresarial e urbano.

É impressionante a capacidade do pessoal de Singapura. Então, também tive a oportunidade, Senador Ferraço, de visitar Singapura, quando Vice-Governador. Fiquei encantado com aquela organização, com a limpeza e a educação. Mandamos jovens mineiros para estudarem em Singapura e, lá, ficaram num grande programa. Só temos elogios.

Deste modo, Sr. Embaixador, não tenho perguntas a fazer. Gostaria, tão somente, se me permite, de fazer uma solicitação a V. Exª: que V. Exª se empenhe à exaustão, para conseguir, em relação à União, aos Estados Federados brasileiros, cooperação, que possamos trazer o que eles têm de logística, de inteligência, de conhecimento, de tecnologia e de avanço, para que o Brasil possa inspirar-se em um modelo tão bem sucedido, que nos possamos afastar das tristezas colocadas pelo Senador Ferraço, há poucos instantes, que, com muito brilho, retratam uma realidade daquilo que é exatamente o oposto do planejamento, do profissionalismo, da gestão público, que é o caso da República de Singapura.

Que V. Exª seja muito feliz na sua missão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Com a palavra o Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Quero saudar e cumprimentar o Embaixador Flávio Damico e fazer aqui, Sr. Presidente, Senador Aloysio Nunes, uma observação, não exatamente relacionada a um questionamento, mas sim a uma constatação do que devemos apresentar, na Comissão de Relações Exteriores, e pude externar ao Embaixador, quando tive o privilégio de receber a sua visita em meu Gabinete.

O serviço diplomático brasileiro, presente em todos os países de expressão no mundo, cumpre muito bem a sua tarefa, no sentido de divulgar o Brasil, de representá-lo, de dar atenção às questões institucionais do nosso País com os outros.

Porém, é preciso fazer menção e registro de que países maiores do que o Brasil e economicamente mais expressivos têm-se dedicado, com muito empenho, em transformar o serviço diplomático também numa atividade, numa agência, de desenvolvimento, de novas oportunidades e negócios.

Países importantes, que têm representação diplomática no Brasil, destacaram para o serviço de Embaixada, para a representação e o cargo de Embaixador em nosso País profissionais que não fazem parte do corpo diplomático daqueles países.

São profissionais que têm compromisso com a sua pátria, com o seu país; são profissionais com alta formação técnica e conhecimento de todas as questões relacionadas à boa e harmoniosa convivência entre os povos e as nações, mas também se dedicam – e se empenham – a trabalhar pela questão comercial e nesta área.

Não é raro – e presido dois grupos de intercâmbio parlamentar. Posso observar que embaixadores dos países fazem essa parceria com o nosso Parlamento se empenham, trabalhando pelas empresas dos seus países que se encontram instaladas no Brasil, prospectando novas oportunidades de negócio, identificando na legislação brasileira algumas oportunidades e possibilidades e informando isso aos seus países.

Naturalmente, sendo a Embaixada brasileira em Singapura muito envolvida e presente, pela própria atividade comercial de Singapura com o Brasil, espero que o nosso Embaixador Flávio Damico, que certamente terá o seu nome homologado por esta Comissão e também pelo Plenário, também volte a atenção da Embaixada brasileira, lá, para essas questões comerciais, não apenas institucionais, mas inclusive mantendo relação direta com os empresários, os empreendedores brasileiros que têm negócios lá, e com os empresários de Singapura que têm negócios aqui, ou com os titulares dos fundos, para que possamos estreitar esses laços.

A propósito, sabemos que, desde 1996, quando o Brasil e Singapura foram signatários da Rodada Doha, vimos que vários compromissos foram firmados e vários objetivos foram traçados. Singapura fez o dever de casa, e o Brasil, não.

Por isso, sabemos, no fim, e ao final de tudo, que devemos até aprender alguma coisa com Singapura, com relação a esses temas e a esse alcance.

Então, não é um questionamento especificamente, mas apenas uma manifestação de expectativa minha, com relação ao trabalho que V. Exª vai conduzir à frente da Embaixada do Brasil em Singapura.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador Paulo Bauer.

Passo a palavra, então, ao Embaixador Flávio Damico.

O SR. FLÁVIO SOARES DAMICO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

De imediato, gostaria somente de agradecer as palavras generosas e de incentivo que recebi dos Senadores Ferraço, Lasier, Bauer e Anastasia. São palavras de grande alento que com toda certeza vão inspirar-me no desempenho das minhas funções em Singapura.

De imediato, já lidando com os comentários feitos pelo Senador Bauer, gostaria de assegurar que a vocação do posto da nossa Embaixada em Singapura é eminentemente voltada aos temas comerciais. E teremos todos os pontos suscitados por ele bastantes presentes, mantendo um contanto constante com as empresas brasileiras, já lá instaladas, e também com os empresários cingapurianos, interessados em fazer negócios no Brasil.

Também, na medida do possível, queremos buscar atrair novas empresas brasileiras interessadas em ampliar suas relações com Singapura.

O Senador Anastasia, na sua intervenção, sublinhou um ponto muito interessante a respeito do exemplo deixado por Singapura, em termos da sua trajetória única de ter saído do Terceiro para o Primeiro Mundo em um espaço de 35 apenas. Isso foi feito com muito trabalho, muita dedicação, com uma atenção muito grande para a competitividade e também para a importância da educação.

Evidentemente, essa experiência cingapuriana encerra lições para todos nós. Alguns podem dizer, com razão, que a experiência de um país pequeno, uma cidade-estado, talvez não possa ser estendida a um País de dimensões continentais, que haveria muitas dificuldades nessa transposição. O fato é que há lições importantes a serem extraídas de lá.

Um exemplo sempre citado a respeito da capacidade de difusão das ideias e do modelo de Singapura é o fato de que, em 1979, Deng Xiaoping visitou Singapura, entrevistou-se com Lee Kuan Yew e dele obteve muitos aconselhamentos sobre a trajetória a ser seguida pela China. Os resultados todos vemos hoje em dia.

O Senador Lasier mencionou a questão dos estaleiros no Rio Grande do Sul e do interesse de Singapura nessa área. O fato é que, enfim, uma série de circunstâncias que escapam do objetivo da nossa discussão tem afetado esse segmento importante da indústria brasileira.

Provavelmente, os termos da equação financeira que embasavam esses empreendimentos foram relativamente afetados por essas circunstâncias de preços internacionais do petróleo baixo entre outros, mas tenho a percepção de que os fundamentos de uma indústria naval brasileira continuam muito sólidos.

Um País com mais de 8.000 km de costa necessariamente vai ter uma indústria naval bastante desenvolvida, com importantes jazidas de petróleo e gás. Creio que essas crises deverão ser passageiras, e deveremos ter num momento posterior uma retomada dos investimentos nesta área. Espero, enfim, para o bem do nosso Estado, que se possa voltar ao nível de pujança que anteriormente desfrutávamos.

Deixei por último, não por acaso, a questão, enfim, um pouco mais delicada que suscita o meu relator, o Senador Ferraço, que é claramente importante, essencial, obviamente será uma das prioridades da minha atuação em Singapura. Também deverá ser prioridade do Ministério das Relações Exteriores, aqui no Brasil, uma vez que se trata de um processo de diálogo com uma agência importante, como a Receita Federal, que tem razões técnicas que embasam essa consideração de Singapura, como...

Pois não, Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Mas, perdoe-me, Sr. Embaixador. Já estive conversando com o Ministério da Fazenda, etc. e tal. Que razões seriam essas, que nenhum país do mundo consegue identificar? Essa questão me chama a atenção. Por que nenhum país do mundo caracteriza Singapura, como um paraíso fiscal, e nós estamos conseguindo encontrar... É isso que me chama a atenção, para a necessidade de esse tema continuar na prioridade da pauta.

O SR. FLÁVIO SOARES DAMICO – Com certeza, Senador. É um tema realmente intrincado. Os desenvolvimentos recentes nos dão margem para alguma esperança.

Recentemente, a Receita Federal editou uma Portaria, na qual aumentou a alíquota de impostos, a partir da qual um país poderia ser considerado paraíso fiscal, elevou para 20%; perdão, rebaixou de 20% para 17%. Com isso, Singapura já não mais se enquadra nesse critério. E obviamente os cingapurianos, com toda a razão, pleitearam a sua imediata exclusão.

No entanto, alega a Receita Federal que há regimes tributários especiais vigentes em Singapura para alguns setores e que isso requereria maiores estudos. A Receita Federal, então, apresentou um novo pedido de esclarecimentos do governo de Singapura sobre quais são exatamente os modos de operação desses regimes. Singapura está finalizando as respostas a este questionário e tenho esperança de que essa situação possa ser revertida.

Vale a pena ter presente que talvez uma alternativa que se possa explorar seria a retirada de Singapura da condição de paraíso fiscal, a exemplo do que se fez na Suíça. E aí essas restrições setoriais seriam implementadas caso a caso. Esse seria um caminho a ser explorado, mas creio que não chegamos a esse ponto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – A relação com o Uruguai também não tem essa dimensão?

O SR. FLÁVIO SOARES DAMICO – Eu não sei lhe dizer, Senador, mas, no caso específico de Singapura, eu consigo entender bem a urgência de Singapura, pois há um tema de reputação envolvido. E, obviamente, a política de investimentos externos naquele país tem buscado a diversificação de parcerias. As possibilidades de novos investimentos em Singapura se encontram muito limitados por razões óbvias. Então, eu creio que seria de todo conveniente que pudéssemos evoluir para podemos usufruir dessas circunstâncias favorecidas de oferta de recursos que tanta falta fazem para infraestrutura e logística aqui no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Está encerrada, então, a sabatina.

Peço que a Secretaria providencie a apuração dos votos.

O Secretário...

A reunião será aberta se não houver nenhuma objeção dos Srs. Senadores.

O Senador Hélio José vai votar, chega em tempo de votar. Ele que é um Senador sempre tão presente na nossa Comissão, e seria ruim se não pudesse votar hoje.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Já encerrou. Que pena!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Temos quórum suficiente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Presidente, permita-me V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Gostaria apenas de cumprimentar o Embaixador na dimensão de afirmar que V. Exª está colhendo o que plantou ao longo da sua exitosa carreira, com base no mérito. E é isso que deve prevalecer no serviço público. V. Exª alcança a unanimidade dos membros aqui na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o que amplia a responsabilidade de V. Exª, porque: "Tu te tornas eternamente responsável por aquilo que cativas", na medida em que a nossa expectativa é a de que, de fato, V. Exª, como nosso novo Embaixador em Singapura, possa ampliar ainda mais esses elos e essas relações com esse importante país.

Muito obrigado e cumprimentos a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Os nossos cumprimentos, Embaixador. E sucesso!

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Senador, se for possível, gostaria que constasse em ata o meu voto "sim".

E quero parabenizar o nosso querido Embaixador. Eu tive o prazer de almoçar com ele. Realmente, o desafio é muito grande, é um desafio muito positivo, e eu tenho certeza de que V. Exª vai representar muito bem o Brasil, pelo preparo, pela clareza da necessidade de a gente buscar investimentos, e Singapura é uma fonte possível de investimento no nosso País. Inclusive, até apresentei aqui no Congresso uma provocação para a gente discutir um projeto autorizativo, porque não podemos fazer o projeto sem ser autorizativo sobre uma agência brasileira de negócios exatamente visando que países como Singapura possam ser atraídos para investir na nossa logística, para investir na nossa infraestrutura.

Então, eu quero desejar todo o sucesso do mundo. O Senador Ricardo Ferraço já colocou aqui por nós. Todo mundo aqui é unanimidade, e você sabe que pode contar conosco aqui nesta Casa. Está bom?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado.

Está encerrada a sabatina.

Os nossos cumprimentos.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sr. Presidente, eu só queria lembrar que está sobre a mesa o meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu sei. Vamos passar à apreciação do requerimento agora.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Ah seria só para dispensar o nosso brilhante Embaixador!

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – É claro!

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Desculpe-me!

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Há um requerimento de autoria do Senador Lasier em que ele propõe um voto de aplauso ao Sr. Maurício Macri, que foi eleito Presidente da República Argentina.

EXTRAPAUTA
ITEM 10
MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , DE 2015

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de congratulações ao Sr. Maurício Macri, Presidente eleito da República Argentina no último dia 22 de novembro de 2015.

Autoria: Senador Lasier Martins.

V. Exª tem a palavra para apresentar o seu requerimento.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sr. Presidente, ao ensejo da visita do Presidente eleito Maurício Macri à Presidente da República amanhã, às 10h – depois, ele vai se dirigir a São Paulo –, eu queria aproveitar para que nossa Comissão cumprimentasse o Presidente eleito.

Eu, resumidamente, digo o seguinte.

Como País irmão, é salutar que o Brasil se congratule com a Argentina pelo belo exemplo de condução de eleições livres e democráticas. Nosso cumprimento, portanto, ao Sr. Maurício Macri, Presidente eleito, por sua vitória.

Sabemos que, desde sempre, especialmente durante o seu período de condução da cidade de Buenos Aires, o agora Presidente primou pelo respeito aos valores democráticos, às liberdades individuais e econômicas e à imprensa livre e pelo respeito aos direitos humanos e ao Estado democrático de direito como valores fundamentais de uma sociedade aberta, plural e integrada.

Então, desejamos ao Presidente eleito êxito em seu projeto, na certeza de que somos nações irmãs que dividem fronteiras, culturas e integração econômica.

É nosso desejo que Brasil e Argentina, agora, com o Presidente eleito Macri, aproximem ainda mais seus projetos, estreitem seus laços e sejam parceiros na esfera internacional na defesa das liberdades, da democracia e dos direitos humanos como valores essenciais em nossa região.

É a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Está em discussão o requerimento, que, seguramente, conta com o aplauso de todos nós. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 3
MENSAGEM (SF) Nº 74, de 2015
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ZENIK KRAWCTSCHUK, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Granada.

Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Lindbergh Farias.
Relatório: Os integrantes da Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.
Observações:
1 - Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Srs. Senadores, vou dar por lido um relatório do Senador Lindbergh Farias a respeito da indicação do Sr. Zenik Krawctschuk, que é Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Granada.

Esse relatório será publicado e entregue a cada um dos Srs. Senadores. Aliás, ele já foi publicado. Desse modo, na próxima oportunidade, estaremos em condições de fazer a sabatina e de deliberar.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 42 minutos.)

ATA DA 47ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2015.

Às dez horas e vinte e quatro minutos do dia dez de dezembro de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Edison Lobão, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os(as) Senadores(as) Lasier Martins, Cristovam Buarque, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Paulo Bauer, Eduardo Amorim, José Pimentel, Telmário Mota, Romero Jucá, Hélio José, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Antonio Anastasia e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior, que fica dada como lida e aprovada. O Presidente comunica que o Plenário desta Comissão prejudica os requerimentos de nºs 1, 2, 3, 4, 8, 10, 12, 16, 23, 26, 30, 35, 48, 51, 52, 53, 59, 69, 73 e 79, de 2015, por tratarem de temas já abordados, parcial ou totalmente, ou ainda, por mencionar fatos e indagações que perderam a oportunidade de serem apreciados. Passa-se à PAUTA - ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 9, de 2015, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que "Requeiro, com amparo no art. 96-B, do RISF, sejam avaliadas, por esta Comissão, as políticas públicas, no âmbito do Poder Executivo federal, na área de indústria de defesa nacional." O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Ricardo Ferraço, para considerações sobre o relatório, que profere nova leitura do relatório. Usa a palavra para discutir os Senadores Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Ana Amélia. Usa da palavra o Senador Ricardo Ferraço. Aprovado o Relatório. A Senadora Ana Amélia solicita apoio do Itamaraty, e empenho do Embaixador João Carlos Souza Gomes, na implementação do acordo bilateral envolvendo a fronteira Argentina/Brasil. PAUTA - 2ª PARTE - EXTRAPAUTA: ITEM 1) MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , de 2015, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "requer, nos termos do art. 154, IV, §§ 7° e 8°do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão de Debates Temáticos com a finalidade de discutir a situação atual da Base Industrial de Defesa brasileira, pela sua importância estratégica para o Brasil". Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. EXTRAPAUTA – ITEM 2) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 88, de 2015, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "requeiro, nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição Federal, que seja solicitado ao Tribunal de Contas da União, providências no sentido de iniciar auditoria no Acordo Brasil-Ucrânia no tocante ao uso de recursos públicos para utilização da Base de Lançamentos de Alcântara". Aprovado. Passa-se à PAUTA – 3ª PARTE (SABATINA): ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 74, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ZENIK KRAWCTSCHUK, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Granada." Sabatina realizada com indicação apreciada. ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 80, de 2015, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.". O Presidente convida os indicados para comporem a mesa, e concede a palavra para fazerem suas exposições. É aberto o processo de votação. Usa a palavra o Senador Antonio Anastasia, Cristovam Buarque e Ana Amélia. Os expositores respondem aos questionamentos. O Presidente submete aos Senhores Senadores a apuração da votação destas autoridades ser aberta. A proposta é acatada pelo Plenário. É designado Secretário a Senadora Ana Amélia. É realizada apuração, e os embaixadores são autorizados a se retirarem. Sabatina realizada com indicação apreciada. O Presidente propôs a dispensa da leitura e a aprovação da Ata desta reunião, que fica dada como lida e aprovada. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando, eu, José Alexandre G. Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador EDISON LOBÃO

Presidente Eventual da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 47ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Conforme comunicado ocorrido na reunião anterior, proponho ao Plenário desta Comissão que os requerimentos a seguir relacionados sejam considerados prejudicados: nºs 1, 2, 3, 4, 8, 10, 12, 16, 23, 26, 30, 35, 48, 51, 52, 53, 59, 69, 73 e 79, de 2015.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão prejudicados os requerimentos.

Item 1:

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 9, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, com amparo no art. 96-B, do RISF, sejam avaliadas, por esta Comissão, as políticas públicas, no âmbito do Poder Executivo federal, na área de indústria de defesa nacional.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Observações:
1- Em 13/08/2015, por se tratar de assunto correlato, é realizada a 28ª Reunião, Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 60, de 2015-CRE, com o objetivo de discutir os projetos estratégicos das Forças Armadas e a relação dos mesmos com a Base Industrial de Defesa. Compareceu à audiência o Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro do Ar Nivaldo Luiz Rossato.
2- Em 27/08/2015, por se tratar de assunto correlato, é realizada a 30ª Reunião, Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 60, de 2015-CRE, com o objetivo de discutir os projetos estratégicos das Forças Armadas e a relação dos mesmos com a Base Industrial de Defesa. Compareceu à audiência o Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Eduardo Bacellar Leal Ferreira.
3- Em 17/09/2015, por se tratar de assunto correlato, é realizada a 33ª Reunião, Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 68, de 2015-CRE, para discutir a situação atual da indústria de defesa brasileira e os projetos estratégicos do setor de defesa brasileiro. Compareceu à audiência os Senhores Renato Galvão Flôres Junior, Professor da Escola Brasileira de Economia e Finanças da Fundação Getúlio Vargas - FGV; e Sami Hassuani, Presidente da Avibras Indústria Aeroespacial e Presidente da Associação Brasileiras das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança - ABIMDE.
4- Em 21/09/2015, por se tratar de assunto correlato, é realizado o 1º Ciclo de Debates, sede da FIESP na cidade de São Paulo-SP, em atendimento ao Requerimento nº 62, de 2015-CRE, sobre a situação atual da Indústria de Defesa brasileira. Participantes: Jairo Cândido, Diretor Titular do Departamento da Indústria de Defesa da Fiesp - COMDEFESA; Sérgio Vaquelli, Diretor Titular adjunto do COMDEFESA da Fiesp; Eduardo Marson, Presidente da Helibras; Aprígio Eduardo de Moura Azevedo, Tenente-Brigadeiro do Ar; Raul Dias, Major-Brigadeiro do Ar; Sinclair James Mayer, General-de-Exército; Rubens Barbosa, ex-embaixador; Eduardo Bonini, Presidente da Visiona Tecnologia Espacial; César Silva; e Cesar Olsen.
5- Em 24/09/2015, por se tratar de assunto correlato, é realizada a 34ª Reunião, Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 60, de 2015-CRE, com o objetivo de discutir os projetos estratégicos das Forças Armadas e a relação dos mesmos com a Base Industrial de Defesa. Compareceu à audiência o Comandante do Exército, General-de-Exército Eduardo Dias da Costa Villas Bôas.
6- Em 08/10/2015, é realizada a 36ª Reunião, Audiência Pública, em atendimento aos Requerimentos nº 09 e 68, de 2015-CRE, com o objetivo de discutir a situação atual da indústria de defesa brasileira e os projetos estratégicos do setor de defesa brasileiro. Compareceu à audiência o Advogado Nelson Jobim.
7- Em 05/11/2015, é realizada a 41ª Reunião, Audiência Pública, em atendimento aos Requerimentos nº 09, 58 e 68, de 2015-CRE, com o objetivo de discutir a situação atual da indústria de defesa brasileira e os projetos estratégicos do setor de defesa brasileiro. Participantes: Rubens Barbosa, Presidente do conselho Superior de Comércio Exterior da FIESP; e Eduardo Bonini Santos Pinto, Presidente da Visiona Tecnologia Espacial.
8- RELATÓRIO: CONCLUI QUE SÃO NECESSÁRIOS AJUSTES SIGNIFICATIVOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A DEFESA NACIONAL COMO: REVER A DESTINAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA OS PROJETOS ESTRATÉGICOS, QUE NÃO PODEM FICAR À MERCÊ DE CONTINGENCIAMENTOS; CRIAR MECANISMOS PARA O FOMENTO

À BASE INDUSTRIAL DE DEFESA, NACIONAL, ROBUSTA E COMPETITIVA, QUE PERMITA AO BRASIL RETOMAR SUA CONDIÇÃO DE GRANDE EXPORTADOR E DE PAÍS NA VANGUARDA EM TERMOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO.

9- Em 03/12/2015, é lido o Relatório e concedida vista coletiva.

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço, para considerações sobre o relatório.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

Como anunciado por V. Exª, Sr. Presidente, na reunião passada, já apresentamos o nosso relatório, o nosso denso relatório, que é fruto e resultado da Resolução nº 44, de 2013. Por designação do nosso Presidente, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, fomos encarregados de apresentar um relatório em que avaliamos o estado da arte da base industrial da defesa, da nossa estratégia, do nosso livro branco e assim por diante.

O nosso relatório já foi apresentado, mas o debate na última reunião nos recomendou que incorporássemos mais dois temas, o que passo a fazer:

Sobre as diretrizes do Programa Nacional de Atividades Aeroespaciais, não tínhamos incorporado uma versão mais aprofundada em relação a este importante programa que não está no âmbito apenas do Ministério da Defesa, mas, sobretudo, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

O Plano Nacional de Atividades Aeroespaciais é dirigido pela Agência Espacial Brasileira, órgão subordinado ao Ministério da Ciência, Tecnologia Inovação, MCTI, o Ministério da Defesa e o Itamaraty também fazem parte desse programa, mas é coordenado e liderado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

Muito se fala, Sr. Presidente, do valor agregado dos produtos de uma indústria. Para análise da sua importância, considera-se o valor agregado que essa indústria é capaz de gerar. A indústria aeroespacial, que já é uma indústria de alto valor agregado, produz por quilo de produtos aeronáuticos alguma coisa entre US$2 mil e R$3 mil por quilo de valor agregado.

O caso do segmento aeroespacial pode gerar até US$50 mil de valor agregado por produtos ou serviço prestado. Portanto, estamos falando aqui de algo absolutamente fundamental neste mundo de hoje. Ou seja, não estamos falando só de investimento. Estamos falando de possibilidades e oportunidades de exportação e de empregos de alto valor agregado. Estamos falando também, evidentemente, de soberania.

Os recursos dispensados a esse programa, ao longo dos últimos 36 anos, porque esse não é um programa que nasceu nesta conjuntura, ele nasceu há 36 anos e, nos últimos anos, vem sofrendo um enorme esvaziamento. Com os seguidos contingenciamentos, o valor que o programa vinha recebendo nos últimos 30 anos, de aproximadamente R$250 milhões por ano, ou seja, aproximadamente US$65 milhões, não só para o satélite como também para toda a infraestrutura associada e necessária, diminuiu drasticamente nos últimos anos para menos de US$20 milhões. Ou seja, esse programa sofreu um esvaziamento muito forte. Apenas um terço desses recursos, que já eram insuficientes, está sendo disponibilizado para o desenvolvimento desse programa, que é ou deveria ser estratégico para o nosso País.

Evidentemente, Sr. Presidente, com esse esvaziamento, esse programa é também, assim como todos os outros, um programa que tem a sua continuidade absolutamente comprometida. As causas para o atraso são variadas. Segundo os especialistas e as audiências públicas que fizemos aqui, não apenas há a aplicação insuficiente de recursos financeiros, mas também a ausência de um comando unificado com foco em resultados e baixa integração com a indústria.

Países da América Latina vêm desenvolvendo tecnologias para a aplicação militar muito mais avançada do que as brasileiras. A Argentina, por exemplo, já está colocando o seu segundo satélite geoestacionário em órbita e construindo o terceiro. É o único país da região em estágio avançado de montagem e integração em solo nacional de um satélite geoestacionário. Países como Chile, Peru e até Venezuela têm resolução e precisão maiores que as do nosso País, por incrível que pareça. Ou seja, esses países estão levando esse programa, na prática, mais a sério que o nosso País. O Brasil ainda não tem infraestrutura física capaz de suportar o desenvolvimento do programa. Essa é a verdade.

O Instituto Nacional de Pesquisa Espacial tem a missão de produzir e desenvolver altas tecnologias na área espacial e formação de mão de obra capacitada, mas, ao longo do tempo, o que tem acontecido é: dispensa de mão de obra qualificada por não haver projetos e perda, enfim, de competência e desenvolvimento tecnológico. Nos últimos três anos, segundo dados da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (Abimde), principal entidade no setor de defesa, nós tínhamos 500 especialistas trabalhando no setor espacial. Hoje, com a ociosidade, temos menos de 200 técnicos e engenheiros trabalhando no setor. A reposição da mão de obra também é crítica. Em 2027, teremos por aposentadorias 20% dessa mão de obra, que se iniciou em 2004, quando o setor funcionava a pleno vapor. Se não investirmos na recapacitação do

Inpe e na capacitação da Agência Espacial, este setor estratégico simplesmente será varrido, será extinto da estrutura do Estado brasileiro.

Em 2000, o Governo brasileiro iniciou discussões sobre como utilizar comercialmente a Base de Alcântara, no Estado de V. Exª, no Maranhão, Sr. Presidente. Previsto na Estratégia Nacional de defesa, o uso da Base de Alcântara é uma das possibilidades para que o Programa Nacional de Atividades Espaciais tenha recursos, dado que cada lançamento de satélite pode render cerca de US$50 milhões anuais. A localização da Base de Alcântara no Estado do Maranhão é reconhecida, é privilegiada, apresentando competitividade para concorrer no mercado global de lançamentos de satélites comerciais de meteorologia e de comunicações.

Segundo o Embaixador Rubens Barbosa, que nos honrou aqui com sua presença em mais de uma audiência pública, inclusive, há interesse de empresas europeias, norte-americanas, chinesas e russas em participar, com empresas brasileiras, desse significativo mercado internacional.

A alternativa negociada naquele ano foi a assinatura de um acordo de salvaguardas tecnológicas com o governo norte-americano. Os Estados Unidos da América exigiam, para utilização, que houvesse garantias, salvaguardas na utilização das tecnologias empregadas no lançamento desses satélites e da propriedade intelectual dos satélites e do veículo lançador.

Os Estados Unidos têm interesse em restringir, evidentemente, o número de países que têm o domínio de lançamento de satélite por claros motivos geopolíticos.

Há 13 anos, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o acordo de salvaguarda está em discussão na Câmara dos Deputados. O importante a ser apontado aqui é que este mesmo acordo foi traduzido e assinado pela Ucrânia, em 2004, com quem nós firmamos uma aliança em torno da construção desses veículos e desse programa; ou seja, nós não assinamos com os Estados Unidos o acordo de salvaguardas, mas a Ucrânia, que assinou com o Brasil esse tratado de cooperação, assinou esse acordo de salvaguardas com os Estados Unidos, porque, sem esse acordo de salvaguardas, a Ucrânia não poderia se apropriar dos equipamentos que são, em larga escala, dominados e fabricados pelos Estados Unidos. Como se diz, nada é tão ruim que não possa piorar. Essa é que é a verdade em função dessa absurda desorientação espacial em torno desse projeto.

O acordo com a Ucrânia em torno do projeto Cyclone previu o lançamento de um satélite em cooperação com a Ucrânia e a utilização de um veículo lançador de satélite ucraniano. Mas foi ignorado um dado fundamental: para o lançamento do satélite, no âmbito do acordo com a Ucrânia, era necessário que o acordo de salvaguardas tecnológicas com os Estados Unidos estivesse assinado, pois havia componentes norte-americanos no veículo ucraniano e no próprio satélite desenvolvido de forma cooperativa entre o Brasil e a Ucrânia.

O acordo com a Ucrânia foi cancelado pelo Brasil no primeiro semestre 2015. Os dois governos gastaram no projeto Cyclone cerca de R$1 bilhão, segundo fontes oficiais; ou seja, a não aprovação do acordo de salvaguardas tecnológicas com os Estados Unidos, desde 2001, inviabilizou, na prática, o prosseguimento e a efetividade da utilização da Base de Alcântara.

A falta de planejamento e conexão entre os atores governamentais envolvidos na meta de utilização da Base de Alcântara em benefício do programa tornou inviável a utilização de uma situação brasileira privilegiada em termos de localização.

Para prosseguirmos no que está previsto na Estratégia Nacional de Defesa, em relação ao setor aeroespacial, portanto, o primeiro passo que deve ser dado é a retomada das negociações do acordo de salvaguardas tecnológicas entre o Brasil e os Estados Unidos, que repousa nas gavetas da Câmara dos Deputados há 13 anos, Sr. Presidente.

E eu, aqui, quero pedir o concurso de V. Exª, nosso Presidente em exercício, digno representante do Estado do Maranhão, porque conhece o potencial da Base de Alcântara e as potencialidades de nós, efetivamente, incluirmos o Brasil nesse ambiente.

Não faz sentido essa postura da Câmara, mas acho que, seguramente, está faltando ação governamental, está faltando liderança política, está faltando comprometimento com o projeto para que ele possa dar prosseguimento, tanto que nós estamos, à luz, inclusive, desses fatos, requerendo em nosso relatório, Sr. Presidente, com base no Regimento Interno, a realização não apenas de uma reunião para que nós possamos debater especificamente esse programa.

Acho que esse é um programa que não tem apenas importância para a atividade da defesa; ele é um programa para atividade dual, importantíssimo para que nós possamos, na vida civil, no dia a dia, em função de um conjunto de informações, como banda larga, como informações no campo no clima, informações no campo do planejamento das cidades.

Enfim, ter controle sobre esse tipo de atividade é fundamental e nós vamos requerer, sim, sessões de debates para que nós possamos debater esse tema objetivamente.

Existem horizontes também incertos, Sr. Presidente, já encerrando, o Projeto H-XBR, programa iniciado em 2008 durante a gestão do Ministro Nelson Jobim, visando à fabricação de 50 helicópteros H225M para as três Forças Armadas. A sua importância maior está justamente no fato de esse programa estar alinhado com o que preconiza a Estratégia Nacional de Defesa, ou seja, a produção de equipamentos para as três forças, não apenas o Exército, mas assim como a Marinha e a Aeronáutica.

A previsão era de 50 helicópteros, dois destes para a Presidência da República e 48 restantes distribuídos entre as três Forças. No que se refere às entregas a fabricante Helibras, localizada no Município de Itajubá, Minas Gerais, vinha mantendo a meta até 2013, mesmo com atrasos no repasse de recursos por parte do Governo.

Já foram entregues, até o momento, 19 aeronaves distribuídas da seguinte maneira: sete para a Marinha, cinco para o Exército, cinco para a Força Aérea e dois para a Presidência da República.

Até o final de 2015 serão entregues outros dois helicópteros para o Exército. Os 29 helicópteros restantes estão em produção e programados para serem entregues até 2022, evidentemente, dependendo de um cronograma e de um fluxo de recursos que possa viabilizar essas entregas.

Na última semana foi assinada, entre a Helibras e a Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (Copac), da Aeronáutica, termo aditivo ao contrato que regularizou a entrega de helicópteros H225M. A cadência da entrega, portanto, será de quatro a cinco unidades até 2021 e dois helicópteros até 2022.

O cumprimento dessa programação dependerá, como disse aqui e reafirmo, da efetiva liberação de recursos por parte do Governo, o que ainda não foi e não está acordado.

Neste momento, Sr. Presidente, o Governo Federal deve a esta fábrica, que foi estruturada, construída e montada em Minas Gerais, especificamente para a produção desses equipamentos e é importante, porque isso está na visão e na estratégia desde sempre, de nós não adquirirmos esses equipamentos como se adquiríssemos em prateleiras, mas que pudéssemos ter aqui a construção, o domínio de todo o ciclo.

Neste momento o Governo Federal, Sr. Presidente, deve R$1,4 bilhão a essa companhia que está sendo desmantelada. Inclusive nas últimas semanas nós temos informação de que 200 trabalhadores foram desempregados, dispensados da companhia por ausência de uma visão objetiva e clara em relação ao seu futuro. Tendo sido, inclusive, afastado o presidente da empresa porque a falta de horizonte é absoluta em relação à manutenção. E eu chamo a atenção do nosso Senador Anastásia, que era Governador de Minas Gerais quando esta importante fábrica foi implantada e, seguramente, contou com o apoio do Governo de Minas Gerais para que essa importante fábrica pudesse se desenvolver ali.

Portanto, Sr. Presidente, esses são os dois adendos que nós estamos fazendo ao nosso relatório, chamando a atenção para o Programa Aeroespacial, chamando a atenção para a fábrica de helicópteros em Minas Gerais, que passa, também, por uma fase de absoluta e absurda falta de horizonte.

E, por isso mesmo, nós estamos também solicitando aqui, em nosso relatório, ao Tribunal de Contas da União, providências no sentido de iniciar auditoria no acordo Brasil-Ucrânia, no tocante ao uso de recursos públicos para instalação da base de lançamentos de Alcântara, Sr. Presidente. Ou seja, o contribuinte brasileiro, através do Governo Federal, investiu neste programa R$1 bilhão. Este acordo foi suspenso, não existe mais e é preciso que a gente apure responsabilidades com relação a esses descaminhos todos que estão relacionados, infelizmente, à ausência de planejamento, o que se traduz em um enorme prejuízo para a sociedade brasileira.

Sr. Presidente, é como relato e incorporo, em fase final, o nosso relatório à Comissão de Defesa, agradecendo, mais uma vez, ao Presidente Aloysio Nunes Ferreira pela designação e pela confiança dos meus pares, por ter tido a responsabilidade de apresentar esse programa para debate na Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Para discussão, com as observações finais do Senador Ferraço, ao denso relatório que produziu sobre essa matéria. Denso, não apenas pelas 28 páginas que contêm a sua argumentação técnica, mas denso pelo conteúdo, pela lavra que conseguiu manter neste relatório, os pressupostos de um grande exame sobre a matéria.

Concedo a palavra, inicialmente, ao Senador Anastasia, de Minas Gerais. Em seguida, a V. Exª.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Presidente, Senador Edison Lobão.

Eu gostaria, Sr. Presidente, Srs. Senadores, em primeiro lugar, de reiterar os meus cumprimentos ao Senador Ricardo Ferraço pelo relatório que apresentou na semana passada e complementou nesta semana. Uma visão completa, holística sobre a questão da indústria da defesa nacional, que como eu disse semana passada, é fundamental não só para as questões de segurança nacional, mas também, de modo especial, para o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil.

De modo especial, inclusive, em razão da referência feita pelo eminente Relator, Senador Ricardo Ferraço, nós temos em Minas Gerais, Sr. Presidente, duas grandes unidades da indústria da defesa nacional: a primeira,

a questão da Helibras, do qual o Estado de Minas Gerais, Senador Ricardo Ferraço, tem 25% das ações. É sócio dessa empresa que, quando foi constituída pelos franceses, ainda na década de 80, o Estado aportou 25% de seu capital e, desde então, mantém essa participação.

Eu, de fato, era Governador de Minas Gerais quando foi feita a expansão da fábrica, em razão desse acordo feito com o Governo brasileiro, para a construção dos helicópteros. A Presidente da República visitou a fábrica com a nossa presença, os Ministros de Estado, comandantes, uma grande festa, o contrato assinado, os investimentos feitos pelo parceiro internacional, quando, de repente, a falta de planejamento, absoluta ausência de um planejamento mínimo, levou a esse quadro que, de maneira muito sábia e verdadeira, é retratado, de modo brilhante, pelo Senador Ferraço. Um desastre, para usar uma palavra até leve, diante das circunstâncias.

Nesse meio tempo, o Governo de Minas investiu na construção de um aeroporto em Itajubá. Um grande aeroporto está em construção lá exatamente para sustentar o desenvolvimento da empresa, que precisa – é uma região montanhosa – de um aeroporto e os fatos descritos aqui, verazes, pelo Senador Ferraço, estão levando inquietude, não só a Itajubá, a todo o Sul de Minas, do nosso Estado.

E para agravar a situação, Presidente, o fato se repetiu, na indústria em Sete Lagoas, na região central do Estado, também lembrado no relatório pelo Senador Ferraço, semana passada, do blindado Guarani pela fábrica Iveco. Foi feita a encomenda, contratado, a Iveco, uma subsidiária da Fiat, fez os investimentos, trouxe os engenheiros, importou material, montou a fábrica, inauguramos a fábrica, a produção feita, quando o Governo também, com ausência absoluta de planejamento e noção de prioridade, ao contrário, gastando um bilhão, desperdiçando em outros projetos, que ficaram pelo meio do caminho, suspende a contratação e os pagamentos.

Resultado, a fábrica está na iminência de ser fechada em março do ano que vem.

Então, é muito grave. O relatório do eminente Senador Ferraço é muito claro e tenho certeza de que o seu desdobramento num alerta que ele faz será um bom mote para que o Governo reveja essas prioridades e possa, não só nesses dois casos específicos que eu citei aqui, que afetam diretamente não só o meu Estado, mas todo o Brasil, mas nas outras várias ações que ele mencionou, de maneira muito clara, em seu relatório, possam ser, se Deus quiser, em curto prazo, revertidas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Lobão, o relatório lido pelo Senador Ferraço nos traz alguns temas que me alegra que cheguem a esta Comissão.

Primeiro, descobriu-se que somos Comissão também de Defesa Nacional. A gente esquece isso. As relações exteriores são tão fascinante, estão tão presentes aqui no dia a dia, que a gente termina esquecendo. Em algum lugar deste Senado, a gente precisa debater esse assunto.

Porque, meu caro Senador Ferraço, a impressão que tem qualquer analista hoje é que o Brasil já não está mais em crise, já está em decadência. Nós estamos entrando num processo de decadência. Veja a economia, não se trata apenas de uma recessão, de 1,5%, 2%, 3% ao ano, que no próximo ano a gente recupera.

Trata-se da desindustrialização; trata-se de uma economia que, mesmo quando cresce, é baseada em produtos primários, quando o mundo inteiro está caminhando para a indústria de produtos de alta tecnologia. Veja nosso setor de criação e produção de ciência e tecnologia: nós somos um país quase zero em inovação. O Brasil não tem nada que mereça a frase "criado no Brasil". Nós já temos, graças à industrialização, a possibilidade de dizer "feito no Brasil", *made in Brazil*, mas *created in Brazil,* não. Isso é algo raro. Nós produzimos o que os outros criaram, e isso não enriquece mais. Os remédios que nós tomamos são fabricados no Brasil, mas a fórmula vem, sobretudo, da Suíça. E aí vêm esses produtos todos, que deveríamos estar produzindo e não estamos.

Fizemos, nesses dois últimos dias, seminários sobre ciência e tecnologia e o seu financiamento privado. Estava presente o Presidente da Embraer, e eu lhe fiz uma pergunta: por que nós fomos comprar avião na Suécia, esses aviões caças, em vez de contratar a Embraer? Daria para comprar, em 15 anos... Não precisavam de um avião para amanhã. Não há guerra.

A Embraer começou com a compra estatal daqueles aviões Bandeirantes. O governo militar comprou antes de o avião existir. Assim começou a Embraer. Pouco depois, já estava vendendo para os Estados Unidos. O Bandeirante foi um grande sucesso da aviação de curta distância, nos Estados Unidos, porque era considerado uma espécie de jipe. Ele era chamado "o jipe dos aviões". Descia em todo canto. Pois bem: foi assim que se desenvolveu. Por que nós não fizemos isso para os caças? A Índia está fabricando caças, a China fabrica seus caças – compram também, mas já tem os seus. Nós não estamos usando o Estado brasileiro para um projeto de longo prazo.

E aí vêm as telecomunicações. É uma vergonha que hoje estejamos atrás, não dos Estados Unidos, da Europa, do Japão, da China e da Índia, em matéria de pesquisas espaciais. Lembrem-se de que a Índia já mandou uma nave para Marte, sem falar para a lua também – ainda que não tripulada. Nós estamos atrás é do Paquistão.

Nós estamos atrás da Coreia do Sul e da Coreia do Norte, em matéria de pesquisas espaciais, por falta de uma política de Estado para o longo prazo. É isso que esta Comissão tem que debater ao tratar de defesa nacional.

Agora, além disso, tudo passa pelas relações internacionais. Por uma grande coincidência, nós vamos sabatinar aqui o Embaixador Zenik. O Zenik foi, pelo menos, encarregado de negócios na Ucrânia. Ele conhece bem esse projeto de nossa relação com a Ucrânia e vai estar aqui. Nós poderíamos até fazer perguntas, se isso não for constrangê-lo, porque é inacreditável que um acordo desses não esteja sendo levado a sério. Estamos parados em matéria de capacidade de enviar vetores – como se chamam os foguetes –, porque não produzimos. A última tentativa maior que nós tivemos resultou naquela explosão no seu Estado. Aquela explosão até hoje não esclarecida. Até hoje nós não superamos aquilo. Não superamos. Já fizemos umas coisinhas pequeninhas. Está na hora de isso ser debatido nesta Comissão. Esta é a Comissão da Defesa Nacional, mas eu quero insistir que a defesa nacional é mais do que armas.

Um dia o Ministro – eu creio que o Jobim, da Defesa – trouxe aqui e colocou o mapa dos pontos importantes da defesa nacional no Brasil. E aí eu mostrei a ele que não havia nenhum lugar onde houvesse um centro universitário. Nos Estados Unidos, lugares assim são pontos fundamentais de defesa, por exemplo, Boston, por causa de Harvard e MIT. É um ponto fundamental de defesa, porque é o saber que está sendo criado. Inclusive, é a única forma de ganhar guerras daqui para frente. Campinas não entra nas nossas preocupações, porque tem uma universidade daquelas. Entra Brasília, porque é a Capital, obviamente. Centros industriais...

Pois bem: nós precisamos trazer mais esses debates para aqui, Senador Lobão. Um debate sobre defesa nacional. Nós estamos em decadência. E da decadência leva gerações para se recuperar depois.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Eu chamo a atenção, Senador Cristovam Buarque, para o fato de que, quando nós falamos em investimentos na atividade da defesa, são investimentos que estão para além dos estratégicos interesses da defesa, porque são atividades que podem ser utilizadas na vida da sociedade de forma geral.

Para ficar aqui no exemplo que eu gosto muito de usar, é sempre bom lembrar que a internet, a rede mundial de computadores, nasceu exatamente fruto de esforços feitos pela base industrial da defesa norte-americana.

Então, ter o domínio desses satélites é ampliar a nossa capacidade de estender esses equipamentos para programas como o programa de banda larga, que é de fundamental importância para o nosso País, para acompanhamento de oscilações meteorológicas, climáticas, planejamento de cidades, como eu disse aqui. Portanto, V. Exª está absolutamente correto.

E vejam o nível de desorientação: o Governo não apoia a construção desse acordo de salvaguarda com os Estados Unidos; fizemos um acordo com a Ucrânia; a Ucrânia vai precisar, para esse satélite, de equipamento norte-americano; então, para usar o equipamento, a Ucrânia assinou o acordo com os Estados Unidos, que nós não assinamos! Portanto, se esse programa com a Ucrânia fosse adiante, ainda assim, ele não teria efetividade sem a assinatura desse acordo, que está pendente há 13 anos, por questões ideológicas de determinados segmentos que insistem em olhar o mundo pelo retrovisor! Esses segmentos não suportam assinar esse acordo, em torno daquela velha máxima "como fazer acordos com impérios, com imperialistas?" e essas bobagens todas que só têm atrasado o nosso País. É disso que se trata, e a decadência é uma decadência quase que mental. Não há outro argumento que não esse.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado, Senador Cristovam.

Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Lobão, eu já havia acompanhado atentamente a leitura do relatório na reunião anterior e acompanhava a complementação de hoje. Então, ao mesmo tempo em que merece todas as congratulações desta Comissão o trabalho do Senador Ferraço, eu queria dizer que esse relatório é um valiosíssimo documento sobre a nossa realidade na indústria da defesa nacional. E é valioso não só com a preocupação de segurança do País, mas com o desenvolvimento, como acaba de salientar o Senador Ferraço. Esse relatório é tão minucioso, é tão amplo, com uma pesquisa tão aprofundada que se torna um documento para se ler e guardar, para pesquisar sempre que for oportuno. E é útil para os brasileiros de maneira geral que se preocupam com esse assunto – apesar de que, de fato, a gente se preocupa pouco com defesa nacional.

A defesa nacional não é só nos prepararmos para a guerra, não: é nós nos prepararmos para o desenvolvimento tecnológico, o que proporciona a preparação da indústria de defesa.

Então, fazendo um verdadeiro raio X da nossa realidade, o Senador Ferraço é preponderantemente crítico nesse relatório. Ele aponta os poucos méritos que temos e as muitas deficiências que nós temos. Dessa forma, de hoje em diante, quando discutirmos ou ouvirmos alguém que quer saber sobre qual é a nossa realidade, qual é a nossa preparação, basta ler aqui, porque é um exaustivo e extenso relatório.

Assim, pelo trabalho primoroso que desempenhou aqui o Senador Ferraço, está de parabéns não apenas o Relator, mas também a nossa Comissão, porque, salvo melhor juízo, na minha opinião, que tenho a honra de participar desta Comissão, esse é um dos melhores trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional durante este ano.

É o que eu queria dizer, porque essa exaltação, a meu juízo, é importante de se fazer, como também é importante cumprimentar a equipe do Senador Ferraço, que deve ter trabalhado muito, e elogiar a capacidade de preparação final do relatório que é trazido aqui pelo Senador Ferraço.

Era isso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Apenas para aduzir que, na nossa reunião passada, na apresentação do relatório, já tínhamos feito comentários à luz da visita que fizemos – Senador Valdir Raupp, Senador Jorge Viana e eu – às unidades da Aeronáutica e do ITA, em São José dos Campos, São Paulo, e também em Gavião Peixoto, onde está a fábrica e a área de defesa da Embraer.

Ali nós vimos o grande projeto KC-390, que são as encomendas que a Força Aérea Brasileira fez de aviões que vão substituir o Hércules, tecnologia inteiramente nacional, avião revolucionário do ponto de vista de desempenho e *performance*, com tecnologia avançadíssima, superando, inclusive, a aeronave americana do mesmo tipo e da mesma finalidade.

Eu penso que o adiamento desse projeto é um grande risco ao desenvolvimento econômico do País, porque defesa é tecnologia e desenvolvimento econômico. E também há o risco de fuga de muitos dos melhores engenheiros aeroespaciais para o exterior, como já está acontecendo.

Além desse caso do KC-390, eu também faço referência à Avibras, empresa fornecedora de foguetes, que corre o risco de fechar as portas, porque é dependente de um orçamento público. Na atual situação, se o relatório do Deputado Ricardo Barros não acolher, pelo menos, uma emenda de R$100 milhões, essa empresa pode fechar as portas. Eu acho que é uma irresponsabilidade, para dizer o mínimo, em relação a projetos que são estratégicos para o País.

Eu queria cumprimentar o Senador Ricardo Ferraço pela visão judiciosa com que apresentou o relatório, apontando também esses grandes dilemas que nós temos. Parabéns! Vamos continuar trabalhando em defesa desses projetos que são...

(Interrupção do som.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Se V. Exª me autorizar, é apenas para agradecer as manifestações generosas dos meus colegas que compõem conosco a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em função desse relatório.

Esse é um relatório que foi construído coletivamente. Eu fui apenas o vetor e a ferramenta, porque foram várias as audiências públicas que nós fizemos aqui. E foi, a partir das diversas participações que nós conseguimos convergir em torno deste documento. Então, agradeço muito as manifestações dos meus colegas.

Eu quero, ao fim e ao cabo, Sr. Presidente, chamar a atenção para a seguinte questão: o Congresso Nacional, em 2016, de acordo com a Lei Complementar nº 97, terá que rever toda a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional, ou seja, tudo aquilo que foi apresentado ao Congresso brasileiro em torno de metas e diretrizes terá que ser revisto em 2016. O que estamos fazendo aqui é nos antecipando a 2016, para apontar ao Governo a necessidade de intervenções absolutamente estruturadas, para que nós possamos dar rumo a esse conjunto de ações que foi edificado ao longo desses anos.

Eu gostaria de solicitar a V. Exª, como nosso Presidente em exercício, que nós talvez pudéssemos marcar uma visita ao Ministro da Defesa, para levar a S. Exª o Ministro Aldo Rebelo esse documento que foi produzido aqui pelo conjunto da Comissão de Defesa, porque não tivemos a honra de receber ainda o Ministro Aldo Rebelo aqui, na Comissão, para discutir as diretrizes da defesa nacional, à luz, inclusive, desses fatos que nós estamos apresentando.

A proposta que eu queria fazer a V. Exª, na condição de nosso Presidente em exercício, é que nós pudéssemos organizar uma visita, uma reunião com S. Exª o Ministro Aldo Rebelo, até porque ele foi Ministro da Ciência e Tecnologia e diversos pontos que estão incorporados aqui, no nosso relatório, são do conhecimento do Ministro Aldo Rebelo. Portanto, eu quero encaminhar essa proposição para que nós possamos entregar oficialmente a ele, na condição de nosso Ministro da Defesa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Submeto à Comissão a proposta do Senador Ferraço, que entendo está extremamente judiciosa.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Srs. Senadores, a política espacial foi iniciada no Governo do Presidente José Sarney.

Escolheu-se, então, uma área privilegiada do mundo, que é Alcântara, a que se refere o Senador Ferraço. Privilegiada por quê? Porque ali está a linha do Equador, graças à qual os lançamentos são mais baratos no consumo de combustível, além de outras vantagens imensas.

O programa avançou no começo. Eu muitas vezes visitei a área e vi quanto sacrifício o Maranhão teve que enfrentar para cedê-la à Aeronáutica, à Força Aérea Brasileira, que cuidava do programa. Ali havia quilombolas, havia uma concentração de pessoas, de maranhenses, que tiveram que ser remanejados para que se tornasse possível o grande projeto, a grande ideia.

Os engenheiros que trabalhavam no projeto eram qualificadíssimos e percebiam, Senador Cristovam Buarque, um salário ridículo. Ali estavam por patriotismo.

Encontra-se agora, como argui o Senador Ferraço, há 13 anos na Câmara, sem nenhuma movimentação. Tudo tem limite, quando se trata do interesse nacional, pelo menos.

Quanto a essa questão da Ucrânia, eu queria acentuar, Senador Ferraço, que parece haver certo preconceito nas relações do Brasil com os Estados Unidos, como se elas fossem deletérias, fossem prejudiciais ao Brasil. E elas não são, elas são extremamente úteis ao nosso País. Tivéssemos nós feito aquele acordo, não com a Ucrânia, mas com os Estados Unidos, seguramente tudo teria avançado, até pelos conhecimentos e pelos mecanismos financeiros daquela grande nação. Mas não; preferimos depois navegar pelos mares da China, da França e de outros países, adotar um convênio, um acordo com a Ucrânia, que naufragou. Com isso perdemos muito tempo.

Mas Srs. Senadores, a sessão temática a que se refere o Senador Ferraço, eu acho que será extremamente útil. E a publicação de uma separata, que foi aqui aludida pela Senadora Ana Amélia, na reunião anterior, ao relatório do Senador Ferraço, acho que deve ser realmente feita essa publicação, para que nós possamos enviá-la a todas as universidades, a todos os centros de estudos, às instâncias brasileiras que possam se interessar por uma questão dessa importância e desses fundamentos.

Então, isso está decidido, Senador Ferraço, e nós assim faremos.

Bem, não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências.

A segunda parte desta...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria só, Presidente, antes de V. Exª passar para a segunda etapa da sabatina, queria aproveitar a presença do nosso Embaixador João Carlos Souza Gomes, que é o responsável pela interlocução com o Ministério das Relações Exteriores, um apoio do Itamaraty, do Embaixador também, que ele encaminhe um pedido.

Eu estive nesse final de semana em Uruguaiana e cruzei a ponte sobre o Rio Uruguai para ir à cidade argentina de Paso de los Libres.

Eu fiquei impressionada, porque eu mesma, a pedido do Itamaraty, do Embaixador Sérgio Danese, fui ajudar a retirar da gaveta, na Câmara dos Deputados, um projeto de acordo fronteiriço. Já tínhamos um bem-sucedido com o Uruguai e, para completar o processo, tínhamos que fazer com a Argentina também.

O do Uruguai, é impressionante a facilidade, tudo funciona. Claro, faltam algumas coisas ainda na área da saúde, por exemplo, mas isso vai ao longo do tempo; ali, no Uruguai, se sente uma verdadeira integração.

Embaixador, vou lhe dizer: uma fila para você, cidadão que more ali, em Uruguaiana – porque o acordo é fronteiriço, dá aos habitantes de Paso de los Libres e de Uruguaiana, um tratamento diferenciado na mobilidade e na circulação.

Houve a definição da criação de uma identidade fronteiriça, que é uma carteira azul. A Argentina está fazendo o dever de casa e fornece essa identificação para os brasileiros residentes em Uruguaiana, e o Brasil deveria fornecer para os residentes em Paso de los Libres. Como o Brasil não o está fazendo, a Argentina está demorando de seis a doze meses para fornecer identidade.

O que acontece com esse morador que não entende Mercosul dessa forma? E não existe mesmo! Fui para a fila para ver como é a vida real lá; esperei 25 minutos na fila para entrar na Argentina. São servidores muito

atenciosos – não há dúvida –, dão uma papeleta com um carimbo de entrada por 72 horas, anotam o número da sua identidade e a data. Portanto, só pode ficar por lá 72 horas. Primeiro ponto.

Na volta, o senhor tem que entregar aquele papelzinho numa outra fila, quem está saindo de Paso de los Libres. Para quem esteve, como eu, em Artigas, do lado de Quaraí, também uma ponte sobre o Rio Quaraí – o senhor conhece bem, a família é de lá, sei que o senhor conhece bem aquilo, por isso estou falando. Em Livramento, nem se fala, porque nunca sabemos onde está o pé, se no Brasil ou no Uruguai, ali é uma coisa fantástica. É a mesma coisa no Chuí, em Jaguarão e em Rio Branco, mas, em Libres com Uruguaiana, é inacreditável.

Sei que o cônsul argentino em Uruguaiana e o nosso cônsul em Libres, têm trabalhado intensamente, mas imagine agora quando chegar à época do veraneio, com o dólar favorecendo os argentinos a virem ao Brasil, vão lotar o Brasil, será um massacre num dia quente, ensolarado, as pessoas ficarem numa fila, às vezes, por uma hora. Serão vários ônibus que virão. Todas as pessoas têm que sair do ônibus, ir para um fila para receber esse ingresso e esse documento.

Isso, diria sim, é a negação de uma fronteira integrada e de uma negação de Mercosul. Encareço, porque me comprometi com a comunidade, que sofre muito com isso. Isso vale não só para nós, vale também para os argentinos que, quando saem de lá para o Brasil, a mesma fila; quando volta, a mesma fila.

Queria pedir o empenho, porque penso que é uma questão diz respeito ao próprio futuro dessa integração que, enquanto não é vivida pela comunidade, é realmente um sofrimento e um martírio. Portanto, integração só existe como acontece com o Uruguai. O senhor que conhece bem ali, por favor, é a minha solicitação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Ferraço. Em seguida, Senador Cristovam.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB - ES) – Na mesma linha da Senadora Ana Amélia, que chama a atenção para um ponto importante em relação ao nosso Mercosul, Sr. Presidente, quero também fazer um registro aqui sobre, naturalmente, as últimas eleições parlamentares ocorridas na Venezuela no último domingo, dia 6. Tem sido alvo e ponto da nossa agenda. Preparei aqui uma breve manifestação.

Primeiro, de absoluto cumprimento à população venezuelana que compareceu maciçamente impondo um revés histórico ao chavismo. Pela primeira vez, em 17 anos, o Executivo da Venezuela deverá governar com maioria opositora no Congresso, ou seja, está colhendo o que plantou.

A gravíssima crise econômica, a crise de abastecimento, a criminalidade, a perseguição aos dirigentes oposicionistas foram motivos mais do que suficientes para que a sociedade venezuelana dissesse um "não", dissesse um "basta" e optasse por uma reviravolta no mapa político da Venezuela, esse importante país irmão que compartilha conosco o Mercosul.

Superando as adversidades possíveis, a oposição venceu as eleições, conquistando 109 cadeiras. Com mais três cadeiras dos representantes indígenas aliados, garantiu dois terços da composição da Assembleia Nacional. Com esse número poderá destituir autoridade do Tribunal Superior de Justiça e de outras instituições, como o Conselho Eleitoral Nacional, promover referendos, reformas constitucionais, assembleias constituintes, bem com promulgar leis orgânicas e revisar tratados internacionais, assim como, Sr. Presidente, efetivar anistia política. Anistia política, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores!

A Venezuela ainda convive com presos políticos. Não há pais civilizado no mundo, não há democracia constituída em nosso mundo que conviva com essa situação. A Venezuela convive com presos políticos, simplesmente porque fazem oposição ao governo de plantão, ao imperador de plantão, Maduro, esses políticos têm sua voz cerceada, a imprensa tem a sua voz calada.

Isso significa, Srªs e Srs. Senadores, uma derrota para a chamada revolução bolivariana e o chamado socialismo do século XXI, que ninguém o que é a que veio, pela tragédia dos resultados da Venezuela, infelizmente, que há duas semanas sofria a primeira diversidade, inclusive com a vitória de Mauricio Macri na Argentina.

Nicolás Maduro, o mesmo Presidente que em novembro ameaçou mobilizar simpatizantes e usar a força militar para resistir a uma eventual vitória da oposição, reconheceu a derrota de seu partido logo após a divulgação do resultado oficial.

Entretanto, Sr. Presidente, o ambiente ainda é de muitas incertezas e preocupações. Há o receio de que os atuais deputados chavistas iniciem uma ofensiva para travar as tarefas da nova assembleia, que tomará posse em 5 de janeiro, aprovando leis que diminuam os poderes imperiais do Presidente Maduro.

Ontem mesmo, em seu programa de rádio e televisão, em contato com Maduro, o Presidente afirmou que tinha provas de intenção de sabotagem do processo eleitoral pela oposição, com a compra de votos e suborno a oficiais das Forças Armadas. Ou seja, a derrota eleitoral, pelo visto, não foi suficiente para que haja uma garantia de uma transição para a democracia e a libertação do povo da Venezuela.

Portanto, a Comissão de Relações Exteriores do Senado e o próprio Senado da República precisam estar atentos, de igual forma a República brasileira, de igual forma o Ministério das Relações Exteriores, para que esse processo possa ser concluído em respeito absoluto à vontade soberana da população da Venezuela.

É o registro que gostaria de fazer, agradecendo a cessão de V. Exª do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Para dizer que a Senadora Ana Amélia fique tranquila porque escolheu bem o portador da sua menção, que é o Embaixador João Carlos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ele conhece bem aquilo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Não só porque ele conhece bem aquilo, mas pelo desempenho dele nos cargos por onde passou, inclusive como embaixador lá no Uruguai, mas também na Unesco. Eu pessoalmente também dei uma tarefa a ele, e ele cumpriu perfeitamente. Eu devo a ele, Senador Lobão, ter conseguido ser eleito no processo difícil como membro do Conselho da Universidade das Nações Unidas.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Por se tratar de embaixador eficiente e brilhante.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Uma disputa internacional e sozinho aqui, e ele lá, a gente terminou conseguindo. Aliás, comunico a ele que meu último conselho foi agora, semana passada, porque terminou o mandato de seis anos.

Então, a senhora está em boas mãos nas mãos do nosso Embaixador. Creio que ele vai levar isso para o Ministro Mauro com muita competência.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço muito. Com esse depoimento do Senador Cristovam Buarque, eu queria já, em nome da Presidente da Câmara de Vereadores de Uruguaiana e do Deputado Frederico Antunes, da Comissão do Parlamento Mercosul na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, que é de Uruguaiana, os dois muito envolvidos com isso, todos os Vereadores e os Deputados estaduais da fronteira, o Embaixador, resolvido esse que nós chamamos lio fronteiriço, será homenageado em Uruguaiana no melhor estilo da região da fronteira.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Item 1:

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 74, de 2015
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ZENIK KRAWCTSCHUK, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Granada.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Lindbergh Farias
Relatório: Os integrantes da Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.
Observações:
1 - Em 03/12/2015, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;
2 - A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Item 2:

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 80, de 2015
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

1 - Em 03/12/2015, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;

2 - A arguição do indicado a Chefe de missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Os respectivos relatórios já foram lidos, concedida a vista coletiva. Convido os senhores Embaixadores para que se submetam à sabatina que será precedida por uma manifestação de cada qual.

Com a palavra o Sr. Embaixador Zenik por 15 minutos, podendo o tempo ser prorrogado.

O SR. ZENIK KRAWCTSCHUK – Sr. Presidente, Srs. membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, senhores visitantes ou convidados especiais, muito bom dia!

Queria dizer-lhes que atualmente ocupo o cargo de Embaixador do Brasil em Honduras. Já estive aqui nesta Comissão em 2011, e o Senador Cristovam Buarque se recorda. E peço permissão ao Sr. Presidente para transmitir aqui uma saudação especial ao Senador Cristovam Buarque da Vice-Presidenta de Honduras, à ex-Embaixadora de Honduras no Brasil, a Srª Ava Rossana Guevara. E também trago uma saudação calorosa de muitos políticos e personalidades de Honduras que conhecem e prezam o Senador Cristovam Buarque, que lá esteve durante dois anos.

Bom, meu nome foi submetido a esta Comissão para chefiar a Embaixada do Brasil em Granada. Devo dizer-lhes algumas palavras sobre o país, que não aparece no mapa; estaria mais para a direita, mais para cá. É um país bastante pequeno, são 344 km² na maré cheia, e 350 km², na maré baixa.

Bom, é formado pela Ilha de Granada e duas outras ilhas pequenas, que é Carriacou, que se vê ali, e a outra é a Pequena Martinica.

O país tem 110 mil habitantes, sendo dois terços de granadinos emigraram para os Estados Unidos e, de lá, mandam uma quantidade razoável, relativamente alta, de remessas, que representa a segunda maior receita do País. A primeira é turismo, principalmente turismo de cruzeiros. Em 2014, o país, com 110 mil habitantes, recebeu 230 mil turistas, muitos deles, evidentemente, passam apenas um dia, mas, assim mesmo, deixam lá uma quantidade de dólares. Fora o fato de que, com uma reforma, digamos, fiscal, realizada em 2012, cobram US$5,00 por dia, por turista, o que representa uma receita bastante alta.

Granada tem um sistema político bastante *sui generis*: é uma monarquia parlamentarista. O chefe de Estado é a rainha da Inglaterra, que designa um governador. O Parlamento é bicameral, composto de 15 representantes: a Câmara baixa, Deputados eleitos pelo povo por cinco anos, e o Senado é composto de 10 membros, dos quais, perdão, 13 membros, dos quais, 10 nomeados pelo partido vencedor das eleições, e 3, pela oposição.

O sistema judiciário está basicamente em Londres, porém as cortes designam um ou dois juízes, dependendo do ramo do judiciário.

Em termos de economia, como já acenei, o PIB representa cerca de US$820 milhões e advém, basicamente, do turismo; em segundo lugar, são as remessas, que também não representam tanto, cerca de US$40 milhões, varia muito, em função também da situação econômica dos Estados Unidos, onde estará a maioria dos imigrantes granadinos; e um pouco da agricultura. Granada é conhecida mundialmente como a terra das especiarias, é o segundo maior produtor do mundo, depois da Indonésia, de noz-moscada. Então, o país é conhecido muito por essa peculiaridade.

Em termos de economia, eu queria também dar as cifras de comércio exterior, para que os senhores tenham ideia da dimensão e da importância do país em termos econômicos. Granada, em 2014, importou US$47 milhões, dos quais 51% dos Estados Unidos, e o Brasil é o 4º maior exportador para Granada. O Brasil, no ano passado, exportou US$8,2 milhões – não são bilhões, são milhões de dólares –, e as importações do Brasil são realmente insignificantes.

Então, as exportações de Granada totalizaram US$47 milhões, e as importações totalizaram US$183 milhões. Então, o comércio exterior de Granada é altamente deficitário para o país. Com o Brasil, o nosso superávit, no ano passado, foi de mais de US$8 milhões.

Outro ponto que eu queria mencionar é que Granada está um pouco fora da rota atual dos furacões, embora tenha havido um furacão de grandes dimensões em 2004, o Furacão Ivan, que devastou várias cidades, inclusive atingiu fortemente a capital, Saint George's, e, sobretudo, destruiu grande parte dos cultivos de noz-moscada e outros, como banana – Granada é um importante produtor de banana, cana-de-açúcar. E a capa-

cidade de Granada de se recuperar desse desastre foi bastante penosa, porque o país não dispõe de recursos, não dispõe de receitas e depende muito da ajuda internacional.

Sobre esse tema dos furacões, Granada está como as ilhas que seguem acima, que são parte da associação chamada Associação dos Estados do Caribe Oriental. São cinco ilhas pequenas, com as quais, inclusive, Granada compartilha um único banco central e uma única moeda. Então, há um banco central e uma única moeda para todos esses cinco países que estão ao norte.

Nesse tema do câmbio climático, Granada e os outros países da região estão muito preocupados com a elevação do nível do mar, que se prevê que seria de até dois metros nos próximos anos ou décadas. Esperemos que isso não aconteça, porque os prejuízos seriam enormes não só para Granada, mas para toda a costa de todos os países – Estados Unidos, América Central, Brasil. Todos sofrerão com a elevação do nível do mar.

Há uma delegação importante da Organização dos Estados do Caribe Oriental na Conferência de Paris, que está ocorrendo atualmente e termina no domingo, porque, embora esses países contribuam muito pouco para as emissões de gases do efeito estufa, as consequências serão iguais para todos, para ricos e pobres. As consequências serão iguais para todos.

Também queria observar que Granada pertence a um grupo de países classificados pela ONU como Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (*small island developing states*). No Caribe, *stricto sensu*, esses pequenos estados insulares são Granada e esses países mais acima – São Vicente e Granadinas, Santa Lúcia, Martinica, Dominica, Guadalupe e outros, como Antíqua e Barbuda, Ilhas Virgens Britânicas.

Embora a ONU classifique esses pequenos estados insulares, entram na classificação estados como República Dominicana e Haiti, por exemplo, entra também Belize, que está até no continente, assim como a Jamaica também entra. São 14 no Caribe, são 13 no Oceano Índico e são 10 na África. Cabo Verde pertence a esse grupo de países que usufrui, digamos, de certos benefícios, de certos privilégios. Como sendo de renda baixa, usufrui de créditos e de *grants*, enfim, em condições mais vantajosas do que os outros.

Então esses pequenos países insulares do Caribe formam naturalmente uma aliança, são várias alianças em círculos concêntricos.

(Soa a campainha.)

O SR. ZENIK KRAWCTSCHUK – Só dois minutos.

As ilhas do Caribe, Antígua e Barbuda, até Granada, são a Organização dos Estados do Caribe Oriental. Depois, temos a Associação dos Estados do Caribe, que é uma outra organização. Depois temos o Caricom, que é uma associação mais ampla. Granada é membro de todas elas. Afora isso, Granada também é membro da OEA, onde tem uma participação intensa, da ONU e de organismos como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Mencionando o Fundo Monetário Internacional, recentemente Granada firmou com o Banco Mundial um crédito de US$21.9 milhões. Então, tudo que se fala de Granada é em dimensões em miniatura.

O Brasil tem uma relação muito cordial com Granada. Abrimos nossa Embaixada em 2009. Com isso, despertamos grandes expectativas no governo de Granada porque o governo local contava com que o Brasil fosse mais um sócio que atuaria nos moldes dos anteriores, que são: Venezuela, Cuba, República Popular da China e Estados Unidos. Então, as expectativas de Granada, por enquanto, não podemos satisfazer de maneira plena, porque a nossa prática de cooperação internacional, feita através da Agência Brasileira de Cooperação, é diferente da de muitos outros países. Granada estava acostumada a *grants*, ou seja, doações. Então, a China, por exemplo, reformou um estádio, construiu outro estádio, construiu casas. Venezuela, além de construir casas, tem o Programa Petrocaribe, com fornecimento de petróleo a preços subsidiados – e hoje a dívida de Granada com o Petrocaribe representa cerca de US$90 milhões, o que é muito e constitui um peso enorme para o país, porque a dívida exterior de Granada está em US$948 milhões, 110% do PIB. É uma dificuldade adicional.

Há outros países que atuam com doações, como o México, que, embora não tenha embaixada, tem um consulado honorário ao qual ele aloca recursos.

Enfim, México e Índia também têm um papel importante. O Japão está presente lá e construiu um centro processador de pescado.

Para concluir, Sr. Presidente, ainda que a nossa cooperação técnica com Granada não tenha sido ainda satisfatória, embora tenhamos já oferecido cursos para técnicos granadinos – foram mais de 30 técnicos que participaram de atividades, seja aqui no Brasil, seja em países, por exemplo, vizinhos. O Brasil organiza reuniões, por exemplo, em Santa Lúcia, e chama todos os vizinhos para participar.

Então, cerca de 30 técnicos granadinos já participaram de atividades de treinamento, mas, com a crise financeira do Brasil – não foi a redução –, com a expansão das atividades do ABC, chegaram ao limite da capacidade de expandir ainda mais atividades de cooperação. Mas eu pretendo, se merecer a confiança dos

Senadores e for indicado para Granada, levar para lá um modelo que foi implantado em Honduras, que é uma cooperação trilateral. No caso de Honduras, está sendo uma experiência muito exitosa.

Para dar dois exemplos, nós temos uma cooperação trilateral com o Japão, através da agência Jica de cooperação do Japão, em matéria de segurança, polícia comunitária. Hoje, Honduras já assimilou o modelo japonês de polícia comunitária baseado na filosofia Koban.

Então, mais de 120 policiais hondurenhos vieram ao Brasil para treinamento de 10 a 15 dias em várias missões. A Polícia Militar de São Paulo, que é o órgão executor do lado brasileiro, esteve em Honduras para dar treinamento, e tudo isso com tecnologia, com *know-how* brasileiro mas sem custos porque a Jica cobriu as passagens e as estadias dos hondurenhos aqui e as dos brasileiros lá.

Em outra esfera, temos uma cooperação trilateral atual...

(Soa a campainha.)

O SR. ZENIK KRAWCTSCHUK – ... com os Estados Unidos em matéria de segurança alimentar e agricultura, e energia renovável. O projeto já tem mais de um ano.

No caso de energia renovável, por exemplo, já foram atendidas mais de dez mil famílias com energia elétrica renovável, seja biomassa, energia solar, energia eólica – mais de energia solar.

Senador, vou encerrar por aqui.

Espero que os senhores tenham tido oportunidade de aprofundar-se mais no tema, mas eu vou encerrar por aqui para não tomar mais o tempo de S. Exªs.

Senador, queria agradecer, com muita emoção, o fato de, apesar de uma agenda deliberativa intensa do Senado, a Comissão ter atendido ao pedido, ao clamor nosso e abriu um espaço para mim e para o Embaixador Gonçalo Mourão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Embaixador Zenik Krawctschuk.

Concedo, agora, a palavra ao Embaixador Gonçalo Mello Mourão.

Antes, porém, eu solicito ao Senador Anastasia que me substitua por dois ou três minutos, enquanto votarei na Comissão de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Oposição/PSDB - MG) – Por gentileza, concedo a palavra para o Embaixador Gonçalo.

O SR. GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO – Sr. Senador, muito obrigado. Antes de tudo, gostaria de agradecer à Comissão, da mesma maneira que o meu colega e amigo de longa data, Zenik Krawctschuk, fez, de ter tido o tempo e a paciência de se reunir aqui para nos ouvir ainda no apagar das luzes, neste ano complexo da política brasileira.

Gostaria, Sr. Presidente, de manifestar também a minha satisfação pessoal por tê-lo como Presidente desta reunião que me ouve, pois se a alguém se deve a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é ao ilustre mineiro José Aparecido de Oliveira.

O José Aparecido foi, sem dúvida, talvez, o principal motor da criação dessa Comunidade. E tê-lo aqui, presidindo esta sessão para a minha sabatina, é um prazer e uma honra toda especial.

Se o senhor me permitir, gostaria, também, de transmitir a esta Comissão, Sr. Presidente, a minha emoção por estar aqui pela segunda vez, sendo sabatinado, no Senado Federal da República.

Eu comecei a aprender o Brasil através do Senado. Eu tinha 8 anos quando o meu avô, que era Deputado Federal pelo Estado de Pernambuco, candidatou-se ao Senado em seu Estado. Naquela ocasião, curiosamente, a Constituição autorizava o cidadão a se candidatar ao Senado e à Câmara dos Deputados ao mesmo tempo. Meu avô teve a oportunidade e a felicidade de ser eleito os dois, foi eleito Senador pelo seu Estado, Pernambuco, e foi o Deputado Federal mais votado. Naturalmente pediu desculpas aos eleitores e escolheu o Senado, ficou como Senador.

Então, tinha eu 8 anos quando o meu avô foi eleito Senador e durante os oito anos seguintes, ou seja, do final da minha infância, praticamente, até quase o final da minha adolescência, eu tive a satisfação de acompanhar o Brasil através do Senado, através da atuação de meu avô, através das conversas que nós tínhamos em sua casa. O Senado, para mim, foi uma espécie de primeira escola sobre o Brasil.

Então, eu sensibilizo-me sempre quando venho aqui, já é a segunda ocasião em que eu tenho de estar aqui para isso.

Outra coisa também, Sr. Presidente, dez anos depois da morte de meu avô, meu avô morreu ainda Senador, em plena campanha política em 1966, era o Senador Antônio de Barros Carvalho, teve uma vida atribulada como Senador e atravessou um período atribulado também da vida pública nacional. Foi um dos grandes pri-

meiros fundadores do MDB e, infelizmente, morreu em campanha depois de comer uns dois ou três sarapatéis no mesmo dia. Não sei se em Jaboatão dos Guararapes ou Goiânia, um lugar desses qualquer.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone*.) – Em Goiânia.

O SR. GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO – Em Goiânia, não é? Pois é.

Mas, enfim, dez anos depois de sua morte eu entrei na carreira diplomática e eu percebi que pouca coisa é tão igual a um Senador, sob certo aspecto, como um embaixador ou um diplomata.

Os Senadores, V. Exªs, representam aqui os seus Estados no Senado Federal, mas representam também o Brasil no Senado Federal. Cada um representa o Distrito Federal, o Ceará, Santa Catarina, mas também representa o Brasil.

E nós, diplomatas, sobretudo embaixadores, quando estamos no exterior, claro que nós representamos o Brasil, mas nós representamos também cada Estado, aquilo que cada Estado tem de interesse para o País ou para a organização ou para o lugar em que nós estamos.

Então, essa proximidade profissional faz com que, mais uma vez, os meus sentimentos sejam redobrados de emoção ao estar aqui.

Eu estou sendo designado, e espero poder contar com o apoio de V. Exªs, para chefiar a missão do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

É uma comunidade que já é razoavelmente conhecida e, em termos profissionais, eu tomo como um desafio singular, porque não é uma embaixada comum, apesar de ser uma embaixada junto a um organismo multilateral, é um organismo multilateral excepcionalmente peculiar, porque é um organismo multilateral em que as relações bilaterais são fundamentais. É uma organização pequena, a CPLP são nove membros, mas nós temos que ter uma relação estreita e íntima com cada um dos nove membros, ao contrário das outras organizações multilaterais, em que não nos é exigida ou solicitada uma relação tão íntima e mesmo uma coincidência de opiniões em todos os assuntos com os demais membros daquela organização.

Então, essa peculiaridade dessa multilateralidade – de certa maneira também bilateral – é, sem dúvida, um desafio profissional para qualquer diplomata. E eu espero estar à altura de enfrentá-lo.

É uma comunidade, como é sabido, que se apoia na língua – a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Até nisso é uma comunidade peculiar. A língua é, talvez, o maior patrimônio que um País pode ter. Os Senadores que representam aqui Estados, que eu chamaria de fronteiriços, sabem muito bem do valor da língua nacional para acelerar o valor da nacionalidade de cada um de nós.

Então, essa união através da língua é o que constrói a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. São nove membros, como eu disse, e o Brasil foi praticamente o mentor da criação dessa Comunidade. Claro que contamos com o apoio de Portugal, onde a língua se originou. E essa Comunidade nasceu de uma intuição do Presidente José Sarney que, em 1989, reuniu todos os chefes de Estado e Governo para uma primeira reunião lusófona, quando foi criado, naquela ocasião, em 1989, o Instituto da Língua Portuguesa, que existe até hoje.

Criado esse instituto, mandatado pelo então Presidente Itamar Franco, o Embaixador José Aparecido Oliveira, desde Lisboa, percorreu praticamente todos os países lusófonos da África em uma missão diplomática de alto nível de convencimento, de que nós deveríamos nos juntar no que depois viria a ser a Comunidade. Esse esforço extraordinário de, vamos dizer assim, cativar, de fascinar, do Embaixador José Aparecido, foi fecundo e, pouco mais de dois anos depois, em 1996, foi criada a CPLP em Lisboa.

O Brasil não foi só o maior mentor, mas é, hoje ainda, também, o maior contribuinte para a organização. A organização tem dois orçamentos: um orçamento de sustentação, vamos dizer assim, é o seu mecanismo de funcionamento; e um orçamento que se chama fundo especial, que é o que financia os projetos de cooperação e outras espécies de projetos comuns. Em ambos, o Brasil é o primeiro contribuinte. Isso pode parecer muito, mas não é! Poderia ser mais! Para os senhores terem uma ideia – creio que isso está também no relatório que foi apresentado –, a contribuição do Brasil corresponde a cerca de 30% do orçamento da Comunidade, mas monta a parcos e escassos 770 mil euros.

O Brasil foi, também, o primeiro País a estabelecer uma representação permanente junto à Comunidade. Abrimos a nossa Embaixada lá em 2006 e, logo em seguida, todos os outros países seguiram o nosso exemplo. De maneira que os países todos têm hoje uma representação permanente em Lisboa, que se ocupa, única e exclusivamente, das atividades da Comunidade.

A Comunidade foi construída com três objetivos estatutários principais. Primeiro, a concertação político-diplomática; depois a cooperação em todos os domínios possíveis; e depois, naturalmente, a promoção e a difusão da língua portuguesa. A concertação político-diplomática é um dos aspectos de maior importância da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Por quê? Porque é uma comunidade que reúne países dos quatro continentes. Nós temos o Brasil, no continente americano; nós temos Timor Leste, no continente asiático; nós temos todos os países africanos; e nós temos Portugal, na Europa.

Isso não é só uma variedade geográfica, é uma variedade política! Porque cada um desses países é parte também de outros organismos internacionais em suas regiões. Então, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa engloba um representante da Asean; engloba vários representantes da Organização da Unidade Africana; engloba um representante da União Europeia; engloba um representante do Mercosul e representante da Unasul.

Então, essa variedade de pertencimento – se é que essa palavra existe, se não existe peço licença para que passe a existir – dos países que compõem a Comunidade, é um enriquecimento político da Comunidade e é um dos fatores que fazem com que a presença e a participação do Brasil nessa Comunidade sejam de importância e sejam da maior relevância.

O segundo objetivo estatutário da Comunidade é a cooperação em todos os domínios. O Brasil, novamente, é dos maiores contribuintes para a cooperação técnica, com todos os limites que nós conhecemos e que, infelizmente, vão se impondo à nossa cooperação técnica nos últimos anos. Isso deve ser, e esperamos todos que seja, uma situação conjuntural. A nossa Agência Brasileira de Cooperação está plenamente capacitada a desenvolver toda espécie de cooperação que for necessária, mas, enquanto isso, nós vamos mantendo a nossa cooperação no âmbito da CPLP, sobretudo na capacitação profissional.

Fazemos muito disso que o Embaixador Krawctschuk lembrou aqui: trazer pessoas e treiná-las, no Brasil, sobre os mais diversos aspectos da atividade não só econômica, como também das atividades institucionais – treinar maneiras de administrar – e, sobretudo, através dos nossos programas junto à CPLP, já tivemos a oportunidade de treinar, no Brasil, mais de 500 técnicos dos países, sobretudo africanos e do Timor-Leste, em construir projetos de cooperação internacional.

Isso é da maior importância, porque esses técnicos são os que vão ser capazes de construir, nos seus países, os projetos que vão ser levados a outros países que possam, eventualmente, ter fundos, dinheiro suficiente, para financiá-los. Naturalmente, isso implica a possibilidade de triangulação – como, mais uma vez, o Embaixador Krawctschuk lembrou – nas atividades de cooperação do Brasil com esses países.

Finalmente, mas não por fim, a promoção e a difusão da língua portuguesa. Acho que é peregrino assinalar a importância disso, porque é a nossa língua; é o que nos faz sermos juntos, com esses países todos; é o que justifica esse nosso estar juntos, na comunidade comum.

A Comunidade é uma organização bastante enxuta. O secretariado executivo conta com cerca de 25 pessoas, que asseguram o funcionamento da organização, que funciona em Lisboa. A Comunidade tem três órgãos deliberativos principais: a conferência dos chefes de Estado e Governo, a cada dois anos; a reunião do conselho de ministros de relações exteriores, a cada semestre; e o chamado Comitê de Concertação Permanente, que reúne, mensalmente, em Lisboa, todos os embaixadores permanentes junto à Comunidade, naquela cidade.

Além disso, naturalmente, o desenvolvimento da Comunidade criou reuniões ministeriais setoriais. Hoje, há reuniões setoriais ministeriais sobre uma pletora de assuntos, desde saúde, educação, defesa, agricultura e direitos humanos. Todos os ministérios dos países da Comunidade se reúnem com frequência, não só para procurar projetos que possam desenvolver, aqui ou ali, em termos de cooperação técnica, mas também e, sobretudo, para compartilhar experiências, porque, no fundo, no fundo, as nossas situações, nesses campos, são, de certa maneira, bastante similares. As experiências de um são, com frequência, bastante férteis, para contribuir para a solução de problema semelhante que existe em outros países.

Além disso, há uma reunião também do se chama os pontos focais de cooperação. Reúnem-se também, semestralmente, todas as agências de cooperação dos países membros, para, exatamente, acompanhar e propor um programa de cooperação.

Finalmente, outro organismo de relevo da Comunidade – como não poderia deixar de ser – é a Assembleia Parlamentar. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa tem uma Assembleia Parlamentar instalada em 2009. O secretariado permanente dessa assembleia tem sede em Luanda, e sua próxima reunião deve se realizar no Brasil. Há uma proposta de data que se foi avençada pelo Presidente da Câmara dos Deputados, que é o responsável por isso, para que essa Assembleia Parlamentar se reúna no mês de abril. Não há ainda uma confirmação, mas já há uma proposta.

É fundamental o funcionamento dessa Assembleia Parlamentar, porque é quem leva à Comunidade a visão que têm os povos que são representados por essas assembleias do que é a Comunidade, do que pode ser a Comunidade, do que podemos esperar da Comunidade, e até do que a Comunidade está fazendo e não deve fazer.

Então, eu aproveito esta sabatina, para conclamar os Srs. Senadores – se for, naturalmente, do interesse – que implementem e que realizemos essa Assembleia Parlamentar. Não só isso, eu estive no gabinete de vários Senadores, conversando, e há também uma proposta, desde o ano de 2000 ou 2004, já não sei, da criação de um Grupo Parlamentar Brasil/CPLP. Seria interessante a criação desse grupo também...

(Soa a campainha.)

O SR. GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO – ... porque faz funcionar o Parlamento da CPLP e faz funcionar, dentro do nosso Parlamento, os interesses do Brasil, na CPLP.

Sem me estender, pois vejo que o tempo se esgota, queria apenas lembrar que a Comunidade congrega também países que são observadores associados. A Comunidade tem hoje seis países associados: Ilhas Maurício, Senegal, Geórgia, Japão, Namíbia, a Turquia e vários outros países que estão em processo de formalizar esse seu pedido de associação.

Sobretudo, para nós, o Uruguai, o primeiro país latino-americano que pede o ingresso como observador associado.

Para a Comunidade, isso é muito importante e demonstra, também, mais do que a importância da Comunidade, a importância da Língua Portuguesa no mundo, porque se esses países se habilitam ou pretendem ser observadores associados, não é porque o Brasil é um País rico em desenvolvimento, não é porque Portugal é membro da União Europeia. É simplesmente porque eles têm interesse sobre o que os países que falam português estão falando com relação à sua língua. Isto por vários motivos, inclusive porque alguns deles, como, por exemplo, a Geórgia... Por que a Geórgia? Por que cargas d'água a Geórgia vai querer ser observadora numa comunidade de língua portuguesa? Porque há uma comunidade portuguesa importante naquele país. Então, o país julgou conveniente, útil e interessante participar também dessa comunidade única e exclusivamente por causa da presença da língua no seu próprio país.

Além disso, a Comunidade comporta também os chamados observadores consultivos, que hoje é uma pletora, mais de 40 organizações da sociedade civil que se habilitam a acompanhar os trabalhos da Comunidade e eventualmente propor projetos ou mesmo acompanhar o encaminhamento de certos projetos.

Eu espero não ter me estendido muito. Naturalmente, eu estou disposto a qualquer pergunta ou qualquer dúvida que os senhores possam ter. E se por acaso merecer a indicação de Embaixador, eu espero poder continuar a contar com a contribuição sobretudo do Senado Federal, que, como eu disse no começo, é a Casa que representa os Estados brasileiros. Cada Estado brasileiro tem também interesses externos, que devem ser assegurados, mantidos e, eventualmente, até representados pelos Embaixadores brasileiros fora. Nós não representamos apenas a União, representamos também cada Estado. E mais numa comunidade como esta.

Eu queria, apenas ilustrando essa opinião minha, lembrar uma opinião que me foi transmitida – e com isso encerro, Sr. Presidente – por um Embaixador nosso em Cabo Verde, muito amigo meu, o Embaixador Vitor Gobato, nosso ilustre Embaixador gaúcho. Ele foi Embaixador em Cabo Verde muito tempo e, logo no começo da sua missão lá, ele me disse uma coisa extraordinária. Ele me disse: "Gonçalo, eu cheguei lá e percebi, sem desmérito nenhum, que o Brasil é grande demais para Cabo Verde, mas o Ceará não é, Pernambuco não é. Então eu vou desenvolver a minha atuação lá claro que com o Brasil, mas também com esses Estados, que têm uma proximidade com o país e têm uma dimensão semelhante ao País. Então, a proximidade e a dimensão semelhantes facilitam muito mais o desenvolvimento do entrosamento."

Eu achei extraordinária essa observação do Vitor Gobato. É um pouco fundamentado nessa observação que eu trago essa sugestão de que a presença do Senado Federal se faça mais constante nos trabalhos da CPLP, se eu tiver a felicidade de ser Embaixador lá.

Muito obrigado, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Obrigado ao Embaixador Gonçalo Mello Mourão.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia, para a fase da sabatina.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado. Eminente Presidente, Senador Edison Lobão, Srs. Embaixadores, Srªs e Srs. Senadores, eu queria primeiro cumprimentá-los pela exposição muito rica e pedir escusas porque não pude acompanhar na totalidade, tendo em vista a CCJ sendo realizada neste mesmo momento, com a sabatina também de um integrante do Conselho Nacional de Justiça.

Mas me dirijo primeiramente ao Embaixador Zenik, cumprimentando-o igualmente por sua exposição e informando a V. Exª que aqui nesta Comissão, Embaixador, como deve ser do conhecimento do eminente Embaixador, nós temos aqui duas correntes: uma representada pelo eminente Senador Cristovam Buarque, que defende a presença do Brasil em todos os países do mundo. Onde houver um país Independente, deve haver, lá na teoria, que nós respeitamos muito, do Senador Cristovam, Embaixada brasileira. E uma outra, advogada com mais ênfase pelo Senador Tasso Jereissati, ora em viagem ao exterior, no sentido contrário, de que o Brasil, mercê, inclusive, da situação que vive agora, deve reduzir a sua presença diplomática em missões permanentes em nações mais, digamos, estratégicas, permitindo que a cumulatividade em razão da vizinhança possa suprir a representação diplomática.

Eu, como bom mineiro, fico sempre no termo intermediário e, claro, sempre com muito respeito, dizendo que não é o Sr. Embaixador que escolhe o posto que serve. Ele é designado pelo Itamaraty e pela Presidência da República. Então, V. Exª irá a Granada, que é um desses países pequenos, digamos assim.

Como a exposição de V. Exª bem demonstrou, é um país que tem uma posição importante no Caribe, das Pequenas Antilhas, mas, de todo modo, é um país pequeno.

Então, essa observação faço em homenagem ao Senador Tasso, que, se estivesse aqui... E talvez o Senador Flexa, caro amigo que aqui está, também siga, de fato, na mesma trilha dessa observação da relevância, da importância dessa necessidade.

É muito mais uma ponderação do que uma indagação, porque V. Exª foi muito feliz na sua exposição e mostrou, de fato, os pontos em comum. Mas eles vão ter de ser trabalhados com muito afinco e com muita ênfase por V. Exª, para de fato justificar a presença e a despesa, que não é uma despesa do Estado, é uma despesa do povo brasileiro para manter lá a nossa representação numa situação difícil.

Aliás, o próprio Senador Cristovam, na primeira parte desta reunião, usou uma frase que tem repetido muito: a crise brasileira – não é, Senador Cristovam? – se transforma em decadência.

E eu pensava com os meus botões: normalmente a decadência é antecedida de um apogeu. Lamentavelmente, não vimos apogeu nenhum. Então, estamos numa decadência sem apogeu, o que é muito pior.

A decadência do Império Romano foi depois do apogeu. Aqui, é a decadência sem apogeu. Então, é mais triste ainda.

Ao mesmo tempo, queria cumprimentá-lo, eminente Embaixador Gonçalo, por sua exposição. V. Exª faz uma reminiscência ao grande mineiro que foi José Aparecido de Oliveira, que, de fato, foi o grande motor. E me lembro muito do seu trabalho para a criação da Comunidade, que é importantíssima para o Brasil.

O Brasil é, obviamente, um país, pela sua dimensão populacional e econômica, motor dessa Comunidade, a despeito de sua sede ser, por razões óbvias, Lisboa, tendo em vista que a metrópole, digamos assim, a pátria da língua portuguesa é Portugal. Mas a presença do Brasil é fundamental.

Então, V. Exª terá, certamente, as funções de carro-chefe dessa Comunidade, que, sob o ponto de vista econômico, é vital, especialmente em relação aos países da África. Claro, Portugal também, mas Angola e Moçambique, pela sua pujança, pela sua posição estratégica, por seus recursos naturais, têm uma posição estratégica fundamental.

E nós percebemos que a China vem entrando, de maneira muito voraz, tanto em Angola quanto em Moçambique. Então, certamente, a presença da Comunidade, de V. Exª com sua equipe, vai contrapor essa presença oriental – também, claro, sempre bem-vinda –, permitindo que o Brasil tenha a sua prevalência, aproveitando a proximidade linguística, de cultura, de costumes, de religião, até de origem étnica com as nações de língua portuguesa, especialmente esses dois maiores países, nos quais temos interesses econômicos muito vitais, tanto Angola quanto Moçambique.

E, para concluir, Sr. Presidente, queria acrescer que de lembrou muito bem o Embaixador Gonçalo da presença dos Estados federados.

Sr. Embaixador, como Governador de Minas Gerais, fizemos, através da companhia de saneamento de águas do meu Estado, a Copasa, um acordo com Luanda, capital da Angola, e exatamente todo o serviço técnico contra as perdas de água no abastecimento foi orientado por nossa empresa.

E, assim, claro, todos os Estados têm as suas empresas. Energia, assistência técnica, é um mundo de cooperação – especialmente, Sul-Sul –, que pode ser ainda desenvolvido pelos Estados, dentro exatamente dessas duas nações, que me parecem, talvez, as mais interessantes.

Então, não faço aqui indagações, Sr. Presidente, mas só esses comentários, cumprimentando ambos e desejando aos eminentes Embaixadores boa sorte no exercício de suas missões, respectivamente, em Granada e com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado, Senador Anastasia.

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador, em geral uso esta oportunidade de sabatina, para aprender com os Embaixadores, fazendo perguntas sobre os grandes problemas que hoje temos enfrentado pela humanidade, no mundo inteiro, como o terrorismo, que é muito grande, a crise ecológica, o tráfico, a desigualdade crescente no acesso às tecnologias.

E pergunto o que cada um pensa do papel do seu cargo no enfrentamento desses problemas. Ainda, se é uma base de droga, se é uma base de lavagem de dinheiro, se é um grande poluidor ou não. Mas hoje vou me restringir mais a falar sobre o trabalho dos dois.

Primeiro, o Embaixador Zenik. Quero lembrar que ele foi fundamental em uma das grandes experiências que já tive de viagem, que foi visitar Chernobyl.

Se não fosse ele, primeiro, as autoridades ucranianas não me teriam deixado entrar lá; segundo, sem a infraestrutura, a articulação que ele fez, teria sido difícil.

Além disso, ele me acompanhou durante todas as horas em que pude ficar lá, porque é bem limitado, entre quatro e seis horas, no máximo. Na saída, o Zenik lembra, ainda tivemos que passar por um detector de radioatividade... (*Risos.*)

... para saber se a gente voltaria para o hotel ou para o hospital, para ser tratado pela radioatividade.

Além disso, houve a gentileza dele de às 3h30 ir me buscar, e, no caminho, a gente viu na placa que menos dezessete graus estava a temperatura. Então, foi algo fundamental, aquilo me marcou muito e tenho escrito muito sobre aquela experiência. E me fez tomar posições hoje contra novas usinas nucleares no Brasil, pelo menos por algum tempo; ainda acho que no futuro será a energia mais limpa de todas, mas hoje ela é limpa e arriscada – muito arriscada!

Hoje de manhã, Senador Flexa, eu estava vendo o noticiário, e eu pensei como um país que não consegue controlar os seus mosquitos se atreve a ter uma usina nuclear entre Rio e São Paulo sem rota fuga se houver algum vazamento ali? Por isso, há um projeto meu que daria 30 anos de moratória.

Então, além disso, o Zenik foi para um país pelo qual eu tenho um carinho muito especial. Quando fiquei fora do Brasil, foi um país que me abrigou por dois anos. Eu tenho uma relação com Honduras muito especial; vivi na França e nos Estados Unidos, mas com Honduras há uma coisa muito especial dos dois anos em que ali estive, e não consegui visitar durante o período em que estava lá.

Ao mesmo tempo, quero falar de Granada, mas não especificamente do país, o qual eu não conheço, mas de termos um Embaixador lá. O Senador Anastasia disse que o Senador Tasso está viajando. Imaginem se ele estiver em Granada, e o Embaixador não estiver lá!

Mas não é para proteger a Tasso, que a gente deve ter um Embaixador. Na sua exposição, o Embaixador Zenik falou que a Índia, a China e Cuba estão lá presentes. Só isso justifica tentarmos também estar lá, porque é a disputa entre potências que o Brasil vai ser um dia. Essa decadência vamos superar, e vamos ascender; talvez nem minhas filhas vejam, talvez netos, mas o País vai ascender, e a gente tem que estar presentes nos lugares.

E aí se fala em custo. O custo de uma Embaixada não é um valor tão alto diante da dimensão do Brasil. Por mim todo o dinheiro de um país iria para a educação, mas o impacto de gastar R$1 ou um US$1 nas relações exteriores é maior do que gastar 20, ou 30, ou 100 na educação. Na educação ou aumentamos bilhões ou não adianta; nas relações exteriores, US$200 mil já fazem uma diferença em muitas coisas na presença do Brasil e, por isso, eu acho que é um país com que a gente precisa ter relações.

Além disso, eu estava vendo que o Primeiro-Ministro Mitchell, na posse dele, insistiu muito na Cooperação Sul-Sul e falou especificamente da América Latina. Apesar de ser um país que tem muito mais a ver com os países do Norte, falou da Cooperação Sul-Sul e da América Latina. Então, é importante que a gente esteja lá.

E ele chegou a citar mesmo Brasil, Argentina e Chile, os três países. É importante a gente ajudar para que haja essa cooperação. E, quando se faz isso em Granada, espalha-se pelos outros países do Caribe.

Outra coisa, quando um país senta nas Nações Unidas tem um voto. Não interessa se diminui a área, quando a maré está cheia, como o senhor disse, ou se é um país tão grande que a maré não afeta o tamanho. Está lá, tem bandeira, tem Constituição, tem um voto. Então, o Brasil precisa disso.

A prova é como – e aí passo para o Embaixador Gonçalo – foi importante para o Brasil, os pequenos países da CPLP, quando nós decidimos ter um diretor na FAO. Foi a CPLP que, em um primeiro momento, apoiou a candidatura do Brasil. Antes mesmo de termos definido quem seria o nosso candidato, o Graziano, eles já saíram defendendo. E a CPLP é formada por uma porção de países pequenos, embora com alguns grandes, como Angola, Moçambique e Portugal obviamente, que não é tão grande do ponto de vista de área, mas é grande na história. Então, é importante estar lá.

Eu quero prestar homenagem ao José Sarney, claro, mas também ao José Aparecido. Na verdade, na CPLP, José Aparecido e Sarney são como Lúcio Costa e Niemeyer. O Presidente Sarney concebeu e teve um papel fundamental, como Juscelino, mas foi ali... Aliás, eu não diria nem Niemeyer. Eu diria o engenheiro mesmo que construiu Brasília ali presente, o Israel Pinheiro, por exemplo, que foi o principal deles, mas eu queria deixar aberto para outros também. Aliás, na época em que eu estava Governador, Reitor e Ministro, cargos no Executivo, quando alguém me trazia uma ideia, eu dizia sempre: "Tudo bem, mas quem é o Israel Pinheiro, o tocador?" Eu acho que o José Aparecido foi o tocador e o entusiasta da CPLP, que está aí e é uma coisa real. O Brasil vai presidi-la, eu creio, no próximo ano, e isso é muito importante.

Eu quero também prestar uma homenagem ao Barros Carvalho. Eu, como pernambucano – sou mais velho que você, Gonçalo – cheguei a lembrar, não de conhecer, de lembrar. Indiretamente, através da minha

esposa, que é de Goiânia, tenho uma relação com a família Barros Carvalho. Cheguei a conhecer diversos deles. Ele não foi só um Senador, foi um Senador do PTB, foi um Senador ao lado do Jango, foi um Senador progressista, que esteve presente nos grandes momentos do Brasil.

Ainda sobre os países pequenos, eu acho que Cabo Verde, por exemplo, é um país em que é fundamental se instalar lá, não só pela proximidade e pela língua, mas porque é um país que é um exemplo de como se pode com educação, num país pobre, fazer uma diferença.

Eu lembro, de país pequeno, o Tibete. Quando houve recentemente aquele terremoto no Tibete, se não fosse a Embaixadora Maria Teresa estar lá, o Brasil não teria existido, mas, ao estar ali, ela teve o papel muito importante de ajudar na reconstrução, de captar recursos. Ela pediu a todos os amigos por aqui para que mandassem dinheiro. Aquela foi uma presença que deixou uma marca. Então, basta acontecer isso.

Em Granada, inclusive, a gente vai ter que ter uma posição importante, porque não deixa de ser uma pergunta se vai passar com Granada o que vai passar com Maldivas, que, com a ascensão do nível do mar, vai desaparecer. Eu não sei se Granada tem um território elevado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Dá para subir os morros?

O SR. ZENIK KRAWCTSCHUK – A altitude máxima...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Desculpe, eu falei Tibete, mas foi Nepal, até porque o Tibete, como país, não existe mais.

O SR. ZENIK KRAWCTSCHUK – A altitude máxima são 800m acima do nível do mar. Porém, praticamente todo o país está em terras altas. A preocupação é não só com a elevação do nível do mar, mas também com a mudança de rota dos furacões. Como comentava o Embaixador Mourão, em 2004, um furação bêbado passou por Granada.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – A presença da gente ali cria uma relação que, mais adiante, vai nos ajudar quando quisermos alguma coisa das Nações Unidas, quando disputarmos um posto, quando lutarmos por uma cadeira no Conselho de Segurança.

Senador Anastasia, engraçado é que todos... Eu sou, como o senhor colocou e fico contente, defensor das embaixadas dos pequenos, mas eu tenho outro lado, que é o contrário, eu acho um erro – talvez seja a minha única discordância com o Itamaraty – essa obsessão por uma cadeira no Conselho de Segurança. Eu creio que a gente está pagando um preço muito alto por isso, fazendo alianças que não deveria por uma cadeira que vai dar é problema para a gente, apesar de, aparentemente, ser um *status*. Vai dar problema assumir aquilo ali e ter que assumir certas posições na cadeira permanente. A cadeira esporadicamente é boa, está ali, dá visibilidade ao nosso Embaixador, mas a cadeira permanente, com poder de veto, vai criar um problema na nossa relação.

Eu defendo muito que o Brasil deve insistir no *soft power*, ganhar os corações dos outros países. No Conselho de Segurança, a gente vai ter o *hard power*, a gente vai é criar problemas ao aprovar intervenções e coisas desse tipo. Então, eu fico mais com essa alternativa de mais embaixadas em pequenos do que sentar naquela cadeira ali.

Volto, insistindo: eu cometi o erro de falar em Nepal – Nepal não tem embaixada, nem vai ter, pelo menos enquanto a China estiver presente.

O SR. GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO (*Fora do microfone*.) – Tibete.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Não, eu falei no Tibete, erradamente. Falei erradamente em Tibete. No Nepal, nós estamos presentes lá, e a nossa embaixadora tem um papel importante.

Mas, Sr. Presidente, com isso, eu quero apenas dizer que fico satisfeito em ter dois embaixadores desse nível.

E, falando em homenagem, eu quero também prestar a homenagem ao Senador Barros Carvalho, mas também ao jornalista Gerardo de Mello Mourão, pai do embaixador, que foi uma das pessoas que fez minha cabeça quando eu lia os artigos dele.

Uma coisa eu acho que já tive oportunidade de dizer: num artigo dele, que ele escreveu vindo da China ou do Japão, ele dizia, Senador Lobão, algo que parece uma coisa singela, mas é importante: que a culinária de um País é tão mais rica quanto mais pobre for o País. Um país muito rico não precisa de sofisticação culinária. E aí eu mostro o Rio Grande do Sul: basta você pegar uma carne, botar um pouquinho de sal...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sal grosso.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – ... e está pronta a culinária. Agora, para fazer um sarapatel...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Um carreteiro...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – ... é preciso muita criatividade. (*Risos.*)

E isso eu aprendi numa crônica do Gerardo de Mello Mourão, falando da culinária chinesa. No artigo, ele dizia que a pobreza da China, em relação à população, fez com que eles comessem até teia de aranha! – gostosa! A cultura faz isso. E isso se aplica a tudo. Você aceita o repto – como os gregos chamavam – da pobreza, o repto da escassez e faz coisas grandes e boas, de formas diferentes daquelas que empurram para a gente, vindas do norte dos Estados Unidos e da Europa.

Então, parabéns à Presidente Dilma, que, mais uma vez, mantém-se fiel, indicando embaixadores de carreira – eu creio que, desde que eu estou aqui, não houve nenhuma falha nisso –, embaixadores de prestígio, formados inclusive graças ao Instituto Rio Branco, cujo diretor está sendo sabatinado aqui para esse novo cargo. O Instituto Rio Branco eu coloco como uma das coisas mais importantes da minha carreira de professor. Fui professor ali, e foi um dos lugares onde tive os melhores alunos, alguns hoje embaixadores, tanto em países pequenos, quanto em países grandes.

É isso, Sr. Presidente.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Ouço o Senador Cristovam Buarque, a quem depreco o exercício do seu voto, que ainda não se deu.

Senadora Ana Amélia. (*Risos.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria apenas, Sr. Presidente, completar a observação, muito adequada, do Senador Cristovam – que tem uma visão holística e humanista das relações – no que se refere à gastronomia. Eu lembro, então: o que seria da feijoada brasileira se não fosse a pobreza que existiu? Então, eu acho que a feijoada é também um bom simbolismo disso a que se referiu o Senador Cristovam Buarque.

Eu tenho uma curiosidade, Embaixador Mello Mourão, que nos vai representar na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), sobre um tema que ocupou muito a nossa atenção: o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Fizemos pelo menos duas, três ou quatro audiências públicas, e o Senador Cristovam também entrou nesse processo.

Há uma divergência que se percebe. Eu mesma, lendo alguns periódicos em Portugal, quando estive lá, percebi uma resistência a esse acordo. Tendo em vista que o senhor vai representar o Brasil nessa comunidade, certamente esse é um tema que está na pauta; assim, eu queria uma breve opinião de V. Exª.

Embaixador Zenik, eu li seu nome várias vezes; como não se mencionou sua origem, só a sua cidade, que é paranaense, eu pergunto: é polonês esse sobrenome?

O SR. ZENIK KRAWCTSCHUK (*Fora do microfone*.) – Ucraniano.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ucraniano? Maravilha.

O SR. ZENIK KRAWCTSCHUK – Sou primeira geração. Aprendi português na rua.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nós tivemos um trabalho na Comissão quando houve o episódio da invasão de parte importante da Ucrânia.

Nós recebemos a representação e o embaixador da Ucrânia, que fala português perfeitamente. Então, nós entendemos melhor, porque a comunidade ucraniana no Paraná está mais mobilizada, porque as famílias que vivem ainda na Ucrânia viveram muito esse drama. Então, nós nos envolvemos também nesse debate.

A nossa solidariedade a todos os imigrantes ucranianos no País. Também há muitos poloneses, judeus poloneses no Paraná.

Parabéns. Eu desejo sucesso ao senhor.

Eu fico aguardando a manifestação.

Antes, aproveito a presença de dois Embaixadores de carreira, Presidente, para agradecer ao nosso Embaixador, ao nosso Relator aqui, eficiente, confirmando tudo o que o Senador Cristovam Buarque falou sobre ele, ao dizer que a eficiência dele foi tão grande que, em menos de 1 hora, ele já tinha uma resposta à demanda sobre os problemas na fronteira. Na verdade, para que um acordo de fronteira entre em vigor, é preciso a homologação do referido acordo que foi aprovado pela Câmara, eu lá trouxe para o Senado, e aprovamos aqui, na CRE. Desde 2011, esse acordo aguarda no gabinete civil a homologação presidencial, para que, então, entrem em vigor os termos do referido acordo e a Polícia Federal possa emitir essa identidade própria, na região de fronteira, aos argentinos. Então, muito obrigada, caro Embaixador. Eu agradeço também ao Embaixador Sérgio Danese, o nosso Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, pela pronta resposta. Eu queria pedir ao Presidente Edison Lobão e à Secretaria da CRE um encaminhamento ao gabinete civil da Presidência da República de uma solicitação de apressamento dessa homologação, porque, ao se chegar próximo ao movimento de veraneio da alta estação, vai ser muito complicado o processo da migração entre Libres e Uru-

guaiana. Então, eu agradeço imensamente. Eu sabia que o Itamaraty iria cuidar com atenção desse processo. Então, muito obrigada, Embaixador.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu peço a V. Exª que formalize a sua propositura para que ela possa ser apreciada.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Faremos isso.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Srs. Senadores, antes que procedamos à apuração, eu quero submeter ao Plenário dois requerimentos do Senador Ricardo Ferraço.

EXTRAPAUTA
ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 88, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição Federal, que seja solicitado ao Tribunal de Contas da União, providências no sentido de iniciar auditoria no Acordo Brasil-Ucrânia no tocante ao uso de recursos públicos para utilização da Base de Lançamentos de Alcântara.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

EXTRAPAUTA
ITEM 2
MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , DE 2015

Requerem, nos termos do art. 154, IV, §§ 7° e 8°do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão de Debates Temáticos com a finalidade de discutir a situação atual da Base Industrial de Defesa brasileira, pela sua importância estratégica para o Brasil.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Declaro aberto o processo de votação – a sua conclusão.

Passo a palavra ao Embaixador Zenik, para suas observações finais, como resposta a indagações dos Srs. Senadores.

O SR. ZENIK KRAWCTSCHUK – Muito obrigado, Presidente.

Na verdade, as perguntas formuladas aqui, na Comissão, já foram respondidas brilhantemente pelo Senador Cristovam Buarque. Portanto, não tenho nada a acrescentar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Mello Mourão.

(Intervenção fora do microfone.)

(Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Embaixador Mello Mourão.

O SR. GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito brevemente. Naturalmente, a minha primeira palavra é um agradecimento profundo ao Senador Cristovam Buarque pelas referências familiares que fez, pelos elogios ao meu pai e ao meu avô. Eu espero, sinceramente, que sejam hereditários.

Com relação à observação da Senadora Ana Amélia, talvez todo esse Acordo Ortográfico seja uma espécie de vício que nós temos herdado, historicamente, dos portugueses. Quando o Brasil foi descoberto, já estava tudo certo. Já havia as Ordenações Manuelinas, depois as Ordenações Filipinas. Nós já tínhamos todas as leis, embora não tivéssemos um país ainda, já estava tudo regulamentado.

O Frei Vicente do Salvador, um dos primeiros cronistas do Brasil, tem uma passagem muito curiosa. Ele diz que os portugueses, chegando ao Brasil, começavam a falar errado. Ele diz explicitamente: "Falam 'teiado',

mas continuam construindo telhado." Na verdade, se falamos "teiado" ou telhado, o que importa é construir o telhado – ou o "teiado". No fundo, é a mesma coisa. Em alguns Estados, falamos da laranja-cravo, em outros falamos da mexerica, em outros falamos da tangerina. Claro que isso não é ortografia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – No Rio Grande do Sul é bergamota.

O SR. GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO – Bergamota, pronto. Claro que isso não é ortografia, são diferenças de expressão, mas que, de alguma maneira, também se refletem na ortografia, em outras palavras.

Eu acho que é um esforço que esses nove países estamos fazendo para construir uma coisa – eu hesito um pouco em dizer – que, no fundo, seja irrelevante porque a língua é uma só. A maneira de escrevê-la pode ser três ou quatro. Na Inglaterra, se escreve Shakespeare de uma maneira, e de outra, nos Estados Unidos. Então, a maneira como nós escrevemos, pelo menos do ponto de vista das relações internacionais, não é tão grave assim.

Eu não devia estar dizendo isso, como um futuro Embaixador do Brasil, se vocês me aprovarem como tal, do Brasil na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Mas eu acho que é também uma função eventual do embaixador ali, tentar acomodar essas diferenças de visão e se chegar a uma posição comum que permita o acordo em torno de uma grafia comum ou em torno de uma grafia variada, mas que vai estar dizendo a mesma coisa, porque se eu escrever "teiado" ou telhado, desde 1500 estou falando a mesma coisa. Então, eu tendo um pouco a não dar uma grande importância a esse aspecto normativo oficial, legal do que é a língua, até porque a cada dez, vinte anos, a língua muda, e isso é saudável.

Essa é a minha posição pessoal. Naturalmente, se houver uma posição muito firme do Governo a respeito disso ou daquilo, eu, como Embaixador, terei a obrigação de defender a posição do Governo até onde isso não choque moralmente com as minhas posições.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu acho que dizer telhado ou "teiado" não cria um problema no primeiro momento, quando se limita a telhado. Quando você começa a sofisticar no objeto que quer produzir, começa a exigir um nível de sofisticação intelectual, e aí tem que haver uma maneira comum de se falar. Tudo bem na maneira de falar, mas na hora de escrever seria muito bom que a gente tivesse um padrão.

Eu tenho um livro que foi preciso traduzir em Portugal. Isso teve um custo. Eu não sabia que Shakespeare se escreve diferente nos Estados Unidos e na Inglaterra. Mas, de qualquer maneira, basicamente se escreve da mesma maneira. Então, um livro impresso em qualquer lugar, na Índia, é lido nos Estados Unidos da mesma maneira. Por isso as tiragens são grandes. Nós não temos condições de fazer tiragens grandes, primeiro porque temos poucos leitores aqui; segundo, porque não podemos ampliar os nossos leitores, os leitores além-mar, como dizem os portugueses. Então, a ideia de ter um padrão de ortografia, eu acho que seria positivo. A grande dúvida – e às vezes acusando nós dois – é se procuraríamos uma simplificação ou não, se começamos a resolver esse negócio de x ou ss.

De fato, para alfabetizar um adulto é complicadíssimo, quando, às vezes, se usa uma letra para simbolizar um som, ou outra letra, no caso o nosso tem ç, x, ss. É complicado. Mas aí é uma briga muito feia com os linguistas, com os literatos, que acham que a tradição que está aí é muito importante.

Eu fico com dúvida entre defender a maneira como se escreve ou defender a simplificação. Como professor, como educador, tendo à simplificação; como leitor, como literato, tendo à manutenção da tradição de formas de escrever como nós temos. Mas é diferente, é a ideia do código simplificado ou do código unificado: quanto à unificação, sim, eu defendo que a gente procure construir entre todos os nossos países, e a sua posição vai ser muito importante lá no encaminhamento desses assuntos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu iria dizer para o Embaixador, para usar um neologismo, para que ele deletasse, já que você disse que, a cada dez anos, a língua muda.

Aqui temos dúvidas ao escrever hesitar e exitar. Você diz a mesma coisa, só que, quando eu digo hesitar, refiro-me a ter dúvida, e, quando eu digo exitar, refiro-me a ter sucesso – são palavras completamente diferentes quanto às maneiras de escrever. Então, o que se está faltando seria um acordo ortofônico, e não ortográfico, sobre essa coisa de como você ouve e como você escreve.

Mas Embaixador, ele não é tão simples assim, porque veja, no Brasil, tudo está judicializado – tudo, tudo está judicializado! A saúde está judicializada no meu Estado: 53% da área de saúde está judicializada. Acontece que existem concursos públicos e a língua portuguesa é um elemento do concurso público.

Se, no acordo ortográfico, por um preciosismo do examinador num concurso público, colocar uma questão que suscite a dúvida, a pessoa que faz a prova pode errar, pode escrever certo, e o julgador entender

errado, conforme a interpretação que ele der à forma de entender a grafia daquela palavra. Vimos muito isso na área do Direito. Por isso me preocupei, porque vamos judicializar também a forma como nós escrevemos.

Quer dizer, existe esse o paradoxo, essa a contradição. Devemos caminhar para uma simplificação; nós estamos criando uma complicação. Então, isso já aconteceu.

A OAB Nacional tem um professor – e eu, aliás, nunca vi uma pessoa conhecer tanto a Língua Portuguesa, e da área do Direito – que é de Goiás e que é responsável na OAB por isso. E ele abordou esse tema. Então, chegou-se a uma judicialização por uma nota que foi questionada em função de uma interpretação da forma de escrever, da ortografia.

Então, a gente tem que ter cuidado para... Não é tão simples assim, pode ser do ponto de vista diplomático. Talvez seja até o momento de uma boa relação com os países de Língua Portuguesa, é aquela história: nós nascemos de Portugal, nós somos filhos de Portugal, é a Pátria Mãe, Portugal, que fez o acordo.

O senhor sabe que a diplomacia é uma forma de você conviver e respeitar a todos. Cada um dá um pedaço para você compor o todo. Então, nesse acordo, talvez tenha havido algum mal-entendido no encaminhamento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu sei que todos estão querendo sair, mas eu gostaria de mencionar mais um ponto sobre isso. Usar a palavra "teiado" ou telhado... Ao usar a palavra "teiado" o candidato não passaria no concurso, se escrevesse assim.

E aí quero contar um fato: eu estive recentemente no Japão, nesse cargo que o João Carlos ajudou a que eu fosse eleito naquele momento. E estava caminhando na rua com essa figura maravilhosa que é o André Aranha Corrêa do Lago, nosso Embaixador, figura formidável. E vinha um homem varrendo o chão – nos Estados Unidos, seria um mexicano; na Europa, seria um senegalês; lá, era um japonês, toda a cara de japonês.

E aí eu perguntei: "Embaixador, como é que um japonês cai, desculpe usar esse verbo, na varredura de rua ou sobe em outros cargos?" Ele disse: "Com o número de palavras que ele é capaz de escrever em japonês." Isso, porque o alfabeto japonês – alfabeto nem é a palavra – você não aprende a ler, você vai aprendendo a ler ao longo da vida; você começa aprendendo 20 palavras, 50 palavras, até chegar a 4 mil, 5 mil.

Ele disse: "Aquele homem está varrendo deve ser capaz de ler no máximo 400 ideogramas. É isso que limita a capacidade de ele ascender." Para nós é a maneira de escrever, e o vocabulário também.

Mas eu fiquei muito impressionado como se vê o grau de educação definindo a atividade. Ali você vê, ali você não precisa especular o número de palavras que ele é capaz de ler.

Então, eu quero dizer que esse é um tema que temos de trabalhar muito, mas, sobretudo, aí entra o lado da economia: ficar mais barata a publicação de livros, com tiragens maiores, com um universo muito maior entre todos nós.

Quantos somos hoje de língua portuguesa?

O SR. GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO – Somos uns 270 milhões.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Duzentos e setenta milhões, e temos um baixo nível de alfabetização ainda. Alfabetização eu digo plena. Mas, de qualquer maneira, já será um número razoável para tiragem de livros, o que hoje a gente não consegue. Tem que ir em cada lugar fazer uma tradução. Agora, na hora de ouvir, é mais ainda, não é? (*Risos.*)

É difícil entender o que eles falam.

Mas, Senador Lobão, uma das coisas boas do Senado são essas sabatinas. (*Risos.*)

Elas são agradáveis, simpáticas, e a gente aprende um bocado.

O SR. GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO – Permita-me uma observação, Senador, muito brevemente; é só uma curiosidade.

Algum tempo atrás, eu ocupava o cargo de Ministro Conselheiro da Embaixada do Brasil, precisamente em Lisboa. Naquela ocasião, haveria uma visita presidencial do presidente português ao Brasil, e nós iríamos assinar um importante acordo que regulamentaria a ida e vinda de brasileiros, a permanência de brasileiros lá e tudo isso. O presidente português partiu e, quando chegou aqui, não pôde assinar o acordo, porque o acordo não estava em português de Portugal, e lá, por lei, o Presidente da República só pode assinar um acordo que esteja redigido na língua do país, que é a língua reconhecida como portuguesa. Então, atrasou-se a assinatura do acordo por um dia, para que se fizesse a redação de acordo com os eles e pês de Portugal. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Concluída a votação e a aula de conhecimentos semânticos por parte dos Srs. Embaixadores e Srs. Senadores, vou proceder à apuração.

Indago, antecipadamente, aos Srs. Senadores se podemos prosseguir com reunião aberta na votação, para efeito de apuração.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Convido a Senadora Ana Amélia para atuar como Secretária da Mesa, na forma do art. 116 do Regimento Interno.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Os dois embaixadores foram aprovados por dez votos, ou seja, pela unanimidade.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – É uma nota boa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Cumprimentos a ambos, o Embaixador Zenik e o Embaixador Mello Mourão.

O SR. GONÇALO DE BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO – Se me permite, Senador, eu gostaria, naturalmente, em meu nome pessoal, de agradecer essa unanimidade. Espero corresponder, se for aprovado no plenário do Senado Federal, a essa confiança que é depositada em mim.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado.

O SR. ZENIK KRAWCTSCHUK – Senador, subscrevo as palavras do Embaixador, agradeço imensamente a generosidade toda dos Embaixadores, a presença dos Senadores nestes tempos de tão intensas deliberações no Senado. Também espero corresponder, em todos os detalhes, em todas as minúcias, à missão que me será confiada caso o Plenário me aprove.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Cumprimentos aos Srs. Embaixadores.

Srs. Senadores, sendo esta a última reunião da Comissão de Relações Exteriores neste ano, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 45 minutos.)

ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE OUTUBRO DE 2015.

Às oito horas e trinta e oito minutos do dia sete de outubro de dois mil e quinze, na sala dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Ricardo Ferraço, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras e dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Lasier Martins, Telmário Mota, Sandra Braga, Valdir Raupp, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Wellington Fagundes, Elmano Ferrer, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha, Waldemir Moka e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e propõe a dispensa de leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Após a leitura dos comunicados da Presidência, tem início a apreciação da Parte 1: Item 1 – Mensagem (SF) nº 70, de 2015, que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor FERNANDO FORTES MELRO FILHO, para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT". Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Resultado: Sabatina realizada com indicação aprovada, com 12 (doze) votos favoráveis, três votos contrários e nenhuma abstenção. Parte 2: Item 1 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 61, de 2015, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "tendo em vista a aprovação do Requerimento nº 53, de 2015, de minha autoria, para realização de Audiência Pública nesta Comissão de Infraestrutura, a fim de discutir o PLS 530/2015, que regulamenta e organiza o sistema de transporte privado individual a partir de provedores de rede de compartilhamento e insere o inciso XIV ao artigo 4º da Lei 12.587/2012, de forma a definir a modalidade requeiro, nos termos regimentais, seja convidado a participar do debate o Sr. Pedro Somma, diretor de operações da empresa 99 Táxis". Resultado: Aprovado o requerimento. Item 2 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 62, de 2015, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão dos nomes abaixo relacionados entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 35, de 2015 – CI: Representante da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT; Representante do Ministério do Planejamento". Resultado: Aprovado o requerimento. São apreciados os itens extrapauta: Item 3 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 65, de 2015, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "requeiro, nos termos do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o senhor Aldemir Bendine, presidente da PETROBRAS, para que compareça em audiência pública conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Serviços de Infraestrutura desta Casa, a fim de prestar esclarecimentos sobre como a empresa pretende lidar com uma relação entre dívida liquida e o EBITDA prevista para quase 6 em 2016 em um contexto de Real desvalorizado e preço do barril de petróleo a USD 50.00 para recuperar sua capacidade de investimento". Resultado: aprovado o requerimento. Item 4 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 66, de 2015, de autoria do Senador Valdir Raupp e outros, que "requeiro, nos termos regimentais, a realização de Visita Técnica no Estado Rondônia/RO. Nesse sentido, solicito que sejam convidados o Ministro dos Transportes, Sr. Antonio Carlos Rodrigues; o Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, Sr. Valter Casimiro Silveira; o Diretor-Geral da

Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, Sr. Jorge Luiz Macedo Bastos e a

Diretora Geral da Polícia Rodoviária Federal, Sra. Maria Alice Nascimento Souza. Resultado: Aprovado o requerimento. Fazem uso da palavra os Senadores Vicentinho Alves, Waldemir Moka, Blairo Maggi, Paulo rocha, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Ronaldo Caiado, Valdir Raupp e Wellington Fagundes. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dez horas, lavrando eu, Thales Roberto Furtado Morais, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador RICARDO FERRAÇO
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Declaro aberta a 30ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da atual Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Informo às Srªs e aos Srs. Senadores que está aberto o prazo para a apresentação de emendas da Comissão de Infraestrutura ao Projeto de Lei Orçamentário para 2016. O prazo se encerra, de acordo com as regras da Casa, às 16h do dia 9 de outubro, sexta-feira próxima, para que já na próxima quarta-feira nós possamos deliberar sobre as prioridades que forem do entendimento do conjunto dos Srs. Senadores que compões a Comissão de Infraestrutura, considerando o calendário que esta Comissão deve cumprir para enviar à Comissão Mista de Orçamento as propostas prioritárias da Comissão de Infraestrutura.

As emendas devem ser enviadas pelo sistema de emendas com uma via impressa entregue na Secretaria da Comissão, assinada, evidentemente, pelo Senador membro.

Observo, por fim, que respondo pela relatoria das emendas da Comissão e que a reunião para deliberar, como disse aqui anteriormente, organizada para o dia 14 de outubro, próxima quarta-feira, às 8h30.

A Presidência comunica recebimento de um ofício do gabinete do Sr. Senador Acir Gurgacz, no qual o Senador Acir justifica ausência na reunião de hoje em razão de uma designação para representar o Senado no Fórum para Investimentos em Projetos de Agricultura nos BRICS, que se realiza em Moscou.

Por ser relator da Mensagem nº 70, o Senador Acir Gurgacz formulou algumas questões e, adequadamente, na hora indicada, nós estaremos formulando ao Sr. Fernando Fortes Melro Filho, indicado pela Presidência da República para o DNIT.

A Presidência comunica o recebimento de expediente da assessoria de relações institucionais do gabinete da Marinha, que formula convite para a participação das Srªs e Srs. Senadores integrantes desta Comissão para uma visita oficial ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), em Itaguaí, nos dias 15 e 16 de outubro de 2015.

As Srªs e os Srs. Senadores que tenham interesse em participar da visita oficial podem obter maiores informações junto à Secretaria da Comissão, que está estruturada para dar essas informações.

Srªs e Srs. Senadores, o jornal *Folha de São Paulo* revelou em reportagem publicada na sua edição de segunda-feira que a Petrobras firmou contratos com escritórios de advocacia, três escritórios de advocacia que somam cerca de R$200 milhões. Os negócios se dedicam à realização de investigação interna na própria companhia, envolvendo os ruidosos crimes revelados pela Operação Lava Jato da Polícia Federal.

Diante desse fato, nós estamos encaminhando à Mesa Diretora do Senado requerimento de informações à Petrobras sobre os contratos firmados entre a estatal e os escritórios de advocacia, escritórios do Brasil e escritórios nos Estados Unidos. No mesmo requerimento, solicitamos também o envio ao Senado das cópias dos respectivos contratos.

Soa, no mínimo, estranha a informação de que a atual diretoria da Petrobras se recusou a detalhar aos jornais ou à imprensa as bases dos negócios celebrados sem licitação com escritórios de advocacia. Segundo a reportagem da *Folha*, os contratos foram assinados pelo atual Presidente da Petrobras, Aldemir Bendine, com a dispensa de licitação, alegando que se tratam de serviços técnicos de natureza singular, e isso apesar de a empresa ter o maior departamento jurídico do Brasil. As informações não são precisas, mas dão conta de que constam do quadro técnico-jurídico da Petrobras mais de 700 advogados. Ainda assim, Senador Moka, mesmo contando com esse conjunto de advogados, resolveu a Petrobras contratar sem licitação, por notória especialidade, por R$200 milhões, escritórios de advocacia.

De acordo com o jornal *Folha de S.Paulo*, o escritório brasileiro Trench, Rossi e Watanabe receberia R$96 milhões e o americano Gibson, Dunn e Crutcher outros R$37 milhões. Ambos os casos com validade até março de 2016 foram contratados por serviços e para serviços de investigação. Além desses, no caso da Ernst & Young, o acordo, com prazo encerrado em setembro, se dedica a tecnologia forense e apoio às referidas investigações.

A situação é particularmente complicada se se considerar o atual momento de adversidade enfrentado pela petroleira, o pior de sua história, com corte de investimentos e profunda perda patrimonial. O momento exige da companhia absoluta transparência após tantos escândalos revelados, o inverso do que sua gestão insiste em continuar praticando.

Por isso mesmo, nós estamos não apenas enviando esse requerimento de informações para que a Petrobras possa ter a oportunidade de esclarecer não apenas a esta Comissão, à Comissão de Infraestrutura, mas também ao Senado da República por que motivos, por que fundamentos estaria contratando esses escritórios de advocacia com valores tão elevados, o que salta aos olhos.

Evidentemente que nós mantemos ainda nossa elevada expectativa de que o Congresso brasileiro possa decidir sobre o decreto legislativo que susta os efeitos do Decreto nº 2.735, que foi editado ainda em 1998. Por esse decreto presidencial editado, foi concedido à Petrobras, apenas à Petrobras, exclusivamente à Petrobras, dentre todas as estatais brasileiras, um regulamento próprio de procedimento licitatório simplificado, dando à Petrobras, evidentemente, flexibilidade na contratação de produtos, obras e serviços sem se submeter à Lei de Licitações.

A prática do regime simplificado, na Petrobras, de contratações vem sendo usada de maneira indiscriminada na estatal, contribuindo, a meu juízo, para uma série de irregularidades e abusos que já foram, inclusive, constatados pelo próprio Tribunal de Contas da União. O próprio Tribunal de Contas da União afirmou que cerca de 70% dos contratos de bens da Petrobras nos últimos quatro anos, em um total entre R$60 bilhões e R$70 bilhões, foram feitos sem licitação, ou por carta convite ou por considerar que ela poderia e deveria contratar por notória especialização. Ou seja, é profundamente estarrecedor que a Petrobras continue valendo-se desses expedientes, mesmo considerando toda coleção de escândalos que a população brasileira está acompanhando.

Evidentemente, essa não é uma decisão do conjunto dos profissionais e trabalhadores da Petrobras, mas essa é uma decisão do seu corpo diretivo, e além do Tribunal de Contas da União, nesta que é a Comissão de Infraestrutura, julgo ter o dever e a responsabilidade de pedir esses esclarecimentos, enquanto estamos avaliando, na Comissão de Assuntos Econômicos, proposta inclusive de minha autoria, visando à revogação desse decreto que estabeleceu regulamento de procedimento simplificado por parte da Petrobras.

É evidente que nenhum de nós deve e pode ser ingênuo e imaginar que uma companhia da dimensão da Petrobras deva estar 100% subordinada às regras da Lei nº 8.666, que traz engessamento e pode trazer um conjunto de dificuldades e burocracias, tanto que o Senado Federal está trabalhando o aperfeiçoamento da Lei nº 8.666, que é vista como um gargalo pela Administração Pública brasileira. No entanto, não podemos, ainda que aperfeiçoando as regras da Lei nº 8.666, abrir mão dos critérios constitucionais, ligados à impessoalidade, à moralidade e à plena obediência ao interesse público, tanto que estamos também encaminhando requerimento para que possamos ouvir os Srs. Senadores. A Comissão de Assuntos Econômicos, ontem, aprovou convite para que o Presidente da Petrobras esteja naquela Comissão para uma audiência pública, para que possamos debater a conjuntura e a realidade da Petrobras, os seus desafios e os seus problemas à luz de todas as informações que dão conta, dia após dia, das suas dificuldades e dos seus desafios. A ideia é de que essa audiência pública possa acontecer com a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Infraestrutura, a ser marcada adequadamente pelo Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. Julgo ser do interesse desta Comissão de Infraestrutura que possamos tratar com lupa, com exatidão e precisão tudo aquilo que acontece na Petrobras, por ser uma empresa absolutamente estratégica para o nosso País.

Vamos, então, *a posteriori,* solicitar à assessoria que possa formular esse requerimento para que esta audiência pública possa ser conjunta entre a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Infraestrutura.

Concluindo a fase das comunicações, iniciamos a nossa pauta.

A presente reunião será realizada em duas partes. A primeira parte destina-se à sabatina do Sr. Fernando Fortes Melro Filho, indicado ao cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

A segunda parte destina-se à apreciação de matérias deliberativas.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 70, de 2015
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor FERNANDO FORTES MELRO FILHO, para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Acir Gurgacz
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
1 - Reunião destinada à sabatina do indicado.
2 - Em 30.09.2015 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, nos termos do art. 383 do RISF.
Observo também que a votação da matéria será realizada por meio de urna eletrônica.
Convido, sem mais delongas, para que tome assento à Mesa, o Sr. Fernando Fortes Melro Filho, indicado ao cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Informo a V. Sª, Sr. Fernando Fortes Melro Filho, que V. Sª dispõe de 20, 25 minutos, com a tolerância que julgar necessário, para apresentar suas credenciais, sua especialização, considerando que foi indicado para a diretoria de um importante órgão do campo da infraestrutura brasileira.

Este é o momento, portanto, não apenas de V. Sª apresentar suas credenciais, mas também de apresentar sua visão sobre o órgão e os desafios do DNIT, considerando que a infraestrutura brasileira, evidentemente, como todos sabemos, está absolutamente aquém das necessidades do País.

Portanto, esta é a oportunidade que a Comissão de Serviços de Infraestrutura dá a V. Sª para apresentar o seu plano de trabalho, a sua visão sobre o DNIT, sobre a infraestrutura.

Posteriormente, estaremos abrindo para o questionamento dos Srs. Senadores e, evidentemente, a votação do nome de V. Sª.

Seja muito bem-vindo.

A palavra é de V. Sª.

O SR. FERNANDO FORTES MELRO FILHO – Bom dia!

Eu gostaria de cumprimentar o Exmo Sr. Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado, Senador Ricardo Ferraço, o Exmo Sr. Senador Acir Gurgacz, que não está presente por estar em missão extraordinária, as Exmas Srªs Senadoras e os Exmos Srs. Senadores aqui presentes, as demais autoridades presentes, as senhoras e os senhores.

É com muito prazer que venho hoje à Comissão de Serviços de Infraestrutura para participar desta reunião destinada à minha sabatina para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

Frente à minha administração no DNIT, é uma honra ter sido escolhido pelo Exmo Sr. Ministro dos Transportes, Antonio Carlos Rodrigues, para exercer essa função tão importante para a autarquia.

Dou inícios às minhas considerações enfatizando que o Brasil precisa de um sistema de transportes bem estruturado, no qual todos os modais – hidrovias, rodovias, ferrovias – estejam devidamente articulados entre si e recebam os investimentos necessários para garantir a máxima eficiência logística no País, fazendo, assim, com que produtos essenciais cheguem às mãos dos seus consumidores.

Sem transportes, as indústrias não produziriam. Não haveria comércio externo. Enfim, qualquer nação fica literalmente paralisada se houver interrupção no seu sistema de transportes.

Nessa linha, o DNIT tem como missão implementar política de excelência na infraestrutura de transportes, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do País e oferecendo mais segurança e conforto para os usuários de forma geral.

Para chegar a esse objetivo, é necessário buscar aprimorar constantemente a gestão das obras sob sua responsabilidade, desde a questão orçamentária e financeira à contratação do empreendimento até a execução propriamente dita.

Temos que ter uma atenção especial ao nosso orçamento de investimento. Está previsto para o DNIT, no ano de 2015, um orçamento de em torno de R$6,7 bilhões, inferior ao dos anos anteriores, que era de R$10 bilhões a R$14 bilhões.

Temos que investir no seu quadro de pessoal, que, diga-se de passagem, é composto por profissionais de muita competência. Porém, é preciso ter mais apoio no sentido de motivação, capacitação e assistência jurídica.

Falo em assistência jurídica porque as constantes auditorias feitas pelos órgãos de controle causam um medo excessivo no quadro de servidores.

É notório o impacto positivo que a crescente presença dos órgãos de controle vem fazendo na fiscalização da gestão pública de uma maneira geral. Porém, também é fácil perceber que o acúmulo de ações de controle, perante os trabalhos do órgão executor, inibe, castra o trabalho do gestor público, fazendo com que o mesmo deixe de se preocupar com o bom andamento das obras para se ater a questões burocráticas. Isso acaba deixando o servidor público com medo de exercer a sua função como deve. O servidor público acaba se precavendo em excesso, até quando está fazendo a coisa certa do ponto de vista técnico e social. Esse medo colabora enormemente com o comodismo e a morosidade do setor público, que são partes de uma realidade retrógrada, que vem se arrastando ciclicamente ao longo dos anos no Brasil.

Por isso, Exmos Srs. Senadores e Senadoras, precisamos da ajuda de V. Exªs para fazer essa ponte de integração entre os órgãos de controle e o DNIT, para que possamos alcançar os objetivos esperados pela sociedade.

Iniciei minha atuação profissional em 1997 e, desde então, venho exercendo funções de gestão por onde passei. Sou Superintendente Regional do DNIT do Estado de Alagoas há oito anos. Nesse período destaco a correlação direta com as atividades a serem desempenhadas na Diretoria Administrativa e Financeira, uma vez que o Superintendente é responsável, no âmbito regional, pela administração de pessoal, de patrimônio, de material, de serviços gerais e pela gestão financeira e orçamentária, o que me permitiu adquirir conhecimento para suprir as demandas administrativas e financeiras.

Minha experiência de 18 anos nas áreas pública e privada me conferiu o conhecimento desejado em gestão pública, no processo de execução governamental e na atuação das ações administrativas e financeiras, vitais para o meu desempenho profissional no DNIT.

Agradeço a confiança depositada pela Presidente Dilma Rousseff e pelo Sr. Ministro dos Transportes, Antonio Carlos Rodrigues, quando me indicaram para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do DNIT.

Sabendo da importância da atuação do DNIT no desenvolvimento da infraestrutura de transporte do País, sinto-me honrado com a indicação. Tenho consciência que são grandes os desafios a serem vencidos, mas tenho a certeza de que estou preparado para assumir o cargo de Diretor Administrativo e de Finanças do DNIT, caso seja esse o entendimento de V. Exªs, Srs. Senadores da República.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Concedo a palavra a V. Exªs, os Senadores, que desejarem.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – A palavra é de V. Exª.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Solicito a V. Exª que, depois de ouvir os colegas, após a excelente exposição do Dr. Fernando, que pudéssemos abrir o painel e procedermos à votação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Consulto às Srªs e aos Srs. Senadores se alguém, de alguma forma, se opõe à iniciativa do Senador Vicentinho? (*Pausa.*)

Com a concordância do conjunto dos Srs. Senadores, aqueles que desejarem poderão exercer o seu voto durante o processo de sabatina. Não é obrigatório; é opcional às Srªs e aos Srs. Senadores que já conseguirem ou se sentiram com juízo de valor para exercerem o seu voto.

Declaro, portanto, aberto o processo de votação para Mensagem nº 70, de 2015. Informo às Srªs e aos Srs. Senadores que se desejarem votar, já podem se dirigir à cabine de votação, localizada à direita.

Pede a palavra o Senador Moka. A palavra é de V. Exª.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu queria indagar ao Sr. Fernando Fortes se V. Sª é funcionário de carreira do DNIT. É funcionário concursado do DNIT?

O SR. FERNANDO FORTES MELRO FILHO – Não, não sou. Eu estou como Superintendente do DNIT de Alagoas há oito anos. Antes de trabalhar no DNIT, eu trabalhar na Companhia Energética de Alagoas, na Eletrobras de Alagoas. Também trabalhei por quatro anos lá com cargo de direção também. Agora, estou com o nome indicado para...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – E a sua formação técnica?

O SR. FERNANDO FORTES MELRO FILHO – Engenharia civil.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Engenheiro civil.

O SR. FERNANDO FORTES MELRO FILHO – Engenheiro civil.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Era só isso.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senador Blairo Maggi, a palavra é de V. Exª.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Bom dia. Presidente Ricardo Ferraço, bom dia, Fernando Fortes Melro Filho, eu vou fazer uma pequena contestação... Aliás, não é contestação, mas constatação de que o Governo instituiu há algum tempo nas obras e, principalmente lá no DNIT, no Ministério dos Transportes o pagamento por ordem cronológica das obras que são feitas.

Quando tem muito dinheiro, quando se tem bastante dinheiro, quando se atende à demanda de pagamentos, me parece que, naquela oportunidade, era uma situação ideal para que nós pudéssemos, conforme chegando os empenhos, a autorização de pagamento, faz-se o pagamento na ordem cronológica. Mas desse momento, estamos vendo que os recursos são poucos para o enfrentamento das obras que nós temos no Brasil.

Eu me deparo com um problema bastante grave lá no Estado de Mato Grosso, em duas frentes de obras têm lá. A primeira é uma obra de duplicação de uma rodovia que foi concessionada à Rota do Oeste, que é uma empresa controlada pela Odebrecht. Ela é a responsável pela duplicação da BR-163, 364, que vai desde a divisa de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso nas cidades de Sonora e Itiquira, que vai até Sinop, que são em torno de 800km de rodovia duplicada que tem.

O trecho entre Rondonópolis e Cuiabá, de 212km, ficou por conta do DNIT, por conta do Governo Federal de fazer essa duplicação. Acontece que as velocidades que têm nessas obras são muito diferentes. A velocidade da iniciativa privada e eficiência da iniciativa privada, que está construindo a duplicação com recursos próprios, ou recursos de financiamento, é impressionante a velocidade com que aquilo acontece.

Já no trecho entre Rondonópolis e Cuiabá, que temos treze empresas estão ali colocados, elas não conseguem mais tocar as suas atividades porque, vão produzir, depois vão medir, depois vai empenhar, depois vai vir a ordem de pagamento. Quando chega ordem de pagamento aqui no DNIT, ela entra na fila. Quer dizer, e aquilo que o Governo tem colocado de recursos para o pagamento dessas obras não líquida 100% da medição que ele fez no mês anterior.

Então, as empresas estão aproximadamente com 6 meses, 8 meses de atraso nos pagamentos. E, óbvio, que as empresas têm seus limites, têm seus fôlegos para trabalhar. Paralelamente a isso, os bancos, olhando que o Governo está atrasando esses pagamentos, Senador Moka, retiraram das empresas os crédito. E sumiram dos créditos. Nenhuma dessas empresas hoje, e quero crer que é no Brasil inteiro, a s empresas conseguem ir ao banco e buscar um adiantamento e dar em garantia a medição que têm do DNIT, porque ele está em uma filha e não sabe quando é que ele vai ser pago.

Então é uma situação muito complicada. Especificamente nesta obra tem o seguinte, mais um problema no meio: feita a duplicação, começaram-se os pedágios e, nesses trechos entre Rondonópolis e Cuiabá, cobra-se pedágio sem ter a duplicação das obras. É assim uma coisa muito difícil de levar adiante porque, no mesmo momento em que você começa a cobrar pedágio, você não consegue ver a aceleração das obras para que elas possam acontecer na velocidade ou igual à velocidade que o setor privado, concessionado está fazendo.

Esse é o primeiro ponto que nós temos lá. O segundo é que liga a BR-163 entre Mato Grosso e no Pará, no porto de Miritituba, desde a divisa de Mato Grosso até Miritituba. Também lá, hoje, faltam 180km, aproximadamente, de asfaltamento de rodovia. Foram feitos nos portos do Pará mais de R$1 bilhão em investimentos entre portos de Miritituba, portos em Barcarena, embarcações, empurradores, barcaças. O sistema está funcionando e 187km, ou 180km, não conseguem ser asfaltados, há morro inclusive em que os caminhões começam a subir, às vezes patinam, lascam um pneu inteiro, quer dizer, um pneu que um "cara" perde numa viagem dessa, ele perde a viagem inteira. Então é uma tragédia o que está acontecendo lá.

Eu acho que a exemplo dos dois que estou citando aqui, no País deve haver outras obras também tão prioritárias quanto essas. Então a minha pergunta para V. Sª é a seguinte: dá para trabalhar, dá para trabalhar dentro do DNIT, no Ministério dos Transportes, para a gente não seguir hoje essa lista, essa sequência, e olhar para os projetos prioritários que o Brasil tem, aqueles que trazem mais benefícios com menos investimento?

No caso dessas de Mato Grosso, elas são assim: você põe um centavo, elas geram R$10,00, porque você tem uma diminuição dos fretes, você tem uma eficiência, consegue ser mais competitivo na exportação.

Então a minha ideia é que a gente possa achar uma forma de desvincular, desvincular os pagamentos dessa lista geral, dessa sequência que é feita, talvez transferindo para os Estados, para as UNITs, que sejam colocados recursos direto nas UNITs, para que elas possam pagar dentro do Estado e sair da lista geral que nós temos hoje, porque a lista geral, o pagamento em sequência não consegue atender. Por exemplo, se o Governo está colocando lá um milhão por mês, mas tem de pagamentos registrados quase 2 milhões por mês... É um exemplo, só estou dando um número qualquer aqui.

Então é evidente, mais uma vez, que os bancos fogem das empresas. Se as empresas não recebem no tempo certo e não têm crédito, é quase que natural que elas vão para uma recuperação judicial. E aí nós complicamos todo o quadro de novo, não é?

Então eu gostaria de fazer essa pergunta. Primeiro, qual a sua opinião da desvinculação do pagamento geral, da lista geral, jogar para as UNITs, para que elas possam priorizar algumas obras importantes, ou que o DNIT fale quais são as obras mais importantes do Brasil e limite-se a gastar, neste momento, nessas obras e que informe os demais construtores do Brasil, dizendo o seguinte: "Olha, eu não tenho recursos este ano para vocês, vocês não produzam, porque eu não vou pagá-los." Quer dizer, é muito melhor o empreiteiro encostar as máquinas e fazer uma programação para o ano que vem, ou para o outro ano, porque eu acho que serão dois ou três anos com muita dificuldade, mas priorizar aquelas obras, como falei, que com muito pouco investimento, trazem um benefício enorme para o Brasil.

E não estou aqui só defendendo o Estado de Mato Grosso e o Pará, que no caso são ligações a que já me referi, mas acredito que em outras partes do Brasil também haja obras assim. Vou citar uma outra obra – já estou pedindo muito para o meu Estado, não é, Moka, mas para dizer o seguinte: uma ligação do Araguaia mato-grossense, ali de Ribeirão Cascalheira até a Linha Férrea Norte-Sul, que foi feita, é uma obra de 200km só. Foi feita uma ferrovia no Brasil, que já está há 30 anos sendo construída, que praticamente não tem carga, e nós, do outro lado do Mato Grosso, no Araguaia e em todo o Mato Grosso, temos uma carga enorme e não conseguimos acessar essas ferrovias. Então essa é a nossa luta permanente no Estado do Mato Grosso, de poder fazer essas ligações, de fazer com que pequenas obras, com pouco investimento se tenha uma lucratividade e um movimento bastante grande.

Então a minha pergunta específica, além de fazer esse histórico, é: como V. Sª vê a possibilidade de nós desvincularmos os pagamentos dessas obras importantes, que devem ser definidas pelo DNIT e pelas UNITs, de que elas teriam prioridade no pagamento? Eu sei que na lista geral, na sequência, não é possível, há uma legislação; mas é possível, no meu entendimento, a transferência de recursos específicos para a UNIT, por exemplo, de Mato Grosso, para que ela possa ir lá fazer o pagamento dessas empresas, para que elas não parem obras tão importantes quanto nós julgamos que sejam.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Senador. Senador Blairo Maggi.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – A palavra é de V. Sª.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Só queria agregar...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senador Paulo.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Agregar a tudo isso, que eu concordo com o Senador Blairo, agregar uma coisa muito importante também, que os nossos gestores aqui em cima têm que levar em consideração, que é a questão do calendário amazônico. Além de priorizar, há que levar em consideração a questão do calendário amazônico. Se for liberar verbas, Senador Blairo Maggi, se for liberar verbas só ao final do ano, entra no grande inverno da região, e não adianta, porque também não há condições de realizar obras desse tipo. Então, além de priorizar as grandes obras, ou essas prioridades aí, há que levar em consideração também o calendário amazônico que seria neste caso, para essas obras, exatamente agora, neste momento, que é o grande... Não trabalha mais.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Há uma pergunta aqui, através do nosso e-Cidadania de um senhor chamado Alzenir de Oliveira da Silva, que pergunta as péssimas condições, há dois anos, das obras da BR-101 e da BR-316, no Estado de Alagoas. Através de comunicação direta, o Sr. Alzenir de Oliveira Silva pergunta a V. Sª, que foi ou que é superintendente do DNIT de Alagoas, a respeito do abandono dessas duas importantes rodovias para o Estado do Alagoas.

Esse mesmo senhor pergunta se a indicação de V. Sª pode ser considerada uma indicação técnica ou se foi um indicação meramente política. Essas são as perguntas por ora que V. Sª por responder, além das perguntas que foram aqui formuladas pelos Srs. Senadores.

O SR. FERNANDO FORTES MELRO FILHO – Posso começar pelo Senador...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Por onde V. Sª desejar.

O SR. FERNANDO FORTES MELRO FILHO – Posso ficar com a pergunta também? Obrigado.

Senador Blairo Maggi, essas obras que o senhor citou são de manutenção ou são de implantação?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Manutenção e implantação.

O SR. FERNANDO FORTES MELRO FILHO – Na minha cabeça, o que estou pensando, chegando ao DNIT, era priorizar inicialmente as obras de manutenção rodoviária. Junto com os outros diretores, a gente conversaria sobre este tema, porque em todo o Brasil a gente não pode ficar com estradas em péssimas condições. Então, a prioridade seria obra de manutenção. Dentro do que o senhor perguntou, da questão se poderia ser transferido os recursos para os Estados, eu acho que há possibilidade, sim, dentro de um estudo justificado, bem justificado, um estudo de viabilidade técnica e econômica, de maneira, pegando o gancho no que o senhor falou, que é uma obra que, se colocando R$10 milhões, ela vai trazer um retorno de trinta.

Então, isso daí, eu acho que o País, a gente tem que priorizar realmente essas obras. Agora, tem que ser feito isso de acordo com o estudo que fosse mostrada a viabilidade dela tanto técnica quanto econômica. Então, eu acho que, nesse sentido, nós queríamos, falando também nessa questão, não só nessa questão, mas na questão do período chuvoso. Quando está chovendo aqui no Centro-Oeste, no Nordeste está estiado. E assim, o Brasil tem vários pontos que são dessa maneira. Então, a gente tentar, em cima desse período de estiagem, a gente tentar alocar esses recursos em cima realmente dos locais onde a obra está em pleno andamento no período da janela de estiagem que a chuva dá. Não sei se eu respondi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Não. Eu quero uma posição sua, política. Política sua.

O SR. FERNANDO FORTES MELRO FILHO – Quer dizer, é óbvio que as obras a que estou me referindo têm que ter viabilidade econômica e técnica.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Isso elas têm, mais do que demonstrado por tudo o que acontece lá. A minha pergunta é de ordem política pessoal sua. Você é favorável à transferência desses recursos para as UNITs, para que elas possam fazer o enfrentamento dessas obras? Essa é a pergunta.

O SR. FERNANDO FORTES MELRO FILHO – O DNIT, como um todo, a gente vem discutindo já há algum tempo a descentralização dos recursos, para que os recursos sejam transferidos para as unidades locais, para as superintendências, e as superintendências refaçam, desde o empenho, a fiscalização das obras e o pagamento. Então, eu acho que tem que se conversar com a diretoria do DNIT e com o Ministério.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Não. Mas eu quero saber a tua posição.

O SR. FERNANDO FORTES MELRO FILHO – A minha posição, eu acho que sim. Eu acho que sim. Eu acho que é viável...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Mas acho ainda não é bom. É sim ou é não.

O SR. FERNANDO FORTES MELRO FILHO – Sim.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Então, está bom. Obrigado.

O SR. FERNANDO FORTES MELRO FILHO – De nada, Senador.

Sobre a questão da pergunta do Sr. Alzenir de Oliveira, sobre a indicação. Primeiro, vou dizer sobre a indicação técnica e se é política. Eu tenho a minha profissional, eu estou há 12 anos trabalhando em cargos de direção. Trabalhei quatro anos como diretor da Companhia Energética em Alagoas. Na época, fui gestor de um programa chamado Luz para Todos. E esse programa teve o melhor desempenho em todo o País. Em dois anos, nós conseguimos colocar energia em 36 mil domicílios.

Na nossa missão frente ao DNIT, nós conseguimos recuperar toda a malha rodoviária do Estado de Alagoas, que, anteriormente, era considerada uma das piores malhas federais do Brasil. Hoje, em cima das pesquisas da Confederação Nacional da Indústria, as estradas federais de Alagoas, em termos de pavimentação e sinalização, estão entre as melhores do País.

Então, acredito que a minha indicação foi técnica, porém, com a indicação do Partido da República. Frente ao trabalho que venho fazendo no DNIT, o Sr. Ministro dos Transportes, Dr. Antonio Carlos Rodrigues, me indicou.

A outra questão é referente às obras da duplicação da BR-101 em Alagoas. A BR-101 em Alagoas não está em péssimas condições. A rodovia está em boas condições. O que há em Alagoas é uma obra em andamento, a duplicação da BR-101, que são 248 quilômetros, dentro dos quais nós dividimos essa obra em seis lotes. E, dentro dos seis lotes, nós já conseguimos concluir três lotes, uma faixa de 120 quilômetros. O restante é um trecho que está em obra e dois trechos que não estão em obra, porque a empresa vencedora desse trecho, quando venceu seu prazo contratual, não renovou o contrato, e a obra ficou como remanescente. Então, o DNIT está fazendo essa licitação para contratar esses dois trechos que têm remanescente de obra. Mas ela está sendo contratada.

A BR-316, que vai do quilômetro zero ao quilômetro 285, está toda em boas condições. A gente implantou um Crema 2ª etapa lá, e ela foi totalmente restaurada. Ela liga a capital ao sertão.

Agora, nessa BR há um trechinho do quilômetro zero ao 49, chamado de Carié-Inajá, que não tem pavimento. É o único trecho da BR-316 no País que não tem pavimento. Nós já fizemos esse projeto. Isso é uma demanda antiga, mais de 50 anos. Já fizemos esse projeto. Esse projeto foi licitado. Estamos na iminência de assinar a ordem de serviço para dar início a essas obras. Então, há o problema do quilômetro zero ao 46, mas todas as providências foram tomadas. E as obras estão praticamente autorizadas para serem iniciadas.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senador Beber, a palavra é de V. Exª.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Queria cumprimentar o nosso Presidente da Comissão, Senador Ricardo, os demais Senadores e V. Sª, que hoje está sendo sabatinado para ocupar uma importante função junto ao DNIT.

Sou de Santa Catarina. E as preocupações com relação à manutenção do sistema viário são iguais às dos demais Estados brasileiros, mas, com certeza, temos algumas prioridades que gostaria de colocar para que, quando o senhor assumir a função, tenha especial preocupação também com o nosso Estado de Santa Catarina, onde temos uma rodovia de extrema importância não só para o Estado, não só para a região do Vale do Itajaí, mas, sobretudo, para o Brasil, uma vez que por lá escoa, digamos, a grande produção do agronegócio do oeste do Estado de Santa Catarina, que é a BR-470, que corta exatamente o Vale do Itajaí, os portos de Itajaí e Navegantes, ligando lá com o extremo oeste do Estado, na divisa com Santa Catarina.

Há quatro trechos de obras contratadas que estão andando ou até paralisadas em função de dificuldades que o DNIT encontra no sentido de fazer com que os pagamentos aconteçam de forma pontual. E os empreiteiros não têm condição de sustentar, digamos, o andamento da obra, o ritmo contratado sem o recebimento dos valores faturados.

Por outro lado, existe uma questão que faz também com que a obra fique paralisada, que é a questão das desapropriações. Lamentavelmente, as ações do Governo, no caso do DNIT, no sentido de desapropriar as áreas que serão ocupadas com a implantação da duplicação dessas rodovias, acontecem somente após a contratação – ou seja, o processo licitatório, a contratação e a ordem de serviço – das empresas que foram vencedoras no processo licitatório.

Então, a prioridade hoje, quero crer, de muitas dessas obras, é fazer com que o órgão, o Poder Público federal seja mais ágil no sentido de promover as desapropriações para liberar os trechos, a fim de que as empresas contratadas possam, de fato, executá-las no tempo certo.

Existe hoje um profundo mal estar na região do Vale do Itajaí em razão de que os contratos previam que esses quatro trechos fossem realizados até 2017. E agora já se prenuncia que esses quatro trechos levem até 2022. Isso provoca um profundo desânimo de toda a sociedade, especialmente no setor produtivo do Estado de Santa Catarina, que contribui fortemente para a arrecadação de tributos, tanto de ordem federal quanto de ordem estadual e municipal.

Então, gostaria de colocar para V. Exª esta especial preocupação de fazer com que se adote como prática que as desapropriações têm que anteceder todo e qualquer processo licitatório e contratação de duplicação de rodovias federais em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pergunta o Senador Acir Gurgacz como funciona a cronologia de pagamentos do DNIT, quais são as diferenças na questão da cronologia entre os pagamentos de custeio e de investimento. Pergunta ainda se existe possibilidade de substituição nos recursos destinados a pagamentos de contratos de investimentos para pagamentos de contratos de custeio. São as duas questões que o Relator Acir Gurgacz deixou para que fossem encaminhadas a V. Sª, que tem o uso da palavra.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – A primeira pergunta sobre os pagamentos da parte orçamentária do financeiro e de custeio.

Primeiro, o dinheiro que é repassado para o DNIT, uma parte é para o pagamento de investimento e outra parte para o pagamento de custeio. Dentro dessa parte que é repassada a cronologia é respeitada dentro das emissões dos ofícios das medições feitas. Não há possibilidade nenhuma de se passar recurso de investimento para pagar custeio, o que é de custeio vai para custeio, o que é de investimento vai para investimento.

Fora isso, o custeio também, uma grande parte já é descentralizado. Quando é repassado esse custeio, só fica com a sede do DNIT em Brasília a parte que é de custeio da sede, do DNIT de Brasília. Todas as superintendências recebem esse repasse e essa parte de custeio das superintendências é gerida pelo próprio superintendente.

E a outra questão do meio ambiente, da desapropriação, realmente isso incomoda. Lá em Alagoas, não é só duplicação da BR-101, uma das demoras é a empresa não ter renovado o contrato. Um dos problemas foi justamente de desapropriação. Isso é uma questão de planejamento, essa coordenação de desapropriação que o DNIT tem hoje, uma coordenação geral de desapropriação, ela fica vinculada ao diretor de planejamento, mas qualquer obra terá que ter realmente esse trabalho anterior, antes da ordem de serviço de desapropriação. E não só desapropriação, há também as realocações, que é questão de logística, de rede elétrica, de adutoras. Enfim, todo esse processo que atrapalha o andamento da obra. Isso é uma questão que, no dia a dia, para quem está na ponta, incomoda e muito.

Então, é preciso fazer esse planejamento, que só as obras sejam dada ordem de serviço após as desapropriações terem sido resolvidas.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Em Santa Catarina, está sendo implantada neste momento uma rede de gás às margens da rodovia BR-470, que, com certeza, terá problemas sérios na sua duplicação, que está prevista em estudo que deve ficar concluído no Ministério até o mês de janeiro do próximo ano, ou seja, vamos ter dificuldades em função da topografia, mas sobretudo também porque está sendo implantada uma rede exatamente no passeio, ou seja, no acostamento da BR-470. São dificuldades que, com certeza, vão atrasar ainda mais essa duplicação, tão pretendida e tão requisitada pelo Vale do Itajaí.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senador Flexa, a palavra é de V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente Senador Ricardo Ferraço, Srs. Senadores, Dr. Fernando Melro Filho, indicado à diretoria do DNIT, acredito que seja pela enésima vez que trato deste assunto na Comissão de Infraestrutura do Senado Federal. Já o fiz por vários indicados à direção do DNIT, por último, com o Diretor-Geral, Dr. Valter.

V. Sª está sendo indicado para a área administrativo-financeira do DNIT. O pedido que fazemos é que o DNIT, o Governo, de uma vez por todas, possa atender o pleito do Estado do Pará, de todos os paraenses, com relação ao derrocamento do Pedral do Lourenço.

Isso já virou, eu diria, até motivo de piada no Pará. Porque o DNIT, a cada mês, assume o compromisso de que, ao final do mês, lançará o edital. Isso vem há vários anos. O último compromisso do Dr. Valter é de que estava sendo feita uma revisão do orçamento e que, ao final do mês de setembro, no máximo, o edital seria publicado, quando ele esteve aqui, se não me falhe a memória, em agosto ou início de setembro para ser sabatinado.

E, lamentavelmente, estamos hoje no dia 7 de outubro, e o edital tão esperado por todos os paraenses, em especial aqueles da microrregião do sul, de Marabá, não saiu.

Eu pediria a V. Sª, quando assumisse a direção administrativo-financeira, que pudesse ajudar agilizando o processo. Até porque, Senador Ferraço, o Pedral do Lourenço vai ser licitado, ele é importante, Senador Blairo,

para permitir a navegação na hidrovia do Tocantins, de Marabá até Belém, durante os 364 dias do ano, porque hoje só pode navegar quando o rio está cheio, quando está vazio não navega.

Mas a empresa vencedora do processo licitatório terá, por obrigação, de tirar licença ambiental. Isso vai levar um, dois anos. Então, o desembolso do Governo Federal para isso ocorrerá em 2017, 2018. Então, não há porque reter por mais tempo essa questão.

Tenho outras questões a levantar. O pagamento também é com V. Exª, a restauração das BRs 155 e 158. As empresas que lá estão paralisando o serviço, Dr. Fernando, por falta de pagamento. Tenho recebido aqui os vereadores, os prefeitos dos Municípios de Redenção, de Santana. Eles fizeram um grupo de WhatsApp das BRs 158 e 155 urgente. Estão denunciando que as empresas estão paradas, ou quase parando, porque não recebem as faturas e as medições que estão no DNIT.

Então, eu pediria que tão logo V. Sª assumisse a direção administrativo-financeira colocasse em dia essas faturas. Nós vamos entrar numa janela hídrica. Começou a chover, daqui a pouco não vai ser possível continuar o trabalho. E por lá está sendo escoada a soja, não só de Mato Grosso, do oeste de Mato Grosso, como também do sul do Pará, onde já existe a produção de grãos.

Teria outras reivindicações, porque são muitas no Estado. Lamentavelmente, o Governo tem se colocado de costas para um Estado que não é problema para o Brasil, é solução para o nosso País no momento de crise que estamos vivendo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, me permite...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Com a palavra, o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Eu tenho ouvido o Senador Flexa e os Senadores do Pará falarem desse Pedral do Lourenço. Eu não conheço o Pedral, mas já me sinto íntimo dele, de tanto que V. Exª cobra essa questão. Desde que chegamos aqui, em 2010, início de 2011, é essa persistência cobrando sobre o Pedral do Lourenço. Eu brinco: "Olha, eu não conheço, mas já é meu íntimo, de tanto ouvir o Flexa falar."

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – V. Exª, no aparte, não faz uma pergunta. V. Exª faz uma solicitação para que o comunicado, chegando ao DNIT...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu peço... É, não é uma pergunta. Eu peço que ele possa agilizar o processo, em chegando à Diretoria. E o Senador Blairo já é nosso convidado, porque ele é de Mato Grosso, mas é paraense de coração. Então, ele vai conhecer o Pedral para ver como é importante o derrocamento.

O SR. FERNANDO FORTES MELRO FILHO – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – A palavra é de V. Sª.

O SR. FERNANDO FORTES MELRO FILHO – Senador Flexa, eu recebi a informação aqui de que o processo está na Procuradoria Federal, em análise, e, saindo da Procuradoria Federal, ele vai direto para a licitação. Já está pronto o processo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senador Ronaldo caiado, a palavra é de V. Exª.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, demais colegas Senadores, estamos nesta sabatina do indicado para a Diretoria do DNIT.

Neste momento, o que eu quero trazer aqui à discussão é que, na sabatina, a gente busca o conhecimento, o preparo do candidato em relação àquela diretoria, ou ao órgão que ele vai presidir. O Sr. Fernando Fortes Melro Filho vem de uma história na área da Engenharia, como, também, foi formado na Universidade de Alagoas e Superintendente Regional do Estado na área do DNIT.

A pergunta que faço, não sendo reincidente naquilo que o Senador Flexa colocou, é que as ações, hoje, tanto do DNIT como do Ministério do Transporte, estão extremamente limitadas, em decorrência daquilo que o Ministro tem dito aqui a todo momento, ou seja, nós não temos orçamento. Hoje estamos vivendo essa realidade. O orçamento, hoje, a cada momento, a cada dia de reajuste... Ao invés de a Presidente da República fazer corte no custeio da máquina e da estrutura – essa estrutura mumificada do Estado brasileiro – ela, a cada vez, corta mais investimento. Com isso, acredito que o DNIT fica sendo quase que figurativo.

Diante de demandas que vêm, que são reincidentes, como essa do Senador Flexa, como as nossas de Goiás, do Mato Grosso, e todos nós da Região Centro-Oeste, principalmente, e do Norte do País, onde a grande carência é exatamente a infraestrutura... Nós não temos outra demanda que não seja a infraestrutura. Esse é o grande gargalo que nós temos, essa é a nossa realidade. Então, não é defender as obras de Goiás, ou do Mato Grosso, ou do Pará; é que, realmente, esse Brasil que produz, e essa grande fronteira que realmente deu sustentação à economia brasileira e deu credibilidade ao País no cenário internacional, essa área está sendo quase que impedida de continuar a alavancar esse sentimento, porque não há a infraestrutura andando sequer atrás do investimento da iniciativa privada. Não é à frente, não.

Em qualquer país do mundo, você vê a infraestrutura ser instalada e, a seguir, você instala as empresas e as pessoas que irão explorar aquela atividade. É isso que nós vimos em todas as visitas que fizemos, principalmente nos países da Ásia. No Brasil, o setor primário já avançou, e muito, nessas regiões, e nos falta o primário, nos falta a rodovia, nos faltam, exatamente, portos, hidrovias, nos falta aquilo que é a condição mínima para que possamos avançar.

Gostaria de saber de V. Sª se a política do DNIT e do Ministério dos Transportes será aquela de dizer que não há orçamento e, como tal, não poderá atender às demandas ou, se não, vamos responsabilizar o meio ambiente, as concessões que não são dadas, vamos empurrar com a barriga ou existe também uma política dentro do Ministério dos Transportes hoje – e lógico que o DNIT tem um fator determinante – que seria abrir para a iniciativa privada espaço para que também esteja à frente dessas obras em várias regiões do País, onde a demanda é altíssima, e é a falta de orçamento que o Governo está sendo totalmente engessado e impedido.

V. Sª tem alguma dificuldade em expandir essa ação do DNIT, não sendo possível o atendimento pelo órgão público, avaliar as PPPs, incentivar as concessões? Existe um sentimento do DNIT mais estatizante ou V. Sª tem uma visão de que a estrutura do Governo não é capaz de atender à demanda – até pela má gestão – e que nós, mais do que nunca, precisávamos ampliar aqueles que deveriam participar conosco na infraestrutura do País?

Essa é a formulação que faço a V. Sª.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – A palavra é de V. Sª.

O SR. FERNANDO FORTES MELRO FILHO – Senador, a questão da dificuldade financeira é inevitável, todo mundo sabe o que País está passando. A nossa intenção na diretoria é, dentro dessa situação, dessa restrição orçamentária, que procuremos justamente alternativas.

Acho que algumas alternativas que se vêm discutindo há vários anos no País são as PPPs, são essas parcerias público-privadas. Acho que temos que trabalhar nesse sentido, sim, buscando alternativas e, com criatividade, tentando atender à demanda, que é muito grande e reprimida, que o País hoje necessita.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Isso já está atendido, já que o candidato não tem nenhuma restrição para que amanhã possamos avançar exatamente nesses consórcios com a iniciativa privada, porque não vejo mais como cobrar desse Governo as obras que deverão ser feitas.

Vejo situações, como no meu Estado de Goiás, como no Mato Grosso, que não têm como avançarmos a ponte sob o Rio Araguaia, não temos como levar a ferrovia de integração do Centro-Oeste brasileiro. Enfim, estamos com vários gargalos. Só de já ter esse sentimento de que não terá restrições já é um ponto positivo diante de um Governo engessado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Na prática, evidentemente, o DNIT deixou de ser formulador, há muito tempo, das políticas relacionadas à infraestrutura. E, adicionalmente a isso, é evidente que estamos, a meu juízo, pelo menos, diante de um governo prostrado, um Governo em que a sua única e permanente estratégia é a sua defesa nos tribunais, e as ações e as iniciativas para contemplar a sociedade brasileira ficam realmente à deriva, mas isso não é responsabilidade do Dr. Fernando Fortes, isso é responsabilidade do conjunto da coleção de equívocos que este Governo evidentemente tem submetido à população brasileira, lamentavelmente, assim como V. Exª olha para esse Governo, não vejo esse Governo proporcionar qualquer reação às diversas demandas no campo da infraestrutura, seja ela terrestre, seja ela aquaviária ou no campo que houver. É lamentável também a minha constatação.

Não havendo mais senhores ou Srs. Senadores que desejam...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Presidente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – V. Exª pede a palavra, a palavra é de V. Exª.

Íamos declarar o processo encerrado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – O Raupp também gostaria, ele pode falar primeiro.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – V. Exªs decidem quem fala primeiro.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Presidente, a minha assessoria com a assessoria da Comissão estão concluindo um requerimento que vou dar entrada logo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Teremos uma segunda etapa depois de requerimentos.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Mas esse requerimento é sobre as obras do DNIT, porque Rondônia, a exemplo do que já foi dito aqui,

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Mas esse requerimento é sobre as obras do DNIT, porque Rondônia, a exemplo do que já foi dito aqui – e sei que o cobertor é curto, sei que o orçamento é muito baixo para fazer frente a todas as demandas da infraestrutura e que o Brasil, também, nas últimas décadas,

investiu muito pouco na infraestrutura, nos últimos anos, tem investido um pouco mais, este ano, talvez, esteja fugindo um pouco à regra, ano que vem, certamente, devido ao fraco crescimento da economia – tem inúmeras obras iniciadas.

Ouvi do Ministro Nelson Barbosa, do Planejamento, que seria dada prioridade a todas as obras iniciadas. Por isso, eu queria pedir ao diretor que assume agora, Diretor Administrativo e Financeiro, que deverá assumir, se for aprovado aqui, que dê prioridade, que siga essa direção do Ministro Nelson Barbosa e dê prioridade às obras iniciadas, para que não sofram processo de paralisação, o que já está acontecendo em muitos lugares. Em Rondônia, a obra da BR-425, se não tivessem atrasado as medições, os pagamentos, teria sido concluída este ano. Vamos enfrentar mais um inverno de cinco, seis meses de chuva, sem a conclusão. Da mesma forma, a BR-364 tem dois lotes que nem sequer foram iniciados. Foram licitados e dois lotes avançaram bem. O lote de Porto Velho e Ariquemes. O lote de Ariquemes a Ouro Preto está um desastre, o lote de Ouro Preto a Pimenta Bueno avançou também, e o lote de Pimenta Bueno a Vilhena, uma rodovia de quase 800km, está com a metade pronta e metade por concluir. Não é diferente a BR-435, de Vilhena a Colorado e Cerejeiras, que também iniciou com um empresa chamada Cavalca, que fez um primeiro lote, no segundo, está brigando por alinhamento, por aditivo, que não consegue, e está paralisado. Assim como algumas pontes que estão quase parando as condições de Rondônia.

Então, esse requerimento que estou fazendo, que vou dar entrada daqui a pouco, é no sentido de que o DNIT, a ANTT, a Polícia Rodoviária Federal, porque há rodovias quase prontas sem fiscalização, possam fazer uma visita técnica nessas obras, em Rondônia, em conjunto, para ver de perto a situação.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Se V. Exª acha que a situação de Rondônia está ruim, precisa conhecer a realidade do Espírito Santo. Aí, V. Exª vai ficar até animado com as perspectivas e as possibilidades de Rondônia.

A palavra é do Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Eu gostaria de cumprimentar aqui o Dr. Fernando e também o nosso Presidente, Senador Ferraço.

Primeiro, na linha que o Senador Caiado estava colocando, é importante dizer que algumas concessões estão sendo feitas no Brasil, já foram feitas, no meu Estado, a BR-163, bem como no Estado de Mato Grosso do Sul. Ou seja, são mais de 1.600km concedidos, cujas obras estão sendo tocadas.

No Estado de Mato Grosso, temos um problema: exatamente na metade do trecho entre Rondonópolis e Cuiabá, a responsabilidade ficou por conta do DNIT. Hoje, claro, com atraso de pagamento, as empresas passam a ter dificuldades. O Senador Blairo e eu temos conversado muito com o Ministério dos Transportes, a Ministra da Agricultura também acabou participando, ajudando. O Banco do Brasil está criando uma linha de crédito para que as empresas possam fazer antecipação das suas faturas. Esta semana, ontem, falei com o ex-Ministro César Borges, que é Vice-Presidente do Banco do Brasil. Segundo ele, já deve estar sendo contratado com a primeira empresa desse trecho que está sendo construído pelo DNIT. A concessionária, até agora, está tocando as obras em ritmo bem acelerado. Claro que essas concessões feitas foram baseadas em uma garantia de recursos do BNDES. A gente tem a preocupação que o BNDES continue tendo o fluxo financeiro dos empréstimos, para que essas obras possam ser tocadas no ritmo em que estão sendo feitas, um ritmo de celeridade.

É importante dizer que esse trecho da BR-163, entre Rondonópolis e Posto Gil, tudo que a Amazônia demanda tem que passar por esse trecho. Eu já disse aqui e repito, V.Sª está assumindo agora, com certeza será aprovado, quem sabe ainda hoje a gente possa ter, no plenário, porque esse é um trabalho pelo qual esta Comissão e o nosso Presidente sempre lutaram, para que a gente concluísse a diretoria das Agências e também do DNIT. Com isso, teremos lá praticamente concluído, não tendo essa dificuldade da interinidade. Portanto, esse trecho da duplicação da 163, mesmo V. Sª chegando agora, é importante que saiba que é o trecho em que mais acontecem acidentes frontais no Brasil, segundo a Polícia Rodoviária Federal. A gente até diz que lá é um trem de pneu, ou seja, é uma carreta imbicada na outra. Quando um veículo vai tentar ultrapassar, há sempre um risco muito grande de acidente.

Outro aspecto que é importante colocar é que hoje, neste momento, na nossa cidade, em Rondonópolis, está tendo agora a audiência da ANTT para a concessão da BR 364, no trecho de Rondonópolis à divisa de Goiás, em Alto Araguaia, e também de Alto Araguaia até Jataí. Essa concessão será feita, então, na verdade, de Rondonópolis a Goiânia, visto que de Jataí a Goiânia já está duplicado. É claro que, neste momento de crise financeira, a gente tem a preocupação de que essas licitações tenham celeridade, mas também tenham conclusão. Daí a importância também de o BNDES garantir os recursos para que essas empresas concessionárias tenham condições de tocar essas obras das futuras concessões a serem realizadas.

O Senador Blairo já colocou em outro momento, eu vinha ouvindo a fala dele, a necessidade, a possibilidade de o DNIT, de o Ministério dos Transportes, junto com a ANTT, discutir a possibilidade de fazermos concessões caipiras, ou seja, fazer apenas para a manutenção de estradas, como, no caso, a BR 070, que liga exatamente a 163 até a divisa de Goiás. Essa estrada está totalmente restaurada, neste momento. Se a gente tivesse a possibilidade de fazer uma concessão de manutenção apenas, com certeza nós teríamos condições de manter essa estrada com muito mais facilidade do que o próprio órgão, dada a escassez de recursos, e também um aspecto que eu, particularmente, vejo muito no DNIT, o fato de se fazer a licitação para a manutenção dessas estradas, digamos, 500 quilômetros, 600 quilômetros, em uma mesma empresa. Então, às vezes, faltam recursos, a empresa para e a estrada fica totalmente abandonada. Isso acaba causando um prejuízo muito maior, um dano a essas estradas muito maior. Então, assim como o Senador Blairo, eu gostaria de sugerir a V. Sª que, ao chegar ao DNIT, insistisse nessa discussão, principalmente em Estados tão grandes, como no caso de Mato Grosso, com estradas que, no caso da 163, dá quase mil quilômetros. A BR 070, aproximadamente 600 quilômetros, a 158, que é muito importante para o Mato Grosso e para o Pará, estamos concluindo em Mato Grosso, faltando apenas um trecho, que é de uma reserva indígena, mas é uma estrada que deve ter aproximadamente quase 2 mil quilômetros, entre Mato Grosso e Pará. A 163 da mesma forma, a mesma intenção, a mesma preocupação que se tem com a do Pará, de concluir essa obra, para Mato Grosso também é fundamental.

Então, eu gostaria de ouvir de V. Sª, pela sua experiência de vida, pela atuação no órgão e em outros órgãos, se V. Sª pode citar aqui, alguma experiência inovadora para nós. Se tem alguma ideia, alguma sugestão a ser apresentada para o órgão no qual V. Sª vai chegar, neste momento de crise. Agora, quero colocar aqui também que cada um tem o seu papel, a oposição e a situação. Nós fazemos parte da base. E não foi muito longe o tempo que só tínhamos operação tapa-buracos no Brasil.

Eu me lembro, quando o Presidente Lula assumiu, no primeiro ano, assumiu também com a mesma dívida que hoje o DNIT está devendo às empresas, R$1,7 bilhão, R$2 bilhões. Então, foi um ano aproximadamente para pagar as dívidas e, depois, mais um ano para fazer as operações tapa-buracos, que são, na verdade, desmoralizantes, porque tapa o buraco, depois vem a chuva, volta o buraco.

Felizmente, hoje a realidade, de um modo geral, da manutenção da nossa malha é bem melhor, além da construção de algumas estradas que foram feitas. Então, neste momento de crise, claro que a gente não gostaria de estar passando por isso.

O DNIT tem uma importância extremamente grande para o Brasil, visto que o nosso País é um País rodoviário, então, a maioria do transporte é calcada, infelizmente, ainda nas nossas rodovias, que é a principal função do DNIT. Apesar das Diretorias Ferroviária e Aquaviária ainda também estarem dentro do DNIT.

Mas, claro, essa preocupação da manutenção, que V. Sª já colocou, eu acredito muito importante, mas gostaria de ouvir também se há alguma experiência que V. Sª pudesse colocar aqui nesse aspecto de inovação, dentro do órgão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – A palavra é de V. Sª, para encerrarmos aqui o processo de votação, considerando que temos a Comissão de Constituição e Justiça e temos sessão do Congresso.

A palavra é de V. Sª.

O SR. FERNANDO FORTES MELRO FILHO – Senador, como foi dito anteriormente, pela própria diretoria do DNIT, recursos para manutenção das rodovias não irão faltar. É a prioridade do DNIT, a manutenção. Então, dentro desse quadro, a gente iria trabalhar em uma nova alternativa para as novas obras, ou as obras que já estão em andamento, as obras de implantação, duplicação e adequação de capacidade.

Mas eu acho que precisa sim, entrando no DNIT, dentro da Diretoria Financeira, vamos ter que fazer um diagnóstico dessa situação, junto com a Diretoria de Infraestrutura, que fica responsável pela manutenção das rodovias do País, e a gente tentar um grupo de trabalho, para ver se há outras alternativas.

Sou sincero que, de imediato, não tenho nenhuma experiência nesse sentido, de fazer a manutenção fora do que já é previsto pelo próprio DNIT, de como o DNIT faz. O DNIT hoje faz os contratos de manutenção, mais com o esquema de segunda etapa, de cinco anos para cá, que são os contratos de restauração e manutenção.

Então, dentro desses contratos a gente tem as obras de restauração e as de manutenção. Eu vou propor à Diretoria que, dentro desses contratos, claro que há locais que terão que ser restaurados, não tem jeito, mas onde a rodovia ainda estiver em boas condições, ou regular, a gente priorize as partes do serviço de manutenção, para que a gente possa atender toda a malha.

É por aí que a gente está pensando em atuar.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Declaro encerrado o processo de votação, e passamos ao procedimento do anúncio do resultado. Esperando, naturalmente, que a informática não nos deixe na mão.

(Procede-se a apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – A apuração indica que o Sr. Fernando Melro foi indicado, tendo sido seu voto confirmado SIM: por doze dos Srs. Senadores, e três: NÃO.

Fica, portanto, aprovada a indicação do Sr. Fernando Fortes Melro Filho, para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. A matéria vai ao Plenário do Senado Federal, para seguimento da sua tramitação.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, só gostaria de pedir aqui, à Presidência, a possibilidade de encaminhar...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Vamos encaminhar automaticamente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – ...hoje ainda. Porque o Presidente da Casa ontem, em uma conversa que a gente teve, colocou a possibilidade de colocar em votação hoje ainda. O que seria muito bom, porque conclui logo essa questão da interinidade.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – E amplia a nossa expectativa com relação ao cumprimento das metas do DNIT e do Ministério dos Transportes, para que a infraestrutura brasileira, finalmente, com essa votação, possa ser solucionada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Nós estaremos enviando o processado, automaticamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não será por falta de diretores.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Não, não será por falta de diretores. Finalmente, nós agora resolvemos o problema.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – É um diretor nordestino, não é? Finalmente, uma diretoria dominada pelo Centro-Oeste.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu cumprimento V. Sª e o deixo à disposição. Fique à vontade.

A segunda parte da nossa pauta diz respeito a temas deliberativos. Existem aqui requerimentos.

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 61, de 2015
- Não terminativo -

Tendo em vista a aprovação do Requerimento nº 53, de 2015, de minha autoria, para realização de Audiência Pública nesta Comissão de Infraestrutura, a fim de discutir o PLS 530/2015, que regulamenta e organiza o sistema de transporte privado individual a partir de provedores de rede de compartilhamento e insere o inciso XIV ao artigo 4º da Lei 12.587/2012, de forma a definir a modalidade requeiro, nos termos regimentais, seja convidado a participar do debate o Sr. Pedro Somma, diretor de operações da empresa 99 Táxis.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Lido o requerimento, consulto se algum dos Srs. Senadores presentes gostaria de se manifestar sobre a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se manifestar, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 62, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão dos nomes abaixo relacionados entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 35, de 2015 – CI: Representante da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT; Representante do Ministério do Planejamento.

Autoria: Senador Valdir Raupp

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.
As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 65, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o senhor Aldemir Bendine, presidente da PETROBRAS, para que compareça em audiência pública conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Serviços de Infraestrutura desta Casa, a fim de prestar esclarecimentos sobre como a empresa pretende lidar com uma relação entre dívida liquida e o EBITDA prevista para quase 6 em 2016 em um contexto de Real desvalorizado e preço do barril de petróleo a USD 50.00 para recuperar sua capacidade de investimento.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Ou seja, é um convite para que o Presidente da Petrobras possa estar na Comissão de Infraestrutura, apresentando o seu plano de trabalho de como pretende superar o atual quadro e conjuntura da Petrobras.
De autoria do Senador Ricardo Ferraço.
Em discussão. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir, em votação.
As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
Não havendo mais nenhum tema de pauta... (*Pausa.*)

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 66, de 2015

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Visita Técnica no Estado Rondônia/RO. Nesse sentido, solicito que sejam convidados o Ministro dos Transportes, Sr. Antonio Carlos Rodrigues; o Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, Sr. Valter Casimiro Silveira; o Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, Sr. Jorge Luiz Macedo Bastos e a Diretora Geral da Polícia Rodoviária Federal, Sra. Maria Alice Nascimento Souza.

Autoria: Senador Valdir Raupp e outros

Em discussão. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir, em votação.
As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
Não havendo mais nenhum tema a ser discutido nesta Comissão, vamos encerrar a presente reunião.

(Iniciada às 8 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas.)

ATA DA 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DO SENADO FEDERAL, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2015.

Às oito horas e trinta e oito minutos do dia catorze de outubro de dois mil e quinze, no Plenário da Comissão, sob a Presidência do Senador Ricardo Ferraço, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, com a presença dos Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Telmário Mota, Sandra Braga, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, Hélio José, Flexa Ribeiro, Dalírio Beber, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Elmano Ferrer, José Pimentel, Paulo Rocha, Ivo Cassol, Waldemir Moka, Dário Berger, Douglas Cintra e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Às oito horas e quarenta minutos, o Senador Waldemir Moka assume a Presidência e dá início à deliberação das Emendas a serem apresentadas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 07, de 2015, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016". O Relator das Emendas na Comissão, Senador Ricardo Ferraço, faz a leitura do relatório. Fazem uso da palavra os Senadores Hélio José, Ricardo Ferraço e Vanessa Grazziotin. Encerrada a discussão e aprovado o relatório, a Comissão aprova a apresentação, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), de sete emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 7, de 2015, sendo três emendas de remanejamento de despesa e quatro emendas de apropriação de despesa. As emendas de remanejamento aprovadas são: 1 – UO 39207; 7V58 - Construção da Ferrovia do Pantanal (EF-267) - Panorama (SP) - Brasilândia (MS) - Nova Andradina (MS) - Dourados (MS) - Maracajú (MS) - Porto Murtinho (MS) - Construção da Ferrovia do Pantanal (EF-267) - Panorama (SP) - Brasilândia (MS) - Nova Andradina (MS) - Dourados (MS) - Maracajú (MS) - Porto Murtinho (MS) – Nacional; Valor R$ 170.000.000,00; 2 – UO 39252 – Construção de Ponte sobre o Rio Paraná - Três Lagoas (MS) - Castilho (SP) - na BR- 262/MS/SP – Nacional; Valor R$ 50.000.000,00; 3 – UO 39207 – Construção da Ferrovia EF 484 – Trecho Ferroviário - Cascavel(PR) - Chapecó (PR) - Dourados (MS) - Mundo Novo (MS) - Maracajú (MS) – Nacional – Construção da Ferrovia EF 484 – Trecho Ferroviário – Cascavel(PR) - Chapecó (PR) - Dourados (MS) - Mundo Novo (MS) - Maracajú (MS) – Nacional; Valor 159.300.000,00. As emendas de apropriação aprovadas são: 4 – UO 39252 – Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes – Nacional; Valor R$ 300.000.000,00; 5 – UO 62901 – Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional – Nacional; Valor R$ 200.000.000,00; 6 – UO 53101 – Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte) – Na Região Nordeste; Valor R$ 600.000.000,00; e 7 – UO 39252 – Construção de Contorno Rodoviário (Contorno de Mestre Álvaro) em Serra – na BR-101/ES – No Município de Serra – ES; Valor R$ 309.000.000,00. O Presidente propõe a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião, que é dada como lida e aprovada. Às nove horas e cinco minutos, o Senador Ricardo Ferraço reassume a Presidência e, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às nove horas e sete minutos, lavrando eu, Lairton Pedro Kleinübing, Secretário Adjunto da Comissão, a presente Ata, que é assinada pelo Presidente e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador WALDEMIR MOKA
Presidente em exercício

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Declaro aberta a 31ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da atual Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Isso aí já deve ser saudade do nosso grande Presidente Garibaldi, que deve estar nos assistindo. E nós todos estamos aqui orando e torcendo para o seu restabelecimento, para que ele possa ocupar o seu posto na Presidência da Comissão de Infraestrutura.

Pede a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Para dizer que falei com ele por telefone. Ele realmente está bem, só que o médico recomendou que ele fizesse um... Mas V. Exª o substitui à altura, Senador Ricardo Ferraço. Terraço.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Em hipótese alguma.

A presente reunião destina-se à apreciação das emendas a serem apresentadas pela Comissão ao Projeto de Lei Orçamentária para 2016.

Considerando que estamos respondendo pela relatoria dessas emendas por designação do nosso Senador Garibaldi, gostaria de convidar o Senador Moka para que ele assumisse a Presidência, a fim de que eu pudesse fazer a leitura deste relatório.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Ocupando a Presidência, informo que se trata do item 1, não terminativo, deliberação sobre as emendas a serem apresentadas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 07/2015, que estima receita e fixa despesa da União para o exercício financeiro de 2016.

Relatoria: eminente Senador Ricardo Ferraço

Relatório: pela inadmissibilidade ante a legislação pertinente da Emenda nº 9, pelo acolhimento parcial da Emenda de Remanejamento nº 30 e pelo acolhimento integral das Emendas de Remanejamento nºs 17 e 29, pelo acolhimento no mérito das Emendas de Apropriação nºs 14, 5 e 51, da emenda apresentada nos termos do art. 133, inciso V, alínea c do Regimento Interno do Senado Federal, pelo não acolhimento no mérito das demais emendas apresentadas.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Ricardo Ferraço para proferir seu relatório.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Senador Moka.

Nos termos do art. 166 da Constituição Federal, e com fulcro na regulamentação disposta na Resolução nº 1, de 2006-CN, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 7, de 2015, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016".

Conforme estatui a mencionada Resolução, especialmente aos arts. 43 a 45, com a nova redação a eles conferida pela Resolução nº 3, de 2015, esta Comissão de Serviços de Infraestrutura reúne-se para deliberar a respeito das propostas de que resultarão as emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2016, na condição de autora de emendas coletivas. As propostas apresentadas contemplam programação orçamentária variada, ao abrigo dos órgãos nos quais são executadas despesas relacionadas às competências regimentais da Comissão. Cabe destacar, a esse respeito, que a definição da admissibilidade temática das emendas de comissão não mais se restringe a determinados órgãos ou entidades, mas sim à pertinência da despesa com o objeto da competência legislativa e fiscalizadora da Comissão, nos termos do Regimento Interno no Senado Federal.

Dentro desse universo de despesas, compete à Comissão de Infraestrutural apresentar até quatro emendas de apropriação e quatro de remanejamento de interesse nacional, segundo o art. 44, § 1º, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Emendas de remanejamento são as que propõem acréscimo ou inclusão de dotações mediante anulação de dotações constantes do próprio projeto para constituir fonte de recursos. Emendas de apropriação têm como fonte a Reserva de Recursos prevista no art. 56 da Resolução nº 1/2006, que vier a ser estabelecida no Parecer Preliminar da Comissão Mista de Orçamento.

Foram apresentadas ao colegiado 51 propostas de emendas, três das quais de remanejamento, e as demais, de apropriação. As três emendas de remanejamento foram propostas pelo Senador Waldemir Moka. Em relação às de apropriação, propuseram os Senadores Acir Gurgacz, Ângela Portela, Edison Lobão, Elmano Férrer, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Garibaldi Alves Filho, Hélio José, Jorge Viana, Roberto Rocha, Romero Jucá, Sandra Braga, Valdir Raupp, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, Waldemir Moka, Wellington Fagundes e Wilder Morais.

Foram apresentadas emendas de remanejamento em número inferior ao limite máximo desse tipo reservadas à Comissão de Serviços de Infraestrutura. Portanto, para contemplá-las, basta avaliar o regramento atinente á admissibilidade das propostas. Nesse sentido, verificamos que as propostas têm interesse nacional por representarem obras e projetos que, diretamente, interligam diferentes regiões do País.

A Proposta de nº 30 aborda projeto ferroviário (EF-484), que não consta da relação exaustiva de ferrovias outorgadas à Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., nos termos das leis pertinentes. No entanto, passa a ser admissível esse objeto, uma vez que não existe mais a vinculação das emendas da Comissão à programação de órgãos específicos. Quanto à possibilidade de realização posterior da despesa por parte da União, caberá a verificação somente na execução à vista da modelagem de exploração que vier a ser adotada para esses elementos de infraestrutura. Assim sendo, acolho o mérito das três emendas de remanejamento. Uma ressalva apenas se há de fazer: a Emenda de nº 30 inclui entre os seus cancelamentos compensatórios uma parcela de R$40,700 milhões a cargo da Reserva de Contingência, o que significa o oferecimento de cancelamento em grupo de natureza de despesa diferente ao do objeto da emenda contrariamente à vedação do art. 45 da Resolução 1, de 2006. Assim, embora este Relator quisesse prestigiar, no mérito, o valor integral

da emenda, encontra-se regimentalmente impedido de propor a aprovação total da emenda, devendo dela subtrair o valor equivalente ao cancelamento indevido.

Por conseguinte, proponho o acolhimento integral das Emendas de Remanejamento de nºs 17 e 29, e o acolhimento da Emenda de nº 30, retirando do rol dos cancelamentos oferecidos os R$40,700 milhões na sequência de Reserva de Contingência, ficando, portanto, no valor de R$159,300 milhões.

Essas emendas todas de remanejamento são de autoria do eminente Senador Waldemir Moka, que contemplamos, só não contemplamos uma, em função da incompatibilidade regimental.

No tocante às emendas de apropriação, as propostas suplantaram o número de quatro reservado à Comissão, demandando, efetivamente, escolhas de Sofia, uma vez que as demandas, no campo da infraestrutura, são conhecidas e estão presentes em todos os nossos Estados e regiões. Portanto, tivemos que fazer escolhas em função de análise de prioridade. Dentre as emendas admissíveis, procuramos prestigiar emendas que fossem de iniciativa de maior número de Parlamentares e que apresentassem grande potencial de desenvolvimento econômico e social.

Ou seja, procuramos conciliar o maior número de Parlamentares com o escopo dessas emendas adequando à realidade de projetos que tenham impacto em investimentos de infraestrutura de porte nacional.

Preliminarmente, a Proposta de nº 09 constitui como fonte de recursos para emenda de apropriação a anulação de dotações constantes do projeto, não exclusivamente da Reserva de Contingência, contrariando o disposto no art. 39, I e II, da Resolução nº 1/2006-CN, tendo em vista que não foi aprovado Parecer Preliminar da Comissão Mista de Orçamento que permitisse a utilização de tais fontes como recursos compensatórios. Como o seu objeto já está contemplado na Emenda de Remanejamento de nº 29, entendemos que já está atendida a demanda, podendo a emenda ser rejeitada sem prejuízo ao autor.

No tocante às demais emendas, vejo em todas um esforço de demonstrar interesse nacional e pertinência à área temática da Comissão, e todas exibiram indubitável mérito. Dentre as propostas acolhidas, diante da impossibilidade de contemplarmos todas, dadas as restrições e os limites de quatro emendas de apropriação e quatro emendas de remanejamento, optamos por recomendar programações de reconhecida urgência e oportunidade, ou estruturantes para o desenvolvimento nacional.

Conquanto seja necessário considerar as metas e prioridades definidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, constatamos que tal diploma legal ainda não foi aprovado pelo Legislativo, e o seu Projeto de Lei (PLDO 2016) remete a definição de metas e prioridades à lei do Plano Plurianual, que igualmente não foi deliberada. Portanto, a análise do mérito far-se-á em função das considerações intrínsecas de cada projeto. Por feliz coincidência, o emprego combinado dos critérios também resultou em que fossem atendidas demandas coletivas traduzidas em propostas de diversos membros que compõem a Comissão de Infraestrutura.

Inicio a apresentação das emendas com três propostas que receberam apoio de vários Senadores. Primeiro, a Proposta de nº 14, do Senador Acir Gurgacz, que coincide com propostas de mesmo teor dos Senadores Valdir Raupp, Romero Jucá e Wellington Fagundes (Emendas 13, 34, 15 e 50), relativa ao Programa 2126 e à Ação 20UC: "Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes – Nacional", para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), no valor de R$300 milhões, por tratar-se de ação importantíssima na melhoria e ampliação dos projetos e estudos sem os quais a infraestrutura de transportes em todos os modais fica comprometida em qualidade e quantidade.

Em seguida, acolhemos a Proposta de nº 5, da Senadora Sandra Braga, que representa a emenda de maior valor dentre as de mesmo objeto propostas também pelos Senadores Valdir Raupp, Vanessa Grazziotin e Vicentinho Alves (Emendas de nºs 20, 28 e 41). Trata-se de financiamento ao Programa 2017 e à ação 14UB: "Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional", para o Fundo Nacional de Aviação Civil, no valor de R$200 milhões, recursos que irão ampliar a interligação das diversas regiões do País por meio da rede de aeroportos regionais.

A terceira emenda acolhida é a proposta de nº 51 do Senador Edison Lobão, que coincide no objeto com a Proposta de nº 43 do Senador Garibaldi Alves Filho e contempla maior valor. A emenda destina recursos ao Programa 2084, Ação 5900: "Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte)", para o Ministério da Integração Regional, no valor de R$600 milhões. Trata-se da conhecida Transposição do Rio São Francisco, de inegável importância para toda a Região Nordeste e para o País. Quanto à pertinência temática, considero que as competências da Comissão relativas a assuntos correlatos a obras públicas, constantes do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, contemplam um projeto dessa natureza.

Registro, também, nessa questão, o empenho do Senador Fernando Bezerra Coelho, inclusive ex-Ministro da Integração Nacional, e também do eminente Senador José Maranhão, que, mesmo não sendo membro da Comissão de Infraestrutura, registrou de maneira dedicada o interesse para que pudéssemos contemplar essa meta, considerando o seu impacto para toda a Região Nordeste e, evidentemente, a importância estratégica

da transposição do Rio São Francisco, para reduzir ou ampliar o potencial em toda a Região, não apenas para o setor da agricultura e pecuária como também para o setor industrial e o abastecimento humano.

Por fim, como Relator, creio possível, nos termos do art. 133, inc. V, alínea c do Regimento Interno do Senado Federal, o aperfeiçoamento da ação legislativa desenvolvendo no próprio parecer uma proposta de emenda à Comissão, constituindo em obra de transportes de inegável importância para a interligação rodoviária nacional. Estamos propondo a apresentação, pela Comissão, de emenda destinando 309 milhões à obra de "Construção do Contorno do Mestre Álvaro", em torno da Região Metropolitana da Grande Vitória, permitindo que a BR-101, que é uma rodovia estratégica para o nosso País e que hoje corta toda a Região Metropolitana da Grande Vitória, possa receber um anel rodoviário que vai facilitar ou que vai viabilizar e dar maior conforto, maior segurança, maior velocidade, não apenas aos trabalhadores e aos transportadores brasileiros, como vai, também, subtrair da Grande Vitória – a região metropolitana: os Municípios de Vitória, Vila Velha, Serra e Cariacica – de um forte fluxo de caminhões que passa por dentro dessas cidades, atrapalhando o planejamento dessas cidades, e também submetendo e subordinando os brasileiros que passam pela BR-101 a fortes congestionamentos.

Trata-se de obra que superará estrangulamentos de tráfego nessa artéria viária de tamanha importância para o transporte entre as diferentes Regiões do País.

Em virtude do limite de quatro emendas, torna-se inevitável propor a rejeição, no mérito, das demais emendas.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura delibere pela apresentação de três emendas de remanejamento e quatro de apropriação ao Projeto de Lei nº 7, de 2015, na forma seguinte:

Emendas de Remanejamento:

– proposta nº 17 relativa ao programa e à ação nova: "Construção da Ferrovia do Pantanal – Panorama (SP) – Porto Murtinho (MS)", para a Valec;

– proposta nº 29 relativa ao programa 2087 e à ação que é a "Construção de Ponte sobre o Rio Paraná – Três Lagoas (MS) – Castilho (SP) – na BR-262 – Nacional", para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, do Ministério dos Transportes;

– proposta nº 30 relativa ao programa 2072 e à ação nova: "Construção da Ferrovia EF-484 – Cascavel (PR) – Maracaju (MS)".

Emendas de Apropriação:

– emenda nº 14: "Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes";

– "Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional", a proposta de nº 5;

– proposta nº 51 que é relativa ao programa "Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte)"; e

– "Construção do Contorno Rodoviário de Mestre Álvaro" na Região Metropolitana da Grande Vitória.

Relembramos à Comissão que as emendas devem fazer-se acompanhar da ata desta reunião, na qual se especificará a decisão tomada. Também sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, por meio físico e eletrônico.

É como relato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Em discussão, o relatório. (*Pausa.*)

Para discutir, o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Parabenizo, aí, a todos pelo trabalho.

E quero colocar em discussão a ausência de alguma questão com relação à energia e com relação à questão da inclusão digital.

Acho que foi bastante colocado aqui, e acho que todos nós somos comuns em saber, da necessidade de a gente estar discutindo a questão, principalmente, das novas energias. Eu, mesmo, coloquei duas emendas aqui: uma para o Ministério das Cidades e outra para o Ministério de Minas e Energia prevendo exatamente essa questão das energias solar, fotovoltaica e outras energias – não foram contempladas. Outros Senadores também colocaram alguma coisa a respeito.

Da inclusão digital, e vejo aqui, também, o Senador Moka, que está ali na Mesa, o Senador Raupp e outros que aqui colocaram, Senador Romero, queria ver se a gente conseguiria dar uma... Tudo é importante, não existe nada aqui que não é importante. Então, ninguém está aqui para fazer uma colocação ou algum reparo – se pudesse contemplar todas, seria o ótimo, não é? Mas como não dá para contemplar todas –, eu queria ver se seria possível a gente discutir a possibilidade de incluir uma emenda com relação a essa área de energia.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Com a palavra, o Relator.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senador Hélio José, eu reconheço, não apenas o efetivo mérito da emenda de V. Exª, como preciso destacar que V. Exª, sempre que se manifesta assim que chegou ao Senado, tem feito dessa luta uma luta constante pela construção de plataformas que possam conceber o Brasil de energias renováveis, sobretudo energias fotovoltaicas, não é? V. Exª está absolutamente correto no mérito. O que há, na prática, é uma enorme restrição: nós recebemos 51 emendas; tentamos transformar 51 emendas em 4 emendas. Então, o que nós procuramos fazer, no limite do "cobertor curto" e sempre restrito, foi compatibilizar o maior número de emendas coletivas com propósitos e escopos.

De modo que, lamentavelmente, reconhecendo o mérito inegável da iniciativa de V. Exª e também reconhecendo que o Ministro Eduardo Braga tem feito esforços nessa natureza, quer dizer, confiando na competência e na capacidade de articulação e de mobilização do Ministro, e Senador, Eduardo Braga, eu quero crer que nós pudéssemos conversar com o Senador e Ministro Eduardo Braga de modo a identificar caminhos que pudessem fortalecer essa alternativa que V. Exª, de maneira muito apropriada, coloca, pelo infinito potencial que o nosso País tem na exploração de fontes alternativas de energia.

Então, é como aquele pai que precisa dizer "não" a um filho, ou um irmão que precisa dizer "não" a um outro irmão em função das restrições do seu orçamento, em que pese, eu, com muita humildade, reconhecer o mérito e a qualidade da emenda que V. Exª fez.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu compreendo, Senador Ferraço, até pela a sua delicadeza e pela forma colocada. Eu não conheço bem o trâmite da Casa...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Na verdade...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – ... mas o Moka apresentou três de remanejamento. Será que seria possível uma quarta de remanejamento, desse setor? A pergunta que estou fazendo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – É porque, no caso, a emenda de V. Exª é uma emenda de apropriação.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Verdade.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – É diferente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – E não de remanejamento. Elas têm naturezas diferentes.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – O Senador Moka apresentou, na prática, três emendas de remanejamento, e ficou, de fato, sobrando espaço para mais uma.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – É.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Por isso, foi fácil, como Relator, nós atendermos as emendas encaminhadas pelo Senador Moka.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu pergunto para V. Exª: se a gente sentasse com a nossa assessoria e visse uma emenda de remanejamento para esse setor de energia alternativa, será que a gente conseguiria ver a possibilidade de encampar?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Podemos fazê-lo, porque nós precisamos aprovar o relatório.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – O problema é tempo. Logo depois da discussão disso aqui, nós vamos ter que votar a ata desse relatório.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – O.k.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – A proposta que faço a V. Exª é que, juntos, nós possamos abrir um debate, um diálogo na Comissão Mista de Orçamento com o Relator Geral, que é o Deputado Ricardo Barros, e até mesmo com o Senador Acir Gurgacz, que é o Relator Geral de Receita.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Perfeito.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Quem sabe, num diálogo com ele, nós encontramos uma janela, de modo a incorporar as importantes contribuições que V. Exª apresenta à Comissão de Infraestrutura. Eu quero me oferecer para estar ao seu lado nesse objetivo se V. Exª aceitar a nossa modesta contribuição e parceria.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Contribuição muito bem-vinda de V. Exª e dos demais colegas. Obrigado.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. *Fora do microfone*.) – Se ele arrumar a receita...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Encerrada a discussão.

Em votação, o relatório do Senador Ricardo Ferraço. Os Srs. Senadores, as Srªs Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório. As emendas serão encaminhas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para as devidas providências.

Antes de encerrarmos, proponho a dispensa de leitura e a aprovação da ata da presente reunião. E explico: nós temos que aprovar esta ata porque ela tem que se transformar, ainda hoje, e ser enviada à Comissão Mista do Orçamento.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Por fim, agradeço a presença de todos, e essa é uma sessão especial. Em seguida, convoco uma reunião, com a realização de audiência pública proposta pelo Senador Blairo Maggi.

Passo a presidência para o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Está encerrada a presente reunião.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Estava encerrada. Nós encerraríamos a reunião, pedindo desculpa à Senadora Vanessa Grazziotin, por termos iniciado a nossa Comissão sem a presença de V. Exª. Mas V. Exª, com esse azul celeste, é sempre muito bem-vinda à Comissão de Infraestrutura, e nós estamos aqui prontos para ouvi-la.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Um céu azulado, um céu de brigadeiro, nesse período de dificuldade, é sempre muito bom.

Eu peço desculpa de V. Exª, Sr. Presidente, que eu estava aqui ao lado, que vamos ter um encontro da Frente Parlamentar Proantar, em defesa do Programa Proantar, mas eu encaminhei, Sr. Presidente, nós encaminhamos, no dia de ontem, dois requerimentos solicitando a realização de audiência pública no âmbito desta comissão. Eu creio que eles não tenham sido votados, porque nós só encaminhamos no dia de ontem. Eu queria pedir exatamente de V. Exª, porque não há nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Nós vamos encaminhá-lo, é que essa primeira reunião foi uma reunião especial, específica para deliberarmos sobre as emendas coletivas da Comissão de Infraestrutura...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Ah, entendi. E agora vamos começar a deliberativa.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – ...à Comissão Mista de Orçamento.

Em seguida, nós vamos deliberar sobre os requerimentos, as matérias, e vamos ter também uma audiência pública.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É que eu pensei que a gente já começaria em audiência pública.

Eu peço mil perdões de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – V. Exª fique tranquila, que eu jamais deixaria de deliberar sobre os requerimentos de V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Encerrada a primeira parte da reunião.

(Iniciada às 08 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 09 horas e 07 minutos.)

ATA DA 32ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2015.

Às nove horas e sete minutos do dia catorze de outubro de dois mil e quinze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Ricardo Ferraço, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras e dos Senhores Senadores Delcídio do Amaral, Lasier Martins, Telmário Mota, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Elmano Ferrer, José Pimentel, Paulo Rocha, Ivo Cassol, Waldemir Moka, Dário Berger, Douglas Cintra e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e tem início a apreciação da Pauta: 1ª Parte - Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 34, de 2015, de autoria do Senador Blairo Maggi, que "solicita realização de Audiência Pública para discussão sobre a Portaria da SPU nº 404, de 2012, que cria um complexo processo de outorga para o uso do espaço físico sobre águas públicas e também uma cobrança sobre os atuais e futuros portos, bem como o artigo 6º da Portaria da SEP nº 110, de 2013, que limita os investimentos em terminais portuários". O Presidente convida a compor a Mesa os Senhores Luciano Roda, Diretor de Destinação Patrimonial da Secretaria de Patrimônio da União – SPU; Wilen Manteli, Diretor Presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários – ABTP; Mário Povia, Diretor Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ; Fernando José de Pádua Costa Fonseca, Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ; Murillo Barbosa, Diretor Presidente da Associação de Terminais Portuários Privados – ATP; Fábio Lavor Teixeira, Secretário de Políticas Portuárias da Secretaria de Portos da Presidência da República; Luiz Antônio Pagot, Vice-presidente Secretário da Associação dos Terminais Portuários de Uso Privado e das Estações de Transbordo de Cargas da Hidrovia Tapajós – ATAP. O Presidente propõe a apreciação de itens extrapauta, havendo concordância dos membros da Comissão. A Audiência Pública é suspensa e tem início a Parte II. Item 1 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 67, de 2015, de autoria dos Senadores Blairo Maggi e outros, que requer "em aditamento ao Requerimento nº 54/2015 – CI, sejam incluídos os nomes abaixo relacionados para participarem de Audiência Pública que tratará da

conjuntura das obras rodoviárias que estão e serão realizadas pelas empresas concessionárias do setor. Os nomes indicados como debatedores, além dos citados no

requerimento original - Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR; Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT; Diretor-Geral da empresa concessionária Rota do Oeste – são os seguintes: representante da ANTT; Maurício Muniz Barretto de Carvalho – Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG; representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES". Resultado: requerimento lido e aprovado. Item 2 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 70, de 2015, de autoria dos Senadores Acir Gurgacz e outros, que requer "nos termos do Artigo 90, Inciso XIII do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento ao Requerimento nº 51 de 2015 aprovado nessa Comissão de Serviços de Infraestrutura para a realização de diligência, com a finalidade de verificar obras de manutenção da BR- 319, no trecho Porto Velho – Manaus realizadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, no sentido de alterar a data da referida diligência para o período de 26/10 à 29/10 e ainda que sejam convidadas as seguintes entidades: Governo do Estado de Rondônia; Governo do Estado do Amazonas; Justiça Federal do Amazonas – Juíza Federal: Aline Soares L. Carnaúba; Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia; Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas; Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA; Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT; Ministério Público Federal; Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM; Ministério da Defesa; Comando do Exército Brasileiro". Resultado: Subscrito pelos Senadores Valdir Raupp e Vanessa Grazziotin, o requerimento é lido e aprovado. Item 3 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 69, de 2015, de autoriada Senadora Vanessa Grazziotin e outros, que requer "nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal e do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública desta Comissão de Serviço de Infraestrutura - CI, para debater sobre o processo de recuperação da Rodovia BR- 319 que liga Manaus (AM) a Porto Velho (RO), podendo ocorrer de forma conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA. Sugerimos que sejam convidados para participar, representantes: do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA; do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT; da Fundação Nacional do Índio - FUNAI; da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas - FIEAM; da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia - FIERO; do Governo do Estado do Amazonas e do Governo do Estado de Rondônia". Resultado: Subscrito pelo Senador Valdir Raupp, o requerimento é lido e aprovado. Após a aprovação dos Re-

querimentos, a Audiência Pública é reaberta, com a exposição dos convidados. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Blairo Maggi, Valdir Raupp, Vanessa Grazziotin e Dário Berger. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às onze horas e cinquenta e um minutos, lavrando eu, Lairton Pedro Kleinübing, Secretário Adjunto da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador RICARDO FERRAÇO
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. PMDB - ES) – Declarando aberta a 32.ª Reunião Extraordinário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 1.ª Sessão Legislativa Ordinária da atual Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, em atendimento ao Requerimento n.º 34, se autoria de S. Exª, Senador Blairo Maggi, aprovado em 1.º de julho, para discutir sobre a Portaria n.º 404 de 2012, da Secretaria de Patrimônio da União, que cria processo de outorga para o uso do espaço físico sobre águas públicas e também cobrança sobre os atuais e futuros portos, bem como o art. 6.º da Portaria n.º 110 de 2013, da Secretaria de Portos da Presidência da República, que limita e restringe investimentos em terminais portuários.

Para debatermos o tema, foram convidadas as seguintes autoridades especialistas, a quem convidamos para tomarem assento à Mesa: Dr. Mário Povia, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, Dr. Fernando José de Pádua Costa Fonseca, Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, Antaq, Dr. Fábio Lavor Teixeira, Secretário de Políticas Portuárias da Secretaria de Portos da Presidência da República, Dr. Luciano Roda, Diretor de Destinação Patrimonial da Secretaria de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Wilen Mateli, Diretor-Presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários, Dr. Murilo Barbosa, Diretor-Presidente da Associação de Terminais Portuários Privados, ATP, e, finalmente, Dr. Luiz Antônio Pagot, Vice-Presidente e Secretário da Associação dos Terminais Portuários de Uso Privado e das estações de transbordo de cargas da rodovia Tapajós.

Convido os nossos convidados para que tomem assento aos seus lugares à Mesa.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pela ordem, Senador Blairo Maggi, proponente desta audiência pública.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, eu gostaria de que V. Exª colocasse também em pauta, eu tenho um aditamento e um requerimento para uma audiência pública para tratar de assuntos sobre as rodovias concessionadas. E eu tenho um aditamento, já está na secretaria, e eu gostaria que, no final, junto com os demais requerimentos, V. Exª colocasse para votar esse aditamento.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Se V. Exªs concordarem, enquanto os nossos convidados tomam assento à Mesa, nós poderíamos fazer a leitura do requerimento de V. Exª e mais três requerimentos para audiência pública, com economia processual.

Há requerimento do Senador Acir Gurgacz, há requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin.

Os nossos convidados, por gentileza,

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 67, de 2015

Requeremos, em aditamento ao Requerimento nº 54/2015 – CI, sejam incluídos os nomes abaixo relacionados para participarem de Audiência Pública que tratará da conjuntura das obras rodoviárias que estão e serão realizadas pelas empresas concessionárias do setor.

Os nomes indicados como debatedores, além dos citados no requerimento original - Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR; Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT; Diretor-Geral da empresa concessionária Rota do Oeste – são os seguintes: • O representante da ANTT; • Maurício Muniz Barretto de Carvalho – Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG; • O representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Autoria: Senador Blairo Maggi e Wellington Fagundes.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, tem um aditamento sobre essa matéria sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. PMDB - ES) – Sobre esta matéria, ainda, o Senador Blairo Maggi encaminha aditamento para constar desta audiência pública representante da ANTT, Dr. Maurício Muniz Barretto de Carvalho, representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Todos devidamente incorporados da forma com que V. Exª solicita.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 70, de 2015

Requeiro nos termos do Artigo 90, Inciso XIII do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento ao Requerimento nº 51 de 2015 aprovado nessa Comissão de Serviços de Infraestrutura para a realização de diligência, com a finalidade de verificar obras de manutenção da BR- 319, no trecho Porto Velho – Manaus realizadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), no sentido de alterar a data da referida diligência para o período de 26/10 à 29/10 e ainda que sejam convidadas as seguintes autoridades: Governo do Estado de Rondônia; Governo do Estado do Amazonas; Justiça Federal do Amazonas – Juíza Federal: Aline Soares L. Carnaúba; Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia; Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas; Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama; Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT; Ministério Público Federal; Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM; Ministério da Defesa.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. PMDB - ES) – Pela ordem, pede a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Como o autor do requerimento não está, queria subscrevê-lo para que possamos aprová-lo. É de praxe que o autor do requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. PMDB - ES) – Já tínhamos feito, mas acolhemos e incorporamos V. Exª, até pela legitimidade de ser um tema importante para a região de V. Exª.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Obrigado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, o autor não está, mas se for possível pedir a subscrição... porque é um assunto muito importante para todos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Claro. Tenham certeza de que o Senador Acir Gurgacz se sente honrado com as companhias de V. Exª e do Senador Valdir Raupp.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 69, de 2015

Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal e do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública desta Comissão de Serviço de Infraestrutura - CI, para debater sobre o processo de recuperação da Rodovia BR- 319 que liga Manaus (AM) a Porto Velho (RO), podendo ocorrer de forma conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA. Sugerimos que sejam convidados para participar, representantes: do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama; do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT; da Fundação Nacional do Índio - Funai; da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas - Fieam; da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia - Fiero; do Governo do Estado do Amazonas e do Governo do Estado de Rondônia.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Acir Gurgacz

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO. *Fora do microfone.*) – Gostaria de subscrever o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Acolhemos a assinatura de V. Exª juntamente com a da Senadora Vanessa Grazziotin e a do Senador Acir Gurgacz, para que coletivamente possamos debater esse importante tema que V. Exªs trazem à Comissão de Infraestrutura.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Se V. Exª me permite, Sr. Presidente, um pedido, que eu sei que V. Exª é extremamente compreensivo com todos nós; é que de fato há certa emergência para realizarmos esse debate, porque o DNIT vinha promovendo algumas obras de manutenção em pontos críticos da BR, que é uma rodovia que existe desde a década de 70. Não foi ainda autorizada a sua recuperação total, com recapeamento e tudo mais, mas é uma BR por onde transitam veículos: caminhões, automóveis, ônibus de linhas regulares. E existem trechos de fato extremamente críticos, que colocam em risco a vida das pessoas.

Então, as obras de recuperação desses trechos críticos – e somente desses – estavam em andamento. E por uma iniciativa do Ibama, Sr. Presidente, elas tiveram que parar, foram embargadas. As obras estão paradas, levando risco de vida a pessoas que por ali transitam.

Sr. Presidente, eu sei que o nosso calendário está cheio, mas poderíamos ver uma data, para o mais rapidamente possível realizarmos essa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – A relevância do tema terá que nos mover na direção de dar prioridade a essa audiência pública, para fazermos um diálogo e um debate, para que os nossos Senadores de fato tragam o grau de complexidade e de dificuldade que essa paralisação está causando a um conjunto muito grande de trabalhadores e brasileiros que precisam dessa rodovia.

Então, vamos ultimar a Secretaria da Comissão para que essa reunião se dê num curto espaço de tempo.

Agradeço a contribuição de V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Informamos aos nossos convidados, dando-lhes naturalmente as nossas boas-vindas e agradecendo as presenças, que V. Sªs disporão do prazo de dez a quinze minutos para suas apresentações. Evidentemente, há sempre uma flexibilização desse prazo à medida que for necessária, para que V. Sªs apresentem o plano de trabalho e a visão de V. Sªs a respeito desse tema que traz à Comissão de Infraestrutura o Senador Blairo Maggi, fruto de grandes preocupações em razão do contraditório, ou seja, nós precisamos desses investimentos, que são importantes para solucionar gargalos no campo da infraestrutura, sobretudo em nossos terminais portuários, sejam eles privados ou não, e, na verdade, um conjunto de burocracias estão a impedir que na prática o País disponha desses equipamentos para viabilizar, sobretudo, o movimento brasileiro exportador.

Então, agradecendo a presença de V. Sªs, quero desde já, chamar o Sr. Luciano Roda, Diretor de Destinação Patrimonial da Secretaria de Patrimônio da União, para que possa apresentar os fundamentos e as razões que levaram o Ministério do Planejamento, a Secretaria de Patrimônio da União, enfim, a esse tipo de critério que tem trazido grande preocupação à Comissão de Serviços de Infraestrutura, mas há um conjunto de arranjos econômicos produtivos em nosso País.

A palavra é de V. Exª.

O SR. LUCIANO RODA – Bom dia a todos!

Eu agradeço, em meu nome da Secretária Cassandra, o convite feito pela Comissão de, mais uma vez, mostrar o posicionamento da Secretaria de Patrimônio da União e as propostas de avanço na discussão do regramento do uso de áreas públicas para atividades privadas.

Por determinação da Secretária, a nossa função aqui hoje é muito mais de ouvir do que de falar. Na verdade, a gente está aqui com todo o setor, como várias vezes já nos reunimos individualmente ou muitas vezes coletivamente tentando modificar a nossa forma de atuação e aperfeiçoar nossos formatos de atuação. Então, nossa missão hoje aqui é acolher subsídios para, mais uma vez, aperfeiçoar a nossa atuação.

A apresentação que eu trouxe é bastante rápida. Não vou procurar me aprofundar em legislação, porque aqui são todos especialistas nisso, mas falar um pouco do formato e da origem desse instrumento que teve origem em 2011, com a Portaria 24. A chegada nesse instrumento foi a partir da identificação da diversidade de usos que aconteciam em águas da União, e isso é uma atuação exigida por força de lei da SPU. Nessa diver-

sidade de usos e diante das diversidades locais muito diferentes, a própria estrutura da SPU, que tinha superintendências com níveis de estrutura bastante diferentes, apresentava dificuldade em atender, e gerava-se uma impossibilidade de haver uma resposta uniforme para as necessidades das atividades econômicas dessas áreas.

A nossa principal decisão, então, a partir daí, foi juntar o que havia de regramento já existente num instrumento único: batiam à nossa porta frequentemente os terminais de uso privados; existia o retrato da situação das marinas na época, que é uma atividade econômica bastante importante, com mais de 600, e várias outras tentando se implantar sem conhecimento, sem noção do caminho para a regularidade dessa atividade; o aumento de demanda por vagas de uso de barco foi bastante grande nesse último período; o aparecimento de diversas estruturas de lazer, porque as áreas da União estão entre as áreas alodiais e a água, e, então, garantem o acesso à água e é por isso que existem essas áreas, que possuem um atrativo muito grande, um atrativo turístico e de lazer, e também as atividades de transporte de passageiros e de cargas; a realidade em que a gente se encontrava, isso é bastante comum na região da Amazônia, que é uma região em que os rios são fundamentais, com a presença de hotéis, e hotéis grandes e grandes empreendimentos acontecendo em águas da União; a situação de marinas existentes projetada, com condomínios avançando com a parte de lazer das suas estruturas sobre águas da União; e a situação mais crítica é a de quem a própria subsistência depende dessa relação terra e água, como os ribeirinhos; e, em algumas situações, é bastante comum, na Amazônia também, não ter nem imediatamente a relação com a terra de casas flutuantes. Então, todo esse pacote de atividades exigia, pela falta de regramento, claro, de uso desses espaços, uma atuação do órgão federal responsável pela gestão do patrimônio da União.

Existe uma incidência de legislação esparsa. Há uma legislação bastante clara sobre as atividades, mas, como ela se dá no espaço físico, isso não acontecia, isso estava espalhado em diversos diplomas. Então, aí se sobrepunham as atribuições da Marinha, via capitania dos portos, com relação à navegação; da Antaq, com relação à atividade de transporte de cargas; e depois da própria Secretaria Especial de Portos. A partir daí, então, a discussão feita com o setor e a tentativa de uniformizar o nosso formato de atendimento gerou inicialmente a Portaria 24, que tinha como maior ponto crítico, o estabelecimento de um formato de cobrança.

Naquele momento, a nossa ideia era garantir que o setor, quando fosse se utilizar da área, tivesse a noção de quanto custaria utilizar essa área e de quais eram as condições; unificar o que estava esparso na legislação num instrumento único. Nesse momento, a impressão que se teve foi a de que, com a edição da portaria, a gente estaria começando o regramento aí. Na verdade, era só o começo de atuação, em cima de um regramento já existente há bastante tempo.

Essa portaria foi, então, contestada por diversas vezes. Hoje, encontra-se uma ação no Supremo já com parecer favorável ao patrimônio da União, com relação ao formato de uso dessas áreas. O principal procedimento nisso, uma das ações bastante importante, era a tentativa de estabelecer para os interessados no uso dessas áreas, os interessados na atividade, uma porta única de entrada.

A gente ainda discute isso, o formato de não ser a Secretaria de Patrimônio da União, que tem uma função diversa do que regrar a atividade de transporte ou a atividade portuária... A ideia é, a partir daí, identificada a função social dessa área, que esse é o principal papel da União, é garantir que ela cumpra essa função... Com a lógica trazida pela legislação, pela Constituição de 1988 e mais tarde consolidada no uso de diárias urbanas com o Estatuto das Cidades, a gente procurou traduzir isso para o uso das áreas públicas. Quer dizer, a existência da necessidade de cumprimento da função social é fundamental para que se garanta a destinação que dê retorno a toda a população, que é proprietária dessas áreas, o retorno necessário com atividade econômica.

E a função social se divide em garantia de terra adequada para todas as atividades, para todos os segmentos sociais, garantidos aí moradia, atividades econômicas e nelas se incluem a atividade portuária; ao atendimento à população de baixa renda, principalmente quanto àquilo que não pode ser resolvido diretamente pelo mercado; e também a garantia de espaços coletivos de suporte à vida, os que não são comercializáveis, como os bens de uso comum; e garantia de circulação em espaços de usos coletivos; proteção de áreas frágeis; e suporte territorial para o sistema de serviços.

É bem nessa lógica que a gente procurou afinar os instrumentos para garantir que a destinação das áreas da União seja utilizada como recurso estratégico em apoio às políticas públicas prioritárias da União. Nesse caso, evidentemente com a criação da Secretaria Especial de Portos, fica claro quem é o órgão responsável por definir as prioridades dessa política pública. Então, passa a Secretaria de Patrimônio da União a ser um órgão de apoio a essa atividade, disponibilizando as áreas para isso.

Então, a Portaria 404 veio depois resumir e simplificar o procedimento principalmente de cobrança da Portaria 24, padronizando os procedimentos para a instrução de processos pelo lado interno da Secretaria de Patrimônio da União. Trouxe um instrumento que viabiliza iniciar os procedimentos quando a União declara que existe disponibilidade do uso das águas para essa atividade. E esse instrumento, que é consolidado numa

certidão, permite que se iniciem os processos de regularização do uso da área de licenciamento ambiental de processo de outorga na Antaq. A maior mudança foi a fixação dos parâmetros para cálculo de valor de retribuição à União

(Soa a campainha.)

O SR. LUCIANO RODA – com base no que já é utilizado na cobrança do uso em terra. Eu estou encerrando já.

A cobrança, então, passa a ser com a equivalência do valor na terra, nos casos de ocupação. E, principalmente, a simplificação da estruturação da estrutura náutica de pequeno porte, pensando na questão da subsistência do uso dessas áreas para subsistência dos ribeirinhos.

Basicamente era essa a apresentação... (*Falha na gravação.*)

Continuar a discussão, agradecendo, mais uma vez, a atenção de vocês.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Dr. Luciano, os senhores se basearam em alguma experiência internacional, em algum caso? A motivação está clara, mas a estruturação desse modelo teve alguma inspiração?

O SR. LUCIANO RODA – Não. A portaria é consequência do que está previsto na nossa própria legislação. Ela não trouxe nenhum... O que agente discutiu o tempo inteiro, após a emissão da Portaria nº 24, fui qual seria o impacto dessa cobrança na atividade.

Por isso, tivemos várias discussões aqui, com a maioria dos que estão aqui na Mesa. O ajuste e o cálculo disso... Na verdade, a União é obrigada a cobrar pelo uso de área de todos, isso está escrito na nossa legislação. Não dá para ser feita uma cessão gratuita para quem tem atividade econômica.

Então, a retribuição disso sempre foi a delicadeza de... A União não tem interesse em ser sócia de negócio nenhum. Existe só a necessidade de remuneração pelo uso dessa área. Então, o cálculo disso, que não interferisse no negócio, foi a nossa maior fragilidade e nossa maior discussão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado a V. Sª.

Passo a palavra ao Sr. Wilen Manteli, que é Diretor Presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários, para que S. Sª possa abordar não apenas os aspectos relacionados à Portaria nº 404, que define o processo de outorga para o uso do espaço físico sobre a águas públicas, mas também... As Portarias nºs 404 e 110, e o próprio decreto.

A palavra é de V. Sª.

O SR. WILEN MANTELI – Bem, primeiro eu quero agradecer o honroso convite desta Comissão, agradecer ao nosso Presidente, Senador Ricardo Ferraço, e aos demais Senadores e Senadoras, aos companheiros de Mesa, às senhoras e aos senhores.

Inicialmente só quero fazer uma breve apresentação sobre a Associação Brasileira dos Terminais Portuários. Ela foi constituída em 1989 tão somente por terminais privados. Após o processo todo de licitação dos arrendamentos, nós acolhemos, a partir de 2007, os terminais arrendados, entendendo que o setor tem que estar unificado para enfrentar os grandes desafios.

Ela é composta por 82 associados. Esses associados têm mais de 170 terminais, com 42,7 mil empregos. Setenta por cento da carga de exportação e importação, que no ano passado foi em torno de 960 milhões, passam por esses terminais. A nossa bandeira é justamente a coalizão empresarial e a liberdade de empreender. Aí são algumas empresas que são nossas associadas.

O objeto dessa primeira reunião – a segunda será sobre o decreto... O nosso objeto principal é de uma questão que vem antes da Portaria nº 24, que foi citada pelo Dr. Luciano. Antes de existir qualquer portaria, a SPU estava cobrando o espelho d'água, que é o espaço físico sobre água. Depois criaram a Portaria nº 24, que foi revogada e substituída pela Portaria nº 404.

Ela cria o contrato de cessão de espaços físicos em águas públicas – que nós vamos chamar aqui, para facilitar, de espelho d'água – e a cobrança. Nós entendemos, com profunda convicção, que ela exorbita o poder regulamentar que está previsto na Constituição. Ela exorbita.

Pode seguir adiante.

Antes de entrar nas demais posições, vamos ver o que é um terminal privado. Todos conhecem, mas o que a SPU pretende regular é o tal do espelho d'água.

Quer dizer, a terra normalmente é terra de marinha, terra forada, em que a SPU tem um papel decisório. Então, quanto ao imóvel, quanto ao papel da SPU em relação aos imóveis, só temos a aprovar e a aplaudir a SPU.

Mas o que a SPU fez? Ela criou a continuidade do terreno e cobrou uma taxa, cobrou um valor, ou seja, um preço público que, para nós, soa muito mais como um valor, como um tributo.

Então, os senhores vejam que, nos dois terminais exemplares que estão aqui, os terminais, neste caso, são meras atividades-meio de um processo produtivo interno. Seja de graneis líquidos ou graneis sólidos. Os melhores exemplos são os terminais da Petrobras, que são meras atividades. Sem os terminais, a Petrobras não poderia movimentar carga. No caso da Vale e de outras empresas, elas não teriam a expressão mundial hoje se não tivessem os terminais próprios, privados.

Então, vamos adiante.

Bom, razões e fundamentos do nosso pedido a esta Comissão.

A competência da SPU é sobre imóveis. Isso vem desde um decreto-lei de 1946. Toda a legislação posterior se refere tão somente a imóveis. Não há uma lei que diz: "A competência da SPU é legislar ou dar concessões sobre água". Não há uma lei que diga isso.

Até porque água não é imóvel, está bem definido pela lei, e hoje nós temos a Agência Nacional de Águas (ANA), a Marinha, a administração do porto, a SEP/PR e a Antaq atuando sobre água. O que não falta são órgãos que regulam essa atividade.

Então, a SPU, no nosso entendimento, usurpou a competência do Congresso Nacional, da Presidência, da SEP/PR e da Antaq, porque ela avocou, resolveu regular, quando está muito claro na Constituição que compete exclusivamente ao Presidente da República regular lei.

Ao Ministro, de acordo com a Constituição, cabe apenas expedir instruções, não resta nenhuma referência a um órgão de terceiro ou quarto escalão. Quer dizer, criar uma portaria dessa, com um ônus desse e mais um processo burocrático, que vai atrasar o nosso investimento... Se todos esses órgãos tivessem competência para estabelecer cessão disso ou cessão daquilo, ou pior, uma cobrança, que era inicialmente muito pesada, Senador... Depois eles atenuaram com a Portaria nº 404.

A própria SPU, nessa portaria, excluiu os portos, no art. 4º. A competência para autorizar terminais é da Secretaria de Portos e da Antaq, está mais do que claro. Todas as leis que falam de portos fazem essa referência – tanto a Lei nº 12.815 como a lei que criou a Antaq, a Lei nº 2.233. A competência, então, para autorizar terminais é exclusiva da SEP/PR e da Antaq. Cabe à Antaq autorizar instalações portuárias privadas. Está bem claro.

A Lei nº 12.815, o Decreto nº 8.033 e a Resolução nº 3.240 não fazem referência a espaço sobre águas. Quando a lei diz sobre a autorização de um terminal, o interessado no terminal tem que apresentar para a Antaq e para a SEP/PR apenas uma certidão do terreno, de que o terreno está regular, se é um terreno foreiro. Não fala nada de espelho d'água, de um contrato de cessão para uso do espelho d'água.

Até porque água, está na Constituição e no Código Civil, é patrimônio do povo, é patrimônio público. Claro que ninguém pode se instalar a seu critério, ele depende sempre de uma autorização da Antaq e da SEP/PR, e passa por uma série de órgãos para verificar se aquele terminal não está afetando direitos de terceiros.

Então, é um processo bastante longo. Para V. Exª ter uma ideia, entre o pedido de autorização de um terminal privado, que normalmente é apenas para ser uma atividade em e-mail de um processo industrial, e o início da instalação, vamos considerar, no mínimo, porque tem uma série de autorizações depois, a Meio Ambiente, tudo o mais, cinco anos.

Então, vejam, uma indústria, para se instalar com um terminal que lhe dá uma competência muito grande em relação ao transporte, que é um transporte bem mais barato, se leva em média cinco anos. Quer dizer, a Antaq tem – inclusive, está ali o diretor-geral, sendo muito sério em autorizar novos terminais. Mas isso é um processo, depois vêm os outros. Se prevalecer esse processo que a SPU quer instalar, em vez de cinco, nós vamos levar, no mínimo, sete anos. E onerar ainda essa atividade, não é?

A matéria, então, nós entendemos que é competência do Congresso Nacional. Tem um velho princípio que é bom a gente sempre lembrar, o fundamento que está no art. 5º da Constituição, nos fundamentos que tratam do cidadão, das liberdades, que diz o seguinte: "Ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei". Lei que passa por processo legislativo do Congresso. Isso é lei. Porque passa por processo, há um grande debate, e a Presidência sanciona essa lei. Abaixo disso, não pode, nem decreto, nem portaria, estabelecer obrigações, ou direitos, ou estabelecer ônus sobre a propriedade. Isso seria invadir a competência do Congresso e na regulação da própria Presidência da República.

Então, uma portaria, que, como diz, portaria é para dar ordem para porteiro, pode criar um ônus desse tamanho, invadindo a competência do Congresso? Se avocando como regulador de lei, quando a competência é do Presidente da República? Não tem sentido! Então, essa é a nossa posição, muito clara.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – E quais são as consequências objetivas dessas cobranças para o setor produtivo?

O SR. WILEN MANTELI – A cobrança, inicialmente, foi mais pesada para a Portaria 24, e depois deram uma atenuada, mas vou-lhe mostrar que tem impactos no agronegócio, na siderurgia, mas ainda são valores – que o problema é o seguinte: se for reconhecido...

(Soa a campainha.)

O SR. WILEN MANTELI – ... que uma secretaria pode baixar uma portaria criando um ônus desse tamanho, estabelecendo, inclusive, uma base de cálculo, quem é que garante que amanhã ou depois, se ela tem essa competência, ela eleva o custo? Ela passa a cobrar mais? Em vez de 2%, passa a cobrar 10%, 15%? É uma questão aqui de legalidade! Primeira questão tem que ser se ela pode ou não pode. Por exemplo...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – V. Sªs já imaginaram uma ação direta de inconstitucionalidade?

O SR. WILEN MANTELI – Pois foi... nós temos duas ações: uma ADI, que está trancada lá no Supremo, temos um mandado de segurança, que está, já, foi julgado em grau de recurso pela turma do Tribunal Federal de Recursos, de três desembargadores: dois desembargadores já votaram e disseram que a competência é da Antaq e da SEP para legislar, e nunca da SPU. A SPU trata de imóveis, não tem que estar autorizando terminais. Senão, nós vamos ter lá... já temos o TCU, que está invadindo essa área, nós vamos ter mais órgãos, não é? Isso tudo vai atrasar o processo de desenvolvimento dos portos. Então, qual é a contraprestação? Se ele cobra uma tarifa, um preço, tem que ter uma contraprestação de valor palatável para o contribuinte.

Mas, olha, então, manutenção de canal de navegação, não; não faz nada. Dragagem, também não. Sinalização, também não. Segurança, também não. Instalação de equipamentos, não. Infraestrutura geral, não. Não faz nada. E vai cobrar um preço elevado!

Aqui está um exemplo, quer dizer, nós temos hoje, vamos dizer, no agronegócio, o grande destaque da nossa corrente comercial. Então, as nossas *commodities* estão numa competição ferrenha com a Argentina, Estados Unidos, China e Austrália. Então, estou dizendo o seguinte: que qualquer *cent* de dólar a mais tira o nosso produto da competição internacional. Qualquer *cent*.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. PMDB - ES) – Mundo afora, há algum precedente desse tipo de cobrança, como a Secretaria do Patrimônio da União pratica em nosso País?

O SR. WILEN MANTELI – Senador, não conheço. Não conheço. Só posso dizer o seguinte: lá em outros países, como os países europeus, os Estados Unidos, lá quem quer instalar um terminal, as autoridades, ou a administração pública, vai à frente desobstruindo os obstáculos para atrair esse empreendimento. Aqui o investidor só encontra gargalos, óbices, demora. Então, se demora para implantar um terminal, o empresário vai procurar outro país, onde o retorno é mais seguro, onde ele vai ter condições de implantar logo o seu projeto.

Então, só para ter uma ideia, isso é uma base instável, pode ser maior. Mas a soja influenciaria 0 *cent* por tonelada; celulose, 12%; fertilizante, 11 *cents* de dólar – imagine o que isso vai impactar no custo do agronegócio –; carne de frigorífico, 9 *cents* de dólar.

Bom, aí estão as notícias sobre a questão das commodities, as dificuldades, caíram. Enquanto parte do Governo, e aí eu destaco a Presidente Dilma, que apresentou a Medida Provisória nº 595, que se transformou na Lei nº 12.815 e que foi amplamente debatida aqui, o princípio, a filosofia e os objetivos do Governo eram incrementar, atrair mais capital privado para os portos. Então, ela estabeleceu toda uma liberdade para atrair a livre iniciativa para poder desenvolver os portos. Agora, a outra parte fica criando problemas, gargalos, custos, burocracia, e isso só serve para empobrecer o nosso País. A Constituição diz que o objetivo final da Carta Magna é gerar riquezas para que o povo tenha seu padrão de vida mais elevado, tenha uma vida digna. Mas essas questões todas empobrecem o País, Senador.

Então, o nosso pleito nesse caso, Senador, é, se possível, nesta Comissão e junto com o Poder Executivo, buscar um entendimento para resolver esse problema. Senão, nós pedimos à Comissão que, com base no art. 49, que dá competência exclusiva ao Congresso Nacional para sustar esse... Essa é uma prerrogativa só do Congresso, Congresso que fiscaliza o Poder Executivo. Esse é um dos itens em que ele pode sustar os efeitos dessa norma. Já se fez alguns processos aqui no Senado, na Câmara também de sustação.

Então, em relação ao espelho d'água seria isso.

Queria falar 12 minutos sobre a Portaria 110 que praticamente...

(Soa a campainha.)

O SR. WILEN MANTELI – ...no fundo, é quase a mesma matéria, ou seja,é uma questão de legalidade, de competência.

O Decreto nº 8.033, de 2013, e a própria portaria exorbitaram também do seu poder de regulamentar. O que fez o decreto? O Governo manda uma MP para cá, o Congresso aprova por entender que aquilo é importante para o País, ou seja, expandir os terminais, tanto os terminais de uso público como os de uso privado, fazer os investimentos necessários, porque precisamos fazer muitos para poder ter maior competitividade no comércio exterior. Mas aí vem o decreto e diz: "Olha, para expandir o terminal privado fora da área do porto só é permitido até 25% da sua área". Para que essa limitação? Qual é o fundamento dessa limitação? A gente sabe que quando a lei não limita, não pode o decreto nem uma portaria limitar a expansão do terminal.

Mas aí a SEP, a Secretaria de Portos, baixou a Resolução nº 110 não conforme com aquela restrição ilegal. Baixou a portaria e proíbe – vejam! –, proíbe o terminal privado dentro da área do porto, proíbe de expandir. Quem tem um terminal que está dentro da área do porto é dono do seu imóvel, é dono das instalações. Então, isso está afetando a propriedade privada do titular desse terminal. E outra, cria um problema, porque esse terminal privado – essa foi uma novidade muito boa da lei – dá um prazo de 25 anos, mais 25 anos, mais 25 anos. Isso porque a maioria dos terminais, 98%, estão atrelados a um processo industrial. Lembro o caso dos terminais da Petrobras, da Vale e outros, que são atividades-meio.

Diz a lei: "Só será autorizada a prorrogação se houver um programa de investimento no terminal". Como é que ele vai apresentar um programa de investimento se a Portaria nº 110 proíbe a expansão? Isso é uma outra afronta ao Congresso porque está legislando aquilo que o Congresso não legislou e muito menos o que o decreto fez. O decreto presidencial cometeu uma ilegalidade quando estabeleceu o limite do terminal que estiver fora da área do porto de poder se expandir até 25%.

Há uma decisão do Supremo, que é muito importante e que diz que o abuso do poder de regulamentar, especialmente nos casos em que o Estado atua *contra legem*, contra a lei, além da lei, não só expõe o ato transgressor do controle jurisdicional, mas também viabiliza até mesmo, em razão da gravidade desse comportamento governamental, o exercício para o Congresso Nacional da competência extraordinária que lhe confere o art. 49, inciso V, da Constituição, que lhe permite sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.

O Relator foi o Ministro Celso de Mello.

Aqui, o nosso pleito também é o mesmo, Srs. Senadores.

Eu só queria, antes de chegar ao pleito, lembrar aqui o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição de 1988. Os Congressistas, na época, não conformados, porque o direito brasileiro não aceita que, além do Congresso, outros órgãos possam criar leis. Quer dizer: o Poder Executivo pode por intermédio de medida provisória. É a única forma. Mas ele não pode regular direitos e obrigações, estabelecer novos direitos e inovar a lei pelo decreto.

Então, os Congressistas, quando aprovaram o art. 25, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, revogaram todos os dispositivos legais que atribuam ou deleguem a órgão do Poder Executivo competência assinalada pela Constituição, especialmente no que cinge à ação normativa. Quer dizer, baixar normas.

O nosso pedido nesse caso. Os dois diplomas – o decreto e a portaria – extrapolaram o direito de regular, invadindo competência do Congresso. A lei aprovada pelos Senhores, a Lei nº 12.815, não estabelece nenhuma restrição para ampliar seja terminal arrendado, seja terminal privado, seja terminal dentro ou fora da área do porto.

E o nosso pleito é idêntico ao anterior: se possível, dentro desta Comissão, junto com o Poder Executivo, é buscar uma solução imediata, pois o Brasil precisa, o setor portuário precisa.

(Soa a campainha.)

O SR. WILEN MANTELI – Ou então usar da prerrogativa de sustar esses dois dispositivos, tanto o decreto, como a Portaria nº 110.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu sou obrigado a voltar a palavra para o Dr. Luciano Roda, porque foram feitas aqui duras críticas ao papel da Secretaria de Patrimônio da União, em que ela estaria exorbitando das suas prerrogativas, inclusive se apropriando de legitimidade, inclusive, do Congresso Nacional. Como é que V. Sª responde a essa questão? E, pela fala do Dr. Wilen Manteli, quer dizer as negociações e o entendimento ou a convivência com o setor produtivo não andam lá essas coisas todas.

O que está faltando para os senhores se sentarem em torno de uma mesa e construir um caminho convergente para essas questões? Elas são fundamentais para a atividade produtiva brasileira.

O SR. LUCIANO RODA – Perfeito, Senador. Primeiro, já conheço as posições do Dr. Manteli e sabemos da veemência com que ele fala; também ele conhece a nossa posição. E algumas coisas que ele não deixou bastante claro é que a atuação da SPU se dá em decorrência de lei e em decorrência do que está previsto na Constituição. Então, não é nada... Ninguém, nunca, tem a intenção de sobrepor o que está escrito na nossa legislação ou o que o Congresso define como lei.

A orientação, desde que eu trabalho na SPU, sempre foi de cumprir estritamente o que está previsto em lei. E essa é a obrigação de qualquer funcionário público. Não existe nenhuma tentativa de a SPU usurpar a tentativa de ninguém. Apenas existe, sim, a necessidade de se cumprir a função precípua da SPU, que é fazer a gestão do patrimônio público. A definição do que é patrimônio público, por que esses espelhos d'água são

patrimônio público, está no art. 20 da Constituição. E a legislação patrimonial, citada pelo Dr. Manteli, existe e estabelece condições para o uso desse patrimônio.

Então, é em cima dessa legislação que a SPU trabalha. Em cima dessa premência, dessa necessidade e pressão, inclusive, dos órgãos de controle que a SPU editou as portarias e, como ele mesmo falou, reeditou portarias, procurando atender, da melhor maneira possível, o setor.

Nós estamos sempre abertos para discussão. Isso é determinação tanto da Presidente quanto do Ministro e da nossa Secretária. Já é histórico para discussão. A SPU tem o papel de dar suporte às políticas públicas. É bastante claro que, nessa área, existe um Ministério, que é a Secretaria Especial de Portos, que cuida e é responsável por essa política pública. A SPU atua em apoio a essa política a partir da identificação das prioridades nas necessidades da Secretaria de Portos, que, então, trabalha por meio da Antaq e a gente disponibiliza área para isso.

As questões de cobrança, sabemos, impactam no negócio e sobre isso a gente discutiu várias vezes e continuamos abertos para esse tipo de discussão. A lei votada aqui pelos senhores ou seus antecessores nos obriga que seja feita a cobrança pelo uso do espaço da União. Não existe atividade econômica que possa ser feita de forma gratuita em áreas públicas, em áreas da União.

A gente pode traçar um paralelo do que hoje são os rios com as avenidas, por exemplo. Todo o mundo tem casa, um lote. Você imagina que, de repente, alguém instala uma banca de jornais na porta da sua casa. Quem é que regra isso? As regras estão dispostas na legislação de uso do solo do Município, que estabelece como se dá essa relação do privado com o público.

A existência dos terrenos de Marinha e terrenos marginais durante muito tempo se pautou pelas questões de segurança e de garantia de sensibilidade e de transporte. Isso está previsto desde antigamente, desde que existem as áreas da União para a garantia desse tipo de atividade. A função da SPU neste momento é garantir que as áreas de terra possa ter essa relação com a Águia e essa atividade possa acontecer. A consequência disso foi o regramento – e a portaria está aí para isso. A questão de valores a gente sempre esteve aberto para discutir. Nós nunca nos fechamos tanto com Antaq, Secretaria de Portos, as próprias associações. A gente teve várias rodadas de negociação com a ABTP e com ATP também. A gente está sempre aberto para isso. E a determinação da Presidente é exatamente desburocratizar e simplificar procedimentos. Nós temos tratado isso com a Antaq. Às vezes a gente consegue avançar um pouco mais. Às vezes não. Temos tratado isso com a Secretaria de Portos e esperamos chegar a um consenso de como utilizar esse instrumento de forma que beneficie o setor.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu vou passar a palavra para uma réplica muito rápida ao Dr. Wilen Manteli.

Quero dizer a V. Sª que eu sou morador de ilha. Eu moro na Ilha de Vitória, capital do meu Estado. Espírito Santo, e a minha relação com a Secretaria de Patrimônio da União é muito ruim, porque historicamente a Secretaria de Patrimônio da União tem feito o diabo para poder arrecadar aquilo que pode e não pode das pessoas.

Vou dar-lhe um exemplo para o senhor: a Emenda 46, de 2005, Senador Blairo Maggi, já incorporada à Constituição Federal que define que ilhas costeiras sede de Município não são bens da União. Está explícito no texto da Constituição. Ainda assim, apesar das decisões judiciais, a Secretaria de Patrimônio da União tem se valido de chicanas jurídicas para continuar cobrando de moradores de ilha terrenos de Marinha que não existem desde antigamente, não, existem desde 1831, vêm do Império, vêm do sistema enfitêutico, do sistema feudal, que já abolido do Código Civil brasileiro e, ainda assim, a Secretaria de Patrimônio da União – não estou falando em relação a V. Sª, perdoe-me, mas com relação á posição institucional da Secretaria de Patrimônio da União, que tem realmente uma dívida com os brasileiros no que tange a essa questão, porque, se terreno de Marinha foi constituído por segurança, inclusive por definição, terreno de Marinha são 33 m da linha preamar. Sabe por que 33? Porque era a distância da bala de canhão. Então, na época do Império, fazia sentido essa faixa para proteger o País de segurança. Mas hoje qual o sentido? Portanto, nós precisamos olhar com atenção e nós vamos estar mergulhados nessa questão.

Eu vou passar a palavra ao Dr. Wilen Manteli para uma réplica breve e vou seguir com os nossos convidados.

O SR. WILEN MANTELI – Bem rápida. É só para lembrar ao Dr. Luciano – ele sabe disso, conhece bem – que não dá para confundir conceitos. Imóvel é imóvel, água é água. A lei, decretos, que outorgaram competência à SPU fala sempre em imóvel. Até o recente regulamento, baixado pela Presidente da República, que regula as atividades do Ministério de Infraestrutura, ao regular a SPU, é muito claro ao estabelecer a competência de administrar os bens imóveis. Ponto. Não fala outra coisa. A questão é de separar.

Se o próprio regulamento de 2014 diz isso, não tem como agora dizer que temos competência. A lei citada 9636 fala em cessão de espaços, de superfícies sobre águas, águas públicas, mas em nenhum momento delega essa competência para SPU e não poderia diretamente, teria que delegar ao Presidente da República para, através de decreto, ele delegar à SPU.

Sem observar essa legalidade estamos no mau caminho. Este País precisa começar a observar a legalidade e, principalmente, os princípios da Constituição que ressalvam o cidadão, a iniciativa privada como fatores fundamentais para o progresso do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Vou ouvir o Dr. Luciano um pouquinho mais adiante. Vamos passar a palavra para o Dr. Mário Povia, que é Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, que nos honra naturalmente com sua presença, que está sentado aqui na bancada dos nossos Senadores e que poderá fazer daí mesmo a sua apresentação, expondo sua visão em relação a esse tema.

O SR. MÁRIO POVIA – O.K., Senador Ricardo. Agradeço a V. Exª pelo convite. É um prazer estar aqui com os demais Parlamentares. Em nome do senhor, cumprimento todos eles, cumprimentar também o Senador Blairo Maggi, que é o autor do requerimento, para discutirmos aqui esse importante tema, que é a questão de ocupação do espaço d'água, do espelho d'água.

Quero parabenizar o Senador Blairo e também a Comissão de Infraestrutura por enfrentar questões e entraves, visando buscar simplificação do ambiente negocial do nosso País, a desburocratização e a celeridade para viabilizar os investimentos em infraestrutura, de que tanto o nosso País necessita e a nossa sociedade anseia.

É importante debatermos com nossos colegas da SPU as dificuldades que permeiam a cessão do espaço físico sobre águas públicas, os impactos de ordem financeira como eventual cessação dessa cobrança, enfim, como o SPU enxerga o assunto. Acho que é muito importante debatermos isso aqui hoje.

Também ouvir o lado dos empreendedores, Dr. Manteli já falou, ainda vai falar Dr. Murillo, Dr. Pagot, que são os titulares pelo pagamento dessa exação e que tem sofrido com a busca da titularidade, da regularização dessas estruturas.

Saber também o posicionamento da Secretaria de Portos, enquanto poder concedente, em torno do tema, Dr. Fábio Lavor está aqui hoje, o que seguramente nos propiciará um debate de qualidade para que saiamos daqui hoje, Senador Blairo, com propostas de solução, em busca da celeridade, da eficiência, para o enfrentamento desse tema.

Provavelmente, vamos tratar, desde o cabimento da instituição da taxa, por meio de portaria e não por lei, que é uma questão que já foi colocada aqui, até questões que passam pelo próprio procedimento em si, pela dificuldade na obtenção dessa cessão do espaço aquático, em sentido estrito, a burocracia, os entraves à obtenção da outorga e o consequente prejuízo ao investimento na construção dos terminais portuários, enfim, a consecução dos empreendimentos, que é o tema, em última análise, que se busca aqui.

Dizer aos senhores que, desde a implementação do planejamento estratégico da Antaq, a agência vem buscando se tornar um órgão público ágil, tendente a acompanhar a dinâmica do setor aquaviário nacional e não uma repartição pública nos moldes antigos, valendo-se de procedimentos por vezes inúteis e intermináveis.

Muito em linha, Senador Blairo, com que V. Exª vem defendendo na Comissão de Serviços de Infraestrutura, notadamente na questão da burocracia que tanto nos incomoda.

Temos tratado deste assunto também junto à Secretaria de Portos da Presidência da República, junto à Comissão de Viação e Transportes na Câmara dos Deputados e também da Frente Parlamentar de Logística – Frenlog, com o Senador Wellington Fagundes.

Não me canso de dizer que, um dos grandes ativos que a Antaq possui hoje é uma boa interlocução com o setor regulado, seja com empreendedores, usuários dos serviços, trabalhadores portuários, e também como setor público, seja o Poder Executivo, o Legislativo ou o Judiciário. Então, nesse sentido, espero, sinceramente, que efetivamente tenhamos um debate esclarecedor aqui. Quiçá possamos sair hoje com propostas concretas, tendentes, sobretudo, repito, a um avanço quanto à desburocratização das outorgas de instalações portuárias privadas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Mas, o que V. Exª tem a propor? V. Exª é parte integrante, é protagonista desse arranjo.

O SR. MÁRIO POVIA – Sim. A nossa proposta, Senador, é que a cobrança cesse. Eu, particularmente, alinho-me com o Dr. Wilen Manteli quando ele diz que a portaria não teria o condão de instituir essa taxa. A Lei 10.233, que criou a Antaq, diz que ela pode cobrar taxas de fiscalização, que a Antaq pode cobrar taxas de outorga. Nós tentamos fazer uma resolução da Antaq para instituir essa forma de cobrança. A AGU, que é a nossa consultoria jurídica, a nossa Procuradoria, disse que não pode, que tem de ter uma lei. Apesar de a Lei 10.233 prever que são receitas da Antaq a apreciação dos serviços da Agência, agentes de fiscalização e de outorga, nós só poderemos cobrar isso por meio de lei. Estamos buscando isso aqui no Congresso. Então, não é uma resolução da Antaq que permite, apesar de a Lei 10.233 dizer que é possível a cobrança, assim como a Lei de 1998, da SPU, dizer que é possível a cobrança, não poderia a SPU, a meu juízo, instituir essa cobrança por meio de portaria. A par da cobrança que hoje o Manteli já colocou aqui, já não é tão gravosa quanto no cálculo da Portaria 24, que foi substituída, há uma questão burocrática, um plano de fundo burocrático. Realmente, tem

demorado muito tempo para sair essa autorização da SPU, o que tem atrasado os procedimentos de outorga. Isso nos preocupa, enquanto Agência Reguladora, porque nós queremos, sim, viabilizar investimentos de infraestrutura, investimentos necessários para o país. Nós queremos que isso ocorra de forma célere, não irresponsável. Dentro da lei, mas de forma célere. Além do licenciamento ambiental, as questões fundiárias que a SPU cuida têm sido um entrave. A gente reconhece o trabalho que o Dr. Luciano vem fazendo no sentido de acelerar esse processo, mas tem limitações, a SPU tem pouca gente. Aí são outros motivos. Esse é o posicionamento da Agência, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu gostaria de requerer que V. Sª disponibilizasse para esta Comissão o parecer do Advogado-Geral da União que assiste a Antaq, que sustenta e fundamenta essas teses que V. Sª está analisando, para que possamos estudar aqui a fundamentação de um decreto legislativo sustando os efeitos da Secretaria do Patrimônio da União. Eu cumprimento V. Sª porque, na condição de Presidente de uma Agência Reguladora, V. Sª não está subordinado nem submetido a diretrizes de Governo e, sim, subordinado a diretrizes do Estado brasileiro. Então, cumprimento V. Sª e solicito que envie à Comissão de Infraestrutura o parecer do Advogado da União que sustenta a posição de V. Sª.

O SR. MÁRIO POVIA – Farei isso, Senador, com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado pela contribuição de V. Sª.

Passo a palavra ao Sr. Fernando José de Pádua Costa Fonseca, Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários. A palavra é de V. Sª.

O SR. FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA – Bom dia a todos. Inicialmente, agradeço o convite da Comissão, de V. Exª, em especial o convite do Senador Blairo Maggi, autor do requerimento desta audiência pública, que nos honrou com o convite para participar desta discussão. O objetivo, seguindo a linha do que o Dr. Mário Povia colocou anteriormente em relação à possível sustação dessa cobrança, eu me proponho a tecer, rapidamente, algumas considerações no sentido de, de acordo com o nosso entendimento, apresentar o devido embasamento técnico-jurídico, para fins de tomada de decisão nesse sentido. A apresentação que fiz aqui é relativamente densa, mas gostaria de focar alguns pontos que considero relevantes para que a gente possa discutir essa questão dentro dessa linha anteriormente colocada pelo meu colega de diretoria, o Dr. Mário Povia. A cobrança, hoje, restringe-se, de forma muito objetiva, no que diz respeito ao setor portuário, aos TUPs, que são terminais de uso privado localizados fora da área do porto organizado, áreas externas, que envolvem basicamente o uso do espaço d'água em águas públicas, referente a essas intervenções físicas: cais, ponte de acesso e etc.

Conforme foi bem colocado, essa Portaria nº 24 foi revisada através da Portaria nº 404, estabelecendo uma série de condicionantes. E eu me atrevo aqui a fazer algumas considerações em relação a alguns dispositivos dessa regulamentação, que é a Portaria nº 404, no sentido de talvez dar um encaminhamento, nos termos da lei, em relação a essa proposta de suspensão da cobrança.

Isso aqui são outras instalações, enfim, que se valem do uso do espelho d'água também. A questão central é essa, a questão guia...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Mas o SPU cobra sobre o espelho d'água que a Petrobras, por exemplo, explora?

O SR. FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA – Não está dentro daquela área de Marinha? Existe uma faixa; fora dessa área a Petrobras estaria isenta dessa cobrança.

Mas, por exemplo, as Marinas, como é o caso daquela Marina da Glória, a primeira à direita abaixo, e outras instalações, em que certamente a portaria prevê essa cobrança.

Na portaria, ela estabelece quais seriam as estruturas náuticas que poderiam ser isentas dessa cobrança, ou seja, cessão gratuita.

Eu botei em vermelho, coloquei em vermelho, aquelas que têm uma relação direta com a atividade portuária, na qual se inserem não só os terminais arrendados, dentro dos portos públicos, como também os terminais de uso privado fora da área do porto organizado. Então lá prevê como cessão gratuita: a de uso público, acesso irrestrito e não oneroso.

Aí já começa a gente ver algumas dificuldades, algumas incongruências, de acordo com o meu entendimento, em relação à não cobrança, quando comparado às situações dos terminais de uso privado, relacionado aos terminais arrendados, ou seja, são instalações que têm um acesso irrestrito, são instalações em que existe uma onerosidade na sua exploração, e que são de uso público de fato, mas explorados por terceiros, não na sua totalidade, por entes públicos estaduais ou municipais.

Outro aspecto também que enfatiza a cessão gratuita, ou seja, deveriam envolver estruturas em que não houvesse a vinculação com empreendimentos com fins lucrativos. Essa é uma questão que a gente vai abordar mais à frente.

No que diz respeito à cessão onerosa, também eu coloquei em vermelho, o mote para cobrança, no caso dos terminais de uso privado, ou seja, são instalações destinadas a atividades econômicas, comerciais, industriais, de serviços de lazer, o que justificaria em tese a cobrança pelo uso do espelho d'água. Ou seja, a gente pode interpretar que a exploração portuária pode ser considerada como uma atividade econômica comercial ou industrial, no sentido estritamente econômico? Essa é uma discussão que eu particularmente tenho dúvidas e acho que merece uma reflexão.

É o caso dessas instalações, por exemplo, só para elucidar, se é uma instalação dentro de um porto organizado, mais especificamente o terminal de *containers* de uso público do porto de Salvador que, pelos termos da portaria, estariam isentos dessa cobrança, com base no art. 4º, sob o argumento de que observa-se aquelas premissas estabelecidas no primeiro quadro que eu mostrei anteriormente. Aí que começa a discussão que eu acho que valeria a pena nós refletirmos a respeito. Primeiro, essa cessão gratuita do espaço físico em águas federais, em favor de áreas e terminais privados localizados dentro dos portos organizados, decorrem do interesse público e social? Com certeza.

O vínculo da essencialidade e contiguidade, aquilo que o Dr. Manteli colocou, ou seja, a gente não pode imaginar uma instalação portuária que venha a ser autorizada a operar sem que ela tenha a facilidade de cais, ponte de acesso, enfim instalação de acostagem, com uma facilidade essencial; e, consequentemente, a sua contiguidade é fundamental nesse espírito. Com isso, a gente tem que analisar a questão da exploração portuária sob esse espectro.

Na minha opinião, em face dessa peculiaridade, eu não consigo enxergar os mesmos fundamentos para diferenciar a cobrança entre o terminal arrendado, vis a vis o terminal de uso privativo, ou seja, especificamente aqueles localizados fora da área do porto organizado.

Ainda vou mais além, existe uma série de terminais de uso privado que hoje, em função do histórico do setor, se encontram localizados dentro da poligonal do porto organizado.

Nesse caso, esses terminais seriam isentos dessa cobrança? Por que essa diferenciação, se essa separação *vis-à-vis* os terminais localizados fora da área do porto organizado?

Então, essa é uma questão a ser debatida e merece uma reflexão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Deixe-me fazer uma pergunta objetiva.

O SR. FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – No caso específico da Codesa, que a Companhia Doca do Estado do Espírito Santo, que explora atividade portuária dentro da área do porto organizado, ela não paga pelo uso do...

O SR. FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA – Ela está isenta na cobrança.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Quer dizer, o Estado se autoisenta, mas ele tributa e cobra o setor privado. É isso?

O SR. FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA – Ela está isenta da cobrança. Essa cobrança...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Mas isso não cria uma falta de simetria entre o privado e o público?

O SR. FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA – De certa forma, sim, com certeza. Nesse aspecto, sim.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – É, nesse aspecto. Claro.

O SR. FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA – Com certeza.

Agora, eu gostaria até, além dessa questão que o senhor bem colocou, de também fazer outras considerações que eu acho que é importante definir.

As atividades, apesar de serem desempenhadas dentro dos portos organizados e que, consequentemente, não sofrem a incidência da cobrança, elas ensejam lucro. Aliás, é uma atividade que enseja lucro. A atividade portuária é uma função subjacente à busca pelo lucro, quer seja nos terminais arrendados ou até mesmo nas operações diretas exploradas pelas próprias Companhias Docas, ou então os terminais de uso privado. Nesse aspecto, eu acho que é importante destacar, conforme o senhor perguntou anteriormente, ou seja, mesmo você tendo uma outorga legal dentro do porto organizado, onde as Docas podem explorar diretamente essas instalações, assim como os arrendamentos, em ambos os casos, todos, a presunção do lucro na exploração dessa atividade é constante e bem-vinda, obviamente. Consequentemente, se equiparando, na minha concepção, com a figura do Terminal de Uso Privado, que, nos termos da legislação atual, eles têm que se localizar fora da área do porto organizado.

Eu acho que é importante destacar que a atividade portuária tem um viés que eu acho que é muito importante, que caracteriza como uma atividade cuja natureza de exploração portuária é de inequívoco interesse público, quer seja o Terminal de Uso Privado – localizado fora da área do porto organizado, na qual se insere

essa cobrança –, quer sejam aqueles terminais eventualmente localizados dentro do próprio porto organizado, que estariam isentos dessa cobrança.

Eu me vali até de um artigo da Constituição e, consequentemente, que regula o setor portuário, daí o porquê do nosso posicionamento...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA – ...por uma distinção, uma separação em relação à atividade portuária daquele rol de exigências para fins de cobrança envolvendo os terminais de uso privado, com base nessa condição estabelecida e que é dito de forma muito clara. Ou seja, as atividades desenvolvidas no âmbito dos terminais de uso privado, que são competências públicas, de titularidade da União, de acordo com o art. 21, inciso XII, alínea "f", elas podem ser exploradas indiretamente por delegação, via autorização. Ou seja, a Constituição é clara. A exploração portuária pode ser realizada diretamente pela União ou através de terceiros, mediante alguns institutos de delegação, entre os quais a autorização. Consequentemente, essas atividades vêm em prol da realização de interesses e direitos e valores públicos correlacionados. Disso eu não tenho a menor dúvida.

E, dentro dessa ótica, eu procurei me valer de alguns diplomas legais que fazem um contraponto com a legislação que o Dr. Luciano Roda colocou como sustentáculo para poder justificar essa cobrança. Valho-me do art. 76 do Decreto-Lei nº 9.760, que coloca de forma muito clara que o espaço em água utilizado para a construção de instalações e melhoramentos em terminais privados é um bem utilizado em serviço público no sentido *lato sensu*. Conclusão. Por isso, o espaço físico em águas federais deve ser interpretado como uso de bem utilizado como serviço público federal. Existe uma delegação do Poder Público para que esses terminais possam operar em seu nome.

Um outro fundamento, um outro diploma que vem no mesmo diapasão, ou seja, basta constatar o art. 18, inciso II, da Lei nº 9.636, de 1998, que diz que fica autorizada a cessão gratuita de bens do domínio imobiliário federal – como é o caso do espaço físico em água – "em se tratando de interesse público ou social ou de aproveitamento econômico de interesse nacional".

Parece-me ser o caso que envolve tanto as instalações portuárias localizadas dentro como fora do porto organizado, no caso, os TUPs. Ou seja, dentro dessa ótica, parece-me que haveria o respaldo para a isenção da cobrança em relação a esses terminais fora do porto organizado.

Outro fundamento que também considera de interesse do serviço público todo imóvel necessário ao desenvolvimento de projetos públicos, sociais ou econômicos de interesse nacional, independentemente de se encontrar em zona declarada de interesse do serviço público. É outro diploma legal, que é o art. 5º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, que, parece-me, vem ao encontro do que estamos discutindo aqui.

Ou seja, em linhas gerais, o espaço físico em águas federais necessários, obviamente, à exploração portuária em empreendimentos autorizados, que é o caso dos terminais de uso privado, deve ser considerado como sendo utilizado por serviço federal, de aproveitamento econômico e de interesse nacional e necessário ao desenvolvimento de projetos públicos de interesse nacional, como é o caso que estamos colocando aqui.

Estou me valendo, inclusive – acho que é importante frisar –, através de uma pesquisa da minha assessoria, de uma jurisprudência do Supremo Tribunal Federal envolvendo, em dado momento da história, uma iniciativa dos Estados e dos Municípios de cobrar pelo uso a Taxa de Uso e Ocupação de Solo e Espaço Aéreo por parte de concessionárias do serviço público federal, basicamente as distribuidoras de energia, em função da instalação de equipamentos necessários à prestação de serviço. Aí faço uma analogia com o cais, ou seja, um Terminal de Uso Privado, para poder operar, precisa de um cais, obviamente.

Então, dentro dessa ótica, isso foi objeto de parecer do Supremo Tribunal Federal da lavra do Ministro Eros Grau, à época, em que ele se posicionou de forma muito clara em relação a quatro pontos. Acho que é importante deixar claro, primeiro, que existe o dever e o poder desse concessionário de usar o domínio público necessário à execução do serviço a ele outorgado. Isso é fundamental. Segundo, as faixas de domínio público em vias públicas constituem bem público, inserido na categoria dos bens de uso comum do povo.

É importante destacar o item 4:

Ainda que os bens do domínio público e do patrimônio administrativo não tolerem o gravame das servidões, sujeitam-se, na situação a que respeitam os autos, aos efeitos da restrição decorrente da instalação, no solo, de equipamentos necessários à prestação de serviço público. A imposição dessa restrição não conduzindo à extinção de direitos, dela não decorre dever de indenizar.

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA – Parece-me que esse é exatamente o caso se você fizer uma analogia em relação à exploração envolvendo Terminal de Uso Privado.

Enfim, como conclusão, em cima dessa jurisprudência, acho que está muito claro que, se é verdade que Estados e Municípios devem tolerar gratuitamente a realização de serviços públicos federais que demandem a utilização do espaço físico de seus territórios, com muito mais razão a própria União, na minha opinião, não deveria cobrar pela exploração de suas próprias competências.

Enfim, essas seriam considerações importantes de serem colocadas aqui para a reflexão de todos.

Corroborando o que o Dr. Mário colocou anteriormente no que diz respeito à burocratização em relação a essa cobrança, eu também gostaria de enfatizar que, sem dúvida alguma, isso gera a duplicação de custos de transação. Esse é um conceito econômico que, realmente, a gente procura sempre, na medida do possível, dirimir, em prol da maior eficiência da exploração de dada atividade. Como todos sabem, esses Terminais de Uso Privado, obviamente, para poderem se instalar, têm de, necessariamente, deter outorgas por parte da SPU, mediante aforamento ou domínio útil daquele espaço público em área de marinha.

Consequentemente, nessas atividades, nessas intervenções físicas, em nível de acostamento, de instalações de acostagem, de pontes de acesso, de píeres etc., necessariamente sob aquela função de essencialidade para a prestação desse serviço, pela sua contiguidade, conforme comentei anteriormente, entendo que, havendo realmente essa situação fática, a partir do momento em que haja uma outorga, uma autorização para uma exploração de uma ocupação de uma área de marinha, e sendo essa exploração com viés de exploração portuária, de qualquer natureza, quer seja dentro do porto público, quer seja fora do porto público, no caso os TUPs, eu acho que a separação, a duplicação gerando custos de transação adicionais não vem em prol e a favor de uma maior eficiência na exploração.

Enfim, essas seriam as minhas considerações e me coloco à disposição. Mais uma vez agradeço o convite.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Nós que agradecemos a enriquecedora explicação que V. Sª deu, fundamentando bem não apenas as suas posições, mas, ao que me parece, também as posições institucionais por parte da Antac em relação a essas contradições.

Passo a palavra ao Sr. Murillo Barbosa, Diretor-Presidente da Associação de Terminais Portuários Privados.

Tem a palavra V. Sª.

O SR. MURILLO BARBOSA – Inicialmente, eu gostaria de agradecer à Comissão de Infraestrutura do Senado, na pessoa do Senador Ricardo Ferraço, pelo convite formulado à Associação para estar representada nesta audiência pública. Também gostaria de cumprimentar o Senador Blairo Maggi, pela iniciativa da promoção desta audiência pública extremamente importante para o nosso segmento.

Srs. Senadores, mais uma vez nós estamos reunidos para encontrar soluções para os gargalos que ainda se interpõem ao desenvolvimento da atividade portuária brasileira, desta feita, nesta Casa, onde recentemente foi aprovado novo marco regulatório, comprometido com o desenvolvimento dos investimentos privados e com o aumento da eficiência e competitividade da atividade portuária, a serem alcançados pelo intenso trabalho desenvolvido pelas empresas em prol do aperfeiçoamento dos processos operacionais relacionados às atividades portuárias e também pelo Governo Federal, uma contrapartida, por intermédio da racionalização das regras, simplificação de procedimentos e, principalmente, pela redução dos custos que incidem sobre as atividades portuárias.

O segmento privado, sem dúvida nenhuma, já deu e está dando um retorno expressivo à Lei nº 12.815. Antes da promulgação da lei, nós tínhamos 128 terminais de uso privado autorizados pela Antac; dois anos depois esses terminais já são 167 e existem 60 processos em análise dentro da Antac. Isso mostra a resposta do setor privado ao que estava sendo estimulado pela nova Lei nº 12.815.

Em contrapartida, analisando o processo como está sendo conduzido hoje, vemos que ainda temos alguns entraves que deveríamos trabalhar junto ao Governo Federal, junto aos seus órgãos, para tornar a atividade muito mais dinâmica, muito menos burocratizada do que está hoje.

Hoje vamos tratar aqui de dois desses entraves. Um que envolve custos extras, claramente identificados, que tem sido a ação mais destacada nesta audiência pública, que é a cobrança pelo espelho d'água; e o segundo é uma insegurança jurídica que é trazida pelas normas de ampliação das nossas instalações portuárias privadas.

No caso específico da atividade portuária, acreditamos que é preciso evitar sobrecarga de encargos financeiros públicos sobre uma atividade que, naturalmente, já está comprometida com alto investimentos direcionados à exploração de uma das mais complexas e dispendiosas atividades econômicas. Nunca é demais lembrar que pelos portos e terminais portuários são realizadas cerca de 95% das nossas trocas comerciais. E o processo de recuperação da economia está diretamente relacionado com o desenvolvimento da infraestrutura de transporte do País, no qual os portos e terminais portuários encontram-se inseridos.

Por ser uma atividade econômica complexa, todos os encargos incidentes sobre a prestação de serviço portuário se refletem, em maior ou menor grau, sobre a competitividade do setor como um todo. É lógico, ninguém tem dúvida de que a cobrança pelo uso do espelho d'água se reflete no incremento de preço final do serviço prestado.

Dessa forma, é necessário não só adotar medidas objetivas no sentido de superar dificuldades impostas pelo cenário econômico atual, mas também despender todos os esforços no sentido de corrigir interpretações equivocadas ou exageradas da legislação em vigor – parece ser esse o caso – que venham introduzir novos custos às planilhas das empresas, onerando injustificadamente atividades portuárias privadas, tal como vem ocorrendo em razão da cobrança imposta pela Secretaria de Patrimônio da União pelo uso do espaço físico em águas públicas da União, para fim da exploração de atividade portuária privada.

Por definição, o terminal portuário utilizado para movimentação e armazenagem de cargas destinadas ou provenientes do modal aquaviário exige uma perfeita sintonia entre as atividades realizadas nos ambientes terrestre e aquático do terminal. Esse aspecto já foi mencionado tanto pelo Dr. Wilen Manteli como pelo Dr. Fernando sobre a imprescindibilidade de nós termos os dois espaços perfeitamente juntos para podermos desenvolver a nossa atividade.

A eficiência das operações portuárias realizadas após a atracação dos navios está diretamente relacionada à qualidade da infraestrutura aquaviária disponível ao tráfego de navios que frequentam o terminal, ou seja, entendemos que a autorização outorgada pelo poder concedente para exploração de uma instalação portuária privada não se restringe apenas à área terrestre do terminal, visto que é o uso obrigatório e indispensável do espaço físico localizado em ambiente aquático que dá sentido ao terminal e assegura o exercício pleno dessa atividade econômica. Esse ponto também foi defendido pelo Dr. Manteli ao identificar a SEP ou a Antaq como os únicos órgãos com autoridade para legislar sobre o nosso espelho d'água.

Destaco que a simples cessão de uso do espelho d'água da área adjacente ao terminal não assegura sua operação eficiente e segura, pois existem diversos aspectos operacionais relacionados à acessibilidade aquaviária, segurança da navegação e ordenamento do espaço aquaviário, cuja implantação e manutenção são de responsabilidade exclusiva do empreendedor privado e sem as quais a instalação portuária será considerada insegura ou economicamente inviável.

Dentre outros, podemos destacar como investimentos obrigatórios: operações regulares de dragagem do canal de acesso, dos locais de atracação e das diversas áreas de apoio aos navios que acessam o terminal; eventuais obras aquaviárias de porte, destinadas a desobstruir os acessos; assim como obras de sinalização e balizamento dos acessos em áreas aquaviárias, destinadas a garantir a segurança da navegação na área aquática do terminal.

Estamos falando de milhões de reais aplicados na implementação de complexo investimento de engenharia civil e oceânica, para que a infraestrutura aquaviária seja compatível com o perfil dos navios que frequentarão o terminal, considerando-se a dinâmica relativa aos diversos aspectos inerentes ao ambiente aquático. Outros tantos milhões de reais são empregados regularmente para manutenção das condições ideais de acessibilidade aquaviária do terminal. Todos esses investimentos são de responsabilidade do titular do terminal.

A Lei nº 12.815, de 2013, que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos em instalações portuárias, estabelece que as autorizações para construção e exploração de instalações portuárias privadas serão outorgadas à pessoa jurídica que demonstre capacidade pelo seu desempenho por sua conta e risco.

Nesse sentido, já recaem sobre o empreendedor privado todos os encargos resultantes da construção e da operação do terminal portuário, fruto de autorização emitida pelo poder concedente, cuja abrangência em relação às infraestruturas portuárias necessárias, em ambientes terrestre e aquático, deve garantir, por si só, a efetiva exploração da atividade portuária.

Desde o nascedouro dessa modalidade de cobrança, os atos da SPU têm sido alvo de forte rejeição por parte dos investidores privados, sobre os quais já recaem todas as responsabilidades sobre investimentos realizados na parte aquaviária do terminal.

(Soa a campainha.)

O SR. MURILLO BARBOSA – A Portaria nº 404, de 2012, da SPU, que estabelece parâmetros para o cálculo do suposto preço público devido, a título de retribuição, pelo uso de espaço físico em águas da União, foi elaborada com a finalidade de regulamentar matéria tratada em diversos instrumentos legais que tratam do patrimônio público da União, cuja legalidade de interpretação pelo Poder Público no caso em questão vem sendo questionada no âmbito do Poder Judiciário.

E como o Dr. Wilen Manteli já salientou, em segunda instância, a medida de segurança que foi solicitada pela ABTP (Associação Brasileira de Terminais Portuários) já tem dois votos favoráveis.

Em função dos motivos expostos, a ATP defende o uso não oneroso do espaço físico em águas públicas como parte integrante da autorização outorgada pelo poder concedente, nos mesmos moldes do conceito aplicado aos terminais portuários localizados no interior das áreas dos portos organizados – esse ponto foi bastante destacado pelo Dr. Fernando –, considerando-se que o investidor privado é o único responsável pelos investimentos realizados para implantação e manutenção da infraestrutura aquaviária da instalação portuária privada.

Essas eram as nossas considerações sobre a Portaria nº 404.

Em relação à Portaria nº 110, em seu art. 6º, produzido a partir do Decreto nº 8.033, e não da Lei dos Portos, a ATP considera que além de ilegal a exigência se opõe a uma das finalidades da Lei nº 12.815, que é estimular a realização de novos investimentos portuários privados.

Se futuras ampliações de terminais privados ficarem condicionadas à análise futura, a insegurança jurídica produzida por essas limitações certamente reduzirão o ímpeto de investimento no setor. Nós, quando tratamos com investidores estrangeiros, eles nos questionam frequentemente sobre isso. Ninguém inicia um projeto, ninguém inicia o planejamento para a implantação de uma instalação portuária a partir de sua capacidade plena. As ampliações serão decorrentes do aumento da capacidade natural daquilo, do aumento da carga. E são projetos que virão em decorrência dos anos e do crescimento. É óbvio que, se em algum momento, essa ampliação poderá ser questionada ou até mesmo sustada em função de análise de viabilidade que possam acontecer por órgão do poder concedente, isso trará uma insegurança jurídica muito grande ao setor.

Nos termos atuais da legislação da SEP, o empreendedor privado está sendo impedido de realizar todos os investimentos necessários ao melhor aproveitamento de uma área particular, visto que a possibilidade desse desenvolvimento estar sendo utilizada como instrumento regulatório destinado à manutenção do equilíbrio concorrencial entre instalações localizadas dentro e fora do porto organizado.

Aproveito a oportunidade para incluir o art. 7º, que não fazia parte da audiência pública – do objeto da audiência –, da mesma portaria, mas foi mencionada inclusive pelo Dr. Wilen Manteli também no rol das medidas contrárias ao espírito da Lei dos Portos, pois está impossibilitando que muitos milhões de reis em investimentos privados, localizados dentro das áreas dos portos organizados, sejam implementados sob a alegação de um suposto desequilíbrio concorrencial entre instalações congêneres que, na verdade, precisam crescer e competir em proveito do desenvolvimento do setor portuário e da economia do País.

Em suma, Srs. Senadores, a proposição da ATP a respeito dos temas é a seguinte: a respeito da cobrança pelo uso do espaço físico em águas públicas da União, a ATP defende a revogação da Portaria nº 404, da SPU, e incorporar a outorga de autorização para construção e exploração, o uso não oneroso do espaço físico em águas públicas da União adjacentes ao terminal.

Sobre os critérios e procedimentos para a ampliação de instalações portuárias privadas localizadas dentro e fora da área do porto organizado, nos termos da Portaria nº 110, retirar todas as restrições, possibilitando ampla liberdade para ampliação de instalações portuárias privadas localizadas dentro e fora da área do porto organizado. E a revisão de todas as poligonais, conforme previsto na Lei nº 12.815, das áreas dos portos organizados, de forma a liberar...

(Soa a campainha.)

O SR. MURILLO BARBOSA – ... as instalações portuárias privadas em operação e as áreas privadas com vocação portuária localizada no seu interior.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado a V. Sª.

Passo a palavra a Sr. Fábio Lavor Teixeira, Secretário de Políticas Portuárias da Secretaria de Portos da Presidência da República.

O SR. FÁBIO LAVOR TEIXEIRA – Sr. Presidente, bom dia!

Inicialmente agradeço, em nome do Ministro Helder Barbalho, o convite para a Secretaria de Portos estar aqui compondo a Mesa também nesta audiência pública para trazer os nossos esclarecimentos e as nossas informações. Cumprimento também os meus colegas de Mesa: o Dr. Fernando Fonseca, Diretor da Agência Nacional Transportes Aquaviários, nosso colega de labuta constante. Aproveito para cumprimentar também o Dr. Mário Povia, Diretor-Geral da Agência, que está aqui conosco também; o Dr. Manteli, da ABTP, com quem temos tido a possibilidade de discutir constante e intensamente esses assuntos; o Dr. Pagot, também nosso colega; o Almirante Murillo, com quem temos traçado uma série de estratégias, temos neste mês outros compromissos marcados também; Dr. Luciano Roda. Bom dia, Srs. Senadores; senhoras e senhores, bom dia!

Inicialmente entendo que convém destacar que um dos principais papéis da Secretaria de Portos, como poder concedente, como disciplinadora e orientadora da política do setor, tem como um dos seus carros-chefe a promoção de investimentos tantos nos portos públicos quanto nos terminais privados. E isso a Lei nº 12.815,

conforme já destacado por todos, trouxe um enorme impulso para o setor, a partir do instante em que ela eliminou a distinção entre carga própria e carga de terceiro, possibilitando uma atração de uma série de novos investimentos privados no setor, seja nos portos públicos seja nos terminais privados.

E aqui eu entendo que é importante a gente fazer um registro histórico. Nós – Secretaria de Portos e Antaq – conseguimos e atingimos agora nesse mês de setembro, que após a Lei nº 12.815, de junho 2013, e o Decreto nº 8.033, também de junho 2013, atingimos a marca simbólica de R$20 bilhões autorizados para investimentos no setor portuário. Isso fruto de um trabalho muito forte da Secretaria de Portos, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, de discussões e intensos debates com o setor produtivo. A gente, SEP e Antaq, tem buscado, como foi destacado pelo Dr. Fernando Fonseca e pelo Dr. Mário, essa aproximação com o mercado de forma a que a gente tenha sempre essa fase participativa. Nós, de forma alguma, pretendemos estar de maneira insulada aqui em Brasília.

Então, neste mês de setembro, superamos a marca de R$20 bilhões de investimentos autorizados após o novo marco. Sendo da ordem de R$13,9 em autorizações de terminais privados; 41 novos mais seis ampliações; e o valor de R$7,3 bi em prorrogações antecipadas de contratos dentro de portos públicos. Isso, de novo, para duas estruturas como a da SEP e a da Antaq, que são estruturas enxutas, têm corpo técnico pequeno mas extremamente empenhado e comprometido, eu acho que é um número que a gente tem a obrigação de citar e de levantar essa bandeira aqui.

Como temos destacado também em todas as oportunidades, o setor portuário é um dos setores que têm dado uma resposta muito positiva, apesar do momento delicado que vivemos em nossa economia. Nesse aspecto, o mercado tem respondido muito bem às propostas que a SEP e a Antaq estão fazendo e à mudança do marco regulatório.

Destaco que, além dessas que já foram autorizadas, temos mais 67 pleitos em andamento. Então, Wilen, é só atualizando o seu número também. E já temos um total de 169 terminais privados no País. Mostrando o quanto o setor realmente está dinâmico e o quanto a palavra "crise" não existe no setor portuário, muito pelo contrário. E temos um outro tanto de volume de investimentos a serem liberados nos próximos meses.

Tenho que destacar, também, a liberação da última amarra – simbolicamente – no Tribunal de Contas da União quanto à possibilidade das licitações de novos terminais portuários dentro do Programa de Arrendamento Portuário (Proap). Então, a nossa expectativa, nossa de novo, SEP e Antaq, é, ainda neste mês de outubro, publicarmos os primeiros editais em áreas em Santos e na Companhia Doca do Pará, para fazermos essas primeiras licitações de novos terminais.

Entendo que, com isso, a gente consegue ter o último trilho firmado para o desenvolvimento do setor. Trilho 1: autorizações de novos terminais de uso privado. Trilho 2: as prorrogações de contratos vigentes que tenham essa possibilidade expressa no seu contrato. E o terceiro trilho, terceira frente que estava faltando, acreditamos que este mês a gente vai ter essas publicações desses editais, que é quanto ao Programa de Arrendamento Portuário. Com isso, a SEP e a Antaq dão a resposta que a sociedade espera, que o País espera para fortalecer a sua economia.

Um outro aspecto, agora entrando especificamente no tema da nossa audiência de hoje, que é a Portaria nº 110. Eu acho que, inicialmente, convém destacar o momento em que ela foi editada. A Portaria nº 110 é de 2 de agosto de 2013, lembrando que o Decreto nº 8.033, não vou me lembrar o dia agora, mas ele é do final de junho de 2013. Então, o intervalo entre um e outro é inferior a 40 dias. Hoje nós estamos exatamente, e então, de novo, no cerne da questão, Sr. Presidente, se V. Exª me permitir, imaginando e antevendo uma pergunta que nos viria, que seria :" O que a SEP está fazendo quanto às críticas e sugestões que foram colocadas aqui no dia de hoje?". Nós estamos em processo de revisão dessa Portaria nº 110, e, então, essa revisão tem que abordar dois aspectos extremamente importante que correm em paralelo. O primeiro é que compete, sim, à SEP estabelecer essas diretrizes e ter o planejamento do setor portuário. Então, ver o quanto a eventual mudança desses artigos 6º e 7º da Portaria seriam positivos para o setor. Isso nós estamos avaliando, a área técnica já está debruçada fazendo levantamento, pois esse é um pleito antigo da ABTP, da ATP e outros setores também, de outras entidades e de vários terminais. Então, a primeira resposta é sim, estamos em avaliação dessa possibilidade.

E a segunda vertente de análise que a SEP também não pode se furtar a fazer é a análise da legalidade. E, por isso, eu destaquei a proximidade da data da edição da portaria. Ela foi editada muito no início do novo marco regulatório. Hoje nós estamos, dois anos e poucos meses após a edição da lei e do decreto, em um momento um pouco mais maduro ou muito mais maduro, o que nos credencia para fazer essa revisão de uma forma sustentada e de uma forma mais coesa, de novo SEP e Antaq, ouvindo o mercado.

Então, essa portaria está na nossa, novamente, prancheta de trabalho, estamos avaliando. Como falei, envolve essa questão jurídica também, porque tem que ser feita essa avaliação em paralelo com a Lei nº 12.815, em paralelo com o Decreto nº 8.033, para que a gente não corra o risco, realmente, e como foi mencionado

aqui, de estamos extrapolando a competência de uma portaria, mas, ao mesmo tempo, temos que ter o cuidado de que ela cumpra o seu papel de portaria, que é preencher os espaços que a lei e o decreto nos deixam. E isso, sim, é o papel da Secretaria como poder concedente.

Isso está entre as nossas prioridades. Já há um grupo discutindo, e, logicamente, a ideia é que isso, antes de termos uma definição de que a Antaq participe muito fortemente desse processo, como agência reguladora e parceira nossa de todos os temas, além desses três temas que a gente já destacou de investimentos, esse tema também na portaria, e pretendemos ter essa definição rapidamente. A ideia é que, enfim, nas próximas semanas, a gente tenha uma posição específica quanto a esse tema e trazer para a sociedade esse o.k., essa atualização dos normativos, para que a gente possa trazer cada vez mais investimentos para o setor, diminuindo o custo Brasil e aumentando as possibilidades de investimento e de escoamento da nossa produção.

Sr. Presidente, essas eram as palavras que a Secretaria de Portos gostaria de trazer, e estamos à disposição do senhor, da Mesa e dos demais presentes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Dr. Fábio, muito obrigado.

V. Sª fez uma ampla prestação de contas acerca de importantes investimentos, mas V. Sª deixou a desejar em relação às portarias. V. Sª mergulhou no tema, e essas portarias são de 2012 e 2013, e até hoje a SEP não tem uma posição firmada em relação a esses temas? Indago a V. Sª sobre isso.

A Antaq foi clara em seu posicionamento. Preciso de uma clareza de V. Sª em relação a qual é o posicionamento da Secretaria Especial de Portos.

O SR. FÁBIO LAVOR TEIXEIRA – Pois não.

A Secretaria de Portos tem interesse, sim, falando especificamente da Portaria nº 110, que é de nossa autoria, portaria da Secretaria de Portos. De novo: esse tempo que durou, Sr. Presidente, de dois anos para cá, era realmente o tempo que a gente entendeu como necessário para a maturação do entendimento do funcionamento do setor dentro desse novo marco regulatório. A gente entendeu que uma eventual alteração da portaria no âmbito de 2014, ou no começo de 2015, poderia trazer uma atualização prematura e talvez danosa.

Daí a necessidade de se esperar esse tempo e, passados esses dois anos do novo marco regulatório, fazermos essa conversa com nossos pares também e termos a certeza de que esse ajuste é na direção e sentido adequado. Nós entendemos que não foi somente agora, foi necessário esse tempo para a maturação e a nossa ideia é de fazer essa alteração da Portaria nº 110 no sentido do que o mercado deseja, observados os princípios da legalidade, acima de tudo, e a necessidade de diretrizes técnicas que a Secretaria de Portos tem que trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – São premissas, não é. E a Portaria nº 404?

O SR. FÁBIO LAVOR TEIXEIRA – A Portaria nº 404, que já foi discutida aqui muito fortemente também, é uma portaria que não é de competência da Secretaria de Portos, é uma portaria de competência da Secretaria do Patrimônio da União. Nós temos discutido também isso informalmente em várias searas com o Dr. Luciano Roda, até no âmbito desses processos de autorizações dos TUPs também. E, de novo, nós entendemos – a Antaq já deixou muito clara a posição dela quanto ao sentido de eliminar essa cobrança simplificada –, e a SEP defende, sim, a redução de custos.

Agora, a gente, Secretaria de Portos, também tem que ter muito cuidado com um órgão irmão, que é a Secretaria de Patrimônio da União, de não extrapolar a nossa competência em relação à competência do outro órgão. E, nessa linha, a gente tem buscado esse diálogo, lógico, defendendo a bandeira do setor portuário, que é redução de custos, redução de tributos, diminuição do custo Brasil, que entende que isso, sim, vai facilitar o nosso processo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Mas há o entendimento por parte da SEP de que a Secretaria do Patrimônio da União está exorbitando na sua prerrogativa? Há uma questão que precede a questão de custos, que é a questão legal. Pode, na avaliação de V. Sª, a Secretaria do Patrimônio da União estabelecer por portaria essa cobrança, ou há uma exorbitância?

O SR. FÁBIO LAVOR TEIXEIRA – A nossa assessoria jurídica não tem um posicionamento formado quanto a isso. Então, o que a gente tem feito é acompanhar essa discussão, a própria agência tem acompanhado isso um pouco mais de perto também, e temos nos atentado mais à Portaria nº 110. Com relação à Portaria nº 404, a SPU é que tem tomado mais a iniciativa dessa questão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Agradeço a V. Sª.

Passo a palavra ao Dr. Luiz Antonio Pagot, Vice-Presidente Secretário da Associação dos Terminais Portuários de Uso Privado e das Estações de Transbordo de Cargas da Hidrovia Tapajós, para que, em seguida, nós possamos ouvir os nossos Senadores membros da Comissão de Infraestrutura, começando, inclusive, pelo Senador Blairo Maggi, que é o Senador proponente desta audiência pública. Em seguida, o Senador Dário.

A palavra é de V. Sª.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Senador Ricardo Ferraço, primeiro meus cumprimentos pelo tirocínio com que V. Exª está conduzindo esta audiência. Está sendo preciso nos pontos e daqui vão sair encaminhamentos importantes, com certeza.

Também ao Senador Blairo Maggi, por sua capacidade de aglutinação de tantas pessoas que têm experiência sobre esse assunto que nós estamos debatendo hoje e que causa um sofrimento extraordinário aos empreendedores. Normalmente, quando se veem imagens referentes a essa questão de portos, você, analisando as imagens, são imagens de portos marítimos, mesmo sendo em área fluvial, como o Porto de Bacarena, como o Porto de Manaus, que são portos marítimos que recebem navios, mas nós temos, principalmente na Amazônia e Brasil afora, uma quantidade extraordinária de estações de transbordo de cargas e terminais de pequeno porte que são duramente atingidos por essas regulamentações.

Primeiramente, eu endosso completamente as palavras do Manteli e do Almirante Murillo Barbosa no sentido da revogação da portaria da SPU. E também quero fazer aqui um elogio particular ao trabalho que o Fernando Fonseca, da Antaq, fez e que trouxe diversas luzes que possam respaldar completamente os encaminhamentos, bem como à menção que o Diretor-Geral Mario Povia, da Antaq, fez ao documento que ele tem da própria AGU sobre o assunto. Eu acredito que chegamos a um bom termo sobre esse assunto do espelho d'água, e não gostaria de chover no molhado. Vamos ser mais objetivos.

Mas temos outros problemas: os investimentos, principalmente na Região Amazônica; acessos rodoviários crônicos; distribuição de energia e falta de energia. Então, esses problemas de infraestrutura que o nosso País sofre em várias regiões brasileiras, especialmente na Região Amazônica.

Mas eu queria me voltar a outro problema, que também é grave e também é de responsabilidade da SPU. Lamento que a Secretária Cassandra não esteja aqui, não pela falta de competência do Luciano, porque ele é muito competente, mas existem coisas que o Luciano já nem merece mais ouvir, porque ele é até um defensor nosso em muitos aspectos.

Mas a Drª Cassandra precisaria descer do seu pedestal e, muitas vezes, escutar algumas coisas que ela não está querendo escutar, fazendo ouvido de mercador. Uma das questões com que nós sofremos muito, principalmente na implantação dos terminais e nas estações de transbordo de carga, é a questão do RIP (Regularidade Imobiliária Patrimonial).

Um imóvel da União é adquirido, de alguma forma, pelos empreendedores – inicialmente em um documento inicial do Incra e, posteriormente, nos documentos cartoriais, que são documentos que precedem a compra de um terminal pelo empreendedor – e encaminhamento depois para solicitar a Regularidade Imobiliária Patrimonial.

Mas, do momento em que se protocola um pedido na SPU, nas suas diversas superintendências no Brasil, ao momento em que se é atendido pela fiscalização da SPU – fizemos levantamento com os associados em diversas associações – ninguém consegue um documento desses em menos de seis meses,e, na maioria das vezes, espera-se de 12 a 14 meses de espera para se emitir um RIP (Regularidade Imobiliária Patrimonial).

Veja que contrassenso, Senador Ricardo Ferraço: a Marinha do Brasil, que faz talvez o maior trabalho quando vai emitir seu "Nada a Opor", porque quando você vai solicitar à Marinha do Brasil o "Nada a Opor" para implantação do terminal, você tem que primeiro mostrar os documentos cartoriais, depois fazer uma planta georreferenciada. Essa planta georreferenciada tem que ter uma base cartográfica reconhecida pela Marinha. Nessa base cartográfica tem que haver a projeção das suas instalações, como também a informação de se você vai instalar um píer fixo ou terminal flutuante e também a própria dimensão do denominado espelho d'água ou a área que você vai utilizar, tanto para colocar o flutuante como área de boias, área de fundeio, essas coisas todas. Então, a Marinha faz uma análise criteriosa e recebe documentos que são documentos que podem ser verificados até pelo Google. Esse RIP, que se demora de seis, oito, dez, 12, 14 meses para entregar, um funcionário razoavelmente bem treinado pode emitir para o senhor em menos de 24 horas, só pelo Google. Por quê? Como essa documentação toda do "Nada a Opor" da Marinha acaba sendo encaminhada para o SPU, o SPU tem instrumento necessário e suficiente no próprio Google para emitir o RIP. Porque lá vão informações do NA mínimo, do NA máximo, do posicionamento geográfico, tem as coordenadas UTM, tem o registro cartorial, tem todos os desenhos possíveis e imagináveis, que são necessários para a implantação de um terminal.

Quer dizer, é só fazer um cálculo matemático, emitir um RIP, receber o dinheiro, colocar no caixa e acabar com essa pendência. Não precisa um fiscal sair de Manaus para ir para Humaitá, não precisa um fiscal sair de Manaus para Itacoatiara, não precisa se deslocar de Belém e ir a Barcarena, Santarém, a qualquer barranco de rio da Amazônia para emitir um terminal desse – é Google. É uma modificação de procedimento. Aí sim uma portaria interna benéfica poderia resolver isso de uma maneira mais adequada, porque toda a documentação necessária já foi analisada pela própria Marinha, que, pasmem, senhores, em oito dias úteis, o mais tardar, emite o "Nada a Opor".

Então, nós precisamos é disto: de agilidade, de desburocratização, de diminuir os problemas dos empreendedores. São milhares e milhares de reais que poderiam vir para investimentos imediados. São centenas e centenas de empregos que estão sendo postergados exatamente pelo emperramento dessas licenças.

E, mais: é um contrassenso, um paradoxo, de um lado se escuta o Ministro Nelson Barbosa discursando sobre a retomada de investimento, sobre a necessidade de o Brasil ser mais desenvolvimentista, sobre as múltiplas possibilidades que este País tem, e que o Ministério do Planejamento está totalmente voltado para a retomada do desenvolvimento. Escuto esse discurso. Do outro lado se vê órgãos que pertencem ao próprio Ministério do Planejamento, como o caso da SPU, da Receita Federal, emperrando o desenvolvimento da Nação, impedindo que se consiga fazer com que seus portos passem a funcionar, passem a operar e façam a prestação de serviço necessária nas cadeias produtivas.

Já foi dito aqui que um porto desse não é isolado, faz parte de um contexto de uma cadeia produtiva como um todo. Eu posso dizer para o senhor sem medo de errar aqui: mais de R$10 bilhões neste momento deixam de vir da iniciativa privada, não é do público, da iniciativa privada para investimentos nas áreas portuárias, de acesso portuário, nessas áreas de navegação, de construção naval, exatamente pelo excesso de burocracia e principalmente pelo tempo excessivo que se demora para se dar essas licenças, e termos a possibilidade de implantarmos esse processo.

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Eu reconheço o trabalho benéfico que está sendo feito pela Antaq e pela SEP. Peço ao Fábio, agora sob nova gestão, que intensifique essa discussão da Portaria nº 110, até porque é um número cabalístico. Por que 25%? Por que não 35%, Por que não 50%? Por que não 75? E por que não tirar essa amarra que impede? Porque, quando você implanta um porto, Senador Ricardo, você tem uma ideia inicial do que está fazendo, faz um estudo da viabilidade econômica sobre aquilo, mas de uma hora para outra surgem demandas, demandas extraordinárias.

Agora, por exemplo, no Amapá, com a descoberta do petróleo, grandes companhias estão se instalando. E nós temos dificuldade de ter um porto para que as companhias possam colocar seus materiais iniciais em apoio às plataformas que vão se instalar. Lá em Itaquatiara do Amazonas, próximo do eixo, do polo de Itaquatiara, está se implantando um projeto de silvinita. Quer dizer, nós não temos uma disponibilidade portuária para fazer o trasbordo dessas cargas. A silvinita é o cloreto de potássio, só para lembrar. O Brasil importa nove milhões de toneladas por ano de cloreto de potássio. É o quinto produto que mais avilta na balança comercial brasileira. São bilhões de dólares que saem pelo ralo, quando temos em Território nacional uma enorme jazida – pena que a nossa Senadora Vanessa Grazziotin não esteja aqui – em cima de hidrovia, podendo fazer distribuição, utilizando hidrovia do Madeira, do Tapajós, do Tocantins, com enorme redução de custos e um benefício. Estamos então sempre amarrados a determinadas condições. Quer dizer, quando um terminal poderia se expandir sem grandes dificuldades para abrigar essa nova demanda que estamos tendo.

Muitas vezes a gente sabe como começa um projeto, mas as demandas que vão aparecendo exigem soluções ágeis para que efetivamente se consiga atender as demandas do mercado.

Não vou me alongar.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Dr. Pagot, gostaria que o senhor falasse um pouquinho sobre a ilegalidade dos pequenos portos da Amazônia com as exigências que estão tendo. Quer dizer, está todo mundo ilegal. Se tiver que pagar multa todo mundo, vai parar o País.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Bem lembrado, Senador. Esse é um problema seriíssimo. Nós temos centenas e centenas de terminais que a gente pode chamar de terminais de pequeno porte, ou pode chamar de terminais rudimentares, ou pode chamar de terminais de barranco, que é a realidade da Bacia Amazônica como um todo e de outras regiões brasileiras, no Araguaia, no Tocantins, nos grandes rios brasileiros, no Rio Paraguai.

Centenas e centenas de terminais estão na mais absoluta ilegalidade porque não há uma legislação adequada para que eles se legalizem. Muitas vezes, é o terminal do escambo: desce passageiro, sobe carga; sobe carga, desce passageiro. A troca é feita em um píer provisório, como um cais antigo ou uma balsa velha encostada ao barranco para fazer o transbordo de cargas. E passa lá o Ministério dos Transportes e multa, passa a Anvisa e multa, passa outra autarquia e multa. Quer dizer, o cidadão não aguenta mais essa situação, ele espera ter um terminal na legalidade, mas, com as regras atualmente impostas, não consegue. Seria necessário haver uma regra em que ele pudesse dizer: "Com o alvará da prefeitura eu estou legalizado". Pronto. Com o alvará da prefeitura e o documento que comprova que ele é o dono daquela propriedade, o georreferenciamento, está legalizado o seu terminal. A partir daí, nós teríamos a possibilidade de trazer para a legalidade um sem-número de atividades que hoje são completamente ilegais e que inclusive colocam em risco a vida humana, a segurança da navegação, etc.

Também temos desafios, Senador Blairo Maggi. A saída norte vai impor, consequentemente, alguns desafios ao Brasil. Não há portos nem barrancos suficientes. Muitas vezes, temos que pensar em instalações portuárias ao largo, seja na costa, seja nos próprios rios brasileiros em que se possa instalar essas estações. Existe uma discussão de anos, sem que se chegue a uma definição sobre o assunto.

Portanto, são assuntos realmente prementes. Os pequenos, essas minorias, digamos, que sofrem uma contingência extraordinária na Bacia Amazônica, precisam de uma solução. Eu sei que se fala em soluções imediatas, mas, quem sabe, deste para o próximo ano, nós possamos ter, Mário Povia, Fernando e Fábio, uma solução adequada. E eu tenho certeza de que a caneta do novo Ministro da SEP vai estar pronta para homologar, para outorgar o que os senhores sugeriram.

Obrigado.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Nós que agradecemos a V. Sª, Dr. Pagot, pelos esclarecimentos, até porque traz uma outra conjuntura das águas de interior e dos desafios que podem ser potencializados. Se Estado brasileiro não ajudar, vai bem, mas se puder não atrapalhar, melhor ainda.

Senador Blairo Maggi, com a palavra, V. Exª, na condição de proponente do requerimento. Em seguida, o Senador Dário Berger.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Senador Ricardo Ferraço.

Eu inicio com uma frase que meu pai sempre citava e que V. Exª disse agora: "Se o Governo não nos atrapalhar, nós vamos longe".

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Imagina se ajudar.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Imagina se ajudar. Ele sempre dizia isso, não é Pagot? O Pagot trabalhou com meu pai, que dizia: "Eu só espero que o Governo não me atrapalhe, porque o resto nós conseguimos fazer".

Inicialmente, Senador Ricardo Ferraço, quero cumprimentar V. Exª pela condução desta audiência pública. Poucas vezes vi, em audiências públicas no Senado Federal, o Presidente já fazer os questionamentos e colocar os convidados na parede, com perguntas diretas durante a exposição na Comissão. Eu cumprimento V. Exª pela postura.

Este assunto coincidiu com uma matéria que V. Exª conhece bem e que o incomoda muito, assim como incomoda muito o Espírito Santo e incomoda – o Senador Dário Berger está aqui também – Santa Catarina. Quando eu pensei em fazer esta audiência, pensei em fazê-la mais no sentido da questão interna dos rios da Amazônia, dos portos, das concessões que foram feitas. A grande dificuldade que nós temos é em relação à legislação para colocar esses projetos para frente. Aqui foi dito e reconhecido por todos que a burocracia impede o crescimento, o desenvolvimento, a geração de emprego e de renda, e tira a vontade do empreendedor de levar as coisas para frente.

Eu tenho sido um crítico permanente, aqui no Senado Federal, dessa questão da burocracia. Há até uma frase já conhecida: "perdemos a guerra do papel'; ou "perdemos a guerra para o papel". Nós não conseguimos mais avançar nas questões. Até foi criada uma Comissão agora, sugerida por mim e pelo Presidente Renan, e os colegas todos a aprovaram. Trata-se de uma comissão externa de desburocratização. Eu até dizia ao Mário Povia que nós temos que pegar esse movimento, a Antaq e outros órgãos, e sentarmo-nos com essa Comissão, porque daí sairá novo ordenamento jurídico ou pelo menos uma proposta para que o Senado e a Câmara possam discutir, cortando várias coisas que são desnecessárias e que só incomodam, só atrapalham a economia brasileira.

Então, este é um momento de crise econômica que estamos vivendo, e penso que essa crise no País ainda vai se aprofundar mais, ainda não chegamos ao limite. Mas o momento de mudanças é sempre nos momentos difíceis. Nos momentos de conturbação, nos momentos de guerra é que se fazem grandes mudanças na sociedade e no mundo. E eu espero que, durante essa crise que nós vivemos, que ainda vai se aprofundar, durante esse ambiente difícil, nós possamos pensar um pouco à frente, pensar um pouco no País, e não pensar tanto nas instituições, tanto nas repartições, tanto no servidor público. Parece que o Brasil tem que estar à disposição da burocracia, e não o contrário.

Quando eu pensei nesta audiência pública, eu tinha um caso particular que felizmente se resolveu ontem, com a ajuda do Luciano. Passou um 1 ano e 4 meses, vejam bem. No dia 10 de junho de 2014, a empresa Hermasa entrou com um pedido na SPU para instalar, no Rio Amazonas, uma balsa transbordadora. O que seria isso? É pegar as mercadorias das balsas que vêm, passar para o navio para ir para a exportação. Passou 1 ano e 4 meses. No dia 10 de junho de 2014, foi feito o pedido, lá em Manaus, onde é superintendente a Luciana Trunkl Fernandes da Costa. Ontem se resolveu isso, e hoje foi publicado no *Diário Oficial*. E eu conversei com todos

aqui. Pedi ajuda a todos para conseguir. Não posso nem dizer com quem eu falei para não ser processado por uso da política para fazer as coisas andarem. E eu fico imaginando o cidadão que não tem a quem recorrer, ou que não tem quem corra atrás das coisas por ele.

Há 1 ano e 4 meses, nós pedimos isso, a balsa está pronta, os empurradores estão prontos, a mercadoria foi plantada, foi vendida para o exterior, e não se consegue fazer as coisas andarem, tamanha é a burocracia, tamanhas são as entidades, tamanho é o sistema. É preciso falar com A, que fala com B; mas B, para resolver, precisa da concordância de A; A não sabe a quem recorrer. É um inferno! É um inferno a vida do empresariado brasileiro. Nada mais do que isto para definir: um inferno a vida dos senhores que cuidam de empresas e que trabalham na economia brasileira.

Então, eu penso que é chegada a hora. Senador Ricardo, diante das coisas que nós ouvimos aqui – e o Senador Dário Berger vai falar depois, na mesma linha –, nós vamos propor a V. Exª, que é Presidente da Comissão, para que a Comissão – não um Senador individualmente – proponha um decreto legislativo baseado em tudo o que foi dito aqui, para que nós tiremos, para que nós extirpemos, paulatinamente, essas coisas que tanto incomodam e que são cheias de ilegalidades, como foi dito. E tudo isso complica e traz um custo.

Assim, eu quero agradecer a cada um aqui: o Luciano, que está conosco e veio lá da SPU; o Fábio – conversei com o Ministro ontem à noite; eram umas 20h quando ele me disse que você viria aqui na Comissão; o Fernando, da Antaq; o Manteli, que está sempre conosco nessas lutas; também o Murillo Barbosa, o Pagot e o Mário Povia.

Eu quero dizer que, a partir desta audiência pública que foi feita, para mim ficaram muito claras as posições de cada um, as necessidades de cada um de limpar a área, como se diz, de fazer uma coisa mais reta, uma coisa mais direta, para que nós possamos conseguir as licenças.

Eu não acho que a burocracia tenha de atrapalhar, ela tem de ajudar. Foi dito aqui pelo Manteli: nos outros países, quando se define fazer um investimento, o Estado abre as coisas, o Estado propõe as soluções, o Estado vai ajudando a construir. Aqui, não; aqui, se você tira uma pedra, botam um pau; se você tira o pau, o cara atravessa um trilho. Quando nada mais há para fazer, vem uma Organização Não Governamental encher o saco do empreendedor. Parece que é pecado no Brasil empreender. Parece que é pecado no Brasil que as empresas possam ganhar dinheiro, possam dividir lucros, possam fazer as coisas. Eu não consigo entender como o nosso País pensa erradamente nesse assunto.

Não há riqueza num país se não houver empresas. Não há riqueza a dividir se não houver negócios, estamos vendo agora a crise que estamos vivendo, com as empresas sofrendo, reduzindo os seus tamanhos, diminuindo seus quadros funcionais. Onde a coisa está batendo? Na arrecadação da União. Daqui a pouco, a União não tem mais dinheiro para pagar seus servidores, não vai ter dinheiro para dividir. Não é mais fazer estradas, fazer portos, fazer rodovias, que o Estado já deixou de fazer há muito tempo. Daqui a pouco, ele não terá dinheiro para pagar os salários de vocês que trabalham no Governo Federal. E o único que pode fazer isso são as empresas, são os empreendedores, é a sociedade, são os profissionais liberais. São eles que geram a riqueza e o combustível para pagar os servidores da União e as suas despesas. Se não houver um ambiente negocial, não funciona, não vai. Já está mais que provado que não adianta a União, com o seu Banco Central, com a sua Casa da Moeda, fazer dinheiro, porque a conta vem muito pior depois. Então, o sacrifício das empresas, com o impedimento das empresas de trabalharem e fazerem as coisas andarem, reflete na arrecadação do Governo. Aí está. Quando eu digo que nós vamos ainda piorar mais na economia, o Governo terá mais dificuldades de saldar seus compromissos. E eu acho que vamos chegar ao ponto em que não vai se ter mais como arcar com o salário do dia a dia das pessoas que trabalham com ele.

É hora de todos nós olharmos para aqueles que podem resolver o problema. Quem pode resolver o problema? As empresas, os empreendedores, os profissionais. É a economia como um todo que vai gerar mais recursos para que a União possa fazer enfrentamento das coisas que tem para fazer, não só os salários, mas a saúde, a educação e tantas outras coisas que precisam ser feitas.

Parece-me que sempre há um embate aqui, Senador Ricardo Ferraço, Senador Dário. Aqui, muito pouca gente se preocupa com as empresas. Muita gente se preocupa com as outras coisas, mas daquele que abastece o caixa do Governo, daquele que efetivamente provém os recursos da União, muito pouca gente cuida. E é chegada a hora de cuidar das empresas, dos empreendedores, dos negócios. Caso contrário, este País não terá sucesso, não terá solução, não terá futuro. O futuro é uma boa economia. Já se diz há muito tempo: se quer uma boa política, dê uma boa economia. Hoje, não há isso.

E mais, só para finalizar aqui, que não é o assunto: na crise econômica que nós vivemos, com as empresas apertadas, empurradas no canto, como estão neste momento, elas estão indo para uma avalanche de recuperação judicial. Eu disse isso ontem no plenário. Uma avalanche de recuperação judicial. Elas não conseguem mais pagar impostos, não conseguem pagar seus fornecedores, não conseguem pagar seus funcionários, porque

o sistema de crédito perdeu a confiança, se rompeu. Eles não conseguem mais repassar recursos aos outros. Então, a crise que vem pela frente é muito grande.

Aí eu quero dizer, mais uma vez: vamos olhar para as empresas, vamos olhar para quem possa gerar dinheiro e recursos para o caixa da União.

Aqui, falou o Pagot, há mais de R$10 bilhões prontos para vir para esse sistema. O Governo capta quanto disso? Ele capta 20%, 30%. Então, precisamos liberar e fazer as coisas andarem.

Parabéns a todos!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – As receitas que abastecem e financiam o Estado e as suas políticas públicas, as suas atividades-meio e as atividades-fim, vêm dessas empresas, mas não apenas isso, Senador Blairo, pois são as empresas e os empreendedores que geram empregos e oportunidades para que as pessoas possam trabalhar e alcançar seus sonhos com seu esforço próprio. Nada pior para um pai de família que chegar em casa desempregado. Como encarar sua mulher e seus filhos? E isso tem a enorme capacidade de desorganizar as famílias em nosso País, haja vista a taxa de desemprego, neste momento, alcançando quase 10% da nossa população economicamente ativa. No lugar de nós trabalharmos para que o Brasil possa prosperar, é como disse V. Exª, parece que no Brasil é pecado prosperar, é feio prosperar.

E a máxima do Governo até então foi aumentar a carga tributária. Isso não passa mais pelo gargalo do Congresso brasileiro, muito menos pelo gargalo da sociedade brasileira.

Agora o Governo quer criar mais uma CPMF. O.k. O déficit previdenciário este ano é na faixa de 80 R$bilhões; ano que vem, R$120. Aí ano que vem se cria o quê? Uma nova CPMF?

Está evidente que o Estado brasileiro não pode continuar nessa escalada irracional de aumentar a carga tributária e não melhorar a sua eficiência. A população não suporta mais; e nenhum de nós.

Com a palavra o Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Senador Ricardo Ferraço, quero seguir o Senador Blairo Maggi e começar com uma frase a minha fala, mencionando que a maior política social de um país é o emprego. Não há nada mais importante para o cidadão do que o emprego. Empregado, ele tem a sua autoestima elevada, o orgulho próprio por manter a sua família. E, evidentemente, quem gera emprego são os empreendedores, os empresários, aqueles que no Brasil encontram um sistema burocrático quase que intransponível para resolver problemas essenciais, básicos, elementares, como foi o caso da balsa do Senador Blairo Maggi.

Então, quero me associar a V. Exª, Senador Blairo Maggi, empreendedor que é – e eu também sou, em pequenas proporções –, e trazer para o Senado essa visão da eficiência, a visão da produtividade, a intenção de fazer mais com menos e em menos tempo.

Nós precisamos agir urgentemente, principalmente no momento de crise que estamos vivendo.

Quero parabenizar o Senador Blairo Maggi pela iniciativa do requerimento de audiência pública, o que não me surpreende, uma vez que S. Exª tem-se destacado aqui, no Senado Federal, como um de seus líderes mais proeminentes.

E quero cumprimentar também V. Exª, Senador Ricardo Ferraço, pela condução dos trabalhos, sobretudo pelo conhecimento que V. Exª demonstra não só sobre essa matéria, mas especificamente sobre ela, o que já foi comprovado na sequência das nossas atividades da audiência pública de hoje.

Dentre tantos problemas que nós temos a enfrentar aqui, no Senado Federal, essa questão dos terrenos de marinha relacionados à SPU me desperta especial interesse.

Parece que quanto mais esforços nós fizemos para encontrar uma alternativa, uma solução, mais problemas advieram. E quanto mais se discute, pelo menos sobre aquilo que deve nascer à luz da discussão, pelo que eu percebo nesses primeiros meses de Senado, nós não encontramos luz alguma. Pelo contrário. Encontramos um processo de entravamento definitivo das atividades econômicas e das relações de público com público e de público com privado. Essa é a grande verdade.

Quero me associar ao Senador Ricardo Ferraço, porque também moro numa ilha chamada Florianópolis, a ilha de Santa Catarina. E tive o privilégio de ser Prefeito daquela cidade por dois mandatos consecutivos, oito anos.

A SPU, naquela oportunidade, demonstrou-se como um órgão extremamente burocrático, insensível, intransigente, arrogante e prepotente. É difícil administrar uma cidade como aquela, porque, em tudo o que se vai fazer, não se sabe quem é realmente o titular daquela propriedade. É do Estado? É seu, mas não é seu. É meu, mas não é meu. É da União, mas cedeu para o Estado, e venceu o convênio etc. e tal.

Fica um impasse. E a gente não encontra – eu, pelo menos, nunca encontrei – na SPU um parceiro para buscar as soluções dos problemas que são inerentes ao interesse público.

O pior é que essa questão dos terrenos de marinha, como o Senador Ricardo Ferraço já colocou com muita propriedade, é um entulho da época do Império. O objetivo era de segurança nacional, era o de deixar uma faixa de domínio para que pudéssemos enviar nossos canhões, à época, para proteger nossa soberania nacional. Parece-me que continuamos em guerra permanente; que, a qualquer momento, vamos usar de novo nossos canhões; que, talvez, no Brasil, as guerras voltem a ser uma guerra de canhão e que vamos utilizar essas áreas para que, efetivamente, possam ter a logística necessária para nos proteger.

Não é esse o Brasil com que eu sonho, não é esse o Brasil com que nós sonhamos. Temos de ter um novo olhar para o Brasil em todas as áreas, não só nessa área, não! Em todas as áreas que discutimos aqui, a gente se depara com questões relativas a essa insensibilidade de que não se pode fazer, de que não se deve fazer assim. Mas ninguém diz como efetivamente se deve fazer, de forma prática e objetiva. E se passa de um para outro. E vai, vai e vai! Isso demora anos, anos e anos, e se perde muito tempo, perde-se muito dinheiro.

Essa é a tradicional falta de continuidade administrativa. Os projetos começam, mas não terminam. O que estamos vendo hoje no Brasil, invariavelmente, inclusive na infraestrutura e em programas sociais, é que eles começam, mas não terminam. A gente não vê mais nenhuma inauguração, Senador Ricardo Ferraço. A gente vê o início, o lançamento. Parece que virou o País do lançamento. Lança-se o projeto, depois se lança o licenciamento ambiental, lança-se o orçamento, lança-se a obra, e a obra não tem continuidade, como é o caso das rodovias, por exemplo, de Santa Catarina. A BR-101, que liga o Paraná ao Rio Grande do Sul, está em obras há praticamente 30 anos e, só agora, está em fase de conclusão. Imaginem, então, as outras rodovias federais! Foram dadas ordens de serviço, lá fizemos discursos etc., assumimos compromissos com a sociedade, e não há solução de continuidade, ou, melhor dizendo, as obras não têm continuidade, o que, realmente, é muito difícil.

Mas esse não é o assunto de hoje. Na verdade, o assunto que quero abordar hoje é que, efetivamente, eu queria saber quanto o Governo arrecada com os terrenos de marinha. Quero fazer aqui, Senador Blairo Maggi, se V. Exª me permite, uma discussão muito mais de público com público, porque a discussão de público com privado foi o que praticamente nós discutimos aqui. V. Exª abordou isso com muita propriedade. E acho que ficamos satisfeitos com o que ouvimos. Precisamos, na verdade, fazer alguma coisa.

Senador Ricardo Ferraço, prezado Presidente, eu já protocolei um projeto de decreto legislativo que deve estar adormecido na Comissão de Constituição e Justiça. Talvez, ele não abranja a amplitude que nós desejamos nessa questão. Mas vou tomar a liberdade de repassar uma cópia para V. Exª, conhecedor que sou da sua luta de anos e anos com relação a essa matéria. V. Exª, praticamente, é um especialista da área.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Não.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – É, sim! Pelo que percebo, V. Exª é um especialista da área.

Eu queria emprestar, vamos dizer assim, essa contribuição. Aliás, pedi, inclusive, por ofício, ao Presidente da Comissão de Justiça que enviasse a V. Exª o decreto legislativo, para que V. Exª pudesse relatar o meu projeto de decreto legislativo...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – ...exatamente pelo respeito e pela admiração que tenho por V. Exª e, sobretudo, pelo conhecimento que V. Exª tem dessa matéria.

Dito isso, não querendo me alongar nessa questão, estamos hoje, quanto a esse assunto, numa relação de perde-perde. Todos nós perdemos, ninguém ganha com isso. Ou agimos rapidamente ou, então, vamos continuar perdendo.

Penso que o grande objetivo disso é financeiro, é arrecadatório. Ninguém me diga que não é porque é. Há uma PEC de autoria de V. Exª pronta para ser votada, mas não conseguimos colocá-la em votação em razão de uma questão meramente econômica e financeira. E o País, lamentavelmente, neste momento encontra-se com dificuldades, razão ainda maior para que a questão não seja deliberada.

E o que observamos com relação a este assunto? Estou procurando sintetizar o meu pronunciamento, já que o assunto é bastante abrangente e muito complicado, mas quero fazer uma abordagem do público e do privado.

Percebi que o Dr. Wilen Manteli relacionou o que é que a União faz com relação aos terrenos que supostamente são de sua propriedade. Não faz absolutamente nada. Eu quero me voltar ao setor público público, aos acrescidos de marinha. Eu sou testemunha viva. Consegui implantar no Município de São José, quando fui prefeito, um acrescido de marinha, que chamamos de Beira-Mar de São José, um aterro, que criou um novo eixo de desenvolvimento econômico e social naquela região, e outro, igualmente, na cidade de Florianópolis.

O que acontece? Recursos do Município, financiamento privado e financiamentos do Município, que o Município contraiu, e quando o Município concluiu a obra, chegou a União e tomou conta, apropriou-se da obra. Nada mais podia ser feito. Uma obra feita pelo Município, com recursos do Município, financiamentos do Município. Tivemos que passar imediatamente a obra para o Patrimônio da União, para a União.

Tudo bem. E sabe o que acontece lá hoje, Senador Ricardo Ferraço? Estão distribuídos nessa área valorizada, de frente para o mar, adivinha o quê? Prédios públicos federais. Todos. Todos estão lá. Como a Secretária Executiva, a Srª Cassandra, disse, todo brasileiro gostaria de morar de frente para o mar. Só que as pessoas que hoje moram de frente para o mar não invadiram, e se invadiram merecem as punições pertinentes à sua atitude. Mas elas ocuparam essas áreas no regramento existente desde a época do Império. E hoje, infelizmente, muitas pessoas que residem em ambientes consagrados de preservação histórica não podem nem trocar uma porta da sua residência, porque estão lá o Patrimônio da União e a Justiça a fiscalizarem essas pessoas.

Existe uma portaria que diz que a União não pode ceder nada de graça para ninguém, e eu acho até que faz sentido, mas não ceder de graça do Poder Público para o Poder Público é um absurdo. Porque todos nós somos públicos. Se o Município paga para a União, a União tem que devolver esses recursos para o Município para que ele possa sobreviver.

Recentemente, em Florianópolis, depois da minha saída da prefeitura, surgiu uma notificação ao Município. A SPU aplicou uma multa de R$180 milhões. Por quê? Porque a prefeitura, ao longo da sua história, coisa de 30, 40, 50 anos, utilizou essas áreas acrescidas, em que existe um centro de convenções, o sambódromo etc. E aplicou a multa. Isso significa que, por duas receitas de um Município como Florianópolis.

Então, falta... É por isso que eu disse aqui da arrogância, da prepotência, da insensibilidade do sistema burocrático. Não é possível! Não se pode permitir um negócio desses! Não é possível entender uma multa desse tamanho, dessa relevância, de um Poder para outro Poder, cujas áreas não foram ocupadas irregularmente; foram ocupadas porque tiveram autorização, e agora, através das portarias e etc. e tal que foram editadas, é preciso ter um contrato oneroso quanto a isso.

Portanto, essa é uma questão sobre a qual nós precisamos passar uma régua, nós precisamos tomar uma atitude. Senador Ricardo Ferraço, eu sei que V. Exª já fez inúmeras tentativas, e posso perceber a sua frustração em relação às dificuldades que enfrentou, mas eu quero me associar a V. Exª. Sei que a minha voz não é uma voz poderosa, mas é uma voz que vai se associar aos princípios, aos ideais de V. Exª para que, juntos, possamos encontrar uma alternativa para essas questões, que são extremamente relevantes para o País.

E o pior: pelo que eu sei, nós arrecadamos em torno de R$700 milhões com esses terrenos de marinha em todo o País. E, no meu Estado, atinge, se não me engano, 35 mil pessoas – não estou com esses dados; então, peço desculpas se não for exatamente isso. O que acontece quando o Governo reedita uma medida provisória que cria um pânico nessas pessoas? Aumenta a revolta, numa gestão que já está capengando, que já está com dificuldade, que já perdeu o respeito da população, cujo resultado, Senador Ferraço, é de R$700 milhões!

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – No Brasil todo.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – No Brasil todo! É apagar fogo com gasolina! É um negócio absurdo!

Então, aumenta-se o IOF, o imposto financeiro, ou de transações e etc. e tal, sendo que, com um percentualzinho, resolver-se-ia essa questão, e deixar-se-iam em paz esses ocupantes dos terrenos de marinha, que, ao longo da sua vida, vivem sempre num sistema completamente de insegurança jurídica.

Bem, para concluir – e pedindo desculpas pelo tempo, que exagerei –, eu acho que nós precisamos buscar uma alternativa de desburocratizar, de facilitar, de simplificar métodos e apoiar o desenvolvimento econômico, sem o qual este País não vai sair do atoleiro em que se encontra hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Nós é que agradecemos a contribuição de V. Exª e o depoimento, por ter sido duas vezes prefeito da cidade de Santa Catarina.

Eu vou devolver a palavra ao Dr. Luciano Roda, que não foi pessoalmente citado – foi citada a Secretaria de Patrimônio da União, em que S. Sª é Diretor de Destinação Patrimonial –, para que possa fazer suas conclusões em relação aos diversos fatos que foram ditos aqui em relação à SPU.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Senador Presidente, só pra informar a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pois não, Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Muito obrigado pela atenção de V. Exª.

Só quero informar que acabo de saber que o meu decreto legislativo já foi encaminhado para V. Exª, deve estar aí nos corredores, e V. Exª deve recebê-lo. Então, é só para dar a minha pequena contribuição com relação a esse assunto.

E concordo com o Senador Blairo Maggi: se for do entendimento desta Comissão e de V. Exª, que nós criemos, se for o caso, um decreto legislativo da Comissão, e não de um Senador individualmente, porque teremos muito mais força para continuar o trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu estou tão convencido dessas teses que nós discutimos que, já na próxima quarta feira, eu vou submeter à Comissão de Infraestrutura um decreto

legislativo, sustando os efeitos dessas portarias e decretos que exorbitam das suas prerrogativas e dos seus limites, para que isso possa ter a força coletiva da Comissão de Infraestrutura do Senado. Então, eu já vou preparar, fundamentar, estruturar os termos e o conteúdo desse decreto legislativo, para que, na próxima quarta-feira, iniciemos o debate e talvez até deliberemos sobre isso, tamanho o meu convencimento. E darei conta dessa tarefa.Dr. Luciano, a palavra é de V. Sª.

O SR. LUCIANO RODA – Muito obrigado, Senador.

Primeiro, eu queria só responder ao Dr. Pagot. Com relação à presença da nossa Secretária aqui, inicialmente, eu fui convidado pessoalmente pelo Senador Blairo Maggi, não foi a Secretária, embora ela não se furte a nenhuma discussão, já esteve aqui várias vezes, como já citou o próprio Senador Dário Berger. Com certeza, todo o meu relato daqui vai chegar até ela, e as providências, as possibilidades que a gente discutir ou acertar aqui serão tomadas em conjunto pela Secretaria e pelo Ministério. Então, quero deixar bem claro que é somente uma questão de momento ela não estar aqui, mas, sabendo do que está acontecendo e preocupada com essa atividade, ela sempre teve e continuará no processo, com certeza.

Foram várias citações, ao longo de todas as explanações, mas, para resumir e não ser repetitivo, em primeiro lugar, uma coisa que acho que é senso comum aqui: portaria não cria lei e nem obrigatoriedade de cobrança. Isso está previsto na lei, a portaria apenas regulamenta essa ação. Então, o entendimento da SPU é que a simples revogação da portaria não extingue a necessidade da cobrança. Esse é um fato já discutido várias vezes e, para isso, existiriam outras ações que seriam necessárias, e a gente está disposto a discutir alternativas de formatos disso.

Já há algum tempo, como eu falei, essa discussão é feita no setor. Estão aí mostrados os estudos do Dr. Fernando com base na legislação; como a própria posição do Dr. Manteli quando ele cita especificamente ações judiciais, da mesma forma que ele citou essa que ele ganhou, a gente tem o parecer favorável... Que ele ganhou não, há dois pareceres favoráveis, porque nós ganhamos em primeira instância, temos a sentença, eu me comprometo a disponibilizar para os senhores terem entendimento disso; e existe também já o parecer da Procuradoria Geral da República favorável ao formato que a portaria estabelece, que também me comprometo a encaminhar para os Srs. Senadores para que tenham ciência do embasamento dessas decisões e do formato que está sendo proposto.

Com relação especificamente à atuação da SPU, as discussões referentes à mudança de postura vêm sendo feitas, e o senhor mesmo, Senador Ricardo Ferraço, participa de vários momentos disso. A gente tem, hoje, uma lei nova, que entra em vigor completamente a partir do dia 27 deste mês, que já estabelece formatos mais simplificados de relação da Secretaria com o patrimônio público; temos a Medida Provisória nº 691, que foi editada e está em discussão em várias comissões desta Casa e da Câmara, que trata também do formato e da relação da União com o patrimônio e como disponibilizar esse patrimônio, inclusive com alienação de áreas que estejam fora da faixa de segurança, que está definida naquela lei como uma faixa de 30m a partir do limite da praia.

Então, a evolução, sentar e trabalhar sobre esses problemas, com certeza a gente tem feito há bastante tempo, em conjunto. Especificamente com relação a esse setor, por três Ministros da Secretaria de Portos a gente já vem discutindo com a equipe técnica a proposta... E aí, Fábio Lavor, aproveitando que temos um Ministro novo, temos uma proposta desenhada conjuntamente com a equipe técnica que precisa ser levada, e a proposta deixa bem claro um pouco do que eu procurava passar aqui. Uma das maiores dificuldades... E acho que, como no exemplo que o Senador Blairo Maggi citou, que envolveu praticamente toda a estrutura da SPU para entender isso, e também o pessoal da SEP e Antaq para entender o formato, a solução não foi dada porque houve influência do uso do cargo por causa disso. Na verdade, aproveitou-se esse exemplo para estabelecer uma regra para casos desse tipo. Então, não houve nenhuma influência nem pressão de absolutamente nada, o que houve foi uma solução que hoje pode ser reproduzida em várias outras situações, agilizando e finalizando o procedimento.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Dr. Luciano, não foi isso que eu quis dizer.

Eu quis dizer que quando se está próximo, pega-se o papel daqui e tenta-se levar para lá, tenta-se fazê-lo andar. Quando o cidadão está longe daqui, ele não consegue. Eu fico imaginando quanto tempo ele demora para buscar uma solução. E sei que essa solução não estava na prateleira da SPU nem da SEP nem de ninguém. Era uma coisa nova que foi tratada como nova, mas o tempo que o setor público demora para entender que essa situação vai se tornar recorrente e que já é utilizada em outros países... Basta usar o Google e pesquisar o Mississippi. Aqui em Nova Palmira, em todo lugar o pessoal usa esse tipo de situação. Nós, no Brasil, pela primeira vez vamos usar, e o público demora muito para entender, para chegar à conclusão.

O SR. LUCIANO RODA – Perfeito.

Era só para esclarecer que é uma solução que será repetida, e não uma solução para o Senador.

Na linha dessa solução que o Senador citou, eu estava me referindo a essa discussão que vínhamos mantendo até então com a Secretaria de Portos e a Antaq, que trata da disponibilização de áreas para essa atividade.

Não há interesse algum da SPU em ser entrave. Obviamente, não tem lógica, na situação em que hoje nos encontramos, criar novidades para o setor.

A lógica que propomos, da portaria, é de que, a partir da demanda da Secretaria de Portos, se disponibilize área para essa Secretaria, que então vai regular o que será feito com a atividade. Isso pode ser extrapolado, inclusive para as áreas que não tenham ocupação alguma, que sejam da União, em que haja o interesse portuário.

Então eu também me comprometo a passar para a Comissão, Senador Ricardo Ferraço, essa proposta com o embasamento legal da nossa discussão, com o parecer jurídico e tal. Talvez isso facilite o procedimento da Comissão e simplifique o procedimento daqui para a frente.

O objetivo final disso, como, ordem da minha Secretária, eu vim aqui principalmente para ouvir e para levar essas contribuições para a nossa forma de atuar. Eu tenho certeza de que hoje saio daqui com os ouvidos bastante esquentados e com muita coisa para discutirmos internamente, tentando levar como contribuição para a nossa forma de atuação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Nós precisamos encerrar a nossa Comissão. Temos ainda a Comissão de Constituição e Justiça. Mas eu gostaria de agradecer aos Srs. Senadores, especialmente ao Senador Blairo Maggi e ao Senador Dário Berger, aos nossos convidados: o Sr. Luciano Roda, o Sr. Wilen Manteli, o Sr. Mário Povia, o Sr. Fernando José de Pádua Costa Fonseca, o Sr. Murillo Barbosa, o Sr. Fábio Lavor Teixeira e o Sr. Luiz Antônio Pagot, pelas contribuições, pelas manifestações e pelas opiniões, não importa se convergentes ou divergentes. O espaço do contraditório existe para que nós possamos estabelecê-lo de forma clara e sincera.

A Comissão de Infraestrutura continuará debruçada, continuará se aprofundando nesses temas que foram debatidos hoje, por entender que isso é do absoluto interesse brasileiro e é inadiável superarmos alguns desses gargalos que, como jabuticaba, só existem no Brasil. Mundo afora, muitos desses problemas que nós enfrentamos aqui, no dia a dia, são inacreditáveis. Como diz o meu filho, é bizarro, é surreal o que o Brasil faz com quem quer empreender, com quem quer gerar oportunidade, e oportunidade compartilhada.

Veja V. Exª, Senador Dário, quando falo da nossa frustração em relação ao terreno de marinha. Durante aproximadamente dois anos nós negociamos com a Ministra Miriam Belchior e com a Drª Eva, que era Secretária Executiva do Ministério do Planejamento, uma proposta de lei que visasse simplificar, desburocratizar as relações dos brasileiros com a Secretaria do Patrimônio da União.

A Presidente Dilma encaminhou ao Congresso brasileiro uma proposta, essa proposta foi aprovada pela Câmara, foi aprovada pelo Senado e, ao final, a Presidente veta aquilo que ela própria encaminhou ao Congresso. Então é inacreditável que essas coisas continuem acontecendo. O pobre do contribuinte, do cidadão brasileiro assiste a tudo isso sem entender essas questões que estão em volta do Estado brasileiro.

A nossa frustração e a nossa indignação é contra esse estado de coisas, é ter a convicção de que o mundo não vai aguardar pelo Brasil.

Enquanto o Brasil fica aqui achando que a América do Sul ou que o Mercosul são suficientes para prover a nossa economia de prosperidade, o mundo organiza a Transpacífica, e, aí, 12 países se organizam e constituem, aí, 40% do Produto Interno Bruto, quebrando barreiras tarifárias, construindo união aduaneira e o Brasil acha que está, que, enfim, que está bombando. Bombando em quê?

Então, esses gargalos todos fazem com que a gente que não está no dia a dia no Executivo fique muito indignado e muito impaciente, porque essa impaciência é a impaciência do povo brasileiro, que não suporta mais essa velha máxima de que o Brasil é um país do futuro, e esse futuro não chega para o conjunto da população brasileira, que quer prosperar, que quer ser feliz, que quer participar do mercado do consumo, que quer ter uma vida digna com base nos seus esforços próprios.

Então, essa é a pressa que nós achamos que o Poder Público brasileiro precisa ter, entendendo que, do lado de lá, há um cliente chamado sociedade, povo, contribuinte, que paga uma elevada carga tributária, para que possa existir eficiência no setor público, e essa eficiência, sinceramente, está deixando a desejar.

De modo que eu quero agradecer a participação de todos os senhores aqui, nessa Comissão, e, não havendo mais nada a tratar, vamos encerrar a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 8 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 51 minutos.)

ATA DA 33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 2015.

Às oito horas e trinta e seis minutos do dia vinte e um de outubro de dois mil e quinze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras e dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz, Telmário Mota, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Wellington Fagundes, Valdir Raupp, Hélio José, José Pimentel, Paulo Rocha, Ivo Cassol, Vicentinho Alves, Eduardo Amorim, Waldemir Moka, Dário Berger e Sérgio Petecão. Registra presença como não membro o Senador Omar Aziz. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e propõe a dispensa de leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Após a leitura de comunicados da Presidência, tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 69, de 2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin e dos Senadores Acir Gurgacz e Valdir Raupp, que "nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal e do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública desta Comissão de Serviço de Infraestrutura - CI, para debater sobre o processo de recuperação da Rodovia BR- 319 que liga Manaus (AM) a Porto Velho (RO), podendo ocorrer de forma conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA. Sugerimos que sejam convidados para participar, representantes: do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA; do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT; da Fundação Nacional do Índio - FUNAI; da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas - FIEAM; da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia - FIERO; do Governo do Estado do Amazonas e do Governo do Estado de Rondônia". O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições, o Senhor Valter Casimiro Silveira, Diretor Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT; o Senhor Thomaz Miazaki de Toledo, Diretor de Licenciamento Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; o Senhor Artur Nobre Mendes, Diretor de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, que representa o Senhor João Pedro Gonçalves da Costa, Presidente da FUNAI; o Senhor Saleh Hamded, Diretor da Representação em Brasília da Federação das Indústrias do Amazonas – FIEAM; o Senhor Alan Gurgel, Diretor Tesoureiro da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia – FIERO; e a Senhora Elizete Lionel, Superintendente de Integração do Estado de Rondônia em Brasília – SIBRA. O Presidente registra a presença dos Senhores Deputados Federais Silas Câmara (PSD/AM); Remídio Monai (PR/RR); Luiz Claudio (PR/RO); Lucio Mosquini (PMDB/RO); da Senhora Deputada Federal Conceição Sampaio (PP/AM); e do Senhor Wilmar Lacerda, Primeiro Suplente do Senador Cristovam Buarque. Tem início a Parte 2 com apreciação de itens extrapauta, a pedido do Senador Acir Gurgacz: Item 1 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 71, de 2015, de autoria dos Senadores Wellington Fagundes e Acir Gurgacz, que requer "nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro, em aditamento ao RQI 53/2015, desta comissão, para que seja estendido o convite para participar da audiência pública pretendida o Senhor Edgar Ferreira de Sousa, Presidente da Federação Nacional dos Taxistas e Transportadores Autônomos de Passageiros (FENCAVIR) e Presidente da Seção de Autônomos da Confederação Nacional do Transporte (CNT)". Resultado: Lido o requerimento. Item 2 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 72, de 2015, de autoria dos Senadores Wellington Fagundes e Acir Gurgacz, que requer "nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), em aditamento aos RQI nos 54 e 67, de 2015, seja a audiência pública – aprovada para discutir a conjuntura das obras rodoviárias sob concessão – realizada em duas reuniões: a primeira com as empresas vencedoras da concessão rodoviária da 3ª Etapa – Rota do Oeste; Concebra; Via 40; MGO; e MSVia –; a segunda com as entidades ligadas ao processo de concessão – Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR); Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Para tanto, incluímos como debatedores os senhores: Odenir Sanchez, da Concebra; Túlio Ab Saber, da Via 40; Helvécio Soares, da MGO; e Maurício Negrão, da MSVIA". Resultado: Lido o requerimento. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Acir Gurgacz, Waldemir Moka, Omar Aziz, Valdir Raupp, Lasier Martins, Ivo Cassol, Blairo Maggi, Telmário Mota e Vanessa Grazziotin. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às doze horas e seis minutos, lavrando eu, Thales Roberto Furtado Morais, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Declaro aberta a 33ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da atual Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho, como sempre, a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Antes de qualquer outra comunicação, aquela de praxe.

Consulta nº 1, de 2013.

Em 2013, foi apresentada à Comissão de Constituição e Justiça a Consulta nº 1, originária do Requerimento nº 38, de 2012, desta Comissão, que solicitava manifestação daquele colegiado quanto à constitucionalidade e juridicidade dos projetos de lei que visam alterar a relação descritiva de transportes, constante do Anexo de Lei nº 5.917, de 1973 (Plano Nacional de Aviação).

A Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela inconstitucionalidade de tais matérias e, tanto naquela Comissão quanto na Comissão de Infraestrutura, a Consulta nº 1, de 2013, serviu para embasar pareceres nesse sentido.

As matérias legislativas que deram origem à Consulta já foram, em sua totalidade, arquivadas.

Por essa razão, eu comunico ao Plenário da Comissão que o processado da Consulta nº 1 ficará sob a guarda da Secretaria da Comissão, para a instrução de futuras matérias que eventualmente tratem dessa temática.

A Presidência comunica o recebimento do Ofício nº 357, de 2015, do Diretor-Geral da Aneel, Romeu Donizete Rufino, que encaminha cópia dos documentos solicitados pela Comissão através do Ofício nº 95.

Segundo o ofício da Diretoria da Aneel, os referidos documentos foram entregues como contribuição da Eletronorte, da Eletrobras e de Furnas na primeira fase da Audiência Pública nº 32, de 2015.

Também foram encaminhados os documentos relativos à segunda fase da audiência, com nota técnica que analisa os documentos, além do voto do Diretor relator.

Cópias desses documentos encontram-se à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores.

Outro comunicado.

Documento recebido pela Presidência:

Comunico o recebimento de nota informativa da Consultoria Legislativa sobre o Aviso nº 676, do Tribunal de Contas da União, que trata de auditoria operacional referente à qualidade de serviços nos aeroportos brasileiros.

A auditoria teve por objetivo avaliar procedimentos adotados pela Secretaria de Aviação Civil, pela Agência Nacional de Aviação Civil e pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, para garantir o nível de serviços adequados aos usuários.

A Consultoria não vislumbrou medida a ser adotada no âmbito desta Comissão.

Cópia desse documento encontra-se à disposição das Senadoras e dos Senadores.

Outro comunicado.

A Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 737, do Tribunal de Contas da União, que trata de auditoria operacional para avaliar a governança em políticas públicas de mobilidade.

O documento foi enviado à Consultoria, de acordo com os trâmites adotados por esta Comissão.

Os documentos encontram-se à disposição dos Senadores.

Quero registrar, com muita honra para todos nós desta Comissão, a presença do Deputado Federal Silas Câmara do PSD, do Amazonas.

Dou as boas-vindas ao nosso Deputado.

Estive ausente desta Comissão por motivo de doença e tratamento médico. Isso me levou a uma ausência mais longa do que eu esperava. Entretanto, me confortou a solidariedade de todos, principalmente desta Comissão. Não faltaram manifestações de todos os Senadores. Entre eles, quero destacar os madrugadores de hoje, que são os Senadores Moka e Acir Gurgacz, mas outros virão certamente.

Eu quero agradecer ao pessoal de apoio, aos funcionários, a começar do universitário, dizendo que o universitário sentiu-se tão desamparado que foi bater na China. Na verdade, ele foi fazer um estágio, por suas expensas, que fique bem claro. Da china, ele prestou, a despeito da distância – é claro, hoje existe a informática – toda a solidariedade.

Agradeço ao seu substituto Pedro e a todos. Eu não vou nominá-los aqui. Na verdade, deveria até nominar. Vou nominar em outra oportunidade, mas agradeço a todos, agradeço à imprensa, sobretudo por não ter dado notícia da doença, senão poderia ser pior para mim.

Agradeço a todos os assessores dos órgãos envolvidos com esta Comissão. Aproveito, porque acredito que esteja sendo televisionado, para agradecer aos conterrâneos pelas manifestações de apoio que vieram de todo o Estado do Rio Grande do Norte.

Ontem, no Plenário, eu realmente fui alvo de manifestações de boas-vindas de todos os Senadores, a partir da manifestação do Presidente Renan Calheiros e do Vice Jorge Viana.

Bem, creio que não esqueci ninguém. Quero dizer que estou de volta. Acredito que vou passar pelo teste. As pessoas perguntam se eu estou bem. Eu digo: vamos testar. O primeiro teste é este.

Temos aqui, segundo o universitário, uma audiência pública que, a partir deste instante, vai ser realizada, atendendo ao Requerimento nº 69, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, do Senador Acir Gurgacz e do Senador Valdir Raupp.

Esse requerimento foi aprovado no dia 14 de outubro, para debater o processo de recuperação da rodovia BR-319, que liga Manaus a Porto Velho.

Para debater o tema, foram convidadas as seguintes autoridades, algumas das quais já se fazem presentes, e vamos oportunamente, dentro de poucos instantes, convidá-las a se sentar à mesa: Valdir Casimiro Silveira – Desculpe, é Valter Casimiro Silveira. Mate o homem, mas não erre o nome, já se diz lá na minha terra –, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; João Pedro Gonçalves da Costa, Presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai); Thomaz Miazaki de Toledo, Diretor de Licenciamento Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Saleh Hamded, Diretor da representação em Brasília da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam); Alan Gurgel do Amaral, Diretor Tesoureiro da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia (Fiero); e o representante do Governo do Estado do Amazonas.

É claro, eu não vou ensinar Padre-Nosso a vigário. O Senador Acir Gurgacz sabe de tudo, e Moka, como sempre, também sabe de tudo.

Essa rodovia foi inaugurada na década de 1970, a BR-319, que liga Porto Velho, capital de Rondônia, a Manaus, capital do Amazonas. É uma das principais rodovias do Estado do Amazonas e a única ligação terrestre da capital com o restante do Território nacional. Também é essencial para o Estado de Roraima, cuja única ligação rodoviária com o restante do País se dá através de Manaus, com a BR-174.

Em função da trafegabilidade comprometida é que está se realizando, hoje, esta audiência.

Vamos convidar para tomar assento à mesa o Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), o Sr. Valter Casimiro Silveira. Agradeço a presença do Diretor-Geral do DNIT.

Tenho igualmente a honra de convidar o Sr. Thomaz Miazaki de Toledo, Diretor de Licenciamento Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Agradeço a presença do nosso convidado.

Convido igualmente o Sr. Saleh Hamded, Diretor da representação em Brasília da Federação das Indústrias do Amazonas.

Agradeço a presença.

Convido o Sr. Alan Gurgel do Amaral, Diretor Tesoureiro da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia.

Agradeço a presença do nosso convidado.

Também quero registrar que já se encontra entre nós, e ao mesmo tempo convidar para a mesa, o Sr. Artur Mendes, Diretor de Políticas da Funai, Fundação Nacional do Índio.

Agradeço a presença de Elizete Lionel, Superintendente de Integração do Estado de Rondônia em Brasília. Não resta dúvida de que a Srª Elizete veio melhorar o perfil da composição desta Mesa.

Como um dos autores do requerimento e saudando a presença do nosso 1º Secretário, o Senador Vicentinho Alves, eu concedo a palavra, para que possa fazer a introdução dos nossos trabalhos, ao Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Bom dia, Sr. Presidente. Seja, mais uma vez, bem-vindo a esta Comissão e aos trabalhos. V. Exª fez falta aqui, no dia a dia, com o seu costumeiro horário britânico e as suas generosas colocações com relação ao nosso trabalho.

Seja bem-vindo, Senador Garibaldi Alves Filho.

Saúdo o Alan, da Fiero; o Artur Mendes, da Funai; o Thomaz, do Ibama; o Valter Casimiro; o Saleh, da Fieam; e a Elizete, do nosso Estado de Rondônia também.

Serei breve, Sr. Presidente, porque queremos ouvir os nossos convidados.

Quero dar as boas-vindas a todos e dizer da importância que é para nós, de Rondônia, a reabertura da BR-319.

Depois de muito debate, de muitas reuniões, de diligências que fizemos, em uma audiência pública aqui, no Senado, nós conseguimos – e na época era Diretor-Geral o General Fraxe – o entendimento entre ICMBio

e Ibama de que, para a manutenção, não precisava de licença ambiental do Ibama. E assim foi feita a licitação pelo DNIT e foi dada a ordem de serviço.

Agora, do meio para o final da obra, o Ibama resolveu, como sempre, tentar paralisar as obras no Brasil, resolveu parar, mais uma vez, essa obra que é tão importante para todos nós. Por isso a importância desta audiência pública, para ouvirmos de fato o que o Ibama viu de tão preocupante com relação à manutenção da BR-319.

A minha colocação é sempre a mesma. Quando não se tem a estrada para fiscalizar, Sr. Presidente, o possível desmatamento ilegal pode acontecer. O transporte é feito pelos rios e não há como o fiscal chegar para fiscalizar. Com a estrada, nós teremos condições de ter fiscais para fiscalizar, tanto os fiscais do Ibama, como da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Federal, da Polícia Ambiental, seja a polícia que for. Sem estrada não há como fiscalizar.

Então, entendo que a estrada é muito importante também para isso. É uma estrada que vai dar atenção às pessoas que moram ao longo da BR-319 e fazer com que a produção de hortifrutigranjeiros de Rondônia, principalmente do entorno de Porto Velho, Itapuã, Nova Mamoré, Candeias, chegue aos supermercados de Manaus e também de Roraima

É claro que não queremos transportar a nossa soja pela BR-319. O transporte de grãos pesados continuará sendo feito pelas balsas. O transporte pesado, tanto de Manaus para Porto Velho como de Porto Velho para Manaus, Sr. Presidente, continuará sendo feito pelas balsas. O tráfego apenas de caminhões médios e pequenos é que vai ser feito pela BR-319. Então, era só para pontuar.

Agradeço a presença de todos e espero que tenhamos uma boa audiência pública.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pois não, Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – V. Exª sabe que sou apenas um humilde suplente nesta Comissão. Quando começar a reunião da Comissão de Assuntos Sociais, de que sou membro titular, eu devo estar lá, pois hoje relato um projeto, mas eu queria, Sr. Presidente, dar uma contribuição antes de sair.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar o retorno de V. Exª e dizer que estranhamos muito o humor do Presidente que o substituía. V. Exª é bem humorado, já o nosso querido amigo Ricardo Ferraço é mais duro no comando.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Na queda.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – É, ele é apegado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Tanto que eu caí, não é?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Mas é uma grande figura e conduziu os trabalhos. E todos nós aqui, sem exceção, torcíamos para o seu retorno o mais rápido possível.

Antes de sair, Sr. Presidente, eu queria dizer que este é um Governo que se caracteriza por isto: parece que temos dois governos no mesmo governo. Não é incomum o que vamos debater aqui. Quer dizer, é como o Senador Acir disse aqui: reúne, chega a um acordo e diz que pode fazer, mas quando a obra está na metade ou quase terminando, paralisam tudo. Eu fico imaginando, Sr. Presidente, o desperdício de dinheiro. Porque é fácil mandar paralisar. Mas lá tem uma empresa. Isso é que é difícil. As pessoas não pensam nisso.

Vou citar um exemplo. Estavam todos mobilizados, Polícia Federal e Polícia Militar, para desocupar as terras indígenas. Não tem nada que ver com isso. Na madrugada, sai uma liminar. Quer dizer, juntaram todo mundo, mobilizaram caminhões e militares, e agora não vai mais haver. Isso não é normal. Eu acho que antes de se tomar uma decisão como essa, já que se trata do mesmo governo, seria necessário conversar sobre isso. Não se pode simplesmente paralisar uma estrada, que nem é no meu Estado. É no Amazonas ou em Rondônia. Mas que analisem o que vai acontecer. Paralisam e acabou. Quer dizer, há alguém, um técnico ou um diretor, que acha que agora vai ter que ter. Antes não precisava ter. Agora, pelo que o Senador Acir Gurgacz me conta aqui, depois de mais da metade, quase no terço final, vai ter que ter.

Certamente, existe uma explicação, que eu imagino que seja plausível e razoável. Mas fica aqui essa questão. É que antes de o Valter assumir havia um general que resolvia tudo. Batia na mesa, falava, e não acontecia nada no DNIT.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Cuidado com o General, que ele está no meu Estado.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Agora, graças a Deus, é um funcionário de carreira. E fico feliz quando um funcionário de carreira assume a direção de um órgão, porque eu sei que esse funcionário veio dali e conhece, sabe como são as coisas.

Bem, são 9 horas, mas eu não queria deixar de fazer essas observações.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Não nos abandone logo.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Tão logo relate, eu volto, quem sabe ainda a ponto de questionar, pois considero como algo que para mim não tem explicação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Antes de passar a palavra ao nosso primeiro convidado, quero salientar a presença do Deputado Federal Remídio Monai, do PR, de Roraima, e saudar a presença do Senador Paulo Rocha.

A palavra do Senador Moka me traz agora a oportunidade de agradecer, pois não gosto de me passar por ingrato, ao nosso Presidente Ricardo Ferraço, que durante esse tempo todo presidiu, segundo o Senador Moka, com mão de ferro. (*Risos.*)

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – É mais a título de brincadeira. É que V. Exª tem um humor que a todos nós contamina. E graças a Deus que é assim.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Mas eu quero agradecer. Eu realmente acho que, se demorasse mais, ele tomaria tanto gosto que era capaz de eu não voltar. Quer dizer, é aquela história: vocês não querem que eu volte, mas o que é certo é que eu tenho que agradecer a ele. Eu assisti às reuniões da Comissão pela televisão. Quando melhorei, passei a ser um espectador dos trabalhos da Comissão. Os meus atores preferidos passaram a ser os colegas Senadores. Entre eles, o nosso Presidente, a quem quero agradecer.

Nós estamos aqui justamente – parafraseando aquela música – para perguntar: por que parou? Se não me engano – o Diretor-Geral do DNIT pode me corrigir, pois ele inclusive confirmou há pouco –, a estrada parou há uma semana, a ordem de paralisação foi dada há uma semana. E foi com muita presteza que as duas Bancadas tomaram essa iniciativa.

Eu quero saudar o Senador Sérgio Petecão, que está ali na retaguarda, e agradecer sua presença.

Concedo a palavra, em primeiro lugar, ao Dr. Valter Casimiro Silveira, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Com a palavra, V. Sª.

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Bom dia, Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente da Comissão.

Cumprimento os demais membros da Mesa, os Srs. Senadores, as senhoras e os senhores.

Como o Presidente comentou, a manutenção da BR-319 foi paralisada na semana passada. Na verdade, quando o DNIT tomou conhecimento da decisão, na semana retrasada, ainda tentou uma medida no Ministério Público. Foi ingressada uma ação do Ministério Público no Tribunal Federal do Amazonas para que o DNIT paralisasse as obras, e o DNIT também já havia tomado conhecimento de que havia sido expedida uma ordem de paralisação do Ibama em relação ao serviço de manutenção da BR-319.

A BR-319, como foi dito aqui pelo Senador Acir Gurgacz, foi aberta na década de 70. É uma rodovia que não vinha recebendo manutenção do DNIT, e havia alguns termos de compromisso junto ao Ibama para que não fosse dada continuidade à manutenção da rodovia, por um determinado período.

Em julho de 2012, por um entendimento do DNIT, fruto de um acordo do Senado com o Ibama e o DNIT, identificou-se que, para a manutenção das rodovias, seria dispensado o licenciamento ambiental, para se manter as características da rodovia, sem nenhum melhoramento, como alargamento ou aumento de capacidade ou, se for o caso, pavimentação.

Nesse sentido, o DNIT entrou com um pedido no Ibama para que fosse feita a manutenção do trecho do meio. Há três trechos nessa BR: um próximo a Porto Velho, que já é pavimentado; outro próximo a Manaus, também pavimentado; e o chamado trecho do meio, ainda não pavimentado, cuja manutenção está sob questionamento. O DNIT consultou o Ibama, o Ibama entendeu que, pelo baixo impacto ambiental, não haveria problema em se fazer a manutenção e indicou em documento que o órgão que deveria dar autorização para a manutenção seria o órgão ambiental estadual, o Ipaam. Dessa forma, o DNIT entrou com um pedido no Ipaam para fazer a manutenção. O Ipaam deu a autorização, deu a licença. O DNIT contratou as empresas para fazer a manutenção.

Basicamente, o serviço de manutenção contratado para essa rodovia é: recomposição mecanizada de aterro; recomposição de revestimento primário, para dar trafegabilidade à rodovia; limpeza lateral, a roçada; reforma de pontes de madeira, e são mais de 40 pontes; substituição de pontilhões de madeira deteriorados por bueiros; e substituição de bueiros metálicos rompidos. Basicamente isso. É a manutenção apenas a fim de dar condições de trafegabilidade na rodovia, mantendo sua característica original. O DNIT não está fazendo nada além do que já havia inicialmente na rodovia. Não estamos aumentando greide, não estamos aumentando plataforma, não há serviço de pavimentação. Estamos mantendo as características originais da rodovia.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Houve desmatamento?

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Não. O DNIT limitou-se a limpar a lateral da rodovia, dentro do que já estava previsto na faixa de domínio. As margens foram limpas porque até para dar segurança à trafegabi-

lidade é necessário haver uma área de visão na rodovia. Esse tipo de limpeza é comum em todas as obras de manutenção de rodovia. O DNIT manteve as características originais da rodovia.

O relatório de fiscalização do Ibama identificou alguns pontos que talvez não tenham sido identificados na fase de fiscalização, como a origem da madeira utilizada para a construção das pontes e a origem da proteína que estava sendo fornecida para os trabalhadores. Juntou-se toda uma documentação com essas comprovações, que foi repassada para o Ibama. Nós repassamos essa justificativa para o Ibama na sexta-feira, e já iniciamos as tratativas a fim de esclarecer os itens de manutenção de rodovia, o que é considerado como manutenção de rodovia para o DNIT, para diferenciar de construção. Na construção, troca-se toda a base, faz-se todo um trabalho de base, de sub-base e capa, a pavimentação propriamente dita. Na manutenção, é apenas a reconstituição da rodovia, conforme o que já existia no local.

Era o que eu tinha para apresentar inicialmente, Senadores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu vou consultar os membros da Comissão, em razão do número de convidados, se fazemos inicialmente a oitiva, ouvimos três convidados, ou se ouvimos toda a Mesa.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sr. Presidente, eu sugiro que possamos ouvir a Mesa toda, para agilizar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – A Senadora que é a autora também concorda?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu concordo. É a nossa opinião.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu concordo, pois é comum, durante as perguntas, os convidados terem a oportunidade de complementar as informações.

Senador Garibaldi, eu queria saudar a sua volta. Depois de um longo tempo, V. Exª volta com toda saúde.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Vamos testar, não é?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Nós sabemos. V. Exª volta com a sua experiência, a sua habilidade e, sobretudo, o seu bom humor, que sempre caracterizou as reuniões desta Comissão.

Eu sugiro que V. Exª estabeleça, quem sabe, um prazo um pouco menor para cada um, e depois eles complementam, com respostas, no andamento das perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – V. Exª se refere ao tempo de exposição?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Exato, ao tempo de exposição. Em vez de dez ou quinze minutos, que fosse de seis ou sete minutos para cada um.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Dez minutos, que já acho pouco até. Ou quinze.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Bom, dez minutos então. V. Exª é quem comanda. Nós estamos aqui para seguir a sua orientação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Em razão da minha ausência, o meu comando está mais flexível.

Eu creio que dez minutos, com a prorrogação de dois minutos. Está bom? Serão dez minutos, com uma prorrogação de dois minutos. E vamos ouvir todos inicialmente, não é isso?

Então, com a palavra o Sr. Thomaz Miazaki de Toledo, Diretor de Licenciamento Ambiental do Ibama.

Com a palavra, V. Sª.

O SR. THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO – Bom dia a todos.

Saúdo as Exmas e os Exmos Senadores representantes desta Comissão de Infraestrutura na pessoa do seu Presidente, o Exmo Senador Garibaldi Alves Filho.

Gostaria também de parabenizar a iniciativa, especialmente na pessoa do Senador Acir Gurgacz, que desde o primeiro momento tenho acompanhado os desdobramentos dessa diligência de fiscalização do Ibama, buscando intensificar a interação entre o DNIT e o Ibama, até para identificar possíveis soluções para o impasse criado principalmente a partir da nossa vistoria. O Ibama realizou uma vistoria na BR-319 no final de agosto deste ano. Foi emitido um relatório técnico dessa vistoria, e o relatório identificou e constatou a realização de obras em desconformidade ao processo de licenciamento ambiental que tramita no Ibama. E por isso recomendou a aplicação de penalidades, e dentre as penalidades previstas, a suspensão das obras.

Quero, a título de esclarecimentos, lembrar que o processo de licenciamento ambiental da BR-319 foi aberto no Ibama em 2008, tendo sido apresentado estudo de impacto ambiental. Então, o requerimento de licença por parte do DNIT foi uma licença ambiental prévia, com solicitação de emissão de termo de referência para a elaboração de estudo de impacto ambiental, uma vez que a obra foi considerada causadora de significativo impacto ambiental.

Com base no termo de referência, o DNIT apresentou o estudo de impacto ambiental em 2009. Em 2009, o Ibama emitiu parecer técnico informando a impossibilidade de emissão da licença prévia e solicitando complementações ao estudo de impacto ambiental que foi realizado, complementações sobre as quais o Ibama e o DNIT ainda estão em tratativas.

No ano passado, 2014, o DNIT solicitou a emissão de um novo termo de referência para a elaboração de um novo estudo de impacto ambiental relativo à recuperação e à pavimentação da BR-319.

O processo de 2008 foi aberto em função de uma Câmara de Conciliação da Advocacia-Geral da União estabelecida entre o DNIT e o Ibama. Após discussões no âmbito da Câmara de Conciliação, a medida culminou num termo de acordo e compromisso, firmado em 22 de junho de 2007, que estabelece tanto a previsão da abertura do processo de licenciamento ambiental quanto a paralisação das obras nesse trecho. O termo abordou quatro trechos no segmento Porto Velho-Manaus, e para o trecho do quilômetro 250 ao quilômetro 655,7, que é o entroncamento com a BR-230, ficou prevista a abertura do processo de licenciamento ambiental ordinário, com previsão de emissão de licença prévia com atestação da viabilidade ambiental.

A nossa vistoria, realizada em agosto deste ano, constatou que parte do objeto desse licenciamento ambiental foi executada pelo DNIT. Das obras fiscalizadas, constatadas na vistoria de agosto de 2015, parte é objeto do processo de licenciamento ambiental, e parte é objeto de avaliação do estudo de impacto ambiental apresentado para o Ibama.

Em função disso, não é regular, o DNIT não pode solicitar ao mesmo tempo uma licença para o Ibama e outra ao órgão estadual de meio ambiente. Portanto, em função de aquelas obras serem objeto do licenciamento ambiental do Ibama, e o Ibama, pelo fato de não ter emitido a licença, por relatório de vistoria recomendou a aplicação das sanções.

No dia 13 de outubro, nós tivemos uma audiência na Presidência do Ibama, entre Ibama e DNIT, e dessa audiência resultou um encaminhamento.

Em primeiro lugar, de acordo com o termo de compromisso estabelecido no âmbito da Câmara de Conciliação da Advocacia-Geral da União, o DNIT se comprometeu a não realizar nenhum tipo de obra nesse trecho entre o quilômetro 250 e o quilômetro 655. Dessa forma, seria necessário, para a regularização das atividades realizadas, uma revisão desse compromisso.

Em segundo lugar, seria importante, para evitar divergências quanto ao entendimento do que é manutenção e o que é recuperação e pavimentação, que estabelecêssemos uma previsão, nesse termo de compromisso, de que obras de manutenção são possíveis de ser realizadas e que obras não são, e, além disso, a largura da faixa em que pode haver ou não supressão de vegetação. O relatório constatou que em alguns trechos a rodovia chega a 5m. E hoje, após os trabalhos, a rodovia já tem alguns trechos com 18,6m, por meio da supressão de vegetação. Até para evitar esse tipo de conflito e para que o Ibama possa executar a fiscalização das obras, ainda que com caráter de manutenção das condições de trafegabilidade, e que não entre em discussão a pavimentação, que é objeto de licenciamento ambiental no Ibama, é importante que haja uma regulamentação sobre que atividades podem ser executadas, para, em cima disso, o Ibama poder exercer sua fiscalização e evitar esse tipo de divergência que está ocorrendo no caso.

Esses são os esclarecimentos. E, claro, estou à disposição de todos os Senadores para prestar mais esclarecimentos.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Eu sei que fizemos um trato, mas gostaria que o Dr. Thomaz deixasse bem claro que o que está sendo feito na BR neste momento é a manutenção e não a pavimentação. E para manutenção não precisa de licença ambiental.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Ele sabe, mas não fala. É só para deixar claro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Antes de conceder a palavra ao próximo convidado, quero registrar, com muita honra para a Comissão, a presença em nosso plenário do Deputado Luiz Cláudio, de Rondônia.

Com a palavra, o Sr. João Pedro Gonçalves da Costa, Presidente da Fundação Nacional do Índio. (*Pausa.*)

Diante da ausência de S. Sª, está presente e usará da palavra – desculpem-me – o Sr. Artur Mendes, Diretor de Políticas da Fundação Nacional do Índio (Funai).

O SR. ARTUR NOBRE MENDES – Senador Garibaldi, bom dia. Em seu nome cumprimento todos os Senadores aqui presentes, autoridades e demais interessados no tema.

Eu queria justificar a ausência do Presidente da Funai, que neste momento se encontra em viagem a Belém do Pará, acompanhando uma reunião importante que está acontecendo lá, uma etapa regional da Conferência Nacional de Política Indigenista.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra, o Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Dr. Artur Mendes, é um prazer recebê-lo aqui, mas o João Pedro poderia ter mandado um representante para essa reunião porque ele é do Estado do Amazonas e tinha a obrigação de estar aqui neste momento. Ele tinha toda a obrigação, como cidadão amazonense, de estar aqui hoje. Ele poderia ter mandado um representante para Belém do Pará, poderia ter mandado um representante para a China, mas hoje ele não poderia estar ausente desta reunião.

Fica aqui esclarecida essa questão. Ele é do Amazonas, representa o Amazonas. Hoje é Presidente da Funai, mas já foi Parlamentar e Senador pelo Amazonas. Era para estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Continua com a palavra o Sr. Artur Mendes.

O SR. ARTUR NOBRE MENDES – Ao compromisso que ele havia assumido nessa viagem ele não podia deixar de comparecer.

A Funai participa do processo de licenciamento ambiental como órgão interveniente, como órgão de apoio do Ibama em temas relacionados a terras de povos indígenas.

Em relação à BR-319, como foi relatado aqui pelo Diretor Thomaz, houve o entendimento por parte do Governo – não é um entendimento unilateral do Ibama, mas por parte do Governo –, feito em uma Câmara de Conciliação, de que haveria a necessidade de seguir o procedimento de licenciamento nesse caso. A partir daí, a Funai foi chamada para integrar esse processo como órgão interveniente.

Inicialmente, a Funai identificou um certo número de terras indígenas que poderiam ser afetadas pela obra e indicou a necessidade de estudos de impacto, de um estudo específico do componente indígena nesse caso.

No decorrer do processo, houve uma regulamentação nova, que definia a distância mínima necessária para que uma terra indígena fosse considerada como impactada por uma obra desse tipo, ou seja, uma obra linear, como é uma estrada. Em função dessa mudança na normativa, o próprio DNIT solicitou um novo termo de referência. Houve redução do número de terras indígenas que seriam impactadas, e a Funai emitiu um novo termo de referência, indicando, portanto, a existência de cinco terras que deveriam ser contempladas no estudo de impacto referente às terras indígenas.

O termo de referência foi emitido no ano passado. O processo correu e só no ano passado é que foi emitido o termo de referência. Nós estamos aguardando o resultado dos estudos. A Funai irá se manifestar ao Ibama a partir do momento em que esses estudos estiverem concluídos e nós pudermos emitir parecer a respeito das medidas e das condicionantes que precisarão ser contempladas. Nós não temos participação direta. A estrada não corta nenhuma terra indígena diretamente, mas afeta algumas que estão em seu raio de influência. E esse raio de influência é definido pela Portaria nº 60 atualmente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Qual é o raio de referência?

O SR. ARTUR NOBRE MENDES – É de 20km.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Nesse trecho, eu acho que não existe nenhuma terra indígena. Nós estamos falando da área lá em cima, na BR-230, que já está asfaltada. Você teria que nos dizer quais são os trechos em que estão essas terras indígenas. Você não sabe? Diga-nos onde estão.

O SR. ARTUR NOBRE MENDES – Nós temos. Temos o mapa. Estão aqui: cinco terras indígenas.

Nos Municípios de Tapauá, Manicoré, Autazes,...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Eu estou falando de outra coisa, amigo. Eu estou falando do Madeira.

O SR. ARTUR NOBRE MENDES – Eu sei. Eu estou falando das terras indígenas que foram identificadas.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Tapauá está no Purus.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Tapauá é Município do Rio Purus. E a BR-319 faz fronteira com o Rio Madeira. Você está falando de uma coisa. Em Tapauá e em Canutama, sim, o Ibama, irresponsavelmente, juntamente com a Funai, irresponsavelmente, deixou construir a Belo Monte, que hoje está prejudicando terras indígenas e está arrebentando o meio ambiente na nossa região. Isso vocês não viram. Para uma estradinha que está há 40 anos lá vocês criam um monte de celeuma. É essa a questão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Omar, V. Exª está inscrito em primeiro lugar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Eu sei, mas, veja bem, o Diretor Artur vem aqui e diz: "Nós temos terras indígenas que são afetadas". A Senadora Vanessa pergunta a ele: "Quantos quilômetros?". Porque não está na BR-319. Esse trecho da BR-319, Senador Garibaldi Alves, para quem não conhece, de um lado e de outro, as terras são alagadiças. Quando o rio enche, transborda, tanto é que tem que tem que subir o greide da estrada futuramente. Agora nós estamos em uma época de seca na nossa região, Senador Garibaldi, os rios não serão navegáveis daqui a um mês. E nós não teremos a BR-319 nem de terra batida. Se houvesse um pouco de responsabilidade por parte do Governo, de compromisso... E ainda diziam as esquerdas brasileiras, inclusive eu, que os militares vendiam a Pátria. Não havia, na época dos militares, nenhum órgão nosso que era de empresa estrangeira. Hoje, quem manda aqui não é o Ibama, não é a Ministra do Meio Ambiente; quem tem ingerência aqui são organismos internacionais, que não conhecem os nossos homens e as nossas mulheres. É essa a questão, Senador Garibaldi.

Então, o Diretor da Funai que está aqui fala em Tapauá. Tapauá, queira me desculpar, Sr. Artur, está no Purus. Está acima de Canutama.

O SR. ARTUR NOBRE MENDES – Se o senhor me permitisse concluir, Senador, eu iria explicar a situação.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – O senhor disse 20km.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Vamos ouvir o Sr. Artur Mendes.

O SR. ARTUR NOBRE MENDES – Eu sei. Nesse caso específico, nós incluímos aqui no estudo, mas obviamente há uma consideração a ser feita, se o Senador permitir.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Eu permito que o senhor diga o nome dessas cinco trigos indígenas e onde estão localizadas.

O SR. ARTUR NOBRE MENDES – A Terra Indígena Apurinã do Igarapé Tauamirim, que realmente não está dentro dessa faixa dos 20km.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – É óbvio que ela não tem que estar aí.

O SR. ARTUR NOBRE MENDES – Eu ia falar para o senhor. Eu ia falar para o senhor, se o senhor me permitisse. Infelizmente, fui interrompido.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu quero fazer um apelo ao Senador Omar e ao nosso convidado, até em nome da minha saúde.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Em nome da sua saúde, Senador Garibaldi. E é muito bom vê-lo, sempre renovado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra, o Sr. Artur.

O SR. ARTUR NOBRE MENDES – A Terra Indígena Apurinã do Igarapé Tauamirim realmente está a 40km da linha da estrada. Nós a incluímos no estudo porque ela é cortada por uma vicinal, que é a BR-366, que obviamente será afetada pela pavimentação da estrada. Posteriormente, o Ibama poderá avaliar se integrará ou não o estudo. Na portaria interministerial, nós temos a prerrogativa prevista de incluir, em casos excepcionais, terras que estejam além da faixa de influência. Nesse caso, optamos por incluir, mas ainda depende de uma avaliação também do próprio Ibama.

Nós temos a Terra Indígena Ariramba, do povo mura, também situada a 20km do limite; a Terra Indígena Cunhã-Sapucaia, também do povo mura, a 10km; a Terra Indígena Lago Capanã, também do povo mura, a aproximadamente 20km; e a Terra Indígena Lago do Barrigudo, apurinã, a 2,5km do traçado da estrada. A princípio, são essas as terras indígenas que serão contempladas no estudo do componente indígena. E obviamente isso será feito...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – A do lago fica a quantos quilômetros?

O SR. ARTUR NOBRE MENDES – A 2,5km.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – É o Lago do Barrigudo?

O SR. ARTUR NOBRE MENDES – É, Lago Capanã, 20km aproximadamente também.

Então, são essas as terras indígenas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – E os povos são apurinã e...

O SR. ARTUR NOBRE MENDES – Apurinã e mura.

É essa a situação, Presidente, e eu me coloco à disposição para responder as perguntas e quaisquer indagações a respeito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu quero registrar e agradecer a presença em nosso plenário do Sr. Wilmar Lacerda, que é suplente do nosso Senador Cristovam Buarque.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pois não.

Com a palavra, a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Rapidamente, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, também quero saudar a sua recuperação e dizer que V. Exª, apesar de todo o problema vivido, que não foi pequeno, tenho ciência, voltou muito bem e muito disposto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Mas é preciso que tenham cuidado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Perfeitamente. Por isso que eu até sugiro que o Senador Omar seja um pouco mais comedido, em homenagem ao nosso Presidente.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – V. Exª dê conselho para o seu marido. Dê conselho para o seu marido.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Em primeiro lugar, Sr. Presidente, eu quero cumprimentar V. Exª e agradecer muito – ouviu, Senador Omar? O nosso Presidente estava de licença médica, eu liguei para ele, nós tratamos do assunto com o nosso Vice-Presidente também, com quem dialogamos, e conseguimos aprovar, extrapauta, na semana passada, o requerimento para a realização da audiência pública hoje. Portanto, muito obrigada. Eu sou muito reconhecida pelo desempenho e pelo empenho, sobretudo, de V. Exª num assunto que não afeta o seu Rio Grande do Norte, mas afeta a nossa Amazônia. Então, é de grande solidariedade com todos nós.

Eu pergunto porque fomos nós que apresentamos o requerimento, e eu observei que nem todos os convidados vieram. Eu pergunto qual é a razão da ausência do representante do Governo do Estado do Amazonas. Em relação a esse, sim, nós deveríamos estar preocupados com sua ausência, Senador Omar. Por que não está presente? Foi feito o convite, assim como o contato, inclusive pelo meu gabinete. Vejo aqui a representante do Estado de Rondônia e gostaria de saber o porquê da ausência do Governo do Estado do Amazonas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Segundo o universitário, o Governo do Estado comunicou que se faria presente um representante, que até agora não chegou ao plenário da nossa Comissão. Até agora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E nem por isso eu vou tratar com desrespeito o Governo do meu Estado, Sr. Presidente. Ele deve ter alguma razão forte também para não estar aqui.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente, eu não estou aqui para justificar a ausência de ninguém. Eu estou, como Senador da República, representando o Estado do Amazonas, para cumprir o meu papel aqui. Eu posso não ser comedido, mas não sou omisso em relação ao meu Estado. E se eu não tiver comedimento, ou coisa parecida, em relação ao Estado do Amazonas, tenha a certeza de que eu não serei omisso nunca. E essa omissão tem prejudicado muito.

Quero dizer ao senhor que de qualquer coisa relacionada ao Estado do Amazonas, como representante do Estado e como ex-Governador, tenho conhecimento para ajudar. E o Ipaam foi desautorizado pelo Ibama a dar licença ambiental. A partir do momento que deu para o DNIT uma licença para que fosse feita a recuperação, o Ipaam ficou desautorizado pelo Ibama. O Ibama entrou e multou em R$7,5 milhões a obra, mandou paralisar a obra, causando um prejuízo enorme, prejuízo irrecuperável.

Então, em relação a isso, tenha certeza de que não serei comedido, mas serei respeitoso a V. Exª não pelo estado de saúde, já que sei que V. Exª é um jovem e tem muito a servir a este País ainda. Tenha certeza de que não serei omisso, de forma nenhum, em relação ao Estado do Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Sr. Saleh Hamded, Diretor da Representação em Brasília da Federação das Indústrias do Amazonas (FIEAM).

O SR. SALEH HAMDED – Obrigado, Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho.

Saúdo a todos, na oportunidade em que agradeço o convite para este importante debate. Vou procurar concentrar a minha exposição na visão da classe empresarial do Amazonas, especificamente o Polo Industrial de Manaus na relação com a BR-319.

A Zona Franca de Manaus, hoje, o Polo Industrial de Manaus abriga em torno de 500 empresas. Já tivemos 130 mil empregos diretos gerados; hoje empregamos pouco menos de 100 mil. Em 2014, tivemos um faturamento aproximado de R$85 bilhões. Esses números nos levam a uma concentração industrial, a segunda ou terceira, maior do Brasil. Produzimos hoje cem por cento dos televisores fabricados no Brasil, aproximadamente 90% a 95% das motocicletas produzidas no Brasil. Temos produção de celulares, *tablets*, bicicletas, ares-condicionados, conversores de sinais e por aí adiante.

Naturalmente, o conceito industrial pressupõe que haja necessidade de escoamento da sua produção bem como da realimentação dos seus processos produtivos, para que isso feche o ciclo industrial. Para isso, há necessidade de que se tenha um escoamento de toda essa produção para o mercado consumidor.

Desde a sua criação, a Zona Franca de Manaus vem aproveitando, eu diria, os modais existentes, haja vista que não há nenhum ligação cem por cento terrestre. Hoje, temos o modal rodofluvial, tanto via Belém quanto via Porto Velho, que leva, em média, 12 dias para escoar essa produção. Temos a cabotagem, que leva em média 20 dias para escoar essa produção, e temos o aéreo puro, que leva de 2 a 4 dias, dependendo realmente da frequência.

Bom, o que temos percebido é que a infraestrutura hoje é um dos nossos principais gargalos. O que tem acontecido é que os investimentos que havia em infraestrutura foram se deteriorando e não foram recuperando, haja vista a situação da BR-364, a BR-153, que têm dificultado, cada vez mais, o escoamento da nossa produção.

Por outro lado, não temos visto investimentos em portos, em aeroportos, o que tem realmente comprometido a vantagem comparativa do Polo Industrial de Manaus.

A competitividade basicamente pressupõe um tripé de vantagens comparativas: a vantagem que temos lá hoje, que é a questão tributária, a parte da infraestrutura e a parte da burocracia.

Infelizmente, o que temos percebido na última década é que a questão tributária não está mais compensando mais a burocracia e a falta de infraestrutura. Os custos hoje estão muito elevados para compensar a vantagem tributária. Isso tudo fica demonstrado quando analisamos novos investimentos. O Polo Industrial de Manaus na última década não teve um novo setor se instalando, não teve um novo subsetor se instalando, ou seja, não teve novos investimentos. E o que temos percebido é que os investimentos que lá estão vêm se deteriorando ao longo do tempo. Logicamente, não é só a BR-319 que afeta isso, mas, sem dúvida nenhuma, ela seria uma grande alternativa para escoar a produção a um custo menor.

Se observarmos hoje, os nossos concorrentes, os nossos paradigmas de hoje, que são os chineses, chegam aos polos consumidores mais rápido do que os produtos da Zona Franca de Manaus e a um custo menor. Esse é um fato do qual não temos como fugir.

Isso leva a crer, realmente, como digo e repito, que a vantagem tributária não está suportando mais os custos de infraestrutura. A perda de competitividade vem ano a ano bem como a Zona Franca de Manaus vem encolhendo ano a ano. Um exemplo claro disso é a fábrica de motocicletas recém-instalada no Estado de Pernambuco. O principal fator naturalmente é a infraestrutura. Não existe vantagem tributária para se instalar em Pernambuco, haja vista o alto índice de tributação que existe nesse produto. Só houve uma razão para essa decisão ser tomada: a infraestrutura, haja vista haver o Porto de Suape ao lado, haja vista que as BRs do Nordeste, muito merecidamente, estão trafegáveis, e nós estamos realmente ficando para trás.

A questão toda, senhoras e senhores, é que o Estado do Amazonas, a Amazônia Ocidental, não tem uma geopolítica definida. A única política que temos lá é a Zona Franca de Manaus. Esse é outro fato. Fizemos um estudo recentemente acerca da pressão sobre a floresta. Foi demonstrado cientificamente – isso aqui não é um estudo qualquer, tem uma metodologia científica – que a Zona Franca de Manaus eliminou a pressão sobre o desmatamento da floresta. Isso está comprovado por metodologia validada por órgãos internacionais. Isso mostra realmente que, sem ela, muito provavelmente a floresta vai sofrer uma pressão muito maior do que a BR-319.

É preciso naturalmente haver um modelo socioeconômico de desenvolvimento. A população que lá habita precisa de uma inserção social, precisa ter uma inserção digital, precisa fazer parte do Brasil. Esse isolamento muito provavelmente está nos levando a uma retração muito forte do Polo Industrial de Manaus. Ano a ano, os números estão caindo e ano a ano as empresas estão fechando. Isso, no longo prazo, pode ser que não se sustente.

Na verdade, temos insistido em que o Polo Industrial de Manaus, as empresas precisam realmente buscar novos caminhos para que elas reduzam seus custos, sejam competitivas e possam sobreviver. É uma questão de sobrevivência. Repito que não é a BR-319 que vai isoladamente resolver todos os nossos problemas, mas ela é, sim, uma parte importante, porque uma atividade industrial sem o seu escoamento e sem a realimentação dos seus processos praticamente perde toda a sua competitividade.

Temos acompanhado bastante esse debate, estamos preocupados realmente com o futuro da Zona Franca de Manaus. Gostaríamos que houvesse um investimento maior na infraestrutura tanto de estradas quanto de portos, aeroportos, energia.

Temos a energia mais cara do Brasil seguramente, e não é uma energia de boa qualidade. Ou seja: as indústrias que lá estão instaladas sofrem consequências pesadas por estarem instaladas lá.

Para finalizar, acreditamos realmente que, para que haja sustentabilidade do Polo Industrial de Manaus, precisa haver vontade política...

(Soa a campainha.)

O SR. SALEH HAMDED – para que se busque a competitividade com o nosso principal concorrente de hoje, que não está no Brasil: é o chinês. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço a V. Sª e concedo a palavra ao Dr. Alan Gurgel do Amaral, 1º Diretor Tesoureiro da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia (Fiero).

O SR. ALAN GURGEL DO AMARAL – Senhores, bom dia.

Sr. Presidente, Senador Garibaldi, cumprimento a todos em sua pessoa. Não posso deixar de cumprimentar os nosso Senadores Valdir e Acir, que aqui estão presentes, Senadores do Estado de Rondônia, Estado do qual me orgulho de fazer parte.

Como amazônida que sou, fico muito triste em ver uma rodovia construída, inaugurada nos idos de 1976, no estado em que se encontra hoje a BR-319. Trafeguei por ela quando foi inaugurada. Saíamos de Manaus cedinho e, à noite, estávamos em Porto Velho para pegar a última balsa. Hoje, em Porto Velho, já temos uma ponte que nos liga ao Amazonas.

Lembro-me de que, da construção, a categoria daquela rodovia...

Hoje, não vou entrar em muitos detalhes porque acho que meu colega do Amazonas foi muito feliz em sua colocação, porque essa rodovia é fundamental. Temos duas capitais não ligadas ao Brasil, Manaus e Boa Vista, por via rodoviária. E precisamos corrigir esse equívoco, precisamos corrigir esse erro.

Quando da sua construção a categoria da BR-319 a enquadrava em 50m do eixo para cada lado, de faixa de domínio. Então, esses cem metros foram desmatados. Aí, os senhores vão dizer: "ah, mas cresceu, recuperou". Mas foi feito. Então, temos uma faixa de domínio de 50m de cada lado do eixo da BR-319. Hoje, precisamos de pelo menos uma rodovia carroçável porque não temos nada. Aliás, minto: temos hoje uma rodovia trafegável, mas em condições precárias.

Temos empresas lá trabalhando, que foram paradas por uma – desculpem-me senhores do Ibama e do DNIT – uma disputa DNIT/Ibama. Não vou entrar no mérito da questão e definir quem está com a razão. Sei que quem está com a razão é quem necessita da rodovia. Esse, sim, tem a razão e a necessidade, e são: o Estado do Amazonas, o Estado de Rondônia e todos nós que ali moramos.

O nosso modal, que abrange a hidrovia do Madeira carece da nossa rodovia BR-319. A BR-174, hoje, liga Manaus a Boa Vista, e não temos uma ligação efetiva de Manaus com o resto do Brasil, que seria a BR-319, senhores. Isso é uma falta de lógica. A biodiversidade que essa rodovia vai atacar ou vai prejudicar... se tinha que prejudicar, desculpem-me os senhores, já prejudicou há muito tempo. Hoje, quem está sendo prejudicado é o ser humano, é o caboclo, é o amazônida.

Manaus passou a ser uma cidade/Estado, como bem foi colocado aqui, e a 80% da população do Amazonas hoje está em Manaus. Por quê? Porque a Zona Franca de Manaus abriga o caboclo que estava lá, no interior, no mato. E se não dermos condições para a Zona Franca de Manaus continuar o seu avanço e o seu desenvolvimento, estaremos tirando da região um polo importantíssimo, fadando-a ao fracasso.

Peço aos senhores que mentalizem bem essas palavras porque Manaus depende de mais uma saída, porque a que tem hoje, aérea ou fluvial e marítima é insuficiente. Precisamos dar outras opções a Manaus e é isso que pedimos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Quero registrar, com muita satisfação, a presença em nosso plenário da Deputada Federal Conceição Sampaio, do PP, do Estado do Amazonas.

A nossa última convidada a usar a palavra é a Srª Elizete Lionel, Superintendente de Integração do Estado de Rondônia em Brasília.

Segundo o Evangelho, os últimos serão os primeiros. (*Risos.*)

A SRª ELIZETE LIONEL – Amém.

Em primeiro lugar, quero agradecer o convite desta importante audiência pública. Na pessoa do Presidente da Comissão, Senador Garibaldi Alves, cumprimento todos na Mesa, todos os Srs. Senadores e Srs. Deputados presentes, em especial, os Senadores do Estado de Rondônia.

Faço minhas as palavras inicialmente colocadas pelo Senador Acir Gurgacz e Senador Waldemir Moka. Defendi e gostei muito das palavras do nosso colega Alan. Faço minhas as palavras dele. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – De acordo com o nosso Regimento Interno, temos aqui que conceder a palavra, em primeiro lugar, aos autores do requerimento, que são os Senadores Acir Gurgacz, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Valdir Raupp. Em seguida, teremos a palavra do Senador Omar Aziz.

Com a palavra, a Senadora Vanessa, claro.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, cumprimento V. Exª, cumprimento todos os convidados, nossa convidada presente. Cumprimento todos os Parlamentares na pessoa da nossa querida Deputada Conceição Sampaio.

Bem, Presidente, primeiramente quero dizer que vou procurar fazer essa primeira intervenção dentro do tempo limite. Mas eu gostaria muitíssimo, depois que fecharmos essa rodada, de termos a possibilidade de voltar, porque creio que estamos aqui em um diálogo. O nosso objetivo, o objetivo de todos nós é a busca da resolução do problema! Esse é o único objetivo desta audiência pública. Aliás, estamos com esse objetivo há muito tempo e não conseguimos resolver o problema.

O Presidente da Comissão, Senador Garibaldi, tem sido testemunha. Não há sabatina que envolva o DNIT, que envolva os órgãos de infraestrutura no Brasil, tratados aqui, nesta Comissão, que não venha à mesa o assunto BR-319. Não há. Não há debate nesta Casa em que não venha à mesa o tema da BR-319. Entretanto, piora o problema. Esperávamos que o problema, com o tempo, fosse sendo resolvido, o que efetivamente não aconteceu. O tempo passa, o problema aumenta. Então, com o curso das coisas, entendemos que seria necessário e urgente, até pela decisão mais recente do Ibama de embargar obras – o que, desculpe-me Sr. Thomaz, coloca em risco vidas – esta audiência pública. Coloca em risco vidas essa atitude do Ibama.

Em decorrência disso, sugerimos esta audiência pública para agora. Em decorrência disso também, faremos uma viagem, uma diligência. Senador Pimentel, na semana que vem, não estaremos aqui porque estaremos andando pela BR para vermos *in loco* a situação. Aliás, está sendo feito quase que semanalmente por todos os meios de comunicação do meu Estado, da minha cidade.

Tenho aqui uma cópia do jornal *Amazonas em Tempo* do último domingo. É um caderno inteiro. A equipe de reportagem do jornal percorreu a estrada para buscar checar a veracidade desses problemas que foram descobertos, segundo foi dito aqui no mês de agosto através de um relatório escrito pelo Ibama do Amazonas. E veja, Presidente Garibaldi, o relatório diz, entre outras irregularidades, que os alojamentos para os trabalhadores estão sem as mínimas condições de segurança e salubridade.O Ibama agora, também, faz o papel do Ministério do Trabalho? Eu não sabia disso. Eu não sabia que agora também o Ibama recebeu delegação do Ministério do Trabalho para investigar essas questões. Eu não sabia disso!

Então, vou deixar bem claro: nós, aqui, não queremos nos contrapor a ninguém. Estamos aqui em um coletivo com a Funai, com o Ibama, com o DNIT, com os governos dos Estados – infelizmente o meu não está. Está aqui o Governo do Amazonas, o representante das indústrias. Fizemos questão de convidá-los porque, Senador Garibaldi, de que adianta ter uma zona franca lá na Amazônia? E o objetivo foi exatamente este: integrar aquela região ao restante do País e levar àquela região o desenvolvimento com o menor impacto ambiental possível. Aliás, o Ibama deveria fazer um esforço maior para nos ajudar no reconhecimento legal do impacto positivo que a Zona Franca provoca ao meio ambiente de toda a Amazônia.

Não é à toa que o Estado do Amazonas é o Estado que tem a maior área de preservação. Não é porque seus governadores foram competentes não! E eu, aqui, quero destacar a competência do Governador Omar e a competência de todos os governadores que lá passaram. Mas se temos o maior nível de preservação é porque, diferentemente do Pará, de Rondônia, do Acre, temos um projeto de desenvolvimento alternativo que é a Zona Franca de Manaus.

Aqui já foi dito: trata-se de um polo de produção para o consumo interno. Portanto, ele tem que ir para as Regiões Nordeste, Sul e Sudeste. E vai como? Utilizando dois modais porque o terceiro está impedido, que seria o rodoviário, a estrada construída e inaugurada no início da década de 70. Hoje, só contamos com dois modais: o aéreo, que é caro – como é que se vai mandar motocicleta? Quanto vai custar a motocicleta que chegará em São Paulo ou no Nordeste, no seu Rio Grande do Norte? Como é que se vai mandar aquelas televisões enormes de motocicleta? – e o fluvial, que é um excelente modal, até mais econômico do que o rodoviário, mas que não funciona o ano inteiro. Esse ano, a estiagem já está sendo prevista como uma das maiores. Não funciona o ano inteiro esse modal. E quando não funciona? Ficamos com o quê? Com as mercadorias paradas? É este o Brasil que nós queremos, que, aliás, no meio de uma crise econômica. estamos discutindo? É óbvio que não!

Então vejamos. A BR-319 é um problema tão antigo quanto eu. Tão antigo quanto eu! Mas vamos pegar outro período para, dali para cá, analisarmos: 2007-2008. Por quê? Porque houve o Termo de Ajuste de Conduta, com o Ministério Público e tudo mais, Sr. Presidente, porque havia uma decisão do Ministério dos Transportes no sentido de recuperar. O Ibama foi contra, entrou na Justiça, inclusive, e em parceria com o Ministério Público embargaram tudo. E, a partir dali, foi feito um termo de compromisso com mais de 30 exigências ambientais. Até agora, foram gastos quase R$100 milhões – só em estudos! Mas o estudo nunca fica bom. E então vem a minha primeira pergunta: por que o estudo nunca fica bom? Será que é porque o estudo é falho? Por que tantas reprovações desse estudo? Por que ele é falho? É incompleto? Por quê?

Creio que a resposta já foi dada pelo representante da Funai.

No ano passado, se todos prestaram atenção, o que o representante da Funai disse? Mudamos a metodologia em 2014.

Acrescentamos mais uma área. E isso ocasiona o quê? Volta a ter que se contratar um novo estudo por parte do DNIT, por parte do Ministério dos Transportes. Um novo estudo e mais dinheiro. Aí, ano que vem, como já foi feito isso, falam: "não, mas há outra terra indígena que fica a 100km e vai ser impactada". Veja, ninguém mais do que nós quer preservar o meio ambiente. Sabemos que o nosso futuro – nosso futuro – não é só a BR-319, mas hoje ele passa pela BR-319.

O nosso futuro sabe qual é, senhores? Utilizar, de forma racional, a nossa riqueza, que é, segundo estudos do mundo inteiro, a maior riqueza do Planeta, que é a nossa biodiversidade. De lá, podemos extrair tudo que é produto, com valor agregado, e ganhar o mundo com medicamentos patenteados, corantes, absolutamente tudo. Mas, para isso, precisamos que a nossa Zona Franca de Manaus se desenvolva, e ela está sendo impedida de se desenvolver.

Então, Sr. Presidente, aqui quero, primeiro, dizer que essa parte, para mim, não está clara. Estamos aqui para debater, neste momento, a paralisação das obras emergenciais, o embargo que foi feito pelo Ibama. E, da mesma maneira que o Ibama embargou ontem, ele pode desembargar hoje, Sr. Presidente. Ele pode! E é disso que precisamos, é por isso que estamos clamando, Dr. Thomaz. Porque, do jeito que o Ibama embargou ontem, ele pode desembargar hoje.

Repito: não há repavimentação, não há recuperação genérica da estrada. O que existe são recuperações de pontos críticos: pontes. Está aqui a matéria com fotos. Mas olhem a motivo do embargo: baseado, pelo que percebo, Dr. Thomaz – e essa quero que o senhor me responda – no relatório de agosto do ano passado do que efetivamente naquilo que o DNIT vem fazendo agora, que é recuperando esses trechos críticos.

Os carros não pararam de passar, os caminhões não pararam de passar. Agora, se um caminhão passa por uma ponte que está caída ou uma ponte que está para cair, o que pode acontecer? Ou um ônibus com pessoas? Pode cair e matar as pessoas. Então, é ali, naquele ponto, que está sendo feita a ação de recuperação.

Vamos ver o que diz o relatório de agosto, porque, no *site* do Ibama, encontrei muito pouca coisa sobre a fiscalização agora das obras, mas encontrei muita coisa do relatório de agosto, que pega também parte das obras. O que diz: "supressão da Área de Preservação Permanente (APP)". Bom, nas APPs vivem inclusive comunidades indígenas, que plantam regulamente. Então, o que teria que ser feito? Para usar o mesmo peso e a mesma medida, teria que tirar os índios de lá? Que moram lá e que plantam lá? Os ribeirinhos, os caboclos que moram nas APPs e plantam nas APPs e que, portanto, estão subtraindo também? Com eles teria que ser feito a mesma coisa, a retirada deles da área?

Diz aqui – isto peguei no *site* –: "estocagem de madeira sem licença". Será que foram as obras de recuperação que estocaram madeira? Não está claro. Diz ainda: "destinação irregular de efluentes, utilização de material de jazidas". Tudo isso é da obra? "Intervenções em corpos hídricos". Óbvio! Não sou ambientalista, mas é claro que, para fazer uma ponte, tem que mexer nos corpos hídricos, nos rios. E ainda: "alargamento de pista". Vamos ver isso *in loco*, o que foi alargado que não seja apenas para a recuperação. "Construção de bueiros". Qual é o problema de se construírem bueiros, que devem existir para escoar água? Construção de bueiros até ajuda. "Desvio de ponte danificada". É óbvio que, para consertar a ponte, tem que desviá-la". E ainda: "alojamentos para trabalhadores". Isso, na reforma, se a Presidente soubesse que o Ibama era tão prestativo em analisar questões trabalhistas, quem sabe não economizaria passando o Ministério do Trabalho para o Ibama, não é?

Enfim, temos essas questões que são muito graves, muito graves. Tenho certeza de que o problema desses refazimentos dos estudos de impacto ambiental não decorrem de questões de negligência.

Pode até haver uma ou outra falha, mas, no geral, sabe qual é o problema? É que sempre aparece um novo problema. E isso por quê? Porque não se quer construir a BR. E aí, Sr. Presidente, para concluir – porque há todos os que precisam falar –, quero levantar a seguinte tese, que não é o nosso caso, já que não estou acusando e nem falando para ninguém que esteja diretamente nesta sala e é o caso de muitas instituições mundo afora. O que existe é uma tentativa de bloquear parte da Amazônia, de isolar parte da Amazônia, que é exatamente a nossa, porque avalia que a BR é um foco de desmatamento muito forte. Só que isso é muito grave, porque, primeiro, tira o direito constitucional de brasileiros irem e virem. É o nosso caso, que vivemos no Amazonas, dos que vivem em Roraima, principalmente. É o nosso caso. Em segundo lugar, quando foi feito em 2007/2008 esse TAC para a BR finalmente sair e ser recuperada, nela foi criada uma estrada parque com 28 áreas de preservação. Vinte e oito áreas de preservação!

O Poder Público com a comunidade, os governos dos Estados – metade dela é de Roraima, a outra parte é do Amazonas – devem cuidar para que ela não seja foco de expansão de desmatamento. Isso é plenamente possível.

Vivo em Manaus a minha vida inteira e nunca vi, Senador Garibaldi, tanta fumaça na minha vida! Nunca vi tanta fumaça! Não se consegue respirar em Manaus, é a primeira vez que vejo. A culpa é da BR–319?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Será que é?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO. *Fora do microfone*.) – Deve ser.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Deve ser. O Senador Acir está dizendo que deve ser a BR-319. (*Risos.*)

Veja, há um problema ambiental muito maior, mas é a BR-319 que está parada. A BR-319 está parada em uma obra que, repito, não só, Senador Acir, é uma obra de recuperação pontual, mas é uma obra necessária para evitar acidentes com mortes inclusive – acidentes com mortes!

Então, concluo minha participação, lendo um trecho que não é meu. Recebi muitos *e-mails* lá do meu Estado, e este faço questão de ler. Diz o seguinte:

Quero deixar aqui minha indignação pela não pavimentação dessa estrada. Isso porque temos que buscar o equilíbrio entre sociedade, natureza, homens e mulheres que lá habitam. O que estamos vendo são conflitos políticos de modais que não estão permitindo a reprodução digna e justa da vida daqueles que habitam dentro da BR, no entorno, em cima, embaixo da BR-319.

Veja, há preocupação com as pessoas que já habitam.

Esse *e-mail* que recebi está assinado por Terezinha Fraxe, que é ambientalista, professora da Universidade Federal do Amazonas, e uma pessoa que trabalhou na elaboração – foi colaboradora – dos estudos de impacto ambiental.

Então, Sr. Presidente, quero que V. .Exª, como Presidente desta Comissão, seja o grande árbitro a arbitrar uma solução. Repito: o que queremos aqui é que o Ibama desembargue o que embargou. Possibilidade técnica para isso há. Aliás, seguro-defeso não há mais, pode pescar. Então, o aspecto técnico, quando se quer, se acha. E para garantir a continuidade das obras, agora tem, enquanto seguimos em uma solução rápida para a sua recuperação total.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço à Senadora Vanessa Grazziotin e concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sr. Presidente, nobres colegas Senadores e Senadoras, Deputados Federais, o Deputado Estadual Francisco Souza, de Manaus, que está presente a esta audiência pública, e convidados, não vou ser repetitivo e vou procurar ser pontual.

Entendo que há uma predisposição muito grande com relação a todos nós, da Amazônia, com relação ao desenvolvimento e há uma discriminação ainda muito maior.

Vou evitar, Thomaz, falar aqui o que ouvi de vocês com relação à vontade de reabrir a BR-319. Não vou repetir as palavras da Presidente do Ibama porque entendo que não se faz necessário. Seria até indelicadeza da minha parte repetir o que ela disse para toda a população brasileira ouvir. Há uma discriminação muito forte com relação à reabertura da BR-319.

Pontualmente, foram gastos alguns milhões de reais na tentativa de conseguir a licença ambiental para a restauração. não se conseguiu. Foram gastos milhões de reais em época de crise. Mas, independentemente de crise, foram gastos para a manutenção alguns milhões de reais também. Entendo que é chegado o momento de ....

Dá para acionar a campainha? Não consigo.

(Soa a campainha.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Obrigado. Vou esperar terminarem lá e depois continuamos aqui. Espero, não tem problema não.

Sr. Presidente, esta é uma matéria importante. Já foram gastos alguns milhões de reais na manutenção dessa BR-319. E, agora, vamos perder toda essa verba, todo esse dinheiro? Entendo que é um desrespeito muito grande para a população brasileira, que é quem está pagando essa conta, quem está pagando essa obra. Há um desrespeito muito grande para conosco, de Rondônia, para as pessoas que moram ao longo da BR-319 e também com as pessoas que moram no Estado do Amazonas e de Roraima.

O meu pedido é simples: o fim do embargo pelo Ibama. É simples! O que está sendo feito lá é manutenção, como muito bem foi dito e acordado aqui, em uma audiência pública, com o General Fraxe, com a presença do Ibama, presença da Funai, ICMBio, Ipaam e DNIT.

Foi feito o pedido de desembargo, Dr. Walter?

Sim, foi feito. Então, esse é o único objetivo nosso, nesta audiência pública. Peço ao nosso Presidente que nos ajude a desembargar essa obra. Essa obra é importante demais para o País e é muito mais importante para o nosso Estado de Rondônia. Queremos levar os nossos produtos hortifrutigranjeiros para os supermercados

de Manaus. Hoje, estão indo de São Paulo de avião. E, daqui a uns 15 dias, Presidente, a navegabilidade do Rio Madeira vai acabar. Vamos ficar sem ligação, a não ser de Belém para Manaus, que é muito mais demorado.

Então, Presidente, não dá para entender e aceitar que, sendo dois órgãos do mesmo governo, um quer fazer a obra e o outro não quer deixar fazer a obra. Um departamento ou um órgão do Governo investe milhões de reais para a execução e o outro investe alguma coisa para interromper o que foi gasto e abandonar o serviço que foi feito. Não queremos ser mais uma estatística das obras paralisadas no Brasil.

Fica aqui o meu pedido, meu apelo para que possamos desembargar. Vou, Dr. Thomaz, evitar repetir as palavras da Presidente do Ibama em relação a isso. Vamos ver se conseguem resolver. Fica aqui o meu convite: dia 26 sairemos de Porto Velho com uma diligência para visitar essas obras. É importante a presença, a participação do Ibama, da Funai, do DNIT, dos governos dos Estados do Amazonas, Rondônia, que já confirmaram presença. Também é importante a presença das Assembleias Legislativas do Estado de Rondônia e do Amazonas. A Fiero já confirmou presença, os empresários do Amazonas também.

Seria até bom que chegássemos no meio da estrada, houvesse um interrompimento, causasse o caos e virasse conosco dentro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Não, conosco dentro, que virasse manchete nacional, manchete mundial, para verem que o Brasil precisa de uma ação específica para o crescimento, para o desenvolvimento. Temos capacidade para diferenciar o desenvolvimento do desmatamento. E o desenvolvimento com preservação. Já demos exemplos, vários, principalmente com relação à aprovação do Código Florestal brasileiro. Ali consta muito bem: vamos produzir conservando; vamos levar o desenvolvimento com a preservação. E não há nada de errado, muito pelo contrário, em reabrir a BR-319 para conservar.

É a BR da sustentabilidade, não é a BR para o desmatamento, para o desenvolvimento ao longo da BR, mas, sim, a ligação e interligação dos Estados do Amazonas e Roraima com os demais Estados da Federação brasileira, principalmente o Estado de Rondônia, que quer levar o seu produto hortifrutigranjeiro aos mercados de Manaus.

Sr. Presidente, muito obrigado. Peço a V. Exª que nos ajude a tirar o embargo dessa obra.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – E o pior é que estou no meio deles dois. (*Risos.*)

Concedo a palavra, como autor do requerimento, ao Senador Valdir Raupp. Em seguida, ao Senador Omar Aziz, Senador Lasier, Senador Ivo Cassol, Senador Blairo Maggi e Senador Telmário Mota.

Com a palavra, o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi, quero inicialmente manifestar aqui a nossa alegria em vê-lo completamente restabelecido, voltando aos trabalhos nesta Comissão e no Congresso Nacional. Cumprimento os convidados na pessoa da Elizete, que representa o Governo de Rondônia, do Governador Confúcio Moura. Cumprimento o Alan Gurgel do Amaral, representante da Federação das Indústrias de Rondônia, na pessoa de quem cumprimento os demais convidados. Srªs e Srs. Senadores, Senador Acir, Senador Ivo Cassol e Deputado Lúcio Mosquini, que chegou agora aqui, e o Deputado Luiz Claudio, que já passou por aqui, de Rondônia.

Esse projeto é, realmente, muito aguardado nos Estados de Rondônia, Amazonas e, por que não dizer, Roraima, porque você pode sair de carro de Porto Velho ou de qualquer lugar do Brasil, ir até a capital do Estado de Roraima, Boa Vista, ou a Venezuela, como estamos indo hoje de qualquer lugar do Brasil para o Peru. Para qualquer cidade do Peru, vamos de carro. Já fui, fiz essa viagem de Rondônia, passando por Rio Branco, chegando à divisa do Peru com o Brasil, e subindo a Cordilheira por estradas completamente asfaltadas. E cargas já estão indo de Rondônia, milho está sendo exportado de Rondônia para o Peru. Estão indo algumas cargas também para a Zona Franca de Manaus dos portos do Peru via Porto Velho. Já vi carretas lá do Peru transportando cargas para Porto Velho, cargas que vão para a Zona Franca de Manaus.

Agora, pergunto: por que a BR-319 não pode ser reaberta?

Nós temos a hidrovia. Isso é muito bom. A hidrovia do Madeira é uma coisa extraordinária. As cargas pesadas, as grandes cargas, a soja está sendo exportada em grande quantidade por três grandiosas empresas: a Maggi do Senador Blairo Maggi, a Bunge e a Cargill. Essas e outras empresas estão exportando por água. Estamos exportando também madeira, por água, de Rondônia; e carne. É uma pena que, devido à burocracia, ficam lá no porto 30, 60 dias, até 90 dias algumas cargas para embarcarem na hidrovia, nas barcaças e nos contêineres do Rio Madeira. Mas há algumas cargas leves, e poderíamos evitar esse transtorno de embarque em porto, hidrovia, de desembarque. Poderiam ir direto, como foi no passado, pela BR-319.

Vejam bem, como já foi dito aqui, Manaus é uma metrópole no meio da selva. É uma cidade de quase três milhões de habitantes, tem 400, 500 indústrias, e serviu, como já foi dito aqui, de amortecedor de tensão

na floresta. O Omar e a Vanessa estão aqui, podem me corrigir se eu estiver falando alguma bobagem, mas o Estado do Amazonas tem 98% de preservação ambiental. Apenas 2% do Estado do Amazonas está desmatado. Dois por cento! O maior Estado do mundo. Não há nenhum Estado, segundo me consta, maior que o Estado do Amazonas. Ele é realmente um Estado gigantesco. Cabem alguns países europeus dentro do Estado do Amazonas em área territorial.

A Amazônia Legal são 61% do Território nacional. Os nove Estados da Amazônia Legal correspondem a 61% do Brasil, do Território nacional, e só tem 83% sem desmatamento. Dessa Amazônia gigantesca, que é a Amazônia Legal, só foram desmatados 17%. Nós ainda preservamos 83% das florestas da Amazônia.

Agora, eu pondero: já foram gastos, como foi dito aqui, R$100 milhões para a adequação desse projeto na área ambiental, a fim de se obter a licença ambiental com vistas a restaurar essa rodovia.

Eu já fui de carro de Rondônia a Manaus, em 1981, dirigindo um Fiat 147. Saí de Porto Velho de manhã e fui dormir em Manaus. Voltei no outro dia. A gente fazia isso no passado; hoje, não consegue mais fazer.

Ainda ontem, eu liguei para o Superintendente do Ibama em Porto Velho, Dr. Thomaz, para pedir um helicóptero. Está havendo uma missão na reserva indígena Cinta Larga, uma reserva de cerca de 2,5 milhões de hectares, que vai de Pimenta Bueno, Espigão do Oeste, até a divisa com o Mato Grosso, em Juína, isto é, uma reserva indígena gigantesca, onde há diamantes, todo mundo conhece. Está havendo lá uma missão do Ministério Público Federal, capitaneada pelo Dr. Reginaldo Trindade, na companhia do Governador, bem como de Senadores, Deputados Federais e de algumas autoridades do Estado, para visitar o garimpo clandestino que há lá, a fim de dar um apoio aos índios Cinta Larga. Contudo, como só há um helicóptero que o Estado está locando – não há outro helicóptero em Rondônia –, eu perguntei se o Ibama, por acaso, não teria um, acho que da Helibras... Não; a Helibras é a fabricante. É de Curitiba uma empresa que aluga helicópteros...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Isso; a Helisul. De vez em quando, o Ibama loca um helicóptero da Helisul para ficar lá, em Rondônia, alguns dias; porém, agora, não há nenhum, ou seja, não há nenhum helicóptero em Rondônia. Só há dois no Estado do Maranhão, que estão atendendo não sei o que lá.

O desmatamento ilegal em Rondônia, assim como em outros Estados da Amazônia, vem acontecendo, Dr. Thomaz, em larga escala, e por quê? Porque não há fiscalização. A fiscalização do Ibama é ineficiente; a fiscalização das Secretarias Estaduais do Meio Ambiente, não só de Rondônia, mas de outros Estados, é ineficiente também. Dessa forma, o desmatamento está avançando. Todo ano, o desmatamento ilegal avança.

Não seria melhor, Senador Omar, Senadora Vanessa, em vez de gastar R$100 milhões para adequar o projeto de uma rodovia já implantada... Já é uma rodovia implantada! Que não sejam, Alan, os 50 metros para cada lado, mas que sejam 15, 20 metros para cada lado. Você disse que precisava de uma rodovia carroçável...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Então, não precisa mais dos 100 metros, porque a vegetação já cresceu. Não precisa mais! Deixa a vegetação lá. Que façam lá sete ou oito metros de margem de desmatamento para cada lado, para restaurar essa rodovia.

Mas o ponto aonde eu queria chegar é o seguinte: não seria melhor investir R$100 milhões na compra de 20 helicópteros – R$100 milhões seriam suficientes – para fiscalizar as florestas, o desmatamento ilegal que está avançando em toda a Amazônia, preservando a Amazônia, em vez de fazer essa pequena faixa de uma rodovia já implantada?

Na minha avaliação, está havendo aí uma questão ideológica.

Nós somos da Base do Governo. Eu estou há 13 anos aqui, no Senado Federal, apoiando o Governo em tudo, muitas vezes até sofrendo desgastes – neste momento mesmo, quem apoia o Governo sofre um desgaste muito grande –, mas as coisas que a gente pede não acontecem. Então, são coisas onde eu vejo mais uma questão ideológica.

Eu briguei muito tempo com o caso do gasoduto. Já desisti dele, porque saíram as usinas do Rio Madeira, e eu acho que a geração de energia em Rondônia, hoje, é farta, tanto assim que nós já estamos exportando energia para São Paulo – mais de três, quase quatro mil megawatts –, se bem que ainda há alguns apagões lá por problemas de subestações, de rede etc. Assim, o gás para gerar energia não é mais o problema; também não temos um polo industrial em Porto Velho capaz de sustentar todo o gás que vem daquele gasoduto. Então, já desisti da questão do gasoduto, para o qual, na época, também não liberaram a licença ambiental.

Mas, nessa rodovia, o que eu vejo aqui é mais uma questão ideológica. O Presidente Lula teve que tirar a Marina da Silva do Ministério do Meio Ambiente para poder liberar as licenças ambientais das usinas do Rio

Madeira. E eu vejo que, neste momento, para essa obra aqui, com todo o respeito, o que há é mais uma questão ideológica.

Encerro aqui a minha fala, fazendo esse apelo, que já foi feito pelo Senador Acir Gurgacz, que tem sido, com todo respeito aos demais que estão lutando, quem mais tem lutado por essa obra, por já estar na sua segunda expedição.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Valdir Raupp.

Quero registrar que temos aqui, para satisfação dos membros desta Comissão, a presença do Deputado Federal Lúcio Mosquini, do PMDB, de Rondônia, assim como Deputado Remídio, que continua conosco aqui no plenário.

Concedo a palavra ao Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente, quero cumprimentar V. Exª, os convidados, os Senadores e as Senadoras, o Deputado Estadual Francisco Souza, do meu Estado, que é um grande lutador para que nós façamos uma ponte ali no Rio Solimões, ligando Manaus à BR-319. Ele está acompanhando esta reunião interessado em que nós tenhamos uma solução para isso.

Eu ouvi atentamente as exposições aqui, mas essa conversa eu ouço há muitos anos, Senador Garibaldi. É por isso que, às vezes, a gente não suporta mais ouvi-la, principalmente da parte de técnicos que tinham de ter o conhecimento para poder vir aqui e nos dar as explicações necessárias. Somos obrigados, aqui, a ouvir coisas boas e coisas ruins – tudo bem! –, como também falamos coisas que devemos e coisas que não devemos falar; mas não dá, sinceramente, para pedir favor ao Ibama. Não! O meu Estado, o Amazonas, exige que o Ibama resolva esse problema e acabe com essa burocracia irresponsável contra todo um povo. Nós não estamos pedindo, nós estamos exigindo de vocês, ou seja, que vocês tratem o Amazonas como um Estado brasileiro, que vocês tenham responsabilidades nas suas ações e não escrevam isso que vocês escreveram, justificando o embargo de uma recuperação – não é do asfaltamento da estrada, não; é de uma recuperação. Isso porque vocês não têm mais justificativas a dar.

Senador Garibaldi, eu, como Governador do meu Estado, ajudei o DNIT, dando suporte logístico, para que pudéssemos fazer o trabalho de impacto ambiental. E ninguém trabalhou tanto quanto eu, como Governador, para asfaltar essa estrada. Mas entra ano, sai ano, sempre aparece uma justificativa: vão ser gastos R$100 milhões, vão ser gastos R$200 milhões, vão ser gastos R$300 milhões, e ao bel-prazer de um Governo descompromissado com essa obra.

E, aí, eu não isento ninguém, não, porque, no Governo do Presidente Lula, para asfaltar a BR-364, que atravessou o Acre todinho, o Ibama deu, e a Marina, que V. Exª cita, que é do Acre, que era Ministra do Meio Ambiente, concedeu a licença para a BR-364 atravessar o Estado.

V. Sª conhece a BR-364, Dr. Thomaz?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Conhece. Ela está na Amazônia, não está? Está na Amazônia, como a BR-319 está na Amazônia. Daí, Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, a nossa indignação.

Eu não estou aqui, como Senador da República... Não tenho, pessoalmente, absolutamente nada contra vocês. Mas essa é a indignação de todo um povo com o descaso em relação ao nosso isolamento, em relação à nossa dependência, sendo brasileiros que somos! É por isso que nós não estamos pedindo, nós exigimos que vocês tomem providências em relação ao isolamento de todo um povo. E não é só do Amazonas, não; é do povo de Roraima também, uma vez que Boa Vista tem muito mais relações com a Venezuela do que com o Brasil. E por quê? Porque não tem a ligação. É simples!

Sr. Presidente, os primeiros 230 quilômetros da BR-319, saindo do Porto da Ceasa e indo até o km 230, estão asfaltados – e asfaltados, primeiramente, pelo ex-governador Amazonino Mendes, na época em que Fernando Henrique Cardoso era Presidente da República. Ele teve condições de asfaltar 230km. Saindo de Humaitá, Sr. Presidente, do Km-230 até o Município de Porto Velho, está asfaltado, inclusive com essa ponte que foi citada. O que nós estamos pedindo, Sr. Presidente, são 400km de áreas de várzea.

Para quem não sabe, áreas de várzea são áreas alagadiças, onde não há como produzir absolutamente nada. Não adianta desmatar que você não vai produzir grãos; não adianta desmatar porque aquela madeira não pode ser utilizada, principalmente com a tecnologia que temos hoje para fiscalização, Sr. Presidente. É impossível você retirar madeira dentro da BR-319 e não ser captado pela tecnologia que temos hoje a serviço da fiscalização.

O que há, realmente, é a falta de compromisso com o Amazonas! A falta de compromisso para com a nossa região! E é essa a minha indignação.

Quando eu ouço o Sr. Thomaz, que está aqui como Diretor de Licenciamento do Ibama, quando eu ouço o Diretor da Funai me falar em cinco tribos indígenas..,

Diretor Artur Mendes, a BR-364 sai do Município de Boca do Acre e vai até a fronteira do Acre. No Amazonas, nós tivemos a maior dificuldade para asfaltar uma estrada que foi asfaltada com a maior facilidade no Acre.

Não é verdade, Sr. Thomaz, em relação à BR-364?

Quando eu falo isso, Sr. Presidente, eu me esqueço até da Transamazônica, a BR-230. Tivemos problemas há dois anos dentro da BR-230, e por quê? Lá, à noite, um carro passava com quatro trabalhadores, um inclusive da Eletronorte. O veículo foi atacado por um grupo de índios, que matou essas pessoas. Houve um problema sério. Aí vem o Presidente da Funai pedir ajuda; aí vem o Presidente não sei das quantas pedir ajuda para que a gente intervenha, e por quê? Porque a gente não resolve um problema que é no Brasil. Isso não é em Cuba, não!

Olhem: é mais fácil pegar recursos subsidiados do BNDES e mandar para um país qualquer por aí do que resolver um problema dentro do Brasil.

Então, eu não vou pedir não, Diretor Thomaz Toledo! Esse crime de responsabilidade que vocês estão cometendo contra todo um povo não pode ficar impune; e digo que é porque você não mora lá, porque você não conhece a região, porque você nunca visitou a região, nem você, nem a Ministra do Meio Ambiente. Aliás, essa Ministra do Meio Ambiente esteve uma vez no Amazonas e passou alguns minutos lá na companhia da Presidente. Uma vez! Como é que pode uma Ministra do Meio Ambiente, instalada em um gabinete com ar-condicionado aqui em Brasília, não ir ao Estado de maior preservação ambiental do Brasil? Não dá para entender!

Talvez, se vivessem por alguns dias naquela região e soubessem do sofrimento por que os homens e mulheres amazonenses e brasileiros passam – talvez –, tivessem um pouco mais de sensibilidade. E digo isso porque, nessa questão aí, o que há é falta de espírito público! Vocês não têm espírito público! Vocês não têm o espírito nacional! Vocês preferem ser notícia de alguns *blogs* de algumas ONGs dizendo que são grandes preservacionistas do que, em relação ao povo brasileiro, vocês terem compromisso público.

Tenham compromisso público com o Estado! Tenham responsabilidade! Tenham espírito público! E digo de novo: não é favor não! Façam o trabalho de vocês, mas façam com responsabilidade! Não usem esses artifícios que vocês usaram aqui para embargar uma obra.

Vocês não precisariam ter embargado essa obra; vocês poderiam ter feito as recomendações para que fossem tomadas providências. Isso causaria um prejuízo muito menor, porque você mobilizar equipamento no meio da Floresta Amazônica, desfazer uma obra causa um prejuízo muito grande para o Governo brasileiro, que está fazendo essa obra.

Então, se vocês tivessem feito uma recomendação, Senador Acir...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO. *Fora do microfone*.) – Na época de seca...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sim; na época de seca!

Agora, olha a irresponsabilidade de quem mandou embargar a obra... Irresponsável! Teria que ser processado pelo DNIT pela irresponsabilidade e pelos prejuízos causados; teria de devolver esses recursos gastos com esse prejuízo que está dando. Um irresponsável como esse sabe que este ano, por causa do El Niño, nós teremos a maior seca na nossa região.

O Rio Madeira, como disse há pouco o Senador Raupp, não estará funcionando não.

(*Soa a campainha*.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Ele não estará funcionando. Ali só estarão navegando balsas de baixo calado e pequenas balsas. Isso vai acarretar o desabastecimento da nossa região, porque não temos alternativa a não ser a fluvial para trazermos grandes cargas. Não dá para trazer grandes cargas de avião. Não é nem pelo preço; é porque você não tem como transportar combustível, você não tem como transportar uma série de produtos de que a nossa região precisa.

Por isso, eu acho que vocês precisariam se comprometer e olhar com carinho essa questão, resolvendo esse problema o mais rápido possível. Uma simples notificação ao DNIT, dando um prazo de seis, sete, dez dias para que fosse colocado em ordem aquilo que vocês acham que estava irregular, com direito de defesa ao DNIT, seria mais razoável do que embargar a obra; teria sido muito mais uma atitude brasileira, de brasileiros, ao contrário dessa atitude contra os brasileiros que vivem na Amazônia, que vivem na minha região.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Omar Aziz.

Concedo a palavra ao Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Senador Garibaldi.

Sr. Presidente. embora tenha dado apenas uma rápida saída para comparecer a outra reunião, estive aqui acompanhando desde cedo os debates sobre a problemática da BR-319. E, já que estamos concentrados

na Floresta Amazônica e seus problemas, eu quero falar rapidamente e questionar os convidados sobre uma floresta de problemas que temos lá no extremo Sul.

Saibam os convidados que eu vou questionar sobre o Rio Grande do Sul, aproveitando esta reunião, ainda porque não há impedimento de em razão de uma eventual exclusividade da Amazônia...

Não é, Senador Garibaldi?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Aproveitaria a presença dos convidados, até para não termos de fazer uma outra audiência pública, com mais um convite para que venham aqui, para me dirigir, inicialmente, antes mesmo de falar sobre rodovias, ao Dr. Valter Casimiro Silveira, que me recebeu com muita cordialidade no mês passado, ele e a sua equipe, atendendo aos nossos interesses lá do Rio Grande do Sul, com a maior boa vontade, embora alguns itens ainda não estejam, na prática, sendo levados adiante.

Quero, depois, fazer uma pergunta ao Dr. Artur Mendes, da Funai, em razão de um problema muito sério que estamos vivendo naquele trecho da BR-386, na altura de Estrela, que foi motivo, inclusive, de uma tragédia anteontem de manhã, quando um caminhão, em alta velocidade, deixou desprender um rodado, que matou três indiozinhos de 12 a 15 anos, deixando ainda mais uma menina índia no hospital. Todos estavam na parada de ônibus para ir à escola. Isso se deu, repito, na altura do Município de Estrela, entre Estrela e Lageado, onde há uma comunidade indígena, que, inclusive, tem sido a causa da paralisação das obras que estão sendo levadas a efeito na região, uma vez que a comunidade não quer deixá-las andar. Então, daqui a pouco, eu quero fazer essa pergunta.

E quero aproveitar a sua volta para, além de saudar o seu regresso, porque vejo que o senhor volta fortalecido e em condições de retomar alguns itens importantes que estão parados, ponderar o seguinte: no início de agosto, Senador Garibaldi, requeri – e foi deferido o requerimento – que trouxéssemos aqui o Diretor-Geral do Depen, porque o Rio Grande do Sul vive o maior problema carcerário do País, como se já não bastasse termos o pior presídio, que é o Presídio Central de Porto Alegre, com 4,6 mil presos, quando ali caberiam apenas 2,6 mil. Requeremos, pois, esse comparecimento aqui e até agora não temos notícia. Ocorre que a situação se agravou, porque neste último fim de semana, o Juiz da Vara de Execuções Penais de Porto Alegre – vejam bem, senhores convidados, jornalistas, cinegrafistas e demais pessoas que nos honram com a presença – colocou em liberdade 500 presos, que deveriam ficar na cadeia, mas foram postos em liberdade, porque não há como detê-los por falta de espaço. Então, a criminalidade, que já era grande no Rio Grande do Sul, principalmente na Região Metropolitana, agora se agravou, haja vista que 500 presos, que tinham de permanecer presos, foram soltos porque não há como mantê-los encarcerados.

Então, Senador Garibaldi, nós precisamos trazer aqui o Diretor do Depen do Ministério da Justiça, para saber que verbas eles têm, qual é o critério de distribuição dessas verbas, pois não é possível continuar como está. É um caos o que vive o Rio Grande do Sul na questão da criminalidade.

Fecho esse parêntese e dirijo uma pergunta ao engenheiro Valter Casimiro Silveira, agradecendo, mais uma vez, a paciência com que nos recebeu em seu gabinete há pouco mais de um mês.

Dr. Valter, tínhamos a informação de que a segunda ponte sobre o Rio Guaíba, que deverá ser uma solução entre a metade sul e a metade norte do Estado, uma vez que é precária a velha ponte, a Travessia Presidente Vargas que nós temos lá, que a todo momento sofre danos, com interrupção do trânsito, o que causa grandes prejuízos... Enfim, a Presidente havia dito que deveria concluir a obra em 2017. Agora, veio o Plano Plurianual do Governo Federal para o Congresso e, ali, diz-se que a previsão é para dezembro de 2019!

Pelo que sabemos, agora, a obra está parada, até porque o Rio Grande do Sul enfrenta a maior enchente da sua história. Há 20 dias não para de chover no Rio Grande do Sul. Só não houve o transbordamento do Guaíba, do Estuário do Guaíba para o centro da cidade porque foi construído, em 1970, em meio a uma grande polêmica, o famoso Muro da Mauá, que impede a passagem das águas para o centro da capital. E, pela primeira vez na vida, essa obra mostrou a sua utilidade; pela primeira vez, as várias comportas foram fechadas, porque, no fim de semana, a subida das águas do Guaíba chegou a 2,98m, quase 3m. Isso nunca houve na história do Rio Grande! A maior enchente do Rio Grande do Sul se deu no ano de 1941, quando nenhum de nós aqui, nesta sala, certamente, era nascido, muito menos o Senador Garibaldi, que é um garoto. (*Risos.*)

A famosa enchente de 1941, hoje, a todo momento é lembrada no Rio Grande do Sul. Pois, agora, temos, para ficar na história, a enchente de 2015. E, talvez por isso, a nova ponte sobre o Guaíba também esteja paralisada.

Então, queria uma informação de V. Sª a respeito, bem como queria uma informação sobre a duplicação da BR-290. Aliás, essa pergunta vai para o Dr. Artur, porque a obra aguarda liberação da Funai.

E, já que estou com essa pergunta para o Dr. Artur, pondero a ele: a BR-386, no trecho Tabaí-Estrela, exatamente quando a Funai liberou o trecho onde existia um impasse devido à comunidade indígena, agora, com a morte dos três indiozinhos, que foram atingidos por um caminhoneiro, que está preso, que não teve a precaução de cuidar do rodado que se desprendeu, causando uma tragédia que foi assunto no dia de ontem na imprensa do Rio Grande do Sul, eu penso, Dr. Artur, que a Funai precisava ter alguém permanentemente lá para fazer essa mediação entre a comunidade indígena e os interesses coletivos daquela região. E digo isso porque essa rodovia, a famosa Rodovia Leonel Brizola, que une o Norte do Estado à capital, precisa de uma solução.

Agora, voltando ao Dr. Valter, quero me referir à nossa rodovia do escoamento da produção. A BR-116 demanda duplicação, porque ela une o Município de Guaíba ao Município de Rio Grande, onde está o porto, para onde vão 70% das mercadorias produzidas no Estado – a outra parte vai para Santa Catarina e sai pelos portos de Santa Catarina. Essa obra, ao que se tem notícia, como foi divulgado anteontem na edição do jornal *Zero Hora*, sob o título "Obras no Estado param ou têm o seu ritmo reduzido devido a falta de recursos", é uma dessas obras?

Essas são as perguntas: primeiro, um pedido de providência ao nosso Senador Garibaldi, que está aí para reativar a normalidade dos trabalhos da nossa Comissão, com relação ao Depen, que precisa vir aqui; segundo, as perguntas para o Dr. Artur com relação à liberação pela Funai da BR-290, que não acontece, e a questão da comunidade indígena na Tabaí-Estrela, onde houve esse problema anteontem; e, terceiro, ao Dr. Valter, sobre a duplicação da BR-116 (Guaíba-Rio Grande), num trecho de 360km, onde há uma parte pronta, mas há uma parte que está parada; e, ainda, sobre a segunda ponte sobre o Rio Guaíba

Era isso.

Muito obrigado. Perdoem-me se me alonguei demais, invadindo a discussão do Norte trazendo os problemas do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Lasier e concedo a palavra ao Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, ao mesmo tempo em que nós estamos aqui discutindo essa questão da BR-319, eu quero aqui dar o testemunho, especialmente para os nossos convidados e também para os Senadores e aqueles que nos assistem, de que, na década de 70, mais especialmente nos anos de 1977, 1978, 1979, 1980, eu, motorista de caminhão, me deslocava de São Paulo, num caminhão toco carregado, chegava a Cuiabá e pegava a BR-364 com atoleiros. Cheguei a ficar 12 dias atolado perto de Cáceres. O meu destino era Manaus. Quando eu chegava a Porto Velho, Senador Omar, Senadora Vanessa, para me dirigir a Manaus, eu, que saía às 5 horas...

E registro aqui a presença do Dr. Alan Gurgel, nosso amigo de muitos anos. É uma alegria tê-lo aqui, e, em seu nome, quero cumprimentar todo o nosso povo de Rondônia e do Amazonas,

Para se ter uma ideia, Senador Omar, eu cheguei a demorar 12 dias atolado num determinado trecho, até chegar a Porto Velho, mas, quando eu chegava a Porto Velho – isso na década de 70 –, saindo às cinco horas da manhã, às seis horas da tarde eu estava em Manaus. E não era só produto que eu trazia – sabonete, papel higiênico – de São Paulo para Manaus; eu também carregava banana naquela época, do interior do Estado. Chegava em Porto Velho e descia para Manaus. Quando eu descia para Manaus, saindo de madrugada, às cinco horas da manhã, à noite eu voltava.

Já hoje, quase 40 anos depois, nós estamos no novo milênio, quando, na verdade, essa integração deveria ter sido complementada. Mas não; nós vemos uma regressão no Brasil. Isso é resultado do quê? E me desculpem a expressão: de má gestão.

Nós que fomos governadores, prefeitos – e está aqui o Senador Blairo Maggi, que foi governador, está aqui o Omar, que também foi governador –, não podemos aceitar que, dentro do mesmo Governo, haja quatro, cinco divisões. Isso é falta de gestão! E me desculpem, mais uma vez, a expressão. É falta de gestão! Ou o Governo fala a mesma língua, ou, infelizmente, nós estamos em países diferentes. E é o que está acontecendo!

O que não pode é estar o DNIT de um lado, com a infraestrutura para executar as suas obras e, de outro, a Funai e o Ibama, ao mesmo tempo. Eles têm de fazer a preservação ambiental – não sou contra –, mas é impossível admitir, não dá para concordar... É, ao mesmo tempo, dizer que nós não podemos ter a infraestrutura necessária, Senador Acir, para o nosso desenvolvimento, para o nosso progresso.

Nós estamos sendo escravos da biodiversidade, escravos de tudo, quando nós podemos recompor em várias áreas!

Se, na década de 70, eu saía de madrugada e voltava à noite e tinha segurança, por que, hoje, não posso fazer o mesmo?

Aí eu faço a pergunta: vocês acham que essas ONGs, o pessoal que está por trás, dizendo que não pode fazer, está fazendo isso de graça? Não estão coisa nenhuma! É conversa de bêbado para delegado!

Há lá, sim, os balseiros que ganham dinheiro e que estão bancando esse pessoal. Estou falando aqui como Senador: como há máfias em vários setores, como na saúde, também há um esquema podre dos donos, dos proprietários de balsas, para que todos os caminhões, toda a mercadoria desça o rio e suba o rio. Essa é a verdade!

Aí, alguém pode dizer aqui; "Ah, mas não tenho nada com isso!" Concordo com vocês; vocês são diretores – entram hoje, saem amanhã –, mas alguém está sendo bancado por esse esquema. Da mesma maneira que eu faço a pergunta para os nossos Senadores daqui sobre como está o interesse de fazer a ponte para o Acre: quantos anos demorou o DNIT para colocar aquela obra em andamento? Isso lá em Extrema, lá na Ponta do Abunã. Quantos anos demorou? E por quê? Porque toda hora tinha alguém entrando com uma liminar na Justiça, porque os donos das balsas não tinham interesse de deixar secar o leite daquela vaca, que dava leite direto. Então, eles vão retardar de tudo quanto é maneira.

Sr. Presidente, o que está faltando na verdade – e eu sou da Base do Governo – é gestão.

Quando eu era Governador – está aqui o Alan, que é testemunha disso, está aqui o Senador Acir, que sabe disso –, se os secretários não se entendiam ou quando um queria aprontar com o outro, eu botava para fora do meu governo. Assim fez o Lula, lá atrás, com a Marina Silva. Ela fica dando uma de paladina da moralidade e do ambientalismo, mas ela foi a favor da rodovia para Cruzeiro do Sul

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sim, a BR-364, para Cruzeiro do Sul, ela foi a favor. E a BR-319, que é muito anterior, não pode fazer? O que isso significa? Isso significa a nossa integração, a integração do Brasil com a Amazônia.

A Senadora Vanessa falou agora há pouco: e a fumaça que tem? Gente, a fumaça ainda é pouca para o que vai acontecer no ano que vem. E sabe por quê? Porque o País está parado, está estagnado, está deixando de gerar riqueza, e esse pessoal que mora em Manaus vai fazer o quê? Vai para a mata, vai desmatar, vai derrubar para plantar para poder sobreviver. Não há outro caminho!

Outro exemplo que eu vou dar, como ex-governador: por várias vezes, pararam as balsas, encalhadas no rio no tempo da seca – e não era uma seca tão brava como a que vem vindo pela frente, não; era seca mediana. Na ocasião, não chegava combustível a Porto Velho. Nós não tínhamos combustível em Porto Velho, O nosso DER tinha que fazer estradas, mas ele mesmo parava por falta de combustível. Sabem de onde vinha o combustível? De 800km de distância; vinha de Araucária, de Curitiba, aqui, do Paraná! Vejam o absurdo!

É esse o nosso Brasil! Nós vivemos com o pires na mão atrás dos americanos, atrás de outros países que não nos deram exemplo nenhum. Então, desculpem-me, vocês do Ibama que estão aqui, vocês da Funai que estão aqui, mas o que está faltando a vocês é pulso e se entenderem entre si.

É muito bonito o Ibama chegar e dizer; "Ah, eu fiz um auto de infração de não sei quantos milhões contra o DNIT". Quem vai pagar essa conta? Somos nós mesmos! É o Governo, é o Estado, é a União, é o povo brasileiro que vai pagar! Como se isso fosse a solução.

É isso que tem de acabar, gente. Isso não está correto; não está certo!

Vamos preservar? Eu concordo. Temos que plantar? Vamos fazê-lo em áreas degradadas, como disse o Senador Omar há pouco. Nesse trecho de 400km ninguém tem interesse de plantar nada, porque ali não dá nada. Ali é área de várzea!

Para o asfalto que ali foi feito, foram investidos recursos lá atrás, e o Governo Federal se endividou por causa disso.

Hoje, pelo progresso e pelo futuro, nós somos escravos da burocracia e do sistema de quem os criou. Vocês sabem quem cria isso? Por isso que, muitas vezes, eu digo que sou contra a estabilidade no emprego, porque o cara entra no serviço público e cria dificuldades para valorizar o seu trabalho lá dentro. É verdade, gente!

Na questão política, eu sou contra, porque, às vezes, o político entra e já manda os caras bons embora. Mas, nessa questão, podem ver dentro de qualquer instituição: pode ser no Ibama, pode ser na Funai, quando precisam de gente, coloca o cara para dentro, mas aí ele começa a criar dificuldades para valorizar o papel dele lá dentro.

Isso está tudo errado, gente!

O que está precisando é a Presidente Dilma meter a caneta para cima, não ter dó de ninguém e defender o Brasil.

Então, nessa questão da BR-319, o mínimo que o Ibama ou a Funai têm que ter é respeito. A maioria dessas áreas ambientais foi criada depois da BR-319.

Está aqui outro exemplo: a BR-429 no Estado de Rondônia, gente. Nós temos um trecho, perto de São Francisco, que está parado há seis ou oito anos. E por quê? Porque as questões ambientais não deixam. Por

onde vai passar a BR-429? Pelo céu? Só depois que nós morrermos. Pela água? Ou é por Vilhena, ou é pelo Mato Grosso, ou é por Guajará-Mirim. É o único lugar que passa.

Da mesma maneira, eu vi o Senador Lasier falar aqui. Nós não temos outro caminho! Eu não consigo entender: nós temos de duplicar a BR-101, a BR-116 e tantas outras rodovias, mas há a questão ambiental. Por causa de uns calangos, por causa de não sei do que não pode passar a BR por lá! Mas não tem outro lugar para passar!

Então, criam dificuldades para vender facilidades. E, neste Brasil, não há nada de graça, viu gente? Desculpem-me a expressão, mas não há nada de graça. Alguém vai dizer: "Ah, mas o Cassol está cheio de processos!" Estou sim, mas nenhum por roubo, nenhum por corrupção; todos por enfrentamentos como este que estou fazendo agora.

Então, a BR-319 representa o mínimo de respeito que aqueles do Ibama, que estão aplicando a multa, que aqueles da Funai, que estão criando dificuldade... Porque, se a mãe de vocês ou de alguém de vocês estivesse morando lá dentro, eu tenho certeza de que vocês teriam mais respeito.

Vou dar outro exemplo aqui: a BR-429. Caiu uma ponte, Senador Acir, Senador Omar, lá perto de Alvorada. Ali, na beira da estrada, tiveram que tirar o isolamento. Então, o pessoal do DER derrubou uma árvore e fez uma ponte. O Ibama foi lá e aplicou multa nos caras. É porque a mãe desse desgraçado não mora lá dentro! Se morasse lá, ele não iria aplicar a multa, não. Aquelas famílias estavam isoladas, não tinham por onde passar. Desculpem-me a expressão, desculpem-me a emoção, mas é a verdade, gente! Isso é uma falta de respeito. Tudo bem, há a lei, mas a lei tem que ser interpretada por homens decentes e sérios.

Fizeram outra coisa com a gente lá no Estado. Os fiscais foram à única jazida de calcário que havia lá e descobriram uma caverna com meia dúzia de morcegos, O que fizeram? Fecharam a usina de calcário, a única do nosso Estado. Blairo, eu tinha de ir perto de Cuiabá para buscar calcário. Veja o que fizeram conosco! Eu fui lá e enfrentei o Ibama. Sabem o que eu ganhei? Quatro multas no meu CPF. Quatro multas que, até hoje, estão me incomodando.

Se há alguém, em Rondônia, que desmatou dentro da legalidade, dentro da lei, fui eu, mas eu estou lá com quatro multas. Não posso nem vender gado para os frigoríficos. Estou tentando me defender até hoje e com dificuldade, Aí, agora, abriram a jazida de calcário para o nosso Estado, mas eu peitei, eu enfrentei. Por que não foram lá, tal como deveriam ter feito com o DNIT agora, e disseram: "Olha, está aqui: vocês estão errados nisso, consertem isso, façam isso aqui"? Mas não; só fazem para atrapalhar. É porque alguém está ganhando de alguém para fazer isso.

Desculpem-me a expressão. Não quero, aqui, colocar a culpa em quem está respondendo pelo Ibama nem pela Funai, mas, infelizmente, internamente, nos órgãos, podem cuidar, eu nunca vi nenhum ambientalista, nenhuma ONG fazer nada de graça; todos eles estão mamando em alguém.

Se vocês descobrirem alguém que faz alguma coisa de graça, avisem, porque nós estamos precisando em Rondônia arrumar muita coisa de graça. Mas não existe, não! Vocês me desculpem a expressão, mas essas são as verdades.

Por isso, Sr. Presidente, esta Casa, o Senado, neste momento, Omar, pode contar com o Senador Ivo Cassol, porque não é justo que, 40 anos depois, sejamos escravos do progresso e do desenvolvimento, quando nós podemos preservar e, ao mesmo tempo, progredir, crescer e desenvolver a nossa região.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Ivo Cassol e concedo a palavra, como último orador inscrito presente, ao Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiramente, eu quero cumprimentar V. Exª pela volta à Casa. Tive oportunidade, ontem, de cumprimentá-lo no plenário. Com todo o esforço que o Senador Ricardo Ferraço fez aqui, não chegou nem perto da sua condução dos trabalhos aqui nesta Comissão. Todos nós sentimos a sua falta e a forma como V. Exª conduz a nossa Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Então, seja bem-vindo, e vamos acelerar os trabalhos daqui para frente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN. *Fora do microfone*.) – Agradeço.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Eu quero ser solidário aqui a todos os colegas que me antecederam, principalmente aos de Rondônia e do Amazonas, que conhecem e sabem do grau de dificuldade das coisas que estão dizendo. Não ouvi aqui nenhum exagero; não ouvi aqui nenhuma invenção entre as coisas que foram ditas. Todas as colocações feitas pelas Srªs e pelos Srs. Senadores têm, sim, o seu fundo de verdade.

Eu trabalho nessa região do Amazonas e Porto Velho com uma infraestrutura hidroviária para o transporte de grãos, a partir de Porto Velho até Itacoatiara, e eu não consigo entender essa questão quando alguém coloca como uma briga entre modais. Não há competição, principalmente na área de grãos... Ou melhor: qualquer

possibilidade de você chegar a Porto Velho e não descarregar as cargas de soja, de milho ou de outros produtos que saem e continuar com o caminhão até Porto Velho é jogar dinheiro fora. Não funciona.

É muito mais caro transportar de caminhão do que transportar pela hidrovia. A hidrovia é o transporte mais barato que existe no mundo. Agora, que há, ali na região, um sobrepreço nos transportes fluviais, principalmente de Manaus a Porto Velho, isso há, porque não há competição com outro modal. Portanto, essa BR-319, com todo o histórico que já foi feito... Eu também andei lá em 1974, numa viagem que fiz com o meu pai. Saímos de Manaus pela manhã e fomos dormir em Humaitá – e isso em uma VW-Brasília. Meu pai, como não havia carro para alugar, comprou uma Brasília velha em Manaus e viemos para Porto Velho. Chegando a Porto Velho, ele vendeu a Brasília de novo, pegou o dinheiro e fomos embora. Então, eu já conhecia essa rodovia. E ela, por nada, por nada, serve como um vetor de diminuição de custos para a competitividade da Zona Franca de Manaus e dos produtos que podem chegar de Porto Velho para lá.

Também não dá para entender e aceitar quando dizem que é um vetor de desmatamento. Ora, essa rodovia foi aberta há aproximadamente 40 anos. Se você sair, hoje, de Porto Velho indo até Humaitá, passando por um trecho que é totalmente asfaltado – e já foi refeito esse asfalto umas duas ou três vezes, pelo menos, a última vez que eu passei lá deve ter uns cinco ou sete anos, como já havia passado há muitos anos atrás –, verá que o nível de propriedades é igual. Não há desmatamento na região. Não há área produtiva, porque as terras daquela região não são próprias para isso. A própria Fundação Mato Grosso, tempos atrás, incentivou, nos campos de Humaitá, a possibilidade de produção de soja e de milho; porém, não foi para frente, porque as terras lá não são próprias para isso. Há um veio de laterita a uns 40cm de profundidade no solo que retém a água. Ali, as raízes não se aprofundam. Será que tecnologia temos de desenvolver para plantar ali? Não sei.

Então, o Ibama não deveria ter essa preocupação de que essa rodovia serviria como um grande vetor de desenvolvimento e, consequentemente, de desmatamento na região, porque, como falou aqui o Senador Omar e os outros também, de Humaitá até Castanho, a rodovia passa estritamente, pelos padrões amazônicos, entre o Rio Madeira e o Rio Urus, do outro lado. É uma área totalmente encharcada, em que não há possibilidade de desenvolvimento de agricultura ou pecuária.

Como bem disse a Senadora Vanessa, eu fui um dos primeiros a defender, quando governador, nos fóruns em que ia, junto com o Governador Braga – havia um Fórum dos governadores da Amazônia, que, depois, seguiu com outros governadores –, que a permanência, a competitividade da Zona Franca de Manaus é o que há de mais efetivo para a conservação da Floresta Amazônica em toda essa região. O Amazonas tem, acho, cerca de 3 milhões de habitantes, e a cidade de Manaus, aproximadamente, 2 milhões.

Como disse aqui o Senador Ivo Cassol, se não há atividade nas fábricas, essas pessoas terão que fazer alguma coisa, e muito provavelmente essa alguma coisa será ir para a floresta e ocupar as terras e os rios. Não há outra atividade na região! Então, a defesa da Zona Franca de Manaus sempre foi feita e deve ser feita em cima desse argumento. Essa estrada e é fundamental para isso. O Senador Ivo Cassol falou, até de forma emocionada: "e as pessoas que vivem lá? E as pessoas que foram para lá e moram lá?". Não são muitas também, mas estamos em uma fase no Brasil de cuidar das minorias. Todas as minorias têm acesso a um monte de coisas. Há Senador que defende, Deputado que defende. E quem defende a minoria do caboclo que está na beira dessa rodovia? Há vários Senadores que defendem aqui, mas ninguém dá bola! É diferente defender uma minoria que vive na cidade e uma minoria que vive no meio da floresta, porque os nossos olhos não veem, e o que os olhos não veem o coração não sente, mas é necessário cuidar disso.

Então, queria fazer um apelo aqui ao Ibama e também à Funai, enfim, a todos os órgãos envolvidos. Devemos tirar, sim, a ideologia dessa questão, e a 319, não tem outro jeito, é ideológica, porque outras rodovias foram construídas depois dela. A própria 163, que estamos terminando – não é Valter? – de Mato Grosso até o Pará, ganhou licenciamento. Estamos implantando e asfaltando. Isso aconteceu nos últimos 10 anos. Então, há saída para as coisas. Agora, quando não se tem vontade de fazer as coisas, não tem quem faça fazer. Sempre digo: contra um Estado organizado não há quem possa, nem para o bem nem para o mal. Aqui, no caso, o Estado organizado é para o mal, é para não deixar acontecer por uma questão ideológica. Temos que afastar essa questão ideológica. Não é possível deixemos da forma como está essa questão da BR-319.

Então, Acir, Vanessa, Cassol, Raupp, que são os Senadores dos dois Estados envolvidos, quero deixar aqui o meu total apoio, hipotecar a minha solidariedade nessa luta. Realmente, não vejo por que não dar a licença para a implementação dessa rodovia, e não é só para a manutenção, mas para o asfaltamento ou reasfaltamento. Quando andei lá, em 1974, 1975, não me lembro bem, era totalmente asfaltada a rodovia, não era a buraqueira que tem hoje. Então, não faz sentido continuarmos nessa teimosia, nessa queda de braço.

É claro que ouvi aqui, acho que a Senadora Vanessa leu, os itens por que foram impedidas as obras, e vem o grande problema da nossa burocracia. Um fiscal da ponta faz uma interpretação do que está acontecendo e coloca no papel, mas, depois, para se tirar o que ele colocou, é uma dificuldade. É a dificuldade que vocês

têm. Tenho certeza disso. Depois que o camarada escreveu com má vontade "porque reabriu a estrada", "porque botou bueiro", "porque derrubou duas árvores para fazer a ponte", "porque pegou um cascalho na beira da estrada sem licença"... Quer dizer, a burocracia que temos hoje, se colocada para funcionar para as coisas não acontecerem, nem Cristo, se vier na Terra, não irá conseguir fazer. Então, é preciso boa vontade, entendimento de que algumas coisas são necessárias. Não consigo entender essa questão de que uma estrada, no meio de uma rodovia ou de uma floresta como a Amazônica, vai destruir a Floresta Amazônica. Meu Deus do céu! Isso não faz sentido! Não faz sentido esse tipo de coisa.

Portanto, aqui, é uma questão de bom senso, e gostaria de apelar ao bom-senso, já que meus colegas aqui também apelaram também para o bom senso, e dizer que não podemos abandonar e deixar aquelas pessoas que lá estão do jeito que estão. Claro, depois vêm os negócios, depois vem o transporte, vem isso, vem aquilo, mas, principalmente, pelas pessoas que lá estão abandonadas e que são brasileiros como nós. Não têm a mínima diferença. É uma minoria. Existe alguém que está defendendo essa minoria, mas precisa da compreensão do Governo, como o Governo tem com outras minorias e, inclusive, para defendê-las, acaba afetando a maioria também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Blairo Maggi.

Agora, sim, o último Senador inscrito, Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Exatamente porque vou defender o último Estado que não está ligado ao Brasil, Roraima, por causa do Ibama.

Queria começar, Sr. Presidente, pedindo ao representante do Ibama que fizesse um curso de cidadania e brasilidade com esses agentes do Ibama antes de colocá-los no campo. Vejam os senhores: eles estão querendo proibir uma estrada que está sendo reconstruída. Vi aqui muitas defesas das minorias, mas temos que pensar no Brasil.

O meu Estado de Roraima, como território, antes de ter tantos órgãos como o Ibama e outros, era o Estado mais exportador de minério, de madeira e de gado bovino do Norte do País. Abastecíamos Manaus. Mandávamos para Rondônia e para o Pará. Hoje, Roraima, depois de Estado, 25 anos, continua com o mesmo rebanho, não chega a 1 milhão. Rondônia está com mais de 12 milhões, com uma vida quase própria; e Manaus, com 2 milhões de habitantes, um parque industrial fantástico, que poderia estar interligando e fornecendo para o Brasil. Roraima vive do Brasil. Oitenta por cento dos recursos que chegam ao Estado de Roraima são repasses federais. O Brasil sustenta o Estado de Roraima, um dos Estados mais ricos da Federação, rico em minério, rico em qualquer situação. Hoje, eu até digo que é a mais nova fronteira agrícola do País. A Venezuela, que está do nosso lado, possui 30 milhões de habitantes. Quem manda carne bovina para lá é o Centro-Oeste, via aérea! A soja e o leite vão da Nicarágua e do Equador, quando poderíamos ser o grande fornecedor disso, com essa interligação.

O maior sacrificado não está nem sendo Rondônia ou Manaus, mas o Brasil. É um Estado que está sendo isolado, isolado por incoerência, isolado pela falta, no mínimo, de compromisso e responsabilidade com a Nação brasileira. Imaginem: o Ibama sabia que aquilo era... Se alguém fez ali algumas unidades de preservação, já sabia que era uma estrada e que ela era o único caminho para interligar os Estados de Amazonas e de Roraima ao resto do País. Mas tomaram uma decisão dessas!

Roraima sempre é o filho mais sofrido. Vejam agora: todos os dias, temos quatro ou cinco ou dez quedas de energia no nosso Estado. Com a energia de Tucuruí parada bem próximo. São mais ou menos 500km, e aqui vai, Artur, para você: é preciso decidir essa questão da Funai! Uma ONG atrapalhando! Sabemos o procedimento do Carvalho: vender dificuldade para colher facilidade! Eu queria ver o Carvalho, agora, e aqui tem pessoas da Funai, no Uiramutã, que é o Município mais pobre do Brasil, hoje, e que foi isolado. Lá, as comunidades estão passando necessidades. Eu queria ver o Carvalho lá. Mas, na hora de passar a linha de Guri, que vem da Venezuela, o Carvalho estava lá fazendo a transição, mas saiu do programa porque – tenho alguns primos indígenas, sou indígena – mandamos que ele saísse de lá, porque o dinheiro não estava servindo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Quem é o Sr. Carvalho?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Esse Carvalho é um parasita da Nação brasileira que vive, hoje, ancorado na Eletronorte e que tem uma forte influência na Funai e no Waimiri Atroari. É quem fala. Agora, teve uma audiência pública e foi ele quem falou, de cabo a rabo, nessa Waimiri Atroari. E é justo. Acho que os atroaris devem receber o recurso. Há um recurso da Eletronorte que estava paralisado. A energia está parada lá, mas a área que tem que passar é do DNIT. Eu nasci numa comunidade e sei o que prejudica e o que não prejudica. Eu vi os itens que eles colocaram e é um absurdo! É um absurdo! Aquilo ali é para inglês ver!

Então, o Brasil está sendo paralisado por interesses menores. Não estão pensando no Brasil como Brasil. Não estão pensando no Estado de Roraima como um ente federativo que poderia estar, hoje, aumentando o

PIB brasileiro. Na crise que o Brasil vive, está se retirando de todos os cantos, e um Estado inteiro daquele poderia estar produzindo, poderia estar aumentando substancialmente as exportações e importações, no setor primário, poderíamos estar abastecendo todos os países caribenhos, mas de repente estamos paralisados por uma ONG que impede a passagem da energia, e, agora, vemos o Ibama nesta incoerência. É uma incoerência paralisar uma estrada que já foi estrada. É uma reconstrução. Não está se abrindo uma nova estrada. Além disso, há a interligação. Não há como chegar a Roraima se não passar por essa estrada que liga Rondônia, Manaus, o Norte. Essa estrada dá vida. É preciso fazer isso. Não podemos viver isolados ali. Somos brasileiros.

Está presente o Deputado Remídio, Deputado Federal pelo nosso Estado, que também tem interesse na região. S. Ex.ª veio presenciar essa audiência tão importante.

Quero parabenizar o Senador Raupp, que foi quem solicitou, e todos que já falaram e, sobretudo, fazer um apelo muito grande, Artur, a vocês, na Funai, ao Thomaz, que representa o Ibama, e ao pessoal do DNIT, para que encontremos, sim, um caminho não só pensando no nosso umbigo, em satisfazer à reivindicação da ONG A ou da ONG B, mas pensando nesse Brasil como um todo. Não há como desenvolvermos Roraima ou Amazonas ou o Norte do País se não for, no mínimo, usando esse sentimento de brasilidade, esse sentimento de desenvolver todo o Estado de Roraima. Roraima não pode mais ficar paralisada, refém dessas atitudes. É lamentável! Está para ter um caos no meu Estado. A questão da energia, Artur, virou coisa de louco. São cinco, seis, sete, oito vezes. Ninguém vai para lá. Ninguém vai colocar uma indústria. Ninguém vai investir no setor primário. Os eletrodomésticos queimam assustadoramente. Há realmente uma avalanche de reclamações nesse sentido.

Sei que já muitas coisas foram faladas. Eu queria fazer um apelo de um Estado que está muito mais isolado, porque, hoje, só se vai para Roraima via aérea, porque, via terrestre, é só de Manaus para lá, e o que Manaus acaba mandando para Roraima, porque nós temos também a zona de livre comércio, é o turismo, que vai todo para a Venezuela.

Então, é preciso integrar o Brasil. A integração do Brasil passa por essa BR, passa pela questão energética e passa, sobretudo, pelo sentimento de brasilidade, de cidadania. É importante que tenhamos, acima de tudo, esses interesses. Não vejo a reconstrução dessa estrada, a reativação dessa estrada como uma depredação ao meio ambiente e muito menos à Amazônia. Essa história de dizer que, ao longo da história, vai fazer desmatamento... O Ibama controla isso! São pagos para isso, e muito bem pagos! Têm diárias e tudo. Ninguém vai fazer, se não faria em toda BR. Faria até Manaus, que são pouco mais de 700 km. Não faz! Então, essa é uma história que não cabe, que não tem nenhum fundamento. É uma alegação que não se sustenta. Na verdade, a longa verdade é que temos três Estados brasileiros do Norte que não se interligam. Eles estão isolados do Brasil. Mais grave do que isso, um país quebrado como o nosso ainda tem que sustentar o Estado de Roraima, que poderia contribuir para a Nação brasileira.

Queria fazer esse apelo, esse grito de dor!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Telmário.

Concedo a palavra ao Sr. Thomaz Miziaki de Toledo, que é Diretor de Licenciamento Ambiental do Ibama. Também faço o mesmo apelo ao senhor, no sentido de que possamos ter realmente a liberação da BR.

Com a palavra, o Sr. Thomaz.

O SR. THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO – Obrigado, Presidente.

O SR. THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO – Obrigado, Presidente.

O fato que o Ibama registra na audiência pública de hoje é que, se há interesse contrário à execução da BR-319, ele não esteve aqui hoje representado, porque, dos diversos atores presentes aqui na audiência, pude registrar que todos se manifestaram favoráveis à implantação da BR. Então, cabe ao licenciamento ambiental estabelecer como executar essa pavimentação.

Houve manifestações aqui favoráveis à restauração das condições originais da BR de 1972, então, à pavimentação, à reconstrução e pavimentação. Até na intervenção do Senador Telmário, a última intervenção, S. Exª mencionou algumas vezes o tema restauração. Houve manifestações também favoráveis ao levantamento do embargo, à retomada das obras de manutenção, incluindo uma manifestação bem objetiva do Senador Acir Gurgacz

O levantamento de embargo é possível, sim. Ontem, esclareci para o Walter que o ofício – e estou até com uma cópia do ofício do DNIT encaminhado, na última sexta-feira, para o Ibama – não solicita o levantamento do embargo. É uma formalidade que o DNIT precisa cumprir. O requerimento pede só anulação do auto de infração que aplicou a multa ou a redução do valor da multa. Não fala nada sobre embargo. É uma formalidade. Está previsto na instrução.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Não foi feito o pedido?

O SR. THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO – Não, de levantamento de embargo não.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – (*Ininteligível.*)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO – Isso, levantamento de embargo.

O Ibama poderá levantar o embargo para as atividades que não estão contempladas no pedido de licença ambiental do DNIT para emissão de uma licença prévia com base no EIA/RIMA, objeto do licenciamento ambiental, processo aberto em 2008.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Desculpa, Presidente, só para fazer uma pergunta técnica. Sendo feito o pedido de levantamento de embargo, é possível dar o embargo e um prazo, ou seja, a obra continua com um prazo para que o DNIT tome as providências que o Ibama está pedindo, ou não é possível isso?

O SR. THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO – Senador, por isso que é questão de manutenção e recuperação e pavimentação, porque recuperação e pavimentação, o Ibama não pode autorizar isso, porque o DNIT pediu uma licença prévia para o Ibama.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Não, não existe pavimentação.

O SR. THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO – Exatamente. O que não for objeto deste requerimento... Está lá um pedido de licença do DNIT de 2008 e um estudo de impacto ambiental apresentado pelo DNIT que caracteriza as atividades que ele iria desenvolver. Para o que não estiver contemplado nisso, nesse objeto do licenciamento, sim, ou seja, pode haver o levantamento do embargo para as atividades manutenção. Não estão contempladas no processo de licenciamento... O Ibama não pode autorizar algo sem o licenciamento para o qual o próprio DNIT pediu licença ambiental.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Mas, Thomaz, deixe-me explicar. Eu acho que está faltando sentar e dizer qual é o tipo de procedimento a se fazer, porque o fiscal pode entender que, nessa recuperação de via, ele esteja usando a piçarra, o que não está autorizado não sei onde, e criar um clima para que seja embargada novamente. Sabemos o que é recuperação. Ninguém está pedindo o asfaltamento agora. Nós lutaremos pelo asfaltamento futuramente, e, com certeza, vamos continuar lutando, mas, em relação à obra em si, a esse tipo de recuperação que está sendo... E já tinha até ônibus fazendo transporte de pessoas Manaus-Porto Velho. Não sei se você sabe, mas já tinha uma empresa fazendo duas linhas, não é Acir?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO. *Fora do microfone*.) – Sim, duas empresas.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – É lógico que o tempo de viagem ainda é um pouco longo, demorado, por causa das condições da estrada, mas já estava acontecendo. E mais, não tenha dúvida nenhuma, Thomaz, qualquer recuperação que seja feita, no inverno, infelizmente, voltará à estaca zero, porque os invernos são rigorosos. Como eu falei para vocês, naquela região, nesses 400 km do meio, é alagadiço de um lado e do outro, é várzea. O material não é bom para estrada. Tem que ser trazido material de muito longe. Há uma série de problemas naquela estrada. Por isso, se fosse pedida a suspensão do embargo e o Ibama definisse com o DNIT o que pode ser feito e o que não pode ser feito, pelo menos teríamos a recuperação mais rapidamente.

O SR. THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO – Perfeito. Acho que este é realmente o encaminhamento que nós havíamos orientado ao DNIT, um requerimento para levantamento do embargo. Talvez tenha havido um equívoco por parte do DNIT, que entendeu que o ofício já solicitava esse levantamento de embargo, mas não foi feito. Foi feito só o pedido de anulação do auto de infração e imposição de multa ou redução do valor da multa. É preciso ser feito, e a sugestão que fizemos também foi nesse sentido, para evitar divergências de interpretação do que está sendo executado, se é manutenção ou recuperação, de que já conste no rol de atividades, que poderá ser feito não só neste momento, mas também, caso nos próximos anos isso se torne necessário, no licenciamento ambiental do Estado.

A Senadora Vanessa trouxe aqui intervenções de APP e jazidas. Nada disso é expressamente proibido, mas deve ser licenciado, e, sendo objeto de licenças ambientais, geralmente em estradas, são licenças ambientais emitidas pelos Estados, órgãos estaduais. Isso é feito de forma regular. O fato é que, no relatório de vistoria, está registrado que, quando o Ibama solicitou essas licenças, o responsável pela obra não as tinha para apresentar. Não sei se não tinha para apresentar ou se, de fato, essas licenças não tinham sido emitidas. A atividade não é vedada pela lei. É passível de ser realizada, sim, mediante licenciamento ambiental.

Para a reconstrução e a pavimentação, que é o pedido de licenciamento ambiental que temos em tramitação desde 2008/2009, só queria dizer, por mais que de fato existam questões ideológicas, sempre, na discussão da 319, que o licenciamento ambiental, a tomada de decisão sobre a emissão ou não do licenciamento e as condicionantes, o instrumento mais importante que existe no processo é o estudo de impacto ambien-

tal. Não é à toa que está na Constituição Federal. Quem traz a discussão de desmatamento, de aumento de desmatamento provocado pela rodovia é o estudo de impacto ambiental apresentado pelo próprio DNIT e elaborado pela Universidade Federal do Amazonas. Se existe a discussão em cima desse tema nesse processo, precisa, sim, ser objetiva. A própria recomendação do Senador Raupp deve ser considerada no âmbito dessas complementações que estão sendo desenvolvidas, mas a questão do desmatamento é trazida pelo estudo de impacto ambiental, inclusive, na conclusão, há um destaque relacionado a isso. Então, é um ponto que precisamos discutir ainda para avanço do processo.

O Ibama, é claro, está aguardando a apresentação do estudo. É importante o DNIT consolidar esses estudos, as complementações solicitados pelo Ibama, para que possamos avançar no processo de licenciamento, da restauração/pavimentação.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Me permite, Sr. Presidente?

Com relação à pavimentação, está bem claro. A minha pergunta é a manutenção. Está autorizada? Está retirado o embargo para a manutenção, expressa e exclusivamente para manutenção? Imaginem, se formos lá e não tiver nenhuma máquina, vamos ficar atolados no meio da estrada.

O SR. THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO – Hoje não está. Hoje está embargado. O DNIT precisa solicitar o levantamento do embargo... (*Pausa.*)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Por favor, use o microfone.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Vamos conceder a palavra ao diretor do DNIT, Sr. Valter Casimiro.

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Como o próprio diretor colocou aqui, o DNIT pediu anulação do auto entendendo que, anulando o auto, se tem automaticamente o levantamento do embargo. É uma questão de terminologia. O DNIT vai hoje apresentar o pedido oficial para o Ibama. Acertamos também a definição do que é uma obra de manutenção, com a descrição de cada item da manutenção, o tamanho da pista de rolamento, quanto tem de acostamento, quanto tem que ter de área livre para poder garantir a visão do condutor, o que é uma recomposição de revestimento primário, o que é um arroçado, uma limpeza lateral.

Essas explicações estão indo hoje para o Ibama, acrescentando o pedido de levantamento de embargo, para poder possibilitar...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Uma pergunta: não dá para fazermos um acordo aqui? Esse é o ponto, senão não vamos ter nenhum avanço na nossa audiência pública. Queremos um acordo aqui e agora. Dá para pedir para ele?

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Sim. Sim.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Então, peça! (*Risos.*)

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Acredito que o Ibama vai querer o formal, porque precisa de um documento formal.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Posso ser o juiz. (*Risos.*)

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – O DNIT, desde o primeiro dia que recebeu a notificação de que estava com a obra embargada, tem tido reuniões com o Ibama no sentido de conseguir liberação para a continuidade das obras de manutenção, explicando para o Ibama o que é uma obra de manutenção, que o DNIT não tem interesse em fazer nenhuma obra para a qual esteja prevista a reconstrução, que foi o termo usado, aqui porque a rodovia já tinha sido objeto de construção no passado. Para as obras que são de reconstrução, o DNIT entende que realmente é preciso um licenciamento ambiental, e isso consta de um termo de cooperação do DNIT com o Ibama, e está disposto a cumprir esse termo. O DNIT, em momento nenhum, quer se eximir da obrigação de cumprir com as condicionantes ambientais, com a regra ambiental, com os estudos ambientais.

Hoje, estamos em um processo de contratação dos estudos para os componentes indígenas, com termo de referência. Houve uma determinação do Tribunal de Contas para que paralisássemos os contratos para o EIA/Rima, em função do estudo que está sendo feito do componente indígena, para que não se tenha um contrato em andamento sem ter realmente efetividade. O DNIT está em via de lançar um edital para contratação desses componentes indígenas. O compromisso do DNIT é entregar ainda hoje essas explicações para o Ibama, para que ele tenha formalizado esse pedido de levantamento de embargo e a explicação do que são esses itens de manutenção de rodovia.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Presidente, temos um acordo ou não? Fica a pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Tem uma sala aqui ao lado para fazer logo o acordo, a reunião.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, esse é o melhor palco porque nós, aqui, contamos com a arbitragem de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Não, a sala é nossa! Vamos fazer o acordo lá e, depois...

O SR. THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO – Posso me manifestar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Pode. V. Srª é a palavra mais esperada aqui.

O SR. THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO – O conceito que manifestei aqui, inclusive orientando o DNIT que solicite o levantamento de embargo, é um posicionamento com base na legislação. Sendo solicitado, o Ibama vai conceder.

Em relação à formalidade, o Ibama não abre mão da formalidade, principalmente porque tivemos um termo de acordo de compromisso firmado em uma câmara de conciliação da Advocacia-Geral da União que não foi atendido. Então, exigimos a formalidade, sim, uma solicitação de levantamento de embargo com uma proposta de atividade de manutenção. O Ibama vai avaliar o quanto dessas atividades é objeto do processo de licenciamento e o que não é, para poder levantar o embargo em relação às obras de manutenção que não constam no requerimento de licença do DNIT. Qualquer outra manifestação do Ibama tem uma limitação de legalidade. O DNIT precisa atuar assim.

Embora o Senador Acir Gurgacz, desde o primeiro momento, tenha promovido de fato esse diálogo entre o DNIT e o Ibama buscando uma solução, a solução é viável porque é prevista na própria legislação, que prevê a aplicação da penalidade embargo e o levantamento do embargo. Então, o Ibama não está fazendo nada mais do que cumprir o que está previsto em lei. É importante ter a formalização, embora, desde o primeiro momento, tenhamos trabalhado em cima dessa solução.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Dr. Valter, é possível protocolar isso hoje?

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Assim que eu sair daqui, vou preparar o documento e assinar, para enviar para o Ibama na primeira hora da tarde.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Gostaríamos de receber cópias.

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Mando cópia para todos os senhores.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Na sequência, o despacho do Ibama também, do desbloqueio.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Fica o convite, Dr. Thomaz, para ir conosco na semana que vem. É importante a presença de V. Sª junto com a gente, e do Valter também. É importante irmos *in loco*, já com a estrada liberada, é evidente, com o embargo retirado, até por conta das máquinas que estão lá paralisadas e que vão dar manutenção, nessa própria expedição também que acontecerá na semana que vem.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente, vou ter que sair porque está tendo uma audiência na Câmara sobre o seguro-defeso. Quero agradecer a presença e a complacência de V. Exª. Eu me sinto feliz pela sua volta, restabelecido. Espero que V. Exª possa contribuir muito ainda com o Brasil e com este Senado.

Espero que tenha agilidade, porque, se não aproveitarmos o verão da nossa região, no início de novembro vai começar a chover, e não adianta nem a liberação porque não vai acontecer obra nenhuma em época de chuva. Então, precisamos agilizar essa liberação por causa das chuvas, do regime de chuvas que temos lá. Isso pode acontecer.

Não precisa me responder, agora, Thomaz, até porque não sei se é da sua área, mas não dá para entender também a Ministra Kátia Abreu, Ministra da Agricultura, acabar com o seguro-defeso. O senhor sabe que o seguro-defeso, na nossa região, é um grande protetor da procriação de espécies no nosso Estado. Tirando o seguro-defeso, vamos ter, no ano que vem, dificuldades na produção de peixe. Acabando com esse seguro neste ano, teremos grandes problemas no ano que vem. O pescador vai pescar peixe ovado, que não vai reproduzir. Houve uma portaria da Ministra Kátia Abreu suspendendo por 90 dias, 120 dias o seguro-defeso. Está tendo uma audiência. É para não pagar o seguro-defeso. É a justificativa que o Governo dá.

Acho que o Ibama tinha que dar uma olhada com carinho nesse sentido. A proteção da nossa fauna é importante, e o Governo não está em sintonia com o meio ambiente, com o Ibama em relação a essa questão. Acabaram com o seguro-defeso, mas não vemos um posicionamento do Ibama com relação a isso! O Ibama não se posiciona em relação a isso, mas é de responsabilidade dos senhores tomarem a iniciativa de se posicionar em relação a essa questão.

Sei que pode não é a sua área, mas é importante que o Ibama se posicione em relação a esse decreto do Governo, assinado pela Ministra Kátia Abreu, acabando com o seguro-defeso no Brasil. Ela acabou com o seguro-defeso no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Antes de o Senador Omar Aziz, antes de V. Exª deixar este plenário, eu acho que eu tenho direito de fazer uma pergunta. A minha pergunta é a seguinte: chegando a solicitação do DNIT, quanto tempo, quantas horas, quantos minutos teremos para o despacho da Diretoria de Licenciamento Ambiental do Ibama?

O SR. THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Olhe que estive doente. (*Risos.*)

O SR. THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO – Presidente, não posso me comprometer com prazo aqui com o senhor, não só pelo fato de estar retornando às atividades, mas por toda a deferência que o Ibama tem em relação ao senhor, eu não posso estabelecer prazos aqui, até porque não é um ato que dependa só da Diretoria de Licenciamento Ambiental. O levantamento do embargo é feito pela Presidência do Ibama, com uma manifestação técnica da Diretoria de Licenciamento Ambiental. Eu não tenho como me comprometer com o prazo com o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Mas V. Sª acredita que será rápido.

O SR. THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO – Sim. Sim. Claro. Todo interesse social aqui manifestado justifica, hoje, a urgência na tramitação das avaliações.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Não sei se o Ibama considera toda essa movimentação nossa. Não sei. Sinceramente, pelo que ouço e tenho acompanhado, Thomaz, não sei se vocês consideram essa manifestação de todos nós. Agora, vamos tentar fazer alguma coisa para dar uma interrompida nessas ações dos senhores. Com certeza, vamos tentar. Não tenham dúvida disso.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Com a palavra, o Diretor-Geral do DNIT, Dr. Valter Casimiro.

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Bom, me comprometo aqui a entregar, no início da tarde, o documento pedindo o levantamento de embargo com a explicação do que são obras de manutenção, para poder deixar registrados os itens que serão objeto de obra na 319 e deixar claro que, em momento algum, o DNIT fez obras de reconstrução da rodovia. Foram exclusivamente itens de manutenção e serviços que são comuns serem feitos em todas rodovias do País. O DNIT, como responsável pela manutenção de toda a malha federal, tem já o costume, nos seus contratos, de prever esses itens de manutenção das rodovias.

Com relação à pergunta do Senador Lasier sobre o andamento das obras, o retardamento, o prolongamento dessas obras no Estado do Rio Grande do Sul, como a da segunda ponte do Guaíba, a 116, e tenho relatado isso para todos os Parlamentares, Senadores e Deputados – recebi já vários dos senhores, no meu gabinete –, informo que, em função do contingenciamento, das restrições financeiras do País, tivemos que reduzir o nível de execução dos nossos contratos de construção em torno de 45%, o que dilatou o prazo desses contratos. A redução de 45% na execução imediata por si só prevê a dilação desse prazo contratual. Então, o que seria feito em um ano será feito em, aproximadamente, dois anos, quase 50% de redução no ritmo de execução.

Hoje, o DNIT teve que priorizar as obras de manutenção, mas nem por isso deixamos também de reduzir o valor investido em manutenção, em função dessas restrições orçamentárias e financeiras. Na parte de manutenção, tivemos que reduzir o valor previsto a ser investido em aproximadamente 35%. Isso gerou uma manutenção. O que estávamos prevendo fazer com uma solução chamada Crema tivemos que fazer com uma obra de manutenção. Não é uma manutenção mais estruturada. É uma manutenção mais simples de uma rodovia para que ela tenha condições de trafegabilidade. Ela não ficará cheia de buracos, mas também não será recomposta toda capa do pavimento.

Por isso, Senador, essa dilatação dos prazos nos contratos.

Sabemos também que existem algumas empresas com dificuldades financeiras, o que acaba reduzindo o ritmo de execução dos contratos, fazendo com que as obras fiquem mais lentas.

Era isso. Coloco o DNIT à disposição dos Srs. Senadores. Da mesma forma como falei aqui na sabatina, o gabinete da Diretoria e toda a Diretoria do DNIT estão à disposição para esclarecimento dos Srs. Senadores e Deputados. No que for preciso, me coloco à disposição. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Antes de conceder a palavra aos demais convidados, queria comunicar que chegaram à mesa 64 perguntas feitas por telespectadores.

Confesso que gostaria que essas perguntas fossem respondidas, mas não agora, porque não há tempo. Não há como viabilizar isso.

Queria apenas registrar os nomes das pessoas: Pedro Fernandes, do Amazonas; Luis Américo, aqui mesmo do Distrito Federal; Rodrigo Carvalho de Oliveira, de São Paulo. Pedro Fernandes foi quase um recordista aqui; Rodrigo, também – houve uma disputa aqui. Cristiane Costa, que perguntou de Goiás; Marco Aurélio Lessa Villela, do Distrito Federal, este foi o recordista mesmo.

Duilson Pantoja Melo, de Rondônia; Pedro Cruz, do Rio Grande do Norte, conterrâneo e solidário; Robson de Carvalho Almeida, do Amazonas; César de Oliveira Silva, da Bahia.

Mobilizou o Brasil.

São esses, então.

Vamos entregá-las a cada um dos convidados, mas as perguntas são dirigidas principalmente ao Ibama, na sua grande maioria, ao DNIT e à Funai. Mas, se os representantes das outras entidades quiserem também ter o devido acesso às perguntas, será um prazer passá-las para eles também.

Concedo a palavra, para as suas considerações finais, ao Sr. Saleh Hamded, Diretor da Representação em Brasília da Federação das Indústrias do Amazonas (Fieam).

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Pois não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Antes de o Dr. Saleh falar, quero pedir desculpas, pois já chegamos às considerações finais. Eu também tenho de acompanhar a outra audiência pública, que trata do seguro-defeso, e está acontecendo na Câmara dos Deputados. Para nós, do Amazonas, é muito importante. Nunca vi manifestação pública no interior do Estado, em Municípios pequenos, como estamos vendo agora.

Mas agradeço a presença dos convidados e muitíssimo a V. Exª, Senador, que contribuiu demais. Tenho certeza de que, a partir desta audiência, vamos resolver o mais rapidamente possível esse problema. E, ao Senador Acir também, pelo empenho.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Confesso que contribuí com uma certa chantagem emocional. (*Risos.*)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Senador Garibaldi, se possível, eu gostaria, mesmo que sucintamente, que V. Exª permitisse depois que o Dr. Artur Mendes respondesse sobre as duas questões da Funai.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Pois não. Desculpe, Senador.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Com a palavra, o Dr. Artur Mendes.

Eu queria fazer aqui três pequenas intervenções: uma delas, respondendo ao Senador Lasier, e as outras duas, um esclarecimento à Senadora Grazziotin e um comentário sobre a fala do Senador Telmário Mota. Infelizmente, ambos não se encontram aqui, mas é importante fazer este registro.

Com relação às questões levantadas pelo Senador Lasier, de fato houve essa tragédia nas margens da BR-386. A Funai já havia se manifestado favoravelmente à continuidade da obra em agosto, manifestação feita ao Ibama, como previsto na norma do licenciamento. Essa manifestação já serviu para que o Ibama autorizasse a continuidade das obras. No nosso entendimento, a tragédia, a qual lamentamos muito, assim como V. Exª e todo o Estado, não guarda relação com a obra em si. Não vemos como esse fato possa interferir no processo.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Com sua licença, Dr. Artur. A Funai teria alguém que fosse lá tentar acalmar, porque anteontem, na segunda-feira, depois da tragédia, os índios bloquearam aquela importantíssima rodovia até meia tarde, e provocaram um gigantesco engarrafamento. E um líder dos índios disse que lá não sai mais estrada. Ora, claro que disse isso no calor da emoção.

O SR. ARTUR NOBRE MENDES – Claro.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Agora, é importante. Eles poderão, com o trauma que vivem, continuar criando essa dificuldade. Então, é preciso uma mediação; é preciso alguém da Funai que vá lá fazer uma reunião com eles, tentar achar uma composição.

O SR. ARTUR NOBRE MENDES – Nós temos a nossa coordenação regional no Estado, temos nosso pessoal que irá ou já está fazendo essa mediação. Então, não estamos ausentes. Sabemos do trauma que isso provocou, com morte de crianças. Estavam na beira de uma estrada, esperando uma condução escolar para ir para a escola. Então, precisamos entender também a revolta da comunidade.

Agora, esse fato em si não tem relação com o licenciamento. É algo a se lamentar profundamente, devendo-se buscar inclusive uma segurança maior para essas crianças que estão vivendo ali e que, de certa forma, correm esse risco, ao se exporem ali na beira da estrada, mas obviamente é um caso à parte. Ou seja, não é algo que vá afetar o prosseguimento da obra.

Com relação à BR-290, estamos já finalizando, estamos na fase conclusiva da análise, dentro do prazo previsto também na norma, que é de 60 dias, para análise do plano básico ambiental. Então, concluído ou antes mesmo de concluído esse prazo, vamos nos manifestar ao Ibama da mesma forma como foi feito na 386. Certo? Então, em breve teremos essa manifestação também para a 290.

Não sei se fui claro.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O prazo era de 60 dias. Está terminando?

O SR. ARTUR NOBRE MENDES – Não, ele começou há poucos dias, quando recebemos. Então, acredito que, até final de novembro, ou alguma coisa assim, teremos essa manifestação.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

O SR. ARTUR NOBRE MENDES – Com relação ao que foi dito pela Senadora Grazziotin, quero esclarecer que não houve inclusão de novas terras nesse processo por parte da Funai – no processo da 319, aqui no caso. Houve, sim, em função de uma nova norma que estabeleceu distâncias mínimas para que as terras indígenas fossem consideradas, a redução de treze para cinco terras indígenas. Não houve inclusão de nenhuma terra. Esse é um esclarecimento que eu queria fazer, Senador.

E o terceiro ponto, que não posso deixar de passar, é para lamentar profundamente as palavras do Senador Telmário Mota – profundamente –, porque ele mostrou desconhecer por completo o que está acontecendo ali na divisa do Estado de Roraima com o Amazonas na terra indígena waimiri-atroari. Não existe ONG atuando ali. A Funai mantém um convênio com a Eletronorte em função dos impactos da Hidrelétrica de Balbina há exatos 27 anos.

Quem gerencia e executa esse convênio é a Funai; é um servidor da Funai. A pessoa a que ele se referiu, o Carvalho, é um servidor da Funai que, no caso, já se aposentou, mas é contratado pela própria Eletronorte como consultor e atua dentro do processo a pedido dos próprios índios. É uma pessoa que tem um histórico absolutamente reto e correto em relação à questão indígena. Jamais foi levantada uma falha sequer na sua trajetória como servidor público.

E ser chamado aqui de parasita, o senhor me desculpe, é uma ofensa gravíssima e uma injustiça, que eu não posso deixar passar, com o meu colega, com quem convivo há 27 anos. Acompanho há 27 anos, como membro do Conselho Consultivo desse programa por parte da Funai, esses trabalhos que são desenvolvidos nessa terra indígena.

Então, queria lamentar profundamente as palavras do Senador Telmário Mota. Lamento que ele não esteja presente, mas, se estivesse presente, eu faria a mesma intervenção aqui.

Muito obrigado.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

Infelizmente, o Telmário não está presente. Só para pontuar: ele deve ter os seus motivos para ter dito o que disse.

O SR. ARTUR NOBRE MENDES – Ele tem os seus motivos. Os motivos dele...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Não sei quais são. Como ele não está presente, eu não vou...

O SR. ARTUR NOBRE MENDES – Os motivos dele são boatos...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Eu gostaria que se respeitasse a ausência dele.

O SR. ARTUR NOBRE MENDES – ...denúncias anônimas, fatos que jamais foram comprovados e denúncias que sequer têm um autor. Ele está repercutindo aqui dentro do Senado, nesta que é uma Casa respeitável obviamente, denúncias sem autor, denúncias que circulam pela internet e que não têm absolutamente nenhuma relação com a realidade.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Bom, agora o senhor concluiu que há denúncia.

Se há denúncia, ele trouxe denúncia para cá.

O SR. ARTUR NOBRE MENDES – Ele trouxe a denúncia, de forma...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Ele está baseado em uma denúncia feita a ele. Não é aleatória.

O SR. ARTUR NOBRE MENDES – ...de uma forma totalmente irresponsável, porque essas denúncias sequer têm autor.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Concluiu?

O SR. ARTUR NOBRE MENDES – Concluí. E agradeço muito, Senador, a sua mediação, feita de forma extremamente sábia e ponderada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Agradeço.

Agora, concedo a palavra ao Sr. Alan Gurgel do Amaral, pedindo desculpas à Srª Elizete que, se quiser, acredito que o Sr. Alan não fará nenhuma objeção a que ela possa manifestar-se de imediato.

O SR. ALAN GURGEL DO AMARAL (*Fora do microfone*.) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Estou deixando sempre a senhora por último e posso ser acusado de discriminação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Então, vamos ouvir o Sr. Alan. (*Risos.*)

O SR. ALAN GURGEL DO AMARAL – Ainda bem. Sempre bom ter esses momentos de descontração, que nos levam a ficar mais leves, porque este tema é bastante pesado, pois entendemos que envolve mais uma parte política, de que comecei falando.

É um problema DNIT/DER. Ora, o DNIT não sabia que podia pedir suspensão do embargo? O Ibama não podia avisar o DNIT que ele podia pedir a suspensão do embargo? Todos precisamos dessa obra. Todos precisamos dessa estrada.

Poxa vida, são coisas tão simples, mas ninguém conversa. Coisas tão fáceis de serem resolvidas, talvez, mas nós, que precisamos, não estamos sendo aquinhoados com a solução.

Então, pedimos, senhores, que encontrem uma solução pelo amor de Deus! Os nossos Estados e a Região Norte precisam da BR-319. E faço mais uma vez o apelo: vamos nos entender. Que a BR-319 saia e que possa ser utilizada pelos cidadãos brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Agradeço e concedo a palavra à Srª Elizete Lionel.

A SRª ELIZETE LIONEL – Obrigada, Senador.

Bom, diante de tudo o que foi feito e pedido aqui, apelos louváveis, lógico, eu só tenho a pedir uma coisa: clemência.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Todos já se manifestaram? (*Pausa.*)

Não. O nosso último convidado para suas considerações é o Sr. Saleh, Diretor da Representação em Brasília da Federação das Indústrias do Amazonas (Fieam).

O SR. SALEH HAMDED – Obrigado, Presidente. Serei breve nas considerações finais, só para ressaltar que não existe nenhum modelo de produção que não necessite de um escoamento adequado da sua produção. Essa política de isolamento de fato existe – nós a percebemos ao longo dos anos – e tem por motivação a questão de preservação da floresta. Entendemos que, se o modelo Zona Franca de Manaus naufragar, essa pressão, para a floresta, pode ser muito maior. Talvez estejamos fazendo um erro histórico com relação à questão ambiental naquela região. A população que ali habita não só preserva, mas ela abre mão da inserção social que o resto do País tem.

Então, é preciso realmente refletir sobre todos esses aspectos, porque o modelo Zona Franca de Manaus, repito, é o único modelo de desenvolvimento socioeconômico que existe na região. Sem ele, muito provavelmente, a pressão pela floresta é inevitável.

Era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Antes de encerrar esta audiência pública, eu queria agradecer aos autores do requerimento, que aqui estão sendo representados pelo Senador Acir, já que os outros dois, o Senador Valdir Raupp e a Senadora Vanessa Grazziotin, tiveram de se retirar. Justificaram a ausência momentâneas.

Acredito tenha sido uma das audiências públicas mais produtivas que já tivemos aqui, pela saída oferecida, pela conclusão, que teve certo pragmatismo, porque as audiências públicas são realmente muito movimentadas e oferecem a esta Casa uma oportunidade de debater grandes questões, sejam de natureza nacional, sejam de natureza regional. No entanto, quando se termina uma audiência, há sempre uma ânsia de termos uma conclusão de ordem mais prática.

Hoje, tivemos aqui essa possibilidade pela participação de todos, mas eu queria realmente destacar a participação daquele que foi alvo das maiores indagações e comentários e até da minha chantagem emocional, no bom sentido. Refiro-me ao Dr. Thomaz Miazaki de Toledo. Quero agradecer a compreensão dele, a tolerância, a sensibilidade como ele encarou tudo aquilo que aconteceu nesta audiência.

Agradeço ao Dr. Artur Mendes, Diretor da Funai, também pela sua sensibilidade; ao Alan Gurgel do Amaral por suas colocações, muito valiosas; ao Saleh Hamded, pelas preocupações aqui colocadas.

Agradeço – desculpe a intimidade – à Srª Elizete pela sua participação, pela sua sensibilidade.

Vou declarar encerrada esta audiência pública, agradecendo aos Senadores, inclusive ao Senador Lasier, que trouxe aqui a contribuição do Rio Grande do Sul.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Teremos votação de requerimentos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Teremos, sim. Foi bem lembrado aqui.

Há dois requerimentos extrapauta, de autoria dos Senadores Wellington Fagundes e Acir Gurgacz.

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 71, de 2015
- Não terminativo -

Nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro, em aditamento ao RQI 53/2015, desta Comissão, para que seja estendido o convite para participar da audiência pública pretendida o Senhor Edgar Ferreira de Sousa, Presidente da Federação Nacional dos Taxistas e Transportadores Autônomos de Passageiros (FENCAVIR) e Presidente da Seção de Autônomos da Confederação Nacional do Transporte (CNT).

Autoria: Senador Wellington Fagundes e outros
Relatoria:
Relatório:
Observações:

Trata-se de uma audiência, desculpem, para tratar da questão do Uber.
Passamos ao outro requerimento, também de autoria dos Senadores Wellington Fagundes e Acir Gurgacz.

ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 72, de 2015
- Não terminativo -

Requeremos, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), em aditamento aos RQI nos 54 e 67, de 2015, seja a audiência pública – aprovada para discutir a conjuntura das obras rodoviárias sob concessão – realizada em duas reuniões: a primeira com as empresas vencedoras da concessão rodoviária da 3ª Etapa – Rota do Oeste; Concebra; Via 40; MGO; e MSVia –; a segunda com as entidades ligadas ao processo de concessão – Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR); Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Para tanto, incluímos como debatedores os senhores: Odenir Sanchez, da Concebra; Túlio Ab Saber, da Via 40; Helvécio Soares, da MGO; e Maurício Negrão, da MSVIA.

Autoria: Senador Wellington Fagundes e outros
Relatoria:
Relatório:
Observações:

Antes de submetê-lo à votação, houve uma omissão da minha parte e não quero deixar que ela se patenteie.

Refiro-me à participação do Diretor do DNIT, o Sr. Valter Casimiro Silveira, que mostrou, igualmente aos demais convidados, sua grande sensibilidade quanto às questões colocadas.

Terminou por coroar esta audiência, com a solicitação que será feita ao Ibama...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO. *Fora do microfone*.) – Deu casamento...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – No meio deles dois, fiquei certo de que poderia, afinal de contas, realizar este casamento, mas ele vai ser realizado. Não tenha dúvida. E eu serei, pelo menos, convidado. Serei o padrinho.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – É, só está faltando a certidão.

Mas eu quero, sem mais delongas, cumprimentar todos os presentes e agradecer-lhes pela paciência, convocando nova reunião desta Comissão para a próxima quarta-feira, dia 28 de outubro.

Mas eu quero, sem mais delongas, cumprimentar todos os presentes e agradecer-lhes pela paciência, convocando nova reunião desta Comissão para a próxima quarta-feira, dia 28 de outubro.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 8 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 6 minutos.)

ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2015.

Às oito horas e trinta e seis minutos do dia vinte e oito de outubro de dois mil e quinze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras e dos Senhores Senadores Delcídio do Amaral, Lasier Martins, Wilder Morais, Sandra Braga, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, Fernando Bezerra Coelho, Wellington Fagundes, Elmano Ferrer, José Pimentel, Paulo Rocha, Gladson Cameli, Ivo Cassol, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Vicentinho Alves. Registra presença como não membro o Senador Ciro Nogueira. Justificam ausência o Senhor Senador Hélio José e a Senhora Senadora Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e faz a leitura de comunicados. Tem início a deliberação de matérias. Item 1 - Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2015, de autoria do Deputado Eliseu Resende, que "altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal o trecho que menciona". Relator: Senador Valdir Raupp. Relator *ad hoc*: Senador Wellington Fagundes. Resultado: Aprovado parecer pelo arquivamento da matéria. Item 2 - Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2015, de autoria do Deputado Giacobo, que "inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que menciona". Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relator *ad hoc*: Senador Fernando Bezerra Coelho. Resultado: aprovado parecer pelo arquivamento da matéria. Item 3 - Projeto de Lei do Senado nº 371, de 2015, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que "altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir o uso de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) na aquisição e na instalação de equipamentos destinados à geração própria de energia elétrica em residências". Relatoria: Senador Wilder Morais. Resultado: retirado de pauta. Item 4 - Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2011, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "altera a Lei nº. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para incluir a obrigatoriedade de as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica substituírem redes aéreas de distribuição de energia por redes subterrâneas em cidades com mais de 100 mil habitantes e dá outras providências". Relatoria: Senador Elmano Férrer. Resultado: retirado de pauta. Item 5 - Oficio "S" nº 29, de 2015, de autoria da Secretaria de Portos da Presidência da República, que "encaminha, nos termos do art. 57, § 5º, da Lei nº 12.815, de 2013, o Relatório Anual da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq – 2014". Relatoria: Senador Blairo Maggi. Relator *ad hoc*: Senador Wellington Fagundes. Resultado: aprovado parecer pelo conhecimento e arquivamento da matéria. Item 6 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 68, de 2015, de autoria do Senador Dário Berger, que requer "nos termos regimentais, aditamento ao requerimento nº 64 de 2015 – CI de Audiência Pública para 'discutir as políticas do Governo Federal que provocaram prejuízos bilionários para as empresas geradoras de energia e ao sistema elétrico brasileiro' para incluir o nome do senhor Djalma Vando Berger – Presidente da Eletrosul". Resultado: aprovado o requerimento. Item 7 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 71, de 2015, de autoria do Senador Wellington Fagundes e outros, que requer "nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro, em aditamento ao RQI 53/2015, desta Comissão, para que seja estendido o convite para participar da audiência pública pretendida o Senhor Edgar Ferreira de Sousa, Presidente da Federação Nacional dos Taxistas e Transportadores Autônomos de Passageiros (FENCAVIR) e Presidente da Seção de Autônomos da Confederação Nacional do Transporte (CNT)". Resultado: aprovado o requerimento. Item 8 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 72, de 2015, de autoria do Senador Wellington Fagundes e outros, que requerem "nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), em aditamento aos RQI nos 54 e 67, de 2015, seja a audiência pública – aprovada para discutir a conjuntura das obras rodoviárias sob concessão – realizada em duas reuniões: a primeira com as empresas vencedoras da concessão rodoviária da 3ª Etapa – Rota do Oeste; Concebra; Via 40; MGO; e MSVia –; a segunda com as entidades ligadas ao processo de concessão – Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR); Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Para tanto, incluímos como debatedores os senhores: Odenir Sanchez, da Concebra; Túlio Ab Saber, da Via 40; Helvécio Soares, da MGO; e Maurício Negrão, da MSVIA". Resultado: aprovado o requerimento. Item 9 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 73, de 2015, de autoria do Senador Lasier Martins, que requer "com fundamento no art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II, e 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja incluído o nome do Sr. Jorge David Salgado, Diretor da Associação Regional dos Transportadores Escolares de São Paulo – ARTESUL, entre os convidados da AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA entre esta Comissão de Serviços de

Infraestrutura (CI) e a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para tratar de transporte de menores de 10 anos e a utilização do dispositivo de retenção para o transporte de crianças em veículos de transporte escolar, objeto do RQI nº 57, de 2015, de autoria do senador Dalírio Beber". Resultado: aprovado o requerimento. São apreciados os itens extrapauta 10 e 11. Item 10 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 74, de 2015, de autoria do Senador Dalirio Beber e outros, que requer "nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do RISF, que seja incluído, em aditamento ao RQI, nº 57, de 2015, o nome do sr. Donay Jacynto Neto, Presidente do Sindicato dos Transportes Escolares do Estado de São Paulo (SINTESP), na lista de convidados da Audiência Pública Conjunta da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para tratar de transporte de menores de 10 anos e a utilização do dispositivo de retenção para o transporte de crianças em veículos de transporte escolar". Resultado: aprovado o requerimento. Item 11 – Minuta de Projeto de Decreto Legislativo nº , de 2015, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que "susta a Portaria nº 404, de 28 de dezembro de 2012, da Secretaria do Patrimônio da União". Resultado: Aprovada a apresentação do anteprojeto como Projeto de Decreto Legislativo de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura. Fazem uso da palavra os Senadores Dalirio Beber, Waldemir Moka, Fernando Bezerra Coelho, Vicentinho Alves, Wellington Fagundes, Paulo Rocha, Wilder Morais, Flexa Ribeiro, Dario Berger e Lasier Martins. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dez horas e sete minutos, lavrando eu, Thales Roberto Furtado Morais, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Declaro aberta a 34ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Seção Legislativa Ordinária da atual Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. (*Pausa.*)

Em função da falta de quórum, nós vamos deixar para a apreciação ser feita posteriormente.

Vamos aos comunicados.

Ao longo dos últimos anos, a Comissão editou uma série de atos para disciplinar algumas de suas atividades. Alguns deles, todavia, já perderam a sua eficácia.

O Ato nº 1, editado em 2009 e que disciplina o processo de aprovação de autoridades, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, teve seus ditames incorporados pelo art. 383 do Regimento Interno.

Já o Ato nº 2, também de 2009, disciplina as datas e horários das reuniões da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Ora, considerando que as reuniões ordinárias da Comissão ocorreriam, segundo o Regimento, às 14 horas das terças-feiras, contudo, atualmente, nossas reuniões já não são realizadas nos dias e horários definidos por este Ato nº 2.

O Ato nº 3, de 2012, estabelece que os avisos do Tribunal de Conta da União, recebidos na Comissão de Serviços de Infraestrutura, serão despachados à Consultoria Legislativa do Senado Federal, para análise e sugestões de iniciativa ou providência a ser adotada no âmbito desta Comissão, quando cabível. Embora esse Ato ainda seja aplicado, entendemos que este não seja o procedimento mais adequado para tratar desses expedientes do Tribunal de Contas da União.

Então, vamos sugerir a esta Comissão uma abordagem semelhante à que é feita pelas comissões permanentes da Câmara dos Deputados e já, agora, pela Comissão de Assuntos Econômicos do próprio Senado Federal. Recebido o aviso, a Presidência dá conhecimento da matéria ao Plenário da Comissão e, havendo interesse, as Srªs e os Srs. Senadores podem consultar os avisos na Secretaria da Comissão. Essa seria uma nova abordagem sobre o Ato nº 3, de 2012.

Já os Atos nºs 4 e 5, ambos de 2013, introduzem alterações aos Atos nºs 1 e 2, que, como já observado, perderam os seus objetos. Assim, sugiro que a Comissão delibere pela revogação dos Atos da Comissão de Serviços de infraestrutura de nºs 1, 2, 3. 4 e 5.

Vamos aguardar o quórum regimental para deliberarmos sobre essas providências.

Documento recebido pela Presidência da Comissão.

A Presidência comunica o recebimento de ofício da Câmara de Vereadores de Xanxerê, no Estado de Santa Catarina, que apresenta moção de repúdio daquela Casa Legislativa ao descaso do Departamento Na-

cional de Infraestrutura (DNIT) no que se refere à conservação da BR-282, em toda sua extensão, no oeste de Santa Catarina.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Presidente, Senador Garibaldi.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Eu gostaria de requerer a inclusão na pauta de hoje de um requerimento para a adição de mais uma autoridade que deverá comparecer à audiência conjunta das Comissões de Educação, Cultura e Esporte e Serviços de Infraestrutura, que acontece hoje, às 10 horas da manhã. É o Requerimento nº 74, para que nós tenhamos realmente nessa audiência pública um esclarecimento bastante aprofundado em torno da importância ou não de se exigirem aqueles dispositivos de retenção para transporte escolar de crianças de zero a sete anos e meio, que deve entrar em vigor, se nada for feito de diferente, no dia 1º de fevereiro de 2016.

Portanto, digamos, é urgente que se tome alguma decisão em torno dessa questão que vai afetar enormemente não só os transportadores, mas, sobretudo, as famílias que têm estudantes que se utilizam desses serviços.

Assim, o requerimento visa fazer com que o Sr. Donay Jacynto Neto, que é presidente do Sindicato dos Transportes Escolares do Estado de São Paulo também possa ser incluído na lista daqueles que serão ouvidos para esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Ainda hoje?

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Ainda hoje, às 10 horas da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Ainda hoje, às 10 horas.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Exatamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Mas ele já está presente em Brasília?

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Já está presente. Nós só vamos formalizar esse requerimento para poder permitir que ele participe, efetivamente, dessa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Bem, tendo em vista a urgência dessa deliberação a ser tomada, eu submeto ao Senadores presentes e, se nada há a apresentar por parte dos Senadores presentes e não há nenhuma manifestação...

Senador Moka presente aqui.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Desculpe-me, Sr. Presidente, houve uma reunião da Frente Parlamentar do Cooperativismo e cheguei atrasado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Já houve uma reunião da Frente Parlamentar antes dessa?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – É que nos reunimos cedo para não atrapalhar as comissões.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Essa Frente Parlamentar é notável mesmo. Reúne-se quase que pela madrugada.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Na verdade, ela começa um pouquinho antes das 8h, e, quando é 8h30, mais ou menos, já está terminada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Parabenizo. É a Frente Parlamentar, Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Do Cooperativismo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Do Cooperativismo.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Principalmente dos leiteiros, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Quero parabenizar os membros dessa Frente.

Item 10 da pauta.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 74, de 2015

- Não terminativo -

Requeiro nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do RISF, que seja incluído, em aditamento ao RQI, nº 57, de 2015, o nome do Sr. Donay Jacynto Neto, Presidente do Sindicato dos Transportes Escolares do Estado de São Paulo (SINTESP), na lista de convidados da Audiência Pública Conjunta da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para tratar de transporte de menores de 10 anos e a utilização do dispositivo de retenção para o transporte de crianças em veículos de transporte escolar.

Autoria: Senador Paulo Bauer e outros

Relatoria:
Relatório:
Observações:

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Está aprovado, nos termos do art. 58, §2º, este Requerimento nº 74, de autoria dos Senadores Dalirio Beber e Paulo Bauer.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu gostaria de contar aqui com a presença de um maior número de Senadores, porque há uma preocupação, de minha parte, com relação ao número de audiências públicas solicitadas, já a essa altura, quando só temos poucas reuniões agendadas até o final do período legislativo, que se dará no dia 17 de dezembro.

Então, temos, aqui, 32 pedidos de audiência pública. A maioria desses pedidos são de autoria dos Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, ficando um pouco atrás, Wellington Fagundes, a Senadora Vanessa Grazziotin, os Senadores Acir Gurgacz, Hélio José e Flexa Ribeiro, com apenas um pedido. A minha sugestão é a de que, para cada um desses interessados pudessem conversar, aqui na Presidência e na Secretaria da Comissão, para ver se priorizamos, porque é claro que, a essa altura, somente temos as reuniões marcadas ainda para novembro praticamente: são seis reuniões da Comissão. Se quisermos apelar para reuniões extraordinárias, tendo em vista talvez a urgência de alguma audiência pública, teríamos de fazer um esforço para realizá-las fora do dia das Comissões, o que, reconheçamos, não é fácil. É por isso que quero me reunir com V. Exªs.

Por outro lado, tenho um pedido a fazer para a Comissão, porque existe hoje uma situação de verdadeira calamidade na nossa Região Nordeste do Brasil. Estamos diante de quatro anos de seca e temos de aceitar que há uma previsão, que não deixa de ser sombria, com relação ao fenômeno chamado *El Niño*, que se dá nas águas do Pacífico, provocando uma mudança no clima, que já está ocorrendo, com a falta de chuva nessa região. Por isso, também vou concorrer com esses Senadores, no sentido de que se possa realizar essa audiência pública, que se faz urgente, com relação à seca no Nordeste.

Então, eu pediria a compreensão dos Senadores. Além destes que citei aqui, inclusive há um requerimento do Senador Wilder Morais também e, para ser mais preciso, ainda há também o Senador Valdir Raupp – acho que já citei o Senador Lasier Martins. São esses os Senadores proponentes desses pedidos de audiência pública, lembrando que, logo mais, às 10h da manhã, aqui no Plenário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, vai-se realizar uma reunião conjunta da nossa Comissão com a de Educação Cultura e Esporte, e ela vai versar sobre...

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Sr. Presidente, vou aproveitar que V. Exª está entrando nessa matéria, porque existe, digamos, na pauta da reunião de hoje desta Comissão, a apreciação de um requerimento assinado pelo Senador Lasier Martins, uma vez que a Senadora Marta Suplicy já apresentou esse mesmo requerimento na Comissão de Educação, para a ouvida também do Diretor da Associação Regional dos Transportadores Escolares de São Paulo (Artesul), Sr. Jorge David Salgado.

Portanto, se este requerimento pudesse ser apreciado, aqui na Comissão, ele já estaria habilitado a participar desta reunião conjunta, a partir das 10h da manhã. Por isso, tomei a liberdade, já que o Senador Lasier Martins não está presente, de subscrever o mesmo requerimento, permitindo que o Sr. Jorge David Salgado, que já está comunicado, informado e convidado pela Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Para a de hoje também?

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Para de hoje também.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Bem, falta combinar, porque é uma audiência conjunta com a Comissão de Educação.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – E na Comissão de Educação, a Senadora Marta Suplicy já apresentou requerimento e já foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Está certo. Então, há uma convergência.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Exatamente. Refiro-me ao item 9 da nossa pauta de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Então, vamos retroceder ao item 9, ao Requerimento nº 73.

ITEM 9
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 73, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, com fundamento no art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II, e 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja incluído o nome do Sr. Jorge David Salgado, Diretor da Associação Regional dos Transportadores Escolares de São Paulo – ARTESUL, para que ele figure entre os convidados da AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA entre esta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para tratar de transporte de menores de 10 anos e a utilização do dispositivo de retenção para o transporte de crianças em veículos de transporte escolar, objeto do RQI nº 57, de 2015, de autoria do Senador Dalirio Beber.

Autoria: Senadores Lasier Martins e Dalirio Beber, na Comissão de Infraestrutura, e Senadora Marta Suplicy, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Então, submeto à Comissão este Requerimento nº 73, que acaba de ser lido aqui.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Acharia interessante passar o texto ao Senador Waldemir Moka. Enfim, estamos revogando alguns atos desta Comissão, que nos parecem, a esta altura, inteiramente anacrônicos e superados, e fazendo permanecer o Ato nº 03, que estabelece que os avisos do Tribunal de Contas recebidos na Comissão, ao invés de serem despachados automaticamente, como são hoje, à Consultoria Legislativa do Senado Federal, possam permanecer na Comissão antes de serem enviados para a Consultoria. Se algum Senador manifestar interesse que se ouça a Consultoria, aí sim, a Consultoria será acionada.

Senador Wellington, Senador Fernando Bezerra.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, até porque, muitas vezes, o Tribunal de Contas da União, quando do relatório, ele recomenda ações, providências. Então, eu acho que esse é o correto, mesmo. Primeiro aqui, na comissão permanente, para depois aí... Porque sempre há um relator. E este relator, quando não há nada, ele pede o arquivamento. Agora, quando há uma sugestão feita pelo próprio Tribunal de Contas da União, então ele, naturalmente, vai enviar isso à Consultoria do Senado ou ele mesmo vai tomar as providências.

Eu acho que é perfeita a correção.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Fernando Bezerra com a palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Não, eu aguardo. Não sei se V. Exª já terminou essa primeira etapa da nossa reunião, porque eu estava querendo fazer comentários sobre dois assuntos.

O primeiro era convidar todos os membros desta Comissão, inclusive e especialmente o Sr. Presidente, para a audiência que nós teremos amanhã, no âmbito da Comissão de Mudanças Climáticas, com a presença do Ministro de Minas e Energia, o nosso colega e companheiro Eduardo Braga. Então, eu queria fazer esse convite a todos os membros da Comissão. Será amanhã, a partir das 10 horas. A sala ainda está para ser definida, mas nós avisaremos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Esta Presidência faz das suas palavras as nossas.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Inclusive, eu gostaria que fosse uma reunião compartilhada com a Comissão de Infraestrutura, porque o tema da reunião é sobre energias renováveis no âmbito da proposta brasileira, que será apresentada na COP 21, em Paris. E a nossa Comissão, e também esta Comissão, luta para ampliar as metas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Está marcada para amanhã?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Para amanhã. Amanhã, com a presença dele já confirmada. Por isso, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Às 10 horas?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Às 10 horas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – A sala, V. Exª ficou devendo aqui.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu passarei a informação já, já em que sala se dará a audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Meus cumprimentos.

Senador Fernando Bezerra, nós estamos em minoria...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, Sala 19, no Plenário da CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), com a presença do Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Então, vamos repetir. Eu vou dar a palavra a V. Exª, para fazer a convocação novamente – o convite, aliás.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu agradeço. Está confirmada a audiência com o Ministro Eduardo Braga, que será na Comissão de Assuntos Econômicos, na Sala 19, amanhã, às 10 horas. O tema são as propostas do Governo Federal para a ampliação, na matriz energética brasileira, das energias renováveis: biomassa, solar e eólica. Portanto, o Ministro estará presente, amanhã, para fazer o detalhamento dessa proposta.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Wellington Fagundes com a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Na última reunião, aqui foi discutida a possibilidade de apresentarmos um projeto de decreto legislativo pela Comissão. Como nós já tínhamos trabalhado isso, inclusive, no último encontro que tivemos da Frenlog, sobre cabotagem, então nós já encaminhamos a esta Comissão como proposta a ser aprovada com origem da Comissão. Então, eu gostaria que V. Exª colocasse isso em votação; que V. Exª incluísse e que votássemos já, porque é uma proposta da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Atendendo à solicitação do Senador Wellington Fagundes, eu queria submeter à aprovação da Comissão o anteprojeto de decreto legislativo. Eu vou ler os dois artigos e V. Exª poderá, então, se quiser, fazer algum comentário ainda.

Art. 1º Fica sustada a aplicação da Portaria nº 404, de 28 de dezembro de 2012, da Secretaria de Patrimônio da União, que estabeleceu normas e procedimentos para a instrução de processos de cessão de espaços físicos em águas públicas e fixou parâmetros para o cálculo do preço publico devido, a título de retribuição à União.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

A proposta é do Senador Wellington Fagundes para que a Comissão venha a aprová-la neste instante.

Consulto se alguns dos Senadores presentes gostariam de se manifestar? (*Pausa.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pois não, Senador Paulo Rocha.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu não conheço esse projeto.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Eu também não. Isso aí é indicativo para a Mesa do Senado decretar? Como é que é isso?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu vou dar a palavra ao Senador Wellington Fagundes para os devidos esclarecimentos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Eu gostaria de ler a justificativa, que acho que pode facilitar.

Isso foi discutido aqui, na última reunião, que nós fizéssemos uma proposta para ser apresentada como da Comissão. Nós tivemos um encontro de cabotagem, há uns 30 dias, e exatamente isso é que foi a conclusão do nosso encontro, através da Frenlog, da necessidade de definirmos essa cobrança que está sendo feita pelo Patrimônio da União – inclusive, nós tivemos já algumas reuniões – e, claro, uma cobrança definida pelo Patrimônio da União. Isso encarece mais ainda, e vou ler aqui a justificativa.

A Portaria nº 404, de 2012, da SPU, ou seja, da Secretaria de Patrimônio da União, estabeleceu parâmetros para o cálculo de preço público devido a título de retribuição pelo uso do espaço físico em águas da União, sendo elaborado com a finalidade de regulamentar matéria já tratada em diversos instrumentos legais que tratam do Patrimônio Público da União, cuja legalidade de interpretação pelo Poder Público no caso em questão vem sendo questionada no âmbito do Poder Judiciário, motivo pelo qual deve o Poder Legislativo, consoante o previsto no art. 49, inciso V, da Constituição Federal sustar o ato que flagrantemente exorbita do poder regulamentar.

A Lei nº 18.815, de 2013, que dispõe sobre a exploração direta e indireta da União de portos e instalações portuárias estabelece que as autorizações para construção e exploração de instalações portuárias privadas serão outorgadas a pessoa jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco. Nesse sentido, já recaem sobre o empreendedor privado todos os encargos resultantes da construção e da operação do terminal portuário, fruto de autorização emitida pelo poder concedente, que, no caso, é a União, cuja abrangência em relação às infraestruturas portuárias necessárias em ambientes terrestres e aquáticos deve garantir por si só a efetiva exploração da atividade portuária.

Discute-se a legitimidade da referida cobrança, tendo em vista o princípio da legalidade estrita, que informa a instituição de tributos no ordenamento jurídico pátrio. Como é cedido, a taxa é uma das espécies tributárias previstas no art. 145, inciso II, da Constituição Federal, de 1988, podendo ser instituída em razão do

exercício efetivo do poder de polícia ou pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição. Em função mesmo de sua natureza tributária, a taxa está sujeita ao princípio da reserva legal, também denominado princípio da legalidade tributária, presente no art. 150, inciso I, da Constituição Federal de 1988, que veda aos entes públicos exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.

Portanto, é a portaria apenas do Patrimônio da União.

De acordo com esse princípio, o art. 97 do Código Tributário Nacional estatuiu que somente lei pode estabelecer a instituição de tributos ou sua extinção, a definição do fato gerador da obrigação tributária principal, bem como a definição de alíquotas e base de cálculo.

No caso específico da atividade portuária, acreditamos que é preciso evitar a sobrecarga de encargos financeiros públicos, como a atividade que naturalmente já está comprometida com altos investimentos direcionados à exploração de uma das mais complexas e dispendiosas atividades econômicas.

Nunca é demais lembrar que pelos portos e terminais portuários são realizadas cerca de 95% das trocas comerciais realizadas pelo País e que o processo de recuperação da economia está diretamente relacionado com o desenvolvimento da infraestrutura de transportes do País, na qual os portos e terminais portuários encontram-se inseridos. Por ser uma atividade econômica complexa, todos os encargos incidentes sobre a prestação de serviço portuário se refletem, em maior ou menor grau, sobre a competitividade do setor como um todo.

Dessa forma, é necessário não só adotar medidas objetivas no sentido de superar as dificuldades impostas pelo cenário econômico atual, mas também dispender todos os esforços no sentido de corrigir interpretações equivocadas ou exageradas da legislação em vigor que venham a introduzir novos custos à planilha das empresas, onerando injustificadamente as atividades portuárias privadas, tal como o que vem ocorrendo em razão da cobrança imposta pela Secretaria do Patrimônio da União pelo uso do espaço físico em águas públicas da União para fins de exploração da atividade portuária privada.

Por essa razão, na esteira do que prevê a Constituição Federal e pela certeza de que o equilíbrio entre os Poderes deverá ser conseguido pela limitação ou pela ação de mecanismos de defesa de uns contra outros, submetemos o presente decreto legislativo aos nobres pares, contando com a sua aprovação, sendo que ficou definido, aqui na Comissão, que seria proposto por toda a Comissão.

Essa é apenas uma sugestão. E que inclusive o Senador Ferraço faça da mesma forma, assim como o Senador Blairo e todos que estavam aqui na reunião passada.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, eu queria...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Isso, para nós, representa até um abuso da SPU.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra, o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, eu queria me aliar à iniciativa do Senador Wellington Fagundes. Eu não participei do debate na última reunião da Comissão sobre esse tema, mas é extremamente oportuno.

Dois argumentos me fazem apoiar essa iniciativa. O primeiro é o princípio da reserva legal. Não se pode cobrar qualquer tipo de taxa, mesmo a título dessas áreas denominadas terrenos de marinha, por uma portaria do SPU. Era preciso haver uma norma legal, uma aprovação legislativa específica para se cobrar a taxa que a SPU está querendo exigir por uma portaria. E o segundo argumento é de que todas as instalações portuárias, sejam elas às margens dos rios, sejam na nossa costa marítima, todas essas instalações portuárias são autorizadas através de concessões. E essas concessões não são gratuitas; são concessões onerosas, que são levadas a efeito pelo Poder Público Federal, pela Secretaria Especial de Portos e, às vezes até, por governos estaduais, quando têm a delegação específica para poder fazer as licitações dessa área.

Portanto, o empreendedor, o investidor, quando participa da licitação para obter a concessão onerosa, já sabe quanto vai ter que investir e quanto vai ter que remunerar o Poder Público. Não pode vir agora a SPU e impor, através de uma portaria, uma taxa adicional que não estava prevista em seus estudos de viabilidade.

Entendo que a iniciativa é oportuna. Entendi que foi fruto de uma ampla discussão no âmbito da Frente Parlamentar de Infraestrutura. O Senador Wellington está dedicado a esse tema, inclusive é Relator da política de logística e de infraestrutura nesta Comissão. Acho que essa é uma das iniciativas para poder dar eficiência à economia brasileira. Estamos precisando de iniciativas como essa.

Isso aqui, do ponto de vista de arrecadação da SPU, não vale nada. Agora, do ponto de vista de atrapalhar, de dificultar, de criar novos ônus para aqueles que estão investindo, isso tira, de fato, o ânimo e tira a atitude positiva daqueles que querem investir.

No curto prazo, nós estamos mergulhados na mais grave crise econômica deste País e, no curto prazo, os investimentos privados que poderão ocorrer, graças à sempre crescente produção de grãos no Brasil, são os

investimentos nas áreas portuárias, sejam portos fluviais, sejam nossos portos marítimos. Estão previstas diversas concessões, diversas licitações, ao final deste ano e no primeiro semestre do próximo ano, e nosso papel, como membros do Congresso Nacional, é facilitar, é racionalizar essas regras e essas normas.

Portanto, quero parabenizar o Senador Wellington até pelo gesto de que essa iniciativa seja coletiva de toda a Comissão de Infraestrutura, para que a gente possa sinalizar o engajamento da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal no momento em que a gente precisa animar a economia nacional.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Vou encerrar a discussão.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Estou satisfeito. A leitura do parecer do Senador Wellington é muito clara, e também as ponderações do Senador Bezerra. Não estive aqui na discussão passada, mas voto favoravelmente, Sr. Presidente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Quero dizer que lá no encontro de cabotagem, inclusive, nosso Presidente também foi muito bem representado, esteve lá com a gente, estava também a Presidente da Comissão de Infraestrutura da Câmara dos Deputados, e isso aqui foi um assunto bastante discutido e quase que uma das principais conclusões do evento.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – A Presidente da Comissão da Câmara, que é a Deputada Garotinho, evidentemente ofuscou a minha presença.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Presidente, eu queria parabenizar o Senador Wellington e dizer que estou de acordo, até porque teremos oportunidade, no processo normal, regimental, para fazer qualquer ajuste. Só quero afirmar ao nosso Wellington que lá no Pará estão enchendo de portos por causa da posição estratégica do nosso Estado em relação ao comércio exterior, à geografia internacional, mas o Pará não quer ser apenas o entreposto das exportações que nosso País produz. Por isso, quando se trata de portos, quer seja taxação ou qualquer regulamentação de algum órgão federal, nós queremos debater profundamente, porque o Pará não quer ser apenas entreposto da produção do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Vou encerrar a discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação o anteprojeto.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a apresentação pela Comissão de Serviços de Infraestrutura do projeto de decreto legislativo, que será encaminhado à Mesa do Senado Federal.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, quero pedir, já antecipadamente, uma vez que aqui foi aprovado e fizemos nosso trabalho, que eu seja designado Relator, se for a Plenário, já que estamos acompanhando esse projeto.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – É melhor pedir urgência, Sr. Presidente. Agora, previno que quem designa o Relator em Plenário é o Presidente do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – A Comissão pode sugerir.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Podemos sugerir.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O universitário está lembrando que não cabe urgência.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Segundo me disseram aqui: "Wellington, você está chegando há pouco tempo, mas aqui cabe tudo, desde que o Presidente queira".

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Mas isso é o outro Presidente. Eu bem queria estar lá de novo.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – E há um outro ditado aqui também: pato novo mergulha raso, Sr. Presidente. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Explique isto aí: pato novo?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Pato novo mergulha raso.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Para um bom entendedor, não é?

Pela importância da matéria, eu gostaria de solicitar inversão de pauta para o item 3 da pauta de hoje, não terminativo.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 371, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir o uso de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) na aquisição e na instalação de equipamentos destinados à geração própria de energia elétrica em residências.

Autoria: Senador Ciro Nogueira
Relatoria: Senador Wilder Morais
Relatório: Pela aprovação com uma emenda
Observações:

Estou pedindo a inversão de pauta primeiro.

Caso as Srªs e os Srs. Senadores concordarem...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pois não.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Em entendimento, logo pela manhã, com o Senador Paulo Rocha, eu gostaria de retirar o projeto da pauta, porque queremos debater um pouquinho mais com ele, está bom?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pois não.

Então, está atendida a solicitação do Senador Wilder Morais.

Com a palavra o Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Presidente Garibaldi, eu tenho uma dedicação muito forte sobre a questão do FGTS. Eu acho que o projeto é importante, mas não cabe... O FGTS tem outros objetivos, é uma engenharia financeira muito importante na proteção do emprego e do trabalhador, e, ao mesmo tempo, financiamento de dignidade e cidadania para o trabalhador, principalmente aquele que mora nas periferias das grandes cidades, seja no financiamento de habitação, saneamento básico etc. É uma questão de engenharia financeira, e, caso se queira financiar outras coisas que beneficiem o trabalhador, deve-se discutir bem profundamente, para não colocar em xeque a engenharia financeira a que o FGTS se propõe como prioridade.

O senhor sabe, eu sou do tempo, não sei se o senhor se lembra, quando o senhor ainda tinha cabelos pretos, nós, lá na Câmara Federal...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Convenhamos...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – ... nós nos dedicamos muito, o senhor como Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Convenhamos, não relembre esse tempo.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – O senhor, como Presidente de uma comissão, e eu, como Relator, nos dedicamos muito à questão do FGTS. O senhor lembra, não é?

Obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Serei bastante rápido, Presidente Garibaldi Alves e Srs. Senadores.

O projeto do Senador Ciro Nogueira, com parecer favorável do Relator Wilder Morais, que foi retirado de pauta, como disse o Senador Paulo Rocha, eu acho que é obrigação de todos nós zelarmos pelo FGTS, que é um patrimônio dos trabalhadores. Mas é importante também que o Governo tenha consciência disso, porque está sendo utilizado o recurso do FGTS para ações de alto risco, principalmente no Fundo de Investimento, no FI-FGTS, investimentos que, como disse, podem levar a prejuízos altos aos trabalhadores.

O projeto do Senador Ciro Nogueira é importante. Assim como há regras para sacar o FGTS, a geração própria de energia elétrica pode vir beneficiar o trabalhador, porque ao invés de ele pagar a energia consumida pode vir a receber por gerar mais do que consumir. Então, isso pode vir a ser, Senador Wilder, uma fonte de renda extra ao trabalhador e um ganho para o País como fonte geradora de energia para o nosso desenvolvimento.

Eu concordo com o Senador Paulo Rocha de se possa aprofundar a discussão em relação ao projeto, eu acho projeto meritório, como colocou aqui o Senador Wilder, mas, Senador Paulo Rocha, todos nós temos que ficar atentos à utilização feita pelo Governo Federal de investimentos de alto risco com os recursos que são patrimônio dos trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Voltamos à pauta distribuída às Srªs e Srs. Senadores.

Item 1 da pauta, não terminativo.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 81, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal o trecho que menciona.
Autoria: ELISEU RESENDE
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pelo arquivamento
Observações:

Na ausência do Senador Valdir Raupp, designo como Relator *ad hoc* o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, de forma mais sucinta, passo ao relatório.

O projeto analisado visa à inclusão de trecho rodoviário entre os Municípios mineiros de Carmópolis de Minas e Ouro Preto nas relações descritivas do Sistema Federal de Viação (SFV).

No Senado, o projeto foi distribuído apenas à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CI – Comissão de Infraestrutura –, pronunciar-se sobre transportes terrestres; e, por força da tramitação exclusiva nesta Comissão, compete-nos também a análise dos aspectos formais da proposição, como a constitucionalidade.

Iniciemos pela análise de constitucionalidade. A proposição aqui analisada busca alterar a descrição do rol de rodovias federais, para atribuir à União competência sobre determinado trecho (ainda que ele exista somente em projeto).

Entendemos que a matéria versa sobre o tema que foi objeto da Consulta nº 1, de 2013, submetida por este colegiado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e respondida com parecer pela inconstitucionalidade de projetos dessa natureza.

Entre as respostas emanadas pela douta CCJ, julgamos oportuno transcrever as seguintes: 2 – as relações descritivas dos componentes do Sistema Federal de Viação são inventários de bens federais, devendo ser editadas por ato do Poder Executivo; 7 – são inconstitucionais as proposições legislativas que visam à alteração ou à inclusão de componentes em relações descritivas do Sistema Federal de Viação.

O projeto em tela recai no caso tratado pelo item 7 supra, devendo, portanto, ser considerado inconstitucional.

Em face dessa conclusão, entendemos ser desnecessário analisar mérito e técnica legislativa da proposição em comento.

Voto.

Ante o exposto, conforme Consulta nº 1, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), votamos, no mérito, pelo arquivamento do PLC 81, de 2015, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, eu tenho aqui dois requerimentos e gostaria de saber se podíamos analisá-los.

Esses dois requerimentos já foram aprovados; apenas estou pedindo a inclusão de mais pessoas para participarem da nossa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Certo.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – O primeiro requerimento inclui o Sr. Edgar Ferreira de Souza, Presidente da Federação Nacional de Taxistas e Transportadores Autônomos de Passageiros (Fencavir) e também Presidente da Seção de Autônomos da Confederação Nacional do Transporte (CNT).

E a justificativa, Sr. Presidente, é no sentido de que o convite se faz necessário, uma vez que a Confederação Nacional do Transporte (CNT) é a entidade máxima apta a debater assuntos ligados ao transporte no Brasil, e o Sr. Edgar Ferreira de Souza é o Presidente da Seção de Transportadores Autônomos (Táxi) dentro da CNT e também o Presidente da Federação Nacional dos Taxistas e Transportadores Autônomos de Passageiros (Fencavir).

Quanto a algum questionamento, já está aprovado.

Assim como tivemos o problema das lotéricas, também em muitos lugares o Ministério Público está a exigir licitação para os taxistas que já existem aí há muitos anos, trabalhando, dedicando as suas vidas. Isso

pode causar uma certa convulsão. Por isso, nós apresentamos um projeto no sentido de modificar, hoje, aquilo que é uma permissão.

O Ministério Público tem entendido que, com isso, é preciso fazer uma licitação em todos os táxis do Brasil após a construção. Por isso é que nós queremos que a permissão continue sendo de autonomia do Município.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a permissão de V. Exª, vamos encerrar aqui o processo de votação do item 1, aí voltaremos.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para seguimento de sua tramitação, lembrando que a deliberação foi pelo arquivamento da matéria.

Bem, agora vamos atender a solicitação do Senador Wellington Fagundes.

ITEM 7
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 71, de 2015
- Não terminativo -

Nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro, em aditamento ao RQI 53/2015, desta Comissão, para que seja estendido o convite para participar da audiência pública pretendida o Senhor Edgar Ferreira de Sousa, Presidente da Federação Nacional dos Taxistas e Transportadores Autônomos de Passageiros (FENCAVIR) e Presidente da Seção de Autônomos da Confederação Nacional do Transporte (CNT).

Autoria: Senador Wellington Fagundes e outros
Relatoria:
Relatório:
Observações:
Lido em 21/10/2015

Em discussão o Requerimento nº 71, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que acaba de ser comentado por S. Exª. (*Pausa.*)

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Item 8 da pauta.

ITEM 8
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 72, de 2015
- Não terminativo -

Requeremos, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), em aditamento aos RQI nos 54 e 67, de 2015, seja a audiência pública – aprovada para discutir a conjuntura das obras rodoviárias sob concessão – realizada em duas reuniões: a primeira com as empresas vencedoras da concessão rodoviária da 3ª Etapa – Rota do Oeste; Concebra; Via 40; MGO; e MSVia –; a segunda com as entidades ligadas ao processo de concessão – Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR); Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Para tanto, incluímos como debatedores os senhores: Odenir Sanchez, da Concebra; Túlio Ab Saber, da Via 40; Helvécio Soares, da MGO; e Maurício Negrão, da MSVIA.

Autoria: Senador Wellington Fagundes e outros
Relatoria:
Relatório:
Observações:
Lido em 21/10/2015

Concedo a palavra ao Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, nós estamos então, com isso, incluindo todas as concessionárias.

O requerimento inicialmente visava, principalmente, no nosso Estado, Mato Grosso, pois temos lá uma concessão da divisa de Mato Grosso do Sul até Sinop. E com alguns problemas, porque o BNDES já está colocando dificuldades na liberação dos recursos, sendo que essas concessões todas, no Brasil, foram feitas sob um certo acordo. Claro, existe a nossa preocupação neste momento de crise, o Governo quer priorizar, e a gente quer discutir exatamente o que é que a gente pode fazer aqui, para que essas obras das concessionárias não tenham nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos ao item 2 da pauta.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, de 2015
- Não terminativo -

Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que menciona.

Autoria: Deputado Giacobo
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pelo arquivamento
Observações:

Na ausência do Relator, Senador Valdir Raupp, designo como Relator *ad hoc* o Senador Paulo Rocha. (*Pausa.*)

O Senador Paulo Rocha se ausentou.

Vamos apelar para o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu faria um apelo a V. Exª: já que é pelo arquivamento, vamos ser mais rápidos. (*Risos.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Então, vamos ao voto, Sr. Presidente.

O voto é pelo arquivamento.

Esse é o voto do Relator *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Em discussão o relatório do Senador Fernando Bezerra. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Atendendo à solicitação formulada pelo Relator, o Senador Elmano Férrer, faremos a retirada de pauta, com a concordância da Comissão, do item tem 4.

Também o item 3 foi retirado de pauta por iniciativa do próprio Relator.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 37, de 2011
- Terminativo -

Altera a Lei nº. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para incluir a obrigatoriedade de as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica substituírem redes aéreas de distribuição de energia por redes subterrâneas em cidades com mais de 100 mil habitantes e dá outras providências.

Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador Elmano Férrer)

Item 5.

Na ausência do Senador Blairo Maggi – o Senador Blairo Maggi nos surpreendeu hoje, porque ele é um dos mais assíduos e madrugadores; deve estar acontecendo alguma coisa lá no Mato Grosso.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – O assessor principal dele, nosso ex-secretário de planejamento, está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O universitário dele está aí.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Está aqui e já nos registra que ele resolveu descansar um pouco hoje, só para ser diferente, porque ele sempre é o primeiro a chegar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – E V. Exª vai descansar quando?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Vou deixar para sexta até segunda, que é feriado. Então, vamos ter a oportunidade de...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Mas segunda é perigoso para descansar. Segunda é dia perigosíssimo. (*Risos.*)

ITEM 5
OFICIO "S" Nº 29, de 2015
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 57, §5º, da Lei nº 12.815, de 2013, o Relatório Anual da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq - 2014.

Autoria: Secretaria de Portos da Presidência da República

Bem, na ausência do Senador Blairo Maggi, designo o Senador Wellington Fagundes, seu colega de Bancada, como Relator *ad hoc*, lembrando que se trata, portanto, do relatório anual, mas é pelo arquivamento.

Tem a palavra o Relator *ad hoc*.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Conforme determinação, se for para ler só o voto também, seremos bem rápidos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Mas não tanto.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Porque o voto aqui é só para arquivar.

Vamos à análise.

Nos termos do art. 104 do Regimento Interno, compete a esta Comissão a análise da presente matéria.

Deve-se salientar que não devemos aqui tratar da análise de relatório das atividades da SEP/PR ou da Antaq, mas apenas de conferir se a SEP/PR cumpriu os requisitos exigidos no citado §5º do art. 57 da Lei dos Portos, e deles tomar conhecimento.

Nesse sentido, a partir da análise das informações contidas no Ofício nº 29, de 2015, pode-se constatar que o Poder Executivo cumpriu os requisitos estipulados pela Lei dos Portos, tanto no que concerne ao prazo, isto é, até 31 de março de 2015, como pelo conteúdo da documentação enviada, isto é, o rol das instalações portuárias demandadas nos incisos de I a V do §5º do art. 57 da citada Lei.

Voto.

Ante o exposto, votamos no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do teor do Ofício "S" nº 29, de 2015, e proceda ao seu posterior arquivamento.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa.

Item 6.

ITEM 6
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 68, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, aditamento ao requerimento nº 64 de 2015 – CI de Audiência Pública para "discutir as políticas do Governo Federal que provocaram prejuízos bilionários para as empresas geradoras de energia e ao sistema elétrico brasileiro" para incluir o nome do senhor Djalma Vando Berger – Presidente da Eletrosul.

Autoria: Senador Dário Berger
Relatoria:
Relatório:
Observações:

Tem a palavra o Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Sr. Presidente, só para esclarecer. Como V. Exª bem mencionou, já foi aprovado o requerimento no âmbito desta Comissão convidando, se não estou equivocado, a Eletrobras e a Eletronorte para aqui virem fazer uma exposição acerca da situação econômica e financeira dessas instituições. Acontece que a Eletrosul, que está sediada no meu Estado, mais especificamente em Florianópolis, ficou de fora e ela se encontra, também, em uma situação bastante difícil, com muitas dificuldades econômicas e financeiras, precisando se recuperar.

Então, a minha solicitação de aditamento é única e exclusivamente para incluir a Eletrosul ao tal requerimento para que ela possa também participar, junto com a Eletrobras e com a Eletronorte, da audiência pública já requerida anteriormente, se não estou equivocado, pelo eminente Senador Ricardo Ferraço.

Era essa a explicação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Esse é o último item da pauta de hoje.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

Eu gostaria, antes de encerrar, primeiro lembrar que há uma reunião conjunta, prevista para logo mais às 10 horas. Trata-se de reunião conjunta da nossa Comissão com a de Educação e Esporte do Senado Federal, requerimento de autoria do Senador Dalirio Beber e da Senadora Marta Suplicy, lá na outra comissão, e do Senador Paulo Bauer. Então, hoje, às 10h, para debater o transporte de menores de 10 anos e a utilização do dispositivo de retenção para crianças em veículos de transporte escolar.

Eu gostaria de contar com a colaboração e as presenças dos Senadores, é o apelo que faço aos Senadores desta Comissão, para que possamos nos somar aos Senadores da Comissão de Educação e Esporte. O local está previsto para o plenário daquela Comissão. Teremos oito convidados.

A respeito de audiência pública, no início dos nossos trabalhos, eu fiz uma ponderação aqui, porque temos 32 pedidos de audiência pública, e só temos seis reuniões previstas para este ano.

temos aqui, peço um minuto de paciência, porque o universitário me abandonou.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Acho que o universitário está atrapalhando V. Exª, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Depois que ele veio da China...

É o seguinte: temos aqui a relação dos Senadores com maior número de pedidos de audiência pública:Senador Ricardo Ferraço; Senador Waldemir Moka; Senador Wilder Morais, mas não temos, da parte dele, um número tão grande; o Senador Lasier; o Senador Acir Gurgacz; o Senador Wellington Fagundes, que tem um bom número; o Senador Hélio José; a Senadora Vanessa Grazziotin, Ricardo Ferraço novamente; o Senador Jorge Viana, apenas uma; o Senador Flexa Ribeiro tem uma solicitação; o Senador Elmano.

Portanto, eu gostaria, contando com a concordância da Comissão, de propor uma conversa com esses autores de requerimentos, não sei se uma conversa conjunta, os senhores poderão me ajudar, ou se com a Presidência e a Secretaria individualmente, porque não há possibilidade de contemplar a todos.

Já dizia o Evangelho: "Muitos serão chamados e poucos os escolhidos", hoje estou apelando até para o Evangelho para conseguir esse consenso.

Então, eu gostaria de ouvir os Senadores, antes de terminarmos essa reunião, porque inclusive – e gostaria de apelar para o apoio do Senador Fernando Bezerra, mas estamos em minoria –, diante da calamidade da seca, estou propondo também um audiência para a discussão da questão hídrica do Nordeste, que é calamitosa e teria que ser feito logo, diante das advertências sobre o famigerado, agora posso dizer famigerado *El Niño*.

Bem, vou ouvir o Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Presidente Garibaldi, também quero invocar o Evangelho para ver se me incluo entre os escolhidos e propor a V. Exª que adote o critério da urgência, da emergência de cada situação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Lembrando que V. Exª já, desculpe, está sendo contemplado, porque há uma audiência pública marcada para quarta-feira, sobre o sistema penitenciário.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – E qual é a razão dessa urgência? Já falei aqui outro dia, Presidente, que a situação carcerária, particularmente do Rio Grande do Sul, é desesperadora, os juízes não estão mais prendendo os delinquentes, porque não tem onde colocá-los. Precisamos trazer aqui

o diretor-geral do Depen – Departamento Penitenciário –, para que nos diga que verba tem, para onde ela é distribuída e o fazem dela.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Lembrando, com a compreensão de V. Exª, que o aspecto a ser ventilado é o da infraestrutura, quer dizer, a falta de recursos.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Infraestrutura, só isso.

Agora, como, depois do meu requerimento, vieram requerimentos no sentido de trazer mais gente, entendo, *data venia*, Presidente, fica perdido o foco com a mistura de requeridos que não têm nada a ver com a infraestrutura. Portanto, gostaria de requerer, ao bom senso de V. Exª, para avaliar bem quantos daqueles requeridos devem vir. Acho que deveria vir o do diretor do DEPEN e mais um, a seu critério, porque senão perde o foco, vamos desvirtuar o sentido do requerimento.

Era isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu já solicitei a V. Exª que, depois desta reunião, possamos nos reunir aqui, no espaço ao lado, para termos uma discussão final sobre o desenho dessa audiência. E vamos chegar a um consenso, claro.

Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, essa audiência pública requerida pelo Senador Lasier é da maior importância – como aqui estamos discutindo – para discutir a questão do sistema penitenciário.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Veja bem, o sistema penitenciário sob o aspecto físico.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Físico.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Sim, porque há outros aspectos. Aí teríamos direitos humanos...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mas o problema do aspecto físico é diretamente relacionado, Senador Lasier, com a questão da liberação dos recursos do Fundo Penitenciário.

Eu perguntaria a V. Exª se há um convidado do Ministério da Justiça que possa nos trazer a informação sobre quanto há no Fundo Penitenciário de recursos, quanto foi liberado, quanto foi executado, porque isso é que é importante, porque o que está havendo é uma retenção por parte do Governo Federal desses recursos, que são recursos não só do Fundo Penitenciário, mas também das Agências Reguladoras, todo e qualquer tipo de recursos que têm destinação definida e que o Executivo retém, em vez de repassá-los, para o superávit primário.

Então, é importante esclarecer essa questão do Fundo Penitenciário.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador, é oportuno.

Agora, Senador Flexa, é exatamente o Diretor-Geral do DEPEN que cuida disso. O DEPEN cuida da parte financeira, do socorro material ao sistema penitenciário. Ele é a pessoa indicada para responder a isso.

Agora, se V. Exª tiver algum outro nome que venha nesse mesmo sentido, podemos trazer um segundo nome.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu sugeriria o Ministro da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Vamos dar conhecimento, para esclarecer, porque é a próxima audiência. Nós temos de chegar a um consenso realmente. O consenso de muitos às vezes fica mais difícil.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O Ministro da Justiça poderá vir, Presidente Garibaldi.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Não, nós temos...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Agora, a coisa vai descambar para o terreno da política vai, e vai tomar tempo.

Acho que merece uma audiência especial o Ministro da Justiça, mas já não tanto com a prioridade do sistema carcerário.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Não, os convidados, até agora... Inclusive, temos de ponderar, porque já foram convidados, mas cabe ainda uma gestão para um segundo momento.

Senador Lasier, os convidados até agora são: o Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), o Sr. Renato De Vito, não é isso? Esse está absolutamente confirmado.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Está.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O segundo é o Sr. Otávio Toledo, representante do Conselho Nacional do Política Criminal e Penitenciária.

O terceiro é o representante da Pastoral Penitenciária da CNBB.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu acho que esse não tem nada a ver, com todo o respeito, não tem nada a ver.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Mas foram aprovados esses nomes.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mas aí quem sabe façamos duas audiências públicas. Na primeira audiência vêm o primeiro e, quem sabe, o segundo. E fazemos uma outra audiência pública para os demais.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu acho que V. Exª está sendo sábio até agora.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não há nada de sábio, isso é elementar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Bem, o outro convidado é o Secretário de Justiça e Cidadania do Estado de Roraima, Sr. Josué dos Santos.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Bem, não sei se Roraima tem problema parecido...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – E o outro é o juiz das execuções penais do Rio Grande do Norte, o Juiz Henrique Baltazar.

Eu concordo com V. Exª. Vamos, então, depois desta reunião, chegarmos a um consenso e fazermos em duas audiências. Ou então apelarmos para uma reunião conjunta, porque há claramente a possibilidade de uma reunião conjunta com a Comissão de Direitos Humanos, creio eu.

V. Exª concorda?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu agora que digo: V. Exª está sendo um sábio.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Elogios mútuos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, eu poderia fazer um argumento em relação a esses aspectos aí?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra, o Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Bom, tanto eu como o Senador Fernando Bezerra fomos designados aqui para fazermos a proposta de trabalho para avaliação das políticas públicas. Dentro disso, nós apresentamos, e foram aprovadas, acredito, três audiências públicas por cada área, que foi definida pela Comissão. Portanto, eu entendo que essas audiências públicas não são dos Parlamentares. São audiências públicas da Comissão. Certo? Com isso, também...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Foi realizada uma...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Já realizamos duas, uma aqui, outra no Rio. Falta realizar a última, que está prevista até o final do mês de novembro, para que a gente possa concluir o relatório e apresentar até o final desta Sessão Legislativa.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Então, da minha parte, eu gostaria de analisar, porque está chegando o final do ano, porque eu também teria que concluir.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Mas V. Exª precisa propor, não é?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Não. Já está proposta, não é? Só não tem data marcada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Não, mas propor com data.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Mas a data depende exatamente do Presidente, não é? Nós queremos conversar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Não. Depende da Comissão.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Isso. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu pediria a V. Exª para propor se possível até o término desta reunião, mas acho difícil.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Não. Eu procuro a Secretaria.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Wilder, com a palavra.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente, só como sugestão, vários Senadores fizeram requerimento para audiência junto à Mesa. No entanto, existem assuntos que estão em andamento e estamos perdendo tempo. Então, temos que avaliar quais são os requerimentos, e ver o que está acontecendo, na sequência, porque nós temos um grupo de trabalho com Walter Pinheiro, o Hélio, que é a questão da microgeração distribuída. Está tendo uma resolução agora na Aneel. Então, se passar o tempo, a audiência perde... Então, tem que avaliar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu acho que nós poderíamos adotar o critério da urgência.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Isso.

Então, acho que a Mesa teria... Porque depois que passar a Resolução nº 482 da Aneel, a nossa audiência perde o sentido.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu queria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu acho que eu vou propor o seguinte: nós podemos criar uma pequena comissão para fazer uma triagem e dar um sentido de urgência. Agora, dentro desse sentido de urgência, de calamidade, eu pediria para que nós ouvíssemos agora o Senador Fernando Bezerra, que tem uma sugestão.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Mas não é o Senador da calamidade, não é?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Não. Eu, inclusive, me incluo aí. Não foi nada combinado. Vocês vão ver.

Com a palavra, o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, na realidade, eu queria trazer uma sugestão, tendo em vista a dificuldade de agendamento dos diversos pedidos de audiência pública. Como V. Exª sublinhou muito bem, nós estamos enfrentando uma situação muito crítica, muito séria, uma situação reconhecidamente de emergência, que é o aprofundamento da crise hídrica no Nordeste brasileiro, notadamente nos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, já tenha ocorrido, inclusive, a mobilização de reunião de governadores.

Então, eu acho que essa audiência pública poderia até ser realizada, se V. Exª agasalhar nossa sugestão, na capital do Rio Grande do Norte, em Natal, em uma segunda-feira. A gente poderia mobilizar três, quatro, cinco Senadores, convidar os governadores, convidar as instituições envolvidas, para a gente fazer um grande debate. A gente já estaria aliviando, digamos assim, a agenda aqui em Brasília.

Acho que, com a reunião sendo realizada no próprio Nordeste, para ouvir e dar audiência aos governadores, às instituições locais, convidando também os órgãos federais mais ligados a essa questão, como o Ministério da Integração Nacional, a Codevasf, o DNOCS, nós faríamos uma bela audiência pública sob a presidência de V. Exª, lá em Natal.

Minha sugestão de data é que fosse dessa segunda que vem a oito. A gente já poderia agendar para a primeira segunda-feira após o feriado, no mês de novembro, para que a gente possa, através dessa audiência, não só sensibilizar, mas pressionar para o Governo Federal tomar medidas no sentido de promover ações que possam atender e assistir a população, sobretudo do interior e da zona rural do Semiárido do Nordeste brasileiro.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Primeiro, eu queria pedir a compreensão da Comissão e dizer que, claro, vocês estão vendo que nada disso foi combinado; foi tudo combinado. (*Risos.*)

Mas há conspirações e há conspirações. Essa conspiração é salutar; acho que é benéfica. Ninguém aqui vai se opor, penso eu.

Então, submeto à Comissão a sugestão do Senador Fernando Bezerra, e nós dois vamos tratar disso.

Eu pergunta da disponibilidade para formar uma comissão de três, porque é uma missão espinhosa agora, para fazer essa triagem. Todos vão considerar urgentes aquelas audiências solicitadas por cada um. Vai ter de haver um espírito de renúncia. Vejam bem: são 32 solicitações de audiências públicas. São seis reuniões, apenas; não pode haver sorteio, evidentemente. Então, temos que ter uma capacidade de renúncia. Quem seriam os três que se encarregariam dessa missão tão delicada?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Eu queria sugerir, Presidente: o Presidente, o Presidente e o Presidente. Está resolvido, ele decide.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Olhe, eu não gostaria... V. Exª me dê outro poder, esse não! (*Risos.*)

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente, faço uma sugestão: que cada um que fez solicitação de audiência, até para facilitar para a Comissão, possa fazer esse levantamento e passar as informações para a Mesa; evita o trabalho. Quem está pedindo audiência é porque está acompanhando o trabalho em algum lugar. Então, seria importante, porque aí a Comissão avalia. Acho que, como disse o nosso amigo aqui, o Presidente tem autonomia, sim, para isso, e a tranquilidade para escolher as seis audiências públicas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Então, vamos fazer o seguinte. O maior número de audiências foi solicitado pelo Senador Ricardo Ferraço, que, inclusive, não está presente. De acordo com a solicitação de V. Exª, nós faríamos uma solicitação ao Senador para que priorizasse, vamos dizer, uma entre as demais solicitadas por S. Exª. E, em seguida, faríamos pelo número de pedido de audiência de cada um. Ou

seja, cada um priorizaria seus pedidos de audiência. Claro que nós não vamos contemplar todos. Vamos contemplar os campeões, vamos dizer assim – os campeões de audiência.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente, com essa avaliação, V. Exª, com certeza... É uma questão só de prioridade. Quem tem um tema que está em andamento e a audiência for importante... No caso de V. Exª, do Nordeste – já está contemplada e já vai fazer na próxima segunda.

Então, a minha é somente uma, e a questão da urgência, porque há uma resolução da Aneel. Se há outro colega que tem, com certeza todo mundo vai abrir mão, e não há impedimento para que isso ocorra.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Dentro desse critério, vou aceitar a sugestão do Senador Wellington e arbitrar de acordo com o critério já estabelecido.

V. Exªs concordam? (*Pausa.*)

Então, vou ler novamente os autores dos requerimentos: Senador Ricardo Ferraço – o Senador Ricardo Ferraço é inclusive o autor do maior número de requerimentos –; Senador Wilder, que me parece que só apresentou um; Senador Lasier, que já foi inclusive contemplado. O Senador Telmário só tem uma solicitação. Vamos ver qual a urgência, vamos ver o critério de urgência. O Senador Acir tem uma; o Senador Wellington Fagundes é um dos campeões de audiência.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, só quero separar. Três reuniões estão propostas e aprovadas dentro do plano, que é da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu não estou falando de políticas públicas. Estou falando de audiências públicas.

A Senadora Vanessa tem uma; o Senador Jorge Viana tem uma; e V. Exª – estou vendo – tem mais de três; o Senador Walter Pinheiro tem uma, isoladamente, e, individualmente, tem outra, em companhia de outros Senadores, associada a outros; o Senador Hélio tem duas, mas não está presente.

Para que não tenhamos dúvida, o Senador Ricardo tem o maior número; o Senador Blairo tem uma; o Senador Wellington voltou a despontar aqui.

Os Senadores Wellington, Ricardo Ferraço, Waldir Raupp tem uma; Lasier Martins, juntamente com Dalirio Beber, tem uma.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Já? Foi essa. Então, o universitário aqui me induziu ao erro.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC. *Fora do microfone*.) – É outra.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – É outra? É outra. O universitário sempre está certo.

Então são esses. E o nosso Senador Flexa tem uma. É tão urgente assim? Vamos verificar.

Nada mais havendo a tratar...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, antes de encerrar...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Vamos submeter à votação do item 6 da pauta, que ficou pendente de deliberação. Trata-se do requerimento do Senador Dário Berger.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra, o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu queria, mais uma vez, reiterar aqui o convite a todos os membros da Comissão para a audiência pública que será realizada amanhã, no âmbito da Comissão de Mudanças Climáticas, com a presença do Ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga. Então, amanhã, às 10h, na Sala 19, sala da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Às 10 horas.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Às 10 horas. Ele vai tratar das energias renováveis dentro da matriz de energia brasileira.

Eu queria contar com a colaboração, com a compreensão e reforçar o convite.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O tema deve merecer a atenção e a presença de todos, penso eu.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Com certeza.

E queria, finalmente, fazer uma solicitação a V. Exª a respeito do Projeto de Lei nº 559, de 2013, que propõe a revisão da Lei de Licitações.

Dentro do esforço da Agenda Brasil, foi solicitado à nossa Comissão que esse projeto fosse transferido à Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, a famosa Comissão da Agenda Brasil, para que pudesse haver uma tramitação mais célere.

Ocorre que a Comissão de Constituição e Justiça não liberou o projeto para ser apreciado na Comissão Especial. E nós da Agenda Brasil – também sou membro da Comissão Especial – cuidamos para avançar no relatório sobre a revisão da Lei de Licitações.

Eu gostaria de que V. Exª solicitasse, como eu o farei – mas o pedido de V. Exª terá uma força muito maior –, ao Senador Renan Calheiros que devolvesse o projeto para cá, porque eu poderia trazer o relatório, visto que fui designado Relator no âmbito da Comissão de Infraestrutura, e apresentá-lo já na próxima reunião ordinária, a fim de não perdermos a oportunidade de debater e de aprimorar essa importante iniciativa legislativa, até porque acho que a Comissão de Constituição e Justiça só deverá apreciar essa matéria, cujo Relator é o Senador Eunício Oliveira, em meados ou no final de novembro. Assim, nós teríamos a oportunidade de apreciar essa matéria tão importante não só nas comissões temáticas, mas, ao cabo e ao final, também no âmbito da Comissão Especial, para, depois, haver a apreciação do Plenário até o final deste ano.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Então, vou pedir uma audiência ao Presidente Renan Calheiros e irei juntamente com V. Exª.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Com certeza.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço a presença de todos, mas queria lembrar que está marcada para as 10h – são 10h06min – a reunião conjunta da nossa Comissão com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que pode até já ter sido iniciada. Eu gostaria de pedir aos Srs. Senadores que nos prestigiassem nessa audiência conjunta.

Ao mesmo tempo que agradeço a presença de todos, declaro encerrada a reunião.

(Iniciada às 8 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 07 minutos.)

ATA DA 36ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE NOVEMBRO DE 2015.

Às oito horas e trinta e cinco minutos do dia quatro de novembro de dois mil e quinze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras e dos Senhores Senadores Delcídio do Amaral, Lasier Martins, Acir Gurgacz, Sandra Braga, Valdir Raupp, Hélio José, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, Vanessa Grazziotin, Elmano Ferrer, José Pimentel, Paulo Rocha, Gladson Cameli, Waldemir Moka e Vicentinho Alves . Registra presença como não membro a Senadora Lúcia Vânia. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e propõe a dispensa de leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são dadas como lidas e aprovadas. O Senador Acir Gurgacz faz uso da palavra para expor o vídeo que relata a diligência realizada na BR-319, que liga Porto Velho a Manaus, objeto de Requerimento desta Comissão. Após a leitura de comunicado da Presidência, tem início a apreciação da Parte 1 da Pauta. Item 1: Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 75, de 2015, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho, que requer "nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50 da Constituição Federal, que seja convidado o Ministro de Estado das Minas e Energia, Eduardo Braga, o Secretário de Energia do Governo do Estado de São Paulo, João Carlos de Souza Meirelles e o Presidente da CPFL Energia, Wilson Ferreira Junior, para participar de audiência pública sobre o tema: 'Avaliação do suprimento de energia elétrica no Brasil e as perspectivas da política energética para o futuro do país', com o objetivo de subsidiar o parecer final da Avaliação de Políticas Públicas para a Gestão de Recursos Hídricos, Saneamento e Energia, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal". Resultado: aprovado o requerimento. Item 2 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 77, de 2015, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, que "em aditamento ao Requerimento nº 49, de 2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, que solicitou a realização de 'audiência pública, destinada a debater a atual situação das penitenciárias brasileiras', requeiro acrescentar o seguinte convidado: - Dr. Lourival Gomes – Secretário Estadual de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo e Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Administração Penitenciária (CONSEJ)". Resultado: aprovado o requerimento. É apreciado o seguinte item extrapauta: Item 3 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 78, de 2015, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, que requer "nos termos do artigo 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência da Comissão de Serviços de Infraestrutura com a Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Sra. Marilene Ramos, para tratar do embargo das obras da BR-319, a cargo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT". Resultado: Aprovado o requerimento. Tem início a Parte 2 – Audiência pública, para debater a atual situação das penitenciárias brasileiras, em atendimento ao Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 49, de 2015, de autoria do Senador Lasier Martins e outros; e do Requerimento nº 77, de 2015, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho. O Presidente convida a compor a mesa e a fazer suas exposições o Senhor Renato Campos Pinto de Vitto, Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN -; e o Senhor Lourival Gomes, Secretário de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo e Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Administração Penitenciária – CONSEJ -. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Acir Gurgacz, Paulo Rocha, Waldemir Moka, Valdir Raupp, José Pimentel, Ronaldo Caiado, Lasier martins, Dalirio Beber e Vanessa Grazziotin. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às onze horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, Thales Roberto Furtado Morais, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Declaro aberta a 36ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da atual Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Documento recebido pela Presidência.

Comunicamos o recebimento de nota informativa da Consultoria Legislativa sobre o Aviso nº 676, do Tribunal de Contas da União, que trata de auditoria operacional referente à qualidade de serviço nos aeroportos brasileiros.

A auditoria teve por objetivo avaliar procedimentos adotados pela Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – ... Aviação Civil e pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, para garantir nível de serviço adequado aos usuários dos aeroportos que integram a rede nacional de transporte aéreo regular.

Após a análise do aviso, a Consultoria não vislumbrou medidas a serem tomadas no âmbito da Comissão, sugerindo a tomada de conhecimento e o arquivamento da matéria.

Informo que cópia desse documento se encontra à disposição das Srªs e Srs. Senadores.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na última semana, nós fizemos a nossa diligência na BR-319. Inicialmente quero agradecer a V. Exª o apoio dado por esta Comissão para que pudéssemos fazer a diligência, levando a TV Senado para registrar todos os momentos, os passos, as nossas reuniões. Eu entendo que foi de uma importância muito grande. Agradeço também a participação do Senador Raupp e da Senadora Vanessa Grazziotin, que participaram junto conosco, bem como do Deputado Federal Lúcio Mosquini, dos Deputados Estaduais da Assembleia Legislativa de Rondônia, dos Deputados Estaduais da Assembleia Legislativa do Amazonas, empresários, agricultores de Rondônia, que nos acompanharam nessa diligência.

Hoje peço a gentileza de passar o filme como um resumo do que nós vimos na BR-319, para que V. Exª, como Presidente, e os demais colegas Senadores possam acompanhar e também as pessoas que estão em casa e que não conhecem a BR-319, não têm ideia do que é e como é, mas a conhecem de tanto dela falarmos aqui, nesta comissão e também no plenário. Então, nós temos algumas imagens que considero importante exibir.

Peço que passem as imagens.

Esta é nossa BR-319, Sr. Presidente. O que nós estamos mostrando é exatamente, Senador Moka, que não está havendo nenhum impacto ambiental. Esse leito da BR que estamos vendo no meio da estrada é a BR que foi construída há 40 anos e não está havendo nenhum desmatamento. O que sendo feito é uma recuperação da própria BR, utilizando a mesma base reciclada e tudo o mais. O grande problema são essas pontes, que estão sendo reformadas e, por isso, não há condições de passar por elas. Daí os desvios, onde acontecem os problemas, onde enfrentamos as maiores dificuldades. Tivemos que rebocar alguns carros, principalmente o ônibus em que nós estávamos em função do desvio, que é precário evidentemente, pois é um desvio, ainda porque todas as pontes que estão em manutenção foram totalmente paralisadas, não foram concluídas, exatamente por conta do embargo do Ibama.

Aqui, um entroncamento que liga a cidade Manicoré, com 54 mil habitantes.

Essa é a BR-174, transversal à BR-319, hoje , a única saída que há para a população de Manicoré.

Esta é uma imagem da BR-319 tomada a partir do *drone*, mostrando que não há nenhum impacto ambiental, nenhum desmatamento às margens da BR-319. A BR é uma linha reta e não há nenhum impacto ambiental ao longo da BR-319, nem em função da manutenção da BR, nem por outro motivo qualquer.

Então, esta é uma das imagens.

Temos outra imagem que deve ter áudio. É o Ministro lá em Porto Velho.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente, esse é um resumo da nossa viagem. Agradeço, mais uma vez, o apoio de V. Exª, a participação da Senadora Vanessa Grazziotin, do Senador Valdir Raupp, que estiveram lá presentes junto conosco, bem como Deputados Federais e Deputados Estaduais. Foi uma diligência muito importante, e nós constatamos isso. Não há impacto ambiental nenhum com relação à manutenção da BR-319.

Então era esse o relatório, Sr. Presidente, e eu peço a V. Exª, se possível, encaminharmos esse resumo ao Ministério dos Transportes, ao Ministério do Meio Ambiente, e, também, à Presidência do Ibama. Entendo que

é importante enviarmos o relatório dessa constatação de que não houve e não está havendo nenhum impacto ambiental na manutenção. Não está sendo construído nada; a transformação da reserva em estrada aconteceu lá nos idos de 1968, 1969. De lá para cá, não houve e não está havendo nenhum impacto com relação ao meio ambiente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu, primeiro, queria parabenizar o Senador Acir Gurgacz, bem como os Senadores Valdir Raupp e a Senadora Vanessa pela produção do documentário. Não ficou nada a dever à Rede Globo e às outras televisões. E, ainda, queria dizer o seguinte: afinal, houve a audiência, houve a promessa de que, diante da solicitação do DNIT, a estrada seria liberada em termos de retomada dos serviços. Então, como é que está?

Depois, houve a visita à BR-319.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Infelizmente, Sr. Presidente, a participação do Ibama não aconteceu nessa diligência. O DNIT participou, na pessoa do Diretor-Geral, o engenheiro Valter. Nós tínhamos a expectativa de alguém do Ibama, mas, infelizmente, não apareceu ninguém do Ibama daqui, apesar do convidamos que fiz pessoalmente e por ofício também, bem como não houve a participação de ninguém do Ministério do Meio Ambiente, infelizmente.

Ontem, eu telefonei para o Dr. Thomaz, que esteve na audiência pública, e ele me disse que eles estão analisando e ontem...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Dr. Thomaz, o Diretor do Ibama.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sim; do Ibama, exato; ele que esteve junto aqui naquela audiência pública. Ele me disse que enviaria o seu relatório para a Presidente do Ibama ontem à tarde. Não me disse exatamente qual seria a sua posição, mas a posição dele é que a manutenção venha a acontecer, se não houver nenhum impacto ambiental, e colocando algumas normas de largura de estradas etc., detalhes importantes, que é aquilo que nós colocamos, por várias vezes, também na nossa visita, Sr. Presidente: nós entendemos que a participação do Ibama é importante. O Ibama cuida das nossas florestas, cuida das nossas reservas, e nós não podemos simplesmente ignorar o Ibama.

É claro que nós não gostamos – não é, Senador Moka? – quando há uma situação dessas, mas nós não estamos aqui também para jogar pedra no Ibama. Não é esse o ponto. Nós entendemos que há uma necessidade de termos uma parceria entre Ibama e DNIT e esperamos que esse embargo seja retirado o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu creio, com a aprovação da Comissão, que nós deveríamos pedir uma audiência à Presidência do Ibama, porque, efetivamente, o diretor aqui presente prometeu celeridade na decisão, e isso não está acontecendo.

Bem, eu submeto esse encaminhamento sobretudo aos Senadores interessados. Entre eles está também o Senador Valdir Raupp.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sem dúvida, Sr. Presidente, eu entendo que é importante, e se V. Exª pedir essa audiência, será de muita valia para nós, para que a gente possa, hoje à tarde ir ao Ibama, de preferência hoje mesmo ou amanhã cedo, para poder ter uma resposta rápida.

Até porque, Sr. Presidente, as empresas que foram contratadas estão com toda a sua matéria-prima ao longo da BR. Se nós não usarmos essa matéria-prima antes das chuvas, toda essa matéria-prima vai ser perdida, e, mais uma vez, nós teremos outro prejuízo com uma obra paralisada, pois vem a chuva, que leva embora areia, leva embora o cascalho, acaba estragando a madeira, enfim, há um desarranjo muito maior com a matéria-prima, um investimento que já foi feito pelo Governo ao longo dessa BR. São quatro empresas que estão trabalhando, entre frentes de trabalho diretas e indiretas, em mais de 15 frentes de trabalho, porque em todas as pontes, estão trabalhando na manutenção, para que haja mais segurança no transporte por essa BR.

Então, se V. Exª conseguir marcar essa audiência pública, para nós será de muita valia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O universitário é muito formal. Ele está solicitando que um Senador – eu acho que se pode dispensar isso – solicite via requerimento isso.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Façamos um requerimento verbal, universitário, e, depois, já assinaremos. Um requerimento verbal. É uma questão...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Presidente, é um pedido da Presidência, uma audiência de uma Comissão, da CI. E eu, inclusive, quero me colocar à disposição para participar dessa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço a V. Exª, Senador Paulo Rocha, e vamos diligenciar. O universitário inclusive...

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu só estou dizendo que o Senador Garibaldi já foi Presidente de outras comissões, assim como vários de nós já fomos. Esse é o tipo da decisão que o Plenário respalda a solicitação do Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – É só uma audiência com a Presidente do Ibama. Até porque ele fica angustiado, assim como todos nós...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – É claro, depois de criar...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Não há nada que justifique isso.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – ... uma expectativa dessa, principalmente nos Senadores.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Não há nada que justifique.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Depois dessa visita *in loco*, a providência não ser tomada, uma providência que parece razoável, é incrível.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, desculpe pelo atraso, mas é o que está acontecendo com o nosso País hoje, lamentavelmente. Está travado. Não é só a questão do Ministério do Meio Ambiente. Acho que os Ministros, com todo respeito a S. Exªs, têm que saber se movimentar um pouco.

O nosso partido, o PMDB, nasceu de um movimento, de um grande movimento, o Movimento Democrático Brasileiro, pela redemocratização do Brasil. Então eu acredito nas coisas que estão em movimento.

O que o Senador Acir fez? Se movimentou e fez duas expedições à BR-319 – duas! Ele foi de ônibus, eu também fui na última – não fui na primeira porque não consegui, mas fomos na última –, com 52 carros, três ônibus, atravessando a BR-319, com as pontes todas quebradas, as madeiras lá para reconstruir as pontes, as madeiras todas tiradas, madeiras boas, estão lá amontoadas para reconstruir as pontes. E o Ibama não deixa reconstruir uma passagem, uma travessia, onde mora gente, onde há cidades. Há cidades de mais de 50 anos,...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Bem...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – ... cidades de 50 mil habitantes, com a estrada intrafegável.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Se o Senador José Pimentel permitir, eu até faria uma solicitação a S. Exª para que fosse o nosso interlocutor junto à Presidência do Ibama, para que nós marcássemos essa audiência...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Eu acredito, Sr. Presidente, que se todos os Ministros da República, da Presidente Dilma, se movimentassem um pouco mais, cada um na sua área, as coisas poderiam andar, e até a gente poderia sair da crise.

Nós tivemos uma reunião ontem com o Chefe da Casa Civil, Ministro Jacques Wagner, com quase 40 Senadores. Ficamos das 9 da noite até a meia-noite discutindo a crise política, a crise econômica. Mas as pessoas têm que se movimentar um pouco mais, senão o Brasil não vai sair desta situação em que se encontra.

Olha a questão das ferrovias – não é só na área de rodovias. Veio aqui o Primeiro-Ministro chinês, depois veio o presidente ao Peru, onde assinaram um protocolo de intenções, querendo investir US$53 bilhões no Brasil em ferrovias, em obras de infraestrutura. Cadê os projetos? Está aí a Valec e o Ministério dos Transportes há dez anos tentando fazer... Criaram uma empresa, como é o nome daquela?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sim; a EPL, só para desenvolver projetos. Cadê os projetos? Não há projeto. O Brasil está travado, está parado.

Desculpem o desabafo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Compreende-se.

Primeiramente, eu queria fazer uma comunicação. Na próxima reunião, além da pauta dos trabalhos, nós vamos ter a oportunidade de introduzir, na galeria dos ex-presidentes desta Comissão, a foto do ex-Presidente Fernando Collor. Esse evento se dará na próxima quarta-feira, dia 11. Então, desde logo, eu estou convidando os Senadores para que nós possamos estar presentes à cerimônia de aposição da fotografia do ex-presidente desta Comissão, o Presidente Fernando Collor. Lembro que a cerimônia será realizada às 8h30min, antes do início da reunião.

Srs. Senadores, conforme foi aprovado, esta reunião destina-se, em audiência pública solicitada pelo Senador Lasier, a debatermos aqui a atual situação das penitenciárias brasileiras. Mas de comum acordo com o

Senador Lasier, nós vamos enfocar hoje apenas a situação da infraestrutura das penitenciárias. Nós não vamos nos voltar para a discussão, que seria mais abrangente, de outras mazelas do sistema penitenciário. Vamos nos ater aqui ao problema dos recursos para construção e reforma das penitenciárias.

Para tanto, já estão presentes aqui o Dr. Renato De Vitto, Diretor-Geral do Depen – Departamento Penitenciário Nacional, órgão vinculado ao Ministério da Justiça; e está presente também o Dr. Lourival Gomes, Secretário de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo e Presidente do Fórum dos Secretários de Administração Penitenciária ou, então, como é o caso em alguns Estados, de Justiça e Cidadania.

Eu pediria que os nossos convidados tomassem assento à mesa para darmos início à reunião.

Antes de darmos início à audiência pública, eu submeto à deliberação desta Comissão que possamos contar com a presença do Dr. Lourival Gomes, que, como eu já disse, é o Secretário Estadual de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, sendo, ao mesmo tempo, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Administração Penitenciária. É o Conselho que tem como sigla a palavra Consej.

Eu agradeço aos dois convidados, agradeço ao Dr. Renato De Vitto e agradeço ao Dr. Lourival Gomes pelo atendimento.

Submeto à Comissão a aprovação do convite ao Dr. Lourival Gomes.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 77, de 2015

- Não terminativo -

Em aditamento ao Requerimento nº 49, de 2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, que solicitou a realização de "audiência pública, destinada a debater a atual situação das penitenciárias brasileiras", requeiro acrescentar o seguinte convidado:

- Dr. Lourival Gomes – Secretário Estadual de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo e Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Administração Penitenciária (CONSEJ).

Autoria: Senador Garibaldi Alves Filho.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O convidado já está presente.

Dando início a esta reunião, eu pediria a colaboração dos nossos expositores, dos nossos convidados, pois nós lhe concederemos 15 minutos para as suas exposições.

Parece pouco? O que os convidados acham? (*Pausa.*)

Serão 15 minutos, com direito a cinco minutos de prorrogação – prorrogação esta improrrogável. E,para darmos objetividade aos trabalhos, nós vamos ter a intervenção daquele que solicitou a realização desta audiência, o Senador Lasier, e dos demais Senadores que se inscreverem.

Concedo a palavra ao Dr. Renato De Vitto para que possa fazer a sua exposição a esta Comissão.

O SR. RENATO CAMPOS PINTO DE VITTO – Bom dia, Presidente, Senador Garibaldi Alves, Srs. Senadores, servidores da Casa, demais presentes.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui dialogando com este importante espaço da República a respeito de um tema tão complexo, com desafios tão prementes para o Estado brasileiro. Agradeço ao Senador Lasier pela iniciativa de trazer esta discussão para a Comissão de Infraestrutura, agradeço a todos os Senadores, antecipadamente, pela atenção, já disponibilizando o Ministério da Justiça, o Departamento Penitenciário Nacional para qualquer esclarecimento suplementar.

Nós não sabíamos ao certo qual seria o escopo de interesse da Comissão, por isso trouxemos uma exposição bastante extensa, basicamente trazendo os dados gerais da questão prisional no Brasil, trazendo as ações do Departamento Penitenciário Nacional. Creio que, no próprio requerimento, haja uma manifestação de interesse de compreender o que a União tem feito para se colocar nesse problema, com todas as dificuldades do nosso arranjo federativo, no que diz respeito à segurança pública e à questão penitenciária. Por fim, algumas observações a respeito do Fundo Penitenciário Nacional, que tem sido objeto de algumas proposições legislativas e objeto de debate, inclusive, com os Secretários de Justiça.

Queria saudar aqui o meu amigo, colega gestor penitenciário no Estado de São Paulo, Dr. Lourival Gomes, que hoje representa aqui os 27 Secretários de Administração Penitenciária e de Justiça do País.

Eu vou tentar – e, desde já, peço desculpas – fazer uma leitura bastante dinâmica, tentando focar nos principais eslaides de uma apresentação longa. Se a gente aplicar a fórmula velocidade é igual a delta *S* sobre delta *T*...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Se a Comissão concordar, nós daríamos mais cinco minutos. Assim, serão 20 minutos para a exposição e, se houver necessidade de uma prorrogação, nós a daremos.

O SR. RENATO CAMPOS PINTO DE VITTO – Perfeito, Presidente. Só me desculpo, enfim, por uma leitura dinâmica aqui dos dados.

Em primeiro lugar, trazer aqui o organograma do Depen, que é um órgão vinculado, criado na década de 30, em um primeiro momento, como uma inspetoria federal dos presídios. Hoje, o Depen tem *status* de secretaria nacional e exerce uma função dúplice: de executor da política penitenciária no que diz respeito ao Sistema Penitenciário Federal – a União mantém e gere quatro penitenciárias federais de segurança máxima – e também como órgão de fomento da política penitenciária no Brasil. Então, eu tenho uma secretaria de políticas penitenciárias, que é uma secretaria de apoio aos Estados de articulação federativa, e uma diretoria do sistema penitenciário federal, onde estão, na verdade, internos que têm um perfil muito específico. Nós temos menos de 500 internos no sistema federal que são líderes de organizações criminosas. E também uma diretoria executiva, que cuida da nossa área meio.

É importante entender que, nos 27 Estados da Federação e no Distrito Federal, nós temos uma diversidade de arranjos organizacionais para tratar da pauta penitenciária. Nos Estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Maranhão, Paraíba, Rio e São Paulo, nós temos uma secretaria especializada na Administração Penitenciária, modelo de governança que o Depen reputa adequado pela especificidade dessa matéria.

Temos algumas secretarias de Justiça que cuidam exclusivamente da pauta prisional; outras secretarias de Justiça que cuidam da pauta prisional mais a falta de cidadania – então, entram aí PROCONs e outras pautas de conselhos de direitos humanos, por exemplo, como no Ceará, DF, Mato Grosso, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins –; secretaria de Justiça que também congrega segurança pública, no Amapá, Goiás, Minas e Mato Grosso do Sul; a secretaria de segurança que cuida das polícias e da administração penitenciária, no Paraná e Rio Grande do Sul; e outras estruturas, como um instituto no Acre, que é uma autarquia, e uma superintendência no Pará.

Os dados gerais a respeito da questão prisional no Brasil. Pelo nosso último levantamento, nós temos 607 mil pessoas privadas de liberdade no Brasil; 27 mil ainda em carceragens da polícia, o que é bastante inadequado, como reconhecido, enfim, pela própria legislação e órgãos internacionais; 580 no sistema penitenciário, em estabelecimentos penais. Como eu disse, esse número aqui é de junho de 2014, poucas pessoas com perfil muito específico de liderança de organização criminosa no Sistema Penitenciário Federal, 376 mil vagas, com um déficit de 230 mil vagas. A taxa de ocupação no Brasil é de 161%, e a taxa de aprisionamento, presos por 100 mil habitantes, é de quase 300 presos. É importante pontuar que a taxa mundial de encarceramento é de 144 por 100 mil habitantes. O Brasil galgou já o dobro da taxa mundial. Nós perdemos mais do que o dobro do que se prende no mundo.

Um quadro aqui que traz essa evolução no que diz respeito ao Sistema Penitenciário e às carceragens delegacia, por gênero. É importante notar. Amanhã faremos o lançamento de um estudo de encarceramento feminino. O encarceramento de mulheres, embora não seja um número significativo – cerca de 6% da população prisional –, tem uma escalada muito preocupante também, partindo de 5 mil mulheres presas, no ano de 2000, para 37 mil mulheres. E a prisão da mulher traz efeitos muito mais deletérios e danosos para o núcleo familiar.

Temos, então, uma evolução, partindo de 90 mil presos, no ano de 1990, e chegando a 607 mil presos, um aumento de 575% nesse período de 25 anos. Isso significa um aumento de 6, 7, 8% por ano da população prisional, com os respectivos custos que isso implica.

A evolução da taxa de aprisionamento parte de um patamar que, hoje, é a taxa mundial de encarceramento, de 140 por 100 mil, no ano de 2000, para chegar a esse dobro.

Fizemos aqui alguns levantamentos internacionais para entender esse problema do Brasil em relação às tendências mundiais. O Brasil se coloca, em termos de população absoluta, como quarta maior população prisional no mundo. Temos também uma das maiores taxas de aprisionamento. Temos, infelizmente, um destaque no que diz respeito à taxa de ocupação, que é a relação de número de presos pelo número de vagas – 161% –. lembrando aqui que qualquer coisa que supere o 100% é adequado. O ideal é que você tenha uma vaga para um preso, ou seja, 101% já é inadequado.

Nos Estados Unidos, por exemplo, que é o país mais punitivista do mundo, a constatação de que no Estado da Califórnia havia 136% de ocupação no sistema prisional levou a uma decisão judicial de soltura de mais de 30 mil presos, apenas para ilustrar a importância que é nós equalizarmos essa taxa de ocupação, buscando

alternativas para a redução do déficit. Acho que esse é um dos principais pontos sobre os quais a Comissão hoje se debruça.

Temos também, como último indicador importante, um dado preocupante do número de presos provisórios. Quarenta e um por cento de presos não têm condenação no Brasil, ou seja, o Brasil se destaca, de uma forma preocupante, em todos os indicadores do sistema prisional: população absoluta, taxa de encarceramento, taxa de ocupação e taxa de preso sem condenação, a taxa de presos provisórios.

A situação não pode ser naturalizada. Se nós verificarmos a tendência de aumento da taxa de encarceramento – e nós fizemos aqui um exercício com os dados do *King's College*, de Londres –, para avaliar a tendência do aumento da taxa nos demais países do mundo nos últimos 15 anos, em que nós tínhamos uma série histórica entre os 50 países que mais prendem no mundo, veremos que o Brasil foi o segundo país que mais aumentou a sua taxa de encarceramento entre esses 50 países que têm uma população prisional significativa. Estamos atrás apenas da Indonésia nesse particular.

Nesse mesmo período, nos Estados Unidos, que tem, de longe, a maior população prisional do mundo, nós tivemos uma variação positiva de 23%. Na China, a segunda maior população, 13%; e, na Rússia, um decréscimo de 2%.

Se trouxermos esse intervalo para mais perto, nós verificaremos que, nos últimos seis anos, houve diminuição da taxa de encarceramento – presos por 100 mil habitantes – nos Estados Unidos, na China e na Rússia, enquanto que, no Brasil, nós tivemos um aumento de 33%, colocando o Brasil na contramão de uma tendência mundial de discussão a respeito do que é razoável a um país arcar em termos de encarceramento.

Gostaria de chamar a atenção dos Srs. Senadores para que, no presente momento, os Estados Unidos vivem um momento de coalizão entre progressistas, conservadores, republicanos e democratas, que constataram que nem o maior PIB do mundo é capaz de dar conta de um ritmo de encarceramento tão veloz e com um custo social, que envolve não só o custo do pagamento da alimentação e dos serviços ao pessoal que está preso, mas um custo indireto, seja para todo o sistema de justiça e de segurança pública, e mais, para a economia, imobilizando uma parcela significativa da população economicamente ativa do país.

Pela primeira vez, o Presidente Obama tem se colocado nesse debate, concitando a sociedade norte-americana a debater sobre o que é razoável em termos de aprisionamento, se mesmo o país que mais prende no mundo não conseguiu melhorar a segurança pública com uma política de superencarceramento.

Esses dados estão distribuídos de forma heterogênea pelo Brasil. Nós temos aí, no que diz respeito à taxa, o Mato Grosso do Sul como o Estado que mais encarcera; São Paulo em segundo lugar, aqui já descontada a questão populacional. E interessante, o Maranhão com a menor taxa.

Se nós verificarmos ainda a taxa de ocupação, que é a relação preso/vaga, nós verificaremos também uma disparidade grande: em Pernambuco, chegando a quase três presos por vaga em média, e o Maranhão, que foi palco das rebeliões em Pedrinhas, também com uma taxa de ocupação baixa. Quer dizer, o problema prisional não se limita – e o Maranhão está para dizer isso – à questão da superpopulação. Esse é um elemento extremamente importante, mas também há uma questão de gestão penitenciária que pode explicar, na verdade, o Maranhão se colocando como uma taxa de aprisionamento bastante confortável para os padrões brasileiros, lembrando que nossa média está em 300 por 100 mil, neste patamar e mesmo na taxa de ocupação, que temos 161% como a média nacional, o Maranhão colocado aqui.

Mas existem, como os Senadores sabem muito melhor do que eu, 27 Brasis também no que diz respeito à política prisional.

Quem está sendo preso hoje? Isto aqui não é um dado ideológico, mas um dado de perfil que demonstra a seletividade do sistema penal, é um dado da realidade. São jovens, 56% até 29 anos; uma super representação da população negra; e uma população com baixo acesso ao estudo. Apenas 8% da nossa população prisional tem o ensino médio, enquanto que, na população brasileira, esse dado é de 30%.

Em relação aos crimes que levam as pessoas ao encarceramento, temos, em primeiro lugar, o tráfico, com 27%, em dados nacionais, em alguns Estados isso é mais alto. O Dr. Lourival divulgou um dado recente de São Paulo que fala que o tráfico é responsável por 38% das prisões do Estado de São Paulo. É seguido do roubo, com 21%; o furto, com 11%; e o homicídio, responsável por 14% dos encarceramentos. Esse dado é diferente entre homens e mulheres. Vinte e seis por cento dos homens presos por tráfico – e esse dado é interessante no que diz respeito a encarceramento feminino –, enquanto que 68% das mulheres que estão presas é devido ao delito de tráfico de drogas.

Trago aqui um quadro, acho que não vai dar tempo de detalhá-lo, a respeito da composição dos quadros de apoio para o sistema prisional, em termos de servidores. O que chama atenção neste quadro é o número significativamente alto de servidores temporários e um número baixo de servidores na área prisional. A rela-

ção que se sugere de número de servidores por preso é de cinco presos para cada agente penitenciário. Essa relação, em termos de agente de custódia, aquele servidor que fica diretamente ligado a...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Essa é a relação ideal?

O SR. RENATO CAMPOS PINTO DE VITTO – Essa é a relação ideal, uma recomendação do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

Este quadro aqui desconsidera que temos uma escala de plantão que, normalmente, em alguns Estados, como São Paulo, é diferente, mas normalmente é 24 horas por 72 horas. Então, para chegarmos a uma relação de quantos agentes estão efetivamente em um plantão, num determinado presídio, teríamos que multiplicar isto aqui por quatro, porque, se você tem uma escala de 24 por 72, você tem quatro turnos, quatro equipes de plantão. Então, se pegarmos o pior Estado aqui, como Pernambuco, a pior relação, temos 31 presos para cada agente penitenciário. Se considerarmos os quatro turnos de plantão, isso significa que um agente penitenciário, em médio, cuida de 120 presos no Estado de Pernambuco, ou como podem dizer alguns, na verdade, 120 presos cuidam de um agente penitenciário.

Temos ainda dificuldades no que diz respeito á assistência jurídica. Em alguns Estados, como o Rio Grande do Norte, 77% dos diretores declararam que não havia prestação de assistência jurídica sistemática e regular pela Defensoria Pública ou outro arranjo de prestação de serviço. Esse número chega a 36% aqui em Goiás.

No que diz respeito à educação, apenas 10% dos presos têm acesso à educação, que é um dever do Estado, pela LEP, pelo menos a educação primária, e 16% dos presos trabalham, a grande maioria em trabalho interno de faxina ou cozinha.

De fato, são dados que demonstram que o Estado, e aí não estou falando de União ou dos Estados, e trabalhando com atribuição de culpa ou de responsabilidades, mas o Estado brasileiro não tem conseguido investir em política de reintegração. É importante entender que educação e trabalho não como um direito e um privilégio do preso, mas como um instrumento importante de reinserção social, abrindo uma janela para que esse sujeito tenha alguma opção de não voltar à vida do crime, não reincida e não volte a alimentar esse ciclo do sistema penitenciário.

Trazemos aqui rapidamente algumas ações do Depen, e podemos, nos debates da Comissão, algum aspecto específico, mas tivemos, entre 2010 e 2014, 136 convênios celebrados com as unidades da Federação e 131 contratos de repasse. Os contratos de repasse são essa modalidade de convênio pela qual o Depen operacionaliza o apoio para a construção de obras prisionais. Eu queria lembrar que o Funpen, vou detalhar especificamente um pouquinho a questão do Funpen para viabilizar o debate aqui.

Ele foi criado em 1994, tem uma arrecadação que se tem colocado em um crescente e esta tabela expõe o que tem sido feito em termos de transferência voluntária e execução direta. Uma forma de evitarmos a demora na execução dos convênios, o instrumento de convênio é um instrumento complexo de execução, em especial na área prisional, bastante difícil. O Depen tem optado por abrir uma linha também de aquisição direta e doação para os Estados de determinados equipamentos. Isso tem sido feito neste momento, por exemplo, com raio-x para inspeção, para detecção de metais nos presídios, porque é uma forma que se tem mostrado mais fácil para conseguirmos executar e efetuar o pagamento do financeiro dessa despesa rapidamente.

Temos, como eu disse, 131 contratos de repasse, com uma carteira de 131 obras, com as 27 unidades da Federação. A União tem se colocado tradicionalmente como a responsável pelo investimento no que diz respeito às construções, reformas e ampliações dos estabelecimentos penais, 99 construções e ampliações foram pactuadas no último mandato da Presidenta Dilma no Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional. Foram aportados R$1,1 bilhão para criação de 45 mil, quase 46 mil vagas novas no sistema prisional. Temos uma carteira de 32 obras não entregues cujos recursos foram pactuados antes de 2011.

Este quadro aqui traz a evolução das obras, o que posso dizer, e podemos detalhar isto depois para os Senadores, é que o processo de execução de um estabelecimento penal é um processo de altíssima complexidade, os Estados têm demorado de quatro a dez anos para fazer as entregas de obras prisionais. Temos obras na carteira já com cerca de dez anos. Com menos de quatro anos não temos perspectiva de conseguir vencer todas as etapas de obtenção do local, autorização do Município, obtenção do licenciamento, elaboração do projeto executivo e dos projetos complementares, licitação e ainda contar que a empreiteira que vença a concorrência, a licitação consiga finalizar aquela execução, porque quando paralisa é aquele inferno, enfim, o gestor fica em uma situação pior ainda para retomar a obra e licitar a parte restante.

Temos, do programa nacional, mais de dois terços das obras iniciadas, duas licitações suspensas, algumas obras em análise na Caixa Econômica Federal.

No que diz respeito à perspectiva de construção de vagas, temos esta distribuição: São Paulo, que vai ser o Estado que terá o maior número de vagas, com 11 obras em parceira com o Governo Federal ; o Paraná, em seguida, temos 20 obras financiadas. Mas este ano inteiro, por exemplo, se eu pegar o Estado do Paraná, que

recebeu o maior número de recursos do programa, que teve como critério de distribuição de recursos valores para construção de vagas para presos provisórios. O Paraná é o Estado que mais tinha presos em delegacia de polícia. Durante este ano todo, o Estado do Paraná ficou rediscutindo estes projetos que tinham sido aprovados pelo Depen em 2012. Nada andou nas obras, são 20 obras paralisadas no Estado do Paraná. Acredito que agora que tivemos conversas com a equipe técnica, com secretário do Paraná, a coisa ande.

Este aqui é um fluxograma – não vou poder detalhá-lo – para construção de vagas; é um processo altamente complexo que envolve, enfim, ações da Unidade federativa, da Caixa Econômica Federal, que é o órgão financeiro que nos ajuda nesse repasse, e do próprio Depen.

Nós temos, muito rapidamente, ações de aparelhamento do Departamento Penitenciário Nacional ao Estado, com doação de veículos, veículos com cela, ambulâncias. Estamos agora iniciando um processo de doação de equipamentos de raio x e estamos em fase de aquisição dos equipamentos que vão servir para as Olimpíadas. O legado dos raios x que vão ser utilizados nos jogos olímpicos será doado aos Estados. Acredito que em dois anos o Depen vai ter conseguido cumprir com 60% da demanda por equipamentos de raio x, aquela esteira, pórtico, raquete.

Temos aqui uma política de fomento a alternativas penais. O Ministério da Justiça, desde o ano de 1999, gestão do Ministro Miguel Reale ainda, financia convênios de alternativas penais. Hoje nós temos 87 milhões já investidos nessa marca, com perspectivas de aumento da política de alternativas penais como forma de conseguir dar um suporte para o Poder Judiciário não aplicar pena de prisão naqueles casos em que não é necessária a pena de prisão.

O Depen também financia políticas de monitoração eletrônica. Tínhamos convênios com dez Estados e vamos firmar convênios com mais 15 Estados ainda nesse ano.

Nesse ano nós estamos disponibilizando 26 milhões para a tornozeleira eletrônica. O Depen se coloca como parceiro do Conselho Nacional de Justiça e do Ministro Lewandowski no que diz respeito ao suporte às audiências de custódia. O Dr. Lourival tem um depoimento a respeito do efeito disso nos Estados e em especial no Estado de São Paulo, que foi o pioneiro.

Nesse ano, com a monitoração eletrônica a alternativas penais, nós estamos investindo 38 milhões para dar suporte a esse movimento das centrais de audiência de custódia, pela qual o juiz tem contato com o preso 24 horas após a sua prisão.

Os resultados da audiência. De acordo com os dados do CNJ, saltou-se o número de solturas nesse momento de não conversão da prisão em flagrante em preventiva de uma média de 10%, 15% para um patamar de 40% a 80%, o que nos faz crer que houve uma melhora na decisão judicial.

O Depen se coloca também como o parceiro para ações de saúde prisional. Existe uma política pactuada com o Ministério da Saúde para que o SUS chegue no estabelecimento prisional. Não é possível se pensar em arranjos improvisados, cada estabelecimento criar uma equipe médica, nem tampouco o secretário estadual, o SUS tem que cumprir essa missão. Afinal, o preso também não teve os seus direitos civis e sociais aniquilados com a condenação. O Depen aparelha ambulatórios médicos.

Na área de educação prisional, nós tivemos 25 mil matrículas de presos no Pronatec prisional, entre os anos de 2013 e 2014, tentando levar também as políticas universais de educação para essa parcela. Como eu disse, apenas 8% dos presos terminaram o nível médio no País.

O EJA (Educação de Jovens e Adultos) tem 38 mil inscritos. Tivemos aí aplicação do Enem e do Encceja, como exame de certificação para as pessoas privadas de liberdade.

Ações de trabalho e renda, temos financiado a implantação de oficinas. Entre 2011 e 2014, 102 oficinas de trabalho nos estabelecimentos prisionais.

Temos uma linha de capacitação de servidores, com disponibilização de cursos, e fomento da criação das escolas penitenciárias estaduais.

Políticas voltadas à mulher. Projeto de referência para arquitetura prisional. A gente precisa de um modelo arquitetônico diferente para o estabelecimento penal feminino.

Projeto de aleitamento saudável e centro de referência materno infantil.

E ainda uma ação de fomento, participação e controle, além de um trabalho de gestão da informação.

Já falei um pouco do sistema penitenciário federal e, em dois minutos, prometo, Sr. Presidente, falar um pouquinho do fundo.

O fundo foi criado pela Lei Complementar 79/94. É gerido pelo Depen e tem a finalidade de proporcionar os recursos e meios para financiar a modernização e aprimoramento do sistema prisional brasileiro.

Os recursos do Depen, previstos na LC nº 79, variam entre as dotações próprias, doações, convênios, contratos, acordos, recursos confiscados, multas, fianças quebradas e partidas e concurso de prognósticos, além dos recursos de capital, com aplicação do patrimônio do próprio Funpen.

Hoje, a maior fatia de arrecadação do Funpen é concurso de prognósticos, ou seja, as loterias. Esse é um quadro que antes se sustentava com recursos derivados da atuação judiciária, as custas passaram a ser exclusivamente do Judiciário, com a Emenda Constitucional 45, e temos um baixo aporte de multas penais e mesmo de bens confiscados e de fianças.

Acho que isso deve ser objeto de uma investigação, porque o recurso que chega ao Depen é bastante baixo no que diz respeito a essas arrecadações decorrentes da própria atuação judiciária na área penal.

Nós temos aqui um quadro em consolidação de execução orçamentária dos Estados, isso é importante termos em conta, que não leva em conta custeio de recursos humanos, para entendermos a participação da União em termos de recursos no problema penitenciário. Só o Estado de São Paulo tem, sem contar com recursos humanos, isso aqui são dados de 2013, 2,4 milhões. O Dr. Lourival me disse outro dia aqui que hoje o orçamento da SAP, de São Paulo, é de 4,2 bi. Então, também temos que fazer uma discussão a respeito das receitas do Fundo Penitenciário Nacional.

A questão do contingenciamento é uma questão que se coloca, é uma questão que tem que ser discutida, dada a dramaticidade do problema penitenciário. No entanto, imaginarmos que faremos a diferença na política penitenciária, com uma arrecadação de cerca de 500 milhões, por ano, numa política que consome, contando com pessoal, algo estimado entre 10 e 15 bilhões, é muita ilusão.

A participação da União na área penitenciária se limita a 3% a 4% do custeio dessa política nos Estados. Esse é um ponto de discussão. Talvez o que nós precisemos é uma revisão geral da lei do fundo, inclusive com uma previsão expressa de criação dos fundos penitenciários estaduais, que hoje são criados à margem de autorização da lei federal, sem haver uma expressa destinação de recursos que os fundos estaduais têm abarcado.

Essa tabela eu já mostrei. Execução direta e execução por convênio. Basicamente os esforços da União têm-se voltado para a construção de vagas. Por isso nós entendemos que é necessário, inteligente que a União crie uma política penitenciária de apoio não só à construção de vagas, mas de suporte às alternativas penais. O crescimento da população penitenciária que o Brasil tem experimentado não é compatível com o PIB brasileiro. Nós não temos condição. Se nós tivéssemos hoje, 10, 15 bilhões para acabar com o déficit, nós teríamos entrega dessas vagas daqui a 5, 6, 8 anos, por dificuldades comuns à União e aos Estados. E essas vagas já não seriam suficientes.

Só que quando você constrói um estabelecimento penal, Senador Garibaldi, a cada três a cinco anos você gasta o equivalente da construção com o custeio. Quer dizer, nós temos também comprometido as receitas do Estado brasileiro com um sistema penitenciário que infelizmente não tem trazido resultados no que diz respeito à questão da segurança pública.

Eu mostro aquele quadro, pulamos de 90 mil para 607 mil presos e pergunto para qualquer Senador se alguém acha que a sensação de segurança melhorou com o aumento da população penitenciária. Tenho certeza de que todos aqui serão unânimes de que essa sensação de insegurança e a incidência criminal é muito pior no ano de 2015 do que era no ano de 1990. Então, buscar equilibrar também as transferências, não só para a construção, mas para a melhoria do suporte e alternativas penais, para que a gente melhore os critérios de aplicação da pena. Hoje nós temos a realidade das facções criminosas operando no sistema prisional, e há recrutamento efetivamente de jovens nesse sistema, parece algo que se impõe.

A destinação dos recursos do Funpen. Eu trouxe algumas tabelas. Por modalidade de despesa, a gente não vai poder explorar isso aqui, mas o fato é que é importante dizer que a execução orçamentária do Depen no ano passado, para desfazer alguns mitos que se colocam: "não há execução do Funpen". Se estamos falando de execução orçamentária, a nossa execução foi de 96% no ano passado.

O problema é que, para o empenho que gera a execução orçamentária virar pagamento, precisamos da licitação, das medições e do pagamento das obras. Não é razoável que, para a obra de uma penitenciária, haja o empenho e pagamento no mesmo ano. O processo de construção vai demorar um, dois, três, quatro, cinco, oito anos até a entrega, para começar hacer os pagamentos. Existem incidentes no procedimento licitatório.

Mas o fato é que o Depen tem buscado equilibrar, enfim, essa política, para não falar apenas de construção, porque esse modelo, embora importante – e não se descarta a necessidade de se entregar 50 mil vagas – não vai dar conta de uma demanda que é crescente e crescente.

Então, esse diálogo com o CNJ, com o Ministro Lewandowski, para aprimorarmos os critérios de aplicação da prisão provisória talvez seja a marca mais importante que tenhamos nos últimos anos no que diz respeito ao sistema penitenciário nacional.

Eu não vou me ater muito à questão da destinação dos pagamentos, não teríamos tempo, mas gostaria de apenas problematizar também o modelo fundo a fundo, que é uma discussão que se tem colocado de forma muito franca e aberta com os secretários. A desburocratização do repasse parece importante. Não acredito que o fundo a fundo resolva o problema de baixa capacidade de execução dos Estados e das obras, que são

problemas que não estou apontando aqui como problemas dos gestores estaduais. São problemas sistêmicos da Lei nº 8.666...

(Soa a campainha.)

O SR. RENATO CAMPOS PINTO DE VITTO – ...de dificuldades sérias. Mas, para pensarmos o fundo a fundo, teremos de cumprir outras etapas, definindo o modelo de governança, definindo critérios e critérios para fiscalização.

Espero ter contribuído, muito rapidamente, enfim, com a compreensão. Fico absolutamente à disposição não só nesta reunião, como da Comissão para qualquer dúvida ou esclarecimento necessário.

Obrigado pela atenção, Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Dr. Renato De Vitto.

E, antes de passar a palavra ao Dr. Lourival Gomes, Secretário de Administração Penitenciária de São Paulo, quero comunicar que o Senador José Pimentel já marcou com a Presidente do Ibama, a Srª Marilene Ramos, a audiência que nós teremos hoje sobre a BR-319.

A essa audiência estarão presentes o Senador José Pimentel, a quem volto a agradecer pelo empenho em marcá-la e, inclusive, em estar presente. Estarão presentes o Senador Acir Gurgacz, o Senador Paulo Rocha, o Senador Valdir Raupp e o Senador Waldemir Moka. Então, às 15h, na sede do Ibama.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Seria interessante que os nossos universitários ligassem para os membros desta Comissão, porque este é um tema recorrente, para que possamos ajudar na solução.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Obrigado a V. Exª e faço das palavras...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – E mesmo os que não são membros, mas que são dos Estados que envolvem a rodovia, no caso, os Estados do Amazonas e de Rondônia. Mas disso o Acir e o Valdir vão se encarregar. E mais a Senadora Vanessa Grazziotin, o ex-Governador Omar, por exemplo, porque eu já os vi discutindo esse tema no plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Vamos avisá-los.

O universitário não se deu por vencido e elaborou um requerimento, que resolvi convalidar, assinar:

ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 78, de 2015
- Não terminativo -

Requeremos, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência da Comissão de Serviços de Infraestrutura com a Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Sra. Marilene Ramos, para tratar do embargo das obras da BR-319, a cargo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.

Autoria: Senador Garibaldi Alves Filho

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram (*Pausa.*)

Aprovado.

Quero, antes de passar a palavra ao Dr. Lourival, pedindo permissão a ele, convidar os Senadores para o evento que vai assinalar a aposição da foto do ex-Presidente Fernando Collor na próxima reunião desta Comissão, na próxima quarta-feira, dia 11.

Concedo a palavra ao Dr. Lourival Gomes, Secretário de Administração Penitenciária de São Paulo e, ao mesmo tempo, Presidente do Forum de Secretários de Administração Penitenciária e Secretários de Justiça e Cidadania dos 27 Estados brasileiros.

Quero observar que esta audiência pública está sendo realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em Participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania ou do Alô Senado.

Com a palavra o Dr. Lourival Gomes

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, solicito, se possível, que os dados apresentados aqui pelo Dr. Renato sejam distribuídos entre nós. Isso é importante, no momento em que estamos fazendo uma análise desses dados que ele traz como sendo dados oficiais do Ministério da Justiça. Como tal, são de importância para todo trabalho que venhamos a elaborar diante da área de Segurança.

É a solicitação que faço à Mesa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Dr. Renato De Vitto.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Acabo de receber o documento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Então, passou-se da palavra à ação.

Com a palavra o Dr. Lourival Gomes

O SR. LOURIVAL GOMES – Ex^mo^ Sr. Senador Garibaldi Alves, Presidente desta Comissão, na pessoa de quem saúdo todos os Senadores aqui presentes, em especial o Senador Lasier por esta iniciativa.

O sistema prisional brasileiro é sempre alvo. "Vamos fazer CPI, CPI, CPI", e nunca vimos uma ação como esta no Senado. Vamos construir, vamos melhorar, vamos dar uma mão para o sistema prisional do Brasil.

Os números, como o Dr. Renato De Vitto apresentou, são números assustadores, que temos de enfrentar e não podemos ignorá-los. Lógico que temos de ter programas de substituição da pena de encarceramento, mas não podemos deixar de lado que temos de construir prisão, não há outro jeito. Se faltar moradia, temos de construir casas. Se faltar vagas nas prisões, temos de construir prisões.

Eu só quero trazer não os números de São Paulo, mas fazê-lo comparativamente com os de alguns Estados, porque o que mais me mostram os secretários é que o crescimento é diretamente proporcional. O crescimento da população carcerária não é um fenômeno desse ou daquele Estado. É, na verdade, de todos os Estados brasileiros.

Ontem, puxei a população de São Paulo e fiz um avaliação dela. Comparando o que ela era em 1994, portanto há 20 ou 21 anos, e o que ela é hoje. Surpreendentemente, chegamos à conclusão de que ela quadruplicou em 20 anos. Então, havia em São Paulo 55 mil presos em 1994. Hoje, há 226.563.

Nós percebemos também que o crescimento também se mostra preocupante nos últimos 4 anos e 10 meses. A população carcerária em São Paulo – e trago esses dados, mas sempre digo que serve para outros Estados em níveis percentuais –, em 1º de janeiro de 2011 era de 170,8 mil presos. Hoje, está em 226 mil.

Se pegarmos essa contabilidade, quantos presos há a mais nesse período, vamos chegar à conclusão de que em São Paulo há, a mais, quase 56 mil presos. E nós devemos lembrar que a segunda população carcerária do País é Minas, com 65 mil presos. Portanto, o crescimento havido em São Paulo, nos 4 anos e 10 meses, representa quase a população carcerária mineira.

Se dividirmos isso pelo número de meses, vamos chegar à conclusão, Presidente, de que o aumento da população carcerária foi da ordem de 950 presos por mês em São Paulo. Isso significa que teremos de ter construído, nesse período, 58 prisões, com mil vagas cada uma. Há um crescimento diário da ordem de 32 presos em São Paulo.

São Paulo possui a maior população carcerária de presos estrangeiros, e a nossa reivindicação junto ao Ministro, ao Diretor-Geral do Depen, é no sentido de que presos estrangeiros sejam alocados para prisões federais.

A nossa sugestão nasce de uma preocupação do próprio preso. Assim que a pessoa estrangeira é presa no País, em primeiro lugar, ela perde o passaporte; em segundo, há a dificuldade de comunicação da pessoa estrangeira no processo de conhecimento; em terceiro, vem o relacionamento do preso, aqui no Brasil, com a família no país de origem; e, em quarto lugar, todas as medidas adotadas, quando essa pessoa for embora, após o cumprimento da pena, também passam pelas repartições federais.

São Paulo tem dois terços dos presos estrangeiros do País. Também, sempre reivindicamos que todos os presos condenados exclusivamente pela Justiça Federal devam estar em prisões federais. Esse é o nosso pensamento, porque toda a execução da pena é feita por Juiz Federal.

Então, não podemos abrir mão, de maneira alguma, desse processo de construção de prisão. É um mal necessário. Seria bem melhor construir escolas do que prisões, mas a demanda que se tem hoje – não é a demanda futura, mas sim a reprimida – é a de que há necessidade de se construir prisões.

Somos muito criticados por que a pena estar sendo cumprida indigna ou desumana, mas precisamos de recursos, de gente e de programas, para que este estigma estabelecido seja dissipado.

Às vezes, nós, que trabalhamos no sistema prisional, recebemos críticas e mais críticas, mas costumo dizer aos presos: Os únicos caras que cuidam de vocês são a sua mãe e os que trabalham no sistema prisional. A mãe, porque é algo que está intrínseco na mulher e mãe; e nós, que ficamos todos os dias, buscando melhorias para a população carcerária. É lógico que precisamos combater o crime organizado, ter disciplina e ordem nas prisões e ter disciplina junto aos funcionários.

Desculpe-me pelo pouco tempo que tive, Senador, mas, ontem, tive contato com alguns secretários de outros Estados. Alguns se posicionaram por escrito; outros me ligaram; outros ficaram de me mandar uma mensagem e me ligaram hoje de manhã.

A reivindicação dos secretários, resumindo, seria a construção de prisões. Há dificuldade para se construir prisões? Sim Há alguns pontos de estrangulamento? Sim. O que temos de fazer através da Comissão de Infraestrutura? Aparar essas arestas e liberar esse caminho.

Começamos pela Resolução do CNPCP nº 09/2011, que exige – não tiro da resolução o seu mérito, mas, para a realidade brasileira, vejo-a um tanto quanto exigente – que se tenham muitas áreas livres, muitos vãos livres, para que os presos transitem, tenham culto e escola. Concordamos com tudo isso, mas precisamos compactar as prisões e não torná-las enormes.

Então, teríamos que rever essa Resolução do CNPCP a uma realidade brasileira, que vivemos hoje, com os presos que temos e com a economia que possuímos.

Não dá para fazermos uma prisão que fica quase 20% mais cara no seu conjunto arquitetônico e que fique com 20% de capacidade populacional. Para a realidade brasileira, isso é impossível.

Precisamos também acertar algumas questões junto à Caixa Econômica Federal. Não digo isso em São Paulo especificamente, mas vejo alguns colegas que fazem até propostas. Por que o recurso tem de transitar pela Caixa Econômica Federal? Não poderia transitar também pelo Banco do Brasil? Não poderia ser fundo a fundo?

Então, há aí alguns estrangulamentos que têm de ser superados, para que esse processo de construção de prisão seja um pouco mais célere.

Logicamente, há empresas que começam a construir prisão e para no meio do caminho. Elas perdem a saúde financeira ao longo da construção, mas isso acontece com poucas. Não podemos tomar como parâmetro essa dificuldade de que poucas empresas conseguiram levar até o final a construção de uma unidade prisional.

Os colegas pedem recurso para ampliar as próprias unidades penais já existentes. Alguns querem sala de aula. Alguns querem salas para atendimento à saúde; outros querem bibliotecas.

Então, nessa questão, estou sendo portador dos meus colegas. Enviaram-me algumas mensagens, como as do Estado de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul, do Rio Grande do Norte – essas são escritas –, que se manifestam nessa direção.

O que ficou mais aguçado, Senador Garibaldi Alves Filho, foi o fato de o Ministro Lewandowski dizer que há R$2,4 bilhões contingenciados. Com toda essa necessidade, o dinheiro não pode ficar parado. Vamos colocá-lo para circular! Vamos fazer prisão! Vamos aplicar! Se isso é procedente, não sabemos mais. O que deixou os secretários mais ávidos a fazer os pleitos foi a declaração da existência desse recurso.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – E esses recursos são especificamente para quê?

O SR. LOURIVAL GOMES – Ele pode ser utilizado, segundo procuramos saber, pelo Fundo do Depen também na construção de prisões.

Está em voga hoje a substituição da pena de prisão, de encarceramento, pela liberdade monitorada. Então, os Estados pedem, e o Depen já abriu um programa nesse sentido, que as pessoas autuadas em flagrante respondam em liberdade, mas monitoradas. Caso isso não aconteça, não vai adiantar nada. Vai ser a mesma coisa de ter sido autuado em flagrante no passado.

Criticamos muito as revistas indignas, revistas vexatórias, mas não temos recursos para comprar e instalar equipamentos – *scanners* corporais. O custo é alto. Dependendo do local que queremos comprar, eles custam cerca de R$550, 600 ou 700 mil. A manutenção desses equipamentos também é muito cara. Então, precisamos instalar em todas as prisões algo que torne a revista humana, porém que não seja feita de qualquer jeito, que possibilite a entrada de celular, droga e arma dentro das prisões.

Os nossos colegas pedem veículos para transportar presos. Se não tivermos veículos, não temos condição de levar preso até os fóruns e, lamentavelmente, não se aceita a teleaudiência para instrução de um processo criminal. Seria muito mais barato, seguro e econômico, se pudéssemos aplicar o sistema de teleaudiência em todas as prisões do País.

Pede-se também um investimento maior nos bloqueadores de celulares, para que se evite a comunicação externa, principalmente de presos que integram facções criminosas ou são considerados perigosos e também se pede que haja aí uma liberação de recursos de armas, munições e coletes, para municiar o nosso pessoal que faz as apresentações judiciais. Em alguns Estados, a apresentação judicial do preso é feita pela Polícia Militar; e em outros, é feita por civis que atuam no segmento de acompanhamento de presos.

Temos uma preocupação grande, enquanto administradores do sistema prisional.

Se nós não acabarmos com a droga, a droga vai acabar com as famílias.

Certa feita, uma advogada que nosso amigo Renato conhece, Adriana Martorelli, nos relatou um fato. Limparam a Praça da Sé, aqui em São Paulo, onde havia todos aqueles usuários de drogas. Onde estão eles? Estão lá

no CDP de Pinheiros. Eu lhe perguntei: "Adriana, mas isso é verdade?" "É verdade. Eu frequentava a Praça da Sé, tratava dessas crianças. Elas estão lá no CDP de Pinheiros." Eu pedi para minha equipe fazer um levantamento num só mês, de 15 de abril a 14 de maio de 2014, para saber que tipo de preso entrava nos CDPs, Centros de Detenção Provisória, da capital. Nós verificamos que, dos homens que entravam nos CDPs da capital, 25,27% ...

(Soa a campainha.)

O SR. LOURIVAL GOMES – ...eram pessoas que haviam sido presas por porte de drogas e 10,7%, que praticaram outros delitos para poderem manter o vício. Quais os outros delitos? Furto, roubos para conseguir dinheiro e comprar droga. E, nos tráfico de drogas, era mais ou menos como promoção de supermercado: leve três, pague duas. Ou seja, o traficante pega seis bolinhas, vende cinco para ficar com uma. Nós chegamos a 36% de homens presos em função do tráfico de drogas. Nas mulheres, o índice é mais assustador: 49% por tráfico de drogas e 5,45% praticaram outros delitos para poderem comprar drogas.

Em face disso, tivemos a ideia, Senadores, de fazer um levantamento para conhecer qual é a população carcerária que há no Estado de São Paulo. Os números são assustadores. Pela primeira vez, o crime de roubo ficou no patamar inferior ao de tráfico. Em todos os Estados, o que prevalecia era incidência de crime de roubo; em segundo lugar, tráfico ou furto. Mas isso é o Brasil. São Paulo não é diferente do Brasil, espelha a realidade brasileira. Homens: 37% dos homens presos em São Paulo – o levantamento abrangeu cerca de 220 mil presos – são por tráfico de drogas e condutas afins, como associação para tráfico de drogas; 36,43%, roubo; 8,56%, furto; 7,1%, homicídio.

Então, esses delitos são praticamente mais de 3/4 da população carcerária paulista. Quanto às mulheres, o caso de drogas é muito mais grave, é assustador: 72% das mulheres presas, provisórias ou condenadas, são por tráfico de drogas; 10,06%, roubo; 7,33% furto; 6%, homicídio.

Eu acho que algumas coisas ainda têm solução, alguns caminhos têm que ser trabalhados. No Código Penal, no Processo Penal, há a dosimetria da pena. Na aplicação da pena, o juiz vai levar em consideração o fato antecedente, isto, aquilo.

Nós temos que estabelecer, Senadores, ferramentas para que o juiz possa substituir a pena de prisão por pena de prestação de serviços à comunidade. Hoje, temos 16 mil pessoas em acompanhamento, praticaram delitos de menor potencial ofensivo, primários, não têm vinculação nenhuma à facção criminosa, que estão trabalhando, prestando serviços para suas próprias comunidades. E o índice de reincidência é baixíssimo, creio que em torno de 5%.

Nós temos que investir no acompanhamento ao egresso. O egresso – temos experiência com nosso Departamento de Reintegração Social – é mais ou menos igual ao usuário. Se o egresso não tiver família acompanhando, volta. O usuário, se não tiver família e religião, também volta a usar droga.

Nós também achamos que audiência de custódia é uma bela ferramenta. É lógico que ela só será avaliada no futuro para ver se foi boa ou ruim, porque, dos homens presos, dos flagrantes havidos com homens, 38% vão responder o processo em liberdade, 61,8% vão para a prisão.

Esses que respondem o processo em liberdade deveriam ser monitorados para não sentirem que a Justiça os liberou para terem o sentimento de impunidade e aqueles que são inclusos nas prisões entram não digo dóceis, mas menos raivosos, menos violentos. Isso porque passaram pelo crivo de juiz, promotor e defensor público.

O índice de mulheres que passam a responder o processo em liberdade é de 55%, sendo que 45% vão presas porque têm que ficar presas para responder o processo encarceradas. E isso reduziu o número de inclusões no Estado de São Paulo, voltou aos números de 2011.

(Soa a campainha.)

O SR. LOURIVAL GOMES – Em 2013 e 2014, São Paulo recebia mais de 10 mil presos por mês. Em 2015, recebeu 9,2 mil. Então, já está interferindo no número de redução de inclusões e espero que não aumente a sensação de insegurança do cidadão brasileiro. Estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao autor do requerimento, Senador Lasier Martins, fazendo-lhe um apelo no sentido de que possa realmente se ater a dez minutos. É possível?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Senador Garibaldi. Desde logo, agradeço o atendimento ao nosso pedido com a presença aqui do Dr. Renato De Vitto, Diretor Geral do Depen. Agradeço também ao Senador Garibaldi, que teve a inspiração de convidar o Dr. Lourival, cujos títulos lidos demonstram a autoridade e o conhecimento que tem da situação.

Houve muitos pedidos de presenças nesta audiência, e, depois de avaliadas, concluímos que retiravam o foco principal, que é a questão material, carcerária no que tange a disponibilidades físicas. Esta audiência é

muito importante porque diz respeito a uma das maiores aflições do povo brasileiro, que é a falta de segurança que vemos cada dia pior em todos os Estados brasileiros.

Diante da fartura de dados que os nossos convidados trouxeram, muitos deles mereceriam uma reflexão mais detida, mas quero ater-me a três. Um dado que me impressionou muito foi trazido pelo Dr. Renato. Diz respeito ao aumento de encarceramentos no Brasil, que se multiplicaram nos últimos anos. Diz o Dr. Renato que hoje o Brasil é o segundo País do mundo em que mais aumenta o encarceramento, especialmente de 2008 a 2014, com um acréscimo de 33%, enquanto que, nos Estados Unidos, Rússia, China, Índia e em outros países, tem diminuído bastante. Isso permite, Senador Garibaldi, um estudo sociológico muito interessante, porque os Estados Unidos, que não chegam bem a ter o dobro da população do Brasil, têm quatro vezes mais presos do que o Brasil. Isso significa que a prisão é importante para a segurança da população. Os Estados Unidos têm 2,228 milhões de presos. O Brasil tem 607 mil presos. E esse dado assustador, perturbador é com relação à diminuição de presos nos últimos seis anos nos Estados Unidos, caindo 25%, caindo, e, no Brasil, aumentando 33%. Por que será que isso acontece?

Por que será que, de 2008 até hoje, aumentou tanto o número de presos? Será que tem a ver com a questão social e econômica? É uma questão que deixamos aí.

O segundo ponto que impressiona é com relação ao Orçamento de 2013, quando o Dr. Lourival discorreu sobre os vários Estados que tiveram orçamentos. Por exemplo, Pernambuco, R$174 milhões, e o Rio Grande do Sul tem zero, não teve o Orçamento em 2013. Por que será? O que foi que houve com o Rio Grande do Sul, que é o Estado que aqui represento e que me motivou, inclusive, a esse requerimento em que fui atendido por V. Sªs?

Outro item que me impressionou é coisa irônica. Nós temos uma dependência lotérica dos recursos para as prisões. A primeira fonte de recursos para o sistema carcerário brasileiro são as loterias. Que ironia que vivemos, porque o nosso sistema carcerário já é uma loteria – está bem aqui, está mal ali. São Paulo está bem.

Há um tempo atrás, ouvi uma entrevista do Governador Alckmin revelando a quantidade de prisões que ele fez e o sistema de combate à criminalidade. São Paulo melhorou bastante. Mas hoje vem aqui o Dr. Lourival e declara que – eu até anotei a expressão *ipsis litteris* – "não podemos abrir mão do processo de construir prisões". É o que não temos em várias partes do Brasil e, particularmente, no Rio Grande do Sul.

E aí, Dr. Renato, Dr. Lourival, quando fiz esse requerimento, foi preocupado com o meu Estado. E talvez seja um exemplo também nacional da problemática. O Rio Grande do Sul não tem presídios para acolher todos os criminosos, a tal ponto que – e esse foi o dado perturbador que constrangeu a população do Rio Grande do Sul há duas semanas –, o juiz da execução penal, que é muito atuante, muito conceituado, muito respeitado, chamado Sidinei Brzuska, deu uma entrevista ao jornal e às rádios dizendo que estava tendo que colocar na rua em torno de 500 presos porque não tinha onde colocá-los.

Diante disso, ao requerer e ser atendido para esta audiência pública, eu fiz um contato por telefone com o Dr. Brzuska e ele me respondeu o seguinte, e é por onde começo a encaminhar a minha primeira pergunta. Mandei perguntar ao juiz da execução, responsável pelo Presídio Central, que é o pior dos presídios do Brasil – os senhores sabem disso, isso já é motivo de matérias na imprensa há muito tempo –, quantos presos foram colocados no regime aberto, sem direito a isso, e por que os juízes estão fazendo isso. Só na Região Metropolitana, em torno de 500 presos colocados na rua. Respondeu ele:

Não posso responder pelos juízes, mas apenas por mim, que sou o juiz do Presídio Central de Porto Alegre. A Comarca de Porto Alegre tem aproximadamente três mil condenados nos regimes aberto e semiaberto. A quantidade de vagas disponíveis para esses regimes é inferior a 500. Isso que dizer que temos aproximadamente 2,5 mil presos soltos por falta de espaço.

E digo aqui, entre parênteses, a criminalidade na Região Metropolitana de Porto Alegre tem aumentado assustadoramente.

Diz ainda o juiz:

Faz mais de ano que a SUSEP, que é a Superintendência dos Serviços Penitenciários do Rio Grande do Sul, não remove presos do Presídio Central para casas de regime semiaberto e aberto. Assim, todos os presos [vejam este dado] do Presídio Central, independentemente do tipo de crime ou tamanho da pena, quando ganham a progressão de regime, recebem junto uma saída temporária, para que possam sair do Presídio Central.

Ou seja, saem direto do fechado para a rua. Esta é a realidade do Rio Grande do Sul. Saem direto do fechado, não interessa a pena nem o crime que tenham cometido. Portanto, voltam a delinquir. Isso está comprovado.

Outro dia, vi uma entrevista do Comandante da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Ele disse que 60% dos crimes cometidos na Região Metropolitana de Porto Alegre são cometidos por presos do regime semiaberto ou aberto.

Nós não dispomos de cadeias, e as penas são frágeis, insuficientes. Temos que mudar. Precisamos de uma reforma do Código Penal, que tarda incrivelmente acontecer.

Então, ele diz o seguinte: "Tais presos comparecem à Susepe para serem recolhidos nas casas do semiaberto. Como não há vagas, a Susepe pede que eles voltem na semana seguinte, e assim sucessivamente. Apenas para ilustrar, cito o caso do preso Rogério Luiz Gomes – ele qualifica aqui, dá o número da prisão, etc. –, condenado a 20 anos e 6 meses de prisão por homicídio e porte ilegal de arma. Rogério estava no Presídio Central e progrediu para o semiaberto em 07/11/2014, tendo comparecido à Susepe 51 vezes, uma vez por semana, para ser preso, sem que tivesse sido recolhido." Deveria estar no semiaberto, mas, como não há semiaberto, está na rua. Esse, pelo menos, tem a consciência e a boa vontade de se apresentar para ganhar o semiaberto, mas não ganha porque não há.

Então, doutores, os dados são imensos, mas, em última análise...

(Soa a campainha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – ... o que nós queremos saber – tenho a impressão de que os meus colegas também vão ampliar essa problemática – é com relação à verba de que o Depen dispõe ou não para os Estados, se é que há essa verba, porque nós estamos a acompanhar, nesta Comissão – uma comissão importante, pois tem a ver com a infraestrutura do Brasil –, a assistir a uma procissão de queixas dos ministros e das autoridades que aqui vêm e falam do contingenciamento, do corte de verbas. Não há verba para nada, não há verba para estrada, não há verba para saúde, não há verba para aeroportos regionais e, provavelmente, não há verba para prisões. Então, para onde nós vamos? A população está insegura. O Brasil está virando uma imensa criminalidade.

O Dr. Lourival disse, há pouco, que o crime do tráfico é muito grave.

Esteve, em outra comissão, na Comissão de Defesa, há duas semanas, o Comandante do Exército, General Villas Bôas. Disse ele: "O maior problema brasileiro, não se enganem, é o problema do tráfico, que se agrava a cada dia." Nós não temos prisões. Há quem diga que o traficante não pode ser preso. Ora, se não pode ser preso, ele vai continuar traficando. Então, que contradição é essa?

Começando pelo Dr. Renato, que verbas concretamente tem o Depen para as prisões nos Estados? Se não há verbas suficientes para os Estados, não é possível construir mais prisões federais, porque isso permitiria uma diminuição de preso nos Estados naquelas prisões federais que existem no Norte, no Paraná, etc. Aliviando lá, melhora a situação, abre-se mais espaço para os presídios regionais.

Enfim, nós precisamos de soluções, porque a população brasileira está exposta à criminalidade. A população vive presa, e os delinquentes vivem soltos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Primeiro, quero cumprimentar o Dr. Renato e o Dr. Lourival e parabenizar o Senador Lasier. Sou apenas Senador suplente desta Comissão, mas, talvez, um dos mais assíduos dos suplentes.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – É um suplente que vai ganhar promoção de titular, logo, logo.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sou do Mato Grosso do Sul e concordo com essa questão.

Imaginem o Estado do Mato Grosso do Sul, que tem uma imensa fronteira seca com o Paraguai e com a Bolívia. Sabidamente, entra no Brasil uma variedade de drogas, como cocaína da Bolívia, mais maconha do Paraguai.

Essa questão do tráfico é crucial. Não se trata apenas do tráfico de drogas, mas também do tráfico de armas.

Há uma concentração, por exemplo, da Polícia Federal nas grandes metrópoles, como São Paulo, Rio de Janeiro, combatendo no morro, nos canaviais São Paulo, sendo que você tem uma fronteira aberta.

Quer dizer, é uma contradição. Você deixa entrar para depois combater, quando, na verdade, deveria impedir a entrada dessas drogas e, principalmente, dessas armas, que são um contrabando. Isso eu não conheço de ouvir dizer; conheço, porque eu sou nascido e criado na fronteira. Então, conheço por conhecer mesmo. Não é de notícia, não.

Aí vem o problema que o Senador Lasier está dizendo. Dos quatorze mil e poucos que formam a população carcerária do Mato Grosso do Sul quase sete mil são presos porque são traficantes. Portanto, deveriam estar em presídios federais, embora lá haja. A minha dúvida e pergunta ao Dr. Renato é se é o suficiente.

É uma luta, Senador, porque, na hora em que você diz para uma cidade que vai haver uma penitenciária naquela cidade, meu Deus do céu, é uma loucura, porque, quando você transporta sobretudo esses presos chamados de alta periculosidade, junto com esses traficantes vai toda uma população. Usando uma expressão da fronteira: aumenta a bandidagem. E você percebe, porque começam a adquirir casas, lugares, organiza-se o chamado crime organizado em função do preso que lá está e que, lamentavelmente, parece-me, continua comandando mesmo quando preso.

Eu tenho um projeto de lei. Eu o acho simples. Mas eu vejo assim essa questão do custo: nessa enorme população carcerária, há praticamente uma ociosidade desses presos. O cara fica 20 anos sem fazer absolutamente nada. Eu acho, Presidente, que essas pessoas tinham que pagar o sustento delas e não o contribuinte. Tinha que se encontrar uma forma. O projeto delega ao Departamento Penitenciário, se os Estados...

Podemos mudar a legislação dando autonomia para os Estados, mas eu penso que essa "mão de obra", entre aspas, esse pessoal que não tem condição de pagar, que não tem dinheiro, pagaria com o trabalho. Já existe uma legislação em que, a cada dia trabalhado, eles encurtam a pena. Eu acho isso ótimo, porque também estimula o indivíduo a trabalhar, mas eles poderiam também, ao receber, pagar o seu custo, pelo menos o custo da sua estadia. E poderia até eventualmente ajudar e é permitida a ajuda à família que fica fora. Agora, nós percebemos, como foi dito aqui, que estamos dependendo, na maior parte, dos recursos da loteria. Então, realmente fica difícil.

Basicamente – eu não sei se o Dr. Lourival conhece a realidade do Mato Grosso do Sul –, como fazer para esses... Vamos dizer, esses presos que são considerados de tráfico internacional, em tese, seriam presos de responsabilidade da União, do Governo Federal, mas eles ficam no Estado. Se nós tirarmos, vamos tirar praticamente 50% da população carcerária do Mato Grosso do Sul. Então, como resolver isso? Qual o recurso para você resolver?

A contribuição que os senhores poderiam dar é exatamente que esse pessoal poderia sugerir legislação. "Olha o problema está aqui" e mandar para esta Comissão ou para a Comissão de Justiça. "Olha a questão seria resolvida com essa legislação." Porque os senhores são especialistas e, muitas vezes, aqui de fora, eu ouço muito essa coisa: "Não, você tem que ter..." Existe essa coisa dos direitos humanos e não sei o quê. É muito difícil isso. "O cara é só usuário, não é traficante"

Mas nós sabemos, lá na fronteira, por exemplo, que se usam os menores para fazer tráfico de pequena quantidade. Então, há toda uma série de problemas, mas o que eu percebo e percebi é que o Mato Grosso do Sul está ali. Quando não é o terceiro é o quarto do *ranking*, ou seja, é um problema grande, e não tenho a menor dúvida de que é em função da nossa posição geográfica, de fronteira seca, extensa mesmo, e dessa questão, principalmente, do tráfico.

E quanto ao sujeito que consome a droga, que é o que estimula o tráfico, na maioria das vezes não acontece nada com esse sujeito. Enquanto houver gente querendo comprar, querendo consumir, ele estará estimulando esse tráfico que tem provocado, nos últimos anos, sobretudo o *crack*, um arraso social no País e, eu acho, no mundo inteiro.

Uma coisa muito rara era você ver droga no meio rural. Isso lamentavelmente, hoje, já acontece. Era muito mais uma coisa das grandes cidades. Hoje está no interior, e o pior: chegando ao meio rural também.

Essa é a minha intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Eu queria cumprimentar o Senador Garibaldi Alves, que é o Presidente desta Comissão, bem como cumprimentar a iniciativa do Senador Lasier, em solicitar esta audiência pública, sobre uma temática tão importante. Quero cumprimentar ainda o Dr. Renato e o Dr. Lourival pelas suas brilhantes exposições.

É um problema grave. Efetivamente, mais de 600 mil pessoas, hoje, presas... É uma população economicamente ativa, que poderia estar produzindo, como bem disse o Dr. Renato. É um custo muito grande para a sociedade. Nós somos um condomínio e temos que ratear esses custos entre os demais condôminos deste grande País que forma o nosso condomínio.

Qual o custo, hoje, de um preso médio, em nível de Brasil?

A queda da taxa de aprisionamentos que foi verificada e constatada na Rússia, nos Estados Unidos e no Chile, se deveu única e exclusivamente a melhorias na legislação ou a penas alternativas, e o monitoramento através das tornozeleiras contribuíram para que houvesse essa diminuição. O mais assustador, no caso brasileiro, é que estamos ainda em números crescentes. Ou seja, se temos 607 mil presos, com certeza esses índices vão continuar aumentando, e não há recurso suficiente para atender na velocidade do crescimento destes aprisionamentos.

Quanto à gestão dos nossos estabelecimentos prisionais através de parcerias com iniciativas privadas – e já existem, digamos, algumas em nível de Brasil – elas de fato têm apresentado resultados positivos? Se foram positivas as constatações, o que é que se deveria fazer para dar velocidade a isso, porque, segundo notícias, o nível de ressocialização e da própria reincidência, quando os presos destas penitenciárias têm cumprido a sua pena, têm sido muito menor do que nos demais presídios onde as condições de tratamento não são tão dignas quanto deveriam ser.

Da atual população carcerária, muitos presos já cumpriram parte considerável da pena, especialmente esses que estão relacionados com crimes de menor impacto, de menor repercussão. Não haveria a possibilidade – e aí vocês são especialistas e poderiam nos orientar – de, através da legislação, fazer com que essa parte da pena ainda a ser cumprida o fosse através de medidas alternativas, até mesmo com o monitoramento eletrônico? Pergunto isso porque seria uma maneira de diminuir um pouco essa população carcerária.

E, se grande parte dos presos está encarcerada em função do tráfico de drogas – na verdade, o controle da entrada de drogas é uma responsabilidade do Governo Federal – portanto, deveria aqui, dentro daquilo que o Moka falou, o Senador, parte do custeio desses presos ser da própria União, porque, nos demais crimes, as unidades estaduais conseguem sustentar e manter. O que está hoje pesando é exatamente a população carcerária que está lá em função do problema do tráfico de drogas. Se fosse contida a entrada das drogas no País, com certeza não estaria hoje pesando sobre os Estados brasileiros, que têm dificuldade, ou seja, ajudar a só construir os presídios é uma grande coisa, mas, sobretudo, é necessário o custeio da operação.

Então, essas são algumas considerações que, se puderem ser dadas, acho que vão ampliar o nosso nível de conhecimento.

Sobretudo, que mudança na legislação penal não poderia ser promovida para melhorar essa questão do próprio número de presos, que diariamente cresce?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Dalírio e concedo a palavra ao Dr. Renato De Vitto, do Depen.

O SR. RENATO CAMPOS PINTO DE VITTO – Posso pedir que voltem a apresentação, caso nós precisemos ilustrar uma questão. São várias questões.

Agradeço aos Senadores.

Eu acho que a situação, tanto no Estado do Rio Grande do Sul, quanto no Estado de Mato Grosso do Sul, como no Estado de Santa Catarina, é emblemática do problema, e nós não desconsideramos que existe uma questão relativa à segurança pública no País. Quanto aos índices de criminalidade, em especial de criminalidade violenta, índices de homicídios, temos 56 mil mortes violentas no País no ano passado. Isso é um dado importante, mas o número de presos por homicídio, o número de elucidação dos crimes de homicídio é muito baixo, daí a sensação de insegurança da sociedade.

Compreendam-me, Senadores, aqui não estamos fazendo um discurso de que a prisão não tem espaço. A prisão é importante, sim, simbolicamente, tem espaço em todos os países do mundo moderno – não encontramos ainda uma outra alternativa –, mas o fato é que nunca se prendeu tanto na história do homem, como se prende hoje. A partir da década de 70, você tem um crescimento da população penitenciária muito elevado, em especial nos países do ocidente, em razão da questão da guerra às drogas.

O ponto que se coloca, e eu acho que esse é um ponto importante, é: esse esforço financeiro enorme do Estado, de gestão, com custo social também – para o pequeno criminoso que vai ao cárcere e para a sua família, o custo social da experiência de "prisionalização", de estigmatização é elevado, ele não volta para o mercado formal de trabalho, porque ele passa a ter um carimbo de egresso do sistema prisional – está valendo a pena? Nós conseguimos, com o processo de aumento de encarceramento, e nós mostramos ali, de 575%, num período de 25 anos, diminuir a sensação de insegurança? Conseguimos reduzir os índices de homicídio, roubo e tráfico? Infelizmente não. Então, o ponto que se coloca é: os gestores precisarão de soluções mais sofisticadas para enfrentar esse problema.

A União tem se colocado como parceira do Estado de Santa Catarina, quando houve situações de distúrbio, em parte, motivadas por organizações que atuam no presídio; em parte, não. Há também uma sensação de que todos os problemas de segurança pública hoje decorrem do presídio: decorrem, em parte, sim; mas decorrem também da nossa incapacidade, como gestores públicos, de fazer políticas de segurança mais sofisticadas.

De 8 a 10% dos homicídios no Brasil são esclarecidos. Isso talvez esteja na base da sensação de insegurança da população. E o remédio, que tradicionalmente é visto como uma prisão, tem tido efeitos colaterais muito pesados, com o custo financeiro – e o Rio Grande do Sul é um exemplo disso, Senador Lasier, que enfrenta graves dificuldades no que diz respeito às finanças públicas, para arcar com um aumento irrestrito desse sistema. Então, eu quero concordar aqui com o Secretário Lourival, e os nossos diálogos com o Secretário são francos, são abertos, porque eu acho que não há culpado e inocente nessa história. Quando perde a União, perdem os Estados; quando perdem os Estados, perde a União, nesse aspecto.

Nós precisamos abrir novas vagas, agora temos que fazer um debate profundo também de qual é o custo do sistema prisional com que o Estado brasileiro pode arcar, e aí já ligo à pergunta do Senador Dalirio em relação a custos do preso.

Nós não temos, no Brasil, estudos de custo do ponto de vista econômico. Talvez tenhamos economistas aqui que possam dizer muito melhor do que eu, que tenho formação jurídica. Fazemos é a conta de padaria,

orçamento pelo número de presos, é uma relação despesa pelo número de presos. Esse valor vai variar, Senador, de R$1,4 mil que é o dado que o Secretário Lourival aponta em São Paulo, a cerca de R$4 mil, R$3,8 mil como relação do custo do preso, despesa pelo número de presos.

O custo da monitoração eletrônica hoje é cerca de R$200,00 a R$250,00; o custo da monitoração psicossocial, do monitoramento por uma equipe, na linha do que o Juiz Brzusca que é o nosso parceiro na construção das políticas aponta: "Bom, então a pessoa que não tem vaga no semiaberto, vai ali prestar satisfação cumprindo a pena em prisão, albergue domiciliar – há uma equipe multidisciplinar – é de R$40,00".

Acho então que o ponto central que coloco para a Comissão é que, quando a gente fala de infraestrutura talvez não estejamos falando apenas do equipamento. O equipamento estabelecimento penal é muito caro. Ele é caro para construir: um presídio hoje vai custar R$20 milhões, vai custar R$30 milhões. Cada vaga vai custar de 30 a R$50 mil, vaga licitada. Talvez seja mais do que a vaga do módulo habitacional. As licitações feitas pelos Estados têm esse resultado de 30, R$50 mil o custo da vaga.

O que talvez tenhamos que pensar são infraestruturas também que não são físicas, mas infraestruturas para dar respaldo justamente ao acompanhamento das pessoas que cometeram crimes, mas que não necessariamente têm que estar no sistema prisional, como o Senador Dalirio colocou, crime sem violência à pessoa.

Quando falamos do tráfico, não se desconsidera o tamanho do problema para coesão social da família. Agora, a questão é que as pesquisas de que dispomos sinalizam que quem tem ido à prisão por tráfico de drogas não é o gerente, não é nem o mula, é o varejista, é a formiguinha que é substituída no dia seguinte. Então, o ponto que se coloca é: "bom, o tráfico de grande monta, o tráfico que tem, dentro de uma escala organizacional, relevância pode ser reprimido. O problema é que quem está preso hoje por tráfico no País são normalmente os pequenos varejistas sem um envolvimento maior na cadeia de distribuição e, infelizmente, os nossos órgãos não tem conseguido, na persecução penal, chegar às cadeias de distribuição.

Quando vemos esse número assustador e, nesse fim de semana, o Presidente Barack Obama editou um decreto de indulto de seis mil pessoas condenadas por tráfico, a partir da percepção de que, talvez, não seja uma política inteligente também .

Não há esse questionamento, enfim. Da nossa parte, o Judiciário é que vai definir quem entra e quem sai do sistema prisional. Como gestores, nós temos uma sensação, que é uníssona nos 27 Estados e na União, de que precisamos qualificar essa porta de entrada, e a audiência de custódia é, sim, um elemento importante.

Ações de fortalecimento da estrutura: no mundo inteiro há uma equipe de agentes penitenciários que funcionam ali no dia a dia da prisão, na rotina carcerária e uma equipe de acompanhamento das penas alternativas, de assistentes sociais que acompanham o livramento condicional. No Brasil, no Brasil, não temos carreiras nesse sentido.

Temos também que pensar também em infraestrutura que seja viável e mais barata chegando à conclusão de que esse sistema talvez não seja viável. O Estado do Rio Grande do Sul é um exemplo disso, Senador Lasier, temos recursos de monta destinados ao Estado, com muita dificuldade para construção. Houve pelo menos quatro ou cinco obras que correram o risco sério de serem cortadas nos restos a pagar por impossibilidade do Estado iniciar as obras. E falo aqui de gestões diferentes: dialogo hoje com o Secretário Jacini, como dialogo com o Secretário Michels que cuidava da política. Então, a questão envolve recursos, sim, mas envolve também outras ações.

Achar que o problema é recurso é reduzir o problema. Existe um problema de gestão que tem que ser tratado. E, quando eu falo isso, não estou colocando em questão a capacidade e todo o empenho dos secretários estaduais, que se colocam como verdadeiros heróis contra tudo e contra todos nos Estados.

Mas a questão não se resume a dinheiro.

Chegando à última questão, tentando passar pelos pontos, os recursos do fundo. Como nós dissemos, o fundo tem uma arrecadação de 300 a 500 milhões, neste ano foi de 550 milhões, com uma disponibilização orçamentária de 350 milhões. As despesas estaduais em relação ao sistema penitenciário, ou seja, a política penitenciária no Brasil custa de 10 a 15 bilhões.

Então, o que tem que se discutir também é a participação da União nisso. A receita é baixa, nós temos de 3% a 5% de recursos federais no que diz respeito à política. Então, ninguém discute, enfim, das carências, da necessidade de recursos para essa política, isso é uníssono, mas nós temos que repensar, então, o próprio fundo, as receitas, que hoje se baseiam, na sua maioria, em concurso de prognóstico.

O Senador Lasier perguntou o dado do Rio Grande do Sul, não que está zerado, esse dado estava indisponível. Há uma dificuldade grande de conseguir esses dados, e eu vou dizer que aqui não consta o pessoal, essa conta que está dando 4,5 bilhões é só em custeio excetuado o pessoal. Esse valor chega de 10 a 15 bilhões. Qual que é a nossa dificuldade de fechar esse dado? Indisponibilidade de alguns dados, nesse levantamento

não há Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, que tem um valor importante, o Pará e Alagoas, de que nós não conseguimos os dados e também...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Quem deveria mandar esses dados ?

O SR. RENATO CAMPOS PINTO DE VITTO – Esses dados podem ser obtidos junto aos secretários, mas, como eu disse, em algumas secretarias, a função segurança está junto com a função administração penitenciária, a gente não consegue desdobrar nem o custeio da folha de pagamento, alguns contratos estão juntos, então, há uma dificuldade grande. Talvez esse seja o problema da dificuldade do Rio Grande do Sul, em que a segurança pública cuida da administração penitenciária.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Deixe-me fazer uma perguntinha, que se enquadra dentro dessa sua parte da exposição. Essa instituição do Regime Diferenciado de Contratações, o RDC, para obras da construção e reforma de presídios isso agiliza, permite alguma coisa ou não resolve nada?

O SR. RENATO CAMPOS PINTO DE VITTO – Essa é uma estratégia interessante para a gente tentar agilizar.

Quando foi aprovado o RDC para obra prisional, Regime Diferenciado de Contratações para obra prisional, nós já tínhamos aprovado projetos desse programa, desse último impulso de financiamento de construção. O RDC tem uma vantagem de você não precisar do projeto executivo e dos projetos complementares para licitar, você dispõe de um anteprojeto, e, no curso da licitação, a empresa que vencer a licitação vai apresentar os projetos.

Na nossa expectativa, e estamos estudando, inclusive, com a criação de um protocolo para auxiliar os Estados a licitarem via RDC, também não é a grande solução, porque você transfere o problema que está no início do processo. Ou seja, eu tenho que fazer um projeto executivo, projeto arquitetônico, civil, hidráulico para o meio, se eu não tenho gestão, se eu não consigo fazer o projeto, eu não vou conseguir aprovar adequadamente o projeto que a empresa vai me passar. Quer dizer, é um instrumento importante, é um avanço, acho que é uma solução inventiva que a gente tem que ainda experimentar e acredito que, nas próximas obras, isso será experimentado, mas também não é uma panaceia, porque a gestão da obra no RDC é extremamente complexa; se o Estado, se o ente público não tem um corpo de engenheiros para fazer a gestão desse contrato, isso é um problemão.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Dr. Renato.

O SR. RENATO CAMPOS PINTO DE VITTO – Pois não, Senador.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu penso que o recurso disponível no fundo é de 333 milhões, não considerando o custo do pessoal, a despesa nos Estados e no Distrito Federal é de 4,5 bi, sendo que a maioria, pelo menos no meu Estado, dos presos, em tese, seria de responsabilidade da União. Quer dizer, o que está faltando é exatamente isto: a União não consegue ajudar ou repassar para os Estados aquilo que seria de sua responsabilidade.

O SR. RENATO CAMPOS PINTO DE VITTO – Acho que V. Exª tem razão, Senador Waldemir. De fato a participação da União neste financiamento independe da vontade política da União, é o arranjo, o fundo penitenciário foi criado e possui algumas receitas. A política foi acometida aos Estados como uma política de segurança pública, a execução material da gestão da política penitenciária, e se considerou, na repartição das competências tributárias, na composição do Fundo de Participação dos Estados, que o Estado tem que ter esse custo.

Só problematizo esse dado do preso estrangeiro e do preso federal, estamos falando de 3 mil pessoas num universo de 600 mil. Se a gente achar que a solução e o problema são do preso federal, Senador, Secretário Lourival, a gente não resolve um problema de 607 mil pessoas. Existem, hoje, no Brasil, levantei o dado...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Desculpe-me, Dr. Renato, mas, quando o indivíduo é preso por tráfico, esse não seria, não estou falando de estrangeiro normalmente.

O SR. RENATO CAMPOS PINTO DE VITTO – Não, o tráfico, salvo se é o tráfico internacional ou crime supranacional, que não necessariamente se dá na fronteira física. Hoje, a maioria da droga que chega em quantidade chega por via aérea, ela não...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Não, ele entra...

O SR. RENATO CAMPOS PINTO DE VITTO – O crime de tráfico está normalmente na Justiça estadual. Temos, hoje, da Justiça Federal no Brasil, 3.097 presos. Se acharmos que o problema está em 3 mil presos, acho que está fácil a solução. O problema é maior.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Dr. Renato, acho que não, acho que não foi dito isso. O que a gente quis expressar é que, já que mais de 40% dos presos, mais de 50% das mulheres que estão, hoje, cumprindo pena são em razão do tráfico de drogas, e dos homens baixa um pouco. Mas, se levarmos em consideração os pequenos furtos, que é para alimentar o vício da droga, chegamos a percentuais maiores.

Portanto, se não entrasse droga no País, com certeza, essa população carcerária não existiria. Isso passou um ônus para os Estados, não é uma crítica, é uma constatação. E, aí, em cima disso, é que deveríamos

encontrar meios para fazer com que também as unidades estaduais não sofressem tanto. Hoje, temos alguns primos pobres desta nossa Federação, os principais são os Municípios, que estão empobrecidos, e, agora, temos também as unidades estaduais. Por isso, se tivermos políticas públicas que, de fato, possam diminuir essa população carcerária oriunda da prática do tráfico de drogas, com certeza, estaremos aliviando a União, mas sobretudo também os Estados federados.

O SR. RENATO CAMPOS PINTO DE VITTO – Estou de pleno acordo, Senador Dalírio, Senador Moka. Precisamos repensar, não trago esse dado, esta é uma discussão que a gente faz com os Estados. O problema é: falam, bom, então, vamos fazer o fundo a fundo do Funpen. O que vai adiantar, se a gente falar: bom, 60%, 80%, 100% desses recursos vão ser repartidos. Aliás, a proposta que tramita aqui estabelece o repasse de acordo com o Fundo de Participação dos Estados. São Paulo receberia 1% do Funpen, por exemplo, pela proposta que está tramitando aqui no Senado, porque esse é o critério do repasse, porque é um Estado que tem recursos. Então, a composição ali é uma questão. Mas o que seria sustentável? Se a gente passar 100% desse recurso, isso vai ser tragado pela folha de pagamento do Rio Grande do Sul, do Mato Grosso, de Santa Catarina, e não vai resolver o problema, vamos deixar de ter.

Então, o que o Depen tem dialogado com os secretários, e acredito que é uma proposta consistente e realizável, que façamos uma revisão das receitas do Fundo Previdenciário Federal, criemos, formalmente, por legislação federal, os fundos penitenciários estaduais que estão sendo criados à revelia Congresso Nacional, cada Estado está criando uma solução, inclusive abocanhando receitas que estariam no Fundo Penitenciário Nacional, de uma forma regular ou não, isso, não está sendo questionado, mas são arranjos possíveis para se resolver esse problema. e pensarmos, então, numa política sustentável, para que a gente possa, inclusive, chegar ao custeio da política.

Isso, acho que é bastante razoável. Hoje, esse recurso que é 95% destinado para a construção, vejam, Senadores, a União não tem se furtado dessa obrigação, 95% do Fundo vai para a construção, a demora na entrega é um dado da realidade também. Não estou importando culpa aqui ao Secretário Lourival, que tem 11 obras, desde 2011, pactuadas e não entregou nenhuma. Não estou imputando culpa ao secretário do Rio Grande do Sul, aos Secretários que passaram. Acreditamos que o processo é difícil, e a gente vai vencer as dificuldades e entregar essas vagas. Mas o ponto que parece central, independentemente desta discussão, está posto: o recurso federal para a política é pequeno e, se o Senado Federal, o Congresso Nacional entenderem, acredito que a gente tem que pensar numa reformulação, então, do projeto de custeio do Fundo Penitenciário Nacional, mas também temos que pensar qual é o limite de investimento do Estado brasileiro no sistema penitenciário.

Não trago aqui o exemplo norte-americano à toa, Senador Lasier. Os Estados Unidos são, de longe, a maior população penitenciária do mundo. Infelizmente, são um dos únicos países de altos ingressos, no mundo, que têm alta taxa de homicídio. Lá também a política de encarceramento em massa não reduziu nem homicídios, nem roubos, nem tráfico. Eles têm uma fronteira seca com o México desse tamanhinho, que eles não conseguem fechar. Quer dizer, temos de olhar o que está acontecendo no mundo afora para, talvez, problematizar um rumo que os Estados, hoje, não estão conseguindo arcar com esse custeio. Não é só aumentar a receita. É qual o custo que o Estado brasileiro quer para colocar as pessoas atrás das grades? Isso tem sido uma solução eficaz? Não se descarta se é solução para crimes graves, para crimes com violência. Agora, há pessoas que cometeram crimes sem violência que estão lá. Acho que esse é um debate também. Qual a estrutura necessária para alternativas penais? O que é muito mais barato do que o sistema penal. O sistema penal gera reincidência elevada, gera estigmatização. O sujeito, muitas vezes, sai pior do que entrou. Então, precisamos aprimorar.

Por fim, no que diz respeito ao Sistema Penitenciário Federal. Queria lembrar a questão da origem da criação do sistema federal no nosso modelo atual. Já tivemos presídios federais ao longo da história brasileira. A gente pode lembrar Ilha Grande como um exemplo mais remoto.

Em 2006, por iniciativa do Ministério da Justiça, do Ministro Márcio Thomaz Bastos – na época trabalhei na Secretária de reforma do Judiciário, acompanhei esse processo – , os Estados não sabiam o que fazer com algumas lideranças criminosas. Havia uma disputa federativa para abrigar determinados criminosos. Falo aqui de Fernandinho Beira-Mar, de Márcinho VP, de Elias Maluco. Hoje todos estão no sistema penitenciário Federal. Qual foi a solução? Se pensou num regime de contenção excepcional e temporária com um foco muito específico: segurança máxima especial para conseguirmos uma resposta na desarticulação das facções criminosas que atuam nos presídios. De 2006 para cá. Faremos, com muito orgulho, 10 anos de atuação no Sistema Penitenciário Federal de gestão direta. Não registramos nenhuma fuga, nenhuma rebelião, nenhum ingresso de celular nos quatro presídios federais que o Depen gere nesses últimos 10 anos.

Ocorre que o modelo legislativo que o Brasil adotou para o Sistema Federal é para esse perfil. Há uma discussão? Podemos discutir o ingresso dos presos estrangeiros, dos presos federais? A gente está falando aqui, repito, de 3.097 presos pela Justiça Federal, – isso não resolve o problema de 600 mil presos – e de 2.778

presos estrangeiros, contando com os 2/3 que estão lá em Itaí, que são de fato um problema enorme para o Secretário Lourival. Podemos pensar. Isso teria de envolver uma mudança de lei, uma destinação maior de recursos, talvez do Fundo Nacional, para o sistema. Porque aí a gente vai passar a gerir não só quatro presídios, provavelmente, mais dez, doze presídios. Passaríamos a ter quinze presídios. De fato, questiono o acerto da decisão quando nós temos um modelo de gestão no sistema federal que é de segurança máxima especial. Hoje o meu agente penitenciário federal, o meu técnico, meu especialista penitenciário, é treinado para lidar com um regime de contenção individual, em sela individual, de confinamento de 22 horas por dia, um regime, de fato, que envolve uma necessidade de atenção diferenciada para aquelas pessoas que estão lá e que têm um perfil reconhecidamente complicado.

Se a gente abre esse leque – e acho que essa também é uma discussão legítima e colocada –, a União teria de passar a gerir, também, outros estabelecimentos com um perfil de segurança, com parâmetros e procedimentos internos, diferentes, inclusive arquitetura prisional diferente. Isso também tem um custo. Não nos iludamos de que isso se resolve num passe de mágica. Vai ter um custo e esse recurso vai sair de algum lugar, provavelmente do fundo. Quer dizer, não há de fato solução simples, não há solução de curto prazo, não há coelho para sair da cartola.

O nosso empenho é trabalhar junto com os secretários, dar as mãos, conseguir entregar as vagas e conseguir aprimorar esse critério de quem fica e de quem não fica na prisão, sem que haja impunidade, sem que haja cesta básica, sem que haja uma sensação de impunidade. Acho que esse é o grande desafio.

Mas estamos absolutamente à disposição para dialogar, para aprimorar. Por exemplo, o Dr. Lourival fala da Resolução nº09.

O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, desde a década de 80 – e esse Conselho já foi presidido, por exemplo, por Evandro Lins e Silva, René Ariel Dotti, Eduardo Muylaert, Antônio Cláudio Mariz, talvez um dos maiores criminalistas no Brasil –, ele tem uma tradição de estabelecer diretrizes arquitetônicas para a construção.

O que isto significa? Dizer o que a LEP está propondo. Eu preciso ter local para trabalho? Concordo. Precisamos colocar o preso para trabalhar. Se não tem espaço na penitenciária, nós não faremos o trabalho do preso. Precisamos ter espaço para educação? Sim, precisamos. A LEP ordena. Então, a resolução tenta traduzir essas diretrizes.

O Dr. Lourival não enviou para nós nenhuma solicitação de alteração da Resolução nº 09, quando enviar sentaremos com o CNPCP e faremos a discussão, o que está em excesso. Se for falar: tem que haver banho de sol? Tem, desculpa, isso precisa. Tem que haver espaço para visita? Sim, tem que haver. Tem que haver espaço para educação? Tem, tem que haver espaço para trabalho. Tem que ter espaço para visita íntima? Tem, isso é a nossa legislação.

Agora, vamos discutir esse custo, vamos encurtar. Eu acho que nunca foi fechada nenhuma janela para o diálogo em relação a isso.

A questão é que estamos, talvez, diante de um dos temas mais complexos para o Estado brasileiro. Envolve Judiciário, Legislativo e Executivo, nos três níveis da Federação. Inclua aí o Município porque a atenção básica de saúde e educação é acometida aos Municípios.

Acho que não tem solução mágica, mas empenho, diálogo e busca de alternativas eu acho que não nos faltam também.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Dr. Lourival Gomes.

Antes, eu queria assinalar aqui, com relação ao meu Estado, que eu recebi, agora, uma informação do fórum permanente que temos lá, de discussão do sistema prisional do Estado, que é formado por representantes do Ministério Público, Poder Judiciário estadual, Conselho Penitenciário, Defensoria Pública, Pastoral Carcerária e Ordem dos Advogados do Brasil. Este fórum dá conta de que foi declarado, pelo Governo do Estado, estado de calamidade pelo Decreto nº 25.017.

O problema é que o quantitativo de vagas disponíveis era de 4.666 para uma população carcerária de 7.700 presos. Isso antes das rebeliões ocorridas nos últimos dias que destruíram cerca de 50% dessas vagas. Contando com a população carcerária do regime fechado, atualmente está com um déficit de mais de três mil vagas no sistema penitenciário estadual, que somada recentemente às destruídas, cerca de 1.550, eleva o déficit para cerca de 4.550 vagas.

Com a palavra o Dr. Lourival Gomes, Secretário de Administração Penitenciária e Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Administração Penitenciária.

O SR. LOURIVAL GOMES – Bom, o custo de um preso em São Paulo fica na ordem de R$1.450 a R$1.500. É um custo que nós entendemos que seja um custo não real, porque nós trabalhamos com o problema da su-

perlotação carcerária, onde cabem 500, temos 1.000, onde cabem 800, temos 1.500. Então, esse é o custo, mas é um custo que está bem diferente da realidade em razão da superlotação carcerária.

Com relação à legislação, aliás, com relação à Resolução nº 9/2011, felizmente nós conseguimos superá-la, aceitaram o projeto pronto que nós tínhamos em São Paulo, que não era um projeto desumano, não tinha calabouço, não tinha nada e nós conseguimos, depois de superar essa questão aí, licitar as obras, pois nós não concordávamos em colocar o dobro de funcionários para trabalhar numa prisão daquela, cheia de espaços, não digo para trabalho como para educação e para escola, eram espaços que vulnerabilizavam a questão da segurança.

E o projeto feito com essa resolução não é do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, é de uma arquiteta – todos nós sabemos – e foi aprovado pelo Conselho.

Agora há pouco eu estava mostrando para o Senador Garibaldi que lá em sua vizinhança havia um caminhão com nove toneladas de drogas. Estava mostrando a foto. Nós que trabalhamos nesse meio recebemos sempre fotos... Não são fotos, assim, de praias, são fotos de prisões. E, de fato, no Mato Grosso do Sul eu frequento muito o Alto Caracol, que fica ali entre Jardim e Porto Murtinho.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Entre Jardim e Porto Murtinho, mas é um distrito de Caracol.

O SR. LOURIVAL GOMES – É, a Nova Caracol. Então eu frequento muito ali porque o meu cunhado tem uma fazenda naquele lugar lá, e sei que ali – Mato Grosso do Sul – é corredor da entrada de drogas para o Brasil. Ainda bem que, para a sorte do senhor, estão migrando lá para cima, para o Norte, porque a Venezuela também está sendo abastecedora de drogas para o País.

Eu acho que a primeira coisa que se tem que fazer na legislação é separar o que é drogado, o que é viciado e o que é traficante. Uma das coisas que têm que ser feitas também é um trabalho mais intenso dos departamentos de inteligência das Polícias Civil, Militar e Federal. Toda vez que a atuação é baseada em inteligência, o número de apreensão de drogas é elevado, o número de apreensão de armas é altíssimo e o número de prisão de pessoas é baixo. Porque são poucas pessoas que transitam nesse mercado da compra e venda da droga vinda de outros países.

Recentemente, visitando um presídio de São Paulo – onde colocamos os presos da região central de São Paulo –, estava com o Deputado Federal Alberto Fraga, o Deputado – do Acre – Rocha, se não me engano, e o Deputado Olímpio Gomes. E eles conseguiram verificar em uma prisão que o problema dos presos daquela unidade é muito mais de saúde do que de polícia ou de segurança.

Então, na hora em que os governos dividirem e responsabilizarem para tratarem os viciados, creio que vai diminuir o número de pessoas que entram na prisão rotuladas como se fossem traficantes. Creio que a saúde tem que entrar maciça e ativamente nessa questão do que é e do que não é tráfico. E quanto mais pessoas forem recuperadas creio que menos traficantes ou pequenos traficantes entrem nas prisões.

O grande traficante, temos que trabalhar, sim, com ele. Temos que prendê-lo, sim! Mas temos que ter um tratamento um pouco mais diferenciado para as pessoas que traficam – que vendem cinco pedras para ficar com uma, apenas e tão somente para manter o vício.

Entendo também que, uma questão que temos que pensar muito, que o cara que entra na prisão hoje entra com mais de 18 anos de idade. Eles sempre entram com 18, 19. A população carcerária é muito jovem: 18, 19 ou 20 anos. Eu entendo que muitos desses que entram na prisão hoje, são filhos, não do amor, são filhos da droga, da prostituição e do álcool. Eu sou católico e, de vez em quando, eu defendo um controle de natalidade em certos pontos. Não que o filho do pobre nasça bandido. É que o filho do traficante ou daquela pessoa que vive embaixo dos pontilhões, embaixo das pontes, tem uma tendência natural de ser preso, até porque na prisão é bem melhor do que ficar sofrendo debaixo das pontes.

Eu entendo também – isso olhando pelo lado positivo – que tem que se estabelecer cotas em obras públicas federais, estaduais e municipais, para que as pessoas que saiam da prisão – os egressos – passem a fazer parte do efetivo de empregados. Digamos que uma obra – o Rodoanel, uma estrada, o que for – necessite de cem operários (cem empregados). Que sejam cinco deles egressos ou cinco deles que estão em fase de sair da prisão.

Entendo também – tomando como exemplo o juiz gaúcho – que o juiz deveria ter prazo para julgar, para evitar que o preso cumpra a pena no cárcere. O que é prazo para julgar? Eu acho que, a partir do momento em que se protocola um pedido de benefício, seja ele qual for (progressão por regime semiaberto, aberto, condicional, o que for), eu acho que a lei brasileira deveria prever um prazo, eu não diria não mínimo nem máximo, mas um prazo razoável.

Há muitos casos em que o preso se desespera na prisão. Pensamos que é sem motivo nenhum, mas ele tem um motivo muito forte: ele não vê o seu expediente de benefício julgado.

Agora, com relação ao relacionamento Depen e sistema prisional brasileiro é ótimo, mas acho que temos que buscar mais dinheiro, temos que buscar mais recursos. Não podemos falar que dinheiro ou construção de prisão vai resolver o problema, que transferir o preso alemão ou francês vai resolver o problema. Não é isso.

Temos visto muitas multas altas sendo aplicadas, recentemente, para alguns tipos de condenados. Por que não se lutar para que esse dinheiro seja carreado para essa fonte de recurso de construção de prisão ou de melhoria do sistema prisional?

Fico muito...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Se me permite, Dr. Lourival, esse dado que o senhor ressalta de que se precisa de mais dinheiro me impressiona. Em 2013, foram 333 milhões. Para este ano, só para o Fundo Partidário – veja V. Sª a contradição – há praticamente o triplo, quando a segurança pública é muito mais importante do que essa verba descomunal para o Fundo Partidário.

Sou contra esse aumento do fundo partidário, ainda por cima quanto à segurança pública.

O SR. LOURIVAL GOMES – É, se nós não nos unirmos para investir de fato no sistema carcerário, se ele está caótico hoje...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, para mim é claro que não é só isso. Mas, sem dúvida nenhuma, com 333 milhões, que é o principal recurso que tem o Sistema Penitenciário, a um custo, tirando dos Estados o que eles gastam com pessoal, de 4,5 bilhões, considerando no raciocínio que é claro que um cara que é preso com maconha ou cocaína, em tese, ele ali não está machucando ninguém. Não está machucando diretamente... Eu diria diretamente, como médico. Porque o sujeito que faz tráfico prejudica famílias inteiras, destrói famílias inteiras, jovens.

Então, não acho que esse cara tem que ser um preso que merecia esse... Acho que ele merece mesmo. Se não agirmos com essa rigidez, o que vamos fazer é estimular esse tipo de crime, que é o tráfico.

Se não houver uma rigidez com isso...Posso estar enganado, mas o que foi flexibilizado aqui, nos últimos tempos, foi essa política. O que aconteceu? Aumentou o número de presos.

Está mais do que evidente. Agora, vai fazer um negócio desse aí já vem o cara dizendo: o cara tem que ter isso, aquilo... um monte de gente defendendo, sendo que a família fica refém do bandido, do tráfico, de tudo.

O SR. RENATO CAMPOS PINTO DE VITTO – Acho que há duas questões importantes que estão sendo travadas no Supremo Tribunal Federal que dialogam com a questão do custeio e com a questão do tráfico de drogas.

No que diz respeito aos recursos do Funpen, existe um saldo contábil acumulado de cerca de 2 bi. Uma ação de descumprimento de preceito fundamental, que foi ajuizada no Supremo, teve como medida cautelar deferida. Isso, na verdade, é uma medida que não só o Ministro Lewandowski... Mas é um fato notório, existe esse saldo contábil. Sabemos dos problemas financeiros que o País enfrenta, mas o Supremo Tribunal Federal ordenou o descontingenciamento, porque não é propriamente contingenciamento.

Do ponto de vista do Direito Financeiro, contingenciamento é quando você faz a dotação financeira e você não autoriza a execução. O que tem acontecido com o fundo, muitas vezes, é: tem uma arrecadação, não é todo o valor que entra na dotação orçamentária.

Há anos e exercícios financeiros em que a execução é acima, a dotação é acima da arrecadação. Isso aconteceu em 2012, 2013 agora. Mas o fato é que há um saldo. Há uma decisão que é passível de recurso, mas que, se houver a intimação da União, teremos toda a boa vontade – isso já foi tratado na reunião com os secretários de administração penitenciária – de tentarmos elaborar um plano de investimento que, de fato, atenda às demandas e expectativas dos Estados.

Um ponto que o Senador Lasier trouxe, que é um ponto nevrálgico no nosso entender e com que os Estados não se preocuparam, é a questão do semiaberto. Abandonou-se a questão da progressividade. As pessoas têm saído do fechado para a rua porque não há vaga no semiaberto. Então, eu estou de pleno acordo. Vamos investir, vamos construir vagas no semiaberto se houver esses recursos.

Mas, ainda que a gente descontingencie esse valor, libere, isso vai resolver um impulso de investimento, mas não resolve o problema de médio e longo prazo.

O custeio da política penitenciária no País tem que ser objeto de discussão. E de uma discussão séria porque também, se a gente fala: "não, transfere isso para os Estados só", o que vai acontecer? A gente divide por qualquer critério esses 330 milhões e isso vai virar pagamento de folha. E a gente não vai ter conseguido avançar no investimento porque, bem ou mal, a União tem conseguido fazer um investimento nas construções. Boa parte dos Estados dependem de recursos da União para fazer um investimento.

E, por fim, em relação à questão das drogas, um debate importante, Senador Waldemir – e acho que o senhor toca em pontos absolutamente relevantes na sua fala, e essa preocupação está na base do problema da segurança pública –, é a discussão que está colocada no Supremo Tribunal Federal.

Talvez, um caminho – eu não trago aqui uma posição, até porque é uma questão que quem vai decidir é o Supremo – fosse adotar critérios, como outros países adotaram, de quantificação objetiva para a questão do tráfico.

O movimento que se aponta, os estudos têm apontado, é que a Lei de Drogas, embora tenha trazido a descriminalização do uso, ela trouxe o aumento expressivo – isso os dados do InfoPen, que é o nosso estudo penitenciário, atestam – muito grande nas prisões por tráfico. A exceção são apreensões, como o Dr. Lourival traz. A prática do dia a dia, eu já fui procurador de Estado, sou defensor público, já trabalhei em vara criminal, a prática do dia a dia são os pequeníssimos varejistas, pequenas formigas que estão sendo presas.

Então, o Estado também não tem conseguido desbaratar as grandes redes de distribuição. E esse é um ponto que tem que ser discutido.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Desculpe, Dr. Renato, mas, no caso do Mato Grosso do Sul, as apreensões são enormes. Você incinera lá, gasta o trabalho da Polícia Rodoviária Federal, são apreensões de 300kg de maconha, 500kg, toneladas, 2 mil quilos de... É um negócio assim impressionante. Esse cidadão que está transportando isso... Pelo amor de Deus...

O SR. RENATO CAMPOS PINTO DE VITTO – Para esse caso, acho que a lei tem que ser absolutamente rigorosa.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu não estou me referindo ao moleque ali, o que chamam de mula, que está... Eu estou falando de tráfico pesado.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Os dados que temos no Rio Grande do Sul são de que, quando é a Polícia Militar, no meu caso lá do Rio Grande do Sul é a Brigada Militar, prende, é o pequeno, é a mula, é o vaporzeiro... Vaporzeiro que se diz, não é? Agora, quando é a Polícia Federal que prende, aí são grandes volumes. E os presídios realmente têm, na maioria dos traficantes, o pequeno, o miúdo.

Agora, com relação a aumento de presos, por exemplo, o Juiz Sérgio Moro, notabilizado nacionalmente pelo processo Lava Jato, está com uma proposta – e já está, pelo que me consta, aqui no Senado – para que, uma vez passado por colegiado, o preso já seja recolhido. Uma das formas de enfrentar esse encruado problema dos recursos, que ninguém consegue acabar, diminuem os recursos. O Sérgio Moro está querendo que, passou por colegiado, isto é, em segunda instância, já vá para a cadeia.

Isso vai aumentar ainda mais o número de presos. Enquanto o Ministro Lewandowski quer diminuir, o Sérgio Moro quer aumentar o número de presos. O Dr. Lewandowski quer tirar da cadeia o máximo que der, em razão do esgotamento de vagas.

Então é realmente complexa a situação. E enquanto isso a população está vivendo aí ao sabor da criminalidade, mais recolhida do que livre, como se gostaria de ter as pessoas de bem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra à Senadora Vanessa Graziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Presidente, Senador Garibaldi. Quero cumprimentar os convidados e falar rapidamente algumas impressões. Obviamente não é de nenhum especialista no tema, mas de alguém que, como a maioria da população brasileira, tem a sua opinião em relação ao sistema carcerário brasileiro, não só o sistema carcerário, mas ao próprio sistema de segurança pública do Brasil, envolvendo todos os entes, desde o Governo Federal, passando pelos estaduais, que têm a maior responsabilidade e também os Municípios.

Mas quero dizer que a situação, Senador Garibaldi, eu não precisava repetir o que os meus companheiros, meus colegas já falaram. Ela é tão caótica, é tão caótica... E é uma crise crescente, e é um sistema em degeneração e não em recomposição. Ele é um sistema que eu diria, eu sei que é uma expressão muito forte, mas não tenho outra, em degeneração.

Se há dez anos a gente já criticava o sistema, comparando o que tínhamos há dez anos com o que temos agora, está pior. Eu não sei a realidade dos outros Estados, eu falo pelo meu Estado do Amazonas. Se há quinze anos estava ruim, hoje está pior. Então é um sistema efetivamente em degeneração.

E isso, Senadores, leva a uma situação extremamente preocupante no seio da sociedade. O senso comum hoje, o senso comum da população brasileira diz o seguinte: Que o bandido bom é o bandido morto, infelizmente. Essa é a percepção da maioria das pessoas. Dentre essa população que concorda com essa denominação uma pequena parcela, diria eu, fala com muita convicção que bandido bom é bandido morto. A maior parte da população fala meio que ao sabor do vento, meio que influenciada por aqueles casos que vê todos os dias, pelos dados que acessa.

Está aqui o Senador. Vamos aumentar o Fundo Partidário e não há dinheiro para o Fundo Penitenciário.

O sistema penitenciário no Brasil é caro e ineficiente. É uma fábrica de marginais. É uma fábrica de bandidos. E, me desculpem, Dr. Renato e Dr. Louvival, eu como disse não sou especialista na área, mas já estou há algum tempo, não tanto quanto o Senador Garibaldi, não tenho a experiência do Senador Garibaldi, muito

menos a sabedoria do Senador Garibaldi, mas eu percebo o seguinte: que o Ministério da Justiça não vem respondendo às reais demandas da sociedade. O Brasil é um País gigante, 8,5 milhões de quilômetros quadrados. Uma população que nem se compara com a da China, que tem quase 1,4 bilhão. A nossa tem 210 milhões. Repito, não se compara com 1,4 bilhão, mas temos 210 milhões. Nós não temos um cadastro único.

O cidadão brasileiro não é localizado em qualquer lugar do Território por um único número. Isso é o quê? É falta de recurso? Momento de crise? Não, de jeito nenhum! E não adianta, no SUS, no sistema público de saúde, a gente fala a mesma coisa, o cartãozinho do SUS. Mas não adianta, não adianta falar em cartão da educação, cartão da saúde, da assistência, do bolsa família, não adianta. Está aqui o ex–Ministro da Previdência. Se não tivermos uma iniciativa do Ministério da Justiça, que esse sim tem que ser o ponto do princípio de tudo.

Aí o que que é? É a tecnologia que não se definiu? Qual é o problema? E o que isso tem a ver com o sistema penitenciário? Na minha opinião absolutamente tudo. Tudo a ver com o sistema de segurança e também o sistema penitenciário.

Nas penitenciárias brasileiras, eu não sei porque nós não produzimos. Eu não sei qual é o problema, que a gente não produz nada. Iniciativa alguma ali, outra aqui, mas isoladas, de alguns Ministérios. Ministério do Esporte, o Bom de Bola. Aí vamos algumas penitenciárias fazer bola. Todo o sistema... Ao invés de a gente pensar em privatizar, que é o que se fala hoje: "Vamos privatizar. Joga para lá o problema."

Só que fica mais caro, e não fica mais eficiente. É como as penitenciárias se autossustentarem. Como produzir alimentos, produzir produtos, tudo. O que custa montar uma linha de montagem dentro de uma penitenciária? Uma linha de montagem? É problemático isso? Não. Ganha a empresa, o setor produtivo, ganha o preso, ganha a sociedade e ganha o cidadão.

Ontem, eu fiz um pronunciamento no plenário, porque esta semana, os colunistas dos grandes meios de comunicação do Brasil abraçaram uma campanha denominada #Agora É Que São Elas. É uma campanha em que os homens entram na luta contra a violência que a mulher sofre na sociedade. A violência da mulher na sociedade está estreitamente ligada ao fato de que a mulher ainda é discriminada na sociedade, de que a mulher ainda é considerada, tratada e vista como um ser inferior, o que dá a alguns homens o direito de, se considerando superiores, poderem dispor do corpo da mulher como bem entendem. Nós temos hoje a tipificação do crime do feminicídio. Por quê? Porque mulher morre pelo único fato de ser mulher, e muitas vezes não porque cometeu qualquer conduta ou porque tenha tido uma conduta que desagradou ao homem. Pelo contrário. A maior parte delas que sofre agressão é porque querem se livrar de um problema conflituoso de violência. Querem se separar, e por isso sofrem violência, que é algo danoso. Aí, Senador, ontem, já nessa campanha #Agora É Que São Elas, os colunistas estão cedendo seus espaços das colunas para que mulheres do Brasil inteiro escrevam sobre situações de violência, sobre qualquer coisa. Ontem, na coluna de Marcelo Freixo, foi publicado um artigo da Julita Lemgruber, que fala da situação das penitenciárias femininas. Mulheres usam miolo de pão como absorvente. Dão à luz em celas de castigo. Uma delas saiu um dia desses de uma cela de castigo com o filho no braço, pendurado, ligado ainda ao cordão umbilical. Enquanto 25% dos homens estão privados de liberdade por tráfico de drogas, entre as mulheres são 63% a 65%. Por quê? Mulheres desesperadas, arrimo de família, de forma geral, que precisam arrumar recursos e se prestam ao papel de "mula". Os traficantes estão soltos, os grandes traficantes, vivendo muito bem, obrigado. Aliás, o ex-Presidente da CBF está lá, na 5ª Avenida, em Nova York. Pagou quase R$60 milhões para ficar lá na 5ª Avenida! Na 5ª Avenida! E essas pobres coitadas dessas mães, que muitas vezes sofreram violência em casa, por parte de pai, por parte de padrasto, depois por parte de marido, vivem nessas situações extremamente delicadas.

Então, Dr. Renato, eu não tenho pergunta porque eu gostaria de ver a resposta a isso na prática. Não adianta teorizar. Eu acho que nós já perdemos o espaço de teorizar esses problemas. São problemas que eu não vejo como tão difíceis de serem resolvidos, nem problemas que precisam de tanto recurso assim. Eu acho que se precisa é de ousadia. Hoje nós vivemos uma crise profunda, e as crises são boas, por um lado, porque são oportunidades que se abrem, oportunidades para que a gente faça autocrítica, mas para que a gente escute as críticas, e para que a gente entenda que nós somos seres que temos que inovar a cada dia. A sociedade não é inerte. Ela é dialética, dinâmica. A cada dia, nós temos que nos reinventar. Muitas vezes, não é o dinheiro a solução de tudo, mas são medidas poucas. Nós temos que nos doar a sociedade. Nós somos os agentes públicos. Se a gente não quiser fazer isso, vamos ficar em casa. Cada um trabalha como médico, farmacêutico, engenheiro, cuida lá da sua vida pessoal. Nós, não. Nós somos agentes públicos. Então, o que nós devemos à sociedade é isso. São essas iniciativas inovadoras, que mudem a realidade do nosso País. Para isso, não é preciso muito dinheiro, não. Para isso é preciso muita dedicação, muito trabalho, muita ousadia, muita concertação política.

Então, era só esse desabafo. Eu não vejo nem uma intervenção, eu vejo um desabafo, principalmente porque, se os homens sofrem, as mulheres sofrem. Dos 600 mil presidiários que nós temos no Brasil, 40 mil mulheres – não é um número significativo –, e tratadas de uma forma extremamente desumana.

Seria bom que o Depen pudesse fazer uma vistoria. Eu falaria aqui o dia inteiro, porque eu vou para o interior do meu Estado, lá, no Amazonas, e vou às delegacias. As delegacias são as prisões. São as delegacias, assim, quadradinhos com cem pessoas: meninos misturados com senhores, estupradores misturados com pivetinho que roubou um relógio no meio da rua ou que se envolveu numa briga de festa, que é muito comum no interior, tudo no mesmo lugar, quase agarrado um com o outro lá. Imagina, essa é a nossa realidade! Mas desde quando essa realidade do Brasil?

Então, acho que é desse esforço que precisamos. Está acabando o ano de... Aliás, eu acho que nem começou e já está acabando o ano de 2015, mas vamos ver se, em 2016, já começamos com um espírito diferente.

Obrigada, Presidente, Garibaldi.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço à Senadora Vanessa e concedo a palavra ao Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Só uma perguntinha ao Dr. Lourival com relação à participação da iniciativa privada na administração de estabelecimentos prisionais, se São Paulo teve e qual é a sua avaliação a respeito disso.

O SR. LOURIVAL GOMES – Parece que o Amazonas tem prisões privadas, com gestão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Lá no meu Estado é isto: há a penitenciária, mas há suíte, é gradação, há de uma estrela, zero estrela, nenhuma estrela, três estrelas, cinco estrelas. Cinco estrelas o noticiário nacional deu, mostrando como é que os traficantes se mantém, e pessoas importantes da política, que vivem em celas que são verdadeiras suítes de hotel de cinco estrelas. É essa a penitenciária do meu Estado e é esse o sistema de segurança do meu Estado.

O SR. LOURIVAL GOMES – Agora, com relação a essa história do miolo de pão, Senadora, surgiu em São Paulo, mas até hoje não me disseram qual é a presa. Isso foi uma tremenda maldade, não tanto conosco, mas com a presa, porque nós fornecemos os absorventes permanentemente. Nós ficamos preocupados de a moça ter comido o absorvente. Então, nós não descobrimos até hoje quem é essa mulher.

Foi uma colocação extremamente maldosa, feita em São Paulo, que rende, é isso que rende. Nós somos criticados e aceitamos as críticas, nós entramos em qualquer fórum como réus, torcemos para a condenação ser menor. O que nós não podemos aceitar, nenhum profissional pode aceitar, são críticas dessa natureza, maldosas e improcedentes.

A PPP, eu fui consultor de empresa privada, tanto é que a empresa em que eu fui consultor é vendedora da licitação em Minas Gerais, e eu tive atuação em prisões em cogestão, em Sobral, no Ceará, e em Fortaleza, capital cearense. Eu acho que é um caminho, mas é um caminho que tem que ser pensado, primeiro pelo alto custo; segundo, porque se criaria, no mesmo meio, o primo pobre e o primo rico; terceiro, porque eu não vejo a diferença do profissional da empresa privada, em termos de qualidade, em relação ao profissional do Estado. Se nós acabássemos com a estabilidade dos funcionários do sistema prisional ou de outros, se nós acabássemos com a Lei nº 8.666, para substituir algumas coisas que têm que ser urgente, nós já seríamos uma parceria, uma prisão privada.

Nós tentamos, em São Paulo, com 10 mil e 500 vagas; seriam três sítios, cada sítio com 3 mil e 500 vagas, mas nós tínhamos que construí-las na capital ou na Região Metropolitana de São Paulo. E nós abandonamos porque não achamos área. Os problemas que eram do Estado: localização de área continuava com o Estado; os problemas que eram de licenciamento ambiental continuavam com o Estado; o problema de funcionários, praticamente continuava parte com o Estado, porque a Procuradoria-Geral do Estado não permite que o agente penitenciário seja do privado, tem que ser público.

Então, houve uma inviabilização, embora confiemos, como forma de ajudar, mas não de resolver.

Ajudaria, porque as prisões seriam construídas muito mais rapidamente, não teriam de obedecer àquele rito de concorrência. Há um grande engano quando se fala que concorrência é para baratear preço. É mentira, pois, quase sempre, torna o preço mais elevado.

A contratação de funcionários é muito mais rápida. A substituição é muito mais ligeira também.

Eu acho que, se o Estado acelerar, acabando com estabilidade – eu falo isso por mim, pois eu sou funcionário público, mas trabalhei em empresa e vi o quanto é diferente –, chegaríamos a um patamar bem melhor do que estamos hoje.

Agora, quanto à questão de que a prisão é cara e ineficiente, nós não podemos pegar uma ou duas prisões ou pegar aquilo que a imprensa noticia e falar que aquilo é uma realidade. Nós temos prisões em São Paulo... Não que sejamos melhores que ninguém, não; é que nós sabíamos que a mulher, há muito tempo, há muitos anos, foi abandonada, talvez porque o volume de mulheres presas não era significativo. Então, se tirava homens de uma prisão para substituir por mulheres presas, como se a mulher tivesse as mesmas necessidades que tem o homem. E nós começamos construir prisões não tanto pensando na mulher, mas pensando nas

crianças. A mulher, sim, pode ser mãe e tem o espaço para ficar com a criança, mas a criança que vem visitar a mãe não tem na prisão a noção de que aquilo é um cárcere, tem a noção de que aquilo é um prédio. Então, nós queríamos até convidar para conhecer essas prisões femininas, que são caríssimas, muito caras, e, por isso, foram abandonadas por muito tempo. Enquanto uma prisão masculina fica em 44 milhões, uma feminina fica em 57 milhões.

Agora, o que nos magoa – a Senadora não tem culpa alguma –: falar que a presa usou miolo de pão como absorvente. Isso é um absurdo! Nós estamos procurando a presa e procurando quem noticiou essa besteira.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Só me resta agradecer. Eu quero agradecer ao Senador Lasier Martins pela iniciativa. Ele foi quem, realmente, sugeriu e, depois, teve o apoio do Senador Hélio e do Senador Telmário. Na verdade, nós tivemos no Senador Lasier o grande protagonista – protagonismo é a palavra da moda.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Garibaldi, eu acho que foi proveitoso para todos nós. Nós saímos daqui hoje com muito mais conhecimento do que tínhamos a respeito do sistema carcerário. Temos elementos para continuar a discussão, para propor projetos e para cobrar mais em certos aspectos. Eu acho que foi proveitoso para todos nós. Eu agradeço a V. Exª, porque o Senador Garibaldi comunicou aqui, na semana passada, que havia 36 pedidos de audiência pública, mas, até o fim do ano, só há seis datas para realizá-las. Aí deu prioridade um para o Depen. De modo que eu lhe agradeço muito a compreensão de um problema que é real.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu quero agradecer, penhoradamente, ao Dr. Renato de Vitto, Diretor-Geral do Depen, que aceitou nosso convite e que veio aqui trazendo um grande volume de informações. Eu quero pedir desculpas a ele, porque, na verdade, ele não pôde expor tudo aquilo que pretendia, mas acredito que a sua exposição, mesmo diante das limitações que nós impomos, se constituiu numa exposição de grande valia...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Se me permite?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – ... com brilhantismo...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

O senhor tem toda razão em fazer esse pronunciamento, porque, neste momento em que estamos vendo tantas barganhas em troca de toma-lá-dá-cá nesse negócio agora de concessão de cargos para proteger *impeachment* ou coisa semelhante – nós estamos vendo pela imprensa –, colocando-se gente que não está habilitada para as funções para as quais está sendo indicada, nós vimos aqui hoje, Senador Garibaldi, duas pessoas muito habilitadas.

Eu fiquei impressionado com o conhecimento que os nossos dois convidados têm do setor penitenciário e da Segurança Pública. Realmente, são duas pessoas que estão corretamente nos cargos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu diria, corroborando com o Senador Lasier, que, diante da realidade que nos é oferecida todos os dias pelos órgãos de imprensa, nós chegamos à conclusão de que o problema maior é de recursos, realmente, porque, de gestão, nós ficamos aqui absolutamente convictos de que a gestão do Depen é uma gestão que nos deixou aqui plenamente confortados. Não é elogio fácil, não. Na verdade, nós ficamos com essa convicção com relação à participação aqui do Dr. Renato.

Quanto ao Dr. Lourival, eu quero agradecer, porque, na verdade, diante da constatação que nós fizemos de que teríamos que ter aqui um enfoque mais objetivo sobre a questão da infraestrutura, nós tivemos que abrir mão de participações proveitosas ou de sugestões aqui de participação de várias entidades. E, no final, chegamos à conclusão de que era preciso trazer aqui a contribuição dos Estados da Federação. E não era nem para estabelecer um contraponto; era para que cada um dos convidados, seja o diretor do Depen, seja o presidente do Fórum – porque, sobretudo, o Dr. Lourival veio aqui como presidente do Fórum, claro, e nós contamos até com a gentileza, a atenção do Governador Geraldo Alckmin, que foi extremamente atencioso. Ele mesmo fez uma gestão, como Governador, junto ao Dr. Lourival, no sentido de que o Dr. Lourival viesse aqui. Isso tudo aconteceu muito rapidamente – foi de ontem para hoje –, e o Dr. Lourival trouxe uma grande contribuição, não resta dúvida, pela sua experiência...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Foi louvável a sua iniciativa, porque, de fato, foi tudo muito rápido, e V. Exª conseguiu trocar aquele número de seis ou sete que deveriam vir aqui pela presença do Dr. Lourival, que acho que substituiu muito bem essa meia-dúzia de outros convidados.

E outra coisa que me preocupou: nós pretendíamos ter aqui hoje o quórum bem maior. Lamentavelmente, não tivemos aqui o que pretendíamos. Mas ao menos, convém assinalar, a nossa audiência pública foi

televisionada pela TV Senado. E, além de transmitir na hora, ela tem reprise. Então, milhares de pessoas acompanharão ou já acompanharam o que nós tratamos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O "universitário", Dr. Thales, está dizendo que passaram por aqui 17 Senadores.

É preciso compreender que os Senadores estão diante, todos os dias aqui, de uma agenda de várias Comissões. Então, há realmente uma rotatividade muito grande – desculpe, a palavra. Mas eu fiquei muito convicto de que a participação da parte dos Senadores foi muito proveitosa.

Eu queria assinalar aqui, com relação aos telespectadores, que houve uma observação de Maria de Fátima Anselmo, de São Paulo: "Existe algo que não custa muito dinheiro, por exemplo, todo sistema precisa de aparelhos que identifiquem os funcionários, precisam de uma triagem todos os dias. A gente precisa de um sistema geral que todos os dias sejam monitorados."

Já o Sr. João Alberto Faria, também de São Paulo, afirma que "a necessidade de construir prisões agrícolas no território brasileiro, como as que existem em países de grande território, com infraestruturas federais."

E há ainda uma observação de Auricélio Silva dos Santos: "O imposto pago pelo cidadão brasileiro não deve ser investido em presídios, os próprios presidiários devem trabalhar para arcar com o alimento, produto e uniforme que utilizam dentro do centro de detenção máxima."

São observações, e chegaram outras que nós faremos chegar aos nossos convidados.

Portanto, agradeço a todos e declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 8 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 37 minutos.)

ATA DA 37ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2015.

Às oito horas e quarenta e um minutos do dia onze de novembro de dois mil e quinze, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras e dos Senhores Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz, Telmário Mota, Wilder Morais, Sandra Braga, Valdir Raupp, Hélio José, Ronaldo Caiado, Davi Alcolumbre, Flexa Ribeiro, Cássio Cunha Lima, Dalirio Beber, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes, Elmano Férrer, José Pimentel, Paulo Rocha, Gladson Cameli, Edison Lobão, Waldemir Moka, Sérgio Petecão, José Agripino, Vicentinho Alves e Eduardo Amorim, além do Senador Fernando Collor, não membro da Comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Tem início a primeira parte Pauta, com a inauguração do painel de ex-Presidentes da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a aposição do retrato do Senador Fernando Collor. Fazem uso da palavra os Senadores Wellington Fagundes, Valdir Raupp, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Wilder Morais, Acir Gurgacz, Telmário Mota, Sandra Braga e Fernando Collor, ex-Presidente da Comissão. Encerrada a cerimônia de inauguração do painel, tem início, às nove horas e quarenta e três minutos, a deliberação sobre as emendas a serem apresentadas pela Comissão ao Projeto de Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019 – Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 6, de 2015. O Relator das Emendas na Comissão, Senador Acir Gurgacz, faz a leitura do relatório. Fazem uso da palavra os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Telmário Mota, Wilder Morais e Hélio José. Encerrada a discussão e aprovado o relatório, a Comissão aprova a apresentação, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), de três emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 6, de 2015, sendo duas emendas de inclusão/alteração de iniciativa e uma emenda de objetivo, conforme segue: Emenda nº 1 (de inclusão/alteração de iniciativa) – Adutoras Nordeste – Nova; Emenda nº 2 (de inclusão/alteração de iniciativa) – CI-Construção da Ferrovia Transcontinental - EF-354 - Construção de Trecho Ferroviário - Sapezal/MT - Porto Velho/RO - Na Região Centro Oeste – Nova; Emenda nº 3 (de objetivo) – Viação-Construir ou pavimentar 2000,0 km de rodovias (CI). O Presidente propõe a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião, que é dada como lida e aprovada. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dez horas e dois minutos, lavrando eu, Thales Roberto Furtado Morais, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta mais uma reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal.

Esta reunião destina-se, no seu primeiro momento, a uma cerimônia de inauguração da Galeria de Retratos de ex-Presidentes desta Comissão, com a aposição da fotografia do Exmo Sr. Senador Fernando Collor de Mello, ex-Presidente desta Comissão. Depois, teremos, em outro momento, a apreciação de emendas da Comissão ao Projeto do Plano Plurianual e ainda deliberação sobre projetos de caráter terminativo e não terminativo.

Cabe, nesta hora, dizer que o Senador Fernando Collor de Mello, durante o seu mandato como Presidente desta Comissão, no biênio 2013-2014, desempenhou importante papel, na busca da melhoria da infraestrutura do País, ao longo de sua presença, nesta Comissão. Para que os senhores tenham ideia, depois que assumi esta Comissão, deparei-me com esses números e fiquei impressionado.

Foram realizadas 111 audiências públicas, com a participação de mais de 150 palestrantes, tendo como convidados nove ministros, secretários de ministérios, presidentes da Petrobras e BNDES, Advogado-Geral da União, presidentes de agências reguladoras e especialistas do meio acadêmico.

Ora, Sr. Senador Fernando Collor de Mello, apresentados esses números, em termos estatísticos, Sr. Embaixador do Equador, isso parece até fácil, mas quem conhece a mecânica destas comissões, quem sabe – como nós Senadores – que temos que nos dividir, durante as manhãs e as tardes, por várias comissões, pode aquilatar o trabalho que V. Exª teve para, realmente, realizar todas essas reuniões e, principalmente, todas essas audiências públicas.

Ainda há pouco, na última reunião, eu dizia que estava muito preocupado, porque tinha, diante de mim, 36 audiências públicas solicitadas e não havia como viabilizá-las. V. Exª realizou 111 audiências públicas!

Eu vejo que só quem passou pela Presidência da República e só quem enfrentou os desafios que V. Exª enfrentou é que foi capaz de fazer uma gestão que merece esta homenagem. E não se trata apenas de colocar uma fotografia na parede, como se diz. Trata-se de fazer justiça ao trabalho de V. Exª. Ora, eu chego aqui às

8h30min, vara e arrimo, V. Exª chegava às 7h30min. Portanto, nós não estamos homenageando apenas mais um presidente, nós estamos homenageando o Presidente Fernando Collor de Mello.

E eu me sinto muito feliz porque acho que, hoje, na vida pública, temos que procurar fazer justiça. E a tarefa mais difícil, realmente, é fazer justiça.

Às vezes eu recorro a uma passagem do Evangelho, em que Jesus Cristo foi levado a se confrontar com os fariseus. Os fariseus perguntaram a Jesus se eles deveriam pagar os tributos a César, ao imperador. E Jesus disse: "Dai a César o que é de César". É muito difícil fazer justiça. O próprio Jesus reconheceu a autoridade de César. Eu reconheço que nós estamos fazendo justiça a um presidente que se dedicou a esta Comissão, que esteve aqui, dia após dia, reunião após reunião, madrugando, confiando em Senadores madrugadores – aqui estão alguns deles –, e o que é certo é que hoje esta Comissão tem a oportunidade de fazer justiça a V. Exª.

Vamos então ao evento propriamente dito. Trata-se agora de passar a palavra a V. Exª e a algum Senador que queira contribuir com alguma palavra a mais do que eu já disse. A palavra está facultada aos Srs. Senadores.

Eu não quero me demorar, apenas quero dizer que penso que o Senado precisa passar por uma reorganização de suas comissões, e isso teria que ser feito por uma reforma do Regimento. Talvez possa ser feito um enxugamento, já que a palavra da moda é essa, uma reorganização, uma depuração, porque há comissões demais – isso é o que se diz mesmo – para Senadores de menos. E V. Exª foi um daqueles que, tendo que enfrentar esse desafio, realmente fez com que nós tivéssemos uma comissão de Senadores demais, graças à presença e à firmeza com que V. Exª presidiu esta Comissão.

Parabéns, Senador!

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Com a palavra, o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Um bom-dia, Senador Garibaldi, já que nós estivemos até hoje de madrugada em uma reunião e hoje tínhamos de estar aqui. Já fui a um hospital agora, fazer um exame, mas eu fiz questão de correr para estar aqui, dada a importância de estarmos homenageando essa figura, uma figura que é o Líder do nosso Bloco, por isso mais um motivo de estar aqui. Além da vida que teve como Presidente da República, submeter-se ainda às urnas para vir aqui e fazer esse trabalho que, muitas vezes, o brasileiro, do dia a dia, não conhece, não sabe, não pode avaliar o que é uma vida de um Senador da República ou de qualquer Parlamentar aqui.

Ontem nós conversávamos, já era quase meia noite, uma hora da manhã, e o Senador Garibaldi lá, ouvindo a reunião dos Senadores. Houve um momento em que eu quis fotografá-lo, porque ele estava assim, com a cabeça bem baixa, e eu pensei que ele estivesse dormindo, mas que nada, foi só alguém falar e ele já estava ali, antenado.

Eu quero aqui lembrar, Presidente Garibaldi, o que dizia Ulysses Guimarães: "Se quiserem me homenagear, que o façam enquanto com vida. Depois pode deixar que Deus cuida de mim." Eu acredito que uma homenagem como esta sempre é um estímulo para que o homenageado, no caso, possa ter mais energia – e eu acho quase impossível buscar mais energia na pessoa do Senador Collor, que, além de tudo, é um atleta e, com certeza, foi ele que implementou essa metodologia e, principalmente, esse ritmo aqui na Comissão de Infraestrutura.

Eu não estava aqui ainda como Senador, mas peguei o rescaldo, quando o Presidente começou a nos convocar para as 8h da manhã. Disse: "Não, mas 8h da manhã é muito cedo!" "Então vamos fazer às 8h30min." Esse ritmo frenético de V. Exª, com certeza, é um estímulo também para todos nós, para buscarmos aqui dar essa resposta à população.

O importante é que esse trabalho feito aqui na Comissão, ao meu ver, é o trabalho que tem mais resultado na ação legislativa, porque aqui nós temos condições de discutir com mais detalhes aquilo que representa o projeto na tramitação na Casa. E mais, na especificidade daquilo que está sendo discutido, mais oportunidade é dada à sociedade para participar – e aí é outro aspecto que eu gostaria também de aqui ressaltar, porque tive oportunidade de assistir a algumas audiências públicas dirigidas por V. Exª., pelo Senador Fernando Collor, e ele sempre, de uma forma bastante enérgica na condução, mas ao mesmo tempo também democrático, demonstrando ser um democrata, dava oportunidade a todos.

Eu quero aqui corroborar com essa homenagem e parabenizá-lo mais uma vez. Acredito que V. Exª demonstra aqui o senso de quem tem amor pela política. V. Exª poderia estar muito bem, depois de ser Presidente da República, curtindo, viajando pelo mundo, dando palestras, mas não. V. Exª fez questão de vir para esta Casa, contribuir com todos nós que estamos no processo legislativo e com Brasil.

Portanto, parabenizo V. Exª e espero que possamos ter aqui muitas e muitas reuniões para aprender. Para mim, principalmente no meu caso, que sou, pela primeira vez, Senador, cada reunião que fazemos no Bloco é um aprendizado. Ontem mesmo tivemos uma reunião extremamente importante com o Ministro Levy – V.

Exª, com a sua liderança, consegue levar para um Bloco de apenas nove Senadores autoridades extremamente importantes, autoridades de destaque, para que possamos discutir. Fazer esse papel de estar aqui, como disse o Senador Garibaldi, de conseguir quórum, de conseguir a presença dos Senadores, com uma vida tão atribulada como a nossa, tem de ter a liderança que V. Exª sempre demonstrou.

Parabéns! Felicidades! Que Deus o abençoe e que esta simples homenagem sirva de estímulo para que V. Exª possa acordar todos os dias bem cedo e venha ajudar esta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, Sr. Presidente Fernando Collor de Mello, Srªs e Srs. Senadores, quero parabenizar o esforço, o trabalho de um madrugador. Nos 13 anos em que estou no Senado Federal, eu frequento a Comissão de Infraestrutura, e nos dois anos em que o Presidente Collor a presidiu eu tinha que madrugar mesmo. Às vezes eu me levanto às 5h30min e faço uma caminhada, mas naquela época, esse horário eu acho que já era tarde para fazer a caminhada e estar aqui às 7h30min, pois às 7h30min, rigorosamente, estava aqui o Presidente Collor abrindo a reunião da Comissão de Infraestrutura.

Portanto, quero parabenizar esse madrugador, cuja atitude rendeu frutos. Hoje nós estamos colhendo os frutos daquelas audiências públicas – o que o Presidente Garibaldi tem feito também –, das diligências em nossas rodovias, portos e aeroportos. Muito do que foi discutido aqui naquela época está acontecendo agora. Talvez, se não tivéssemos travado aqui as batalhas de discussões às vezes ásperas, até um pouco agressivas, com os agentes públicos, as coisas não estariam acontecendo da forma como estão acontecendo. Ainda que lentamente, mas estão acontecendo. Antes tarde do que nunca. É melhor acontecer lentamente do que não acontecer nunca. O Brasil ainda clama por muitas ações na área de infraestrutura. E esta Comissão, verdadeiramente, tem trabalhado muito para que as obras e as ações públicas sejam efetivadas e, sobretudo, aceleradas, pois o Brasil precisa muito de ações na área de infraestrutura.

Parabéns a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, Sr. Presidente Fernando Collor de Mello, eu também gostaria de me associar às manifestações de reconhecimento ao trabalho de V. Exª como Presidente desta Comissão, no biênio 2013/2014.

Pode-se discordar e divergir das ações do Senador Fernando Collor de Mello nos diversos cargos que exerceu.

Eu sou de Pernambuco, acompanhei a trajetória do nosso ex-Presidente como Prefeito de Maceió, como Governador de Alagoas, como Presidente da República e, mais recentemente, como Senador da República e presidindo importantes comissões no Senado Federal.

Presidente Garibaldi Alves, eu também participo da Comissão de Relações Exteriores. E ouvi um depoimento muito semelhante ao que V. Exª acaba de fazer do Presidente daquela Comissão, o Senador Aloysio Nunes, a respeito da intensidade, da dinamicidade com que o Presidente Collor se houve como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, realizando diversos seminários e audiências públicas, cobrindo diversos temas da política internacional, do interesse do Brasil no contexto global.

E a esta Comissão de Infraestrutura eu quero trazer o depoimento como ex-Ministro da Integração Nacional. Na presidência da Comissão, o Senador Fernando Collor agiu de forma corajosa, desabrida, enfrentando temas como o que vamos tratar na sequência desta reunião, que é revisão da Lei de Licitações. O Presidente Collor abraçou essa causa com muita coragem e com muita ousadia, muitas vezes afirmando posições em relação aos órgãos de controle, chamando a atenção das autoridades públicas de que aquele diploma legal merecia ser revisado a fim de dar mais segurança àqueles que têm a responsabilidade de executar as obras de infraestrutura, sobretudo, que o Brasil reclama.

Portanto, Presidente Collor, receba também a manifestação do meu reconhecimento pelo trabalho diuturno, sério e importante que V. Exª realizou como Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, Srªs e Srs. Senadores, falar do Presidente Fernando Collor à frente das diversas comissões que ele presidiu, isso já foi feito por todos os Senadores que me antecederam.

Eu tive o privilégio de participar, como membro, nas duas vezes em que ele presidiu a Comissão de Infraestrutura e quando presidiu a Comissão de Relações Exteriores. Então, por seis anos, eu fui presidido pelo Senador Fernando Collor, e tudo aquilo que foi aqui é reconhecido por todos: não só a inteligência e a com-

petência, como a determinação e a disciplina. Foi dito aqui que às 7:30 – exatamente, britanicamente –, ele iniciava as reuniões das Comissões. Mas não era só pelo horário que o Senador se destacava na Presidência e – sim – pelo conteúdo das reuniões.

Ao longo dos seus mandatos, ele fez vários seminários. Todas as segundas-feiras, havia audiências públicas que, ao final, foram compiladas em volumes que estão nos *Anais do Senado Federal* e servem – como foi dito – para resolver talvez o grande mal que atinge o nosso Brasil: a questão da logística, a questão da infraestrutura, que eu diria ser hoje o calcanhar de aquiles do nosso País. Tirante o Governo que aí está, que é mais do que um calcanhar de aquiles, nós temos, na infraestrutura, um problema que tem que ser resolvido e resolvido já tardiamente.

O Senador Fernando Collor muito ajudou. Assim como o Senador Garibaldi Alves, Senador Fernando Collor, dá continuidade ao trabalho de V. Exª à frente da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal. V. Exª continua, no seu trabalho, representando o Estado de Alagoas e ajudando o Brasil a se desenvolver e a melhorar a qualidade de vida de todos os brasileiros.

Parabéns! Que Deus o abençoe e o ilumine permanentemente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu convidaria agora os Senadores...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pois não. Com a palavra o Senador Wilder Morais.

Permita-me, Senador Wilder, agradecer a presença do Embaixador do Equador, o Sr. Horacio Sevilla Borja.

Com a palavra o Senador Wilder Morais e também o Assessor Parlamentar da Aeronáutica, Sr. Coronel Marucci.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Obrigado, Presidente Garibaldi.

Gostaria de me associar aos colegas que me antecederam e dizer o quanto foi importante, Presidente Collor, a nossa trajetória, nesse período da sua Presidência, que nos aproximou muito, até por conta dos horários da nossa chegada, muito cedo. Com certeza, compartilhei com você esse momento importante. O quanto você foi guerreiro e nos trouxe muita oportunidade para debatermos, nessas audiências públicas e em muitos projetos conduzidos por V. Exª aqui. Parabéns e continue sendo o que o senhor é: sempre determinado e muito firme.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pela ordem, com a palavra, o Senador Acir Gurgacz. Em seguida, falará o Senador Telmário.

Com a palavra, o Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Gostaria de saudar o nosso Presidente Collor e cumprimentá-lo pelo trabalho à frente desta Comissão, ressaltando a importância das audiências públicas que V. Exª fez e daquelas palestras, nas segundas-feiras, que tiveram um resultado muito importante.

Eu cito só um resultado importante, Presidente Collor: a restauração da nossa BR-364. Nós tivemos um amplo debate, na Comissão, pedimos uma diligência, e V. Exª nos apoiou; e depois continuamos o debate, aqui, com o então Diretor-Geral do DNIT General Fraxe, e, através de uma atuação firme de V. Exª, nós conseguimos a restauração, novamente, da BR-364. Só para registrar a importância que têm essas audiências públicas e a firmeza de um presidente da comissão quando, realmente, há interesse público, assim como... Da mesma forma, estivemos na semana passada com o Presidente Garibaldi, numa reunião no Ibama, também; ele, à frente desta comissão, nos ajudando a resolver o problema da BR-319.

Só para registrar a importância que têm essas audiências públicas, essas diligências; que V. Exªs sempre nos apoiam, e o resultado é sempre positivo, em favor da população brasileira. Então, meus cumprimentos pelo trabalho de V. Exª e também meus cumprimentos ao Senador Presidente Garibaldi.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra, o Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, como a minha letra é T, normalmente, na chamada de classe, eu era um dos últimos. Então, eu cheguei já perto da minha chamada, por isso que eu cheguei nesse horário.

Mas eu quero, aqui, Senador Fernando Collor, eterno Presidente, parabenizá-lo. Esse é mais um capítulo, naturalmente, da sua história; uma história que tem pontos extremamente positivos na construção do Brasil. E essa comissão bem colocou, agora – o Senador Acir acaba de demonstrar a importância dela, inclusive para o meu Estado de Roraima e para a Região Norte, porque essa estrada 319, Senador Garibaldi, interliga o Brasil. Então, ela tem um papel muito importante.

V. Exª, sem dúvida alguma, com essa humildade – embora com essa postura de príncipe que V. Exª tem, que é muito peculiar – , é um homem determinado e que luta pelas causas do nosso País.

Então, quero parabenizá-lo e desejar, ainda, muita sorte, muita felicidade e muitos anos de vida para poder ajudar o Brasil, principalmente neste momento em que precisa. V. Exª é um dos homens credenciados para isso, porque tem uma experiência que vem desde o menor Parlamento à Presidência da República. Acho que V. Exª pode, sem dúvida, até ser o carro-chefe de uma reconstrução do Brasil.

Quero parabenizar V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Presidente Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Exmo Sr. Presidente, querido amigo da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves Filho, a quem aproveito para agradecer a gentileza, a generosidade de realizar esta reunião para aposição de minha foto como ex-presidente – como, de resto, todos os outros ex-presidentes também têm suas fotos colocadas nesse quadro.

Exmª Srª Senadora Sandra Braga, Exmºs Srs. Senadores, Exmº Sr. Embaixador Horacio Sevilla Borja, do Equador, senhores assessores parlamentares, senhores consultores do Senado Federal, minhas senhoras e meus senhores.

Lembro-me muito bem, Senador Garibaldi, Srªs e Srs. Senadores, do período em que tive o privilégio de presidir esta comissão, em duas oportunidades. Realmente, o trabalho é um trabalho muito árduo. Foi um trabalho realizado num momento em que o Brasil estava num momento de muito otimismo, de uma expansão muito grande dos seus investimentos, com o Programa de Aceleração do Crescimento sendo a força motriz que encaminhava todas as energias do empresariado nacional, confiantes que estavam no resultado do programa, para tomarem posições muito ousadas, de poder ajudar o Brasil a crescer.

Foi um momento, também, em que se discutia, se debatia muito a questão do pré-sal, em que se discutiram muito as dificuldades que as iniciativas do Governo tinham de prosseguir adiante, com a celeridade necessária, em função dos inúmeros óbices que nós encontrávamos quando da realização dessas obras, seja por questões ambientais, seja por questões de Ministério Público, seja por questões do IPHAN, seja por questões relacionadas à Funai, enfim, diversas instituições, que impediam que aquelas obras tão necessárias ao Brasil prosseguissem na velocidade necessária. Havia também a discussão em relação ao pré-sal.

Hoje há um projeto aqui no Senado da República para se discutir ou para se modificar o sistema de partilha para o sistema de concessão. Ora, esse foi um dos temas mais candentemente debatidos nesta Comissão. Dessas 111 audiências públicas que nós aqui realizamos, umas 20 foram realizadas para discutir e debater a questão do pré-sal, a questão do sistema de partilha ou de concessão. Enfim, os resultados dessas discussões estão devidamente compilados em um livreto, em um livro, que foi editado aqui pelo Senado da República.

Desses debates, participaram inúmeras autoridades do mundo acadêmico, autoridades do Governo Federal, dos Governos estaduais, Presidentes de entidades relacionadas também à iniciativa privada, de modo que foram audiências públicas realizadas tanto em dia normal da reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, como também nas segundas-feiras. Nós realizávamos audiências públicas sempre às 18 horas.

Outro tema muito debatido na ocasião foi a questão do sistema elétrico. Nessas audiências públicas, muitas vezes foi colocado o período que o sistema elétrico brasileiro estaria correndo em função de medidas que estavam sendo adotadas. Isso também faz parte desse livro que foi compilado com todos os resultados dessas audiências públicas.

Hoje, Presidente, Garibaldi Alves, senhoras e senhores integrantes desta Comissão, cabe outro debate, no momento em que o Brasil passa por uma crise, por momentos de dificuldades, de como nós iremos superar esses problemas para que o setor de infraestrutura e logística, vital para o desenvolvimento do País, não seja afetado de maneira que venha a inviabilizar uma retomada do nosso processo de crescimento quando isso puder acontecer.

É fundamental essa discussão na Comissão de Serviços de Infraestrutura, como vem realizando aqui o Senador Garibaldi Alves, para nós sabermos como vamos equacionar a questão do setor elétrico, como vamos encaminhar essa discussão, talvez um pouco prematura no momento em que a Petrobras passa por dificuldades, se vai se mudar agora o sistema de partilha.

Eu acredito – peço licença para emitir aqui a minha opinião – que é muito cedo para tratarmos disso. Se alguns entendem que o sistema de concessão é o melhor para o País, não é, no entanto, o melhor momento para se discutir isso, porque isso vai fragilizar a Petrobras. De modo que o setor de óleo e gás e o setor elétrico – acho – merecem a atenção que os senhores e as senhoras vêm dando, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves à frente dos trabalhos desta Comissão.

A outra questão, para nós destravarmos as obras de infraestrutura, é não ficarmos agarrados à Lei nº 8.666, porque é absolutamente impossível se realizar um programa minimamente com chances de chegar a bom termo e de ser vitorioso com uma lei que amarra. A intenção e o espírito do legislador foram bons, mas é uma lei

que amarra e atravanca o processo de obras estruturantes em nosso País. É preciso que nós encontremos um sistema como o RDC ou outro sistema que se possa elaborar, mas que não fiquemos agora dependendo disso.

E a questão da burocracia, que remanesce no nosso País desde que aqui chegou a Coroa Portuguesa, instalando no Brasil essa burocracia, essa "licenciocracia". São tantos os requisitos para que uma obra possa ser iniciada. Essa questão, que volto a frisar – e frisava muito isso –, dos excessos que vêm sendo cometido pelo Tribunal de Contas da União. O Tribunal de Contas da União não pode paralisar obras pelo simples fato de haver encontrado uma vírgula a mais num determinado projeto. Ele pode, sim, fazer uma fiscalização em determinada obra, mas deixando que a obra prossiga, e não fazendo, como em diversas vezes aconteceu, simplesmente indo lá um técnico... E há técnicos muito bons no Tribunal de Contas da União, mas acontece que eles não são os donos ou os responsáveis diretos para dizer se a obra pode continuar ou se a obra não pode continuar. Isso está errado!

O Tribunal de Contas da União é um órgão auxiliar do Congresso Nacional – auxiliar! As prerrogativas que o Tribunal de Contas da União se atribuiu no seu Regimento Interno estão muito além do que determina a Constituição Federal, e nós tivemos diversos problemas pelo fato de o Tribunal de Contas da União e os seus técnicos acharem que...

Para apenas ilustrar aos senhores, uma determinada obra na BR-101 foi paralisada porque um técnico chegou e perguntou de onde estava vindo aquela brita usada para a pavimentação. O técnico responsável pela obra disse-lhe que estava vindo de uma pedreira ali perto. Então, o técnico do TCU replicou: "Mas vocês pagam *royalties* ao Governo Federal?" Ao que o técnico da obra respondeu que não, que nunca ninguém havia pagado *royalties* pela exploração. E ele, então, disse; "Porque é uma jazida mineral há que se pagar os *royalties*". Então, enquanto se discutia se se deveria ou não pagar os royalties, a obra ficou paralisada durante oito meses – oito meses! Quando se autorizou o recomeço das obras naquele trecho da BR-101, o empresário, empreiteiro responsável pela obra, disse: "Não; eu não posso mais continuar. Como os preços aumentaram, eu preciso agora de um aditivo". E isso quando o empresário aceita o aditivo; quando não aceita, há que se fazer uma nova concorrência.

O resultado disso, Srs. Senadores, é que a obra nesse trecho, para os senhores terem uma ideia, teve um preço contratado inicialmente de R$350 milhões, e, por esse preciosismo de um determinado técnico do Tribunal de Contas... Aliás, os Ministros do Tribunal de Contas – e é outra coisa que é bom que se diga – vivem nas mãos dos técnicos do Tribunal de Contas da União! Os Ministros não mandam em nada no Tribunal de Contas da União!

Eles fazem o que o corpo técnico determina. Nem pedir preferência para análise de determinada reclamação que lá exista os Ministros podem pedir aos seus técnicos, o que é lamentável; é uma coisa que precisa ser corrigida.

Do mesmo modo, precisamos corrigir essa questão da paralisação de obras pelos motivos mais nobres que possam parecer, como é a questão ambiental, como é a questão do patrimônio histórico, como é a questão dos direitos que os indígenas têm as suas terras, enfim, por mais nobres que sejam esses conceitos, eles não podem se sobrepor à necessidade de o País avançar com a sua infraestrutura e com a sua logística. Isso é algo que precisa ser modificado, e rapidamente.

Do mesmo modo vejo, agora, neste momento que estamos vivendo, como o Senador Garibaldi, nosso Presidente, vem fazendo, essa discussão da questão do setor elétrico: como é que nós vamos resolver, já ultrapassando a discussão sobre partilha ou concessão na questão do óleo e gás? O setor elétrico passa por um momento de extrema dificuldade. Quando se vê o Orçamento com um déficit apresentado de R$30 bilhões, nós sabemos que a necessidade é bem maior do que essa; nós sabemos que há uma carência muito grande de recursos; e que há a necessidade de que esta Casa encontre uma solução, o que passa pela discussão também aqui na Comissão de Infraestrutura, porque essas obras não podem ser paralisadas. Se nós não podemos continuar com todas elas no ritmo que elas vinham experimentando em anos anteriores, acredito, teremos de discutir quais serão as prioridades, entre as obras já iniciadas, que nós temos de elencar para que elas não sejam paralisadas e não comprometam esse programa de investimentos na nossa infraestrutura. E digo isso porque, em algum momento, nós vamos sair dessa crise. E, no momento em que sairmos dessa crise, nós vamos necessitar que as principais obras de infraestrutura que estão hoje em execução no nosso País não estejam paralisadas, porque, senão, no momento em que nós retomarmos o nosso crescimento, nós não teremos a infraestrutura necessária para acompanhar essa retomada do crescimento.

Desse modo, Senador Garibaldi Alves Filho, eu fico muito feliz por ver uma condução tão firme por parte de V. Exª, uma condução com tanta sabedoria, com tanta capacidade de harmonizar as diversas opiniões, de harmonizar os diversos interesses aqui debatidos, provenientes das diversas áreas que compõem o sistema de infraestrutura.

Esta Comissão trata de problemas, meu Deus do céu, os mais variados possíveis. São problemas que estão todos interligados à questão da infraestrutura, e eu imagino o trabalho que V. Exªs não vêm tendo para levar isso adiante.

Assim, fica aqui o meu testemunho do grande trabalho que vem sendo realizado por esta Comissão, agora sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, e da responsabilidade enorme que nós temos, a Comissão de Serviços de Infraestrutura e o Senado da República, para superarmos o momento que estamos vivendo, para superarmos essas dificuldades que estamos vivendo. A nossa responsabilidade é muito grande. Nós não podemos simplesmente dar as costas e dizer que esse problema não é conosco, porque não fomos nós que o causamos, porque não fomos nós que o fizemos acontecer e que, portanto, quem pariu Mateus que o embale. Não é assim! Esse é um problema do País!

São problemas que o Brasil está enfrentando, e a responsabilidade do Senado da República e do Congresso Nacional, salvo melhor entendimento daqueles que têm opinião diferente da minha, passa pelo Congresso Nacional, sim, a solução para que possamos superar essas dificuldades. É um momento de compreensão, de superação de algumas posições ideologicamente marcadas. Por isso, a condução do Senador Garibaldi Alves à frente da Comissão de Serviços de Infraestrutura vem sendo de uma extrema felicidade porque vem conseguindo fazer com que as discussões aqui travadas sejam levadas adiante, tendo como interesse primeiro, no seu princípio e no seu fim, o interesse do Brasil prevalecendo sobre outros interesses partidários ou ideológicos.

Agradeço as palavras que aqui foram colocadas pelos Senadores Wellington Fagundes, Wilder Morais, Valdir Raupp, Fernando Bezerra Coelho, ex-Ministro da Integração Nacional, que sempre nos recebeu, a todos companhias aéreas Comissão de Infraestrutura, muito bem, um Ministro de grande eficiência. E sempre comento, Ministro Fernando Bezerra Coelho, que V. Exª, dos Ministros com os quais convivi naquele período, Senador Garibaldi, foi um dos Ministros de maior eficiência na solução das demandas que integrantes desta Comissão faziam àquele Ministério.

E é tudo o que desejamos. É muito fácil lidar, costumo dizer, com a classe política. É muito fácil. Somos as pessoas mais fáceis de lidar, no mundo. Basta que possamos ter a oportunidade de ouvir até um "não", porque, às vezes, saímos satisfeitos com o "não". O que nós, os políticos, realmente temos dificuldade de aceitar é a ausência da oportunidade de podermos debater e de conversar com as autoridades competentes. Na gestão do Ministro Fernando Bezerra Coelho como titular do Ministério da Integração Nacional, sempre houve esse diálogo, as portas sempre estiveram abertas, soluções sempre eram encontradas. Para aquelas que eventualmente não pudessem ser dadas na hora, ele ficava de responder posteriormente, e assim fazia.

E é isto que nós, políticos, desejamos ter como respaldo por parte do corpo de Ministros de Estado: que recebam os Senadores, que recebam os Deputados, que nos ouçam, que escutem o que temos a dizer e que, enfim, digam e possam dizer – têm todo direito a isso, e, às vezes as condições não estão à altura de atender à demanda – um "não", mas o digam recebendo o Senador, recebendo o Deputado, porque é o Congresso Nacional, no final das contas, que decide os rumos da Nação, sobretudo no momento que estamos vivendo.

Agradeço as palavras do Senador Flexa Ribeiro, que é um grande companheiro. Realmente, nas três oportunidades que tive de presidir as Comissões aqui, o Senador Flexa, acho, foi o único que esteve nos três períodos de Comissões que presidi e sempre participou com muito brilho, com muita pertinácia, com muita objetividade. Houve a questão do Pedral do Lourenço – é isso? – , de que o Senador falava muito aqui...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – ...e continua falando. E o DNIT sempre dizia: "vai acontecer, vai acontecer". V. Exª, respondia em tidas as sessões: "quero ver, quero ver isso quando vai começar".

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Lembro-me de que V. Exª rasgou um documento do DNIT porque não havia cumprido os prazos conforme havia se comprometido com a Comissão.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Esse foi um fato interessante porque esteve aqui o Diretor-Geral do DNIT. Os Senadores começaram a fazer perguntas, BR-364, BR-319, isso e aquilo, Pedral do Lourenço, enfim, diversas obras.

E o Diretor-Geral do DNIT começou a dizer os prazos em que tal obra seria concluída. E fiquei preocupado com aquilo, porque assumirmos compromisso com data para finalizar uma obra considerando que os recursos já começavam a escassear... Cheguei para ele e disse, cochichei: "Diretor, o senhor não precisa assumir compromisso com as datas em que vai finalizar essa obra; o senhor pode dizer apenas que vai fazer o possível para chegar a um prazo". Falei isso querendo ajudá-lo. E ele respondeu: "não, mas comigo, não; comigo é diferente, dou a data do início e dou a data do final". Eu falei: "muito bem, a data da conclusão da obra; vou pedir ao Secretário da Comissão que, por favor, anote no papel esses compromissos que estão sendo assumidos pelo

Diretor-Geral do DNIT, o dia em que vai começar e o dia em que vai terminar, e o Diretor-Geral do DNIT fica com a responsabilidade de encaminhar a esta Comissão, semanalmente, o andamento dessas obras."

Em determinado momento, chegou esse relatório, que eu lia para os Srs. Senadores, distribuía. Acho que foi até o Senador Acir que disse: "não, Senador, essa informação do DNIT está errada; estive agora, neste final de semana, lá na obra [foi a BR-364], visitando, e não começou nada ainda". E no papel estava: "obra já iniciada e tal".

Quando o Senador Acir falou isso, eu disse que a Comissão não poderia aceitar um documento com essa falha depois de compromisso assumidos de forma tão peremptória pelo Diretor-Geral. Então, devolvemos, rasgando aquele papel, ao Diretor-Geral do DNIT para que...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT. *Fora do microfone*.) – Devolveu em pedaços.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Em pedaços. Enfim, foi um momento apenas para manifestar que a Comissão de Serviços de Infraestrutura, como qualquer outra Comissão do Senado, merece, sim, todo respeito por parte das autoridades. As informações têm que chegar aqui a tempo e a hora na medida em que essas informações são solicitadas.

Agradecendo aos Srs. Senadores pelas palavras que aqui foram colocadas, eu somaria também o meu apoio a isso que parece que vai na cabeça de cada um de nós, que é o funcionamento das nossas Comissões. É muito difícil. Isso que o Senador Garibaldi falou é a pura verdade, não sei se mudança no Regimento Interno resolveria, não sei, mas a nossa capacidade de acomodar essa situação talvez pudesse ser chamada neste momento mais firmemente.

É impossível que as Comissões funcionem da maneira como elas hoje estão colocadas. Para se conseguir quórum, é aquela dificuldade que sabemos. Quórum aqui tem a CCJ, a Comissão de Assuntos Econômicos, a Comissão de Relações Exteriores – e já com alguma dificuldade porque a reunião da Comissão acontece às quintas-feiras, na parte da manhã, ou seja, já há alguma dificuldade. Na quarta-feira, ficam concentradas diversas Comissões, como no dia de hoje. Então, sempre vemos, toda semana, Comissões que não alcançaram quórum para realizar seus trabalhos, audiências públicas que deixaram de ser realizadas. Enfim, há que ter algum modo, alguma maneira de ultrapassar essas dificuldades para que as Comissões Temáticas e Permanentes possam trabalhar de forma conveniente.

Parabéns, portanto, a V. Exª, Senador Garibaldi Alves Filho, meu amigo muito querido. Nós nos conhecemos há muitos e muitos anos, e eu tenho pelo Senador Garibaldi uma amizade muito forte, uma admiração muito grande, a ele e sua família. Tenho certeza de que a Comissão de Serviços de Infraestrutura, sob seu comando e sua batuta, haverá de superar rodas essas dúvidas que existem em relação ao futuro da infraestrutura do nosso País, dando e jogando luzes para auxiliar o Governo a sair da situação em que se encontra sobretudo no embate com as obras de infraestrutura que estão no País para serem concluídas.

Muito obrigado a V. Exªs pelas palavras e pela presença. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Convido os Senadores, vamos ter agora a aposição da foto. Fazemos um registro: já falamos aqui sobre o quórum, vale a pena observar que o Presidente Fernando Collor está hoje proporcionando a esta Comissão o quórum mais alto que já se verificou, pelo menos enquanto sou Presidente. (*Risos.*)

Mas precisamos desse quórum para as outras etapas de votação hoje, porque há projetos terminativos, o PPA. Então, fazemos um apelo para que os Senadores permaneçam após aposição da foto do Presidente Fernando Collor.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Eu, mesmo que não queira vir, como sou vizinho de porta do Senador Garibaldi, ele me acorda. Vamos passar lá no Collor e trazê-lo, porque aí todo mundo vem. Nós vamos aumentar esse quórum. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senadora Sandra quer fazer um apelo aos Senadores.

A SRª SANDRA BRAGA (PMDB - AM) – Primeiramente, gostaria de parabenizar o nosso homenageado de hoje, Presidente Fernando Collor, e dizer que não estive aqui para conviver com o senhor na Presidência desta Comissão, mas tenho o maior respeito pelo que ouvi, sei e acompanhei e gostaria de dizer que admiro todo esse seu trabalho e também gosto muito – usando as suas palavras – da forma como o nosso Presidente Garibaldi Alves dirige esta Comissão. Portanto, parabéns pelo seu trabalho, não só pelo número de audiências ou pelos números alcançados, mas pela qualidade e pela forma tão incisiva como conduziu o seu trabalho, de forma objetiva.

Creio que tudo isso tenha uma valor no resultado final, na construção do nosso País, na cooperação para que a gente continuar desenvolvendo hoje, seguindo pelo trabalho do Senador Garibaldi.

Primeiramente gostaria de parabenizá-lo e dizer que é uma honra estar aqui hoje participando desse quórum tão alto para acompanhar este dia especial para o senhor, porque creio que isso é o retorno de um trabalho a que o senhor se propõe ao longo da sua vida.

Gostaria de fazer um apelo ao nosso Presidente, aproveitando o quórum trazido pelo Presidente Collor, porque tenho hoje um projeto terminativo e gostaria de pedir a inversão de pauta, para que, logo após a cerimônia da foto, possamos fazer essa inversão de pauta na sequência dos nossos trabalhos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O Presidente Fernando Collor tem a palavra.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Eu gostaria apenas de agradecer a presença aqui nesta reunião, reconhecendo o grande trabalho que vem sendo executado por ele, do Senador José Pimentel, Líder do Governo no Congresso Nacional. Agradeço a sua presença e reconheço na figura de V. Exª um dos Senadores que mais têm trabalhado para costurar os acordos que são do interesse deste País, para que possamos avançar nas reformas de que necessitamos.

Muito obrigado a V. Exª e meus cumprimentos, Senador. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Item 1 da pauta: deliberação sobre as emendas a serem apresentadas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Projeto de Lei do Congresso nº 6, 2015, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019. Relatoria: Senador Acir Gurgacz, que está com a palavra.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Nos termos do art. 166 da Constituição Federal e com fulcro na regulamentação disposta na Resolução nº 1, de 2006-CN, encontra-se em tramitação o Projeto de Lei nº 6, de 2015-CN, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019.

Conforme estatui a mencionada resolução, especialmente aos arts. 94 e 102, esta Comissão de Serviços de Infraestrutura reúne-se para deliberar a respeito das propostas de que resultarão as emendas a serem apresentadas ao projeto de Plano Plurianual para o período de 2016 a 2019 na condição de autora de emendas coletivas.

As propostas apresentadas contemplam programação de trabalho variado ao abrigo dos órgãos nos quais são executadas despesas relacionadas às competências regimentais da comissão.

Cabe destacar a esse respeito que a definição de admissibilidade temática das emendas de comissão não mais se restringe a determinados órgãos ou entidades, mas sim a pertinência da despesa com o objeto da competência legislativa e fiscalizadora da comissão nos termos do Regimento Interno do Senado Federal.

Dentro desse universo de despesas compete à CI apresentar até três emendas de despesas segundo o art. 97, inciso I, da Resolução, combinado com o item 2.3.4 do parecer preliminar.

Foram apresentados ao colegiado 42 propostas de emendas, sendo 27 de inclusão de iniciativa e 15 de ampliação de meta de objetivo, ambas consideradas como emendas a despesas, nos termos do item 2.3.4 do parecer preliminar.

Propuseram as emendas, umas de minha autoria, outras do Senador Elmano Férrer, Senador Garibaldi Alves Filho, Senadora Sandra Braga, Senador Telmário Mota, Senador Valdir Raupp, Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Waldemir Moka, Senador Wilder Morais.

O espelho das emendas individuais apresentadas está disponível para consulta quando da presente reunião da comissão.

É o relatório, Sr. Presidente.

Voto.

Em todas as emendas, eu vejo um esforço de demonstrar interesse público e pertinência às áreas de competência da comissão e todas exibiram indubitável mérito. Dentre as propostas acolhidas, diante da impossibilidade de contemplarmos todas, optamos por recomendar programações de reconhecida urgência e oportunidade ou estruturantes para o desenvolvimento nacional, pois só podemos indicar três emendas apenas.

A Proposta nº 7, do Senador Valdir Raupp, destinada a estudos, projetos, executivo, implantação da estrada de ferro 354, Ferrovia Transcontinental, trecho Sapezal a Porto Velho, que coincide com a proposta do mesmo teor de minha autoria, contempla uma obra de maior prioridade para toda a logística da produção e do comércio exterior nacional.

Quero destacar que a iniciativa que aqui se contempla é diferente da iniciativa genérica existente no projeto de lei que fala de concessão de novas ferrovias em todo o trecho da estrada de ferro 354.

Este objetivo envolve trechos em situação bastante diversa. O trecho inicial já tem projetos em avançado estágio de elaboração e espera-se que seja cedido muito brevemente, O que se aborda aqui é exatamente a concepção pelo poder público dos elementos técnicos detalhados que permitam uma posterior construção ou concessão do trecho imediatamente posterior ao que hoje está relativamente bem conhecido e preparado para a concessão. Então, não se trata de duplicação, mas de complementação entre as iniciativas.

Outra proposta que se apresenta à comissão destinada ao combate de desigualdades regionais é a de nº 1, do Senador Garibaldi Alves Filho, que cria a iniciativa para construção de adutoras no Estado do Rio Grande do Norte.

A terceira emenda é a Proposta nº 39, do Senador Wilder Morais, que amplia as metas do objetivo 0137 para que nele constem a construção de mais de dois mil quilômetros de rodovias federais.

Outras emendas de autoria dos Senadores Valdir Raupp, também de minha autoria, também da Senadora Sandra Braga, também do Senador Waldemir Moka, preveem a duplicação ou melhoramentos de trechos de rodovias federais já pavimentadas e são contempladas por meio desta ampliação da meta que ora indicamos à comissão.

Nesse caso, cabe corrigir uma falha da emenda original, que indica o Objetivo nº 0147, quando, na realidade, o objetivo relativo à construção de rodovia tem o número 0137.

Em virtude do limite de três emendas, torna-se inevitável propor a rejeição, no mérito, das demais emendas. Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura delibere pela aprovação de 13 emendas a despesas ao Projeto de Lei nº 6, de 2015, no Congresso Nacional, na forma seguinte:

1) Proposta nº 7, de criação de iniciativa, construção da ferrovia Transcontinental 354, Sapezal-Porto Velho, na Região Centro-Oeste, no Objetivo 0141, do Projeto de Lei.

2) Proposta de criação de iniciativa implantação de adutoras, Rio Grande do Norte, no Objetivo nº 0479, do Projeto de Lei.

3) Proposta nº 39, de ampliação para 2,0 mil m de rodovias, construídas ou pavimentadas a meta do Objetivo 0137. Promover a construção e a pavimentação da malha rodoviária federal, incluindo pontes, viadutos e túneis, corrigindo-se assim o código do objetivo constante na proposta apresentada.

Saliento e ressalto que esta emenda atende a todos os Estados, portanto, só para registrar, a emenda, também, do Senador Wellington foi acatada nesse artigo e, também, do Senador Telmário. Ela está acatada dentro desta emenda porque ela resume dizendo o seguinte: "a essa emenda são acrescidos mais 2,0 mil km de estrada em todos os Estados da Federação". Então, atende a V. Exª, Senador Telmário e, também, atende ao Senador Wellington Fagundes, Senadores que têm uma preocupação específica com seus Estados, tanto o Estado do Mato Grosso quanto o Estado de Roraima.

Então, nesta emenda, V. Exªs estão contemplados, Presidente, porque ela diz que serão acrescidos 2,0 mil km de estradas asfaltadas em todos os Estados. Agora, cabe a cada um executar, fazer os seus projetos para que sejam aprovados no DNIT, e a conclusão...

Concedo um aparte ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Meu caro Senador Acir Gurgacz, faço uma sugestão se o nosso Presidente permitir. Na realidade, é apenas uma sugestão. Eu percebo que o nosso Relator teve o cuidado, ao acatar as três emendas, de que essas três emendas pudessem representar o desejo de todas as regiões brasileiras no que diz respeito aos serviços de infraestrutura.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Exato.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – A minha sugestão é que a emenda de autoria do Senador Garibaldi Alves tenha um objeto mais amplo: implantação de adutoras no Semiárido do Nordeste, para que toda a Bancada do Nordeste pudesse, ao longo dos quatro anos, brigar por este objetivo. Estamos diante de um agravamento do quadro de secas e acho que se pudéssemos pegar a iniciativa do Senador Garibaldi Alves e transformar em uma mobilização regional, teríamos muito mais chance de ver isso aprovado, quando da votação em Plenário do PPA, como uma preocupação da Bancada do Nordeste em relação ao agravamento do quadro de secas na região, sobretudo na Região do Semiárido.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Agradeço, Senador Fernando Bezerra, e consulto o autor da emenda sobre a sugestão, se eu posso escolher dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pois não. O Senador Fernando Bezerra tem inteira razão.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Então, fica acolhida a sugestão do Senador Fernando Bezerra, que inclui todo o Semiárido do Nordeste, na Emenda nº 1 do Senador Garibaldi Alves.

Dando sequência, relembramos à Comissão que as emendas devem fazer-se acompanhar da ata desta reunião, na qual se especifica a decisão tomada. Também sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências necessárias à formalização e apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamento Públicos e Fiscalização, por meio físico e eletrônico.

Esse é o nosso relatório, Sr. Presidente. Muito obrigado pela confiança e por minha nomeação para fazer este relatório.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Para discutir, com a palavra o Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador Acir, quando cheguei aqui, *a priori*, e olhei, fiquei com o coração apertado, porque o meu Estado de Roraima é o primeiro do Brasil – as Américas começam do norte –, mas infelizmente estamos ali isolados, em situação extremamente dolorosa e precária. Isolados pela falta de trafegabilidade, pois a estrada é de péssima qualidade. Eu estou aqui inclusive com um dado da CNT (Confederação Nacional do Transporte), que aponta que 74,5% das estradas do Estado de Roraima são de regular ou péssima qualidade. Por exemplo, a BR-174: ela é, em geral, regular; a BR-210, com 350 km, também é, em geral, regular; a BR-401 também é regular, em geral; e a BR-432 é ruim. Então, esse é o quadro geral da avaliação feita acerca da pavimentação, da sinalização, da geometria e do custo operacional, que é o que aparece aqui. Então, o Estado de Roraima, hoje, sofre... E essa é a BR-174, por onde nos interligamos com o Brasil, por onde se transportam produtos, mercadorias e pessoas. E sofremos bastante com essa necessidade.

Por outro lado, uma de minhas emendas, que estavam tentando contemplar, é a que trata das hidrelétricas. Roraima, hoje, vive num verdadeiro apagão. O Senador Collor de Mello colocou uma coisa que eu achei extremamente interessante: uma reflexão, Senador Garibaldi. Precisamos fazer essa reflexão. Às vezes, interesses pequenos, minúsculos – principalmente de ONGs, que estão infiltradas, querendo representar, ou dizendo representar, algum povo, algum direito, alguma coisa –, estão se sobrepondo aos direitos e interesses da Nação.

Nós estamos há quatro anos com uma energia paralisada, de Tucuruí, entre Manaus e Roraima, no trecho que é dos Waimiri-Atroari. A primeira exigência foi atendida: seis bilhões, por ano, a uma associação deles. Mas ali dentro existem grupos e pessoas que querem extrair muito mais, vendendo dificuldade para colher facilidade. Com isso, Roraima está isolada no que diz respeito à trafegabilidade de estrada e isolada de energia. Virou barbaridade. Sábado e domingo agora foi um apagão eterno.

Estive com o Ministro de Minas e Energia, muito sensível, Eduardo Braga. Ele conhece a nossa realidade. Ele não tinha mais alternativa, não suportou e agiu, com muita determinação, acionando a AGU, para que ela, juridicamente, imponha à Funai essa liberação. Mas, independentemente disso, também estamos entrando com uma ação, no Supremo Tribunal, contra o Ministério da Justiça, para que realmente prevaleça o sentimento da Nação.

Com relação a essas emendas, naturalmente, Senador Acir, meu coração relaxa um pouco, porque eu estava olhando, aqui, para esta peça, esta pecinha aqui. Eu falei: "O que é que representa o nosso pires, tão pequeno, onde mal cabe o fundo de um copo?" Esse é o nosso pedido.

Então, quero parabenizá-lo, Senador Acir. V. Exª conhece a nossa realidade e tem contemplado as questões pelo menos das nossas rodovias, nesses 12 mil quilômetros. Também o parabenizo pelo relatório.

Muito obrigado.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Continua em discussão.

Com a palavra o Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Obrigado, Presidente.

Eu queria agradecer ao nosso Relator a acolhida da nossa emenda, a Emenda nº 39, que amplia para 2,0 mil quilômetros de rodovias construídas ou pavimentadas, meta do Objetivo 0137, que é promover a construção e a pavimentação da malha rodoviária federal, incluindo pontes, viadutos e túneis, corrigindo, assim, o objetivo constante da proposta apresentada.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Continua em discussão.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Sr. Presidente, por favor.

Eu queria parabenizar o Senador Acir e também a V. Exª, Presidente, Senador Garibaldi Alves, e lamentar por esse acúmulo de serviços aqui, no Senado Federal.

Acabou que minha assessoria cochilou de touca e nós não colocamos uma emenda aqui da energia solar fotovoltaica. Porque se a China vai fazer, nos próximos cinco anos, 100GW de energia solar fotovoltaica e o Brasil tem a tímida meta de 3GW, a gente poderia ter colocado aqui um valor significativo para esse investimento, para poder financiar, ao micro e pequeno empresário, à dona de casa, às pessoas na ponta, ao industriário, a energia solar fotovoltaica, já que o Brasil tem uma "solimetria" muito melhor do que alguns países que estão prevendo uma evolução muito grande nos próximos anos. Então, quero fazer meu mea-culpa, foi um cochilo. Lamento, porque senão eu estaria aqui discutindo com o Senador Acir a importância dessa energia, mas vai ficar para a próxima. Ano que vem, prometo que a gente não vai cochilar.

Muito obrigado. Fica o registro. Parabenizo-o pelo relatório.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Continua em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

As emendas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para as devidas providências.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O item 1, Sr. Presidente, do qual sou Relator, a pedido do Ministério da Previdência e do Ministério do Trabalho, peço que seja retirado de pauta. Eles pedem que se discuta um pouco mais para que a gente possa tentar aprovar esse projeto de autoria do Senador Paulo Paim. É um projeto importante. A indicação do meu relatório é pela aprovação, mas há muitas controvérsias. Como sempre, eu procuro tentar resolver as questões para que, lá na frente, não haja um embate e depois um veto. Então, para avançar na negociação, peço que se retire de pauta o item 1.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Antes de encerrarmos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 8 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 02 minutos.)

ATA DA 38ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2015.

Às oito horas e quarenta e um minutos do dia dez de novembro de dois mil e quinze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras e dos Senhores Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz, Telmário Mota, Wilder Morais, Edson Lobão, Sandra Braga, Valdir Raupp, Hélio José, Ronaldo Caiado, Davi Alcolumbre, Flexa Ribeiro, Cássio Cunha Lima, Dalirio Beber, Fernando Bezerra, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes, Elmano Férrer, José Pimentel, Paulo Rocha, Gladson Cameli, Waldemir Moka, Sérgio Petecão, José Agripino, Vicentinho Alves e Eduardo Amorim. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e propõe a dispensa de leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são dadas como lidas e aprovadas. O Senador Acir Gurgacz faz uso da palavra para expor os vídeos que relatam a diligência realizada na BR-319, que liga Porto Velho a Manaus. O Senador solicitou que os vídeos sejam encaminhados aos Ministérios dos Transportes e de Minas e Energia. Após a leitura de comunicado da Presidência, tem início a apreciação da Parte 1 da Pauta. Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2013, de autoria do Senador Vicentinho Alves, que "dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao segurado do regime geral de previdência social que exerça as atividades de transportes, de qualquer natureza, em motocicletas". Tramita em conjunto com Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Resultado: Retirado de pauta. Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2010, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, para proibir a cobrança de pedágios nos trechos de rodovias estaduais e federais que atravessem áreas urbanas e entre cidades que distem menos de trinta e cinco quilômetros entre si, e autorizar a arrecadação de taxas e contribuições de melhoria por concessionário de serviço público ou de obra pública". Relator: Senador Paulo Rocha. Resultado: Aprovado o relatório (pela rejeição da matéria). Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 213, de 2012, de autoria da Senadora Angela Portela, que "altera o artigo 2º da Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012, para determinar o controle da jornada de trabalho e tempo de direção do motorista profissional pelo empregador, por meios eletrônicos, na forma que especifica". Tramita em conjunto com Projeto de Lei do Senado nº 301, de 2012, de autoria do Senador Magno Malta. Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relator *ad hoc*: Senador Telmário Mota. Resultado: Aprovado o relatório (pela declaração de prejudicialidade do PLS 213/2012 e pela aprovação do PLS 301/2012, nos termos do substitutivo). Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 559, de 2013, de autoria da CT - Modernização da Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/1993) (CTLICON), que "institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências". Relatório: pela aprovação do PLS nº 559, de 2013, pela rejeição das Emendas de Plenário nºs 1, 5, 7, 11 a 19, 21 a 23, 26 a 31, 34 a 36, 38, 39, 41 a 44, 46 a 54 e 56; pela aprovação das Emendas de Plenário nºs 2, 8, 10, 24, 25, 32, 45; pela declaração de prejudicialidade das Emendas nº 20 e 55; e pela aprovação parcial das Emendas de Plenário nºs 3, 4, 6, 9, 33, 40, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria. Item 5: Ofício "S" nº 14, de 2014, de autoria do Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, que "encaminha Relatório Anual 2013, com balanço das atividades desenvolvidas pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL". Relatoria: Senador Walter Pinheiro. Resultado: Aprovado o relatório (pelo conhecimento e arquivamento da matéria). Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 657, de 2011, de autoria da Senadora Lídice da Mata, que "altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que "dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências", para dispor sobre veículos utilizados no transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros sob regime de fretamento ou com fins turísticos". Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Resultado: Retirado de pauta. Item 7: Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2012, de autoria da Senadora Ana Amélia, que "altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências, para assegurar tratamento tarifário isonômico entre voos domésticos e internacionais com origem ou destino em cidades-gêmeas fronteiriças". Relatoria: Senador Vicentinho Alves. Resultado: Retirado de pauta. Item 8: Projeto de Lei do Senado nº 85, de 2013, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "proíbe a cobrança de roaming nacional ou adicional por chamada, em localidades atendidas pelas mesmas redes das operadoras de telefonia móvel contratada". Relatoria: Senador Walter Pinheiro. Relatório: pela aprovação. Resultado: Aprovada a matéria, em decisão terminativa pela Comissão, com onze votos favoráveis, nenhum voto

contrário e nenhuma abstenção. Item 9: Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2015, de autoria do Senador Wilder Morais, que "altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para obrigar a instalação, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, sem ônus para os beneficiários, de equipamentos destinados à geração de energia elétrica própria com base em fonte solar fotovoltaica para injeção na rede elétrica das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica". Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: pela aprovação, nos termos do substitutivo. Resultado: Lido o relatório e concedida vista coletiva. Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 505, de 2015, de autoria da Senadora Sandra Braga, que "dispõe sobre os reservatórios de acumulação de recursos hídricos em rios de domínio dos Estados e da União". Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação da matéria, com as Emendas nºs 1-CMA/CI, 2-CMA/CI, 3-CMA/CI, 4-CMA/CI e 5-CI. Resultado: Aprovado o projeto, em decisão terminativa da Comissão, nos termos do relatório apresentado, com catorze votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 11: Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 75, de 2015, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho, que requer "nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50 da Constituição Federal, que seja convidado o Ministro de Estado das Minas e Energia, Eduardo Braga, o Secretário de Energia do Governo do Estado de São Paulo, João Carlos de Souza Meirelles e o Presidente da CPFL Energia, Wilson Ferreira Junior, para participar de audiência pública sobre o tema: "Avaliação do suprimento de energia elétrica no Brasil e as perspectivas da política energética para o futuro do país", com o objetivo de subsidiar o parecer final da Avaliação de Políticas Públicas para a Gestão de Recursos Hídricos, Saneamento e Energia, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal". Resultado: aprovado o requerimento. Item 12: Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 79, de 2015, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, que requer "nos termos do Artigo 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência da Comissão de Serviços de Infraestrutura na cidade de Natal, estado do Rio Grande do Norte, com a finalidade de debater a infraestrutura hídrica da região, no dia 27 de novembro de 2015. Na oportunidade requeiro que a diligência seja acompanhada pelo Ministro de Estado da Integração Nacional, Gilberto Magalhães Occhi, pelo Diretor de gestão da Agência Nacional de Águas – ANA, senhor Paulo Lopes Varella Neto, e pelo Presidente da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídrico – FUNCEME, senhor Eduardo Sávio Passos Rodrigues Martins". Resultado: aprovado o requerimento. Item 13: Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 80, de 2015, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho e outros, que requer "em aditamento aos termos do Requerimento nº 75 de 2015-CI, de minha autoria, que tem por objeto a realização de audiência pública sobre o tema: "Avaliação do suprimento de energia elétrica no Brasil e as perspectivas da política energética para o futuro do país", requeiro a substituição, como convidado, do Ministro das Minas e Energia, Eduardo Braga, pelo Secretário Executivo do Ministério das Minas e Energia, Luiz Eduardo Barata. [Diretor-Presidente da companhia Energética de Roraima, Antônio Pereira Carramilo Neto]". Resultado: Lido, subscrito e aditado pelo Senador Telmário Mota, e aprovado. Item 14: Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 81, de 2015, de autoria da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração (SUBMINERA), que requer "nos termos regimentais, a realização de diligência de membros da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração – SUBMINERA ao distrito de Bento Rodrigues, no município de Mariana, onde houve o rompimento de duas barragens de rejeitos da mineradora Samarco". Item 15: Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 82, de 2015, de autoria da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração (SUBMINERA), que requer "nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, combinados com o art. 73, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública perante a Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração (SUBMINERA), criada no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para tratar do rompimento das barragens do Fundão e do Santarém, na unidade industrial da Mina do Germano, localizada nos municípios de Mariana e Ouro Preto, em Minas Gerais, de propriedade da empresa de mineração Samarco, com os seguintes convidados: 1. Representante da Samarco Mineração S.A.; 2. Representante do CREA-MG; 3. Representante do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM); 4. Representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD); 5. Representante da Agência Nacional de Águas (ANA) 6. Pesquisador do Observatório Sismológico da Universidade de Brasília". Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Acir Gurgacz, Wilder Morais, Fernando Bezerra, Paulo Rocha, Walter Pinheiro, Helio José, Wellington Fagundes, Lasier Martins, José Agripino, Flexa Ribeiro e Telmário Mota, as Senhoras Senadoras Vanessa Grazziotin e Sandra Braga. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às onze horas e dezoito minutos, lavrando eu, Thales Roberto Furtado Morais, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Está aberta a 38ª Reunião.

Vamos passar agora à pauta. Há um pedido de retirada e há um pedido de inversão da Senadora Sandra Braga.

Temos quórum. Com muita fé, temos quórum.

ITEM 5
OFICIO "S" Nº 14, de 2014
- Não terminativo -

Encaminha Relatório Anual 2013, com balanço das atividades desenvolvidas pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL.

Autoria: Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento.

O Senador Wilder Morais proferirá o relatório, na ausência do Senador Walter Pinheiro.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Obrigado, Presidente.

Para dar celeridade, Sr. Presidente, vou direto ao voto.

Diante do exposto, cumprido o disposto no inciso XXIX do art. 19 da Lei nº 9.472, de 1997, voto pelo conhecimento e arquivamento do Ofício "S" nº 14, de 2014, que encaminhou o Relatório Anual 2013 da Anatel.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Em discussão o relatório.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

Concedo ao Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, é só para fazer a leitura do nosso parecer em relação à revisão da Lei de Licitação, porque nós estamos apresentando o substitutivo. Eu faria a leitura, poderia ser concedida vista coletiva, e nós traríamos a matéria para deliberação na próxima Ordem do Dia, na próxima semana. Seria apenas para cumprir os mandamentos regimentais em relação à apreciação dessa importante matéria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Atendendo à solicitação do Senador Fernando Bezerra, concedo a palavra a S. Exª.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, é submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 559, de 2013, de autoria da Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações e Contratos, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

A citada Comissão foi instituída pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 19, de 2013, e os seus trabalhos, que contaram com o empenho dos nobres colegas Senadores e de muitos colaboradores que participaram de audiências públicas sobre o tema, deram ensejo à proposição ora em exame.

Trata-se de texto bastante extenso, com 176 artigos. Este texto está distribuído para todos os membros desta Comissão e também já está publicado no *site* da Comissão. São 14 capítulos, que pretendem instituir um novo marco legal para as licitações e contratos no Brasil, revogando as atuais leis de normas gerais sobre o assunto.

Após a aprovação do Requerimento nº 528, de 2014, aprovado pelo Plenário do Senado Federal, a análise do PLS passou a ser feita em conjunto, pelas três comissões às quais foi despachado, quais sejam a de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN. *Fazendo soar a campainha.*) – Peço silêncio.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – ... de Assuntos Econômicos (CAE) e a de Serviços de Infraestrutura (CI).

Em plenário, a matéria recebeu 56 emendas. Chegando a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura em junho de 2014, foi inicialmente designado Relator o então Senador Francisco Dornelles. Somente em agosto do corrente ano, foi distribuída a este Relator, Sr. Presidente.

Após ser apreciado nas comissões referidas, e em atendimento ao Requerimento nº 935, de 2015, as respectivas autuações deverão ser encaminhadas à Mesa do Senado, para que o PLS passe a tramitar perante a

Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, a chamada Agenda Brasil, por se tratar de matéria de grande repercussão e relevância para o desenvolvimento do País.

O projeto tramita nesta Comissão em caráter não terminativo, cabendo ao Plenário desta Casa a decisão terminativa.

Eu quero aqui anunciar que o Relator na Comissão de Assuntos Econômicos é o Senador Delcídio do Amaral, e o Relator na Comissão de Constituição e Justiça é o Senador Eunício Oliveira.

Estamos procurando fazer um trabalho articulado com essas três Comissões, para que ela possa ser apreciada pelo Plenário antes do final do atual período legislativo.

Compete a esta Comissão, Sr. Presidente, nos termos do art. 104, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF)...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN. *Fazendo soar a campainha*.) – Peço silêncio, para ouvirmos o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – ... Opinar sobre os aspectos da proposição que guardam relação com a infraestrutura.

A pertinência temática do projeto com a competência material desta Comissão é inegável, uma vez que grande parte dos contratos públicos e dos gastos públicos deles decorrentes diz respeito a projetos de infraestrutura.

Como observação inicial, cumpre-nos registrar que boa parte do projeto consiste em adaptações dos principais textos normativos vigentes sobre licitações e contratos, a saber: a Lei nº 8.666, de 1993, a Lei nº 10.520, de 2002, e a Lei nº 12.462, de 2011 que trata do Regime Diferenciado de Contratações Públicas, a chamada RDC.

O que não significa que o projeto constitua uma simples consolidação das normas atuais, pois o texto original deste PLS contempla diversas inovações.

Não obstante o brilhante trabalho da comissão temporária de modernização da Lei de Licitações e Contratos, que o editou, apresentamos substitutivo ao PLS ora em votação visando primordialmente reorganizar e introduzir aprimoramentos no projeto, mantendo-se, entretanto, em parte a sua essência.

Em linhas gerais, foram reordenados dispositivos com subdivisões em títulos, capítulos, seções e subseções de modo a facilitar a compreensão da lei como um todo. A par disso promoveu-se um aperfeiçoamento na redação das normas. De outra parte, o texto do substitutivo apresenta modificações e preenchimento de lacunas que resultam do acolhimento de emendas e de sugestões recebidas pela manifestação de diversos órgãos e entidades, como a Consultoria Legislativa desta Casa, a Confederação Nacional de Municípios, o Tribunal de Contas da União e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

Entre as principais premissas do presente substitutivo está a constatação de que as obras públicas de infraestrutura no Brasil sofrem entraves crônicos, o que resulta em um gargalo logístico, o que acarreta o atendimento deficiente das demandas da população. Problemas como atrasos em relação ao cronograma original, aumentos excessivos nos preços inicialmente pactuados e a celebração de inúmeros termos aditivos que desfiguram o objeto dos contratos são recorrentes na prática das contratações públicas. Exemplo disso é que, em recente estudo desenvolvido pela Confederação Nacional da Indústria, em que foi calculado o custo econômico do atraso, até 2013, de seis obras de diferentes áreas de infraestrutura no Brasil, chegou-se ao valor de R$28 bilhões.

Diante dessa realidade, o substitutivo contempla disposições que se destinam a melhorar a normativa atual, aliando-se aos esforços para assegurar um melhor planejamento das contratações públicas.

Entre as inovações encontra-se a previsão de que serviços e obras de engenharia somente poderão ser iniciados quando houver projeto executivo, de modo a privilegiar o estudo e a atuação planejada da Administração Pública. Com isso, espera-se repelir a prática amplamente difundida de promover licitações apenas com um projeto básico, o que muitas vezes pode dar ensejo a sucessivos termos aditivos com vistas a corrigir deficiências do projeto que podem ser por vezes previsíveis. Nesse sentido, o regramento do regime de contratação integrada proposto no nosso substitutivo visa dar um salto no pré-requisito de planejamento. Sua utilização hoje prioritária no regime diferenciado de contratações passará a ser uma hipótese excepcional na nova lei, devendo contar não mais apenas com um impreciso anteprojeto de engenharia, mas com um projeto básico prévio.

Tal exigência se coaduna com as demandas de promoção de maior competitividade e isonomia nos certames licitatórios, uma vez que existirão parâmetros mais robustos para que os licitantes apresentem suas propostas. Desta forma, diminuídos os riscos do negócio para os particulares, espera-se que mais interessados sejam atraídos para a disputa e que os preços ofertados sejam mais baixos. Em todo caso, será exigido projeto executivo para a execução das obras e serviços contratados pelo regime de contratação integrada. Busca-se,

portanto, incentivar uma cultura de engenharia de projetos destinados a prevenir os rotineiros problemas de execução que hoje multiplicam demasiadamente os valores dos contratos.

Ainda na linha de redução dos custos para o erário, houve uma readequação dos sistemas de garantias nas contratações públicas. A Lei nº 8.666, de 1993, de um lado alocou grande parte dos riscos dos contratos para a administração e, de outro, dispensou a participação de empresas atuantes no mercado de garantias contratuais, especialmente do mercado securitário no âmbito das contratações públicas.

Em resumo, pode-se dizer que a lei fez do Estado o grande segurador das obras, afastando a possibilidade de participação efetiva do mercado privado na cobertura desses riscos.

Em direção oposta, apenas para ilustrar, os Estados Unidos da América adotam, desde 1894, normas que colocam as seguradoras em posição de destaque nas contratações públicas de obras.

A primeira lei federal norte-americana que exigiu a apresentação de garantias com o Poder Público foi a denominada Heard Act, de 1894. Em 1935, essa lei federal foi substituída pelo Miller Act, que, com adaptações, continua em vigor até hoje. Quase todos os estados americanos, prefeituras e condados adotam leis que seguem a linha do Federal Miller Act, que determina que as empresas selecionadas em processo licitatório para a execução de obras ou reformas orçadas acima de US$150 mil apresentem, antes da assinatura do contrato, apólices de seguro denominadas *surety bonds*.

Os *surety bonds*, que, via de regra, são exigidos nos contratos públicos americanos denominam-se *performance bonds* e *labor and materials payment bonds*. O *performance bond* consiste em uma espécie de seguro garantia, que protege o ente público contra quaisquer riscos de inadimplência do contrato firmado com a empreiteira contratada, tanto no que concerne ao preço quanto à qualidade e aos prazos. Já os *payment bonds* são uma espécie de seguro garantia que cobre os riscos de inadimplência do pagamento dos trabalhadores da obra e dos fornecedores de materiais.

Sr. Presidente, eu não vou me estender na leitura do relatório. Peço que possa ser considerado como lido.

Eu apenas encerro, apresentando o voto que, ante o exposto, feitas essas observações acerca das inovações contidas no Substitutivo, o voto é pela rejeição das Emendas de Plenário nº 1, 5, 7, 11 a 19, 21 a 23, 26 a 31, 34 a 36, 38, 39, 41 a 44, 46 a 54 e 56; e pela aprovação das Emendas de Plenário nº 2, 8, 10, 24, 25, 32, 45. Declaramos pela prejudicialidade as Emendas nº 20 e 55; e pela aprovação parcial das Emendas de Plenário nº 3, 4, 6, 9,33, 40, com a apresentação do Substitutivo que ora submetemos a esta Comissão.

Repito, a cópia integral do Substitutivo já foi distribuída a todos os membros desta Comissão e está também no *site* da Comissão, para a consulta e para as sugestões de todos os membros do Senado Federal. Eu sugeriria, como encaminhamento, que fosse concedida vista coletiva, para que pudéssemos trazer essa matéria para a Ordem do Dia, na próxima sessão, porque estamos trabalhando, de forma coordenada, com os demais Relatores, o Senador Delcídio do Amaral e o Senador Eunício Oliveira, para que possamos, com o apoio da Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, levar essa matéria, após os devidos aprimoramentos, para deliberação do plenário antes do encerramento do período legislativo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Em discussão, o relatório.

Fica concedido vista coletiva, de acordo com a solicitação do próprio Relator.

(É o seguinte o item ao qual é concedida vista:

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 559, de 2013
- Não terminativo -

Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Autoria: CT - Modernização da Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/1993)
Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 559, de 2013, pela rejeição das Emendas de Plenário nºs 1, 5, 7, 11 a 19, 21 a 23, 26 a 31, 34 a 36, 38, 39, 41 a 44, 46 a 54 e 56; pela aprovação das Emendas de Plenário nºs 2, 8, 10, 24, 25, 32, 45; pela declaração de prejudicialidade das Emendas nº 20 e 55; e pela aprovação parcial das Emendas de Plenário nºs 3, 4, 6, 9, 33,40, nos termos do Substitutivo que apresenta.
Observações:
- *Trata-se da 2ª autuação*)

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 505, de 2015
- Terminativo -

Dispõe sobre os reservatórios de acumulação de recursos hídricos em rios de domínio dos Estados e da União.

Autoria: Senadora Sandra Braga
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação, com as quatro emendas aprovadas pela CMA

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente Senador Garibaldi Alves, Srª Senadora autora do projeto, Srs. Senadores, o projeto da Senadora Sandra Braga, PLS nº 505, de 2015, trata dos reservatórios de acumulação de recursos hídricos em rios de domínio dos Estados e da União e vem a esta Comissão de Infraestrutura, em decisão terminativa.

O projeto é composto por quatro artigos. O primeiro institui a Política de Criação e de Operação de Reservatórios de Acumulação de Recursos Hídricos, em rios de domínio da União e rios de domínio dos Estados.

O art. 2º estabelece a função dos reservatórios e determina regras gerais para escolha da localização, bem como para operação dos mesmos. O art. 3º define como gestores da Política de Criação e de Operação de Reservatórios de Acumulação de Recursos Hídricos os órgãos responsáveis pelas políticas de uso múltiplo dos recursos hídricos, na esfera da União e na esfera dos Estados. Por fim, o art. 4º, a cláusula de vigência, prevê a entrada em vigor da lei na data de sua publicação.

A proposição foi analisada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, onde foi aprovado o relatório com a introdução de quatro emendas, que mantenho no parecer da Comissão de Infraestrutura.

O projeto está de acordo com a constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade. Então, atende a todas as exigências vigentes.

Quanto ao mérito, o projeto da Senadora Sandra Braga destaca-se por seu acerto e sua oportunidade, pois as primeiras consequências do aquecimento global já se fazem notar nos padrões pluviométricos que ocorrem no Território nacional. Essas alterações estão em consonância com os modelos climáticos desenvolvidos pelos cientistas, que preveem o aumento da incidência de eventos extremos, como secas prolongadas e grandes inundações. De fato, recentemente, o Brasil vivenciou cheias históricas no Rio Madeira e ainda sofre com secas no Sudeste e no Nordeste.

Nas secas, a água reservada, como o projeto propõe a utilização dessas barragens, desses reservatórios, pode suprir as necessidades de abastecimento humano, dessedentação de animais e irrigação, entre outros possíveis usos da água.

Como disse, o projeto foi aperfeiçoado na CMA com as emendas que lá foram introduzidas pelo Relator e que nós mantivemos.

Sr. Presidente, nós havíamos encaminhado um parecer para a Comissão de Infraestrutura e fizemos um aditamento desse parecer, que quero destacar no relatório para conhecimento dos Senadores, porque essa emenda não se encontra no parecer distribuído.

É uma emenda muito importante. Conversei com a Senadora Sandra Braga, que, de forma pertinente, se preocupa com a questão da criação de reservatórios de acumulação de recursos hídricos, mas nós, principalmente na nossa região, na Região Amazônica, temos que ter uma preocupação permanente que é a de não impedir a navegação, Senador Acir Gurgacz, dos rios navegáveis. É uma luta que vem sendo travada no Congresso há muito tempo – há vários projetos. Por fim, o projeto do Senador Eliseu Resende, que foi transformado na Lei nº 13.081, em 2 de janeiro de 2015, diz que não se podem mais construir barragens para a geração de energia elétrica em vias navegáveis ou potencialmente navegáveis sem que, concomitantemente, se construam as eclusas, para tornar permanente a navegabilidade.

Só que a Lei nº 13.081, que está em vigor, trata de barragens para produção de energia, e o projeto da Senadora Sandra Braga trata de barragem para o reservatório de acumulação de água. Então, eu apenas fiz o acréscimo de uma emenda, também tornando obrigatório... A emenda na realidade, Senadora Sandra, estabelece, no art. 2º, §3º: "Às barragens de formação dos reservatórios de acumulação de recursos hídricos aplica-se, no que couber, o disposto na Lei nº 13.081, de 02 de janeiro de 2015."

Ou seja, a lei se aplica não só para barragens com o fim de geração de energia, como também barragens para reservatório de acumulação de água. Nos dois casos, há a obrigatoriedade de manter a navegabilidade com a construção de eclusas.

Então, com a inclusão dessa emenda, que, como eu disse, não consta no parecer, mas fiz questão de que os Senadores pudessem tomar conhecimento para votarem de forma consciente, o parecer é pela aprovação do PLS 505, de 2015, com as três emendas da CMA e a emenda da CI.

Quero parabenizar a Senadora Sandra Braga pelo projeto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Em discussão o relatório do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Para discutir, com a palavra, o Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Sr. Presidente, eu queria parabenizar a autora e também o Relator. É um projeto importante, que vem ao encontro do que vem acontecendo na parte de investimentos em hidrelétricas e em tantas outras com relação a reservatórios de água. Parabéns à autora e ao Relator!

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, também para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Telmário.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA. *Fora do microfone*.) – Telmário, vamos votar, depois a gente discute. É terminativo.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Está bem, vamos.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Vamos votar, depois a gente comenta.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Aqui ninguém pode mais falar... Está certo! (*Risos.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Depois da votação a gente faz o comentário.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Sendo de caráter terminativo, vamos passar à votação nominal. Como vota o Senador Lasier Martins?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A favor, Presidente. O projeto é bom.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Agora eu vou falar, né, Sr. Presidente? (*Risos.*)

Parabéns, Senadora Sandra! Com certeza foi um grande passo o que V. Exª deu, nossa região precisava disciplinar esse segmento.

Voto pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Esse Telmário devia vender leite! Fala mais do que vendedor de leite...

Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senadora Sandra Braga. É óbvio.

Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Voto com o Relator, Sr. Presidente, e parabenizo a autora.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Flexa é o Relator.

Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Com o Relator, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Cumprimentando o Senador Flexa Ribeiro pelo belíssimo trabalho realizado e a autora, Senadora Sandra, voto, naturalmente, "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senadora Vanessa Grazziotin. (*Pausa.*)

Senador Wellington Fagundes... Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Pensei que o senhor não estava acreditando. (*Risos.*)

Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Desculpe, Senador.

Senador Gladson Cameli.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Sr. Presidente, se V. Exª me permitir, voto com a autora e com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Quero cumprimentar o Relator, Senador Flexa Ribeiro, pela profundidade do seu relatório, e a autora, que teve a acuidade de ir a um ponto importante e preencher uma lacuna, e ela, com espírito público e competência, preencheu-a com a elaboração desse projeto de lei, que a Comissão de Infraestrutura, estou vendo, vai aprovar por unanimidade.

Voto, portanto, com o Relator, com os cumprimentos à autora e ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Voto com o Relator e com a autora do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O universitário vai fazer a apuração dos votos.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente, eu preciso votar também.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Com o Relator e com a autora.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Foram 14 votos favoráveis.

Está aprovado o relatório do Senador Flexa Ribeiro.

Consulto o Plenário se podemos repetir a votação com relação às emendas oferecidas ao Projeto de Lei do Senado nº 505, da Senadora Sandra Braga.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Não há dúvida...

Aprovado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

Há um requerimento que consta da Ordem do Dia – sei que já estamos com dificuldade de quórum – para fazer uma substituição num requerimento já aprovado, relativo à audiência pública que vai fazer a avaliação do suprimento de energia elétrica no Brasil e das perspectivas da política energética para o futuro do País, trazendo como nosso convidado o Secretário Executivo do Ministério das Minas e Energia, o Sr. Luiz Eduardo Barata.

Se o senhor pudesse submetê-lo à deliberação do Plenário, eu agradeceria.

A SRª SANDRA BRAGA (PMDB - AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra, pela ordem, a Senadora Sandra Braga.

A SRª SANDRA BRAGA (PMDB - AM) – Bem, eu gostaria de agradecer ao Senador Flexa Ribeiro, parabenizá-lo pelo relatório e dizer-lhe que sua emenda é muito bem posta – nós discutimos um pouco antes e concordei com a emenda do Senador. Gostaria de agradecer a todos os nossos Senadores.

Apenas para ilustrar este nosso projeto, Sr. Presidente, gostaria de lembrar que já existe uma experiência... Isso foi contado na nossa Comissão de Meio Ambiente pelo Relator, Senador Otto, da Bahia. Ele nos disse que, lá na Bahia, no Rio Paraguaçu, já há muitos anos, foi executada uma experiência como essa. Criaram as barragens no Rio Paraguaçu e, hoje, uma dessas barragens abastece com água 52% da Bahia. Vejam, portanto, a importância desses reservatórios para as cidades que podemos atender com esse projeto.

Muito obrigada. Agradeço a todos.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu quero submeter à votação o requerimento do Senador Fernando Bezerra Coelho com relação ao convite ao Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, é exatamente nesse sentido que peço uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Então, concedo a palavra ao Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Eu quero subscrever esse requerimento e apontar um caso bem específico em função da crise que vive hoje o meu Estado com relação à energia. Que seja solicitado também ao Secretário que ele traga parâmetros relativos ao Estado de Roraima, que hoje vive um verdadeiro apagão.

Eu queria subscrever o requerimento e incluir esse item, com esse destaque – já conversei ali com o autor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – V. Exª será atendido nos termos regimentais.

Fica aprovado o Projeto nº 505.

Será feita a comunicação ao Presidente do Senado Federal, nos termos do §2º do art. 91 do Regimento Interno.

Consulto a Comissão se podemos prosseguir com relação à votação de outro projeto terminativo.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente, nessa mesma linha: eu tenho um projeto de minha autoria, o item 9, cujo Relator é o Senador Flexa Ribeiro. Sugiro que aproveitemos que temos quórum e o coloquemos em votação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O Senador Wilder pede...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – O projeto de minha autoria também é terminativo e há quórum. É o item 9. A relatoria também é do Senador Flexa Ribeiro. Peço que seja colocado em votação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Item 9:

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, de 2015
- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para obrigar a instalação, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, sem ônus para os beneficiários, de equipamentos destinados à geração de energia elétrica própria com base em fonte solar fotovoltaica para injeção na rede elétrica das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica.

Autoria: Senador Wilder Morais
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo
Observações:
- Nos termos do artigo 282, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar

Concedo a palavra ao Relator, o Senador Flexa Ribeiro, que está dominando hoje a relatoria.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, Srªs e Srs. Senadores, é uma satisfação poder relatar dois projetos da maior importância, tanto o da Senadora Sandra Braga como o do Senador Wilder Morais.

O projeto do Senador Wilder Morais propõe a obrigação de instalação de equipamento de geração de energia elétrica fotovoltaica em unidades do Programa Minha Casa, Minha Vida.

O parecer é favorável, com algumas alterações no texto, solicitadas pela Aneel. Até porque os beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida são atendidos pela tarifa social. Dessa forma, quando houver a unidade de geração fotovoltaica na habitação, eles terão que optar ou pela tarifa social ou pela geração de energia fotovoltaica.

Eu quero parabenizar o Senador Wilder Morais, pois, ainda há pouco, aqui foi comentado pelo Senador Telmário, se não me engano,...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Pelo Senador Hélio José.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pelo Senador Hélio José, melhor dizendo, que a China deve gerar não sei quantos gigawatts de energia fotovoltaica. E o Brasil está ainda engatinhando nesse processo. O importante é que essas unidades do Programa Minha Casa, Minha Vida, que serão subsidiadas pelo Governo, tornarão o proprietário microgerador de energia. Ele estará interligado ao sistema, poderá usar a energia que ele próprio vai gerar e, se consumir menos, ainda vai receber pelo que for colocado no sistema de distribuição.

A Aneel pediu, Senador Wilder Morais, para trocar a expressão "obrigar" por "estimular". Segundo a Agência, a instalação do equipamento é opcional e requer estudo prévio de viabilidade e autorização do Ministé-

rio de Minas e Energia, de acordo com regulamentos editados pela Aneel. A outra alteração é no sentido de substituir a definição de "famílias com renda mensal de até R$1.395,00" por "beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida que se enquadrarem nos critérios da tarifa social de energia elétrica", que, como já disse, vão optar ou pela tarifa social ou pela geração fotovoltaica.

Além disso, a lei vai entrar em vigor depois de previstos no Orçamento da União os custos de implantação da placa de geração de energia fotovoltaica, que é estimada em pouco mais de R$13 mil por unidade. Como há a "intenção" – entre aspas – do Governo de na terceira etapa do Programa Minha Casa, Minha Vida construir 3 milhões de unidades, vezes os R$13 mil, daria R$40 bilhões de acréscimo no programa.

Então, isso tem de estar previsto no projeto de lei orçamentário. A lei vai entrar em vigor no ano seguinte à da sua aprovação.

Feitas essas observações e adicionadas praticamente as emendas de texto, o nosso parecer é pela aprovação do projeto, com a emenda substitutiva que apresentamos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Em discussão o relatório do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra, o Senador Fernando Bezerra para discutir.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu sou amplamente favorável ao projeto, venho acompanhando essa discussão, participando de alguns encontros ao lado do Senador Walter Pinheiro, que é um grande conhecedor desse tema, inclusive tivemos a oportunidade de fazer uma viagem intersolar na Alemanha. Acho que a microgeração distribuída é um passo importante para que possamos ampliar a produção de energia solar no nosso País.

Mas aqui, nesta Comissão, eu represento a Bancada do meu Partido, o Partido Socialista Brasileiro. O Senador Roberto Rocha solicita-me pedir vista – se assim for compreendido pelo Relator, Senador Flexa Ribeiro –, porque ele também é favorável a esse tipo de iniciativa, mas ele gostaria de aprimorar e trazer algumas contribuições. Portanto, eu me vejo na situação de formalizar o pedido de visto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – V. Exª, então, solicita vista.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Wilder.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, vou pedir vista coletiva até para que a matéria possa voltar na próxima reunião para gente...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente, então vista coletiva, sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Então fica concedida vista coletiva.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 85, de 2013
- Terminativo -

Proíbe a cobrança de roaming nacional ou adicional por chamada, em localidades atendidas pelas mesmas redes das operadoras de telefonia móvel contratada.

Autoria: Senador Valdir Raupp
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação
Observações:
- A matéria tem parecer favorável da CCT

Concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, para ir na sequência da oportunidade de quórum e esta é uma matéria terminativa, até para Telmário não tentar arrancar a minha orelha, já que nós estamos falando de telefone, na realidade, a nossa proposta de relatoria é pela aprovação desta matéria.

Esse tema nós discutimos, eu diria, exaustivamente na Comissão de Ciência e Tecnologia, que é inclusive a Comissão que tem na temática a prerrogativa até um pouco mais aprofundada do que a nossa, e tive oportunidade de participar também lá, até já que sou membro.

Na realidade, esta é uma matéria que interfere em um contexto importantíssimo neste cenário de comunicações. E esse é um debate exaustivo que se trava no mundo inteiro, com práticas de eliminação de *roaming,* com práticas, inclusive, de cobranças. Eu ainda tenho insistido com a Anatel em que nós temos de avançar cada vez mais para simplificação do processo, o que permite, por exemplo, a troca entre operadoras

diferentes. O Brasil é o único lugar do mundo em que o sujeito, para fazer uma ligação, tem colocar o número de uma operadora, eu continuo questionando isso, tenho um projeto de lei nessa direção. Essa escolha é uma escolha que é feita por cada usuário. Aí todo mundo fala: "É porque o usuário não pode fazer a escolha." Por que no mundo inteiro faz?

E nós temos ainda, aqui no Brasil, o minuto de celular um dos mais caros do mundo, principalmente para a maior camada que utiliza o celular. O Brasil tem mais de 270 milhões de celulares; desses 80% são pré--pagos, 80% são pré-pagos. Portanto o pré-pago ainda é o minuto mais caro. Então, essa é uma outra batalha.

Assim, se vamos vencendo por etapas, o nosso voto é pela aprovação desse projeto apresentado pelo Senador Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Em discussão o relatório do Senador Walter Pinheiro. (*Pausa.*)

Sendo terminativo o projeto do Senador Valdir Raupp, vamos passar à votação nominal.

Como vota o Senador Lasier Martins?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Como vota o Senador Telmário Mota?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senadora Sandra Braga.

A SRª SANDRA BRAGA (PMDB - AM) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Walter Pinheiro foi o Relator.

Então, peço ao universitário para fazer a apuração. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Nós declaramos aprovado o projeto por 11 votos.

Será feita a comunicação ao Presidente do Senado Federal, nos termos do §2º do art. 91 do Regimento Interno desta Casa.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Aproveitando o quórum, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um convite aqui a todos os nossos companheiros de Comissão.

Na segunda-feira, cumprindo aquilo que foi determinado aqui pelo Relator da proposta do Plano de Trabalho e Avaliação de Políticas Públicas do Plano Nacional de Logística de Transportes, faremos uma audiência pública. Será na segunda-feira às 15 horas. Já está confirmada a presença aqui do Ministro-Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República, bem como a do Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, e da Presidente do Ibama. Além desses, o Ministro dos Transportes me ligou agora há pouco para dizer que fará todos os esforços para vir também.

Então, como estão convidados os Ministros... Marcamos na segunda porque não dava para fazer como foi definido em nossa última reunião.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – É a moda Collor!

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – É a moda Collor: agora é de segunda a sexta! Será, então, a partir da 15 horas, e eu gostaria de convidar todos os companheiros, até para que possamos receber os Ministros e cumprir o compromisso que foi deliberado pela Comissão, ou seja, tratar desse tema.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pois não. Com a palavra, pela ordem, o Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente, ontem tivemos uma audiência pública na Subcomissão Permanente de Mineração e foram aprovados dois requerimentos.

Um requerimento é para que se faça uma visita à Mineração São Marcos, lá no Município de Mariana, para ver o que aconteceu realmente no caso daquela tragédia provocada pelo rompimento da barragem de rejeitos. Eu gostaria que V. Exª indicasse Senadores de Minas Gerais para fazer esse acompanhamento.

O segundo requerimento é relativo a uma audiência pública para a qual foram convidadas várias autoridades, uma audiência pública para debater esse grave acidente. Hoje o Brasil tem centenas de barragens de rejeitos. Por sorte, essa barragem não tinha uma quantidade grande de produtos químicos, o que poderia provocar um desastre muito maior.

No nosso Estado de Goiás, há várias barragens com vários produtos químicos que poderiam acabar com várias cidades dando um prejuízo muito grande ao meio ambiente.

Então, gostaria de comunicar isso a V. Exª, Presidente da nossa Comissão, para que possamos fazer a visita e a audiência pública para tentar entender o que aconteceu e tirar disso uma lição e, cada vez mais, dar mais segurança à população e também fiscalizar as mineradoras. (*Falha na gravação.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – ...apresentados aqui por V. Exª.

V. Exª, então, solicita, que se coloque em votação?

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) –

ITEM 3
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 213, de 2012
- Não terminativo -

Altera o artigo 2º da Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012, para determinar o controle da jornada de trabalho e tempo de direção do motorista profissional pelo empregador, por meios eletrônicos, na forma que especifica.

Autoria: Senadora Angela Portela.

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 301, de 2012
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012, que dispõe sobre o exercício da profissão de motorista; altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nos 9.503, de 23 de setembro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e 12.023, de 27 de agosto de 2009, para regular e disciplinar a jornada de trabalho e o tempo de direção do motorista profissional; e dá outras providências, para determinar a implantação de estações de apoio à atividade profissional do condutor de veículo de transporte de carga ou de transporte público de passageiros ao longo das rodovias federais concedidas.

Autoria: Senador Magno Malta
Relatoria: Senador Acir Gurgacz
Relatório: pela declaração de prejudicialidade do PLS 213/2012 e pela aprovação do PLS 301/2012, nos termos do substitutivo.
Observações:
- As matérias serão analisadas pela CAS.

Concedo a palavra ao Senador Telmário Mota para proferir o relatório como Relator *ad hoc*.

Peço, portanto, ao Senador Telmário que nos dê a oportunidade de contar com ele como Relator *ad hoc*.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, esse projeto é da Senadora Ângela Portela, do meu Estado de Roraima, sendo Relator o Senador Acir, que, por motivo de força maior, não está presente. Relato, portanto, *ad hoc*.

V. Exª já fez o preâmbulo do relatório. Trata-se do projeto da Senadora Ângela Portela, *que altera o art. 2º da Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012, para determinar o controle de jornada de trabalho e tempo de direção do*

motorista profissional pelo empregador, por meios eletrônicos, na forma que especifica, e do Projeto de Lei do Senado n° 301, de 2012, do Senador Magno Malta, que *altera a Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012, que dispõe sobre o exercício da profissão de motorista; altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e 12.023, de 27 de agosto de 2009, para regular e disciplinar a jornada de trabalho e o tempo de direção do motorista profissional; e dá outras providências [...]*.

Relatório.

Além de determinar o controle de jornada de trabalho e tempo de direção do motorista profissional pelo empregador, por meios eletrônicos, a proposição da Senadora Ângela Portela altera ainda o art. 67-C da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para equiparar ao motorista profissional o Transportador Autônomo de Carga, de que trata a Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007.

O PLS nº 301, de 2012, de autoria do Senador Magno Malta, tem como objetivo obrigar as concessionárias exploradoras de infraestrutura rodoviária a construir e manter estações de apoio à atividade profissional dos condutores de veículo de transporte de carga ou de transporte público de passageiros.

Análise.

O PLS nº 213, de 2012, é meritório por tratar da regulamentação da jornada de trabalho por meios eletrônicos. Afinal, a norma seria inócua se não pudesse controlar a jornada de trabalho com segurança e precisão, utilizando-se os aparelhos de ponto eletrônico.

Entretanto, em que pese todo o esforço da nobre autora dessa proposição, Senadora Ângela, verificamos que foi promulgada a Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015, que "dispõe sobre o exercício da profissão de motorista; altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, e 11.442, de 5 de janeiro de 2007 (empresas e transportadores autônomos de carga), para disciplinar a jornada de trabalho e o tempo de direção do motorista profissional.

Exatamente esses artigos são objeto de proposta de alteração pelo PLS nº 213.

Além disso, a alteração proposta ao inciso II do art. 82 desta lei não nos parece adequada, uma vez que a atribuição para o estabelecimento dos padrões a serem seguidos nas estações de descanso já é abarcada pelo atual rol de competências do DNIT. Assim, ante às alterações que vislumbramos, sugeriremos emenda substitutiva que englobe nossas propostas.

Voto.

Pelo exposto, opinamos pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 213, de 2012, e pela aprovação do PLS nº 301, de 2012, com as alterações decorrentes da seguinte emenda substitutiva:

Emenda nº 1 - CI (substitutiva)

Projeto de Lei do Senado Nº 301, de 2012.

Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, e dá outras providências, para determinar a implantação de estações de apoio à atividade profissional do condutor de veículo de transporte de carga ou de transporte público de passageiros ao longo das rodovias federais concedidas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 37. .....

.....

IV – construir e manter, quando se tratar de concessão para exploração de infraestrutura rodoviária, estações de apoio à atividade profissional dos condutores de veículo de transporte de carga ou de transporte público de passageiros, conforme padrões, normas e especificações técnicas estabelecidos pelo órgão competente.

Parágrafo único: As estações de apoio de que trata o inciso IV serão implantadas às margens da rodovia objeto da concessão e incluirão, necessariamente, área de estacionamento para os veículos e instalações destinadas ao descanso, à alimentação e à higiene dos condutores."

Art. 2º A exigência de que trata esta Lei não se aplica aos contratos de concessão que já se encontram em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Este é o relatório e esta é a proposição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Aprovado o relatório.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais para o seguimento de sua tramitação.

ITEM 11
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 75, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50 da Constituição Federal, que seja convidado o Secretário de Energia do Governo do Estado de São Paulo, João Carlos de Souza Meirelles, e o Presidente da CPFL Energia, Wilson Ferreira Junior, para participar de audiência pública sobre o tema: "Avaliação do suprimento de energia elétrica no Brasil e as perspectivas da política energética para o futuro do país", com o objetivo de subsidiar o parecer final da Avaliação de Políticas Públicas para a Gestão de Recursos Hídricos, Saneamento e Energia, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Será convidado também, de acordo com esse requerimento, o Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia, Sr. Luiz Eduardo Barata.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(É o seguinte o outro item aprovado:

EXTRAPAUTA
ITEM 13
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 80, de 2015
- Não terminativo -

Em aditamento aos termos do Requerimento nº 75 de 2015-CI, de minha autoria, que tem por objeto a realização de audiência pública sobre o tema: "Avaliação do suprimento de energia elétrica no Brasil e as perspectivas da política energética para o futuro do país", requeiro a substituição, como convidado, do Ministro das Minas e Energia, Eduardo Braga, pelo Secretário Executivo do Ministério das Minas e Energia, Luiz Eduardo Barata. [Diretor-Presidente da companhia Energética de Roraima, Antônio Pereira Carramilo Neto].

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho e outros)

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 187, de 2010
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, para proibir a cobrança de pedágios nos trechos de rodovias estaduais e federais que atravessem áreas urbanas e entre cidades que distem menos de trinta e cinco quilômetros entre si, e autorizar a arrecadação de taxas e contribuições de melhoria por concessionário de serviço público ou de obra pública.

Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador Paulo Rocha
Relatório: Pela rejeição
Observações:
- A matéria será analisada pela CAE

Concedo a palavra ao Relator, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o meu parecer é muito extenso. Como já foi publicado, vou fazer um resumo capaz de dar a entender o conjunto da minha decisão.

O meu voto é pela rejeição do projeto. O projeto atende à questão da constitucionalidade, pois a iniciativa da proposição sobre as citadas matérias é franqueada a Parlamentar – art. 61 –, e a espécie normativa empregada – lei complementar – é a exigida pelo art. 146, *caput*.

Queria fazer um breve histórico legislativo do pedágio.

Eu tenho a visão de que uma lei que tenta resolver o problema nacional de um país desse tamanho, com especificidades – não é o caso dessa questão –, não dá conta de atingir o objetivo do Parlamentar e, ao mesmo tempo, não soluciona o problema.

Os pedágios rodoviários no Brasil tiveram três fases distintas. Antes da Constituição de 1988, eram exigidos, desde 1947, como taxa, com base no art. 27 da Constituição de 1946, nas autoestradas de São Paulo; e desde 1969, como tarifa, com base na Constituição de 1967/1969, e no Decreto-Lei nº 791, de 1969, nas rodovias federais de pista dupla, inclusive na Ponte Rio-Niterói.

Esses pedágios eram operados pelos próprios governos, e a maioria era deficitária. Na segunda fase, logo após a aprovação da Constituição de 1988, houve a desativação dos pedágios federais simultaneamente à instituição, pela Lei nº 7.712, de 1988, do selo-pedágio na área federal, na tentativa frustrada de generalizar a cobrança do pedágio. O selo-pedágio, de vida curta, foi extinto em 1990, e a antiga forma de cobrança de pedágio federal não foi restabelecida.

A terceira e atual fase é caracterizada pela intensificação do pedágio, com a adoção do regime de concessões à iniciativa privada, a partir de 1996, por meio das Leis nºs 8.987 e 9.074, ambas de 1995, e 9.277, de 1996. Esta última permitiu a delegação de rodovias federais a Estados e Municípios, mediante convênios com a União, e a implantação de novos pedágios por concessões privadas.

Ainda que se admita a possibilidade jurídica do seu estabelecimento, por meio da lei complementar intentada, o malsucedido modelo pedágio-taxa não se afigura conveniente. Suas desvantagens são flagrantes na comparação com o modelo pedágio-tarifa, atualmente vigente.

Com efeito, caso a tarifa se transforme em taxa, o pagamento de pedágio passará a ser obrigatório não só para o usuário efetivo da rodovia pedagiada, mas também para o usuário em potencial, isto é, todo e qualquer proprietário ou possuidor de veículo automotor. A fixação do seu valor terá que se submeter aos princípios da legalidade e da anterioridade (de exercício e nonagesimal), que dificultam a calibragem e a rápida atualização do preço, fundamentais ao equilíbrio econômico-financeiro do empreendimento.

A delegação da função de arrecadação ao concessionário, aliás já permitida pelo §3º do art. 7º do CTN, não garante, por si só, que o concessionário possa se apropriar do valor do pedágio, pois o arrecadador, em regra, apenas recebe os pagamentos e os repassa ao sujeito ativo da obrigatória tributária. É o que ocorria com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e os postos de gasolina, autorizados a arrecadar o selo-pedágio.

A proposição em análise apresenta dois temas centrais: o primeiro visa proibir a cobrança de pedágios nos trechos de rodovias estaduais e federais que atravessem áreas urbanas e entre cidades que distem menos de 35km entre si. O segundo autoriza a arrecadação de taxas e contribuições de melhoria por concessionário de serviço público ou de obra pública.

Quanto ao primeiro tema, temos inicialmente que destacar que o PLS nº 187, de 2010, apresenta inconstitucionalidade, pois regula concessões de rodovias pertencentes a outros entes federados além da União. A competência para legislar sobre um determinado serviço público é do titular da competência constitucional para prestá-lo.

Dessarte, a disciplina da concessão de rodovia estadual cabe, com exclusividade, ao Estado detentor daquela infraestrutura. Como restou consignado no voto condutor do acórdão na ADI nº 3.343, o art. 175 da Constituição Federal situou a política tarifária exclusivamente sob a competência do ente federativo ao qual cabe a prestação do serviço.

Como já exposto, o art. 7º do CTN é alterado pelo projeto analisado, para permitir a delegação das funções de arrecadação e fiscalização de taxas e contribuições de melhoria a concessionário de serviço público ou obra pública.

A alteração proposta para o art. 11 da Lei nº 8.987, de 1995, faculta ao poder concedente prever, em favor da concessionária, no edital de licitação, a possibilidade de arrecadar taxas e contribuições de melhoria. Consideramos que essa alteração é redundante, pois a alteração proposta para o art. 7º do CTN já permite a delegação da arrecadação de taxas e contribuições de melhoria a concessionário de serviço público ou obra pública.

Diante do exposto, meu voto é pela rejeição do PLS nº 187, de 2010.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Paulo Rocha.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para seguimento de sua tramitação.

Votação de requerimentos.

EXTRAPAUTA

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 82, de 2015

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, combinados com o art. 73, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública perante a Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração (SUBMINERA), criada no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para tratar do rompimento das barragens do Fundão e do Santarém, na unidade industrial da Mina do Germano, localizada nos municípios de Mariana e Ouro Preto, em Minas Gerais, de propriedade da empresa de mineração Samarco, com os seguintes convidados:

1. Representante da Samarco Mineração S.A.;

2. Representante do CREA-MG;

3. Representante do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM);

4. Representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD);

5. Representante da Agência Nacional de Águas (ANA)

6. Pesquisador do Observatório Sismológico da Universidade de Brasília.

Autoria: Senador Wilder Morais

Senador Wilder Morais justifica: diante da recente tragédia provocada pelo rompimento de duas barragens da empresa de mineração Samarco, que trouxe à tona um problema que não é um caso isolado. A insegurança de barragens de armazenamento de rejeitos construídos por empresas mineradoras. Daí a solicitação da audiência pública.

Em votação o requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Ainda de autoria do Senador Wilder Morais.

EXTRAPAUTA

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 81, de 2015

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de diligência de membros da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração – SUBMINERA ao distrito de Bento Rodrigues, no município de Mariana, onde houve o rompimento de duas barragens de rejeitos da mineradora Samarco.

Autoria: Senador Wilder Morais

Em votação o requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ITEM 12
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 79, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do Artigo 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência da Comissão de Serviços de Infraestrutura na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, com a finalidade de debater a infraestrutura hídrica da região, no dia 27 de novembro de 2015. Na oportunidade requeiro que a diligência seja acompanhada pelo Ministro de Estado da Integração Nacional, Gilberto Magalhães Occhi, pelo Diretor de gestão da Agência Nacional de Águas – ANA, senhor Paulo Lopes Varella Neto, e pelo Presidente da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídrico – FUNCEME, senhor Eduardo Sávio Passos Rodrigues Martins.

Autoria: Senador Garibaldi Alves Filho

Essa diligência será realizada, portanto, no dia 27 de novembro, na minha cidade, Natal. E eu estou solicitando aos Senadores que possam comparecer, principalmente os nordestinos, porque se trata de um problema que vem se agravando, naquela região, com relação à crise hídrica.

Nós temos, no Nordeste, quatro anos de seca e podemos ter um prolongamento dessa crise, segundo previsões que dizem respeito ao chamado fenômeno de aquecimento das águas do Pacífico, que traz realmente o agravamento desse problema.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu quero informar também que, além desses convidados que darão respaldo técnico a essa diligência, serão convidados governadores da região.

Anuncio que, atendendo à solicitação a mim formulada previamente por seus respectivos relatores, foram retirados de pauta da reunião de hoje os itens 1, 6 e 7.

Agradeço a presença de todos e lembro que, além da nossa reunião da quarta-feira, dia 18, teremos no dia 16 de novembro, segunda-feira próxima, às 16 horas, neste plenário, uma audiência pública para discutir a interface dos órgãos do setor de transportes com outros cujas competências impactam a realização de obras de infraestrutura, em atendimento a requerimento do Senador Wellington Fagundes. A esta audiência estarão presentes o Ministro da Aviação Civil, Eliseu Padilha, e o Ministro dos Portos, Helder Barbalho, além de representantes do Ministério dos Transportes, do Ibama e do Ministério Público Federal.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 8 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 18 minutos.)

ATA DA 39ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE NOVEMBRO DE 2015.

Às dezesseis horas e dezenove minutos do dia dezesseis de novembro de dois mil e quinze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do senhor Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das senhoras e dos senhores Senadores Acir Gurgacz, Sandra Braga, Valdir Raupp, Hélio José, Blairo Maggi, Wellington Fagundes, Elmano Férrer, Jorge Viana e Roberto Rocha. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e dá início à apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 59, de 2015, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que requer, "em conformidade com as disposições do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, conjugado com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, e em face do Requerimento nº 32, de 2015-CI, de 20 de maio de 2015, que tem por objeto avaliar a política pública sobre Plano Nacional de Logística de Transportes, seja realizada audiência pública no âmbito da Comissão de Serviço de Infraestrutura para discutir a interface dos órgãos do setor de transportes com outros cujas competências impactam a realização de obras de infraestrutura". O Presidente convida os participantes da Audiência a compor a Mesa, e fazem suas exposições os senhores Helder Barbalho, Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República, e Eliseu Padilha, Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República. Às dezessete horas e vinte e cinco minutos o senhor Senador Wellington Fagundes assume a Presidência. Fazem suas exposições a senhora Natalia Marcassa de Souza, Secretária Executiva do Ministério dos Transportes, e os senhores Franklin Rodrigues da Costa, Subprocurador-Geral da República, e Thomaz Toledo, Diretor de Licenciamento Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, além do senhor Luiz Antônio Garcia, Diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT. Fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto abordado os senhores senadores Hélio José, Jorge Viana, Elmano Férrer, Valdir Raupp, Blairo Maggi, Garibaldi Alves e a senhora Senadora Sandra Braga. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às vinte horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, Thales Roberto Furtado Morais, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – havendo número regimental, declaro aberta a 39ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião se destina à realização de audiência pública, em atendimento a requerimento de autoria do Senador Wellington Fagundes, aprovado em 30 de setembro ultimo, para discutir a interface dos órgão do setor de transportes com outros cujas competências impactam a realização de obras de infraestrutura.

Para debater o tema, foram convidadas as seguintes autoridades e especialistas, a quem, desde logo, convido a que tomem assento à mesa:

– Sr. Helder Barbalho, Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República;

– Sr. Eliseu Padilha, Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República;

– Srª Natalia Marcassa de Souza, Secretária Executiva do Ministério dos Transportes, que representa o Sr. Ministro dos Transportes neste evento;

– Sr. Franklin Rodrigues da Costa, Subprocurador-Geral da República;

– Sr. Thomaz Toledo, Diretor de Licenciamento Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Gostaria, ainda, de registrar a presença, em nosso plenário, dos Srs. Mário Povia, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq); do Sr. Fernando Fonseca, Diretor da Antaq; da Srª Lúcia Helena Amorim de Oliveira, Assessora Especial para Assuntos Parlamentares da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República; do Sr. Rodrigo Mendes, Diretor de Infraestrutura da Secretaria de Portos da Presidência da República; do Sr. Sílvio Arthur Pereira, Chefe da Assessoria Parlamentar da Secretaria de Portos; do Sr. Otto Luiz Burlier, do Departamento de Informações Portuárias da Secretaria de Portos; e do Sr. Glauto Hoff da Silva, da Assessoria Parlamentar da Secretaria de Portos. (*Pausa.*)

Informo, ainda, que esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Isso significa que as pessoas que tenham interesse em participar, com comentários ou

perguntas, poderão fazê-lo por intermédio do Portal e-Cidadania e também pelo Alô Senado, através do telefone 0800-612211.

Concedo a palavra a S. Exª o Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República, Helder Barbalho.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Hélio.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar V. Exª, Senador Garibaldi Alves, e, desde já, saudar o Ministro Eliseu Padilha, o Ministro Helder Barbalho, o nosso Subprocurador-Geral da República, Dr. Franklin Costa, o representante do Ibama e a representante do Ministro dos Transportes aqui presentes.

Eu estou inscrito para fazer um pronunciamento agora, no plenário. Vou correr lá para fazê-lo e volto para cá, até porque, como Presidente da Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura, avalio que esta mesa está, hoje, muito rica e que, portanto, esse debate aqui será muito promissor, razão por que penso que é muito importante dele participar.

Por isso, mais uma vez, cumprimentando o Senador Garibaldi Alves, peço desculpas para me ausentar por alguns instantes para ir ao plenário rapidamente, voltando em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Como estava já anunciada a palavra ao Ministro Helder Barbalho, peço permissão a V. Exª para conceder a palavra ao Senador Wellington Fagundes, que teve a iniciativa de propor esta audiência pública.

Assim, tem a palavra V. Exª.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, cumprimentado V. Exª, quero cumprimentar também os Ministros Helder Barbalho e Eliseu Padilha, bem como o Dr. Franklin e a Drª Natália, representante do Ministério dos Transportes, na qualidade de Secretária Executiva da Pasta; bem como o Dr. Thomaz Toledo, representante do Ibama.

Sr. Presidente, como é sabido, o objetivo desta nossa audiência de hoje faz parte da proposta de plano de trabalho para a avaliação de políticas públicas no âmbito do Plano Nacional de Logística de Transportes. Esse documento apresenta à Comissão de Serviços de Infraestrutura a proposta de plano de trabalho para avaliação dos investimentos no setor de transportes constantes dos diversos planos anunciados pelo Governo Federal nos últimos cinco anos.

Essa avaliação decorre da determinação, contida no art. 96-B do Regimento Interno do Senado, de que as Comissão Permanentes selecionarão, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para serem avaliadas. E coube a mim, eleito que fui pela Comissão, desenvolver esse trabalho.

A atuação do Estado, por meio de suas políticas públicas, é fundamental para promover o bem estar da sociedade. As políticas públicas compreendem o conjunto de planos, ações e metas do Governo que asseguram, entre outros objetivos, a prestação de serviços aos cidadãos. Os investimentos públicos em infraestrutura de transportes devem ser vistos como essenciais para a transformação da dinâmica produtiva do País.

Neste ano, a Comissão de Serviços de Infraestrutura elegeu dois temas para exercer o seu poder/dever de avaliação, sendo um deles voltado para o setor de transportes.

A avaliação dessas políticas públicas é etapa final do ciclo que se inicia pela formação da agenda, segue pela formulação da política, passa pela tomada de decisão, rumo à sua implantação. Note-se que a avaliação é etapa essencial para esse ciclo, e, após todo o processo realizado, o produto final é a prestação de contas à sociedade.

Nosso objetivo, portanto, é ter um quadro do que já foi realizado, das dificuldades enfrentadas na implantação dos projetos, de modo a poder ter clareza acerca da expectativa para o investimento previsto no setor de transporte para os próximos anos.

Com isso, esperamos reforçar o exercício da função fiscalizatória do Congresso Nacional, estabelecendo uma estratégia pró-ativa de atuação que permita uma análise e a avaliação da política de infraestrutura de transportes, de modo a oferecer à sociedade uma visão qualificada da situação atual e das dificuldades do setor de transportes, aumentando a transparência e a viabilidade do controle do cidadão sobre as ações governamentais.

Em outra ponta, uma vez identificados os desafios a serem enfrentados, esta Comissão, além de enviar recomendações e sugestões aos órgãos executores das variadas ações avaliadas, poderá apresentar sugestões de aprimoramento da legislação específica capazes de catalisar a solução dos problemas que impedem a disponibilização de uma infraestrutura capaz de oferecer o desenvolvimento logístico e da competitividade nacional.

Dentro das atividades propostas, a avaliação será realizada pela consolidação e análise de informações coletadas por diversos meios. Inicialmente, serão requisitadas informações aos agentes setoriais públicos que executam atividades de governo ou de regulação relativas à construção e operação da infraestrutura rodovi-

ária, ferroviária, portuária, hidroviária e aeroportuária, quais sejam: Ministério dos Transportes, Secretaria de Portos, Secretaria de Aviação Civil, Empresa de Planejamento e Logística (EPL), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e alguns agentes privados, como a Confederação Nacional dos Transportes (CNT) e a Confederação Nacional da Agricultura. E, ainda, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), além das associações da indústria, de concessionários ou de usuários, poderão ser chamados, oportunamente, a contribuir.

E, nessa sequência, para dar conhecimento à sociedade, nós já temos marcada, para o dia 3 de dezembro, a nossa última reunião, a fim de concluirmos esse trabalho aqui como uma função delegada a mim por toda esta Comissão.

Então, Sr. Presidente, isso é mais no intuito de que todos aqui presentes se cientifiquem ainda mais do trabalho que nós estamos fazendo, a fim de que possam, assim, fazer as suas colocações.

Nós já temos, aqui, algumas perguntas que já foram, previamente, indicadas, mas nós as deixaremos para a fase posterior.

Eu agradeço a presença de todos vocês aqui, nesta segunda-feira. Só o prestígio do Senador Garibaldi Alves para fazer isso.

Então, parabenizando-os, agradeço, mais uma vez, a todos que aqui vieram.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu gostaria de pedir permissão ao Ministro Helder para explicar o seguinte: nós estamos aqui em uma audiência pública destinada a discutir uma política pública, e a coordenação desses trabalhos cabe ao Senador Wellington Fagundes, a quem vou transmitir a Presidência dos trabalhos, registrando que vou permanecer aqui acompanhando os trabalhos.

Só espero que ele não tome tanto gosto...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Dada a experiência de V. Exª, como já disse, eu faço questão de que V. Exª permaneça na Presidência, o que dará mais conforto aos nossos palestrantes. Eu faço questão!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu não esperava tanta generosidade de V. Exª. (*Risos.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Só falto, Ministro Helder, o senhor inverter com a Natalia. (*Risos.*)

Para maior satisfação do nosso Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Ministro Helder.

Eu darei uma oportunidade a V. Exª.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Aí, outro diria assim: "A saúde do nosso Senador Garibaldi é tão irritante que nem no banheiro ele vai, ainda que a reunião dure mais de três horas aqui". (*Risos.*)

O SR. HELDER BARBALHO – Sr. Presidente, Senador Garibaldi, eu gostaria de dizer da grata satisfação e da honra em poder participar desta audiência pública proposta pela Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal.

Gostaria de cumprimentar os Senadores membros desta importante Comissão, que aqui participam desta audiência, iniciando pela Senadora Sandra Braga; da mesma forma, cumprimentar o Senador Hélio José, que aqui esteve; o Senador Blairo Maggi, o Senador Elmano Ferrer; e, de forma especial, se me permitem, saudar o Senador Wellington Fagundes, propositor deste requerimento, festejando a iniciativa de S. Exª.

Gostaria, ainda, de cumprimentar aqui, em nome do Diretor-Geral da Antaq, Mario Povia, os representantes dos diversos órgãos e entidades aqui presentes, sejam da representação pública, sejam da representação da iniciativa privada.

Quero dizer que venho acompanhado de dois Secretários: o Secretário de Políticas Portuárias: Fábio Lavor, e o Secretário de Infraestrutura Portuária, Rodrigo Mendes, bem como do Secretário Executivo da Secretaria de Portos, ex-Senador da República, Luiz Otávio.

Quero cumprimentar e festejar a presença do meu colega, Ministro Eliseu Padilha, da Secretaria de Aviação Civil; da mesma forma, a Srª Natalia Souza, Secretária Executiva do Ministério dos Transportes; ao Dr. Franklin Costa, Subprocurador-Geral da República, em nome de quem estendo os meus cumprimentos respeitosos ao Ministério Público Federal. E quero, ainda, cumprimentar o Dr. Thomaz, Diretor do Ibama.

Neste momento, Sr. Presidente, falar sobre o Plano Nacional de Logística de Transportes, seguramente, remete a uma discussão intensa que temos feito, no Governo Federal, sobre a composição dos modais logísticos necessários e demandados pelo nosso País.

Permitam-me, Srªs e Srs. Senadores, fazer uma apresentação – e tentarei ser o mais rápido possível – com o intuito de mostrar, em primeira mão, ao Senado da República e a esta Comissão o Plano Nacional de Logística Portuária, cuja nova edição deverá ser lançada ainda este ano, provavelmente no início da segunda quinzena de dezembro.

O nosso PNLP detalha informações que eu estarei aqui abordando; porém, é importante registrar que determinados números de projeção que estão sendo feitos dependem, é claro, da aproximação dos prazos, até para que esses números possam ter as devidas certificações.

Hoje, o cenário é de uma costa com 7,4 mil km, 13 mil km de hidrovias, 80% do PIB dos Estados com acesso à costa marítima, o que é importante registrar; 95% do volume do nosso comércio exterior passando pelos portos marítimos brasileiros.

Aqui é um mapa que mostra que 80% do PIB está exatamente nos Estados que possuem os portos marítimos.

Esse eslaide faz a colocação dos 37 portos públicos existentes na nossa costa. Nós temos portos marítimos e portos fluviais, sendo que parte dos portos fluviais estão sob a responsabilidade do Ministério dos Transportes, através do Dnit.

Essas são as instalações privadas. São 174 instalações portuárias privadas espalhadas por esses Estados.

Essa é a movimentação de carga. E é importante registrar que houve um aumento, entre 2003 e 2014, de 70% na movimentação de carga.

O azul é o granel sólido; o vermelho é o granel líquido; o verde, carga geral; e o lilás, carga conteinerizada.

Aqui, iniciando a apresentação do planejamento do setor portuário nacional, nós temos alguns momentos que são estratégicos, que estabelecem o novo marco regulatório: a Lei nº 12.815, de 2013, que faz com que a SEP, a Secretaria de Portos, passe a ser o poder concedente, com centralização do planejamento setorial e com a responsabilidade de elaborar e submeter à SEP o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento dos portos; o Decreto nº 8.033, da Presidência da República, estabelecendo o Plano Geral de Outorgas e também disciplinando o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento dos portos; e a Portaria da SEP estabelecendo o PNLP, que é por onde estou iniciando a apresentação, os planos mestres, os PDZs e o PGO, que, em seguida, eu detalharei.

Esse é o nosso planejamento integrado do setor portuário. Nós temos, aqui, o PNLP, de responsabilidade da Secretaria de Portos; o PNLI, da Empresa Pública de Logística; e o PNLT, do Ministério dos Transportes. E, no caso, o representante do Ministério dos Transportes vai falar um pouco, provavelmente, desses dois itens citados.

Prosseguindo: dentro da estratégia da SEP, nós temos os *master plans* das ações e o PDZ, que é o zoneamento da atividade.

O Plano Nacional de Logística Portuária tem, como principal instrumento, o planejamento estratégico; em seguida, os planos mestres, que estabelecem o planejamento voltado a cada unidade portuária, detalhando cada *cluster* existente; o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento, que planeja a operacionalidade da administração portuária; e o Plano Geral de Outorgas, que envolve todo o planejamento de outorgas dos portos públicos, como também dos terminais de uso privado.

Nós temos os instrumentos de planejamento que condizem com essas quatro estratégias.

Iniciando a primeira, através do Plano Nacional de Logística Portuária, que tem, como papel central e primeiro passo, o diagnóstico do setor portuário, que envolve tudo aqui que foi identificado entre 2010 e 2014, estruturando, com gestão e economia, operações, as suas capacidades, a logística e o meio ambiente.

Em seguida, estabelece o prognóstico fazendo uma projeção de 2015 a 2042, E por que 2042? Porque nós estamos trabalhando com um cenário de licitações que estão em curso e que poderão ocorrer até 2017, o que daria 2042 como o prazo final dos 25 anos dessas concessões que estão em processo de licitação.

Da mesma forma, também fazendo uma análise da alocação de cargas nos portos para o horizonte 2020, 2030 e 2042.

E há os objetivos, metas e ações. Primeiramente, definição dos objetivos estratégicos, dos indicadores de monitoramento e das metas; a definição das ações estratégicas e o portfólio de investimento recorrente àquilo que foi inicialmente prognosticado e, posteriormente, diagnosticado.

Dentro do processo de elaboração do PNLP, nós iniciamos com os dados primários, como foi construído o Plano Nacional de Logística Portuária, através de entrevistas com as administrações portuárias, com os embarcadores, operadores, através de questionários; em seguida, foi feita uma discussão junto a diversos órgãos do Governo Federal; e, também, outros atores que compõem indiretamente o Governo Federal. E fizemos, posteriormente, uma discussão junto a instituições associadas ao setor – em torno de 27 instituições e associações – e, por último, fazendo a análise junto a especialistas e consultores, através daqueles cinco itens a que me referi há pouco.

Senador Valdir Raupp, um prazer enorme.

Prosseguindo: o produto desenvolvido no primeiro ciclo. Nós tivemos o primeiro ciclo do PNLP, em 2012, que tinha essas ações: ações emergenciais para o desenvolvimento dos portos brasileiros, diagnóstico, projeção de demanda, áreas de influência, capacidade portuária, carregamento de malha, tendências internacionais e análises estratégicas, modelo de exploração dos portos, portfólio de projetos, o PNLP e o sumário executivo do PNLP.

Este é o segundo ciclo, que vem detalhado, que, como eu acabo de citar aos senhores, deve ser lançado no início da segunda quinzena de 2013, onde nós vamos tratar item por item.

Aqui é a capacidade instalada hoje no Brasil. Nós temos, entre portos públicos e TUPs, uma capacidade total de oferta de 1,4 bilhão de toneladas/ano – isso de oferta entre portos públicos e terminais privados, como eu disse – compostos de granel sólido, 62.9%; granel líquido, 20,35%; carga geral, 5%; contêiner, 12,1%.

E nós, inclusive, disponibilizaremos os detalhes desta apresentação para a Comissão.

Distribuição geográfica: 11,2%, Norte; 24,7%, Nordeste; 0,9%, Centro-Oeste; 47%, Sudeste; e 16,2%, Sul.

Portanto, hoje, a capacidade de operação portuária, no Brasil, é de 1,4 bilhão de toneladas.

A movimentação de carga, hoje, no País, é de 900 milhões de toneladas (2014) e a capacidade, como eu citei há pouco, é de 1,43 bilhão de toneladas.

Nós estamos, hoje, utilizando 63% da nossa capacidade com as demandas do setor. Assim distribuídas: 63% de granel sólido; 55% de granel líquido; 64% de carga geral; 60% de contêiner, para um total de 63%

Essa é a demanda, a expectativa de demanda até 2042.

Portanto, nós temos, aí, um desafio, porque, hoje, o que nós temos de oferta nos daria ainda, por alguns anos, uma certa tranquilidade; daí a preocupação de garantir investimentos que possam fazer frente às demandas que são crescentes.

Com um detalhe que é importante registrar: nós temos, hoje, navegação de longo curso como ação prioritária e um estímulo que se faz necessário para ampliar a atividade de cabotagem no Brasil.

Potencial de crescimento.

A nossa capacidade atual em granel sólido, hoje, é de 886,7 milhões, e nós temos um potencial de crescimento de 325 milhões de toneladas; para granel líquido, 57 milhões; contêiner, 82,5 milhões; e carga geral, 10,6 milhões.

É importante esse quadro por conta de demonstrar aos investidores quais são as áreas em que ainda temos muito a crescer, com grandes perspectivas de conveniência de novos investimentos com a ampliação da oferta.

Capacidade atual para a demanda.

Você tem aqui, dividindo alguns *clusters* que estão fazendo a composição, inicialmente, no Complexo Santarém-Amazonas, uma projeção de demanda de 35,7 milhões de toneladas e uma capacidade de oferta de 35 milhões de toneladas. Então, você tem um déficit de 0,7 milhões de toneladas até 2042.

Você tem, na Bahia, hoje, uma projeção de demanda de 45,6 milhões de toneladas e a atual capacidade é de 10,6 milhões. Portanto, você tem um déficit de 35 milhões de toneladas até 2042.

Vila do Conde (Pará), junto com o Maranhão: você tem uma demanda de 344,2 milhões de toneladas até 2042 e você tem uma oferta, hoje, de 260 milhões. Portanto, há uma projeção de déficit de 83,9 milhões de toneladas.

Esses são alguns exemplos no caso de granel sólido.

Contêiner.

Citando como exemplo São Paulo, temos uma projeção de demanda de 78,4 milhões e uma capacidade de 56,8 milhões. Então, você tem um déficit, até 2042, de 21,6 milhões. E aqui você tem todos os *clusters* que operam na atividade de contêiner, com a atual capacidade ofertada e com a projeção até 2042.

Granel líquido.

Por exemplo, São Paulo, onde você tem, hoje, uma capacidade de 17,4 milhões e, em 2042, você terá uma demanda de 52,5 milhões de toneladas. Portanto, o déficit para acompanhar as demandas até 2042 é de 35,1 milhões de toneladas.

Carga geral.

Cito outro Estado da Federação, Santa Catarina, por exemplo, onde você tem, no Completo de Itajaí, uma demanda de 2 milhões de toneladas até 2042 para uma capacidade instalada, hoje, de 1,1 milhão.

Os pilares que estão estabelecidos no nosso plano são fundamentais para o cumprimento de curto prazo e constam, inclusive, do nosso PPA.

Primeiro, nós temos que aprimorar a governança e modernizar a gestão do setor portuário; segundo, melhorar a produtividade, os níveis de serviço e otimização do fluxo logístico do sistema portuário na movimentação de cargas e transporte de passageiros; terceiro, adequar a capacidade portuária às demandas de cargas e passageiros por meio de melhoria de condições de acesso aquaviários e terrestres e das instalações

portuárias; investir firmemente na melhoria da estrutura dos portos, como também na dragagem para que tenhamos capacidade de receber embarcações de maior calado; e, por último, promover a sustentabilidade ambiental e a revitalização das áreas portuárias dos portos organizados.

Aqui, nós temos o planejamento estratégico que vai ser dissecado em 18 objetivos estratégicos, de 2015 a 2018.

Primeiro, objetivos de gestão e economia: modernizar a gestão das administrações portuárias, buscar a autossustentabilidade financeira das administrações portuárias e melhorar a governança do setor.

Objetivos de capacidade: adequar os acessos aquaviários, aumentar a capacidade das instalações portuárias, aumentar o aproveitamento e a modernização das áreas dos portos organizados, em consonância com os planos de zoneamento, e realizar a manutenção da infraestrutura das instalações.

Objetivos de operações: melhoria da produtividade do sistema, redução do tempo de espera, garantir segurança operacional das instalações, melhoria dos serviços dos anuentes e adequar as operações de passageiros às necessidades dos usuários.

Objetivos de logística: buscar o nível de serviços adequados nos acessos aos portos, incentivar o uso de navegação de cabotagem, como citei anteriormente, e otimizar a inteligência logística na gestão dos acessos aos portos.

Por último, objetivos de meio ambiente: promover a sustentabilidade ambiental dos portos, promover o zoneamento das áreas portuárias, promover a estruturação consolidada de setores da gestão ambiental e de segurança e saúde do trabalho.

Eu diria que esses são os nossos principais objetivos estratégicos.

Em havendo essa demanda, detalhando especificamente cada item entre esses 18, indo para, por exemplo, a questão da capacidade, você vai embora, tratando daqueles itens que podem dissecar toda e qualquer dúvida a respeito dos objetivos escolhidos por nós; Inclusive, pode-se detalhar a curto, médio e longo prazos, bem como ações que são contínuas.

Essas são as ações dos investimentos que estão sendo estimados por nós.

Inicialmente, os investimentos privados. São os novos TUPs, para os quais estimamos um investimento da ordem de R$20,68 bilhões; novos arrendamentos, R$16,26 bilhões, sendo R$11,3 de *greenfield*, áreas novas; R$4,9 bilhões de *brownfield*, áreas já utilizadas.

Essas aqui serão feitas através dos leilões.

E as renovações contratuais, que são as prorrogações antecipadas de arrendamentos vigentes, para o que a nossa estimativa é de R$8,14 bilhões.

Investimentos públicos em dragagem: R$3,96 bilhões (OGU).

Terminais privados.

Nós temos terminais privados já autorizados, no total de 47, cujos processos já foram autorizados. Para terminais privados, em valor estimado de movimentação, prevê-se um investimento de R$13,93 bilhões. Volto a dizer: terminais (TUPs) já autorizados.

E, aqui, capacidade de movimentação a partir dos investimentos que esses TUPs irão trazer. Eles vão agregar aos números atuais de oferta do setor 183,5 milhões de toneladas.

Em análise, nós temos algo da ordem de R$6,75 bilhões em termos de estimativa de investimento, de novos TUPs, que representarão um ganho de operação de 92,7 milhões de toneladas.

Essas áreas se referem aos leilões.

Nós vamos iniciar os leilões das concessões depois de quase três anos de discussão com o Tribunal de Contas da União.

O primeiro bloco envolve áreas no Pará e em Santos.

A primeira fase do Bloco I terá a sua licitação no dia 9 de dezembro. São quatro terminais, dos quais um em Vila do Conde; três, em Santos. Envolvem celulose e soja.

A segunda fase do Bloco I são quatro terminais, sendo três em Santarém e um em Belém.

A estimativa de investimento é de R$2,25 bilhões neste primeiro certame.

No segundo, terceiro e quatro blocos, nós temos áreas em Manaus, Santarém, Santana (AP), Vila do Conde, Itaqui (MA), Suape (PE), Aratu (BA), Rio de Janeiro, Santos (SP), Santa Catarina e Paraná, com uma estimativa de investimentos de R$14 bilhões.

Renovações contratuais.

São os processos que estão em andamento e para os quais está sendo feita a antecipação da prorrogação desse andamento atrelado a propostas de investimento. São 52 processos que estão em andamento na SEP: 25 relativos a prorrogações antecipadas, seis já foram autorizados, 19 em análise. A estimativa é de R$7,1

bilhões. Temos outros 27, que são diversos, num total de R$8,14 bilhões que estão nessas regiões com os contratos correspondentes.

Essa é a apresentação, Sr. Presidente.

Mais uma vez, gostaria de citar que nós deveremos lançar o Plano Nacional de Logística Portuária em dezembro. A intenção é que isso seja um norte para a análise do setor a partir dos diagnósticos que foram feitos e dos prognósticos da capacidade demandada para o setor que se utiliza da área portuária no nosso País. Estamos certos de que os portos continuarão a crescer. Nós temos uma média de crescimento elevada: 4,8% de crescimento na atividade portuária, do movimento de cargas no último ano, e nós cremos que o Brasil continuará crescendo e haverá de demandar ainda mais a atividade portuária, e o PNLP servirá para esta gestão e para as gestões seguintes como um sinalizador das ações que deveremos fazer e acompanhar, seja a iniciativa privada, seja o setor público, para garantirmos o devido ambiente para a produtividade, a competitividade. a eficiência e diminuição do custo da operação portuária no nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço a exposição, a palavra do Ministro Helder Barbalho, Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República.

Antes de passar a palavra ao Ministro Eliseu Padilha, quero fazer o registro, para honra da nossa Comissão, da presença dos Srs. Luiz Antônio Ehret Garcia, Diretor de Infraestrutura Rodoviária do Dnit; Thiago Pereira Pedroso, Secretário Executivo da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República; Rogério Teixeira Coimbra, Secretário de Política Regulatória de Aviação Civil da Secretaria de Aviação Civil; Juliano Alcântara Noman, Secretário de Navegação Aérea Civil da Secretaria de Aviação Civil; Leonardo Cruz, Secretário de Aeroportos da Secretaria de Aviação Civil; Eduardo Bernardi, Diretor do Programa de Aviação Regional da Secretaria de Aviação Civil; Adílson Teixeira Lima, Diretor de Engenharia e Meio Ambiente da Infraero.

Registro, ainda, a presença do Senador Luiz Otávio, que esteve comigo na antessala – não o estou vendo no momento aqui.

Agora, eu tenho a honra de conceder a palavra ao Ministro Eliseu Padilha, Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.

O SR. ELISEU PADILHA – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, registro. inicialmente, a satisfação e o orgulho de poder voltar a esta Casa e a esta Comissão. Aqui venho pela terceira vez este ano, com grande alegria. Já falamos aqui sobre o nosso programa de intervenção em toda a logística no sistema de aeroportos; falamos sobre os aeroportos regionais especificamente; e falamos sobre o nosso programa de concessão que está em andamento neste momento.

Então, registro, Senador Garibaldi Alves, que um chamamento seu é uma ordem, e, no dia e horário previstos, nós temos feito questão de estar aqui à disposição de V. Exª e do Senado da República, esta Casa que tão bem representa os Estados no concerto da Federação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Ministro, se V. Exª me permite, o que acontece é o seguinte: o chamamento não é só meu. Os Senadores têm a iniciativa; eu apenas, como Presidente, convido.

O SR. ELISEU PADILHA – Manda buscar. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Se V. Exª manifesta essa abertura, V. Exª fique certo: poderá voltar mais vezes aqui.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Ministro, nós convidamos, pedimos, mas quem manda é o Senado Garibaldi. (*Risos.*)

Isso é líquido e certo.

O SR. ELISEU PADILHA – Quero saudar aqui o meu colega de Ministério, esse jovem e brilhante homem público, Helder Barbalho, cuja exposição com a qual nos brindou aqui é apenas uma pequena amostra do que tem sido a sua dedicação à função de Ministro de Estado nessa área que é muito complexa e da qual eu tenho algum conhecimento, pois, durante seis anos, eu tive a responsabilidade e o privilégio de reger o Ministério dos Transportes. Então, posso afirmar que essa área é realmente fundamental para a infraestrutura brasileira.

Quero saudar também a Drª Natália de Souza, que é a Secretária Executiva do Ministério dos Transportes, que vem aqui ornamentar esta mesa, que ficou muito mais bonita com a sua presença.

Quero cumprimentar o Dr. Franklin, nosso Procurador-Geral da República, e, na sua pessoa, cumprimento o Ministério Público Federal pela sua presença marcante na vida pública nacional.

Também cumprimento o Dr. Thomaz Toledo, Diretor de Licenciamento Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, o nosso Ibama, instituição que, neste particular, tem uma missão importantíssima no que diz respeito à infraestrutura. E a minha participação aqui será centrar um *case* Ibama, um *case* de sucesso – o Ibama e a sua relação com o Ministério.

Quero saudar os Srs. Senadores, iniciando pela Senadora Sandra Braga, que também embeleza a parte correspondente à bancada dos Senadores; cumprimento o Senado Hélio José, que saiu, mas disse que volta; o Senado Jorge Viana, que nos honra com a sua presença; o Senador Acir, que eu vi entrar, pelo menos assinou, ou seja, está presente, porque assinou a lista de presença; o Senador Blairo Maggi, que nos honra aqui também com a sua presença; o nosso "convocador-mor", isto é, quem efetivamente nos chamou, o Senador Wellington Fagundes, a quem agradeço por mais esta oportunidade, pois sempre é muito bom que o Poder Executivo venha prestar contas ao Legislativo do que está fazendo; e o Senador Elmano Ferrer, que aqui está também nos dando a honra da sua participação.

Como aqui já foram mencionados, nominalmente, os integrantes do corpo de servidores dos vários Ministérios, se me permitirem subscrevo a citação que já foi feita, vamos ganhar alguns minutos, dando um passo adiante.

Quero saudar os servidores da Casa. Esta é uma Casa que tem um corpo de servidores muito bom, excepcional. Eu, em que pese tenha convivido muito no tapete verde, vim muitas vezes aqui ao tapete azul, de modo que conheço bem a eficácia a eficiência dos servidores desta Casa, a quem agradeço toda a cobertura.

A mim caberia, talvez, Senador Wellington, tentar enfocar diretamente a questão que o senhor colocou; porém, como aqui eu já mostrei o PIL no que diz respeito aos aeroportos, mostrei o que é o nosso programa dos aeroportos regionais, eu vou tentar, objetivamente, enfocar o que foi a sua provocação e o que nós temos de testemunho a dar e, quem sabe, sinalizar a abertura de algum outro caminho para os demais modais, que ainda têm a percorrer esse caminho que nós já percorremos.

Qual é o exemplo? E eu dizia que é um *case* de sucesso: é a questão do licenciamento ambiental.

Conto aqui uma história. Quando cheguei ao Ministério, recebi a visita do ex-Senador, então diretor do bando do Brasil, Osmar Dias. E ele me dizia: "Padilha, esse programa" – o programa de aeroportos regionais – "só tem um problema: o licenciamento ambiental. Nós estamos, desde 2012 trabalhando nisso e tivemos casos..." Vou dar um exemplo apenas, não me perguntem onde, mas ele havia protocolado...

Antes. apenas para rememorar: a nossa Secretaria/Ministério tem a responsabilidade de implantar um programa de aviação regional, com 270 aeroportos em todo o Brasil, mas foi contratado o Banco do Brasil para promover toda a prestação de serviços, desde a eleição do sítio aeroportuário até a execução da obra.

Agora sim, voltando ao diretor do Banco do Brasil. Ele me dizia: "Nós lançamos em 2012, estamos em 2015 e nós não conseguimos andar, porque o licenciamento ambiental tem sido o nosso grande óbice".

E, aí, conversando um pouco mais. ele me deu o exemplo de um município que, quando ele buscou o que deveriam ser os requisitos mínimos para poder protocolar o pedido de licença ambiental, o termo de referência, o Município colocou como preliminar que teriam que ser indenizados os danos ambientais a partir de 1932, porque, na revolução daquele ano, naquela cidade, construiu-se um aeroporto que serviu como base para as operações militares durante a revolução, desde então até agora.

Por óbvio, tratava-se de um sítio perfeitamente antropizado ou onde não havia mais nenhum tipo de consequência. E o que via o Município? O Programa de Investimento em Logística está dentro do Programa Nacional de Desenvolvimento, portanto, seria uma possibilidade de os municípios, que são hoje os "primos pobres" da Federação, buscarem um pouco de compensação. E, por óbvio, criaram-se, lá, exigências que não poderiam ser atendidas.

A partir dali, o raciocínio que se desenvolveu foi o de que nós teríamos de construir uma política pública própria para o sistema de licenciamento para esse Programa de Investimento em Logística.

Às vezes, ser advogado tem algumas vantagens, e o raciocínio imediato que me veio, como advogado, foi de que a política nacional de meio ambiente é definida pela União.

O Município e o Estado têm competência legislativa concorrente, mas não têm competência para formular a política nacional. Pode formular a municipal e estadual, subordinadas à nacional. A partir desse raciocínio, falei com a Presidenta, e ela me sugeriu conversar com a Ministra Izabella. Conseguimos construir, a partir de um trabalho conjunto, especialmente a quatro mãos, com a mão mais pesada da Ministra Izabella, que tem o maior mérito nisso, uma resolução no Conama, a Resolução nº 470, que veio para disciplinar o licenciamento especificamente para os aeroportos regionais. Ela foi publicada em 28 de agosto, agora, de 2015, e trouxe normas que são compatíveis com a celeridade com que temos que trabalhar nesse programa e também com a preservação dos interesses efetivos da União, que foram definidos nessa Resolução, porque ela é uma resolução do Conama, Conselho Nacional do Meio Ambiente. Ele tem, sob o ponto de vista da hierarquia, o nível máximo no que se refere ao regramento para tal.

Portanto, Senador Wellington, essa questão ambiental é, normalmente, é um óbice. O senhor é mato-grossense, vamos nos lembrar que começamos em 1998 a Cuiabá-Santarém. O senhor lembra daquilo? Estávamos juntos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELISEU PADILHA – Não, o senhor estava lá. Estávamos lá, e até hoje não a temos concluída, por quê? Porque tivemos, a cada trecho – e aqui está o Ministério dos Transportes – um trabalho muito grande para o licenciamento ambiental. Então, esse é um caso que pode servir para os demais modais no que se refere à tratativa de forma diferenciada. Temos, sim, competência concorrente para legislar, tanto Municípios, quanto Estados e União, mas a política nacional do setor do meio ambiente é definida pela União. Portanto, se conseguirmos estabelecer, independentemente de qual seja o modal, o regramento aqui, no plano nacional, não vamos ter nenhum óbice no que diz respeito às competências dos Estados e dos Municípios em relação ao que foi decidido.

Se obedecer à resolução nacional, por certo o licenciamento vai andar muito mais rapidamente. Estou falando em muito mais rapidamente, estou falando me 180 dias, que foi o prazo que acabou sendo consagrado pelo Conama para esse licenciamento. Pensem comigo aqui: quem tem afeição ao tema, 180 dias nesse *métier* é altíssima velocidade. Conseguimos chegar a um denominador comum muito positivo.

Esse é um exemplo que trago, Senador, porque tanto as rodovias quanto os portos e hidrovias, que terão que ser tratadas também com a mesma disciplina, e os aeroportos têm questões que são próprias.

O senhor perguntava: o objetivo é avaliar o desenvolvimento do Plano de Investimento em Logística, Daí, então, já prestei aqui, mas presto, mais uma vez, contas de que conseguimos fazer com que mais de 50 operações aeroportuárias hoje já estivessem com os nossos parceiros do setor privado. Temos cinco, seis aeroportos: um *green field* e seis *brown fields,* que concedemos. O primeiro deles é no Rio Grande do Norte, o Aeroporto Aluísio Alves (*green field);* depois, Viracopos, Guarulhos, Confins, Galeão e Brasília. Esse processo começou em 2012. Tivemos, no ano passado, Galeão e Confins, mas já vemos em Viracopos, Brasília e Guarulhos os efeitos do sucesso desse programa.

Quando se fala em sucesso, dou números.

Contratamos uma pesquisa com uma entidade de respeitabilidade internacional e fechamos o trimestre, 31 de outubro, com aprovação da operação da Operação Aeroportuária Brasileira em 84% de bom e ótimo. Vou repetir: isso é serviço público federal, prestação de serviços nos aeroportos brasileiros, nos 15 principais aeroportos: 84% de bom e ótimo. Por óbvio, é um patamar que nos faz ter todo o orgulho. Falo isso com muita liberdade, porque estou apenas há um ano à frente do Ministério. Isso foi construído pelos que me antecederam, muito pouco contribuímos com isso. Estamos procurando elevar o nível, aliás, estamos avançando trimestre por trimestre, mas esse foi um caminho construído pela Infraero, pelos parceiros que nos antecederam, pelos Ministros que me antecederam à frente do Ministério.

Outra conquista importante é o preço da passagem. A passagem, na média, caiu 48%. Quarenta e oito por cento, desde o início desse processo até agora. A tendência é termos, como temos liberdade de mercado, preços mais competitivos. Se observarmos hoje, temos crise, não podemos negar que temos crise, mas os aviões estão sempre lotados. Por quê? Por que as companhias viram que perderam o passageiro corporativo, passaram a estimular o passageiro que fez turismo interno, porque sair para fora está caro, e os aviões permanecem lotados. Naturalmente, eles derrubaram a tarifa também, e os aviões permanecem lotados.

Para concluir, três informações. A primeira delas: tivemos, no ano passado, 117 milhões de passagens vendidas. Cento e dezessete milhões de passagens vendidas. Temos uma projeção para 239 milhões no ano de 2030. Estamos falando de 117, estamos falando de 239, praticamente vamos dobrar nesse espaço de 15 anos. Crescemos, nos últimos 11 anos, mais do que 10% ao ano. Mais do que 10% ao ano nos últimos 11 anos, e a projeção de crescimento é de mais de 7% ao ano nos próximos 20 anos. Daí por que temos confiança absoluta no sucesso do programa que, neste momento, está em aberto.

Já recebemos as PMIs, propostas para manifestação de interesse, de concessão de quatro aeroportos. Vamos lembrar que a Presidenta Dilma, em seu discurso de posse, disse: "temos que, nesse governo, incrementar, aprofundar a nossa parceria com o setor privado; precisamos buscar investimentos". E a preocupação da Casa quando nos convoca, quando nos convida para aqui estarmos é saber se, afinal, o investimento em infraestrutura está acontecendo. A Presidenta disse que tínhamos que incrementar, aprofundar a nossa parceria com o setor privado na infraestrutura, especialmente no campo da logística.

Pois bem, temos quatro aeroportos que vão à concessão, cujos processos estão em andamento neste momento. Estamos definindo apenas de quanto será a participação da Infraero; estamos definindo quanto vamos permitir que o operador aeroportuário tenha, como mínimo de participação no consórcio que vai operar os aeroportos. Podemos mandar para o Tribunal de Contas uma minuta do edital e devermos estar, em maio ou junho ao ano que vem, conhecendo os novos concessionários dos aeroportos de Porto Alegre, Florianópo-

lis, Salvador e Fortaleza. Com isso, vamos chegar a dez aeroportos – seis já temos – sob concessão, no nosso programa de investimento em logística.

No que tange aos aeroportos, ele já está voando em céu de brigadeiro: 84% de aprovação é céu de brigadeiro.

Temos certeza absoluta de que, em que pesem todas as circunstâncias que são momentâneas, termos um grande sucesso no leilão que vamos ter desses aeroportos.

Termino, dizendo que faço vida pública porque acredito nos brasileiros e acredito no Brasil.

O Brasil, em que pesem as consequências de não termos amadurecido tanto quando necessário o nosso nível de conhecimento, é um País de grande futuro. Repito: faço vida pública porque acredito que o Brasil tem todas as condições de amanhã propiciar aos seus filhos, à sua gente, à Nação brasileira as condições sonhadas por todos nós. Somos um povo desenvolvido socioeconomicamente, um povo que consegue ter um sentimento de felicidade, de igualdade em relação aos mais desenvolvidos do mundo.

Fico aqui à disposição para perguntas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Ministro Eliseu Padilha e convido o Senador Wellington Fagundes para assumir a Presidência dos trabalhos.

Não vá tomar gosto!

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Agora não é convite, é intimação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pior é se ele tomar gosto. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Na sequência, então, concedo a palavra à Drª Natalia, representando o Ministro dos Transportes, ela, que é Secretária Executiva.

A SRª NATALIA MARCASSA DE SOUZA – Boa tarde a todos. Cumprimento o Presidente da Comissão de Infraestrutura, Senador Garibaldi Alves, os demais membros da Mesa, o Ministro da Aviação Civil, Sr. Eliseu Padilha; o Ministro da Secretaria de Portos, Sr. Hélder Barbalho; o Subprocurador-Geral da República, Sr. Franklin da Costa; o Diretor do Ibama, Thomaz Toledo.

Primeiramente, eu gostaria de trazer o abraço fraterno do nosso Ministro, o Ministro Antonio Carlos Rodrigues, a todos os Senadores aqui presentes e o seu pedido de desculpas por não ter podido, infelizmente, comparecer. Deixou um abraço para os senhores.

Eu gostaria também de cumprimentar o Senador Wellington Fagundes, na pessoa de quem cumprimento os demais Senadores da Comissão de Infraestrutura e as demais autoridades presentes. Agradeço a iniciativa do Senador, que nos proporciona esse espaço rico para debate, um espaço para o Executivo prestar suas contas e mostrar um pouco do que é o nosso trabalho no dia a dia e do nosso Plano Nacional de Logística em Transportes. Agradeço também a presença da equipe do Ministério dos Transportes, do DNIT, da ANTT, da Valec, da EPL, que aqui estão hoje.

Vou começar a apresentação e prometo ser breve com relação a isso.

Vamos apresentar o Plano Nacional de Logística Integrado, que, na verdade, substitui o Plano Nacional de Transportes que, antes, o Ministério tinha. Hoje, trabalhamos apenas com o Plano de Logística Integrado, que ampliou um pouco o horizonte do Plano Nacional de Transportes e trouxe também um pouco do que é previsto tanto no setor portuário quanto no aeroportuário.

Apesar de não caber ao Ministério dos Transportes, os projetos geralmente se viabilizam de ponta a ponta. Então, essa é uma informação importante na hora de o Ministério dos Transportes planejar.

Vou falar um pouco do Plano Nacional de Logística de 2012, aproveitando a provocação que o Senador Wellington Fagundes nos fez: o que atrapalha o investimento, o que trava esses investimentos e o que estamos trazendo para 2015? Qual foi a nossa experiência, nosso aprendizado nesse processo?

O Plano Nacional de Logística Integrada foi desenvolvido pela EPL, que é a empresa de planejamento e logística vinculado ao Ministério dos Transportes, que foi criada em 2012 e tem, com um dos seus principais objetivos, o desenvolvimento e manutenção dessas informações. Muitos dos senhores podem, muitas vezes, ter sido entrevistados em aeroportos, frequentam, invariavelmente, rodoviárias também.

Fizemos, portanto, uma pesquisa ampla, com rede de caminhoneiros, portos, aeroportos, rodoviárias, justamente para conhecer as carências e deficiências dessa malha de transporte no Brasil. O objetivo é, então, identificar as necessidades e propor as oportunidades de investimento a curto, médio e longo prazo. Então, quando falamos de curto, médio e longo prazo, falamos de planejamento para o setor de transportes de 5 a 35 anos. Hoje, o Ministério dos Transportes tem como enxergar um planejamento para o setor de transporte de até 35 anos, visando promover ao País uma logística eficiente e competitiva, com associação entre infraestrutura e serviços numa visão pública, privada e público-privada.

Portanto, o Plano Nacional de Logística Integrada nos direciona para as modelagens que melhor se adequam ao tipo de demanda e de infraestrutura que está adaptada ali, naquele momento do planejamento. En-

tão, quais são as rodovias, quais são as ferrovias que melhor se encaixam no investimento público e quais são aqueles que melhor se encaixam no investimento privado ou de parceria? Esse instrumento do Ministério nos dá, hoje, essa gama de informações.

A Fase 1 do plano nacional de investimento está toda concluída, e é a fase mais pesada. Trata-se da modelagem e captação de todas essas informações além da estruturação desse banco de dados. Com esses resultados preliminares, passamos para a Fase 2, que é a fase em que nos encontramos agora, a fase do diálogo. Estamos com um diálogo dentro do setor de transportes para calibrar essas informações.

As informações da sociedade que foram requeridas de empresas, por exemplo, "qual é o seu planejamento de transporte?" ou "quanto está contratado de escoamento?", são válidas? Todas essas informações fazem sentido? Há alguma inconsistência? Então, agora vamos começar o diálogo com todos os outros setores, tanto do Governo quando da iniciativa privada, para calibrar essa base de dados, para verificar se há alguma inconsistência no levantamento inicial desses dados. Vamos sair para conversa com todos os setoriais: portos, aviação civil, indústria e comércio, Ibama, Ministério de Minas e Energia, para saber se essas informações estão o.k e vamos validá-las com o setor privado. O que o Governo está enxergando é o mesmo que o setor privado está enxergando? Há alguma deficiência nesse modelo? Isso também vai ser validado.

Com a conclusão do PNLI, que é a última fase em que estamos, já que a nossa provisão é de concluirmos agora, no ano de 2016, teremos um instrumento que vai ser válido sempre para o Ministério dos Transportes. Ele vai ser calibrado e retroalimentado sempre com pesquisas para que possamos ter o planejamento do sistema transporte sempre o horizonte do curto, médio e longo prazo.

Um exemplo da modelagem do Plano Nacional de Logística Integrada é o seguinte: em 2025, quais serão as rodovias em que percorrerão cinco milhões de toneladas? Essa é uma pergunta que hoje fazemos para o sistema, que gera essa informação em questão de segundos. Portanto, é um instrumento muito poderoso de planejamento para o Ministério dos Transportes. Se eu tiver que me preocupar, com quais rodovias tenho que me preocupar até 2025? São essas prioritárias, essas que estão no mapa, porque são elas que vão ter uma tonelagem grande e que, portanto, precisam de uma atenção em manutenção e em ampliação de capacidade nos próximos anos.

Isso é válido para ferrovia, para todo setor hidroviário, portuário. São informações muito importantes no planejamento de transportes.

O Plano Nacional de Logística Integrada, para nós, é um novo rumo para a infraestrutura do País. É uma ferramenta que vai nos dar maior eficiência, competitividades, segurança e confiabilidade.

O Plano Nacional de Logística Integrada já foi usado, apesar de não estar totalmente pronto, para o planejamento do PIL, que foi lançado em 2015. Então, as informações das que rodovias e ferrovias em que o Ministério dos Transportes deveria focar mais partiram do Plano Nacional de Logística Integrada.

Entrando um pouco mais a fundo na provocação do Senador Wellington, eu trouxe aqui o programa de investimento em logística em 2012. Ele foi conhecido como PIL 1, para nós, porque, no setor de transporte, ele previa um investimento de R$42 bilhões em rodovias, com o objetivo de conceder à iniciativa privada 7,5 mil km de rodovias. O que aconteceu em relação ao que lançamos em 2012?

Essas foram as concessões lançadas no PIL de 2012. As rodovias em azul foram aquelas que conseguimos licitar e ter sucesso; hoje já estão contratadas e duplicadas. O resultado do PIL 1, de 2012, é que hoje já temos quase 300 km de rodovias duplicadas, de 2012 para cá. O nosso objetivo, com o programa de 2012, é ter, mais ou menos, 3,5 mil km duplicados em cinco anos de contrato. Isso equivale 60% do que temos hoje de duplicação no País, em 500 anos. Nos próximos cinco anos, teremos 60% do que demoramos para fazer em 500 anos.

Do que foi lançado, conseguimos contratar 4,8 mil km. E 2,1 mil km não se interessaram no processo de licitação.

Nos contratos realizados, tivemos os deságios aqui apresentados: foram 7,0 mil km, 4 mil contratados. De duplicação, vamos ter quase 3,5 mil trechos a duplicar, gerando investimento total, para os próximos 30 anos, de R$33 bilhões. Os investimentos, como eu disse, são concentrados nos cinco primeiros anos. Então, nos próximos quatro – já passou um –, investimos R$6 bilhões no primeiro ano de contratação do PIL, nas verdade R$5,8 bilhões, nas concessões. Temos, mais menos, R$12 bilhões pela frente de investimentos nos quatro anos no setor de transporte, que é um número bastante alto.

O deságio médio desses leilões – aqui as tarifas estão de novembro de 2012, que foi quando ocorreram as licitações – foi de 53,37%. Foram leilões com bastantes concorrência, e as tarifas médias foram de R$3,7. São tarifas consideradas módicas. Hoje, atualizadas, elas estão ficando, mais ou menos, na casa dos R$5,00, a preços de 2015. São tarifas palatáveis ainda para os usuários, que verificam melhora nas condições da rodovia e que vão ter 3,5 mil km de rodovias duplicadas.

Qual foi o nosso problema? O nosso problema foi ferrovias. O PIL 1 lançou a proposição de 10 mil km a serem concedidos de ferrovias, que totalizavam um investimento de R$91 bilhões. Esses foram os trechos de ferrovia que constaram Plano de Investimento em Logística de 2012.

Infelizmente, não conseguimos contratar nenhum desses lotes que foram lançados em concessão. O que verificamos tanto para os leilões de rodovias que não deram certo quanto para ferrovias que não conseguimos alavancar e contratar? Necessidade, principalmente em ferrovia, de maior detalhamento dos estudos para investigação correta dos investimentos, aquilo que era Capex e Opex, para minimização dos riscos do setor privado. Então, lançamos projetos em nível de estudo de viabilidade, que é um dado que, talvez, seja seguro para rodovia, porque a rodovia já está implantada, então, geralmente, o que é necessário de investimento é a ampliação de capacidade.

A ferrovia é o que chamamos de *green field*, um projeto novo que inicia do zero. Sendo assim, ela tem que ser implantada, tem um risco, uma percepção de risco, para o investidor muito maior. Então, o detalhamento do projeto é muito importante.

Esse baixo detalhamento gerou uma percepção, uma aversão ao risco muito grande por parte desses investidores.

Outro ponto: necessidade clara da garantia da demanda. Se os senhores lembram, foi discutido também algumas vezes, nesta Casa, que a garantia de demanda das ferrovias se daria por meio da Valec, que garantiria essa demanda. E foi muito discutido até que ponto realmente o Governo teria capacidade de garantir como seria dada essa demanda. Então, se vai haver um projeto que terá garantia de demanda pelo setor público, essa regra tem que estar muito clara. Foi o que percebemos.

E a viabilidade do empreendimento em si? Lançamos o Plano de Investimento em Logística com estudo de viabilidade. Naquilo em que o setor público acreditava em termos de crescimento de demanda, estava o.k., mas a percepção do setor privado para aquelas rodovias principalmente, as que não despertaram interessados, é de que o tráfego não era tão bom. Então, realmente não havia viabilidade no empreendimento.

Quando fazemos um plano que é tão grande e tão ambicioso, às vezes, alguns trechos o setor privado não os enxerga com tanta demanda, pelo menos não naquele momento. Isso também varia. São investimentos tais como contratos de longo prazo, 30 anos. No entanto, às vezes, algumas rodovias, ao passar dos anos, vão verificando possibilidade de incremento de tráfego, e o setor privado volta a ter interesse nelas. Foi o caso de duas rodovias lançamos, de novo, no Plano de Investimento em Logística 2, a pedido do setor privado, que achou que, agora, a demanda estava mais acertada.

Outros pontos, como o Ministro Eliseu Padilha trouxe, entendemos que acabam trazendo alguma percepção de risco para os investidores:

– Licenciamento ambiental:os prazos para o licenciamento ambiental geralmente, até para ampliação de capacidade de uma rodovia, é de 36 meses. Então, verificamos que, no início de uma concessão, demorar 36 meses para a retirada de uma licença era uma percepção de risco muito grande para o investidor.

A exemplo do que o Ministro Eliseu Padilha trouxe, o Ministério dos Transportes e o Ministério do Meio Ambiente, em conjunto, lançaram uma portaria que trouxe um *fast track* para o processo de licenciamento, principalmente em rodovias que já estão implantadas e onde há maior antropização. O Ministério do Meio Ambiente elencou quais eram as características em que era possível avançar sem o licenciamento principalmente se a rodovia já tivesse essa característica de maior antropização. Assim, o processo poderia ter uma quantidade de quilômetros que permitiria ao investidor fazer alguma duplicação para poder iniciar a cobrança de pedágio sem passar pelo rito do processo ambiental integral nesse primeiro momento, sendo que, depois, ele teria todo o tempo adequado para fazer esses estudos, que são muito sérios e que realmente demandam tempo.

É nosso interesse também, somos diligentes com isso, porque não queremos que nenhum dano ambiental aconteça no nosso empreendimento. Isso trouxe uma segurança fantástica para os investidores, e eles conseguiram iniciar as duplicações. Então, o MMA foi super nosso parceiro nisso e foi muito importante para o programa de concessões.

– Financiamento. O financiamento é algo muito importante em infraestrutura porque se trata de investimentos pesados, concentrados nos cinco primeiros anos de concessão, em que geralmente o investidor não tem o retorno, porque começa a cobrar pedágio, só de 10%, depois, ou seja, só depois de 18 meses de contrato. E o *payback* desses contratos de dará 10, 12, 15 anos, às vezes. Então, financiamento é um ponto chave em projetos de infraestrutura.

O BNDES entrou com condições atrativas de financiamento para o PIL 1. O que estamos verificando para o PIL 2 é que houve uma baixa na disponibilidade de financiamento do BNDES para, que traz também alguma incerteza para o processo. Até o Ministro Antonio Carlos estava muito preocupado com essa questão e solici-

tou ao BNDES que fizesse um *workshop* com os investidores, explicando a disponibilidade de recursos, quais são as regras para que isso fique claro para o investidor.

Outro ponto que sempre aparece nas discussões, para viabilizar os investimentos, é o entendimento do projeto com um todo. E aí entra a Secretaria de Portos, a Secretaria de Aviação Civil. O investidor quer saber: "se vamos investir em ferrovia, ela vai ligar em que porto? Escoa como? Qual é a minha concorrência em rodovia?" Para que o investidor entenda o projeto como um todo, é importante que ele esteja casado do ponto de vista ferrovia, rodovia e portos.

– Desapropriação. A desapropriação é sempre uma questão para os investidores, principalmente investidores estrangeiros, porque o processo de desapropriação, no Brasil, pode levar alguma tempo, às vezes, envolve o Poder Judiciário, indenização e realocação dessas pessoas. Então, é sempre um fator de risco também. Observando isso e aprendendo um pouco com esse fator que foi importante no Plano de Investimento em Logística, nos contratos atuais, o setor público está assumindo, pelo menos, o risco de custeio dessas desapropriações, porque é um risco que não temos como precisar exatamente na hora do leilão. Só depois de um laudo pericial assinado é que sabemos quanto vai custar aquela desapropriação. Isso também diminui um pouco o fator de risco e percepção do investidor.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª NATALIA MARCASSA DE SOUZA – Todo esse aprendizado culminou no lançamento do Plano de Investimento em Logística 2. Para esse ano e início do ano que vem, estão previstos cinco leilões, 2,6 mil km de rodovias. O primeiro foi realizado este ano, a renovação da concessão da ponte Rio-Niterói. Ela teve um contrato de 20 anos, foi uma das primeiras concessões públicas do Brasil. Foi um contrato gerido sem maiores problemas, de duração de 20 anos, com baixa percepção de risco para o investidor. Tanto é que conseguimos relicitá-lo com deságio de 37%, o que equivale à diminuição de R$1,5 na tarifa que o usuário paga todos os dias ali, na ponte. E ainda acrescentamos mais R$1,3 bilhão de investimentos a esse contrato, o que demonstra que o nosso programa de concessões no Brasil é um programa de concessão de longo prazo e sólido. Isso foi muito importante para alavancar as outras concessões.

Temos quatro projetos, já com a manifestação de interesse do setor privado entregue, com um nível de projeto bem mais detalhado do que tínhamos no Plano de Investimento em Logística de 2012, que são as quatro rodovias apresentadas no mapa. A primeira rodovia, começando de baixo para cima, é a 476, que chamamos de rodovia do frango, entre Santa Catarina e Paraná; a 364/060, entre Mato Grosso e Goiás; a 364/365, que é Goiás, Minas Gerais; e a 163 Mato Grosso e Pará.

A primeira rodovia já está no Tribunal de Contas, já houve uma primeira análise da equipe técnica do Tribunal de Contas, o Ministério dos Transportes já complementou as informações. Eram dúvidas técnicas, não havia dúvidas acerca da modelagem de concessão de rodovias, que já está bastante sólida. Acreditamos, portanto, que esse projeto deve ter aprovação do Tribunal de Contas da União ainda este ano. Assim que for aprovado, vamos abrir o edital para início do leilão.

Acerca das outras três rodovias, estamos finalizando a análise do Governo para que possamos entregar ao Tribunal de Contas e, depois, para verificarmos a atratividade delas no mercado e, sem seguida, licitar.

Em rodovias, também já lançamos mais 4,5 mil km de rodovias, que são as que estão expostas no mapa. Há várias empresas desenvolvendo. Temos pelo menos uma empresa interessada desenvolvendo cada lote, e a previsão é de que elas comecem a entregar esses estudos no primeiro trimestre de 2016, para que possamos analisar, entregar ao Tribunal de Contas. Assim, os trechos que se apresentarem viáveis serão licitados no ano que vem.

Em ferrovias: dado o nosso aprendizado em ferrovias, enxugamos os projetos deixando aqueles que tinham maior viabilidade, retornamos ao modelo de verticalização, que é o modelo em que teremos o construtor e o operador com a mesma empresa, o que dá ao investidor maior segurança em relação a isso.

Por quê? Porque a garantia é dele mesmo; então, se o projeto tiver viabilidade, o investidor terá certeza disso.

Estamos trabalhando, então, com os trechos de Rio de Janeiro e Vitória, que já está em audiência pública. Na verdade, lançamos junto com o Estado do Rio de Janeiro, que é o parceiro, e é quem está desenvolvendo essa PMI. Na verdade, Rio de Janeiro e Espírito Santo são os dois Estados que estão desenvolvendo essa PMI. O traçado está em audiência pública, e, agora estamos desenvolvendo seu modelo econômico.

Já recebemos, em PMI, os trechos de Anápolis-Estrela D'Oeste-Três Lagoas. Nós as recebemos este mês, então, a expectativa é abrirmos a audiência pública no mês que vem. Estão previstos R$4,9 bilhões para este projeto. Também recebemos o trecho de Palmas-Anápolis Barcarens-Açailândia. Como os senhores podem observar, esses trechos estão casados com o que o Ministro Helder apresentou anteriormente. Então, temos

ferrovia e temos porto para escoar o que a ferrovia vai trazer, o que é muito para o investidor nessa lógica. Recebemos também Lucas do Rio Verde-Porto de Miritituba, que também é uma ferrovia muito importante para produção de soja na região. É um estudo que está sendo desenvolvido pelas próprias *traders*, que têm bastante interesse em que essa concessão saia. E também a Ferrovia Bioceânica, lembrando que ela é um projeto um pouco diferente: tem um nível de estudo. Então, o nosso objetivo é entrega rum estudo sobre ela, e não entregar um modelo para concessão. Quem está desenvolvendo o estudo são os chineses, com a parceria do Brasil e do Peru, acompanhando e verificando qual vai ser o melhor traçado.

Esses são os projetos para ferrovias, Eles são mais enxutos, mas são mais factíveis.

Pode passar.

Outro ponto do Plano de Investimento em Logística, que foi muito importante, é que, no sistema transporte, já temos concessões muito antigas. Desde 1994, temos concessões. São projetos de longo prazo, projetos em que temos 20, 30 anos de contrato. É inevitável que haja a necessidade de investimentos adicionais aos que estavam previstos nessas modelagens. Hoje, já temos um modelo de contrato em que usamos gatilhos de demanda para melhorar esses investimentos. Agora, esses contratos são da década de 90 e ainda não previam essa iniciativa. Então, hoje temos necessidade de investimento. É o exemplo da Serra das Araras na Nova Dutra, em que não dá para esperar seis, sete anos até o contrato terminar para fazermos esse tipo de obra tentando evitar as mortes que ocorrem todo ano. Então, uma obra como essa em outros trechos de concessão é que elencamos como prioritárias, para que sejam feitas ainda dentro desses contratos de concessão. A ANTT está analisando quais são as melhores alternativas para reequilíbrio desses contratos.

Isso acontece também em ferrovia, principalmente com as interferências urbanas e ampliação de capacidade de ferrovias. Se os nossos contratos de rodovias e ferrovias são de, mais ou menos, 15, 16 anos atrás, a construção dessa ferrovias, às vezes, datam de séculos atrás. Temos ferrovias que são necessárias à ampliação de capacidade, segmentação entre trecho urbano e trecho rural para que tenhamos uma diminuição de acidentes em trechos urbanos. Isso também não pode esperar mais, no nosso planejamento. Então, estamos prevendo cerca de R$16 bilhões nas concessões de ferrovias existentes.

Senador, esses são nosso principais investimentos e o que o Plano de Investimento em Logística traz para nós. São também nossas constatações de oportunidades de melhoria. Permanecemos à disposição no Ministério dos Transportes.

A SRª SANDRA BRAGA (PMDB - AM) – Pela ordem. Sr. Presidente.

Primeiro, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – A Senadora Sandra estava inscrita. Como ela tem que sair, vamos fazer uma exceção.

A SRª SANDRA BRAGA (PMDB - AM) – Infelizmente, eu não vou poder continuar, o que lamento.

Peço desculpas por interromper a apresentação, mas é muito importante esse tema para o meu Estado. Eu não gostaria de sair daqui sem antes ouvir o nosso Ministro Padilha sobre a questão do Plano de Aviação Regional e dos nossos 25 aeródromos no Estado do Amazonas. Eu gostaria de ouvir um pouco o Ministro Helder Barbalho. Eu estive recentemente em uma audiência em seu Ministério, quando levamos o projeto do porto público, da Manaus Moderna – foi muito recente – de estudos técnicos.

Eu também gostaria de ouvir também o Thomaz e a Natália a respeito do embargo da obra da BR-319. Estivemos com a Srª Presidente do Ibama, Marilene Ramos, em uma audiência, sob a presidência do nosso Presidente da Comissão, Senador Garibaldi Alves, quando discutimos um entendimento a respeito do embargo dessa obra. No entanto, infelizmente, não tivemos ainda nenhuma reposta nem por parte do DNIT, nem por parte do Ibama com relação a essa questão.

Peço desculpas aos demais Senadores porque estou abreviando a apresentação, mas se o Presidente entender que deve segui-la, fica aqui a minha preocupação e também meus agradecimentos aos Ministros e a todos os convidados que estão aqui, aos Senadores, aos técnicos. Infelizmente, não posso ficar. Agradeço pela compreensão, Sr. Presidente. Parabéns pela iniciativa de trazer um assunto tão importante para o nosso Brasil. No caso aqui, defendo meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Como a nossa reunião está sendo transmitida ao vivo e também gravada, essas perguntas poderão depois serem respondidas. Vocês poderão responder posteriormente e nós as encaminharemos à nossa Senadora.

Passo a palavra ao Thomas Toledo, que é diretor de licenciamento. Ele pode, Senadora, se for o caso, já que vai estar com a palavra, fazer a consideração que a senhora pediu. Ele é o Diretor de Licenciamento Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio ambiente Recursos Naturais, Ibama.

Peço a todos que já disponibilizem suas palestras porque, por ser uma segunda-feira, muitos Parlamentares não puderam vir, e fazemos questão de, depois, repassar aos que tiveram interesse.

O SR. THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO – Obrigado, Senador.

Dando satisfação e esclarecendo quanto ao questionamento feito pela Senadora acerca do estágio do processo da BR-319, o embargo por parte do Ibama das obras de manutenção, havia uma discordância entre DNIT e Ibama quanto às obras que poderiam ser realizadas a título de manutenção do trecho do meio da BR-319. Chegamos a um entendimento, com a contribuição, em grande parte, dos Senadores desta Comissão não só discutindo o assunto em audiência nesta Comissão, como, posteriormente, em reunião e audiência com a Presidente do Ibama. Chegamos a um entendimento com o DNIT quanto ao conceito de manutenção que pode ser desembargado. As obras de asfaltamento da BR dependem de um licenciamento ambiental, licenciamento prévio, conclusão do estudo de impacto ambiental para a emissão da licença prévia e futura licença para a instalação.

Chegamos, então, a um consenso, DNIT e Ibama. Contudo, há uma decisão judicial da 7ª Vara da Justiça Federal, em Manaus, que suspense as obras. Então, essa é uma decisão é liminar, está em fase de recurso. Havendo autorização da Justiça, já há o consenso entre DNIT e Ibama para a retomada das obras.

A SRª SANDRA BRAGA (PMDB - AM) – Só para complementar: esse embargo foi decidido – o DNIT decidiu – baseado em um relatório que o Ibama fez. Por isso, o DNIT resolveu fazer o embargo da obra.

Parece-me que, na nossa última reunião, o Ibama entendeu que, para a obra de manutenção, não havia necessidade dessas licenças ambientais e que, por isso, entraria em entendimento com o DNIT para que isso fosse resolvido o mais rapidamente possível.

O SR. THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO – Perfeito. Houve um pedido do Presidente do DNIT para o levantamento do embargo. Esse pedido foi avaliado pela área técnica do Ibama. A Presidente do Ibama já informou ao Presidente do DNIT que há um consenso em relação às atividades de manutenção e que só ficaria pendente a decisão judicial para que as obras possam ser retomadas.

A SRª SANDRA BRAGA (PMDB - AM) – Obrigada.

A SRª NATALIA MARCASSA DE SOUZA – Só acrescentando, Senador, é exatamente isto: temos uma decisão judicial que normalmente impede o DNIT de voltar. O DNIT já fez o pedido de reconsideração dessa decisão judicial, e estamos aguardando a nova sentença.

O SR. ELISEU PADILHA – Presidente, posso tentar ajudar aqui? O advogado também tem a pretensão de querer ajudar...

A SRª NATALIA MARCASSA DE SOUZA – Ele só respondeu...Ele nem começou ainda, Presidente, eu é que interrompi.

O SR. ELISEU PADILHA – Vamos lá.

Há uma decisão judicial que impede o DNIT de executar. Ponto. Decisão judicial acontece por provocação de alguém: Ministério Público Federal. E ele atendeu, possivelmente, a algum óbice que ele viu presente no que tange à questão ambiental. Se o Ibama e o DNIT disseram que ajustaram, basta conversar com o Ministério Público e dizer que estão de acordo, e, de repente, pode ser levantado...

As decisões liminares, dos chamados juízes de cognição sumária, quando o juiz prevendo que há o mínimo necessário para que ele possa dizer "não", ele dá a liminar. No entanto, ele muda se vir que houve mudança. Então, se houver entre o DNIT e o Ibama o acerto, possivelmente, eles levantam.

A SRª SANDRA BRAGA (PMDB - AM) – Pois é, mas já houve esse acerto, e creio que deve partir dele a provocação ao Ministério Público. Então, estamos aguardando.

A SRª NATALIA MARCASSA DE SOUZA – Foi exatamente isso que o DNIT fez. O Luiz Antonio é Diretor da Infraestrutura Rodoviária do DNIT. Ele está aqui, e vou pedir a ele que dê maiores detalhes. Por favor.

O SR. LUIZ ANTONIO EHRET GARCIA – Boa tarde, Senhoras e Senhores. Boa tarde Srª Senadora e demais membros da mesa, apenas para esclarecer que não foi o DNIT que provocou a paralisação das obras. Muito pelo contrário, houve, sim, um relatório, elaborado pelo Ibama, e, o Ministério Público, de posse desse relatório, impetrou uma ação. O DNIT, por força de uma decisão judicial, suspendeu as atividades, em respeito à decisão da Justiça. Depois dessa decisão, o DNIT e o Ibama sentaram, chegaram a um consenso sobre as intervenções de manutenção, e, agora, aguardamos um posicionamento da Justiça. Entramos, através da AGU,Comissão com um pedido de reconsideração da decisão proferida.

A SRª SANDRA BRAGA (PMDB - AM) – É o que o que e queria ouvir: já houve essa entrada?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – E esse é o problema; agora, quando a Justiça decide, já não se pode trabalhar mais por causa das chuvas, e praticamente se perde um ano.

A SRª SANDRA BRAGA (PMDB - AM) – E essa obra tem 40 anos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Eu sou testemunha de quanto, realmente, essa atual diretoria do DNIT se empenhou para que essa obra fosse feita, inclusive trabalhando em regime muito célere. Infelizmente, no entanto, isso acontece no Brasil.

Hoje, parece-me, houve uma evolução muito grande no Tribunal de Contas, porque parou com aquela suspensão de obras por suspeita de irregularidade. Isso acontecia muito no Brasil, e o prejuízo, com certeza, era da população, porque, às vezes, uma obra de restauração, qualquer tipo de obra era paralisada porque alguém foi lá e fez uma denúncia incabível. Muitos casos desses tive oportunidade de presenciar.

Passo a palavra aqui ao Dr....

Você terminou? Eu perguntei, mas não sei se houve...

A SRª SANDRA BRAGA (PMDB - AM) – Ele nem começou ainda. Só abriu uma...

O SR. HELDER BARBALHO – Só fiz um esclarecimento em relação à BR-319.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª SANDRA BRAGA (PMDB - AM) – Esta audiência pública está sendo gravada, depois recebo as respostas. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Para sua conclusão, então.

O SR. THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO – Eu não poderia, em nome da Presidente do Ibama, da mesma forma que os expositores que me antecederam, deixar de cumprimentar os Exmos que compõem esta Comissão de Infraestrutura; o Presidente Garibaldi, com quem, nas últimas semanas, tivemos interação em função exatamente em função das questões da BR-319.

Cumprimento também o Senador Wellington pelo requerimento, pela possibilidade de fazermos essa discussão rica na tarde de hoje. Exmos Ministros Eliseu Padilha e Helder Barbalho; Subprocurador da República, Dr. Franklin; e também Secretária Executiva do Ministério dos Transportes, Srª Natalia Marcassa de Souza. Eu gostaria também de apresentar aqui a justificativa da Presidente do Ibama, Drª Marilene Ramos, que está, neste momento, totalmente dedicada às questões do desastre de Mariana. Ainda ontem, ela esteve em vistoria na região e está discutindo as ações, em termos de contingência, do acidente de rompimento da barragem em Mariana.

Eu, como representante do órgão licenciador, fiquei com a tarefa de tentar dar uma solução para todo esse desafio que foi colocado aqui, principalmente pelos setores que coordenam a agenda de infraestrutura no nosso País, um planejamento com um olhar para os próximos 10, 15, 20 anos e tudo o que virá pela frente em termos de infraestrutura portuária, infraestrutura de transportes, infraestrutura de logística, transporte rodoviário, ferroviário. No final das contas, tudo isso se traduz em projetos que são submetidos ao licenciamento ambiental.

O Brasil tem uma dificuldade grande na transição dos processos de planejamento para a respectiva execução e implementação, tendo o licenciamento ambiental como um dos processo regulatórios, que define como realizar a regulação, a execução e implementação desses projetos.

Vou trazer um pouco dos dados do licenciamento ambiental, a situação atual do licenciamento ambiental. Lembro que ele é um dos instrumentos previstos na Política Nacional do Meio Ambiente, a Lei nº 6938, de 1981, instrumento que foi inicialmente implementado no âmbito de alguns Estados da Federação. Em 1981, ele foi acolhido pelo arcabouço normativo federal.

Temos, no âmbito do Conama, a Resolução Conama 1, de 1986, e a Resolução Conama 237, de 1997, os principais marcos regulatórios utilizados pelo licenciamento ambiental. Então, vejam que se trata de uma resolução de 1986 e uma resolução de 1997. Em termos da carteira de processos do Ibama, em 1986 não havia sequer duas dezenas de projetos em carteira. Em 1997, não havia sequer duas centenas de projetos em carteira. Hoje, tenho 1950 projetos em carteira.

Temos uma equipe dedicada ao licenciamento ambiental, no Ibama, de 420 analistas ambientais, temos uma produção técnica de aproximadamente três atos autorizativos por dia útil, o que dá aproximadamente 800, 830 atos autorizativos por ano, dos quais cerca de dez por cento seria licenças prévias, licenças de instalação ou licença de operação. É importante lembrar que o objeto de desejo de todo empreendedor seja a licença de instalação, que autoriza o início das obras, o processo é formado por outros processo autorizativos. Com uma licença de instalação e sem uma autorização de supressão de vegetação, o empreendedor não consegue fazer nada, está amarrado. E, ainda que tenha uma licença de instalação e uma autorização de supressão de vegetação, se ele não tiver uma autorização de fauna associada a essa autorização de supressão de vegetação, mais uma vez o empreendedor não consegue iniciar suas obras.

Por isso, há esse grande numero de atos autorizativos associados ao projeto, não só a produção técnica exclusiva de licenças prévias, de instalação e operação.

Quero ressaltar que, embora o Ibama seja aqui presente... O Ibama não é o principal órgão licenciador, em termos de demanda de licenciamento ambiental. Após a Lei Complementar nº 140, de 2011, essa demanda está mais concentrada nos Estados. A Lei Complementar nº 140 veio para descentralizar a demanda do licencia-

mento ambiental. A carteira do Ibama, essa carteira de 1.900 processos não chega a 20% de toda a demanda para o licenciamento ambiental, considerando aí Estados e Municípios, que também têm a competência é de promover o licenciamento ambiental.

Então nós temos encarado aí um grande desafio de no licenciamento ambiental – desafios do nosso País, não desafio exclusivo do Ibama – de transformar um estaleiro brasileiro num daqueles estaleiros coreanos, que entregam 13 navios por ano. Estamos lá concluindo três navios por ano e, claro, temos compromisso de ao final do processo construir um navio que não afunde, que esteja robusto – fiz referência ao desastre de Mariana –, mas que dê um tratamento adequado à complexidades técnica de cada um dos processos e à possibilidade de ocasionar impactos ambientais.

Nós temos enfrentado esse desafio conduzidos pelo Ministério do Meio Ambiente, que coordenada não só a implementação licenciamento ambiental no âmbito Federal, com o Ibama sendo uma entidade vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, mas temos trabalhado num primeiro momento na importância de que haja um tratamento legislativo do licenciamento ambiental.

Há em tramitação nesta Casa três projetos de lei. O Projeto de Lei do Senado nº 654, de autoria do Senador Romero Jucá, com Relatoria do Senador Blairo Maggi, está em discussão, em tramitação, em discussão bem avançada. É importante que esses projetos de lei avancem numa discussão no âmbito do Legislativo, sobretudo porque há, em relação a licenciamento ambiental, uma simetria de expectativas muito grande. Não temos sequer clareza de qual o objetivo do licenciamento ambiental, qual a natureza do licenciamento ambiental, se é um processo regulatório, da mesma forma como a Agência Nacional de Transportes executa, como a Antaq executa, como a Aneel executa, ou outras agências regulatórias, ou se é um processo de articulação de políticas públicas toda essa transição do processo de planejamento, da expansão da infraestrutura portuária, da expansão da infraestrutura de logística de transportes, como que fazemos essa transição para a escala de projetos.

Ao final do processo está o licenciamento ambiental e, muitas vezes, no licenciamento ambiental é depositada a expectativa de ser o último instrumento capaz de fazer serem consideradas questões seja de impactos ambientais, seja de natureza social. E aí, em relação ao componente socioeconômico, notamos, principalmente a partir de da Constituição Federal de 1988, um desenvolvimento muito grande do arcabouço normativo do País para tratar das demandas sociais e com isso, consequentemente, um crescimento muito grande desse conteúdo no licenciamento ambiental.

Temos recebido, mais recentemente, demandas Conselho Nacional dos Direitos Humanos pelo tratamento de questões afetas aos direitos humanos no âmbito do licenciamento ambiental. Busca-se abordagem no licenciamento ambiental de problemas como o aumento de violência, problemas de Segurança Pública que surgem em uma região associados à implantação de um projeto. Então se é associada à implantação de projeto, muitas vezes essa demanda é trazida no âmbito do licenciamento ambiental.

Sendo que no licenciamento ambiental o órgão licenciador tem poder de controlar obrigações para o licenciado e não propriamente dito para outros entes do Poder Público. Por exemplo, temos uma dificuldade enorme também para tratar de questões de saúde. Muitas vezes exigimos no âmbito do licenciamento ambiental a implementação de infraestrutura associada à saúde, com a disponibilização de postos de saúde ou de leitos de hospitais para fazer frente a esse aumento na demanda de serviço público de saúde, mas a gente não consegue assegurar no licenciamento ambiental o serviço de saúde associado a essa infraestrutura Então, muitas vezes o próprio Tribunal de Contas da União relatou essa constatação nos processos de licenciamento das usinas hidrelétricas do Rio Madeira de infraestruturas que haviam sido disponibilizadas pelos empreendedores, conforme obrigações previstas no licenciamento ambiental, que estavam em desuso. Então, a escola sem professor, o posto de saúde sem médico e o serviço público deixando de ser implementado.

O licenciamento ambiental hoje recebe, por parte da sociedade, uma expectativa para que se dê encaminhamento a essa tarefa de fazer uma articulação de políticas públicas e não se restrinja a um processo de regulação de obrigações de um empreendedor responsável pela implantação de um projeto. É importante que esta Casa se debruce em cima desses projetos de lei, dessas importantes iniciativas e, de certa forma, apresente um marco regulatório para que a gente possa implementar e já com um nivelamento em relação a essas expectativas.

Segundo ponto, uma atualização do marco regulatório do Conama para implantação do licenciamento ambiental. Eu disse aqui que os principais marcos regulatórios foram elaborados 1986 e em 1997. O Ministro Eliseu Padilha trouxe aqui um exemplo de discussão, um normativo direcionado para determinada tipologia, um exemplo bem-sucedido que visa justamente a não complicarmos o processo de licenciamento para aquela tipologia. Então, por exemplo, se a implantação de infraestrutura de aeroporto regional vai demandar exclusivamente a implantação de um terminal dentro de uma poligonal já criada há alguns anos, há décadas, não há

razão de discutirmos, por exemplo, inventário florestal, qual é o diagnóstico da vegetação e da fauna presente ali naquela região.

Então, existem essas iniciativas de trazer alguns arcabouços específicos para determinadas tipologias. A Drª Natalia aqui também trouxe o exemplo da portaria específica para transportes, que por nós também é bem avaliada. Conseguimos, com isso, atender à demanda com relação ao PIL, de concessão de cerca de 3,4 mil quilômetros, atender ao primeiro ano de um cronograma. Então a gente construiu um processo de licenciamento que dialoga com o planejamento da implantação do PIL. Num primeiro ano, os empreendedores podem iniciar as obras em áreas em que ambientalmente nós não temos problemas – duplicação ou ampliação de capacidade dentro da faixa de domínio –, em áreas antropizadas, em que não há necessidade de alteração da paisagem, supressão de vegetação. Nós conseguiremos, no primeiro ano, avançar nessas obras e durante esse primeiro ano – mais um mérito desse modelo devolvido com o setor de transportes –, o Poder Público assumiu a tarefa de realizar os estudos ambientais para que, nesse primeiro ano, em paralelo à execução das obras nas áreas menos complexas, tivéssemos os estudos que vão viabilizar a emissão das licenças de instalação para continuidade das obras nos anos subsequentes. Então, temos apostado em discussões de marcos específicos por tipologia, temos esses exemplos bem-sucedidos.

É importante nós fazermos – temos feito isso nessas proposições normativas – uma discussão de conteúdo do licenciamento ambiental, o que entra como impacto ambiental para ser abordado no âmbito do processo de licenciamento ambiental. Se eu não fizer essa discussão de conteúdo...

Se eu não fizer essa discussão de conteúdo, eu não consigo fazer frente à demanda hoje colocada para o licenciamento ambiental. É importante a gente ter uma instância por legitimidade para fazer essa discussão. O Conama seria um conselho no âmbito do Poder Executivo e o Congresso, tem dúvida nenhuma, teria uma contribuição importante a dar em relação a essa avaliação do que deve ser abordado no licenciamento ambiental.

Uma das dificuldades que temos no licenciamento ambiental é que cada processo de licenciamento ambiental inicia uma discussão do zero. Então, nós estamos fazendo internamente no Ibama um exercício de sistematização de experiências passadas, 72 processos de licenciamento ambiental que a gente está sistematizando para ter em relação, por exemplo, a portos: quais são os impactos ambientais típicos de empreendimentos portuários? São esses impactos. Quais são os programas consagrados para gerenciamento desses impactos? Também já temos esses programas de antemão para que a gente não precise, no Estudo de Impacto Ambiental do licenciamento de um projeto específico iniciar a discussão toda do zero. Com isso, também temos a expectativa de reduzir o desperdício de tempo no âmbito do licenciamento ambiental, qualificar a discussão no licenciamento ambiental e ter uma melhor eficácia na implantação desse instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente.

Por último, um outro exemplo aqui que eu queria trazer é uma discussão de escala. Eu falei, dei um exemplo aqui do questão dos estaleiros. Nós temos no setor de petróleo e gás um outro exemplo, um outro bom exemplo, a licença prévia de ampliação de atividades no âmbito do Polo Pré-Sal, da Petrobras. Contempla 24 atividades uma única licença prévia que foi objeto de um único Estudo de Impacto Ambiental, 13 plataformas 13 FPSOs estão contempladas em uma única licença.

Então, a provocação que eu deixo aqui, inclusive para o setor de transportes e para o setor de portos: avaliarmos como é que não poderíamos replicar esse modelo também nessas áreas, porque não talvez eu emitir uma única licença por um conjunto de três, quatro rodovias sendo objeto de um único Estudo Ambiental? É uma forma de talvez otimizarmos as discussões e, com isso, fazermos frente a esse desafio, a essa quantidade enorme de demanda para o licenciamento ambiental.

Por último, é importante também – eu dei um exemplo aqui da EPL, no setor de transportes, solicitando de forma antecipada a emissão das licenças ambientais, antes mesmo da concessão, em alguns casos –, o órgão licenciador receber o quanto antes a demanda pelo licenciamento ambiental. Por exemplo, no setor de infraestrutura de transmissão de energias, temos uma discussão antiga do Ministério do Meio Ambiente com o Ministério de Minas e Energia, poderíamos viabilizar uma forma de antecipar abertura do processo de licenciamento ambiental, não deixar que ele só seja aberto após a realização da concessão, pois aí o tempo já é curto para implantação e início de operação daquela infraestrutura. Então, para todas as tipologias fica essa recomendação, a gente desenvolver nos modelos uma possibilidade para abertura, o quanto antes, dos processos de licenciamento ambiental, porque o tempo que a gente perde até a abertura do processo de licenciamento ambiental é difícil a gente tirar no âmbito do processo.

Então são essas as minhas observações.

Obrigado a todos os Senadores. Fico à disposição aqui para as discussões.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Vamos rapidamente passar para o Dr. Franklin Rodrigues da Costa, Subprocurador-Geral da República. Já combinamos aqui o tempo em função de outros compromissos que outros aqui têm.

O SR. FRANKLIN RODRIGUES DA COSTA – Boa tarde a todos; ao Senador Wellington, que convocou essa audiência pública, nosso Presidente – que estaria ao telefone –; nosso Ministro Helder, da Casa Civil; Ministro Eliseu Padilha; Secretária Natalia; Diretor Thomaz Toledo; quero cumprimentar especialmente meu amigo de 30 anos, Senador Hélio José, que é uma das razões... Eu tenho três razões para estar muito à vontade aqui na Casa, Senador Wellington. Primeiramente, porque estou entre amigos, Senador Wellington.

Já passou por aqui o nosso Senador do Acre, o Jorge Viana, e também porque sou roraimense e vi representar na Comissão primeiro a nossa Senadora pelo Amazonas. Aliás, destaque para o nosso Ministro-Chefe da Secretaria de Portos Helder Barbalho, da região também do Pará. Já passou por aqui também o Senador Blairo Maggi, que se integra à região Amazônica. Está de volta, está aqui. E o Senador Valdir Raupp, evidentemente, de Rondônia, Estado onde trabalhei. Trabalhei toda Região Norte.

Eu não vou apresentar nenhum dado técnico, nem os elementos, mas apenas chamar a atenção para a pesquisa da Confederação Nacional do Transporte. O Brasil hoje, numa relação de 148 países, está em 114º lugar em matéria de logística de transporte; está em 120º lugar na qualidade de estradas; está em 113º lugar em infraestrutura ferroviária; está em 131º lugar em infraestrutura portuária e em 123º lugar em transporte aéreo, o que parece realmente ser uma catástrofe. Essa a necessidade, portanto, muito elogiável dessa convocação de uma audiência pública por V. Exª.

Segundo lugar, eu quero dizer que também estou muito à vontade para falar qualquer impropriedade porque eu tenho aqui, ao meu lado, um advogado. Se eu falar alguma impropriedade, ele vai fazer as correções para que vocês não saiam, evidentemente, induzidos a erro.

Papel do Ministério Público nessas questões. Quero elogiar o convite ao Ministério Público e trazer os esclarecimentos sobre esses temas. O Ministério Público Federal tem várias câmaras de coordenação nessas questões de infraestrutura e de transporte. Uma é a quinta câmara, a câmara de defesa do patrimônio público. Os colegas estão sempre acompanhando as licitações, os procedimentos em busca de alguma coisa que indique desvio, superfaturamento alguma ilegalidade. A outra, a terceira câmara, é a câmara de defesa da concorrência e de defesa do consumidor, que tem a sua fixação na prestação eficiente do serviço público. Então, nós temos frequentemente reuniões e parcerias em trabalho de interação com os ministérios responsáveis pela infraestrutura e também com as agências, quanto à matéria de portos, aeroportos, ferrovias e rodovias. Em todas as agências o Ministério Público tem seminários conjuntos, tem feito debates, tem feito o acompanhamento além do acompanhamento junto ao Tribunal de Contas da União.

Então, preocupações: eficiência na prestação do serviço público; a preocupação com a concorrência e competitividade no transporte; a preocupação com a integração dos modais, seja para redução de custos, seja para emprestar eficiência a esse trabalho.

Também uma questão muito relevante para o Ministério Público é a questão da proteção ao meio ambiente. Nós acabamos de ouvir aqui uma proposição que certamente deve ter sido feita pelo Ministério Público em relação à BR-319. E, assim, nós temos em todos os projetos de infraestrutura esse acompanhamento em relação à fiscalização, não só em relação ao projeto em si, mas aos órgãos que dão licenciamento e acompanhamento a esses projetos.

Temos os aspectos relativos à segurança, que também são importantes na estruturação de seus projetos. E uma coisa pode parecer menor, mas que tem interferido em alguns projetos, é a questão do transporte e dos projetos em áreas indígenas, quando passam por áreas indígenas. Nós estamos com problemas seriíssimos, por exemplo, hoje em Roraima, não só com a questão do transporte da rodovia, mas também em relação ao aspecto da linha de transmissão de Tucuruí para fazer integração. Roraima hoje está tendo blecaute por conta de deficiência de transmissão da energia de Guri, porque adquire energia de Guri, na Venezuela, e qualquer movimento na Venezuela resulta em falta de energia e blecaute no Estado.

Nós temos essa dificuldade hoje, até a empresa já pediu – é um assunto paralelo mais para mostrar que esse tema também é relevante – já pediu, inclusive, a rescisão do contrato.

Então, dentro disso, o que é a sugestão do Ministério Público que faço? Nós temos uma dificuldade no País. Nós temos em outros países, principalmente nos Estados Unidos, as chamadas forças-tarefa, que foram criadas principalmente para combate à corrupção, combate ao tráfico de entorpecentes, a uma série de coisas. O que esta audiência pública traz? Traz a presença de vários órgãos e instituições que convergem para o objetivo, que é o desenvolvimento da logística de transporte em nosso País, quanto a essa deficiência que nós já apontamos aqui. A sugestão que eu deixo é formar também forças-tarefa para esse tipo de trabalho, juntando não só com as agências de cada um dos modais, com o Ministério dos Transportes, com o Ibama, com o

Tribunal de Contas da União e, por que não também o Ministério Público? É verdade que o Ministério Público, por vedação constitucional, não pode dar parecer e não pode exercer serviço de consultoria, mas tenho impressão de que a presença do Ministério Público previamente a grandes projetos, como vem sendo feito hoje com o Tribunal de Contas da União, por meio das suas câmaras de atuação – Câmara de Combate à Corrupção, a câmara de defesa do patrimônio público e a Câmara de Meio Ambiente – temos problemas também até de sítios históricos em determinadas passagens. Essa é uma tratativa. Então, eu deixo aqui... Primeiro, dizer que o Ministério Público está à disposição, tem interesse e acompanha isso em várias vertentes, tanto na vertente do patrimônio público, de proteção, quando na vertente ambiental, quanto na vertente da eficiência, da busca da eficiência do serviço público e também na proteção ao consumidor, como é o caso por exemplo, dos pedágios. O Ministério Público tem trabalhado muito essa questão da redução do valor dos pedágios, exercendo seu papel em defesa do consumidor.

Então, Senador Wellington, quero deixar a sugestão de como se fazer forças-tarefa com esses órgãos para dar eficiência e celeridade na aprovação de projetos nesse sentido. O Ministério Público está aberto à recepção seja das empresas privadas que vêm apresentar projetos, seja dos órgãos para debates, para discussões sobre esses temas.

Essa é a colocação do Ministério Público. Agradeço muito, em nome do Ministério Público, o chamamento a esta audiência pública, uma vez que, efetivamente nós temos noção – eu pessoalmente não participo disso atualmente, porque atuo na Procuradoria-Geral da República fazendo exatamente essa intermediação, essa mediação com os procuradores da República, em primeira instância, com as empresas e corporações que nos buscam nas câmaras de coordenação – mas vejo que é importante o Ministério Público estar presente para se ter uma noção de qual é a sua atribuição nesses aspectos e em que ele pode contribuir com isso, porque há uma necessidade.

O Ministério tem um pouco de dificuldade de ver onde está o limiar da sua atribuição sem que se venha substituir ao administrador público. Essa é uma dificuldade que os colegas ainda têm e é um debate que se faz: o que é fiscalização e o que é querer substituir-se ingerência no papel do administrador público, que é quem escolhe as opções de política de desenvolvimento, de política pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – O.k.

Esta Presidência agradece essa primeira etapa.

Vamos agora aos Senadores inscritos. A Senadora Sandra Braga já se pronunciou. Agora, o seguinte, Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Cumprimento o nosso Presidente desta audiência, cumprimento nossos nobres Ministros Eliseu Padilha e Helder Barbalho, na pessoa de que cumprimentamos o Dr. Franklin, a Drª Natalia, o Dr. Thomaz Toledo, cumprimento nossos nobres Senadores.

Queria apenas, de forma bem objetiva, fazer uma pergunta ao nosso Ministro Eliseu Padilha que diz respeito aos aeroportos regionais. Foi lançado esse programa e o Piauí foi contemplado com cinco, aliás, com sete aeroportos regionais, dentre eles os dois que eu reputo importantes, porque são áreas de expansão e desenvolvimento econômico, Cerrados do Piauí, a cidade de Bom Jesus e uma outra que é um polo também dentro do Semiárido, Picos, praticamente pronto o aeroporto de Picos.

A informação que se tem é de que não há recursos, embora saibamos – estou com uma síntese do nosso Orçamento – neste ano haveria duzentos e tantos milhões para esses aeroportos. A informação que nós temos é de que não serão feitos neste ano e a perspectiva para o próximo é sombria também.

Queria que Ministro chegasse e dissesse: "Vamos fazer, não vamos fazer, há perspectivas..." para que eu possa chegar lá no Piauí e dizer: "Olha, ouvi do Ministro isto..."

A segunda questão é com relação ao aeroporto de Teresina, aeroporto inaugurado em 1967, hoje quase 1,2 milhão de passageiros embarcam e desembarcam por ano. Houve uma intervenção do Governo Federal, em que se fez aquele MOP (Módulo Operacional Provisório), embarque e desembarque e se respirou, melhorou um pouco, dá para sustentar até 2017, sem problemas.

Quando fomos prefeitos de Teresina, disseram que existiam recursos, foi feito um projeto e teríamos que desapropriar pessoas que lá estavam no entorno do aeroporto, mil e tantas desapropriações. Inclusive, chegaram a nos acusar de que não teria sido feito um investimento de – vejam bem – mais de 500 milhões, porque o prefeito não desapropriou o que deveria. Enfim, com relação a esse aeroporto, gostaria de saber: existe realmente... Sei que existe um anteprojeto ou um projeto de construção de um novo terminal. Há um acordo, um interesse do Governo, aliás, de três ex-governadores e do atual de se começar a estudar a respeito de fazer um outro aeroporto fora do atual sítio.

Gostaria que V. Exª nos dissesse alguma coisa sobre isso.

Eu gostaria de perguntar ao nosso querido Ministro Helder Barbalho com relação ao Porto de Luís Correia, um porto que já operou num passado não muito distante. Hoje, todo governo que passa – tanto no âmbito federal como estadual – diz que esse porto será feito, etc. Queria também uma informação de V. Exª sobre esse Porto de Luís Correia.

Por último, assisti com muita atenção à exposição da Drª Natalia. Quando ela projetou o mapa do Brasil com relação às malhas rodoviária e ferroviária, eu só vi um Brasil, um Brasil do leste e do sudeste, do centro, não. A realidade é que, dessa forma, de só investir nessas regiões, dificilmente as demais vão ter um surto de desenvolvimento que nós almejamos para tirar essa diferença brutal e desumana entre o norte e o nordeste do leste e do sudeste.

Quanto à fórmula que o Governo tem hoje para fazer investimento é através de parceria público-privada, dentro do PIL (Programa de Investimentos em Logística) em que as nossas rodovias, ferrovias, aeroportos e portos dessas regiões a que me referi, com exceção de Fortaleza e Salvador, que agora entrou nesse rol de empresas que terão a gestão passada para a iniciativa privada, que tipo de investimento, de fato, o Ministério dos Transportes está prevendo nessa área de infraestrutura ferroviária e rodoviária que não seja através do PIL para essas Regiões Norte e Nordeste?

Por último, meu querido Thomaz Toledo, há uma ponte no Estado do Piauí que interliga os Cerrados do Piauí aos Cerrados do Maranhão. Quanto a essa ponte, tenho umas observações que me foram feitas. Em 2006 foi pedido licenciamento... Eu só vou falando dessas estradas e rodovias porque há também a hidrovia, tem a ver com a discussão dos assuntos aqui tratados nesta audiência. Veja, a realidade é que a Presidente lançou um programa agora, do Matopiba, de desenvolvimento dos Cerrados de Tocantins, Maranhão, Piauí e Bahia. Nós tínhamos que trabalhar de forma acelerada também. Dez anos para a licença de uma ponte! Isso emperra qualquer processo de desenvolvimento. Como explicar isso? Depois eu posso lhe passar o número do processo. Eu gostaria que não ajudasse só a mim, mas o Estado do Piauí e o Estado do Maranhão. Essa ponde une os dois Estados.

Essas as considerações que eu gostaria de fazer, meu querido Wellington. Inclusive, eu o parabenizo pela iniciativa de estarmos conversando com os nossos estimados Ministros e demais autoridades.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Senador Elmano.

Temos inscritos dois Senadores, o Senador Raupp e o Senador Blairo, e acredito que o Senador Hélio também gostaria de fazer algumas colocações. Ele até já sinalizou. São quatro, Presidente, que estão aqui inscritos.

O Ministro Helder, ao chegar, já nos tinha adiantado que tinha um compromisso às 18h45 e agora são 18h41. Mas ele não quer sair sem... Ele pede que quem tiver... Ele pede que dos quatro, os que quiserem fazer a pergunta específica para ele, ele poderia responder e concluiríamos ainda com as perguntas, porque faríamos também em bloco para facilitar.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, eu não vou nem fazer perguntas, só vou fazer um apelo ao Ministro Padilha, ao Ministro Helder, aeroportos e portos, à Drª Natalia, que representa o Ministério dos Transportes, ao Procurador-Geral adjunto, Subprocurador, ao Dr. Thomaz, do Ibama... Culpamos muito o Ibama, a Funai, os órgãos de licenciamento, mas também temos que entender que o Brasil demora muito a desenvolver os projetos.

Na área de ferrovias, há quantos anos que a Valec, a EPL, que foram criadas para esse fim de desenvolver projetos, não têm projetos? Vejo a China já, há mais ou menos um ano, anunciando o desejo de investir US$53 bilhões no Brasil, mas estou vendo que daqui a pouco a China desiste, porque o Brasil não tem projetos prontos para licitar para concessão, nem para concessão! Eu desafiei a Presidente Dilma quando ela assumiu a primeira reunião do conselho, eu era presidente do PMDB e fazia parte do conselho. Eu a desafiei a lançar um programa de pelo menos dobrar 5 mil quilômetros de duplicação de rodovias. Para o Brasil isso não é nada, nós só temos hoje em torno de pouco mais de 5 mil quilômetros de rodovias duplicadas. Precisaríamos ter 20, 30. Um país deste tamanho precisaria ter pelo menos 20 ou 30 mil quilômetros de rodovias duplicadas e não temos. Nem as concessões saem.

Quanto à BR-364, que corta o Estado de Mato Grosso e Rondônia e vai até o Acre, na divisa com o Peru, foi anunciado, acho que no início deste ano, um programa de concessões e poderia ser lançada no ano que vem a concessão dela para duplicação e concessão. Eu soube que havia vinte empresas interessadas. Agora, pergunte: "Quando o projeto vai ficar pronto"?

Quando esse projeto vai ficar pronto para poder lançar esse edital de concessão?" E assim, com todo respeito ao nosso querido Ministro do meu Partido, Eliseu Padilha, que assumiu há pouco tempo, está dando um duro danado para soltar esses projetos e essas concessões, bem como o Ministro Helder, que está bem fresquinho – com todo respeito – bem novinho ainda no órgão também. É uma continuidade dos que passaram e o que o Ministério dos Transportes tem feito para acelerar essas coisas? Daqui a pouco vamos cobrar do

Ibama – não estou aqui defendendo o Ibama, não – quando é como no caso da 319, nós cobramos o embargo que tinha sido feito lá para a restauração da 319, mas tem hora em que cobramos que o Ibama licencie uma grande obra em três meses, em quatro ou em seis meses, quando o projeto demorou dez anos. Nós temos que acelerar até projetos, um país como o Brasil tinha que ter centenas milhares de projetos na prateleira, projetos prontos para soltar quando as empresas quisessem executar uma obra, para soltar logo esses projetos.

Era esse alerta que eu queria fazer, esse apelo que eu queria fazer aos ministros e aos representantes mesmo dos ministérios aqui presentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Senador Blairo, com a palavra.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Presidente Wellington Fagundes, também cumprimento nosso Presidente Garibaldi, que está aqui na bancada, o Ministro Helder, o Ministro Padilha, Dr. Franklin, que está aqui conosco também, a Natalia e o Thomaz.

Na verdade, poderíamos ficar muito tempo argumentando e até reclamando, mas, especificamente na área de portos, eu tenho observado – e não só por conhecimento próprio dos problemas, mas também de vários empreendedores na região – um problema sério que nós temos das várias agências, dos vários órgãos de governo envolvidos na questão da regularização dessas atividades de portos ou licenciamento de uso.

Eu quero crer que com a chegada do Ministro Helder esse enfoque possa ser mudado até dentro do que o Dr. Franklin colocou aqui. Quer dizer, vamos ter que fazer verdadeiras forças-tarefa, não só dentro do Ministério Público, mas dentro do Governo, do Executivo, para resolver uma série de problemas que nós temos. Os empreendedores no Brasil sofrem muito, se ressentem muito do alto grau da burocracia que nós temos. E com o passar dos anos, novas agências, novas instituições foram criadas e o arcabouço jurídico antigo não deixou de existir, existe o antigo e mais um novo. A cada ano que se passa, há mais papel, de mais burocracia você precisa para trabalhar. Você não consegue, em qualquer atividade mais simples hoje no Brasil, você não coloca uma fazenda para trabalhar hoje, por exemplo – que é coisa interna uma fazenda –, você deve ter umas 15, 16 licenças diferentes para poder operar uma fazenda. É um negócio louco! Estamos necessitando de muito mais tempo e gente para cuidar de processos de papel do que propriamente de produzir. Isso não é diferente nos órgãos públicos.

Eu tive oportunidade, semana passada, de estar com o Ministro Helder reivindicando algumas coisas quanto a esse assunto e percebi a vontade que o Ministro tem de fazer essas coisas andarem.

Então, quero dar as boas-vindas, Ministro, ao Ministério e à Secretaria de Portos. Que V. Exª, de fato, possa imprimir isso dentro do Governo. Como disse, não é só nessa secretaria, mas todo o Governo tem uma verdadeira adoração pelo papel, pelo carimbo e pela autorização. Claro que todos ficam com muito medo da turma do Dr. Franklin, quer dizer, ninguém assina mais nada, ninguém faz mais nada por medo do Ministério Público. Verdade, o Estadual e o Federal. Quero saudar aqui o que Subprocurador-Geral colocou: os procuradores, os promotores confundem ou não conhecem bem o limite entre a fiscalização e a intromissão no processo de administração. Isso é um problema seriíssimo.

Eu tive oportunidade, quando o Dr. Janot veio à sabatina, de falar sobre isso também, como em outras oportunidades. Creio que precisamos definir – quer dizer, por lei acho que está definido, é questão de cabeça de cada um de saber – até onde eu vou e deixar executar quem tem que executar. E mais, Presidente Wellington e Ministros que estão aqui, essa cultura que temos dentro do Governo vai para dentro das empresas. Temos um país absolutamente parado, não só pelo problema político que temos no momento, problema econômico que temos, mas, internamente, as empresas têm um grau de dificuldade enorme para se movimentarem.

Movimentam-se mais rapidamente aquelas que não têm medo ou que não têm compromissos de *compliance*, que não têm muitos problemas. Se pegar, pegou, vai embora e muda de ramo. Mas as empresas organizadas hoje têm um grau de dificuldade tão grande quanto tem o Poder Público hoje para trabalhar.

Então, nós precisamos olhar isso com mais atenção e pedir que os órgãos de governo sejam mais firmes, mais enérgicos, sejam mais rápidos. Somos muito enrolados, somos jogados de um lado para outro. Para conseguirmos uma autorização, às vezes se leva um ano, um ano e meio para se conseguir uma autorização para colocar um porto em andamento depois de pronto. Isso só vai mudar com mudanças de atitudes.

Saúdo mais uma vez o Ministro Helder, que chegou com essa postura. Percebo porque fui cliente dele há poucos dias em alguns assuntos. Quero dar também as boas-vindas, em nossa Comissão, ao Ministro Eliseu Padilha, que conhece tão bem como ninguém essa questão da máquina pública, do grau de dificuldade e já passou por vários ministérios.

Espero que hoje, do seu Ministério, da sua Secretaria, Ministro, como disse aqui o nosso querido Elmano, também tenhamos notícias dos aeroportos de Mato Grosso, de Rondonópolis, de Cuiabá, de Sinop, de Água

Boa, etc. Foi feito um programa muito bonito, todos nós nos animamos muito naquela oportunidade, mas, devido às condições econômicas e à burocracia, não conseguimos avançar.

Mas vou aguardar o Ministro depois falar um pouco sobre esse assunto.

No mais, cumprimento a Natalia e o Thomaz pela participação. Espero que esta nossa audiência sirva para dar um pouco de ânimo para mudarmos as coisas no País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Quem tiver alguma pergunta mais específica ao Ministro dos Portos... Até agora foram considerações praticamente. Depois, passarei primeiramente a ele, para que faça as considerações... Nessa linha, só para facilitar o nosso trabalho.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Como Vice-Líder do Governo, tenho uma reunião às 19h com o Ministro da Casa Civil, mas faço questão de fazer minhas perguntas.

De qualquer forma, quero cumprimentar todos os presentes pela palestra brilhante, vou tentar fazer minha bateria de perguntas logo, sem perda de tempo.

Primeiramente, Natália, quero saber de você o seguinte: Será que esse PIL do Transporte vai ser simbólico como foi o PIL 2012? Espero que não. Estou falando isso como Presidente da Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura, como engenheiro e como analista de infraestrutura, que é a principal mão de obra dos ministérios.

Estou acertando com a Casa Civil que se tem que resolver o problema da carreira de analista de infraestrutura, porque se não resolver, não teremos a mão de obra qualificada na Secretaria dos Portos, nos Ministérios e toda infraestrutura para resolver o problema, porque querem que a mão de obra qualificada dos analistas de infraestrutura fique estudando para ser analista de planejamento e orçamento, para ser analista de finanças e controle, para ser EPPGG, ou estudando para ser AFC ao invés de se dedicar 100% a liberar nossas obras, porque, por um azar do destino, em 2008, quando da MP nº 440, por três meses de diferença, a carreira de analista de infraestrutura não teve sua vida resolvida naquela MP nº 440.

Está aí essa herança antiga na Casa Civil. Preciso, exatamente para não ser mais um faz de conta, que resolvamos isso. Já estou acertando com a Presidente Dilma, com o Ministro Berzoini e com todos os Ministérios que se precisa encaminhar medida provisória para se resolver o problema dessa mão de obra qualificada do Padilha; sua, Helder, e de vocês, de lá dos Transportes, com quase 200 analistas de infraestrutura trabalhando; a mesma coisa quanto ao Ministério da Integração Nacional e ao Ministério das Cidades.

Queria saber suas perspectivas com relação à questão de onde o PIL 2 vai buscar dinheiro para investir nessas obras tão importantes para infraestrutura, tanto com relação à questão de transporte de grãos, como com relação ao resto do transporte em si para interligar aos portos. Qual sua perspectiva, Helder, de, de fato, esses portos nossos começarem a funcionar de uma forma mais ágil, mais objetiva para receber essas cargas e não ficarem aquelas filas enormes de caminhão? Se conseguirmos o mais breve possível o PIL 2 ser realidade, as cargas vão chegar com muito mais quantidade nos portos, que precisam estar preparados para exportar.

Há uma série de investimentos do marco regulatório dos portos que vão permitir. Helder, nessa linha, quero saber de você o que nós daqui no Senado – está aqui a nossa Frente Log e está aqui a nossa Frente Infra, as duas frentes que podem te ajudar – podemos fazer aqui para ajudar de verdade portos, aeroportos, rodovias e ferrovias a serem uma realidade.

Há um problema, Natalia, com relação à questão da comunicação, o direito de passagem com relação às várias empresas brasileiras. Tem-se um trecho a que não se comunica com o c porque o b não deixa. Quero saber como está isso, o que nós podemos fazer para garantir realmente que o trecho a se comunique com o c, passando por empresas diferentes. Como está essa questão regulatória, o que podemos fazer.

Com relação a você, Thomaz Toledo, quanto as grandes obras. Sou engenheiro eletricista, trabalhei no Ministério de Minas e Energia por muito tempo, sou concursado do MPOG e trabalhei lá nos últimos dez anos. Marcamos o licenciamento ambiental, suponhamos, por um ano e meio ou dois anos, aí chega em cinco anos e o licenciamento não está pronto. O que está acontecendo no Ibama para podermos ajudar um pouco mais quanto ao funcionalismo, quanto ao analista ambiental, quanto à burocracia para ver se essas obras brasileiras conseguem andar de uma forma mais adequada quanto ao licenciamento ambiental.

Ao nosso amigo querido, Dr. Franklin, meu dileto amigo, companheiro há 30 anos, uma pessoa que admiro por sua capacidade, por sua competência, espero ainda poder votar para ser PGR, indicado para PGR – Procurador-Geral da República, o seu caminho, pois merece, por representar todo o Norte do Brasil, inclusive, foi Procurador-Geral Eleitoral em vários Estados brasileiros do Norte do País – quero parabenizá-lo e dizer que com muita felicidade o ouço. Quanto a essa força-tarefa que V. Exª colocou aqui, como podemos colaborar para realmente as obras da infraestrutura brasileira serem uma realidade?

Ao nosso grande Padilha, a joia da Coroa já foi quase que entregue. Quando se entregou Brasília, entregou-se o Rio, Viracopos, Guarulhos, agora se estão entregando as próximas quatro joias da Coroa. A minha

preocupação é como a Infraero, com todo o passivo... Se privatizarmos agora Salvador, Porto Alegre, Floripa e Fortaleza, como vão ficar os nossos aeroportos regionais e os nossos pequenos aeroportos das cidades do interior e também de algumas capitais que não são rentáveis, sendo que esses outros são os grandes rentáveis? Eu sei que a Infraero tem um percentual, como 49% em Brasília, etc., mas será que isso vai conseguir fazer com que a Infraero possa segurar a onda?

Queria saber o que o senhor está pensando nessa linha e o que que nós podemos fazer. Essa é uma pergunta geral para todo mundo. Digo isso como servidor público concursado, o que podemos fazer para ajudá-los. O que posso fazer para ajudar os analistas e para ajudar vocês eu estou fazendo, que é buscar essa MP para resolver a carreira dos analistas, igualar todos os analistas da Esplanada. Para isso, quero contar com a ajuda de V. Exª, Helder; do nosso querido Rodrigues, que tem esse compromisso, para podermos trabalhar juntos.

Obrigado.

Desculpem-me a pressa.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Senador Garibaldi, o senhor, que é o chefe, vai usar a palavra?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu queria saber dos aeroportos do Rio Grande do Norte também... (*Risos.*)

... assim como dos regionais.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Então, vamos passar ao Ministro Helder inicialmente.

Antes tenho que ler o material pronto.

Quanto ao setor portuário, alguns pontos objetivos podem ser postos. Primeiro. A SEP pretende estimular as autoridades portuárias a reverem suas grades tarifárias com base nos custos reais incorridos na oferta de infraestrutura e superestrutura portuária? A justificativa para essa questão encontra-se no fato de que as autoridades portuárias devem cobrar tarifas adequadas aos seus custos, o que, em muitos casos, não acontece, sendo muitas vezes superiores ao valor da contraprestação do serviço disponibilizado, penalizando, assim, os usuários.

Dois. Nos países desenvolvidos, as autoridades portuárias não detêm *expertise* dedicada a desenvolvimento de projetos portuários.

Assim, lançam mão da experiência do mercado dedicada ao setor de forma a apoiar o desenvolvimento de suas operações. A SEP pretende incentivar que as autoridades portuárias passem a elaborar novos projetos com bases técnicas e em observância ao mercado, por exemplo, estimulando novos planos de desenvolvimento e zoneamento portuário?

Como a SEP poderia apoiar as autoridades portuárias na análise e em estudos de mercado para eleger mercados-alvo estratégicos para o desenvolvimento de projetos portuários? Como a SEP vê a possibilidade de as autoridades portuárias promoverem PPPs junto a Estados da Federação e/ou iniciativa privada para o desenvolvimento de soluções logísticas de acessibilidade aos portos?

E quarto. De acordo com a Lei nº 12.815/13, os projetos portuários fora do polígono dos portos organizados detêm grandes vantagens competitivas frente aos atuais terminais inseridos dentro desses polígonos. A SEP pretende eliminar essa assimetria?

[E ainda aqui é uma colocação do Dr. José Augusto Valente.] Não conhecemos a realidade objetiva da logística de cargas e de passageiros, isso deveria ter sido feito a partir do PNLT, em 2007. Com base nessa premissa, pergunto: Quando teremos um banco de dados da logística brasileira para podermos traçar políticas públicas e monitorá-las a partir de indicadores objetivos e não somente a partir dos interesses de segmentos da produção e dos operadores?

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Nobre Senador, só uma pergunta aqui para fechar.

Esqueci de perguntar a você, Natalia, sobre a questão dos passageiros, a questão de trens de transporte. Como é que ficam as interligações das nossas grandes cidades? Isso é uma realidade na Europa e o Brasil, pelo menos em trem de média velocidade, não pode continuar nesse atraso em que está. O Ministério está tendo alguma possibilidade, alguma PMI nessa área de trens de transporte de passageiros.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Ministro Helder, com a palavra.

O SR. HELDER BARBALHO – Inicialmente, eu gostaria de responder à Senadora Sandra Braga a respeito do projeto Manaus Moderna. Ela esteve comigo na semana passada, quando tratamos do assunto. Nós temos projeto em Manaus que envolve o terminal de passageiros, como também a atividade de cargas, contêiner e outras especificidades.

Nós devemos licitar uma área do Porto de Manaus, área da antiga Siframa, como também estamos dialogando sobre a possibilidade de fazermos uma PMI para dialogar tanto a parte de terminal de passageiro quanto terminal de cargas de forma isolada e a atividade mista passageiro e cargas em Manaus.

Então, neste momento a equipe técnica está discutindo com Antaq. A Antaq tem sido muito parceira neste sentido, para que possamos construir conjuntamente a alternativa de utilização da área portuária em Manaus, com um detalhe, o Porto de Manaus ainda está sob a gestão da Codomar, mas com o ato do Ministério dos Transportes de publicar o início do processo de desestatização da Codomar, a gestão do Porto de Manaus deve passar para a Secretaria de Portos.

Portanto, especificamente em relação ao Manaus Moderna o que deve ocorrer é uma Proposta de Manifestação de Interesse para que possamos verificar investimentos que estejam atrás da atividade portuária como também da parte urbanística e da atividade turística e de passageiros na cidade.

Senador Elmano, com relação ao Porto Luís Correia, nós encaminhamos ao Tribunal de Contas da União a resposta que estava sendo demandada a respeito do processo vigente. Estamos aguardando a resposta por parte do Tribunal de Contas da União.

Nós nos reunimos com o governo do Estado na última quarta-feira, quando o governo do Estado sinalizou com o encerramento desse convênio. O governo do Estado terá de fazer um ressarcimento provavelmente da ordem de R$4 milhões daquilo que foi recebido e do projeto que não será prosseguido. Neste momento, está decidido, por parte do governo do Estado, junto com a SEP, de não mais fazer o projeto que estava inicialmente pensado em Luís Correia, por conta da vultosidade do projeto, e ficará numa primeira etapa para atividade de pesca e para atividade turística. Não mais será atividade portuária de cargas ou outras atividades que estavam atreladas ao projeto inicial. Esse é o atual *status* do Porto de Luís Correia.

Senador Raupp e Senador Blairo Maggi, a atividade portuária é diferente de outras atividades. Hoje, eu diria que cabe ao Governo construir a facilitação para que o investimento privado efetivamente aconteça. E a facilitação se dá de que maneira? Na busca da otimização e da diminuição dos processos, sem que isso seja interpretado como eventual supressão de etapas que são essenciais na atividade.

Nós estamos dialogando de maneira muito entrosada com a Antaq e com os demais órgãos, para que possamos trabalhar de forma sincronizada e continuada. De fato, há um mantra no setor de que o Governo permita, de maneira rápida e ágil, que efetivamente aconteçam os investimentos privados.

Lembro que nós temos três caminhos: o caminho das prorrogações dos arrendamentos vigentes atrelados a investimentos – há 52 processos que estão em andamento na Secretaria de Portos –; os TUPs, que são os Terminais de Uso Privado – 68 TUPs estão em análise na Secretaria –; e os leilões, que se iniciam efetivamente a partir do dia 9 de dezembro. Destes – nós estamos falando em números –, há quatro na primeira fase do primeiro bloco; na segunda fase do primeiro bloco, há outras quatro; na terceira fase do primeiro bloco, há outras 21 áreas. Em seguida, temos um segundo bloco com outras 21 áreas e, depois, temos – será dividido em três – o terceiro e o quarto bloco com outras 41 áreas. Esse é o pacote que eu diria que envolve a atividade dos arrendamentos atrelados às licitações.

Nós estamos muito certos de que teremos êxito, já que, de forma absolutamente diligente, o Tribunal de Contas da União cooperou na construção dos editais. Os projetos todos estão passando neste momento... Os que já estão em licitação, os que estão no primeiro bloco e os outros quatro da segunda fase do primeiro bloco já estão com os estudos conclusos – as etapas estão todas prontas; há apenas certame. Os demais que compõem o segundo bloco, dos 21 do segundo bloco, 15 já estão com os EVTEAs em análise. Nós temos outros seis que estão em construção. Depois disso, vão os processos das audiências; em seguida, o Tribunal de Contas da União; e, por último, o processo de licitação junto com a Antaq.

Eu diria, quanto à aceleração dos projetos, respondendo ao Senador Raupp, ao Senador Blairo e também ao Senador Hélio, que temos uma agenda que está numerada, quantificada, apesar de ser uma demanda continuada. E tomara que haja mais demandas principalmente de Terminais de Uso Privado, para ampliarmos a oferta dos serviços! Os nossos procedimentos, estes sim, precisam ser, de maneira ágil, analisados, para se cumprir prazo, para se estabelecer, inclusive, planejamento, para o setor privado saber quando ele vai poder investir e se planejar para esse investimento.

Estamos falando de investimento privado, não estamos falando de investimento público. Os R$49 bilhões que anunciei aqui de um conjunto de investimentos, de OGU, nós estamos falando em menos de R$4 bilhões, que são os investimentos em dragagem e em modernização dos portos públicos. As outras ações são investimentos privados, que precisam, é claro, passar pelos processos internos para que sejam efetivadas.

Aí há uma discussão que precisará desta Casa, Senador Hélio, que precisará da Frente Parlamentar, do Ministério do Meio Ambiente, do Ibama, da Antaq e de todos os demais atores, pois precisamos diminuir as etapas. Não é possível reanálise. Nós temos de estabelecer prazos e de sincronizar, de maneira clara, nossas ações.

Ouvi, por exemplo, na primeira semana em que estava à frente da Secretaria de Portos, um depoimento da Executiva do Portocel, no Espírito Santo, dizendo que passa por 27 etapas para conseguir fazer um investimento privado. Nós temos de reavaliar isso, temos de analisar isso, sem que isso pareça, principalmente ao Ministério Público – que, de forma tão competente, tem contribuído para a transparência e efetivação das ações –, qualquer tipo de ato questionável. Portanto, é um desafio. Nós estamos imbuídos nesse sentido.

Na semana passada, publicamos uma portaria que delega à Antaq atribuições que, até então, estavam sendo trabalhadas em duplicidade pela SEP e pela Antaq, para deixar claro quem tem de fazer o quê e em que prazo tem de se fazer, para que possamos estabelecer gestão de prazo, gestão de processos, com o cumprimento daquilo que se estabelece. Então, trago a esta Casa essa informação.

Eu pediria, Senador Wellington, que aos questionamentos que estão por escrito possamos responder por escrito. Apenas ressalto que, em relação ao PDZs que foram colocados, nós estamos analisando. Já iniciamos o processo. Inclusive, na semana retrasada, já foi feita a publicação do PDZ de Barcarena e de Santarém. Estamos analisando nove PDZs: Belém, Outeiro e Miramar, Paranaguá, Antonina, Rio de Janeiro, Itaguaí, Ilhéus, Santana e Imbituba. Esses são os próximos que devem ser publicados. Com isso, nós estaremos concluindo, de todos os portos públicos, todos os PDZs.

Em relação aos poligonais, essa é uma discussão que nós precisamos fazer com muita tranquilidade, com muita calma, analisando situação por situação, porque os poligonais envolvem uma tensa agenda trabalhista. Isso precisa ser discutido por conta de que qualquer tema que envolva emprego e desemprego gera uma passionalidade muito forte. Então, essa é uma discussão que não pode ser tratada com uma fórmula nacional. Tem de se discutir cada porto com suas peculiaridades, com os atores envolvidos e com as construções a serem seguidas. Mas a pauta poligonal seguramente é uma pauta que estará em paralelo com as demais, ocupando boa parte da nossa agenda no próximo semestre.

No mais, eu queria...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Excelência...

O SR. HELDER BARBALHO – Por favor, Senador Hélio.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Rapidamente, eu só queria ouvir um pouquinho sobre PP4, já que o senhor é do Pará e, portanto, sabe a importância dos pequenos portos fluviais para a navegação nos rios brasileiros. Como é que o senhor está vendo esta questão do desenvolvimento dos PP4 e a questão das hidrovias com relação às comportas que precisam ser feitas? Como a gente pode ajudar nisso? Obrigado.

O SR. HELDER BARBALHO – Senador Hélio, essa discussão eu ainda não a internalizei no Governo, mas vou dar a minha visão. Aqui estou falando como gestor. Quanto à divisão das atribuições dos portos, nós ficamos com a responsabilidade integral dos portos marítimos, mas houve uma mudança na redação das atribuições da SEP, que permite que portos fluviais estejam também sob a nossa atribuição. Porém, a discussão é: qual o tamanho do porto fluvial que fica com a SEP? E qual fica com o DNIT? Essa é uma discussão que eu farei muito provavelmente com a Casa Civil, porque acho que precisamos colocar de maneira clara qual a capacidade que o DNIT tem de priorizar os portos fluviais e qual a capacidade que a SEP tem de dar resposta a isso.

A mesma resposta que eu dou em relação aos portos serve para as hidrovias. Acho que o DNIT tem uma agenda absolutamente extraordinária e premente pela qual o Brasil clama, que são os modais ferroviário e rodoviário. O modal hidroviário, como os portos fluviais, acaba sendo a sétima, a oitava, a nona agenda do DNIT.

Havendo porventura decisão governamental no sentido de que essa pauta possa estar sob a nossa responsabilidade ou ser de forma mais aproximada discutida por nós, creio que será algo que fortalecerá a lógica da interface entre o modal hidroviário e a porta de entrada e saída que se faz por parte dos portos.

Porém, eu estou aqui dando uma opinião. Esta discussão não está, neste momento, sendo tratada pela SEP, na minha gestão, com qualquer outro ator dentro do Governo. Como está sendo solicitada a minha opinião, eu afirmo que dessa forma nós estaríamos avançando significativamente. Mas vamos estressar esse assunto, vamos discutir esse assunto de maneira mais aprofundada, para que a tomada de decisão seja a mais assertiva possível.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Faço um esclarecimento: todas as palestras aqui já estão disponibilizadas no *site* da Comissão. Então, todas elas estão disponibilizadas. Qualquer pessoa que queira acessá-las tem toda a facilidade.

Ao passar a palavra ao Ministro Eliseu Padilha, quero também aqui ler...

O SR. HELDER BARBALHO (*Fora do microfone*.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Pois não, Ministro.

O SR. HELDER BARBALHO (*Fora do microfone*.) – Vou ter de sair. Vou deixar o Secretário aqui me substituindo.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – O.k.!

O Ministro está pedindo para ser substituído aqui pelo Secretário de Políticas Portuárias, que pode estar aqui à frente.

Nós lhe agradecemos, Ministro, a sua presença.

Foi anunciado, Sr. Ministro Padilha, em meados de 2013, o Programa de Investimento em Logística em aeroportos (PIL), que previu investimento em 270 aeroportos regionais. Em janeiro deste ano, foi aprovado o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional (PDAR), permitindo subsídio às empresas aéreas para que operem em novas rotas ou aumentem a frequência de voos em rotas já existentes. Para que o objetivo final de ampliar a aviação regional seja bem-sucedido, entendemos que as ações nos dois programas não poderão ocorrer sem uma sincronia de execução. Como está evoluindo o investimento anunciado nos aeroportos regionais para que estejam aptos a receber mais voos de passageiros? O PDAR será regulamentado pelo Poder Executivo ou está contingenciado pelo ajuste fiscal?

Também em nome do Senador Blairo Maggi, com quem já havíamos conversado, mais uma vez, Ministro, quero fazer um apelo em relação ao aeroporto de Cuiabá. Nós já levamos isso ao Ministério e tivemos várias audiências. Mais uma vez, a pesquisa da CNT coloca o aeroporto de Várzea Grande como o pior aeroporto do Brasil. Hoje, está sendo inaugurado um grande investimento privado ao lado do aeroporto, exatamente porque, quando foi feito o convênio lá atrás, a Infraero apresentou um grande projeto para o aeroporto de Cuiabá em Várzea Grande. É uma área de 750 hectares no centro da cidade de Várzea Grande, muito próxima ao centro da cidade de Cuiabá. Inclusive, no plano diretor da Infraero, previa-se a construção de uma nova pista, assim como de um novo terminal com o objetivo principalmente de atender à área de cargas.

Essa obra do aeroporto de Várzea Grande começou, na verdade, há mais de 15 anos. Ou seja, ela começou por licitação própria da Infraero e paralisou por problemas inúmeros. Foi feito o convênio com o Governo do Estado. Isso foi licitado, mas a obra paralisou. Agora, o Governo a está retomando. Mas, mesmo assim, mesmo que se conclua esse convênio, dado o tempo, é claro, ele já não será suficiente para atender a demanda.

Nos aeroportos, como V. Exª também colocou aqui, o número de passageiros, em muitos casos, no Brasil, tem duplicado, tem quintuplicado. No caso do aeroporto de Várzea Grande, já se está chegando a quatro milhões de passageiros por ano. Além disso, é um aeroporto estratégico, porque está no centro geodésico do Brasil e da América do Sul. Hoje, não é muito trabalhada a questão do Mercosul, mas é claro que aquele aeroporto poderia fazer essa integração no País e, principalmente, a integração da nossa região com os países vizinhos, onde o turismo praticamente não é explorado, porque lá essa situação não está sendo colocada em prática.

Então, quero aqui mais uma vez fazer um apelo, Ministro, em relação a essa possibilidade. Queremos que se faça a concessão. Há empresários interessados. Que se coloque o aeroporto... Nós acreditamos no Brasil. Não podemos ficar esperando só o dinheiro do Governo Federal, o qual, com certeza, não vai ser suficiente.

Senador Blairo, o senhor gostaria de falar especificamente sobre esse assunto do aeroporto?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente Wellington, só quero reforçar e endossar seu comentário sobre o aeroporto de Cuiabá e sobre os demais do Estado de Mato Grosso. Particularmente, acho, Ministro Padilha, que a aeroporto de Cuiabá pode, sim, entrar o mais rápido possível numa lista de concessão. É um aeroporto regional hoje importante.

Embarquei hoje em Cuiabá para vir para cá, como faço todas as semanas. É uma vergonha o que a gente encontra naquele aeroporto. A gente quase tem de ir de *short* para o aeroporto, porque os ares-condicionados não funcionam. Lá é muito quente. Hoje mesmo, a temperatura era de 38ºC, de 40ºC. Então, é preciso urgentemente encontrar uma solução.

Sei que ele ainda está em posse do governo do Estado, o contrato está sob o controle do governo do Estado, mas a verdade é que, na cidade de Cuiabá, no Estado de Mato Grosso, pelo que o aeroporto representa, por ser um aeroporto de entroncamento regional – quase todos os voos que vêm de Rondônia para Brasília e para São Paulo acabam fazendo conexão ali também para o sul do Pará –, ele é um aeroporto importante.

Quero aqui endossar o pleito do Senador Wellington Fagundes. É chegada a hora de a gente olhar o aeroporto de Cuiabá com mais carinho e fazer a concessão dele, a exemplo do que já reivindicávamos há muito tempo: a duplicação da BR-163 e da BR-364, no trecho Rondonópolis-Cuiabá-Sinop. Sempre dizíamos ao Governo que ali havia peso, carga e caixa para pagar sozinho o investimento, pelo volume que entrava por ali. Depois, foi feita a concessão, e, hoje, está lá um empreendimento que tem seus problemas para sair, mas que tem caixa, vamos chamar assim. É aquela história: do couro vem a correia. E o couro está lá. A gente tem de fazer as coisas funcionarem.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Ministro, antes de passar a palavra a V. Exª, eu gostaria aqui também de registrar a presença dos companheiros que têm feito um trabalho junto à Frenlog (Frente Parlamentar de Logística de Transporte e Armazenagem): José Augusto Valente, que

foi Secretário de Política Nacional de Transporte; Dr. Tiago Lima, Diretor-Geral da Antaq; e ainda – eles não são parentes – Ricardo Lima, que foi assessor especial da Camex (Câmara de Comércio Exterior).

Eu quero cumprimentar, mesmo não estando aqui, Washington Lima, que foi diretor do DNIT na área de portos.

São pessoas que têm feito um trabalho brilhante conosco.

Também o Edeon Vaz tem nos ajudado muito junto à Frente Parlamentar de Logística de Transporte e Armazenagem. Inclusive, o último evento que realizamos foi exatamente sobre cabotagem. Constava dentro do nosso plano de ação o Plano Nacional de Logística de Transporte e Integração entre modais, que é também o que estamos discutindo aqui na Comissão de Infraestrutura.

Eu gostaria de passar a palavra ao Ministro. Mais uma vez, faço o apelo, porque a população de Mato Grosso, com certeza, está cobrando da gente, como a gente já anunciava. Aqui, o meu assessor disse: "São vários telefones. Cobre do Ministro isso aí."

O Senador Blairo esteve lá, embarcou lá. Então, é difícil para a gente justificar para a população como pode um aeroporto com um potencial tão grande como aquele não ter um investimento, mesmo que as pessoas queiram investir. O pior é que o serviço público lá prestado é de péssima qualidade.

Ministro, quando se apresenta essa pesquisa e se coloca que o aeroporto de Cuiabá-Várzea Grande é o pior do Brasil, já vem tiro para cima do Blairo, do Medeiros, de toda a bancada, de todos nós. Perguntam: "O que vocês estão fazendo lá?"

Ministro, quero acrescentar que grande parte do PIB de Mato Grosso hoje é formado de conterrâneos do Rio Grande do Sul. Dizem que gaúcho tem uma língua comprida para falar. Então, são muito críticos.

O SR. ELISEU PADILHA – Quero iniciar, primeiro, agradecendo o questionamento objetivo e claro.

Ao final e ao cabo, acabou ficando na linha de tiro exatamente a minha área. Por quê? Porque é a área que hoje tem tido o maior reconhecimento de avanço. Tomemos o exemplo do aeroporto de Brasília. Estou aqui já há mais de duas décadas. Cheguei aqui quando era muito bom haver aquele satelitezinho. Isso era ótimo! Hoje vemos o que está acontecendo no aeroporto de Brasília. Nós poderíamos pegar o exemplo de Viracopos e ver o que aconteceu e o que está acontecendo em Viracopos. Podemos ver, em Guarulhos, o que está acontecendo. Houve, indiscutivelmente, um grande avanço no País. Vou tentar aqui, primeiro, mostrar a realidade.

Toda a minha história está vinculada ao Legislativo. Fui Ministro de dois governos, tenho passagem pelo Executivo como prefeito e como secretário de Estado, mas sinto que esta é a Casa onde a pressão se faz forma mais efetiva, o Legislativo. Daí por que tenho sempre um grande prazer em vir aqui prestar contas. Todos os que me conhecem sabem que eu nunca tenho coluna do meio, tenho lado certo. E o que dá dá; o que não dá não dá, de forma mais do que objetiva. Vou responder com essa mesma objetividade.

Primeiro, eu gostaria de fazer um comentário – peço permissão antes ao Dr. Franklin – sobre a pesquisa da CNT que o embasou a fazer algumas referências acerca da nossa infraestrutura.

Não tenho condições aqui de questionar quando se diz que a aviação – vou deixar que os demais modais façam sua parte –, que o nosso transporte aéreo, numa comunidade de 148 países, está no 123º lugar. Eu não conheço os critérios que basearam esse *ranking,* mas posso dizer que, segundo a ONU e segundo a OACI (Organização da Aviação Civil Internacional), o Brasil está no primeiro grupo da aviação civil no mundo. Junto com Austrália, Canadá, China, França, Alemanha, Itália, Japão, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos, está o Brasil. Na última eleição, o Brasil foi o primeiro colocado. A frota dos nossos aviões no Brasil tem idade média de menos de sete anos. Se tomarmos os Estados Unidos, a idade média é de mais de 15 anos. Nós avançamos muito.

Não tenho aqui a pesquisa. Eu a vi com o Dr. Franklin. Eles não colocam quais são os elementos que fundamentaram o *ranking.* Talvez, por um critério, seja assim mesmo. Não estou dizendo que não seja assim o *ranking* lá elaborado. Apenas não sei quais foram os pressupostos. Sei que, conforme a ONU, estamos entre os 11 primeiros do mundo. Nós somos o quinto mercado. Estamos entre os cinco maiores mercados da aviação civil no mundo e avançamos muito nos nossos aeroportos.

Agora, eu, pessoalmente, vou conversar com a direção da CNT. Isso me interessa. Tenho o máximo de interesse em esclarecer isso e também em fornecer os elementos que nós temos, mostrando que, em 48 itens – já ouvimos mais 160 mil passageiros nos aeroportos –, nos temos esta classificação a que eu aqui me referi: 84% dizem que é bom ou ótimo.

Logo, não dá para ficar, entre 148, em 123º lugar. Alguma coisa não fecha. Ou o nosso número não está correto ou a base de dados da CNT não é a mesma que a nossa – e aí, tudo bem, nós vamos fazer contato para esclarecer. Foi algo que feriu meu ouvido aqui e tenho certeza de que o meu pessoal da Infraero, que aqui está, da Anac, da própria Secretaria, todo o nosso pessoal, não administrou bem o dado. Por quê? Porque ele se contrapõe à realidade internacional. Nós vamos cuidar, junto com a CNT, de saber quais são os referenciais para nós, esclarecer e chegar a uma tradução.

Eu, pessoalmente, convivo com a CNT há muito tempo. Eu fui Ministro dos Transportes ao tempo em que a CNT começou a pesquisa da aferição das rodovias. Eu convivi com essas pesquisas durante muito tempo, sei dos critérios orientantes no caso das rodovias. Gostaria de saber também no caso dos aeroportos, mas nós vamos nos dirigir diretamente ao Dr. Franklin para pedir-lhe permissão para usar esses dados aqui. Esse é o primeiro.

Segundo: há dinheiro ou não no Ministério da Aviação, na Secretaria da Aviação Civil? A Secretaria da Aviação Civil é uma anomalia em relação aos demais ministérios no que tange ao financiamento. Por quê? Porque todo o financiamento dos investimentos na aviação civil é feito pelo FNAC, o Fundo Nacional da Aviação Civil. Nenhum centavo desse fundo pode ser usado noutra rubrica que não seja investimento em aeroportos ou no sistema aeroportuário, para colocar um pouquinho melhor, porque há o treinamento de pessoas também para as operações de aeroportos. Mas nada mais do que isso.

O saldo dessa conta, quando eu entrei no Ministério, era R$1,85 bilhão. Nós arrecadaremos este ano coisa de R$4,5 bilhões. Nós devemos fechar o ano com mais de R$5 bilhões de saldo nessa conta. Então, objetivamente: há dinheiro. Agora, ele está submetido ao caixa único da União? Está. Está submetido aos resultados primários da União? Está. Então, nós precisamos de uma decisão política para começar a fazer os investimentos que são necessários.

Vamos aos aeroportos regionais, que foram aqui referidos. Nós temos hoje 88 aeroportos regionais em fase de licenciamento ambiental. Significa dizer que estamos abrindo a porta da licitação. Foi um trajeto longo, começou em 2012, o Banco do Brasil teve que aprender, nós tivemos que aprender, a SAC teve que aprender. Quando eu cheguei este ano, o pessoal já sabia, tanto o Banco do Brasil quanto a SAC e, desatado o nó da questão ambiental, nós conseguimos andar com velocidade.

Temos condições – no caso específico agora do Piauí, que foi a pergunta – com rapidez: Bom Jesus, Picos e São Raimundo Nonato. Os três estão com o licenciamento ambiental pronto para que possam ser habilitados como aeroportos regionais. Em alguns deles, São Raimundo por exemplo, a obra já está praticamente pronta. Nós temos que resolver pequenos detalhes. Quais sãos os itens? Essa entidade internacional é que define os itens. Nós temos que ter uma pista compatível com a programação regional, e não só do Município, porque esse caso, por exemplo, é de estímulo regional inclusive ao turismo. Então, uma pista que suporte o equipamento que vai operar na pista – então, pista. Dois: pátio de estacionamento. Três: CCI (Casa de Combate ao Incêndio). Quatro: estação de navegação. Cinco: terminal de passageiros. Esses cinco itens vão figurar numa referência internacional desses 270 aeroportos.

Vamos admitir que, em São Raimundo Nonato – não vou falar especificamente, vou fazer de conta que seja assim – só nos falte estação de navegação aérea – eu não sei se é exatamente assim, estou apenas dando um exemplo.

Desses 270 aeroportos, 257 operam de alguma forma. Nesses, 141 empresas aéreas dizem que querem operar hoje e, desses, mais de 80 estão operando hoje. Portanto, nós não temos problemas quanto ao como fazer. Nós precisamos é de decisão política. O dinheiro existe. É preciso decisão política para fazer o investimento.

Nós estamos conversando com o Relator do Orçamento. Não havia previsão no Orçamento de recursos consideráveis para esse investimento. Nós estamos negociando com ele por quê? Porque nossa fonte não é fonte 100. Nós não temos problemas de recurso originário das receitas da União, a receita é própria. Qual é a receita? É o Ataero. Em cada bilhete que se compra, há um Adicional de Tarifa Aeroportuária, e há o valor das outorgas em todas as concessões que foram feitas até hoje. Só o Galeão tem um valor de outorga de R$18 bilhões, quase R$19 bilhões. Esse valor de outorga é pago parceladamente. Então, nós temos a manutenção.

Isso me faz lembrar da época em que criamos a Cide. Também fui eu que a criei ao tempo em que estava no Ministério dos Transportes, era a solução para os investimentos na área do Ministério dos Transportes, era para estradas e para o meio ambiente – 5% para o meio ambiente e 95% para os transportes. Depois, as circunstâncias fizeram com que se mudasse isso.

Mas hoje nós temos o recurso – está lá no Tesouro Nacional – temos apenas que ter a decisão política de fazer o investimento nos aeroportos regionais.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – O Levy vai liberar?

O SR. ELISEU PADILHA – Essa é uma luta política que não pode ser apenas do ministro da área. Todo mundo me conhece, eu sou tido como um fazedor. Quer dizer, o meu negócio é fazer acontecer. Claro que o Congresso pode me ajudar na hora do Orçamento, o Congresso pode me ajudar na decisão política.

Estive com a Presidenta na semana passada – e aí respondo uma das perguntas que foram feitas aqui: quando é que vai ser regulamentado; foi V. Exª que perguntou quando é que vai ser regulamentado o programa de subsídios. Nós levamos à Presidenta o decreto, ele está no sistema já, para que nós possamos iniciar esse processo ainda este ano ou no início do ano que vem com uma operação experimental na Amazônia Legal. Mas, como é uma medida provisória do início deste ano que fez com que tivéssemos o Programa de Aviação

Regional e pudéssemos ter subsídio, por óbvio, teríamos que regulamentar este ano. Estamos regulamentando este ano com o decreto presidencial que estamos propondo.

Então, dinheiro há. Os 270 aeroportos são conhecidos. Claro, há alguma indefinição, um sítio aeroportuário que tem que ser mudado por razões locais, mas a maioria está perfeitamente definida.

No caso do Piauí, esses três estão na porta de entrada. Em Rondônia – já que o nosso Senador Raupp inquiriu também – Cacoal, Ji-Paraná e Vilhena também estão...

Vamos ver quem questionou.

Amazonas: estão nesse grupo – lá vai ser feito um programa experimental agora – Barcelos, Boca do Acre, Coari, Fonte Boa, Itacoatiara, Manicoré, Maués, Nova Olinda do Norte, Parintins, Santa Isabel do Rio Negro e São Paulo de Olivença. Onze no Estado do Amazonas estão nessa primeira leva. Por quê? Porque lá nós vamos fazer um programa experimental. E lá no Amazonas, no Pará, na Amazônia Legal, para usar uma expressão mais ampla – pega o Acre, pega parte do Mato Grosso... Mas em Mato Grosso, em parte, estamos livres. Lá no Amazonas e no Pará, em parte do Amapá e em Roraima e em parte até de Rondônia, ou é barco por oito dias ou é avião em duas horas, porque rios de planícies tendem a ser muito caudalosos, eles fazem muitas curvas. Às vezes, navega-se quilômetros para chegar muito próximo do mesmo lugar, ao passo que o avião, por óbvio, é diferente.

Daí por que o aeroporto passa a ser importantíssimo nesse caso.

Outro Estado que me foi perguntado: Mato Grosso. Em Mato Grosso, estão, nessa mesma porta de entrada, nove: Alta Floresta, Barra do Garças, Cáceres, Juara, Rondonópolis, São Félix do Araguaia, Sinop, Tangará da Serra e Vila Rica.

Apenas para lembrar: origem ou destino nesses 270, o programa estando implantado, a passagem será subsidiada em até 50% dos assentos ou limitando a 60 lugares fora da Amazônia Legal. Na Amazônia Legal, sem limite, porque lá há um compromisso do Estado brasileiro com a população.

Então, o programa, eu penso, é redentor, é para fazer um novo Brasil, interiorizar os empreendimentos, interiorizar o turismo, interiorizar as oportunidades de negócio independentemente de crise. Com crise ou sem crise nas fazendas do Mato Grosso, lá no interior, o pessoal está trabalhando e vai usar o aeroporto regional se ele estiver funcionando. Portanto, eu penso que, para nós, esse programa é redentor. Isso tem que ser politicamente traduzido. Eu pessoalmente faço a minha parte internamente dentro do Governo. Por óbvio, a área fazendária procura preservar o máximo possível todos os recursos. No nosso caso, é recurso próprio, não é recurso que tenha sido gerado por receitas da União. Quer dizer, se compreende perfeitamente que ele seja liberado para poder ser executado.

Teresina. Vamos falar um pouquinho de Teresina, especificamente de Teresina agora.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Antes de pular para Teresina, conclua o Mato Grosso de Cuiabá.

O SR. ELISEU PADILHA – Podemos começar, porque há dois Senadores, com Cuiabá então.

O Senador Wellington Fagundes fez uma postulação no Ministério, que foi aqui subscrita também oralmente pelo Senador Blairo Maggi, que estamos analisando com a maior consideração. Qual é? De liberarmos um PMI especificamente para aquele aeroporto.

O Senador Hélio me perguntou como a Infraero vai sobreviver. Nós estamos com um programa de reestruturação da Infraero. A Infraero deverá ter subsidiárias. Nós vamos ter três aeroportos que vamos converter, cada um deles, em uma subsidiária. Vamos começar com Manaus, Santos Dumont e Congonhas. Em três aeroportos a Infraero vai fazer parcerias com operadores privados – apenas para dar ideia – que tenham experiência de *shopping center.* O interior do aeroporto se converterá num *shopping center*. O que é isso? Nós vimos que, nas concessões, a maior receita desses aeroportos concedidos não está sendo a operação aeroportuária, mas, sim, a comercialização dos espaços. Então, é certo que temos um potencial na mão com relação a esses que não vamos abrir mão.

Nós vamos também colocar – uma outra subsidiária – os 49% que a Infraero tem nas demais concessões, com exceção do Aluizio Alves – há um *greenfield* lá, a Infraero não tem participação. Nos outros todos, tem 49% de participação. Agora, nesses quatro, a Infraero, em princípio, vai ficar com 15% de participação. Então, a Infraero Participações vai ficar administrando essas participações. Ela poderá, em determinado momento, se for o caso, vender parte, vender alguma coisa dessas participações quando isso se fizer conveniente. Por quê? Porque os resultados só vão aparecer daqui a 15 ou 20 anos, quando nós tivermos a distribuição de dividendos.

Hoje – não é o caso – se a gente quisesse vender algumas dessas participações, teriam já grande valor de mercado. A nossa participação de Brasília seguramente teve valorização desde o dia que começou até hoje por aquilo que a gente viu acontecer nos últimos três anos aqui. Então, nós sabemos que houve uma valorização em razão do mercado.

Então, voltamos a Cuiabá. Em Cuiabá vamos, sim, fazer um estudo, vamos liberar um PMI, embora vá prejudicar, em tese, a estrutura concebida para a manutenção da Infraero. A Infraero tem 43 anos de experiência.

Tudo o que há de bom nos aeroportos brasileiros foi aprendido na Infraero. Vieram agora operadores internacionais – estão nos ajudando sim – mas foi a Infraero que fez a base de tudo o que temos aí. Foi com a Infraero que nós aprendemos tudo isso. Então, ela tem que ser mantida até como um seguro, uma garantia dessa operação nos 270 aeroportos regionais também.

Daí por que vamos ter outra subsidiária junto com a operadora do aeroporto de Frankfurt, a Fraport, e vamos ter uma empresa que vai participar em administração de aeroportos internamente e externamente. Nós vamos constituir um *player* de mercado como operador aeroportuário. A Infraero e a Fraport, numa parceria que já está selada, vão trabalhar juntas também.

Nós estamos revendo a Infraero, fazendo com que ela deixe de ter as características marcantes de uma empresa estatal pura para dentro e passe a ser uma empresa *player* de mercado, que possa ir para o mercado competir, tanto com os três com que vamos fazer essa parceria – Santos Dumont, Congonhas e Manaus – quanto com esses com quem vamos buscar a parceria com o setor privado, com as participações que nós já temos. E mais, onde nós participarmos – a Argentina vai conceder aeroportos, o Peru, a Bolívia – nós vamos participar como *player* de mercado também, porque temos experiência, temos conhecimento para isso. Então, o desenho da Infraero – o Senador Hélio não está aqui –, o desenho da Infraero está sendo refeito. Já tem o o.k. da Presidente, e nós estamos andando. Várias providências dessas já foram tomadas.

Com relação, então, a Cuiabá, nós vamos ter um PMI, nós vamos lançar. Haverá, então, a possibilidade de haver a manifestação de interesse para a concessão. Por óbvio, vamos tentar projetar um aeroporto pelo menos para mais 50 anos. Um dos Estados que mais evoluíram no Brasil nas últimas duas décadas foi o Estado de Mato Grosso. Se nós olharmos o PIB de Mato Grosso, se nós olharmos a geração de riqueza no Estado de Mato Grosso... Nós vamos ter agora, na aviação civil, sem dúvida alguma também, o reflexo disso.

Repito: não seria aconselhável para a Infraero, mas as circunstâncias do Brasil, a posição geográfica de Cuiabá, a possibilidade de se converter num *hub* inclusive para voos internacionais a partir de Cuiabá, considerando o resto da América Latina, fez com que nós determinássemos que vamos, sim, autorizar a abertura de um PMI. E, aí, vamos ver se há interesse.

Mas, claro: vamos, desde logo, projetar um aeroporto que resolva pelo menos para mais 50 anos, uma pista para cargas de 4km – isso apenas para dar ideia do que estamos pensando. O sítio comporta. Aquele sítio aeroportuário eu conheço bem, ele comporta isso. Então, nessa questão de Cuiabá se insistiu várias vezes, e nós tomamos a decisão de levar a possibilidade de se fazer lá, sim, um processo de concessão também.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Ministro.

O SR. ELISEU PADILHA – Agora, as obras de Cuiabá.

As obras de Cuiabá foram delegadas ao governo do Estado. Estavam paralisadas e foram retomadas. Nós manifestamos o interesse de buscar de volta a delegação, aí o Estado resolveu retomar. Ótimo! Nós queremos que fique pronto. Que nós tenhamos Cuiabá nas condições atuais. Enquanto não vem o novo, pelo menos que não se tenha que ir de bermuda e *short* para o aeroporto... (*Risos.*)

...como disse o Senador Blairo Maggi.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELISEU PADILHA – Teresina.

Teresina tem, para aquele sítio, um projeto de investimento de R$369 milhões – TPS, torre, seção contra incêndio, pátio. Nós estamos prevendo... E é uma desapropriação que não é tão grande: coisa de R$14 milhões.

Devo apenas cientificar V. Exª, Sr. Senador, de que o Governador nos levou uma ideia, um projeto de construir outro aeroporto num sítio novo, onde não houvesse as restrições urbanas do atual sítio aeroportuário; que iria, então, haver a possibilidade de se construir um novo aeroporto.

O certo é que, com essa obra ou com o novo, Teresina tem que ter, neste momento, como o senhor bem disse, uma maior atenção. Por quê? Aqui não foi referido ainda, mas o Piauí começa a ser também um polo celeiro do Brasil. O Chapadão do Piauí, junto com parte do Maranhão – juntos, Piauí e Maranhão – têm hoje produção de grãos em alto nível, no patamar de produção por hectare similar ao que acontece no Mato Grosso. Quer dizer, aquilo que está acontecendo no Mato Grosso vai acontecer rapidamente também em parte do Piauí. Não é em todo o território, mas o Chapadão todo do Piauí se presta também a essa cultura. Então, lá há necessidade de investimento, nós sabemos. O governo do Estado está fazendo conosco uma tratativa. Ele tem o projeto de liberar o atual sítio e tomar um novo sítio aeroportuário para uma grande construção.

Agora vamos às perguntas, por mim anotadas, mais especificamente.

O Senador Elmano me perguntava: "Tem dinheiro?" Eu já respondi. Ele me perguntou de Teresina, e eu já respondi.

Senador Raupp: eu também já fiz referência aos projetos. Diz ele que tinha que haver um banco de projetos. Eu concordo com ele: tem que haver um banco de projetos. Aliás, projetos nós até temos, nós temos é que licenciar os projetos. No caso do Ministério dos Transportes, existem muitos projetos de rodovias ainda da era – olhem! – do Instituto de Engenharia do Exército, lá no Rio de Janeiro. Nós temos muitos projetos ainda. Projetos nós temos. Nós temos é que andar com os licenciamentos, essa é a preocupação do Senador Raupp.

O Brasil tem um bom banco de projetos no campo rodoviário. A matriz de transportes tem bastantes projetos, mas esses têm que ser reavaliados, porque por vezes o desenvolvimento acabou indo para fora das rotas que se previam lá atrás e agora nós teríamos, talvez, que rever alguma coisa. Mas há projetos.

No caso específico de Rondônia, dos aeroportos que estão na portinha de entrada: nós já referimos aqui – e apenas para registro, porque depois ele vai ouvir, eu vou dizer de novo – Cacoal, Ji-Paraná e Vilhena. São os três que estão praticamente na reta de chegada.

O Senador Blairo perguntava dos aeroportos regionais de que eu falei e de Cuiabá.

O Senador Hélio me pergunta da Infraero...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Ministro, permita-me. O de Rondonópolis tem uma confusão. O senhor tem alguma solução, ou está prevista alguma solução, para o imbróglio que está lá?

O SR. ELISEU PADILHA – Vamos ver aqui, porque tenho mapa de todos eles aqui. Vamos ver, Rondonópolis. Mas, se não estiver aqui, o homem-aeroporto está aí, os dois homens-aeroporto estão aqui. Mas vamos ver se eu saio sem falar com eles.

Rondonópolis. É, está com o anteprojeto sendo elaborado. Saiu... Há óbice ainda? Ou já terminaram?

O SR. EDUARDO HENN BERNARDI – Lá havia uma obra do Estado em parceria com o BNDES, e nós começamos a elaborar o anteprojeto considerando que essa obra estaria concluída até o final deste ano, que era a premissa que o governo do Estado nos passou. Uns 15 dias atrás, o pessoal do Estado esteve lá conosco, falou que realmente não tem condições de concluir a obra, pediu que voltássemos atrás em nossos projetos e incluíssemos aquelas obras dentro do nosso anteprojeto. É o que estamos fazendo agora e vai ser incluído no nosso projeto da SAC.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Obrigado.

O SR. ELISEU PADILHA – Depois, o Senador Garibaldi Alves, o nosso Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Ministro, na verdade, essa é uma notícia um tanto ruim. Para futuro, boa, mas, de imediato, eu acredito que seria importante que vocês conversassem com o governo do Estado, porque há algumas coisas ali que... Parar é muito ruim. Inclusive, está previsto naquele recurso alguma coisa de sinalização. E, naquele aeroporto de Rondonópolis, muitas vezes – e lá hoje já estão a Trip, a Passaredo e outras companhias –, não se consegue pousar exatamente pela altitude – está num vale, perto de dois rios.

Então, o financiamento está aprovado no BNDES. O atual governador provavelmente está elegendo algumas prioridades, mas, como o Ministro falou, dada a experiência que vocês têm, talvez até a própria Infraero, que esteve lá há alguns dias para fiscalizar, seria bom que conversassem melhor sobre o que é possível. Em curtíssimo prazo, façam isso, porque o nosso programa aqui, como o Ministro disse, vai depender de muitas situações. Apesar de ter arrecadação própria, como ele disse, vai para o caixa único do Governo. Então, no caso de Rondonópolis, não podemos contar com essa situação, porque ela pode piorar muito mais.

Por isso, queria pedir de público para vocês, juntamente com a Infraero e com quem esteja a decisão, que fizessem isso com mais cuidado. Senão, a cidade vai perder muito. E o que já está acontecendo lá, daqui a pouco, pode interromper as obras do aeroporto, e pouca coisa precisa ser feita.

O SR. ELISEU PADILHA – Entendido.

Senador Garibaldi Alves, Rio Grande do Norte: nós temos Caicó e Mossoró. Caicó está bem e, quanto a Mossoró, tem que dar uma conversada com o pessoal, porque aquele sítio ali ficou inviável. Eles já estão vendo um sítio novo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELISEU PADILHA – É, um sítio novo, um lugar novo para construir o aeroporto lá.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Mas foi feita já uma proposta.

O SR. ELISEU PADILHA – Ainda...

Em Mossoró já chegou a definição do novo?

O SR. EDUARDO HENN BERNARDI – Nós tivemos uma conversa recente com o Estado, Ministro, e eles ficaram de mandar a indicação de uma área, mas ainda não nos mandaram. Isso é bem recente, deve estar para chegar na Secretaria.

O SR. ELISEU PADILHA – Dá uma tocadinha que ela vem mais ligeiro! (*Risos.*)

É verdade!

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – E Caicó? Como é que está?

O SR. ELISEU PADILHA – Feijão e governo só se cozinha com pressão. Aliás, governo e feijão só se cozinha com pressão.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – E se for feijão velho, Ministro, mais pressão! (*Risos.*)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – E Caicó? Como está?

O SR. ELISEU PADILHA – Caicó está bem. Está em andamento, está bem, mas ainda não está na porta de entrada da licitação. O estudo preliminar está sendo analisado neste momento. Eu tenho a relação aqui. São os dois que têm lá.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELISEU PADILHA – Calma! O dele é o mesmo ritmo dos outros.

Vamos lá.

A Senadora Sandra Braga não está, mas tenho que deixar aqui a resposta para ela. Foi levado à Presidenta o decreto regulamentando a aviação regional e a nossa proposta de iniciar pela Região Amazônica, pela Amazônia Legal, para usar uma expressão que todo mundo sabe a que território corresponde, onde deveremos ter 30 aeroportos habilitados. Trinta! Trinta! Esta será a experiência para os 270: nós vamos fazer um plano piloto lá e depois levamos para os demais Estados.

Aqui, pelo que eu tinha anotado, parece-me que eu respondi a todos. Deixei de responder alguém? (*Pausa.*)

Então, fico muito agradecido, Senador Wellington, Senador Garibaldi, fico muito agradecido de poder estar aqui mais uma vez. Semana que vem, se não tiver ninguém, não tem problema, eu estou à disposição. (*Risos.*)

Para mim é sempre um prazer muito grande vir aqui, onde eu me sinto absolutamente em casa. E a entendo, porque já andei, durante muitos anos, do outro lado do balcão, sei como é aí desse lado, como as pessoas cobram da gente. Menciono o telefonema que hoje fizeram: "Olhe, cobre do Ministro aí." Eu sei que é exatamente assim mesmo. Nós todos temos que dar a melhor prestação de serviço possível para aqueles que nos mandam para cá. O eleitor, quando manda, fica com aquela sensação: "Agora eu estou lá. Minha voz está lá. É a minha vez. Tenho que chegar lá também."

Então, a nossa responsabilidade é fazer chegar a vez. Eu me coloco à disposição para isso.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Nós queremos registrar ainda aqui a presença da Associação de Terminais Portuários Privados, pelo Dr. Murillo Barbosa, da ABCR, pelo Dr. Ricardo Pinheiro, Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias, e da ANTF, com o Fernando Paes, Diretor-Executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários. E também registro a presença da Frenlog, Frente Parlamentar de Logística de Transporte e Armazenagem, pelos Drs. Gilmar de Moura e Angelo de Oliveira.

Quero saudar, aqui, com muita satisfação o Vereador Miguelão, Presidente da Câmara de Vereadores de Barra do Garças, cidade que fica na divisa de Mato Grosso com o Estado de Goiás, em nome de toda a população.

Agora, como estamos na fase final, vou passar, então, ao Dr. Franklin.

Mas eu tenho aqui uma pergunta.

Nos casos de obras de infraestrutura paralisadas em razão de denúncias que se mostram, no decorrer das investigações, infundadas, como o Ministério Público Federal atua em situações dessa natureza, considerando os prejuízos decorrentes da paralisação dessas obras?

Fiz referência ao Tribunal de Contas, que, na verdade, é o que mais estava tomando essas atitudes no sentido de paralisação de obras, mas o Tribunal de Contas reviu isso, e hoje não há tanta incidência disso. Mas é claro que a movimentação é a palavra do Ministério Público.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Senador Elmano.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – ..., com a devida permissão, antes de o representante do Ministério Público se manifestar, a despeito da colocação feita pelo Blairo Maggi, de ingestão, interferência, ingerência e invasão de competência do Ministério Público em ações executivas, há uma coisa muito interessante, que reputo importante.

Agora mesmo, o Ministério Público estadual e o Federal entraram com uma ação civil pública, que achei interessantíssima, em defesa da população, obrigando a União e o Estado do Piauí a tomarem providências no sentido de uma adutora para levar água de poços jorrantes do subsolo, poços perfurados há mais de 40 anos, sem utilização. Enquanto isso, 51 cidades, ou mais do que isso, uma centena de cidades padecem de abastecimento d'água. Quer dizer, não há água.

Então, existe uma adutora, com esse projeto concebido pela CPRM, Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, um projeto que considero *sui generis*, muito bem concebido... Então, o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado entraram com uma ação civil pública, o que achei uma coisa fantástica. Eu não chamo isso de ingerência, de interferência. Talvez seja omissão nossa – estou falando como se ainda fosse do Executivo –, uma omissão do Executivo com relação a uma questão fundamental, que é água para a população. Então, o Ministério Público estadual e o Federal entraram com essa ação pública.

Bom, essa é uma questão.

E uma outra diz respeito a uma rodovia federal no perímetro urbano da cidade de Teresina, onde morrem, semanalmente, pessoas em função da não execução de obras de duplicação de uma BR dentro do perímetro urbano. Transportes de carga pesados vêm do norte do País, em demanda a outras regiões do Brasil, passando por dentro de Teresina. O Ministério Público considerou que vidas humanas estavam sendo ceifadas por problemas do tráfico. Isso porque, ou se faz o desvio, que seria o anel, ou é preciso tomar-se uma previdência. E, como se trata de uma BR, uma área de jurisdição federal, o Governo Federal é que deveria fazer isso.

Lembro o seguinte: há 20 anos, eu era secretário de Planejamento do governo estadual, e foi feita a única duplicação, no Estado do Piauí, do perímetro urbano da cidade. Para tanto, o governo do Estado tomou a iniciativa de conseguir recursos para tanto. E agora o governo do Estado, o governo anterior, fez um empréstimo de cento e poucos bilhões para fazer a duplicação – vejam bem! – em rodovia federal. Em rodovia federal!

Teresina, meu querido Ministro, que conhece e domina a área muito bem, é a única capital do Brasil que não tem rodovias que acessam o perímetro urbano da capital duplicadas. Disso decorre que vidas são ceifadas. E vêm ocorrendo manifestações sucessivamente.

Então, o Ministério Público, nesse caso, também entrou com uma representação contra o DNIT.

Eu estou fazendo esta colocação a despeito da colocação feita pelo Senador Blairo Maggi. Eu não diria que há uma omissão, mas há uma ausência do Poder Executivo, que deveria estar, no caso específico dessa iniciativa da ação civil pública do Ministério Público, coisa recentíssima, e uma, mais antiga, de seis anos atrás, que diz respeito a uma rodovia.

Pergunto à Drª Natalia, uma secretária-executiva dinâmica do Ministério dos Transportes, se é do conhecimento do Ministro dos Transportes, dos nobres diretores do DNIT que é um problema, um problema sério. É inaceitável. E eu dizia no ano passado e sempre digo que o Ministério Público Federal fez uma representação contra o DNIT por não sei se falta de recursos, mas o que não pode é continuar esse grave problema na cidade de Teresina. É apenas uma colocação que eu faço em decorrência da observação feita pelo Senador Blairo Maggi e antes de o nosso estimado Franklin fazer sua colocação.

O SR. FRANKLIN RODRIGUES DA COSTA – Senador Elmano, eu quero expressar minha simpatia por você, piauiense, porque quero dizer que meu avô saiu de Campo Maior em 1910 para ser vaqueiro em Roraima, para cuidar de fazendas em Roraima, onde meu pai nasceu, assim como, evidentemente, eu, mas eu minha ascendência é piauiense. Então, eu sempre tenho essa empatia com os piauienses, inclusive participando da comunidade do Piauí aqui, no Distrito Federal. Esta é a primeira coisa.

Eu quero falar sobre a questão que o Senador Hélio deixou. Vou falar sobre as questões que o senhor me falou... Vou colocar antes as questões que o senhor me falou.

O Ministério Público tem por missão constitucional a defesa dos princípios da Constituição, os princípios inscritos na Constituição e, principalmente em relação à administração pública, os princípios inscritos no art. 37, onde eu destaco, primeiramente, o princípio da eficiência na prestação do serviço público. Então, na observância, na busca da realização do princípio da eficiência, o Ministério Público, constatando eventual omissão, pode provocar o Judiciário... Nós temos que lembrar que o Ministério Público tem alguns instrumentos de atuação. O primeiro deles é uma recomendação. Ele recomenda, vendo alguma omissão ou ilegalidade do Poder Público, ele manda uma chamada recomendação esperando que o administrador o faça.

Nós temos uma história muito interessante da época em que o Ministro Jatene foi Ministro da Saúde. Nós começamos a acionar o Ministério da Saúde mandando recomendações sobre a questão dos serviços públicos de saúde, e ele teve uma refração a isso no início. Depois, eu o ouvi, num discurso, falando o seguinte: "Olha, o Ministério Público mandou algumas recomendações, e eu percebi que havia um intento positivo naquilo e chamei o Ministério Público para trabalhar comigo no Ministério, e inclusive estabelecemos um acordo de cooperação. E a partir desse instante, a eficiência na prestação do serviço de saúde na atuação do Ministério da

Saúde ficou mais eficiente e mais fluida com a colaboração do Ministério Público. Então, o Ministério Público pode fazer isso.

Nós temos algumas decisões judiciais, com jurisprudência firmada, no sentido de que o Judiciário pode determinar ao Poder Público que inclua no Orçamento verba para determinada atividade, para determinada obra, para determinado projeto em que haja uma omissão do administrador ou uma omissão legislativa. Então, nós já temos isso.

Foi por isso que falei no início da dificuldade que temos para estabelecer esse limiar entre o que é uma política de fiscalização e atuação na busca de sanar uma omissão do Poder Público naquilo que a Constituição determina como garantias constitucionais, em respeito aos direitos humanos, em respeito ao princípio da eficiência, e aquilo em que ele quer se substituir ao administrador público. Esse liame é realmente difícil e é feito caso a caso para cada colega.

Então, isso é possível fazer. Esse é um exemplo de atuação do Ministério Público na busca da realização da atividade, de motivar o Poder Público a realizar uma atividade ou uma obra para proteção dos direitos humanos, para atendimento do princípio da eficiência na prestação dos serviços públicos.

Quanto à questão que o Senador Hélio colocou mais cedo, antes de sair, que é a questão das forças-tarefas que eu havia comentado, nós acabamos de ver o exemplo citado pelo nosso Ministro dos Portos, que disse o seguinte: "Nós trabalhamos junto com o TCU na elaboração dos editais e isso fluiu tranquilamente". Então, por que não formar uma força-tarefa para não fazer dois trabalhos? Então, o que aconteceu, por exemplo, com o DNIT? O DNIT elaborou um projeto para a 319, e o Ibama disse que não o aprova, que reprova o projeto. Por que não se fez uma conjugação de trabalho do DNIT e do Ibama para que isso fosse elaborada de uma forma unificada e convergente para que não houvesse esse problema?

Então, eu falo das forças-tarefas porque nós temos o hábito de trabalhar com os órgãos uns de costas para os outros. Eu citei o exemplo do combate à corrupção e outros, em que nós começamos tomando como exemplo o exemplo americano de formar as forças-tarefas. Então, trabalharam o Ministério Público, a Polícia Federal, a Receita Federal, o Banco Central e o Coaf no combate à corrupção. Daí as forças-tarefas.

Hoje, você pode colocar, por exemplo, DNIT, Ibama,Tribunal de Contas, os órgãos reguladores, os órgãos fiscalizadores, e fazer um trabalho convergente, um trabalho de agregação desses setores, para que um não trabalhe de costas para os outros. Nós teríamos muito a redução desse tempo de aprovação de projetos, de aprovação de licenças e de início de execução de obras. O DNIT faz o projeto, bonitinho, e manda para o Ibama. O Ibama leva alguns anos para fazer o exame e para aprovar. Depois do Ibama, vem o Tribunal de Contas, no que se refere à parte legal. Por que não confecciona, então, digamos assim, o termo de referência em conjunto, para saber o que vai ser necessário de restauração, de proteção ambiental, quais são as condicionantes... O TCU pode dizer o que vai ser necessário em matéria de legalidade em relação à aplicação e destinação das verbas... "Como se pode ter isso aqui para não se ter uma licitação direcionada?"

Então, quando eu falo das forças-tarefas, eu falo exatamente para que os órgãos deixem de trabalhar uns de costas para os outros ou uns atrás dos outros, numa sequência que demora anos, e façam essa conjugação para estabelecer um trabalho de elaboração e de eficiência.

Era isto, Presidente.

Obrigado.

Eu não sei se eu falei aqui que eu poderia ficar livre para dizer algumas impropriedades porque eu tinha aqui um advogado e ministro que me fez as devidas correções. Então, já era uma premonição de que realmente as correções foram feitas... Os dados apresentados são da CNT. Mas eu agradeço, Ministro, a sua intervenção. Era por isso que eu estava tranquilo para falar alguma impropriedade, porque eu sabia que iria haver alguma correção e que eu não iria induzi-los em erro aqui.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Bom, Drª Natalia, as mulheres sempre estão em primeiro lugar, mas eu só consegui manter essa plateia aqui porque deixei a senhora para falar agora.

Então, eu somente quero ler algo aqui.

O PNLT, o Plano Nacional de Logística de Transporte, lançado em 2007 e reavaliado em 2009 e 2011, pretendia ser o marco inicial da retomada do planejamento setorial de transportes para horizontes de curto prazo, médio e longo prazo.

Lançou-se com o objetivo de formalizar e perenizar instrumentos de análise para dar suporte ao planejamento de intervenções públicas e privadas na infraestrutura de transportes.

Entretanto, após a última atualização, de 2011, não houve mais divulgação de resultados ou reavaliações do PNLT.

A pergunta é: o PNLT foi abandonado ou substituído por outra estratégia de planejamento?

Com a palavra a Drª Natalia.

A SRª NATALIA MARCASSA DE SOUZA – Obrigada, Senador. Obrigada pelo quórum, então, né?

Vamos lá!

A pergunta do Senador Elmano sobre o Piauí.

Quando eu apresentei os mapas, eu estava falando ali do Programa de Investimentos em Logística, que é de concessões privadas.

É justamente a busca que o Ministério dos Transportes está fazendo para equilibrar o orçamento. Então, aquelas rodovias e ferrovias que, no estudo de viabilidade, se mostram viáveis à concessão da iniciativa privada nós estamos incorporando no Plano Nacional de Investimentos em Logística para que os recursos que sobrarem nós possamos investir nas rodovias que não sejam viáveis em concessão. São as rodovias do Piauí, as rodovias do Norte, onde a gente, provavelmente, não consegue ter uma concessão pura, mas que precisam de investimentos. Então, nosso objetivo é preservar o investimento do DNIT para manutenção e ampliação dessas rodovias.

Então, o Piauí não está ali, mas ele não está esquecido, está bem, Senador?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª NATALIA MARCASSA DE SOUZA – Ferrovias, né?

O Senador Valdir Raupp, que não está mais aqui, fez alguns questionamentos em relação a projetos. E ele tem plena razão quando diz que a gente teve um problema e careceu de projetos.

Em 2003, mais ou menos, quando a gente conseguiu retomar os investimentos em transportes, a gente tinha, mais ou menos, ao ano, investimentos da ordem de R$1,5 bilhões, que é o que o DNIT estava executando por mês no ano passado. Então, a gente teve uma grande projeção de investimento. E nessa retomada, realmente, a gente carecia de projetos. Hoje, projetos não são mais o nosso problema. Ele citou até a rodovia 364-060, Mato Grosso – Goiás. A gente está com o projeto entregue. Agora, nossa busca é por investidores nesses projetos.

Mesmo dado o contingenciamento do DNIT, uma das metas do Ministro foi não deixar de gastar um real em projetos. O dinheiro reservado para projetos está garantido, justamente porque a gente acredita que o País vai crescer de novo e a gente vai precisar ter uma carteira de projetos.

Então, hoje, projeto não é mais o nosso problema. A gente realmente está precisando muito é de investidores.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – A EPL tem sido parceira do Ministério? Como está a relação?

A SRª NATALIA MARCASSA DE SOUZA – A EPL tem sido parceira do Ministério. Apesar de a gente delegar os investimentos em concessão... Os projetos são entregues por meio de PMI. Eles são entregues pelas empresas, mas há toda uma avaliação do Governo. E quem faz essa avaliação, a maior parte dela, é a EPL.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – É porque a gente acha um instrumento muito importante e a gente vê, às vezes, a EPL um pouco esquecida.

A SRª NATALIA MARCASSA DE SOUZA – A EPL não tem sido esquecida.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Saiu uma proposta de um ministro querendo criar outra empresa de planejamento.

A SRª NATALIA MARCASSA DE SOUZA – Acho que foi da Fazenda, né? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Eu não quis nem citar, porque o Ministro está levando tanta paulada...

A SRª NATALIA MARCASSA DE SOUZA – Realmente, o Ministério dos Transportes acredita na EPL. O Ministro Antonio Carlos Rodrigues está muito preocupado. Inclusive, eu vou fazer aqui uma confidência: ele está levando o Daniel, o Secretário de Fomento, para lá, para ser o diretor da EPL, justamente para dar o peso que a EPL precisa.

O Senador Hélio José fez alguns questionamentos. O primeiro deles foi se o PIL seria algo fictício.

Não, a gente realmente acredita no PIL. Nós temos projetos para todas as rodovias e ferrovias ali colocadas. Agora, é um programa de concessão à iniciativa privada. Então, a gente precisa da parceria da iniciativa privada. Então, aqueles projetos em que a iniciativa privada não acreditar, infelizmente, a gente não tem como tocar como concessão. Mas ele não é, de maneira alguma, um projeto fictício. É um projeto que tem projetos em nível básico para essas ferrovias em nível de EVTEA para as rodovias ou de rodovia...

Não dá para dizer que não foi exatamente bom. Nós tínhamos o objetivo de licitar sete rodovias em 2012 e conseguimos licitar cinco. E, no tocante a ferrovias, a gente diminuiu o escopo justamente visando que sejam projetos mais rentáveis para a iniciativa privada, para atrair esse capital privado.

Realmente, a gente também, no Ministério dos Transportes, com certeza, se coaduna com a bandeira do Senador Hélio José de fortalecimento da carreira de analistas de infraestrutura, porque é a nossa mão de obra.

Então, os analistas de infraestrutura e os analistas do DNIT assinam obras de bilhões. Então, eles têm que, realmente, ter um salário adequado, porque, depois, o Tribunal de Contas da União, que é muito bem dotado de mão de obra, assim como o Ministério Público, vem nos questionar. Assim, esses servidores realmente têm que ter uma remuneração compatível com o grau de dificuldade e de projetos que eles analisam e assinam.

Trens de passageiros.

A ANTT está com um estudo com o Banco Mundial para o trem de passageiros de Luziânia a Brasília, que é uma demanda antiga.

A gente ainda não tem o resultado final, mas é uma das nossas iniciativas. Havendo interessado, com certeza, o Ministério dos Transportes tem todo o interesse em que o trem de passageiros também caminhe.

A dificuldade dos trens de passageiros é que eles geralmente são projetos que não têm uma viabilidade econômica em si só. Ele precisa de recursos públicos, e agora o momento está difícil para recursos públicos.

O PNLT, como eu mostrei na apresentação, foi substituído pelo PNLI, que é um programa um pouco mais abrangente, pois também trata de aviação civil e de portos, e contempla uma matriz de transporte mais adequada. O PNLI deve ser divulgado para toda a sociedade no ano que vem, e, a partir daí, vai ser alimentado anualmente. (*Falha na gravação.*)

... acho que é importante. A mesma pesquisa da CNT nos classificou em 78% como as rodovias não concedidas em regular, ótimo e bom, sendo que 43% são conceitos ótimo e bom, e as rodovias concedidas em 80% como ótimo e bom. Então, a mesma pesquisa parece ter, às vezes, algumas incongruências. E quem conhece os critérios de análise da pesquisa da CNT sabe que esses critérios que dão a qualificação entre ótimo e bom são muito severos. Então, realmente, o Ministério dos Transportes, nos últimos três anos, teve um crescimento bastante grande entre as rodovias classificadas como ótimas e boas na pesquisa.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Como nós já estamos bastante adiantados em relação à hora, eu não poderia deixar de passar para o Dr. Thomaz fazer as considerações finais em nome do Ibama.

O SR. THOMAZ TOLEDO – Obrigado, Senador.

Foram dirigidas, basicamente, duas perguntas para o Ibama. Primeiro, uma colocação do Senador Hélio José, se colocando à disposição para o aperfeiçoamento do licenciamento ambiental e fazer com que o licenciamento ambiental não seja um gargalo para a implantação de toda essa infraestrutura planejada aqui pelos setores.

Acho que é importante ter uma atenção na discussão do Projeto de Lei nº 654, que achamos uma iniciativa muito interessante da Casa, que pode, sim, nos ajudar no dia a dia do licenciamento ambiental.

O analista de infraestrutura engenheiro é uma carreira bastante disputada no Executivo. Essa carreira de analista de infraestrutura é uma possibilidade que também se coloca para o Ibama, para a gente qualificar as avaliações no âmbito do licenciamento ambiental. Então, também somos solidários a essa discussão.

E, mais especificamente do Senador Elmano, há um questionamento sobre a ponte.

Eu não tenho aqui um histórico do processo, mas, no início deste ano, o Governador solicitou que a gente tivesse atenção. Inclusive, eu recebi o Governador na sala da Presidência do Ibama para discutir esse processo. Certamente, nada justifica dez anos para licenciar uma ponte. Aí deve ter uma parcela de culpa do empreendedor, uma parcela de culpa do empreendedor, uma parcela de culpa do órgão licenciador, que acho que não viria ao caso... Mas a gente precisa é dar uma solução para a ponte.

Então, eu me coloco à disposição do Senador para que a gente monte uma agenda, o DNIT também, para definir uma agenda de trabalho com vistas à emissão da licença que permita – não sei nem se já há processo de licitação preparado – o avanço na construção da ponte.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Só para concluir, por questão de justiça.

Quero me congratular, Drª Natalia, com o DNIT. A malha rodoviária federal do Estado do Piauí, de cerca de 2.700km, é de alto nível. É muito boa. E quem diz isto são os usuários de todo o sistema das rodovias federais no Estado do Piauí.

E isto se dá não só graças ao trabalho do ex-Ministro dos Transportes Eliseu Padilha, que está aqui, mas também ao trabalho do Sérgio Passos, do João Henrique Sousa, do Alfredo Nascimento, enfim, ao trabalho de todos, inclusive do atual, o nosso amigo Antonio Carlos Rodrigues, um trabalho fantástico.

Por questão de justiça, eu tinha que reconhecer, depois que a senhora fez essas considerações a respeito da pesquisa da CNT, que, com relação ao Piauí, elas estão muito boas.

Agora, renovo meu pedido com relação às duplicações. Essa é uma grande dívida que o Ministério dos Transportes, o DNIT e a União têm para com o Estado do Piauí. O que foi feito de duplicação no Estado do Piauí

foi feito através do Estado, e agora se tomou um empréstimo para fazer uma obra a que eu sou contrário. É inaceitável um Estado como o Piauí estar fazendo obras da competência, da jurisdição do Governo Federal! Não é justo! E vamos lutar contra isso.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Antes de encerrar, Senador Garibaldi, nosso Presidente, quero agradecer a gentileza de V. Exª, a atenção de estar aqui conosco até o final desta reunião. Sabemos que o senhor tem quase 24 horas de atividade, porque, muitas vezes, eu já o encontrei em jantares e reuniões que foram até muito tarde da noite, que foram até a madrugada, e sei que o senhor está aqui todas as quartas-feiras às 8h para abrir a reunião.

Então, eu quero parabenizá-lo.

Já estamos quase encerrando o ano, mas ainda teremos mais algumas audiências públicas, que vou ler aqui.

Mas, finalizando, Vereador Miguelão, quero dizer, Secretária Executiva, que nós temos, no Mato Grosso, dois pontos extremamente críticos, que são o contorno viário de Barra do Garças, porque passa no centro de Barra do Garças. De Pontal de Aragarças... São três cidades vizinhas. Ali tem o encontro do Rio Araguaia e do Rio Garças com duas pontes que já foram interrompidas no passado. São pontes construídas na década de 40. E hoje o volume de cargas do Araguaia aumentou demais. Então, é uma coisa quase impossível de se ver. São mais de mil carretas que passam pelo centro da cidade todo dia.

Quando aconteceu esse problema com a ponte, foi algo extremamente preocupante, porque praticamente isolava as três cidades. Aí, nós conseguimos lá um recurso para começar o contorno viário de Barra do Garças. A gente fala o nome Barra do Garças, mas é Mato Grosso e Goiás. Essa obra já vem de alguns anos. Mas tenho a boa notícia de que, na semana passada, foram liberados, com toda a dificuldade, mais recurso para o contorno de Barra do Garças pelo Ministério. Mas é o ponto mais crítico do Estado do Mato Grosso.

Eu quero pedir aqui, principalmente pelo seu cargo, agora, de Secretária Executiva, uma atenção especial não só na liberação de recursos, mas também para a cobrança do Governo do Estado, visto que isso é um convênio feito com o Estado do Mato Grosso. E a empresa, inclusive, já poderia estar lá trabalhando, porque tem recurso na conta.

Além disso, claro, outro ponto de nossa preocupação é a BR-163, principalmente o trecho entre Rondonópolis e o Posto Gil, entre Rondonópolis e Rosário, onde, em metade do trecho da concessão – a concessão vai da divisa de Mato Grosso do Sul até a cidade de Sinop –, a concessionária está trabalhando em ritmo célere nas obras, mas está deixando a desejar na manutenção... Quero cobrar isto aqui publicamente principalmente do Ministério dos Transportes... Ali, como é uma exceção, como é uma situação sine qua non no Brasil, porque parte está sendo construída pela concessionária, que tem contrato com prazo para entregar, e o DNIT, agora, com as dificuldades no pagamento.

Então, nós pedimos lá inclusive a priorização ou o convênio com a própria ANTT para que a obra não pare. O pedágio está sendo cobrado, a população entende e está pagando, não temos problema nenhum, mesmo com a estrada ainda em obras, com muita manutenção – pouco dela está sendo na duplicação –, mas há um entendimento da população, porque, Senador Garibaldi, esse trecho de Rondonópolis ao Posto Gil é, segundo a Polícia Rodoviária, o trecho onde acontece o maior número de acidentes frontais no Brasil. A gente diz que lá é um trem de pneu, porque é uma carreta imbicada na outra... Quando um carro pequeno tenta podar, a possibilidade de acidente é muito grande. Normalmente, são acidentes fatais que causam prejuízo. E claro que a gente não pode brincar com vidas.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Se não fosse a hora, eu iria falar também de um trecho lá da BR-304 no Rio Grande do Norte.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – O senhor pode falar, porque o senhor teve muita paciência conosco até agora.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu vou pedir uma audiência à Secretária Executiva, Srª Natalia, porque a esta hora não há quem aguente, não.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Então, eu quero agradecer pela presença de todos, especialmente aos Ministros Helder Barbalho e Eliseu Padilha, à Natalia Marcassa de Souza, ao Dr. Franklin Rodrigues da Costa, Subprocurador-Geral da República, e também ao Dr. Thomaz Toledo, Diretor de Licenciamento Ambiental do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente, e convocar nossa próxima reunião, a realizar-se no dia 18 de novembro, quarta-feira próxima, às 18h30, com audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 54, de autoria dos Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi, para tratar da conjuntura das obras rodoviárias que estão sendo ou que serão realizadas pelas empresas concessionárias do setor.

Para a audiência foram convidados: Jorge Bastos, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT; Valter Casimiro Silveira, Diretor Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT; Cleverson Aroeira da Silva, Chefe do Departamento de Transportes e Logística do Banco Nacional do

Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; Ricardo Pinto Pinheiro, Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias; e também o representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Drª Natalia, se a senhora também puder nos dar a honra de também estar aqui...

Com certeza, o assunto será exatamente o último de que falei, a questão das concessões no Brasil, o funcionamento, o financiamento, principalmente o de pontes, financiamentos de longo prazo, que as concessionárias já estão colocando as dificuldades. Nós queremos discutir isso porque, como V. Exª mesmo colocou aqui, outros projetos estão prontos para ir para a praça e, se a gente não der continuidade, naquilo que já está licitado, às obras que estão acontecendo, com certeza, o processo de concessões pode cair em descrédito, e quem perde com isso é a população brasileira, porque essas PPPs, essas concessões têm sido importantes no Brasil. É o caso da Ponte Rio-Niterói. Eu acho que o governo até errou ali, porque podia manter o mesmo preço e exigir mais obras, o que seria muito bom para o Rio de Janeiro e para o Brasil. Eu estive lá com o então Ministro Paulo Sérgio para colocar aquelas pontes do mergulhão na ponte. Houve muita resistência, mas aquilo ali é fundamental, pois há um investimento muito grande naquele porto, de mais de R$1,5 bilhão. Eu estive lá com a Presidente da República para inaugurar o porto do Rio, e a gente viu ali a vontade dos empresários de investir mais, acreditando no Brasil. Então, eu acho que ali havia uma oportunidade de fazer mais obras pelo mesmo preço. Mas já foi. Penso que é importante é que essas concessões sejam feitas.

Então, quero agradecer a Deus pela oportunidade de estar aqui, encerrando esta reunião, e, mais uma vez, agradecer ao nosso Presidente desta Comissão de Infraestrutura, pela sua educação e gentileza de sempre, enfim, mas tenho certeza de que ele ficou muito feliz, Drª Natalia, porque, entre vir o Ministro dos Transportes e vir a Secretária Executiva... Nós precisávamos de uma mulher nessa mesa, não é? A gente tem que mostrar para o Brasil que este País não é tão machista assim. E, pelo que está evoluindo, se a gente não apressar mais – as mulheres demoraram 80 anos para poder votar –, se a gente não apressar mais, vamos demorar 500 anos para as mulheres poderem competir com os homens em total igualdade de condições. Nós tivemos um avanço muito grande agora ao aprovar que, para as próximas eleições, que serão municipais, necessariamente, obrigatoriamente, pelo menos uma mulher tem que estar presente no Legislativo, pela cota mínima das mulheres.

Então, boa noite a todos! Felicidades! E que Deus nos abençoe!

(Iniciada às 16 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 20 horas e 35 minutos.)

ATA DA 40ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 2015.

Às oito horas e trinta e quatro minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e quinze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras e dos Senhores Senadores Delcídio do Amaral, Telmário Mota, Sandra Braga, Valdir Raupp, Hélio José, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, Fernando Bezerra Coelho, Blairo Maggi, Wellington Fagundes, Elmano Férrer, Angela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha, Gladson Cameli, Waldemir Moka, Dário Berger, Douglas Cintra e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e propõe a dispensa de leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são dadas como lidas e aprovadas. Após a leitura de comunicados da Presidência, tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 54, de 2015, de autoria do Senador Blairo Maggi, que requer "nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II e 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) para tratar da conjuntura das obras rodoviárias que estão e serão realizadas pelas empresas concessionárias do setor. A fim de cumprir este objetivo, solicito que sejam convidadas as seguintes pessoas: o Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR; o Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT; o Diretor-Geral da empresa concessionária Rota do Oeste"; ao Requerimento nº 67, de 2015, de autoria dos Senadores Blairo Maggi e outros, que requer "em aditamento ao Requerimento nº 54/2015 – CI, sejam incluídos os nomes abaixo relacionados para participarem de Audiência Pública que tratará da conjuntura das obras rodoviárias que estão e serão realizadas pelas empresas concessionárias do setor. Os nomes indicados como debatedores, além dos citados no requerimento original - Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR; Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT; Diretor-Geral da empresa concessionária Rota do Oeste – são os seguintes: representante da ANTT; Maurício Muniz Barretto de Carvalho – Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG; representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES"; ao Requerimento nº 72, de 2015, de autoria dos Senadores Wellington Fagundes e outros, que requer "nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), em aditamento aos RQI nos 54 e 67, de 2015, seja a audiência pública – aprovada para discutir a conjuntura das obras rodoviárias sob concessão – realizada em duas reuniões: a primeira com as empresas vencedoras da concessão rodoviária da 3ª Etapa – Rota do Oeste; Concebra; Via 40; MGO; e MSVia –; a segunda com as entidades ligadas ao processo de concessão – Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR); Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Para tanto, incluímos como debatedores os senhores: Odenir Sanchez, da Concebra; Túlio Ab Saber, da Via 40; Helvécio Soares, da MGO; e Maurício Negrão, da MSVIA". O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer sua exposição, o Senhor Jorge Bastos, Diretor Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT; o Senhor Ricardo Pinto Pinheiro, Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR; o Senhor Valter Casimiro Silveira, Diretor Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT; o Senhor Cleverson Aroeira da Silva, Chefe do Departamento de Transportes e Logística do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; e o Senhor Felipe Borim Villen, Diretor de Rodovias, Ferrovias e Hidrovias da Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento – SEPAC, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. O Senhor Luiz Fernando Castilho, Superintendente de Exploração de Infraestrutura Rodoviária da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT , foi convidado a compor a mesa, em substituição ao Senhor Jorge Bastos, que se ausentou. O Senhor Flávio Freitas, Diretor de Desenvolvimento e Tecnologia da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR, usou da palavra para complementar a exposição do Senhor Ricardo Pinto Pinheiro. O Presidente registra a presença dos Senhores Ricardo Correa, ex-Diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e ex-Deputado Federal; do Senhor Luiz Eduardo Barros Manara, Diretor de Relações Institucionais da empresa Triunfo; e do Senhor Luiz Antonio Rodrigues Elias, Chefe do Departamento de Relações com o Governo do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. É concedida a palavra aos representantes de empresas concessionárias: Senhor Tulio Abi-Saber, Presidente da Via 040; Senhor Paulo de Meira Lins, Diretor Geral da Rota do Oeste; e Senhor Maurício Soares Negrão, Diretor Presidente da MSVia. Às dez horas e quarenta e oito minutos, o Presidente passa a presidência dos trabalhos ao Senador Wellington Fagundes. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Blairo Maggi, Waldemir Moka, Gladson Cameli, Wellington Fagundes, Dalirio Beber e Elmano Férrer. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às doze horas e quinze minutos, lavrando eu, Thales Roberto Furtado Morais, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Declaro aberta a 40ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da atual Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs e Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A Presidência comunica o recebimento de ofício da Câmara de Vereadores de Concórdia, Estado de Santa Catarina, que apresenta uma moção de apelo para que seja rejeitada, pelo Supremo Tribunal Federal, a ação direta de inconstitucionalidade movida contra lei aprovada em Santa Catarina que dá poderes aos bombeiros voluntários para realizar vistorias técnicas a partir de convênios com as Prefeituras.

Comunico ainda aos Srs. Senadores e às Srªs Senadores o recebimento de ofício da Câmara Municipal de Jundiá, Estado de São Paulo, que apresenta moção pela aprovação de leis mais rígidas e eficazes para processar, julgar e punir responsáveis por crime de trânsito.

Como sempre, cópias desses documentos encontram-se à disposição de todos na Secretaria.

Comunicamos o recebimento de Aviso do Tribunal de Contas da União nº 753, que trata de levantamento realizado pela Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica do TCU, com o objetivo de examinar medidas emergenciais e estruturantes que poderão ser adotadas no âmbito do setor elétrico.

O Aviso nº 767 trata de acompanhamento de estágio do Leilão nº 12/2015-ANEEL, referente à licitação para outorga de 29 usinas hidrelétricas em operação. Embora apresente uma série de recomendações à Aneel, o TCU não detectou inconformidades que possam comprometer a continuidade do leilão.

Há também, Srs. Senadores, o Aviso nº 915, que se refere à fiscalização realizada na Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural, Pré-Sal Petróleo S.A.

Há o Aviso nº 1.179, que dá ciência a esta Comissão da decisão do Tribunal de Contas da União sobre recurso interposto pelo Ibama e pelo Ministério do Meio Ambiente contra acórdão do TCU.

Há também o Aviso nº 1.286, que trata da consolidação das fiscalizações realizadas pelo TCU, no âmbito do Plano de Fiscalização de Obras de 2015.

Há, por fim, o Aviso nº 1.326, que trata de auditoria operacional sobre procedimentos utilizados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral na arrecadação e na fiscalização da compensação financeira pela exploração de recursos minerais e da taxa anual por hectare, em especial os mecanismos da autarquia para arrecadar essa receita, para identificar os mineradores que as sonegam e os respectivos procedimentos de cobrança.

As cópias dos avisos do TCU, se interessarem aos Srs. Senadores, como sempre, encontram-se à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores na Secretaria da Comissão.

A presente reunião, Srªs e Srs. Senadores, destina-se à realização de audiência pública, em atendimento aos Requerimentos nºs 54, 67 e 72, de 2015, de autoria dos Senadores Blairo Maggi, Wellington Fagundes e Acir Gurgacz, para tratar da conjuntura das obras rodoviárias que serão realizadas e que serão realizadas pelas empresas concessionárias do setor.

Para debater o tema, foram convidadas as seguintes autoridades especialistas, a quem já convido para tomar assento à mesa: Dr. Jorge Bastos, Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres; Dr. Cleverson Aroeira da Silva, Chefe do Departamento Nacional de Transportes e Logística do BNDES; Dr. Valter Casimiro Silveira, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT); Ricardo Pinto Pinheiro, Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR).

Agradeço os convidados e informo que contaremos ainda com o Dr. Felipe Borim Villen, Diretor de Rodovias... Inclusive, acaba de chegar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – É o Dr. Cleverson.

Desculpe–me, Dr. Cleverson.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Também chegou. Então, a Mesa acaba de ser composta pelo Dr. Jorge Bastos, Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres; pelo Dr. Valter Casimiro Silveira, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT); pelo Dr. Cleverson Aroeira da Silva, Chefe do Departamento Nacional de Transportes e Logística do BNDES; pelo Dr. Ricardo Pinto Pinheiro, Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR); pelo Dr. Felipe Borim Villen, Diretor de Rodovias, Ferrovias e Hidrovias da Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento (SEPAC), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Srªs e Srs. Senadores, consulto os proponentes da audiência se, antes de conceder a palavra aos convidados, querem fazer alguma observação, dirigir alguma palavra. (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, bom dia! Muito obrigado.

Inicialmente quero dar as boas-vindas aos nossos convidados para esta reunião. Cumprimento os colegas, o Senador Moka e o Senador Wellington, assim com o Ricardo Corrêa, que está aqui conosco e já foi Superintendente do DNIT e Deputado. É um político importante do Estado do Mato Grosso. Seja bem-vindo à nossa Comissão de Infraestrutura!

Presidente, ao requerer esta audiência pública, tinha a intenção de esclarecer um pouco ou de conhecer um pouco como andam as rodovias que foram concessionadas nos últimos anos pelo Governo brasileiro.

Tenho acompanhado particularmente a questão da rodovia que foi concessionada no Estado do Mato Grosso, a BR-163, que liga a divisa do Mato Grosso do Sul, do Senador Moka, até a cidade de Sinop. São oitocentos e poucos quilômetros de duplicação. Também no Mato Grosso do Sul tem desde a divisa do Mato Grosso, em Sonora, até Guaíra. Portanto, é o esse tronco, o eixo principal de rodovia que mais me interessa neste momento. Não que não me interesse saber como estão as outras coisas no Brasil.

Ao convidar as pessoas para virem aqui, havia feito um convite para que alguém da concessionária, a Odebrecht, estivesse na Mesa, para explicar especificamente como está aquela rodovia, porque tenho acompanhado de perto e sei do grau de dificuldade – não sei o Presidente Ricardo Pinheiro vai conseguir ou se vai falar sobre isso – que essas concessões estão tendo neste momento para acessar os financiamentos que foram comprometidos ou que lá traz diziam que teriam para levar adiante essas concessões e construir esses milhares de quilômetros de rodovias que estão ali colocados.

Então, tenho sentido, conversando com o pessoal dessa concessão, as dificuldades que eles têm. O Brasil mudou, as regras mudaram, mas os contratos deles não mudaram. Então, eles têm grandes dificuldades em levar adiante e, claro, eu, como mato-grossense, como Senador daquela região, assim como o Senador Wellington, tenho uma preocupação enorme de, de repente, ver essas obras não cumpridas dentro dos prazos estabelecidos, o que seria um prejuízo muito grande para o Estado do Mato Grosso e para o Brasil.

Dentro dessa área, há uma parte da concessão que ainda ficou por conta do DNIT, para que o DNIT pudesse construir e entregar para o concessionário. Tanto o é que os valores do pedágio do Mato Grosso do Sul em relação aos do Estado do Mato Grosso, praticamente na mesma quantidade de quilômetros, de 800 a 850 quilômetros cada uma, são maiores, porque o DNIT entregaria em torno de 300 a 400 quilômetros de rodovia prontos. E isso não estamos vendo acontecer. Há uma grande dificuldade de recursos, a gente está vendo como está a situação. Portanto, vou ouvir todos, mas no final eu gostaria o representante da Rota do Oeste para entender especificamente a questão do Estado do Mato Grosso.

Sejam bem-vindos e boa audiência!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Segundo estou informado, está presente o Dr. Paulo Lins, a quem eu pediria para se sentar aqui na bancada dos Senadores.

Não vá tomar gosto! (*Risos.*)

O SR. PAULO DE MEIRA LINS – Bom dia! Vou sentar aqui na bancada de traz, humildemente. Agradeço o convite.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Desde que arranje os votos, pode tomar gosto.

Então, vou conceder a palavra...

Peço uma sugestão aos autores do requerimento sobre quem ouviríamos primeiro.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Eu gostaria de ouvir primeiro o Presidente dessa associação, que vai colocar as dificuldades que eles têm. Os demais representam órgãos de Governo e terão de dizer qual a solução para os problemas que estão colocados.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Se os senhores permitem, há um pedido do Dr. Jorge Bastos, Diretor-Geral a ANTT, que tem um compromisso, mas, ao mesmo tempo...

Com a palavra o Dr. Jorge Bastos.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Permitido, Dr. Jorge. Pode continuar.

O SR. JORGE BASTOS – Desculpem-me, mas tenho um compromisso em São Paulo, e meu voo será às 10h40min. Ficarei aqui até o horário que for possível, mas, se for fundamental, deixo o compromisso de lá. Acho que esta reunião é muito mais importante do qualquer compromisso.

Mas está aqui o meu Superintendente de Infraestrutura, que é pessoa encarregada de toda infraestrutura de todas as concessões e mais gabaritada para falar sobre as concessões. Ele está aqui pronto para responder a todas as perguntas necessárias. Mas eu estarei aqui...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu acho que o Dr. Jorge Bastos fala primeiro, e nós faremos as perguntas a ele.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN. *Fora do microfone*.) – Mas tem o horário do avião.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Mas será às 10h. Senão, nós vamos ficar... A agência é imprescindível. Eu faria o apelo para que ele falasse e nós fizéssemos as perguntas diretamente ao Dr. Jorge Bastos, sem subestimar, evidentemente, o Superintendente, que depois, na segunda rodada, poderá responder. Mas é fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Antes de dar a palavra ao Dr. Jorge Bastos, eu queria comunicar que, além do Dr. Paulo Lins, já temos a presença do Dr. Túlio Abi-Saber, da Via 040, uma concessionária.

Os dois se fazem presentes e também o Dr. Helvécio Soares, da MGO.

É assim?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Não?

Desculpem. É o universitário; a culpa é do universitário.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Está presente o Sr. Maurício Negrão, da MSVia.

Dr. Jorge Bastos, com a palavra.

O SR. JORGE BASTOS – Eu queria cumprimentar o Presidente, Senador Garibaldi, e agradecer o convite aos Senadores Wellington e Blairo para estarmos aqui para falar sobre as concessões.

Eu acho que é superimportante atualizarmos a Comissão sobre o andamento das concessões. O programa de concessões foi um sucesso na sua proposta. Tivemos uma redução muito grande de tarifas nas propostas. Agora, na implementação deles, vamos encontrando as dificuldades que são inerentes à concessão.

Tivemos algumas falhas que temos de reconhecer. Estou falando diretamente para o Senador Moka, que nos cobrou muito. Nós estamos mudando esse procedimento, porque, quando são feitas as concessões, fazemos os PMIs, que são os Procedimentos de Manifestação de Interesse, e o EVTEA, que é o projeto. Então, esse projeto é feito bem antes da concessão. Quando foi feito o EVTEA, chegamos a uma tarifa básica. Do EVTEA até o leilão, normalmente, demora um ano, um ano e pouco, e nós fizemos o leilão com os valores do EVTEA, mas falando que esses valores seriam corrigidos, como foram todos. Então, o Senador nos cobrou porque a tarifa de quilômetro da concessão dita na época seria uma, só que com as correções todas, no momento da implantação da concessão, a tarifa já era outra, já havia inflação. Então, ele nos cobrou, e nós estamos fazendo essa correção agora. Então, quero dizer que, no momento da tarifa, vamos botar o valor da tarifa atual, já corrigida, para que o leilão ocorra com os valores determinados, para que não haja essa má interpretação da tarifa básica de pedágio. Mas isso foi feito todos os anos, todas as concessões foram feitas desta mesma forma. Realmente, no momento de inflação um pouco mais alta, a tarifa subiu, e o Senador nos cobrou isso. Acho que realmente a gente precisa fazer essa mudança de correção no fluxo da concessão.

De maneira geral, as concessões estão cumprindo as suas obrigações. Todas elas já cumpriram os 10% determinados pelo contrato, todas elas já estão cobrando a tarifa de pedágio. Há alguma dificuldade na obtenção de financiamento. O BNDES está aqui; eles estão conversando com o BNDES. Então, as concessionárias têm sempre uma dificuldade que têm passado para a agência. É bom que os senhores saibam que eles estão reclamando que as condições de financiamento, na hora da obtenção do próprio financiamento, não estão sendo as mesmas determinadas nas condicionantes para que obtivessem o financiamento no leilão. Então, é uma dificuldade que estão encontrando e que toda hora trazem para nós na Agência.

Nós estamos levando isso para o Ministério. O Ministério já fez uma reunião com o BNDES e está tentando equalizar esse problema de financiamento, que realmente vai impactar na frente, porque, se eles não conseguirem o financiamento, eles têm de cumprir um prazo que foi determinado, que é a duplicação total em cinco anos.

Então, precisamos botar isso bem claro, para que seja discutido e todos saibam o impacto disso daqui a cinco anos, se eles não cumprirem o prazo, as determinações do contrato para que essa duplicação aconte-

ça. Então, no plano de negócios deles, eles deveriam estar contando com o financiamento. Aí, a gente precisa sentar e resolver esse problema.

De maneira geral, Senador, as concessionárias estão fazendo um trabalho... A ANTT tem acompanhado, e estão dentro do cronograma de obras. A redução de acidentes é evidente. Nessas rodovias, houve uma redução de acidentes significativa. Acho que um dos fatos importantes da concessão é dar segurança para a rodovia. Acho que, além de dar melhor condição de tráfego na rodovia, uma das condições primordiais que a ANTT cobra da concessão é a segurança na via. Acho que a vida vale mais do que qualquer coisa. Então, conseguimos uma redução de acidentes significativa em todas as concessões.

O programa continua. Estamos esperando que entreguem os EVTEAs das outras rodovias que foram colocadas no PIL 2; a Rodovia do Frango, que passa por Santa Catarina e pelo Paraná, está no TCU para dar parecer sobre o plano de negócio que apresentamos. Estamos esperando para colocar isso em licitação. Esperávamos que fosse este ano, mas, devido ao prazo, acho que vai ser muito difícil. Talvez nos dois primeiros meses do ano que vem colocaremos essas concessões em licitação.

No mais, estou à disposição dos senhores para responder a qualquer coisa. Depois eu vou pedir... O Luiz Castilho tem uma apresentação. Eu vim aqui atendendo ao pedido dos senhores, mas tenho um compromisso fora. Então, pedi que o Castilho fizesse a apresentação das concessões. No mais, estou à disposição dos senhores para responder qualquer pergunta a respeito das concessões.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Aliás, eu queria comunicar à Comissão que o Dr. Jorge Bastos teve uma iniciativa que acho muito interessante para a Comissão. Ele está propondo que seja realizada uma reunião a fim de que possamos apresentar um balanço das realizações e desafios do corrente ano, de modo a progredirmos na busca comum do atendimento ao interesse público.

Acho que nós deveríamos atender isso. Inclusive temos uma demanda a apresentar a ele. Acho que deveríamos marcar uma reunião extraordinária, que poderia até servir de exemplo para outras agências.

Então, vamos marcar. Vamos registrar a satisfação de receber em nosso plenário a presença do ex-Deputado Federal e ex-Diretor do DNIT Dr. Ricardo Corrêa.

Tendo em vista este problema da viagem do Dr. Jorge Bastos, há quem queria dirigir alguma indagação a ele?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, eu entendo. Vou esperar o Superintendente, mas quem me escuta, quem me ouve e quem me vê no Mato Grosso do Sul não vê o Senador Moka. É a questão da representatividade do mandato. E eu vou deixar claro isso aqui, porque, no Mato Grosso do Sul, especificamente, são mais de oitocentos quilômetros de duplicação, e nós não temos absolutamente reclamação da empresa. O que aconteceu é que foi anunciada uma tarifa, porque essa obra levou um tempo, foi licitada em 2013, com preços de 2012.

O que aconteceu é que foi anunciada uma tarifa – porque essa obra levou um tempo, foi licitada em 2013 com preços de 2012 –, dizendo que ela seria de R$3,4 ou R$4,3 a, no máximo, R$6,4 e, quando a empresa concluiu os primeiros cem quilômetros que dão a ela o direito de cobrar o pedágio, 10% da obra, começou a cobrar o pedágio, mas com a taxa a R$7,20. Ou seja, aquilo que teria como limite R$6,4 saltou para R$7,20.

E o que é pior é que esses pedágios têm um problema. Tem gente que mora – isso é por cada cem quilômetros –, como é o caso do distrito de Campo Grande e Anhanduí, em que o sujeito mora, estuda e trabalha em Campo Grande e mora no Anhanduí. Então, ele vai e vem, Sr. Presidente, às vezes, duas ou três vezes ao dia e fica pagando uma tarifa como se ele tivesse percorrido cem quilômetros, quando ele está encostado na cidade. Isso não é só em Campo Grande. Ocorre em Dourados com o pessoal que mora envolta, em torno de Dourados. Isso deu uma reclamação muito grande que acaba refletindo, evidentemente, na empresa. Quando fomos ver, o Dr. Jorge deu as explicações, mas ninguém concorda, porque os preços teriam de ter sido atualizados quando da licitação e isso teria de ser dito um ano antes. Anunciou um ano antes? Teria de ser feita essa atualização, porque, assim, a população estaria esperando.

Há outra coisa. O pessoal compara, muitas vezes, a rodovia que foi executada pelo Governo, com dinheiro do Ministério dos Transportes como essa que a empresa vai duplicar oitocentos e tantos quilômetros. Mas, se ela vai duplicar, a construção e o investimento são da empresa, enquanto há várias concessões em que o empresário paga o custo de manutenção, quando muito um recapeamento. Então, os valores de investimento também são diferentes.

Então, tudo isso precisa ser esclarecido. E o foi, mas é uma questão que até hoje... E o Dr. Jorge nos prometeu solução para esses problemas, pelo menos para esses problemas específicos. Seria um cadastramento ou o cidadão pagaria proporcionalmente, nesse caso, pela quilometragem percorrida. Senão, vamos ter – e temos – problemas no Mato Grosso do Sul, porque, quando o Blairo compara o preço da tarifa do Mato Grosso com o Mato Grosso do Sul, percebe-se que no Mato Grosso é mais barato, só que lá, dos oitocentos quilôme-

tros, trezentos quilômetros serão construídos pelo DNIT. Vale dizer que o investimento da empresa é menor, embora as distâncias sejam praticamente as mesmas.

Então, tudo isso gera um desconforto enorme e reclamações, parece-me, muito justas da população, primeiro, por dificuldade de informação e, depois, pelo problema concreto que ocorre quando se prevê o pedágio e não se prevê, principalmente, a localização dessas cidades ditas vizinhas ou distritos muito próximos do pedágio.

O SR. JORGE BASTOS – O Senador Moka é um grande batalhador. Sempre nos visita e cobra. Por isso, no início, dei logo essa explicação. Acho que precisamos realmente corrigir. Na época foi informado que seria aquela tarifa corrigida. Seria mais fácil falarmos logo o valor corrigido. Então, estamos mudando isso. Vamos falar realmente qual vai ser a tarifa no momento do leilão. No momento do leilão, vamos dar a tarifa corrigida. O valor e qual o valor que foi dado como lance vencedor, qual vai ser realmente a tarifa no momento.

Como expliquei para o Senador, infelizmente isso ocorreu, mas a diferença de tarifa da rodovia do Mato Grosso do Sul é que ela é a de maior quilometragem a ser duplicada, de todas elas é a com que a concessionária tem uma obrigação maior.

Sabe que duplicar, senão me engano... São quantos quilômetros mesmo?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – Oitocentos e cinquenta.

O SR. JORGE BASTOS – A duplicar?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – A duplicar.

O SR. JORGE BASTOS – Então, duplicar 850 quilômetros em cinco ano é algo que nunca ocorreu no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Oitocentos e cinquenta?

O SR. JORGE BASTOS – Oitocentos e cinquenta quilômetros em cinco anos. Você sabe o que é isso? Qual é o compromisso da concessionária? Isso nunca ocorreu. Acho que é uma coisa inédita fazer 850 quilômetros de duplicação em cinco anos. Então, é uma obrigação de difícil realização, e eles estão cumprindo.

São aspectos... Estamos conversando com o Senador Moka. Vamos marcar uma reunião lá na agência junto com a concessionária, para ver o que podemos resolver a respeito dos pedidos dele. Estamos sempre atentos.

No mais, estou à disposição.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Pela ordem, Sr. Presidente. É sobre esse assunto mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Com a palavra, o Senador Cameli.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Primeiramente, sempre tenho dito e defendido, quando vou a qualquer audiência com os Ministros dos Transportes e da Casa Civil, que parto do princípio de que toda obra que for duplicada e privatizada, porque às vezes as pessoas só querem o filé e não querem o osso, que peguem o filé e uma parte do osso também. Enquanto o Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul discutem duplicação, nós lá do Acre estamos querendo só uma recuperação da BR-364, para que não seja fechada agora no inverno.

Aproveito para parabenizar meu amigo e Diretor-Geral do DNIT, Dr. Valter, que tem compromisso com o nosso Estado e tem feito um grande trabalho.

Quero parabenizar o Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul, que estão falando em obras de duplicação. Eu, do Estado do Acre, único Estado que brigou para ser brasileiro, tenho defendido, adulado para que o Governo Federal não deixe a nossa BR-364 fechar.

Era só esse comentário breve que eu queria fazer e agradecer e parabenizar por este debate de extrema importância para o nosso País. Era isso que tinha a dizer, Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Presidente, aqui.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Só um minutinho.

Quero cumprimentar a estada do Presidente da ANTT para fazer a seguinte pergunta: existe, digamos, algum estudo no sentido de fazer com que as tarifas fossem sempre do mesmo valor, ou seja, que houvesse uma compensação? Por exemplo, onde a União efetuou toda a infraestrutura e a concessionária vai apenas fazer a operação, que ali se praticasse uma tarifa média ponderada, para permitir, nas implantações de trechos onde se exija um investimento maior, que isso possa ser também compensado com uma arrecadação para, digamos, equalizar as tarifas em toda a região ou, pelo menos, na unidade, no Estado.

O SR. JORGE BASTOS – Deixe-me comentar.

Colocar uma tarifa única é muito difícil. Cada rodovia tem a sua complexidade. Quando falamos de manutenção, as pessoas acham que manutenção é uma coisa simples, e não o é. Manutenção em uma rodovia em concessão de trinta anos representa quase 50% da tarifa de pedágio. A manutenção de uma rodovia é superimportante. As pessoas só dão valor à duplicação, mas a manutenção de uma concessão tem o serviço

médico, tem serviço de reboque, tem de dar toda segurança na via. Temos de manter – temos multas pesadas – a grama em uma certa altura; acima daquilo, a concessionária é penalizada. Então, tem de haver uma equipe toda hora capinando a rodovia, para manter a rodovia. As pessoas não têm muita noção sobre isso, mas a manutenção, em alguns casos, representa 60% do custo de uma concessionária em uma concessão de longo prazo. Então, a manutenção é muito importante. Não é só a duplicação, não são só as obras de recapeamento.

Nós estamos estudando, a pedido, quando da sabatina dos diretores...

Mais uma vez agradeço a todos da Comissão a ajuda para completar a diretoria da agência. Hoje estamos com a diretoria completa, graças à intervenção dos senhores, principalmente do Senador Garibaldi, que cobrou bastante que a diretoria ficasse completa.

É importante falarmos a respeito da manutenção. O Senador Blairo naquela época falou das concessões que classificou como concessões "caipiras", que seriam concessões só para manutenção da rodovia. Com isso, estamos estudando, o Ministério dos Transportes está estudando, junto com a EPL e com o DNIT, fazendo levantamento das rodovias que têm esse tipo de concessão, as quais teriam uma tarifa menor e daria toda a manutenção delas. Isso já está em estudo e, brevemente, vamos lançar os estudos dessas concessões.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – A gente sabe que a composição da tarifa é em função dos serviços que são prestados para manutenção. No entanto, o investimento na implementação da rodovia tem de ser bancado por alguém, ou pela própria concessionária, através da tarifa, ou através de investimentos da própria União, que é a dona daquela rodovia.

Estou preocupado, em relação a Santa Catarina, com a BR-470, que é uma rodovia difícil de ser implantada, de ser duplicada, em função das condições topográficas e por passar em vários centros urbanos. Existem indicativos de que a tarifa é proibitiva, impraticável, se formos querer tirar da tarifa todo o recurso para amortizar os investimentos executados na sua duplicação. Então, se houvesse pelo menos condição de se fazer uma compensação, talvez essa seria uma maneira de financiar o investimento necessário para a BR-470.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra, o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Pelo jeito vamos dividir a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Temos de voltar ao leito natural.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – E porque se considera que o Dr. Jorge Bastos vai sair, não é?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senão ele perde o avião.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Temos exemplos dessas concessões. É bom dizer isso aqui para a sociedade brasileira. Tenho como bom exemplo a Ponte Rio-Niterói. Todas as pessoas falam concessionou, privatizou, e sabe-se que uma concessão não é uma privatização. Cito o exemplo da Ponte Rio-Niterói não só por ter tido uma nova concessão, mas por ela já ter sido entregue. A licitação aconteceu, mas não ganhou a concessão a mesma empresa e foi feita uma transição, a entrega de forma muito tranquila. Acho que isso é até muito pouco conhecido pela sociedade brasileira.

Mais ainda: o Governo poderia ter aproveitado aquela situação. Estivemos lá com o Ministro Paulo Sérgio, para conseguir convencer a equipe do Palácio. Tivemos de chegar até a Presidente Dilma, porque havia obras fundamentais para se ter acesso ao porto, que iria ser inaugurado, com investimento de 1 bilhão da iniciativa privada, 1,5 bilhão ao total. Era praticamente impossível de se chegar, dado o congestionamento que existia. Isso acontece em Santos e em outros portos, o que acaba complicando a vida das pessoas que ali moram. Mas, com muita dificuldade, conseguimos incluir 1 bilhão e pouco para obras na nova concessão a ser feita, ou seja, quem ganhasse teria de fazer aquelas obras. Mas a gente tinha na discussão muito mais obras a serem feitas. E o que acontece? Insistiu-se pelo menor preço e uma concessão que funcionava há 25 anos abaixou o preço, ou seja, a população estava acostumada, poderia ser o mesmo preço ou até um pouquinho mais que ali, com certeza, as obras que viessem iriam ajudar muito o Rio de Janeiro e muito mais ainda toda aquela complexidade no acesso ao Porto do Futuro, no Rio de Janeiro.

Acho que fica o exemplo, Dr. Jorge Bastos, principalmente para que não façamos um preço caro demais, mas aquilo que já está aceito pela comunidade, que pode redundar em outras obras, por que perder a oportunidade?

Aqui temos o exemplo de Mato Grosso, da concessão da BR-163, em que o DNIT ficou responsável por aproximadamente metade da obra. Lá, aqui tanto eu quanto o Senador Blairo Maggi, em outras tantas reuniões, a nossa preocupação é que o DNIT não está conseguindo fazer a sua parte, mas a concessionária trabalhou, avançou nas obras, cumpriu a meta de implantar os pedágios. Os pedágios estão implantados, está pagando, e as obras estão deixando a desejar por parte do Governo. Esse é um ponto.

Lá tem, o Dr. Valter foi lá esta semana, viu *in loco* a situação. Há obras que estão praticamente prontas, que já poderiam estar sendo aproveitadas – porque nesse trecho, Sr. Presidente, há muito acidente frontal. É o

trecho, segundo a Polícia Rodoviária Federal, que tem mais volume de acidentes frontais. Então, tentamos encontrar a solução da descentralização dos recursos, porque hoje só paga na fila, ou fazer um convênio com a ANTT, já que ela é a gestora de todo o trecho. Então, eu gostaria aqui de fazer um apelo à Diretoria da ANTT. Não podemos demorar, porque há algumas obras lá que precisam ser complementadas para não parar. Assim,não ficaria a população cobrando e dizendo que não vai pagar mais o pedágio e também, daqui mais um pouco se aceleram mais as chuvas e já não dará para trabalhar muito. Mas a empresa, se perder totalmente o ritmo, inclusive da conservação, pode prejudicar a credibilidade do PIL regionalmente.

Aqui também está representado o BNDES. Nós propusemos o BNDES aqui. Isso será respondido depois. Não vamos fazer as perguntas ainda; vamos aguardar para o senhor ainda pegar seu avião. Mas há também a questão da liberação dos recursos para a concessionária. É uma outra pauta que, acho, vai sobrar mais para o BNDES.

Mas também, Dr. Jorge, queria saber, agora que a Diretoria está completa – e quero ressaltar o trabalho desta Comissão, através do Presidente; de todos nós, mas o Presidente liderou esse processo, e conseguimos, não só da ANTT, mas de outras tantas agências com afinidade com a nossa área. Com a diretoria completa, sabemos que vocês têm muito condições de tomar decisões. É isso que queríamos cobrar, que essas decisões realmente sejam tomadas, que não se fique esperando. Elas têm de ser tomadas, para a gente não causar esse descompasso. Além disso, quero perguntar se a agência está preparada, em termos de gente, de pessoal, para fazer a fiscalização.

Hoje estamos vendo na televisão, com esse acidente que ocorreu em Minas Gerais, todo mundo falando que não tinha gente para fiscalizar. Se tivesse fiscalizado, teria evitado. Gastaram-se só 3,5 milhões este ano pelo DNPM para fazer toda a fiscalização. Então, para certas coisas, Presidente, estão faltando recursos, mas há lugares em que não há jeito de faltar. Quer dizer, têm de ser priorizados. No Mato Grosso há várias estradas federais sendo construídas, mas, no caso da BR-163, ela é a prioridade número 1 e pronto! Se não tiver dinheiro para nada, soltar para BR-163 fica muito complicado. E estamos lançando também no PIL 2 a BR-364, de Rondonópolis para Goiás. Acho que essa complexidade, se não houver credibilidade e atuação da ANTT bem, digamos, forte – e queremos, inclusive, a presença da ANTT. A gente quer que dê certo. Queremos fazer com que este programa seja a solução. Inclusive o número de acidentes, Presidente, já diminuiu. No caso da BR-163, estão sendo implantadas mais de 500 câmeras ao longo da estrada. Isso vai impactar diretamente na questão do combate ao narcotráfico. Acho que é um serviço a mais de auxílio à população mato-grossense. Nós todos somos favoráveis. Estamos defendendo e queremos que dê certo.

O SR. JORGE BASTOS – Senador, obrigado.

Sabemos da sua luta, a gente tem conversado bastante a respeito disso. A agência está pronta e tem o maior interesse de que essas obras que estão a cargo do DNIT sejam resolvidas o mais rapidamente possível, mas temos entraves jurídicos. Por vontade da Diretoria, já teríamos absorvido essa obra e tentado resolver com concessão. Entendeu? A concessão também tem a dificuldade de financiamento, porque temos de passar para a concessão, mas a concessão também tem de buscar financiamento no BNDES, senão ela não consegue realizar as obras.

Então, essa pergunta é bastante importante. Temos de resolver e estamos interessados, porque realmente compromete o programa se essas não forem realizadas. Há praças de pedágios nesses trechos que são do DNIT e realmente fica complicado até para a concessionária cobrar um pedágio em um trecho do DNIT que está malconservado e no trecho dela estar tudo perfeito. Mas esse foi o compromisso de contrato, onde estava o compromisso de que o DNIT iria realizar a obra. Infelizmente, no momento em que vivemos, o DNIT passa por dificuldades. Não é culpa do DNIT, não é culpa do Ministério. É culpa da situação que estamos vivendo hoje. Infelizmente, os recursos são escassos, e o DNIT não está conseguindo performar da maneira que gostaria.

Nós estamos trabalhando nisso. Estamos encontrando uma maneira legal para que consigamos resolver esses problemas. A agência está junto com o DNIT e o Ministério tentando resolver esse problema, e vamos encontrar a solução. Não tenha dúvidas de que vamos encontrar a solução. Eu acho que seu questionamento é bastante importante, assim como esta audiência para que a situação fique esclarecida. Aqui estão todos os entes que podem dar respostas às suas indagações, e a agência está realmente preocupada e disposta a resolver esse problema.

Quanto ao agradecimento, eu já havia feito antes o agradecimento pela ajuda para que a nossa Diretoria fosse composta. Ela já está completa e trabalhando para que a gente realize tudo isso o mais rapidamente possível, Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Dr. Jorge, eu queria fazer a consideração de que vocês não podem deixar os burocratas ficar conversando e o sistema ser desmoralizado, porque o recurso o DNIT passaria. Lá, já está sob a jurisdição da concessionária. Então, são coisas que, se não se fizer

de imediato... Aí é onde entra o Presidente, o Superintendente, a Diretoria. Vamos fazer, moçada. Vamos fazer. Consequências? Não está causando prejuízo ao Erário público. Prejuízo maior será parar a obra, será parar a cobrança do pedágio. Aí, sim, vamos ter prejuízo. Parando isso, o que vai acontecer? Volta a questão. Agora, a operação Arranca Safra está lá, volta a morrer mais gente, voltam mais problemas, e o custo social para o País é muito maior.

O SR. JORGE BASTOS – Com certeza.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Além da desmoralização dos três Senadores que são de Rondonópolis. Quando o Blairo vai para lá, são as irmãs e a mãe perguntando "o que você está fazendo lá?". As minhas irmãs – já não tenho a minha mãe viva – perguntam "o que você está fazendo?" Então, daqui a pouco vamos perder a nossa família. Então é dentro de casa e fora de casa.

O SR. JORGE BASTOS – Os senhores sabem que a agência tem procurado atender todos os pleitos do Mato Grosso, como os da região em geral, mas nesse estamos empenhados. Estamos em reunião diária com o DNIT e vamos resolver o problema. Podem ter certeza.

Eu queria me desculpar, mas...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu quero convidar...

O senhor não perdeu o avião.

Convido o Sr. Luiz Fernando Castilho, para tomar assento à Mesa, em substituição ao Sr. Jorge Bastos.

O SR. JORGE BASTOS (*Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Boa viagem.

Vamos ter agora a exposição do Sr. Ricardo Pinto da Silva, Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias.

O SR. RICARDO PINTO PINHEIRO – Muito bom-dia a todos!

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Dr. Ricardo, quero pedir que conte tudo, não esconda nada, porque aqui não é o tribunal de exceção; aqui é o local que vocês têm para buscar o apoio, no sentido de que encontremos as alternativas, inclusive pressionando quem deve ser pressionado. Ontem mesmo encontrei com o Presidente do BNDES. Se a gente não apertar bem as coisas, daqui a pouco vamos ter problemas mesmo.

O SR. RICARDO PINTO PINHEIRO – Bem, muito bom-dia a todos.

A ABCR, Associação Brasileiras de Concessionárias de Rodovias, agradece muito o convite do Presidente Garibaldi que nos chegou do Presidente Garibaldi Alves Filho.

Além de S. Exª, os signatários dos requerimentos, a quem também agradeço, que são os Senadores Wellington Fagundes, Blairo Maggi e Acir Gurgacz. Cumprimento a todos da Mesa, meus colegas de trabalho, de Governo e da área privada. Quero lembrar também que estão presentes aqui os presidentes das concessionárias da região, foco da discussão de hoje, que é financiamento.

Já foram chamados, mas gostaria de chamar a atenção: Dr. Túlio Abi-Saber da Via-040; Dr. Paulo Lins, da Rota do Oeste; Dr. Maurício Negrão, da MS Via; e está conosco também o Sr. Luiz Manara, representando o Diretor-Geral da Triunfo Concebra.

O pedido que havia chegado à ABCR era para que estivéssemos aqui, de maneira organizada, dispostos a tirar dúvidas específicas.

Quero dizer que preparei a minha apresentação, dentro do foco que havia sido pedido, Senador Blairo Maggi. Vamos fazer um foco especificamente quanto ao financiamento deste programa. Como já disse o Diretor-Geral da ANTT, não é um programa pequeno. É um programa de grande fôlego. São 4.200 km de rodovias concessionadas. Estamos falando de quase dois terços destes 4.200 mil, para serem duplicados em cinco anos. Vamos dar alguns números aqui, mostrando que a área concessionada do Brasil é da ordem de 19.000 km. Neste foco, propiciado pela Câmara, estaremos discutindo pontos específicos de financiamento de 4.000 km.

Então, é extremamente desafiante isso que se faz. Por isto, o nosso agradecimento à Comissão, por trazer aqui todos os envolvidos nessa discussão, para que os resultados sejam obtidos no seu tempo e na sua hora.

A fala está dividida em duas partes: na primeira parte, há um vídeo bastante compacto, um pedido feito pelo Senador Wellington Fagundes, para que evitássemos falando muito aqui do programa de concessões, mas é importante abrirmos a discussão com esta leitura mais geral do programa de concessões; depois, na segunda parte, vamos focar exatamente nas dificuldades de financiamento que estão encontrando as empresas nesse bloco de 4.000 km.

Peço, então, ajuda para exibir o vídeo.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. RICARDO PINTO PINHEIRO – Bem, vamos passar agora à segunda parte, dando mais foco ao tema a que fomos chamados, pela importância também que damos ao assunto.

Vamos focalizar exatamente os 4.000 km, de que estamos falando, da 3ª Etapa de Concessões, está exatamente em fase de execução.

A primeira rodovia que aparece ali, é a Concebra – há ali um mapa à direita. As extensões são elevadas, e o total a ser duplicado é de 650 km. Os investimentos todos são da ordem de bilhões de reais. Os números aí estão. Já está implantado.

Essa concessão foi assinada no início do ano passado, no dia 30 de janeiro de 2014, e o estado de avanço dessas obras são exatamente os 10% contratuais já implantados, que são 70km.

Há três dispositivos aí, ou pontes, ou elementos, obras de arte, ao longo da rodovia. Os restantes 500km, com investimentos de R$3,3 bilhões, estão previstos para os próximos quatro anos.

A segunda é exatamente a MGO Rodovias, referente à BR-050, no trecho Goiás-Minas Gerais. Ela vai de Brasília, Cristalina até o Rio Grande, numa extensão da ordem de 440km. O total a ser duplicado é de 218km. Então, são números elevados de investimento em 5 anos e em 30 anos.

O estado da arte desta obra é exatamente de 41km implantado, dentro do prazo contratado. Há dois dispositivos especiais também implantados, faltando 170km nos próximos quatro anos.

Essa Rodovia atende muito o Distrito Federal: ela é de Cristalina até o Triângulo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO PINTO PINHEIRO – A concessionária é a MGO Rodovias. Coloquei ali sempre o nome de batismo da concessão, associado, e a MGO é o nome da empresa, que está presente aqui.

A terceira rodovia desse pacote da terceira etapa é a MSVia, referente à BR-163, do Mato Grosso do Sul, já aqui mencionada pelos Senadores, também assinado no início do ano passado, e tem uma extensão de 850 km. Vão ser duplicados 800 km.

Os investimentos estão aí: de 5 anos, R$3.9 bilhões; de 30 anos, R$5,9 bilhões. O estado da arte dessa obra também atende o contrato de duplicação dos primeiros 10% do conjunto, tem 8 dispositivos já implantados e, nos próximos 4 anos, uma revolução ali na área, tanto quanto nas anteriores.

A BR-163, do Mato Grosso, que é a rota oeste, também assinada no mesmo período, tem uma extensão de 850 km. Essa está aqui bem mencionada pelo Senador Wellington Fagundes, no Mato Grosso. Ela tem uma extensão a ser duplicada de 560 km, e os investimentos aí ... Daqui a pouco, vou falar dos investimentos globais, porque todas elas têm um elevado nível de investimento, mas o estado da arte de implantação atende também o contrato, está a rigorosamente em dia. São 117 km já duplicados, 16 dispositivos.

Quer dizer, tudo isso já foi comentado aqui, como melhorias do primeiro ano da implantação e mais quatro anos para a duplicação de 450 km, envolvendo R$3,6 bilhões.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO PINTO PINHEIRO – Os dispositivos são as obras de arte: pontes, viadutos, que são... Normalmente, esses dispositivos são vários quilômetros de estrada. Então, eles são importantes e têm custos elevados, como detalhes da construção da via.

A obra seguinte é a BR-040. É exatamente essa ligação aqui de Brasília até Juiz de Fora. Quer dizer, para nós, brasilienses – eu, que sou de Brasília – trata-se de uma obra que sempre esperamos, com melhorias. Então, estamos falando dela agora.

Ela possui uma extensão de 940 km de via, com uma duplicação de 557 km – há um pequeno rio ali – e investimentos da ordem de R$4,8 bilhões, em cinco anos, e o total, em 30 anos, de R$5,7 bilhões.

Ela está rigorosamente em dia, com 55km já implantados, com um dispositivo especial. E nos próximos 4 anos, mais 640km de duplicação com investimentos de R$3,2 bilhões.

Isso posto, esse é o bloco de que estamos falando, de 4.000 km, que está num processo de implantação talvez pouco conhecido. A Comissão, quando coloca essa discussão, faz muito bem, porque é uma oportunidade que temos de falar de obras, em execução, um pouco despercebidas para quem não está envolvido.

É lógico que todas as áreas lindeiras dessas estradas estão vivendo agora inclusive dificuldades. Para ter benefícios *a posteriori,* elas têm muitas dificuldades, neste momento, porque se defrontam com toda essa movimentação, com todas essas obras.

Mas o desafio colocado aqui é exatamente o financiamento das obras. O Diretor-Geral da ANTT pontuou exatamente isto: como fazer com que isso tudo ocorra no seu tempo e nos seus prazos.

Há muito recurso em discussão. Havia, durante a fase dos leilões, ajustes para financiamentos específicos do BNDES, mas este Banco, aqui, também vai explicar e nos ajudar nessa discussão. No entanto, repito, estamos tendo algumas dificuldades nesse momento.

É esta a oportunidade que nos dá a Comissão: colocar esses pontos mais claros. Vou pedir ajuda, agora, ao meu diretor técnico da ABCR, para comentar essa parte do financiamento e irmos ao foco mais específico do interesse da discussão desta reunião.

Antes, portanto, quero que também a ABCR cumprimenta esta Comissão pelos últimos resultados obtidos, no sentido de a ANTT obter o seu conselho pleno, porque, vejam, vivíamos um momento anterior a isso, de muita dificuldade – uma agência que estava com seus diretores interinos e com desafios dessa natureza.

Já foi pontuado aqui, e o Senador Wellington já mencionou o trabalho desta Comissão, no sentido de dotar a agência de um conselho pleno.

É exatamente isso. A ABCR sentia isso também e cumprimenta aqui a Comissão, os esforços dos Senadores da Comissão, para que esse sistema ficasse completo, porque, precisamos, com um bloco de obras como essas, de um regulador que esteja pleno, com o seu conselho atuante, porque são nessas situações de dificuldade que precisamos do regulador.

É muito importante dizer, e não temos dificuldade nenhuma quanto a isso, que somos delegados do Poder Público. Fazemos uma prestação de serviço em nome do Poder Público. É um poder temporário das concessionárias. Não há qualquer discussão quanto a isso. Esse é um fato extremamente bem aceito. Não há dúvida nenhuma.

Estamos aproveitando este momento para dizer que fazemos isso tudo em nome do Poder concedente do Governo central ou dos Governos Estaduais.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Antes de dar a palavra ao Diretor da ABCR, gostaria de registrar a presença, em nosso plenário, do Sr. Luiz Eduardo Barros Manara, Diretor de Relações Institucionais da empresa Triunfo.

O SR. FLÁVIO FREITAS – Bom dia a todos. Muito obrigado pelo convite feito à ABCR. Para mim, brasileiro, pela primeira vez no Congresso Nacional, é motivo de orgulho, é emoção. Muito obrigado pelo convite.

Srs. Senadores que compõem a Mesa, meu colega de concessão, não sei vamos ter uma boa visão dos números, mas estão lançadas aí as cinco concessionárias que estão operando na Fase 3 do inicial.

Os trechos já foram apresentados pelo Dr. Ricardo bem como as datas do enquadramento no BNDES. A data da contratação do empréstimo-ponte, aquele que viabilizou as obras iniciais e a execução de 10% das duplicações, e ali são os números que dizem respeito à data de vencimento do empréstimo-ponte – fim de 2015 e início 2016.

Ali está o valor que já foi comprometido pelas empresas. Estamos falando de R$4 bilhões que já serviram pra essas obras. E o grande desafio é o complemento dessas 90% de duplicação, que atingem R$14,5 bilhões para os próximos quatro anos. É disto que estamos tratando aqui: das dificuldades e das necessidades de apoio, para que isso realmente ocorra.

Essa tabela também repete as empresas e uma ideia aos senhores das duplicações que ocorrerão, ano a ano, de 2016 e 2019, com o correspondente valor de cada uma e a totalização. Quer dizer, estamos falando de 3,5; 5; 4,8; e 2.3 bilhões nos próximos cinco anos.

Isso são obrigações contratuais previstas no contrato com a nossa agência reguladora, a ANTT. Parte disso vem de recursos próprios, do *equity* das empresas, parte vem das cobranças que estão sendo feitas e parte vem de financiamentos acenados como factíveis à época das propostas – financiamentos liderados pelo BNDES, com a participação da Caixa Econômica Federal também.

Aqui, temos a alegria de comentar que essas obras atendem a tudo a que o Governo Central se dispôs, dizendo que, na nossa visão, até hoje, isso tem sido um sucesso. É uma tarifa módica. Os investimentos iniciais estão sendo executados e fiscalizados não só pela agência, como por outros órgãos. O próprio TCU tem acompanhado isso.

A melhoria de serviço agregado é notável e a geração de empregos impostos. Hoje, temos nesses 5 contratos cerca de 5 mil trabalhadores e uns cem números de contratados, empresas que geram um mercado, uma riqueza grande para o País.

Os desafios que estamos enfrentando são que, até o momento, os investimentos foram realizados com recurso ou garantias dos acionistas das empresas. As condições que hoje estão sendo apresentadas se diferem substancialmente daquilo que tinha sido colocado inicialmente há um ano, um ano e meio.

Atualmente, esses R$4 bilhões dificilmente vão acontecer, sem que haja um comprometimento maior dos acionistas e das empresas, agravando a situação de balanço das empresas e, de uma certa forma, comprometendo o avanço das novas licitações que serão colocadas, uma vez que, com esse endividamento e esse

agravamento, torna-se cada vez mais difícil a continuidade na participação de novos investimentos e até na conclusão desses atuais.

Por exemplo, aqui são dados técnicos. Onde você tinha o comprometimento do acionista, através de uma parte do financiamento, você passa a ter um pedido de praticamente uma fiança corporativa. Quer dizer, são palavras técnicas mas, basicamente, o que garante o financiamento é o próprio projeto – o chamado *project finance*. É um financiamento através do projeto, que vai gerar recurso.

Hoje, está sendo solicitada uma garantia da corporação dos acionistas da empresa. Isso restringe e agrava principalmente a situação do balanço dessas empresas. Havia uma expectativa de que apenas 20% da parte de financiamento seriam realmente a garantia de recursos dos investidores, dos acionistas, mas, hoje, têm sido, em alguns momentos, solicitado até 100%. Praticamente, não se está conseguindo, em alguns momentos, financiamento.

E mais. Existem riscos não gerenciáveis e securitizáveis. Esses riscos são eventualmente algum acidente, mais alguma mudança do próprio poder central, da delegação de acionistas da delegação da concessão. Isso tem sido agravado para ficar 100% a responsabilidade nos acionistas.

O que tem de, vamos dizer, aí da mecânica da garantia, esses dois primeiros pontos são basicamente os mais sérios, do comprometimento da obtenção do financiamento, nas condições previstas e no sucesso da concessão, é que está havendo, vamos dizer, o que foi combinado o que seria um aporte de 1.2, esse índice de cobertura, em relação aos custos em investimentos feitos, tem sido contingenciado, reduzido, naquilo que efetivamente poderia ser obtido de financiamento.

Acerca da carência de cinco anos, que era prevista a partir da assinatura do contrato de concessão, tem sido pedido que ela seja a partir da assinatura do contrato de financiamento.

Então, esse período, entre a assinatura do contrato da concessão e a assinatura do contrato de financiamento, tem sido reduzido dessa carência de cinco anos. Isso são ônus adicionais que viabilizam aquele gráfico mostrado no filme, de obrigações e receitas possíveis para o sucesso e o equilíbrio da concessão.

O IOF vai ser pago agora. Ele não estava previsto durante a fase de licitação. É uma legislação nova. E ele vai incidir agora sobre o aporte de capital.

Havia um outro aspecto, que era o aceno de uma possibilidade de participação de fundos de investimentos públicos que poderiam se tornar acionistas de até 49% do negócio da SPS das concessionárias. Isso não tem sido possível pela situação em que nos encontramos no momento.

Então, os nossos grandes desafios são que o programa é, e continuará a ser, um marco na retomada do crescimento nacional. Os investidores nacionais e internacionais têm ratificado o interesse em participar. É grande o interesse em participar e trazer fontes alternativas de financiamento e de recurso, que vai desonerar a necessidade de investimento da União.

E essa prática do p*roject finance* é uma prática internacional, vamos dizer, os bancos que financiam fazem uma avaliação bastante criteriosa, no sentido de que o negócio tem capacidade de se suportar. Só isso já seria suficiente para a obtenção dos recursos.

Basicamente, é isso. Estou às ordens para alguma questão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço e concedo a palavra ao Dr. Valter. Pergunto ao Dr. Ricardo se o senhor teria alguma conclusão.

O SR. RICARDO PINTO PINHEIRO – Acho que a conclusão já está bem-posta, não é?

Não há dúvida alguma de que foco é o financiamento. Foi quanto a esse ponto que a Comissão pediu a nossa contribuição. Gostaríamos de concluir com esse detalhe do financiamento, porque é aí que queremos focalizar as dificuldades e dar importância ao tamanho desse bloco de investimentos que enfrenta o programa de concessões neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço.

Concedo a palavra ao Dr. Valter Casimiro Silveira, Diretor-Geral do DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes).

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Bom dia. Cumprimento aqui o Senador Garibaldi Alves, Presidente da Comissão de Infraestrutura, em nome de quem cumprimento os demais membros da Mesa. Cumprimento aqui os Srs. Senadores.

O DNIT, como já foi colocado pelo Diretor-Geral da ANTT, ficou responsável por algumas obras nas rodovias que foram concedidas. Eu trouxe um mapa aqui, para apresentar aos senhores, dos pontos, em que o DNIT é responsável por obras nas rodovias concedidas. Temos aproximadamente 24 obras, contratos, nessas rodovias, que totalizam um volume de investimento na ordem de R$3 bilhões. São esses investimentos aí apresentados.

Desses investimentos, já executamos em torno de R$2 bilhões, já medidos, e esse R$1 bilhão, que ainda falta ser executado, conforme apresentado já pelo Diretor da ANTT, a restrição financeira em que se encontra o País gerou dificuldades no andamento dessas obras executadas pelo DNIT.

O Senador Wellington comentou aqui de uma visita que fizemos no trecho concedido de Cuiabá a Rondonópolis, onde formos verificar o andamento das obras que estão a cargo do DNIT.

Infelizmente, relatamos aqui que algumas empresas estão com muita dificuldade de tocar por conta do atraso no pagamento, que o DNIT vem enfrentando. Em outra visita, já havia relatado aos senhores que o DNIT teve um corte substancial no seu recurso, a ser utilizado. Tínhamos uma execução próxima de R$10 bilhões/ano, que foi reduzida para aproximadamente R$6 bilhões/ano.

Então, foi um corte muito relevante no nível de execução. As obras de construção tiveram que ser reduzidas em 45%, com isso retardando o cronograma de execução dessas obras. Só no Mato Grosso, chega a R$800 milhões o que temos de investir naquele trecho.

Como solução, o que o DNIT está tentando fazer junto à ANTT? Ele está negociando a passagem desses contratos, para que sejam executados pela ANTT. Já começamos uma tratativa com o Jorge, que chegou a comentar esse aqui, o Senador Wellington também, no sentido de passarmos a execução desses contratos que estão na área de concessão, a fim de que sejam executados pela ANTT.

O DNIT transferiria recursos para a ANTT, e esta executaria esses contratos. Esse contrato está em tratativas. O setor jurídico da ANTT está fazendo algumas análises ainda da viabilidade legal desse procedimento, mas isso já vem sendo conversado, para que seja feito no menor tempo possível, conforme até solicitado pelo Senador Wellington aqui, a fim de que possamos agilizar esse processo e não atrasar mais essas obras, que sabemos estar a cargo do DNIT, e este tem de cumprir, porque foi um compromisso assumido no contrato de concessão.

Por outro lado, o DNIT já se colocou para o Ministério dos Transportes, numa negociação de que não se coloque mais obras nas concessões sob a sua responsabilidade, porque fica uma responsabilidade compartilhada, muitas vezes, acabando por descasar os prazos previstos no contrato para cobrança de tarifa com os prazos que o DNIT precisa para cumprir esses contratos.

Era isso que eu tinha a colocar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço e conceda a palavra ao Dr. Cleverson Aroeira da Silva, Chefe do Departamento de Transporte e Logística do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Dr. e Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente, pela bondade.

Só quero comunicar que vou ter de retirar-me desta reunião. Sou relator de um projeto na CCJ. É o Item 01, e ela começa às 10h.

Normalmente, ela atrasa uns 15 minutos, mas vou ficar aqui até seja chamado para proferir meu relatório naquela Comissão. Vou transferir aqui as minhas indagações para o Senador Wellington. Farei das indagações do Senador Wellington as minhas nos trechos que se referem a Mato Grosso, principalmente entre Cuiabá e Rondonópolis, o grande problema que temos neste momento.

Mas quero agradecer a presença de todos e lamentar não ficar aqui até o final. Irei à CCJ. Se os senhores ainda estiverem, ainda voltarei a esta Comissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Dr. Cleverson Aroeira da Silva.

O SR. CLEVERSON AROEIRA DA SILVA – Muito bom dia. Gostaria de agradecer ao Senador Garibaldi, Presidente desta Comissão, bem como aos Senadores Wellington e Blairo, pela formulação do requerimento, e cumprimento também os demais colegas da Mesa, os Presidentes, representantes das concessionárias, é um privilégio estar aqui e dividir com os senhores o andamento atual dessas operações de financiamento, dos investimentos das concessões. Sinto-me muito honrado de fazer parte desta distinta Comissão.

Gostaria de trazer algumas informações muito breves. Serei muito sucinto aqui na explanação, até para propiciar a oportunidade de o Senador Blairo Maggi eventualmente ainda poder trazer alguma das suas indagações.

Trouxe informações divididas em dois blocos, apenas para ilustrar como o BNDES tem apoiado os investimentos em rodovias e concessões rodoviárias principalmente.

Depois, posso falar um pouco sobre a situação atual dos financiamentos: as rodovias do PIL 1, que são justamente essas rodovias, apresentadas pelo Ricardo há pouco. No decorrer da reunião, poderíamos explanar até aspectos mais técnicos, aproveitando também o gancho da apresentação, trazida pela ABCR. Há algumas questões ali muito importantes, que sejam debatidas e esclarecidas, trazendo informação a todos.

Essa tabela, bem resumidamente, mostra o histórico do apoio do BNDES a operações no setor de logística e transportes. "Rodovias" está na primeira linha. É assim desde 2003. Foi um corte dos últimos 12 anos, mais ou menos. Há mais projetos do que isso, porque as concessões rodoviárias começaram em 1996.

De 2003 para cá, já apoiamos 50 projetos de concessão rodoviária, num total de R$18 bilhões. O banco está presente praticamente em todas as concessões rodoviárias. O departamento que represento é o Departamento de Transportes e Logística, responsável por essas análises.

Então, são as equipes desse departamento que tem a interação praticamente diária com as concessionárias nas análises dos financiamentos, nas negociações dos termos e condições dos financiamentos.

Isso aqui também a ABCR mostrou, mas é impressionante ver como o Brasil amadureceu nesse setor de concessões rodoviárias. As primeiras foram em 1996. Esse gráfico mostra basicamente a extensão das concessões hoje. Chegamos aí a 20.000 km, quase 21.000 km de rodovias concedidas.

É um marco. Na verdade, é um dos maiores países do mundo, em extensão, em concessões rodoviárias. Isso veio crescendo sistematicamente. É um modelo, a cada ano que passa, mais maduro, mais sólido e mais confiável, o que torna os leilões competitivos e atrativos para as empresas do setor tanto brasileiras, quanto de fora do País.

E dessas 61 concessões rodoviárias, o BNDES apoiou praticamente todas. Como mencionei, só de 2003 pra cá, foram 50 operações de financiamento.

Mais recentemente, esse apoio do BNDES se tornou bastante expressivo. Em 2003, o desembolso total do banco para o setor de logística e transportes – não só de rodovias, mas também de ferrovias e portos – era de R$400 milhões. Crescemos a uma taxa de praticamente 35% ao ano, a uma taxa composta, que nos fez chegar, no ano passado, a um desembolso recorde de R$11 bilhões, só para transportes e logística.

Ali, por exemplo, podemos visualizar, apesar de não ser o assunto do dia, um gráfico que mostra a evolução da infraestrutura no País. Por exemplo, aquelas barrinhas amarelas mostram que, de 2012 para cá, o BNDES começou a financiar aeroportos. Foi justamente quando o Governo Federal iniciou a política de concessão de aeroportos. De 2012 para trás, não havia financiamento de aeroportos praticamente na carteira do BNDES.

Falando especialmente de rodovias, vemos que, de 2009 até os dias atuais, os financiamentos têm sido crescentes e bastante expressivos. Isso decorre principalmente dos leilões da segunda etapa e, mais recentemente, dos leilões das rodovias do PIL, que manteve em um patamar alto esse apoio do banco.

É interessante notar que, nas primeiras concessões, tínhamos volumes de investimento muito tímidos se compararmos com os volumes de investimentos atuais. Um financiamento a rodovias, dez anos atrás, era de R$100 milhões ou R$200 milhões. Nos últimos anos, o que vemos é uma demanda por infraestrutura rodoviária muito maior, ou seja, o volume diário de veículos, passando pelas rodovias, aumentou extremamente.

Isso demanda que as rodovias tenham mais capacidade, tenham terceiras faixas, sejam duplicadas, também pelo tamanho das concessões rodoviárias, que, nos últimos tempos, veio tornando-se bastante significativo.

Nessa última rodada do PIL, são números assim interessantes de se mencionar. Arrisco dizer que a Concebra, por exemplo, é a maior concessão rodoviária do mundo.

Não devemos ter, no mundo inteiro, um concessão rodoviária de 1.100km. Também foi mencionada aqui já a MS Via, com 850km, para duplicar em cinco anos. Provavelmente, é o maior programa de duplicações de uma rodovia só do mundo inteiro.

De modo que temos programas de investimentos bilionários nesse pacote do PIL e características bastante especiais nesse novo programa, que o diferem das concessões anteriores.

E, nesse gráfico, destacamos apenas o apoio do BNDES a rodovias. Como havia dito, desde 2009, esse apoio tem crescido, de forma sustentável. O ano de 2014 foi, de fato, um ano recorde de investimentos, em que tivemos um desembolso de R$44,1 bilhões para concessões rodoviárias.

Uma boa parte disso são essas rodovias, essas concessões, que estão aqui hoje representadas. Foram as duplicações dos 10% necessários à cobrança de pedágio e também os investimentos iniciais em recuperação de pavimento, que melhorou muito a trafegabilidade, a fluência do tráfego, conforme estamos verificando hoje.

Nessa tabela, trazemos a situação de cada uma dessas rodovias, chamando a atenção para o financiamento. Bem, as cinco rodovias já foram bem descritas pelo colega da ABCR, pelo Ricardo. Todas elas, poucos meses depois de terem assinado o contrato de concessão, tiveram o empréstimo-ponte aprovado.

Então, temos aí empréstimos-ponte concedidos, de meados de 2014 até setembro de 2014, num valor que supera R$4 bilhões de empréstimos- ponte, considerando só os volumes diretamente concedidos pelo BNDES. Temos aí R$3,5bilhões.

A Caixa Econômica Federal também tem participado desse programa, tem concedido empréstimos-ponte com recursos próprios da Caixa. Como é comum nos programas de financiamento que realizamos, a partir de agora, teremos financiamentos com recursos do BNDES, concedidos diretamente às rodovias, ou mediante

repasse de outros bancos, que é uma estrutura comum no financiamento à infraestrutura de ter compartilhamento de financiamento e de risco entre bancos.

Naquelas duas últimas colunas, o financiamento da MGO foi recentemente aprovado, no final de outubro, e soma um total de até R$1,1bilhão, o que pode chegar a 69% dos investimentos que a concessionária pretende fazer nos cinco anos.

Especialmente, fiquei muito feliz e até aliviado. Os senhores podem até imaginar como estamos trabalhando incessantemente para concluir essas operações de financiamento.

É lógico que o BNDES, depois de conceder R$3,5bilhões de empréstimos-ponte e de apoiar praticamente todas as concessões rodoviárias do País, tem, como principal objetivo, é seguir apoiando e continuar prestando todo o suporte financeiro necessário para as rodovias recentemente concedidas e para as próximas.

Então, foi muito bom ter tido a aprovação do financiado à MGO, que acredito não tenha um representante aqui hoje. Não veio, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CLEVERSON AROEIRA DA SILVA – Não veio. Ele já conseguiu o financiamento.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – No Brasil é assim: quando sumiu, sarou ou morreu. (*Risos.*)

O SR. CLEVERSON AROEIRA DA SILVA – O financiamento MGO foi bem discutido com a empresa...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Mas ainda há o que financiar ou não?

O SR. CLEVERSON AROEIRA DA SILVA – A MGO... Foi aprovado o financiamento do BNDES. Como é que são os financiamentos do BNDES?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Não. Não se detenha a isso.

O SR. CLEVERSON AROEIRA DA SILVA – Ainda há uns quatro, não é?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Era só para dizer que, se houvesse alguma coisa...

O SR. CLEVERSON AROEIRA DA SILVA – Ela vai aparecer na próxima audiência aqui. (*Risos.*)

Mas esses financiamentos do banco são desembolsados *pari passu* com os investimentos.

Então, aprovamos o financiamento agora, e os recursos são desembolsados normalmente, em regime trimestral, até a conclusão dos investimentos, para os próximos quatro ou cinco anos.

E as demais concessões, que hoje vivem um período de bastante tensão e ansiedade, porque concluíram uma etapa do programa de investimentos, agora querem dar continuidade aos investimentos.

E, logicamente, como todo programa de projeto de infraestrutura, é preciso recursos. Temos uma agenda bastante intensa com elas – temos tido já –, nos próximos dias, e com arranhões praticamente semanais, com todos os representantes das empresas.

Estamos trabalhando firme, para obter essas aprovações ainda este ano, no quarto trimestre, eventualmente até o primeiro trimestre do ano que vem. Tenho minhas equipes, todas muito empenhadas nisso.

Quero detalhar um pouco as condições de financiamento, porque, para nós, é muito importante afirmar, com muita tranquilidade técnica, que o banco está seguindo estritamente as condições de financiamento que foram divulgadas à época do leilão.

E o financiamento concedido à MGO é reflexo daquelas condições de financiamento. Na época, antes do leilão, o BNDES disponibilizou uma carta de condições de financiamento, que foi redigida com muito cuidado, inclusive debatida com o setor à época. Ela é disponível, pública, e até a trouxe, caso os senhores tenham interesse em percorrer a carta.

Esta carta traz as condições de financiamento para essas concessionárias. Foram condições inovadoras, porque nunca o BNDES havia oferecido condições tão favoráveis a concessões de rodovia na história.

Isso é logicamente fruto das características das rodovias, que há pouco mencionei. São projetos difíceis, porque requerem um volume muito grande de investimento muito grande, vultoso, no início, e, por isso, precisam, de fato, de condições de financiamento que sejam bastante favoráveis.

Bem, as condições básicas: TJLP mais 2%. Essa taxa é fixa. Basicamente, não temos financiamentos com taxas fixas no BNDES, à exceção do Programa de Sustentação do Investimento, que foi um financiamento excepcional, dado, durante os últimos anos, como uma atuação anticíclica do BNDES, com o apoio do Governo Federal, o PSI.

E essas rodovias gozaram de uma condição semelhante à do PSI, um financiamento de até 70% dos investimentos, em TJLP, mais 2%, uma taxa fixa.

É importante destacar isso, porque essas condições foram oferecidas, antes mesmo de o BNDES ter conhecimento de quem seriam os ganhadores dos projetos e quais seriam as condições em que os projetos seriam vencidos, qual seria o deságio, quais seriam as características desses projetos.

Mesmo assim, os bancos públicos – BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal – comprometeram-se com uma condição extremamente diferenciada.

Nesse ponto, é importante atentar para as condições da carta, porque uma interpretação eventualmente equivocada daquelas condições, de fato, podem levar à conclusão de que o banco não está cumprindo as condições propostas. Aquela carta mencionava que seriam concedidos financiamentos de até 70% e não 70% do crédito. Isso porque – e aí tomo a liberdade de trazer aos senhores de trazer algumas informações um pouco técnicas – se trata de um financiamento a um projeto de infraestrutura, que é dimensionado de forma bastante técnica, em cima de dados econômicos, de engenharia, de forma a que o projeto consiga suportar esse financiamento, porque o sucesso de uma concessão rodoviária começa no leilão, e só podemos considerá-la bem sucedida quando a concessão termina, porque, ao longo de 30 anos de concessão, essa concessionária tem obrigações enormes para com a sociedade, de entregar obras, no início, de mantê-las.

O Dr. Jorge Bastos, há pouco, mencionou como a manutenção de uma rodovia é custosa, e ela pode significar mais de 50% do valor da tarifa de pedágio. Os ciclos de manutenção, dependendo da sobrecarga de uma rodovia, podem ter de acontecer a cada cinco anos.

Então, naqueles investimentos ali demonstrados pelo Ricardo, os investimentos, no início, são de R$5 bilhões, mas, até o final da concessão, eles podem ser de R$15 a R$20 bilhões.

Assim, o sucesso de uma concessão rodoviária começa no leilão e tem que perdurar ao longo de 30 anos.

Na condição de financiador de um projeto, o que é fundamental para nós? É ter certeza de que, nesses 30 anos, essa será uma concessão saudável. Essa concessão vai conseguir pagar a dívida contraída no início e continuar investindo, continuar dando manutenção. É muito triste vermos situações de projetos de infraestrutura em que foi entregue uma obra e, meses ou anos depois dessa obra entregue, a concessionária se vê em dificuldades financeiras tendo que postergar ou extinguir seus investimentos porque tem uma dívida para pagar, que supera a geração de caixa do projeto.

Então, na verdade, é aqui que reside a grande técnica do financiamento a um projeto de infraestrutura. O financiamento tem que receber uma dívida, que é necessária para ele fazer o investimento, mas ela não pode ser superior à capacidade de pagamento. E isso basicamente é a teoria de *project finance*, que tanto vemos no mundo inteiro. Ou seja: o projeto é autossustentável, ele não pode depender do seu sócio durante 30 anos. E aí, podemos, logicamente, aprofundar em discussões técnicas relacionadas a esse tema, e tenho todo o prazer de debater esse tema. São temas que discutimos em seminários e que, com todas as concessionárias, já é parte do nosso dia a dia.

Aquele "até" da carta significa justamente isto: na hora da análise de um projeto é que vai se verificar a projeção de receitas desse projeto ao longo do tempo, o volume de investimentos que ele tem, como é a sustentabilidade desse projeto e o tamanho da dívida que ele suporta. E, eventualmente, um projeto não suporta os R$3 bilhões de dívida que ele esperava inicialmente; ele suporta R$2,5 bilhões, suporta R$2 bilhões. Essa equação é comum a todos os projetos de infraestrutura. O Banco já financiou mais de 300 projetos de infraestrutura e o nosso nível de inadimplência é zero. Por quê? Porque a qualidade da análise do projeto tem que equilibrar estes pontos: a receita do projeto, a capacidade do acionista de cumprir suas obrigações e o tamanho da dívida que esse projeto, de fato, suporta. Isso é que significa o sucesso de um projeto de infraestrutura.

Estamos vivendo agora, com todas as concessionárias, um momento, usando uma metáfora que, muitas vezes, ouvimos de financiadores, da relação mais íntima entre credores e devedores, que são as negociações finais da obtenção do financiamento, porque é ali que vamos chegar à equação final do crédito. Portanto, para uma empresa, sabemos que faz muita diferença obter um financiamento de R$2 bilhões ou R$1,5 bilhão, é lógico, porque essa diferença significa imprimir mais recursos para concluir o projeto. E é por isso que é um momento de tensão esse da negociação final, em que bancos e empresas têm que chegar a um acordo sobre o montante do crédito, as condições desse crédito, que devem ser as condições que o projeto suporta, e não necessariamente as condições preestabelecidas. Elas são derivadas da análise do projeto, e não estabelecidas *a priori*.

Seguindo as condições que foram divulgadas na carta, todas os termos dela foram bem claros em relação a isso, ou seja, que o crédito dependeria das condições do projeto, que a estruturação de garantias depende da geração de caixa desse projeto e das condições dos acionistas. Isso tudo é fruto de uma análise técnica.

Pegamos o histórico de apoio do BNDES à energia, por exemplo. Tivemos várias linhas de transmissão de energia em que os financiamentos puderam não ter sido 70%, como pleiteado pelas empresas, mas, pelo contrário, a alavancagem média de projetos de linhas de transmissão é de 50%. Por quê? Porque, no leilão, as empresas optaram por dar um deságio. E, logicamente, qualquer deságio e qualquer resultado de leilão, interfere no equilíbrio econômico-financeiro de um projeto e isso tem impacto no volume de dívidas que um projeto suporta pagar.

A média de alavancagem de concessões rodoviárias no BNDES é abaixo de 60%. A MGO, como vimos, tem um crédito de 58%, que pode chegar até 69%. E, com as demais concessionárias, estamos justamente nesse momento da negociação, ou seja, de definir condições do crédito, dimensionamento do crédito de acordo com essas premissas, que são técnicas.

Senador Garibaldi, peço desculpas por ter me alongado na minha explanação e coloco-me à inteira disposição dos Senadores para debater o tema.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu pensei que diretor de banco falava menos. Mas foi necessário. (*Risos.*)

Agradeço a intervenção e concedo a palavra ao Dr. Felipe Borim Villen, que é Diretor de Rodovias, Ferrovias e Hidrovias da Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento (Sepac), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O SR. FELIPE BORIM VILLEN – Olá. Bom dia a todos.

Antes de mais nada, eu gostaria de agradecer ao Senador Garibaldi Alves e saudá-lo. Agradeço o convite porque me sinto muito honrado pela oportunidade de participar aqui desse fórum para discutir questões tão relevantes para o desenvolvimento da infraestrutura no nosso País. Acho de extrema importância que esses debates ocorram e que consigamos avançar cada vez mais e colher frutos desse tipo de interação.

Gostaria também de saudar o Senador Blairo Maggi e o Senador Wellington Fagundes, signatários do requerimento que ensejou esta audiência.

Quero saudar também os demais Senadores, os representantes das concessionárias aqui presentes e os meus companheiros de Mesa aqui.

Eu vou aproveitar que os meus companheiros já entraram nos detalhes específicos relacionados a financiamento e andamento das obras e vou fazer uma breve apresentação, dando um panorama geral do programa de investimentos e lançando luz também sobre o programa que foi anunciado, sobre os próximos desafios que teremos nos próximos anos para continuar desenvolvendo a infraestrutura nas diversas regiões do Brasil.

Então, antes de mais nada, só uma visão geral do programa, que foi muito além de rodovias. Foram anunciados R$198 bilhões de investimentos, divididos em: R$66 bilhões em rodovias, R$86 bilhões em ferrovias, R$37 bilhões em portos, e R$8 bilhões em aeroportos. Esse foi o programa todo, anunciado em junho, e que já está caminhando aí a passos largos.

Eu falarei especificamente de rodovias, que é o assunto desta audiência. Então, inicialmente, temos aqui um resumo do que foi a primeira etapa do PIL. Acho que já tivemos bastantes informações dos demais colegas sobre o que foram as concessões e de como elas estão. Mas, dando uma visão geral, foram seis rodovias concedidas entre 2012 e 2014, totalizando 4,8 mil quilômetros com 3,4 mil quilômetros de duplicação pelos concessionários. É um programa de magnitude poucas vezes visto em outros países ao redor do mundo. E também um volume bastante considerável de investimentos, R$32 bilhões, investimento esse realizado pelos concessionários, investimento privado.

Temos um mapa que mostra as seis rodovias. Acho que é desnecessário entrar em maiores detalhes porque já foram comentados pelos meus colegas.

E aqui temos o que foi anunciado em junho, o nosso novo programa, que entra de maneira complementar a tudo que vem sendo feito. Temos R$66 bilhões de investimentos projetados. Esses R$66 bilhões são divididos entre 16 novas concessões, que totalizam R$50,8 bilhões.

E também uma nova maneira de agilizar esses investimentos e de realizar os investimentos onde eles são necessários e da maneira mais rápido possível que são os novos investimentos nas concessões existentes, que vai nos permitir, aí, destravar os investimentos no mais curto prazo do que em relação às concessões que serão realizadas.

Então, aqui detalhando esses 16 projetos, são R$51 bilhões de investimentos – como eu já disse – e 7.000 km de rodovias – ainda mais ambicioso do que o que foi concedido na primeira rodada – em 14 Estados, cobrindo todas as Regiões do País.

Um leilão já foi realizado, foi o primeiro leilão, que foi a Ponte Rio-Niterói. E temos, aí, esse mapa que acho que dá uma boa ideia da integração desse programa que foi anunciado com o que já foi feito e com o sentido desse programa: o da criação dos corredores logísticos de como se inserem essas futuras concessões no panorama logístico brasileiro.

Então, podemos ver aí, por exemplo, as regiões em verde, que são as regiões produtoras de grãos. Temos aí a BR-163 no Pará, que é assim interligada com concessões já realizadas – a BR-163 no Mato Grosso. E permitirá o escoamento da produção do Mato Grosso pelo Porto de Miritituba, pelos terminais privados que estão sendo construídos ali, e pela hidrovia do Rio Tapajós.

Temos também a BR-364, que também liga importantes regiões produtoras do Mato Grosso a Porto Velho e permite o escoamento da produção por meio da hidrovia do Rio Madeira.

E temos aí as demais rodovias.

Acho que fica bastante clara a integração entre as regiões produtoras, que são a fonte de demanda, e a integração com os demais modais e com as rodovias já concedidas, levando aos portos – algumas com caráter mais de circulação interna, como, por exemplo, a BR-101 em Santa Catarina. Mas acho que fica bastante claro o papel que todas elas representarão e a importância que elas terão para viabilizar os corredores logísticos, para a construção desses corredores logísticos.

Aqui, nesse eslaide, podemos ver o andamento desses projetos. Eles já estão caminhando bastante bem. Temos um contrato assinado, que foi a Ponte Rio-Niterói, como já comentei. Temos um projeto, que é a BR-476, no Paraná e em Santa Catarina, que já se encontra em análise no TCU, e pretendemos, assim que essa análise for concluída, até o final desse mês ou em dezembro, se tudo correr, publicar já esse edital e realizar o leilão no início do ano que vem. Temos dois projetos que já passaram pela audiência pública, estão passando por ajustes e serão encaminhados em breve ao TCU, que são as BR-364/365, em Goiás e em Minas Gerais, e que devem ser encaminhados, nos próximos dias ou, no máximo, em semanas, ao TCU. E as BR-364/060 também, nas próximas semanas, devem ser encaminhadas ao TCU. Temos um projeto que já está concluído, que é a BR-163 no Pará, que teremos a abertura de audiência pública também nas próximas semanas. E os 11 projetos que tiveram as PMIs, os Procedimentos de Manifestação de Interesse, abertas em junho, que são o mecanismo para a realização dos projetos, via participação do setor privado. As premissas foram abertas em junho e a conclusão está prevista para o primeiro trimestre do ano que vem.

Então, só para se ter uma ideia desses 11 projetos especificamente, tivemos uma demanda excepcional do setor privado para a realização desses projetos. Foram 301 estudos autorizados para a realização dessas 11 rodovias – para os projetos dessas 11 rodovias –, o que dá uma média de 27 estudos por rodovia. Temos aí os números abertos e essa apresentação ficará disponível depois. Então, esses estudos estão sendo realizados e esperamos, logicamente, não receber esse número para todas as rodovias, pois é natural que essas empresas se juntem para a realização, se consorciem para a realização desses estudos – isso é autorizado pelo decreto. E esperamos receber esses estudos no primeiro trimestre de 2016. Mas, de qualquer maneira, isso dá uma dimensão, dá uma ideia de quanto e como o setor privado está recebendo bem esse novo programa de concessões.

E para finalizar eu mostro aqui os novos investimentos nas concessões existentes, porque é esse mecanismo que vai permitir destravar os investimentos de maneira mais ágil. Em duas rodovias eles já estão em execução, que são a BR-290 no Rio Grande do Sul e a BR-040 no Rio de Janeiro. Temos mais um autorizado, que foi autorizado no início de outubro, que foi a BR-163 em Mato Grosso, que é a duplicação, já, que foi passada para a concessionária também e já foi autorizada. E pretendemos ter novas autorizações em breve. Até o final do ano, pelo menos, certamente teremos alguma novidade. E a tendência é que esses investimentos sejam destravados rapidamente.

Bom. Acho que era isso. A ideia era dar um panorama do que foi a primeira rodada do Programa de Investimentos em Logística e do que está sendo, quais são os próximos desafios e o que temos em vista para a infraestrutura, para as concessões rodoviárias nos próximos anos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço.

Concedo a palavra ao Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Ainda deu tempo, pois o nosso Presidente Maranhão está chegando agora na Comissão. Então, eu vou ser muito rápido aqui no meu questionamento, e é um questionamento para o BNDES.

Dadas as devidas explicações, o pessoal que fez os contratos com o banco, se passar de ou ir até 70%, vai matar o projeto, porque, se o financiamento fosse de 70%, com juros fixos de 2% ao ano, estaria tudo resolvido, mas, já que existe essa alternativa de o BNDES não dispor dos recursos previamente acordados de 2% ao ano, sem correção monetária, sem TJLP, a pergunta é a seguinte: as condições mudaram, mas o banco está trabalhando, tem recursos, tem interesse, e as negociações estão avançando, as negociações terminarão, e as concessionárias – e agora quero falar mais do Estado de Mato Grosso, da Rota do Oeste – terão condições de acessar os financiamentos, mesmo que, em condições financeiras diferentes, com TJLP e juros de 2% ao ano?

É aquela história: do couro, sai a correia. Se os juros serão mais caros para a concessionária, mais caro será o pedágio, porque uma empresa precisa ter lucros obviamente, tem de existir, pagar dividendos e manter os seus contratos. Portanto, não há qualquer crime em obter resultados nos negócios que fazem. É assim que funciona a vida.

Então, a pergunta bem clara para o representante do BNDES que quero fazer, nas novas condições que vocês estão estabelecendo, porque é claro que a empresa vai argumentar, espernear e argumentar, e já politicamente nos movimentamos, para que pudéssemos cumprir com a intenção de que os até 70% serem os 70% do financiamento.

Isso seria muito bom para a economia do Estado de Mato Grosso, já que o valor do pedágio se manteria nas condições que estão lá e simplesmente iriam ser majorados, na medida em que as despesas, a inflação e tudo o mais passam. Vejam bem: não se trata de um pedágio barato para o setor produtivo do Estado de Mato Grosso, nem do Estado de Mato Grosso do Sul, nem de nenhum Estado.

Nós, do Mato Grosso, estamos assumindo, como grandes produtores de grãos e grandes volumes de carga, custos extremamente elevados no transporte, no valor que pagamos de pedágio. Por exemplo, uma carga que sai de Sinop, no Mato Grosso, e vai chegar lá embaixo em Paranaguá ou vai para Santos, de carga de caminhão, está custando aproximadamente R$30,00 por tonelada ou pedágio que tem de ser pago, para poder andar.

Quer dizer, então, não é barato. E não queremos continuar pagando, obviamente, esses pedágios, sem ter as rodovias duplicadas, porque o que nos permite pagar é que pagamos um pouco mais, ou pagamos mais, mas o tempo que o caminhão fica andando na rodovia é diminuído e, consequentemente, o empresário, dono dos caminhões, das transportadoras, conseguem ter um preço mais baixo pelo seu ganho de eficiência.

Então, é uma troca: paga-se pedágio, paga-se para andar mais, paga-se para andar numa rodovia de boa qualidade, para diminuir o tempo. Obviamente, o investimento que o empresário tem de remunerar será feito em menos tempo, porque um caminhão, saindo de Cuiabá, para chegar em Rondonópolis, ainda hoje, gasta de cinco a seis horas. Isso depende, porque, se houver um acidente, gasta-se um dia para fazer 200km.

Quando todas as rodovias estiverem duplicadas, o caminhão vai fazer esse trecho em três horas. Então, há ganho de eficiência, permitindo essa troca do pagamento do pedágio.

Mas a pergunta específica é: Nas condições novas colocadas pelo banco, haverá recursos? Porque sei que, se os empresários não conseguirem esses recursos do BNDES, muito provavelmente, eles vão retardar os investimentos; e nós, como usuários, vamos para cima deles, do Governo e de quem for, pois vamos pagar, mas não teremos uma estrada duplicada? Não é justo também!

Então, temos aqui uma situação que precisa ser resolvida. Para que isso ocorra, é necessário financiamento. Pode-se tentar argumentar o fato de a companhia ser rica, mas todos os empresários, no Brasil e no mundo todo, fazem projetos com financiamentos. Ninguém faz projetos com recursos próprios. Quem vai ter R$5 bilhões guardados em caixa, para colocar numa rodovia ou numa ferrovia, com um contrato que vai demorar 30 ou 40 anos para terminar? Ninguém vai fazer isso.

Então, é preciso haver crédito, e a minha pergunta específica é: O BNDES tem esse dinheiro? Está disposto a colocar esse dinheiro? Quando colocará esse dinheiro?

Obrigado.

Se puder responder, porque vou ter de sair, agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Como o Senador Blairo Maggi vai ter de se retirar, então, o Dr. Cleverson vai responder logo ao Senador Blairo Maggi.

O SR. CLEVERSON AROEIRA DA SILVA – Obrigado pela oportunidade, Senador Blairo Maggi.

Talvez não tenha sido muito claro na minha explanação. As condições em que o banco está negociando com as empresas não são novas. Elas são as mesmas. Era de TJLP, mais 2% na carta, e continua sendo o mesmo agora.

Respondendo à sua pergunta especificamente: Sim. O banco está comprometido em prover os recursos necessários, para que a empresa possa dar prosseguimento aos investimentos.

O banco entende que, para a viabilidade de projetos de infraestrutura dessa envergadura, o financiamento é indispensável. É lógico que não há problema algum, na empresa, ter sua taxa interna de retorno. Na verdade, é desejável que os empreendedores sejam saudáveis e tenham o retorno adequado em seus investimentos.

E o banco está empenhado em conceder esses recursos. Eles existem e estão disponíveis. Infraestrutura é prioridade para o BNDES que, certamente, vai dispor de seus recursos.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Só para registro, as companhias que estão lá e têm essas concessões, já começando a cobrar pedágio, estarão até tranquilas se pararem de fazer as obras, porque o faturamento que ela tem já é de 100%.

Quer dizer, nós, os usuários, é que não podemos ficar no meio. A companhia está resguardada, está faturando 100% daquilo já previsto, e não vai desembolsar os recursos. Então, os mariscos, que somos nós, os consumidores, estamos sofrendo entre o mar e o rochedo mesmo.

Obrigado, Dr. Cleverson.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Wellington Fagundes, como autor do requerimento.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Mais uma vez, quero cumprimentar a todos.

A nossa preocupação é a de que o programa, tão anunciado pelo Governo, com as empresas se organizando para isso, inclusive empresas de fora que vieram pra cá, algumas com problemas... Mas entendemos que o Brasil não tem outra forma. Mesmo na crise, a forma de o País buscar o desenvolvimento é investimento na infraestrutura.

Todos sabemos que o Governo deu uma freada, e o que temos discutido – principalmente os Senadores – com o Ministro Levy, que tamanho dessa freada o País aguenta e também, dentro dessa freada, se ele tem alguma perspectiva de começar a colocar o pé no acelerador, porque, na verdade, em termos de estrada, se demorarmos mais um ano, a qualidade das estradas brasileiras vai voltar ao que era no início do Governo Lula, e ainda com aquela situação: o Governo fazia de conta que pagava, e as empresas faziam de conta que trabalhavam.

Os buracos iam só aumentando. Aí, quando sobrava algum recurso, era para fazer a operação tapa-buracos. Isso causava uma desmoralização em todo o Governo; uma desmoralização das empresas, porque se jogava o asfalto ali, esparramando-o, e também da classe política, porque esta tem de cobrar e fiscalizar se o dinheiro está sendo jogado fora. Enfim, é o dinheiro público, além do número de acidentes Brasil afora, que impacta também um custo muito alto.

Então, gostaria de saber do representante das concessionárias, porque fomos procurados por vocês, afirmando que estava havendo muita dificuldade na liberação dos recursos, inclusive dos empréstimos-ponte e dos recursos de longo prazo, com uma certa dificuldade até das garantias.

Isso precisa ficar bem esclarecido aqui, por parte das concessionárias, se essa situação está resolvida, porque isso pode ter sido resolvido de ontem pra hoje, se isso está tranquilo.

Queremos ajudar. A função nossa aqui é pressionar o Governo se for o caso.

Ontem, encontrei-me com o Presidente do BNDES, e ele disse que não, que estava tudo certo, que os recursos sairiam.

Sr. Presidente, fomos ao Banco do Brasil para tentar... o Banco do Brasil fez aí um acordo com o Governo, no sentido de que, principalmente para a BR-163, no Mato Grosso e no Pará, seria liberada uma linha de crédito, para financiar as empresas que estavam ali trabalhando.

No Banco do Brasil, primeiramente, disseram-nos que parássemos, porque lá era banco; lá, não havia pedalada não! Eles disseram que lá iriam emprestar o dinheiro a juros de mercado, e as empresas tem de ter todas as condições, enfim...

Normalmente, o que garantiam para essas empresas que estão tocando obras é o contrato, com as medições. Agora, como o Ministério está com um atraso no pagamento, a empresa vai ficar pagando juros por seis meses, para receber o empréstimo. Isso já acaba com a margem da empresa também.

Então, se não houver um subsídio para custear isso, que é responsabilidade do Governo, a maioria das empresas vai parar.

Inclusive, o Senador Vicentinho me deixou aqui uma pergunta para ser feita. No caso da BR-153, de Aliança do Tocantins a Goiás, que parece ter sido abandonada pela empresa, qual a resposta que vocês têm...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Dirigida a quem?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – À ANTT.

Também ao DNIT, temos o caso, nem sei em quais Estados especificamente, de as obras, que estavam sendo feitas na BR-163, em função da Copa do Mundo, terem sido suspensas. Como está a previsão do pagamento desses reajustes ou dessa diferença? Porque isso é também fundamental para as empresas que está lá trabalhando receberem, pois aí há condições de entrarem recursos no caixa.

Ainda mais, quero ampliar... O Dr. Valter foi a Mato Grosso, em Rondonópolis, e pôde ver lá o canteiro de obras entre Rondonópolis e Jaciara, lá na Cidade de São Pedro da Cipa.

Lá, tínhamos uma usina de cana-de-açúcar, de álcool e açúcar, que faliu. É a menor cidade do Estado, com uma população muito pequena, cujos trabalhadores eram os canavieiros.

Coincidentemente, chegou a empresa há dois anos. Fizemos uma festa, porque a empresa foi lá fazer o acampamento exatamente onde era o acampamento da usina, voltando a ter geração de empregos. Então, a cidade, que estava entrando num caos, voltou a melhorar.

Hoje, a empresa que está tocando lá, por conta do DNIT, está devendo de padaria a supermercado, a óleo diesel, enfim, tudo, inclusive aos trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Está devendo a Deus e ao mundo.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – A Deus e ao mundo.

Então, como é uma cidade de economia pequena, isso causa um prejuízo e um problema social muito grande.

Não há como resolver o problema, no caso dessa cidade, se não encontrarem essa solução, ou seja, passar o convênio para a ANTT. Isso tem de ser logo, porque, provavelmente, daqui a um ou dois meses – o Dr. Valter viu lá –, é uma questão falimentar.

Na verdade, esse consórcio começou com a Mendes Júnior, que entrou com os seus problemas e abandonou a obra. Ela saiu fora! Então, a segunda parceira é uma empresa menor, a regional, que não tem condições de tocar a obra.

Por isso, esse prazo da ANTT, Dr. Luiz Fernando, não pode ser aquele das pessoas que estão lá, com muitas situações. É preciso separar o que é prioridade, porque, senão, o pedágio vai ser desmoralizado na região toda.

Temos uma concessão próxima na MT130, que foi a primeira concessão do Governo do Estado, que a Justiça já fechou por duas vezes, por deficiência da obra.

Se ocorrer o mesmo naquela cidade, a situação vai ficar instalada, porque as pessoas começam a reivindicar outras tantas coisas.

Como disse, Sr. Presidente, lá é uma estrada, onde há um número muito grande de acidentes, as pessoas estão começando a compreender que a concessão não é apenas no sentido de duplicação da pista, mas de toda uma prestação de serviços.

Verdadeiramente, já diminuiu o número de acidentes e a criminalidade. Então, a população está percebendo que isso é importante. A população cobra diuturnamente que a obra não pode parar. Esse é um aspecto.

Agora, quanto ao BNDES, ouvi o senhor, dizendo que há recurso. Quero ver e saber se as concessionárias estão dizendo a mesma coisa, porque não adianta sairmos da reunião, e, lá fora, isso tudo ser conversa pra boi dormir.

Vamos ser claros, para que possamos qual o papel do Senado, o que esta Casa pode fazer. Se for o caso, inclusive, a Comissão poderá produzir um documento para a Casa Civil, para a Presidente da República, para o Ministro. Enfim, essa é a nossa função.

Aqui, não estamos tratando especificamente só de uma concessão, mas de todas as concessões brasileiras, inclusive daquelas que vão ser lançadas, que interessam muito ao País. Ou seja, o povo prefere pagar a ficar com estradas esburacas, sem condições, com todos os acidentes e tudo o mais.

Isso posto, gostaria de ouvir a concessionária. O Dr. Casimiro pode falar, mas seria boa essa provocação com a concessionária aqui. Não sei se as outras que aqui estão, Sr. Presidente – seria importante permitir, porque são regiões diferentes – gostaria de fazer alguma observação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Da parte das concessionárias...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Das concessionárias, porque ali está o Presidente da Associação, da ABCR.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Sim. Mas, se dá parte das concessionárias....

O SR. RICARDO PINTO PINHEIRO (*Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, estamos aqui *in loco*. Em havendo a possibilidade de as concessionárias se manifestarem, é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Se os representantes desejarem manifestar-se, pode solicitar se for o caso.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Entendo que seria bom que se manifestasse.

Fale ou cale-se para sempre. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Bem, vamos fazer uma rodada. O Senador Wellington Fagundes permite, ou quer logo que... ?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Aqui eu sou seu admirador. Do jeito que V. Exª quiser fazer, estou pronto para tocar. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Olhe, admiração sempre tem limite. (*Risos.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Disseram-me que ele tem uma neta bonita lá, tenho um filho também, então precisamos ampliar essa imaginação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Temos de compreender que os Senadores têm compromisso em outras Comissões.

Então, temos de dar a oportunidade. O Senador Waldemir Moka deve ter compromisso e quer fazer alguma pergunta.

Então, com a palavra o Senador Waldemir Moka.

Inclusive, peço ao Senador Wellington Fagundes – e isso será por poucos minutos – que assumisse a Presidência dos trabalhos.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, quero ser muito objetivo.

Ao contrário, vejo o Senador Wellington falar de problemas e tal, no Mato Grosso do Sul, pelo menos até onde tenho conhecimento – e tenho viajado pelo interior –, a nossa empresa lá tem tocado, e o grau de satisfação de ver a quantidade de equipamento, de máquina, os trechos que já foram duplicados, com todos os equipamentos...

É importante registrar que, lá, a empresa está tocando.

E, na minha avaliação, está tocando muito bem a obra. São coisas diferentes.

O problema é o que o Senador Blairo já colocou aqui. Ou seja, quando você instala o pedágio e apenas 10% da obra está duplicada ou feita. Mas o usuário está pagando como se a obra estivesse duplicada nos seus 800 quilômetros. Isso vai esbarrar na questão do financiamento.

O Senador Blairo me alertou aqui que quando o BNDES respondeu que é até 70%, segundo o pessoal... Mas esse até 70% é nos juros e também na TJLP. Então, na verdade, esse valor do financiamento, se for usado para as duas coisas juntas, o dinheiro vai encurtar muito. E ao diminuir o financiamento vai acontecer isto: ou a concessionária vai, ao invés dos cinco anos, que é o prazo para duplicar a rodovia...

Porque o Senador Wellington conhece bem, isso vem lá do Mato Grosso; na divisa, toda a produção ou uma parte grande da produção do Mato Grosso é escoada pela 163. Aí pega a produção de Mato Grosso do Sul, passando por Mundo Novo, e saindo já em Guaíra, em direção ao porto. Ou de Paranaguá, Cascavel, enfim.

E o número de acidentes nessa rodovia é enorme. O Bispo de Coxim me ameaçou dizendo que vai me excomungar se eu não resolver o problema. Porque a cada mês o número de acidentes com vítima fatal é grande. A duplicação, portanto, é uma coisa que a população enxerga como um benefício muito grande, e isso é real. A qualidade das rodovias é muito melhor.

E em relação à tarifa, estamos falando porque houve um equívoco, na minha avaliação, por parte da ANTT. O Dr. Jorge não está aqui, mas deixou o Dr. Luiz Fernando. Houve uma falha, porque fizeram um levantamento do orçamento da obra tendo como base o ano de 2012, mas essa obra só foi licitada no final de 2013, em novembro de 2013, se não me engano, e começou a execução em 2014. E quando completou os 10%, a tarifa – estou falando de automóvel – a tarifa, que era de R$4,30 – e foi anunciado que chegaria, no máximo, a R$6,40 – chegou a R$7,20. E aí não tem a diferença, Senador Wellington, para aquele usuário que está lá no distrito, na vizinhança. O tratamento é desigual.

Assim, um cidadão que trabalha e estuda e mora em Anhanduí ou mora próximo de Rio Verde ou de Dourados, porque as cidades são muito próximas, está pagando uma tarifa cheia, como se ele estivesse... E às vezes ele vai e volta duas vezes. E, quando se coloca o eixo de caminhão, quando se fala de escoamento de produção, o valor final em Mundo Novo chega, dependendo do eixo, a R$42,30 todo o percurso. É o que custa para a empresa de transporte ou para o motorista autônomo.

As pessoas vão concordar em pagar? É claro que sim. E não tenho dúvida porque não há alternativa. Mas o que estamos discutindo são alternativas para não ser desigual, não ser injusto com aqueles que moram em torno das cidades, muito próximo. Ou seja, cobrar para esses casos uma tarifa parcial. Tem que ter uma alternativa para isto. Acho que essa seria a melhor forma.

E a ANTT não cometer mais esse equívoco de anunciar uma tarifa com base em 2012, sendo que obra começou em 2014. Quer dizer, ela tinha que ter corrigido, tinha que ter feito a atualização e tinha que ter anunciado a tarifa no preço que era para ser.

Ninguém entende. Porque o aumento foi de 48% na tarifa. E o cara fica fazendo o raciocínio: "Mas no ano passado era até 6,4 e como de 2014 para 2015 a inflação não foi de 48%!" O problema que a ANTT fez as contas com base no ano de 2012.

E aí vêm os advogados e dizem que ela não poderia ter licitado. Aí vêm os questionamentos jurídicos que vão acabar por fazer.

Então, não é o Senador Moka, mas a bancada inteirinha do Mato Grosso do Sul, Senadores e Deputados Federais, não para reclamar da empresa – quero insistir nisso –, mas para discutir essa questão da tarifa, porque, a meu juízo e da população, estamos tratando de forma desigual pessoas que utilizam a rodovia numa quilometragem muito menor. Às vezes, percorrem esse trecho duas vezes porque trabalham ou estudam em Campo Grande, por exemplo, morando em Anhanduí, que é um distrito de Campo Grande. Ou morando próximo de Dourados, o estudante vai e volta todos os dias.

Então, com relação a essa questão, vocês prometeram uma solução e a população do Mato Grosso do Sul está esperando esse equacionamento.

E para não ficar sendo aquele que reclama, quero defender – e acho que o Wellington e o Blairo já fizeram isso – porque o financiamento do BNDES é fundamental. Caso contrário, o usuário está pagando como se a duplicação estivesse 100% concluída. E não está. Está concluído um pouco mais de 10%. Mas ele está pagando a tarifa.

Mas, se não chegar o financiamento, se não chegar os recursos para a empresa, como ela vai dar conta de fazer os investimentos que tem feito? E vamos fazer justiça, tem feito regularmente e a obra... Claro que é o DNIT ou a própria ANTT que fiscalizam, mas me parece que a obra está dentro do cronograma com que se comprometeu.

É isso, Sr. Presidente. Eu queria ouvir o Luiz Fernando e também o Cleverson sobre essa questão dos 70%, pois são 70% dos juros e também do valor da TJLP. Se eu não estou enganado, o Presidente, o Ricardo... Porque o Dr. Ricardo se preocupou em fazer a exposição, mas acho que caberia a ele, como representante dos usuários, fazer a pergunta diretamente nessa questão do valor do financiamento. Certamente, ele tem um conhecimento melhor e mais específico sobre essa questão do financiamento do BNDES.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Tem mais um aspecto que está sendo levantado, ou seja, a questão da carência, pois o banco também já não está querendo contratar a mesma carência lá do início. E todos sabem que uma obra de duplicação tem uma alavancagem inicial de recurso muito rápido. Portanto, tem que ter isso para poder dar aparência na obra.

Se algum de vocês quiser fazer a inscrição que se manifeste.

Voltamos agora para o Dr. Ricardo, porque acho que ele está falando que a coisa está muito boa.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Meu Presidente, estou inscrito pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – V. Exª já quer falar?

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Está bem.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Em primeiro lugar, quero cumprimentar e dizer que, a exemplo de V. Exª, que tinha admiração pelo nosso Presidente Garibaldi Alves, eu também tenho admiração por V. Exª.

Veja que, anteontem, nós estávamos aqui em uma audiência, por iniciativa de V. Exª e do Blairo, uma audiência pública tão importante quanto esta. Na segunda-feira, estava aqui o Ministro dos Transportes, aliás, dos Portos e o Ministro da Aviação Civil. Hoje, temos aqui esses ilustres convidados do Ministério dos Transportes. Hoje não tem nenhuma mulher. Na segunda-feira, havia uma.

Então, considero importante, e inclusive tem sido uma lição para mim, como um neófito recém-chegado à Casa. Mas eu vejo, sobre os assuntos em discussão, uma evolução, e uma demonstração de que se esgotou a capacidade de investimentos do Governo. Surgiu em 1996, exatamente para suprir essa carência de recursos para investimento em infraestrutura.

Estou aqui numa situação um pouco delicada, porque me sinto isolado. As concessões para portos, aeroportos e ferrovias – aqui, o caso específico são as ferrovias – estão mais concentradas nas regiões Sudeste e Sul, ou Centro-Sul. E somos da Região Nordeste, onde não há concessões. Embora há 50 anos se fale em fazer esse porto, não se faz, e há os problemas de aeroportos. Enfim, concessões não chegam à Região Nordeste, nem à Região Norte. Isso significa que precisamos de investimentos. Sabemos da escassez, da limitação de recursos.

Mas me sinto feliz porque aqui está o Ministério do Planejamento, que nos vai dar essas respostas. Foi criado recentemente pelo Governo Federal o Plano Matopiba, um programa de desenvolvimento dos cerrados do Maranhão, do Tocantins, do Piauí e da Bahia, e o fundamental são os investimentos em infraestrutura, principalmente no setor de rodovias e também no de ferrovias. E não vi no programa ação alguma voltada para a logística de infraestrutura. Vejam: é um programa novo, que nasceu exatamente um mês antes da terceira etapa do PIL, mas não se falou em investimentos, embora saibamos que o investimento no PIL se dê mais por meio de concessões.

Então, pergunto inicialmente ao representante do Ministério do Planejamento sobre esse caso específico do Matopiba. Aliás, não sabemos nem se o BNDES, por exemplo, tem conhecimento desse programa. Às vezes, um programa nasce de um ministério setorial, e os outros... Há uma desarticulação em nosso País entre os órgãos que deveriam estar trabalhando de forma integrada, inclusive sob a coordenação do Ministério do Planejamento.

De outra parte, com relação ao BNDES, nós ocupávamos, há 20 anos, um cargo de planejamento no Estado. E, àquela época, nós tentamos captar recursos junto ao BNDES, que só financiava o setor privado, as atividades e projetos produtivos. Nem Banco do Brasil nem Caixa Econômica falavam em financiar o setor público, o que passou a ocorrer em boa hora a partir de 2003.

E a minha pergunta é se o BNDES vai dispor de recursos para continuar financiando esses projetos de infraestrutura, se vai ter recursos suficientes; por outro lado, pergunto se a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR) já fez alguma tentativa de captação de recursos externos, ou se estão limitados apenas aos agentes financeiros internos do Brasil.

Essa é uma pergunta que faço ao Presidente da ABCR, e eu me antecipo, considerando que os recursos dos nossos agentes financeiros nacionais, especificamente BNDES, são limitados. E a demanda é por investimentos em infraestrutura, cujo retorno se dará no longo prazo; ou seja, o retorno para os agentes financeiros nacionais talvez tenha recursos limitados para tanto.

Seriam as duas perguntas que eu gostaria de fazer, inclusive parabenizando, meu querido Wellington, a iniciativa do Brasil, que penso ser a grande saída.

Estamos com problemas nos nossos aeroportos, nos nossos portos, nas nossas ferrovias e rodovias, e a capacidade de investimento do Estado brasileiro é limitada, porque o nosso Estado é – eu sempre repito isso – autofágico, um Estado que arrecada mais para manter a estrutura meio. Enfim, não sabemos o que é a preocupação maior do Planejamento.

Eu sei que as agências nacionais, as agências reguladoras nasceram exatamente para fazer essa gestão; quer dizer, em nome do Estado, fiscalizar esse processo de concessões. No entanto, temos de ser criativos, no caso específico de regiões que estão em crescimento, em expansão, onde a iniciativa privada tem tido sucesso, sobretudo através da incorporação de sistemas tecnológicos avançados. É o caso do agronegócio; ou seja, a iniciativa privada está fazendo a sua parte, enquanto o setor público não está respondendo ou não está correspondendo a essa iniciativa. Produz-se em alto nível tecnológico, competitivamente com qualquer país do mundo, e não há como se exportar a produção. Aí, há um fosso entre o caso específico do agronegócio... O País está em crise, mas o agronegócio está se expandindo, está crescendo, pelo menos no Estado do Piauí, que, digamos, tem uma economia vulnerável. Nós estamos aumentando a área plantada, de produção de grãos, e não temos outra atividade de mineração, porque não há infraestrutura de ferrovias, embora ressaltemos que a malha rodoviária federal no Estado do Piauí – são mais ou menos 2.700km – tenha excelente qualidade, seja de bom nível. Mas precisamos muito mais.

Então, são as perguntas que faço, envolvendo BNDES, as limitações de recursos; se os concessionários desses sistemas de rodovias buscam recursos externos; e como o Planejamento vê essa questão dessas regiões, como Norte e Nordeste, regiões em crescimento, em que ninguém se interessa...

É claro que a iniciativa privada não vai interessar-se, como se interessou pela Ponte Rio-Niterói, que não deve ser exemplo, no meu entendimento, porque houve investimento naquela ponte, de 13km de extensão, de 140 mil veículos diários. Esse é o movimento naquela ponte. Ali, o retorno do investimento é rápido, diferentemente de uma rodovia. E a iniciativa privada pegou um equipamento importantíssimo de infraestrutura viária, feita toda com recursos do Tesouro Nacional – é claro que, também, com empréstimos – e agora faz, digamos, a exploração, a gestão da ponte, de maneira muito confortável. É diferente de uma rodovia em que a empresa concessionária faça o investimento, porque é bom pegar-se uma Rio-Niterói, toda pronta, com o maior movimento de tráfego e explorar essa rodovia. Mas vá fazer isso no Nordeste, no Norte do País. A Transamazônica está parada há 40 anos!

São as perguntas que gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Mais algum inscrito para se manifestar? (*Pausa.*)

Pois não. Identifique-se, dizendo seu nome. Quero esclarecer que a reunião está sendo transmitida ao vivo pela TV Senado e por todas as mídias sociais do Senado. E as pessoas que estão assistindo à reunião podem nos dirigir as perguntas.

O SR. TULIO ABI-SABER – Bom, antes de mais nada, obrigado, Senador Wellington Fagundes. Cumprimento todos os Senadores e os componentes da Mesa.

As colocações foram muito felizes no sentido de que o PIL é um programa extremamente importante e desafiador. A dimensão dos investimentos e dos benefícios e melhorias previstos nesse programa são únicos na história do País, mas também são únicos no âmbito mundial. Os desafios são realmente enormes, do tamanho do nosso País. Obviamente, para viabilizar um programa tão desafiador, foram colocadas questões e condições prévias ao leilão que viabilizassem a assunção de riscos por parte dos investidores e das empresas participantes, que são agentes importantes nesse processo, em parceria com o poder concedente, o Governo brasileiro, que idealizou o programa.

Queria elogiar a colocação do Cleverson, do BNDES, no sentido de que, efetivamente, o BNDES é o grande agente financiador e viabilizador de todos esses empreendimentos no País. Como também o nobre Senador colocou há instantes, são investimentos que demandam grande alocação de capital no seu início, mas cujos

retornos são de longo prazo; o mercado de financiamento e financeiro no Brasil não está desenvolvido a ponto de os agentes financeiros privados terem uma participação mais ativa nesse processo. O BNDES vem exercendo muito bem o seu papel de fomentar esse setor e viabilizar os investimentos na infraestrutura, como o Cleverson muito bem demonstrou e apresentou aqui.

Especificamente sobre o PIL, as concessões do PIL, dado o tamanho do desafio e o tamanho dos investimentos requeridos, foram colocadas condições especiais ou particulares para esse programa, previamente leilão, nos quais as concessionárias se basearam para formular as suas equações financeiras, as suas propostas, os seus planos de investimento. Essas condições levam em consideração, Senador, respondendo a sua pergunta, inclusive a capacidade ou a possibilidade de captação externa de recursos nacionais e internacionais. Como estava comentando, dada a natureza do investimento, a condição de prazo de retorno e de capacidade de pagamento desses investimentos, o mercado brasileiro financeiro é muito pouco desenvolvido para isso, e atualmente o mercado externo ou não está acessível ou custa muito caro, haja vista as condições macroeconômicas do País na sua totalidade. Diferentes grupos e diferentes empresas possuem em sua composição investimentos estrangeiros, e há um debate muito rico sobre o assunto, uma busca muito grande de investidores nesse sentido.

Mas, voltando ao tema do financiamento e das condições prévias, ocorre que, se vocês se lembrarem, o gráfico apresentado pela ABCR mostrava uma necessidade de investimento muito grande no início, com retorno de longuíssimo prazo. Os retornos são consideravelmente menores, mas de longo prazo. Logo no primeiro e no segundo ano dos investimentos, os anos mais demandados do empreendimento, estamos vivendo um momento excepcional na economia brasileira, que não era previsto em 2013, quando as empresas participaram dos programas.

É claro que o empreendedor assume parcela importante desse risco quando toma a decisão de investir, e isso não está em discussão, mas é importante considerarmos que um programa estratégico para um país deste tamanho aconteceu e está se materializando num momento de condições econômicas extremamente adversas no País. Isso coloca uma pressão não prevista inicialmente por parte dos investidores e dos participantes desse programa, uma dificuldade enorme em suportar eventos não previsíveis.

Somando-se a isso, o processo de licenciamento ambiental desses empreendimentos é único na estrutura; é inovador. Aliás, com bastante sucesso quando comparando com a segunda etapa de concessões, é inovador no sentido da responsabilidade do agente empreendedor que licencia os projetos. A EPL é o agente empreendedor que está conduzindo isso, mas o fato é que temos um atraso, frente à previsão inicial, de algo entre dez meses e um ano, nos licenciamentos ambientais, que, considerando a segunda etapa, é um atraso muito menor, não é o que demonstra o sucesso.

São as dificuldades de licenciar um empreendimento desse tamanho, são empreendimentos vultosos, de impacto muito grande.

Mas tudo isso impacta não só o cronograma de investimentos, mas o cronograma de obras. Desloca-se no tempo, à medida que, como foi colocado, o tamanho do desafio e o imediatismo desse desafio me fazem concluir que não é possível compensar esses atrasos, alocando-se ainda mais investimento num espaço de tempo tão curto.

Nós temos dificuldades hoje de capacidade produtiva para tal.

Então, o que isso faz? Isso desloca todo o programa de investimentos, por questões que não podem ser imputadas ao investidor, e começa-se a colocar investimentos fora da janela de financiamento.

Se considerarmos o prazo de carência, o prazo de cobertura do financiamento, o prazo de assinatura dos contratos original, esses prazos estão comprometidos. E esse comprometimento dos prazos por fatos que não são imputados ao empreendedor tem como consequência uma necessidade de apoio financeiro, de exigência financeira do empreendedor de grande vulto, haja vista o tamanho do empreendimento.

Então, acho que para o bem do debate e para o bem de podermos viabilizar um programa desse tamanho, de importância estratégica tão grande para o País, precisamos reconhecer esses fatos, precisamos reconhecer essas externalidades e avaliar maneiras e alternativas. E, nesse sentido, como o Cleverson bem colocou, acho que as negociações financeiras estão evoluindo, e as discussões são intensas.

Nós estamos num momento de intimidade máxima – não é, Cleverson? – na discussão disso, mas acho que isso transcende, talvez, até mesmo o papel do banco. É uma opinião minha, não queria impor, mas trata-se de divisão estratégica do poder concedente do País, olhando para essas externalidades e fatos que impactam, sim, os empreendimentos, que causam, sim, dificuldades enormes para que esses investimentos aconteçam conforme planejado, investimentos importantíssimos para o País, para a competitividade, para a vida das pessoas.

Que encontrássemos formas de compensar esses efeitos, para continuarmos podendo evoluir na maneira como previstos os empreendimentos e para se obterem os sucessos previstos, que já se iniciaram e que acho que já se demonstraram em tudo que foi feito até agora. Mas ainda temos um desafio enorme pela frente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Mais alguém?

O SR. PAULO DE MEIRA LINS – Bom dia a todos.

Senador, gostaria de cumprimentar os presentes por meio de V. Exª, que sempre foi um defensor da BR-163.

Eu lembro que, em todas as etapas estratégicas do projeto, desde a sua concepção até o leilão, até a sua implementação, o Senador Wellington sempre acompanhou muito de perto e sempre defendeu muito o interesse público ligado à BR-163, o interesse dos usuários, o interesse de Mato Grosso. E venho agradecer a V. Exª todo o trabalho que vem sendo feito por parte de V. Exª para a BR-163 como rodovia – como eixo de integração nacional, mas como rodovia fundamental para o Estado de Mato Grosso.

Então, gostaria de saudá-lo e de cumprimentar todos os demais Senadores aqui presentes.

Gostaria de adicionar algo às palavras do meu colega, primeiro ressaltando que, apesar de estarmos numa crise econômica, o Programa PIL e essas rodovias da terceira etapa são uma tremenda oportunidade de investimento e crescimento econômico.

Nós estamos falando de R$4 bilhões em pouco mais de um ano, que já foram investidos, e de R$14 bilhões, que podem voltar diretamente para a economia.

E essas rodovias todas têm uma importância logística essencial para o Brasil. A BR-163, no Mato Grosso, transporta 30% dos grãos que são produzidos no Brasil, perto de 30 milhões de toneladas de milho, soja, algodão. Então, são rodovias fundamentais para o desenvolvimento do agronegócio, no qual o Brasil é tão competitivo.

O PIL tem sido um tremendo sucesso, os investimentos estão sendo feitos. No caso da BR-163, nós estamos para concluir 117km de duplicação, entre Rondonópolis e a divisa com Mato Grosso do Sul. No pico de obras, empregamos mais de 5 mil pessoas e investimos até agora R$1 bilhão. E reforçamos aqui, reafirmamos o nosso compromisso de seguir firmemente com esses investimentos.

Esse programa é extremamente desafiador do ponto de vista da execução de investimentos. Nós estamos falando, em média nas rodovias – algumas até mais, como esse MSVia – de 100km, 150km, 200km de duplicação por ano. Em um ano, na BR-163, nós fizemos 117km – vamos concluir os 117 – até a divisa com Mato Grosso do Sul.

Então, é um programa extremamente desafiador e, como foi falado aqui, muito intensivo em capital. E esses investimentos não se fazem só, obviamente, com capitais privados. O Senador Blairo colocou aqui claramente que nenhum grupo empresarial no Brasil, por mais forte que seja, por mais capitalizado que seja, tem a capacidade de executar todos esses investimentos com capital próprio.

Esses investimentos são feitos com capital próprio, com um volume de financiamento significativo – os retornos são estáveis, mas de longuíssimo prazo – e com os recursos do próprio pedágio. Com o pedágio, esses investimentos voltam para a rodovia, da mesma forma que os financiamentos voltam diretamente em investimentos. O BNDES não financia os empresários, financia os projetos, para que esses recursos sejam aplicados diretamente em investimentos.

E o programa agora chega a um ponto importante de inflexão, que é o ponto da passagem dos empréstimos-ponte, que permitiram que esses investimentos fossem feitos até agora, à contratação dos financiamentos de longo prazo, que são os financiamentos que vão permitir que esses investimentos sejam feitos nos próximos 5 anos, que os empresários cumpram efetivamente com suas obrigações contratuais, que o setor público cumpra com seus objetivos de duplicar esses trechos de rodovias no prazo de 5 anos e viabilize todas essas obras.

Neste momento nós nos encontramos em discussões com o BNDES. É importante que se registre aqui o comprometimento das equipes do Banco em discutir esse programa, em viabilizar esses projetos. O Banco está extremamente comprometido e empenhado em fazer com que esses investimentos aconteçam, porque são investimentos que não são importantes só para o Mato Grosso do Sul e para o Mato Grosso, são investimentos importantes para o Brasil.

É natural, no processo de entendimentos com o financiador, que haja diferenças de visões em relação a certos pontos. E aqui eu menciono dois pontos que estão em discussão hoje, são pontos importantes para que esses projetos saiam.

Um primeiro ponto é o grau de alavancagem desses projetos, ou seja, o volume de financiamento que estará disponível para esses projetos.

O empresariado, ao entrar nos leilões, ao preparar as suas propostas para os leilões, de boa-fé considerou alavancagens compatíveis com o que acreditava que esses projetos, em função da base do tráfego, do cres-

cimento do tráfego – são rodovias de crescimento de tráfego pujantes – seriam capazes de suportar e seriam capazes de contrair de dívidas.

Então, a questão da alavancagem é uma questão importante, que está em discussão com o banco e é fundamental que os empreendedores e financiadores convirjam para um grau de alavancagem que viabilize os projetos. E aqui eu não estou falando de 70%, 75%, 60%. Cada projeto é um projeto, mas há aí premissas consideradas pelos empresários com a crença no tráfego dos seus projetos, com a crença no crescimento do tráfego dos seus projetos, no que esses projetos são capazes de atingir. E foram essas as condições de alavancagem que foram consideradas na formação das propostas em leilão, a formação de propostas que resultaram em 46%, 52%, 50% de deságio e na modicidade tarifária atingida pelo PIL. Então, essa é uma questão importante que está sendo discutida e endereçada com o Banco.

Outra questão é a questão do contingenciamento, o contingenciamento de crédito é um ponto que está na mesa. Seria um mecanismo proposto justamente para segurar parte do crédito *vis-à-vis* a performance do tráfego dessas rodovias, que é o que gera receita, que é o que gera o pagamento da dívida. Então, o setor não é contrário ao contingenciamento, o setor absorveu o contingenciamento, e o contingenciamento não foi mencionado na Carta PIL.

Por outro lado, o setor entende que seria interessante ter um histórico de tráfego, ter uma base de tráfego significativa, alongada. Quanto a essas rodovias, é preciso um, dois anos, para se entender como é que é o tráfego, qual é a sazonalidade, como é que o crescimento desse tráfego se comporta. Então, o setor tem falado muito em ter um histórico de tráfego condizente para, aí sim, poder aplicar os mecanismos de contingenciamento.

Em suma, acho que o setor tem buscado, junto com o BNDES, construir as saídas para que esses investimentos sejam viabilizados. Há saídas diversas cujos detalhes não abordarei aqui tecnicamente, mas é muito importante que, nesta reta final, o banco e os empreendedores desses mais de 4.000km de rodovia, através da ABCR, através da ABDIB, que são as associações que falam pelo setor, que congregam as opiniões comuns do setor, possam sentar juntos e construir as saídas para viabilizar esses financiamentos e viabilizar esses investimentos.

Agradeço pela oportunidade de aqui falar e fico à disposição para responder a outros itens.

V. Exª pediu que me identificasse: Paulo Lins, eu sou o CEO, presidente da concessionária Rota do Oeste, que é responsável pela BR-163, no Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Mais alguém?

Pois não.

O SR. MAURÍCIO SOARES NEGRÃO – Bom dia a todos.

Eu queria agradecer o convite para estar aqui. Meu nome é Maurício Negrão, sou presidente da MSVia.

Infelizmente, parece que o Senador Moka se ausentou, mas eu gostaria de apenas complementar o que já foi dito por meus colegas aqui.

Uma das preocupações que temos com relação ao financiamento é a questão do período de carência. Nós consideramos, nas nossas propostas, que o período de carência se iniciaria após a assinatura do contrato de financiamento, mas hoje o BNDES está nos colocando que esse período de carência seria a partir da data da assinatura do nosso contrato com a ANTT. Eu tenho a impressão de que precisaríamos aprofundar um pouco essa questão com o BNDES.

Mas queria registrar, tal como meu colega falou aqui: nós estamos discutindo com o BNDES todas essas questões de contingenciamento, todas essas questões estão sendo discutidas, e temos certeza de que vamos chegar a um bom termo.

É uma pena que o Senador Moka tenha se ausentado, porque eu gostaria de fazer alguns comentários com relação às colocações que ele fez, e dizer que esse projeto foi desenvolvido de maneira que, durante o período da construção dos investimentos, já se estivesse arrecadando o pedágio, porque ele é um *project finance*, quer dizer, toda essa arrecadação faz parte do volume de recursos necessários para fazer face aos investimentos.

Não fosse assim, a tarifa teria que ser muito mais alta se tivéssemos que terminar nos cinco anos todas as duplicações e, somente a partir daí, começarmos a cobrar pedágio.

Então, esse foi o modelo que a agência colocou.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Mas o que o Senador Moka colocou é que ele concorda com isso, todos nós, a população está pagando, está pagando sem problema. O que ele coloca é a reclamação à ANTT em relação ao preço que...

O SR. MAURÍCIO SOARES NEGRÃO – Eu vou falar do preço também, se o senhor me permitir.

Com relação ao preço, na realidade, esse projeto começou a ser estudado lá em 2012, os preços então se referiam a essa época da elaboração da proposta, e no edital estava claro que a correção seria a partir dos valores que foram estabelecidos. O nível dos investimentos foi estabelecido em maio de 2012. Então, a corre-

ção se deu a partir daí, e estava previsto no edital, está no nosso contrato, até se iniciar a cobrança do pedágio; a partir daí, anualmente, pela variação do IPCA.

Houve, realmente, uma dificuldade, um mal-entendido com relação ao início. Foi divulgado, em 2014, quais seriam os preços da época da licitação até aquele momento, janeiro de 2014. Entretanto, aconteceram outros fatos além da correção, que foi a inserção de investimentos não previstos. Além disso, nós tivemos a Lei dos Caminhoneiros, que trouxe o fato novo da não cobrança dos eixos suspensos. Isso fez com que a tarifa fosse mais elevada.

Mas eu queria fazer também uma observação com relação à colocação do Senador. A tarifa, na realidade, é uma tarifa quilométrica, ela saiu de R$4,30 para R$6,60 – a tarifa quilométrica. Em duas praças essa tarifa é em função do trecho de cobertura do pedágio, ela é um pouco maior. Nós temos tarifas de R$7,20 – de Anhanduí, a que ele se referiu – mas temos tarifas, inclusive, de R$4,40, dependendo da extensão do trecho de cobertura da praça de pedágio.

Com relação à isenção, eu já fui convocado pelo Dr. Jorge para debatermos esse tema. Eu diria que isenção em praça de pedágio é um tema bastante complicado devido ao princípio da isonomia, que está previsto, inclusive, na Lei de Concessões. Essa é uma dificuldade muito grande, porque a partir do momento em que se concede para Anhanduí, que é o caso mais grave que temos aí, da mesma forma Dourados vai querer, Coxim vai querer e, aí, vamos generalizar uma quantidade de descontos que vai inviabilizar o sistema e, aí, a tarifa vai ter que ser aumentada. Quer dizer, esse é um projeto com preços definidos, investimentos definidos, e, diante de qualquer desequilíbrio que haja nesse processo, tem que haver um reequilíbrio.

Então, estamos prontos a debater. O Jorge já me convocou, nós vamos debater essa questão com a Bancada do Mato Grosso do Sul especificamente sobre esse assunto. Mas é um assunto que vai demandar uma discussão bastante longa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Bom, então vamos aqui...

O senhor quer fazer alguma colocação?

O SR. RICARDO PINTO PINHEIRO – Senador Wellington, eu anotei aqui algumas questões dos Senadores, mas tenho a impressão de que podíamos simplificar, porque todos os presidentes das empresas deste programa que estamos discutindo já colocaram pontualmente os temas. Vai diretamente a sua pergunta, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Só para valorizar aqui os nossos internautas, gostaria de apresentar suas perguntas. Se houver alguma que o senhor possa responder já.

Do Pedro Luiz Brandini, do Mato Grosso: "Já que existe a cobrança do pedágio no intuito de preocupar-se com as rodovias, para onde é destinado o dinheiro do IPVA? Acredito que o Brasil, comparado a outros países, está em desvantagem na obtenção de serviços por causa da quantidade de tributos."

A Ana Flávia Smith: "E quando sairão as obras prometidas aqui em Santa Catarina? Santa Catarina está nos buracos".

Então, são essas as perguntas.

Mas gostaria que o senhor nos transmitisse se o que foi ouvido aqui, por parte do BNDES principalmente, se isso traz tranquilidade, ou se vocês entendem que ainda há dúvidas. É muito bom esclarecer isso, porque vamos ter uma reunião com a equipe econômica e, então, precisamos...

Estamos pressionando o DNIT porque realmente está atrasado. O atraso, hoje, é de mais de seis meses para acessar a medição. Então, o Dr. Valter tem reunido... Ontem eu estive com o Ministro dos Transportes. Está-se tentando fazer uma pressão, porque, na verdade, se a Fazenda liberar R$1,5 bilhão, pelo menos daria um alívio neste momento para as empresas poderem encerrar o ano, pagar, inclusive, os fornecedores, pagar principalmente os trabalhadores.

Eu gostaria que a Comissão se posicionasse, talvez aprovarmos aqui um requerimento para ser encaminhado à própria Presidente Dilma nesse sentido em relação ao DNIT.

Em relação às concessionárias, eu gostaria que fôssemos bem precisos mesmo: se há preocupação, se há fluxo...

O SR. RICARDO PINTO PINHEIRO – Bem, Senador, volto a dizer, os presidentes das concessionárias colocaram os pontos, e me parece que poderíamos resumi-los aqui. São três pontos fundamentais que precisamos debater com o BNDES. Foi colocado o tema da carência, o tema do contingenciamento do crédito e a alavancagem. Então, esses três temas foram muito bem colocados aqui, temas que são objeto de preocupação.

Por outro lado, há o programa que o BNDES colocou aqui, que o Cleverson colocou, de fechar essa negociação, que são todas para o quarto trimestre – e já estamos nele, não é? – e para o primeiro trimestre de 2016. Talvez uma coisa que possamos fazer para inovar seja abrir essa discussão agora em bloco com o BNDES, uma

vez que os prazos são curtos. Há o objetivo do BNDES de cumprir esses prazos, de fechar essa negociação, mas há vários pontos que precisam ser debatidos, e o tempo é curto.

Então, eu colocaria a disposição da ABCR de participar desse conjunto para uma discussão com todas as concessionárias desse programa, da terceira etapa, para tentar fechar isso o mais rapidamente possível, porque os temas, parece-me, transladam de uma concessionária para a outra e, até agora, pelo que sei, isso tem sido feito caso a caso, concessionária com o BNDES.

Cleverson, eu colocaria para a sua avaliação se isso não abreviaria o nosso tempo, se não facilitaria o nosso trabalho, que, talvez já apoiado aqui pela Comissão de Infraestrutura, daria um certo norte para a busca dessa solução. Lógico que, no ano que vem, voltaríamos aqui para dizer desse sucesso, do resultado obtido.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Presidente, o nobre Presidente da ABCR não me respondeu. Eu fiz uma pergunta, e eu gostaria, se fosse possível, que ele me respondesse.

O SR. RICARDO PINTO PINHEIRO – Desculpe, Senador...

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Ou seja, nós temos que pensar, meu Presidente, no futuro. O Brasil é a 7ª economia do mundo e, talvez por isso, alguns países vieram aqui atrás de recursos, sobretudo países da África, atrás de recursos do BNDES. Quer dizer, nós precisamos de valores maiores.

Então, a minha pergunta é se esse setor, que está entrando numa área importantíssima e é um setor fundamental, e precisa de capital – e não é capital pequeno não, são somas vultosas – se os senhores já pensaram em recursos externos. Era essa a minha pergunta.

Por outro lado, vejam, um banco nacional teve um lucro trimestral de R$6 bilhões. Sei que é fácil emprestar dinheiro através de consignação, ou seja, dessa agiotagem oficial que há no Brasil. Quero ver esses agentes financeiros financiarem projetos importantes para a infraestrutura, projetos que vão ser fundamentais para um processo de desenvolvimento.

Então, a minha pergunta é bem simples: só saber se o setor já pensou em captar recursos lá fora.

O SR. RICARDO PINTO PINHEIRO – Senador Elmano Férrer, desculpe não ter abordado o seu tema. Imaginei que o Túlio já houvesse respondido a sua questão, até porque a ABCR, como associação das concessionárias, não decide para o programa, como o expande, nós apresentamos sugestões ao governo.

Quanto à pergunta, talvez o meu colega do Governo possa falar mais sobre o programa de futuro. Mas, especificamente quanto ao outro tema, o do financiamento, os investidores aqui colocaram a ideia clara: quando eles decidem participar dos leilões que o Governo coloca na praça, cada um deles busca o seu *funding,* a sua maneira de financiar seus projetos.

Colocou o Presidente Túlio a dificuldade neste momento de buscar crédito externo, pela conjuntura. Mas houve momento, no passado, em que várias concessionárias obtiveram recursos externos. Eu fui funcionário do BIRD em Washington e muitas vezes financiei projetos para o setor de rodovias no Brasil. Então, isso tem o seu tempo.

Agora, resposta à sua pergunta direta: a decisão de colocar projetos novos – estou vendo a preocupação do Senador de desenvolver o País como um todo – e nós olhamos o país e precisamos que as concessões cresçam – é uma decisão de governo, faz parte das decisões de governo. Quer dizer, cabe aos empresários, uma vez colocadas em leilões, buscar as suas fontes, e é isto que estamos discutindo neste momento: as dificuldades daquilo que os investidores imaginaram poder conseguir na época em que fizeram suas propostas e, neste momento, na realização do projeto.

Acho que esse é o ponto – não sei se esclareci a sua dúvida. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Bem, eu gostaria aqui então, antes de passar para o BNDES, que eu acho que é a palavra principal, de mencionar a ANTT também.

A ANTT ficou de enviar ofício para o DNIT ontem propondo essa questão do convênio, especificamente nesse trecho da BR-163, na qual parte do trecho está sendo executado pelo DNIT. Esse convênio, Sr. Presidente, permitiria, então, que pelo menos as empresas que estão ali pudessem receber – não na fila nacional, porque lá está todo ele, o trecho da concessão, da divisa de Mato Grosso do Sul até a cidade de Sinop, já sob a jurisdição da ANTT.

Então, nós queríamos, de forma muito clara, Dr. Luiz Fernando, que o senhor colocasse se esse ofício vai chegar mesmo, porque a angústia do tempo é muito grande.

O SR. LUIZ FERNANDO CASTILHO – Obrigado pela oportunidade, Senador, de nos manifestar sobre o assunto.

Vai sair um ofício hoje. Na verdade, o Diretor-Geral solicitou que fizéssemos uma alteração. Na verdade, é uma consulta ao DNIT para as duas partes entrarem em entendimento quanto aos trechos em área concedida que estão ainda sob responsabilidade do DNIT, para que, a partir daí, no mais breve prazo possível, possamos fazer a transferência desses trechos para as concessões.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – É um avanço.

Então, agora, o BNDES.

O SR. CLEVERSON AROEIRA DA SILVA – Muito obrigado, Senador.

Anotei aqui alguns dos questionamentos e dos pontos levantados pelos Senadores Moka, Omar e Wellington. Vou fazer uma abordagem geral e depois eu gostaria de pontuar algumas questões trazidas pelos colegas das concessionárias e também pelo Dr. Ricardo.

Acho que a pergunta básica, que o Senador Moka fez questão de frisar, é sobre a disponibilidade de recursos para esses projetos por parte do BNDES.

Eu queria transmitir muita tranquilidade nesse sentido para os senhores, porque o banco, nos últimos anos, tem tido um orçamento de desembolso bastante expressivo, e boa parte desse orçamento é autossustentável, sustenta-se pelos recursos próprios do BNDES.

O banco tem uma fonte de recursos, que é – além do FAT, que hoje nem é a maior parte dos seus recursos – muito estável, que é o retorno de suas operações. O banco empresta recursos há mais de 60 anos, operações de longo prazo. Então, a disponibilidade de recursos para certos setores, logicamente, passa por uma discussão de priorização. O que é claro é que o BNDES tem recursos suficientes para a infraestrutura, principalmente porque a infraestrutura é, e continuará sendo, prioritária no rol dos setores apoiados pelo banco – infraestrutura, inovação, micro e pequenas empresas são setores que, de fato, merecem atenção muito especial do banco.

E eu deixo um número para ilustrar isso. O BNDES teve desembolsos em torno de R$180 bilhões nos últimos anos, e a infraestrutura recebeu mais ou menos um terço desse valor. Então, em diferentes cenários de orçamento do BNDES, nós temos muita tranquilidade e clareza de que, para a infraestrutura, haverá recursos disponíveis.

Trazendo a discussão agora especialmente para as nossas rodovias, eu queria também deixar claro que, assim como os concessionários reconheceram, as equipes do banco estão empenhadas – assim como afirmei agora há pouco para o Senador Blairo – em concluir a análise de financiamento de longo prazo e – usando as palavras do Paulo – superar essa fase de transição, que é um ponto de inflexão de verdade. Estamos saindo dos empréstimos de curto prazo e indo para os empréstimos de longo prazo. Portanto, é um ponto de inflexão para todas as partes envolvidas: para as concessionárias, porque dá mais segurança de disponibilidade de recursos para os próximos tempos; e também para os bancos, porque é um momento em que os bancos assumem um risco muito maior em relação à fase anterior, que é a disponibilização de três vezes o valor contratado inicialmente, que é o empréstimo-ponte – o empréstimo-ponte é em torno de 30%, 40% do valor pleiteado inicialmente e, quando nós concedemos o longo prazo, esse valor se multiplica por duas ou três vezes. Então, é um ponto de inflexão de verdade, e por isso é que as equipes do banco estão empenhadas em concluir essa análise, essa contratação.

E aí, pegando cada um daqueles pontos e também esclarecendo uma das dúvidas levantadas pelo senhor, Senador Moka: aquela carta de condições de financiamento tem como pilares a taxa de juros, os prazos do financiamento – e aí eu incluo a carência – e o nível de participação, que é a proporção do investimento que vai contar com financiamentos do BNDES. Então, eu diria que esses são os principais pilares, ainda que haja outros detalhes na carta, muitas exposições ali sobre garantias que são indispensáveis ao financiamento.

Em relação à taxa, a carta previa que todas essas concessões teriam um crédito corrigido por TJLP mais 2% fixos. Vou usar como exemplo a MGO, que foi recentemente aprovada. O crédito aprovado para a MGO foi, justamente, corrigido em TJLP mais 2% fixos. A TJLP, como todos sabemos, é flutuante, é definida por decisão do Conselho Monetário Nacional. Quando aumenta – ou diminui – a TJLP, aumenta para os mutuários e aumenta também para o BNDES, que tem que devolver os recursos em TJLP. Então, isso é algo que não está na esfera do BNDES nem dos mutuários, é uma decisão relacionada à política macroeconômica.

Então, aquela TJLP, à época em que as propostas foram feitas, era, se não de 5%, de 5,5%. Hoje temos uma TJLP que está em 7%, com algumas previsões de poder sofrer algum aumento no curto prazo e depois convergir para a queda de taxa. A variação na TJLP, de fato, ocorreu, decorre da situação macroeconômica, das condições conjunturais do País, mas, de qualquer forma, as condições da carta foram mantidas, que é o crédito em TJLP mais 2% fixos.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sim, mas aí o "até 70%" não são só os juros...

O SR. CLEVERSON AROEIRA DA SILVA – Na verdade, ele não é relacionado aos juros. Ele é relacionado ao volume de crédito, ao tamanho do crédito. O tamanho do crédito varia, mas a taxa de juros é a mesma.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – O que está dando problema é porque aumentou essa TJLP e, aí, ao aplicar "até 70%" – pode ser 40%, 50% ou 60% – num valor maior, claro que o nível do financiamento será menor.

O SR. CLEVERSON AROEIRA DA SILVA – A TJLP também tem efeito nesse cálculo do crédito. Há outros componentes que têm efeito, mas o senhor está correto, porque o crédito é calculado... A empresa solicita

R$2 bilhões – vamos pegar um número fictício como exemplo – porque, nas contas que ela fez ao elaborar sua proposta, ela projetou uma receita, projetou que R$2 bilhões seriam corrigidos por uma taxa determinada e que, por isso, esses R$2 bilhões caberiam no fluxo de capacidade de pagamento do projeto. Ao fazer essa conta atualmente, esse fluxo projetado de capacidade de pagamento do projeto não comporta os mesmos R$2 bilhões, ele comporta um valor inferior. A TJLP é diferente, as condições macroeconômicas são diferentes, eventualmente o tráfego esperado para essas rodovias é diferente daquele que elas esperavam. Todas essas são variáveis que são consideradas na hora de se fazer uma projeção financeira. Estou falando aqui de aspectos bem técnicos, mas que são comuns e universais. Na verdade, é da mesma forma que se financia projeto em qualquer outro país. Na Europa e nos Estados Unidos se faz essa projeção de fluxo de caixa com base em premissas que sejam vigentes.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Desculpe a minha insistência, mas eu acho que o momento é oportuno.

Então, considerando a situação macroeconômica, considerando que, quando se fez o cálculo do valor a ser financiado, se tinha uma TJLP menor e agora ela não vai caber nisso, esse "até 70%" deveria ser, a meu juízo, o mais próximo possível de 100% desses 70%, para evitar que o financiamento das concessionárias seja reduzido drasticamente. Vai haver uma redução. Concordo que a regra está mantida, mas as condições macroeconômicas, não por culpa do BNDES nem do contrato, são outras, e as condições das concessionárias, além de ter um fluxo menor, como V. Sª mesmo reconhece, em função também da economia, das condições macroeconômicas, da baixa atividade, e ainda com uma TJLP... Se vocês reduzirem "até 70%" para 40%, as condições serão mais difíceis ainda.

Não sei se eu me fiz entender, não sei se o meu raciocínio está correto.

O SR. CLEVERSON AROEIRA DA SILVA – O senhor está correto. Essa análise é feita justamente buscando maximizar o crédito que é dado ao projeto. O banco, em todos os seus financiamentos, não tem o propósito de reduzir o crédito concedido. Muito pelo contrário, o propósito é sempre apoiar o projeto da melhor forma, otimizar o crédito concedido. Mas, logicamente, sendo uma instituição técnica, sendo um banco sujeito a todas as normativas de prudência bancária, o banco observa alguns preceitos na hora de analisar e conceder crédito e tem certos limites. E nesse tipo de operação, o limite é estabelecido, justamente, por essa capacidade futura de pagamento. Então, nós propomos, lógico, maximizar o crédito dentro do que cabe na capacidade de pagamento do projeto.

E aí eu queria aproveitar – o momento é oportuno – e abordar um conceito que os concessionários trouxeram e chamaram de "contingenciamento de crédito", e nós estamos chamando, no BNDES, de "descontingenciamento" – é o mesmo conceito, mas visto sob outro aspecto.

Quando eu faço essa projeção de fluxo de caixa, eu calculo que esse projeto suporta R$1,5 bilhão de financiamento, mas pode ser que, daqui a um ano ou dois, nós sejamos surpreendidos positivamente. E aí nós criamos um conceito nesses financiamentos que é inovador – isso não era feito nas rodovias anteriormente – que é deixar contratada a possibilidade de melhorias nas condições de crédito para a concessionária.

E aí, quando formos assinar esse contrato de R$1,5 bilhão – usando de novo o exemplo – esse valor estará imediatamente disponível, e nós vamos contratar, por exemplo, um crédito adicional de R$300 milhões, que vai ficar contingenciado e pode ser descontingenciado se as condições melhorarem e o projeto tiver uma *performance* melhor do que a prevista. Na verdade, a maior certeza quando se faz uma projeção financeira é que ela está errada. Nem nós nem as empresas, ninguém tem certeza absoluta sobre aquelas variáveis. Então, uma forma que descobrimos para contratualmente não penalizar as empresas foi deixar esse crédito disponível, mas sujeito a essas condições do projeto.

E foi exatamente o que foi feito na MGO. Foi contratado um crédito que, imediatamente disponível, é 58% dos investimentos, e há 11% adicionais que podem ser descontingenciados a cada ano, e isso pode ser acessado até o final do período de investimentos. Então, a concessionária tem todo o período de investimentos para demonstrar para o BNDES, levar as informações realmente ocorridas no tráfego da rodovia que lhe permitem acessar esse crédito adicional.

Eu queria abordar um último ponto, que é o da carência, e esse eu sei que é um ponto importante para os concessionários e também estava expresso na carta. Por isso, é importante que ele seja bem esclarecido.

Por que cinco anos? Cinco anos não foi um número escolhido a esmo. Na verdade, ele é um número exatamente compatível com a obrigação de investimento da concessionária. As concessionárias têm cinco anos para realizar a duplicação. Então, quando o BNDES estava escrevendo as suas condições de financiamento, tecnicamente, qual foi o racional dessa proposta? "Olha, durante os cinco anos de duplicação, essa empresa vai ter que empenhar muitos recursos de investimento. Então, vou dar uma carência, durante esses cinco anos, para que a empresa não direcione recursos para pagar a dívida, mas, sim, para concluir as obras." É por isso, então,

que estabelecemos esses cinco anos contados da assinatura da concessão, que é exatamente o período de cinco anos que a empresa tem para realizar seus investimentos.

Conversando com as empresas, nós percebemos que algumas delas tiveram alguns ajustes no programa de investimentos – algumas podem terminar antes de cinco anos e, outras, um pouco depois. Então, nós oferecemos uma forma de flexibilizar esse conceito, que é os cinco anos serem contados a partir do momento em que o BNDES conceder o empréstimo-ponte, e não do momento em que a concessão foi contratada. Não é uma diferença tão grande, mas é uma diferença, pois são seis ou sete meses que se pode ganhar a mais.

E qual é o racional? O racional é: a empresa vai ter cinco anos de carência desde que ela teve acesso aos recursos do BNDES. Então, da data da contratação do ponte: há recursos disponíveis? Há. Ela só vai ter que pagar a dívida cinco anos depois daquela data.

Diante de um raciocínio diferente – eu preciso de cinco anos a partir do contrato de financiamento –, a pergunta que eu, tecnicamente, não consigo responder é: e o outro ano e meio de carência que já foi concedido desde que o ponte foi celebrado? Porque se eu der uma carência de cinco anos a partir de agora, a carência final vai ser de seis anos e meio e, na verdade, não se justifica tecnicamente uma carência depois que os investimentos foram concluídos. Na verdade, o recurso já tem que ser usado para pagar a dívida, já que os investimentos foram concluídos.

Eu queria ter abordado esses pontos. Eu agradeço ao Dr. Ricardo pela sugestão de otimizarmos os prazos de negociação – temos todo interesse. Na verdade, os prazos são desafiadores, as empresas sabem disto: fechar as nossas negociações no quarto trimestre, agora. Nós já estamos no meio do quarto trimestre, então temos que trabalhar duro para concluir isso neste quarto trimestre e no primeiro trimestre do ano que vem, mas estamos dispostos a seguir conversando diariamente, semanalmente, até que consigamos concluir.

A boa notícia é que uma concessionária já teve concluída a sua negociação. Então, o caminho está trilhado, os pontos de diferenças já estão identificados. Agora precisamos convergir nessas negociações.

Muito obrigado, Senadores, pela oportunidade.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Sr. Presidente, eu queria apenas pedir ao Dr. Ricardo para desconsiderar a minha preocupação com relação aos recursos internos e externos considerando que o Dr. Aroeira acabou de dizer aqui que há recursos suficientes no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Ressalto, Dr. Aroeira, que eu era Prefeito de Teresina dois anos atrás e bati à porta do BNDES buscando recursos para uma obra de infraestrutura, porque diziam que havia recursos. A realidade é que eu tive um insucesso nessa minha tentativa como prefeito quando fui demandar recursos, embora a prefeitura naquele momento tivesse uma capacidade de endividamento de R$1 bilhão. Era menos de R$100 milhões, e o banco... Talvez por ser uma coisa pequena, não conseguimos.

Por último, vou levar ao atual Governador do Piauí, Wellington Dias, que tem um empréstimo já assinado pelo Governador anterior no valor de trezentos e poucos milhões e que teve um insucesso agora. A informação é que não há recursos do banco para esse financiamento – parece que estão contingenciados.

Mas é uma notícia alvissareira para o Estado do Piauí que eu vou levar ao Governador, isto é, que o banco pode salvar o Estado do Piauí em obras de investimento – pelo que o senhor acabou de dizer aqui.

O SR. CLEVERSON AROEIRA DA SILVA – Senador Elmano, estaremos sempre à disposição para discutir os programas de investimento do Estado.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Aliás, não sou eu, é o Estado do Piauí, o contrato é com o Estado.

O SR. CLEVERSON AROEIRA DA SILVA – Sim, do Estado e das futuras concessionárias.

Eu só queria acrescentar uma coisa para que o banco não seja mal interpretado. O banco prioriza infraestrutura e reafirma a disponibilidade de recursos para a infraestrutura, o que não quer dizer que outras fontes de financiamento não sejam bem-vindas. São muito bem-vindas. Recentemente, o banco tem trabalhado incentivando a vinda de financiadores externos, a emissão de debêntures e que existam mais fontes disponíveis para infraestrutura, porque, na verdade, quanto mais fontes para infraestrutura, melhor. O banco não tem a pretensão de ser a única. Na verdade, queremos trabalhar para que existam mais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Nós gostaríamos também de registrar que está aqui desde o início o Dr. Luiz Antônio Rodrigues Elias, que é o Chefe do Departamento de Relações com o Governo do BNDES.

Sr. Presidente, estou aqui no exercício da Presidência, mas quem manda é V. Exª.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu notei que o senhor está bem à vontade! (*Risos.*)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Só não quero que crie...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Este é um lugar sempre desejado!

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – ...muito gosto não! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Bem, Senador Hélio, o senhor gostaria de fazer alguma consideração? Nós já vamos encerrar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Respondeu, respondeu.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Eu só quero cumprimentar todos, Senador Wellington Fagundes. Eu estava presidindo a Comissão de Desenvolvimento Regional e lamento não ter podido vir aqui antes – era uma audiência pública sobre a Abav e sobre a concentração de passagens, agência única de venda de passagens na área pública. Acredito que tenha sido altamente esclarecedora esta audiência e gostaria depois de pegar as notas taquigráficas para tomar conhecimento do que aqui foi dito, acho muito oportuno.

Eu queria apenas fazer uma pergunta para o Aroeira, ainda que não tenha muito a ver.

Aroeira, estamos precisando de financiamento para a área de energia. Quero saber se é com você ou se é com outra pessoa que vou falar. É só isso.

O SR. CLEVERSON AROEIRA DA SILVA – Eu faço parte da área de infraestrutura. Na área de infraestrutura também está a energia, mas é uma colega minha que cuida especificamente do setor, e eu terei todo prazer em colocá-lo em contato com ela, Senador.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Por favor. Vou passar-lhe meu cartão. Obrigado.

Valter, um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Bem, antes de encerrar, eu gostaria aqui, Sr. Presidente, de consultá-los sobre a propriedade de nós termos aqui uma comissão de acompanhamento da relação do BNDES com as concessionárias. Porque nós, que estamos na ponta, quando há a notícia de que vai parar uma obra, isso acaba trazendo uma falta de crédito no mercado, todo mundo acaba vindo aos políticos cobrar essa situação.

Eu não sei se devia fazer isso via requerimento ou se V. Exª poderia designar, e eu me coloco à disposição... Não só eu, mas outros Senadores que queiram também, porque eu faço questão, principalmente pela importância que representa no meu Estado essa questão da BR-163. Ali o volume de carga é muito grande – acho que em Mato Grosso do Sul o mesmo acontece – porque vai integrar o Mato Grosso até o Pará. Então, essa obra, com as duas concessionárias, é extremamente importante.

O que estamos vendo aqui no BNDES, pelo menos, conversei ontem com o Presidente também, é de trazer tranquilidade para nós. Isso facilita. Vamos para a tribuna daqui a pouco para cada um fazer seu posicionamento, porque hoje as pessoas não estão acreditando no Brasil, mas nós temos que acreditar no Brasil, um país forte, uma economia forte.

Nós temos, pela primeira vez, uma crise acumulada, ou seja, uma crise política e uma crise econômica ao mesmo tempo, mas principalmente esta Casa, o Senado, tem procurado fazer tudo, inclusive somando com a oposição para que o País saia desse descrédito, desse desânimo – mas, claro, resolvendo a questão política. Ontem, inclusive, acabou o Governo tendo uma vitória, apertada, na Câmara dos Deputados – não chegou nem ao Senado – por seis votos. O certo é que, se chegasse ao Senado, com certeza, cada um dos Senadores sabe da importância que isso representa para o Brasil, principalmente a questão da infraestrutura. Então, eu proponho aqui ao Presidente que, depois, delegue.

Ainda ao DNIT, eu acredito também que, sobre essa situação, não adianta mais, Presidente, falar com o Ministro dos Transportes. Ontem à noite mesmo eu estive com ele, que está pedindo a nossa pressão junto à equipe econômica, porque, por parte do Ministério, por parte do DNIT, tudo o que podia ser feito foi feito, e eles hoje estão realmente numa situação de sufoco.

Eu queria propor aqui também que pudéssemos fazer um documento da nossa Comissão de Infraestrutura e, quem sabe também, uma comissão para tentarmos, dado o seu prestígio, marcar uma audiência com a Presidente da República ou com o Ministro Chefe da Casa Civil para que possamos tratar especificamente dessa questão do DNIT, que é importante para todo o Brasil. Para um Estado mais, para outro Estado menos, mas são obras pulverizadas. Neste momento R$1,5 bilhão resolve, pelo menos momentaneamente. Isso também é uma demonstração de credibilidade, as pessoas que estão lá na ponta começam a acreditar. Se deixarmos voltar a situação da buraqueira – agora, estão chegando as chuvas – vai ser muito ruim para a imagem do próprio Governo, levando a mais desgastes ainda.

O Ministro Levy fechou muito a mão, mas nós entendemos que já está na hora, principalmente nessa questão da infraestrutura de a equipe econômica ter a sensibilidade de que alguns recursos precisam ser liberados.

Podemos concluir?

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Ainda não. Eu gostaria que o representante do Ministério do Planejamento... Eu fiz um questionamento com relação ao Matopiba, um programa recentemente lançado pelo Governo Federal relativo à parte logística e de infraestrutura de rodovias. Inclusive, para esse projeto, desses recursos a que me referi – esse pedido de empréstimo do Governo do Estado do Piauí, já assinado – parte é para a Transcerrado, uma rodovia de âmbito estadual, uma PI importantíssima para o desenvolvimento do Cerrado. Inclusive, a área plantada está aumentando, a produção. Ou seja, Presidente, nós falávamos no plenário sobre o Brasil que está dando certo, essa região do Piauí, Tocantins, Maranhão e Bahia, com a produção de soja, de grãos e algodão, é muito promissora, e essa estrada é fundamental. Daí a importância – e chamamos a atenção aqui do nosso companheiro Aroeira – para esse empréstimo que o Governo do Estado fez e que, lamentavelmente, até aqui, não teve resultado nenhum.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FELIPE BORIM VILLEN – Senador Elmano, obrigado pela colocação. Acho que é uma questão realmente bastante importante a logística para a região do Matopiba.

Queria só destacar, antes de mais nada, que uma das pedras fundamentais do Programa de Investimento em Logística é justamente a integração regional. Então, já está prevista nesse programa a expansão das concessões para as novas áreas, até então não atendidas.

Cito alguns exemplos. Das 11 rodovias, temos 4 rodovias que fazem a ligação com as Regiões Norte e Nordeste. A BR-364 faz a ligação com Rondônia; a BR-163, com o Pará; temos a BR-232 em Pernambuco; a BR-101 na Bahia.

Temos também um programa de ferrovias, que atende diretamente à região do Matopiba. Então, tem a Norte-Sul, que já teve um pedaço concedido, que faz ligação com Carajás; temos mais dois trechos da Norte-Sul, que estão com a previsão de concessão para o ano que vem, que vão atender a essa região do Matopiba.

Temos também outras obras, outros investimentos visando atender essa região, como, por exemplo, a Transnordestina e a Fiol, além de investimentos em rodovias no Piauí, Maranhão, Tocantins e Bahia.

Vale destacar a importância que isso tem para nós, do planejamento, para o setor de transportes e de logística.

Quanto à Transcerrado, já estamos analisando como proceder em relação a essa questão, quais poderiam ser os encaminhamentos. Não saberia lhe dar uma posição exata do andamento desse pleito, mas isso já está sob análise, já recebemos esse pleito diretamente do governador, e estamos em diálogo com o Ministério dos Transportes e demais órgãos para tentar endereçar essa questão.

Eu queria fazer um último comentário, para encerrar, em relação à concessão da Ponte Rio-Niterói, que o senhor utilizou como exemplo – colocou muito bem que foi concedida a ponte já pronta.

Só gostaria de esclarecer que, nessa nova concessão, além da redução na tarifa – a tarifa anterior era 5,2 e foi reduzida num leilão para 3,6, mais de 30% de redução –, houve investimentos expressivos também que foram incluídos na concessão: R$1,3 bilhão em investimentos foram incluídos na concessão. A ideia é justamente esta: com as concessões, não apenas transferir para a iniciativa privada a gestão, mas viabilizar investimentos nos empreendimentos concedidos.

Espero ter respondido a sua questão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Bem, encerrando, então, quero aqui, em nome do nosso Presidente Garibaldi Alves, agradecer a todos os Senadores, Elmano, Moka, e a todos os que aqui estiveram.

Quero também, como Presidente da Frente Parlamentar de Logística de Transporte e Armazenagem, a Frelog, convidar todos que estejam conosco, porque o papel da frente é exatamente ser essa ligação entre o Congresso Nacional, o Poder Executivo e a própria sociedade. Estamos funcionando no prédio da CNT. Aliás, quero aqui agradecer também à CNT pelo espaço para as reuniões e a todos os companheiros da Comissão aqui também. Esse espaço está aberto para qualquer tipo de reunião, já que a nossa Comissão é a Comissão de Infraestrutura.

Agradeço a presença de todos, em especial das Srªs e Srs. Senadores, e também dos nossos convidados, Dr. Jorge Bastos, Diretor da ANTT – agora substituindo-o Luiz Fernando Castilho –; Valter Casimiro, que é o Diretor-Geral do DNIT; Dr. Cleverson Aroeira da Silva – o Aroeira falou forte aqui, e saímos daqui acreditando que o dinheiro do banco está pronto – representando...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Coisas de Aroeira aqui!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – O Brasil está ouvindo e, com certeza, nós não vamos ter problema nas nossas concessões. Dr. Luiz Antonio, o senhor vai ser convidado para receber muitas homenagens. É importante dizer que nós tivemos um encontro lá em São Paulo, dos ferroviários, e ele recebeu um prêmio. Ele mostrava a felicidade dele, em nome do banco, de poder, mesmo no momento em que o banco está recebendo muitas pedradas, ver a instituição valorizada.

E é isto que esperamos do banco, porque não dá para falar em parar os investimentos em infraestrutura, porque esses investimentos geram muitas outras soluções para o País.

Então, quero agradecer também ao Ricardo Pinto, que é Presidente da Associação Brasileira das Concessionárias, e o ao Felipe Borim Villen, Diretor de Rodovias, Ferrovias e Hidrovias da Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento (Sepac) do Ministério do Planejamento.

Por fim, convoco a próxima reunião a realizar-se no dia 25 de novembro, quarta-feira próxima, às 8h30, neste plenário, sob a Presidência do nosso querido Senador competente e sempre presente Garibaldi Alves.

(Iniciada às 8 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 15 minutos.)

ATA DA 41ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

Às oito horas e trinta e nove minutos do dia vinte e cinco de novembro de dois mil e quinze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras e dos Senhores Senadores Lasier Martins, Telmário Mota, Wilder Morais, Sandra Braga, Hélio José, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Sérgio Petecão, Roberto Rocha e Vicentinho Alves. Registra presença como não membro o Senador Antonio Carlos Valadares. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 75, de 2015, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho, que requer "nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50 da Constituição Federal, que seja convidado o Ministro de Estado das Minas e Energia, Eduardo Braga, o Secretário de Energia do Governo do Estado de São Paulo, João Carlos de Souza Meirelles e o Presidente da CPFL Energia, Wilson Ferreira Junior, para participar de audiência pública sobre o tema: "Avaliação do suprimento de energia elétrica no Brasil e as perspectivas da política energética para o futuro do país", com o objetivo de subsidiar o parecer final da Avaliação de Políticas Públicas para a Gestão de Recursos Hídricos, Saneamento e Energia, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal"; ao Requerimento nº 80, de 2015, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho e outros, que requer "em aditamento aos termos do Requerimento nº 75 de 2015-CI, de minha autoria, que tem por objeto a realização de audiência pública sobre o tema: "Avaliação do suprimento de energia elétrica no Brasil e as perspectivas da política energética para o futuro do país", requeiro a substituição, como convidado, do Ministro das Minas e Energia, Eduardo Braga, pelo Secretário Executivo do Ministério das Minas e Energia, Luiz Eduardo Barata. [Diretor-Presidente da companhia Energética de Roraima, Antônio Pereira Carramilo Neto]"; e ao Requerimento nº 31, de 2015, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho, que requer "nos termos do artigo 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, no exercício de sua competência de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, promova a avaliação do "Plano Nacional de Recursos Hídricos, com ênfase nas questões de abastecimento, energia e saneamento básico". O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer sua exposição, o Senhor Luiz Eduardo Barata, Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia; o Senhor João Carlos de Souza, Secretário de Energia e Mineração do Estado de São Paulo; e o Senhor Mozart de Siqueira Campos Araújo, Presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Geração de Energia Limapa – ABRAGEL. Às dez horas e dezenove minutos, o Presidente passa a presidência dos trabalhos ao Senador Wilder Morais e retorna à mesa às dez horas e quarenta e seis minuto. Às onze horas e quarenta e um minutos, o Presidente passa a presidência dos trabalhos ao Senador Fernando Bezerra Coelho. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Fernando Bezerra Coelho, Hélio José, Lasier Martins, Flexa Ribeiro, Wilder Morais e Antônio Carlos Valadares. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às doze horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, Thales Roberto Furtado Morais, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Declaro aberta a 41ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da atual Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Isso aqui fica suspenso para obtemos um melhor quórum.

A presente reunião, Srªs e Srs. Senadores, senhores e senhoras, por objeto de convite desta Comissão, destina-se à realização de audiência pública, em atendimento aos Requerimentos nºs 31, 75 e 80, de autoria dos Senadores Fernando Bezerra Coelho e Telmário Mota, para avaliar o suprimento de energia elétrica no Brasil e as perspectivas da política energética para o futuro do País, com o objetivo de subsidiar o parecer final da avaliação de políticas públicas para gestão de recursos hídricos, saneamento e energia.

Para debater o tema, foram convidadas as seguintes autoridades e especialistas, a quem desde logo, agradecendo a honrosa presença, convido para que tomem assento à mesa: o Dr. Luiz Eduardo Barata, Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia; o Dr. João Carlos de Souza Meirelles, Secretário de Energia e Mineração do Estado de São Paulo; o Dr. Mozart Siqueira Campos Araújo, Presidente do Conselho Administrativo da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel).

Concedo a palavra, inicialmente, ao Senador Fernando Bezerra para que ele possa, como coordenador desta audiência pública, informar-nos melhor sobre o conteúdo dela.

Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Meu caro Presidente, Senador Garibaldi Alves, eu queria inicialmente agradecer a V. Exª pelo apoio que vem prestando a esta relatoria na nossa missão de proceder à avaliação das políticas públicas de água, saneamento e energia.

Essa audiência conclui uma série de discussões, de encontros, de mesas de trabalho, que realizamos desde o mês de julho. Gostaria de destacar o encontro realizado no Estado do Rio de Janeiro, que contou com apoio do Dr. Tolmasquim, da EPE, em que tivemos a oportunidade de ouvir especialistas, não só do setor acadêmico, mas da consultoria, da engenharia brasileira, em uma reunião que reuniu mais de cem especialistas na área de energia.

Hoje nós temos a alegria e a oportunidade de, através da palavra do Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia, ouvir aqui um balanço dos avanços de tudo aquilo que foi construído nos últimos anos e, evidentemente, também uma avaliação sobre os desafios que o setor enfrenta e de que forma o Senado Federal e, de forma especial esta Comissão de Infraestrutura poderão colaborar na construção de um marco legal que seja ainda mais estimulador para os investimentos que se fazem necessários nesse setor e nessa área.

Eu não tenho dúvida nenhuma de que a presença do Secretário de Energia de São Paulo, Dr. João Carlos de Souza Meirelles, vai nos trazer aqui uma visão de parte importante da Federação brasileira, que é a visão dos estados. E São Paulo é o mais importante Estado da Federação, do ponto de vista industrial, do ponto de vista econômico.

E todos nós sabemos que não existe desenvolvimento se não assegurarmos as condições mínimas necessárias para que esses investimentos do setor produtivo possam ocorrer. Portanto, a nossa expectativa é muito positiva, à luz das políticas públicas que foram implementadas nos últimos anos, sobre a visão dos Estados brasileiros, de forma particular o mais industrializado, o mais pujante do ponto de vista econômico; como São Paulo faz a leitura dessas políticas, dos avanços, dos equívocos, dos erros e aquilo que precisa ser corrigido para a frente.

Finalmente, eu creio que a presença do Dr. Mozart de Siqueira, um grande amigo, que, de certa forma, nos auxiliou em todo esse trabalho que viemos realizando como Relator, propondo as reuniões, indicando o nome dos especialistas da área e nos orientando para que pudéssemos conduzir o nosso trabalho... O Dr. Mozart tem uma larga experiência no setor elétrico, traz a visão de uma região que ainda tem muitas carências, que precisa ainda realizar muitos investimentos em infraestrutura e uma delas é na área de energia. Ele é servidor da Chesf, foi presidente da Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco e, hoje, preside o Conselho de Administração da Abragel e milita também na área e trará aqui a voz do setor privado, do investidor privado, tendo em vista que o grupo que ele dirige atua na área de energias limpas, na produção de energia a partir da energia eólica, com diversos *sites* espalhados em alguns Estados do Brasil.

Portanto, eu acho que nós temos aqui uma excelente representatividade para colhermos subsídios, informações valiosas que irão compor o nosso relatório final.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Fernando Bezerra.

Informo que, a exemplo das outras reuniões, esta também terá aquele caráter interativo, com participação popular, em que os cidadãos podem fazer os seus comentários ou as suas perguntas, através do Portal e-Cidadania e também pelo telefone do Senado, cujo número é o 0800-612211.

Dando início aos nossos trabalhos, concedo a palavra inicialmente ao Dr. Luiz Eduardo Barata, Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia.

O SR. LUIZ EDUARDO BARATA – Bom dia, Senador Garibaldi Alves, Senador Fernando Bezerra, em nome de quem eu cumprimento todos os presentes.

Eu quero inicialmente agradecer a oportunidade de comparecer a esta audiência e poder falar um pouquinho sobre a situação em que se encontra o setor elétrico nacional. Muito me lisonjeia poder participar desta audiência que conta com a presença do Secretário Meirelles e do Dr. Mozart, uma vez que labutamos no setor elétrico há muitos anos juntos.

Eu pretendo traçar o panorama de como estamos hoje no setor e mostrar qual é a nossa visão para os próximos anos. Obviamente, o nosso desafio permanente é promover a expansão da infraestrutura energética de forma sustentável, garantindo o desenvolvimento socioeconômico do País e também o conforto da nossa população. O desafio que nós temos é promover justamente o equilíbrio entre a oferta e a demanda, oferta essa que nos últimos anos nós temos procurado fazer cada vez mais com fontes limpas e renováveis.

Por outro lado, no lado da demanda, nós temos atuado no sentido de, através de eficiência energética, promover a conservação de energia.

Os nossos princípios, os que seguimos são: a garantia na segurança do abastecimento, propiciar a modicidade tarifária e promover a universalização do atendimento, o que significa dar condições para que toda a nossa população brasileira, todo cidadão brasileiro, tenha acesso à eletricidade.

O nosso setor tem, hoje, uma capacidade instalada, com base em novembro de 2015, de aproximadamente 140 mil megawatts. E eu já adianto que esses 140 mil megawatts, pelas características afortunadas do nosso País, é uma capacidade distribuída pelas mais diversas fontes. Nós temos: geração hidrelétrica, que é, digamos assim, a nossa base maior; nós temos termoelétricas; nós temos eólicas e, mais recentemente, temos uma térmica especial, que é a térmica nuclear, e começamos a inserir na nossa matriz a presença da fonte solar.

Temos uma rede básica numa extensão de 126 mil quilômetros, que cobre todo o Território Nacional. Hoje, praticamente, todos os Estados já fazem parte do Sistema Interligado Nacional, com exceção do Estado de Roraima. E é importante mencionar que nós temos feito um trabalho intenso, um esforço enorme, no sentido de incorporar também o Estado de Roraima ao Sistema Interligado Nacional. Temos uma demanda de 86 mil megawatts. A nossa projeção para este ano é de ter uma produção de 550 mil gigawatts/hora, e já temos, então, um volume de unidades consumidoras de 77 milhões, que praticamente atinge toda a nossa população.

Bom, como eu já mencionei, afortunadamente, nós temos uma diversidade praticamente total de fontes de geração, com a predominância da fonte hidráulica; em segundo lugar, a fonte térmica; a fonte eólica e agora com a introdução da fonte solar na nossa matriz. A esse respeito é importante mencionar que nós tivemos três grandes leilões para adquirir energia solar. Um, no ano passado, quando nós adquirimos um giga; e este ano nós tivemos também dois leilões, considerados muito bem-sucedidos, em que nós contratamos também na ordem de um giga em cada um desses dois leilões; um em agosto e outro mais recente realizado agora em setembro.

Então, a nossa capacidade instalada como já mencionado, atinge quase 140 mil megawatts. No ano passado, nós terminamos o ano com 134 mil megawatts de capacidade instalada e, este ano, atingimos, em novembro, mais 4,4 mil, e devemos atingir na ordem de 6 mil, 6,4 mil, porque temos uma usina de porte, que é a Usina de Teles Pires...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Já pedimos permissão ao Dr. Luiz Eduardo Barata...

O SR. LUIZ EDUARDO BARATA – Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Porque está havendo necessidade de um ajuste. Todos estão vendo na tela aqui... Mas isso é questão de segundos.

O SR. LUIZ EDUARDO BARATA – À vontade, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu sou um homem de muita boa-fé. Estou acreditando que será mesmo.

O SR. LUIZ EDUARDO BARATA – Nós aguardamos, sem problema. (*Pausa.*)

Então, como eu dizia, até novembro, nós tínhamos uma instalação de potencial de 4,4 mil.

Mas nós teremos, até o final do ano, uma entrada de, aproximadamente, 2000, cuja maior parte corresponde à entrada da Usina de Teles Pires que está, praticamente, concluída e não entrou porque a transmissão ainda não estava pronta, está sendo concluída agora.

No que diz respeito à transmissão, nós tínhamos uma capacidade instalada de 126.000 km e a meta de expansão para este ano é de 7.000 km. Quando nós olhamos o mapa do Brasil, com toda sua rede básica, nós podemos fazer uma comparação, inclusive, com o sistema interligado europeu. Ela é da mesma magnitude do sistema na Europa, interligando desde o extremo da Península Ibérica até, praticamente, à Rússia. É a extensão do nosso sistema de transmissão.

É importante mencionar, como nós já falamos, que um dos nossos objetivos é a universalização do atendimento, e, além da universalização do atendimento, é a integração de todos os sistemas num grande sistema interligado. Poucos países podem se orgulhar de ter quase que 100% do sistema interligado.

Nós atingimos hoje 99,2% e apenas 0,8% do suprimento é feito de forma isolada, o que é compreensível, porque existem algumas regiões, a maior parte delas concentradas na Amazônia, cuja relação econômica não justificaria essa integração. Mas, obviamente, o fato da integração não significa desabastecimento. Mas significa que esse abastecimento será garantido através de uma outra modalidade.

Nossa característica, nosso sistema elétrico, além de todas as virtudes que nós já apontamos pelo fato da diversidade da nossa matriz, nós temos uma vantagem fantástica, que é o fato de, pela dimensão continental do País, termos regimes climáticos, ou regimes hidrológicos diversificados, o que permite que a integração desses regimes diversificados propiciem uma operação otimizada do sistema. Então, hoje, nós temos o sistema dividido em quatro subsistemas ou, quando falamos na parte da comercialização, em quatro submercados que são totalmente integrados entre si e que permitem o intercâmbio de energia entre esses submercados.

De modo que, exemplificando, hoje nós temos uma situação climática diversa, notificado permanentemente na mídia e podemos sentir isso, cada um de nós, e nossas regiões, que a Região Nordeste, em particular,

passa por uma condição climática bastante ruim. Assim, também, como parte da Região Sudeste e Centro-Oeste. Entretanto, a interligação robusta entre essas regiões permite que os excedentes de energia de uma região sejam transferidos para outra região, assegurando o abastecimento de energia no nosso País.

Nós tomamos a decisão, alguns anos atrás, quando discutimos o nosso modelo, de optar por uma operação integrada, justamente para aproveitar essa característica que o País tinha de base hidrelétrica e de diversidade entre regiões, de modo que a operação do sistema é conduzida tecnicamente através de uma instituição especializada, que é o Operador Nacional do Sistema Elétrico, que opera o sistema aproveitando justamente todas as vantagens que nós temos entre as regiões.

Hoje o nosso sistema interligado é, então, operado a partir de 290 usinas, usa justamente 126.000 km de linha que temos e um total de 560 subestações. Como operação é centralizada e ela é comandada pelo Operador Nacional, ela obtém justamente essa otimização.

No acompanhamento dessa operação, temos centros de operação, o centro nacional é localizado em Brasília e temos quatro centros regionais que participam, subordinados ao centro nacional, dessa operação do sistema.

Quando vemos, então, as condições de atendimento nós verificamos que, apesar das adversas condições climáticas que mostram, para esses últimos anos, que nós tivemos um período de recessão muito forte, principalmente na região Nordeste e parte da Região Sudeste, que fez com que nossos reservatórios fossem deplecionados. Estamos, hoje, na Região Sudeste com o reservatório com 27%; a Região Sul, com 97%, chove abundantemente no Sul, que é uma característica justamente do El Niño que temos hoje, chuvas muito fortes no Sul do País e uma seca também forte na Região Norte e Nordeste. Estamos, então, com 97% no Sul, 20% no Norte e a área mais afetada é a Região Nordeste, com 5,4% – uma análise isolada desse número permite que se tenha algum tipo de preocupação.

Posso afiançar para os senhores que não há qualquer tipo de risco de abastecimento para a Região Nordeste. Por que não há risco de abastecimento para a região Nordeste? Porque essa região, hoje, é suprida, além das usinas da bacia do Rio São Francisco, é suprida também por um enorme parque eólico, por um conjunto de usinas térmicas e pelo forte reforço que se fez na integração, através da transmissão com a Região Norte e com a Região Sudeste, que assegura que, mesmo com adversidade climática, mesmo com os estoques baixos de água nos reservatórios do Nordeste, o suprimento da Região Nordeste está absolutamente assegurado, o que nos deixa com bastante tranquilidade.

Esse quadro justamente sintetiza essa minha fala.

O setor elétrico prima por um acompanhamento permanente das condições de abastecimento. Mensalmente o comitê de monitoramento do setor elétrico se reúne e avalia as condições de abastecimento. Hoje nós podemos identificar que o risco de déficit ou falta de abastecimento, para o ano de 2015, é zero em todas as regiões. Para o ano de 2016, são níveis bastante baixos: 1,2 no Sudeste quando consideramos nas simulações séries históricas e zero na Região Nordeste, apesar de todo aquele comentário feito antes das condições adversas de estoque de água nos reservatórios do Nordeste.

O critério adotado hoje e aprovado pelo Conselho Nacional de Política Energética é de 5%, o que significa que estamos bem abaixo desse limite.

Vale a pena reforçar a nossa potencialidade e diversidade para nossa expansão. Quer dizer, nós continuamos expandindo em hidráulica, nós temos possibilidade de construir térmicas a gás natural e a carvão; a fonte nuclear é a questão que podemos falar depois; e as três fontes renováveis alternativas que são a eólica, que hoje já estamos com um parque em construção de enorme magnitude; a biomassa, que no presente momento, é a nossa terceira fonte; e a nossa fonte solar, que é o que estamos inserindo agora na matriz.

Esse é um quadro só de referência, com os preços médios dos últimos leilões, onde podemos verificar, principalmente no caso da solar e da eólica, que tem valores hoje já compatíveis com as outras fontes.

Nos últimos cinco anos, essas duas fontes, extremamente caras algum tempo atrás, pela sua evolução tecnológica e pelo aumento de escala, tiveram seus preços reduzidos substancialmente. Qual é a nossa estratégia para o futuro? A nossa estratégia é manter o aproveitamento hidrelétrico. Nós vamos depois ter uma transparência que mostra que estamos hoje explorando 34% do nosso potencial hidrelétrico levantado. Nós acreditamos que podemos explorar ainda mais uns 30%, 33%. O restante ficará impedido de ser utilizado pela localização desse potencial, principalmente na Região Norte do país ou em zonas de proteção ambiental ou zonas de proteção sociais, principalmente terras indígenas, o que significa dizer que, daqui a alguns anos, dez ou quinze anos, no máximo, estaremos concluindo a nossa capacidade de utilização de potencial hidrelétrico. E temos, então, que buscar uma nova estratégia. Essa estratégia é justamente a apontada ali, uma combinação de nuclear, gás natural e carvão, obviamente respeitando os índices de emissão de carbono, complementando com as fontes limpas, que são a biomassa, a eólica e a solar. Essa foi a menção que fiz..

O Brasil explora hoje 34% da nossa capacidade, de um total de 260 mil. A nossa expectativa é que, além dos 90, nós consigamos explorar mais uns 70, 80 mil megawatts. Para nossa sorte, e devíamos fazer por merecê-la, nós temos um enorme potencial eólico. Os levantamentos anteriores indicavam um potencial de 143 mil megawatts. Mais uma vez, a evolução tecnológica, elevando a altura das torres, aumentando a capacidade dos geradores eólicos, eleva esse potencial de 143 mil para 300 mil megawatts, dos quais, nos próximos anos – há uma transparência futura que mostra –, estamos explorando entre 20 e 30 mil, o que significa que temos ainda um potencial enorme de crescimento pela frente no potencial eólico.

Aqui está a evolução da nossa expansão eólica. Há dez anos, nós tínhamos instalados 27 megawatts, e aí estamos falando da unidade mesmo. A nossa expectativa, em 2018, é estarmos com uma potência instalada de mais de 15 mil megawatts, suplantando as nossas maiores usinas hidrelétricas, que são Itaipu, Belo Monte e Tucuruí.

Então, o Brasil, hoje, eu diria, é um dos cinco países que mais investem em energia eólica. O mesmo comentário vale para a fonte solar. Nós começamos, como já mencionamos, no ano passado, fizemos um primeiro leilão com a fonte solar concentrada, ou seja, um volume tal de energia gerada na fonte solar, que é introduzida diretamente no *grid*, na rede de transmissão. Mas não podemos deixar de mencionar que a fonte solar tem um potencial adicional, porque, além de ser gerada em grande escala, inserida no *grid*, ela pode gerar também em baixa tensão e ser instalada no nível do consumo.

Hoje, nós podemos separar o uso da energia solar em três segmentos. O primeiro segmento é esse que já está bem explorado, onde, através de leilões, nós compramos montantes robustos de energia.

Como eu já mencionei, compramos 1.000 megawatts-pico no ano passado, mais 1.000 megawatts-pico em agosto e mais 1.200 megawatts-pico agora em novembro. Então, nós vamos ter nos próximos dois a três anos a instalação de 3 giga de fonte solar.

Mas, além da utilização da fonte solar no grosso, no atacado, ela pode ser, como eu mencionei, instalada e utilizada em dois outros segmentos. Em um primeiro segmento onde já vem sendo praticado, que é no próprio nível do consumo, através das residências, instalações comerciais, e através de uma matéria que vem sendo regulada pela agência reguladora no sentido de aumentar, tornar mais fácil, o uso dessa fonte.

Por outro lado, há também uma compreensão de outros órgãos de governo que têm estimulado o uso da fonte através do tratamento tributário, dando isenção de tributos para o uso da fonte solar.

Então, falamos dos dois extremos, o uso da fonte solar no grosso, no atacado, e no nível residencial. Existe uma faixa intermediária que é o uso da fonte solar para a geração distribuída, em que as distribuidoras comprariam essa energia.

Havia uma dificuldade para o uso da energia solar na geração distribuída por força legal porque ela estava condicionada ou subordinada ao chamado valor de referência, que é o valor da energia calculado a partir da média dos valores dos leilões. E esse valor era um valor baixo, que não comportava a fonte solar.

Na medida provisória que foi ontem convertida em lei, nós tivemos uma grande evolução, que foi a criação de valores de referências específicos para a geração distribuída. Isso, com certeza, propiciará que a fonte solar seja inserida no nível da distribuição e ela apresenta uma série vantagens porque ela economiza perda, reduz as perdas no sistema, aumenta a confiabilidade do atendimento.

Então, com isso, nós teremos a exploração da fonte solar em toda a cadeia, na alta tensão, na tensão intermediária, que seria na geração distribuída, e no uso direto do consumidor final.

Nós estamos, a partir do conhecimento do que se tem no mundo, desenvolvendo dois projetos- pilotos. Um na Usina Hidrelétrica de Balbina, no Estado do Amazonas, e uma outra no reservatório de Sobradinho, o que significa colocar os painéis solares sobre o reservatório e, com isso, aproveitando a capacidade de escoamento da própria usina.

Então, há uma conciliação entre a usina hidrelétrica... Então, no momento em que nós temos a disponibilidade do sol, poder-se-ia reduzir a geração da usina hidrelétrica e, com isso, escoar essa fonte solar. Já existem experiências bem-sucedidas no mundo – no Japão, nos Estados Unidos –, mas em valores bem menores que esses que nós estamos fazendo. Então, nós estamos confiando bastante no sucesso dessa iniciativa.

A outra fonte é a biomassa, que hoje já é a terceira maior fonte. E é uma fonte fantástica porque, especialmente quando utilizada a partir da cana, ela leva praticamente a 100% da utilização da cana, primeiro na geração de açúcar, depois na produção de etanol e ainda mais com a própria produção de energia elétrica.

Então, nós já temos hoje uma capacidade instalada da dimensão do que será Belo Monte. E a expectativa é de que nós continuemos avançando com a exploração e a utilização da biomassa ou do gás natural. Temos hoje uma rede bastante razoável de usinas térmicas a gás, que, apesar de usar um combustível fóssil, é muito menos poluente do que outras fontes, em especial se comparadas com os combustíveis líquidos.

A ideia é que continuemos prosseguindo. Nos dois últimos leilões que tivemos de contratação para energia de longo prazo, tivemos sucesso em contratar três grandes usinas: uma em Pernambuco, em Suape; uma no Rio Grande do Sul; e uma terceira em Sergipe. E a intenção é trabalhar junto com o setor de gás no sentido de assegurar a disponibilidade do gás para que possamos realmente aumentar essa rede de usinas térmicas a gás.

Apesar de o carvão não ser um elemento muito admirado, nós entendemos que é benéfica para o País a utilização do carvão natural desde que tomadas todas as cautelas no sentido de evitar o aumento dos índices de emissão.

A outra questão que começa a entrar na ordem do dia e que precisa ser discutida com muita atenção e, se os senhores me permitem, com muito pouco preconceito, é a questão da geração nuclear, principalmente porque o Brasil tem uma reserva bastante considerável de urânio. E apesar de tudo o que se fala, de quase toda a fantasia que há, essas usinas no mundo apresentam um desempenho bastante satisfatório.

Nós temos, hoje, a experiência com duas usinas nucleares no Brasil, instaladas no mesmo sítio de Angra dos Reis. E essas usinas têm um desempenho fabuloso. O índice de *performance* de entrega delas é quase que 100%. Então, são usinas que funcionam bastante bem. A operação é permanente, é uma operação de base. O custo do combustível é baixo, porque temos o combustível; não temos emissão de CO^2 e apresenta ainda benefícios colaterais que são o desenvolvimento tecnológico da indústria nuclear.

Hoje, nos nossos planos, além das duas que temos, estamos construindo a terceira usina no mesmo sítio, que é a Usina de Angra III. E não aparece ainda, nos nossos estudos de planejamento, uma presença firme de uma nova usina nuclear, mas a expectativa é que tenhamos, no final da década de 20, a necessidade de instalar mais quatro usinas nucleares. E na outra década mais quatro usinas.

É importante que nos atenhamos a essa questão, iniciemos essa discussão, porque há possibilidade de mudarmos um pouco o marco que temos hoje. O tratamento da geração nuclear, hoje, está inteiramente a cargo do Governo. Então, o Estado, hoje, é responsável pelo financiamento, construção e operação da usina. No mundo em geral, no entanto, esse quadro vem mudando substancialmente de figura. E a ideia que temos, e acho que é uma proposta de discussão, é que mantenhamos a operação das usinas a cargo do Estado com empresas estatais, mas que tanto a questão do *funding* quanto a questão da construção possa ser conduzida pela iniciativa privada.

Essa é uma discussão que é de competência do nosso Congresso.

Concluída a questão da expansão, falamos da transmissão, que tem, no nosso caso especial do Brasil, um papel fundamental, porque é absolutamente integrada à transmissão. Em alguns países, o papel da transmissão é exclusivamente pegar a energia gerada e entregá-la aos pontos de consumo.

No nosso caso específico, ela tem um papel adicional, porque, além de cumprir o papel primordial da transmissão, ela faz também a interconexão entre os diversos sistemas e permite, como falamos no início da nossa apresentação, a otimização dos sistemas, o que faz com que, apesar de toda a dificuldade que vivemos hoje na Região Nordeste, possamos transferir blocos consideráveis de energia que são gerados na Região Norte e na Região Nordeste e, muitas vezes, através da Região Sul. Hoje, o El Niño está fazendo com que as chuvas no Sul sejam muito, mas muito fortes. E todo esse excedente está sendo transferido para o Sudeste, onde podemos guardar nos nossos reservatórios e transferi-los também para o Sul. Quer dizer, este diagrama que mostra todas estas setas mostra o estado da arte que temos hoje na transmissão com o País praticamente todo interligado.

Então, estes são os números que temos hoje: são 126 mil. Pretendemos chegar a 305, e 305 MVA, com uma expansão absolutamente forte de 2015 para 2024. Só a título de referência, a entrada da usina ou do complexo do Madeira exigiu a instalação de dois sistemas de transmissão em corrente contínua de mais de 2 mil quilômetros. A mesma coisa se dará com a usina de Belo Monte. Para escoar a energia de Belo Monte, teremos que construir de novo dois sistemas de transmissão de corrente contínua, que vão a mais de dois quilômetros de extensão. Só esses sistemas mostram o esforço que tem de ser feito pela engenharia nacional e pelas empreiteiras que atuam no segmento da transmissão.

Antes de falar um pouquinho do PIEE, obviamente lembrar, porque tenho certeza de que é do conhecimento de todos, o setor de energia no Brasil faz um planejamento de longo prazo. Fazemos anualmente estudos com horizontes de dez anos e, com um espaçamento maior, um estudo de planejamento de longuíssimo prazo. Estamos agora concluindo o planejamento para o ano de 2050. Este planejamento é muito mais qualitativo. Mas o plano decenal, o plano que olha dez anos à frente, este não, este é um plano quantitativo, onde botamos números levando em conta crescimentos demográficos, crescimentos da economia.

O que fizemos neste ano, e a Presidente Dilma teve oportunidade de apresentar em agosto, foi um extrato do próximo plano decenal, que chamamos de plano de investimento de energia elétrica e que cobre o período 2015 a 2018, onde mostramos quais são as obras que precisam ser construídas neste horizonte para

assegurar o abastecimento, como eu disse no começo, para garantir o desenvolvimento econômico e também o conforto da nossa população.

Então, para fazer frente a este plano de obras, serão necessários R$186 bilhões, dos quais R$81 bilhões deveremos despender até 2018 e o restante, R$105 bilhões, após 2018.

É importante mencionar que, além desses R$186 bilhões, que fazem parte deste programa, R$114 bilhões já estão contratados para as obras que estão andamento, como o próprio Belo Monte e os dois linhões de Belo Monte, que estão inclusos nestes R$114 bilhões.

Sendo que, desses R$114 bilhões, R$92 bilhões são geração e R$22 bilhões são para transmissão de energia elétrica. Então, juntando o que nós temos que contratar no futuro, que são objetos de leilão, com o que já está contratado, significam investimentos até 2018 da ordem de R$195 bilhões, nós estamos falando praticamente em R$200 bilhões, são quase US$50 bilhões. É um volume extremamente forte de economia.

E esses recursos todos são partes dos recursos que são necessários para nós darmos esse salto que vai de 2014 a 2023, quando devemos chegar em 2023 com uma capacidade instalada de quase 200GW, e ali nós temos, então, a distribuição das fontes. Nós verificamos que, apesar de tudo, a fonte hidro continua sendo a fonte prioritária, com uma queda de 66% hoje para 61%, a fonte térmica continua sendo a segunda fonte, mas nós nos surpreendemos ali com a presença da eólica, que passa, então, a ser a terceira fonte, suplantando a biomassa.

Se por um lado nesse ano de 2014 a participação solar é praticamente irrisória, em 2023 ela já atingirá quase que 2% da nossa capacidade instalada.

Bom, toda a nossa oferta, ou para quase toda a nossa oferta, porque existem iniciativas além dos leilões, é feita através de leilões. Então, nos leilões de geração, vale a pena mencionar que, neste ano de 2015, nós tivemos o chamado leilão de A-3, e é um leilão realizado num ano tal, neste caso específico é o ano de 2015, que assegura o suprimento de energia três anos após, para 2018. Nesse leilão, que aconteceu em agosto, nós contratamos geração hidrelétrica, térmica a gás, térmica à biomassa, e eólica, naquele total de 600MW, aproximadamente 670MW, com um volume de R$2,5 bilhões.

Tivemos ainda dois leilões de reserva, ao que já nos referimos, no qual o primeiro deles era um leilão de reserva focado exclusivamente na fonte solar – foi em agosto – e o segundo, que foi recente, semana passada, nós contratamos solar e eólica. Então, no 1º de agosto nós contratamos 1.043MWp e no segundo, agora em novembro, nós contratamos 548MW de eólica e 923MW de solar.

Vale a pena chamar a atenção que a solar já apresentou um deságio de 22%, o preço básico dela; o preço de partida era R$380 e ela foi contratada a um preço médio de R$298, mostrando e confirmando que, de fato, essas fontes, tanto a solar como a eólica, vêm com preços cadentes e isso se tornará tão mais forte quanto mais energia dessa fonte nós adquirirmos e pudermos, então, trazer para o Brasil plantas fabris que assegurem a cadeia de suprimento.

Isso já acontece na eólica. Na eólica, pelo volume de energia que vimos contratando nos últimos cinco anos, nós conseguimos trazer para o Brasil praticamente toda a cadeia de geração eólica. A expectativa é de que esse mesmo fenômeno se repita com uma fonte solar desde que nós consigamos assegurar, pelos próximos anos, uma aquisição constante dessa fonte.

Estamos, no dia de hoje, tendo a realização do leilão das UHEs amortizadas, em São Paulo, objeto da... E aí é até o momento de agradecer aos Srs. Senadores que, na noite de ontem, aprovaram a Medida Provisória nº 688 e tornaram viável, então, a realização desse leilão no dia de hoje.

É importante mencionar que, nesse leilão, nós teremos três usinas – são 29 usinas ao todo –, a que damos destaque aqui as três, porque são três usinas emblemáticas: a Usina de Três Marias, que é a usina mais à montante da Bacia do Rio São Francisco e as duas usinas do complexo de Urubupungá, a Usina de Jupiá e de Ilha Solteira.

Nós teremos, no próximo ano, no início do ano em fevereiro, o leilão de A-5, que é aquele leilão que vai assegurar o suprimento de energia para 2021, com todas essas fontes. É importante chamar a atenção de que para esse leilão, onde nós devemos contratar 1000, 2000, nós temos um total de potência cadastrada de mais de 45 mil megawatts, o que significa o interesse dos empreendedores na participação desses leilões, uma vez que lhes asseguram contratos que vão de 20 a 30 anos.

O destaque especial é para a Usina de São Luiz do Tapajós, seria a primeira usina do Rio Tapajós. Temos a expectativa de criar as condições para licitá-la ainda no ano de 2016. No caso da Usina de São Luiz de Tapajós, ela terá uma conotação equivalente às usinas do Madeira e às usinas de Belo Monte, caracterizadas como usinas estruturantes. São os nossos quatro empreendimentos estruturantes.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ EDUARDO BARATA – Vai para mais de R$20 bilhões. Eu não tenho o número aqui exato, mas posso dar-lhe depois.

Bom, a par da geração, é importante que, ao botarmos a geração, nós também coloquemos a transmissão, justamente para escoar essa geração. Então, num primeiro leilão de transmissão.... Na verdade, nós tivemos três leilões. Tivemos um que, me perdoem, não está mostrado aqui. Foi o leilão em que se contratou o segundo bipolo de Belo Monte. Foi um leilão da ordem de R$7,5 bilhões. Foi vencido pela State Grid. Esse leilão tinha um conjunto grande de lotes. Nós contratamos, nesse leilão, 909 km e 550 MVA de transformação para um investimento de R$1,5 bilhão.

O leilão mais recente, agora na semana passada, foi no dia 18. Nós estamos mergulhados na avaliação do resultado desses leilões, uma vez que pretendíamos contratar 4.000 km de linha e só tivemos sucesso em 1.900. A redução se deu na capacidade de transformação. Com um investimento que nós imaginávamos, de R$7,5 bilhões, tivemos R$3,45 bilhões, da ordem de 45%.

Nós estamos, no Ministério de Minas e Energia, com um trabalho com todas as instituições envolvidas, como é o caso da agência reguladora, da empresa de pesquisa energética, identificando o que é que nós precisamos fazer, que aperfeiçoamentos nós precisamos fazer nos processos de leilão para que nós voltemos a ter o sucesso que tínhamos nos últimos anos, quando tínhamos leilões com todos os lotes arrematados e com redução de preço, com ágios positivos bastante fortes.

Infelizmente, nesses dois últimos leilões de transmissão, nós tivemos um resultado que não foi o resultado do que nós esperávamos. Por essa razão, nós estamos realmente mergulhados, buscando identificar quais são os pontos que precisam ser aperfeiçoados.

Nós teremos de, então, assim como um leilão de geração em fevereiro, devemos ter também o nosso próximo leilão de transmissão, em fevereiro, de novo com um volume grande de linhas a ser licitado, com um investimento estimado da ordem de R$13 bilhões.

E é importante mencionar que esses leilões são extremamente relevantes, porque eles incluem a ampliação nas interligações, um reforço na Região Centro-Oeste, que é uma região que cresce substancialmente, e reforços também na Região Sul.

Então, senhores, era essa a apresentação que eu tinha para fazer e me coloco à disposição, mais tarde, para as questões que forem apontadas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Agradeço ao Dr. Luiz Eduardo Barata, Secretário Executivo do Ministério das Minas e Energia, que traçou aqui um Panorama dos mais abrangentes a respeito da política energética adotada no momento pelo Governo Federal.

Tenho a satisfação, agora, de conceder a palavra ao Dr. João Carlos de Souza Meirelles, Secretário de Energia e Mineração do Estado de São Paulo.

O SR. JOÃO CARLOS DE SOUZA MEIRELLES – Muito obrigado, Presidente Senador Garibaldi Alves Filho. Eu queria saudar também o nobre Senador Fernando Bezerra Coelho, o Senador Dalirio Beber, o Senador Wilder Morais, o Senador Lasier Martins e os Senadores que fazem parte desta Comissão também: o Senador Hélio José, o Senador Flexa Ribeiro, o Senador Blairo Maggi, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves.

Eu queria cumprimentar também o Secretário Executivo do Ministério, o Dr. Luiz Eduardo Barata e o Dr. Mozart Siqueira Campos Araújo, Presidente do Conselho Administrativo da Abragel, os que foram e o que será o expositor na sequência.

Quero saudar as senhoras e os senhores aqui presentes.

Senador Garibaldi Alves Filho, é um privilégio estar aqui, convidado pelo senhor, para trazer uma visão que, eu diria, nacional de São Paulo. Ou seja, não é uma visão específica de São Paulo, porque acho que temos obrigações e compromissos, sobretudo, com o País.

São Paulo tem o privilégio de ter a maior comunidade de brasileiros do Brasil inteiro e, portanto, eu tenho um compromisso fundamental com Brasil. E, portanto, com toda humildade que caracteriza aquele que tem responsabilidade, nós trouxemos aqui um diagnóstico do que nós entendemos que seria importante para o setor elétrico brasileiro, o setor energético brasileiro, numa visão mais ampla do que simplesmente a do Estado de São Paulo, colocando com toda a clareza também a posição do São Paulo nesse processo.

Então, nós, a partir exatamente de uma definição que o Dr. Barata começou fazendo, que me parece fundamental, que são os pilares da política energética brasileira, que é a universalização do acesso, a modicidade tarifária e a segurança energética.

Eu tomei a liberdade de colocar aqui o mesmo mapa que o Dr. Barata – não sabendo que ele ia apresentar – do Brasil inteiro, mostrando exatamente a enorme complexidade do Sistema Interligado Nacional e, agora, o esforço que o Governo Federal está fazendo, e que imaginamos que consiga, na interligação de Manaus/

Caracaraí/Boa Vista, que é a única parte que ainda resta nesse sistema interligado, uma vez que Boa Vista está hoje abastecida por Guri, no Rio Orinoco.

Então, esse mapa nos dá a dimensão do que nós gostaríamos de apresentar que é a necessidade de geração de energia nos grandes centros de carga para que nós tenhamos segurança no abastecimento.

O Dr. Barata passou por todos os sistemas com muita propriedade, mas eu queria salientar que, evidentemente, nós estamos indicando as grandes linhas que vêm desde o Rio Madeira, Santo Antônio e Jirau, agora Belo Monte, na sequência, a Teles Pires; mais à frente, as usinas do Tapajós, começando por São Luís, são linhas de extremo longo percurso, 2.000 km, 3.000 km, e naturalmente com fragilidades peculiares a tal distância. E, portanto, é imprescindível que se crie um sistema de segurança nos grandes centros de carga.

Esses números, os nobres Senadores já viram mais bem detalhados, inclusive pelo Dr. Barata. Nós temos aqui o relativo de São Paulo, com relação à geração, à capacidade instalada, nas diversas formas de hidrelétrica, termoelétrica e assim por diante. São Paulo tem hoje uma capacidade instalada de 22,8GW o Brasil tem uma capacidade instalada de 139GW. Ou seja, nós participamos, como capacidade instalada, de 16,4% dessa capacidade do País.

Na questão de consumo, São Paulo importa 57% da energia que consome. E, portanto, é extremamente dependente desse elemento que nós estamos chamando a atenção que é o da segurança energética nos grandes centros de carga. Nós percebemos que produzimos 11% da energia do País, consumimos 28% da energia do País. E, portanto, necessitamos de garantias nos centros de carga de geração.

Aqui está a questão da biomassa, que de forma abrangente o Dr. Barata também passou pelo assunto. No Brasil, temos hoje 13.196MW de potência instalada, e, em São Paulo, um percentual significativo disso. Sendo que nesse capítulo de biomassa, a cana-de-açúcar, ou seja, bagaço, e um novo insumo introduzido, nos últimos dez anos, que passou a ser a palha. Nós proibidos, em São Paulo, a partir de 2003, a queima da palha, em um processo de limpeza ambiental extremamente importante e, com isso, nós introduzimos a palha como um novo energético.

E digo mais até que esse novo energético hoje começa a ser analisado também, não só para a produção de energia elétrica, como para a produção de etanol de segunda geração. Não só o bagaço, como também a palha, as usinas hoje que começam a produzir energia elétrica do bagaço e da palha começam a trabalhar na produção de etanol de segunda geração.

Aí está a questão da eólica para mostrar que nós, São Paulo, somos muito ruins em geração de energia eólica. Mas, hoje, estamos com um programa intensivo para isso, uma vez que temos o parque de máquinas e equipamentos extremamente importante hoje, no Estado de São Paulo, produzindo pás, geradores, transformadores para o setor.

A energia solar, da mesma forma, está crescendo bastante. E aí está a relação entre o Brasil, que tem potencial hoje de geração de energia solar, São Paulo tem uma pequena geração, entretanto, isso tende a crescer rápida e eficientemente, inclusive nos reservatórios hidrelétricos que temos em São Paulo.

A questão dos combustíveis eu acho que é extremamente importante, embora estejamos, Senador Fernando Bezerra Coelho, tratando de energia elétrica, mas os combustíveis fazem parte desse cenário. E acho que é uma notícia extremamente importante para o País: nós, até agora, recentemente, dos meses de janeiro a outubro, praticamente estamos consumindo a mesma quantidade de etanol, seja anidro, seja hidratado, do que gasolina.

A gasolina C é aquela que tem 27% de etanol, neste caso, é só a gasolina, fora o etanol. Ou seja, consumimos, nesses dez meses, 24 milhões de litros de etanol, contra 24,7 milhões de gasolina, ou seja, efetivamente a matriz, também de combustíveis do País, caminha para ser uma matriz limpa.

Embaixo estão os números de biodiesel, isso é extremamente importante, porém ainda não temos uma participação efetiva do biodiesel na matriz de combustíveis do País.

Essa evolução da matriz energética brasileira, acho que é fundamental para o que nós gostaríamos de, ao final, estar ressaltando nesta Comissão de Infraestrutura do Senado, que é a evolução dos diversos elementos dessa matriz.

Em 1980, nós tínhamos, por exemplo, 48,3% de petróleo e derivados, em 2014, 39,8%, ou seja, 9% a menos no relativo. Evidentemente que aumentamos o consumo nominal, mas o relativo nós tivemos reduzido. E verificamos o aumento dos derivados de cana, de 8% para 15,7%, praticamente dobrando na matriz energética global do País para 15,7%. A hidráulica e eletricidade dessa origem hídrica com 11,5%. E vejam o impressionante crescimento do gás na matriz energética: passamos de 1% em 1980 para 13,7% no ano passado. E outros fontes, madeiras e outros mais, hoje, com 19,3%.

Isso é extremamente importante para nós podermos tratar de um tema, que eu considero fundamental, Dr. Barata já transitou por esse tema, que eu acho que é definitivamente nós introduzirmos o gás natural na

matriz energética brasileira de forma definitiva. É o combustível de transição. Vários têm mencionado, Dr. Barata inclusive mencionou isso, que muita gente critica o gás natural, que sempre deixa alguma poluição. Cada vez menos. Hoje, com turbinas ultramodernas, cada vez menos poluentes, e é o insumo de transição para as energia limpas.

O que é nós precisamos hoje? Energia na base capaz de sustentar as renováveis. As renováveis não são energia de base. Energia solar, enquanto nós não tenhamos megabaterias, que ainda temos um horizonte de 10 a 20 anos, não são energia na base. No caso da energia eólica, todo mundo que conhece energia sabe a oscilação vigorosa disso. E, portanto, é preciso que haja uma garantia de energia para garantir o crescimento do País, e essa garantia, Senadores, é exatamente o gás.

Em relação ao gás, nós temos o privilégio de um trabalho desenvolvido durante os últimos 50 anos pela Petrobras, hoje temos gás disponível, e é disso que eu acho que nós deveríamos estar tratando com muita profundidade: como estimular, como criar condições para que o gás tenha condições efetivas de estar nessa matriz.

Nós entendemos que geração e cogeração distribuída a partir de gás natural, é absolutamente importante, levando segurança energética aos principais centros de carga. E aqui mostramos o crescimento da produção de gás natural especificamente no caso de São Paulo, São Paulo e Rio de Janeiro, que estão indicados aqui na bacia do pré-sal.

Aí nós temos as diversas rotas de gás, que V. Exªs conhecem muito bem. A Rota 1, que é...

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO CARLOS DE SOUZA MEIRELLES – ... a rota de mexilhão, que entra por Caraguatatuba; a Rota 2, que agora acabou de ser completada pela Petrobras e que interliga lá no Gasene, entra pelo Rio de Janeiro; a Rota 3 não está completada ainda, estão ainda em fase de licitação os dutos marítimos; e a Rota 4, que é a novidade que nós gostaríamos de estar apresentando aos Srs. Senadores.

Essa Rota 4 é um esforço que o Estado de São Paulo está fazendo com a iniciativa privada, convocamos o setor privado, a Comgás, a Shell, e vários parceiros, que estão com recursos privados iniciando o processo de implantação dessa Rota 4. É um duto de 200km mar adentro, com mais 300km de três ramais de 100km. Ou seja, um complexo de 500km no mar que vai buscar gás em campos de gás do pré-sal e do pós-sal.

Esse sistema é um investimento da ordem de R$7,5 bilhões, já está em licença ambiental e deverá aduzir à região metropolitana de São Paulo, mais 15 milhões de metros cúbicos de gás. Isso é um exemplo do que nós queremos mostrar, que é preciso criar demanda para esse suprimento que está sendo providenciado. Portanto, esse é um esforço que estamos fazendo com o setor privado, e aí está a justificativa de por que essa ênfase da questão do gás.

Hoje nós recebemos da Bolívia 30 milhões de metros cúbicos de gás por dias, às vezes recebemos um pouco mais. Estes números que nós temos aqui referem-se ao mês de setembro. Recebemos, em setembro, 31,8 milhões de metros cúbicos de gás. É o verde que vem lá de cima, da Bolívia, é o Gasbol, que tem um *hub* em São Paulo e que vai para o Rio de Janeiro. Desse *hub*, nós temos 12 milhões de metros cúbicos que vão para o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e que têm ido menos do que o disponível, 5 milhões que vão para Minas Gerais. Recebemos do campo de Merluza aquele Gasan I e II, nós recebemos 2,5 milhões de metros cúbicos por dia, e do Gastau, que é aquele de Mexilhão, que entra por Caraguatatuba, recebemos 20 milhões. Significa que nós temos, transitando por São Paulo, que poderiam ir para o sul, poderia ir mais para Minas Gerais, uma quantidade da ordem de 20 milhões de metros cúbicos de gás por dia.

Isso significa, Senador Garibaldi Alves, que nós podemos tratar imediatamente de um tema central para o País, para resolver este dilema do gás, que é a questão do *swap* de gás. O *swap* de gás é absolutamente importante. A Agência Nacional de Petróleo está, na redação final do regramento técnico, para estabelecer isso, e é fundamental que o Senado nos ajude junto aos Estados, para resolver o corolário desse problema do *swap*, que é o problema tributário. Hoje, nós podemos desembarcar gás para qualquer lugar do Brasil, desembarcando no Rio de Janeiro, desembarcando em Salvador e desembarcando em Pernambuco, nas estações de regaseificação da Petrobras.

Mas como é que fica a questão do ICMS? Ou seja, o Confaz precisa definir uma regra para isso. O Rio Grande do Sul, por exemplo, está hoje tratando de uma geradora mencionada pelo Dr. Barata aqui, uma geradora termelétrica de 1.500MW, no Porto de Rio Grande. É preciso fazer a conexão até Triunfo. Como é que fica o desembarque de um gás que desembarcasse em Rio Grande, que fosse consumido em Santa Catarina, no Paraná, ou em São Paulo, ou em qualquer outro Estado?

Então, são temas centrais para introdução do gás na matriz energética o trânsito desse gás. Vem o segundo grande problema, que é o trânsito do gás nos dutos de transporte. Nós temos definidas as regras de uso desse gás, mas não temos a possibilidade de transitar.

Aqui os senhores vejam o crescimento impressionante do gás na matriz energética brasileira. Os senhores verifiquem isso no Brasil inteiro, principalmente no Rio de Janeiro, a partir das térmicas a gás, que estão hoje em *stand-by* e forma operadas até recentemente, até o mês de julho e agosto, e que, inclusive, produziram a famosa bandeira vermelha da tarifa de energia elétrica no País. Ou seja, é preciso que se resolva isso para que nós tenhamos usinas termoelétricas, não apenas em ciclo aberto, como são essas da Petrobras, mais em ciclo combinado, para que nós tenhamos máxima eficiência e possamos ter essas usinas na base.

Para isso, nós precisamos trazer GNL. O GNL está crescendo de forma impressionante no mundo inteiro. Aí está uma demonstração de navios transportadores de gás liquefeito, portanto a -170° C, e que são regaseificados nos portos. Para que isso ocorra, nós temos condições de fazer isso e ter realmente grandes centros de geração.

Eu trouxe aqui, nobres Senadores, uma demonstração do que estamos fazendo em São Paulo neste momento, com o acompanhamento direto do Ministério, do Ministro Eduardo Braga, do Ministro Eduardo Barata, para que tenhamos, neste *site*, onde nós já temos uma termoelétrica, que é a termoelétrica de Piratininga e de Fernando Gasparian, que geram hoje 540MW de potência, fizemos um edital de chamamento no mês de julho para instalar até seis termoelétricas de 250MW, ou seja, pretendendo instalar cerca de 1500MW.

Fomos surpreendidos, Srs. Senadores, com uma proposta não de seis licitantes, mas de 15 licitantes entre os maiores do mundo participando. O investimento neste *site* dessas novas termelétricas é alguma coisa da ordem de R$5,8 bilhões. Entretanto, a proposta geral, que não cabe neste *site*, apenas para termos uma ideia da disposição do setor privado, é da ordem de R$38 bilhões, investimento integral do setor privado. O Estado de São Paulo participará através da sua empresa EMAE (Empresa Metropolitana de Águas e Energia), que será partícipe desse processo com o seu *site* e com as suas conexões.

Então, os senhores percebem uma enorme disposição do setor privado para participar desse processo e, para isso, nós vamos precisar nesse *site* de mais seis milhões de metros cúbicos de gás por dia; já dispomos de 1,2 milhão e, portanto, precisamos resolver o problema do *swap* de gás.

E mais em termos de geração distribuída. O Secretário Executivo Barata mencionou esta questão da importância da geração distribuída e aqui nós temos um exemplo concreto, Srs. Senadores, que é o complexo hospitalar das clínicas, em São Paulo. É o maior complexo hospitalar da América Latina, o consumo de energia elétrica por todos esses hospitais e faculdades de Medicina, enfim, este conjunto consume energia equivalente a uma cidade de 50 mil habitantes. Nós estamos fazendo a implantação, Srs. Senadores, de um complexo gerador de energia a gás que vai substituir todo o sistema de ar condicionado de todos os hospitais a partir de uma central geradora térmica, juntamente com gás, e mais uma central fotovoltaica. Isso significa a introdução de segurança energética em uma área de extrema necessidade de segurança. E, mais do que isso, para que os senhores tenham ideia, nós estamos já com uma parceria entre a distribuidora de gás e a distribuidora de energia elétrica juntamente com o governo do Estado para fazer isso, investimento integral do setor privado neste setor.

Então, esses são pontos fundamentais para os quais nós queríamos chamar a atenção, em complemento à explanação geral que o Ministério das Minas e Energia fez pelo Secretário Barata, para dizer aos senhores o seguinte: é imprescindível que nós, para introduzirmos o gás na matriz energética brasileira, tenhamos clareza de que é uma energia de transição. Nos próximos 25 anos, nós precisamos da energia do gás, dispomos de gás, dispomos de investidores para gerar energia no País inteiro, ou seja, temos condições de acesso ao gás no Brasil inteiro, temos condições de substituir a energia elétrica em vários dos grandes centros de consumo, só que para isso nós precisamos resolver esses problemas fundamentais que aí estão.

Em primeiro lugar, a regulamentação do livre acesso de terceiros aos gasodutos de transporte. Hoje os gasodutos são todos da Petrobras, portanto, nós estamos regulados, só passa gás da Petrobras. Nada errado com isso daqui para trás, mas daqui para o futuro não mais. A Petrobras cumpriu um papel extraordinário durante esses 50 anos, esteve debruçada durante todos esses anos na busca de petróleo, e não de gás, gás sempre foi um problema; só que, nos últimos anos, ficou claro naquele gráfico que mostramos da matriz energética que o gás passou a ser extremamente importante, extremamente vital como energia de transição para as energias renováveis nos próximos 25 anos, energia na base, geração em ciclo completo.

Para isso, além de trânsito livre dos dutos, a Agência Nacional do Petróleo precisa nos dar essa solução, há a questão do *swap* de gás, que nos permite ficar com o gás que está passando por aqui e eu entrego este gás lá, fico com gás em Santa Catarina, fico com gás no Paraná, e entrego esse gás no porto Rio de Janeiro, através de uma de uma estação de regaseificação, que a Petrobras já tem e opera e tem capacidade ociosa hoje.

E evidentemente o corolário disso é o Confaz, que precisa definir o que é a uniformização tributária, para que a gente possa estar desembarcando no Porto de Suape e consumindo em Santa Catarina ou em qualquer outro Estado brasileiro.

E, finalmente, os terminais de GNL. Os terminais de GNL, hoje, não estão incorporados ao processo do gás. São tidos como uma ação comercial, meramente comercial. O que não resolve o problema.

Aí estão os desafios que nós precisaríamos enfrentar. Acho que foi extremamente importante estarmos aqui, Senador Presidente Garibaldi Alves Filho. É um privilégio estar com os senhores. E gostaríamos de dizer que o Estado de São Paulo, o Governo de São Paulo, está à disposição de V. Exªs, seja para aprofundar detalhes disso, seja para incorporar no processo dessa discussão as nossas instituições de pesquisas científicas, universidades, que hoje estão voltadas para esse setor, seja para a produção de elementos técnicos para essa discussão.

Eu queria agradecer muito a gentileza do convite.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Dr. João Carlos de Souza Meirelles, Secretário de Energia e Mineração do Estado de São Paulo, que aqui falou não apenas sobre os desafios enfrentados no Estado de São Paulo, mas também a contribuição que São Paulo pode dar ao nosso País.

E agora, encerrando as exposições dos nossos convidados, nós teremos a satisfação de ouvir a palavra do Dr. Mozart Siqueira Campos Araújo, Presidente do Conselho Administrativo da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel).

Com a palavra o Dr. Mozart.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Exmº Sr. Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente da Comissão de Infraestrutura, Exmº Senador Fernando Bezerra Coelho, a quem tenho a honra e privilégio de ser admirador e amigo, em nome do qual eu saúdo todos os Senadores aqui presentes, minhas senhoras e meus senhores aqui no plenário, meus colegas aqui de mesa, Dr. Meirelles, Dr. Barata, inicialmente eu gostaria de dizer que é com grande satisfação que eu tive a oportunidade de ouvir e ver a apresentação do Dr. Barata e do Dr. Meirelles.

A apresentação do Dr. Barata começa, além de dar números, apresentando mudanças recentíssimas, até porque foram decorrentes, ou ainda serão decorrentes, porque precisa da sanção presidencial, no que diz respeito à geração distribuída. E o Senado ontem deu a sua participação efetiva para a consolidação dessa necessidade, que hoje é premente na sociedade brasileira, para que não somente cada uma das empresas ou indústrias, ou até o consumo, tenha acesso à energia própria. Isso é um movimento mundial, capitaneado pela energia fotovoltaica. Nós realmente estamos muito atrasados. A Espanha já começou há mais de 15 anos, assim como os Estados Unidos. E nós só estamos começando a regular isso mais recentemente através da Aneel e agora junto às distribuidoras através de iniciativa do Ministério de Minas e Energia.

E não tenho dúvida de que essa nova administração do Ministro Eduardo Braga e do Secretário Barata está trazendo um alento e uma esperança para o setor elétrico, porque, mesmo com as apresentações positivas de investimentos, na realidade, o setor elétrico vive uma crise sem precedente na sua história.

O tamanho da nossa crise, se nós contabilizarmos 2014/2015, atinge um custo da ordem de R$100 bilhões, e os consumidores, além dos reajustes tarifários expressivos que vêm tendo das distribuidoras, recebem adicionalmente uma bandeira vermelha, o que mostra a situação que atinge não somente o consumidor residencial, industrial e de grande porte, mas também atinge as próprias empresas de geração de energia.

As hidrelétricas devem, este ano, sofrer um custo adicional de R$20 bilhões, em função de procedimentos adotados, decorrentes um pouco do efeito climático junto com a gestão e a falta de previsão de investimentos.

Então, eu vou fugir pouco... A nossa apresentação... Nós somos uma associação que tem um número expressivo. Para os senhores conhecerem um pouco, nós temos 15 anos de atuação, 202 empresas associadas – são as pequenas centrais elétricas, que já fazem um pouco da geração distribuída no Brasil –, 245 associados e, aproximadamente, 3.000MW de potência instalada.

Esse quadro já foi apresentado, mas é importante retornar. Esse dado é de setembro, que foi atualizado. Ou seja, o Brasil hoje tem 139.000MW de potência instalada. As PCHs participam com 3,48%. Temos, aproximadamente, 408 empreendimentos espalhados no Brasil inteiro. Daí o nosso conhecimento um pouco maior do Brasil.

Nós estamos na abundância de chuvas no Sul do País e na seca do Nordeste. Há seca mais ou menos na parte superior da Região Amazônica, sobretudo no Mato Grosso. Nós conhecemos essa diversidade climática e temos as mesmas repercussões que as grandes hidrelétricas têm.

Então, para que os senhores tenham uma ideia, eu acho tudo importante, por isso coloquei aqui que não vou apresentar números, mas vou apresentar história. O Senado é uma Casa que representa os Estados da Federação, com essa equalização de Senadores.

Eu vou mostrar um pouco da história recente, porque há uma história importante, que precisa ser conhecida, a partir, sobretudo, do processo iniciado por Getúlio Vargas, na década de 40, que estatizou o sistema, através da criação da Eletrobras, da Chesf.

Mas esse processo se esgotou no final da década de 90, e, a partir de 1995, o Estado caminhou para onde o mundo foi, buscando, obviamente, esses três pilares, que foram colocados tanto pelo Secretário Barata como pelo Secretário Meirelles, que são: a modicidade tarifária, a segurança energética e a universalização do atendimento.

Eu devo dizer aos senhores que a questão da modicidade tarifária não passa somente pelos investimentos, ela passa pelos investimentos, pela qualidade dos investimentos e pela gestão dos investimentos. Se você fizer os investimentos, mas não fizer com qualidade e não fizer a gestão adequada, ele vai sair caro. E é isso que tem acontecido no Brasil nos últimos anos.

Você esconde durante um determinado tempo, mas depois esse custo aparece – e ele apareceu o ano passado e este ano. Infelizmente esse custo veio com uma crise hidrológica, então ele se explicitou ainda mais.

Eu acho que há questões fundamentais no setor, que foram criadas em 1998: a Agência Nacional de Eletricidade, o Operador Nacional do Sistema, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, da qual o Secretário Barata, brilhantemente, foi superintendente e conselheiro durante muitos anos.

Em 2001, em plena consolidação desse modelo, tivemos um racionamento. Esse racionamento mostra que os governos não podem esquecer, quando estão fazendo suas reformas, que nós vivemos em um sistema que precisa continuamente fazer previsões adequadas.

Na realidade, eu posso dizer aos senhores o seguinte: em 2015, nós trocamos um racionamento por uma crise econômica e financeira sem precedentes. O setor elétrico vai sair de 2015 debilitado, devendo em todos os seus segmentos: no segmento da geração, no segmento da transmissão e no segmento do consumo.

Ou seja, todo mundo devendo. O consumidor final não sabe, mas ele vai pagar uma conta nos próximos cinco anos de vários bilhões de reais – ele está devendo, e não sabe.

Então, em 2004 houve alteração do modelo. Esse modelo foi para a questão dos leilões de compra de energia, que até hoje estão sendo feitos. E eu digo sempre: esse leilão é adequado, mas nós temos que gerir melhor esses leilões. Nós não podemos adquirir energia e depois ela não chegar. Por quê? Porque a capacidade econômica, às vezes, de alguns licitantes faz com que eles não entreguem.

E nós tivemos exemplos muito claros disso nesses últimos anos, em que leilões de cerca de 5.000MW de energia térmica não foram entregues, porque a gente não selecionou adequadamente o comprador.

O planejamento da expansão está corretíssimo, a EPE está fazendo o planejamento da expansão, mas ela tem, em muitos casos, tomado decisões, porque os custos são muito grandes. A segurança energética no Brasil está sendo feita com algumas termoelétricas, não todas, a preços de R$1.100 por megawatt/hora. Ou seja, o a gente não consegue pagar o prêmio ao seguro, quando ele é colocado e a gente tem que alongar.

Então, eu estou fazendo esse contraponto, até para animar um pouco aqui, na minha função de cidadão e de presidente de uma associação que está preocupada com essas questões.

A Comissão de Monitoramento do setor elétrico é muito importante, mas ela não tem uma presença, por exemplo, do Congresso Nacional. Ela não tem uma presença das entidades privadas. Ou seja, é o governo monitorando a si próprio. A gente tem que reformular isso, a gente tem que dar mais transparência. E essas são questões fundamentais de gestão, e eu, certamente, sabia que o Secretário Barata – por quem tenho a maior admiração – iria fazer uma exposição aqui mostrando o potencial do Brasil.

O potencial do Brasil é imenso. Estou no setor há vários anos, fomos colegas muitos anos juntos, labutamos juntos, e nós sabemos desse potencial. A gente só tem que otimizar o uso desse potencial. Não adianta fazer grandes investimentos, se o custo desses investimentos não podem ser pagos pela sociedade ou eles não são competitivos para que a gente possa exportar.

Essas são as questões fundamentais, que, muitas vezes, não se colocam. Eu acho que essa é a linha que nós, no final, recomendaremos como proposta para que o Senado e o próprio Congresso brasileiro passem a observar – a gestão é fundamental.

O conceito de projeto estruturantes nos preocupa muito. Nós temos o maior orgulho de dizer que estamos fazendo a terceira maior hidrelétrica do Brasil, que é Belo Monte. Mas, se nós formos olhar a eficiência dela, nós vamos ficar preocupados. As eólicas do Nordeste têm eficiência maior do que a Hidrelétrica de Belo Monte.

Ao mesmo tempo em que fazemos uma hidrelétrica desse porte, nós estamos fazendo linhas de transmissão de longa distância, de 2.000 km. E aí eu tenho que concordar com Dr. Meirelles: uma linha dessa, com 11.000MW, se, por algum motivo, durante 2.000 km, cair um raio em cima dela, apaga o Brasil – ou pode apagar o Brasil ou pode apagar uma parte do Brasil.

Então, as outras questões... Projetos estruturantes são projetos normalmente subsidiados: linhas de financiamento da ordem de 3% nominal ao ano, quando a inflação hoje está 10%. Então, é subsídio de 7% na veia, é o Tesouro Nacional que está pagando.

Será que outros projetos mais eficientes não podem ser feitos ou serem feitos de forma modular? Paulo Afonso I foi feita com 180MW, ao lado dele foi feita Paulo Afonso II – isso é a história do setor na década de 50 – com 400MW. Depois foi feita Paulo Afonso III com 800MW. Depois foi feita Paulo Afonso IV com 2800MW, mas foi feita de forma modular.

Belo Monte estava projetada para ser feita em duas etapas. Estamos fazendo de uma vez. Se os senhores, eventualmente, visitarem Belo Monte no ano em tivermos que atender à condição ambiental de 1400 m^3 pela Rota do Xingu, não vão lá em setembro e outubro não, porque há 18 máquinas paradas. No segundo semestre, é 15% a utilização da linha de transmissão e das usinas.

Então, nós precisamos melhorar a eficiência. Essas decisões precisam ter uma maior participação da sociedade, e, muitas vezes, a sociedade não participa adequadamente.

Essas audiências públicas que nós estamos fazendo aqui são muito relevantes. Elas precisam ter o contraditório e, eventualmente, estou fazendo um pouco disso aqui. E fico feliz porque eu vi que diminuiu o número de telefones e o povo parou de falar nos telefones também. Então, parece que o que eu estou falando é importante para vocês.

Eu agradeço muito, Presidente Garibaldi, e é por isso que eu estou fazendo um pouco esse contraponto de forma distinta. Nós tivemos um fato histórico recente que foi a edição da Medida Provisória nº 579. Essa medida provisória foi anunciada como a medida provisória que ia reduzir o custo da energia no Brasil. E a gente vê que quando a gestão... O contraditório não houve e ela teve exatamente o efeito inverso. Ela destruiu o valor da principal empresa do Brasil, que se chama Eletrobras. Hoje, economicamente, a Eletrobras é uma empresa em dificuldades, porque pegou praticamente seus ativos e transformou-os em cotas e ficou com a receita comprometida. A Petrobras e a Eletrobras, que são os pilares eventualmente do desenvolvimento industrial deste País, desde a década de 1950, hoje, têm dificuldades. Certamente vão ter que ser tomadas medidas para restabelecer essa capacidade, porque empresas como essas existem no mundo inteiro. Se você for aos Estados Unidos verá três maiores do que ela, públicas, não são sociedade de economia mista. Se você for ao Canadá, da mesma forma. Se você for à Noruega, da mesma forma. A gente não pode fazer uma coisa diferente do que há no mundo se a gente for parecido com o mundo, porque isso certamente trará problemas.

Outra questão importante é aquela que nós chamamos de artificialismo tarifário. Não dá, de uma hora para outra, querer reduzir tarifa por decreto, porque o custo vai recair em algum segmento do setor. Então, afora isso, fazer uma redução tarifária incentivando o consumo, sem ter como contrapartida capacidade de geração, isso me parece que não foi uma medida adequada.

Finalmente, houve as interferências do Governo – eu tenho que colocar aqui, meu amigo Barata, porque isso é verdade – com atos, inclusive, que não tiveram respaldo legal. Quando esse custo de energia estourou, o Governo, através do Conselho Nacional de Política Energética, baixou uma portaria denominada CNPE 03, que não poderia ser feita porque não há respaldo legal, não há legislação. Os senhores deram esse poder ontem. O art. 2º da medida provisória diz que, a partir de agora, a Aneel poderá cobrar a energia fora da ordem de mérito. Está lá no art. 2º, se não me engano, no § 1º do art. 2º. Mas isso não existia. Houve 56 ações de parte das geradoras, e o Governo perdeu todas.

Então, nós estamos realmente num processo... Obviamente na hora em que o Congresso, que é soberano, decide, a partir de agora esses encargos vão para as geradoras. Certamente as geradoras vão ver como absorverão mais esses encargos.

Em 2015, a crise obviamente ficou generalizada, as tarifas tiveram que ser aumentadas, porque não havia mais como financiar o fluxo de caixa das distribuidoras, os passivos financeiros foram muito grandes. A própria CCE tomou empréstimos vultosos em nome das distribuidoras para poder pagar a banca privada. As perdas substanciais da hidreletricidade e uma judicialização nunca vista no setor travaram o mercado de energia elétrica.

Finalmente, temos essa medida provisória que ontem foi aprovada pelos senhores e que já tinha sido aprovada pela Câmara e que tem o objetivo de destravar a liquidação do mercado, fazer uma repactuação do risco hidrológico. Mas nós entendemos que o setor está com tanta intervenção que certamente vamos ter que, com a ajuda do Congresso Nacional e particularmente do Senado, revisitar todo o marco legal do setor elétrico para restabelecer uma previsibilidade maior, que permita que nós, pequenas centrais hidráulicas, continuemos investindo com segurança e certamente com menos sustos com relação à questão da liquidação no Brasil.

Quais foram as principais causas da crise? Entidades concebidas para serem independentes passaram a ter intervenções por parte do Governo, o que diminuiu a autonomia delas.

Políticas e diretrizes referentes à segurança energética e à aquisição de energia não são discutidas nem divulgadas, afrontando, inclusive, a modicidade tarifária. É bem claro.

Eu diria até ao senhor o seguinte: nós tivemos uma pequena crise em 2008, e essa pequena crise teve o mérito de colocar as eólicas na matriz energética nacional. A crise energética de janeiro de 2008, finalmente,

colocou a eólica na matriz energética nacional. Essa crise energética, talvez, ajude a consolidar a eólica, a solar, a biomassa e as pequenas centrais hidráulicas.

Eu acho que nós poderíamos prever e não passar ou administrar melhor essas crises. Obviamente, que eu já falei para os senhores a composição inadequada, como um todo, notadamente no setor elétrico, que, a nosso ver, precisa de uma participação de entidades independentes da sociedade e, também, do Congresso brasileiro, para o Congresso estar mais próximo e, com isso, a gente não ser surpreendido com o fato já consumado.

A expansão da geração é outra coisa que ficou, praticamente, paralisada entre 2002 e 2005. Os custos dos projetos estruturantes foram subestimados. Quando se fez Belo Monte e se colocou um determinado preço, não se colocou para a sociedade o preço dos bipolos. Então, Belo Monte deve custar R$30 bilhões a juros subsidiado, mais, aproximadamente, uns R$12 bilhões de bipolo. E vai produzir, infelizmente, uma energia de 40% de sua capacidade.

O atraso da diversificação da matriz energética. Durante, praticamente, cinco anos, enquanto a gente vê aqui... Para os senhores terem uma ideia, hoje, o país onde se utilizar a maior parte da matriz eólica, que é a China, tem aproximadamente 80.000MW, quase um pouco mais da metade do Brasil tem total de potência instalada. Os Estados Unidos têm, aproximadamente, 65.000MW de eólica instalada. Agora, sabe qual é a diferença? Em 2013, eles instalaram 15.000MW. Nós estamos apontando aí para a chegada de eólica em torno de 2.020, na faixa dos 23.

Eu digo aos senhores o seguinte: a eólica brasileira, o nosso vento não e só de quantidade não; é de qualidade. O que significa? Nós não temos rajadas que têm no sul, nem na Europa nem nos Estados Unidos. Então, nós não estamos precisando de aquecimento de aerogerador nem de pás, porque nós não temos neve. O vento, no Nordeste, não muda de direção. E ainda: o vento é bem comportado e a qualidade. Tanto é que, hoje, o ONS, que é o Operador Nacional, que era extremamente reticente, mudou sua visão sobre a eólica, porque a diversidade locacional das eólicas que estão se instalando no Brasil está fazendo com que essa intermitência seja suavizada.

Mas eu concordo, Dr. Meirelles, que nós precisamos fundamentalmente de diversificar a matriz energética com uma com uma geração possa ser despachada e, sem dúvida nenhuma, o gás natural é importantíssimo para que a gente tenha energia em ambulância, mas energia competitiva. O Dr. Barata acabou de mostrar, só quem ganha na competição para a eólica, é a energia hídrica; em todas as outras, a eólica ganha e ela está se aproximando fortemente do custo da energia hídrica.

As questões que eu coloquei da inexistência de política e incentivo à geração distribuída, quando fiz esse eslaide – eu fiz esse eslaide durante essa semana – vocês aprovaram, o Senado, ontem, uma política para corrigir esse fato. Mas o fato é o seguinte: passamos 15 anos nessa situação. A contratação de agentes sem capacidade técnica e econômica. Nós continuamos a fazer isso. Nós sabemos que algumas dessas contratações têm dificuldades enormes de ocorrer, e a gente precisa melhorar os processos de contratação.

Na expansão da transmissão, nós tivemos algumas morosidades na obtenção do licenciamento ambiental, além das questões fundamentais de regularização fundiária. A outra questão fundamental, e ela vai ser cobrada das empresas estatais, que são as empresas de economia mista e que não estão mais fazendo... As licitações de linha de transmissões foram ganhas com preços que não conseguem remunerar o ativo.

E o que é que aconteceu recentemente? Dr. Barata mostrou. Fez um leilão agora e o preço remunerável deu vazio. Sabe por quê? Não havia estatal concorrendo. Não dá para fazer as coisas de forma artificial. Nós temos que enfrentar essa realidade e ser competitivos e competentes.

Na distribuição, obviamente o aumento do custo de geração e transmissão está causando um estrago na distribuição, e nós temos um outro fato, que é o fato mais recente: a crise energética no Brasil não é maior porque a crise econômica reduziu a crise energética. Para vocês terem uma ideia, está chovendo muito do Sul. O consumo no sul está caindo 6%. Isso é histórico. O consumo no Sudeste está caindo em torno de 1% a 2% e, no Nordeste, que crescia a 8%, neste ano, está crescendo 1%.

Ou seja, é a crise econômica causando a crise energética. O que nos preocupa como geradores? Eu posso dizer aos senhores que uma das preocupações, hoje, mais prementes é que nós podemos passar, rapidamente, se a crise econômica continuar, para o sistema de escassez de geração para sobreoferta de geração, porque não há quem compre. E esse é um risco muito grande porque a crise financeira continua. Tem crise financeira e falta e crise financeira e excedente, porque os investimentos estão sendo feitos e como é que eles vão ser remunerados?

O consumidor final não aguenta mais, não tem mais espaço para aumentar preço. Então, nós temos um desafio muito grande. Eu confio muito no Dr. Barata, na sapiência dele, nessa nova administração do Ministério de Minas Energia para que a gente enfrente, juntamente, mas de forma transparente, reconhecendo os problemas.

Então, as propostas, eu vou terminar rápido:

Restabelecer os fundamentos do setor elétrico, que atenda às necessidades do País.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Obviamente, que os fundamentos do setor elétrico que nós propomos é reduzir na intervenção do Governo e ir eliminando políticas artificiais na produção de energia. O Governo tem que encontrar uma forma de outorgar a produção de energia mediante geração efetiva. Não dá mais continuar como o Governo vem fazendo, emitindo garantias físicas para algumas usinas cuja energia gerada não corresponde à realidade.

Adequar o processo de suprimento de energia elétrica às mudanças tecnológicas, independentemente da matriz energética. Eu não sei se os senhores sabem, mas a mudança tecnológica que e está havendo, sobretudo no segmento de eólica e de solar, é extraordinária. Nós exploramos, também, essa área de energia eólica. Turbinas que eram ultramodernas, em 2010, hoje são ultrapassadas, sendo substituídas por outras com produtividade a que atingem até 50% do valor.

Nós temos que estar atentos e facilitar, eventualmente, a importação e trazer essa indústria para cá. O processo inicial é de importação e, depois, você traz, porque ela vai ver que tem mercado. Mas a gente não pode ficar esperando para produzir menos energia quando a gente pode produzir mais com o mesmo custo. Adotar políticas permanentes do uso de eficiência de energia. Nós, de fato, não temos, nos últimos 15 anos, um programa digno desse nome de eficiência energética para o País.

Qualquer país do mundo faz isso de forma permanente. Eu digo porque eu sou do Nordeste e a gente continua lá, tomando banho de água quente, com chuveiro elétrico. Isso é um absurdo. Você coloca um coletor solar, esquenta a água, é mais barato e você toma o mesmo banho de água quente. A gente, finalmente, deixou de produzir lâmpada incandescente aqui no Brasil. Ou seja, são políticas que precisam ser feitas.

Às vezes, até a sociedade não entende, num primeiro momento, mas, depois, ela entende. A gente precisa, realmente, se voltar para que haja uma redução, porque, com isso, a indústria pode, certamente, ser mais competitiva, exportar mais e consumir mais energia. E a gente precisa de uma política permanente. Essa política foi feita pelo Procel, durante a Eletrobras, mas ela, hoje, é, praticamente, desconhecida.

O Congresso precisa definir claramente uma política permanente do uso eficiente de energia para reduzir os custos nas residências, nas indústrias e, obviamente, no setor público; estabelecer um modelo de governança para mim – embora esse seja o último, ele é o principal – que será capaz de assegurar integração e a eficiência das entidades setoriais.

Eu quero dizer aos senhores que a gente sabe, eu já fui do setor elétrico estatal. Nós precisamos fazer a integração. Os setores não conversam.

Os setores têm divergências muito fortes com relação a diretrizes que têm que ser emanadas. E eu digo aos senhores: uma das coisas que nós precisamos estudar é a descentralização das decisões. O planejamento pode ser centralizado, mas as decisões têm que ser descentralizadas. Talvez tenhamos que ter uma reforma profunda em órgãos de operação e de planejamento, adequando-os às necessidades.

Nós sabemos que nós temos biomassa em de São Paulo, nós temos eólica no Sul, nós temos eólica no Nordeste, nós temos hídrica no Norte, mas essas regiões se completam e nós temos que definir um programa, porque hoje, por exemplo, o potencial eólico está sendo refreado porque não temos transmissão segura para fazer linha de transmissão. Nem para fazer a conexão.

Então, Srs. Senadores, essa é a nossa contribuição, uma contribuição construtiva do ponto de vista crítico. Eu queria agradecer a atenção de todos vocês, do meu colega e amigo Barata, do Senador Meirelles, do Senador Wilder Morais. Desculpa eu não assíduo aqui na Casa, conheço pouco os senhores, mas agradeço a atenção de todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Agradeço a participação do Sr. Mozart, e, encerradas as exposições, passo a palavra aos autores do requerimento da realização desta audiência pública.

Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senhores, eu queria, inicialmente, cumprimentar os nossos convidados pelas disposições que aqui realizaram de forma objetiva, segura e bastante esclarecedora, tanto o Dr. Barata, representando aqui o Ministério de Minas e Energia, como o nosso Secretário de Energia de São Paulo, Dr. Meireles e o nosso amigo Dr. Mozart, trazendo aqui a visão do setor privado, representando a Abragel.

Na realidade, Sr. Presidente, se V. Exª me permitir, queria fazer uma pequena introdução antes de dirigir uma pergunta a cada um dos Srs. convidados.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Com a palavra, Senador Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – O modelo do setor de energia elétrica do Brasil foi profundamente modificado no início do primeiro mandato do Presidente Lula, pela Lei nº 10.848, de 2004, que visava garantir a segurança energética nacional como um dos pilares do setor elétrico. À época, concebeu-se que o Estado pudesse atuar de maneira mais efetiva no planejamento setorial, por exemplo, com a realização de leilões de energia nova para atendimento da demanda futura e aperfeiçoar os mecanismos de comercialização de energia elétrica dos mercados livres e regulado.

A matriz de energia elétrica era, majoritariamente, hidrotérmica, com usinas hidrelétricas com capacidade de reservação de água relativamente alta e parque térmico a combustível fóssil, combinação essa que refletiu no modelo de integração entre o planejamento e a operação do sistema elétrico. Passados dez anos – e nós estamos com a incumbência de poder fazer a avaliação da política do setor energético nesses últimos dez anos –, o País apresenta a matriz energética diversificada. Isso foi uma grande conquista.

As fontes renováveis ganharam participação significativa, e o aumento do parque hidrelétrico deu-se com usinas, infelizmente, a fio d'água, com capacidade reduzida de armazenamento. Isso nós estamos constatando, agora, nessa grave crise hidrológica. Isso torna mais complexa a operação, o planejamento e a garantia do abastecimento de energia. Ainda, as alterações recentes causaram preocupação em todos os agentes do setor. A Medida Provisória nº 579, que foi aqui amplamente discutida, sobretudo por Dr. Mozart, trouxe mudanças tão profundas que quase levou o setor elétrico ao colapso e causar um impacto, inclusive na atividade econômica, que dependia do mercado livre.

Concomitantemente, o País foi submetido a períodos de escassez hídrica, que acabaram por mostrar falhas no modelo vigente. E para corrigir parcialmente o modelo, foi encaminhado para apreciação do Congresso Nacional a Medida Provisória nº 688, que foi aprovada ontem à noite nesta Casa do Senado Federal e segue, agora, para sanção da Presidenta Dilma.

Em face desses comentários, dessa introdução, em face dos debates que realizamos com especialistas no painel que ocorreu no Rio de Janeiro, em 10 de setembro, sede da EPE, eu gostaria de trazer os seguintes pontos para apreciação dos nossos convidados.

O modelo do setor elétrico, em boa parte, tenta da racionalidade econômica, preço de energia, ao sistema físico, que são as instalações de geração, transmissão e distribuição. Caso não esteja em funcionamento adequado, esse binômio físico-econômico pode causar efeitos deletérios, como elevação de tarifas para os consumidores ou comprometimento financeiro de agentes de geração, que levou, recentemente, à judicialização do setor.

A minha primeira pergunta vai para o Dr. Mozart. O que é necessário para aprimorar o atual modelo e como esses aperfeiçoamentos podem incentivar o aumento da participação das fontes renováveis? Nós, notadamente – sou Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional – temos defendido uma participação mais relevante da energia solar na matriz energética brasileira. Inclusive, entregamos um documento ao Ministro Eduardo Braga para que essa participação das energias solar, eólica e biomassa pudesse sair de 23%, como está projetada para até 2030, que pudesse, com o acréscimo da solar, alcançar 25%, porque eu notei aqui, na exposição Dr. Barata que nós realizamos já dois leilões de quase 1MW de energia solar, mas a estimativa de alcançarmos, em termos de capacidade instalada até 2023, é de 3,5MW.

Isso dá a entender que nós não teremos, proximamente, novos leilões. Então eu queria entender se vai ser mantido, pelo menos, 1MW de leilão de energia solar por ano, para que a gente pudesse ter, portanto, uma participação mais preponderante nesse setor. Então a pergunta para o Dr. Mozart é esta: como aprimorar esse atual modelo e como incentivar o aumento das energias renováveis, notadamente eólica e a solar na matriz de energia elétrica futura de maneira que não comprometa financeiramente nem os consumidores nem os agentes de geração?

E continuo, Sr. Presidente. Nas modificações que foram trazidas pela Medida nº 579, algumas concessões de geração puderam optar pela sua prorrogação, contudo, dentro dos sistemas de cota e com a destinação de 100% da energia ao mercado regulado. A Companhia Energética de São Paulo, a Cesp, optou, à época, por não aderir a esse sistema. Passados quase três anos, modifica-se o modelo para que parte da energia possa ser destinada ao mercado livre. Dois grandes ativos, atualmente, são operados pela Cesp e estarão sob esse novo modelo: as usinas hidrelétrica de Jupiá e Ilha Solteira.

A minha pergunta ao Dr. Meirelles, como Secretário de Energia e Presidente do Conselho de Administração da Cesp, é que ele nos falasse quanto às subidas modificações nos modelos do setor, como aquelas que foram promovidas em 2012 e 2015, na forma de avaliação de risco regulatório legal para uma concessionária de geração, além dos efeitos na gestão desses ativos pelo Estado de São Paulo.

Por último, eu queria abordar a questão do licenciamento ambiental, que foi aqui, também, destacado por Dr. Mozart e que, também, é fruto de graves preocupações por parte do Senado Federal. O licenciamento ambiental dos empreendimentos do setor elétrico... Aqui quero fazer uma ressalva, eu saí desta reunião para votar a proposta do licenciamento ambiental em regime de *fast track* aqui na Comissão de Desenvolvimento Nacional. Eu vou fazer as minhas perguntas, mas tenho que dar quórum para que a matéria possa ser votada no plenário do Senado Federal, antes do término deste período legislativo.

Então, reitero, o licenciamento ambiental dos empreendimentos do setor elétrico tem sido alvo de constantes críticas, tanto pelo Tribunal de Contas da União quanto pelos agentes responsáveis pelas obras, tendo sido diagnosticado atraso sistêmico em empreendimentos estruturantes de geração e transmissão. Além disso, o Brasil tem enfrentado o desafio de implementar metas desafiadoras de redução.

Além disso, o Brasil tem enfrentado o desafio de implementar metas desafiadoras de redução de emissão de gases de efeito estufa, o que terá impacto significativo no planejamento e na operação do setor elétrico.

Pergunto ao Dr. Barata. Recentemente, o Senado, por intermédio da Agenda Brasil, decidiu apreciar projeto de lei que estabelece licenciamento *fast track* para empreendimentos estruturantes. Qual é a posição do Ministério de Minas e Energia com relação a essa iniciativa?

A segunda pergunta, ainda dirigida ao Dr. Barata: os desafios do setor elétrico têm sido cada vez maiores. Como e quais ações o Ministério tem implementado para encarar esses desafios, em especial a revisão dos modelos computacionais utilizados no planejamento energético e das garantias físicas do parque gerador? Existe muita discussão que há garantia física outorgada, mas não há geração de energia efetiva. Isso foi um instrumento utilizado pelo Governo para apoiar esses projetos estruturantes? Qual é o impacto disso no equilíbrio do sistema, se isso está – digamos assim – acompanhado pelo Governo para não gerar desequilíbrios dentro do sistema.

Por fim, a terceira pergunta, ainda ao Dr. Barata. Essas políticas de incentivos às fontes renováveis continuam, permanecem? Qual é a posição do Governo em relação ao estímulos às fontes renováveis como eólica, solar e biomassa?

Sr. Presidente, para não abusar, queria provocar os três com uma só pergunta. Estamos fazendo uma avaliação da política pública dos últimos dez anos. Se os senhores tivessem que conduzir a política pública, pelos próximos dez anos, qual o erro cometido que deveria ser evitado nos próximos dez anos?

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Obrigado, Senador.

Como o segundo autor do requerimento não está presente, Senador Telmário Mota, e para ganharmos tempo, Senador Fernando, gostaria de passar a palavra também ao Senador Lasier Martins, para que possa fazer dois blocos, possamos responder V. Exª e depois o segundo bloco.

Com a palavra o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado Senador Wilder. Em primeiro lugar, cumprimentos aos nossos visitantes. Até ouço dizer, Senador Wilder, que nós hoje estamos de parabéns, porque há muito tempo esperávamos por esta audiência, afinal é um dos temas mais relevantes para o desenvolvimento do Brasil no que diz respeito às fontes energéticas.

Tivemos aqui três exposições muito amplas, até num tempo bastante limitado, mas com muita objetividade, os nossos convidados nos trouxeram uma ideia muito boa do que é nossa realidade e dos desafios, principalmente os desafios. E, nesse particular, o Dr. Mozart fez uma exposição crítica bastante profunda, com independência, o que é muito agradável termos uma exposição crítica como o senhor fez, bem como a realidade na exposição do Dr. Luiz Eduardo Barata, Dr. Meirelles, que não se limitou ao Estado de São Paulo, mas foi mais longe. Tenho três perguntas também bem objetivas.

Em primeiro lugar, uma dúvida que pende o tempo todo com relação à nossa carência real de energia do Brasil. Foi dito aqui que nós temos uma capacidade instalada de 139 mil megawatts, mas sabemos, de tanto ouvir falar, que há riscos a todo momento de apagão, de insuficiência e isso não atrai investidores, porque sabemos que qualquer investidor a primeira coisa que investiga, quando quer se instalar num país ou num Estado, é para saber se tem energia.

O meu Estado, por exemplo, que é o Estado do Rio Grande do Sul, produz apenas 40% da energia que consome. Então, se é possível dizer – e deixo essa pergunta ao Dr. Luiz Eduardo – qual é a carência hoje, independente dos projetos de investimentos – porque estamos pagando uma energia cada vez mais cara, o que é sinal de que não temos energia suficiente, como têm alguns países, que têm tanta energia que podem cobrar barato. No Brasil isso não pode acontecer. Então, qual é essa nossa realidade?

Eu não sei a quem me dirigir, mas como percebi que o Dr. Meirelles está muito inteirado de toda a problemática nacional da energia, gostaria de fazer uma pergunta especial sobre aquela fonte que poderíamos denominar o patinho feio das fontes energéticas, que é o carvão mineral.

Eu lhe faço essa pergunta, Dr. Meirelles, porque na escala das fontes energéticas, vi aqui num gráfico, o carvão mineral está em último lugar. O meu Estado tem um potencial extraordinário. Como foi dito, temos 32 mil toneladas de carvão mineral no sul do Brasil, principalmente Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e tem muito a ver com o desenvolvimento da metade sul do Rio Grande do Sul, que hoje é uma metade pobre e candiota, tem um carvão de fácil acesso, à flor do solo.

Então, eu gostaria de ver – já que o senhor é uma autoridade – se os equipamentos antipoluentes permitem a exploração dessa fonte energética ou realmente ela tem que ser desativada, até porque, Dr. Meirelles, esta nossa audiência pública está sendo transmitida pela televisão. No Rio Grande do Sul há gente que está assistindo. Então, que se coloque uma pá de cal de uma vez por todas.

Dá para continuar explorando carvão mineral ou desistimos, de uma vez por todas, desse meio e vamos partir para outras. Principalmente quando vivemos, como foi dito e escrito, que já houve um esgotamento do potencial hidroelétrico. Então, se falou aqui em tantas outras fontes.

Quero deixar para o nosso crítico desta brilhante Comissão, que está aqui hoje, Dr. Mozart, sobre energia nuclear. Ela é extremamente polêmica no mundo inteiro e sabemos que a Alemanha está desativando, pouco a pouco, até 2022, as suas 19 usinas nucleares, pelos riscos e pelos acidentes já ocorridos.

Então, qual é a perspectiva, qual será a reação, principalmente do movimento ambientalista ao saber-se que há um estímulo à implantação da energia nuclear no Brasil? O que o senhor acha disso, realmente é muito importante? Dá para continuar? Vamos arranjar incomodações? Enfim, são essas as minhas três perguntas, bem objetivas, meu prezado Senador Garibaldi.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Dando sequência, concedo a palavra ao Senador Wilder Morais. Em seguida, ao Senador Roberto Rocha.

Agora ao Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Primeiro, eu gostaria de cumprimentar nosso Presidente, Senador Garibaldi Alves, nossos expositores, parabenizar nosso querido Fernando Bezerra pela brilhante escolha desta audiência pública, esclarecedora.

Ontem, nós tivemos a votação da MP nº 688. Até votei a favor, cumprindo uma recomendação do Governo, sou Vice-Líder do Governo, mas como engenheiro eletricista e do setor, sinceramente acho que essa MP não vai resolver a questão e pode onerar mais ainda o bolso do consumidor. Votei a favor, cumprindo deliberação do Governo, mas acho que essa MP não resolve e há a questão dos riscos hidrológicos.

Aumentar mais a tarifa nos preocupa. Acho que temos que evitar a possibilidade de aumentar a tarifa energética, que já está muito alta. Não quero entender, não consigo entender porque a China tem, nos próximos cinco anos, a previsão de investimento de 100GW de energia solar enquanto que o Brasil vem com os tímidos três gigawatts de energia solar até 2020. Acho isso um absurdo, o Brasil tem uma solimetria muito maior do que a China, em condições de fazer uma geração distribuída muito mais ampla, principalmente nas costas, no nordeste brasileiro, em São Paulo, nas regiões que têm maior consumo de energia, que poderia facilitar e muito essa energia solar. Por que o Brasil tem esse comportamento?

Eu, sinceramente, acho que é preciso mudar a cabeça atual do setor elétrico brasileiro. Acho que os atuais planejadores do nossos sistema elétrico estão fora da realidade com relação a essas questões, principalmente, da energia solar e da energia eólica.

A questão é que o Brasil atua timidamente – e estou falando porque trabalhei 10 anos no Ministério de Minas e Energia, no monitoramento do sistema elétrico nacional – e fica investindo esses valores vultosos em usinas no meio do Amazonas ao invés de investir em facilitar a questão do fabrico de painéis solares, de financiar a dona de casa, de financiar o micro e o pequeno empresário para colocar energia distribuída nos seus negócios.

Estou vendo aqui que a Aneel está querendo mudar a Resolução nº 482 exatamente para dificultar às pessoas a fazerem compensação do crédito de energia solar. Ou seja, ao invés de o Brasil incentivar, fica dificultando para o pessoal da geração distribuída. Acho um absurdo e acho que precisamos repensar o setor elétrico brasileiro com relação ao planejamento.

A prioridade, na minha visão, tem de ser sempre a geração distribuída. É necessário gerar no centro de carga. Assim, poderemos eliminar gastos em grandes linhas de transmissão. Estão vendo o preço absurdo desses gastos, o risco que representam ao sistema, Sr. Meirelles?

Então, quero parabenizá-lo por essa compreensão clara e dizer que o Brasil precisa mudar. Tudo bem, acho que a energia hídrica é uma energia barata, uma energia importante para o Brasil explorar. Mas, a partir do

momento em que o Brasil tem esse potencial solar inaproveitado porque ficou 10 anos investindo em térmica ao invés de investir em desenvolvimento da energia solar, criou-se essa dificuldade toda para a gente avançar.

Quero parabenizar São Paulo pelo grande avanço com relação às energias da biomassa da cana-de-açúcar e de outras. Quero falar para o Barata – viu, Barata – que essa colocação não serve tanto para você nem para o Ministro atual. Acho que o Ministro atual e você estão abrindo as portas, abrindo o Ministério, para a questão da energia solar, das energias alternativas. Não vi isso nos últimos dez anos em que passei no Ministério de Minas e Energia. Então, eu, sinceramente, acho que o setor de planejamento tem de ser mudado no Ministério de Minas e Energia. Não estou aqui querendo pedir a cabeça de ninguém, só acho que a mentalidade tem que mudar. O Brasil não pode ficar com essa posição tímida como está com relação a esse setor.

Queria saber de vocês onde fica a questão da modicidade tarifária. Em nenhum momento foi falado sobre essa questão. Eu queria saber onde fica a questão da modicidade tarifária porque, em momento nenhum, a gente falou aqui sobre essa questão. Essa é uma questão preponderante para o consumidor brasileiro. A minha preocupação, ontem – inclusive fiquei lá tímido e não falei "a" – , foi votar a favor da 688, exatamente porque acho que vai dificultar mais ainda a questão da modicidade tarifária. Votei a solicitação do Governo, mas acho que não votaria se fosse em outra situação normal.

Tenho defendido muito, aqui, uma emenda para que o BNDES, ao invés de ficar financiando, igual está aqui, por volta de 30bi e mais 12bi em transmissão, ou seja, 42 bilhões em Belo Monte, faça esse financiamento, então, em geração distribuída solar, pelo Brasil afora. Teríamos uma melhor condição de termos a mesma potência... Está certo, porque no pico poderíamos ter em Belo Monte, com o mesmo valor e em condições muito mais favoráveis para os consumidores brasileiros, porque não estaríamos correndo esse risco que o Meirelles coloca aqui, não estaríamos tendo esse pico de carga nos momentos mais inoportunos, como nos finais de tarde, causando blecaute. Teríamos uma condição muito melhor de operação do sistema. Então, a gente precisa pensar nisso porque, em 2023, teremos apenas 1,8 da nossa geração em energia solar. É aquela questão dos 3GW, que são insuficientes. Precisamos reforçar essa energia.

Quantos megawatts serão leiloados em térmica no próximo ano? Estou querendo saber porque eu, sinceramente, apresentei inclusive aqui um projeto, o Projeto 201, prevendo que até certo ano, acho que 2025, a gente zere a questão de produção de energia via hidrocarboneto e repasse todo esse dinheiro que está sendo gastado lá para a produção de energia solar, para a energia de biomassa.

Por exemplo, queria saber dos senhores sobre a questão da geração de energia via resíduos orgânicos, nas cidades por exemplo. Temos de facilitar, não é? Porque o lixo brasileiro está servindo para poluir, para gerar chorume, para fazer um monte de coisas, ao invés de produzir energia. E a pirólise, em baixa temperatura, demonstra ser altamente competitiva. A gente precisa mudar a regulamentação legal para permitir que as nossas prefeituras, no Brasil inteiro, possam utilizar ou se consorciar para fazer esse uso.

Vou ficar por aqui porque o nosso mestre-cuca, o nosso comandante, já está mostrando que o meu tempo se acabou. Mas teríamos muito mais coisas para fazer. Acho que a gente tem que discutir.

Quero falar, meu querido Mozart, que concordo com 100% do que você falou. Meu gabinete está à sua disposição, o gabinete nº 22 da Teotônio Vilela, para juntos debatermos e encaminharmos isso aqui no Senado Federal. Quero encaminhar todos os projetos da linha do que você colocou, o que tiver para a gente encaminhar e defender nesta Casa.

Obrigado.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro. Em seguida, o Senador Wilder Morais.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador Garibaldi Alves; autor do requerimento e Relator; Senador Fernando Bezerra; Srs. Senadores; senhores convidados; Secretários Executivo do Ministério de Minas e Energia, Luiz Barata; meu amigo João Carlos Meirelles, Secretário de Mineração e Energia do Governo do Alckmin; Dr. Mozart Araújo, Presidente do Conselho Administrativo da Abragel.

Presidente Garibaldi, nós precisamos ter o dom de estar em dois lugares ao mesmo tempo. Ainda não aprendi, apesar de todo esse tempo aqui, Senador Wilder, a fazer isso. Nós estamos numa reunião da Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional discutindo um projeto da mais alta relevância para destravar o Brasil. E temos aqui uma audiência também da mais alta importância, principalmente para o meu Estado, que é um Estado exportador de energia. Então, tive de ir lá. Lá o ambiente está quente, o Senador Garibaldi foi lá votar e vou retornar para lá. Para a CEDN, Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional.

Mas não poderia deixar de vir aqui para fazer algumas observações.

Primeiro, quero parabenizar as exposições que aqui foram feitas. Quero concordar com Senador Hélio José sobre a necessidade. Isso nós já estamos falando aqui no Congresso há muito tempo. Seguramente, há 4,

5 anos, a gente tem batido nessa tecla de que o Brasil precisa avançar nas fontes de energias renováveis, sejam solar, sejam eólicas. Avançamos bastante na eólica. Precisamos avançar na solar. A micro geração é importante.

O Senador Wilder tem um projeto, o qual tive a honra de ser Relator e de relatar favoravelmente à implantação. Acredito que vai ser importante para o Brasil para auxiliar. Não passamos, ainda, por um apagão no Brasil porque, lamentavelmente, estamos crescendo feito rabo de cavalo, para baixo. Se nós estivéssemos crescendo razoavelmente – e não digo nem como os BRICS, tirando a Rússia – , em torno de 3%, já estaríamos com problema de energia para atender às necessidades.

Gostaria de colocar, evidentemente fora as questões já levantadas aqui pelos que me antecederam.... Conversava com o Relator, Senador Fernando Bezerra. Já fizemos aqui audiências a respeito disso. Queria ouvir a opinião dos senhores com respeito ao fato de o Governo ter tomado a decisão de, na geração hídrica, só usar turbinas a fio d'água e não mais com reservatórios.

Ora, acho que nós estamos cometendo um erro e que vamos ser cobrados pelas gerações futuras. Ao fazermos a usina a fio d'água, não temos como ter um controle sobre a geração de energia. A grande – e comentava com o Senador Fernando Bezerra – vantagem da geração hídrica é a fonte de reserva. Você não pode...A eólica você não tem como... Apesar de a Presidente achar que pode armazenar vento. Ela acha que pode. Ainda não encontrei. Tenho até procurado no Google para ver se existe já, se foi inventada uma forma de armazenar o vento. Não temos como armazenar a termovoltaica, a solar, porque é uma questão de bateria. Não tem como! Mas a hídrica a gente pode fazer. Como armazenar? Pelos reservatórios. Há um excesso de água? Então, você usa o reservatório e gera energia. Do jeito que as hidrelétricas estão sendo feitas é só água, o que passar. Quando tivermos uma crise hídrica, Dr. Barata, vai ser reduzida a geração e vamos ter o mesmo problema.

Gostaria de saber qual a motivação. Já fizemos audiências aqui e os pesquisadores, as universidades, nenhum deles demonstrou haver vantagem na geração a fio d'água. O único impedimento que eu vejo é na questão ambiental. Agora mesmo, em Belo Monte, quando estivemos lá em visita com a Comissão de Meio Ambiente, nos foi dito pelos técnicos da Norte Energia que se as barragens, os diques fossem afastados até o limite das reservas indígenas – e não entrando nas reservas indígenas, mas até os limites – haveria uma geração de 3 mil mega acima do que vai ser gerado, só por afastar o dique. Não era nem fazendo o reservatório. Lamentavelmente, nós estamos sem usar essa possibilidade. Mas foi colocado aqui, em uma das transparências.

O meu Estado, o Estado do Pará, tem, segundo a Aneel, um inventário de sessenta aproveitamentos hidrelétricos. Ele será – não é ainda hoje, mas será em curto prazo – o maior produtor de energia, o maior exportador de energia.

Temos, Senador Garibaldi Alves, 25 Municípios do meu Estado que não estão interligados ao sistema, que ainda têm geração térmica. Pagavam bandeira vermelha. Eram penalizados. Num Estado exportador, os Municípios eram penalizados.

Tenho um projeto para que os Estados exportadores não paguem sobretaxa de bandeira de cor nenhuma, vermelha muito menos; amarela também não.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Senador Flexa, só um aparte.

O mais vexaminoso e vergonho no seu Estado é os ribeirinhos de Tucuruí, a maior usina brasileira, não terem energia porque a gente não investe em energia distribuída, na fonte solar e em outras formas para alimentar essas pessoas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É verdade.

O que mais nos preocupa, Dr. Barata, é que os jornais de hoje estão noticiando – e fiz esse comentário na outra Comissão – que foi autorizado, pelo Ibama, que a Norte Energia fizesse o enchimento do lago de Belo Monte. A informação que nós temos – e vamos estar numa visita da Comissão de Meio Ambiente da Subcomissão de Implantação de Belo Monte, na próxima semana, lá no canteiro, no sítio – é a de que as condicionantes que foram definidas para a licença de operação não foram cumpridas.

Então, os impactos que foram provocados pela implantação do projeto, que é importante para o Brasil, mas que deveriam ser feitos, não foram concluídos até hoje, Senador Fernando Bezerra. Vi na projeção aí que a Usina de São Luiz do Tapajós é a próxima, cujo leilão está para ocorrer.

Então, pergunto: depois do tumulto, do sacrifício que houve na região impactada por Belo Monte por não terem as condicionantes sido antecipadas à implantação do projeto, como deveriam ter sido, preparando a região para receber o impacto, por que vamos cometer o mesmo erro na região de Itaituba e de Jacareacanga, onde vai ser instalada a Usina de Tapajós? Por que não se começam pelas obras, pelas condicionantes, preparando a região para receber o fluxo migratório? Um projeto desses leva 30 mil pessoas para um Município que tem 100 mil habitantes. De uma hora para a outra, praticamente, há um acréscimo de gente. Essa é uma questão sobre a qual gostaria de ouvir de V.Sªs.

Com relação à medida provisória que nós aprovamos ontem.

Primeiro quero agradecer ao Ministro Eduardo Braga. Estive com o Ministro Eduardo Braga em uma audiência, fazendo um apelo para a alteração do edital que vai ocorrer, parece-me, em janeiro ou fevereiro de 2016, em termos de geração de energia a gás. O edital impedia propostas nos Estados onde não houvesse a oferta de gás. No Estado do Pará nós não temos, ainda, o gás ofertado, mas temos um trabalho do Governador Simão Jatene, do Governo do Estado, intensivo. De tal forma que se possa implantar lá, através de uma parceria da Petrobras com a iniciativa privada, uma usina de gaseificação. Temos uma indústria eletrointensiva em Barcarena, que, por si só, já sustenta essa indústria. E há a possibilidade de um grupo privado instalar uma termo, a gas, de 1.500 mega. Eles ficariam impossibilitados de acessar o leilão por não termos a oferta do gás. O Ministro foi sensível. Pediu para que o Governador mostrasse o projeto que está em andamento. O Governador o apresentou e ele alterou o edital, o que vai permitir que no leilão, lá na frente, possamos ter a usina a gás.

Mas, Dr. Barata, com relação à medida provisória ontem aprovada eu me posicionei contrariamente. Também me posicionei contrariamente, lá atrás, com relação à Medida Provisória nº 597, de 2012. Fomos alertados por vários técnicos do setor, por empresários da área, de que iria desestruturar o sistema de energia do nosso País, de que iria quebrar o setor, como realmente aconteceu.

A Presidente veio a público, em rede nacional de televisão, dizer que a energia ia ter uma redução de 18%. O que nós vimos, lamentavelmente, foi o resultado. Bilhões e bilhões de reais gastos pelo Governo para cobrir o prejuízo não só das geradoras mas, em especial, das distribuidoras. Agora, novamente, com essa 668 vai-se alterar novamente a modicidade tarifária, transferindo o ônus do Governo, seja por crise hídrica ou por outro motivo, para o consumidor. Quer dizer, o consumidor, o brasileiro, que já teve um aumento da ordem média de 50% de energia, vai...

Perguntaria: qual a expectativa com relação ao efeito da Medida Provisória nº 688, que muda a modicidade tarifária, transferindo para o consumidor os custos extras que poderão advir de um problema hidrológico? Como ficará? Vai chegar o momento em que o custo da energia no Brasil vai inviabilizar a competitividade da produção brasileira.

Lamentavelmente, estamos voltando ao tempo do Brasil colônia, estamos sendo exportadores de matéria-prima. Estamos gerando empregos lá fora e perdendo empregos aqui no Brasil.

A desindustrialização do Brasil é algo impressionante. Hoje, o setor industrial do Brasil representa 10% do PIB, quando já chegou próximo de 30%: 24%, 25%.

Então, eram essas as questões e a preocupação de todos nós aqui no Senado para encontrarmos soluções que venham ao encontro daquilo que todos nós queremos, que o Brasil volte a crescer e que os brasileiros possam ter uma condição melhor de vida.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Flexa Ribeiro e concedo a palavra ao Senador Wilder Morais, que, inclusive, preside uma subcomissão de mineração, a Subminera, no Senado Federal...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Obrigado, Senador Garibaldi Alves.

Eu gostaria de cumprimentar os nossos palestrantes. Esta é uma audiência pública muito enriquecedora, Sr. Presidente. Notamos o grande conhecimento dos três participantes.

Cumprimento o Dr. João Carlos, o Luiz Eduardo e o Mozart Siqueira. Ouvindo os colegas que me antecederam, uma das coisas importantes que acho que dependem da nossa Casa, Presidente, é a interferência do Governo diretamente, sem condição técnica alguma, como aconteceu. Eu acho que isso é uma questão de um projeto nosso, temos de fazer nessa revisão dos 10 anos. Essa eu acho fundamental. O Governo não pode tomar decisão...

Eu acho que esse é o grande defeito nosso. Eu venho do setor produtivo do setor empresarial, e o Governo não pode fazer isso. Eu acho que essa é a grande dificuldade nossa que vejo como empresário e hoje como Senador. As decisões do Governo não têm muitas questões lógicas e econômicas.

Quando se decide fazer uma usina a fio d'água como a Belo Monte, imagina a distância da geração dessa energia. Se formos pensar nos grandes centros, o custo da transmissão, como diz o Mozart – na verdade, ele deu uma animada aqui nos Senadores. É verdade, porque o custo e a maneira como estamos fazendo essas decisões, Luiz, o Ministério tem que estar muito bem amparado, e o conceito tem que ser técnico e econômico.

Eu sou autor de vários projetos aqui, incentivando a questão da energia solar. Vimos pela apresentação o quanto representa a energia eólica. A ignorância nossa de não ter incentivado os estudos da energia nuclear. Se o mundo inteiro usa, o Brasil, com o potencial que tem em termos de urânio...

Então, deixa-me triste e contente ao mesmo tempo em que esse debate venha... E depende de nós, Fernando. Precisamos deixar de fazer coisas políticas. Eu vejo aqui que a política hoje tem feito mal à sociedade,

porque o Governo, hoje, tem de mentir no Sul, mentir no Norte, tem de mentir em cada lugar pelo voto. Temos de parar com isso.

O Brasil hoje, se você pegar o empreendimento, hoje, de um supermercado, depois da mão de obra o item mais caro é a energia. Se você for a um *shopping center*, é a energia. Se for à indústria, o insumo maior é o da energia.

Então, como diz o Senador Hélio José, é a microgeração. Ela é local, e nós estamos tendo dificuldade hoje em incentivar as pessoas a gerar a sua própria energia. Hoje, se você pegar a França – e eu posso dizer porque há uma parceria entre o nosso grupo e o Carrefour – , a maioria das lojas deles já gera a sua energia.

Imaginem a eficiência disso.

Outra coisa importante que o Mozart disse aqui: por que o Governo não está estudando a questão da eficiência energética? Quanto a gente colocaria à disposição como aconteceu com a lâmpada incandescente se a gente pudesse fazer a mesma coisa com o chuveiro e tantas outras soluções nesse sentido.

Então, Presidente, eu não quero nem fazer pergunta para ninguém, só quero deixar isso aqui. Como diz o Flexa, eu preciso estar em outra Comissão agora. Então, eu queria parabenizar os palestrantes e dizer ao Mozart que foi muito bem colocada a sua posição, tanto quanto a sua também Luiz e João Carlos, com tamanha experiência.

Obrigado e parabéns pela audiência, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Wilder Morais e concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, o último escrito.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, eu gostaria de, em primeiro lugar, enaltecer a iniciativa do Senador Fernando Bezerra de convocar esta audiência pública para discutir assunto tão importante para a economia do nosso País.

As energias, de um modo geral, participam ativamente do desenvolvimento e progresso de todas as regiões. Algumas alternativas energéticas, muito embora tendo servido para esse objetivo, ou seja, o de desenvolver as nossas regiões, têm sido contestadas, a exemplo da energia nuclear, não tanto, vamos dizer, pela energia limpa que ela representa, mas pelos perigos decorrentes dos rejeitos e que são colocados em situação em que poderão provocar no futuro desastres ecológicos.

Ou, então, em face de um acidente natural, haver, como houve no Japão, o perigo de uma explosão de consequências imprevisíveis para o população e para o meio ambiente.

Os combustíveis fósseis, que também têm sido o carro chefe da Petrobras, têm sido também contestados apesar de a nossa empresa, a Petrobras, ser campeã em tecnologia de águas profundas, descobrindo o pré-sal a sete mil metros de profundidade. Agora, com a queda do preço do barril de petróleo, os economistas evidenciam a possibilidade de não ser viável economicamente a produção do petróleo e do gás do pré-sal. De vez que se chegar a US$40 o barril ficará praticamente impossível a produção na região do pré-sal.

Mas nós todos vemos com muita simpatia a eclosão e o crescimento da energia eólica e solar, principalmente a eólica, que é a segunda mais barata, conforme aqui foi evidenciado por todos os senhores. A energia eólica no Nordeste já supera, em termos de crescimento, a energia e hidrelétrica. No ano de 2018 – e eu acho que esses dados foram conferidos e ditos –, podem chegar a 15 mil megawatts de produção nesse segmento de energia alternativa.

Então, eu queria perguntar o seguinte: se há uma crise energética provocada na nossa Região Nordeste, por exemplo, e também no Sul, em face da estiagem, se tivéssemos há muito tempo mergulhado não só na ação dos biocombustíveis como também na produção de energia eólica, teríamos vivenciado, como estamos vivenciando, esta crise energética? Isto é, se o Brasil tivesse um planejamento adequado, visando o aproveitamento dos nossos ventos, que são fortes na nossa região, principalmente em determinados meses, até o mês de janeiro, a eólica hoje seria a salvação da paróquia. Não estaríamos precisando das termelétricas, tão caras e que prejudicam, sem dúvida alguma, os consumidores não só da indústria como também os consumidores normais da população.

Ontem mesmo foi discutida e aprovada uma medida provisória que trata de investimentos na área de energia elétrica. Houve reações, inclusive do nosso Partido, para aprovação dessa medida provisória não pelo todo, não pelo conteúdo integral, mas por uma parte em que, em face do perigo ou do risco hidrológico, as empresas concessionárias poderiam transferir esse risco hidrológico para os consumidores. Por isso votamos contra.

Mas, no que diz respeito aos investimentos, às possibilidades de obras de infraestrutura de distribuição de energia elétrica, nós éramos e somos favoráveis.

Então, eu pergunto: estamos investindo em Angra 3...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Estamos começando Angra 3. Terminamos Angra 2 e estamos começando Angra 3. É Lógico que não vamos parar, mas os senhores acham que seria melhor, depois de Angra 3, parar a produção de energia nuclear – inclusive, se fala na implantação de quatro usinas, sendo, inclusive, uma no Estado de Sergipe. Há um grupo chinês que foi lá em Sergipe interessado em produzir energia nuclear. Isso é verdade?

Bom, depois os senhores me respondem.

Então, a terceira pergunta que eu faria seria a seguinte: Com relação à produção de energia solar, que nós sabemos ser uma energia mais cara, nós temos aqui o silício, que ainda não foi devidamente aproveitado, ele é a matéria-prima para a produção das placas que transformam os fótons da energia solar em energia elétrica.

Nós queremos saber o que nós deveríamos fazer aqui no Brasil para tornar a produção de energia solar mais barata do que atualmente, porque se nós tivéssemos, como temos, a energia originária dos biocombustíveis, a eólica, aumentando a solar e diminuindo as termelétricas ou deixando como elas estão, seríamos capazes de vencer as crises ocorridas no setor energético da produção através das hidrelétricas?

Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Bem, não há mais oradores escritos, e nós vamos agora às respostas dos nossos expositores, a começar pelo Dr. Luiz Eduardo Barata, que é Secretário Executivo do Ministério de Minas de Energia.

V. Sª tem a palavra.

O SR. LUIZ EDUARDO BARATA – Obrigado, Senador Garibaldi Alves.

Acho que todas as questões que foram colocadas aqui são extremamente pertinentes, dão margem a um processo iterativo e eu acho que temos esclarecimento para todas essas questões.

As questões que o Senador Fernando Bezerra apontou: a questão do *fast track*. É com enorme satisfação que vemos esse assunto surgir na pauta do Senado e ser tratado com a com a urgência e com o esmero com que está sendo tratado.

De fato, o problema do licenciamento das nossas obras têm sido um problema extremamente crucial. Para feito de comparação, nos últimos leilões de transmissão que foram feitos pela Aneel para algumas dessas obras, estipulou-se para o prazo de entrada da obra 60 meses, o que significa cinco anos – a entrada de um sistema de transmissão. Sendo que desses cinco anos 24 são para construção e 36 são para o processo de aquisição de licença e processo burocrático.

Isso mostra o grau de dificuldade, que é um grau de dificuldade exógeno ao setor. Não é um problema propriamente do setor de energia.

Agora, é importante mencionar que não é apenas um problema ambiental. O problema que nós vivemos hoje é um problema mais amplo, é um problema socioambiental, porque ele envolve não só o Ibama, as Secretarias de Meio Ambiente dos Estados, mas envolve também o IPHAN, envolve questões fundiárias, questões que transcendem a questão ambiental. Daí nós considerarmos que é uma questão socioambiental.

No intuito de resolver esse problema, nós sempre fomos, de certa forma, instados a alterar o processo dos leilões de transmissão e fazê-lo como os processos de leilão de geração, quando já se licita o empreendimento já com a licença prévia.

Só que a convicção que nós temos é que seria um paliativo, e não a solução do problema, como está sendo enfrentado agora pelo Congresso, através do Senado, porque, de fato, nós precisamos dar agilidade a esse processo, porque, além do tempo, ele gera uma enorme incerteza para o empreendedor.

E como está a cargo do empreendedor, a incerteza gera custo e, muitas vezes, ela gera ausência de competição. Nos últimos leilões de transmissão, nós temos tido uma série de lotes vazios e estamos, no Ministério de Minas e Energia conduzindo um trabalho, como já mencionei, com todos os atores envolvidos, justamente para identificar quais são as causas reais e atacá-las.

Eu diria que o fator dos mais relevantes é a questão do licenciamento socioambiental. Em um primeiro momento, o diagnóstico mais fácil é dizer que é a questão do preço. Aumenta-se o preço. O que tem acontecido é que, nos últimos leilões, alguns lotes têm sido licitados, pela segunda e terceira vez, com o aumento do valor da receita permitida e, ainda assim, esses leilões não têm tido interesse. Isso porque o empreendedor sabe que não adianta ganhar uma fábula de dinheiro e não conseguir tocar a obra.

Então, Senador Fernando Bezerra, nós entendemos que vencer essa questão do licenciamento vai ser um enorme contribuição para a expansão da transmissão, sem prejuízo de temos que olhar as outras questões como taxa de retorno e o próprio valor do investimento. Mas é muito bem-vinda a iniciativa e nós achamos que vai dar uma enorme contribuição para a expansão do setor de transmissão.

Uma outra questão no item ainda de transmissão é que o volume de obras que nós vamos ter de colocar em operação nos próximos anos é fantástico, e talvez não tenhamos no nosso País empreendedores suficientes para isso.

Precisamos, então, buscar a participação de empreendedores internacionais. Por essa razão, tivemos agora a oportunidade de fazer um *road show,* mostrando as obras para sensibilizar esses investidores que tem experiência nos seus países a virem colaborar com o nosso setor aqui no Brasil.

Essa é a questão do *fast track*.

Se o senhor me permite, o senhor poderia voltar às duas questões? Porque eu fui anotando, mas as suas eu não anotei.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO (*Fora do microfone*.) – A inserção da matriz solar e o modelo do setor, o aperfeiçoamento do modelo do setor.

O SR. LUIZ EDUARDO BARATA – Inserção da solar. Bom, o que acontece com a inserção da solar? Nesse último leilão que nós tivemos, agora, no dia... Na semana passada, dia 13 de novembro, em que nós contratamos em torno de 1.000MW de solar, o preço teto da energia solar foi R$381, porque o empreendimento solar é praticamente todo importado. Então, o preço, se nós formos comparar a fonte solar com a fonte eólica, e até mesmo com a fonte hidrelétrica, a diferença de preço é fundamental. Essa é a razão pela qual, no processo de inclusão da geração, vai-se colocando sempre a geração mais barata. É assim que se faz aqui, e é assim que se fez no mundo inteiro.

Então, os primeiros aproveitamentos que foram feitos – e por isso a nossa matriz, hoje, ainda, carrega um volume enorme da geração hidrelétrica –, é porque os aproveitamentos mais baratos eram hidrelétricos, e eles foram se tornando mais caros à medida que foram se afastando dos centros de consumo, e tiveram de ter, então, sistemas de transmissão integrados, e, à medida que o próprio desenvolvimento do empreendimento se tornou mais complexo, tornou-se mais caro. Mas a fonte hidrelétrica ainda é a fonte mais barata, mesmo quando se leva em conta o custo da transmissão.

No caso de Belo Monte... Belo Monte saiu a menos de R$100. Teles Pires foi licitada a R$65. Então, se compararmos o preço do megawatt/hora de Teles Pires, de R$65, contra os R$300 da solar, não dá. Não podemos, de forma alguma, imaginar que vamos fazer toda a nossa expansão em cima das fontes mais caras, porque isso seria uma violência contra a modicidade tarifária.

Então, o processo não é só um processo de escolha... A escolha da fonte se dá pelo custo da fonte, mas – vários comentários foram feitos aqui, e com razão absoluta – nós não podemos, por conta de essa fonte ser mais cara, prescindir dela, porque vamos ficar escravos daqueles que as desenvolvem.

O que aconteceu no caso da eólica? A eólica teve um enorme benefício, foi beneficiada, porque, no momento em que tomamos a decisão de ampliar a instalação da fonte eólica, houve uma sobra de geradores eólicos no mundo, por um problema de retração no mundo. Então, isso fez com que o preço da eólica caísse e permitisse que nós, com um programa constante de instalação, de uma base de quase 2 mil mega por ano, estimulássemos os industriais, os fabricantes, a virem para o Brasil.

Ao vir para o Brasil – e aí é um trabalho que transcende o Ministério de Minas e Energia, porque envolve o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, e o Ministério da Fazenda –, com uma série de benefícios que foram feitos, foi possível que essas plantas se instalassem no Brasil e assegurassem, então, um preço mais barato. Eu tenho absoluta convicção de que esse processo vai se repetir também na solar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. *Fora do microfone*.) – O valor mínimo a ser pedido nos leilões...

O SR. LUIZ EDUARDO BARATA – A partir do momento em que nós dermos o sinal para o mercado de que somos capazes de contratar um volume tal, os fabricantes internacionais olham isso e vêm para o Brasil, Senador. Eu tenho absoluta convicção de que, em mais um ano, mais dois anos, nós vamos ter deslocamento de plantas das próprias células dos inversores no Brasil, o que vai, seguramente, aumentar ainda mais o barateamento do preço que nós já estamos verificando hoje. Nesse último leilão, nós já tivemos um deságio da ordem de 20%, mas ainda é pequeno, porque essa fonte ainda se torna bastante mais cara. Mas, então, existe uma lógica econômica para, digamos assim, a penetração e ampliação da fonte na matriz.

Com relação – o senhor me permite, não foi pergunta sua, mas vai na mesma linha – à questão dos reservatórios das usinas hidrelétricas, não é uma questão só de escolha: é uma questão das próprias condições do País. O que nós fizemos foi manter, inicialmente, aqueles aproveitamentos que, pelas condições de queda e tudo, eram os mais baratos e os mais competitivos; e eles, praticamente, já foram quase todos explorados.

Quando nós vamos para a Região Amazônica, as quedas são extremamente baixas. Então, para fazer um reservatório na Amazônia, a área que tem de ser inundada é de tal ordem que começa a tornar antieconômico esse aproveitamento. Então, é óbvio que há um movimento real e verdadeiro dos ambientalistas contra os

reservatórios, mas existe também a questão econômica, que dificulta a instalação de empreendimentos com reservatório.

Eu, particularmente, sou absolutamente fã do reservatório. Tive a oportunidade de trabalhar dez anos na Itaipu Binacional, e vi a transformação que se deu pelo reservatório. Aí vão dizer: "Ah, mas foi Itaipu." Não, não foi Itaipu – é Itaipu, é Serra da Mesa, é Estreito. Realmente, traz um desenvolvimento para a região que só depois de alguns anos os habitantes conseguem perceber. Num primeiro momento, a ideia que se tem é de uma enorme resistência à implantação do reservatório. Mas, depois, os citadinos, os vizinhos do reservatório, usufruem dos benefícios que o reservatório acaba gerando. Mas, infelizmente, não é em qualquer usina que nós podemos fazer reservatório.

O exemplo especial de Belo Monte... Talvez nem todos tenham tanta idade quanto eu, mas o primeiro projeto de Belo Monte tinha o dobro da capacidade – na verdade, era um aproveitamento em cascata, eram várias usinas, Babaquara, Kararaô – e provocava um alagamento gigantesco. Isso encontrou resistência de ambientalistas nacionais e até internacionais; e esse projeto, para ser viável, acabou mudando suas características. É possível que, nesse processo de ajuste, tenha havido um excesso e se tenha reduzido demais o projeto. Mas foi, de fato, num contexto maior, o que foi possível fazer.

Então, no caso do... Respondendo à questão dos reservatórios, que foi uma questão também posta aqui, tenho absoluta convicção de que o ideal seria que nós pudéssemos ter, para todas as usinas hidrelétricas, reservatórios. Mas para algumas, tecnicamente, não cabe o reservatório.

A outra questão é a questão do modelo, não é, Mozart? O modelo tem dez anos. Esse modelo é de 2004, conduzido pessoalmente pela Presidente Dilma – à época, Ministra de Minas e Energia –, e o que ele fez, na verdade, foi reparar uma série de falhas que o modelo anterior havia implantado, em 1998. Passamos pelo racionamento de 2001 e, com certeza, aprendemos com as experiências que tivemos. Então, desse modelo de 2004, resultou a retomada do planejamento do setor, a constituição do Comitê de Monitoramento, e eu diria que o mais importante do modelo é a contratação de energia para um ambiente regulado, através dos leilões, que são muito bem sucedidos e que hoje servem, inclusive, de exemplo para outros países.

A Inglaterra está acabando de implantar, agora, um modelo de contratação de energia a partir de um modelo similar ao nosso. Mas, como em tudo, o tempo mostra a necessidade de aperfeiçoamentos. Então, não temos a menor dúvida de que esse modelo requer aperfeiçoamentos; e nós estamos abertos, no Ministério de Minas e Energia, a discutir com todos aqueles que nos procurarem para identificar os problemas e ir fazendo ajustes.

Alguns exemplos disso nós podemos dar aqui, o próprio valor de referência para a geração distribuída era uma falha que está sendo reparada agora, e vai estimular e viabilizar o uso da geração distribuída.

Quanto à questão do Rio Grande do Sul, o Senador teve que se ausentar, foi votar. Então, voltamos depois para a questão do Rio Grande do Sul.

Alguns pontos levantados pelo Senador Hélio José. De fato, Senador, a preocupação com a modicidade tarifária persiste. Persiste e é por essa razão que nós, apesar de termos uma enorme simpatia pela solar, não podemos contratar só solar. Temos que temperar a solar com as outras fontes que são fontes mais baratas, em especial a hidrelétrica.

Novamente, energia solar, assim como a eólica, serão estimuladas porque os próprios compromissos que o Brasil vai assumir na COP-21 de aumento da fonte renovável alternativa vai nos obrigar a prosseguir com o programa de instalação da energia solar.

A geração térmica, a gás, era para ter um estímulo maior. Um dos problemas que nós temos é a dificuldade com gás. O programa de gás da Petrobras não foi tão abundante com nós achávamos e o GNL não foi até agora uma solução economicamente aceitável.Tem melhorado.Tanto tem melhorado que, nos dois últimos leilões, nós tivemos a contratação, no primeiro deles, de duas centrais termelétricas a gás natural, com GNL, uma em Pernambuco e outra no Rio Grande do Sul. E no leilão subsequente, nós contratamos mais uma planta em Sergipe.

A questão do biogás, Senador, também achamos que temos que estimular. Só que ela é uma ação integrada, porque ela envolve, além da questão da energia, a questão do saneamento. É preciso tratar a questão dos lixões para poder extrair o biogás.

O Senador Lasier voltou. A questão do Rio Grande do Sul. Nós não vemos possibilidade de risco de apagão no Rio Grande do Sul.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Em todo o Brasil. No Rio Grande do Sul nós temos o socorro da energia produzida pelo País todo, mas se fala tanto que pode haver apagão, então, qual a realidade hoje? Qual a carência que nós temos?

O SR. LUIZ EDUARDO BARATA – Então, eu respondo a uma outra pergunta, porque mais recentemente tem-se diagnosticado inexistência de risco de apagão pela queda do consumo. É óbvio que a queda do consumo aumentou as folgas que nós tínhamos, mas, mesmo que nós não tivéssemos queda de consumo, o planejamento que é feito asseguraria o suprimento de energia ao Brasil. Com uma diferença, ao invés de ser um suprimento com uma energia barata, energia hidrelétrica, seria com uma energia mais cara, que seria a geração termelétrica, porque nós tínhamos e temos geração para fazer frente ao crescimento, que era um crescimento preestabelecido.

Como mencionei, o modelo da Ministra Dilma, em 2004, resgatou o planejamento. E nós fazemos anualmente uma revisão do plano decenal, onde se consideram as taxas de crescimento, que na verdade são muito maiores do que as taxas de crescimento que nós estamos vivenciando hoje. O que significa dizer que, mesmo que nós tivéssemos aquelas taxas, nós teríamos condição de ter o abastecimento de energia.

O senhor apontou a questão do abastecimento, o risco de apagão.

De fato, não vimos. A apresentação mostra que o risco de déficit é baixíssimo. E nós podemos então, talvez fosse interessante, fazer uma distinção entre o risco de suprimento e o apagão.

Apagão é uma falha momentânea. Obviamente após a identificação da causa, o desabastecimento de energia se encerra...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mas o excesso de consumo também não causa um apagão?

O SR. LUIZ EDUARDO BARATA – Olha, eu diria que não. A grande causa do desabastecimento são distúrbios na rede ou em equipamentos, que fazem com que haja uma falha. E momentaneamente essa falha precisa ser reparada.

Os nossos índices de falha são índices comparáveis com países desenvolvidos no mundo. Então, não há esse risco. Tivemos algumas falhas durante algum tempo de recomposição, mas houve uma orientação do Comitê de Monitoramento, foram feitas uma série de investigações no sistema. E essas instalações mais antigas estão sendo repotencializadas, no sentido de reduzir o desabastecimento.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Luiz Eduardo, fiz uma pergunta que deixei com o Dr. Meirelles, gostaria que V. Sª também respondesse sobre o carvão mineral.

É um assunto muito discutido no Rio Grande do Sul porque há um certo desprezo por essa fonte, sabe-se pela poluição. Agora nós temos equipamentos que reduzem consideravelmente a poluição ou não temos? Qual o futuro da exploração do carvão, já que o meu Estado é que tem a maior quantidade. Temos 32 bilhões de toneladas de carvão mineral. Isso se aproveita ou desistimos dessa ideia?

O SR. LUIZ EDUARDO BARATA – Não, eu acredito...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Dr. Barata, só aproveitando a interrupção, nos chegam duas indagações que também são dirigidas a V. Exª através do Portal e-Cidadania do Senado Federal. São duas perguntas, uma, do Celso Luiz Ramos, do Rio de Janeiro. Ele gostaria de saber qual o valor gasto na construção da hidrelétrica de Belo Monte, no Estado do Pará.

A segunda pergunta vem de Pernambuco, de Adailson Raimundo do Nascimento: "Gostaria de saber por que com o alto número de residências no País a população não tem a energia elétrica financiada pelo Governo Federal, sendo essa, solar ou eólica. Acredito que haveria grande economia de energia e de água."

O SR. LUIZ EDUARDO BARATA – Vou buscar responder as duas perguntas.

Quanto à questão do carvão mineral, nós temos nos envolvido bastante com o problema de charqueada, no sentido de tentar resolver o problema de charqueada. E, mais recentemente, foi contratada a Usina Termelétrica de Pampa, usando carvão mineral. A questão toda é que o tratamento a ser dado para a melhoria e a redução das emissões aumenta o custo da usina, mas ainda assim, essas usinas tanto são passíveis de participar do leilão, que estão habilitadas a participarem do leilão que vamos ter agora em fevereiro.

Então, hoje, Senador, não existe uma vedação ao uso do carvão na matriz energética brasileira porque nós temos usinas a carvão no Sul, usando nosso carvão nacional, mas também temos usinas no Norte, usando carvão importado.

Então, não há qualquer tipo de preconceito e vedação ao uso do carvão.

O custo de Belo Monte não tenho o número preciso porque é uma obra desenvolvida pela iniciativa privada. Isso acho importante que seja esclarecido, que os empreendimentos, seja de geração, seja de transmissão, a partir do momento em que eles são licitados, recebem uma concessão que é conduzida ou pela iniciativa privada exclusivamente, ou por uma parceria de empresas públicas e empresas privadas.

Eu diria que o investimento de Belo Monte é da ordem de R$30 bilhões; e, respondendo ao Senador Hélio José, em São Luiz do Tapajós, a estimativa é de R$28,5 bilhões.

E aí eu já me antecipo também para responder sobre a questão de São Luiz de Tapajós. Eu acho que existe, em nível mundial, uma campanha contra as hidrelétricas que está sendo vencida por nós brasileiros. Nós estamos conseguindo, em nível mundial, incluir a hidroeletricidade como energia renovável e provando que aquele mito de que os reservatórios produzem tanto CO_2 quanto as usinas térmicas é falso.

Existe, na verdade, usina no Brasil que, por uma série de problemas, teve esse comportamento, mas essa usina é uma absoluta exceção. Todas as demais são usinas que têm praticamente contribuição zero de CO_2. Inclusive, o Brasil participa de instituições internacionais, em que se estão desenvolvendo, inclusive, modelos matemáticos para fazer a avaliação de qual é o grau de emissões, e podermos medir e comprovar que isso não é um fato verídico.

No caso de São Luiz do Tapajós, a ideia que o Governo tem é a de fazer uma agência de desenvolvimento. E, antes do início da obra, captar todo o aprendizado com Belo Monte, com as obras do Madeira, de forma a que nós não venhamos a repetir alguns erros que porventura nós tenhamos cometido, porque ninguém pretende ser perfeito, um ou outro equívoco foi cometido. Então, a ideia é de que, nesse desenvolvimento, leve se em conta todo o aprendizado de Belo Monte.

A outra questão é a de que esta usina deverá ser uma usina com característica de plataforma, o que significa dizer que se faz a usina, mas não se mantém um acampamento. A ideia é de que, depois de a usina ser construída, recomponha-se todo o ambiente ao redor dela e de que as equipes de operação sejam deslocados como se fosse uma plataforma de petróleo. Então, não se deve estimular o crescimento de cidades ao redor de São Luiz do Tapajós.

Bom, a outra questão foi do Senador Flexa Ribeiro, que apontou a questão de fontes de energia solar. Quanto à geração hídrica a fio d'água, nós já nos manifestamos também quanto a isso.

A outra questão extremamente relevante é a questão da possibilidade da guarda da energia excedente. Hoje nós podemos guardar essa energia nos reservatórios.

Fora do Brasil, os institutos de pesquisa estão bastante avançados já na pesquisa de baterias. Então, é muito provável que, a curtíssimo espaço de tempo, nós possamos contar com essas baterias de altíssima capacidade, para acumular a energia excedente gerada pelas fontes intermitentes, como a eólica e a solar. Isso já é uma realidade, mas é uma realidade para baixa autonomia.

Sistemas isolados. O que nós mais queremos é poder fazer com que esses sistemas isolados sejam supridos por essas fontes renováveis, para, com isso, eliminarmos a utilização das térmicas de combustível líquido, diesel e óleo combustível. A dificuldade que nós temos é justamente quanto à questão da conservação da energia, porque, se você colocar uma fonte solar, você só tem energia durante a ocorrência do Sol, e, quando você tiver as baterias, você poderá gerar com baterias durante o dia, acumular e ter o processo de inversão.

Eu acredito que isso é algo que nós vamos ter num curto espaço de tempo. Há uma preocupação do Governo em reduzir, cada vez mais, o uso das fontes térmicas para suprir os sistemas isolados. Economicamente, a integração desses sistemas isolados à rede existente se torna praticamente inviável, razão por que algumas dessas localidades permanecerão isoladas, pelo menos, por muito tempo.

As condicionantes de Belo Monte. O processo de emissão da licença de operação de Belo Monte levou quase dois meses, e eu tenho a convicção de que ele foi feito com o maior critério por parte do Ibama e também por parte da Funai, que foi um elemento extremamente importante. A licença do Ibama só saiu depois do "não obsta" da Funai. E tudo aquilo que, porventura, não tenha ficado 100% será concluído no decorrer do tempo.

Já falamos de São Luiz do Tapajós. O Senador Flexa Ribeiro fez menção também à mudança que nós fizemos no edital do A-5 de modo a permitir a instalação de térmicas a gás na Região Norte. Aliás, isso era vedado na primeira versão do edital. Eu quero manifestar aqui a forma como o Ministério de Minas e Energia tem trabalhado. Nós temos recebido todos os pleitos, estamos absolutamente abertos para os comentários e críticas, e tudo aquilo que pode ser feito nós procuramos fazer. Quando não dá para fazer, nós explicamos e nos comprometemos a, tão logo quanto possível, implementar aquele pleito. Isso é uma demonstração da transparência e do canal aberto com que as coisas têm sido conduzidas no Ministério de Minas e Energia.

Ficou faltando, Senador, só a segunda pergunta.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ EDUARDO BARATA – No caso do setor de energia elétrica, eu acho que nós estamos... Não é que eu não fosse cometer, era o que eu faria se fosse eu o condutor. Eu não faria, vamos dizer, uma revisão plena do setor, do modelo, mas eu chamaria todo mundo e faria, vou chamar assim, uma revisão do modelo, que eu acho que é muito bom, mas dez anos nos ensinam muita coisa. Então, eu procuraria, tanto quanto possível, transformar em realidade tudo aquilo que nós aprendemos ao longo dos dez anos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Dr. Barata. Eu sei...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Senador.

O SR. LUIZ EDUARDO BARATA – Pois não, Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Eu quero fazer uma intervenção, uma tréplica. Eu discordo plenamente de uma série de questões que foram colocadas pelo Ministério de Minas e Energia. Acho que o senhor não explicou sobre a questão da necessidade de mudar a cabeça dos planejadores. Agora, nessa última resposta, até fiquei satisfeito de tentar fazer um grande seminário para podermos reavaliar o modelo que demonstrou ser bastante complicado.

O que eu acho, Barata, é que nós precisamos investir em políticas públicas para poder garantir realmente a energia solar no Brasil a preços módicos, porque, se nós não tivéssemos feito o Proinfa e uma série de incentivos com relação à eólica, hoje nós não seríamos talvez um dos maiores exportados de pás de usinas eólicas para o mundo. Nós não tínhamos nada há oito anos, dez anos. Então, foi graças às políticas públicas colocadas pelo Proinfa e outros incentivos que nós transformamos hoje a eólica em altamente competitiva.

Eu fiz um trabalho intenso em cima do Levy e em cima do Nelson Barbosa, para que, no Confaz, definíssemos a política tributária da compensação do fluxo energético gerado pela energia solar, tal qual Minas Gerais fez há muito tempo. Por isso é que Minas, hoje, é o maior aproveitador de energia solar do País, porque lá já existia, pelo Governo, a não cobrança da bitributação.

Então, o Brasil precisa sair da casca e não ficar refém de alguns donos de térmicas, na minha visão... De alguns donos de térmicas não, de alguns setores das térmicas de hidrocarbonetos que pressionam para que a política pública de energia solar, principalmente, fique tão atrasada no Brasil, que só agora, com a entrada do novo Ministro, é que a coisa começou a estartar. Eu tenho que fazer essa justiça ao novo Ministro que está lá e a vocês. Mas ainda está muito tímido. Nós temos, por exemplo, o canal todo feito no São Francisco. Por que não fazermos a cobertura desse canal todo do São Francisco, na transposição, com painéis solares e fazer uma grande fonte de geração de energia? Por que não fazer um projeto desse? Por que não pegarmos todas as escolas brasileiras, centros de saúde e coisa e tal e fazer uma política pública para colocação de energia solar, mostrando para o Brasil inteiro a viabilidade dessa questão? Por que não atrairmos com incentivo os fabricantes de inversores e os fabricantes de painéis para cá, para nós?

Então, há uma série de questões públicas em que nós temos que investir, e quando eu coloco aqui a necessidade de o BNDES, em vez de patrocinar 40 bi de empréstimo para fazer Belo Monte, com esse passivo ecológico gigante que aconteceu em Belo Monte, para gerar apenas 4,5MW em média... Eu fiz as contas e coloquei no PPA que, com os 40 bilhões, nós poderíamos gerar 8MW de energia solar, nos preços ridículos e caríssimos que estão hoje aqui. Então, geraríamos o dobro de energia solar com o mesmo investimento de Belo Monte com os preços de hoje, e esses preços tendem, como o senhor falou e é verdade, a cair vertiginosamente com os investimentos que se podem fazer.

Eu vou concluir porque nosso Senador Bezerra já está dando sinal aqui do tempo, que é exíguo, e temos que ouvir os demais.

Eu quero é dizer que discordo, acho é que nós temos que mudar essa questão, não está bem como está, mas eu acho que a atual direção do Ministério, o senhor e o Ministro, estão abertos. Concordo com essa discussão, e temos que ampliá-la para encontrar uma forma melhor de atender nosso micro e pequeno empresário, nossa dona de casa, para que possam ter sua geração de energia solar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Senador Hélio José.

De fato, nós vamos dar início, em breve, à sessão do Congresso Nacional. Vamos ter que encerrar. Estava prevista para 11h30, mas já vai começar dentro de alguns minutos.

Eu gostaria de oferecer a palavra ao nosso convidado, o Secretário de Energia de São Paulo, Sr. Meirelles.

O SR. JOÃO CARLOS DE SOUZA MEIRELLES – Presidente Fernando Bezerra Coelho, em primeiro lugar, a resposta a suas questões, para sermos bem objetivos e aproveitarmos o privilégio deste momento.

Eu queria informar aos senhores que, na verdade, a sua pergunta inicial foi com relação ao regime de cotas resultante da Medida Provisória nº 579. O que aconteceu nós sabemos todos. Só para resumir: com isto, a Lei 12.783, de janeiro de 2013, produziu a queda do preço da energia, simultaneamente a crise hídrica, e o aumento que nós tivermos aí, hoje, de 60% de energia. E a queda neste ano, por exemplo, no setor industrial, a redução de consumo de energia no Estado de São Paulo é de 6,1% neste ano. Portanto, é gravíssimo: isso significa realmente desativação do setor industrial.

Com relação às nossas usinas, nós precisamos lembrar o seguinte. Foi a seguinte a colocação do Senador Fernando Bezerra Coelho com relação a Jupiá e Ilha Solteira. Ontem, a medida provisória aprovada pelo

Senado da República, depois de aprovada pela Câmara, permitiu a realização do leilão, quer dizer, formalizou a legalidade do leilão – que já ocorreu, e é importante que a Casa saiba disso. Esse leilão já ocorreu. E eu gostaria só de chamar a atenção para o seguinte fato. Já ocorreu hoje, pela manhã, às 10 horas, na BM&F, só que eu queria chamar atenção para o seguinte fato. Vejam bem, até o dia 31 de dezembro agora, as 29 usinas que têm um potencial de 6.000MW, essas 29 usinas estão gerando no regime de cotas.

O Senador Hélio José, que é do ramo, conhece bem o que eu estou dizendo. Estão gerando a R$35, R$37 o megawatt/hora. A partir do dia primeiro de janeiro, essas usinas, Senador, estarão gerando a R$137 o megawatt/hora. Ou seja, o Brasil, neste momento – é este fato, está no edital de leilão –, teremos que incorporar a esse valor a remuneração do bônus. O bônus já foi praticado. Eu já estou aqui com o resultado dos leilões que aconteceram. As usinas de Jupiá e Ilha Solteira foram vendidas para a Três Gargantas, da China. O aporte dessas duas usinas é de R$13,9 bilhões. O leilão está aportando R$17 bilhões, dos quais R$11 bilhões, agora, até o dia 30 de dezembro, e R$6 bilhões seis meses depois, em junho.

Significa o seguinte, Senadores. Vejam bem a contradição levantada pelo Senador Fernando Bezerra Coelho, quando perguntou isso assim: "Este modelo resultante da 579, que definiu que as usinas, daí por diante, que tivessem cessadas as suas concessões deveriam estar gerando em regime de cotas?" E assim foi com uma outra usina do Estado de São Paulo, a de Três Irmãos, porque a Cesp, muito bem lembrado pelo Senador Fernando Bezerra Coelho, não aceitou entrar nesse regime de cotas, como também a Cemig não aceitou, como também a Copel não aceitou. Significa que a Usina de Três Irmãos, extremamente importante – é a última usina do fluxo do Rio Tietê, faz parte de um sistema de navegação extremamente importante de Integração no sistema Tietê/Paraná –, essa usina foi licitada para uma empresa chamada Tijoá, que é uma parceria entre Furnas e este mesmo grupo de hoje da Três Gargantas, no regime de cotas. Essa usina passou às mãos dessa empresa a partir de maio deste ano. Significa que agora, na sequência desse processo, as 29 usinas – 18 usinas de Minas Gerais, 2 usinas de São Paulo, 3 usinas do Paraná – passarão, a partir de 1º de Janeiro a gerar, remunerando o que foi pago pelo bônus de aquisição e mais todos os outros mecanismos aí colocados. Isso significa que, não houvesse porventura o leilão... Não estou fazendo nenhuma crítica. Estou fazendo um diagnóstico, para ficar claro o que está acontecendo.

Só que, Srs. Senadores, eu queria chamar a atenção para um detalhe – e o Dr. Barata, que participou da modelagem sabe bem disso: nenhum centavo a mais para novos investimentos; é apenas para comprar usinas existentes, extremamente bem geridas pelas 29 concessionárias do País, 29 usinas com diversos concessionários, em absoluto, perfeito estado de funcionamento. Só que nesse leilão não se exigiu isto: olha, você compra a usina A, mas você tem que investir mais 10% do valor dela, 50% do valor, qualquer coisa, na melhoria disso ou daquilo, ainda que fosse até em benefício das regiões sociais onde se encontram essas usinas.

Então, é apenas um registro importante, ou seja, terminada a licitação, foi licitado com 70%, num regime de cotas, mas só que essas cotas, incluindo a bonificação paga dos 17 milhões e mais toda a renovação que puder ocorrer nos próximos 30 anos. Isso quer dizer, só para termos uma conta bem aritmética, que o País, que hoje consome na média 59, 60GW de potência de consumo, essas usinas que têm capacidade de 6 mil megawatts e que têm uma boa potência firme da ordem de 3.500, 3.700, vamos dizer assim, essas usinas significam cerca de 6% do consumo de energia do País hoje.

Esses 6% vão ter acrescidos ao seu preço os 250% da energia que está sendo cobrada a partir do dia 1º de janeiro com essa concessão.

Esse é um fato. Evidentemente, as usinas tinham terminado a sua concessão, voltaram ao Governo Federal. Não há dúvida sobre isso. Não se está discutindo isso. Apenas precisaríamos, com essa preocupação, no fundo, responder a pergunta mais crucial que o Senador Fernando Bezerra Coelho fez: Que erros não podemos cometer mais? O que aprendemos desse modelo? O que vamos poder fazer?

Poderemos exatamente ter uma visão, que o Senador José Hélio levantou muito claramente, do interesse público. Como é que vamos prover o País da energia de que ele precisa, dando uma solução não apenas fazendária, que demos neste leilão que acaba de ocorrer.

Simplesmente, é preciso que fique claro que há uma vitória indiscutível do Governo Federal, que brilhantemente conseguiu um aporte para o Tesouro da República de R$11 bilhões, agora no mês de dezembro, e de R$6 bilhões, no mês de junho próximo, sem que estivéssemos acrescentando um centavo à geração de eólica, solar ou qualquer outra forma de energia no País, mas,simplesmente, pegando 29 usinas que estão operando perfeitamente bem, usinas emblemáticas deste País, como, por exemplo, a Usina de Três Marias, em Minas Gerais, como foi mostrado aqui, inclusive, pelo Dr. Barata.

Essa é apenas uma observação, que cabe uma justeza perfeita, à consideração do Senador Fernando Bezerra Coelho: O que nós devemos fazer daqui para frente? Devemos pensar, em primeiro lugar, que há uma

mudança estrutural na vida nacional. É preciso que pensemos em alguns dos temas levantados, inclusive pelo Senador Hélio José, com relação ao lixo urbano.

Vou lembrar a V. Exª, Senador Fernando Bezerra Coelho, que o Estado de São Paulo, por exemplo, hoje, tem 97% da sua população urbana. O primeiro subproduto dessa urbanização é, em primeiro lugar, a demanda de energia elétrica, e o segundo é a produção de lixo.

Evidentemente, hoje, esse é um tema central do País, porque este está caminhando para a urbanização quase total. Não quero dizer com isso que não haja atividade rural, mas hoje a população rural mora na cidade e, portanto, também está ali.

Assim, penso que são temas centrais e que deveríamos estar dizendo: Qual é a matriz energética? Qual é a política energética a que o País tem de estar visando? Isso inclui algumas mudanças estruturais profundas, como, por exemplo, a produção até de hidrocarbonetos, porque, se estamos pensando na geração de energia elétrica distribuída a partir de gás, por exemplo, complementada por fotovoltaica, introduzindo energia na base, para garantir a introdução progressiva nos próximos 25 anos das renováveis, indiscutivelmente, temos de pensar nisso.

Rapidamente, queria, em atenção às questões levantadas pelo Senador Lasier Martins, com relação ao carvão mineral, dizer que tenho a impressão de que, hoje, temos tecnologia absolutamente tranquila, para utilizá-lo, com absoluta segurança tecnológica, que é um patrimônio nacional, não só o carvão do Rio Grande do Sul, mas alguma coisa também em Santa Catarina.

Senador Hélio José, quanto à questão da geração distribuída, estamos absolutamente de acordo. É isso que estamos fazendo. Queria lembrar aos senhores que tomamos a iniciativa, o Estado de São Paulo, o Governador Geraldo Alckmin, através da Secretaria da Fazenda, de, no mês de abril, aprovarmos no Confaz a isenção do imposto para a microgeração, e, juntamente a nosso Estado, mais oito Estados já aderiram a esse convênio Confaz.

Ou seja, o indivíduo pode ter na sua casa, na sua pequena empresa, uma geração de energia elétrica, por exemplo, solar. Antes, ele comprava energia, mas quando a vendia, era um embaraço. Hoje, não existe mais isso. Ele tem dois medidores de energia – um de entrada; outro de saída –, a conta que ele paga é a diferença, e não há mais problema tributário lá na frente.

Estamos trabalhando não só a questão do biogás gerado pelo lixo, mas hoje estamos trabalhando intensamente do biometano, a digestão, feita a partir da vinhaça de cana-de-açúcar.

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO CARLOS DE SOUZA MEIRELLES – Senador Flexa Ribeiro, lembrando que, na verdade, os reservatórios das hidrelétricas, hoje, são fundamentalmente uma reserva de bateria. Se completarmos, em algumas regiões – no Estado de São Paulo e em alguns Estados brasileiros, estamos com problemas de abastecimento de água em algumas regiões –, se estivermos tratando os reservatórios das hidrelétricas como uma reservação de água, tendo outras formas de geração de energia, vamos usar o reservatório como uma bateria. Ele vai passar a ser uma moderna bateria. É nisso que estamos trabalhando também.

Senador Wilder Morais, o preço da energia atualmente, sem dúvida alguma, é o maior custo que temos no processo industrial. Senador Antonio Carlos Valadares, a crise hídrica do Nordeste evidentemente poderia estar sendo resolvida do ponto de vista energético com este planejamento nacional, tanto o Dr. Barata como eu mostramos isso naquele mapa.

É importante dizer também que temos um sistema interligado. Portanto, a energia elétrica pode ser produzida. Não sabemos se essa energia aqui vem do carvão de Santa Catarina, ou se está vindo de Santo Antônio ou de Jirau.

Finalmente, gostaria de deixar o meu agradecimento a esta Comissão. Estou trazendo a palavra do próprio Governador Geraldo Alckmin, agradecendo o privilégio de estarmos aqui, entendendo que essa nossa presença é sobretudo republicana e democrática. Temos um entendimento muito construtivo das análises que fazemos com o Ministério das Minas e Energia. Temos trabalhado sempre em sintonia, evidentemente preservado o espaço democrático de eventuais divergências, que ajudam a construir a democracia neste País.

Foi um privilégio ter estado aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Dr. Meirelles.

Na sequência, para encerrar, ofereço a palavra o Dr. Mozart.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Senador Fernando Bezerra Coelho e demais Senadores, entendo que os esclarecimentos a respeito de questões formuladas foram praticamente exauridos pelas falas do Secretário Barata e do Dr. Meirelles.

Antes de mais nada, quero agradecer aos senhores a atenção e, sem dúvida alguma, colocar-me apenas sobre duas perguntas de caráter geral, formuladas pelo Senador Fernando Bezerra Coelho: a questão da inserção solar e a de modelo de setor.

Quero dizer aos senhores o que faríamos. Um País continental como o Brasil tem espaço e deve usar todos os seus recursos naturais.

Então, é impossível que não tenhamos capacidade de explorar carvão, onde ele exista – energia eólica, onde ela exista; energia solar, onde ela exista –, e todas as formas e fontes primárias, particularmente as hídricas.Sou um hídrico de carteirinha, mas muito crítico quanto ao custo, quando eventualmente exagerado. Daí minha fala, voltada para a questão da gestão.

Quero dizer aos senhores que, neste momento, por exemplo, não se preocupem com o abastecimento do País. Certamente, não teremos apagões, a não ser que haja – concordo inteiramente com o Secretário – questões de restrições ou contenção nas linhas de transmissão, até porque a economia resolveu isso.

A redução do consumo esvaziou os estresses, sobretudo nas transmissões de longa distância. Se continuarem dizendo que o PIB, para o ano, será de -2, a minha preocupação é a de que sobre energia.

Agora, gostaria de falar sobre algumas questões, com relação à questão da inserção da energia solar. Quero dizer aos senhores que a energia eólica já é uma realidade. Biomassa e PCH, na qual trabalhamos, também é uma realidade. Ela precisa obviamente de atenção, de equilíbrio nas contratações.

Eventualmente, vejo com muita satisfação, mas ainda um pouco de avanço que poderia ter sido feito nessa medida provisória. Vou dar um exemplo aos senhores.

No caso do Governo Federal, com esses leilões de eólicas, vemos claramente que estes buscam atrair a indústria de painéis fotovoltaicos e inversores. Isso está correto. Agora, com essa aprovação da geração distribuída, há um outro incremento.

O incremento principal ainda não veio, Senador. E vou fazer uma conta para os senhores aqui. Vamos supor que a minha casa fosse assistida por energia solar, e eu a colocasse nesses grandes leilões feitos pelo Governo Federal, com os quais concordo. A energia vai ser gerada longinquamente, entra num sistema de transmissão ou de distribuição, causa perdas, e chega a sua casa. Quando ela chega a sua casa, ela recebe 54% de impostos. Aí, agora, vamos para a geração distribuída. Vai ser na subestação da distribuidora, percorrer a rede da mesma, havendo menos perda, mas 54% de impostos!

Por que não fazermos um programa nacional de incentivo ao uso de fotovoltaica residencial, com custo 54% mais barato? Essa é a questão que os senhores têm de, através da legislação, resolver. Isso é óbvio.

Quero provocar esse assunto no final, porque sei que isso é impactante. Sabe por quê? Por que o mundo faz isso? E é isso que o mundo faz! Quando falo em 54%, são 25% de ICMS – e vou dizer aos senhores que tenho um pouco de experiência com ICMS –, mas não é o percentual que diz algo, porque os 25% são por débito.

Então, esses 25% são 33%. Somos um País, cujo PIS Cofins é por dentro, e não é de 9,6%, mas de 11%. Quando jogamos um imposto sobre outro, dá mais de 50%. Este é o nosso País.

Precisamos dizer, no caso de uma reforma tributário, que o imposto é tal, por fora, que o mundo inteiro pratica. Aqui, dizemos um número, mas, na verdade, é outro. O número é tão grande, que, se praticarmos uma alíquota de 50%, o imposto torna-se de 100%. Quer dizer, este é o nosso País. Temos de melhorar esses aspectos no Brasil.

Então, estou colocando essa questão da solar, porque não tenho dúvida de que o Brasil só vai avançar com essa singularidade. Vou dar um dado real. Estudo muito energia solar, mas faço isso para investir. Enquanto na Europa, a média da insolação é de 2,2 quilowatts/metro quadrado, nas regiões do Senador Fernando Bezerra Coelho, em Petrolina, ou em Recife, é na faixa de 7 quilowatts/metro quadrado. São três vezes mais! A produtividade é três vezes maior. O pessoal coloca espelho demais lá na Europa, porque, no inverno, o sol passa de lado um pouco.

Já morei lá uma temporada. O sol nasce às 8 horas da manhã e se põe às 4 da tarde. Não temos isso aqui! Então, temos todas as condições!

Quando digo isso, refiro-me à eficiência energética. Não temos ainda um programa referente a isso. Tenho certeza de que o Dr. Barata é uma porta aberta para esse tipo de discussão. Vamos fazer uma política para a população.

Na realidade, as políticas estratégicas adotadas pelo mundo são no sentido de cada um ter sua energia própria gerada, e o Estado simplesmente complementá-la. Essa é a política pública do mundo, e precisamos fazer isso aqui no Brasil!

Isso também vale para uma coisa que não se fala ainda no Brasil, que são as pequenas eólicas. Nos Estados Unidos, elas se chamam *small wind*. Há centenas de milhares sendo feitas e colocadas nas residências rurais. Nós, aqui, ainda não estamos olhando para esse programa.

Quero dizer aos senhores que nós, como empreendedores, estamos olhando esse programa, porque ele é extraordinário. Se se colocasse a solar com a *small wind*, vai-se ficando independente. A última notícia, que é boa para a energia solar: acaba de ser lançado nos Estados Unidos, através da *Duke Energy* Brasil, uma empresa existente aqui no Brasil, explorando energia hidráulica, uma bateria de 30MW.

Vou dizer que, com uma bateria como essa em minha casa, é capaz de eu ficar seis meses sem... Ficar isolado da rede!

Então, precisamos trazer esses dados para o Congresso Nacional, para que se possam definir políticas públicas, a fim de que o Governo as execute.

Não vou obviamente aqui ser ofensivo, mas penso que a iniciativa deva sair também do Congresso...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Mozart, há também aquele estudo da UCLA, da célula que vai armazenar energia até por uma semana, que acabaria com o problema noturno.

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Exatamente.

Agora, com relação ao modelo do setor elétrico, vou fazer aqui uma homenagem. Não vou tirar, nem pôr o que o Secretário disse, até porque ele, como Secretário Executivo, não pode falar em revisão, mas em atualização e aperfeiçoamento. Eu só mudaria a palavra. Uma revisão não significa não aproveitar o que é bom. Há coisas boas no modelo de 1998. Foi ele que criou a Aneel, a ANS, a CCE.

Esse modelo de 2004 criou coisas boas também, como a comercialização de energia.

Agora, não adianta discutirmos aqui certas coisas, porque disse que iria ser rápido, mas só colocaria aí uma condição. Temos aí um programa de P&D, com recurso. Quando se precisa de recurso, isso tem de ser feito de forma transparente, com a presença do Congresso, para dar neutralidade.

Nesse caso, eu entregaria a coordenação ao Dr. Barata. Ele tem competência técnica para fazer isso e credibilidade... (*Risos.*)

É verdade. Ele tem competência e credibilidade no setor elétrico. Era só essa a condição que colocaria a ele.

Então, encerro as minhas palavras, respondendo à pergunta feita por V. Exª sobre o que eu faria. A minha resposta é: exatamente o que o Dr. Barata propôs no modelo do setor, colocando-o como coordenador, porque a sua credibilidade é importante. Eu sou do setor. Sou dinossauro do setor. Tenho 40 anos de setor. Então, ele tem credibilidade e competência técnica. Ele já passou pela maioria dos órgãos.

Muito obrigado.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Dr. Mozart, o senhor se esqueceu de uma pergunta: Sendo dinossauro do setor, o senhor é contra a nuclear? Qual a sua opinião? Qual clamor que isso vai causar?

O SR. MOZART DE SIQUEIRA CAMPOS ARAÚJO – Sou absolutamente favorável à nuclear. Sou favorável a todas as fontes que temos. Peço desculpas aos Senadores por voltar a falar, mas a questão é a seguinte: os recursos que a natureza nos deu, e a nuclear, em qualquer lugar do mundo, para serem utilizados como base... Por exemplo, no Nordeste, quero dizer qual é a minha visão desta Região dez anos à frente: a água do São Francisco vai para a irrigação. Ela não é para produzir energia. Precisamos de outras fontes... Felizmente, o Nordeste tem potencial eólico suficiente para dois Brasis... E de qualidade!

Então, sei que temos de fazer isso. O Senador disse que não quer energia nuclear em Sergipe, pois eu digo que quero a energia nuclear em Pernambuco! Sou pernambucano.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não disse isso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Não. Foi o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Se a Alemanha está terminando com as usinas nucleares de lá, e nós vamos começar por aqui...

O SR. LUIZ EDUARDO BARATA – Perdão, posso colaborar?

Estive agora na reunião da Agência Internacional de Energia. Ao contrário: o que existe hoje, no mundo, é uma retomada pelo processo nuclear.

O Japão está religando as suas usinas nucleares. A Inglaterra está fazendo um reformismo: está comprando de franceses usinas nucleares. A China está vendendo, inclusive para a Argentina. Há uma retomada do uso da energia nuclear, porque o próprio episódio de Fukushima está muito bem estudado hoje, e a conclusão a que se chegou foi a de que aquilo não foi um problema nuclear.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Com a autorização do Presidente da Comissão, o Senador Garibaldi Alves, queria trazer uma informação: estamos apre-

sentando e colocando no *site* da Comissão a nova versão da nossa proposta do nosso substitutivo da revisão da Lei de Licitação. Vou solicitar ao Presidente para que faça a inclusão para votação desta matéria no âmbito desta Comissão na próxima 4ª feira.

Portanto, quero agradecer, em nome do Presidente Garibaldi Alves, agradecer a presença de todos, em especial das Srªs e dos Srs. Senadores, e convoco a próxima reunião a realizar-se no dia 02 de dezembro, na 4ª feira, às 8h30, neste plenário.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 8 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 29 minutos.)

ATA DA 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE DEZEMBRO DE 2015.

Às oito horas e quarenta e um minutos do dia dois de dezembro de dois mil e quinze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras e dos Senhores Senadores Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz, Telmário Mota, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Dalírio Beber, Fernando Bezerra, Vanessa Grazziotin, José Pimentel, Paulo Rocha, Gladson Cameli, Waldemir Moka, Douglas Cintra, Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os demais Senadores.

O Presidente declara aberta a reunião e propõe a dispensa de leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são dadas como lidas e aprovadas.

Após a leitura de comunicado da Presidência, tem início a apreciação da Pauta.

Item 1: Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 2013, de autoria do Deputado Antônio Bulhões, que "torna obrigatória a utilização de mecanismo de rastreamento de carga durante o transporte de materiais nucleares e radioativos". Relator: Senador Elmano Ferrer. Relatório: pela aprovação da matéria nos termos do substitutivo apresentado. Resultado: aprovado o relatório.

Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 559, de 2013, de autoria da CT - Modernização da Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/1993) (CTLICON). Relator: Senador Fernando Bezerra Coelho. Relatório: pela aprovação da matéria, pela rejeição das Emendas de Plenário nºs 1, 5, 7, 11 a 19, 21 a 23, 26 a 31, 34 a 36, 38, 39, 41 a 44, 46 a 54 e 56; pela aprovação das Emendas de Plenário nºs 2, 8, 10, 24, 25, 32, 45; pela declaração de prejudicialidade das Emendas nº 20 e 55; e pela aprovação parcial das Emendas de Plenário nºs 3, 4, 6, 9, 33,40, nos termos do substitutivo apresentado. Resultado: aprovado o relatório.

Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2014, de autoria do Senador Inácio Arruda e outros, que "altera a Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, para garantir incentivos à autoprodução de energia elétrica a partir da microgeração e minigeração distribuída, que utilizem fontes com base em energia hidráulica, solar, eólica, biomassa e cogeração qualificada". Relatoria: Senador Walter Pinheiro. Relatório: pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: aprovado o relatório.

Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2014, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que "altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para incluir exigências quanto à alteração da vazão de reservatórios regularizadores em outorga de direitos de uso de recursos hídricos". Tramita em conjunto com Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2014, de autoria do Senador Kaká Andrade. Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho. Resultado: Aprovado o relatório (pela aprovação do PLS nº 265/2014, nos termos do substitutivo apresentado, e pela prejudicialidade do PLS nº 288/2014).

Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Fernando Bezerra, Wlademir Mocca, Dalírio Beber, Gladson Cameli, Vanessa Grazziotin, Flexa Ribeiro. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às nove horas e trinta minutos, lavrando eu, Thales Roberto Furtado Morais, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Declaro aberta a 42ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da atual legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs e Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A Presidência da Comissão comunica o recebimento de nota informativa da Consultoria Legislativa desta Casa sobre os seguintes avisos do Tribunal de Contas da União:

– nº 680, que trata de auditoria realizada no Ministério das Cidades, na Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras, de São Paulo;

– nº 914, que trata da consolidação das fiscalizações temáticas realizadas no âmbito do ciclo de fiscalização de obras, de 2014, denominado Fiscobras 2014.

– nº 1090, que trata da auditoria realizada no Ministério das Cidades, na Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras, de São Paulo e na Caixa Econômica Federal, com o objetivo de fiscalizar obra de implantação do Corredor de Ônibus Radial Leste, localizado no Município de São Paulo;

– nº 1163, que trata da auditoria realizada no Ministério das Cidades, na Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras, de São Paulo e na Caixa Econômica Federal, com o objetivo de fiscalizar obra de implantação do Trecho 1 do Corredor de Ônibus Radial Leste, Município de São Paulo.

A Consultoria não vislumbrou qualquer medida a ser tomada pela Comissão, sugerindo apenas a tomada de conhecimento e arquivamento desta matéria.

O Srs. Senadores e Srªs Senadoras podem dispor desses documentos junto aos universitários.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 559, de 2013
- Não terminativo -

Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Autoria: CT - Modernização da Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/1993)
Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho
Relatório: Pela aprovação da matéria, pela rejeição das Emendas de Plenário nºs 1, 5, 7, 11 a 19, 21 a 23, 26 a 31, 34 a 36, 38, 39, 41 a 44, 46 a 54 e 56; pela aprovação das Emendas de Plenário nºs 2, 8, 10, 24, 25, 32, 45; pela declaração de prejudicialidade das Emendas nº 20 e 55; e pela aprovação parcial das Emendas de Plenário nºs 3, 4, 6, 9, 33,40, nos termos do Substitutivo apresentado pelo relator
Observações:
1. Tramita na CI a 2ª autuação da matéria
2. Em 11.11.2013 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria

Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, há três semanas, apresentamos o relatório, com a apresentação de um Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 559, de 2013, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

Como dito naquela ocasião, uma das premissas que norteara nosso texto é a constatação de que a obras públicas de infraestrutura no Brasil sofrem entraves crônicos que resultam em um gargalo logístico, o que acarreta o atendimento deficiente das demandas da população.

E por que demoramos tanto para concluir nossas obras?

A resposta é sempre uníssona em diversos estudos e diagnósticos. No Brasil, dedica-se muito pouco tempo à fase de planejamento das contratações públicas. Para se ter uma noção do quão pouco planejamos, no Japão, cerca de 67% do tempo é gasto com planejamento e 33% com execução das obras. Nos Estados Unidos, esses percentuais passam respectivamente para 40% e 60%. Já no Brasil, não gastamos sequer 20% do nosso tempo com planejamento.

O resultado disso não poderia ser diferente. São recorrentes problemas como atrasos com relação ao cronograma original das obras, aumentos excessivos dos preços inicialmente pactuados, além da celebração de inúmeros termos aditivos, que, muitas vezes, desfiguram o próprio objeto dos contratos.

Nesse sentido, o nosso substitutivo contempla disposições que se destinam a melhorar a normativa atual, alinhando-se aos esforços para assegurar um melhor planejamento das contratações públicas.

De acordo com nossa proposta, serviços e obras de engenharia somente poderão ser iniciados quando houver projeto executivo, ao mesmo tempo em que as hipóteses de contratação integrada passarão a ser mais restritas.

Nossa intenção é clara: acabar com a rotina em que obras públicas são deflagradas sem que se saiba exatamente quanto elas custarão no final, obras essas em que os operários iniciam seus trabalhos, muitas vezes, sem sequer conhecer os detalhes do projeto.

Busca-se, portanto, incentivar uma cultura de engenharia de projetos, destinada a prevenir os rotineiros problemas de execução que hoje multiplicam demasiadamente o valor dos contratos, numa conta que acaba no bolso do contribuinte.

Nessas três semanas, Sr. Presidente, recebemos dezenas de contribuições, alguns elogios, algumas críticas, o que denota a correção dos rumos adotados neste substitutivo.

Assim, na versão final do texto, procuramos conciliar as diversas contribuições de Senadores, de entidades de classes, de estudiosos, dos cidadãos e do próprio Governo. Adotou-se uma postura de conciliação dos mais diversos interesses, gerando consensos que não se desviaram da linha de administração planejada que norteou nossos trabalhos.

Na oportunidade, destaco as importantes considerações acerca da manutenção da obrigatoriedade de publicação dos extratos dos editais de licitação em jornais de grande circulação. Essa, por sinal, foi uma demanda do Senador Lasier Martins, do Senador Hélio José e de algumas entidades que representam os jornais brasileiros.

Nesse ponto, a atual crise econômica pela qual vem passando o País motiva a continuidade da exigência, notadamente como forma de fomentar a atividade econômica dos jornais de pequeno e médio porte sediados nas diversas localidades do País. Após o período de três anos, essa forma de publicidade passará a ser facultativa, o que não impede que ela se torne obrigatória, por determinação dos regulamentos editados no âmbito dos poderes executivos, consideradas suas peculiaridades.

Do mesmo modo, atenuou-se a exigência de limites mais rigorosos de garantia para a execução de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, regra que terá um interstício de aplicabilidade de três anos. Neste caso, as notórias dificuldades atualmente enfrentadas pelo setor para obtenção de garantias justifica a transitoriedade da medida.

Feito esse breve registro, em meio a outros acolhimentos, reitero, por fim, o intuito primordial do substitutivo de assegurar um melhor planejamento das contratações públicas, visando a aprimorar qualitativamente o texto decorrente dos trabalhos da Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações e Contratos.

Por tudo isso, peço o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto.

Sr. Presidente, antes de concluir a leitura desse resumo executivo do nosso relatório, queria também dizer que fizemos uma ampla articulação, que envolveu a Casa Civil da Presidência da República, o Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, também com o envolvimento dos Senadores Antonio Anastasia e Eunício Oliveira.

Nas conversas que mantivemos ontem com a presidência desta Casa, após a aprovação deste substitutivo, hoje, aqui na Comissão de Infraestrutura, o texto seguirá para apreciação do Senador Antonio Anastasia, no seio da Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional, chamada Agenda Brasil, que terá uma semana para continuar fazendo os aprimoramentos que se fizerem necessários ao texto. E é desejo do Presidente da Casa que a matéria, após votada na próxima quarta-feira, na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, possa ser apreciada na sessão plenária do Senado Federal, na quarta-feira, com o Relator de Plenário, Senador Eunício Oliveira, que é o Senador no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.

Existe, portanto, uma articulação, que perpassa por diversas outras comissões, mas que a gente possa ultimar um esforço que não começou conosco; começou com a Senadora Kátia Abreu, com o Senador Francisco Dornelles, de uma iniciativa que vem de uma Comissão temporária do Senado Federal, que ouviu, durante mais de dois anos, uma série de entidades, e que recebeu dezenas de emendas.

Agora, acreditamos que o projeto esteja maduro para uma decisão e uma deliberação do Senado Federal. Quero aqui reiterar a intensa troca de opiniões, de informações e de sugestões que procuramos ter com os técnicos da Casa Civil da Presidência da República, que acompanharam desde a leitura da primeira versão do nosso relatório e que, ao longo dessas três semanas, continuaram trazendo contribuições importantes para o aprimoramento do texto.

Com essas considerações, quero também agradecer a toda a minha equipe que me assessorou nesse trabalho, destacando o trabalho de Camila, de Pedro, de Demétrios, do nosso consultor Jurídico, Dr. Diego Jurubeba. Quero também agradecer todo apoio que tivemos dos que fazem o secretariado da Comissão de Infraestrutura, que nos deram sugestões e indicações importantes para que pudéssemos ultimar este trabalho, que representa, como já disse aqui, uma reflexão de muitos anos aqui no Senado Federal. Acho que é uma contribuição importante no aperfeiçoamento do marco legal para as licitações e contratações públicas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Em discussão, o relatório do Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra, para discutir, o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, eu participei junto com a Senadora Kátia Abreu, fui o Relator revisor e são coisas que eu não entendo. Nós ficamos, Sr. Presidente – era uma subcomissão da Comissão de Infraestrutura –, praticamente um ano nos reunindo todas as segundas-feiras. Eu vinha para cá e nós ouvíamos, para fazer o relatório, juntamente com a Senadora Kátia Abreu, todas as entidades. É muito difícil citar uma entidade que não foi ouvida. Nós ouvimos desde as entidades de construção civil, às grandes empresas, associação dos municípios, estatais que têm ou tinha uma formatação diferenciada de licitação. Chegamos a detalhes como pequenas prefeituras que têm que se adequar a essa 8.666 para comprar coisas pequenas. É uma burocracia enorme!

Esse trabalho foi feito e aprovado nesta Comissão especial por unanimidade e aí ela se perde nessa tramitação das comissões.

Eu fico feliz que o Senador Fernando Bezerra tenha resgatado esse trabalho. Segundo seu relato, conversou com a própria Senadora Kátia Abreu e com a Casa Civil.

Na verdade nós temos uma prática em que se fala: "Mas se não houver esse detalhezinho aqui, o cara pode fraudar." Ora, meu Deus do Céu! Nós temos que ter uma legislação em que, se o cara fraudar, ele tem que ser punido. Mas, na hora em que se começa a prever cada detalhezinho desse, não generalizando, deixa isso na mão de burocratas especialistas em licitação. Aí a coisa não ainda mesmo. Para cada licitação, há um sem-número de detalhes!

Eu acho que uma lei de licitação tem que ter: se você sair fora disso aqui, você vai ser punido. É isso que tem que haver.

De forma que vejo com enorme simpatia esse relatório, que, segundo o Senador Fernando Bezerra, ainda será submetido a uma outra Comissão. Talvez o Relator seja um dos Senadores que têm a maior intimidade com essa parte administrativa pública, o Senador Anastasia, já demonstrada não apenas no Governo de Minas, mas recentemente aqui no Senador a prova da sua capacidade.

Então, fico feliz, acho que essa é uma grande contribuição que esta Comissão e, em especial, o eminente homem público que é Fernando Bezerra, está dando ao País.

Na verdade, fazendo com que a lei de licitações sofra modificações para melhorar, para fazer com que as coisas sejam mais ágeis. Por exemplo, do que eu me lembro, porque já tem algum tempo da discussão, a maioria dos erros das obras públicas é por falta de projeto. Projeto malfeito, projeto feito.

"Não; vamos fazer um projeto aí e depois nós vamos ver". Sendo que a coisa mais importante de uma obra é exatamente o projeto. Se não for um projeto que tem lá um nome, mas que seja um projeto básico. Aí começam os aditivos e não sei mais o quê.

Eu me lembro até de que o Governador eleito Confúcio Moura esteve na Comissão Mista de Orçamento porque ele perderia um monte de dinheiro para saneamento no seu Estado por conta de planejamento mal feito ou de obras sem nenhuma preocupação com o projeto básico.

Dessa forma, fico contente, e o nosso voto é pela aprovação do relatório, Sr. Presidente.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Dalirio Beber e, em seguida, o Senador Gladson Cameli.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Sr. Presidente, essa é, realmente, uma matéria importante. Essa lei veio para regular todo o processo de contratação de obras e serviços no Serviço Público, o que é muito necessário. No entanto, ela precisa passar por uma adaptação em função de todas as experiências vividas nas três esferas de Governo durante todos esses anos da sua existência.

Eu, inclusive, apresentei um projeto de lei alterando os valores das modalidades de licitação. Foi em 1998 quando se fixou o valor para estabelecer a que modalidade deveria se ater o gestor público na contratação de serviços ou na compra de materiais. E vejo que a iniciativa é positiva.

Mas, Sr. Presidente, nós temos um requerimento, apresentado no Senado, aguardando leitura, no sentido de que os cerca de 30 ou 40 projetos que tratam de matérias relacionadas sejam apensados. Assim, nós queríamos solicitar ao Relator se não seria possível apensamos isso tudo antes – e mesmo ao Senador Anastasia –, porque há coisas aqui que se originaram em função de demandas feitas por órgãos que vivem essas dificuldades próprias da Lei de Licitações.

Por mais que seja meritório nós já aprovarmos isso este ano, se demorar um mês a mais, não há problema, porque se trata de uma ferramenta de trabalho tão importante que é preciso que a gente só a conclua quando estivermos plenamente convencidos de que estamos produzindo aquilo que, de fato, o Brasil precisa para dar segurança aos gestores e para dar segurança à sociedade de que o nosso dinheiro está sendo muito bem aplicado.

Eu acho que há avanços. Eu até teria algumas dúvidas com relação às modalidades, porque ficaram fora, por exemplo, o convite e a tomada de preços. Entram em concorrência, leilão, concurso? E não sei como seria atendido isso, agora, nesse novo projeto.

Por isso, eu faria essa solicitação ao Sr. Relator, Senador Fernando Bezerra, no sentido de que pudesse incorporar todas essas emendas, e que aquelas verdadeiramente úteis que fossem aproveitadas num relatório a ser feito na sequência.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, se o senhor me permitir, eu gostaria de fazer alusão a essa intervenção do Senador Dalirio Beber, que foi muito importante.

Na realidade, nós cometemos uma omissão aqui, porque está, sobre a Mesa da Comissão de Serviços de Infraestrutura, um requerimento do Senador José Pimentel pedindo que todos os projetos relacionados fossem apensados. Nós fizemos isso. Esse relatório procurou beber das contribuições de todos esses projetos que foram devidamente analisados. Então, muitas das sugestões que estão nesses projetos, de fato, nós incorporamos ao trabalho inicial da comissão temporária.

Assim, eu acho que essa recomendação será 100% acatada no sentido de todos os projetos serem apensados. O Senador Antônio Anastasia está ciente disso. A leitura que ele fará será completa, A assessoria dele e a nossa assessoria já estão trabalhando em conjunto para que ele possa fazer os aperfeiçoamentos que se fizerem necessários até a próxima quarta-feira, quando a Comissão Especial da Agenda Nacional irá deliberar sobre o texto de autoria do Senador Antônio Anastasia.

Eu queria fazer um comentário: de fato, desde 1998, os valores para dispensa de licitação não haviam sido alterados. A limitação de até R$8 mil para contratação de serviços foi alterada para R$32 mil; e as pequenas obras de engenharia foram alteradas para R$60 mil, como a de inspeção.

Então, essa é uma sugestão direta das contribuições do Senador Dalirio Beber. Estamos incorporando muitas e muitas contribuições que foram retratadas nesses projetos que estamos apensando. Acho até que a Presidência poderia votar o requerimento do Senador José Pimentel que delibera pelo apensamento, mas esse trabalho nós já realizamos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Nós não podemos porque não chegou aqui, segundo os universitários. (*Risos.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu soube que estava... Então, ele não formalizou. Mas ele formaliza agora.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Está na Mesa do Senado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Ah! Está na Mesa do Senado

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Sr. Presidente.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Está na Mesa do Senado, aguardando.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Gladson Cameli.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Sr. Presidente, quero parabenizar o relatório do Senador Fernando Bezerra.

As palavras do Senador Moka... S. Exª falou realmente o que eu penso. Sou engenheiro civil, Sr. Presidente. Eu venho da área de estradas e vou dar um simples exemplo. As pessoas dizem que o Brasil é um País pobre. O Brasil é um País muito rico. O problema é que o dinheiro que tem é mal gasto, por falta de bons projetos.

Vou dar um exemplo prático, Srªs e Srs. Senadores. A estrada que liga a BR-307 ao Pacífico, do meu Estado até o Porto de Ilo, no Peru, foi financiada pelo BNDES. O que me chama a atenção? A parte brasileira é de péssima qualidade e a parte peruana é de ótima qualidade, financiadas pelo dinheiro de um banco brasileiro. Então, isso é de se estranhar. E realmente precisamos melhorar esses projetos, porque deveríamos ter obras de qualidade que façam efeito e atendam às necessidades da população.

Quero parabenizar o Senador Fernando Bezerra. Conte com o meu voto favorável. Estamos aqui para dar uma resposta à altura à sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, eu também não poderia deixar, mesmo que rapidamente, de registrar o belo trabalho realizado pelo Senador Fernando Bezerra. Acho que não só o relatório que ele apresenta aqui no âmbito desta Comissão, mas a possibilidade de votar essa matéria de tamanha envergadura e importância na semana que vem, no plenário do Senado, é uma sinalização muito positiva, porque afinal de contas não podemos iniciar e concluir o ano só falando das coisas, temos de fazer com que aconteçam. E são ações como essa, Senador Bezerra, que garantirão ao Brasil melhores condições, inclusive no enfrentamento desse momento de muita dificuldade.

Então, cumprimento V. Exª e sobretudo o nosso Relator, Senador Fernando Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Flexa Ribeiro com a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho; Srªs Senadoras, Srs. Senadores, na mesma linha eu quero parabenizar o Senador Fernando Bezerra Coelho pelo seu relatório.

Eu conversei diversas vezes com o Senador Fernando Bezerra trocando ideias a respeito desse projeto de lei da Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações e Contratos. É da maior importância.

Inclusive, Senador Fernando Bezerra, essa revisão da Lei nº 8.666 era para ter sido feita aqui no Congresso Nacional há alguns anos. Eu acredito que desde a legislatura passada se vinha discutindo essa revisão: modernização. Então, realmente, o Senador fez um trabalho que atendeu ao princípio da modernidade, inclusive permitindo que as empresas tenham um tempo de cinco anos – como ele colocou – para...

(Soa a campainha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ...que possam atravessar a crise por que passa...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Vamos ouvir o nosso Senador Flexa Ribeiro!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ...lamentavelmente o nosso País, com relação ao seguro que será exigido para garantia da execução dos contratos.

Então, acredito que o projeto tem tudo para ser aprovado na próxima semana, no plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para seguimento de sua tramitação com os cumprimentos da Mesa ao Senador Fernando Bezerra e a todos aqueles que colaboraram e colaboram no sentido da aprovação dessa matéria.

ITEM 4
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 265, de 2014
- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para incluir exigências quanto à alteração da vazão de reservatórios regularizadores em outorga de direitos de uso de recursos hídricos.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 288, de 2014
- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, que dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas - ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências, para atribuir aos Comitês de Bacia Hidrográfica a competência de decidir sobre as alterações de vazão outorgada de reservatórios regularizadores existentes na sua respectiva bacia.

Autoria: Senador Kaká Andrade
Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 265/2014, nos termos do substitutivo apresentado pelo relator, e pela prejudicialidade do PLS nº 288/2014
Observações: *Matérias vão à CMA, para decisão terminativa*

O Senador Fernando Bezerra Coelho tem a palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, por economia processual, vou direto ao voto.

Nós estamos votando pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2014, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2014, na forma do substitutivo:

Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para determinar que os Comitês de Bacia Hidrográfica sejam ouvidos quando da alteração da vazão dos reservatórios reguladores.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 13-A e com a inclusão do seguinte inciso X ao *caput* do art. 38:

'Art. 13-A. As alterações de vazão outorgada de reservatórios regularizadores serão previamente submetidas à consulta do respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica.

Parágrafo único. O Comitê de Bacia Hidrográfica deverá se pronunciar no prazo máximo de quinze dias, a contar da data de recebimento da proposta de alteração da vazão outorgada dos reservatórios reguladores.'

'Art. 38. .....

.....

X – pronunciar-se sobre alterações de vazão dos reservatórios regularizadores. .....

..... (NR)'

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Note, Sr. Presidente, que não é que se precisa aprovar, é que se precisa fazer a consulta porque, na realidade, as vazões são determinadas pelo ONS, que é o Operador Nacional do Sistema, após ouvidos a ANA e o Ibama, tendo em vista as repercussões do ponto de vista ambiental.

Agora mesmo, nós atravessamos um momento crítico na Bacia do São Francisco e as vazões, tanto de Três Marias quanto de Sobradinho, tiveram que ser ampliadas – no caso de Três Marias – ou reduzidas – no caso de Sobradinho –, mas previamente consultados a ANA e o Ibama.

O que se pretende é empoderar mais os comitês de bacias para que eles também sejam consultados. Não é que a redução ou a elevação de vazão dependam da aprovação do comitê de bacia, mas que se faça esse trabalho de consulta, porque o comitê de bacia é a instituição mais próxima de todos usuários no sentido de que haja sempre um debate antes da determinação das alterações das vazões.

Esse é o nosso substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com essa crise hídrica do Nordeste, o comitê de bacias tem executado um trabalho importante.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Em discussão o relatório do Senador Fernando Bezerra. (*Pausa.*)

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será analisada ainda pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Item 1 da pauta.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 127, de 2013
- Não terminativo -

Torna obrigatória a utilização de mecanismo de rastreamento de carga durante o transporte de materiais nucleares e radioativos.

Autoria: Deputado Antonio Bulhões.
Relatoria: Senador Elmano Férrer.
Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo.
Observações:
A matéria possui parecer favorável da CCT.

Na ausência do Senador Elmano Ferrer, solicito ao Senador Dalirio Beber que funcione como Relator *ad hoc*.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Pois não, Sr. Presidente. passo ao relatório.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados (PLC) nº 127, de 2013 (PL nº 4.047, de 2012, na origem), de autoria do Deputado Antonio Bulhões.

O projeto possui dois artigos. O primeiro torna obrigatória a utilização de mecanismo de rastreamento de carga, acoplado ao embalado, durante o transporte de materiais nucleares e radioativos no território nacional. O PLC ressalva da exigência apenas o transporte exclusivamente no interior das instalações nucleares, reafir-

mando a necessidade de atendimento aos demais requisitos de segurança. Já o segundo artigo traz a cláusula de vigência, que afirma que a lei resultante entrará em vigor na data de sua publicação.

A matéria tramitou pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) onde obteve parecer pela aprovação.

Não foram oferecidas emendas nesta Comissão.

Da análise.

Nos termos do art. 22, incisos XI e XXVI, da Constituição Federal, compete à União legislar, respectivamente, sobre trânsito e transporte, bem como atividades nucleares de qualquer natureza. Ademais, não há reservas de iniciativa privativa quanto ao tema, o qual não se insere nas disposições do art. 61, § 1º, da CF. Também a matéria se coaduna às normas de Direito vigentes. Portanto, o projeto não fere o ordenamento jurídico pátrio, tampouco a Lei Maior.

Regimentalmente, o PLC nº 127, de 2013, vem à apreciação desta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) em respeito ao art. 104, do Regimento Interno do Senado Federal, em especial quanto ao inciso I, onde está prevista a competência desta CI para opinar sobre matérias pertinentes a recursos geológicos e transportes.

Na justificação, o autor destaca a necessidade de impor efetivo controle de material radioativo durante o transporte em qualquer modalidade, a fim de se mitigar os efeitos de acidentes provocados por furtos, roubos ou extravios de cargas radioativas durante o processo de transporte.

O nobre Deputado Antônio Bulhões acrescenta na justificação que existe uma vasta regulamentação em nível infralegal sobre material nuclear e radioativo, mas nenhuma dessas normas do Executivo exige efetivo controle do material radioativo, a partir de seu despacho para transporte por qualquer modalidade. Neste aspecto, faz-se importante relembrar que a competência para expedir regulamentos e normas, inclusive de segurança e proteção, relativas ao transporte de material nuclear recai sobre a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) nos termos da Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974.

O normativo infralegal que disciplina o transporte de material radioativo é a Norma CNEN NE 5.01, aprovada pela Resolução CNEN nº 13, de 1988, que se aplica ao transporte de material radioativo por terra, água ou ar.

A proposição original do Deputado Antônio Bulhões previa alteração da Lei nº 9.765, de 17 de dezembro de 1998, que institui a taxa de licenciamento, controle e fiscalização de instalações e materiais nucleares e radioativos e suas instalações, entretanto o texto aprovado na Câmara dos Deputados foi alterado para configurar lei autônoma, destinada, exclusivamente, ao propósito de obrigar a utilização de mecanismo de rastreamento de carga, acoplado ao embalado, durante o transporte de materiais nucleares e radioativos no território nacional, ressalvado o transporte exclusivamente no interior das instalações nucleares, desde que atendidos os demais requisitos de segurança.

É inegável o mérito de se procurar proteger a sociedade dos riscos de acidentes nucleares, ao obrigar o emprego de instrumentos que permitam a rápida localização da carga radioativa furtada, roubada ou extraviada. Contudo, o texto aprovado na Câmara dos Deputados não respeitou a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, posto que o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a lei subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.

Como dito alhures, o transporte de material nuclear é matéria da Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, com redação dada pela Lei nº 7.781, de 27 de junho de 1989.

Voto:

Em face do exposto, somos pela aprovação do PLC nº 127, de 2013, na forma da seguinte emenda substitutiva:

Aqui vem a emenda Substitutiva:

Altera a Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, para estabelecer obrigatoriedade de rastreamento de carga, acoplado ao embalado, quando do transporte de material radioativo.

Art. 1º A Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 11.....

.....

Parágrafo único. É obrigatória a utilização de mecanismo de rastreamento de carga, acoplado ao embalado, durante o transporte de materiais nucleares em todo o território nacional nos termos do regulamento aprovado pela Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Esse é o relatório do nosso Senador Elmano Férrer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Se não há Senadores e Senadoras que desejem discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para seguimento de tramitação.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 48, de 2014
- Não terminativo -

Altera a Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, para garantir incentivos à autoprodução de energia elétrica a partir da microgeração e minigeração distribuída, que utilizem fontes com base em energia hidráulica, solar, eólica, biomassa e cogeração qualificada.

Autoria: Senador Inácio Arruda e outros
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo
Observações:
Matéria constou da pauta de 09.04.2015, quando foi concedida vista ao Senador Blairo Maggi

Concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro, Relator da matéria.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, a matéria já foi objeto de discussão aqui diversas vezes, até com pedido de retirada de pauta. No entanto, até hoje nunca chegou nenhuma contribuição inclusive vinda do próprio Governo.

Acho que é importante permitir que a matéria possa transcorrer seu caminho natural de debate. Por não ser matéria terminativa, temos ainda um longo debate. Mas eu diria que ela é importante até para suprir algumas lacunas em relação a essa questão do incentivo à, principalmente, microgeração e minigeração distribuída.

A intenção do autor da matéria, Senador Inácio Arruda – autoria conjunta com a Senadora Vanessa Grazziotin, buscando alterar essa lei – na realidade é tentar aprofundar cada vez mais esse debate ao mesmo tempo em que tenta estabelecer um caminho para que tenhamos a possibilidade efetiva de, nessa distribuição, estimular algo que efetivamente vai tratar da chamada pulverização e da nossa capacidade de atuar nessa área.

Chamo a atenção dos meus nobres Pares, porque esse é um debate que se estabeleceu no mundo inteiro sobre a característica da possibilidade dessa microgeração e de minigeração, a partir das experiências vivenciadas, eu diria, até com alguns erros.

Estive recentemente, Sr. Presidente, discutindo, em um seminário internacional, os erros cometidos por alguns países e até algumas empresas nas medidas adotadas tentando fazer algo numa escala extremamente ampliada e tiveram que recuar efetivamente para essa área da micro e minigeração.

Mas acho que é fundamental também que, para superar esse óbice, principalmente no que diz respeito à questão de preço, fruto de uma ausência de escala no Brasil, busque aqui o nobre autor da matéria estabelecer uma espécie de incentivo, como estabelece a compra a partir da utilização de recursos da conta vinculado do FGTS.

Nós somos pela aprovação da matéria com uma emenda substitutiva, buscando fazer algumas correções a partir de contribuições advindas e no que diz respeito, por exemplo, a essas características de equipamento, da forma com que o trabalhador deveria contar com um tempo de utilização da sua conta do FGTS, a forma de pagamento para aquisição desses painéis fotovoltaicos e microturbinas eólicas.

Assim como algumas coisas acerca, inclusive, da própria alteração no §8º do art. 2º da Lei nº 10.848, para que ela possa incorporar principalmente as questões voltadas às concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviço de distribuição de energia. A partir dessa oferta, incluir o debate, porque, de certa forma, nós teríamos que tratar a questão do alto produtor, situações da soma das ofertas de alto produtores, limites, preço pago por essas concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços de distribuições; Assim como as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços de distribuição poderiam publicar mensalmente esses dados de maneira, no mercado que é atendido, do ponto de vista da compra compulsória.

Portanto, buscamos dar essa contribuição. Acho que é um tema pertinente ao que temos vivenciado nesse período e o processo pode seguir para que a gente tenha a capacidade de ir aprimorando e, ao mesmo tempo, ir abrindo as condições para tratar de estímulos de uma das áreas que considero mais importantes para o próprio desenvolvimento econômico, assim como também para o grande auxílio à nossa matriz energética brasileira e, particularmente, ao que diz respeito a essas condições atuais de fornecimento de energia. E, claro, adentrar a uma tecnologia, até bem pouco tempo atrás, muito desconhecida da gente.

Lembro, Sr. Presidente, que uma das coisas que eu discuti nesta Comissão foi o fato de termos perdido uma das parcelas de incentivo, que foi o caso do veto que, lamentavelmente, nem a Câmara nem o Senado optou por derrubar – o incentivo do Padis, a suspensão do programa. Esse programa foi instituído em 2007 e que, num período passado, incluiu as células principalmente para essa área de energia solar.

O nosso parecer é pela aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Gostaria de parabenizar o Senador Walter Pinheiro, porque ele, de fato, ao relatar, completou a iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Inácio Arruda.

Uma iniciativa muito importante. Muitos produtores, os microprodutores, os microgeradores de energia deixaram de fazer no passado exatamente pela dificuldade que havia de colocar o excedente da produção, da geração de energia no mercado. Ou seja, as distribuidoras não faziam nenhuma questão, muito pelo contrário, dificultavam.

Esse projeto de lei, uma vez aprovado, com certeza vai despertar essa iniciativa e vai fomentar muitas iniciativas dessa natureza, que irão contribuir fortemente para nós termos um setor de geração de energia elétrica muito mais fortalecido.

Nós sabemos que os recursos hídricos para a geração de energia são limitados. Ou seja, daqui a mais um pouco de tempo, com certeza, não os teremos mais. E essas fontes alternativas que podem ser originadas na microgeração vão permitir que nós tenhamos uma sobrevida e uma garantia de estabilidade no fornecimento de energia elétrica para sustentar a economia de todo o País.

Então, está de parabéns o Senador Walter Pinheiro e estão de parabéns também os autores por essa iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Continua em discussão a matéria, o relatório do Senador Walter Pinheiro. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para seguimento de sua tramitação.

Antes de encerrar a presente reunião, informo que será realizada amanhã uma audiência pública para discutir, no âmbito da avaliação do Plano Nacional de Logística de Transportes, as razões dos atrasos e abandonos de obras públicas no Brasil, e tratar do cronograma das obras atuais sob responsabilidade do Governo Federal.

A realização da audiência deve-se a um requerimento do Senador Wellington Fagundes.

Convidados: Natália Marcassa de Souza, Secretária Executiva do Ministério dos Transportes; Valter Casimiro Silveira, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT; Mário Rodrigues Júnior, Presidente da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A; Arsenio José da Costa Dantas, Coordenador-Geral de Infraestrutura do Tribunal de Contas da União – TCU.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e convoco para nossa próxima reunião, a realizar-se no dia 3 de dezembro, amanhã, com essa pauta da audiência pública, às 9h30.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 8 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 30 minutos.)

ATA DA 43ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE DEZEMBRO DE 2015.

Às nove horas e trinta e sete minutos do dia três de dezembro de dois mil e quinze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras e dos Senhores Senadores Telmário Mota, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Dalírio Beber, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes, José Pimentel, Waldemir Moka, Vicentinho Alves e Eduardo Amorim. Registra presença como não membro o Senador José Medeiros. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 58, de 2015, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que requer "em conformidade com as disposições do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, conjugados com o art. 90, inciso V,do Regimento Interno do Senado Federal, e em face do Requerimento nº 32, de 2015-CI, de 20 de maio de 2015, que tem por objeto avaliar a política pública sobre Plano Nacional de Logística de Transportes, requeiro seja realizada audiência pública no âmbito dessa Comissão de Serviço de Infraestrutura para discutir as razões dos atrasos e abandonos de obras públicas no Brasil, e tratar do cronograma das obras atuais sob responsabilidade do Governo Federal, com a presença das seguintes autoridades: Ministro de Estado dos Transportes; Ministério dos Transportes; Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Diretor-Presidente da VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.; Representante do Tribunal de Contas da União". O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer sua exposição, o Senhor Arsênio José da Costa Dantas, Coordenador-Geral de Infraestrutura do Tribunal de Contas da União (TCU); o Senhor Mario Mondolfo, Diretor de Engenharia da Valec Engenharia, Construções e Ferrvias S.A.; o Senhor Valter Casimiro Silveira, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT); e a Senhora Natália Marcassa de Souza, Secretária Executiva do Ministério dos Transportes. O Presidente registra a presença dos Senhores Marcelo Bruto da Costa Correia, Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); Maurício Ferreira Wanderley, Diretor da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária, Hídricae Ferroviária do Tribunal de Contas da União (TCU); Uriel de Almeida Papa, Diretor da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária, Hídricae Ferroviária do Tribunal de Contas da União (TCU); Eugênio Paccelli, Secretário Geral da Presidência do Tribunal de Contas da União (TCU); Marcella Cunha, Gerente de Relações Governamentais e Internacionais da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF); Fernando Paes, Diretor Executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF); Elizângela Pereira Lopes, Assessora Técnica da Confederação Nacional da Agricultura (CNA); Zoraide Soares Reis Ipiranga, do setor de Relações Institucionais da Confederação Nacional da Agricultura (CNA); Lúcia Teles, Chefe da Assessoria de Relações Institucionais da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ); Luzia Xavier Dutra, da Assessoria Parlamentar do Ministério dos Transportes; dos Consultores Legislativos do Senado Federal (Túlio Leal, Liliane Galvão Colares, Cícero Crispim Feitosa e Marcos Kleber Felix) e de Erick Moura de Medeiros, indicado ao cargo de Diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Às onze horas e vinte e sete minutos, o Presidente passa a presidência dos trabalhos ao Senador Wellington Fagundes. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Wellington Fagundes, José Medeiros e Dalirio Beber. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às doze horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, Thales Roberto Furtado Morais, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Declaro aberta a 43ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da atual Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e, ao mesmo tempo, a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 58, de 2015, de autoria do Senador Wellington Fagundes, para discutir, no âmbito da avaliação do Plano Nacional de Logística de Transportes, as razões dos atrasos e abandonos de obras públicas no Brasil e tratar do cronograma das obras atuais sob responsabilidade do Governo Federal.

Para debater o tema, foram convidadas as seguintes autoridades especialistas, a quem já convido para que tomem assento à Mesa, a Srª Natália Marcassa de Souza, Secretária Executiva do Ministério dos Transpor-

tes; Valter Casimiro Silveira, Diretor-Geral do DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes); Mário Mondolfo, Diretor de Engenharia da Valec Engenharia Construções e Ferrovias S.A.; Arsenio José da Costa Dantas, Coordenador-Geral de Infraestrutura do Tribunal de Contas da União.

Agradeço a presença dos nossos convidados.

Informo que esta audiência pública será realizada, mais uma vez, em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que têm interesse em participar da audiência podem fazer os seus comentários e perguntas através do Portal e-Cidadania e também do Alô Senado.

Concedo a palavra ao Dr. Arsenio José da Costa Dantas, Coordenador-Geral de Infraestrutura do Tribunal de Contas da União.

Com a palavra, o Dr. Arsenio.

O SR. ARSENIO JOSÉ DA COSTA DANTAS – Bom dia a todos!

Sr. Presidente, Senador Garibaldi; Senador Wellington, autor do requerimento; demais participantes da Mesa, a quem cumprimento; senhoras e senhores, mais uma vez, o Tribunal é convidado para participar de uma audiência, sendo uma prioridade de todas as administrações contribuir aqui, no âmbito do Senado Federal, uma vez que o Congresso é o titular do controle externo e exerce essa função com o auxílio do Tribunal de Contas da União.

Com relação a esse tema, o Tribunal tem atuado, em razão das suas secretarias especializadas, desde 1997, com atuação e fiscalização de obras públicas. Recentemente, foi estruturada a Coordenação de Infraestrutura, reunindo as unidades especializadas nessa área. Quanto a esse tema, mais de 500 fiscalizações já foram feitas. O Tribunal sinaliza com a natureza de uma fiscalização, não só a fiscalização de conformidade, de modo a colaborar, de modo a alavancar o desenvolvimento da infraestrutura. Senão, vejamos.

Trabalho realizado, em 2013, com conclusão em 2014, no DNIT. Vejam os senhores que, nesse cenário, não estava ainda presente a situação atual de recessão econômica. Era no cenário de 2012/2013. Em uma fiscalização que foi feita em 1.200 empreendimentos, havendo ou não havendo contrato, foram detectados 100 empreendimentos paralisados naquele momento. A distribuição, a partir de todo um entendimento feito com o DNIT e de uma discussão clara do que era e do que não era paralisação, resultou nesse gráfico que temos.

Inicialmente, não havia justificativa em 31%. O DNIT não conseguiu, à época, apresentar essa justificativa em 31% daqueles empreendimentos paralisados. Posteriormente, temos problemas com projetos, 27%; em 19%, pendências diversas administrativas; depois, vêm desapropriações, descontinuidade do empreendimento, atuação do Tribunal – no caso, havia apontado duas obras –, e dotação orçamentária, que à época não era problema.

O Tribunal, junto com o DNIT, trabalhou no sentido de apurar esse cadastro, de apurar essas obras e encaminhou para o Legislativo e para o próprio DNIT. Esse foi um trabalho nessa parte de obras então paralisadas.

Na sequência, foi feito um trabalho nas que estavam com atraso. Já foi um avanço. Nós trabalhamos em atraso de obras, nesse mesmo sentido de buscar alavancar a gestão dos órgãos que tocam as obras e de atender às necessidades, uma vez que a paralisação e o atraso acabam importando um maior prejuízo para a sociedade.

Nesse caso, foram constatados novamente problemas de prazo e cronogramas ineficientes em controle de prazo, problemas com a definição de aditivos para as obras. Nesse sentido, o Tribunal proferiu, como é a praxe em trabalhos dessa natureza, recomendações para que fossem criados critérios objetivos para avaliar os pedidos de prorrogação, para que fosse dada mais transparência a essas questões no sentido dos empreendimentos, para que fosse criada funcionalidade no próprio sistema de acompanhamento de contratos do DNIT, de modo a ter indicadores e avaliações dessas paralisações e atrasos.

Paralelamente, o Tribunal também realizou uma auditoria no sistema de acompanhamento de contratos, uma avaliação inicial e, posteriormente, monitoramentos no sentido de que o sistema viesse atender essas necessidades. Foram encontradas impropriedades. Isso foi conduzido pela própria unidade especializada do Tribunal em fiscalização de sistemas. A partir daí, temos notícia de que foram feitas melhorias, funcionalidades e adotadas ações para recuperar inclusive valores que tinham sido pagos indevidamente. Isso no âmbito do DNIT.

Trabalhos de natureza semelhante também têm sido feitos recentemente na área ferroviária, como foi o caso no operacional do PIL Ferrovias, também deliberação de 2015. O Tribunal enviou recomendações ao Ministério para a elaboração de estudos técnicos para contemplar as avaliações; alternativas que justificassem o modelo pensado, na época; seleção de trechos e a elaboração de uma matriz de responsabilidades contemplando os responsáveis e os prazos pelo cumprimento das ações de investimento necessárias à implantação. Essa determinação foi objeto de solicitação de prorrogação de prazo pelo Ministério. O Tribunal continua aguardando o recebimento do plano, das providências a serem tomadas.

De igual modo, cito recente trabalho feito no acompanhamento do Conselho de Administração da Valec, no sentido de avaliar o acompanhamento da atuação do Conselho enquanto acompanhar a questão es-

tratégica no âmbito da empresa, não só problemas ou assuntos administrativos. Esse trabalho, entendemos, rendeu bastantes frutos, porque está se vendo maior atenção com esses assuntos estratégicos, uma análise da circunstância de risco dos empreendimentos, enfim, um aporte de recursos para que o Conselho tenha condições melhores de trabalho.

Próximo.

Encontra-se em andamento o Fisc Hidrovias, que é uma análise sistêmica do setor por parte do Tribunal, que está em andamento e que, me parece, já está em fase de finalização na unidade técnica, porém ainda sem deliberação do Tribunal, do Colegiado.

Podemos citar, nessa linha de trabalho do Tribunal, que eu posso dizer que é uma parceria com Administração, os trabalhos realizados nos corredores logísticos visando à questão da exportação de grãos da fronteira agrícola de Mato Grosso do Sul. Foram feitas três fiscalizações: no Corredor Centro-Sudeste, no Corredor da BR-163, nos portos do Norte, e no Corredor do Rio Madeira, escoamento pelo Rio Madeira e BR-364. Foi feita uma execução mais no sentido de cronogramas, em que situações se encontravam esses empreendimentos.

No caso, o que saltou aos olhos como maior problema foi o Corredor Logístico da BR-163, porque, desde 2009, quando se iniciaram as obras de implementação dessa rodovia, foram identificados, problemas de deterioração precoce do pavimento. Lembro-me que, na época, o então Diretor-Geral, General Fraxe, imediatamente adotou providências internas no sentido de apurar se as questões eram decorrentes de problemas no projeto ou de má execução. Foram apontados também problemas de coordenação entre os órgãos na Hidrovia Teles Pires. Foram feitas determinações aos Ministérios para que apurassem inclusive aqueles problemas, no sentido de que publicassem as licitações de obras e serviços de engenharia após a realização do planejamento de execução das obras, que deve refletir a real condição de execução.

Enfim, são orientações e recomendações do Tribunal de sua função constitucional e precípua de acompanhar o orçamento, a aplicação dos recursos orçamentários, como entidade de fiscalização superior, que trabalha com critérios. Os critérios são estabelecidos pelo poder legiferante, pelo Congresso Nacional, enfim, por quem tem poder de editar leis e normativos, o Tribunal segue esses critérios. Ele não está criando, como tem sido, na minha opinião, indevidamente, acusado de estar influindo na gestão dos órgãos ou coisa dessa natureza. Nesses casos, a determinação é para que se faça um plano, para que melhore o planejamento, enfim, de natureza de gestão, mas não é uma ingerência nos órgãos. Entendemos que é uma atuação que pode, sim, resultar em benefícios.

Paralelamente, posso citar que, na última rodada de fiscalização que o Tribunal faz em atenção aos ditames da LDO, da fiscalização das obras, os empreendimentos que foram indicados como paralisação à Comissão Mista de Orçamento, inclusive ontem fui à Comissão, foram os empreendimentos que dizem respeito especificamente a contrato de repasse de recursos do Ministério das Cidades em São Paulo. O primeiro e o terceiro, na própria Comissão, os órgãos já se comprometeram a suspender, na verdade, a revogar o edital e adotar um edital mais adequado, porque o Tribunal apontou problemas de competitividade, prejuízo à competitividade. Esses dois casos já estão resolvidos, como foi o caso de Brasília, com o BRT.

Então, o Tribunal, muito apropriadamente, vem atuando cada vez mais nas fases anteriores à obra, seja no estudo de viabilidade, projetos e editais e, se for o caso também, atua na execução. Nesse caso, não tinha execução nenhuma ainda, mas, desde o início, foi detectado sobrepreço e problemas de competitividade, e já está sendo promovida a alteração.

Só para finalizar, nesse acórdão do Fiscobras que consolidou, o Tribunal deixou claramente que ele aumentasse a fiscalização em editais, pelos benefícios que são gerados e que também continuasse e implementasse a fiscalização nos órgãos de gestão, nos órgãos que têm gestão de obras, no sentido de fazer com que essa gestão seja mais eficiente e, obviamente, possa entregar as obras, os empreendimentos à população.

Por fim, não é nenhum trabalho realizado, mas apenas uma consulta que fizemos ao Tesouro Gerencial, no final do mês, dando conta, realmente, da baixa execução orçamentária, que é, naturalmente, do conhecimento dos gestores da Casa.

Era isso que tínhamos a apresentar, Sr. Presidente.

Estamos à disposição para algum questionamento e colaboração com a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra agora, em seguida, agradecendo a exposição feita pelo Dr. Arsenio José da Costa Dantas, Coordenador-Geral de Infraestrutura do Tribunal de Contas da União.

Agora, vamos ouvir a palavra do Dr. Mário Mondolfo. Antes de conceder a palavra a ele, que é Diretor de Engenharia da Valec, eu gostaria de registrar a presença entre nós do Dr. Marcelo Bruto da Costa Correia, Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Portanto, com a palavra, o Dr. Mario Mondolfo, Diretor de Engenharia da Valec.

O SR. MARIO MONDOLFO – Bom dia a todos!

Em nome do Presidente, cumprimento todos os presentes.

Agradeço a oportunidade de vir a esta Casa para mostrar o que a Valec está fazendo e como vamos dar continuidade às obras que estão sob a responsabilidade da Valec.

Hoje, a Valec tem duas grandes obras sob sua responsabilidade. A primeira delas é a Ferrovia Norte-Sul (FNS), que chamamos de Extensão Sul, que é um trecho que vai da região de Anápolis até Estrela d'Oeste, em São Paulo. É muito importante esse trecho porque, em São Paulo, ele vai ligar a ferrovia da ALL, que transporta os grãos da região de Mato Grosso até o Porto de Santos. Então, vai ser uma importante integração logística. Esse trecho foi dividido em cinco lotes, com mais dois lotes adicionais, um de ligação com a ferrovia da ALL e outro pequeno trecho que foi licitado posteriormente. Também sob a responsabilidade da Valec está a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol). O projeto original liga desde a Norte-Sul até Ilhéus. O trecho que está em execução hoje é o trecho entre Barreiras e Ilhéus, que foi dividido em nove lotes de obra.

Como todos nós sabemos, este foi um ano difícil em relação às questões orçamentárias e financeiras. No primeiro semestre, vínhamos num ritmo de obra muito pesado, no ano passado, com alta porcentagem de execução, quando começaram a surgir as nossas restrições financeiras. Em função disso, a Valec fez um planejamento para que as obras pudessem diminuir de ritmo ordenadamente, de forma que não houvesse perdas de serviços já realizados, procurando minimizar isso.

Então, essa é a situação da Ferrovia Norte-Sul hoje, da Extensão Sul, com um planejamento de faturamento das empresas até dezembro. Com isso, a gente deve terminar o ano de 2015 com o avanço das obras em torno de 91,3%.

Aqui, está listado basicamente... Não vou me estender nisso, mas a redução dos trabalhos se deu no sentido de basicamente não haver novas frentes de obra, para evitar perdas de serviço, terminando gradativamente os serviços já iniciados, dando ênfase à drenagem e às obras de arte especiais.

Nesse trecho, há duas grandes obras que são o gargalo para que a obra possa ser concluída no prazo que estamos colocando aqui, que são as pontes sobre o Rio Paranaíba, na divisa de Goiás com Minas, e a ponte sobre o Rio Grande, na divisa de Minas com São Paulo. São pontes muito grandes. Uma delas é uma das maiores obras ferroviárias já executadas no País.

Estive lá na semana passada, inclusive. As obras estão andando num ritmo um pouco mais lento, mas de uma maneira que permita que, estando os recursos disponíveis, possamos terminar terminá-las no prazo previsto.

Essa é a situação da Fiol. É a mesma coisa. O avanço físico está em 40,8%. Aqui, há um detalhe que é importante salientar, que é o seguinte: a Fiol foi dividida basicamente em dois segmentos de execução. Um deles é o trecho Ilhéus-Caetité, que chamamos de Fiol 1. Esse segmento está com um percentual de avanço bastante elevado, na faixa de 70%. Lembramos que o principal insumo a ser transportado nessa região é justamente o minério de ferro proveniente das minas da região de Caetité. O trecho entre Caetité e Barreiras já está com 20% de execução, em média. Por essa razão, a média global está em torno de 40,8%. A ideia é terminar, inicialmente, o trecho entre Ilhéus e Caetité.

Também aqui há uma listagem dos serviços que estão em execução. Como é de conhecimento geral, algumas empresas tiveram dificuldades financeiras. Foi noticiada na imprensa a questão de greve etc.. Isso motivou alguns pedidos por parte das empresas de suspensão do contrato que foi renegociado com a Valec.

Para vocês terem uma ideia da redução do ritmo das obras, a Fiol tinha em torno de sete mil funcionários em novembro de 2014, e, hoje, estamos com 1,2 mil funcionários. Em termos de equipamentos, havia dois mil equipamentos; hoje, estamos com 245 equipamentos. A mesma situação se dá na Norte-Sul, onde havia 4,5 mil funcionários; hoje, 1,2 mil empregados estão trabalhando.

Essa é a situação financeira hoje dos contratos da Valec. Em dezembro, não foi lançado nenhum valor de aporte de recursos, pelas razões que todos nós sabemos. Se perdurar essa situação, terminaremos o ano com um saldo de dívida em torno de R$320 milhões, o que significa basicamente dois meses de atraso em pagamentos.

Esse é um exercício apenas que a gente fez para a retomada das obras. Então, se os fluxos de recursos forem repassados para a Valec na forma que está prevista no Orçamento, devemos entrar numa situação positiva entre março e abril do ano que vem, o que nos permitirá conversar com as empresas no sentido de retomar as obras com a condição de pagamento em dia e com planejamento para que as obras sigam seu curso normal. A prioridade nossa vai ser terminar a Norte-Sul, que está praticamente na mão para ser terminada. Em fevereiro, se esses recursos forem garantidos, estaremos com a obra pronta, em condições de operação. E poderemos dar um andamento, um ritmo bom para as obras da Fiol também.

Então, essa é a situação para 2016 com relação ao trecho central da FNS, que já está em operação. Está ali com 97,9%. É uma questão de que a Valec tem ainda alguns compromissos no sentido de compensações ambientais que se vão estender para os próximos quatro anos. Quanto à Extensão Sul, a gente pretende termi-

nar o ano de 2016 com 98% de execução, o que permitirá entrar em operação no início do primeiro trimestre, primeiro quadrimestre de 2017. E a Fiol avançaria de 42% para 49%.

A questão dos trilhos também é importante colocar. A Valec já adquiriu 100% dos trilhos da Extensão Sul. Grande parte já está, inclusive, colocada, implantada, e da Fiol nós estamos com 57%. Em função das restrições orçamentárias, também a Valec conversou com os fornecedores, são empresas do exterior, Espanha e China, principalmente, e nós renegociamos os trilhos da Fiol para começarem a ser entregues a partir do segundo semestre de 2016. Também já estamos tentando uma negociação para, dependendo do ritmo do fluxo financeiro, postergar isso um pouco mais.

Isso nos dá um fôlego maior porque, dentro do cronograma original, a entrega dos trilhos se daria totalmente até o primeiro semestre, primeiro quadrimestre de 2016. Então, nós postergamos a fabricação desses trilhos, de maneira a procurar compatibilizar o cronograma da obra com o cronograma da entrega dos trilhos. É uma situação um pouco complicada porque são contratos assumidos, mas estamos tendo uma boa repercussão junto às empresas fornecedoras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Dr. Mário Mondolfo, Diretor de Engenharia da Valec, pela sua participação, pela sua contribuição.

E agora teremos a palavra do Sr. Valter Casimiro Silveira, Diretor-Geral do DNIT, que é o mais assíduo aqui, à Comissão. (*Risos.*)

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Bom dia!

Cumprimento aqui o Senador Presidente Garibaldi Alves; o Senador Wellington, autor do requerimento; a Secretária Executiva do Ministério dos Transportes, Natália Marcassa; o Diretor de Engenharia da Valec, Mário; o Dr. Arsenio, Coordenador-Geral de Infraestrutura do TCU; senhoras e senhores.

Esse assunto aqui, eu já o tenho tratado algumas vezes na Comissão. Acredito que esses números eu até já comentei com os senhores em outras visitas que fiz a esta Comissão. O DNIT recebeu uma previsão de gasto na Lei Orçamentária de 2005 na ordem de R$10 bilhões e trouxe uma carteira de Restos a Pagar de R$10,7 bilhões, que totalizava pouco mais de R$20 bilhões para executar no exercício de 2015.

Com o contingenciamento que nós tivemos, foi dado um limite de empenho para o DNIT e, consequentemente, um limite de pagamento, de R$6,4 bilhões, um corte de aproximadamente 35% – 36%, para ser mais exato. E hoje o DNIT já pagou, desse limite, R$5,9 bilhões; então, a gente tem aí um saldo de pagamento ainda de R$500 milhões para o mês, agora, de dezembro.

A gente vê aqui na apresentação que grande parte do que foi pago foram valores de Restos a Pagar. Somente 0,6, ou seja, R$600 milhões foram executados com o orçamento do exercício.

Comparando aqui com 2014: nós tínhamos, em 2014, juntando Restos a Pagar e orçamento um montante de R$23 bilhões, sendo que $11 bilhões era do orçamento normal e R$11 bilhões, do orçamento de Restos a Pagar. E tivemos um limite de execução de R$9,8 bilhões. Com isso, o DNIT teve que tomar algumas medidas para poder reduzir o nível de execução, já que o histórico era de execução de aproximadamente R$10 bilhões/ano. Tendo que reduzir quase 40%, nós aplicamos algumas medidas. Aqui apresento o histórico de execução, comparando 2014 e 2015, em que a gente vê o descolamento da curva e o comparativo das medições feitas pelo DNIT nos anos anteriores, de 2013 a 2015. A gente vê que, a partir de agosto, a gente reduziu drasticamente o nível de medição dos nossos contratos.

O que tivemos que fazer para poder ajustar esse limite orçamentário e financeiro em relação aos contratos? O DNIT, hoje, tem quase mil contratos ativos em execução e teve que priorizar a parte da manutenção, para que não tivéssemos uma degradação da malha hoje existente. Então, nas obras em execução, iniciadas, nós reduzimos em aproximadamente 35% o ritmo dos contratos de manutenção e em 45% o ritmo dos contratos de construção, fazendo uma repactuação desses contratos para poder estipular um valor máximo de medição mensal, para que não aumentássemos o volume de estoque de dívida do DNIT, para podermos garantir que não íamos aumentar o estoque de dívida do DNIT.

Tomamos a iniciativa de não dar a emissão de novas ordens de início de obra. Isso, claro que para obras de construção, duplicação, aumento de capacidade. Para a parte de manutenção, tivemos que estipular um limite por unidade da Federação, Estado, onde se fazia a avaliação da malha, da necessidade iminente de ataque, de manutenção, para que se pudesse priorizar a malha que tivesse maior nível de deterioração.

Então, essa redução, apesar de termos colocado 35% para manutenção, nós não estipulamos em que rodovias nós deveríamos reduzir por superintendência, isso ficou a cargo dos nossos superintendentes regionais. Aqui, a Diretoria do DNIT só estipulou um corte por unidade da Federação e, claro, fazia a avaliação caso a caso para aumentar ou diminuir o nível de intervenção em cada unidade, dependendo da condição da malha existente.

Os trechos inseridos no programa de concessão: iniciamos um processo de negociação com a ANTT e com o Ministério para que as obras que estavam a cargo do DNIT pudessem ser repassadas ou para as concessionárias ou para a ANTT, para poder fazer de forma direta, evitando, assim, a paralisação das obras nos trechos concedidos. Cito aqui o caso da BR-163, que tem já a cobrança de tarifas de pedágio e tem a obrigatoriedade de o DNIT entregar um trecho duplicado, de Cuiabá até Rondonópolis, isso ficou a cargo do DNIT. Como tivemos que fazer a repactuação, nós estamos em tratativas com a ANTT para poder passar esses contratos para que a ANTT execute e, assim, evite atrasos e redução no cronograma de execução.

Colocamos a casa de prontidão para dar foco na carteira de estudos e projetos, para que possamos preparar a casa para quando tivermos uma condição mais favorável, orçamentária e financeira, para que possamos dar continuidade nas intervenções, nos processos de melhoria da nossa infraestrutura, com projetos já elaborados, com estudos ambientais, com toda a parte de preparação já pronta e apta para iniciar de imediato a execução.

Nós chegamos a um nível, como podemos ver, abaixo de R$400 milhões/execução/mês, de medição/mês. Em 2014, o DNIT media, nesse mesmo período, próximo de R$1 bi/mês. Podemos notar que houve uma redução considerável no cronograma de execução, no nível de execução.

Recebemos alguns Parlamentares e empresas questionando se podemos atribuir que os nossos cronogramas aumentaram em relação ao que estava previsto, em torno de 45, para construção, e 35, para manutenção. Não podemos fazer essa correlação porque isso depende muito da fase em que o contrato estava em execução. Contratos que já estavam próximos de finalizar, você reduz 45% no ritmo. Hoje, você não vai ter um aumento de 45% no cronograma total do contrato, vai ter somente naquele restante do contrato que falta ser executado. Então, obras que estavam já na sua fase de finalização aumentaram um mês, dois meses, três meses. Agora, obras que estavam no início, realmente, vão sofrer aí essa redução, até que venhamos a restabelecer o cronograma de obra com o fluxo financeiro condizente com o que já estava no planejamento inicial desses contratos.

Era isso que eu tinha para falar, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Dr. Valter Casimiro, Diretor-Geral do DNIT.

Agora, ouviremos a palavra da Srª Natália Marcassa de Souza, Secretária Executiva do Ministério dos Transportes.

Com a palavra, a Srª Natália.

A SRª NATÁLIA MARCASSA DE SOUZA – Bom dia a todos!

Bom dia, Presidente!

Bom dia, Senador Wellington!

Primeiramente, eu queria trazer aqui a desculpa do Ministro Antônio Carlos e o agradecimento dele também pelo convite. Ele teve um compromisso de emergência, não pôde estar presente, mas encaminhou o fraterno abraço dele para os senhores, representantes desta Casa, que são colegas dele. E agradecer a oportunidade de o Ministério estar aqui hoje também expondo um pouco sobre esse tema que é tão importante para o Sistema Transportes.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Permita-me registrar a presença do Senador José Medeiros. Faço essa pausa para fazer esse registro porque ele é meu conterrâneo. Mesmo sendo Senador pelo Mato Grosso, é meu conterrâneo. Nasceu no Rio Grande do Norte e nos abandonou. (*Risos.*)

A SRª NATÁLIA MARCASSA DE SOUZA – Este ano, principalmente, foi um ano duro para o Sistema Transportes. Os nossos colegas do DNIT e da Valec já fizeram a exposição mais detalhada sobre a questão das obras em cada uma das nossas vinculadas, mas nós tivemos um corte duro este ano no orçamento dos transportes. Nós vínhamos num ritmo de execução de obra de mais ou menos R$12 bi ao ano, nos últimos cinco anos, e este ano nós tivemos um contingenciamento de orçamento PAC de 40%. Então, este ano, tivemos R$9 bi para executar. É lógico que isso traz uma diminuição no ritmo das obras que o Sistema Transportes estava executando.

Mas ano de restrição orçamentária é ano também de pensar diferente, é ano de sair fora da caixinha e ter alternativas em relação à execução da infraestrutura do País, porque a infraestrutura do País também é uma das maneiras que vai nos alavancar, aumentar o crescimento do País. A restrição orçamentária também não pode ser no sentido de restrição para não haver essas obras.

O Ministério dos Transportes, nesse sentido, em 2012, já vinha trabalhando com o Governo Federal no Plano de Investimento em Logística. Então, além da execução que vamos ter em 2015, de R$9 bi, que vai ser em OGU, temos também, via concessões, cerca de R$5 bilhões, que serão executados via investimento privado. Então, temos uma certa compensação, que está sendo executada via investimento privado nas rodovias.

Este ano, apesar de toda restrição orçamentária, foram realizados 240km entre restauro e ampliação de capacidade no DNIT, e pelas concessões privadas, foram executados, este ano, do PIL, 269km de duplicação.

Também é um número expressivo. Nas concessões de rodovias, além desses 269km, que foram entregues em 2015, está em realização mais 176km, que devem ser entregues ano que vem e nos próximos anos. Então, está havendo uma compensação pelo investimento privado. Esse é um dos nossos focos de saída, para compensar essa restrição orçamentária do Governo no momento.

Além disso, também em momentos de crise, há necessidade de priorização. Como já bem relatou o Dr. Mário Mondolfo e o Dr. Valter, do DNIT, o que o Sistema Transportes fez? Priorizou, no DNIT, a manutenção e a sinalização das rodovias, para que não tenhamos uma perda de investimento, porque no setor rodoviário, quando deixamos de investir em manutenção, o gasto a seguir é exponencial e muito mais caro. Então, vamos restringir o início de novas obras de ampliação, mas vamos resguardar os contratos de manutenção. Então, os contratos de manutenção foram priorizados. Outro item que priorizamos na parte rodoviária foi a execução de projetos. A verba, para a nossa carteira de projetos, está mantida, porque esperamos que o País vai se recuperar. Quando o País se recuperar, vamos ter projeto para executar. Então, não vamos ter um contingenciamento na verba de projeto, para na hora que houver recurso, não ficar se perguntado pelo projeto. Então, o projeto estará pronto.

Do lado da Valec, devido à restrição orçamentária que houve também no setor ferroviário, priorizamos a execução na Norte-Sul, que é a obra ferroviária está mais avançada, cerca de 85%, é mais ou menos o trecho da Norte-Sul. Então, priorizamos a Norte-Sul em detrimento da Fiol, cujo ritmo de execução ainda é mais baixo, acho que 45%, na casa de 40% a 50%. Priorizamos essa, além desse trecho da Norte-Sul também estar dentro do Programa de Investimento em Logística, e deve ser concedido.

Então, essa foi a priorização do lado ferroviário. E, como infraestrutura geral, foi lançado, no início deste ano, o Programa de Investimento em Logística, que prevê a concessão de 16 trechos rodoviários. O primeiro foi licitado ainda este, que foi a "reconcessão", novamente o contrato de concessão da Ponte Rio-Niterói, que foi até um grande sucesso. Tivemos redução tarifária com ampliação de investimento. Na Ponte Rio-Niterói, vai ser realizado, nos próximos anos, R$1.3 bi de investimento, com investimentos do lado de Niterói, com mergulhão; do lado do Rio de Janeiro, a ligação com a Linha Vermelha.

São outros 15 trechos rodoviários que a ANTT está trabalhando para lançar e tentar fazer os leilões o ano que vem. O ambiente econômico, lógico, está mais inóspito, mas o Sistema Transportes, junto com o BNDES e todo o Governo está trabalhando em busca de investidores e parceiros, porque esses são contratos de concessão de longo prazo. Lógico, eles sofrem uma interferência do momento econômico do curto prazo, mas são contratos para atender em 30 anos, que tem um horizonte de recuperação da economia.

O Programa de Investimento em Logística Rodovia prevê investimentos da ordem R$66 bi, e da parte ferroviária, são cinco empreendimentos, além do estudo da Bioceânica, os cinco empreendimentos preveem investimento de R$40 bilhões.

Há empreendimentos que são mais fáceis. Acreditamos que vai ter alguma atratividade mais rápida, que é a Norte-Sul. O trecho entre a Norte-Sul, Açailândia-Barcarena, já tem a metade do trecho pronto. O segundo trecho, que é o de Anápolis-Estrela d'Oeste, também já tem uma parcela pronta. Então, esses contratos de concessões ferroviárias futuros já têm uma execução pelo Poder Público, o que traz menos risco ao setor privado.

Então, essa é uma das saídas que o Ministério dos Transportes está buscando para manter o investimento em detrimento das nossas execuções orçamentárias.

Em relação ao pagamento das obras que aí estão, o Ministério dos Transportes as vincularam junto com o próprio Governo Federal e estão buscando, com os bancos públicos, viabilizar uma linha de crédito para que as empresas que hoje têm contratos públicos, DNIT e Valec, possam acessar uma linha de crédito um pouco mais facilitada, tentando dar agilidade a essas obras, que hoje estão em ritmo reduzido. Essa é outra frente em que estamos trabalhando para tentar manter o nível de execução desses contratos.

O Ministério está analisando a malha rodoviária hoje existente. Hoje, em posse do DNIT, nós temos 52 mil quilômetros de rodovias, 16 contratos já foram lançados como possíveis concessões, mas há uma gama da malha rodoviária que talvez pudesse ser analisada como uma concessão um pouco mais simples, só com manutenção desses trechos em contratos menores. Então o Ministério dos Transportes também está estudando isso como uma maneira de viabilizar a execução dos investimentos, mesmo num cenário de restrição orçamentária.

Era isso que eu tinha para trazer.

Agradeço muito o convite.

O Sistema Transportes está à disposição para quaisquer dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço à Srª Natália Marcassa de Souza.

Antes de passar a palavra ao primeiro Senador inscrito, eu queria registrar a presença de Maurício Ferreira Wanderley, que é Diretor da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária Hídrica do TCU; também a do Sr. Uriel de Almeida Papa, Secretário de Fiscalização de Infraestrutura Portuária, Hídrica e Ferroviária do TCU; a

do Sr. Eugênio Pacelli, Secretário-Geral da Presidência do TCU – nós estamos bem fiscalizados hoje –; a do Sr. Fernando Paes, Diretor Executivo da Associação dos Transportadores Ferroviários, e a da Srª Marcella Cunha, Gerente de Relações Governamentais e Internacionais da ANTF. Quero também registrar a presença de Elisangela Pereira Lopes, que é Assessora Técnica da Confederação Nacional da Agricultura, e de Zoraide Soares Reis Ipiranga, que também é da Confederação Nacional da Agricultura, Coordenadora de Relações Institucionais.

O Senador Wellington é o grande responsável pelo fato de nós estarmos aqui, como autor do requerimento e como coordenador dessas audiências, que dizem respeito à avaliação de políticas públicas, mas eu queria fazer uma consulta ao Senador Wellington, porque ele tem todas as prerrogativas para falar primeiro e até assumir a Presidência se quiser. Acontece que o Senador José Medeiros quer usar da palavra.

Como eu sei que o Wellington necessariamente vai usar a palavra por algum tempo, é claro, eu gostaria de saber se ele nos permite ouvir primeiro José Medeiros. Pode ser até que José Medeiros fale mais do que Wellington, mas acredito que não.

O que V. Exª acha, Senador Wellington?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – É claro que ninguém vai imaginar que o senhor está dando prioridade por ser conterrâneo. Eu tenho certeza que não.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Não, porque eu já disse que ele nos abandonou. Ele é de Caicó, no Estado do Rio Grande do Norte, que é o meu Estado. Nasceu e zarpou. Embarcou para o Mato Grosso...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – E lá se deu bem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Não há dúvida, não é?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Isso é o Mato Grosso, um Estado de muitas oportunidades...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Se eu soubesse que era assim, eu também teria ido.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Se o senhor for a Mato Grosso, com certeza será eleito Senador só pela sua história. Fique tranquilo porque nós, mato-grossenses temos muito respeito...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Não. Para concorrer com o Senador Wellington e o Senador José Medeiros não é fácil, não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – ...temos muito respeito pelos migrantes nordestinos, que foram muito importantes também para a consolidação do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Para a nossa satisfação, também chega aqui o Senador Dário Berger.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Então, Sr. Presidente, de forma alguma eu tenho objeção. É importante que o Senador Medeiros use a palavra, ele que também é da minha cidade, Rondonópolis.

Mais uma vez eu registro que Rondonópolis é a única cidade do Brasil que tem três Senadores: o Senador Blairo Maggi, o Senador Medeiros e eu, que nasci naquela cidade.

Então é uma satisfação estar aqui e ouvir o Senador Medeiros.

Em relação à minha pretensão de estar sentado nesta cadeira da Presidência, o senhor pode ficar tranquilo, porque eu o admiro. Gostaria de estar, mas sei que esse não é o meu lugar, principalmente pelo momento.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu tenho dúvidas quanto ao seu sentimento. (*Risos.*)

Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente, agradeço as palavras carinhosas e a oportunidade de dar boas-vindas a todos os debatedores e os presentes que vieram nos trazer essa explanação.

Agradeço e homenageio o Senador Wellington por convocar esta audiência e também agradeço a V. Exª a oportunidade de falar primeiro, porque eu posso falar um pouco sobre a luta do Senador Wellington pela logística e pela infraestrutura do Estado de Mato Grosso.

Dr. Valter, V. Sª que está à frente do DNIT agora, a luta do Senador Wellington tem sido espinhosa, porque nós temos um Estado, Sr. Presidente, que tem poucos corredores rodoviários. É um Estado muito grande que produz muito. Para que os brasileiros que nos assistem pela TV Senado tenham ideia, nós temos o maior rebanho de gado do País, somos o maior produtor de soja, de milho e de algodão e caminhamos para a maior produção de peixes. Agora, tudo isso demanda uma grande necessidade de rodovias.

Nós não estamos reclamando. Queremos mais.

O Governo começou com um programa de concessão no Mato Grosso, que tem um corredor rodoviário que, eu diria, é praticamente a coluna vertebral do Brasil, porque liga o Centro-Sul e o Sudeste ao Norte. Pela BR-364, que liga Mato Grosso a Rondônia, tudo passa por ali. É uma rodovia pela qual, antigamente, passavam

de nove a dez mil veículos diários no trecho entre Rondonópolis e Cuiabá. Hoje esse número já se aproxima de 40 mil veículos. Há uma demanda muito grande. Em determinados momentos, viajando de Cuiabá para Rondonópolis e ao ver a rodovia toda parada, a pessoa pensa que é acidente. Não é. Um caminhão passou por algum quebra-molas, algo assim, cria-se aquela onda e, como está cheia, lota e fica aquela fila de veículos parados. Então, é uma situação muito difícil.

O Governo começou esse programa de concessão, que já foi amplamente aqui cobrado pelo Senador Wellington e pelo Senador Blairo, os quais, aqui nesta Comissão, têm sido lutadores. Mas por que eu digo que a luta do Senador Wellington tem sido espinhosa, Dr. Valter? Porque nossa cidade, Rondonópolis, é uma cidade pequena, de 200 mil habitantes, mas os três Senadores são da mesma cidade. E justamente quis o destino que, nessa dificuldade financeira, o trecho que liga Cuiabá-Rondonópolis ficasse sob a responsabilidade do DNIT.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Tem quantos quilômetros nesse trecho?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – São 210 quilômetros.

E, aí, o que é que aconteceu? Houve a concessão, e no contrato de concessão dizia que a partir de aproximadamente 10% que a concessionária fizesse, de duplicação, ela já poderia começar a cobrar pedágio. E esse trecho, entre Rondonópolis e Diamantino, seria feito pelo DNIT. Ocorre que, concomitantemente, começaram-se as obras. A concessionária terminou as dela, cumpriu o que o edital exigia, montou as praças de pedágio, mas aí veio essa crise, o DNIT passou a não pagar as medições, e as empresas pararam as obras. E aí imaginem: está sendo cobrado pedágio numa rodovia que está com dificuldade. Agora, neste período de chuva, ela já começa a apresentar alguns "borrachudos", o termo que se usa para o asfalto, quando este começa a afundar. Imaginem a população como é que está.

Ontem eu vi nas redes sociais, o seguinte: "Olha, há três Senadores, e um aí diz ser o dono do DNIT e não faz nada pela cidade". Mas isso não é verdade. Nós vemos a luta do Senador Wellington aqui...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Quem é o dono do DNIT? (*Risos.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Como o Senador Wellington trabalha defendendo a logística, levando, às vezes, o Ministro dos Transportes, e está nessa luta desde a época da duplicação da Serra de São Vicente, algumas pessoas dizem: "O Wellington é que é o dono do DNIT". E vem uma cobrança muito forte sobre os três Parlamentares. É uma dificuldade imensa. E estamos vendo os números apresentados aqui pelo Dr. Valter. Daí porque a importância desta audiência, principalmente para que a gente possa fazer algo.

E aqui eu faço esse discurso – não sou procurador dele, não sou advogado dele –, apenas para mostrar o que é. Somos até de partidos diferentes, mas nós sentimos a agonia dos cidadãos do Estado de Mato Grosso pela demanda que existe ali.

E uma coisa que eu queria colocar aqui – e com certeza o Senador Wellington vai falar sobre isso também – é que boa parte do trecho, Dr. Valter, entre Cuiabá e Rondonópolis, está pronto. Ele está pronto. De Jaciara até Cuiabá há um trecho muito grande. Eu acho que são mais de 30km, prontos, de duplicação – 40km, não é? –, o que já desafogaria muito. Provavelmente a empresa não recebeu, não sei qual o motivo, mas está lá o trecho. Está guardadinho, mas não liberam. E, ao mesmo tempo, temos aquelas filas imensas. É um problema sério.

Eu queria trazer outra preocupação também. Dizem que onde há fumaça, há fogo, mas existe uma outra preocupação: aquela duplicação, de Sinop até a divisa, é muito importante para o Estado de Mato Grosso, mas já começaram alguns boatos de que, devido à crise financeira, à crise econômica, o empréstimo-ponte que o BNDES teria feito para as empresas, para o aporte ali, estaria com dificuldades de liberação e que haveria, inclusive, possibilidade de a concessionária responsável por essa obra já tirar o pé do acelerador. É uma preocupação latente, e eu gostaria que vocês pudessem nos dizer alguma coisa sobre isso também.

Aproveitando que o Diretor, Dr. Mário, está aqui, devo dizer que também é um sonho antigo e latente da população de Mato Grosso a Fico, outra luta que o Senador Wellington há tempos vem travando. E é uma luta de todo o Estado de Mato Grosso, obviamente, não é? Então, eu quero aproveitar a sua presença aqui para que nos traga algum alento, para dizer-nos se já há algum pretendente para construir aquela ferrovia.

No mais, Sr. Presidente, quero só agradecer e registrar essa nossa preocupação, porque o Estado de Mato Grosso passa por um por necessidades mesmo. Nós estamos praticamente em estado de calamidade, quando se trata do gargalo de infraestrutura. Nós temos, como eu disse, um grande rebanho. Só para dar uma ideia desses números para os brasileiros, nós temos lá, por exemplo, o Maurição, que faz um leilão de 41 mil reses em um leilão apenas em um final de semana, no mesmo dia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Quarenta e uma mil reses?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Quarenta e uma mil cabeças de gado vendidas em um leilão. Então, você imagine...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – De uma vez só?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – De uma vez só.

Então, você imagine essa logística.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Isso é onde?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Em Mato Grosso, em Água Boa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Mas 41 mil reses?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – É.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Elas ficam...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Exatamente.

Boa parte vai para lá, às vezes, levam-se 5, 6 mil de uma vez, ou 10 mil.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Compreendi. Vêm exemplares, porque não vai juntar 41 mil.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Exato, mas elas acabam transitando depois, então você imagine. É só para os brasileiros terem uma ideia do que é Mato Grosso neste momento, quais são os números de Mato Grosso. É uma coisa gigantesca.

Ontem mesmo, encontrei com ele, que me disse que agora fará um leilão no Acre. Eu lhe perguntei: "Quantas cabeças de gado?", ele me disse: "São 6 mil cabeças de gado." Então, é tudo nas costas das BRs-364 e 163. Por isso a nossa grande preocupação e agonia da população em ter aquelas rodovias duplicadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Antes de dar a palavra ao Senador Wellington, eu quero agradecer ao Senador José Medeiros.

Realmente, o Senador José Medeiros, para a tristeza nossa, não pertence aqui à nossa Comissão, ou eu estou enganado?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Estou aqui de visitante.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Mas será bem-vindo. Se quiser também se incorporar, não sei se o Senador Wellington vai gostar, mas...

Eu quero registrar a presença aqui, nos nossos trabalhos, de Lúcia Teles, Chefe da Assessoria de Relações Institucionais da Antaq. Seja bem-vinda, a exemplo de todos os outros; e Luzia Xavier Dutra, da Assessoria Parlamentar do Ministério dos Transportes. Quero registrar também que se encontra aqui outro conterrâneo meu, viu, José Medeiros, esse também nos abandonou, que é o Sr. Arsenio José da Costa Dantas, que é seu vizinho, deveria ser, porque todos os dois abandonaram, é de Jardim do Seridó. Está aqui em Brasília já – acredito – há muitos anos.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Depois vou ver essa genealogia aí, porque, da parte da minha avó, há a ligação com a família Dantas, que é ali de Jardim do Seridó.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Bem, finalmente, vai ser ouvida a palavra mais esperada aqui, que é a palavra do Senador Wellington Fagundes.

O Senador Dário Berger, se quiser... Desculpe-me. Mate o homem, mas não erre o nome. Desculpe-me, Senador, que é um dos mais assíduos aqui na nossa Comissão.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Naturalmente, convocado pelo Presidente, jamais poderia deixar de comparecer, se não na plenitude do tempo, mas, com certeza, pelo menos, comparecer, para dar a presença e exercer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Obrigado.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Temos a responsabilidade, que tem cada um que faz parte da Comissão de Infraestrutura, especialmente hoje, quando há uma audiência pública para falar sobre a importância das rodovias, que é por onde se escoam 90% da produção brasileira.

Hoje se falou muito aqui em termos de Centro-Oeste, da região de Mato Grosso, com a presença de três Senadores brilhantes, como o Wellington, o Blairo Maggi e o...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – José Medeiros.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – ... José Medeiros, que representam muito bem aquele Estado e ajudam a fazer com que o Brasil se desenvolva.

Estou aqui também para fazer sempre aquele apelo por Santa Catarina. Nós somos um Estado já desenvolvido há mais tempo, em que temos grandes necessidades, ou seja, o Estado cresceu, contribuiu muito para que o Brasil chegasse aonde chegou em desenvolvimento, mas, quanto à infraestrutura, especialmente rodoviária e até a ferroviária, há uma expectativa muito grande, no sentido de que a Norte-Sul passe, alcance Santa Catarina, para permitir que insumos importantes para a sustentação da cadeia produtiva das proteínas animais continue a ser forte no oeste do nosso Estado, ou seja, lá nós temos agroindústria, o agronegócio, que são extremamente importantes também para sustentar e ajudar a balança comercial do País.

Por isso, já tivemos o privilégio de contar com uma reunião do Fórum Parlamentar, na cidade de Blumenau, há poucos dias, com a presença de representantes do Ministério dos Transportes e do DNIT, no sentido de fazer com que a BR-470, uma das mais antigas do Estado, que corta o Estado de leste a oeste, por onde se escoa grande parte da produção do agronegócio do oeste Santa Catarina e que carece, ou seja, se há quatro trechos licitados, nem todos eles andando a uma velocidade que se desejaria, mas tem toda a sua continuidade. São quase 400 quilômetros; destes, os quatro trechos apenas atendem 73 ou 74 quilômetros. Sai do Porto de Navegantes até a cidade de Indaial, que fica um pouco acima da cidade de Blumenau, onde eu resido. Mas não é pelo fato de estar no Vale do Itajaí, onde está minha cidade, que é Blumenau, mas, sim, porque ela tem uma importância vital para o desenvolvimento do nosso Estado.

Por isso, nós gostaríamos também de apelar no sentido de que a preocupação com essas questões também seja direcionada lá para o sul do País, ou seja, no Estado de Santa Catarina. Com certeza, lá há grande contribuição para o desenvolvimento do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço o Senador Dário, e concedo a palavra ao Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, quero, aqui, ressaltar que, como V. Exª já anunciou antes, estamos, na verdade, cumprindo o art. 96-B do Regimento Interno do Senado, no sentido de que as comissões permanentes selecionarão, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para serem avaliadas.

A atuação do Estado por meio de suas políticas públicas é fundamental para promover o bem-estar da sociedade. As políticas públicas compreendem o conjunto de planos, ações e metas do Governo, que asseguram, entre outros objetivos, a prestação de serviço aos cidadãos.

Os investimentos públicos em infraestrutura de transportes devem ser vistos como essenciais para a transformação da dinâmica produtiva do País.

Neste ano, a nossa Comissão, a Comissão de Infraestrutura, elegeu dois temas para exercer seu poder dever de avaliação, sendo um deles voltado para o setor de transportes.

A avaliação dessas políticas públicas é a etapa final do ciclo que se inicia pela formação da agenda, segue pela formação da política, passa pela tomada de decisão, rumo à sua implantação.

Note-se que a avaliação é etapa essencial desse ciclo e que, após o processo realizado, o produto final é a prestação de contas à sociedade por parte da nossa Comissão.

Portanto, o nosso objetivo é ter um quadro do que já foi realizado, das dificuldades enfrentadas na implantação dos projetos, de modo a poder ter clareza acerca da expectativa para o investimento previsto no setor de transporte para os próximos anos.

E, aí, é importante que a sociedade perceba que aqui, na verdade, nós estamos procurando exatamente, com essa audiência e com todas as outras que já foram feitas, uma aproximação principalmente do Poder Executivo com o Poder Legislativo, no sentido de o que a gente possa estar fazendo aqui para resolver o problema do Brasil ou ajudar o desenvolvimento do Brasil. Claro, um órgão de controle, com seu objetivo também, que é exatamente estar fazendo com que o recurso público seja fiscalizado para ser aplicado da melhor forma possível. E, claro, um órgão de controle, que é o Tribunal de Contas, como órgão acessório do Poder Legislativo. Creio que melhorou muito, inclusive, essa relação do Tribunal de Contas com o próprio Poder Legislativo e com o Executivo, porque, inclusive, foi aqui colocado pelo Dr. Arsenio, a gente tinha, realmente, uma prática muito grande do Tribunal de Contas de suspender obras só por suspeita de irregularidade. E o prejuízo disso para a Nação, às vezes, era incalculável. E a gente viu e percebe uma evolução no Tribunal de Contas, pela própria apresentação do Dr. Arsenio aqui, de justificar também essa evolução que o Tribunal de Contas está fazendo.

Por isso, eu quero, inclusive, parabenizar o Tribunal de Contas, mas registrar para a sociedade que temos que buscar fazer. A fiscalização é importante e necessária, mas precisa existir a compreensão, principalmente do trabalho que nós temos que desenvolver para melhor atender o cidadão, porque o cidadão – eu sempre tenho dito – que está numa estrada esburacada, Sr. Presidente, fica revoltado. Ele tem pressa porque quer produzir, quer gerar sustento para a sua família.

A maioria dos Estados brasileiros, cada um com suas dificuldades, cada um com suas peculiaridades, mas o cidadão, acima de tudo, paga imposto e quer ver os seus recursos bem aplicados. Hoje sabemos que, de modo geral, há uma insatisfação muito grande por parte do cidadão na qualidade dos serviços prestados em todas as áreas, não só nos transportes, mas na saúde, em todas as outras situações.

Por isso, nós informamos que, ao término da coleta de todas as informações, vamos elaborar um relatório preliminar, o qual será apresentado no âmbito da Comissão, que será apreciado pelos Parlamentares, membros desta Comissão, para que apresentem sugestões para serem incorporadas a esse relatório – e temos feito isso – e também dos cidadãos, porque todas as nossas audiências públicas são feitas com a participação dos

cidadãos, mediante dos nossos meios, como foi anunciado pelo Presidente. Felizmente, cada dia mais, vemos uma participação mais intensa por parte dos cidadãos em compreender esse processo legislativo, inclusive a necessidade da participação daqueles que estão lá na ponta vivendo o dia a dia. Este relatório final estamos concluindo e, com isso, cumprindo o nosso papel dentro da Comissão também.

Tenho aqui algumas perguntas que foram preparadas pela nossa assessoria. Alguns pontos estão esclarecidos, mas eu faço questão de lê-las até porque é um trabalho que está sendo em conjunto com a Consultoria da Casa para que possamos produzir este material.

E então, ainda na linha do raciocínio do Tribunal de Contas, desse papel nosso, do Legislativo, de buscar as soluções, eu quero dizer que também, como Presidente da Frente Parlamentar de Logística, Transporte e Armazenamento, temos buscado fazer um trabalho exatamente como funcionam as frentes, que é o de ser o mediador entre os Poderes Legislativo/Executivo e a sociedade. E nós estamos trabalhando, dinamizando essa Frente Parlamentar, atuando em todas as áreas da infraestrutura. Registro principalmente a participação das Agências, todas elas, a ANTT, Antaq, Anac, que têm a ver com a nossa área de infraestrutura. Mais uma vez, destaco o papel de V. Exª, nosso papel aqui na Comissão de cobrar do Governo para que fossem indicados os nomes e termos as Agências funcionando em plenitude.

A Drª Natália, que estava na ANTT, hoje, como Secretária Executiva do Ministério compreende e sabe, porque viveu essa angústia lá de ter uma diretoria interina, que, às vezes, ficava ali claudicando para tomar uma posição, dada essa interinidade.

Dr. Marcelo está aqui, foi sabatinado por esta Comissão e já está lá hoje cumprindo esse papel numa Diretoria da ANTT, que é muito importante e hoje toda ela é definitiva, assim como Antaq, as outras Agências. Mas quero registrar o papel do Presidente Garibaldi de cobrar nesta Comissão, o Governo e hoje, felizmente, podemos dizer que, com todas as dificuldades do País, Presidente Garibaldi, nós avançamos, nós conseguimos, mediante esse trabalho da Comissão, cumprir esse papel de cobrar. Inclusive, todas as nossas sabatinas V. Exª presidiu com extrema agilidade. Parabenizo inclusive a Secretaria da Comissão, o nosso universitário maior, jovem, mas dinâmico, em nome dele e de toda a Comissão, porque, com agilidade, com dinamismo...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Finalmente ele recebeu um elogio. (*Risos.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – ... ele nos ajudou fazer com que a Comissão pudesse funcionar a contento. Já fui Presidente várias vezes de comissão na Câmara dos Deputados e sei da importância que representam principalmente os assessores, que são pessoas concursadas, que têm carreira e que desempenham, acima de tudo, a contento, esse trabalho.

Como nós estamos falando para o Brasil, muitas pessoas não têm a noção do que representa esse trabalho aqui das Comissões. Porque aquilo que aparece muito mais na imprensa é o debate lá no plenário e, às vezes, até o bate-boca infrutífero de um discurso que é apenas para aparecer. Aqui, não. Aqui nós, nas Comissões, estamos discutindo, buscando soluções efetivas. Então, esse trabalho conjunto da Consultoria, enfim, de todo esse corpo técnico da Casa, é fundamental que a sociedade conheça, até porque a sociedade, às vezes, é cobrada e cobra muito também. Quanto custa o Poder Legislativo? Quanto custa cada Senador? Imagina-se que esse custo é dividido apenas por cada Senador. E na verdade não é. Aqui existe todo um trabalho de uma Consultoria, de pessoas que ajudam, inclusive, como eu disse aqui, o Tribunal de Contas, como órgão acessório, que tem que ser o parceiro, principalmente nessa fiscalização do Poder Legislativo.

O planejamento no setor de transporte depende da disponibilidade de dados e informações perenes, tais como contagens volumétricas de tráfico, pesquisa de origem e destino, custos das intervenções, entre outros.

Com que frequência o Ministério dos Transportes tem coletado dados e produzido as informações necessárias para o adequado planejamento do setor?

A priorização dos investimentos em rodovias e ferrovias tem levado em consideração os resultados desse trabalho?

Como são determinados os investimentos em infraestrutura de transporte do PAC?

Em que medida o Plano Nacional de Logística e Transportes é utilizado para determinar a inclusão de investimentos do PAC ou do PIL?

Entre 2012 e 2016, o investimento em transporte ficou estabilizado em 0,6% do PIB. Especialistas opinam que seria necessário investir no setor 2,3% do PIB. Com que perspectiva de investimentos, no horizonte dos próximos cinco anos, o Ministério dos Transportes trabalha?

Claro que a gente sabe a crise em que vivemos, e essas perguntas estão sendo feitas aqui, e fique bem claro que muitas coisas vocês podem, inclusive, mandar aqui para a gente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Olha, me permita fazer uma observação?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Rapidez?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Está muito rápido no gatilho aí.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Bom, é porque eu também não quero abusar da paciência do Presidente e eu tenho que lê-las, porque isso fará parte do nosso trabalho. Então, muito daquilo que vocês não conseguirem responder aqui e agora vocês poderão mandar, inclusive, por escrito, para que a gente possa com isso subsidiar o nosso trabalho. Mas vou tentar ser um pouco mais lento.

O limite para o interesse do capital privado em empreendimentos de infraestrutura é o retorno financeiro dos empreendimentos. Estima-se que o setor privado teria interesse na concessão de até 20% da malha rodoviária pavimentada nacional, que é de 63 mil quilômetros. Desses, já foram concedidos cerca de 11 mil quilômetros. Portanto, a margem para transferir trechos adicionais para a gestão privada não é muito grande. Sendo assim, não se poderá dispensar a utilização de recursos fiscais na ampliação da malha rodoviária e na manutenção do patrimônio rodoviário nacional. É uma afirmativa que a gente está fazendo.

Embora tenha aumentado nos últimos anos, os recursos públicos aplicados no setor nunca atingiram um nível considerado suficiente para recuperar o histórico *gap* de infraestrutura de transporte e atingir um nível considerado necessário ao desenvolvimento do País. A crise fiscal vivenciada nesse ano de 2015 agrava ainda mais esse problema. E quando eu disse "é nunca", não é deste Governo, dos governos passado e retrasado; isso é ao longo de várias décadas. Diante desse quadro, eu pergunto: que ações têm sido tomadas para evitar a paralisação das obras de construção, restauração e duplicação já contratadas?

Quanto à manutenção das rodovias, seria possível garantir que os recursos disponíveis e as ações emergenciais adotadas são suficientes para evitar o colapso da malha rodoviária federal? Claro, agravado principalmente por esse momento, a Drª Natália, bem como o Dr. Valter, já explicaram isso aqui, mas, mais do que nunca, a gente gostaria que vocês fossem aqui, apesar de já terem sido bastante realistas, mas de que forma nós podemos ajudar ainda mais para que esse serviço para o Ministério possa, pelo menos, ter esse planejamento mínimo?

Quero ressaltar que nesta semana nós tivemos uma reunião com a Presidente Dilma, onde estavam todos os Líderes da Base. Uma das reivindicações que lá fizemos foi para aprovar aquilo que aprovamos ontem, sobre a questão da meta fiscal: exatamente que o Governo verdadeiramente priorizasse, pelo menos, R$10 bilhões em programação, para que o DNIT pudesse pagar o atrasado das obras. O mais complicado, Sr. Presidente, é uma empresa ficar seis meses... E o DNIT utiliza um critério, que acho correto, que é o da fila. Ou seja, as medições são pagas de acordo com a entrada. Entrou hoje uma medição, ela vai lá para trás esperar a última medição. Então, isso complica a que o DNIT possa priorizar obras em execução.

Aí entra, Senador Medeiros, a nossa situação de Mato Grosso, porque especificamente nós temos esse trecho da BR-163, que foi concedido, da divisa de Mato Grosso do Sul até Sinop, sendo que metade do trecho de Rondonópolis a Posto Gil era de responsabilidade do DNIT.

Essa é uma situação *sine qua non* do Brasil, porque todas as outras concessões foram de responsabilidade da concessionária executar as obras. No caso de Mato Grosso, não. Uma parte do trecho, então, é de responsabilidade do DNIT. Como veio agora a crise, então as empresas estão na fila para receber. Como a fila está muito longa, as empresas estão chegando na situação que o Senador Medeiros colocou.

O Dr. Valter esteve em Mato Grosso, nós fomos lá visitar e ele conhece essa realidade que foi colocada pelo Senador Medeiros. Ou seja, grande parte do trecho está pronto, Presidente, mas a empresa, como não recebeu, não faz a parte final. Ou seja, deixa ali; está tudo pronto, mas ela não vai entregar com medo depois inclusive de o trecho ser danificado e ela ficar com a responsabilidade da manutenção daquilo, porque contratualmente encerra-se o contrato quando terminar a obra. Além disso, há outro aspecto importante: é de responsabilidade contratual das empresas, inclusive, a questão dos acidentes, quando ela tem um contrato em execução. Ou seja, ela é responsável – aí é importante o Tribunal de Contas atentar para isso – pela sinalização, manutenção e depois também, se houver algum acidente, ela é solidária junto com o Ministério. E para uma ação é mais fácil os advogados procurarem a empresa, pois ela tem o que penhorar, do que procurar receber do Governo, pois o Governo vai sempre brigar, ou seja, estar na justiça contra o Governo é coisa longa, demorada, e, além de demorada, às vezes, é quase inglória.

Então, esse é um aspecto também que acredito precisa ser até estudado, repensado como se pode fazer isso, porque se imputa à empresa toda a responsabilidade, o que está principalmente levando hoje muitas empresas quebrarem no Brasil.

Aqui foi colocado pela Drª Natália o trabalho que o DNIT e o Ministério estão fazendo com os bancos públicos para financiar as empresas. O que acontece? Nós estivemos no Banco do Brasil para conversar, situação em que o diretor do Banco do Brasil falou: "Olha, aqui, não tem pedalada. Aqui não é Governo. Vamos separar as coisas." Hoje, com essa história das pedaladas, passou-se a haver uma preocupação muito grande de todo mundo. É uma exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, o Banco vai financiar quem? Quem está com

a situação cadastral e com todas as suas certidões prontas. Agora, normalmente, uma empresa que está há seis meses sem receber, como ela vai apresentar isso?

Então, praticamente está sendo inócua essa situação, porque os bancos públicos também hoje têm de dar satisfação ao Tribunal de Contas, à sociedade, enfim, porque houve essa questão e hoje o que mais se discutem são as pedaladas no Brasil. Então, fica aquela história de que a empresa que está bem praticamente não precisa.

Às vezes, até pega para o capital de giro, mas, dificilmente, hoje, uma empresa tem condições de esperar. Além disso, se ela pegar o financiamento, o próprio Banco do Brasil diz: "Aqui é um banco. Aqui nós temos que fazer uma discussão comercial." Portanto, trata-se de um juro de mercado.

Imaginem se ele demora seis meses para receber, Sr. Presidente, pagando juro de mercado! Sendo que a correção do Governo, ou seja, dos órgãos – neste caso, estamos falando do Ministério dos Transportes – não é igual à dos juros cobrados pelo próprio banco estatal.

Então, fica uma situação extremamente complexa. Estamos dizendo isso, porque imagino que o Governo precisa buscar medidas que deem segurança, inclusive jurídica. Acredito que o Tribunal de Contas pode até ajudar, dando uma sugestão ao Parlamento para que possamos fazer, quem sabe, alguma modificação na legislação.

Quando um técnico do Tribunal de Contas vai fiscalizar, ele tem que ser formalista. Na verdade, é preciso estar de acordo com a legislação, mas, às vezes, nós impomos uma condição na legislação, como acontece hoje com a questão da Justiça trabalhista, Sr. Presidente. Nós temos uma Justiça trabalhista da década de 40, de Vargas, mas o Brasil mudou, todo o mundo mudou. Hoje, está tudo *on-line*, e ainda existe a figura da hipossuficiência. Um médico, que é funcionário de um hospital, é hipossuficiente? Um advogado, que é funcionário de uma empresa, é hipossuficiente? Ou seja, a legislação foi feita quando a maioria das pessoas não tinha qualificação.

Então, a relação no trabalho mostra essa complexidade existente hoje, e a relação das empresas, com a situação atual, faz com que o empresário seja reconhecido também como alguém que normalmente está ali para mostrar sabedoria ou levar vantagens. Até foi prática do Tribunal de Contas, no passado – não sei se ainda o é hoje. Por exemplo, uma empresa tinha um contrato através da 8.666. Se essa empresa adquirisse um equipamento, uma tecnologia que melhorasse a produtividade, técnicos do Tribunal de Contas iam à empresa e diziam: "Não. Se melhorou a produtividade, tem que baixar o preço." Ou seja, num contrato feito através de licitação, o Tribunal de Contas exigia das empresas que revissem aquele contrato de licitação pública, acertado, pactuado, assinado. Essas são incoerências que vinham acontecendo.

Espero que o Tribunal de Contas, com toda a sua modernidade, com toda a sua instrumentalização, tem muito mais capacidade hoje do que os órgãos do Executivo, Sr. Presidente, muito mais eficiência do que o próprio órgão do Executivo, mas se não tiver a sensibilidade, num momento de crise, de analisar a verdadeira situação, vai levar todo mundo à falência.

Concluindo, eu pergunto, diante desse quadro: que ações têm sido tomadas para evitar a paralisação das obras de construção, restauração e duplicação já contratadas?

Quanto à manutenção das rodovias, é possível garantir que os recursos disponíveis e as ações emergenciais adotadas são suficientes para evitar o colapso da malha rodoviária federal?

Pacotes de investimento no setor de transporte rodoviário e ferroviário têm sido divulgados com certa frequência. Sabemos que a solução dos gargalos logísticos é fundamental para alavancar a produtividade da economia. O problema é que tais projeções são muito divulgadas e pouco realizadas.

Em 2007, foi lançado o PAC 1; em 2011, o PAC 2. Ainda na vigência do PAC 2, em 2012, tivemos a divulgação do PIL 1, e, agora, em junho deste ano, o PIL 2. Porém, poucas ações saem do papel. De 2012 para cá, o setor ferroviário está praticamente parado. Nenhum projeto que constou do PIL 1 foi concedido. Já se passam seis meses de lançamento do PIL 2, e nenhum novo projeto ferroviário foi outorgado à iniciativa privada.

No segundo balanço do PAC, estava prevista a conclusão da Ferrovia Transnordestina em 2010. Cinco anos se passaram, e a ferrovia ainda não está operando.

Quanto à Ferrovia Norte-Sul, embora alguns trechos tenham sido finalizados, ainda não está em operação na plenitude.

Em relação a esse setor ferroviário, então, eu pergunto: qual a perspectiva do Ministério dos Transportes em relação aos investimentos em ferrovias promovidos pela iniciativa privada na expansão da malha ferroviária, conforme divulgadas no lançamento do PIL 2?

Para quando é esperada a conclusão da Ferrovia Transnordestina?

De que depende a efetiva entrada em operação dos 855km do trecho da Ferrovia Norte-Sul que vai de Palmas (TO) até Anápolis (GO)? Como V. Exª já até colocou, é um recurso muito pequeno, Sr. Presidente: parece que quarenta e poucos milhões ou sessenta e poucos. É isso?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Milhões. Só!

O SR. MÁRIO MONDOLFO – Não. A questão...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Desse pequeno trecho.

O SR. MÁRIO MONDOLFO – Ele está praticamente pronto. Inclusive, está programado. Já houve uma carga de locomotivas que trafegou nesse trecho há cerca de três meses, e está programada agora uma sequência de cargas de farelo de soja, saindo do pátio de Anápolis e indo até o Porto de Itaqui. Vai percorrer os 2.500km da ferrovia. Isso deve acontecer nas próximas semanas.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Mas para isso vocês têm que fazer um aporte de quanto?

O SR. MÁRIO MONDOLFO – Não; a obra já está pronta. O que está faltando são algumas compensações ambientais que o Ibama solicitou da Valec, o que está restringindo um pouco a velocidade da via. Então, há um trecho na região de Gurupi, onde há um manancial, e ali ele tem que trafegar com uma velocidade um pouco mais baixa em função de obras complementares que precisam ser feitas, como contratrilhos e proteções da represa. Isso está sendo feito, mas não está impedindo a operação da ferrovia.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Vou finalizar.

É reconhecidamente baixa a eficiência do Governo Federal na execução dos orçamentos anuais. Os recursos orçamentários autorizados a cada ano nunca são efetivamente aplicados, ainda que considerados os Restos a Pagar inscritos. Portanto, nos últimos anos, a falta de investimento em infraestrutura não foi devida à escassez dos recursos financeiros públicos. Neste ano, quando voltamos a ter problemas de escassez de recursos para investir, como está a execução orçamentária do DNIT e da Valec? Isso também já foi colocado aqui, em grande parte, pelo Dr. Valter e também pela Valec.

É possível assegurar que os recursos disponíveis, ainda que insuficientes, serão aplicados pelo DNIT e pela Valec?

Neste ponto também, como V. Sª já colocou, eu queria questionar se o Tribunal de Contas está atento principalmente aos custos que os órgãos executores estão tendo com a questão ambiental, porque existem muitas denúncias de que os custos, Sr. Presidente, principalmente na área aquaviária, os custos da área ambiental de uma obra chegam a custar 50%. Ou seja, é botar dificuldade para vender facilidade. Os custos para se chegar à execução de uma obra no Brasil estão ficando cada dia mais... É muita exigência, é muita dificuldade na área indigenista, na área ambiental, enfim – e a execução é o que o povo quer e que precisa ocorrer –, e às vezes os recursos vão sendo gastos muito mais do que com a execução da própria obra. Então, eu gostaria de uma consideração do Tribunal de Contas nesse aspecto como resposta aqui.

E ainda tenho uma pergunta, feita por uma das pessoas que aqui está, o Dr. José Augusto Valente, que inclusive é um dos nossos companheiros da Frenlog. Ele afirma:

Não há dúvida de que os órgãos executivos devem observar com rigor as normas técnicas e legais em relação às obras de infraestrutura. O TCU está certo em exigir que isso ocorra. Entretanto, quando o TCU exige ou sugere a paralisação de uma obra, o faz com base em estudo que avalie a relação custo-benefício da paralisação? Não haveria outras possibilidades de correção de rumo que não seja a solução drástica da paralisação? O TCU considera as perdas devidas à paralisação e quanto temos de elevação de custo para retomar uma obra paralisada por meses?

Quanto fica isso em termos de custo para o País? Porque, na realidade, não é para o órgão, Sr. Presidente; é para o País.

Então, eu quero, aqui, agradecer e dizer que me delonguei, mas isso aqui é a função como Relator. Inclusive, repito: vocês não têm que ter, rigorosamente, a necessidade de colocar resposta pergunta por pergunta, porque isso aqui, inclusive, eu farei questão de entregar por escrito para que vocês possam também nos subsidiar no nosso trabalho.

Agradeço muito, Sr. Presidente, e espero que, com isso, eu possa concluir o meu trabalho, cumprindo aquilo que assumi ao ser votado pela Comissão, mas, claro, designado, com muita honra, por V. Exª. Eu tenho aqui uma admiração, uma das figuras mais respeitadas neste Congresso, sempre agindo com leveza, com alegria, com presença de espírito, porque, principalmente, na relação do dia a dia, na dificuldade da tensão que, às vezes, representa o nosso trabalho, nada melhor do que essa característica única do nosso Presidente Garibaldi Alves, com a sua experiência, mas, também, principalmente, com essa forma peculiar de poder conduzir o nosso trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O senhor é bondoso mas não tanto assim.

Eu quero registrar a presença aqui do Dr. Erick Moura de Medeiros. Ele será sabatinado aqui daqui a duas semanas, porque, dependendo do seu desempenho, que acreditamos que será dos mais eficientes, V. Sª

foi indicado, na verdade, para o cargo de Diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte.

Informo ainda à Comissão, que recebeu a sua indicação e já distribuiu para o Relator, que será o Senador Vicentinho Alves, que já entregou o relatório. V. Sª se prepare, então. Hoje, não.

Quero registrar e agradecer, e aqui vale, realmente, um agradecimento, porque estão presentes aqui os Consultores do Senado Federal, que têm ajudado a esta Comissão, principalmente o trabalho do Senador Wellington Fagundes. São Consultores do Senado Federal e estão aqui presentes: Dr. Túlio Leal; Drª Liliane Galvão Colares; Dr. Cícero Crispim Feitosa e o Dr. Marcos Kleber Félix. Agradeço todo o trabalho desempenhado por eles, e não preciso dizer que, se não fosse o trabalho deles, o Senador Wellington Fagundes, certamente, não teria...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Principalmente como médico veterinário, tendo que falar sobre a infraestrutura. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – V. Exª é médico veterinário?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Se o senhor tiver qualquer problema de saúde, pode falar comigo, Presidente... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Essa ficou sem resposta... (*Risos.*)

Bem, nós vamos, agora, seguir a mesma orientação que foi adotada no início dos trabalhos, porque eu tenho uma preocupação, porque está para ser iniciada agora no Plenário, não sei se é do conhecimento do Senador Wellington, uma sessão temática sobre a crise hídrica do Nordeste. Aí eu não posso deixar de estar presente a essa sessão que, fui informado agora, vai começar às 11h30, espero. Então, eu faria um apelo, porque não sei se as perguntas do Senador Wellington possam ser respondidas agora. Eu acredito que não, porque foram muitas perguntas, uma bateria.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sugiro, Sr. Presidente, que cada um faça um resumo, principalmente porque o objetivo desta nossa audiência todos já compreenderam bem. A gente tem de dar satisfação à população. Acho que cada um poderia fazer um resumo mais como considerações finais e, claro, todos poderão depois ter essas respostas por escrito, o que é mais importante, inclusive, porque nós queremos produzir o nosso documento.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu, por exemplo, teria perguntas sobre o meu Estado, mas vou deixar para... Já aproveito para pedir uma audiência.

A SRª NATÁLIA MARCASSA DE SOUZA – Concedida, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – E não irei só. Irei com os outros membros da Bancada federal do Estado.

A SRª NATÁLIA MARCASSA DE SOUZA – Receberemos todos muito bem. Essa é com o Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Há reivindicações e até notícias de que poderemos retomar obras de importância, como as do trecho da BR-304 que dizem respeito à Reta Tabajara, já está sendo assinado um contrato para a retomada das obras.

Bem, agradeço...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, tenho uma pergunta. Chegou aqui da Comissão da CMA. Acho que seria importante até porque é a participação de uma comissão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pois não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Vou ler. Quero dizer que não tenho nem conhecimento, que não deu tempo de ler antes. Então, vou ler aqui direto, ao vivo e em cores.

A hidrovia Tietê-Paraná transportou mais de 6 milhões de toneladas em 2013 e 2014. Era importante rota de escoamento da produção de grãos, cana, areia, calcário e fertilizantes. Atendia pelo menos cinco Estados: Mato Grosso; Mato Grosso do Sul; São Paulo; Paraná e Minas Gerais. Hoje, a hidrovia Tietê-Paraná encontra-se paralisada em razão da estiagem. Os prejuízos estimados em 2014 e 2015 são de 700 milhões e pelo menos o tráfego de 35 mil veículos a mais nas rodovias. Há necessidade de investimentos em construção de terminais, em adequação e dragagem do rio e modernização, também, das suas eclusas. Quais medidas estão sendo tomadas pelo Governo para retomar a navegação da hidrovia Tietê-Paraná ainda no início de 2016?

Essa é a pergunta que veio de lá. Fica aqui, para finalizar. O Senador Medeiros acaba de chegar, novamente.

Um detalhe é que a gente tem cobrado muito da ANTT e do DNIT uma solução. Como eu fiz aqui o raciocínio do trecho da BR-163, a responsabilidade... É a única estrada do Brasil que foi concessionada. Está sendo cobrado o pedágio. O trecho de Rondonópolis a Cuiabá, então, está sendo executado pelo DNIT. Buscamos o Ministério dos Transportes, o DNIT, para fazer uma descentralização só desse trecho em função de ser uma situação totalmente específica. O DNIT chegou a fazer a descentralização, mas foi questionado. Assim como também na Valec a questão da compra dos trilhos. E aí, Sr. Presidente, os trilhos vêm de outro país. São impor-

tados da China. Como é que nós, numa relação de compra de um país com o outro, não temos condições de fazer uma excepcionalidade e temos de ficar na fila?

Então, é mais um questionamento ao Tribunal de Contas, mas principalmente, no caso da 163, a gente encontrou uma alternativa que seria... Como a estrada já está toda transferida à ANTT, que fosse feito um convênio do DNIT com a ANTT para que ela pudesse honrar esse compromisso através, claro, de transferências de recurso do DNIT. E se esta demorando também demais para se tomar uma decisão por parte dos dois órgãos.

Sei que o Dr. Walter tem se empenhado demais, mas de público, aqui – tanto eu quanto o Senador Blairo e o Senador Medeiros –, estamos cobrando porque nós não achamos justa essa situação que está acontecendo. Principalmente porque esse trecho, Sr. Presidente, de Rondonópolis a Cuiabá e Posto Gil é, segundo a Polícia Rodoviária Federal – e inclusive o Senador Medeiros é policial rodoviário federal e tem os dados – o trecho em que mais acontecem acidentes frontais no Brasil.

E acidente frontal normalmente representa a perda de vida e a gente não pode brincar com a vida das pessoas, porque lá, Sr. Presidente, o volume de caminhões, é uma coisa impressionante. O Dr. Valter esteve lá e inclusive filmou, ele mesmo ficou bastante surpreso com a situação. E quando um veículo vai tentar ultrapassar, principalmente quando um veículo leve vai tentar ultrapassar, a possibilidade de acidente é muito grande, é quase a tal da roleta russa.

Então, por isso a nossa posição aqui de forma... Não é intransigente, mas é porque realmente é uma situação muito diferenciada.

E eu gostaria que o Dr. Valter fizesse na sua conclusão, principalmente por sermos aqui, os dois, Senadores de Mato Grosso e estarmos até agora, uma consideração quanto a esse aspecto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Wellington, antes de iniciar aqui a fase final dos trabalhos, eu gostaria que...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Os consultores estão pedindo aqui apenas para que os palestrantes respondessem no prazo máximo de 30 dias as perguntas que foram feitas.

E eu acho que é um tempo suficiente para a gente poder concluir o trabalho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Bem, eu gostaria de pedir ao Senador Wellington que assumisse, com um certo sentimento de receio, mas, gostaria que V. Exª assumisse a Presidência porque eu preciso ficar liberado para a sessão temática que já está sendo iniciada e o Nordeste está me convocando.

É a crise hídrica do Nordeste, então...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, eu quero registrar...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu preciso ficar mais liberado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Eu já vou assumir, com muita satisfação, mas eu quero registrar, antes que V. Exª saia, que eu coloquei-me à disposição para qualquer tratamento de saúde e eu não especifiquei, pode ser do seu gato, do seu cachorro, do seu boi, enfim, mas coloco-me à disposição mais uma vez em relação a qualquer problema de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Continua sem resposta. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Bom, eu acredito, então, que a gente pode fazer na mesma ordem da apresentação também as conclusões.

Então, com a palavra, acredito que foi o TCU.

O SR. ARSENIO JOSÉ DA COSTA DANTAS – Senador Wellington, na linha da orientação de V. Exª, só fazendo um resumo, com relação à questão dos custos ambientais, de fato, estes custos são, sim, levados em conta nos estudos que são encaminhados ao tribunal.

No tocante à paralisação, que uma pessoa encaminhou para V. Exª, a própria LDO prevê um dispositivo de que em caso de indicação de paralisação o tribunal tem que apontar eventuais custos dessa paralisação. Já está previsto na própria lei, como eu disse, que o tribunal atenta aos critérios estabelecidos, enfim, aos critérios de auditoria, ele já faz isso. Não é por outra razão que o tribunal tem cada vez mais atuado na fase de editais, pois nesta fase não há essa necessidade, é muito mais fácil junto ao gestor fazer com que, eventualmente, algum problema no projeto, algum problema de sobrepreço, enfim, qualquer questão de não conformidade, possam ser resolvidos antes.

E queria até lembrar que um ano e meio atrás houve uma reunião desta mesma natureza na Comissão de Serviços de Infraestrutura, na qual o então Diretor-Geral General Fraxe, discutindo o projeto, disse aqui, na comissão, que ele recebia projetos com 200 não conformidades. Isso está nas notas taquigráficas.

Então, essa antecipação de atuação do TCU, sem dúvida é no sentido de evitar maiores problemas com relação a isso.

Mas quando não é possível, e aí já está em execução e tudo, como foi recentemente no caso do Canal do Sertão, em Alagoas, o Tribunal dá toda a oportunidade de defesa e de contraditório, tanto para o gestor –

não é só por uma vez, são em muitas oportunidades – quanto, sendo o caso, para o terceiro interessado pelos contratos, com relação àquela pendência que se esteja deliberando. De todo modo, na orientação de V. Exª, vamos também encaminhar, por escrito, esse relatório com essa finalidade.

Também, estamos à disposição, a qualquer momento, da Comissão. E essa questão, levantada por V. Exª, de ter uma parceria entre o Poder Legislativo, o Congresso Nacional, é uma questão realmente muito importante e que, tenho certeza, o mesmo interesse que o gestor tem em fazer a hora andar, que o Parlamentar tem, o Tribunal também tem. Ele realmente tem essa consciência e essa responsabilidade.

E as últimas ações do Tribunal nesse sentido, acredito que os próprios gestores aqui são testemunhas disso, são de sentar para discutir na mesa com todos os gestores e para que se consiga realmente, na situação do empreendimento, fazer com que a coisa ande.

Gostaria de agradecer também a oportunidade. Não vão ser necessários 30 dias, não. Vamos encaminhar a esta Comissão esses apontamentos com relação a esse caso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Eu só gostaria aqui também de deixar uma pergunta, se puder responder agora, e seria importante que ela fosse colocada no relatório.

É fato, V. Sª é um técnico experiente. Mas é fato também que o Tribunal de Contas fez concurso há pouco tempo e muitos técnicos entraram no órgão, e eu quero dizer aqui de testemunho próprio: chega um técnico jovem para fiscalizar uma obra, muito mais com uma visão de Ministério Público, muito mais de uma atuação de policial, do que de um técnico para olhar os detalhes da obra e tal. Inclusive com posicionamentos, às vezes: "vimos aqui foi para prender".

Eu quero saber se o Tribunal de Contas tem uma avaliação também do resultado das auditorias feitas pelos seus técnicos. Por exemplo, vai lá um técnico, faz uma auditoria, faz um relatório e coloca coisas absurdas que depois o próprio Ministro ou o Pleno diz: "isso aqui não". E resume, às vezes, uma coisa que inclusive imputou penalidades a um gestor ou a uma empresa, de uma forma que deixa todo mundo extremamente temeroso, principalmente aos executores, aos técnicos que têm que assinar.

E essa responsabilidade, depois, viu que não era nada daquilo e continua sem uma resposta se ele foi penalizado ou se foi chamada a sua atenção, se o Tribunal tem um código de avaliação, uma linha de avaliação de todos os seus técnicos.

Porque, claro, nós estamos vivendo um momento de dificuldade, mas isso também vem causando um certo temor e a gente não pode permitir que a máquina pública pare, ou seja, nós temos que ter eficiência, eficácia e, principalmente, agilidade nos órgãos. E quando eu digo órgãos, são os executores. Não é só o Ministério dos Transportes, todos os Ministérios têm os seus órgãos, têm a sua ponta finalística de execução.

E a gente tem hoje uma grande preocupação de ver o País parar porque ninguém quer mais assinar nada.

Então, eu queria uma avaliação de como vocês têm feito esse controle da atuação do próprio Tribunal com os seus técnicos.

Parece que o Senador Medeiros gostaria de fazer uma observação.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Também quero fazer uma observação neste sentido.

Não é uma coisa fácil. Até entendo, porque geralmente essas filigranas das leis que regulamentam uma ação dessa nunca fazem isso fora do que diz a lei, de leis que muitas vezes aprovamos aqui.

Outro dia estava comentando aqui que nessa linha de produção de leis aqui temos que ter um cuidado tremendo, porque vai haver um impacto lá. Quando alguém vai simplesmente olhar na letra fria... É como antigamente. Havia um negócio no Código de Trânsito dizendo o seguinte: luz de placa, aquela luz minúscula. O legislador disse o seguinte: quando um carro tivesse um equipamento que não estivesse funcionando seria multado e apreendido.

Muitas vezes de dia o policial lhe parava e dizia que o carro estava apreendido. Por quê? Porque está faltando lâmpada. Meu amigo, estou há 70km da próxima autoelétrica. Quer dizer, é um absurdo, mas aprovamos isso aqui.

Esses dias, Senador Wellington, V. Exª sabe muito bem disso, nós vivemos numa região pantaneira. Um fiscal do trabalho antigo estava me contando que foi uma leva de fiscais de São Paulo, meninos que tinham acabado de passar no concurso. Ao vistoriar uma fazenda o fiscal falou que a situação era degradante, estavam servindo carne podre para os peões na fazenda. Vamos lá ver. Ele chegou ao fundo e disse que tinha um varal de carne seca. Mas cadê a carne podre? Está aqui. Tinha umas varejeiras.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Explica o que são varejeiras.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Varejeiras são larvas. Ele disse que pegou uma outra parte da carne, aquela carne salgada, já quase virando charque e comeu na frente dele. Ele disse que quase teve náusea.

Aqui se ele matar uma vaca e servir carne, picanha, carne fresca, eles não gostam. Eles gostam dessa carne para fazer o carreteiro. É assim que se come aqui. Eles queriam autuar o fazendeiro por situação degradante e por aí vai.

Se ele amolda ao que diz a lei... Entendo a sua preocupação. Na verdade, é um desafio imenso que temos e essa coisa toda se forma na grande burocracia que temos no País que, muitas vezes, trava tudo, mas às vezes é uma filigrana, uma coisinha.

Lógico que cabe a sensatez de cada órgão poder ter um olhar mais amplo, mais holístico de tentar entender o todo, porque se for nas filigranas não andamos. A nossa produção às vezes engessa.

Sei que é duro açambarcar todas as realidades de um país numa legislação, mas é o desafio que temos e por isso a importância de uma reunião dessa para estarmos discutindo também.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Inclusive complementando, Dr. Arsenio, o Tribunal de Contas também tem um relatório do volume ou do número de processos que foram condenados pelo Tribunal, mas que depois as ações na Justiça derrubaram essas condenações? Vocês têm também uma porcentagem, uma avaliação disso, porque queira ou não isso representa o custo Brasil, como disse aqui o Senador Medeiros. Ou seja, estamos com excesso do controle e para o órgão executivo acaba sobrando pouco para execução mesmo. Isso diz respeito à máquina brasileira.

Nós aqui somos cobrados pela sociedade, porque temos um país extremamente burocrático. Aliás, primeiro, o nosso sistema judiciário acaba chegando ao Supremo Tribunal Federal e nós aqui no Congresso fazemos leis todo dia.

Ontem, questionava isso, conversava com os técnicos, inclusive quero fazer uma comparação da produção legislativa do Brasil com a de outros países, porque realmente a sociedade começa a cobrar. É muita lei todo dia. Será que vocês só ficam fazendo leis?

Então, gostaria também de saber a respeito desse balanço do Tribunal de Contas que, quero mais uma vez repetir, não precisa ser agora.

O SR. ARSENIO JOSÉ DA COSTA DANTAS – O.k., Senador. Com relação à essa questão da atuação do auditor, temos muita tranquilidade para falar com relação a esse ponto pelo seguinte.

De fato, pode ter ocorrido em algumas situações dessas como relatadas por V. Exª. Mas o senhor pode ter certeza de que os auditores, ao ingressarem no tribunal, eles são esclarecidos e são pessoas de alta qualificação e... São esclarecidos exatamente sobre a natureza do trabalho que eles têm que fazer.

E assim, vamos dizer, eu gosto de fazer isso quando eu recebo alguém, e atualmente está um pouco complicado de receber, digo: "Olha, o senhor não está ingressando no cargo de procurador da República, tampouco de delegado de polícia nem de magistrado. O senhor é auditor do Tribunal de Contas da União, que tem que se reger por um conjunto de normas de auditoria a sua atuação".

Ademais, essa atuação dele, em campo, em conjunto, não é como algumas vezes se fala, talvez por desconhecimento, que o auditor paralisou uma obra. Observe que a atuação dele, o relatório dele, ele é encaminhado ao supervisor da equipe. Esse relatório depois, acompanhado desse supervisor, é submetido ao secretário da área. O secretário da área encaminha ao ministro relator.

O ministro relator, eventualmente, aí dependendo da situação, pede a participação do Ministério Público de Contas porque a atuação do Ministério Público de Contas é obrigatória em processo de contas, tomada de contas especial, relatório de contas. Mas, se for uma fiscalização ele pode pedir. Ou seja, em alguns casos, você ter cinco ou seis intervenções para que a deliberação seja, de fato, de uma condenação ou de uma imputação de alguma coisa.

Então, essa questão de o auditor determinar uma paralisação e fazer isso me parece um pouco distorcida assim. Ademais, nós temos também mecanismos internos de avaliação. Como V. Exª bem citou, a evolução do TCU como órgão da Administração é grande, com relação a processo eletrônico, enfim, uma série de outras... Vamos dizer assim que o tribunal está sendo um pioneiro, e nesse caso de avaliação da atuação dos colegas.

Só para deixar V. Exª tranquilo, nós orientamos as pessoas, colegas com atuação nisso, a primeira orientação: "Olha, isso é um investimento". Então, tem que ser vista essa obra como um investimento. Seria mais fácil para o empresário colocar o dinheiro em uma aplicação ou em um outro investimento que ele queira, mas ele está investindo, ele vai ter que ganhar.

Agora, toda a parte de conformidade e de critérios que estão estabelecidos, o tribunal – e aí, friso mais uma vez, com todos os passos de contraditório, ampla defesa – tem atuado. Tem feito com que seja assim.

E essa questão, como bem citou V. Exª, chegou inclusive ao Supremo Tribunal Federal. E o Supremo Tribunal Federal, por três ocasiões, e não foi unanimidade, registre-se. Mas, por três ocasiões, ele confirmou a competência do tribunal para o mister. Ou seja, o tribunal, de fato, dando um exemplo bem...

Nós vamos fazer uma obra na nossa casa. Se a gente sabe que uma determinada obra tem esse valor de orçamento, não tem sentido nem justifica que se faça com um valor maior. Portanto, quando é esse caso, está plenamente justificada a atuação do TCU.

As equipes estão, cada vez mais, fazendo fiscalizações com base em padrões de autoria, em matrizes de responsabilidade cada vez mais uniformizadas e acompanhadas por um departamento nosso que avalia a própria qualidade.

Portanto, excesso pode ocorrer, mas a instituição está tomando todos os cuidados para que isso não ocorra. E, vou falar mais claramente, não haverá uma deliberação sem que todas essas etapas sejam cumpridas.

E, inclusive, a primeira manifestação em campo, essa defesa, vamos dizer, assim, as informações preliminares, do gestor ou do contratado, quando é o caso, são levadas em conta dentro deste relatório.

Agora é uma obrigação do Tribunal que haja a manifestação preliminar do gestor. E os gestores estão aqui para dizer se de fato isso está ocorrendo.

Não há um relatório antes da elaboração do relatório, desde que tenha um achado significativo, sem que o gestor tenha a oportunidade de se manifestar antes. Além daqueles ofícios e requisições normais no curso da fiscalização sobre informações, documentos.

E uma vez o relatório estando para ser entregue ao titular, ao supervisor e daí para o secretário, é submetido à manifestação do gestor.

Portanto, entendemos que há uma mitigação dessas preocupações de V. Exª, mas é sempre bom ouvir, sabendo que é necessário reforçar e que é necessário atuar cada vez mais nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Agora, então, vamos passar a palavra ao Dr. Mário Mondolfo, que é o Diretor de Engenharia da Valec.

O SR. MARIO MONDOLFO – Com relação à Valec, houve alguma colocação do Senador Medeiros em relação à Fico.

A Valec foi responsável pela elaboração do EVTEA, Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental desse segmento entre Campinorte e Lucas do Rio Verde, e também pela obtenção da licença prévia do projeto básico.

Esse projeto foi incluído no PIL, e a Natália pode depois dar maiores detalhes sobre isso, mas a Valec também está atuando atualmente na obtenção da licença de instalação ambiental desse segmento no sentido de mitigar riscos do futuro concessionário. Quer dizer, um concessionário tem muito mais atratividade em investir em um segmento que já tenha todas as licenças ambientais e tudo perfeitamente definido do que em um segmento onde a responsabilidade do licenciamento é do investidor. Então, nesse sentido, a Valec está fazendo a licença de instalação desse segmento.

Com relação também à Norte-Sul, no trecho Palmas-Anápolis, como eu já disse, o que restam de obras lá são obras de mitigação ambiental. Elas devem terminar, se o fluxo de recursos for o que estamos prevendo para o início do ano que vem, até março. Aí a ferrovia estaria completamente operacional nas condições previstas em projeto. Não que ela não esteja operacional hoje; ela está operacional com uma restrição ambiental num segmento na região de Gurupi, principalmente, por causa de um manancial de água, para o qual o Ibama nos solicitou que instalássemos contratrilhos e medidas para evitar uma possível contaminação do manancial em caso de acidente com algum vagão.

E já foram feitos alguns transportes de locomotivas da VLI. E a partir de agora, que há o embarque de farelo de soja, já estão contratados diversos carregamentos entre Anápolis e Itaqui, e isso deve ocorrer nas próximas semanas. Acho até que já há coisa em andamento com relação a carregamento nessa ferrovia.

E esse segmento também está incluído no PIL. Depois a Natália pode dar maiores informações com respeito à modelagem dessa concessão.

Finalmente, com relação à Norte-Sul, na extensão sul ligando na ALL, em São Paulo, e que traz a carga até o Porto de Santos, como eu apresentei, as obras estão em um ritmo muito lento hoje em função do fluxo de recursos financeiros, priorizando algumas questões de obras de arte e drenagem. Com a retomada do fluxo de recursos e o pagamento em dia aos nossos fornecedores, esperamos terminar essa obra no primeiro trimestre de 2017.

Complementando, Senador, uma sugestão nessa questão da responsabilização dos gestores que provoca às vezes receio...

Por exemplo, na Valec, eu tenho um problema. Às vezes eu quero nomear um fiscal de obra concursado, etc., e ele não quer ser fiscal de obra por conta de responsabilização pessoal em alguma atividade inerente à atividade dele na obra.

Mas eu acho quanto à questão do TCU, temos avançado muito com relação a isso. Na própria Valec, temos a presença do TCU, presenciando as nossas reuniões do Conselho de Administração. Nós temos tido reuniões periódicas com eles, no sentido de colocar os nossos problemas, e eles, até numa atitude, vamos dizer, educativa, orientar-nos, não de modo formal, porque não é uma função do TCU isso, mas, às vezes, dar-nos a luz de algum caminho a ser seguido. Eu acho que isso é uma coisa bastante salutar para todos.

Mas eu vejo que a questão ambiental também... Nós temos um cipoal legislativo que é muito complicado, e também o pessoal dos órgãos licenciadores, não só do Ibama, mas também dos órgãos ambientais estaduais, também são responsabilizados na sua pessoa física, e eles têm um receio muito grande, às vezes, de emitir um simples parecer, por questões desse tipo. Um exemplo que eu vivi durante 15 anos na Dersa, em São Paulo, onde eu trabalhava, depois esse negócio passou para a ANTT, onde eu fui superintendente de infraestrutura rodoviária, a Régis Bittencourt demorou cerca de 15 anos para ter uma licença de instalação para iniciar as obras, por conta de recursos judiciais e etc., em função de toda uma legislação ambiental, e o receio do pessoal dos órgãos licenciadores de emitir alguma licença em função dessas ações judiciais e ele ser responsabilizado pessoalmente sobre isso.

Então, como acho que estamos na Casa das leis, eu acho que seria bastante importante ser analisada essa situação sobre o aspecto ambiental também.

Muito obrigado a todos.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Senador Wellington.

Só falou que está fazendo os estudos... Os estudos não, o licenciamento ambiental. Há uma previsão? Uma estimativa de quando isso estaria pronto?

O SR. MARIO MONDOLFO – Esse licenciamento está em andamento, o de instalação. A licença prévia já existe. Eu acho que o nosso cronograma é até meados do ano que já termos protocolado essa documentação no Ibama.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Eu quero aproveitar aqui também, como Presidente da Comissão Senado do Futuro, para convidar a todos, inclusive aqueles que nos assistem também podem participar, ou aqui, fisicamente, ou através das nossas redes sociais.

A última audiência pública que vamos fazer aqui, na segunda-feira, da Comissão Senado do Futuro, com finalidade de debater o tema Relacionamento do Senado com o Cidadão. Estão convidados, a Drª Regina Bezerra da Silva Fontes, que é Coordenadora de Relacionamento com o Cidadão da Ouvidoria do Senado Federal; também a Drª Elga Mara Teixeira Lopes, que é Diretora da Secretaria de Transparência do Senado Federal – estava falando em transportes, mas é transparência do Senado Federal –, e a Virgínia Malheiros Galvez, que é Diretora da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal e ainda o Dirceu Vieira Machado Filho, que é Diretor da Secretaria de Comissões do Senado Federal, Serviço de Apoio ao Programa e-Cidadania. Inclusive, quanto a esse programa e-Cidadania, por uma deliberação e uma aprovação da Comissão Senado do Futuro, fizemos um projeto que já foi aprovado, inclusive pela Casa, instituindo o programa e-Cidadania, aqui, oficialmente, inclusive com dotação orçamentária para o próximo ano.

E essa é uma forma também que queremos aproveitar até para mostrar também para a população brasileira, dar a oportunidade para que toda essa assessoria aqui, do Senado da República, possa ter também o momento de mostrar esse trabalho, que é feito aqui, no Senado, por esses tão competentes consultores, assessores, toda a estrutura da Casa.

Agora, vamos passar a palavra ao Dr. Valter Casimiro Silveira, Diretor-Geral do DNIT.

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Inicialmente, respondendo ao Senador José Medeiros, com relação àqueles 40km, de Cuiabá até Rondonópolis, que poderia ser liberado, infelizmente, ainda não há a sinalização, quanto aos itens de segurança para a liberação do trecho.

Estamos fazendo gestão junto à empresa, com a finalidade de concluir esses itens, para que se possam liberar esses 40km. Estivemos visitando a obra numa comitiva – inclusive, com o Senador Wellington Fagundes – e verificamos como estava a qualidade do trabalho.

Infelizmente, sem esses itens de segurança, não podemos liberar o trecho, porque isso gera a responsabilização, como foi até dito pelo Senador Wellington Fagundes, mas estamos fazendo gestão, para que a empresa dê prioridade nessa sinalização, nessa finalização, para que possamos liberar esse trecho o mais rápido possível.

Com relação à questão da liberação do BNDES, foi até feita outra audiência, há duas semanas, para questionar este banco quanto à liberação dos recursos. É claro que não cabe ao DNIT essa responsabilidade.

Coloco isso, porque foi dito pelo pessoal do BNDES que eles estariam dispostos a liberar o recurso prometido.

A SRª NATÁLIA MARCASSA DE SOUZA – Só para complementá-lo quanto a essa questão, estive na 3ª feira no BNDES, e este ficou de encaminhar a proposta. A empresa já tem o empréstimo-ponte desde o ano passado, e o BNDES ficou de encaminhar nesta semana a proposta da condição de crédito para longo prazo.

Então, se a empresa aceitar a proposta do BNDES nesta semana, vai haver a liberação de longo prazo ainda no mês de dezembro. Esse foi o compromisso do Nelson Siffert, Diretor de Crédito de Infraestrutura.

Vamos aguardar então.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Também é importante dizer que tivemos uma audiência pública nesta Casa há quinze dias, em que estavam aqui o BNDES e todas as concessionárias brasileiras. Também aqui foi feito o compromisso, ratificado pelo BNDES, de que os recursos – empréstimos-ponte – já estavam sendo liberados – não haveria nenhum problema –, bem como a finalização dos recursos em longo prazo.

Pelo menos, essa foi a garantia do BNDES nesta Comissão. Acho que o Dr. Valter estava nessa audiência pública.

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Eu estava presente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Essa era uma grande preocupação. Realmente, o BNDES estava vivendo um momento de aumentar exigências, exatamente colocando uma certa dificuldade.

Isso trouxe uma tranquilidade para todas as concessionárias, mas principalmente no caso de Mato Grosso, porque a empresa que ameaçou fazer paralisações já não tem motivação para isso.

Quero aproveitar, inclusive, Dr. Valter e Drª Natália, para dizer que se inverta o papel, pois se encontra aqui o Dr. Marcelo Vinaud Prado, da ANTT, no sentido de que, como a concessionária assumiu todo o trecho, ela tem a obrigação de ter a agilidade principalmente na manutenção.

Estamos tendo problemas principalmente no trecho de Rondonópolis a Rosário Oeste, com a manutenção, deixando a desejar por parte da concessionária. O Dr. Valter esteve conosco e pôde ver, nesse trecho, buracos na pista. Isso não é admissível para uma estrada concessionada, onde se está sendo cobrado pedágio.

Gostaria de cobrar, de público, da ANTT uma melhor fiscalização. Gostaria, inclusive, se possível, que a Diretoria da ANTT marcasse uma visita a esse trecho. O Dr. Valter pode colocar aqui também o que ele constatou nessa visita feita por ele.

Normalmente, a concessionária é muito eficiente para cobrar do DNIT, tanto é que o trecho de Cuiabá a Rosário Oeste foi repassado à concessionária – havia uma licitação em curso –, exatamente porque nós, os Senadores, defendemos isso aqui. Entendíamos que isso seria importante, pois não haveria o problema do fluxo financeiro.

Gostaríamos até do restante do trecho de Cuiabá a Rondonópolis. Mas, claro, esses trechos já estão licitados, já em obra bem adiantada, e é impossível – praticamente impossível – que isso aconteça.

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – E complementando, Senador, ontem tivemos reunião com o Diretor da ANTT, Jorge Bastos, que além de tratar dos assuntos da 163, da passagem do contrato, como foi colocado aqui antes, tendo em vista as peculiaridades desse trecho, que é uma rodovia já concedida, mas ainda com a responsabilidade do DNIT de fazer a duplicação de um pedaço desse trecho, nós estivemos ontem com o presidente da ANTT, Jorge Bastos, para poder agilizar o processo de passagem desses contratos, hoje em execução, pelo DNIT para a ANTT, a fim de dar priorização, dar um tratamento diferenciado nesse contrato, em função da especificidade que temos nessa rodovia em que já está sendo cobrado pedágio – e existe ainda a responsabilidade do Governo Federal de fazer a duplicação. Nós relatamos também essa questão da manutenção da 163 no trecho que está sob responsabilidade da concessionária, por virem, já, reclamações ao DNIT da quantidade de intervenções necessárias para poder manter a rodovia num padrão de qualidade condizente com, também, a cobrança de tarifa de pedágio nesse trecho.

Foi relatada aqui a questão da baixa execução. Eu acho que essas respostas, como bem o Senador colocou, a gente vai responder oficialmente. E a gente já demonstrou nos quadros que, realmente, em função da restrição orçamentária, do contingenciamento, hoje o DNIT empenhou, a execução orçamentária do DNIT é de quase 100%.

(Soa a campainha.)

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – O que impede o DNIT de executar mais é simplesmente a questão do contingenciamento. O DNIT tem uma estimativa de gasto em torno de 12 bilhões – a capacidade de gasto

anual do DNIT – e está executando quase metade do que a gente entende ser a capacidade do DNIT de executar de investimento por ano.

Foi bem relatada essa questão da dificuldade ambiental dos órgãos, essa dificuldade de conseguir vencer os trâmites burocráticos ambientais, indígenas, para poder conseguir iniciar nossas obras. Sabe-se que se gasta um tempo enorme para poder cumprir com todas essas condicionantes, e muito em função da legislação, que amarra e que trata de forma igual qualquer tipo de investimento. Esse relato de quanto se gasta com o licenciamento ambiental na parte hidroviária: os investimentos hidroviários não são investimentos de grandes vultos, são investimentos pequenos, mas quando se precisa fazer todo o cumprimento das condicionantes ambientais, acaba isso sendo considerado aqui como quase 50% do curso que se vai fazer de investimento na hidrovia, como dragagem, e gasta-se com o cumprimento das condicionantes ambientais, com estudos ambientais, coletas antes e depois das intervenções. Então, realmente, é um custo relevante em relação ao custo da intervenção na hidrovia.

Assim, para isso, o DNIT está elaborando uma proposta para poder ser apresentada para o Ministério do Meio Ambiente, para o Ibama, para poder facilitar esses estudos e diminuir essa burocracia que a gente tem em relação à parte ambiental, principalmente na parte de hidrovias, que, muitas vezes, até emperra a execução do serviço por conta de, por exemplo, o rio modificar o fundo durante o ano e nós termos pontos específicos para serem dragados, e, se de um ano para o outro mudar um ponto, não se consegue mais fazer a dragagem porque se precisa de todo um novo processo ambiental – uma demora. E, claro, o técnico do Ibama, como bem disse aqui o Mário, está seguindo uma legislação. E enquanto a gente não conseguir mudar essa legislação para facilitar, o técnico tem o medo de, depois, vir o órgão de controle e penalizá-lo por não ter cumprido todas as condicionantes ambientais. E, aí, fica uma burocracia, uma paralisia – não é? – dos órgãos de execução por conta da questão do controle, porque o controle acaba sendo um impeditivo, vamos dizer assim.

É claro que sabemos que esse é o papel do controle, para se seguir realmente a lei. Mas o técnico do Ibama diz: "Não lhe posso dar uma licença sem cumprir todas as condicionantes, porque depois vou ser punido pelo órgão de controle."

Então, o que o Dr. Mario colocou muito bem foi a questão de os técnicos da Funai, do Ibama e, às vezes, até dos órgãos de execução não cumprirem todos os requisitos legais. Não estou querendo aqui dizer que está errado, mas existem especificidades que precisam ser consideradas no cumprimento dessas regras, para não fazermos com que os órgãos parem e não consigam cumprir a missão institucional, que é dar infraestrutura, viabilizar a navegação.

Foi comentada aqui pela CNA a preocupação em torno da Hidrovia Paraná-Tietê. O que o DNIT e os órgãos estão fazendo para viabilizar novamente a navegação no Tietê? O Tietê, até 2013, era a hidrovia em que mais havia carga no País. Com todos os barramentos e intervenções feitos no Tietê, aquela era a hidrovia mais funcional do País. Por conta da restrição hídrica, foram paralisadas suas atividades. Por que não tomaram medidas para resolver esse problema? Na verdade, o setor elétrico que atua no Tietê tem regras e continua dando vazão nos seus reservatórios, o que impediu a utilização da hidrovia. Foi utilizada a água para a geração de energia, mas não havia mais água para fazer a navegação. O que o DNIT fez? Solicitou uma cota de outorga à ANA para a navegação também, coisa que não tínhamos antes. A ANA dava outorga para a geração de energia, e não havia uma reserva para a utilização da hidrovia. Entramos com um pedido de outorga na ANA para poder garantir um nível mínimo no reservatório para a navegação. O Ministério dos Transportes assinou um termo de compromisso. O DNIT assinou um termo de compromisso também com o Governo de São Paulo para investir na hidrovia, para se fazer derrocamento, para se fazer dragagem. Está em licitação a ampliação de vãos de ponte, para diminuir a necessidade de desmembramento dos comboios.

Tudo isso é feito para favorecer o transporte hidroviário e para tirar essas 35 mil carretas das rodovias. Sabemos que, quando não se utiliza a hidrovia, tem de se utilizar ou a ferrovia ou a rodovia. E aí há um custo maior de manutenção nas rodovias, o que já aumenta a necessidade de investimento no setor rodoviário. E já há uma proporção da matriz bem voltada para o setor rodoviário. Não há um equilíbrio na matriz de transportes.

Acho que era isso que eu tinha para colocar. A maioria das perguntas vamos responder oficialmente, para eu não me delongar mais.

Coloco o DNIT à disposição para dar qualquer outro tipo de explicação e de atendimento à Comissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Nós gostaríamos de registrar, como Presidente da Frenlog, que estão aqui conosco o Dr. José Augusto Valente; o Dr. Tiago Lima; o Dr. Cláudio Soares; além do Presidente do IBL (Instituto Brasil Logística) – estamos na fase final da sua criação –, Dr. Anderson Ângelo de Oliveira.

Para a finalização, Drª Natália, quero registrar, como V. Sª representa aqui o Ministro dos Transportes, a evolução que temos percebido. A crise também tem de ser aproveitada, para buscarmos aprender na crise. E, aqui, o Ministro dos Transportes – quando digo do Ministério, digo também de todos os órgãos ligados ao Ministério –, desde a sua primeira presença na Comissão, foi extremamente franco ao mostrar a realidade, as dificuldades.

Vejo que, com isso, o Ministério, o Ministro Antonio Carlos conseguiu aqui, inclusive, um apoio muito grande por parte desta Comissão, que não ficou apenas nas críticas. Fomos também várias vezes principalmente até os Líderes da Base; cobramos também da Presidente Dilma, da equipe econômica, do Ministro Levy que a infraestrutura tem que ser priorizada, porque o desenvolvimento passa, sem dúvida nenhuma, pelos investimentos da infraestrutura. Para um país tão grande como o Brasil, é claro que sempre o cobertor é curto para a necessidade, mas os investimentos na infraestrutura é que vão alavancar o desenvolvimento do País.

Mas essa atitude do Ministro, do Ministério, do DNIT de estarem aqui colocando com clareza essas dificuldades é fundamental, até para que também a própria sociedade possa compreender e apoiar, para que possamos buscar essa priorização na questão orçamentária.

Ontem, até a meia-noite, quase hoje de manhã, estivemos aí para votar. O Congresso deu essa resposta, porque, se o Congresso não votasse ontem esse ajuste, com certeza o País estaria parado hoje. Os órgãos não teriam condições de pagar o funcionamento mínimo. E não era questão do dinheiro; é muito mais a questão orçamentária. E é bom registrar para a população que isso aconteceu nos Estados Unidos, um país de Primeiro Mundo, um país com a maior economia do mundo. Então, se não tivéssemos tido a responsabilidade, ontem, de votar e aprovar a matéria, com certeza o País, hoje, estaria passando por uma dificuldade muito maior, uma crise de funcionamento da máquina pública. E a repercussão não é só para o Governo Federal, mas para o Governo Federal, para os Governos estaduais e para os Governos municipais. Muitos da oposição disseram que "o Congresso Nacional, ontem, aprovou, para que o Governo pudesse se utilizar de um déficit..." E não é nada disso. Na verdade, é uma situação orçamentária que existe, e não havia outra alternativa que não fosse o que conseguimos fazer ontem.

Quero passar a palavra para a Drª Natália, também para as suas conclusões finais.

A SRª NATÁLIA MARCASSA DE SOUZA – Obrigada, Senador.

Realmente, sobre o orçamento, até como membro do Executivo, eu gostaria de agradecer a atuação do Congresso, porque, se não tivéssemos a meta fiscal aprovada ontem, teríamos uma paralisação de todas as atividades do Executivo até o final do ano, quando teríamos um novo orçamento em 2016. Isso seria uma catástrofe. No setor de transportes, teríamos que cancelar até empenhos já feitos. Portanto, isso é inimaginável para o setor de transportes.

Atentando agora para as questões que foram postas.

Senador Medeiros, em relação ao empréstimo, é isso. O BNDES tem o compromisso de liberação de recursos de longo prazo até o final deste ano. Se isso for cumprido, acho que haverá normalização dos investimentos, inclusive da concessionária, que realmente está em dívida. A ANTT já fez uma fiscalização lá. Independentemente do financiamento, ela tem que agir, mas é lógico que, sem dinheiro, tudo fica mais difícil.

Em relação à Fico. Um trecho da Fico, que é de Campinorte até Lucas do Rio Verde, está dentro do estudo total da bioceânica; ela vai fazer parte da bioceânica, mas não que isso vá ser feito de uma vez só. É um trecho que, por si só, tem rentabilidade. O que o Governo Federal fez foi adiantar projeto, adiantar licenciamento, e estamos negociando com alguns investidores que, inclusive, têm interesse em fazer esse trecho no lote atual, que colocamos, da Norte-Sul até Estrela d'Oeste. Eles teriam interesse em fazer, como se fosse um ramal, até Água Boa ou até Campinorte. É uma discussão que estamos tendo, inclusive há um grupo chinês também interessado. Portanto, o que for preciso da nossa parte para viabilizar isso, nós vamos fazer.

Mas, realmente, investimento em ferrovia é sempre muito mais difícil do que investimento em rodovia, em que já há infraestrutura implantada, pela questão do valor da infraestrutura. Esse trecho da Norte-Sul já está 85% pronto, mas o que falta construir fica mais ou menos em R$5 bilhões, que é um montante de recurso muito grande.

Há uma limitação de interesse do setor privado e, da parte do Governo, uma limitação orçamentária para isso. Estamos trabalhando em várias frentes a fim de deixar a parte de projeto e licenciamento toda pronta, o que realmente facilita qualquer investimento.

O Senador Dalirio Beber falou sobre a BR-470, em que o DNIT está executando obras. Essa rodovia também está sendo prejudicada pela diminuição do montante de recursos que o DNIT recebeu, mas está inserida no Programa de Investimentos em Logística, assim como a BR-282. É um trecho que consideramos muito atrativo para a iniciativa privada, pois tem um volume equivalente de veículos alto, e acreditamos que haverá interessados.

Em relação às demais perguntas, com certeza, o Ministério dos Transportes vai organizar as respostas no conjunto do sistema de transportes e apresentar nossas explicações e nossos pontos de vista, para que isso fique claro para a sociedade. Nós fazemos coleta de dados, tanto do DNIT como, agora, da Empresa de Planejamento e Logística, que faz isso com certa frequência, a fim de alimentar o Programa Nacional de Logística Integrada (PNLI), que está nos dando a base inclusive para os resultados e as concessões que foram lançadas no PIL. Esses dados em relação ao tráfego e em relação à malha foram fruto do PNLI. E o DNIT utiliza todo o sistema de gerenciamento de pavimento com contagem volumétrica para dimensionar o Crema e os contratos de manutenção.

Em relação à concessão de financiamento pelos bancos públicos, é lógico que isso não é a panaceia e não é o que vai resolver o problema do atraso da dívida do DNIT e da Valec, mas é mais uma frente em que estamos trabalhando. Já houve uma certa flexibilização dos bancos na última semana, Senador. Eles aceitaram até, por uma iniciativa do Governo e com alguma flexibilização do Banco Central, fazer empréstimos com taxas de juros de poupança, o que já alivia a questão. Isso foi negociado com eles, e avançamos nesse sentido. É lógico que é um banco, e não há mudança na legislação atual. Portanto, ele vai agir como banco e observar a empresa para quem está emprestando.

Com relação ao Senado, o que existe hoje é uma legislação que não nos permite dar uma garantia porque, no final das contas, se o Governo está devendo para essas empresas, e está empenhado esse valor, é líquido e certo que vai ser recebido. Mas as empresas, pela legislação atual, não podem dar como garantia a medição do DNIT nem da Valec. Existe uma vedação para isso, o que aumenta o risco de empréstimo do banco às empresas. São matérias legislativas. Se o Senado e o Congresso quiserem entrar nisso, é uma possibilidade.

Quanto ao investimento executado, realmente, não temos esse problema no Ministério dos Transportes. Inclusive, este ano, estamos até executando todo o limite empenhado. Em 2003, a execução beirava R$1,3 bilhão anual. Hoje, conseguimos executar R$1,3 bilhão mensal. Na verdade, há capacidade de execução, e há capacidade de executar mais do que estamos executando hoje, mas infelizmente existe o problema de restrição orçamentária.

Em relação à questão específica da BR-163, entendemos o problema em Mato Grosso, que é diferente dos problemas que ocorreram em outras concessões do PIL, mas tanto a ANTT como o DNIT, com a ajuda do Ministério dos Transportes, trabalham com a possibilidade de alteração contratual. O que poderíamos passar para a empresa privada, que é a maneira mais, digamos, ocasional de se fazer isso, foi passado, mas também há um limite tarifário. Há restrições de todos os lados nessa equação econômica. Portanto, para passar...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – E, nesse aspecto, eu queria observar que a população do Mato Grosso até tem entendido. Tanto é que se está cobrando pedágio, e não houve, até agora... A própria assembleia legislativa do Estado fez uma audiência pública, tudo foi muito bem esclarecido.

Então, nós, os três Senadores aqui, defendemos, de forma pública, bem clara, a importância da concessão, o apoio a esse trabalho, porque nós entendemos que é muito melhor pagar alguma coisa do que deixar as pessoas morrendo. Isso foi uma posição dos três Senadores aqui.

Agora, claro, nós queremos cobrar também da concessionária; principalmente agora com a garantia do BNDES, que ela faça com agilidade o que assumiu, ou seja, a programação principalmente do trecho de Cuiabá a Rosário, porque ali é o gargalo. Ela já executou, praticamente está concluído de Rondonópolis até a divisa de Mato Grosso do Sul. Existe agora a questão da travessia urbana de Rondonópolis, e é preciso agilidade – ela já está na região sul – para concluir essa questão da travessia, que são 13 quilômetros, e, claro, iniciar a obra tão logo cessem as chuvas. Ela tem até um tempo para se programar, porque agora, durante as chuvas, nós também compreendemos que não é momento de começar uma obra. Enfim, a concessionária tem como se programar, e agora o que ela tem obrigação de fazer é uma manutenção eficaz, dando prioridade à obra, porque aí, na verdade, ela vai concluir o trecho da divisa de Mato Grosso do Sul até Posto Gil, faltando, claro, o trecho de Rondonópolis a Cuiabá, que é de responsabilidade do DNIT.

E, na região norte do Mato Grosso, hoje há uma satisfação por parte da população, porque a maioria são cidades novas, cidades com poder aquisitivo maior – Sinop, Lucas do Rio Verde, Sorriso –, enfim, toda aquela região. Inclusive, nós, da classe política, estivemos lá e testemunhamos que há uma satisfação porque realmente melhorou muito. O número de acidentes caiu bastante – isso é importante registrar.

Outro aspecto: é importante dizer que uma concessão não é só a construção e manutenção da estrada em si; é também todo um serviço ao usuário, e há um reconhecimento, por pesquisas realizadas no Estado do Mato Grosso, da atenção ao usuário durante as 24 horas do dia; estão sendo implantadas mais de 500 câmaras em todo o trecho, toda fibra óptica específica. Isso vai contribuir – já está contribuindo muito – não só na segurança na estrada, mas na segurança pública, porque ali também é um corredor do narcotráfico. E hoje já

existe um trabalho, que será ampliado muito mais depois de tudo isso implantado, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, com a Polícia Militar e com a Polícia Civil do Estado.

Portanto, toda a população reconhece esse ganho que ela terá também, com todo esse trabalho a ser implantado na BR-163, como prestação de serviço.

V. Exª gostaria de falar, Senador?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Só complementando, lembrei-me aqui de um tema importante, já que estão aqui todos os atores que regem a questão. É uma preocupação que tem sido latente, e até há algumas reclamações, É sobre os acessos.

Eu ouvi recentemente que o Senador Hélio teve inclusive de levar toda uma comitiva lá na cidade de Ouro Branco, que eu acho foi uma coisa desnecessária. Eu acho que a própria concessionária deveria ter tido o bom senso de não fazer aquilo: isolar uma cidade todinha. E nós temos visto empreendimentos que estão em Mato Grosso há 30 anos, 40 anos, e, de repente: "Não, aqui que passou". E mete uma cerca lá e isola tudo.

Então, essa é uma preocupação para o DNIT, para a ANTT levar, porque, se não, nós vamos ter de deslocar, toda hora, uma comitiva de Senadores para dizer: "Olha, fechou o acesso ao poço tal". De repente, acontece. A população diz: "Olha, é aqui que a gente usa". E aí passaram uma cerca, e não se usa mais. "Fechou a cidade tal".

É uma preocupação que nós temos. Eu sei que é um problema às vezes até paroquial, mas nós temos de trazer porque acaba chegando aqui no Legislativo.

O Senador Wellington é quem é mais demandado nessas questões, por estar há mais tempo lidando com o tema, mas ele frisou bem a preocupação sobre a travessia urbana de Rondonópolis, de Jaciara. Tem havido uma cobrança incessante. Em certa ocasião, a oposição batia muito no lombo dele, jogava a responsabilidade para ele... (*Risos.*)

Ele já apanhou muito por causa dessa travessia, mas é uma necessidade, e nós aproveitamos esta oportunidade para tratar do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Eu recebo as críticas não com tranquilidade, mas eu acho que o nosso papel aqui é esse mesmo. Estamos representando a população e temos que cobrar dos órgãos. Lá esteve o Dr. Valter – inclusive, em Ouro Branco. Já houve uma sinalização da ANTT. Já estiveram lá a ANTT com a concessionária, para solucionar não só aquele como outros trechos.

Eu só quero aqui cobrar, porque o DNIT, apesar de a responsabilidade ser hoje da ANTT, há um trabalho conjunto da ANTT com o Ministério, ou seja, todos nós temos responsabilidade com a população, que é o final de tudo.

Eu só quero ainda, Drª Natália, dizer que há mais dois pontos críticos no Mato Grosso. Um é o contorno viário de Barra do Garças, Pontal e Aragarças, que liga Mato Grosso a Goiás, que é o único ponto para passarem mais de 3 mil carretas por dia, passando pelo centro das três cidades – a principal avenida de Barra do Garças, de Pontal e de Aragarças é exatamente duas BRs, a BR-070 e a BR-158, e ainda a MT-100. Essa obra vem se arrastando há muito tempo. Inclusive, agora, como nós estamos já fazendo o Orçamento do ano que vem, eu gostaria de pedir essa priorização. E há também a conclusão da travessia urbana de Primavera, que já está também na fase final, faltando pouca coisa. Também não podemos deixar uma obra dessa inacabada. Aí há um outro aspecto que eu gostaria de cobrar aqui, agora, sim, do Ministério – eu não sei como isso ficará no final em relação à ANTT. São as travessias urbanas. Com a construção dos contornos viários, como ficará a responsabilidade da manutenção das travessias urbanas? Hoje, na região sul de Mato Grosso, são várias cidades, como Rondonópolis, Jaciara, Juscimeira, São Pedro. São todas essas cidades em que hoje se passa pelo centro. Vai ser construído o contorno, e aquela avenida ali, na verdade, é uma estrada federal e não vai deixar de ser. Eu tenho orientado os prefeitos que não as assumam, porque o Município de São Pedro da Cipa, por exemplo, é o Município com menor população e com menor IDH de Mato Grosso, uma cidade pequenininha, com 5 mil, 6 mil habitantes, que não tem condições, depois, de fazer a manutenção. Essa restauração não está prevista nos contratos de execução hoje por parte do DNIT e, claro, não está prevista também na concessionária, depois. Nós temos de encontrar um caminho. Como isso também não vai ser para amanhã, nós temos tempo de planejar isso, mas fica aqui o registro.

A SRª NATÁLIA MARCASSA DE SOUZA – Complementando as respostas, em relação ao trecho da BR-163 que hoje está com o DNIT, estamos tentando viabilizar juridicamente a possibilidade de a ANTT assumir – a área jurídica está analisando essa possibilidade –, para que, depois, também não tenhamos um problema de responsabilização pelos órgãos de controle. Estão analisando se isso é viável, se a ANTT pode ter essa competência ou não. Então, é isso que os jurídicos estão analisando e vão ter a missão de tentar mais um caminho. Estamos tentando, na verdade, neste momento de restrição de crédito, sempre ser criativos e buscar saídas. Já resolvemos uma parte, vamos tentar resolver o restante em relação a isso.

Quanto à travessia de Rondonópolis, devemos iniciar no ano que vem, logo depois do período de chuvas. Esse é compromisso. E ela deve ficar pronta dentro do ano que vem mesmo. Então, devemos terminar a realização da travessia de Rondonópolis.

Em relação a essa última questão posta sobre os contornos, no contrato de concessão, só para ser bem clara, Senador, está prevista a restauração, sim, porque, como é até o quinto ano, então, vai estar tudo restaurado.

A partir do momento em que há um contorno, em geral, o que ocorre é que o próprio Município ou Estado assume – na verdade, na maioria das vezes, é o Estado que assume –, porque vira uma via urbana, não tem mais uma característica de rodovia. Inclusive, geralmente, o que fazemos é tirar do próprio SNV e passar para estadual. Claro que, se não houver um consenso, vamos continuar mantendo pela concessionária, mas, em geral, os Estados e os Municípios querem.

Nós temos algumas regras, quando é federal, que não se adaptam, às vezes, à necessidade estadual e local. Não se pode botar um sinaleiro, não se pode fazer uma passagem de pedestres, porque se está numa rodovia, mas, às vezes, ela já tem uma característica mesmo de avenida urbana. Então, geralmente, as cidades e os Municípios pedem para receber. Isso é uma coisa que vamos analisar caso a caso, se o Município vai ter estrutura para receber ou não, mas isso sempre está em discussão e não é feito de maneira unilateral.

Essas são, mais ou menos, as considerações do transporte sobre as questões específicas. Vamos responder a todos os questionamentos de modo a subsidiar a Comissão de Infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Drª Natália, eu tenho obrigação de falar, porque eu sou da região e sou cobrado. E, principalmente, por estar aqui, neste momento, presidindo, eu vou abusar da Presidência.

É bom atentar que, nesse trecho de Cuiabá até Rondonópolis, existem essas cidades que eu citei. Em Rondonópolis, a obra da travessia já está contemplada pela concessionária. O contorno viário tem um prazo para cinco anos de construção. Então, ela já vai fazer todas as obras necessárias de melhoria da travessia urbana no trecho da BR-163.

O trecho da travessia urbana da BR-364 está fora, que é uma obra que também estava prevista naquele contrato inicial com a prefeitura e que a prefeitura devolveu ao DNIT. Mas, como está sendo prevista a concessão da BR-364, quem sabe isso se resolva se realmente conseguirmos fazer a concessão.

Agora, para as cidades de Juscimeira, de São Pedro da Cipa e de Jaciara, não estão previstas obras pelo DNIT. Jaciara tinha um convênio com a prefeitura e isso foi devolvido.

A SRª NATÁLIA MARCASSA DE SOUZA (*Fora do microfone*.) – O senhor está falando de obras de melhoria?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Não. Melhorias e construção mesmo. Por exemplo, Jaciara tinha uma obra contratada, que foi paralisada e hoje está no limbo, nem o DNIT tem, nem a concessionária vai assumir porque não está previsto para a concessionária. Como lá é RDC, pode, então, existir como se fosse um aditivo, como se fosse permitido um valor extra.

No caso de São Pedro da Cipa, também não havia nada e não há nada, e lá está sendo feito o contorno. Em Juscimeira, da mesma forma, está previsto o contorno por parte da obra que o DNIT está realizando, mas, para a travessia, não há nenhuma previsão, nem de projetos.

Eu gostaria de pedir ao DNIT, primeiro, a elaboração do projeto das três cidades, porque, senão, daqui a pouco, não haverá nem como fazer. No caso de Jaciara, existe um projeto ultrapassado. No caso de Rondonópolis, não; foi atualizado o projeto e não há problema. Mas, em Jaciara, Juscimeira e São Pedro, há necessidade da execução do projeto por parte do DNIT, para depois, na execução, definir se vai ser na própria obra do RDC já contratada ou se vai se fazer uma nova licitação.

A SRª NATÁLIA MARCASSA DE SOUZA – Só para ficar claro o que eu disse, Senador, o que está previsto, no contrato de concessão, é a restauração da pista. Isso está previsto no contrato de concessão. Como eu disse, a restauração está prevista. Agora, as melhorias – eu acho que o senhor está falando da travessia urbana, da segregação, da faixa – provavelmente não devem estar previstas dentro do contrato de concessão, porque foi previsto o contorno.

Só para continuarmos essa discussão, os contratos de concessão dessas rodovias são contratos de longo prazo. E hoje estamos falando desses três Municípios, mas vão surgir vários Municípios em que, ao longo de 30 anos de contrato de concessão, vamos precisar fazer investimentos. Os contratos de concessão possibilitam esses investimentos. Então, há possibilidade de reequilibrá-los para fazer esse investimento e há sempre a possibilidade de fazê-lo pelos órgãos executivos, direto do Ministério dos Transportes. Então, essas são questões que vamos avaliar ao longo do contrato.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Pelo que eu entendi, nessas cidades que o Senador Wellington citou – São Pedro da Cipa, Juscimeira e Jaciara –, em que está sendo feito o contorno, a restauração da pista antiga está garantida?

A SRª NATÁLIA MARCASSA DE SOUZA – A restauração da pista antiga está garantida até o quinto ano de concessão, que é o período em que fazemos a restauração. Depois, em geral, o que fazemos nos contratos de concessão? Quando você faz o contorno, essa via que hoje é a BR fica com muita característica de uma via local. Então, geralmente, passamos isso para os Municípios ou para o Estado. Para isso, é feita uma negociação. Agora, o que está sendo posto é que, na verdade, precisar-se-ia de algumas melhorias de segregação. Podemos sentar e discutir qual a melhor forma de fazer isso, via DNIT, via...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – As cidades maiores, como é o caso de Rondonópolis e Cuiabá – Cuiabá muito mais ainda, porque é a Rodovia dos Imigrantes, a senhora sabe, que foi federalizada –, estão contempladas na concessão. As menores que não têm condição de executar é que não estão.

A SRª NATÁLIA MARCASSA DE SOUZA – Está bom. O contrato de concessão nos permite essa análise e permite os investimentos também via DNIT.

Essas foram as contribuições que tínhamos sobre as questões específicas. O Ministério dos Transportes permanece à disposição para quaisquer dúvidas e esclarecimentos da Comissão de Infraestrutura e agradece a presença aqui hoje.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Estamos já no avançado da hora. Eu quero, mais uma vez, convidar a todos para, na segunda-feira, às 16h30, neste mesmo plenário, a reunião da Comissão Senado do Futuro, cujo tema e convidados já tive aqui oportunidade de ler para todos vocês.

Nada mais havendo a tratar, eu quero aqui agradecer todos os palestrantes: Drª Natália Marcassa de Souza, Secretária Executiva do Ministério dos Transportes; Dr. Valter Casimiro Silveira, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Dr. Mario Mondolfo, Diretor de Engenharia da Valec Engenharia Construções e Ferrovias S.A.; Dr. Arsenio José da Costa Dantas, representando aqui o Tribunal de Contas da União; e também Dr. Marcelo Bruto, que representa aqui a ANTT.

Registro que entendemos que esta audiência foi bastante frutífera. Eu quero registrar que está constatada uma evolução por parte do Tribunal de Contas, que é o desejado. Nós precisamos disso e é natural. Em um país em desenvolvimento, temos que evoluir mesmo. Acredito que isso está acontecendo, mas, claro, temos que cobrar essa questão da área ambiental principalmente, que foi aqui relatada e foram colocadas as dificuldades. Acho que nós Parlamentares temos o compromisso também de buscar aperfeiçoar essa legislação burocrata, essa legislação que aumenta muito o custo Brasil.

Quero agradecer aqui, Senador Medeiros, em seu nome e em nome de todos os Senadores que aqui estiveram, e convocar, para a próxima quarta-feira, dia 9 de dezembro, às 8h30, neste plenário, a nossa próxima reunião.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e dou por encerrada esta reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 39 minutos.)

ATA DA 44ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2015, QUARTA-FEIRA, ÀS 08:30 HORAS, NO PLENÁRIO 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às oito horas e trinta e cinco minutos do dia 09 de dezembro de dois mil e quinze, no Plenário 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente desta Comissão, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores Telmário Mota, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes José Pimentel, Waldemir Moca, Vicentinho Alves e Eduardo Amorim. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Em seguida, dá-se início à deliberação das matérias constantes da pauta. Item nº 01. Projeto de Lei do Senado nº 1, de 2011. Não terminativo. Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Altera o art. 6º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e o art. 2º da Lei n°8.001, de 13 de março de 1990, para que a base de cálculo da compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais considere o faturamento bruto resultante da venda do produto mineral. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Concedida vista coletiva da matéria. Item nº 02. Mensagem (SF) nº 82, de 2015. Não terminativo. Autoria: Presidente da República. Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, o nome do Senhor ERICK MOURA DE MEDEIROS, para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Lido o relatório, é concedida vista coletiva da matéria, nos termos do art. 383 do RISF. Relatoria: Senador Vicentinho Alves. Fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos em pauta, os senhores senadores Wilder Morais, Vicentinho Alves, Waldemir Moca e Flexa Ribeiro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às 9 horas e 14 minutos, lavrando eu, Thales Roberto Furtado Morais, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Declaro aberta a 44ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da atual Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A Presidência da Comissão comunica o recebimento da Moção nº 30, de 2015, de autoria dos Srs. Vereadores da Câmara Municipal de Sorocaba, na qual manifestam apoio aos profissionais de transporte escolar pela luta em prol à repristinação do §3º da Resolução nº 277, de maio de 2008, alterado pela Resolução nº 533.

Tudo isso encontra-se à disposição dos Srs. Senadores.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, de 2011
- Não terminativo -

Altera o art. 6º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e o art. 2º da Lei n° 8.001, de 13 de março de 1990, para que a base de cálculo da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais considere o faturamento bruto resultante da venda do produto mineral.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatoria: Senador Acir Gurgacz
Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pois não.

Com a palavra o Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente, nós temos na pauta na nossa Subcomissão, na segunda quinzena de fevereiro, uma audiência pública já com vários convidados para tratar deste tema. Então, a gente já fez várias audiências públicas. Então, a gente vai ter a próxima audiência pública com relação à CFEM e a outra com relação à agência que vai ser criada do DNPM. Então,

gostaria que V. Exª tirasse de pauta este projeto, até porque vai ser prejudicado com essa audiência que vai enriquecer, e, logo em seguida, a gente colocar em votação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Sr. Presidente, consulto V. Exª: qual é o horário para eu fazer a leitura do indicado da Diretoria de Aquaviária?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – É o próximo item da pauta.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Obrigado, Presidente.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Presidente, eu acho que aqui talvez seja a Comissão mais importante e mais adequada. Hoje, vem o Governador do Estado do Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja, e a Bancada do Mato Grosso do Sul inteira. Vamos até ao Ministro da Integração Nacional, que, aliás, esteve ontem em Mato Grosso do Sul, e também ao Chefe da Defesa Civil, que, se não me falha a memória, é o General Adriano.

Sr. Presidente, as últimas chuvas no sul do Mato Grosso do Sul abriram estradas inteiras, interromperam rodovias. Confesso que nunca vi nada nem parecido com isso. Mais de 80 pontes rodaram. Estamos nos aproximando de 100 pontes.

Então, eu só queria fazer esse registro aqui para que a população do Mato Grosso do Sul, principalmente nos locais atingidos, fique sabendo que a Bancada Federal do Mato Grosso do Sul, da qual sou o coordenador, está atenta. Já marquei a audiência. O Governador está vindo com o relatório.

E há duas coisas: uma coisa emergencial, e penso que o próprio Prefeito e o Governador do Estado estão tomando as primeiras providências com a ajuda da Defesa Civil, e a outra, a ser tratada, hoje, nessas reuniões, as liberações de recursos para reparar danos de porte maior, como ruptura de estradas, pontes que rodaram, enfim.

E eu queria me permitir falar sobre isso, neste horário e nesta Comissão, especialmente prestigiada e presidida por V. Exª, para que a população do meu Estado fique ciente de que a Bancada está vigilante e atenta e vai tomar as providências necessárias para tentar minimizar os estragos que foram feitos lá, principalmente no sul do Mato Grosso do Sul.

Uma palavra final à minha querida Bela Vista, minha cidade natal, que foi duramente atingida também em uma cheia do Rio Apa, que divide Bela Vista, no Brasil, e Bella Vista Norte, no Paraguai. Os ribeirinhos, as pessoas que moram próximo às margens do Rio Apa, tiveram os seus pertences, as suas casas inundadas, enfim. Fica aqui o meu registro e a minha solidariedade à população de Mato Grosso do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Inclusive eu quero informar ao Senador Moka que, neste momento, a transmissão está ocorrendo ao vivo. Às vezes, nós temos a reunião gravada para posterior apresentação, mas, nesse momento, as pessoas do Mato Grosso do Sul estão nos ouvindo. Inclusive tive a oportunidade de, ontem, na Presidência da Casa, eventualmente, prestar a nossa solidariedade às vítimas e à população.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – E eu lhe agradeço mais uma vez por isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com relação ao pedido do Senador Wilder Morais, realmente eu vou suspender a tramitação. Na ausência do autor e do relator, eu tiro de pauta e vamos ter um entendimento com S. Exªs para chegarmos à melhor solução. Claro, V. Exª tem toda a razão em desejar levar o assunto para debate na Subcomissão. É uma questão de deferência até, porque ambos estão ausentes, o Senador Flexa, que é o autor, e o Senador Acir, que é o relator. Concorda?

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Concordo, Presidente. Podemos entrar, sim, em acordo com eles. É importante porque, hoje, para o senhor ter uma ideia, a nossa cotação desse minério está em torno de R$39,00, mas já chegou a R$160,00. Tanto o Ministério me pediu que fizesse isso, como todas as empresas envolvidas aqui, que queriam um debate profundo disso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Até o pedido de vista do Senador já é uma deferência aos dois, que estão ausentes e, se a apreciação continuasse aqui nós teríamos, de fato... (*Pausa.*)

Chegou o autor.

Senador Flexa Ribeiro, em consideração a V. Exª, que chega neste momento, tenho a informar que acabo de deferir, até em um gesto de consideração ao autor, que estava ausente, o pedido do Senador Wilder Morais ao projeto de autoria do Senador Flexa Ribeiro, de autoria de V. Exª, que estabelece que a base de cálculo da compensação financeira pela exploração de recursos minerais considere o faturamento bruto resultante da venda do produto mineral. Trata-se de alterar a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e o art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990.

Em consideração a V. Exª, nós suspendemos a apreciação...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – ...e retiramos de pauta. Mas V. Exª tem a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, eu agradeço a V. Exª. Quero fazer algumas ponderações e um apelo ao Senador Wilder. É inconcebível que esse Projeto nº 1, de 2011, não tenha dado o primeiro passo sequer. Então, eu entendo o Senador Wilder, como Presidente da Subcomissão de Mineração, eu entendo a preocupação dele. Mas, primeiro, o Governo ficou três anos para mandar o Código de Mineração para o Congresso. Depois, o Código de Mineração está há dois anos na Câmara. E o parecer que lá foi feito...

Senador Wilder, o jornal *O Globo* denunciou, em uma matéria, que o parecer foi feito pelo escritório de advocacia Pinheiro Machado, inclusive identificando o computador de onde saiu o parecer. Eu estive, alguns meses atrás, numa reunião da Bancada do Pará com a Bancada de Minas, que são os dois Estados que têm a mineração como base da sua economia – muito mais o Pará do que Minas, porque Minas já é um Estado industrializado –, e comentei, inclusive, com o Senador Wilder, que o parecer que estava àquela altura sendo colocado a público era totalmente, Senador Wilder, contrário aos interesses dos Estados, totalmente contrário. E continua contrário.

Àquela altura, o parecer reduzia a alíquota, que já é insignificante, de 2% para 1%, para se ver até onde chegava aquele parecer. Hoje já está revisto.

O Senador Acir Gurgacz, um mês atrás, estava pronto para ler o seu relatório, para que nós pudéssemos aprová-lo, discuti-lo e votá-lo. Eu próprio sugeri que nós fizéssemos aqui – encaminhei o requerimento, não sei se já chegou, mas, se não, eu vou encaminhar –, com a Subcomissão de Mineração, uma audiência pública, para que pudéssemos antecipar a discussão do que vai vir para cá. Inclusive, convidando o Deputado Leonardo Quintão, que é o Relator lá na Câmara, de tal forma que já pudéssemos antecipar isso.

Agora, eu pediria, Senador Wilder, que V. Exª pudesse retirar o pedido de não votação hoje. Vamos votar. Podemos até encaminhar, não sou contra que vá para a Subcomissão de Mineração, mas vamos deixar o projeto andar, dar um primeiro passo, porque ele vai para outras comissões ainda e vai demorar para chegar à Câmara.

Qual é a proposta? Este projeto aqui trata de um único ponto, o Código de Mineração, que é amplo. Aqui é só a questão da CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais). Corrige-se a questão da CFEM, que, para o meu Estado, e acredito que para o seu também, é do maior interesse.

O projeto foi discutido exaustivamente, ao longo de todos esses anos, com vários relatores que assumiram o projeto e depois o devolveram, e, finalmente, com o Senador Acir Gurgacz. Então, eu pediria a V. Exª que nós pudéssemos votá-lo – ele não é terminativo –, que ele tivesse o andamento normal e que nós, pela Subcomissão de Mineração, pudéssemos nos preparar já para discutir o Código de Mineração, que é muito mais amplo do que este.

O andamento desse projeto é importantíssimo, porque, se o de lá não vier, pelo menos, vamos tentar encaminhar este daqui para a Câmara para que resolva a questão da CFEM para os Estados que têm a sua base econômica na mineração.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Wilder.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente, o nosso colega Flexa faz parte da Subcomissão de Mineração e tem nos ajudado muito. O que eu peço ao colega Flexa... Nós temos uma pauta de audiências públicas. A próxima audiência vai falar sobre o CFEM.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu quero esclarecer, e, aqui, é em defesa do universitário, que o requerimento da audiência pública foi feito à Subcomissão, não foi feito à Comissão.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – E já está marcada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – V. Exª me permite?

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Sim, permito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Quando eu, oralmente, disse que faria o requerimento, sugeri que pudesse estender também à Comissão de Infraestrutura, quer dizer, o nosso Presidente da Subcomissão de Mineração pode estender aos membros da Comissão de Infraestrutura.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Podemos fazer aqui, Presidente.

O que acontece é que nós temos uma agenda para a próxima terça-feira, que, praticamente, será a última semana nossa aqui de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Ainda há controvérsias.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Se não formos convocados...

A próxima reunião já está marcada para o dia 16 de fevereiro. Já convocamos e estamos trazendo o pessoal do Ministério, estamos com os convidados envolvidos, o Ibram, várias mineradoras para fazermos esse

debate. Acho que, logo em seguida, fechamos a nossa agenda de audiência pública e colocamos em votação, até porque eu acho que é coerente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Não há outra reunião antes. É a primeira. Nós voltamos do recesso no dia 1º de fevereiro, e é a próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, eu pediria aos meus Pares, membros da Subcomissão, se V. Exª permitir, que nós pudéssemos colocar em votação o encaminhamento ou a votação, porque não vamos procrastinar um projeto que já está há cinco anos tramitando e não caminha. Repito: ele não é terminativo. Qualquer alteração que seja necessário ser feita será feita numa outra comissão. Não há nenhuma dificuldade nisso.

O importante, Senador Wilder, é o ato significativo de o projeto ter, pelo menos, dado num passo. Não quero deixar de discutir na Subcomissão de Mineração, em hipótese nenhuma, mas também não é possível que um projeto – e existem vários – possa ficar quatro anos – ele é o nº 1, de 2011, então, deve ter entrado dia 1º ou 2 de fevereiro de 2011!

Reafirmo o apelo à V. Exª e peço o apoio dos meus Pares: vamos discutir, colocar em votação o projeto e encaminhá-lo à frente para discuti-lo na Subcomissão de Mineração, onde vamos fazer as audiências. Não sou contra; pelo contrário, quero que as façamos, porque nós vamos...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Depois da apreciação? Porque aí...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – ...perde o sentido.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não perde, Senador Wilder...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Ele vai para a CAE, que passa a ter as prerrogativas da apreciação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Faremos uma audiência em conjunto com a CAE.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu não quero entrar no mérito. Quero apenas ponderar o seguinte...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Porque, se nós não votarmos, Presidente, permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ...se nós não votarmos, hoje, nós não vamos mais votar neste ano. Não temos tempo hábil para que isso seja feito.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – V. Exª é um homem de pouca fé. (*Risos.*)

Na quarta-feira, há reunião da Comissão. Então, nós podemos... Nós já atendemos um pedido de vista. V. Exª chegou quase a tempo, quase! Então, poderíamos considerar questão vencida, mas, em atenção a V. Exª, o que eu quero encaminhar é o seguinte...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – V. Exª coloca em pauta e vota na quarta-feira que vem?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Vamos submeter à apreciação, quarta-feira, se votamos, na quarta-feira – V. Exª, então, virá com outros argumentos e chegará mais cedo, segundo o Senador Blairo Maggi.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – V. Exª é que está iniciando às 8h30, eu cheguei às 8h40 lamentavelmente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Não. Eu cheguei às 8h34. Quem chegou às 8h30 foi...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mas eu garanto a V. Exª Ex.ª que, quarta-feira que vem, eu vou chegar às 8h.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Então, atendendo ao pedido de vista, poderia até ser agora um pedido de vista coletivo.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente, eu só queria pedir ao colega Flexa. Eu também, Flexa, fiz uma reunião a respeito da questão do relatório feito pelo Neto.

Então, na Subcomissão e na Comissão de Infraestrutura, nós nos antecipamos a esse problema. A Subcomissão tem feito as audiências públicas, para que, quando chegar aqui, nós estejamos com muito material para debater. Então, eu fiz a mesma coisa, Flexa, é importante. Nós vamos sim fazer. Está marcada audiência para falar com o Quintão. Então, há uma sequência de audiências públicas.

Eu só gostaria do seguinte: como nós estamos ouvindo todos os envolvidos na mineração em todos os setores, que nós fizéssemos audiência pública, que poderia ser aqui, na Comissão de Infraestrutura. Eu só gos-

taria de que nós não votássemos antes de haver essa audiência pública, até para não furar a nossa agenda que foi feita, acho que são 14 audiências públicas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Senador Wilder, o projeto a que as audiências públicas vão dar subsídio – e a todos nós aqui da Subcomissão de Mineração e da Comissão de Infraestrutura – é o projeto do Código de Mineração. Ele é amplo. Essa questão do projeto a que me refiro, o Projeto nº 1, de 2011, é pontual. Então, se V. Exª – e vou encaminhar a V. Exª – verificar a parte em que diz respeito à CFEM, que está agora, nesta última versão do projeto do Código de Mineração, verá que se difere muito pouco daqui. Há diferença, é verdade, mas difere muito pouco. Então, o fato de nós aprovarmos a alteração do cálculo da CFEM, repito, que é pontual, não vai trazer nenhum problema em diminuir aquilo que nós vamos ter de subsídio com relação às audiências, que serão várias – como V. Exª disse, serão várias –, inclusive com o próprio Relator, o Deputado Quintão.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Senador Flexa, nós estamos falando a mesma coisa, o que é diferente é o seguinte: esse projeto vai ser prejudicado com o novo marco regulatório. Então, esse projeto vai andar, mas, aí, vem o projeto do marco regulatório, e ele vai ser prejudicado.

O que nós estamos fazendo agora é o seguinte: nós estamos trabalhando com esta comissão, nós vamos fazer esse trabalho em conjunto, nós sempre estamos fazendo em outras comissões. Eu só gostaria de que nós tivéssemos o trâmite natural dessa audiência pública, somente isso. Depois, a votação do projeto, se vai ser A, se vai ser B, será decidida na nossa Comissão, na Subcomissão, e vindo aqui para a nossa, Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, vamos deixar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Vamos deixar para quarta-feira.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Então, está pautado quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Está em pauta quarta-feira.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Em pauta, quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Quarta-feira, decide-se.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Agradeço a V. Exª e peço a compreensão do Senador Wilder na quarta-feira que vem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Já sei que os dois chegarão mais cedo.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 82, de 2015
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, o nome do Senhor ERICK MOURA DE MEDEIROS, para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Vicentinho Alves
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
1 - Reunião destinada à leitura do relatório.
2 - Lido o relatório, será concedida vista coletiva da matéria, nos termos do art. 383 do RISF.

Com a palavra o Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, nos termos do art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, combinado com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, a Presidente da República, por meio da Mensagem nº 82, de 2015, submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Erick Moura de Medeiros, para ser conduzido ao cargo de Diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.

Nos termos do disposto no art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre matérias pertinentes a transportes. Ainda, nos termos do art. 383, a Comissão de Infraestrutura deve arguir o indicado e apreciar o relatório com base nas informações prestadas sobre ele.

De acordo com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 2001, que criou o DNIT, seus diretores "deverão ser brasileiros, ter idoneidade moral e reputação ilibada, formação universitária, experiência profissional compatível com os objetivos, atribuições e competência do DNIT e elevado conceito no campo de suas especialidades".

O currículo anexo à Mensagem Presidencial relata a formação acadêmica e a experiência profissional do indicado, que passaremos a resumir.

O candidato é natural da cidade do Rio de Janeiro e tem 43 anos de idade. Ele é Bacharel em Ciências Navais, pela Marinha do Brasil, curso em que constam, no histórico escolar, as disciplinas de Engenharia Básica e Avançada, Navegação Eletrônica, Astronomia Aplicada, entre outras. É pós-graduado em Eletrônica e Guerra de Superfície, pela Marinha do Brasil; em Estado-Maior, Planejamento e Assessoramento, pela Escola de Guerra Naval. Pós graduando em Gestão Estratégica da Tecnologia da Informação, pela Faculdade Estácio, do Rio de Janeiro. Fez uma Especialização no Curso de Formação para servidores da Controladoria-Geral da União, cujas disciplinas são: Administração Financeira e Orçamentária, Lei de Licitações e Contratos, Lei dos Consórcios Públicos, Contabilidade Pública e Geral, etc.

No currículo encaminhado, cuja cópia segue com este relatório, consta uma vasta relação de outros cursos, condecorações, bem assim de eventos de capacitação, no Brasil e no Exterior, nas participações de eventos acadêmicos, retratando assim a capacidade e o bom preparo do Sr. Erick Moura de Medeiros, como indicado, para o cargo de Diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

Em relação ao desempenho profissional do candidato, em ordem cronológica, trabalhou, de 2007 a 2008, como Analista de Finanças e Controle da Corregedoria Setorial do Ministério da Integração Nacional. De 2009 a 2010, exerceu o cargo de Analista de Finanças e Controle da Corregedoria Setorial do Ministério dos Transportes. De 2010 a 2013, como Analista de Finanças e Controle da Coordenação-Geral de Recursos Humanos. De 2014 até junho de 2015, como Analista de Finanças e Controle do Núcleo de Normas e Assessoramento do Corregedor-Geral da União, estes dois últimos na Corregedoria-Geral da União.

Na Marinha do Brasil, serviu por mais de 19 anos, chegando até o posto de Capitão-de-Corveta, nas seguintes funções: Encarregado de Navegação, no planejamento da navegação no Rio Mississipi e no Rio Amazonas; Encarregado de Patrulha, na costa do Nordeste e navegação na Baía de Todos os Santos; Juiz Militar, na 11ª Circunscrição da Justiça Militar, em Brasília; Imediato (substituto do Comandante) do Navio-Patrulha Guaratuba; Membro Coordenador da Manutenção do Navio-Patrulha Guaratuba, no estaleiro da Base Naval de Aratu, em Salvador-BA (2001-2003); Oficial de Operações de Organização Militar de 1ª Classe, em 1997; Oficial de Comunicações Navais de Organização Militar de 1ª Classe (1997-2001); Secretário de Comandante de Organização Militar de 1ª Classe, em 1996; Encarregado de Relações Públicas, em 1996; Oficial de Inteligência (2001-2003); Encarregado da Divisão de Aviônica do 1º Esquadrão de Helicópteros de Ataque, em 2001; Encarregado de Pessoal (2001-2003); Agente Financeiro (2001-2003); Membro de Comissão Permanente de Licitações e Contratos (2001-2003); Chefe de Departamento de Operações da Estação-Rádio da Marinha em Brasília (2003-2007); Encarregado do grupo vencedor do Prêmio de Melhor Destacamento da Rede Naval Interamericana de Telecomunicações, concedido pelo Governo dos Estados Unidos (2004-2007).

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, trata-se de um servidor público de carreira, aprovado em concurso público para a carreira de oficial da Marinha do Brasil. Atualmente, como concursado, na Controladoria-Geral da União e cedido ao Ministério dos Transportes, como Corregedor daquela Pasta. Detentor de um rico currículo que não só qualifica o senhor Erick Moura de Medeiros, bem como a honrosa indicação presidencial.

Sua Excelência a Presidente da República primou na indicação de um profissional que conhece muito bem a infraestrutura aquaviária brasileira, fazendo jus à indicação do Sr. Medeiros para a diretoria de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes do Ministério dos Transportes.

Cumpre, por fim, relatar que o candidato apresentou todos os documentos exigidos pelo art. 383, inciso I, alíneas "a", "b" e "c", do Regimento Interno, juntamente com as declarações de que trata o §3º do *caput* do mesmo artigo.

Fica, assim, esta Comissão de Serviços de Infraestrutura em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Erick Moura de Medeiros para ser conduzido ao cargo de Diretor de Infraestrutura Aquaviária do DNIT.

Este é o nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, está encerrada a discussão.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Com a palavra V. Exª.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Eu solicito de V. Exª que a sabatina do indicado seja na próxima quarta-feira, porque deverá ser a última reunião do ano, para que possamos dar essa celeridade.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – V. Exª será atendido.

É concedida, neste momento, vista coletiva da matéria, nos termos do art. 383 do Regimento Interno. E teremos a sabatina na quarta-feira, dia 16 de dezembro.

Eu quero fazer um apelo aos...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Sr. Presidente, pela ordem. Se pudermos ganhar tempo, com a aquiescência de V. Exª e dos colegas Senadores, o ora indicado encontra-se aqui na Comissão, na Secretaria. Eu consulto sobre a possibilidade de sabatiná-lo e o aprovarmos nesta reunião, de acordo com o apoio dos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Universitários. (*Risos.*)

É um defensor intransigente do Regimento. Segundo ele, no Capítulo II, Da Escolha de Autoridades:

> Art. 383. Na apreciação do Senado Federal sobre a escolha de autoridades, observar-se-ão as seguintes normas: [...]
>
> II - o exame das indicações feitas na forma do inciso III do art. 52 da Constituição Federal seguirá as seguintes etapas:
>
> a) o relator apresentará o relatório à comissão [o que foi feito por V. Exª. agora]

Será concedida, automaticamente, vista coletiva.

A Comissão convocará o candidato, para, em prazo estipulado, não inferior a cinco dias úteis, ouvi-lo em arguição pública sobre assuntos pertinentes ao desempenho do cargo a ser ocupado.

Há, realmente, essa necessidade de obedecermos aos cinco dias úteis, após o rito que foi prescrito.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – De acordo, Sr. Presidente. Na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – V. Exª é o Relator.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Vamos cumprir o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O apelo que eu quero fazer é no sentido de que os Senadores que detêm matérias ou processos para relatar possam fazer um esforço, já que, possivelmente, teremos a última reunião da Comissão, na quarta-feira, para trazer esses processos, com os relatórios, para que nós pudéssemos apresentar, no final dos nossos trabalhos, uma demonstração de um esforço coletivo da Comissão, para termos uma boa apreciação por parte daqueles que acompanham os nossos trabalhos. Uma vez que nós temos 32 matérias em poder dos Senadores da Comissão, faria um apelo, para que os Senadores pudessem apressar os relatórios, o trabalho de confecção dos relatórios, para que pudéssemos apreciar o maior número dessas matérias. (*Pausa.*)

O universitário está apressado. É um relatório que nós vamos deixar para quarta- feira.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Quanto à audiência da Subcomissão de Mineração agendada pelo Presidente, Senador Wilder Morais, para terça-feira, eu queria pedir ao Senador que nós pudéssemos aditar aos convidados dessa audiência os Governadores do Pará e de Minas Gerais, Simão Jatene e Fernando Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN. *Fora do microfone*.) – Na terça-feira, será tratado o Código de Mineração.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Na terça-feira, nós vamos falar sobre minerais nucleares.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN. *Fora do microfone*.) – Então, não é essa?

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Essa é a segunda?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – A do Código de Mineração.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Nós podemos fazer na próxima. S. Exª pode acrescentar nessa do CFEM o convite aos dois Governadores.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – E do Código de Mineração também?

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Sim.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Por favor.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Está o.k.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não é a de terça-feira agora?

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Não, na de terça-feira, vamos falar sobre minerais nucleares.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e convoco nossa próxima reunião, a realizar-se no dia 16 de dezembro, quarta-feira, às 8h30, neste plenário.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 8 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 14 minutos.)

ATA DA 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO - SUBMINERA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, EM 10 DE JUNHO DE 2015.

Às 15 horas e vinte e três minutos do dia dez de junho de dois mil e quinze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração, com a presença dos Senhores Senadores Hélio José, Wilder Morais e Flexa Ribeiro. Justifica a ausência o Senador Walter Pinheiro. Havendo número regimental, o Presidente declara aberta a reunião em atendimento ao Requerimento nº 24/2015-CI, de autoria dos Senadores Sérgio Petecão, Hélio José e Wilder Morais, que requerem a "criação, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração (Subcomissão Permanente da Mineração), composta por três membros titulares e igual número de suplentes, destinada ao estudo e acompanhamento do setor da mineração no Brasil; a realizar diagnóstico dos problemas, causas e efeitos; e a apresentar soluções técnico-operacionais, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo, em substituição à Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano – CISPID". O Presidente comunica que os Senadores Wilder Morais e Sérgio Petecão, indicados para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, compõem a única chapa registrada e consulta os Senadores sobre a possibilidade de realizar a eleição por aclamação. Aprovada a solicitação, são eleitos por aclamação os Senadores Wilder Morais e Sérgio Petecão como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente. Às 15 horas e vinte e cinco minutos, o Presidente, Senador Sérgio Petecão, transfere a direção dos trabalhos ao Presidente eleito, Senador Wilder Morais, que faz uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às 15 horas e vinte e seis minutos, lavrando, eu, Thales Roberto Furtado Morais, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador WILDER MORAIS
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD - AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração (SUBMINERA) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a instalação dos trabalhos da Subcomissão e a eleição do Presidente e do Vice-Presidente.

Foi registrada até o momento a seguinte chapa: para Presidente, Senador Wilder Morais e, para Vice-Presidente, esse que vos fala, o Sérgio Petecão.

Como há apenas uma chapa registrada, consulto aos Srs. Senadores sobre a possibilidade de fazermos a eleição por aclamação, adotando procedimento já utilizado por diversas comissões permanentes neste ano.

Os Senadores que apoiam a chapa inscrita permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Não levante, por favor. Fique aí. (*Risos.*)

Declaro eleitos Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração, respectivamente, os Senadores Wilder Morais e Senador Sérgio Petecão.

Convido o Presidente eleito da Subcomissão, Senador Wilder Morais, para ocupar seu lugar à mesa e, em seguida, fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Oposição/DEM - GO) – Obrigado, Senador Petecão.

Na verdade, a criação desta Subcomissão tem como finalidade fazermos os debates que envolvem o setor minerário. Nós temos o marco regulatório passando pela Câmara agora. Esse é um debate grande; é um setor que representa muito do nosso PIB. Então, esta Subcomissão permanente, na verdade, é para anteciparmos os trabalhos. Não é, Vice-Presidente?

Não tendo mais nada a declarar, eu encerro esta reunião. Vamos fazer uma pauta para começarmos o nosso trabalho.

Obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 15 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 26 minutos.)

ATA DA 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO - SUBMINERA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, EM 24 DE AGOSTO DE 2015.

Às dezoito horas e três minutos do dia vinte e quatro de agosto de dois mil e quinze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Wilder Morais, reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração, com a presença dos Senhores Senadores Sérgio Petecão e Hélio José. Registra presença como não membro o Senhor Senador Garibaldi Alves Filho. Ausentes os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara aberta a reunião. Tem início a Parte 1 da Reunião, com apreciação do Requerimento nº , de 2015, de autoria do Senador Wilder Morais, que requer "nos termos regimentais, a deliberação sobre o Plano de Trabalho, em anexo, da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração – SUBMINERA, constituída no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), referente às atividades dessa Subcomissão para o ano de 2015". Resultado: aprovado o Requerimento nº , de 2015; e o Plano de Trabalho da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração – SUBMINERA, para o ano de 2015. Tem início a Parte 2, com audiência pública para debater o setor mineral e o novo marco regulatório da mineração, em atendimento ao Plano de Trabalho da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração – SUBMINERA, para o ano de 2015, aprovado nesta data. O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições, o Senhor Marcelo Ribeiro Tunes, Diretor de Assuntos Minerários do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM); o Senhor Marcos André Gonçalves, Presidente da Agência para o Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Mineral Brasileira (ADIMB); o Senhor Elmer Prata Salomão, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa Mineral (ABPM); o Senhor Fernando Mendes Valverde, Presidente Executivo da Associação Nacional das Entidades de Produtores de Agregados para Construção Civil (ANEPAC); o Senhor João César de Freitas Pinheiro, Presidente da Federação Brasileira de Geólogos (FEBRAGEO); e o Senhor Rubens Alves, Presidente da Associação de Engenheiros de Minas do Distrito Federal (ASEMI). Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Sérgio Petecão, Hélio José e Garibaldi Alves Filho. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às vinte horas e catorze minutos, lavrando, eu, Thales Roberto Furtado Morais, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador WILDER MORAIS
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Oposição/DEM - GO) – Declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor Mineral, a Subminera, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A reunião se destina à deliberação sobre o plano de trabalho da Subcomissão e a realização de audiências públicas.

Informo a todos os presentes e a quem nos acompanha pelo canal de divulgação da TV Senado, que esta reunião está sendo realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Os cidadãos que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo através do portal e-Cidadania, www.senado.leg.br/ecidadania; ou através do Alô Senado, pelo 0800-612211.

Item 1:

ITEM 1
Requerimento Nº , de 2015

REQUEIRO, nos termos regimentais, a deliberação sobre o Plano de Trabalho, em anexo, da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração – SUBMINERA, constituída no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), referente às atividades dessa Subcomissão para o ano de 2015.

Autoria: Senador Wilder Morais

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.
Em votação o requerimento. (*Pausa.*)
Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater o setor da mineração e o novo marco regulatório da mineração.

Para debater o tema, foram convidados os seguintes especialistas, a quem aproveito e convido para que tome assento à mesa. Convido o Sr. Marcelo Ribeiro Tunes, Diretor de Assuntos Minerários do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) – gostaria que o Senador Petecão acompanhasse o nosso convidado até a mesa, por favor –; o Sr. Marcos André Gonçalves, Presidente da Agência para o Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Mineral Brasileira (Adimb); e também o Sr. Elmer Prata Salomão, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa Mineral (ABPM). Convido também o Sr. Fernando Mendes Valverde, Presidente Executivo da Associação Nacional das Entidades de Produtores de Agregados para Construção Civil (Anepac). Convido também o Sr. Jobson Andrade, Presidente da Federação Brasileira de Geólogos (Febrageo). Boa vinda a todos! Por favor, tomem assento à mesa.

Srs. Senadores, representantes do setor mineral e de todo o País, convidados aqui presentes e aqueles que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio e pela internet, antes de darmos prosseguimento ao debate de hoje, permita-me apresentar o objetivo e a proposta de trabalho que iremos desenvolver.

Criamos, no último dia 10 de junho, a Subcomissão da Mineração (Subminera), no âmbito da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, proposta por mim e pelos colegas Senadores Sérgio Petecão, Hélio José, Flexa Ribeiro e Valdir Raupp, com o intuito de alavancar a discussão sobre esse setor gerador de desenvolvimento econômico, emprego e renda.

Mesmo com a larga tradição do Brasil nesse campo, pouco avançamos com relação à necessidade específica do setor. É tão grande a importância desse segmento que podemos dizer que a mineração está presente desde as paredes de nossas casas até nos materiais eletrônicos que envolvem a mais alta tecnologia. Ela não é só uma atividade de grande resultado econômico. É também uma atividade de alto interesse social.

Podemos demonstrar sua importância através de alguns números de destaque, como o reconhecimento nacional da compensação financeira por exportação mineral, que totalizou, em 2014, o montante de R$1,7 bilhão e de taxas anuais por hectares de R$41,8 milhões. O produto mineral de 2013 atingiu a cifra de 98 bilhões, gerando um total de 221 mil em mão de obra absolvida na mineração em minas e usinas, incluindo empregados terceirizados, cooperativados, segundo dados oficiais do DNPM.

Os produtos minerais mais consumidos no mundo são os agregados para a construção civil – areia, cascalho, cimento, brita –, cujo consumo nacional é da ordem de 673 milhões de toneladas anuais, segundo os dados de 2012.

Sem esses materiais, insubstituíveis no processo produtivo, não teríamos sustentação para a implantação da nossa infraestrutura: construção de casas populares, escolas, hospitais, estradas, instalações elétricas, saneamento básico, dentre outros.

Entretanto, no caso desses produtos, suas jazidas devem ter certa proximidade em relação ao local onde são consumidos, envolvendo importantes decisões que vão da logística até as necessárias considerações sobre impactos ambientais.

Eventualmente, até mesmo planejamento urbano. Por vezes inviabilizamos jazidas importantes por falta de planejamento de médio e longo prazo, colocando indevidamente em conflitos produtores e usuários finais.

Uma legislação moderna é exigida para fazer frente a tais problemas e eliminar conflitos e inseguranças jurídicas e mitigar danos, legislação que este Congresso deve produzir e esta Comissão visa debater desde agora.

A agricultura fundamental tanto para a sustentação da nossa população, quanto para a balança comercial também é um dependente da mineração. As áreas de maior produção agrícola destinadas a grãos, cana se beneficiaram largamente, tanto do uso do fertilizante como da correção dos solos. Com efeito, as transformações de imensas áreas de Cerrado em zonas de produção de soja, de produto fundamental na nossa pauta de exportação só foi possível com a utilização de intensa da calagem, com calcário e gesso que corrige a acidez natural do solo, assim como a incorporação de nitrogênio, fósforo, potássio, zinco, boro, cobre, manganês – todos de origem mineral –, que permitem um crescimento a produtividade na ordem de cinco a sete vezes em solo natural.

Infelizmente, ainda dependemos bastante da importação nessa área de fertilizantes e precisamos lutar contra o problema de falta de isonomia entre os produtos nacionais e importados. Os importados com tarifa zero e os nacionais com uma carga tributária total que chega a 31% no caso do fósforo que tem 47% da capacidade coberta com a produção nacional e quase 42% com o potássio, cuja produção nacional corresponde a 8% apenas do consumo.

O Brasil tem participação determinante no fornecimento mundial de diversos produtos estratégicos como o nióbio, minério de ferro, manganês, bauxita, o grafite, além de ser habitual exportador de níquel, magnésio,

estanho, cromo e ouro. Uma boa parte do investimento aqui ainda é feito na prospecção de novas jazidas que podem eventualmente nos tornar referência no mundo em vários outros produtos.

A projeção do total do investimento no setor mineral até 2018 alcança uma cifra de US$53,6 bilhões a serem investidos em tecnologia, pesquisa geológica, beneficiamento, geologia de minas. Isso quebra a ideia corrente de que o setor agrega pouco valor ao produto que nós exportamos. Na realidade, agregamos recursos significativos na cadeia produtiva para ampliarmos a produção e a variedade de artigos de origem mineral para atração de investimentos internacionais.

Além disso, o setor induz a criação de uma quantidade razoável de postos de trabalho. Segundo os cálculos do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), cada posto criado numa empresa de mineração gera 13 postos nas áreas correlatas. Além disso, existe no setor uma boa quantidade de pequenas e médias empresas embora o grande público só lembre facilmente das grandes empresas mineradoras. Quase todas com efetiva participação de capital internacional.

Por isso, Srªs e Srs. Senadores, diante da exposição demonstrada do setor, qual tem sido a política do Governo para essa área? Somos conhecedores da necessidade de um melhor aproveitamento econômico através de investimento em pesquisa, exploração mineral com inclusão de políticas públicas que estimulem a alavancagem dessa atividade como multiplicadora de renda regional.

Depois de anos de omissão foi enviado a esse Congresso Nacional Projeto de Lei, o PL nº 5.807, de 2013 que pretende ser o novo marco regulatório do setor. Desde seu envio pelo Executivo o texto encontra-se em exame na Câmara dos Deputados, tendo provado em sua forma original uma reação negativa entre as empresas do setor.

De fato, o PL revela uma grande preocupação do Executivo em morder parte da renda da atividade mineradora especialmente pelo mecanismo de Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais (CFEM), que passaria a ser cobrado com base no faturamento bruto, sendo majorada em 33% na alíquota máxima.

Potencialmente complicado para um setor fundamental, onde alguns materiais apresentam um custo de produção muito próximo da sua cotação de venda e que, para piorar, desestimula pesquisa das novas áreas, pois substitui indevidamente o sistema atual vigente, onde a prioridade é dada ao primeiro interessado que se apresenta para a área nova, por uma confusa forma de licitação.

Em um setor onde a prospecção mineral tem baixo índice de sucesso, apenas em êxito comercial, em cada mil tentativas, o novo sistema desestimula a prospecção e o investimento, pois o descobridor é forçado a revelar seus interesses por determinadas áreas onde ele investiu tempo e recursos, sem assegurar que a área realmente ficasse com ele.

Está na contramão de todos os países mineradores importantes como a Austrália, Canadá, México, Chile, Peru, onde é assegurado o direito de prioridade, desastre ademais para as pequenas e médias empresas do setor, com recurso limitado para investimento e muito mais frágeis, no caso de derrota no processo licitatório posterior.

O Relator da matéria na Câmara, Deputado Quintão, está com o Substantivo pronto, recomendando para a aprovação deste, desde 2014. Ainda não teve oportunidade de levar à votação afinal. Essa discussão está para chegar aqui no Senado, razão pela qual a criação da Subcomissão também se mostra tempestiva. Porém, o fato desta Subcomissão ser permanente, vai mais além, representa o compromisso do Senado com o futuro do setor, que não deve ser mais marginalizado nas políticas públicas do nosso País.

Dessa forma, cabe o cuidado especial na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), eu mesmo apresentei uma emenda, no sentido de garantir recursos para que os serviços geológicos do Brasil, que ainda usam a consagrada sigla CPRM, da antiga Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais, sejam capazes de levar adiante atividades de levantamento geológico, de potencial mineral, em novas áreas, de forma a facilitar a atração de investimentos de exploração, por empresas privadas.

Buscamos assim aumentar a nossa produtividade mineral, estacionada hoje no patamar de 0,9kg/km², enquanto o Canadá consegue 3,7, a Austrália 6,3 vezes esse valor, respectivamente.

Devemos encontrar o ponto de equilíbrio para que nossa mineração se modernize sem precisar de aporte de recursos públicos, cada vez mais escassos, garantindo ademais a sua adequação com todas as demandas da sociedade atual, como a redução dos impactos ambientais e a sustentabilidade ao longo prazo.

De fato, nossas reservas minerais só se transformam em riquezas verdadeiras para o País se arrancadas do chão e transformadas nos produtos que usamos no nosso dia a dia. Cabe a este Congresso manter o incentivo à essa atividade grande indutora de crescimento nacional. Com a certeza do apoio do setor mineral, ávido para ouvir a contribuição dos nossos debatedores convidados, ressalto a importância do diálogo para o sucesso dos trabalhos desta Subcomissão.

E, para encerrar esse pequeno relato, que foi o norte para que a gente começasse a fazer, ao longo do ano, esse debate, tanto eu, como Presidente da Subcomissão, como o Vice, Senador Petecão, temos o objetivo claro, transparente, de que nós temos que mudar esse jogo que hoje é considerado... Eu venho de um setor produtivo, e o nosso objetivo aqui, desta Subcomissão, é fazer uma agenda positiva para o Brasil e incentivar as pessoas que trabalham, que geram renda e geram emprego. Sem isso, nós estamos caminhando por este País, em que, cada vez mais, o empresário paga a conta.

Então, se nós não produzirmos, se não gerarmos renda, o setor tem uma contribuição enorme para a balança comercial. Assim, nesta Subcomissão, com a ajuda de todos os debatedores, com certeza, nós vamos fazer um grande relatório para encaminhar ao Presidente da Comissão, o nosso Presidente da Comissão de Infraestrutura, Garibaldi Alves, e possamos fazer com que, efetivamente, o Brasil saia do improviso, da burocracia que sempre teve.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – Sr. Presidente, o senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Oposição/DEM - GO) – Sim, Senador Petecão, a palavra é sua.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – Boa tarde a todos, boa noite já. Boa noite! Eu sou do Acre e lá são duas horas a menos. Ainda são 16h20.

Queria cumprimentar as autoridades que fazem parte da Mesa. Eu não tenho essa informação oficial, mas eu diria que 90% do PIB da mineração está reunido hoje aqui.

Para nós, é motivo de muita alegria e de muita satisfação, recebê-los aqui em nossa Subcomissão, junto com o Senador Wilder. Ele já demonstrava essa preocupação, pois esse debate já está sendo feito na Câmara, essa discussão do marco regulatório, que é o projeto que vai regulamentar toda a mineração em nosso País. E o Wilder já demonstrava essa preocupação, foi quando nós criamos esta Subcomissão. Ele me fez o convite para que nós participássemos desta Comissão, ele como Presidente e eu como Vice-Presidente.

Eu só queria colocar-me à disposição, Presidente, e de todos os senhores também. O grande objetivo aqui é apresentar-me. Sou Senador pelo Acre e, em um debate aqui, um colega disse: "Mas lá no Acre não tem mineração."

Mas o debate não é esse, se eu fosse discutir só o que tem no meu Estado... O meu Estado é um Estado pequeno. E quem lhe disse que lá não tem minério, se não foi nem explorado ainda...

Eu quero dizer a vocês que estou aberto, desprovido de qualquer interesse. O meu interesse aqui é ajudar. Nas conversas que tive com o Senador Wilder, que é um empresário, que tem mais contato, que está mais próximo de vocês, entendo que este setor é um setor fundamental para o desenvolvimento de nosso País.

Então, estou aqui para somar, para ajudar no que for preciso, tenho fé em Deus que faremos aqui um bom trabalho. As suas informações são de fundamental importância para nós, vocês é que detêm as informações, vocês é que estão no dia a dia, vocês é que estão acompanhando essa discussão já lá Câmara e, com certeza, vamos apresentar aqui um rico relatório para poder consubstanciar a nossa Comissão de Infraestrutura.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Oposição/DEM - GO) – Obrigado, Senador Petecão.

Então, vamos dar início a nossa audiência pública.

E convido para o uso da palavra o nosso primeiro orador, Marcelo Ribeiro Tunes, Diretor de Assuntos Minerários do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).

A palavra está com o senhor, Dr. Marcelo. O senhor tem 15 minutos para fazer a sua explanação.

O SR. MARCELO RIBEIRO TUNES – Muito obrigado, Senador.

Antes de mais nada, um agradecimento do Ibram por mais esta oportunidade de trazer ao Congresso Nacional, especificamente ao Senado Federal, as suas ideias, as suas manifestações sobre esse tão importante setor, como V. Exª mesmo já ressaltou.

Eu queria, antes de iniciar a minha apresentação, parabenizá-lo, Senador, pela sua iniciativa de criar esta Subcomissão.

No passado, tivemos, em mais de uma ocasião, muito boa acolhida da Comissão de Infraestrutura. Tivemos a oportunidade de aqui debater vários assuntos relacionados à mineração, mas sentimos que a criação de uma subcomissão permanente, como o senhor bem destacou, para tratar dos assuntos de mineração é um grande passo dado dentro desta Casa, dada a importância que nós temos no setor.

Inicialmente eu gostaria de chamar a atenção para uma questão importante.

A mineração brasileira tem vários desafios. Um desses desafios que vamos abordar aqui com mais detalhes é a questão do novo marco regulatório da mineração. No entanto, temos outros desafios, como a legislação ambiental, a gestão dos recursos minerais, os investimentos elevados para a demanda existente, a falta de mão de obra qualificada, a inflação dos custos operacionais e – o que é sempre um problema – a falta de percepção da sociedade sobre o que representa a mineração.

É até interessante, se o senhor me permite ressaltar, que o primeiro desses itens – a legislação ambiental – está sendo objeto de proposta dentro da Agenda Brasil, para se fazer uma reformulação da legislação ambiental, que, para a mineração, tem sido realmente um entrave muito grande.

Rapidamente, dentro da questão do marco regulatório propriamente dito, fizemos aqui uma linha do tempo, só para recordar o que aconteceu.

Na realidade, em meados de 2008, surgiram as primeiras notícias de que o Governo Federal estava cogitando fazer uma modificação na legislação mineral. Isso estava sendo tratado de forma muito fechada, intramuros, até que, em 2009, por ocasião de um evento do Ibram, o Congresso Brasileiro de Mineração, o Ministro Edison Lobão prometeu que o setor privado seria chamado para a discussão.

Fomos apresentando isso ao longo do tempo e tivemos uma etapa junto com a Casa Civil da Presidência da República, naquela época chefiada pela hoje Senadora Gleisi Hoffmann. Então, ao longo do tempo, essa discussão foi sendo enriquecida, e chegamos hoje ao ponto que o senhor mencionou de termos um relatório na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, de autoria do Deputado Quintão, que está para ser votado.

Eu gostaria de falar muito rapidamente sobre essa questão da gestão dos recursos minerais. Esse é um ponto fundamental para a questão da mineração e está contemplado dentro do próprio marco regulatório, na medida em que se propõe a transformação do Departamento Nacional de Produção Mineral numa nova agência. Mas é absolutamente essencial essa questão da gestão, até mesmo pelo formato, pelo sistema que se adotou no Brasil desde 1934, em que os bens minerais pertencem à União, mas sua exploração e seu aproveitamento são feitos pelo setor privado. Então, gerir essa combinação de esforços dos dois lados é um dos maiores problemas que existem na questão da gestão dos recursos minerais.

Como eu só tenho 15 minutos, Senador, vou me permitir passar rapidamente por isso e deixar para a Comissão o meu material, que poderá ser examinado posteriormente.

Menciono apenas os principais pontos da gestão de recursos minerais: o já mencionado domínio da União, a competência para legislar; a atividade minerária, que é considerada interesse nacional; a questão dos agentes privados para fazer a exploração e o aproveitamento; a questão, como o senhor mencionou na sua apresentação, da jazida mineral, que é marcada pela rigidez locacional, o que faz com que haja uma demanda com interferência no meio ambiente – por isso mesmo ela é contemplada na Constituição Federal; e também a questão de que há uma previsão de se exercer a mineração em terras indígenas, outra questão que está no Congresso Nacional, novamente na Câmara dos Deputados, pois já foi aprovada pelo Senado. Refiro-me ao projeto de lei do Senador Jucá, que está sendo discutido na Câmara Federal há alguns anos.

Há ainda, e coincidentemente o senhor também mencionou, a necessidade da ampliação do conhecimento geológico, do planejamento e do fomento da exploração, e, desde 1934, ou seja, há 81 anos, esse segundo papel vem sendo exercido pelo Departamento Nacional da Produção Mineral. O desenvolvimento do Brasil na mineração e na produção mineral acima abordado atesta quão bem, ao longo de tantos anos, aquele departamento cumpriu e se fez presente em todos os estágios que as marcaram.

No entanto, é forçoso reconhecer que o seu atual modelo institucional é anacrônico e demanda modificações que tornem aquela Instituição mais moderna e eficiente.

Daí a proposta que eu já mencionei da transformação do DNPM numa agência. Essa é uma iniciativa que tem apoio, e pode-se dizer, quase que unânime de todo o setor mineral.

No entanto, é preciso sempre destacar que não se trata de uma mera mudança de nome. É preciso dar à nova entidade a estrutura, não só estrutura física, mas principalmente a parte de recursos humanos e financeiros para que ela possa exercer devidamente o seu papel.

O novo marco regulatório tem a manutenção de uma carteira de direitos minerários, que também é um assunto desafiador. No Brasil, a legislação sobre o acesso aos recursos minerais passou por diversas modificações ao longo da história, sendo que no período republicano, como já mencionei, ela se inicia, neste modelo atual, na Constituição de 1934.

No entanto, já mesmo em 1934, criou-se a figura do Manifesto de Mina garantiu ao proprietário do solo o direito de manifestar jazidas ou minas conhecidas como de sua propriedade. Posteriormente, a Constituição de 1967 reforçou essa separação entre solo e bem mineral, instituindo-se o direito de prioridade, como foi mencionado pelo senhor. Essa legislação permanece vigente até hoje e prevê a concessão, por parte da União, do direito de exploração da jazida, por prazo indeterminado, depois de cumpridas as etapas de pesquisa mineral, que também é objeto de autorização, e definição das reservas. Nos últimos anos, o Brasil vive um período de expectativas relativamente a um novo código.

Para o projeto de lei mencionado foi constituída a comissão, 327 emendas, e produziu-se, naquela comissão, com base, em grande parte, em debates feitos pela comissão, especialmente pelo seu Relator, então, a convergência entre a proposta inicial do Governo e a proposta que está no relatório, no substitutivo, que é

a da criação do Conselho Mineral de Política Mineral, e a da extinção do Departamento Nacional de Produção Mineral substituindo-o pela agência Nacional.

Há também a questão que tem merecido grande destaque no exame do nº 1, "a", que é exatamente a questão da CFEM.

Aqui, eu vou passar rapidamente, porque eu faço apenas um histórico de como vem a CFEM, o que ela significa *etc* – é apenas para servir de base no raciocínio que adiante será apresentado.

Esse é o quadro atual da CFEM, a sua distribuição junto com os Estados e Municípios. E ela foi regulada pelo Decreto nº 1, de 1991, no dia 11 de janeiro, que regulamentou o pagamento da CFEM principalmente nos seus art. 13 a 15, e buscou detalhar melhor buscou detalhar melhor os respectivos procedimentos, baseando-os em definições tais como faturamento líquido, processo de beneficiamento, despesas de transporte e fato gerador.

No entanto, na sua aplicação prática e devido a imperfeições de redação, esse Decreto nº 1/91 deu margem a divergências de interpretação que, por sua vez ocasionaram inúmeras ações tanto no âmbito administrativo quanto no judicial, o que acabou por fragilizar todo o arcabouço jurídico-administrativo da CFEM.

Após mais de duas décadas e, no contexto da proposta do Novo Marco Regulatório da Mineração, ora tramitando, se busca corrigir tal situação.

Basicamente, devem ser considerados dois pontos na proposta:a proposta do Poder Executivo; e o Substitutivo formulado pelo Relator Leonardo Quintão.

Ambos têm em comum a mudança da base de cálculo, passando de faturamento líquido para faturamento bruto, o que, por si só, representará, como o senhor mesmo destacou, um aumento expressivo do encargo da CFEM. Onde divergem é no estabelecimento de alíquotas. Enquanto no Substitutivo se propõe que isso se faça, a exemplo da atual legislação ainda vigente, no corpo da própria lei, o PL do Poder Executivo introduz outra mudança de caráter estrutural, qual seja as alíquotas serão definidas em decreto do Poder Executivo. Há uma clara divergência, inclusive do próprio setor produtivo, contra essa posição de se ter essa fixação pelo Poder Executivo e aqui são dados os argumentos para isso, os quais vou passar rapidamente.

Ao longo dessa discussão, surgiram alguns pontos. Caso venha finalmente a ser aprovada a proposição do Governo, estabeleceu-se, então, a ideia de que se poderiam criar bandas para variação dessas alíquotas e a compatibilizar o texto com a proposta do projeto substitutivo que possui uma redução da CFEM incidente sobre bens minerais submetidos a uma ou mais operações de industrialização dentro do País. E é extremamente importante, definir que a decisão para alterar as alíquotas deva ser atribuição do Conselho Nacional de Política Mineral, que é a proposta também da sua criação.

Considerações finais.

Pelo exposto, conclui-se que a mineração é um negócio desafiador e de alto risco. Além de necessitar de elevados investimentos, a indústria tem convivido recentemente com um cenário externo ruim, de quebra de preço internamente, os processos de licenciamento ambiental mostram-se complexos e morosos em relação a outras nações de tradição mineradora. Tais pressões têm prejudicado e inviabilizado o investimento das empresas em projeto e até mesmo na manutenção de suas operações.

No cenário atual o empobrecimento das minas, as pressões ambientais, a escassez da mão de obra qualificada contribuem para a inflação dos custos na indústria mineral. Para além, a mineração vive a tensão do potencial quebra de paradigmas a depender do texto final o novo marco regulatório e precisa lidar com percepções muitas vezes equivocadas da maioria da população sobre os impactos socioambientais da atividade mineradora.

Quero, por fim, Senador, se me permitir, fazer aqui a todos o convite para participação no nosso Congresso – aliás o Dr. José Fernando Coura pediu que eu insistisse na sua presença e vamos contar com ele –, que vai acontecer no dia 4 de setembro. Quero também anunciar que, no próximo ano, de 18 a 21 de outubro, nós estaremos realizando, no Rio de Janeiro, o Congresso Mundial de Mineração que, pela primeira vez, se dará aqui no Brasil nessa sua 24ª edição.

Muito obrigado. Fico a disposição de todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Oposição/DEM - GO) – Agradeço a exposição do Marcelo Ribeiro Tunes, Diretor de Assuntos Minerais do Instituto Brasileiro de Mineração. Agradeço também a presença do nosso Presidente da Comissão de Infraestrutura, Senador Garibaldi Alves, que está nos prestigiando aqui nesta audiência pública.

Como diz o Senador, deu quórum, a gente vê que todas as entidades ligadas ao setor mineral se fazem presentes e conseguimos também uma sala ao lado. Vemos que a sala está cheia, tem muita gente assistindo a palestra em pé e temos um telão ao lado para que possam acompanhar a exposição.

Gostaria de passar a palavra, agora, ao nosso segundo orador, Marcos André Gonçalves, Presidente da Agência para Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Mineral Brasileira (Adimb).

Com a palavra.

O SR. MARCOS ANDRÉ GONÇALVES – Obrigado, Senador.

Queria, em nome da Adimb e das empresas que nós representamos – são 55 empresas – nos contamos além de empresas grandes, temos pequenas e médias empresas junto à Adimb.

Temos a participação dos Ministérios de Minas e Energia, de Desenvolvimento e de Ciência e Tecnologia e do DNPM. São sócios, membros natos da Adimb.

É um prazer. Obrigado pela oportunidade.

Demais presentes, boa noite.

Acho que cabe – não vou apresentar, mas vou falar – entrar um pouquinho na estatística dos números, do que é o setor, porque nunca é demais relembrar. Há pontos importantes.

Definitivamente, essa ciência da exploração mineral, da geologia, especificamente, não é uma ciência cartesiana. Como tal, é importante lembrar que, se nós falamos de descobertas, como aquele poço que leva realmente à delimitação de um corpo mineral, nós estamos falando de uma taxa de êxito de 0,9% num histórico de dados compilados em torno de 20, 30 anos. Se nós falamos de um depósito grande, nós vamos a 0,3%. E, se nós falamos em depósitos de classe mundial, o que, diga-se de passagem, é algo muito raro, estamos falando de 0,03%.

Então, dentro desse contexto, temos dois elementos com os quais nós trabalhamos firmemente e que são diuturnamente observados na atividade, na pesquisa mineral – é claro que, na mina em atividade, certos parâmetros já estão bem consolidados –: o risco e a incerteza. É entendido claramente o risco como possibilidade de um desfecho economicamente viável de um projeto de pesquisa mineral; e a incerteza é mais voltada para os parâmetros desse projeto de pesquisa ou da mina, sejam externos, sejam internos. Essa realidade traz a brincadeira de que é uma atividade feita para dar errado. Na maior parte das vezes, seu investimento vai ser lançado a prejuízo e é o que ocorre na maior parte das empresas.

Eu saúdo realmente a iniciativa de estarmos aqui discutindo o novo marco, que é especificamente o objetivo da reunião. Isso tem sido objeto de grande apreensão, porque nós entendemos – esta é a percepção que recebemos dos nossos associados também – que ainda há muitos pontos que causam extrema ansiedade no setor.

Quando nós falamos sobre a questão de licitações, a questão de mudança do regime, de concessão, as possibilidades que são abertas, o aumento das taxas de CFEM, nós temos que lembrar sempre que... Por exemplo, há uma mina de diamante que vai ser aberta. A CFEM pode não ser muito alta, mas nós lidamos, sim, com uma das maiores cargas tributárias do mundo. Então, especificamente no empreendimento de diamantes, nós estamos falando da segunda maior carga tributária. Esse é um negócio que preocupa.

Houve um desenvolvimento fantástico: os aerolevantamentos. Isso entrou na dinâmica de conhecimento do território e alavancou muitos projetos. Falo pela empresa em que trabalho, falo pelas empresas que nós representamos na Adimb. Existe aí um componente muito importante.

Sem dúvida, o Estado tem o direito legítimo de buscar aprimorar os mecanismos de gestão territorial, especificamente de gestão dos seus recursos, mas realmente nós acreditamos que existem questões que estão há 30 anos sendo objeto de tramitação – o Marcelo Tunes já comentou muito bem –, como as áreas indígenas, a faixa de fronteira. A faixa de fronteira no Brasil equivale a dois territórios do Chile. Existem ainda realmente muitas áreas bloqueadas à exploração mineral, e nós entendemos também que isso seria objeto de uma discussão. Mas, antes de começarmos a mexer em tantos pontos do Código, deveríamos tentar trazer esses assuntos à baila.

V. Exª vai escutar aqui de todos nós que a questão do meio ambiente é, sem dúvida, algo que preocupa, porque não raro são projetos parados, são investimentos parados, por conta de se esperar o licenciamento. Sem demérito dos responsáveis pelo licenciamento, mas a questão é que, de fato, é muito comum em um alvará de três anos, ficarmos, às vezes, um ano e meio a dois anos, aguardando o licenciamento. Isso tem diminuído, mas, realmente, é um gargalo no setor.

Nós chamamos a atenção de que o projeto tem pontos positivos, sem dúvida, e principalmente um que eu acho que todos apoiam, o DNPM virá, a Agência Nacional de Mineração, não simplesmente – vou repetir, porque é sempre bom – trocar a placa, mas aparelhar, dar recursos, de modo que, realmente, a fiscalização seja feita em campo, haja condições plenas de rodar. Isso é um desejo de todos, porque todos temos interesse em não ficar com, de repente, um projeto, como existe no Brasil hoje, aguardando uma fiscalização, para ou avança o trâmite de uma prorrogação. São pontos específicos.

Eu diria que, hoje, o meio ambiente é uma fonte, realmente, de extrema preocupação. Existem alguns pontos do substitutivo do marco que eu acho merecem, realmente, discussão. Sem dúvida, bônus de assinatura, bônus de descoberta, são conceitos que, em nossa opinião, conversando com o setor, o que nós vemos é,

talvez, tentar transpor o modelo vigente do petróleo para a mineração. Isso é recorrente e amiúde nós discutimos isso. E, sinceramente, não vemos o ponto, porque um poço que vai ser perfurado em petróleo é um poço que já está com sísmica 2D, com sísmica 3D. Então, ele tem um nível de acerto de 18%, 20%. A chance de uma empresa de pesquisa mineral, seja da empresa grande, seja da empresa pequena, de uma mineradora chegar e acertar um poço é infinitamente menor, gira de 1% para baixo.

Então, será, realmente, que convém aplicar esses conceitos para o setor mineral? Esse seria um pilar. Por trás disso tudo, dessas filigranas técnicas, existe o direito de prioridade. Eu acho que com prós e contras, com as suas diversas nuanças, o direito de prioridade funciona.

Como o senhor bem pontuou no início da sua fala, será, realmente, que a iniciativa privada vai acabar sendo onerada com isso?

A gente vê com preocupação a taxa de fiscalização de 80 mil para empresa grande, 20 mil para empresa pequena. Temos pontos importantes com relação a CFEM para garimpos e a CFEM para empresas.

São questões que ficam no ar e trazem apreensão para todo o setor. Nós não temos dúvida de que a atividade é de longo prazo e qualquer ator que pense no universo dos próximos dez anos está deslocado, está na atividade errada, porque aqui se pensa nos próximos 30 anos, 40 anos.

Para vocês terem uma ideia, na década de 50, um dólar investido na exploração de ouro rendia, *in situ*, no local, 42 dólares. Isso chegou em um pico de 105 dólares na década de 60, início da década de 70. Já na década de 2000, 2010, esse mesmo dólar colocado gerava 11 dólares de valor, *in situ*.

Então, é o que o garimpeiro fala brincando: "Antigamente com 1kg de ouro eu comprava uma D20, hoje compro um gol".

Então, existe toda uma questão estrutural do setor por trás e eu acho que a discussão do marco veio, mas houve um tempo de maturação até começar a ser permeada com os atores do setor, com as empresas, com as entidades. E, sem fazer julgamento do mérito, o que me parece é que, ao final, muitos projetos foram, sim, postergados. E se nós pensarmos em ferro, menos 53% de valor; cobre, menos 30 e poucos por cento; o que a gente tem que lembrar sempre é que bons projetos não vão atrás de preço do metal.

É claro que o investimento em pesquisa, o investimento de capital, está sim muito fortemente influenciado e vinculado pelo preço *spot*, pelo preço das *commodities*. Mas o que o investimento procura são bons projetos, é lucro. Nós temos que saber, o lucro é bom ou o lucro é ruim. Porque realmente é lucro que se procura, são projetos sustentados.

E existem casos, no Brasil, de projetos pequenos, muito bem montados e em desenvolvimento, e que não têm nenhum tipo de prejuízo em relação aos grandes. A realidade é que o preço dos metais cada vez mais está diminuindo. Nós somos *commodities*, não há como competir a ao ser em preços. Não há como, hoje, no cenário em que nós vivemos, principalmente com essa agudização da crise que nós vivenciamos no dia a dia, basta ver a manhã de hoje, a realidade de hoje é que os depósitos estão mais profundos, estão mais difíceis de serem descobertos.

E a discussão do novo marco, na nossa opinião, teria que ser talvez reposicionada, há que se buscar um consenso, um redirecionamento dessa discussão, se possível, me permito dizer, porque realmente dinheiro para um bom projeto vai existir, mas também nós temos que deixar o empreendedor empreender. E me parece que talvez o que se criou tem pontos positivos, mas deixa margem a muita subjetividade, são questões ainda em aberto.

E se nós pensarmos em 2010, 2011, a Colômbia tinha mais empresas atuando em exploração mineral do que o Brasil. O Chile é um país infinitamente menor, resguardadas as diferenças de cada jurisdição, nós tempos que pensar nisso. Recentemente saiu um *ranking*, nós estamos atrás da Zâmbia, sem julgamentos, mas, enfim, o Brasil tem um potencial enorme.

Quantas minas podem estar por serem descobertas em uma reserva nacional do cobre, nas terras indígenas, realmente pendentes de regulamentação? Nós temos três projetos de lei, pelo o que eu sei, tramitando. Nós temos a questão da faixa de fronteira. O primeiro míssil V1 que o Hitler testou matou esse conceito. Então, são temas aí que estão do entendimento do setor, que poderiam estar sendo discutidos. E o novo marco veio, uma iniciativa legítima do Governo, vai vir dos seus recursos, mas realmente acreditamos que há outras discussões, tão importantes quanto, pendentes.

Sem dúvida a Adimb tem todo o interesse em discutir, e é um ponto importante, a Adimb é a Agência Tecnológica para o Desenvolvimento da Indústria Mineral Brasileira. Tecnologia é tudo, novos processos. O desafio colocado hoje é justamente como nós vamos criar condições, primeiro, do empreendedor efetivamente arriscar, porque é muito risco, e, segundo ponto, qual vai ser o avanço qualitativo nas tecnologias para que a gente consiga, de verdade, ter a capacidade de enxergar esses depósitos cegos que estão por aí, essas jazidas que estão para serem descobertas.

A mineração para os próximos anos passa principalmente pelo avanço dessas tecnologias. Mesmo se nós pegarmos jurisdições como a Austrália ou Canadá, que vamos dizer são assim "onde eu quero chegar", pelo menos, nas conversas do setor, recentemente a Austrália tinha o Super Profit Tax, eles tiraram isso. Eles viram que não era adequado, não trazia eminentemente vantagem, pensando no conceito de que bons projetos não necessariamente são projetos gigantes.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS ANDRÉ GONÇALVES – Eu não vou me alongar, teria diversos pontos, mas eu acho que, como início de discussão, fica aí a contribuição.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Oposição/DEM - GO) – Agradeço o Marcos André Gonçalves, Presidente da Agência para o Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Mineral Brasileira (Adimb).

E convido para fazer uso da palavra Elmer Prata Salomão, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa Mineral (ABPM).

Com a palavra, por 15 minutos, o Sr. Elmer.

O SR. ELMER PRATA SALOMÃO – Obrigado, Sr. Presidente.

A ABPM, a Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa Mineral, quer cumprimentar os membros desta Mesa, na pessoa do Senador Wilder Morais, que teve o mérito de trabalhar pela instalação desta Subcomissão permanente. Cumprimento, também, o Senador Garibaldi Alves, Presidente da Comissão de Infraestrutura; o Senador Sérgio Petecão, Vice-Presidente da Subminera; e o Senador Hélio José, também presente. A gente agradece a presença dos Parlamentares aqui.

Bom, ABPM saúda a instalação desta Subcomissão permanente que foi criada no âmbito da Comissão de Infraestrutura do Senado.

Primeiro, quero comentar que localizar os estudos parlamentares da mineração junto à infraestrutura parece bastante apropriado, uma vez que a produção mineral é a atividade econômica que gera o maior volume de granéis e, por isso, demanda transporte rodoviário, ferroviário e portuário em escala gigantesca, para não dizer os outros pontos principais da infraestrutura, como energia etc.

O Brasil produz, transporta e embarca por ano mais de um bilhão de toneladas de bens minerais, mais de cinco vezes a safra brasileira de grãos. Quando nós vemos os portos brasileiros congestionados pela safra de grãos, a gente não tem ideia de como eles estão também congestionados pela imensa quantidade de granéis transportados pela mineração brasileira, não só para a exportação, que é a sua principal vocação, mas também para atendimento de toda a indústria nacional de transformação.

Somente a produção de agregados para a construção civil – o meu colega Fernando Valverde deve comentar sobre isso com mais propriedade –, só de agregados, transporta 670 milhões de toneladas em areia e brita pelas estradas de todos os Municípios brasileiros. Nós exportamos mais de 300 milhões de toneladas de minério de ferro através dos nossos portos, que não estão propriamente aparelhados ainda para isso.

Por essa razão, a ABPM entende que a indústria mineral deve ter as suas políticas alinhadas com as da infraestrutura e com as da indústria de transformação. Ou seja, nós não queremos ser extrativistas; nós queremos ser indústria mineral. É isso o que a mineração faz e é isto o que a mineração tem que construir: políticas públicas que estejam alinhadas com as suas demandas principais – a indústria nacional e a exportação em geral.

Esta Comissão é ainda mais oportuna em razão do Projeto de Lei nº 5.807, de 2013, que é a iniciativa do Governo que pretendeu uma radical transformação nas leis brasileiras de mineração. E o fez de maneira, a nosso ver, totalmente inadequada.

Primeiro, por ter gerado a sua proposição em gabinetes do Palácio do Planalto, sem ouvir os setores e sem produzir um único documento técnico para embasar as polêmicas alterações propostas. Isso me parece um grave problema. Não se pode transformar um setor sem ter um único documento técnico analítico desse setor. Todos os documentos técnicos que foram apresentados foram produzidos pelo próprio setor e não foram considerados na formulação do projeto. Estamos falando isso, ainda, em nível do Poder Executivo, não é?

Ocorreram fatos que foram complicados. Por exemplo, o próprio Ministério de Minas e Energia foi alijado da discussão, que ficou concentrada na Casa Civil, por gente que, efetivamente, não tinha os conhecimentos que pudessem ser mais bem aproveitados.

As informações que nós temos é que isso teria sido produzido porque a intenção era ter uma medida provisória e que, por falta de condições políticas, foi transformado num projeto de lei.

Esse projeto de lei, do nosso ponto de vista, é técnica e politicamente desajustado, pois trata de três temas que deveriam ser abordados separadamente, em projetos de lei distintos, para que pudessem ser mais bem analisados pelo Congresso Nacional.

Podemos passar o próximo eslaide, por favor.

O formato três em um que foi dado a esse projeto aborda aspectos institucionais, a criação da Agência Nacional de Mineração, a criação do Conselho Nacional de Política Mineral, aborda aspectos arrecadatórios, a mudança das regras para a compensação financeira para produção mineral, que é a CFEM, e aspectos regulatórios, que é o novo marco legal, a nova Lei Mineral, que substitui o atual Código de Mineração.

Esse formato três em um contaminou todas as discussões e impediu a construção de consensos na Câmara dos Deputados. O projeto está, há mais de dois anos, na Câmara dos Deputados, e nós temos uma situação bastante complicada.

Eu recomendaria a esta Comissão que tratasse com bastante cuidado uma questão particular que precisa ser analisada aqui. Trata-se da criação da Agência Nacional de Mineração. O projeto de lei trata de objetivos múltiplos e parece, com isso, conflitar com a Constituição brasileira. O art. 37 da Constituição especifica claramente: "Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação."

Eu não sou um técnico em legislação, mas, ao ler esse artigo da Constituição, me parece que esse projeto de lei não é adequado para criar a Agência Nacional de Mineração. Eu acho que o Senado poderia se debruçar sobre esse tema, porque não deve haver grandes problemas para encontrar a verdade aqui.

A ABPM entende que o conteúdo e a visão original do projeto de lei são totalmente ineptos. Há na proposta nenhuma indicação de que isso promoverá mais concorrência no setor ou trará novos investimentos. Ao contrário, a avaliação unânime dos associados da ABPM é de que o projeto se apoia em fundamentos ideológicos, não tem exequibilidade prática e promoveria um verdadeiro apagão mineral no País por vários anos caso fosse aprovado, quando menos pelo congestionamento do DNPM, que não teria condições de realizar todas as determinações que a proposta contém.

Critica-se igualmente o viés discricionário da proposta, que, na prática, estabelece um monopólio sobre os bens minerais do Brasil, tal como o do petróleo, no qual se inspirou. Isso já foi dito também pelo nosso amigo da Adimb.

Por todas essas razões, o projeto vem encontrando grande dificuldade de tramitar na Câmara dos Deputados. Foi encaminhado à Câmara em regime de urgência, em junho de 2013. A comissão especial criado para apreciá-lo extinguiu-se no final de 2014, junto com a legislatura, sem que o Deputado Leonardo Quintão, do PMDB de Minas Gerais, Relator, conseguisse concluir seu substitutivo. Nova Comissão Especial foi criada em março 2015 e encerrou-se após 40 sessões legislativas sem nenhuma deliberação.

Nós tivemos a notícia agora de que, na próxima quarta-feira, essa mesma Comissão, embora sem poderes legais, vai se reunir, para que o Deputado Leonardo Quintão possa apresentar o seu substitutivo.

Nós devemos reconhecer que o substitutivo do Deputado Quintão melhora o projeto do Congresso, reintroduz o direito de prioridade, restabelece o protagonismo na iniciativa privada, mas ainda carece de muitos aperfeiçoamentos e ainda contém muitos pontos que a indústria mineral precisa discutir.

Nós estamos abandonando o bom Código Mineral brasileiro. O Brasil devia se orgulhar do seu Código de Mineração em vigor. Ele tem o mérito de ser uma legislação estável e duradora, como convém a uma Lei Mineral. Mineração trabalha com longo prazo, então leis estáveis são extremamente importantes para que os investimentos possam ocorrer.

Não há registro de empresas nacionais ou estrangeiras que tenham deixado de investir no Brasil por causa da legislação atual. Agora, todas deixaram de investir quando a nova legislação chegou ao Congresso. O Brasil hoje vive realmente um apagão mineral. Não há investimento em exploração mineral e há poucos investimentos em mineração.

Ao abrigo desse código, a produção mineral brasileira cresceu 550% no período 2002/2012, o período virtuoso da mineração. E todo o setor concorda que é preciso melhorar a nossa legislação, é preciso modernizá-la. Ela foi modernizada há 20 anos, em 1996, e precisa de nova modernização. Mas, certamente, esse formato três em um e a maneira como ela vem sendo conduzida, com certeza, não conduzirá a um bom projeto. Nós esperamos que o Senado possa tratar dessa questão apropriadamente.

A questão da revogação de uma lei que vigeu por tantos anos, mais de 50 anos, é uma questão complexa. Nós não sabemos qual é a extensão da possível judicialização desse processo, porque toda a mineração brasileira veio ao abrigo dessa lei. Uma nova lei terá que ter regras extremamente competentes de transição para que não haja uma enorme judicialização dos assuntos minerais no País e com isso paralisar mais ainda a mineração brasileira.

Todos aqui vão falar do DNPM e da governança que o Governo tem sobre o setor mineral. A Agência Nacional de Mineração está sendo criada sem aumento de despesa, sem orçamento, sem estrutura física adequada, sem equiparação de salários e benefícios com as demais agências e sem plano próprio de carreira, mas

acrescenta um monte de responsabilidades ao atual DNPM e também um pouco de acréscimo de burocracia, o que precisa ser abordado.

A plataforma da nova agência, que é o Departamento Nacional da Produção Mineral, encontra-se sucateada. Essa é a melhor palavras que podemos encontrar para o DNPM. Com menos servidores do que tinha em 1995, embora a mineração brasileira tenha crescido quase mil por cento depois disso, e sem recursos para uma simples vistoria de campo. É impressionante como nós conseguimos tirar completamente a importância do DNPM, ao longo de décadas, e chegar à situação em que estamos hoje.

Então, se a agência vai ser criada sem recursos e sem aumento de despesas, como prevê o decreto, vamos trocar a placa do DNPM. O DNPM não consegue gerir o que temos hoje. Como vamos gerir a transformação da legislação? Vamos perder toda a informatização do órgão que foi construído em 25 anos, vai ter que construir de novo, sem recursos, sem gente.

No entanto, o DNPM arrecada R$2 bilhões por ano, em números redondos, em taxas. E esses recursos vão diretamente para o Tesouro, que dá ao DNPM R$40 milhões por ano. A solução é destinar à autarquia 20% da sua arrecadação. Ela se consertaria em alguns anos.

Eu vou passar ao largo da questão do Cefem, porque, realmente, a única coisa que eu quero dizer é que o setor não suportaria um encargo adicional em face da crise atual. Há propostas de flexibilização, para as quais ainda não há consenso.

Dois minutos, por favor, Senador, para terminar.

Então, nós estamos visualizando a receita do caos. Ou seja, promover mudanças tão radicais em tempo de crise mundial e nacional é, certamente, temerário. O correto seria a implantação da Agência. E se o projeto não tivesse sido três em um, a Agência já teria sido criada em 2013 e já estaria, vamos dizer, em processo de implantação, sem problema nenhum, treinando recursos humanos, etc.

(Soa a campainha.)

O SR. ELMER PRATA SALOMÃO – O ideal seria que esse projeto fosse removido e fosse transformado em três outros. Eu não sei se isso é possível, mas a ABPM entende que esta Subcomissão poderia analisar a possibilidade de desdobrar esse PL em três projetos:um criando a Agência Nacional de Mineração, simples, rápido – o setor todo concorda, desde que haja uma destinação de recursos e de previsão de pessoal suficiente para atender às suas responsabilidades –, um projeto de lei para a Cefem, buscando um consenso entre os vários atores desse cenário, que são prefeitos, vereadores, governadores, o próprio Governo querendo arrecadar mais, etc. Busca-se um consenso com a indústria, abre-se um diálogo, e eu tenho certeza de que o Congresso Nacional é um bom lugar para fazer isso. Infelizmente, na Câmara, ainda não se conseguiu esse consenso. E, finalmente, propor a modernização do Código de Mineração, reduzindo a burocracia, mantendo os princípios fundamentais da livre iniciativa e evitando uma ruptura jurídica indesejada e desnecessária.

São essas as primeiras contribuições. A ABPM fica à disposição desta Subcomissão para o que for necessário.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu gostaria de agradecer ao Sr. Elmer Prata Salomão, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa Mineral (ABPM).

Presidente Garibaldi, o senhor sentiu aí... Eu queria só comunicar a presença... Nós temos aqui hoje a preocupação de como foi feito esse projeto e a importância desta Subcomissão. Num País de dificuldades, nós temos um exemplo grande de que falamos muito aqui, da chamada "guerra fiscal", segundo o qual alguns Estados deram incentivo fiscal.

No nosso caso, de Goiás, foi através disso que o nosso Estado saiu, em 2002, de um PIB de R$17 bilhões para – hoje falamos nesse número – um de R$143 bilhões, em menos de dez anos. Incentivou as indústrias reduzindo impostos, criando agilidade. Então, só para se ter ideia da preocupação do setor, que me encanta, Senador Petecão, Senador Hélio, eu vou citar a presença em massa de todo o setor mineral.

Eu quero agradecer a presença da Gera Minas, que está presente com o Zander; da Codelco, com o Humberto Eustáquio e o Rogério José; da Pinheiro Neto, com a Ana Beatriz, advogada, que também tem acompanhado essa discussão; da Sinagências, com o Osvaldo Barbosa; da Edem, com o Luiz Antônio, Presidente da empresa; da TozziniFreire, com o Luiz Fernando, advogado; da Votorantim Metais, com a Gabriela Borges; da Adimb, com o João Luiz Carvalho; do Superintendente de Mineração do Tocantins, Ihering; da Nacional de Grafite, com o Aroldo; do DNPM, com o engenheiro José Antônio, a Sandra Aparecida, o Ricardo e o Eleutério de Souza; da OCB, com a Andrea Cavalcante e a Flávia Andrade; da Patri, com a Camila Zardini; da ABPM, com o José Lincoln e o Luiz Fernando; do Ibram, com o Edilson Costa e o Walter Batista; do MME/SGM, com a Patrícia da Silva; da Bemisa Brasil Exploração Mineral, com a Roberta Accioly; da SSMA Consultoria, com o Denis Caixeta, o Ricardo Fraguas e o Diego Gonçalves Caixeta; da CRRM-SGB, com a Manuella Peixoto; do Comitê Nacional

em Defesa da Vida, com o Jarbas Vieira; do Grupo Rio Quente, com o Munir José Calaça; da TrueSafety, com o Ricardo Machado; da Abirochas, com o Reinaldo Dantas; e da Diamond, com o Alexandre Barros.

Tínhamos certeza, Presidente Garibaldi, de que iria haver uma participação. Por isso, vejo hoje a importância desta Subcomissão. E como as coisas estavam sendo montadas? Nós tínhamos o três em um, mas, na verdade, queríamos era o dois, é como arrecadar mais. E não se pode fazer isso com as indústrias, com as pessoas que geram riqueza, que geram emprego.

Então, esta Comissão vai ser muito útil para fazermos esse debate e botarmos o Brasil para frente.

Eu gostaria de convidar o nosso próximo palestrante, o Fernando Mendes Valverde, Presidente Executivo da Agência Nacional das Entidades Produtoras de Agregado para a Construção Civil (Anepac).

Com a palavra, Sr. Fernando. O senhor tem 15 minutos.

O SR. FERNANDO MENDES VALVERDE – Eu gostaria, inicialmente, de agradecer o gentil convite do Senador Wilder Morais para participar desta reunião e de dizer da nossa satisfação também em poder apresentar aqui para os senhores o setor de agregados para a construção civil.

Para efeito de apresentação, vou fazer uma apresentação rápida sobre a Anepac, o relacionamento dos agregados com a sociedade em geral, as características dessa indústria, o tamanho do negócio de agregados no Brasil, as projeções de consumo e os impactos, que nós já discutimos, por diversos anos, com nossos associados, com relação à proposta do novo Marco Regulatório da Mineração.

A Anepac é uma entidade nacional que congrega empresas produtoras de areia e pedra britada do Brasil caracterizada por um universo estimado hoje de 3.100 empresas. Representa cerca de 80% do mercado nacional de agregados, que é da ordem, em 2014, de 741 milhões de toneladas.

Foi criada em maio de 1995 – já conta com 20 anos de atuação –, está sediada em São Paulo, por ser este o maior centro consumidor de agregados do País, e reúne, em seu quadro associativo, 14 sindicatos e associações regionais de produtores de areia e brita e 37 empresas mantenedoras.

Rapidamente, vou mostrar a importância desse setor.

Os agregados são essenciais em todos os itens de melhoria da qualidade de vida da população.

Vou passar rapidamente alguns exemplos.

Para cada quilômetro de uma linha do metrô, por exemplo, são consumidas 50 mil toneladas de agregados. A construção de cada quilômetro de estrada pavimentada consome cerca de 9.800 toneladas de agregados. Em edifícios são consumidas 1.360 toneladas para cada mil metros quadrados de área construída. Em casas populares de 50 metros quadrados são consumidas 68 toneladas. Cada quilômetro de manutenção de estradas requer três mil toneladas e em pavimentação urbana são utilizadas 2 mil toneladas para cada quilômetro.

Em termos de característica, é uma *commodity* abundante com normas técnicas caracterizadas e processos tecnológicos convencionais. Baixa elasticidade de preço e demanda. Os agregados têm demanda praticamente inelástica, ou seja, responde pouco a variações de preço. A demanda é subordinada aos ciclos econômicos regionais. Há uma correlação muito direta entre o consumo e o PIB.

Estou aproveitando aqui uma mensagem da National Stone, Sand & Gravel Association, nossa congênera americana, que coloca que, quando os Estados Unidos vão bem, o mercado de agregados também vai bem. E isso se dá em todos os países do mundo. O consumo de agregados segue a curva do PIB nacional.

No mercado regional, o processo de produção de agregados utiliza matérias-primas, energia, mão de obra, todos componentes regionais. Na maioria dos Municípios brasileiros das regiões metropolitanas, tudo que é consumido é produzido na região, não é importado nem é exportado, e o baixo valor do agregado, somado aos custos de distribuição limitam o mercado potencial de uma mina. Daí dizer que as áreas de produção têm que ser o mais próximas possível dos aglomerados urbanos. O preço da brita chega a um terço do valor de venda e o da areia a dois terços do valor de venda. Portanto, há uma forte dependência logística nesses produtos.

Largo uso. Os agregados são os materiais manufaturados mais consumidos no mundo. Para ter ideia, no mundo se consumiram, em 2014, 1,661 bilhão de toneladas de aço, 4,180 bilhões de cimento e 45 bilhões de toneladas de agregado. A metade disso foi na Ásia e a metade do que foi consumido na Ásia foi na China. No Brasil, aço, 27 milhões de toneladas, cimento, 70 milhões de toneladas e 741 milhões de toneladas de agregados no ano passado.

Baixo preço. A despeito dos investimentos e dos custos de capital, nenhum outro produto manufaturado apresenta preço mais baixo que os agregados. Tomando-se uma média internacional, o preço líquido por consumidor é da ordem de US$10.00 por tonelada ou US$0.01 por quilo.

Os agregados estão em toda parte. Ainda não se dispõe de nenhum outro material que possa substituí-los em quantidade e a preço competitivo. Já se ouviu falar em escora de alto forno e em outros tipos de material, mas não existe quantidade para substituir areia e pedra britada. Nós passamos o século passado e, provavel-

mente, vamos avançar neste aqui em madeira, aço, tijolo e concreto, que vão ser, ainda por muito tempo, os materiais básicos da indústria da construção civil.

Em termos de consumo de agregados, em 2014, foram 741 milhões de toneladas, o que – importante – corresponde a 3,7 toneladas *per capita*. Para nós mantermos essa qualidade de vida que hoje temos, cada brasileiro requer 3,7 toneladas de agregados por ano.

Consumo divido pelo Brasil: Região Sudeste, com 347 milhões de toneladas; Região Sul, com 119 milhões de toneladas; Região Nordeste, com 154 milhões de toneladas; Região Norte, com 52 milhões de toneladas: e Região Centro-Oeste, com 67 milhões de toneladas.

O tamanho desse negócio no Brasil envolveu a produção, em 2014, de 436 milhões de toneladas de areia, de 305 milhões de toneladas de brita – isto deu 741 milhões de toneladas de agregados –, de 3,9 toneladas por habitante e 3.100 empresas. Foram investidos cerca de R$700 milhões pelo setor, que emprega 75 mil empregos diretos.

A capacidade instalada hoje no Brasil é da ordem de 750 milhões de toneladas e o valor da produção, o tamanho desse negócio, foi da ordem de R$19 bilhões. Isso é o valor bruto posto consumidor.

Perfil das empresas: 95% das empresas produtoras de areia e 85% das empresas produtoras de brita são pequenas ou médias minerações. São 2.500 produtores de areia e 600 produtores de brita. Dá para observar qual a porcentagem de pequenos e médios. Considera-se que grande produtora de areia é aquela que produz mais de 300 mil toneladas/ano e de brita é aquela que produz mais de 600 mil, a média produtora de areia produz entre 120 mil e 300 mil e de brita produz entre 360 mil a 600 mil e a pequena produtora de areia produz menos de 120 mil e de brita produz menos de 360 mil toneladas.

Esse é o cenário das projeções nos próximos cinco anos. Há que se observar que, de 2000 até 2013, houve um crescimento anual de cerca de 6,2% ao ano e que, a partir de 2014, já houve um decréscimo. Nós estamos estimando que esse decréscimo, de acordo com as projeções econômicas, as análises econômicas existentes de momento, deve haver uma queda de entre 7 e 13%. E aí nós projetamos duas curvas, uma otimista e uma pessimista – na verdade, são duas curvas: uma pessimista e uma mais pessimista ainda –, pois estamos entendendo que por volta de 2018 ou 2019 é que começaremos a recuperar o mercado.

Importante: o Brasil exibe enorme demanda reprimida de agregados para construção, para realizar os investimentos necessários em habitação e infraestrutura, em que todo mundo sabe da nossa carência. A Finlândia consome, anualmente, 17 toneladas – cada finlandês requer 17 toneladas de agregado por ano–; os Estados Unidos consomem 9; a União Europeia, 5,2; a China, 12; e o Brasil, 3,7. Essa diferença de consumo de 3,7 para o consumo desses países é a nossa demanda reprimida. Quer dizer, há um mercado ainda muito grande a ser preenchido.

A maior preocupação que o setor tem hoje é com o planejamento, que é vital para o setor. Hoje, se você... A maioria das pedreiras... Por exemplo, na Região Metropolitana de São Paulo, você abre a porteira de uma pedreira ou de um porto de areia e vê uma rua asfaltada. Isso é uma preocupação terrível, porque, além disso, imensos depósitos então sendo continuamente esterilizados por falta de planejamento. Então, o planejamento é vital para o setor. Eu, se tivesse tempo, até poderia discutir aqui a questão do Plano Nacional de Agregados. Aqui está o Telton, que poderia, depois, explicar melhor. Mas nós estamos voltando a desenvolver esse Plano Nacional de Agregados, cujo objetivo principal é tirar uma lei nacional dos agregados, cujo objetivo principal é a garantia de suprimento futuro, estável e seguro para as populações.

Bom, com relação ao novo marco regulatório, eu aproveitei essa transparência do Marcelo. Ela está um pouco desatualizada, mas serve para mostrar apenas o setor de agregados. A proposta do novo plano é para autorização por termo de adesão, com um prazo de 30 anos, prorrogável, sucessivamente, por 15 anos. E as substâncias em que vai ser aplicada autorização são as que estão do lado direito, as argilas e tal.

Infelizmente, colocaram para o setor de agregados... Agregados é uma terminologia internacional muito conhecida, mas voltaram a colocar "minério para emprego imediato na construção." Tinham colocado "construção civil", mas nós reclamamos dizendo que era "agregados", e aí tiraram o "civil" e deixaram "emprego na construção". Eu acho esse nome pejorativo. Eu acho que o termo certo seria "agregados".

Então, essa é uma primeira manifestação que nós fazemos, no sentido de colocar esse nome realmente certo.

A proposta...

Voltando aqui, nós gostaríamos de deixar bem claro aqui que o setor de agregados apoia... Para o setor de agregados, a autorização por termo de adesão vem suprir uma lacuna extremamente importante para o setor. É um antigo pleito do setor, inclusive já discutido amplamente no DNPM, que foi a permissão de lavra, e que redundou, agora, nessa nova proposta do novo marco, na autorização por termo de adesão.

Pontos positivos.

A Portaria nº 3, do DNPM, de 1970, tinha dez itens. Já, em 2001, a Instrução Normativa nº 1 tinha 26 artigos, com 12 parágrafos e 27 incisos. Quer dizer, ficou burocrática demais para o setor mineral, para o setor de agregados a questão do licenciamento.

Uma coisa interessante também é a definição dos termos técnicos usados ao longo do texto legal. Isso é uma prática comum em vários países e evita judicializações desnecessárias.

Considera a mineração como de interesse nacional e de utilidade pública. Isso que foi colocado também é muito importante.

E o título único para a pesquisa e lavra.

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO MENDES VALVERDE – Quanto tempo?

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Oposição/DEM - GO) – Dois minutos.

O SR. FERNANDO MENDES VALVERDE – Bom, a criação do Conselho Nacional de Política Mineral é um ponto positivo para o setor. É exatamente aquilo que eu disse anteriormente, que é a questão do planejamento, e a proposta do Conselho diz que cria diretrizes para o planejamento da atividade de mineração e cria diretrizes também para a cooperação entre os órgãos e entidades, já pensando em uma futura descentralização e também determina a elaboração de zoneamento minerário. Isso foi uma surpresa muito grande.

Outra coisa é o art. 4ª, que define que é obrigação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios considerar o desenvolvimento das atividades de mineração. Há diversas prefeituras que proíbem a mineração. No Estado de São Paulo, a Prefeitura de São José dos Campos, um Município muito grande, que consome uma quantidade enorme de areia, proíbe. Quer dizer, o Município quer a Embratel, mas, quando se fala em produzir areia para as necessidade de infraestrutura, tudo isso, proíbe. Ela quer a areia do vizinho. Quer dizer, isso pode se tornar uma coisa muito perigosa, um exemplo muito ruim para outras prefeituras, porque, ao se fazer, hoje, os planos-diretores, muitos prefeitos, ao invés de incluir a mineração, aproveitam para retirar a mineração, principalmente a mineração de agregados desse planos. É muito comum achar que a mineração pode ser um estorvo.

Pontos negativos.

Acredito que não vai haver tempo, mas são alguns problemas. Na verdade, não são críticas...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO MENDES VALVERDE – São assuntos que foram discutidos durante todo esse tempo no âmbito da nossa entidade, que tratam da autorização por 30 anos, da apropriação de jazidas, dos arts. 10 e 16, onde temos temores de intervenção na produção de agregados, da criação de novas taxas e contribuições, o que pode inviabilizar pequenos e médios empreendimentos, sanções muito rígidas , multas muito elevadas e não escalonadas, do termo de adesão e do contrato... Para o regime de concessão foi estabelecido contrato, para o regime de autorização de lavra, o termo de adesão. Não sou advogado, mas acredito que o termo de adesão, juridicamente, é muito mais fraco que o contrato. Por que não houve isonomia nisso? Competência para expedição de autorização, a delegação da União para entes federados... Acredito que se deve deixar bem claro que não deve alcançar Estados que não possuam estrutura técnica e institucional para tal fim. E também um número exagerado de itens remetidos à regulamentação, o que eu acredito que vai atrasar, e muito, a implantação do novo marco.

Esse é um exemplo da dimensão de pedreiras.

Falarei rapidamente.

Essa era uma coisa que eu não podia nem ter mostrado, mas isso é da década de 70, quando a questão ambiental estava ainda estava começando a ser discutida.

Isso é no Paraná, na nascente do Rio Iguaçu, mas a recuperação permitiu que hoje essa seja uma área de lazer. A Raia Olímpica da Cidade Universitária hoje é uma área de lazer e serviu de portos de areia para fazer a Universidade de São Paulo e todo o bairro da Cidade Universitária.

A Ópera de Arame era uma antiga pedreira.

Essa é a evolução do que eu coloquei, que é a questão do planejamento.

Nasce uma pedreira desse jeito e morre desse jeito. Ou seja, a falta de planejamento para proteger por parte dos organismos públicos, não ocorre.

Essa é uma pedreira Itaquera. Ela começou em 1896, em São Paulo. Na parte de cima há um terminal do metrô, e aqui embaixo o Governo botou um conjunto habitacional...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO MENDES VALVERDE – ... e inviabilizou... Mesmo assim, ela está sendo recuperada para depósito de inertes da construção civil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Senador Wilder, eu queria me manifestar, por gentileza, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Oposição/DEM - GO) – Com a palavra o Senador Hélio.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu queria, como Presidente da Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura, parabenizar o Senador Wilder, que me ajuda na Frente, pois é Vice-presidente dela e membro da Comissão Mista de Infraestrutura.

Eu faço parte desta Subcomissão de Mineração. Ele falava da importância de nós fazermos uma coisa específica para essa questão minerária. E eu, como servidor público concursado, trabalho no Ministério de Minas e Energia Ministério, acompanho na SGM a importância dessa questão da discussão do marco minerário e de toda essa questão.

Talvez tenha faltado trazermos o Carlão da SGM, par ouvir sua opinião, não é, Wilder? Fica para a próxima, não é?

De qualquer forma, eu acho que nós estamos altamente representativos. Eu queria cumprimentar a todos, o Marcos André, o Fernando, o Marcelo e o...

Não estou enxergando...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – É, o Elmer.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Deixe-me ver, há o nome aqui.

Cumprimento, por estar aqui conosco, o Elmer Prata Salomão, Presidente da ABPM.

E quero dizer para o Senador Wilder que V. Exª estava muito certo quando colocava para a gente, quando fizemos a Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura, a importância de, juntos, lá na Comissão de Infraestrutura, cujo Presidente está aqui prestigiando-nos, a gente aprovar esta Subcomissão.

Acho que este debate aqui é muito rico. Eu só fiz esta fala aqui porque tenho que me retirar, por compromissos familiares inadiáveis. Por isso eu tenho que me retirar. Mas está muito rico o debate. Quero parabenizar todos.

Eu queria, junto com o Senador Wilder, que é Presidente da Frente Minerária, que a gente, de repente, pela Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura, conseguisse fazer um *workshop* com os Deputados e Senadores para a gente continuar o debate desse tema com a qualidade com que ele está ocorrendo aqui, até ampliado também com a presença de mais alguns do Governo, para a gente poder tocar nos pontos que em que precisamos tocar.

Achei muito bacana a preocupação, por exemplo, com relação ao DNPM. Com nove anos no Ministério de Minas e Energia, eu sei da situação do DNPM – é uma situação crítica – e da importância que ele tem. E não adianta só mudar o nome DNPM para Agência Nacional de Mineração. Temos que dar condições para ela funcionar enquanto agência e fazer o papel de agência.

Então, eu quero, rapidamente, concluir, Senador Wilder, porque vou ter que me retirar, dizendo que estamos juntos nessa luta, ainda mais prestigiada com a presença do nosso Presidente Garibaldi Alves, da Comissão de Infraestrutura.

Quero aplaudir V. Exª, que estava muito certo quando nos convenceu da importância de a gente fazer esta Subcomissão, pois V. Exª, como Vice-Presidente da nossa Frente Parlamentar Mista de Infraestrutura, com toda a altivez, organizou este debate aqui, muito concorrido, porque a presença dos representantes do setor é massiva.

Tomara que a gente consiga combinar esse *workshop* para envolver Câmara, Senado e os projetos de interesse, que estejam nas duas Casas, para que nós possamos, juntos, dar um marco regulatório melhor para esse setor tão importante para o nosso País e contribuir para a evolução da nossa infraestrutura.

Eu agradeço, cumprimento aqui, mais uma vez, o nosso Senador Garibaldi Alves, o nosso Senador Petecão, V. Exª e todos os presentes aqui e mando um abraço a todos. Vou pegar as notas taquigráficas. Se não fosse um compromisso familiar inadiável, eu ficaria aqui até o final.

Muito obrigado.

Obrigado, Senador Wilder.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Oposição/DEM - GO) – Obrigado ao Senador Hélio José pela presença.

Eu gostaria de agradecer ao Fernando Mendes Valverde, Presidente da Associação Nacional das Entidades de Produtores de Agregados para Construção Civil (Anepac).

Eu gostaria também de agradecer a presença do Miguel Nery, Diretor da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, e do Telton Corrêa, Subsecretário de Minas e Energia do Ministério de Minas e Energia.

Eu gostaria de convidar o próximo orador, João César de Freitas Pinheiro, Presidente da Federação Brasileira de Geólogos, Frebrageo.

Com a palavra.

O senhor tem 15 minutos.

O SR. JOÃO CÉSAR DE FREITAS PINHEIRO – Il^mo^ Sr. Senador Wilder Morais; Il^mo^ Sr. Senador Petecão, prezado e digníssimo Senador Garibaldi Alves, Presidente da Comissão de Infraestrutura do Senado, a Federação Brasileira de Geólogos congrega 18 entidades estaduais, sendo 16 associações profissionais e dois sindicatos de geólogos, um de Minas Gerais e um de São Paulo.

É com grande alegria que a Febrageo vê a instalação desta Subcomissão. Por quê? Porque precisamos realmente discutir melhor todas essas questões que dizem respeito ao planejamento e à execução da política mineral brasileira. É claro que é importante, Srs. Senadores, dividir esse projeto em três. Não há dúvida! Esse projeto três em um, como já foi dito aqui, é inadmissível do ponto de vista da discussão e das decisões. Mas é importante fazer isso analisando-se a atual conjuntura. A atual conjuntura do setor mineral brasileiro é desfavorável, como foi desfavorável em todos os tempos de recessão.

O setor mineral, desde os anos 1950 – quando foram criados a Vale do Rio Doce, a CSN e outros mecanismos estatais pelo Getúlio Vargas –, uma época complicada do Brasil, tem vivido altos e baixos. No tempo do "milagre brasileiro", era um setor voltado à substituição de importações, e os geólogos, cujas turmas saíram, no Brasil, a partir de 1960, começando a prospectar petróleo, passaram a se preocupar com metalogenia, passaram a se preocupar em quantificar e qualificar minérios para essa substituição de importações.

Naquela época, o Brasil tinha financiamento. Era a "verdinha dos petrodólares"? Claro, era, mas tinha. Então, formou-se o Serviço Geológico Nacional. Formou-se uma estrutura nova, que pudesse alimentar o setor privado em relação a uma produção mineral sadia do ponto de vista dos investimentos. Mas foi o setor estatal que ganhou nisso. Naquela época, a Vale do Rio Doce era estatal. E foram montados projetos enormes, como Carajás, foram montados projetos também na área da Nuclebras, como o Programa Nuclear Brasileiro. E isso deu ao Brasil um certo sustentáculo para a industrialização, mas foi feito sem a devida continuidade do planejamento. Essa é a verdade. Nosso setor, infelizmente, não tem tido um planejamento de política pública.

Senador Garibaldi, no caso do nosso Nordeste, por exemplo, que tantos minerais industriais tem, eu pergunto: quais as políticas públicas que nós temos no Nordeste para aproveitar minerais para a indústria cerâmica e pensar a indústria cerâmica em termos do suprimento de minerais? Nada! Não fizemos nada disso!

Quem realmente planejou o alumínio no Brasil? Antônio Ermírio de Moraes. Não foi o setor público. Quem realmente planejou o níquel brasileiro? Antônio Ermírio de Moraes. Não foi o setor público. Então, o setor público deve isso ao Brasil há décadas! Portanto, ao se criar aqui, no Senado, uma subcomissão permanente e ao se instalar um Conselho Nacional de Política Mineral, acredito que poderemos resgatar um pouco os déficits que foram acumulados durante nossa história a respeito desse planejamento faltoso.

Os geólogos hoje estão desesperançados. Por quê? Porque, além dessa falta de planejamento, nós tivemos o efeito China, que a gente sabia muito bem aonde ia dar. Há uns 20 anos, esse efeito China, por exemplo, pegou os guzeiros lá de Sete Lagoas, em Minas Gerais. Estavam todos muito animados, vendendo bem para a China. De uma hora para outra, os guzeiros ficaram sem mercado, e muitos foram fechando. Depois, eles se ajustaram e vieram novamente.

E aí veio o efeito China nos dois governos do Lula. Foi maravilhoso! Gerou superávit, deixando que o setor trilhasse caminhos nunca d'antes navegados na história do País. E vejo aqui colegas, de juniores, que se interessaram por terras raras, vejo colegas que se interessaram aqui por vários outros tipos de minérios que não só o minério de ferro, que ainda hoje é o sustentáculo maior da produção mineral brasileira, responsável por uns 80%. Essa concentração é horrível, Senadores! Senador Wilder, essa concentração não é boa! Nós não podemos ficar dependentes da China e do minério de ferro. Nós temos de ter nossa cesta de minérios voltada à industrialização do País, de forma coerente. Sou a favor de que nós planejemos nossa indústria com base nos minérios que nós podemos oferecer e com base nas trocas minerais que nós podemos fazer com o restante do mundo.

A Rússia é muito grande: 17 milhões de quilômetros quadrados. Nós só temos oito. Só que ela é gelada. Os portos de Norilsk ficam congelados, sem deixar sair nada de lá durante boa parte do ano, enquanto nós temos uma costa brasileira maravilhosa para fazer troca internacional. E temos subsolo.

O que a CPRM já fez e o que as entidades estaduais de geologia e mineração fizeram em uma determinada época dizem dessa potencialidade. Então, o que nos falta agora? Falta agora nós nos organizamos, setor público e setor privado, para planejar e executar uma política mineral que seja madura, que não venha aos borbotões, que não saia da cabeça de iluminados, mas, sim, de discussões seriíssimas, técnico-científicas, capazes de nos mostrar, na economia, na tecnologia mineral, na geologia, o que fazermos para ganhar mercados interno e externo. É essa a propositura dos geólogos brasileiros, pessoas que estão sofrendo com o desemprego diariamente, por causa dessas nuanças de idas e vindas e de quedas inesperadas em função do não entendimento da competitividade deste País.

A coisa é tão anacrônica que nem nossos recursos e reservas aqui, no Brasil, são classificados direito. Temos aí uma tal de reserva medida, reserva indicada, reserva inferida. Em parte nenhuma do mundo dá para se fazer negócio com esse tipo de coisa que é colocada lá no DNPM, aprovada pelo DNPM, mas o DNPM não assina embaixo dizendo quanto vale de verdade. Chegamos a esse ponto.

Enquanto os países classificam seus recursos e reservas com base em tecnologia, com base em geologia e com base em economia, nós, aqui, ficamos com as tais reservas medida, indicada e inferida. É uma coisa que parece pequena, mas que, na realidade, nós necessitamos fazer, como base para formulações políticas, inclusive internacionais.

Então, essa mudança de legislação não pode vir tão-somente para rearranjos do ponto de vista burocrático. Ela tem de vir com capacitação do pessoal do DNPM, porque, senão, não vai dar em nada. Não adianta transformar, como já dissemos todos aqui, DNPM em agência sem capacitar o pessoal, sem lhes dar o mínimo de salário necessário para sobreviver e sem colocar lá dentro uma gente que, quando se fala... O Elmer, parece, falou em 20% de destinação das receitas de Cefem para o DNPM. Isso dá 200 bilhões, por baixo. Aí, sim, eu acreditaria. Ora, um órgão para tomar conta da gestão dos recursos minerais brasileiros gastar 200 milhões é razoável, para um País do tamanho do nosso. É razoável, porque uma plataforma de petróleo custa isso. Nós, geólogos, sabemos disso. Para se colocar uma plataforma de petróleo no mar, é isso, para desenvolver um campo. Então, não é muito.

Então, Srs. Senadores, parabéns!

A Febrageo se coloca completamente à disposição para quaisquer *workshops*, como frisou o Senador Hélio, para participar, trazer dados, trazer discussões, acaloradas, às vezes, às vezes até causticantes, mas a gente precisa fazer isso. A gente precisa fazer isso, botar o dedo na ferida, colocar para fora o que a gente sente numa hora dessas, para dar um rumo à política mineral brasileira.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu gostaria também de agradecer a presença do Presidente da Asemi, Rubens Alves, representando a Faemi, da Federação das Associações de Mineração, representada pelo Kleber Farias, e da Presidência da República, representada pelo assessor Luciano, também muito bem-vindo aqui.

Também estão presentes o Armando Monteiro, da Bento, Muniz & Monteiro Advocacia.

Obrigado pela presença.

Eu gostaria de agradecer ao nosso palestrante João César de Freitas Pinheiro, Presidente da Federação Brasileira de Geólogos, pela sua exposição.

Eu só queria ressaltar que esta Comissão foi feita para apoiar vocês. A nossa discussão aqui vai apoiar o setor. Então, a gente vai fazer... Está aqui o nosso Presidente aqui. Nós vamos fazer um belo relatório, rico, para que possamos fazer esse debate com o Governo e para que, de verdade, façamos um trabalho em que ganhem a população, os empresários e o Brasil.

Eu gostaria de convidar o nosso último palestrante, Rubens Alves, Presidente da Asemi, para falar um pouco para a gente.

Você tem 15 minutos.

O SR. RUBENS ALVES – Boa noite, senhores!

Meu nome é Rubens Garcia e represento aqui o Dr. Régis Dias.

Quero cumprimentar o Senador Wilder, os demais Senadores e todos os senhores presentes.

A Faemi é uma entidade que congrega 14 associações regionais e tem em seu quadro quatro mil engenheiros de minas ativos, 10 mil desde 1876, seis gerações.

Nós temos, no Brasil, hoje, 25 cursos superiores de Engenheiro de Minas, em Ouro Preto, Porto Alegre, São Paulo, Campina Grande, Salvador, Catalão.

Nós queremos, então, dar a opinião da Faemi sobre o projeto.

Até 2013, esse projeto tramitou em segredo. Em 2013, ele foi enviado ao Congresso. Então, a Faemi, mesmo sabendo da intenção, só começou a discutir o assunto a partir de 2013. Isso foi feito no Espírito Santo, na reu-

nião de 2013, na reunião do Rio de Janeiro, na reunião de Estudantes de Engenharia, em Gramado, na reunião de Salvador. Quando foi suspensa a urgência do projeto... Mesmo suspensa, permanece em debate contínuo.

A legislação atual consolidou-se por uma longa evolução da experiência, reconhecida internacionalmente como muito boa. É muito mais eficiente consolidá-la e aperfeiçoá-la pontualmente do que revolucioná-la radicalmente, como já foi dito por outros oradores. A posição radical... Vamos evoluir! A Faemi, por seus técnicos, acumula conhecimentos e pode contribuir, no que for possível, nesse projeto.

O principal problema que enfrentamos é o descontrole de especulação pelos atravessadores e pelo próprio Governo. O próprio Governo especula. Não adianta ter uma legislação se o gestor, seja o DNPM, seja outro qualquer, não dispuser de recursos. Mudar sem recursos para agência não resolve. Devemos dotar seja o DNPM, seja uma agência de recursos necessários para sua efetiva atuação.

A legislação é boa, mas atravanca. São muitas portarias, são muitos detalhes legais para se fazer com segurança. Também existe o problema da burocracia. A tramitação é lenta e burocrática. O sistema informatizado sugere rapidez. Isso dificulta a segurança jurídica e o processo. Por exemplo, o Incra adotou um sistema automatizado que agilizou muito a tramitação de processos.

No Estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, a CPRM tem grandes áreas de carvão que estão praticamente paradas há 30 anos, sendo que elas poderiam ser utilizadas pela iniciativa privada. O Governo não define o que fazer com essas áreas há 30 anos.

Pela Faemi, recomendar-se-ia que, por exemplo, primeiramente, houvesse a divisão em três projetos de lei, como já foi falado aqui por outros oradoras também. A Febrageo defende esse ponto de vista. Seriam sistema, gestão e tributação. O sistema sobre direitos minerais, a gestão seria pelo DNPM ou pela agência e a tributação sobre mineração. E também um conselho nacional composto de representantes não indicados pelo Governo, mas pelos órgãos ligados aos Ministérios, federações como a Faemi e a Febrageo e uma comissão mista supragovernamental, e não uma comissão indicada pelo Governo, que estaria sob as asas do Governo. Deve ser uma comissão supraestatal.

Outra coisa importante também: as empresas nacionais deveriam ter como garantia da exploração a jazida, porque a empresa nacional não tem capital suficiente para enfrentar uma empresa estrangeira numa licitação de exploração mineral. Então, a empresa nacional poderia dar uma jazida já pesquisada como garantia para seu empreendimento, para conseguir financiamentos. Ela levaria esses projetos aprovados e garantiria recursos. E, com esse projeto aprovado, ela poderia levar bolsa para captar recursos. Se ela tem um projeto aprovado e com boa, digamos assim, perspectiva de rendimento, ela poderia conseguir aporte de capital até da Bolsa de Valores.

Outra coisa é o incentivo à pesquisa mineral. No original, fala-se em bônus, mas deveria se dar um prêmio, alguma coisa como incentivo para a pesquisa.

Outra coisa: criação de um fundo rotativo com recursos sistematizados para pesquisa. Por exemplo: um percentual de tributação sobre investimentos em pesquisa mineral.

Outra coisa seria aplicar à grande área de eliminação o regime de partilha, abrir concorrência para partilha onde há pesquisa pública e manter o direito de propriedade. O primeiro que pedisse ao DNPM deveria ter direito de propriedade.

Outra coisa importante também seria a taxação progressiva. Já existe a taxação fixa, mas deveria passar para a progressiva, como se faz com o IPTU. A pessoa que tem um lote e não constrói, fica lá só ocupando lugar, deveria ter também uma taxação progressiva. Quem tivesse uma área e não a explorasse seria taxado progressivamente, e não pudesse pagar uma taxa e ficar sempre com aquela área empatada sem exploração. E jamais deixar de cobrar o RT do empreendimento mineral. Defender a sociedade com a responsabilidade técnica.

Sobre a evolução da responsabilidade técnica, o Código, de 1940, pioneiro, falava em relatório de pesquisa por engenheiro de minas. O Código atual já fala em pesquisa por geólogo ou engenheiro de minas. Então, já evoluiu. O PL nº 5.807 é omisso, foi eliminado. Ele não fala nada sobre isso. Deveria se manter esse Código atual em que a pesquisa seria feita por geólogo ou engenheiro de minas.

A fiscalização também era, pelo Código de 1940, exercida por engenheiro de minas e médico sanitarista. Em 1967, já passou a ser exigido, em lavra, que fosse feita por profissional legalmente habilitado, fosse geólogo, fosse engenheiro de minas, mas um profissional legalmente habilitado. No PL, isso foi eliminado, não se fala nada sobre isso.

O Código de 1940 fala em confiar a lavra e o tratamento dos mineiros a técnico legalmente habilitado. O atual diz "direção da lavra por profissional legalmente habilitado". No PL, isso também foi eliminado.

A Faemi, então, com seu quadro de técnicos, se coloca à disposição da Comissão para qualquer eventual operação.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Oposição/DEM - GO) – Agradeço as palavras do Rubens Alves, Presidente da Associação dos Engenheiros de Minas do Distrito Federal, e concedo a palavra ao nosso Presidente, Senador Garibaldi Alves, e, logo em seguida, caso queira falar, ao Senador Petecão.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu quero cumprimentar o Presidente, Senador Wilder Morais, Presidente da Subcomissão, quero cumprimentar o Senador Sérgio Petecão, Vice-Presidente da Comissão, e dizer da minha satisfação por ver que a instalação desta Subcomissão se mostra muito promissora, antevendo aqui um debate dos mais significativos para o setor minerário brasileiro.

Eu quero dizer, ao lado disso, da minha preocupação pelos rumos que este debate tem tomado na Câmara, pela falta de um consenso, conforme foi dito aqui por todos os palestrantes, e dizer que o Senado fará o que puder fazer, desde logo, porque o projeto ainda se encontra na Câmara. O Senador Hélio deu aqui a sugestão de trazer até mesmo os Deputados, antes de um desfecho lá, para debatermos aqui, para ver a possibilidade de um consenso, o que está se fazendo na reforma política. A reforma política deixa muito a desejar, mas, pelo menos, está-se antevendo um consenso entre o que foi aprovado na Câmara e o que o Senado vai aprovar.

Então, eu só tenho palavras de congratulações pela obstinação do Senador Wilder Morais, que não teve mesmo um maior apoio da Comissão – porque eu reconheço que, se não fosse um universitário da Comissão, talvez o Senador Wilder não tivesse tido o apoio necessário –, e manifesto a minha disposição de estar, inclusive, presente aqui para apoiar o debate, que me deu a certeza de que nós vamos encontrar uma solução para resgatar essa dívida que o setor público tem com esse setor tão importante para a economia do País. Não tenho dúvida disso.

Quero dizer ao Presidente e ao Vice-Presidente que eu também saio daqui com outra preocupação: que a Subcomissão está ganhando uma tal projeção, que, de repente, a criatura pode engolir o criador. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Oposição/DEM - GO) – O Presidente sempre bem-humorado.

Para chegarmos perto dele, por sua história de vida, temos que ter muitos anos, porque ele tem uma trajetória de sucesso. Ele já foi tudo na vida pública e política. Então, eu o tenho como espelho, sempre com admiração.

Obrigado pelas palavras.

Senador Petecão, o senhor também tem a palavra.

Nós vamos encerrar o nosso debate e gostaríamos de ouvir o Vice-Presidente desta Comissão, a sua opinião. O que o senhor sentiu dessa nossa primeira reunião? A nossa agenda é grande, porque nós vamos continuar as audiências públicas, temos um calendário marcado. Nós vamos ouvir todo o setor – estou vendo aqui o Munir, que é das águas quentes, lá de Goiás –, nós vamos falar com todo o setor da mineração.

Foi uma agenda feita a quatro mãos, porque nós conversamos muito com as entidades, e, nas próximas reuniões, com certeza, nós vamos entrar no detalhe, Presidente, do que pesa para cada um. Há leis sendo feitas para tudo que é lado, nos Estados, e, na verdade, não há ninguém preocupado com as empresas. Nessa semana, foi votado, no Goiás, um projeto que, se passasse, quebrava as empresas. Sem responsabilidade, sem debate, alguém apresenta, e o Governo, sempre querendo arrecadar, não está vendo o outro lado.

Então, esse debate vai ser enriquecedor.

Por isso que a gente, com o apoio dos técnicos, como disse o último palestrante, vamos fazer uma coisa aqui profissional, ouvindo o setor que tem conhecimento, não vamos fazer nada por acharmos ou pensarmos... Não estamos aqui para pensar, mas para fazer o que é correto. Então, esse vai ser o debate. Com certeza, vamos passar para V. Exª um material enriquecedor e vamos contribuir para quando chegar o marco regulatório aqui, no Senado.

Com a palavra o Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – Presidente Wilder, na verdade, as minhas palavras também são de agradecimento. Eu queria agradecer ao nosso Presidente Garibaldi. Lembro que, quando começamos a pensar em instalar esta Subcomissão, foi uma coisa muito rápida. Ele, de pronto, nos atendeu e nos deu as condições necessárias, a assessoria da Comissão, junto com o Dr. João, do meu gabinete, que ajudou muito, para que pudéssemos dar a maior celeridade possível.

Sinceramente, eu estou feliz, porque, como disse no começo da minha fala, não tenho essas informações oficiais, mas penso que aqui estão 90% do PIB da inteligência. Numa segunda-feira, Presidente, eu nunca tinha visto isso. O senhor sabe que, numa segunda-feira, juntar um número de pessoas tão importantes numa reunião aqui, no Senado, não é muito fácil. Para mim, essa é a grande demonstração da necessidade desse debate. Estamos plantando essa semente hoje aqui – o nosso primeiro encontro é este que conta com a presença dos senhores – e agora cabe a nós, ao Senado, termos a sensibilidade de dar a atenção e o carinho de que esse setor necessita. Para mim, essa presença aqui é uma demonstração de que as pessoas querem se aprofundar nesse debate. Logicamente, esse debate já vem sendo feito lá na Câmara. Aqui, no Senado, eu penso que a

coisa é feita com mais calma, com mais tranquilidade, e tenho certeza de que nós vamos encontrar aqui as melhores alternativas.

Eu só queria agradecer a presença de todos os senhores e senhoras aqui presentes e, mais uma vez, parabenizar o Senador Wilder por ter tido essa sensibilidade de criar esta Subcomissão. Como eu disse, no que depender de mim, estou pronto para ajudar. Não sou um especialista do setor, mas essa nossa primeira reunião, para mim, foi uma boa aula e um bom aprendizado.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Oposição/DEM - GO) – Obrigado, Senador Petecão.

Antes de encerrar a presente reunião, agradeço a presença de todos, em especial a dos convidados Srs. Marcelo Ribeiro Tunes, Diretor de Assuntos Minerários do Instituto Brasileiro de Mineração – Ibram; Marcos André Gonçalves, Presidente da Agência para Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Mineral Brasileira; Elmer Prata Salomão, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa Mineral; Fernando Mendes Valverde, Presidente Executivo da Associação Nacional das Entidades de Produtores de Agregados para Construção Civil; João César de Freitas Pinheiro, Presidente da Federação Brasileira de Geólogos, e Rubens Alves, Presidente da Associação dos Engenheiros de Minas do Distrito Federal.

Por fim, convoco para a nossa próxima reunião, a realizar-se no dia 14 de setembro, segunda-feira, às 18h, neste plenário, uma audiência pública para tratar dos minerais metálicos, com as seguintes entidades convidadas: Sindicato Nacional da Indústria da Extração do Ferro e Metais Básicos, Associação Nacional do Ouro, Instituto de Metais Não Ferrosos, Associação Brasileira de Alumínio e Confederação Nacional da Indústria.

Como disse o Senador Petecão, será na segunda, às 18h, mas eu gostaria de contar com a presença de todos, porque vai ser muito enriquecedor para que, nas próximas agendas, nós possamos ter conosco um maior número de conhecedores de cada um dos segmentos minerais.

Muito obrigado pela presença de todos.

Está encerrada a reunião. (*Palmas.*)

(Iniciada às 18 horas e 3 minutos, a reunião é encerrada às 20 horas e 14 minutos.)

ATA DA 3ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO - SUBMINERA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, EM 5 DE OUTUBRO DE 2015.

Às dezessete horas e dez minutos do dia cinco de outubro de dois mil e quinze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Wilder Morais, reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração, com a presença do Senhor Senador Hélio José. Registra presença como não membro a Senhora Senadora Ana Amélia. Ausentes os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara aberta a reunião e, após a leitura de comunicados, tem início a audiência pública para debater sobre minerais metálicos, em atendimento ao Plano de Trabalho da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração – SUBMINERA, para o ano de 2015. O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições, o Senhor Juarez de Oliveira e Silva Filho, Diretor da Associação Nacional do Ouro (ANORO); o Senhor Elmer Prata Salomão, Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral (ABPM); e o Senhor Milton Rego, Presidente Executivo da Associação Brasileira do Alumínio (ABAL). Faz uso da palavra a Senhora Senadora Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dezoito horas e cinquenta e seis minutos, lavrando, eu, Thales Roberto Furtado Morais, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador WILDER MORAIS
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Declaro aberta a 3ª Reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração (Subminera), da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Informo a todos os presentes e a quem nos acompanha pelos canais de divulgação do Senado Federal que esta reunião está sendo realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Os cidadãos que têm interesse em participar com comentários ou com perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou através do Alô Senado, pelo número 0800612211.

Boa tarde a todos!

É uma satisfação grande receber várias pessoas do setor mineral, especialmente a minha mãe, a minha namorada e o pessoal que nos acompanha nesta tarde.

Srªs e Srs. Senadores, representantes do setor mineral de todo o País, convidados aqui presentes e todos os que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado e pela internet, antes de iniciarmos o debate de hoje, eu gostaria de agradecer a presença de todos os que participaram da nossa reunião de abertura, realizada no último dia 24 de agosto. O objetivo da reunião passada foi dar início ao debate geral sobre o setor mineral no Brasil, apontando os gargalos e as dificuldades a serem compartilhados com todo o setor. Com isso, podemos mapear os desafios e traçar, desde já, uma estratégia para enfrentá-los.

Hoje, damos início à reunião setorial, sendo que o primeiro debate vai tratar de minerais metálicos no Brasil.

Os minerais metálicos têm uma estreita relação com o desenvolvimento e com a produção industrial, já que viabilizam a expansão de várias produções fabris, de bens de produção, como os equipamentos agrícolas, industriais e de transporte, e também de bens de consumo, como os materiais metálicos utilizados nas embalagens de muitos produtos.

Hoje, o Brasil tem uma indústria extrativa mineral muito diversificada, com pelo menos 55 minerais explorados, sendo que cada um possui sua dinâmica econômica própria. Destes, os principais são o alumínio, o ouro, o chumbo, o ferro, o níquel, o estanho e o nióbio. Em relação ao alumínio, digo que se trata de um dos produtos fundamentais para a economia moderna, porque ele é responsável pela fabricação de produtos simples, como latinhas de cerveja, e até pela construção de partes fundamentais como as utilizadas na produção de aviões.

Nosso Território brasileiro possui 7,8% da reserva mundial de alumínio e se coloca em terceiro lugar na produção mundial. A produção extrativista propriamente dita está localizada na Região Norte, mais precisamente no Estado do Pará – além do mais, ocorrem reservas também em Minas Gerais.

Outro minério fundamental para o desenvolvimento do nosso Estado brasileiro é o ouro. Esse mineral, assim como o ferro, o alumínio e o nióbio, foi responsável por uma mudança fundamental na história do nosso País. Foi graças à descoberta dele que, há mais de 300 anos, conseguimos atrair a atenção para a necessidade de se criar uma estrutura administrativa no Brasil, fato que desencadeou, posteriormente, revoltas pela independência nacional e a criação do Estado brasileiro propriamente dito.

Hoje, o ouro é utilizado pela indústria de joalheria, manufatureira e eletrônica, assim como é cotado como reserva de valor nas ações financeiras. Até pouco tempo, era o principal mineral que representava o lastro das moedas de economia moderna, o que evidencia a importância estratégica desse mineral para o Brasil.

Agora, nós participamos com cerca de 3,7% das reservas e com 2,1% da produção mundial, sendo os principais Estados produtores do Brasil Minas Gerais, Pará, Goiás, Mato Grosso e Bahia.

Por fim, senhoras e senhores, eu gostaria de dizer que o Brasil possui uma das maiores produções mundiais de vários minérios, mas não somos autossuficientes em todos os recursos que utilizamos.

Deste modo, no intuito de trazer mudanças positivas ao setor, proponho a presente reunião, para que, juntos, os representantes do setor, possamos entender os gargalos e buscar a melhoria legislativa para aqueles que produzem e geram riqueza para o Brasil.

Estas audiências públicas, minha linda mãe – a senhora é uma grande mineradora –, servem para incentivar quem produz, quem gera riqueza, quem trabalha para este Brasil e o setor que tem uma importância muito grande na nossa economia: o setor mineral.

Dando início, então, à nossa reunião, eu gostaria de convidar o Sr. Elmer Prata Salomão, Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral (ABPM), para compor a Mesa.

Convido também Milton Rego, Diretor Executivo da Associação Brasileira do Alumínio (Abal), para compor igualmente a Mesa.

Convido o Sr. Juarez de Oliveira e Silva Filho, Diretor da Associação Nacional do Ouro (Anoro), para que faça parte desta Mesa agora.

Informo aos convidados que eles dispõem de 20 minutos para sua apreciação.

Convido, para o uso da palavra, o Sr. Juarez de Oliveira e Silva.

A palavra está com o senhor, Sr. Juarez.

O SR. JUAREZ DE OLIVEIRA E SILVA FILHO – Boa tarde!

Meu nome é Juarez.

Senador, obrigado por esse convite, por esse empenho.

Estou aqui como Diretor da Anoro, Associação Nacional do Ouro. A Anoro faz estudos e trabalhos voltados para a extração de ouro no Brasil.

É um setor que vive um certo tumulto no momento, por questão de áreas autorizadas ou não. Porém, a gente percebe que, em alguns momentos, existem alguns regressos e, em outros momentos, alguns avanços, e esse marco acaba sendo importante para se colocar um ponto, para que se desenvolva essa área.

No Brasil, na década de 1980, foi criada uma força-tarefa, através da Receita Federal – lembro-me, inclusive, do Dr. Valderedo, na época –, com a Polícia Federal, com todo mundo. Fizeram um sistema das regiões de áreas garimpeiras. Fizeram essa força-tarefa e documentaram vários garimpeiros, várias áreas. Aliás, pegaram aquela área grande e determinaram que eles poderiam trabalhar ali. Eram reservas garimpeiras em Tapajós, em Peixoto de Azevedo, no Amapá e assim por diante. Eles tinham carteiras, trabalhavam. Inclusive, a produção naquela época era maior do que a de hoje.

O que aconteceu com isso? Passou o período de Serra Pelada, e essas pessoas que viviam em Serra Pelada viraram nômades em outros lugares, em outros Estados, mas não foi dado um seguimento, uma instrução. Ficaram vivendo, de forma precária, em outros lugares. Mas, nesses outros lugares, também começaram a surgir as mineradoras. As mineradoras vieram, muitas mineradoras canadenses. E hoje esse pequeno produtor fica um pouco desguarnecido por falta de instrução, porque foi extinto o seu documento, que era uma carteira de garimpeiro que ele tinha. Hoje, de fato, para as empresas que comercializam o ouro, que são as distribuidoras de títulos e de valores, é até mais fácil negociar com as mineradoras. Mas não podem esquecer esses pequenos e simples cidadãos que estiveram naquela região e que ainda estão lá. O tempo passou, evoluiu, e eles ficaram ali um pouco perdidos.

A norma, do jeito que vem, cada vez achata-os um pouco mais. A Anoro, hoje, procura observar – são cerca de cento e poucas mil pessoas ou mais, nesse aspecto, que já estão cadastradas; é mais ou menos isso – uma forma com que as pessoas possam ter um pequeno espaço para trabalhar. Uma pessoa pequena não precisa de 50 hectares de terra; ela precisa de, no máximo, cinco hectares. Ela não precisa de uma produção muito grande. Ela produz, no máximo, até cem gramas de ouro por mês. Se a despesa dela se resume a 90%, ela acaba ficando com R$1 mil por mês. Essa pessoa não tem como sair de uma região difícil, do meio do mato, e ir a Belém, ao DNPM, ou a um lugar onde haja uma centralização, para fazer um documento, uma PLG ou coisa parecida. Então, a Anoro reivindica uma situação em que ela tenha um pequeno espaço para trabalhar, numa área, é lógico, em que se possa trabalhar, e faça um requerimento, para que a base de trabalho dela seja pequena. Não precisa ser grande, pois é um regime familiar de trabalho.

Para as grandes mineradoras que trabalham, para os grandes mineradores hoje, garimpagem é uma coisa, e garimpeiro é como se fosse outra coisa. Existe garimpagem com máquinas, tratores, tratores de esteiras, retroescavadeiras, e existem os garimpeiros pequenos, que são garimpeiros aluvionares, e assim por diante.

Vou dar só um exemplo para vocês aqui. Eu não sei se estou me alongando muito, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO. *Fora do microfone*.) – Não. Fique tranquilo.

O SR. JUAREZ DE OLIVEIRA E SILVA FILHO – Em 1979, em 1980, em Mato Grosso, houve um período em que garimpeiros vieram do Maranhão, do Norte e de outros lugares e começaram a trabalhar ali.

Naquele momento, as colonizadoras começaram a colonizar, como a Indeco, em Alta Floresta, em Sinop, em Colíder e em outros lugares. Como precisavam ser colonizadas essas terras, esses garimpeiros e pessoas que não tinham cultura e que não tinham condições de ter outro meio de vida na época começaram a ser um pouco perseguidos. Eram perseguidos naquelas matas. Eram achados grupos no meio do mato. Eles eram amarrados, eram metralhados. Morriam dez, vinte, de cada vez. Faziam o próprio buraco, onde jogavam os corpos dos amigos. Pegavam suas mulheres, jogavam gasolina na vagina – desculpem-me pela palavra –, metiam fogo. Faziam o garimpeiro ter relações com outro sem querer. Houve coisas assim absurdas. Inclusive, há um livro – posso passar o nome depois – que relata tudo isso. São pessoas que sofreram, que morrem de medo da Polícia, que morrem de medo de tudo isso e que se afundam nesses matos e vivem em situação extremamente precária. Essas pessoas hoje sofrem essa discriminação. E, a cada vez em que se faz um projeto, mais discriminadas elas ficam.

Hoje em dia, percebo que essas pessoas querem fazer seus documentos para trabalharem, mas elas não têm muita condição para isso. Um órgão – a Anoro se propõe a isso – teria de dar apoio para que elas pudessem trabalhar de forma digna, mas da forma com que elas trabalham, pois elas são pequenas, não são grandes. Então, é mais ou menos isto: essas pessoas estão um pouco no esquecimento.

A lei vem. A lei, nesse aspecto, tem de ser cumprida, mas há o seguinte aspecto: em várias cidades do Nordeste, há uma lei de meio ambiente, e a cidade é obrigada a ter tratamento de água e de esgoto, mas a cidade não tem esse tratamento, e todas as pessoas jogam dejetos na rua ou fazem um poço perto de uma fossa. Eles estão cometendo um crime. O que fazer com isso? Prende-se a cidade inteira? Esse é o caso de Itaituba, é o caso de algumas cidades do Norte e do Nordeste do Brasil, e assim por diante. Quando se coloca a lei para uma pessoa humilde como essa, é como se fosse decretada a prisão imediata dela, porque ela não sabe o que fazer, não discute, não está aqui sentada, não está discutindo. As entidades, as cooperativas são um pouco despreparadas para isso e não funcionam como a cooperativa da agricultura, que é um pouco diferente.

Percebo que o Brasil hoje precisa, sim, buscar suas divisas, trazer as coisas para dentro. Hoje, existe evasão de ouro no Brasil, e acredito que seja praticamente 40% da produção ou talvez um pouco mais nas escalas da fronteira de Porto Velho, da fronteira do Amazonas com a Venezuela, nesses lugares.

Dou um exemplo prático: em Oiapoque, havia três empresas legalmente estruturadas para comprar ouro, que eram as distribuidoras. Essas empresas compravam o ouro em Oiapoque. Também vinha ouro das Guianas. Ali se compravam aproximadamente 200kg de ouro por mês. Portanto, as empresas foram muito perseguidas com isso e, mesmo com documento fiscal, foram apreendidas. A melhor opção das empresas foi sair de lá. Fecharam as empresas, e hoje não há nenhuma legalizada lá, porque a pressão é grande. Porém, os 200kg continuam sendo produzidos. E vão para onde? Vão para o tráfico, para outra coisa, para onde? Então, tirou-se uma base legal, e lá hoje há uma estrutura de compra. Há uns 20 escritórios, por exemplo, mas todos ilegais.

Estou falando desses pequenos produtores por isto: porque são as pessoas que fuçaram muito para que, hoje, pudéssemos andar com um anelzinho de ouro no dedo e que sofreram bastante para isso.

Há outra coisa: o Brasil tem muito potencial na área de ouro. Quando ele deixou de ser um foco na bolsa, ele continuou produzindo. E exporta bastante hoje.

As empresas canadenses – visitei uma mina neste mês no Pará – estão evoluindo com essas minas. A tendência é melhorar. O Brasil tem potencial, é um País espetacular nesse aspecto, mas não pode deixar essas pessoas ficarem assim, sem apoio algum. Além de outras observações, uma base nossa é essa.

Quero agradecer pelas palavras, pela colocação que pude fazer para vocês.

O Brasil era o sexto colocado, em 1980, na produção de ouro e, hoje, é o décimo segundo ou décimo terceiro colocado ou está mais atrás ainda um pouco. O Chile passou na nossa frente, outros países pequenos estão passando na nossa frente, porque não estamos com estrutura de fornecimento de legalidade de área. A burocracia é muito grande. O processo tem de ser mais rápido para as empresas que querem produzir.

Fala-se da mineração, fala-se do ouro. Fui a uma mineração que estava procurando ouro, mas que achou cobre. Hoje, exporta-se muito cobre. Quando se procura um produto, acha-se outro. Se está procurando, por exemplo, amianto ou granito, sempre aparece outro produto; uma coisa vai puxando a outra. Só que, se uma

pessoa, por exemplo, tem água mineral, para ela pegar um requerimento para aprovar aquilo, ela tem de fazê-lo pensando nos netos, porque, na situação real, isso vai ficar muito difícil. A burocracia tem atrapalhado bastante, acredito, outros setores da mineração também.

Agradeço a todo mundo.

Se houver qualquer dúvida, podem perguntar depois para mim, se eu puder responder.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Obrigado, Juarez.

Notamos, nas suas falas, o sentido desta nossa audiência pública. Infelizmente, não há ninguém para ajudar; para atrapalhar, há um monte de gente. Infelizmente, essa é a nossa realidade. Nas suas falas, dizem do minerador, daquele pequeno que está no meio da selva e que, talvez, seja um dos mais dedicados, porque só sabe fazer isso. E a nossa legislação, infelizmente... Mas isso ocorre por enquanto, porque vamos fazer um trabalho aqui e vamos mostrar para o Brasil que o Brasil tem jeito.

Eu queria passar a palavra agora para Elmer Prata Salomão, para que também possa fazer sua explanação para nós.

O SR. ELMER PRATA SALOMÃO – Obrigado, Senador. Quero cumprimentá-lo pela iniciativa de ter criado esta Subcomissão e de ter se proposto a discutir com seriedade a questão mineral brasileira.

O setor mineral tem vivido momentos difíceis, e é importante que a Câmara maior do Brasil, o Senado Federal, possa se dedicar a estudar essa questão e a nos ajudar a avançar para dias melhores na mineração brasileira.

Sou Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa Mineral e gostaria de cumprimentar os demais membros da Mesa e o público.

Quero apresentar alguns números e alguns comentários a respeito da indústria mineral brasileira.

Para que possamos discutir a questão mineral, temos de conhecer bem como é a nossa indústria mineral brasileira e como funciona o mecanismo de descoberta de recursos minerais, de desenvolvimento e de produção.

O Brasil é um País essencialmente minerador, a mineração está na nossa história, temos bastante familiaridade com o processo mineral brasileiro.

Sempre mostro essa pirâmide, que é interessante para compreendermos o setor mineral e a ligação entre a prospecção mineral e a mina.

Essa é uma estatística brasileira dos últimos dez anos, de 2003 a 2014, que mostra que, nesse período, entraram, no Departamento Nacional de Produção Mineral, 227.675 requerimentos de pesquisa, ou seja, áreas inicialmente potenciais para mineração, áreas que as empresas e as pessoas físicas identificaram e que requereram ao Ministério de Minas e Energia, ao Departamento de Produção Mineral, o direito de pesquisar, ou seja, o direito de investir a risco para tentar descobrir uma jazida mineral. Desses 227 mil requerimentos, 169 mil, ou seja, aproximadamente 74% do total, transformaram-se em alvarás de pesquisa, tornaram-se autorizações de pesquisa. Nessas áreas, então, houve investimento, em maior ou menor grau, para a descoberta de uma jazida mineral. E, desses 169 mil requerimentos, 18,6 mil apresentaram relatórios finais de pesquisa, ou seja, o DNPM aprovou os relatórios finais. Essas são as áreas que, potencialmente, poderiam ser transformar numa mina ao final da pesquisa, 8% do ingresso inicial. E, desses 18,6 mil relatórios de pesquisa aprovados, 3,6 mil transformaram-se em portarias de lavra, autorizações para lavra – cerca de 1,6% do ingresso inicial. Essa é a margem de sucesso do empreendimento mineral.

Da ideia original de que ali poderia haver uma jazida até se chegar a uma mina, percorremos um longo caminho de investimentos a risco. São feitos investimentos por pessoas físicas e por pessoas jurídicas, para se chegar a uma mina. Digo isso para dar ideia de que tudo que intercalarmos, nesse percurso dessa pirâmide invertida, em termos de burocracia, de dificuldade de financiamento e de oneração, significa que estamos retardando a entrada em operação de uma mina.

É preciso que os dirigentes públicos tenham essa noção muito clara, porque é assim que se faz política pública, sabendo como começa e como termina. De modo geral, o que acontece? Todo mundo pensa que, no momento em que você requer uma área, você já descobriu uma mina. Todo mundo quer taxar, todo mundo quer cobrar de quem está investindo a risco. Quem investe a risco não tem de pagar, tem de ser estimulado, tem de ser apoiado. Não é aqui que o Governo tem de arrecadar.

Vamos ver, por exemplo, que, na atual minuta do novo marco legal que está circulando na Câmara Federal, foi criada uma taxa de fiscalização: as empresas grandes pagarão R$40 mil por ano para cada direito minerário que ela tenha; as médias pagarão R$20 mil; e as pequenas e as micro pagarão R$10 mil e R$5 mil, respectivamente. Fizemos uma conta: se imaginarmos que os novos direitos minerários por esse novo código serão de seis anos para pesquisa, a arrecadação prevista, na fase de pesquisa do Governo, será de aproximadamente R$1,3 bilhão por ano, ou seja, três ou quatro vezes mais do que se investe em exploração mineral

no País. Quer dizer que estamos criando uma taxa, e o minerador terá de pagar quatro vezes mais do que ele investe no chão para ser fiscalizado. Acho que ninguém faz conta. É preciso fazer uma conta. É simples como isso. Isso não pode passar. De alguma forma, vamos ter de resolver essa questão.

Esse é o gráfico da produção mineral brasileira. Vemos que, de 1994 até 2015 – esta é uma previsão –, estamos avançando. Durante muito tempo, as *commodities* ficaram com preços estabilizados por aqui, não houve maiores produções. E, a partir de 2002, o preço das *commodities* minerais começou a subir aceleradamente, e, evidentemente, por causa desse preço, a produção mineral brasileira em valor subiu aceleradamente até 2012. Em 2012, o mercado internacional começou a baixar, a China parou de comprar, e começamos a decrescer a nossa produção mineral.

Essa senoide que acontece periodicamente na mineração brasileira é clássica, é uma coisa muito simples: altos preços estimulam pesquisa com novas minas; minérios com baixo teor são colocados em produção; aumenta-se a produção; e, se, por acaso, há uma crise, reduz-se o preço, reduz-se a demanda, e aí entramos num círculo negativo de fechar minas, de paralisar pesquisa, até que tudo volte ao normal. Só que, dessa vez, essa foi a maior alta que o setor mineral sofreu praticamente em toda a sua história recente. Tivemos dez anos de bonança e, durante esses dez anos, infelizmente, não aproveitamos esse tempo para valorizar os nossos recursos minerais. Agora, temos de trabalhar na fase da crise. Vamos ver como podemos fazer isso. O Senador vai nos dar o caminho para isso, com certeza.

Quero pontuar um pouquinho o minério de ferro, porque o minério de ferro é a maior pauta de produção mineral que o Brasil tem. Isto é o que se produz de minério de ferro no Brasil: aproximadamente 400 milhões de toneladas de minério de ferro por ano. A Vale, solitariamente, produz 319 milhões de toneladas de minério de ferro e deve aumentar a produção, porque vai colocar em produção uma nova mina. São números expressivos, o Brasil já foi o maior exportador mundial de minério de ferro; infelizmente, não o é mais. Veremos essa comparação mais adiante.

Essa é a arrecadação da Compensação Financeira Pela Exploração de Recursos Minerais. A arrecadação de 2012 até 2015 mostra claramente o ciclo de depressão dos preços dos minérios, essencialmente o do minério de ferro, que chegou a valer US$180 a tonelada e que hoje está em torno de US$50 ou de US$55 a tonelada, sem previsão de retornar a patamares mais confortáveis. Mas é bem expressivo. Apesar de tudo, a arrecadação, por exemplo, em 2013, que foi um ano em que já estávamos em queda, mas em que as empresas aceleraram a produção, foi da ordem de mais de R$2 bilhões por ano. Portanto, a contribuição da mineração para o Governo é significativa. Se somarmos esses anos todos, veremos que o setor contribui de modo expressivo para o Tesouro Nacional.

Aqui, vemos a importância do minério de ferro na nossa balança. Essa coluna em vermelho é a arrecadação do minério de ferro diante da arrecadação total brasileira. Vejam, por exemplo, que, em 2015, a arrecadação era da ordem de 50%, já foi de 75% ou até um pouco mais, porque o preço do minério de ferro recuou, assim como as outras *commodities*, mas o peso dele é muito grande. De qualquer forma, o peso na arrecadação do minério de ferro é bastante considerável.

Essa é a arrecadação da taxa anual por hectare paga pelas empresas que têm autorização de pesquisa, que têm alvará de pesquisa. Essa taxa mede basicamente a saúde da atividade de pesquisa mineral, da atividade de gerar novas jazidas.

Vemos que ela está francamente em declínio, e isso se dá não por causa de inadimplência. O próprio DNPM informa que a inadimplência dessa contribuição específica, dessa taxa, é menor do que 10%; em alguns anos, chega a ser de 2%. Realmente, quando há esse declínio, isso significa que a exploração mineral está deixando de ser executada. Esse índice é bastante importante para nós.

Quando deixamos de gerar jazidas agora, isso significa que, quando o mercado retornar, não teremos jazidas para novas minas e perderemos, mais uma vez, o bonde da história.

Esses são investimentos globais em exploração mineral, em pesquisa mineral, em geração de novas jazidas no mundo, de 2001 para cá. Pode-se ver também que nossa curva de redução acompanha a curva de redução no mundo. A crise não é só brasileira, a crise é mundial. Todo mundo está deixando de investir. Chegamos a investir no mundo US$24 bilhões de pesquisa mineral por ano, e a previsão para 2015 é a de que vamos investir pouco mais de US$11 bilhões. Desse total, o Brasil fica com aproximadamente 3%, não fica com mais do que isso, não.

Essa é uma paisagem do comércio exterior de bens minerais. Vemos que nossa balança comercial é francamente superavitária. Embora esteja em declínio, é superavitária. Do ano de 2013 para 2014, por exemplo, nossas exportações tiveram uma redução em valor de cerca de 16% a 17%, e, mesmo assim, ainda geramos um superávit, em 2014, de US$26 bilhões. O carro chefe dessa exportação é o minério de ferro; aliás, ele é o carro chefe das exportações brasileiras. Exportamos o minério de ferro um pouco mais do que a soja.

Uma coisa importante é que os minerais metálicos, que são o motivo dessas agências, representam aproximadamente 91% das exportações brasileiras de bens minerais. Em compensação, nas nossas importações, os não metálicos representam mais de 86%. Somos praticamente autossuficientes em minerais metálicos, nós os exportamos, mas não o somos em relação aos não metálicos, principalmente àqueles vinculados à siderurgia, representados pelo carvão metalúrgico de que o Brasil não dispõe, e aos bens minerais relativos à agricultura. Principalmente quanto ao potássio, somos fortemente dependentes do exterior; importamos mais de 90% das nossas necessidades de agricultura. Quanto ao fosfato, ainda importamos cerca de 40% do fosfato necessário para a agricultura brasileira. Importamos ainda um pouco de enxofre. Digo isso, sem falar nos nitrogenados, que não são da pauta mineral, porque são derivados do petróleo; quanto a estes, ainda não temos uma produção nacional e, portanto, nós os importamos.

Esta aqui é apenas uma comparação entre o que a mineração produz de excedente nas exportações e o que o Brasil, como um todo, produz.

Vamos focar aqui em 2014, por exemplo. O setor mineral teve US$26 bilhões de superávit em sua balança comercial específica, e o Brasil, na sua balança global, teve um déficit de US$4 bilhões. A mineração paga todas as contas brasileiras de petróleo, de todas as outras importações, e compensa largamente o déficit. Se a mineração não tivesse esse superávit, o nosso déficit seria de outra ordem, seria de uma ordem gigantesca.

Incluí esse quadro na apresentação. Essa é a evolução da produção australiana de minério de ferro. De 2002 a 2015, a Austrália quintuplicou a produção mineral, valorizando naturalmente o potencial do seu território e estimulando suas empresas a produzirem mais, aproveitando exatamente o *boom* das *commodities* minerais.

Comparando o que o Brasil exportou de minério de ferro e o que a Austrália exportou, vemos como perdemos o trem da história. Até 2009, o Brasil era o maior exportador mundial de minério de ferro, iniciando em 2002 uma ascensão grande. Em 2009, a Austrália já ultrapassou o País e, hoje, exporta 600 milhões de toneladas de minério de ferro, enquanto o Brasil exporta 400 milhões de toneladas. Não temos condições de tirar essa diferença mais, mesmo com a entrada em produção de todas as nossas potenciais minas de ferro. Teremos de nos agasalhar no segundo lugar de exportação mesmo. E temos de considerar ainda que nosso minério de ferro é muito melhor do que o da Austrália. A Austrália leva vantagem com a proximidade da China, que era o maior consumidor nesse período, mas nosso minério de ferro é muito melhor. Então, poderíamos ter aproveitado um pouco mais essa vantagem.

Só para lembrar, a Vale do Rio Doce, que está colocando em produção uma gigantesca mina de ferro, com 90 milhões de toneladas por ano, gastou mais de quatro anos para conseguir suas licenças ambientais. Enquanto isso, o projeto estava em compasso de espera.

Para encerrar, eu gostaria de fazer uma pequena atualização de como anda o marco regulatório da mineração que está em discussão, neste momento, na Câmara Federal...

(Soa a campainha.)

O SR. ELMER PRATA SALOMÃO – ...e que, espero, deverá chegar a este Senado.

O Deputado Leonardo Quintão, que é o Relator, teoricamente está concluindo o seu substitutivo, que deve reintroduzir o direito de prioridade e restabelecer o protagonismo da iniciativa privada. Ele melhorou bastante o projeto original do Governo, que era muito ruim, mas, realmente, ainda não é o projeto dos sonhos da mineração, não, mas é o que existe. O Deputado Quintão tem ouvido bastante a comunidade. Espero que ele possa produzir o substitutivo e que, chegando esse substitutivo ao Senado, seja mais fácil trabalhá-lo aqui.

O substitutivo deveria ter sido votado no mês de setembro na Comissão Especial. Porém, isso não ocorreu. E, surpreendentemente, no dia 29 de setembro, na semana passada, o Presidente da Câmara dos Deputados leu, em plenário, o ato da Mesa que cria uma nova Comissão Especial para tratar do Código de Mineração. Neste momento, convivem, na Câmara Federal, duas Comissões. A nova Comissão, por exemplo, foi criada com base no art. 34 do Regimento da Câmara, que prevê a criação de Comissão Especial temporária para tratar de projetos de código. O que está lá não é um projeto de código. A outra Comissão foi criada porque o projeto foi encaminhado em regime de urgência pelo Poder Executivo, e códigos não podem ser tratados em regime de urgência. Foi chamado de marco legal, como o Dr. Bustamante estava explicando, mas, certamente, não é o código.

Portanto, agora, ficamos sem saber exatamente o que está acontecendo. Há uma previsão regimental para a existência simultânea das duas Comissões, mas temos de lembrar que a Comissão Especial na qual o Deputado Leonardo pretende aprovar seu substitutivo, teoricamente, já encerrou seu período, porque já se passaram 40 sessões legislativas. Portanto, isso estaria encerrado.

Esse é o último balanço da tramitação deste Projeto de Lei nº 5.807, na Câmara Federal. Espero que a gente tenha algumas explicações adicionais no decorrer dessas próximas semanas.

Quero agradecer a todos pela paciência de ouvir esta apresentação meio enfadonha.

Agradeço, mais uma vez, ao Senador pela oportunidade de estar aqui, nesta Subcomissão.

Muito obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Peço a palavra pela ordem, Presidente Wilder Morais.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Com a palavra, a Senadora Ana Amélia, do meu Partido.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria agradecer o convite de V. Exª para vir aqui. Só lamento profundamente não acompanhar todas as exposições sobre uma matéria tão relevante.

Embora meu Estado não tenha um perfil de mineração como o tem Minas Gerais, o Pará e outros Estados, temos concentrando ali a mineração de carvão mineral, que não chega a ter uma posição de destaque.

Eu estava ouvindo o Dr. Elmer.

Desculpe-me por fazer uma brincadeira, Dr. Elmer. Mas, ao começar uma segunda-feira com tantos problemas, com tanta crise, eu lembraria que o senhor é um predestinado e poderia estar naquela série de José Simão que passa pela manhã na Band. O seu nome é Elmer Prata Salomão, e prata faz parte da mineração de alta qualidade. O senhor é o Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral. Portanto, pelo seu nome, o senhor está absolutamente predestinado para o cargo que exerce nessa liderança.

Vou me referir à última informação dessa lâmina que o senhor apresentou aqui. Nós batemos cabeça no Congresso Nacional, e isso acaba afetando dramaticamente o desempenho da economia brasileira. Nós perdemos competitividade não só na mineração. O senhor nos mostrou o salto que deu a Austrália, comparativamente ao Brasil. É claro que a Austrália está bem mais perto da China do que nós, mas existem outros gargalos graves que nós não superamos e que a Austrália já superou há muito tempo: burocracia, papelada, tributação. Vou lhe dizer: é uma floresta de coisas que impedem exatamente a competitividade do setor.

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas o mais grave é a insegurança jurídica, que é provocada por essas coisas aqui.

Ora, duas comissões para fazer o quê? A mesma coisa. Há uma Comissão Especial para tratar do Código de Mineração, e há outra Comissão que pode funcionar com a mesma finalidade. É evidente que, em algum momento, vai haver cruzamentos diversos e antagônicos até. Estou me lembrando de uma iniciativa do Senador Anastasia para criar uma legislação de qualidade, para que as coisas sejam mais claras do ponto de vista da produção e sejam mais simples. Parece que temos o gosto cartorial de dificultar as coisas, até a compreensão de uma lei. Então, se há uma comissão já funcionando, por que não usar a sua energia para outras finalidades?

Hoje, o setor siderúrgico brasileiro, que é filho da mineração, está enfrentando a mais aguda crise que já viveu na história, não só pela situação da China, mas também pela situação do custo Brasil e pela questão cambial. A descapitalização de grandes empresas – é um grupo não muito grande de empresas, e eu falo isto porque, no Rio Grande do Sul, há o Grupo Gerdau – é preocupante. Não vou usar outras palavras, mas é preocupante a perda de capitalização dessas empresas. É claro que, agora, com a desvalorização do real frente ao dólar, há uma perspectiva de melhora, mas tudo vai depender. Nós somos dependentes da China, no caso do minério. Já fomos dependentes do Japão, que está mais perto da Austrália.

Como jornalista, que fui durante muito tempo, acompanhei essa questão. Não vejo que seja o fim do mundo sermos exportadores de matérias-primas. Os Estados Unidos são exportadores de matérias-primas. É claro que é muito melhor agregar valor, mas é preciso ter inteligência para compatibilizar as duas coisas.

Então, eu queria cumprimentá-lo pela exposição.

Sobretudo, chamo a atenção para isto que é um grande mal no nosso País, que é a burocracia e a falta de clareza na legislação para facilitar, e não dificultar, a vida de quem é empreendedor, especialmente numa área tão especializada quanto é a área da mineração.

Temos aí o manganês e tantas riquezas que não são ainda exploradas economicamente. V. Sª mesmo falou da questão dos nitrogenados, que não é um produto de origem mineral, é um fóssil químico derivado do petróleo, e o Brasil depende da importação para fazer adubo fertilizante, que é a máquina da economia brasileira. O Senador Wilder é de um Estado agrícola, que é Goiás. Eu sou do Rio Grande do Sul. E nós já tínhamos de ser autossuficientes nessa produção.

Então, quando a gente vê o que está acontecendo com a Petrobras hoje, a gente fica se perguntando: por que não se fez isso antes? O que houve? E perdemos. Esta é uma área fundamental, a de fertilizantes. Mas

espero que tenhamos, com a mineração, também a possibilidade de fazermos outras iniciativas que venham a ajudar a economia brasileira.

Quero renovar o cumprimento ao Senador Wilder pela iniciativa desta Subcomissão, para se dar esse acompanhamento na área da mineração, que é um setor, eu diria, abandonado um pouco. Nós precisamos dar atenção maior para o setor também.

Meus cumprimentos, Dr. Elmer! Desculpe-me pela brincadeira. O Prata aí está bem justificado no ofício de V. Sª na representação da entidade.

Obrigada, Senador. Parabéns, Senador Wilder, pela iniciativa!

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Obrigado, Senadora.

Essa é a discussão, Senadora. Venho do setor produtivo e acompanho a dificuldade que o setor mineral tem hoje. É um negócio impressionante! A incerteza que o Governo criou para esse setor fez com que as empresas... São investimentos de longo prazo. É uma loteria! V. Exª não tinha chegado aqui antes, mas foi mostrado que, de 100%, 1,6% é o que se produz. Imagine! É operação de alto risco para netos.

Então, o que esse setor representa? É o que tenho dito nas reuniões com o Ministro. Neste Brasil, não sei o que as pessoas pensam. Seria simples se se pensasse na balança comercial. Num momento difícil, num momento de crise, qual setor poderia dar uma resposta muito rápida? Seria esse setor. Imagine, como diz V. Exª, termos de importar produtos para a agricultura! Não dá para aceitar um negócio desse.

E, no presidencialismo, o que mais me dói é que a força da Presidente é imediata. O que estamos fazendo aqui é apoio, mas eles poderiam fazer isso muito rapidamente se quisessem. Imagine criar duas comissões!

Sabe o que estamos fazendo, Senadora? Estamos antecipando, e isto é histórico. Eu, que venho do setor produtivo, convidei o setor mineral: vamos debater, vamos fazer um belo relatório, porque, quando isso chegar ao Senado, vamos estar preparados.

O que está sendo discutido há mais de dois anos – o Elmer sabe disso – é a insegurança. O nosso Estado é produtor, mas nós perdemos investimentos grandiosos. Alguns grupos tinham como investimento, há dois ou três anos, alguns bilhões, mas, naquele momento, a burocracia foi muito grande. Havia falta de clareza quanto ao investimento internacional, o que fez com que essas empresas não investissem no meu Estado como também em outros Estados, com certeza, como o Estado de V. Exª, o Rio Grande do Sul.

Hoje, a nossa discussão é sobre a segurança do pesquisador que investe. O Brasil inteiro... Pelas pesquisas, somos a maior reserva de minério do mundo! Será que a nossa geração não vai viver esta glória, este momento de produzir, colocando o Brasil num patamar diferente? Acho que isso depende de nós e, talvez, da nossa contribuição.

O Brasil inteiro está vendo o quanto a gente tem buscado defender esse setor importante, que gera emprego, que gera renda. Só produzindo, vamos diminuir a desigualdade social.

Obrigado, Senadora.

Eu gostaria de passar a palavra...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Dizem que o que é bom está debaixo da terra, não é, Senador? E não é só a mandioca. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – É a Presidente que fala muito da mandioca.

Eu gostaria de passar a palavra a Milton Rego, Presidente Executivo da Abal.

O SR. MILTON REGO – Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a esta Subcomissão, ao Senador Wilder, porque considero que esta discussão nesta Casa é absolutamente pertinente e chega aqui em uma excelente hora, porque toda essa questão do código minerário é uma questão de país, é uma questão de sociedade, é uma questão que tem uma influência muito grande na nossa economia e vai ter ainda mais.

Cumprimentando meus colegas de Mesa, quero falar que, além de o Elmer ser Prata, ele tem o sobrenome Salomão, e este rei tem várias minas, conforme a história.

Eu trouxe para esta Subcomissão uma pequena apresentação sobre o alumínio. Apesar de fazermos uma conexão do alumínio apenas com a latinha, ele é um metal que está muito presente em nossa vida, mais do que as pessoas se dão conta.

Vou falar rapidamente sobre a mineração da bauxita, sobre a produção da alumina, sobre a produção do alumínio e sobre os desafios que se impõem para essa indústria em relação ao Código de Mineração.

Vocês vão ver que o alumínio completa bem o panorama da mineração brasileira. Há peculiaridades na parte de ouro, há particularidades que o Elmer descreveu, principalmente na parte de minério de ferro, e daí nós temos o alumínio e a bauxita.

Eu represento a Abal, que é a Associação Brasileira do Alumínio, que tem 45 anos de fundação e que tem 62 membros. Dentro da Abal, temos 100% da produção primária do alumínio, da mineração da bauxita e da produção do alumínio, e 80% do consumo doméstico do alumínio.

Esses são os objetivos da Associação, que são objetivos mais ou menos comuns aos demais segmentos. Essas são as empresas associadas. Do ponto de vista de mineração, essas são as empresas que fazem parte da Abal e que mineram no Brasil a bauxita, mineral que é matéria-prima para se fazer alumínio.

A cadeia do alumínio é uma cadeia bem longa, que começa com a produção da bauxita e com a produção da alumina. A alumina é um concentrado do óxido de alumínio que há na bauxita. A bauxita é uma argila, é uma sopa de minerais. Há uma etapa industrial para a produção de alumina; depois, há a produção de alumínio primário, que pode ter aquelas formas. Você faz os semimanufaturados, você faz os produtos de alumínio, que têm várias aplicações: construção civil; indústria de transporte; indústria de eletricidade – todos os cabos usados nas linhas das hidrelétricas são de alumínio, por exemplo –; bens de consumo – o alumínio é comum nas nossas casas –; embalagens – todas as embalagens de produtos alimentícios são de alumínio –; máquinas e equipamentos; e outros.

Além disso, há uma etapa importante, que é a parte da reciclagem do alumínio. O alumínio é o metal que mais é reciclado no mundo inteiro e também é o metal que mais é reciclado no Brasil. Hoje, mais ou menos um terço do alumínio, como vamos ver na frente, vem da reciclagem.

A respeito das reservas de bauxita, que é onde começa a produção do alumínio, o Brasil, hoje, detém a terceira maior reserva – aquela produção ali é a de 2014 e ali é a de 2015 – e é o quarto em produção de bauxita, é o terceiro em produção de alumina. Em 2009, o Brasil era o sexto produtor de alumínio. É aquela última coluna. Vocês vão ver o que acontece. A cada ano, o Brasil perde uma posição e hoje é o décimo produtor de alumínio. Então, passou de quinto para décimo produtor de alumínio em seis anos.

Essa é a produção da cadeia do alumínio. Essa é a produção do IBGE, que é uma produção teórica. Eu quero só que vocês lembrem que a produção é de R$42,9 bilhões e que o faturamento das empresas é de R$54,6 bilhões. Foi responsável – também dados do IBGE, de 2014 – por 123 mil empregos diretos. Esses empregos diretos estão na mineração da bauxita, na produção de alumina, na produção de alumínio, na transformação desse alumínio e na produção de produtos finais de alumínio até a reciclagem, que é bem conhecida e que tem toda a parte de cooperativas.

Esses são os indicadores econômico-financeiros da cadeia do alumínio.

Dos R$54 bilhões de faturamento bruto, você tem o valor da produção de R$42 bilhões e o valor adicionado, para aqueles que são familiarizados com essa metodologia do IBGE, de R$13 bilhões. São, assim, mais de 120 mil pessoas ocupadas.

Essa é a produção mineral, a produção da bauxita, que é matéria-prima para a indústria do alumínio. Vocês veem aqui que há um crescente na produção da bauxita em virtude do crescimento da indústria de alumínio no mundo inteiro. A indústria do alumínio no mundo inteiro cresce a 6% ao ano. O fato de o alumínio ser um metal muito recente... O alumínio está no dia a dia e na indústria a partir do século XX, entre a primeira e a Segunda Guerra Mundial, quando se começou a produzir alumínio industrialmente. Então, esse metal, que é muito leve, muito resistente e resistente à corrosão, durante todo esse século, veio substituindo outros metais e outros elementos, outros materiais, como o vidro, por exemplo. Isso fez com que a demanda de bauxita crescesse muito, e o Brasil, devido ao fato de ter a terceira maior reserva de bauxita do mundo, de excelente qualidade, acompanhou o crescimento da utilização do alumínio no mundo.

Se você compara com o minério de ferro, que foi, inclusive, tema da outra apresentação... Essa é a produção de minério de ferro de 2014: 391 milhões. Quando se vai para a bauxita, vê-se que ela é bem menor: 36 milhões de toneladas. Só que, diferentemente do minério de ferro – 84% do total minerado no minério de ferro vão para a exportação, ou seja, não sofrem industrialização no País –, no caso da bauxita, somente 25% são exportados. Então, 75% sofrem industrialização no País. Essa bauxita vai ser industrializada para formar a alumina e, depois, se transformar em alumínio. Desses 36 milhões, 75%,19,1 milhões, são para consumo metálico, ou seja, para a produção de alumínio, 1,3 milhão vão para outros usos – a produção de alumina e bauxita é utilizada na indústria de tintas e em outras indústrias – e 8,4 milhões são exportados, que são esses 25% aqui.

A produção da indústria do alumínio no Brasil – agora a gente tem a parte da produção de alumina; depois da bauxita, você tem a industrialização dessa bauxita para a produção de alumina – cresce junto com a produção de bauxita, e o Brasil produziu, em 2014, 10 milhões de toneladas.

Já o alumínio não tem um desempenho tão bom.

Essa é a produção de alumínio primário no Brasil.

O que aconteceu foi que, nas décadas de 80 e 90, você teve grandes investimentos das empresas na produção de alumínio, fazendo com que o Brasil chegasse, em 2008, a produzir 1,6 milhão toneladas de alu-

mínio, metal alumínio, que vem da bauxita e da alumina. Esse alumínio cai sistematicamente a partir de 2008, e a previsão de produção de alumínio primário no Brasil – a gente chama de alumínio primário esse alumínio que vem da bauxita e da alumina para fazer diferença do alumínio secundário, que vem da reciclagem – é de metade do que nós produzimos em 2008.

Agora, quanto à última parte da produção de alumínio, que é a reciclagem da sucata de alumínio no Brasil, o Brasil é responsável, hoje, por 34% de reciclagem do total de alumínio. Ou seja, 34% da utilização do alumínio vem da reciclagem, sendo que lata é o principal produto reciclado no Brasil, em função do tempo que uma lata vai para a gôndola de supermercado e volta para a gôndola de supermercado, que é muito curto. Então, essa taxa de reciclagem é muito grande.

No consumo mundial de alumínio, o Brasil está em sétimo lugar. Hoje, por exemplo, a China produz e consome metade do alumínio do mundo. E o consumo de alumínio vem por conta da eletricidade, da utilização em linhas de transmissão de eletricidade, de bens de consumo, da construção civil – toda construção civil que tem vidro tem alumínio atrás do vidro –, do transporte automotivo – todo avião é feito de alumínio, todo o transporte ferroviário é feito com alumínio –, de máquinas, equipamentos e embalagens.

A taxa média de crescimento no Brasil é levemente superior a 5% ao ano.

Esse é o gráfico que vocês viram. Olhem o que aconteceu nos últimos anos: nós tivemos um decréscimo desde 2008, quando houve o fechamento de várias plantas de alumínio – nos últimos cinco anos, foram fechadas cinco plantas de alumínio –, o que fez com que a capacidade instalada ociosa do alumínio seja a metade da capacidade produtiva.

O consumo do Brasil é muito baseado na parte de embalagens, na parte de transportes e de construção civil, sendo que em mercados mais maduros você tem a parte de transportes muito mais forte.

Você tem uma geração de empregos importante, diretos e indiretos, chegando a meio milhão de empregos.

Você tem vários programas de responsabilidade social das empresas que mineram a bauxita e produzem a alumina. Esses são alguns.

E o investimento que foi feito na mineração da bauxita no Brasil nos últimos dez anos foi de R$36 bilhões. Infelizmente, esse investimento está caindo ao longo dos anos, em virtude da queda de rentabilidade da indústria brasileira. Vocês viram a questão do alumínio. E também há uma queda de toda a indústria brasileira.

Esse é o retorno de capital. Esses são dados públicos do MDIC, do BNDES e do IBGE. Este é o retorno sobre o capital da cadeia do alumínio no Brasil: em 2007, 15%; em 2014, 3,8%, o que é muito baixo. Isso aí inibe investimento. É o que nós vemos nesse gráfico aqui.

Uma coisa importante... Isso aqui nem foi feito pela Abal, mas pela Abiquim. Esse é um quadro que mostra os diversos setores e a relação, o impacto dos setores a jusante e impactos em setores a montante, que são os efeitos para frente e para trás da economia.

Isso mostra, basicamente, o quanto setor impacta tanto setores consumidores quanto setores fornecedores, não é?

Commodities minerais, produtos metálicos, produtos químicos e petróleo estão nesse quadrante. Ou seja, são setores que são propulsores da economia. Esses são dados, de novo, do IBGE, resultados de uma pesquisa, de um trabalho da Fundação Getúlio Vargas e da Universidade de Cambridge.

Nós já vimos esse quadro, que mostra a bauxita, a alumina, o alumínio primário, as diversas formas que esse alumínio primário tem, os semimanufaturados, os produtos e as aplicações.

Uma coisa importante é que, para cada real investido na extração, você tem um desdobramento de R$5,20 da metalurgia, em adição de valor, e você tem R$9,33, na transformação, o que dá R$16,15 para cada real investido na extração. Isso torna a bauxita e o alumínio muito característicos, porque é um segmento de muito valor adicionado, diferentemente da média dos minerais.

A mesma coisa vale para os empregos diretos: a cada emprego direto na extração, você tem oito na metalurgia e 26 na transformação, no total de 34 empregos diretos. O que eu quero mostrar com esse quadro? A importância de você ter uma legislação que consiga dar uma visão sobre agregação de valor na cadeia. Isto é fundamental em qualquer discussão sobre mineração, que é a primeira parte dessa cadeia. Quando você passa daqui para cá, os Estados começam a ter, além da CFEM, impostos, porque daí você começa a ter ICMS. Aqui, você tem PIS, Cofins, ICMS. Então, quanto mais você vem para cá, mais você tem impostos na cadeia e para toda a economia.

Por isso mesmo, os itens que eu vou mostrar para vocês sobre o Código de Mineração... A que código eu estou me referindo? Estou me referindo à versão que foi disponibilizada, que não é uma versão oficial, porque a comissão ainda não teve um produto para a discussão, mas que é a disponível e a que foi apresentada pelo Relator.

Uma questão é reconhecer o mérito da agregação de valor – foi tudo isso que eu falei –, garantir que a eventual alteração da CFEM não prejudique a competitividade da mineração de bauxita, da produção de alumina e da produção de alumínio primário – esses artigos são os artigos da última versão, 72 e 73 –, incentivar a produção nacional da indústria mineral, estimular a concorrência na área livre, além de fomentar a pesquisa no Brasil. Isso está absolutamente alinhado com toda a cadeia da mineração, com todas as outras associações de mineração.

E, durante a última tramitação do código, a Abal fez uma sugestão. O que acontece? No Código de Mineração, você tem a CFEM, que prevê uma redução de 50% caso o mineral seja industrializado no País. Então, você tem duas formas de cobrar a CFEM: ou o mineral é exportado ou o mineral é industrializado. Uma vez que ele é industrializado, ele entra na cadeia para uma série de outros impostos. Por isso mesmo, a versão do código que estava em discussão previa uma redução de 50% da CFEM. Só que essa redução tinha uma vedação: empresas coligadas ou do mesmo grupo não teriam esse desconto. Qual era o racional atrás disso? Que a base para o cálculo da CFEM, anteriormente, era uma base de custo contábil da produção mineral. Isso foi mudado para um preço de referência, ou seja, um preço que é dado pela agência nacional. Feito isto, não tem sentido fazer distinção entre empresas integradas e não integradas.

Então, isso foi um erro na última versão do código, e nós sugerimos que essa vedação sobre a CFEM não fosse incluída na versão do código, mas, como não há uma versão oficial, isso está em aberto.

Era isso que eu gostaria de falar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Agradeço as palavras do Milton Rego.

Recebemos algumas perguntas de quem nos acompanha aqui e de quem nos acompanha pela internet ou pela televisão, mas, antes de passar as perguntas para os nossos palestrantes, eu gostaria de agradecer a presença do Dr. Fernando, da *trade* de Goiás.

Obrigado, Fernando, pela sua equipe, que está, neste momento, conduzindo uma equipe da Rússia.

Os nomes são complicados, mas vou tentar, com o meu inglês portunhol. falar: Eugene, Aleksandr e Yuri, Presidente da Comissão da Rússia.

Muito obrigado pela presença.

Também agradeço à Núbia, da Associação Brasileira de Carvão Mineral, aqui presente, agradeço ao Elvino de Carvalho, do Ministério de Minas e Energia, agradeço ao Dr. Juarez de Oliveira, da Anoro, que está presente, agradeço ao Presidente Rubens Alves, da Asemi – Associação de Engenheiros de Minas do Distrito Federal, ao Presidente Kleber Farias Pinto, da Federação dos Engenheiros de Minas do Brasil, ao Ricardo Fraguas, da Consultoria Ambiental, à Ana Beatriz de Araújo, da Pinheiro Neto Advogados, à Maria de Lourdes, da Câmara, Liderança do PRB, e ao Luiz Antônio Vessani, do meu Estado, um dos grandes defensores e, talvez, um dos grandes provocadores, sempre presente com a gente nesta Comissão.

Agradeço também ao nosso consultor Bustamante, do Senado, conhecedor profundo dessa causa, agradeço pela presença aos advogados Adriano e Vanessa, que vieram nos prestigiar hoje.

E agradeço, como já disse, anteriormente, à minha linda mãe, que está aqui presente, e à Priscila.

Obrigado pela presença de todos.

Eu gostaria de passar aos nossos convidados algumas perguntas aos nossos convidados, que nos foram enviadas agora.

Pergunta ao Sr. Juarez de Oliveira e Silva Filho: "Além do Estatuto do Garimpeiro, materializado na Lei nº 11.685, de 2 de junho de 2008, quais sugestões o Sr. Juarez de Oliveira tem que possam ser acrescidas ao novo Código de Mineração para incentivar e proteger esses pequenos produtores de ouro?"

Segunda pergunta: "O que pode ser feito para melhorar o convívio entre a atividade garimpeira e a exploração e produção de ouro por empresas de grande porte?"

Encaminho as perguntas ao Juarez e vou terminar para que vocês possam...

Perguntas que vem para o Sr. Elmer Salomão, Presidente da ABPM: "Como o senhor compara o sistema legal para pesquisa mineral brasileira com os dos países da América Latina, como Chile e Peru?" "O sistema brasileiro ficaria mais atrativo com a proposta do novo Código de Mineração? Como podemos aperfeiçoá-lo?"

Segunda pergunta: "Segundo a vossa avaliação, qual foi o impacto da proposta do novo Código de Mineração para as atividades das empresas dedicadas à pesquisa mineral no Brasil?"

Terceira pergunta: "Sobre a proposta de bônus de descoberta e de participação no resultado da lavra, como o senhor avalia a sugestão do Poder Executivo frente aos desafios da pesquisa mineral no Brasil?"

Quarta pergunta: "Os novos encargos que foram propostos pelo Poder Executivo podem sufocar a atividade de pesquisa mineral no Brasil?"

Elmer.

Mais uma?

Pergunta ao Milton Rego, Presidente da Abal: "A Medida Provisória nº 572, de 2012, reduziu a tarifa de energia para consumidores cativos. Entretanto, reiterou a energia elétrica disponível no mercado livre, que atende, entre outros, aquelas empresas produtoras de alumínio. Dito isto, pergunto: como as medidas adotadas pelo Poder Executivo no setor elétrico têm afetado a indústria de alumínio no Brasil?"

Segunda pergunta: "Recentemente, a Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional uma medida provisória para a prorrogação de contratos de fornecimento de energia elétrica com tarifa subsidiada aos grandes consumidores industriais do Nordeste. Durante o processo de discussão no Legislativo, propõe-se a extinção dessas tarifas subsidiadas para consumidores industriais específicos das Regiões Sudeste e Centro-Oeste. Pergunto: como a Abal vê esse tipo de proposta?"

Encaminho também.

Outra pergunta, que veio do nosso participante Ricardo Fraguas, do Acre. Pergunta ao Presidente da ABPM, Sr. Elmer Prata Salomão: "O Relatório preliminar sobre Novo Marco Regulatório foi disponibilizado no início de setembro e mantém o direito de prioridade. na sua análise houve avanço para a convergência dos interesses do setor de pesquisa mineral?"

Então, eu passo também essa pergunta que veio do Ricardo, do Acre, ao Elmer e gostaria de franquear a palavra ao Juarez de Oliveira e Silva para que possa responder a pergunta de quem nos acompanha neste momento.

O SR. JUAREZ DE OLIVEIRA E SILVA FILHO – Bom, a primeira pergunta, como eu havia até colocado, é, além do Estatuto do Garimpeiro, o que eu acrescentaria no novo Código de Mineração para incentivar e proteger esse pequeno produtor.

Eu classificaria esse pequeno produtor como garimpeiro simples, aquele que trabalha em regime familiar com extração de ouro aluvionar em áreas de até cinco hectares, com extração, no máximo, de 100 gramas de ouro puro no mês.

Na segunda pergunta, ele questiona o que pode ser feito para melhorar o convívio entre as grandes mineradoras e o pequeno produtor.

Complementando a primeira, o pequeno produtor, o garimpeiro simples, solicitaria, através de uma empresa, às empresas que compram, por exemplo, via internet, uma área de reserva garimpeira para o DNPM, mostrando a localização dela, e o DNPM teria 30 dias para responder. Não respondendo, a área está permitida. Depois, após um ou dois anos, ele renovaria esse pedido. Mas, a partir da omissão da resposta, ele já teria essa autorização e não ficaria ilegal. Mas o órgão teria que andar um pouco mais rápido para ele poder trabalhar.

Comento aqui um pouco sobre as estatísticas.

A Itália produz, em fábricas de joias através de ouro, cerca de 300 toneladas/ano. O Brasil produz 20. Então, nós importamos muito esses produtos de joias para fabricar... Elas chegam aqui quase prontas, faltando apenas terminar. É mais ou menos isso.

Para poder haver uma harmonia entre a grande e a pequena mineradoras, acho que há solução, sim.

Não sei se vocês se lembram de quando o Eike Batista começou a vida dele no Planeta, que é uma região em Alta Floresta. Nessa época – voltando um pouco para a minha vida particular –, eu tive a oportunidade de trabalhar para o Eike Batista. Eu trabalhava com ele indo para aquelas regiões remotas para adquirir ouro, porque, além de ele adquirir ouro, ele produzia no Planeta. E lá, num setor do Planeta, havia um senhor chamado Ditão. O Eike cedia algumas áreas para que houvesse garimpagem lá. Então, não havia esse tipo de conflito, porque, quando uma mineradora faz a requisição de uma área, é uma requisição muito grande. Ela faz uma requisição de dez mil hectares e trabalha em dois. Faz uma requisição de 100 mil hectares, mas trabalha em cinco, em dez. Então, ela faz uma reserva futura para ir trabalhando, trabalhando... Acontece que esse pequeno produtor vai a uma profundidade muito rasa. Ele vai a 10m ou, estourando, a 20m, porque ele não tem muita capacidade para isso. E a grande mineradora vai a 200m, ou, se for *shaft*, a 500m de profundidade. É outra estrutura. Na verdade, essa decapagem que ela faz acaba não atrapalhando a grande mineradora.

Então, dá, sim, para conviver com isso. Não existe uma cota nas escolas, para que não haja discriminação? Não existe cota para um tipo de pessoa entrar na faculdade? Então, poderia, sim, haver uma cota, na área de mineração, reservada para esses pequenos produtores.

Essa é a resposta. Se não respondi bem, ele pergunta novamente depois.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Juarez, obrigado pelas suas respostas.

Passo ao Elmer para fazer as suas considerações finais sobre as perguntas.

Com a palavra o Sr. Elmer.

O SR. ELMER PRATA SALOMÃO – Bom, a primeira pergunta é sobre a comparação do sistema legal para a pesquisa mineral do Brasil com o de outros países da América Latina, como o Chile e o Peru.

Existem algumas diferenças que podem ser destacadas. Por exemplo, no Chile, a Justiça Comum resolve todos os problemas de concessão. Não há um órgão específico para fazer as concessões. O Peru tem algumas facilidades a mais do que a gente, principalmente na parte burocrática. Mas o que é importante não é isso. O que é importante é o seguinte: o que liquida com o sistema brasileiro é a insegurança jurídica. Quer dizer, o Código de Mineração que nós executamos desde a década de 60 é de boa qualidade, tanto que a mineração brasileira cresceu substancialmente dentro do período desse código, que foi, evidentemente, suficiente para poder suportar esse crescimento da mineração brasileira. O que nós não temos, na verdade, é um DNPM do tamanho necessário para executar o Código de Mineração.

O Brasil tem um certo viés legiferante, nós achamos que tudo se resolve com uma nova lei. Não é a nova lei que resolve; o que resolve é executar bem a lei que está aí, a lei que está...

Se nós podemos perguntarmos a todos os CEOs das empresas de exploração mineral se eles deixaram de investir no Brasil por causa do Código de Mineração atual, todos vão dizer que não. Agora, se nós perguntarmos para esses mesmos CEOs se eles deixam de investir quando acontece essa confusão enorme que aconteceu com o novo código, eles vão dizer que sim.

Na verdade, nós criamos problemas onde não existiam. Ninguém estava reclamando do Código de Mineração. Agora, ele precisa ser aperfeiçoado, como toda lei. Ele foi aperfeiçoado em 1996 – mais de 40 itens de desburocratização foram tirados do Código de Mineração em 1996 –, num processo transparente e de grande capilaridade no setor. Eu falo isto com muita propriedade porque eu conduzi essa reforma do Código em 1996. O setor mineral inteiro foi consultado, todas as instituições que participaram desse processo foram consultadas, trabalharam juntas, e, ao final, se resolveu, no sistema normal, pela aprovação de uma modernização considerável no Código de Mineração.

Aí vem o dever de casa. Quer dizer, isso foi em 1996, mas, de 1996 para cá, o Governo sequer regulamentou esse Código como deveria. Quer dizer, ainda vivemos com uma lei nova, de 1996, baseada numa regulamentação antiga. Isso quer dizer que muitas complicações que existem hoje na nossa legislação ocorrem por causa disso.

Então, a execução da lei, para mim, é a coisa mais importante. Nesses países da América Latina, a lei é corretamente executada. No Brasil, infelizmente, nós não temos essa execução. Essa é a questão mais séria que a gente tem que comparar com outros países.

O impacto da proposta do novo Código de Mineração para as atividades das empresas de pesquisa mineral foi quase fatal. A exploração mineral no Brasil está virtualmente paralisada, com grande desemprego, com desorganização da infraestrutura que apoia a pesquisa mineral... Todos os laboratórios, as empresas de sondagem, as empresas de serviços estão fechando, com grandes dificuldades, porque, quando se anunciou o Código de Mineração, quando estavam sendo feitos os estudos do Governo, em novembro de 2011, o Governo determinou, por uma ordem verbal do Ministro, que não se desse mais concessões minerais do Brasil. Então, passamos todo o período de novembro de 2011 até, praticamente, o final do primeiro governo da Presidente Dilma sem novas concessões minerais, sem novos alvarás, sem novas áreas para pesquisa. Então, as empresas ficaram, com certeza, submetidas a uma situação de grande dificuldade.

Agora, o novo Ministro determinou que se restabelecesse o fluxo normal de concessões, mas com um detalhe: agora, temos um passivo enorme acumulado no DNPM, de vários anos, que não conseguimos tirar. É uma situação simples. Quer dizer, tem um passivo, o órgão está praticamente sucateado, não tem recursos, não tem pessoal, não tem tamanho... Eu disse aqui, em outra audiência pública, que o DNPM hoje tem o mesmo tamanho, é até menor que o DNPM de 1995, mas, no entanto, a mineração brasileira cresceu, só nos últimos 10 anos, 550%. Não é possível!

Nosso problema, no Brasil, é que não temos como executar as nossas leis. Não há como fiscalizar, não há... Hoje, por exemplo, o DNPM não tem recurso para ir ao campo fazer uma vistoria para aprovar um relatório final de pesquisa. Não tem como mandar gente.

Então, está tudo travado porque o órgão está travado.

Agora, eu fico imaginando, Senador, que nós vamos pegar esse DNPM sucateado que seria a plataforma da nova agência e criar uma nova agência com as mesmas condições e com os mesmos defeitos do órgão atual. Quer dizer, vamos trocar a placa do DNPM.

Eu tive uma experiência quando trabalhei no Governo. Fui diretor do DNPM e tive uma experiência. Foi criado o Ministério da Infraestrutura e o Ministério de Minas e Energia foi extinto. Alguns meses depois, o Ministério de Minas e Energia foi recriado.

O DNPM, que era parte do Ministério de Minas e Energia, chamava-se Departamento Nacional da Produção Mineral. Aí, foi feita uma publicação errada e ele passou a se chamar Departamento Nacional de Produção Mineral. A mudança do "da" para o "de" fez com que todas as escrituras públicas dos imóveis do órgão tivessem que ser reformuladas, com que toda a documentação dos veículos, com que toda a infraestrutura de informática, burocrática etc fosse reformulada. Agora, imaginem, com a extinção de um órgão, com a transformação desse órgão numa nova agência, com o transporte de tudo que esse órgão antigo tinha para esse novo órgão, o tamanho da burocracia, o tamanho da dificuldade que isso significa!

Vamos acabar também, com o novo Código, com 50 anos de jurisprudência que define... A jurisprudência define as relações, vamos dizer, da legislação com o setor produtivo, da Justiça com o setor produtivo. Vamos acabar, vamos começar do zero. E vamos acabar com a informática do DNPM, porque muda toda a rotina. Então, a informática do DNPM gastou 25 anos para ser constituída e agora, quando está numa fase boa, vai ter que ser feita de novo.

Nós não estamos medindo, com essas novas propostas, o do tamanho da encrenca que vamos enfrentar, que o setor mineral vai enfrentar. Quem está produzindo continua produzindo, mas quem está pesquisando para de pesquisar. É uma complicação.

Sobre a proposta de bônus de descoberta e participação nos resultados da lavra.

Grande parte dessas taxas foi reformulada pela nova proposta do Deputado Quintão, mas nós achamos que, neste momento de crise, tudo o que vier agregar custos à mineração e à pesquisa mineral, principalmente, não é bem-vindo. Quer dizer, contribui para a gente perder, mais uma vez, o trem lá na frente, porque nós disputamos, o Brasil disputa recursos de pesquisa mineral com mais de 120 países do mundo, e esses capitais migram para onde o ambiente é amigável. Se nós estamos agregando custos, outros países estão oferecendo melhores condições, e eu acredito que isso vai, definitivamente, sufocar a atividade de pesquisa mineral do Brasil.

Eu acredito que esses comentários responderam também a última pergunta, que é sobre o relatório preliminar do novo marco, sobre se houve avanço na convergência de interesses do setor. Sim, houve alguns avanços, melhorou muito em relação ao projeto original do Governo, que era francamente hostil ao setor produtivo, mas ainda precisa de vários reparos, sendo que o principal talvez seja exatamente a questão dos custos que ele traz em adição à mineração e à pesquisa.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Eu agradeço ao palestrante Elmer e gostaria de passar a palavra ao Milton Rego, Presidente Executivo da Abal.

O senhor tem cinco minutos para responder a pergunta que foi feita a V. Exª.

O SR. MILTON REGO – Obrigado.

As perguntas tratam da questão do custo de energia elétrica para o setor industrial. Eu só gostaria de colocar essas perguntas em perspectiva. Ambas são sobre a questão do impacto dos custos da energia elétrica para a cadeia do alumínio.

O Brasil tem uma situação peculiar em relação a outros países na cadeia do alumínio. Nós temos uma matriz energética de baixíssima pegada de carbono, baseada em hidrelétrica, nós temos minas de bauxita de excelente qualidade, especialmente a bacia da Região Norte, do Estado do Pará, nós temos uma indústria que fez muito investimento, tanto para a produção de alumínio primário, quanto para a produção de transformados, quanto para a produção de reciclagem.

Essas três coisas, uma indústria que fez investimento, mais bauxita de qualidade e mais uma matriz energética de baixa pegada de carbono, só se tem em dois países do mundo: Indonésia e Brasil. A Indonésia é um monte de ilhas. No restante, nos nossos grandes competidores, que são Canadá, Índia, China, países do Golfo, Rússia, em todos falta uma dessas coisas. E o Brasil, infelizmente, não está atualizando isso propriamente.

Um dos problemas... Toda essa questão do Código de Mineração que foi falada agora é absolutamente pertinente. Os investimentos em novas prospecções pararam por conta dessa instabilidade jurídica. E a parte de produção de alumínio, como ela é um produto eletrointensivo, como é eletrointensivo a soda-cloro, como são eletrointensivos os ferros-ligas, como é eletrointensivo a indústria petroquímica, passou por um tsunami nos últimos anos, porque o custo da energia elétrica no Brasil para o setor Industrial, seja pegando em dólar, seja pegando em reais, cresceu alguma coisa como 10% ao ano, na média, nos últimos dez anos.

É claro que, quando você fala de *commodities* – o alumínio é uma *commodity* cujo preço é dado na Bolsa de Londres, como acontece com a bauxita, como acontece com a alumina –, você tem um limite superior, que você vende, e tem um custo que não para de crescer. No caso do alumínio metálico, a parte do custo de energia elétrica. Isso foi agravado muito justamente pela medida provisória que foi objeto dessa primeira pergunta, a Medida Provisória nº 579, que, depois, virou lei, em 11 de setembro de 2012 – não podia ser uma data mais cabalística que essa –, e que desarticulou completamente o sistema de produção de energia elétrica no Brasil.

A decisão de se buscar a modicidade tarifária em vez de se buscar uma consolidação do setor elétrico fez com que várias coisas acontecessem na pior ordem impossível. Foi a Lei de Murphy aplicada ao sistema elétrico. Isso fez com que o Brasil tivesse um descontrole total. Só não tivemos falta de energia elétrica nesse ano porque a economia foi para baixo, e claro que isso afetou muito o setor de alumínio metálico, fazendo com que, nos últimos oito anos, o setor diminuísse em 50%.

(Soa a campainha.)

O SR. MILTON REGO – O setor de alumínio primário era um setor capitalizado, era um setor extremamente competitivo no Brasil, mas, infelizmente, não conseguiu avançar justamente pelo custo da energia elétrica.

Outra pergunta foi sobre a medida provisória que teve os contratos fornecimento de energia elétrica para o Nordeste, da Chesf, se isso poderia ser estendido para outros consumidores industriais.

É uma alternativa. Basicamente – vou tentar resumir –, significa você pegar as hidrelétricas que estão depreciadas, portanto com um custo de geração de energia muito mais baixo, pegar parte dessa energia e dedicar para o setor industrial, fazendo com que a energia brasileira seja competitiva.

A energia brasileira, para o setor industrial, é uma das energias mais caras do mundo. Então, a conta de você ter setores eletrointensivos dentro de um ambiente de custo assim não fica em pé. Essa foi a questão.

E pergunta se isso que foi feito para a Chesf poderia ser feito.

Sim, poderia ser estendido a outros setores e a outras regiões.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Obrigado, Milton.

Antes de encerrarmos esta reunião, eu gostaria de convocar para nossa próxima reunião, a realizar-se no dia 19 de outubro, neste Plenário, com audiência pública para debater minerais para agricultura e a pecuária, com os convidados: Associação Brasileira dos Produtores de Calcário Agrícola – Abracal, Associação Nacional para Difusão de Adubos – Anda, Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal – Abisolo, Associação Brasileira das Indústrias de Suplementos Minerais – Asbram, e Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA.

Eu gostaria de agradecer a presença especial dos nossos convidados Elmer Prata Salomão, Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral – ABPM, Milton Rego, Presidente Executivo da Associação Brasileira do Alumínio – Abal, e Juarez de Oliveira e Silva Filho, Diretor da Associação Nacional do Ouro – Anoro.

Obrigado pela presença de vocês,

Está encerrada esta reunião.

Obrigado. (*Palmas.*)

(Iniciada às 17 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 56 minutos.)

ATA DA 4ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO - SUBMINERA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, EM 19 DE OUTUBRO DE 2015.

Às dezessete horas e treze minutos do dia dezenove de outubro de dois mil e quinze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Wilder Morais, reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração. Registra presença como não membro o Senhor Senador Jorge Viana. Ausentes os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e, após a leitura de comunicados, tem início a audiência pública para discutir sobre minerais para a agricultura e a pecuária, em atendimento ao Plano de Trabalho da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração – SUBMINERA, para o ano de 2015. O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições, o Senhor David Roquetti Filho, Diretor Executivo da Associação Nacional para a Difusão de Adubos (ANDA); o Senhor Domingos Sávio, Representante do Sindicato da Indústria de Calcário, Cal e Derivados do Estado de Goiás (SININCEG/GO); o Senhor José Alberto Nunes da Silva, Secretário Executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegeal (ABISOLO); e o Senhor Reginaldo Minaré, Consultor na Área de Biotecnologia da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Faz uso da palavra o Senhor Senador Jorge Viana. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dezenove horas e dezoito minutos, lavrando, eu, Thales Roberto Furtado Morais, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador WILDER MORAIS
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Declaro aberta a 4ª Reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração, a Subminera, da 1ª Sessão Legislativa ordinária da 55ª Legislatura.

Informo a todos os presentes e a quem nos acompanha pelo canal de divulgação do Senado Federal que esta reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Os cidadãos que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania (www.Senado.leg.br/ecidadania) ou através do Alô Senado 0800 61 2211.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública sobre o tema "minerais para a agricultura e pecuária". Para debater a questão, foram convidados os seguintes especialistas, a quem aproveito e convido para que tomem assento à mesa.

Convido David Roquetti Filho, Diretor Executivo da Associação Nacional para Difusão de adubos (Anda).

Convido também Domingos Sávio, representante do Sindicato da Indústria de Calcário, Cal e Derivados do Estado de Goiás.

Convido também José Alberto Nunes da Silva, Secretário Executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal (Abisolo).

Convido também, para compor a Mesa, Reginaldo Minaré, consultor na área de biotecnologia da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Gostaria de agradecer a presença de todos que nos acompanham nesta audiência pública e dizer da importância desta subcomissão para o desenvolvimento do setor mineral.

Srªs e Srs. Senadores, representantes do setor mineral de todo o País, convidados aqui presentes e todos que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado e pela internet, nesta segunda audiência pública da Subcomissão de Mineração, a Subminera, iremos tratar da utilização de minerais na agricultura e na pecuária brasileira.

Primeiramente, quero saudar as entidades convidadas para este debate: Associação Nacional para Difusão de adubos; Associação Brasileira da indústria de Tecnologia em Nutrição Vegetal; Sindicato da Indústria de Calcário, Cal e Derivados do Estado de Goiás; e por fim, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.

Senhoras e senhores, gostaria de dizer que existe um setor econômico no Brasil com musculatura suficiente para suportar crises econômicas das mais diversas graduações. Esse setor é o agronegócio, responsável por um terço do PIB nacional, por 37% dos empregos formais e pela maior parte das exportações do País. O agronegócio segue firme, há muitos anos o mais importante pilar da economia brasileira.

Décadas atrás, era comum o Brasil olhar com admiração e até, algumas vezes, inveja o exemplo do Estado de Israel, que, apesar de pequeno, foi capaz de transformar o deserto em uma área cultivável. Mas, hoje em dia, posso afirmar que não estamos muito mais atrás. A Embrapa está aí para comprovar. É motivo de orgulho, exemplo de empresa eficiente e de parceria com o agricultor nos mais diversos desafios. Pois bem, tanto no

Brasil como em Israel, em dos fatores que impulsionaram a transformação das terras áridas ou impróprias em terras cultiváveis foi a utilização, cada vez mais intensa, da área de tecnologia.

Entre as mais importantes assimilações tecnológicas experimentadas pela nossa agropecuária está a utilização inteligente dos recursos minerais. Entre as várias destinações possíveis de minérios na agricultura, é notável o que se refere ao tratamento e à correção do solo. Terras originalmente improdutivas ou degradadas para todos os tipos de cultura ou para algum tipo específico podem ser trabalhadas. Como? Com fosfato, potássio, sais solúveis de magnésio, enxofre, calcário, turfa, farinha de rocha, entre tantas outras possibilidades. A utilização desses minerais aumenta a competitividade da agricultura brasileira e expandiu nossas fronteiras agrícolas.

Em especial, gostaria de ressaltar a importância dessa tecnologia aqui, na Região Centro-oeste, e no me Estado, onde a economia cresce em níveis de países asiáticos. Segundo o IBGE, o PIB da nossa região aumentou 64%, entre os anos de 1985 e 2007, acima da média nacional, que ficou em quase 40%. Embora ainda existam áreas de agricultura rudimentar no Brasil onde a tecnologia de ponta ainda não chegou, gostaria de chamar a atenção para a expansão do uso sustentável e inteligente dos minerais, tanto por pequenos agricultores, em suas lavouras, quanto para grandes propriedades rurais, envolvidas em produção de alta escala para o mercado interno e para exportação.

É muito importante destacar, quanto mais a tecnologia avança, mais o agronegócio caminha de mãos dadas com a sustentabilidade ambiental. O uso maciço de minerais de alto desempenho tem sido responsável pelo rompimento do ciclo vicioso roçar, queimar, plantar, abandonar, tão comum na agricultura atrasada de alguns anos atrás. Essas mudanças de paradigmas, com viés sustentável, talvez se constituam no maior legado da utilização da alta tecnologia de minerais no campo.

Está mais que comprovado que o equilíbrio ambiental não é bom apenas para a natureza, mas também para o próprio bolso do produtor rural. Para quem não interessa mais o desperdício dos recursos nos moldes antigos, o agronegócio moderno no Brasil tem como pressuposto inegociável a preservação dos recursos naturais e a utilização de minerais, que têm um papel de extrema relevância nesse contexto.

Por isso estamos aqui, hoje, de modo a debater o avanço da política agrícola e, principalmente, dos minerais que garantem a produtividade da economia brasileira.

Agora, convido quem tem muito a agregar para esses dois setores chave da economia, a mineração e o agronegócio. É por isso que, nesta tarde de segunda, estamos com nossos convidados, que podem, com certeza, enriquecer muito este debate nesta tarde, que vem a ser o que significam os minérios para a nossa agricultura e nossa pecuária.

Eu gostaria, em primeira mão, de passar a palavra a um dos nossos convidados, em primeiro lugar, o Sr. David Roquetti Filho diretor executivo da Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA).

Com a palavra, o Sr.David. O senhor tem dez minutos para fazer a sua explanação.

O SR. DAVID ROQUETTI FILHO – Boa tarde a todos.

Prezado Senador, agradecemos a oportunidade de estar aqui com vocês e, de alguma forma, contribuir para esse importante objetivo que já foi introduzido para todos aqui, nesta oportunidade.

A princípio, nós preparamos uma apresentação bastante sintética, prevendo em torno de vinte minutos para a disponibilidade, mas vamos tentar fazer o máximo possível para nos readaptarmos aos dez minutos.

Prezados, nós vamos falar um pouquinho da nossa visão sintética da importância dos fertilizantes minerais e também, em virtude até da complexidade, da amplitude e da dimensão deste tema, falar um pouquinho do Projeto de Lei 5.807/2013, e fazer algumas considerações finais.

Então, vamos falar um pouquinho da visão sintética da importância dos fertilizantes minerais. Conforme o quadro pode nos mostrar, fertilizantes minerais correspondem a 0,7% do PIB brasileiro, tendo como base o ano de 2014; da mesma forma, 26,2% em relação ao PIB de cada elo da cadeia acima. Então, por exemplo, 26,2% dentro da cadeia de insumos representam 10,4% em relação à agropecuária, 11% em relação à agroindústria e 9.9% em relação a serviços. Representam 3,1% do PIB do agronegócio. Portanto, é um segmento econômico bastante importante para o nosso País. Sob o ponto de vista da natureza, característica estratégica e até de segurança nacional, nós vamos falar um pouquinho mais à frente.

Esse quadro procura mostrar a inserção do Brasil no do contexto mundial, seja em relação à produção, à importação, à exportação e ao consumo tanto do nitrogênio, tanto do fósforo como do potássio, bem como a formação do NPK, que é a somatória dos três macronutrientes primários, como denominamos. Ou seja, aqui considerando uma série histórica, de 1989 a 2012, é interessante observar, e vou dar um foco aqui, neste momento, no fósforo e no potássio, até porque o nitrogênio... Nós temos também a questão do *shale* chale *gas*. Ele poderia também ser avaliado aqui, na Casa, dentro do contexto.

Sob o ponto de vista mais imediato, o Brasil está na quinta posição de produção, em relação ao *share*, de fósforo no mundo e tem uma taxa de 2.94% ao ano. Aqui vocês podem ver a China crescendo 7.10%; a Rússia, 4.53%; a Índia e os Estados Unidos, praticamente em decrescimento. Então, aqui é o *share* em volume. Essa segunda coluna é *share* em volume mundial, e aqui a taxa geométrica de crescimento anual. Então, vejam em termos de fósforo, o Brasil está 2,9% ao ano, enquanto a China está praticamente o dobro, produzindo. A China produz 38,64% do fósforo, o Brasil está produzindo 4,5%.

Já quando falamos em importação, vocês podem ver, o Brasil ocupa a primeira posição em termos de taxa de crescimento. O Brasil cresce 15,5% ao ano em termos de importação de fósforo, é o primeiro lugar, seguido pela Argentina; em terceiro lugar, a Índia, e Bangladesh em quarto lugar.

Em termos de volume de importação, o Brasil importa praticamente 15% de todo o fósforo importado do mundo, está em segundo em segundo lugar. Em exportação, é praticamente é desprezível a nossa participação. Em consumo, pessoal, nós somos o quarto maior *share* de consumo do mundo.

Temos aqui a terceira maior colocação em termos de crescimento anual. Estamos crescendo 5,59% ao ano. Vocês podem notar, a produção de potássio do Brasil ocupa a décima primeira posição – 1% da produção mundial – porém, tem uma taxa de crescimento de 7,23%, mas é uma base pequena, enquanto a China tá crescendo 22% ao ano, com um *share* de 9,34%, ocupando a segunda posição.

Em termos de importação, o Brasil está na terceira maior colocação; 15% de todo o potássio é importação brasileira e tem a maior taxa geométrica de crescimento de potássio, 6,26% ao ano. Importação também praticamente desprezível. Chamamos a atenção que é o segundo maior volume de consumo do mundo, 16% de todo o potássio do mundo, e está crescendo 6,22% ao ano, praticamente empatado com a China.

Fazendo um resumo geral do NPK, o Brasil está na nona posição em termos de produção de NPK, com 1,65% da produção mundial, e cresce 2,39% ao ano. Em termos de importação, nós estamos na segunda posição, com 12% de todo o fertilizante importado no mundo, com 8, 95% ao ano de importação de NPK, em primeiro lugar, bem à frente dos demais.

Em termos de exportação, também desprezível. Agora, em consumo, nós somos o quarto maior consumidor de NPK do mundo, consumindo 6,6%. Estamos na primeira posição entre quatro maiores mercados do mundo, estamos crescendo 6,3% ao ano, considerando 1989 a 2012, ou seja, praticamente o dobro da China, uma vez e meia a Índia e quatro vezes a taxa mundial. Então o Brasil, em virtude do exposto, solo, luz, água, tem um grande potencial.

Para mostrar toda a série histórica que nós temos desde 1950, o Brasil está crescendo praticamente 8% ao ano seu consumo de fertilizantes; de 1989 a 2014, está crescendo 5,64% por cento ao ano. É uma taxa bem expressiva em relação aos demais países do mundo.

Aqui vale salientar a importância da fronteira agrícola Matopiba. Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia estão crescendo 19%, 16%, 15% ao ano. Mato Grosso, o maior consumidor de fertilizantes, cresce 12% ao ano e a fronteira cresce, em média, 17% ao ano. São Paulo, que o maior é o segundo maior consumidor de fertilizantes, estabilizou em 1,4% ao ano, tem a menor taxa de crescimento de fertilizantes do mundo.

Resumindo, estamos crescendo em importação 3,64 vezes mais rápido do que a produção nacional. Então, a partir do ano 2000, a importação passa a superar a produção nacional. Hoje, a importação está crescendo 8,74% ao ano e a produção nacional, 2,40% ao ano.

Aqui, vou passar rapidamente, vocês podem notar que, embora todos os esforços de domínio de conhecimento que nós temos da agricultura tropical, nós temos ainda uma alta dispersão nas produtividades das principais culturas do País.

O coeficiente de variação – que, vocês sabem, é o desvio padrão em relação à média –, por exemplo, do arroz é de 70%; do milho, 73%. Então, analisando todos os Municípios do País, há Município que faz 6 kg/hectare; há Município que faz 10 mil kg/hectare, pela dimensão continental do País. Então, nossa dispersão ainda é muito alta, inclusive na própria soja. A soja ainda varia 17,26%.

Aqui vocês podem ter uma visão, por Estado, do coeficiente de variação das produtividades, considerando-se todos os Municípios do País. Dá para ver quem está abaixo do coeficiente de variação do Brasil e quem está acima. Para o feijão é a mesma coisa, como também para o trigo, para o milho, para a soja.

Aqui, analisando todos os Municípios do Brasil para todas as culturas e fazendo o que chamamos de krigagem por satélite, que é fazer o cruzamento de mapas, vemos a produtividade real de hoje. Estes são dados reais, do IBGE, que mostram a nossa produtividade real e quais são as produtividades que temos de atingir para chegar num nível de produtividade máxima em cada Município do nosso País, considerando todos os Municípios. Notem que nós estamos ainda num estágio de produtividade média, muito abaixo do nosso potencial como Brasil.

Aqui, nós transformamos aquela produtividade em termos de dose quilos/hectares – tanto de nitrogênio, tanto de fósforo, tanto de potássio – que nós temos que passar até 2061, 2062, para chegar à nossa produtividade potencial máxima. Ou seja, nós queremos dizer até aqui, e sugerir e refletir que, para o Brasil tentar atingir o desafio, para tentar superar o desafio que a FAO estabeleceu para 2050, naquele volume que ela dimensionou, nós precisamos ter todos os Municípios com essa produtividade média potencial adubada.

Ou seja, se nós não tivermos até lá, em 2050 nós não conseguiremos atingir aquele número. Por quê? Porque nós temos uma dosagem média ainda muito baixa, pela dimensão, pelo tamanho do País e pela nossa variação de produtividade, que ainda se encontra em nível que nós podemos melhorar muito.

Eu disse tudo isso para refletir com vocês sobre a importância dos fertilizantes e, consequentemente, da mineração, que é a fonte desses importantes minerais, para os nossos objetivos de País, ou seja, para conseguirmos manter nossa segurança alimentar interna e – quem sabe? – sustentar boa parte da segurança alimentar global, não só alimentar, mas nutricional também.

Aqui nós fazemos um pequeno resumo do Marco da Mineração, conforme os dados do próprio Ministério. Todos conhecem a situação atual.

Aqui, fazendo uma análise do projeto de lei, há questões...

(Soa a campainha.)

O SR. DAVID ROQUETTI FILHO – Mais três minutinhos só.

Há questões muito importantes que foram colocadas, mas estamos com uma série de dúvidas em relação ao detalhamento do projeto de lei. E nós vamos fazer um resumo, dentro do tempo disponibilizado, para que possamos refletir principalmente sobre a questão da CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais) – este aqui também é material do próprio Ministério de Minas e Energia. Hoje, a base de cálculo para a CFEM é o faturamento líquido, e o PL 5803 propõe que seja a receita bruta, deduzidos os tributos. Aqui, em princípio, sem maiores detalhamentos, nós temos aí uma avaliação de potencial oneração para a atividade de mineração nesses minerais. Ou seja, o ponto 1 aqui é um ponto de alerta para nós refletirmos juntos.

Aqui também há outra dúvida que nós temos em relação a cada bem mineral, sob o ponto de vista das alíquotas. Hoje nós temos 2%; como nós não conhecemos quais são os bens minerais que serão classificados e as suas respectivas alíquotas, este é um ponto importante para refletirmos, pois esse ponto também poderá onerar mais ainda a natureza dessa atividade dentro da mineração que se refere a fertilizantes.

Vale ressaltar que, no Brasil, como vocês sabem, no caso do fósforo, a nossa característica geológica não é de origem sedimentar, como a que ocorre em países como Marrocos, etc.; a nossa é de origem ígnea, ou seja, ela é de mais difícil extração, com teores e concentrações mais baixas e, portanto, mais custosas. Então, é importante refletir e enxergar quais são os detalhes desses dois pontos, que nos preocupam

Finalizo com um resumo do resumo do resumo do que nós tentamos demonstrar nesses 20 minutos.

Pela vital importância dos fertilizantes minerais na produtividade agropecuária e desta nos resultados do agronegócio e, por conseguinte, na competitividade e sobrevivência do País, a condição atual demonstrada de forte dependência da importação desse insumo...

Vocês viram lá que nós estamos importando em torno de 78% do consumo – segundo dados mais recentes, até 2014. Se pegarmos só a China, ela consome 33% de todo o fertilizante do mundo; a Índia, 17%; os Estados Unidos, 12%; portanto, para cada um quilo de adubo que se joga no solo do Planeta, 620 gramas são desses três *players,* que, por sua vez, também são clientes nossos, mas também são grandes competidores.

Então, em virtude dessa demonstrada....

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. *Fora do microfone*.) – E do Brasil dá quanto?

O SR. DAVID ROQUETTI FILHO – Estamos com 6% do consumo; só 6%; e os três somados, 62%.

Ou seja, a forte dependência da importação desse essencial insumo, aliada à expressiva taxa geométrica de crescimento anual de consumo, coloca o tema fertilizantes como uma questão estratégica e de segurança nacional. Portanto, políticas públicas que eliminem os gargalos hoje existentes e que incentivem e contribuam para o aumento da competitividade da produção nacional tornam-se essenciais.

Assim, é de suma importância a elaboração e implantação de um Marco Regulatório de Mineração que contribua para o aumento da competitividade e sobrevivência da atividade e, consequentemente, do Brasil.

Finalizando, nós reconhecemos, sugerimos e pedimos que a elaboração e detalhamento desse projeto de lei seja feita juntamente com a indústria, e, com certeza, nós vamos ter bons resultados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Gostaria de agradecer as palavras do nosso convidado David Roquetti Filho, diretor executivo da Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA).

Gostaria de agradecer, em primeira mão, a presença do nosso Senador e colega Jorge Viana, do Acre, que tem uma grande experiência, foi governador...

Senador, nós montamos esta Comissão, e a sua presença nos honra hoje, também por sua importância como Líder do Governo. Esse setor da mineração hoje representa um terço do PIB nacional, 37% de empregos formais, mas é um setor que vive uma insegurança, uma incerteza muito grande. Então, tomamos a iniciativa de montar esta Comissão.

Comecei como empresário, tenho um pequeno pé na mineração e, por conta da angústia que vive hoje o setor mineral, pela insegurança jurídica, estamos tendo aí o Marco Regulatório, que ainda não sabemos como vai ser.

Então, é muito importante a presença de V. Exª. V. Exª citou números expressivos, importantes para este momento de dificuldade econômica tão grande que vive o Brasil . E o setor mineral talvez fosse a única solução, se não fosse a burocracia, se não fosse a incerteza política. E, nesta audiência pública, nós estamos falando sobre os minérios para o agronegócio, na agricultura e na pecuária. Com certeza, se houvesse... Tomara que esteja alguém do Governo assistindo e conhecendo esses dados, pois, com certeza, essa seria uma das respostas mais rápidas e mais expressivas, conforme V. Exª ouviu pelo mundo. Nossas reservas hoje talvez sejam as maiores do mundo, mas não estão sendo exploradas por questão burocrática do Governo. Como diz um Senador nosso, nós perdemos a guerra para o papel.

Então, essa insegurança tremenda nos faz hoje, com certeza... Por isso foi que encampei esta briga para ajudar o setor mineral, que é um setor muito importante para o País.

Obrigado pela presença.

Tem a palavra S. Exª o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu queria cumprimentar V. Exª, Presidente da Subcomissão, Senador e amigo Wilder Morais, e cumprimentar também os convidados.

É impressionante! No tempo em que pude acompanhar a apresentação – e certamente não será diferente com os demais –, percebi como nós temos uma situação que dificulta a vida nacional, que afeta o setor mais importante que nós temos hoje na economia brasileira, e não se faz dele uma prioridade. Então, acho que esta Subcomissão, esta audiência nos ajuda muito.

E há situações que nos deixam muito preocupados. Eu fui Relator do Código Florestal, do Código de Acesso à Biodiversidade, tive a oportunidade de ser prefeito de Rio Branco, capital do Acre, por quatro anos, fui governador por oito anos, sou engenheiro florestal, técnico agrícola e não entendo alguns recordes que o Brasil busca ter. Isto também é um dado importante: estamos sempre disputando o primeiro lugar no uso de agrotóxicos, mas o duro é a dependência desses insumos importados que são tão fundamentais para um País que quer disputar um espaço primeiramente com a Europa, mas mirando os Estados Unidos, que estão muito na frente do ponto de vista da produção de grãos, por exemplo. Eu não sei se ainda tenho os números – os senhores devem conhecê-los –, mas acho que toda a produção de grãos nossa não bate a produção de milho dos Estados Unidos, do ponto de vista de tonelagem, não é? Ficamos abaixo, não é? São números astronômicos os nossos, mas, quando olhamos a produção americana, ainda estamos muito longe. Por isso é que temos que mirar primeiro a Europa. Mesmo assim, é uma situação ainda distante.

E como é que um país como o nosso consegue entrar nesse esforço que a FAO mesmo estabelece? As Nações Unidas pedem que o Brasil entre nesse esforço de garantir alguma segurança alimentar. Eu estive recentemente com o Sr. José Graziano, diretor da FAO, num evento na África do Sul; jantamos juntos e conversamos sobre isso. Nós não vamos alcançar essa meta se não enfrentarmos alguns gargalos. E o custo da nossa produção, do agronegócio, da nossa produção agropecuária está muito vinculado a essa área sobre a qual se debate aqui hoje. Não se explora, não se estabelece uma política de melhor uso das nossas reservas, para nos tornarmos um produtor ou – quem sabe? – um exportador de fertilizantes, por exemplo. E aí viramos um dos maiores importadores. Isso, óbvio, tem um custo muito elevado e faz com que tenhamos um problema de competitividade.

Mas eu vi também na explanação que, além disso, são muito localizados os pontos onde já temos algum avanço no uso de fertilizantes também. Ou seja, nós temos uma desigualdade muito grande. O agronegócio já está precificado em algumas regiões, dentro de um avanço de produtividade bastante interessante. Mas outras regiões do País nem iniciaram. No meu Estado e em outras regiões, é um problema ainda grave. Nós estamos num descompasso muito grande no próprio agronegócio, na própria produção agropecuária.

E eu associo a isso outro fator, e eu fiz um paralelo a respeito noutro dia: é interessante como toda a produção nossa do agronegócio – nós não paramos para pensar nisso – é baseada em muitas espécies exóticas. A soja não é brasileira, o café não é brasileiro, a cana não é brasileira, a laranja não é brasileira, o capim não é brasileiro, o gado não é brasileiro. Nós temos 20% da biodiversidade do Planeta, uma riqueza fantástica, e o

que nós domesticamos e usamos são espécies de fora do Brasil, que trouxemos de todas as partes do mundo. Eu sou engenheiro florestal e digo que até o eucalipto veio também de fora, veio da Austrália. É uma situação, Presidente, que nos coloca assim: é como se estivéssemos ainda vivendo uma fase colonial, em vez de assumirmos um papel de protagonistas. Agora, como é que nós vamos assumir esse papel de protagonismo, se nós não fizermos essa equação ser positiva para nós?

Eu acho que está passando do limite o Brasil não ter uma política adequada que tire esse entrave do papel, da burocracia, como bem colocou o Senador Wilder. Nós precisamos ter políticas estratégicas de consolidação da exploração de fertilizantes no Brasil, precisamos ter um programa intensivo para que se democratize o acesso do uso de fertilizantes. Nós temos muito que crescer, vertical e horizontalmente.

No nosso caso, nós temos problemas nos dois lados, se quisermos seguir avançando. E há outro problema: quando fui Relator do Código Florestal, nós estabelecemos um limite: o Brasil vai ter que seguir produzindo mais na mesma área, ou seja, deve ter um crescimento maior da produção, mas sem aumento da extensão da área. E como é que se faz isso? Com aumento de produtividade – claro que usando algumas tecnologias. Está aí a Embrapa.

Avançamos muito, mas eu queria deixar uma pergunta no ar. Talvez tenhamos avançado mais no uso de tecnologias de sementes, de melhoramento genético do que na parte fundamental, que é cuidar do solo, porque o que queremos criar ou plantar tem que ter o solo como base. Eu acho que é uma pergunta cuja resposta talvez eu saiba. Quer dizer, para melhorar a produtividade hoje no agronegócio, na produção agropecuária – se seguirmos apostando no técnico-científico, ainda vamos ter melhoras –, o foco fundamental para se dar um salto maior ainda de produtividade deve ser nesse aspecto de manejo do solo, de melhor condicionamento que se dê para o uso dele, seja para a criação vegetal, seja para a criação animal.

Estamos fazendo experiências no Acre com agropecuária. Com o melhor manejo de áreas com o gado, e com a entrada do sal mineral como um componente complementar, já se dá um salto tremendo. E o que é isso? É o que nós estamos tratando aqui hoje.

Então, eu parabenizo a todos e me associo a todos. Senador Wilder, uma Subcomissão como esta, se fizer um relatório firme, colocando questões com clareza, como ouvimos aqui, se traduzir para a opinião pública o que estamos fazendo aqui, eu acho que ajuda muito, porque a população nossa reclama do preço do alimento. E não é sem razão. Nós podíamos ter uma situação em que os importadores pudessem até reclamar, mas, se nós baixarmos o custo da produção desses alimentos, para nossa população vai ser mais barato, e o preço de mercado vai ser o do mercado internacional. Mas essa equação não funciona bem. Ela funciona exatamente ao contrário: sai caro para nós e, às vezes, barato no mercado internacional, por conta do custo elevado que temos na produção agropecuária no Brasil, especialmente devido a não termos uma política adequada para insumos que são fundamentais, como os insumos da mineração para a agropecuária e para a produção agrícola.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Gostaria de agradecer a participação, Senador. Que talento! Que competência! Conhece tudo do assunto.

Obrigado pela participação. Realmente, V. Exª tem razão, e é por isso que nós, desta Comissão, Senador, vamos fazer um grande relatório, e com todo o setor da mineração.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu topo ser um avalista e divulgador na tribuna. Eu quero me somar aos senhores nesse esforço, que sei que é estratégico para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Obrigado, Senador.

Essa é a nossa intenção. Nós estamos conversando com toda a sociedade, não só com o setor produtivo, mas também com as entidades, o meio ambiente. E esse relatório nosso, na verdade, vai ajudar muito.

Nós estamos fazendo o que no Senado? Nós estamos antecipando o que está acontecendo lá na Câmara, que é o marco regulatório. Esta é a terceira reunião. Quando chegar isto aqui no Senado, com certeza, nós estaremos muito preparados para fazer um relatório, e o nosso Presidente Garibaldi Alves, com certeza, vai ter um subsídio grande para fazermos esse debate que está acontecendo.

Eu gostaria de passar a palavra ao nosso segundo convidado, Domingos Sávio, representante do Sindicato da Indústria do Calcário e Derivados do Estado de Goiás (Sininceg-GO), do meu Estado.

Com a palavra, o meu amigo Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO – Represento também, Senador, a associação brasileira.

Antes de tudo, eu gostaria de cumprimentar o Senador Jorge Viana pelo conhecimento, pelo conteúdo que V. Exª tem. E nós estamos próximos um do outro: eu só não sou Senador, mas sou engenheiro agrônomo, com a vivência também muito grande, e achei bacana sua exposição, porque eu acho que vai dar para amar-

rar bem aqui, Senador, com o David, com o Jorge Viana, vai dar para falar do fertilizante, onde ainda entra o calcário – e é de suma importância a solução dele para o País.

Gostaria de cumprimentar demais o meu amigo Senador Wilder, que tomou essa iniciativa muito bacana. Wilder, é de pessoas como vocês que o Brasil está precisando, com coragem de chegar, enfrentar e falar as coisas como vocês estão colocando. E, cumprimentando você, Wilder, eu gostaria que todos se sentissem cumprimentados também.

Eu não vou mostrar muitos números aqui, mas eu gostaria de falar um pouquinho, pela minha formação como engenheiro agrônomo. O engenheiro agrônomo e o engenheiro florestal prestam muita atenção à natureza. E a natureza foi muito importante e é muito sábia. Quando dizemos que ela é sábia, ela colocou dois terços do solo brasileiro com acidez e com a fertilidade um pouco baixa; mas, ao mesmo tempo, ela pôs as rochas calcárias, os carbonatos. Quer dizer, a natureza tirou de um lado, mas deu do outro. E veio a sabedoria do homem: "Se nós temos aqui essa ponta de cá, passar fome não podemos". E é onde entra a correção do solo.

Eu me recordo de um fato, Wilder: quando eu comecei na profissão de engenheiro agrônomo, em 1983, na chapada de Cristalina, Ipameri, nossa produtividade era baixíssima – foi na época em que vieram os Tomazini, de Pires do Rio; e foi através do corretivo do solo que deu para chegar aonde você disse, com muita propriedade: na importância do agronegócio hoje. É o agronegócio que está segurando, num linguajar tranquilo, tudo isso que está acontecendo no Brasil. É o agronegócio que está segurando as pontas deste País. Agora, eu não quero também defender aquele setor com espírito corporativista. "Ah, sem caminhão, o Brasil para; sem calcário...". Nada disso. Estamos aqui para mostrar a importância do calcário.

Quanto aos números do calcário, depois serão entregues à Subcomissão. Há mais de 15 anos, Senador, nós já trabalhamos com a Embrapa em muitos estudos técnicos. Um deles que temos aqui diz que, se dois terços dessas áreas do solo brasileiro que estão quase que degradadas forem corrigidos, não vai precisar de derrubar nem uma castanheira mais neste País, nem um pau de pequi aqui neste Centro-Oeste. Dá para recuperar o lado ecológico também com o corretivo do solo, o calcário. Há esse lado ecológico também.

E, por outro lado, David, fazendo um contraponto, ele ajuda na balança comercial. Se um solo não está bem corrigido e está com determinada acidez, às vezes, com uma adubação um pouco desequilibrada, joga-se no solo um fertilizante de altíssimo valor, quase que todo importado – se não me engano, você disse que 90% de potássio é importado. Então, até nisso o calcário pode entrar como corretivo da balança comercial. Não é só corretivo do solo, não. Pode evitar, às vezes, excesso de importações e evitar adubações desequilibradas. A partir de quando você chega a um solo mais básico, não há necessidade... E digo com conhecimento de causa que, às vezes, já vi algum excesso, um desequilíbrio na adubação.

Então, conforme o exemplo que acabei de citar, o calcário tem o lado importante, o ecológico, o ambiental. Vamos recuperar os solos degradados no Brasil? Vamos! Vamos corrigir. E aí vem atrás o fósforo. Não precisamos mais derrubar pau de pequi, nem as castanheiras do nosso Senador, pois é até crime.

No outro lado, existe a questão da balança comercial. Estamos aí brigando: um pouquinho aqui, outro ali, essa dificuldade que está havendo na área econômica, Ministério da Fazenda. Podemos também ajudar um pouquinho na balança comercial. Podemos incentivar.

Agora, o calcário tem umas características interessantes, Senador. Ele envolve pequenas empresas, mas bastante inovadoras. Não se veem multinacionais em calcário. Aliás, vocês vão ver uma primeira aqui, perto de Brasília, que belgas compraram. Acho que foi a primeira. Mas não se veem multinacionais donas de usina de calcário. E nós temos uma fartura muito grande de rochas calcárias. E há uma coisa: o calcário é um produto, Wilder, muito regional e de difícil exportação – muito local, vamos dizer assim –, mas, em cada local no Brasil, há rochas calcárias. Há calcário em cada ponto de Goiás, no Acre, no Maranhão, no Piauí. Quer dizer, nós temos tudo!

Aí entra um fator que acho a sociedade brasileira tem de enxergar: há excesso de papéis no Brasil, excesso de burocracia. Nós poderíamos estar em outro mundo, mas a burocracia está atrapalhando. Você, como empresário também, sabe que a burocracia está dificultando a situação.

E o setor do calcário? Está aí. Pessoas que têm condições. É um segmento, em nível nacional – nem estou falando de Goiás –, de empresas pequenas, mas de grandes inovações, com coragem de empreender. Agora mesmo, fomos convidados para ir lá para o Piauí, para montar indústrias de calcário. E os entraves que nós temos hoje?

Cada minério tem que ser bem tratado, porque mineração é o sustento do País.

Fugindo um pouquinho do calcário, nós temos o que aqui? Olhamos para cima, é mineração; olhamos para baixo, é mineração; vemos o ferro, e é mineração; onde o senhor está sentado, é mineração. Vamos tirar a mineração das nossas vidas? Nós vamos voltar para o tempo das cavernas. Aí não vamos poder, porque o Ibama não nos vai deixar entrar nas cavernas.

Então, nós temos de tratar a mineração com todo o respeito, porque ali é o início da coisa.

Quanto à importância do calcário em particular, do qual estou aqui para falar um pouquinho, Wilder, você sabe disto: só foi possível o Centro-Oeste, o Mato Grosso estar nesse *ranking* do agronegócio por causa do calcário! Nós estamos exportando calcário através da soja, através do boi, através da carne. Nós estamos indo embora com o calcário. Mas ele é regional.

Então, hoje, Reginaldo, sem puxar muita ponta, eu acho que é preciso questionar algumas coisinhas para esse marco regulatório. Senador, nós tínhamos que atentar para um ponto, por exemplo: para que o excesso de burocracia? Começa o requerimento de pesquisa; depois de pronto o requerimento, passam 8 anos, 10 anos. Nós ficamos trabalhando 15 anos, 20 anos numa área próxima de Brasília, que hoje é dessa multinacional – o Vessani é o companheiro ali e sabe disso; no dia em que ficou pronto, nós já estávamos sem fôlego.

O que eu quero dizer? A gente podia atalhar caminhos. Vocês, da legislação: vamos deixar, por exemplo, o calcário, o fertilizante virem direto num requerimento de lavra! Vamos direto ao assunto! Vamos fazer o País andar!

Wilder, sabe quanto tempo que demora desde o início, desde a primeira pesquisa? Se eu estiver falando errado, eu gostaria que você me corrigisse, Versani. Você não fica menos de 6 anos, 8 anos, 10 anos. Dá para esperar? Um rapazinho de 16 anos, 18 anos, depois de 6 anos, 8 anos, estará com 24 anos, e estará precisando de ingressar no mercado de trabalho. E nós estamos derrapando.

Então, essa observação, Wilder, é muito importante. É muito importante nós olharmos esse contexto da mineração, essa distância do início do processo até o final. E não adianta dizer: "Não, vamos pôr todo o minério para fora e vamos explorá-lo". Eu pergunto: se se pusesse todo o calcário para fora, haveria mercado para comprá-lo? O cimento, por exemplo: há mercado para comprar tudo, se for como eles queriam antes? Vamos fazer? Tudo bem.

Vamos dar condições porque a mineração, o calcário em si, tem duas características: primeiramente, a mineração é local. Não adianta dizer: "Eu quero montar lá no distrito agroindustrial de Aparecida de Goiânia". Não tem jeito. Você tem de ir lá onde está o fertilizante. Se estiver naquele pontinho lá do Mato Grosso, lá no fundo, tem que ir lá! Tem que ir buscá-lo lá. Então, a mineração tem muito dificuldade. Eu acho que nós temos que começar a olhar com mais carinho nesse sentido, Wilder.

Quanto ao corretivo de solo, como eu disse, eu não quero dizer: "Sem o calcário, o Brasil não vive". Não é bem isso. "Sem o fósforo, o Brasil não vive". Realmente! O fósforo, o calcário, o cálcio vieram ajudar o País. E quem está segurando as pontas no País é o agronegócio. É o boi, é a cana-de-açúcar, que é ecológica, é o álcool, que é energia limpa. Não é isso? Agora, é possível plantar cana no Mato Grosso, em Goiás, no Acre, sem um corretivo de solo? Não tem jeito! Ele é a base.

A segunda coisa, Wilder, que está lá no substitutivo, é a taxação de requerimentos de lavras. Têm sido postos valores altíssimos por ano. Pequenas empresas não suportam isso. Não adianta queremos tirar de onde não tem. Mas é um setor que está dando certo.

Então, essas duas características... Trabalho da Embrapa: para pegar um solo de pH 6,5 e corrigi-lo, você usa uma adubação equilibrada. Quando você chega numa saturação, vamos dizer assim, de 64% corrigido, você usa um fertilizante... Não quero que tire o fertilizante: pelo contrário, é incentivando a Nação, porque hoje nós estamos importando fertilizantes também por falta de uma política mais dura para exploração do minério no Brasil.

Era isso que eu queria deixar, Senador – e vão vir os números direitinho. Eu procurei não ser muito cansativo e fiz uma exposição um pouco mais generalizada do que é o setor hoje. Mas quis dizer da importância do cálcio e do magnésio. Nós até fizemos, Wilder, uma inovação muito grande – você participou na época da inauguração da fábrica aqui –, que é o produto feito do calcário. É o PCC. É uma sigla feia, mas é o carbonato de cálcio precipitado. Todos nós o usamos de manhã, nas pastas dentais, nas indústrias de tinta. Fizemos uma inovação, mas, quando chegamos no ápice da inovação, a burocracia foi engolindo.

O Brasil está chegando num momento em que nós vamos entregar muitos empreendimentos nossos para grandes grupos de fora – essa vai ser a saída –, porque nós não temos condição de segurar isso. Não dá para segurar. Começando das nossas reformas, tão necessárias, tão almejadas – fugindo um pouco do assunto, mas está acontecendo –, ainda vem mais um marco regulatório. Eu gostaria muito que esse marco regulatório fosse... Wilder, eu tenho certeza de que, nas suas mãos, nas mãos do Senador, nós vamos buscar o melhor para este País, vamos enxergar lá na frente. Daqui a 20 anos, como é que vai estar o fertilizante? Isso é muito importante.

É isso que eu queria dizer. Quero agradecer imensamente a todos e a você. Parabéns por esta iniciativa. E é do seu feitio, que nós sabemos em Goiás.

Obrigado por tudo.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Gostaria de agradecer as palavras do amigo Domingos Sávio, representante do Sindicato da Indústria de Calcário, Cal e

Derivados do Estado de Goiás. Eu acompanho a trajetória da sua competente missão empresarial, que não é fácil. E eu tive a oportunidade de conhecer uma das maiores Indústrias, um empreendimento seu que, como bem disse, pela ironia do destino e pelo tempo, chega um grupo e acaba adquirindo. Como bem disse também, ninguém aguenta esperar tanto tempo, e hoje, com a desvalorização da nossa moeda, fica muito fácil para alguém de fora adquirir empresas brasileiras. Com certeza, vocês vão ouvir muito, nestes próximos meses, sobre o capital estrangeiro entrando no nosso País, devido a essa dificuldade. E talvez venham a adquirir experiências em que se gastaram anos e anos para conquistar. Chegaram nessa alta tecnologia, e o mercado mundial acaba comprando.

Estamos aqui hoje, Domingos, exatamente para tentar resgatar isso, e, como bem você mesmo disse, o marco regulatório – talvez seja essa a nossa maior preocupação – não vem com nenhum interesse de incentivar o setor mineral, e, sim, tentando buscar o que não tem como buscar mais, que é aumentar as taxas de arrecadação.

O Governo tem de entender que um País em recessão, se não tem produção, não tem postos. E o que gera renda, o que gera recursos é produzir. Então, ele está na contramão. Com certeza, este debate nosso nesta Comissão vai mostrar que ninguém ganha com isso. Primeiro se dá incentivo, primeiro se dá condição, para depois receber a contrapartida.

Mas eu estou otimista. Com certeza, no nosso relatório, Domingos, nós vamos ter uma realidade, e não podemos ter um projeto para esperar 10 anos; esse projeto tem que ser rápido. Nós temos que ter mais eficiência, e, se o setor produtivo não tiver interferência – não queremos nem que ajude, só que não atrapalhe –, ele consegue fazer tudo sozinho.

Gostaria de passar a palavra agora ao nosso terceiro palestrante, José Alberto Nunes da Silva, secretário executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal (Abisolo).

Com a palavra, Sr. Alberto.

O SR. JOSÉ ALBERTO NUNES DA SILVA – Boa tarde, Senador Wilder. Boa tarde, Senador Jorge Viana. Boa tarde a todos. Boa tarde à Mesa. A Abisolo agradece pela oportunidade de participação neste fórum.

A Abisolo representa as indústrias de fertilizantes minerais, tanto sólidos, como líquidos, e organominerais, que são o resultado da junção de fertilizantes compostados, que são os fertilizantes orgânicos, mais os minerais e os fertilizantes orgânicos, que é o resultado propriamente dito das compostagens, que são muito ricos em carbono orgânico, e representam também os condicionadores de solo e substratos de plantas.

Eu vi o colega com um saudosismo. Eu também. Eu comecei minha vida profissional em Goiás, na região de Itumbiara, onde os paulistas vieram desbravar o sul de Goiás, com a cultura do algodão. Eu trabalhei no Grupo Maeda por dez anos como agrônomo de campo. Eu me formei em 1974. Eu não vou falar a idade, mas tenho 41 anos de profissão. Então, eu tenho vivido e vivi toda essa transformação da agricultura brasileira nos últimos anos. E aqui eu faço uma menção à Embrapa, que já foi citada anteriormente. Se não tivéssemos a Embrapa, o Brasil Cerrado talvez não existiria, porque ela foi a precursora disso tudo.

Eu também quero dizer aos senhores que, quando eu comecei a trabalhar como agrônomo, nós produzíamos, na região de Itumbiara, 140a de algodão por hectare, e hoje se fala em 400a, 380a, 350a. Isso é tecnologia.

Em relação à soja, eu comecei plantando Santa Rosa – quem é do ramo e conhece lá atrás sabe que Santa Rosa e Bossier foram as primeiras variedades que entraram no Brasil. E nós a plantávamos em Goiás. E ela era da região subtropical. Isso foi se modificando ao longo dos tempos, porque a Embrapa atuou e modificou todo esse genoma, fazendo a adequação das suas variedades.

E aí eu estou falando de soja, dos híbridos de milho, do café. É um exemplo típico o café. Há quantos anos o café tomava conta de quantos Estados no Brasil? Hoje, ele está em três ou quatro Estados que produzem, e se continua exportando. Por quê? Porque se melhorou a fertilização do solo.

E aqui nós estamos numa cadeia: do lado, o calcário; do lado, o adubo de base; do lado, a nutrição vegetal. Isso é uma cadeia que se segue. Nós estamos vendo falar hoje em soja que dá cem sacas por hectare, mas como ela vai dar cem sacas por hectare? Tem de haver base para essa soja dar cem sacas por hectare. O desenvolvimento de germoplasmas hoje está muito grande, é uma revolução no Brasil. Há variedades e espécies produtivas que nós não temos a dimensão de onde podem chegar. Falta toda uma base bem calcariada, bem adubada e bem nutrida. Essa é a responsabilidade que nós temos de trazer para um Brasil que quer, em 2050, abastecer a fome no mundo. Se nós não dermos base... A base está na nutrição como um todo. Eu não estou falando só do calcário, só do adubo, só do fertilizante de solo, só do fertilizante líquido, só do organomineral ou só dos orgânicos. Eu estou falando de um complexo, de uma cadeia produtiva.

O Senador Viana disse "fazer uma política adequada". Senador, essa política adequada passa pela indústria. Nós começamos com a nossa associação há dez anos. Nós tínhamos 8 associados; hoje nós somos 90 de um universo de 380.

Se nós temos a responsabilidade de acampar mais duzentas e tantas empresas para dentro do seio da nossa entidade, nós temos de trabalhar bastante e fazer com que tudo isso seja possível para que essas indústrias estejam conosco. Agora, uma política adequada – repito – passa pela indústria. E há problemas. O David muito bem colocou a preocupação dos 2% para 4% a serem tarifados. Essa é uma verdade. Nós temos muita preocupação com isso.

Agora, a nutrição vegetal não é isolada, passa por todos esses caminhos que eu já mostrei.

O que eu teria que dizer aos senhores é o seguinte. Todos esses setores que aqui estão hoje estão dizendo aos senhores que o Brasil tem, sim, condições, através do casco do boi e através dos seus vegetais, de cobrir o mundo de alimento. Ele tem condições? Tem. Ele tem condições de cobrir o mundo de proteína? Tem. Temos é que fazer alguma coisa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Eu gostaria de agradecer as palavras do nosso palestrante José Alberto Nunes da Silva, Secretário Executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal (Abisolo).

Eu gostaria de passar a palavra ao nosso quarto palestrante, Reginaldo Minaré, consultor da área de biotecnologia da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Com a palavra, o Sr. Reginaldo ,

O SR. REGINALDO MINARÉ – Uma boa tarde a todos. Boa tarde, Senador Wilder. Eu agradeço a oportunidade de a CNA participar desta audiência – também é o meu órgão de classe, que represento com frequência, com satisfação.

Um ponto que vou procurar abordar é mais voltado à questão relacionada à preocupação do agricultor com o custo de produção.

O agricultor não produz e não pesquisa o insumo; ele é um consumidor das indústrias que colocam esse insumo no mercado, assim como é um consumidor da indústria de agrotóxicos, um consumidor da indústria de sementes. E o agricultor lança mão desses insumos para levar adiante o seu projeto de produção, que é integrado à comunidade produtiva brasileira. O agricultor é um empresário tal qual o dono de uma padaria, o dono de uma loja, o dono de um consultório. Ele precisa produzir para gerar lucros e pagar os custos da família, a escola dos filhos, o carro, a casa, o aparelho celular. Enfim, ele é um empresário tal qual todos os demais. Há algumas lembranças de como se dirigiam ao agricultor. Às vezes, víamos em carros algo como "se está se alimentando hoje, agradeça ao agricultor". Não existe isso. O agricultor é um empresário. Agradeça ao dinheiro que lhe proporcionou comprar no mercado aquele alimento que é produzido.

Dentro dessa lógica pouco romântica, que, infelizmente, é assim mesmo, o agricultor hoje é um grande controlador de custos. Em boa parte da produção que é exportada, o controle de custos é fundamental para viabilizar o acesso a esses mercados. A Bolsa de Chicago não quer saber o custo de produção do produtor brasileiro. Ela estabelece o preço, e, se o produtor brasileiro não conseguir reduzir o custo para chegar àquele ponto e ter a sua margem de lucro, ele vai ser excluído do mercado.

Dito isso, observo que a Revolução Verde, que atuou de forma fundamental para revolucionar a agricultura nesses últimos anos, não chegou à gestão pública das políticas públicas para esse setor.

Infelizmente, o avanço científico e tecnológico aconteceu, mas o avanço na administração e na gestão pública desses setores não veio junto. Aliás, ele não veio até hoje. E, tal qual nos fertilizantes, há problemas nas sementes e mudas, nos agrotóxicos. Já entrando num universo em que a gestão é precária, não há uma política para esses setores, num universo globalizado, ou seja, o desafio só aumenta.

A oligopolização é uma realidade que esta aí. Temos de conviver com ela. Provavelmente, não conseguiremos impedir que isso ocorra. É uma realidade mundial. São quatro ou cinco empresas que dominam aproximadamente 80% desse mercado que está aí.

E, diante dessa situação, há essa dependência externa.

E, no outro ponto, há o calcário, com a dificuldade de seis ou oito anos para se iniciar uma operação. O calcário tem um ponto específico – falarei dele mais adiante –, mas, como o Domingos falou, ele precisa estar próximo ao agricultor, porque o volume de tonelagem que se precisa para fazer a correção é muito grande. Então, não dá para transportá-lo à longa distância, porque aí o preço da logística do transporte inviabiliza. Teria de haver uma condução diferenciada para viabilizar que essa produção seja a mais regional possível, atendendo à necessidade de proximidade com os produtores. Isso se dá no caso do calcário, e somos ricos nessa qualidade de insumos.

Nos demais fertilizantes, há uma incongruência que acompanha esse setor no Brasil, que é o adicional de frete da Marinha Mercante: 25% sobre o valor do frete é o que significa esse imposto, que é mais um mecanismo de transferência de renda que um imposto propriamente dito. Estamos importando aproximadamente 80% e, em cima do valor do frete dessa importação de fertilizantes, incide o adicional de frete da Marinha

Mercante. É uma taxa que tem de ser paga, e isso é repassado para o agricultor, ou seja, é aumento do custo de produção. Esses 25% sobre o valor do frete, no ano passado, arrecadaram quase R$480 milhões. Esse fundo de todo o transporte marítimo de longa distância arrecada, aproximadamente, R$2,8 bilhões ao ano e é todo vinculado ao fomento da indústria naval. Todo esse dinheiro vai para um fundo que é utilizado para fomentar a construção e a reforma de navios nos estaleiros nacionais, ou seja, retira-se dinheiro de um setor econômico para fomentar outro setor econômico. Não entendemos por que a agricultura precisa arcar com o fomento da indústria naval brasileira. Poderiam ir ao BNDES como todos os demais e pagar os juros que o mercado estabelece. Então, é uma forma de oneração, e não entendemos por que ela se mantém até hoje. O pleito da agricultura é que esse adicional de frete seja eliminado do universo agrícola.

Um outro ponto é a dúvida. A legislação, claro, precisa ser melhorada. A dependência não é salutar, pode ocorrer algum imprevisto político nos países fornecedores e aí haveria problemas de abastecimento. Até hoje, isso não ocorreu, o fertilizante não faltou, mas poderá faltar. Então, viabilizar a produção nacional é importante.

Agora, tudo isso seria interessante se estivesse dentro desse espírito que a Comissão está propondo que é de conhecer o setor e responder às perguntas: "O que queremos desse setor? Aonde queremos chegar com esse setor?" A partir dessa definição política, estabelecido esse objetivo e aonde queremos chegar, aí, sim, pode-se construir, de fato, essa legislação para pavimentar esse caminho para chegar àquele objetivo almejado. A forma de produção normativa no Brasil para determinados setores, às vezes, acontece ao inverso: primeiro, fazem as leis e, depois, tentam construir políticas em cima dessas leis. Isso é um equívoco.

Primeiro, precisa-se saber aonde queremos chegar com o setor, para, depois, estabelecer a pavimentação desse caminho. A legislação é o que vai garantir que aquela pista não vai ser deixada de lado, ou seja, aquele rumo vai ser seguido.

Para a agricultura, é interessante ter esse suporte nacional. Agora, a agricultura ainda não tem uma análise ainda clara se a produção nacional será efetivamente interessante para redução de custos ou se a importação ainda prevalecerá no que diz respeito ao baixo custo. Então, é algo ainda por vir, é uma situação que os estudos ainda não demonstram com clareza. Seria um ótimo instrumento para regular o mercado.

Ter uma lei que ofereça maiores condições e maior agilidade para inovação empresarial para o setor seria excelente, porque fomentaria a concorrência. Fala-se muito na inovação de produto, é interessante a inovação de produto, mas, para fomentar a concorrência, precisa-se inovar o universo empresarial, porque o maior número de ofertantes é o que, efetivamente, vai fazer com a concorrência atue dentro de um sistema capitalista saudável, regulando esses preços. Então, um objetivo para esse projeto de lei seria este: reduzir o tempo da burocracia, reduzir o tempo das autorizações para permitir a inovação empresarial.

Por exemplo, do ponto de vista de tempo do calcário, é pouco provável que uma pequena empresa consiga sobreviver fazendo os estudos, fazendo os pedidos e esperando seis, oito ou dez anos para colocar o produto no mercado, e, depois, enfrentando a competição para ganhar o mercado e construir a sua rede de distribuição. Então, não há inovação empresarial nessa área, Senador, e também não há na área de agrotóxicos, porque o problema é semelhante, o tempo equivale a isso. Quem pretende inovar empresarialmente nessas áreas precisa ter um volume de recursos gigantesco para suportar todo esse período de pesquisas e burocracia até colocar o seu produto no mercado. Isso é inviável.

É basicamente essa a observação que a agricultura faz.

E também, no projeto, se, porventura, couber uma busca de incentivo à inovação... É um setor que não inova muito. Ele inova em gestão, mas o consumo do fertilizante por parte das plantas ainda é um consumo bastante precário, é um modelo bastante antigo, o aproveitamento não é absoluto. Fala-se agora do encapsulamento, fala-se agora de microrganismos para solubilizar, principalmente, o fosfato, para melhor absorção da planta para durar mais no solo.

Todo esse conjunto, seguramente, levaria a agricultura a ter acesso a uma riqueza maior de ofertas e a reduzir custos para acessar mercados externos e também garantir que a agricultura brasileira ocupe o mercado doméstico, porque, se o custo de produção no Brasil começa a se elevar muito, fica difícil para o agricultor competir com exportadores que têm um custo de produção menor. Hoje, o nosso grande concorrente no mercado internacional é, de fato, os Estados Unidos. É o país que tem a produção, é o país que tem a tecnologia, é o país que sabe fazer negócio e que tem uma política muito clara para o setor.

O Brasil precisa introduzir a Revolução Verde nos mecanismos de gestão da governança normativa desse setor. É um setor que, realmente, precisa passar por uma reformulação do marco regulatório em diversas áreas de fornecimentos de insumo. A de fertilizantes é uma das que mais carecem desse tipo de inovação de gestão.

Era isso.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Agradeço as palavras do nosso palestrante Reginaldo Minaré, consultor da área de biotecnologia da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.

Eu gostaria também de agradecer a presença do Dr. Sávio – obrigado pela presença –, advogado do Grupo Pirineus; do Augusto Pires, da Agência para o Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Mineral Brasileira. Eu agradeço também à Marina; ao Dr. Elvino, do Ministério de Minas e Energia, aqui presente; ao Dr. Adriano Drummond; ao Dr. Bruno, do Pinheiro Neto Advogados, que sempre tem nos acompanhado – obrigado pela presença –; e à Zoraide Soares Reis Ipiranga, das relações institucionais da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Também agradeço a presença da Adriana Carvalho, da Federação da Indústria do Rio de Janeiro; e do Sr. Zander, consultor da DuSolo, de Brasília. Agradeço também o Sr. João César de Freitas Pinheiro, da Federação Brasileira de Geólogos. Agradeço também a presença do nosso consultor que nos apoia muito, Bustamante – obrigado pela presença que nos enriquece sempre com sua capacidade e conhecimento no setor mineral. Agradeço também ao Vessani, do meu Estado de Goiás – obrigado pela presença.

Eu gostaria de passar as perguntas aos nossos convidados.

Em primeiro lugar, eu vou passar para o Sr. David, pois ele tem um voo às 19h. A pergunta, David, é a seguinte: "Em quanto V. Sª avalia o consumo reprimido de fertilizantes no Brasil?" É a primeira pergunta. É uma pergunta genérica. A segunda pergunta é: "Quais são os principais gargalos que impedem que o consumo de fertilizantes seja amplamente disseminado entre as diversas culturas e regiões brasileiras?"

Em seguida, eu faço as perguntas para os nossos três outros convidados.

Com a palavra, o Sr. David, que tem cinco minutos para sua explanação final, para que possamos ouvir também os outros três colegas palestrantes.

O SR. DAVID ROQUETTI FILHO – Obrigado, Senador.

Com relação à primeira pergunta "Em quanto V. Sª avalia o consumo reprimido de fertilizantes no Brasil?", eu infiro que, se nós levarmos em consideração janeiro a setembro de 2015 em relação ao mesmo período de 2014, nós estamos com um volume represado de 5,9%. Talvez a primeira pergunta seja mais ampla, mas, no momento, eu consegui, pelo tempo, perceber que esse seria o objetivo dela.

Em relação aos gargalos, exatamente, os gargalos passam por uma avaliação estratégica no âmbito global de como os nossos concorrentes e, muitas vezes, concorrente e fornecedores tratam esse setor, conforme o colega Minaré muito bem colocou. Por exemplo, na Índia, há questões de subsídios fortíssimas, há uma velocidade na lei extremamente ágil, fecha-se e abre-se para exportar ou importar dependendo do interesse da Nação. Então, são políticas que chegam ao âmbito do Município, passando por financiamento, disponibilização de recursos, para se obter o insumo nos nossos rincões do País.

Senador, eu não sei se eu poderia fazer um breve fechamento de três minutos, só para aproveitar a importante fala do Senador Viana, que já não está mais aqui, e dos demais colegas da Mesa.

Eu queria reiterar com o Domingos a importância do calcário. Voltando aos números, você sabe que o Brasil entregou, no ano passado, 32,3 milhões de toneladas de fertilizantes. Então, existe uma relação que, até agronomicamente, é muito discutida e que gira em torno de que, para cada 1kg de fertilizantes, são 2kg ou 3kg de calcário. Então, deveríamos estar entregando entre 64 milhões a 90 milhões de toneladas, e a realidade é que estamos entregando 32 milhões, na mesma base. Isso daria 1 para 1 ou 0,98, o que mostra que nós não podemos abandonar as nossas EMATERs. Isso passa por questões fora do objetivo específico da nossa subcomissão, mas se trata de políticas públicas importantes que é fazer chegar o conhecimento àquele que está no campo.

Isso é muito importante.

Eu queria refletir com vocês que cada bem mineral, como todos sabem, tem características de negócio completamente diferentes. Por exemplo, quando se fala – até usando um neologismo do nosso colega Zé Alberto – em fertilizante de base, estou falando de produção de matérias-primas para fertilizantes ou fertilizantes intermediários, estou falando de petroquímica, estou falando de mineração de grande porte, de escala, nós estamos falando de projetos de US$3 bilhões a US$4 bilhões por milhão de toneladas. Esse é um dos aspectos que caracterizam que grupos com musculatura tenham condições de assumir riscos dessa natureza. Então, num ambiente brasileiro, que todos estamos acompanhando, de grande insegurança jurídica, de grande desmotivação, de grandes pontos negativos, nós temos, na realidade, de agradecer a esses empresários, sejam nacionais, sejam internacionais, que continuam a acreditar no nosso País. Quando o valor presente líquido é menor que zero, quando ele é negativo, ninguém investe em lugar nenhum. É uma questão profissional, como o produtor...

(Soa a campainha.)

O SR. DAVID ROQUETTI FILHO – ... que o Minaré colocou, que vê o negócio dele de uma forma objetiva e racional. O produtor de fertilizantes, seja o misturador na ponta, seja o produtor, está passando grandes di-

ficuldades de sobrevivência no País, com margens de contribuição já pequenas, pela própria característica de escala do setor. Eu estou falando aqui de um mercado de R$40 bilhões; a Abisolo, um mercado de R$1 bilhão, R$1,5 bilhão, R$2 bilhões. Somando, são R$42 bilhões de importância para o nosso País.

O custo de produção é o custo de produção do Brasil. Morrendo o produtor, morre o produtor rural; morrendo o produtor rural, morre o produtor também. É uma cadeia unida, é um agro que precisa se sentar junto, em simbiose, e, de mãos dadas, ver o resultado final.

Finalizando, o mercado é livre. Ele está aí. Será muito bem-vindo...

(Soa a campainha.)

O SR. DAVID ROQUETTI FILHO – ... quem tiver condições de assumir esse risco.

A questão da inovação foi muito bem colocada pelo Minaré. Fertilizante é escala, é intensivo em capital e escala. Isso significa que a inovação no setor, que é muito grande mundialmente, é dentro de processo, é indústria de processo. É lógico que a inovação em produto é muito importante, e temos de evoluir, temos de melhorar, mas são bilhões investidos anualmente em melhorias de processo. Senão, não se consegue ter um custo unitário que feche a sua margem de lucro, pelo menos para a sobrevivência.

Pessoal, eu queria dizer que vou disponibilizar para a Comissão, com todo o prazer – é uma honra para nós –, um estudo que nós fizemos olhando o Brasil, em todos os Municípios, com as cinco principais culturas do País, por satélite, olhando tipo de solo, olhando meio antrópico – se o homem pôs o pé, se não pôs o pé –, por produtividade. Cruzamos tudo isso com a lupa do satélite e estimamos – é lógico que a metodologia pode e deve ser melhorada – o quanto nós conseguiremos atingir até 2062, dosando cada Município deste País, a partir das recomendações estabelecidas pela Embrapa. A conclusão é que nós temos condições de superar o desafio da FAO, mas, para que isso aconteça, nós vamos ter que dar saltos importantes de adubação, porque nós estamos num nível ainda muito baixo de adubação, quando consideramos o Brasil como um todo.

E há um detalhe, para finalizar com – creio eu – uma coisa bacana para nós brasileiros: talvez seja o maior *case* de sustentabilidade do mundo, que é deixar de adentrar 400 milhões de hectares até 2062 e fazer todo esse volume de que o mundo precisa para se alimentar. Nós temos condições para isso, sem adentrar um novo hectare de terra.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Agradeço as palavras do Sr. David Roquetti.

E passo, em seguida, uma pergunta ao nosso segundo palestrante, o Sr. Domingos Sávio. A pergunta é: "As regiões ricas em rochas calcárias, muitas vezes, possuem cavernas, o que gera obstáculos para o licenciamento ambiental da mineração de calcário. Como V. Sª avalia o processo de licenciamento ambiental da mineração de calcário no Brasil?" Três minutos para a sua resposta.

O SR. DOMINGOS SÁVIO – Quando se fala nisto, o Senador chega até a arrepiar: caverna e meio ambiente.

Eu sou um defensor profundo das cavernas. Aqui, em São Domingos, há Terra Ronca, que nós temos de preservar; há Bonito, que nós temos de preservar; e há várias outras regiões na Bahia, que temos de preservar.

Normalmente, com todas as rochas calcárias – está aí o nosso amigo geólogo Luiz Vessani que pode falar –, principalmente com a calcítica, com os anos, criam-se as cavernas, porque o cálcio é solúvel. Então, foram se criando as cavernas. Nós custamos a entender isso.

Eu me recordo, Senador, há uns sete anos, ainda na época do Presidente Lula, de que fizemos um trabalho – juntando o Votorantim também, o Ibram – e levamos esse trabalho, que foi quando se flexibilizou um pouquinho. Eu lembro que havia umas quatro unidades nossas em que não se poderia investir, porque não havia segurança jurídica. Foi quando o Presidente Lula, à época, comentou: "Por causa de uns bagrezinhos, o País vai parar?" Eles separaram até o Ibama.

É um problema seríssimo hoje. O senhor tocou num assunto em que pior que a gestão dos requerimentos dos alvarás da mineração está o problema ambiental. É muito difícil conseguir uma licença ambiental, José Alberto, antes de seis, sete anos. Fica assim: vai parando e tal... E só houve uma flexibilização das cavernas, um pouco, na época, Senador, porque foram encontradas algumas na área de ferro da Vale. Como é que iam peitar uma Vale daquele jeito também? Mas nós vimos fábricas de cimento paradas. No calcário agrícola, a mesma coisa. Agora, não sou contra destruir o ambiente. Pelo contrário. Até você tocou no assunto que é importante a pessoa saber: com 1ha de rocha calcária, você corrige e recupera 120 mil hectares de terras degradadas. Quando um ambientalista chegar e dizer "Nossa, mas que feiura isso aí", o que ele quer que faça? Uma piscininha e tal? Não tem jeito. No lado do fosfato, é a mesma coisa também: um 1ha de fósforo recupera 600 mil hectares.

Nós temos de aprender a trabalhar, como o próprio Senador falou, com lógica. O Brasil é ideológico.

(Soa a campainha.)

O SR. DOMINGOS SÁVIO – Ele trocou o ideológico e o lógico. É raciocínio lógico. O que é o custo benefício? Na sua pergunta aí, no meio ambiente, infelizmente, eles não conseguiram enxergar isso, de maneira nenhuma. Eles não dão conta de enxergar o custo benefício. Até uma criança que nasce hoje causa um probleminha para o mundo, com fralda e tal. O Brasil ainda não conseguiu isso. Nós temos que lutar muito para mudar esse Brasil ideológico por um Brasil lógico. Aí, sim, eu acho que nós vamos chegar a um...

Não sei se seria isso. O setor do calcário sofre como todo setor da mineração, inclusive em relação às cavernas.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Agradeço ao Domingos Sávio.

Só para fazer um aparte, o pior é que a licença, depois, é dada. Eu só não entendo por que demora tanto. Se causa um transtorno tão grande, com uma demora tão grande, por que não pede o extremo? Com certeza, não há nenhum empresário do setor que não queira cumprir com a sua parte ambiental. Agora, o que mais dói – você tem razão – é isto: esperar três, quatro, cinco anos e, aí, ter a licença. Eu não consigo ter essa ideologia.

Se vai dar a licença, para que demorar, então? Isso atrasa o Brasil. Então, isso é verdadeiro, Domingos. Sentimos isso na pele. Isso acontece em todos os setores produtivos do Brasil, não só na mineração.

Não dá para entender, pois isso acontece também com as obras do Governo, com o Governo buscando licença para ele mesmo. Ele não dá conta de fazer as obras. As ferrovias, as rodovias não saem do papel. Eles não conseguem ter as licenças. Agora, querem privatizar e passar para a iniciativa privada, para ela arrumar as licenças. Se eles não deram conta de arrumar as licenças...

Espero que haja alguém acompanhando a nossa audiência pública e note tamanha indignação do setor produtivo no Brasil.

Eu gostaria de passar, agora, para responder a perguntas também, ao Sr. Reginaldo Minaré. A pergunta é: "O Brasil assumirá internacionalmente o compromisso de reduzir as suas emissões de carbono, inclusive na atividade agropecuária. Como o setor de fertilizantes pode contribuir com esse objetivo sem prejudicar a produção agropecuária?" Três minutinhos.

O SR. REGINALDO MINARÉ – Ajudando a corrigir os solos, aproveitando áreas que hoje são de baixa produtividade ou de pouco aproveitamento, sem a necessidade de desmatar novas áreas, aumentando a produtividade sem o aumento de área. Isso reduz um volume significativo de manuseio de máquinas que consomem bastante óleo diesel. Um pouco de contribuição: o uso racional e com maior intensidade dos fertilizantes, certamente, contribuirá. Além disso, há outros mecanismos que já chegaram à agricultura, como, por exemplo, o plantio direto que foi uma revolução no manuseio da terra e que também reduz significativamente não só o impacto nas emissões, mas também o impacto ambiental. O fato de não haver mais tratores, como era no passado, revirando o solo e deixando o solo descoberto para a erosão eólica e de chuvas já é um ganho significativo, que foi disseminado na agricultura brasileira e que não é nem observado nem ressaltado com a importância que isso representa para o meio ambiente e para a conservação do solo em si. Então, o agricultor tem essa consciência da produção de maneira mais sustentável, o agricultor tem consciência da racionalização dos insumos, o agricultor não utiliza o fertilizante – pelo menos, a grande maioria dos agricultores não utiliza – de forma excessiva, não utiliza agrotóxicos de forma excessiva...

(Soa a campainha.)

O SR. REGINALDO MINARÉ – ... por conta de que isso, como falei anteriormente, aumenta custo. E aumentar custo é, praticamente, inviabilizar o produtor no mercado.

Cada dia mais, a CNA, por meio do Senar, tem patrocinado vários cursos, principalmente na área de manejo e de controle de custos, para levar a consciência de racionalização da produção aos agricultores.

Além da contribuição do uso maior de fertilizantes para aumentar a produção, há essas outras ferramentas que ajudam a atingir os objetivos de produzir mais alimentos com garantia, com segurança e também com menor impacto ambiental, principalmente para essa atividade climática.

É isso.

O SR. DAVID ROQUETTI FILHO (*Fora do microfone*.) – Posso fazer uma observação?

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Sim, pode, sim.

Com a palavra, o Sr. David Roquetti.

O SR. DAVID ROQUETTI FILHO – Eu gostaria só de fazer só uma contribuição ao colega, em relação ao que a pessoa perguntou.

Nesse estudo que nós vamos deixar para avaliação, para reflexão, nós medimos e avaliamos, por Município, o balanço de carbono até 2062, por cultura. Então, nós vamos concluir que é muito interessante que, aumentan-

do a dosagem, logicamente, aumenta-se a produtividade, com um efeito muito importante que é o aumento da eficiência, ou seja, diminuir a massa de fertilizantes por volume produzido de grãos. Isso é muito bacana.

Percebemos, ao avaliar o trigo, que, quando se pega o tipo de solo por Município, há algumas regras definidas pela Embrapa. Há a questão, por exemplo, de adubação no início e no final. Então, o que acontece? Dependendo do tipo de solo, não se faz cobertura ou se faz cobertura. Então, não se usa adubação para uma determinada faixa de produtividade.

E se consegue enxergar, ao longo dos anos, até 2062, até onde se perde eficiência no primeiro momento, porque não é preciso colocar o nitrogênio, por exemplo, no início, na adubação de base, e depois você tem que fazer na ponta a cobertura. Vê-se, então, que há uma parte em que se aumenta e diminui. De forma geral, você aumenta a dosagem, mas a sua eficiência aumenta. Esse é o princípio da adubação. Por outro lado, esse princípio poupa a terra, você consegue enxergar ao longo do tempo.

Em 2031, se não me engano – esses dados estão todos em forma de gráfico –, haverá um pico de 33 milhões de hectares poupados. Quando se somam as áreas poupadas ao longo dos anos, chega-se a 400 milhões de hectares.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Obrigado.

Eu gostaria de passar agora a palavra para o nosso quarto palestrante, Sr. José Alberto Nunes da Silva.

A pergunta é: quais as modificações que V. Sª sugeriria para aperfeiçoar o projeto do novo código de mineração?

O SR. JOSÉ ALBERTO NUNES DA SILVA – São avaliações que nós fazemos internamente.

A Abisolo cuida do processo das suas indústrias, aquelas que são chamadas de fertilizantes minerais, são micronutrientes.

Nós temos uma demanda interna. E há hoje uma lei que isenta os macronutrientes do PIS/Cofins. E os micronutrientes não foram adicionados a essa lei.

Essa é uma demanda interna com a qual temos trabalhado bastante para ver se conseguimos adicionar os micronutrientes à lei. Como é um ano muito difícil, sinceramente não fizemos movimentação alguma para pedir para que se faça a isenção dos micronutrientes.

Os fertilizantes foliares são dotados de macronutrientes secundários e de micronutrientes. Em sua grande maioria, são micronutrientes, mas há também os organominerais, dos quais você pega uma porção de resultados de adubo orgânico e coloca os minerais. Esse setor está livre do PIS/Cofins, mas o outro setor não está. Então, de maneira geral, o setor é prejudicado em função da cobrança do PIS/Cofins sobre esses produtos.

Em média, as indústrias de adubos foliares, como o mercado se acostumou a chamar – nós nos chamamos de nutrição vegetal –, esse mercado vem depois. Passa-se pelo calcário, pelos fertilizantes de base, como se chama, e vêm os foliares, que são a complementação de que ele está falando aqui.

A planta tem, do início ao fim, necessidade de alimento. Um grão de soja tem 6% de nitrogênio. No grão há 6% de nitrogênio. Se não fosse a revolução dos inoculantes, como é que chegaríamos hoje a essas produções que nós temos?

E há nitrogênio ali que a própria planta produz.

Como o nosso Brasil é muito grande, e vocês já rodaram bastante, há áreas em que a nutrição de solo é fraca, então você tem que repor. Entram então os fertilizantes foliares. Daí a importância que esses produtos têm para que o agricultor faça uso e tenha uma produção melhor. E sobre nós incide PIS/Confins, o que, na nossa visão, não é justo.

Essa é uma das reivindicações com que posteriormente nós podemos contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Gostaria de agradecer as palavras do Sr. José Alberto Nunes da Silva e gostaria de facultar a palavra, para terminarmos esta reunião, ao Sr. João César de Freitas Pinheiro, da Febrageo – Federação Brasileira de Geólogos, que está aqui presente.

Então eu lhe passo a palavra. O senhor tem cinco minutos para que possamos encerrar esta audiência pública.

O SR. JOÃO CÉSAR DE FREITAS PINHEIRO – Exmº Sr. Senador Wilder Morais, muito obrigado pelo convite. A Febrageo agradece o convite. Já veio aqui na primeira audiência e fez as suas colocações gerais.

É muito boa essa discussão sobre os minerais fertilizantes, porque eles são a base viva da economia brasileira.

Quero saudar os empresários da agricultura brasileira que tão corajosamente têm subsistido a várias crises.

As minhas colocações para o Dr. José Alberto, para o Dr. Domingos Sávio e para o Dr. Reginaldo são as seguintes.

Dr. José Alberto, eu me preocupo muito em estarmos atrás de NPK com alguns projetos da Petrobras paralisados. Por exemplo, a Premium I, lá no Ceará, e a Abreu e Lima, lá em Pernambuco.

Nós sabemos que temos que importar o enxofre, nós sabemos que temos que ter ácido sulfúrico para fazer fosfórico, senão as jazidas de fosfato que nós temos... Por exemplo, aquela de Itataia, no Ceará, não vai valer nada.

Nós, geólogos, descobrimos uma jazida que está lá, cubada, tem urânio junto. Temos que separar o urânio do fosfato, mas se a separação se der sem que tenhamos os insumos para fazer ácido fosfórico e ácido sulfúrico para colocar na cadeia produtiva e obter um bom fertilizante NPK nós vamos dar com os burros n'água.

Essa é a primeira colocação. E eu gostaria de ouvir um comentário do senhor sobre isso.

Dr. Domingos, eu não sei por que o DNPM não cria determinadas regras para facilitar o aproveitamento do calcário brasileiro. Não sei. E isso poderia ser feito por via de portaria da Diretoria-Geral. Sinceramente!

Uma coisa, Senador, é procurarmos, por exemplo, sulfeto de metal básico. É uma geologia difícil. Ir aos filões de sulfeto para tirar cobre, para tirar níquel, para tirar zinco, para tirar chumbo. Outra coisa são jazidas de calcário aflorantes, maravilhosas que este País tem, tanto do calcídico quanto do magnesiano.Para fazer pesquisa, não é difícil. Tecnologicamente é muito fácil.

Então eu não entendo por que essa burocracia desmedida para que se demore tanto tempo para se ter uma classificação de recursos e reservas no DNPM.

Senador, nós podemos fazer, aí sim, uma ação política no sentido de o Ministério de Minas e Energia e o DNPM soltarem uma portaria para esse determinado tipo de coisa que é fácil de resolver, como a questão do calcário. É uma burocracia inadmissível.

A mesma coisa é o meio ambiente. Fazer um mapeamento de cavernas, ver quem é quem, o que é endêmico lá dentro, o que não é, quais são as espécies que devem ser preservadas e quais não são também não é difícil. É uma coisa que está aflorando, que está aí, tranquila. Os biólogos podem fazer isso com facilidade.

Dr. Reginaldo, gostaria que o senhor comentasse sobre logística.

Nós temos um parceiro de roça fosfática neste País que é um negócio de louco.

Eu queria de saber do senhor se nós temos alguma saída para a logística em relação aos minerais fertilizantes e em relação à própria produção agrícola do País.

Essas são as minhas colocações, Senador no sentido de a Federação Brasileira de Geólogos contribuir nessa discussão tão boa, tão bela. Quiçá todas as outras sejam como esta.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Gostaria de agradecer as palavras do João César de Freitas Pinheiro, da Federação Brasileira de Geólogos, e gostaria que, em um minutinho, cada um dos nossos palestrantes pudesse responder à indagação do nosso convidado João César.

Passo em primeira mão ao Reginaldo, depois ao Domingos e ao nosso José Alberto, para que possam também, muito brevemente, fazer as suas colocações finais nesta audiência pública.

O SR. REGINALDO MINARÉ – A questão da logística não só para o fertilizante, mas em geral é uma grande deficiência que nós temos na área agrícola. O incentivo à navegação de cabotagem, o fomento ao transporte ferroviário e a integração, a criação de uma cultura de integração desses modais, navegação, ferrovia e rodovia, é algo que já deveria ter ocorrido.

Hoje, por exemplo, a navegação de cabotagem é praticamente desestimulada, por conta da dificuldade de operar. Não há regularidade, cobra-se dessa atividade praticamente o mesmo procedimento de uma navegação de longo custo para a exportação, há uma burocracia de portos e dificuldade de acesso a navios.

Então a logística impõe um custo significativo, principalmente para o transporte desse material, que é pesado. Como disse o Domingos, ele não é produzido aonde se quer produzir. Ele é produzido aonde é possível produzir.

Acoplar a esse marco de mineração incentivos à viabilização de uma logística para transformar essa pesquisa e esse desenvolvimento em produtos viáveis para ser apresentados aos brasileiros é fundamental. Não adianta termos uma excelente produção se não tivermos uma rede de distribuição e de logística viável.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Passo a palavra para o Domingos, para que faça a sua colocação final em um minuto.

O SR. DOMINGOS SÁVIO – Eu gostaria só de pedir um minutinho a mais para complementar.

Eu me recordo de que há uns quatro ou cinco anos eu estive nos Estados Unidos. Fui convidado por aquele corpo de engenharia do exército americano para falar sobre o sistema de transporte modal.

O que eu escutei lá... Foi um ambientalista junto. Toda hora ele dizia: "Ah, isso não vai estragar o meio ambiente, não?" Toda hora essas perguntinhas, sabe?

Numa hora lá, uma doutora respondeu. Ela disse que lá no Mississippi eles transportavam 400 milhões de toneladas. Ele falou assim: "Olhe, se não tivesse essa navegação... Nós começamos em 1808". Foi quando a

família de D. João veio para cá. "Se não tivesse esse transporte aqui, nós estaríamos poluindo mais ainda com os caminhões, estaríamos poluindo mais ainda com a malha ferroviária, na construção. Então isso é fundamental." Na mesma hora, um coronel de quem eu não me recordo virou e falou assim: "É verdade que no Brasil vocês estão parando uma transposição de um grande rio – vejam bem – por conta de um padre?" E eu tive que responder que sim. Por último, ele pegou o mapa dos Estados Unidos, pegou o mapa do Brasil e colocou...

Lá é assim: eles têm um rio aqui. Eles fazem um canal de 20 quilômetros, juntam com outro e vão embora. Do Mississippi para o lado direito, o lado leste, ele é todo navegável; para o lado oeste, um pouco, só complementando. E o problema dos desertos. Na hora em que virou para nós, falou assim: "Vocês são criancinhas, são nenês".

Agora, complementando a pergunta que o senhor me fez, eu vou falar uma coisa que o Wilder vai... Em poucas palavras, o que falta no Brasil é a sociedade alertar que o Brasil... E me perdoe sabe, Senador. O setor público está precisando de um choque de gestão. O Covas tentou isso há 20 anos e conseguiu um pouquinho em São Paulo.

O Brasil, se não tiver um choque de gestão... Nós estamos parados. A diferença em 1997, Brasil e Coreia, a Coreia, o setor privado estava quebrado e o setor público estava bem. O que eles fizeram? Foi fácil para a Coreia se levantar. E, no Brasil, se não houver um choque de gestão não adianta.

Então não vai sair. Cada um diz: "Não, isso é complexo!"

Então nós estamos vivendo... O Brasil, se não passar por uma revolução de choque de gestão em nível estadual, municipal e federal, o País, vocês me perdoem, com muita luta... E eu vou ver o Senador Wilder ainda lutando, com os cabelinhos mais brancos daqui a alguns anos, e não vamos sair do lugar.

Era isso que eu queria responder para o senhor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Obrigado, Domingos.

Passo a palavra agora para o José Alberto Nunes, para também fazer a sua consideração final.

O SR. JOSÉ ALBERTO NUNES DA SILVA – Eu queria que o senhor repetisse o final da pergunta, porque eu estava anotando... Por favor.

O SR. JOÃO CÉSAR DE FREITAS PINHEIRO – Na realidade, a minha pergunta se deveu a uma preocupação de suprimento de potássio, de nitrogênio e de fósforo, principalmente de nitrogênio.

Nós temos a Premium II, que está sendo projetada pela Petrobras, nós temos a Abreu e Lima e temos algumas jazidas de fosfato lá no Ceará que podem entrar em operação, já estão encubadas e tal, mas não adianta. Só temos a jazida. Precisamos de implementos para fazer ácido fosfórico e ácido sulfúrico, para fazer o fertilizante.

Outra coisa, nós vamos atrás de potássio na Amazônia, vamos atrás de Potássio na Argentina... A Vale foi para lá, e depois teve que sair porque não se arranjou com o governo argentino. E naquele projeto dela, deixou alguns milhões de dólares por lá.

Eu queria saber do senhor como é que a sociedade vê isso e o que os empresários podem fazer politicamente para mudar esse tipo de coisa, com pressão política mesmo.

A Premium II foi prometida várias vezes ao governo cearense, a Abreu e Lima, lá em Pernambuco, também. E esse negócio está lá.

O SR. JOSÉ ALBERTO NUNES DA SILVA – O que nós entendemos é o seguinte: o Brasil tem riquezas inúmeras em termos de minerais. O que precisamos é sair do papel e partir para a ação. Não adianta nós termos as jazidas e não sabermos explorá-las. Temos que trazer técnicos. É um absurdo importarmos potássio. Nós temos que importar 95% do potássio usado no Brasil. Então é ação de governo. Recursos naturais, nós temos para isso. Agora, isso envolve desde a logística até a indústria. É uma cadeia de ações que precisam ser feitas para que nós possamos viabilizar o uso disso. Já foi mostrado que terra para ser explorada, nós temos muito. Com isso, os minerais a serem explorados, temos demais. Então basta fazermos uma política e olharmos pelo bem dessa política. Não adianta ficar no papel e nós ficarmos batendo, batendo, batendo. Está lá a jazida, temos a fábrica.

Muitas indústrias morreram antes de começar a rodar a primeira roda. Isso é ação de política. Isso é ação de governo.

Essa é a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Agradeço as palavras do Sr. José Alberto Nunes da Silva.

Para encerrar, o objetivo dessas reuniões nossas, João César, nós estamos pegando todas as informações com todos os palestrantes que estiveram aqui, pois estamos tratando do setor mineral como um todo, e nós vamos apresentar um relatório e um projeto discutido com o setor. Isso é muito importante.

Nós estamos fazendo a cada semana com um setor. Este setor hoje deu uma grande contribuição a nossa equipe de assessoria do Senado. Junto com os nossos consultores, nós vamos reformular: qual seria o projeto, como o setor produtivo pensa a mineração no Brasil. Essa vai ser a nossa...

É por isso que nós estamos fazendo esse trabalho.

Ao invés de esperarmos o Governo fazer projeto, nós vamos apresentar um projeto. Essa vai ser a reivindicação.

Pode deixar com os nossos colegas. Eu defendo o setor produtivo e essa é a minha bandeira, a de quem produz, de quem gera riqueza, quem gera renda. Só através disso nós vamos consertar o Brasil.

Se o sistema é capitalista, se o sistema é relacionado ao mundo inteiro com a globalização, nós temos que ter a nossa responsabilidade e pensar como empreendedores e não simplesmente como gestores políticos.

Antes de encerrarmos esta reunião, gostaria de convocar a nossa próxima reunião, a se realizar no dia 9 de novembro, neste plenário, com audiência pública para debater minerais para a construção civil com os seguintes convidados: Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC); Associação Nacional da Indústria Cerâmica (Anicer); Associação Brasileira de Rochas Ornamentais (Abirochas); Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmicas para Revestimento, Louças Sanitárias e Congêneres (Anfacer); Sindicato das Indústrias Extrativas de Pedreiras dos Estados de Goiás e Tocantins e do Distrito Federal (Sindibrita); e o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de Goiás (Sinduscon).

Por fim, agradeço a presença de todos, em especial aos nossos convidados: Dr. David Roquetti Filho, Diretor Executivo da Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda); Dr. Domingos Sávio, representante do Sindicato da Indústria de Calcário, Cal e Derivados do Estado de Goiás; Dr. José Alberto Nunes da Silva, Secretário Executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal (Abisolo), e Reginaldo Minaré, consultor da área de biotecnologia da Confederação da Indústria e Pecuária do Brasil (CNA).

Agradeço a todos vocês.

Antes de encerrar, quero simplesmente passar o sentimento de todas as audiências que temos feito. Muito importante é a participação de cada um de vocês de todos os segmentos que têm enriquecido as nossas audiências, principalmente pela qualidade dos palestrantes.

Está encerrada esta reunião.

Muito obrigado a vocês.

(Iniciada às 17 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 18 minutos.)

ATA DA 5ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO - SUBMINERA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, EM 10 DE NOVEMBRO DE 2015.

Às catorze horas e quarenta e cinco minutos do dia dez de novembro de dois mil e quinze, na sala quinze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Wilder Morais, reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração, com a presença dos Senhores Senadores Sérgio Petecão e Flexa Ribeiro. Ausentes os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara aberta a reunião e, após a leitura de comunicados, tem início a audiência pública para debater sobre minerais para a construção civil, em atendimento ao Plano de Trabalho da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração – SUBMINERA, para o ano de 2015. O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições, o Senhor Cesar Virgilio Oliveira Gonçalves, Presidente da Associação Nacional da Indústria da Cerâmica (ANICER); o Senhor Reinaldo Dantas Sampaio, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Rochas Ornamentais (ABIROCHAS); o Senhor Marcus Brandão, Diretor Financeiro do Sindicato das Indústrias Extrativas de Pedreiras dos Estados de Goiás, Tocantins e Distrito Federal (SINDIBRITA GO/TO/DF); e o Senhor José Mendo Mizael de Souza, Assessor para Assuntos Minerários do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC). Após as exposições, o Presidente propõe a apreciação de dois requerimentos extrapauta, ambos de autoria do Senador Wilder Morais: Requerimento nº , de 2015, que requer "nos termos regimentais, a realização de diligência de membros da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração – SUBMINERA ao distrito de Bento Rodrigues, no município de Mariana, onde houve o rompimento de duas barragens de rejeitos da mineradora Samarco"; e Requerimento nº , de 2015, que requer "nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, combinados com o art. 73, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública perante a Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração (SUBMINERA), criada no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para tratar do rompimento das barragens do Fundão e do Santarém, na unidade industrial da Mina do Germano, localizada nos municípios de Mariana e Ouro Preto, em Minas Gerais, de propriedade da empresa de mineração Samarco, com os seguintes convidados: 1. Representante da Samarco Mineração S.A.; 2. Representante do CREA-MG; 3. Representante do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM); 4. Representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD); 5. Representante da Agência Nacional de Águas (ANA); 6. Pesquisador do Observatório Sismológico da Universidade de Brasília". Resultado: requerimentos lidos e aprovados. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Sérgio Petecão e Flexa Ribeiro. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dezoito horas e cinquenta e seis minutos, lavrando, eu, Thales Roberto Furtado Morais, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a presente

Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador WILDER MORAIS
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Declaro abertos os trabalhos da 5ª Reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, na tarde do dia 10 de novembro de 2015.

Dando cumprimento ao plano de trabalho aprovado no dia 24 de agosto último, hoje realizaremos a 5ª audiência pública deste ano. O tema da nossa audiência será sobre as questões minerais para a construção civil.

Com muita satisfação, recebemos aqui a presença de alguns dos mais destacados representantes da indústria mineradora do nosso País, que trarão contribuições valiosas para o debate de hoje e farão esclarecimentos aos membros da Subcomissão sobre os problemas enfrentados e sobre reivindicações para avançar o setor.

Assim, gostaria de dar as boas-vindas, em nome da Subcomissão, aos senhores:

- José Mendo Mizael de Souza, representante do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC);

- Cesar Virgílio Oliveira Gonçalves, representante da Associação Nacional da Indústria da Cerâmica (Anicer);

- Reinaldo Dantas Sampaio, representante da Associação Brasileira das Indústrias de Rochas Ornamentais (Abirochas);

- Marcus Brandão, representante do Sindicato das Indústrias Extrativas de Pedreiras dos Estados de Goiás, Tocantins e Distrito Federal (Sindibrita GO/TO/DF).

Sejam todos muito bem-vindos ao Senado Federal.

Hoje vamos tratar de temas mais presentes, para a mineração brasileira, na vida dos brasileiros: o setor minerador e a construção civil.

São chamados agregados o que serve de insumo para a construção civil, destacando-se a areia, a pedra britada e o cascalho. Além desses produtos usados como matéria-prima para o setor da construção civil, podemos citar outros, como rochas ornamentais e diversos tipos e qualidades de cerâmicas.

Senhoras e senhores, é de conhecimento geral a importância que tais minerais têm no PIB do Brasil. Só a construção civil, nos dois primeiros bimestres deste ano, teve a participação de 4,8% do PIB. Em 2014, o PIB representou cerca de R$5,2 trilhões, o que nos mostra que, apesar do decréscimo da economia, o setor é fundamental para o estímulo do setor em cadeia, como a indústria de minerais metálicos e de serviços de engenharia. No ano passado, o setor empregou mais de 8 milhões de pessoas, representando mais de 8% das pessoas economicamente ativas no Brasil.

Além dos efeitos sobre a geração de renda e consumo, o setor também se mostra estratégico, tendo em vista que boas práticas e políticas eficientes podem gerar uma infraestrutura mais barata e eficiente para o Brasil. Desse modo, poderíamos ter hospitais mais baratos, escolas mais seguras, pontes mais duráveis, enfim, diversos problemas de preço e viabilidade de serviços públicos seriam minimizados. Sem contar que a infraestrutura adequada e versátil representa mais condição para a indução de investimento e criação de emprego.

Isso ainda é mais relevante porque sabemos que o Brasil já se encontra em recessão. Por isso, o desemprego há de aumentar muito nos próximos meses, sendo que a construção civil vive a pior crise em seus últimos anos.

Minha preocupação, senhoras e senhores, vem no intuito de encontrarmos alternativa para que continuemos a gerar emprego e a aquecer esse importante setor. Vamos debater e chegar a boas ideias para ajudar esses dois importantes setores da economia – o da mineração e o da construção civil – a superar as dificuldades, para que possam continuar, em breve, a ser motores do desenvolvimento econômico e social para o nosso País. Há problemas urgentes a serem atacados, como as dificuldades e os custos excessivos de transporte para levar os minérios até os canteiros de obras onde serão usados. Aqui, aliás, insere-se a problemática mais ampla da deficiência e da deterioração da infraestrutura de transporte do Brasil.

O Estado no Brasil está praticamente falido. A necessidade de financiamento dele é imensa, e o engessamento do orçamento da União faz com que os cortes orçamentários, que são necessários, sempre recaiam sobre a rubrica de investimentos, o que afeta a qualidade da infraestrutura e afeta, em decorrência, o custo da produção.

Enfim, meus caros representantes da indústria aqui presentes, senhoras e senhores, vamos agora dar início a este debate e promover alternativa perante os desafios que atingem essas questões.

Antes de passar a palavra aos nossos palestrantes, gostaria de ressaltar aqui, Senador Petecão, o acidente que nós tivemos na mineradora Mariana. Esta Subcomissão foi criada para entender e defender o setor mineral. Infelizmente, tivemos um acidente grave do qual temos que tirar uma lição, porque são inúmeras represas de rejeitos na área de mineração em nosso País. Assim, na próxima audiência pública, nós vamos convidar alguns colegas para fazermos o debate principalmente do caso desse acidente que houve em Minas, na mineradora chamada Mariana.

Passo a palavra ao primeiro orador da tarde, Sr. José Mendo Mizael de Souza, representante do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento.

Com a palavra, o Sr. José. O senhor tem dez minutos.

O SR. JOSÉ MENDO MIZAEL DE SOUZA – Muito obrigado, Sr. Presidente. Sejam as minhas primeiras palavras de homenagem ao nosso Congresso Nacional, especialmente ao Senado Federal, e, na sua pessoa, ao nosso querido Estado de Goiás, como também ao meu Estado de Minas Gerais – e eu sou triplamente mineiro, como engenheiro de minas e metalurgia formado pela UFMG, nascido em Minas Gerais e um dos três ex-alunos honorários da Escola de Minas de Ouro Preto, por homenagem da própria escola.

Presidente, em primeiro lugar, meus cumprimentos. Tenho acompanhado as sessões via TV Senado, e vocês estão construindo um conhecimento extremamente interessante, para os brasileiros em geral, sobre uma área importante da mineração que é a base do desenvolvimento sustentável.

No caso do cimento, nós estamos exatamente na vertente que eu diria final da questão da mineração, que é a questão da industrialização. O cimento é percebido, não só no Brasil, como em qualquer lugar do mundo, como aquela... No momento em que você transforma e concretiza, sem trocadilho, você torna concreto o sonho do ser humano de habitação e de infraestrutura e tudo o mais.

Então, embora seja do melhor conhecimento dos Srs. Senadores e dos participantes, gostaria de passar rapidamente só uma informação, em nome do nosso Presidente José Otavio Carvalho, que infelizmente não pôde estar presente.

O cimento é um aglomerante hidráulico obtido pela moagem de clínquer portland, ao qual se adiciona, durante a operação, a quantidade necessária de uma ou mais formas de sulfato de cálcio. Durante a moagem, é permitido adicionar a esta mistura materiais pozolânicos, escórias granuladas de alto-forno e/ou materiais carbonáticos nos teores específicos.

Essa é a definição da ABNT, nossa querida Associação Brasileira de Normas Técnicas, de cujo Conselho tive a honra de pertencer.

Cimento Portland é o produto de uma atividade industrial integrada, a partir da exploração e beneficiamento de substâncias minerais (calcário e argila), sua transformação, através de moagem e homogeneização em farinha (mistura crua), e posterior processamento físico/químico em clínquer (cimento não pulverizado.) e moagem. Esse é um processo de fabricação que todos os senhores conhecem muito bem. Vale lembrar que toda esta apresentação ficará aqui nos Anais da Comissão e, consequentemente, do próprio Senado Federal.

Este quadro mostra as quantidades das matérias-primas e dos insumos que participam do processo de fabricação.

As características do cimento são: produto homogêneo, básico, perecível, com baixa condição de estocagem, com baixa relação preço/peso, e, no Brasil, mais de 50% do cimento produzido chega aos consumidores finais através da revenda.

Nós temos 20 grupos industriais, 94 fábricas no Brasil. A produção, em 2014, foi de 71,2 milhões de toneladas; em 2015, a capacidade instalada foi de 92 milhões de toneladas/ano, sendo o Brasil o 4º maior produtor e o 4º maior consumidor.

Nesta lâmina estão os diversos grupos industriais no País.

Este quadro mostra as fábricas por países e a quantidade de fábricas, que demonstra muito bem a posição brasileira.

Quanto ao consumo aparente, evidentemente, como V. Exª colocou muito bem na sua abertura, vai sofrer o impacto da atual realidade econômica do nosso País.

Aqui temos a produção por área do Brasil, com os maiores Estados produtores; a capacidade instalada, como já falamos.

Vou citar agora algumas características da indústria do cimento. É uma indústria intensiva em capital. Numa média de mais ou menos cinco anos, o custo de implantação é de cerca de US$300 milhões. A localização é um dado essencial. O ciclo de vida útil de operação de uma fábrica é superior a 50 anos. É intensiva em energia. Logística e fácil acesso a matérias-primas.

Aqui é mostrada a segmentação do consumo de cimento: edificações (72,7%) e infraestrutura (24,9%). Lembro que nós temos imenso potencial de infraestrutura no País, que evidentemente se refletirá nessa *pizza*.

Quanto às contribuições da indústria do cimento para o tema que é alvo do nosso objeto hoje, vamos considerar alguns pontos.

Existe a questão da segurança jurídica, respeito aos direitos adquiridos. O Brasil tem uma história, do Código de Minas de 1934 até hoje, em que os princípios básicos são os mesmos. Isso gera, então, confiança no investidor em mineração, seja ele de capital brasileiro, seja de capital internacional.

O direito de prioridade é de suma importância, porque ele registra, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a essência da atividade de mineração, que é uma atividade de elevado risco, cujo prêmio para o investidor é exatamente vir a ter prioridade na implantação.

Quanto ao prazo do contrato de concessão, foi proposta, pelo Governo Federal, uma inovação em termos de Brasil. E eu gostaria de lembrar um fato, fazendo uma homenagem ao nosso falecido Senador José Eduardo Dutra: quando ele tentou tratar essa questão do prazo, nós tivemos uma conversa detalhada várias vezes aqui na Casa, e ele concluiu que, à luz da Constituição Federal, essa alteração só seria viável por emenda à Constituição. Tanto assim que ele propôs uma emenda à Constituição pertinente, mas a Casa decidiu pela não votação dela, porque impactaria o histórico do Brasil nessa questão. O nosso Código, vale lembrar, é um dos melhores do mundo para atração de investimento e para manutenção de um clima favorável.

Outra questão é a da CFEM. Nós estávamos até conversando um pouco antes, dizendo que ela tem um desafio que é o que nós chamamos de uma legislação "denorex", que parece que é, mas não é; ou parece que não é, mas é. A CFEM parece que é um tributo, mas não é considerada como tal pelo Supremo Tribunal Federal, num voto de Turma do Ministro Sepúlveda Pertence. Quando se combina o inciso IX do art. 20 com o §1º do mesmo art. 20, e com o *caput* do art. 176, verificar-se-á que

a interpretação da legislação para nós que estamos no dia a dia é claríssima, mas, infelizmente, não é o entendimento que, por enquanto, ainda prevalece no STJ, aliás, por um voto vencedor do atual Ministro do Supremo Tribunal Federal Teori Zavascki.

Quanto às multas administrativas e taxas de fiscalização, também temos de ter muito cuidado para que elas não venham a inibir os investimentos, até porque o nosso código é sábio e coloca claramente as gradações das penalidades: advertência, multa e caducidade. Vale lembrar que a caducidade é uma penalidade fortíssima. Não existe paralelo com nenhuma outra atividade nossa no Brasil, que tenha esse tipo de penalidade. Agora, evidentemente, isso faz com que, mais ainda depois da Constituição de 1988, quando os recursos minerais passaram a ser bens da União, o minerador, que, eventualmente, não esteja completamente esclarecido em todos os aspectos pertinentes à sua atividade, tenha a oportunidade de se corrigir toda vez que isso se tornar necessário.

Finalmente, se nós nos dirigirmos ao PL 5.807... É muito interessante, Srs. Senadores e senhores participantes, estarmos discutindo ainda um documento que não existe, porque, na Câmara dos Deputados, já foram divulgados três substitutivos, mas eles ainda não foram, regimentalmente, como o senhor sabe muito bem, colocados à comissão. A comissão tornou-se perempta, segundo as informações da própria Câmara, e foi criada uma nova para a redação de um novo código. Então, nós nos referimos ao PL 5.807, porque é o PL que foi originário do Poder Executivo, como o senhor sabe muito bem.

Esta apresentação será bem breve, para podermos ouvir melhor os demais participantes.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MENDO MIZAEL DE SOUZA – No caso da indústria do cimento, algo a ser completamente destacado é que é uma indústria que, normalmente, se situa próxima a jazidas, ou seja, ela interioriza o desenvolvimento.

Sr. Presidente, estou às ordens, honrado pelo convite de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Agradeço as palavras do Sr. José Mendo Mizael de Souza, representante do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento.

Nossas audiências são exatamente para ouvir cada setor e ter essa contribuição. Sabemos que o projeto hoje está em andamento na Câmara, mas o Senado se antecipou, porque, quando ele chegar ao Senado, nós já teremos ouvido o setor e teremos material discutindo todos os campos da mineração. Então, obrigado pela contribuição desses dados importantes do setor do cimento.

Eu gostaria de passar a palavra agora ao Cesar Vergílio Oliveira Gonçalves, representante da Associação Nacional da Indústria Cerâmica. Dez minutos.

O SR. CESAR VERGÍLIO OLIVEIRA GONÇALVES – Boa tarde a todos.

A Associação Nacional da Indústria Cerâmica (Anicer) gostaria de agradecer pela oportunidade de estar aqui e participar desta importante atividade num assunto que é muito importante para o setor e bastante preocupante. Gostaríamos de agradecer, em especial, ao Senador Wilder Morais pela oportunidade.

Com o nobre colega Mendo, tantas e tantas vezes, tivemos oportunidade de estarmos juntos aqui e falarmos do novo Código de Mineração, desde o seu início, em solicitação feita pelo DNPM de o setor produtivo fazer alguma proposta, que foi feita. Isso acabou culminando com um projeto que foi trazido aqui para o Congresso e sobre ele temos algumas considerações a serem feitas.

Eu gostaria de dizer que o nosso setor é constituído por cerca de 6.900 empresas, segundo levantamento do IBGE, que são distribuídas pelo País inteiro.

Em todos os Estados, há cerâmicas. De princípio, todas essas cerâmicas são mineradoras de argila. Em sua maioria, são constituídas por empresas de pequeno porte. É um produto que é fabricado que é do conhecimento de todos.

Eu gosto de ressaltar sempre – não só por ser aquilo que nós fazemos, mas por ser de fato – que a habitação construída com cerâmica é uma habitação que traz uma qualidade de vida melhor para aqueles que a habitam.

Nós somos cerca de 4,8% do setor da construção civil. O setor como um todo gera cerca de 300 mil empregos diretos e 900 mil indiretos e fatura em torno de R$18 bilhões, com produção de tijolos ou blocos ou tijolos para alvenaria de cerca de 4 bilhões de blocos e 1,3 bilhão de telhas cerâmicas.

Dentro do que nós pudemos levantar, a CFEM talvez seja para nós aquilo que mais nos preocupa. Não só neste, mas já desde o Decreto nº 1, a CFEM vem incomodando bastante, de alguma forma, o setor de cerâmica vermelha. Reconhecemos a importância do projeto de lei. Entretanto, entendemos que é necessário nos posicionar sobre alguns aspectos do texto substitutivo que podem influenciar na garantia da ordem econômica do setor de cerâmica vermelha brasileira.

Primeiro, CFEM. O primeiro ponto a ser abordado sobre a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), prevista no art. 65 do substitutivo do PL 5.807, de 2013, na Câmara, trouxe uma nova perspectiva de cobrança da CFEM para aqueles mineradores que também são fabricantes. É bom ressaltar que, na sua

grande maioria, as cerâmicas não adquirem argila, elas fazem sua própria mineração. Então, ele trouxe uma nova perspectiva de cobrança da CFEM para aqueles mineradores que também são fabricantes e, por isso, não vendem o mineral extraído, pois ele é consumido, transformado ou utilizado pelo próprio minerador.

O PL dizia, no art. 35: "A exploração de recursos minerais ensejará o recolhimento da CFEM, quando, da saída do bem mineral, a qualquer título, do estabelecimento minerador". E diz o art. 36: "A alíquota da CFEM será de até 4% e incidirá sobre a receita bruta da venda, deduzidos os tributos efetivamente pagos e incidentes sobre a sua comercialização". O texto do substitutivo modificou não só a relação, mas, sim, o entendimento, mantendo o mesmo texto da legislação vigente.

> Art. 66.....
> §1º No caso do bem mineral consumido em processo de transformação no estabelecimento minerador, a CFEM será calculada com base no custo apurado até o momento imediatamente anterior à transformação industrial.
> §2º Na impossibilidade ou dificuldade de apuração da base de cálculo prevista no §1º, assim consideradas as situações descritas no art. 148 do Código Tributário Nacional, a Agência Nacional de Mineração poderá estabelecer valor mínimo de referência a ser utilizado como base de cálculo da CFEM, observados os critérios definidos em regulamento.
> Transformação está definida no Capítulo II - Das Diretrizes e Definições. Diz o art. 5º:
> Art. 5º.....
> Para fins dessa lei, considera-se:
> .....
> XXXII – Transformação: modificação da natureza físico-química do bem mineral, ocorrida após o processo de beneficiamento.

Ocorre que a definição de transformação provoca interpretações diversas do fato gerador, ou seja, o ponto exato da incidência da CFEM, gerando diferentes entendimentos entre as superintendências estaduais, causando muita insegurança às empresas, principalmente para as de pequeno porte, que é a grande maioria do setor de cerâmica vermelha no País. Por tal razão, sugere-se que o texto do PL 5.807 tenha a seguinte redação:

> Art. 66. As alíquotas da CFEM serão as constantes no anexo II desta lei e incidirão, conforme o caso, sobre:
> §1º No caso do bem mineral consumido em processo de transformação no estabelecimento minerador, a CFEM será calculada com base no custo apurado na extração do bem mineral.

Essa é a proposta que nós temos, para o setor de cerâmica vermelha, em relação à CFEM.

Já tivemos oportunidade de conversar com o Relator do projeto na Câmara, mas, infelizmente, acabamos não conseguindo...

O ponto de incidência tem uma carga de industrialização que é o maior custo da cerâmica, ou seja, agrega-se um valor ao mineral que não é dele. Há um custo elevadíssimo de mão de obra e de energia que não é aquilo que a filosofia, imagino, da CFEM contempla.

Outro ponto importante é taxa de fiscalização. Também merece igual atenção o novo tributo criado pelo projeto, que é a taxa de fiscalização prevista no art. 63 do substitutivo. A taxa tem valores desproporcionais e muito elevados, principalmente comparadas às suas congêneres TCFA (Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental) federal, Ibama e estaduais. Nesse sentido, a proposta precisa ser reajustada, observando a proporcionalidade de forma que a taxa seja proporcional à capacidade contributiva, art. 150, II, da Constituição Federal, de cada sujeito passivo. A alíquota do tributo possui valor fixo, devendo ser percentual, de modo que a variação da base de cálculo da exação acarrete um tributo proporcional à situação e capacidade econômica do contribuinte. Da forma como está disposto, o projeto iguala pessoas jurídicas de diferentes faixas de arrecadação, chegando a uma disparidade de 50%, já que estabelece a cobrança de R$5 mil e R$10 mil...

(Soa a campainha.)

O SR. CESAR VERGÍLIO OLIVEIRA GONÇALVES – ... àqueles que arrecadam R$360 mil por mês e àqueles que arrecadam R$3,6 milhões, o que seria o Simples Nacional.

Posso...?

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Sim.

O SR. CESAR VERGÍLIO OLIVEIRA GONÇALVES – Passando-se a um valor percentual fixo, o legislador estará observando essa proporcionando e adequando a cobrança à capacidade econômica do contribuinte.

Quanto à multa administrativa, multa diária de não cumprimento, destacamos também o valor da multa diária no caso da continuidade de atos ou situações que configurem infração ou não cumprimento de obrigações de fazer ou de não fazer impostas. O texto estabelece um valor de R$1.000, podendo ser aumentada em

até cem vezes, conforme o porte econômico do infrator e a gravidade da infração. Embora o legislador tenha estabelecido uma diferença dos valores para micro e pequenas empresas, no caso da multa administrativa em si, ele não estendeu a lógica para o caso de muitas multas diárias pela continuidade dos atos.

> O art. 77. As hipóteses de incidência das sanções e os critérios para sua aplicação serão aplicados pela Agência Nacional de Mineração, devendo-se levar em consideração a gravidade da infração e o porte econômico do infrator.
>
> §1º A multa administrativa simples para cada infração variará de R$10 mil a R$100 milhões ou, no caso de micro empresa e de empresa de pequeno porte, variando de R$1.000 a R$100 mil.
>
> §2º A continuidade de atos ou situações que configurem infração ou não cumprimento de obrigações de fazer ou de não fazer impostas sujeitarão o responsável à multa diária de até R$1.000, podendo ser aumentada em até cem vezes, conforme o porte econômico do infrator e a gravidade da infração.

Entendemos que o valor é inadequado, visto que a multa administrativa para micro e pequenas empresas mineradoras e sociedades cooperativas se inicia em R$1.000. Propomos que, para as micro e pequenas empresas mineradoras e sociedades cooperativas, esses valores sejam reduzidos a R$100 a R$10 mil para os §§1º e 2º.

Das condições gerais de outorga.

> Art. 18 O poder concedente poderá autorizar, mediante requerimento do interessado, o aproveitamento dos minérios de que tratamos nos §§4º e 6º do art. 8º, por meio de celebração de termo de adesão, observado o disposto em regulamento.
>
> §1º O termo de adesão conterá as regras aplicáveis ao aproveitamento mineral, os direitos e as obrigações de seu titular e terá prazo de até 30 anos, prorrogável por períodos sucessivos de até 15 anos cada.
>
> §2º Não serão aceitos requerimentos de autorização relativos a áreas que não estejam livres na data do pedido, exceto nas hipóteses em que for tecnicamente viável a coexistência entre os dois aproveitamentos minerais, observado o disposto no art. 17 e obedecidas às condições estabelecidas pelo poder concedente.
>
> §3º A critério da Agência Nacional de Mineração, poderá ser exigido do autorizatário de aproveitamento de recursos minerais a realização de pesquisa mineral, com apresentação de relatório em prazo e forma a serem definidos em regulamento.
>
> §4º Autorização para aproveitamento de recursos minerais terá o limite máximo de área de 1000 hectares.

É de vital importância, para as substâncias constantes dos §§4º e 5º do art. 8, que o regime de prioridades seja mantido para a celebração do termo de adesão proposto no art. 18.

São nossas considerações.

Desculpe-me, Presidente, mas eu gostaria de citar que o documento está disponibilizado.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Agradeço ao Sr. Cesar Vergílio Oliveira Gonçalves, representante da Associação Nacional da Indústria Cerâmica. Obrigado pelos seus esclarecimentos.

Eu gostaria de passar a palavra ao Sr. Reinaldo Dantas Sampaio, representante da Associação Brasileira da Indústria de Rochas Ornamentais. Com a palavra, o senhor, que tem dez minutos.

O SR. REINALDO DANTAS SAMPAIO – Muito obrigado.

Meus cumprimentos, Presidente.

Manifesto aqui o sentimento de estar muito honrado com o convite para voltar a esta Casa, participando desse ciclo de reflexão sobre o novo marco da mineração.

Cumprimento também as demais autoridades presentes, o meu guru Senador Flexa Ribeiro e os demais presentes.

Senhoras e senhores, eu diria que o substitutivo que estamos aqui tomando como referência para essa reflexão, nos termos que colocou o Dr. Mendo, que é o que temos para discutir, traz avanços e melhorias consideráveis em relação ao projeto original encaminhado pelo Governo. Então, ele trouxe aperfeiçoamentos, trouxe algumas garantias que estavam em risco no projeto original, trouxe algumas inovações importantes, como a questão do domínio do estéril e do rejeito por parte do minerador e a questão do título minerário, mas eu acho que este momento aqui não é para apreciarmos os avanços positivos, porque eles são positivos e precisam ser mantidos, mas para discutirmos, de certa forma, aquilo que se apresenta como uma certa ameaça ao melhor para o desempenho da indústria mineral brasileira, no caso específico, do setor de rochas ornamentais.

Nos arts. 16 e 17 do novo substitutivo, ele prevê que, para fins de realização de obras públicas de relevante interesse nacional, o poder concedente pode não só revogar as concessões como conceder novo direito minerário dentro de área acobertada por direito minerário anterior. É evidente que, quando se pensa em

relevante interesse nacional, todos nos subordinamos, mas precisávamos saber, com uma certa anterioridade, quais são os limites, qual é o mínimo de regramento que vai definir ou quem vai definir o que é relevante interesse nacional. Senão, ficamos num vazio regulatório.

Outra questão é que criar autorização de aproveitamento de recursos minerais é um avanço para o setor, principalmente o de rocha ornamental, mas obriga a assinatura de um termo de adesão cujo teor não é conhecido. Ele será fruto de uma situação posterior a ser regulamentada. Então, cria-se um favorecimento importante, porque isso acelera a possibilidade da operação de extração e beneficiamento da rocha ornamental, mas sabemos que teremos que assinar um termo de adesão do qual nós não temos nenhuma noção do conteúdo. Eu acho que esse é um fator que precisa ser observado, sempre na linha de proteger e de criar um ambiente de segurança jurídica para atividade da mineração.

No caso específico de rocha ornamental, houve também uma melhoria significativa no percentual da CFEM, mas isso é feito trazendo o cálculo da CFEM para o valor de venda do produto. Eu diria que, se fizermos o cálculo meramente econômico desse critério, isso traz uma melhoria para o nosso setor do ponto de vista de incidência tributária, mas há uma questão de conceito que nós precisamos preservar, a despeito de haver um benefício pontual, setorial. É um conceito que é trazer para incidência da CFEM o esforço empresarial do *marketing*, da publicidade, do risco do beneficiamento, do risco do mercado que não tem conexão com o princípio da CFEM que é sobre o patrimônio da União, que é o bem mineral. Então, ela deveria retornar a incidir sobre o bem mineral extraído, buscando-se uma alíquota que seja estimuladora do segmento de atividade econômica.

Eu tive oportunidade de falar isso na primeira audiência, mas eu volto a dizer: rocha ornamental é o quinto bem mineral mais exportado pelo Brasil, sendo que 80% da sua exportação são em produto beneficiado. As exportações alcançam aproximadamente R$1,5 bilhão anuais, de um PIB de US$5 bilhões. Portanto, quase 35% do PIB do setor são exportados, o que não é comum na atividade de pequena e média empresa. O Brasil conquistou, por uma ousadia empresarial – já que não é um segmento que não goza de políticas de estímulo em nenhum Estado ou de política geral de estímulo ao desenvolvimento setorial –, o lugar de quarto *player* mundial do segmento, atrás apenas da China, da Índia e Irã, de modo que o Brasil é o líder ocidental da rocha ornamental e é o principal fornecedor de rochas ornamentais industrializadas para os Estados Unidos. As exportações do setor para os Estados Unidos em 2013, 2014 representaram 3,5% das exportações totais do Brasil para aquele país. Então, sendo uma atividade econômica em que o País é líder no ocidente, é o quarto no mundo, é o maior fornecedor da maior economia do Planeta e tem um potencial mineral extraordinário, visto pelos fóruns internacionais como sendo o País que hoje detém a maior capacidade de continuada expansão de extração, beneficiamento, consumo interno e exportação, nós temos que ter um olhar para esse segmento voltado para o fomento. É preciso desonerá-lo ao máximo, é preciso desonerar da melhor forma o segmento, fundado na micro, pequena e média empresa – nós somos 10 mil empresas, sendo 9 mil micro e pequenas empresas e 1 mil empresas médias, das quais 400 são exportadoras. Nós temos hoje o maior e o mais moderno parque industrial do mundo, feito pela ousadia empresarial. Se existe um setor em que o espírito animal do empreendedor está presente, é exatamente o segmento de rochas ornamentais. Então, eu acho que, por questão de princípios, nós devemos insistir na revisão da base de cálculo da CFEM e também nesses outros pontos que eu trouxe.

Não me é possível aqui, nesta reunião, trazer outro exemplo de um aumento de incidência da CFEM em outro bem mineral – eu peço licença para lhe entregar o documento depois, Senador –, em que a CFEM cresceu 2000% em um determinado bem mineral. Uma empresa fez um projeto e investiu 250 milhões na Bahia com base em uma incidência de 0,2%, mas, agora, está previsto que a incidência vá a 4%, sendo que ela era sobre o valor da mina e agora será sobre o faturamento do bem, o que põe em risco a viabilidade de um empreendimento mineiro. Então, é preciso levar em consideração outros fatores e não só a visão arrecadatória.

Eu acho que, da minha parte, era isso que eu tinha que colocar.

Mais uma vez, agradeço o privilégio de estar aqui neste fórum, podendo trazer nossas reflexões.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Agradeço o Sr. Reinaldo Dantas Sampaio, representante da Associação Brasileira da Indústria de Rochas Ornamentais.

Passo a palavra ao Sr. Marcus Brandão, representante do Sindicato da Indústria Extrativa de Pedreiras dos Estados de Goiás, Tocantins e Distrito Federal. Com a palavra, o Sr. Marcus, que tem dez minutos.

O SR. MARCUS BRANDÃO – Boa tarde a todos.

Meu nome é Marcus, sou um minerador, estou como Diretor Financeiro do Sindibrita e vim aqui falar sobre brita e agregados.

Sobre o marco regulatório, nós já sabemos, pois ele já está sendo debatido de todos os jeitos, de todas as formas, por todos os setores. Vou falar de um problema mais caseiro que temos vivido no Goiás, perto de Goiânia, principalmente. O nosso produto é uma cesta básica da construção civil. Nós somos o início de tudo e

temos de estar perto, porque o nosso produto é muito barato, e, então, não cabe frete nele. Então, nós temos de ficar perto. Vai abaixando o preço, vai melhorando o preço quanto mais perto estivermos. Só que as cidades vão crescendo e, à medida que elas vão crescendo, elas vão abraçando as minerações. Nesse momento, nós ficamos dentro das cidades. E, na hora em que estamos dentro das cidades, nós passamos a ser um problema. Nesse momento, nós somos, mais ou menos, como bandidos: nós estamos invadindo, nós somos o problema, nós estamos atrapalhando. O crescimento desordenado tem prejudicado e atrapalhado muito as minerações, na parte em que eu tenho vivido ali. À medida que isso acontece, as pedreiras estão ficando mais longe. Quanto mais longe, mais agregam preço, mais dificultam, mais sobe a cesta básica para as construtoras.

Outro problema que temos também é burocracia. Hoje, para se começar um investimento e começar a trabalhar de uma forma simplificada, que seria o licenciamento, isso demora dois anos e, para se conseguir a lavra, demora uns cinco anos. Então, é um problema muito complicado para novos investimentos, para novas jazidas, para conseguirmos novas fontes de fornecimento.

Por que melhorar e facilitar? Porque, de novo, nós somos o início da construção. O setor é de baixo impacto, porque ocupa muito pouco espaço. Ele não é agressivo, não é de grande impacto ambiental. Hoje, há tecnologia para se usarem os finos, e esses finos hoje seguem como areia, o que substituiria a areia de rio. Então, também aproveitaríamos mais ainda o que hoje é chamado de rejeito. E também os finos finíssimos, que servem como adubos e como matéria-prima para cerâmica também, dependendo das pedras.

O que eu vejo é que nós precisamos melhorar a nossa parte de burocracia, a nossa parte de legislação e o tratamento das pedreiras na parte de localização.

Basicamente, é isso que eu queria falar.

Agradeço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Agradeço as palavras do Sr. Marcus Brandão, representante do Sindicato da Indústria Extrativa de Pedreiras dos Estados de Goiás, Tocantins e Distrito Federal.

Antes de passar a palavra para os nossos colegas Senadores, eu gostaria de ler um requerimento.

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de uma diligência dos membros da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor Mineral (Subminera) ao Distrito de Bento Rodrigues, no Município de Mariana, onde houve o rompimento de duas barragens de rejeitos da Mineradora Samarco. O objetivo da visita é o de permitir à Subcomissão tomar conhecimento do que ocorreu em Bento Rodrigues e analisar tecnicamente as medidas que estão sendo tomadas pelas autoridades públicas.

Coloco em votação o requerimento.

Os Senadores permaneçam como se encontram... (*Pausa.*)

Aprovado.

Os componentes químicos dos rejeitos dessas duas barragens, vamos dizer, por sorte, são muito pequenos, ao contrário dos de outras barragens, inclusive no nosso Estado de Goiás, como, por exemplo, em Crixás, em que, com certeza, se houvesse esse acidente, ele destruiria uma cidade, com um dano ao meio ambiente que levaria uns duzentos anos para ser recomposto, sem contar o risco à população.

Eu gostaria de passar a palavra ao nosso Senador Sérgio Petecão, Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Agradeço ao nosso Presidente, Senador Wilder. Faço uma saudação a todos os nossos convidados. Obrigado pela presença.

Senador Wilder, a pedido de V. Exª, eu estive no seminário promovido pelo Tribunal de Contas da União, em que o debate era exatamente o projeto que tramita na Câmara Federal que trata da situação do marco regulatório. Estavam lá presentes o Deputado Leonardo Quintão, que é o Relator na Câmara Federal; o representante do DNPM; e outras autoridades, como o Ministério de Minas e Energia, que também estava representado. Foi um seminário muito importante, com um quórum bastante qualificado de técnicos.

Já deixo aqui como sugestão convidar para o nossa próxima audiência o Tribunal de Contas da União, porque vejo, por parte do Tribunal, um interesse também – o foco deles é o foco desta Subcomissão –, para que possamos dar uma maior celeridade nesse projeto que se encontra hoje na Câmara Federal. Que nós possamos convidá-los para que eles também possam participar de um debate aqui, na nossa Subcomissão.

Eu, sinceramente, fiquei preocupado, ouvindo o depoimento do Relator, o Deputado Leonardo Quintão. Esse projeto já se encontra tramitando na Câmara, salvo engano, por três anos. Eu fiz uma pergunta a ele: quem é que está por trás dessa...? É inadmissível que um projeto demore tanto tempo. Segundo ele, não existe nem perspectiva, porque, segundo ele, o Presidente não tem interesse em pautar esse projeto. Eu, sinceramente, fiquei muito preocupado. Eu acho que nós aqui do Senado Federal, Senador Flexa, podemos pensar na possibilidade de criar um projeto do Senado, porque, se esse projeto da Câmara não avançar, nós vamos ficar reféns? Vamos ficar esperando até quantos anos?

Eu ouvi o setor aqui. E a única pessoa que não falou dos problemas por que hoje passa o setor foi exatamente o Ministério de Minas e Energia. O representante do Ministério ali disse que está tudo tranquilo, que está tudo bem, que está tudo resolvido. E nós sabemos que isso não é verdadeiro.

Eu, sinceramente, fiquei muito preocupado. Eu acho que nós temos que, urgentemente, chamar para uma conversa o nosso Relator, o Deputado Leonardo Quintão. O Tribunal de Contas da União também está querendo contribuir.

De forma que eu queria apenas fazer essa prestação de contas, até porque eu estive lá representando V. Exª, que pediu que eu estivesse lá. Foi um seminário da maior importância.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Obrigado, Senador Petecão.

O nosso objetivo, Senador Flexa, Senador Petecão – nós saímos na frente –, é exatamente avançar aqui, no Senado. Nós já estamos na quinta audiência pública e estamos com a equipe de trabalho desta Comissão já preparando um relatório. Com certeza, se nós – a cada semana, neste horário de terça-feira, vamos aumentar ainda as audiências públicas – terminarmos o nosso relatório com todo o setor, vamos fazer uma reunião, sim, com o Deputado Leonardo Quintão, para tratar do assunto e ver qual é a prioridade. Na verdade, a prioridade desse projeto era do Governo, e sabemos muito bem o interesse do Governo, sempre buscando, cada vez mais, arrecadação. E esse não é o objetivo, que é fazer com que o setor mineral avance no nosso País.

Eu gostaria de passar a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador Wilder Morais, Senador Petecão, eu quero saudar os nossos convidados em nome do meu amigo, Reinaldo Sampaio, amigo desde os tempos da CNI – já se vão muitos anos –, que foi sempre um batalhador pelo setor de rochas ornamentais. Eu quero dar este testemunho, Reinaldo, de ver que você não perdeu o entusiasmo e, não perdendo o entusiasmo, não perdeu a esperança. Isso é o que faz com que o Brasil ainda se mantenha com expectativa de superar, se Deus quiser, essa crise que lamentavelmente se abate sobre o País.

Eu quero saudar também os demais componentes convidados: o Presidente da Associação Nacional da Indústria Cerâmica, o Sr. Cesar Gonçalves; da Indústria Extrativa de Pedreiras do território comandado pelo Wilder – ali é o reino do Wilder –, Goiás, Tocantins e Distrito Federal, o representante do Flávio Rassi; e o Sr. José Mendo, do Sindicato Nacional da Indústria de Cimento, assessor para assuntos minerais.

Senador Wilder, esta Subcomissão da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal é da maior importância. Lamentavelmente, o Código de Mineração que está em vigência tem quarenta e tantos anos. Àquela altura, nem se falava em meio ambiente, não se sabia nem o que era meio ambiente.

E assistimos, lamentavelmente, agora, a essa tragédia em Minas Gerais, que pode acontecer em outros lugares. V. Exª fez referência a seu Estado. No meu Estado, que é minerador por excelência, lamentavelmente... Eu tenho um projeto sobre a questão da mineração aqui, Senador Wilder, que deve ter uns sete ou oito anos. E eu disse ao Deputado Quintão – como o Senador Petecão falou, o projeto do Governo está lá há três anos – que o Governo Federal ficou três anos para encaminhar a proposta do Código de Mineração ao Congresso. Ao longo desses três anos, não deixaram meu projeto andar, porque diziam que estava vindo o Código de Mineração que iria resolver de forma mais abrangente. E realmente o é. Chegando o Código de Mineração, ele está lá há dois anos e pouco. E é o que disse o Senador Petecão: não há expectativa.

Eu já participei de uma reunião na Câmara com o Deputado Quintão, o Relator, com a Bancada dos dois maiores Estados mineradores do Brasil, Minas Gerais e Pará. A médio prazo, o Pará vai ultrapassar Minas Gerais, vai ser o maior Estado em mineração.

Na audiência de hoje, nós estamos tratando aqui de um setor da maior importância para a economia do nosso País e que tem e deve ter um tratamento diferenciado no Código de Mineração. Não dá para tratar o setor de areia, de insumos para construção civil do mesmo jeito que se trata um projeto como o Carajás que era o maior projeto de mineração a céu aberto do mundo – ele vai perder a posição agora para o S11D, que, na realidade, fica na continuidade da Serra, pois ele fica no Município de Canaã, vizinho ao Município de Parauapebas, onde está Carajás. O S11D vai entrar em funcionamento a partir de 2016 e vai dobrar a produção de extração de minério de ferro pela companhia Vale no Estado do Pará.

O primeiro ponto a que precisamos estar atentos é proteger – eu digo proteger no sentido de dar condições – o setor de insumos para a atividade da construção civil, para que ele não venha a ser onerado de tal forma que isso tenha de ser transferido para o consumidor final. O bem que uma família almeja, além da saúde, em primeiro lugar, é um teto para dar segurança à sua família. O valor do metro quadrado da construção depende exatamente desses insumos. Então, esse setor tem de ter um tratamento diferenciado.

Eu queria fazer uma proposta, já que o Senador Petecão esteve nesse seminário – e eu acho da maior importância o TCU estar preocupado com o Código de Mineração. Nós estamos discutindo o projeto, que está na mão do Senador Acir Gurgacz, pronto para ele relatar, depois de sete anos. Aí o Senador Alcolumbre pediu para o Senador Acir Gurgacz retirar de pauta. Eu disse para o Senador Alcolumbre que o Amapá é o exemplo vivo do malefício que uma mineradora pode fazer para um Estado. A Icomi ficou explorando manganês no Estado do Amapá por 50 anos e, quando exauriu a mina, ela abandonou o projeto, abandonou a estrada de ferro que levava o minério até o porto de Santana, e está lá o buraco, o que foi deixado para os amapaenses. Então, o Senador Alcolumbre teria de ser o maior defensor de que se possa fazer um Código de Mineração que proteja... É evidente que nós não queremos inviabilizar a mineração. Agora, o que não é possível é que os Estados, a população, a sociedade, o brasileiro que está no Município – pois você vive no Município, não vive nem no Estado nem na União – onde existe a mineradora seja levado a não ter condições de atendimento. Por quê? Porque a mineração deixa para o Estado praticamente nada em relação a recursos.

No caso do Estado do Pará, o minério de ferro nosso é todo exportado. Então, ele não é tributado e representa 37% da economia do Estado. Então, o Governador que está no exercício tem de administrar as necessidades para atender os 8 milhões de paraenses na saúde, na educação, na segurança, na infraestrutura, só tributando 63% da sua atividade econômica. Ora, precisa-se fazer milagre para isso. Existe a Lei Kandir, de 1996, que determina que não se cobre sobre os produtos primários exportados. Antigamente, existia o ICMS reduzido de 4%, mas aí veio a crise lá atrás com a balança comercial negativa, e era preciso incentivar a produção. Não se exportam impostos. É verdade, não se exportam impostos, mas é preciso que o Estado onde há a atividade exportadora tenha o retorno para que possa atender às demandas que são criadas. Pega-se um projeto como esse de Carajás, que foi há 30 anos, ou o S11D ou outros projetos. Eu falo a Vale como exemplo, porque é a maior mineradora do Brasil, mas há várias outras mineradoras no Estado do Pará, ou, saindo da mineração, há, por exemplo, Belo Monte. Se vai se implantar um projeto como Belo Monte, há uma migração de algo em torno de 40 mil pessoas para trabalhar lá. Ela vai começar a gerar energia em 2016, e já demitiram 10 mil, vão demitir mais 15 mil. Uma parte dessas pessoas que vão para lá não volta para suas origens, permanecendo lá. Aí é preciso haver escola para os filhos, hospital para atender à saúde, segurança e infraestrutura na cidade. No caso de Belo Monte, pelo menos para se dar a licença, foram colocados condicionantes, que vão mais ou menos, mas o importante é não deixar gerar energia antes de os condicionantes estarem prontos. Nos projetos anteriores, nem isso havia. Então, o impacto tinha de ser absorvido pelo Estado.

Eu queria propor, Senador Wilder, que nós pudéssemos convidar para uma audiência aqui o Deputado Quintão, para nós anteciparmos... Eu tomei um susto. Eu quero dizer a V. Exª que eu fui a essa audiência na Câmara para a qual foram convidadas a Bancada do Pará e a Bancada de Minas, na qual ele leu o relatório. O relatório que ele leu agora era completamente diferente do relatório do ano passado – completamente diferente, era do dia para a noite! Estranhamente, como disse o Senador Petecão, a quem interessa o projeto não andar ou a quem interessa o relatório que lá está sendo discutido? Eu disse a ele que nós estávamos aqui para representar o nosso Estado e a nossa população. Nós estamos aqui para isso, para defender os Estados.

Evidentemente, como eu disse, não queremos inviabilizar a mineração, pelo contrário, queremos que ela se fortaleça, mas, quando se comparam – Reinaldo, nós fizemos isso muitas vezes – o que é a incidência de impostos no Brasil e a incidência de impostos nos países que concorrem conosco, como a Austrália, já que se discute a competitividade do produto brasileiro, vai se ver que lá é bem diferente daqui, pois pelo menos o Estado tem um retorno que permite a ele, sem inviabilizar o mercado, dar um atendimento à população.

O Código de Mineração não é só CFEM. O Reinaldo – permita-me que eu o chame de Reinaldo – disse que uma determinada atividade minerária teria a CFEM aumentada 2 mil vezes. Ele não citou, o sujeito é oculto. Eu gostaria de saber qual é o item que teve esse incremento, pois eu gostaria que tivesse no minério de ferro.

O SR. REINALDO DANTAS SAMPAIO – No caso, é uma compreensão... Eu vou explicar, Senador. Trata-se do seguinte. O Brasil já foi o maior produtor de diamantes no mundo até início do século XIX. Hoje, 90% da produção brasileira são oriundas de garimpos, de lavra garimpeira etc. E, agora, no Brasil, há a primeira mina de diamantes em kimberlitos aberta em toda a América do Sul. Embora os kimberlitos sejam um aglomerado mineral relativamente comum, é rara a presença de diamantes neles, o que implica investimentos elevados, tecnologias elevadas etc. Esse empreendimento está num Município chamado Nordestina – o nome já é sugestivo, pois está no coração do Semiárido da Bahia. Nós sabemos que a falta de uma política de desenvolvimento regional tem colocado os Estados do Norte e, mais ainda, do Nordeste numa defasagem relativa, numa desigualdade relativa em relação aos demais Estados da Federação, o que é uma história quase secular. E essa falta de política de desenvolvimento regional nos priva de ter a infraestrutura e as condições para uma competitividade sistêmica que os nossos Estados com as próprias economias não são capazes de realizar. Então, quando o projeto foi concebido, ele o fez na legislação atual: 0,2% sobre o produto bruto na mina. Com essa equação, ele

fez o cálculo econômico, investiram R$250 milhões e agora estão gerando 400 empregos. A proposta – eu não tenho essa última a que o senhor se referiu, mas a anterior – prevê que a CFEM vai para 4% nesse bem mineral.

Eu tenho a sensação de que legislador olha o diamante como sendo aquela joia esplendorosa no colo de uma rica dama, que, portanto, precisa pagar imposto caro. Talvez fosse melhor cobrar o imposto da rica dama e deixar o produtor desonerado disso, porque ele está no coração da pobreza do Brasil, produzindo algo que é raro, tão raro que, na América do Sul, só há essa mina, gerando empregos onde está o maior contingente de famílias inscritas no Bolsa Família.

Esse enfoque talvez justifique olhar a atividade produtiva sob outra ótica, porque sair de 0,2% para 4% é 2000% de acréscimo, com um agravante: sobre o faturamento e não sobre o produto na mina. O valor cresce ainda muito mais. Então, é absolutamente legítimo defender que, nesse caso – e eles têm uma planta de processamento também sendo instalada –, a CFEM não incida nessa ordem, porque ela contraria o cálculo econômico que definiu a decisão de investir do empresário. Então, nós temos de ter essa noção também da segurança jurídica do investimento que não pode ter a regra mudada mal começou a sua atividade.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Essa mineração de diamantes, pelo que o Reinaldo está falando, é uma planta industrial.

O SR. REINALDO DANTAS SAMPAIO – Isso!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – O que existe de mineração é garimpo, como no meu Estado, onde existe garimpo de ouro por todo lado. Ocorre que essa produção é passada adiante sem que o Estado tome conhecimento de que ela existiu. Lamentavelmente, não há controle.

Lá na década de 80, na época de garimpos como Serra Pelada e, depois, o de Itaituba... O aeroporto de Itaituba era o aeroporto de maior número de pousos e decolagens do mundo – do mundo! – em função do garimpo. A Caixa Econômica, que comprava o ouro para o Estado, para a União, tinha representante com escritório montado lá para tentar diminuir esse desvio.

Eu acho que tudo isso tem de ser discutido; agora, não dá também, Reinaldo, nesse parecer a que me referi e que deu um susto... Hoje, a CFEM sobre o minério de ferro é de 2% sobre o valor líquido, já abatidos todos os custos de extração. E nós queremos subir essa CFEM para 4% ou 5% – na Austrália é de 7,5% – sobre o valor da *commodity*. E por quê? Porque o próprio DNPM tem autos de infração contra a Companhia Vale, de mais de R$2,5 bilhões, por inclusão, como custo, de despesas não aceitas pelo DNPM como tal. Então, para evitar isso, o lógico é você usar a *commodity*. Só que, pelo relatório que foi lido, eles baixavam a CFEM para 1%. Ou seja, em vez de subir, eles traziam para baixo. Aí é complicado! E pior do que isso, porque nós estamos tratando só da questão do retorno mínimo, Senador Wilder, Presidente, para o Estado e para o Município.

Ainda há outros pontos na mineração que precisam ser rapidamente corrigidos, como, por exemplo, o direito de lavra. Hoje, a pessoa ou a empresa que adquire o direito de lavra o coloca numa gaveta e guarda por 10, 20, 30 anos; depois, negocia o papel. Então, a nossa proposta é que ele, tendo o direito de lavra, tenha um tempo, que tem de ser discutido, de cinco, de dez ou de quantos anos sejam necessários, para que implante o projeto. Porém, depois desse prazo, ele perde o direito de lavra, que retorna para a União e esta, novamente, negocia isso.

Então, esse e outros vários pontos estão dentro do Código de Mineração. Assim, eu queria propor a V. Exª que a gente promovesse uma audiência, juntamente com o Deputado Quintão, para a qual chamaríamos o Ministério das Minas e Energia, a Associação dos Mineradores, o Ibram – Instituto Brasileiro de Mineração, que não defende os que estão aqui, representa só o *top* do *top*... Nós temos de ter um representante que possa vir aqui defender os pequenos mineradores, porque o minerador que extrai areia ou brita para a construção civil não vai poder ter o mesmo tratamento que vai ter um projeto do porte dos que são implantados.

Então, a minha proposta é esta: que a gente antecipe porque o projeto vai chegar aqui, e não podemos deixar ficar aqui três anos. Vamos fazer, de Deus quiser, com que ele seja acelerado no Senado Federal. O problema é trazer de lá. O grande esforço que a gente tem é tirar da Câmara Federal o projeto votado, porque ainda está na comissão especial cujo relator é o Deputado Leonardo Quintão.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Agradeço ao Senador Flexa Ribeiro.

Senador, vamos já acatar e ler o seu requerimento.

O nosso objetivo, desde a criação desta Subcomissão, é avançar.Sabemos a importância do seu Estado, a importância de Minas e do meu Estado de Goiás. Sempre deixamos muito claro. Venho do setor produtivo, e o nosso objetivo é avançar, e com um viés diferente. Não queremos fazer um projeto genérico para o Brasil. Temos características diferentes em cada Estado. Então, com esses debates, enriquecidos com depoimentos e debates de cada Estado, principalmente o Estado de V. Exª, o Pará, nós vamos ter condições de ajudar muito nesse novo marco regulatório. E, com certeza, se começar a demorar, como "está bem, vamos fazer essa audi-

ência", vamos propor um projeto, sim, pela Comissão de Infraestrutura, feito com toda a assessoria que estamos montando, com todos os debates. Vamos propor um projeto aqui, pelo Senado Federal, completo, como o Governo quis fazer, e não tem interesse, pelo jeito não tem andado.

O requerimento de V. Exª vou ler daqui a pouco.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Com a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Quero parabenizá-lo. Acho que a ação mais objetiva que podemos fazer é encaminhar, via subcomissão, um projeto em que possamos, com a assessoria, preparar e fazer tramitar, para encontrar com o da Câmara dos Deputados. Vamos fazer o inverso: ao invés de o rio ir para o mar, o mar vai para o rio.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Com certeza, Senador, acho que este é o nosso objetivo, exatamente o de ter prioridade. Acho que o Brasil precisa de foco. Toda a crise que está havendo, e não estamos tendo foco. Então, sem foco, o setor mineral...

Nós temos as maiores reservas do mundo de todo tipo de minério, e não há, em um momento de crise como essa, um foco. Imagine se se estudasse o setor mineral. Hoje, há a maior burocracia, é um setor de investimentos muito caros, e onde, só para pesquisar, há alto risco. O Governo tinha que pensar. Temos a pergunta: quando vamos explorar isso?

Concordo com V. Exª também com relação aos requerimentos de lavra, porque sentam sobre eles por questão de reserva de mercado. Acho que o Brasil tem que avançar. Então, com certeza, esta Subcomissão e V. Exª ajudam muito, porque é conhecedor.

Leio mais um requerimento aqui e, depois, o requerimento de V. Exª.

ITEM 2
Requerimento Nº , de 2015

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, combinados com o art. 73, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública perante a Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração (SUBMINERA), criada no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para tratar do rompimento das barragens do Fundão e do Santarém, na unidade industrial da Mina do Germano, localizada nos municípios de Mariana e Ouro Preto, em Minas Gerais, de propriedade da empresa de mineração Samarco, com os seguintes convidados:

1. Representante da Samarco Mineração S.A.;

2. Representante do CREA-MG;

3. Representante do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM);

4. Representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD);

5. Representante da Agência Nacional de Águas (ANA)

6. Pesquisador do Observatório Sismológico da Universidade de Brasília.

Autoria: Senador Wilder Morais.

O objetivo da audiência é permitir a esta Subcomissão tomar conhecimento do que ocorreu no Município de Mariana, discutir as soluções para as consequências do desastre, bem como buscar medidas objetivando evitar novos desastres semelhantes. Ainda assim, verificar as providências que estão sendo tomadas pelas autoridades para solucionar os problemas causados.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Flexa, o requerimento que V. Exª solicitou eu vou deixar para a próxima reunião, e já o trazemos aprovado pela Comissão.

Eu gostaria de agradecer a presença de todos os convidados e às Srªs e aos Srs. Senadores aqui presentes.

Dou por encerrada esta audiência pública.

(Iniciada às 14 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 05 minutos.)

ATA DA 6ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO - SUBMINERA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, EM 24 DE NOVEMBRO DE 2015.

Às catorze horas e quarenta e três minutos do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e quinze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Wilder Morais, reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração, com a presença dos Senhores Senadores Sérgio Petecão, Valdir Raupp e Flexa Ribeiro. Registra presença como não membro o Senhor Senador Garibaldi Alves Filho. Ausentes os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara aberta a reunião e, após a leitura de comunicados, tem início a audiência pública para tratar do rompimento das barragens do Fundão e do Santarém, na unidade industrial da mina do Germano, localizada nos municípios de Mariana e Ouro Preto, em Minas Gerais, de propriedade da empresa de mineração Samarco, em atendimento ao Requerimento aprovado por esta Subcomissão e pelo plenário da Comissão (Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 82, de 2015). O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições, o Senhor Telton Elber Corrêa, Diretor Geral Internino do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); o Senhor Márcio Isaías Perdigão Mendes, Gerente Geral de Meio Ambiente e Licenciamento da Samarco Mineração S.A.; a Senhora Flávia Gomes de Barros, Superintendente de Fiscalização da Agência Nacional de Águas (ANA); e a Senhora Monica Giannoccaro Von Huelsen, Chefe do Observatório Sismológico da Universidade de Brasília (UnB). Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Sérgio Petecão e Valdir Raupp. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às quinze horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando, eu, Thales Roberto Furtado Morais, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador WILDER MORAIS
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração (Subminera), da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Informo a todos os presentes e a quem nos acompanha pelos canais de divulgação do Senado Federal que esta reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Os cidadãos que tenham interesse em participar com comentários e com perguntas podem fazê-lo através do Portal e-Cidadania, pelo endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou através do Alô Senado, pelo número 0800612211.

Antes de convidar os nossos palestrantes desta audiência pública, eu gostaria de fazer um relato da nossa visita na semana passada a Mariana. Lá estive presente juntamente com o Senador Zeze Perrella, que é de Minas, e com o Vice-Presidente da Subcomissão, Senador Sérgio Petecão. Tivemos a oportunidade de, ao chegar à cidade, ser recebidos pelo Prefeito, pelos Vereadores e pelas comunidades que foram afetadas.

Fizemos um grande debate na cidade, ouvindo cada um dos envolvidos. Notamos a preocupação da cidade com a mineradora. Realmente, o acidente foi grande, mas, hoje, a cidade, a economia local, não só a de lá, mas a do Brasil, sabe da importância que tem o setor mineral no Brasil.

Então, não fomos lá para procurar nenhum culpado, para saber quem é ou não culpado. O objetivo desta Subcomissão é fazer com que o setor mineral evolua no Brasil e tenha condição de produzir.

Esse acidente, essa tragédia, neste momento, é importante para que essa Subcomissão possa fazer uma avaliação dos riscos que enfrentam a sociedade, a população e o meio ambiente. Nesse caso, vimos nitidamente que foi um grande acidente. Então, qual o objetivo desta Subcomissão?

Depois de ouvir a sociedade e os Vereadores, a Subcomissão foi a várias regiões afetadas. Falamos com vários representantes e fizemos uma visita à empresa Samarco. Fomos recebidos pelo seu Presidente e por vários técnicos. Ficamos sensíveis ao que nos foi falado também pelo Presidente da empresa. Eles estão sofrendo muito não só por questões financeiras. O acidente afetou não só os povoados, mas também vários funcionários deles que lá estavam trabalhando estão desaparecidos.

Então, na empresa, neste momento difícil, vi boa vontade e ouvi as palavras da empresa. Eles não dão conta de recuperar vidas, mas mantêm um tipo de prestação de serviço e de atenção às pessoas que foram afetadas. Temos acompanhado isso, e ouvi do Presidente que ele não estava preocupado com a questão de, um dia, a mineradora retomar os trabalhos. Essa, logicamente, é a trajetória que vai acontecer. Mas, neste momento, ele está preocupado com a procura das vítimas que estão desaparecidas, com os estudos e com o impacto ambiental que esse acidente causou. Então, ele tinha contratado uma empresa internacional que ia fazer um

estudo para ver quais seriam os caminhos para recuperar tudo que foi afetado por essa tragédia que temos acompanhado com relação ao meio ambiente.

Nosso objetivo – e já que tínhamos feito dois requerimentos – foi o de fazer uma visita *in loco*. Sobrevoamos a área. O acidente foi muito grande. Só quem vai lá pode ver isso. Era uma grande barragem. Não sabemos as causas ainda. Perguntamos para os técnicos, que ainda não têm o resultado do estudo.

Nesta audiência pública, convidamos os representantes da empresa, do DNPM, da Agência Nacional de Águas e também da área da UnB que monitora os abalos sísmicos. Então, esta audiência visa a ouvirmos um pouco as pessoas envolvidas nesse processo, para tirarmos dessa tragédia uma lição e também para podermos monitorar as outras barragens que existem no Brasil, que são centenas. Não temos esse controle e não sabemos dos riscos existentes.

Sabemos também – isto é importante, e já vimos debatendo isto – da estrutura do DNPM hoje. Hoje, talvez, ele tivesse um papel de fiscalização, mas o órgão se encontra sucateado.

Então, essa tragédia vai colocar em pauta vários assuntos que precisam ser mudados. Esse é o objetivo da nossa reunião de hoje.

Eu gostaria de chamar os convidados para fazerem parte da Mesa.

Para debater a questão, foram convidados os seguintes especialistas, que convido para tomarem assento à mesa: Telton Elber Corrêa, Diretor-Geral Interino do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); Flávia Gomes de Barros, Superintendente de Fiscalização da Agência Nacional de Águas (ANA); Mônica Giannoccaro Von Huelsen, Chefe do Observatório Sismológico da Universidade de Brasília (UnB); Márcio Isaías Perdigão Mendes, Gerente-Geral de Meio Ambiente e Licenciatura da Samarco Mineração S.A.

Todos sejam bem-vindos. Obrigado pela presença de cada um vocês.

Para dar início à nossa audiência pública, eu gostaria de passar a palavra ao Sr. Telton Elber Corrêa, Diretor-Geral Interino do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

Com a palavra.

O senhor tem dez minutos.

O SR. TELTON ELBER CORRÊA – Muito boa tarde, Senador Wilder Morais; boa tarde, senhoras e senhores.

Eu gostaria de dizer, inicialmente, que eu assumi ontem a direção geral interinamente do DNPM a partir da exoneração, a pedido do Dr. Celso Garcia.

O DNPM, desde o acontecimento trágico em Mariana, vem acompanhando diariamente, com seus técnicos, a situação no local.

Eu trouxe para este debate hoje, Sr. Senador, uma discussão sobre o DNPM e a Política Nacional de Segurança de Barragens. Precisamos, de fato, fazer um debate.

A legislação é recente; veio a partir de 2010. Inclusive, nesta mesma Subcomissão, já houve vários debates sobre o DNPM, sobre o papel do DNPM, sobre a questão da mineração brasileira e também sobre a questão da outorga, do planejamento e da fiscalização das atividades de mineração. Isso tem trazido à tona, de fato, a necessidade de alterações substanciais tanto na legislação, nos procedimentos decorrentes da legislação, quanto, principalmente, na organização e na estrutura dos órgãos que acompanham, que fiscalizam e que interagem com a mineração brasileira.

Próximo, por favor.

No caso das barragens, que é o tema de hoje que estamos discutindo aqui, a Política Nacional de Segurança de Barragens, que criou o Sistema Nacional de Segurança de Barragens, como falei, é uma legislação relativamente recente. Tem todos os seus normativos, no que compete ao Departamento Nacional de Produção Mineral, regulamentados até 2013, e, nesses normativos, está bem claro – na lei, inclusive, está bem claro – a responsabilidade legal do empreendedor com relação à segurança da barragem. Portanto, para isso é necessário que haja o cumprimento de uma série de exigências por parte do empreendedor. Estão todas listadas aí, na apresentação. São várias medidas que têm que ser tomadas pelo minerador, pelo empreendedor, para que ele assegure a segurança para as estruturas de barragem de minérios.

Entre os vários documentos que compõem esse sistema da Política Nacional de Segurança de Barragens estão não só os projetos, que constroem, que elaboram as estruturas de barragem, como também as inspeções periódicas que têm que ser realizadas, que são estabelecidas em lei e que foram regulamentadas pelo departamento ao longo dos anos, após a edição da lei. Também inclui o plano de ação emergencial a partir do estabelecimento do plano de segurança dessas barragens, fora outros compromissos que o empreendedor, por conta da lei, é obrigado a manter.

O que é uma barragem inserida na Política Nacional de Segurança de Barragens? Ela tem que ter pelo menos uma das características listadas aí; tem que ter características técnicas que vão desde o seu porte, da

sua característica, como, por exemplo, tamanho, altura do maciço e tamanho do reservatório, até uma condição de perigo, colocada, por exemplo, com resíduos considerados tóxicos ou danos potenciais associados a ela.

Uma vez estabelecida a sua inserção na Política Nacional de Segurança de Barragens, nós temos os instrumentos que a lei traz para que isso seja disciplinado, o que, talvez, Sr. Senador, seja o que nós, hoje, devemos mais discutir; não só os instrumentos, mas também como esses instrumentos interagem e fazem todo o sistema que compõe desde a construção, desde a operação dessas obras até a fiscalização, pelos vários órgãos que compõem esse processo de fiscalização, que incluem o departamento, incluem os órgãos de fiscalização ambiental dos Estados, no caso. A própria entidade, o organismo federal que autoriza o uso do potencial hidráulico, no caso a ANA, são necessárias as inter-relações entre esses órgãos para que seja efetivada essa política. Isso está estabelecido em lei. Porém, é necessário que haja sempre essa efetiva interlocução entre os agentes para que essas competências sejam, de fato, efetivadas ao longo do processo todo, tanto de outorga quanto de fiscalização, no caso das barragens.

Vou voltar um pouquinho. Ficou um pouco fora de ordem.

No caso do DNPM, foi encarregada pela lei também a classificação dessas barragens, quanto ao risco e ao dano potencial. A lei determinou que o DNPM assim o fizesse, e ele disciplinou essas características, essas classificações. Nós temos, então, a partir do dano potencial e do risco associado, a classificação em três níveis: alto, médio e baixo. A partir dessa classificação, é feita a fiscalização e o trabalho do que compete ao DNPM. Como é feita essa fiscalização? A partir de uma determinação legal de que há necessidade de o empreendedor elaborar e manter uma série de documentos que assegurem a segurança dessa barragem, assegurem que essa característica foi preservada dentro dos seus projetos de engenharia, auditados com responsabilidade técnica; a partir daí, permanecem na posse do minerador, para que possamos fazer a fiscalização.

Essas são, então, as obrigações no caso do DNPM, a partir do cadastro, da anotação de responsabilidade técnica, ou seja, é necessário sempre que haja uma responsabilização técnica do elaborador para esse projeto de segurança.

O agente fiscalizador também exige o cumprimento de determinadas normas, a partir de inspeções periódicas que são feitas *in loco,* na barragem. Há necessidade de uma articulação entre esses órgãos, a partir da operação dessas barragens, no âmbito da bacia hidrográfica, no caso, com a Agência Nacional de Águas, e, quando houver qualquer tipo de alteração, quando houver qualquer tipo de operação, além daquilo que já está registrado no plano de segurança, e isso for colocado em prática, necessariamente deve-se manter também e informar ao órgão fiscalizador.

A partir da lei, foram estabelecidas portarias do DNPM que regulamentaram essa lei, regulamentaram alguns aspectos dessa lei, criando cadastros de barragens, criando normas para essa revisão periódica e norma para as revisões especiais, quando houver necessidade; também a periodicidade das revisões que a empresa é obrigada a fazer, a partir do seu plano de ação.

No caso, foi comentada aqui no início, Senador, a nossa participação lá em Mariana, a partir do dia do rompimento da barragem. Nós, da equipe do DNPM, no dia seguinte, fomos para Mariana, interditamos a mina, a operação mineira, como é da nossa competência, e, desde então, nós estamos acompanhando todas as ações que estão sendo feitas pela empresa – acompanhando e fiscalizando, claro...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Por favor. Senador Sérgio Petecão.

O SR. TELTON ELBER CORRÊA – Pois não, Senador.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Quantos fiscais tem o DNPM em Minas Gerais?

O SR. TELTON ELBER CORRÊA – Fiscais no geral?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – É, nessas barragens.

O SR. TELTON ELBER CORRÊA – Fiscais de barragem nós temos cinco; na verdade, seis especialistas; mas nós temos outros fiscais de mineração em Minas Gerais. Fiscais totais em Minas Gerais, 26.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Quantas barragens há em Minas?

O SR. TELTON ELBER CORRÊA – Há 206 barragens.

A nossa equipe, então, Srs. Senadores, está presente na sala de monitoramento da empresa, principalmente assegurando o cumprimento das obras que estão sendo feitas para recuperação das estruturas remanescentes. Está acompanhando também a medição diária que está sendo feita nos instrumentos de controle, para que se ateste a segurança das estruturas.

Foi também vistoriada a instalação de sistemas de alarmes; após essa vistoria, também vamos a campo fazer a vistoria das obras necessárias para fazer o reforço estrutural das barragens remanescentes, tanto no dique Celinha, que foi o mais comprometido na ocasião do rompimento, quanto na barragem de Santarém.

Outras ações emergenciais nós também estamos executando. Além desse acompanhamento emergencial em Mariana, nós estamos com uma equipe, com uma sala de controle, uma sala de situação em Minas Gerais para acompanhar todas as fiscalizações que serão feitas no Estado.

Além disso, nós temos autorizados pelo Governo Federal, autorizados pelo Ministério de Minas e Energia, recursos orçamentários para ações emergenciais, tais como a contratação de especialistas, que vão dar o apoio necessário para que nós façamos uma programação emergencial de fiscalização; vamos montar uma força-tarefa para fiscalizar todas as barragens de mineração de Minas Gerais no primeiro momento.

Vamos contratar também uma auditoria para tratar da classificação de risco das barragens, pois os critérios utilizados para essa classificação de risco precisam ser constantemente avaliados e reavaliados.

Fizemos também acordos de cooperação para qualificar outros técnicos do quadro próprio do DNPM, para que eles possam atender a essa necessidade emergencial.

Finalizando, Srs. Senadores, eu cheguei ontem no DNPM, porém tenho uma vivência, sou servidor de casa do DNPM há mais de 30 anos. Eu estava no Ministério de Minas e Energia, participei do processo de discussão e encaminhamento do marco regulatório da mineração, e, se me permitem fazer um pequeno comentário com relação a essa questão, eu acho que, de fato, nós temos que tratar urgentemente dessa nova legislação.

É lógico que nós temos hoje questões muito importantes no que se refere à fiscalização de questões específicas de barragem, a questões da relação entre a mineração e meio ambiente; porém nós não podemos nos esquecer de que a mineração começa na outorga; ela começa lá no planejamento dessa outorga; mas, quando nós formos pensar numa instituição que vá regular esse setor, como foi proposto no marco da mineração que está sendo discutido na Câmara dos Deputados e que, certamente, também será um ponto importante para ser discutido aqui no Senado, é preciso atentar para o fato de que nós precisamos ter um órgão que realmente implemente uma regulação no setor mineral, que não apenas fiscalize, que não apenas cadastre barragens, que não apenas avalie os documentos que são apresentados, mas, sim, que possa, de fato, ter essa interação e esse cuidado com o planejamento do setor. Essa talvez seja a nossa missão mais estratégica nessa discussão da nova legislação mineral brasileira.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Eu agradeço ao Telton Elber Corrêa, diretor-geral interino do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

Convido, para usar da palavra, o Sr. Márcio Isaías Perdigão Mendes, gerente-geral de Meio Ambiente e Licenciamento da Samarco Mineração S.A.

Com a palavra, o Sr. Márcio. O senhor tem dez minutos.

O SR. MÁRCIO ISAÍAS PERDIGÃO MENDES – Muito obrigado, Senador. Obrigado pela oportunidade de estarmos aqui falando um pouco dessa tragédia que se abateu sobre todos nós.

Meu nome é Márcio Isaías Perdigão Mendes, sou gerente-geral de Meio Ambiente da Samarco, onde estou há 28 anos. Desde o último dia 5 de novembro, nós estamos com as nossas vidas todas mudadas. As pessoas que sofreram diretamente o impacto, infinitamente, estão com as vidas muito mais impactadas do que nós, mas todos nós, como o próprio Senador viu na visita à Samarco, estamos absolutamente empenhados em resolver, mitigar, minimizar os danos que esse trágico acidente causou.

A minha apresentação seria bem mais longa, em virtude até dos impactos, da abrangência desse acidente, mas vou tentar sumarizá-la em 10 minutos, no tempo que eu tenho.

O acidente que aconteceu lá em Germano eu mostro no mapa. Esta aqui era a barragem do Fundão; adjacente a ela, a barragem do Germano, que se encontra intacta. O local do acidente foi exatamente essa barragem, que se chama barragem do Fundão. Essa barragem sofreu um rompimento, por um motivo ainda não conhecido. O material vazou, então, através desse canal, indo até a barragem de Santarém, que era uma barragem de recuperação de água, e utilizávamos essa água no processo Industrial, aqui nas unidades de concentração. O material escorreu, grande volume de material escorreu, atingindo aqui, mais abaixo, a comunidade de Bento Rodrigues, em primeiro lugar, e, depois, a comunidade de Paracatu.

A comunidade de Bento Rodrigues fica num local mais espraiado, digamos assim, uma área mais plana. Então, o material espalhou um pouco mais, e, após Bento Rodrigues, quando o material entra, então, no Rio Gualaxo, ele aumenta a velocidade, porque é um rio mais encaixado e não há locais de espalhamento desse material. Ele, então, depois de atingir o Rio do Carmo, atingindo a cidade de Barra Longa, atingiu o Rio Doce, onde uma pluma, e não uma lama, ou seja, uma água com alta turbidez deslocou-se através do Rio Doce, indo até a foz do Rio Doce, como aconteceu no último domingo.

Muito material ficou retido aqui nas barragens de Candonga, Baguari, Aimorés e Mascarenhas; principalmente a barragem de Candonga reteve muitos sólidos. Por isso é que nós dissemos: "Olha, está deslocando uma pluma, e ela passou, então, pelas barragens e, ao final, lá no Rio Doce, é uma água muito colorida, com turbidez elevada.

E hoje o nosso grande desafio é conter esse material, porque, infelizmente, ainda não tivemos a possibilidade de fazer toda a cessação, ou seja, cessar o vertimento do material. Mas as nossas equipes estão imbuídas nesse trabalho – fortemente imbuídas – de produção de estruturas auxiliares, estruturas emergenciais que barrem esse material, de forma a que possamos, então, garantir a melhoria da qualidade das águas do Rio Doce.

Inicialmente, foi montada uma grande equipe que chamamos de monitoramento de recuperação. Eu, como responsável pela área de meio ambiente, fiquei encarregado desse trabalho. Mobilizamos 501 pessoas, ou seja, consultores, funcionários, especialistas, o que foi necessário, numa estrutura emergencial feita já no dia 6 de novembro.

A primeira atenção nossa, obviamente, foi com as pessoas, aquelas que foram mais afetadas. A primeira atenção nossa foi: como cuidar dessas pessoas? Inicialmente, elas foram levadas para o ginásio de Mariana e, no menor prazo possível, foram deslocadas para hotéis, ou seja, já no domingo, não havia mais ninguém no ginásio de Mariana; a partir daí, começamos a colocar as pessoas em hotéis, e agora estão sendo colocadas em casas alugadas pela Samarco. A Samarco vai dar a elas o tratamento digno, não tenham dúvida disso. A Samarco vai dar a elas a moradia que merecem. Nós não abandonaremos ninguém. É nosso papel, do nosso presidente, e nós temos mantido isto e afirmado: "O nosso papel é recuperar tudo isso, a dignidade das pessoas, dar a elas uma melhor condição num futuro o mais próximo possível". Nossa preocupação hoje é esta, ou seja, existe a preocupação ambiental, existe a questão das barragens, mas as pessoas em primeiro lugar.

Então, nós estamos imbuídos desse propósito, toda a Diretoria da Samarco, os gerentes-gerais, os gerentes. Nós temos mais de mil pessoas da Samarco mobilizadas nessa crise. Obviamente, a produção da empresa foi paralisada, mas as pessoas da Samarco estão trabalhando, os técnicos, cada um na sua especialidade. Nós não temos mais, de certa forma, áreas específicas para trabalhar, mas cada um ajuda no que pode, participa de reuniões, traz ideias para minimizarmos os impactos o mais rápido possível.

Foi estabelecido um grande plano de monitoramento. Vejam bem, estamos falando de um evento que andou 664 quilômetros. Foi um evento dinâmico. Ele não ficou retido na área que se chamou o local do evento. Ele foi andando, e, a partir daí, tivemos de montar estruturas muito fortes de abastecimento de água – vou falar sobre isso um pouco mais à frente do plano de monitoramento, É muito importante sabermos qual é o comportamento, o que está acontecendo no Rio Doce, que hoje é o principal impactado.

Contratamos as melhores empresas disponíveis naquele momento: a Fundação Gorceix, que pertence à Universidade Federal de Ouro Preto; a Geosol, a Limnus, Aplysia, empresas especializadas que pudessem nos dar o suporte, a Arcadis, a própria equipe da Samarco, com 180 pontos de monitoramento, desde o local do evento até a foz do Rio Doce. Iniciamos, então, o monitoramento marinho, para verificar qual o efeito daquela pluma adentrando o mar na região de Regência.

Toda a matriz de monitoramento, ou seja, o que nós estamos monitorando, tudo o que é possível, tudo o que é estabelecido nos regulamentos legais nós estamos fazendo, num grande programa de monitoramento. Eu acredito que são coisas jamais feitas. É muita análise, muita coleta de material, e isso tem de ser processado. Há algumas análises que demoram mais tempo. Então, as pessoas dizem: "Ah, não tem resposta". Neste momento, às vezes nós não temos resposta, porque há uma quantidade enorme de volume sendo gerado; depois é preciso tabular isso tudo, colocar para que possamos fazer uma análise da real situação, seja do rio, seja do local do acidente.

Nós tivemos uma medida emergencial que foi a tentativa de baixar a turbidez da água. Por quê? Era importante que mantivéssemos a água em condições de tratabilidade. As cidades começaram a ser impactadas, e, obviamente, paralisou-se a captação, devido à elevada turbidez. Nossa ação emergencial foi: "Vamos colocar essa água em condições de ser consumida". E aí se usam produtos que a própria Samarco usa, dentro das dosagens especificadas pelo fabricante, atestadas por professores especialistas que confirmam se aquela dosagem não causa nenhum dano à população.

Nós fizemos o primeiro teste em Mascarenhas. Inicialmente, era em Aimorés, mas mudamos para Mascarenhas, e ainda não testamos na saída de Bento Rodrigues porque nós não tivemos, primeiro, autorização do órgão ambiental para fazer esse teste. Ele está aguardando o resultado dessa floculação lá em Mascarenhas, para depois partirmos, então, para essa floculação logo na saída, tentando conter sólidos ali também. Mas ali estão sendo construídos diques emergenciais para tentar reter os sólidos e evitar que isso percorra o Rio Doce.

Nós temos acompanhado, em cada local, em cada cidade, o monitoramento: Ipatinga, Baguari, Valadares, Barra Longa, Rio Doce, Aimorés. Em todas as cidades, fizemos monitoramento, acompanhando o resultado de

turbidez, que foi o primeiro parâmetro para nós, para verificarmos o seguinte: tem que haver a tratabilidade dessa água.

Outro ponto foi: "Ah, a questão é tóxica". Ora, nós estamos falando de minério de ferro! Ali é minério de ferro! Não há toxicidade nisso. Nós contratamos laboratórios para testar isso. As pessoas confundem lama tóxica. A questão é minério de ferro. Presença de minério de ferro, sílica, alumina. São produtos que existem na natureza. Obviamente que, naquela região, existe o manganês também, e nós temos que abater isso. Estamos trabalhando fortemente nesse aspecto.

Aí eu só quero mostrar o resultado de turbidez. Ela diminui, ela já começa a diminuir lá na região de Regência, ela chegou em condições já bem próximas a uma chuva muito forte. A cor da água é diferente, mas a turbidez é muito similar à que ocorre em períodos de chuva forte.

O suprimento de água foi um ponto vital para nós, operação sobre a qual nós, obviamente, nunca tivemos experiência, mas buscamos fazer da melhor forma possível. E aí há de se contar com o apoio das prefeituras, o apoio das entidades governamentais, do Exército, todos mobilizados na seguinte situação: a Samarco sozinha não consegue resolver esse problema; ele é muito maior que todos nós. Então, neste momento, nós precisamos de unir esforços. Eu tenho dito: não haverá um herói, haverá várias pessoas que ajudarão a resolver esse problema.

E aí nós mobilizamos 321 caminhões, com quase 19 milhões de litros de capacidade de mobilização. Além disso, acho que o Brasil nunca vendeu tanta água mineral quanto a que foi comprada recentemente. Em Valadares, nós distribuímos 3,7 milhões de litros, e estocamos 2,9 milhões de litros também em Valadares, em caso de alguma emergência. Em Colatina: foram 950 mil litros distribuídos e 1,3 milhão de litros de água mineral estocados, para qualquer emergência. Obviamente, em determinados momentos, há certa confusão. As pessoas, com açodamento, querem pegar água, achando que vai faltar, e o nosso propósito sempre foi: "Vamos organizar isso, não vai faltar para ninguém, vamos colocar estações em funcionamento" – que era o grande objetivo nosso.

Há também a questão ambiental do resgate da fauna nas áreas impactadas, obviamente mais perto do local do acidente. Nós montamos um galpão em Mariana e providenciamos rações, vacinas, veterinários, cuidadores. Conseguimos resgatar 604 animais. Foi uma equipe muito forte fazendo esse trabalho de resgate. Trouxeram para o centro, cuidaram dos animais.

Quanto à ictiofauna, quer dizer, a fauna de peixes do Rio Doce, foi impactada pela presença de sólidos na primeira fase. Os peixes não morrem por questão tóxica, mas pela presença de muitos sólidos dentro da água. Aí nós contratamos, lá no Espírito Santo, equipes de especialistas nesse assunto. Começamos a resgatar matrizes, para que haja um processo de regeneração, de recuperação. Muitas vezes, as pessoas, açodadas, no sentido de ajudar, pegam um peixe e colocam num lugar supostamente adequado; daí elas provocam um impacto ambiental futuro maior: se aquela espécie for estranha naquele ambiente, ela vai causar mais problemas do que os que nós já temos.

Foram feitas discussões com pessoas experientes, voluntários participaram, ou seja, houve uma grande mobilização. E começamos a monitorar vários pontos, desde Baixo Guandu, lá no Espírito Santo, até lá em Povoação, em Linhares, último ponto onde fizemos uma base grande, com apoio do pessoal do Projeto Tamar, apoio de pescadores locais, no sentido de minimizar, de mitigar os efeitos desse incidente.

Uma empresa do Espírito Santo foi contratada para fazer o resgate e o tratamento das espécies, se for necessário, com salas apropriadas para isso. Pessoas andaram pelos rios resgatando peixes que estavam retidos em alguns lugares. Toda infraestrutura, com veículos, barcos, tudo isso foi disponibilizado. Foi colocado em prática um programa emergencial. Isso foi feito em poucas horas, mas com a presença de especialistas.

E o principal ponto para nós foi a chegada da pluma lá no Rio Doce. Era um ponto de uma área sensível. Não é uma área de mangue. As pessoas diziam: "Ah, é o mangue". Ali não é área de mangue, é uma área sensível, à direita da margem do Rio Doce, e o principal objetivo era mitigar o impacto dessa pluma. Nós sabíamos que ali não havia mais sólidos, mas podíamos tentar conter a turbidez, mitigar um pouco o efeito da turbidez lá no Rio Doce. Nós sabíamos que ela iria para o mar, onde haveria o efeito da diluição, e o monitoramento prévio disso foi feito, o monitoramento ainda está sendo feito e o será pelo tempo que for necessário.

Fizemos um Mapa de Sensibilidade, chamamos especialistas do Espírito Santo, com grande experiência naquela região; eles fizeram para nós a simulação de onde essa pluma poderia atingir. Ouvimos dizerem: "Ah, pode atingir Abrolhos". Nós tínhamos certeza de que isso não aconteceria, porque a simulação mostrava isso.

Essa simulação foi feita, ou seja, haveria dois efeitos quando houvesse a chamada frente fria. Lá no Espírito Santo, nós chamamos a frente fria de vento sul; eu moro no Espírito Santo, e lá nós chamamos comumente de vento sul. Quando há o vento sul, ocorre mudança de temperatura, fenômeno que é acompanhado normalmente de um período de chuvas, que poderia deslocar essa pluma para o norte, como aconteceu efetivamente no

último sábado. Como dizemos, "o tempo virou". Entrou o vento sul, e a pluma deslocou-se para o norte. Hoje ela está se deslocando para o sul, porque a corrente lá nessa região é a corrente para o sul. Então, o modelamento numérico da pluma de turbidez já mostrou isso, com os perfis de concentração. A pluma vai tender ao sul.

Lá na barra do Rio Doce, há duas saídas: uma saída norte e uma saída sul. A saída sul está fechada, porque o rio está muito baixo. Nós alargamos a saída norte, de forma a permitir que essa pluma se deslocasse e viesse mais para o sul.

Aqui estão as concentrações de sólidos feitas dois dias após a chegada da pluma e dez dias depois da chegada da pluma. Ou seja, nós temos tudo isso monitorado.

Esta é uma imagem de satélite do dia 21.

Como eu disse, nesse primeiro momento, a pluma foi para o norte – são imagens de infravermelho que mostram – devido à mudança do tempo. Esta seria a saída do Rio Doce e aquela seria a saída norte, onde foi aberto para a vazão dessa pluma.

Aqui estão as equipes trabalhando. Nós contratamos essas boias, que não são boias comuns usadas na indústria petrolífera. Ela tem uma característica diferente, pois ela tem uma saia para reter sólidos. Porém, ali não havia sólidos, havia o que se chama de coloide, que é ultrafino. Ela teve uma eficiência relativa. A diferença da turbidez antes da defesa, vamos dizer assim, e depois é de 100 pontos, de 200 pontos e, em alguns lugares, de até 300 pontos, ou seja, ela teve uma eficiência relativa, mas nós tínhamos que adotar algumas medidas de proteção dessa área sensível na foz do Rio Doce.

Nós não poupamos esforços. Chamamos empresas, equipes da Samarco, lançamos boias. A equipe do Tamar estava junto, indicando onde seriam os pontos mais sensíveis. Assim foi feito, de acordo com a orientação técnica de quem realmente conhece a região.

Aqui, como eu falei, é a abertura da foz. Foi feita uma primeira abertura; depois, foi feita a segunda abertura, com máquinas, no sentido de aliviar a saída do Rio Doce na região de Linhares.

Também, em alguns afluentes, onde entravam para captação de água, fizemos diques, barreira, para evitar a entrada da pluma para esses mananciais, prejudicando, então, a captação de água, onde houvesse captação que não fosse no Rio Doce. Isso teve muito sucesso. Nós não tivemos problemas, por exemplo, em Linhares, onde a captação não é feita no Rio Doce, mas poderia haver a entrada dessa pluma para dentro desse manancial e causar problemas.

Isto aqui ainda é a área mais próxima lá. É a recuperação na região do Rio Doce, da cidade do Rio Doce, com destinação de áreas para os animais, com abertura de acesso, o que foi um problema sério, pois algumas comunidades ficaram isoladas e não ilhadas – são conceitos diferentes. Elas ficaram isoladas, não tinham acesso – algum outro acesso ou, às vezes, por helicóptero nos primeiros dias, assim foi feito. Não faltou nem água, nem comida, nem nada para essas pessoas. À medida que nós fomos abrindo os acessos, foi-se recuperando, então, a possibilidade de as pessoas se movimentarem. Nós contratamos fabricação de pontes – não são pontes provisórias, são pontes definitivas – que estão sendo colocadas. E, em pouco mais de 45 dias, resolvemos o problema das pontes nessa região do Rio do Carmo e do Rio Gualaxo.

Nós mobilizamos uma turma lá, em que, diariamente, há 295 trabalhadores apenas no Município de Barra Longa para fazer a limpeza, que foi uma região afetada, principalmente a margem do rio – não foi toda a cidade, mas uma parte da cidade mais próxima do rio –, com remoção dos resíduos e colocação desses materiais num armazenamento temporário. Há de se reconhecer aqui a compreensão do Prefeito de Barra Longa, que cedeu para nós, provisoriamente, o parque de exposição para colocarmos esse material. A ajuda nessa hora é importante. Essas pessoas que aparecem... Ouvimos, às vezes, críticas, sejam justas ou não, mas também houve muito apoio, muita ajuda, muita palavra de solidariedade: "Vão em frente, nós confiamos em vocês". Isso é muito importante, porque fortalece o nosso espírito.

Resgate de cágados e ninhos de cágados. São coisas que podem parecer pequenas, mas que, para nós, neste momento, é importante, porque nós estamos falando: "Nós estamos dando atenção a todas as coisas". Cada coisa disso para nós é uma vitória, cada ato desse para nós é uma vitória.

Remoção de resíduos. Muitos resíduos caíram no rio. Como eu disse, na região do Rio Gualaxo, a velocidade aumentou muito, e, então, removeu muitas árvores. Isso foi parar em Rio Doce. Era importante que tirássemos isso do rio, e assim está sendo feito ainda, com uma equipe mobilizada muito grande. Lá atrás, há uma ponte – não está muito visível onde aparece a ponte – em que ficou muito material retido. E nós, então, estamos retirando tudo isso.

A grande tarefa agora: o plano de recuperação ambiental. Esse é o grande compromisso nosso. Infelizmente, a coisa aconteceu, as causas serão, obviamente, descobertas e investigadas a fundo. Para o plano de recuperação ambiental, nós buscamos empresas que pudessem nos dar respostas rápidas, objetivas e seguras. E encontramos uma empresa de caráter internacional, a Golder Associates, que tem escritórios no Brasil

e conta com profissionais estrangeiros e brasileiros – muitos brasileiros com PhD, com mestrado –, que irão participar desse grande plano de recuperação. Como são 664km, para cada local, há uma engenharia diferente, uma solução diferente. Obviamente, nos primeiros quilômetros, há mais deposição de sólidos, mas, depois, há também a questão do rio. E a Golder vai nos dar esse suporte, pela experiência que ela tem. Ela tem mais de 7 mil empregados no mundo, ela pode mobilizar pessoas no mundo inteiro para trazer para a nossa região.

Nós contratamos a Golder para fazer avaliação do impacto, mas nós não paramos com o nosso monitoramento, porque é importante para eles também terem informação. E também haverá: a caracterização desse material; a caracterização dos contaminantes dos solos, água superficial e água subterrânea; a caracterização dos ecossistemas impactados; avaliação de risco à saúde humana e ecológica; e consultoria relativa às ações de remediação.

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRCIO ISAÍAS PERDIGÃO MENDES – Nessa primeira etapa, eles farão uma avaliação ambiental imediata e um plano de remediação preliminar, que é o primeiro ataque. Não para nisso, pois, obviamente, é um longo trabalho a ser feito.

Aqui, estão as fases do projeto, ainda de uma maneira muito preliminar, mas eles já iniciaram. A Golder já está com leitura de documentação, já chegando os profissionais para verificar *in loco* as melhores soluções a serem dadas.

O plano foi dividido em dez setores pela extensão da área. Como eu disse, para cada área, haverá uma solução específica, que, obviamente, será discutida com as autoridades competentes. Os órgãos ambientais validarão esse plano. Especialistas serão chamados a contribuir.

Nós também estamos com uma grande ação que é a seguinte. Nós entendemos a importância do Rio Doce e nós entendemos que o Rio Doce agora é nosso, nós ganhamos o Rio Doce de presente. Esse presente nos veio, e nós vamos dar à sociedade um presente melhor que nós recebemos. Podem estar certos disso. Nosso compromisso é recuperar o que nós causamos. O nosso Presidente e todos os gerentes, os diretores e os acionistas estão imbuídos desse propósito. Nós identificamos em Minas Gerais um projeto já bem desenvolvido que é o programa Olhos D'Água, do Instituto Terra, um famoso instituto que há na divisa de Minas com Espírito Santo, que já tem um projeto bem maduro de recuperação do Rio Doce, através da recuperação das nascentes. Nós nos engajamos, ou seja, colocamos os nossos esforços, as nossas vontades, o que nós desejamos dentro desse projeto também. Haverá a parte da engenharia, haverá a parte ecológica, mas haverá um projeto também grande de recuperação, principalmente das nascentes, para que nós tenhamos orgulho de dizer que o Rio Doce passou por um sério problema, mas o Rio Doce– num futuro que esperamos que seja muito próximo...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Quantos anos?

O SR. MÁRCIO ISAÍAS PERDIGÃO MENDES – Isso vai ser, Senador, decidido através do processo tanto da recuperação de engenharia quando do projeto Olhos D'Água. Eles têm um projeto de alguns anos, a primeira etapa até 2025, mas nós, obviamente, procuraremos, dentro das nossas condições, agilizar as etapas que forem possíveis de serem agilizadas.

A recuperação das nascentes. Acreditamos nisso, porque acreditamos na engenharia, na capacidade ecológica e na capacidade regenerativa da natureza. Eu, como engenheiro, endosso a primeira parte; eu, como uma pessoa que trabalha no meio ambiente, endosso a segunda parte; eu, como uma pessoa que tem uma vocação religiosa, acredito muito, porque essa provação por que estamos passando é um... Nossas famílias, todos nós... Mas nós superaremos, com a força de Deus, com a ajuda de todos os senhores. É um problema do Brasil, não é a Samarco que vai resolver sozinha. Nós estaremos à frente e unidos com todos vocês, para que essa seja uma tragédia que seja evitada no Brasil e no mundo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Agradeço as palavras do Márcio Isaías Perdigão Mendes, Gerente-Geral do Meio Ambiente e Licenciamento da Samarco Mineração S.A..

Eu gostaria de cumprimentar os presentes: Regina Trindade, assessora de imprensa da Samarco; Raquel Porto Alegre, da GloboNews; Lorena Furtado, do Ibram; Rinaldo César Mancin, Diretor de Assuntos Ambientais do Ibram; Walter Batista Alvarenga, Diretor de Relações Institucionais do Ibram; Dr. Carlos José Santos da Silva, do Machado Meyer; Paulo Ribeiro de Santana, do Ministério de Minas e Energia; Drª Raquel Mendonça, de MFF Advogados; Lúcio Mota, Diretor de Thera; Elvino Mendonça, da SGM, do Ministério de Minas e Energia; o Fernando Künsch, assessoria da Presidência da Samarco; Euzimar Rosado, Coordenador do Meio Ambiente da Samarco.

Senador Petecão, Senador Valdir Raupp, eu presenciei o empenho da empresa Samarco. Eu não tive oportunidade de participar de nenhum outro acidente ambiental, mas eu vi e sei a emoção pela qual está passando aquela empresa.

Depois, o Senador Petecão pode dizer a maneira como a empresa está se comportando. Acho que foi um grande dano, mas ela tem se colocado à disposição. Tenho certeza também de que essa empresa vai fazer com que possamos tirar lições, com esse acidente, para outras barragens. Que possamos não só preservar o meio ambiente, mas as vidas de várias pessoas envolvidas nesse processo em centenas de barragens em nosso País.

Gostaria de passar a palavra à Drª Flávia Gomes de Barros, Superintendente de Fiscalização da Agência Nacional de Águas.

A SRª FLÁVIA GOMES DE BARROS – Boa tarde. Gostaria de cumprimentar o Senador Wilder Morais e, com isso, todos os presentes.

A Lei de Segurança de Barragens foi instituída em 2010 e veio trazer um ordenamento à questão de segurança de barragem no País, pois não tínhamos definido de quem eram as responsabilidades.

Ficou muito claro que a responsabilidade, quanto à segurança de barragem, é do empreendedor. Isso fica muito claro na lei. Ela define quem são os fiscalizadores e também o nosso papel como fiscalizador: papel do DNPM, das barragens de rejeitos de mineração, da Aneel, do setor elétrico, das hidrelétricas, do Ibama e dos órgãos de meio ambiente, com relação às barragens de rejeitos industriais, e da ANA, com relação às barragens de uso múltiplo, que são aquelas de acumulação de água e as que outorgamos, porque há também barragens em que os órgãos de gestores estaduais dão essa outorga.

A ANA, além disso, tem a função de organizar o sistema nacional de informações de segurança de barragem. O cadastro dessas barragens ainda não está concluído, pois é dinâmico. Então, os órgãos fiscalizadores nos passam as informações sobre quais as barragens são de responsabilidade dele – e estamos coordenando isso na ANA.

Temos um contato muito grande com os outros órgãos fiscalizadores. Iniciamos uma capacitação com os técnicos, tanto da ANA quanto do DNPM, nessa questão de fiscalização de segurança de barragens, para que cheguemos a um entendimento quanto a essa questão.

Entendemos que não vamos ter – nem DNPM, nem ANA – especialistas com *expertise* em segurança de barragens, mas, precisamos ter um bom conhecimento e, quando precisarmos, como o DNPM está fazendo agora, vamos contratar pessoas para nos auxiliar nessa questão.

Com relação a esse evento propriamente dito, assim que a ANA tomou conhecimento, começamos a articular, inclusive com a ONS, para definir a forma de operar os reservatórios ao longo do Rio Doce. Há também uma preocupação com relação ao impacto nesses reservatórios, porque, como o Dr. Márcio comentou, foram arrastadas árvores e uma série de rejeitos que poderiam avariar também as usinas hidrelétricas.

Além disso, acompanhamos essa onda de rejeitos, ao longo do rio, para recomendar aos Municípios, no sentido de informá-los em que horário essa onda iria chegar, para que eles não captassem a água, porque a nossa preocupação, realmente, era o abastecimento.

Assim, a preocupação da ANA era com a impactação do Rio Doce, que é de domínio da União, e é nossa responsabilidade cuidar da questão dos usos outorgados. Então, fomos informar aos Municípios qual a possibilidade de que horário a onda chegaria.

Juntamente com a ANA, há um atlas de abastecimento público. Temos uma estimativa de possíveis fontes de abastecimento. Então, também informamos ao Senad quais as fontes alternativas de abastecimento, porque não dá para atendermos uma cidade como Governador Valadares só com carro-pipa, pois este Município possui 300 mil habitantes. Com carro-pipa, só conseguimos atender municípios com 200, 2,0 mil habitantes.

Então, a ANA identificou essas possíveis fontes de abastecimento. Aí, vieram as alternativas de se buscar água em Ipatinga. Enfim, todo esse levantamento, essa primeira avaliação, a ANA fez em conjunto com os outros órgãos. E estamos acompanhando a questão da qualidade de água, até para verificar como está essa água bruta, para que os Municípios consigam fazer o seu tratamento de água, junto com a CPRM, que também é uma empresa federal, com quem temos uma parceria, e definir os pontos de monitoramento.

O Igam está fazendo monitoramento, assim como a Samarco e a CPRM. Então, todas essas informações estão sendo consolidadas para avaliar nível de turbidez, as questões de toxicidade do rejeito... A ANA tem acompanhado todos esses aspectos.

Com relação à legislação, ela é nova. Como o representante do DNPM comentou, infelizmente, sempre precisamos passar por um desastre, por uma situação bem grave como essa, para parar e pensar.

Agora, precisamos analisar se a legislação dá conta de resolver todos esses problemas e o que precisamos melhorar nela para minimizarmos esse tipo de evento ou desastre e todos os outros normativos.

Uma questão que eu gostaria de comentar é que a legislação de segurança de barragem não tem previsão de sanção e penalidade para o empreendedor. Com relação à segurança de barragem, não há, na Lei nº 12.334, previsão de sanção e penalidade. Lá diz que sanção e penalidades são de legislações correlatas.

Então, em função do que está acontecendo, precisamos rever e avaliar esses nossos normativos, regulamentá-los e melhorá-los.

Bem, era o que tínhamos a comentar. A ANA continua apoiando o Ibama e acompanhando, junto ao Igam e ao DNPM, essa questão, procurando ajudar a identificar alternativas e soluções para mitigar esse problema e essa questão ambiental tão grande.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Agradeço à Drª Flávia Gomes de Barros, Superintendente de Fiscalização da Agência Nacional de Águas – ANA.

Eu gostaria de passar a palavra também à nossa também palestrante Monica Giannoccaro Von Huelsen, Chefe do Observatório Sismológico da Universidade Federal de Brasília – UnB.

A SRª MONICA GIANNOCCARO VON HUELSEN – Boa tarde a todos!

Agradeço o convite do Senador Wilder Morais.

Vou trazer o conhecimento técnico, pois o Observatório Sismológico observou o histórico da sismicidade na região no dia do acontecimento e continua observando até hoje.

Em termos de estações sismológicas pelo Brasil, houve uma grande evolução. Há dois anos, tínhamos apenas 30 estações de sismologia para monitorar tremores de terra no Brasil. Hoje, temos cerca de 130 estações, sendo que 100 celas pertencem à Rede Sismográfica Brasileira, uma união entre algumas universidades, Universidade de Brasília, Universidade de São Paulo, Observatório Nacional do Rio e Universidade do Rio Grande do Norte.

A Petrobras financiou essas estações, dando aos sismólogos a oportunidade de colocar 100 estações espalhadas pelo Brasil.

Esse é um mapa em que temos a sismicidade brasileira. Algumas pessoas acham que não existe tremor de terra no Brasil, mas existe muito. Esse é um mapa histórico, de 1850 até hoje.

Bem, vamos nos ater à região.

Então, aqui temos alguns eventos detectados no dia e estão sendo detectados ainda e as estações de sismologia, que detectaram o evento maior, que foi de uma magnitude de 2.6. Essas estações estão a uma distância, a mais próxima, de 150km da área onde ocorrem os tremores. Então, temos estações a até 400km da área de ocorrência do tremor. Isso faz com que haja um erro grande na localização desses eventos.

Aqui, também, nessa região, existe uma falha, uma abstinência de estação. Não há estação nessa área. Então, isso também aumenta o erro de localização.

Assim, esses eventos localizados aqui, tremores de terra, têm um erro de 10km ou, às vezes, até mais.

Nesse ponto aqui está a localização da barragem. Então, aqui, temos alguns eventos, em vermelho, que aconteceram no dia 05.

O Observatório Sismológico considerou quatro eventos naturais nesse dia.

Em azul, ainda tivemos mais no dia 10 e, depois, no dia 18. Então, lá ainda está tremendo. É uma região que possui uma sismicidade... Em Minas Gerais, ultimamente, tem tremido muito. Januária teve um tremor de terra tempos atrás; Montes Claro, também teve um há pouco tempo, e está tendo tremor ainda. Enfim, é uma região com bastante sismicidade.

Bem, se os senhores entrarem no *site* do Observatório Sismológico, verão que diariamente fazemos essa análise de dados. Aqui não vai dar para entrarmos, infelizmente, mas vou colocar a apresentação, e todos poderão ver o histórico. O *site* é www.obsis.unb.br. As pessoas podem entrar no chamado *Websisbra*. O mentor do *site* é o Professor George, aqui presente.

Então, aqui temos um *zoom* da região, onde foi escolhido um ponto, onde fica o Fundão, a Barragem do Fundão, e um raio de 100km. Só para os senhores terem uma ideia, essa área aqui tem mais de 100 eventos, 113, historicamente. Tivemos alguns eventos de magnitude de até 3,5. É o maior evento já ocorrido. Ele foi em 1855. Tivemos eventos de magnitude de 3,2, 3,4. Se dermos um *zoom* maior ainda, considerando um raio de 50km, temos aí 23 eventos detectados.

Aqui, o *site* mostra toda a estatística. Mostra o evento de magnitude 3,5, o maior que já houve nesta região, a média de quantos eventos há por ano, em média, para termos um balanço.

Isso tudo mostra que sempre houve sismicidade lá, desde 1855, com magnitudes, inclusive, de 3,5, 3,4, 3,2.

Ok. Vamos dar um *zoom* um pouco maior, de um raio de 20km, do ponto central, onde fica a Barragem do Fundão.

Então, tivemos 13 eventos com esse raio, mas, desses 13 eventos que aconteceram, alguns, 4 eventos, ocorreram no dia 5 – lembro que existe um erro na localização, devido à disposição das estações – e tivemos mais eventos no dia 10 e no dia 18. O maior evento foi de magnitude de 2,6 e 2,4, que aconteceram no dia 5, uma hora antes do rompimento da barragem.

Vejam bem: aqui estão os dois registros dos eventos: o das 14h12 e o das 14h13, que foi um pouco mais forte.

Eu também trouxe um registro que acredito ser próximo ao do momento do rompimento da barragem: foi o evento do dia 5, às 15h59. Na mídia, o horário exato desse rompimento eu não tenho, mas suponho que talvez tenha sido esse registro.

Bem, de tudo isso, podemos concluir que um evento de 2,6 ou 2,4 não é capaz de causar danos a boas construções ou até a simples construções. Estes são eventos que ocorrem corriqueiramente no Brasil inteiro. Então, não posso dizer que a sismicidade lá gerou algum problema, algum rompimento, que ela tinha sido a causa única e exclusiva. Pode ter ocorrido algum efeito, talvez, não sei, de liquefação na barragem. Os técnicos de geotecnia é que poderão falar a respeito, não em termos de sismologia.

Com relação à sismologia, esses eventos ocorrem no Brasil o tempo todo e não geram dano. O máximo que pode acontecer é alguma trepidação sentida pelas pessoas. Técnicos da Samarco sentiram tremores assim um pouco antes, foram à barragem, conforme os noticiários dizem, e viram que não tinha acontecido nada, em princípio.

Então, não posso dizer que o tremor de terra tenha sido a única causa. Agora, ele pode ter sido um facilitador. É muita coincidência, talvez? Só que outros fatores prevalecem aí. É o que nós, do Observatório, acreditamos.

Enfim, era o que eu tinha a dizer.

Agradeço a atenção de todos.

Boa tarde!

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Agradeço as palavra da Sr. Monica Giannocaro Von Huelsen, Chefe do Observatório Sismológico da Universidade Federal de Brasília.

Eu gostaria de passar a palavra agora aos nossos Senadores participantes.

Passo a palavra ao Senador Sérgio Petecão, que nos acompanhou na visita à Samarco e também a Mariana.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Quero agradecer ao Presidente da nossa Subcomissão, Senador Wilder Morais, e saudar todos os nossos convidados.

Eu tive o prazer de acompanhar o Senador Wilder Morais nessa nossa visita a Mariana e também à empresa Samarco. O que mais me chamou a atenção, e eu gostaria de um relato do Márcio a respeito... Tivemos uma reunião com os Vereadores e Lideranças escolhidos pelas comunidades que foram, de certa forma, afetadas. Estava presente também o Prefeito da cidade. Confesso que pensei que iria encontrar ali um clima mais tenso, mais hostil, até mais violento, mas senti as pessoas agindo com muita responsabilidade, sem querer responsabilizar A, B ou C, dentro de uma linha de raciocínio, entendendo que a empresa é de fundamental importância para a região como um todo.

Dr. Márcio, fala-se muito desse mau cheiro liberado pela represa. Numa das conversas na Samarco, disseram-me que aquilo era o amido de milho. Isso tem sentido?

O SR. MÁRCIO ISAÍAS PERDIGÃO MENDES – Tem sentido, Senador. É o seguinte: no processo de flotação, o minério vem, na natureza, associado a outras partículas, principalmente à sílica. Para se obter um minério com o teor de ferro necessário, o que se chama de enriquecimento, que é, na verdade, a retirada dessas partículas de sílica, usam-se alguns produtos, os chamados reagentes, e um deles é o amido de milho. Ele é injetado no equipamento, produz uma certa fermentação, e as bolhas arrastam, por uma característica natural, agregam-se à sílica, e o minério, então, é liberado.

No caso, isso pode gerar até o cheiro de que as pessoas podem estar reclamando. Isso não tem maiores efeitos, a não ser o desconforto. Não há danos à saúde. Porque fazemos todo um acompanhamento junto aos nossos empregados. Há só o desconforto decorrente do cheiro quando há uma ocorrência ou uma dosagem maior por alguma questão no processo, mas isso é algo que controlamos muito, porque, afinal de contas, nas operações rotineiras, há um custo de reagentes, etc.

Então, o cheiro é devido exatamente a isso, a esse amido de milho, que, lá em Minas Gerais, é chamado de canjiquinha, que é usado para se fazer esse tipo de operação, de processamento do minério.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Esse amido chega a contaminar o meio ambiente?

O SR. MÁRCIO ISAÍAS PERDIGÃO MENDES – Não! Não! Não tem contaminação. Ele tem, como o senhor falou, um cheiro, mas não chega a contaminar, mesmo porque é um produto natural, de natureza orgânica. Ele,

às vezes, se mistura com a água. No nosso caso, lá, a gente o injeta no equipamento, chamado floculador ou célula de flotação, utilizado para produção. Então, ele é colocado dentro de um determinado equipamento e a água tirada dali, eventualmente, arrasta um pouco desse amido. Na verdade, a característica dele é exatamente esta: liberar o minério de ferro e tirar a sílica que vem, naturalmente, agregada ao minério de ferro.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Obrigado, Sr. Márcio.

O SR. MÁRCIO ISAÍAS PERDIGÃO MENDES – Por nada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Passo a palavra ao Senador Valdir Raupp, a quem peço que seja breve, porque já está começando a Ordem do Dia, meu grande amigo.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – É apenas uma pergunta breve.

Quero perguntar ao Dr. Márcio se esse valor de que estão falando, de R$1 bilhão... Esse valor de R$1 bilhão é muito pouco para recuperar todo o Rio Doce, os afluentes e as nascentes... O que vai haver a mais que esse R$1 bilhão? Fica a critério da empresa ou vai haver alguma penalização a mais pelo Ministério do Meio Ambiente?

Não tem ninguém do Ministério Meio Ambiente aqui, não é, Presidente? (*Pausa.*)

Não, não tem.

O SR. MÁRCIO ISAÍAS PERDIGÃO MENDES – As sanções, Senador, são previstas em lei e serão aplicadas de acordo com a legislação.

Quanto à questão da recuperação, o valor será definido de acordo com cada tecnologia, com cada aplicação que se dê. Foi por isso que nós contratamos a Gold, para ela trazer para nós até o valor dessa recuperação.

Uma coisa a gente pode afirmar: nós não nos furtaremos, em momento algum, a assumir as nossas responsabilidades. A empresa tem plena consciência do impacto que causou. Todas as melhores tecnologias possíveis serão aplicadas, associações e parcerias serão desenvolvidas, e a Samarco, obviamente, estará à frente dessas parcerias, contribuindo no que for necessário para que a gente faça a recuperação, o mais brevemente possível, desse impacto que nós causamos.

Eu não tenho nenhuma dúvida, Senador, a respeito da disposição da empresa para que a gente faça a recuperação dentro das melhores tecnologias possíveis, dentro do que a engenharia consagrada determinar e do que também os órgãos ambientais aprovarem. Isso será obviamente...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Mesmo que isso venha a custar R$2 bilhões, R$3 bilhões?

O SR. MÁRCIO ISAÍAS PERDIGÃO MENDES – Eu acho que essa é uma discussão que terá que ser feita na hora da tecnologia. A gente ainda considera que, como nós não temos todas as tecnologias para cada local, Senador, elas serão aplicáveis. Ou seja, o que for necessário fazer nós faremos.

Os órgãos ambientais, obviamente, participarão disso, e eu acho que eles têm muita competência em falar "isso é bom", "isso não causa mais danos ao meio ambiente", "nisso vamos em frente para fazer". Nós queremos, absolutamente, buscar soluções consagradas que nos deem tranquilidade para saber que a solução encontrada é a melhor.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Eu gostaria de agradecer a presença de todos, em especial dos nossos convidados Telton Elber Corrêa, Diretor Geral Interino do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, Flávia Gomes de Barros, Superintendente de Fiscalização da Agência Nacional de Águas – ANA, Monica Giannoccaro Von Huelsen, Chefe do Observatório Sismológico da Universidade de Brasília – UnB, Márcio Isaías Perdigão Mendes, Gerente-Geral de Meio Ambiente e Licenciamento da Samarco Mineração S.A, e de todas as autoridades aqui citadas anteriores; os colegas Senadores.

Está encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos.

(Iniciada às 14 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 54 minutos.)

ATA DA 7ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO - SUBMINERA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, EM 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

Às quinze horas e quarenta e seis minutos do dia quinze de dezembro de dois mil e quinze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Wilder Morais, reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração, com a presença do Senhor Senador Sérgio Petecão. Ausentes os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara aberta a reunião e, após a leitura de comunicados, tem início a audiência pública para debater o atual contexto dos minerais nucleares no Brasil, em atendimento ao Requerimento nº01 de 2015 – Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração - SUBMINERA. O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições, o Senhor Aquilino Senra Martinez, Presidente das Indústrias Nucleares do Brasil (INB); o Senhor John Milne Albuquerque Forman, Ex Diretor das Empresas Nucleares Brasileiras S.A. (Nuclebras) e Presidente da J. Forman Consultoria; o Senhor Gerson Hovingh Dornelles, Chefe do Serviço de Controle do Comércio Mineral – Conselho Nacional Energia Nuclear (CNEN); e o Senhor Ronaldo A. C. Fabrício, Vice Presidente Executivo da Associação Brasileira para Desenvolvimento de Atividades Nucleares (ABDAN). Faz uso da palavra o Senhor Senador Sérgio Petecão. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dezessete horas e trinta e um minutos, lavrando, eu, Thales Roberto Furtado Morais, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador WILDER MORAIS
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Declaro aberta a 7ª Reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração (Subminera) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Srªs e Srs. Senadores, representantes do setor mineral de todo o País, convidados aqui presentes e todos que acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado e pela internet, a mineração é uma das maiores fontes de riqueza do nosso Brasil. O Brasil é tão rico em minério que, há mais de cinco séculos, eles resistem à exploração. O que o País não tem conseguido desde 1500 é administrar bem os inúmeros recursos conseguidos com a mineração. É provável que a Inglaterra, Portugal e até o vizinho Uruguai tenham lucrado mais com o nosso minério do que o Brasil. Mesmo assim, o Governo brasileiro enche os cofres com o dinheiro do minério. Só as exportações de ferro foram correspondentes a R$120 bilhões em 2011. Isso é maior do que o orçamento do Ministério da Educação em 2015, que autorizou apenas R$109 bilhões de investimento. Repetindo: somente exportar minério de ferro rendeu ao País mais do que os investimentos que o Governo vai destinar, em 2015, à educação. É o mesmo minério de ferro que alguns querem transformar em vilão nacional depois do acidente que houve em Mariana. Em vez de o Governo melhorar os mecanismos de controle, ele almeja criminalizar a mineração; em vez de aplicar no DNPM as verbas arrecadadas com a atividade, planeja levar à falência as empresas do setor.

Nós fomos a Minas Gerais conversar com diversos lados envolvidos. Vimos a dor das famílias das vítimas. Ouvimos também os comerciantes, o prefeito, os diretores da Samarco, os trabalhadores da mineração. Todos querem que voltem à ativa. Se o minério de ferro sofre discriminação, apesar de ser essencial no dia a dia das pessoas, pior acontece com os minérios nucleares. Eles também são úteis ao desenvolvimento do Brasil, e se faz necessário discutir o seu monopólio.

Esse é o tema de hoje nesta audiência da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor Mineral. Vamos discutir por que não se aproveita o imenso potencial do Brasil, que tem uma das maiores reservas do mundo. Vamos entrar, nos debates, nos detalhes econômicos e ecológicos, com as seguintes questões: a energia nuclear é ambientalmente sustentável? Não provoca efeito estufa, nem chuva ácida? Não polui os céus, não destrói os cursos d'água? Sua instalação não demanda imensos impactos, como grandes usinas? Em qualquer lugar cabe uma usina? Não precisa acabar com matas, rios, riquezas arqueológicas?

Vamos também discutir os riscos. A tecnologia energética cuida dos seus rejeitos com menos perigo que as pessoas e a natureza?

Vamos ouvir técnicos para saber por que o urânio ainda é temido. O Brasil possui 5% do urânio do mundo. Tem mais urânio do que ouro, prata, e as pessoas convivem com ele normalmente e para o bem delas mesmas, afinal, um quilo de urânio substitui 10 quilos de petróleo e 20 quilos de carvão.

O que trava, além da ignorância, também pode ser o monopólio. É o tal capitalismo de Estado que obriga a ficar tudo na mão do Governo. Em vez de deixar livre o mercado, o Governo prefere interferir.

O art. 21 da Constituição da República trata do que compete à União e, lá pelas tantas, diz que uma dessas competências é, entre aspas, "exercer o monopólio estadual sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento, o reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados", fecha aspas.

É muita competência na lei e muitíssima incompetência na prática. O Governo mal dá conta de cuidar da educação, da saúde, da segurança e finge que abraça das montanhas de minério as usinas de rejeito.

Outro horror é a insegurança jurídica. O investidor fica até com medo de encontrar minério, mesmo depois de significar bilhões de reais em suas pesquisas.

Em resumo, o Governo quer o dinheiro dos tributos com a desculpa de que vai fiscalizar. Se sua fiscalização falha e rompe uma usina, a culpa é sempre dos outros, e não dele. O Governo fala em sustentabilidade, mas faz tudo para impedir a descoberta de um minério como o urânio. O que os outros descobrem o Governo pega.

O Governo devasta as florestas, sacrifica os rios e se esforça para criticar os minérios que impediriam a devastação e o sacrifício.

É o que precisamos debater hoje com os nossos convidados, os senhores que convido para compor a Mesa: Aquilino Senra Martinez, presidente das Indústrias Nucleares do Brasil (INB); John Milne Albuquerque Forman, ex-diretor das Empresas Nucleares Brasileiras S.A (Nuclebrás) e Presidente da J. Forman Consultoria, seja bem-vindo; Gerson Hovingh Dornelles, chefe do Serviço de Controle do Comércio Mineral – Conselho Nacional de Energia Nuclear (CNEN); e Ronaldo A. C. Fabrício, vice-presidente executivo da Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Atividades Nucleares (ABDAN).

Gostaria também de cumprimentar as autoridades presentes: Edmilson Rodrigues de Souza, coordenador de geologia e mineração do Instituto Brasileiro de Mineração; Hermínio de Aguiar Caldeira, representante do Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro e empregados das indústrias nucleares; Elvino Mendonça, diretor de minas e energia; Arthur Rocco, *trainee* pátria políticas pública.

Informo que os convidados disporão de vinte minutos cada um, com a tolerância de mais cinco, para expor a sua explanação.

Convido, em primeiro lugar, para uso da palavra, o Sr. Aquilino Senra Martinez, presidente da Indústria Nuclear do Brasil (INB).

Com a palavra o Sr. Aquilino.

O senhor tem vinte minutos.

O SR. AQUILINO SENRA MARTINEZ – Senador Wilder Morais, muito obrigado por este convite. É uma oportunidade para esclarecer à sociedade brasileira, através do Senado Federal, sobre um tema importantíssimo para ela.

A energia nuclear, que é vista, na percepção popular, sempre associada ou a acidentes nucleares ou a explosão de bombas atômicas, na realidade, tem contribuições que são reconhecidas amplamente pela sociedade, tanto na geração de energia quanto nas suas inúmeras aplicações, como na Medicina, na agricultura e na indústria.

Fiz um pequeno resumo do que temos de potencial energético no País, não para gerar eletricidade apenas, e, sim, também, para as outras aplicações que são fundamentais para a sociedade brasileira.

Acho que tenho de apontar para o computador, não é? Temos aqui um problema tecnológico, mas vamos superá-lo rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Os universitários vão ajudar!

O SR. AQUILINO SENRA MARTINEZ – Primeiro, a premissa nossa: o País está vivendo uma crise econômica muito grande, não vou dizer sem precedentes, porque já houve outra época da história brasileira em que a economia também passou por situações muito críticas, mas é uma crise. Porém, ela não muda em nada o cenário estabelecido para a energia nuclear no País, seja para as inúmeras aplicações, de que falei, dessa fonte de energia, seja para a geração de energia elétrica.

O Plano Plurianual de Energia, que previa, lá em 2009, a construção de duas a oito usinas nucleares, se mantém. Se são duas, quatro, seis ou oito, aí é uma questão de planejamento e da forma como se complementa a matriz energética brasileira. Mas partimos deste princípio de que essa fonte de energia é importantíssima para a geração de energia elétrica no País.

Próximo eslaide.

E como ela se dá? Ela se dá através do que denominamos ciclo do combustível nuclear.

Eu lhe fiz um convite, Senador, para visitar as instalações das Indústrias Nucleares do Brasil. A INB, que é a sigla das Indústrias Nucleares do Brasil, é responsável pelos seis iniciais ciclos que estão ali, desde a mineração

até a fabricação do elemento combustível. E os elementos combustíveis que saem de lá podem gerar energia – daí chamo ciclo energético, e eles vão para as usinas nucleares de Angra dos Reis –, como também podem ser utilizados na produção de radiofármacos.

O Brasil, hoje, tem em torno de 1,5 milhão a 2 milhões de procedimentos médicos para diagnóstico e tratamento de doenças, que utilizam radioisótopos, que, processados como produtos químicos, viram radiofármacos para diagnóstico e tratamento médico. É o que denomino ciclo social da energia nuclear. É uma finalidade voltada para a saúde da sociedade brasileira.

Esse ciclo é totalmente aceito pela sociedade, não há absoluto questionamento a respeito dele.

Quanto ao ciclo energético, sempre há o questionamento dos rejeitos radioativos, mas é o único. De resto, já foi dito aqui pelo senhor quais são as inúmeras vantagens da energia nuclear para a geração de energia elétrica.

A INB tem o domínio tecnológico em todas as etapas do ciclo até a fabricação do elemento combustível: a mineração, que é tradicional, a mineração que se pratica em qualquer outra área de mineração; a conversão isotópica, que, embora não esteja implementada em escala industrial, seu projeto básico já está definido e só não foi implementado ainda, porque está diretamente relacionado com a implementação do enriquecimento isotópico.

Enriquecimento isotópico é uma das maiores conquistas tecnológicas deste País, comparado à conquista do domínio da prospecção em águas profundas da Petrobras ou à tecnologia de alimentos da Embrapa, bem como, dentro da indústria aeronáutica, promovida pelo ITA, o desenvolvimento da indústria aeronáutica, hoje, é representado pela Embraer.

É um projeto nacional, envolvendo pesquisadores e tecnologia própria. Quem tem essa tecnologia não transfere e não vende. Já se tentou no passado comprar tecnologia, e ela não foi transferida. Nós tivemos que dominar. Não perseguir isso significa uma perda relevante não só de recursos humanos como também financeiros e de domínio tecnológico, que desempenha, inclusive, um papel importantíssimo dentro da geopolítica internacional.

Do restante, a reconversão e as pastilhas do elemento combustível são feitos já, há muitos anos, e têm servido para a geração de energia elétrica das usinas de Angra dos Reis. O combustível nuclear produzido pela INB tem desempenho destacado no cenário internacional, reconhecido pelo cliente, que é a Eletronuclear, uma subsidiária do grupo Eletrobras.

Próximo.

Quando nós falamos aqui de monopólio do urânio, o foco é centralizado na questão de geração de energia elétrica; temas relacionados com o Ministério das Minas e Energia. Contudo, o setor nuclear perpassa pelo menos sete Ministérios: o Ministério da Ciência e Tecnologia, onde está a Comissão Nacional de Energia Nuclear, sobre a qual o colega Gerson vai fazer apresentação logo em seguida; as Indústrias Nucleares do Brasil, uma empresa mista do Estado brasileiro; e a Nuclep (Nuclebrás Equipamentos Pesados). É uma empresa especializada em fabricar grandes componentes utilizados nas usinas nucleares e também na indústria nuclear como um todo.

No entanto, a decisão de manter o monopólio ou não afeta os outros setores, os outros Ministérios. Por exemplo, o Mistério da Defesa. O Ministério da Defesa, que faz um programa importantíssimo que é o desenvolvimento da tecnologia para o submarino nuclear, a propulsão nuclear, que é estratégico para o País, depende daquela primeira etapa, que é a da produção do urânio. A pressão dos países centrais é enorme para que o Brasil não detenha essa tecnologia, e o fornecimento do urânio é fundamental. Na hora em que isso não estiver com a participação do Estado, há o risco, principalmente, se essas empresas forem empresas privadas estrangeiras, de não haver abastecimento. O senhor pode dizer: "Isso aqui é uma conjectura!" É uma realidade. Por quê? Usando o argumento da não proliferação, usando o argumento do terrorismo, tenta-se impedir que os países periféricos tenham acesso a essa tecnologia.

Por exemplo, a Marinha do Brasil usa uma coisa simples, um AutoCAD, que é uma máquina de calcular de engenheiro para fazer projetos de engenharia. Nós, da INB, temos essas licenças. São fornecidas por países que dominam toda a área de tecnologia do mundo, e, por nós estarmos prestando serviço à Marinha do Brasil, não foram renovadas essas licenças. Ou seja, há um impedimento para o desenvolvimento. Imaginem no tocante ao urânio, que é um minério estratégico para a utilização dentro dessa área.

Os radiofármacos. Nós vamos ter um reator multipropósito brasileiro, que é um reator importantíssimo, e é um projeto recente, porque, em 2005, houve uma redução no fornecimento de tecnécio para o Brasil, porque o reator do Canadá teve uma produção reduzida, e a primeira coisa que eles fizeram foi cortar o fornecimento dos países para os quais eles exportavam; nesse caso, nós. Houve uma redução daquele 1,5 milhão a 2 milhões para 550 mil procedimentos. A classe médica brasileira fez um movimento muito forte em relação a promover uma solução. Era Vice-Presidente da República o José Alencar, que tinha um caso crônico de câncer,

e foi muito sensível; patrocinou o projeto do reator multipropósito. Precisa de urânio para esse reator! A custo baixo e de maneira permanente, sem estar sujeito aos humores dos países centrais.

Há uma questão ligada ao Ministério das Relações Exteriores, porque o Brasil é signatário do Tratado de Não Proliferação. Toda a parte de salvaguardas é feita pelo Estado brasileiro. A utilização desse urânio passa por esse controle. Evidentemente, com outros atores, esse controle pode também, e deve, enrijecer qualquer ação no sentido, inclusive, da exportação para determinados países.

Próximo.

Hoje, no Brasil, há duas usinas nucleares: Angra 1 e Angra 2. E a demanda de urânio é de 380 toneladas por ano. É uma quantidade que não tem significado algum para os grandes produtores de urânio. Estamos falando em produções anuais superiores a 50 mil toneladas. Então, para atender ao mercado interno, não se está discutindo isso, definitivamente, enquanto houver as duas usinas, Angra 1 e Angra 2. Com a terceira, isso vai em torno de 750 toneladas de urânio. Ocorre que, a terceira, se for concluída, deverá ser concluída em 2020 ou 2022. Temos um espaço em termos de definição, bem como quanto o programa nuclear brasileiro vai crescer.

Próximo eslaide, por favor.

Essas são as atividades das indústrias nucleares do Brasil. Ela exerce um monopólio em nome da União, como eu disse aqui; executa as atividades de mineração e beneficiamento do urânio e a fabricação do combustível nuclear. A fabricação do combustível nuclear é o combustível, é a gasolina dos reatores nucleares.

Próximo.

Essas são as nossas reservas geológicas já medidas, conhecidas, já identificadas e com potencial de exploração, totalizando 309.370 toneladas. Evidentemente que nós temos uma capacidade muito maior do que isso, que nos leva a projetar um número muito maior do que esse, em torno de reservas, mas esse valor que nós temos hoje é mais do que suficiente para atender às demandas das duas usinas nucleares e, inclusive, com uma expansão.

Próximo eslaide.

Essa é a nossa unidade de concentrado de urânio, em Caetité. Esta não é uma maquete; é uma foto da área de processamento de urânio em Caetité, o que dá um bom exemplo do cuidado que as indústrias nucleares do Brasil têm com essa atividade, licenciada por dois órgãos de licenciamento federais: o Ibama, que faz o licenciamento ambiental; e a Comissão Nacional de Energia Nuclear, que faz o licenciamento nuclear, da parte radiológica da mineração. Mas insisto: esta não é uma maquete, é uma foto real da instalação.

Próximo.

Caetité tem, no total, 38 anomalias. Anomalia é onde há o veio de urânio. Só há uma explorada até hoje a céu aberto. O potencial ali é de exploração subterrânea, e nós temos um processo em andamento de licenciamento junto à Comissão Nacional de Energia Nuclear, que se estende já por longo tempo, porque é o primeiro processo de licenciamento de uma mina subterrânea com urânio, em que há o radônio como um elemento que exige um cuidado maior em termos de ventilação e de alimentação elétrica da instalação. Uma vez vencida essa etapa – e é uma dificuldade; nós, inclusive, para dar mais consistência, torná-lo mais robusto, fizemos uma convocação para uma revisão, por empresas especializadas, do nosso projeto, e o estamos reenviando para a Comissão Nacional de Energia Nuclear. Ou seja, ainda há um potencial ali considerável.

Houve um erro da empresa no passado, que eu aqui confesso, de não terem licenciado outras anomalias a céu aberto, porque estaríamos com uma produção regular. Tivemos que fazer isso, a partir de 2013, e vamos fazer a retomada da produção para garantir urânio para as duas usinas nucleares e para as próximas que virão.

Próximo eslaide.

Uma outra possível produção de urânio dar-se-ia no Ceará, com o Projeto de Santa Quitéria. Lá, o urânio é um subproduto, associado ao fosfato. Esse empreendimento, inclusive, é a primeira associação público-privada na área de mineração com urânio. É uma associação das Indústrias Nucleares do Brasil com a empresa Galvani, especializada em fosfato. O fosfato também é um insumo fundamental para a produção de fertilizantes, no País, e o Brasil, apesar da potência agrícola que é – em 2025, deverá responder por 40% da produção agrícola mundial –, importa tanto fosfato quanto potássio, ingredientes para os fertilizantes. Importa de 50% a 60% de fosfato e mais de 80%, quase 90%, de potássio. Esse projeto vai reduzir essa importação de fosfato.

Só que o fosfato lá está associado ao urânio. Se for usado diretamente, o fertilizante não pode ser utilizado na agricultura. Então, o papel da INB é retirar o fosfato. Para isso, precisou desenvolver uma rota tecnológica inédita no mundo, registrada, em meados de 2014, no Instituto Nacional de Propriedade Industrial. É inédito no mundo esse desenvolvimento tecnológico feito no País com as instituições do setor nuclear. A previsão é de 1,6 toneladas de produção de urânio a partir de 2019. Eu vou mostrar que esse valor, junto com o que nós já produzimos, é mais do que suficiente – próximo eslaide – para atender a diversas usinas nucleares.

Este é um histórico do projeto de Itataia, e 2009 é o marco do estabelecimento do Consórcio Santa Quitéria, uma associação das Indústrias Nucleares do Brasil com a Galvani, uma empresa, como já disse, que atua na área de produção de fosfato.

Próximo.

Esta é a nossa linha do tempo para a instalação do Projeto de Santa Quitéria, com 1,6 toneladas, em 2019. A nossa previsão é lançar uma pedra fundamental, quando obtivermos do Ibama a licença prévia. Tudo leva a crer que será concedida, no mais tardar, em junho do ano que vem. Depois, evidentemente, em função da licença prévia, tem que se fazer as adequações e os programas ambientais necessários. A licença de instalação deve ser concedida, em novembro de 2016. As audiências públicas já foram realizadas, em Santa Quitéria e nos Municípios próximos, no mês de novembro do ano passado, e todas tiveram sucesso pleno e foram homologadas pelo Ibama.

Próximo eslaide.

Este é o ponto que eu queria lhe mostrar, Senador. Nós temos hoje duas usinas nucleares, Angra 1 e Angra 2 e uma terceira, que está em construção e que deverá entrar em operação em 2020, assim espero. O Plano Plurianual de Energia fala de duas a oito usinas nucleares. Vamos ficar com quatro usinas nucleares. O cenário que eu trouxe, inclusive, é para dar uma ideia da nossa demanda por urânio no País.

Considerando-se o tempo de vida dessas usinas, inicialmente foram projetadas para operar durante 40 anos, mas os engenheiros mecânicos são conservadores nos seus cálculos, e, depois, na prática, verifica-se que a integridade dos materiais permite que a operação seja estendida.

Do ponto de vista empresarial, é um manjar dos deuses, porque se estabelece um cronograma financeiro-econômico, para um empreendimento de 40 anos e 60 anos...

(Soa a campainha.)

O SR. AQUILINO SENRA MARTINEZ – A campainha é para o cancelamento...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. AQUILINO SENRA MARTINEZ – Está bom. Então, vou ser mais rápido.

Assim, considerei 60 anos para as três usinas – as duas existentes e a terceira, em construção – e para as quatro novas, que vão consumir menos urânio. Isso é igual a carro, com o passar do tempo, a tecnologia se torna mais eficiente, e o consumo do combustível é menor.

As quatro usinas, coloquei, ao todo, 15 mil toneladas de U3O8, que dá um total de 100 mil toneladas.

Só hoje, já mapeado e com processo de licenciamento e exploração em andamento, temos 187 mil toneladas; descontei 20% das perdas em relação às reservas que se têm no processo. Temos uma disponibilidade, um saldo, de 87 mil toneladas. Portanto, para atender ao mercado interno, nos próximos 60 anos, temos capacidade nacional própria para fazer isso.

Próximo.

Quais são os motivos para o monopólio do urânio? Listei apenas cinco – existem dez, mas para ser rápido –: primeiro, segurança energética. Todas as instalações nucleares no País demandam urânio e tecnologia. Elas estão quase sempre indisponíveis para ser compradas nas prateleiras aí fora.

Próximo eslaide.

Volto depois para este, para falar do combustível.

Citei apenas três casos em que houve impedimento de fornecimento de combustível nuclear para serem usados na geração energética brasileira. Primeiro com a negativa dos serviços de enriquecimento pela Atomic Energy Comission, quando era predecessora da Usec, que era a empresa que fazia o enriquecimento.

O Brasil estava com o contrato preestabelecido. Na última hora, foi dito que não tinham mais interesse no fornecimento do combustível para as usinas de Angra 2 e Angra 3. Ainda era Furnas, em vez de Eletronuclear, e foi lá nos Estados Unidos que não se conseguiu firmar esse contrato. Não houvesse depois, com o acordo Brasil-Alemanha, outra empresa europeia que fez o fornecimento, não tínhamos.

Angra 1. Houve um contrato, porque não houve a licença de exportação, não foi dada a licença de exportação pelo governo americano para o fornecimento da primeira carga da usina. O domínio dessa tecnologia e a nossa capacidade são importantíssimos para garantir a segurança energética.

O SR. JOHN MILNE ALBUQUERQUE FORMAN – Aquilino, mas hoje esses três itens estão superados.

O SR. AQUILINO SENRA MARTINEZ – Não, o último, não. Eu lhe digo agora: 2015. Houve um problema de deficiência econômico-financeira da Eletronuclear – todos sabemos da dificuldade –, que deixou de pagar um fornecedor importante – não vou citar nem para fazer propaganda, nem para ser crítico –, e também temos

contratos com esse fornecedor. Pagávamos em dia. Veio uma ordem dizendo que determinados componentes não seriam fornecidos; componentes esses que seriam utilizados para atender às usinas de Angra I e Angra II.

Esse jogo mundial da energia nuclear não é para amadores, como dizia o nosso embaixador.

A INB tem um papel importante no sentido da segurança energética, dos empreendimentos brasileiros.

Próximo eslaide.

Por conta do monopólio, pôde-se fazer o domínio da tecnologia do ciclo do combustível nuclear. Destaco aquele dali: tecnologia do enriquecimento isotópico. Tentou-se, em 1946, 1947, trazer a centrífuga para fazer enriquecimento – o Almirante Álvaro Alberto foi um dos precursores da energia nuclear do Brasil –, e houve um impedimento no embarque das centrífugas para o Brasil.

Em 1975, na última hora, o enriquecimento via centrífugas também foi embargado, e aí se fez, como proposta alternativa, outro processo que, na prática, não surtiu resultados, não teve efeito. Então, o Brasil desenvolveu de modo próprio.

Assim, a mesma coisa com a tecnologia da mineração e do beneficiamento. Mal ou bem, com as dificuldades que existem nas empresas do Estado brasileiro, a INB nunca deixou de entregar, um dia sequer, com atraso, nenhum dia – explico por quê –, os combustíveis para as usinas de Angra I e Angra II.

(Soa a campainha.)

O SR. AQUILINO SENRA MARTINEZ – E o último projeto nuclear multipropósito.

Eu queria ir para o próximo eslaide, depois volto, se houver necessidade, em relação ao custo do combustível fabricado.

Próximo eslaide.

Este daí. E as fontes estão disponíveis na literatura, na Aneel, na Eletronuclear. Dizem que o custo da produção do combustível nuclear, feito pelas Indústrias Nucleares do Brasil, é caro. Está aí para mostrar que essa afirmação é falsa. Ali, eu coloco aquela linha azul cheia de pontinhos, o custo, que está naquela publicação Electric Utility Cost Group, dos Estados Unidos. Das 98 usinas nucleares, o custo de cada uma por unidade de energia (*MW/*h), que varia entre US$5,2 e aproximadamente US$12 por *MW/*h.

Só para exemplificar aqui, fui a Aneel – também tenho isso dentro da empresa –, peguei os custos dentro das usinas Angra 1 e Angra 2, o custo de fornecimento da INB para a Eletronuclear, que dá um valor de R$22,44 *MW/*h para Angra 1 e R$20,86 *MW/*h.

No ano de 2014, peguei o dólar a 2,64 – se soubéssemos que o dólar ia chegar aonde chegou, teria ficado com um bom investimento feito em 2014 – e converti para dólar: US$8,50 para Angra 1, US$7,90 para Angra 2. Se pego o conjunto Angra 1 e Angra 2, US$8,10. São aqueles pontos ali, que estariam no terceiro quartil dessa distribuição. Isso com o dólar a 2,64. Com o dólar a 4,00, esse valor fica inferior a 6,00, vai para o primeiro quartil. Ou seja, o custo do combustível nuclear feito pelas Indústrias Nucleares do Brasil é um dos mais baixos do mundo. Isto é assegurado pela estrutura que existe dentro da INB, que é uma estrutura integrada, que vai desde a mineração até a fabricação do combustível nuclear.

Não estou tirando esses dados de dados reservados da empresa; estão numa publicação internacional que qualquer um dos Srs. Senadores pode buscar, e aquilo que está na Aneel, que, inclusive, rege a tarifa, a cada ano, quando se faz a revisão tarifária. É simplesmente fazer uma conta do custo por energia.

Tenho mais uma meia dúzia de eslaides, mas fica para depois, na hora dos debates e esclarecimentos aos Srs. Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Agradeço ao Sr. Aquilino Senra Martinez, Presidente das Indústrias Nucleares do Brasil.

Convido para o uso da palavra John Milne Albuquerque Forman, ex-Diretor das Empresas Nucleares Brasileiras S.A (Nuclebrás) e Presidente da J Forman Consultoria.

Com a palavra. O senhor também tem 20 minutos.

O SR. JOHN MILNE ALBUQUERQUE FORMAN – Obrigado, Senador. Vou procurar ser rápido e rasteiro. Não preparei apresentação, na medida em que não tinha certeza sobre o que seria necessário.

Eu diria aos senhores o seguinte: a exploração de urânio no Brasil se deu, inicialmente, sobre um programa feito com o serviço geológico americano, que buscava identificar, no Brasil, jazidas do tipo *roll-front*, como a de Amorinópolis, que temos em Goiás. Esse programa durou muitos anos e não teve resultados, não se encontrou urânio no Brasil. Um novo programa foi desenvolvido, dessa vez com a cooperação dos franceses. O Comissariado de Energia Atômica francês mudou o modelo geológico, buscou granitos e, mais uma vez, infelizmente, o resultado foi absolutamente negativo.

Tomando a decisão de usar a energia nuclear de forma intensa no Brasil – isso foi no início do Governo Geisel –, tornava-se evidente a necessidade de assegurar, no Brasil, a existência de urânio. Naquela ocasião, conhecíamos – e me refiro a 1975 – alguma coisa estimada em 15 mil toneladas, em Poços de Caldas, não na mina em operação hoje, mas, sim, urânio associado ao mineral zircônio, uma rocha de difícil tratamento, um minério denominado caldasito. O urânio está na estrutura atômica do mineral; então, a extração é muito difícil e muito cara.

A Nuclebrás, então, criou um programa de exploração de urânio, de inspiração e orientação totalmente nacionais – eu liderei esse projeto –, e ao final, pouco menos de oito anos, nós chegamos a um pouco mais de 300 mil toneladas de urânio, que hoje são conhecidas no Brasil.

De lá para cá, nada se acresceu a essas reservas, porque o programa nuclear perdeu o ímpeto, e gastar dinheiro com a exploração para achar mais urânio que não seria usado foi considerado como não razoável. Assim, ficamos parados onde estamos.

A primeira mina aberta, de Poços de Caldas, não no caldasito, mas nos minérios distribuídos, havia três corpos de minérios com teores distintos. Um, muito profundo, com teor baixo; um, profundidade intermediária, teor médio; e um quase superficial, com teor muito elevado. Então, isso implicava que aproveitamento da mina deveria ser feito lavando esses três corpos. Acontece que o preço do urânio caiu muito. Então, foi tomada a decisão – eu já não mais estava lá – de lavar simplesmente o corpo superior de mais alto teor de urânio, consequentemente inviabilizando os dois outros que eram de maior volume.

Concentrou-se, então, a atividade em Lagoa Real, cujo nome foi mudado agora para Caetité. Então, lá, desenvolvemos os trabalhos iniciais nessa anomalia principal, a que se referiu o professor Aquilino, e isso eventualmente resultou na produção do urânio não de uma forma integrada, como em Poços de Caldas, onde há uma usina de processamento, e, sim, com as pilhas de lixiviamento que ele mostrou aqui no seu desenho. E é essa mina de Lagoa Real que vem suprindo as necessidades brasileiras.

Estou afastado disso há bastante tempo. Eu não saberia dizer a razão, mas, em determinado momento, houve necessidade de importação de urânio pelo Brasil, apesar das reservas grandes, apesar da Lagoa Real, apesar de Itataia ainda não iniciada; fomos forçados a fazer uma importação de urânio para atender às necessidades do País, o que ocorreu e o que é normal.

Vejam, o urânio, como qualquer outro bem mineral, depende muito de preço, e o preço varia muito. E, nessa época de preços baixos a que me referi, há uma relação muito grande com a decisão dos Estados Unidos de desativar suas ogivas nucleares. Com isso, liberou uma quantidade grande de urânio já enriquecido, que veio, então, a afetar o mercado do urânio primário, que ficou com preço muito baixo, e as minas passaram a ter produções muito pequenas, a não ser aquelas com teores muito elevados, como as que se encontram na África, Austrália e Canadá. Posteriormente, tivemos a descoberta de urânio na Ásia, e por aí vai.

Essa coisa de preço é muito curiosa, porque o Prof. Aquilino se referiu à negação de fornecimento de combustível para Angra 1. Isso foi verdade, porque os contratos iniciais da Westinghouse previam o fornecimento também do combustível. Com o aumento do preço do urânio, isso se tornou inviável. Esses contratos foram denunciados, e, um ano e meio, dois anos depois, eles passaram a ser regularizados, aí com outro preço para o urânio, evidentemente.

Chegamos a iniciar o processo de construção de uma usina de conversão também em Poços de Caldas. O processo foi interrompido porque se decidiu priorizar o chamado Programa Nuclear Autônomo, e isso passou, então, para o encargo da Marinha, que fez a sua planta piloto em Aramar, onde também trabalhou com as suas centrífugas de enriquecimento isotópico, que foram bem-sucedidas e, hoje, enriquecem isótopos de urânio.

A Nuclebrás havia feito a opção, na medida em que a Urenco, uma empresa alemã, holandesa e inglesa, não concordou em transferir a tecnologia. Os holandeses e os ingleses não concordaram; a Alemanha nem havia concordado em usar um *jet nozzle*, que nada mais é do que fazer o gás girar; faz o gás girar em vez de girar numa centrífuga.

Foram construídos três compressores na Alemanha, na Universidade de Kassel, que foram bem-sucedidos. Os resultados demonstraram que o enriquecimento funcionava. Iniciou-se a construção de uma planta de enriquecimento isotópico em Rezende, no Estado do Rio de Janeiro, onde foi também suspensa a função do programa autônomo.

Então, existe o mercado privado e o estatal. Eu diria que, na produção do urânio propriamente dito, o mercado é essencialmente privado. A produção de urânio nos países africanos, Canadá, Austrália e mesmo no Casaquistão, etc., segue a regra da iniciativa privada. Não existe o monopólio estatal na produção.

A conversão é uma etapa também que não apresenta grandes problemas. O problema é mais operacional. A dificuldade maior é saber trabalhar com o ácido fluorídrico do que um problema tecnológico e complexo a ser dominado. De qualquer forma, a Marinha já o fez também, lá em Aramar.

A parte mais complicada é o enriquecimento isotópico, porque, uma vez dominado, eu enriqueço a 1%, 2%, 100%. Se eu chegar a 90%, em tese, tenho combustível para uma bomba. Essa é a razão pela qual existe essa dificuldade toda de autorização, em que há essa briga toda no Irã, mas essa também já é uma etapa que superamos.

A INB, da qual fui primeiro presidente, foi o resultado de uma demanda grande da Eletrobras, pela responsabilidade na construção e operação de usinas nucleares. O projeto das usinas era da Nuclen (Nuclebrás Engenharia), e a operação era por Furnas. Aí, então, fez-se a Eletronuclear, e o ciclo do combustível passou para a INB, que herdou, consequentemente, todas as minas, perspectivas que detinham a Nuclebrás.

Os senhores vão ver provavelmente em todas as publicações existentes sobre a exploração de urânio no Brasil que o Território brasileiro foi explorado em menos de um terço da sua extensão. Aquele mapa que o Prof. Aquilino exibiu tem muito mais nomes do que Lagoa Real e Itataia, mas algumas delas não progridem, e não progrediram, em função da dificuldade a que o Senador se referiu. Se alguém encontrar urânio associado ao seu minério, é obrigado a entregá-lo de graça ao Governo. Esse é um grande desestímulo para qualquer atividade econômica.

Já tivemos no passado, com os alemães, uma subsidiária chamada Nuclam (Nuclebrás Auxiliar de Mineração), que prospectou várias áreas no País, encontrando alguma coisa – em Crixás; no Nordeste, em Espinharas –, mas isso não foi desenvolvido.

Espinharas é um exemplo interessante. Há uns seis ou sete anos, uma empresa australiana se interessou por Espinharas, porque, lá, o urânio está associado a terras raras, que é outra coisa para a qual o Brasil está acordando, para a necessidade de produzir, mas não pôde desenvolver, na medida em que a área foi considerada reserva nuclear cercada, e qualquer trabalho lá foi absolutamente interrompido.

O desenvolvimento com a iniciativa privada que a INB faz hoje com a Galvani, eu lembro que é curioso. Isso foi antes do Prof. Aquilino. Qualificaram-se três empresas para desenvolver esse projeto: a Vale do Rio Doce, a Bunge, que é uma grande produtora de fertilizante, e a Galvani, que era uma distribuidora de fertilizantes. Ganhou a Galvani. Tudo bem, é nacional, a Vale também seria, mas estamos com esse negócio empacado até hoje, sem conseguir produzir.

Eu discordo do professor quando ele diz que existem aspectos negativos com relação à exportação. As riquezas têm que ser aproveitadas na época em que elas têm mercado e têm possibilidade de serem aproveitadas. Se assim não for, elas correm o risco de deixar de ser necessárias, inclusive o urânio. Durante anos, o nuclear foi considerado absolutamente impossível de ser utilizado para geração de energia. A Alemanha, que tinha um grande programa, desativou todo o seu programa. Muita coisa aconteceu por conta dos acidentes de Chernobyl; e, depois, no Japão, que já se recuperou. Mas a verdade é que, hoje, todos os países estão retomando o nuclear, porque uma coisa pouco compreendida é que as fontes alternativas são boas e são importantes – solar, eólica etc. –, mas têm o problema de interrupção: se tem sol, gera; se não tem, não gera; tem vento, gera; não tem vento, não gera. E os sistemas de armazenamento são muito primitivos ainda; não conseguem armazenar grandes volumes de energia.

Para produzir grandes volumes de energia, compatíveis com o crescimento populacional que nós temos hoje no mundo, não só no Brasil, é preciso outras fontes; podem ser fontes térmicas, carvão, óleo, gás ou nuclear. Dentro da questão política que se coloca hoje, de considerar que a queima de hidrocarbonetos acelera o processo de aquecimento global, a solução seria a nuclear.

É interessante: um biólogo inglês, Lovelock, era um grande defensor da não utilização da nuclear, até que chegou à conclusão de que realmente a nuclear é a única fonte. Ele tem uma frase em um de seus livros muito interessante. Ele disse: "Eu sou um verde convicto, mas eu não sou burro." Então, é preciso uma fonte limpa para geração de energia, e essa fonte é a nuclear.

Prof. Aquilino, também fico um pouco preocupado com a sua excessiva preocupação com vetos e não vetos, etc. Eu diria que a produção do elemento combustível no Brasil, as etapas de conversão e reconversão foram feitas no exterior por longo tempo. Nós produzimos as pastilhas e montamos os elementos combustíveis. Então, isso funciona, isso existe. O senhor citou o exemplo da Embraer como um exemplo de tecnologia brasileira. Os aviões da Embraer até hoje têm toda a sua parte eletrônica, o chamado Avionics, importado. É importado dos Estados Unidos. Nós não fazemos. Até recentemente, o trem de pouso dos aviões da Embraer era importado, e não havia restrição.

Isso tudo é questão de saber negociar, como negociar e com quem negociar. Eu não vejo o mercado internacional como uma ameaça ao desenvolvimento brasileiro e não vejo realmente, dentro do quadro difícil que o senhor pintou, por que passa o Brasil hoje com a economia, não vejo justificativa para se manter a exploração do urânio como um monopólio da União. E cito o exemplo da flexibilização do petróleo, feita no final do século passado, que resultou num ciclo positivo; permitiu à Petrobras, que era uma empresa modesta,

chegar à posição de quinta maior empresa de petróleo do mundo. O Brasil saiu daquelas suas reservas muito limitadas de hidrocarboneto, cresceu uma barbaridade, falávamos em reservas da ordem de 10, 12 bilhões de barris e hoje falamos em 100 bilhões de barris. A mudança de escala é enorme, tanto que faz parte da política brasileira vir a se tornar um exportador de hidrocarbonetos. Eu estimo que isso possa acontecer com o urânio também. E serão empresas nacionais, empresas de mineração nacionais com algumas estrangeiras. Não vejo problema nenhum.

Com relação à exportação, existem regulamentos, regulações que permitem, a qualquer momento, assim como acontece com o petróleo, manter em Território nacional aquilo que for necessário para o atendimento da demanda nacional.

Sr. Senador, é isso.

Fico à disposição para perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Agradeço pelas palavras ao Sr. John Milne Albuquerque Forman, ex-diretor das Empresas Nucleares Brasileiras S. A. (Nuclebrás) e Presidente da J. Forman Consultoria.

Passo agora a palavra, para também fazer sua explanação, ao Gerson Dornelles.

O senhor também tem 20 minutos.

A SRª GERSON HOVINGH DORNELLES – A exemplo do Dr. Forman, eu também não preparei uma apresentação porque eu desconhecia o assunto, realmente, a quebra do monopólio. Agora, esse assunto pode ser encaminhado para a CNEN, para que nós possamos estudá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – O assunto não é quebra do monopólio. Na verdade, o tema da nossa audiência pública é "Por que não a quebra do monopólio?" Estamos ouvindo aqui opiniões a favor e contra.

V. Sª está livre para fazer sua explanação.

A SRª GERSON HOVINGH DORNELLES – Bom, eu posso expressar a minha opinião. Depois do que o Dr. Aquilino apresentou, eu acho que está mais justificado o monopólio. Não vejo motivo para entregar para a iniciativa privada essa parte de prospecção, pesquisa, etc., da parte do ciclo do combustível. Eu também não sei até que ponto iria.

Também temos aí um problema, que é a quantidade de leis envolvidas. No caso, começa com a Constituição, arts. 21 e 177. Todos eles falam a esse respeito. E há as leis que criaram a CNEN, a 4.118, o Decreto nº 51.726, a Lei nº 6.189, de 1984, que criou a Nuclebrás, e também a 7.881.

A legislação é extensa, e todas falam do monopólio. Inclusive, o seu Projeto de Lei nº 5.807, que deverá substituir o Código de Mineração, fala, no seu art. 57: "Serão regidos por leis próprias, não se aplicando o disposto nesta lei: inciso I – os recursos minerais que possuem monopólio da União, previstos no art. 177 da Constituição."

Então, já, aí, o senhor colocou também esse aspecto do monopólio.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Esse projeto é o que está na Câmara; esse é o projeto que defende o Governo. Ele está chegando, ainda não está no Senado. Essa é uma discussão da relatoria da Câmara. Não é o nosso.

A SRª GERSON HOVINGH DORNELLES – Não é o de vocês?

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Não. Estão discutindo na Câmara sobre o novo marco regulatório.

A SRª GERSON HOVINGH DORNELLES – Porque já consta nesse projeto...

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Já consta do projeto que está sendo tratado lá, e a nossa Comissão está tratando de todos os itens que envolvem a mineração no Brasil. Já tivemos aqui várias audiências públicas e hoje estamos tratando da questão da utilização do urânio, que é um dos elementos nucleares.

Então, nós estamos antecipando este debate.

A SRª GERSON HOVINGH DORNELLES – Entendi.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Na verdade, nós estamos antecipando hoje o que está vindo, que é o novo marco regulatório da mineração, em que, com certeza, estão inclusos os itens que envolvem o setor na área de energia nuclear.

A SRª GERSON HOVINGH DORNELLES – Inclusive, o PL 37, que trata do mesmo assunto do 5.807, também já inclui o monopólio; não considera, exceto a prospecção do urânio; o petróleo também está incluído.

Então, é isso que eu posso falar a respeito, sobre essa parte. Eu, particularmente, não vejo sentido na quebra do monopólio.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – A CNEN defende, então, o controle...

A SRª GERSON HOVINGH DORNELLES – A CNEN, não; eu.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Ah, o senhor!

A SRª GERSON HOVINGH DORNELLES – Sim. Agora, esse assunto poderá ser encaminhado para a Comissão e será devidamente estudado na minha área.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – O.k., Sr. Gerson.

Então, dentro da sua explanação, na sua opinião, V. Sª defende a não quebra do monopólio da utilização do urânio.

A SRª GERSON HOVINGH DORNELLES – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Agradeço, então, as suas palavras e passo para o nosso quarto orador, o Sr. Ronaldo Fabrício, Vice-Presidente Executivo da Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Atividades Nucleares (ABDAN).

V. Sª também tem 20 minutos.

O SR. RONALDO A. C. FABRÍCIO – Sr., Senador, eu queria, em primeiro lugar, agradecer o convite em nome da ABDAN.

Embora, atualmente, eu não ocupe nenhum cargo em nenhuma das empresas, a minha experiência começou em 1975 com o acordo com a Alemanha, oportunidade em que eu fui o primeiro Presidente da Nuclen, que era a empresa responsável pelo projeto das usinas nucleares. Quando houve o acordo com a Alemanha, a Nuclebrás criou várias subsidiárias, em conjunto com a KWU: a Nuclen, para fazer os projetos; a Nuclep, para construir os equipamentos pesados; ficando a prospecção direto com a Nuclebrás – o Diretor Fornam, era o responsável por isso –, bem como a Nuclan, que também fazia prospecção, porque era um acordo com a Alemanha. Isso sempre ligados uns aos outros.

A única etapa que não foi resolvida no acordo com a Alemanha foi a questão do enriquecimento, porque, na última hora, na hora de assinar o acordo, segundo nós fomos informados, os americanos brecaram a possibilidade de a Holanda transferir ao Brasil essa tecnologia. E transferiram uma tecnologia chamada *jet nozzle*, que se mostrou não econômica nesse enriquecimento.

Mas nós tivemos um grande progresso, que, infelizmente, parou e está andando para trás. Tudo que existe hoje, aí, foi criado na época da Nuclebrás. A ENB veio da Nuclebrás na área da fabricação do combustível; a Nuclep ainda existe na área de fabricação dos componentes pesados; a Nuclen, de que fui Presidente, depois fui Presidente de Furnas, onde sofri para fazer Angra 2, com esses problemas que toda empresa estatal tem: o orçamento é contingenciado, você não pode comprar nada sem respeitar a Lei nº 8.666, e isso fez com que demorasse muito tempo para Angra 2 ficar pronta. E, depois de ter saído para a área privada, pois achava que não íamos conseguir resolver mais, voltei, em 1993, como diretor de produção nuclear de Furnas; e, em seguida, já Presidente da Nuclen, juntei as duas e criei a Eletronuclear.

Agora, é importante saber, Senador, que nós estamos perdendo uma oportunidade única – e é isso que a ABDAN vem defendendo há muito tempo. Nós fizemos uma PEC, que chegamos a mandar aqui para alguns Senadores, para alguns Deputados, para o Ministério de Minas e Energia, que abria esse monopólio em todos os setores, inclusive no setor de combustível. Depois, contudo, pensamos melhor e voltamos atrás, achando que, talvez, a área de combustível, como é uma área muito sensível, não fosse fácil, digamos assim, ideologicamente, abrir o monopólio. Ou seja, já mudamos de opinião hoje.

O que nós estamos vendo é que todos os países que têm previsão de aumento de população e industrialização estão explorando a energia nuclear. A China está fazendo 24 usinas. Para se ter um termo de comparação, quando nós fizemos Angra 1, que era um projeto com a Westinghouse, um *turn key*, a Coreia fez Kori 1, uma usina idêntica à de Furnas. Pois bem, hoje, a Coreia tem 24 usinas nucleares, e nós fizemos duas.

A área tecnológica no setor nuclear levanta o nível da indústria por causa da exigência da qualidade excessiva que se tem de fazer. Todo país que entrou na era nuclear teve um *upgrade* na indústria; nós também tivemos, porque, durante esse acordo, nós mandamos para a Alemanha cerca de 200 engenheiros, que ficaram lá, de dois a três anos, trabalhando no projeto de Angra 2. E, quando eles voltaram para o Brasil, eles traziam esse projeto em andamento e concluíam no Brasil.

Eu tinha 40 engenheiros alemães da KWU, trabalhando na Nuclen, que orientavam esse pessoal para concluir esse projeto. Infelizmente, isso parou, e o senhor sabe que a tecnologia só se transfere *on the job*, ou seja, fazendo um projeto. Não adianta deixar um relatório dizendo como se faz.

O que aconteceu é que nós perdemos essas pessoas. Nós obrigávamos as indústrias nacionais a fazer um acordo semelhante ao que foi feito com a Alemanha, e nós, da Nuclen, pagávamos 90% da transferência de tecnologia, e eles só entravam com 10%. Isso para incentivar a transferência de tecnologia. E conseguimos. Muitas empresas brasileiras na área de fabricação de bombas, etc., estão fechadas hoje, porque o programa não foi para frente.

Quando nós concluímos Angra 2 e até antes disso – aqui ele falou sobre a questão de Angra 1 –, quando eu voltei para Furnas e assumi a diretoria nuclear, nós tínhamos um problema, porque, de repente, a Westinghouse parou de exportar o combustível para nós, em que pese ser objeto de contrato, ou seja, enquanto a usina funcionasse, eles forneceriam o combustível. Mesmo assim, pararam, porque o Departamento de Estado americano brecou a exportação, pois o Brasil não havia assinado o acordo de não proliferação. Assim, nós ficamos, durante um ano, com a usina parada por falta de combustível.

Nessa ocasião, eu fui à Alemanha, à KWU, e consegui que eles fabricassem o combustível Westinghouse, com os projetos que nós tínhamos. E eles fabricaram uma carga, com o que Angra 1 voltou a funcionar, mas ainda o combustível não era o ideal, porque era um combustível adaptado.

Quando o Clinton fez uma visita ao Brasil, o Dr. Ronaldo Sardenberg, que era o Ministro de Ciência e Tecnologia da época, ajudou-nos muito. Eu pedi a ele que conversasse com o Clinton para ver se o Departamento de Estado americano permitia que a Westinghouse voltasse a transferir o combustível para nós. Ele conseguiu, nós mudamos o combustível e, desde então – o senhor pode ter visto pela imprensa –, Angra 1 deixou de ser uma usina vaga-lume, isto é, passou a operar como opera hoje, como as melhores usinas do mundo.

Então, o que está acontecendo, Senador, é que nós estamos perdendo uma oportunidade fantástica de ter o Brasil numa condição de, primeiro, poder até exportar urânio. Aliás, essa questão de que nós só podemos exportar garantindo as reservas – e, como nós não sabemos quantas usinas nós teremos, nós não podemos saber qual o tamanho dessa reserva – vem se espalhando, e nós estamos nessa situação de, como disse o Forman, ter de importar urânio. Quer dizer, é difícil até explicar para o povo que um país que tem uma das melhores reservas de urânio teve de importar urânio, *yellow cake*, para poder produzir o combustível para Angra 1 e Angra 2.

Sobre Angra 3. Como nós terminamos Angra 2 no ano 2000, era para começar Angra 3 imediatamente. Nós tínhamos tudo: os consórcios vencedores – não havia esse problema que está havendo hoje –; a experiência de montar Angra 2, porque Angra 3 é idêntica; com o mesmo tipo de comunicação. Hoje, é digital; na época, não era. Quer dizer, não se teria de fazer essa modificação. A usina já estaria pronta há muito tempo. Todavia, o pior é que, nesses 10 anos, entre 2000, quando acabou Angra 2, e 2012, quando começou Angra 3, a totalidade daqueles engenheiros que nós treinamos na Alemanha se aposentou; e se aposentou sem ter tido a oportunidade de transferir o seu conhecimento para ninguém, porque não havia para quem transferir. A empresa não poderia admiti-los, como até hoje há essa restrição, como o senhor saber, porque se tem de fazer concurso público e, quando não há recursos, nem concurso público se pode fazer, ou seja, com isso, nós estamos perdendo uma oportunidade fantástica.

Agora mesmo, na COP 21, na França, ficou evidente que uma das formas de gerar energia que não polui, que não gera gases de efeito estufa, é a nuclear. Sabemos que tanto a solar como a eólica precisam de uma base firme, porque, de um lado, a eólica gera vento quando tem vento; e a solar, quando tem sol, mas, de outro lado, além disso, a eólica varia a produção conforme a velocidade do vento. Então, tem que haver uma reserva técnica para garantir o fornecimento.

Quando um sistema tem um grande componente eólico, tem que ter um grande componente de energia firme, que, na nossa época, eram as hidrelétricas. Nós tínhamos usinas, como Furnas, cujos reservatórios duravam dois anos. Hoje, é tudo a fio d'água. Eu sou do Conselho de Administração de Jirau, e estamos fazendo aquela usina lá a fio d'água. Quer dizer, quando chove, sobra; quando não chove... E Belo Monte vai pelo mesmo caminho.

Em relação à energia firme, quais são as alternativas? Gás, que não temos, porque, hoje, a Eletrobras não garante fornecimento de gás para ninguém. Quem quer fazer usina térmica pede autorização, porque só pode conseguir licença se a Petrobras garantir fornecimento de gás, e a Petrobras não pode garantir, porque está importando GNL a US$9,00 por milhão de BTUs e vendendo a US$3,00 ou US$4,00, com um prejuízo enorme. (*Risos.*)

Carvão? É um problema. É claro que há usina de carvão em Santa Catarina, mas o carvão polui barbaramente. Esse seminário de Paris também concluiu que o futuro é carvão com captação de carbono ou nuclear.

Outro dia, estive em um seminário com o pessoal da eólica, que me disse: "para ter eólica, precisamos ter nuclear, ou ter uma térmica ou ter hidrelétrica." Só que os aproveitamentos hidrelétricos mais econômicos já foram explorados, já foram aproveitados. Não há mais. No Nordeste, não há mais nenhuma hidrelétrica. A Amazônia, onde temos Jirau, por exemplo, é uma área muito plana, onde qualquer barragem inunda milhares de quilômetros. E ainda há o problema dos, entre aspas, "ecologistas", que não sei por que são contra os reservatórios. E há uma série de obstáculos que temos lá. Não há índio, mas a Funai está lá presente. Então, a cada instante, temos uma interrupção da obra porque alguém da área de pesca, por exemplo, chega lá e conclui que o peixe, ao subir o rio, pode ficar estéril, porque há uma linha de transmissão passando por cima, que pode

causar o efeito corona, que deixaria o peixe estéril. Mas, na hora em que o cidadão diz uma coisa dessas, como é que o senhor desmente? Na verdade, levantar um problema desses é muito fácil, mas derrubar?

E nós, na flexibilidade que há em uma empresa privada, chamamos especialistas em peixes, para ir ao local lá. O cara chega lá, faz um relatório e mostra que não pode acontecer isso.

O País está em uma situação dificílima em matéria de energia. O senhor está acompanhado; estamos pagando um dinheirão porque a energia é produzida GNL. O GNL tem que vir em navio frigorífico para ser novamente transformado em gás, aqui, no Rio. Ele vem liquefeito. Paga-se uma fortuna por isso. É um mercado com muita gente consumindo e pouca gente produzindo, eles cobram o que querem, e temos uma fonte inesgotável.

Estamos nessa situação *spinning wheel*, não vamos para frente, não conseguimos tocar essa história.

Portanto, na PEC, tiramos a parte de combustível porque achamos que era muito sensível ideologicamente e deixamos o resto, que é a construção e operação da usina nuclear em conjunto com a Eletronuclear, porque a indústria privada não está interessada em operar usina nuclear. Ela está interessada em construir a usina e ficar com uma parte da energia, como é feito no mundo inteiro.

Mas isso não anda, Senador! Não anda! Quando pensamos que vai andar, acontece alguma coisa. E o Governo não definiu. Como disse aqui o nosso amigo Aquilino, em 2030, diz que vai haver quatro ou oito usinas. Diz que vai, mas, no plano 2009, não aparece; no plano 2030, ninguém mais falou; e, no 2050, não fala em usina nuclear.

E o senhor sabe: para atrair aluno, gente para trabalhar, o cidadão quer um projeto que ande. E para indústria novamente investir nessa área e treinar pessoal, é preciso que eles achem que esse programa vai para frente. Quem é que vai investir em um programa que está parado há dez anos e que, de dez em dez anos, faz uma usina? Ninguém.

Portanto, já que o senhor teve essa iniciativa, peço um apoio seu para essa nossa PEC, pelo menos que a construção de usinas nucleares possa ser feita em acordo com a indústria privada. Não é que queiramos ser exclusivos, não. O Estado tem que participar, claro. A Eletronuclear seria sócia em todas as construções, mas sempre minoritária para fugir da burocracia estatal, que imobiliza completamente.

Para encerrar: o senhor sabe, para dirigir e tocar empresas, o senhor tem que ter quatro condições: poder admitir, demitir, premiar e punir. Na estatal, não se faz nenhuma dessas coisas. Não pode premiar porque a tabela leva todo mundo junto, não pode demitir, não pode admitir, só com concurso público, enfim, a pessoa perde os instrumentos que têm para fazer a coisa funcionar a custo econômico.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Agradeço as palavras do Ronaldo Fabrício, Vice-Presidente Executivo da Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Atividades Nucleares (ABDAN).

Antes de passar a palavra ao Senador Petecão, quero fazer algumas considerações acerca do que ouvi dos nossos quatro convidados.

Na verdade, o que notamos é que estamos perdendo, e já perdemos, tudo o que o Brasil conseguiu nas décadas de 40, 50, 60, em todos os setores que envolviam tecnologia, em que havia os grandes. Nessa época, havia os cargos que chamávamos de profissão de Estado, que eram os concursos para grandes pesquisadores. Perdemos.

Falo do Estado de Goiás. Tínhamos a Metago, uma grande empresa, um grande laboratório. Perdemos, hoje a Metago não existe. Tínhamos um Departamento, o DNER, que tinha os melhores engenheiros na parte de infraestrutura. Hoje, não existe ninguém e nem passou nada para ninguém. Hoje, ainda temos, por sorte, uma empresa, que é uma agência, Agetop, que é o que sobra ainda, não só porque existe lá hoje, é por investimento no País.

Então, eu, que sou da iniciativa privada, tenho que concordar tanto com as palavras do John quanto do Ronaldo: não podemos deixar. Temos uma das maiores reservas do mundo de minério e não podemos sentar em cima delas, Senador Petecão, quando o Brasil precisa de tanto investimento, num momento difícil.

Vejo, Ronaldo, que o momento agora é de reflexão para o Brasil. Estamos estudando repatriar dinheiro de fora, já estamos concordando em trazer dinheiro de fora. Estamos falando aqui – antes era uma discussão em que não podíamos nem tocar – na liberação dos cassinos e bingos no Brasil. Esse também era um assunto em que não podíamos nem tocar.

Acho que esta audiência pública de hoje vem com a oportunidade de colocarmos – todos já conhecem – a questão do desenvolvimento. Não tem condição nenhuma o Brasil perder todo o estudo, todo o trabalho que foi feito no passado e jogar isso tudo fora, como está sendo feito agora. O Brasil precisa avançar nisso.

Hoje, temos – eu estava vendo aqui informações que me chagavam – que a média de 16% de energia elétrica do mundo é nuclear. Então, com isso que está acontecendo hoje, não vamos conseguir mais fazer as

hidrelétricas. Como disse o Ronaldo, hoje a energia das nossas hidrelétricas a fio d'água, nós só vamos tê-la quando chover. A mesma coisa acontece com a energia solar: vamos precisar ter sol, apesar de o Brasil ter em abundância. Não temos uma energia regulada e, pelos custos da energia, vemos que a utilização da energia nuclear é até mais barata do que a energia hídrica.

Hoje estamos pagando, todas as termelétricas estão ligadas. A sorte nossa é que o Brasil, como diz o Flexa Ribeiro, nosso Senador, está que nem rabo de égua: andando para trás. Porque, se tivéssemos andando para frente, estaríamos com um problema gravíssimo.

Eu gostaria de fazer uma pergunta que nos chegou. Não estamos desenvolvendo estudos de energia, nem outras opções da matriz energética, e há outros estudos que já não são nem mais do urânio. Quero perguntar para eles a respeito de duas novas tecnologias de geração de energia que estão em acelerado processo de desenvolvimento, que são reatores nucleares a tório e reatores de fusão nuclear. Esses dois não utilizam urânio; são reatores com vantagens nucleares, o tório, sobre os reatores de fusão.

Essas são perguntas que vou deixar aqui.

Passo a palavra para o Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Agradeço ao nosso Presidente da Subcomissão de Mineração, Senador Wilder Morais. Agradeço também aos nossos ilustres convidados, que nos deram o prazer da presença. Além disso, peço desculpas porque, sinceramente, não sei se aqui, no Senado Federal, hoje, estamos tendo um debate mais importante do que esse. Não sei. Talvez em alguma comissão tenha, eu não sei.

Quando eu passei nos corredores, eu vi que era importante que nós tivéssemos aqui um número maior de Parlamentares, porque este debate é o debate que está na Ordem do Dia do mundo, não só do Brasil. Você liga as televisões, vê os noticiários nacionais e internacionais, em todo o mundo se buscam, todos os dias, alternativas para resolver o problema da energia.

Eu moro no Acre, sou do Acre, sou Senador pelo Acre e moro na Amazônia. Acompanhei de perto a situação do Jirau, a que o senhor se referiu. São problemas do meio ambiente, dos índios, dos peixes, dos pescadores. Não sei nem como ainda conseguem fazer, porque as dificuldades são tremendas!

Certo dia, quando se começou a discutir energia nuclear – o Senador Wilder muito preocupado –, criamos esta Subcomissão para que, exatamente, pudéssemos nos antecipar à proposta que está tramitando na Câmara, e que eu não consigo entender. Há três anos que está lá! Como pode? Há três anos o projeto está tramitando naquela Casa?! Já era para estar aqui.

Estamos nos antecipando, preparando-nos, ouvindo os senhores, fazendo audiências, para que, quando esse projeto chegar aqui, nós possamos dar certa celeridade a ele. O País não aguenta mais esperar!

Lembro que cheguei ao meu gabinete, e uma doutora do meu gabinete disse: "Senador, mas o senhor está discutindo energia nuclear?!" E eu respondi: "Qual é o problema?" E ela respondeu: "Vão querer fazer a bomba atômica?"

As pessoas não têm noção sobre o enriquecimento do urânio. Uns fazem questão de distorcer o tema; a pessoa não foca na importância desse debate. Ele já tira o foco da energia, da bomba nuclear, da contaminação, que vai acabar o mundo. Não tem nada a ver! O que nós estamos buscando aqui – e tenho certeza de que este é o entendimento dos senhores – é encontrar alternativas para que possamos melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Então, peço desculpas aos senhores, porque eu gostaria de ver esta sala lotada de Senadores para que pudéssemos ter um debate aqui. Lógico que não diminui em nada, mas perdemos uma grande oportunidade de explorar mais das experiências dos senhores aqui na nossa Comissão.

Nós nos colocamos à disposição dos senhores para que possamos não desmotivar, mas continuar este debate quantas vezes for necessário, porque, sinceramente, eu não vejo outra saída. Se há outra saída, que se apresente. É como o Senador Flexa disse: ainda bem que o Brasil parou, porque, se o Brasil estivesse numa média de crescimento, isto aqui ia virar um caos.

Mas é isso, Senador Wilder. Quero lhe parabenizar pela sua determinação, pela sua vontade e pela sua persistência em trazer este debate, em trazer convidados. Espero que o ano de 2016 seja bem mais proveitoso para a nossa Comissão.

Agradeço a todos os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Obrigado, Senador Petecão.

Chegaram duas perguntas aqui e gostaria de lê-las e encaminhá-las ao nosso palestrante a que a elas foram direcionadas.

A primeira pergunta: "Como informação, a França não produz urânio, entretanto domina todo o ciclo nuclear e baseia sua produção de energia elétrica em centrais nucleares. Outros países, como a Alemanha e a Inglaterra, também não produzem urânio, mas também dominam o ciclo nuclear. Por que, então, a INB estabelece que a mineração de urânio é necessária para o domínio do ciclo nuclear?"

A segunda pergunta: "A quebra do monopólio nuclear no Brasil se daria com a manutenção das reservas que a INB já possui. O Sr. Aquilino Senra afirma que as reservas de urânio da INB são suficientes para estabelecer as necessidades brasileiras por mais de 60 anos. Por que não a liberação da mineração do urânio para outras empresas. Prejudicaria a INB?"

São essas duas perguntas.

Gostaria de passar ao Sr. Aquilino para, como já foi citado nas duas, ele possa responder imediatamente a essas duas perguntas.

O SR. AQUILINO SENRA MARTINEZ – Deixa eu responder, primeiro, a questão do tório. O tório é um material nuclear que também pode ser utilizado para produção de energia. Poucos projetos são desenvolvidos no mundo em escala, eu diria, de pesquisa tecnológica. A Alemanha teve um estudo no passado, de desenvolvimento do tório; a Índia, recentemente, também desenvolveu; e agora a China. Mas não há nenhum projeto, digamos assim, tecnologicamente consagrado para utilização desse mineral. Pode ser que, daqui a muitos anos, isso seja possível. E que bom que seja, porque o Brasil tem mais tório do que urânio. Aí nós teríamos uma solução, em vez de problema.

Eu vou responder às perguntas, primeiro, falando... Eu posso ter entendido errado. O que nós estamos aqui discutindo, na questão da quebra do monopólio, é a participação privada na produção do urânio. Eu entendi isso. E a lei já prevê dessa maneira. Ou seja, está estabelecido em lei que há possibilidade, mesmo o urânio sendo monopólio da União, da participação de empresas privadas na produção desse mineral.

A Lei nº 6.189...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. AQUILINO SENRA MARTINEZ – Todo o ciclo do combustível. Ela explicita claramente. No caso, era a Nuclebrás, onde o Forman foi diretor; o Fabrício também participou. Quero arriscar dizer que foram os pais da Pátria na elaboração desse modelo. E é um modelo, tenho que reconhecer, muito bem estruturado e que já prevê a participação privada, sendo a participação limitada a 49%, o que atende perfeitamente a qualquer empresa privada.

Você pode, de novo, voltar à apresentação? Há um mapa lá. Procure esse mapa; vou usá-lo como exemplo para o Sr. Senador, que acho que é uma voz importante, o Senador Wilder e o senhor. Mesmo que os seus colegas não estejam aqui presentes. Onde você encontrar um mapa, pode parar. Não, é outro mapa, esse é o mapa do Brasil. É um mapa-múndi.

Em 2014, a produção mundial de urânio. Estão ali listadas as quantidades que são produzidas e quais são os principais produtores. No teto da produção, está o Cazaquistão, com 22,8 toneladas – em 2014, eu não tenho o dado de 2015 –; o Canadá, com 9 mil toneladas; a Austrália, com 5 mil; em seguida, a Namíbia – que Forman conhece bem, inclusive conversamos sobre isso no passado –; e a Nigéria.

Quem participa da produção não são apenas as empresas dos Estados onde estão essas jazidas de urânio; são empresas internacionais e estão aí os cinco maiores produtores, que respondem por 72% dessa produção. Em todos os países, a participação é minoritária dessas empresas na produção.

Então, não haveria nenhum impedimento de participarem na produção essas que estão ali listadas e que respondem por 72%, mas elas não têm interesse no mercado nacional, que é apenas de 380 toneladas a demanda. Não vão construir aqui uma linha de produção para atender a essa demanda. Elas querem ter, sim, uma participação – e aí acho que é o ponto que deveria ser explicitado; e eu respondo à primeira questão, porque quem fez não tem o menor conhecimento do que se trata o assunto.

Se nós pegarmos mais da metade da produção de urânio mundial, ela está concentrada em países que não têm estabilidade política, e isso é uma ameaça para os países centrais que fazem uso da geração nuclear. Dono de usina nuclear quer tudo na vida, menos não ter urânio. Ele precisa do urânio para tocar o seu negócio. É uma das preocupações, inclusive com orientação às empresas produtoras para que procurem mercados que tenham mais estabilidade política. Concordo que estamos vivendo um momento de instabilidade política, mas de longe somos muito mais Estado politicamente do que Cazaquistão, Namíbia e Nigéria. Não estou falando nem do Mali, que não está ali como grande produtor, onde sequer podem ter acesso os donos das usinas nucleares para visitarem as minas de onde vem o urânio deles.

Na realidade, o que se discute aqui é dar segurança energética aos países centrais, porque a participação privada está assegurada na lei. A Lei nº 6.189, de 1974, em seu art. 20, deixa claro que a Nuclebrás, hoje INB,

por sucessora – para o bem e para o mal, diga-se de passagem, porque há uma série de passivos ambientais com os quais a INB também arca –, pode se associar a qualquer empresa privada, seja nacional ou estrangeira. Minha preferência é pelas nacionais.

Além do mais, falando da exportação, tenho que fazer uma correção, com muito respeito, ao comentário do Fabrício. Porque o Decreto nº 90.857, de janeiro de 1985, já prevê quais são as reservas: 80% do que estiver com possibilidade de produção no País. Isso está definido no art. 1º do decreto. Qual é o problema? É que isso dá a reserva, mas há o estoque, que é definido ano a ano, ou seja, em função de qual seja a demanda do País no ano seguinte. Nenhum desses produtores aceitarão fazer qualquer consórcio com a INB, mesmo em uma relação 51% a 49%, em que não haja garantias de longo prazo de exportação. Ninguém vai colocar um centavo numa associação dessas tendo o horizonte de um ano para negociar contrato. Isso é o que está no art. 2º dessa lei. Essa é a lacuna que vejo na legislação. Porque, no momento em que se estabelece que os estoques são definidos anualmente, conforme demanda do ano seguinte, cria-se uma insegurança até para a própria INB de fazer grandes investimentos e depois não poder.

Quero dizer o seguinte: a participação privada já está assegurada na legislação, embora, diferentemente da construção e da operação das usinas nucleares, essa questão do percentual lá é um problema, aqui não é. Nesse mapa, dos que estão aí, de todos esses grandes produtores a participação é inferior a 49%. Não haveria nenhum problema nessa associação. O problema é que a demanda nacional não desperta nenhum interesse em qualquer investimento. O que interessa é dar segurança energética. E aí se inclui a França, que tem como maior fonte de energia a nuclear, mas ela depende fortemente da produção mundial. O Cazaquistão, hoje, daquelas 22,8 mil toneladas, 60% vão para a China. Não há nenhuma usina nuclear no Cazaquistão. Já houve, no passado. Estão falando em usina avançada, mas lá era usina refrigerada a gás, que não era para produção de eletricidade, mas para retirar sal da água do mar, para utilização industrial. Hoje não há mais. Aquele país se tornou um exportador de minério e a sua sociedade sequer tem o benefício daquele minério.

Senador Wilder Morais, quero aqui deixar registrado que não há nenhum impedimento legal hoje para a participação de empresas privadas em associação com a INB.

O único problema é que, na lei, no Decreto nº 90.857, que define quais são as nossas reservas e qual é o estoque, temos a limitação – que também é uma limitação para a INB – no tocante ao horizonte de possível negociação de qualquer contrato. Nenhum empresário vai se estabelecer em um ramo de negócio que não dê um horizonte de mais de dez anos para a sua efetivação.

O SR. RONALDO ARTHUR CRUZ FABRÍCIO – Eu queria só fazer uma ressalva na área prática. Nós temos 35 associados, que são as maiores empresas. Inclusive, muitos estão presos lá, as maiores empresas do Brasil. Nenhuma delas se associaria a uma empresa estatal com 49% sem poder decidir o que fazer, como fazer e quando fazer, com o Tribunal de Contas, com a 8.666. Nenhuma delas, na prática, se arriscaria a fazer uma associação com uma empresa estatal sem ter maioria. Isso é a prática.

O SR. AQUILINO SENRA MARTINEZ – Fabrício, então crie para uma atividade estratégica do País uma legislação que facilite isso.

O SR. RONALDO ARTHUR CRUZ FABRÍCIO – Claro.

O SR. AQUILINO SENRA MARTINEZ – Não vá jogar a água com o bebê fora.

O SR. RONALDO ARTHUR CRUZ FABRÍCIO – Mas se nós encontrarmos uma solução...

O SR. AQUILINO SENRA MARTINEZ – Sim, a solução é essa. Qual é o problema? Eu acho que se é uma área estratégia, como é a nuclear, a aeroespacial ou até mesmo...

O SR. RONALDO ARTHUR CRUZ FABRÍCIO – Justificaria...

O SR. AQUILINO SENRA MARTINEZ – Você tem uma estrutura, um regime diferenciado de compras, uma organização específica, seja uma SPE, uma SBP uma OAS, alguma coisa do gênero, um instrumento que torne melhor a associação, mas ela hoje é permitida. E outra coisa, ao você dizer que isso é limitante, é na área da operação das usinas, construção e operação. Na área do ciclo...

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO. *Fora do microfone*.) – Tudo antes pode, só a geração...

O SR. AQUILINO SENRA MARTINEZ – A geração poderia, aí sim. Para eles isso é um problema porque é um investimento muito alto. Usina nuclear é capital intensivo, é preciso colocar muito dinheiro e depois operar aquilo. Na área mineral, eu insisto. Tudo bem, não sei se no Cazaquistão há a 8.666 . Acredito que não exista, porque é como jabuticaba, só há aqui. Na Nigéria, não sei há tribunal ou não. Não sei. Acho que não há nada. Mas, enfim, criamos os mecanismos para resolver essa situação.

Insisto, esse modelo que foi criado 41 anos atrás foi um modelo bem pensado. Forman e Fabrício, não fiquem muito vaidosos. Mas acho que desfazer esse modelo é um pecado.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Eu gostaria de passar para as considerações finais.

O John também tem a palavra para fazer suas considerações.

O SR. JOHN MILNE ALBUQUERQUE FORMAN – Senador, diz o ditado popular que o diabo se esconde nos detalhes.

Eu conheço essa legislação porque participei dela. Esse decreto é de minha autoria. Isso foi para permitir associação com a Alemanha. Muito bem, 49%. Eu já tentei – eu, fora do Governo, antes do seu tempo – fazer uma parceria com a INB: "Ah, mas nós não temos dinheiro". Não tem, ele ganha o dinheirinho para pagar o salário do pessoal e tem suado um pouquinho para fazer as outras coisas. Estou enganado?

O SR. AQUILINO SENRA MARTINEZ (*Fora do microfone*.) – É verdade, mas poderia haver financiamento.

O SR. JOHN MILNE ALBUQUERQUE FORMAN – É verdade. Eu busco financiamento. Tudo bem.

Eu, com meus 49% financio tudo. Fiz essa proposta. Quando chegar, no entanto, a produção, eu quero recuperar a minha parte que eu financiei: "Não, isso não pode." Quando começar, tem que ser 51%/49%. Já vivi isso aqui. Se quiser, trago o papel para você. (*Risos.*)

O SR. RONALDO ARTHUR CRUZ FABRÍCIO – Eu também vivi.

O SR. AQUILINO SENRA MARTINEZ (*Fora do microfone*.) – Faça isso agora, reapresente.

O SR. JOHN MILNE ALBUQUERQUE FORMAN – Não funciona. Não adianta. Os 49% nós pusemos lá, naquela ocasião, porque era admissível politicamente. O Ministro Ueki tinha tanto medo de que não fosse aprovado que ele fez a transformação da CBTI na Nuclebrás, não propôs uma empresa nova. Foi tudo aqui aprovado, neste Congresso, por unanimidade, o Programa Nuclear Brasileiro e o acordo com a Alemanha. Foi tudo aprovado por unanimidade. Eu vejo que essa vontade de segurar – "É meu, é meu" – não vai levar a lugar algum, gente! Qual é o problema, como já levantou aqui o Ronaldo?

Você tem 300 toneladas, vai gastar 100. Por que não exporta as 200 para financiar o seu ciclo de combustível na escala que ele precisa ter? "Não! Exportar não pode!" Por que não pode? Nós vamos guardar esse urânio até o dia que ele não for usado nunca mais?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Aí não vai precisar mais. Vem outra tecnologia...

O SR. JOHN MILNE ALBUQUERQUE FORMAN – Exatamente.

O tório, Senador, é um elemento fértil, não é físsil. O urânio é físsil, ele solta o elétron, que dá a descarga. O tório precisa da escorva.

O Brasil começou com a monazita. Vocês são muito jovens para se lembrarem dessa história da exportação da monazita, troca da monazita pelo trigo. Houve uma CPI aqui neste Senado que foi um negócio sensacional, por conta dessas histórias todas.

Hoje volta-se ao tório por quê? Porque a Índia, que, como o Brasil, tinha monazita, quer fazer um reator a tório porque não tem urânio. Agora, ele não funciona sozinho, precisa da escorva. Então, deverá ter um pouco de urânio sim, senão não funciona.

Gente, vamos perder o medo! Eu cito sempre, muitas vezes com relação a essa atitude nossa, o Nelson Rodrigues, que disse que brasileiro tem complexo de cachorro vira-lata. Nós não somos vira-latas! Nós fizemos esse programa e fizemos acontecer um monte de coisas.

Se hoje existe controle de qualidade no Brasil é graças ao programa nuclear. A nossa indústria hoje pode competir por conta disso. As práticas, tudo nós conseguimos e pudemos fazer. Agora, se ficarmos com medo de tudo, guardaremos o urânio, o petróleo, tudo! Aliás, poderíamos guardar a soja também, não é? Quem sabe, nós guardamos a soja, o etanol, e não exportamos nada! Afinal de contas, pode faltar para as futuras gerações.

Obrigado, Senador.

O SR. RONALDO ARTHUR CRUZ FABRÍCIO – Outra coisa, respondendo a uma pergunta: apenas Brasil, Rússia e Estados Unidos têm o urânio e a tecnologia. Esses três países no mundo. E nós não estamos aproveitando isso.

Do Conselho de Administração de Jirau fazem parte a Chesf e a Eletrosul, minoritárias. A Andritz, que é austríaca, tem 51%. As coisas correm no Conselho numa rapidez impressionante! Eu tenho as duas experiências, porque fui presidente de Furnas e agora estou no Conselho, que tem maioria privada. Nossa Senhora! É um problema.

Como diz o nosso amigo, se nós mudarmos a lei e conseguirmos um negócio de regime especial, porque é estratégico, resolve.

O SR. JOHN MILNE ALBUQUERQUE FORMAN – Muda a lei, Fabrício. Do mesmo jeito que foram feitas essas, outras serão feitas no futuro! Qual é o problema?

O SR. RONALDO ARTHUR CRUZ FABRÍCIO – Pois é. A PEC... É porque essa não contraria a PEC.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Mas o objetivo desse debate é exatamente isso, ver onde estão os gargalos para criar alternativa. Esse é o objetivo.

A SRª GERSON HOVINGH DORNELLES – É assim que funciona.

Só lembrando uma coisinha: a Lei nº 1.189 permite a exportação do urânio, desde que atendido o programa nuclear. É possível exportar. Está no art. 14 ou no art. 16, se não me engano.

O SR. PRESIDENTE (Wilder Morais. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Na verdade, o debate foi muito bom, até porque tem especialistas no assunto.

Antes de chegar a esta reunião, vimos, nos jornais – e vou até citar números aqui que não me asseguram bem a porcentagem –, que o Brasil está na contramão em relação ao custo do combustível. Enquanto no mundo inteiro o barril está em queda, nós estamos aumentando. Isso nós podemos notar.

Eu sou até um pouco radical porque sou da iniciativa privada. Não consigo imaginar que uma empresa com gestão pública, com influência de político... Onde há cheque para assinar e há políticos envolvidos, isso não dá certo! Basta ver o que aconteceu com a Petrobras. E não apenas lá, mas em outros lugares. Não há condições de competir com a iniciativa privada. Para isso, temos os exemplos dos aeroportos.

Hoje, se formos ao aeroporto de Brasília, que diferença enorme! É porque a iniciativa privada entrou. Então, eu concordo com isso. Vejo que é a mesma coisa que aconteceu com a Petrobras. Com toda dificuldade para a compra, com as exigências da lei, que travam, com certeza nunca seremos competitivos em relação ao combustível, como é o mundo inteiro.

Antes de encerrar, gostaria de agradecer a presença de todos, especialmente dos convidados presentes: Aquilino Senra Martinez, Presidente das Indústrias Nucleares do Brasil (INB); John Milne Albuquerque Forman, ex-Diretor das Empresas Nucleares Brasileiras S.A. (Nuclebrás) e Presidente da J. Forman Consultoria; Gerson Hovingh Dornelles, Chefe do Serviço de Controle do Comercio Mineral, do Conselho Nacional de Energia Nuclear (CNEN); e Ronaldo Fabricio, Vice-Presidente Executivo da Associação Brasileira para Desenvolvimento de Atividades Nucleares (ABDAN).

Antes de encerrar a reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 1ª e da 7ª Reuniões desta Comissão.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as Atas.

Encerro esta reunião.

Obrigado a todos.

(Iniciada às 15 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 31 minutos.)

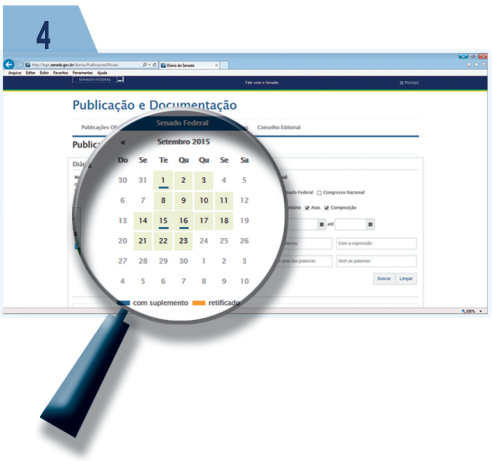
Já sabe pesquisar o diário na Internet?

Siga o passo a passo!

Na página inicial do Senado Federal, selecione **Publicações** no menu superior.

Em **Publicações Oficiais**, clique em **Diários**.

Escolha entre **Diário do Senado Federal** e **Diário do Congresso Nacional**. Há também um *link* para os diários da **Câmara dos Deputados**.



Selecione a **data da sessão** publicada no diário.

Você tem a opção de fazer **pesquisas textuais** pelo inteiro teor de documentos e notas taquigráficas.

Acesse: www.senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211